



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 70

QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 75ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 2 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão.

II - Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Nº 077/87 - Do Senhor Constituinte Amaury Müller, Vice-Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Chico Humberto para integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão da Organização do Estado, em substituição ao Senhor Constituinte Adroaldo Streck.

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, respondendo a diversos líderes de partidos políticos sobre a apresentação de emendas ao Substitutivo dos Relatores das Comissões Temáticas.

TELEGRAMA

Do Senhor Constituinte Ralph Biasi, participando ter assumindo, em 1º de junho do ano em curso, o cargo de Secretário de Estado da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

PROJETO APRESENTADO

Projeto de Resolução nº 13, de 1987 (ANC) (Da Sr.^a Sandra Cavalcanti) - Dá nova redação ao art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

IV - Pequeno Expediente

MILTON BARBOSA - Prioridade à solução para a crise econômica.

OSWALDO ALMEIDA - Aplauso á política adotada pelo Ministro da Irrigação, Vicente Fialho.

FARABULINI JÚNIOR - Crítica a processo de elaboração do relatório da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, sem considerar o conteúdo do relatório da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.

JOSÉ THOMAZ NONÔ - Telex recebido pelo orador com apelo dos produtores e agropecuaristas da região Quebrângulo, no agreste alagoana Assembléia Geral de pequenos proprietários rurais, em Santana do Ipanema, na região sertaneja de Alagoas. Falta de providências governamentais a curto prazo no sentido de solução do problema do crédito rural. Entrevista à imprensa do Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, ex-Parlamentar Sebastião Rodrigues.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Protesto contra transferência de responsabilidade pela crise

nacional do Poder Executivo para a Assembléia Nacional Constituinte.

LÉZIO SATHLER - Emenda apresentada pelo orador à Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, a propósito de diretrizes para o ordenamento urbano no que concerne ao trânsito.

GERSON PERES - Necessidade de racionalização da distribuição de grandes empresas nas regiões do País. Posição do orador contrária à privatização da Petrobrás. Lançamento do jornal "Resenha Municipal", no Estado do Pará.

VILSON SOUZA - Prevalência de interesses vinculados ao capital internacional nos resultados das votações nas Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte.

SANDRA CAVALCANTI - Projeto de resolução visando à substituição do art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, relativo à realização de sessões da Câmara Federal, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

BENEDICTO MONTEIRO - Dificuldades atravessadas pelo orador em seu passado político. Falsas suposições veiculadas pela imprensa a propósito da ausência do orador de reunião da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Equívoco do Presidente da República ao declarar não ter havido derramamento de sangue no País nos anos anteriores, ante assassinatos de lavradores em conflitos de terra ocorridos no Estado do Pará.

NELSON WEDEKIN – Críticas à administração do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

MÁRIO LIMA – Emendas apresentadas pelo orador ao anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, visando ao monopólio de pesquisa, lavra e refino do petróleo e derivados do gás natural.

MAURO SAMPAIO – Protesto contra decisão do Conselho Monetário Nacional que institui correção monetária para operações de crédito agrícola. Carta em que o Lions Clube de Barbalha, Estado do Ceará, solicita ao Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, seja revogada a referida decisão.

RICARDO AZAR – Críticas à administração do ex-Ministro Dante de Oliveira no Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

GEOVANI BORGES – Sugestões de normas constitucionais apresentadas pelo orador visando à proteção ao menor e ao idoso; à imunidade tributária para instituições de utilidade pública; a convocação extraordinária do Congresso Nacional por 1/3 da representação na Câmara e no Senado.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Palestra proferida pelo orador na Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, a propósito dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e do presidencialismo como sistema de governo adequado ao País.

AGASSIZ ALMEIDA – Necessidade de política econômica diferenciada para o Nordeste.

STÉLIO DIAS – Debate da Organização Mundial de Saúde no Seminário de Economia e Nutrição, promovido pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília, a propósito do aumento do quadro de fome no País. Falecimento do radialista Olívio Cabral, no Estado do Espírito Santo.

rita CAMATA – Adequação da Legislação Trabalhista à crescente participação da mulher no mercado de trabalho.

MAURO MIRANDA – Encontro realizado em Goiânia, Estado de Goiás, em prol da Construção da Ferrovia Norte – Sul.

FÉRES NADER – Homenagem póstuma ao político peruano Haya de La Torre.

RUBERVAL PILOTTO – Inviabilidade econômica e inopportunidade da construção da Ferrovia Norte – Sul.

MAURO BENEVIDES – Decisões do Conselho Deliberativo da Sudene sobre o Plano Emergencial de Combate à Seca Verde.

FRANCISCO AMARAL – Circular do diretor da Empresa Brasileira de Notícias, Ruy Lopes, em defesa do órgão ante afirmações do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal.

OSVALDO BENDER – Estado pré-falimentar de micro, pequenas e médias empre-

sas e de pequenos, medos e grandes produtores rurais do Rio Grande do Sul.

AMAURY MÜLLER – Defesa, pelo PDT, de redação original do anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica que assegura à União o monopólio de pesquisa, lavra e refino do petróleo e derivados e do gás natural.

JORGE ARBAGE – Análise dos sistemas de governo parlamentarista e presidencialista.

CARLOS CARDINAL – Pesquisa publicada pelo jornal *A Folha de S. Paulo* sobre grau de insatisfação do povo brasileiro com o atual Governo.

CARLOS VINAGRE – Documento da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e Marabá, Estado do Pará, a propósito de inconveniência da interdição da garimpagem determinada pela Lei número 7.194/84.

JUAREZ ANTUNES – Contrariedade do orador à privatização da FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas, de Volta Redonda. Privilégios concedidos pela Companhia Siderúrgica Nacional a empreiteiras particulares.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS – Sugestão de norma constitucional apresentada pelo orador no sentido da obrigatoriedade de licitação das estatais.

V – Comunicações de Liderança

MÁRIO ASSAD – Obra de autoria de Oliveira Viana, "O Idealismo da Constituição", e o parlamentarismo ou presidencialismo como forma de governo. Responsabilidade do sistema partidário e dos processos de escolha de candidatos a cargos eletivos nas crises sucessórias e econômicas sofridas pelo País.

AMARAL NETTO – Pesquisa do Instituto Gallup, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que indica maioria favorável à pena de morte. Processo movido contra o orador pelo ex-Ministro Dilson Funaro.

JOSÉ GENÓILO – Questão de ordem sobre norma interna da Comissão de Sistematização que veda a Constituintes que não sejam membros suscitar questões de ordem.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genólio.

VIVALDO BARBOSA – Posição do PDT contrária à deliberação da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica a propósito do monopólio estatal do petróleo. Apelo ao PMDB no sentido de que defina sua posição no que concerne ao assunto.

GONZAGA PATRIOTA – Urgência na criação de frente de emergência para o Nordeste.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Omissão, nos relatórios das Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte, quanto à dívida externa brasileira.

OTTOMAR PINTO – Nota emitida pelo Diretório Regional do PMDB no Território de Roraima, a propósito da atuação do Governador Getúlio Cruz.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Direito das famílias à livre escolha do ensino a ser ministrado aos filhos e obrigação do Estado de assegurar educação gratuita.

HAROLDO LIMA – Descompasso entre a Presidência da República e o Poder Legislativo, em decorrência de posições adotadas pelo Presidente José Sarney.

ADOLFO OLIVEIRA – Necessidade de renovação de estruturas superadas responsáveis pela atual crise nacional. Reportagem do programa Fantástico, da TV Globo, sobre drama vivido pelas populações nordestinas.

VI – Apresentação de Proposições

SANDRA CAVALCANTI.

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

BRANDÃO MONTEIRO – Papel da Assembléia Nacional Constituinte, ante quadro de crise nacional. Necessidade de encaminhamento ao plenário de projeto de decisão de iniciativa do orador que visa ao parcelamento das dívidas dos pequenos e médios empresários e produtores rurais. Liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal a mandado de segurança impetrado ante rejeição, pelo Congresso Nacional, de decreto-lei que determinava transformação de cargos de Subprocuradores da República em comissão em Procuradores de carreira.

HAROLDO UMA – Aprovação, pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e de Atividade Econômica, que favorece penetração de capital estrangeiro na economia brasileira, no caso do monopólio estatal do petróleo.

GUMERCINDO MILHOMEM – Luta de classes no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte. Posição do orador em favor da convocação de eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional.

EVALDO GONÇALVES – Emenda apresentada pelo orador ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte visando à criação da Comissão do Desenvolvimento do Nordeste. Documento subscrito pela bancada do Nordeste, dirigido ao Presidente da República, em prol do fortalecimento da economia nordestina.

IRMA PASSONI – Crise nacional e débito do PMDB em relação a seus compromissos para com o povo brasileiro. Críticas ao Governo Sarney. Convocação de eleições diretas para a Presidência da República.

VIII – Encerramento

– Pronunciamento do Constituinte Olívio Dutra na sessão de 26.5.87: Considerações

<p>sobre o resultado dos trabalhos das Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte.</p> <p>– Pronunciamento do Constituinte Aldo Arantes na sessão de 22–5–87: Omissão governamental ante crise por que passa a Nação. Apoio parlamentar ao mandato presidencial de cinco anos em toca de cargos públicos. Atribuições das Forças Armadas. Voto distrital.</p>	<p>Posição política do PC do B na apreciação de temas constitucionais.</p> <p>– Pronunciamento do Constituinte Bonifácio de Andrade na sessão de 6–5–87: Questão de ordem sobre encaminhamento de normas constitucionais à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.</p>	<p>– Relação dos membros.</p> <p>3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS.</p> <p>– Relação dos membros.</p> <p>4 – COMISSÕES.</p> <p>– Relação dos membros das Comissões Constitucionais.</p>
---	--	--

Ata da 75ª Sessão, em 2 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro–Vice–Presidente; Jorge Arbage, Segundo–Vice–Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro–Secretário; e Sotero Cunha, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcenil Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Angelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brido – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Fadas – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnolde Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Gravito PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionisio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edson Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunetti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcon – des – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hadan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Marmitas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Cameiro – PFL; Jalhes Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Haickel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Picha – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonó – PFL;

José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márdo Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Mauricio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Moratildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portela – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabias – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Naso Sguerezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elídio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Otavio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almeida – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Parcial Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB;

Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaldo Corrêa – PFL; Ronaro Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 304 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é, sem observações, assinada.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MÁRIO MATA. Segundo-Secretário, servindo como Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Da Liderança do Partido Democrático Trabalhista – PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 77/87 Brasília, 28 de maio de 1987.
Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Chico Humberto para integrar, como suplente, a Comissão da Organização do Estado, em substituição ao Constituinte Adroaldo Streck.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Amaury Müller**, Vice-Líder no exercício da Liderança.

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Presidente, sobre a apresentação de emendas ao substitutivo dos Relatores das Comissões Temáticas.

A Presidência recebeu requerimento subscrito pela maioria dos líderes no sentido de se permitir apresentação de emendas ao substitutivo oferecido pelos Relatores das Comissões Temáticas. Sobre o mesmo assunto foi procurada por inúmeros parlamentares, além das questões de ordem levantadas na última sessão de quinta-feira pelos Senhores Constituintes Messias Góis, Evaldo Gonçalves, Bonifácio de Andrade, Vivaldo Barbosa e José Genólio.

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte estabelece:

"Art. 18. Na Comissão, os anteprojetos serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros para, no prazo de 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

Esse prazo iniciou-se no dia 28 de maio e termina hoje, dia 1º.

§ 1º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo, que será distribuído em avulsos, sendo, em seguida, submetida à votação."

Esse prazo inicia-se no dia 2 (3ª-feira) e termina do dia 6 (sábado), abrindo-se o prazo para publicação e distribuição de avulsos.

Pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiário à Lei Interna da Assembléia, consideram-se as emendas como "supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas". (art. 133, § 1º)

O próprio Regimento Interno do Senado Federal permite a apresentação de emendas perante as Comissões (art. 141).

Observa-se, pois, que é da tradição parlamentar a apresentação de emendas nas Comissões, sobre as proposições que estão sendo objeto de seu exame, inclusive com substitutivo.

A Presidência não pode deixar de reconhecer a preocupação dos Senhores Constituintes na medida em que os Relatores em seus substitutivos possam introduzir matéria nova, isto é, não constante dos anteprojetos ou de emendas oferecidas.

Assim, a Presidência resolve, sem que a decisão se constitua em precedente e modifique o prazo final da tramitação do Projeto de Constituição, o seguinte:

a) poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo dos relatores, durante 48 horas, isto é, nos dias 8 e 9 (2ª e 3ª-feiras);

b) o relator terá o prazo de 48 horas para emitir o seu parecer sobre essas emendas, isto é, dias 10 e 11 (4ª e 5ª-feiras);

c) a votação terá início no dia 12 (6ª-feira).

Caso o Relator conclua pela apresentação de novo substitutivo, a ele não mais serão admitidas emendas, pois a matéria já estará em fase de votação.

TELEGRAMA

Do Sr. Ralph Biassi nos seguintes termos:

Senhor Presidente:
Comunico a Vossa Excelência que em data de

ontem, 1º-6-87, assumi o cargo de Secretário do Estado da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Atenciosamente, **Ralph Biasi** – Secretário de Estado da Secretaria da Ciência e Tecnologia – SP.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 13, de 1987 (ANC)

(Da Sra Sandra Cavalcanti)

Dá nova redação ao art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(À Mesa)

"Art. 84 Não havendo matéria para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, as sessões se realizarão, de terças às quintas-feiras, às 19:00 horas e às sextas-feiras, às 09:30.

Parágrafo único. O Congresso, a Câmara e o Senado, ocorrendo a hipótese prevista no **caput** deste artigo, realizarão sessões ordinárias, ou extraordinárias, para discutir e votar matéria de sua competência, de segunda a sexta-feira, às 14:00 horas.

Justificação

É fato incontestável que a situação atual do País tem provocado uma predominância de assuntos, temas e propostas conjunturais sobre a matéria dita constitucional.

O levantamento dos pronunciamentos nas sessões ordinárias da ANC e o teor dos projetos de decisão, enviados à Comissão de Sistematização, revelam, também que se toma urgente um ajustamento dos trabalhos dos parlamentares à realidade do País.

Este Projeto de Resolução, portanto, tem como objetivo sobrestrar, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o acúmulo de matérias e propostas que, regimentalmente, são da competência do Congresso, da Câmara ou do Senado. Se tal providência não for tomada, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte poderão ser irremediavelmente prejudicados.

Por outro lado, temos que reconhecer que a redação do art 83, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, se revelou incapaz de atender ao bom funcionamento da mesma, motivo pelo qual deve ser substituído pelo artigo que aqui propomos.

Este Projeto de Resolução se enquadra, pois, de forma muito oportuna nos objetivos do parágrafo primeiro do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1987. – Constituinte Sandra Cavalcanti.

Virgílio Távora – Fernando Henrique Cardoso – Furtado Leite – José Tinoco – Jonas Pinheiro – Nelson Aguiar – Plínio Arruda Sampaio – Nilson Gibson – José Lourenço – José Jorge – Oscar Corrêa – João da Mata – Nelson Jobim – Geovani Borges – Bernardo Cabral – Joaquim Beviláqua – Henrique Córdova – Annibal Barcelos

– Davi Alves – Meira Filho – Beth Azize – César Cals Neto – Milton Barbosa – Messias Góis – Moema São Thiago – Manoel Ribeiro – Paulo Ramos – Délio Braz – Lúcia Vânia – Homem Santos – Saulo Queiroz – Expedito Machado – Arnaldo Faria de Sá – Ottomar Pinto – José Carlos Grecco – Mauro Sampaio – José Elias Murad – Mauro Miranda – Jofran Frejat – Raul Feraz – Irma Passoni – Vilson Souza – Osvaldo Sobrinho – Louremberg Nunes Rocha – Mário Maia – Anna Maria Rattes – Alyson Paulinelli – Vivaldo Barbosa – Orlando Pacheco – Fernando Gasparian – Bonifácio de Andrade – Joaquim Sucena – Assis Canuto – Waldeck Ornelas – Márcia Kubitschek – Átila Lira – Gerson Pares – Ético Pegoraro – Carlos Cardinal – Amaury Müller – Maurílio Ferreira Lima – Gonzaga Patriota – Ivo Lech – Benedita da Silva – Eduardo Moreira – Aécio de Borba – Helio Duque – João Natal – Fernando Santana – Siqueira Campos – Chagas Duarte – Costa Ferreira – Luiz Eduardo – Iberê Ferreira – Ronaro Corrêa – Adylson Motta – Massa Dentes – Raimundo Serena – José Thomaz Nonó – Renato Viena – Cid Carvalho – Paes Landim – Francisco Benjamin – Arnaldo Paeto – Paulo Pimentel – Osvaldo Almeida – Christóvam Chiaradia – Ricardo Azar – Abigail Feitosa – Chico Humberto – Orlando Bezerra – Hélio Menháes – Cardoso Alves – Antonio de Jesus – Farabulini Júnior – Henrique Eduardo Alves.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TÍTULO V

Disposições Gerais

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 84. A partir de 1º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus regimentos internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Milton Barbosa.

O SR. MILTON BARBOSA (PMDB – BA – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Atravessamos, inegavelmente, a maior crise econômica da história deste País, cuja trajetória, infelizmente, tem sido uma sucessão interminável de avanços e recuos desde a época da sua colonização.

Aliás, para sermos realistas, desconfiamos que ao longo do tempo os retrocessos têm sido mais freqüentes e maiores do que as conquistas.

Assim, Sr. Presidente, ficamos praticamente marcando passo, pois o aparente desenvolvimento da Nação não corresponde à melhoria das condições de vida do nosso povo.

A proletarização da classe média vem sendo enunciada com estatísticas incontestes e o agravamento das condições de miséria de milhões de brasileiros salta aos olhos de qualquer observador.

No campo, a luta pela terra está fazendo vítimas crescentes e os tentáculos do latifúndio continuam se alastrando, não obstante tanto se fale e se proclame que é necessária uma reforma agrária urgente.

Na cidade, a favelização, o desemprego, a mendicância, o vício da embriaguez e das drogas, a violência desenfreada e a insegurança estão se generalizando.

Tudo isso atesta que a 8ª economia do mundo tem as suas riquezas concentradas nas mãos de uma minoria que forja, na sua indiferença, uma perigosa e incontrolável escalada para uma encruzilhada que a nossa consciência evangélica e democrática não deseja e repudia, desmentindo a hipócrita afirmação de que somos um dos maiores países cristãos do mundo.

Fala-se muito e até já é lugar comum afirmar-se que, no Brasil, cada dia os "ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres". Pior do que isso, com a especulação, a ganância e a corrupção que predominam entre a maioria dos que detêm o poder econômico, os ricos cada vez se reduzem em quantidade na razão direta do crescimento do imenso contingente dos que não têm qualquer perspectiva de uma vida estável e digna.

Pois é neste quadro de profundas preocupações, Sr. Presidente, que grande parte dos Constituintes prefere concentrar sua inteligência, sua capacidade de liderança, seu tempo e suas energias num debate insistente e extemporâneo sobre a redução do mandato do Senhor Presidente da República.

Não discutimos a soberania desta Assembléia. Mas é preciso ter a consciência e a percepção das prioridades dos temas em debate, dos problemas a resolver e sobre tudo das verdadeiras aspirações e necessidades do nosso povo.

À grande maioria da população nacional, não interessa se o Presidente vai ficar 4, 5 ou 6 anos na direção do País.

O que o povo quer é o combate à loucura da espiral inflacionária; medidas concretas e imediatas que reduzam os preços dos gêneros de primeira necessidade; um plano coerente de estabilização da economia que preserve o poder aquisitivo dos salários.

O gatilho salarial, embora necessário, não acompanha a velocidade das máquinas remarcadoras de preços que não param de ser acionadas um minuto sequer nos supermercados e nas lojas.

Está na hora de suspendermos as articulações político-partidárias, os interesses dos grupos de pressão, as manobras dos blocos ideológicos e as movimentações dos pré-candidatos ao futuro pleito presidencial.

Vamos fixar em 5 anos o mandato do Presidente da Nação, pois essa decisão está coerente com a tradição republicana e compatível com o momento histórico que vivemos de transição, de reorganização e de consolidação da democracia.

E com os olhos voltados para o sofrimento do nosso povo, vamos concentrar toda a nossa força, todo o nosso idealismo, toda a nossa capacidade criadora para, irmãos com o Presidente José Sarney, seus ministros e assessores, estabelecermos um plano de salvação nacional, onde os grandes problemas econômicos sejam equacionados com responsabilidade e com urgência, pois, do contrário, todos nós poderemos ser tragados pela angústia, pelas incertezas e pelo desespero que crescem vertiginosamente em torno da esmagadora maioria do nosso povo.

A hora é de união. Vamos lutar! O Brasil precisa de nós. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Almeida.

O SR. OSWALDO ALMEIDA (PL – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No exercício do liberalismo que vimos fazendo com total independência, temos sido mais críticos do que reconhecidos quanto à forma de administrar políticas e aos políticos administradores de nosso País.

Hoje, aqui estamos, por um dever de justiça, para dar o nosso testemunho e o nosso reconhecimento a uma forma de administrar, uma forma de administrar a uma política extraordinária de grande interesse para este País, que é a política da irrigação. Quero referir-me como agricultor carente de irrigação, a forma sensata, tranquila e firme com que está se havendo S. Ex.^a o Ministro da Irrigação, o Dr. Vicente Fialho.

Mesmo sem ter sido beneficiado diretamente pela política em curso, quero registrar a excelente atuação de S. Ex.^a frente a sua pasta. E é exatamente aí que se coloca a condição especial do agricultor que, mesmo não sendo contemplado diretamente, assiste ao bom empenho do administrador, enfrentando a carência de recursos, os desafios e as necessidades urgentes para fazer funcionar essa tecnologia, tão especial quanto importante, para o soerguimento da decadente agricultura nacional. Sente-se seguro e satisfeito esse agricultor por ver que, embora demorando um pouco mais, o caminho está sendo percorrido com firmeza e no sentido correto.

Vale ressaltar ainda, Sr. Presidente, de maneira toda especial, a sensibilidade com que está se havendo S. Ex.^a, numa demonstração de grande acuidade, ao procurar ouvir aqueles que representam o objetivo fim dessa atividade, os agricultores, para desta forma, instrumentar a sua política.

Assim, Sr. Presidente, queremos deixar registrado esse nosso reconhecimento a S. Ex.^a, o Sr. Ministro da irrigação, fazendo votos de que continuo a trilhar esses caminhos que certamente nos conduzirão ao destino que todos almejamos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concede a palavra ao nobre Constituinte Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já quase na reta de chegada para apresentação dos trabalhos nas Comissões Temáticas, começa-se a perceber ali a tendência dos respectivos relatores.

É preciso que os nobres Constituintes atentem para o fato de as Subcomissões terem aprovado matéria mais que substancial, mais que atinente aos altos interesses da sociedade brasileira. Foi um trabalho ingente, foi de fato um trabalho de infante, aquele que fica ali fechado na Subcomissão, sem pretender o painel e, no entanto, trabalhando firme para chegar ao resultado que deseja, atendendo aos propósitos que mandaram para cá o nobre Constituinte.

Ocorre que, nas Comissões Temáticas, começa a surgir um problema: alguns relatores estão fazendo letra morta de tudo quanto se preparou nas Subcomissões. Em uma delas, inclusive, o Relator passou a expander pontos de vista que, na verdade, nem sempre encontram raízes no substrato do trabalho das Subcomissões. Vou-me referir, agora, concretamente, à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Por obra do acaso, substitui Dirce Maria Quadros, a ilustre e devotada parlamentar, nesta Comissão, de quem sou suplente. Digo, agora, que dificilmente poderei vir a substituir a nobre Constituinte Dirce Maria Quadros com aquela acuidade e tenacidade que a exornam e que lhe preparam sempre o caminho para o melhor comportamento político. Aí, deparo com os relatórios das subcomissões, totalmente prontos. Deito sobre eles os olhos para examiná-los, estudá-los. Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, o Relator, Constituinte Darcy Pozza, fez um trabalho excelente, destacadamente no que tange à segurança da sociedade brasileira.

Eu, que desejava a pena de morte para os crimes hediondos praticados por latrocidas, seqüestradores e estupradores que matam, e perseguiam, todo o tempo, o objetivo de ver implantada a pena capital apresentei sugestão constitucional que foi rejeitada na Subcomissão, mas fiquei bem colocado, aceitando aquilo que se postula no relatório do Constituinte Darcy Pozza, que comina pena de prisão perpétua para os criminosos hediondos e violentos seqüestradores e estupradores, mas não para os latrocidas.

Enquanto eu desejava apresentar emenda para alcançar também os latrocidas e me conformar com a prisão perpétua como primeiro caminho para retirar das ruas violentos e criminosos que a sociedade não tolera mais, vejo agora o preâmbulo de um relatório que virá do Constituinte José Paulo Bisol.

S. Ex.^a não toma conhecimento do relatório. Não lhe segue a doutrina, a boa doutrina para o combate aos criminosos violentos. S. Ex.^a libera

totalmente os criminosos violentos, transformando-se o Relator no defensor dos bandidos deste País.

Esse Relator chama-se João Paulo Bisol, é Senador da República, com mandato por 8 anos. S. Ex.^a quer liberar tudo, simplesmente. Libera na televisão a promiscuidade e a ofensa à moral pública, libera no rádio tudo que se possa falar a propósito de obscenidades, e libera, agora, a prisão perpétua, que não quer para criminosos violentos e macabros. Esse Constituinte quer tratar o bandido a pão-de-ló. Quartel, não, hotel de cinco estrelas, numa verdadeira ofensa à sociedade brasileira.

Como nós, nesta Comissão, somos também Constituintes e temos o direito ao voto, é evidente que vamos denotar o nobre Constituinte nos pontos que S. Ex.^a deseja e que não queremos que vicejern. Está a minha função, neste momento, nesta tribuna, porque, enquanto falo, os companheiros Constituintes estão nos gabinetes, estão nas Comissões Técnicas, trabalhando e ouvindo este Parlamentar.

Então, faço um apelo a estes Parlamentares que compareçam no dia para votação e aí sim daremos a nossa nota, que é a nota zero, para o relatório que vem aí, do nobre Constituinte Paulo Bisol.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concede a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Recebo dos pequenos agricultores e pecuaristas do meu Estado patéticos apelos. Transcrevo nos Anais desta Assembléia para dar conhecimento à Nação, alguns dos inúmeros apelos recebidos, como, por exemplo este, oriundo dos Produtores e Agropecuaristas da Região Quebrângulo, no agreste alagoano.

Este, o texto:

Da Assembléia Legislativa

Estadual de Alagoas

Telex NR 323/87 – ALE Maceió,

22-5-87

P/Exmº Sr.

José Thomaz Nonô

Câmara Federal.

Brasília – DF.

Confiantes na época como quase totalidade do povo brasileiro no sucesso do (Plano Cruzado), resolvemos contrair financiamentos para investimentos agropecuários, junto agência Banco do Brasil S/A, Município Quebrângulo, situado zona semi-árida deste estado, certos de que a inflação estava definitivamente banida da economia nacional.

Com os inacreditáveis índices inflacionários hoje existentes, e com a obrigação do reajuste dos nossos saldos devedores pela variação das OTN, estamos impossibilitados de saldar nossas obrigações perante aquele estabelecimento bancário, e na iminência de entregarmos nossas propriedades para saldarmos tais compromissos.

Isto, tendo em vista que investimentos tais como currais, cercas, galpões, depósitos para armazenagem de melão, aquisição de matrizes, açudes, plantio de capim etc., não apresentam rendimentos a curto ou médio

prazos que possibilitem aos agropecuaristas meios de arcarem com tão violento encarecimento do capital tomado.

Diante do exposto, apelamos a Vossa Excelência no sentido de junto ao Conselho Monetário Nacional e Direção Geral do Banco do Brasil S/A, conseguir urgentemente reformulação de tais critérios de correção dos nossos financiamentos.

Atenciosamente, – P/Produtores Agropecuários de Quebrângulo. – **Eduardo Nuno de Maya Gomes** – **Mario Cristiano de Maya Gomes** – **Manoel Costa Tenorio** – **Francisco Costa Tenorio**.

No dia 28 de maio último, todos os pequenos proprietários e lideranças rurais da região sertaneja alagoana fizeram uma reunião. A conclusão desse encontro, ao qual estava presente, repito, a totalidade das lideranças agrícolas do agreste e sertão do meu Estado, pode ser resumida no telex que recebo dos Deputados Estaduais José Bernardes Neto e Edval Vieira Gaia, do Partido da Frente Liberal e do Deputado Dilton Simões, do Partido Movimento Democrático Brasileiro.

Diz o telex:

Da Assembléia Legislativa Estadual de Alagoas
Telex NR 341/87 Maceió, 1º-6-87
P/Exmº Sr.

Deputado José Thomaz Nonô
Câmara dos Deputados – DF

Devidamente credenciados fazendeiros, pequenos proprietários rurais; lideranças políticas sertão alagoano em Assembléia Geral realizada Município Santana do Ipanema 28/5, solicitamos posicionamento vossência sentido interferir junto autoridades Área Econômica Governo Federal, objetivando suspensão variações LBC; OTN sobre empréstimos agrícolas contraídos junto Banco Brasil. Referidos empréstimos datam época anterior fev/87, sob contratos com juros fixados três (03); seis (06) por cento; produtores agrícolas; sobretudo pequenos agricultores impossibilitando saldar dívidas tanto alternativas redução estipulada pagamento até dia trinta junho, quanto sob procedimento valiação plena aplicável pagamento posterior aquela data. Cordiais Saudações. Deputado Jose Bernardes Neto, Deputado Dilton Simões; Deputado Edval Vieira Gaia.

Sr. Presidente, durante três semanas consecutivas, exigimos do Governo a saída do Ministro Dilson Funaro.

Hoje, temos novo Ministro da Fazenda e, até agora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não há, na realidade, nenhuma alteração palpável, nenhum rumo plausível, nenhuma evidência de que o governo vá tomar providências definitivas e factíveis quanto ao problema do juro.

Estou remetendo aos agricultores do meu Estado, e também peço a transcrição nos Anais desta Assembléia, cópia de uma entrevista dada pelo nosso ex-colega Sebastião Rodrigues, brilhante ex-Parlamentar e, hoje, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, onde S. S.^a comunga das nossas apreensões, mas, ao mesmo tempo em que compartilha já deixa bem claro, bem patente, que não há, pelo menos à vista do próprio Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, qualquer mudança significativa a curto prazo.

Impedido por estes pronunciamentos e por outros que chegam cotidianamente ao nosso gabi-

nete, procuramos o Dr. Hélio Ribeiro, Diretor de Crédito Rural do Banco Central. Também no Banco Central não se encontra nenhuma perspectiva, nenhuma medida, nenhum alento, nenhuma direção para solver o problema do crédito rural.

E pela primeira vez nas últimas décadas, Sr. Presidente, há excesso de recurso no Banco do Brasil. O dinheiro está à disposição dos agricultores, e estes não o irão tomar porque será não um agricultor, mas sim um suicida, predador do seu patrimônio, da sua vida, da sua família, aquele que for fazer a agricultura, mormente no Nordeste brasileiro, com correção monetária plena e mais 6% de juros.

A nossa Região já está sendo sobremaneira castigada pelas intempéries e, agora, a esses flagelos se soma o flagelo do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário que esta Casa tome uma posição firme. Os parlamentares do Nordeste estão esperando de braços abertos e punhos fechados o Ministro da Fazenda e os seus companheiros que irão a Campina Grande, no dia 7. Espero sinceramente que esta não seja mais uma viagem de lazer, que seja realmente um sinal eficaz de que as mudanças prometidas serão cumpridas e que o agricultor não terá, no Nordeste, de suportar, além da seca, a insensibilidade das autoridades financeiras do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ EM SEU DISCURSO.

Crédito Rural – II

AS POSIÇÕES DO BANCO DO BRASIL

Sebastião Rodrigues, diretor do BB, fala de recursos e soluções.

O que pensa o diretor de Crédito Rural do maior banco "rural" do mundo? Em entrevista exclusiva a VISÃO, Sebastião Rodrigues revela que, para o setor agropecuário atingir a independência financeira, é necessário unificar orçamentos e, em vez de subsídios, dar preços que permitam ao agricultor saldar seus compromissos financeiros. E explica por quê.

Visão – Até que ponto a supersafra de 66 milhões de t se deve a política de crédito adotada para o setor no ano passado?

Sebastião Rodrigues – O crédito rural é só um componente. O que ajudou muito foi clima. É claro que tivemos ampliação de 42,7% no crédito de custeio no ano passado e de 83,7% no crédito de investimento, e isso foi muito além dos 30% previstos inicialmente.

Visão – Mas esse aumento não foi feito à custa de mais emissões de moeda, de expansão da base monetária e, consequentemente, de inflação, o que anulou a receita?

Rodrigues – Sempre defendi a tese de que os recursos de crédito rural devem constar do orçamento fiscal da União. A liberação de recursos seria certa e haveria "orçamento agrícola" prévio com o Congresso Nacional estabelecendo prioridades e fiscalizando as aplicações. O crédito rural atrelado ao orçamento monetário gera concorrência com outros setores da economia e pressões.

Visão – E há a distorção dos juros, dos subsídios...

Rodrigues – De fato, juros subsidiados levam à procura de crédito quem não necessita dele. Eu, se tivesse recursos e o mercado financeiro me pagasse taxas acima de 400% ao ano, não iria aplicar esses recursos na atividade agrícola, uma vez que para isso poderia captar dinheiro nos bancos a taxas de 10% ao ano... No entanto, se as taxas fossem iguais, eu iria bancar minha atividade agrícola com meu próprio capital.

Visão – Mesmo se estivesse tão descapitalizado quanto o setor agrícola?

Rodrigues – O setor está realmente descapitalizado, mas a solução não é o subsídio no crédito e sim uma política de preços. Temos de dar preços aos produtores e aí eu defendo o subsídio aos preços.

Visão – Como seria isso?

Rodrigues – Esses preços estão sendo dados através do Índice de Preços Pagos pelo Produtor (IPP) e do Índice de Preços Recebidos pelo Produtor (IPR). Ambos possibilitarão aferir uma inflação setorial e não de forma linear como vem sendo feita. Significa que os encargos que os produtores pagarem serão feitos em cima de custos reais.

Por exemplo, um grupo de cinqüenta produtos que servem de referencial para definir inflação linear, se a minha atividade utilizar dez desses itens (supondo que sejam os que mais encareceram), terei custo financeiro superior à média; é isso que o IPP e o IPR vão aferir.

Visão – Mas e os pequenos produtores, que não têm poder de barganha? Não deveriam ter prioridade junto aos bancos?

Rodrigues – O banco privado vai pensar mil vezes antes de operar com os pequenos, e com razão, porque têm custo financeiro alto e não compensa investir no segmento. Mas, quando o banco privado atende ao médio e ao grande produtor, alivia a pressão sobre o Banco do Brasil, cuja função, enquanto entidade do Governo, é financiar sobretudo os pequenos. É dentro dessa orientação que 80% dos contratos de financiamento do Banco do Brasil atendem aos pequenos produtores.

Visão – O Banco do Brasil deixou de ser "banco de fomento" com o fim da "conta-movimento"?

Rodrigues – Não é bem assim. Não era a conta-movimento que caracterizava o Banco do Brasil como um banco de fomento; aliás, aquela conta continua a existir, só que não mais em poder do BB, e agora temos de pedir autorização a outra autoridade monetária. O Banco do Brasil deixou de ser banco emissor, mas continua sendo o maior banco de fomento do País, tanto que 60% dos recursos são aplicados em crédito rural.

Visão – Com isso, o senhor diria que o produtor rural está tranquilo?

Rodrigues – Não, ele não está, porque falta definir regras de longo prazo, que não mudem a cada dia, para que o produtor possa planejar para cinco ou seis anos. Também acho que o produtor precisa de um mínimo de programação. Veja o caso da liberação de recursos nas agências do interior. A cada dez dias é feita liberação de recursos. Suponhamos que alguém tenha entregue sua proposta de financiamento no dia 7 do mês e os recursos liberados no dia 1º já tenham acabado; nesse caso, o produtor será atendido

no dia 10 daquele mês. Afinal, é necessário que os produtores também entendam um pouco de Banco do Brasil, Banco Central e Ministério da Fazenda...

Visão – E o Governo entende bem de agricultura?

Rodrigues – Acho que entende e tem até setores especializados. O que temos hoje é um momento de dificuldades internas e externas.

Visão – Não seria conveniente o Governo subsidiar exportações agrícolas, tendo em conta a grande safra, evitando deprimir os preços?

Rodrigues – Acho que a agricultura caminha para ser subsidiada nesse sentido. A tendência é dar maior garantia ao produtor, através da política de preços. Os preços corrigidos mês a mês, com base no IPP para os produtos básicos, são compatíveis com os custos. As taxas estão mais próximas do custo real do dinheiro e assim por diante. Agora virá a avaliação do produtor, que decidirá se vai plantar mais este ou aquele produto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna porque, como Constituinte, não posso calar-me ao sentir que toda a crise do Poder Executivo é transferida como se fosse responsabilidade desta Constituinte.

A Constituinte não tem poderes executivos e não poderá resolver os problemas do Brasil de hoje. A única alteração seria do mandato. Mas o que inicialmente tentou-se morreu no nascedouro; os partidos que poderiam embasar nessa mudança têm alguns membros que se dobraram ao fisiologismo de cargos.

Vem o Presidente e diz que o Brasil não quebra, mas o seu povo está quebrado, a economia está quebrada e as empresas nacionais vão quebrar, pois elas não têm o poder dos Governos Estaduais de buscarem recursos junto às barras do Tesouro.

E as perguntas pelas ruas são constantes: O que faz a Constituinte? O que a Constituinte faz pela crise? A Constituinte vai segurar a inflação? A Constituinte vai baixar os juros?

Estas e outras perguntas são feitas todos os dias a qualquer um dos senhores, como se fôssemos responsáveis pela crise. Lamentavelmente, as respostas não podem ser dadas pela Constituinte. Mas os Constituintes que têm vergonha têm que exigir que aqueles que são alienados acordem para a realidade e passem a cobrar aqui o que o povo espera com ansiedade: que sejamos instrumentos de uma solução política, pois enquanto trabalhamos para o futuro, não podemos afirmar que o presente nos permitirá transpor a ponte do futuro pela corrosão que deteriora essa ponte. É como o doente que diz: "De que adianta arrumar o remédio para amanhã, se vou morrer hoje, já que a doença está me debilitando?" Essa doença não permitirá que ele chegue vivo ao futuro.

Vamos, portanto, lançar uma cruzada que nos encaminhe para um novo horizonte, aquele que o povo quer, pois a falta de credibilidade do Executivo, a falta de sensibilidade irá nos levar de roldão e nós não queremos ser naufragos. Para

isso é preciso que começemos a nadar contra a correnteza.

Vamos lutar, porque ainda é tempo. Do contrário, a crise do País envolverá toda esta Constituinte. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lézio Sathler.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O tema do nosso pronunciamento é referente a uma das matérias que, entendemos, de maneira e em hipótese alguma poderá estar ausente no debate da Constituinte. A nossa experiência e a nossa luta, que é a luta da família brasileira, que é a luta de uma sociedade que se desenvolve, que busca o desenvolvimento e o progresso, preservando, acima de tudo, principalmente, uma das dádivas que é a vida.

O trânsito, um tema com que a sociedade moderna vem convivendo diariamente, um tema que vem exigindo, por parte das autoridades, uma definição e uma política, levou-nos a encaminhar à Comissão da Ordem Econômica e, mais especialmente, à Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, onde apresentamos emenda objetivando vermos registrada na Carta Magna deste País a definição de uma política de diretrizes que norteiam o ordenamento urbano das nossas cidades.

Registraremos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a Constituinte deve ser o grande estuário, o caminho que a sociedade civil deve buscar para propor a correção do rumo, o ajustamento das distorções existentes na área de trânsito.

O Trânsito, ou seja, o mecanismo de circulação efetivado por pessoas, veículos e animais, na estrutura nacional, ficou alijado do clássico processo normativo, e, pois, sem, e acima de tudo, ordenamento próprio desde a vigência da Carta Magna de 1937.

O grande desafio está lançado no sentido de se criar novas bases de um sistema para o País, com o total repúdio às formulações jurídico-constitucionais e normas delas decorrentes instauradas nas últimas décadas.

A alta taxa de urbanização do País, e o fato de ser o trânsito o elemento viabilizador das políticas sociais do Governo atual, fizeram com que os problemas do setor passassem a ter dimensão nacional.

E se registrássemos aqui, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, que a cada ano esse Brasil perde 30 mil brasileiros em acidentes de trânsito; temos registrado mais de 300 mil acidentes por ano, repercutindo na perda da capacidade de trabalho, resultando, acima de tudo, no esvaziamento dos cofres públicos com as altas taxas de ocupação dos leitos hospitalares. E se fôssemos aqui descrever que, no seio da grande família brasileira, existe uma vivência, uma experiência dramática vivida, decorrente do conflito entre o despreparo do homem para conviver com a máquina. Assistimos a uma sociedade industrial onde se preparou e se aprimorou, acima de tudo, a indústria automobilística, firmas estrangeiras que para cá vieram invadir o mercado nacional, sem qualquer identidade ou compromisso com a preparação do homem para conviver com a máquina.

E não pára aí, Sr. Presidente, encontramos, também, despreparo da falta de planejamento e de sensibilidade por parte de muitas das autoridades que administram e que planejam as áreas urbanas e as rodovias neste País. E daí, Sr. Presidente, encontrarmos um crescente índice de mortalidade, de desastres, de drama no trânsito. Por isso, pleiteamos que esteja implícito no texto constitucional, na modificação dos artigos 10 e 19, onde propomos:

Art. 19 Compete à União:

I – Estabelecer diretrizes e coordenar a Política e o Sistema Nacional de Trânsito;

II – Estabelecer princípios e diretrizes de uma Política Nacional de Educação que envolva circulação de pessoas e veículos automotores.

Para concluir, é sabido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no capítulo da educação, assistimos, por parte dos segmentos que deveriam ter essa sensibilidade e deveriam ter, acima de tudo, a atenção voltada para a preservação da vida do brasileiro, nós verificamos, ser este um setor esquecido porque as mortes no trânsito acontecem uma seguindo outra e não de uma vez só, e não chamam a atenção das autoridades.

As estatísticas e não somente os números frios mostram que são acidentados 30 mil brasileiros. São os números registrados pelas estatísticas de trânsito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, os Detran do Brasil, do qual a pessoa que vos fala foi um Diretor que batalhou incansavelmente. Tenho minhas origens identificadas no magistério e implantamos um projeto no Estado do Espírito Santo, onde temos, hoje, 150 mil crianças recebendo orientação e educação de trânsito nas escolas, através dos nossos bravos professores.

Vou encerrar, Sr. Presidente, deixando registrada esta nossa fala nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, contando com a sensibilidade e compreensão de todos os Srs. Constituintes para lutarmos, a fim de que esteja implícito no texto constitucional o traçado das linhas mestras da definição de uma política educacional para o trânsito.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dois pontos importantes estão nos preocupando com relação aos debates que se processam nas Comissões Temáticas. O primeiro é relacionado com a pouca importância, ou nenhuma importância, que as Comissões estão dando à necessidade de se constitucionalizar a industrialização deste País. Lendo todos os relatórios, em nenhum deles encontrei a preocupação fundamental de que se imponha pela Constituição uma racionalização na distribuição das grandes empresas, quer do Estado, quer públicas, pelas regiões deste País.

Alegar-se que elas não estão preparadas infra-estruturalmente, não se compatibiliza com a realidade, uma vez que as regiões brasileiras, hoje, estão quase todas eletrificadas, O Norte, o Nor-

deste, o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul estão com potencialidades energéticas capazes de receber indústrias de base.

É preciso que esta Constituinte encontre a fórmula dada pela nossa sugestão e, através dela, obrigue a distribuição racional das empresas por regiões, proibindo a similaridade pelas regiões. Não é possível que a concentração industrial se aloque só no Sul e Sudeste, criando um desequilíbrio palpável, frontal, negativo, para o bem-estar social das nossas populações. A renda *per capita* dos nortistas, dos nordestinos, é aquém dos sulistas. O volume de desemprego é alarmante no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste em relação ao Sul, é só buscar os índices de desemprego que constatamos essa verdade, e um dos fatores que contribuem para isto é justamente a raridade, a escassez da industrialização no Nordeste, no Sul e no Sudeste. Se se busca uma fábrica de automóvel, coloca-se em Minas, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro e não se distribui pelas zonas carentes e necessitadas do Norte do Brasil. Quando se fala em implantar uma siderúrgica no Norte, o mundo vem abaixo, quando se deseja implantar uma ferrovia no Norte, o Sul protesta. Circunscreve-se em torno de um *lobby* potencial, um petardo diário é lançado contra os interesses nordestinos.

Outro tema, Sr. Presidente, que me preocupa é a privatização de tudo neste País. Concordamos com a privatização em maior escala, mas não concordamos que se privatize a Petrobrás, por exemplo. A Petrobrás é um dos pólos de desenvolvimento deste País que deu certo. Deu certo em toda a sua linha de trabalho, de produção, de pesquisa, e não é possível que o que esteja dando certo se queira privatizar. Ademais, a Petrobrás garante um produto que está relacionado com a segurança nacional e as matérias-primas que estejam dentro do princípio da segurança nacional devem ser controladas pelo Estado.

O meu Partido não pode, em absoluto, se insurgir contra este princípio porque é o seu programa, quando trata da empresa estatal, que diz:

Empresa estatal

92. limitar a participação da empresa estatal somente aos segmentos de produção de bens públicos e daqueles que envolvam a segurança nacional. Caso efetivamente caracterizado como imprescindível, a empresa estatal atuará, também, em áreas prioritárias, para as quais inexiste interesse por parte da empresa privada nacional;

O petróleo é matéria de segurança nacional e deve continuar sob o círculo do monopólio estatal. Não podemos abrir mão desta conquista que deu certo.

Portanto, preocupa-me a Subcomissão não ter definido de maneira clara este princípio, de que matérias-primas relacionadas com a segurança nacional devem ficar sob o controle do Estado e só o Estado deve ser responsabilizado pelo êxito ou pelo fracasso no aproveitamento dessas matérias.

Sr. Presidente, a vôo de pássaro, eram estas as primeiras colocações que faço sobre um pronunciamento futuro que pretendo fazer no Grande Expediente defendendo estes princípios que estão ligados, também, ao programa do Partido a que pertenço.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aproveito a oportunidade para comunicar-lhes o surgimento do jornal alternativo

Resenha Municipal, editado em meu Estado, o Pará.

A imprensa é sempre bem-vinda. Contribui para o aperfeiçoamento e consolidação da Democracia. Pela informação diversificada e do interesse municipalista, **Resenha Municipal** integra-se entre os alternativos que contribuem para bem informar e defender causas municipalistas.

Congratulo-me com seus proprietários MM & Lima Comunicação e Jornalismo, sob o comando editorial de Marcos Moraes, Paulo Jordão e outros colaboradores, todos, por certo, incumbidos do ideal de bem servir o Pará e seus municípios.

Peço, Sr. Presidente, que este registro seja feito nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, aliado às congratulações do povo paraense a quem tenho a honra de representar, neste importante momento histórico da Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vilson Souza.

O SR VILSON SOUZA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes:

A Nação tem como palco de sua atenção e o desenho de seu futuro esta Assembléia Nacional Constituinte, e dos embates dos diversos grupos de interesses que atuam dentro desta Assembléia, vimos pelos resultados das votações nas Subcomissões temáticas, que prevalecem, infelizmente, os interesses dos grandes oligopólios, principalmente os interesses vinculados ao capital internacional.

Se não bastasse o profundo processo de dependência do Brasil em relação às economias mais avançadas do Planeta, se lá não bastasse esse modelo econômico criado para beneficiar o capital internacional, os representantes desses interesses, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, querem submeter o futuro da Nação à subserviência perpétua e permanente, fazendo com que um País continental como o Brasil não passe de uma republiquetá, gerando seu trabalho e entregando suas riquezas à exploração internacional.

Há necessidade urgente de se recobrar a defesa e a soberania da Nação, não só a nível retórico, mas principalmente a nível das suas riquezas, a nível da riqueza e da melhoria das condições de vida do seu povo. Há necessidade, mesmo daqueles que vinculados a um pensamento liberal, daqueles que se dizem de centro e que são democratas, há necessidade de uma grande conciliação em torno dos temas que defendam efetivamente a soberania da sociedade, da economia e do povo brasileiro. O pacto social começa por aqui. Se nos descurarmos de atender as nossas riquezas, se nos descurarmos de atender esses princípios mínimos, certamente, não teremos sido dignos do mandato recebido, porque traímos não só a geração atual, mas, principalmente, colocamos as gerações futuras nas cadeias de força que limitarão a sua soberania e o seu bem-estar.

Era isto o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Todos os que vêm acompanhando os nossos trabalhos devem ter verificado que, por mais importante que seja a nossa tarefa de elaborar uma nova Constituição para este País, esta tarefa não consegue superar a necessidade que tem o representante do povo, que para aqui veio mandado pela vontade livre e soberana dos seus eleitores, de se deter sobre o que está acontecendo no País. Se estivéssemos atravessando uma fase política muito tranquila, um período de economia organizada; se estivéssemos vivendo realmente dias de progresso, de entendimento geral, imagino que os temas constitucionais ligados, principalmente, a posições doutrinárias e ideológicas, estariam predominando nos nossos pronunciamentos e nos nossos debates. Mas não é isso o que vem acontecendo. Muitos põem reparos a essa posição da Assembléia Nacional Constituinte, achando que, se continuarmos aqui a debater assuntos do dia-a-dia da conjuntura nacional, estaremos atrasando o nosso trabalho primeiro, aquele para o qual fomos investidos de poder pelo povo.

Quer me parecer, e nisto tenho certeza que interpreto o pensamento da maioria dos meus colegas, que, ao determinar no art. 84 do nosso Regimento Interno que as nossas reuniões, como Câmara, só se realizariam em caráter extraordinário, convocadas pela Mesa, e às segundas-feiras, quer me parecer que nós todos, hoje, entendemos que este dispositivo se revelou ineficaz e, até pelo contrário, colide violentamente com a realidade dos fatos e com os anseios da maioria dos representantes desta Casa.

À medida em que os trabalhos prosseguiram, foi fácil verificar que, enquanto nas manhãs, nas noites, nas subcomissões, havia um andamento eficiente com bom resultado, e a prova é que a nossa Assembléia Nacional Constituinte está cumprindo, rigorosamente, os prazos do calendário estabelecido, ficou fácil verificar, por outro lado, que as nossas reuniões na parte da tarde, quando elas ocorrem sem ordem do dia, elas se tornam um vazadouro natural para as nossas preocupações com o dia-a-dia. E é só graças à benevolência das Mesas que presidem os nossos trabalhos que nós ocupamos a tribuna e tratamos desses assuntos que não são os assuntos da elaboração da Constituição, mas que são assuntos da nossa competência enquanto Deputados. Por isso mesmo, Sr. Presidente, quero fazer entrega à Mesa de um projeto de resolução em que proponho, com o apoio de mais de uma centena de assinaturas de colegas Constituintes que seja substituído o art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte por um texto que passo, a seguir, a propor. Será assim, se for aprovado por todos nós, o novo art. 84 do nosso Regimento Interno:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

Substitua-se o art. 84, do RI da ANC, pelo seguinte:

"Art. 84. Não havendo matéria para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, as sessões se realizarão, de terças às quintas-feiras, às 19:00 horas e às sextas-feiras, às 09:30h.

Parágrafo único. O Congresso, a Câmara e o Senado, ocorrendo a hipótese prevista no **caput** deste artigo, realizarão sessões ordinárias ou extraordinárias, para discutir e votar matéria de sua competência, de segunda a sexta-feira, às 14:00 horas.

Com isto, Sr. Presidente, nós que integramos a Câmara dos Deputados deste País, vamos ter o palco certo e correto para debater os problemas de conjuntura nacional. Enquanto deputados, teremos como elaborar projetos de lei, teremos como votar projetos importantíssimos que estão aí engavetados nas Comissões aguardando uma oportunidade. E mais do que isto: acontece que no dia 15 de junho termina a vida útil das Subcomissões e das Comissões e se inicia o período de trabalho da Comissão de Sistematização. Ora, não é justo que colegas nossos, Constituintes, que não compõem a Comissão de Sistematização, que têm um mandato popular da maior significação, tenham que ficar sem ter o que fazer, no aguardo dos trabalhos da Comissão de Sistematização, para voltar a debater e discutir as matérias constitucionais. São mais de 40 dias úteis, Sr. Presidente, em que mais de 400 Srs. e Sras. Constituintes terão oportunidade de atender às necessidades que o País tem de um Poder Legislativo funcionando.

É esta a proposta que entrego agora à Mesa e para a qual, tão logo a Mesa da nossa Assembléia dê a ela uma destinação, nós pretendemos pedir, em requerimento de urgência, que figure na pauta de nossos trabalhos. É esta a proposta que apresento, na certeza de que com isto nós vamos ter, daqui por diante, sessões ordinárias ou extraordinárias, às 14 horas com o plenário cheio, debatendo assuntos que são do interesse do País, podendo convocar autoridades públicas, podendo abrir CPIs, podendo, inclusive, desobstruir a imensa pauta de projetos que dormem aguardando um Poder Legislativo mais eficiente.

E obrigada a V. Ex.^a pelo ampliamento do meu prazo. Obrigada. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE A SRA. SANDRA
CAVALCANTI EM SEU DISCURSO:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

Substitui-se o art. 84, do RI da ANC, pelo seguinte:

"Art. Não havendo matéria para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, as sessões se realizarão, de terças às quintas-feiras, às 19:00 horas e às sextas-feiras, às 9:30h.

Parágrafo único. O Congresso, a Câmara e o Senado, ocorrendo a hipótese prevista no "caput" deste artigo, realizarão sessões ordinárias, ou extraordinárias, para discutir e votar matéria de sua competência, de segunda a sexta-feira, às 14:00 horas.

Justificação

É fato incontestável que a situação atual do País tem provocado uma predominância de assuntos, temas e propostas conjunturais sobre a matéria dita constitucional.

O levantamento dos pronunciamentos nas sessões ordinárias da ANC e o teor dos projetos de

decisão, enviados à Comissão de Sistematização, revelam, também, que se torna urgente um ajustamento dos trabalhos dos parlamentares à realidade do País.

Este projeto de resolução, portanto, tem como objetivo sobrestrar, nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o acúmulo de matérias e propostas que, regimentalmente, são da competência do Congresso, da Câmara ou do Senado. Se tal providência não for tomada, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte poderão ser irremediavelmente prejudicados.

Por outro lado, temos que reconhecer que a redação do artigo 83, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, se revelou incapaz de atender ao bom funcionamento da mesma, motivo pelo qual deve ser substituído pelo artigo que aqui propomos.

Este Projeto de Resolução se enquadra, pois, de forma muito oportuna, nos objetivos do § 1º, do artigo 59, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1987.

— Constituinte Sandra Cavalcanti e outros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): —

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Benedicto Monteiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB — PA. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho consciência de que os 559 Deputados e Senadores que chegam ao Congresso Nacional, à Assembléia Nacional Constituinte, são líderes nos seus Estados, nos seus Municípios, nas suas regiões, representam, portanto, uma parte da população em seus Estados. Como tal, cada um deles tem seus projetos partidários, seus projetos próprios, seus projetos pessoais.

Por isso, não estranho nada do que acontece aqui, neste plenário, nem nas Comissões e Subcomissões. Reconheço que cada um de nós precisa dar prova da nossa atuação política, da nossa capacidade política perante o eleitorado que nos elegeu.

Não estaria falando deste microfone, se não tivesse uma história que faço questão de repetir, embora sinteticamente. Em 1962, apresentei à Assembléia Legislativa do meu Estado um projeto de reforma agrária e, por este motivo, os donos do golpe, os donos do poder, desprezando as pessoas mais importantes da região do meu Estado se fixaram na minha pessoa, para consumar a sanha da sua violência e da sua vingança.

É difícil descrever para os nobres Constituintes, não os sete meses que passei na cadeia, com os 60 dias que passei incomunicável numa cela solitária, de calçamento, comendo uma comida que me era levada no bandejão e colocada aos pés da minha cela às 11 horas da manhã, para que eu a comesse às 3 horas da tarde, sem talher — não vou falar desses 60 dias em que os oficiais do 2º BIS tinham ordem do Ministro do Exército para nem sequer se dirigirem a mim. E passei 60 dias incomunicável no incomunicável. Não vou falar desse tempo! Também não vou falar dos sete meses que passei na cadeia, tendo que nos momentos em que precisava fazer minhas necessidades fisiológicas, entrar na privada, naquela privada de pé, e deixar a porta aberta, e fazê-las

com duas metralhadoras no peito; durante sete meses consecutivos! Não vou falar, não vou falar do que passou a minha família durante esse tempo!

Quero dizer apenas, Srs. Constituintes, que sou bisneto, neto e filho de latifundiários; estou lá no Município de Alenquer, no Estado do Pará, as terras dos meus pais, dos meus avós. Para que tenham uma idéia, o meu avô materno tinha 19 filhos e para cada um deixou uma fazenda, e também à minha mãe. Pois bem, Ex.^{as}, na hora em que meu pai e minha mãe morreram eu, como advogado que sou, recusei-me a ser o inventariante da família e, mais do que isso, renunciei a todos os direitos que tinha sobre aquelas terras. Está lá nos cartórios, está lá no Forno Belém para quem quiser verificar.

Mas do que isso: depois que passei anos em completo isolamento da sociedade, quando nenhum companheiro meu — prestem atenção, companheiros — nenhum, de nenhum partido, me procurou para falar; ao contrário, se me encontrasse na rua, desviavam o caminho.

Pois bem, não vou falar dessa época. Mas quero dizer que o que me salvou foi a minha condição de poeta e romancista. Se não tivesse escrito os 8 livros de ficção, que estão hoje espalhados no Brasil e no mundo, em países como a França, Itália e Alemanha, traduzidos que foram, eu não estaria falando aqui para V. Ex.^{as}.

Durante esse período em que advoguei, como advogado agrarista que fui, recusei-me a receber pagamento dos meus serviços, terras em qualquer parte, inclusive em São Paulo e no Paraná. Tenho documentos sobre isso.

Termino já, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex.^{as} prestassem atenção para tudo isso. Fui Secretário de Obras e Terras em dois Governos do meu Estado. Fui Procurador-Geral do Estado e nunca usei o poder nem o Governo para tirar um tostão para mim ou para minha família.

Com esta autoridade é que quero me manifestar aqui na Assembléia Nacional Constituinte para que não aconteça o que aconteceu recentemente, em que os jornais, as revistas, as televisões e as rádios fizeram suposições de que a minha ausência na Subcomissão de Reforma Agrária seria porque eu estaria cotado para o Ministério da Reforma Agrária ou, então, porque teria sido comprado pela UDR.

Quero só que V. Ex.^{as} meditem se, depois desse tempo todo, eu teria condições pessoais e morais para aceitar qualquer migalha porque isto seria migalha diante das oportunidades que tive na minha vida para ser multimilionário.

O Presidente, Constituinte Jorge Arbage, sabe muito bem disso e todos os Deputados do Pará sabem disso. Por isso quero dizer que os Srs. procurem julgar pelo meu comportamento nesta Assembléia. O que estou fazendo, o que vou fazer, isto dará a medida da minha posição política.

Não queria terminar este discurso sem lamentar duas frases que ouvi hoje e que me amarguraram profundamente. Uma, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando Sua Excelência disse, nessa sua nova plataforma de Governo, que acabou fazendo do Palácio do Planalto que, nesses dois anos — 1985 e 1986 — não se tinha derramado uma gota de sangue neste País. Meu Deus, que tristeza! O Presidente da Re-

pública não saber que só no meu Estado morreram mais de 100 lavradores, assassinados por esses conflitos da terra e, mais do que isto: quantos milhões e milhões de pessoas deixaram de viver não por derramar o seu sangue mas porque não têm sangue para viverem? Senhor Presidente, entre neste Brasil, ponha os pés na terra, saia desta "Ilha da Fantasia" ou desta "Ilha de Ilusões" e comece a governar não meia dúzia mas o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Recebi do Gabinete do Sr. Ministro da Educação 19 pequenos cadernos que parecem ter a intenção de expressar o pensamento do Sr. Jorge Bornhausen a respeito de diversos temas.

Somente seis desses folhetos tratam de educação. Os outros 13 abordam assuntos como a duração dos mandatos, o voto distrital, a liberdade sindical.

Há 5 deles, cujos títulos são os seguintes:

A Duração da Aliança, O Papel do PFL na Ruptura Gorada, A Frente Liberal na Constituinte e os sugestivos, O PFL Contra os Privilégios e As Contribuições da Frente Liberal.

Portanto, dos 19 cadernos enviados, 13 tratam de assunto que nada tem a ver com a Educação.

Nada demais, poder-se-ia alegar. É mais do que aceitável que um Ministro da Educação fale sobre a Educação. É absolutamente comprensível que um político (como é um Ministro) traduza em artigos os seus pontos de vista. É perfeitamente admissível que o Sr. Bornhausen faça apologia das excelências do PFL, que é, afinal de contas, o seu partido.

De fato, não teria nenhum problema, e nem o assunto viria a esta tribuna, se todos os cadernos/folhetos não tivessem, na capa e na contra-capá, o ostensivo patrocínio do Ministério da Educação.

Queremos denunciar desta tribuna, ao Parlamento Nacional e à opinião pública, que o Sr. Jorge Bornhausen, Ministro da Educação, usa dinheiro do Ministério do qual é titular, se vale do patrocínio da sua pasta, para promover as suas próprias idéias sobre os mais variados assuntos (o que já é grave quando esses assuntos não são pertinentes à Educação), e o que é pior e indesculpável, fazer proselitismo da Aliança Democrática e do Partido da Frente Liberal.

Nem o regime militar chegou a tanto, ou seja, usar dinheiro público de forma escancarada para fazer propaganda da ARENA e do PDS.

O Sr. Bornhausen, entretanto, atropela os limites da mais elementar ética de utilização dos recursos públicos. E o faz porque na sua concepção a coisa pública pode e até deve ser conduzida e tratada como se particular fosse.

Na sua desenvolta conduta, agora com a posição aparentemente assegurada na reforma ministerial que não houve, o Ministro não vê nenhuma irregularidade em usar o dinheiro do Ministério para fazer política partidária, como já fez (só que com mais sutileza) nas eleições de 1986 no meu Estado.

Por isso que edita e distribui seus opúsculos pefelistas, com timbre do MEC.

Aliás, é bem de ver que alguns dos artigos agora republicados nos caderninhos do MEC, com dinheiro que deveria servir para a educação dos brasileiros, tinham por objetivo agradar o chefe, como num deles em que defende o mandato presidencial de 6 anos. Uma forma inteligente mas, convenhamos, um tanto bajuladora, de garantir sua permanência no Ministério.

É este Sr. Bornhausen, que assim age, que há dias atrás mandava, por um Jornal catarinense, o recado de que se eu, Senador Nelson Wedekin, não me "alinhasse" com o Governo Sarney, ele, Bornhausen, iria pleitear para o PFL o cargo do Dr. Francisco Pereira, dinâmico superintendente da Sudesul, porque teria sido indicação pessoal minha.

Desta tribuna, informo o Sr. Bornhausen que as indicações do PMDB de Santa Catarina ao Governo que ajudou a construir e do qual faz parte, não são pessoais, mas de toda a Bancada Federal do Partido e, mais recentemente, do Governador.

Ele raciocina como se o PMDB fosse o PFL de Santa Catarina, onde todas as indicações passam pelo seu chefe máximo.

Em segundo lugar, mesmo que fosse pessoal aquela indicação, não me alinharia automaticamente com Governo algum que permita ou tolere o crime de fazer proselitismo partidário com o dinheiro do povo.

E se o meu "alinhamento" deve se dar pelo tempo de mandato, repito da tribuna o que, com lealdade e ética, comuniquei ao Senhor Presidente da República: o mandato, a meu juízo, deve ser de 4 anos, como me norteou claramente o PMDB catarinense em recente pesquisa interna, quando, em quase 4 mil peemedebistas, mais de 80 por cento fixaram a data de 15 de novembro de 88 como a ideal para a realização do pleito presidencial.

Não vou aceitar recados de quem não tem autoridade para fazê-lo.

Sei bem que o Sr. Bornhausen precisa da Superintendência da SUDESUL, e de muitos outros cargos mais, porque só sabe fazer política à sombra do poder, distribuindo benesses e empregos.

Ele precisa de mais cargos, porque já embaraça a vista a superlotação de catarinenses no Ministério da Educação. Ele precisa "descentralizar".

Essa virtude o Ministro tem: seus amigos do PFL, principalmente os derrotados no pleito de 1986, não ficam na estrada, embora essa generosidade nunca seja feita com o dispêndio dos seus próprios bolsos, mas com os dispêndios do Erário.

No meu Estado de Santa Catarina, nas eleições de 1985, o PMDB fez 7 Prefeitos em 7 eleições municipais. Nas eleições de 1986, o PMDB elegeu o Governador, 2 Senadores, 9 Deputados Federais. O PFL elegeu apenas 2 Deputados Federais.

Mas quem representa o único Ministério ocupado por Santa Catarina? O PMDB amplamente vencedor, pela vontade esmagadora do povo nas urnas? Não. Representa o PFL arrasado pelo voto.

Numa coisa estou de acordo com o Dr. Jorge Bornhausen: ambos somos parlamentaristas. Pelo menos ele sempre foi. Não sei se ele mudou depois do pronunciamento presidencialista do Presidente José Sarney, em 18 de maio.

Suponho que não, embora, como sempre nesses momentos, o Sr. Bornhausen quede em silêncio ensurdecedor.

Se parlamentarista fosse o regime, Bornhausen teria saído do Ministério no dia 16 de novembro, depois que falaram as urnas.

Se parlamentarista fosse o regime, como eu gostaria (e como suponho que também o Ministro), a publicação de propaganda partidária com dinheiro dos cofres públicos também seria suficiente para afastá-lo.

Todavia, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, como tenho certeza de que, infelizmente, nada irá acontecer, me resta formular esta denúncia, e requerer com energia do Governo esclarecimentos e providências sobre o singular, leviano, descuidado, ilegal e política e eticamente inqualificável ato do Sr. Ministro da Educação, de usar dinheiro do seu Ministério para fazer propaganda do seu partido. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apresentei à Comissão da Ordem Econômica a seguinte emenda:

Nos termos do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, venho apresentar a seguinte emenda:

Dé-se ao art. 13, inciso I, do Anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a seguinte redação:

Art. 13. Constituem monopólio da União, nos termos da lei:

I – a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, a importação e exportação, o transporte marítimo, em condutos, do petróleo e seus derivados e do gás natural, em território nacional.

Apresentei uma segunda emenda, sob o número 600495/4, que acrescenta o seguinte parágrafo:

Art. 13.....

I.....

II.....

§ – O monopólio a que se refere o inciso I, deste artigo, inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, ficando vedado à União conceder qualquer tipo de participação, em espécie, em jazidas de petróleo ou de gás natural.

A Constituição herdada do autoritarismo somente assegura o monopólio da União na pesquisa e na lavra do petróleo, o que é do agrado dos grandes trusts internacionais que atuam nessa área e seus colaboradores nacionais.

Um passo decisivo no caminho da soberania nacional foi dado na proposta contida no Anteprojeto do Constituinte Virgílio de Senna, que estendia aquele monopólio a todas as etapas da atividade de exploração do petróleo.

Entretanto, a força dos trusts internacionais mais uma vez tomou a dianteira e conseguiu fazer aprovar na Subcomissão de Princípios Gerais, in-

tervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, um anteprojeto que restaura o tímido monopólio apenas sobre a pesquisa e a lavra do petróleo, o que configura lastimável retrocesso.

Causa estranheza que a maioria necessária à aprovação da matéria, tal como se acha no anteprojeto, foi fornecida pelo PMDB, o partido das mudanças e que comandou de modo vitorioso a marcha do País no rumo da soberania nacional.

Conclamamos os companheiros do PMDB para a recuperação da doutrina emancipacionista em matéria de petróleo, através do apoio à presente emenda, inspirada na luta nacionalista que foi iniciada pelo inesquecível Monteiro Lobato.

Concluindo, Sr. Presidente, como Constituinte do PMDB, quero externar o meu inconformismo com o meu partido, não entendendo que ele, tendo 305 parlamentares entre os 559 que compõem a Assembléia Nacional Constituinte, permita que haja um retrocesso numa área de vital importância, a área do monopólio estatal do petróleo.

Quero fazer esse registro, porque não se comprehende que o partido do PMDB, ao qual pertenço, partido que tem um compromisso histórico com este País permita que esse setor, de vital importância para a emancipação nacional, tenha a oito dos seus membros, sem nenhuma explicação ou razão, votado com aqueles que acham que o Brasil deve continuar a ser uma colônia dos países mais desenvolvidos.

Aqui está o meu protesto, a minha indignação e tenho certeza que o povo vai cobrar do meu partido, se permitir que este retrocesso se verifique. Tenho certeza que ainda há tempo de se recuperar a posição de vanguarda que o meu partido defende nas praças públicas.

Vamos escrever na Constituição o monopólio amplo da indústria do petróleo, a indústria básica da emancipação nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Sampaio.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O agricultor nordestino foi surpreendido por uma decisão do Conselho Monetário Nacional, instituindo correção monetária para as operações de crédito agrícolas já contratadas e ainda não vencidas.

Para conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte, passo a ler o que foi decidido pelo Conselho Monetário Nacional:

"Por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) estenderam-se às operações de investimentos contratadas a partir de 15-5-86, os seguintes encargos financeiros:

1 – Operações com míni e pequenos produtores com saldo devedor até Cr\$ 200.000,00 em 28-2-87:

– As taxas serão de 3% a.a. até 30-6-87, após esta data passará a ser de 3% aa., mais fator de atualização de caderneta de poupança.

2 – Operações com saldo devedor em 28-2-87, acima de Cr\$ 200.000,00 contratadas com mini e pequenos produtores e operações com médio produtores, mesmo

que o saldo devedor seja inferior a Cr\$ 200.000,00:

– Encargos até 28-2-87 – juros de 3% a.a. ou 6% a.a.

– A partir de 1º-3-87 até 30-6-87 – juros de 3% aa. ou 6% a.a. + fator de atualização da caderneta de poupança, com rebate de 50%.

3 – Todas as operações a partir de 1º-7-87 passarão a ter seus encargos nas seguintes bases:

– Míni e pequenos produtores: juro de 3% a.a., mais fator de atualização da caderneta de poupança.

– Médios produtores: juro de 6% a.a., mais fatores de atualização da caderneta de poupança."

MD. Ministro da Fazenda
Ministério da Fazenda
Brasília – Distrito Federal
Sr. Ministro,

O objetivo do "Lions Clube", como clube de serviço que é e como bem expõe o seu nome, é servir desinteressadamente. E nós do "Lions Clube" de Barbalha-Ceará, em obediência ao lema que o norteia, vimos por meio deste expediente, à presença de V. Ex.^a, para tratar de um assunto de interesse geral, como passamos a exponer: – Chegou ao nosso conhecimento que o conceituadíssimo e popular Banco do Brasil, em obediência às ordens emanadas do Conselho Monetário Nacional, está convidando todos os agricultores (mini, pequenos, médios e grandes) às suas agências, a fim de assinarem aditivos às cédulas rurais de investimentos concedidos à classe, excluindo, nos referidos instrumentos de crédito, os dizeres que fazem parte da cláusula "taxa de juros": "referida taxa de juros fica sujeita aos reajustes que vierem a ser aprovados pelo Conselho Monetário Nacional" e incluindo uma cláusula de fator de atualização, ou seja, cobrar do cliente, além dos juros já estipulados, a Correção Monetária! Ora, Sr. Ministro, desculpemos a franqueza de dizermos a V. Ex.^a que achamos injusta e desumana a ordem dada ao Banco, pois cobrar à já esgotada classe de ruralistas deste Nordeste pobre e sofredor, a correção monetária, em financiamentos para investimentos que só dão retorno muito pequeno e a longo prazo, é o mesmo que sacrificá-los, que condená-los a um fracasso completo, a serem forçados, para pagar o débito contraído, a venderem suas propriedades.

Julgamos que o cliente do banco só poderá concordar em assinar uma cláusula desta ordem, por ignorância ou por medo. E este procedimento do banco, forçado a usar, viria de encontro às suas tradições de honradez, de banco ortodoxo gerador de desenvolvimento para passar a ser, um banco vulgar, sem escrúpulos, que só visa ao lucro, mesmo à custa do empobrecimento e da derrota de um povo, que já "vive resistindo e morrendo, morrendo e resistindo", como disse o poeta, referindo-se ao sertanejo nordestino.

A referida ordem do Conselho Monetário Nacional ao Banco do Brasil, se observada, trará reflexos negativos para o Governo da Nova República que surgiu para salvar a Pátria, mas que, com procedimentos desta natureza, ela a condena, a esmaga, com o rolo compressor de um crédito de usura, negativo e até traiçoeiro. Estamos usando uma linguagem rude, crua mesmo, mas sincera, pois foi a que brotou espontaneamente de nosso coração, interpretando o sentimento da espavorida classe dos rurícolas. Pedimos desculpas por tê-la usado assim, mas também e porque ela é fruto de mágoas e frustrações repetidas.

Rogamos, Sr. Ministro, que reflita sobre a ordem do Conselho Monetário Nacional e autorize uma contra-ordem salvadora, para trazer a paz e o desenvolvimento de nossa gente. E o nome de V. Ex.^a, que em tão boa hora veio ressurgir esperanças que feneciam, transformá-las-ão de sonhos em realidades salvadoras.

Confiantes no raciocínio puro e patriótico de V. Ex.^a, nos firmamos com o maior respeito e toda a consideração.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O CONSTITUINTE MAURO SAMPAIO NO SEU DISCURSO:

Barbalha-CE, 19 de maio de 1987

Exm.^o Sr.
Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira

Muito respeitosamente, – Lions Clube de Barbalha – Ceará – **Francisco Francimat**, Presidente – **Ivo de Souza Mangueira**, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje o Sr. Dante de Oliveira deixa o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, e a causa da saída de S. Ex.^a desse Ministério, foi dita pela Imprensa e pelo próprio Ministro, seria os cinco anos do Presidente José Sarney. S. Ex.^a não concorda com a tese dos cinco anos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na minha opinião, a causa da saída de Dante de Oliveira do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários realmente é outra porque esse homem, que há algum tempo atacava os seis anos, mas aceitava os cinco anos, dizendo que cinco para José Sarney era aceitável, o ideal seria quatro anos, agora alega que esta é a causa principal. Mas, na minha opinião, a saída do Sr. Dante de Oliveira só tem uma causa: a má administração.

S. Ex.^a pregou nos palanques que podia fazer uma boa administração nesse Ministério e, na realidade, pouco faz e pouco fez, por incapacidade própria e de sua equipe.

Amanhã S. Ex.^a deve reassumir a Prefeitura de Cuiabá, numa festa, a festa da esquerda festiva, com Fafá de Belém, muita música, muita palhaçada. E a realidade é uma só: esse homem ficou três ou quatro meses na Prefeitura de Cuiabá e não pôde cumprir aquilo que pregou nos comícios, e veio para o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Em seguida, aqui, não pôde cumprir aquilo que pregava em diversas tribunas, e saiu do Ministério e voltou para Cuiabá. Apenas posses atrás de posses.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a administração de Dante de Oliveira não foi uma maravilha como dizem. Além das irregularidades e erros comentados desta tribuna por diversos Constituintes, gostaria de lembrar de uma irregularidade, de um grande erro cometido no Paraná, um dos diversos.

Em fevereiro, os jornais de São Paulo noticiaram que havia uma desapropriação no Município de Wenceslau Braz, no Paraná, de cerca de 200 e poucos alqueires, e um dos jornais dizia o seguinte:

"A desapropriação da Fazenda Santa Madalena, em Wenceslau Braz, Paraná, foi considerada ontem uma prova da farsa da reforma agrária do Governo Federal", pelo professor de Direito Civil da USP Carlos Alberto Dabus Maluf. Com mais três irmãos e a mãe, ele foi prejudicado no que chama de "confisco", pois, embora a propriedade seja classificada de improdutiva pelo governo, ela é produtiva."

Em seguida, diz o professor:

"Essa desapropriação tem outro interesse que não o social, já que, ficando praticamente no centro da cidade, a área tem provocado muitos interesses imobiliários."

Em seguida, volta a dizer:

"Curiosamente, os beneficiados pela doação venderam, em períodos de 15 a 60 dias, as terras que receberam, transformadas em sítios de fim de semana."

E mais adiante:

"Ele ainda afirma que não há possibilidade de reassentamento de famílias na fazenda, sem o corte completo das mais de 20 mil árvores ali plantadas, algumas com diâmetro de tronco impossível de ser abraçado por um homem."

Após tomar conhecimento deste fato, encaminhei um ofício ao Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, nos seguintes termos:

Brasília, 17 de fevereiro de 1987

Of. nº 13/87-BSB

Excelentíssimo Senhor

Doutor Dante Martins de Oliveira

DD. Ministro de Estado da Reforma Agrária.

Brasília – DF.

Senhor Ministro:

Baseado em entendimentos pessoais com o Professor Carlos Alberto Dabus Maluf, principal interessado na solução justa, quando da desapropriação da Fazenda Santa Madalena, localizada em Wenceslau, Estado do Paraná, conforme documento anexo, examinei atentamente a questão, chegando à confrontação dos fatos, onde com a experiência que vivo como homem público, pude formular algum juízo sobre o problema e trazer a Vossa Excelência, meu pedido no sentido de ser reexaminado o processo expropriatório e consequentemente a revogação do Decreto nº 93.983, de 17 de dezembro de 1986.

Na certeza de que Vossa Excelência, emprestará o seu empenho pessoal à presente solicitação, aproveito o ensejo para reiterar os protestos de minha alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Deputado Ricardo Izar, Vice-Líder do PFL.

Em seguida, o Sr. Ministro enviou-me uma resposta, alegando no final de seu Ofício que:

tendo em vista que estamos tratando de área já desapropriada com imissão de posse já efetivada, o que resta em tese é, havendo interesse da família desapropriada, encetar-se um diálogo com vistas à possibilidade de acordo no que tange ao pagamento da indenização. O que poderá ser oportunamente provocado junto à Diretoria de Recursos Fundiários do INCRA.

Atenciosamente, João Bonifácio Cabral Júnior, Procurador-Geral do INCRA.

Em 4-3-87

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, esta fazenda era de 300 alqueires, a família doou 100 alqueires aos posseiros e fez uma reforma agrária própria. Esses posseiros, num acordo da família com o INCRA fizeram o assentamento e deram escrituras definitivas às famílias. Em seguida essas famílias começaram a vender os seus lotes para sítios de lazer e, posteriormente, o Ministério da Reforma Agrária desapropriou o resto da fazenda onde tem gado, feijão, soja e um trecho muito grande de eucalipto. Este é um dos erros do Ministro.

Estive com S. Ex.^a e S. Ex.^a disse-me que não poderia rever o caso, porque desta forma S. Ex.^a desmoralizaria o próprio Ministério.

Deixo aqui a minha repulsa à festa da esquerda festiva que se realiza amanhã, em Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há muitos decênios este vem sendo o "Século da Criança", enquanto a Organização das Nações Unidas se esforça para que todos os países do mundo lhe prestem a garantia necessária, desde o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer e, sobretudo, à segurança.

Por vezes o lar é uma escola de violência, quando os pais tratam os filhos não apenas com extremo rigor, senão submetendo-os a toda sorte de sevícias, porque não conhecem outra maneira de educar e assim foram criados. Como recuperar, em tais casos, a criança dos maus tratos, se os seus algozes, os próprios pais, são irrecuperáveis?

Evidentemente, esta é uma função da comunidade, pois o Estado não tem olhos para testemunhar essas violências, que devem ser denunciadas às autoridades.

Se isso acontece nas famílias constituídas, pela ignorância e má formação moral dos pais, o pior sucede, evidentemente, àquelas que não têm um lar e vivem soltas nas ruas, dormindo ao relento, abrigando-se em mansardas, comendo os restos das lixeiras.

Foi pensando no problema dos menores que apresentamos sugestão à Proposta Constitucional, dispondo que "as crianças, particularmente os órfãos e abandonados, têm direito à especial proteção da sociedade e do Estado, contra todas as formas de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições".

Porque ela não sofre apenas o abandono e a falta do lar; mas, acudida, aparentemente, pelos pais e nas escolas, sofrem castigos desumanos, que as condicionam para a violência e a inadaptação social, tornando a delinqüência infanto-juvenil um dos problemas mais graves da nossa sociedade.

Evidentemente, uma simples declaração constitucional, por mais protetora, não eliminará, de uma vez por todas, a violência que gera a violência; mas a lei ordinária, criando novas instituições assistenciais, tomará a previsão constitucional suficientemente válida para proteger a infância brasileira.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para também enfocar a proteção especial do Estado aos idosos.

O problema dos idosos, cujo número relativo aumenta na população brasileira, com o crescimento demográfico, tem merecido, nos dois últimos decênios – principalmente depois que a Organização das Nações Unidas lhes consagrou um "Dia Internacional" – o maior interesse, por parte dos meios assistenciais e médicos, como pela imprensa falada, escrita e televisionada tratado, com insistência, pelo Poder Legislativo Federal e Estadual.

Entretanto, até agora não se inseriu, no texto constitucional, um dispositivo que os amparasse e, para preencher esta lacuna, apresentamos a sugestão à Subcomissão competente, com a seguinte redação:

"Art. – É assegurado aos idosos o direito à proteção especial do Estado, através da assistência social e econômica, condições de moradia e medidas que evitem o isolamento ou marginalização dos mesmos na sociedade."

Este preceito, se incluído no Capítulo Das Tutelas Especiais da futura Carta, significará o atendimento a uma aspiração que vem sendo longamente acalentada por toda a sociedade, sem condições, pela iniciativa privada, de atender a todos, embora haja centenas de instituições no País protegendo a velhice e a senectude.

Impõe-se um tratamento especialíssimo a esse estamento da sociedade, pois, decerto, os idosos, por longos anos, prestaram serviços relevantes à comunidade, como trabalhadores, pais de família, em todas as profissões, pelo trabalho físico ou intelectual, técnico ou burocrático, no magistério, nas oficinas, na indústria, no comércio, na agricultura, e não podem continuar relegados a condições subumanas de vida e insuficiente proteção social.

Os integrantes da terceira idade estão sendo, em todo o mundo civilizado, especialmente atendidos, pensando-se, inclusive, no seu lazer, no seu reaproveitamento laboral, no conforto dos seus abrigos, na valorização dos dias restantes, para que não se sintam isolados numa sociedade a que tanto serviram.

Esperamos que a nossa proposta, no transcurso da sua tramitação, mereça o aperfeiçoamento das Comissões Técnicas e seja, finalmente, aprovada pelo Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Abordo, ainda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a vedação tributária para instituições de utilidade pública.

Os dispositivos constantes do art 19 da Constituição em vigor, reiterando os termos das Cartas de 1967 e 1946, configuraram o princípio da imunidade tributária, ou seja, aquelas isenções claramente expressas no texto constitucional, atingindo os bens da União, dos Estados e dos municípios, o patrimônio e a renda dos partidos políticos e instituições educacionais e assistenciais, o livro, o jornal, os periódicos e o papel de imprensa.

Quando promovemos a elaboração de uma nova Constituição, não podemos esquecer, mas devemos ampliar a imunidade tributária.

Por isso, apresentamos sugestão à Subcomissão competente desta Assembléa para ser incluída no Capítulo do Sistema Tributário, determinando a vedação tributária para:

"O patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos, instituições de educação ou de assistência social, associações civis sem fins lucrativos, consideradas de utilidade pública, observados os requisitos da lei."

Trata-se de incluir, no texto constitucional, a imunidade, "as associações civis sem fins lucrativos, consideradas de utilidade pública".

Trata-se de entidades civis sem fins econômicos, instituídas para defesa dos interesses da co-

munidade, equiparáveis, portanto, aos partidos políticos e às instituições de educação e assistência social.

É inadmissível que tais instituições, algumas com prédios espaçosos, localizadas no centro urbano, paguem o imposto Predial e Territorial Urbano, ou o Imposto Sobre Serviços, ou de Transmissão, quando obrigadas a ampliar suas dependências físicas.

Elas preenchem finalidades públicas, produzem serviços necessários à comunidade que, por definição, pertencem à União, ao Estado, como acontece com os estabelecimentos educacionais e os que prestam variados serviços assistenciais. O próprio fato de serem reconhecidos de utilidade pública justifica a imunidade tributária, como pequena contribuição do Poder Público ao seu trabalho eficiente e necessário, em proveito exclusivo da comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, registro ainda o seguinte tema:

Na tradição constitucional republicana, desde 1891 até 1937, a convocação extraordinária do Congresso Nacional era feita pela Câmara e pelo Senado, sempre que houvesse matéria urgente a exigir sua decisão. Assim, entre 1950 e 1960, raras as vezes em que não ocorreu a convocação, sempre com algum proveito para o trabalho legislativo.

Entretanto, com a revolução de março de 1964, houve uma tendência, registrada na Carta de 1967, no sentido de evitar a autoconvocação do Parlamento, reservando-se este poder, única e exclusivamente, ao Presidente da República.

Dante disso, pretendendo restaurar uma importante franquia do Congresso Nacional, apresentamos uma sugestão à Assembléa Nacional Constituinte, determinando que a convocação extraordinária do Congresso Nacional se processará também mediante convocação assinada por um terço da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Facilita-se, assim, a apreciação de matérias urgentes e o encaminhamento ao Poder Executivo de decisões da maior importância e de relevante interesse nacional.

Evidentemente, o Executivo comungará, também, desse poder de iniciativa.

Não podemos deixar de reconhecer que o Presidente está amplamente informado, até pela mais vasta e dispendiosa assessoria, da magnitude e urgência de tais problemas nacionais.

Ademais, será ensejo para reafirmar o princípio basilar do sistema democrático e representativo, que consiste na harmonia e no equilíbrio entre os Poderes.

Nada traduz melhor esse equilíbrio do que a identidade de iniciativa, no que tange à convocação do próprio Congresso Nacional.

A experiência feita entre 1967 e 1987, ou seja, nos últimos vinte anos, não foi nada benéfica às instituições democráticas no País, impondo-se, consequentemente, abandoná-la, em nome do equilíbrio dos Poderes.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso):
– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em 29 de maio próximo passado, aceitando honroso convite que me foi formulado pela Turma D. Pedro II. da Escola Superior de Guerra, pronunciei, no Rio de Janeiro, perante a mesma, palestra enfocando o andamento dos trabalhos desta Assembléa e em defesa do presidencialismo. Dada a seriedade como a matéria foi tratada, ofereço, para transcrição nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, o seu texto:

Companheiros,

É com muita alegria que lhes venho falar acerca de tema tão oportuno como o que me dão da honra de abordar, no momento em que o Parlamento brasileiro, unicameramente, se reúne para decidir, como preposto dos mais elevados interesses nacionais, o destino político-constitucional de nosso País.

A Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, ao convocar a Assembléa Nacional Constituinte que se instalou no dia 1º de fevereiro de 1987, gravou uma das páginas mais significativas da História deste País, pois passados vinte anos de luta do povo e dos políticos, pelo retorno da legitimidade democrática, finalmente o Estado procurou reencontrar-se com a Nação, de forma embrionária, porém decisiva.

Desprezadas as fórmulas pré-fabricadas, acintosas à soberania daquela Assembléa, tem-se visto a criatividade a serviço do bem-estar geral, inovando responsavelmente, no mais profundo respeito pela cultura político-constitucional de nossa gente.

A forma de se convocar o povo, por meio de audiências públicas, gerou o princípio da co-participação; a independência de suas posições deram a certeza de sua autonomia; a serenidade com que caminham as discussões garantem a característica reflexiva própria das decisões duradouras.

O futuro texto constitucional, embrionariamente desenhado nas Subcomissões, atinge hoje as Comissões Temáticas, para se submeter à Comissão de Sistematização e ao Plenário da Assembléa ainda no decorrer deste ano. Tal embrião haverá de ser, pelo que se antevê, a segurança de uma democracia representativa, pautada nas aspirações nacionais e intimamente associada com os destinos de uma grande Nação que o Brasil sempre soube ser e que fatalmente o será.

As vinte e quatro Subcomissões analisaram as 8.104 Sugestões de Norma Constitucional enviadas pelos Constituintes, por entidades representativas da sociedade, pelas Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores e Tribunais, para, de conformidade com a decisão de seus membros, após exaustivas reuniões, oferecer um anteprojeto à sua Comissão respectiva. Desse conjunto de anteprojetos, cada uma das oito Comissões Temáticas elaborará o seu próprio, a ser remetido à Comissão de Sistematização, encarregada de preparar o Projeto de Constituição, que será emendado e debatido por todos os Parlamentares, em reunião Plenária

da Assembléia Nacional Constituinte, durante dois turnos de discussão e votação.

Cumpre observar que ao Projeto de Constituição poderão ser oferecidas emendas diretamente pelo cidadão, desde que subscritas por um mínimo de 30.000 eleitores, em listas organizadas por três ou mais entidades associativas legalmente constituídas. Trata-se de inédita margem para a participação popular facultada pelo Regimento Interno da Assembléia.

Todos somos testemunhas da grande variedade de aspecto e da real heterogeneidade de pensamento que caracterizou os debates e as proposições, identificando a verdadeira dimensão na qual se inscreve a Assembléia Nacional Constituinte: sua inegável representatividade dos segmentos mais destacados desta Nação, por sua pluralidade e por sua abrangência democrática.

Têm sido ouvidas entidades de classe, associações de minorias, patrões, empregados, o setor público, a iniciativa privada, enfim toda uma gama populacional que, mais além dos processos convocatório e eleitoral, legitimam a feitura de nossa Carta Magna, gerando-lhe indissociável vinculação e dependência aos anseios nacionais.

Cessado o prazo regimental de apresentação de sugestões de Norma Constituinte, incumbiu-se cada Subcomissão de apresentar um Relatório à apreciação de seus Membros e ao oferecimento Emendas pelos Constituintes.

De um modo geral, permito-me fazer um breve relato das principais conclusões a que se chegou.

A Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais enfatiza o papel do Congresso Nacional no controle da celebração dos atos internacionais e possibilita a existência da dupla cidadania, voluntariamente ou quando não houver pré-requisito para aquisição de nacionalidade estrangeira. Inova, também, ao estabelecer que o Estado exercerá soberania sobre os recursos naturais.

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias inclui em seu anteprojeto a proteção aos direitos difusos, ou seja, aqueles direitos de determinada coletividade, que não chegam a se confundir com o direito geral, por se circunscreverem a um certo aspecto, em que tanto a comunidade envolvida quanto o interesse são bastante específicos. Fixou-se a idade para 16 anos para o exercício obrigatório do voto, agora estendido a todos os militares. O cidadão, de acordo com o texto sugerido pela Subcomissão, pode recorrer contra normas atentatórias ao exercício de sua cidadania, por sua constitucionalidade, através dos Tribunais de Garantias Constitucionais. O anteprojeto dispõe, também, sobre a inelegibilidade dos condenados em ação popular por lesão aos cofres públicos ou pelo endividamento irresponsável da União, dos Estados e dos Municípios. Foi incluído o voto destituinte, objetivando à revogação de mandato legislativo. A Subcomissão concedeu ao povo o poder de iniciativa de lei e de emendar a Constituição, com

tramitação prioritária no Congresso Nacional. Propõe a criação do mandado de segurança coletivo. Tornam-se imprescritíveis os crimes contra a economia popular, a ecologia, a administração pública ou contra o abuso ou desvio de poder. Os praticantes de tais crimes tornam-se inelegíveis e proibidos de exercer cargo ou função pública pelo prazo do dobro da pena a que forem condenados. Foi instituída a figura do defensor do povo, para a proteção ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens artísticos, históricos, culturais, estéticos e paisagísticos.

A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais resguarda a igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Torna livre a sindicalização a todos os trabalhadores. Prevê a indenização em dinheiro em todos os casos de desapropriação, inclusive para fins de reforma agrária. À semelhança da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, cria a figura do defensor do povo. Para a proteção de direitos previstos na Constituição, prevê o instituto do mandato de injunção. Transfere para a legislação ordinária a questão do aborto. Os crimes de tortura, de produção e tráfico de drogas são inafiançáveis e inanistíáveis.

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios ampara os bens da União como sendo o mar territorial e patrimonial, os recursos minerais do subsolo, as cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos, pré-históricos e espeleológicos, e assegura aos Estados e Municípios litorâneos participação no resultado da exploração econômica do mar territorial e patrimonial e da plataforma continental. Garante também aos Estados, Distrito Federal e Municípios a participação econômica nas explorações dos recursos minerais. Essa faculdade é extensiva às populações indígenas, no que respeita às áreas de sua ocupação. O mar territorial brasileiro é fixado em 200 milhas. É estabelecida uma faixa de fronteira de 100 km de largura situada entre o Brasil e os países limítrofes. Prevê a consulta popular acerca da construção de hidrelétricas, aeroportos, pólos petroquímicos, usinas nucleares, depósitos de material e lixo atômico ou qualquer outro empreendimento atentatório à qualidade e à vida da população e ao equilíbrio ecológico. O anteprojeto confere ao Distrito Federal autonomia política, administrativa e financeira, com a eleição direta de Governador e Vice-Governador, de Deputados à Assembléia Legislativa, pelo voto distrital, além de manter a atual representação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Transforma as atuais Territórios Federais de Roraima e Amapá em Estados.

A Subcomissão dos Estados estabelece a competência suplementar dos Estados, para legislar acerca do Direito Trabalhista, do Direito Agrário, de matéria relativa à Previdência Social, ao regime penitenciário. Cria o Estado do Tocantins (com desmembramento da área do Estado de Goiás) e faculta a criação, pelas Assembléias Legislativas dos Estados desmembrados, dos Estados de Santa Cruz (com desmembramento da área do Estado

da Bahia), Maranhão do Sul (com desmembramento da área do Estado do Maranhão), Juruá (com desmembramento da área do Estado do Amazonas), Tapajós (com desmembramento da área do Estado do Pará) e do Triângulo (com desmembramento da área do Estado de Minas Gerais). Caso a Assembléia Legislativa o negue, será convocado plebiscito. Cria, ainda, a Comissão de Redivisão Territorial do País e determina seja reincorporado ao Estado de Pernambuco o território correspondente à antiga Comarca do Rio São Francisco, hoje incorporada ao Estado da Bahia. Extingue o Território de Fernando de Noronha, reincorporando-o a Pernambuco e cria os Estados do Amapá e Roraima. Confere o prazo de dois anos para que o Supremo Tribunal Federal prolique as sentenças relativas às pendências fronteiriças interestaduais, findo o qual, caso não haja decisão, serão reconhecidos os limites existentes quando promulgada a Constituição de 1891.

A Subcomissão de Municípios e Regiões prevê a criação de Regiões integradas por Estados limítrofes que se situem num mesmo complexo geoeconômico e de Conselhos Regionais destinados a promover o desenvolvimento regional. Transforma os municípios em entes federados, para os quais haverá inclusive um texto constitucional. Dispõe sobre a criação do Conselho de Ouvidores, ao qual caberá fiscalizar os atos da administração municipal.

A Subcomissão do Poder Legislativo, pressupondo o sistema parlamentarista, volta-se para o fortalecimento do Parlamento em defesa contra a hipertrofia do Executivo, conforme consta de seu Relatório. Dentre elas, o poder de fiscalizar e controlar seus atos. Estende à União necessidade de aprovação, pelo Senado, de empréstimos, operações e acordos externos a serem celebrados. Estabelece a necessidade de se realizar referendo popular para a aprovação de emendas ou de reformas da Constituição e de leis. Obriga-se o Presidente da República a comparecer à sessão de abertura dos trabalhos legislativos. Ficam abolidos o decurso de prazo e o decreto-lei. Restabelece-se a prerrogativa de o Congresso Nacional, por sua iniciativa, conceder anistia, inclusive para os crimes políticos. Cria-se o "poder impediente", pelo qual a Câmara dos Deputados impede, através de moção ao Presidente da República, que um cidadão continue a desempenhar função ou cargo de confiança no Governo Federal. Dá competência ao Senado Federal para aprovar previamente a nomeação dos Presidentes do IBGE, do Banco Central e do Procurador-Geral da República. Aperfeiçoá-se a imunidade de Deputados e Senadores. Elimina-se a figura do "jeton". O anteprojeto moderniza o papel das Comissões Permanentes e Temporárias, agora com poder decisório e convocatório, além de proceder ao acompanhamento da elaboração dos atos de regulamentação das leis, pelo Executivo. O relacionamento com a Sociedade civil é estreitado. As Comissões Permanentes, por decisão de 2/3 de seus membros, poderão

transformar-se em Comissões de Inquérito. O processo legislativo desobriga a existência de **quorum** mínimo para determinadas decisões. O Orçamento terá participação efetiva da Câmara dos Deputados, em defesa do interesse público.

A Subcomissão do Poder Executivo, em consonância com alguns princípios básicos da Subcomissão do Poder Legislativo, imprime, como atuação fundamental, a proposta de estabelecimento do sistema neoparlamentarista no Brasil, de forma inovadora, atribuindo responsabilidade ao Presidente da República, de modo a não esvaziar a importância ao cargo. Suas principais conclusões são a eleição do Presidente em dois turnos de votação, para um mandato de cinco anos, vedada a reeleição, cabendo-lhe nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e os Ministros de Estados. O Presidente inicia o processo legislativo, ouvido o Primeiro-Ministro; indica à aprovação do Senado os Ministros do STF, do TCU, dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República, embaixadores e diretores do Banco Central. O Primeiro-Ministro compõe o Ministério e se apresenta perante o Congresso Nacional. Estabelece casos de dissolução, da Câmara dos Deputados e de queda do gabinete, por moção de desconfiança, à qual não se sujeitam os Ministros militares e das Relações Exteriores. Cria o Conselho da República, composto pelo Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, o Primeiro-Ministro, os Líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados e do Senado, o Presidente do Tribunal Constitucional, dois cidadãos brasileiros natos, indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara dos Deputados. O anteprojeto extingue a figura do Vice-Presidente da República, indicando a seguinte linha sucessória: Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Primeiro-Ministro.

A Subcomissão do Poder Judiciário inova ao incluir os Tribunais e Juízes Agrários na estrutura do Judiciário. Abre uma Seção Constitucional e uma Seção Especial, além do Plenário, na estrutura do Supremo. Fortalece o papel do advogado na defesa do interesse público e prevê a criação pela Lei de Juizados Especiais distritais ou municipais. O anteprojeto inova também ao estabelecer o Tribunal Superior Federal, os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais como órgão de Justiça Federal. No caso específico da Justiça do Trabalho, é prevista a existência dos Conselheiros classistas. O Ministério Público Federal é parte integrante do Ministério Público e exercerá funções junto aos Tribunais Superiores às Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e Agrário e ao Tribunal de Contas da União. É instituída a figura do Promotor-Geral de Justiça. Fica mantida a Justiça Militar, com o objetivo exclusivo de processar e julgar os militares nos crimes conexos ao exercício das funções castrenses.

A Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos prevê que o mandato do Presi-

dente da República, do Governador e do Prefeito é de quatro anos, vedada a reeleição. Dispõe também sobre o sistema distrital misto e, para o Executivo, eleições em dois turnos. Facultou a candidatura a dois cargos no mesmo Estado, podendo ser um do Executivo e outro do Legislativo, ou a ambos.

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança conserva o Estado de Sítio e prevê o Estado de Defesa. Mantém a destinação atual das Forças Armadas e cria um capítulo sobre a atividade de segurança pública, a ser exercida pela Polícia Federal, pelas Forças Policiais, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Judicárias e pelas Guardas Municipais. É conferido o direito de voto aos militares, excetuando-se apenas os concretos.

A Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas preconiza a criação do Tribunal Constitucional e impede que ocupe cargo ou exerça função pública quem atente por meios violentos contra a Constituição. Estabelece os casos de inconstitucionalidade por omissão. Prevê sua reforma, quando se tratar de matéria substancialmente constitucional, ou sua emenda, nos outros casos, competindo a proposta de reforma ao Legislativo, pela maioria dos Membros do Congresso Nacional, à maioria das Assembleias Legislativas estaduais ou a 0,5% dos eleitores da maioria dos Estados. O anteprojeto propõe também o mandato de segurança coletivo, a iniciativa popular das leis, o referendo popular, inclusive à nova Carta, o plebiscito, e institui o Defensor do Povo.

A Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas cria o Imposto sobre Doação e transfere o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural para os Estados. Prevê também a competência municipal sobre o Imposto de Vendas a Varejo e o IPTU, elimina o ISS.

A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira proíbe a despesa não prevista em orçamento ou em créditos adicionais, reformula a composição do Tribunal de Contas da União e dá eficácia de sentença às suas decisões que resultem em imputação de débito. Estabelece competência constitucional para o Banco Central. O Orçamento encaminhado pelo Executivo à apreciação do Congresso Nacional se fará acompanhar dos indicadores econômicos que serviram de parâmetro, e será examinado por uma Comissão Mista Permanente.

A Subcomissão do Sistema Financeiro amplia a competência do Congresso Nacional no exame de matéria financeira, cambial e monetária, criando uma Comissão Mista do Sistema Financeiro com a prerrogativa de determinar a sustação, temporária ou definitiva, de deliberações do Poder Executivo relativas às políticas monetária, de crédito e cambial. Prevê também as competências do Banco Central. Extingue a necessidade de cartas-patentes para o funcionamento de instituições financeiras, bancárias e de seguros, que necessitarão apenas de autorização de funcionamento, inegociável e intransferível, do Banco Central. É criado o Fundo de Segu-

ros de Depósitos Bancários para a proteção dos depósitos populares.

A Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica restringe o monopólio estatal à pesquisa e à lavra do petróleo e à pesquisa, lavra e enriquecimento de minérios nucleares. O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira ou em áreas indígenas é aberto às empresas particulares. O anteprojeto conceitua empresa nacional como aquela constituída e sediada no Brasil. O Estado somente poderá atuar na economia de modo supletivo, para organizar setores de interesse coletivo e que não possam ser atendidos pela iniciativa privada. As estatais não poderão gozar de benefícios, privilégios ou subvenções que não sejam estendidos à iniciativa privada.

A Subcomissão da Questão Urbana e Transporte estabelece que a moradia adquirida por meio de financiamento ou por doação do Poder Público, ou por usucapião, é um bem familiar, isentando-se de execução por dívida e impedindo-se de ser alienada.

Prevê o usucapião após 5 anos ininterruptos, quando a posse se der com justo título ou boa-fé, ficando inalienável por vinte anos. Propõe o incentivo a programas de financiamento de moradia popular e a preservação de memória urbana como bem cultural. O Plano Piloto de Brasília manterá sua concepção original. No setor de transportes, conceitua a via pública e os terminais modais e intermodais como de relevante interesse público, e estabelece meios de proteção ao usuário dos transportes de passageiros e de carga.

A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária praticamente remeteu à Comissão de Ordem Econômica, conforme dispõe o § 4º do art. 17 do Regimento Interno da Constituinte, à tarefa de apresentar o anteprojeto que lhe competiria. Isso porque a grande luta de opiniões adversas, havida por ocasião da votação, mutilou não apenas o anteprojeto do Relator, como também o substitutivo a ele oferecido. Em verdade, a única conclusão à que se chegou foi sugerir a instituição da Justiça Agrária, de resto proposta já formalizada pela Subcomissão do Poder Judiciário.

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos procurou garantir as condições para o efetivo exercício do trabalho: participação direta nos lucros da empresa; reajuste salarial e de proveitos, automaticamente, de acordo com o custo de vida; jornada semanal de trabalho não excedente a oito horas, e semanal limitada a quarenta horas; estabilidade imediata, resguardando-se noventa dias probatórios; greve irrestrita; liberdade sindical; idade mínima de 14 anos para atividades diurnas e de 18 anos para o trabalho noturno; proibição de locação e sublocação de mão-de-obra avulsas, para a execução de trabalho de natureza permanente; exigência de 9/10 de trabalhadores brasileiros por empresa; aposentadoria aos

30 anos para o homem de 25 anos para a mulher; aposentadoria para as donas-de-casa; admissão por concurso no serviço público; estabilidade, desde a admissão, para o servidor público.

A Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente prevê a unificação dos órgãos de saúde e a criação de um Fundo Nacional para assegurar a todos o direito de assistência médica-hospitalar e ambulatorial. Garante ao Poder Público intervir nos serviços de saúde privados, inclusive desapropriar. Veda a propaganda comercial de medicamentos, de formas de tratamento, de tabaco e de bebidas alcoólicas. Permite o transplante de órgãos de cadáveres humanos, desde que não haja disposição em contrário da família ou do doador, quando em vida. Permite, igualmente, o transplante por autorização do doador vivo, maior e capaz, proibindo-se a comercialização de órgãos e de tecidos humanos. É vedada a prática de eutanásia. O anteprojeto estabelece que o Poder Público deve assegurar assistência social gratuita aos carentes e que a previdência social deve ser custeada pela União, Estado e Municípios, de acordo com dotação orçamentária, pela empresa e pelo segurado. Dispõem também que o valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo e que sua gestão será colegiada, com a participação de empregados, empregadores e de representantes da União. A aposentadoria do trabalhador rural será aos 55 anos. Quanto à ecologia e ao bem-estar comum, a Subcomissão prevê a preservação ambiental, por se tratar de patrimônio público, caracterizando-se como crime os atentados ao meio ambiente e à saúde pública. A Subcomissão considera patrimônio nacional de utilização mediante autorização prévia do Congresso Nacional, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal, a Zona Costeira e as bacias hidrográficas. Os Estados e os Municípios legislarão subsidiariamente em relação a seu meio ambiente, competindo às Forças Armadas intervir em sua defesa. A proposta veda a instalação e o funcionamento de reatores nucleares, a não ser para fins científicos.

A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias estabelece princípios destinados a impedir a discriminação racial e contra minorias, a fim de se obterem garantias individuais e a igualdade de direitos. Isso se fará por meio da educação anti-racista e pela punição, como crime inafiançável, de ações dos meios de comunicação que visem a subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor. É garantida aos indígenas a posse permanente de sua terra, cuja demarcação definitiva se fará num prazo máximo de quatro anos. O usufruto das riquezas do solo do subsolo e dos cursos fluviais pertence aos índios, quando situadas em suas áreas. A pesquisa, a lavra ou a exploração de riquezas naturais somente poderá ser feita pela União, após aprovação do Congresso Nacional e das populações indígenas envolvidas. A invasão de terras é crime, inculpando-se, inclusive, as autoridades coniventes. Cabe ao Mi-

nistério Público proteger juridicamente os índios. Quanto aos deficientes, a Subcomissão propõe sejam realizados estudos visando à preservação contra doenças e à eliminação das condições que acarretem deficiência. Serão eliminadas as "barreiras arquitetônicas"; será ministrada educação especial e gratuita, assistência, tratamento, habilitação, reabilitação e integração do deficiente na vida nacional, principalmente no trabalho. A educação dos deficientes mentais ocorrerá de acordo com sua idade mental, e não cronológica. As minorias raciais e religiosas terão proteção contra atentados à liberdade e manifestação de pensamento, crença religiosa e convicção política e filosófica, garantindo-se a prática do culto religioso. O encarcerado será socializado pela educação, trabalho produtivo e assistência geral.

A Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes dispõe sobre a destinação de 18% da receita de impostos da União e de 25% dos impostos municipais e estaduais, incluídas as transferências, para o ensino, possibilitando a intervenção no Estado que não cumprir o preceito. O ensino deverá ser universal e gratuito nas escolas públicas, a partir dos seis anos. No exercício do magistério haverá liberdade de comunicação e de pesquisa. O ensino, de um modo geral, será fiscalizado pela comunidade, por meio da criação de Conselhos Municipais de Educação. O ensino será regionalizado, a fim de atender a conteúdos peculiares. Caberá à iniciativa privada subsidiar o ensino público. A universidade deverá ter total autonomia. Quanto aos desportos, o anteprojeto remete à União competência para criar normas gerais, distinguindo a prática amadora da profissional. Estabelece, também, o papel do Estado na garantia do pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como os próprios direitos de ser do homem, pela criação de uma cidadania cultural. Entende a Subcomissão que o turismo é fonte de cultura e, como tal, precisa ser incentivado.

A Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação encara as atividades científicas e tecnológicas como suporte para o desenvolvimento nacional, para o bem-estar da população e no respeito pelo meio ambiente. Prevê a reserva de mercado interno como em benefício da defesa econômica e da autonomia tecnológica e cultural. Nesse aspecto, o Estado se utilizará preferencialmente de bens e serviços ofertados pelas empresas nacionais, ou seja, aquelas cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros. Tal conceito conflita com o oferecido pela Subcomissão de Princípios Gerais. O acesso a dados pessoais será restrito, concedendo-se "habeas data" para a correção de informações incompletas ou erradas. Ninguém é obrigado a fornecer informações referentes as suas convicções pessoais. É vedada a transferência de dados para o exterior, salvo se houver cláusula de reciprocidade. O trabalhador será protegido em razão de ameaças pelo avanço científico e tecnológico. No que se refere à comunicação, ela deverá estar a serviço do bem so-

cial, ampliando-se, também para a iniciativa privada, os serviços de telecomunicações, a administração, a orientação intelectual das empresas de comunicação deverá estar nas mãos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Compete à União, **ad referendum** ao Congresso Nacional, outorgar concessões, autorizações ou permissões de serviços de radiodifusão e de teledifusão.

Finalmente, a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso encara o núcleo familiar como célula básica da sociedade, com direito à proteção social, econômica e jurídica do Estado, que deverá amparar inclusive a união estável entre homem e mulher, independentemente da realização do matrimônio. A Subcomissão prevê a dissolução do casamento após dois anos de separação judicial, facultando sua anulação em qualquer época. São compartilhados de forma igual os deveres e direitos referentes à sociedade conjugal. Em relação à vida, ficam condicionados à aprovação dos órgãos competentes a pesquisa e a experimentação genética, sendo vedada a manutenção de embriões humanos em vida. A adoção de crianças por estrangeiros dependerá dos casos e das condições previstas em lei. O Estado estimulará a adoção por brasileiros que atendam às exigências legais. É proibido o confinamento de menores. Ao idoso será proporcionada aposentadoria com proventos reajustados nas mesmas proporções da remuneração da atividade.

Conforme se observa, dada a sistemática de apresentação dos relatórios e dos anteprojetos, em função da realização concomitante de reuniões por várias Subcomissões, tornou-se inevitável transparem-se elementos de umas para outras. Caberá à Comissão Temática redimensionar tais incursões e à de Sistematização estabelecer um texto final básico, compatibilizado do ponto de vista técnico, temático e redacional, a ser oferecido à apreciação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Nascida de tal confluência de perspectivas, já era de se esperar discussões calorosas e aprofundadas a respeito de determinados princípios. Dentre elas, talvez a mais apaixonante seja a do sistema parlamentarista de governo que se pretende implantar, como forma de se buscarem soluções efetivas para o contorno das crises institucionais.

Crê-se, é curioso afirmá-lo, que o advento do parlamentarismo possa condicionar pelo menos duas situações de progresso político: a redução das crises e o fortalecimento do Poder Legislativo.

O anteprojeto oferecido à consideração dos Membros da Subcomissão do Poder Executivo, conquanto de irrepreensível qualidade técnica, peca pela afoiteza de creditar ao regime de gabinete a grande virtude de conciliar o conjunto das forças na direção do entendimento e da harmonia nacionais, em perene estado de graça perante a realidade.

Faz parte do Relatório daquela Subcomissão o seguinte passo: "trabalhamos (...) para

que o povo deste País possa ter um sistema de governo que permita o conflito democrático na sociedade, o avanço das aspirações e lutas populares, sem que isso signifique ou acarrete a desestabilização e a ruptura das instituições democráticas".

Ora, a Ciência Política nos ensina, respaldada pela Teoria Sociológica, que o gerenciamento da crise se faz, substancialmente, pela mudança nas ações de Governo, mas não necessariamente no aspecto formal da tomada dessas decisões. Em essência, não é de todo verdadeiro que o presidencialismo esteja associado à instabilidade política. Há condicionamentos de natureza diversa que fogem ao controle de uma mera sistemática de controle do Poder.

Receio que o princípio orientador dos adeptos do Parlamentarismo esteja sedimentado tão somente em seu aspecto inovador, sem que haja uma consistência maior ou um respaldo histórico efetivo, em bases comparadas, para sua defesa ampla e isenta. Argumenta-se que o poder unipersonalizado favorece o surgimento das crises políticas e dos impasses institucionais, exatamente pela ilusão golpista de que se nutrem as esquerdas e pelo autoritarismo de que se valem as direitas. Nada mais falacioso, nada tão afrontoso à realidade histórica, nada menos anticientífico! A instabilidade governamental, demonstram-no os exemplos de outros países, vão à conta mais das sucessivas, onerosas e emperradoras quedas de gabinete, que de algum acontecimento fortuito do sistema presidencialista.

Algumas considerações precisam ser feitas para corroborar a tese de que o Brasil é, ao menos visto da perspectiva de sua modernidade, um país arraigadamente de tendência presidencialista. Se não, vejamos: a história partidária remonta há poucos anos, talvez nem mesmo uma década, prenhe de altos e baixos, se entendido o partido político como uma conjunção de forças sedimentadas por determinado cunho ideológico que o matizava diferencialmente dos demais.

Que foi a política partidária nos anos sessenta, setenta, primórdios de oitenta? Agremiações salutares, vividas ao sabor da aceitação que lhes permitia o regime de então. Duas únicas forças depositárias, ambas de um forte sentimento situacionista, pois tal era o senão de sua sobrevivência; duas tendências pouco distintas a lutar por sua preservação ou no poder ou na oposição consentida, que, no fundo, legitimava uma a outra.

Desse modo, é forçoso concluir que não há partidos fortes em nosso País a justificar a busca de um sistema de governo acima de tudo identificado com uma base partidária resoluta, pujante e vigorosa.

Por outro lado, historicamente, os brasileiros têm procurado decidir acerca de seu próprio destino, pela identificação dos anseios da sociedade num Executivo por ela escolhido, por ela cooptado. Qual não tem sido a luta travada, pelo menos desde 1984, pelas eleições diretas para Presidente da República? A eleição de Tancredo-Sarney, é bom lembrar, teve muito dessa esperança

de que o próximo fosse não mais pelo Colégio Eleitoral, mas pelo povo, diretamente, sem intermediação. Nesse tempo, nunca a vontade popular se manifestou em defesa de um regime de gabinete, nem vislumbrou a possibilidade de um Primeiro-Ministro forte à frente aos destinos da Nação.

Tudo isso, todo esse ato inovador, nasceu não do anseio da sociedade, mas da elaboração lúdica de pessoas notáveis, identificadas principalmente com os academicismos e com a abstração teórica.

A sociedade brasileira pretende muito mais. É de sua vontade eleger seu Presidente, como o fará nos próximos anos, e assim construir seu próprio governo, sem tutela e sem o fantasma da crise a rondar o dia-a-dia administrativo, conforme preceitua o sistema parlamentarista, gerando mal estar e insegurança coletivos.

Além disso, de que modo estender-se a Estados e Municípios esse mesmo sistema de governo, quando todos estão conscientes da fase de penúria generalizada por que vêm passando? Ou hão os Estados e Municípios de optar por essa ou aquela modalidade? Tal hipótese, além de absurda em si, contunde o federalismo, por facultar a cada Unidade preponderar ou subjugar-se no cenário decisório da Nação. É evidente que um Estado de pequenas proporções, optante pelo sistema colegiado, se verá em nítida desvantagem perante um Estado forte de governo unipersonalizado. E a força desse governante, diante da Federação? Seria como que um organismo superior a fazer valer sua vontade, a tempo e a hora! A integração e o interrelacionamento estaduais suportariam tamanha confrontação? Por certo, não, tal seria o retrocesso institucional que a medida acarretaria: ao invés da igualdade representativa, a preponderância assumindo o caráter geral.

Tal processo é inexequível e, tanto mais inexequível, mais absurdo parecerá aos olhos do bom senso e das consciências ponderadas. Assim exposto, constata-se que, ao invés de resolver crises, o sistema será capaz de agravá-la ainda mais, levando a Estados e Municípios o rastilho da inconsistência e da insegurança.

Não guarda ressonância a perspectiva de que o fortalecimento do poder da sociedade, por intermédio do Parlamento, seja maior no Parlamentarismo. O Legislativo será forte se conseguir superar a estrutura de dominação engendrada por um Executivo poderoso. Pressionado, o Congresso Nacional amesquinhou-se, fazendo-se sobrepujar pelo Governo sem que possuisse qualquer forma de afirmação de sua autoridade enquanto Poder constituído e reconhecido como tal pelo voto dos cidadãos.

"Desse desenlace, retoma o Executivo todo o espaço institucional valendo-se de uma maioria congressual conseguida, nos últimos tempos, à custa de cuja legislação aberrante. Agigantado o Executivo coube-lhe, aos poucos subjugar os demais Poderes.

Que resta pois, no processo de retomada do Estado de Direito e de redemocratização institucional? Derrogarem-se as prerrogati-

vas hipertrofiadas do Executivo, recompondo-se o interrelacionamento e a igualdade dos Poderes.

Assim sendo, não se justifica reestruturar-se todo um sistema de governo, historicamente consentâneo com a tradição republicana brasileira, e aventurar-se nas sendas de um regime oneroso, desconhecido e insatisfatório, pois que ao contornar a crise, reforça-a pela possibilidade de nova crise, num círculo tumultuado de degradação do processo, cujas vítimas singulares são a própria sociedade e suas instituições.

Companheiros,

A repartição das forças que compõe o Poder Nacional organiza a sociedade e estrutura o Estado. A primazia de uma sobre a outra desestabiliza a noção de autoridade e consente a perpetuação de todos os inconvenientes próprios dos regimes de exceção. Parafraseando a Teoria Psicanalítica, ousaria afirmar que onde prepondera um Poder, aí está presente o instinto de morte. O grande requerimento do Brasil moderno é o da assepsia institucional, da purificação de seus mecanismos de defesa e da integração do povo na vida nacional.

Não convém ousar antes de se testar a eficiência dos instrumentos disponíveis. A questão brasileira, é antes de tudo, política. Mas não a ponto de se subverterem os princípios consagrados desde a instauração da República. O exemplo parlamentarista em nosso País foi desastroso, exatamente pela ausência de uma cultura predisposta à repartição das atribuições governamentais.

O exercício do poder unipessoal impulsiona o cidadão ao reencontro de sua própria cidadania, por conceder-lhe o privilégio de situar-se no cerne de sua decisão, transferindo-a para um determinado agente, por ele escolhido. A diluição das atribuições, num gabinete efêmero pela inerente transitóridade de sua existência, desnorteia o cidadão, provocando conflitos internos e confundindo os procedimentos de escolha eleitoral. O governo, no parlamentarismo, é exercido pela composição de forças políticas que, embora representem o somatório das tendências sociais, fogem ao controle do eleitor, devido à sua natureza colegiada: não basta eleger-se uma pessoa, para se ter uma idéia de qual será o comportamento da administração pública. Nascerá da composição e do entendimento dos vários grupos a linha mestra de conduta dos destinos do País. Daí a, impossibilidade de se vincular o voto pessoal a uma tentativa de recondução nacional. Em verdade, o candidato é uma parcela do conjunto, sem o mínimo poder decisório individual.

Por essa razão, é que insisto na tese da inconsistência do parlamentarismo aplicado ao Brasil de hoje. Além de tudo, não é difícil ocorrer alguma espécie de trauma e de ônus social em torno desse sistema. Acompanhe-se o raciocínio que se segue.

O parlamentarismo exige, como premissa original, a realização de eleições distritais, para se ter, ao lado do vínculo da proporcionalidade, um número de eleitos pelo voto majoritário, na busca da representatividade

tanto da sociedade quanto dos pequenos compartimentos que formam o núcleo de domínio político administrativo do Estado. O próprio PMDB decidiu-se pela oposição ao voto distrital misto, pelas razões que não custa enunciar: o fortalecimento dos currais eleitorais, pela redescoberta do coronelismo, e a possibilidade de abuso econômico.

Trata-se de argumentos imbatíveis, principalmente em se tratando de uma sociedade em busca da legitimação de seu instrumental de defesa, pelo indeferimento de situações violentadoras que venham comprometer a soberania da escolha popular.

De tudo isso, Companheiros, tenho a esperança de que, assumindo a defesa do presidencialismo, estarei irmanado ao povo brasileiro, numa atitude coerente de defesa de um sistema de governo tradicionalmente representativo das aspirações nacionais, e por meio do qual serão conduzidas as grandes decisões de há muito ansiadas por nosso povo.

Não se trata de retórica saudosista, tradicionalista, arraigadamente identificada com algum passado inexpressivo. Muito mais que isso, trata-se de um profundo sentimento de segurança pautado no bom senso e na ausculta do desejo popular, associadamente a uma sólida convicção de que a solução dos problemas brasileiros está no trabalho comum e na solidariedade com os governantes, especialmente aqueles que sejam reais porta-vozes do anseio geral, por via de uma plataforma político-administrativa voltada a consagrar o interesse básico da sociedade.

O respaldo ao Presidente da República, a interpretação de suas ações movidas pelo desejo de alcançar o bem comum e a interferência do cidadão na vida do País encontram mais eco comparativamente no sistema presidencialista de governo que em qualquer outro.

Em suma, a solução se encontra basicamente no controle da ação governamental, a se realizar tanto pelo Judiciário, com o fortalecimento do Supremo Tribunal Federal, ou por intermédio do Tribunal Constitucional, no exame efetivo da constitucionalidade das leis, quanto pelo Legislativo, revigorando a prática fiscalizadora, consagrada pela democracia, e pelo próprio sentido de sua destinação de legislar, conforme assegura a Carta Magna.

Não cabem, pois, inovações. Cumpre, isso, sim, resguardar as prerrogativas de toda a sociedade nacional, pela modernização do presidencialismo e pelo reconhecimento das atividades parlamentares e judiciais como indissociáveis e complementares, para que se efetive, a curto prazo, o ansiado reencontro do Estado com a Nação."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Agassiz Almeida.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sob a euforia do chamado Plano Cruzado os agricultores brasileiros fizeram elevados investimentos às custas de compromissos contraídos junto à rede oficial e privada financeira, quando as taxas de juro não ultrapassavam a 10% (dez por cento) nas regiões Sul-Sudeste e 3% (três por cento) nas regiões do Nordeste.

O estrondoso fracasso do mirabolante plano, saído da cabeça dos novos gênios da economia tupiniquim, veio determinar a formação de um quadro dos mais dramáticos no cenário rural brasileiro, notadamente nas áreas nordestinas, mais carentes e desprovidas de alternativas para escapar dos graves efeitos da crise que se abateu sobre o País.

Inúmeros agricultores já estão se desfazendo de suas propriedades a fim de honrar os compromissos assumidos junto aos bancos particulares e oficiais, cujas taxas atingiram índices estratosféricos, vindo comprovar que efetivamente a intermediação do crédito no Brasil não tem sentido social algum e, tampouco, se constitui em dutor do desenvolvimento econômico. A contrário, o comércio do dinheiro entre nós representa o que há de mais condenável no sistema capitalista, que é a asfixia da iniciativa empresarial em favor do enriquecimento crescente dos mercadejadores do crédito, restrita minoria que tem se locupletado com o processo inflacionário.

Ainda hoje, o jornal "Gazeta Mercantil", reproduz declarações textuais do senhor Ministro da Agricultura, Iris Rezende, considerando vital o ajuste da economia mediante mecanismos de controle da inflação para manter a agricultura nos atuais níveis de crescimento, acrescentando que "o Governo precisa encontrar uma saída para a atual situação, pois dificilmente os agricultores deixarão de aplicar no mercado financeiro para transformar suas poupanças em investimento produtivo".

Creio que o ilustre ministro, nosso companheiro de partido, esteja se referindo aos agricultores que não os nordestinos, irremediavelmente endividados e sem meio algum de formar poupanças a serem aplicadas no mercado financeiro especulativo.

Para o Nordeste, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, impõe-se uma política econômica diferenciada em face das próprias peculiaridades regionais diferenciadoras, em relação às demais regiões do País. Ou, então, teremos de continuar assistindo ao êxodo rural e ao consequente inchamento dos centros urbanos, problema que os políticos e administradores das megalópoles não desejam ver agravado.

Não bastassem as calamidades impostas pela natureza e que fazem do Nordeste aquela página dolorosa descrita na veemência e no libelo de Josué de Castro em "Geografia da Fome", temos agora a sinistra figura do banqueiro extorquindo o suor e o sangue do homem do campo.

Alguma coisa tem que ser feita e com inadiável urgência. Não podemos aguardar o término dos trabalhos e a promulgação da futura Constituição onde possam ser estabelecidas limitações aos abusos do sistema financeiro.

Faço, pois, desta tribuna, o meu apelo ao Governo Federal e aos ministros do setor econômico para que achem a saída sugerida pelo titular da pasta da agricultura, antes que seja tarde demais.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Constituinte Stélio Dias.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto os economistas dissertam sobre a recessão, alguns afirmando que já chegou, outros que está prestes a se instalar, um debate encerrado recentemente na Organização Mundial de Saúde, no Seminário de Economia e Nutrição, promovido pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública, da Universidade de Brasília, conclui pelo aumento do quadro da fome do País.

Já tivemos uma grande crise econômica, com o "crack" de 1929, quando o quadro recessivo não atingiu a produção de alimentos, sendo a fome bem menor do que atualmente. É que, naquela época, mais de oitenta por cento da população do País vivia no meio rural, enquanto os vinte por cento das áreas urbanas tinham hábitos consumistas menos avassaladores do que atualmente.

O problema da maior importância, num quadro recessivo, reside, justamente, na produção alimentar. Embora tenhamos tido uma safra espetacular de grãos, este ano, os alimentos continuam a subir nos supermercados, justamente os mais necessários à dieta do brasileiro, como o leite, o açúcar, o feijão, o milho, o arroz e a carne.

Essa questão é muito mais importante do que o pagamento da dívida externa, que pode esperar muito mais do que o estômago da população faminta.

Evidentemente, o nível de renda se liga à questão da fome, mas este problema não se soluciona a curto prazo – pelo incremento puro e simples da produção – se o Governo não estabelece e cumpre uma política alimentar eficaz.

Não se pode ignorar a gravidade da situação, quando, atualmente, cerca de sessenta por cento da população brasileira são atingidos pela subalimentação e pela fome. A situação se agravou, diante da política orientada no sentido da adequação da economia brasileira ao mercado internacional, o que leva, muitas vezes, a exportar produtos alimentares, em detrimento do consumo interno.

Tal é o caminho indicado pelo FMI, que também rege o arrocho salarial do povo, produzindo uma série de mecanismos que tendem a agravar o problema.

Não há outro caminho racional do que romper com as injunções externas, diferindo o pagamento da dívida, ou procurando renegociá-la em bases diferentes, segundo a orientação da economia brasileira.

Tal decisão do Governo precisa do apoio total do povo, conscientizado da situação alarmante. Mas é preciso que o Governo oriente sua ação no sentido da sobrevivência do povo, acima dos interesses dos banqueiros internacionais.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, para dizer com tristeza que o Estado do Espírito Santo acaba de sofrer uma grande perda no campo da comunicação, com o falecimento, aos 58 anos de idade, do radialista Olívio de Souza Campos, conhecido, no meio radiofônico, como Olívio Cabral.

Nascido em Recife, muito jovem, na capital pernambucana, começou a interessar-se pelo rádio,

tornando-se, em pouco tempo, um profissional modelar, atuando em emissoras de rádio em quase todo o Território brasileiro, levando, sempre, ao primeiro lugar, nas pesquisas do IBOPE, a Rádio Espírito Santo.

Olívio Cabral foi fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Radialistas do Estado do Espírito Santo, transformando há dez anos, aquela emissora capixaba, uma rádio do Governo, em emissora comercial.

Deixando aquela emissora radiofônica, foi convidado para implantar a Rádio Gazeta AM e, em três IBOPES consecutivos, conseguiu derrubar a Rádio Espírito Santo, trazendo para sua nova estação o primeiro lugar de audiência.

Ultimamente, à disposição da Secretaria de Comunicação Social, trabalhava como funcionário da Rádio Espírito Santo, pretendendo transferir-se para Brasília, para implantar, aqui, uma estação de rádio.

Era um dos profissionais mais queridos do meio radiofônico capixaba, conhecido pelo seu bom humor e boas maneiras.

Nordestino, ampliou sua formação radiofônica no Sul do País, trabalhando com Stanislaw Ponte Preta no Rio de Janeiro, onde se iniciou na Rádio Nacional anunciando o Repórter Esso, o noticioso mais ouvido, naquela época, em todo o País.

Trabalhou em outras emissoras de Minas Gerais e de São Paulo e, atualmente, montara uma empresa de publicidade, onde publicou doze edições da Agenda TV, com excelente noticiário radiofônico e comentários expressivos.

Queremos levar, nesse instante, aos meios radiofônicos brasileiros, principalmente, como à família enlutada e ao Espírito Santo, as nossas mais sentidas condolências.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra à nobre Constituinte Rita Camata.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB – ES.

Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A adequação da legislação social e trabalhista à nova realidade do mercado de trabalho, caracterizada por crescente participação da mulher, torna-se imperativa, na Constituição que estamos redigindo.

As estatísticas são veementes, na comprovação de que está-se processando importante revolução no mercado de trabalho não apenas do Brasil, mas também dos demais países da América Latina.

Em recente relatório sobre a mulher no desenvolvimento econômico da região, o Banco Interamericano de Desenvolvimento revela que "a mudança mais visível da influência das mulheres sobre a vida econômica será talvez a rapidez com que estão ingressando na força de trabalho".

Até o final do século, segundo o BID, a mão-de-obra feminina crescerá a taxa anual superior a 3,5% e o número de mulheres empregadas ou procurando emprego duplicará a cada 20 anos, o que significa que a força de trabalho feminina aumentará, de aproximadamente 23 milhões, para mais de 55 milhões no ano 2000. Não há tendência para inversão desse crescimento no próximo século.

São dados que revelam muito mais do que a simples incorporação da mulher ao mercado

de trabalho. Revelam que o processo de integração social no Brasil, segundo a conceituação dada por cientistas estudiosos dos processos de modernização, do porte de C.E.Black, tem características incomuns, se comparado com os observados nos demais países.

Nossa transformação econômica e social e a própria integração social se processam com a vigorosa atuação da mulher, fato que mantém forte correlação com o aumento das oportunidades de acesso da mulher às escolas e universidades.

De 1985 até o ano 2000, estima-se que o sexo feminino crescerá em força de trabalho 12,45%, contra 7,66% do sexo masculino.

Aumenta o número de mulheres consideradas como chefes de família, principalmente nas favelas e bairros pobres da América latina. Só no Brasil, 45% dos chefes das famílias residentes nas favelas são mulheres.

Outros fatores gerados por essa revolução feminina merecem a mais profunda análise, à luz da Constituição que estamos elaborando, mas queremos enfatizar principalmente a necessidade de um texto consentâneo com a nova realidade – consolidador das conquistas já realizadas e ampliador das perspectivas de progresso e justiça social sem preconceitos.

A mulher brasileira conquistou grande espaço, mas ainda continua discriminada, em todos os ramos profissionais. Como chefe de família, enfrenta inúmeras dificuldades para desempenhar suas responsabilidades. Como esposa, não dispõe de um tratamento condizente com o seu papel de co-responsável pela família. Como trabalhadora, divide-se entre o trabalho e a administração da casa, seja ou não chefe de família. Como gestante, tem uma assistência insuficiente, posto que, nos países desenvolvidos, a fase de amamentação e nutrição (esta até os três anos de idade) da criança são consideradas para efeito de fixação de licença ou horas de trabalho. Como executiva, a mulher brasileira ainda enfrenta a "castração" de suas oportunidades de acesso a postos decisórios.

Eis a verdadeira situação da mulher brasileira. Temos C.E.Black, cientista social norte-americano, autor de The Dynamics of Modernization (1967) – Nova Iorque, fez análise comparada do processo de modernização de 172 países. Segundo Black, em 1930 se concluiu o processo de consolidação das lideranças modernistas no Brasil e teve início o processo de transformação econômica e social, ainda em curso e que é seguido do processo de integração social, caracterizado pelo deslocamento do homem do interior para os centros urbano-industriais. O Brasil vive as duas últimas fases.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O povo e o Governo do Estado de Goiás assumiram ontem, publicamente, o compromisso de lutarem em defesa da construção da Ferrovia Norte/Sul. O Sr. Governador Henrique Santillo promoveu e presidiu o evento, que contou com as pre-

senças dos Ministros Íris Rezende e José Reinaldo Tavares, respectivamente titulares das Pastas da Agricultura e dos Transportes.

Fiz-me presente ao evento, Sr. Presidente, para associar-me a quantos ali estivessem com o objetivo de sustentar esta causa justa, necessária à integração econômica e social do País e ao desenvolvimento de todo o Centro-Oeste, especialmente do Estado de Goiás.

Dezenas de oradores se fizeram ouvir, num auditório lotado, caracterizando os pronunciamentos a certeza de que cumpre ao atual Governo a realização desta obra dentro de um programa que visa restabelecer o sistema ferroviário de transporte em todo o País. A Ferrovia Norte/Sul não é um projeto isolado. Ele se integra a outros projetos, de igual importância e seriedade. Quando concretizado todo o programa, o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste, os mercados consumidores e produtores, as populações litorâneas e a interiorana, as riquezas todas deste nosso País, tudo estará perfeitamente integrado, desde o minério de Carajás, até às minas de carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Não foi sem emoção que todos os que ali estivemos ouvimos a mensagem escrita que o Senhor Presidente da República fez chegar ao encontro. Seus termos revelavam fé no futuro do País, confiança no entendimento da Nação, esperança de melhores dias para as regiões até agora menos assistidas, certeza de que o empreendimento tem retorno certo e prioridade justificável, sobretudo em razão da área a ser alcançada pela Ferrovia Norte/Sul, um território duas vezes maior que o Estado de São Paulo.

Do Presidente José Sarney recebemos a reiteração da determinação governamental "de construir a Ferrovia Norte/Sul, obra que irá transformar essa área do País, e abrir novos tempos de desenvolvimento para o sofrido homem da região que, como todos os brasileiros, tem direito a uma vida melhor e melhores perspectivas de progresso".

Para o Presidente da República "a ocupação do Brasil Central, do Planalto goiano, dessas vastas e inexploradas áreas passa pela existência de transportes modernos, a começar pela Ferrovia Norte/Sul que será um pólo de esperança para aumento da produção agrícola, mineral e criação de grandes e novas terras ocupadas e participantes da riqueza nacional e não como ocorre, assistentes miseráveis de um desenvolvimento circunscrito às regiões ricas".

O Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, expôs, com pormenores, o alcance e os objetivos maiores da Ferrovia, afirmado, a certa altura: "Se não tivermos bons projetos como este, que induzem o desenvolvimento natural do Brasil, no mesmo processo que beneficiou o Sul na época da imigração estrangeira – fenômeno que se evidencia através de milhares de sulistas, detentores de tecnologia e familiarizados com o processo produtivo, que hoje ocupam o sul do Maranhão e Piauí, oeste da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, etc. – nós não resolveremos os problemas de desenvolvimento equilibrado do Brasil, diminuindo as diferenças interregionais de renda e agregando um novo mercado consumidor de grandes dimensões, que beneficiarão, sem dúvida, as áreas mais organizadas economicamente e industrializadas do País".

Estou certo, Senhor Presidente, como também afirma o Ministro dos Transportes, que a saída para o Brasil é investir no seu desenvolvimento. Nenhum outro projeto mais se volta a este objetivo que o programa das ferrovias, no qual se insere a Norte/Sul.

Goiás, através de seu Governo e com o apoio de todo o seu povo, vê na Ferrovia Norte-Sul a concretização de todos os seus ideais de integração e de desenvolvimento. Basta de estarmos situados no centro e no coração do País sem participarmos do processo integrativo tanto sociológico quanto econômico e financeiro. O Centro-Oeste, sem os rigores do inverno do Sul, sem a miséria de seca do Nordeste, sem o desalento das cheias cíclicas, com abundância de terra produtiva, de água para irrigar e de mão-de-obra eficiente e numerosa, se coloca à disposição do Brasil para a solução dos problemas nacionais que residem na miséria do povo, na má distribuição da renda nacional, na concentração de riquezas, não apenas em mãos de alguns poucos, mas e sobretudo em determinados Estados e regiões.

A Ferrovia Norte-Sul "despertará o potencial da região, acelerando o crescimento de sua produção e, em consequência, de sua renda interna", disse o Ministro José Reinaldo. De minha parte creio, Senhores Constituintes, que o fenômeno não se limitará ao Centro-Oeste, ou a Goiás em particular, mas sacudirá a todo o País. É o que espero.

O encontro de Goiânia é um marco. Através dele se re-descobre o Brasil e se firmam novos procedimentos bandeirantes. Não no sentido de se buscar e levar a riqueza, mas no sentido de fazer a riqueza do Centro-Oeste um instrumento de organização da economia do País e da nacionalidade como um todo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Feres Nader.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ): – Pronuncia o seguinte discurso. Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há oito anos, em Trujillo, sua cidade natal, foram sepultados os restos mortais de Haya de La Torre, sem favor uma das mais universais figuras políticas do Continente, naqueles anos cinqüenta. Não tendo jamais exercido o Poder, embora por três vezes tenha disputado a Presidência da República, e duas vezes impedido de exercê-la apesar de vitorioso, Haya de La Torre construiu na oposição, no exílio, na adversidade, o mais poderoso Partido da América do Sul.

Há vinte e oito anos, em meio à apoteose com que dezenas de milhares de peruanos o saudavam entusiasmaticamente, na ampla Praça da República, de volta de um de seus exílios, e lhe bebiam as palavras e lhe acompanhavam, durante cerca de seis horas, entre aclamações ruidosas, os gestos do orador magnífico, sedutor, culto, semeador de idéias sempre renovadas e de dedicações jamais interrompidas.

Se não foi permitido a Haya de La Torre dirigir os destinos de seu país, pelos tropeços de sua accidentada carreira política, reservou-lhe o destino a graça de ser, no mês de maio de 1979, o primeiro signatário da nova Constituição, que presidiu por diante os destinos do povo peruano, já convo-

cado para eleger, pelo voto direto, seus altos mandatários.

O Governo de seu país outorgou-lhe a mais alta de suas comendas e lhe prestou, na hora da morte, as mais justas homenagens, mas vida não lhe sobrou para que examinada fosse a proposta dos integrantes do Parlamento Latino-Americano, interessados em conferir-lhe merecidamente o Prêmio Nobel.

Aqui fica, Sr. Presidente, a homenagem ao brilhante e eminente homem público Haya de La Torre, que deixou às gerações seguintes um exemplo duradouro de que vale, apesar de tudo, lutar e sofrer pelas idéias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruberval Pilotto.

O SR. RUBERVAL PILOTTO (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em todos os setores da vida nacional, erguem-se veementes protestos contra a construção da Ferrovia Norte-Sul, que ligará Brasília a Açailândia, no Estado do Maranhão, cidade por onde passa a Estrada de Ferro Ponta da Madeira – Carajás.

A Folha de S. Paulo que, em sua edição de 8 de maio corrente, publicou matéria do jornalista Jânio de Freitas, em que previa, de forma camouflada, fraude na concorrência daquele dia para a referida obra, fraude que se consumaria quando da abertura das propostas, falando sobre ela, na edição de 15 subsequente, condena-a acremente, porque "é uma prioridade das mais longínquas na presente conjuntura; é uma fonte desbragada de gastos públicos, num período em que a palavra austeridade deveria ser mais respeitada do que nunca; o montante de recursos para a obra – segundo uma previsão modesta – equivaleria ao necessário para modernizar toda a estrutura ferroviária nacional; a obra interliga a inutilidade e a desolação; consome recursos arrancados à sociedade por meio de um empréstimo que se destinaria – segundo as palavras empregadas na época – a promover o desenvolvimento nacional: não a consagraria a irracionalidade de um governo e os caprichos de um governante".

A propósito do assunto, recebi telex da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e da Associação Comercial e Industrial de Joinville, no mesmo Estado, posicionando-se contrariamente à construção da citada ferrovia, porque inóportuna, em face de nosso já insuportável endividamento externo, do muito elevado custo, quando a recessão começa a dar os primeiros passos rumo à destruição de nossa economia, e de duvidosa viabilidade econômica.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Ferrovia Norte-Sul já nasceu sob o signo do escândalo, prova-o a fraude na concorrência, prontamente denunciada pela Folha.

Tomando conhecimento da denúncia, o Presidente da República determinou a imediata abertura, pela Polícia Federal, de rigoroso inquérito, para apurar as responsabilidades e punir os culpados, ao mesmo tempo que a exclusão, da próxima concorrência pública, das empresas que houverem participado da farsa.

Mesmo que de tais medidas resulte rigorosa punição dos responsáveis, entendo que tal fato não será suficiente para restaurar a confiança do governo, que ficou profundamente desgastado com o episódio, graças, sobretudo, à incerteza da necessidade da obra, reinante no seio da sociedade.

Entendo que a melhor solução seria a suspensão do projeto, a fim de submetê-lo a rigoroso exame quanto a sua oportunidade e necessidade, e, consequentemente, conveniência, até porque há dúvida sobre sua viabilidade econômica, pois atravessa uma região praticamente despovoada e que ainda não tem, devidamente comprovada, sua potencialidade agropecuária, razão maior para sua realização. Os custos – cerca de 2,5 bilhões de dólares, segundo o Governo – são muito elevados para um empreendimento que a maioria julga uma verdadeira aventura.

Espero que o Presidente da República medite um pouco sobre o assunto e determine novos estudos que digam de sua viabilidade econômica e de sua oportunidade.

A sociedade aguarda, ansiosa, tal providência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Durante a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizado na última sexta-feira, em Recife, importantes decisões foram assentadas – a principal delas o Plano Emergencial de Combate à Seca Verde, elaborado pelo Governo federal, sob coordenação do Ministério do Interior.

Além das medidas relacionadas com a assistência à calamidade, que alcançou numerosos municípios da Região, o Conselho da SUDENE aprovou moção de iniciativa do Governador Tasso Jereissati, assim concebida:

"Nós governadores nordestinos, reunidos no Conselho Deliberativo da SUDENE, tomado conhecimento do teor do anteprojeto da subcomissão de "Tributos, Participação e Distribuição das Receitas" desejam manifestar aos Senhores Constituintes o nosso apoio ao referido anteprojeto. Os dispositivos ali inseridos espelham justos princípios de justiça tributária, equilíbrio entre regiões e controle, pelos cidadãos, através dos seus representantes no Poder Legislativo, da administração dos recursos públicos. Desejamos contudo deixar manifesto que ao anteprojeto necessitam ser inseridos novos dispositivos e realizadas algumas alterações em artigos específicos, capazes de ampliar as conquistas e atingir plenamente os justos anseios da região e do equilíbrio federativo essencial à democracia. Parabenizamos os ilustres membros da referida subcomissão e apelamos aos demais Constituintes para que, num gesto de grandeza e patriotismo, acima de cores partidárias e diferenças regionais, saibam preservar e ampliar essas conquistas, em nome da transparência político-administrativa, do rigor técnico e do ideal democrático. CDS SDS Dorany de Sah Barreto Sampaio – Superintendente da SUDENE."

Se é certo que Senadores e Deputados do Nordeste tiveram a iniciativa de apresentar inúmeras propostas à nova Carta Magna, muitas delas não lograram acolhida nas Subcomissões a que foram distribuídas, sendo provável que nas Comissões Temáticas algumas delas venham a ser destacadadas, como alternativa regimental capaz de viabilizá-las.

Ao retransmitir, para nosso conhecimento, a moção aprovada, o Superintendente Dorany de Sá Barreto Sampaio, com a sua responsabilidade de dirigente máximo daquela Agência desenvolvimentista, reclama uma ação ainda mais eficaz e vigilante para preservar os interesses regionais, no instante em que se elabora nova Lei Fundamental.

Premidos por urna realidade dramática, que, dia a dia, mais se agudiza, os representantes do Polígono não podem negligenciar na intransigente reivindicação de tudo quanto – a nível de dispositivo constitucional – possa garantir o nosso desenvolvimento e bem-estar social.

Os Constituintes de 1946 tiveram a elogiável sensibilidade de vincular parte da receita tributária da União àquela faixa geográfica do País, tendo a norma respectiva vigorado até 15 de março de 1967, quando foi promulgada a nova Lei Fundamental brasileira, que a supriu inexplicavelmente.

Estamos convictos de que os nossos colegas de outras regiões não se negarão a emprestar a sua valiosa solidariedade aos pleitos que viermos a formular, em nome de quase 40 milhões de brasileiros.

O Nordeste, pois, espera que a futura Carta Magna lhe assegure e aos seus habitantes melhores condições de sobrevivência, dentro de uma sociedade que deverá ser justa, humana e fraterna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Parece-nos que a presença do Estado na Economia deve ser uma atividade supletiva da iniciativa privada, complementando-a, induzindo-a, incentivando o seu desempenho, principalmente em certas atividades pioneiras.

O que se vê, hoje, nos regimes capitalistas, em todo o mundo, é a desmobilização do intervencionismo econômico, quando os Estados Unidos começam a abandonar, visivelmente, as teorias de Keynes, um dos mais eminentes fundadores do neocapitalismo.

O campo de ação da economia privada exige uma capacidade de iniciativa que se encontra pouco entre os burocratas, uma imaginação criadora que não se hospeda nas empresas estatais, traduzindo-se em eficiência e eficácia, em crescente incremento da produtividade, porque é movida pela mola do lucro.

Essas considerações nos acodem a propósito de uma circular enviada aos parlamentares pelo Sr. Ruy Lopes, Diretor da Empresa Brasileira de Notícias, entidade estatal, em oposição ao Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Fe-

deral, que protesta contra "uma política de crescente intervenção em setores produtivos, sob a alegação da necessidade de criar fonte de recursos adicionais para custear despesas de empresas públicas".

Como exemplo de sua denúncia, cita "a permissão para que a Empresa Brasileira de Notícias – EBN, receba comissões sobre a venda de espaços publicitários nos jornais".

Afirma o Diretor-Presidente da EBN que "essa afirmação é rigorosamente falsa", porque a Lei nº 6.650, de 1979, atribui competência à empresa para "a administração da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, entendida como tal à publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que estejam obrigados por força de lei ou disposição regulamentar ou regimentar".

Explicitando seu desmentido, afirma o Sr. Ruy Lopes:

"A ação da EBN nesse campo, portanto, não decorre de ato de vontade do atual governo, mas de imperativo da lei. E a Empresa não trabalha em todos os ramos da propaganda, como insinua a carta, mas tão-somente com a publicidade legal, que constitui certamente menos de dez por cento do volume total de publicidade de órgãos públicos."

Para nós, o importante é que se reduza a publicidade institucional ao mínimo possível, quase irrelevante o problema da sua distribuição pelos órgãos de divulgação, sejam empresas públicas ou privadas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Bender.

O SR. OSWALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho neste fim de semana percorrido parte da região que represento. Constatei que as micro, pequenas e médias empresas estão à beira da falência, dando o seu último suspiro.

As medidas anunciadas pelo Governo, até agora, não foram postas em prática.

Os pequenos, médios e grandes produtores rurais, também se encontram nesta mesma situação: por incrível que pareça, a isenção da correção monetária durante o Plano Cruzado, não resolveu o problema. O endividamento é tão grande em relação ao rendimento dos produtores, que, mesmo querendo pagar, não seria possível.

Veja Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, por falta de uma política definida, prefixada, por falta pelos menos de uma orientação segura, das oscilações que podem ocorrer, devido à variação do mercado intencional, dos preços de determinados produtos. Os produtores dessas regiões, na grande maioria, venderam a sua soja antecipadamente, por preços irrisórios, enquanto hoje a saca de 60 k. está sendo comercializada por Cr\$ 300,00. Os negócios foram fechados com o valor de aproximadamente Cz\$ 195,00. Vejam o prejuízo que os produtores tiveram, com a antecipação das vendas. Podia se dizer que todos os negócios correm o risco de lucro ou prejuízo.

Acredito que realmente o livre mercado prevê estes riscos e não podia ser diferente com os

negócios do comércio. Agora me perdoem e não posso admitir este tipo de chantagem com os nossos produtores, uma vez que, para o fechamento de contratos desta natureza, sem dúvida deveriam ter informações, orientações de segmentos que representam, na comercialização dos seus produtos. Estas informações para produtos primários sempre deviam ser dados pelas autoridades. O Governo deve ser o maior interessado na política dos preços para quem produz, para que possam produzir com tranquilidade e segurança. Quem mais do que as autoridades poderiam estar informados, referente a estas oscilações internacionais. Especialmente quando o preço da soja estava cotada na Bolsa de Chicago em US\$ 125 a tonelada. O preço mais baixo dos últimos anos, esta era a cotação quando os negoços com os produtores foram fechados. Enquanto sabemos que a média dos preços dos últimos anos, sempre esteve em torno dos US\$ 250. Em 1973, a cotação atingiu a US\$ 465. Logo, a negociação foi feita no pior momento desde que existe a Bolsa de Chicago.

Lamentavelmente, esta é a realidade, além da grande maioria se encontrar na situação mais difícil, endividados, ainda acontece que recebem 35% menos por sua safra. Sei que havia boatos, na época do fechamento destes contratos, que o preço cairia e que na época da safra não receberiam mais de que Cz\$ 100,00 por saca. Desejosos de cumprir seus compromissos com os bancos, pelo menos em parte, deixaram se influenciar pelos compradores a preços prefixados.

Pelo que constatei neste giro, tanto com os produtores, como com as micro e pequenas empresas, não há outra alternativa, a não ser na moratória.

Ontem todos aguardavam com muita expectativa o pronunciamento que S. Ex.^a o Senhor Presidente da República iria fazer em cadeia de televisão e rádio, que acabou não saindo, mas desde a manhã de ontem, as rádios anunciavam que a fala de S. Ex.^a seria para anunciar uma moratória neste sentido. O que não ficou claro, se esta moratória seria com ou sem correção monetária, se seria apenas para 90 dias conforme anunciado extra-oficialmente. Acho que seria a melhor e talvez a única solução possível, para salvar estes dois setores da economia nacional.

O produtor tal qual como está, não tem mais ânimo para produzir, prova tanto que a plantação de trigo, prevista para este ano, não chega a 20% do que se plantou no ano passado. Assim vai acontecer com todos os produtos, tanto na plantação como nos segmentos.

O que também já está evidente é a queda na criação de suínos, uma vez que, com a importação de carne suína, o preço caiu a tal ponto que é inviável a sua criação, por isso, e por esta política, logo, logo, teremos que importar toda a carne suína, enquanto que poderíamos ter e produzir o suficiente, para abastecer o mercado interno e exportar o excedente.

O mesmo ocorre com as pequenas empresas. Uma vez que, pelo que nos parece, o Governo não tem dinheiro para socorrê-las. Com uma moratória podem ser dispensados novos empréstimos, estes apenas são necessários para os pagamentos dos compromissos feitos durante o Plano Cruzado, o que se precisa, é prorrogar estas dívidas para pelo menos três anos, sem correção

monetária. Esta seria a solução para evitar o caos total, evitar o desemprego em massa, a solução para tirar do sufoco os que acreditaram no Plano Cruzado.

As medidas anunciadas e ainda não cumpridas não vão resolver os problemas, eis que a grande dívida está nos bancos privados, ou ainda nas estatais, mas em forma de papagaio e não como empréstimos agrícolas, e que devido à rolagem, juros sobre juros, atingiram volumes, onde na maioria dos casos, os bens não cobrem mais os compromissos. Tanto nas pequenas firmas como com os produtores rurais.

Faço desta tribuna um veemente apelo a S. Ex.^a o Presidente da República no sentido de atender a este clamor, que não é apenas meu, todos os Srs. Constituintes estão cientes desta situação, seus pronunciamentos provam isto, que estão registrados nos Anais desta Casa. Estão aí os clamores dos endividados, que querem pagar e não podem.

Por amor de Deus, Sr. Presidente, não anuncie apenas 90 dias e com correção monetária, se for anunciar apenas isto, posso adiantar que em nada vai resolver o problema. Anuncie isto sim, no mínimo, três anos com um juro de 10% sem correção monetária, que pode até representar um sacrifício para a Nação, mas não podemos ir ao encontro do caos. Este prejuízo logo vai reverter em grandes resultados positivos, evitaremos o desemprego e o desestímulo da produção primária.

Era o que queríamos dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não há dúvida de que a verdadeira justiça social obriga a ordem econômica a considerar o trabalho como fundamento e fonte efetiva de criação da riqueza. Em consequência, os princípios gerais da economia devem subordinar-se ao interesse coletivo, através do qual será possível promover, com dinâmica e flexibilidade próprias, o desenvolvimento harmônico das forças produtivas.

Essa concepção, ao eleger a valorização do trabalho como instrumento dos avanços econômico-sociais e políticos legitimará o texto constitucional e corresponderá, em caráter permanente, às mais justas aspirações da sociedade brasileira.

Todavia por paradoxal que pareça, setores conservadores, comprometidos apenas com o capital, impuseram perigosas alterações de rumo no processo de elaboração constitucional, atribuindo essa prioridade aos detentores dos meios de produção.

Não bastassem essas distorções, as mesmas forças violentaram princípios já consagrados pela consciência nacional, a começar pela esdrúxula definição de empresa brasileira. A prevalecer o conceito aprovado na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, estarão definitivamente escancaradas as portas da economia do País à fúria e à pilhagem do capital estrangeiro. Não posso crer que o brio e a dignidade do povo brasileiro tolerarão tamanha desfaçatez.

Sob pretexto de privatizar esse bolsão da direita reacionária procura, na verdade, internacionalizar a economia do Brasil, submetendo-a aos desígnios subalternos e aos interesses inconfessáveis de poderosos grupos econômicos internacionais.

A maior afronta à nacionalidade foi, sem dúvida, a violação do princípio constitucional que assegura à União o monopólio da pesquisa, lavra e refino do petróleo e seus derivados, e do gás natural. O texto aprovado, e que certamente não prosperará em face de seu caráter entreguista e antinacional, retira da esfera estatal o direito de refinar os combustíveis fósseis, remetendo essa competência à iniciativa privada. Em outras palavras, essa refinada malandragem transfere ao capital estrangeiro a mais rendosa operação de todo o processo de industrialização do petróleo.

Fiel às históricas posições de defesa intransigente do patrimônio nacional, o PDT sustentará, ao lado de outros partidos progressistas, a redação original do anteprojeto da respectiva subcomissão, assegurando o monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino, processamento, importação e exportação, e transporte marítimo e em condutos do petróleo e do gás natural, em território nacional.

Os trabalhistas-socialistas não admitem nem permitirão que maus brasileiros, testas-de-ferro ou prepostos do capital multinacional, violentem princípios já consagrados ou arrombam as portas da economia do País e a submetam à voragem de grupos estrangeiros.

Todas as concessões que possam representar retrocessos ou fissuras perigosas no texto constitucional serão denunciadas e repelidas.

Tampouco serão aceitas ou toleradas propostas que autorizem supostas empresas nacionais a efetuar o aproveitamento de recursos hídricos ou a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira e terras indígenas.

Essa descarada pretensão, sustentada cincicamente pelos áulicos do capital estrangeiro, já foi repelida pela própria sociedade brasileira.

Antes de ser um direito, a elaboração de um texto constitucional que reflita as mais legítimas aspirações da Nação constitui um dever inalienável. O compromisso de cada constituinte é com o povo, com o futuro e com a história do País. Trair esse compromisso ou colocá-lo em risco significa apunhalar o próprio princípio da nacionalidade e violentar dolosamente a consciência cívica da população.

Custa-me crer que ainda existam homens que riem da honra e têm vergonha de ser honestos.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto não é definido o sistema de governo presidencialista ou parlamentarista, ainda em fase de questionamento nas Comissões da Assem-

bléa Nacional Constituinte, convém que se faça uma análise sobre esse palpante tema, começando por observar o comportamento dos partidos políticos em relação ao que possam oferecer como contribuição participativa a qualquer das hipóteses que venham a ser adotadas.

O presidencialismo é uma tradição que conservamos a partir do evento da Proclamação da República. A sua raiz está fincada em bases sólidas, porém suscetíveis de vulnerações, dado o fato de que não parece resistente aos desgastes sofridos nas últimas décadas. Por seu turno, o parlamentarismo clássico, consubstanciado no modelo alemão, encontra fortes reações entre nós, advindas de preconceitos políticos que não se ajustam aos princípios que cultuamos ao longo do tempo.

Tem-se assim, nas duas opções, algo que torna inviável consolidá-las como regimes ideais para compatibilizá-las com os nossos costumes, a despeito do presidencialismo demonstrar amargas experiências nos dias atuais, com a perda da credibilidade na sua incapacidade de solucionar problemas vitais de interesses coletivos.

Graças aos exemplos que conhecemos, conquistamos uma tendência parlamentarista, e por ela lutamos visando incorporá-la como regra à Carta Fundamental que ora elaboramos. Reconhecemos, entretanto, que nos defrontamos com certas dificuldades para introduzirmos o sistema parlamentarista em nosso País. A primeira delas, reside no evidente fracasso da sua instituição ao tempo do Governo João Goulart. Conquanto aquela experiência resultasse de uma estratégia meramente casuística, sem nenhum conteúdo, de forma e fundo, a desilusão dos que a defenderam, permanece viva na lembrança de todos os brasileiros. A outra dificuldade está centrada na frágil estrutura dos Partidos Políticos, que coloca em risco a sobrevivência do parlamentarismo entre nós.

Por assim dizermos, é diante desse quadro de perplexidade que encontramos verdadeiros óbices para firmarmos definições conscientes e desassombradas, no que concerne à opção pelo sistema de governo que atenda as melhores conveniências dos nossos interesses. E ainda em consequência disto, assistimos o afilar na mesa do debate da Assembléa Nacional Constituinte as propostas de sugestões mais folclóricas, como a idéia do parlamentarismo mitigado, desconhecida dos ises civilizados, e sem qualquer identidade com a história no mundo contemporâneo.

Não podemos nos arriscar à adoção de sistemas de governo que resultem de criatividades fecundadas no ventre de interesses ligados a grupos ou facções, sem compromissos com a realidade reclamada pela sociedade. Nesta circunstância, melhor será conservar o sistema presidencialista com todas as suas deficiências, do que adotarmos o parlamentarismo exótico que exclui a dissolução da Câmara dos Deputados, mas confere poderes ao Presidente da República para vetar leis e praticar outros atos de intrínseca competência do Conselho de Ministros.

Enquanto perdurar a dúvida na tomada de decisões que impliquem na afirmação do nosso destino como Nação em ritmo de transformações corajosas, considerada a fase de transição que atravessamos, não há como se possa confiar que a futura Constituição brasileira seja, em verdade,

o espelho da esperança que o povo consagrou à representação política na Assembléia Nacional Constituinte.

Cabe-nos refletir sobre o perigo de tergiversarmos nas horas dos grandes eventos históricos, como a feitura da Carta Fundamental, pois bastará um único escorregão para que comprometamos o resíduo de credibilidade popular nos seus delegados às Câmaras Legislativas em todo o País.

Praza os Céus que tenhamos consciência dessa verdade e tomemos os caminhos da coerência e do bom senso!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O desgaste do Presidente da República se torna cada vez mais evidente. A Folha de S. Paulo de 1º-6-87 publicou pesquisa revelando o grau de insatisfação do povo brasileiro com o Governo da Nova República. Mais de 54% da população consideram o Governo péssimo ou ruim, 34% regular, 7% bom e 2% ótimo. Os dados revelam a fragilidade das medidas governamentais incapazes de controlar a crise brasileira.

Nitidamente, em vários setores do Governo os desacertos administrativos assumem características assustadoras. Vários cargos da administração federal não estão preenchidos como é o caso de órgãos importantes do Ministério da Fazenda, na Empresa Brasileira de Notícias, no Ministério da Reforma Agrária e outros órgãos onde os convidados descrentes da orientação política do Presidente não aceitam os cargos.

Acrescente-se a toda essa crise o fisiologismo exacerbado de alguns segmentos do PMDB em busca de privilégios e posições que não dignificam a vida política. A Bancada mineira do PMDB exige a saída do Ministro Castelo Branco em troca de apoiar cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Tal posição se constitui numa afronta ao povo brasileiro e um desmerecimento a classe política que anunciou fazer uma Constituição séria.

Ontem, o Presidente desmarcou o pronunciamento que deveria fazer e segundo os comentários, aconselhado pelos assessores do Planalto que ultimamente, demonstram desespero e autoritarismo em suas decisões. É o caso do astrólogo do Presidente, aprendiz de feiticeiro e censor da Nova República Getúlio Bitencourt e do solitário futuro Governador de Fernando de Noronha, Sr. Fernando César Mesquita que, de Ouvidor-Geral, passou a ser o Falador-Geral da República, embora fora do cargo.

O povo descrente acompanha todos estes fatos e não vê o Presidente tomar atitudes para controlar os juros para salvar as microempresas e os pequenos agricultores, para controlar os preços, enfim, não vê o Presidente assumir as funções de Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Carlos Cardinal, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência,

que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage. Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Legislar para o futuro desconhecendo os atuais bolsões de conflitos sociais é, no mínimo, imprudência. É imaginar, como num passe de mágica, que os problemas atuais podem ser estancados com a simples conformação de uma nova ordem social.

Um dos contundentes problemas sociais deste País é a interdição da garimpagem em "Serra Pelada", que, segundo a Lei nº 7.194/84, deverá ocorrer no dia 12 de junho deste ano.

A Cooperativa dos Garimpeiros de "Serra Pelada" relata que sob argumentos como "o garimpo não tem mais segurança física para a garimpagem" e "a garimpagem causa perda de ouro extraído do minério" vão se sucedendo expressões para que esses homens desocupem o garimpo. E pasmem senhores, ao lado das grandes mineradoras, a maioria multinacional, o próprio Poder Público procura jogar a opinião pública contra essa comunidade, para que o despejo seja facilitado.

Mas os dois argumentos não se sustentam. Em "Serra Pelada" trabalham sessenta mil homens, em uma área restrita de vinte mil metros quadrados, durante 24 horas por dia e sem nenhuma medida preventiva de acidentes. Pois, em sete anos de existência do garimpo ocorreram apenas quarenta e quatro acidentes fatais, o que corresponde a menos de um acidente por mês. Um recorde de segurança do trabalho!

Contra o segundo argumento tem-se que com a lavagem sucessiva do cascalho os índices de aproveitamento alcançados são de noventa e três por cento enquanto as máquinas mais sofisticadas atingem noventa e seis por cento de aproveitamento. Uma insignificante diferença que não justifica a substituição de sessenta mil homens por algumas máquinas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o despejo dos garimpeiros agorizará os problemas sociais, econômicos e políticos da Região e do País.

A garimpagem só pode ser encerrada quando as condições de segurança impedirem essa atividade, ou quando veios mais aflorados se esgotarem. E para isso não há um tempo prefixado.

No momento, é preciso remover a instabilidade psicológica da constante ameaça de despejo, e ainda, gerar oportunidades de emprego para esses trabalhadores em atividades próximas às suas moradias.

Esses "Bandeirantes do Século XX" clamam apenas pelos seus direitos de trabalho e o sustento honesto de suas famílias; clamam para que o Poder Público devolva os bilhões de cruzados que os garimpeiros carrearam para os cofres da Nação, através do Imposto Único sobre Minerais, em escolas, assistência médica-sanitária e uma infra-estrutura mínima para o núcleo urbano de "Serra Pelada".

Esta Assembléia, sensível à legitimidade desses clamores, não pode permitir o cumprimento de

uma lei que fere os interesses de sessenta mil cidadãos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CARLOS VANAGRE EM SEU DISCURSO:

COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE "SERRA PELADA"

Marabá – PARÁ

Constituinte, amanhã em vez de guerra, queremos a paz e a Serra

VOCÊ É A SOLUÇÃO

Senhores Constituintes,

Segundo a Lei nº 7.194/84, a garimpagem em "Serra Pelada" será interditada no dia 12 de junho deste ano.

Essa lei, que conferiu à CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, uma indenização por seus "direitos de lavra" no montante atual de Cz\$ 1.402.621.248,60 (um bilhão, quatrocentos e dois milhões, seiscentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e oito cruzados e sessenta centavos), também criou a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada-COOGAR, com a obrigação de "administrar os serviços de garimpagem, inclusive os investimentos necessários à sua execução".

Ou seja: uma fabulosa quantia dos contribuintes para uma estatal que jamais tirou urna grama de ouro em "Serra Pelada" e, para os garimpeiros, que já carrearam mais de 40 toneladas de ouro para os cofres da Nação, a obrigação de "se virarem" para arranjar dinheiro para o rebaixamento e regularização dos taludes...

Além disso tudo, durante a existência do garimpo, o Banco Central e a Caixa Econômica, auferiram em "sobra de ouro" e "paladio" (descontado da produção como "impurezas"), valores que sobem a mais de 300 milhões de cruzados (mais do que suficiente para promover os serviços indispensáveis do garimpo).

Pergunta-se: é justo o Poder Público criar a cooperativa, atribuindo-lhe tão grandes responsabilidades, sem conferir-lhe qualquer respaldo financeiro e, além disso, reter os recursos descontados dos garimpeiros apenas com o objetivo de forçar a saída deles do garimpo?

Pergunta-se mais: é certo, honesto e moralmente válido, se apropriar do sangue, suor e lágrima dos garimpeiros, estimulando, oficialmente, a garimpagem em "Serra Pelada": para, depois, despejar 60.000 pessoas do local entregando o filão para as multinacionais?

Convenhamos que o garimpo de "Serra Pelada" envolve problemas sociais, políticos e econômicos.

Sociais porque jamais se encontrará ocupação para um contingente de mão-de-obra não especializada de mais de 60.000 homens.

Políticos porque a violência do despejo dos garimpeiros de "Serra Pelada" repercutirá no meio de subsistência de mais de 400 mil pessoas e agredirá a opinião pública nacional e internacional.

Econômicos porque o Governo Federal desenvolve na região o maior projeto de minério do

mundo (Projeto Grande Carajás), que será contaminado e prejudicado pela onde da violência que invadirá a região.

A luta dos garimpeiros de "Serra Pelada" data de muito tempo. Desde a sua descoberta, em 1980, que os garimpeiros sofreram pressão para desocupar o garimpo. De todas as partes os garimpeiros sofreram ataques, desde o próprio Poder Público até as grandes mineradoras, sob os mais variados motivos, que sempre renovam e insistem em seus argumentos, procurando jogar a opinião pública contra uma comunidade que, com muito sacrifício, contribuiu para o progresso do País.

As "bandeiras de luta" das multinacionais interessadas em desativar o garimpo de "Serra Pelada" são duas:

1º - O garimpo não tem mais segurança física para a garimpagem.

2º - A garimpagem causa perda de ouro extraído do minério.

Quanto à primeira observação, responde-se: em "Serra Pelada" se tem o menor índice de acidentes de trabalho do mundo, considerando-se a relação "homens trabalhando - canteiro de obras - tempo de serviço - medidas de segurança".

Em 7 (sete) anos de existência do garimpo, observaram-se 44 (quarenta e quatro) acidentes fatais. Ou seja 6,29 por ano. Menos de 1 (um) por mês.

Considerando-se que em "Serra Pelada" trabalham 60.000 homens, em uma área restrita de 20 mil metros quadrados, durante 24 horas por dia e sem nenhuma medida preventiva de acidentes (inclusive com obras de rebaixamento e regularização dos taludes deficientes), isso se constitui em um recorde mundial de segurança do trabalho.

Quanto à segunda observação, é de se esclarecer que, com as lavagens sucessivas do "cascalho", alcança-se índices de aproveitamento da ordem de 93% (noventa e três por cento). As máquinas mais sofisticadas, inclusive com a utilização de ácido para decantação, alcançam 96% (noventa e seis por cento) de aproveitamento.

A diferença é, assim, tão significativa, para justificar a troca de 60.000 empregos por algumas máquinas?

Ultimamente, se tem argumentado que a região está sendo poluída pelo uso de mercúrio para a extração do ouro, o que corresponde a uma grande mentira porque em "Serra Pelada" nunca se usou mercúrio. Sempre foi proibido, o trabalho de extração do ouro é feito, exclusivamente, por lavagem e decantação.

A verdade é que a tensão social entre os garimpeiros, em razão de tudo que têm sofrido por parte das autoridades constituídas, é grande.

Mas, a solução é simples:

1º - Remover a instabilidade psicológica da constante ameaça despejá-los de lá, de uma hora para outra.

2º - Criar a oportunidade de雇用 esse contingente humano em atividades perto de suas moradias.

A primeira se justifica pelo fato do garimpeiro estar sempre sendo ameaçado de ser expulso de "Serra Pelada" para dar lugar às máquinas. Todos os anos as ameaças se renovam, inclusive com a utilização da força. Não adianta querer

fixar tempo certo para uma atividade altamente aleatória como a garimpagem. O certo seria fixar critérios, como a impossibilidade física ou o esgotamento econômico. Explica-se: a garimpagem pode ser encerrada quando as condições de segurança impedirem essa atividade, ou quando veios mais aflorados se esgotarem. E isso não se dá a tempo prefixado.

Note-se, por outro lado, que estudos revelaram que, às proximidades da atual cava, existem outros afloramentos do veio, tão ou mais rico do que aquele que passa pelo local dos trabalhos atuais.

Preparar essas áreas para a extratividade manual traria dupla vantagem: liberaria a cava para a mecanização, quando a exploração se tornasse inviável, e criaria condições de trabalho em local próximo onde hoje os garimpeiros estabeleceram suas residências em "Serra Pelada".

Para isso, basta apenas fazer um trabalho de pesquisa geológica científicamente orientada que, por incrível que pareça, jamais foi feito na região de "Serra Pelada" (os pesquisadores são os garimpeiros e o Governo Federal não conhece o potencial da área).

Estamos em um ano constituinte e chegou o momento de se reconhecer os direitos desses "Bandeirantes do século XX", que descobrem as riquezas do subsolo pátrio para, depois, serem torturados, mortos ou expulsos dos garimpos, para dar lugar às gigantescas empresas de mineração, geralmente as multinacionais (que detêm 70% dos direitos sobre o subsolo brasileiro).

Nós, os garimpeiros, que somos genuínos brasileiros, sempre fomos desprezados e perseguidos pelo Poder Público.

Como brasileiros e como eleitores que votamos para escolher nossos Constituintes, precisamos da ajuda dos parlamentares.

Ajudar para termos assegurados nossos direitos humanos de poder trabalhar e ganhar o sustento honesto de nossas famílias, sem a ameaça de sermos expulsos do garimpo sob o peso das baionetas e dos canhões. Nós morreremos todos porque não andamos armados.

Ajudar para nos livrar da máquina de propaganda financiada pelas empresas mineradoras e multinacionais, para formar uma opinião pública desfavorável aos garimpeiros, colocando-nos como marginais e dilapidadores das riquezas da Nação. Nós não temos dinheiro para pagar jornal, rádio ou televisão.

Ajudar para o Poder Público, olhe um pouco pela gente, devolvendo em termos de escolas, assistência médica-sanitária e o mínimo de infra-estrutura urbana para o núcleo urbano de "Serra Pelada", os bilhões de cruzados que carreamos para os cofres da Nação e descontarmos de nossa produção de IUM (Imposto Único sobre Minerais).

Essa ajuda que precisamos só poderá ser obtida se os constituintes brasileiros, neste momento histórico da Nação, voltarem seus olhos para essa população carente, e não permitirem que sejamos despejados após o encerramento do prazo que a Lei nº 7.194/84, elaborada com objetivos políticos-eleitorais, para eleger representantes da "Velha República".

O inesquecível Presidente Tancredo Neves, perante 25 (vinte e cinco) jornalistas brasileiros, no dia 12-2-85, declarou, enfaticamente, que, no seu

Governo, "não existiria força humana capaz de retirar os garimpeiros de "Serra Pelada". (Recortes anexos.)

O eminente Presidente José Sarney fez o mesmo pronunciamento (recortes anexos). Mas as ameaças continuam crescendo e as pressões que nós e nossas famílias estamos sofrendo estão se tornando insuportáveis.

Será que depois de tantos sacrifícios e sofrimentos, nós e nossas famílias seremos, mesmos, expulsos de "Serra Pelada" pela força dos fuzis, tornando-nos fugitivos das balas, tal como os flagelados, no início do século fugiam da seca do Nordeste?

Nossas vidas, as vidas de nossas mulheres e filhos estão nas mãos dos nossos constituintes.

A Lei nº 7.194/84, limitando no tempo a existência de "Serra Pelada", foi de iniciativa do Poder Executivo, mas aprovada, unanimemente, pelo Congresso Nacional.

Nossa esperança é que esse mesmo Congresso Nacional, que em 1984 tão bem soube compreender o drama dessa comunidade, novamente agora, na "Nova República", reconheça a necessidade desses humildes brasileiros de ganhar seus sustentos e de suas famílias, com o trabalho duro e honesto que estão acostumados a desenvolver em prol da Nação.

Ajude-nos!
Os garimpeiros da "Serra Pelada"

TANCREDO GARANTE SERRA PELADA

Gazeta de Brasília, de 23 de fevereiro a 2 de março de 1985

O repórter José Honorato de Oliveira Júnior, colaborador da **Gazeta de Brasília**, durante a última entrevista coletiva de Tancredo Neves, conseguiu realizar uma façanha.

Quando o Presidente eleito Tancredo Neves se retirava do Auditório, após o término da entrevista coletiva, o repórter José Honorato rompendo o cordão de isolamento da segurança, conseguiu chegar próximo do presidente eleito e dele arrancar a palavra de que, durante o seu governo, não existirá força humana capaz de retirar os garimpeiros de Serra Pelada daquele garimpo, mesmo após o prazo da recente lei que permitira que eles continuassem por mais algum tempo naquele "Eldorado Brasileiro".

A notícia de que Serra Pelada teria a garantia do presidente eleito Tancredo Neves ganhou páginas de inúmeros jornais, tendo inclusive o jornal **O Liberal** de Belém do Pará dado grande destaque à matéria que repercutiu nas cidades de Marabá e Altamira.

Foi o jornalista José Honorato de Oliveira Júnior quem conseguiu extrair do presidente Tancredo Neves a resposta de que "não haverá força humana capaz de retirar os garimpeiros de Serra Pelada". Ele é secretário-geral da Associação de Imprensa do DF e trabalha como **free lance** para várias emissoras de rádio do Pará.

Silvia Seabra
Jornal de Brasília 15-2-85, sexta-feira.

SERRA COM O GARIMPO

O Presidente eleito disse que vai manter os garimpeiros em Serra Pelada, numa rápida entrevista de rádio, após a coletiva que deu. "Não há força que me faça tirá-los de lá", disse Tancredo.

SERRA PELADA COM O GARIMPO

Porque o auditório da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, onde o Presidente Tancredo Neves está com o seu gabinete instalado, até 15 de março é pequeno, somente 25 jornalistas puderam fazer perguntas, mediante um sorteio prévio.

Depois da entrevista, o repórter José Honorato, que trabalha para uma rádio de Marabá, conseguiu chegar perto do Presidente, quando saia do auditório.

De microfone na mão, perguntou a Tancredo qual o destino dos garimpeiros de Serra Pelada, se o seu governo permitiria que grupos multinacionais investissem naquele garimpo.

Tancredo Neves respondeu: "Serra Pelada continuará. Não há força humana que me faça tirar os garimpeiros de lá".

A esta altura, a segurança do presidente afastou o radialista, que, logo depois, ligou para Belém e falou com o nosso companheiro o Ossian Brito, diretor da Sucursal de **O Liberal** em Brasília ora em Belém transmitindo a notícia. E pela Rádio Liberal, ao telefone, foi gravado o rápido diálogo daquele radialista com o presidente eleito.

**O Liberal
Jornal da Amazônia**

Belém, Pará, Brasil, terça-feira, 12 de fevereiro de 1985

GARIMPO DE SERRA PELADA VAI SER PRORROGADO 2 ANOS

O ex-deputado Clóvis Ferro Costa foi recebido, ontem, em audiência, pelo Presidente José Sarney, para tratar de assuntos referentes a Belém e ao Pará, que ele vem encaminhando junto ao Governo da República.

Ferro Costa, que é candidato a senador pela coligação PFL – PDT, em chapa com ex-governador Alacid Nunes e Aziz Mutran, informou que, nessa audiência, o presidente comunicou-lhe que o garimpo de Serra Pelada ficará por mais dois anos, liberado para os garimpeiros.

Na mesma audiência, Ferro Costa tratou da dragagem do porto de Belém e ontem à tarde o assunto foi levado por ele ao ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, já ficando acertada a mudança da draga "Minas Gerais", que está trabalhando atualmente no porto, para uma de maior capacidade. Na ocasião, foi pedida a draga "Paraná", que está atuando no Sul do País. Hoje o assunto voltará a ser tratado durante reunião do Ministro com Ferro Costa e o presidente interino da Portobrás, que também estará presente.

A mudança a dar draga visa dar uma nova dimensão ao projeto de aterro hidráulico das baixadas de Belém.

SERRA PELADA

Tratando ainda da questão garimpo, Ferro Costa entregará ao assessor do Presidente Sarney, Jorge Murad, um planejamento sobre Serra Pelada, sobre a qual também reuniu-se ontem no Banco Central, a pedido da Cooperativa de Garimpeiros. Discutiu o tratamento do rejeito, que possibilitaria a recuperação de 30 toneladas de ouro, que, segundo os garimpeiros estão contidas nesse rejeito, significando, em termos de receita, 300 milhões de dólares.

A Cooperativa poderá, ainda, vir a receber autorização para a venda de 1.700 quilos de paládio, também retido no garimpo. Finalmente, o Banco Central poderá devolver cerca de 220 milhões de cruzados, que estão em seu poder, e que pertencem aos garimpeiros. Esse dinheiro, possivelmente, será devolvido à Cooperativa, a quem foi transferido pelos próprios interessados. O assunto está sendo examinado na Consultoria Geral da República e é possível que seja feita uma ação de consignação de pagamento movida pela União para que a Justiça declare a quem a Caixa Econômica Federal deva pagar esse dinheiro.

O Liberal
Belém, quinta-feira, 4 de setembro de 1986

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ): Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O capital privado está de olho na Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) de Volta Redonda.

Detentora de alta tecnologia, tanto na área de construção de estruturas metálicas quanto no setor de construções (pontes, viadutos torres de transmissão de energia, plataformas de petróleo, edifícios, etc.) a FEM, empresa estatal de renome nacional e internacional, está no rol das empresas a serem privatizadas.

A Fábrica de Estrutura Metálicas sempre foi uma empresa próspera e lucrativa, sempre reinvestiu seus lucros no campo social, beneficiando diretamente quase 4 mil trabalhadores e seus dependentes.

Hoje esta fábrica comece a demitir empregados, pois o Governo colocando-a na lista das privatizáveis, cria um mal-estar entre os seus clientes que não tendo mais certeza no amanhã, quanto a entrega de seus pedidos e encomendas, causa-lhes prejuízos.

Esperamos que o Presidente Sarney retire da lista das privatizáveis a FEM e assim a tranquilidade voltará aos seus empregados, a fábrica retomará o ritmo de produção que sempre a fez próspera e lucrativa.

É preciso também que o Governo fique atento para o que ocorre na Companhia Siderúrgica Nacional, que privilegia empreiteiras particulares entregando-lhes serviços que podiam ser executados pela FEM, fábrica instalada dentro do próprio terreno da CSN.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Santana de Vasconcellos.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG): Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Recentemente, apresentei sugestão de inclusão na Carta Magna do princípio revitalizador do bom regular emprego do dinheiro público tornando obrigatória a licitação para as estatais. Estou certo que a alguns pode parecer desnecessário elevar este procedimento a nível constitucional, porque decorrente do próprio Regime Republicano e dos princípios da "Isonomia" e "Probidade", letras firmam em todas as Constituições da República.

Entretanto, quero nesta oportunidade trazer à colação as sempre sábias e prudentes palavras do eminente Seabra Fagundes, ao criticar a postura doutrinária de que a Constituição deveria ser um instrumento sintético, adstrito à estrutura dos poderes e à enunciação de direitos fundamentais do indivíduo:

"Esta concepção já era, se me é permitido usar, em sua força de expressão, um desses modismos (ricos modismos) de que a juventude atual se socorre para dizer mais incisivamente, e melhor, porque empurrando a idéia de cabeça adentro do interlocutor. Sim, já era porque é o nosso tempo, na freqüência deplorável e por vezes sinistra, dos fatos que o mundo conturbado pelo ódio do terrorismo, e, já antes dele, pelas práticas de ditaduras ideológicas, militares, oligárquicas, carismáticas, etc. que impõe dilagar o ambiente da Lei Maior para, com isso, enfrentar realidades novas. Ou se não novas, realidades de que somente em nosso tempo se deu conta o homem comum, o cidadão, o povo. Tempo em que, no dizer de Georges Bendeau, a plebe se tendo convertido em povo, a força reivindicatória põe na balança da vida cívica o poder de uma presença, até anos atrás ignorada pela força material das elites organizadas."

Miguel Seabra Fagundes – "O Direito Administrativo na Futura Constituição" – Agosto de 1986 – V Congresso de Direito Administrativo.

É sabido que a obrigatoriedade da licitação decorre da instituição do próprio Regime Republicano, na feliz e oportuna afirmativa do Desembargador Fernandes Filho. Daí, dúvida não poderia existir na medida em que as chamadas estatais estariam obrigadas ao procedimento licitatório, porque pessoas criadas pelo poder público.

Entretanto – como se sabe – sobre o tema lavrou-se o mais acentuado debate doutrinário, formando uma corrente da Exigibilidade e Inexigibilidade da licitação nas entidades paraestatais. Lembro, por exemplo da Súmula nº 158 do TCU que entendeu ilegal entidades vinculadas "aos ditames básicos da competição licitatória". g.n.

O 1º PND da Nova República – Lei nº 7.486, de 6 de junho de 1986 traz a afirmativa de que o Governo deve determinar o retorno do Estado às suas funções tradicionais de Prestador de Serviço Público. O princípio constitucional do reforço à livre iniciativa, dá guarda e incentivo à empresa privada e consequente afastamento do Estado negociante.

As estatais, sem controle são as grandes responsáveis pela inflação nacional (vide: **Estado de Minas** de 8 de janeiro de 1986). É imperioso a institucionalização de mecanismos de controle, entre os quais, o procedimento licitatório.

Neste aspecto, quero deixar consignado que louvo por inteiro o disposto no artigo 86 do Decreto-Lei nº 2.300/86 que obrigou às entidades paraestatais a adotarem o procedimento da licitação.

Sr. Presidente, é tese aceita de que a lei não evita a corrupção. Entretanto, a sociedade, participante, pode e deve eliminá-la da Administração Pública brasileira.

Os grandes negócios públicos na verdade não estão na Administração Direta. São realizados nas estatais.

Vislumbro com este mecanismo elevado a nível constitucional – como já afirmei – limitar a ação do Poder.

Outra salutar consequência se enquadra na recuperação da consciência nacional do acatamento à lei e retorno de credibilidade na Administração.

"Ao desrespeitar a lei, os altos funcionários do Estado autorizam a anarquia, estimulando deslizes e corrompem as sociedades. Quando isso ocorre, as nações debilitadas, tornam-se presas fáceis dos que as queriam conquistar, pelas armas ou pelo suborno. Só o Estado de Direito, portanto, pode manter de pé, e invioláveis, as sociedades nacionais". Presidente José Sarney. Discurso proferido no Instituto dos Advogados Brasileiros – (IAB) em 4-6-85.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

V – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de Comunicações das Lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Assad, que falará pela Liderança do PFL.

O SR. MÁRIO ASSAD (PFL – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso):

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Um dos temas que mais me preocupa, neste momento histórico que vivemos, é o da forma do Governo: parlamentarismo ou presidencialismo? Presidencialismo ou parlamentarismo?

Dentre muitos trabalhos que li, de ontem e de hoje, para servirem de estímulo às minhas meditações, impressionou-me sobremodo "O Idealismo da Constituição", de Oliveira Viana, escrito, em 1922, 31 anos apenas, depois da Constituinte Republicana, quando Rui, desde muito, já havia confessado seu desencanto com a República presidencialista que fundaria.

De fato, todas as Assembléias Constituintes se podem, dividir em duas categorias de homens: os idealistas utópicos, sonhadores, com os pés na Terra e a cabeça na Lua, que têm à conta de seus fracassos e querem resolver os problemas de seu País à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana, à maneira alemã, esquecidos de que a construção de suas instituições deve ser feita "sobre bases argamassadas com a argila da realidade viva, da realidade social, da realidade nacional". Os outros, os realistas, na

esteira de Harold Laski sentiram o SER das Instituições e sabem que ELAS são seres vivos gerados dentro de uma determinada realidade sócio-cultural e que precisa, necessariamente, se expressar na concreção normativa de uma Lei Fundamental, ou seja, de uma Constituição.

A causa de nossos fracassos, observa Oliveira Viana, tem sido que nossas Constituições foram construídas sobre os moldes de figurinos alheios à nossa realidade, desde a imperial de 1824, à republicana de 1891, à de 34, passando pelo Código de Processo de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834, pela Polaca de 37 e pela liberal democrática de 1946.

Pelo visto, não sabia Rui e nem os demais Constituintes sabiam que "as instituições são seres vivos" gerados dentro de certas e determinadas coordenadas espaço-temporais e para servir só ao povo postado sobre elas e cercado por aquelas circunstâncias geohistóricas.

Não podemos repetir os nossos fracassos e legar às gerações futuras mais decepções que as sofridas pelo povo, que hoje se movimenta em direção das praças e das ruas, cobrando-nos as promessas feitas ainda ontem e até hoje não cumpridas.

Penso que pouco importa o nome que se dê ao regime de nosso governo: se neoparlamentarista ou se neo-presidencialista. O que importa é que não façamos experiências lunáticas copiadas de figurinos alheios. Comprometeríamos, necessariamente, algumas décadas futuras, até que nova crise tenha chegado comprometendo-se a saúde de todo o corpo social.

Estamos escrevendo a história, e tais experiências levianas não devem ser feitas neste laboratório de que sairá a Constituição por tantos esperada. Não podemos exercitar, como na ironia de Joaquim Nabuco, "uma pura arte de construção no vácuo: a base são as teses e não os fatos; o material, idéias, e não homens; a situação, o mundo, e não o País; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais". Não e não. Ternos que construir uma Constituição bem brasileira, com olhos nos fatos, e não nas teses; nos homens, e não nas idéias, no País, e não no mundo; em nossa geração atual, para preservar as do futuro!

As constituições que temos tido, é certo não se compuseram só de imperfeições e só de defeitos. Elas são "seres vivos" e como tais, adoecem, de tempos em tempos. Não se mata o doente, mas chama-se o médico que diagnostica e lhe ministra a terapêutica conveniente. Somos Constituintes, e não fomos chamados para criar do nada, como deuses, instituições, mas... para "dar forma normativa" àquelas que estão em trabalho de parto, desde muito. Seu "SER" já existe em formação e é composto pela "soma dos fatores reais do poder", como uma notável conferência de 1848 em Paris, ensinou-nos Lassale e seu ensinamento faz parte do patrimônio universal. A nós cumpre dar-lhe forma, repito, ou curar suas chagas algumas imprestáveis, outras apenas necessitadas de meros fortificantes. Os tumores malignos precisam ser extirpados definitivamente. E entre eles, destaque-se, desde já, a DITADURA DOS PARTIDOS, pois, não é possível que, uma DEMOCRACIA PELOS PARTIDOS seja conduzida por Partidos que, em verdade, são dirigidos de forma ditatorial. É vício na raiz, que vicia a árvore toda, e isto precisa ser sanado, ou a Nova Repú-

blica seria uma promessa fantasiosa e com fantasia não me comprometo.

Na construção do "Polis", de que a Constituição é simples "expressão normativa", o material de nosso trabalho é a nossa história: sessenta anos de parlamentarismo mitigado pelo Poder Moderador, e quase cem anos deste nosso presidencialismo, cheio de defeitos e vícios, mas concedemos, repleto de instrumentos hábeis à nossa realidade.

O método "fenomenológico" portanto, é o que deve nos servir para examinar por inteiro, as instituições que temos, suas qualidades que devem ser preservadas, como culto às tradições sadias, e também e principalmente, seus tumores menores e malignos, que necessitam ser, definitivamente extirpados. O que não se pode fazer é o que fez a Revolução Republicana: Tomar por empréstimo um sistema de outro país e soltá-lo de pára-quedas sobre nós, depois de enxotar a experiência sexagenária do parlamentarismo de Pedro II, por inteiro. O resultado foi à instalação de crises imediatamente a começar com Deodoro e Floriano, e repetidas a cada vez que se tratava de substituir o presidente que saia.

Se Rui tivesse conhecimento do método "fenomenológico", na linha de Edmund Huskisson, Frank Brentano, Arias Lino, Miguel Reale, entre outros, teria preservado ao máximo, a Constituição Imperial substituído o Imperador pela pessoa do Presidente a quem seria conferido o Poder Moderador, e rasgaria fundo o viciado Sistema Eleitoral, em busca da verdade do voto, esteio da autenticidade do Sistema Representativo, que, em verdade não existe em nossa chamada Democracia a partir do processo de escolha dos candidatos no âmbito interno dos partidos, em que o que menos vale é o consentimento das bases, dos "filhados", que indiretamente vão homologar em convenções, ou farsas de convenções o escolhido ou os escolhidos por um grupo fechado que detém o poder partidário. Esta realidade fere a legitimidade da representação de todos nós, do vereador ao presidente da República. E isto precisa ser extirpado de nossos costumes políticos. Não é com novos sistemas importados que eliminaremos nossas crises. É com o exame dos defeitos e vícios das instituições que temos experimentado através de século e meio. Tragamos do parlamentarismo as experiências por nós mesmos já feitas e aquelas que, de primeira evidência pertencem à natureza das coisas da administração do Estado. Vivifiquemos as instituições enfraquecidas pelo mau uso, ou pela corrupção humana. Propiciemos novas formas normativas àquelas que emergem de fatos novos e dos novos tempos.

O Brasil de hoje não é o Brasil dos anos vinte. As instituições partidárias foram mutiladas várias vezes, pelos governos passados, quando elas necessitavam justamente de serem vivificadas apenas. Nem a fúria legiferante e assassina, nem o cutelo da ditadura poderia conseguir pôr fim aos verdadeiros partidos. Não há mágica legal que o consiga, pois a lei não "cria" instituições. Ela deve surgir, no terceiro momento da "nomogênese". Não houve mágica legal que tivesse podido destruir o PSD, a UDN, o PTB, o PCB. Os partidos que aí estão, com novas letras, novos nomes, são fantasmas híbridos daqueles outros, em busca de uma normatividade adequada à sua natureza essencial. Quando isto acontecer, quando

os órgãos partidários funcionarem institucionalmente, eliminada a ditadura dos partidos, teremos encontrado a Democracia por que a Nação almeja, tão prometida no discurso de todos, quando candidatos, nas praças e nas ruas, e tão desprezada, quando se achegam ao Poder. O Poder corrompe. Todos o sabem! Mas a Constituinte aí está para escrever um documento que se almeja durável.

Nossas instituições estão doentes, em vários pontos. O Poder Judiciário, com suas duas magistraturas – a imetrante e a jurisdicente; os Estados-membros e os municípios, com seus sistemas fiscais raquíticos e dependentes da União etc., etc., etc.

Mas, sobre todos os problemas, sobreleva o sistema econômico-financeiro nacional, que nada mais é que um apêndice do Sistema Internacional, cujo modelo, desde muito, foi condenado pelo consenso universal. O que é urgente é uma tomada de decisão política para impedir que o esforço do trabalho social continue a ser carreado para os bolsos recheados de uma pequena minoria, enquanto milhões de famintos exibem a sua fome, dia e noite pelas ruas porque nem um abrigo miserável têm para cobrir suas cabeças e acolher seu corpo cansado. E mudar radicalmente, aqui radicalmente, é preciso, porque ninguém suporta continuar dentro dos mesmos caminhos, das mesmas promessas, dos mesmos métodos afirmados sempre que vai dar certo. Como curar o doente com os mesmos remédios usados e que não vêm dando certo por tantas décadas?

Estes pontos por mim tratados assim superfluamente, assim o são, apenas para afirmar, que todos eles são "fenômenos objetivados", emergentes de circunstâncias sócio-culturais, de que o Constituinte tem que tratar, dentro do mesmo enfoque "fenomenológico" acima tratado, e que se opõem fundamentalmente aos dos idealistas utópicos que querem construir a Cidade de Deus e não dos homens, para os homens.

E é por isto mesmo que eu, um simpatizante do "parlamentarismo", em tese, jamais admiti que ele seja uma panacéia remediadora de todos os males nacionais. Rui pensou que o presidencialismo americano o seria para os males do parlamentarismo do Império. Bem cedo viu que se enganara.

Precisamos construir a Catedral Normativa de um regime genuinamente brasileiro, para os brasileiros do século vinte, com o material que aí temos: as qualidades de um presidencialismo já experimentado, dele extirpado todos os vícios e defeitos, reenxertando em suas instituições aquelas boas e sadias do parlamentarismo, também experimentado por nós, valorizando-o, em sua plenitude, conforme sugestões que estou enviando à comissão competente.

Quero, antes de terminar, fazer uma reafirmação de que, não foi o regime, como um todo, o culpado de nossas crises sucessórias. Foi o Sistema Partidário e os processos de nosso comportamento, na "escolha dos candidatos a cargos eletivos, de vereador a Presidente da República. Ali está a raiz de todas as crises, porque envolve também o problema global dos Partidos Políticos, como órgãos auxiliares do governo, na formação da opinião pública e no que tange à legitimidade da escolha dos representantes do povo.

Nosso Sistema Eleitoral, Sr. Presidente, e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos estão gravemente doentes e precisam receber da Constituinte correto tratamento, com vistas na "verdade do voto", ou seja, da escolha dos representantes do povo, desde o seu primeiro passo ou momento, na esfera interna dos Partidos.

Sem corrigir isso, não haverá autenticidade do sistema representativo, nem legitimidade da representação.

Eis o mal maior que assola a nossa Democracia; eis o ponto crucial de nossas crises sucessórias e econômicas.

É a vez de mudar, Sr. Presidente. É hoje, ou o retrocesso virá, fatalmente. Disto tratarei especificamente em próxima ocasião. Quem viver verá. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mário Assad, o Sr Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mário Assad, o Sr Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Netto, como Líder do PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Gostaria de, inicialmente, justificar a ausência de minha Bancada neste momento, pois está reunida debatendo temas muito graves para nós e dela me retirei, porque sabia que V. Ex.^a iria presidir esta sessão e era a V. Ex.^a a quem queria falar primordialmente no assunto que, rapidamente, vou abordar.

Antes dele, pedi licença a minha Bancada para trazer a esta Casa uma pesquisa muito séria. O Instituto Gallup apurou no Grande Rio e na Grande São Paulo que 72% das pessoas maiores de 18 anos, todos, de todas as classes, de ambos os性es e de todas as idades optam pela pena de morte para os crimes hediondos. Basta que V. Ex.^a veja que nesses 72% estão homens e mulheres em quantidades iguais. Estão jovens de até 20 anos em quantidades iguais aos de 30 anos ou 40, e por aí afora.

Consideraria um exemplo tão importante, que na terça-feira próxima irei à Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do homem e da Mulher, para às cinco da tarde pretender fazer valer uma opinião que não é minha, considero que é da população brasileira inteira, e não tenho mais dúvida disto. Às vezes, não posso entender como Constituinte que se diz a favor ou contra o aborto são a favor da pena de morte, ou sendo a favor ou contra a pena de morte, são a favor do aborto, o que considero uma coisa terrivelmente inexplicável.

O mais importante, Sr. Presidente, que me traz aqui é o processo que acaba de ser aberto contra mim e cuja notificação oficial acabo de receber do Supremo Tribunal Federal. Sou convocado a apresentar, em 15 dias, defesa, no processo

que me move o Exmº Sr. ex-Ministro Dilson Funaro.

Era o que dizia respeito a V. Ex.^a e saberá porque. Dei o seguinte despacho:

Ciente, ratificando todos os termos e garantindo provar sua veracidade em dobro do que disse, perante V. Ex.^a Amaral Netto.

Sr. Presidente, é problema da imunidade, e aí entramos num aspecto muito grave. Se o Supremo Tribunal decidir que não tenho o direito à exceção da verdade, diria que V. Ex.^a deveria fazer cumprir a imunidade porque, então, não posso provar nada; mas se tenho o direito à exceção da verdade, diria a V. Ex.^a e a esta Casa, que aqueles que decidirem por uma imunidade, porque, para mim, imunidade neste processo, não são a meu favor, são contra mim e são contra a própria instituição.

Passaremos a considerar que um Ministro pode aqui sofrer qualquer espécie de acusação, sem direito à defesa. E quero que ele se defenda, Sr. Presidente, porque há uma nova acusação, agora, e que se colocou diante dela de maneira irrefutável. Ele declarou em São Paulo, anteontem, e parece-me que vai confirmar, hoje, numa entrevista que, se continuarem a apontá-lo como autor do desvio de 1 bilhão de dólares da importação brasileira, será obrigado a contar o que não deve, o que configura, plenamente, um crime de chantagem premeditada. Se ele sabe alguma coisa que ainda não disse, está cometendo um crime, e se promete dizer, se o perseguirem, é porque está ameaçando com o que sabe. É o que vou levar ao Supremo Tribunal Federal.

Gostaria, Sr. Presidente, neste breve pronunciamento – conhecendo o espírito democrático de V. Ex.^a e sabendo que, no entender de V. Ex.^a, o ideal é que nenhum Deputado ou Constituinte fosse processado jamais – lembrar a V. Ex.^a o seguinte: a imunidade não pode ser impunidade. No momento em que o Supremo Tribunal Federal negar-me o direito à exceção da verdade – aí eu acho que cabe ao Congresso impedir que eu seja processado – mas quando o Supremo Tribunal Federal me der o direito à exceção da verdade, quer dizer, de provar ou não o que eu disse, aí, então, é um crime proibir esse processo, porque o Ministro não poderá me fazer provar o que disse e nem eu poderei provar o que disse; ficamos mal nós dois. E é por isso que digo a V. Ex.^a: eu com o Sr. Dilson Funaro, tínhamos um compromisso que iria ser cumprido aqui nesta Casa. Por 24 horas, ele fugiu desse compromisso, que era na segunda-feira, e S. Ex.^a "se mandou" do Palácio, no domingo. Agora, quero ver se no Supremo Tribunal Federal consigo pegá-lo com o meu advogado com as perguntas que tenho o direito de fazer e ele com as respostas que tem o direito de dar.

Portanto, o que pediria, Sr. Presidente, é que, pelo amor de Deus, considerasse, com esta Casa, que o crime que pode levar à imunidade seria aquele praticado sem que o acusado, o Deputado ou Senador, pudesse defender ou vice-versa, em relação ao Ministro ou a qualquer pessoa, e no caso não. Se o Supremo Tribunal Federal me conceder a exceção da verdade, o crime será praticado pelo Congresso negando licença para o processo; se pedirem isso. Porque, até agora, acho que o Tribunal está ignorando aquele man-

dato do Regimento que declara a imunidade. Inclusive, porque o próprio Ministro não me processa pela Assembléia Nacional Constituinte e sim pela Câmara dos Deputados. As palavras que disse foram ditas na Câmara dos Deputados. Deus queira que seja assim, porque quero ter o direito de provar que não sou leviano e o Ministro ter o direito de provar que eu sou; ambos teremos esses direitos dentro do Supremo Tribunal Federal.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, com o maior respeito a V. Ex.^a e, ao mesmo tempo, voltar a dizer aos meus companheiros que, pelo amor de Deus, raciocinem. Não me obriguem a chegar dizer, como tenho ouvido de vários companheiros, quando pergunto: Você é contra a pena de morte? – sou. E se você tem uma filha e ela fosse estuprada e morta, o que você faria? – Eu matava. Esta é a resposta de 100%. Então, estamos com problemas de vinganças pessoais, enquanto estou procurando a exceção da Justiça e não a exceção do crime. No Rio de Janeiro e em São Paulo constituir-se verdadeiras quadrilhas de justicieros que têm escritórios montados. As pessoas que têm dinheiro, quando não são mortas, mas assaltadas, sequer roubadas, não é estuprada a filha, apenas um roubo, contratam um bandido para matar outro bandido. Estou pedindo que a lei cuide disso e, em última instância, o Supremo Tribunal Federal.

Não posso deixar de dizer isso que vou dizer à Comissão, presidida pelo meu caro companheiro Mário Assad, na terça-feira que vem, pedindo a todos que raciocinem. O direito à vida de todos está abaixo do direito à vida do bandido que tira a vida de todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. JOSÉ GENÓILO: – Sr. Presidente, com base no art. 74, do Regimento, quero formular uma questão de ordem a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genólio, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENÓILO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O § 1º, do art. 14 diz claramente o seguinte:

"Fica facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as Comissões e Subcomissões, discutir o assunto em debate pelo prazo por elas estabelecido, sendo-lhe vedado o direito de voto."

Acontece, Sr. Presidente, que a Comissão de Sistematização aprovou hoje uma norma interna que diz:

"Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente resolução, sendo a eles vedado suscitar questão de ordem, apresentar requerimento ou emendas, conforme dispõe o art. 14, § 1º"

Sr. Presidente, apresentar emenda deve ser vedado aos que não são membros da Comissão de Sistematização, porque lá se trata de adequar.

Agora, Sr. Presidente, proibir questão de ordem é uma contradição flagrante com o que está no § 1º do art. 14. Portanto, a Comissão de Sistematização não tem poder de estabelecer uma norma que vai contra o que está no § 1º do art. 14. Isso foi votado hoje de manhã e comuniquei ao Presidente em exercício, o Vice-Presidente, o nobre Constituinte Aluízio Campos, que iria recorrer daquela decisão diretamente à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, o que estou fazendo neste momento. Considero grave erro uma resolução de uma Comissão ferir um dispositivo regimental que é claro. Assistir às reuniões pressupõe participar da discussão, levantar questão de ordem, apresentar emendas, aí sim, porque não cabe a nós, que não somos membros da Comissão de Sistematização, fazer emendas, porque são emendas de adequação dos projetos que virão das comissões.

Este é o recurso que apresento à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE Ulysses Guimarães: – A Mesa vai requisitar o discurso e a argumentação, examinar as normas que foram aprovadas na Comissão de Sistematização e entrar em entendimentos com o Presidente em exercício da mesma, a respeito do assunto, para dar solução à questão levantada por V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ GENÓILO: – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, pelo PDT.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Como Líder.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quer, neste Horário de Liderança, a bancada do Partido Democrático Trabalhista, quer a bancada dos trabalhistas, socialistas e nacionalistas comunicar a sua posição a respeito de uma deliberação da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e de Atividade Econômica acerca do monopólio estatal do petróleo.

Para nós, nacionalistas e trabalhistas, que, ao longo da história do nosso movimento político, sempre batalhamos acirradamente, arduamente, ardorosamente pela defesa das riquezas nacionais e dos interesses nacionais, em especial em defesa do monopólio do petróleo, feriu-nos fundamentalmente, de maneira particular, a deliberação de natureza entreguista contra os interesses nacionais, contra a história deste País que aquela Comissão tornou naquele domingo início da última semana.

O monopólio do petróleo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é o resultado de uma árdua luta da Nação brasileira. Desde o início das primeiras décadas deste século, quando começamos a organizar movimentos nacionalistas, quando o ideal nacionalista começou a tomar corpo, na defesa das nossas águas, dos nossos minérios, aos firmes pronunciamentos e às firmes posições de Arthur Bernardes, que essa questão é sensível demais ao povo brasileiro, que essa questão toca de maneira especial ao brilho e ao brio da Nação brasileira. Nós trabalhistas, socialistas e nacionalistas, que estamos na vida pública brasileira, de uma maneira marcante desde 1930, ao lado do povo trabalhador, lutando pelos seus interesses e pelos seus direitos, nós que temos uma posição

férme em defesa dos interesses nacionais, não poderíamos nos calar, e temos que aqui debater, revelar e denunciar que a esta deliberação nós não podemos assistir calados, que a esta deliberação esta Assembléia Constituinte não pode se curvar, e a Nação brasileira, sem dúvida alguma, a ela jamais se curvará.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por ocasião da edição da promulgação da Lei nº 2.004, a lei de defesa do monopólio do petróleo, a lei da PETROBRAS, houve uma unidade nacional. A Nação se uniu, depois de tanta luta e até de sangue derramado, em torno da defesa de seus interesses maiores; desde a UDN, desde os trabalhistas e o Presidente Vargas, os comunistas, a Nação se uniu, considerando que naquele instante era preciso preservar o bem maior, a riqueza maior deste País, a possibilidade da salvação, da independência, da autonomia deste País, que o petróleo simbolizava naqueles momentos da vida nacional.

Em torno da Lei nº 2.004, a Nação uniu-se.

Agora, em plena Assembléia Nacional Constituinte, quando a Nação reúne, de dentro de si, o mais forte que tem, as maiores esperanças que pode possuir, em ver este País trilhar os caminhos, os rumos de uma sociedade mais justa, em ver este País romper de vez todos os grilhões que o fazem ser dobrado e ajoelhado diante da economia internacional, a Nação, possuída dessas esperanças, arrancada do fundo das suas entranhas, assiste a uma deliberação entreguista como esta.

A deliberação da Subcomissão aí decorrente de uma emenda de autoria do Constituinte Rubem Medina, do PFL do Rio de Janeiro, um Estado de tantas tradições nacionalistas, um povo de tanta vocação nacionalista, mas é de lá, do Rio de Janeiro, que um Deputado propõe que o monopólio da União somente se restrinja no inciso I, à pesquisa e à lavra de petróleo, e no inciso II à pesquisa, à lavra, e ao enriquecimento de minérios nucleares. Mas não apenas propõe essas disposições como as justificou nos seguintes termos: o anteprojeto, do Relator, que estava sendo submetido à votação, e que consagrava a legislação e apenas refletia a legislação vigente, sem acrescentar nada, disse na justificativa que o anteprojeto amplia desnecessariamente o monopólio da União e que a emenda pretende manter o monopólio do petróleo nos termos atuais.

Ora, parece que o ilustre Constituinte Rubem Medina não leu, jamais leu a Lei nº 2.004, editada não agora, não no regime militar a que ele sempre serviu, como é evidente que não poderia ser, mas editada desde 1953. Diz o art. 1º da Lei nº 2.004:

"Constitui monopólio da União:
I – a pesquisa e a lavra;
II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
III – o transporte marítimo ou por meio de condutos."

O que está aqui na Lei nº 2.004 estava consagrado no art. 16 do anteprojeto, em decorrência de emendas, minhas e de outros Constituintes, que apenas refletiam a legislação vigente.

Na proposta que a Subcomissão aprovou, o monopólio ficou restrito apenas à lavra e à pesquisa; retirou-se o refino, retirou-se o transporte.

E diz ele: a emenda pretende retirar o refino, processamento, a importação, a exportação, o transporte marítimo e em condutos de petróleo

e seus derivados, do gás natural, para possibilitar a concessão de sua pesquisa e lavra a empresas públicas e particulares, sem dúvida alguma, para permitir à Esso, à Shell, às empresas multinacionais realizarem o transporte e o refino do petróleo em território nacional.

E mais, pela emenda de Rubem Medina aprovada, a União ficou sem o monopólio de industrialização e do comércio de minério nuclear. A União, a República fica sem ter, em suas mãos, o domínio da tecnologia da energia atômica e sem o seu controle. Isto significa que as empresas particulares, as multinacionais poderão vir aqui e industrializar o minério nuclear e comercializá-lo. Significa colocar a energia atômica como objeto do livre comércio.

Há pessoas que nem na vida pública colocam os interesses nacionais acima dos mesquinhos interesses particulares.

Isto contraria, afronta as esperanças do País, contraria e afronta, sem dúvida alguma, toda a luta da Nação brasileira até agora. Mas ele não ficou só, ele foi acompanhado na sua proposta pelo Constituinte Antônio Ueno, pelo Constituinte Afif Domingos, pelo Constituinte Antônio Carlos Franco, pelo Constituinte Delfim Netto, pelo Constituinte Gustavo de Faria, pelo Constituinte Irapuã Costa Júnior, pelo Constituinte Jalles Fontoura, pelo Constituinte Marcos Lima, pelo Constituinte Nyder Barbosa, Renato Johnsson, Roberto Campos, Paulo Mincarone. Há tantos nomes muito conhecidos nesta lista dos que mutilaram o petróleo neste País, que não nos choca nem estranha vê-los deste lado, pois neste lado da história sempre estiveram.

Mas, há tantos nomes também nesta linha que pertencem ao PMDB; que um dia disse em praça pública que era nacionalista, que um dia disse devotar o seu programa e a sua ação política aos interesses da Nação brasileira. Nós estamos numa fase, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que nós não podemos tolerar deliberações como estas, pois deliberações como essa tocam a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte. Tocam a dignidade e a responsabilidade da vida pública neste País, que não pode ser exercida de maneira irresponsável. Um partido político, especialmente um partido Político majoritário na Assembléia Nacional Constituinte, tem responsabilidades definidas com o seu programa, com o seu passado, com a sua história, com as aspirações da Nação brasileira. Responsabilidades com os compromissos diantes da Nação brasileira.

Eu cobro aqui, Sr. Presidente, do PMDB, uma definição clara da sua posição a esse respeito. Uma definição clara se o PMDB está com a história do País, está com os anseios da Nação brasileira, ou se o PMDB, pela maioria dos seus representantes nesta Assembléia Nacional Constituinte, doubrase aos interesses estrangeiros, doubrase aos interesses das multinacionais. Se o PMDB, resignou-se em defender os interesses da Nação brasileira. Eu cobro isto, Sr. Presidente, e gostaria de ver, aqui, os líderes do PMDB responderem a esse desafio. Gostaria, e toda a Nação clamaria que os líderes impusessem o Programa do Partido aos seus militantes, Constituintes que foram eleitos pelo seu programa. Que levem os Constituintes à obediência a um programa que foi colocado, votado e submetido à Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gonzaga Patriota, pelo PMDB.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB)

– **PE. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, mais de uma dezena de Constituintes usaram desta tribuna, hoje, cada um trazendo os problemas do seu Estado, os problemas de sua região.

Observamos, atentamente, que cada problema trazido, através desses microfones, são causados por uma crise econômica, por uma crise financeira e, por que não dizer, por uma crise política, porque sabemos que, quando o povo não participa das decisões, quando as decisões são tomadas isoladamente, nos gabinetes, os problemas não são resolvidos. Um grupo de parlamentares Constituintes se prepara para uma visita ao Nordeste, para ver os angustiantes problemas daquela Região, mais particularmente no pequeno Estado da Paraíba. Sábado, domingo e segunda-feira, haverá reuniões de Constituintes, de políticos, de ministros, para tentar, mais uma vez amenizar o sofrimento dos nordestinos que nasceram para sofrer. Acredito, e aqui já foi dito, hoje, talvez seja mais uma viagem de turismo e vou fazer parte dessa viagem de turismo porque não apenas os representantes do povo, os Constituintes, Deputados, Senadores e políticos, nas reuniões podem resolver os problemas, principalmente, daquela região. Nós, que convivemos com a seca durante tantos anos e, principalmente, no período de 69 a 84, quando milhares e milhares de pessoas, crianças morreram à mingoa, quando milhares e milhares de trabalhadores da agricultura foram marginalizados nas frentes de emergência, cavando aquele chão duro, transportando a terra em carroças e banguês para fazer aguadas e açudes, sem nenhuma técnica, sabendo o Governo que aquilo é uma humilhação para o homem nordestino mas não teve um programa democratizado para atenuar o sofrimento daqueles flagelados. Em 1984, veio uma grande enchente e levou todas as barreiras e as aguadas, o suor e o trabalho daquela gente sofrida; em 1985, da mesma maneira; em 1986 o sofrimento foi menor porque aconteceu no Nordeste e no Brasil eleições para Deputados, Senadores e Governadores de Estado, e em época de eleição a coisa não é tão penosa para o pobre, principalmente, para o agricultor e o trabalhador. Volta o sofrimento em 1987, acaba-se o Cruzado ou o Cruzado 1, acaba-se a fé e a esperança e aí está novamente a seca, a humilhação e o prenúncio da volta das frentes de emergência aos trabalhadores da agricultura do Nordeste brasileiro.

Eu gostaria, Sr. Presidente; Sras. Constituintes, de, neste instante, fazer um apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, aos Ministros do seu Governo, dizendo que a frente de emergência, para o Nordeste, é necessária, agora e já, mas que se faça de maneira democratizada, não se procure ainda mais marginalizar aquela gente sofrida e que aproveite esse bloco de parlamentares do Nordeste, que vai às cidades de Campina Grande, Patos e Souza, na Paraíba, neste final de semana, juntamente com os Minis-

tros, para que procurem, de uma maneira menos perversa, programar o envio dessas verbas, a aplicação dessas verbas e o retorno dessas verbas para o agricultor e o trabalhador da região sertaneja e dá região nordestina.

Que as reuniões, como as de hoje, entre Presidente e Ministros, sejam levadas ao conhecimento dos representantes do povo nesta Assembléia Nacional Constituinte e neste Congresso, a fim de que possam eles também participar dessas reuniões, procurando maneiras fáceis de resolver esses problemas, sem pacotes, sem engodo, sem mentira, sem farsa, para que diminua o sofrimento, para que se diga a verdade ao povo brasileiro, principalmente à pequena, à média e à microempresa, aos comerciantes que faliram, homens sérios que estão com os seus nomes nos cartórios e nas barras da Justiça, porque adquiriram bens e mercadorias quando vigia o Cruzado 1, não podendo agora cumprir os seus compromissos.

Que as decisões, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, sejam tomadas com a participação do povo, através dos seus representantes. É isso que esperamos de um Governo sério, em um País que se prepara para uma nova vida do seu povo. É isso que esperamos de todos os representantes do povo, nesta Casa, neste Congresso e nesta Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães, pelo PT.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Depois da apresentação dos relatórios das Subcomissões, já é fácil antever que esta Constituição será seguramente uma das mais extensas da nossa História, ou muito mais extensa do que qualquer Constituição já vigente no Brasil.

Alguns especialistas estimam, com base nas discussões já realizadas, que, talvez, mais de 500 artigos irão compor esta Constituição, superando, portanto, inteiramente aquela antiga discussão técnica, se esta deveria ser uma Constituição sintética ou uma Constituição analítica. Também nas Subcomissões já dá para perceber um outro aspecto. Uma luta encarniçada, uma luta pertinaz, entre aqueles defensores do **status quo**, aqueles defensores de uma economia e de uma sociedade com base nos privilégios, e aqueles que querem mudanças estruturais, liberdades políticas, independência frente ao imperialismo.

Mas um outro aspecto chama a atenção. Tantos artigos discutidos, tantas propostas feitas, com tantos relatórios encaminhados e votados, com tantas lutas ideológicas e políticas já travadas, um aspecto fundamental para o País e para o nossopovo, ficou inteiramente à margem de qualquer dos relatórios: trata-se da dívida externa brasileira. Nenhuma das Subcomissões – e eram várias – que deveriam ter a responsabilidade de discutir, analisar e dar uma solução para esse problema, se dignou sequer a apresentar alguma proposta, se dignou sequer a tomar uma posição de frente quanto a esse problema crucial. Qualquer analista da economia brasileira é capaz de demonstrar que sem solucionar a dívida externa, sem solucionar o problema cambial, as soluções para a inflação, para o arrocho salarial, para um novo projeto de desenvolvimento econômico, não terão profundidade e não serão duradouras.

Por isso mesmo, constatando a importância desse problema e a deficiência, pelo menos em 3 relatórios, da Ordem Econômica, da Soberania, e das Relações Internacionais, é que o PT pretende, agora, a nível das Comissões, apresentar as suas propostas mas, acima de tudo, levar a uma iniciativa popular. A ofensiva da direita, já sobejamente demonstrada aqui, não se conteve sequer diante de conquistas já havidas com o monopólio estatal do petróleo, já nos faz supor que ao lado das nossas propostas das Comissões, deveremos também partir para a mobilização popular, apresentando uma iniciativa popular para, em fases posteriores, na Comissão de Sistematização e em Plenário, forçar a discussão da dívida externa. E não venham aqui dizer que este não é um tema para a Constituição. É sim, porque a Constituição deve, acima de tudo, responder às expectativas e às esperanças do povo brasileiro, que passa por todos os aspectos da nossa vida econômica, política e social. O PT entende que essa proposta na Constituição que se desenha nesta Assembléa Nacional, deverá conter alguns aspectos permanentes, contidos, portanto, no corpo da constituição, algo como estabelecendo que nenhum compromisso financeiro junto a credores internacionais poderá sobrepor-se à soberania nacional ou ao bem-estar do povo.

Esse é um princípio geral que perfeitamente poderia estar contido no corpo da nossa Constituição, complementado — quem sabe — por alguma coisa como "o País não reconhece dívidas externas que tenham sido: primeiro, feitas durante a vigência no País de regimes políticos e econômicos a serviço de interesses contrários ao povo brasileiro; segundo, tomadas junto a organismos estrangeiros que pratiquem a exploração econômica de povos e países, ou seja, países imperialistas ou organismos a serviço desse tipo de missão. E, terceiro, originadas de aplicação sem benefício para o povo brasileiro: as corrupções, os depósitos em bancos na Suíça e obras contrárias aos interesses do povo brasileiro.

Esses seriam os princípios gerais, complementados obviamente por dispositivos também nas disposições transitórias, capazes de atacar o problema crucial da dívida externa atual, essa dívida de 120 bilhões, esse serviço da dívida que tem sugado todo o esforço produtivo do nosso povo. Nas disposições transitórias, algo como "o pagamento do serviço da atual dívida externa brasileira deverá ser suspenso por um prazo de 180 dias, durante o qual uma Comissão designada pela Assembléa Nacional Constituinte com a participação de todos os partidos, realizará uma auditoria com a finalidade de apurar a natureza dos contratos efetivados junto aos credores estrangeiros e verificar a sua legitimidade, em face do exposto nesta Constituição".

Finda a auditoria prevista neste artigo, a Assembléa Nacional Constituinte declarará o cancelamento sumário de todas as dívidas contrárias ao disposto nesta Constituição, adaptando o restante a um plano compatível com as condições e necessidades do povo brasileiro."

Essa é uma idéia que o PT traz aqui em seus eixos centrais, para ser desenhada numa proposta a ser discutida com as bases populares, com as centrais sindicais, com os partidos e organizações populares para, juntos, elaborarem uma proposta concreta a ser apresentada ainda na próxima se-

gunda ou terça-feira, nas Comissões. Mas, acima de tudo, levando este tema para as fábricas, para os sindicatos, para as praças públicas numa iniciativa popular, com uma pressão irreversível aqui nesta Assembléa Nacional Constituinte, para que, quem sabe esta futura Constituição possa significar também o fim dos grilhões que nos têm prendido ao imperialismo internacional, com uma solução popular para o grave problema da dívida externa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ottomar Pinto, pelo PTB.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Há três semanas denunciei desta Tribuna, e comprovei com documentos até hoje não desmentidos, a corrupção que envolve o Governo de Roraima, cujo titular, Sr. Getúlio Cruz, há quatro ou cinco anos atrás nenhum delegado lhe negaria um atestado de pobreza e hoje, juntamente com a família Cruz que vivia há cinco anos, repito, na dignidade de uma pobreza honrada ostentam elevado padrão de vida, são proprietários de terras e de gado, atropelam pedestres nas ruas da capital, com seus vistosos monzas, escort e outros custosos automóveis e permanecem impunes.

Quem tiver fazendas, cavalos de raça ou gado P.O. para vender em Roraima, haverá sempre, por perto, um testa-de-ferro do Governador Cruz e seus acólitos, para adquirir o bem. O crescimento patrimonial do Governador e familiares é um fato comentado com estarrecimento pelo povo de Roraima. Entregamos farta documentação a alguns ministros da Nova República e estamos aguardando o resultado da análise e as consequentes providências.

Confiamos na probidade dos Ministros que receberam as provas da corrupção e da incompetência administrativa, em Roraima. Estamos seguros de que eles não se acumpliciarão com as sortidas criminosas desse desaçaimado malversador do erário público.

A impunidade estimula a delinqüência. A menos de quinze dias depois da nossa denúncia de corrupção no Governo de Roraima, os meios de comunicação de massa, no Brasil, levaram ao conhecimento do povo brasileiro a tentativa de homicídio perpetrada contra o líder do PMDB e Prefeito da Capital de Roraima, o Dr. Silvio Leite, baleado com dois tiros, um em cada perna.

O pistoleiro utilizou ao praticar o crime, um automóvel, três revólveres 38, farta munição, duas máscaras, e cartões de crédito, do seu patrão, Sr. Luiz Rodrigues de Barros, amigo Inspector do Governador Getúlio Cruz, seu comensal e acompanhante em viagens aéreas, de primeira classe, para Brasília, às expensas do Governo do Território. O patrão do pistoleiro, dono de todo o arsenal, do carro e do sítio para onde fugiu o homicida, é também o próspero proprietário de uma casa de Jogatina em Boa Vista, que goza de proteção policial e é o feliz usuário de tratores do governo, que trabalham a título gratuito em desmatamentos e destocamentos, em sua fazenda de engorda de gado, no Município de Mucajá.

Após o crime, mobilizou-se o pai do Governador, que é o diretor da Penitenciária e servidor

aposentado da Polícia Civil de Roraima, onde com mais cinco irmãos e parentes próximos participam da direção da Secretaria de Segurança, recebendo polpudas remunerações de cargos DAS, apesar de não possuírem o curso do 2º grau completo, apressou-se em tumultuar o inquérito para mascarar, encobrir, a conotação política do atentado. O Governador foi à televisão manifestar sua amizade, confiança e o carinho com que distingue o provável mandante. O Secretário de Segurança declara na televisão que recebeu ordem direta do Governador "para evitar que no inquérito se desse conotação política ao atentado". Por ter a Policia Militar saído em perseguição ao criminoso, em sua fuga para a granja de Luiz Rodrigues, amigo do Governador, e conseguido prender o criminoso em flagrante, mereceu a Policia Militar a censura do Governador, insinuando interferência indevida na prisão do autor do atentado.

O PMDB, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pela sua Comissão Executiva Regional de Roraima, divulgou em vários jornais do Amazonas e no jornal **A Crítica**, de 25 de maio de 1987, a nota que a seguir lerei e peço a V. Ex.^a para fazer constar dos anais da Constituinte, como marco histórico a balizar o fim de uma época de obscurantismo, de truculência de audaciosa irresponsabilidade, que a sociedade brasileira repudia e que esperamos seja banida do cenário de Roraima.

Como o PMDB não tem vez nem voz em Roraima, porque televisão, rádio, jornal, tudo isso é monopólio do Governante, fui acionado pelo Partido para fazer a leitura de um manifesto do Partido de V. Ex.^a lá em Roraima.

Diz o PMDB de Roraima em sua nota oficial:

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
DIRETÓRIO REGIONAL DE RORAIMA**

NOTA OFICIAL

"A propósito da "Nota de Esclarecimento ao Públíco" veiculada ontem na imprensa, de responsabilidade do Governador do Território de Roraima, Dr. Getúlio Alberto de Souza Cruz, temos a esclarecer o que segue:

1 — Tenta o Sr. Getúlio Cruz lançar uma cortina de fumaça para encobrir as verdadeiras razões e os motivos que determinaram a tentativa de homicídio perpetrada por indivíduo a soldo e a mando do Sr. Luiz Rodrigues de Barros, conforme até aqui apurado.

2 — Ao assacar aleivosias e ofensas à pessoa do presidente regional do PMDB, Sr. Almir Queiroz, o Sr. Getúlio Cruz supõe, com isso, evitar a real vinculação que tem com o Sr. Luiz Rodrigues de Barros. Se não, vejamos:

A) — No rompimento da Aliança Democrática o instrumento de cisão no PMDB foi exatamente o Sr. Luiz Rodrigues de Barros, presidente do Diretório Regional do PMDB, apoiando o Sr. Getúlio Cruz contra decisão da Executiva Regional do PMDB;

B) — As viagens do Sr. Getúlio Cruz a Brasília em busca de apoio político foram sempre acompanhadas pelo Sr. Rodrigues de Barros que, na qualidade de dissidente do PMDB, tentava confundir a direção nacional do Partido;

C) – É notório o apoio que o Sr. Getúlio Cruz vem dando ao Sr. Luiz Rodrigues de Barros que, como presidente do Jockey Club de Boa Vista, viajou a São Paulo em companhia do pai do governador para compra de cavalos de raça financiados pelo governo de Roraima, entre outros casos;

D) – Ressalte-se ainda que na madrugada em que ocorreu a lavratura do flagrante, o pai do Sr. Getúlio Cruz, que não é advogado, estranha e publicamente, no recinto da delegacia, fazia prévia defesa tentando evitar o indiciamento do Sr. Luiz Rodrigues de Barros, como possível mandante do crime, contrariando as evidências das provas circunstanciais, declarando textualmente: "Vocês querem incriminar o Luizinho, porque ele marcou uma audiência hoje à tarde com o governador e não compareceu". E exatamente nesta tarde consumou-se o atentado;

E) – Além de tudo, dias após o atentado, em entrevista coletiva à imprensa, o Sr. Getúlio Cruz reafirmou sua amizade pessoal com o provável mandante do crime;

F) – O mais estranho de tudo é a declaração do Sr. Secretário de Segurança Pública de Roraima, Cel. Menna Barreto, à televisão, de que recebeu ordem direta do Governador "para evitar que no inquérito se desse conotação política ao atentado".

3 – Na mesma "Nota de Esclarecimento", o Sr. Getúlio Cruz, pelo fato de ser comandante em chefe da briosa Polícia Militar, insinua interferência na prisão do criminoso. Na verdade, tendo o crime ocorrido próximo a um posto policial, na fuga, o criminoso despertou suspeitas nos policiais de serviço, que o seguiram e prenderam para averiguações. Vindo em seguida a identificá-lo como autor do atentado recém-cometido, sendo constatado que o carro que dirigia é propriedade do Sr. Luiz Rodrigues de Barros. Os revólveres que portava, todos de grosso calibre, pertencem aos irmãos do Sr. Luiz Rodrigues de Barros e sua prisão ocorreu na granja do Sr. Luiz Rodrigues de Barros.

4 – Quanto às demais providências ditas pelo Sr. Getúlio Cruz, como de sua iniciativa, temos a esclarecer

A) – A solicitação ao Procurador-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios para designar um membro do Ministério Público de sua confiança para acompanhar as investigações policiais, foi, **prima face**, feita pelo Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima, Dr. Marcus Hollanda, conforme telex em nosso poder,

B) – A designação do Sr. Delegado Especial do Departamento de Polícia Federal foi feita à primeira hora por solicitação do ilustre Sr. Presidente Nacional do PMDB e do Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, em contato direto com o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard;

C) – O Governador do Território Federal de Roraima, quer direta, quer indiretamente, não prestou qualquer auxílio ou solidariedade ao prefeito vitimado, sendo sua remoção para Manaus realizada por avião da Força Aérea Brasileira, graças à prestimosa ajuda do Sr. Comandante da Base Aérea de Boa Vista,

apesar do governo de Roraima possuir três aviões estacionados no aeroporto da cidade.

5 – Finalmente, ao insinuar mazelas administrativas promovidas pelo Presidente do PMDB regional, seda melhor que o Sr. Governador atentasse para a pré-falência do Banco de Roraima, que sobrevive graças à aplicação de recursos financeiros do governo de Território no "over", fazendo com que os empreiteiros há mais de 30 dias não recebem suas faturas. E, se algum escândalo administrativo há em Roraima, é o vergonhoso e imoral contrato de drenagem do rio Branco, onde o governo paga o correspondente a US\$ 205 por metro cúbico de areia, enquanto o Brasil recebe apenas US\$ 20 por metro cúbico de minério de ferro que exporta de Carajás."

Há dois anos atrás, Sr. Presidente, o Presidente do Diretório Municipal do PTB, em São João da Baliza, foi assassinado com cinco tiros, pelas costas em seguida, sangrando na frente de amigos com quem conversava, numa casa de comércio. Os assassinos, em número de dois, foram empresados pelo grupo do Governador.

Agora, é o Presidente do PMDB de Roraima, fundador do PMDB há mais de vinte anos e amigo pessoal do Presidente do Partido a nível nacional.

Está montado, por conseguinte, o grande palco para cenas de violência e selvageria. O Presidente Sarney precisa intervir, urgentemente, no Governo do Território, quando mais não seja, para evitar que o ódio atinja o paradoxismo e para restabelecer a tranquilidade e segurança indispensáveis ao trabalho ordeiro e pacífico do bom povo roraimense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, pelo PDC.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Para a Democracia Cristã, como de resto, acreditamos, a todos os Constituintes, dois princípios são fundamentais e inarredáveis, de um lado a justiça, de outro a liberdade. E cimentando esses dois valores, a solidariedade, a fraternidade, uma sociedade distributiva e igualitária.

E é com apreensão, Sr. Presidente, que estamos assistindo nesta Assembléia Nacional Constituinte àquilo que já se prenuncia como uma bruta agressão à liberdade no seio da família. Indiscutivelmente um dos mais elementares direitos, que nasce com a própria sociedade humana, que se inspira na própria finalidade, razão de ser da família, é a liberdade de ensino dos filhos; é a liberdade necessária, indispensável para que a família possa dar à sua prole, dar a seus filhos a orientação que acha mais correta, mais adequada, mais justa dentro daquilo que livremente acredita e professa.

Como decorrência do princípio da liberdade de ensino há que ter, como corolário lógico, a liberdade de escolha de onde receber o ensino. Não queremos aqui fazer o apostolado da escola privada mercantilista, que existe em função de objetivo da vantagem econômica.

O que queremos defender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes de 1987, é a sobrevivência da escola sem objetivo de lucro, mas com o objetivo único de alicear, de embasar, de fornecer à família as condições necessárias para que realmente seja possível o exercício da liberdade de ensino.

De outro lado, Sr. Presidente, não pode essa liberdade ser apenas direito desenhado, emoldurado na linguagem fácil e falsa da norma meramente adjetiva. Queremos que essa liberdade seja material e que o Estado assegure, por mecanismos necessários e convenientes, a prática desse direito, quer através de convênios, quer através de bolsas de estudo. Mas o que queremos – e este é o ideal do Partido Democrático Cristão – é assegurar à família o direito básico, sagrado e inalienável da livre educação aos seus filhos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Constituinte Haroldo Lima, pelo PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É sabido que, desde há algum tempo atrás, desde o chamado "Dia do Fico", do Presidente Sarney, o Presidente da República entrou em rota de colisão com o Poder Legislativo, com a Assembléia Nacional Constituinte.

O Presidente Sarney, há poucas semanas, ocupou uma rede nacional de rádio e televisão para, extrapolando as suas prerrogativas, comunicar – usando os termos da Sua Excelência – à Nação que iria ficar no Palácio do Planalto até 1989. Quando Sua Excelência assim procedeu exorbitou de suas funções, pretendendo passar por cima de Assembléia Nacional Constituinte e, por conseguinte, criando uma crise de consequências ainda não definidas no nosso País. A partir de então, ou a Constituinte se desmoraliza, aceitando a imposição do Presidente Sarney, e, desmoralizada, não poderá elaborar uma Constituição à altura das necessidades do nosso País; ou não se desmoraliza, ao contrário, assume as suas prerrogativas, o seu dever e de forma soberana, delibera qual será o mandato do Presidente José Sarney. Ao fazê-lo, deverá levar em conta que o Presidente está praticamente perdendo as rédeas do comando do País; deverá levar em conta a transição para a qual o Presidente assumiu a direção do País, que o regime de transição acaba com a promulgação da nova Carta Magna. Por conseguinte, não há razão para que terminada a transição, o Governo de transição continue existindo por cerca de dois anos. A Constituinte, ao deliberar sobre o assunto deverá decidir que no ano de 1988 deverá haver eleição para Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente, é essa a situação que estamos vivendo no País, eis que ainda há pouco, hoje pela manhã, o Presidente da República retorna a uma Rede Nacional de Rádio e Televisão para, mais uma vez, aconselhar à Constituinte o que ela deve fazer. Disse Sua Excelência que a Constituinte deveria cuidar dos problemas do futuro e deixar que o Presidente e o seu Governo cuidem dos problemas do presente. Na verdade, Sr. Presidente, o que observamos é que o Presidente da República não está em condições de

aconselhar à Constituinte, especialmente quando Sua Excelência extrapola sua próprias condições e funções e imiscui-se indevidamente naquilo que é da alçada da Constituinte, definindo arbitrariamente o tempo do seu mandato. Agora Sua Excelência vem aconselhando à Constituinte a que, cuidando dos problemas do futuro, deixe que a Presidência cuide dos problemas do presente.

Na verdade, o povo brasileiro elegeu esta Assembléia Nacional Constituinte para ser o poder livre e soberano do Brasil. Soberano, no sentido de que tem o poder de elaborar a próxima Carta Constitucional do Brasil e soberano no sentido de que, em situação de emergência, especialmente numa situação em que o poder existente o poder que assumiu a direção do País para cumprir um mandato de transição, quando esse poder não está à altura de suas responsabilidades, da expectativa e da necessidade do País. Essa Assembléia Nacional Constituinte tem o dever, sim, soberana que é, de deliberar sobre os próximos passos, inclusive, numa situação emergencial, de convocar eleições gerais ou eleições presidenciais em caráter de urgência para o nosso País.

Por conseguinte, Sr. Presidente, a Constituinte no momento enfrenta um problema que, no dia de hoje, só foi reafirmado. Ou seja; o Presidente da República está em rota de colisão com a Constituinte, e imiscui-se repetidas vezes nos afazeres da Constituinte. E Sua Excelência vem agora aconselha-la, quando na verdade, é o Presidente quem está a merecer conselhos dos Constituintes, no sentido de que não se imiscua nas funções de outro Poder, mas assuma as suas funções e, com sentimento democrático rigoroso e patriótico, tome as medidas que o povo espera que Sua Excelência tome e que, na verdade, não o está fazendo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira, pelo PL

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Que me perdoe meu estimado colega e Líder Haroldo Lima, mas o Partido Liberal, por meu intermédio, ousa dizer que muito mais do que o período de mandato do Presidente da República e a discussão de problemas políticos partidários, a grande massa sofredora deste País que, cada vez se alarga mais, está preocupada, isto sim, de um lado, com a adoção de medidas urgentes e eficazes, para que se assista à grande comunidade de brasileiros carentes e, de outro lado, os brasileiros estão de olhos voltados para a Assembléia Nacional Constituinte à espera de que a Nova Carta Magna represente a realidade do futuro sem o conformismo das fórmulas que não deram certo. Nós precisamos, Sr. Presidente, ter a coragem de mexer com estruturas carcomidas, superadas e que levaram o Brasil à situação que hoje atravessa.

Quero dizer a esta Casa que, poucas vezes, senti de maneira tão profunda, a necessidade de mudar, a necessidade de mexer com essas estruturas, a necessidade de caminhar para a frente, como no último domingo, anteontem, ao assistir à reportagem do "Fantástico", da TV Globo, em áreas do Nordeste do País: Sr. Presidente, são milhões e milhões de brasileiros com a fome ba-

tendo às suas portas, e os políticos, os governantes, na corte de Brasília ou nos grandes centros, preocupados com os seus entendimentos, com os seus conchavos, com as suas pequeninas trocas de favores.

Vou requisitar à Mesa da Constituinte o vídeo-tape daquelas cenas trágicas a que nós assistimos estarrecidos no último domingo. Não que ignorássemos a verdade do Brasil real, do Brasil de verdade, mas nós, talvez, não nos lembrássemos, Sr. Presidente, que estamos convivendo com um drama que se transforma em tragédia, tragédia que nós poderemos impedir com a nossa atuação firme, corajosa, nesta Casa, para reformar, para reformular, para mudar o que tem que ser mudado antes que este País sucumba, vítima da sua timidez, vítima do seu conformismo, vítima da sua falta de iniciativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, o Sr. Ulysses Guimarães Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

VI – O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição a Sra. Constituinte

SANDRA CAVALCANTI: – Projeto de Resolução que altera o art. 84 do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

VII – O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos insistido, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, na tese de que o País vive profunda crise econômica, crise política e crise social. Temos insistido na necessidade de a Assembléia Nacional Constituinte assumir o seu papel; entretanto, para nossa tristeza, temos observado que o País caminha celeremente para a mais grave crise que se tem notícia em sua História, e há pouco comentava com o Constituinte Bocayuva Cunha, experimentado Parlamentar que viveu, durante a sua vida política, momentos de grande e profunda gravidade do País, e S. Ex.^a atestava, com sua experiência de brilhante Parlamentar, que nunca vira um quadro tão grave como o que estamos vivendo no momento.

Sr. Presidente, é preciso que analisemos com maior presteza as causas dessa crise, o papel da Assembléia Nacional Constituinte e a sua relação com os graves problemas que afligem a Nação brasileira.

Falar em crise econômica tomar-se-ia na verdade uma mera repetição de tudo aquilo que o País tem visto em matéria de descalabro econômico.

A crise do momento, que passa pela gravidade dos problemas econômicos, tem no seu bojo as questões da superestrutura que são, evidentemente, as questões referentes à crise política.

Todos nós participamos da grande campanha nacional, objetivando o restabelecimento do processo democrático, o isolamento de 20 anos de

autoritarismo, que cobriram o País, de tristeza, de vergonha pelo processo de corrupção e, sobretudo, que imobilizaram movimentos populares, os partidos políticos e os políticos. Todos tínhamos a esperança, Sr. Presidente, que o processo de transição democrática que se iniciara com a eleição de Tancredo Neves, pudesse trazer novos horizontes para o País. Mas, Sr. Presidente, a Nação acompanhou a agonia de Tancredo Neves, a ascensão de José Sarney, todos demos um crédito de confiança ao Governo que se iniciava. Os fatos vieram a demonstrar, dia a dia, que esse crédito de confiança, fora dado de forma incorreta. O Presidente José Sarney, durante os 3 anos que está no Poder, sempre de acordo com os seus interesses, buscou negar todas as suas afirmativas, especialmente aquelas que se referiam à transição democrática e aos projetos de ordem econômica para o País.

Não é, de forma alguma repetitivo, relembrar as discussões que se travaram no País a partir da luta pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte; as discussões que se travaram em relação ao Poder e à soberania da Assembléia Nacional Constituinte e, finalmente, as propostas e posicionamento em relação ao próprio mandato do Presidente da República. Mas, para não nos alongarmos, Sr. Presidente, queremos chegar, hoje, à situação em que está a Nação brasileira, a partir do momento em que o Presidente da República, ouvindo seus acólitos, decidiu tomar uma posição formal contra a soberania da Constituinte, e até ameaçá-la, na afirmação de que seu mandato, como Presidente da República, era originário dos Poderes que convocaram a Assembléia Nacional Constituinte e que, em consequência, teria direito adquirido em relação aos seis anos estatuídos numa Constituição autoritária. E o que é grave, Sr. Presidente, baseado em pareceres e posições do Consultor-Geral da República e até Ministros do Tribunal Federal de Recursos, o Presidente Lauro Leitão, que se diz jurista porque Professor de Direito Constitucional e membro do Poder Judiciário, alegando que o Presidente da República teria direito adquirido para o mandato de seis anos. Isso é uma grave lacuna no pensamento jurídico do País e – por que não dizer? – um grave erro em relação à potestade do seu autor, que se diz Professor de Direito Constitucional, confundindo o instituto de direito adquirido, que é próprio do Direito Privado, em relação a mandato político, que é um instituto de Direito Público.

Sr. Presidente, a situação em que o País vive hoje, e temos um exemplo da pressão do Senhor Presidente da República sobre a Constituinte, sobre os Governadores, sobre o próprio Partido majoritário, sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ainda hoje, a Executiva Nacional do PMDB reuniu-se para discutir uma convenção que já estava anunciada e, mais uma vez, a pressão do Palácio do Planalto fez com que o resultado fosse de 7 a 6, adiando a Convenção **gine dic.** Não bastavam os 10 bilhões de dólares para os governadores de Estados, política fisiológica, num País que se declara em situação extremamente grave na ordem econômica.

A inflação chega aos 23%, é a projeção para este mês, embora o Governo, o Executivo, busque usar os mesmos métodos dos tempos antigos do expurgo, da observação de accidentalidade no

fenômeno econômico, para retirar 5 ou 6%, dos números reais de uma inflação já expurgada, de forma a fazê-la chegar a menos de 20% para negar o "gatilho" aos trabalhadores.

O País caminha para a recessão, e os números de desemprego estão muito claros demonstrando-a. Se analisarmos a relação da venda de mão-de-obra no País, verificaremos que nunca o Brasil teve números tão baixos em relação ao salário mínimo, como no atual quadro da vida brasileira.

Demonstraremos com alguns dados: os índices maiores de salário mínimo em relação ao dólar foram no ano de 1952, no Governo do Presidente Getúlio Vargas, um salário mínimo equivalente a 252 dólares; nos anos 80 chegamos a 120 dólares; em 1983, a 80 dólares. Hoje, o salário mínimo é equivalente a 51 dólares, o mais baixo da história da vida econômica do Brasil.

Como se não bastassem os escândalos da Ferrovia Norte-Sul, o escândalo da máfia das liquidações extrajudiciais, a respeito das quais já nos pronunciamos, com dados, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, ainda se observa o escândalo da manipulação do saldo comercial brasileiro, onde se nega, ou se negava, a existência de 1 bilhão, 179 milhões de dólares a mais na importação, provavelmente de milho podre, de carne estragada e de outros produtos que não trouxeram melhoria ao povo brasileiro nem trouxeram nenhuma solução para o grave problema de desabastecimento criado pelo Governo do Sr. José Ribamar Sarney.

Sr. Presidente, com esses números e com esses dados, fazia, no início do meu pronunciamento, um chamado à Assembléia Nacional Constituinte. E quero fazê-lo, hoje, ao Presidente Ulysses Guimarães.

Por nossa iniciativa, com apoio de mais de 200 Parlamentares, apresentamos, nesse imbróglio em que se transformou o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, um projeto de decisão que objetiva, entre outras medidas, de forma mais simples, direi aqui, uma minmoratória ou parcelamento das dívidas dos pequenos e médios empresários e produtores rurais no País.

Por essas manobras conhecidas desta Casa, obtivemos a aprovação do projeto de decisão na preliminar. Sem, entretanto, lograr êxito na votação de mérito o Constituinte Carlos Sant'Anna, que aprendeu com muita proficiência os métodos antigos da ARENA, de forma vergonhosa mandava que os Constituintes do PFL, ou do chamado Centro Democrático – cuja definição ainda não está bem estabelecida, o Centro Democrático nasceu para criticar Ulysses Guimarães, depois mudou de posicionamento, quando passou a discutir os temas centrais da Assembléia Nacional Constituinte, quando o Presidente, talvez premido pelas dificuldades do seu Partido em relação a uma posição que vinha mantendo, acenou com a possibilidade de apoiar o mandato de 5 anos para o Presidente Sarney, o Centro Democrático deixou de criticá-lo e passou a apoiá-lo, agora, procura isolar o Senador Mário Covas, Líder do PMDB; naquela oportunidade, dizia, o Deputado Carlos Sant'Anna mandava que os Constituintes sentassem embaixo das mesas, a fim de que não houvesse número para aprovação do projeto no mérito. Discutimos na Comissão de Sistematização a própria definição do art. 59, § 7º, do Regimento Interno que deveria ser interpretado, de

modo elástico; porque a própria redação deixa margem a dúvidas, e propunha que a Comissão de Sistematização objetivasse discutir e ter uma jurisprudência que levasse à Mesa, para interpretação desse artigo.

Não vou discutir questões teóricas. Estamos solicitando ao Presidente Ulysses Guimarães envie ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte esse projeto de decisão, que não é um projeto do Constituinte Brandão Monteiro, não é nenhum projeto do Partido Democrático Trabalhista, mas nasce das raízes, dos sofrimentos dos pequenos, micro e médios empresários do País e dos produtores rurais que estão hoje na miséria, que estão sofrendo um engodo desse desgoverno que aí está.

O SR. ADROALDO STRECK: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Pois não.

O SR. ADROALDO STRECK: – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, expresso aqui, nesta oportunidade, congratulando a V. Ex.^a pela iniciativa desse projeto de decisão. Todos os dias estou recebendo telefonemas, tenho mais de uma centena de cartas e telegramas à disposição de V. Ex.^a no meu gabinete, mostrando a situação trágica em que vivem pequenos microempresários do Rio Grande do Sul, pequenos produtores que começam a entregar suas terras para pagar suas dívidas à rede bancária. Ainda hoje, por volta das 14 horas, recebi telefonema de uma microempresária do Rio Grande do Sul que está vendendo o seu telefone, dada a situação de desespero de sua empresa. E ela, então, perguntava: e vocês ai, o que é que fazem para nos tirar desta situação? Vejo nesse Projeto de Decisão, Constituinte Brandão Monteiro, uma forma de resarcirmos os prejuízos que essa gente vem tendo com o que o Governo prometeu, no ano passado, com o Plano Cruzado, incentivando a microempresa que, no fim da estória, está à beira da falência, por absoluta irresponsabilidade do Poder Executivo.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Muito obrigado, Constituinte Adroaldo Streck. O pronunciamento de V. Ex.^a só vem valorizar e honrar o nosso pronunciamento.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – V. Ex.^a permite-me um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO – Nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, teria o maior prazer de conceder-lhe o aparte, mas gostaria de seguir um pouco na direção do aparte do Constituinte Adroaldo Streck, para trazer a esta Casa, que a uma hora destas também está vazia, este plenário que está sempre vazio algumas informações. Não estão vazios os gabinetes dos conchavos, das negociações, dos interesses de muitos. Na hora da discussão dos interesses populares, o plenário, infelizmente, está sempre vazio. Não sou Deputado de primeira legislatura. Anoto, com profunda tristeza, esta realidade.

Constituinte Oswaldo Lima Filho, só para ilustrar, a partir do aparte do Constituinte Adroaldo Streck, direi que durante o período da implantação do Estatuto das Microempresas, de 1985 a 1987 foram criados ou enquadrados na categoria de microempresas 1 milhão, 227 mil e 43 estabelecimentos em todo o País. Em 1986, na

euforia do Plano Cruzado, foram criadas 618 mil novas empresas; em 1985, 250 mil novas empresas.

A situação do produtor rural é desesperadora: Diziam-me alguns pequenos produtores aqui de Brasília, que foram ao Ministro da Agricultura para encontrar uma solução para os seus problemas, o próprio Ministro da Agricultura, que, hoje, responde pela Pasta do Ministério da Reforma Agrária, dizia aos micro-empresários que fora ele quem propusera ao Conselho Monetário Nacional a adoção da correção monetária para o financiamento dos pequenos e médios empresários. Diziam-me também esses produtores, Constituinte Oswaldo Lima Filho, que, de fevereiro até o mês de maio, o adubo subiu 240%, deixando os pequenos produtores deste País em situação insustentável. É preciso lembrar que os pequenos e médios empresários e os produtores rurais desse País são exatamente aqueles que empregam cerca de 50 milhões de pessoas e colaboram com quase 50% do Produto Interno Bruto.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Nobre Constituinte Brandão Monteiro, felicito V. Ex.^a pela oportunidade da sua proposição. A moratória que V. Ex.^a defende me parece um dever da Constituinte com os pequenos e médios empresários, e sobretudo com os pequenos produtores rurais. Venho recebendo do meu Estado protestos inúmeros de pequenos e médios produtores que obtiveram crédito rural do Banco do Brasil e agora estão sendo intimados a assinar termos aditivos, em que admitiriam correção monetária sobre um débito que originaliamente, não determinava essa correção. Há um protesto coletivo, há uma revolta total dos pequenos e médios agricultores, sobretudo, contra essas providências: já as transmiti ao Dr. Sebastião Rodrigues, Diretor da Carteira de Crédito Rural. Não sei qual a decisão de S. S.^a V. Ex.^a tem toda a razão, a Constituinte é que não pode faltar ao seu dever e tem que dar solução a este problema imediato.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Muito obrigado, Constituinte Oswaldo Lima Filho.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Estamos trazendo assunto da maior importância e da maior gravidade no País. Trago aqui e exibo um borderô do Banco Regional de Brasília, de um pequeno empresário que, no dia 3-7-87 – existem partidos, nesta Casa, que se formaram, que se desenvolveram defendendo os empresários e os pequenos empresários, são vários esses partidos, inclusive o PMDB, à época da campanha eleitoral muito exploraram o tema e fizeram muitas promessas. Em 3-7-85, obteve a liberação de Cz\$ 204.000,00, foram pagos Cz\$ 185.000,00 de juros e de parte do capital; em 30-4-87, o débito alcançava Cz\$ 702.000,00 (setecentos e dois mil cruzados).

Sr. Presidente, o Governo propõe hoje: juros de 6% e correção monetária até junho, porque a partir de junho seria 100% de correção monetária.

Nada, de forma alguma, o Governo propõe alguma coisa que seja interesse daqueles que no País são, na verdade, os que produzem para a grandeza do País e empregam, efetivamente.

Sr. Presidente, espero que esta Casa, tantas vezes criticada, esta Casa que tantas vezes deu demonstração de independência e, sobretudo, de grandiosidade diante dos problemas do País, espero que esta Casa possa, nesta oportunidade, ir ao encontro dos interesses dos pequenos e médios empresários.

Sr. Presidente, por fim, chamaria a atenção da Casa, me reportando a pronunciamento que fiz, há 4 anos porque é uma agressão ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, em 1982, verberamos da tribuna do Congresso Nacional contra a edição do Decreto nº 2.159/83, que era um escândalo. Esse decreto determinava a transformação dos cargos de subprocuradores em comissão e procuradores de carreira, e, mais do que isto, abria novos seis cargos de Subprocuradores da República. Presidia a sessão o Sr. Inocência Marques Coelho, que a si e a mais alguns apaniguados à época, votaram e se colocaram como Subprocuradores efetivos, por merecimento. O Congresso Nacional rejeitou o decreto-lei. Poucas vezes, na história desta Casa, conseguimos a derrota de um decreto-lei que era extremamente antidemocrático e imoral.

Pois bem, os próprios interessados, Inocência Marques Coelho, ex-Procurador Geral da República, Artur Castilho Neto, ex-Secretário-Geral do Ministério da Justiça na gestão Ibrahim Abi-Ackel, e José Arnaldo da Fonseca ingressaram com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal concedeu a medida, alegando que o decretado rejeitado fora a destempo, porque o Congresso Nacional não teria contado o tempo estatuído na Constituição, e teria sido, em consequência, aprovado por decurso de prazo. Em raras oportunidades se viu o Supremo Tribunal Federal discutir questões **interna corporis**.

Não sei se esse posicionamento, como o posicionamento do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, que numa afronta a esta Casa diz que o Presidente da República tem direito adquirido, que o Supremo Tribunal Federal poderá dirimir a dúvida dos seis anos, que não seja uma tomada de posição contra esta Casa no momneto em que a Assembléa Nacional Constituinte discute a nova ordem econômica, discute e defende a criação do Tribunal Constitucional.

Chamo a atenção da Casa para esse fato, que é **sui generis** na vida e na História do Congresso Nacional. O Supremo Tribunal Federal, interpretando, através de mandado de segurança, um prazo que o Congresso Nacional entendeu correto e rejeitando um decreto do Governo autoritário, para estabelecer uma imoralidade, transformando cargos em comissão em cargos de carreira, para, sobretudo, oferecer cargos de carreira em caráter efetivo àqueles que serviram à época desse decreto-lei e à época do Governo autoritário do País. Que a Constituinte tome, neste momento e nos momentos posteriores, uma posição em relação a sua existência, porque se não qualquer Saulo Ramos, antigo comercialista de São Paulo, que já ameaçara a Constituinte, afamando que amanhã poderão os poderes constituídos acabar com a Constituinte; é possível que o Sr. Saulo Ramos possa vir, agora, sem Urutus e sem necessidades de tanques, mas com força da corrupção e do apoio do Governo Federal, vir fechar a Constit-

tuinte; pois, parece que eles acham que todo o poder emana de sua incompetência e do seu autoritarismo; é possível que ele transforme as suas palavras e as suas entrevistas em realidade, se nós não tomarmos nas mãos nossas responsabilidades como representantes do povo e, sobretudo, de não entendermos a grandiosidade do momento histórico que vivemos.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): –

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA - Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Perde-se o Brasil porque alguns estrangeiros não vêm cá buscar o nosso bem, mas vêm cá buscar os nossos bens." (Pe. Vieira)

Não é de hoje que as grandes empresas multinacionais e o grande capital financeiro internacional espoliam as nossas riquezas, desnacionalizam nossa economia, escravizam nosso povo e aviltam nossa soberania. Com raras exceções, a História do Brasil tem sido a história da dominação estrangeira. Desde os tempos do Brasil-Colônia, quando nossos minerais e nossas riquezas contribuíram para o enriquecimento da aristocracia portuguesa e, mais tarde, da Inglaterra, que nosso País vem sendo sistematicamente alvo de verdadeiros ataques por parte do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais que, sugando nossas riquezas, contribuem para aprofundar o grau de dependência econômica do País ao estrangeiro. A frase de Padre Antônio Vieira, acima reproduzida, é um protesto veemente contra essa histórica dominação e guarda até hoje grande atualidade.

A penetração do capital estrangeiro em nossa economia tem sido uma constante desde os tempos do Brasil-Colônia e, mesmo depois de conquistada a independência política, em 1822, o Brasil ainda está muito distante de sua efetiva independência econômica. Durante toda a nossa História, a luta e defesa de nossa soberania nacional aviltada foi constante. Desde Tiradentes até os dias atuais. A conquista de uma verdadeira e efetiva independência econômica é decisiva para a superação dos graves problemas econômicos e sociais vividos pelo País e para a própria soberania política, com a consolidação da democracia. Não haverá uma verdadeira democracia em nosso País enquanto não forem rompidas totalmente as amarras de nossa submissão ao imperialismo e ao grande capital financeiro internacional.

O modelo econômico brasileiro, acentuado durante os governos militares, centrado na dependência dos capitais estrangeiros, levou o País à ruína. Elevado índice de desemprego, a maior dívida externa do mundo, elevado índice de mortalidade infantil, arrocho salarial, acentuada queda nas atividades econômicas e o fantasma da recessão freqüentemente rondando nossa economia, esse é o triste legado desse modelo econômico dependente e concentrador de renda. Romper com essa situação e conquistar a verdadeira soberania e independência econômica é o desafio colocado para todos os brasileiros.

No momento em que debatemos a nova Constituição do País, não podemos deixar de enfrentar essa questão decisiva para o futuro do Brasil. A conquista de nossa soberania econômica é um anseio de amplas parcelas de nosso povo e cabe a nós, Constituintes de 1987, a responsabilidade de inserir no texto constitucional dispositivos claros que garantam essa soberania.

No entanto, não é isso que estamos vendo. Pelo menos na primeira fase dos trabalhos constituintes, ao invés de aprofundarmos a defesa da soberania nacional, caminhamos para uma abertura ainda maior de nosso País à voragem imperialista. Esta, pelo menos, é a conclusão óbvia a que se chega depois dos resultados da Subcomissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e de Atividade Econômica, onde o anteprojeto aprovado, com a ajuda de diversos Constituintes do PMDB, escancara ainda mais as portas do País à sanha do capital estrangeiro.

O anteprojeto aprovado nessa Subcomissão, sob o comando do ex-Ministro do Planejamento da ditadura, o sinistro Delfim Netto, não só arrasou com todos os dispositivos de cunho nacionalista, Incluídos no anteprojeto original do Relator Virgílio de Senna, como eliminou algumas das conquistas mais tradicionais do povo brasileiro, em defesa da soberania nacional. O anteprojeto aprovado é uma peça tão descaradamente entregista que parece ter sido escrita na sede de alguma grande multinacional ou do próprio FMI.

O melhor exemplo desse entreguismo é o dispositivo que praticamente liquida com o monopólio estatal do petróleo, dos correios e com a reserva de mercado. A luta em defesa do monopólio estatal do petróleo e pela criação da PETROBRAS foi, sem dúvida, o maior movimento nacional contra a voracidade do capital estrangeiro e representou um dos momentos mais significativos de mobilização popular da História do Brasil. O monopólio estatal do petróleo foi conquistado nas ruas, através de um amplo processo de mobilização popular, que contou com a participação de praticamente todos os setores da sociedade. Estudantes, intelectuais, operários, camponeses, donas-de-casa, militares, associações de classe e de moradores, enfim, praticamente todo o povo saiu às ruas, empolgados com o slogan "O petróleo é nosso". O Partido Comunista do Brasil jogou papel decisivo nessa batalha, ao lado de outras entidades democráticas, como a União Nacional dos Estudantes e o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

O monopólio estatal do petróleo é, portanto, uma conquista de todo o povo brasileiro que saberá utilizar todas as formas de luta necessárias para defender a sua manutenção. O primeiro passo no sentido de garantir o monopólio estatal do petróleo foi dado em 29 de abril de 1938, quando o Presidente Getúlio Vargas promulgou o Decreto-lei nº 395, que declarou de utilidade pública a importação, exportação, transporte, refinação e comércio de petróleo e derivados, além de estender à indústria de refino a condição de ser realizado somente pelo governo ou por empresas cujos acionistas fossem todos brasileiros natos. Esse mesmo decreto criava o Conselho Nacional do Petróleo, cujo primeiro Presidente foi o General nacionalista Júlio Caetano Horta Barbosa, que gostava de repetir duas frases

importantes: "o petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo, igualmente, por todos os seus filhos" e "a indústria do petróleo é monopolista, ou é monopólio do Estado ou é monopólio dos trustes".

A criação do CNP foi, portanto, o primeiro passo para a conquista do monopólio estatal do petróleo. No entanto, a luta estava apenas começando. Apesar da criação do imposto único sobre os derivados, que trouxe restrições importantes para a entrada de companhias estrangeiras na produção de petróleo e derivados no Brasil, os planos de Horta Barbosa não puderam ser levados à frente, por pressão dos Estados Unidos, provocando, inclusive a sua queda da presidência do CNP. A partir de 1944, o CNP passou a defender a revogação da legislação nacionalista e em maio de 1945 recomendou ao presidente Vargas a adoção de uma política de atração de capitais estrangeiros.

Com a queda de Vargas, em outubro de 1945, e a convocação de eleições para a Constituinte de 46, as empresas americanas de petróleo passaram a pressionar a Constituinte com o objetivo de alterar a legislação brasileira, de modo a abrir a exploração dos recursos naturais do País a qualquer empresa organizada no Brasil. Seus objetivos foram atingidos com a retirada da obrigatoriedade de sócios brasileiros natos para que empresas pudesssem participar da exploração do petróleo. Exatamente como se tenta fazer agora com a definição de empresa nacional dada pela Subcomissão, presidida pelo ex-Ministro da ditadura, o sinistro Delfim Netto.

Foi exatamente após essa alteração que a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo ganhou com força as ruas, graças à articulação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e dos debates desenvolvidos no Clube Militar, onde degladiavam-se, de um lado o General Horta Barbosa, defensor intransigente do monopólio estatal e, de outro, o General Juarez Távora, que atacava as teses estatizantes e defendia a abertura do setor petrolífero para empresas privadas e para o capital estrangeiro.

Em um desses debates, realizado na noite de 30 de julho de 1947, o general Horta Barbosa, faria uma brilhante defesa do monopólio estatal do petróleo ao afirmar: "Petróleo é energia, que tem que ser vendida ao preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção das demais riquezas. Petróleo é a base da economia e da defesa militar de um país. Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares. Se a indústria do petróleo visa lucros comerciais, perde o seu caráter de utilidade pública. Com este caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos".

O Governo Dutra enviaria ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1948, o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo que permitia aos trustes obter concessões para a lavra de grandes jazidas, refinação e transporte do petróleo por um período de 30 anos. Mais do que isso, o Estatuto do Petróleo previa que, se o País quisesse cancelar a concessão, deveria pagar todas as despesas realizadas

pelos trustes, além disso, o valor do petróleo ainda existente no subsolo.

As pressões populares cresceram após o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Em abril de 1948, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e a União Nacional dos Estudantes promoveram a "Semana do Petróleo" e em junho o "Mês do Petróleo", iniciativas que alastraram ainda mais a campanha popular em defesa do monopólio estatal do petróleo. O alvo imediato da campanha era a não aprovação do Estatuto do Petróleo de Dutra, que atendia às exigências dos grandes monopólios petrolíferos estrangeiros, particularmente ao truste norte-americano capitaneado pela poderosa Standard Oil. Em dezembro do mesmo ano, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo apresentava nas escadarias da Câmara Federal, no Rio de Janeiro, junto à estátua de Tiradentes, o mártir da independência do Brasil, um projeto estabelecendo o monopólio estatal para todas as fases de seu processamento.

Em dezembro de 1951, em consequência das pressões populares, o Estatuto do Petróleo era arquivado pelo Congresso Nacional e o Presidente Getúlio Vargas encaminhava ao Congresso a Mensagem nº 469, como projeto de lei que criava a Petrobrás. Depois de uma atribulada tramitação, a 3-10 era promulgada a Lei nº 2.004, criando a Petrobrás e estabelecendo definitivamente o monopólio estatal do petróleo.

Encerrava-se aí a maior campanha cívica de nossa História e o povo brasileiro conquistava a sua maior vitória contra o imperialismo.

Pouco tempo depois, Getúlio Vargas se suicidava e na famosa Carta Testamento fazia menção ao monopólio estatal do petróleo, à Petrobrás e às pressões que estaria sofrendo dos grandes grupos financeiros internacionais.

É sabido que a criação da Petrobrás e o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo provocaram violentas reações por parte dos poderosos trustes petrolíferos, que, após a morte de Vargas, alimentaram esperanças de que o Brasil retiraria as restrições à exploração e comercialização do petróleo. Com efeito, apenas 72 horas depois do suicídio de Vargas, o *Wall Street Journal* afirmava: "Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias de petróleo e da energia elétrica no Brasil". Em 8 de setembro, o *The New York Times*, comentando a chegada ao Rio de Janeiro do Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos Estados Unidos, Henry Holland, afirmava: "O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto Presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer-se que se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderá transformar-se". Já o *Financial Times*, de Londres, em 8 de outubro, afirmava: "É evidente que, se o atual Governo do Presidente Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro, mesmo para a exploração dos recursos petrolíferos" acrescentando: "Mas é evidente também que a pressão americana no caso do petróleo aumentou".

Tinha razão o *Financial Times*. Os Estados Unidos exerciam e ainda exercem forte pressão

econômica sobre o Brasil, aviltando deliberadamente os preços dos nossos principais produtos de exportação, com o objetivo de quebrar nossa resistência à cobiça dos trustes petrolíferos. Na época, o próprio Departamento de Estado norte-americano definia, perante o Senado americano, a sua política em relação ao petróleo: "O Departamento de Estado tem adotado a posição de considerar que o interesse público dos Estados Unidos da América exige a máxima conservação das reservas nacionais e próximas e a expansão em larga escala do controle sobre as reservas estrangeiras de óleo por parte de seus naturais. Tem ele, em consequência, apoiado ativamente os esforços dos interesses petrolíferos dos Estados Unidos da América no sentido de conseguir e consolidar concessões no estrangeiro".

O monopólio estatal do petróleo foi uma vitória do povo brasileiro, que o conquistou nas ruas. O monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra de petróleo e seus derivados, o refino do petróleo e o seu transporte marítimo ou por condutos, demonstrou toda a sua justeza e a sua importância estratégica e política no fato de a Petrobrás ter tomado o Brasil auto-suficiente no setor dos principais derivados de petróleo. A partir de 1968, a Petrobrás tomou o Brasil auto-suficiente em derivados de petróleo no índice de 91%, elevando-se em 1969 esse percentual para 95%. Isso significa dizer que o Brasil deixou de importar gasolina, óleo combustível, asfalto, óleo diesel, querose e outros derivados de petróleo.

A Petrobrás, portanto, sempre cumpriu sua missão histórica de executora do monopólio estatal do petróleo, notadamente no que se refere aos seus objetivos específicos de exploração, perfuração, produção, transporte e refino do petróleo e seus derivados, garantindo a auto-suficiência em derivados de petróleo.

Mas o monopólio estatal do petróleo, essa histórica conquista do povo brasileiro, sofreria o seu primeiro grande baque em 9 de outubro de 1975, quando o ditador de plantão, o todo poderoso General Ernesto Geisel, anunciava, através de uma rede nacional de rádio e televisão, os famosos "contratos de risco". Desde a aprovação da Lei nº 2.004, em 1953, que se tentava introduzir na legislação dispositivos que permitissem a participação de multinacionais nas atividades de exploração de petróleo no Brasil. A primeira tentativa surgiu antes mesmo da aprovação da lei, com a famosa Emenda nº 32, de autoria do então Senador Ismar de Góis, que estabelecia a possibilidade de o Governo contratar trabalhos de pesquisa, perfuração e extração de petróleo com empresas estrangeiras, mediante o pagamento em dinheiro ou em espécie, inclusive garantia de participação nos produtos da exploração, de modo a assegurar a compensação dos riscos. Essa emenda chegou a ser aprovada pelo Senado, sendo, no entanto, derrubada pela Câmara. Era a primeira tentativa de se estabelecer os contratos de risco, no Brasil.

Durante o regime militar novas tentativas foram feitas em 1970, 1971 e 1974, através dos Ministros Dias Leite e Shigeald Ueki, sendo que a primeira, em 1970, foi vetada pelo então presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel. O mesmo que, cinco anos depois, já como presidente da República, de forma autoritária, estabeleceu os contratos de risco.

Importante papel nesse primeiro golpe no monopólio estatal do petróleo foi jogado pelo então Embaixador brasileiro em Londres, o ultra entreguista Roberto Campos, que se reunia com representantes do governo inglês e encaminhava ao Brasil propostas de exploração de petróleo sob a forma de contratos de risco da **British Petroleum** e da **Shell**. O mesmo Roberto Campos, hoje, em dobradinha com seu parceiro entreguista, Delfim Netto, comanda, na Constituinte, o fim do monopólio estatal do petróleo e da reserva de mercado.

Apesar de todas as vozes que se levantaram contra a medida, ela foi tomada sem nenhuma discussão com a sociedade, nem mesmo com os técnicos e especialistas da PETROBRÁS, totalmente marginalizados das discussões. Para seguir a opinião pública, a imprensa censurada nada divulgava, nem mesmo as opiniões de juristas consagrados declarando que a medida era inconstitucional. Uma delas, de autoria de Afonso Arinos, hoje Presidente da Comissão de Sistematização desta Constituinte, dizia: "Só a PETROBRAS pode, em face da legislação atual, exercer o monopólio, excluindo qualquer possibilidade de uma empresa estrangeira ou nacional desenvolver o seu programa de pesquisa e lavra, recebendo determinada área do território para operar."

Como se isso não bastasse o general Geisel, além de determinar a quebra do monopólio estatal do petróleo com a adoção dos contratos de risco, diria, dez anos depois, para espanto da Nação: "Essa história de o petróleo é nosso e o Brasil precisa ser auto-suficiente em petróleo é uma balela", conforme registra a revista do CEBRES – Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, no seu nº 7, de julho de 1985, nas páginas 80 e 81.

No dia seguinte ao anúncio dos contratos de risco, cerca de quarenta Deputados do MDB antigo assinaram um documento intitulado "A Derrubada do Monopólio", onde, entre outras coisas, afirmavam: "Os contratos de risco permitirão a penetração de empresas privadas multinacionais em setor que viola o monopólio, põe em perigo a segurança e a soberania nacional, já que tais empresas tendem a corromper os órgãos governamentais e deixam a coletividade sem meios eficazes para controlar o seu próprio destino...", afirmando, ainda: "Na verdade, com argumentos embuados e formulações vagas, o que se pretende é quebrar o monopólio, o último baluarte onde o capital estrangeiro e as multinacionais não penetraram definitivamente..." O Deputado Ulysses Guimarães, já na época Presidente do Partido, afirmava: "A assinatura de contratos de risco com empresas estrangeiras é uma das formas de liquidar com o monopólio".

Hoje, em plena Constituinte, os setores entreguistas tentam um golpe ainda maior liquidar definitivamente o monopólio estatal do petróleo. Nessa tarefa entreguista, antinacional, Delfim Netto e Roberto Campos contaram com o apoio de oito Constituintes do PMDB que ajudaram a derrubar o anteprojeto de Virgílio de Senna que defendia os interesses nacionais. Os Constituintes Albano Franco, Antonio Carlos Franco, Gil César, Gustavo de Faria, Irapuan Costa Junior, Marcus Lima, Nyder Barbosa e Renato Johnsson, ao votar contra o relatório original e aprovar as propostas

entreguistas que liquidam com o monopólio estatal do petróleo e com a reserva de mercado, traíram o programa de seu partido e os compromissos assumidos como povo brasileiro.

O anteprojeto original do Constituinte Virgílio de Senna – estabelecia que a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, a implantação e a exportação, o transporte marítimo e em conduto do petróleo e seus derivados e do gás natural em Território Nacional fossem monopólio da União. O texto aprovado pela Subcomissão restringe o monopólio à pesquisa e à lavra de petróleo, eliminando-o nas outras fases e excluindo do monopólio os derivados do petróleo e o gás natural. Ou seja, reduzindo o monopólio estatal praticamente a nada.

O monopólio estatal do petróleo é uma vitória de todo o povo brasileiro que se mobilizou nas ruas durante décadas para conquistá-lo. O povo brasileiro não aceita que Constituintes vendidos ao grande capital financeiro internacional entreguem as nossas riquezas à sanha do imperialismo. Assim como foi às ruas, nas décadas de 40 e 50, lutar para conquistar o monopólio do petróleo, voltará às ruas ainda com mais vigor, para defendê-lo. Queiram ou não os vendilhões da Pátria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumerindo Milhomem.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Srs. taquígrafos, Srs. funcionários, Srs. funcionários nos gabinetes:

Nesses quatro meses de experiência constituinte já pude verificar que os Srs. Deputados e Senadores se têm em elevada estima. Não apenas o Regimento nos obriga ao tratamento por Excelência, mas, também, há uma aparente elevada estima mútua entre o Srs. Constituintes o que já me fez ouvir, muitas vezes, qualificativos como: nobre, digníssimo, ilustre, preclaro, elevado, formas distintivas de tratamento entre os trabalhos de que temos participado.

Essa aparente auto-estima "não entanto, não esconde o fato de que aqui se trava uma luta entre interesses solidamente estabelecidos da nossa sociedade.

É uma luta de classes que se estabelece, aqui, neste Congresso Nacional Constituinte, a qual, no mais das vezes, se processa através de um conhecimento dos textos regimentais, uma verdadeira processologia existe neste Congresso, não apenas do conhecimento do texto da Assembléia Constituinte, mas o conhecimento do Regimento da Câmara dos Deputados, do Regimento do Senado, não a utilização desses Regimentos, desses textos legais como uma forma democrática de ordenamento necessário dos trabalhos que devem se processar aqui, mas como uma maneira de se impedir o desenvolvimento dos trabalhos no sentido do conteúdo do que se está propondo, do conteúdo, muitas vezes progressista do que se pretende ver incorporado à Constituição, mas justamente o oposto, no sentido de se tentar impedir através do conhecimento aprofundado, que muitos quadros da elite dominante possuem aqui, não apenas entre Senadores, entre Deputados,

mas entre elevados funcionários que prestam relevantes serviços à causa da dominação e da exploração social muitas vezes, até inadvertidamente. Eu me reportaria, nesse aspecto, a experiência que eu vivi, como membro da Subcomissão do Poder Executivo e como Membro suplente da Subcomissão de Educação. Na Subcomissão de Educação, eu tive que fazer um depoimento, ao final dos trabalhos, para dizer o que eu achava triste, ou seja, a necessidade de se expressar publicamente o fato de que, naquela Subcomissão, os trabalhos caminharam de maneira evidentemente honesta, o que eu, infelizmente, não poderia dizer dos trabalhos dos quais participei, que foram desenvolvidos na Subcomissão do Poder Executivo.

Eu poderia até concordar que, talvez, não fosse esta a intenção dos condutores dos trabalhos. Foi até levado à nossa Subcomissão um grande colaborador do Plenário da Constituinte, para que ajudasse o Presidente nos encaminhamentos dos trabalhos, e o que vimos foi um verdadeiro **show** de domínio dos textos regimentais, de tal maneira que se colocava em votação as coisas sem que as pessoas que estivessem ali soubessem exatamente o que estava sendo votado, pela discussão que houvesse acontecido naquele local. Mas claro que a grande maioria sabia o que estava sendo votado, pela discussão que havia sido feita nos gabinetes, nos conchavos, porque, também é bom que se diga, não anda certa grande parte da imprensa quando se diz grande parte dos Srs. Constituintes não trabalha. Trabalham; trabalham e muito. Ocorre, porém, que há maneiras diferentes, diversas de ver a importância do seu trabalho e a destinação do produto do seu trabalho. Muitos aqui trabalham em benefício dos interesses do povo; a grande maioria; infelizmente, trabalha contra os nossos interesses. É o que tenho dito a inúmeros companheiros militantes do movimento sindical, do movimento popular; a grande maioria trabalha contra os interesses do povo.

Na Subcomissão de Educação, os trabalhos foram encaminhados de maneira, a qual já me referi, e aquela Subcomissão, não por acaso, aprovou um anteprojeto que foi considerado por todos como progressista, um anteprojeto comprometido com as lutas que vêm se desenvolvendo no Brasil para resolver os gravíssimos problemas da educação. Na outra Subcomissão, a qual já me referi, foi aprovado um anteprojeto que considero uma verdadeira enganação, porque existe uma discussão que acontece hoje no País, e que reputo de discussão importante que é sobre regime de poder, se presidencialista ou se parlamentarista. Na verdade, o que se votou na Subcomissão do Executivo sobre o nome de votação de regime de poder, na verdade, era a duração do mandato do atual Presidente da República.

Existem sem dúvida, os parlamentaristas que são idealistas, que consideram que com esse regime vamos estar resolvendo os gravíssimos problemas sociais do País, como inúmeros republicanos idealistas, também achavam que com a Proclamação da República, estariam resolvendo os gravíssimos problemas do País; existem os outros que são parlamentaristas, mas por corporativismo, digamos assim, porque querem ver este plenário aqui com um pouco mais de poder do que o que ele tem sido nas últimas décadas

em nosso País, inclusive, no presente momento, uma Constituinte que não arroga a si os direitos de Soberania.

Mas existem os Constituintes que são parlamentaristas por puro fisiologismo, porque o Presidente da República está como seu mandato cada vez mais corroído, não consegue ter respaldo nem sustentação política nenhuma para o cumprimento do seu mandato, seja ele o mais curto que for, e então, desta maneira, como em geral nos regimes parlamentaristas, o mandato presidencial é mais longo, fizeram um acordo "Sarneytas e Parlamentaristas" de tal forma que se aprovou naquela Subcomissão um mandato prolongado ao Presidente da República com a capa de progresso de se estar aprovando um regime parlamentarista que fosse resolver os problemas políticos, econômicos e sociais gravíssimos da sociedade brasileira.

É por esta razão que eu, mais uma vez, venho aqui manifestar a minha opinião favorável a convocação de eleições para a Presidência da República, tão logo se encerrem os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Nós temos ouvido depoimentos de inúmeros políticos, mesmo aqueles que eram anteriormente favorável até a 6 anos de mandato presidencial, posicionar-se a favor da redução desse mandato. Mais grave do que isso, no entanto, é quando sabemos que órgãos da imprensa estrangeira, especialmente dos Estados Unidos, a Pátria do imperialismo internacional, têm manifestado opinião de que há necessidade de mudança no poder político no Brasil, ou pelas eleições ou por outra via.

O que querem esses órgãos da imprensa que muitas vezes estão representando o interesse da agiotagem internacional? Querem um Presidente que tenha algum respaldo político, ainda que seja o respaldo da força das armas, para tomar medidas impopulares que resultem na possibilidade de pagamento dos juros da fabricada dívida externa. Nós queremos um Presidente que tenha respaldo, mas o respaldo popular, do voto, não para tomar as medidas impopulares por ser um Presidente populista que tenha o respaldo do voto para tomar as medidas impopulares, mas para tomar justamente as medidas populares e necessárias para a superação dos problemas que vivemos.

Eleição para Presidente da República e para o Congresso Nacional também, porque estaremos, a partir da promulgação da nova Constituição, que, espero, em que pesem todos os acontecimentos que vivemos nesta última semana, seja mais progressista do que aquilo que se está delineando, teremos uma nova ordem constitucional no País e um Poder Federal eleito de acordo com a ordem constitucional anterior.

Proponho para o Congresso e não para o Senado Federal, porque considero que este organismo político não serve mais às necessidades sociais do nosso País. Muito se tem dito que o Senado Federal teria a importância de garantir o Estado Federativo no Brasil. No entanto, se observarmos a história política do País, veremos que não foi bem dessa maneira. A manutenção da federação tem sido um argumento mas, na verdade, o Senado tem sido um organismo identificado com os objetivos do poder autoritário, conservador, e por ele modelado, ao longo da nossa História. É um

organismo político mais estável, composto por cidadãos mais idosos e, portanto, menos favorável a mudanças. Contudo, embora resistindo, tem passado por mudanças, ao longo da nossa História, que apontam para a sua própria extinção.

Na Constituição de 1824, o Senado era formado por membros vitalícios com mais de 40 anos de idade, exceção feita aos príncipes da Casa Real, que eram Senadores aos 25 anos de idade. Esses Senadores, no entanto, que eram eleitos, eram eleitos entre indivíduos de posse, com mais de 800 mil réis, em listas tríplices para escolha posterior do Imperador.

Já na Constituição de 1891, o mandato dos Senadores passou a nove anos e a idade mínima para 35 anos. Apesar disso, não poderia o Senado proferir sentença condenatória, e o Senado tinha e tem entre as suas prerrogativas justamente a de ser o tribunal das mais altas autoridades executivas do País. Não podia o Senado proferir sentença condenatória com menos de 2/3 dos votos e, além de tudo, era presidido pelo Vice-Presidente da República, que detinha o voto de qualidade.

Se na Constituição de 1934 o mandato foi reduzido para 8 anos, em 1937 foi criada a figura do Senador nomeado pelo Presidente da República e os Senadores eleitos pela Assembléia Legislativa tinham que ser ou ex-governadores ou ex-presidentes da República e, ainda, além disso tudo, tinha o governador o direito de veto sobre a eleição desses Senadores. O Senado, por sua vez, era presidido por um ministro, indicado pelo Presidente da República.

As mudanças introduzidas na Constituição de 1946 eliminaram os aspectos mais acintosos, porém mantiveram o Senado como colégio eleitoral da alta cúpula da magistratura. É o Senado que elege a alta cúpula da magistratura e ainda serve como tribunal das mais altas autoridades, presidido, ainda, pelo Vice-Presidente com voto de qualidade.

A composição do Senado com os membros biônicos, conforme o Golpe e o Pacote político de 1977, apenas confirma o uso que esse organismo político tem feito o Poder Executivo, apesar das mudanças ocorridas, ao longo da História. Não é nenhuma novidade, portanto, o que fez a ditadura, instituindo a figura do Senador Biônico na República Federativa do Brasil. Não é, portanto, ao federalismo e sim ao autoritarismo que tem servido esse instrumento ao longo da nossa história política. Acresce o fato de que hoje pela sua composição, 3 Senadores por Estado, o Senado é um organismo discriminador daquelas regiões mais populosas, mais industrializadas, mais urbanizada do País, e que são, portanto, menos sujeitos ao clientelismo político, que tanto tem sido apontado como um dos principais problemas institucionais deste País. O voto do cabresto, o clientelismo, o mandonismo.

É por isso que a nossa proposta de eleições diretas para Presidente da República, o mais tardar 6 meses após a promulgação da nova Constituição, inclui eleições para o Congresso unicameral. E é por isso que estamos convocando para que possamos diminuir a distância, cada vez maior, entre a nova ordem constitucional do País e um Poder que está se deteriorando a cada momento, para que não apareçam outras alternativas que não sejam democráticas, e estamos con-

vocando todos aqueles Partidos, que queiram assumir essa bandeira, sabemos que todos os Partidos têm, e têm o direito de ter, os seus próprios candidatos, até porque advogamos a continuidade na Constituição da eleição em dois turnos. O meu Partido também apresentará o seu candidato, mas, nesse momento, a campanha que devemos fazer não deve ser em torno de candidatos, deve ser campanha em torno desse princípio, da necessidade de eleição direta para Presidente da República, para que a saída que da crise social por que passa o País, seja uma saída democrática. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): — Com a palavra o nobre Constituinte Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

1 – Não esperemos acontecer

Não pode ser diferente: para nós Constituintes nordestinos, o Nordeste há de ser tema constante da nossa ação parlamentar, inclusive e sobretudo, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

A oportunidade é nobre e dela temos que tirar o melhor proveito, em favor daquela sofrida região, onde os problemas sociais e econômicos se agravam a cada dia. É que estamos conscientes, bem conscientes, de que uma nova Assembléia Constituinte deverá ser fato muito remoto e não vamos ser perdoados se, por ventura, formos omisos, agora. Natural que não estejamos, por outro lado, quixotescamente, pensando que vamos resolver todos os problemas nordestinos, de uma vez e para sempre. Não. O bom senso, todavia, nos diz que temos que trabalhar e trabalhar muito, para superarmos as naturais dificuldades e deixarmos, nós nordestinos, de ser uma região problema nacional.

1.1 – Comissão de Desenvolvimento Regional

Daí a pressa com que, logo no início dos nossos trabalhos, apresentei emenda ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, criando, ao lado das demais Comissões Temáticas, a Comissão do Desenvolvimento Regional, destinada a discutir e votar matérias de interesse das regiões subdesenvolvidas deste País. Considero importante dispormos, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, de um fórum próprio e específico para tratarmos de assuntos do subdesenvolvimento regional, que, em última análise, são do maior interesse nacional. Constitui entendimento pacífico e consagrado que não se pode pensar em país desenvolvido com regiões atrasadas, em que sua população viva em condições de pobreza absoluta e sem auto-sustentação econômica.

Por essas razões, entendi que seria um bom começo de trabalho, em favor das regiões subdesenvolvidas deste País, a criação e funcionamento de uma Comissão específica. Na Assembléia Nacional Constituinte, todavia, a iniciativa não prosperou por falta de acolhimento no parecer do Relator daquele documento.

Tal contratempo não arrefeceu o ânimo. A luta haveria de prosseguir, desde que nem só de sucessos se faz a História.

1.2 – Dívida social e democracia

A segunda etapa seria a apresentação de Emendas e Sugestões, visando à elaboração das normas constitucionais. Não perdemos tempo: o nordeste tem pressa em se incorporar ao processo de desenvolvimento nacional. O Brasil é que não tem demonstrado real interesse em incorporá-lo, como se fosse possível crescer harmonicamente, marginalizando-se das soluções nacionais os problemas regionais. Como se o todo não dependesse da parte, o geral do setorial, em suma, o Brasil do Nordeste.

Em sendo a sexta potência em população no mundo, a oitava economia ocidental, de recursos naturais inesgotáveis e população predominante jovem, o Brasil não pode conviver com uma Região, em que se concentram mais de 50% dos analfabetos brasileiros; seus trabalhadores percebem renda inferior a meio salário mínimo; bem como predomina um déficit calórico superior a 200 calorias-dia e onde a expectativa de vida é, em média, inferior em dez anos à do habitante do Sudeste.

Tal situação é insustentável, sobretudo quando sabemos que: a) o produto agrícola, no nordeste, representa 20% do brasileiro; b) o produto industrial, menos de 8%; c) renda per capita é pouco mais da metade da nacional.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA: – Sr. Constituinte, V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Com muito prazer, Nobre Constituinte. Tenho certeza que V. Ex.^a vai enriquecer o meu pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA: – Nobre Constituinte, eu parabenizo V. Ex.^a, principalmente pela feliz idéia não aproveitada, mas que não deixa de merecer elogios, de constituir mais uma Comissão que tratasse de problemas regionais. Porque sabemos que no Brasil as disparidades regionais gritantes infelicitam a Nação, principalmente porque não pode existir povo feliz, povo que tenha uma condição digna de vida, se o seu irmão, o seu vizinho passa fome, não tem a menor assistência e a distribuição da renda nacional não atinge uma proporção bem alentada desta população. Eu queria dizer a V. Ex.^a que, em relação ao Nordeste, nós temos, talvez, milhões de páginas de projetos e estudos, papéis e mais papéis, feitos através dos anos, comissões até estrangeiras, estudando a nossa problemática. Infelizmente, ficamos no binômio chuva-seca, como se não existissem outras possibilidades econômicas para serem desenvolvidas. E, queria dizer mais, que existe na minha região, no Estado do Ceará, até um dito já engajado na consciência de todos nós, de que "é preciso se lembrar da seca quando o inverno chega, e, não, lembrar da seca quando essa seca devasta a pouca economia que ali existe". Agora, ilustre Deputado, nós estamos vivendo mais um problema, pela imprevidência, pela incônia, pela falta de soluções definitivas. E o que vemos? É um Estado, é uma região inteiramente dependendo de esmolas, de migalhas de uma Nação que talvez deva, muito até, ao Nordeste principalmente, porque esta dívida externa não foi contraída pelo Nordeste. Temos, até, superávit – isto é, sabido – em termos financeiros. Este meu aparte é para cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esta oportunidade de denunciar estas distorções e ficar inteiramente à disposição de V. Ex.^a, para apoiá-lo em projetos da magnitude desse que foi apresentado e não foi aproveitado mas, certamente, outra iniciativa da parte de V. Ex.^a será feita. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Como o tempo regimental está esgotado, fica prorrogada a sessão por mais 30 minutos.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Agradeço ao nobre Constituinte o aparte lúcido de um Parlamentar que conhece os problemas do Nordeste, as suas dificuldades e sabe, como todos nós, daquela região sofrida, que uma Comissão de Desenvolvimento Regional, na Assembléa Nacional Constituinte daria, sem dúvida nenhuma, oportunidade a que os nossos problemas que estão aí a afligir a nossa região, agora mesmo com a seca inclinante, como todas as demais, como todas as que ocorreram em épocas passadas, mas cujas soluções definitivas não aparecem, porque não há vontade nacional de resolver esse problema, não há uma política nacional para resolver a seca do Nordeste. De modo que, nós, nordestinos, já estamos realmente sem acreditar mais em soluções para os problemas definitivos das secas, das estiagens que se abatem sobre a nossa região. E como vou exatamente destacar aqui não é difícil resolver problemas de seca, basta água e irrigação, mais nada. A fórmula é a mais fácil. Esta Nação sabe, porque esta solução tem sido adotada em outros países, tem sido adotada lá fora, em regiões muito mais áridas, muito mais difíceis do que a nossa, com sucessor água e irrigação. Mas, não se faz isso no Nordeste do Brasil porque não se quer fazer, não se quer resolver o problema das nossas secas, das nossas estiagens.

Pois bem, Sr. Presidente, eu continuo dizendo que não seria exagero afirmar que o mais grave – concordando com o ilustre aparteante – é que tal quadro de miséria envolve uma população de mais de um terço da do Brasil e cobre uma área de 20% do nosso Território.

Talvez não fosse exagero afamar que mais grave do que nossa dívida externa é a nossa dívida social, embora não desconheçamos que há muita implicação desta com aquela.

O que esta Nação está em falta com as crianças, os trabalhadores, da cidade e do campo, em função dos déficits quase crônicos na proteção da vida, da saúde, da educação e das condições de trabalho e sobrevivência da população nordestina, é página das mais negras da nossa História.

Já foi dito e muito repetido que não se vai pagar a dívida externa brasileira com a fome e a miséria dos brasileiros. Dá-se a impressão de que não há fome, nem miséria no Brasil. Só existiriam em função do pagamento da nossa dívida externa, como se não tivéssemos uma grande dívida social para com a grande maioria da nossa população que vive situação de quase miséria e pobreza absoluta.

Dever-se-ia dizer: não se paga nenhum centavo da dívida externa enquanto não resgatarem nossa própria dívida social. Nossos indicadores sociais estão abaixo das Filipinas e da Tailândia. Temos 20 milhões de analfabetos, 40 milhões de subnutridos, e só nos centros urbanos mais de 12 milhões de crianças sem escola ou abandonadas.

A região nordestina, como, de resto, outros bolsões do subdesenvolvimento respondem, afinal, por esse quadro deprimente que ameaça às nossas próprias instituições democráticas. No estudo feito sobre a realidade brasileira pelo Instituto de Estudos Políticos Sociais, do Rio de Janeiro, sob a coordenação do cientista político Hélio Jaguaribe, intitulado "Para um Novo Pacto Social – Brasil 2000", está escrito, às páginas 73:

"O desenvolvimento brasileiro, nas últimas décadas, realizou-se com quase completo desconhecimento de suas implicações sociais, o que levou a uma situação virtualmente explosiva. A prioridade social, implícita nos programas de ensino, é condição de estabilidade política e, em última instância, condição do próprio processo de desenvolvimento econômico."

É isto aí: sem que o social assuma a posição de prioridade nacional, todas as nossas conquistas políticas e econômicas estão fadadas à deterioração irreversível. E, dentro dessa ótica, o Nordeste há de ser a prioridade das prioridades, se pudéssemos imaginar semelhante hipótese de trabalho.

Temos que fazer a nossa parte. A Nação e o Nordeste brasileiro não nos perdoarão pela nossa omissão. A hora é esta. Não esperemos acontecer.

2 – Emenda e sugestões

2.1 – Nova Estratégia de Planejamento

Côncios dessa responsabilidade é que tornamos a iniciativa da apresentação de várias emendas nas Subcomissões, agora, nas Comissões, visando à adoção de normas constitucionais em favor do Nordeste. A primeira delas consubstancia a vontade de toda uma região em se constituir objeto do planejamento nacional com a importância que merece. Ficou assim redigida:

"O planejamento da atividade econômica deverá incorporar a dimensão espacial, decompondo-se em instâncias regionais compatibilizadas entre si, e tendo como objetivo último o bem-estar da população."

Na justificativa dissemos que é chegada à hora do Brasil emprestar ao processo do desenvolvimento regional o relevo necessário, a fim de que não se ponha em risco, o desenvolvimento nacional. No momento em que se der aos desníveis regionais o tratamento diferenciado, em termos de investimentos do Poder Público e de suas empresas e entidades da administração indireta, como resultado de uma política de desenvolvimento nacional, estaremos no caminho certo para diminuir a defasagem, atualmente existente entre os nossos indicadores sociais e os nossos indicadores econômicos.

2.2 – Banco rural

Além dessa medida indispensável, sob todos os aspectos, em termos de mudança na estratégia do planejamento, cuidamos de criar mecanismos constitucionais capazes de implementar o desenvolvimento a nível regional. Inegável que um Banco de Desenvolvimento Regional voltado exclusivamente para as atividades primárias da nossa economia, nos pareceu um instrumento valioso para o fortalecimento da agricultura e da pecuária, desde que os atuais Bancos Oficiais têm suas funções eclesiásticas, beneficiando igualmente e, às vezes, até prioritariamente, a indústria e o comércio.

Não é que sejamos contrários ao desenvolvimento dessas atividades, que consideram também importantes. Entendemos, porém que um Banco Rural de Desenvolvimento, atuando nas áreas subdesenvolvidas deste País, é fator de equilíbrio econômico e financeiro entre os vários segmentos da nossa economia. Ademais, teríamos um Banco Rural com dedicação exclusiva às atividades do campo, sem qualquer outra preocupação que não seja a indústria da sua produção e das condições de vida da sua população. Estaríamos interiorizando, eficazmente, o crédito rural, dando-lhe função econômica e social e ajudando realmente a fixação do homem no seu **habitat** natural.

2.3 – Açudagem e irrigação

De nada adiantariam tais estratégias, sem uma infra-estrutura hídrica capaz de anular, em definitivo, os efeitos da estiagem. Agora mesmo, estamos sofrendo no Nordeste e na Paraíba, com mais uma seca, com seu cortejo de dificuldades e sacrifícios. Os quadros de miséria são os mesmos de antes: as medidas paliativas vão se repetir, sem que as causas dos tormentos sejam sequer abaladas, ou atenuadas. Recursos serão, novamente desperdiçados. Governadores e políticos, pouco escrupulosos, vão dizer que conseguiram os recursos para que ninguém morresse de fome. Insistem em dar o peixe. Ninguém deseja ensinar a pescar. A libertação econômica e social libera tantas forças positivas no homem que não permite a convivência com a demagogia e a autosuficiência.

Por essa razão, as medidas definitivas em favor do Nordeste, sobretudo contra os efeitos dessas estiagens, não são implementadas, embora não constituam segredo para ninguém.

Onde há água e irrigação não há pobreza nem miséria. Tudo o mais vem por acréscimo. Verdade também é: onde faltam esses dois fatores o acréscimo é inútil. Poder-se-ia chamar a essa fórmula de ABC do desenvolvimento do Nordeste. Nunca se aprendeu, porém, lição maior, de tamanha simplicidade. Recusa-se, não sabemos por que motivos, a se implementar uma política de recursos hídricos em favor do Nordeste.

O que se tem gasto em providências emergenciais, ao longo desses anos todos de seca, daria para se irrigar não só todo o Nordeste, mas o País inteiro.

Daí a emenda por nós apresentada, visando à execução de um programa objetivo, verdadeiro ponto de partida para tal política de recursos hídricos. Se não, vejamos:

"A União destinará, anualmente, quantia nunca inferior a 5% (cinco por cento) de sua renda da Tributação para aplicação em programas de construção de pequenos e médios açudes, e de irrigação dos mananciais já existentes, mediante planos de aplicação apresentados pelos Estados e Municípios inseridos na Região Nordeste do País."

Trata-se, como vê, da vinculação de recursos orçamentários da União a programas de construção de açudes e implementação de Projetos de Irrigação.

Não se venha dizer que se trata de medida discriminatória e, por isso, insusceptível de figurar

como norma constitucional. Além de entendermos que a justiça e a equanimidade protege desigualmente os desiguais, como é princípio universal aceito, é da nossa tradição constitucionalista destinar recursos da União em favor do Nordeste. Assim aconteceu em 1934 e em 1946, quando as Constituições promulgadas deferiram ao Nordeste parte da Renda Tributária da União, com o objetivo de fixação de uma política de combate aos efeitos da seca.

De modo que, não colhe essa alegação de que estamos pedindo tratamento privilegiado. Isso aconteceria se porventura essa situação, do ponto de vista social e econômico fosse igual às demais. Aí, estaríamos reivindicando privilégios. Isto, todavia, não acontece.

3 – Bancada do Nordeste

3.1 – Coesão e unidade de ação

Um registro se faz necessário: temos estado unidos, nós deputados constituintes do Nordeste, nessa luta por melhores dias, acima de todas as conveniências e legendas partidárias. A nossa coesão tem sido o fulcro da nossa ação, mesmo quando estão em jogo interesses apenas de caráter estadual. Contamos com a sua solidariedade quando, desta Tribuna, pedimos providências: para não fechar a Bolsa de Mercadorias da Paraíba; para melhoria dos preços mínimos do sisal e do alho, bem como maior capacidade de armazenamento para a batatinha. Igualmente, quando solicitamos mais atenção para uma Política de Recursos Hídricos, em favor da Paraíba, e de maior aporte de recursos para as nossas rodovias, bem como a implementação da municipalização das ações de saúde e das ações emergenciais de atenuação dos efeitos da seca.

Nossa coesão, mais uma vez, esteve presente quando, agora, estamos levando os Ministros de Estado para, a partir da próxima semana, visitarem o Nordeste, a começar pela Paraíba, nos dias 8 e 9 do corrente mês. Tudo em nome dos interesses do Nordeste. Desses mesmos interesses que ditaram o documento, que todos subscrevemos, entregue, há uns vinte dias ao Exmo. Sr. Presidente da República, cujo inteiro teor aqui transcrevo, em homenagem a todos quantos integram a chamada Bancada do Nordeste.

3.2 – Documento da Bancada ao Presidente

Ei-lo na íntegra, com seus vários itens e alíneas. São todos da maior importância e atualidade. Vejamos:

"1) A política compensatória do Governo Federal para a região tem-se comportado mais como retórica do que como realidade;

2) É chegada a hora e vez de efetivar-se a prioridade de que a Nova República confere ao Nordeste, sob a pena de ver-se ameaçada no futuro próximo, a própria unidade nacional;

3) O povo nordestino, exausto da diferença entre as palavras e as ações governamentais, agiremos com destemor e determinação para estabelecer na Carta Magna os meios e instrumentos imprescindíveis para livrar o País dessa vergonha nacional que é a pobreza e a miséria do Nordeste;

4) Estamos convictos de que a implementação imediata dessas providências, que contarão com a nossa permanente vigilância, conduzirá a que a prioridade atribuída ao Nordeste seja enfim transformada na melhoria de vida do povo nordestino."

E as medidas sugeridas foram as seguintes:

"a) Restabelecer, tendo em vista as perdas consideráveis experimentais pela região ao longo do tempo, o sistema de incentivos fiscais do Nordeste;

b) Dotar o Nordeste de recursos para crédito rural em volume nunca inferior a 20% do valor global aplicado no País, fixando em 35% ao ano os encargos financeiros para culturas de subsistência e os projetos de irrigação;

c) Estender a todas as demais culturas praticadas pela agricultura nordestina o benefício dos subsídios dos juros no custeio das lavouras de algodão, amendoim, arroz, feijão, gergelim, mamona, mandioca, milho e sorgo, previsto no Item V da Resolução nº 1.266, de 27 de fevereiro de 1987, do Banco Central.

d) Destinar à Região no mínimo 30% dos recursos do FND, os quais deverão ser depositados no BNB, que os aplicará sob a forma de financiamentos;

e) Definir anualmente o incremento dos recursos para atender às necessidades de crédito ao setor produtivo do Nordeste como de dois pontos percentuais acima do crescimento real do PIB do País;

f) Criar, unificando as atuais linhas de crédito, programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas nordestinas, a ser executado pelo BNB, com encargos anuais equivalentes a 35% aa;

g) Repassar para o Ministério das Minas e Energia os recursos necessários para resolver imediatamente o problema do racionamento de energia da Região;

h) Revogar o Decreto-Lei nº 2.298, de 21 de novembro de 1986, e o Decreto nº 93.607, da mesma data, sob pena de inviabilizar-se a participação de pequenos e médios proprietários rurais nos programas de incentivos fiscais;

i) Descentralizar os atuais programas de suplementação alimentar administrados pela FAE, INAM, LBA, devendo os recursos pertinentes serem repassados diretamente por esses órgãos nos Estados, regionalizando tanto quanto possível as compras;

j) Repassar para o Nordeste no mínimo 30% dos fundos especiais, como Finsocial, FAS, etc;

l) Agilizar a operacionalização do Projeto Nordeste e do Proine, para efetivo cumprimento das metas neles previstas;

m) Estabelecer que a implementação das tecnologias de ponta no País se dê preferencialmente nas regiões menos desenvolvidas;

n) Fazer com que sejam cumpridas as decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) – Exposição de Motivos nº 13/74, respectivamente – que destinam parcela definida do Imposto Sobre Operações de Crédito ao BNB."

Como se vê, são medidas visando todas elas ao fortalecimento da economia nordestina, seja no setor da agricultura, do comércio, da indústria, e da área pública, em todos os níveis. Nada de importância deixou de ser referido. Ao Presidente da República, que é um nordestino a estabelecer uma verdadeira Ação Política em favor do Nordeste, sob pena de a ele ser atribuída a pior omissão: a de ter podido fazer muito ou quase tudo, em benefício de sua região e não o fez. É sabido que a omissão é o pior crime do que a ação porventura evitada de vícios ou erros involuntários. Sua Excelência, o Presidente José Sarney, está consciente dessa sua intransferível responsabilidade. A História o julgará também pela sua condição de nordestino. Não basta a Ferrovia Norte-Sul. Não discuto sua importância e necessidade. Adverti apenas que fazer pelo Centro e pelo Norte é realizar pouco ou quase nada pelo Nordeste. Não perdoaremos mais a marginalização consciente e deliberada de quem detenha responsabilidade pela visão do conjunto e pelo interesse nacional. Fica a advertência para oportunas cobranças.

3.3 – A Paraíba no contexto regional

Claro que nessa abordagem superficial da realidade nordestina, a Paraíba, nosso Estado, não podia deixar de ter o seu enfoque. Não queremos ser a economia mais pobre do Nordeste. Essa realidade nos é sobremodo incômoda. É quase uma pecha para não dizer um estigma. Pois bem. Nada disso seria ofensivo ao nosso pendor paraibano, se os recursos naturais tivessem sido aproveitados. Em termos de exploração hídrica bastaria, quem sabe, o aproveitamento do "Coremas" e o "Mãe d'Água", desde que o "São Gonçalo" e o "Sumé" têm se prestado muito bem para irrigação. Nos há outras alternativas: no Curimataú, o "Cais", já concluído, e o "Várzea Grande", em conclusão, poderiam responder pela auto-suficiência hídrica naquela região.

Quanto ao mais, ou seja, ao Cariri e à grande Campina Grande, bastaria a regularização do curso do rio Paraíba, com a construção das barragens de "Pelo Sinal" e "Acauã", ambas já bastante estudadas, e a segunda, inclusive, já começada. Nenhuma outra obra mais importante para a Paraíba. Seria a nossa redenção. Todavia, tem nos faltado recursos, que não são tão vultosos. São invariavelmente inexistentes. Então, o que falta é a vontade de dar soluções. Soluções definitivas. Isto sim. O mais é retórica, ou seja, manobras diversionistas, visando simplesmente à contemporização. Daí a assertiva que esperamos ser a vontade geral do Nordeste: **a hora é esta;** ou somos dignos dela ou vamos continuar à espera de que o destino venha a acontecer. Sentença válida para o Nordeste e, igualmente, para a Paraíba. Que Deus nos inspire e nos faça digno da hora presente. É o que pedimos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vivemos o tempo da desordem. A Nação mergulhada em crise profunda olha para o Planalto

e não consegue ver nada mais que um espetáculo deprimente de politicagem completamente alheia aos interesses da maioria do povo.

Os paralelos históricos são muitos e tentadores. Com efeito, a corte do Presidente José Sarney dispõe de personagens e vive situações que lembram Rasputin, "El brujo" Lopez Rega e a República de **Weimar**. Conscientes no entanto de que a história só se repete como farsa, não viemos aqui para nos entregarmos ao fatalismo, viemos a este Congresso Constituinte para o dever da esperança, para procurar saídas que viabilizem a libertação do povo brasileiro.

A crise econômica se expressa em números catastróficos. A inflação se aproxima dos 30% mensais e lembra **Weimar**, véspera do nazismo. As vendas em São Paulo – informa a revista **Senhor** – estão 12% menos do que as do ano passado e só não estão ainda menores porque a redução da quantidade de vendas é compensada pelo brutal reajuste dos preços.

Os salários do pessoal ocupado na Grande São Paulo, segundo o DIEESE, já diminuíram 14,5%, considerando-se apenas o primeiro trimestre e apesar do gatilho, que é limitado a 20% e corrige a inflação sempre com atraso. Isto para não citar o caso dos funcionários públicos estaduais que não estão recebendo sequer o reajuste salarial previsto no gatilho, sonegado pelos governos com o respaldo do Ministro da Fazenda.

Como ponto positivo existia até a semana passada a convicção de que havia uma melhora na balança comercial que contabilizaria um superávit de 520 milhões de dólares em abril. Mas depois da denúncia feita pela alta cúpula da CACEX sobre a maquiagem dos números sobre a exportação, ninguém mais pode afirmar a quantas anda nossa balança comercial.

Aliás, na falsificação, permanente dos números da economia reside a intersecção de duas crises. A crise econômica com a crise de credibilidade do governo. Ou ainda a explosiva mescla da crise econômica com a crise moral.

Embora seja necessário adverter para o fato de que mais inquietante do que tudo isso é que a falta de credibilidade do governo lança descrédito sobre o conjunto da atividade política.

Há, da parte do Governo Sarney, a intenção de desmoralizar a atividade política para com isso criar condições para a volta dos militares. Fosse de outra maneira este Governo procuraria agir, se não com a moralidade inexistente em seu almoçoarifado, pelo menos com pudor. Mas isso ele não faz, pelo contrário, o Planalto é um escândalo permanente. Com efeito, no fim do regime militar as denúncias e comprovações de corrupção, em geral, eram fruto do trabalho da Imprensa.

Atualmente a imprensa continua desempenhando esta tarefa, como o fez brilhantemente o jornalista Jânio de Freitas da **Folha de S. Paulo**. Mas também os próprios altos funcionários trocam acusações entre si cada vez menos sutis. Se o ex-ministro Dílson Funaro fez referência explícita a uma certa impunidade reinante nos altos escalões não evitou o troco materializado na denúncia de maquiagem dos números de uma Balança comercial, formulada pela própria CACEX. O mais lamentável é que nessa briga parece que todos têm razão.

Prisioneiro de suas próprias contradições, amarrado aos múltiplos compromissos selados

às costas do povo, o PMDB se debate no centro desta tormenta. Este partido que, durante duas décadas, foi o depositário das esperanças de democracia do povo brasileiro, verifica com algum atraso que colocou no Palácio do Planalto e dentro de si mesmo dois formidáveis cavalos de tróia: José Sarney e o mal chamado Centro Democrático.

Com efeito, mais de dois anos depois de ter chegado formalmente ao Governo, o PMDB não saldou seus compromissos com o povo brasileiro. A remoção do chamado entulho autoritário não foi realizada. Continuamos vivendo sob leis de exceção legadas pela ditadura militar. A censura corre solta nos meios de comunicação e já vitimou até o ilustre Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte, impedindo de ir ao ar via **TV Manchete**. Através do instrumento espúrio da Lei de Segurança Nacional foi recentemente condenado o Pastor Werner Fuchs, coordenador da CPT do Paraná. A atuação do Congresso Nacional, desprovido de prerrogativas, que era decorativa durante a ditadura militar, tornou-se menos que simbólica no período José Sarney. Durante o Governo do General João Figueiredo, o Congresso conseguiu derrubar pelo menos dois decretos que arrochavam os salários. Agora sequer se reúne para examinar as matérias oriundas do Poder Executivo.

A Constituinte Congressional que aceitou se auto-emascular ao abdicar de sua soberania é motivo de escárnio por parte do Presidente da República que vai à televisão para dizer quanto tempo pretende ficar no Planalto, esquecido de que seu Governo é transitório por definição, não dispõe de legitimidade popular, que ele mesmo aceitava o período de 4 anos para a transição e que, pelo menos teoricamente, cabe a este Congresso determinar qual é o mandato presidencial.

É por isso que um Ministro do Tribunal Federal de Recursos, Lauro Leitão, vem a público para também ele insultar a Constituinte ao afirmar que:

"A Constituinte não tem legitimidade para reduzir o mandato do Presidente Sarney, porque ele, embora tenha abdicado de um ano, foi eleito para um mandato de seis anos."

Sr. Presidente, não conheço este Ministro do Tribunal Federal de Recursos, nem sei o que ele estava fazendo na época em que a tortura neste País foi erigida em método de Governo. Sei, no entanto, que sua declaração publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** é um insulto à consciência democrática brasileira e requer desta Casa um energético repúdio se é que não queremos resvalar pela rampa do descrédito a que estão submetidas as instituições deste País.

No campo administrativo observa-se a dança dos Ministros. Hoje percebe-se que o Planalto pretende "queimar" o Ministro Bresser Pereira como queimou o Ministro Dílson Funaro.

Compreensivamente se observa que os preferidos do Planalto são exatamente os Ministros sob cuja moralidade pairam sérias dúvidas. Reinaldo Tavares, Ministério dos Transportes, após a pública comprovação da fraude ocorrida em seu Ministro recebeu a incumbência de nomear ele mesmo a comissão encarregada de "investigar" o escândalo.

Iris Rezende, responsável pela fraude eleitoral em Goiânia, em 1985, envolvido em várias denún-

cias de irregularidades no Ministério da Agricultura, como a importação de carne deteriorada e inimigo público da Reforma Agrária acaba de ser nomeado para o MIRAD.

Não é por acaso que um dirigente da moderada CONTAG reagiu nestes termos à nomeação de Iris Rezende: "É uma solução de quem não leva a sério a Reforma Agrária", isso sem dúvida porque a CONTAG sabe que, como Governador de Goiás, Iris Rezende foi responsável por um ridículo e malsucedido projeto de Comodato e pela migração de dezenas de famílias de lavradores para o Amazonas em condições desumanas de quase escravidão. Da mesma maneira que é público que durante o Governo Iris Rezende prosperou a violência contra lavradores e a impunidade dos assassinos.

Mas esses episódios apenas ilustram a direitização de um Governo de direita. Se até aqui o PMDB não saldou seus compromissos com a democracia, está ficando cada vez mais improvável que venha fazê-lo sob o Governo malabarista e trôpego de José Sarney.

Devo dizer que não sinto nenhuma satisfação em constatar que o PMDB fracassou como instrumento da transição democrática. Que o Brasil institucional, econômico e social de hoje não é muito diferente do Brasil governado pelo General Figueiredo.

O Governo Sarney é o retrocesso. Às forças democráticas cabe a luta pela conquista efetiva da democracia. O PMDB da resistência democrática cometará um crime histórico se continuar dando sustentação ao "cavalo de tróia" que ele instalou no Planalto e se continuar buscando uma unidade impossível com um centro democrático que não é central e nem democrático.

Temperada na longa resistência ao regime militar, a sociedade brasileira não tem porque se intimidar com os ruídos de botas, ampliadas pelos que querem fazer deste Congresso Constituinte uma farsa grotesca. Se quisermos evitar o espetáculo repulsivo verificado em várias Subcomissões deste Congresso, devemos unir os democratas aqui dentro e lá fora, nas ruas.

O momento histórico exige de todos nós serenidade e determinação na busca da unidade das forças interessadas na implantação da democracia em nosso País. É urgente e inadiável que partamos para a mobilização do povo pela convocação de eleições diretas para Presidente da República, logo depois da promulgação da Constituinte.

Esta campanha que tem todas as condições de reeditar a apoteótica campanha das Diretas-já, em 1984, não deve se submeter ao objetivo estreito de inflar esta ou aquela candidatura presidencial. Aliás, foi justamente este tipo de manipulação que esvaziou a campanha das Diretas de 1984, e que nos levou à atual situação de impasse.

A nova campanha das diretas deve, portanto, servir ao objetivo comum de ampliar os espaços de participação democrática, deve sacudir a sociedade e conscientizá-la de sua responsabilidade na escolha de nossos caminhos, sem submissão com a participação consciente de todos.

Essa talvez seja uma oportunidade única que a história fornece aos democratas do PMDB para que eles recuperem sua identidade e dêem uma contribuição real ao restabelecimento da democracia no Brasil. Se não aceitarem esse desafio o PMDB terá como destino a lata de lixo da História.

Mas outras forças democráticas, estou certa, serão capazes de despertar as energias democráticas de nosso povo e de instalar, neste País, uma democracia verdadeira que se expressará não apenas numa institucionalidade formalmente democrática, mas também uma repartição mais justa da riqueza nacional.

A realização desses objetivos passa pela consagração na nova Constituição de instrumentos que garantam a soberania nacional, o reconhecimento da cidadania, a participação popular, a reforma urbana, a reforma agrária, e o reconhecimento igualitário dos direitos do homem e da mulher, pré-requisitos indispensáveis para que todos tenhamos uma vida digna e feliz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso da Srª Constituinte Irma Passoni, o Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alércio Dias – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amilcar Moreira – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Furtado Leite – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; João Carlos Bacellar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Rezek – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martínez – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Milton Lima – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho

– PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Wagner Lago – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, dia 3, às 14:30 horas.

VII – Encerra-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OLÍVIO DUTRA NA SESSÃO DE 26-5-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, Companheiros e Companheiras:

Neste momento de perplexidade da vida nacional, quando cada brasileiro se pergunta quais os rumos que toma o País, também nós, enquanto Representante de uma parcela significativa dos trabalhadores nesta Casa, participamos do coro que entoa esta grave interrogação. Com a dupla responsabilidade de cidadão e Constituinte, perguntamos: qual o caminho que se prepara para nosso País enquanto nação?

O golpe de 64 acentuou a existência de dois Brasis, os dois Brasis atuais: o Brasil da minoria privilegiada, da exportação, do latifúndio, da mesa farta, do ensino privado, da segurança nas mansões e nos condomínios fechados; o outro, o Brasil da maioria, que necessita de escola, de saúde pública, da garantia e da estabilidade no emprego, do salário justo, da aposentadoria e da segurança social.

Quinhentos e cinqüenta e nove Constituintes, respondendo pelas esperanças de 135 milhões de brasileiros, representamos qual destes brasis? Em qual deles apostamos? Com qual dos dois estamos comprometidos?

É a pergunta que me faço, enquanto cidadão e Constituinte, com a responsabilidade de representante de parte considerável do movimento sindical neste Congresso. Com a consciência de trazer a esta Casa não o meu voto solidário, mas com o dever do voto coletivo de afirmar a decisão da necessidade de transformações nas relações sociais e nas instituições, para que o País ingresse de fato numa era de desenvolvimento, visando o bem-estar da maioria de seu povo.

Setenta por cento dos brasileiros vivem em condições subumanas o que, traduzido, significa que não comem bem, não têm moradia e não têm acesso à educação. Esta Constituinte, onde a grande maioria de seus membros faz parte da

Aliança Democrática, deveria ter isto sempre presente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, companheiros e companheiras, nossa perplexidade aumenta com as conclusões dos trabalhos das Subcomissões deste Congresso Constituinte. A mobilização das categorias de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil que, se foram ouvidas nas diferentes Subcomissões e trouxeram com seus depoimentos, reivindicações e testemunhos um ar de democracia a esta Casa, não foram o suficiente para impedir que as propostas finais não fossem conservadoras, contrariando os interesses da classe trabalhadora e da maioria do povo.

O resultado final das Subcomissões não é somente lastimável: é um acinte às expectativas nacionais. Se não, vejamos: a Subcomissão do Poder Executivo aprova 5 anos de mandato para o Presidente Sarney, quando a última pesquisa de opinião (**Folha de S. Paulo**) conclui que setenta por cento da população desaprova o atual Governo.

Na campanha de mobilização popular, encetada pelo meu Partido, o PT, milhares de pessoas têm ido à praça pública para dizer que quatro anos de mandato para o atual Presidente da República já é demais.

Na Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, foi aprovado um texto que mantém o atual papel das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem interna, o serviço militar obrigatório e o Conselho de Segurança Nacional, cria o Estado de defesa e não garante imunidade parlamentar plena durante o Estado de Sítio. Tudo isso ao arreio do sentimento democrático da maioria da Nação.

A Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Económica, dá prioridade à iniciativa privada, vetando o artigo que estabelece o monopólio estatal para a pesquisa e a lavra do petróleo e dos materiais fósseis, retrocedendo aos tempos anteriores à campanha do "Petróleo é nosso", e recuperando um servilismo aos interesses estrangeiros, que a Nação já rejeitou há muito.

Na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, o Presidente negou-se a assinar o relatório, acusando o Relator de negociar voto para a aprovação das propostas em benefício dos especuladores imobiliários e dos empresários do transporte coletivo, contra a vontade do movimento popular, comunitário, das associações de bairro.

A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária foi marcada pela violação do Regimento Interno, pela agressão a jornalistas e por uma proposta que não corresponde aos anseios dos milhões de trabalhadores sem-terra e com pouca terra que há gerações clamam por reforma agrária e política em nosso País.

A Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação, a qual pertenci, representando o Partido dos Trabalhadores, teve seu anteprojeto de relatório progressista bombardeado e descaracterizado de suas principais propostas trazidas pelas entidades de representação da sociedade civil que ali estiveram nas suas sessões públicas.

Na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, foi rejeitada a possibilidade de aborto até

mesmo em casos de estupro ou de deformações fetais, ignorando-se, assim, a grave questão social que leva 3 milhões de mulheres brasileiras, por ano, a praticarem o aborto em condições indignas.

Se juntarmos ao quadro atual da Constituinte a análise da situação conjuntural de nosso País, nossas preocupações se avolumam. O fracasso do Plano Cruzado atirou a inflação para índices nunca antes alcançados, com uma projeção calculada para mil por cento ao ano. A política do Governo, frente às greves, ressuscitou os obscuros anos da repressão com prisões, espancamentos, invasões de residências e presença de tanques nas ruas. As perdas salariais se agudizam cada vez mais, assim: em maio de 85 o salário mínimo era de Cr\$ 333.120,00; 17% do salário mínimo necessário (Cr\$ 1.141.815,00); e em março de 86 o salário mínimo de Cr\$ 804,00 representava 21,19% do salário mínimo necessário para o trabalhador e sua família viverem com dignidade.

O salário mínimo de hoje, maio de 87, é apenas 15,95% do salário mínimo necessário ao trabalhador, que, conforme dados do DIEESE, deveria ser de Cr\$ 10.286,00.

O Plano de Reforma Agrária, aprovado pelo Governo Sarney, não consegue sair do papel: o INCRA, que havia previsto a desapropriação de 13.680.000 hectares, desapropriou apenas 1.778.337 ha, nos quais, em somente 213.000 ha, foram assentados trabalhadores sem terra. O plano do MIRAD de assentar um milhão de famílias sem terras não passou, de fato; do assentamento de 10% dos objetivos: 662 proprietários de terra possuem 99 milhões de hectares; em contrapartida; temos 12 milhões de trabalhadores sem terra. A população rural diminuiu de 54,9% da população total, em 1960, para 32% em 1980, prevendo-se a redução para 10% no ano 2000. De 1964 a 1986, 1.188 trabalhadores rurais foram impunemente assassinados.

Não se encaminha o Plano de Reforma Agrária, nem se fazem as reformas tributárias administrativas e do solo urbano, promessas da Nova República.

O que se viu foi um plano cruzado que, se não deu certo para o povo, serviu para transformar o PMDB no novo maior partido do Ocidente, elegendo 22 governadores e a maior bancada do Congresso Constituinte. Governadores que hoje trocam os compromissos assumidos nos palanques, durante a campanha eleitoral, pelos favores do Presidente Sarney.

Constituintes que durante a campanha eleitoral pregavam e no plenário desta Casa pregam, no discurso, as bandeiras dos trabalhadores, mas, na prática, escrevem uma Constituição profundamente conservadora, retrógrada, contrária aos interesses do povo trabalhador.

No contexto de perplexidade institucional, política e econômica, nosso Partido, nascido da necessidade dos trabalhadores de se organizarem em seu próprio terreno, vem definindo, por sua coerência, pela firmeza de suas propostas, um novo modo de fazer política.

Fizemos a campanha das diretas junto com outras forças progressistas e hoje chamamos novamente essas forças para continuarmos a caminhada. É bom que se deixe claro que, como o povo, pretendímos e queremos as eleições dire-

tas para Presidente e não esta "transição" que as forças conservadoras pretendem arrastar por décadas afora.

Tivemos a coerência de dizer não ao Colégio Eleitoral e lutamos até o fim pela realização das diretas.

Tivemos, dentro de nossa óptica, que é a da defesa dos interesses da classe trabalhadora, a clareza da crítica ao Plano Cruzado e já em março do ano passado divulgamos um documento denunciando suas consequências: arrocho salarial, desaparecimento dos gêneros de primeira necessidade, mercado negro, bem como seu caráter eleitoreiro.

A realidade se mostrou em toda a sua crueza: juros bancários escorchantes, a subida vertiginosa do custo de vida, a disparada dos preços dos aluguéis e da casa própria, a multiplicação dos índices indicadores da inflação e as manobras na sua aferição no estilo samba do crioulo doido.

Aqui, no Congresso Nacional, e neste Congresso Constituinte vimos buscando manter nossa coerência política. Em 85, apresentamos emenda constitucional de convocação de Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, à qual se contrapôs, vitoriosa, a proposta do Poder Executivo, de um Congresso Constituinte. Propúnhamos o fim das leis de exceção, o direito de voto extensivo a cabos, soldados, praças e marinheiros e a participação popular nos trabalhos constituintes. Voltamos a afirmar esta proposta durante as campanhas eleitorais de novembro passado e, iniciados os trabalhos constituintes, lutamos para que deles fossem excluídos os senadores eleitos em 82, portanto, sem mandato constituinte originário. Lutamos, Sr. Presidente, indo para a conclusão, para que a Constituinte fosse exclusiva e suspensos os trabalhos paralelos da Câmara e do Senado; lutamos contra os votos e sessões secretas, e votamos "não" no episódio do Regimento Interno, quando a Constituinte se auto-emasculou votamos pela participação popular ampla e buscamos garantir o referendo popular, que hoje é ainda apenas possibilidade.

Como temíamos, Sr. Presidente, a insensibilidade da maioria que afunilou o espaço das reivindicações populares nas Subcomissões, pode tornar a Carta Constituinte inoperante. Ou escrevemos uma Carta que aponte soluções para os conceitos e tensões existentes, hoje, em nossa sociedade, e que se volte para o futuro, ou ela terá o mesmo destino das precedentes: a lata de lixo da História.

Vivemos, como Nação, um problema estrutural, e só a mudança das estruturas injustas e anti-sociais redefinirá a rota da destinação nacional.

É isto que se impõe à Constituinte, é esta a resposta, a parcela de responsabilidade que nos cabe, e o que de nós esperam os milhões de trabalhadores do País. Não estamos aqui para reescrever ou legitimar a História passada. Temos que apontar para o futuro. Darmos uma perspectiva para a nossa gente, para a possibilidade de construção de um País onde a vida e suas alegrias sejam possíveis para todos.

Temos, enquanto Parlamentares comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, a responsabilidade comum e inadiável de articularmos um projeto que traga em seu bojo o germe de um novo Brasil.

É bom insistir-se nas origens da Nova República, nos velhos esquemas de poder que continuam em vigor, para que não se dê espaço a um falso saudosismo, à falsa conclusão de que se vivia melhor sob os governos militares. Temos que ter presente que não houve ruptura institucional e que, em sua origem, a crise é o resultado da política de desenvolvimento imposta nas décadas de 60 e 80. Temos que lembrar da insolvência do País em 82, das sucessivas cartas de intenções como o FMI, das perdas salariais de 83, decorrentes dos Decretos-leis nºs 2.036 e 2.045. Temos que meditar sobre a noite de 24 de abril – da votação das diretas – e analisar a figura que comandou a derrota, de forma fria e impessoal, indiferente para a mobilização da Nação e que hoje exerce a Presidência da República sem o voto popular.

Temos que trazer para o presente este passado. Falar em fim de transição, de democracia, que é objetivo político da Assembléa Nacional Constituinte e de Soberania Nacional, significa pedir eleições diretas para Presidente, já, e a suspensão do pagamento da dívida externa, com o que se justifica o sentido de campanha nacional de mobilização popular do Partido dos Trabalhadores.

Se, por um lado, vive-se a transição negociada por cima, por outro lado, o País está construindo de fato e de direito sua história, distanciando-se de uma ordem injusta, e criando formas de convivências novas, transformando em letra morta leis desatualizadas, como, por exemplo, a lei de greve.

É imprescindível, neste momento, a presença da força da participação popular organizada sobre o Congresso Constituinte. É importante que se ocupe o espaço de discussão e se organizem os grupos de pressão popular dentro e fora do Congresso, através de todos os instrumentos legítimos de pressão.

Reafirmamos o que temos dito. Constituinte sem povo não cria nada de novo.

**DISCURSO PRONUNCIADO
PELO SR. ALDO ARANTES NA
SESSÃO DE 22-05-87 E PUBLICADO
NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 224
DO REGIMENTO INTERNO.**

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O País vive um grave momento. A crise econômica atinge níveis alarmantes. A inflação chega a mais de 20% ao mês e as taxas de juros atingem níveis escorchantes e usurários. Estamos em processo em que a recessão econômica, progressivamente, toma conta do País. As pequenas e médias empresas defrontam-se com a alternativa desesperadora da falência. O salário do trabalhador vai sendo dizimado pela inflação. Crescem a fome e a desesperança, enquanto o repúdio a essa situação, pelas diversas formas, toma conta da vida dos brasileiros. Diante da gravidade da situação, o que vemos é o vazio de poder. Na desesperada tentativa de retomar o terreno perdido, o Presidente da República sai da total falta de decisão para uma atitude ditatorial, bem aos moldes daquelas que eram adotadas durante o regime militar.

Afrontando o povo brasileiro e a Assembléa Nacional Constituinte, o Presidente resolveu "comunicar a todos" que exercerá o mandato "pelo prazo de cinco anos". Ora, tal pronunciamento

é um deslavado desrespeito à soberania da Constituinte. É, na verdade, a imposição de um golpe branco ao País. As notícias dos jornais e outras evidências levam a uma conclusão inevitável: o que Sarney falou na televisão está em perfeita sintonia com os militares. Os mesmos militares que levaram o Brasil ao poço em que se encontra. Ocorre, porém, que o povo brasileiro está farto de ditadura, de imposições.

Sarney lançou mão de um argumento esfarrapado. Disse ele, que o seu mandato está estipulado em lei – e por isso é de seis anos. E o Presidente, num ato de falsa magnanimidade, abre mão de um ano. Vejam só quanta bondade! O Presidente não diz que à lei à qual se refere é a Constituição outorgada pelos militares. Tampouco se lembra de que a função da Assembléa Constituinte é exatamente a de elaborar uma nova Constituição, definindo uma nova ordem econômica, política e jurídica para o País. A postura do Presidente traz embutida a tese de que a Constituinte deve-se submeter à Constituição em vigor; de que a ordem jurídica a ser implantada deve ter como parâmetro a desordem jurídica e o autoritarismo do regime militar. E isso é inaceitável.

Não satisfeito com esta afronta à Constituinte, Sarney adota um tática fisiológica de cooptar integrantes desta Casa através de cargos e favores. É a corrupção como método de Governo. Aos que não se dobram à política fisiológica do governo, a perseguição é desencadeada.

Mais uma vez, portanto, a questão da soberania da Constituinte emerge com força. Como qualquer cidadão, o Presidente da República pode e deve manifestar seu ponto de vista. O que ele não pode é se arvorar a tomar decisões que competem à Constituinte. Diante desse quadro, ou a Constituinte se submete e se desmoraliza completamente, ou afirma sua soberania, ganhando a confiança e o respeito do povo brasileiro.

O Partido Comunista do Brasil, PC do B, defende a realização e eleições diretas para o Presidente da República 120 dias após a promulgação da nova Constituição. Somos contrários à realização de eleições agora, pois estas viriam a atropelar os trabalhos da Constituinte, o que só favoreceria os setores conservadores. Esta alternativa – a das eleições antes do término dos trabalhos da Constituinte –, só poderá ser defendida, com responsabilidade, diante de uma crise de grandes proporções e como caminho para evitar alternativas golpistas. Já a realização de eleições logo após a promulgação da Constituição, cumprindo-se primeiro essa etapa, baseia-se na situação de crise em que vive o País e no desejo do povo de eleger diretamente seu Presidente.

No pronunciamento que fez, na última segunda-feira, Sarney defendeu "um sistema presidencialista que incorpore uma participação forte do Congresso nas tarefas do Governo". A evolução política do Brasil demonstra que o presidencialismo é um sistema de governo centralizador e autoritário. Depois de eleito, o Presidente transforma-se num verdadeiro monarca, passando a tomar decisões à revelia do povo e do Congresso. No período militar, tal situação foi levada ao extremo com o esvaziamento completo do Legislativo, do Judiciário e com a aniquilação da Federação.

O regime presidencialista de governo é pouco flexível e gerador de crises. Por não ser permeável às pressões populares e à influência do parlamento, ao surgirem situações de crise, esse sistema de governo acaba abrindo caminho para golpes militares. É um sistema de governo altamente sensível às pressões militares. No Brasil, o presidencialismo sempre esteve de braços dados com o militarismo – e quando o presidente buscou ser independente, armaram-se golpes militares. Mas não será a subserviência que evitará os golpes.

Por todas essas razões, o PC do B é favorável à implantação de um tipo de parlamentarismo expresso em um governo de co-responsabilidade entre o Legislativo e o Executivo. Esse sistema tem alguns ingredientes característicos para o seu êxito. O primeiro deles é a moralização e a democratização do parlamento. O parlamento precisa conquistar a confiança do povo pela sua seriedade. É inaceitável a manutenção da situação atual em que os parlamentares faltam às suas obrigações e nada ocorre. Defendemos que os parlamentares que faltaram a oito sessões ordinárias, em um mês percam seus mandatos.

Defendemos, também, que os parlamentares paguem imposto de renda como qualquer outro cidadão.

Defendemos a democratização do parlamento com a adoção do sistema unicameral, garantindo-se uma cadeira para um trabalhador rural e um urbano de cada Estado da Federação. Não podemos continuar tendo um parlamento onde a voz do trabalhador, que representa a maioria da Nação, não está presente, ou tem presença residual. Um parlamento assim nunca terá condições de dar ouvido às reivindicações e aos anseios populares.

Ao defendermos o parlamentarismo o fazemos, portanto, numa perspectiva de consolidar a democracia em nosso País. Não temos, contudo, a ilusão de que esse sistema de governo venha a resolver em definitivo a questão da democracia. O que defendemos é que, dentro dos limites do regime burguês em que vivemos, e levando-se em conta o momento histórico por que passamos, o parlamentarismo é uma forma de governo bem mais avançada do que aquela que está em vigor.

Outro ingrediente essencial no processo de democratização política do País é o da redefinição do papel das Forças Armadas no Estado brasileiro. Um país verdadeiramente democrático não pode conviver com uma situação em que os militares representam um super-poder, situado acima dos demais poderes da Nação. A Constituição em vigor, outorgada pelos militares, atribui às Forças Armadas o papel de "garantir a ordem Constitucional, a lei e a ordem". Também o parecer do relator da Subcomissão que trata da questão aqui na Assembléa Constituinte mantém essa definição.

Isso equivale a dizer que, além de os militares intervirem na ordem interna, serão eles – e não o poder civil – o árbitro que vai decidir em que momento "a ordem e a lei" estarão sendo desrespeitadas. Por isso mesmo, o PC do B defende uma redefinição do papel das Forças Armadas. Deve caber a estas a segurança do País contra a agressão externa, ficando a ordem interna como com-

petência das polícias, sob o controle do poder civil.

Preocupa-nos sobremaneira a forma com que estas questões vêm sendo tratadas na Constituinte. Além do relatório da Subcomissão que trata do papel das Forças Armadas, nitidamente inspirado nas orientações para esta Assembléia encaminhada pelos próprios militares, outros temas são tratados de forma retrógrada, numa visão elitista da nossa sociedade. É o caso, por exemplo, do relatório da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, que representa uma verdadeira ameaça à democracia representativa e à liberdade de organização partidária.

Entre outros aspectos que buscam sufocar a possibilidade de democratização da representação popular, o relatório propõe a adoção do sistema de voto distrital. Sobre este tema, vale lembrar palavras de Tancredo Neves, quando afirmou que, se adotado este sistema eleitoral, os grandes vultos da Nação nunca teriam chance de se eleger. Ao invés destes, segundo as palavras de Tancredo, "seriam eleitos, em primeiro lugar os latifundiários, os grandes proprietários de terra; em segundo lugar, o vigário; em terceiro lugar, o tabelião; e em quarto lugar, o prefeito". Tal medida representa a institucionalização da política do "curral eleitoral".

Mas a grande aspiração do povo pela democracia não reside simplesmente na democratização política, ameaçada pela interferência do Governo e dos militares nos trabalhos da Constituinte, ou dos relatórios decorrentes dos trabalhos nas Subcomissões. Situa-se, também, na democratização econômica. Numa participação efetiva dos trabalhadores nos frutos da riqueza nacional. Alguns relatórios de Subcomissões que representam alguns avanços nesse campo, como os da Reforma Agrária, dos Princípios Gerais da Economia e da Ciência e Tecnologia, estão sendo alvos de violento ataque por parte dos setores conservadores, que não querem nenhum tipo de mudança. Os jornais noticiam a formação de um grupo para impedir transformações de cunho democrático e nacionalista na economia do País.

No debate sobre a questão da Reforma Agrária, apesar de todos se arvorarem em defensores da medida, na verdade existe um grupo que defende os grandes proprietários de terras, os grandes empresários rurais e está contra a Reforma. De outro lado, está um grupo que defende sistematicamente os interesses dos trabalhadores e está a favor.

A existência de grandes latifúndios improdutivos ou com baixa produtividade é um verdadeiro escárnio diante de milhões de brasileiros que passam fome por não disporem de um pedaço de terra para trabalhar. Só para ter uma pálida idéia da gravidade do problema fundiário no país, entre 1967 e 1984, a área das propriedades com mais de mil hectares, do total cadastrado, aumentou de 46,9% para 58,3%. Enquanto isso, as propriedades com menos de cem hectares tiveram sua área total reduzida de 18,7% para 14%. Somente as 27 maiores propriedades rurais do país ocupam a exuberante quantidade de 25,5 milhões de hectares. Uma única propriedade – a Madeireira Manasa – é proprietária de mais de 4 milhões de hectares, uma extensão mais ou menos equivalente ao tamanho de países como a Holanda, por exemplo.

Dante de absurdos como esse, é indispensável se fixar um limite máximo ao direito de propriedade territorial rural. O limite máximo que cada propriedade rural pode ter é incorporado por constituições de países como Itália e Portugal, para citar só dois exemplos. Os que são contra à fixação de um limite máximo, defendendo a "sacralização" do direito a propriedade, usam como argumento as dimensões do território brasileiro. Eles não sabem explicar, porém, porque, nos Estados Unidos, um país de dimensões superiores às do Brasil, já no século passado a **Homestead Law** estabelecia um limite de 65 acres como forma de induzir o desenvolvimento com base na pequena propriedade, uma das fontes do crescimento que se registrou posteriormente na economia americana.

No relatório que apresentou, o Constituinte Osvaldo Lima Filho propõe um limite máximo de cem módulos rurais, o que asseguraria a existência de propriedades com até 11 mil hectares na Região Norte do País. O PC do B defende a fixação de limites menos benevolentes para com o latifúndio. Para as regiões Sul e Sudeste, defende um limite de 500 hectares. Para o Centro-Oeste e Nordeste, mil hectares, sendo 500 hectares para as áreas com carência de terras 1.500 para a região Norte e Mato Grosso.

Tal proposta baseia-se no fato de que a maior parte da produção agrícola brasileira advém de propriedades com até cem hectares. Nesta faixa de propriedade está 87,48% da produção nacional de mandioca, 78,63% da produção de feijão, 68,16% da produção de milho, 37,1% da produção de arroz, 65,64% da produção de algodão e 46,2% da produção de soja. Alargando-se este limite para as propriedades com até mil hectares, encontraremos praticamente a totalidade da produção rural brasileira. A proposta que apresentamos, portanto, está muito longe de desorganizar a produção rural, como dizem aqueles que se opõem à reforma agrária. Apenas garante que se faça efetivamente uma reforma antilatifundiária. E para isto reduz o limite máximo da propriedade territorial rural e amplia para 10 módulos as propriedades que ficariam fora da reforma agrária, garantindo a pequena e média propriedade. Para que isso ocorra de modo mais rápido e eficaz, defendemos, também, a imissão de posse nos mesmos moldes usados das desapropriações urbanas, garantindo ao proprietário desapropriado o direito de discutir na justiça o preço da desapropriação.

Não há como falar em democracia no País sem reforma agrária. Não há como se falar em democracia com a violência do latifúndio imperando em todas as partes do País. Somente em 1986, para se ter uma idéia da gravidade do problema, foram assassinados 298 trabalhadores rurais. É inaceitável que a Nação brasileira seja testemunha passiva de tamanha injustiça. É igualmente inaceitável que nós, Constituintes, no momento em que temos nas mãos os instrumentos para operar as mudanças que o povo clama, não o façamos.

A defesa da soberania do País é outra questão decisiva, fundamental, no processo de democratização econômica do Brasil. A importância dos embates travados no campo da luta democrática, no entanto, acaba por deixar num segundo plano a questão da soberania nacional. Não podemos deixar que isso ocorra, pois, se assim o fizermos,

estaremos dando as costas para o grave problema da desnacionalização do País, da dominação estrangeira.

Com a ditadura militar resultante do Golpe de 1964, aprofundou-se em nosso País o modelo de desenvolvimento capitalista dependente. A legislação criada pelos militares que tomaram de assalto as rédeas da Nação fizeram do Brasil um paraíso do capital monopolista internacional. E o mais grave é que, tanto tempo depois, longe de termos um Brasil próspero e independente, o que vemos é um país em grave crise e completamente dependente do capital estrangeiro.

Entre 1970 e 1983, os investimentos estrangeiros diretos no país deram o maior salto da sua história, passando de 2 bilhões para 24 bilhões de dólares. Vamos dar aqui outros dados que podem dimensionar com clareza a gigantesca sangria aqui praticada pelo capital estrangeiro. Desde a fundação das 11 maiores empresas estrangeiras que operam no país, algumas das quais aqui instaladas no início do século, até o ano de 1975, seu investimento era de 299 milhões de dólares. Entretanto, somente entre 1965 e 1975 – uma década, portanto –, estas mesmas 11 empresas remeteram para o exterior 755 milhões de dólares e reinvestiram apenas 693 milhões de dólares, conforme o relatório da CPI das multinacionais.

Esse processo adquire maior gravidade com a ampliação da participação do capital estrangeiro na economia nacional, com a desnacionalização de um grande número de empresas e até setores praticamente inteiros, como é caso do setor de medicamentos, para citar um exemplo apenas. O que vemos, hoje, é que o capital monopolista internacional controla setores vitais da nossa produção industrial. Controla a produção de bens de consumo duráveis, tem participação decisiva no setor de bens de capital, suga de maneira espantosa os minerais aqui existentes, especialmente aqueles destinados à produção de metais não-ferrosos e estratégicos, dominam quase que integralmente a produção de equipamentos, matrizes, sementes e defensivos agrícolas e assim por diante.

O grande capital nacional, ao longo desses anos e até os dias atuais, assume uma postura de subserviência e de favorecimento ao capital estrangeiro, funcionando com ponta-de-lança para a penetração dos interesses externos. E isso se faz sentir claramente quando se discute a questão da soberania. Os setores entreguistas, capachos do imperialismo, aqui mesmo nesta Assembléia fazem o que podem para evitar avanços neste campo. A reserva de mercado da informática, por exemplo, vem sendo alvo de um fogo cerrado destes setores, que não se conformam com a possibilidade de o Brasil conseguir um avanço tecnológico neste ou em qualquer outro setor.

O PC do B, no entanto, propõe que a nova Constituição devolva a dignidade da Nação brasileira. Propõe a ampliação da reserva de mercado para setores novos e estratégicos, como os da biotecnologia, da química fina e da mecânica de precisão, por exemplo. Propõe, também, uma conceituação clara e precisa do que é uma empresa nacional, e vedá ao capital estrangeiro a exploração de minérios em território nacional. Fixa, ainda, os princípios básicos para uma nova

postura em relação aos investimentos estrangeiros, delimitando suas possibilidades de remessas de lucros e restringindo os setores em que poderão atuar. É o Brasil que deve dizer onde as multinacionais devem se instalar, o que devem produzir e o quanto devem produzir, sujeitando-as a duras penas caso não cumpram os compromissos que assumirem. Só assim se evitará os boicotes, manipulações e jogos de pressão, como os que acorreram no ano passado, durante a vigência do falecido Plano Cruzado.

Defendemos que o papel do Estado na economia deve ser fortalecido, intervindo de maneira decisiva para um desenvolvimento econômico autônomo, moderno, capaz de satisfazer as necessidades dos brasileiros. Definimos, também, aqueles setores que devem ficar sob o monopólio da União. Além daqueles que hoje já merecem esse tratamento, propomos que também a aquisição no exterior de insumos para a fabricação de medicamentos passe a ser monopólio, entre outros setores.

A questão do capital estrangeiro, desgraçadamente, não se restringe aos investimentos nos setores produtivos. A ação deletéria, nociva do capital financeiro internacional em nosso País é uma das razões principais da dramática situação econômica em que vivemos. É problema da maior gravidade, que exige um tratamento enérgico. Em 1960, o Brasil devia a credores estrangeiros 2,5 bilhões de dólares. Com a política irresponsável e entreguista da ditadura militar, ao final de 1986 o Brasil já devia a escandalosa quantia de 107 bilhões de dólares. Em 1964, a dívida externa brasileira representava a perigosa percentagem de 15% do nosso PIB. Em 1984, essa percentagem havia saltado para a vergonhosa casa dos 46,3% do PIB. Tais danos, por si sós, demonstram a vulnerabilidade da economia brasileira.

Mas há números ainda mais gritantes. Em 1968, o País devia no exterior 3,8 bilhões de dólares. Entre aquele ano e 1982, o Brasil pagou 89 bilhões de dólares só de serviço da dívida. E de 1983 a 86 pagamos mais 34 bilhões. Sem contar que 40% do atual montante da dívida externa brasileira, equivalente a 44 bilhões de dólares, foram emprestados para pagar juros. E mesmo assim continuamos devendo 110 bilhões de dólares. Essa dívida é um saco sem fundo. É uma dívida simplesmente impagável, por razões econômicas e morais.

Por isso, o PC do B propõe que a Assembléia Constituinte suspenda o pagamento da dívida externa e instale uma auditoria capaz de levantar o exato montante da dívida, as condições em que foi contraída e em que foi aplicada. A partir do resultado dessa auditoria, os brasileiros decidirão o que pode e deve ser pago, mas desde logo fixando-se que os recursos que não tenham sido integralizados no Brasil não serão pagos. Além disso, novos empréstimos só poderão vir a ser tomados com autorização do Congresso Nacional, que passará a tratar dessa questão.

Diante da gravidade da crise por que passa o País e da real possibilidade de a Assembléia Constituinte promover mudanças significativas na vida nacional, os setores democráticos e progressistas devem se unir em torno de pontos comuns que possibilitem esse avanço. Para assegurarmos a soberania da Constituinte, a democratização po-

lítica e econômica do País e a soberania nacional, é decisiva a articulação de uma frente suprapartidária, de caráter democrático e progressista. É preciso, para tanto, que todas as correntes políticas coloquem os interesses nacionais e os objetivos maiores de avançar acima de questões partidárias ou de grupos.

A vigilância para que os setores que podem posicionar-se a favor de mudanças não vacilem é outro fator importante. Não nos devemos aterrorizar com as ameaças que partem dos palácios do Governo e dos quartéis. O povo brasileiro exige mudanças efetivas – não aquelas que só existem nos comícios eleitorais – e nós, constituintes, temos a obrigação de fazer com que a nova Constituição assegure a democracia, a justiça social, a soberania nacional e amplas liberdades para os brasileiros.

O PC do B está convencido de que esses objetivos não serão alcançados sem uma ampla mobilização nacional em torno dos grandes problemas que atingem o País. O povo precisa saber como é que esses problemas estão sendo tratados na Constituinte, para que possa participar, opinar e julgar. Daí a razão pela qual propomos a realização, em todo País, de plenárias populares pela Constituinte. Plenárias que informem e mobilizem a opinião pública, que promovam debates, que participem da coleta de assinaturas para as emendas populares constitucionais e que estejam em Brasília nos momentos de decisão, para fazer sua justa e necessária pressão. Não há democracia sem participação popular. Mas sabemos que as elites, que procuraram retirar todo o conteúdo programático das eleições de 1986 para esvaziar a Constituinte, fazem de tudo para evitar essa participação popular.

O Brasil só mudará, se os setores populares, democráticos e progressistas se unirem em ampla mobilização e em torno de um programa mínimo, mas concreto, objetivo e, acima de tudo, que venha a ser posto em prática. Os brasileiros já estão cansados de autoritarismos e de mentiras. Tenho dito.

ERRATA

DISCURSO DO CONSTITUINTE BONIFÁCIO DE ANDRADA, PROFERIDO NA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 6-5-87, QUE SE PUBLICA POR TER SIDO OMITIDO NO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE Nº 55 DE 7-5-87.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrade.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem.): – Sr. Presidente:

De acordo com as determinações da Mesa, desta Constituinte, e de acordo com V. Ex.^a, queremos encaminhar várias sugestões às diversas Comissões, porque o prazo, ao que sabemos, termina hoje. Assim sendo, encaminho, à Mesa da Assembléia as sugestões para o projeto constitucional

referente ao seguinte: 1) sindicato parlamentar do Governo em que se propõe um mecanismo semelhante ao de Portugal, embora mantendo-se as linhas gerais da proposta do Senador Nelson Carneiro, sendo a nossa sugestão uma alternativa, pois preferimos o texto daquele representante da Casa senatorial; 2) liberdade e autonomia sindical, desatrelando o sistema do Ministério do Trabalho; 3) vários dispositivos para a parte referente aos direitos e garantias individuais relativos ao direito de resposta em face da TV e do rádio e a eqüidade do noticiário político-partidário, e, relativos ainda aos inventos de nova tecnologia, e a limitação de tributos; 4) restabelecimento da Justiça da Paz conforme existia em 1946; 5) a obrigatoriedade do serviço militar, com alternativas de atividades profissionais, no interior programada pelas Forças Armadas; 6) preferência para pagamentos aos desapropriados, na programação das despesas públicas; 7) criando no processo judicial a preliminar sumaríssima, com base no princípio da oralidade; 8) dispondo sobre a criação de Estados e Territórios; 9) liberdade de ensino e pesquisa, limitando a fiscalização do poder público para caracterizar o nível e a qualidade da escola para conhecimento da comunidade; 10) atribuição ao Senado para suspender normas legais que venham ferir a Constituição e as leis; 11) sobre a perda e suspensão de direitos políticos do criminoso, 12) sobre a autonomia municipal, ampliando os mecanismos da prestação de contas; 13) criação de juntas, eleitas pelo usuário, para fiscalizar serviços de concessão pública; 14) obrigatoriedade do voto, exceto para analfabetos e eleitores de mais de setenta e cinco anos; 15) direito à sindicalização para os servidores públicos que não forem funcionários; 16) limitando a Previdência Social aos contribuintes obrigatórios que recebam até três salários mínimos, liberando os demais numa programação de dois anos; 17) garantia aos aposentados da Previdência Social e do serviço público, mantidos para aqueles os proventos proporcionais ao salário mínimo e para estes outros a isonomia com os servidores da atividade; e obrigatoriedade dos governos em manterem programas de assistência aos pobres e desfavorecidos e para menores abandonados ou infratores, visando recuperá-los; 18) disciplinando a autonomia do Distrito Federal; 19) instituindo o voto distrital e proporcional, com dois deputados eleitos por distrito e dez por cento da representação a ser preenchida pelos partidos que não elegeram candidatos nos distritos; 20) sobre a autonomia universitária; 21) dando Liberdade aos partidos para se auto-organizarem, segundo princípios constitucionais, revogada a atual lei orgânica; 22) Dispondo sobre a repartição de competência tributária para a União, Estados e Municípios, na proporção de quarenta por cento para aquela e trinta por cento para estes, transferindo encargos administrativos para os mesmos; 23) Sobre a conceituação de normas legais (decreto, resolução, instruções, deliberação) para o Executivo, Tribunais, Legislativo, Ministérios e Conselhos Administrativos; 24) sobre a repartição de competência legislativa; 25) substituindo o decreto-lei pela lei delegada, nas hipóteses mencionadas e cancelando aquele; 26) direito a qualquer cidadão de exigir esclarecimentos sobre aplicações de dinheiros públicos e ação penal de responsabilidade; 27) criação da Defensoria Pública a nível federal e estadual como órgão

da assistência judiciária; 28) perativas para tanto; 33) isenção disciplinando o Ministério Público federal para produtos agrícolas, em certos de V. Ex.^a e dos Srs. e estadual; 29) dando garantia de casos.

estabilidade no serviço público aos ocupantes de cargo de confiança com mais de dez anos; 30) proibindo privilégios de qualquer natureza para a seriedade de economia mista e empresas públicas; 31) sobre o direito da propriedade e iniciativa privada; 32) sobre intervenção do poder econômico, e a utilização de sociedades coo-

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que me competiam dizer ao passar à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte as nossas sugestões ou proposições para que têm propostas a serem examinadas pelas diversas Comissões, na feitura do projeto de Constituição que será levado ao Plenário magno.

Agradeço a atenção de V. Ex.^a e dos Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Todos os Srs. Constituintes apresentarão suas propostas a diretamente à Mesa, independente de encaminhamento, que serão recebidas. (Pausa.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 71

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 76ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 3 DE JUNHO DE 1987

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 080/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que a Senhora Constituinte Moema São Thiago deixa de integrar, a partir desta data, o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 087/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Airton Cordeiro para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

IV - Pequeno Expediente

ADHEMAR DE BARROS FILHO: - Incapacidade de adoção, pelo Governo Federal, de política salarial justa e condigna.

IVO MAINARDI: - Moratória interna para os débitos bancários contraídos por pequenos produtores rurais.

DORETO CAMPANARI: - Compromissos da Assembléia Nacional Constituinte.

SÓLON BORGES DOS REIS: - Peculiaridades da atual Assembléia Nacional Constituinte.

CUNHA BUENO: - Aumento da carga tributária. Limitação constitucional das despesas com o pagamento do funcionalismo público.

ONOFRE CORRÊA: - Diretrizes da ação parlamentar do orador. Inveracidade de notícia sobre tentativa de seu aliciamento pelo Ministério das Comunicações. Posicionamento em relação ao parecer da Relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação.

UBIRATAN AGUIAR: - Programa Nacional de irrigação.

RAIMUNDO BEZERRA: - Convocação do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre a negociação da dívida externa nacional.

THEODORO MENDES: - Incoerência da participação dos Relatores de Subcomissões, vencidos, na Comissão de Sistematização.

MAURO BENEVIDES: - Preocupações dos agricultores nordestinos com a impossibilidade de resgate, com base na variação das Letras do Banco Central, das dívidas contraídas com bancos oficiais e privados.

CHICO HUMBERTO: - Conveniência da reabertura de negociações entre o Governador - Newton Cardoso e os professores mineiros em greve.

CHAGAS RODRIGUES: - Fornecimento de passagem, pelo Governo Federal, a desempregados desejosos de retomar aos

Estados de origem. Recuperação da Estrada de Ferro Central do Piauí.

SÓLON BORGES DOS REIS: - Questão de ordem sobre presença, nas galerias da Casa, de universitários de Santo Amaro, Estado de São Paulo, para protestar contra o fechamento do Hospital-Escola Wladimir Arruda.

CARIDOSO ALVES: - Questão de ordem sobre participação dos Relatores de Subcomissões, vencidos, na Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE: - Resposta à questão de ordem do Constituinte Cardoso Alves.

DORETO CAMPANARI: - Questão de ordem sobre descabimento das exigências da Golden Cross, entidade mantenedora, para colocar em funcionamento o Hospital-Escola Wladimir Arruda.

GUMERCINDO MILHOMEM: - Questão de ordem sobre infringência, pela Comissão de Organização dos Poderes, de norma regimental, ao decidir questão de ordem acerca da composição das Comissões temáticos e da Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE: - Resposta à questão de ordem do Constituinte Gumercindo Milhomem.

LÍDICE DA MATA: - Inquietude e desconfiança popular em relação à Assembléia Nacional Constituinte. Descumprimento, por Constituintes, de promessas assumidas durante a campanha eleitoral.

VICTOR FACCIONI: - Assunção, pelo PMDB e PFL, de suas responsabilidades pe-

rante a Nação, com a apresentação de plano de governo.

RUBERAL PILOTTO – Apoio do orador ao anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

JORGE ARBAGE – Repto do Governador Hélio Gueiros, Estado do Pará, sobre as razões da intervenção do Banco Central no Banco do Estado do Pará.

GEOVANI BORGES – Inserção na futura Constituição da faculdade de o cidadão comum representar contra os poderes públicos por abuso no uso de recursos em publicidade promocional. Política de incentivo aos pequenos e médios produtores. Proteção aos direitos autorais. Devolução ao Poder Legislativo da iniciativa de legislar sobre matéria financeira.

SANTINHO FURTADO – Moratória interna para os débitos bancários contraídos por pequenos produtores rurais e microempresários.

FÉRES NADER – Transcurso do Dia Nacional das Comunicações.

DENISAR ARNEIRO – Recuperação, pela Prefeitura de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, de alcance realizado junto ao Erário por servidores municipais.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Problemas sociais: preocupação predominante da sociedade brasileira.

CARLOS VINAGRE – Paridade de remuneração entre os servidores da ativa e os aposentados e pensionistas.

SOTERO CUNHA – Elaboração de plano nacional para a pesquisa agropecuária no País.

DIONÍSIO HAGE – Fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney.

JUTAHY MAGALHÃES – Problemática do idoso em face da futura Constituição.

JUAREZ ANTUNES – Urgência para a votação de projeto que dispõe sobre paridade salarial entre aposentados e pensionistas.

EDIVALDO MOTTA – Requerimento de informações ao Ministro das Minas e Energia sobre jazidas levantadas, propriedades, emprego, potencialidades e preço no mercado externo do nióbio.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Realização de ato público em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pela desativação do DOPS, revogação da Lei de Segurança Nacional e queima dos arquivos políticos da repressão.

COSTA FERREIRA – Urgência na adoção, pelo Governo, de medidas de amparo aos pequenos empresários.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Necessidade de definição da política econômica nacional.

go Augusto Ruschi. Reassunção ao cargo de Prefeito de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, pelo ex-Ministro Dante de Oliveira, da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Respaldo popular para legitimação do mandato do Presidente José Sarney. União dos peemedebistas em torno da Constituinte.

SAMIR ACHÔA – Questão de ordem sobre interpretação, pela Mesa, do art. 18, § 1º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Samir Achôa.

VI – Apresentação de proposições

JORGE ARBAGE

VII–Pronunciamentos sobre matéria constitucional

NILSON GIBSON – Escolha do ex-Senador Marcos Freire para Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Análise do anteprojeto da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.

FARABULINI JÚNIOR – Fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney.

PAULO RAMOS – Descumprimento, pelas Forças Armadas, de sua destinação constitucional.

VALMIR CAMPELO – Inscrição na Carta Magna de princípios humanizadores da família e da proteção ao menor.

BENEDICTO MONTEIRO – Organização e mobilização popular para a efetivação das mudanças ansiadas pela sociedade brasileira.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LIDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

Ata da 76ª Sessão, em 3 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente; Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima –

PFL: Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto

– PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Matiz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno –

PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Aroilde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL Ednilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Fereira PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rolemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gurmercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PDT; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiwa – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana – PFL; José Serra **ilegível** Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Léllo Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gade- Iha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurilio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myriam Portela – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedelkin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigma-

ringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulduric Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campeiro – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – A lista de presença registra o comparecimento de 327 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, servindo como Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício no 80/87

Brasília, 3 de junho de 1987.

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que a Constituinte Moema São Thiago deixa de integrar o Colégio de Vice-Líderes do Partido Democrático Trabalhista – PDT, na Assembléia Nacional Constituinte, a partir desta data.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

Ofício nº. 87/87

Brasília, 3 de junho de 1987.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, para fazer parte de nosso corpo de Vice-Líderes na Assembléia Nacional Constituinte, o Constituinte Ailton Cordeiro.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Adhemar de Barros Filho.

O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, quem se dispuser a rever as causas das recentes greves dos professores, dos economiários e dos funcionários do Banco do Brasil irá verificar que os três movimentos têm uma só origem: a incapacidade do Governo Federal em adotar uma política que não só respeite e remunere condignamente os que estão permanentemente a seu serviço, mas também que a cada um desses importantes setores da vida nacional sejam dirigidas as ações há tanto reclamadas, visando à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços que prestam à população como um todo.

Assim, por exemplo, a greve dos professores da rede oficial de ensino do Distrito Federal, dos professores e auxiliares da Universidade de Brasília, da rede de 1º e 2º graus e das escolas particulares não objetivou apenas a obtenção de salários justos. A greve, que envolveu 35 mil docentes e aproximadamente 600 mil alunos, foi também, e principalmente, por melhores condições de ensino.

Conquanto o Governo atendesse a parte das reivindicações, sob o aspecto salarial, deixou de deferir os outros pleitos fundamentais dos professores, entre os quais assinalamos o pedido de mais verbas para o ensino público e gratuito; a estabilidade no emprego; a reposição das perdas ocasionadas pelo Plano Cruzado, a implantação integral do Plano de Cargos e Salários; a redução da carga horária e a limitação do número de alunos em cada sala de aula.

A par disso, nada mais foi feito no sentido de melhorar a escola pública, remanescentes desatendidas as reivindicações quanto às condições de trabalho adversas, quanto à falta de segurança, à escassez de material didático-pedagógico, à recuperação das escolas e à falta generalizada de material de limpeza e conservação.

No referente aos economiários, persiste a discriminação imposta aos bancários da Caixa Econômica Federal, originada do tratamento diferenciado dispensado pelo Governo. Com toda a luta da Federação Nacional das Associações Economiárias, junto ao Ministério da Fazenda, à Presidência da República e à Presidência da Caixa, não se atendeu à proposta de estender aos servidores da CEF os benefícios concedidos ao Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Crédito Cooperativo de Roraima e Banco do Acre.

Por fim, quanto aos funcionários do Banco do Brasil, continua prevalecendo o fato de que a direção daquele que é o maior estabelecimento bancário do País, não tem autonomia para negociar livremente com os seus servidores, nem uma política salarial mais humana e justa, nem os pretendidos níveis de renumeração compatibilizados com as necessidades da carreira e com as responsabilidades de cada um dos cargos.

O Banco do Brasil, como agente do desenvolvimento e financiador das atividades econômicas, tem uma longa história de relevantes serviços

prestados ao País. É uma instituição historicamente eficiente, que concede créditos subsidiados às atividades agropecuárias e a outras mercedoras de apoio financeiro, apresentando lucros crescentes. No ano passado, o lucro líquido superou Cz\$ 2,5 bilhões, e no primeiro semestre de 87 o lucro estimado deve ultrapassar a casa dos Cz\$ 10 bilhões – mesmo a despeito de os débitos da União com o Banco alcançarem a casa dos Cz\$ 6 bilhões.

Todavia, por força da legislação em vigor, o Banco é equiparado às muitas empresas estatais ineficientes e deficitárias, que não atendem às finalidades que ensejaram sua criação e, o que é pior, oneram o Tesouro Nacional com prejuízos financeiros que contribuem para elevar o déficit público interno.

A direção do Banco do Brasil, na recente greve dos bancários, foi impedida de negociar diretamente com seus funcionários o atendimento de suas justas reivindicações salariais, por estar subordinada a uma política geral de governo. Perderam os funcionários, que não tiveram o reajuste esperado e negociado, e perdeu a sociedade, com a paralisação total das atividades bancárias.

Há indícios de estudos no âmbito do Conselho Interministerial de Salários das Estatais, que permitirão às empresas rentáveis a administração autônoma de sua política de pessoal e salarial, sem a interferência de outros órgãos da administração federal. Tais estudos, que estariam concluídos, esbarram na intransigência do Ministério da Fazenda que insiste em submeter o Banco do Brasil ao mesmo regime que vigora para as empresas deficitárias e inoperantes.

Diante desse quadro, impõe-se que o Ministério da Fazenda libere o Banco do Brasil dessa tutela da administração direta, para que possa estabelecer a sua política de pessoal e administrar diretamente com os funcionários a sua política salarial. Se já fosse assim, os 117 mil funcionários não estariam com os salários defasados e aviltados, a greve nas agências do Banco teria sido evitada e o País, como um todo, teria sido beneficiado.

No geral, é imperativo que o Governo deixe o estado de inércia que tem caracterizado a administração da máquina do Estado, e decida de imediato as questões levantadas na última greve dos funcionários do Banco do Brasil, dos economiários e dos professores. Não acordando desse sono prolongado, para agilizar as providências reclamadas, logo aquelas classes de trabalhadores serão forçadas a novo e justo movimento grevista – único recurso que lhes resta para animar um Governo indisposto a responder aos justificados reclamos da sociedade brasileira.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CONSTITUINTE IVO MAINARDI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal "Zero Hora" de ontem, do Rio Grande do Sul, traz uma notícia para nós é muito triste, que vem confirmar exatamente aquilo para o que, de uns tempos para cá, venho chamando a atenção desta Casa: o endividamento do nosso pequeno agricultor. O citado jornal diz textualmente:

"Bancos executam judicialmente. Cinquenta produtores rurais dos Municípios de Tenente Portela, Miraguai e Redentora foram

executados judicialmente por não conseguirem saldar suas dívidas com os bancos.

Os leilões aconteceram na última semana, e incluíram louças, colchões, pratos e até talheres dos produtores, despojando as famílias de utensílios domésticos. Muitos pequenos produtores rurais ficaram sem suas juntas de bois. Os prefeitos desses Municípios não conseguiram interceder para que as execuções não fossem concretizadas. Os sindicatos de trabalhadores rurais vão tentar agora interpelar a Justiça, para que devolva objetos até pessoais dos agricultores, e tentar uma prorrogação nas dívidas".

Esta é a notícia, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. É lamentável que os bancos oficiais estejam executando judicialmente os nossos pequenos agricultores, que perderam, como diz o conceitudo jornal do Rio Grande do Sul, não só suas terras, suas juntas de bois, mas também louças, colchões, pratos e talheres.

Não é só em Tenente Portela, Miraguaí e Redentora que este fato está ocorrendo, mas em todo o Rio Grande do Sul.

Por isso volto hoje à tribuna para fazer um veemente apelo ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, e ao Ministro da Fazenda, a fim de que mandem examinar a possibilidade de uma moratória para o nosso pequeno produtor.

De que adianta estarmos falando aqui de retorna agrária, se os pequenos agricultores, aqueles que têm tradição e conhecimento da vida do campo, estão sendo despejados e despojados daquilo que possuem, porque não conseguem pagar suas dívidas aos bancos?

Recebi, ainda ontem, dois telefonemas de pessoas da minha região, comunicando-me não terem mais condições de pagar o seu saldo com relação a financiamentos de custeio, investimento e, principalmente, de compra de tratores. Terão de entregar seus objetos, sua casa, sua terra e sua junta de bois, aumentando com isso o êxodo rural.

Recebi telefonemas não só de Sobradinho, mas de Arroio do Tigre, minha terra, de pessoas que estão pedindo a intervenção dos seus representantes junto aos órgãos federais e aos bancos, para que prorroguem os prazos, ou lhes dêem moratória.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não é somente no Rio Grande que isso ocorre, mas aqui também. Quem leu o *Correio Brasiliense* de hoje, ficou estarrecido com a notícia de que os produtores do Distrito Federal estão recorrendo à Justiça para fugir do endividamento com os bancos. Até senadores afirmam que contraíram dívidas e hoje estão em dificuldades para saldá-las, culpando o Governo Federal pela crise econômica atual. Eles estão plantando aqui no Distrito Federal e não têm condições de pagar suas dívidas. Lamento – e não trago aqui nenhuma crítica, apenas venho pedir socorro – que o Ministro do Planejamento diga que a safra agrícola vai bem, que estamos colhendo 50 milhões de toneladas e não vamos perder um só grão, porque resolvemos – diz o Ministro Aníbal Teixeira – o problema da estocagem. Enquanto o Ministro do Planejamento fala em 50 milhões de toneladas, o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, na mesma

reunião com o Presidente, afirma e adverte a Nação para o fato de que, se não houver, em 1987, um investimento no setor agrícola, a produção que atingiu 70 milhões de toneladas de grãos – e não 50 milhões, como disse o Ministro Aníbal Teixeira – poderá cair para 30 milhões, embora o setor esteja aparelhado para uma produção superior à deste ano.

Ao encerrar, quero deixar aqui meu veemente apelo aos Ministros da Agricultura e da Fazenda para que façam um levantamento sobre a possibilidade de se fazer já e agora uma moratória com relação, pelo menos, ao pequeno produtor, que está morrendo, que está liquidado, entregando sua propriedade, sua terra e vindo para as grandes cidades, aumentando, com isso, o cinturão de miséria que já existe.

É o apelo que estamos fazendo.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o encerramento da primeira fase da Assembléia Nacional Constituinte, com a apreciação das sugestões e emendas ao anteprojeto das subcomissões, verificou-se no prazo esperado, o que augura, com toda a segurança, que a futura Carta estará aprovada ainda este ano. Poderá parecer largo o prazo, tendo-se em vista que a Constituinte de 1946 concluiu sua tarefa dentro de seis meses. Deve-se assinalar, no entanto, que esse desempenho também decorreu de um fato que não se deve menosprezar: havia decorrido um interregno ditatorial de oito anos, enquanto, agora, estamos terminando de sair de uma ditadura militar de mais de vinte anos.

Além disso, nos últimos vinte e dois anos houve grandes mudanças em todo o mundo e no País: nossa população subiu de cerca de setenta para cento e quarenta milhões de habitantes; o êxodo rural hipertrofiou as cidades, fazendo surgir as megalópolis, enquanto se despovoava o campo; mas as endomigrações ampliaram as fronteiras agrícolas, o ensino superior quintuplicou suas matrículas, principalmente o desenvolvimento tecnológico nos coloca à altura das nações desenvolvidas.

Defrontamos, portanto, outra realidade social, política, econômica, demográfica, que justifica até mesmo a alteração do nosso mapa geopolítico, com a criação de mais seis Estados-membros, devendo-se assinalar que a Comissão dos Estados aprovou sua proposição sem qualquer divergência, segundo o parecer do relator, enquanto seu Presidente viu aprovadas mais de uma dezena de emendas suas, por unanimidade.

Assuntos polêmicos, como o da reforma agrária, tornaram vivos os debates da Subcomissão respectiva e, na fase que se inaugura, os dois artigos aprovados serão acrescidos se maior detalhamento.

Se tivermos aceitos, no Plenário, seis artigos propostos e aprovados em cada uma das Subcomissões, teremos uma Carta suficientemente alentada, com cerca de duzentos artigos.

Mas o problema não é conseguir uma Constituição sintética ou analítica. Nossa finalidade é entregar ao povo brasileiro um documento duradouro que restaure a democracia representativa, proteja amplamente os direitos e garantias individuais, assegure o equilíbrio dos poderes, de tal

forma que não tenhamos mais, por desentendimento entre o Legislativo e o Executivo, ou descompasso deste com a Nação, qualquer aventura totalitária, vendo as tropas na caserna e nas paradas e não comandando a Nação civil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB - SP. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembléia Nacional Constituinte é peculiar, pois tem características que as anteriores não possuíam. Esta Assembléia nada tem com as atuais crises econômica, administrativa e financeira. Esse problema é da responsabilidade exclusiva do Governo. Não adianta querer atribuí-la à Assembléia Nacional Constituinte, porque ela não é fator dessa crise e para ela não contribuiu, quer direta, quer indiretamente, mesmo porque toda essa problemática econômica, financeira e administrativa antecede à Assembléia Nacional Constituinte. Essas crises são exteriores e anteriores à Constituinte, que tem trabalhado de maneira exemplar.

Vejamos: Nos primeiros quarenta dias houve um impasse ideológico e político em torno da definição da soberania, ponto alto na vida da Constituinte. De 10 a 31 de março a Assembléia tropeçou na briga interna da maioria parlamentar, onde os dois grandes partidos, com seus problemas endógenos, competiram entre si pela disputa de cargos e posições. Mas em abril e maio trabalhou-se séria e exaustivamente.

Esta Assembléia Constituinte é de uma pluralidade partidária e Ideológica que merece respeito. Há aqui todas as correntes de pensamento. Diferentes posições políticas, partidárias e ideológicas têm assento nesta Casa. Esta característica é também das Subcomissões, como de todos os órgãos do Poder. Esta é uma Assembléia Nacional Constituinte pugnaz, onde se bate, se debate e se luta pelas idéias, posições, convicções e proposições. E ela se caracteriza pela extrema participação popular. Raramente as Assembléias anteriores ouviram tanto o povo como esta, de que agora participamos. As Subcomissões exauriram-se em audiências, aonde instituições de todo o País, de toda natureza, vieram trazer seus depoimentos, suas propostas, suas reivindicações. Dezenas de milhares de sugestões, procedentes de todos os recantos do País, estão registradas nos computadores do Senado Federal. Milhares de propostas dos 559 Constituintes alimentam o encaminhamento da futura Constituição. Essa participação popular é muito importante, porque é através dela que o povo, com sua ajuda e seu conhecimento, terá uma Constituição democrática e poderá exigir seu cumprimento, a fim de que não seja apenas letra morta.

Esta Constituinte é peculiar, principalmente porque é a primeira a trabalhar sem um projeto antecipado. As Constituintes da República, de 1891, de 1930 e 1934, e a liberal de 1946, trabalharam com projetos preparados. Mas esta Assembléia não tomou conhecimento de nenhum projeto exterior à sua própria organização. Ela trabalha com base direta na fonte do poder, que é o povo brasileiro. No seio do povo ela foi buscar as sugestões, conhecer as necessidades, as possibilidades, a realidade nacional, a fim de elaborar a futura Constituição. Esta inovação constitucio-

nal no processo político brasileiro é da maior importância. Mas por isso mesmo, ao captar, na fonte do poder, o povo, envolvendo a consciência popular no processo constituinte, todo o material para a elaboração da futura Constituição, esta Constituinte entra num processo, às vezes, de antagonismo, porque, enquanto numa Subcomissão se trata de uma matéria de urna forma, em outra a mesma matéria pode estar sendo estudada de maneira antagônica. Mas isso faz parte desse processo. A fixação, por exemplo, de um mínimo de despesas estatais, como qualquer assunto de natureza pública, fica, às vezes, na dependência da Comissão de Tributos, porque ainda não se fixou o regime tributário brasileiro. Mas tudo isso faz parte desse melhor processo constitucional e leva a um amadurecimento maior, porque pelo menos em cinco tempos se decidem os assuntos. Há cinco ocasiões de votação, e esta pentadecisão leva ao amadurecimento, à reflexão, ao estudo mais profundo e detalhado da matéria que se vai votar.

Mas devemos conservar a unidade no trabalho. E como faremos a nova Constituição? Não cabe aqui discutir se a Constituição deve ser analítica ou sintética; não cabe buscar exemplos no passado ou no exterior. Temos de usar a criatividade nacional, para a nossa realidade, para a nossa problemática, com as possibilidades de que dispomos e com a índole e as necessidades do povo brasileiro. Não vamos copiar nem mesmo imitar os gregos, que, embora se inspirando em civilizações anteriores, não foram papel-carbono de ninguém. Não vamos buscar em nenhuma outra Constituição, com o objetivo de criar a nossa, um figurino, um modelo. Não importa que a Constituição norte-americana tenha duas dúzias de artigos e que cada um deles represente uma página e valha por dezenas de artigos de outras Constituições. Serviu, no entanto, à realidade de outro povo, a outras condições que não a nossa. O que temos de verificar é se a Constituição reunirá matéria de natureza constitucional e não matéria de natureza regulamentar, sem, no entanto, perder de vista a esperança do povo quanto ao compromisso com a mudança. Não podemos frustrar esta expectativa. Temos de elaborar uma constituição que obedeça, é verdade, a normas de boa técnica jurídica e constitucional, mas concisa, nítida e objetiva, que não apresente apenas o óbvio e, principalmente, que não se limite a ordenar juridicamente o que aí está. Porque, se for para passar a limpo, em termos jurídicos, a realidade que aí está, não vejo sentido nesta Assembléia Nacional Constituinte. Seria melhor não elaborarmos outra Constituição e ficarmos com a emenda militar de 1969, porque esta o povo quer mudar e é de responsabilidade do regime autoritário, arbitrário, e não do povo brasileiro. Quando nosso povo optou pela mudança, convocou-se, em função dos anseios populares, uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição. O que se quer é mudar para melhor. Caso contrário, é preferível deixar como está, porque não há mais regime autoritário a quem atribuir a responsabilidade. Esta será nossa; teremos fraudado o compromisso que assumimos com o povo no sentido de pleitear eleição para elaborarmos uma nova Constituição.

O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presi-

dente, Srs. Constituintes, ontem assistimos com surpresa à reunião de ministros presidida por S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República. Falou ele mais uma vez o óbvio que toda Nação brasileira já sabe: o Governo precisa gastar menos; temos que controlar a nossa inflação; precisamos acertar os nossos débitos com os credores internacionais e tantos outros pontos repetitivos, com os quais não tomarei o tempo de V. Ex.^as.

Porém, o que mais me admirou foram as declarações do Ministro da Fazenda, Dr. Bresser Pereira, a quem já convidamos e convocamos, para que a esta Casa comparecesse no dia em que assumisse aquele Ministério, a fim de dizer, perante os representantes da Nação e do povo, os planos que pretendia desenvolver a frente da Pasta da Fazenda. Entretanto, S. Ex.^a aqui não veio e satisfação não nos deu. Ontem, nas suas declarações, disse que a única maneira de salvar a Nova República da desgraça econômica em que se meteu é aumentar a carga tributária. Ninguém agüenta mais pagar impostos que servem tão-somente para financiar a incompetência do Governo, o déficit público e o descalabro administrativo que reina, hoje, na Nação.

Dias atrás apresentei algumas emendas para aos quais gostaria de pedir a atenção dos colegas. Na verdade, nada mais fiz do que rerepresentar as sugestões que já tinha dado às Subcomissões. Uma delas – e entendo que é a básica para resolver o problema do déficit público. É da Comissão de Economia. Peço a atenção dos Senhores. Constituintes para o art. 8º "Dos recursos alocados pelo sistema de captação serão destinados somente 50% para pagamento do funcionalismo público, tanto a nível federal como estadual e municipal". Entendo que, se não houver uma proibição e uma limitação desta ordem a nível constitucional, teremos casos, como o de prefeituras, de governos de Estados e da própria União, que, muitas vezes, arrecadam quantias insuficientes para pagar o funcionalismo público municipal, estadual e federal. Gostaria de pedir a atenção dos Senhores. Constituintes, no sentido de que fosse aprovada a emenda que oferece à Comissão, a fim de limitar e frear este abuso na administração pública, principalmente a federal, para não dizermos a de algumas prefeituras, onde a folha de pagamento é superior à arrecadação de impostos.

Como vem agora o Sr. Ministro da Fazenda dizer que a única maneira de resolver o problema é aumentando a carga tributária? A pequena empresa já não agüenta mais; os assalariados, que, na verdade, têm sustentado, com o pagamento dos impostos, a ineficiência do Governo, já não suportam mais os descontos para o imposto de Renda e de tantas outras formas de impostos.

No Brasil fabrica-se o mais barato automóvel do mundo, mas o consumidor tem o mais caro automóvel do mundo; 70% do preço do automóvel representa impostos que vão para os cofres do Estado, principalmente para os cofres da União.

Sr. Ministro Bresser Pereira, em nome dos brasileiros e dos assalariados, reduza o déficit público, mas não aumente a carga tributária, porque ninguém consegue pagar mais impostos do que aquilo que recebe como salário.

O SR. CONSTITUINTE ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que o dever de um parlamentar é trazer a esta Casa tão-somente os problemas que sejam do interesse da comunidade. Muitas vezes, no entanto, somos obrigados a vir à tribuna afirmar posições pessoais diante de conceitos equívocos que são lançados por interesses contrariados ou desafetos que visam atingir a nossa honorabilidade.

Não sou arrivista da política, Sr. Presidente, nem aqui cheguei de pára-quedas, atirado por grupos econômicos ou interesses escusos. Embora mineiro de nascimento, criei as minhas raízes públicas em Imperatriz, no Maranhão, exatamente pelo meu destemor na defesa dos humildes e das liberdades, numa fase em que falar e denunciar era considerado gesto de loucura.

Pequeno empresário de confecção, ingressei no PMDB, quando era uma temeridade fazê-lo, para um homem da minha classe. E quando o meu partido teve dificuldades até em apresentar candidato a prefeito, ofereci o meu nome como bandeira de luta por julgar que a defesa de princípios estava colocada acima das viabilidades eleitorais.

Fui de longe o candidato mais votado em minha terra, na medida em que fui capaz de levantar as bandeiras da participação popular e merecer a confiança das camadas mais humildes de minha cidade. Três candidatos precisaram somar os seus votos em sublegenda para me derrotar e, vejam os senhores, o candidato eleito contra mim, teve a metade da minha votação.

Cheguei a esta Casa, Sr. Presidente, carregando quatro anos de intensa luta contra os poderosos e a corrupção em minha terra, participando na linha de frente dos movimentos pela direta, pela eleição de Tancredo-Sarney e do Governador do meu Estado, Sr. Epitácio Cafeteira. Aqui cheguei, Sr. Presidente, trazendo intactos os compromissos com os humildes de minha região que, na verdade, condicionam as minhas atitudes nesta Casa.

Eu bem sei, Sr. Presidente, das responsabilidades de um homem simples como eu em traduzir as aspirações daqueles que nele votaram maciçamente. Eu bem sei, Sr. Presidente, que essas responsabilidades se multiplicam quando esse homem, além da representatividade de parlamentar, tem um mandato para representá-lo na Assembléia Nacional Constituinte.

Defendi na praça pública, nos momentos mais difíceis, a instalação de uma Assembléia Constituinte que não só consolidasse o regime democrático em nosso País, como também marcassem o grande avanço dos direitos sociais em nossa terra. Milito num Estado e numa região em que o conflito social, principalmente o conflito da terra, é a grande marca. Milito numa região, Sr. Presidente, em que o banditismo organizado tem sido a base do latifúndio e da espoliação do lavrador. O meu mandato está dedicado a levar à Imperatriz um clima de garantias para o cidadão e a certeza para o lavrador do seu acesso à terra e do seu direito de nela permanecer.

Aqui cheguei com esse compromisso prioritário e coloquei o meu nome na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação como uma das opções, juntamente com a Comissão de Reforma Agrária, por entender que naquela poderia lastrear as posições do meu emblemático companheiro Ministro Renato Archer, que de forma extraordinária vem simbolizando a luta pela soberania nacional na política de defesa da reserva de mercado para a informática e do desenvolvimento de nossa tecnologia.

Escolhido pelo Líder de minha bancada preferencialmente para a Subcomissão de Tecnologia e Comunicação, tive sempre como objetivo colocar-me na defesa daquilo que consideramos o nosso compromisso programático.

Tenho relações superficiais, como parlamentar, com o Ministro das Comunicações, assim como com todos os outros, para mim um Ministro do Presidente que apóio e que executa não a sua política, mas a do Governo que compõe, a do Presidente da República a que serve. Entendo que o Governo tem uma política e que é legítimo defendê-la na Assembléia Nacional Constituinte. Julgo que qualquer Ministro não só possa como deva legitimamente defender a política do Governo na elaboração constitucional. As Subcomissões ouviram os mais diversos Ministros e dirigentes executivos, assim como os mais variados setores da sociedade brasileira, na formação de sua opinião.

O Ministério das Comunicações poderia e deveria defender a política do Governo. O que preciso refutar é que esse setor da administração federal tenha feito a mim qualquer tentativa de aliciamento.

Discordei e discordo de alguns itens da Relatoria da Subcomissão. Discordo frontalmente da idéia do Conselho Editorial para os jornais e revistas por considerá-lo uma subversão em prejuízo dos próprios empregados e sem assentamento na realidade.

Discordei também do Conselho da Comunicação como matéria constitucional, por entender que a ordenação da política de comunicação é matéria da legislação ordinária.

Cabe à Constituinte dar os rumos e condicionamentos, não elaborar verdadeiras portarias e regulamentos sobre o assunto.

Sr. Presidente, lastimo que o meu partido, pela sua importância na definição de um modelo democrático substitutivo do modelo ditatorial, não tenha apresentado à Nação e a nós, que aqui chegamos, o seu esboço de Constituição, que debatido representasse o nosso compromisso. Mesmo assim, Sr. Presidente, sou um parlamentar compromissado com os princípios pragmáticos do meu partido.

Fora disso, Sr. Presidente, e do condicionamento que me impõe aqueles que represento, o meu voto é livre e soberano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr.^{os} Constituintes.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Programa Nacional de Irrigação – Proni, para as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, lançado em 23 de setembro de 1986, representa um marco importante para a intensificação, o in-

cremento da eficiência e da produtividade e a estabilidade da produção agrícola brasileira, via o desenvolvimento da agricultura irrigada no País.

O Proni se alicerça, sobretudo, na existência de produtores rurais dispostos a se engajarem no Programa e nas decisões dos Estados em se organizarem e fomentarem o desenvolvimento da irrigação no seu âmbito.

Acrescem a esses dois fatores, a disponibilidade de água para a irrigação e condições sócio-econômicas essenciais, além de tecnologias industriais, agrícolas e gerenciais, apropriadas a cada caso, os quais representam a base para a determinação de requerimentos infra-estruturais e de suporte técnico.

Concebido de forma a integrar os esforços da União, dos Estados, dos Municípios e das forças dinâmicas da economia, e com a orientação de maximizar investimentos públicos e privados, o Provi, de um lado, iniciou por ações de menor dispêndio ou de mais pronta execução, em todos os segmentos de obras coletivas, e, de outro, vem introduzindo o conceito de aproximações sucessivas, aprimorando o processo de intervenção.

Em consequência, para a programação de 1986, o programa atentou para o âmbito regional, em função das ações setoriais de administração de recursos hídricos, suporte elétrico, macrodrenagem, captação e adução de águas superficiais, recursos naturais, tecnologia, treinamento e capacitação de recursos humanos e de políticas agroeconômicas, inclusive o crédito agrícola.

Para os planos operativos de 1987, aprofundou sua ação ao nível estadual, interagindo com as unidades de coordenação e com as estruturas e organismo de cada Estado e aquelas federais que nele atuam.

O desenvolvimento programático e institucional pretendido, a partir do plano operativo do ano de 1988, descerá ao nível de áreas de concentração – (AC), encaradas como projetos, para onde convergirão todo o elenco de ações interagidas, em suas relações intrínsecas e, também, dessas AC com o meio que as circundam.

A meta do Proni, nesse particular, para o exercício de 1989, é atingir o nível de propriedade e da organização de produtores, permitindo, dessa forma, que se proceda em médio prazo a emancipação desse núcleo, de tal sorte que novas AC possam e venham a ser detectadas e estimuladas a se desenvolverem.

É justamente dentro destes princípios que o Proni lança o roteiro básico para a elaboração dos Planos Estaduais de Agricultura Irrigada (PEAI), definido para um período mínimo de 5 anos, e dos planos operativos anuais, calcados em áreas de concentração, com descritores e parâmetros que culminem com a organização de cadastros de informação, capazes de subsidiar e orientar a tomada de decisões, notadamente, pelo produtor rural.

O propósito, nessa função de retorno, é continuar desenvolvendo sistemas aplicativos computadorizados.

2. A proposta básica do Proni

Ainda que o programa estabeleça a meta de irrigação de 1.696.550 hectares, para o período de 1987/1991, o verdadeiro objetivo se concentra em aumentar a produção de grãos, hortaliças e de frutas, capaz de atender a demanda interna

projetada em milhões de toneladas, para 1991.

A crescente urbanização do País, concentrando 30% da população em apenas 12 metrópoles, e numa tendência em que se pode estimar em menos de 20% a população rural da região Centro-Sul, coloca o programa em situação estratégica de altíssima prioridade.

A taxa de urbanização, nos últimos anos, ligeiramente superior a 45%, induz a que o meio agrícola cresça a uma taxa de 5% ao ano, capaz de atender ao crescimento populacional, às deficiências nutricionais existentes e a um superávit para exportações.

No entanto, o grande objetivo não é somente emergencial. O Proni estimula ações fundamentais capazes de fazer com que a irrigação ou a agricultura irrigada se estabeleça de forma permanente ou continuada, adentrando o século XXI.

Para tanto, se utiliza das instituições existentes, fortalecendo-as, em consequência, sob forma coordenada, evitando a duplicação de esforços e de meios.

Através da redução de custos unitários de produção, propiciadas pelas modernas tecnologias de agricultura irrigada, espera-se alcançar 3% desse aumento de alimentos básicos, ficando o restante a cargo da expansão horizontal da fronteira agrícola e do aumento da produtividade das lavouras de sequeiro.

Do lado sócio-econômico, a modernização tecnológica deverá produzir benefícios na geração de empregos, na melhoria dos padrões de alimentação da população, na neutralização de pressões inflacionárias e pela geração de excedentes exportáveis.

Dentro do escopo de aumentar a produtividade agrícola com o uso de irrigação, de possibilitar mais de uma safra anual, de aumentar a rentabilidade do produtor, de utilizar intensivamente a capacidade instalada de máquinas agrícolas, secadores e armazéns, de gerar estoques reguladores e de reduzir os riscos de frustração de safras, o Proni atenta para o que segue:

- irrigação em áreas tradicionalmente produtoras de grãos, prioritariamente arroz, feijão, milho, trigo e soja;

- irrigação de hortaliças em áreas dos cinturões verdes dos grandes centros consumidores;

- irrigação em regiões pioneiras e aptas à produção de grãos em áreas de influência dos corredores de exportação.

O planejamento das ações do Proni, para terras altas e terras baixas – várzeas – divide-se fundamentalmente em duas linhas estratégicas:

- investimentos em unidades agrícolas, a cargo dos produtores;

- investimentos em infra-estruturas coletivas e de apoio técnico, a cargo do setor público e participação privada.

Em suas ações, para o período 1987/91, o Proni enfatizará obras de pequeno e médio porte, admitindo grandes projetos somente sob a forma estagiada e, sempre com o envolvimento de uma coletividade de produtores, preferentemente organizados sob alguma forma associativista, objetivando mais rápidos avanços tecnológicos e a consequente emancipação, o que deverá ser alta-

mente facilitado pela estratégia de atuar exclusivamente na irrigação privada.

A operacionalização do Proni, a nível central, baseia-se numa estrutura matricial, contando com coordenações setoriais, sendo a de Administração de Recursos Hídricos comum aos dois Programas – Proni e Proine (Programa de Irrigação do Nordeste), e com gerências operacionais, que tem a função de assegurar a visão holística nos níveis estadual e regional, articulando-se com as unidades coordenadoras estaduais.

A título indicativo, foram fixadas as metas para o período 1987/91, as quais devem servir como balizamento aos Estados e instituições, considerando áreas projetadas, por tipo ou sistema de irrigação.

Para a região Centro-Sul, estima-se que o programa atuará em 62 áreas de concentração, ou seja, numa média de seis áreas em cada Estado. Os cinturões verdes, prioritários para a região Norte, não se incluem nessa estimativa.

3. Áreas de concentração

O programa, em termos gerais plenos, contempla os aspectos potencial e atual ou, em outras palavras, de médio e curto prazo.

O potencial da agricultura irrigada, tanto em terras altas como em terras baixas – várzeas –, é função da oferta ambiental, ou seja, dos recursos naturais: solo, clima e água, da oferta tecnológica, da decisão individual de produtores e da decisão política.

As características da irrigação em terras altas, no caso do Proni e para o prazo do plano de metas, levam a orientar o conceito de potencial à duplicação de cultivo no ano, onde no atual estágio da agricultura de sequeiro já se utilizam tecnologias de razoável nível, expresso em produtividade dos cultivos.

Em terras baixas, mal drenadas, ao invés, o potencial assume a definição de incorporação de solos ao processo produtivo. O potencial, nesse caso, é medido em termos de expansão da fronteira agrícola.

Essencialmente, o suporte elétrico e a macro-drenagem fundamentam um e outro caso que, acrescidos de obras hidráulicas específicas e de equipamentos pertinentes, se constituem nos investimentos em infra-estrutura coletiva.

A destinação orientada de recursos e esforços, dentro do método de aproximações sucessivas adotado pelo programa, exige uma conceituação clara de área de concentração.

A identificação e a caracterização de, pelo menos, quatro planos ou unidades e os arranjos institucionais decorrentes dão ao programa e ao papel do Proni um alto grau de complexidade, a saber.

1 – no primeiro plano, a unidade fisiográfica, que é onde ocorrem os fenômenos hidrológicos, em função do tipo de bacia hidrográfica, da rede de drenagem, da cobertura vegetal e uso atual dos solos, do desflúvio médio, vazões críticas e das condições climáticas;

2 – em outro, a unidade político-administrativa, representada pela municipalidade, seus programas, desempenho da produção agrícola, existência de patrulhas mecanizadas, capacidade de armazenamento, estratos e tipificação dos produtores em agricultura de sequeiro e irrigada, apoio de pesquisa,

assistência técnica e extensão rural, agentes bancários, cooperativismo, demografia e quadro evolutivo urbano, são alguns exemplos;

3 – ainda noutro, a unidade produtiva ou o produtor rural, enquanto a sua decisão de aderir ao programa, seu nível tecnológico, condições sócio-econômicas, participação associativa e demanda de crédito, constitui o plano a nível microessencial para a delimitação do grau de concentração e o atingimento das metas do Proni;

4 – finalmente, as áreas de concentração propriamente ditas, ou unidades de ação/projeto, em relação à bacia hidrográfica e aos municípios envolvidos, à organização de produtores como pressuposto, oferta e níveis tecnológicos adotados e outros equipamentos infra-estruturais, demandam alto grau de compatibilização e de atividades coordenadas.

O conceito de área de concentração resulta ser então:

"O espaço geográfico de ação prioritária do Proni, resultante da interseção desses vários planos e para onde convergem as ações setoriais dos organismos e instituições envolvidas."

A elaboração compartilhada de cadastros para cada área de concentração, deverá possibilitar o arquivo de informações em forma computadorizada, acessível aos Estados e usuários.

O desenvolvimento da agricultura irrigada, em áreas de concentração, pressupõe a participação distribuída entre a União, o Estado (Municípios) e a iniciativa privada, dentro de critérios percentuais, observada a natureza dos investimentos.

1. Irrigação em terras altas

A experiência tem demonstrado que a preferência dos agricultores converge para a irrigação pressurizada, automatizada ou mesmo semi-automatizada.

Nessas condições, o suporte elétrico assume papel de destaque, catalizando o cadastramento inicial dos interessados em participar do programa.

Nesse sistema, o Proni se articula como o Profir (Programa de Financiamento de Irrigação) para áreas dos cerrados.

Os critérios de seleção consequentes contemplam os seguintes itens:

1.1 – Áreas tradicionalmente produtoras de grãos:

- restringe a expansão horizontal e privilegia a expansão vertical da agricultura;
- incremento da produtividade através do uso adequado de tecnologia;

1.2 – Áreas com melhores condições de solos para serem irrigados:

- propriedade física dos solos;
- propriedades químicas;
- relevo;
- classes de terras para irrigação sempre superiores e classe 3 do USBR.
- 13 – Resposta do clima à irrigação
- irrigação fundamental;
- irrigação suplementar;
- gerenciamento hídrico;

– compatibilização macro com outras demandas e micro a nível de propriedade.

1.4 – Disponibilidade de energia elétrica:

- disponibilidade de carga;
- redes de subtransmissão e distribuição

a custos variáveis.

1.5 – Disponibilidade e equipamentos infra-estruturais:

- transporte (estradas tronco e vicinais);

- insumos agrícolas, máquinas e equipamentos;

- serviços de assistência técnica;

- armazéns e outros.

2. Irrigação em terras baixas

Nesse sistema, em particular, o Proni se articula e se complementa com as ações do Provárzeas, notadamente através do aporte às áreas de concentração comuns, de obras hidráulicas constituídas de macrodrenagem, drenagem parcelar, captação e adução de águas superficiais, suprimento elétrico para bombeamento, quando necessário, oferta de serviços e de máquinas e equipamentos, para execução de obras na unidade agrícola.

Nessas condições, há que se considerar três momentos: o agrícola, o da drenagem e o da irrigação.

O primeiro se constitui basicamente em ação do proni, através da macrodrenagem, como infra-estrutura coletiva em áreas potenciais para a agricultura irrigada, cuja identificação surge de levantamentos e estudos suportados pelo programa e também pela manifestação de proprietários interessados. Essa manifestação se dá também em termos de obras hidráulicas de embalse, captação e adução.

Os demais momentos são encargos do produtor ou proprietário, executados através do Provárzeas.

Os critérios básicos para a irrigação em terras baixas são:

2.1 – Áreas potencial, com problemas periódicos ou permanentes de inundação.

2.2 – Áreas com interesse manifesto pelos agricultores.

2.3 – Tradição agrícola regional e local.

2.4 – Preservação ambiental.

Para qualquer dos casos, terras altas e baixas, os custos por unidade de área irrigável são estabelecidos, objetivando atender à coletividade, maximizando a relação custo/benefício.

Para a organização de Cadastros das Áreas de Concentração, dentro de um processo dinâmico, torna-se mister orientar a coleta, o tratamento e o preparo de informações, constituídas de textos, mapas, gráficos e tabelas, sempre que pertinente para 1960, 70,80 e 85, e adoção de escalas de 1x1.000.000, 1x250.000 e 1x100.000, conforme for o caso.

A título de padronização, é recomendável atentar para a otimização seguinte:

1. Recursos naturais

1.1 – Cadastro cartográfico – vôo e cartas, com especificação.

1.2 – Solos – classificação pedológica e classificação para irrigação, na situação de uso atual, com legendas, perfis típicos, planimetria e área.

1.3 – Uso atual – legenda, tabulações de planimetria, inclusive por município(s) envolvido(s).

1.4 – Recursos hídricos – delimitação das bacias tributárias às AC, planimetria e postos pluviométricos e fluviométricos.

1.5 – Agroclimatologia – dados nas AC e/ou adjacentes sobre temperaturas, evaporação, ETP e déficit hídrico.

1.6 – Aspectos ambientais – cobertura vegetal, erosão de solos, inundações e outros.

1.7 – Sensoriamento remoto – utilização e disponibilidade.

2. Informação sócio-econômica

2.1 – Divisão administrativa – municípios total ou parcialmente contidos no contorno da área de uso atual.

2.2 – Demografia – população total, rural, urbana, PEA, PIA, estratos etários e outros.

2.3 – Caracterização fundiária – por classe de ocupação e estratificação de área.

2.4 – Produção de grãos, hortaliças e frutas – por município, área colhida e produtividade (máxima obtida e médias).

2.5 – Arrecadação tributária – histórico evolutivo do ICM.

2.6 – Armazenamento – existente e previsto (projeto).

2.7 – Malha viária – atual e futura (projetada).

2.8 – Agências bancárias – nome, operações de crédito, etc.

3. Agricultura e tecnologia

3.1 – Calendários agrícolas – principais produtos e cultívares, do preparo do solo (plantio) à colheita, em cultivos de sequeiro e irrigados.

3.2 – Modelos – tipos – para grãos, hortaliças e frutas, com descrição de coeficientes técnicos médios da AC em relação ao melhor desempenho de produtores (maiores produtividades); potencial de produção estimada por sistema, por produto e produtividade.

3.3 – Entidades de pesquisa – campos e estações experimentais, centros de pesquisa, força de trabalho.

3.4 – Ações de pesquisa – em andamento e projetadas, com orientação às AC.

3.5 – Estoque de tecnologias – industriais e agroindustriais, agrícolas e gerenciais, por produto, por área do conhecimento e por sistemas de produção, disponíveis para as AC.

3.6 – Mecanização agrícola – evolução, potência instalada, fonte de energia.

3.7 – Cooperativismo e agroindústria – número, natureza, capacidade etc.

3.8 – Assistência técnica – industrial, agrícola e gerencial, oficial e privada, número de agências e força de trabalho.

3.9 – Postos meteorológicos – tempo de observação, ordem e dados disponíveis.

3.10 – Educação – existência de universidades, escolas técnicas, centros de treinamento e outros.

4. Irrigação e drenagem

4.1 – Métodos de irrigação – situações recomendáveis e sistemas de avaliação, combinando engenharia de irrigação e irrigação agrícola.

4.2 – Estudos de casos – experiência local e regional e seus resultados.

4.3 – Cadastro – produtores interessados em irrigação e drenagem (terrás altas e várzeas).

4.4 – Obras hidráulicas – em andamento e previstas, projetos, cronogramas físico-financeiros e esquema de participações.

4.5 – Fontes alternativas de energia – opções, análises e recomendações.

4.6 – Parques de máquinas – públicas e privadas, capacidade de serviço, uso e projeções.

4.7 – Estudos e projetos – critérios, cadastros de várzeas, análise custo/benefícios.

5. Suporte elétrico

5.1 – Cadastro – pedidos de ligações, cargas e vagões.

5.2 – Redes – existentes e programadas, projetos, cronogramas físico-financeiros e esquema de participações.

4. Planos Estaduais de Agricultura Irrigada – PEAI

A elaboração dos PEAI é atribuição de cada unidade coordenadora estadual e deve se referir ao período 1987/1991, com base no balizamento de metas apresentadas, revistas e atualizadas anualmente em cada plano operativo.

A recuperação de informações anteriores ao exercício de 1986 serve como diagnóstico da situação sem o programa, e o ano de 1986 se constitui no marco referencial para o início do Proni.

A proposta básica, a que se refere o Documento nº 14 do Proni, contém os conceitos, as diretrizes e recomendações gerais aos Estados, de como operacionalizar os planos estaduais de desenvolvimento agrícola com irrigação, bem como os arranjos institucionais decorrentes da criação de unidades de coordenação estadual.

Este roteiro, em aditamento à proposta básica e com base na experiência de convívio com as estruturas e instituições estaduais, privadas e federais, se propõe a estabelecer um roteiro de formulação das propostas de cada Unidade da Federação, introduzindo, neste momento, o conceito de áreas de concentração.

O roteiro se justifica em razão, não só do ponto de vista do período do programa, como também de obras coletivas estagiadas, de outras ações continuadas e, sobretudo, da visão harmônica e de co-responsabilidades nesse âmbito.

O roteiro pretende o enfoque macro para o Estado, em diagnóstico que marque os anos 60,70,80 e 85, a definição clara de áreas de concentração em terras altas e terras baixas, o estabelecimento de relações intrínsecas, correspondendo à base de ação direta do programa, e das relações extrínsecas, correspondendo a demandas e interações com outros programas.

A título de patronização, é recomendável a adoção do seguinte esquema geral:

1. – Diagnóstico/prognóstico – do Estado em relação ao plano de metas para o período 1987-1991.

2. – Estratégia – em função de prioridades e da definição de áreas de concentração; relações intersetoriais e interinstitucionais; ações da unidade coordenadora estadual.

3. – Objetivos e metas – prioridades em termos de áreas a serem irrigadas (AC), tipo de irrigação e drenagem, produtividades e produção, para os anos 1987 a 1991 (Quadro 8), e tipificação das ações em dispêndios públicos em suporte técnico.

4. – Orçamento – custosunitários e custos globalizados, por área e concentração e por seg-

mento (tipo de obra e ações de suporte técnico).

5. – Importância do PEAI – reflexos econômicos e sociais esperados.

6. – Crédito rural – para investimentos e para custeio, montantes e épocas adequadas para a liberação.

7. – Programas conectados – armazenamento, estradas vicinais, escoamento e comercialização.

OUTROS ASPECTOS DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO NO PAÍS

1) Custos

a) Os custos médios de Implantação do hectare irrigado no País são;

US\$ 1.500 – na propriedade

US\$ 500 – na infra-estrutura de apoio

b) Alguns custos médios por sistemas de irrigação em diferentes regiões (inclusive no Paraná).

Por sistemas em abril de 1987 (só custo privado na fazenda)

Pivot Central – US\$ 1.100/ha

Autopropelido – US\$ 760/ha

Aspersão convencional – US\$ 760/ha

Localizada – US\$ 1.700/ha

Gravidade – US\$ 700/ha

Custos do Provárzeas Médio para o País.

Provárzeas – US\$ 675/ha.

Custos médios da energia no País

US\$ 300/ha

Custos médios da macrodrenagem.

US\$ 300/ha

Custos médios de captação e adução de águas superficiais.

US\$ 700/ha

c) Custos de Assentamento em perímetros públicos do Nordeste.

US\$ 6.000/ha

Motivos: 1 – área semi-árida

2 – grandes reservatórios e

distâncias de captação

3 – investimentos nos

perímetros, na infra-

estrutura fora do perímetro,

nos serviços sociais, na

casa própria etc.

Observação: 80% do Proine é irrigação privada, e para esta os custos médios são os mesmos do Sul e Centro-Oeste.

Os custos elevados são para 20% do Proine, cerca de 200.000 ha até 1990, constituídos de perímetros públicos nas zonas, semi-áridas do Nordeste, com grande escassez de água e secas cíclicas que provocam grandes custos sociais.

Esses prospectos são semelhantes aos projetos de zonas áridas da Espanha, França, EUA e Israel.

Esses projetos de grande conteúdo social são apenas 7,5% do Plano Nacional de irrigação, isto é, 200 mil ha/3.000.000 ha. Nesse segmento, onde o homem tem que ser preparado e onde o setor público desempenha papel decisivo, a iniciativa privada não teria estímulos para atuar.

Além dessas dificuldades, a irrigação no Nordeste precisa de maior volume de água para viabilizar a lavoura, como abaixo se vê:

NE – necessidade de 12 mil a 15 mil m³/ha/ano.

SUL – necessidade de 1 mil a 12 mil m³/ha/ano.

Centro-Oeste – necessidade de 5 mil m³/ha/ano.

Excetuando o arroz inundado que consome 22 mil m³/ha/ano, vê-se que a situação do Nordeste também é desfavorável do ponto de vista do custo operacional.

d) Custos da irrigação no Paraná.

Além dos custos médios indicados para o País, que são os mesmos para o Paraná, (item 1 letra b) o Proni vem realizando um trabalho conjunto com o governo do Estado, que entusiasma e nos deixa otimista com relação às ambiciosas metas de 150 mil ha de drenagem e irrigação em quatro anos, 1987-90.

A estratégia do Governo Álvaro Dias é reforçar a Café do Paraná em máquinas que possibilitem o assentamento de milhares de pequenos agricultores em áreas de várzeas, que serão recuperadas e sistematizadas pelo Estado. É um plano de grande conteúdo social, que pretende reverter a tendência atual de abandono do campo pelo pequeno produtor. Os custos de implantação desses projetos de várzeas são em torno dos US\$ 800/ha e a sistematização do mesmo na no segundo ano cerca de US\$ 300, não ultrapassando, portanto, a casa dos US\$ 1.100/ha, pronto e adequado para o plantio.

O SR. CONSTITUINTE RAIMUNDO BEZERRA (PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes, infelizmente o Brasil continua sendo o País das decisões improvisadas, na maioria das vezes irresponsavelmente tomadas, por uma minoria que se arvora em dona da Pátria e detentora de poderes ilimitados.

A imprensa nacional tem veiculado ultimamente declarações as mais estapafúrdias, notadamente partindo do setor financeiro e dentre elas, as que falam da dívida externa.

O grave, o impatriótico, o conflitante, é que o Sr. Ministro da Fazenda diz que vai propor aos nossos credores uma solução para a moratória decretada em relação ao pagamento dos juros dos bancos particulares. Afirma textualmente: não abriremos mão do crescimento nem da soberania nacional. Vamos propor o pagamento de 50% dos juros da dívida aos bancos privados e o refinanciamento dos outros 50% e toda dívida junto aos bancos oficiais. Conclui dizendo que facilmente encontrará fórmula para transformar parte da dívida em investimentos, no País.

A declaração de não abrir mão da soberania nacional é conflitante com a fórmula para transformar a dívida em investimento, pois o inexorável é que tenhamos uma desnacionalização das indústrias mais saudáveis, financeiramente, e uma interferência na nossa economia interna.

Toda Nação reconhece que a dívida externa é assunto da mais alta magnitude, que interessa não apenas ao mandatário maior do País, como também aos mais diferentes segmentos da sociedade. É imprudente e temerária qualquer decisão que não passe pelo Congresso e por outros setores responsáveis pela economia e soberania do Brasil. A simples declaração à imprensa, por parte do Ministério da Fazenda, que esta ou aquela posição será tomada, já evidencia falta de conhecimento da limitação do cargo, ou supervalorização de uma posição que muito pode mas que não pode tudo. Existe necessidade urgente do Ministro Bresser descer do Olimpo e reconhecer que não

tem autoridade para tomar sozinho decisões de tal envergadura.

Partindo do pressuposto de que esta idéia do Ministro, de pagamento de parte da dívida em investimentos, seja aceita, nossos credores irão escolher o melhor setor para investir, sem restrições, em atividades comprovadamente lucrativas. A nós restaria o papel de escravos, geradores de dinheiro, para ser transferido ao exterior. O tema, dívida externa, é tão significativo que mereceu destacados artigos no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, para a Constituinte, no capítulo das "Disposições Gerais e Transitórias".

"Art. 12 – Ficam limitados ao máximo de 3% ao ano, reais, sobre o saldo da dívida externa já contraída pela União, os encargos de qualquer natureza, que sobre ela possam ser pagos.

Art. 13 – A dívida externa será levantada nos seis meses seguintes à promulgação da Constituição, mediante apropriada análise de sua legitimidade".

Srs. Constituintes, esse tópico inserido no art 13 é de fundamental importância. Aqui se põe em questão a legitimidade da nossa dívida externa. Como a Nação sabe, existe nesse exagerado montante um percentual muito elevado de dinheiro que não chegou ao Brasil.

O saudoso Presidente Tancredo Neves, sobre a dívida externa, assim se externou:

"Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro internacional. Não é possível que o País continue enviando para o exterior 5% da renda interna, sob forma de pagamentos de juros e outros serviços de amortizações. Tal saída de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se materializa, em última instância, pela transferência de parcela da produção nacional ao exterior."

O Deputado Hermes Zaneti, com muita propriedade, quis se antecipar através de Projeto de Decisão, infelizmente não aprovado, à análise da legitimidade da dívida externa, condição *sine qua non*, para qualquer proposta de pagamento.

O art. 43 inciso II, da Constituição de 1969, diz que a "competência para contrair empréstimos externos é do Congresso Nacional". De forma ilegal, por ser unconstitutional, o General Médici, pelo Decreto-lei nº 1312, de 15-2-74, transferiu para a Presidência da República tal competência. A ilegalidade reside no que dispõe o art 55 da Constituição em vigor: "O Decreto-lei somente pode ser usado, desde que não haja excesso de despesas".

Sr. Presidente, Srs. Sras Constituintes, a nossa dívida de honra é com a Nação, com a Casa, com a saúde, com a comida, com a educação, com a roupa, com o transporte, com o trabalho do povo brasileiro, que não contraiu esta dívida externa, mas que por ela paga com mortalidade infantil, a fome, a vida subumana de mais de 40 milhões de nossos compatriotas. Será inadmissível e imperdoável que esta Assembléia Nacional Constituinte permita que o Ministério da Fazenda

tome decisões em relação à dívida externa, sem ouvi-la.

Sr. Presidente, é nosso objetivo requerer à Mesa a convocação, em caráter de urgência, do Sr. Ministro da Fazenda para a abordagem da dívida externa, com discussão aprofundada de suas intenções e, se pertinentes, serem aprovadas por esta Assembléia.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE THEODORO MENDES (PMDB -SP. Sem revisão do orador.): – Preclaro Sr. Presidente, ilustres Srs. Constituintes, por ocasião da escolha dos relatores para as subcomissões da Constituinte pelo Líder do PMDB, o ilustre Senador Mário Covas, afirmei o meu ponto de vista, segundo o qual os relatores deveriam ser escolhidos pelos componentes do partido dentro da subcomissão, a fim de que houvesse uma perfeita sintonia entre o relator e a maioria que compõe cada uma das subcomissões. Inclusive, esta afirmação chegou a ser publicada pela imprensa como uma colaboração ao nobre Líder Mário Covas, no sentido de que cada relator escolhido dentro da comissão pudesse representar a vontade da maioria dos membros do nosso partido nas subcomissões.

Hoje, depois de apresentados os relatórios pelos relatores das subcomissões e constatando que vários desses foram rejeitados pela subcomissão, vejo a procedência do alerta que fiz.

"Aos sub-relatores é assegurado o direito de participar da Comissão de Sistematização."

Mas, quais seriam esses relatores, Sr. Presidente? Aqueles que tiveram seus relatórios impugnados, rejeitados e rechaçados pela maioria na subcomissão? Creio que não. Na realidade, a presença desses relatores na Comissão de Sistematização só tinha razão de ser na medida em que eles pudessem defender seus próprios relatórios. Ora, de que forma comparecerão esse relatores à Comissão de Sistematização para defender relatórios contra os quais se insurgiram? Como trazer o histórico do ocorrido na subcomissão ou como proceder à defesa do relatório vencedor quando, na realidade, ele representa exatamente a antítese daquilo que pensava o relator? É preciso que tenhamos em mente esse problema a fim de evitarmos que a presença de relatores derrotados nas subcomissões possa representar a entrega, o encaminhamento à Comissão de Sistematização de pontos de vista que foram derrotados nas subcomissões e que, portanto, não deveriam mais ser objeto desse tipo de discussão. Temos o Plenário para poder, inclusive, modificar até todo o ante-projeto a ser apresentado. Vejo esta falta de sintonia com muita preocupação.

Ainda hoje chegou às minhas mãos um ante-projeto de substitutivo, como primeira versão do Relator, Constituinte José Paulo Bisol. Vi nesse relatório algo que seria cômico, se não fosse trágico, a respeito dos direitos do homem e da mulher. O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive os de natureza doméstica e familiar. Até aqui concordamos plenamente. Mas vem uma única exceção, ou seja, aos direitos relativos à gestação, ao parto e ao aleitamento. Creio que essa excepcionalidade é completamen-

te improcedente e dá até a impressão de que seria fisicamente possível ao homem a gestação, o parto e o aleitamento e que apenas o direito lhe é negado.

Vejam os Srs. a que se refere a única exceção! Isso é tão claro que, creio, não seria preciso fazer constar no relatório de um anteprojeto, de um substitutivo. Esse fato pode inclusive levar a outro extremo, ou seja, de que há outros direitos a serem excepcionados da parte do homem, talvez o direito à ereção, à ejaculação.

Isso tudo me pareceria piada, pilharia se não fosse o teor de certa dramaticidade que traz o relatório. Por isso, reitero neste instante o meu ponto de vista no sentido de que para a Comissão de Sistematização só irão os Relatores que tiverem os seus relatórios vencedores nas Subcomissões.

O SR. CONSTITUINTE MAURO BENEVIDES (PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agrava-se, e cada momento, a situação do Nordeste brasileiro – que enfrenta a chamada "seca verde" – com repercussões as mais dramáticas para a vida econômico-social daquela faixa geográfica do País.

Os órgãos governamentais competentes vêm sendo acionados para atuar com mais eficiência e celeridade, sob pressão legítima de milhares de homens do campo, famintos e desassistidos, compelidos, por isso, a invadir cidades, à procura de alimentos.

Os Executivos estaduais, numa ação conjugada com a Sudene, o BNB e o DNOCS, vêm envidando esforços para atenuar a crise, adotando medidas emergenciais, com base no Plano aprovado sexta-feira última pelo Conselho Deliberativo daquela agência desenvolvimentista, sediada em Recife.

Além do problema climático, os rurícolas defrontam-se com questões vinculadas ao resgate de compromissos assumidos com bancos oficiais e privados, tomando-se clientes enquadrados na faixa da inadimplência, por absoluta falta de recursos financeiros.

Várias entidades da zona norte do Ceará, interpretando a angústia dos habitantes daquela área, articularam-se para obter providências no setor de crédito rural, conforme se constata do seguinte telex, por mim recebido recentemente:

"Da: Associação dos Criadores da Zona Norte do Estado do Ceará.

Para: Senador Mauro Benevides.

Senado Federal – Brasília.

Medida Governo prorrogação débitos atemoriza agropecuaristas região, visto impossibilidade sequer pensar pagamento dívida reajustes monetários, com base nas variações das Letras do Banco Central (LBC), ou seja, correção monetária plena, a partir de julho/87

2. Explicitamos situação penúria e sofrimento, área rural, suscetível aos impactos danosos chuvas (quando em demasia) e seca, acarretadores prejuízos incalculáveis à economia nacional, especialmente nesta região, tão bem conhecida.

3. Solicitamos de Vossência enviar esforços fim esclarecer posição insana autoridades determinadoras medida mencionada, deixando transparecer sua convicção pes-

soal, absolutamente clara, que norma aludida será catastrófica a todos seres vivos Nordeste, especialmente humanos.

Respeitosamente

Antonio Felix Ibiapina Filho,
Presidente".

Por sua vez, ao Presidente José Sarney foi, com mais anterioridade, remetido o seguinte telegrama:

"José Sarney"
Presidente da República do Brasil
Brasília – DF

Criadores sobralenses já sofrendo efeitos seca vg estão preocupados incremento dívidas decorrentes empréstimos contraídos com encargos flutuantes vg chegando atingir mês abril taxa superior a 500 por cento ao ano vg vem por intermédio desta Associação et demais órgãos de nossa comunidade apelar Vossa Senhoria se digne estender aqueles débitos benefícios de que trata o item II a/c da Resolução nº 1311, de 24.487 vg ja que simples prorrogação como permitida vg agravarah ainda mais situação pt justificando solicitação vg informarmos que referidos empréstimos foram destinados formação infra estrutura unidades rurais et manutenção rebanho que deveriam ser pagos jah partir deste ano com receita oriundos atividades agropecuárias das empresas vg hoje totalmente prejudicadas face desequilíbrio financeiro provocado seca iminente et consequente insuficiência pastagens nativas vg implicando grandes despesas com aquisição ração cujos preços assumem nessas ocasiões valores acima capacidade de pagamento dos pecuaristas pt gado preço totalmente arrasado criadores vendendo ate novilhotas a fim liquidar débitos esperamos assim urgente et obsequiosa providencia Vossenhoria sob pena criadores tomarem-se inadimplentes com bancos credores passarem dissabores comercialização rebanho para fazer face pagamento dívidas que já começaram vencer pt

Cordiais Saudações

Antonio Felix Ibiapina Filho – Presidente Associação dos Criadores da Zona Norte do Estado do Ceará

Joaquim Barreto Lima – Prefeitura Municipal de Sobral

José Luiz Lins – Presidente Rotary de Sobral

Humberto Arruda Carneiro – Presidente Associação Comercial e Industrial de Sobral.

Col: receitas oriundos

Col: arrasado".

Srs. Constituintes, retransmito, desta tribuna, ao Presidente da República, aos seus Ministros e aos Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste os apelos inseridos nestas significativas mensagens, esperando que todos eles se sensibilizem para uma tomada urgente de atitude em defesa dos nordestinos, acossados pela "seca verde" e as consequências dela decorrentes.

Ninguém pode permanecer indiferente a esse quadro de aflição e penúria, no qual se situam, hoje, ponderáveis segmentos da população nordestina.

Daí essa minha reiterada manifestação perante a Assembléa Nacional Constituinte, certo de que o Poder Central não negligiará na execução do plano formalmente estabelecido desde o dia 29 de maio passado.

Mais do que um apelo, transforma-se em exigência a postulação que ora submetemos às autoridades federais.

O SR. CONSTITUINTE CHICO HUMBERTO – (PDT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje peço permissão a V. Ex^{as} para não tocar em temas constitucionais.

Segunda-feira passada fomos intermediários de uma negociação entre a delegacia de ensino da minha região, o Triângulo Mineiro, e a polícia, que havia sido acionada para não permitir a manifestação dos servidores públicos e professores do meu Estado.

Felizmente conseguimos que o confrontamento não ocorresse. Gostaríamos de deixar bem claro para os Srs. Constituintes e para o Brasil que não pode continuar o estado de calamidade que reina em Minas Gerais, provocado pelo atual Governador, o Sr. Newton Cardoso, que não quer cumprir a Lei nº 9266/86, publicada no **Diário Oficial**, art. 35, de 18-10-87.

Esta lei previa o vencimento de um salário mínimo e meio para os serventes, três salários mínimos para os professores primários, quatro salários mínimos para os professores de 5^a à 8^a séries e cinco salários mínimos para os professores do 2º grau.

Hoje, em Minas Gerais, um servente recebe Cz\$ 1.240,00, um professor primário P1, Cz\$ 2.010,00; um professor P3, Cz\$ 2.814,00; um professor P5, Cz\$ 3.618,00, o último nível, P6, Cz\$ 4.010,00. Portanto, a metade daquilo que teria sido acordado previamente, ao ano passado, entre a categoria e o Estado.

Encontram-se hoje em greve mais de 280 mil professores, e mais de 2 milhões de crianças e de alunos de rede pública estão sem aulas após 36 dias de greve. Por isso pedimos encarecidamente ao Sr. Governador que reabra as negociações com o comando geral de greve, com os responsáveis, com os líderes desse movimento, porque não pode persistir essa situação caótica em Minas Gerais.

Não aceitamos a ponderação de que o Estado não tem dinheiro. Não aceitamos as alegações de que o movimento seja manipulado por lideranças, hoje, do PT, do PDT ou dos partidos de esquerda. Esta não é a forma de um estadista ou de um Governador tratar uma categoria que tem hoje quase 500 mil funcionários.

Pedimos aos representantes de Minas Gerais, aos Constituintes da Bancada do PMDB – que foram hoje elogiados, no programa "Bom-Dia Brasil", pelo próprio Governador, como sendo competentes – que forcem o Governador a cumprir a lei, porque é isto que deseja o servidor, o trabalhador mineiro, o professor público. Eles nada mais querem a não ser a dignidade do trabalho e o direito de receber os saários a que fizeram jus. Por incrível que pareça, isto não é praticado em Minas Gerais. Por isso dirijo apelo também aos Constituintes de outros Estados no sentido de que intercedam junto ao Governador Newton Cardoso, para que S. Ex.^a possa sentar-se à mesa

de negociações e tratar com dignidade toda a categoria dos servidores e trabalhadores públicos mineiros.

Durante o discurso do Sr. Chico Humberto, o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o Sr. Chagas Rodrigues. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE CHAGAS RODRIGUES (PMDB – PL Sem revisão do orador.): Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o Jornal do Brasil, em sua edição de hoje, na página 17, publica reportagem com o seguinte título: "Bresser admite recessão e promete reduzir inflação".

Realmente, os preços dispararam, as concordatas aumentam, o desemprego se acentua no País. Então, ocupo a tribuna para tratar ligeiramente de dois assuntos de sentido social e econômico.

Sr. Presidente, sabemos o que está acontecendo também em Brasília: as invasões proliferam, o desemprego se acentua neste quadro recessivo e, diante disto, milhares e milhares de pessoas estão perambulando, sem moradia, sem emprego, numa situação de verdadeira calamidade social. Nesta hora, apelamos para o Presidente da República – sobretudo através da LBA – e para o Sr. Governador do Distrito Federal – especialmente através da Fundação do Serviço Social – no sentido de que realizem o que poderíamos chamar a "operação retorno". Em Brasília há cidadãos aqui chegaram cheios de esperanças e que perambulam pelas ruas desempregados. Já não podem sequer armar barracos, porque as invasões estão sendo desbaratadas. Então, que se realize a "operação retorno": que os Governos proporcionem passagens a esses brasileiros, porque eles não têm onde trabalhar e não dispõem de recursos para retomar aos seus Estados de origem, sobretudo aos no Nordeste.

Aqui fica este apelo de sentido social.

Sr. Presidente, trato agora de um problema de natureza econômica. Vários jornais mencionam o problema das ferrovias brasileiras. **Estado de S. Paulo**, de 4 de abril, notícia: Norte-Sul, Leste-Oeste. A Ambição nas Ferrovias". E acrescenta:

"O Presidente José Sarney autorizou, ontem, o Ministério dos Transportes a iniciar as obras de construção de duas grandes ferrovias: a que ligará Imperatriz, no Maranhão, à malha ferroviária do Sul do País – a tão badalada Ferrovia Norte-Sul – e a que partirá de Vilhena, em Rondônia, indo até Vitória, no Espírito Santo – a chamada Ferrovia Leste-Oeste."

O Correio Braziliense de 11 de abril notícia:

"Minas ganha novo terminal ferroviário."

O Estado de S. Paulo, de 27 de maio notícia:

"Ministro confirma que FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento – financiará a Ferrovia Norte-Sul".

E, ainda, Sr. Presidente: em Minas Gerais, o Presidente José Sarney aprovou a construção da variante ferroviária "Educação Costa Iacerda", com extensão de 54 quilômetros, ao custo de

75 milhões de dólares destinada a ampliar a sua capacidade de transporte de 6 para 20 milhões de toneladas.

Além dessas ferrovias, os jornais publicam que o Sr. Presidente da República determinou a construção de uma usina siderúrgica no Maranhão, ao custo de 3,8 bilhões de dólares.

Como piauiense, dirijo apelo ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, se essas ferrovias forem construídas – Leste-Oeste e Norte-Sul – se a siderúrgica de Itaqui, no Maranhão, for construída, lembre-se o Governo Federal de reaparelhar e recuperar a Estrada de Ferro Central do Piauí, que liga Teresina, nossa capital, ao litoral piauiense. O Estado do Piauí, o mais subdesenvolvido no Nordeste, não pode continuar esquecido e marginalizado. Não somos contrários à realização de grandes investimentos em outras áreas do País, mas como Constituinte piauiense espero que o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro dos Transportes se lembrem de recuperar a Estrada de Ferro Central do Piauí e de concluir as obras do Porto de Luis Corrêa.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Casa recebe, neste instante, uma delegação de cerca de 90 universitários de São Paulo que aqui vieram pedir a ajuda deste Poder. A crise que interrompeu o funcionamento da Faculdade de Medicina de Santo Amaro, em São Paulo, atinge o seu auge com o fechamento do Hospital-Escola Wladimir Arruda.

Trata-se do único na região mais densamente povoada e mais carente da capital paulista. A Santa Casa mais próxima desta cerca 11 quilômetros desta região de Santo Amaro. Esta é uma densa e pobre cidade do sul de São Paulo.

A mantenedora quer transferir para Itaquara, na zona leste da cidade, a prática de ensino médico aos universitários.

Pedagogicamente isto é lesivo à formação profissional dos futuros médicos brasileiros; a medida tem inúmeros inconvenientes e pretende ser efetivada à revelia da comunidade estudantil.

Uma delegação de 90 universitários da Faculdade de Medicina da Organização Santo-Amarense de Educação e Cultura (OSEC) vem a esta Assembléia Nacional Constituinte pedir a sua ajuda para uma solução racional do problema.

A desativação do hospital na zona mais pobre de Santo Amaro atinge ao mesmo tempo a comunidade de um bairro e a população desassistida daquela região extremamente carente.

Proponho que nos dirigamos ao Ministério da Educação e Cultura e façamos apelo ao Conselho Federal de Educação, à mantenedora, à Organização Médica e a Golden Cross, para que considerem a situação dos estudantes, ou seja, a necessidade que eles têm da prática na sua formação médica e a necessidade de se manter esse hospital ativo, porque se localiza na zona mais densamente povoada e mais carente da capital paulista. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – A Mesa registra o apelo formulado pelo nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, uma questão tem preocupado os membros das comissões temáticas, das Subcomissões e o Plenário desta Casa. É a relativa à ascensão dos relatores derrotados à Comissão de Sistematização. Tenho a impressão de que esta questão não foi ainda resolvida em profundidade. Muitas vezes, o relator derrotado, tendo, pura e simplesmente, o objetivo de defender esta ascensão, se dispõe a redigir o vencido, ocupando o lugar que caberia à facção vencedora da subcomissão. Isso poderá ocorrer na Comissão.

Ora, Sr. Presidente, se nos ativermos à motivação filosófica da formação da subcomissão, da comissão e da ascensão dos Relatores à Comissão Temática, chegaremos à conclusão de que ocupam as subcomissões aqueles Constituintes que manifestaram pendor pela matéria a elas concernente.

Por esta razão, têm seguimento na sua atuação parlamentar e passam da Subcomissão à Comissão Temática. E por serem Relatores, alguns passam para a Comissão de Sistematização. Ocorre que o relatório deve ser um **rapporte**, uma história, uma referência que represente a média do pensamento da Comissão, ou – quando isso não for possível – que represente a maioria do pensamento da Comissão. Nenhuma outra justificação de caráter programático ou filosófico poderia levar um Relator da Subcomissão até à Comissão de Sistematização. Se o Relator adere a tese da maioria e dispõe-se a adotar o pensamento da maioria, compromete-se, por um dever ético, a defender este pensamento até na Comissão de Sistematização. Mas o que está ocorrendo é que o Relator da Subcomissão, malandramente, dispõe-se a redigir o pensamento majoritário, e, quando chega à Comissão, reabraça-se com seu pensamento vencido na Subcomissão e quer restaurar a matéria vencida na Comissão, contrariando, assim, seu compromisso ético, assumindo uma nova postura que, obviamente, no desencadear deste raciocínio, o exclui do direito de participar da Comissão de Sistematização. Essas Comissões não foram feitas apenas para serem ocupadas por alguém indicado ao livre arbítrio, ao alvedrio, à preferência do líder de determinado partido no Congresso. Esta nomeação se reveste de certa lógica filosófica que desencadeia o processamento da feitura da Constituinte.

Assim sendo, peço a V. Ex.^a que transmita ao Presidente efetivo da Casa esta questão de ordem. O Relator vencido chegará à Comissão de Sistematização? O Relator vencido, que adote o parecer vencido e que se disponha a redigí-lo, assume ou não o compromisso de defender aquele ponto de vista na Comissão de Sistematização? O Relator vencido, que adote o parecer da maioria para contrariá-lo na Comissão, contraria ou não o compromisso ético que assumiu ao se dispor a redigir o vencido?

Estes aspectos, Sr. Presidente, não podem ser perdidos de vista, têm que ser cuidadosamente estudados, sob pena de a chegada de um Relator vencido na Comissão de Sistematização ilidir, ilidir, contrariar, trair o pensamento da Comissão de que ele é Relator.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – A Presidência, ciente da reclamação do nobre Constituinte Cardoso Alves, que aduziu outros argumentos a uma questão semelhante já suscitada neste plenário, remeterá a matéria ao titular da Presidência, o nobre Constituinte Ulysses Guimarães.

O SR. DORETO CAMPANARI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a exemplo do Constituinte Sólon Borges dos Reis, que fez referência à greve dos estudantes da Faculdade de Medicina de Santo Amaro – que se encontram nas galerias – gostaria de lembrar que a Golden Gross, empresa multinacional que faz mercantilização da medicina, associou-se ao hospital daquela faculdade, que tem um convênio com o INAMPS em São Paulo, a fim de fazer uma reforma no hospital, pedindo um prazo absurdo, de dois anos e meio, para tal remodelagem.

Através do Ministério da Educação, o Prof. Hélio Egídio, da Faculdade Paulista de Medicina, que é uma faculdade federal, fez uma sindicância e chegou à conclusão de que trinta dias são o tempo suficiente para a reforma daquele hospital. A direção da faculdade vai obrigar os alunos a percorrerem um trajeto de 60 quilômetros até o Hospital Itaquera – que tem 120 leitos – porque com ele está fazendo um convênio.

No fundo, a Golden Cross visa a ampliar o hospital, porque existe lá uma área de 15.000 m², e, de acordo com a Emplasa, não pode ir além dos 15.000m². Eles querem ampliar esse hospital, evidentemente, para internar doentes particulares, visando ao lucro, e remeter os dividendos para fora do País. Esta é a verdade, visam apenas ao lucro. Isto é uma rasteira, é uma rapinagem, é um desrespeito para com os estudantes, que querem aprender, que querem ter um bom ensino. Portanto, vamos exigir do Ministério da Educação que tome as devidas providências.

Proponho-me, ao lado do Deputado Sólon Borges dos Reis, que está acompanhando os estudantes, a visitar em comissão o Conselho Federal de Educação e o Ministro da Educação, para que acabem de vez com este problema, fazendo com que os alunos não tenham prejuízo no ensino e voltem às aulas e que o hospital seja reformatado em tempo hábil.

Muito obrigado. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – A Mesa registra o apelo formulado pelo ilustre Constituinte Doreto Campanari.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ainda ontem manifestei aqui avaliação a respeito de como tenho observado que, fundamentando-se no Regimento, muitas vezes, são aprovadas matérias nas Subcomissões sem que, na verdade, tenhamos tido oportunidade de debater com profundidade o conteúdo das mesmas e, muitas vezes, tem-se impedido que posicionamentos e mesmo deliberações sejam adotados. Hoje mesmo, na Comissão de Organização dos Poderes, foi-me negada a palavra, porque não tive suficiente memória para declinar os parágrafos e os artigos, segundo os quais estaria fundamentando minha pretensão de falar pela ordem. Pode-se argumentar que o Presidente estivesse com zelo, embora excessivo, no cumprimento do Regimento. Porém, o que pretendia o Presidente da Comissão era justamente dar direito de voto a 64 membros da Comissão, em flagrante desrespeito ao Regimento, que prevê 63 membros para cada Comissão. Como a Mesa encaminhou à Comissão de Organização dos Poderes uma avaliação, solicitando um parecer sobre a questão de ordem que havia sido levantada, a respeito da própria composição das Comissões, especialmente da Comissão de Sistematização, gostaria de encaminhar à Mesa esta questão de ordem: a Comissão de Organização dos Poderes não pode tomar este posicionamento em desrespeito ao Regimento, concedendo o direito de voto a 64 Srs. Constituintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – A Mesa dirimirá nas próximas horas a questão de ordem suscitada por V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra a Sr^a Lídice da Mata. (Pausa.)

A SRA CONSTITUINTE LÍDICE DA MATA (PC do B – BA Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, sem nenhuma dúvida, aumenta nossa preocupação e a do nosso povo em relação aos rumos que vem tomando a Constituinte. Saindo de um processo de luta política pelas mudanças, o povo foi às ruas entusiasmado por esta idéia e votou nesse sentido nas eleições de 1986. Agravando-se a situação, viemos a nos defrontar com um governo que se desmoraliza diante da Nação e com a crise econômica que se aprofunda. A Constituinte volta a significar um lampejo de luz no túnel de esperança de saída para o povo brasileiro. No entanto, o que nos preocupa, Sr. Presidente, é exatamente que, referenciando-se no ditado popular que "o povo tem memória curta", os políticos começam a se esquecer das promessas de mudança, feitas nos palanques em praças públicas. Pensam que elas são algo muito vago, sem perceberem que o povo quer mudanças objetivas em suas vidas, e começam a delinejar um quadro antimudancista para a Constituinte. Sinto, nas idas ao meu Estado, nos contatos com organizações populares de mulheres, sindicatos, estudantes, organizações de bairro, que começo a soprar um vento de inquietude e de desconfiança sobre a Constituinte. O povo se preocupa com uma Constituinte que se pronuncia pelo fim do monopólio do petróleo; que se pronuncia de forma indefinida sobre a

questão da reforma agrária, que preocupa milhares e milhares de camponeses, de posseiros e de trabalhadores sem terra. O povo se preocupa com segmento destacado em nosso País, que são as representantes femininas que se elegeram com base na idéia de mudanças, o mesmo sentimento que moveu milhares de mulheres, em todo o País, para registrarem que, cinqüenta anos depois da Constituinte de 1934, poderíamos ter voz e vez. E, com 26 mulheres num Congresso de 533 Constituintes homens, preparamo-nos para enfrentar a batalha de transformar esta Constituição numa Carta moderna, capaz de responder aos apelos de uma nação em desenvolvimento, como o Brasil, que exige participação igualitária das mulheres na sociedade. Apesar de diluidas em 24 Subcomissões, num trabalho quase silencioso, mas participativo na maioria das Comissões que integraram às vezes mais significativo até do que dos 533 representantes masculinos que formam a maioria ruidosa, conseguimos aprovar questões como a ampliação do direito de licença-maternidade para quatro meses; assistência integral à saúde da mulher, aposentadoria à mulher dona-de-casa, com uma compreensão de que o casamento e a instituição familiar devem ser respeitados independentemente do contrato social assumido, mas como uma união estável existente na sociedade moderna, hoje. E qual a nossa surpresa quando vemos que há certos segmentos que buscam golpear as vitórias conquistadas nessas Subcomissões, já no debate, na discussão nas Comissões, forçando um retrocesso no pequeno avanço que conseguimos obter.

Quanto à participação das mulheres nesta Constituinte, não nos têm dado sequer a possibilidade de aparecer no **Diário da Constituinte**, que no geral tem destacado muito apenas os integrantes masculinos desta Casa. Tomei parte na discussão do Relatório do Constituinte Paulo Bisol, na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e vi, com muita surpresa, quase uma turba de homens furiosos a se contraporem à idéia de que a união estável deve ser reconhecida independente do casamento à idéia do direito que devem ter os filhos fora do casamento; à idéia do direito que deve ter a mulher que também não é casada. Todas essas idéias são contestadas por homens ali presentes, sem falar em outros que tentam transformar esta Constituinte na definição e na organização de um código de moral segundo a sua religião, alheios ao fato de que o que nos move é o aspecto social existente na sociedade brasileira, que deve ser o referencial para a elaboração das leis. O posicionamento com discursos reacionários, atrasados e conservadores pela proibição do aborto é tomado sem que se trave uma discussão ampla no seio da sociedade brasileira sobre a questão. E todos sabemos que o assunto é de grande interesse, para as mulheres. Não entramos sequer no mérito dessa proposição. Mas, nos discursos proferidos, há opinião de que a mulher não deve abortar porque só será estuprada se quiser. Há outras opções; ela pode evitá-lo. Ou seja, é a velha fórmula desgastada e renegada pelas mulheres brasileiras, que em todos os cantos não aceitam a provocação de que são estupradas porque seduzem. É esta a idéia básica que colocam esses que não aceitam as mudanças sociais, que não aceitam a participação política

da mulher brasileira, que não aceitam a necessidade de se quebrar a estrutura familiar, como éposta hoje nas leis brasileiras, porque não atendem ao desenvolvimento, até capitalista, que esta Nação apresenta. E necessário, Sr. Presidente, que apresentemos aqui as nossas preocupações, que não são apenas nossas, não são apenas de uma pequena parcela de mulheres que pertencem à bancada feminina nesta Casa, onde somos minoria, sem dúvida alguma, mas maioria do eleitorado brasileiro, representando quase 48% dos votos em todos os Estados desta Nação.

Portanto, lembramos aos Srs. Constituintes, que hoje se esquecem dos compromissos que assumiram nas praças pública, que as mulheres brasileiras hão de dar uma demonstração de que não estão adormecidas para o processo político nacional, que haverão de se manifestar com a memória muito avivada contra aqueles que traírem os interesses e os anseios das mulheres que se levantam em todo o País para exigir uma Constituição que lhes garanta direitos iguais.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI (PDS - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna formular um apelo, que diria dramático, aos dirigentes e demais componentes dos dois partidos de sustentação do Governo – PMDB e PFL – para que assumam a responsabilidade de deferir, perante a Nação, a proposta de política do Governo para o nosso País.

Se o Governo não tem uma proposta, que os seus partidos a tenham. Afinal de contas fizeram uma campanha política como partidos do Governo; elegeram-se, renovaram os seus Diretórios. E qual é a proposta?

Ouvimos ontem o Presidente da República fazer, em reunião com seus ministros, recomendações óbvias e ululantes sobre questões que supunha-se já tivessem sido postas em prática pelos seus ministros: para que os ministros trabalhem, administrem, sejam coesos, cuidem da corrupção, apurando-a, evitando-a, enfim, para que os ministros façam o Governo funcionar.

Mas o que os ministros estavam fazendo? Não era isso? Supunha-se que era. Depois fica-se sabendo, em uma reunião ministerial, que os ministros não trabalhavam, ou não trabalhavam o suficiente, que não eram coesos, não apuravam a corrupção ou não a evitavam. E assim por diante.

A responsabilidade é inalienável. Os partidos que dão sustentação política ao Governo não podem fugir dela, assim como nós, quando integrávamos um partido que apoiava o Governo também não fugimos dela, por mais que quiséssemos, por mais que protestássemos contra a linha governamental adotada em determinados setores ou momentos. Então, que eles assumam essa responsabilidade, porque, se não a assumirem, acabarão sumindo, pela desintegração que está por acontecer, ou já está acontecendo, na vida política do nosso País.

Mais do que isso, impõe-se fazer um apelo ao Governo para que não ponha em prática o anunciado pelo Ministro Bresser Pereira, da Fazenda: a criação de novos impostos e a promoção de novos aumentos de impostos e de tarifas de serviços públicos. O povo não suporta uma nova carga tributária. Não há de quem tirar, não há como tirar do povo mais do que ele está dando. Estão

levando a economia brasileira para a falência, quando não para a clandestinidade. Como pode o povo pagar mais impostos?

O **Jornal do Brasil** de anteontem mostrava que o imposto de renda está onerando o trabalhador, com um aumento adicional de 200% estabelecido por um decreto-lei do Governo, de julho do ano passado; que o trabalhador paga mais imposto de renda do que o patrão, do que o capital. E ainda querem aumentar o IPI, mas ele é repassado para o consumidor. Quem o recolhe é a empresa, mas quem o paga é o consumidor. Além do mais, isto significará mais inflação.

Disse o Sr. Ministro da Fazenda que o aumento de tributos, como o imposto de renda e o IPI, assim como o aumento das tarifas das empresas estatais, baixará a inflação. Já não chegam todas as "funarites" que acometeram a economia nacional e levaram nosso País à desgraça, desde o Plano Cruzado e tudo o mais?

Sr. Presidente, a Nação necessita de esclarecimentos, além de definições por parte dos partidos e do Governo, e necessita também de que não haja novos aumentos de impostos e tarifas. O que aconteceu com a carne deteriorada, importada? Desapareceu? Foi extraviada? O que aconteceu com o café importado? O que aconteceu com o leite contaminado de **Chemobyl**? Quais as consequências dessa contaminação para a saúde pública? E a sangria de divisas das reservas cambiais do País? E, agora, a maquiagem da balança comercial é algo em torno de 1 bilhão e meio de dólares, que o Sr. Dílson Funaro disse estar sendo divulgada como represália – como se isto não constituísse a maquiagem por cima – contra o pacato povo brasileiro, e não contra o ministro.

Até quando pensam que o povo vai resistir? Até quando pensam que a textura social do nosso País terá capacidade para resistir? Já não sei como a Nação está resistindo; sinceramente, não sei. Tenho encontrado Constituintes de todos os partidos que, nos corredores, nas salas e neste plenário, dizem a mesma coisa.

Então, é hora de os partidos e de o Governo definirem um posicionamento, uma postura concreta para tirar o País do atoleiro em que se encontra, antes de nos atolarmos mais e irremediavelmente.

Qual é a proposta? É a indagação que deixo a V. Ex.^{as}, mas de modo especial ao nobre Presidente desta Constituinte. Deputado Ulysses Guimarães, que também é Presidente do maior partido do nosso País e de maior responsabilidade perante a Nação. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE RUBERVAL PILOTTO (PDS - SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encontram-se em meu poder telegramas do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Juarez Furtado, e do Comandante da Polícia Militar daquele Estado, Coronel Cíduo Cardoso Zimmernann, em que solicitam meu apoio ao anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

É evidente que apóio o anteprojeto, até porque estou inteiramente de acordo com sua redação, pois corresponde à minha expectativa e às das

camadas sociais com as quais tenho mantido contatos.

O "Estado de Defesa", objeto da Seção I, é indispensável à defesa do Estado e da sociedade contra movimentos que procurem subverter a ordem pública ou a paz social.

A atuação do Poder Executivo, no caso, estará perfeitamente controlada pelo Congresso Nacional, porque a medida será submetida a sua apreciação, podendo ser ou não aprovada. Além disso, o Presidente da República ficará obrigado a prestar-lhe detalhadas contas das providências adotadas, o que impedirá qualquer atuação discricionária ou atentatória às liberdades.

O Poder Judiciário também será chamado a opinar, quando se tratar de direitos alcançados pela medida.

O estado de sítio, medida mais dura e, consequentemente, mais rara, é nosso velho conhecido de outras Constituições e estará igualmente sob o juízo do Congresso Nacional, que poderá mantê-lo ou revogá-lo.

Tanto no caso do estado de defesa quanto no do estado de sítio, se o Congresso Nacional estiver em recesso será convocado extraordinariamente, permanecendo em funcionamento até o término da medida. É o princípio das liberdades públicas e individuais colocado em primeiro plano.

Quanto ao Conselho de Segurança Nacional, terá sua organização, competência e funcionamento regulados em lei, o que é uma garantia de sua atuação dentro dos princípios dos direitos e liberdades coletivas e individuais, já que estará sob a vigilância do Poder Legislativo, vale dizer, do povo.

No tocante às Forças Armadas, foi mantido, de um modo geral, o estabelecido nas constituições anteriores, com a inovação de lei complementar para as normas gerais de sua organização, preparo e utilização.

A segurança pública, figura introduzida no anteprojeto, é a garantia que o Estado proporciona à sociedade, visando à preservação da ordem pública, do cidadão e da propriedade, feita através da polícia federal, das forças policiais, dos corpos de bombeiros, das polícias judiciais e das Guardas Municipais.

Relativamente às forças policiais e aos corpos de bombeiros, foi mantida sua característica militar, como forças auxiliares e reservas do Exército, vencida a intenção daqueles que, numa atitude inconoclástica, desejam sua desmilitarização, o que lhes reduziria todo um passado de que se podem orgulhar, ao mesmo tempo em que lhes reduziria a importância do próprio desempenho das atividades.

Foi oportuna também a lembrança da inclusão, no anteprojeto, das atividades das polícias judiciais – nova denominação das polícias civis estaduais –, porque assim as terão definidas na Lei Maior, tornando-se mais facilmente controláveis.

As guardas municipais, incluídas no anteprojeto, compete apenas a vigilância do patrimônio municipal, já que as atividades policiais estão definidas como responsabilidade da Polícia Federal, das Forças Policiais e das polícias judiciais, cada qual em sua área específica.

Meu apoio, portanto, ao anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de

sua Segurança, uma vez que, em meu entendimento, satisfaz os anseios da comunidade.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE (PDS - PA. Pronuncia o seguinte discurso.):

— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Presidente da República José Sarney depois de sucessivas démarches com os partidos políticos que integram a Aliança Democrática, declarou encerrado o trabalho de reciclagem na formação do escalão Ministerial, com a indicação do ex-Senador Marcos Freire para titular do MIRAD.

Mais uma vez, o meu Estado, o Pará, foi preterido pelo Governo Federal, que não só o excluiu da participação no seu Ministério, como o penalizou com a aplicação do golpe mortal da intervenção no Banco do Estado, sob pretextos que exigem ser questionados, diante de afirmações enfáticas do Governador Hélio Gueiros, em telex que endereçou ao Presidente José Sarney cujo texto honra-me traduzir neste pronunciamento:

"Face insistência Banco Central em informar à Nação que intervenção no Banco do Pará se deveu ao fato de que o Banco estadual sacou mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, respeitosamente convido Vossência para ser mediador da situação oferecendo seguinte proposta: se o Banco Central provar documentadamente perante Vossência que realmente BANPARÁ, até vésperas intervenção, havia sacado mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, eu renuncio mandato de Governador. Se, por outro lado, eu comprovar perante Vossência que nas vésperas da intervenção o Banco do Pará só havia sacado ao redor de dez por cento dessa quantia, ou seja, aproximadamente seiscentos milhões de cruzados, sendo a diferença para os seis bilhões unicamente resultado das multas e castigos impostos pelo BACEN, com base em suas infinitas Resoluções, Vossência determinará o levantamento da intervenção no BANPARÁ e demitirá o Presidente do Banco Central por ter mentido à Nação".

O repto do Governador do Pará ao Presidente da República, a despeito da contundência no seu conteúdo, própria de quem se acha seguro de contar com a verdade ao seu lado, não deve servir como tema de exploração política para agravar, ainda mais, o já comprometido relacionamento entre os dois Chefes de Estado. Ao contrário. O que se vislumbra na essência do episódio é que o BANPARÁ, a exemplo de outras instituições similares, tomou-se vítima do modelo econômico criado pela tecnocracia da Nova República, e agora amarga o dissabor de pagar por um saque de seiscentos milhões de cruzados a pífima bagatela de mais de seis bilhões de cruzados, que lhe exige o Banco Central.

A reação do Governador Hélio Gueiros, quanto procedente no aspecto político, esbarra, como bem destaca no seu telex ao Presidente Sarney nas "infinitas resoluções", pelas quais são regidas as normas do Banco Central.

É necessário que se compreenda a gravidade do impasse criado com a intervenção no Banco do Estado do Pará. A imagem da instituição, tão logo eclodiu a medida, ficou comprometida na

dúvida de seus clientes, e não terá como restaurá-la a curto prazo, salvo se a intermediação do Presidente Sarney, postulada pelo Governador Hélio Gueiros, se fizer concreta, em termos imediatos e inadiáveis.

Ainda há pouco; sentimos o estado de angústia e também de alta preocupação de uma parcela dos mais de dois mil funcionários que exercem atividades no BANPARÁ, em todos os setores de operações. Isto representa, no global, cerca de oito mil empregos indiretos, que precisam e devem ser preservados, sob pena de caírem esses servidores nas malhas da recessão, fadados ao desespero das dificuldades que afligem hoje a maioria do povo brasileiro.

Como representante político do Pará no Congresso Constituinte, de linha oposicionista, desejo associar-me ao apelo do Governador Hélio Gueiros, meu particular amigo, no sentido de obter do Presidente da República uma definição impregnada de justiça e coerência, tanto mais justificada quando o Pará contribui com o seu potencial econômico em proporções maiores que o de muitos Estados desenvolvidos, para compensar o balanço comercial com superávits que chegam, em alguns exercícios, a ultrapassar a casa dos 400 milhões de dólares. E, o que é curioso destacar, "sem nenhuma contrapartida do Governo Federal".

Do Presidente Sarney, o mínimo que o povo do Pará espera é que S. Ex.^a preserve a memória histórica do BANPARÁ, libertando-o da infame intervenção que, necessária ou não, segundo as normas do Banco Central, poderá ser suprida por medidas menos drásticas e mais compatíveis com a grave realidade que o País enfrenta.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CONSTITUINTE GEOVANI BORGES (PFL - AL Pronuncia o seguinte discurso.):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição em vigor estatui, entre os direitos e garantias individuais, a faculdade de cada pessoa peticionar aos poderes públicos ou representar contra eles, em defesa de direito ou contra abuso de autoridade, legitimando qualquer cidadão para propor ação popular anulatória de atos lesivos ao patrimônio coletivo.

Esse preceito democrático é mais do que centenário e antecede, entre nós, as instituições republicanas.

Apresentamos sugestão à Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais no sentido de que o direito de representação alcançasse o esclarecimento de situações duvidosas no uso de recursos públicos, principalmente em publicidade promocional, compreendendo, ademais, o abuso de autoridade, para a promoção da responsabilidade civil e penal.

O abuso de autoridade é matéria corriqueira em todos os escalões administrativos, principalmente no que tange às atividades repressoras exercitadas por mandatários do Estado, por vezes atingidas a incolumidade física e a idoneidade moral dos cidadãos.

Mas é preciso caracterizar como abuso punível o uso de recursos públicos, indevidamente, ou voluntariamente, em publicidade promocional, o que constitui um dos abusos mais freqüentes do Poder Executivo, nas três esferas administrativas.

Enquanto o Legislativo e o Judiciário se limitam a divulgar editais, o Governo, federal, estadual e municipal, compra espaço nos jornais, no rádio e na televisão para promover-se ou ajudar na divulgação suas agremiações partidárias.

Tudo seria apurado em competente ação judicial, punindo-se os infratores e os que desbaratam os dinheiros públicos e, em consequência, promovendo-se, pela instrumentação do futuro preceito constitucional, a redução do déficit público.

O cidadão acompanha todo esse desempenho da máquina estatal e percebe claramente o que é promoção e publicidade nos órgãos de divulgação, distinguindo quando a notícia ou reportagem encerram em si mesmas interesse público ou quando visam apenas a endeusar os poderosos.

Este será mais um instrumento para que o povo participe, realmente, do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os pequenos e médios agricultores representam mais de oitenta por cento da produção agropecuária do País, mesmo consideradas as grandes empresas rurais que se dedicam à produção de gêneros exportáveis, como a carne, o café, o açúcar, o cacau e os produtos cítricos.

Se estes últimos, na verdade, respondem pelo possível déficit na balança comercial — que vem caindo assustadoramente, por causa do envelhecimento dos preços desses gêneros no mercado internacional e a queda das exportações — não é menor o prejuízo quando o País se vê obrigado a importar gêneros alimentícios, como ocorreu largamente no ano passado, com a carne, o feijão o milho, o arroz, o trigo, o leite em pó e até o café "condilon" africano, de péssima qualidade, que continua nos navios, sem armazenamento, no porto de Paranaguá, quando tivemos super-produção da rubiácea.

Daí se conclui que devemos proteger o desempenho dos pequenos e médios agricultores, propiciando-lhes crédito, ensilamento nos centros produtores, armazenagem nos centros de consumo, para conveniente distribuição, insumos mais baratos e, sobretudo, assistência creditícia.

Dante dessa constatação, apresentamos sugestão ao texto constitucional, determinando que "incumbe à União, aos Estados e aos Municípios assistir, prioritariamente, aos pequenos e médios agricultores, no que tange à política agrícola, de crédito e de extensão rural".

É necessário que apareça no texto da Lei Maior um princípio de meridiana clareza que não careça de interpretação, podendo, quando muito, a lei ordinária estatuir o quantitativo e a oportunidade de distribuição desses auxílios, os termos de uma política de facilitação da aquisição dos insumos e do crédito, evidentemente encarregando o Município, em convênio com o Estado e a União, da política de extensão rural, que implicará, necessariamente, uma assistência tecnológica permanente, com a mobilização de pessoal habilitado das três esferas administrativas.

Realmente, o desenvolvimento do setor agrícola, como temos afirmado, processando-se por intermédio do amparo ao pequeno e médio agricultor, é fator primordial para que o Brasil consiga emergir da crise que atravessa atualmente.

Está provado, apesar de todo o nosso desenvolvimento industrial, que nosso superávit no balan-

ço de pagamentos só supera os dez bilhões de dólares mensais quando a nossa produção agrícola total – exportável e de atendimento interno – atinge níveis semelhantes aos do ano atrasado, quando o preço do café foi compensador. Deve, portanto, ser crescente a preocupação do Governo com o nosso desempenho agropecuário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes. A proteção dos direitos autorais figura entre as instituições jurídicas de todos os países civilizados, tendo sido inspiradora, no Brasil, de farta legislação que se estende das obras literárias às científicas e artísticas.

Trata-se de amparar a capacidade criadora de pessoas especialmente dotadas pela imaginação, pelo talento, pela inteligência e pela observação, à criação de obras encaminhadas à formação cultural e intelectual do povo.

Nada mais justo do que premiar esse engenho e arte, oferecendo uma proteção especial do Estado ao trabalho dos escritores, pintores, músicos, cientistas e técnicos, a fim de que se enriqueça o nosso patrimônio intelectual.

Nesse sentido, encaminhamos à Subcomissão competente uma sugestão, a incluir-se no respectivo anteprojeto, determinando:

"É assegurado aos autores de obras literárias, artísticas ou científicas, o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei estabelece."

Inscrito esse preceito, com a mesma ou redação análoga, no texto continuaremos sustentando urna proteção histórica. Desnecessário, mesmo, reformar a legislação ordinária em vigor, a não ser se pretendermos um estatuto próprio para cada atividade criadora, seja literária, seja artística, seja científica.

Se temos de alterar o nosso quadro institucional, revogando leis draconianas ou peremptas, revogadas algumas delas até pelo costume e, paralelamente, abrir ensejo à promulgação de dezenas de leis ordinárias ou complementares, forçoso é convir em que deve manter cada estatuto legal eficaz e próprio a regulamentação do fato social a que se dirige.

No caso do direito autoral, pretendemos continue sendo assegurado, para que o enriquecimento do nosso patrimônio artístico literário e científico não se opere em detrimento dos que promovem a sua ampliação.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das limitações impostas ao exercício do Poder Legislativo, a partir da Constituição de 1967, consistiu em emprestar ao Poder Executivo a exclusividade da iniciativa legislativa em matérias até então da competência concomitante dos dois Poderes.

Pretendia-se, assim, responder à tese do reforço do Poder Executivo, numa época de grandes transformações sociais e tecnológicas, de intenso desenvolvimento econômico e necessária integração nacional, facilitando a ação de certos conceitos de segurança inspirados na organização militar norte-americana.

Tirou-se do Legislativo a iniciativa para a apresentação de projetos sobre matéria financeira e as que aumentem as despesas, o número de cargos públicos, bem como as que afetam a receita;

o Executivo passou a ter prazos especiais, cujo transcurso representa a aprovação automática das duas proposições; e os decretos-leis, a referendum do Congresso, passaram a ter vigência imediata, constitutivos de direito mesmo antes da deliberação congressual.

Dante disso, para restaurar a respeitabilidade e a competência do Congresso Nacional, apresentamos sugestão ao texto constitucional que estamos elaborando, onde se determina:

"Art. A apresentação e a aprovação de projetos sobre matéria financeira que aumente a despesa, o número de cargos públicos ou afetem a receita, serão subscritos e aprovados pela maioria absoluta, tanto dos membros da Câmara dos Deputados como do Senado Federal, devendo, sempre que houver previsão de aumento de despesas, conter indicação dos recursos correspondentes".

A exigência do quorum qualificado, que não é fácil de ser atendida, prevenirá, certamente, os excessos da iniciativa parlamentar, resguardados pelo poder competente, ou seja, o Legislativo, sem necessidade dessa exagerada fiscalização kdo Executivo decorrente do desequilíbrio de poderes provocado pelo regime castrense, revigorado pela Constituição de 1967 e pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Trata-se de revigoramento do Poder Legislativo, que retornará sua competência histórica. Por isso, esperamos a sua aprovação pelo Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente.

Discurso proferido pelo Deputado Santinho Furtado (PMDB - PR) na sessão de 3-6-87.

O SR. CONSTITUINTE SANTINHO FURTADO (PMDB - PR. Pronúncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a moratória interna para os débitos contraídos pelos agricultores vem de ser sugerida pelo Governador Álvaro Dias ao Presidente José Sarney.

Trata-se de mais uma importante iniciativa do Chefe do Executivo do Estado do Paraná, sempre sensível aos problemas fundamentais da população.

A medida se impõe com inadiável urgência, tendo em vista que elevado número de pequenos e médios proprietários rurais ingressou em regime de insolvência por não poder mais resgatar os compromissos contraídos junto aos estabelecimentos oficiais e privados de crédito. As taxas de juros atualmente cobradas são verdadeiramente escandalosas, para não dizer um caso de polícia.

Estimulados pelo congelamento durante os eufóricos dias do Plano Cruzado, os agricultores recorreram ao crédito bancário para investir maciçamente em suas lavouras. Se de um lado isso resultou em significativo aumento da produção, por outro trouxe desastrosa consequência, a partir da disparada dos juros quando do descongelamento geral de preços, taxas e tarifas.

Não consideramos justo que a classe produtiva do País seja punida por um erro que não praticou. Ela foi induzida a se endividar para investir, por obra e engenho dos economistas da nova geração, avalizados por atos oficiais do próprio poder

público. Cabe, portanto, a este reparar os danos e procurar neutralizar seus efeitos. A moratória proposta pelo Governador Álvaro Dias é a providência mais oportuna, assegurando-se um longo prazo de carência para que os débitos e respectivo juros sejam liquidados. Nesse tempo, talvez, Governo federal já tenha obtido respostas positivas a seus novos planos para a economia brasileira.

Além do mais, se o Governo entendeu ter sido inevitável declarar moratória sobre a dívida eterna, haverá de reconhecer também que os devedores internos estão sendo esmagados pela crise que a todos afeta.

Mas o benefício dessa moratória deve ser igualmente estendido aos micro, pequenos e médios empresários, seriamente atingidos pela absurda alta dos juros bancários. Também eles fizeram dívidas, ampliaram seus negócios e investiram em suas indústrias, confiando no êxito do Plano Cruzado. Grande número já quebrou e muitos outros encontram-se sob concordata.

Dai, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o meu apelo para que o Governo federal adote urgentes medidas em favor da concessão de moratória aos débitos dos agricultores, juntamente com idêntica providência em favor da microempresa brasileira.

Só assim o Governo resgatará sua culpa pela indigitada aventura em que colocou o País, ao improvisar um plano econômico de funestas consequências, corrigindo os descaminhos que nos estão levando a um sombrio Muro.

O SR. CONSTITUINTE FERES NADER (PDT - RJ. Pronúncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comemora-se a 5 deste mês o Dia Nacional das Comunicações.

Pela obra pioneira no território brasileiro, na construção de linhas telegráficas em locais considerados inatingíveis, delimitador de fronteiras difíceis de equacionar e defensor ardoroso dos costumes e direitos dos aborígenes, símbolo, portanto, da integração nacional, merece Cândido Mariano da Silva Rondon ser consagrado o patrono das comunicações no Brasil.

São dele estas palavras: "Ao mesmo tempo em que introduzo no sertão a linha telegráfica – a sonda do progresso, como digo eu, a "língua do Mariano", como dizem os meus amigos índios

– esforcei-me para que a sociedade se interessasse pelos irmãos primitivos, que lembram a modéstia de sua origem, não há dúvida, mas sem os quais não teria sido possível levar acabo minha tarefa"

Em reconhecimento a essa obra pioneira e humanista, Rondon recebeu consagração universal. Sobre ele assim se expressou o saudoso ex-Presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos: "A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclopicas: ao Norte, o canal do Panamá, ao Sul, o trabalho de Rondon, cientista, prático, humanitário".

Ao completar 89 anos, a Universidade de Sorbone promoveu sessão solene em sua homenagem, com a participação de todas as demais universidades francesas. Secundou-a a Sociedade de Geografia de Nova Iorque, que expôs seu nome em letras de ouro, entre o de Peary – descobridor do Pólo Norte, Amundsen – descobridor do Pólo Sul, Charcot – explorador que mais devassou terras árticas, e Byrd – explorador que

mais devassou terras antárticas, considerando-os os cinco maiores exploradores do mundo.

Ao falecer, a 19 de janeiro de 1958, com 93 anos, deixou realizado um imenso trabalho no campo das comunicações, que serviu de base para o atual Ministério das Comunicações em todo País.

Com relação aos aborígenes, sua obra deu origem à Fundação Nacional do Índio.

Antes de seu falecimento, o "Explorers Club" de Nova Iorque, com apoio de entidades científicas e culturais do mundo inteiro, lançou sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz. Seu perecimento, no entanto, ocorreu antes que o "Nobelkomite" se manifestasse.

Nada mais justo, portanto, que rendamos, embora tardiamente, nossas homenagens ao Patrono das Comunicações no Brasil: Cândido Mariano da Silva Rondon.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE DENISAR ARNEIRO (PMDB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cidade de Barra do Piraí parece que não pertence ao Estado do Rio de Janeiro e nem ao Brasil. Acabamos de ler no **Correio da Barra**, de 23-5-87, uma notícia que seria, por força do seu ineditismo nos dias de hoje, manchete nos grandes jornais de todo o Brasil: "Prefeitura recupera todo dinheiro do rombo".

Não podemos deixar de ler desta tribuna a notícia, com todos os seus pormenores, para provar que quando a autoridade é destemida e honesta, e conta com o Poder Judiciário a seu lado, o Estado não perde quando é furtado por filhos desonestos. Segue a íntegra "O Prefeito Municipal, Heitor Favieri Filho, determinou que a Procuradoria Geral do Município desse ciência à população, através da imprensa, sobre os fatos amplamente narrados por todos os noticiários com relação ao alcance realizado junto aos cofres públicos pelos então servidores João Pedro Barbosa, que exercia o cargo de contador, e Domane Sacchi, programador de computador. A notícia do "rombo" deveu-se ao fato de, em apurando-se as irregularidades, o então Prefeito José Figorelle ter decretado a prisão administrativa dos servidores, o que foi levado a efeito, tendo os mesmos sido recolhidos à delegacia local, visando única e exclusivamente o ressarcimento ao erário público da verba pelos então servidores "alcançada". Foi aberto inquérito administrativo, apurando-se a justa causa; e, com a sua conclusão, os servidores em questão foram demitidos dos cargos no Município. Em suas defesas, através dos brilhantes advogados Heraldo Assed Iunes, Heraldo Assed Iunes Filho e Afonso José Soares, uma das maiores autoridades em Direito Público da região, foi impetrada uma ordem de **habeas corpus**, na qual se discutia a incompetência do Prefeito para decretar a prisão administrativa, a constitucionalidade do decreto e a falta de publicação do ato que daria autenticidade ao decreto da prisão. O Município, através da Procuradoria, ofertou sua defesa, entendendo S. Ex.^a, o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Luiz Carlos da Costa Carvalho Filho, de acolher a tese defendida pela Próprio, e negando a ordem de **habeas corpus**. Posteriormente, através de novo pedido de **habeas corpus**, em que os pacientes João Pedro e Do-

mane propuseram-se a ressarcir a verba por eles desviada do erário público, foi-lhes concedida liberdade provisória mediante recolhimento da importância de Cz\$ 642.273,45, quantia esta apurada na ocasião pela Comissão de Apuração de Valores, formada dos servidores José Teodoro da Rocha, Liete Rosa da Cruz Pacheco e Ana Maria Soares. E, concedido-lhes um prazo de 72 horas para recolhimento da diferença que viesse a ser apurada pela municipalidade, o que efetivamente foi realizado, no valor de Cz\$ 224.601,81, totalizando, então, Cz\$ 866.876,26, encerrando-se, desta forma, a apuração, e a municipalidade recuperando o que lhe foi desviado. O processo criminal, evidentemente, continuará a cargo da Justiça Pública, mas os cofres públicos foram totalmente resarcidos, centavo por centavo, da verba desviada. Quanto ao cabimento de Juros e correção monetária, ficará a cargo do Poder Judiciário.

O Procurador-Geral do Município, Dr. Renato Ricardo Barbosa, disse à nossa reportagem que "a prisão administrativa decretada pelo então Prefeito Figorelle deu tanto tumulto porque o fato não era comum".

"Neste País tudo acontece e nada se pune. Daí o grito de membros da Oposição, na época, que achavam a medida arbitrária e antipática" – afirmou Dr. Renato Barbosa, concluindo que o importante era o ressarcimento aos cofres públicos da verba desviada, já que esta quantia pertence ao povo.

O atual Prefeito, Dr. Heitor Favieri Filho, também atuou no caso, dando grande contribuição e provando, agora, a seriedade com que a administração leva seu mandato.

A apuração durou cerca de três meses, em face de algumas dificuldades encontradas para levantamento junto ao Banco Nacional. Ao contrário, o Baner colocou vários funcionários à disposição da Procuradoria Geral do Município.

O Prefeito Heitor Favieri Filho disse que, apesar de achar o caso bastante constrangedor e nada ter de pessoal contra os funcionários demitidos, tinha, como chefe do Executivo de levar até o final a sindicância, prestando ao povo contas do dinheiro que lhe é de fato e de direito."

Temos que parabenizar aqui, desta tribuna, o ex-Prefeito da cidade de Barra do Piraí, Dr. José Figorelle, pela responsabilidade demonstrada no trato do dinheiro público, mandando apurar com rigor desvios praticados por dois servidores daquela prefeitura. Não entendemos, Sr. Presidente, como em pouco mais de 90 dias os fatos foram apurados, enquadrados os culpados e ressarcido o dinheiro, num montante de Cz\$ 866.876,26.

Precisamos de mais José Figorelle e juízes como o Dr. Luiz Carlos da Costa Carvalho Filho ocupando cargos públicos por todo este País. Se tivéssemos homens como estes, ocupando posições de destaque na Nação, não estaria o Presidente Sarney preocupado com a corrupção e desmandos do Norte ao Sul da nossa Pátria. Não estariam as estatais com prejuízos monstros, levando o Tesouro Nacional à sua quase inanição. Não estariam os bancos estaduais com rombos milionários e seus diretores e responsáveis passeando pela América e Europa.

Certamente o nosso País não seria o maior devedor do mundo. Todos nós teríamos orgulho de ser brasileiros, pois os ladrões seriam punidos

com rigor e menor seria o índice de crimes contra o patrimônio particular e público.

O exemplo está aí, Barra do Piraí, que por intermédio de seu ex-Prefeito e seu Juiz de Direito resgata para os homens de bem um pouco de dignidade que ainda resta nesta terra de Pedro Álvares Cabral.

Quem deseja habilitar-se a seguir este exemplo...

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento significativo de nossa História, quando nos empenhamos em redigir um novo ordenamento jurídico para a Nação, cabe-nos a responsabilidade de, ao fazê-lo, procurar atender às principais reivindicações da sociedade brasileira.

Ainda ressoam aos nossos ouvidos os ecos da campanha cívica, liderada pelo inovável Senador Teotônio Vilela, que propiciou a transição pacífica do regime militar para o democrático, dando início a uma nova fase de nossa vida institucional, que se convencionou chamar de Nova República.

Dois **slogans** daquela memorável campanha – "Diretas já" e "Mudanças já" – foram bastante expressivos dos anseios da população, não apenas pela restauração do regime democrático, em que pudesse participar e fazer-se ouvir, mas também pela introdução de mudanças profundas na estrutura sócio-econômica do País.

Embora não tenha havido eleições diretas para presidente da República, em janeiro de 1985, a opinião popular, manifestada inequivocada e unanimemente nos comícios que precederam aquele pleito, foi decisiva para o sufrágio do nome de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, apesar das pressões, em sentido contrário, do sistema dominante.

Rememoramos esses fatos de nossa História recente para ressaltar que a pressão popular no sentido do restabelecimento das franquias democráticas visava assegurar a realização das mudanças que tão enfaticamente pleiteara.

Agora, ao iniciar os trabalhos de elaboração da nova Carta Magna, também auscultamos a opinião popular e a de todas as instituições que houveram por bem manifestar-se.

Pois bem, a sociedade brasileira, instada a apresentar suas sugestões para o novo texto constitucional, não se fez de rogada – ofereceu-as em profusão, demonstrando maturidade, desejo de participar e, sobretudo, consciência dos graves problemas nacionais, entre os quais sobressaem os de caráter social.

Assim, milhares de propostas foram recebidas e examinadas. E uma conclusão cristalina ressalta aos olhos do mais simples observador o desejo de mudanças, de alterações na legislação, que permitam a instauração de uma ordem econômico-social mais equânime. As preocupações dominantes voltam-se para os problemas sociais que dizem respeito às famílias de baixa renda, aos menores carentes e abandonados e ao idoso.

Não ignoramos que há 36 milhões de menores carentes em nosso País, sendo que 7 milhões deles perambulam pelas ruas, inteiramente abandonados e sem contato com a família, marginalizados dos benefícios da civilização. Não basta apenas assegurar o direito da criança à educação

e à saúde no texto constitucional; é preciso que elas usufruam efetivamente esses direitos.

Por isso as famílias carentes devem merecer atenção especial do Estado, para que possam manter a unidade familiar.

Em relação ao planejamento familiar, a questão não vem sendo adequadamente tratada no País. Não sabemos, ainda, definir, com segurança, a política populacional brasileira.

Nossas idéias sobre planejamento familiar ora gravitam em torno dos interesses das nações capitalistas, ora confluem no sentido das nações dos países do Terceiro Mundo.

A ambigüidade que daí decorre tem sido prejudicial ao Brasil.

Temos, no entanto, que superar esse estado de coisas, partindo de séria análise da realidade brasileira.

Primeiramente, haveremos de admitir que nossa população é tipicamente do Terceiro Mundo.

Insuspeitos estudos recentes, como o apresentado na obra "Brasil 2000: para um novo pacto social", revelam, de maneira assustadora, a falácia de um terço da população brasileira, hoje vivendo em pobreza absoluta. Segundo a obra citada, "64,7% da população economicamente ocupada (incluídos os sem rendimentos) se encontram em níveis que variam da miséria (até um salário mínimo) à estrita pobreza (até dois salários mínimos)".

Sabe-se, também, que sete milhões de menores encontram-se em situação de abandono por todo o País.

À primeira vista, pareceria que a solução para o problema estaria no controle da natalidade. É esta, aliás, a prescrição simplista que as grandes potências mundiais têm feito para as nações pobres.

Ao Brasil a indicação é inadequada.

Somos um país-continent, com enormes vazios populacionais em nosso território. Somos considerados a oitava economia do mundo.

Não há motivo, então, para adotarmos política antinatalista.

Temos, sim, que formular as linhas básicas do planejamento familiar, considerando, em primeiro lugar, que cabe aos cônjuges o direito à livre determinação do número de filhos.

Com clareza, temos que assegurar a inscrição, no texto Constitucional, da proibição de que as entidades públicas e privadas exerçam coação sobre a população, em matéria relativa a planejamento familiar.

Igualmente, temos que incumbir o Estado da tarefa de proporcionar aos cônjuges o acesso às informações sobre a regulação da natalidade e sobre os meios adequados para alcançá-la.

Preconizo a mais completa democratização no processo de educar os cônjuges quanto ao planejamento familiar, desde que se lhes expresse respeito à livre decisão de ficar o número de filhos.

No entanto, há que se conferir prioridade ao esclarecimento dos casais carentes, a fim de que possam regular, eles próprios, o número de filhos, de acordo com suas possibilidades de mantê-los e de educá-los.

Essa é a forma adequada para se conter a explosão demográfica que ainda se verifica nos estratos sociais mais pobres e a maneira de se pro-

mover melhoria na qualidade de vida dos mais carentes.

É evidente que outras medidas, como a redistribuição de renda, deverão ser implementadas, para que se efetive, no País, a verdadeira democracia.

Aliás, é bom frisar, também no planejamento familiar não se tem respeitado os princípios democráticos, pois um dos mais cruéis fatores que dificultam à ascensão social é, exatamente, o que se refere às origens das pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se, de fato, quisermos que a nova Constituição brasileira contribua para a instauração de nova ordem social no Brasil, haveremos de, corajosamente, enfrentar os grandes problemas nacionais, mesmo aqueles que pareçam insolúveis.

Por esse motivo, volto a insistir em que nós, participantes da Assembléa Nacional Constituinte, devemos estar atentos a todas as propostas nascentes nas subcomissões; não podemos restringir-nos à visão microscópica do texto elaborado pela subcomissão em que nos situamos.

A proposta da Subcomissão da Família, do Menor e do idoso despertou, em especial, a minha atenção, porque vem, de fato, sugerir mudanças importantes no conceito de entidade familiar e no tratamento relativo aos filhos, aos carentes e aos idosos. Entretanto, a tarefa ainda está em começo e merece nosso apoio. Considero, pois, oportuna uma reflexão acerca desses aspectos.

Com relação ao idoso, a amplitude das suas necessidades é desconhecida. Quando nos referimos à proteção, ao amparo que as pessoas em senescência merecem, lembramo-nos, quase sempre, de idosos carentes, ou seja, daqueles que, principalmente por não contarem com recursos financeiros próprios, constituem um peso para as suas famílias. E a primeira solução que se nos afiuga adequada é o seu encaminhamento às chamadas "instituições especializadas" – os tristes asilos –, onde supõe-se que eles recebam a assistência necessária.

Entretanto, de acordo com a Carta "Direitos dos idosos", encaminhada pelos participantes do 1º Fórum Nacional de Gerontologia Social, realizado em Fortaleza, a 8 de maio de 1986, a nossa concepção deve ser radicalmente reformulada.

Os problemas dos idosos, excluindo-se os aspectos financeiros, são comuns a todos. Querem eles, não importa se carentes ou abastados, igualmente participar de alguma atividade que lhes dê a certeza de continuarem úteis à sociedade, que afaste a sensação de inutilidade, seu anseio de dar e receber afeto também é compartilhado por todos, sem distinção.

O internamento da pessoa idosa, sua segregação do ambiente comunitário e familiar acentua seus problemas psicológicos, acelerando o processo de degeneração física.

Portanto, a meta final é no sentido de que a família tenha ganhos, resultantes do seu trabalho, suficientes para atender a todos os seus membros. Mas, enquanto tal objetivo não for alcançado, temos que encontrar outras soluções, como a de garantir uma renda mensal vitalícia a todos os idosos, a fim de que eles possam permanecer no seio familiar, ou a de criar um fundo de assistência ao idoso, que tratará de responder às suas necessidades.

O problema do menor é emergencial. Em 1984, contavam-se 36 milhões de menores carentes, ampliando-se o total, já por demais assus-

tador, na medida em que aí se incluem os demais considerados em situação irregular, tais como os "filhos ilegítimos", crianças sem registro, impossibilitadas de freqüentar a escola, vítimas de maus-tratos ou de exploração, os infratores.

Não é mais possível continuarmos indiferentes a esse quadro que fere os brios da Nação brasileira. Para corrigir tantas situações diferentes – embora próximas em sua essência – não basta colocar no texto constitucional os princípios dos direitos da criança. É preciso forçar modificações na lei ordinária que gerem providências para saldar esse débito social.

Instituições como a Funabem, que atualmente respondem pelo atendimento ao menor, têm, comprovadamente, sua eficácia contestada: o regime disciplinar ali adotado, com base na punição – que, não ignoramos, chega à tortura – só contribui para tornar os menores cada vez mais agressivos contra a sociedade.

Tirar a criança do ambiente familiar, romper seus laços afetivos, acrescentando a essas medidas a aplicação de castigos corporais, provoca a perda da noção de valores, gerando múltiplos problemas adicionais de comportamento.

A reeducação deve dar-se no ambiente natural, em que o menor receba compreensão e afeto, para que possa desenvolver suas qualidades humanas. Se a sua própria família inexistir, ou não tiver condições de mantê-lo, um ambiente o mais semelhante possível ao familiar deve ser-lhe assegurado.

A idéia dominante é no sentido de que o Estado complemente a renda mensal das famílias carentes, para que elas assumam a sua responsabilidade em relação aos filhos menores e aos idosos, evitando a marginalização e a segregação.

Não podemos decepcionar a população, que nos confiou, como seus representantes, a elaboração de uma Constituição justa.

Esta é a tarefa maior de que fomos incumbidos. Conclamamos os nobres companheiros a acompanhar o desenvolvimento do trabalho de todas as comissões, tendo em vista, principalmente, que não podemos esquecer as reivindicações da população. Examinemos todas as propostas oriundas das várias Subcomissões, a fim de nos mantermos atentos aos aspectos que dizem respeito aos direitos da família brasileira.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS VINAGRE (PMDB - BA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentre as muitas distorções no relacionamento entre capital e trabalho em nosso País, que caracterizam um quadro de injustiças profundas aos que produzem as riquezas e o desenvolvimento nacional, uma das mais humilhantes é a que discrimina os trabalhadores, quando estes conquistam o direito à aposentadoria.

De fato, é incompreensível o tratamento que se dispensa aos brasileiros que, após tanta contribuição, ao longo de uma vida de trabalho, buscam receber a justa compensação do descanso, sob condições que lhe permitem viver com tranquilidade e segurança o período da inatividade e da velhice, e que acabam enfrentando crescentes dificuldades quanto à própria sobrevivência.

A defasagem entre os proveitos do benefício e a remuneração paga ao trabalhador configura-se no próprio ato da aposentadoria, cujo cálculo baseia-se na média de dezenas de valores de

contribuição, sem a devida correção. Agrava-se tal distorção, por outro lado, a cada período de reajuste, uma vez que instrumentos e fórmulas de cálculo irreais têm sido adotados para os reajustamentos dos benefícios pagos pela Previdência Social brasileira.

Quanto aos funcionários públicos, Sr. Presidente, a situação é idêntica, em muitos casos até pior, embora a garantia constitucional de se atribuir ao respectivo provento cem por cento do valor do último vencimento percebido.

A prática, entretanto, tem demonstrado que a paridade se tornou letra morta em nossa legislação, constituindo-se a sua não-observância, com a adoção de subterfúgios promovidos pela administração pública, um atentado aos princípios do direito adquirido, verdadeiro confisco sobre os rendimentos do servidor, ao término da sua carreira funcional.

A principal origem desse injustificável desvio localiza-se na própria política salarial adotada pelo Governo Federal e, consequentemente, pela quase totalidade das administrações estaduais e municipais.

A fixação de vencimentos aviltados, não corrigidos por índices e em periodicidade devidos, tem levado nossos governantes a conceder determinadas compensações financeiras, em especial, a categorias mais protegidas politicamente, vantagens que normalmente cessam, quando o funcionário obtém a aposentadoria.

Ou seja, Sr. Presidente, ao estabelecer algumas vantagens remuneratórias, sob diferentes denominações ou títulos, ao invés de melhorar os pisos salariais e demais níveis das carreiras do funcionalismo, os poderes públicos provocam profunda injustiça e discriminação contra os que já se aposentaram, e obviamente atingindo a todos, uma completa desconsideração aos serviços prestados e à dedicação dos que se tomam ex-funcionários.

A paridade dos proventos das aposentadorias e pensões, em face dos vencimentos percebidos pelo pessoal da ativa, precisa ser restabelecida plenamente, não apenas pelos efeitos materiais que proporciona, indispensáveis à manutenção da dignidade econômica, social e emocional de aposentados, pensionistas e seus dependentes, mas sobremodo pelo propósito de justiça que encerra, baseado no princípio da isonomia, segundo o qual a lei não deve a ninguém discriminar.

Tenho absoluta convicção de que a Assembléa Constituinte assegurará, no texto que começamos a escrever, esse importante direito aos aposentados e pensionistas, sejam eles oriundos dos quadros do funcionalismo público ou da iniciativa privada, para que, acima de tudo, concedamos o exemplo de respeito e admiração aos que concluíram sua parcela de contribuição ao País e ao desenvolvimento nacional.

O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o reconhecimento do papel fundamental da agropecuária na vida econômica brasileira obriga a uma correta avaliação da importância da utilização de um instrumental moderno e adequado que garanta o melhor desenvolvimento do setor e, portanto, o progresso nacional.

Iniciativa privada e Governo; nos seus três níveis, terão de ser mobilizados no sentido de ampliar a aplicação das mais recentes conquistas da ciência e da técnica, em especial na área agronômica e genética, mas isso deverá ser feito dentro de uma programação lógica e sem agressão ao meio ambiente nem excessos de sofisticação.

Dependerá do Governo central a elaboração de um plano geral, que estabeleça metas e objetivos globais, mas a participação e a responsabilidade dos Estados, Municípios e Territórios é indispensável, tanto na formulação quanto na execução dos programas agrícolas e pecuários.

Características e vocações regionais hão de ser levadas na devida conta antes de serem tomadas as medidas governamentais concernentes ao setor e, acima de tudo, os interesses nacionais terão de ser preservados.

Na pesquisa reside o ponto nevrágico da questão agrícola. É dever da União e dos Estados, Territórios e Municípios atuar fortemente nos experimentos agropecuários. Em recente documento, a Embrapa-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, advoga a destinação de 4%, no mínimo, do produto interno bruto da agricultura ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária juntamente com 2% do valor bruto das exportações de produtos agrícolas “In natura”, industrializados e semi-industrializados.

Nos países mais desenvolvidos existe clara consciência do papel da ciência, como patrimônio cultural e como investimento, cujos frutos contribuem de forma decisiva para o progresso. Neles, cabe normalmente ao setor público a pesquisa básica, dedicando-se a iniciativa privada à pesquisa aplicada. Não será, pois, por mera coincidência ou acaso apenas que essas nações detêm 95% das instituições científicas e da capacidade em ciência e tecnologia. Tão alto percentual indica clara e inofensivamente a importância e a dimensão conferidas aos investimentos nesse vasto campo.

Ocorre o oposto nos países não desenvolvidos, neles não existindo, salvo raras exceções, a nítida consciência do papel fundamental desempenhado no processo desenvolvimentista pela ciência, quer pura, quer aplicada.

Inexistem, também, vínculos entre o setor produtivo e a atividade de pesquisa. Pouco capitalizadas, as empresas nacionais não desfrutam de incentivos financeiros ou fiscais que as induzam a esses investimentos, parecendo-lhes mais barato comprar tecnologia no exterior. Por outro lado, as organizações multinacionais realizam praticamente todas, ou quase todas as pesquisas em suas matrizes, onde contam com o mais completo apoio e a mais ampla estrutura, desde os departamentos e as verbas governamentais até as bem aparelhadas universidades e as firmas particulares especializadas nesse tipo de trabalho.

No Brasil, o quadro é pobre e insípiente. O documento da Embrapa já mencionado, transcreve levantamento feito de 1973 a 1984, com a série histórica dos dispêndios em ciência e tecnologia – não apenas na área agrícola – que passaram de dois décimos por cento para sete décimos por cento, em relação ao PIB, ou PNB, no período.

É muito pouco, e esse pequeno avanço se deve em boa porção ao que a Embrapa vem realizando. No chamado Sistema Cooperativo de Pesquisa

Agropecuária, por ela capitaneado, o papel das Unidades Federativas, das universidades, empresas privadas e fundações está corretamente delineado e tem alcançado resultados positivos, mas, sem maiores recursos financeiros e mais intensa participação de Estados, Territórios e Municípios, além das empresas privadas, não atingiremos objetivos maiores, que finalmente venham a resultar em aumento da produção e da produtividade, capazes, então, de gerar grandes excedentes exportáveis, para melhorar nossas contas da balança comercial, mas antes garantindo a alimentação básica dos mais de 135 milhões de brasileiros, para boa parcela dos quais a refeição do dia seguinte ainda é uma incógnita e uma necessidade insatisfatória.

O SR. CONSTITUINTE DIONISIO HAGE (PFL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, muito embora a Assembléa Nacional Constituinte esteja em pleno funcionamento, estudando a elaboração de um reordenamento do texto constitucional em vigência, enquanto a nova Constituição não for promulgada, a atual Carta Magna tem plena validade e, portanto, deve ser respeitada.

Diante dessa realidade, a discussão de assuntos como a duração do mandato do Presidente da República é completamente estéril e sem embasamento jurídico, uma vez que o § 3º do art. 75 de nossa Lei Maior estabelece, literalmente, que o “mandato do Presidente da República é de seis anos.”

O Presidente José Sarney assumiu as funções presidenciais estritamente dentro da ordem constituída, e não há nenhum motivo razoável que justifique essa preocupação extemporânea sobre uma questão já estabelecida.

Que alguns Constituintes estejam preocupados em alterar a duração dos próximos mandatos presidenciais, a forma de governo ou a relação de assuntos restritos à competência do Presidente da República é admissível. O que não podemos aceitar é essa preocupação inócuia e sem sentido que está ocupando um tempo precioso e trazendo à Nação diversos prejuízos, pois, em vez de se discutir se cuidar das verdadeiras e graves questões econômicas, políticas e sociais que afetam toda a comunidade, alguns Parlamentares e líderes políticos estão dispersando sua atenção e a da sociedade para um tema que, na verdade, não admite controvérsias.

Meu apelo, neste momento, é no sentido de que cada um cuide do que lhe compete: que se permita ao Presidente governar com tranquilidade, pelo tempo de mandato que a lei lhe garante e, sobretudo, que políticos e Constituintes dediquem o melhor de si mesmos para que nos seja possível colocar, um texto claro e compacto, os princípios básicos da Democracia e da Liberdade, que nos conduzam ao desenvolvimento e bem-estar social por que aspiramos.

O SR. CONSTITUINTE JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos primeiros meses desta sessão legislativa, quando auscultarmos a população com vistas à elaboração da nova Carta Constitucional, fomos surpreendidos com a participação intensa dos cidadãos brasileiros, que opinaram sobre os mais diversos assuntos, oferecendo suas sugestões e manifes-

tando suas preocupações com os problemas sociais que afligem a Nação brasileira.

Como sabemos, milhares de sugestões de normas foram apresentadas por brasileiros, inclusive por alguns estrangeiros residentes no Brasil, numa demonstração inequívoca do seu interesse, de sua vontade de participar e de contribuir para a instituição de uma ordem econômico-social mais justa, em que os benefícios do desenvolvimento fossem estendidos a todos os estratos sociais.

Assim, podemos afirmar que as preocupações dominantes confluem para os problemas atinentes à família, ao menor, e ao idoso, matéria que foi disciplinada no Anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, agora sob exame da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Embora consideremos igualmente relevantes todos esses assuntos, vamos deter-nos hoje, especialmente, na problemática do idoso em nosso País, que está a requerer atenção especial dos Constituintes, visto que nunca despertou maior interesse dos nossos governantes.

Trata-se de um problema sério, que tende a agravar-se, em face do aumento da população idosa, fato que se tornou possível graças à redução das taxas de natalidade e mortalidade.

Sabe-se que, no período de 1965 a 1982, no Brasil, verificou-se uma redução de 30,4% da taxa de natalidade. E os progressos da técnica e da ciência, propiciando melhores condições de vida e saúde à população, favorecem também a sua longevidade. Assim, em 1980, a expectativa de vida média, em nosso País, era de 61 anos para os homens e de 65 anos para as mulheres. No entanto, as previsões para o ano 2000 indicam uma expectativa de vida média de 71 anos para os homens e de 75 anos para as mulheres.

Segundo dados oficiais, a população de mais de 60 anos era de 10 milhões de pessoas em 1986, em nosso País, sendo que a grande maioria delas não dispõe de recursos suficientes para prover os meios de subsistência. Esse número será de 12,5 milhões, no mínimo, ou 16 milhões, no máximo, no ano 2000, segundo cálculos do Ministério da Previdência e Assistência Social. Entretanto, essas projeções são consideradas extremamente otimistas por alguns estudiosos da matéria, que prevêem uma população idosa de cerca de 34 milhões de brasileiros no ano 2025.

É inegável que a queda da natalidade e o prolongamento da vida são fatores determinantes do envelhecimento populacional. Dadas essas previsões, recomendam os técnicos e o bom senso que se planeje uma política visando ao bem-estar da população idosa.

Nas camadas de baixa renda, os anciãos, de modo geral, são entregues a instituições assistenciais públicas e privadas, quando não se vêm ao abandono total e recorrem à mendicância para sobreviver. Também na classe média, por força das transformações sócio-econômico-culturais, verifica-se a redução do núcleo familiar de três para duas gerações e a consequente dispersão de seus membros mais idosos. Nota-se igualmente esse fenômeno nas classes mais abastadas, nas quais os anciãos, embora gozando de conforto material, também se sentem marginalizados e, muitas vezes, são afastados do convívio familiar.

No mundo inteiro, tende a aumentar consideravelmente a população idosa.

Assim, nos países em fase de desenvolvimento, como o nosso, é preciso que o Governo e a sociedade estejam atentos a essa realidade e tomem providências, com antecipação, para assegurar aos mais velhos uma vida digna, participativa, de modo que possam sentir-se úteis, transmitindo, sempre que possível, suas experiências e conhecimentos aos mais jovens.

Os idosos, qualquer que seja sua situação financeira, têm as mesmas necessidades de carinho e atenção, assim como lhes é indispensável o exercício de uma atividade que os faça sentir-se integrados na comunidade. Não apenas eles precisam conviver com os jovens, mas também estes muito têm a aprender de sua experiência e sabedoria. Essa convivência, por si só, é uma lição de vida.

Já o isolamento e a solidão do asilo caem pesadamente sobre os idosos, causando-lhes uma dolorosa sensação de inutilidade. Afastados da comunidade e do ambiente familiar, agravam-se seus problemas psicológicos e o processo de senescência.

E o que dizer dos idosos que sequer têm recursos financeiros para arcar com as despesas de sua manutenção? À sua carência afetiva acrescem outras carências de ordem material. Mesmo aqueles que se aposentam, depois de longos anos de trabalho, vêm seus proveitos, pulverizados pela inflação, perderem rapidamente o poder aquisitivo, deixando-os praticamente na indigência.

Esta preocupação tem sido constante em nossa vida parlamentar. Por isso, apresentamos uma emenda ao anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, propondo que fossem assegurados aos idosos alguns direitos que lhes permitissem usufruir, com relativo conforto, seus últimos anos de vida. Trata-se da Emenda nº 177/8, na qual propúnhamos várias medidas de apoio à velhice, entre as quais ressaltamos as seguintes: isenção do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária para aqueles cujos proveitos fossem sua única fonte de renda; aposentadoria integral e reajustes automáticos, na mesma proporção dos reajustes concedidos aos trabalhadores em atividade. Também defendímos uma política que favorecesse a permanência dos idosos no ambiente familiar, sua integração na comunidade, através de atividades artesanais e lúdicas, do lazer, assim como o amparo ao grupo pelo sistema previdenciário.

Estas propostas em parte estão contidas no Anteprojeto da Comissão na qual foram examinadas.

De fato, o Anteprojeto da Subcomissão da Família, do menor e do Idoso, a que nos referimos, garante aos idosos, no **caput** do art. 6º, a proteção do Estado e da sociedade, "mediante políticas e programas que assegurem participação na comunidade; defendam sua saúde e bem-estar, se possível em seus próprios lares; garantam condições dignas de vida e impeçam discriminação de qualquer natureza". O § 1º desse artigo assegura o reajuste dos proveitos de aposentadoria e pensões "nas mesmas proporções e na mesma época dos reajustes concedidos aos salários dos

que estão em atividade, não sofrendo incidência de imposto sobre a renda".

Esses dois dispositivos já contemplam as nossas proposições. Procurou-se assegurar a aposentadoria aos 65 e 60 anos para os homens e as mulheres, respectivamente, "se assim o desejarem", a proposta inovou, pois eliminou a obrigatoriedade da aposentadoria, permitindo que o ancião permaneça trabalhando, caso prefira esta alternativa. E essa possibilidade de opção é essencial para todos aqueles que não se adaptam à inatividade.

De grande alcance social se nos figura o § 3º do mesmo artigo, que assegura aos idosos não amparados pela previdência "proveitos mensais vitalícios, não inferiores a um salário mínimo". Isso porque a grande maioria dos idosos em nosso País, como vimos, encontra-se nas camadas de baixa renda e provém do campo, por força do êxodo rural.

A urbanização desordenada que se processou após a II Guerra Mundial, em consequência da mecanização da agricultura e da industrialização, fatos que geraram intensa migração interna, alterou profundamente os hábitos, inclusive os valores culturais da família brasileira. A família patriarcal, na qual o idoso era respeitado e seus conselhos eram tidos como em grande conta, cedeu lugar no núcleo familiar, constituído pelo casal e seus filhos. Não havia mais lugar para figura, outrora tão querida, dos avós no contexto de uma sociedade industrial, orientada para a produção e o lucro.

Apenas no meio rural o idoso ainda conserva suas prerrogativas de patriarca. Mas a tendência das famílias é rumar para às cidades e, então, ou ele permanece no interior, isolado, longe dos seus, ou os acompanha, e vê-se num ambiente estranho, onde prevalecem outros valores culturais. E logo vem a nostalgia, a solidão, a depressão.

Até os meios de comunicação mostram-se impiedosos para com os velhos, ridicularizando-os em programas cômicos de gosto duvidoso.

Nesse ambiente quase hostil para com as pessoas da terceira idade, consideramos de grande abrangência social o dispositivo mencionado, que prescreve a concessão de proveitos mensais vitalícios, no valor de um salário-mínimo, aos idosos.

Nem se pode alegar que eles não contribuiriam para a Previdência Social e, pois, não fazem jus à aposentadoria, porquanto é inegável que trabalharam anos a fio, de sol a sol, cultivando a terra, produzindo os alimentos que iam abastecer as populações urbanas. E essa renda mensal vai permitir-lhes contribuir para sua manutenção no próprio lar e, pois, o convívio com seus familiares; vai proporcionar-lhes segurança não apenas material, mas também emocional.

É importante lembrar que essa renda mensal é um benefício que vai atingir diretamente e exclusivamente o seu objeto; que não se vai dispensar em meandros administrativos; que, para chegar ao beneficiário, não vai acrescer de milhares de despesas, capazes, no mínimo, de duplicar o seu valor.

Para ajudar os idosos, podemos valernos também de experiência de outros países. Na Alemanha, por exemplo, aqueles que desejam trabalhar são encaminhados para atividades compatíveis com suas aptidões e condições físicas, como res-

turação de obras de arte, trabalho em museus e até mesmo em instituições de assistência a menores.

Também no Brasil em São Paulo, o SESC realiza um trabalho inteligente com os idosos, levando-os a coordenar programas de lazer para crianças, a fim de que se sinta úteis e integrados na comunidade. Mas esse atendimento atinge um pequeno percentual do universo dos idosos que necessitam de ajuda. A LBA é outra instituição oficial de fins assistenciais, que tem atuado também junto aos idosos, mas a sua ação, se bem que proveitosa e eficiente, beneficia um grupo reduzido.

Acreditamos que o SESC e a LBA muito podem fazer em benefício das pessoas de terceira idade, oferecendo-lhes oportunidades de lazer, inclusive de exercerem atividades artesanais, fatores importantes para sua realização pessoal. Entretanto, a segurança econômica é o fator básico, essencial, para que o idoso possa superar o isolamento, ou a marginalização social.

As Constituições dos países mais desenvolvidos já fixaram diretrizes para a realização de uma política de terceira idade, que inclua medidas de caráter econômico, social e cultural, com vistas ao bem-estar desse grupo etário. Neste sentido são exemplares as Constituições de Portugal, da Espanha e da União Soviética.

No momento em que nos empenhamos em elaborar a nossa nova Carta Constitucional, não podemos ficar alheios à situação precária, muitas vezes de indigência, em que se encontram os nossos idosos.

Não nos poderemos descuidar de buscarmos soluções que beneficiem os idosos. No Brasil precisamos de uma política voltada para o lazer daqueles que tanto trabalharam pelo desenvolvimento do País.

Da mesma forma, no que diz respeito à educação e à saúde, em outros anteprojetos há previsão de um percentual da receita federal, estadual e municipal para esses setores, a fim de que possam ser dinamizados e tenham condições de atender à grande demanda educacional e de saúde no País.

De nada adianta redigir belos dispositivos constitucionais, se eles jamais vão ser executados. Temos agora a responsabilidade de redigí-los, mas não podemos descuidar-nos, posteriormente, de fiscalizar o cumprimento de suas diretrizes.

Relativamente ao idoso, temos esperança de que a nossa Carta Magna vai ser o marco inicial de uma nova política governamental, mais justa, mais humana, mais cristã.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CONSTITUINTE JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de acordo com o Regimento desta Câmara, fizemos entrega, hoje, de requerimento de urgência para votação do Projeto nº 5.438, que trata de Paridade Salarial dos Aposentados e Pensionistas.

O Projeto nº 5.438 já passou pelas Comissões e destas recebeu parecer favorável. É um projeto de eminente cunho social. Diz respeito a milhões de brasileiros que vivem uma vida amarga, uma vida de penúria.

É verdade que poderemos ver na Constituinte, se os Constituintes tiverem sensibilidade para isso,

dispositivos que garantam a tranquilidade desses brasileiros. Entretanto, é tão difícil a situação dos aposentados neste País, que esperar pela promulgação da nova Constituição seria submeter a esses milhões de sacrificados mais sacrifícios.

Esperamos que a Presidência desta Câmara encaminhe este requerimento com a urgência que o caso requer.

Esperamos que os Srs. Deputados despertem para a necessidade de apoiarmos este projeto. É muito para os aposentados esperar pela Constituinte.

O Governo divulga que a Previdência é o único órgão que apresenta lucro. Que absurdo! Exatamente esse ministério é que não deveria falar em superávits, pois o único lucro que se poderia admitir nessa área seria o bem-estar do homem, seria a tranquilidade financeira desses milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, quando ouvimos falar em lucro financeiro na Previdência e sabemos que o Governo não cumpre sua obrigação de contribuir com o terço que lhe toca, verificamos como os aposentados são penalizados; como as pensões e aposentadorias são miseráveis.

Dizer que a paridade salarial dos aposentados acarreta despesas que a Previdência não suporta é fugir do assunto. Por que o Governo não assume suas obrigações?

E se ainda assim faltasse dinheiro? Ora, como o Governo arranja dinheiro para construir estrada de ferro em momento tão inopportuno?

Esperamos que os partidos que sustentam o Governo, que o PMDB, que na ditadura foi tão loquaz na defesa dos trabalhadores, não dê agora essa de ARENA, esquecendo-se dos trabalhadores. E que todos os que receberam os votos dos aposentados saibam agora honrar os compromissos feitos em praça pública.

O SR. CONSTITUINTE EDIVALDO MOTTA – (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} Srs. Constituintes, tomei conhecimento, durante a corrente semana, através da imprensa, de que o Brasil detém a maior jazida do mundo do metal conhecido pelo nome de nióbio, totalizando nada menos do que 96% de toda a reserva existente no planeta. Soubemos mais, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes: a exploração do nióbio em escala comercial proporcionaria ao Brasil, com apenas uma mina, o pagamento de toda a dívida externa junto aos bancos e governos estrangeiros.

O nióbio é um metal nobre, de altíssima qualidade, de grande resistência e de difícil corrosão, constituindo-se ainda num supercondutor de energia, único que permite a fusão nuclear.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, apesar de tudo isso, o nióbio não vem sendo explorado convenientemente em níveis comerciais no País, a fim de proporcionar uma rentável fonte de divisas capaz de solucionar graves problemas, como o da dívida externa.

Pode parecer exagero dizer que a exploração deste metal em escala comercial proporcionaria arrecadação suficiente para cobrir a dívida contraída pelo Brasil no exterior, em curto espaço de tempo, em razão da qualidade estratégica do nióbio, mas esta é a pura verdade. Em entrevista publicada esta semana por uma autoridade que

ocupou importante cargo no Governo, durante três períodos consecutivos, no Ministério da Indústria e do Comércio, o esclarecimento foi feito, advertindo a área tecnológica do País para esse aspecto. Trata-se do professor José Walter Bautista Vidal, ex-Secretário de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio, que conhece de perto as potencialidades da tecnologia nacional e em particular as qualidades desse material nobre.

Por este motivo, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estou encaminhando ao Ministro das Minas e Energia e ao novo Diretor da Secretaria de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio, pedido de informação para que esta Casa tome conhecimento das prioridades deste metal, seu emprego e suas potencialidades e preço no mercado externo, bem como o local das jazidas já levantadas e o seu volume.

O requerimento de informações, Sr. Presidente, vai redigido com o seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Requerimento de Informações

Nos termos do que dispõe o art. 30, parágrafo único, alínea c, da Constituição Federal, combinado com os arts. 127, inciso II e 130, do Regimento interno, requeiro a Vossa Excelência se digne determinar o encaminhamento do presente Requerimento de Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio, para que esclareçam determinadas questões relacionadas com o metal nobre conhecido por nióbio, nos termos em que se seguem:

1º) Qual o volume levantado do metal nobre nióbio, existente no território brasileiro?

2º) Quais os Estados e Municípios que possuem jazidas desse minério?

3º) Qual o emprego do metal nobre nióbio e suas propriedades?

4º) Qual o preço estipulado para o metal nobre nióbio no mercado internacional?

5º) Se é possível a utilização do nióbio na fusão nuclear?

6º) Quais as dificuldades existentes para a exploração desse metal nobre em escala comercial?

7º) Tem procedência a denúncia do professor José Walter Bautista Vidal, ex-Secretário de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio, de que o metal não vem sendo explorado convenientemente por descaso do Governo?

8º) Quais as providências que podem ser tomadas para que este metal venha a ser explorado e comercializado no mercado externo para somar divisas tão carentes ao País?

Sala das Sessões, 3 de junho de 1987. – **Edivaldo Motta – Constituinte.**

Correio Braziliense, 31-5-87

REPORTAGEM ENCAMINHADA JUNTO AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Um metal praticamente desconhecido entre os brasileiros poderia pagar toda dívida externa do País, com a exploração de uma única mina. O nome do metal é nióbio, e quem faz esta surpreendente afirmação é o ex-secretário de tecnologia industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, professor José Walter Bautista Vidal, que deixou o cargo há pouco menos de um mês.

O Brasil detém 96 por cento de toda a reserva de nióbio do mundo, o que, segundo o professor, faz com que as potências industriais não se interessem pelo metal. Até mesmo no Brasil ele não é usado em boa proporção, pois "a decisão de se utilizar um material ou outro é tomada fora do País," afirma Bautista Vidal.

O nióbio é um metal nobre, de elevadíssima qualidade estratégica de grande resistência mecânica, de difícil corrosão, além de ser supercondutor e, até o momento, o único que serve para fusão nuclear. Apesar de todas as vantagens, só agora o Brasil começa a explorá-lo, mesmo assim de maneira tímida. "Como é que um País que possui esse potencial está inviável e desmoralizado?", indaga o professor.

Bautista Vidal critica o modelo econômico implantado no Brasil, que "torna o desenvolvimento tecnológico nacional absolutamente inviável." E o que ele chama de modelo dependente, que vai procurar pacotes tecnológicos fora do Brasil. Os próprios órgãos governamentais discriminam os projetos nacionais. O professor lembra que várias vezes teve em suas mãos contratos da Sudene e da Sudam que condicionavam a concessão de incentivos à busca de tecnologia no exterior.

Órgãos como o Conselho interministerial de Preços (CIP) e Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), também dificultam o aproveitamento da tecnologia nacional. De acordo com Bautista Vidal, se um empresário brasileiro apresenta um contrato de um produto, o CIP não aceita que seja incluído no preço final das despesas com o projeto de pesquisa. "Mas se for um programa vindo do exterior a inclusão dessas despesas é imediatamente aceita".

Com a experiência de três gestões à frente da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do MIC, Bautista Vidal não se conforma com a perda de recursos da STI nos últimos nove anos, que já chega a Cz\$ 3,2 bilhões. "O que se aplica hoje em tecnologia industrial é 36 por cento menos do que se aplicava em 1978."

Para se ter uma idéia, somente no programa do Álcool, naquele ano, trabalhavam 1.500 pesquisadores. Hoje, esta equipe foi completamente desestruturada. Bautista Vidal foi o coordenador do Proálcool que, se-

gundo ele, "era o começo de um grande plano de substituição de todos os derivados do petróleo". Entretanto, até agora o Brasil não utilizou nem 10 por cento da sua potencialidade. Havia ainda, um projeto de curto prazo para reduzir em mais de 40 por cento os custos de produção do álcool. "Infelizmente os economistas, que tomam as decisões neste País, não permitiram que isso fosse feito", lamenta.

Na opinião do professor, o Proálcool está sendo "pessimamente administrado", pois só no transporte do produto o Governo gasta centenas de milhões de dólares "sem nenhuma necessidade". A forma como está sendo aproveitada a cana-de-açúcar também é criticada pelo professor: "já começam errado, queimando a palha e perdendo 35 por cento de energia. Em qualquer lugar do mundo esta palha seria transformada em energia".

Toda essa desorganização o professor atribui à colocação de profissionais errados nos lugares errados. Ele afirma que tudo no País está sendo controlado por economistas, que nem sempre conseguem fazê-lo de maneira correta. No caso do Proálcool, ele acredita que se estivesse sendo administrado por engenheiros especializados não ocorreriam tantos desperdícios. "Os engenheiros foram desalojados das fases de decisão. Quem manda no País são os economistas", arremata.

Apesar das críticas aos economistas, Bautista Vida não os considera os únicos culpados pela situação. "Devemos reconhecer nossa culpa por termos deixado nossa área de competência profissional ser ocupada por pessoas despreparadas para tanto."

Em pronunciamento na sede do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) no início do ano, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, conclamava a classe a defender a tecnologia nacional, ocupando estes espaços citados agora pelo professor. Por causa desse pronunciamento foi que o Confea criou uma comissão de engenheiros e empresários nacionais, para debater e apresentar propostas concretas ao governo.

Outro caminho que o professor vê como saída para o desenvolvimento do Brasil é a exploração dos recursos energéticos. "Com este potencial fantástico, o Brasil será a grande potência energética do futuro." Para tanto, o professor defende a utilização de fontes inesgotáveis, como os óleos vegetais. "Se pegarmos áreas inexploradas produziremos 6 milhões de barris de óleo diesel de dendê, por dia, de maior potência do que o diesel do petróleo." Esta produção, segundo cálculos do professor, é mais do dobro de todo petróleo produzido atualmente na Arábia Saudita. José Bautista Vidal lembra o caso de São Paulo, onde já foram rodados mais de 4 milhões de quilômetros com ônibus a óleo de dendê.

Se programas como este fossem implementados pelo Governo, José Bautista acredita que poderíamos reduzir drasticamente as despesas com petróleo – segundo ele,

maior responsável pela dívida externa – e dentro de pouco tempo deixar de usar combustíveis deste produto.

"Em 1974/75 o MIC apresentou um projeto para em cinco anos o Brasil ficar completamente auto-suficiente do ponto de vista energético, mas o programa não foi executado."

O SR. CONSTITUINTE VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há dez anos, em 4 de junho de 1977, estudantes universitários de Minas Gerais e delegações de todo o País, reunidos na Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte, para realizarem o 3º Encontro Nacional de Estudantes com o objetivo de reconstruir a UNE, foram violentamente reprimidos.

A ditadura e o Governador, à época, Sr. Aureliano Chaves – hoje, um dos condestáveis da Nova República – mobilizaram todo o aparato de repressão ao seu dispor: polícias militar e civil, Metropol e DOCS, fortemente abastecidos de cassetetes, bombas, escudos, cães etc.

Fora dos muros da faculdade, as ruas e avenidas próximas foram transformadas em praça de guerra, com os policiais buscando dispersar os estudantes que chegaram para reconstruir sua entidade de tantas lutas passadas, desmantelada que fora pela força dos atos inconstitucionais e da repressão política.

Dentro da faculdade, pasmem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, os estudantes, em vigília desde a noite anterior, foram cercados por centenas de policiais armados – até de metralhadora – e posteriormente presos. Foram mais de 800, 100 dos quais tiveram o pedido de enquadramento na famigerada Lei de Segurança Nacional.

Os atos de repressão desse dia não impediram os estudantes de reconstruir, 2 anos após, em 1979, a União Nacional dos Estudantes. E ensinaram muito ao povo brasileiro. Ensinaram que não existirá liberdade individual, política ou sindical no Brasil enquanto subsistirem aparatos especiais de repressão e lei antipopulares.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, amanhã, em Belo Horizonte, na mesma faculdade invadida há 10 anos, os抗igos estudantes que foram presos e espancados por reconstruir a UNE estarão realizando um ato público para exigir da Nova República o que já exigiram da ditadura militar: a desativação do DOCS, o fim do LSM, a queima dos arquivos políticos da repressão, e que as Forças Armadas não possam mais interferir em questões políticas.

A nós, Deputados Constituintes, cabe um único posicionamento: o de revogar tudo de antipopular que está sendo proposto nesta Casa, sob o perigo de, no futuro próximo, estas armas voltarem-se contra nós próprios e contra o povo.

O SR. CONSTITUINTE COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, instamos com o Ministro da Fazenda, Prof. Bresser Pereira, no sentido de que adote urgentes providências para salvar o pequeno empresário brasileiro da calamitosa situação em que se encontra, em especial os lojistas do Norte e do Nordeste.

Essa tomada de posição do Ministério que comanda a política econômico-financeira do País

é das mais dramáticas exigências do momento atual e tem de efetivar-se imediatamente, antes que setores inteiros de nossa organização produtiva e de circulação de bens e serviços se deteriorem irreversivelmente.

Impõem-se medidas práticas de pronto alcance, para obter resultados capazes de reverter o quadro de pré-insolvência atual e que se vem acentuando visivelmente, com o fechamento de firmas e o cancelamento de milhares de empregos em todos os pontos do território nacional.

Essa ação governamental deverá preceder à apresentação do tão ansiado plano do titular da Pasta da Fazenda, o qual também não pode mais ser retardado. Está a economia brasileira em uma situação tão grave e tão descontrolada que somente a adoção decidida de uma linha de atuação firme, nestes primeiros dias de junho, poderá permitir algum alento às classes produtoras e à população em geral, levando ao povo um pouco de confiança nas autoridades e abrindo alguma perspectiva menos sombria do que a de hoje.

No VI Congresso Norte/Nordeste do Comércio Lojista, realizado entre os dias 13 e 16 de maio, em Sergipe, com a ativa participação do Clube dos Diretores Lojistas de São Luís, foi examinada a presente conjuntura e divulgada a Carta de Aracaju, que traduz as apreensões dos segmentos sociais ali representados e diretamente atingidos pelas dificuldades ora agravadas.

No conclave, manifestando-se pela austeridade e moralidade públicas como princípios ordenadores da organização jurídico-social e econômica do País, os empresários presentes apontaram a inflação incontrolável e os juros escorchastes como os principais fatores que estão levando ao desespero e à falência os pequenos, médios e micro comerciantes do País.

Dante da crise que os afeta e dos seus múltiplos e danosos efeitos, os lojistas deploram os gastos públicos, abusivos e incontrolados, no momento em que a região nordestina sofre, penalizada, o brutal rationamento de energia elétrica. Somando-se a isso a seca e os danosos juros altos, tudo contribui para o cerco aos micro empresários, que não estão tendo a benevolência na anistia aos débitos e, como isso, vêm pagando juros altíssimos.

Como empresários, os lojistas exigem e esperam respeito e tratamento condigno, como fundamento das relações de mútuo interesse com o poder, em todas as suas dimensões, e com a sociedade, em todos os seus segmentos.

Como empregadores, os lojistas reafirmam a parceria estabelecida com os trabalhadores, na luta comum e permanente contra a recessão, que ameaça de forma cruel a estabilidade social.

Como classe, mas sem perda da individualidade e da cidadania, os lojistas renovam a fé e a crença no Brasil, em sua potencialidade econômica, em sua força de trabalho, em seu destino de líder na América do Sul.

Unidos, assim, em torno de princípios e dispostos à luta pela sobrevivência digna, os congressistas do comércio lojista renovam o compromisso com a transição democrática, como instrumento da evolução política e social do Brasil.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o povo está feliz com a política econômica do nosso Governo? Será que para ele o que mais interessa é o mandato do Presidente José Sarney ou se o sistema de governo será o do presidencialismo ou do parlamentarismo? Será que a maioria sabe dizer o que é um ou outro?

Parece-me que o povo está querendo, no momento, é uma definição da política econômica do País, pois as coisas estão de mal a pior. E quando vejo publicação de manchetes nos jornais dizendo "Trem da alegria na Câmara dos Deputados", até me dá um frio na espinha. Não me cabe julgar aqui a decisão da Mesa, mas sim fazer com que venham a meditar um pouco sobre a situação do povo de um modo geral, que nos cobra nas ruas uma atitude em favor dele e ainda pergunta por que apoiamos ou ficamos omisos em algumas atitudes do Governo Federal.

Ao preço das mercadorias nos supermercados estão aumentando assustadoramente a cada dia; a quebra está sendo geral e a recessão está em nossa porta.

O Ministro, ontem, pela TV, pediu que os empresários fizessem investimentos. Mas como se o momento não é propício, a credibilidade está abalada e aqueles que acreditaram anteriormente estão em dificuldades?

Este País tem que ter objetivos claros. Enquanto os partidos discutem o mandato do Presidente, o povo discute como sair do sufoco e do medo, cujas perspectivas os assombra.

A nova Constituição é para o futuro; mas, no presente, se não tomar medidas, o País vai para a calamidade.

O Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

V – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. ÁTILA LIRA: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, está ocorrendo em quase todos os Estados uma mobilização do magistério público para sustentar ou preservar o único dispositivo, válido, que ainda persiste, da política econômica do chamado Plano Cruzado, o gatilho salarial. Em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no meu Estado, o Piauí, a luta dos professores tem significado, para todo o magistério e para a sociedade, uma mobilização que precisa encontrar uma resposta, sobretudo nas decisões de cada Governador dessas Unidades Federadas.

Os professores, através de associações, têm procurado estabelecer um diálogo permanente com os Governadores, objetivando deixar bem claro que a política salarial, mesmo com os reajustes automáticos, não atende aos interesses do trabalhador, mas pelo menos preserva um mínimo, em termos de reposição salarial.

No Piauí, ontem, tivemos uma negociação entre as associações e o Governo do Estado, com a participação da representação do Presidente da Confederação dos Professores do Brasil – CPB, em que se procurou colocar a necessidade da preservação do reajuste salarial automático, da paridade das leis que garantem a eleição de diretores de escolas e condições mínimas de trabalho.

Mas a resposta do Sr. Governador, da sua administração, foi incompatível com suas propostas de governo para a Educação, especialmente para os professores. Foi uma resposta incompatível com os compromissos da carta partidária do PMDB, de todos os partidos que concorreram para sua eleição em 1986.

O que encontramos de concreto na resposta do Governo do Estado se caracterizou por tentativas de intimidação da representação classista, por intransigência do Governo e por uma orientação reacionária de segmentos que lhe dão sustentação política, com ameaças de demissão, com ameaças de transferência; por tentativas permanentes de perseguir aqueles que estão liderando o movimento de reivindicações.

A greve – não só lá, mas em outros Estados – está encontrando forte resistência e, parece, movimento organizado e articulado dos Governadores, Governadores que prometeram a salvação do trabalhador e do magistério e que estão muito bem sintonizados nas formas de reprimir e de rechaçar qualquer tentativa de libertação da classe trabalhadora.

No meu Estado, estamos sentindo uma pressão também do Governo visando a evitar que os professores usem os veículos de comunicação para mostrar o andamento das negociações e as posições dos Governantes.

Esses mesmos governadores, dentre eles o do meu Estado, usam o seu poder de pressão no rádio, no jornal e na televisão para impedir que inclusive nós, como representante deste Estado, usássemos da palavra.

Hoje mesmo, houve uma tentativa de criar defeito técnico na estação de televisão onde eu iria falar, no sentido de fazer com que o meu pronunciamento – e foi obtido êxito por parte do Governo – fosse impedido de ser transmitido através da televisão local.

O Governador do Estado, através da sua estrutura de Governo – assessores reacionários, comprometidos com a Revolução e com os partidos mais atrasados do nosso Estado – mandou fechar a televisão, desligando a distribuição de energia na região onde ela está localizada. Alcançaram, portanto, êxito em proibir qualquer pronunciamento relativo à greve.

Por essa e outras tentativas de cerceamento da luta do trabalhador na área do magistério solicitamos a esta Assembléia, através da Mesa e do Sr. Presidente, que se tem mostrado sensível e solidário com os movimentos da classe, que apelo para os Sr.º governadores do Piauí e de outros Estados que estão usando o poder de polícia para prender, ameaçar, intimidar e violentar direitos, no sentido de que retomem as negociações e garantam os direitos dos professores e dos cidadãos, seja reiniciada no Estado do Piauí uma tentativa de encontrar uma convivência de justiça social e democrática de interesse não só do magistério, mas de toda a sociedade piauiense.

O SR. AMARAL NETTO, Líder do PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez interrompi uma reunião do PDS em que se examina, no Senado, neste momento, sob a presidência do Constituinte Jarbas Passarinho, os relatórios das várias subcomissões, para trazer um comunicado a esta Casa e principalmente a V. Ex.^a.

Agora quem fala não é o Deputado Amaral Netto, sequer o Líder, mas um Constituinte em nome do Presidente do PDS, Jarbas Passarinho. Vamos tomar providências imediatas, baseados inclusive em ofício do Constituinte Victor Faccioni a V. Ex.^a o qual, por sua vez, se solidarizou com os termos da carta que o ex-Ministro Dílson Funaro mandou a V. Ex.^a, ao deixar o Ministério, disse S. Ex^a que estava à disposição do Congresso como cidadão. O Constituinte Victor Faccioni, dentro de alguns dias, no máximo, solicitou a V. Ex.^a e ao Senador Humberto Lucena a convocação do ex-Ministro Dílson Funaro, do Presidente do Banco Central e dos Ministros da Fazenda e do Planejamento para esclarecerem problema da maquiagem da balança comercial. O PDS, nessa reunião que vem mantendo e manterá permanentemente até a semana que vem, está chegando à conclusão de que realmente se pratica um ato seriíssimo contra o Presidente Sarney e o próprio PMDB, segundo conhecimento que termos das declarações do ex-Ministro Funaro: "Estão me acusando de coisas que não fiz e, se essas acusações continuarem, serei obrigado a relatar muitas verdades duras contra o Governo". Ele não disse "contra o Governo", mas "fatos ocorridos no Governo", o que caracteriza uma ameaça e um conhecimento de fatos dolosos que teriam chegado ao conhecimento do ex-Ministro.

Então, comunico a V. Ex.^a e à Casa que o Presidente do PDS, o seu Líder e o Líder no Senado, enfim, toda a bancada, no Senado e na Câmara, reunidos, vão propor a V. Ex.^a e ao Senador Humberto Lucena que convidem o ex-Ministro Funaro, o Ministro Bresser Pereira, o Presidente do Banco Central e o Ministro do Planejamento para que digam como foi possível desaparecer um bilhão e tanto da balança de pagamentos e, ao mesmo tempo, que o ex-Ministro Dílson Funaro diga o que vai contar, se continuarem a acusá-lo.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, querem soltar o lobo mau.

Depois de três flagrantes por porte de drogas, e por fazer apologia, inclusive dizendo absurdos científicos – como o de que a maconha e a cocaína não causam dependência – o cantor de rock João Luiz Woerdenbag, o "Labão", foi, finalmente, condenado a um ano de reclusão e

ao pagamento de multa de cinqüenta salários mínimos.

Tanto bastou; para que alguns artistas e amigos do roqueiro se movimentassem solicitando a sua libertação ou então o privilégio de prisão especial a que ele não tem direito, pois não tem curso universitário, sendo apenas meramente alfabetizado.

É o caso de se perguntar que país é este, onde um usuário reincidente e que faz a apologia do uso de drogas, só pelo fato de ser artista, merece que se reivindique para ele o privilégio que aos outros – pobres mortais – não é concedido.

Esse lobo mau, que agora alguns dos seus colegas artistas querem apresentar travestido com a pele de cordeiro, é um indivíduo altamente pernicioso. Isto porque, se o simples usuário de drogas é realmente muito mais vítima do que culpado, muito mais problema médico-social de que policial, o mesmo não se pode dizer de uma pessoa que, valendo-se de seus dotes artísticos, que o levaram a modelo de determinados setores da juventude, divulga e defende o uso de duas drogas profundamente perniciosas ao organismo, como a cocaína e a maconha.

E o mais lamentável da estória é que tal indivíduo é uma espécie de líder para determinados setores ou grupos de adolescentes, que fazem dele o seu modelo, procurando imitá-lo, não só nas suas músicas, como também em seu comportamento. E, entre este, encontra-se, evidentemente, o uso de drogas, pois tal personagem não perde oportunidade de divulgá-las, contando, às vezes, com a complacência e o beneplácito de certos setores da mídia.

É por isto e outras coisas mais que drogas como a cocaína se espalham por todo o País, atingindo, agora, até mesmo crianças de 10 a 11 anos de idade, como se noticiou recentemente em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

Quando se chega ao ponto de tentar mobilizar a opinião pública para liberar um indivíduo de tal espécie, só porque se trata de um artista, começa-se a descrever do valor das leis neste País, pois, ao que tudo indica, os cantores e usuários de drogas estariam acima delas. Felizmente, existem muitos cantores e artistas que combatem as drogas, alguns por convicção e outros por terem sofrido na própria carne o grave problema do seu abuso.

A estória do Lobo Mau e Chapeuzinho Vermelho se repete. Só que agora o voraz animal não deseja apenas engolir o corpo da inocente criança. Quer também devorar sua própria alma. E é isto que acontecerá com muitos adolescentes, caso esse elemento, propagador do uso de drogas, venha a ter um tratamento complacente por parte de nossas autoridades judiciais, mercê de um grupo de artistas benevolentes que querem vestir tal lobo com a pele de cordeiro.

Não podemos permitir que isso aconteça, pois ninguém está acima da lei. Nem mesmo os artistas.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no ano passado, quando foi implantado o Plano Cruzado, inúmeros economistas famosos e muito respeitados manifestaram a sua opinião de que finalmente o País estava entrando em uma rota de que iria levá-lo à superação de todos os seus problemas sociais e econômicos. As emissoras de rádio e televisão, os grandes veículos de comunicação em geral deram ampla cobertura ao posicionamento não apenas das autoridades, mas também desses economistas que haviam feito inclusive carreira acadêmica propondo planos que levassem à superação dos problemas econômicos criados pelo regime autoritário. As entidades sindicais, no entanto, na sua simplicidade e sem nenhuma divulgação, mostraram com muita clareza que aquele plano teria necessariamente fôlego curto, porque não atingia a raiz dos problemas econômicos do País e nele nada se falava sobre a necessária reforma agrária o tabelamento de preços abaixo das taxas de juros e o pagamento de uma dívida externa fabricada.

Conforme o previsto, o plano durou muito pouco. O Governo conseguiu sustentá-lo até poucos dias após as eleições, para isso desbaratando todos os recursos externos do País, fazendo exportações de produtos absolutamente desnecessários, o que não aconteceria se o Governo, tivesse sido mais enérgico com o empresariado, que tudo fez para fraudar aquela política de congelamento de preços.

Naquela ocasião, era candidato ao Governo do Estado de São Paulo o Sr. Oreste Quérzia, que também fez grande campanha publicitária cobrando do Governo o confisco do boi gordo que se encontrava no pasto.

Antes mesmo de tomar posse o Sr. Oreste Quérzia, já o Plano Cruzado ia por água abaixo.

Hoje, o Sr. Oreste Quérzia toma como uma das suas primeiras medidas o confisco, só que agora não mais do boi gordo que se encontra no pasto, mas do salário dos funcionários públicos. Enfia a mão no bolso dos funcionários públicos; alega condições econômicas do Estado, como anteriormente outros governantes já haviam feito.

Lembro-me de que, logo no início do governo anterior, as altas autoridades econômicas, que depois ocuparam postos também nos Ministérios econômicos da Nova República, alegavam que não havia condições, que o ICM estaria todo comprometido e que o Estado racharia se fossem atendidas as reivindicações – que finalmente foram atendidas porque o magistério foi à greve. E o que vimos foi um crescimento muito superior ao que estava previsto a arrecadação do ICM e o distanciamento cada vez maior entre as curvas do ICM e as do salário dos funcionários públicos de São Paulo.

O Governador de São Paulo, mais do que isso, não está cumprindo uma lei encaminhada pelo seu antecessor, Governador Franco Montoro, à Assembléia Legislativa, adaptando o Estado de São Paulo à nova legislação federal criada pelo Plano Cruzado. Pois bem aquela lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa instituindo o gatilho salarial para o funcionalismo público a cada vez que a inflação atingisse a marca de 20%.

Hoje, a imprensa nacional publica a notícia de que o Juiz Marcos Vinícius dos Santos de Andrade, presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil encaminhou representação ao Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Marcos Nogueira Garcez, solicitando que este requeira ao Supremo Tribunal Federal intervenção federal no Estado de São Paulo até que seja restabelecida a ordem jurídica violada. Quem está violando a ordem? O Governador de São Paulo, segundo os quarenta e dois Juízes que, por decisão unânime, solicitaram essa medida do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Têm vindo, com muita freqüência, a Brasília, para conversar tanto com o Presidente da Constituinte, quanto com os ministros da área econômica e do trabalho, sobre a necessidade de um posicionamento mais energico com relação ao que vem acontecendo no Estado de São Paulo, porque o Governador simplesmente recusa-se a cumprir a lei aprovada pela própria Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

É verdade que o Governador já sofreu revezes políticos muito importantes em São Paulo, quando teve que recuar ao propor a substituição do gatilho pelo reajuste semestral, para quadrienal, e sob nossa pressão, dos funcionários públicos do Estado de São Paulo, recuou para reajustes trimestrais, e, dessa maneira, dizia que havia garantido à unanimidade de sua bancada. Sob pressão ainda do funcionalismo, a bancada governista dividiu-se e votou majoritariamente contra o próprio Governador, que teve, assim, a sua primeira derrota política, de ver um Executivo que não conta sequer com o respaldo da própria bancada do partido majoritário.

Já tive oportunidade de dizer aqui, em ocasiões anteriores, que, se conseguirmos uma vitória como essa, no Estado de São Paulo, – que é ainda uma vitória política de longo curso, não resultou ainda no pagamento daquilo que é devido aos funcionários públicos do Estado de São Paulo pelo Governo do Estado é possível também que consigamos essa vitória a nível maior.

O Governador do Estado de São Paulo, argüindo constitucionalidade da lei aprovada em São Paulo lei essa que, como já disse, está plenamente adequada à lei do Plano Cruzado, criado, pelo Governo Federal no ano passado encaminhou a matéria ao Procurador-Geral da República, que já a encaminhou ao Supremo Tribunal Federal.

Já ouvi, aqui, em nossos corredores, alguns colegas Constituintes dizerem que já sabem que o Governo vai ganhar, porque, como diziam esses colegas: "conhecemos o Supremo Tribunal Federal". O Governador deve ter-se respaldo antes de enviar essa solicitação.

Quero aproveitar esta oportunidade para, aqui desta tribuna, chamar a todos, a fim de que juntos possamos manifestar uma posição contrária a um Governo que não cumpre a lei, e nos dirigirmos ao Supremo Tribunal Federal no sentido de que julgue com isenção. Se a lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que o Governo a cumpra. Se eventualmente for concedida medida liminar, atendendo à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, – que é a preocupação dos servidores públicos – que o Governador do Estado cumpra o que está devendo até o presente momento, porque já venceu o terceiro gatilho; os funcionários públicos do Es-

tado de São Paulo estão em condições de miséria porque não têm o seu salário reajustado. É o maior arrocho salarial dos últimos vinte anos na história do funcionalismo público do Estado de São Paulo.

Aqui, então, o nosso protesto com relação a este Governador que assumiu o Governo do Estado de São Paulo em condições muito parecidas ao que aconteceu com um ex-Governador, o Sr. Paulo Maluf, de muito triste memória em São Paulo, que, quando assumiu, encontrou o funcionalismo público em greve, tratando o mesmo como carrasco e, posteriormente, pôde sentir o quanto de importante foi o posicionamento do funcionalismo público e, inclusive, do magistério de São Paulo, para a derrocada daquela forma de Governo: o malufismo, que hoje tenta se implantar novamente em São Paulo, como um neomalufismo, fundamentado no clientelismo, no mandonismo e no autoritarismo, que não cumpre sequer a lei que é aprovada pelo próprio legislativo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quer hoje a bancada do Partido Democrático Trabalhista, neste horário destinado à Comunicação de Liderança, participar à Assembléia Nacional Constituinte que tem recebido, com viva apreensão, notícias do recrudescimento da violência no Rio de Janeiro.

Nós, Constituintes, sabemos, por experiência própria, o quanto é crítico o quadro da violência naquele Estado e, de resto, em todas as cidades brasileiras, especialmente nas grandes metrópoles. Sabemos também o quanto é difícil, penoso e árduo aliviar a população do Rio de Janeiro e das demais cidades da violência e criminalidade. É difícil porque o sistema penitenciário é caótico e turbulento, a polícia é desequipada e desassistida e, acima de tudo, os métodos utilizados foram distorcidos pelos longos anos de autoritarismo.

É muito difícil, mas enfrentamos essas condições adversas com responsabilidade e conseguimos, sem qualquer recurso, durante quatro anos no Governo Federal, pacificar as prisões, restabelecer o sentido da autoridade na ação policial e aumentar sua eficiência com um maior número de prisões. Fizemos isso com responsabilidade, e conseguimos reduzir a violência a um nível mais razoável. Não a eliminamos, porém, pois ainda é crítica. Ressurge, agora, com muita força no Rio de Janeiro, e com dois ingredientes que sobressaem. Além do aumento da violência em si, há ainda o ressurgimento dos esquadrões da morte e dos diversos segmentos que os compõem – triste memória na História deste País! Para essa situação contribuiu grandemente o atual Governo do PMDB do Rio de Janeiro, um dos seus grandes causadores e responsáveis, quando quis enfrentar esse difícil quadro de violência de forma irresponsável, primeiro, porque anunciou, de maneira tão

leviana, pueril e irresponsável, que iria acabar, em seis meses, com a violência no Rio de Janeiro.

Ora, sabemos como uma postura leviana e irresponsável se reflete nos policiais, que vêem em seus superiores um exemplo para enfrentar seu duro e desumano trabalho, sua terrível missão. Mas, diante de tamanha irresponsabilidade, não darão crédito às autoridades, não obedecerão às autoridades superiores.

O segundo ponto da atitude irresponsável do atual Governo do Rio de Janeiro foi dizer que a violência seria respondida simplesmente com a violência, quando seu Secretário de Polícia afirmou que primeiro atraria para, depois, perguntar de quem se tratava. Ora, sabemos o que isto significa para os policiais de níveis inferiores, que, diante dessa mensagem, poderão até mesmo adotar uma postura de violência. Também para os marginais tal atitude pode causar revanchismo e mais violência. Recebem, assim, os dois lados uma mensagem irresponsável que sugere uma atuação sem freios por ambos os lados da criminalidade: o lado violento e criminoso, propriamente dito, do marginal, e o lado repressor, do policial. A humanidade sabe, por experiência, que somente através da autoridade policial responsável, de acordo com a lei, é preciso enfrentar os bandidos armados, os grupos organizados de marginais. Não é através das barbaridades dos esquadrões da morte que se enfrenta, com responsabilidade, a criminalidade e a violência nas grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro. A autoridade policial tem um carisma que infunde um mínimo de respeito aos cidadãos, até mesmo nos marginais. A lei e a autoridade policial são a única arma capaz de enfrentar nos criminalidade e de impor respeito aos marginais. É esta e experiência da humanidade.

Acabamos de constatar que 20 anos de autoritarismo e arbitrio jamais ajudaram. Ao contrário, incrementaram e estimularam a violência e a criminalidade. Por isso, em nome do povo, devemos condenar o Governo do Rio de Janeiro, o responsável número um pelo ressurgimento do esquadrão da morte, que mancha a imagem e a dignidade da Pátria brasileira diante de assassinatos organizados pela mão branca.

Nós, que estamos avançando um grande passo na civilização brasileira ao elaborar uma Constituição que dará maior dignidade à população brasileira, devemos proclamar já que o Governo do Rio de Janeiro está adotando métodos irresponsáveis e bárbaros para enfrentar a criminalidade. E mais uma vez a Nação brasileira vai ser desonrada e enxovalhada aos olhos do mundo. E não podemos silenciar diante de um quadro como esse, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A SR.ª ROSE DE FREITAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

O SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a data de hoje tem dois significados extremamente importantes para o País e para o nosso partido, do ponto de vista político.

Em primeiro lugar, comemora-se hoje – e, como capixaba, não poderia deixar de registrar

tal fato – o primeiro aniversário da morte do famoso cientista e biólogo Augusto Ruschi, homem que aprimoradamente defendeu, sob todos os aspectos, a questão do meio ambiente, a natureza, a integração do homem a uma vida mais adequada e dignificante. Defendeu, como ninguém, os recursos naturais, nossas reservas, e soube aprimorar, através de mais de cinqüenta trabalhos espalhados pelo mundo, suas teses, tão bem defendidas.

Nós, do Espírito Santo, como também todos os brasileiros, sentimos essa grande perda para o mundo científico como um todo.

Em segundo lugar, politicamente retoma hoje seu posto, eleito que foi Prefeito de Cuiabá, um grande companheiro político do PMDB, ex-Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ex-autor da campanha das diretas-já, o ilustre peemedebista Dante de Oliveira; homem que, à frente do Mirad, tentou de todas as formas trazer uma nova visão histórica à luta da reforma agrária, não procurando efeitos imediatos, efeitos políticos demagógicos, mas efeitos simples de uma luta comprometida e arraigada no seio do PMDB; homem que pregou pelo País inteiro, através do Mirad, uma mudança social tão adequada à luta peemedebista, a luta em favor da reforma agrária.

Dante de Oliveira antes de mais nada, mereceu e merece os nossos aplausos por ter desempenhado tão bem sua função, aceitando-a sobretudo como desafio, para desenfrear à frente desse Ministério um programa de reforma agrária que dependia sobretudo do apoio político do nosso partido e de políticos de outras siglas partidárias do Congresso Nacional, reforma que não teve resposta imediata às propostas apresentadas, mas que contou com a presença vibrante de um apaixonado pela causa do povo, de um mudancista, de um romeiro em favor dos princípios da luta peemedebista, que se iniciou nesta Casa em favor das diretas-já.

Este homem simples, mas de muito talento, retoma seu cargo com muita honra, tenho certeza, o de Prefeito de Cuiabá. Existem muitas especulações em torno desse acontecimento político. O que estaria acontecendo neste exato momento em Cuiabá? Por que Dante teria abandonado seu Ministério com tanto trabalho pela frente, para retomar a simples Prefeito de Cuiabá? Dante, com muita lealdade, dignidade e a honradez que lhe é tão peculiar, teve oportunidade – na sua prestação de contas – de dizer que se não fez tudo o que poderia ter feito, fez o que seria possível. Jamais, em momento algum, deixou de receber o apoio necessário do Presidente José Sarney para conseguir aquilo que foi considerado uma parcela adequada à desapropriação de terras a serviço de alguns Estados onde, há alguns anos, se arrastavam os conflitos. A consciência com que desempenhou a primeira etapa do seu Plano de Reforma Agrária à frente do Mirad nos faz ocupar esta tribuna, neste momento, no horário destinado às Lideranças, para prestar homenagem a este companheiro. Dante de Oliveira assume também hoje outra tarefa histórica: vai à praça pública, retomando seu cargo de Prefeito, sua luta peemedebista, agora não só como simples companheiro, mas como protagonista histórico – como outros – ao lado de Mário Covas, de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Henrique, de vários

Senadores e Deputados que estão, neste momento, em Cuiabá para falar sobre os difíceis momentos políticos que a Nação vive, para dizer – cônscio de sua responsabilidade de peemedebista histórico, como pessoa, como cidadão comum e como pai de família – que precisamos, antes de mais nada, concretizar algumas etapas das nossas pregações históricas. Nós, que contribuímos, ao longo de tantos anos; para a formação do antigo PMDB, nós, que a construímos sucedaneamente, sabemos que este governo de transição era necessário. Era um poder alternativo para que o povo não continuasse convivendo com um regime discriminatório e autoritário, que tomava medidas administrativas antipopulares e deixava o povo sofrer as consequências nefastas, sem direito sequer de participar do seu próprio destino – ou pelo menos sobre ele opinar. O que hoje acontece no Brasil é latente no seio de cada peemedebista que aqui se encontra. Sabemos que este Partido é uma frente política. Temos consciência de que neste Partido, no qual estão agregados vários pensamentos políticos, de direita, de esquerda, de centro, os liberais, enfim todos, ninguém está indiferente ao sofrimento do povo brasileiro. O que esperamos, então, para que aconteçam as grandes mudanças pregadas e que consubstanciam um programa de transição democrática? Esperamos que o PMDB – nosso Presidente Ulysses Guimarães, e os nossos companheiros de partido – reúna esta esfera política em um só centro de decisões, para que possamos, como faz hoje nosso companheiro Dante de Oliveira, em praça pública, refletir sobre a condição de expectativa em que se encontra o nosso povo. Não existe ainda descrença, desesperança. Existe a esperança de que o PMDB, com a responsabilidade que tem e com a responsabilidade histórica que teve, se reúna, não só para determinar qual será a duração do mandato do Presidente Sarney, mas para determinar um plano de governo, um plano econômico que venha sobretudo acudir à meta, à etapa da transição democrática – torno a repetir – de um poder que se intitulou apenas poder alternativo, para restabelecer a plenitude democrática neste País. Todos nós, que estamos nesta Casa, não somos privilegiados, talvez o sejam aqueles que aqui estão de passagem, e que fazem neste Congresso, turismo. Somos trabalhadores de mangas arregaçadas, portavozes de uma Nação inteira, que não quer continuar a viver como viveu vinte e um anos, como expectadora de uma realidade divorciada de seus anseios, de suas expectativas.

Queremos que o povo brasileiro, Constituinte Nelson Aguiar, ilustre capixaba do meu Estado, integrado à luta, vá às ruas dizer o que pensa desta Constituinte. Não estamos aqui a advogar a causa de eleições diretas já. Não queremos atropelar a Assembléa Nacional Constituinte. Entendemos que este momento e todo o processo constituinte é, por si mesmo, revolucionário. Hoje, as nossas Subcomissões tendem na sua maioria, a fazer com que este processo constitucional seja um retrocesso na vida nacional da comunidade brasileira, um retrocesso institucional. O povo não admite, de forma nenhuma, que aquilo que conquistamos, com muito suor e trabalho, seja um marco que envergonhe a vida política de cada um de nós.

Sou da Subcomissão do Sistema Financeiro, suplente da Comissão de Sistematização e, com muita honra, Vice-Líder no Congresso Constituinte. Sou mulher, mãe, cidadã, jornalista, radialista, agrimensora, estudante de Direito e de Administração. Em todos os momentos da minha vida, antes de ser Constituinte, participei ativamente da vida do meu povo, na minha primeira comunidade, a familiar, e na minha segunda comunidade, meu domicílio eleitoral, onde se trava a verdadeira luta pela escola, pelo esgoto, pelo trabalho, pelo salário justo, pelo pedaço de terra. Quando travamos a luta pela posse, o povo arregaça as mangas e, na hora decisiva é sempre com o poder político que ele esbarra. Esse poder político que está aqui constituído não se pode dar ao luxo de trair um momento histórico. O povo espera que correspondamos com trabalho, com mudanças reais, e que estejam consubstanciadas no texto constitucional mudanças que alterem a vida da população brasileira. Queremos discutir mandato de presidente, mas baseando-nos em questões objetivas. Gostaríamos de saber a que veio o novo Ministro da Fazenda, que não sabemos por quanto tempo ficará. O que pretende o Ministro da Fazenda? Qual é o seu projeto, que estamos esperando há trinta dias? Esperamos uma proposta encaminhada à Executiva Nacional há mais de dois meses. É preciso que o nosso partido se reúna em convenção para discutir, ouvir a base, o trabalhador, a mulher, o jovem, que depositou seu voto na uma e no PMDB, na sua grande maioria. Esperávamos ouvir seus pensamentos dentro do foro peemedebista, esperávamos que, decidindo ou não o mandato do Presidente, o povo se fizesse ouvir e não fosse negligenciado na sua função mais elementar na chamada efetiva democracia, que é a participação popular.

Então, isto tem um grande significado histórico, Presidente Ulysses Guimarães, amigo querido de longas caminhadas. Estamos a convocar o povo novamente às ruas, estamos a convocar o povo novamente para dentro do PMDB. Queremos calçar o processo da Constituinte, respaldando-o legitimamente com a voz e o clamor do povo. Queremos legitimar o mandato do Presidente Sarney, mas com propostas objetivas e concretas. Não queremos dizer quanto tempo fica ou não fica o Presidente da República. Não queremos medidas surrealistas ou distanciadas de um projeto econômico adequado à vida desta Nação hoje.

Queremos dizer que é bem-vinda a presença de Dante de Oliveira à praça pública, como é bem-vinda a presença de todos os companheiros que se encontram neste Congresso, desde que todos venham a público para, ao lado do povo brasileiro, ajudar a redirecionar esta Nação, que está perdida no imobilismo político do meu partido e de todas as agremiações que aqui estão. Alguns partidos podem mais, outros, menos. Na verdade, há alguns pequenos partidos nesta Casa com muita força e com a legitimidade da sua representatividade. Eles lutam de todas as maneiras para engendar algumas bandeiras políticas, mas têm consciência de que não o farão sozinhos. Aprendemos, ao longo dessa luta política, que, para transformarmos algumas coisas, precisamos de alianças. E foi assim que constituímos a Aliança Democrática, foi assim que sonhamos com a Nova República, foi assim que engendramos a transição democrática.

Este, Sr. Presidente, é sobretudo um instante de reflexão. Suspendemos a convenção partidária por alguns dias ou por alguns meses, mas isso não altera a realidade política em que vivemos. Pelo contrário, apenas nos concede um tempo maior para que possamos enfrentar o conflito de que estamos fugindo, mas que enfrentaremos mais adiante e – quem sabe? – com alguns agravantes a mais.

Por isso, gostaria de registrar nos Anais da Casa um pequeno trecho do discurso do Ministro Dante de Oliveira, pronunciado às 16 horas.

"O nosso partido não pode esquecer suas origens e seus compromissos sagrados, como o da reforma agrária, o da reforma urbana, o da reforma tributária, o da reforma econômico-financeira, o desenvolvimento nacional e a defesa intransigente da nossa soberania. Esses pontos não podem ser conspurcados dos elementos que se utilizam da nossa legenda, da legenda do povo para votar contra a reforma agrária, contra o monopólio do petróleo e outros temas que são a própria essência do nosso programa partidário. Temos o dever de retirar o nosso partido da situação de perplexidade e de imobilismo em que ele se encontra."

E afirma com toda segurança:

"Só vejo um caminho, o caminho das ruas e o caminho das praças, das portas das fábricas, dos campos, das escolas e das universidades. Para a constituição de um verdadeiro partido e não de uma frente política, um partido que tenha propostas claras à Nação, um partido de massas, capaz de cumprir o seu papel como instrumento político de mudanças na sociedade, capaz de ter laços orgânicos com o povo, viabilizando através de políticas setoriais definidas e de interesse popular, uma militância cotidiana que leve proposta a todos os segmentos sociais e que, ao mesmo tempo, traga para dentro do partido os anseios da sociedade. É dentro dessa filosofia que conclamamos os companheiros e companheiras de partido que souberam resistir até este momento para que saibamos construir o futuro da nossa Pátria democrática e livre."

Sr. Presidente, falo hoje especialmente no horário da Liderança do PMDB. Se me excedi em alguns dos meus pensamentos, que são muito meus, gostaria de desculpar-me. Mas gostaria novamente de deixar aqui um apelo a todos os companheiros da minha sigla partidária, o PMDB, no sentido de que nos unamos, para que realmente, pelo menos nesta etapa de luta conquistada pelo PMDB, possamos construir uma Constituição livre, soberana e que represente sobretudo a trajetória de luta que V. Ex.^a ao lado de seu povo, caminhou ao longo de tantos anos por este Brasil. O rosto de V. Ex.^a traz as marcas de uma luta; os cabelos brancos de V. Ex.^a representam sobretudo a vida de um homem que soube desafiar o tempo para resistir a tudo. V. Ex.^a foi intitulado o campeão da democracia. Ao lado de V. Ex.^a, no meu Estado, em carro aberto, aclamei-o Presidente da República. No entanto, hoje quero deixar um apelo ao meu Presidente, ao meu querido amigo Constituinte Ulysses Guimarães. Presidente,

estamos firmes no projeto constitucional, mas estamos também sofrendo um retrocesso significativo em várias Comissões da nossa Constituinte. O Capítulo da Ordem Econômica será a maior vergonha a ser mostrada por este Brasil nesse processo Constitucional.

Este é o apelo que faço a V. Ex.^a reúna o seu partido, os nossos Líderes, os companheiros dessa luta, para que possamos colocar claro que esta Constituinte não pode ser divorciada dos interesses e das verdadeiras lutas do nosso povo.

O SR. SAMIR ACHÔA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SAMIR ACHÔA (PMDB - SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o art. 18 do Regimento Interno da Constituinte e o seu § 1º determinam o seguinte:

"Art. 18. Na Comissão, os anteprojetos serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros para, no prazo de cinco dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 1º Encerrada a discussão, o Relator terá cinco dias para emitir parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo conclui-lo com a apresentação de substitutivo, que será distribuído em avulsos, sendo, em seguida, submetida a matéria à votação."

O Relator não é o "rei Lator". Relator é o que relata.

Já tive uma experiência triste na primeira versão do anteprojeto apresentado pelo ilustre Constituinte José Paulo Bisol, na Subcomissão a que pertenci, vinculada à Comissão de Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. O que estou temeroso é que os outros Relatores, seguindo esse tipo de procedimento, possam ignorar completamente o trabalho que tivemos até agora nas Subcomissões, para que pudéssemos elaborar os seus anteprojetos. Por quê? Essa primeira versão do anteprojeto, do substitutivo – não sei se esta é a forma adequada para se denominar esse trabalho, mas é o que está escrito – será jogado pela janela se o parecer do Relator for de sua vontade. Entendo, Sr. Presidente, que, se isto ocorrer, o direito dos Constituintes será violado. Seremos Constituintes de quinta categoria. Existirão os de terceira, os de segunda e os de primeira e o Relator será o soberano. Se eventualmente ele tiver que relatar – é isto que peço a V. Ex.^a – deve haver uma norma, antes que o desastre ocorra. Por quê? Compete ao Relator simplesmente fazer o relatório da realidade das Subcomissões. Não compete a ele esquecer o trabalho das Subcomissões e simplesmente elaborar uma monstruosidade como esta.

Não posso aceitar que os trabalhos da Constituinte sejam discriminados por hierarquia de Constituinte simplesmente por ser relator.

O que queria, Sr. Presidente, é que o art. 18 e o seu § 1º fossem devidamente esclarecidos, e, além do que V. Ex.^a me disse, rogaria envio da minha questão de ordem à Assessoria Jurídica, para que se manifestasse imediatamente e V. Ex.^a emitisse, então, uma determinação nesse sentido, porque estou temendo. Um desastre, uma bagun-

ça completa, uma vez que os relatores vão auto-intitular-se donos da Constituinte.

Pego a V. Ex.^a a interpretação serena desse dispositivo e a determinação aos relatores de que respeitem pelo menos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência irá examinar a questão de ordem levantada por V. Ex.^a, como devido cuidado, principalmente em se tratando de tão eminente autor. Vai requisitar, de imediato, sua fala para, junto à sua assessoria, examiná-la e dar, no devido tempo, a sua solução.

VI – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

JORGE ARBAGE: – Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre intervenção do Banco Central do Brasil no Banco do Estado do Pará S.A.

VII – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson.

O SR. CONSTITUINTE NILSON GIBSON (PMDB - PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, inicialmente, desejo congratular-me, em nome dos pernambucanos, com a feliz escolha do Presidente José Sarney do nome do ex-Senador Marcos Freire para dirigir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Efetivamente, S. Ex.^a irá enriquecer o Governo José Sarney. Trata-se de um excelente profissional. Foi professor universitário, procurador da Prefeitura Municipal do Recife. Exerceu aqui, nesta Casa, o mandato de Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, e foi Líder do MDB. Posteriormente, foi Senador da República, onde também, com grande brilhantismo, foi o Líder do seu partido, o MDB. Participou diretamente da criação do PMDB, do qual, hoje, é filiado.

Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, Marcos Freire exerceu ainda os cargos de Oficial de Gabinete do Prefeito de Recife; Chefe de Gabinete do Prefeito de Recife; Procurador da Prefeitura Municipal de Recife; Diretor do Departamento da Procuradoria-Geral da Prefeitura Municipal de Recife; Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Recife; Professor Titular da Universidade Federal de Recife, da Cadeira de Direito Constitucional; Professor da Faculdade de Administração; Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Pernambuco; Prefeito eleito da cidade de Olinda.

Foi Deputado Federal, como já registrei aqui, e participou das Comissões do Serviço Público, Relações Exteriores, Constituição e Justiça e do Polígono das Secas. Eleito Senador em 1974, tomou posse em fevereiro de 1975.

No Senado Federal, foi eleito Secretário da Mesa Diretora, Presidente da Comissão de Economia e membro da Comissão de Relações Exteriores e Líder do MDB. Para o biênio 79-80, foi designado membro das Comissões de Assuntos Regionais, de Economia, de Educação e Cultura, Finanças, de Legislação Social e de Relações Exteriores.

O Senador Marcos Freire tem publicado vários trabalhos.

Concedo o aparte, com muita honra, ao ilustre Constituinte Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes: – Nobre Constituinte Nilson Gibson, associo-me a V. Ex.^a neste oportuno pronunciamento, para me congratular com o Governo pela escolha do ex-Senador Marcos Freire para dirigir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do qual toda a Nação brasileira muito espera. Tenho certeza de que, tendo Marcos Freire à frente daquela Pasta, encontrará o Brasil o caminho para o qual foi destinado.

O SR. NILSON GIBSON: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, nobre Constituinte Heráclito Fortes. Efetivamente, o Governo José Sarney enriqueceu-se com a presença do ex-Senador naquela Pasta. S. Ex.^a exerceu, com brilhantismo, seus mandatos aqui, no Congresso Nacional. Se Pernambuco perdeu, a Caixa Econômica, órgão com mais de 220 bilhões de cruzados no seu orçamento, também perdeu. Realmente, para Pernambuco e mesmo para determinadas lideranças do meu Estado, Marcos Freire não atingiu os seus objetivos, mas gostaria de dizer, desta tribuna, que devemos pensar em primeiro lugar no Brasil. S. Ex.^a, efetivamente, irá exercer esse **múnus** com grande brilhantismo e desenvoltura.

Ouço o Constituinte Jorge Arbage.

O Sr. Jorge Arbage: – Nobre Constituinte Nilson Gibson, se é certo que nós, da oposição, temos mais que direito, o dever de criticar o Governo nos seus desacertos, lógico e justo também será que nos momentos dos acertos tenhamos a dignidade de vir exaltar esse evento. Devo dizer a V. Ex.^a que, quando tomei conhecimento da escolha do nome do ex-Senador Marcos Freire para dirigir o Mirad, fiquei satisfeito e tranquilo, exatamente porque conheço a postura retílinea desse ilustre brasileiro que tão dignamente representou o Estado de Pernambuco nesta augusta Casa do povo brasileiro. Congratulo-me, portanto, com o Governo pela escolha do novo Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, tenho certeza de que S. Ex.^a, hábil e inteligente como é, saberá, no desempenho dessa nobre e também difícil missão, corresponder à confiança do Governo e da Nação na execução de uma reforma agrária que realmente atenda aos anseios da realidade brasileira.

O SR. NILSON GIBSON: – Agradeço a V. Ex.^a, nobre Constituinte Jorge Arbage, o aparte.

Registro, Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, os trabalhos inúmeros divulgados pelo ex-Senador Marcos Freire, hoje Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário:

"Oposição no Brasil. Hoje, 1974"; "Noções Fundamentais de Direito"; "Contribuição para um Levantamento da Produção Científica em Pernambuco"; "Problemas Econômicos e Sociais"; "Cultura em Crise"; "Em Busca da Paz"; "O Homem e o Meio"; "Em Favor do Povo".

O ex-Senador Marcos Freire, hoje Ministro do Mirad, por várias vezes representou o Brasil no exterior aos Estados Unidos da América do Norte, em 1961, em vista às suas instituições políticas. Em 1971, a convite do Departamento de Estado. Em 1975, como representante do Senado Fede-

ral integrando a Delegação Brasileira junto à XXX Assembléia Geral da ONU. Em 1977, atendendo a convite do Governo desse País para participar em Washington, no Brookings Institution, de Seminário sobre "A Nova Ordem internacional: Uma Perspectiva Política e Econômica". À Europa, em 1953, 1957, 1968, 1971, 1974, 1977 e 1979. A México em 1974 como Deputado Federal integrante da Comissão do Polígono das Secas. A Venezuela, em 1976, a convite do Partido de Ação Democrática, para participar da Reunião dos Dirigentes Políticos da Europa e América em Prol da Solidariedade Internacional. A Portugal, em 1977 e em 1979, a convite do Partido Socialista Português.

Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Constituintes, o ex-Senador Marcos Freire, em uma das épocas mais difíceis em Pernambuco viveu, participou de memorável pleito eleitoral no Município de Olinda, obtendo retumbante vitória como candidato à Prefeitura Municipal.

Desejo, em nome daqueles que representam a bancada do PMDB de Pernambuco nesta Casa, amplo sucesso e pleno ato ao ex-Senador Marcos Freire em sua nova e importante missão: promover no País a tão ansiada reforma agrária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, no decorrer dos trabalhos realizados nas subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte, incontáveis foram as sugestões apresentadas, que variam de propostas as mais esdrúxulas e despropositadas às mais coerentes e oportunas.

Tais discrepâncias são perfeitamente normais e até mesmo compreensíveis, dentro do novo clima de democracia que se respira hoje no País e o consequente afã por mudanças.

Todavia, a seriedade da elaboração de uma Carta Magna exige de todos nós, Constituintes, muita prudência e cautela, o exame acurado das sugestões, bastante reflexão sobre seus desdobramentos e, sobretudo, o esmeroso cuidado de separar o joio do trigo, a fim de se evitar que, no açoitamento ou na emoção do momento, terminemos por ver aprovadas medidas indesejáveis, inconvenientes ou mesmo prejudiciais à Nação, às suas instituições e ao povo brasileiro.

Encenada essa primeira etapa, passarão as sugestões pelo necessário processo depurativo, que terminará delineando, livre de impurezas e distorções, as conquistas e o progresso desejados pela comunidade, dentro de um quadro de bom senso, equilíbrio e ponderação.

Conforme bem lembrou o ilustre Jornalista Austregésilo de Athayde, em recente matéria publicada pelo **Correio Brasiliense**, os novatos e açoitados pela inexperiência já deram seu recado, deixando agora, nesta segunda fase dos trabalhos, que a mão-de-obra passe aos mais idosos e afeitos no conhecimento jurídico e político, que irão aparar as arestas, limar anfractuosidades, polir e lixar, de maneira mais discreta, segundo as regras da sensatez que no Brasil é uma espécie de reflexo condicionado".

No que tange especialmente ao capítulo que diz respeito ao Poder Judiciário e Ministério Público, a par de sugestões indubitavelmente meritórias, temos de reconhecer que algumas delas, além de profundamente infelizes, ao invés de procurarem facilitar ação da Justiça, ou de prestigiar

aquele Poder, terminarão, se aprovadas em plenário e inseridas na Carta Magna, por gerar ainda maior tumulto na Justiça, desgoverno, insatisfação e ainda sérias distorções na própria estrutura do Judiciário.

Dentre elas está a proposta que cria a Câmara Constitucional. A princípio, chegou-se até a cogitar a pura e simples extinção da nossa mais alta Corte de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, e sua substituição pelo chamado Tribunal Constitucional, imitando o exemplo de alguns países estrangeiros que adotam essa fórmula.

Os argumentos a favor de tal idéia não poderiam ser mais destituídos de razão, mas parece terem imperado alegações de que o STF, por ter a maioria de seus Ministros nomeados pelos governos autoritários, não teria enfrentado os abusos da prepotência militar, abstendo-se de se posicionar em defesa da causa da liberdade. Decerto olvidamos que assim argumentaram, a grandeza e a presteza com que o STF historicamente se houve na prestação da tutela constitucional. Privado de fazê-la no período negro da ditadura e totalitarismo pelo qual passou o País, viu-se podado de alguns de seus mais proeminentes membros, retirados de suas funções e submetidos a públicas humilhações por terem valentemente resistido à intolerância do regime.

Valeria, a propósito, citar os comentários do nobre colega Constituinte Senador Maurício Corrêa, sobre os pretextos apresentados com vistas a extinguir o STF:

"Se é por razões doutrinárias ou práticas, nenhum argumento seria capaz de convencer a ninguém de que a simples troca de nome ou os critérios de nomeação de seus membros e a sua competência seriam terapêuticas para tamanha devastação".

Na verdade, muito ingênuos seriam aqueles que acreditasse no sucesso ou validade de tal fórmula. E os que tentaram impor a dissolução do STF parecem ignorar a honrada história daquele órgão, desde a sua instituição. Desconhecem, talvez, a tradição de 160 anos de uma Corte que jamais deixou de cumprir a sua missão, quer na garantia dos direitos individuais, quer no exame de problemas de constitucionalidade.

Lembraremos agora as palavras do douto Ministro Sydney Sanches, do STF, em exposição perante a Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, em 6 de maio passado:

"Ao Supremo Tribunal Federal se reserva e se há de continuar reservando, segundo penso, a competência para examinar, em grau de recurso, as questões constitucionais federais. É o controle último, mesmo incidental, da observância da Constituição.

Também ao STF se reserva e se há de continuar reservando, conforme entendo, o julgamento da ação direta de constitucionalidade.

É importante que um tribunal, de caráter nacional com jurisdição em todo o País, continue exercendo competência sobre as questões federais de maior repercussão na ordem jurídica.

E importante, também, que esse Tribunal seja a própria cúpula do Poder Judiciário nacional, o mais afastado possível das áreas de influências locais, regionais ou setoriais.

Considerou-se, ademais, que o Brasil tem peculiaridades históricas, geográficas, sociológicas, étnicas, com uma formação filosófica, política, econômica, moral e religiosa tão diversificada, que é muito perigosa a adoção pura e simples de modelos alienígenas para solução de seus problemas judicários."

Eis que, na verdade, a solução encontrada através da criação de uma Seção Constitucional no STF, longe de melhor servir ao interesse da Justiça, apenas poda, limita e castra aquela egrégia Corte, usurpando-lhe uma competência que tradicionalmente lhe cabe.

Entretanto, apesar de a Subcomissão do Poder Judiciário e o Ministério Público ter feito abortar a descabida idéia da extinção do STF, embora inserindo-lhe o repudiável apêndice da Câmara Constitucional, a Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas achou por bem dar guarda à proposta da criação do Tribunal Constitucional.

Fazendo nossas as sábias palavras do Ministro Sydney Sanches, gostaríamos de acrescentar.

"A absoluta disparidade na forma de composição das cortes constitucionais, nos poucos países que as criaram, dá bem idéia de que foram inspiradas por interesses respeitáveis, mas tipicamente nacionais e não pela excelência do modelo em si. Em certos países, nem sempre as cortes constitucionais alcançaram os melhores resultados e acabaram reduzindo consideravelmente a expressão nacional das cortes supremas. De se observar, ainda, que, na atualidade, na maioria dos países, o controle da constitucionalidade é realizado pela suprema corte, e isso não tem causado maiores problemas, nem enfraquecido o Poder Judiciário como um todo."

Assim, por plenamente concordarmos com todas essas ponderações, deixamos clara a nossa posição contrária, tanto à criação da Seção Constitucional, quanto do Tribunal Constitucional, por julgarmos o STF, da maneira como está composto e constituído, perfeitamente apto para acolher e julgar, como sempre o fez, também as questões envolvendo constitucionalidade, e cujo desempenho, nesse sentido, vem sendo eficiente e rápido.

Que, ao invés de alterações inadequadas à nossa tradição jurídica, num decalque de experiências alienígenas, se mantenham intactas as funções, atribuições e estrutura do Supremo Tribunal Federal. E mais: que aquela egrégia Corte seja contemplada com os recursos materiais e humanos, dos quais carece há tantos anos, atendendo-se-lhe ainda às inúmeras propostas de reforma solicitadas ao Legislativo e sempre relegadas à indiferença e ao esquecimento. Somente assim poderá o STF agilizar a aplicação objetiva do direito **sub Judice** e eliminar as exageradas formalidades rituais do processo, responsáveis pela notória morosidade da Justiça.

Esperamos que as aberrantes proposições em tela sejam elididas durante o seu processo de tramitação nesta Assembléia, a fim de que não seja o Judiciário alvo de tão aviltante emasculação.

Outro tema igualmente polêmico diz respeito aos juizes classistas do Trabalho, que se pretendia

transformar em simples Conselheiros, sem direito a voto. Felizmente, prevaleceu o bom senso: foram mantidos os vogais, elementos indispensáveis ao funcionamento da Justiça trabalhista. Afinal, é na fase de conciliação que a maioria dessas causas são resolvidas, quando a função de juiz classista é de fundamental importância para o deslinde da questão trabalhista.

Esperamos que a decisão seja preservada como está no anteprojeto, que, inclusive, traz a vantagem adicional de acabar com o afilhadismo, posto que, em vez de nomeados pelo Presidente da República, passarão os juízes classistas a ser eleitos pelos associados dos sindicatos de empregados e empregadores sobre os quais as Juntas exercerão sua competência territorial.

As discussões sobre o Ministério Público também ensejaram ardorosos debates. Desejavam alguns posicionar aquela importante instituição na nova Carta Magna como resíduo dos três Poderes, passível, assim, de continuado desasco, e cada vez mais vilipendiada nos direitos e garantias de seus membros.

Até hoje há quem postule a extinção dos predicamentos da Magistratura, por um critério de mandato com prazo certo. Sem a proteção desses predicamentos, perdemos os encarregados da prestação jurisdicional as condições fundamentais para decidir com independência. Ademais, não são os predicamentos privilégio pessoal, mas proteção indispensável à própria sociedade, à qual se destinam seus efeitos fundamentais.

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios pode ser considerado o mais vivo exemplo do desvalor e da atrofia a que foi submetido pelo Poder Executivo, sendo até hoje considerado "órgão operacional autônomo" do Ministério da Justiça, ao lado do Departamento Nacional de Trânsito, Departamento da Polícia Federal, Arquivo Nacional e outros, por força do Decreto nº 64.416/69.

O Ministério Público do Distrito Federal não possui sequer sede própria, estando atualmente instalado em dependências do Fórum local, de propriedade da Justiça do Distrito Federal. Não dispõe de qualquer estrutura administrativa, financeira e de apoio, valendo salientar que promotores de Justiça e até mesmo procuradores de Justiça datilografam pessoalmente seus trabalhos jurídicos, suas denúncias e pareceres, à falta de datilógrafos. Os procuradores de Justiça do Distrito Federal, em número de 15, contam com apenas uma secretaria para atendê-los, enquanto os promotores, que oficiam na assistência judiciária, por sua vez não dispõem de mesas, cadeiras e máquinas de escrever, tornando-se comum a ocorrência de três, quatro ou mesmo mais promotores trabalharem em uma única sala do Fórum local. Até mesmo seus contracheques são elaborados manualmente, já que não contam sequer com o serviço de processamento de dados que atende ao Ministério da Justiça.

Eis que, finalmente, se reconhece a extrema relevância do trabalho executado pelos promotores, procuradores e defensores públicos, os quais, no dizer dos juristas Galdino Siqueira e Mário Dias, são o "elemento de ligação entre a ordem judiciária e a ordem administrativa".

De acordo com o anteprojeto da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, saiu fortalecida a classe, reconhecido o seu direito de

ser regida como classe especial, sendo-lhe asseguradas as mesmas garantias, vencimentos e vantagens concedidas aos magistrados, bem como autonomia funcional, administrativa e financeira, com dotação orçamentária própria e global.

Mediante tais alterações, deverá a classe, a exemplo do que ocorre com os juízes, trabalhar com dedicação exclusiva e em tempo integral, não mais podendo advogar, como tem sido o costume, atualmente justificável, por sinal, devido aos aviltantes salários que hoje recebem seus membros.

Esperamos que, diante dos benefícios que a adoção das medidas propostas trará para a Justiça como um todo, não sejam modificados os artigos do anteprojeto que reconhece e valoriza o importante trabalho do Ministério Público brasileiro na garantia do efetivo cumprimento das leis.

Infelizmente, nem sempre foram os legisladores felizes na seleção das propostas até agora recebidas. Superpondo-se várias Subcomissões no trato de determinadas matérias, tivemos como resultante uma série de anteprojetos cujos temas ou extrapolaram os assuntos atribuídos à Subcomissão específica, ou terminaram por se tornar redundantes.

Se não vejamos, a Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, além da discrepante figura do Tribunal Constitucional, à qual já manifestamos o nosso repúdio, apresenta ainda outras inovações igualmente estapafúrdias, tais como: o **referendum** popular, o plebiscito, também chamado **referendum** consultivo e, finalmente, a criação do defensor do povo, sendo que o **referendum** está também presente no anteprojeto da Subcomissão do Poder Legislativo e na Subcomissão dos Estados.

No que tange ao **referendum** popular, parece terem os nobres colegas Constituintes esquecido de que prevalece no Brasil o sistema representativo. Assim sendo, os representantes populares são os próprios Senadores e Deputados legítima e livremente eleitos. O que vale dizer: o próprio povo já está-se pronunciando sempre que uma proposição é votada.

Não haveria, pois, qualquer motivo a justificar uma sobreposição relativamente a qualquer decisão do Legislativo. Antes pelo contrário, a adoção de tal medida somente serviria para enfraquecer o Legislativo que, depois de longo período de autoritarismo, ficou relegado a uma posição de sujeição ao Poder Executivo.

Cumpre, ao invés, valorizar agora a representação popular, tão desprestigiada durante aquele período.

Portanto, nobres colegas Constituintes, em que pese à natureza do **referendum**, ou do plebiscito como manifestações diretas da vontade popular, não seriam oportunas, nem convenientes, pois que até mesmo uma campanha orquestrada por forças extremistas, utilizando-se dos meios de comunicação de massa, poderia influir no sentido de invalidar todo o esforço que a Assembléa Nacional Constituinte vem realizando e, portanto, retardar ou prejudicar a retomada do processo democrático em nosso País.

Ademais, seria válido lembrar as injunções e os complicadores resultantes da aplicação prática de uma medida como essa. Se, todas as vezes que se pretendesse reformar ou emendar a Cons-

tituição, a proposta tivesse de passar por todos os trâmites e instâncias previstos pela Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas, ou seja, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas dos Estados e, finalmente, o **referendum** popular, é óbvio que tal proposta dificilmente chegaria a ser implantada. Esse processo, lento e tortuoso, somente contribuiria para perturbar e prejudicar a implantação de qualquer medida, para não citar as dificuldades do **modus faciendi** e, sobretudo, as despesas que envolveria com divulgação e esclarecimentos ao público, além da realização dos **referendum** ou plebiscito propriamente ditos, os quais, em última análise, implicariam praticamente os mesmos preparativos, organização, cuidados e apuração de uma eleição. Imagine-se a balbúrdia que seria a existência de periódicas "eleições" no País, sempre que fosse necessário reformar ou emendar a Constituição!

Da mesma maneira, a inclusão do sistema plebiscitário; previsto na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, a título de consulta sempre que a União e Estados desejam realizar certos empreendimentos, fere frontalmente a soberania do Legislativo, federal e estadual, em seu papel de legítimo representante do povo brasileiro.

Portanto, nem é preciso insistir no fato de que, além de inoportuna, a implantação dessas medidas é quase inviável na prática, motivo pelo qual esperamos vê-las escoimadas da Constituição. Além de contrariar todas as regras do bom senso, não demonstram elas qualquer viabilidade em termos de execução e, acima de tudo, conforme já alegamos, chegam a parecer uma dúvida manobra no intuito de enfraquecer o Poder Legislativo.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa opinião igualmente contrária à proposta de criação do defensor do povo, mais um estrangeirismo que se pretende impor ao País, contido no Ante-projeto da Subcomissão de Constituição, Reformas e Emendas, no da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e, quiçá, nos de outras.

Em que pese hábil justificativa no sentido de ressaltar o sucesso da figura do **ombuso** na Suécia, onde foi criada, mister se faz salientar que a própria organização tripartite do Estado brasileiro por si só invalidaria sua adoção. Ou seja: o Poder Judiciário tem meios e competência para exercer esse papel, que já existe e é representado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

Se há lesão no Direito, a instância adequada para a reparação é o Poder Judiciário, que é quem diz o Direito.

Ocorre simplesmente que a Defensoria Pública se torna um órgão praticamente inacessível, não atendendo ao pobre que dela necessita. Então, a solução seria fortalecê-la, dotando-a de recursos e mecanismos adequados, como a criação de processos sumários que agilizassem a aplicação da Justiça, tornando-a, realmente, rápida e ao alcance a todos.

Acima de tudo, é necessário haver transparência na administração pública – esta, sim, a grande defesa do indivíduo contra o Estado – e que simplesmente não existe no Brasil.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, o cidadão não precisa de intermediário

para a defesa dos seus interesses e direitos, e sim de meios para exercitá-los efetivamente, pois que hoje, em nosso País, o direito é nominal, apenas substantivo.

Fortaleça-se, como se espera ser feito, o Poder Judiciário; tome-se o Ministério Público independente do Executivo, retirando-se do Procurador-Geral da República a função de advogado daquele Poder, função essa que poderá ser desempenhada pelos Procuradores de Ministérios, como o da Previdência, o da Fazenda e os demais, que deveriam ser os verdadeiros advogados do Estado.

Desta maneira, estar-se-ia também fortalecendo uma classe hoje sem função até no Supremo Tribunal Federal, uma vez que os procuradores da República, que ali representam a união, em vez disso poderiam e deveriam representar o povo.

Para encerrar, gostaríamos de parafrasear as últimas linhas do editorial de **O Estado de S. Paulo**, do dia 29 de maio passado, sob o título: "Judiciário na Constituinte":

"Importa é que se acelere, se aperfeiçoe, se desemperre, se modernize o sistema judiciário como um todo, a partir de dois critérios fundamentais: o primeiro é o da alocação de recursos realmente suficientes, imprescindíveis para o seu bom funcionamento; o segundo é o da preservação institucional – ou constitucional – de sua autonomia, pois sem ela Justiça alguma do mundo será satisfatória e democracia alguma será plena."

Durante o discurso do Sr. Nilson Gibson, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Farabulini Júnior. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE FARABULINI JUNIOR (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, em meu pronunciamento vou referir-me ao mandato presidencial, ao aliciamento que se nota subsistir para que se mantenham os 6 anos do mandato para o Presidente da República, ou para que S. Ex.^a permaneça 5 anos no cargo.

Vou referir-me também à fala do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, que opinou a propósito da matéria em entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, em face do mandato do Presidente da República José Sarney, festejado pela Constituição em vigor, está em discussão nesta Casa e é preocupação constante da sociedade brasileira. Em todos os setores da vida nacional a população discute sobre o tempo do mandato presidencial. A grande imprensa escrita brasileira promove sondagens junto à opinião pública para conhecer o ponto de vista dos brasileiros. Estes opinam: os juristas, profissionais liberais, universitários, trabalhadores, colocam a questão como fundamental para tornada de posições políticas pessoais e partidárias. Os operários das fábricas, cujos problemas financeiros aumentam a cada passo, os assalariados em geral, classe média, donas-de-casa demonstram que a situa-

ção de liquidez da família brasileira é a pior desses últimos trinta anos. Não há como tolerar, não há como sustentar qualquer processo conservador; não há como calarmo-nos diante da falência total da organização, do disciplinamento e da autoridade dominantes.

É preciso que se altere a estrutura econômica do País; é indispensável dar-se um tratamento urgente à Nação, que está doente. Chega-se até a pensar que a Nação está moribunda. A sociedade brasileira, representada aqui pelos Constituintes, reclama soluções imediatas, Impostergáveis.

O Governo do Sr. Presidente da República mostra-se incapaz, impotente e despreparado para adotar soluções que a Nação exige neste instante. Mas, enquanto o Governo do Sr. Presidente da República não responde às aflições que desequilibram a família brasileira como um todo; enquanto o Governo do Sr. Presidente da República não promove um trabalho de planejamento a curto prazo para repor a estabilidade no âmbito da economia do País; enquanto o Governo do Sr. Presidente da República não consegue levar aos profissionais liberais, aos trabalhadores, ao empresariado, às donas-de-casa a notícia de decisões firmes, escorreitas, claras, repondo à autoridade, devolvendo a austeridade, promove-se no Planalto um trabalho de aliciamento objetivando o mandato Presidencial.

Despreza-se a tranqüilidade do povo e ocupa-se todo o tempo governamental, no ímpeto de conseguir para o Presidente da República mandato superior ao de quatro anos. Desde o Presidente José Sarney até os escalões subalternos há uma palavra de ordem que leva à conquista de votos no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte para manter o Presidente da República mais tempo no Governo.

O desrespeito à Constituinte é total. O aliciamento, como grupo de pressão, pretende subjugar Constituintes. A palavra do Planalto é forte, convincente e atemorizadora. Os Constituintes que também são Deputados do Congresso Nacional quedam-se impedidos de representar seu povo junto às autoridades, desde que não queiram correr o risco da sedução, do compromisso espúrio que precisarão assumir com a Presidência da República para mantê-lo no cargo mais um ou dois anos, assim estão também alguns governadores. Os grupos de pressão são tais, tantos e de tal monta que nos obrigam à tomada de posição imediata para esclarecer pontos fundamentais que a Nação precisa conhecer. Há também disparates. Um dos disparates mais recentes surgiu dos lábios do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Ministro Lauro Leitão, em declarações à imprensa, formuladas no dia 29 de maio último, quando da instalação da 21^a Vara Especializada em Direito Agrário, com sede em São Paulo. O jornal **O Estado de S. Paulo**, no dia 30 de maio deste ano, transcreve expressões do Ministro Lauro Leitão: "A Constituinte não tem legitimidade para reduzir o mandato do Presidente José Sarney. Embora tenha abdicado de um ano, foi eleito para um mandato de seis anos".

Veja-se, Srs. e Sras. Constituintes, a que ponto chegou esta Nação. A que ponto chega a ingerência de membros de um poder em relação a outro poder; a que ponto chega o desprezo à ética, à moral, ao decoro no exercício de alta fun-

ção pública. Um magistrado ainda mais no exercício do mais alto cargo de um tribunal, não pode dar opinião. Sua obrigação é relatar e votar, quando for o caso. Não pode emitir opinião e, muito menos, prejugar. Sua Excelência, o Ministro, segundo o que se contém como declarações suas no jornal **O Estado de São Paulo**, do dia 30 de maio, na página 4, fala até em nome do Supremo Tribunal Federal. Disse: "O Supremo Tribunal Federal estará apto a dirimir, na eventualidade de impasse".

Observem, refitam, questionem, Srs. Constituintes, mas apercebam-se de que há pressões de toda sorte que incluem, como vêem, até membros de outro poder. Lauro Leitão atentou contra regras de comportamento, sempre respeitadas pelos membros da Suprema Corte. Todos estamos certos de que o Supremo Tribunal Federal está à altura e apto para dirimir, no caso concreto, qualquer problema de Ordem Constitucional, enquanto instado a fazê-lo, com independência. Não há necessidade de que o Ministro Lauro Leitão no-lo diga no tom admoestador, como o fez. A Assembléia Nacional Constituinte, cujo poder é derivado e nasceu da entranha do Congresso Nacional pela Emenda nº 26, é soberano enquanto redige a nova Constituição. É iniludível, é inquestionável o poder derivado desta Constituinte, e é inquestionável sua soberania para dar à Nação uma nova Constituição, podendo nesse ponto substituir a Constituição vigente, em todos os seus termos.

A transição democrática, de cuja conjuntura brotou a Constituinte, estará completada na data da publicação da nova Constituição brasileira. O atual Presidente da República, José Sarney, que convocou a Constituinte, sabe perfeitamente que a esta cumpre dizer sobre o termo do seu mandato e sabe também que, como qualquer brasileiro, deverá respeitar a decisão da Assembléia, qualquer que seja o prazo a ser fixado para o termo do seu mandato. Sua Excelência sabe que convocou a Assembléia Nacional Constituinte para, com soberania, estabelecer um novo ordenamento jurídico institucional, uma nova ordem social e econômica, um novo capítulo de direitos e garantias individuais. Sua Excelência sabe que o novo capítulo de direitos e garantias individuais superará, anulará o que se contém na Constituição vigente. As disposições transitórias da nova Constituição, em consonância com o que estiver escrito no capítulo dos direitos e garantias individuais, farão letra morta da carta vigente.

A nova Constituição poderá revogar por inteiro o texto da velha. Não há direito adquirido que possa ser cogitado, se nasceu e viveu na velha Constituição. A nova, fruto da Constituinte, com poder originário ou derivado, promove o enterro do que se contiver na velha. Não é outro o entendimento do Ministro Moreira Alves, esposado em brilhante parecer publicado na Revista do Tribunal da Justiça, quando afirma:

"É firme a jurisprudência dessa Corte de que não há direito adquirido contra texto constitucional resultante do poder constituinte originário ou do poder constituinte derivado". E prossegue S. Ex.^a: "Mesmo nas Constituições que vedam ao legislador ordinário edição de leis retroativas, declarando que a lei nova não prejudicará o direito adquirido,

o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, esse preceito se dirige apenas ao legislador ordinário, e não ao Constituinte, seja ele originário ou derivado."

Assim pensa Barbalho ao comentar o art. 11, § 3º, da Constituição de 1891. Assim pensa, Carlos Maximiliano ao comentar o art. 141, § 3º, da Constituição de 1946. Diz o ilustre mestre: "Não há direitos adquiridos contra a Constituição". No mesmo sentido manifesta-se Pontes de Miranda. Afirma o mestre: "Para as Constituições, o passado só importa naquilo que ela aponta ou menciona". Outros há. Uma infinidade de brilhantes páginas escritas, de brilhantes constitucionalistas, acompanha Moreira Alves. O Ministro Lauro Leitão as desconhece – e elas aí estão para quantos queiram ler e perscrutar no saber de ilustres juristas que passam por este País e dão lições para quantos Ministros com assento hoje no Tribunal Federal de Recursos delas precisem, como é o caso do Ministro a que já me referi.

A Nação, o povo politicamente organizado espera da Constituinte um modelo novo. A solução política levará ao entendimento e deste, tenho certeza, resultará o termo de quatro anos para mandato do atual e do futuro Presidente da República. O entendimento levará às eleições diretas para a escolha do Presidente; levará o Presidente da República, José Sarney, a um programa de governo com plano diretor de curto prazo para abranger os vários setores da vida nacional, em desordem, segundo os seus ditames, incluindo a dívida externa. É evidente que esse programa de curto prazo não pode atender a interesses pessoais ou de grupos, quer políticos, quer econômicos. Sua Excelência o Presidente da República, sabe que está diante de um dilema: ou se conscientiza de que precisa de um programa de curto prazo para solucionar problemas urgentes, desprezando obras de vulto, onerosas, que a Nação não suporta, e, assim, atingirá a meta de quatro anos com probidade e o respeito da opinião pública brasileira, ou passará para a História como ambicioso incompetente.

É isso que há, e S. Ex.^a decidirá, Srs. Constituintes. Temos de ocupar a tribuna parlamentar e falar, até nos encontrarmos nos escaninhos do Congresso Nacional com os circunstâncias, Deputados ou não, para estabelecer a melhor medida ideológica e programática para o País. A realidade é que o Presidente José Sarney contou com meu voto no Colégio Eleitoral espúrio, que faz parte do entulho da velha oligarquia. Mas os seis anos do mandato presidencial também fazem parte do velho entulho, da velha autocracia. A Constituinte pretende eliminar o entulho autoritário que deverá levar-nos a estabelecer o melhor caminho, que é o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney. S. Ex.^a tem possibilidade de exercitá-lo. Exercite-o agora. Está na hora de fazê-lo. Tem seu corpo de ministros e pode mantê-lo ou exonerá-lo, se o desejar. O Congresso Nacional vigente não tem autoridade para demitir ministros. Portanto, S. Ex.^a é onisciente e onipotente. Pode, sim, de acordo com o que desejar, mandar parar as obras faraônicas que exigem o todo do erário, em sacrifício do povo brasileiro. Pode, mas não deve. E esta Constituinte também não lhe pode conceder os 5 ou 6 anos de mandato, pois sua soberania estará de joelhos. Diante de Cristo de-

claro que os Constituintes têm o dever de não se subjuguar, nos escaninhos dos ministérios, aos interesses que possam vir a ser oferecidos.

Tenho certeza de que os Constituintes votados pelo povo – todos nós – cumprimos com nosso dever. Não vejo aqui nenhuma discrepância, mas Constituintes trabalhando nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas dia e noite, noite e dia, Constituintes em pleno labor, para tirarem daí a melhor esteira capaz de atender à população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acrescento mais: o **Jornal do Brasil**, do último domingo, publicou o resultado de uma pesquisa realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro para sondar a preferência do eleitorado quanto ao ano em que devemos eleger o sucessor do Presidente José Sarney. Os números revelados pela sondagem, nesta altura, são do conhecimento de todos: 6 entre cada 10 paulistanos e cariocas querem eleições presidenciais no próximo ano, isto é, em 1988. Portanto, a maioria do universo pesquisado dá quatro anos de mandato para o atual Governo. Somente uma minoria se manifestou favorável a um mandato mais amplo.

O que precisamos ressaltar é a meridiana coerência desse resultado, pois a população pesquisada é a mesma que saiu às mas para pedir eleições diretas e até hoje, não pôde eleger o seu Presidente da República. Realizou o **Jornal do Brasil** um trabalho de grande utilidade para todos nós que aqui estamos, no exercício do poder constituinte, como mandatários do povo brasileiro, para fazer uma nova Constituição onde será fixada, com animo definitivo, a duração do mandato presidencial.

Seja-me permitido repetir que sou favorável ao mandato de quatro anos, não só quanto ao mérito, mas também por força de compromissos político-partidários. É para mim uma grande honra saber que muitos dos ilustres colegas da Assembléia Constituinte estão em sintonia com esta posição, que, aliás, está de acordo com a tradição republicana brasileira.

Quero lembrar que esta foi a opinião esposada pelo saudoso Presidente Tancredo Neves durante a vitoriosa campanha presidencial, quando deixou clara sua preferência pelos quatro anos de governo. Mas é preciso lembrar também que Tancredo reconheceu ao poder constituinte a capacidade para fixar esse mandato, inclusive para ampliá-lo ou para reduzi-lo, segundo a vontade da maioria dos que têm assento neste Congresso, os quais, por sua vez, hão de refletir a vontade do povo e os seus anseios maiores.

Srs. Constituintes, quis o destino que o Presidente eleito não assumisse a suprema magistratura da Nação. Na qualidade de Vice-Presidente, o Sr. José Sarney aportou no Palácio do Planalto avocando todos os compromissos do líder desaparecido e reconhecendo a transitóridade da sua permanência à frente do Governo. No dia 7 de maio de 1985, em mensagem ao Congresso Nacional, onde propunha emenda constitucional para eleições diretas à Presidência da República, dizia o atual Presidente:

"Embora considerando que a duração do atual mandato e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual Presidente seja uma atribuição da Assembléia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde lo-

go manifesto o meu ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos."

Passados dois anos dessa extraordinária manifestação de sensatez, qual não foi a surpresa da população brasileira quando o Presidente Sarney apareceu na televisão para desdizer o que tinha dito, atropelando esta Assembléia Constituinte e fixando, ele mesmo, em cinco anos o seu tempo de permanência na Chefia da Nação. Arrogando-se um poder acima daquele que realmente tem neste momento, o Presidente comunicou que somente deixará o Governo em 1990.

E foi mais longe S. Ex.^a ao colocar essa questão do mandato na base de todos os problemas nacionais, lembrando que há cinco meses espera uma definição dos partidos políticos. São colocações absolutamente impróprias, pois os grandes problemas que a Nação enfrenta devem ser resolvidos pelo Governo presidido por S. Ex.^a Quanto à duração do mandato presidencial, este é um aspecto que está sendo discutido pelo Poder Constituinte e será estabelecido no momento certo. Enquanto isso, o que se espera é que o Governo prossiga administrando o País, na busca de um caminho que traga mais felicidade e menos sacrifício ao povo.

Tudo indica que o Presidente Sarney foi mal orientado nessa sua mudança de comportamento. A imprensa veiculou a opinião de certos assessores palacianos, dando conta de que o Sr. José Sarney teria direito adquirido ao mandato de seis anos, podendo abrir mão de um ano, como disse. É uma posição infeliz, porque desvinculada dos fundamentos do Direito. A tese do direito público subjetivo adquirido foi desmentida por eminentes personalidades do nosso mundo jurídico.

Além dos já citados juristas e Ministros, há ainda o ponto de vista do ilustre jurista Miguel Reale Júnior, por exemplo, que explica que o Presidente não possui direito ao mandato de seis anos previsto na atual Constituição, como afirmou S. Ex.^a na fala do dia 18 próximo passado. Reate Júnior lembra que o mandato de seis anos é espúrio na sua origem, pois foi instituído dentro de um contexto autoritário, baixado com o pacote de abril de 1977, quando o Governo da época fechou o Congresso Nacional.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Thomaz Bastos, é outro nome de peso que descarta a tese do direito adquirido e defende a soberania da Constituinte para fixar o mandato do Presidente Sarney.

O venerando Professor Goffredo da Silva Telles Jr., especialista em Direito Constitucional, que, durante tantos anos, ensinou na Universidade de São Paulo, entende que ao Presidente da República falta competência para resolver sobre matéria constitucional. Disse mais o ilustre mestre, que o Presidente Sarney usou de um direito que não possui para estabelecer seu mandato em cinco anos.

Raimundo Faoro, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, além de jurista da mais alta expressão, é também um especialista em História do Brasil. Faoro descarta a tese do direito adquirido ao mandato, pela simples razão de que as disposições da atual Constituição não podem sobrepor-se a uma Assembléia Nacional Constituinte, que é livre e soberana, de acordo com a própria Emenda nº 26, que Sarney usou para convocá-la.

Nessa galeria de especialistas em Direito, não me furtaria ao ato de trazer a opinião de um analista político dos mais importantes, o jornalista Newton Rodrigues, conhecido pela profundidade dos seus artigos na imprensa. Ao expor seu ponto de vista de que não há direitos adquiridos nessa matéria de direito público, ele traz um argumento definitivo com a seguinte explicação:

"Se houvesse tais direitos adquiridos, as transformações institucionais seriam impossíveis, com reis, imperadores e outros governantes destituídos a reivindicar nos tribunais os privilégios de que os privara a sociedade."

Sr. Presidente, a imprensa brasileira, através dos seus diversos periódicos, ocupou-se fartamente da fala presidencial do dia 18, nos dias que a ela se seguiram. E o tom maior das matérias e dos editoriais foi no sentido de estranhar a atitude do Presidente Sarney, menos pelo fato de querer S. Ex.^a governar por cinco anos, e mais porque se auto-investiu de poderes que o colocam acima desta Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso mesmo acredito que seria muito oportuno nós, que somos portadores do mandato popular, fazermos aqui a nossa profissão de fé no Poder Constituinte como expressão maior da soberania nacional. Na sua qualidade de poder derivado cabe-lhe fazer a Constituição e criar a ordem jurídica. Isto significa que os poderes desta Assembléia se sobrepõem a todos os outros poderes que foram instituídos por uma ordem anterior. Temos a grave responsabilidade de legitimar estes postulados da teoria do Direito Constitucional.

É importante fazer a distinção entre Poder Constituinte e poderes constituídos. Ensina os mestres que o Poder Constituinte, na sua forma original, é um poder essencialmente político, e como tal tem a prerrogativa de contrariar as normas vigentes.

E, quanto ao órgão que exerce esse Poder, no caso esta Assembléia que nos congrega, ela há de ser livre e representativa. A representatividade vem do voto que nos elegeu nas urnas. E a liberdade diz respeito à capacidade que devemos ter para decidir sobre tudo aquilo que deve constar da Constituição, como instrumento de organização política da sociedade brasileira. Portanto, vamos estabelecer que a fixação do mandato presidencial é uma prerrogativa nossa.

A fase atual da História do Brasil caracteriza-se por ser um momento de transição, uma ponte entre o regime autoritário e a plena democracia reclamada pelos brasileiros. Abreviar este período significa encurtar esta fase de tantos dilemas, freqüentemente associados aquilo que se convencionou chamar de "entulho autoritário". Acontece que um dos componentes desse "entulho" é o mandato de seis anos a que o Presidente Sarney diz ter direito, segundo a Constituição vigente, que a Nação pretende sepultar.

O Presidente da República apresentou como gesto magnânimo da sua parte o fato de renunciar a um ano de mandato para governar até 1990, de modo que o Centenário da República, em 1989, venha a coincidir com a eleição do seu sucessor.

As coisas foram mal colocadas, Srs. Constituintes, em primeiro lugar porque falta legitimidade ao poder de S. Ex.^a Não se pode renunciar àquilo que não se tem. De minha parte insisto

em dizer que o sucessor do Presidente José Sarney deve ser o eleito em 1988. Essa é a melhor a homenagem que podemos prestar ao nosso povo, que assim poderá festejar os cem anos de regime republicano com um presidente eleito pelo sufrágio universal.

Não podemos frustrar a população brasileira mais uma vez. O povo está esperando eleições presidenciais para o ano que vem. O atual Presidente herdou de Tancredo Neves a incumbência de operar a transição democrática, isto é, tomá-la exequível sem nenhum transtorno para a vida nacional. Não acredito que sejam necessários cinco ou seis anos para essa eleição. E nem vejo por que deveríamos prorrogar esta situação para além da fase do Poder Constituinte, quando já estivermos sob a égide de um novo texto constitucional.

Então, vamos estabelecer de uma vez por todas que, sendo 1987 o ano da Assembléia Nacional Constituinte, 1988 será necessariamente o ano mais apropriado para encerrarmos o período de transição, com a eleição do novo Presidente a 15 de novembro do ano vindouro.

Sr. Presidente, a hora é de dividir as competências e as responsabilidades. Ao Governo cabe acertar o passo da política econômica, para equacionar devidamente os procedimentos necessários à contenção inflacionária, sem prejuízo do crescimento econômico e sem que haja queda substancial no nível de emprego da população brasileira. O padrão de vida de nosso povo é dos mais modestos entre os países do mundo. Assegurar o emprego a nossa gente é uma tarefa para o Governo brasileiro, sob pena de incidirmos numa fase de comoção social, com grande perigo para a estabilidade das nossas instituições e do processo produtivo.

Ao Governo cabe governar. Aos Constituintes cabe fazer a Constituição, e isso num clima de liberdade e soberania que não pode ser perturbado por intromissões vindas de fora. Vamos rejeitar liminarmente quaisquer argumentações que possam ser entendidas como imposições ou limitações à vontade deste Congresso supremo.

A população brasileira continua pedindo mudanças. Mudemos, então, o Governo no próximo ano - 1988. Com isso estaremos conferindo quatro anos de mandato ao Presidente José Sarney. Ao mesmo tempo, vamos assumir um compromisso com a História, estituindo o quadriénio como padrão definitivo de mandato para os futuros presidentes da República.

O SR. CONSTITUINTE PAULO RAMOS (PMDB - RJ. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta fase em que verificamos a maior crise da História do Brasil, da história do nosso endividamento e da perda da nossa soberania, assomo à tribuna para tratar de um tema que tem sido objeto de grandes controvérsias e poucas discussões. Assomo à tribuna para falar sobre as Forças Armadas do nosso País. Todos sabemos que a guerra é a razão de ser das Forças Armadas. Vivemos num mundo belicoso, onde a guerra se faz presente a fiado momento, e as Forças Armadas têm sua razão de ser, diretamente vinculadas à defesa do nosso País, em função da possibilidade da guerra.

Há um conceito elementar sobre Forças Armadas, segundo o qual elas são a nação em armas.

São, portanto, uma representação armada do povo brasileiro, a quem cabe manter o País preparado para a autodefesa.

Por esta razão, as Forças Armadas são uma instituição permanente. Elas têm, em tempo de paz, deveres perfeitamente definidos. Em primeiro lugar, a responsabilidade de acompanhar os avanços tecnológicos, a fim de preparar os reservistas para a defesa da Nação. Todos sabem que, em situação de guerra, vão para primeira linha de defesa não aqueles que são integrantes permanentes das Forças Armadas, mas os reservistas, convocados em função dos conhecimentos adquiridos na época de sua formação. As Forças Armadas, como instituição permanente, convocam os reservistas e os vão reciclando em função da atualidade da tecnologia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em tempo de paz, as Forças Armadas devem assumir outras responsabilidades, como a proteção das nossas fronteiras, do nosso mar territorial e do nosso espaço aéreo.

Considering a existência hoje no Brasil de mais aeroportos clandestinos do que oficiais, de mais passagens de fronteiras clandestinas do que oficiais, de mais portos clandestinos do que oficiais, quando nossas riquezas são contrabandeadas das formas as mais escusas, pergunto aos Srs. Constituintes se podemos afirmar, em sã consciência, que em tempo de paz, na aparente paz em que estamos vivendo, as Forças Armadas estão cumprindo com sua destinação. A resposta clara e inofensiva, é não.

Hoje somos forçados a reconhecer que nossas Forças Armadas estão comprometidas diante dos olhos da Nação. Toda a Nação sabe dos desvios a que as submeteram, no sentido de dotá-las muito mais de poder político do que de capacidade profissional. Hoje, superado o regime autoritário, regime que se baseou na conhecida e já divulgada ideologia da segurança nacional, que fez de um suposto inimigo interno o inimigo principal, o verdadeiro inimigo – o externo – prossegue expropriando as nossas riquezas, comprometendo nossa economia e eliminando de vez as perspectivas de futuro de nosso País pela perda de sua soberania.

Tive oportunidade de ouvir – atentamente – o discurso proferido pelo Constituinte, pelo PTB de São Paulo, Farabulini Júnior, que mencionou a questão da dívida externa.

Sabemos, Sr. Presidente – faço um pequeno desvio do meu pronunciamento –, que enquanto não houver uma auditoria da dívida externa, dívida contraída de forma fraudulenta, nada será possível. Verificamos que brasileiros impatriotas procuraram, ainda, permitir que a dívida externa seja transformada em capital de risco no território nacional. Como, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, transformar a fraude em capital de risco? Que risco existe em investir no nosso País? O Presidente da República tem dito, de forma reiterada, que a dívida externa não poderá ser paga com a fome do povo. Como se atreve o Presidente da República, Sr. José Sarney, oriundo de um dos Estados mais miseráveis de nossa Federação, onde a fome está presente, dizer que a dívida não será paga com a fome do povo? Ela esta sendo paga com a fome do povo, sob os olhares complacentes daqueles que detêm o poder e da-

queles que com eles se acumpliciam. Dentre estes, somos obrigados a dizer que estão inseridos aqueles que compuseram e que talvez ainda compõem a cúpula das Forças Armadas. Hoje denuncio, desta tribuna, que nada acontece nesta Casa, em nenhuma Subcomissão, Comissão ou reunião de Plenário, que não seja milimetricamente acompanhado pelo Serviço Nacional de Informações. O nosso Presidente da República fez uma convocação para que todos agissem contra a corrupção. Será que o nosso Serviço Nacional de Informações, tão cioso dos seus deveres dentro desta Casa, não tem conhecimento de toda a corrupção que ainda grassa neste País? Afirmo desta tribuna que a corrupção tem sido instrumento inclusive de manipulação de consciências. porque aquele que se corrompeu está devidamente comprometido e não tem liberdade para manifestar-se; não tem liberdade de consciência, de expressão, e se subordina da forma mais abjeta, traindo o povo brasileiro, um povo sofrido que ainda tem esperança, que passa pelas agruras da fome, da doença e de toda a sorte de abandono.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Permite-me V. Ex.^a um aparte

O SR. PAULO RAMOS: – Com muito prazer.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Nobre Constituinte Paulo Ramos, V. Ex.^a aborda esta questão com raro brilho e sabe perfeitamente que sua voz deverá ser ouvida destacadamente nos meandros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, porque V. Ex.^a ocupa um posto de destaque como coordenador da Bancada do Estado do Rio de Janeiro. Coloca a dívida externa como ponto alto da grande preocupação nacional e, indubitavelmente, nós, aqui, demos demonstração de que estamos insolventes e, no entanto, pretendemos aumentar a dívida externa através de obras faraônicas. Quando disse que, na verdade, erigia o Presidente José Sarney um plano de curto prazo em função do qual nunca haveria uma obra megalômana, já estava imaginando a obra da Ferrovia Norte-Sul e outras obras semelhantes que estão sendo urdiduras no Palácio do Planalto para o grande faturamento das empreiteiras de

obras públicas que comandam o espetáculo, que decidem sobre os destinos das obras neste País. Parabenizo V. Ex.^a quando coloca o problema nos termos em que o faz. Quem sabe, Sr. Constituinte Paulo Ramos – tenho certeza de que sim – não encontrariam nas Forças Armadas militares de bom calibre, de alto nível, que poderiam fazer o Presidente da República recuar na pretensão de investir mais e mal, emprestar mal e, pior do que isto, aplicar mal os recursos internacionais. Temos de convocar, Srs. Constituintes, todas as forças vivas da Nação, inclusive as do Exército, Marinha e Aeronáutica, para que venhamos a compelir o Presidente a evitar os abusos que estão sendo praticados.

O SR. PAULO RAMOS: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, e estou inteiramente de acordo com as observações feitas.

Falava eu, Sr. Presidente, a respeito do mal que tem significado para este País um Serviço Nacional de Informações que serve àqueles que nos dominam, que serve àqueles que eliminam a possibilidade da nossa soberania, mas, que, cer-

tamente desserve ao nosso País. O controle ideológico levado a efecto pelo Serviço Nacional de Informações não se restringe aos muros dos quartéis. Ele se deu e se dá de maneira milimetrada sobre a população. O sistema montado de vigilância da população civil brasileira chegou ao cúmulo de dispor de informantes de rua. Todos nós, com ou sem farda, estávamos e continuamos sendo vigiados. Hoje, há um controle dos próprios correligionários; alguns são controlados através das práticas de corrupção, em função da permissividade, mas ficam dependentes. Mas por que, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um Serviço Nacional de Informações cancro, neste País, tem tantos poderes? Porque à ditadura militar, com base, repito, na ideologia da segurança nacional, interessa estabelecer a existência de imaginários inimigos internos, deixando de lado os verdadeiros inimigos externos. O Brasil, hoje, superada – ou aparentemente superada – a ditadura da tecnoburocracia militar, aliada ao capital internacional, precisa libertar-se, de uma vez por todas, do jugo do capitalismo internacional; é preciso, acima de tudo, que promovamos, na Assembléa Nacional Constituinte, a desmilitarização do sistema. A ditadura determinou a presença de militares e de próceres da ditadura nos setores mais importantes da nossa economia, nos setores mais estratégicos deste País, onde também estão presentes aqueles que com ela foram coniventes. Precisamos desmilitarizar o regime mudando a estrutura do Serviço Nacional de Informações, retirando da vida pública e dos cargos das empresas de economia mista e das empresas públicas todos aqueles que, na reserva, deixaram suas carreiras muito mais para benefícios pessoais. Precisamos, acima de tudo, na desmilitarização deste sistema, criar o Ministério da Defesa. Mas, Sr. Presidente, precisamos da desmilitarização desse sistema não como um posicionamento contrário às Forças Armadas, mas acima de tudo num posicionamento em respeito e em homenagem às Forças Armadas. As nossas Forças Armadas, hoje comprometidas diante da Nação, precisam ser resguardadas, e não podemos permitir que o abuso dos verdadeiros profissionais que estão na caserna seja preservado depois da Assembléa Nacional Constituinte.

Ouço o nobre colega Agassiz Almeida.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Companheiro Paulo Ramos, no seu percurso pela Assembléa Nacional Constituinte, durante esses meses, V. Ex.^a tem trazido aos seus colegas um pensamento vigoroso, o pensamento daqueles homens que trazem diante de si e da História o grande compromisso de oferecer às gerações de hoje e de amanhã um caminho: o caminho da renovação, o caminho da inovação diante dessa conjuntura nacional. E um dos pontos que V. Ex.^a está focalizando é de grande evidência: o processo militarista brasileiro. Esse processo, essa estrutura militarista será incrustada no Brasil, dentro do corpo político social, há quase um século. Apresentei à Comissão da Organização do Estado uma sugestão para a criação do Ministério da Defesa. Todos os países do mundo – inclusive, na América Latina, a Argentina, o Peru, a Venezuela – já reciclaram a sua estrutura militar de poder, e aqui, no Brasil, permanece a mesma estrutura. Recentemente, durante os trabalhos da Subcomissão de Defesa do Estado, setores pressiona-

ram o Relator no sentido de manter o mesmo princípio, os mesmos pressupostos de segurança nacional, ou melhor, de segurança pública. Houve pressões junto ao Relator da Comissão, e o relatório que saiu, ilustre Constituinte, representa o pensamento da Escola Superior de Guerra, da Doutrina Sorbonne – segurança e desenvolvimento. Quero ressaltar a V. Ex.^a nesta tarde – deixando-lhe meu aplauso – a minha admiração pelo grande pronunciamento que faz neste instante. Eminentíssimo colega Paulo Ramos, esta preocupação de trazer, ou de oferecer, ou de traçar às Forças Armadas do País uma nova reciclagem política e logística é um reclamo da própria consciência brasileira, da própria consciência sul-americana.

O SR. PAULO RAMOS: – Agradeço ao Constituinte Agassiz Almeida o aparte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, efetivamente, além da extinção do Serviço Nacional de Informações, a criação do Ministério da Defesa, conforme preconizou o aparteante, se faz um imperativo dos novos tempos, porque a arte da guerra não se restringe exclusivamente às forças militares. Há um conjunto que envolve toda a sociedade, que há de ser mobilizada em caso de guerra – e este será o papel de um Ministério da Defesa.

Temos hoje, no Brasil, seis Ministros militares. Qual a razão, senão um esforço para manter o País sob a tutela militar e contra os interesses nacionais? Precisamos compreender que a grande homenagem que esta Assembléia Nacional Constituinte há de prestar às Forças Armadas será subordiná-la ao Ministério da Defesa e aos poderes constitucionais.

Não podemos, de forma alguma, permitir que as Forças Armadas continuem sendo desrespeitadas. Sabemos perfeitamente que há dentro dos quartéis uma maioria muda, maioria inconformada, mas que não pode expressar-se. É em nome dessa maioria das Forças Armadas, da maioria expressiva dos integrantes das Forças Armadas, em nome da oficialidade jovem, da tropa – concreto, hoje, o seu pensamento – que proponho que se submeta à consideração dos Constituintes a salvação da imagem das Forças Armadas e a sua integração a todo o esforço nacional no sentido da construção de uma sociedade democrática, de um país livre e soberano.

O Ministro do Exército, há um mês, propôs o pacto nacional, que passa, necessariamente, pela inclusão das nossas Forças Armadas na sua real destinação.

O SR. CONSTITUINTE VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vive a população brasileira uma saudável expectativa com relação à nova ordem que se vai estabelecer no plano institucional. A Carta constitucional que se acha em elaboração traz fundadas esperanças, orientadas para um tempo de paz e de prosperidade. Dois fatores se conjugam neste ano como boas razões para acreditarmos num futuro mais promissor: a Assembléia Nacional Constituinte, como premissa da democracia plena e duradoura, e a safra recorde já colhida e estocada, significando abundância de alimentos para nosso povo.

Todo o problema que se apresenta para o Governo brasileiro consiste em resolver desniveis sociais que resultam num paradoxo cruel. Estou me referindo ao fato de grande parte da popu-

lação continuar sujeita à fome e à desnutrição, no exato momento em que temos estocadas tantas toneladas de grãos. Uma verdade muito simples precisa ser dita: não basta produzir tanto; tudo deve ser feito para que a safra de 1987 chegue até a panela dos brasileiros, principalmente a população de baixa renda. Só assim estaremos convalidando e dignificando esse que foi o mais admirável esforço produtivo dos nossos empresários rurais.

Sr. Presidente, entre tantos assuntos a serem tratados na lei maior, todos de grande importância para a organização política do País, acredito que devemos focalizar com especial carinho o título que trata da Ordem Social e, dentro dele, o capítulo referente à família, ela que é célula básica da sociedade.

Temos de ser realistas para admitir uma evidência bastante incômoda. Apesar de sermos um país conceituado como "potência emergente", considerando nossa posição de oitava economia do mundo, vivemos às voltas com indicadores sociais perversos que nos igualam às nações mais pobres do planeta.

A grande maioria de nosso povo está submetida a dramáticas condições de sobrevivência, que lhes são impostas pelos baixos salários. O desemprego e o subemprego atingem parcelas consideráveis de nossa gente. A violência campeia nas grandes cidades, como resultado de um quadro geral de miséria, que precisamos atacar corajosamente em nome daqueles que são os maiores prejudicados: as nossas crianças e os nossos jovens.

Metade da população brasileira tem menos de 20 anos de idade. Algumas estimativas dão conta de que são 36 milhões as crianças carentes no Brasil, com sete milhões de menores abandonados. Em outras palavras, de cada dez crianças brasileiras, seis são carentes e uma é abandonada. Mas na raiz do problema do menor está a questão social gravíssima do maior de idade, pais e mães que enfrentam dificuldades de toda sorte, de moradia, de alimentação, de educação e de saúde.

Condições de vivência tão adversas dentro do lar acabam expulsando os menores para a rua. Saem, inicialmente, estimulados pelos próprios pais, que os concitam a fazer alguma coisa para ajudar a família. Configura-se aqui uma outra categoria de meninos: a do menor explorado, aquele que tem de levar dinheiro para casa, seja qual for o expediente adotado. É aí que encontramos os pequenos pedintes, floristas, engraxates e camelôs.

A convivência com a dura realidade da vida os leva ao encontro daqueles que se adaptaram ao vale-tudo dos logradouros públicos. A delinqüência vem com o tempo, quando passam a furtar pequenos objetos. Não demora muito e teremos mais um "trombadinha", o pequeno ladrão agressivo que se apodera de objetos de valor para entregá-los a receptadores adultos já especializados nessa espécie de transação.

Nessa altura, os meninos já não voltam mais para casa. Dormem debaixo das marquises, aboletam-se em qualquer lugar que lhes sirva de abrigo contra o frio e as intempéries, após o dia cheio de aventuras que se prolongam até um pedaço da noite. Nesse vagar pelas ruas e pelas praças misturam-se ao que há de pior na sociedade, a

começar pelos homossexuais e prostitutas, habituais freqüentadores da noite.

A iniciação sexual acontece precocemente num tal contexto onde os valores morais estão em baixa. E aí são mais uma vez explorados pelos anormais de variada espécie. Não são poucos os meninos e meninas que se prostituem. Arriscam-se a contrair os males do sexo nestes tempos em que uma nova e avassaladora doença se vem erigindo em verdadeiro terror para a Humanidade.

Sr. Presidente, a experiência das instituições reformadoras tem mostrado quão difícil é a recuperação desses menores. Tudo contribui para afastá-los cada vez mais daquela que seria a conduta socialmente deseável. infletem cada vez mais para a senda do crime, até porque não vêem alternativa melhor num mundo que lhes negou tudo, a começar do alimento, da educação e dos cuidados com a saúde.

Ouço o nobre Deputado Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: – Vem V. Ex.^a com o seu peculiar brilhantismo, mostrando não uma faceta da nossa sociedade, mas, efetivamente, como ela é. Está bem claro, pelo menos nas grandes cidades, que já existem dois governos, duas sociedades em litígio escancarada. É uma guerra civil diferente. Temos visto, ao longo da História, nas grandes crises que se prenunciam pelos governos paralelos do submundo, seja um Robin Hood, com a sua poética luta dentro das selvas, com os seus frades e organizações avançando não sobre os cocheiros, mas sobre os nobres que ousavam sair dos castelos; seja os ratos de esgotos. Assim foram geradas as grandes revoluções na História da Humanidade, que desestruturaram totalmente um sistema de governo para implantar um novo. Não adiantava o gigantismo das pedras e da estrutura de uma Bastilha; de nada adiantavam as armas dos guardas que a cercavam, pois as picaretas e enxadas da multidão foram avassalando, e a Revolução Francesa fez a mudança. Então vem a pergunta: Não estaria, ocorrendo, no Brasil, um fato semelhante, dando-nos a possibilidade de prever uma confusão terrível onde a grande massa, numa avalanche, não vai mais invadir um hotel de turismo, cinco estrelas; não vai mais invadir diariamente determinados prédios ou mansões das elites; não vai mais invadir somente os bancos, mas toda essa estrutura de sociedade e fazer com que ela desmorone? Esta é a interrogação que fazemos a nós mesmos, ao nobre Constituinte e também à Nação inteira. É o momento efetivo de mostrarmos o caminho da paz nesta Assembléia Nacional Constituinte e de o Poder Executivo e demais Poderes dessa estrutura que aí está tomarem consciência efetiva do risco que corre toda a Nação. Vamos deixar a sociedade conviver com esta criminalidade, até que ela gere o grande caos social?

O SR. VALMIR CAMPELO: – Agradeço a V. Ex.^a as suas palavras que, sem dúvida alguma, enriquecem o meu pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente.

Boa parte das crianças de rua já passou pelo Juizado de Menores e pelas instituições próprias para menores infratores. Mas o descrédito dessas instituições é fato assaz conhecido da população brasileira. São relativamente poucos os casos de recuperação, se comparados ao número daque-

les que ingressam definitivamente no caminho da marginalidade. O assunto já foi, inclusive, objeto de um filme de sucesso – "Pixote" – premiado no exterior.

Eis um problema que considero prioritário, entre tantas outras questões que se nos antolham nesta Assembléia Constituinte. Dever sagrado para nós, que somos portadores do mandato popular, consiste em assumirmos o compromisso de lutar para resolver situação tão dolorosa, que se vai constituindo em perigo para a sociedade maior. Nossos presídios estão abarrotados. O Governo gasta uma fábula para manter as casas de detenção. É até uma vergonha, para todos nós, pensarmos que as coisas podiam ser diferentes se tivéssemos no Brasil uma estrutura social mais humana, e a criança tivesse o devido amparo desde a sua mais tenra infância.

Para enfrentar esse problema crucial, o presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Marcos Vilaça, defende um conjunto de ações, abrangendo várias idades da população mais necessitada. As creches são, no seu plano, a base de tudo o que se possa fazer pela infância brasileira. De fato, considerando a nossa população carente, é apenas na creche que as crianças podem receber alimentação sadia, assistência médica, assistência dentária, vacinação, além, naturalmente, do afeto e da atenção dos adultos.

Atendendo às crianças até os sete anos de idade, as creches desempenham papel insubstituível na vida dos menores pobres, e isso na fase mais vulnerável da vida humana, quando é maior a dependência dos infantes. É ainda o período da formação cerebral do ser humano, quando se faz necessária uma boa nutrição, com estímulos para as realizações positivas. Daí por que não se pode fazer nenhum reparo ao plano de Marcos Vilaça, onde a creche vem em primeiro lugar.

Em seguida, passa-se à fase da educação formal, do aprendizado necessário à qualificação das pessoas para o trabalho e para a vida. O Governo precisa ter escolas para absorver, todos os anos, milhões de novos alunos. Mas não é só. Tudo deve ser feito para evitar o que acontece hoje em dia, quando a maior parte das crianças deixa o ensino logo nos primeiros anos. A escola deve ter um apelo mais forte para prender o aluno e despertar nele o interesse permanente, voltado para o futuro e para a realização pessoal.

Depois da escola, o acesso ao trabalho, à profissionalização, que deve compreender os pais e os filhos adultos, para que haja continuidade no ciclo social. Esse encadeamento de estágios que acompanham a criança até a fase adulta, defendido pelo Presidente da Legião Brasileira de Assistência, há de encontrar respaldo em todos os Poderes da República, porquanto representa a esperança de termos no futuro uma estrutura social mais justa, onde não se conheçam menores carentes, muito menos abandonados.

Quero trazer aqui a opinião respeitável de Dom Luciano Mendes de Almeida, para quem o menino de rua não é propriedade de ninguém, mas é um problema de todos, de toda a sociedade, porquanto é fruto das injustiças dessa mesma sociedade. Na verdade, como diz Dom Luciano, o menor de idade não é – ou pelo menos não deveria ser – encarado como um problema. O menor é, antes, uma solução. Solução para o reajusta-

mento da sociedade, pois ela, sim, é que está desajustada pelos seus desencontros e suas contradições. O menor é vítima da estrutura injusta que não lhe dá guarda, não lhe dá oportunidade.

Esse dignitário da Igreja, conhecido pela sua moderação tanto quanto pela inteligência e lucidez, em recente artigo veiculado pela imprensa ensina que não devemos tirar as crianças da rua porque elas nos incomodam, mas o que precisamos é oferecer-lhes uma porta aberta para que de novo acreditem nos adultos.

Certamente, o que os meninos de rua levam dentro de si é aquele sentimento de rejeição seguido da desconfiança. Jamais lhes foi mostrado algum sentido na vida. Entende-se que necessitam sentir o afeto dos outros, a importância da sua dignidade pessoal para dar a resposta que todos queremos, integrando-se à sociedade global.

Dom Luciano relaciona cinco áreas de atuação urgente para humanizar a vida das famílias de baixa renda, que são a origem dos menores carentes e dos meninos abandonados no Brasil.

A primeira diz respeito à necessidade de reordenação do uso e propriedade da terra, pela implementação e aperfeiçoamento da reforma agrária. Como se sabe, uma das causas principais da miséria das famílias e dos menores nas grandes cidades vem do êxodo rural.

Paralelamente, é preciso harmonizar as relações entre trabalho e capital, para que haja recuperação do poder aquisitivo dos salários em nível condizente com as necessidades da família.

Em terceiro lugar, o Governo há de implementar uma política de habitação e saneamento voltada para as classes de baixa renda. O pobre precisa ter uma habitação, que pode ser simples mas deve ser digna. O pobre não pode continuar morando em cortiços e favelas.

Outra área que há de ser atacada simultaneamente é a da alimentação e saúde. As estatísticas revelam que a subnutrição mata uma criança por minuto no Brasil, além dos milhões de brasileiros que ficam aleijados, ou prejudicados no seu desenvolvimento para o resto da vida, por falta de alimentação. Isso é profundamente injusto. O povo precisa comer na medida da sua fome para que o País tenha um corpo social saudável.

Em último lugar, assegurados os itens relativos a trabalho, casa, comida e saúde, então teremos condições de pensar na Educação como algo exequível. Somente uma vida familiar estável e sadia permite à criança condições emocionais e intelectuais propiciadoras do aprendizado, que vai garantir a sua afirmação como homem ou mulher dentro da sociedade.

Sr. Presidente, as idéias dessas duas personalidades se completam e apontam, em linhas gerais, o caminho que o Governo deve seguir para mudar o quadro de iniquidades que atinge principalmente a criança.

Os líderes de um país que tem 10 milhões de crianças sem escola e 30 milhões de pessoas na miséria não podem descansar até que haja mudança substancial nos indicadores sociais, refletindo níveis melhores de bem-estar populacional.

Todas as pesquisas realizadas sobre o menor abandonado apontam a falência das instituições oficiais, que não conseguiram até hoje cumprir o seu papel como edificadoras de personalidades.

Os pesquisadores defendem soluções surgidas nas próprias comunidades, que já provaram ser mais eficientes.

Cabe ao Governo estabelecer uma política de apoio às creches comunitárias e programas direcionando os adolescentes para o trabalho. Essa é a única maneira de evitar que os menores sejam empurrados para a rua.

Quanto a nós, que temos a honra de participar deste Congresso soberano, vamos usar o poder Constituinte para estabelecer na Carta Magna princípios que, realmente, protejam a família e o menor. E vamos usar também a nossa capacidade de legisladores para apoiar todas as iniciativas voltadas para a salvação do nosso patrimônio maior: a criança brasileira.

O SR. CONSTITUINTE BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e caros colegas Constituintes, tenho esperança de que outros colegas estejam me ouvindo em seus gabinetes.

Não fui eleito para a Assembléia Nacional Constituinte para escrever na Constituição Federal as minhas utopias. Estas, eu já escrevi nos meus romances, já cantei nas minhas poesias. Estas, eu e minha família, já vivemos e sofremos durante 36 anos. Meus pais, que já morreram, meus irmãos que se distanciaram de mim, minha mulher, meus filhos e meus amigos que permaneceram fiéis, todos nós vivemos estas utopias de fazer no Brasil uma reforma agrária, de construir um regime federativo e republicano e de termos nosso povo mais livre, mais digno e mais feliz.

Parecia simples, dependendo apenas de leis modernas e justas que refletissem a realidade da nossa sociedade e da sociedade constituída no resto do planeta terra. Parecia que dependia de mim apresentar um dispositivo constitucional ou um projeto de lei para regular os dispositivos da Constituição. Parecia que estava nas mãos do povo ou de seus representantes promover as mudanças fundamentais. Parecia que as organizações populares, o povo organizado, teriam condições de influir nos seus representantes e nos representantes da sociedade, a fim de incluir no texto constitucional dispositivos auto-aplicáveis que tornem efetivos os direitos de cada brasileiro de não morrer de fome, de não continuar doente e analfabeto, de ter a própria casa, e ter um salário ou uma renda digna para ser um cidadão livre.

Mas, nos dois anos de governo da Nova República e nestes meus dois mandatos de Deputado Federal, entrei em contato direto com novas e velhas realidades, principalmente com a infra-estrutura, a estrutura e a superestrutura da sociedade.

O que é então a sociedade brasileira?

A infra-estrutura da sociedade brasileira é, em primeiro lugar, um território de 8 milhões de km² concentrado em imensas propriedades latifundiárias durante quase cinco séculos de nossa existência. É sua população altamente miscigenada de 130 milhões de habitantes concentrados em 70% nas cidades e 30% rarefeitos no imenso meio rural. É essa população dividida em poucos milhares de privilegiados, 37 milhões de pessoas carentes, 60 milhões de pequenos proprietários, trabalhadores e assalariados e 40 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em pobreza absoluta. Uma indústria ainda não competitiva, uma agricultura

de subsistência insuficiente para o mercado interno, e um mercado exportador de matérias-primas e produtos primários. Setenta por cento dessa infra-estrutura dependem do capitalismo de Estado, do capital externo que está direta ou indiretamente vinculado ao capital multinacional.

A estrutura da sociedade brasileira repousa sobre esse espaço físico, econômico e humano, e constitui um painel de classes tão diversificado que não pode ser classificado exclusivamente sob a dicotomia que Marx imaginava quando escreveu "O Capital" e assinou o "Manifesto Comunista". Entretanto, pode-se simplisticamente dividir o povo brasileiro em classe dominante e classe dos dominados. Só que os dominadores são a totalidade ou a maioria dos controladores de todo o aparelho de Estado. Mais do que isso, permeiam toda a administração nacional, estadual e municipal. O próprio meio rural que antes detinha 70% da população brasileira, hoje reduzida a 30%, ostenta uma burguesia que tem maior capacidade de mobilização de massa e maior condição de mobilidade e pressão sobre a imprensa e sobre os representantes do povo.

A superestrutura representada pelos poderes, por nosso ordenamento jurídico, pelo aparelho judiciário e pelo sistema educacional e pelos órgãos de comunicação de massa está toda ela nas mãos dos dominadores. E pairando sobre essa base física, econômica, humana e ideológica estão os poderes superorganizados e titulares das nossas Forças Armadas.

Em razão desses fatos concretos, não acredito numa revolução armada, que seria a única forma de modificar radicalmente a infra-estrutura, a estrutura e a superestrutura da nossa sociedade. Acredito, sim, num processo de modificação democrática, em que a imensa maioria do povo brasileiro possa organizar-se para lutar pelos seus próprios interesses e pelos interesses de toda a coletividade.

E onde está a organização do povo brasileiro?

Nas Igrejas católicas e evangélicas, que através de seus padres e pastores constituem as maiores lideranças organizadas em todas as regiões do território brasileiro. Em que pese a seus proselitismos e restrições religiosas, exercem profunda influência no seio do povo brasileiro, sem lhes dar diretamente orientação política coerente em face dos grandes problemas nacionais. As Forças Armadas são a maior organização política e militar do povo, e pela detenção da força bélica mantêm, em toda a nossa História, influência decisiva no destino da Nação brasileira. Os trabalhadores e assalariados ainda têm uma organização incipiente que se reflete no nosso movimento sindical. Só nos Estados onde existe uma estrutura industrial é que os sindicatos são representativos e participantes do exercício político e do movimento social. Os não-empregados, os subempregados, os biscoiteiros e os marginalizados estão entregues à sua própria sorte, assim como as donas-de-casa e as mulheres, que ainda não conseguiram, através de um emprego, a sua verdadeira cidadania.

São milhões de pessoas que ainda não estão incorporadas às atividades produtivas do País e que ainda não encontraram a forma de organização para reivindicar os seus mínimos direitos. As comunidades, os centros comunitários, as associações de moradores são ainda uma promis-

sora tentativa dessas pessoas para atingir uma organização participativa no governo e no seio da sociedade. E pairando sobre a sociedade numa forma acadêmica e elitista subexistem a OAB e ABI, que apesar de tudo, têm representado um esforço dos intelectuais progressistas para garantir o mínimo de democracia, justiça e liberdade.

Não vou falar da organização eficientíssima da classe dominadora, suas confederações, federações e associações revezam seus dirigentes na construção de todas as ações do poder e do governo. Mais do que isso, formam e controlam a opinião regional e nacional através de seus órgãos de comunicação de massa.

Tenho perfeita consciência dos instrumentos e aparelhos que existem no Estado e na sociedade e que são manipulados para defender e garantir a boa vida, o lucro e poder de alguns.

Em 1964 foram usados marginais, policiais, policiais militares, praças do Exército, da Marinha e Aeronáutica para invadir a minha casa, a casa de meu pai e de meu sogro, para saquear meu gabinete, a minha biblioteca e intimidar minha mulher e meus cinco filhos menores. Em 1964 foram usados até meus colegas Deputados para cassar meu mandato sem justificativa e sem defesa.

Não tenho medo, portanto, de falar ou de enfrentar todas essas forças. Sozinho já fiz isto em 1964. A minha idade e a minha experiência me dizem, entretanto, que está faltando na sociedade brasileira a sua principal força, que é a sua organização política. Faltam os partidos. Partidos nacionais ideológicos e programáticos. Em menos de duas décadas, assistimos a dois partidos se jactarem de serem os maiores do Ocidente e, em seguida, serem derrotados em eleições parcialmente livres. E o nosso partido, o PMDB, que elegeu agora em 1986 a maioria da Câmara, do Senado – Congresso e da Constituinte, e quase a totalidade dos Governadores de todos os Estados, debate-se: numa crise de identidade e de infidelidade como seu próprio programa. Mais do que isto, participa majoritariamente e dirige uma Assembléa Nacional Constituinte, sem ter sequer estabelecido, para os seus parlamentares, os princípios que devem ser incluídos na nossa Constituição a ser escrita.

Contudo, tenho esperanças de que os brasileiros e brasileiras que formam esta Assembléa não se tornem menos dignos e menos patriotas que os Constituintes de 1946 e possam avançar sobre os dispositivos daquela Carta. Principalmente na questão da reforma agrária, que precisa ter a prioridade social sobre as terras públicas e limitar a propriedade particular para modificar a nossa estrutura latifundiária. Principalmente em relação ao monopólio estatal do petróleo, que é uma conquista do povo e das Forças Armadas e que hoje se encontra subvertido pelos contratos de risco. Principalmente na questão dos minerais, cuja exploração e comércio estão nas mãos dos capitais estrangeiros. E principalmente na atual política econômico-financeira, que privilegia o sistema bancário e os capitais multinacionais. Principalmente na reformulação do nosso ordenamento jurídico, que ainda não inclui o estudo do direito agrário nem tem mecanismos eficientes para julgar e punir os hediondos crimes de colarinho branco.

Isto porque, hoje, só penso nos 40 milhões de brasileiros que vivem em pobreza absoluta. Entre esses 40 milhões de pobres absolutos estão os 12 milhões de homens e mulheres sem terra, os posseiros, e uma imensa juventude carente de educação e de trabalho.

Não digo isso informado apenas pelas estatísticas, como alguns Ministros da Velha e da Nova República – digo por conhecimento pessoal e conhecimento de causa. Digo isso porque conheço pessoalmente os locais onde esses brasileiros estão depositados, tanto na periferia das grandes cidades como nos buracos das matas e dos sertões.

E na minha região amazônica e no meu Estado, o Pará, essas pessoas ainda estão mais desamparadas, porque lá é o próprio Estado federado, o próprio Poder Público, são os próprios dominadores que têm sido, ao longo desses anos, desconsiderados anos, desprezados pelos governadores e pelos dominadores do Brasil-Maravilha que se localiza no Centro-Sul do Brasil.

Quando quiseram construir a Transamazônica e a Perimetral Norte como obra do século, não nos perguntaram se delas tínhamos necessidade e que centro de produção e de consumo elas poderiam ligar. Resultado: construíram uma rodovia ligando a fome à vontade de comer. Levando nada para nada. Hoje ela está quase acabada, só não está totalmente desprezada porque nas suas margens e nas suas vicinais foram colocadas milhares e milhares de famílias que, com sua força, seu trabalho e sua esperança construíram povoados, vilas e cidades que até agora vivem sem a mínima estrutura rural ou urbana para atender a essas populações. Tenho dito sempre que, se foi um crime construir a Transamazônica sem qualquer plano e sem a mínima consulta dos governos e do povo da região, maior crime agora é deixá-la abandonada, isolando esses milhares de brasileiros que, nas suas fazendas e nas suas roças, produzem para o Brasil. Isto sem falar na rodovia Perimetral Norte, que foi iniciada e abandonada pela sua absoluta inviabilidade econômica. Isto sem falar no absoluto abandono em que ficou durante todo esse tempo a nossa rede fluvial, que tem mais de 85 mil quilômetros de rios navegáveis, sem trapiches, sem portos e sem embarcações para transporte de cargas e passageiros.

Quando quiseram fazer o Projeto Carajás de exportação de ferro e o projeto de alumínio para aproveitamento da bauxita e da energia dos nossos rios, construíram a Hidrelétrica de Tucuruí, sepultando sob as águas da imensa barragem uma floresta virgem e colossal, que a ciência brasileira não teve nem tempo de inventariar a fauna e a flora que ia desaparecer para sempre embaixo das águas.

A Sudam, o Banco da Amazônia, que deveriam ser agências de financiamentos e desenvolvimento desses projetos, e do projeto paraense e amazônico, raramente estiveram nas mãos de amazônidas ou de paraenses que tivessem competência, capacidade e condições econômico-financeiras para atender às necessidades presentes da agropecuária, da agricultura, do comércio e principalmente do povo dessa sacrificada região, não só pelo desprezo com que são tratados nossos Estados, mas, sobretudo, por consequência de uma política de incentivos fiscais que sempre beneficiam os investidores do Centro-Sul e sempre dre-

nam para o Centro-Sul os recursos que deveriam ser investidos no desenvolvimento da região. O caso do Banco do Estado do Pará, hoje sob intervenção arbitrária do Banco Central, é um exemplo típico de como são tratados os poderes e os interesses do nosso Estado. Bastaria uma simples comparação com todos os escândalos financeiros havidos no sistema bancário e financeiro do País para se ter uma pálida idéia da discriminação que vem sofrendo o Estado do Pará. Basta dizer que o Presidente da República quis receber o Presidente da República Argentina no Projeto Carajás, totalmente no território paraense, e sequer avisou o Governador do Estado e o Prefeito de Marabá que deveriam ser os anfitriões dessas duas autoridades. Foi muito pior que a atitude do Presidente Figueiredo quando desconvidou o Governador Alacid Nunes numa de suas viagens à Hidrelétrica de Tucuruí.

A propósito do Banco do Estado do Pará, trouxe um telegrama do Governador Hélio Mota Gueiros, que diz o seguinte:

"Exmº Sr.
Deputado Benedito Wilfredo Monteiro
Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Cumprimentando V. Exª retransmito teor telex enviado nesta data ao Exmº Sr. Presidente da República Dr. José Sarney:
"Excelentíssimo Senhor
Doutor José Sarney
Digníssimo Presidente da República
Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília - DF

Face insistência Banco Central informar à Nação que intervenção no Banco do Pará se deveu ao fato de que o Banco Estadual sacou mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, respeitosamente convidou vossa exceléncia para ser mediador da situação oferecendo a seguinte proposta: se o Banco Central provar documentadamente perante vossa exceléncia para que realmente Banco do Pará até vésperas intervenção havia sacado mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, eu renuncio mandato de governador. Se, por outro lado, eu comprovar perante vossa exceléncia que nas vésperas da intervenção Banco do Pará só havia sacado ao redor de dez por cento dessa quantia ou seja aproximadamente seiscentos milhões de cruzados sendo a diferença para os seis bilhões unicamente resultado das multas e castigos impostos pelo Bacen com base em suas infinitas resoluções, vossa exceléncia determinará levantamento intervenção no Banco do Pará e demitirá Presidente do Banco Central por ter mentido à Nação. Cordiais saudações, Hélio Mota Gueiros, Governador do Estado do Pará."

Cordialmente. – Hélio Mota Gueiros Governador do Estado do Pará."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou falando em todos esses fatos, que tão bem caracterizam o desprezo do Governo Federal ao meu Estado, o Pará, para dar uma idéia da situação em que se encontra o povo que habita essa região. Ao mesmo tempo em que se realizam grandes projetos, se incentivam grandes massas de migrações, deixam os governos estaduais a região sem estras-

das, sem transportes fluviais, sem recursos materiais e financeiros para atender a essas populações no mínimo que elas precisam nas questões de saúde, educação, assistência e financiamento da produção. Isto sem falar nos mecanismos de policiamento para evitar a grande violência que cada vez mais se agrava nos conflitos de terras já do conhecimento nacional.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Doreto Campanari.

O Sr. Doreto Campanari: – Nobre Constituinte Benedito Monteiro é com prazer que discutiremos parte do belíssimo pronunciamento que V. Exª faz nesta tarde com muita ilustração e sabedoria, pois se trata de um Constituinte culto, que honra e dignifica este Parlamento. V. Exª falou em utopia, que é o mesmo que governar contra a correnteza, no sentido de realizar muito em benefício deste País. V. Exª dizia que, para alcançarmos realmente a Nova República, três coisas seriam necessárias: a reforma agrária, que, entendo, não será feita pacificamente, e sim pela força; V. Exª dizia da necessidade de uma reforma tributária e de uma anistia, porque mais de 12.400 brasileiros ainda não conseguiram a anistia; V. Exª falou também das classes dominantes e dominadas. É uma minoria que domina, e a maioria simplesmente tem de obedecer de cabeça baixa, porque essa minoria tudo pode, no momento em que vivemos; V. Exª falou também da influência que as Forças Armadas exercem no País. Digo pela primeira vez que, no dia em que o Presidente Sarney fez o seu pronunciamento, não tenho a menor dúvida, naquele dia houve golpe militar. Estamos vivendo em um regime militar, porque temos, nesse País, a Escola Superior de Guerra, que tem mentalidade medieval. Felizmente não temos mais um Presidente da República de quatro estrelas no ombro, porque já ficou provado que o brilho destas não resolve. Concluindo, V. Exª falou dos crimes de colarinho branco, e estou combatendo a corrupção no INAMPS, no Estado de São Paulo. O Sr. Milton Mello Milréu, que ganhou uma fábula em dinheiro no INAMPS, através de corrupção, em virtude da amizade que o ligava ao Desembargador Minhoto, em Brasília, foi destituído de seu cargo. Nesse País só pagam pelos crimes aqueles que cometem pequenos delitos. Os que roubam bastante, conseguem impunidade. Gostaria de dizer a V. Exª – que é um brilhante advogado – que Milton Milréu deveria estar na cadeia, porque roubou demais do INAMPS, como todos sabem. Ontem o

Estado de São Paulo noticiava que ele conseguiu ordem de **habeas corpus**. Lembramos que o regime militar implantado neste País negou **habeas corpus** a políticos da grandeza de V. Exª, que foi violentado, preso e cassado. No entanto, concedeu aos ladrões, estelionatários e estupradores.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Agradeço a V. Exª o aparte, Constituinte Doreto Campanari.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra V. Exª.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Peço a V. Exª, para que este Plenário possa ouvir o discurso do brilhante colega Benedito Monteiro, que prorroga a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – A Mesa defere o requerimento de V. Exª e prorroga por mais cinco minutos a sessão.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Ilustre Constituinte Benedito Monteiro, conhecemos a sua luta. V. Exª é um homem que está na consciência nacional, na consciência de todos nós que participamos da grande resistência política e cívica de 1964 contra as forças retrógradas e militares desta Nação. Conhecemos a sua luta, o seu passado e a sua resistência. V. Exª é um homem que tem consciência de que a História caminha com as gerações que reclamam contra as reações, o conservadorismo, as forças retrógradas, contra um grupinho que, durante tantos anos, vem malbaratando esta grande e pequena Nação. Conhecemos a sua história em defesa da reforma agrária. Não se trata bem de uma história, mas de uma epopéia, porque traz dentro de si um traçado, uma diretriz para um reclamo que não é só da Nação brasileira, mas da própria consciência sul-americana, pois o processo de reforma agrária se faz necessário quando vivemos num mundo conturbado por uma crise de grãos, quando assistimos à população crescer e à produção decrescer. Então, só temos uma alternativa, que é um imperativo da consciência brasileira: uma reforma agrária autêntica, que concede a terra a milhares de brasileiros marginalizados no processo produtivo, a milhares de homens que, diante da cegueira nacional, vegetam na triste e dolorosa estrada da existência humana. Queria externar, nesta hora em que poderosos grupos da imprensa procuraram denegrir sua imagem de lutador, nossa solidariedade ao lutador que é Benedito Monteiro. Neste momento, meu caro colega, eram as palavras que queria dizer a V. Exª.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Agradeço a V. Exª a generosidade das suas palavras, que, por certo, enaltecem o discurso que profiro.

Prossigo, Sr. Presidente.

Quero dizer que os grandes problemas que focalizei neste discurso são apenas alguns dos imensos problemas que foram gerados por essa política agrária e econômica de concentração da propriedade e da renda e excessiva centralização das decisões do governo e dos recursos federais. E, diante das últimas manifestações do Presidente da República, não vejo como esta Constituinte, onde ele já conseguiu maioria absoluta através da aliança que fez como Presidente do meu Partido, o PMDB, sinceramente, não vejo como podemos aprovar uma reforma agrária capaz de modificar a estrutura latifundiária secular e como atender a esses 40 milhões de brasileiros que eram literalmente desprezados pela Velha República, mas que estão sendo literalmente enganados pela Nova República.

Sim, vislumbro apenas uma condição: é a organização e a mobilização do povo através de emendas populares. Só o povo, que encheu as praças brasileiras na campanha das Diretas-Já, pode marchar sobre esta Assembléa Nacional Constituinte e arrancar os dispositivos necessários para a realização da reforma agrária, e muitos outros, para garantir um desenvolvimento que beneficie o povo e consolide o triunfo da soberania nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES

Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alércio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Eliézer Moreira – PFL; Fábio Lucena PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Flávio Rocha – PFL; Geraldo Lacerda – PMDB; Bulhões – PMDB; Gerson Camata – det – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Nelson Carneiro – Hélio Rosas – PMDB; Ivan Bonato PMDB; Nyder Barbosa – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; PMDB; João Cunha – PMDB; João Paulo Delgado – PT; Pedro Herrmann Neto – PMDB; João Ceolin – PFL; Raul Belém – PMDB; Menezes – PFL; Jorge Leite – Renato Bernardi – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Soyer – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Bouchar-

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 4, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 54 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 72

QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 77ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 4 DE JUNHO DE 1987

- I – Abertura da sessão
- II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.
- III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 125/87 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Nion Albernaz para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 126/87 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que aquela Liderança adotou os procedimentos cabíveis com o fito de atender ao exposto no Ofício nº 350/87-ANC, da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Nº 125/87 – Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, 1º Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando alterações na composição de diversas Comissões Temáticas, no âmbito do PMDB.

Nº 083/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte indicando o Senhor Constituinte

Chico Humberto para integrar, na qualidade de membro efetivo, a Comissão da Organização do Estado e na qualidade de membro suplente, a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; indica, também, o Senhor Constituinte Adroaldo Streck para integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão da Organização do Estado.

Nº 084/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando os Senhores Constituinte José Maurício e José Fernandes para integrarem, na qualidade de membros suplentes, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e a Comissão de Organização do Estado, respectivamente.

Nº 134/87 – Do Senhor Constituinte Gastone Righi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, junto Assembléia Nacional Constituinte, esclarecendo dúvidas a respeito da indicação do Partido para a composição da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e da Comissão da Ordem Econômica.

IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – Inclusão no relatório da Subcomissão dos Estados de sugestões de normas constitucionais apresentadas pelo orador visando à reincorporação ao Estado de Pernambuco da antiga Comarca do Rio São Francisco e à reversão do Território de Fernando de Noronha ao mesmo Estado.

OSVALDO BENDER – Distorções do sistema tributário brasileiro.

VIRGÍLIO GALASSI – Crise na economia e necessidade de adoção de um programa econômico de emergência.

GONZAGA PATRIOTA – Sugestão de medidas a serem adotadas para desenvolvimento integrado do Nordeste.

NELSON SEIXAS – Notícia publicada em **O Estado de S. Paulo**: "Dieese aponta desnutrição".

JOÃO AGRIPINO – Esperanças do Nordeste na visita à região dos Ministros da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e da Irrigação, e dos Presidentes dos Bancos Central e do Nordeste.

PAULO PAIM – **Lobby** de empresários contra votação na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos a propósito da estabilidade no emprego.

PAULO RAMOS – Criação do Ministério da Defesa. Protesto contra declarações do ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, sobre a Assembléia Nacional Constituinte, ao jornal **O Globo**.

JOSÉ GENOINO – Matéria divulgada pela Folha de S. Paulo sobre conclusões do inquérito governamental a propósito da concorrência para construção da Ferrovia Norte-Sul.

UBIRATAN SPINELLI – Ilegalidade da reassunção do cargo de Prefeito Municipal de

Cuiabá, Estado de Mato Grosso, pelo ex-Ministro Dante de Oliveira.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Viagem do orador a Cuiabá, para assistir à posse do ex-Ministro Dante de Oliveira no cargo de Prefeito Municipal, sem ônus para os cofres do Estado, ao contrário de afinações do Constituinte Ubiratan Spinelli em seu pronunciamento. Bombardeo de fragata americana, no Golfo Pérsico, pelo piloto alemão Mathias Rust e aterrissagem de seu avião na Praça Vermelha, em Moscou.

ERALDO TRINDADE – Preocupação do orador com os resultados finais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em virtude da interferência de interesses partidários.

FURTADO LEITE – Frente de trabalho para atender aos sertanejos nordestinos atingidos pela "seca verde".

OLÍVIO DUTRA – Greve de professores no Estado do Rio Grande do Sul.

ADEMIR ANDRADE – Suspensão de pagamentos, pelos comerciantes e produtores rurais do Município de Tucuruí, Estado do Pará, aos bancos locais. Telegrama dirigido pelo orador ao Governador do Estado do Pará, Hélio Gueiros, em protesto ante violências praticadas pela Polícia Militar contra trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia.

VLADIMIR PALMEIRA – Comentário a pronunciamento do Constituinte Maurílio Ferreira Lima a propósito de aterrissagem de avião do piloto alemão Mathias Rust na Praça Vermelha, em Moscou. Aumento das anuidades das escolas particulares no Estado do Rio de Janeiro. Estudo da Federação Nacional dos Estabelecimentos sobre legislação que trata das semestrelidades escolares.

RUY NEDEL – Decretação de moratória da industrial Dulce, de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

ADROALDO STRECK – Artigo do ex-Ministro Mário Simonsen, publicado no jornal **O Globo**: "O trem-bala para Bangladônia".

ARNALDO FARIA DE SÁ – Publicação do jornal da chapa 1 do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sob o título "A mudança que está dando certo".

UBIRATAN AGUIAR – Programa de obras do Governador Tasso Jereissati, do Estado do Ceará.

GEOVANI BORGES – Inserção na Carta Magna de dispositivos que visam corrigir distorções do atual sistema tributário. Redução da jornada de trabalho do brasileiro.

BOCAYUVA CUNHA – Incapacidade do sistema de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro para conter a escalada da violência urbana. Editorial publicado no jornal **O Dia** "Chega de corpo estendido no chão".

AMAURY MÜLLER – Tendência à internacionalização da economia brasileira manifes-

tada no parecer da Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado. Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica Penalização da Petrobrás pela política de preços para derivados de petróleo adotada pelo Governo Federal.

MAGUITO VILELA – Artigo do Ministro do Transporte, José Reinaldo Tavares, publicado na **Folha de S. Paulo**: "Ferrovias diretas e já"

JUTAHY MAGALHÃES – Retomada das prerrogativas do Poder Legislativo e instrumentalização do Congresso Nacional. Emenda apresentada pelo orador e não considerada pela Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, visando à instituição da Auditoria Geral da República.

ASSIS CANUTO – I Congresso de Química Fina, em Brasília, Distrito Federal. Carta aberta do Presidente da Abifina, José Correia da Silva, publicada pelo jornal **O Globo**.

DIONÍSIO HAGE – Pronunciamento do Deputado Estadual Célio Sampaio na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, publicado no jornal **O Liberal**, a propósito de intervenção do Banco Central no Banco do Estado do Pará.

CÉSAR MAIA – Sugestão de política econômica a curto prazo.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Emenda apresentada pelo orador à Subcomissão dos Estados e à Comissão da Organização do Estado a propósito da questão de limites entre Sergipe e Bahia.

HAROLDO LIMA – Reparos à proposta de criação de seis novos Estados no anteprojeto da Subcomissão dos Estados.

CARLOS ALBERTO CAÓ – A Assembléia Nacional Constituinte e a instalação de um verdadeiro Estado democrático.

CARLOS CARDINAL – Caráter negativo do Governo Sarney e necessidade de eleições diretas para a Presidência da República.

DOMINGOS LEONELLI – Eleições na Companhia de Eletricidade da Bahia-Coelba.

AUGUSTO CARVALHO – Conjecturas sobre substituto do ex-Senador Marcos Freire na Presidência da Caixa Econômica Federal.

JUAREZ ANTUNES – Elevação do índice de violência no Estado do Rio de Janeiro no Governo Moreira Franco.

CARLOS VINAGRE – Atuação da Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal, no Estado do Pará.

CHICO HUMBERTO – Aspecto cultural do folclore e atuação da Comissão de Folclore do Governo de São Paulo. Criação do Estado do Triângulo.

V – Comunicações de lideranças

ADOLFO OLIVEIRA – Agradecimentos do Partido Liberal ao Presidente José Sarney pela

devolução, à família do ex-Deputado Carlos Lacerda, de medalhas e condecorações por ele recebidas. Determinação do Presidente da República no sentido da adoção de medidas de combate à crise econômica. Solicitação de S. Ex^a de coesão e identidade entre os Ministros de Estado e divisão de responsabilidades entre PMDB e PFL

HAROLDO LIMA – Reassunção do cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, pelo ex-Ministro Dante de Oliveira, e comício em prol de eleições diretas para Presidente da República, em 1988. Protesto contra alegação do Constituinte Ubiratan Spinelli no sentido de que o referido comício teria sido realizado com patrocínio de passagens hospedagens pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

OSVALDO BENDER – Prolongamento de execuções de dívidas de pequenos, médios microempresários, apesar de moratória anunciada pelo Presidente da República.

AMAURY MÜLLER – Expectativa na administração do ex-Senador Marcos Freire no Ministério da Reforma Agrária.

DOMINGOS LEONELLI (Explicação Pessoal) – Protesto contra alegação do Constituinte Ubiratan Spinelli no sentido de que a viagem de Constituintes que compareceram à reassunção do ex-Ministro Dante de Oliveira no cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, teria sido financiada pelo Governo do Estado.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA – Parabéns ao ex-Prefeito de São Bernardo. Estado de São Paulo. Tito Costa, por prestação de compromisso regimental como Deputado Federal. Conflito na fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia, Estado do Pará. Existência de censura através dos órgãos de comunicação da Presidência da República. Eleições diretas.

VI – Apresentação de proposições

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Requerimento de informações ao Ministro dos Transportes sobre irregularidades na administração do Projeto Rio.

Requerimento de informações ao Presidente da Caixa Econômica Federal sobre utilização de recursos na atual política habitacional.

ISRAEL PINHEIRO – Questão de ordem sobre dilatação de prazo para apresentação de emendas nas Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Israel Pinheiro.

ISRAEL PINHEIRO – Raízes políticas na crise econômica nacional. Sistema eleitoral proporcional com apuração distrital.

ABIGAIL FEITOSA – (Retirado pelo orador para revisão.) – Sistema único de saúde. Demissão de Secretário do INAMPS. Cargos públicos em troca de apoio a mandato presidencial de 5 anos.

<p>NELTON FRIEDRICH – Posse do Ex-Ministro Dante de Oliveira na Prefeitura Municipal de Cuiabá. "Notas de Cuiabá": Eleições diretas para Presidente da República.</p> <p>VIII – Encerramento</p>	<p>2 – MESA</p> <p>– Relação dos membros</p>	<p>– Relação dos membros</p>
	<p>3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</p>	<p>4 – COMISSÕES</p> <p>Relação dos membros das Comissões Constitucionais</p>

Ata da 77ª Sessão, em 4 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;

Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Mário Maia, 2º-Secretário.

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Vilani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB;

Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Aberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Abernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Minicarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rolleberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB;

Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 309 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: 3º Secretário, servindo como 2º, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º Secretário procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício N° 125/87

Brasília, 4 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar, nos termos do art. 12, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Nion Albernaz, para exercer o cargo de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro do corrente ano.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Ofício n° 126/87

Brasília, 4 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício GP-0 350/87-ANC, de 3-6-87, de Vossa Excelência, informo que esta Liderança já adotou as providências necessárias a restabelecer o número de membros a que o PMDB tem direito na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, conforme alterações de composição de Comissões comunica a Vossa Excelência através do Ofício n° 125/87, de 4-6-87, desta Liderança.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Do Sr. Vice-Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício n° 125/87

Brasília, 4 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

De acordo com o que estabelece o Regimento interno, tomo a liberdade de encaminhar a Vossa Excelência as designações e alterações nas comissões a seguir relacionadas:

Deputado Luiz Henrique de III – Tit. para III – Supl.

Deputado Antonio Mariz de III – Supl. para IX – Supl.

Deputado José Tavares de V – Supl. para IX – Supl.

Deputado Vicente Bogo para IX – Supl.

Senador Fábio Lucena para IX – Supl.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Euclides Scalco**, 1º Vice – Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Do Sr. Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício n° 83/87

Brasília, 2 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Constituinte Chico Humberto para fazer parte, como titular, da Comissão da Organização do Estado, em vaga existente, e suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, de onde era membro efetivo.

Outrossim, indico o Constituinte Adroaldo Streck para integrar, como suplente, a Comissão de Organização do Estado, na vaga decorrente da efetivação do suplente, Constituinte Chico Humberto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 84/87

Brasília, 2 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte José Maurício para integrar, como suplente, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, em substituição ao Constituinte José Fernandes que, em consequência, volta a compor, como suplente, a Comissão de Organização do Estado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.
– Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Da Liderança do PTB, nos seguintes termos:

Ofício nº 134/87

Brasília, 4 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Com vistas ao esclarecimento de dúvidas levantadas quanto a nossa representação partidária nas Comissões Temáticas, encaminho à consideração de V. Ex.^a, para os devidos fins e efeitos, as alterações procedidas por esta Liderança em relação às Comissões do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e da Ordem Econômica, tornando sem efeito as respectivas indicações anteriores.

V – Do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

Titulares: Deputados Fábio Raunheitti e Roberto Villar Torres;

Suplentes: Deputados Joaquim Bevilacqua e Roberto Jefferson;

VI – Da Ordem Econômica:

Titulares: Deputados José Egreja e Roberto Jefferson;

Suplentes: Deputado Jaime Palmarin e o Senador Carlos Alberto.

Na oportunidade reitero a V. Ex.^a protestos da mais alta consideração. – Deputado **Gastone Righi** Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Apresentei logo no início da Assembléia Nacional Constituinte, isto é, no dia 1º de março, duas sugestões, que, realmente, considero de grande importância para o Estado de Pernambuco: reincorporação ao Estado de Pernambuco do Território da antiga Comarca do Rio São Francisco, desligado da antiga Província de Pernambuco pelo Decreto de 7 de julho de 1824, e outra inspiração referente à extinção do Território de Fernando de Noronha, sendo seu território revertido ao Estado de Pernambuco. O ilustre Relator da Subcomissão dos Estados, Constituinte Siqueira Campos, incluiu ambas as pretensões no seu excelente trabalho. É conveniente frisar e destacar que os Constituintes pernambucanos José Carlos Vasconcelos e José Moura, também, posteriormente, apresentaram sugestões no mesmo objetivo, aju-

dando de maneira decisiva para o êxito das propostas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, trouxe à consideração da Assembléia Nacional Constituinte tema que foi objeto do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 1983, de minha iniciativa e que realmente atende aos anseios do povo pernambucano: a reincorporação ao Estado de Pernambuco do Território da antiga Comarca do Rio São Francisco, desligado da antiga Comarca de Pernambuco pelo Decreto de 7 de julho de 1824. Registro que o Deputado Fernando Coelho (PMDB – PE), também, através do Projeto de Lei Complementar nº 32, de 1979, propunha a mesma medida; infelizmente, sua proposta legislativa foi arquivada, assim, representei o projeto de lei, aprovado nas Comissões Permanentes, e que apenas aguardava a apreciação do Plenário. Pernambuco foi e continua sendo vítima de uma grave injustiça, que o passar dos anos não apaga e faz apenas mais odiosa. Representando o seu povo, não podemos silenciar diante dela, por mais arraigada que esteja, por mais estabelecida que se encontre, por mais irreversível que possa parecer.

Não é a primeira vez que se tenta essa reparação histórica. Os estudos e avaliações de Gonçalves Maia, Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho, Fernando Coelho, e agora, minha iniciativa, secundada pelos ilustres e nobres Constituintes José Carlos Vasconcelos e José Moura, para provar que Pernambuco não silenciou na defesa do seu direito.

Justificando o Projeto de Lei nº 3.011-A, de 1961, que dispunha sobre a revogação dos decretos de 7 de julho de 1824 e 15 de outubro de 1827, o então Deputado Monsenhor Arruda Câmara disse:

"Pernambuco vem, através dos tempos, sendo devorado e mutilado em seu território. De grande província que era, está reduzido a uma área mínima. E tudo isso, quase sempre, em castigo pelos seus ideais de liberdade, de independência e lutas pela República. Foi assim que o Leão do Norte foi retribuído pelo seu heroísmo e pelas lutas e sofrimentos que enfrentou para expulsar os invasores do Brasil e garantir a unidade de nossa Pátria. Derramou seu sangue generoso pela Nação que, em prêmio, retalhou sua carne e fuzilou ou fez morrer nas masmorras seus heróis."

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, Pernambuco não se conforma, e clama e reclama sempre. Protestos são lançados aos ouvidos da Nação. O sangue de Frei Caneca e seus onze companheiros de martírio, os doze apóstolos da República, deve receber uma reparação histórica, da República, que não deve ser megera nem madrasta. A Frei Caneca nem os carrascos oficiais, nem os piores criminosos encarcerados, mesmo com a promessa do perdão e da liberdade,ousaram enfocar. O que foi provisório não pode eternizar-se nem passar a definitivo, máxime porque cessada e caduca a condição: "Até que fosse feita a reorganização das províncias", a comarca devia e deve voltar a Pernambuco. Não é possível que o castigo provisório se converta em labéu definitivo e inalterável sobre Pernambuco e seus filhos, pelo crime de amar a liberdade e desejar a República. Nenhum título existe para tão cruel esbulho.

A Comarca de São Francisco não é nenhuma região maldita, que deva expiar o seu castigo injusto e descabido. A boa norma constitucional manda que se faça, através da nova Carta política, a reparação necessária.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, atendendo aos anseios das respectivas populações prevê-se a elevação à categoria de Estado dos Territórios de Roraima e Amapá, e bem assim a incorporação ao Estado de Pernambuco do Território de Fernando de Noronha. O Território de Fernando de Noronha, criado há tanto tempo, sempre foi apenas uma base militar que, nos dias atuais, já perdeu sua razão de ser. As armas modernas dispensam esse tipo de sentinela avançada da Pátria. O arquipélago possui notáveis riquezas naturais e sua vocação turística é inarrendável. Pode ser racionalmente aproveitado e gerar inúmeras riquezas para o Brasil. A reversão de seu território para o Estado de Pernambuco é medida de inteira justiça, dados os antecedentes históricos.

O Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 116/87, que adotou no processo legislativo o Projeto de Lei nº 113-A, de 1987, dispondo sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha. Esclarece que o Território foi criado, no interesse da defesa nacional, pelo DL nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, sendo a sua organização administrativa regida pela Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981. A Presidência da República transfere a vinculação do Território de Fernando de Noronha para o Ministério do Interior, e justifica que proporcionará a adequada ação do governo da União, em benefício da área, com o apoio de estrutura administrativa já organizada e de conhecida experiência na atividade.

O Projeto de Lei nº 113-A deve entrar na Ordem do Dia, da primeira sessão da Câmara dos Deputados, para votação. Já está com parecer na proposta, e entretanto, foi emendado. Acredito que a proposta da Presidência da República é uma comprovação do acerto e do endosso, da aprovação da minha sugestão, acompanhada pelos Constituintes José Carlos Vasconcelos e José Moura.

Formulo um apelo aos companheiros Constituintes à aprovação das sugestões, transformadas em dispositivos nos respectivos relatórios das Subcomissões, agora em tramitação na Comissão Temática competente: Comissão da Organização do Estado, sendo Relator o nobre e culto Constituinte José Richa.

A boa norma constitucional orienta e sugere que se aceite, incluindo na nova Constituição, a reparação necessária e justa a Pernambuco. (Palmas. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS-RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes.

Aguardava ansiosamente, terça-feira, o pronunciamento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que vinha sendo anunciado desde segunda-feira, por fim não se concretizou por mais uma vez. Apenas em reunião com os Srs.

Ministros, fez referências a medidas administrativas, de rotina, nada de novo.

Esperava-se que fosse anunciada uma moratória para os produtores rurais e para as micro, pequenas e médias empresas. Nada disso aconteceu. Todos estes milhares de espectadores endividados aguardavam ansiosamente uma notícia que viesse amenizar a difícil situação em que vivem.

No entanto, com tristeza, assistimos a uma entrevista do Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Bresser Pereira, que não apenas deve ter decepcionado a mim, mas acredito que, com suas afirmações e com seu posicionamento, decepcionou a milhões de brasileiros, quando afamou que a carga tributária estava muito baixa. Era necessário arrecadar mais impostos, era preciso reajustes mais freqüentes nas prestações de serviços, tais como energia, combustíveis e outros.

Quero referir-me, neste momento, principalmente às afirmações sobre a carga tributária. Veja, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, aumentar ainda mais os impostos, quando o povo brasileiro está vivendo um dos momentos mais difíceis, quando se abala sobre nós a pior e maior crise econômica dos últimos anos, quando a grande maioria dos responsáveis pela arrecadação não tem condições, nem sequer para pagar os tributos existentes no momento, quando se encontram sufocados pelas dívidas, e pela já insuportável tributação, é, então, justamente, neste momento, que se anuncia que os brasileiros pagam muito pouco imposto.

Sabemos que o massacre tributário existente no País atinge a todos, uma vez que não paga apenas aquele que deveria pagá-lo, que tem condições, que tem capital. Neste País todos que consomem estão indiretamente pagando seu imposto. Aí se constata a grande injustiça. De todo e qualquer movimento mercantil, desde os gêneros de primeira necessidade, até os artigos de luxo, em tudo está incluído o tributo.

Uma estatística recente, publicada nos Jornais, nos mostrou que de tudo que consumimos o Governo participa com 50%. Parece impossível, mas é verdade. Vejam, vamos analisar a roupa, onde a tributação começa desde a colheita do algodão, que de saída, na primeira operação, paga 17% de ICM se adquirido por uma fiação, sem intermediário, que as vezes ainda existem, mas neste caso a fiação credita os 17% e transforma o algodão cru em fios, para tecelagem, entre crédito e débito no mínimo, fica uma diferença a mais de 10%, ai já temos 27% de tributos. Os fios são comprados pela tecelagem que entre entrada e saída, agora já do pano, paga mais uma diferença de 10%; agora já acumulamos 37%. O pano é adquirido pela confecção, onde, no final das operações, temos mais um acréscimo de 10%, cujo total então já soma 47%. A confecção vende o seu produto para o lojista, que, mais uma vez, entre a compra e a venda acrescenta mais 10%. Chega então o produto final, nas mãos do consumidor, com no mínimo 57% de impostos incluídos no mesmo indiretamente e o consumidor vai pagar estes 57%.

Este é o nosso sistema tributário, onde o pobre paga tanto quanto o rico. Imaginem se na roupa apenas tivéssemos um imposto de 10%, então o custo da mesma seria 47% mais barato.

Analisei apenas um produto popular e, por sinal, um produto médio. Temos os chamados artigos de luxo, que pagam até 300%, como perfumes, jóias, bebidas alcoólicas, cigarros e outros. Temos também os gêneros de primeira necessidade, que pagam menos de 50%, mas conforme estatística, entre um e outro produto, pagamos, sobre o que consumimos 50%. Sem falar do IPI que muitos produtos pagam. Do Imposto de Renda, no final das operações, incidindo sobre o lucro 35 a 45%; o Imposto de Renda recolhido na fonte; Imposto sobre Mineração; Imposto Compulsório.

É inacreditável o que se paga de impostos neste País. No meu modo de entender, chegou a hora de ser reduzido e não aumentar ainda mais.

Imaginem os nobres Srs. Constituintes que o Governo já participa com a metade de tudo o que é consumido neste País, e ainda quer mais. O povo precisa saber que quem paga tudo isso é o próprio povo.

Por isso é inacreditável ainda S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Fazenda, vir, no pior momento, anunciar que a carga tributária dos brasileiros é pequena. O que é preciso, isto sim, é austeridade na aplicação destes recursos.

Não temos nada contra o fato de que todos que trabalham em funções públicas sejam bem remunerados. Faço questão que cada um que trabalhe receba condignamente. Agora, o que decepciona são manchetes dos jornais, como esta do dia 2 do corrente mês, onde se lê "Trem da Alegria na Câmara dos Deputados". Salários de Cz\$ 150.000. Gostaria, Sr. Presidente, de saber se estas notícias são verídicas, faço um apelo para que a Mesa esclareça o assunto. Outras injustiças ocorreram com os contribuintes honestos e pontuais, que recolhem seus impostos em dia, estes tiveram que recolher em maio suas prestações do Imposto de Renda com as OTN atualizadas do mês em curso, enquanto que houve uma anistia fiscal para aqueles que não recolheram suas prestações em abril, para que pudesse recolhê-las em maio com OTN do mês de abril.

Acontecem coisas chocantes como estas, distorções discriminatórias, anistia para uns e aumento para outros. A lei deve ser respeitada, diz a atual Constituição, o que também deverá dizer a nova; igualdade para todos perante a lei, não basta apenas que isto esteja escrito, precisa ser cumprido. As autoridades devem ser as primeiras a não desrespeitar a lei, ou melhor, manipulá-la, através de resoluções que não correspondem com a justiça.

Apelo desta tribuna a S. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda para que se sensibilize, analise e não venha impor mais e maiores sacrifícios ao povo brasileiro, com uma carga tributária ainda maior.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Galassi.

SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

O Brasil se encontra na mais difícil encruzilhada sócio-econômica e política de sua história. O Estado psicossocial da população brasileira está deixando a escala de apreensão, angústia, temor, negativismo e caminhando para o pior, ou seja, o pânico. O sistema produtivo do País, atônito

com a espiral inflacionária, a maior da história nacional, com os juros proibitivos e escandalosos, com a incerteza do mercado e com a inexistência de planos econômicos viáveis e confiáveis, está chegando ao estágio de estrangulamento total.

A especulação financeira faz o dinheiro tornar-se um fim e não um meio em todo processo econômico-financeiro normal, como ocorre com as grandes nações do mundo, que são democracias capitalistas estáveis.

O nível de investimento, seja no setor agropecuário, industrial ou de serviços, está quase zerado. Não existe clima de confiança nas autoridades econômicas e políticas para aplicar capital de risco, nem muito menos viabilidade econômica de retorno nas atividades que sofrem o risco do mercado. A grave crise que atravessamos possui um perigoso componente político: a falta de credibilidade do Governo. A crise de credibilidade hoje é tão séria que pode até prejudicar a adoção de programas de ajustes econômicos viáveis.

O Governo tem-se mostrado impotente na contenção do déficit público, problema crônico que obriga a emissão permanente de moeda e de títulos públicos, realimentando a inflação e adubando a especulação financeira. Não há prioridade para os investimentos governamentais. Falta infra-estrutura básica na agropecuária, como energia elétrica, armazenagem, estradas vicinais e assistência técnica. O parque industrial está carente de importação de máquinas e de equipamentos, além de matérias-primas estratégicas, todos imprescindíveis ao processo de produção, mas que se tornam inviáveis em razão da crise cambial. O setor de exportação não conta com os Créditos de adiantamento de câmbio, necessários ao fluxo de produção e despacho dos produtos exportáveis, porque os bancos brasileiros no exterior enfrentam problemas na obtenção de créditos de curto prazo, que é uma das consequências da moratória da dívida externa.

A queda do poder aquisitivo da população, combinada com a alternativa de se aplicar dinheiro na ciranda financeira, ao invés de aquisição de bens duráveis e de consumo, está afetando ruinosamente o mercado interno, onde existem itens de mercadorias com quedas de consumo de até 60%. A redução do nível de atividade econômica obriga as empresas à não contratação e à redução de seus quadros de pessoal, afetando gravemente o mercado de trabalho.

Torna-se urgente a adoção de um programa econômico de emergência, que, para ter a mínima chance de sucesso com aprovação da população, necessita ter respaldo prévio de todas as lideranças políticas e dos representantes de todos os segmentos produtivos do País. A economia brasileira não pode mais continuar como um barco à deriva no meio do oceano. Precisamos urgentemente resgatar a credibilidade externa e interna, colocar o País nos trilhos do desenvolvimento; fazer o brasileiro confiar em sua própria terra. O Brasil é hoje a 8ª economia do mundo, mas, incoerentemente, um país rico de recursos e pobre de riquezas disponíveis.

Num momento, em que a Nação aguarda com ansiedade e expectativa novo programa de ajuste econômico, coordenado pelo competente e bem intencionado Ministro Bresser Pereira, é nosso dever de consciência advertir que este novo progra-

ma deverá estar isento de qualquer conotação ideológica, populista, político-partidária ou demagógica eleitoreira, pois a gravidade do momento nacional exige de cada um uma dose mínima de responsabilidade, patriotismo e trabalho. É utópico uma nação que tenha uma produtividade de mão-de-obra que é de 1/10 da que alcançou o Japão, reivindicar, através de líderes inconsequentes, conquistas sociais inopportunas, como: estabilidade no emprego, redução de jornada de trabalho, liberalização do direito de greve, e outras, com uma economia ainda incipiente, que, sob o impacto de medidas demagógicas como as propostas, implodiria irremediavelmente o nosso instável mercado de trabalho. Não se distribui, a não ser pelo discurso ou no palanque, a riqueza que ainda não foi gerada.

Não se pode programar taxas de crescimento econômico sem antes tentar reduzir a taxa de natalidade. O crescimento populacional precisa ocorrer em bases seguras para evitar os conflitos sociais que a História nos mostra.

O Brasil econômico é um doente grave, em estado de pré-coma, e necessita ser urgentemente internado no CTI da correção de rumos, princípios e ação. Mas não basta identificar uma boa CTI de correção; é imperativo convocar a melhor junta médica disponível.

O Governo, para implementar um novo programa de ajuste na economia, não pode correr o risco de um novo fracasso, que, se acontecer, comprometerá irremediavelmente nossa frágil economia e a própria transição democrática. Precisará, neste grave momento, ter muita sabedoria, humildade e energia para convocar, a fim de compor esse conselho de salvação nacional, todos os ex-Ministros de Planejamento e da Fazenda, sem exceção, e também os mais nobres, legítimos, autênticos e experientes representantes do setor produtivo nacional.

O diagnóstico da recessão é sensível e transparente, com um quadro sombrio e desalentador. Com o respaldo de um conselho composto por experiências e inteligências do nível das que sugerimos, somado aos nobres objetivos que alimentam a esperança atual do Ministro da Fazenda, enxergamos a viabilização de nosso País, como nação próspera, séria e soberana, e com uma sociedade justa e equilibrada.

Faço tal proposição como um imperativo de minha consciência, confiante de que o equilíbrio, a sensatez, o patriotismo e o discernimento do Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney colocarão os superiores interesses da Nação acima de quaisquer outros objetivos pessoais, ou de grupos que, por sua natureza, estão obstaculizando a realização do histórico destino do Brasil: "Uma democracia rica, estável e responsável". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB)

– PE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O Brasil vive efetivamente um novo clima em sua realidade sócio-econômica e política, sobretudo no contexto das relações mundiais. O Brasil é um país detentor de imensas potencialidades, e, nesse quadro, o Nordeste se sobressai por suas

ampolas perspectivas geográficas, econômicas, sociais, culturais e ecológicas.

Crises existem e sempre existiram neste País. As saídas para essas crises foram tomadas por via política, e não através de governos e antipovos.

Estamos vivendo uma das maiores de todas as crises brasileiras. Entendo não ser apenas uma crise econômica ou financeira: trata-se sobretudo de uma crise política.

O povo que sabiamente foi às urnas em 1984 e exigiu eleições diretas para a Presidência da República soube aceitar a eleição do Dr. Tancredo Neves via Colégio Eleitoral, por respeito às normas constitucionais e prazos fatais para realização das convenções. Mas, da mesma maneira, depois de conviver com uma aliança que achou necessária para a tomada do poder das mãos dos militares, durante o período de transição, em 15 de novembro de 1986, confiou seu voto ao PMDB, elegendo 22 dos 23 governadores e 305 dos 559 constituintes, entregando-lhes as rédeas da Nação.

Infelizmente, não foi entendido o povo brasileiro, a aliança continuou e ainda continua, o povo sofreu e ainda sofre.

O exercício do poder, que muitos dizem ser embriagador – e portanto perigoso –, num país com as dificuldades do Brasil, é sumamente doloroso para aqueles que sofrem com as dificuldades enfrentadas pelo povo.

Ele é gratificante quando o Governo permite que construamos escolas, e hospitais, que ergamos casas, que oferecemos cultura, garantindo ao homem as condições que são direitos de todos, não apenas das minorias que tiveram a sorte de nascer em lares mais aquinhoados. É fundamental governar com o olho no povo, sempre, para que não nos deixemos empolgar por idéias visionárias. Aquele que tem presente os problemas do povo, que tenta resolvê-los no dia-a-dia, não se deixa enganar pelas aparências, não se julga um poderoso, pois o exercício da humildade o livra de tal perigo.

O Nordeste foi a grande vítima de 20 anos de Generais-Presidentes, condicionados pela crise-psicose de transformar o Brasil em grande potência, em obrigar o País a dar um salto industrial a qualquer preço, em dotar o Estado de poderes que a Nação não tinha condições de suportar, como a construção de usinas atômicas, para a médio prazo haver material para a fabricação de bombas atômicas. Dentro de tal modelo – perverso em sua raiz, por ignorar a opinião do povo – todos os cuidados se voltaram para o Sul, que já oferecia uma base industrial às pretensões de hegemonia continental.

O Nordeste foi abandonado à própria sorte, a Sudene foi progressivamente esvaziada, afinal ele foi responsável pelo diploma definitivo do fracasso dos regimes ditatoriais: no começo desta década, o Brasil era o recordista mundial de mortalidade infantil; segundo informe da ONU, 50 mil menores de 12 anos se prostituíram nas grandes e pequenas cidades do Nordeste.

O Nordeste tem provado, ao longo do tempo, sua vitalidade telúrica, sua criatividade humana, sua potencialidade sócio-econômica e sua expressividade antropológico-cultural, de modo extremamente marcado. É preciso, contudo, pesquisar e adotar fórmulas e formas de atuação em favor de um efetivo desenvolvimento da região

nordestina. O Nordeste espera e sua gente precisa de novos caminhos para que alcance, de fato, um desenvolvimento integrado, justo, harmônico.

Apesar dos contrastes angustiantes que têm caracterizado a vida do Nordeste brasileiro, ainda assim, reina a vontade histórica de sua gente, de trabalhar, lutar e promover a região nordestina.

No caso nordestino, em virtude da relativa exigüidade de recursos, em face da grandeza dos problemas, cabe aos cientistas, aos técnicos, administradores e políticos, responsabilidades das quais não podemos fugir, sob pena de estarmos traendo a consciência brasileira.

Da capacidade multiplicadora das instituições, dos projetos, das realizações político-institucionais deve, necessariamente, brotar as motivações que abrirão novos caminhos para a região nordestina e sua gente ativa, renitente e altaiva.

Há inúmeras opções. Basta pesquisá-las, adotá-las e mantê-las com decisão, coragem, criatividade em favor da região nordestina. Em face das perspectivas do Nordeste, avulta-se a exigência de capacitação e promoção técnico-profissional dos contingentes populacionais, vez que os recursos humanos são os agentes insubstituíveis do processo de desenvolvimento.

Sabe-se que é função do Estado promover o bem-estar social e coletivo. O Nordeste, por suas peculiaridades, além de se constituir numa função do Estado sua promoção é um desafio, um desafio do Brasil inteiro.

Ante esse quadro de desafio, é preciso mobilizar os recursos institucionais e comunitários – Governo federal, Governos estaduais e municipais, universidades, igrejas, escolas, clubes de serviço, associações profissionais, sindicatos e demais entidades – no sentido de se acionar recursos e multiplicar esforços, pois todo processo de desenvolvimento é global e globalizante, em face da mutabilidade da sociedade.

A ciência e a tecnologia devem estar, sempre, a serviço do homem e de sua promoção social, cultural, política, econômica, comunitária. A realidade nordestina deve ser alvo da ação das instituições dedicadas ao estudo, à pesquisa, e ao desenvolvimento tecnológico, humanístico, científico e sócio-econômico. Ao cientista, ao técnico, ao político, ao administrador cabe o profícuo papel de promover a construção da prosperidade material, social, moral, coletiva.

Ante esse quadro de desafios e perspectivas, é preciso vislumbrar a região nordestina, sob a coordenação das instituições vinculadas à temática regional, a partir de uma efetiva identificação com as amplas possibilidades do Nordeste no conjunto do processo de desenvolvimento brasileiro.

Vale registrar o esforço de pesquisas e estudos já realizados na descoberta de perspectivas de melhoramento do Nordeste. Deve-se mencionar aqui, por oportuno, a iniciativa de plantio de **algaroba**, em larga escala, em razão de ser uma planta **xerófila** – resistente à seca – e ter uma extraordinária capacidade de perenização, cujo aproveitamento é amplo, tanto em termos de implementação agroindustrial quanto na alimentação dos rebanhos e até mesmo na alimentação humana, mediante métodos e técnicas de beneficiamento.

Registre, entretanto, que toda ação em favor do Nordeste precisa ser divulgada e comunicada,

a fim de motivar e movimentar a opinião pública – nordestina e brasileira – para que some esforços, recursos e criatividade em função da região, vez que o Nordeste é um desafio e a esperança do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao prenúncio de uma nova grande seca no Nordeste e de que o Governo vai acudir os flagelados, implantando as chamadas "frentes de emergência" calcula-se que, ao todo, o número de agricultores a ser atingido supera a casa dos 900 (novecentos) mil, sendo necessários alguns bilhões de cruzados por mês; para manter a folha de pagamento outros bilhões para o material e equipamentos empregados nos trabalhos.

Teme-se que não haja, como não houve anteriormente, democratização nos trabalhos das frentes de emergência, que essas medidas venham a marginalizar ainda mais o agricultor nordestino, na escavação de pequenos barreiros chamados "sonrisal", que se dissolvem com o inverno.

1º) Temos pautado nosso trabalho em defesa dos interesses da região do semi-árido. Limitamo-nos basicamente à discussão e análise dos problemas do homem e da terra, de uma área cujas dificuldades, das mais complexas, nos obrigam, dia a dia, insistirmos cada vez mais na busca de soluções.

2º) A defesa que fazemos daquela região injustiçada e desprezada pelos poderes públicos reside, essencialmente, nas questões de ordem política e social. Para tanto, deixamos com os técnicos a avaliação das questões a elas atinentes. Nem por isso, deixamos de ouvir os leigos, a Igreja e os próprios técnicos, porque entendemos que todos integram o conjunto da sociedade.

3º) Discutimos e avaliamos os problemas do semi-árido junto a todos os segmentos da sociedade e, muitas vezes, o fazemos apartidamente. Esse trabalho desenvolvido junto àquelas comunidades é resultante do nosso frequente convívio com o homem sertanejo, da região: São Francisco, Sertão Central, Araripe e Sertão do Pajeú do nordeste pernambucano.

Temos consciência – e todos os sertanejos hoje sabem o que deve ser feito e evitado para a solução dos seculares problemas. Diagnósticos, debates, avaliações, tudo é feito. Os projetos se avolumam, os problemas perduram, multiplicam-se a cada ano, mês e dia, e a crise é generalizada no Sertão e no Nordeste brasileiro. Sertão e Nordeste que dão maioria ao partido do Governo no Congresso Nacional e nesta Casa legislativa.

4º) O Presidente Sarney prometeu irrigar um milhão de hectares no Nordeste, e já existem gigantescos projetos em estudo para esse fim:

a) projeto Sobradinho/Piauí, com capacidade de 100.000m³ por segundo, para irrigação de uma área de 300.000 hectares em todo semi-árido do Estado do Piauí

b) projeto Sobradinho/Terra Nova, com capacidade de 45.000 m³, por segundo, para perenização dos rios Pontual, Graças, Brígida e Terra Nova; e, finalmente e,

c) projeto Ibo/Rio Grande do Norte, com capacidade de 100.000.m³ por segundo, para irrigação de uma área de 400.000 hectares nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, e tantos outros.

5º) Como analisar essa presunção? E o que dizer de tais afirmações vantajosas? Não restam

dúvidas, existe preocupação para a implantação de mais um projeto gigantesco, mas uma obra pública que deve ser discutida e analisada, não apenas pelos técnicos, mas principalmente pelo povo que mora na região nordestina. Região que ajudou na construção de Brasília, na mão-de-obra operária da Grande São Paulo, e que, forçado pelas circunstâncias, incha a grande cidade.

Defendemos a participação popular no estudo e execução dos projetos que dizem respeito às obras públicas, onde o dinheiro do povo está sendo aplicado. O povo deve ser ouvido, porque obras públicas têm sido construídas neste País, à revelia da vontade popular e constituem verdadeiras aberrações do ponto de vista sócio-econômico. Os casos são inumeráveis e muito comprometem a economia do País.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, dizendo da minha preocupação com aquela gente nordestina, que vai receber nos próximos dias sete e oito, nas cidades de Patos e Souza, no Estado da Paraíba, dezenas de Deputados e Senadores Constituintes, além de vários ministros e políticos, todos imbuídos de bons propósitos para resolver os problemas da seca, através de medidas concretas.

Seria o caso de aproveitar a mão-de-obra do agricultor nordestino, na cultura de lavouras irrigadas com os bilhões de metros cúbicos d'água acumulada nos açudes e barragens públicas, naquela região.

Cito como exemplo o semi-árido cearense, que milhares de agricultores passam fome às margens de açudes com centenas de milhares de metros cúbicos de água acumulada, sem qualquer serventia.

No sertão do meu Estado, Pernambuco, cinco açudes públicos, entre Montes, Chapéu, Rosário, Brotas e Saco, acumulam hoje mais de um bilhão de metros cúbicos de água e, os agricultores residentes nas suas margens, jusante e vazante, passam fome porque não têm incentivos e créditos dos Governos para explorarem as terras e produzirem alimentos.

O que se espera dos políticos, neste momento de tensão e crise, em particular, os problemas acusados pela seca, é que através de uma ação política conjunta – Governo e políticos – se dê cabo à indústria da seca, abrindo condições de trabalho para o agricultor nordestino.

A capacidade do povo nordestino, Sr. Presidente, não vai suportar essa grande seca agora anunciada. Esperamos que os políticos; que, nos dias 7 e 8 próximos, se reunirão nas cidades de Patos e Souza, na Paraíba, possam ver de perto os problemas nordestinos, e, através de ação do Governo, não apenas levem medidas paliativas, mas resolvam esse problema de uma vez por todas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP): Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Ontem deparei com uma pequena nota em página interna, quando deveria ser de 1ª página e bem destacado, em **O Estado de S. Paulo**, com a manchete. "Dieese aponta desnutrição."

No Estado mais rico da Federação, na metrópole que abriga o maior parque industrial, o maior mercado de trabalho e a maior concentração populacional, é revoltante saber que na Capital paulista cerca de três milhões de pessoas podem estar passando fome ou sujeitas à desnutrição, devido aos baixos salários, é o que revela a pesquisa realizada pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – entre 1982 a 1983 e só agora acolhida. A demora foi devida ao método utilizado e a problemas com os computadores. Em 2.400 famílias ouvidas, das quais 900 analisadas, permitiu-se verificar a desnutrição em qualquer nível de renda, com incidência mais acentuada naquelas com renda **per capita** de até 1 salário mínimo. Informa a pesquisa que para o **per capita** de meio salário mínimo o déficit quantitativo foi de 400 gramas de alimentos por pessoa por dia, e quando elevado para 1 salário a defasagem foi de 200 gramas, considerando-se que o ideal é cada indivíduo ingerir 1.100 gramas de alimentos por dia.

Temos, então, algumas considerações a fazer:

1º) como a situação sócio-econômica se agravou, com inflação, aumento substancial de aluguel e de transporte, evidentemente menor parte do rendimento familiar passou a ser destinado à alimentação;

2º) não se pode levar em conta apenas a quantidade na alimentação, mas sim sua qualidade, seus componentes, onde se destacam os sais minerais, as vitaminas e sobretudo as proteínas, que são as construtoras de tecidos e os ingredientes mais caros da nossa mesa (carne, ovos, queijo, leite), com exceção de soja, que infelizmente é pouco aceita pela população. Consequentemente à falta destes últimos alimentos, órgãos se atrofiam, principalmente na infância, quando se dá o máximo de desenvolvimento biopsíquico, levando entre outras consequências à redução da massa cinzenta do encéfalo, retardamento mental não evidente, mas que ocasiona grande índice de repetência e de evasão escolar, diminuição no desempenho do indivíduo e repercussão social;

3º) o que dizer de regiões mais pobres, mesmo no próprio Estado de São Paulo, e em outros Estados da Federação, principalmente o Nordeste – onde às vezes o único alimento diário é a rapadura, e onde a pobreza é agravada pelas secas repetidas, sendo de se prever um alto índice de deficiência mental, que quando falei em outra oportunidade nesta tribuna, de que se tratava de uma questão de segurança nacional, houve órgão da imprensa que considerou a afirmação pelo menos "inusitada".

É preciso que nos preocupemos com a alimentação do brasileiro, aumentando a produção através de reforma agrária, ou, melhor dizendo, agrícola, comercialização da produção, transporte e armazenamento, modificação de hábitos alimentares, aumento do poder aquisitivo, melhor distribuição de renda, controle do preço de aluguel, programa prioritário de moradia, etc.

No tocante à mudança de hábitos alimentares, sugiro campanha para maior consumo de soja e de milho, de produção farta no País, o último inclusive acrescido de grande importação.

Assim, poderíamos diminuir a compra de trigo, e voltarmos para a nossa culinária doméstica, já

tão esquecida pelos manufaturados, que incluía a farinha, o bolo, a canjica, a polenta, etc.

Se a legislação fosse respeitada, segundo o mesmo DIEESE, o salário mínimo no último mês de março seria de 7.934,29, ou seja, 5,8 vezes maior que o atual. Necessário se faz, pois, esforço para a sua recuperação, com propostas de reformas estruturais básicas, em nossa Constituinte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes:

Neste final de semana o Nordeste receberá a visita de quatro Ministros de Estado – da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e da Irrigação – e os Presidentes do Banco Central e do Banco do Nordeste.

Estamos certos, nós da Bancada do Nordeste, de que esta será uma visita diferente das visitas que aconteciam no Nordeste, onde Ministros de Estado iam às capitais e, em banquetes, ouviam os pedidos e as lamúrias dos Governadores. Após se refestelarem, voltavam ao Sul do País e nenhuma providência era tomada para corrigir as distorções ainda hoje persistentes.

Esperamos, todos nós, que desta vez a viagem surta efeitos produtivos e que ao se levar os Ministros da Fazenda e do Planejamento, sobretudo ao sertão da Paraíba, eles vejam e conheçam de perto o que é a seca. A seca verde que, hoje se considera porque no início do ano houve chuvas. Depois as chuvas pararam e os agricultores não tiveram condições de colher o que haviam plantado.

Pior que a seca é quando não há chuva nenhuma, porque o agricultor, sobretudo o pequeno, foi aos bancos e tomou dinheiro emprestado; foi ao Banco do Brasil e tomou dinheiro emprestado. E o que acontece agora? O Banco do Brasil está chamando os agricultores que tomaram dinheiro emprestado em dezembro, a juros de 2% ou 3%, sem correção monetária, para assinarem um aditivo ao contrato de empréstimo, para nele estabelecer a correção monetária, ou seja, o agricultor tomou o dinheiro, plantou, não colheu e vai pagar com juros e correção monetária. É isso que vão ouvir os Ministros quando chegarem à Paraíba, e deles indagaremos se é possível conviver com esta política, quando se trata de corrigir problemas crônicos.

Não queremos soluções de emergência. O Nordeste está cansado e farto de ouvir falar em soluções de emergência. Essas soluções jamais resolveram problema algum, porque na última seca, no Nordeste, há cinco anos, o agricultor foi para as frentes de trabalho para ganhar meio salário mínimo, para sobreviverem ele e sua família. Chamavam a isso de frentes de emergência. Não queremos frentes de emergência, queremos soluções, e exigiremos essas soluções, porque somos brasileiros tanto quanto são os do Sul do País.

As emergências, sim, são no Sul, que tem bom clima, que tem boa safra. Agora, o Governo anuncia uma safra recorde de 65 milhões de toneladas de grãos, toda ela produzida no Centro-Sul do País. Os problemas mais sérios e mais graves

do campo estão no Nordeste! Sem a reforma agrária e sem soluções definitivas, nós não resolveremos estes problemas.

Adverti o Ministro do Interior e o Ministro da Agricultura de que as cidades seriam saqueadas, há um mês. Nenhuma providência foi tomada, e as cidades foram saqueadas.

Concluo, Sr. Presidente, na certeza de que a visita desses ministros, bem como do Presidente do Banco Central e do Presidente do Banco do Nordeste, à Paraíba, às cidades de Patos e Souza, traga realmente resultados positivos, porque acredito, sobretudo, que a Bancada do Nordeste está unida para que as nossas exigências se tornem realidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que nos traz ao plenário da Constituinte, fazendo uso da palavra, é para denunciar a verdadeira operação de guerra que está sendo montada pelo **lobby** dos empresários contra o resultado da votação da subcomissão que trata dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Embora com o plenário vazio, mas na esperança de que nos seus gabinetes os parlamentares ouçam as nossas argumentações, principalmente na questão da estabilidade no emprego, lembramos, primeiro, que a estabilidade no emprego, pelo menos de forma parcial, os trabalhadores já haviam conquistado, e que foi tirada durante o golpe militar dado em 1964 por pressão das multinacionais. Quero lembrar também que já em 1923, com as Caixas de Pensão e Aposentadorias, portanto há mais de seis décadas, há mais de sessenta e quatro anos, já havíamos assegurado o princípio da estabilidade. E ainda, a partir da criação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, a estabilidade foi estendida a todos os trabalhadores por ela abrangidos, com a famosa Lei dos 10 Anos de Serviço.

A partir de 1966 criaram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Disseram que era uma opção, mas todos sabem que não era uma opção: houve uma imposição dos empregadores que obrigaram os trabalhadores a optarem pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Lembro ainda que no ano passado, nesta mesma Casa, no plenário da Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto nº 5.967/85, do DIAP, e que foi subscrito naquela oportunidade, em primeiro lugar pelo Líder do PMDB, na época, o Deputado Pimenta da Veiga. Este projeto, que trata da questão da estabilidade, foi aprovado por ampla maioria, com somente 17 votos contrários. Por isso estranho a grande imprensa dizer que a maioria dos constituintes é contra a estabilidade. Será que no ano passado não eram?

Lembramos, ainda, que os funcionários públicos concursados, aqui no Brasil, têm estabilidade no emprego. E gostaríamos ainda de lembrar dizem que a estabilidade no emprego leva ao desemprego. Não é verdade. Lembramos que antes de 1967 tínhamos estabilidade no emprego e a rotatividade era muito menor e os salários, naquela época, eram maiores do que os de hoje. Lembramos ainda que grandes países capitalistas do

mundo convivem muito bem com a estabilidade, mostrando serem falsas as alegações de que ela fere os interesses da liberdade econômica. Pelo contrário, a economia forte desses países é a melhor prova. Basta citar. Japão, Alemanha, Inglaterra, França, e, praticamente, todos os países ricos do mundo. Para não falar, ainda, na Espanha, Argentina e Portugal. Com a estabilidade, o emprego deixa de ser uma peça descartável, passa a ter condições de contribuir para o aquecimento do mercado interno, pois, ao sair de casa, pela manhã, tem a certeza de que não estará demitido à tarde.

É preciso lembrar, também, que num momento desses de recessão a nível nacional, o que está fazendo o empresariado? Demitir e demitir! Numa posição totalmente equivocada, quando deveriam, há muito tempo, combater o modelo econômico do Governo, que só incentiva a especulação financeira, em detrimento do mercado produtivo.

Não são os pequenos avanços no campo social, como a estabilidade e as 40 horas, que estão levando ao quebra-quebra do parque industrial deste País. O empresariado está atacando o alvo errado. Não existem – e não existirão nunca – empregadores sem empregados. O momento é de mudanças, principalmente no campo social, e não, como querem alguns, uma Constituição mais retrógrada do que a atual.

Concluindo, Sr. Presidente, a História há de registrar os acontecimentos da Constituinte de 1987, e todos aqueles que votarem contra os interesses dos trabalhadores, contradizendo tudo aquilo que afirmaram nos palanques, jamais serão esquecidos porque, tenha certeza, esses serão cobrados. Mas, os que votarem com os trabalhadores sempre serão lembrados pelo mérito, da palavra mantida e do dever cumprido. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Ontem, no Grande Expediente desta Assembléia Nacional Constituinte, ao tratar de um tema da maior relevância, tive a oportunidade de falar a respeito das Forças Armadas e de todo o trabalho que precisamos desenvolver, no sentido de integrar as nossas Forças Armadas ao conjunto de forças nacionais que pretendem a redemocratização deste País.

Sugeri, para a reflexão dos Srs. Constituintes, a necessidade de subordinar as nossas Forças Armadas, não só ao Presidente da República mas, também, aos poderes constitucionais, com a criação do Ministério da Defesa; propus, também, o fim da vigília que ainda ocorre sobre o povo brasileiro e sobre esta Assembléia Nacional Constituinte, com a extinção do Serviço Nacional de Informações; propus, ainda, a desmilitarização do País, pela substituição dos militares que hoje, indevidamente ainda ocupam cargos em toda a administração direta e indireta do Governo; e propus, finalmente, a profissionalização das Forças Armadas para que elas, em tempo de paz – já que a guerra é que justificaria sua existência –

voltarem-se para a preparação dos reservistas e para a proteção das nossas fronteiras, do nosso mar territorial e do nosso espaço aéreo.

E, ainda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a dignificação das Forças Armadas, através de bons salários e de toda a assistência àqueles que permanecem nos quartéis, nas bases, nos navios, cumprindo efetivamente seus deveres.

Precisamos compreender – e repito aqui – que a cúpula militar precisa dar ao País uma demonstração de que, efetivamente, pretende dar às Forças Armadas a sua verdadeira destinação. Foi um desafio que fiz às cúpulas das Forças Armadas, no sentido de que se distanciem das cúpulas anteriores que, ao contrário, comprometeram as Forças Armadas aos olhos da Nação.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago aqui o jornal **O Globo**, edição de ontem, em que um ex-Ministro da Fazenda, mais conhecido como o "gênio da garrafa", talvez em mais uma de suas erupções etílicas, investe contra a Assembléia Nacional Constituinte e, em especial, contra algumas Comissões. Investe contra a Comissão que, num esforço muito grande, procurou colocar o capital multinacional no seu devido lugar e procurou investir contra a Comissão que trata especificamente dos direitos dos trabalhadores, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, sabemos que o Sr. Mário Henrique Simonsen ocupa hoje alto cargo, o maior cargo em um dos bancos credores do Brasil, banco internacional, multinacional. E hoje verificamos que o nosso Presidente da República faz uma referência à dívida externa, afirmando que o Brasil pagou, em dois anos, mais de 23 bilhões de dólares de uma dívida contraída de forma fraudulenta, de uma dívida que mergulha na miséria, parcela majoritária do povo brasileiro.

Onde está esse dinheiro? Qual foi o proveito da Nação? Nenhum.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, hoje precisamos reagir àqueles que, em nome dos interesses multinacionais, procuram investir contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Assomo à tribuna para manifestar a minha total repulsa aos termos com os quais o Sr. Mário Henrique Simonsen, que não é brasileiro, porque está no Brasil a serviço das multinacionais, investe contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Precisamos reagir, não só em nome da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, mas em nome daqueles que aqui estamos representando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Há fatos que por si sós revelam a face do próprio Governo.

O episódio da Ferrovia Norte-Sul, a partir da divulgação da corrupção na concorrência para a construção dessa obra, abriu uma oportunidade para o Governo José Sarney demonstrar à Nação que não era corrupto se tivesse demitido o Minis-

tro dos Transportes e apurado com rigor os responsáveis por aquela fraude.

No entanto, Sr. Presidente, a comissão governamental que apurou essas irregularidades concluiu com o seguinte parecer: "Todos nós somos culpados, ninguém pode ser punido. Vamos tocar a obra."

A partir desse momento, o Governo José Sarney, além de ser um governo ilegítimo, passa a ser conceituado nesta tribuna, por mim, como um governo corrupto. Está aqui o exemplo com a matéria divulgada pela **Folha de S. Paulo**, na sua matéria de primeira página, com as provas da matéria anterior, com as conclusões do inquérito da comissão governamental e com o editorial de primeira página que fala, exatamente, os termos corretos que o Governo, com essa atitude, revelou perante a Nação: escárnio.

Essa palavra, por si só, revela a natureza deste Governo que, com aquela chance no primeiro momento, respondeu assumindo inteira responsabilidade por uma obra, cuja validade é discutível – vamos colocar nesses termos – mas a fraude na concorrência é inquestionável, e o Governo não apurou nada. Só falta, amanhã, o Governo punir o jornalista Jânio de Freitas e, quem sabe, o próprio jornal **Folha de S. Paulo**. Ai estará completado o círculo, aliás, o círculo da época da ditadura militar; o Governo passa à condição de vítima e o acusador passa à condição de vítima, a ser punida pelo Governo.

Sr. Presidente, essa é uma situação muito grave, porque o Governo Sarney, que vem à Nação falar de austeridade, durante a reunião ministerial, não tem nenhuma autoridade para falar de austeridade. Com esse exemplo da Ferrovia Norte-Sul, o Governo não pode falar em austeridade.

O Governo Sarney, que vem à televisão para falar que a sociedade está muito reivindicativa, também não tem autoridade para falar sobre isso. Estão aí as greves reivindicando a defesa do gatilho, reivindicando salário digno, reivindicando conquistas salariais mínimas, para evitar o grau de empobrecimento.

Essa situação assemelha-se muito ao fim do Governo Figueiredo, um Governo desacreditado, um Governo ilegítimo, um Governo que se perde no ambiente familiar palaciano de favorecimento aos grupos econômicos, de passar a mão por cima das irregularidades e continuar como se nada acontecesse, esperando que a Nação esqueça esse tipo de fato.

Não quero nem falar da intromissão do Governo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da quebra da soberania desta Assembléia Nacional Constituinte, da articulação do grande bloco de direita aqui dentro, para defender o seu mandato de cinco anos e as teses reacionárias e conservadoras no plano econômico, no plano social, no plano político. Quero falar agora de um assunto mais grave, de um Governo cuja credibilidade está por terra hoje; um Governo que pode ser conceituado como acobertador da corrupção e, a partir desse momento, esse Governo passa a ser atingido na sua cabeça por essa própria corrupção.

Se o Ministro dos Transportes tivesse sido demitido, se os diretores da empresa responsável por essa concorrência tivessem sido punidos, nós podíamos até fazer uma separação entre o José Sarney e essa maracutaiá montada em torno da

ferrovia Norte-Sul. Mas, a partir da sindicância governamental, houve uma coletivização da maracutaiá, houve uma coletivização da corrupção, houve uma combinação familiar daqueles que participam do poder de que nada pode ser apurado. E todos estão certos.

Espero, Sr. Presidente, que amanhã o Governo não acione a sua Justiça, não acione as suas autoridades para processar e punir esse jornalista, que fez um trabalho sério, um trabalho digno, que o Governo esqueça-se disso dizendo que não houve nada de anormal na concorrência para a construção da ferrovia Norte-Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Spinelli.

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Estamos aqui exatamente com a finalidade de votar uma nova Constituição para que seja respeitada. Mas, essa Constituição será respeitada? Fica esta interrogação, porque em Mato Grosso já houve uma ruptura da nossa Constituição Estadual, que foi pisoteada exatamente pela assunção do ex-Ministro do MIRAD, Dante de Oliveira, que reassumiu o cargo de Prefeito na Prefeitura de Cuiabá. Alertei os meus companheiros para esse fato. Vou ler o telex a respeito, de que S. Ex.^a não poderia reassumir a Prefeitura de Cuiabá porque iria ferir a Constituição Estadual no seu art. 146:

"Vereador João Vieira Regis Líder Bancada PDS Câmara Municipal Cuiabá – MT

Tomando conhecimento que Sr. Dante de Oliveira, após demitir-se cargo Ministro Estado Reforma Agrária pretende reassumir cargo Prefeito municipal Cuiabá, lembro prezado amigo e a toda nossa Bancada que tal pretensão não encontrá qualquer respaldo legal, afrontando artigo 146 da Constituição Estadual Mato Grosso.

O Sr. Dante de Oliveira, mesmo tendo se licenciado para tratar de assuntos particulares e pessoais, ao tomar posse como Ministro Estado Reforma Agrária renunciou, tácita e implicitamente ao cargo de prefeito municipal de Cuiabá. Pois, de acordo com o citado artigo 146, da Constituição Estadual, não poderia exercer o cargo no Poder Executivo Federal. Sugerimos seja impetrado, imediatamente, mandado de segurança, com pedido de liminar, a fim de sustar a transmissão de cargo do Vice-Prefeito Estevão Torquato para o Sr. Dante de Oliveira, a fim de evitar cometimento grosseiro arbitrariedade e flagrante violação nossa Constituição.

Cordiais Saudações, Deputado Ubiratan Spinelli Presidente Diretório Regional PDS de Mato Grosso"

Portanto, aconteceu um crime de irresponsabilidade. De que adianta fazer uma Constituição, se ninguém a cumpre? O Sr. Dante de Oliveira fez, ontem, um carnaval ao reassumir a Prefeitura. Compareceram todas as Lideranças do PMDB, 30 Deputados Federais, 6 Senadores da República, com avião pago, ônibus e caminhão fretados, com comício na Praça Alencastro. O Governador do Estado mandou que se fechassem as repartições públicas e a Prefeitura também. Mas

o povo está tão desiludido que, apesar de terem comparecido o Senador Mário Covas, os Deputados Luiz Fernando e Luiz Henrique, mesmo estando toda a turma do PMDB para apoiar o Sr. Dante de Oliveira noticiou o **Jornal de Brasília** que estavam 1.500 pessoas, mas tive a informação que nem 1.500 pessoas foram ao comício do homem das "Diretas já", porque o povo está desencantado com o Sr. Dante de Oliveira, S. Ex.^a foi um burocrata do Ministério da Reforma Agrária; S. Ex.^a está acostumado somente a criticar e dificilmente é capaz de governar. Soube que quando o Sr. Dante de Oliveira foi falar havia, aproximadamente, 500 pessoas na praça.

O que o PMDB pregava antes, quando criticava o ex-Governador Júlio Campos, hoje o Sr. Governador Carlos Bezerra faz a mesma coisa. Usa dinheiro dos cofres públicos para trazer o povo para ouvir o Sr. Dante de Oliveira, como se fosse um semideus, ao assumir novamente um cargo, que não poderia reassumir de acordo como art. 146 da Constituição Estadual.

É com tristeza que venho a esta tribuna, dizer que a Constituição do nosso Estado foi pisoteada, rasgada e fragmentada. Espero que não aconteçam os mesmos desatinos com a nova Constituição Federal, e que o Sr. Dante de Oliveira tenha um pouco de brio, que ajude o povo cuiabano, ajude a cidade que está esburacada, suja, imunda e a governo, ao invés de ficar pelo Brasil inteiro fazendo politicagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero esclarecer ao ilustre orador que me antecedeu que fui ontem a Cuiabá. Comprei fiado uma passagem, que custou mais de 5 mil cruzados, almocei em Cuiabá e no hotel onde fiquei, deixei apenas a minha escova de dentes por meia hora e, à noite peguei minha escova para voltar. Paguei nesse hotel 2.350 cruzados a diária.

De modo que esclareço ao ilustre Constituinte que me antecedeu, que não viajei com ônus para o povo de Cuiabá; fui com os meus próprios recursos, assim como foram todos os companheiros que me acompanharam e regressaram comigo no avião da VARIG. Quanto aos aviões particulares, foram fretados com o custo rateado pelos companheiros que lá estiveram. A bem da verdade, é o que quero dizer ao ilustre Constituinte.

Mas, o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, é que quero ressaltar dois eventos que ocorrem a alguns quilômetros de distância, com alguns dias de diferença e que, a meu ver, vão marcar consideravelmente a história contemporânea.

Refiro-me ao bombardeio, por um piloto de um país subdesenvolvido, da fragata americana, no Golfo Pérsico, e da aterrissagem na Praça Vermelha, depois de alguns vôos rasantes sobre o cadáver empalhado de Lenine, de um rapaz ou

de um casal alemão que aterrissou na Praça Vermelha.

E qual a importância histórica transcendental desses dois fatos? É a importância de mostrar para a humanidade a inocuidade dos gastos militares. A fragata americana era aparelhada com os instrumentos sofisticados e eletrônicos de que são dotados os barcos de guerra do Exército do arrogante "Tio Sam" e um piloto, de um país subdesenvolvido, armado de um "exocet" – aliás de má fabricação, porque só explodiu um, o outro teve que ser desativado – mata 37 soldados americanos. Na Praça Vermelha, desce um casal numa atitude de paz, dando autógrafos.

Então, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é importante assinalar que no mundo, onde existe a fome – e a fome existe por falta de decisão política e por falta da boa utilização de recursos mundiais – são gastos um trilhão de dólares na corrida armamentista. Com muito menos de 20% desse dinheiro poderia ser resolvida a fome de Moçambique, a fome endêmica da África, o endividamento do terceiro mundo. Sr. Presidente, quero destacar este fato e também destacar o fato de que é muito triste verificarmos que no mundo de hoje sorrir é crime, porque encontro nos jornais a declaração do Diretor da Agência soviética de notícias Novosti, dizendo que Mathias Rust está sempre sorrindo. Por estar sorrindo e descer sorrindo na Praça Vermelha, está ameaçado de pegar 10 anos de cadeia por um crime que não houve. Que crime existe em aterrissar um avião numa praça? Pode-se cassar o brevê do piloto, mas não há necessidade de colocá-lo na cadeia por mais de 10 anos.

Por respeito às Constituintes mulheres que aqui têm assento, quero destacar o caráter machista da imprensa internacional. Na Praça Vermelha, desembarcou um casal. Todos sabem o nome do homem, mas até agora não foi revelado o nome da jovem mulher que o acompanhava, tão Jovem quanto ele, que também entrou para a História, mostrando que gastos militares e dispositivos eletrônicos sofisticados não valem nada.

Conversei hoje com o Constituinte Fernando Gasparian, responsável pela Secretaria de Relações Internacionais do PMDB. Soube que o PMDB está enviando um telegrama a todos os partidos do mundo, pedindo que se aproveite esse episódio para se desencadear uma campanha mundial pela paz e pelo fim da corrida armamentista.

Tendo vivido durante anos no exterior e participado de vários eventos em diversas nações do mundo, organizando comitês pela libertação de prisioneiros políticos compatriotas meus, nas masmorras da ditadura, sugiro que também aqui, no Brasil, se façam comitês pela libertação desse casal alemão, sobretudo para que a imprensa tome conhecimento da jovem alemã que desembarcou na Praça Vermelha.

Não podemos ter dois pesos e duas medidas, a luta pela liberdade é uma só. E onde quer que eu esteja, para ter a coerência e para ter a autoridade moral de poder lutar pela liberdade, tenho que exigir que essa liberdade exista em qualquer país do mundo. E quero destacar, Srs. Constituintes, que esse fato não é um fato pitoresco, que esse fato não é o resultado da aventura de um casal; tanto o desembarque do Cessna 172 como a ação do piloto iraquiano dão força ao movimento pacifista mundial e mostra que guer-

ras nas estrelas, canhões eletrônicos, raio laser, são *gadgets* que estão abaixo do homem. O homem tem que ser a medida de todas as coisas.

Aproveito dos Anais desta Constituinte, para marcar esta posição e para dizer que, felizmente, o meu Partido, PMDB, ainda encontra tempo de ser fiel ao seu passado e ao seu programa, dirigindo-se aos partidos congêneres no mundo, pedindo não só a libertação do piloto americano, como pedindo o fim da corrida armamentista. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Trindade.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a enfatizar, desta tribuna, minha preocupação para com os resultados finais dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Não faz muito tempo, vimos neste plenário, manifestações contrárias aos fatos discriminatórios que ocorreram em algumas subcomissões, entre os quais substituições de relatores, numa demonstração autoritária e principalmente adversa ao sentido democrático que deseja o País, através da outorga atribuída àqueles que deveriam propugnar e lutar por uma constituição condizente com as aspirações populares.

Dentre tais fatores, notamos que, ao que parece, infelizmente, os interesses partidários são mais fortes que os interesses populares. Neste processo, não pode e nem deve haver diferença sob pena de sermos algozes de nós mesmos.

Lá fora o povo reclama do alto custo de vida, da deficiência no sistema de saúde, da precariedade no abastecimento, da inflação corroendo seus salários, enquanto neste congresso muitos mostram-se predestinados somente em defender seus interesses, preferindo ficar alheios ao processo ou simplesmente utilizam-se do chamado rolo compressor para impedir que aqueles que defendem os interesses da Nação logrem êxito em suas teses e discussões.

Se por um lado notamos a falta de consciência para o trabalho suprapartidário, por outro lado, observamos que no País inteiro o povo não foi devidamente esclarecido para o verdadeiro sentido de uma Constituição. Muitos até admitem que com a promulgação de nossa nova Carta Magna todos os problemas de nosso País estarão resolvidos, incluindo a questão econômica. São atribuições do Governo.

Vamos procurar cumprir o nosso dever de verdadeiros representantes do povo neste Congresso. Se não podemos matar sua fome, não permitamos que seus direitos lhe sejam negados.

Precisamos fazer uma constituição que atenda aos anseios de todos e não exclusivamente daqueles que num patamar de benesses observam, com descaso, a situação de quem necessita ter seus direitos assegurados.

A nova Carta Magna deve ser duradoura, mas acima de tudo justa para com a realidade brasileira. Esta missão está em nossas mãos. Vamos procurar executá-la, sem deixar que, mais tarde, nossas consciências nos acusem de omissão para com os grandes anseios do povo brasileiro. Esta missão está em nossas mãos. Vamos procurar

cumpri-la sem deixar que, mais tarde, nossas consciências nos acusem de omissão para com os grandes anseios do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Furtado Leite.

O SR. FURTADO LEITE (PFL – CE.

Sem revisão do orador.: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O meu discurso, Sr. Presidente, é uma análise a respeito da famosa "seca verde no Nordeste. Visitei as zonas conflitadas no interior do Ceará e, lamentavelmente, em pleno Século XX, repete-se a história de 1977. Sr. Presidente, uma coisa curiosa que observei foi que o flagelado, que não aceita este nome e, sim, o de pobre sertanejo, pede ao Governo não uma frente de flagelados, mas uma frente de trabalho, para que ganhe o seu ordenado que é a sua sustentação — é o que pedem, Sr. Presidente, os nossos pobres sertanejos, atingidos pela seca nordestina. O meu pronunciamento, Sr. Presidente, é uma profunda análise a esse respeito. Faço um apelo ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro do Interior, para que dêm prioridade a esses trabalhos, tomando providências acima da burocracia, a fim de que possa salvar, ainda, os nordestinos, os bravos homens do sertão.

Fica, aqui, o meu apelo ao Senhor Presidente José Sarney para que Sua Excelência tome essas providências de emergência mas, acima de tudo, de urgência.

É do conhecimento desta Assembléia que o Governo do Ceará decretou estado de emergência em 65 municípios, onde a situação se tornou insustentável, dado o agravamento dos problemas causados pela chamada "seca verde". Este fenômeno, que já atinge aproximadamente 100 municípios, em vários Estados nordestinos, coloca em risco milhares de pessoas, que nada podem fazer, a não ser aguardar soluções eficazes de iniciativa do Governo.

Enquanto os recursos prometidos pelo Ministério do Interior e pelo Palácio do Planalto não chegam às mãos daqueles que precisam suprir suas necessidades mais elementares, para que possam sobreviver, o quadro geral só tende a piorar. Isso está levando os habitantes dessas regiões a verdadeira loucura, o que poderá acarretar consequências desastrosas.

Estamos nos referindo ao crescente número de saques que têm ocorrido em vários Estados nordestinos, apenas para citar um exemplo. Um outro lado importante, que reflete o grau de desespero do nosso povo, pode ser observado no Ceará, quando uma rádio de Quixeramobim, a 230 quilômetros de Fortaleza, transmitiu uma notícia de que o Governo estadual iria iniciar o alistamento, para socorrer as vítimas da seca.

A informação provocou a agitação de cerca de 600 sertanejos que se deslocaram de suas comunidades para a sede municipal, o que quase gerou saques ao comércio local. Em Senador Pompeu, distante 320 quilômetros da Capital, trabalhadores rurais saquearam um armazém de merenda escolar, de onde retiraram todo o alimento. É a vida do ser humano e o poder das autoridades constituídas que estão em jogo.

As últimas esperanças do povo do nosso Estado, que era a chuva artificial, foi por água abaixo, pois, a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais, decidiu suspender o processo de nucleação artificial, "simplesmente" por falta de nuvens.

Não podemos permitir, de forma alguma, que esse quadro se perpetue. Não vamos admitir que "a indústria da seca" seja mantida em benefício de poucos, enquanto o povo nordestino morre na mais absoluta miséria e abandono.

Não adianta o Governo tomar decisões paliativas que apenas adiam ou solucionam o problema da fome, por exemplo, momentaneamente. Os problemas do Nordeste são, também, de todos os brasileiros. A solução está a nosso alcance, eleitos que fomos para defender os direitos do povo brasileiro, dentro da aliança democrática.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS.

Sem revisão do orador.: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero falar de ocorrências no mundo do trabalho no meu Estado do Rio Grande do Sul. Quero ligar essas ocorrências com o debate que se trava nesta Assembléia Nacional Constituinte.

No Rio Grande do Sul, os professores da rede pública que fizeram, em 1985, uma das maiores greves deste País, no seu conteúdo e na sua duração, conquistando a aprovação da Lei nº 8.026, que estabelece eleições diretas para diretores de escolas, a destinação de 25% do orçamento do Estado para a educação, sendo que 10% destinados, trimestralmente, para a manutenção das escolas, conquistaram também, nesta greve histórica, o piso salarial de dois salários mínimos e meio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, os professores da rede pública do meu Estado estão novamente em greve, e desta feita, num governo que, antes de assumir, tinha um discurso democrático e que, agora, no exercício do Governo estadual, rejeita esse discurso e tem uma prática de, até mesmo, negar o cumprimento de leis que o próprio Partido do Governador aprovou na Assembléia Legislativa do Rio Grande. São 80 mil professores da rede pública em greve, paralisação total, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes. Reivindicam a manutenção da Lei nº 8.026, aprovada, como disse antes, aprovada pelo próprio Partido do Governador na Assembléia Legislativa do nosso Estado, em 1985.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes que, também, com o movimento dos professores do meu Estado, há uma lição a todos nós, Constituintes, do poder da força do trabalho organizado; e há também, no bojo desta luta dos professores, a necessidade de nós, nesta Constituinte, fazermos uma profunda reflexão sobre a necessidade de termos um ensino público gratuito em todos os níveis e sobre a destinação de verbas públicas para as escolas públicas.

Reivindicam os professores não apenas melhores condições de trabalho e de salário, mas reivindicam também verbas para a escola pública. A escola pública no bairro pobre é uma escola po-

bre; depende das festinhas realizadas pelo círculo de pais e mestres, numa comunidade pobre, que não tem recursos para fazer com que a escola pública possa comprar giz e pagar seus funcionários.

A escola pública, como a que temos hoje, nessa estrutura de ensino do nosso País, situada num bairro em que a população tem renda melhor e mais alta, esta escola, com as festinhas que realiza na comunidade, consegue recursos para que ela possa atender suas necessidades básicas. Essas necessidades têm que ser atendidas pelo poder público, através da distribuição completa da receita pública destinada para o ensino, sem diferença.

A escola pública não pode ser um instrumento acentuar as desigualdades e as injustiças. Para isso, lutam os professores no meu Estado, lutam os professores em outras unidades da Federação. Quero dizer que a luta dos professores faz parte da crise do meu Rio Grande. Mas essa crise não é a crise do povo gaúcho. É a crise das elites tradicionais do meu Estado, que não têm propostas para solucionar problemas estruturais da economia gaúcha. As elites tradicionais do meu Estado, que têm estado no aparelho do governo estadual há décadas e até séculos, esvaziaram-se.

O Governo Federal tem tratado, de forma discriminada, o Governo do Estado, que é do PMDB, o Partido que dá sustentação à Nova República. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem sido submisso a esse tratamento diferenciado, desigual e injusto para o Rio Grande. E não tem dito isso publicamente, não tem-se rebelado. Não queremos e nem temos saudade da arrogância de alguns governadores gaúchos do passado antigo ou do passado recente, fardados ou civis, militares ou caudilhos. Mas entendemos que a docilidade e a subserviência nunca foram características do povo gaúcho. O Governador do Rio Grande do Sul veio aqui e colocou para a bancada gaúcha, que assumisse o mandato de cinco anos do Presidente José Sarney, para ver se com isso receberia os recursos que o Governo Federal, há tanto tempo, nega para o meu Estado, e essa subserviência de nada valeu.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, a crise, portanto, do Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— O tempo de V. Ex.^a já terminou.

O SR. OLÍVIO DUTRA: — Estou encerrando imediatamente, Sr. Presidente, e obrigado por sua deferência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a crise, portanto, não é da economia do Rio Grande do Sul, da sua infra-estrutura e do seu povo; a crise é da elite tradicional gaúcha, que não mais se impõe ao Governo Central e que a ele se submete, o qual, ao contrário, tem sido intransigente, arrogante e duro com o povo do meu Estado.

O povo do Rio Grande do Sul, os trabalhadores do campo e da cidade é que têm o projeto, do ponto de vista popular, para superar a crise gaúcha.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB - PA)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A política recessiva adotada pelo Governo Federal, que, na verdade, atende às regras do Fundo Monetário Internacional e que visa aumentar as nossas exportações, buscando, com isso, o pagamento da dívida externa, tem trazido prejuízos de consequências graves à sociedade brasileira.

Parece-me que são cegos os Srs. Ministros, parece-me estar cego o Presidente da República ao não avaliar o tamanho perigo que corremos em função da política econômica adotada.

Trago, Sr. Presidente, à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte um fato que mostra a consequência dos absurdos praticados pelo Governo. Há uma semana, estivemos no Município de Tucuruí, no Estado do Pará, onde os comerciantes, os produtores rurais estão praticamente falidos, tendo que vender tudo que possuem para pagar aos Bancos locais. Depois de amplo processo de discussão, quando tive a oportunidade de mostrar-lhes a responsabilidade do atual Governo – que diz que não há recessão, que diz que não atende ao Fundo Monetário Internacional, mas que, na realidade, está fazendo justamente o contrário – esta culpa ficou clara, todas aquelas pessoas concordaram com as nossas colocações, sendo sugerida uma manifestação pública, um ato público, neste próximo domingo à noite, reunindo-se toda a população do Município de Tucuruí, e a decisão que tomaremos, naquele ato político, será a da suspensão total e absoluta dos pagamentos a todos os Bancos naquela praça. Haveremos de reunir todo o povo daquela cidade para fazer uma moratória coletiva e suspender o pagamento a todos os Bancos. Também expliquei para os companheiros daquela cidade que a classe política não estava tendo competência, não estava tendo a responsabilidade para saber resolver um problema de tamanha gravidade. Mostrei e contei a eles que três projetos de decisão passaram por nossa Comissão de Sistematização – o projeto de decisão sobre a dívida externa, que está intimamente relacionada com a questão dos juros altos e com a situação da correção monetária. Porque essa política econômica suicida existe hoje com o único intuito de atender aos compromissos deste Governo, absolutamente irresponsável, para com os banqueiros nacionais, com os exportadores brasileiros e com os banqueiros internacionais que são os beneficiários desta política recessiva.

Portanto, mostrei a eles que esses projetos de decisão poderiam resolver o problema de dívida externa, que o projeto de decisão do Constituinte Brandão Monteiro obrigava o Governo a suspender o pagamento por parte dessas pequenas empresas, e fazer com que esse pagamento fosse feito em vinte e quatro meses, sem correção monetária. Mostrei a eles que os políticos, na maioria, dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, são irresponsáveis, são descompromissados com o povo, são fisiológicos, e atendem aos interesses e às ordens emanadas do Palácio do Planalto, e não ao interesse e à dificuldade por que está passando o povo brasileiro. Portanto, só resta ao povo brasileiro uma saída: é ele mesmo se levantar, é ele mesmo agir, apoiado por aqueles que têm responsabilidade, que têm a sensibilidade para os problemas políticos e para os problemas

nacionais; que não querem o pior para esta Nação, que não querem o caos para esta Nação, pois é impossível qualquer nação sobreviver com uma poupança que paga 25% ao mês, que paga 35% de juros ao mês, com o **overnight** que chega a 48% ao mês, é impossível! E o único culpado é o Presidente da República, porque não posso admitir que Ministro da Fazenda mande em Presidente da República, que essas letras, cujos valores são aumentados a cada dia no Banco Central, puxam essa inflação que ai está, uma inflação artificial, uma correção monetária artificial, que nos leva a uma contenção de consumo, para sobrar mercadoria para exportar, a fim de pagar a dívida externa brasileira.

Portanto, eu estarei domingo em Tucuruí, quem sabe com 20 ou 30 mil pessoas na praça pública, num ato público, contra a política econômica do Governo, num ato público pela suspensão do pagamento a todos os credores, a todos os bancos daquela cidade; entraremos judicialmente com moratória coletiva e tenho a certeza de que este exemplo será seguido por todas as praças deste País, porque se esse Governo e se a classe política nada conseguem resolver, tendo todas as condições, será o povo, com o apoio daqueles que têm maior responsabilidade, que irá resolver esse problema.

Concluo, Sr Presidente, pedindo a V. Ex.^a que, além de tudo que disse aqui, insira nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte um pronunciamento nosso sobre as mais graves violências praticadas contra trabalhadores rurais no município de Conceição do Araguaia, assim como um **telex** feito por nós, dirigido ao Governador do Estado, para que S. Ex.^a tome as providências necessárias contra essas absurdas violências praticadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO.)

Senhor Presidente, Senhores Constituintes.

Mais uma vez apresentamos desta tribuna graves denúncias sobre violências praticadas contra trabalhadores rurais em nosso Estado, o Pará, mais precisamente em Conceição do Araguaia.

Desta vez, os atos de barbaridade são praticados e continuam ocorrendo, desde o dia 29 de abril deste ano, quando policiais militares comandados pelo Major Gibson, daquela cidade, invadiram a Fazenda Bela Vista, onde trabalham e moram cerca de 400 famílias de lavradores, a maioria com mais de sete anos de ocupação.

Torturas, humilhações, prisões arbitrárias e mortes por consequência da ação policial, são parte do saldo desta verdadeira operação de guerra, que barbariza centenas de famílias humildes e trabalhadoras.

No momento em que o País elabora, através desta Assembléia Nacional Constituinte, uma nova Carta Magna, onde as injustiças sociais deveriam ser eliminadas ou que fossem prevenidas através de mecanismos legais, aquela região é novamente palco de violentos acontecimentos.

Isto prova que a reforma agrária é de urgente definição, que a questão fundiária é assunto da maior importância e que o povo espera e deve cobrar absoluta seriedade dos Constituintes sobre estes aspectos.

O relato dos fatos ocorridos em Conceição do Araguaia estão inclusos no telex que peço seja transrito na íntegra, o qual dirigi ao Sr. Governador Hélio Gueiros, do Pará, a quem solicitei energicas e imediatas providências no sentido de apurar as responsabilidades e punir os mandantes destas lamentáveis e violentas ações.

Esta é a nossa manifestação.

Destinatário: Exm.^a Sr. Dr. Hélio Gueiros
Empresa/órgão: MD. Governador do Estado do Pará

Cidade: Belém/PA.

Extremamente preocupado com a gravíssima situação de violência na área da Fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia, especialmente diante do envolvimento direto da Secretaria de Segurança nas denúncias de ordens ilegais, peço sua máxima atenção para o que passo a expor, solicitando que, a partir deste relato, sejam tomadas imediatas e firmes providências.

A Fazenda Bela Vista fica a 120 quilômetros por estrada da sede de Conceição do Araguaia, e lá vivem e trabalham há sete anos cerca de 400 famílias de lavradores.

O pretendente, Jurandir Gonçalves Siqueira (sócio do Sr. Aloísio de tal, dono de empresa de ônibus em Brasília), utilizando dos costumeiros e violentos métodos para expulsão dos legítimos ocupantes, contratou um pistoleiro para realização deste ilegal serviço.

O assassino profissional chegou na área prometendo matar oito lavradores, inclusive informando os nomes de suas vítimas.

No dia 28 de abril ele foi morto.

No dia seguinte um contingente da polícia militar chegou na área para resgatar o seu corpo e, segundo informações locais, teve ordem direta do Sr. Secretário de Segurança Pública para permanecer na fazenda por 15 dias para "dar proteção à propriedade". A polícia está lá até hoje.

A partir daí teve início uma série de registros violentos que passo a enumerar: foram presos Antonio Evangelista de Almeida, Francisco Aquino e um menino de 15 anos, de identidade não confirmada (que levou fortes coronhadas na cabeça, desferidas pelo Sr. Bulhões, gerente da fazenda).

Em 17/5 foram presos Oiti Faria Leite e Antonio José Sabido, que antes foram violentamente torturados, tendo inclusive de permanecer por três dias internados, para tratamento da pancadaria a que foram submetidos. O lavrador Oiti Faria foi espancado até que concordasse em acusar algumas pessoas como implicadas diretamente na morte do pistoleiro.

Em 28/5, foram queimadas a casa e os pertences dos lavradores Alfredo e Gregório.

Em 30/5, mais seis lavradores foram presos na sede da fazenda, sendo um deles obrigado a passar humilhações, forçado a permanecer despidos na frente de todas as pessoas.

O que é grave, é que os lavradores estão impedidos de atravessarem o rio Araguaia, que margeia a fazenda, para resolverem suas necessidades pessoais em Pau D'Arco, a vila onde fica acessível a compra de medicamentos, alimentos, consultas médicas etc... Diante desta proibição, nenhuma criança da Fazenda Bela Vista foi vacinada contra pólio na última campanha, dia 23/5. Um dos lavradores (Sr. Ludugero), tentou atravessar o rio e foi violentamente espancado, sendo obri-

gado a deitar-se numa rede onde apanhou tanto que suas roupas se rasgaram. Sua esposa e filhos observavam a cena. Outro de nome Alberto, também sofreu forte surra.

A menina Maria Goreti, de 4 anos, filha de Maria Cordeiro de Souza, teve um acidente onde cortou-se no pé e não conseguiu atravessar para tratamento, morrendo de tétano na noite seguinte.

A lavradora Joana Josué Soares, que estava no nono mês de gestação, tentou ter a criança em Pau D'arco e foi impedida. Ela deu a luz na beira do rio, sem nenhum atendimento e sozinha, correndo (ela e o bebê) risco de vida.

Sabe-se que o major Gibson, por nós tantas vezes denunciado, é que coordena a operação dos policiais militares, sendo executor o tenente Jâniao Luiz Ferreira Viana, ambos do Batalhão da PM, em Conceição. Estes fatos são obviamente absurdos, que deixam chocados até mesmo as pessoas mais acostumadas com os níveis de violência da região. A partir disto, somo minha voz à de diversas entidades locais solicitando à V. Ex.^a as seguintes e urgentes providências: retirada imediata da Polícia Militar da área da fazenda; apuração da responsabilidade pessoal de todas as autoridades envolvidas nas prisões ilegais, torturas e outras formas de coação contra lavradores.

Particularmente, desejo que Vossa Excelência nos informe da procedência da denúncia que recai sobre o coronel Antonio Carlos, quanto à ordem de permanência dos soldados no mencionado local.

Sei que V. Ex.^a se sensibilizará pelo exposto e aguardo sua breve e atenciosa manifestação.

Atenciosamente, **Ademir Andrade**, Deputado Federal – PMDB/PA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vladimir Palmeira.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falo ainda sob o impacto do discurso do Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que fez uma viagem de Brasília para Cuiabá e acabou na Praça Vermelha, tratando, ao mesmo tempo, da arrumação das escovas de dentes até da segurança internacional. Chegando porém a Moscou, o Constituinte, pouco habituado, derrapou, porque disse que não era crime descer de avião numa praça. Faço um apelo – se é que avião derrapa – ao Constituinte Maurílio Ferreira Lima para que não desça de avião na Praça Onze, porque senão pode causar algum prejuízo à população do Rio de Janeiro. Que sua viagem, então, se de para outras bandas.

Observou, também, que os soviéticos se espantaram com o fato de que o piloto alemão ria, esse piloto que terminou aterrissando na Praça Vermelha. E imagine, o Constituinte Maurílio Ferreira Lima, se os soviéticos conhecessem o nosso Ministro da Fazenda, que ri todos os dias da desdita do povo brasileiro e que, a cada vez que anuncia mais uma medida recessiva, diverte-se francamente diante das câmaras de televisão e diante das máquinas fotográficas.

Mas isso só foi um desvio da minha viagem particular.

Eu queria falar do problema dos estudantes dos professores e dos pais do Rio de Janeiro.

Alunos, professores e pais lutam hoje, no Estado do Rio de Janeiro e em outros Estados, contra o aumento das anuidades nas escolas particulares. Os empresários querem repassar o aumento concedido aos professores, conseguido em dura greve, cuja legalidade foi mais uma vez confirmada pela Justiça.

Já entregamos aqui mesmo nesta Casa dados sobre o absurdo aumento de anuidades quando comparado com aquele dos salários dos professores, o que comprova que não há razão para o repasse. Já que denunciamos a farsa das mantenedoras entidades, aparentemente sem fins lucrativos, mas que, com freqüência, distribuem lucros disfarçados ou adquirem, materiais e serviços de firmas ligadas a seus próprios administradores.

Hoje, queremos mostrar que, além de tudo, os aumentos já concedidos são flagrantemente ilegais. Com efeito, os aumentos de janeiro só foram possíveis por artifícios lamentáveis. Para concedê-los, houve uma verdadeira comédia legal:

1º) o Ministro da Educação revogou em janeiro um decreto-lei, através de decreto;

2º) o Ministro publicou duas portarias aumentando as anuidades, portarias ilegais, porque foram baseadas em decreto inconstitucional;

3º) o Ministro editou outro decreto, ainda em janeiro, que revogou o anterior, o que trouxe como consequência que as portarias, se legais fossem, o teriam sido somente pelo prazo de quatro dias. A manutenção destas portarias foi o que se chama ilegalidade dentro da ilegalidade;

4º) o Ministro baixou portaria que revoga um decreto.

Especializou-se o Ministro em ações ilegais em apoio ao patronato do ensino. Trago dois pareceres que confirmam a ilegalidade destes atos, que entrego ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, solicitando que constem nos Anais da Casa. Um parecer é do Dr. Marcos Aurélio de Souza Pinta. Outro é dos advogados Geraldo Rabelo Cunha e Roberto Geraldo de Paiva Domas, este último dado a pedido dos próprios empresários, que realizaram, portanto, atos ilegais de forma consciente.

Os estudantes do Rio vão à Justiça.

Os estudantes do Rio pedem justiça.

A Constituinte não pode mais, no texto Constitucional, acolher o ensino privado.

Os estudantes querem ensino público, gratuito e democrático. É isto que querem também os professores, funcionários e país. Ensino não pode ser comércio.

Muito obrigado.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VLADIMIR PALMEIRA EM SEU DISCURSO:)

Brasília, 12 de fevereiro de 1987

De ordem do Presidente, Prof. Roberto Domas, remetemos cópia dos estudos sobre a constitucionalidade dos Decretos nºs 93.893/87 e 93.911/87.

Sem mais,

Cordiais saudações. – Prof. **Basile Demetre Anastasakis**, Diretor-Superintendente.

SEMESTRALIDADES ESCOLARES

Choques e Validade de Legislação

I – Alteração, Aplicação e Revogação de Leis

1 – Decreto-Lei nº 532, de 16-4-69, preâmbulo:

"O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:"

2 – Emenda Constitucional nº 11, de 13-10-78:

"Art 3º São revogados os atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos da apreciação judicial."

3 – Constituição Federal, art 163:

"Art 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais."

1º Conclusão: a intervenção na fixação de preços das semestralidades escolares se explica porque prevista no art 163 ("mediante lei federal") e pela existência do Decreto-lei nº 532 (lei federal, com seus efeitos garantidos e excluída de apreciação judicial – Emenda Constitucional nº 11); é questionável por não se tratar de motivo de segurança nacional ou de setor impossibilitado de organizar-se ou desenvolver-se com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa.

4 – Constituição Federal, art 46:

"Art. 46. O processo legislativo comprehende a elaboração de:
I – emendas à Constituição;
II – leis complementares à Constituição;
III – leis ordinárias;
IV – leis delegadas;
V – decretos-leis;
VI – decretos legislativos; e
VII – resolução".

5 – Constituição Federal, art 55:

"Art. 55. O Presidente da República, em casos de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

I – segurança nacional;
II – finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos."

2º Conclusão: O Decreto-lei nº 532, de 16-4-69, só pode ser alterado ou revogado por uma lei, porque: não se enquadra nas hipóteses previstas no art 55 da Constituição Federal para expedição de decretos-leis; só uma lei ou decreto-lei tem o mesmo **status**, poder coercitivo e hierarquia.

6 – Art 153, § 2º, da Constituição Federal:

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

7 – Art 153, § 3º, da Constituição Federal:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

8 – Código Civil, art. 81:

"Art 81. Todo ato lícito, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, se denomina ato jurídico."

É princípio tranquilo do direito que o ato nulo ou imperfeito não gera efeitos.

9 – Decreto-Lei nº 4.657, de 4-942, (Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro):

"Art. 2º Não se destinando a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior."

Decretos e portarias não são leis, nem decretos-leis.

3º Conclusão: Em se tratando de fixação e reajusteamento de semestralidades escolares, ninguém está obrigado a cumprir senão o que está prescrito no Decreto-lei nº 532, de 16-4-69, ou em conformidade com ele.

10 – "Nullum crimen, nulla poena sine lege", constitui tranquilo princípio de direito. E só a lei pode obrigar a alguém a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa (art. 153, § 2º, Const. Federal).

Constituição Federal, art. 153, §§ 20º e 21º:

"§ 20. Dar-se-á **habeas corpus** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso do poder. Nas transgressões disciplinares não caberá **habens corpus**.

§ 21. Conceder-se-á mandato de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por **habens corpus**, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder."

4º Conclusão: Se os Decretos nº 93.893, de 6-1-87 e 93.911, de 12-1-87, bem como as Portarias MEC 4 e 5/86, não revogam e não alteram o Decreto-Lei nº 532, de 16-4-69, ninguém pode ser punido pelo descumprimento dos mencionados decretos e portarias; poderá haver, sim, punição pelo descumprimento de normas dos Conselhos de Educação competentes, praticadas no uso das atribuições que lhes confere o Decreto-Lei nº 532, se também não estiverem viciadas na origem, de qualquer forma, por falha ou forma quanto ao expressamente previsto no Decreto-Lei nº 532.

II – Inaplicabilidade do Decreto nº 93.893, das Portadas: MEC 4 e 5, e do Decreto nº 93.911.

1 – A emenda do Decreto nº 93.893 expressamente afirma: "Altera, transitoriamente, a atribuição para fixar e reajustar anuidades, taxas e outras contribuições escolares, previstas no Decreto-Lei nº 532, de 16 de abril de 1969".

E realmente, no art. 1º, altera o art 1º do Decreto-Lei nº 532, de 16-4-69, o qual dá aos Conselhos Federal e Estaduais de Educação a competência para "fixação e o reajuste das anuidades, taxas e demais contribuições correspondentes aos serviços educacionais".

2 – A Lei nº 4.024, de 20-12-61, em artigos não revogados pela Lei nº 5.692 de 11-8-71, dispõe:

"Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete:

a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;

J) sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino.

"I) promover e divulgar estudos sobre o sistema federal de ensino."

No art. 10, determina que os Conselhos Estaduais de Educação exerçerão as atribuições "que esta lei lhes consigna".

E no art. 11:

"Art. 11 A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino com observância da presente lei"

2.1 – Lei 5.692/71, art. 74:

"Ficam integrados nos respectivos sistemas estaduais os estabelecimentos particulares de ensino médio até agora vinculados ao sistema federal."

3 – O Decreto-Lei nº 532 determina:

a) no art. 1º, que cabe ao Conselho Federal de Educação, aos Conselhos Estaduais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências e jurisdições, a fixação e o reajuste de anuidades, taxas e demais contribuições correspondentes aos serviços educacionais;

b) no art 2º, § 1º, que a Comissão de Encargos Educacionais, Conselho Federal de Educação, será constituída de um membro do CFE e pelos representantes da SUNAB, da FENEN, da CNTEEC e da UNAF;

c) no art. 2º § 1º, que as Comissões de Encargos Educacionais, nos Conselhos Estaduais de Educação, podem adaptar-se às peculiaridades locais, devendo, contudo, ser sempre integrada dos representantes da SUNAB, das categorias econômicas e profissional e dos países de família;

d) no art. 3º, que os Conselhos terão por base o princípio de compatibilização entre a evolução de preços e a correspondente variação de custos;

e) no art. 6º, que o reajusteamento deve ser fixado nos dois meses anteriores à realização das matrículas.

NO ENTANTO:

a) o Decreto nº 93.893, de 6-1-87, no art. 1º, dá ao Ministro de Estado da Educação a atribuição conferida pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 532 aos Conselhos de Educação;

b) as Portarias MEC 4 e 5/87, com base no Decreto nº 93.893, fixam o reajuste da 1º semestralidade/87, para 1º e 2º e 3º graus, em 35%, criam negociação para antecipação entre escolas e diretórios acadêmicos ou associações de pais

e de mestres, bem como sua homologação pelas Comissões de Encargos Educacionais e estabelecem que as semestralidades devem ser divididas, no mínimo, em quatro parcelas;

c) o art. 1º do Decreto nº 93.911 passa aos Conselhos Estaduais de Educação a competência para fixar os reajustamentos de semestralidades do sistema federal de ensino (escolas federais e particulares de ensino superior);

d) O art. 2º, § 1º, do Decreto nº 93.911 compõe a Comissão de Encargos Educacionais com um representante do CFE, três do MEC, um da SUNAB, uma da FENEM, um da CNTEEC, um da UNE e um do CRUB, retirando a UNAF;

e) o art. 2º, § 2º, do Decreto, nº 93.911 compõe a Comissão de Encargos Educacionais dos Conselhos Estaduais de Educação de um representante do Conselho, um da Secretaria de Educação um do MEC, um da SUNAB, um das escolas, um dos professores, um dos pais, de alunos e um dos alunos, excluindo a UNAF;

f) o § 5º do art 2º do Decreto nº 93.911 cria restrições às entidades na escolha de seus representantes, restrições não existentes no Decreto-Lei nº 532, de 10-4-69, nem em lei alguma;

g) no art. 7º, o Decreto nº, 93.911 impõe aos Conselhos a obrigação de conceder correção por defasagem e impõe-lhes (às Comissões de Encargos e não aos Conselhos) prazo para decisão (§ 3º), ordenando-lhes também fazer reuniões permanentes;

h) nos arts. 8º, 9º e 10, o Decreto nº 93.911 estabelece negociação de valores maiores, sem previsão em normas do Conselhos;

I) no art 11, o Decreto nº 93911 traça novos critérios para pré-escolar e cursos livres;

j) no art 12, o Decreto nº 93.911 subordina órgãos federais (MEC e SUNAB) a órgãos estaduais e traça determinação para órgão estadual (secretarias de Educação);

I) no art. 13, o Decreto nº 93.911 cassa a competência dos Conselhos de Educação, transferindo a decisão dos casos omissos ao Ministro da Educação;

m) no art 2º, § 6º, o Decreto nº 93.911 cria obrigações para órgãos estaduais;

n) no art. 3º, parágrafo único, o Decreto nº 93.911 subordina as Comissões de Encargos Educacionais aos órgãos do Governo Federal e não aos respectivos Conselhos a que pertencerem.

5º Conclusão: Tendo em vista o disposto na Constituição federal, no Decreto-Lei nº 532, nas Leis 4.024 e 5.692 e no código civil, não resta dúvida alguma quanto à não aplicabilidade, validade e constitucionalidade dos Decretos nºs 93.893 e 93.911 e das Portarias 4 e 5.

III – Fundamentação Errada

Não bastasse tudo que acima está explicitado, ainda se tem que o preâmbulo do Decreto nº 93.893 coloca como fundamento para ser baixado o art 81, item V, da Constituição Federal, o qual assim é redigido:

"V – dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal."

Competência para a fixação de preços, sobretudo quando especificamente atribuída por decreto-lei, não se confunde com estrutura, atribuição

e funcionamento de órgão da administração federal.

IV – Atentado à Autonomia dos Estados

O art. 13 da Constituição Federal estabelece a autonomia dos Estados para se organizarem, inclusive quanto à sua forma de auto-administrar-se.

O art. 10 da Constituição Federal estabelece os casos de intervenção da União nos Estados, entre os quais não se incluem prerrogativas para organizar seus Conselhos Estaduais de Educação e suas Comissões de Encargos Educacionais, impor-lhes prazos, impor-lhes a aceitação de órgãos e membros da administração federal, subordinar-lhes órgãos e membros da administração federal ou subordiná-los a órgãos e membros da administração federal. No entanto, tudo isso se encontra no Decreto nº 93.911, principalmente em seu § 1º.

Não se argumente que, de certa forma, assim já procedia o Decreto-lei nº 532, de 16/4/69, considerando-se sua fundamentação no AI-5 e o conteúdo da Emenda Constitucional nº 11.

CONCLUSÃO FINAL

Em consequência – ressalvada a hipótese de cada Conselho de Educação tomar as normas como suas, mesmo se não ferir o Decreto-lei nº 532 (como, por exemplo, decidir sobre estabelecimentos federais de ensino, não respeitar o princípio de compatibilização de preços de custos ou não viciar na origem a decisão, por procederem os estudos de Comissões com outra composição extra-legal), duas medidas podem ser tomadas:

a) qualquer interessado, e de início a UNAF, requerer ao Procurador-Geral da República a representação ao Supremo Tribunal Federal, para declaração da constitucionalidade (art. 119, inciso I, letra I, Constituição Federal);

d) o não cumprimento das determinações dos decretos e portarias destituídos de validade (novamente a primazia da UNAF) e, quando quaisquer órgãos ou entidade pretender punir ou exigir que sejam cumpridas, o ingresso em juízo contra o ato da autoridade coatora, baseado em norma constitucional ou, no mínimo, sem base legal.

A autoridade que der curso ao previsto nos dois decretos e nas duas portarias será a autoridade coatora.

Este nosso entendimento, s.m.j. – Geraldo Rabélo Cunha, OAB 28.950/MG. – Roberto Geraldo de Paiva Dornas, OAB 7.802 – MG.

REAJUSTES DOS ENCARGOS EDUCACIONAIS INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DOS ATOS

Dr. Marco Aurélio de Sousa Pinto

De início, convém recordar definições de atos administrativos e sua extensão, tais como lei, decreto-lei, decreto (*lato e stricto sensu*) e portaria. Como são numerosas as formas de definir, tomaremos como base as adotadas por José Náufel em o Novo Dicionário Jurídico Brasileiro (Beta, 6 ed.).

Lei “em sua expressão mais geral é a forma de que se revestem os atos do Poder Legislativo (Temistocles Cavalcanti). As leis emanam do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Depois de aprovadas por um desses órgãos, são sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo (Presidente da República, Governador, Prefeito Municipal). Uma lei só pode ser revogada ou alterada por ato de igual hierarquia, isto é, por outra lei ou por decreto-lei.

Decreto-lei é o “ato legislativo que, em virtude de delegação de poderes do Poder Legislativo ao Executivo, ou quando este concentra, anormalmente, todos os poderes em suas mãos, é por ele promulgado e publicado”. O Chefe do Poder Executivo pode baixar decreto-lei quando autorizado pelo Poder Legislativo ou quando este está suppresso e o país vive sob o poder ditatorial ou revolucionário. Decreto-Lei é vocábulo composto que sintetiza expressões como “decreto que equivale a lei”, “decreto que é o mesmo que a lei”, “decreto com força de lei”. E outras. Ao baixar um decreto-lei, o Executivo está fazendo às vezes do Legislativo. Somente à lei ou a outro decreto-lei é dado revogar ou alterar decreto-lei.

Decreto, *lato sensu*, é o “ato pelo qual a autoridade máxima do Poder Executivo estabelece normas obrigatórias de caráter administrativo ou confere direitos e obrigações a entidades de direito privado”. Mas o que interessa aqui é a definição *stricto sensu* que lhe dá Náufel: “é o ato baixado pela autoridade máxima do Poder Executivo estabelecendo e aprovando o regulamento de uma lei, isto é, o conjunto de normas que devem ser observados na execução desta”. Ao regulamentar uma lei ou decreto-lei, não pode o decreto alterar-lhes a essência, mas deve única e exclusivamente limitar-se a estabelecer normas para a sua fiel execução (Constituição Federal, art. 81, III). É primoroso este trecho do Parecer nº 08/85, do duto Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Ferraz “Importante é realçar que o regulamento... não é um ato de execução servil da lei, mas um meio para se chegar plenamente a essa execução. Realmente não pode ser ele **contra legem**, porque norma secundária, emanada sem atendimento aos requisitos formais de formulação, e substantivos de competência, da Lei”. Decreto não pode pois, como “norma secundária” ferir a norma precípua, que é a lei, ou ato da mesma hierarquia, que é o decreto-lei.

Portaria é o “ato escrito e administrativo, pelo qual o Ministro de Estado ou qualquer outra autoridade pública, dá instruções concernentes à aplicação de lei ou regulamento, faz recomendações de caráter geral, estabelece normas de execução do serviço da repartição, nomeia, demite ou pune certos funcionários, ou faz qualquer determinação concernente ao exercício do poder de autoridade em que está investida”. É, pois, um ato de menor hierarquia que o decreto. Na história legislativa brasileira, no Império e na República, o único Ministro de Estado a incorrer na constitucionalidade de baixar portaria alterando disposições de lei é decreto presidencial é o atual detentor da Pasta da Educação.

Pois bem. Todas essas considerações vieram à tona a propósito do seguinte: dois decretos do Presidente da República alteraram em profundidade a lei e três portarias do Ministro da Educação violentaram não somente um decreto regulamentar, mas a própria lei. É o que vamos ver, não

sem antes transcrever mais um trecho do douto Procurador Dr. Sérgio Ferraz “Constitui iterativa jurisprudência o entendimento de não estar o administrador obrigado a aplicar preceito que repute inconstitucional”.

Passemos agora aos fatos.

Dispõem os arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 532, de 16 de abril de 1969 (An. 1):

Art. 1º Cabe ao Conselho Federal de Educação, aos Conselhos Estaduais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências e jurisdições, a fixação e o reajuste de anuidades, taxas e demais contribuições correspondentes aos serviços educacionais, prestados pelos estabelecimentos federais, estaduais, municipais e particulares, nos termos deste decreto-lei.

Art. 2º Haverá, junto ao Conselho Federal de Educação, a cada Conselho Estadual e ao Conselho de Educação do Distrito Federal, uma Comissão de Encargos Educacionais com finalidade específica de estudar a matéria referente ao art. 1º e opinar conclusivamente para a decisão final do respectivo Conselho.

Vamos trocar em miúdo o segmento “no âmbito das respectivas competências e jurisdições”, encravado no art 1º. Estão no âmbito da competência e da jurisdição do Conselho Federal de Educação as instituições de ensino superior federais e particulares (universidades, faculdades, escolas, institutos...) que não sejam estaduais e municipais. É o Conselho Federal de Educação que lhes autoriza o funcionamento, as reconhece, credencia as mantenedoras e, atenção! lhes fixa as anuidades escolares. Sempre foi assim. E estão no âmbito da competência e da jurisdição dos Conselhos Estaduais de Educação as instituições de ensino de 1º e 2º graus, bem como as instituições de ensino superior estaduais e municipais. São os Conselhos Estaduais que lhes autoriza o funcionamento, as reconhece, credencia as mantenedoras e, atenção!, lhes fixa as anuidades escolares. Também foi sempre assim. E sempre foi assim porque todas as leis básicas de ensino o determinam.

Com relação ao art 2º, o Decreto-lei nº 532/69 estabelece normas para fixação e o reajuste dos encargos educacionais. Isto não é feito de qualquer maneira, e se as Comissões de Encargos Educacionais não dispõem de meios para fazê-lo convenientemente, a culpa não é da lei, é dos Secretários de Educação que não lhes fornecem os recursos humanos e materiais que lhes permitam funcionar eficientemente.

Vejam agora o que fez o Governo da Nova República: golpeando a Constituição, baixou o Decreto nº 93.893, de 6 de janeiro p.p., revogando, num único artigo, os oito artigos do Decreto-lei nº 532/69. Matreiro, alega o legislador, na ementa, que apenas o “altera transitoriamente” e, no art. 1º, invoca um “excepcionalmente”, como se mero decreto pudesse revogar “transitoriamente” – nem diz por quanto tempo – e ainda transferir “provisoriamente” as atribuições dos Conselhos de Educação e das Comissões de Encargos Educacionais para o Ministro da Educação. Leiamos ementa e artigo (An. 2):

“Altera, transitoriamente, a atribuição para fixar e reajustar anuidades, taxas e outras

contribuições escolares, previstas no Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969.

Art. 1º Caberá, excepcionalmente, ao Ministro de Estado da Educação o exercício da atribuição a que se refere o artigo 1º do Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, relativamente à fixação e ao reajuste de anuidades, taxas e outras contribuições, cobradas pelos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e de ensino superior, que devam vigorar no primeiro semestre de 1987."

Municido por esse decreto unconstitutional, o Ministro da Educação dispara contra o decreto-lei duas portarias – caso virgem na técnica legislativa brasileira –, ambas aumentando os encargos educacionais automaticamente em 35% e, mediante entendimento entre as partes, em mais 15%: Portarias n.ºs 4 e 5, respectivamente de 7 e 8 de janeiro p.p. (An. 3 e 4), sendo que a primeira – 4 – foi publicada no mesmo dia em que saiu no **Diário Oficial** o decreto **supra**, que autorizou o ministro a expedi-las.

Certamente, algum burocrata menos desatento soprou ao Governo uma maneira de sair da enrascada: regulamentar o citado decreto-lei. E foi assim que, a 13 de janeiro, saiu o Decreto nº 93.911 (An. 5) que, ao contrário do que seu inspirador, veio tumultuar ainda mais a legislação referente à matéria. Vamos a ele:

"Art. 1º Compete aos Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios a fixação e o reajuste dos encargos educacionais cobrados pelos estabelecimentos de ensino federais, estaduais, municipais e particulares, nos termos deste decreto, obedecidas as diretrizes da política federal."

Comparando-se o artigo 1º do decreto-lei e o artigo 1º do decreto regulamentador, verificar-se-á que deste último desapareceu o Conselho Federal de Educação. Dessa forma, as instituições de ensino superior, que pelo decreto-lei estavam no âmbito da competência e da jurisdição do colegiado federal, passaram para o âmbito da competência e da jurisdição dos Conselhos Estaduais. Mas na realidade passaram e não passaram, porque o artigo 2º do decreto regulamentar devolveu a atribuição ao Conselho Federal de Educação:

"Art. 2º Haverá junto ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios uma Comissão de Encargos Educacionais com a finalidade específica de estudar a matéria contida no art. 1º e opinar conclusivamente para a decisão final do respectivo Conselho."

Como se vê, a legislação de ensino acompanha a confusão reinante em todos os setores da vida neste País.

Afinal de contas, em que ficamos? Quem deve fixar os encargos educacionais, e de quem?

Mas tudo isso não é o mais pitoresco, se não fosse lastimável. Vejamos por quê. O Decreto nº 93.011 (**Diário Oficial** de 13 de janeiro) dispôs no art 14: "este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." Com isso, foi revogado o Decreto nº 93.893, de 6 de janeiro, o mesmo que capou o decreto-lei e transferiu para o Ministério da Educação competência para fixar os reajustes. E ocorreu então algo espetacularmente inédito nos anais

da legislação brasileira: a Portaria Ministerial nº 4 (**DO** de 8-1) vigorou por apenas 4 (quatro) dias, e a de nº 5, (**DO** de 9-1) por menos ainda – 3 (dias) –, pois a 12 de janeiro, com a expedição do decreto regulamentar, tudo estava revogado. Resultado: as instituições de ensino de 1º e 2º graus tiveram o prazo de 8 a 12 de janeiro para o reajuste, e as de ensino superior, de 9 a 12 de janeiro. Não têm validade os reajustes posteriores a 12 de janeiro, porque a 13, com a sua publicação no **Diário Oficial**, já a competência dos Conselhos para deliberar sobre a matéria tinha sido restaurada. Como as portarias ministeriais não tinham respaldo constitucional, mesmo os repasses feitos durante a sua ridícula vigência de nada valem.

Mas a salgalhada não parou aí. Em 12 de março de 1987, o Ministro da Educação, ao expedir a Portaria nº 152 (An. 6), degolou, de um só golpe carolíngio, ao mesmo tempo, o decreto-lei e o decreto **stricto sensu** que o regulamentou: autorizou os Conselhos de Educação a decidir "sobre processos de reajuste de anuidades escolares" independentemente do pronunciamento das Comissões de Encargos Educacionais. Firmou-se o Ministro no artigo 13 do decreto regulamentar, que lhe facultou resolver os "casos omissos". Ora, transferir de um para outro órgão atribuições expressas em dois decretos, tendo um deles valor de lei congressional, nunca, jamais, em tempo algum foi resolver "casos omissos". E mais ainda. Dispõe o parágrafo do art. 3º do mencionado decreto: "As Comissões de Encargos Educacionais deverão articular-se com os órgãos do governo que ditam a política e controlam os preços". Em outras palavras: tais Comissões não têm de dar satisfações a Governos Estaduais, Secretários de Educação e Conselhos de Educação.

Por incrível que pareça, as autoridades educacionais do Estado desconhecem as disposições da lei que criou o Conselho de Educação e de seu Regimento. Vejamos. **O Globo** do dia 14 de maio, p. 15, divulgou a seguinte notícia:

O Conselho Estadual de Educação pode rever a decisão sobre o repasse de 50 por cento dos reajustes dos professores e auxiliares de administração para as mensalidades escolares. A informação é do Vice-Reitor da Universidade Gama Filho, Ernesto de Souza Freire Filho, empossado como novo membro do CEE.

O Secretário Estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, que presidiu a posse dos conselheiros, informou que a definição sobre o repasse dos aumentos voltará à pauta na reunião da próxima terça-feira da Comissão de Encargos Educacionais.

As notícias prosseguem. No dia 20 de maio, os jornais estamparam o resultado da reunião, na terça-feira, da Comissão de Encargos Educacionais, com estas manchetes: "Conselho de Educação debate e novamente não define repasse" **O Globo**: "Escolas definem quanto aumentam na sexta-feira" **JB**; "Conselho só define repasse na sexta-feira" **JS**. Com efeito, no dia aprazado, a Comissão de Encargos Educacionais definiu o novo reajuste. Irá a plenário na quinta-feira, 28, segundo a imprensa.

Tudo isso é profundamente contristador. A impressão geral é a de que se está tratando com trampolineiros do ensino, com trambiqueiros da

educação, de todos ignorantes dos mais comezinhos princípios da legislação atinente à educação.

Pois saibam os Srs. Conselheiros que a Deliberação nº 141/87 é ato perfeito e acabado: todos os requisitos formais para sua elaboração foram cumpridos.

Dispõe o Decreto-Lei nº 51, de 3 de abril de 1975, que criou o Conselho Estadual de Educação (**Diário Oficial**, 3-4-75 – An. 7):

Art. 16. Dependem de homologação do Secretário de Estado as deliberações do Conselho.

§ 1º A homologação e o veto integral e parcial às deliberações do Conselho deverão ser expressos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrada da respectiva documentação no Gabinete do Secretário.

§ 2º O Secretário de Educação e Cultura comunicará ao presidente do Conselho, dentro do prazo a que se refere o parágrafo anterior, os motivos do voto.

São disposições de decreto-lei, portanto de lei, Sr. Secretário de Educação, Sr. Vice-Reitor e Presidente do Conselho, Srs. Conselheiros. E mais ainda. Está na Resolução nº 1.348, de 7 de outubro de 1986, que aprovou o Regimento do Conselho (**Diário Oficial**, 10-10-86, – An. 8):

Art. 60. As Deliberações e Pareceres do Conselho dependem de homologação do Secretário de Estado de Educação.

Art. 61. A homologação pelo Secretário de Educação, o pedido de reexame ou seu voto integral ou parcial às Deliberações e Pareceres do Conselho devem ser expressos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrada da respectiva documentação no Gabinete do Secretário.

§ 1º Dentro do prazo a que se refere este artigo, cumpre ao Secretário de Estado encaminhar ao Conselho os motivos pelos quais entende necessário o reexame da matéria ou as razões do voto.

É isso aí. Se as autoridades acima mencionadas desconhecem os termos do decreto-lei, deveriam pelo menos conhecer os do Regulamento do órgão a que pertencem ou que dirigem. O Conselho Estadual de Educação não tem autoridade para alterar, numa vírgula sequer, a Deliberação nº 141/87. Ao Secretário de Educação, se dela houvesse discordado, caberia devolvê-la ao Conselho para reexame, ou para apreciação de seu voto integral ou parcial. É o que estabelecem o decreto-lei e o Regimento. Mas o Secretário não o fez. Pelo contrário, aprovada a Deliberação nº 141/87 no dia 13 de abril, o Secretário Carlos Alberto Direito homologou-a no dia seguinte, a 14 de abril, com duas baias asnices gramaticais: "Homologo, para que surta os seus devidos efeitos", etc. Não vale a concordância, nem vale o verbo "surter" por "produzir". Como se vê, o Secretário não esperou nem trinta, nem vinte, nem dez, nem cinco, nem dois dias. O ato homologatório foi publicado no **Diário Oficial** de 16 de abril (p. 6) e a íntegra da deliberação a 29. Nunca os atos do Conselho foram remetidos para publicação com tanta presteza. É melancólico o desconhecimento da legislação educacional por parte dos que a devem pôr em prática: Secretário de Educação, membros do Conselho de Educação, entre eles um Vice-Reitor de Universidade conta a qual

há representação do Sindicato de Professores pedindo o descredenciamento por inadimplência (falta de pagamento de professores e servidores administrativos) e, mais ainda, o serviço jurídico do gabinete do Secretário, com vários advogados chefiados por Procurador do Estado, e mais, uma Assistente, também Procuradora do Estado, e mais, a Chefe de Gabinete, Procuradora Klay Ozon, durante quatro anos chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete do Governador Leonel Brizola, portanto, estreitamente ligada a ele, pessoa de sua absoluta confiança, a emitir pareceres consoante a vontade do chefe, como é de praxe. Nenhum desses juristas foi capaz de chamar a atenção, para a ilegalidade que o Conselho estava praticando, do Sr. Carlos Alberto Direito, leal servidor da ditadura, que deve ao Sr. Brizola sua nomeação para o Conselho de Cultura, de que foi membro rasteanamente atencioso, e de onde saiu, sem renunciar, para logo depois desandar em críticas ao governo que o acolheu. Nem podiam fazê-lo. São uns ignorâncias a capite ad calcem (da cabeça aos pés).

Em síntese:

1º) O Presidente da República não podia autorizar o Ministro da Educação a fixar encargos educacionais. O decreto autorizativo é inconstitucional.

2º) Consequentemente, não têm validade as Portarias nºs 4 e 5, de 87, do Ministro da Educação; portanto, carecem de base legal os aumentos de 35% + 15% por elas concedidos.

3º) As Portarias Ministeriais nºs 4/87 e 5/87 tiveram a duração, respectivamente, de 4 dias (8 a 12 de abril) e 3 dias (9 a 12 de abril), pois no dia 13 do mesmo mês foi publicado no órgão oficial o Decreto nº 93.911, que não só devolveu aos Conselhos a competência que seis dias antes tinha sido conferida ao Ministro, mas também revogou todas as disposições anteriores, exceto, é claro, as do decreto-lei regulamentado. Assim, se já eram ilegais os percentuais de aumento impostos pelas instituições de ensino dentro daqueles prazos exigüos, não menos ilegais foram os aumentos impostos pelas instituições de ensino após a publicação do decreto regulamentar e revogatório das portarias e do decreto que lhes permitiu a emissão. Em outras palavras: depois de 13 de janeiro a competência para deliberar sobre encargos educacionais já tinha retornado aos Conselhos.

4º) Falece aos Conselhos Estaduais competência para tratar de encargos educacionais das instituições de ensino de 3º grau vinculadas ao sistema federal de educação, vale dizer, ao Conselho Federal de Educação. Se o decreto regulamentar da lei é contraditório – retira ao Conselho Federal essa atribuição ao artigo 1º e lhe devolve no artigo 2º então prevalece a disposição da lei regulamentada. O Conselho da Educação do Rio de Janeiro nada tem que ver com PUC, USU, SUAM, Estácio de Sá, Gama Filho, FAHUCE, Celso Lisboa, CEZAT, etc. É com o Conselho Federal de Educação que essas instituições devem ajustar as contas.

5º) Não tem validade a Deliberação nº 141/87 do Conselho Estadual de Educação, não formalmente – em tal sentido é ato perfeito e acabado – mas é ilegal por vícios de origem, uma vez que está vinculada ao Decreto nº 93.893/87, inconstitucional e já revogado quando foi votada

a deliberação, e também vinculada às portarias ministeriais, que não poderiam produzir efeitos por se respaldarem nesse decreto violador do artigo 81, inciso II, da Constituição.

6º) Tampouco tem validade decisão da Comissão de Encargos Educacionais ou do plenário do Conselho que altere, seja por que modo for, a Deliberação nº 141/87, já homologada pelo Secretário de Educação, em ato português errado duas vezes publicado no órgão oficial. A única forma legal de reexaminá-la é a que se acha explicitada no decreto-lei que criou o Conselho e nos termos do seu Regulamento, supramencionados.

Durante o discurso do Sr. Vladimir Palmeira o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No fim da semana passada fizemos uma peregrinação pela Região Missionária, em nosso Estado do Rio Grande do Sul, e constatamos que o setor da produção primária está, se não em desespero, pelo menos numa angústia terrível. E os reflexos se fazem sentir na comunidade como um todo, pois que a região é agrícola.

Saem nos jornais e ouve-se na imprensa falada as grotescas notícias de casos que entraram na Justiça, onde puseram em leilão até os talheres de pequenos agricultores. Isso, além da falta do mínimo senso humanístico, é um atestado de burrice, porque não se vai corrigir cofre algum de banco, por menor que ele pudesse ser, leiloando pequenas propriedades ou juntas de bois ou talheres.

Mas, o reflexo vem-se fazendo sentir. Na minha pequena cidade de Cerro Largo, vemos agora decretação da moratória da Industrial Dulce, uma indústria que há 35 anos ainda era uma ferraria, dentro da característica daquela região que sempre se bastou a si mesma no seu próprio desenvolvimento, que tinha o crescimento de baixo para cima, de dentro para fora, e que nesse crescimento intrínseco o trabalhador de uma ferraria acabava em uma indústria, que para a microrregião era pujante. Pois de uma ferraria passamos a ter uma indústria, que oscilava com um número de empregados de 600, às vezes até 850. Produziam-se carretas agrícolas, arados, grades, moendas de cana, pé-de-pato, enfim, toda uma indústria acoplada à agricultura. E agora a moratória, e agora o espetro da falência. E o destino dos empregados é fácil de se prever; nos cinturões da miséria das grandes metrópoles, onde a fome os fará ao destino cruel da marginalidade e lá o caos! porque a reação em cadeia se faz desenvolver sobre toda a microcomunidade. A metalúrgica poderá suportar mais 1 ou 2 meses e as outras indústrias estão na mesma situação.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, isso é mais do que claro, não é o caminho para País nenhum, isso não é caminho para a sociedade nenhuma! Há a necessidade ingente de que o Poder Executivo tome as medidas efetivas que se fazem necessárias para que não surja o caos. E aqui também devemos lembrar que temos a

nossa responsabilidade, porque nesta Assembléia Nacional Constituinte nós, como matéria constitucional, poderemos fazer profundas reformas administrativas e decisivas reformas na forma de Governo, para que esta Pátria seja respeitada a partir deste Parlamento e, principalmente, respeitando-se o humilde trabalhador e o pequeno agricultor.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes:

O Jornal de Brasília de hoje, página 2, publica, "a pedido", artigo do ex-Ministro Mário Simonsen, transcrito da edição de ontem de O Globo, do Rio de Janeiro, sob o título, "O trembala para Bangladênia".

Dentre muitas considerações sobre o trabalho Constituinte, algumas até pertinentes, ressalto o trecho onde o atual integrante do board do Citicorp se refere ao Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, o emérito Constituinte Fernando Gasparian.

Simonsen diz textualmente que teria sido muito mais produtivo para a nova Constituição se o Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro tivesse entrado em férias, negando-se a apresentar qualquer anteprojeto. Examinando esta manifestação desabonatória e gratuita, ao Constituinte Fernando Gasparian, conclui que o funcionário do Citicorp não tem perfil moral para fazer este tipo de reparo ao trabalho desenvolvido pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

Se Mário Simonsen está tão interessado pelo novo ordenamento institucional do País, por que não se candidatou as eleições de 15 de novembro, oferecendo a esta Casa a contribuição de seus conhecimentos sobre a matéria? Poderia muito bem ter concorrido pelo Rio de Janeiro. Não gosta de voto? Não gosta de povo, por acaso?

Ninguém neste Congresso Constituinte está pretendendo promover involução – como ele se refere –, impedindo a presença do capital internacional nos programas de desenvolvimento do Brasil. O que todos queremos é negociar, em condições satisfatórias, esta participação, que não se dará por intermédio de "cabeças iluminadas" como as dos Srs. Mário Simonsen e Roberto Campos. Estes dois cavalheiros, ao tempo em que desempenharam cargos de relevância na vida nacional, demonstraram uma insensibilidade olímpica no trato das nossas questões sociais. E por isto, no meu entender, ambos são bananeiras que já deram cacho, precisam ser podadas pela sociedade nacional. Assim, os negócios deste País, até aqui maltratados por maus brasileiros, vinculados a interesses externos, deverão, a partir de agora, passar obrigatoriedade pelo crivo do Congresso Nacional.

É apenas isto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que estamos pretendendo, ao nos reunir numa Assembléia Nacional Constituinte.

Queremos que, através de um novo ordenamento institucional, brasileiros tenham condições de se auto promoverem por suas forças, sem tirar de quem tem para dar a quem não tem nada, como de forma maldosa e safada alguns conser-

vadores empedernidos estão propagando aos quatro ventos.

O funcionário do Citicorp pergunta "o que deve dispor uma Constituição sobre o sistema financeiro?" E responde, "a rigor nada, pois a intermediação financeira deve ajustar-se às necessidades de conjuntura, e uma Carta Magna não deve tratar de temas conjunturais", ou seja, o ex-ministro, ligado ao Citicorp, talvez deseje que o organismo financeiro internacional a que serve continue fazendo excelentes negócios no Brasil, deixando um resíduo mínimo de benefícios à sociedade brasileira. É neste particular que ele se engana redondamente. Esta Constituinte, pelo tanto que sinto, não privilegiará os "amadores aguiar" e os oligopólios do ramo nacionais em detrimento da população brasileira, massacrada por um sistema financeiro injusto, de conotação nitidamente colonialista. Vamos exigir, por Lei Maior, que quem quiser atuar neste ramo – com capital estrangeiro ou nacional – se adapte às regras mínimas de decência.

Ou será que o Sr. Mário Simonsen já esqueceu ou está satisfeito com os escândalos ocorridos no setor nos últimos anos?

Sobre sugestões que a Subcomissão do Sistema Financeiro faz ao exercício da presidência do Banco Central, o funcionário do Citicorp, Mário Henrique Simonsen, alega que corremos o risco de colocar um alfaiate na direção deste organismo.

De fato, seria preferível nomear um torneiro mecânico, um pedreiro, um agricultor, seja lá quem seja, a um desses homens ligados a um sistema financeiro nacional privado. No meu Estado, numa situação de desigualdade, como esta que tivemos tantas vezes, aqui, no Brasil de homens ligados ao sistema financeiro privado serem presidentes do Banco Central, é mais ou menos como largar uma raposa no galinheiro. É isto que queremos evitar, e que homens como o Sr. Mário Henrique Simonsen, que só sabe falar mal do trabalho que se faz nesta Casa, tenham ciência de que se alguns freios forem colocados não teremos o escândalo que ele próprio está protagonizando, e depois de ter sido Ministro da Fazenda, servir, como serve, ao board de uma entidade internacional como é o Citicorp.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Requeiro, regimentalmente, a transcrição nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, do jornal da chapa I do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encabeçada pelo companheiro Luiz Antônio Medeiros:

A MUDANÇA QUE ESTÁ DANDO CERTO

Companheiro metalúrgico: este é o jornal da CHAPA 1. É o nosso compromisso de luta e honra com a categoria. Quando foi preciso fazer mais de mil greves a CHAPA 1 soube fazer. Fomos pioneiros na conquista do reajuste trimestral e na luta contra os decretos de arrocho. A nossa jornada de trabalho foi reduzida para 44 horas, a partir de 1º de junho próximo, porque a CHAPA

1 soube conduzir bem a luta. E, na hora de sindicalizar, a CHAPA 1 mandou ver: dobrou o número de sindicalizados. E agora, que a situação dos trabalhadores piora a cada dia, com a disparada da inflação, dos juros e dos aluguéis, que a recessão e o desemprego estão aí e o gatilho continua ameaçado, temos que defender a nossa melhor arma de luta: o sindicato único, a força metalúrgica. Com a CHAPA 1, unidos vamos exigir as 40 horas, o congelamento dos preços e aluguéis, tabelamento dos juros, recuperação das perdas salariais, a manutenção do gatilho e outras reivindicações. Vamos ser intransigentes na defesa de nossos direitos e na ampliação de nossas conquistas!

Luiz Antonio de Medeiros

Primeiro-Secretário da CHAPA 1 em 1981, Vice-Presidente em 1984 e Presidente em exercício desde julho de 1986.

Luiz Antonio de Medeiros, Luiz Antônio – 39 anos, casado, metalúrgico há 10 anos. Encarregado de Manutenção da Gradiente.

Antonio Aparecido Flores de Oliveira, Flores – 48 anos, casado, 1 filho, metalúrgico há 29 anos. Soldador da Superfine.

Ubiraci Dantas de Oliveira, Bira – 34 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 16 anos. Mecânico de manutenção da Decoferro.

Jayme José da Costa, Jayme – 48 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 31 anos. Torneiro-repuxador da Metalúrgica Monumento.

Paulo Ferreira da Silva, Paulinho – 31 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 12 anos. Inspetor de qualidade da Engecontrol.

José Francisco Campos, Campos – 42 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 27 anos. Encanador industrial da Lorenzetti.

Cícero de Freitas, Cícero – 34 anos, casado, metalúrgico há 14 anos. Soldador da CAIO. Segundo-tesoureiro.

Maria Raimunda Nunes Pereira, Mariazinha – 37 anos, solteira, metalúrgica há 13 anos. Ajudante de fabricação da Matarazzo.

Ramiro de Jesus Pinto, Ramiro – 33 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 19 anos. Torneiro-ferramentista da Metal Leve.

Antonio Lauro Campanha, Toninho – 45 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 24 anos. Eletricista de circuito da Villares.

José Grigório de Jesus, Zé Cachorro – 51 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 26 anos. Fundidor da Metal Leve.

Eufrozino Pereira da Silva, Pereira – 42 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 16 anos. Frizador da Saturnia Baterias.

Isaias Holanda de Souza, Isaias – 34 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 15 anos. Mecânico de manutenção da Duratell.

Eleno José Bezerra, Eleno – 30 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 15 anos. Polidor da Metalúrgica Rio.

Sebastião Costa, Tião – 50 anos, casado, 7 filhos, metalúrgico há 25 anos. Serralheiro da Siemens.

José Maria da Silva, José Maria – 36 anos, casado, 2 filhos, metalúrgico há 15 anos. Ajudante da Monark.

Victor Custódio de Andrade, Vitor – 36 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 18 anos. Arquivista da Voith.

João Gomes de Oliveira, João – 28 anos,

casado, 1 filho, metalúrgico há 9 anos. Soldador da Sab-Nife.

Sebastião Costa da Silva, Tiãozinho – 54 anos, casado, 6 filhos, metalúrgico há 20 anos.

Claudeci Bezerra da Conceição, Cachimbo – 38 anos, casado, 4 filhos, metalúrgico há 7 anos. Soldador da Aliperti.

Bernardino Toste, Bernardino – 61 anos, casado, 4 filhos, metalúrgico há 36 anos. Encarregado de produção da Metalúrgica MS.

Hilva da Fonseca, Neguinha – 38 anos, casada, 1 filho, metalúrgica há 12 anos. Reserva de linha da Multitel.

João de Souza Netto, João – 41 anos, casado, 3 filhos, metalúrgico há 15 anos. Ferramentista da Ford.

Aparecida Maiavazi, Cida – 33 anos, casada, 2 filhos, metalúrgica há 11 anos. Auxiliar de inspeção da Metalúrgica Saky.

Um futuro melhor
A combativa categoria metalúrgica merece mais do que discursos vazios e falsas promessas. Por isso, o programa da CHAPA 1 é um calendário de realizações com data marcada:

I – ORGANIZAÇÃO

Acelerar a criação de mais comissões de fábrica para entrar na campanha salarial deste ano com pelo menos 1.500 representantes bem organizados; 3.000 na campanha salarial de 1988 a 5.000 na campanha salarial de 1989.

Vincular os cipeiros eleitos ao Sindicato por meio de um Plano de Defesa da Saúde do Metalúrgico.

II – DIREITOS

Intensificar a luta em defesa do gatilho salarial, com reposição imediata das perdas salariais, contra a carestia, a recessão e o desemprego.

Defender a aposentadoria integral e por tempo de serviço; a moralização da previdência, dos fundos públicos (FGTS, PIS, etc.) e dos serviços de assistência ao menor e defender os direitos da mulher trabalhadora.

Avançar na luta pela jornada de 40 horas semanais e para dificultar a rotatividade dos empregados nas empresas.

Pressionar a Constituinte em defesa do Sindicato Único, do direito de greve, do desconto em folha das contribuições sindicais e contra qualquer intervenção do Governo, das empresas, dos partidos políticos e dos credos religiosos na vida sindical.

III – SERVIÇOS

Melhoria radical do atendimento do associado e sua família nas sedes e no ambulatório, com especial atenção para a dignificação dos funcionários, das crianças, dos idosos e dos portadores de doenças profissionais, até o próximo mês de setembro de 1987.

IV – OBRAS

Construção de mais três subsedes próprias, a serem inauguradas em 1º de maio de 1988, 1º de maio de 1989 e 1º de maio de 1990.

Remodelação do sítio de Mogi das Cruzes, para 7 de setembro de 1988.

Novo projeto da sede-escola para 7 de setembro de 1989.

Ampliação da colônia de férias para o fim do ano de 1989.

"UM SINDICATO SE MEDE PELAS CONQUISTAS DOS SEUS TRABALHADORES"

Luiz Antônio de Medeiros, presidente; no lançamento da Chapa 1

Para se comandar bem um grande sindicato, como é o nosso, é preciso conhecer bem as manhas dos políticos, dos patrões e dos baderneiros que eles soltam no meio da categoria. Separar os companheiros leais dos golpistas; daqueles que se aproximam para atrair depois e assaltar o sindicato.

A Chapa 1 já apreendeu tudo sobre esses falsos sindicalistas. Mas saber isto não basta.

Para se comandar bem um grande sindicato é preciso estar bem informado sobre tudo, conviver com o perigo, acordar cedo e estar sempre na porta da fábrica. Mas só isto não basta.

Para se comandar um grande sindicato, como é o nosso, é preciso, também, saber vencer, conquistar mais vantagens e direitos para os metalúrgicos.

Porque um verdadeiro sindicato se mede pelas conquistas dos seus trabalhadores.

OS MARÍTIMOS VENCERAM!

A greve dos marítimos entrou para a história do sindicalismo, como exemplo de unidade na luta das várias categorias. Foram 30 dias de paralisação nacional e os companheiros não se intimidaram com as pressões de todos os tipos por parte de armadores e Governo e conquistaram, entre outras vantagens, aumentos reais de salário de até 120%.

Nos marítimos não tem Cut

OS PETROLEIROS PERDERAM

Os petroleiros tiveram que recuar e voltar ao trabalho, em março, após o fracasso da tentativa de intimidar o Governo e ocupação das refinarias de petróleo, como forma de pressionar para a abertura de negociações. Com a reação do Governo, os petroleiros ficaram desmobilizados e enfraquecidos, sem nada conquistar.

Nos petroleiros tem Cut

OS ELETRICITÁRIOS VENCERAM!

A categoria dos eletricitários foi a que conquistou o melhor acordo no setor estatal, do Governo. Foram 8 dias de greve em janeiro dentro da campanha salarial. Os eletricitários conseguiram arrancar um aumento de 68%. E mais: é a única categoria a ter garantia no emprego, além do adicional de periculosidade em todos os níveis.

Nos eletricitários não tem Cut

OS BANCÁRIOS PERDERAM

A greve pela greve, sem a mobilização total da categoria por parte do seu sindicato, levou os bancários de São Paulo a uma fragorosa derrota no último mês de março. Os banqueiros não cederam. Perderam 9 dias de trabalho e nada conseguiram. Até hoje sofrem os efeitos da greve inconstante.

Nos bancários tem Cut

E O QUE ACONTECEU COM OS COMPANHEIROS DE SÃO BERNARDO?

1984

Em 1984, os metalúrgicos de São Bernardo tiveram apenas o reajuste de 80% do INPC, ou seja, de acordo com o Decreto-lei nº 2.065, de arrocho salarial. Já os metalúrgicos de São Paulo, além de outras conquistas, tiveram um reajuste salarial de 100% do INPC + 4% de aumento real, superior à política salarial da época.

1985

O Sindicato de São Bernardo levou os companheiros metalúrgicos a uma aventura de 54 dias de greve em 1985. Resultado: ficaram sem acordo, perderam várias conquistas e sofreram mais de 5 mil demissões. Em São Paulo, a história foi outra: reajuste de 100% do INPC, aumento real de 12% sobre os salários reajustados, trimestrais e redução da jornada de trabalho gradativa para 44 horas semanais.

1986

Em 1986, desmobilizados, os metalúrgicos de São Bernardo continuaram sem acordo e tiveram que se contentar com apenas 2% de aumento. Em São Paulo, ao contrário, o reajuste foi de 10,25% + 3% de aumento real, sem contar com os aumentos, em média de 15%, conquistados na Campanha Aumento Já, além de um Acordo Coletivo de Trabalho de 91 cláusulas com importantes garantias.

1987

Os metalúrgicos de São Bernardo, este ano, tiveram que se contentar com apenas 5% de aumento e somente agora terão a sua jornada de trabalho reduzida para 45 horas. Enquanto isto, os metalúrgicos de São Paulo já passam para 44 horas, a partir de 1º de junho próximo. Um passo importante rumo às 40 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dentro de uma visão modernista, em benefício do povo do Ceará castigado pela seca, o Gover-

nador Tasso Jereissati decidiu precipitar os seus programas de obras, projetados para quatro anos de ação administrativa. Isso significa milhares de novos empregos, destinados a atender aqueles que permanecem à margem dos programas normais do Governo.

A idéia central é transformar a seca num fato positivo, que permita apenas agilizar a implantação desses programas, redirecionando as prioridades, de modo a beneficiar, em primeiro lugar, as áreas populacionais mais afetadas pelo fenômeno.

Essa nova mentalidade, posta em prática no meu Estado, demonstra que o PMDB, através de seus governadores, progratiza seu discurso, materializa seu programa e vai às camadas carentes, tornando realidade seu anseio. Isso, dentro da linha de compromissos assumidos em praça pública, durante a campanha eleitoral, no sentido de proporcionar trabalho e restaurar a dignidade do homem brasileiro.

As vítimas da seca, a partir de agora, terão de onde tirar seu sustento e de sua família, uma vez empregadas em obras positivas, duradouras e consistentes nas áreas de recuperação de estradas, saneamento básico, recursos hídricos, irrigação e recuperação de prédios públicos, como postos de saúde, escolas, hospitais, já previstos nos programas de governo. Além de garantir melhores condições de vida para essa população sofrida, o objetivo é conseguir que, ao final da seca, o Estado disponha de uma infra-estrutura voltada para os reais interesses das comunidades.

Não estamos aqui para criticar administrações anteriores e nem programas paternalistas, tais como "frentes de serviço, bolsões da seca, cestões de alimentos", entre outros, que terminaram criando vícios de graves consequências para o povo nordestino, uma vez que este não tinha outra opção, senão receber doações e migalhas.

Vale ressaltar que para implantar essa nova sistemática de atendimento, o Governador Jereissati foi o primeiro a trabalhar junto às autoridades federais, apresentando o seu programa de atendimento, como forma de sensibilizar os diversos órgãos do governo central para conseguir a liberação dos recursos, de que o Estado precisa para viabilizar seus projetos.

As obras a que nos referimos proporcionarão trabalho nos próprios locais onde a população é mais afetada pela estiagem. Isso evitará o deslocamento desses contingentes para áreas urbanas, evitando assim que graves problemas se multipliquem. Além disso, o sertanejo não será mais manipulado pela prática clientelística da qual se tornou cada vez mais dependente ao longo dos anos.

O Governo espera com essa nova mentalidade de rechaçar, definitivamente os graves problemas decorrentes da indústria da seca. Desta forma estaremos substituindo critérios, até então adotados por normas em que todos os segmentos da comunidade participem da fiscalização dos projetos, assistidos diretamente pelos órgãos do Governo estadual.

Apesar de todos os esforços, no sentido de minimizar os problemas que afetam o povo nordestino, sabemos o quanto é importante poder contar com a sensibilidade das autoridades federais, no sentido de permitir que esta nova mentalidade produza os frutos objetivados.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes:

A questão da penúria em que vive os municípios brasileira data já de longo tempo, penalizados que foram por iníqua reforma tributária que lhes retirou toda a autonomia, baldados os ingentes esforços até hoje empreendidos pelo Congresso Nacional, no sentido de corrigir as distorções do atual sistema, autoritário e centralizador.

Eis que neste grande fórum dos anseios nacionais, que é a Assembléia Nacional Constituinte, encontramos a ocasião ideal para inserir na Carta Magna dispositivos capazes de resolver o problema, apontando as providências cabíveis.

Uma de nossas sugestões nesse sentido, conforme proposta já apresentada, consta de capacitar o município para instituir, além do Imposto Predial e Territorial Urbano, também o Imposto sobre Extração de Minérios em seu território. Ampliando-se o âmbito de seu poder de arrecadação, a resultante será o imediato aumento de receita para os cofres municipais, reduzindo-se consequentemente sua dependência em relação ao Poder Central.

Ademais, trata-se, sobretudo, de se fazer justiça, entregando ao município à parte que justamente lhe cabe pela geração de riquezas para o Estado e o País.

Com o mesmo objetivo estamos também sugerindo a alteração da atual legislação do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, a qual reserve aos municípios instituir somente aqueles não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, ou seja, praticamente nenhum. É nossa proposta abolir tais restrições, a fim de que possa, os municípios, ter a liberdade de carrear para os seus cofres a totalidade do ISS arrecadado.

Tais medidas, aliadas a outras que pretendemos sugerir e mais às que, certamente, serão apresentadas pelos ilustres colegas Constituintes, decerto trarão às prefeituras brasileiras sua ansiada autonomia, saneando-lhes as exauridas finanças e permitindo-lhes honrar seus compromissos e promover o próprio desenvolvimento. Abordo também, Sr. Presidente, outro tema, visto que este é o momento propício para profundas reflexões sobre todas as relações sociais que permeiam no País. Algumas delas estão a exigir totais transformações para elevar a sociedade brasileira aos níveis das sociedades mais avançadas.

Nessas reflexões, a classe trabalhadora deve merecer atenção especial, não só porque é o sustentáculo do desenvolvimento do País, mas porque é a ela que deve se dirigir à consciência, as instituições e a ação política.

Os trabalhadores brasileiros não participam da riqueza que produzem. Ao contrário, com salários quase sempre incompatíveis com o custo de vida, acabam por sacrificar suas necessidades básicas e as de sua família. Tem dificuldades para educar seus filhos, dificuldades para prover alimentos a sua família; moram cada vez mais distantes do seu local de trabalho e gastam horas de seu sono e descanso em longas e desconfortáveis viagens. A eles não é dado o direito do lazer, enfim, geram riquezas e recebem migalhas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o País precisa resgatar com urgência essa imensa dívida social. E isso só será possível se houver de nossa parte firme e decidida vontade política.

Uma das antigas e das mais justas reivindicações da classe trabalhadora brasileira refere-se à redução da jornada de trabalho. Por isso, sugerimos que o texto constitucional incorpore que a duração da jornada de trabalho não poderá ser superior a quarenta horas semanais não excedendo de oito horas diárias, com intervalo para alimentação e descanso.

A inclusão da nossa proposta pode representar a um só tempo um princípio de mudança nas relações de trabalho e a vontade política desta Assembléia, em efetivamente apoiar a classe trabalhadora da Nação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bocayuva Cunha.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, como representante do povo do Rio de Janeiro, não pode deixar de manifestar a minha crescente preocupação com a escalada da violência urbana no Rio de Janeiro hoje, talvez, a cidade mais insegura do mundo.

O atual Governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, durante a campanha eleitoral prometera pôr fim à violência no prazo máximo de 6 meses, assegurando que suas primeiras medidas seriam orientadas no sentido de fortalecer a segurança pública.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, assistimos hoje à completa falência do sistema de segurança pública do Rio de Janeiro, onde a violência está atingindo níveis sem precedentes no País.

Este alarmante aumento da criminalidade urbana é gerado não só pelo agravamento da crise sócio-econômica como também pela atual política de segurança implantada pelo Governador que pretende dar ênfase à repressão.

A consequência dessa nova filosofia de segurança pública, posta em prática pelo Sr. Wellington Moreira Franco, foi à reorganização e o reaparecimento dos Esquadrões da Morte da chamada polícia mineira, responsáveis pela morte de centenas de pessoas, trabalhadores, operários na Baixada Fluminense e pelo conquiste aumento da intranquilidade dos moradores daquela região. Mas, a violência não se limita à Baixada Fluminense. No próprio coração da Zona Sul do Rio de Janeiro um grande hotel foi assaltado, numa operação que durou mais de 20 minutos sem que as autoridades da segurança conseguissem evitar o crime ou prender os assaltantes.

Fatos como esses demonstram a completa falência da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e nem sequer se pode acusar a imprensa, sempre tão simpática ao atual Governador, de estar exagerando os fatos.

Por oportuno, Sr. Presidente, requeiro a inclusão nos anais da corajosa e lúcida denúncia contida no editorial do jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro.

Denúncia tão mais grave quando se sabe que o jornal **O Dia** é um dos de maior circulação no País, com tiragem que supera os 400 mil exemplares aos domingos e 250 mil nos dias de semana. No editorial, sob o título de "Chega de Corpo

Estendido no Chão", que a seguir transcrevemos, o jornal denuncia a vergonha situação da segurança pública no Rio de Janeiro, onde diariamente dezenas de cadáveres não identificados aparece boiando nas águas dos rios, operários tombam crivados de balas às portas de suas residências, trabalhadores são assaltados nos trens e nos ônibus, mulheres são estupradas, casas, apartamentos e hotéis são assaltados, numa comprovação clara de que há algo de podre no Rio de Janeiro.

Pela importância deste pronunciamento jornalístico, requeiro sua transcrição nos Anais da Constituinte.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR BOCAYUVA CUNHA EM SEU DISCURSO:)

CHEGA DE CORPO ESTENDIDO NO CHÃO

Quando 28 homens, armados de metralhadoras, invadem e saqueiam um hotel, não se trata apenas de mais um assalto, entre tantos que ocorrem todos os dias na nossa cidade. É a falência total do sistema de segurança mantida com os escorchantes impostos que o Governo cobra de toda a coletividade.

O que aconteceu no Rio Othon Palace é uma vergonha para o Rio de Janeiro. Mais que isso: é um deboche para o atual Governo, tão pródigo em promessas eleitorais e, ao mesmo tempo, tão incompetente para conter essa desmoralizante e inaceitável escalada de violência.

Desde março, quando Moreira Franco assumiu o Governo, a criminalidade cresceu 7% no Estado. Tivemos quase 500 crimes de autoria desconhecida. Em um único fim de semana, foram encontrados 35 cadáveres. O dantesco, nesta cidade, virou rotina, ante explicações cínicas de algumas autoridades.

E os planos do candidato Moreira Franco? Através do seu Secretário da Polícia Civil – com a voz serena de um oriental religioso – foi anunciada a primeira ação na área de segurança: confinar, na praça Tiradentes, os perigosos e prometedores travestis. Seria cômico, se não fosse trágico.

Pobre Rio de maus governantes! Sob o seu cenário de Cidade Maravilhosa, há um mundo cão e horripilante: 16 corpos aparecem boiando em rio de Magé; operários tombam crivados de bala; objetos pessoais são roubados dos trabalhadores nas viagens de ônibus e de trem; motoqueiros agem como justicieros; mulheres são estupradas; os rabecões do Instituto Médico Legal são insuficientes para recolher as dezenas de corpos encontrados na Baixada.

Hotéis, casas, apartamentos, a gente humilde do povo – estamos todos assustados e revoltados com o clima de verdadeira Chicago em que se transformou o Rio de Wellington Moreira Franco e Marcos Heusi Netto.

O povo que o elegeu, Senhor Moreira Franco, quer a Polícia na rua. Já está passando da hora. Há, entre os nossos delegados, nomes dos mais competentes – como o Hélio Vígio, por exemplo – para um trabalho contra a violência. Não é nomeando amigos que se faz um bom governo. É, isto sim, indicando profissionais do ramo.

Chega, governador, de corpo estendido no chão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMACIRY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes não é à-toa que a fúria privatista, orquestrada nos bolsões direitistas do poder, procura exibir as empresas estatais como focos permanentes de incapacidade gerencial, de corrupção, de empreguismo e de malversação do dinheiro público.

Na verdade, muito mais do que a simples privatização, essa campanha visa a internacionalização da economia brasileira, tornando-a vulnerável à penetração e à pilhagem do capital estrangeiro.

É profundamente deplorável constatar que maus brasileiros, a soldo de interesses inconfessáveis ou com eles irremediavelmente comprometidos, procuram solapar conquistas e avanços históricos do povo brasileiro – como é o caso da PETROBRÁS – sob o esfarrapado pretexto de proteger ou estimular a iniciativa privada.

A consciência nacional, agredida e humilhada pelo festival de empreguismo que norteou o parecer da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, está a exigir a imediata reparação das tolices e leviandades praticadas por homens públicos que, incumbidos pela sociedade de elaborar a nova Constituição, decaíram-na de sua missão e golpearam os próprios interesses do País.

Não seria ingênuo a ponto de negar que, de fato, existem empresas estatais que operam permanentemente no vermelho e que foram transformadas, sobretudo no ciclo militar, em guetos de privilégios, onde prepararam, acima da lei, abusos e desmandos condenáveis.

A exceção, porém, não pode subverter a regra. De um modo geral, as empresas controladas pelo Governo sempre exibiram elevado grau de rentabilidade, sem escorregar necessariamente para a corrupção, para a fraude administrativa ou para o tráfico político.

Os pruridos diarréicos da direita entreguista não encontram suporte na realidade dos fatos.

Hoje, por exemplo, procura-se desmoralizar a PETROBRÁS à custa de argumentos pífios, nascidos de esdrúxulas alquimias ou de artifícios contábeis.

Não há como negar que a política de preços para os derivados do petróleo, adotados pelo Governo Federal, tem penalizado duramente a Petrobrás nos últimos anos, impondo-lhe pesados ônus. A capacidade de investimentos e a estabilidade financeira da empresa estão sob constante ameaça.

É importante lembrar que, a partir da instituição do empréstimo compulsório sobre a gasolina e o álcool carburante (Decreto-lei nº 2.288, de 23-7-86), ocorreram substanciais aumentos nos preços dos derivados do petróleo. Essas escorcheram elevações, contudo, não trouxeram quaisquer benefícios à Petrobrás, uma vez que a mais generosa fatia da receita resultante desse mecanismo autoritário foi e continua sendo carreado para os cofres do Governo Federal. Hoje, com o preço da gasolina majorado para 19 cruzados, a empresa estatal recebe algo como 10 cruzados e 64 centavos, a fim de cobrir os custos da matéria-prima (46,8%), refino (4,0%) e transporte (5,8%). Em contrapartida, o Governo da Nova República arrecada nada menos de 6 cruzados e 51 centavos sob a forma de empréstimo compulsório (21,9%), Imposto único sobre Combustíveis

e lubrificantes (8,7%), PIS/PASEP/Finsocial (2,7%), royalties (0,9%) e Previdência Social (0,1%), ficando os restantes 9,1% de cada litro vendido para a distribuição e revendedores.

Ora, o cidadão comum, possuidor ou não de automóvel, não tem conhecimento de que as burras do Tesouro Nacional continuam a estufar com o dinheiro do povo. E certamente imagina que a Petrobrás é um ninho de parasitas, incompetentes, fisiológicos e malversadores de suas minguadas rendas.

De resto, por orientação oficial, a Petrobrás fornece derivados de petróleo, especialmente diesel e óleo combustível, a diversas empresas e entidades públicas que, à míngua de recursos, não têm liquidado os compromissos financeiros assumidos com a empresa. Não é demais lembrar que a dívida do setor estatal para com a Petrobrás ascendia, em fins de abril, a 8 bilhões e 500 milhões de cruzados. À época, os maiores devedores eram: Eletronorte – Cz\$ 1,7 bilhão; Eletropaulo – Cz\$ 1,2 bilhão; Fumas – Cz\$ 1,3 bilhão; RFFSA e área siderúrgica – Cz\$ 22 bilhões.

Ainda mais: os prazos para compra das safras de álcool, através de Petrobrás, foram reduzidos de 12 para 6 meses. Isso significa que a aquisição da safra alcooleira 87/88, estimada em 12 bilhões de litros, exigirá da Empresa a imobilização de recursos da ordem de 15 bilhão de dólares, cujo montante corresponde a mais da metade dos investimentos inicialmente programados pela Empresa para o corrente ano. Tão ou mais grave do que essa operação, que apenas interessa aos "coronéis-de-engenho", foi à elevação do preço do álcool em nada menos do que 85%, autorizada pelo IAA no início de maio. Mas, enquanto o latifundiário recebia essa estranha benesse do Governo, o preço do álcool carburante, ao nível de consumidor, sofreu um aumento de 28,89%. Essas majorações diferenciadas (85% para os "senhores-de-engenho" e 28,8% para o consumidor) representaram um prejuízo de 3 bilhões de cruzados ao mês para a Petrobrás ou algo como 36 bilhões de cruzados ao ano.

Aí estão alinhadas algumas razões que explicam e justificam as dificuldades que uma empresa séria e conceituada, como é o caso da Petrobrás, passa a enfrentar quando o Governo tem na sua intimidade, ocupando cargos de confiança, homens comprometidos apenas e tão-somente com os desígnios subalternos do capital internacional.

Apesar de tudo, Sr. Presidente, anima-me a convicção de que os grupos entreguistas não resistirão por muito tempo à pressão democrática do povo brasileiro.

A futura Constituição, que haverá de incorporar ao seu texto as mais legítimas aspirações da sociedade nacional, assegurará, por certo, os avanços até aqui obtidos e, mais ainda, alargará e democratizará essas conquistas.

Afinal, a histeria verborrágica dos inimigos do monopólio estatal do petróleo e de outros setores vitais à soberania do País exauriu-se em suas próprias contradições.

A doutrina Monroe, que engendrou o polvo imperialista, é problema dos norte-americanos, que têm a sua América dentro e fora das fronteiras dos Estados Unidos. O Brasil, porém, é dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Moia): – Concede a palavra ao nobre Constituinte Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há verdades que, de transparentes, merecem ser destacadas e repetidas com absoluta insistência. É o que tenho por determinação fazê-lo, inserindo nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte os termos de um Importante e atualíssimo artigo, da lavra do Ministro José Reinaldo Tavares, publicado na edição de 2 de junho da *Folha de S. Paulo*.

Discute o titular da Pasta dos Transportes o sistema ferroviário brasileiro e, ante toda a problemática dos transportes, para descobrir, com absoluta justeza, que os problemas econômicos brasileiros datam do tempo em que o País deixou de investir recursos no setor transporte.

O artigo, sob título "Ferroviás diretas e já", responde, por certo, a alguns argumentos daqueles que se levantam contra a construção, não só da Ferrovia Norte-Sul, como de outras ferrovias programadas pelo Ministério dos Transportes.

Leio, Sr. Presidente, aquele artigo, concordando com os seus termos, considerando que o mesmo é um documento histórico, que não pode ficar fora dos registros do Poder Legislativo.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGUITO VILELA EM SEU DISCURSO:)

FERROVIAS DIRETAS E JÁ

José Reinaldo Tavares

Desde quando o Ministério dos Transportes abandonou a diretriz social e econômica de sua política, resumindo suas funções à mera administração de um complexo rodoviário, ferroviário e portuário obsoletos, o País agravou a sua situação financeira, com reflexos terríveis sobre o social, o político e o institucional.

Não há desenvolvimento e nem crescimento internos se não houver, antes, investimento maciço de recursos no setor transporte. Desde há muito que não se investe em transporte no Brasil. O exemplo disto são as rodovias que, de abandonadas, mais de vinte mil quilômetros se achavam deteriorados, precisando de obras de recuperação e, em sua maioria, de reconstrução mesmo.

É vergonhoso dizer sobre a situação dos nossos portos. O de Santos não recebia nenhuma obra de melhoramento há mais de vinte anos. Entretanto, deveria ter sido ampliado, ter seus equipamentos modernizados. Nada se fez, nem em Santos, nem no Rio de Janeiro, nem em tantos outros portos, exceto a construção do porto de Sepetiba, a melhoria do porto do Recife e algumas obras portuárias esparsas no Rio Grande do Sul.

Sobre as ferrovias, todavia, há muito o que se dizer. Não em construção ou modernização, mas em desmobilização de equipamentos, em desativação de ramais, em perda da competitividade do mercado, em uma política tarifária irreal e na ineficiência do sistema em operação.

Foi esta a herança que recebi ao assumir o Ministério dos Transportes.

Passei, então, a preocupar-me com a situação dos transportes no Brasil não apenas por uma

visão setorial. Não se pode administrar uma política de transportes sendo, rodoviário, ferroviário ou portuário. Ao Ministro dos Transportes cabe observar todos estes segmentos. Hoje o Ministro precisa ter uma visão intermodalista, conjugando todos os sistemas disponíveis: rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e portuário, sem perder contato com a estrutura do transporte aéreo.

Jamais se fez isto no País e, dentro deste contexto, estamos agora agindo de forma pioneira. Por Isto, surpreenderam em determinadas reações contrárias à construção de já famosa ferrovia Norte-Sul. Se comentado este assunto de forma desapercebida, perecerá que o Ministério dos Transportes está querendo construir uma ferrovia escusa, irregular e escandalosa. Entretanto, se disser que a mesma diretriz de seriedade que envolve a ferrovia Norte-Sul se direciona as obras de outras ferrovias igualmente importantes, melhor se entenderá o intento do governo. Não vamos construir uma ferrovia. Vamos reinstalar, de forma ampliada, o sistema ferroviário de transporte no País.

Não vamos investir "numa ferrovia Norte-Sul" e sim num sistema ferroviário que, Interligando Carajás às minas de carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, vai igualmente ligar os mercados consumidores do Sul, do Leste, do Norte, e do Centro-Oeste aos centros produtores destas mesmas regiões, e vai comunicar o porto exportador de Tubarão, em Vitória, às riquezas de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso e de Rondônia. Tudo isto precisa ser feito concomitantemente com o trabalho de recuperação e de reconstrução da malha rodoviária (5 mil km por ano), processo já iniciado pelo Ministério dos transportes e a melhoria, mediante obras de ampliação e de modernização dos principais portos, do sistema portuário, também em andamento. Já a modernização da rede ferroviária, com capitalização através da Bolsa de Valores e práticas operacionais com o setor privado, fará surgir uma empresa mais eficiente que a atual.

O Brasil é quase um continente. Existem poucas nações no mundo com tamanha extensão territorial. Mas nenhuma daquelas tem tão grande concentração de infra-estrutura de transporte em uma só região, como ocorre conosco.

Os nossos mapas revelam esta situação, o que não ocorre com os mapas dos Estados Unidos, da União Soviética, da Austrália ou do Canadá. Neles encontramos eixos ferroviários de Norte a Sul e de Leste a Oeste. No nosso, há vazios: poucas rodovias e nenhuma ferrovia, exceto em parte do Sudeste e no Sul.

O desenvolvimento daqueles países se revelou bem mais equilibrado. São países mais ricos porque investiram em transporte e aproveitam, assim, melhor, seus recursos naturais. Nós perdemos safras porque não temos como transportá-las. Não exploramos a terra produtiva do Centro e do Norte, por falta de transporte. A ocupação daquelas regiões é lenta e não programada porque nelas não há transporte.

As ferrovias programadas, Norte-Sul, Leste-Oeste, da Produção, Transnordestina bem como o trecho Capitão Eduardo Costa Lacerda, em Minas Gerais, do sistema Vitória-Minas, como ainda a conclusão da ferrovia do Aço, tencionam a recuperação daqueles espaços vazios, conforme foi o desejo de alguns de nossos antepassados mais ilustres. Infelizmente eles não fizeram. Os seus

pôsteres do poder retiraram a potencialidade e a força do setor transporte para reservar o dinheiro do povo ao pagamento de dívidas externas. Nós vamos fazer o certo, construir ferrovias e consertar as rodovias, para dar ao restante do Brasil os mesmos recursos e capacidade já instalados no Sul do País.

Em particular, sobre a área de influência da ferrovia Norte-Sul, que tantos criticam, é de se dizer que os estudos realizados mostram que temos 15 milhões de hectares agricultáveis e um milhão de hectares irrigados, nos quais podem ser produzidos trinta e seis milhões de toneladas de grãos, o que significa a metade da safra recorde deste ano.

Já se sabe, também, que na mesma área de influência daquela ferrovia é factível auferir-se produções da ordem de três milhões de toneladas anuais de celulose branqueada a partir de um programa eficiente de reflorestamento, três milhões de toneladas/ano de cavaco de madeira destinados à geração de energia, apreciáveis quantidades de níquel, cobre, amianto, manganes, urânio, estanho, vermiculita, calcário, dolomita, além dos outros minerais, igualmente abundantes na região, que podem também ser explorados.

É certo que, ampliada à capacidade do sistema de transporte no Norte e no Centro-Oeste e considerado o potencial energético instalado nos rios das regiões citadas, que se eleva a mais de 20 mil mw, a província mineral que lá se encontra, com as riquezas vegetais bem exploradas, há de constituir-se num pólo de atração à migração interna, conduzindo igualmente às regiões a atividade industrial já faturada em outros centros.

Calcário para a agricultura, fertilizantes, cimento "portland", ferro guza, ferros ligas são outros produtos que se destacam como vocação natural das regiões Norte e Centro-Oeste. Será natural pois que indústrias de materiais de construção, de equipamentos de irrigação, de metais mecânicos leves, de fundições, de rações balanceadas, agroindustriais, curtumes, de laticínios e de carnes se desloquem e se desenvolvam na região de Influência da ferrovia Norte-Sul, que representa um território duas vezes maior que o do Estado de São Paulo.

É a marcha para o Centro-Oeste que o Presidente José Sarney quer fazer. Incorporar ao desenvolvimento nacional esta área riquíssima que criará milhões de empregos e oportunidades econômicas para todos os brasileiros. Isso é Inadiável e o Plano Cruzado mostrou isso quando permitiu aos brasileiros um pouco mais de dinheiro nos bolsos e se verificou que não temos alimento suficiente, vindo o ágio e a necessidade de importações, com prejuízos que vão a 10 bilhões de dólares, se computados os problemas com transporte e armazenamento.

Fico a perguntar-me se um projeto como este não tem viabilidade econômica, se não se reveste de seriedade e se não se volta para o desenvolvimento integrado do País. O custo desta obra, orçado em 70 bilhões de cruzados em três anos, será rapidamente recuperado quando não tivermos a necessidade, de hoje, de importarmos alimentos, quando recuperarmos a confiança do transportador no sistema ferroviário, quando interligarmos regiões e mercados que hoje estão distantes e isolados; quando rodovias e ferrovias se intercomunicarem entre si e com os portos exportadores. Quando terminarmos os gastos ex-

cessivos com a conta petróleo, quando a vida de milhões de brasileiros mudar de padrão em decorrência de melhorias que a nova política do setor transportes irá proporcionar.

Mas há os que são contra, principalmente os que nada fizeram antes. Estes, ou entre estes, estão os primeiros a criticar a ferrovia Norte-Sul.

José Reinaldo Carneiro Tavares, 47. É o Ministro dos Transportes do Governo José Sarney, foi superintendente da SUDENE e Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB-BA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

No curso dos trabalhos constituintes, criaram-se as oportunidades para o atendimento dos mais caros anseios nacionais. Este é o instante propício à consagração de vitórias – termo feliz de antigas lutas.

Dessas, uma vem merecendo a especial atenção de Deputados e Senadores, porquanto relacionada à retomada das prerrogativas e ao fortalecimento do Legislativo.

Conquanto a unanimidade dos Constituintes proclame o seu apoio pessoal a essa luta, não são todos, porém, os interessados na discussão e aprovação da tese que defendo: às novas prerrogativas deve corresponder, obrigatoriamente a instrumentalização do Congresso, sem a qual não lhe será possível o atendimento de suas elevadas atribuições.

Na defesa da criação de novos instrumentos de apoio à ação do Parlamento, ofereci emenda, infelizmente não considerada, à Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, instituindo a Auditoria Geral da República – órgão que, juntamente com o Tribunal de Contas da União, auxiliaria o Congresso Nacional no exercício da função fiscalizadora a ele deferida pela Constituição.

Justificando a proposição, enfatizei a necessidade de se modernizar a ação fiscalizadora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e torná-la eficaz e tempestiva.

Isso importa em separar a função julgadora, inerente a um tribunal, da função auditória, específica a um órgão contábil independente. Na falta histórica deste, o Tribunal de Contas acrescentou, gradativamente, à sua missão inicial de "liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso" (art. 89 da Constituição de 1891), atividades desenvolvidas nas ciências contábeis e que, hoje, constituem especialização da auditoria externa ou independente.

Entretanto, são heterogêneas e inacomodáveis a judicatura, ainda carente de poder jurisdicional, e a auditoria contábil, sob pena de desvirtuar ambas.

Por isso, a primeira providência constitucional a respeito consiste em instituir a Auditoria Geral da República, subordinada ao Congresso Nacional, à semelhança do modelo já experimentado com êxito nos Estados Unidos da América, Chile, China, México, Peru, Venezuela e outros países. Obviamente, o serviço dessa especialidade precisa operar com autonomia e ser dirigido por pro-

fissional idôneo, diplomado na correspondente área técnico-científica.

Coerentemente, a função do Tribunal de Contas deve ser concentrada no julgamento. Decidirão contendas suscitadas com gestores de bens, valores e interesses da União. Desnecessário julgar contas não impugnadas pela administração ou pela auditoria independente, até para impedir precipitadas atestações de regularidade e para prevenir insuperáveis congestionamentos de processos.

Nas duas últimas décadas, o País foi assolado por fraudes, abusos e desperdícios, conforme divulgado pela imprensa e livros. Conhece-se, outrossim, a inoperância do Governo Federal na cobrança do imposto territorial rural, prejudicando consideravelmente os Municípios, destinatários do produto. Hoje, identificados já foram os artifícios usados na escrituração de impostos, ocultando importante receita que deveria ter sido partilhada com Estados e Municípios e subavaliando a carga tributária. Outras deformações certamente existem. O Tribunal de Contas revelou-se impotente para prevenir, comprovar ou coibir tais irregularidades ou chegou atrasado em outras. As falhas não foram, decerto, motivadas pela incapacidade de seu corpo técnico, mas em razão da absorção de atividades estranhas à finalidade arbitral do órgão julgador e da forma de escolha de seus membros.

No que diz respeito à amplitude da fiscalização congressual, ela precisa atingir, além dos fatos relacionados à União em sua acepção estrita, também as autarquias e as empresas em que tenha investimento e, ainda, a destinação das subvenções concedidas e das receitas renunciadas mediante isenção e incentivo. Entretanto, não deveria estender-se a todo o setor público, mencionado no anteprojeto, a fim de não invadir a autonomia dos Estados e dos Municípios, além do que seria um universo demasiado imenso. Por outro lado, a fiscalização do Congresso não pode ficar limitada ao controle, mas exercitar toda a potencialidade oferecida pela auditoria contábil, inclusive a avaliação de custo/benefício, a análise de desvirtuamentos funcionais e a indicação de aperfeiçoamentos administrativos.

A organização, as atribuições, o funcionamento, a composição, as garantias de autonomia, os procedimentos e os métodos, com referência ao Tribunal de Contas e à Auditoria Geral, bem como os detalhamentos inseridos nos restantes artigos do anteprojeto, compreendem regências próprias da lei comum, tanto sob o aspecto jurídico quanto em sua mutabilidade. O anteprojeto padece do vício de repetir minudências incluídas pela Constituição de 1967 e de aditar outras impertinentes na Lei Maior.

A matéria constitucional sugerida, e não aceita no nível de Subcomissão, sobe à Comissão proposta num único artigo e poucos parágrafos, onde, com certeza, merecerá melhor sorte.

Penso que não basta ao Constituinte zeloso de seu mandato, consciente de que se impõe o fortalecimento do Legislativo pático, pregara retomada das perdas prerrogativas congressuais; importa também o compromisso inalienável de cada um e de todos, para que seja vitoriosa a luta pela concessão, ao Congresso Nacional, dos instrumentos que viabilizem na prática o exercício de suas altas atribuições.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL - RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Importante, sob todos os pontos de vista, foi o Primeiro Congresso de Química Fina no Brasil, que teve início no dia 1º deste mês, nesta capital, com encerramento previsto para hoje.

Na oportunidade, dois temas centralizaram os debates deste importante evento: o não – reconhecimento de patentes para medicamentos e o apoio do Governo às empresas privadas nacionais, assunto que por diversas vezes é confundido com a adoção de uma reserva de mercado.

Empresários e técnicos tiveram a oportunidade de, pela primeira vez, trazer a debate os problemas da química fina, num fórum de debates de tal dimensão, e sintonizados em suas reivindicações, que pressionam fortemente a Assembléia Constituinte, visando a criação de medidas de protestos no mercado nacional, e declararam guerra aberta às multinacionais instaladas no País que atuam nos mesmos ramos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é inquestionável que o próprio Governo, pela imaginação dos seus técnicos, deverá diligenciar na efetivação de alguma coisa mais importante no setor das indústrias farmacêuticas, alimentícias, defensivos agrícolas, e outros mais, sem o que, dificilmente, poderão contar com a adesão que pleiteiam.

E quando se fala em reserva de mercado, na área da química fina, lamenta-se a falta de previsão, no passado, para o que hoje vem acontecendo: não se dispensou a atenção necessária aos incentivos e proteção à indústria nacional no País, o que é lamentável!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a química fina é a matriz do consumo das sociedades modernas. Por definição, é a indústria de intermediários de sínteses de derivados de petroquímica, de carboquímica, de alcoolquímica, de cloro-soda, dos produtos naturais de extração e produtos de fermentação. E neste imenso universo estão as matérias-primas básicas para a fabricação de medicamentos, defensivos agrícolas, inseticidas domésticos, corantes, aromatizantes e aditivos para várias indústrias.

Realmente, com a incriminação à produção interna de produtos de química fina, dando prioridade às empresas do efetivo controle nacional, ainda é possível se reverter à situação de dependência e desnacionalização do setor.

Notícias que nos chegam, através da imprensa, é de que o setor tem avançado tecnologicamente e, dentro em breve, se contar com o efetivo apoio do Governo, deverá alcançar o êxito colimado.

Na realidade, os empresários e técnicos, não desejam uma reserva exclusiva de mercado, mas, tão-somente, maior proteção às empresas nacionais e maior incentivo, além de uma definição do Governo relativa aos segmentos dentro da química fina que considere como questão de segurança nacional e ponto estratégico para o País.

A única forma de eliminarmos atual dependência de importação de matérias-primas essenciais é a valorização de nossa produção e o Governo pressionar as indústrias químicas de capital estrangeiro a instalar no nosso País todo o ciclo de produção na área química. Pois somente dizen-

do não às patentes, garantiremos o nosso desenvolvimento tecnológico.

A respeito deste palpitante assunto, o jornal **O Globo**, na sua edição de 295-87, publicou carta aberta, do Sr. José Correia da Silva, Presidente da ABIFINA, cujo teor faço juntar a este pronunciamento para que fique registrado nos Anais desta Casa. (Doc. em anexo)

Ao hipotecarmos nosso apoio e solidariedade aos empresários das indústrias de química fina do nosso País, confirmamos a necessidade da atenção do Governo para o problema, uma vez que adotada uma política para o setor servirá de sustentação crescente às empresas privadas químico-farmacêuticas nacionais, além de reduzir a nossa dependência externa dos produtos da química fina.

Voltaremos ao assunto.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ASSIS CANUTO EM SEU DISCURSO.)

Publicado no jornal **O Globo**, de 29-5-87.

Exmº Sr. Presidente da República
Exmºs. Sr. Ministros de Estados
Exmºs Sr(s). Constituintes

– Nenhum País que tem 80% de seu mercado farmacêutico em mãos estrangeiras é soberano.

– Nenhum País que tem 76% de seu mercado de defensivos agrícolas em mãos estrangeiras é soberano.

– Nenhum País que tem 80% de seu mercado de aditivos em mãos estrangeiras é soberano.

– Nenhum País que tem 97% de seu mercado de corantes em mãos estrangeiras é soberano.

– Nenhum País que tem 65% de seu mercado de produtos aromáticos em mãos estrangeiras é soberano.

Não é soberano, porque não depende da vontade de seus governadores a escolha da melhor alternativa para o seu povo.

As empresas multinacionais instaladas em nosso País detêm monopólio de todos os segmentos nos quais se utilizam produtos de química fina e detêm o monopólio da produção da maioria dos insumos para a elaboração de sínteses químicas.

Nosso País é, por si só, um mercado suficientemente grande para viabilizar qualquer produto de química fina que exige, vistos de regra, pequenos investimentos de rápido retorno econômico.

Entretanto, quando o seu maior cliente é também o seu fornecedor de insumos e, cumulativa-mente, detêm a tecnologia de fabricação do seu produto, mais do que um risco a produção brasileira pode ser uma alucinação catastrófica.

Convivemos com esse impasse.

Detemos a tecnologia, o mercado interno é atraente, os equipamentos e a mão-de-obra são abundantes, o País sangra com dispêndio (GS\$ 1 bilhão/ano) de divisas, mas não podemos investir, sob o risco de tudo perdermos.

Sem a ameaça de uma produção local, a empresa estrangeira jamais irá transferir tecnologia e recursos para beneficiar produtos no Brasil, em detrimento do investimento da mão-de-obra em seus países de origem e remessa de lucros que a trazida dos mesmos permite.

Dessa forma, o empresário nacional de química fina está à mercê dos caprichos de seus concorrentes, deixando desguarnecidos, consequentemente, os setores de ponta (farmacêuticos, veterinários, corantes, aditivos alimentares, etc.).

Necessitamos da definição imediata de uma política que permita a defesa da empresa nacional, assegurando-nos o mercado consumidor todas as vezes que, arriscando nosso capital, venhamos a produzir inusitados importados desnecessariamente.

A absurda dependência de nosso País às decisões externas tem que ser estancada.

Não com palavras de ordem, mas com decisão de trabalho.

Estamos cumprindo com nosso dever e, apesar das dificuldades do momento, investindo e correndo riscos.

O mercado brasileiro é um bem nacional, assim como o solo pátrio; protegê-lo não é sinônimo de xenofobia, é sinônimo de patriotismo.

A palavra e os atos agora estão com Vossas Excelências, eleitos e escolhidos para defenderem os interesses de nossa Pátria!

José Correia da Silva, Presidente da ABI-FINA

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Dionisio Hage

O SR. DIONISIO HAGE (PFL- PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, minha presença nesta tribuna é para entoar o pronunciamento do Deputado da Assembléia Legislativa do Pará, e líder do PFL, Célio Sampaio.

O registro que faço, agora, tem dois aspectos importantes: primeiro, o retorno as lides parlamentares do Deputado Célio Sampaio, depois de um longo período para tratamento de saúde o que é motivo de júbilo para nós. Em segundo lugar, Sr. Presidente, é dar maior destaque ao seu pronunciamento, onde solicitam maior equilíbrio e ponderação por parte do Governador do Estado com relação à intervenção no Banco do Estado do Pará, pois a hora é para fazer minhas as palavras do parlamentar estadual do Pará "as emoções dos homens não podem em momento algum, no trato da coisa pública, se sobrepor aos interesses maiores da coletividade". A verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por mais arbitrária e por mais absurda que fosse a não desejada intervenção, não somos nós paraenses, principalmente aos que detém parcela de responsabilidade pública, que devemos agravar ainda mais a situação do Banco do Estado a ponto de já se falar em liquidação extra judicial, o que, em última análise, equivale a dizer o fechamento e encerramento de todas as atividades daquele estabelecimento de crédito.

Sr. Presidente, a nossa palavra, neste momento que nos ensejou o pronunciamento do Deputado Célio Sampaio, é em defesa dos servidores do Banco do Estado do Pará, que faz tantos anos vêm lutando pelo engrandecimento não apenas dessa entidade financeira, mas até mesmo o desenvolvimento do Estado, como apoio à pequena e média indústria, ao pequeno e médio agricultores, ao pequeno e médio empresários, determinando deste modo dias mais felizes para a terra e o povo paraense.

Sr. Presidente, somos daqueles que acreditamos que a intervenção no Banco do Estado do Pará será como foi feita nos demais Estados, onde tal fato foi efetivado. Os estabelecimentos de crédito estaduais que sofreram essa drástica medida estão sendo enxugados e acreditamos que dentro

em breve voltarão aos governos estaduais devidamente saneados para cumprirem a missão que lhes foi destinada.

Também a imprensa do meu Estado vem noticiando que o servidor público estadual está sofrendo as consequências das atitudes dos maiores responsáveis pela crise que se instalou no Banco do Estado, ficando de Ceca a Meca, sem saber onde receber os seus salários, minha solidariedade ao servidor público do meu Estado (comprovamos através dos recortes em anexo).

É bom que se diga que à medida recém tomada contra o Banco do Estado do Pará não é contra o atual Governo, uma vez que se encontra no desempenho de suas funções faz quatro meses, além de não ser o Estado do Pará o único onde o Estabelecimento de Crédito Estatal sofreu intervenção, dai não se justificar o clima de pânico que está procurando levar aos clientes e do povo em geral, como a declaração do Secretário de Finanças, e outras autoridades, que relatamos a seguir e comprovamos com recortes da imprensa anexos a este.

Disse o Secretário de Finanças, segundo anunciam os Jornais, "se realmente o Banco Central cumprir a promessa de decretar a liquidação extrajudicial do Banpará, ora sob intervenção, o dinheiro que lá estiver depositado vai ficar bloqueado", isto em última análise é deveras alarmante, levando ao desespero aqueles que direta ou indiretamente estão ligados ao Banco do Estado do Pará.

Antes de solicitar a transcrição para os anais desta Casa, do pronunciamento do Deputado Célio Sampaio, quero proclamar bem alto, em nome dos paraenses que me concederam o direito de ser Constituinte nesta Assembléia, que o Banpará não pode ter encerrado as suas atividades, não pode ser fechado, pelo seu passado de glórias, pela pujança do povo paraense em mantê-lo como atalaya financeira, não apenas de nosso Estado, porém, de toda Amazônia, e daqui desta Tribuna, peço bom senso aos senhores responsáveis pelo meu Estado, bom senso aos senhores responsáveis pelo Banco Central, e que se encontre uma fórmula harmoniosa, e o Pará não venha perder o único Banco que possui.

Passo a taquigrafia para que também conste dos Anais desta Casa o brilhante e oportuno pronunciamento do nobre Deputado à Assembléia Legislativa do meu Estado, Célio Sampaio.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DIONISIO HAGE EM SEU DISCURSO:)

A Província do Pará, 3-6-87

Eis o discurso de Célio Sampaio, no seu retorno às lutas parlamentares.

"A sociedade paraense acompanha entre incrédula e estarricida, os fatos que se desenrolam, desde a última sexta-feira, em torno da decisão mediante a qual houve por bem o Banco Central do Brasil intervir no Banco do Estado do Pará e na Banpará S/A – Crédito Imobiliário. Incredulidade e estarrecimento que decorrem do clima explosivamente emocional que revestiu um episódio que jamais deveria transpor os frios limites de ação técnica, os quadrantes estabelecidos pela específica legislação já de si despida, como o impõem a ética e o bom senso, de apelos à emoção e aos sentimentos mais radicais".

De um lado, a atitude drástica, inusitada da intervenção a atingir uma instituição cuja respeitabilidade se viu, de um momento a outro seria prejudicada. É fato público que já em fevereiro do ano em curso intentara o Banco Central decretar a intervenção. Não o fez, contudo, face à reação enérgica do governador Hélio Gueiros Recuaram as autoridades do Banco Central, cujos números da situação do Banpará foram contraditados pelo governador. Ei-nos diante do primeiro episódio lamentável: se não havia motivo razoável para a intervenção, por que tentou o Banco Central decretá-la? Se havia motivo para intervir, por que o Banco Central recuou? Demonstravam a dirigentes do Banco Central, àquela altura, com esse recuo, uma segurança inaceitável diante do assunto que se abordava.

De outro lado, a reação do Governo do Pará marcada pela emoção natural nos homens, mas absolutamente nociva quando por ela se procure conduzir a ação de órgãos públicos responsável; pelo bom encaminhamento dos assuntos de enterrasse coletivo. Compreenda-se a reação do Senhor Governador. Entende Sua Excelência ter si, do surpreendido, numa noite de fim de semana, com a notícia da intervenção Surpreso, estranha que de nada lhe tivesse falado momentos antes o próprio Presidente da República, com quem mantivera contato telefônico. Julga-se, o Senhor Governador, apanhado de surpresa "ou traído", para usar expressão mais forte – pelo primeiro escalão do Banco Central ou até mesmo pelo Senhor Ministro da Fazenda. E reage movido pela indignação de quem viu sua autoridade aviltada, traída sua confiança. Entenda-se, até aí, a rudeza das expressões com que o Governador cunhou a entrevista divulgada no sábado. A ação drástica do Banco Central correspondeu, como se imposto pela lei de finca, reação com igual ou maior intensidade da parte do Governador.

Mas a emoção dos homens não pode em momento algum no trato da coisa pública, se sobrepor aos interesses maiores da coletividade.

A hora é neste momento daquelas que exigem, dos homens públicos, os maiores apelos à calma, à ponderação, ao bom senso.

Fez-se a intervenção ainda que indesejada por todos os que prezam instituições do porte e da tradição do Banco do Estado do Pará. Contudo, por mais arbitrária que a alguns ela possa parecer, por mais que alguns a considerem desnecessária e abusiva, nada justificariam qualquer ação que agravesse a situação do Banpará.

Lembrou ontem nesta casa o nobre Deputado Hamilton Guedes com a autoridade de quem já dirigiu, no governo anterior, o Banpará, que os problemas da instituição datam de cerca de oito anos, mas propriamente de 1979. Ao longo de sua minuciosa exposição, disse Sua Excelência que por várias vezes o próprio Governo do Estado foi forçado a socorrer o seu estabelecimento bancário. Isso é verdadeiro. Mas eu iria mais longe, ao afirmar que essas dificuldades datam ainda de épocas mais remotas: já em 1971, o Governador Fernando Guilhon injetou no Banpará recursos da ordem de 5 milhões de dólares, socorrendo a instituição em momento de aguda dificuldade. Esse empréstimo vida a ser pago, posteriormente, pelo Governo do Estado, já na administração Alacid Nunes.

Impõe o apego à verdade que se relembrar, em justiça à ação desenvolvida pelo Governador Ala-

cid Nunes em defesa do Banpará, que, embora injetasse freqüentes recursos para normalizar a vida do estabelecimento, o Governo do Pará, a instâncias da diretoria do Banco, tentou, em 1981, obter empréstimo externo de 20 milhões de dólares para subscrever ações do Banpará, aumentando-lhe, por consequência, o capital social. Apesar da competente autorização legislativa, aprovada por esta Casa, não logrou êxito, eis que o processo não teve curso normal ao chegar à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Aliás, convém lembrar que, aquela altura, nada que interessasse ao Governo do Pará tinha curso fácil junto à Presidência da República. Se tivesse o governo estadual obtido o que solicitara, estaria assegurada ao Banpará a disponibilidade de recursos suficientes para bem cumprir suas finalidades. Esse era o quadro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, da situação do Banco do Estado do Pará até o final da administração Alacid Nunes: freqüentes dificuldades, sempre superadas pela pronta ação do governo, ao ponto de frustrar até mesmo uma tentativa de intervenção, quando auditores do Banco Central, procedentes de Brasília, passaram cerca de um mês em Belém, levantando todos os dados que desejaram, sem encontrar qualquer atitude que desabonasse a ação dos então dirigentes do Banpará. E em Brasília havia um governo ao qual o Governo do Pará se opunha, em termos políticos!

Mas, é do nobre Deputado Hamilton Guedes, em sua oração de ontem, a afirmação de que, no período de julho de 1983 até o final de 1985, o Banpará viveu momentos de euforia, graças às medidas determinadas pelo Governador de então, Sr. Jader Barbalho, ao ponto de ser considerado o de melhor desempenho, dentre todos os bancos estaduais, no exercício de 1984. Ora, se o banco chegou ao equilíbrio no período 1983/1985, houve exagero do Deputado Hamilton Guedes ao fazer referência aos anos de 1979, 1980 e 1981. E é o próprio Deputado Hamilton Guedes que reconhece que as dificuldades atuais do banco nasceram no ano de 1986, "em face da necessidade de melhor adaptação às mudanças havidas no sistema financeiro nacional", obrigando o Banpará a lançar mão de recursos da "reserva bancária", e, consequentemente, "descumprir as determinações do Banco Central".

Eis aí, Senhores, uma análise da situação do Banpará, feita por quem teve a oportunidade de dirigi-lo. Houve a mudança do sistema financeiro nacional, daí viu-se o Banpará em dificuldades que o levaram a fugir as determinações do Banco Central. E talvez nessa revelação esteja embutida a origem da intervenção.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dissemos, há instantes, que o momento é de reflexão.

E esse é o meu apelo, em nome da bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa. O Banco do Estado do Pará continua a ser uma instituição respeitável, apesar de sob intervenção. Mas – e apesar também da intervenção – não é o Banco Central menos respeitável. Se entendemos a reação do Senhor Governador e de quantos se julgarem atingidos pela intervenção, concedamos ao Banco Central, como instituição respeitável que é, o direito de mostrar as suas razões, sem prejulgá-lhe as atitudes. Ao longo desse período de "administração especial", o Banco Central terá ocasião de revelar, de maneira amplamente satis-

fatória, as razões da intervenção que irregularidades foram porventura cometidas na administração do Banpará. Essa uma explicação que o Banco Central deve à sociedade paraense e que todos nós estaremos empenhados em cobrar no momento oportuno.

Do Governo do Estado se espera que reaja da maneira a mais racional possível. O Banco do Estado do Pará não decretou uma auto-intervenção! Ele sofreu a intervenção! Nesse processo se há réu e vítima, o Banpará é vítima e não réu. Que se reaja, com indignação, contra o presidente do Banco Central, contra o Ministro da Fazenda, contra até o Presidente da República, que são, direta ou indiretamente, os responsáveis pela intervenção, é aceitável! O que não se pode nesta hora, reagir contra o Banco do Estado do Pará!

E as determinações emanadas do Governo do Estado, objetivando o esvaziamento do Banpará, não atingirão o Banco Central, nem o Ministro da Fazenda, nem o Presidente da República. Mas atingirão uma instituição que pertence à história e à vida do nosso Estado, cuja existência decorreu de uma luta tenaz dos governantes e empresários desta terra que, permita Deus, há de perdurar como mola propulsora do progresso paraense, apesar dos que a disserviram, quer usando-a mal, quer nela intervendo.

A hora, Senhores, é de bom senso e, principalmente, de defesa do Banco do Estado do Pará, que não pertence a mim, não pertence a qualquer dos Senhores, nem ao Presidente, nem ao Ministro e nem ao Governador, mas pertence ao povo paraense.

Muito obrigado."

O Liberal, Jornal da Amazônia – 3-6-87

GUEIROS DESAFIA BANCO CENTRAL

Ao mesmo tempo em que mandava abrir inquérito policial contra funcionários do Banco Central em Belém, o Governador Hélio Gueiros expediu telex ao Presidente da República propondo sua renúncia contra a demissão do Presidente do BC a partir da constatação do montante dos saques a descoberto na reserva bancária: se o rombo for de 6,5 bilhões, Gueiros renuncia; se de 500 milhões, sai o Presidente do BC.

Enquanto prosseguia a retirada de fundos do Estado do Banpará, os poupadões de caderneta corriam às lojas de poupança: enormes filas nos guichês de saques indicavam um volume de retiradas não definido até o final da tarde. No Banpará, novas reuniões de gerentes.

Em Brasília, no começo da tarde, o chefe do Departamento do BC em Belo Horizonte, Maurício Lourenço de Souza, era empossado na chefia do BC em Belém. José Homens Guimarães fica na capital federal como assessor da presidência do banco. Dois funcionários do BC de São Paulo foram removidos para Belém, a fim de integrar a comissão administrativa do Banpará.

O Liberal, 3-6-87

GUEIROS MANDA UM REPTO AO BC

O governador Hélio Gueiros enviou, ontem pela manhã, um telex ao presidente José Sarney solicitando que o chefe do executivo federal seja o mediador das divergências entre o Banco Central e o governo do Estado do Pará. No telex, o governador propõe uma acareação entre os dados do Bacen e os do governo estadual. O governador quer que o Bacen comprove que o total de saques do Banpará atingiu os 6 bilhões. Caso contrário ele pede que o presidente suspenda a intervenção e demita o presidente do Banco Central por ter mentido à Nação. Em troca, Gueiros oferece seu cargo: se o Bacen provar que estes números são corretos, ele renuncia ao governo do Estado.

A íntegra do telex é a seguinte: "Face à insistência do Banco Central em informar a Nação que a intervenção no Banco do Pará se deveu ao fato de que o Banco Estadual sacou mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, respeitosamente convido Vossa Excelência para ser mediador da situação oferecendo a seguinte proposta: se o Banco Central provar documentadamente perante a Vossa Excelência que realmente o Banpará até as vésperas de intervenção havia sacado mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias eu renuncio ao mandato de governador. Se, por outro lado, eu comprovar perante Vossa Excelência que nas vésperas da intervenção o Banco do Pará havia sacado ao redor de 10% dessa quantia, ou seja, aproximadamente 600 milhões de cruzados, sendo a diferença para os seis bilhões unicamente resultado das multas e castigos impostos pelo Bacen com base em suas infinitas resoluções. Vossa Excelência determinará o levantamento da intervenção no Banpará e demitirá o presidente do Banco Central por ter mentido à Nação. Cordiais saudações, Hélio Mota Gueiros, governador do Estado do Pará".

Esta foi a medida de maior impacto que o governador tomou até o momento, e comprova sua disposição declarada em entrevista, de atritar com o Banco Central. O governador já esvaziou o Banpará, retirando-lhe todos os recursos do Estado, considerou a diretoria regional persona non grata e ontem providenciou um ofício determinando a instalação de inquérito policial para apurar a campanha de difamação contra o Banco, que segundo ele, conseguiu abalar o prestígio do Banpará, fazendo diminuir o volume de depósitos.

Na entrevista que concedeu ao final da manhã, o governador estava alegre e sorridente. Contou que logo pela manhã, ao ler os jornais, observara que o presidente do Bacen continua falando em rombo de seis bilhões afirmação que não faria, segundo Gueiros, se houvesse prestado atenção nos números da dívida. Ele resolveu então, que tinha que tomar uma medida para "colocar o assunto em pratos limpos". Foi o próprio governador quem redigiu o texto do telex, enviado imediatamente, mas que não teve qualquer resposta ontem. "Oferecer um repto" ao presidente do Bacen, dando oportunidade de definir quem está falando a verdade foi, segundo Gueiros, a única alternativa que encontrou. "Foi uma boa idéia", disse ele, classificando a medida como uma acareação entre os dois lados. Gueiros disse ainda que o mediador na questão pode ser o presidente do Supremo Tribunal Federal. Segundo o governador, a acareação dos dados será positiva ou ele renuncia ao governo o que agradaria ao Banco Central, ou cai o presidente do Bacen, o que lhe interessa.

Sobre a possibilidade aventada por Fernando Milhet de liquidação extrajudicial do Banpará, o governador reagiu com normalidade, dizendo que o Banco Central, está perdendo tempo, porque já realizou um mal irreversível ao Banco do Estado do Pará, liquidando o conceito da instituição ao colocar em dúvida a seriedade e o equilíbrio. O governo do Estado, disse Gueiros, aceitou o fato consumado mas não se conformou.

Quanto aos 1.200 funcionários do Banpará que estão preocupados com a possibilidade de demissões, o governador disse que eles agora passaram para a responsabilidade do Banco Central a quem caberá providenciar o pagamento. O Governo do Estado pagará os funcionários até a data em que tinha a gerência do Banco. Hoje o governador recebe uma comissão de funcionários para conversar.

O Gabinete Civil do governador recebeu, há dois dias um telefonema do gabinete do presidente do Banco Central querendo saber se o governador queria conversar com Fernando Milhet. O governador mandou responder que não tem nada a falar com o presidente do Banco, e que só vai falar se for procurado. A audiência não foi marcada. Gueiros afirmou que suas decisões têm o apoio das bancadas estadual e federal e do povo paraense.

O governo voltou a desmentir ontem, que tenha a disposição de romper politicamente com o presidente Sarney por causa da "presença temporária de um subalterno de um banco particular". O governador que tornou a afirmar ontem que não acredita que o presidente Sarney teve conhecimento prévio da intervenção no Banpará, disse ontem que ampliou a proposta de negociação. Agora são quatro e não mais três as cartas patente que ele tem disponíveis para vender e zerar o déficit: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Manaus, que interessa aos bancos particulares, por ser Zona Franca.

CORRERIA PARA TIRAR O DINHEIRO DA CADERNETA

Foi grande o volume de saques feitos, ontem, nas agências do Banco do Estado do Pará, no segundo dia útil da intervenção efetuada pelo Banco Central. A transferência das contas do Estado, oficializada pelo governador Hélio Gueiros, para o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) gerou preocupação entre os clientes, que correram as agências para retirar o dinheiro depositado.

O movimento mais intenso foi registrado na agência centro da "Poupança Banpará", onde centenas de pessoas se acotovelaram em filas gigantescas para sacar não apenas os juros, do mês, mas todo o dinheiro aplicado. Os próprios funcionários da agência reconheciam que o movimento era incomum sem, no entanto, fornecerem dados numéricos que comprovassem o volume real dos saques.

Na agência do Banco do Estado na Presidente Vargas, as filas para saques também eram grandes, enquanto que os funcionários que trabalhavam nos caixas para depósitos se limitavam a conversar, já que foram poucos os que realizaram depósitos bancários depois das recentes medidas adotadas pelo Governador do Estado. Alguns funcionários públicos mostravam-se bastante preocupados, pois não sabiam onde receber seus salários.

O clima é de muita apreensão e expectativa. Ontem pela manhã, os gerentes e diretores do Banpará estiveram reunidos, a portas fechadas, com o novo Conselho Diretor do banco, para avaliar a iniciativa do governador Hélio Gueiros em transferir as contas do Estado para o Banespa. Os gerentes ficaram de apresentar ao interventor Osório de Vasconcelos Pessoa Filho um relatório sobre o funcionamento do banco na segunda-feira, especialmente no que diz respeito ao montante de recursos sacados. Todas as informações da reunião deverão ser enviadas à presidência do Banco Central, em Brasília. Não foi permitido, contudo, o acesso da imprensa a reunião e ninguém quis prestar esclarecimento sobre o que deverá ser feito para solucionar o problema.

Os funcionários do Banpará continuam trabalhando normalmente, mas é evidente o estado de ansiedade e preocupação com a decisão do governador, principalmente ante as especulações de liquidação extrajudicial ao banco. "O governo do Estado é o maior acionista do Banpará e a transferência das contas estaduais para outra instituição bancária poderá redundar na extinção do Banco do Estado, o que será prejudicial para todos" – declarou um deles.

GERENTE DO BANESPA VEIO A BELÉM PARA ACERTAR DETALHES DAS TRANSFERÊNCIAS

O gerente regional do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Áureo Rosa, veio especialmente de Brasília para uma reunião, ontem, com o Secretário Estadual da Fazenda, Frederico Monteiro, e com o gerente local do Banespa, José Francisco dos Reis cujo objetivo foi acertar o esquema de operacionalização a ser desenvolvido pelo banco e discutir a sistemática para recolhimento de tributos, taxas e contas do Estado que agora, passará a ser realizado pela instituição paulista.

Segundo informou o secretário, o Banespa será o órgão central das atividades bancárias do governo do Estado devendo, inclusive efetuar o pagamento do funcionalismo público, recolher a arrecadação e custear a máquina estatal, depois da intervenção federal sobre o Banco do Estado do Pará.

Frederico Monteiro disse que a Secretaria da Fazenda está empenhada em contactar com outros bancos estaduais, ou mesmo privados, para viabilizar o pagamento do funcionalismo do Estado. "O pagamento não será feito somente no Banespa, mas nós utilizaremos toda a rede bancária. Já a partir de quinta-feira, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) estará efetuando o pagamento dos funcionários da Fundação do Bem-Estar Social do Pará (Fbesp), afirmou. O pagamento dos funcionários do interior do Estado – disse o secretário – será realizado através de uma agência bancária credenciada e, no caso de inexistência desta será efetuado na agência da SEFA, não devendo representar problemas para ninguém.

Falando da intervenção sofrida pelo Banpará, o Secretário Estadual da Fazenda disse que o Banco Central é o responsável por tudo o que vier a acontecer "pois esse problema não foi criado pelo Banco do Estado". Disse Frederico Monteiro que o déficit do banco existe desde 1979

e foi decorrência da conjuntura nacional, "que impossibilitou o empresariado a saldar suas dívidas". Em 1983 o governo manteve no Banpará todos os recursos do Estado para dar sobrevida ao banco não se ganhava nada a não ser a esperança de salvar a instituição disso.

Conforme declarou o secretário, o governo propôs ao Bacen a capitalização do Banco do Estado, através de um empréstimo externo de 20 milhões de dólares, que chegou a ser aprovado pelo Governo Federal mas nunca foi liberado pelo Banco Central. Outra medida proposta pelo governo do Estado foi a abertura de duas linhas de crédito pelo Banco Central que, segundo informou, são utilizadas para os bancos privados mas não foi concedida ao Banpará. "Enquanto o governo pedia perdão de multas, juros, correção e todos os encargos financeiros sobre o principal da dívida, que representa 587 milhões de cruzados, o Bacen, na calada da noite fazia a intervenção no Banco do Estado", ressaltou Frederico Monteiro.

Na sua opinião, todas as propostas formuladas pelo governo do Estado "não foram avaliadas por ninguém em Brasília e a medida não foi nada transparente". Ele considerou a intervenção "um desfecho abrupto e jamais esperado", garantindo que o Estado deseja ver o banco livre da intervenção e suficientemente forte para atender a sociedade paraense, reiterando que o governo não aceita a forma como foi praticada a intervenção ocorrida num processo sem interlocutor.

O Flash, Jornal Marajoara, 3-6-87

HÉLIO MANDA RETIRAR DINHEIRO DO BANPARÁ

O Governador Hélio Gueiros confirmou ontem a intervenção oficial do Banco Central no Banco do Estado. Ele se mostrou revoltado com a medida, que atribuiu as intrigas e as pressões da Delegacia Regional do Banco Central em Belém, à qual fez severas críticas e sérias acusações. O presidente do Bacen também não escapou das suas críticas e frisou que isso não ficará assim. Ao final, decidiu exortar os empresários e as pessoas que possuem depósitos no Banpará a retirar o dinheiro que têm lá, além de determinar aos seus secretários que não mais façam depósito nesse estabelecimento bancário.

O Liberal, 3-6-87

SINDICATO DOS BANCÁRIOS BANPARÁ ESCLARECIMENTOS

O governo do Estado, ao insuflar a população a sacar seus depósitos no Banpará, está comandando a quebra do banco, perturbando a normalização do mercado financeiro de dificultar a ação saneadora daquela instituição.

Esse trabalho insano, desesperado, mas parece proposta para liquidação do banco ou "queima de arquivo", mesmo com a falsa aparência de defesa de nossas riquezas que antes não foram defendidas.

Nessa irracionalidade já não corre mais risco o capital do suposto ex-acionista majoritário, exatamente porque financeiramente sacou os recursos do Estado e até os de terceiros que lhe permitiam comandar o banco.

Corre risco, hoje, um mercado de trabalho honesto que passa a ser responsabilizado e punido por inconsequentes.

São milhares de famílias vítimas de irresponsabilidades.

O patrimônio do Banpará era e é de propriedade da população paraense e de seus abnegados e antigos servidores que esperavam legar aos novos um padrão moral e estável de instituição.

Ninguém autorizou a um temporário governante desviar nossas riquezas para outros Estados, retirando-as das mãos limpas dos servidores do banco.

Pretende a campanha oficial, inédita mesmo em países sob o regime de anarquia e despreparo e autoritarismo, dificultar os trabalhos dos servidores do Banco Central, quebrar o banco para depois sair por aí proclamando que não foram os autores e culpados dos fatos que levaram à intervenção e que poderão levar à liquidação se prevalecer a pirraça, o desequilíbrio, a incompetência, os *lobbles* para que os serventários do Banco Central e sua direção sejam daqui retirados, não se completando um trabalho sério.

Que todos se conscientizem dos sadios propósitos de uma intervenção não policial, mas técnica, antes que uma liquidação leve o Banpará para as galerias da Coroa/Brastel, Delfin, Caperni, Sulbrasileiro, Comind e que, novos impunes, de culpados passem a posar como "vítimas" e seja destruído mais um mercado de trabalho e sustento de milhares de trabalhadores.

Que ninguém seja tolo para não reconhecer que um Banespa aqui se mantém há décadas com uma minúscula agência que serve como embaixada de transferência de riquezas, tanto que não se apresenta nem mesmo em condições de operacionalizar meros pagamentos e recebimentos em todo o Estado.

Os empregados do Banpará, que não ingressaram no banco por processos espúrios e politiqueiros, por unanimidade, em sua assembléa geral, apóiam o saneamento do banco e clamam à população para confiar na segurança e garantia de seus serviços, hoje sob a custódia do Banco Central, condição que não se tem certeza em outras empresas.

Clamam os empregados do Banpará pela punição dos culpados que não souberam conduzir os destinos do banco e que as irregularidades venham a público para que, de uma vez por todas, seja conhecido o lado da verdade que levou o banco a intervenção, não prevalecendo, por força do sigilo bancário, apenas as vozes que advogam causas de trapaceiros.

E que toda a população tome conhecimento de que se o banco for levado à liquidação – essa quebra foi provocada pela insanidade e falta de apoio às medidas sérias e técnicas que estão sendo desenvolvidas para que o banco retorne às mãos do povo paraense e de seus empregados, saneado, afastada a contaminação contra a poupança pública. – **Carlos Levy**, Presidente.

(Nota aprovada pelos empregados do Banpará, em assembléia)

Jornal de Brasília, 4-6-87

SINDICATO DOS BANCÁRIOS NO PARÁ INTERVENÇÃO NO BANPARÁ A VERDADE

O Senhor Governador do Estado vem procurando, no caso da intervenção do Banco do Estado do Pará S.A., desviar a atenção do núcleo central do episódio, usando, o que é constrangedor ressaltar, de patranha, de artifícios retóricos, de métodos abertamente inquisitoriais, de ameaças injustificáveis, enfim, adotando uma postura que é brandamente incompatível com a de um homem público que tem o dever de agir com prudência, com respeito e com urbanidade.

Com prudência, evitando medidas que tendem simples e desgraçadamente a agravar a situação do Banpará, já em estado de completa adinâmia pelo triste exaurimento que sofreu ao longo dos últimos anos, pela irresponsabilidade de quem deveria zelar pela instituição que foi constituída, é bom que se diga, com o dinheiro do povo do Pará. Demais a imprudência leviana poderá gerar o desemprego dos funcionários do Banco, deixando em estado de completa necessidade milhares de pessoas.

Com respeito, porque desvia e confunde a opinião pública, com mendacidade e profundo aleive, encenando uma comédia bufa ao estilo janista, como se o mandato que o povo, infelizmente, lhe conferiu pudesse ser objeto de apostas e loterias, o que demonstra procedimento incompatível com a honra, a dignidade e o decoro da função pública que exerce, subsumindo-se, por isso mesmo, nos rigores da Lei nº 1.079, de 10-4-50 (principalmente arts. 74 e 39, 5). Realmente, tentando promover memória curta no povo paraense, esquece que o rombo no Banpará, advém, ainda de negócios especiais realizados, como os casos "Aura", "Maiame", empréstimos e negócios irresponsáveis com o frigorífico A.R. Gomes, Corcovado Ind. e Com. S.A., caso "Mellen", caso "João da Silva" (conta fictícia), caso "Adiantamentos", caso "Nortubo", caso "Desvios e falta de garantias" e inúmeras transações cujos créditos são impossíveis receber, o que será apurado pela honrada comissão interventionista do Banco Central do Brasil.

Com urbanidade, deixando de lado a agressão rasteira, o linguajar chulo e a aleivosia grave que atingem pessoas honradas (para confundi-las) e cumprem exemplarmente seu dever e que não podem, injusta e irresponsavelmente, ser atingidas na sua dignidade por quem, no exercício da função pública, tem o direito de exigir respeito, mas também o dever de respeitar.

Por fim, não é com o uso de medidas policiais, desrespeitosas e de encenação burlesca que se poderá esconder do povo a realidade financeira e contábil do Banpará, pois só aqueles que se beneficiaram da ação nefasta de alguns diretores da instituição é que poderão palmejar os atos que o Senhor Governador vem pondo em prática para escamotear a verdadeira situação de entidade, e entre eles, é evidente que também se encontram funcionários privilegiados e beneficiados com as irregularidades, além de diretores e chefes de gabinetes que partilham comemorações com um ex-governante que enriqueceu no poder e um parlamentar que adquiriu imunidades para nelas se agasalhar.

É necessário que haja por parte das autoridades estaduais, com o exemplo primeiro do Senhor Governador, o abandono à técnica do achincalhe e do escárnio, para encarar e discutir situação fática incontestável, procurando colaborar com a intervenção que tem por objetivo, por meio dos homens honrados que a compõem, sanear o Banco e dar-lhe vida sadia e digna.

Só agindo assim se poderá servir ao Pará e à sua gente. – **Carlos Levy**, Presidente.

A Província do Pará, 3-6-87

DINHEIRO FICARÁ RETIDO SE BANPARÁ FOR FECHADO

Se realmente o Banco Central cumprir a promessa de decretar a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Pará, ora sob intervenção, todo o dinheiro que lá estiver depositado vai ficar bloqueado. Essa informação foi do Secretário de Fazenda, Frederico Monteiro, que na segunda-feira teve de retirar todo o dinheiro do Estado do Banpará, cumprindo determinação do Governador. Ele informou que foram retirados 18 milhões de cruzados que ainda estavam no banco e que, mensalmente, o movimento bancário do Estado ficava em torno dos 400 milhões de cruzados que, agora, vão para o Banespa.

Até o momento, estão sendo feitos estudos junto aos bancos existentes no Estado para atenderem as necessidades de pagamentos e arrecadação do Estado. Assim, o secretário está estudando as possibilidades de credenciar agências bancárias não só na capital mas, também, no interior do Pará para pagar os fornecedores e cumprir todas as obrigações do Estado.

Algumas agências bancárias já estão credenciadas para receber arrecadações do Estado, entretanto, agora, é só tratar uma maneira para que estas mesmas agências paguem as dívidas do Estado. Todo o esquema que está sendo montado pelo secretário, vai funcionar da seguinte maneira: os bancos vão receber o dinheiro devido ao Estado e, todas as segundas-feiras, repassarão os valores para agência central – o Banespa vai concentrar as operações.

O custo da transferência do dinheiro de agência para outra será praticamente zero, isto porque, durante o período em que o dinheiro ficar com os bancos, estará em movimento e, assim, poderá gerar lucros para o próprio banco arrecadador. Para o Estado, todos os bancos são vistos com bons olhos mas, provavelmente, no interior do Pará onde praticamente não existem agências do Banespa, provavelmente serão credenciados os bancos do Brasil, da Amazônia-Basa – e Bamerindus, entre outros que poderão ser contratados para execução dos serviços.

A decisão do Banco Central em decretar a liquidação extrajudicial do Banpará, caso o Governador Hélio Gueiros mantenha sua posição de não mais depositar o dinheiro do Estado no banco, é uma prerrogativa da qual o órgão dispõe. Se isso vier a ocorrer, muitas pessoas que ainda possuem dinheiro no Banpará vão ter todo ele retido. Exceto o dinheiro aplicado em caderneta de poupança que não ultrapasse a quantia de 900 mil cruzados.

Sem negociação

Desde o governo Jader Barbalho, e durante os quatro meses em que Hélio Gueiros está à

frente do governo do Pará que as propostas para solucionar o problema da dívida do Banco do Estado estão sendo apresentadas ao Bacen. Ao invés de qualquer resposta, foi decretada a intervenção do Banpará, sem mesmo consultarem antes o Governador do Estado. Frederico disse que de maneira alguma o Bacen levou em consideração que o governo estadual estava lutando para manter uma instituição que pertence ao povo paraense. "Foi uma decisão tomada sem maiores explicações, na calada da noite", comentou. "De certo", continuou Frederico, "eles pensavam que o governador iria ficar calado, pois estava iniciando o final de semana, mais isso não ocorreu".

As dificuldades encontradas pelo Banpará, são oriundas da crise vivida hoje pelo comércio e indústria, que fizeram empréstimos e, agora, não têm como honrar os compromissos assumidos. Frederico explicou que a situação econômica do banco "é boa", mas a situação financeira "é terrível", devido a fatores conjunturais da economia nacional, que complicaram a vida do setor privado. "Esta situação deixa o Governo do Estado como o "cavalheiro" da história", comentou.

Decepção

O Governador Hélio Gueiros, para Frederico Monteiro, teve um sentimento de decepção para com o Bacen pois, desde que assumiu o Estado, vem tentando negociar com o Governo Federal, que ofereceu como resposta, uma decisão concreta a intervenção no Banco do Estado do Pará.

A única alternativa que restou ao governador, explicou Frederico, foi mostrar que não estava "nada satisfeito com a atitude do Banco Central e, por isso, retirou todo o dinheiro do Estado depositado no Banpará. Se isso vai tornar o banco inviável, é um outro ponto que deve ser analisado, mesmo assim numa primeira etapa o que poderia ser feito foi", afirmou o Secretário de Fazenda:

Todos os órgãos da administração direta já adotaram as medidas tomadas pela própria Sefaz. Os da administração indireta, autarquias, companhias e fundações, estão sendo devidamente orientados pelo secretário, para transferir todo o dinheiro para o Banespa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho aqui propor.

Uma política econômica para o cultíssimo prazo. Vivemos uma época de descontrole em nosso País.

A imperícia no manejo da política econômica em 1986 provocou, entre outras distorções, a desorganização dos preços relativos. É possível que o preço de um certo produto que há um ano era igual ao de outro seja hoje a metade ou, quem sabe, o dobro dele. É possível que o mesmo produto seja encontrado em dois pontos de venda com preços muito diferentes.

Pior de tudo é que esta situação se agrava por força da ação do próprio Governo.

A economia já está em recessão e os preços não estão estabilizados e sim em ascensão. Este é, infelizmente, o caminho em mercado, inexorável, para o ajuste dos preços relativos.

Cumpre ao Governo admitir esta realidade sob pena de aprofundar a desordem, e assim, perder alguma credibilidade que ainda possa ter.

Os pronunciamentos desta semana do Senhor Presidente da República e de seu ministro da Fazenda não são orientadores.

O que se quer dizer com o eufemístico plano macroeconômico? Novas declarações de intenção? Em que números acreditamos? Nos do balanço comercial? Ou nos do déficit público?

A economia, como uma nave, não pode ser lançada sem plataforma. Trata-se hoje de construir esta plataforma.

Mas não é o que se tem visto. A desordem fiscal se acentua com as opções do governo. Se não bastasse o aumento do déficit público por conta dos encargos crescentes da dívida numa economia inflacionária e indexada, agora sobrevém decisões de gasto, digamos, imprudentes.

Será que o governo não entende que as características desta conjuntura não comportam um gasto público anticíclico no sentido macroeconômico, porque seu preço será a hiperinflação? Quando acabarão os casuísticos paratributários?

Podíamos nos manter apenas no nível crítico, o que, aliás, é o dever de ofício da oposição. Mas, não! Tentaremos responder a seguinte questão! O que faríamos nós, neste momento, se fôssemos governo? O que, aliás, poderemos ser, já que estamos, se supõe, numa democracia.

Vamos lá:

1º) Admitiríamos formalmente que atravessamos uma recessão e a diagnosticaríamos como inorgânica ou seja, não resultante da movimentação cíclica, e sim do desastrado e cruzado manejo da política econômica em 86.

2º) Definiríamos como objetivos de política econômica neste momento:

I – Reduzir o tempo de duração da recessão;

II – Reduzir o seu custo social.

3º) Reduzir o tempo de sua duração significa, basicamente, reorganizar os preços relativos e quebrar a curva inflacionária.

Como? Num primeiro plano, acelerando a reestruturação dos preços por:

I – Estudo e tabulação da relação entre os preços básicos pré-cruzado, com vistas a orientação e ao balizamento;

II – Ampliar progressivamente os períodos entre os reajustes dos preços controláveis, via exigências internas processuais do CIP;

III – Desindexar por regra, mas com suavidade, a correção monetária e os reajustes controláveis de preços *latu sensu*, excluído o câmbio;

IV – Controlar energicamente os preços controláveis. Num segundo plano implementando políticas monetárias e fiscal rigorosas.

Por rigorosas entendemos:

I – Expansão monetária programada, proporcional as metas deflacionárias;

II – Redução de subsídios e isenções aumentando a receita tributária líquida;

III – Antecipação do imposto de renda nos setores economicamente irrigados;

IV – Reprogramação orçamentária do setor público de forma a que sua expansão nominal seja inferior a inflação ou de outra forma, desindexação do gasto público;

Tais medidas seriam introduzidas de maneira, detalhadamente quantificada, e por lei, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, após Expo-

sição de Motivos apresentada pessoalmente pelo Sr. Presidente da República ou por seu Ministro da Fazenda. Em conjunto seria constituída comissão parlamentar, composta, por exemplo, pelos participantes deste debate, para fiscalização e monitoramento, da execução desta lei.

4º) Como reduzir o custo social da recessão queremos dizer.

I – elevar o salário mínimo, utilizando outro nome e proibindo vinculações, ao nível do pico pré-cruzado, e corrigi-lo mensalmente;

II – adotar para a escala móvel uma curva de angulação decrescente, assintótica a partir de certa faixa salarial;

III – priorizar o investimento público tendo como base o desemprego e a miséria por um lado, e os gargalos de infra-estrutura e tecnológicos, por outro;

IV – opção de rolagem, nas condições de mercado, da dívida de giro das empresas com faturamento anual até 30.000 OTN, com carência inferior a um ano para o serviço completo daquela dívida, e prestações seguidas na forma da tabela price.

5º) Não há como pensar, nas condições de desorganização de nossa economia, em propor agora critérios de renegociação da dívida externa porque faltaria base interna de credibilidade. Cumpre, no entanto, ao tempo que se deixa deslizar, recompor saldos comerciais significativos em relação ao déficit corrente.

6º) A disposição para adotar os procedimentos expostos, será certamente política.

Neste sentido, cumpre ao Governo, a um só tempo descomprimir a Constituinte para que suas decisões não careçam mais tarde de legitimidade, e estimular o entendimento temático em torno das questões referentes ao estado democrático ou direito desarmando o clima artificial criado, de confronto retroideológico.

São estas as nossas opiniões, que apresentamos à apreciação de todos os Senhores e Senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão dos limites entre os Estados de Sergipe e da Bahia vem-se prolongando desde o Império, quando a respeito do assunto foi baixado Decreto datado de 8 de julho de 1820.

Representante de Sergipe nesta Assembléia, não poderia ficar alheio a essa antiga reivindicação do povo de minha terra. Assim é que, no momento oportuno, apresentei na Subcomissão dos Estados e depois na Comissão de Organização dos Estados, para ser incluída no Capítulo das Disposições Transitórias da Constituição que estamos elaborando, a Emenda do seguinte teor.

"Art. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe.

Parágrafo único. Os municípios localizados na área compreendida entre os rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe."

Na justificação àquela emenda sustentei que, por ser o Estado de menor área territorial da Federação, Sergipe pode ser apontado como o que apresenta desenvolvimento satisfatório da região nordestina. Qualquer acréscimo que lhe seja feito passará, dentro de pouco tempo, a integrar-se no progresso local, com vantagem para os municípios desmembrados em seu benefício.

Por outro lado, há uma vocação natural das populações do vale do Itapicuru, como da economia dos respectivos municípios, no sentido de se ligarem à comunidade sergipana, ademais por uma questão de proximidade de Aracaju, muito menos afastada delas do que Salvador, de onde distam mais de cem quilômetros.

A anexação desses municípios aumentariam a área de Sergipe, hoje de menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, dando-lhe uma extensão territorial aproximadamente igual à do Estado de Alagoas.

Foi vitoriosa, na Subcomissão dos Estados, a tese segundo a qual o tamanho ideal de uma Unidade da Federação abrange "área máxima de trezentos mil e área mínima de cem mil quilômetros quadrados".

O acréscimo proposto ainda deixa Sergipe com uma extensão territorial modesta, mas condizente com o desenvolvimento pretendido pelo Estado.

Essa é uma antiga reivindicação do povo sergipano, inicialmente baseada no Decreto de 8 de julho de 1820 e na Carta Régia de 5 de dezembro de 1822, continuando a questão dos limites com a Bahia a ser objeto de persistentes e fundamentadas opiniões em favor da restauração da superfície original de Sergipe, tanto mais quanto já constava, na Ata da Sessão do Conselho de Governo da Província, de 1º de junho de 1827, a decisão de que as fronteiras da Província chegavam até o rio Itapicuru. Com efeito, assim reza em seu texto aquele importante documento:

"Foi sujeitada pelo Excelentíssimo Vice-Presidente a matéria indicada na Ata da sessão ordinária do ano passado lavrada em dezesseis de fevereiro deste ano a folhas vinte e nove, deste mesmo livro, acerca de ser dividida esta Província da Bahia, não pelo rio Real, e sim pelo rio Itapicuru; fazendo-se a divisa pela barra deste rio acima até onde divide a Comarca da Bahia da de Jacobina, e seguindo sempre pela divisão destas Comarcas até encontrar no rio de S. Francisco; ficando desta forma pertencendo a esta Província de Sergipe as vilas da Abadia e de Itapicuru de Cima; e o Julgado de Geremoabo; cada uma das quais distam da capital da Bahia mais do dobro do que distam desta capital; porque, além de que parece ter a natureza dado para divisa das duas províncias o rio Itapicuru, que é caudal e perene, e não o regato Rio Real, que ao toque da menor seca corta e fica inteiramente seco; evitando-se com isto que as cinco lagoas intermediárias entre os dois rios não sirvam como atualmente servem de valhacouto de malfeiteiros e facinorosos, que até se evadem da vindicta da lei..."

Em 1830, os dois Estados trocavam pareceres sobre o assunto, enquanto no Decreto nº 323, de 23 de setembro de 1843, o Imperador indicou os limites provisórios entre as duas Províncias, com a divisa além do rio Real. Eis o seu texto:

"DESIGNA PROVISORIAMENTE OS LIMITES ENTRE AS PROVÍNCIAS DE SERGIPE E BAHIA

Tendo subido à minha imperial presença o que representou o Presidente da Província de Sergipe a respeito de conflitos ocorridos entre as autoridades daquela Província e as da Província da Bahia, por falta da necessária clareza em parte dos limites que aparam; bem como o que por outra parte informou o presidente desta última Província sobre aquele mesmo objecto; e sendo de urgente necessidade ocorrer com o conveniente remédio, para que esses conflitos não continuem em prejuízo do serviço público; em deixar das mencionadas autoridades, e perturbação dos povos, cuja paz e tranquilidade merece particular atenção: Hei por bem, tendo ouvido o meu conselho de Estado, e conformando-me com o seu parecer que a parte da Freguesia da Abadia, na província da Bahia, que passa além do Rio Real, fique pertencendo à Província de Sergipe; servindo o dito Rio Real de linha divisória entre as duas mencionadas províncias, enquanto pela Assembléia Geral Legislativa outra causa não for determinado.

José Antônio da Silva Maia, do meu conselho de Estado dos negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e três de setembro de mil oitocentos e quarenta e três, vigésimo segundo da Independência e do Império. Com a rubrica da Sua Majestade o Imperador. José Antônio da Silva Maia"

Por sua vez em agosto de 1882, o Senador José Luiz de Coelho Campos profere discurso sobre a matéria e, com o apoio de Prado Pimentel (Barão de Estância) e Geminiano B. O. Goes, apresenta projeto à Assembléia Geral, advogando a causa de Sergipe. Menos de dez anos depois, o historiador Dr. Felisbelo Freire, representante de Sergipe, apresentou a 4 de agosto de 1890 projeto restabelecendo os primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o rio Itapicuru, contestados pelo Estado da Bahia. Assim ficavam os limites entre os dois Estados:

"a) Ao norte com os Estados das Alagoas e Pernambuco, pelo rio S. Francisco, respeitados as possas e direitos desses Estados;

b) Ao ocidente com o Estado da Bahia pelo rio Pontal desde a sua foz no rio S. Francisco até suas cabeceiras na serra da Tiúba;

c) Ao sul, ainda com o Estado da Bahia pelo meio do planalto divisor das águas dos rios Itapicuru e Vasa-Barris até encontrar o planalto divisor das águas do mesmo rio Itapicuru e rio Real e pelo meio deste planalto até o Oceano Atlântico.

Parágrafo único. A demarcação destes limites será feita de maneira que todo o vale do rio Vasa-Barris fique compreendido no território do Estado de Sergipe, etc., etc."

Em 1920, torna-se público acordo firmado entre os Presidentes J.J. Seabra, da Bahia, e Pereira Lobo, de Sergipe, no sentido de constituir-se uma comissão de seis membros, três de cada Estado,

para discutir o problema que, na base de laudo de um árbitro neutro, seria levado ao Congresso de cada um dos Estados.

É de toda justiça que se realce, nessa ocasião, o trabalho realizado pelo General, Engenheiro e Geógrafo Ivo do Prado, por ter sido ele que, em sua obra "A Capitania de Sergipe e suas Ouvideiras", melhor estudou a questão dos limites entre Sergipe e a Bahia.

O historiador J. Pires Wyne, em sua "História de Sergipe", assinala a respeito desse acordo de 27 de outubro de 1920:

"Também muito se fazia notar o interesse revelado pelo Presidente relativamente à solução da empenada questão dos limites, e com a presença do Governador Seabra, ele, aproveitando-se da oportunidade, tratou do acordo:

Dentro de trinta dias a contar da data da assinatura do presente acordo, Sergipe se louvará em pessoa competente, assim como no mesmo prazo o Governador da Bahia e em terceiro árbitro desempatador escolhido por acordo das partes entre seis cidadãos de capacidade reconhecida, cujos nomes terão apresentados: três pelo Presidente de Sergipe, três pelo Governador da Bahia. Serão entregues aos árbitros todos os documentos e provas de cada qual dos Estados, a fim de, firmados neles, ser resolvida e pendência, ficando, entretanto, dependendo o laudo final da aprovação em duas sessões ordinárias ou extraordinárias do Congresso de cada um dos Estados. O laudo dos árbitros deverá ser apresentado dentro do prazo de oito meses, a contar da data de assinada do presente acordo, pelos Excelentíssimos Srs. Presidente e Governador respectivamente dos Estados de Sergipe e Bahia, e demais pessoas presentes a este ato. Estado Federado de Sergipe, Aracaju, aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte. Em tempo: do presente acordo que será transcrita em livro de Notas de Tabelião público, serão extraídas seis cópias, três das quais serão entregues ao Exmº Sr. Governador da Bahia. Aracaju, 27 de outubro de 1920 – José Joaquim Pereira Lobo – Presidente de Sergipe. J. J. Seabra, Governador do Estado da Bahia.

Em discordância, naturalmente, desde o Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1919, na cidade de Belo Horizonte, os representantes da Bahia e de Sergipe, Dr. Braz do Amaral e General Ivo do Prado Montes Pires da Franca, indicava, logo depois, o Presidente Pereira Lobo para louvado o Ilustre engenheiro Dr. Getúlio das Neves, e fazendo razoáveis considerações pedia ao Governador da Bahia a indicação de outro, que não o Dr. Braz, já declaradamente em posição oposta, e já de comum acordo, para desempatador, se escolhia o Dr. FA Bueno de Paiva, Vice-Presidente da República.

Sergipe viveu momentos de grande expectativa e, por um momento, a figura do Presidente cercada da maior simpatia, todos nu-ma justa euforia cívica e a louvar a sua iniciativa.

O acordo lavrado rio dia 27 de outubro de 1920, feliz iniciativa, encontrara franca

acolhida por parte do Governador JJ. Seabra, mas fruto das alegrias daqueles dias e da aproximação dos dois homens de Governo, também não passava de uma fácil solução em se tratando de um caso tão debatido, de uma questão tão postergada por uma das partes.

Encerrado o prazo estabelecido no dia 27 de junho de 1921, logo o General Ivo do Prado entregava o seu laudo ao árbitro desempatador, mas o mesmo não fazia o Dr. Braz do Amaral, e logo uma mensagem do Governador J. J. Seabra elucidava, dirigida ao Presidente de Sergipe.

Terminado hoje o prazo para ser proferido o laudo no arbitramento de que trata o Convênio de 27 de outubro último, sem que houvessem chegado a um acordo os louvados dos dois Estados, conforme a correspondência que aí vai junta por cópia, sobre o assunto a discutir, denuncio pelo presente o referido Convênio de 27 de outubro. Declaro, entretanto, estar pronto a recomendar as negociações precisas, para ser feito outro, a fim de levar a uma solução próxima a dúvida sobre a linha de fronteira, pedindo a V. Ex^a que, no caso de aceitar este alívio, se digne indicar os meios práticos de sua realização.

O Presidente Pereira Lôbo respondia:

Estou disposto a novas negociações para liquidação do caso, dependendo isso de um entendimento com o delegado do meu Estado. Penso, entretanto, não constituir motivo suficiente de não terem tido os dois louvados um entendimento, por isso que, em face da letra insofismável do contrato lavrado em notas de Tabelião público, não havendo entendimento entre os louvados, funcionará o desempatador por ambos os Estados escolhido. Cumpre salientar que era a questão de limites muito antiga e quando não houvesse o louvado de Sergipe determinado sua proposta por demais debatida, já tendo havido troca de idéias entre o Sr. General Ivo do Prado Monte Pires da França e o Dr. Braz Hermenegildo do Amaral quando do Congresso de Geografia de Belo horizonte e da reunião para a solução das questões de limites, promovida pelo Exmº Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, ilustre Ministro da Justiça – era muito antiga para que não fosse bastante conhecida pelo proficiente louvado da Bahia a proposta do de Sergipe. Diante disto, penso não tinha o ilustre louvado da Bahia outro caminho que defender o que julgasse o direito de seu Estado, abordando todas as linhas de proposta de louvado de Sergipe, expressa em documento público de caráter oficial, e registrada taxativamente no telegrama de 6 de maio de 1921, o qual assim diz: Exmº Dr. Braz Amaral – Bahia – Recebi carta 19. Insiste V. Ex^a em dizer que fujo de informar qual a tese sergipana. Eu penso, entretanto, ser a quarta vez que o faço. Fí-lo pelo telegrama de 20 de dezembro de 1920. Depois ainda a 24 de fevereiro e ainda em março de 1921, não obstante repetirei: meu Estado reclama a regular execução das conhecidas leis formadoras da Província de Sergipe, execução perturbada pela Província da Bahia. Quer, portanto, a execução da Carta

Régia de 5 de dezembro de 1822 e Decreto de 8 de julho de 1820. Sendo assim, para conhecer os fatos, não há entendimento nenhum, porquanto o Decreto de 8 de julho de 1820 declarou a Capitania de Sergipe independente do governo regional existente na Bahia, e a Carta Régia de 5 de dezembro de 1822 manda que se limite a Província tornando como norma uma comarca mais antiga que a existente em 1822. Ora, o limite ao sul dessa Ovidoria era o rio Subáuma, conforme a Carta Régia de 28 de abril de 1729, logo a mais antiga era a de 1695, limitada pela Portaria de 13 de julho de 1696. Como, pois, ficou isto indeterminado para V. Ex^a que tais documentos conhece e publica em seus trabalhos? – Diante desta afirmação, julgo não poder o honrado louvado da Bahia alegar o não-conhecimento da proposta do Estado de Sergipe, porquanto ela é clara e inequivocamente determinada. Ao invés de nortear a defesa dos interesses de seu Estado por este lado, o ilustre louvado da Bahia passou a impor ao louvado de Sergipe o só aspecto pelo qual poderia ser encarado o caso: – O Governo da Bahia só admite discussão no terreno em que foi colocada a questão de limites pela proposta feita ao mesmo Governo em 1913, que é a reprodução do projeto apresentado ao Congresso pelos Srs. Deputados sergipanos, a saber: o competente Senhor Felisbelo Freire e mais os Senhores Moreira Guimarães, Dias de Barros, Joviniano de Carvalho e outros, em 13 de novembro do mesmo ano de 1913. Compreende-se, nitidamente, que não havia boa vontade maior que a do louvado de Sergipe, pois que procurou logo e logo declarar qual o seu objetivo, o que continuou fazendo, sendo que, quando não pôde mais o seu interpelante alegar que não lhe conhecia a proposta, passou a limitar a face da questão. Como se depreende da correspondência trocada, o ilustre louvado da Bahia procurou com o estabelecimento de preliminares e condições não um meio prático para a solução do caso, meio que seria a entrega ao desempatador das suas razões, o que também faria o louvado de Sergipe, a fim de que da divergência entre os dois louvados pudesse emergir a linha definitiva que os reconhecidos sentimentos de justiça e os conhecimentos do eminentíssimo desempatador houvessem por bem traçar, contrariamente, porém, o honrado louvado do Estado da Bahia procurou ainda uma vez debater a multissecular questão tentando a análise de tópicos e particularidades estranhas ao interesse atual dos dois Estados amigos, irmãos pela raça, pela tradição e pelos feitos assinalados, e, melhor ainda entrou de negar valor a documentos de indubitável veracidade, muitos deles da Bahia e citados tendo sido apreciados como verdadeiros quando se resolveram delicadas questões internacionais de interesse do Brasil. Em suma: enquanto o louvado de Sergipe determinava sua proposta – de se dar execução ao Decreto de 8 de julho de 1820 e à Carta Régia de 5 de dezembro de 1822 – o operoso louvado da Bahia impunha que só aceitaria discussão colocado o caso dentro da proposta de novembro de 1913.

Em cumprido, o ilustre louvado da Bahia, a letra do Convênio, teria de apresentar ao eminentíssimo desempatador, dentro do prazo marcado, seu laudo, como o deveria fazer o louvado de Sergipe, não um laudo constante de preliminares, mas encarando pontos históricos, determinando razões, tudo documentado devidamente. Tenho a declarar a V. Ex^a que o louvado de Sergipe cumpriu a letreado Convênio, apresentando a 27 de julho fundo de Exmº Sr. Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva o seu laudo devidamente instruído, visto saber, por informação oficial, que o proficiente louvado da Bahia não tinha uma proposta a fazer, por isso que se firmava em proposta de outrem, critério, aliás, por ele mesmo condenado. Assim, pois, o louvado de Sergipe, General Ivo do Prado Monte Pires da França, tendo conhecimento de que a proposta do Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, honrado louvado da Bahia, era a mesma apresentada à Câmara Federal em novembro de 1913, entregou no prazo prefixo ao ilustre desempatador o seu laudo e os documentos a respeito da multissecular questão de limites entre o glorioso Estado da Bahia e o pequenino Estado de Sergipe"

Revelam esses antecedentes históricos, Senhor Presidente e Senhores Constituintes, que não se trata de um pleito novo de Sergipe, em relação à Bahia, mas de pretensão sesquicentenária, convictos os sergipanos de que a divisa sul de nosso Estado deve ir até as margens do rio Itapicuru.

Esta é, pois, a oportunidade de termos o problema examinado e definitivamente resolvido pela Assembléia Nacional Constituinte, pois a relevância da questão é digna do veredito do mais alto órgão da soberania nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O anteprojeto aprovado pela Subcomissão dos Estados, de autoria do Constituinte Siqueira Campos, propõe a criação de 6 novos Estados no País, além da transformação em Estado dos atuais Territórios federais do Amapá e de Roraima. Gostaria aqui de tecer algumas considerações sobre a proposta de nova divisão territorial do País.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a criação de novos Estados não pode ser considerada matéria constitucional. Na nossa opinião, não cabe à Constituição definir a divisão territorial do País. Essa é uma tarefa da legislação ordinária, subordinada, inclusive, a uma ampla discussão entre as populações das áreas envolvidas, a uma consulta plebiscitária, e a critérios de viabilidade estabelecidos em lei. Só esse argumento, na nossa opinião, já seria suficiente para considerar prejudicada a proposta do Relator da Subcomissão dos Estados.

Como se isso não bastasse, entrando no mérito dos novos Estados propostos, podemos chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar é preciso destacar que apenas a criação do Estado de Tocantins foi precedida de um processo de discussão pelo povo dos municípios envolvidos,

tratando-se de uma antiga reivindicação popular, respaldada por considerações econômicas justificáveis. Consideramos, portanto, que apenas o Estado do Tocantins tem maior e talvez justo embasamento para ser criado.

Quanto aos outros cinco novos Estados propostos, nota-se que são fórmulas totalmente artificiais, não precedidas de exames rigorosos que não contam com nenhum respaldo popular ou sócio-econômico que justifique sua criação. A fórmula proposta, pela improvisação e superficialidade, não resolveria os graves problemas econômicos e sociais enfrentados por essas regiões.

No caso específico do Estado de Santa Cruz, que abrangeeria 145 municípios do Estado da Bahia, a situação é mais esdrúxula ainda. A região sul da Bahia, onde se concentra a zona cacaueira, foi relegada a uma situação de grande abandono pelos governos estaduais baianos nessa quadra recente, particularmente pelo Governo João Durval, o que contribuiu para o aprofundamento de seus problemas. A solução desses problemas, no entanto, não viria com o desmembramento da região, criando-se um novo Estado. A região do sul da Bahia necessita, com urgência, de uma atenção especial do Governo federal e do Governo estadual de Waldir Pires. A CEPLAC necessita ser revitalizada e não enfraquecia, porque tem possibilidade de ajudar o desenvolvimento homogêneo da região. O governo do Estado deve agir com mais rapidez no encaminhamento das necessidades sentidas e justas da população da zona cacaueira da Bahia. Embora exista, por conta do abandono da região, certa aspiração do seu povo no sentido do seu desmembramento da Bahia, esse ponto de vista está longe de ser predominante e é muito influenciado pela expectativa de melhoria social, que leva, muitas vezes, os mais desavisados a apoiar soluções falsas.

Além disso, o suposto Estado de Santa Cruz, não se limitaria a incorporação de municípios localizados no sul da Bahia, mas atingiria também grande número de municípios da região sudeste e do São Francisco, com características e problemas totalmente distintos dos da região sul. Municípios como Jequié, Itapetinga, Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Guanambi, Monte Alto, Malhada e seus circunvizinhos seriam retirados da Bahia, hipótese essa que é sequer do conhecimento do povo dessa região. Nessa área, aliás, o Deputado Fernando Gomes, um dos líderes da tese do Estado de Santa Cruz, não só não tem presença eleitoral, como pouco conhece seus problemas. Trata-se, portanto, de uma proposta totalmente artificial, inviável, absurda e indesejável.

Outro aspecto para o qual chamamos a atenção é o político. Parece-nos claro que essa redivisão territorial do País tem um forte componente político. Com a criação de seis novos Estados, a maioria deles em áreas atrasadas economicamente e com forte penetração das oligarquias, estariam incorporando ao Congresso Nacional 18 novos senadores e, no mínimo, 48 novos deputados que, certamente, em sua maioria, seriam oriundos dos setores mais conservadores e oligárquicos, contribuindo para aumentar a presença conservadora nesta Casa. Assim como o General Ernesto Geisel criou os senadores biônicos para recuperar a maioria governista no Congresso Nacional, agora estaríamos alterando a correlação

de forças com "biônicos" de novo tipo, referendados pelo voto, mas que, certamente, representariam os interesses dos coronéis e das oligarquias rurais.

Como representante baiano nesta Casa, e como representante das áreas envolvidas, seja a região do São Francisco seja a região do cacau, manifesto-me contra a proposição da criação do Estado de Santa Cruz. Manifesto-me também contrário à criação dos outros Estados pretendidos, à exceção do de Tocantins. E não terminaria esse discurso sem também protestar ante outra proposta totalmente extemporânea que retiraria da Bahia, na região do além São Francisco, quase três dezenas de municípios, para serem incorporadas a Pernambuco. No caso, há um lastimável componente de levianidade na proposta da Subcomissão dos Estados, porque o que se invoca em apoio a essa descabida proposição é a restauração de uma situação que existia na época do Brasil Colônia, há mais de 160 anos.

Por todos esses argumentos, estou encaminhando ao Senador José Richa esclarecimentos sobre o assunto, abundantes recortes da imprensa baiana sobre o tema, estando certo de que o Relator da Comissão Temática, Senador José Richa, excluirá de seu anteprojeto, essas aventuras despropositadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Alberto Caó.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil é um País em busca do próprio caminho. Encontrá-lo, neste momento histórico, é a tarefa que nos compete. Não é empreitada fácil, sabemos, mas também não é impossível. Temos certeza.

Diz, com propriedade, o Professor Hélio Silva que "... a História de um povo pode ser a História da sua Constituição". A História do Brasil sem dúvida, está estruturada entre as promulgações e revogações de seus sete textos constitucionais. Esta é a nossa responsabilidade maior na condição de membros da Assembléa Nacional Constituinte, aqui reunida para concretizar o sonho de noventa e oito anos da República: a instalação de um verdadeiro Estado Democrático. Estado Democrático que pode ser vislumbrado a partir da revolução política de 1888, quando foi extinta a escravidão e, pela primeira vez, o primado da igualdade e da participação entrou no rol dos direitos da cidadania. Estado Democrático que, entre nós, nasceu do sonho de liberdade de uma raça e de uma geração, que foi promessa de outra e pesadelo das que lhe sucederam, até chegar a nós como o desafio de transformarem realidade o que não se conseguiu ao longo de 98 anos de vida republicana.

E minha preocupação reside justamente na possibilidade de reincidirmos no mesmo erro do passado: tentar a estruturação de uma democracia sem povo e sem levar em conta as suas reais aspirações.

O Estado monárquico, abolido em 1889, era o tutor dos interesses dos latifundiários e exploradores da mão-de-obra escrava. Os senhores do café, impulsionando a economia através da mão-de-obra assalariada, conseguiram melhor rendi-

mento em sua atividade que os escravocratas ligados à exportação de produtos agrícolas e manufaturados. A supremacia econômica transferiu o poder político para novos donos. A idéia republicana nascia, assim, na voz dos filhos dos grandes fazendeiros paulistas, estudantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. A eles se juntaram os militares sedentos de poder após a guerra do Paraguai. Caiu a monarquia. Da República, dos ideais republicanos se apropriou uma elite. Dela ficavam de fora os menores de vinte e um anos, as mulheres, os praças-de-pré, os religiosos e os analfabetos, os ex-escravos. O novo regime pertencia apenas a três por cento da população brasileira.

A participação popular era nenhuma e a igualdade das pessoas se dava na indiferença com a qual eram tratados. No restrito núcleo do poder. Porém, as divergências se acentuaram rapidamente e o primeiro Presidente dissolveu o Congresso, decretou o estado de sítio e depois renunciou. Em 1894, o primeiro Presidente eleito pelo voto obteve menos de 280 mil sufrágios de uma população de mais de 15 milhões. E assim foi durante toda a chamada República Velha. Nada menos de três quartos da população adulta eram analfabetos e, por isso, mantidos à margem do processo político.

Aqui uma primeira lição: regime político que não serve à maioria favorece as dissensões do seio da minoria. Veio a Revolução de 30 e todos os demais movimentos, até a derrubada de Vargas e 1945. A partir daí, durante 19 anos até o golpe de 1964, experimentou o País uma curta experiência democrática margeada ainda por elementos autoritários.

Sr^a, e Srs. Constituintes, o autoritarismo tem prevalecido sobre a democracia no Brasil. Cumpra a nós, na elaboração da futura Carta, criarmos as bases desse Estado Democrático após quase século de frustrações e sofrimentos.

Para tanto, existem alguns pressupostos.

O primeiro deles é a descentralização do poder. A Federação deve deixar de ser uma ficção. O município precisa ser encarado como o que realmente é: a unidade política por excelência. É no município que se situa o núcleo democrático que se amplia no Estado-Membro e se consolida na União. A República, até hoje, não considerou a importância da população dentro do município e por isso desconheceu-lhe, sem cessar, o poder político que lhe é inerente.

O segundo pressuposto para a organização de um Estado Democrático é o estabelecimento claro das competências e atribuições dos seus três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Fortes, harmônicos, independentes e coesos hão de se completar sempre sem se imiscuirem na esfera de competência de cada um. A nossa História registra as vezes em que tais princípios foram desrespeitados e jamais houve ganho para a Nação com tal comportamento.

O terceiro pressuposto é a institucionalização dos mecanismos de representação da sociedade, em seus diversos segmentos. Os partidos políticos, os sindicatos, as universidades, as entidades ligadas aos movimentos populares e a imprensa, livre e soberana no exercício do seu mister, a funcionar como a guardião dos direitos da cidadania. A inexistência desses instrumentos democráticos ou o cerceamento das suas atividades diminuiu o ímpeto participativo do povo ou ajudou a solidificar as estruturas do autoritarismo.

O quarto dos fundamentos do Estado Democrático carece de uma divisão, pois sintetiza e sua ação com relação às fronteiras do seu Território: externa e internamente.

O relacionamento externo do Estado Democrático se caracteriza por ações nos campos econômico, político, social e cultural. A preservação da paz, o respeito aos Direitos Humanos e a busca de desenvolvimento para todos os povos são pontos basilares da convivência externa.

Internamente, é fundamental a adoção de uma política de desenvolvimento econômico que coloque o ser humano e o trabalho acima dos interesses do capital. Vale dizer: que o trabalho seja preponderante na relação produtiva. Para tanto, não há como fugir à responsabilidade de estabelecer certas prioridades como, por exemplo, a democratização do acesso ao controle dos meios de produção e a reforma tributária.

No primeiro caso será incluído o direito de cada um à educação e à saúde. O ser humano desprovido desses dois bens não há de ser bem sucedido no exercício de qualquer atividade, por mais primária que seja. A questão das empresas e a efetiva participação do trabalhador no lucro do bem que ajuda a produzir é questão essencial em todo curso de democratização. O fundamental, porém para a realidade brasileira do momento é, sem dúvida, a efetivação da reforma agrária. A distribuição de terra não mais será considerada a ação final do Estado no processo. Ao contrário, é só o começo. O homem do campo tem direito à assistência creditícia e técnica. Além do mais, a estrutura previdenciária há que chegar ao campo nas mesmas condições que na cidade. No Estado Democrático não há discriminação do trato com o trabalhador.

É considerando estes pressupostos que ocupo a tribuna para me permitir alguns reparos ao andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Na Comissão da Ordem Econômica, evidencia-se com mais clareza o confronto das idéias e dos interesses. Algumas das decisões tomadas nas Subcomissões desse grupo são, à luz dos critérios aqui enumerados como basilares para a instituição de um Estado Democrático, antinacionais e antidemocráticos.

Senão, como entender o comportamento de alguns Constituintes na defesa dos indefendáveis contratos de risco para a exploração de petróleo em Território Nacional, ou restrição ao monopólio estatal à pesquisa e lavra do petróleo.

Ora, os contratos de risco, com os quais o regime militar tentou quebrar o monopólio assegurado após tantas lutas e tantos sofrimentos, são o melhor exemplo do quanto pode fazer de mal à Nação um Estado autoritário. Não há, Sr^{as} e Srs. Constituintes, em nenhum lugar deste País um único diploma legal que regulamente as concessões feitas ao tempo do General Geisel! Por quais razões terá o então Presidente todo-poderoso tomado tais decisões? E ainda que fosse um ato respaldado na lei, hoje, passados vários anos, que tipo de benefício nos trouxe? Quantas gotas de petróleo foram descobertas?

Pois bem, exatamente por nada, o mais forte dos cinco Presidentes da ditadura colocou em risco a soberania nacional! E hoje, aqui entre nós, na Assembléia Nacional Constituinte, ainda há quem procure impedir seja colocado um ponto

final nesta questão de tão triste memória e imprevisíveis consequências.

Por outro lado, a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária tomou uma decisão que, se não chegou a ser surpreendente, foi, no mínimo, absurda, em se considerando a realidade nacional. Muito mais preocupados com os interesses momentâneos dos grupos aos quais pertencem do que com a Nação e o seu futuro, uma escassa maioria ignorou os anseios de milhões de brasileiros, cuja única reivindicação é um pedaço de terra para nela trabalhar e produzir.

E o quê pretendem esses poucos constituintes, representantes do pensamento mais reacionário e das conveniências mais espúrias?

Simplesmente, a manutenção de privilégios que, se lhes fazem bem ao ego, em nada ajudam o desenvolvimento do País. Senão, como entender que, sendo, como são, os ocupantes absolutos de tanta terra, não tenham ainda conseguido dar ao Brasil a condição de auto-suficiência em alimentos?

O latifundiário, o grande proprietário tem uma história rica em lamentações e que nada mais prova além da sua própria incapacidade de tornar plenamente produtiva a terra, que insiste em ter como sua. Recebendo-a de graça da Corte portuguesa, precisou de braços e outros homens para desbravar-a. Tentou valer-se dos índios, mas esses resistiram. Foi, então, buscar na África o que ele próprio não tinha: força, coragem e disposição para o trabalho. A escravidão, essa mancha de terrível lembrança em nossa História, tão absurda que Rui Babosa tentou apagá-la da memória nacional mandando queimar todos os documentos a ela referentes, deu, durante décadas, os meios para a opulência dos senhores-da-terra.

Hoje, no entanto, quando a tecnologia substitui os braços do homem, eles forjam, com a sua indiferença, um novo tipo de servidão: do desemprego e do subemprego.

Além do mais, onde estará a eficiência do sistema capitalista, tão decantada em algumas subcomissões? Se vivemos sob os seus fundamentos, como entender o fato de sermos um país à beira do caos? Que virtudes são essas do capitalismo se o que ele nos legou foi a maior dívida externa do mundo e uma economia interna totalmente desgovernada e em razão da qual é impossível saber se o preço do pão amanhã será o mesmo de hoje?

Onde, Sras. e Srs. Constituintes, as vantagens do capitalismo se, quase um século depois, a República ainda convive com a vergonha de abrigar como analfabetos um quarto da sua população? Se as taxas de mortalidade infantil num País potencialmente tão rico ainda é uma das maiores do mundo? Se, à sombra da vida nababesca de uns poucos, crescem as favelas, as palafitas, a dor, a desesperança e a revolta da imensa maioria de brasileiros condenados à miséria absoluta?

Não, não é possível aceitar esse estado de coisas. Essa Assembléia Nacional Constituinte não pode repetir o erro das anteriores. Na elaboração da nossa Lei Maior há de preponderar a necessidade da Nação e a esperança do seu povo: a implantação de um Estado Democrático, do qual o direito à vida digna não seja privilégio de uma minoria.

A derrocada do autoritarismo começou quando, nas grandes cidades, as portas das residências

mais humildes foram abertas para que seus ocupantes fossem às mas engrossar o coro das "diretas já". E se o povo assim, aqui, inclusive legitimando tacitamente a vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral, não foi apenas para dar a um grupo de líderes uma procuração em branco para, em seu nome, continuar agindo no comando do Governo. O povo agora quer mais: lugar que é seu como participe efetivo do cotidiano do País.

O PMDB não pode ter esquecido as promessas dos palanques. Ou, então, não estava sendo sincero quando as fez. Nas fitas gravadas pelas emissoras de rádio e televisão, além do registro da imprensa escrita, está o testemunho mais contundente na voz de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e tantos outros, de que a transição duraria o breve tempo necessário ao reordenamento jurídico do País. Mas hoje, diante de uma Nação estupefata, o mesmo Presidente da República José Sarney, que invocou o seu patriotismo há poucos meses, para dizer que lhe bastava a permanência do poder por cinco anos!

E o PMDB, ao que tudo indica, caminha para a subserviência. Ou, quem sabe, para o jogo das convivências. Terá a Aliança Democrática servido apenas para isso? Onde andarão os liberais que ainda ontem faziam profissão de fé na própria palavra?

Terá razão Ruy Mauro Marini quando disse que "o liberalismo no Brasil tem sido a doutrina pela qual a burguesia fixa limites à ação do Estado em relação aos interesses particulares dos grupos que a compõe"?

Não nos enganemos. Ou a transição acaba logo e a ela sucede um Estado Democrático ou o Governo transitório acaba se afundando na própria crise que criou e não sabe administrar. Aí como consequência natural, tantas vezes contadas através da nossa História, o autoritarismo voltará, à revelia da vontade popular. Só que desta vez os tempos são outros. O nível de consciência da Nação evoluiu. As resistências serão naturais e fortes. Nenhuma violência contra as instituições se consumará ante a apatia da Nação. A violência civil, com certeza, não pode ser imaginada se dela não temos nenhum parâmetro. Cumprê-nos, portanto, evitá-la. E para isso urge que esta Assembléia Nacional Constituinte cumpra a sua missão, tendo em vista os anseios dos milhões que a credenciam.

Ao encerrar, quero fazer minhas as palavras de Dom Mauro Morelli, quando diz:

"O Estado Democrático tem como fundamento o povo organizado, fonte originária do poder em qualquer momento histórico. (...) O que se pretende com a Assembléia Nacional Constituinte? Legitimar, apenas, a "ordem e progresso" implantada no Brasil, a ferro e fogo? Ou garantir os direitos dos cidadãos, uma vida digna e livre à legião de brasileiros, castrados politicamente e socialmente marginalizados? O que se pretende com a nova Constituição? A hipocrisia legal, ou ata solene e jurada do pacto social alicerçado na verdade, na justiça e na solidariedade? Uma Constituição que proclama e assegura o primado da pessoa e do trabalho sobre o capital? Ou uma Constituição que incentiva a ganância, a ponto de pôr em risco a soberania nacional? Uma Constituição

aberta à vida? Ou matriz da morte e dos genocídios?"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto o Deputado Maurílio Ferreira Lima descobre a vulnerabilidade da poderosa frota americana no Mar Mediterrâneo sendo atingida pelo bombardeio iraniano e a fraqueza da defesa soviética que não pôde interceptar o pequeno Cessna que estacionou em plena Praça Vermelha, não conseguiu o nobre Deputado descobrir o ponto vulnerável do Palácio do Planalto onde continuam imbatíveis as barreiras do mandato de 5 anos, da insensibilidade do Ministro da Fazenda e da arrogância dos censores da Nova República.

O Deputado tentou e recuou diante da barreira da soberania da Constituinte e, por certo, ajudará as correntes que pretendem desenhar na Constituinte um País moderno e dinâmico, a contemplar o povo com garantias que significam o trabalho e a soberania do País. No Palácio do Planalto continuam a comandar o espetáculo o astrólogo e censor Getúlio Bittencourt e o Falador Geral da República, Sr. Fernando César Mesquita, que impediram, inclusive, que o Presidente Sarney fosse à televisão e decepcionasse, mais uma vez, milhões de espectadores que gostariam de ver o Presidente assumindo suas funções e tomando providências. Neste quadro, as declarações do porta-voz Frota Neto, tentando desdizer o que disse o sorridente Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, com relação ao aumento dos impostos e dos serviços públicos, inserem-se no quadro geral de incertezas que o Presidente Sarney está oferecendo ao povo brasileiro. Para solucionar a crise, nenhuma medida concreta, por exemplo, na área das microempresas, onde milhões de brasileiros estão à beira da falência. No setor de pequena produção primária, apesar da maior safra colhida na Região Sul, a crise é a maior de todos os tempos. No setor do ensino, depois da greve dos professores, veio a greve dos colégios e, agora, a greve dos alunos que não conseguem suportar os repasses diante do arrocho salarial, imposto a todos os setores da nossa sociedade. Concentram-se, agora, nos trabalhos da Constituinte as esperanças do povo trabalhador. As pesquisas demonstram o caráter negativo do Governo Sarney e a necessidade de eleições diretas para restabelecer a legitimidade e a respeitabilidade do Poder e nós, trabalhistas, continuamos firmes em nossa caminhada, tentando respaldar essas aspirações populares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não poderia ser melhor defesa para nosso projeto constitucional de participação dos trabalhadores na direção de empresas estatais que as eleições que acabam de se realizar na Companhia

Baiana de Eletricidade. Ocorreu na COELBA uma poderosa demonstração de vitalidade democrática e amadurecimento político. Os trabalhadores baianos e o Governo democrático de Waldir Pires cumpriram seus mútuos compromissos, escolhendo, entre os 14 excelentes candidatos trabalhadores da maior empresa estatal da Bahia, 3 nomes, a partir dos quais o Governador da Bahia designará o Diretor Administrativo da COELBA.

Para minha alegria, como se fosse generosa recompensa por uma longa luta que iniciei ainda como Deputado Estadual, as candidatas mais votadas foram as Companheiras Tereza Mouzinho Reis e Vanderlay Reina, sindicalistas e militantes socialistas do PMDB.

E veja, Sr. Presidente, como a democracia além de ser a forma mais eficaz de conduzir a coisa pública, é também a mais bonita: foram 2 mulheres mais votadas. De uma só vez várias vitórias: a participação do trabalhador na direção da Empresa, o cumprimento dos compromissos democráticos de Waldir Pires, a prevalência das melhores teses sobre o papel dos trabalhadores nas estatais e a quebra de grande tradição discriminatória, pois será a primeira vez que uma mulher participará de uma Diretoria da COELBA.

Mas não foi apenas uma disputa de nomes. Como já disse, sufragou-se uma visão de mundo, uma perspectiva sobre a democracia e sobre as empresas estatais no Brasil. Uma visão consequente, madura e democraticamente criativa sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais. Segundo esta visão, defendida na grande campanha eleitoral para a Diretoria Administrativa da COELBA por Tereza Mouzinho, Vanderlay Reina e Marcos Vasconcelos, não se trata de introduzir na Diretoria um delegado sindical para cumprir as funções que seriam do Sindicato. Uma diretoria da empresa não seria – não será – apenas mais um canal das reivindicações corporativas dos trabalhadores. É muito mais que isso.

É a multiplicação do espaço do trabalhador na empresa e na sociedade. E a afirmação dos pontos de vista e das teses dos trabalhadores sobre o desenvolvimento técnico, administrativo, econômico e social da empresa. É a possibilidade de desenvolver uma visão global da empresa que inclui o interesse concreto dos seus trabalhadores, mas não só. Inclui também o interesse dos usuários e de toda a sociedade, "acionista" principal do empreendimento.

A eleição de Tereza Mouzinho, em primeiro lugar, com 2.781 votos, Vanderlay Reina, com 2.367 votos, Mário Peixoto, com 2.143 votos, e a votação expressiva de seus Companheiros Marcos Vasconcelos, Clementina Souza e outros, representa para a Bahia um resultado concreto da vitória democrática de 15 de novembro de 1986 e a certeza de que teremos na COELBA o olho, a mão e a paixão dos trabalhadores para garantir mais eficiência, mais transparência e nenhuma mordomia.

A luta continua.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vem de deixar a Presidência da Caixa Econômica Federal o ex-Senador Marcos Freire. Assumiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

As cogitações para o nome de seu substituto já campeiam pela imprensa e pelos corredores palacianos. E em torno desse nome se tece um volume tal de interesses que nos assombra observar que formulações da espécie continuem sendo admitidas, quando se pretendia novo o Governo, nova a República, novos nissos que reformulariam, de pronto, os processos assim mesquinhos, assim impopulares, assim antipatrióticos da Velha República.

Nestas conjecturas, no tocante ao novo Presidente da Caixa, somente encontramos o mesquinho apadrinhamento político, a compensação a esse ou àquele cidadão acaso ainda não beneficiado pelas bênçãos do poder e do dinheiro.

Em nenhum instante encontramos a preocupação maior com o sentido social do funcionamento da Caixa Econômica Federal, sentido maior de sua atividade no mercado financeiro, e que vem desempenhando, com maiores ou menores tropeços, mas continuadamente, ao longo de século e meio de excelente desempenho em prol da sociedade brasileira.

Em nenhum momento, repelimos, encontramos a preocupação com a formulação de uma nova política de pessoal para os grandes profissionais da Empresa, os mesmos que, ao longo desses tantos anos, fizeram-na crescer, fizeram-na grande e respeitada dentro do conjunto do Sistema Financeiro Nacional e aos olhos de nosso povo.

Esses profissionais, Sr. Presidente, nossos companheiros da Caixa, conseguiram, há pouco tempo, e à base de memorável campanha a nível nacional, a aprovação, pelo Congresso, de lei que os reconhecia como bancários, dando-lhes, do mesmo passo, o direito à sindicalização e à jornada de trabalho de seis horas.

Tais conquistas, por maiores que sejam – e de fato o são – não conseguiram ocultar, contudo, uma infinidade de outros problemas que subsistem e se agravam e fazem cada dia mais difíceis as condições de salário e trabalho dos servidores da CEF.

Nem sempre foi fácil dialogar com a Diretoria da CEF, cujo Presidente agora deixa o cargo. Pressões e contrapressões, movimentos paredistas necessários e justificadamente deflagrados se sucedem – e deverão se suceder, persista tal situação – mas nem tudo isso conseguiu demover a Direção da Empresa de seu posicionamento imperial e desumano, relegando a plano último as reivindicações de seus servidores.

Que esta situação, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, não permaneça imutável. Que se consiga indicar para a Presidência de Empresa tão importante aquele profissional que, consciente do posicionamento da Caixa dentro do Sistema Financeiro do País, seguro de que suas funções sociais hão de ser mantidas e, mesmo, ampliadas, que esse profissional seja capaz de tocar adiante essas tantas tarefas, resolvendo, ademais disso, as questões complexas que vão surgindo e se transformando, a cada instante, em novos desafios a enfrentar, a vencer.

Tais enfrentamentos, tais vitórias somente serão conseguidos, não há como negar, com a participação decidida e entusiasmada de seus funcio-

nários, pois que estamos certos. Pois que deve estar ciente disso toda a sociedade brasileira que o fortalecimento da Caixa Econômica Federal há de transitar pela melhoria imediata das condições de trabalho e salário de nossos companheiros, seus servidores.

O profissional escolhido terá de demonstrar – e se realmente for aquele grande profissional que toda a Nação espera, isto não lhe será difícil – há de demonstrar a sensibilidade social necessária para enfrentar, de um lado, os novos desafios opostos à CEF e, de outro, para resolver, com humanidade e justeza, as questões levantadas pelas reivindicações lógicas de seus empregados.

Na certeza de que o Governo Federal há de encontrar esse profissional, notadamente porque a própria Caixa é um celeiro deles, estamos dirigindo este pronunciamento às autoridades governamentais e aos políticos envolvidos no processo de escolha, para que tenham os olhos mais voltados para o destino da Empresa, para suas elevadas funções sociais, tudo, é certo, não em benefício menor deste ou daquele grupo, mas em favor de toda a Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao Sr. Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O que se passa no Estado do Rio de Janeiro em matéria de violência é algo estarrecedor. Nos fins de semana a matança atinge às dezenas, em todo o Rio de Janeiro e Grande Rio. Na Baixada Fluminense os corpos aparecem nos matagais, sem que ninguém saiba de onde vêm. Tudo faz crer que os assassinatos se dêem noutros bairros; diferentes daqueles onde são desovados.

Depois da posse de Moreira Franco a violência aumentou em 8%. Por quê? Logo este Governador que prometeu acabar com a violência em 100 dias! Acabar como? Matando mais? Será que a fome, o desemprego, o salário mínimo miserável, o analfabetismo, a mortalidade infantil devem ser combatidos com a polícia?

No Governo Brizola recuperou-se um pouco a Polícia, que durante os 20 anos de ditadura militar tinha a corda toda, para usar da violência contra o povo. Nesses 4 anos de governo do PDT algo de novo em termos de reeducação da Polícia foi realizado. O trabalho do Sr. Nilo Batista, trabalho sério, começava dar bons resultados. O Esquadrão da Morte já não operava mais.

Porém, antes mesmo da posse de Moreira Franco, logo depois do resultado das eleições, a Polícia do Rio de Janeiro, já agia de acordo com o eleito, já não cumpria as ordens do Governador que ainda governava. Por quê? Porque o período de reeducação foi pequeno em comparação com o longo período de trevas do regime militar.

Mas voltemos ao Governador Moreira Franco que prometeu acabar com a violência em 100 dias. Qual a sua primeira atitude no sentido de fazer cair o Índice de violência no Estado do Rio de Janeiro? Paralisar as obras dos CIEP's. Exatamente a grande e revolucionária obra no ensino neste País foi paralisada por Moreira Franco.

É assim que Moreira Franco quer acabar com a violência? Quando milhões de crianças podiam deixar as ruas e permanecer nos CIEP's o dia todo, com ensino, médico, dentista, alimentação;

quando essas crianças passariam a fazer parte mais tarde de uma juventude sadias, vem o novo velho Governador e manda parar as obras dos CIEP's, mais de 100 deles faltando apenas pintura ou ligação de luz elétrica.

Enquanto isso o Esquadrão da Morte vai matando culpados e inocentes, marginais ou honestos filhos de trabalhadores no Rio de Janeiro.

O povo está pagando pelo erro de ter acreditado nas mentiras do Presidente Sarney com a farsa do cruzado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A preocupação principal do governante de um lar, município, Estado e Nação, desde os primeiros momentos da sua organização, está voltada para prover a sua população de gêneros alimentícios, sendo necessário plantar, criar, industrializar, comercializar e distribuir produtos agropecuários, trabalho este, feito no Brasil pelo Ministério da Agricultura e suas empresas vinculadas.

Para executar estas nobres missões de comercializar, distribuir e, às vezes, até industrializar alimentos com pouca margem de lucro, não faltando ocasiões para não ter vantagens, mas, exclusivamente, voltada para a causa pública de bem servir à população brasileira, foi criada na década de 60, a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, Empresa governamental, vinculada ao Ministério da Agricultura. Nestas dezenas de anos de existência, a COBAL constrói supermercados, armazéns, centrais de abastecimento, comprou caminhões volantes e barcos; tudo para cumprir sua meta de trabalho, que é de fornecer produtos alimentícios ao povo brasileiro, razões suficientes que devem fazer com que o Governo brasileiro venha a centralizar na COBAL todas as ações e recursos voltados para a política de alimentos, desde a obtenção de estoques reguladores tanto nos mercados internos e externos até o destino foral, que se dá na distribuição ao consumo da população e, nesta oportunidade da elaboração de uma nova Constituição para a Nação brasileira, se faz necessária a existência de artigos voltados para a política de abastecimento de alimentos da população do Brasil, elegendo a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, como o órgão executor, e, devido à importância que o fato requer, se torna preciso a elaboração de um trabalho técnico pela Presidência da Empresa e seus assessores, para ser enviado como proposta à Assembléa Nacional Constituinte.

Transportar mercadorias entre os fornecedores e suas unidades de atendimento ao público, a COBAL consegue sem dificuldade nas Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e parte da Centro-Oeste, utilizando, em sua maioria, o transporte rodoviário, considerando a malha de estradas asfaltadas interligando estas Regiões, mas quando leva alimentos e os programas governamentais de assistência à população carente da Amazônia, só consegue alcançar por via rodoviária apenas as Capitais Belém e Porto Velho, edificadas nas extremidades no Norte do País, ficando na dependência de barcos para outros centros populacionais da Região Amazônica. Entre os Estados

do Norte do País, o mais beneficiado por embarcações da COBAL está o Amazonas, onde a Empresa estatal do Ministério da Agricultura, dispõe de pequenos navios, como o "Coari", "Juruá" e outras unidades fluviais, formando uma grande frota que dá assistência à toda população ribeirinha dos rios localizados naquele Estado, e para conseguir formar este conjunto de unidades fluviais, a COBAL utiliza recursos do Polamazônia e celebrou convênios com outros órgãos governamentais.

Olhando a atuação da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, no Estado do Pará, fica muito a desejar, levando em consideração o trabalho da Empresa no Amazonas, tendo sul vista que distribui suas lojas em poucas cidades, como Belém, Capital do Estado, Santarém, Belterra, Fordlândia, Itaituba, Altamira, isto que é do meu conhecimento, ficando mais de 90% das localidades dos Estado do Pará sem ao menos conhecer a sigla CORAL, talvez só omitida nos rádios o referido nome. Além da ausência das lojas da COBAL na maioria dos municípios paraenses, o Estado do Pará dispõe de dos navegáveis igual ao Estado do Amazonas, como estreito de Breves, Tocantins, Jari, Xingu, Trombeta, Tapajós, parte do rio Amazonas, ou afluentes destes rios, e, diante desta riqueza natural de vias de acesso, a COBAL não tem uma embarcação de sua propriedade nem um convênio com outros órgãos governamentais, executando um programa de atendimento à população das margens dos rios do Pará, como é feito no vizinho Estado do Amazonas.

Os diversos meios encontrados pelas administrações da COBAL para conseguir embarcações e servir o Estado do Amazonas, ainda também como o POLOAMAZÔNIA, FAS, outros órgãos federais, estaduais e municipais, que possuem barcos e com certeza aceitaria convênio com a COBAL, para atender o abastecimento de suas unidades administrativas. Neste sentido, no 2º semestre do ano de 1985, ocupei esta tribuna para oferecer sugestões ao Ministro da Agricultura ao Presidente da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL que visavam o aproveitamento de unidades fluviais, como o rebocador "Agrônômico", as balsas "Caxambu" e "Mureta", mais o barco-motor "Maycuru", no transporte de mercadorias, merenda escolar, entre o porto de Belém e os armazéns da COBAL existentes na região do Baixo Amazonas. Transcorreu um ano e já estamos a caminho de 2 anos e os bens públicos, como o rebocador Agrônômico", que tem capacidade de rebocar um comboio de balsas com 800 toneladas de carga, pois é equipado com uma máquina Caterpillar de 480 HP, continua parado no porto de Tindobal, em Belterra, Município de Santarém, no Pará, sem programa de trabalho, sujeito aos interesses escusos de algum administrador público que venha a fazer leilão como ferro velho. Não é só o rebocador "Agrônômico" que reclama do Ministério da Agricultura um melhor tratamento e programa de trabalho, porque existem também as duas balsas "Caxambu" e "Mureta", de estrutura de ferro, como o rebocador "Agrônômico", oferecendo, cada uma, capacidade para transportar 150 toneladas.

Sendo aconselhável navegar para Belém em barco de ferro de boa dimensão, no pronunciamento passado sugeri à Direção da COBAL que transformasse o barco-motor "Maycuru" em mer-

cado fluvial volante, atendendo toda a região do Baixo Amazonas, observando como ponto de partida o porto do Tindobal, procurando atender com as mercadorias da COBAL todos os lugarejos possíveis implantados nas margens do rio Tapajós e Amazonas. Quanto ao barco-motor "Maycuru" que é de madeira, equipado com uma máquina "Yanmar" – 100 HP tem capacidade para transportar 60 toneladas de carga; no momento está sendo reformado pela Delegacia Federal de Agricultura do Pará. Quanto às outras unidades fluviais, estão em condições de funcionamento, faltando uma pintura e algumas modificações, cujos gastos, nesses serviços, serão cobertos com a primeira viagem de trabalho, conduzindo mercadorias entre o porto de Belém e o resto do Estado do Pará, atendido pelos rios.

Tenho conhecimento de que outros Parlamentares, as Câmaras Municipais de Aveiro e Santarém, levantaram o problema de aproveitamento desses barcos pela COBAL, que chegou a receber da Delegacia Federal de Agricultura do Pará os termos de posse das referidas unidades fluviais e, em vez de colocar num estaleiro para remodelar, de acordo com os seus planos de trabalho, comete o absurdo administrativo de procurar uma empresa particular de consultoria e peritagens, para oferecer parecer sobre os bens públicos que, por se tratar de unidades fluviais sediadas no Município de Santarém, Estado do Pará, devia consultar a Capitania dos Portos, representante do Ministério da Marinha naquela localidade, deixando, desta forma, uma situação duvidosa quanto ao documento fornecido por uma empresa particular, em cima de um bem público como o rebocador "Agrônômico", barco-motor "Maycuru", balsas "Caxambu" e "Mureta" que, juntos, valem o equivalente a Cr\$ 20.000.000,00.

Essas iniciativas do Poder Legislativo formaram no Ministério da Agricultura o processo de nº 21000004353/84, que trata da cessão para a COBAL das unidades fluviais: rebocador "agronômico", barco-motor "Maycuru", as balsas "Caxambu" e "Mureta", que tem muitas contradições com a realidade vivida na Amazônia, que contesto em poucas palavras;

1 – O barco-motor "Maycuru" deve ser usado como mercado fluvial volante, atendendo à população ribeirinha da região do Baixo Amazonas, não estando sujeito ao regime de mares, como afirma o documento da firma de peritagens contratada pela COBAL, visto que só navegará em localidades atendidas por rios de água doce e muito distante do mar. A carga de 60 toneladas, composta de diversos produtos para atender à população de pequenos agricultores, habitantes de lugarejos, corresponde a 5 caminhões volantes utilizados pela COBAL nos grandes centros atendidos por rodovias asfaltadas. Quanto à reforma, está sendo feita no porto de Pindobal, em Belterra, pela Delegacia Federal de Agricultura no Pará, faltando pouca coisa para a COBAL transformá-lo em mercado fluvial volante, podendo utilizar o corpo de marinheiros existente no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, com exercício na Base Física de Belterra.

2 – O rebocador "Agrônômico" foi construído na Alemanha e adquirido pelo Ministério da Agricultura com um conjunto de 4 balsas, totalizando uma média de 600 toneladas, tendo as alvarengas "Caxambu" e "Mureta" a capacidade de 150 tone-

ladas de carga cada uma, a balsa "Diolamite", que atualmente se encontra no porto da Base Física de Fordlândia, e a balsa "Cururu", que, depois de sofrer um naufrágio, terminou sendo leiloada, como se vê, o rebocador "Agrônômico" não foi construído para rebocar só as alvarengas "Caxambu" e "Mureta", e, quanto à sua máquina primitiva, foi trocada em 1975 por um Caterpillar de 480, HP dando ao rebocador "Agrônômico" condições de rebocar um conjunto de balsas que totalizem 800 toneladas. Convém salientar que o uso de sua atual máquina não trabalhou nem 3.000 horas e transformá-lo em empurrador não é dispendiosa a operação, porque tem estrutura de aço. Quanto à despesa de óleo Diesel, torna-se bastante econômico para empurrar e rebocar um comboio de 800 toneladas.

3 – As alvarengas "Caxambu" e "Mureta" não estão fora de uso, como diz o documento da empresa de peritagens contratada pela COBAL, tendo em vista que o sistema de balsa é bastante prático para transportar caminhões com carga, mas para transportar mercadorias da COBAL com o objetivo de entregas de *parties*, nas diversas localidades com lojas e armazéns da COBAL distribuídos na região do Baixo Amazonas e merenda escolar, que faz parte do convênio da COBAL com a FAE, é até recomendável no uso de alvarengas, que são fechadas, evitando a invasão da água do rio, por ocasião dos temporais, oferecendo segurança para não molhar as mercadorias, mas como o rebocador "Agrônômico" tem condições de empurrar mais uma unidade fluvial de 500 toneladas, além das alvarengas "Caxambu" e "Mureta", é vantagem para a COBAL uma balsa de 500 toneladas de carga e assim formar o comboio para o transporte de mercadorias da COBAL entre Belém e o interior do Pará, que chega a mais de 500 toneladas de mercadorias necessárias para abastecer os supermercados da COBAL de Santarém, Belterra, Fordlândia e Itaituba, quantidade muito superior à demanda citada pela empresa de peritagem no seu laudo e cujo documento a COBAL usou para justificar a rejeição das unidades fluviais, cedidas pelo Ministério da Agricultura.

Concluo que todos os motivos citados pela empresa de peritagens não são problemas insolúveis para uma estatal como a COBAL e tendo conhecimento do movimento comercial das lojas da COBAL e a falta de expansão dos seus serviços em dezenas de cidades no interior do Pará e com o objetivo de pôr a serviço do povo bens públicos ociosos, solicito à Presidência da Assembléa Nacional Constituinte o envio de cópias deste pronunciamento às autoridades competentes, com apelo para tomarem as seguintes providências:

1º Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com o objetivo de acionar o Ministério da Marinha para que envie uma comissão de peritos navais à Base Física de Belterra, Município de Santarém, Estado do Pará, a fim de inspecionar as unidades fluviais de propriedade do Ministério da Agricultura, o rebocador de alto-mar "Agrônômico", barco-motor "Maycuru", as alvarengas "Caxambu" e "Mureta", pois está em jogo um patrimônio público no valor equivalente a Cr\$ 20.000.000,00, devendo oferecer um laudo técnico sobre estes bens públicos ao Ministério da Agricultura para contestar o documento duvidoso da firma de peritagens contratada pela COBAL e propor meios para recuperar as unidades fluviais

no estaleiro da Base Naval de Belém, visando a utilização pela COBAL na missão social de transportar alimentos entre Belém e a região do Baixo Amazonas.

2º Considerando que no Orçamento da União do corrente ano a Nação brasileira participa com recursos no valor de Cr\$ 10.000.000,00, no capital da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL, com o fim específico de ser utilizado na reposição de equipamentos inservíveis e instalações de novas unidades de comercialização, venho solicitar ao Ministro da Agricultura, Dr. Iris Rezende Machado, a criação e execução de um programa de abastecimento de gêneros alimentícios voltado para o interior do Pará, promovendo convênios entre a Secretaria de Agricultura daquele Estado e a COBAL, sendo esta a coordenadora do programa e responsável pela utilização das unidades fluviais: rebocador "Agrônômico", barco-motor "Maycuru", balsas "Caxambu" e "Mureta" e outras embarcações que vier a conseguir, para servir à população ribeirinha dos rios do Pará e abertura de lojas nas cidades onde não se fez presente.

3º Ao Presidente da COBAL, para que constitua um grupo de trabalho visando oferecer proposta de interesse da Empresa para a Assembléa Nacional Constituinte para que depois de pronta a nova Constituição tenhamos uma Empresa estatal com todos os poderes para não deixar faltar alimentos ao povo brasileiro, se fazendo presente em todos os rincões da Pátria, e quanto aos barcos, que analise o processo de cessão das unidades fluviais rebocador "Agrônômico", barco-motor "Maycuru", balsas "Caxambu" e "Mureta", e sinta que a parte social do povo foi esquecida e providencie, o mais rápido possível, a utilização desses barcos, no atendimento da população ribeirinha do interior do Pará, procurando remodelar os objetos de acordo com o programa da Empresa em atendimento do povo e não condenando para sempre, como fez o seu antecessor, pois acima de qualquer despesa está o interesse do povo, e os recursos para isto existem no FAS, POLAMAZÔNIA, capital da Empresa, Ministério da Agricultura e mais fonte do conhecimento de V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG): Pronuncia o seguinte discurso.: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Muito difícilmente hoje definiríamos a cultura porque o ser humano se tornou vastíssimo e atinge níveis que limitam muito o número dos gênios. Quando muito poderemos falar de aspectos culturais e neste momento é o que pretendo fazer. Um desses aspectos que merecem uma abordagem para o trabalho que estamos realizando na Assembléa Nacional Constituinte é o folclore.

Permita-me dizer que este conceito tem pouco mais de cem anos e foi uma consequência da tomada de consciência de uma sociedade de classe. A própria etimologia do termo, como todos conhecem, indica o "saber popular". Decore desse conceito que há uma elite cujos conhecimentos são muitos mais amplos do que os conhecimentos do homem comum, do povo em geral.

É natural que num sistema capitalista aqueles que têm mais recursos podem ter maior acesso aos conhecimentos, freqüentando melhores cursos e dando continuidade aos seus estudos, e o povo em geral continua com a instrução primária e lamentavelmente ainda há milhões de analfabetos. Mas existiu uma preocupação em recolher ao longo de nossa formação histórica, os resíduos de sabedoria, as manifestações de conhecimento das classes populares, as expressões puras do cérebro, mesmo que não tenham sido privilegiados com estudo científico. É este conceito de "saber popular" ou no termo anglo-saxônico que herdamos e assimilamos, o folclore. Não se trata de formas e manifestações elaboradas, mas fenômenos espontâneos que mostram a grandeza do ser humano e sua capacidade de comunicação.

São danças, são festas, são poemas, são gestos, são simples frases proverbiais que demonstram raízes muito ricas de um passado isento de artificialismo e sofisticação. Quem percorre o Brasil de Norte a Sul verá nas ruas e nas praças o volume imenso dessa espécie de cultura nativa, que apenas explode e não se explica, se mostra em toda a originalidade pureza, sem que seus protagonistas exibam diplomas e certificados.

Mas hoje nós estamos correndo, Srs. Constituintes, um grande risco. Em primeiro lugar, com a expansão e predomínio dos meios de comunicação de massa, há o perigo da massificação de cultura, isto é, distribuir e incutir um conjunto de conhecimentos superficiais de todos os assuntos, matando as formas originais de encarar os fenômenos da natureza.

No Brasil, é sabido que a igreja até que aparecessem os sintomas do progressismo, conservou em grande parte as manifestações folclóricas.

Hoje, infelizmente, tais manifestações são ditas superadas, ultrapassadas, triunfalistas, e todos os pretextos são usados para suprimi-las e legá-las ao esquecimento. Isto porque, folclore é o saber popular passado oralmente de geração para geração, é algo que está ligado à tradição, conhecimento passado de pai para filho. Investindo contra a igreja tradicional, os progressistas investem contra todos os valores indiferentemente de sua categoria, e entre eles o folclore. Mas o ponto crítico que eu aludi, está na mercantilização do folclore que vai tornando uma conotação somente de saber artesanal. A necessidade do mundo capitalista de auferir lucros de tudo e de todos fez com que se instituisse o turismo e para que o turismo se firmasse as manifestações que eram, espontâneas e sem finalidade mercantil, se tornaram atrações, espetáculos, coisas encomendadas.

Postas estas premissas, devo chamar a atenção para o trabalho realizado pela Comissão de Folclore do Governo de São Paulo que desde a década de 50 vem realizando uma pesquisa muito bem feita e reunindo um grande acervo de documentos na área do folclore. O mesmo tem acontecido com muitos outros Estados da Federação onde há ainda uma preocupação elogiável de preservar e transmitir para as gerações futuras as manifestações da sabedoria popular. O que porém é constrangedor é que os meios de comunicação de massa vão levando para o palco, para os grandes teatros, para os salões de peças, todo um conjunto de manifestações que deveriam permanecer na rua, na praça, nas varandas, nos quintais, nas portas das igrejas, nas mesmas datas

em que se deram e nos mesmos locais onde se realizaram, preservando os ambientes psicológicos que lhes conferem peculiaridade e originalidade.

De que adianta levar o cantador ao palco e tirar repentina da praça? A cantiga de roda e a procissão das pastoras não têm sabor fora de época e realizados para encantar turistas. Tudo têm seu tempo e lugar para ser essencialmente folclórico.

Enfim, é preciso que os Constituintes levem em consideração a riqueza imensa do saber popular e que ele seja guardado como herança sagrada para as gerações futuras.

Há uma mistura de religião, de magia, de expressões de encantamento na visão que o povo tem dos fatos naturais. Por que arrancar da lua o São Jorge com sua lança lutando com o dragão? Por que desmistificar a lara e o Caboclo D'água? Por que modernizar as histórias da Carochinha e as lendas que movimentavam os sonhos dos meninos e das meninas de outrora?

Nos Estados Unidos, país essencialmente capitalista, e onde o dólar comanda o espetáculo, há uma preocupação séria em preservar as tradições e um respeito muito grande para com aqueles que tentam explicar dentro de uma visão científica os fatos naturais.

Urge, portanto, Srs. Constituintes, reavaliar o conceito de folclore e pelo menos em princípio já deixar marcado na nova Carta Magna que ele deve ser fielmente preservado.

Se é nossa intenção instaurar definitivamente uma democracia no Brasil, precisamos inserir nesta democracia todos os seus valores, inclusive os mais próximos do povo, como são seus costumes legítimos e seu saber peculiar, que por uma questão de semântica hoje chamamos de folclore.

Aproveito ainda esta Tribuna, Srs. Constituintes, para pedir o apoio de todos os senhores na luta maior do povo da minha região pela sua emancipação política e administrativa com a criação de mais uma Unidade da Federação que será o Estado do Triângulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA – Líder do PL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Líder do PL. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Na manhã de hoje fomos nos entrevistar com Sua Excelência o Presidente José Sarney, e fomos levar a Sua Excelência os agradecimentos e o louvor do Partido Liberal ao belíssimo gesto que teve ao determinar a devolução, à família do grande e saudoso Líder Carlos Lacerda, das medalhas e das condecorações a que S. Ex^a fizera jus durante sua existência.

Logo em seguida, Sr. Presidente, fiéis à nossa linha de coerência, aplaudimos a determinação manifestada pelo Presidente de combater a inflação, os juros e a corrupção, mantendo o sistema de poupança, conferindo prioridade à negociação da dívida externa, preservando o poder de compra do trabalhador e protegendo as pequenas e microempresas.

Disse ao Presidente que estas são as medidas que o povo brasileiro está esperando e clamando por elas. Agora, resta-nos receber do Governo as providências concretas e objetivas que venham atender a terrível situação de crise que o Brasil atravessa. Mas para ajudar o Brasil a sair dessas dificuldades não faltará a palavra e a presença do Partido Liberal que, com a mesma linha de independência com a qual critica o que considera errado, aplaude o combate à corrupção, à inflação, aos juros extorsivos e a defesa e proteção do salário da imensa classe trabalhadora e o poder aquisitivo aviltado da classe média estrangulada.

Mas, Sr. Presidente, no mesmo noticiário que divulgou a manifestação do Presidente José Sarney, saiu uma declaração de Sua Excelência pedindo aos Ministros coesão e identidade e ao PMDB e PFL divisão das responsabilidades pelos bons dias e pelos momentos amargos. Mas o que tenho visto, Sr. Presidente, é que esses grandes Partidos preferem partilhar os bons dias e se afastam, como o Diabo da Cruz, na hora, nos momentos, nos dias amargos.

O PMDB tem o Líder do Governo no Congresso Nacional, tem Líder no Senado e na Câmara e tem mais de 20 Vice-Líderes. O PFL tem Líder no Senado e na Câmara.

O Governo é barbaramente atacado aqui todos os dias, e não houve uma palavra de defesa ou de justificação das suas medidas.

Ainda hoje, tivemos ocasião de ouvir aqui críticas as mais severas e violentas, sem que qualquer dessas inúmeras Lideranças se pronunciasse, buscando defender o Governo.

Onde estão estas Lideranças, Sr. Presidente? Estão tomando conta de um novo ministério, aliás na pessoa ilustre e amiga do meu antigo companheiro Marcos Freire, que tem todos os títulos para ocupar qualquer ministério, e não apenas o da Reforma Agrária, que é da maior importância para o futuro deste País.

É esse o quadro, Sr. Presidente: muitos jantares, muitas reuniões, muitas articulações, e o PMDB está sempre se esquecendo de que, nos bons dias, fez do Presidente José Sarney, seu Presidente de honra. E agora, no momento em que o Presidente mais precisa de seu apoio na retribuição da cobertura e dos favores de que o PMDB recebeu neste País, desde o extremo sul até o extremo norte, graças ao qual obteve mais de 20 governos estaduais e uma enorme bancada nesta Assembléa Nacional Constituinte.

Quero, portanto, dizer, Sr. Presidente, que em todas as ocasiões em que for necessário fazer justiça e trazer o apoio ao combate à inflação, à defesa do poder aquisitivo do povo, à defesa dos interesses do trabalhador, o Partido Liberal estará nesta tribuna e vai cobrar dos grandes beneficiários do Governo a defesa e a justificação dos atos do Presidente da República e do seu Ministério.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O NOBRE CONSTITUINTE SR. ADOLFO DE OLIVEIRA:)

GUERRA À INFLAÇÃO E AOS JUROS

Uma guerra "sem trégua" à inflação e às altas taxas de juros foi declarada ontem pelo Presidente Sarney, na reunião ministerial. No discurso, o Presidente admitiu que a crise atinge todos os setores, que a União está "debilitada" e a Federação, "combalida". Aos Ministros pediu coesão e identidade. Ao PMDB e PFL, divisão da responsabilidade pelos bons dias e pelos "momentos amargos". Segundo o porta-voz Frota Neto, Sarney "respirou aliviado" depois da reunião. As principais metas do Presidente:

O Combate à inflação, aos juros e à corrupção.

Manutenção do sistema de poupança.

Prioridade para negociação da dívida.

Preservação do poder de compra do trabalhador.

Proteção às pequenas e às microempresas.

Durante o discurso do Sr. Adolfo de Oliveira, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Líder do PC do B. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

No dia de ontem na Cidade de Cuiabá reassumiu as funções de Prefeito daquele município o ex-Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, Dante de Oliveira. Ao ato compareceram cerca de 30 Parlamentares e de 3 mil pessoas em praça pública. Entre os 30 Parlamentares estavam presentes o Líder do Governo, o Líder do PMDB nesta Casa, o Constituinte Luiz Henrique, o Líder na Constituinte, o Constituinte Mário Covas e o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, Líder no Senado.

Sr. Presidente, trinta Parlamentares não se deslocariam a Cuiabá apenas para presenciar a posse do ex-Ministro Dante de Oliveira. Na verdade, naquele ato, estava em curso um outro significado: o comício que lá se realizou, se por um lado era o comício pelo qual o povo de Cuiabá vinha à praça pública saudar o Prefeito daquela Cidade, que reassumia as suas funções, era, por outro lado, o momento em que trinta Parlamentares de diversos Partidos representados nesta Casa, incluindo Lideranças do Partido do Governo, iam a Cuiabá levando em conta que a grande jornada das Diretas Já!, começou no País inspirada no nome de Dante de Oliveira, que foi o autor da emenda das Diretas-Já!, em 1984 e, por conseguinte, todo o comício que ontem se realizou em Cuiabá foi o comício pela direta, em 1988, para Presidente da República.

Não podemos perder de vista que todos os oradores que lá falarão se expressaram favoravelmente à eleição para Presidente da República em 1988. Evidentemente, Sr. Presidente, com o cuidado que o cargo, que as funções que estão exercendo lhe confere, o Líder Mário Covas e também o Líder Fernando Henrique Cardoso foram cuidadosos na sua proclamação pelas eleições diretas em 1988.

O Líder Mário Covas teve o cuidado de dizer que a eleição direta existirá de qualquer maneira, o que está em pauta, ainda, é a marcação dessa eleição direta que será feita pela Assembléa Nacional Constituinte, o que é inteiramente correto. Entretanto, sem essas limitações que as funções de Líder do PMDB à Constituinte lhe conferia, os demais oradores do PMDB, do PC do B, do PDT e do PTB que lá se pronunciaram, foram todos unânimes em dizer que o Presidente José Sarney está exercendo uma função para a qual foi eleito com o Presidente Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, para cumprir uma transição democrática, cumprir um mandato de transição e que esse mandato de transição termina com a promulgação da nova Carta Constitucional brasileira. Por conseguinte, não tem cabimento – segundo os oradores que lá, ontem, se pronunciaram com o aplauso do povo de Cuiabá – o Presidente que está aí, cumprindo um mandato de transição, passar por cima da transição e de todo o processo que o levou ao Palácio do Planalto, pretendendo cumprir 5 anos de mandato.

Sr. Presidente, todos os oradores e todas as lideranças que estiveram, ontem, à tarde, em Cuiabá, também aproveitaram a oportunidade para trocar idéias, para conversar e verificar o quanto é profundo o sentimento popular em prol da eleição direta para Presidente da República, em 1988 e, por conseguinte, se articularam e se acordaram no sentido de que aquele ato de Cuiabá fosse considerado o primeiro ato que marcaria uma nova e grande caminhada do povo brasileiro em busca das diretas que não aconteceram em 1984 mas que acontecerá, sem sombra de dúvida, em 1988, não só porque esse é o desejo desta Assembléa Nacional Constituinte mas, sobretudo, este é o desejo e a necessidade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, concluo dizendo que, na tarde de hoje, ainda há poucos instantes, o Constituinte Ubiratan Spinelli ocupou a tribuna para dizer que ontem, o primeiro ato pelas diretas de 1988, foi feito com o dinheiro do Governo de Mato Grosso, patrocinando as passagens, a hospedagem, etc. Sr. Presidente, participei com entusiasmo do ato em que a Bancada do PC do B esteve quase toda presente. Todos nós pagamos a passagem de ida e volta e a hospedagem num hotel de Cuiabá, por sinal cara, como alto está o custo de vida para todo o povo brasileiro, razão pela qual, sim, estribados na nossa própria força, no nosso apoio e nas nossas condições fazemos essa e realizamos grande jornada que será a das diretas em 1988 para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Como líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Há poucos dias ocupava esta tribuna para congratular-me com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, por medidas tomadas com relação a uma moratória para com os pequenos, médios e microempresários, todos eles endividados e os jornais traziam que tinha sido sustada, por 45 dias, qualquer execução judicial e de que haveria dinheiro nos bancos para ser emprestado com um prazo de 36 meses. E o povo brasileiro, especialmente os interessados, tomou conhecimento dessas medidas. Tenho recebido muitos telefonemas e informações, especialmente da região que represento, para saber da resolução ou do decreto-lei que havia estabelecido essa moratória, porque as execuções estavam continuando e para surpresa nossa, nós nos dirigimos ao Banco Central e, até agora, não saiu qualquer resolução referente à moratória, não saiu nada que sustasse as execuções para 45 dias. E, por isso mesmo, cria-se uma situação constrangedora e difícil em todo este País, porque quando esses microempresários são executados, eles se revoltam, porque as medidas são anunciadas pelos jornais.

Queremos, aqui, fazer um apelo às autoridades responsáveis, em nome do nosso Partido, para que sejam tomadas providências, sob pena de não concluirmos a nova Constituição.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no fim da semana passada, de passagem pela região que represento, senti de perto, os graves problemas por que passam os pequenos produtores rurais; todos eles endividados, sem vontade de produzir, de plantar – tanto que o trigo que será plantado nesta safra não corresponde a 20% da plantação do ano passado – desanimados e sem saída. Imaginem os Srs. aquele que deve apenas Cz\$ 100.000,00 – e muitos devem muito mais e não apenas devem aos bancos oficiais, através de empréstimos agrícolas, mas principalmente aos bancos particulares e também aos estatais, mas pedem isso através da rolagem da dívida, um "papagaio" em cima do outro. Se eles devem 100 mil cruzados, isto representa, por mês, 25 mil, e de maneira alguma eles têm condições de pagar, e aqueles que devem mais são fatalmente condenados. Mesmo que ainda possuam algum capital, mesmo que tenham um pedacinho de terra, mesmo que tenham uma pequenina firma, não têm condições de sobressair, porque é humanamente impossível pagar esses juros, essa correção monetária, pois os negócios também param e, vejam V. Ex's, essa situação gera um desemprego nunca visto neste País.

Enquanto isso, na nova Constituição se fala em novas leis, em fazer aquilo que o povo espera de nós. Tudo isso não adianta. Precisamos agora, mais do que nunca, de ações, de ações energéticas, de decisões, para salvar ainda aquilo que nos resta, para que não vá tudo para o caso e para que neste País não aconteça uma convulsão social, onde não sabemos a que rumos marcharemos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Solicito a V. Ex.^a que, como tem sido adotado, segundo interpretação do Regimento, não seccione as comunicações da Liderança. Depois de ouvir o nobre Constituinte Amaury Müller, concederei a palavra a V. Ex.^a.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, trata-se de uma questão de ordem relativa a uma das Lideranças que esta Casa tem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço a V. Ex.^a que aguarde o Constituinte Amaury Müller e, logo após, darei a palavra a V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome do PDT, saúdo o ex-Senador e ex-Deputado Marcos Freire, que tomou posse hoje no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Embora tenhamos, até aqui, sérias dúvidas sobre o desejo efetivo do Governo de operar profundas mudanças na estrutura fundiária brasileira, sabidamente injusta, cruel, concentradora de terras em poucas mãos, cabe-me manifestar, pelo menos, a esperança, porque, à míngua de uma certeza mais real, resta-nos a esperança de que possa o Sr. Marcos Freire, que tem passado, que tem história, possa S. Ex.^a conduzir a sua Pasta ao objetivo perseguido por toda a sociedade brasileira – a realização, a implantação de uma efetiva reforma agrária que conte com os 12 milhões de agricultores sem-terra com pouca terra, ou com um pedaço de chão, para que dele possam retirar o seu sustento, o sustento de sua família e o sustento de milhares de bocas que neste País infelizmente ainda passam fome.

É exatamente sobre o tema reforma agrária, Sr. Presidente, que demorar-me-ei um pouco mais. Parece que toda a parafernalia montada pela UDR, na última reunião da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, não foi suficiente. Brutamontes armados, pistoleiros profissionais, que literalmente ocuparam, as galerias do Senado, em nome da UDR, parece que não se sentiram satisfeitos pelas ameaças, pelas violências praticadas, inclusive contra jornalistas, e toda a avalanche de ameaças começa a se repetir. Não são apenas a nobre Constituinte Raquel Capiberibe ou o Constituinte Benedicto Monteiro que continuam a receber mensagens de Ribeirão Preto, de Andradina e de várias cidades do Estado de Minas Gerais, contendo ameaças veladas ou muito claras, acenando até com a perspectiva de guerra civil, se este País experimentar a reforma agrária que a consciência nacional deseja e está a exigir.

Também ao meu gabinete, Sr. Presidente, têm chegado, diariamente, mensagens neste sentido. Devo dizer, aqui, fiel aos princípios e à doutrina que meu Partido esposou, que não serão essas ameaças que mudarão a minha posição, que alterarão o meu voto a favor de uma verdadeira reforma agrária. Creio até que a UDR e seus áulicos poderiam evitar essa despesa inútil de enviar tantas mensagens aos gabinetes dos Constituintes comprometidos com a história e com o futuro deste País, porque nada mudará.

Na Comissão Temática, no âmbito da Comissão da Ordem Econômica, não apenas manteremos nossa posição, como também lutaremos

para alterar a fúria entreguista que caracterizou a outra Subcomissão, a ponto de pretender entregar ao apetite voraz do capital estrangeiro o filé-mignon do processo produtivo do petróleo, a refinação, e definir a empresa nacional como qualquer empresa que tenha sede no Brasil, abrindo, desta forma, um enorme flanco, escancarando, de forma definitiva e irreparável, as portas frágeis da economia nacional à fúria e ao saque do capital multinacional.

Enganam-se os que pensam que o poder vai continuar a se agigantar nas mãos dos maus; equivocam-se os que imaginam que as nulidades vão continuar a triunfar e que qualquer um de nós, comprometidos com o nosso povo, possa rir-se da honra ou ter vergonha de ser honesto. Não, Sr. Presidente.

O PDT mantém como questões de fundo todas as posições nacionalistas em favor dos Direitos Humanos, da soberania dos povos, esposadas em todas as Subcomissões de que participou a manterá esta posição, custe o que custar, debaixo ou não de novas ameaças que continuaram sendo feitas, a mancheias, pelo capital internacional, pelo latifúndio e pela fúria louca dos bancos, que só lucram neste País, enquanto o povo empobrece. Não mudaremos de posição, Sr. Presidente, e a História certamente haverá...

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Lamento informar ao nobre Constituinte que em comunicação os apartes não são permitidos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Imaginei que a S. Ex.^a falasse pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a poderá manifestar-se quando outros oradores, dentro em breve, no Grande Expediente, usarem da palavra.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Para concluir, Sr. Presidente, agradeço ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho a intervenção anti-regimental, mas democrática e polida, com cujo pensamento, em grande parte, o PDT está afinado e que haverá de ser, como o PDT, uma força, um poderoso instrumento para que tenhamos a Constituição que todos os brasileiros desejam, a fim de que, amanhã, quando julgados pela História, não sejamos acusados de omissão, pusilanimidade e entreguismo a interesses que não são nacionais.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, com base no art. 55, § 3º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Domingos Leonelli, para uma explicação pessoal.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Deputado Ubiratan Spinelli, do PDS, fez, na tarde de hoje, uma grave acusação a vários Constituintes que compareceram ontem à reunião do Prefeito Dante de Oliveira, em Cuiabá.

Segundo estou informado, o Deputado Ubiratan Spinelli teria assegurado a esta Casa que o grupo de Deputados e Senadores que ali compa-

receu teria sido financiado pelo Governo de Mato Grosso.

Não vou apresentar aqui a passagem retirada da minha quota da Câmara dos Deputados, como todos os outros assim o fizeram, porque não creio que deva dar esta satisfação a uma acusação tão irresponsável. No entanto, para que esta Casa possa prosseguir esse trabalho, com algum respeito entre os seus Pares, requeiro à Mesa que apure, que exija do Deputado Ubiratan Spinelli a prova de que o Deputado Domingos Leonelli, o Deputado Haroldo Lima, o Deputado Maurílio Ferreira Lima, o Deputado Nelton Friedrich e tantos outros foram financiados, foram custeados, por quem quer que seja, para comparecer à reunião do ex-Ministro Dante de Oliveira.

Comparecemos, Sr. Presidente, a Cuiabá, ontem, para afirmar à história do nosso Partido, no caso, dos peemedebistas, para saudar o reencontro de uma das nossas melhores figuras com a sua própria história. Enquanto tantos transformam cargos em moeda política, o Ministro Dante de Oliveira opta por sua coerência e por sua própria história. Foi para isso que fomos lá, às nossas costas.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a exija as provas da acusação ou o desmentido formal do Deputado que, irresponsavelmente, inconseqüentemente, caluniosamente, faz assertivas que não pode provar, assertivas mentirosas. (Palmas.)

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso dar a palavra pela ordem a V. Ex.^a, porque já dei a palavra ao Líder.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso dar a palavra a V. Ex.^a. Dou a palavra ao Líder Luiz Inácio Lula da Silva, porque as Comunicações das Lideranças não podem ser interrompidas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Líder do PT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Começo minha fala parabenizando o novo Companheiro que está entre nós, o ex-Prefeito de São Bernardo, Deputado Tito Costa, que vem, sem dúvida alguma, ajudar a que consigamos fazer uma Constituição mais democrática do que aquela que se apresentou na aprovação dos relatórios.

Segundo, Sr. Presidente, de vez em quando, tenho a impressão de que estou falando para os ouvidos moucos desta Assembléa Nacional Constituinte. Não obstante, gostaria de fazer uma denúncia que reputo muito séria: o conflito na Fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia. Para que os Srs. Constituintes tenham uma idéia, há mais de 7 anos vivem 400 famílias nessa fazenda. O conflito já era seriíssimo há muito tempo e, no dia 26, a Polícia, a mando do Coronel Gibson e com ordem do Secretário de Segurança do Estado do Pará, cercou a fazenda e ninguém mais entra, ninguém mais sai. Está decretado o estado de sítio na fazenda. O resultado é que está virando um campo de guerra, guerra aberta e declarada,

até mortes já houve. A criança Maria Goretti de Sousa, de 4 anos, morreu, porque estava doente e a Polícia não deixava ninguém sair, sequer para levá-la ao hospital. A Sr.^a Joana Josué Soares estava grávida e não teve filho na maternidade, porque não pôde sair. Foi obrigada a ter o filho à beira de um rio, na frente dos Policiais. E 30 pessoas já foram presas.

Se isso acontecesse no tempo da Velha República, todos nós estaríamos aqui perplexos e, quem sabe, imaginando que era obra dos militares. Mas quando isso acontece exatamente no meio do mandato da Nova República – sou daqueles que defende 4 anos para o Governo – vem demonstrar, para a opinião pública, que a Nova República mudou pouquíssimas coisas na sua metodologia de agir com relação aos conflitos sociais, se a compararmos com a Velha República. Aliás, penso que há muitas pessoas que aprenderam com a Velha República e que estão hoje mandando na Nova República. Vide o discurso do Presidente Sarney pela televisão, quando anunciou, de fama ditatorial, que ia ficar 5 anos na Presidência da República. Se não bastasse tudo isto, peguei a **Folha de S. Paulo** hoje e vi que, aqui, no Brasil, já não existe mais a censura da Polícia Federal, aquela censura quando os soldados entravam na redação dos jornais, quebravam máquinas, batiam em jornalistas e apreendiam jornais. A censura hoje é mais cínica, é mais hipócrita, porque é feita a partir da coordenação dos órgãos de comunicação do Presidente da República. Pelos jornais, estamos percebendo que ontem, até às 21 horas e 30 minutos, a Embratel não havia liberado um satélite para transmitir a reassunção do Prefeito Dante de Oliveira e o comício pelas diretas, que se reiniciavam, em Cuiabá. Se não bastasse pegarmos a **Folha de S. Paulo**, ontem tive a oportunidade de assistir na televisão a uma das pessoas do Ministério dos Transportes que foi fazer auditoria nas denúncias de corrupção das empreiteiras, e nunca vi cara-de-pau maior: o cidadão dizia que as denúncias feitas não eram denúncias que fossem indício de prova para poder punir algumas das empresas. Amanhã, segundo os jornais, será aberta a concorrência com as mesmas empresas.

Ora, por todos esses fatos, é importante relatarmos neste Plenário da Constituinte, tão esvaziado, porque interesses maiores tomam conta dos Constituintes, que, se as coisas no Brasil vão mal do ponto de vista econômico, se as coisas no Brasil vão mal do ponto de social, muito pior vão as coisas do ponto de vista moral.

Lembro-me muito bem que este Congresso aqui, inclusive com a liderança do Dr. Ulysses Guimarães, à frente do PMDB, em 1984, quando recusamos uma proposta do Presidente João Figueiredo – vejam V. Ex.^{as} o que é coincidência, vejam V. Ex.^{as} o que é o destino – de eleições diretas para 1988, o ex-Presidente Figueiredo queria eleições diretas para 1988 e nós não queríamos, queríamos em 1984. Não ganhamos para 1984 e fomos para 1990. Agora, algumas pessoas que queriam, como o Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, eleições em 1984, agora contentam-se com eleições em 1989. Ora, este fato demonstra, de forma inequívoca, que neste País é preciso que tratemos de burilar não apenas as questões econômicas e sociais, mas que tratemos de burilar a cabeça dos nossos governantes. É preciso que se diga, de

uma vez por todas, ao Presidente Jose Sarney e às pessoas que compõem o seu Governo, que não é possível haver censura, como tem denunciado a imprensa, através da Assessoria do Governo, comandada pelo Getúlio Bittencourt, de quem sou amigo; que não é possível haver cerco do Exército a fazendas em que, há 7 anos, há trabalhadores ocupando aquelas terras; que não é possível essa concorrência voltar da mesma forma em que foi feita a outra, com a Andrade Gutierrez, com a Camargo Corrêa e com tantas outras, que sabemos ocupam cargos importantes nos Ministérios e no Palácio do Planalto.

É por causa disso, Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, que quero terminar dizendo para V. Ex.^a uma coisa muito séria.

Nunca na História deste País, pelo menos em 20 anos que milito na política, houve a descrença e o descrédito do povo como há hoje. É bem possível que algumas pessoas que se projetaram nas ruas estejam hoje escondendo-se dentro deste Plenário, para evitar de ir para a rua conversar com o povo, para saber o que ele pensa.

Fiz questão de fazer uso da palavra hoje para dizer aos Companheiros Constituintes que, a partir da semana que vem, me verão muito pouco nesta Casa, porque vou fazer uma opção: vou para a rua tentar chamar este povo para a luta, porque, se depender deste Plenário e deste Congresso Constituinte, pelos relatórios das Subcomissões, já se percebe que o povo poderá ter uma Constituição mais atrasada do que a de 1946. (Muito bem!)

Ainda predominam os coronéis, ainda predominam os reacionários. E se, aqui dentro, as forças progressistas são minoria, lá fora não tenho dúvida alguma, elas são maioria.

Termino fazendo um convite ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães. A partir da semana que vem, como fez em 1984, seria importante que V. Ex.^a lesse alguns discursos que fez por estas capitais agora, e saíssemos à rua para dizer, alto e bom som, mas sem rancor, ao Presidente José Sarney que ele não pode continuar sendo Presidente dele mesmo, que ele não pode continuar sendo Presidente do Ministério dos Transportes, que ele não pode continuar sendo Presidente do Ministério do Exército, que nós precisamos de um Presidente do povo, e um Presidente do povo terá que ser eleito pelas eleições diretas.

Queremos contar não apenas com a sua presença, Dr. Ulysses, mas é com todo o PMDB, porque não é possível e admissível quem lutou tanto por democracia, quem lutou tanto por liberdade, quem lutou tanto por eleições diretas, ficar cabisbaixo diante da petulância, da arrogância do Presidente da República, quando deu o golpe na Constituinte, decretando o seu mandato. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham sugestões a apresentar, queiram fazê-lo.

VI

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI apresenta requerimentos de informações, sendo que no primeiro requer ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, esclarecimentos sobre denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" do dia 26 de maio p.p. e reitera-

das em edição posterior, sobre irregularidades na administração do Projeto Rio, quando o Sr. Ministro era Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras e Saneamento; e no segundo requer ao Presidente da Caixa Econômica Federal esclarecimentos sobre a atual política habitacional, relativamente à utilização dos recursos do FGTS, fusão CEF/BNH, aplicações dos recursos do extinto BNH, e outros dados pertinentes.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB – MG. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Na Comissão do Sistema Político Eleitoral e Segurança do Estado, nós levantamos uma questão de ordem ao ilustre Constituinte Presidente Jarbas Passarinho com relação à possibilidade da inversão da pauta dos nossos trabalhos. Porque, Sr. Presidente, não tem muita lógica, não tem muito sentido, objetivo, sobretudo, que o Relator receba as emendas sobre um substitutivo ou um anteprojeto das Subcomissões para, posteriormente, apresentar o seu relatório e ser submetido à votação. É uma incoerência tão grande que o que aconteceu foi que os Srs. Constituintes simplesmente repetiram as emendas anteriormente apresentadas, já que não havia novidade nenhuma em termos de parecer, em termos de relatório, em termos de anteprojeto substitutivo.

Mas eu soube que V. Ex.^a, a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte resolveu permitir, facilitar um pouco uma construção mais inteligente a respeito da apresentação de emendas por conta dos Srs. Constituintes em cima do substitutivo do Relator da Comissão Temática, permitindo que nos dias 8 e 9, segunda e terça-feira, fosse aberto o prazo para a apresentação de emendas.

Sr. Presidente, nós vivemos uma época perturbada, estamos vivendo uma crise econômica que afeta, sem dúvida alguma, os trabalhos constituintes. Uma Constituição é realmente a Carta maior do País, precisa ser bem sedimentada, extratificada, analisada, absorvida, não só pelos constituintes, mas sobretudo pela sociedade brasileira no seu todo, no seu conjunto.

O que está acontecendo, Sr. Presidente, é que em dois dias, em que nós teremos os pareceres, o substitutivo será apresentado, provavelmente sábado ou domingo, dia 6 ou 7, o que vai acontecer é que nós teremos, Sr. Presidente, 48 horas, exatamente 48 horas, nós, constituintes, para analisarmos e lermos todos os anteprojetos e pareceres das 8 Comissões Temáticas. Evidentemente, Sr. Presidente, o tempo não é suficiente. Serão feitas uma análise e uma apresentação formal de emendas sem um sentido profundo da cristalização, da sedimentação, da absorção do sentimento, do pensamento do Relator que nós gostaríamos de modificar, porque é evidente que os novos relatores apresentarão ou acrescentarão o seu ponto de vista aos novos relatórios. O que está acontecendo, Sr. Presidente, é que uma Constituição está sendo trabalhada, constituída, numa fase de aceleração que não está de acordo com as nossas tradições republicanas e, sobretudo, com o sentimento e a vontade da Casa

de ver, nesta Constituição, representado, realmente, um Brasil moderno, progressista, aquele Brasil que todos nós desejamos.

V. Ex.^a poderá responder: mas haverá muito tempo na Comissão de Sistematização, haverá o debate em Plenário. Concordo, mas V. Ex.^a sabe, por outro lado, que em política o fato vai se tornando sedimentado e torna-se difícil revogá-lo, porque vai se cristalizando no seio da Comissão Temática, como já se começo no seio das Comissões e das Subcomissões, pontos de vista até antagônicos e, cada vez mais, a divergência, o fosso vai se abrindo, Sr. Presidente, e vai-se tornar difícil, se não houver um prazo maior para a apresentação de emendas. Porque as emendas terão que ser estudadas, terão que ser analisadas para se poder encontrar soluções alternativas de entendimentos entre as diversas correntes ideológicas que predominam nesta Casa.

O apelo que faço a V. Ex.^a é que estude novamente, como V. Ex.^a vem estudando e encontrando saída, para que não caiamos novamente nesse mesmo círculo vicioso de limitação de tempo corrido, com impossibilidade material dos Srs. Constituintes tomarem conhecimento dos relatórios e poderem, sobretudo, conversar com a sua sociedade, com os meios representativos, enfim, terem uma noção exata, ampla, plena daquilo que foi feito pelos Srs. Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa ao nobre autor da questão de ordem, compreendendo o seu intuito, que, em primeiro lugar, a elaboração de todo um sistema para a feitura da Constituição possibilitou que, em patamares ou estágios sucessivos, a matéria fosse renovada e examinada; em segundo lugar, a Mesa já fez uma interpretação abrangente dos dispositivos regimentais que regem, que disciplinam a matéria nas Comissões Temáticas, tanto assim que, fugindo a uma interpretação literal, rígida, textual de servi-la ao texto, o próprio autor da questão de ordem reconhece, principalmente fixando na circunstância de que o substitutivo originalmente concebido do Regimento, que não admitia emendas, poderia trazer matéria nova, abriu mais 48 horas para que as emendas fossem apresentadas e 48 horas para que se fosse elaborado o substitutivo ou o parecer sobre as emendas apresentadas à deliberação conclusiva da Comissão Temática.

Dentro do calendário que a Mesa deve cumprir, principalmente com o propósito de ainda este ano termos a Constituição elaborada, a Mesa não tem condições regimentais de ampliar os prazos já fixados.

VII – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB – MG.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A crise econômica que vivemos tem raízes profundamente políticas. A falta de sustentação política ao Governo leva a uma insegurança que, por sua vez, leva a um aceleramento da crise econômica, que realimenta a crise política.

Tive, hoje, a oportunidade de ouvir os Srs. Constituintes, e a grande maioria relata a perplexidade que suas bases vivem, em função da angústia

dos altos juros, da insegurança, da instabilidade, enfim, da falta de rumos em relação a uma perspectiva de solução da crise econômica.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, essa crise – já disse e repito – tem bases em fundamentos políticos que levam, sobretudo, a uma ausência total de comando, de orientação política, neste Plenário, onde sentimos a pulverização, o esfacelamento das nossas lideranças. Percebemos que o processo político corre à revelia de um comando partidário, sobretudo um comando partidário que conduz o PMDB – que é o maior Partido de apoio nesta Casa ao Governo da República –, à insegurança e à instabilidade.

Sr. Presidente, ao analisar as causas, o porquê da crise, chegaremos à primeira causa que é a fragilidade, a inconstância, a desestruturação ideológica dos partidos políticos. Realmente, precisamos encontrar a fórmula, a saída para essa instabilidade partidária em que vivemos hoje. Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, muitas seriam as causas, mas defendo – e já tive a solidariedade de ilustres figuras do passado – o nosso sistema eleitoral como a causa maior da nossa fragilidade partidária. O que encontramos, hoje, é um sistema de listas abertas, onde os Partidos lançam candidatos, a fim de que possam disputar o mandato de Deputado Federal ou Deputado Estadual sem nenhuma identidade partidária. Esse sistema que foge a toda lógica e bom senso político, já que os candidatos deveriam ser políticos perfeitamente integrados na filosofia e no pensamento político do seu Partido. O que encontramos hoje são os Partidos como um refúgio, como o meio de um cidadão – desvinculado de tradições e de passado político – se fazer candidato e se apresentar, eleito, perante a Nação, como Deputado Federal. Evidentemente, eleito dessa forma, não tem compromisso algum com o seu Partido, ele é, eu diria, um líder autônomo, um satélite, girando em torno de alguns sóis que sempre brilharam nesta Casa. Como agora esses sóis estão sendo destruídos pela movimentação, pela transição, pela velocidade dos acontecimentos políticos – sobretudo pelas suas contradições internas – o que assistimos é que esses satélites estão fugindo das órbitas, estão correndo soltos no espaço, sem nenhuma consistência, sem nenhuma objetividade.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, precisamos analisar profundamente a necessidade de uma mudança no nosso sistema eleitoral. A nossa proposta é que passemos a adotar aqui no Brasil não o sistema distrital puro, porque este sistema é altamente condenado, na medida em que fere profundamente as minorias; passam a não ter nenhuma possibilidade de se fazerem representar no Congresso Nacional, através do sistema distrital puro, já que ele elimina os pequenos partidos e fortalece a existência de dois partidos.

Achamos, Sr. Presidente, é que precisamos aproveitar as vantagens dos dois sistemas que prevalecem hoje no mundo democrático: o sistema eleitoral proporcional e o sistema eleitoral majoritário, tirando vantagem de um e de outro e procurando encontrar salvaguardas, para não permitir que aconteçam esses prejuízos à pureza do sistema eleitoral. Nós propomos que esta Constituinte adote, como fórmula de sistema eleitoral, o sistema adotado na república federal alemã, o sistema proporcional com apuração distrital. Isso significa que teremos uma eleição propor-

cional, através do voto legendado, onde o eleitor não vota em nomes, e sim numa lista partidária organizada pelo partido político, através de processos que podem ser discutidos, ou através de prévias, ou através de convenções regionais e nós estariam, então, implantando a unidade partidária, a unificação de pensamento, e o eleitor votaria no partido, e este partido já teria os nomes classificados em ordem decrescente em função da sua votação, ou numa convenção ou, repito, num sistema de prévias eleitorais.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Com muito prazer, nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Nobre Constituinte Israel Pinheiro Filho, V. Ex.^a toca, sem dúvida, na questão fundamental do nosso regime político. O sistema proporcional, vigente no Brasil, a partir de 1934, é um sistema frontalmente inadaptado à realidade brasileira, é o chamado Sistema de Hondt, é um sistema belga. E veja V. Ex.^a um sistema imaginado para a Bélgica que é uma pequena nação, menor do que o menor Estado brasileiro, atravessado, rapidamente, numa ferrovia em poucas horas, com jornais que circulam em todo o país, onde os partidos se guiam por programas divulgados na imprensa, aplicado a essa imensidão do Brasil. E o resultado é esse que V. Ex.^a vê; a deformação absoluta da verdade eleitoral. Como imaginar que em um Estado como Minas Gerais com 700 e tantos municípios, ou mesmo no meu Estado de Pernambuco com 168 municípios, algum candidato popular, algum trabalhador ou mesmo um profissional liberal possa percorrer todo o Estado e concorrer a um mandato nesse círculo único. Isso é um absurdo, é uma monstruosidade, é um atentado ao bom senso. O resultado tem sido esse, têm sido eleitos com as maiores votações, os candidatos que têm poder econômico ou são patrocinados por empresas que investem na sua eleição. Porque só esses podem manter diretórios na vastidão de todo um Estado e podem ali manter cabos eleitorais. Esse foi o sistema definido aqui pelos grandes estadistas do País, por homens como Capanema, como Milton Campos, cuja pureza de ideal democrático precisa ser ressuscitada. Felicito V. Ex.^a.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Agradeço ao nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho, porque V. Ex.^a é homem que tem autoridade para falar sobre a matéria, porque é um parlamentar com quase, ou mais de 30 anos de vivência. Conhece profundamente a disputa partidária e as disputas eleitorais.

Continuo, Sr. Presidente, afirmando da importância para a solidificação partidária desse sistema misto alemão. Ele permite, realmente, que os candidatos que estão incluídos nas listas partidárias possam sair em campanha eleitoral, visitando e apoiando os candidatos dos distritos, porque eles têm interesse em aumentar a legenda partidária, porque quanto maior for o número de legendas, maiores as chances deles se elegerem.

Então, o que temos? Teremos um espetáculo democrático realmente belíssimo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no futuro deste País, se assim for a vontade da maioria dos homens, desta Casa.

Teremos homens de prestígio, lideranças comprovadas, porque naturalmente os candidatos das listas partidárias serão homens de prestígio, porque senão não terão a votação suficiente para se colocarem, nessas listas, percorrendo os seus Estados, percorrendo as bases eleitorais em campanha a favor do seu partido e apoiando aqueles candidatos que disputam, no terra a terra do distrito eleitoral, onde eles têm a sua base eleitoral, conhecendo profundamente os seus problemas e consequentemente, serão representantes condignos aqui no Congresso Nacional.

Outra grande vantagem que o sistema alemão permite é que estabelece uma vinculação muito grande entre o eleitor e o seu deputado, e que permite, por sua vez, uma cobrança, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, da atuação do parlamentar, já que se ele não tiver condições ou não tiver cumprido a sua tarefa dentro dos interesses da sua região, do seu distrito eleitoral, o eleitorado tem uma maneira muito fácil de cobrar, que é rejeitando-o nas eleições parlamentares seguintes.

Isso vai de encontro até a uma tese que achei muito interessante, de alguns Constituintes do PT, que defendem um sistema adotado pela democracia americana onde existem a figura do *recall*, isto significa a possibilidade do eleitorado exigir a renúncia do seu representante. Obviamente não chegaremos a tanto, aqui no Brasil, porque a fórmula mais democrática da cobrança é através das urnas, e já que o pleito vai se ferir de 4 em 4 anos, é muito fácil o eleitorado rejeitar aquele seu representante que não vem correspondendo as suas aspirações.

A outra grande vantagem, e aí é preciso esclarecer a muitos dos Srs. Constituintes, é que o distrito elimina os páro-quedistas através de uma posição de um domicílio eleitoral de 2 a 3 anos, o deputado fica protegido contra a corrupção política ou a corrupção econômica, porque não tem possibilidades de um candidato ou de um pseudocandidato influenciar ou se interessar em disputar uma eleição num distrito, já que ele não tem o domicílio eleitoral e não terá condições de com 2, 3 ou 4 anos de antecedência, modificar ou mudar o seu domicílio eleitoral na expectativa dá disputar uma eleição para deputado federal.

E, por que não, Sr. Presidente? Porque ele não tem a certeza, nunca, de que ele será o candidato escolhido e deputado dentro do distrito, porque no distrito eleitoral, no sistema alemão, a máquina partidária é toda entrosada, vinculada a uma corrente política majoritária do partido no distrito, isso significa que a escolha será feita através dos diretórios municipais que compõe o distrito que, por sua vez, escolherão um candidato a deputado federal ou deputado estadual que traga respaldo, força eleitoral, força política à legenda do partido, porque a eleição de deputado federal estará amarrada à eleição de prefeito e de vereador. E, todos os Srs. Constituintes, sabem perfeitamente a importância que as lideranças municipais dão às suas eleições de prefeito e de vereador; muito mais importante, consideram eles, do que as eleições de deputado federal ou deputado estadual. Terão eles a sabedoria, a suplência de escolher homens que tenham prestígio político, pureza de pensamento e, sobretudo, honestidade no trato das coisas públicas.

É sem dúvida, Sr. Presidente, um sistema que vem atender a todas as aspirações deste Brasil,

onde sentimos nessas últimas eleições, o flagelo que foi uma corrupção nunca vista na história política brasileira. E eu que felizmente venho militando a vida política brasileira, há quase 30 anos, pois me elegi deputado estadual a primeira vez em 1958, nunca tinha visto, nunca vi nada igual, Sr. Presidente. E conheci a política de 1946 para cá, pois meu pai foi deputado constituinte, deputado federal por três legislaturas e acompanhava seguidamente os vários processos, as várias eleições que se seguiram nesses últimos 40 anos da vida brasileira.

Antigamente, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, havia uma certa lógica, um certo equilíbrio entre as diversas regiões do Estado, que permitia a um deputado federal, praticamente ser eleito dentro de um sistema distrital, não de direito mais de fato. Mas, com o tempo, com os interesses econômicos predominarão sobre alguns interesses políticos, aconteceu nesta última eleição a culminância desse processo, que se iniciou nos últimos 12 ou 15 anos, de uma invasão por Minas Gerais, varrendo o nosso Estado como um furacão à conquista de votos de personagens que nunca participaram de nenhum processo político e alguns nem residiam no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente Srs. Constituintes, tive o trabalho de fazer um levantamento, sobre os 722 dos resultados eleitorais, dos 722 municípios mineiros. E o que foi de estarrecer que apurei, dos 722, somente 129 municípios dos 722, foi repetida a votação do deputado federal. Isto significa que o deputado que foi majoritário em 1982, nos 722 municípios, só em 129 municípios repetiu-se a votação do mesmo deputado, que continua sendo majoritário. E, para minha surpresa, ou talvez até não tenha sido, relacionei esses deputados e percebi que são os que se dedicam em tempo integral, com dedicação exclusiva na defesa do interesse de seus municípios de suas bases eleitorais.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que estamos vivendo um grande drama: ou nos dedicamos com tempo integral, com dedicação exclusiva aos nossos deveres congressuais em busca de soluções administrativas e políticas para este Brasil, ainda jovem, sofrendo dos maus de um País em desenvolvimento, um País do Terceiro Mundo, procurando, através de articulações políticas, do jogo, da manobra política que faz parte, que é dever, que é atividade permanente dos Srs. Parlamentares, ou então, Sr. Presidente, partimos do primeiro dia da nossa reeleição, da nossa atividade parlamentar, a procurar a reeleição, como se a nossa eleição significasse a busca de uma nova reeleição, um trabalho permanente e diuturno em ajuda e busca de auxílios, correndo os corredores dos Ministérios, os palácios, enfim, num jogo que não considero ilegítimo, mas que não considero de acordo com a praxe parlamentar, em busca, exclusivamente, do nosso processo de reeleição. Foi isto que aconteceu. Aqueles senhores parlamentares que participaram da luta política, visando alcançar um objetivo maior, sofreram as consequências da sua atitude, e daí, Sr. Presidente, algo está errado, e o que está errado, então, é o sistema eleitoral e cabe a nós, Constituintes, a mudança desse sistema.

Para corroborar com a nossa tese, como Presidente da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, tivemos a oportunidade de convidar ilustres cientistas políticos para debaterem a tese, qual o ponto de vista com relação ao siste-

ma eleitoral. O que mais nos impressionou é ouvirmos as palavras, de homens de todas as correntes ideológicas e numa quase unanimidade a favor do voto misto distrital alemão, a começar pelo nosso Francisco Velfort que é elemento militante do Partido dos Trabalhadores, que teve oportunidade de depor na Subcomissão e declarou, taxativamente, a sua preferência, e vou ler aqui suas palavras textuais: "Portanto, eu me defino aqui a favor de um sistema de voto que é dotado, é o famoso sistema alemão atual, é o voto distrital misto". São palavras do Sr. Francisco Velfort que é um dirigente, um intelectual do Partido dos Trabalhadores.

Bolívar Lamounier, outro cientista político que também defende com uma insistência muito grande...

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Da maior categoria.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – Exatamente! V. Ex.^a enriquece o nosso discurso, mas é a grande verdade, ele faz um trabalho muito bem feito a respeito do sistema eleitoral e partidos políticos que, aliás, terei oportunidade de distribuir a todos os Srs. Constituintes.

Queria dizer aos Srs. que tenho uma forte preferência pelo sistema da Alemanha Ocidental, que é chamado, numa linguagem leiga, na linguagem jornalística, de sistema misto.

E, finalmente, o Prof. David Fleischer, da Universidade de Brasília, que faz um verdadeiro tratado sobre o voto distrital alemão, que não chama nem de voto distrital, mas de voto proporcional, com apuração distrital. Porque, na verdade, o que temos hoje é o voto proporcional com o distrito correspondente ao Estado, isto é, à circunscrição eleitoral. O que sugerimos é que diminuamos o tamanho dos distritos, atendendo, aliás, ao brilhante aparte do Constituinte Osvaldo de Lima Filho, para que permita que o Deputado tenha tranquilidade, tenha paz e condições, até econômicas, de fazer uma campanha no seu distrito, ser ali conhecido, reconhecido e, sobretudo, cobrado.

O grande drama, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com relação ao poder econômico. Alguns dos Srs. Constituintes sempre dizem: mas aí vai facilitar a tarefa do poder econômico, que vai se concentrar no distrito. É um raciocínio que não corresponde à realidade porque, partindo desse princípio, o poder econômico vai atuar em todo o Estado e, se atuar em todo o Estado, não tem como se concentrar no Distrito, teria que se multiplicar o poder econômico gasto nas eleições de 1986, multiplicar pelo número de distritos. Por acaso, em Minas Gerais, seriam 26 ou 27. Então, o poder econômico teria que aumentar 27 vezes, para ter a mesma intensidade de atuação em todos os distritos. Acho que esse não é o problema, porque corrupção política e corrupção econômica haverá em qualquer sistema eleitoral. Não há um milagre. Como dizia o nosso saudoso Senador Gustavo Capanema: a eleição proporcional com a apuração distrital permite a fiscalização, a identificação da corrupção. Nós políticos é que temos que encontrar fórmulas que permitam fiscalização, uma maneira de combater a corrupção eleitoral.

Outro argumento é o fato de que dizem que o sistema proporcional com apuração distrital transformará o Congresso Nacional em uma

grande Câmara de Vereadores. Nem gosto de responder a isso, porque seria um insulto a dezenas e dezenas de parlamentares que estão aqui, hoje, e que iniciaram a sua vida pública como vereadores e prefeitos de pequenas e grandes cidades deste Brasil. Isto não significa que não evoluíram no tempo. Seria um insulto à inteligência do brasileiro, sobretudo do político brasileiro, partisse de uma linha de raciocínio de que aquele que foi eleito vereador há vinte anos atrás vai continuar vereador, com a mentalidade de vereador, ao longo de toda a sua carreira política. Isso não tem o menor sentido. É mais, até, um argumento de ordem pouco lógica, pouco inteligente, que fere os nossos sentimentos patrióticos.

Gostaria de terminar, Sr. Presidente, fazendo um apelo a todos os Srs. Constituintes, no sentido de que examinem, com muito cuidado, com muita seriedade e, sobretudo, com muita preocupação de aperfeiçoar nossa democracia, construindo Partidos fortes. Nunca teremos uma democracia, neste País, se não tivermos partidos autênticos, fortes, que possam representar, realmente, a vontade popular.

No atual sistema eleitoral brasileiro, esse sistema proporcional onde o campo é livre no Estado inteiro, o que encontramos é uma disputa pessoal entre os candidatos do mesmo partido. É quase uma disputa de salve-se quem puder, transformando supostos correligionários em inimigos pessoais, que passam um longo tempo, nesta Casa, tentando encontrar um *modus vivendi* para conviver com seus companheiros de Partido e, sobretudo, com seus companheiros de Bancada estadual.

O sistema alemão distrital misto elimina esses atritos, vai criar o contrário, um grande entrosamento, um grande entendimento entre os políticos do mesmo Estado. Nesse caso, aqui teremos uma união, um espírito de coletividade, um colaborando no distrito do outro, eu visitando o distrito do meu colega, chegando, participando, anunciando ao povo as virtudes do meu companheiro de Bancada, a sua atuação em plenário, a sua atividade parlamentar. Isso, hoje, é impossível de ocorrer. Se um Deputado pensar em visitar um município de outro, é execrado, é acusado, é caluniado, é quase agredido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Não temos como estabelecer uma democracia sólida, forte, neste País, sem partidos políticos. Isto é óbvio, ninguém discute. E, para conseguirmos partidos fortes, é preciso um sistema eleitoral que elimine esses atritos, essas influências negativas e, sobretudo, o pára-quedista, o corruptor, a influência do poder econômico, a influência do poder político. Hoje, já encontramos, no Estado de Minas Gerais, mais de uma dezena de homens que ocupam cargos de relativa projeção e que já estão com aspirações eleitorais; já começaram seu trabalho, infiltrando-se nas bases dos nossos Deputados que estão aqui, trabalhando na Constituinte. E eles lá, com tempo à disposição, com o poder político, com a máquina do Estado, em busca dos votos que pertencem legitimamente àqueles que aqui estão, exercendo seus mandatos.

Passaria aqui horas, Sr. Presidente, exaltando as virtudes do voto do sistema alemão.

Durante o discurso do Sr. Israel Pinheiro o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Mas, infelizmente, o tempo de V. Ex.^a já está ultrapassado.

O SR. ISRAEL PINHEIRO: – O tempo corre contra minhas intenções.

Peço desculpa a V. Ex.^a e termine, Sr. Presidente, na certeza de que este apelo que aqui fica lançado se solidificará na inteligência e no pensamento dos Srs. Constituintes, para que tenhamos realmente, a partir de agora, na Comissão Temática, na Comissão de Sistematização e, finalmente, no Plenário, a aprovação da maioria dos Srs. Constituintes a favor do voto proporcional, com a apuração distrital. Muito obrigado a V. Ex.^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Abigail Feitosa.

A SR^a ABIGAIL FEITOSA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DA ORADORA, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fomos às praças, às ruas, aos sindicatos, aos campos e às universidades para construir a Nova República, uma Nova República sobre compromissos claros, novos costumes políticos e amplas reformas estruturais. No entanto, os costumes políticos permanecem os da Velha República em grande parte; as reformas ficam nos acenos e nas declarações – a reforma administrativa, a bancária, a financeira, a agrária, a tributária, a de saúde, a de educação, e assim por diante.

Os ditames de Tancredo Neves são renegados!

O PMDB precisa agir, no sentido de não perder as suas raízes, os seus compromissos históricos. A decisão da Executiva do meu Partido desta semana é uma decisão totalmente alheia à vontade das bases e ao desejo dos peemedebistas mais comprometidos com as nossas origens e a nossa história.

Por tudo isso, fomos a Cuiabá. Lá, um grupo de Constituintes deu a conhecimento público uma nota. Passo a transcrevê-la nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, entendendo pela sua importância, oportunidade e por ser um gesto de coragem neste momento.

O SR. FRANCISCO KÜSTER: – Constituinte Nelton Friedrich, antes de V. Ex.^a passar à leitura da nota, poderia me conceder um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Com prazer, Constituinte Francisco Küster, que conosco esteve na Capital de Mato Grosso.

O SR. FRANCISCO KÜSTER: – Companheiro, quero me valer desta oportunidade para revidar as acusações levianas formuladas pelo Constituinte Ubiratan Spinelli há pouco, nesta tarde. Não

me agrada muito fazê-lo na sua ausência, mas quando o colega é irresponsável, tanto faz na ausência como na presença, temos que revidar. Fomos a Cuiabá, V. Ex.^a, eu e tantos outros companheiros às nossas expensas. Aqui – eu sou um Deputado organizado modéstia a parte – tenho as notas, tirei nota de tudo, as notas que financiamos a nossa ida. A passagem nós tiramos por conta de um crédito que ainda virá, porque nós estamos com a nossa cota esgotada, à exceção dos líderes que foram e voltaram em embarcação própria; nós outros que lá estivemos, num número bastante expressivo, fomos às nossas expensas. Portanto, faço esse registro – não gostaria de fazê-lo, mas sou obrigado – para que leviandades e atos desta natureza não se repitam aqui nesta Casa. Nós não somos parasitas e nem carapatos do Poder, se exercitaram essa prática no passado, nós outros não temos esse comportamento. Por isso eu rechaço, neste momento, e peço escusas a V. Ex.^a, que se encontra na tribuna, para fazer a leitura da nota, do documento sério, responsável, que através da imprensa foi dado conhecimento à Nação, da existência de um grupo de corajosos que ousam se insurgir contra o atrelamento partidário aos equívocos do Governo do Presidente José Sarney; que ousam, também, adotar posturas que servem como uma verdadeira negação à história de valentias desse Ponto que soube construir o momento de liberdade que nós vivemos e que, hoje, está por vontade da Liderança Nacional do nosso Partido, da Direção do nosso Partido, exercitando as práticas que condenamos no passado, fazendo o que fazia, o Presidente José Sarney, quando presidia a Arena e o PDS. Por isso, caro colega, aguardarei a leitura do documento que já conheço aqui e agradeço a oportunidade desse aparte, para repudiar o pronunciamento leviano do Constituinte Ubiratan Spinelli.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Agradeço a intervenção de V. Ex.^a, evidentemente, tempestiva e necessária, de protesto a acusações levianas, por parte do Constituinte de Mato Grosso.

Esta nota oficial, Sr. Presidente, esta nota de Cuiabá, busca definir, claramente, a posição dos seus subscritores. E registra:

Nota de Cuiabá:

Em Cuiabá, o encontro com nossa própria história. A volta às raízes. O Ministro Dante de Oliveira volta à sua cidade e nós, como companheiros, juntos, retornamos a autêntica vereda aberta com tanta luta e audácia pelo MDB de ontem e pelo que há de mais consequente no PMDB de hoje.

Estamos aqui para:

1 – Expressar nossa solidariedade à grandeza de um gesto raro na história desta República. Enquanto cargos, vantagens e privilégios são transformados em moedas políticas para subverter convicções e compromissos, Dante de Oliveira opta pela coerência e pelos compromissos populares do seu PMDB;

2 – Reconhecer que o primeiro Governo da Nova República falta vontade política para realizar as transformações estruturais reclamadas pela Nação. Não só a reforma agrária como também a urbana, a tributária, a administrativa, a financeira e bancária, educacional e de saúde, acabaram reduzidas a meras declarações.

3 – Denunciar o caráter conservador das práticas que configuram um verdadeiro retrocesso político em relação à soberania da Constituinte, aos princípios gerais do PMDB e até aos compromissos da Aliança Democrática. Neste rumo o núcleo dirigente do Governo e setores do Partido buscam consolidar sua sustentação política nas forças mais retrógradas vinculadas ao grande capital, ao latifúndio e ao oportunismo fisiológico em geral.

4 – Conclamar o Partido a uma avaliação clara de suas contradições e definir rumos em relação à Constituinte, ao Governo, à Sociedade e à Economia. Para tanto, independente do adiamento "sine die" da Convenção Nacional decidida pela Executiva e divorciado da vontade das bases partidárias CONCLAMAMOS os peemedebistas preocupados com a situação do partido e os desvios da Nova República para um Encontro Nacional da Militância, nos dias 26 e 27, deste mês, em Brasília;

Reafirmamos aqui nossas melhores tradições de luta. Vinculamos o trabalho na Constituinte à mobilização popular, embora conscientes de que além das multidões na praça devemos construir os instrumentos orgânicos de uma ação política cotidiana em um verdadeiro partido de massas nos sindicatos, nas associações, nas entidades profissionais e culturais, nas fábricas, nos campos, nas universidades e nos movimentos populares.

Organizando, mobilizando e lutando concluirímos a transição democrática com eleição direta do Presidente da República em novembro de 1988.

Cuiabá – MT., 3 de junho de 1987.
 – Abigail Feitosa – Anna Maria Rattes
 – Antero Paes de Barros – Domingos Leonelli – Francisco Küster – Haroldo Sabóia – José Carlos Sabóia – Nelton Friedrich – Paulo Ramos – Percival Muniz – Raquel Capiberibe – Tadeu França – Uldurico Pinto – Vasco Alves – Vicente Bogo – Vilson Souza.

E mais, Cristina Tavares – João Natal – Waldir Pugliese – Koyu Iha – Ivo Lech – Sigmarinha Seixas – Mansueto de Lavor – Hermes Zanetti.

O SR. MIRO TEIXEIRA: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Com prazer ilustre Constituinte Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA: – Quero cumprimentar V. Ex.^a pela mobilização da qual V. Ex.^a participou no sentido de que diversos companheiros Constituintes estivessem presentes à posse do ex-Ministro Dante de Oliveira na Prefeitura de Cuiabá. E buscar uma explicação a esses ataques que, de repente, começaram a surgir contra os companheiros que lá estiveram. Ataques que não os atingem, porque todos nós Constituintes e a opinião pública conhecemos muito bem a índole e a atuação de V. Ex.^{as}. Mas são ataques que, sem dúvida nenhuma, precisavam ser respondidos, como o foram por V. Ex.^a e por outros companheiros.

O Ministro Dante de Oliveira tornou-se o símbolo da luta do povo brasileiro pelas eleições diretas. E o ato produzido ontem em Cuiabá, em

muitas vezes superior ao primeiro ato produzido na campanha das Diretas em 1984, é agora o alvo de todos aqueles que desejam manter este **stactus quo** que tanto angustia a sociedade brasileira. O ataque não tem como objetivo atingir a honra inatacável de V. Ex.^a. Tem como objetivo dispersar a atenção da importância daquele ato para um fato que, por não existir, vai se desfazer por si mesmo. O que as pessoas não compreendem é que não se ataca a história impunemente e Dante de Oliveira, embora moço, embora com uma trajetória política, como parlamentar muito recente, realmente conseguiu mobilizar, pela sua emenda de eleições diretas, toda esta Nação e agora poderá ajudar a unir novamente todos aqueles que bem-intencionados e coerentes com o discurso que durante tantos anos fizemos, lutaram, lutam e lutarão pela realização de eleições! E entre eles, eu também me enfileiro. Penso que a saída para a crise econômica está na solução do problema político dessa transição que se arrasta e deixa de ser uma transição, para se tornar quase que um processo definitivo, podendo produzir um retrocesso, que nos fará amargar muitos anos, ainda que consigamos a verdadeira transição. V. Ex.^a está de parabéns e tem a minha solidariedade desnecessária, modesta, porém que faço questão de manifestar neste momento!

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sou grato a esta intervenção, Constituinte Miro Teixeira, pela sua inteligência, firmeza, e oportunidade nos conceitos emitidos. Aproveito para dizer que, amanhã, encaminharei à Mesa da Constituinte um pedido de informação para que se possa ir a fundo e verificar a verdade quanto à notícia hoje veiculada, na primeira página, pela **Folha de S. Paulo**, de que até às 22 horas e 30 minutos, de ontem, a Embratel ainda não havia liberado o seu satélite para transmissão de imagens do comício pela televisão. Não preocupado com as imagens, mas por esta forma ser verdadeira – da censura mais ignobil possível – encaminharemos, amanhã, um pedido de informação para que o ministério da área e a direção da Embratel possam explicar à Nação a procedência ou não desta importante e perigosa notícia, a fim de verificarmos a quanto andamos em termos de Nova República, que, como eu disse no início, os novos costumes políticos, começam a negar restabelecendo a prática da Velha República.

Quero dizer mais, que quando nós nos engajamos na mobilização pelas diretas em 1988, é porque temos a clara compreensão de que a Assembléia Nacional Constituinte deve ser o grande ponto de coroamento desta fase de transição. E, portanto, as eleições seriam o ponto final desse período transitório que há tanto tempo estamos construindo, para que possamos fazer definitivamente a travessia entre a margem da ditadura e a margem da democracia.

Mas não nos basta eleição direta; queremos muito mais: a mobilização em torno da própria Assembléia Nacional Constituinte, sob os riscos de não se estabelecer uma nova ordem econômica, política, social e cultural, que é a grande aspiração da sociedade, que ainda tem confiança, senão tanto nos partidos políticos, mas ainda tem uma confiança nesta Assembléia Nacional Constituinte. Ao mesmo tempo em que queremos que esta mobilização possa permear esta questão da nova ordem política, econômica, social e cultural,

também entendemos que é preciso levar informações sobre as contradições do próprio PMDB, sobre as contradições que se estabelecem dentro da Assembléia Nacional Constituinte, para que não fiquemos apenas numa campanha em busca de um dia para a eleição direta para Presidente da República.

É preciso compreender que este agrupamento que subscreve o documento há pouco lido tem a concepção de que a mobilização não se trata e não se resume no dia e na data, e nem em candidaturas; trata-se, acima de tudo, de defesa de princípios, de defesa de compromissos e de que a Assembléia Nacional Constituinte venha a estabelecer essa nova ordem política, econômica e social.

O SR. RUY NEDEL: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Com prazer, concedo o aparte ao Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: – Permita-me V. Ex.^a um aparte um pouco discordante. Sei que no grupo de parlamentares, o mais proeminente na sua competência, no seu trabalho, na sua dedicação, no seu passado de lutas, competente, é V. Ex.^a, dentro desse grupo brilhante que foi até lá...

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Não apoiado.

O SR. RUY NEDEL: – ...mas, permita-me discordar quanto a alguns pontos, nobre Constituinte. Tenho uma visão um pouco diferente. Não consigo entender a situação de animosidade por ter sido adiada a Convenção Nacional do nosso partido. Houve uma votação da Executiva do nosso partido; houve uma votação em que, me parece, o resultado foi de 7 a 6. Essa culpa recaiu sobre a Executiva do nosso partido e, por dedução, a todo o partido. Não cai sobre o Planalto, porque, se o Planalto teve competência de pressionar e fazer com que esses eventuais votos se tenham modificado, ali, sim, seria o caso de promovermos uma nova Convenção e a mudança da Executiva Nacional. Também vejo um pouco diferente esta questão, porque a mim me pareceu mais importante se concretizasse a reunião da bancada do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, e nós a tivemos, e nós, V. Ex.^a e eu, estávamos juntos, e uma boa parte tentou, de todas as maneiras, criar a condição de haver **quorum** para deixar a sua idéia exposta de público. Infelizmente, um grupo tentou o esvaziamento, faltaram 16 votos para que houvesse o **quorum**. Este, me pareceu, era o momento maior numa decisão, porque, se aquele pronunciamento do Presidente da República, em cadeia nacional, querendo determinar para a Assembléia Nacional Constituinte o período de seu mandato, feriu a competência da Assembléia Nacional Constituinte, não me parece que caiba a nós promover movimentos ou de retaliação, ou movimentos divisionistas, ou protestos maiores em cima de uma posição, de uma votação do nosso partido, na sua Executiva, num cômputo de 13 votos. Nós, PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, infelizmente, e só por 16 votos, não conseguimos o **quorum**.

A mim me parece que aquele era o momento da ação, e talvez nos tenha faltado competência, porque muitos companheiros nossos que desejavam aquela reunião, que desejavam houvesse o **quorum**, talvez, por inabilidade nossa, não tivessem

trazidos para aquela reunião, aí se efetuasse a postura que a mim me parecia a mais correta e a mais saudável.

O SR. UBIRATAN SPINELLI: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Em seguida darei o aparte a V. Ex.^a.

Apenas para enaltecer a intervenção que faz o Deputado Ruy Nedel, Constituinte de expressão nesta Casa, ...

O SR. UBIRATAN SPINELLI: – Quero fazer uma explicação, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Em seguida, porque só concluirrei este raciocínio, porque me parece que não há grande divergência entre o aparte feito pelo Constituinte Ruy Nedel e a nossa observação.

É evidente que temos um somatório de fatos, uma reunião dos Deputados Federais do PMDB, que acabou não se desenvolvendo no rumo previsto, e deixou para que a Executiva tratasse desta matéria, mas recomendando, com mais de 100 Constituintes, numa manifestação clara desse desejo de se fazer uma Convenção para tratar de assuntos importantes, aliás, uma proposta exatamente do Deputado Miro Teixeira.

Depois, tivemos os Constituintes convocados pelo nosso Líder, Mário Covas, e aí, em cima de uma preliminar levantada pelo Constituinte Cid Carvalho, tivemos um verdadeiro agenciamento de interesses, e através da ação do líder da Maioria, esvaziou-se, porque, pela decisão tomada, quando se tratou da preliminar, evidentemente a questão seria tratada naquela oportunidade e teríamos uma definição sobre parlamentarismo e presidencialismo e sobre a questão do prazo do mandato, não só do Presidente José Sarney, como do mandato do Presidente da República como princípio, a respeito do que o PMDB tem que se definir.

Evidentemente a reunião da Executiva, na nossa opinião, acabou fugindo à vontade das bases e ao próprio encaminhamento que já vinha dos Membros da Câmara dos Deputados e, depois, da reunião dos Constituintes do PMDB.

Por isso, é preciso cobrar. Surgiu daí a idéia de fazermos, nos dias 26 e 27 deste mês, em Brasília, um encontro da militância, porque há uma vontade de se reunir, de se manifestar, de avaliar as nossas contradições, de exigir programa mínimo na área econômica do Governo, e, ao mesmo tempo, estabelecer esses compromissos claros, com o fim da transição e as eleições diretas em 1988.

O SR. UBIRATAN SPINELLI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Com prazer.

O SR. UBIRATAN SPINELLI: – V. Ex.^a está falando em eleições diretas em 88. Fui admoestado por alguns Companheiros de V. Ex.^a, por alguns Deputados da Bancada do PMDB, Partido de V. Ex.^a, há alguns momentos atrás, pelo pronunciamento que fiz, no pinga-fogo, sobre o movimento das "Diretas-já", lançado pelo Sr. Dante de Oliveira, em Mato Grosso. Inclusive o Constituinte Domingos Leonelli, da Bahia, pediu ao Presidente Ulysses Guimarães, que está presidindo a sessão, cópia do que falei. As cópias estão aqui; não tenho

medo de nada. Vou entregá-las ao Presidente. Não tenho por que ter medo das palavras que pronunciei neste Plenário. Estamos numa grande democracia. Parece-me que o PMDB está desaprendendo democracia. O que falei foi exatamente que o Sr. Carlos Bezerra e o Sr. Dante de Oliveira fizeram um carnaval das "Diretas-já" para 1988. O Sr. Dante de Oliveira, que era Ministro de confiança do Presidente Sarney, o traiu e entrou na contramão. Agora, ele não poderia nem reassumir a Prefeitura de Cuiabá. O PMDB sempre defendeu a Constituição, e o Sr. Dante de Oliveira feriu a Constituição de Mato Grosso, em seu art. 146, que veda licença para tratamento de assuntos particulares, e voltou como Prefeito. Foi ocupar cargo público, o que não podia, porque é vedado pela nossa Constituição. Falei que se gastou muito dinheiro com aquele comício e de fato se gastou muito dinheiro, com ônibus para pegar pessoas na periferia. O Governador Carlos Bezerra e o Sr. Dante de Oliveira deixaram que seus funcionários saíssem antes do fim do expediente, para engrossar o número, e foi um fracasso o comício do PMDB. Disseram aqui que eu falei que houve aviões fretados. E de fato houve. Mas quem pagou, eu não sei. Eu não fui. O DAC, a INFRAERO de lá podem dizer que havia três jatinhos lá, nos quais foram e voltaram o Sr. Mário Covas, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Sr. Luiz Henrique e outros, rapidamente, para chegar a tempo do churrasco do Sr. José Sarney. Falavam lá em eleições diretas para 1988, enquanto o Senhor Presidente as quer para 1989. Então, não entendo o Partido: se foi às praças públicas fazer comício para haver eleições em 1988, e o Senhor Presidente as quer para 1989, e logo pega o jatinho fretado, que não se sabe quem pagou... Não sei se alguma empresa particular pagou, se saiu do bolso de alguém, só sei que houve três aviões, três jatinhos lá, e querem que eu me retrate. Não tenho porque me retratar. Tenho informações seguras de Mato Grosso, sou de Cuiabá, que é minha terra. Não sou Deputado do PFL, sou Deputado do PDS; fiquei no meu Partido coerente e não tenho porque temer dizer que sou do PDS. Quem está sendo incoerente é exatamente o Partido de V. Ex.^a, que sempre criticou, sempre jogou pedras, e agora o Partido de V. Ex.^a jamais quer ter vidraça. Qualquer ataque que se faça é um alvorço, parece que se está em batalha campal. Reafirmo aqui, plenamente, conscientemente, que a INFRAERO está lá para provar que houve 3 aviões, 3 jatinhos fretados que pousaram em Cuiabá, com esses Deputados e Senadores. Eu não disse que foram todos. Sei que a maioria foi em aviões de carreira, custeando com dinheiro próprio os hotéis, inclusive o Deputado Maurílio Ferreira Lima disse isso aqui. Era isso que eu queria dizer ao nobre Deputado Nelton Friedrich, porque já fui citado umas 5 vezes e voltei a esta tribuna, pois estava escutando em meu gabinete e vim à tribuna para dizer isso claramente. Enquanto muitos pregam "Diretas-Já" e são amiguinhos do Presidente pela frente, por trás estão pregando eleições diretas em 88. Sejam como nós, queremos eleições em 88, o PDS.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Gostaria de dizer que o que se ouviu hoje foi uma acusação de que o Governador de Mato Grosso estaria patrocinando a ida de constituintes ou de lideranças, ou quem quer que seja. Gostaria que essas ques-

tões não fossem levadas por essa leviandade, porque, se lá estiveram até aviões, e se lá foram constituintes, não significa que tiveram patrocínio de empresas, como V. Ex.^a volta a tentar deixar aqui no ar. Essas explicações precisam ser muito mais claras e objetivas, e, evidentemente, não gostaria de entrar...

O SR. UBIRATAN SPINELLI: – V. Ex.^a concede-me mais um aparte? Posso ler o que eu disse: "O Sr. Dante de Oliveira ontem fez um carnaval ao reassumir a Prefeitura. Compareceram lideranças do PMDB, 5 Deputados Federais e 6 Senadores da República, com avião pago, ônibus fretado, caminhões, com comício na Praça Alencastro. Foi isso o que eu disse. Alguém pagou esses aviões e esses gatinhos. Inclusive há um constituinte aqui dizendo que pagou do próprio bolso e mostrou a passagem. O PMDB dizia que a Velha República, que o PDS usava esse instrumento. Falavam isso antigamente. O Sr. Dante de Oliveira, em vez de tratar da reforma agrária, fez política no Brasil inteiro com avião da FAB, todo mundo sabe disso, e aqui falo e reforço o que eu disse: fez política em São Paulo, fez política no Nordeste, em Mato Grosso, com avião da FAB, veraneando aí pela Bahia, por Maceió também, às custas do Governo que ele tanto criticou antigamente."

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Lembro a V. Ex.^a que seu tempo se está esgotando. Assim, peço a V. Ex.^a não conceda mais apartes, ou, em os concedendo, que sejam breves.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Apenas para pôr fim a este aparte há pouco proferido, digo que talvez quem veio do PDS ou está no PDS tem muito conhecimento dessa prática de empreiteiras, ou de empresas, ou de quem venha a pagar despesas de locomoção. Como da minha parte – e sei dos companheiros que lá estiveram – isso não ocorre, essas questões podem ser concluídas, dizendo que não vamos tentar olhar o que acontece hoje com os mesmos olhos de quem possa...

O SR. ADYLSON MOTTA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – ...se olhar no espelho no passado.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Permite V. Ex.^a um aparte? V. Ex.^a tem que ter cuidado com as palavras que diz, porque não aceito generalizações neste terreno.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – E talvez essas palavras sejam para o seu companheiro de bancada, não para quem está na tribuna.

O SR. ADYLSON MOTTA: – V. Ex.^a não tem moral aqui para ditar cátedras em cima de nós.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Não dou lição de moral a ninguém.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Não aceito essa interferência, não aceito esse tipo de insinuação aqui dentro. Sou do PDS e não aceito esse tipo de insinuação.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sr. Presidente, gostaria de concluir...

O SR. ADYLSON MOTTA: – Não reconheço autoridade em V. Ex.^a para fazer essa insinuação.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Gostaria de concluir, porque essas insinuações foram feitas e eu as devolvo na mesma moeda...

O SR. ADYLSO MOTTA: – Não generalize, não generalize. Cuide das suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Atenção, Srs. Constituintes! Exorto os Srs. Constituintes que só aparteiem o Orador com licença do mesmo.

Continua com a palavra o nobre Orador.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sr. Presidente, encerro este assunto definitivamente. Esta questão foi levantada. Da forma que foi colocada, os atingidos que coloquem a carapuça.

De minha parte gostaria até de dizer que não aceito e não dou aula de moral a ninguém.

Quanto à incoerência do PMDB, quando é que vamos ter a convicção de que partido político é permanente e governo é temporário, muito mais quando estamos numa fase de transição?

Partido político tem três grandes funções: sim, sustentar o Governo, mas também questionar o Governo e ser um intermediário entre a vontade da sociedade e o Governo.

E é por esta razão que não há incoerência nesses peemedebistas que não aceitam, inclusive, a moeda política de cargos, funções e convivências. E, estabelecendo-se, de novo, o fisiologismo, não há incoerência quando se quer o retorno às origens partidárias, quando se quer o compromisso sendo respeitado, quando se quer os princípios da Nova República sendo consagrados. Não aceito e deixo registrado: um Partido que sustentou a ditadura, que beijou botas de generais, vir aqui querer dar aulas de democracia, de liberdade, de moral pública, por quê? Um Partido que, acima de tudo, está comprometido com tudo aquilo que aconteceu neste País, do problema social, econômico, político e cultural.

O SR. VICENTE BOGO: – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Aliás, vindo do PT e até do PDT aceito, mas de quem foi conivente com toda essa situação, fez deste Congresso Nacional um ato de subordinação permanente, submetendo-se e, acima de tudo, se transformando num verdadeiro amém continuado, numa ladinha de subserviência, que esse Partido nos venha a dar lições. Não podemos admitir também as lições de um Mário Henrique Simonsen, Ministro da Arena, desse PDS, servil do CITICORP, querendo intervir e dar lições à Assembléia Nacional Constituinte. Deve, sim, é prestar contas aos seus patrões, porque é imoral um cidadão que foi Ministro da Fazenda, conhecendo as entradas, as fragilidades da nossa economia, sair do Ministério da Fazenda e fazer parte do maior credor que temos entre os credores internacionais. E, agora, se lhe abrem espaços na opinião pública, faz artigo, tentando denegrir, tentando influir e tentando, inclusive, marcar, de maneira ignobil, o trabalho até de Subcomissões desta Assembléia Nacional Constituinte.

É por isso que quero ouvir este aparte, que espero breve, e sei que será, pelo tempo que ainda tenho, a ver claras essas posições.

Democratas sonolentos, estão apenas agora acordando, porque viveram o sono da noite escura da ditadura.

Dou o aparte a V. Ex.^a

O SR. VICENTE BOGO: – Cumprimento V. Ex.^a pela brilhante posição que vem fazendo, pela linha política que vem imprimindo ao seu pronunciamento, e pela manifestação já feita. Lembro que existem muitos pretensos democratas que entendem a democracia com a servilidade do autoritarismo e da ditadura, que querem confundir a fidelidade, o compromisso público popular com a submissão a interesses escusos de grupos e daqueles que normalmente andam nos corredores do Poder, aliados a setores marcadamente conservadores da sociedade. Há quem confunda – e neste ponto até o nosso próprio Presidente da República comete engano, – e V. Ex.^a tem feito referência, com muita propriedade, quando invoca a fidelidade dos Membros da Aliança Democrática ao seu Poder e ao seu mandato, como se ele fosse o proprietário do Poder no País, proprietário da sociedade. Nós é que somos representantes da sociedade. Se temos um Presidente, e lá ele está exatamente porque é origem de uma articulação de uma Aliança Democrática que quer conduzir do autoritarismo à democracia, num processo de transição e, como tal, deveria estar em sintonia com as aspirações populares e com os Partidos que o sustentam, e não nós como seus servis, seus "empregados", aqueles que vamos fazer as suas vontades. Temos um compromisso com a sociedade. V. Ex.^a faz, com muita propriedade, este pronunciamento, e, me congratulo, mais uma vez, com V. Ex.^a. A democracia é o resultado da participação da sociedade não só no discurso, como também na própria economia, na própria decisão política do País.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Agradeço a V. Ex.^a, nobre Constituinte Vicente Bogo, esse aparte inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa exorta ao nobre orador para concluir o seu discurso, porque o tempo de V. Ex.^a está ultrapassado.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Encerro, não somente para dizer que, na Nota de Cuiabá, do encontro com praticamente três dezenas de Constituintes, entre Senadores e Deputados Federais, fica a certeza de que o caminho que pretendemos percorrer é o da mobilização. Da mobilização para uma Constituinte progressista que venha a transformar este nosso trabalho numa Constituição moderna, para se erigir um Estado contemporâneo. Queremos uma nova ordem política, econômica, social e cultural. Por isso, essa mobilização não se resume apenas, em eleições diretas em 1988. Resume-se, sim, em toda esta luta da Assembléia Nacional Constituinte – do fim da transição, do estabelecimento de princípios, deste progressista. Evidentemente, para que isso se concretize é preciso que possamos, nas três frentes – uma, dentro do próprio Partido, que é majoritário, mas não é hegemônico; outra, na Assembléia Nacional Constituinte; e a terceira grande frente, a da mobilização da sociedade – para que a sua vontade seja respeitada e soberana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Aduato Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Alécio Dias – PFL; Alfredo

Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antonio Ferreira – PFL; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Eliézer Moreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Ivan Bonato – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Tavares – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Messias Soares – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Delgado – PT; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Rezende – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Avila – PDT; Ronaldo Aragão – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Victor Trovão – PFL; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, às 9:30 horas.

VIII Encerra-se a Sessão às 18 horas e 20 minutos.;

ERRATAS

No DANC de 11-2-87, página 196, coluna 3, republique-se por ter saído com omissão. (DANC Nº 008).

Onde se lê:

Quero por fim, Sr. Presidente, ter a esperança e a fé de que a Assembléia Nacional Constituinte há de tomar a Previdência Social uma entidade de tranquilidade, aumento da produtividade, da segurança social e da certeza de um tratamento médico hospitalar compatível com a dignidade humana. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

Leia-se:

Quero por fim, Sr. Presidente, ter a esperança e a fé de que a Assembléia Nacional Constituinte há de tomar a Previdência Social uma entidade de tranquilidade, aumento da produtividade, da segurança social e da certeza de um tratamento médico hospitalar compatível com a dignidade humana Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Paulo Macarini, o Sr. Ulysses Guimarães deixa a Presidência da Mesa que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

No DANC de 11-2-87, página 199, coluna 03, republique-se por ter saído com omissão. (DANC nº 008).

Onde se lê:

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Percival Muniz.

Leia-se:

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Tavares, o Sr. Mauro Benevides deixa a Presidência da Mesa que é ocupada pelo Sr. Humberto Souto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Percival Muniz.

No DANC de 11-2-87, página 207, coluna 03, republique-se por ter saído com omissão. (DANC nº 008).

Onde se lê:

É por isso mesmo, para resguardar a soberania da Constituinte, que é necessário que, de uma vez por todas, esta Constituinte defina a sua soberania, essa Constituinte retire da Constituição fascista instrumentos como o decreto-lei, para que possamos legislar, para que, em nome do povo brasileiro, tomemos medidas de congelamento das taxas de juros, tomemos medidas de congelamento de preços, tomemos medidas de suspensão do pagamento da dívida externa, que, enfim, tomemos aquelas medidas de que o povo necessita e exige, para que o povo possa ter tranquilidade e ter condição de discutir as questões fundamentais, as questões maiores. No entanto, Sr. Presidente, não teremos condições de discutir essas questões se não se tomarem medidas imediatas para a superação da crise que estamos atravessando. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, como Líder.

Leia-se:

É por isso mesmo, para resguardar a soberania da Constituinte, que é necessário que, de uma vez por todas, esta Constituinte defina a sua soberania, essa Constituinte retire da Constituição fascista instrumentos como o decreto-lei, para que possamos legislar, para que, em nome do povo brasileiro, tomemos medidas de congelamento das taxas de juros, tomemos medidas de congelamento de preços, tomemos medidas de suspensão do pagamento da dívida externa, que, enfim, tomemos aquelas medidas de que o povo necessita e exige, para que o povo possa ter tranquilidade e ter condição de discutir as questões fundamentais, as questões maiores. No entanto, Sr. Presidente, não teremos condições de discutir essas questões se não se tomarem medidas imediatas para a superação da crise que estamos atravessando. (Muito bem!).

Durante o discurso do Sr. Aldo Arantes, o Sr. Humberto Souto deixa a Presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, como Líder.

No DANC de 11-2-87, página 210, coluna 01, republique-se por ter saído com omissão. (DANC nº 008).

Onde se lê:

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes em nome do Partido Democrático Social, nós queremos deixar clara a nossa posição: não concordamos. Vamos levantar, na oportunidade, uma questão de ordem, vamos chamar à Mesa e à ordem a questão de ordem anterior, para que haja uma decisão preliminar se devemos aceitar ou não o Líder do Governo neste Congresso, para depois darmos início aos nossos trabalhos.

São estas as considerações que faço ante o caso que se nos apresenta no momento, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Leia-se:

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes em nome do Partido Democrático Social, nós queremos deixar clara a nossa posição: não concordamos. Vamos levantar, na oportunidade, uma questão de ordem, vamos chamar à Mesa e à ordem a questão de ordem anterior, para que haja uma decisão preliminar se devemos aceitar ou não o Líder do Governo neste Congresso, para depois darmos início aos nossos trabalhos. São estas as considerações que faço ante o caso que se nos apresenta no momento, Sr. Presidente. (Muito bem!).

Durante o discurso do Sr. Gerson Peres, o Sr. Presidente, Ulysses Guimarães, deixa a Presidência que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

No DANC de 19-2-87, página 358, coluna 2 *in fine*, republique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 14).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando outra para amanhã.

ORDEM DO DIA

IX – Encena-se a Sessão às 18 horas e 5 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a Sessão, designando outra para amanhã.

IX – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 5 minutos.

No DANC de 27-2-87, página 605 – Sumário – Coluna 2, inclua-se por ter sido omitido. (DANC nº 22).

Onde se lê:

OLÍVIO DUTRA – intervenção do Banco Central em Bancos de economia mista. Atuação do setor financeiro privado. Estatização do sistema financeiro nacional.

LÚCIO ALCÂNTARA – Redução do aporte de recursos para o Banco do Nordeste do Brasil.

Leia-se:

OLÍVIO DUTRA – Intervenção do Banco Central em Bancos de economia mista. Atuação do setor financeiro privado. Estatização do sistema financeiro nacional.

JOÃO DA MATA – Aplicação de recursos na especulação financeira. Ditadura econômica e implantação de sistemática que estimule o produtor. O blefe da moratória.

LÚCIO ALCÂNTARA – Redução do aporte de recursos para o Banco do Nordeste do Brasil.

Na página 607, coluna 2:

Onde se lê:

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual, após encerrada a sua discussão, é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente. Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação:

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Leia-se:

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário, procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação:

Os Srs. Constituintes que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente. Não há expediente a ser lido.

No DANC de 10-3-87, páginas 648/649, coluna 03 (*in fine*), republique-se por ter saído com incorreções. (DANC nº 24).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

VI – O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) – Levanto a sessão, designando para amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico

Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Alvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Calos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnoldo Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL;

José Paulo Bisol – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; Jose Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluhy Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myriam Portella – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Prisco Viana – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achão – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sónia Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Senna – PMDB; Jorge Aragno – PFL; Vitor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

IX – Levanta-se a Sessão às 16 horas e 43 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulineli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnoldo Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Atila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemburg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Aragno – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL;

Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus Lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Prisco Viana – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vítor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS;

Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

VI – O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Encerro a Sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, dia 10, às 14:00 horas.

VII – Encerra-se a Sessão às 16 horas e 43 minutos.

No **DANC** 11-3-87, pág. 654, republique-se por ter saído com incorreções. (**DANC** nº 25).

Na coluna 2:

Onde se lê: CÉSAR CALS NETO, Fernando Henrique Cardoso – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 432 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Leia-se: CÉSAR CALS NETO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 932 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Na coluna 3:

Onde se lê: OCTÁVIO DUTRA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 643 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Leia-se: OLÍVIO DUTRA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 643 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

No **DANC** de 12-3-87, coluna 3 (in fine), republique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 26).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a Sessão, designando para amanhã a seguinte:

VI – ORDEM DO DIA

VII – Encerra-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a Sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, dia 12, 5ª feira, às 14 horas.

VII – Encerra-se a Sessão às 10 horas e 10 minutos.

No **DANC** de 14-3-87, páginas 768/769, coluna 02/03 republique-se por ter saído com incorreções. (**DANC** nº 28).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrade): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

– O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrade): – Encerro a sessão, designando para terça-feira dia 17, às 14 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloisio Teixeira – PMDB; Alvaro Dias – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antônio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentos – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Cristóvam Chiaradia – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Mister – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harian Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhaes – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimi – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB;

José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Dias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tidei de Lima – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor

de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Encerra-se a Sessão 16 horas e 40 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrade): – Nada más havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Alvaro Dias – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amilcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antônio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Cristóvam Chiaradia – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Fries – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandy Jamil – PFL; Genivaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Hadan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Cueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joacy Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo

– PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Luiz de Sá – PL; ia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramós – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tidei de Lima – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valter

Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrade): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas.

No DANC de 18-3-87, página 789, coluna 3 (*in fine*), republique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 29).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Vivaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte:

V – ORDEM DO DIA

VI – Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a ordinária de amanhã, dia 18, às 14:30 horas.

VI – Encerra-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.

No DANC de 19-3-87, no sumário, pág. 791, na coluna 2 (*In fine*), republique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 30).

Onde se lê:

DAVI ALVES SILVA – Projetos apresentados e matérias defendidas pelo orador na Assembléia Nacional Constituinte.

ANTONIO UENO – Movimento de Agricultores do Estado do Paraná. Audiência concedida pelo Presidente José Sarney à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Reunião da Frente Ampla dos Parlamentares e Agricultores.

Leia-se:

DAVI ALVES SILVA – Projetos apresentados e matérias defendidas pelo orador na Assembléia Nacional Constituinte.

ANTONIO MENO – Movimento de Agricultores do Estado do Paraná. Audiência concedida pelo Presidente José Sarney à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Reunião da Frente Ampla dos Parlamentares e Agricultores.

No DANC de 20-3-87, página 842, coluna 3, republique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 31).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Levanto a sessão, designando para amanhã a seguinte:

VI – ORDEM DO DIA

VI – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 3 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE Ulysses

Guimarães): – Encerro a sessão convocando os Srs. Constituintes para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14:30 horas.

VI – Encerra-se a sessão às 18 horas e 3 minutos.

No DANC de 26-3-87, página 947, coluna 2, publique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 34).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para amanhã, 5ª feira, às 1430 horas, a seguinte.

VI – ORDEM DO DIA

VII – Levanta-se a sessão às 18 horas e 32 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo

Faria de Sá): – Encerro a sessão convocando a Assembléia Nacional Constituinte para uma sessão a realizar-se, amanhã, 5ª feira, às 14:30 horas.

VII – Levanta-se a sessão, às 18 horas e 32 minutos.

No DANC de 28-3-87, página 1001, coluna 3ª (*In fine*), publique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 36).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão designando para 3ª feira, dia 31 às 14:30, horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

VII – Encerra-se a sessão às 12 horas e 38 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Encerro a sessão convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, 3ª feira, dia 31, às 14:30 horas.

VII – Encerra-se a sessão às 12 horas e 38 minutos.

No DANC de 1-4-87, página 1031, na coluna 3, publique-se por ter saído com incorreções. (DANC nº 37).

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Levanto a sessão, designando para a Ordinária de amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

V – Levanta-se a sessão às 17 horas e 48 minutos.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

Vou encerrar a sessão, convocando outra para amanhã, dia 1º de abril, às 14:30 horas.

V – Encerra-se a sessão, às 17 horas e 48 minutos.

No DANC de 2-4-87, página 1096, coluna 3, publique-se por ter saldo com incorreções. (DANC nº 38).

Onde se lê:

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

VIII – Encerra-se a sessão às 17 horas e 18 minutos.

Leia-se:

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 2 abril, às 14:30 horas.

VII – Encerra-se a sessão às 17 horas e 18 minutos.

No DANC de 3-4-87, página 1072, final da coluna 2 e início da coluna 3, publique-se por ter saído com incorreção. (DANC nº 39).

Onde se lê:

VIVALDO BARBOSA – Questão de ordem sobre constituição de comissão especial para apurar incidentes ocorridos com Constituintes durante assembléia de bancários grevistas, em Brasília, Distrito Federal.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

LYSANEAS MACIEL – Apresentação de projeto de lei que limita ação das autoridades públicas quanto às medidas de manutenção da ordem em relação a movimentos grevistas ou reivindicatórios.

V – Comunicações das Lideranças

AUGUSTO CARVALHO – Greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

Leia-se:

VIVALDO BARBOSA – Questão de ordem sobre constituição de comissão especial para apurar incidentes ocorridos com Constituintes durante assembléia de bancários grevistas, em Brasília, Distrito Federal.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

V – Comunicações das Lideranças

LYSANEAS MACIEL – Apresentação de projeto de lei que limita ação das autoridades públicas quanto às medidas de manutenção da ordem em relação a movimentos grevistas ou reivindicatórios.

AUGUSTO CARVALHO – Greve dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

No DANC de 4-4-87, página 1108, coluna 3, *in fine*, publique-se por ter saldo com incorreção. (DANC nº 40).

Onde se lê:**VII – Encerramento**

Discurso proferido pelo Sr. Domingos Leonelli na sessão de 31-3-87: questão de ordem sobre aplicação, pelo Presidente, do art. 5º, inciso XVIII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Leia-se:**VIII – Encerramento**

Discurso proferido pelo Sr. Domingos Leonelli na sessão de 31.3-87: questão de ordem sobre aplicação, pelo Presidente, do art. 5º, inciso XVIII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

No **DANC** de 8-4-87, página 1132, coluna 03, publique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 41).

Onde se lê:**JOSÉ DE DEUS ANTUNES:** –

Combate ao consumo de drogas.

Leia-se:**JOÃO DE DEUS ANTUNES:** –

Combate ao consumo de drogas.

No **DANC** de 9-4-87, página 1170, coluna 02, publique-se por ter saído com incorreções (**DANC** nº 42).

Onde se lê:

PAES DE ANDRADE: – Proposta constitucional para que preventos de aposentadorias, no serviço público, correspondam aos salários da mesma categoria em atividade.

FERNANDO SANTANA: – Inclusão do Itamarati na discussão da dívida externa brasileira

Leia-se:

PAES DE ANDRADE: – Proposta constitucional para que preventos de aposentadorias, no serviço público, correspondam aos salários da mesma categoria em atividade.

V – Comunicações das Lideranças

FERNANDO SANTANA: – Proposta constitucional para que preventos de aposentadorias, no serviço público, correspondam, aos salários da mesma categoria em atividade.

Na coluna 03:

Onde se lê:

V – Sugestões sobre matéria constitucional

Leia-se:

VI – Sugestões sobre matéria constitucional.

Na coluna 03:

Onde se lê:

VI – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Leia-se:

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Na página 1171, coluna 03:-

Onde se lê:**VII – Encerramento****Leia-se:****VII – Encerramento.**

Na página 1213, coluna 02:

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – levanto a sessão, designando para a ordinária de amanhã, dia 9 de abril, às 14:30 horas a seguinte:

VIII – ORDEM DO DIA

IX – Encerra-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.

Leia-se:**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):**

– Levanto a sessão, convocando outra para amanhã, dia 9, às 14:30 horas.

IX – Encerra-se a sessão às 18 horas e 44 minutos.

No **DANC** de 11-4-87, página 1328 – coluna 03, **In fine**, publique-se por ter saído com incorreção, (**DANC** nº 44).

Onde se lê:**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):**

– Encerro a Sessão, designando para a ordinária da próxima 3ª feira, dia 14, às 14:30 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

IX – Encerra-se a sessão às 13 horas e 20 minutos.

Leia-se:**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):**

– Encerro a sessão, convocando a Assembléia Nacional Constituinte para a Ordinária da próxima terça-feira, dia 14, às 14h30min.

IX – Encerra-se a sessão às 13 horas e 20 minutos.

No **DANC** de 15-4-87, página 1369, coluna 3, **In fine**, publica-se portar saído com incorreção. (**DANC** nº 45).

Onde se lê:**VII – O SR. PRESIDENTE**

(**Mário Maia**): – Encerro a sessão, designando para a Ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

IX – Encerro-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.

Leia-se:**VIII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):**

– Encerro a Sessão, convocando a Assembléia Nacional Constituinte para a Ordinária de amanhã, dia 15 de abril às 14:30 horas.

IX – Encerra-se a sessão, às 19 horas e 35 minutos.

No **DANC** de 23-4-87, página 1.416, coluna 3, publique-se por ter saído com omissão (**DANC** nº 48).

Após:**JOAQUIM BEVILÁCQUA:** –

Referência do Ministro Paulo Brossard à Assembléia Nacional Constituinte. Solidariedade ao Constituinte Célio de Castro, vítima de atentado terrorista e aos professores grevistas.

Acrescente-se:**VI – Sugestões dos Constituintes**

Apresentaram sugestões os Srs. Constituintes: CESAR CALS NETO, ERICO PEGORARO, JOAQUIM BEVILÁCQUA, JESUS TAJRA, JOSÉ FERNANDES, DOMINGOS LEONELLI, FRANCISCO CARNEIRO, MAURÍCIO FERREIRA LIMA, IRMA PASSONI, NILSON GIBSON, GEOVANI BORGES, ROBERTO D'ÁVILA, PAES DE ANDRADE, FRANCISCO ROLLEMBERG, VIRGÍLIO TÁVORA, MAURO BENEVIDES, NYDER BARBOSA, ODACIR SOARES, ÁLVARO VALLE, ALUÍZIO SOARES, MANOEL RIBEIRO, JOSÉ CARLOS GRECCO, GONAZAGA PATRIOTA, PAULO ZARZUR, EDIVALDO MOTTA, FERES NADER, EDUARDO JORGE, AIRTON CORDEIRO, ANTONIO SALIM CURIATI MARCONDES GADELHA, NABOR JÚNIOR, IVO VANDERLINDE, OSMAR LEITÃO, JOÃO CALMON, NELSON CARNEIRO, JOSÉ CAMARGO, RUBEN FIGUEIRO JORGE ARBAGE, DAVI ALVES SILVA JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, JOSÉ MELO, OSWALDO LIMA FILHO, LUIZ MARQUES, ADEMIR ANDRADE, LAVOISIER MAIA NIVALDO MACHADO, EDMILSON VALENTIM, SALATIEL CARVALHO, MÁRIO MATA, JOSÉ GUEDES, ALDO ARANTES, FERNANDO GOMES, VIRGILDÁSIO DE SENHA, VIVALDO BARBOSA, EXPEDITO JÚNIOR, ARNALDO FARIA DE SÁ, VINÍCIUS CANSAÇÃO, POMPEU DE SOUZA, JOÃO ALVES, GERSON MARCONDES, WALDECK ORNELLAS, RICARDO IZAR.

Onde se lê:

VI – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Leia-se:

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

No **DANC** de 23-0-87, página 1416, coluna 2, publique-se por ter saído com incorreções. (**DANC** nº 48).

Onde se lê:**JOSÉ SANTANA:** –

Correspondências remetidas pelo orador a propósito do asfaltamento da MG-464, entre Sacramento e Conquista, no Estado da Bahia, e da reivindicação salarial dos funcionários da empresa Fiocruz.

VIRGÍLIO GALASSI: – Redução do crescimento demográfico para reconstrução social.

Leia-se:

JOSÉ SANTANA: – Sugestão de norma constitucional para promover vigilância e saneamento dos órgãos públicos em geral, através do Tribunal de Contas da União.

CHICO HUMBERTO: –

Correspondências remetidas pelo orador a propósito do asfaltamento da MG-464, entre Sacramento e Conquista, no Estado da Bahia, e da reivindicação salarial dos funcionários da empresa Fiocruz.

VIRGÍLIO GALASSI: – Redução do crescimento demográfico para reconstrução social.

No **DANC** de 1º-5-87, pág. 1634 coluna 2, publique-se por ter saído com incorreção. (**DANC** nº 53).



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 73

SÁBADO, 6 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 78ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 5 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão
II - Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

TERMO DE POSSE

Prestou compromisso de posse, nos termos da Resolução nº 2, de 1981, e do art. 3º, § 1º, do Regimento Interno, o Senhor Antonio Tito Costa, representante do Estado de São Paulo, em face do afastamento do respectivo titular, Deputado Ralph Biasi.

OFÍCIOS

Nº 124/87 - Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Tito Costa para integrar, na qualidade de membro titular, a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das instituições e, na qualidade de membro suplente, a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Geraldo Alckmin, requerendo a retirada de tramitação da Emenda nº 600929-8, de sua autoria, apresentada perante a Comissão da Ordem Econômica.

IV - Pequeno Expediente

NAPHTALI ALVES - Transcurso da Semana Nacional do Meio Ambiente - Inserção

na futura Constituição de normas asseguradoras da defesa do meio ambiente.

ATILA LIRA - Conclusão de estudo realizado pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o gatilho salarial e a inflação.

DAVI ALVES SILVA - Destinação de 5% dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação para a implantação da reforma agrária no País.

JORGE ARBAGE - Impraticabilidade, na região amazônica, da reposição de essências nativas, exigida pela Lei nº 7.511 - Código Florestal Brasileiro.

ANTONIO DE JESUS - Desafios de um Constituinte evangélico. Aprovação, pela Câmara Municipal de Salvador, Estado da Bahia, de projeto de lei declarando de utilidade pública o "Grupo Gay da Bahia".

MAURO BENEVIDES - Importância de encontro, em Patos e Souza, Estado da Paraíba, entre ministros de Estado e representantes do Nordeste, para debater a chamada "seca verde".

COSTA FERREIRA - Definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

OSVALDO BENDER - Requerimento de informações sobre a contratação de assessores parlamentares para o Gabinete da 2ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados.

ISRAEL PINHEIRO - Construção da Ferrovia Norte-Sul.

ADYLSON MOTTA - Conveniência do comparecimento do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para prestar esclarecimentos sobre a política econômica.

UBIRATAN SPINELLI - Reiteração de discurso sobre uso de recursos públicos para promoção de comício em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA - Inconveniência da prorrogação dos mandatos dos prefeitos municipais e vereadores.

JUAREZ ANTUNES - Esvaziamento do plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Crescimento da violência no Estado do Rio de Janeiro.

SIQUEIRA CAMPOS - Criação do Estado de Tocantins.

RUY NEDEL - Plethora de atribuições concedida ao Poder Legislativo no anteprojeto da Subcomissão do Poder Executivo.

VLADIMIR PALMEIRA - Reivindicação de envolvidos em tentativa de assalto a banco em Salvador, Estado da Bahia, de serem tratados como presos políticos.

AMAURY MÜLLER - Inconveniência da prorrogação dos mandatos dos prefeitos municipais e vereadores. Noticiário da imprensa nacional sobre composição entre o Constituinte Severo Gomes, Relator da Comissão da Ordem Econômica, e setores direitistas. Manutenção da reserva de mercado na área da informática.

GEOVANI BORGES - Inserção na futura Constituição do direito do trabalhador desempregado à assistência médico-hospitalar e odontológica da Previdência Social. Mandato dos membros das Mesas Diretoras das Casas Legislativas.

DIONÍSIO HAGE - Necessidade de fortalecimento dos partidos e reordenamento da política partidária no País para adoção do sistema de governo parlamentarista "à brasileira".

ALAIR FERREIRA: – Carta aberta ao Presidente José Sarney sobre a oportunidade da construção da Ferrovia Norte-Sul, publicada na imprensa nacional. Entrevista concedida ao **Jornal do Brasil** pelo Sr. Wolfgang Sauer, Presidente da Volkswagen do Brasil.

ASSIS CANUTO: – Atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, na defesa do meio ambiente.

AUGUSTO CARVALHO: – Demissão de empregados da Frigobrás, empresa do Grupo Sadia, por organizarem chapa para as eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Toledo, Estado do Paraná.

V – Comunicações das lideranças

MOZARILDO CAVALCANTI: – Oportunidade e viabilidade da transformação dos Territórios Federais de Roraima e Amapá em Estados.

SÓLON BORGES DOS REIS: – Falta de credibilidade da sociedade brasileira no Poder

público. Sustação do gatilho salarial para os funcionários públicos estaduais.

SIQUEIRA CAMPOS: – Apoio do Partido Democrata Cristão à construção da Ferrovia Norte-Sul.

CHICO HUMBERTO: – Competência da Assembléia Nacional Constituinte para proceder à redivisão territorial do País. Criação do Estado do Triângulo.

ADYLSON MOTTA: – Necessidade de urgente apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.300.

RUY NEDEL: – Definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

SANDRA CAVALCANTI: – Realização, pela Câmara dos Deputados, de homenagem póstuma a Carlos Lacerda, no ensejo do 10º aniversário de sua morte. Inconveniência de artigo aprovado pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes proibindo o repasse de ver-

bas públicas para a criação e manutenção de entidades de ensino particular.

VI – Apresentação de proposições

ADYLSON MOTTA, OSVALDO BENDER.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

DAVI ALVES SILVA: – Criação do Estado do Maranhão do Sul.

VIII – Encerramento.

2 – MESA

– Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÕES

– Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

Ata da 78ª Sessão, em 5 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Przyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Porosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Viliani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Rauhetti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Franciso Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Custavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito For- tes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irani Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lourenço – PFL; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Serra – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues

PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto al – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarina Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira

– PT; Waldec Ornélás – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 199 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA, servindo como Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

Aos dois dias do mês de junho do ano de 1987, perante o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, em seu Gabinete localizado no Edifício Principal da Câmara dos Deputados, prestou compromisso de posse, nos termos da Resolução nº 2 de 1981 e do art. 3º § 1º do Regimento Interno, o Senhor Antônio Tito Costa, representante do Estado de São Paulo, em virtude do afastamento do respectivo titular, Deputado Ralph Biasi. E, para constar, eu, Paulo Affonso M. de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa, lavrei o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Presidente e pelo empossado. – **Ulysses Guimarães – Tito Costa.**

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Of. nº 124/87

Brasília, 3 de junho de 1987

Senhor Presidente:

De acordo com o que estabelece o Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que o Deputado Tito Costa, suplente em exercício, na vaga do Deputado Ralph Biasi, substituirá este Deputado nas Comissões em que era membro, de acordo com as seguintes designações:

Comissão: Deputado Tito Costa – IV-Titular – III-Suplente.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e consideração. – **Deputado Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.**

REQUERIMENTOS

Do Sr. Constituinte Geraldo Alckmin, nos seguintes termos:

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Geraldo Alckmin Filho, Deputado Federal Constituinte infra-assinado, autor da Emenda nº

600929-8, apresentada perante a Comissão da Ordem Econômica, em data de 1º-06-87, que acrescenta parágrafo ao art. 9º, do Anteprojeto do Relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a retirada da referida Emenda nº 600929-8, antes de sua apreciação pelo Sr. Relator.

Temos em que,

P. Deferimento.

Brasília, 3 de junho de 1987. – **Geraldo Alckmin.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente
Tem a palavra o Sr. Naphtali Alves.

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO) pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos em plena comemoração da Semana Nacional do Meio Ambiente, oportunidade para que, na Assembléia Nacional Constituinte e fora dela, na imprensa, nos educandários e nas diversas instituições sociais, possamos meditar sobre os problemas ligados à defesa e preservação dos recursos naturais e à qualidade de vida do povo.

Há mais de um decênio vem a sociedade brasileira manifestando seu interesse pelo equacionamento desse problema, tendo surgido, em consequência, o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, órgão federal, que contribui para conscientizar a Nação dos deveres que temos com a natureza, em nosso próprio benefício.

Em nosso País, os clamores procedem de todos os seus cantos, não só quanto aos rios, as florestas, lagoas e em particular à fauna brasileira, que sofrem por parte de irresponsáveis e aventureiros a devastação, a poluição e até mesmo a morte de nossa preciosa natureza.

Na sua irresponsabilidade e na ganância desmedida, esquecem-se os homens de que nossa vida, nossa existência e a própria preservação da raça humana dependem diretamente da preservação da natureza, pois dela tiramos o oxigênio que respiramos, o alimento vivo das águas dos rios e mares e até mesmo das chuvas, cuja falta em tantos recantos deste Brasil mata e destrói.

Os debates ocorridos na Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente demonstram o interesse crescente por essa problemática.

Diz o anteprojeto resultante, em seu art. 1º:

"Todos têm direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, considerado patrimônio público, cuja proteção é dever do Poder Público e da coletividade, para o usufruto das presentes e futuras gerações."

A proposição confere a qualquer um do povo o direito de requerer a tutela jurisdicional necessária para tornar efetivo o cumprimento desse direito, penalizando as práticas e condutas deletérias ao meio ambiente e à saúde pública, bem como a omissão e a desídia das autoridades.

Entrega-se ao Poder público a responsabilidade pela manutenção dos processos ecológicos e sistemas vitais, essenciais à preservação da diversidade genética, e o aproveitamento perene das espécies e ecossistemas, combatendo as diversas

modalidades de predação e gradação do meio ambiente.

São especificamente citadas a floresta amazônica, a mata atlântica, o Pantanal, a zona costeira e as bacias hidrográficas, sujeitas a condições de utilização que assegurem sua perenidade, podendo, em caso de necessidade, o Congresso Nacional autorizar as Forças Armadas a atuarem em defesa dos recursos naturais ameaçados.

Toda a bacia do Araguaia – Tocantins, com suas nascentes, olhos-d'água, regatos, ribeirões, cachoeiras e rios maravilhosos – uma extensa área distribuída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Maranhão – está sofrendo uma ação depredadora dos agentes poluentes nocivos à vida daquele manancial.

A riqueza do solo e as potencialidades da região fazem da bacia do Araguaia – Tocantins a mais rica do País.

Sr. Presidente, a fauna tem sido atacada constantemente. Aves de pequeno porte, tais como araras, tucanaus e colibris estão desaparecendo da região, assim como as de médio e grande portes como as siriemas, emas e várias outras.

Contudo, não nos basta entregar aos Poderes públicos as responsabilidades, se não houver da parte de cada brasileiro, de cada cidadão, uma conscientização, firme e responsável, a ponto de nos tornarmos, cada um, fiscais de nossa ecologia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago para registro nos Anais desta Casa um estudo realizado pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que analisa a questão dos preços relativos dos produtos industriais e agrícolas em abril de 1987.

Esse estudo apresenta conclusões interessantes, destacando que "os bens e salários básicos estavam com os preços relativos abaixo da média. Portanto, parece evidente que se o aumento da renda dos trabalhadores durante o Plano Cruzado gerou pressões inflacionárias sobre os bens e salários, essas pressões de maneira geral desapareceram. Mais do que isto, a queda do salário real, implícita no mecanismo de gatilho salarial em um processo de forte aceleração inflacionária (quando o gatilho não repõe toda a inflação), tem atuado como contrapeso de pressões inflacionárias porque diminui a procura".

Na essência, a conclusão do estudo, que faz a análise da estrutura de preços relativos de todos os produtos industriais, é de que a elevação de preços decorre muito mais do estrangulamento e das distorções da economia do que da elevação dos salários.

O interessante do estudo é ele que apresenta o gatilho salarial como um instrumento que freia a inflação, ao contrário do setor privado e de alguns economistas ligados a setores contrários à política do gatilho salarial, que atribuem a retomada do processo inflacionário ao reajuste automático de salário.

Faço este registro para destacar que o gatilho salarial, mesmo não sendo o instrumento ideal de reposição de salário, é o mecanismo que ainda resta ao trabalhador para resguardar-se da inflação.

Durante o discurso do Sr. Átila Lira, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, dei-

xa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Davi Alves Silva. (Pausa.)

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, quero comunicar aos nossos companheiros de bancada que está sendo acirrada uma briga muito grande quando se fala em reforma agrária. Apesar de não ser membro da Comissão da Ordem Econômica, que trata do assunto, envie uma proposta que considero da maior importância para aqueles que, como eu, aqui chegaram com o compromisso de lutarem pela implantação da reforma agrária.

Como homem do campo, entendo que a reforma agrária não pode ser feita sem dar ao pequeno colono condições para produzir e tornar-se independente do Governo, a fim de que não precise esse colono, por exemplo, pedir aos políticos dinheiro para pagar uma passagem ou uma consulta, o que costuma acontecer no meio rural.

Verificando que deveria ser esse o comportamento para a implantação da reforma agrária, propus que o Governo federal destinasse 50% dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação à moradia rural, acreditando que tal percentagem seria ampliada não para 40, mas para 60 ou até, quem sabe, 65%, já que a Subcomissão era composta exatamente por aqueles que pregarão a reforma agrária nas suas campanhas eleitorais.

Volto hoje aqui para dizer a V. Ex.^a da tristeza que sinto por ter sido esmagada ali a minha proposta. No relatório, a Subcomissão que tratou do assunto propôs apenas 30% de recursos para a implantação da reforma agrária.

Ora, Sr. Presidente, como acreditar que o Governo Federal queira realmente implantar a reforma agrária? Os candidatos a Constituintes, no palanque, diziam que a reforma agrária era meta prioritária para este País. Como vamos querer continuar investindo 70% do Sistema Financeiro da Habitação nos meios rurais? Não estamos querendo reforma agrária! É preciso que voltemos aos mesmos palanques em que estivemos durante a campanha eleitoral e digamos àqueles que nos ajudaram a chegar até a Assembléa Nacional Constituinte que pretendemos sorrir e brincar com aqueles que produzem para este País.

Não é mais possível, Sr. Presidente! Não temos condições de continuar alimentando o Governo Federal para que ele faça investimentos nos setores urbanos, provocando mais desemprego, provocando crise na área social.

Não quero aqui chamar a atenção de ninguém, porque todos têm independência para fazer aquilo que acharem estar certo, mas é preciso que os Srs. Constituintes, meus companheiros que integram a Comissão, lembrem-se dos compromissos anunciados em palanques, onde afirmavam que seriam realmente os pais da reforma agrária. Como é que, agora, S. Ex.^a se esquecem da estrutura básica para a implantação da reforma agrária, que é a habitação rural?

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.^a e aos meus companheiros que vou apresentar aqui nova emenda, vou ocupar a tribuna da Comissão da Ordem Econômica para tentar sensibilizar os meus companheiros de que a reforma agrária

precisa de pelo menos 50% dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação, para que assim tenhamos certeza de estar contribuindo para a sua implantação.

Do contrário, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, acredito até que viemos a esta Casa simplesmente com o interesse e a intenção de voltar, daqui a três anos, dizendo aos eleitores que "agora é que iremos fazer a reforma agrária". Isso será realmente dito em palanque, daqui a três anos, se não encararmos a implantação da reforma agrária com seriedade e não dissermos aos nossos companheiros que ela tem de ser feita agora, a nível de Governo Federal, para que os colonos não continuem morando em minha fazenda, por exemplo.

Estão em minha fazenda cerca de 80 famílias, e não pretendo tirá-las de lá, mesmo que o Governo chegue até a minha cidade com a implantação da reforma agrária, o que não acredito. Não acredito porque já tivemos ali o GETAT, órgão que fez uma reforma agrária séria, que cuidou realmente dela. Mas quem vem a este microfone defender o GETAT é acusado, no dia seguinte, pelos órgãos de imprensa, de ser homem da UDR. Podem dizer que sou da UDR, da UDN, da UD etc., mas o GETAT foi o único órgão no Estado do Maranhão que funcionou com seriedade e fez uma reforma agrária séria, levando àquela região estradas, educação e posto médico. Era um órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional e que procurou fazer justiça no setor rural, tendo sido desativado no Governo do meu contemporâneo, Presidente José Sarney. Ninguém mais que o Presidente José Sarney sabe que o GETAT entregou mais de 10 mil títulos de terra a pequenos agricultores só na região tocantina, fazendo ali uma reforma agrária que atendeu à sociedade carente do meu Estado, da região sul do Maranhão.

Portanto, há que ser dada continuidade a essa mesma reforma agrária.

Não acredito mais em reforma agrária no Maranhão. Ali, o Governo tinha um órgão já estruturado, em condições de fazer uma reforma agrária, mas foi desativado. Acredito que o GETAT tenha sido desativado porque foi implantado no Governo autoritário – como o chamam os Srs. Constituintes e o povo brasileiro em geral – do General João Batista Figueiredo. O GETAT é um órgão sério, que merece a minha solidariedade. A região tocantina sente orgulho de todos aqueles que trabalharam no GETAT, que deixa saudades àqueles que precisam de um pedaço de terra para trabalhar.

Era este o recado que gostaria de deixar hoje nesta Casa.

Mas volto a defender uma emenda que apresentarei no sentido de assegurar pelo menos 50% do Sistema Financeiro de Habitação à habitação rural, porque só assim teremos condições de dar ao homem do campo aquilo que ele merece, que é o direito de morar – não de morar bem como o Deputado Davi Alves e tantos outros Srs. Constituintes, mas pelo menos de ter uma casinha e condições de criar seus filhos, não morando dentro d'água e, às vezes, até em cima de uma tábua, como vive muita gente na região tocantina, que só é conhecida na época de eleição. Quando ela passa, esquecemos que os compromissos assumidos em palanque eram verdadeiros, embora pensássemos que fossem de brincadeira.

Está na hora de parar de brincar com o povo, principalmente no momento em que se está pensando em implantar a reforma agrária.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago à consideração desta-augusta Casa um problema que eu diria, interessa não apenas à Região Amazônica, mas a todo o País, envolvendo aspectos sócio-econômicos da maior relevância.

Vou-me ater, em princípio, à leitura de um documento que várias entidades subscreveram e encaminharam a S. Ex.^a, o Sr. Presidente José Sarney.

Diz o documento:

Ao
Excelentíssimo Senhor Doutor
José Sarney.
Digníssimo Presidente da
República Federativa do Brasil.

Senhor Presidente:

As Entidades Signatárias vêm, respeitosamente, expor e solicitar a Vossa Excelência o seguinte:

1. O setor florestal é hoje responsável por cerca de 8% do PIB nacional, sendo que a Amazônia brasileira responde por 70% da produção de madeira folhosas, concorrendo o Estado do Pará com 65% dessa oferta, proporcionando vultosa arrecadação de ICM e empregando diretamente cerca de 300.000 pessoas, só na aludida Unidade Federativa.

2. O mencionado segmento econômico caracteriza-se pela sua interiorização, absorvendo e retendo mão-de-obra, evitando o maléfico êxodo rural, sendo responsável, abrangendo todos os aproveitamentos florestais, na região e no País, por exportações anuais de aproximadamente 1,2 bilhão de dólares, o que demonstra o seu relevo para a economia nacional.

3. A recente Lei nº 7.511, de 7 de julho de 1986, que alterou a alínea "a" do artigo 2º e o artigo 19 do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de novembro de 1965), acarretou fatores extremamente restritivos para a atividade, impedindo, inclusive, a obtenção de matéria-prima em geral, desde que proibiu o reflorestamento com essências exóticas e sujeitou qualquer exploração ao manejo sustentado, para qualquer tipo de floresta, mesmo as improdutivas, o que requisita no mínimo 2 (dois) anos para efetiva observância.

4. O cumprimento dessa lei, cuja aprovação se fez subitamente e contrariando expressas manifestações do IBDF, ameaça de paralisação quase total todo setor dependente de madeiras de folhosas, não só por ser precária a disponibilidade oriunda de reflorestamentos já existentes, como também por serem de longa maturação os projetos de manejo, sobretudo por notória dificuldade de aquisição e apropriação de grandes glebas.

5. A Portaria do IBDF 486, de 28 de outubro de 1986, que regulamentou a referida lei, ainda mais agravou a situação, pois restringiu a interpretação que vinha sendo dada ao artigo 44 do Código Florestal, que autoriza o desmatamento de até 50% das propriedades na Amazônia.

6. Atualmente, essa matéria-prima necessária provém, em sua maior parte, de assentamentos de colonos, projetos pecuários e agrícolas, e exploração seletiva da mata amazônica, o que resulta inviabilizado pela nova disciplina, cuja aplicação, além de impraticável a médio prazo, agravará em escala assustadora, o problema fundiário e consequentes tensões sociais, pela corrida que estimulará a grandes extensões de terras, via invasões, apropriações latifundiárias, desde que isso é inerente ao manejo imposto, em face da grande heterogeneidade de espécies aproveitáveis e não aproveitáveis comercialmente na selva da região.

7. No momento, já o IBDF exige o cumprimento da Lei nº 7.511/86 e da mencionada Portaria nº 486/86, o que vem determinando a desativação gradual, pela carência da matéria-prima, da indústria madeireira em geral, envolvendo serrados, laminados e compensados, com os mesmos reflexos danosos e paralisadores nas indústrias de papel e celulose, construção civil e movelearia, exacerbando-se essas implicações profundamente negativas no campo sócio-econômico, quando analisadas sobre o aspecto do uso generalizado de madeira, como o carvão vegetal (combustível), nisso afetando, com uma gravidade que exige atenção especial, as indústrias de cimento, alimentícias em geral e sobretudo siderúrgicas que, essas últimas, na Amazônia, especialmente no Maranhão e no Pará, como resultantes do Projeto Grande Carajás, representam a mais nova e expressiva expansão da economia brasileira na sua luta contra as diferenças regionais e em prol de desenvolvimento nacional, merecedores de especial empenho e notória preocupação do Governo de Vossa Excelência. Como implantar e operar siderúrgicas no Pará e Maranhão, dificultando e mesmo impedindo o uso do carvão vegetal, o que é decorrência inafastável da Lei nº 7.511/86?

8. As entidades signatárias têm consciência da necessidade de conciliar a ecologia com a economia, mas não aceitam o sacrifício estéril de atividades produtivas, implantadas e a implantar, da mais alta expressão para o progresso social, em função de medidas precipitadas, carentes de um estudo aprofundado global, que certamente pode e deve ser realizado em prazo razoável, em cujo decurso não serão possíveis nem cabíveis danos irreparáveis ou significativos para a natureza, mas será viável obter soluções sensatas e compatibilizadoras entre o equilíbrio ecológico e o indispensável desenvolvimento sócio-econômico.

9. Por outro lado, sabe-se que, pela precariedade de fiscalização e pela estrutura peculiar do relacionamento homem/floresta na Amazônia, o desmatamento continuará e, o que é pior, transformando, preponderantemente, em cinzas o que, como vem sendo, poderia ser transformado em riquezas, sobretudo com a já iniciada implantação de pólos siderúrgicos no Maranhão e no Pará.

10. Em resumo, Excelência, a mencionada Lei nº 7.511/86 atenta contra os altos interesses da comunidade perseguidos pelas diretrizes políticas, econômicas e sociais do

Governo Federal e dos Governos Estaduais, pois bloqueia a expansão industrial e agrícola, prejudica a reforma agrária, cerceia a expansão da pecuária, ameaça de desemprego centenas de milhares de trabalhadores (só no Estado do Pará, cerca de 300.000, ligados à indústria florestal), estimula o latifúndio, óbices quase intransponíveis aos salutares e grandes objetivos do Programa Grande Carajás e, enfim, agride a iniciativa privada e o mínimo de segurança que esta deve ter garantido para o desempenho de sua atividade.

11. Diante do exposto e do que mais consta dos documentos juntos e complementares, explicitadores da situação, solicita-se, com o máximo respeito, a Vossa Excelência, medida legislativa urgente e inadiável, dentro dos preceitos constitucionais vigentes que acolham providências extraordinárias, que restaure a redação anterior do Código Florestal quanto aos dispositivos modificados pela Lei nº 7.511, de 8-7-86, conforme sugestão também em anexo, assegurando-se prazo razoável para definitiva disciplina legislativa do assunto, de acordo com os estudos adequados que serão realizados, sempre com a participação das entidades de classes empresariais envolvidas, sem impactos atentatórios ao desenvolvimento nacional e ruinosos a legítimos interesses privados estabelecidos, com função social reconhecida e notória, levando, além disso, a conturbação aos campos, cuja pacificação e atuação produtiva são escopos superiores do Governo de Vossa Excelência, através de democrática reforma agrária.

No ensejo, agradecendo a oportunidade que nos proporciona, reiteramos nossos protestos de respeito, de elevado apreço e sincera admiração.

(Seguem assinaturas.)

Esse documento foi entregue ao Sr. Presidente José Sarney em audiência com os empresários signatários.

Devo ressaltar que S. Ex.^a, ao examinar a matéria, demonstrou inclusive uma certa surpresa ao verificar que a lei por ele sancionada, contrariamente ao parecer emitido pelo IBDF, inviabilizou a implantação das siderúrgicas dos Estados do Maranhão e Pará. Sugeriu, então, que tomássemos uma iniciativa legislativa.

Devo ressaltar que já está na Câmara dos Deputados projeto de lei de nossa autoria propondo a revogação dos dispositivos anulados pela Lei nº 7.511/86.

Trago o assunto ao conhecimento de V. Ex.^as para mostrar que está havendo um princípio de incerteza com relação ao propósito do Presidente da República em promover uma reforma agrária a contento dos anseios nacionais, pois ao mesmo tempo é sancionada uma lei que, a rigor, torna inviável, em todos os sentidos e na sua plenitude, a implantação de reforma agrária.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sempre as minhas primeiras palavras são um preito de gratidão a Deus pela oportunidade de aqui estar participando da elaboração

da oitava Constituição, na quarta Assembléia Nacional Constituinte. Neste instante, trago alguns desafios que um Constituinte evangélico enfrenta.

Ei-los, Sr. Presidente:

OS DESAFIOS DE UM CONSTITUINTE EVANGÉLICO

A atuação parlamentar sempre representou um grande desafio.

Nunca foi fácil conciliar o trabalho, muitas vezes extenuante, de uma Casa Legislativa com o atendimento às bases eleitorais, os compromissos partidários, a permanente vigília em busca da sintonia com os ideais nacionais e com as grandes aspirações do povo, e ainda o indispensável entendimento entre os múltiplas correntes ideológicas e partidárias para um somatório de esforços dentro dos objetivos comuns.

Como se isto não bastasse, o desafio se torna ainda mais evidente quando se trata de um Congresso Nacional Constituinte, que tem a responsabilidade de elaborar urna Carta Magna que possa ser sensata, sólida e praticável, para unir os brasileiros nos princípios de liberdade, igualdade, democracia e justiça.

As atividades são intensas: reuniões nas Comissões e Subcomissões (às vezes até aos sábados, domingos e feriados); sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Nacional Constituinte, sessões da Câmara e do Congresso, além das reuniões das bancadas, requerem de um Constituinte um desdobramento gigantesco que, por força do momento histórico que se vive, não pode ser absolutamente relegado.

Tal situação, todavia, não é incômoda. Sente-se uma satisfação interior ao saber que o trabalho não é em vão.

Ainda que muitas vezes incompreendido, mal interpretado, distorcido e até mesmo aviltado, sente-se a serenidade de uma consciência tranquila pela convicção de estar cumprindo fielmente uma missão para a qual foi acolhido.

Sempre haverá um preço a ser pago por ser um defensor dos ideais cristãos e tal circunstância já era conhecida antes mesmo de ser candidato, e mesmo assim não houve recuos, nem haverá.

Nada poderá impedir que se mantenha o firme propósito de buscar, em primeiro lugar o Reino de Deus e a Sua justiça, na esperança de que todas as demais coisas serão acrescentadas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta oportunidade, preocupam-me certos aspectos da nossa sociedade. Preocupa-me sobremaneira o nosso comportamento como Constituintes.

Tenho em mãos parte de um jornal que relata um fato até chocante, do qual gostaria que os Srs. Constituintes tomassem conhecimento. Com todo o respeito que temos pelo Estado da Bahia, está publicado o seguinte num jornal de lá que circula também no Estado de Goiás.

Na Bahia, grupo gay é de utilidade pública: Salvador – O prefeito Mario Kertesz garantiu ontem, que, após ouvir lideranças e a Mesa da Câmara Municipal de Salvador, vai sancio-

nar o projeto, aprovado quarta-feira pela maioria dos vereadores, que declara de utilidade pública o Grupo Gay da Bahia (GGB), única entidade de homossexuais do País reconhecida oficialmente e registrada em cartório. O projeto despertou a indignação de setores conservadores, que, através do jornal **A Tarde**, classificaram o GGB de "órgão" de utilidade pública.

A irritação dos setores conservadores se revelou também na manchete da reportagem de ontem do mesmo jornal: "Homossexualismo agora é de utilidade pública". O projeto é de autoria do Vereador Raimundo Jorge (PMDB), sobrinho do Deputado Federal Raimundo Urbano (PMDB). O vereador provocou polêmica no ano passado ao promover uma sessão especial da Câmara Municipal no dia mundial do orgulho gay e, desta vez, por 11 votos contra nove, está transformando o GGB em entidade de utilidade pública.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, será isso o que a sociedade brasileira espera? Será isso o que alguém tem para propor diante de um plenário legislativo? Isso é um absurdo. Se se propusesse uma organização para recuperação de homossexuais ou portadores de desvios de conduta como sendo de utilidade pública, eu admitiria. Ser homossexual, como disse o meu amigo Florestan Fernandes, é opção; mas legalizar o homossexualismo é um absurdo.

Nós, que somos a favor da conservação da família, devemos ter a coragem de combater isso, inclusive nas Comissões, e de dar o nosso voto de protesto, para que não se legalize essa imundície. O povo brasileiro espera ver estabelecidos outros princípios que possam promover sua sustentação, seja no trabalho, seja na família, seja na sociedade, seja na religião.

Que todos, unidos, possamos combater todas essas heresias e construir um Brasil sensato, justo e democrático, que se proponha a unir seus habitantes em torno de princípios de igualdade, fé e esperança. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antônio de Jesus o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Mauro Benevides. (Pausa.)

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a partir de amanhã, irão reunir-se em pleno sertão adusto do Nordeste, mais especificamente nas cidades de Patos e Souza, na Paraíba, parlamentares da região, para debate da dramática situação que ali se gerou, em decorrência da chamada "seca verde".

Na sexta-feira, 29 de maio, o Conselho Deliberativo da Sudene definiu o plano emergencial de atendimento às áreas atingidas pela calamidade, por cuja execução ficará responsável aquela agência desenvolvimentista, dirigida com exemplar apreço e clarividência pelo Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio.

Nos debates previstos para o encontro dos Senadores e Deputados do Polígono das Secas far-se-ão presentes os Ministros do Interior, Fazenda,

Agricultura e Irrigação, além dos Presidentes do Banco Central e do Banco do Nordeste do Brasil.

Empresta-se, por isso, excepcional importância ao aludido evento, que assinalará uma outra postura de redobrada vigilância assumida pelos Constituintes daquela faixa geográfica do País.

Dos Ministros Joaquim Francisco Cavalcanti, Luiz Carlos Bresser Pereira, Iris Rezende e Vicente Fialho, e dos Presidentes Fernando Milliet, do Bacen, e José Pereira e Silva, do BNB, espera-se o cumprimento de seus compromissos com o Nordeste, numa hora de dificuldades cruciais que se agudizam a cada momento com o registro de invasões de várias cidades por levas de flagelados famintos e desassustados.

O Nordeste confia em que o Governo Federal prestigiará as decisões que vierem a ser assentadas nas reuniões de Patos e Souza, transformando-as em realidade que sirva para reduzir os danosos efeitos causados pela carência de chuvas na região.

Como participes do acontecimento, destacamos a sua relevância, da tribuna desta Assembléia, na expectativa de que as deliberações refletem a necessidade de melhor se assistir milhões de homens do campo, acossados pela "seca verde", que alcança numerosos municípios, especialmente os do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte.

Fica o registro desse acontecimento, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, e os votos para que o encontro na Paraíba, entre Ministros de Estado e representantes do Nordeste na Assembléia Nacional Constituinte, seja dos mais proveitosos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma questão essencial que a Assembléia Nacional Constituinte precisa definir com a maior urgência é a duração do mandato do atual Presidente da República, pois a incerteza em torno da matéria está gerando um clima de tensão e expectativa, com prejuízos irreparáveis para a Nação e todos os brasileiros.

Apesar de detentor de um mandato legítimo de 6 anos, o Presidente José Sarney, após analisar detida e pacientemente a questão, deu inequivoca demonstração de despreendimento e patriotismo, abrindo mão de um ano de Governo.

A fixação do mandato presidencial em 5 anos é fator de tranquilidade e segurança, com repercussões positivas no reencontro da verdade na democracia e a consolidação de nossas instituições, com o final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e a realização das eleições municipais no próximo ano.

O adiamento dessa importante decisão serve apenas para tumultuar a vida nacional e dificultar até mesmo o entendimento com os credores internacionais e outros acertos benéficos para a estabilidade do Brasil e a prosperidade de seu povo.

É claro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que essa posição deve ser defendida pelos Partidos da Aliança Democrática, o PMDB e o PFL, que possibilitaram a histórica transição que estamos atravessando.

Temos certeza, nobres colegas, de que os que realmente amam o Brasil não hesitarão em tornar a decisão de evitar uma eleição presidencial em 1988, que serviria não aos interesses nacionais,

mas aos inimigos do Brasil, que desejam vê-lo mergulhado ainda mais no caos e em dificuldade de toda ordem.

O difícil momento que o País atravessa, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, exige de todos nós atitudes serenas e patrióticas, deixando de lado as vaidades pessoais, as ambições meramente político-eleitorais e a sede de poder, a fim de que a Nação, com a nova Carta Magna que estamos elaborando, possa reencontrar os caminhos da estabilidade econômica, do aperfeiçoamento político, da prosperidade social, da modernização administrativa, tudo em prol da melhoria das condições de vida de seu sofrido povo.

Afinal, como frisou o Presidente José Sarney, com o mandato de 5 anos, as próximas eleições presenciais coincidirão com o centenário da Proclamação da República, selando definitivamente, esperamos, o reencontro do Estado com a Nação.

Este é o apelo que fazemos aos ilustres companheiros do PFL e do PMDB, bem como dos demais Partidos que desejam a construção de uma sociedade democrática e justa, que todos almejamos para nós e nossos filhos.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, em certos momentos, seria melhor se o parlamentar não precisasse falar. Mas, como assumimos um compromisso, perante aqueles que confiaram em nós e também diante das comunidades que aqui representamos, de austeridade, de princípios, de moralização e de ética, não podemos deixar de abordar este assunto, embora constrangedor, porque se refere a esta Casa. O povo espera de seus representantes austeridade, mas, por vezes, os jornais trazem notícias, e não temos o que dizer.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento que gostaria fosse respondido. Gostaria que V. Ex.^a o encaminhasse ao Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para que recebesse os devidos esclarecimentos.

O referido requerimento tem o seguinte teor:

"Ao Excelentíssimo Senhor Dr. Ulysses Guimarães.
D.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Brasília

Venho, respeitosamente, diante de Vossa Excelência, no sentido de requerer seja esclarecido a esta Casa e informado à opinião pública notícias referente ao seguinte expediente:

1º – Se é verdade que estão sendo feitas admissões, com altos salários, para Assessores Parlamentares, conforme jornal, *Diário do Comércio e Indústria* (DCI) de São Paulo, do dia 2-6-87.

2º – Se é verdade que foram admitidos três assessores para o Gabinete da 2º Vice-Presidência, com salários de Cz\$ 55.000,00 e que continuam residindo em Bento Gonçalves, trabalhando em suas atividades particulares, conforme documentação anexa.

3º – Que seja fornecida aos Senhores Parlamentares uma relação, com o nome e cargo de todos os funcionários e respectivos vencimentos.

Certo da atenção de Vossa Excelência para salvaguardar a honra e dignidade desta Casa,

N. Termos
A. Deferimento
Dep. **"Osvaldo A. Bender."**

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal está aqui, e acredito que V. Ex.^a já tomaram conhecimento disso. Ele fala em 150 mil cruzados de salário para 1.500 assessores. Se isso não for verdade, gostaríamos que a Mesa esclarecesse esse fato à Casa e à opinião pública.

Da mesma forma, sabemos que o nosso particular amigo, Constituinte Paulo Mincarone, veio a esta Casa dar um esclarecimento referente à admissão, para o Gabinete da Segunda-Vice-Presidência, de três assessores que estariam morando em Bento Gonçalves. Como ficamos envolvidos com o assunto, pois um Deputado do meu Estado dirigiu carta à nossa pessoa e, nas suas manifestações na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul fez referência a que, conhecedor de nossa pessoa, sem dúvida iríamos tomar as devidas providências, para que a Casa fosse esclarecida, aqui estamos apelando para que seja esclarecida essa notícia. Que se traga a verdade aos Srs. Constituintes, porque temos algo a zelar. Se isso for verdade, é muito triste, porque, enquanto S. Ex.^a, o Ministro da Fazenda, anuncia uma carga tributária maior para os brasileiros, nesta Casa campeiam soltas as promoções com altos salários.

Queremos que aqueles que trabalham recebam. E recebam bem. Mas não podemos admitir que isso aconteça, porque os boletins da Casa, que tenho em mãos, dizem que as nomeações são permanentes, trazendo os nomes dos ocupantes desses cargos.

Precisamos ter coragem de dizer aos Srs. Constituintes o que vem acontecendo, porque o povo lá fora confia em nós, mormente quando estamos aqui para elaborar a nova Constituição. Se realmente fatos como esses forem verídicos, esta Casa ficará desmoralizada, e não teremos autoridade para chegar diante do povo e falar de austeridade, de princípios, para fazermos uma Constituição sadia, honrada, honesta e que corresponda aos anseios, às aspirações, de nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria que, de fato, V. Ex.^a levasse a sério esse nosso requerimento, porque na maioria das vezes o que se requer nesta Casa não é levado a sério. Peço que traga esses esclarecimentos aos Srs. Constituintes, que têm interesses em saber dos fatos, para que possam informar àqueles que confiaram em nós, para que não fiquemos conhecidos como traidores e exploradores do povo. (Palmas.)

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB - MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sou obrigado a abordar novamente um assunto que considero de importância, não por sua adjetivação, mas sobretudo, por sua essência. Refiro-me à tão famosa Ferrovia Norte-Sul.

Tive a oportunidade de ser, talvez, o primeiro Parlamentar a protestar – isso foi em abril – contra o açodamento de se querer construir uma ferrovia de 1.700 quilômetros, de prioridade discutível.

Assomei novamente à tribuna em 15 de maio, exatamente no dia em que o Governo federal houve por bem anular a concorrência. Volto a abordar

o assunto no dia em que o Governo resolve publicar os resultados da sindicância instaurada pelo Sr. Ministro dos Transportes.

Gostaria, Sr. Presidente, de dar minha posição com relação a esta matéria, que está despertando o interesse nacional. Não sou contra nem posso ser contra qualquer obra pública neste Brasil. É óbvio que a construção de qualquer ferrovia, qualquer estrada, qualquer usina, qualquer hidrelétrica tem de contar com o apoio da classe política, porque o nosso objetivo é o desenvolvimento do Brasil, é o seu progresso material, espiritual e político. Mas o que discutimos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são prioridades, porque governar é definir prioridades.

Obviamente os recursos são escassos. A grande habilidade e competência do administrador está em definir prioridades, e esta ferrovia não é prioritária. Utilizam-se do argumento de que é um projeto do Eng. Paulo de Frontin, de 1934. Isso não é verdade.

O projeto original do ilustre Eng. Paulo de Frontin era a ligação do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo com o Planalto Central, onde se construiria uma nova capital, inclusive já usaram o argumento de Brasília para defender a Ferrovia Norte-Sul. Protesto em nome da tradição mineira, pois foram os mineiros Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro, meu pai, os construtores de Brasília. Tive a oportunidade de trabalhar aqui, também, como engenheiro. Os objetivos são completamente diferentes: o da construção de Brasília e o da Construção da Ferrovia Norte-Sul. Brasília era um sonho arquiseccular, do Patriarca da independência, renovado, em todas as Constituições republicanas, a partir da de 1891. A Constituinte de 1946 aprovou, por uma diferença de oito votos, que o Planalto Central brasileiro seria o lugar da construção da futura Capital da República. Essa era uma obra politicamente desejada por toda a Nação brasileira, o que não acontece evidentemente com a Ferrovia Norte-Sul, projeto do qual a Nação tomou conhecimento há quatro meses.

Sr. Presidente, sei que o tempo é escasso para o meu pronunciamento e o assunto é longo, mas queria dizer a V. Ex.^{as} que é a terceira vez que participo do debate deste assunto, sobre o resultado da comissão de sindicância. Em primeiro lugar, quero elogiar o Dr. Stanley Batista, porque o conheço e sei que é um homem da maior seriedade. Tenho absoluta certeza de que S. S^a procedeu com a maior correção. Concordo com os resultados dessa comissão, e prova disso é que num discurso que pronunciei em 15 de maio antecipava os resultados hoje anunciados pela presidência da comissão.

Vou tentar mostrar resumidamente a V. Ex.^{as} o que está errado nesse projeto. Não é a concorrência, não são os empreiteiros. O que está errado, repito, é a maneira pela qual a Valec, proprietária da obra, está-se conduzindo para colocar em concorrência a Ferrovia Norte-Sul.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, explico: não há um projeto final de engenharia. Isto significa que nem o Governo nem as empreiteiras sabem qual o volume a ser escavado e movimentado na Ferrovia Norte-Sul. Existe um esboço de anteprojeto, na escala de 1:10.000, enquanto o projeto final de engenharia exige uma escala de 1:2.000. Quando tivermos essa escala de 1:2.000, os empreiteiros e a própria Valec poderão perfeitamente

estimar com precisão quase absoluta os volumes que serão escavados pelas empreiteiras. A Valec utiliza-se de um método que considero altamente condenável, que é o de estabelecer os preços unitários, em vez de preços globais. Em qualquer país civilizado – e o Brasil não adota esse sistema – as concorrências são feitas tomando como base o valor global. Isso significa que cada empreiteiro apresenta o valor global do custo da obra mais o lucro que a firma terá ao adotá-lo. Como no Brasil as obras não têm no projeto final valores exatos, adota-se o sistema de valor unitário. Essa é uma tabela que define os diversos valores unitários das diferentes etapas da construção da ferrovia.

Os empreiteiros, sabendo que as quantidades iriam variar, em geral para mais, deram preços em cima da tabela da Valec, e preços mínimos de menos 10%. Dessa foram classificadas 21 empresas. Eram 18 trechos, portanto, cada uma das 18 primeiras ganharam um trecho. Não houve qualquer irregularidade. Repito, as irregularidades foram resultantes do açodamento, da pressa com que quiseram fazer a obra, não dando tempo a que fizessem um projeto final de engenharia. Não havendo um projeto final de engenharia, tiveram de adotar valores unitários. Adotando valores unitários, tiveram de utilizar uma tabela. Adotando uma tabela, deram descontos sobre a tabela e todos os concorrentes ganharam a concorrência.

É para isto, Sr. Presidente, que gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, do Ministro José Reinaldo Carneiro Tavares: para que tenha um pouco mais de paciência. Esse anteprojeto foi feito em cima de uma aerofotogrametria. Traçaram uma linha reta de Brasília a Açaílândia e afirmaram que a ferrovia por ali passará. Depois, começaram a detalhá-lo com outras aerofotogrametrias que não tinha precisão necessária, devido à escala utilizada. Agora, com o trabalho de campo, descobrem os erros e os corrigem. Até o final, a obra será toda mudada, porque o projeto e o traçado finais não estão delineados.

As empresas de consultoria mudarão a obra conforme o seu andamento. É evidente que isso custará mais caro, mas a sua construção andará mais depressa.

Apelo ao Presidente José Sarney para que tenha um pouco mais de paciência. Vamos esperar o projeto final; vamos detalhá-lo mais, para não cometermos erros como o que se cometeu na Ferrovia do Aço, que foi feita exatamente nas mesmas condições. Quando a colocaram em concorrência não havia um projeto. O projeto foi feito ao longo da obra. Os empreiteiros foram trabalhando; o projeto foi sendo feito, modificado e adaptado conforme o que se encontrou no trabalho de campo, e não através de fotografias aéreas.

É este o apelo que faço, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao Ministro José Reinaldo Carneiro Tavares: que leve este assunto ao conhecimento do Presidente José Sarney. Tenho certeza de que o Sr. Presidente da República não sabe desses detalhes.

Acha S. Ex.^a que está fazendo certo, lutando pelo seu Estado e pelo Brasil. Na verdade, ele não está sendo bem esclarecido e orientado pelos tecnocratas e engenheiros que querem a realização da obra apenas para a incluírem em seus currículos. O tecnocrata diverge do político. Enquanto ele tem preocupação como dia-a-dia, nós,

políticos, temos preocupação com a nossa geração e, sobretudo, com o futuro de nossa Pátria.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são inegáveis a preocupação, a apreensão e até a perplexidade existentes hoje na sociedade brasileira em relação à falta de uma política, de um rumo definido, de um plano estabelecido pelo Governo, principalmente na área econômica.

Por isto, o Governo, que prometeu transparência como uma de suas bandeiras, não se pode negar a trazer ao conhecimento da sociedade brasileira uma série de assuntos, em torno dos quais existe uma identificação, uma sonegação de informação. Creio que é do interesse tanto dos governantes como do governo que estas situações sejam claras.

Não entendo, até hoje, o porquê da obstinação do PMDB em negar a vinda a esta Casa do ex-Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para prestar esclarecimentos em torno da Pasta que titulava naquela ocasião. Em face dos problemas crescentes por que atravessava e atravessa esta Nação, não posso realmente entender o porquê. Pois bem, Sr. Presidente, os problemas continuam os mesmos e estão até se agravando, e as razões determinadas daquele requerimento de colegas meus, sobre a vinda do Ministro da Fazenda ao plenário da Câmara, são as mesmas que me levam a tomar semelhante atitude ao endereçar a V. Ex.^a um requerimento para que seja convidado a vir ao plenário da Assembléa Nacional Constituinte, pela gravidade dos problemas, o atual Ministro da Fazenda.

Quero dizer que ontem, participando de uma reunião na Comissão de Sistematização, o nobre Constituinte Raimundo Bezerra apresentou uma proposta para que se convidasse o Ministro a comparecer àquela Comissão para prestar os necessários esclarecimentos. Evidentemente, é louvável a iniciativa, mas me parece – são estes os argumentos que usei na ocasião – que a Comissão de Sistematização deveria convocar o Ministro para debater especificamente assunto em torno das propostas que estão sendo apresentadas na área econômico-financeira para compor o texto da nova Constituição.

Um debate mais amplo e genérico sobre a atual conjuntura, me parece, seria mais adequado ao foro da Assembléa Nacional Constituinte, até para valorizar a instituição, que hoje está sendo desgastada dia a dia, exatamente por não lhe darmos a finalidade que deveria realmente ter.

Sei que o Deputado Raimundo Bezerra está também fazendo um requerimento no mesmo sentido.

Deixo aqui uma solicitação, para que a Presidência desta augusta Assembléa Nacional Constituinte providencie a vinda do Sr. Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira a esta Casa, para ser questionado pelos Srs. Constituintes sobre momentos assuntos que nos preocupam no dia-a-dia. Refiro-me à renegociação da dívida externa. Houve moratória, mas as missões FMI têm freqüentado o Brasil, e não se sabe em que pé se encontram as negociações.

Desejo, também, informações sobre a política do Governo em relação às pequenas, médias e microempresas, que hoje se vêem a braços com uma situação insustentável que põe em risco a sua subsistência e sobrevivência, após terem sido

estimuladas, há pouco tempo, pelo Governo, através de incentivos e isenções de impostos, numa medida altamente inteligente, de profundo caráter social.

Quanto aos financiamentos para a agricultura, queremos saber sobre a política de retirada ou não de subsídios. Qual a conduta do governo – de forma definitiva e permanente – com relação à nossa agricultura, à nossa produção primária, que hoje passa por momentos de grande dificuldade?

Hoje, sabemos que os juros bancários são escorchastes, inacessíveis inaceitáveis, afrontosos, Sr. Presidente.

Por isso é preciso que alguém venha a este plenário, com a autoridade do cargo que tem um Ministro da Fazenda, expor quais são realmente os planos do Governo no sentido de coibir esses juros que hoje estão sendo cobrados da sociedade brasileira.

Com relação aos dispêndios com novas obras e investimentos, no momento em que temos uma gigantesca dívida externa de 109 bilhões de dólares e uma extraordinária dívida interna, se quer saber quais são as prioridades estabelecidas pelo Governo, quando se fala na construção da Norte-Sul, de uma "linha vermelha" no Rio de Janeiro, de uma siderúrgica no Estado do Maranhão, e na implantação do "trem-bala" no trecho São Paulo – Rio de Janeiro. Queremos uma definição clara em torno do que se pretende priorizar neste País, das obras a serem executadas. Desejamos informações também sobre a rolagem da dívida dos Estados, que hoje estão numa situação pré-falimentar, por culpa da política infértil, comandada pelo Governo Federal, que prometeu uma reforma tributária e ajustes no sistema tributário, mas que se recusa a debater esse assunto. O que se vê na Constituinte com relação a essa questão é uma proposta tímida que não vai resolver o problema dos Estados, principalmente dos Estados exportadores.

A aplicação dos recursos decorrentes da arrecadação do empréstimo compulsório seria o último item, Sr. Presidente.

Então, desejamos a presença do Sr. Ministro da Fazenda neste plenário para que, num debate franco, amplo, aberto e transparente S. Ex.^a expõa essas questões à sociedade brasileira, perante aqueles que a representam legitimamente.

Mas, Sr. Presidente, caso se julgue, num prurido legalista, como já ocorreu algumas vezes, que eu não teria cobertura regimental para trazer aqui um Ministro, quero comunicar à Casa que já estou tomando idênticas providências, encaminhando pedido, nos mesmos termos, ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que – se não for possível aqui – se faça, a nível de Plenário da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Fazenda.

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho mais uma vez à tribuna para ratificar o que afirmei ontem, concernente à posse do Prefeito Dante de Oliveira, na cidade de Cuiabá.

No Jornal de Brasília de hoje, alguns Constituintes, entre eles o Constituinte Francisco Kuster, afirmaram que a minha manifestação foi leviana e irresponsável. O Constituinte Domingos Leonelli pediu cópia do meu pronunciamento e retratação do que eu afirmara.

Nada tenho a retratar do que eu afirmei. A verdade aí está. Sabemos que muitos Constituintes do PMDB de Brasília foram a Cuiabá por amizade a Dante de Oliveira e com o fim de lançarem a campanha das eleições diretas em 1988. É o caso dos Constituintes Maurílio Ferreira Lima e Ruy Nedel, que justificaram sua ida com seus próprios recursos, pagando passagem e hospedagem do próprio bolso. Também sabemos que muitos Deputados para lá se dirigiram em jatinhos fretados, e está aí a Infraero para provar. Os Constituintes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique também estiveram em Cuiabá para participar do comício das eleições diretas para 1988, em jatinho fretado, e voltaram, após o comício, para participar de um jantar oferecido pelo Presidente da República, jantar no qual o Presidente tentara obter apoio para manter seu mandato até 1989.

Não tenho razão alguma para ter medo pelo que falei no dia de ontem. Tenho uma cópia da íntegra do meu pronunciamento. O que afirmrei ontem foi que usaram a máquina e o dinheiro do Estado do Mato Grosso para fretar ônibus, a fim de levarem o povo a esse comício, que foi um verdadeiro fracasso. Sabemos também que um avião "Bandeirante" do Estado do Mato Grosso aqui esteve para transportar algumas autoridades para esse comício, que prometia ser gigantesco, o início das eleições diretas para 1988, mas que, repito, foi um verdadeiro fracasso, porque o povo, que tanto acreditou no PMDB, em todas as suas promessas de palanque, e que até hoje não foram cumpridas, infelizmente, já está cansado de ouvi-las. As promessas de palanque de todos os vinte e dois Governadores de Estado do PMDB não estão sendo concretizadas. Nem mil pessoas participaram desse comício pelas eleições diretas em 1988.

Antigamente, muitos Deputados atacavam o PDS como sendo o partido que estava no Governo e que ajudava na prática de atos arbitrários. Hoje, há muitos Deputados do PMDB que na presença do Presidente José Sarney têm um comportamento e na sua ausência têm outro, ou seja, pregam eleições diretas em 1988 e ao mesmo tempo dão apoio político a S. Ex.^a, quando precisam de algum emprego ou benefício para seus Estados.

No meu discurso de ontem, quando, disse que houve avião pago, não citei quem os pagou, se foi alguma empreiteira, se foi o Governo do Estado do Mato Grosso ou se eles se cotizaram para pagar esses três jatinhos, porém um avião "Bandeirante" do Estado do Mato Grosso aqui esteve.

O PMDB, que sempre pregava a austeridade e a decência com as coisas públicas, hoje não as pratica mais. Entretanto, um Deputado me chama de irresponsável e leviano. Não sou irresponsável nem leviano. Estou aqui para cuidar dos interesses do povo mato-grossense e para não permitir que aconteça como na posse do Sr. Dante de Oliveira, que feriu e pisoteou a Constituição do Estado do Mato Grosso, no seu art. 146, que veda assuma ele cargo público. O Sr. Dante de Oliveira, ex-Ministro do Mirad, fez uma manobra, isto é, disse que somente iria tratar de assuntos particulares. Entretanto, assumiu o Mirad e voltou agora como Prefeito da nossa cidade de Cuiabá querendo fazer uma festa para vinte mil pessoas e não havia, sequer, a presença de mil no comício.

E a verdade aí está. Alguns Constituintes do PMDB querem a realização das eleições diretas

já em 1988, dizendo que o mandato do Presidente José Sarney é ilegítimo, porque S. Ex.^a foi eleito pelo Colégio Eleitoral, em período de transição. Com isso, podemos até concordar, mas não quando somente atacam o nosso partido, dizendo que seus representantes foram servis, quando, na verdade, muitos dos que defendem S. Ex.^a o atacam pelas costas, como fez o Sr. Dante de Oliveira.

O Sr. Dante de Oliveira, que pregava eleições diretas quando Ministro, sabia perfeitamente que estava prestes a sair do Ministério e, no final, acabou pedindo sua exoneração ao Sr. Presidente da República, porque a seu nome se encontrava na lista negra para sair do Mirad, porque nada fez, e lá estava apenas como burocrata.

Para finalizar, quero dizer que o Governador Carlos Bezerra gastou o dinheiro público quando abriu as comportas dos cofres do Estado, pagando ônibus e caminhões para levar o povo ao aeroporto, na *entrée* do Sr. Dante de Oliveira, como se fora um vitorioso, na cidade de Cuiabá.

São essas as minhas colocações, e quero dizer a V. Ex.^a que vamos cobrar do Sr. Dante de Oliveira qualquer deslize em relação aos gastos públicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a imprensa nacional hoje dá grande destaque a notícia que é simplesmente uma vergonha, se viesse a se concretizar, isto é, de uma manobra para prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores. Não há coisa mais indecente, mais imoral do que prorrogar mandatos. Quando o povo foi convocado para eleger os Prefeitos das cidades do interior, atribuiu a esses Prefeitos 6 anos de mandato; quando convocado para eleger os Prefeitos das capitais, também atribuiu a esses, Prefeitos um mandato determinado de 3 anos.

Quando houve prorrogação de mandatos neste País? Na época em que reinava o arbitrio e a opinião pública não era respeitada. E o pior é que a imprensa anuncia que essa onda prorrogacionista, essa imoralidade, essa indecência seria estimulada pelo Palácio do Planalto.

Deixo o benefício da dúvida favorecer o Presidente da República, e digo que não acredito que S. Ex.^a estivesse diretamente interessado na prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores.

Eleição não faz mal a ninguém. Não é possível que o argumento de que vivemos numa crise, uma situação difícil, venha permitir indecência dessa ordem.

Na minha terra se diz, com muita propriedade: "Onde há fumaça, há fogo." Se surge no noticiário de jornais categorizados como o *Jornal do Brasil*, na primeira página, a notícia de que existe, arquitetada aqui nesta Casa, de maneira clandestina, mas já agora irrompendo nas primeiras páginas dos jornais, uma manobra para prorrogar e impedir que o povo renove os mandatos dos seus dirigentes municipais é necessário que os homens de bem, com assento nesta Casa, independentemente dos partidos a que pertençam, desde agora passem a se manifestar contra essa indecência, que contribuirá muito mais para a perda de credibilidade das instituições democráticas do País.

Ainda ontem recebi carta de um cidadão de um bairro popular do Recife, que bem demonstra o nível de credibilidade das instituições políticas. Diz a carta.

"Câmara (Federal) dos Deputados.
Deputado Mauricio Ferreira Lima, PMDB.
Recife, 1º de junho de 1987.

Deputado Maurílio Ferreira Lima, você, que se diz do PMDB e da Constituinte, está defendendo mesmo o povo pobre? Ou melhor, está defendendo os seus vencimentos? Olhe, a Constituinte nada é, o povo cada vez mais está-se encaminhando na miséria. Cada político o que realmente defende é o seu vencimento? Olha, esta tal Constituinte é a pior Constituinte que já houve em todos os tempos. Sem mais, agora, mande-me punir.

José Marcolino de Lima.
Ex-funcionário público municipal –
Matrícula 2.716.
Residência: Rua Alto José Bonifácio,
729 – Amarela."

Estamos recebendo, diariamente, cartas como esta. Quando daqui saímos para confrontar a opinião pública, o que recebemos é a hostilidade e a vaia.

É necessário que esta "ilha da fantasia", que é Brasília, atente para o fato de que não pode ser cúmplice de uma manobra desta ordem, a manobra de prorrogação dos mandatos dos prefeitos. Todos sabem o descalabro que reina em inúmeras prefeituras, em inúmeras Câmaras de Vereadores do Brasil, e não apenas nos municípios pequenos. Tomamos o exemplo de São Paulo, onde o Prefeito pirou, ficou nervoso abandonou à própria sorte os destinos da maior Capital brasileira. Como podemos aqui admitir, em face dos descalabros que reinam na maioria dos municípios, a prorrogação de mandatos? Precisamos, muito pelo contrário, fazer eleições, visando a oxigenar as instituições democráticas.

Sempre que vim, a esta tribuna, mesmo no momento em que predominava o Plano Cruzado, em que a popularidade do atual Presidente da República estava no auge, considerei, mesmo naquela época, inarredável o compromisso da Aliança Democrática em fazer eleições para Presidente em 1988. Tive oportunidade, inclusive, de dizer desta tribuna, no momento em que o Presidente Sarney era endeuado, e poderia até ser imperador deste País, que as eleições deveriam ser em 1988 e que se deveria dar a ele o direito de reeleição, uma vez que o povo o considerava um bom governante.

Portanto, não é falta de coerência pedir, agora, eleições para 1988, não apenas para Presidente da República, mas para prefeitos e vereadores, a fim de dar oportunidade a inúmeros municípios brasileiros de corrigir as negociações feitas com os dinheiros municipais.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sexta-feira, e a Casa está vazia. Os partidos que sustentam o Governo da Nova República não têm aqui a presença dos seus Deputados na mesma proporção dos demais dias da semana. Parlamentares do PMDB, que se beneficiaram com a farsa do Plano Cruzado, talvez estejam almoçando, ou jantando, com o Presidente José Sarney; e amanhã, nas próximas eleições, poderão

ser "jantados" pelo povo. Alguns se salvarão, é claro, porque o poder econômico está aí mesmo, e desta Constituinte não sairão modificações substanciais em matéria de legislação eleitoral.

Mas o que tenho a dizer, mais especificamente, é relacionado com a violência no Estado do Rio de Janeiro.

O Governador Moreira Franco prometeu, na campanha de 15 de novembro, que acabaria com a violência no Estado em cem dias. Faltam dez dias para completar o prazo estipulado por aquele Governador, e o que temos visto é o recrudescimento assustador da violência. Nas segundas-feiras, os jornais do Rio de Janeiro publicam o balanço dos mortos. Nos finais de semana, o número de vítimas é assustador. Queria S. Ex.^a acabar com a violência em cem dias e em seis meses dar casa e trabalho ao povo. Mas ainda falta muito tempo para se esgotar este novo prazo, para o cumprimento do compromisso tão mentiroso – como foi mentiroso o Presidente Sarney, como é mentiroso o governo da Nova República, como são mentirosos aqueles que defendem o Plano Cruzado até às vésperas das eleições, e depois não o seguraram mais. Antes de serem retirados os votos das urnas, os eleitores já estavam decepcionados.

No Rio de Janeiro, aquilo poderia ser parte de medidas para, num futuro muito próximo, diminuir a violência, aquilo que foi uma obra revolucionária nos últimos anos, em termos sociais, foi abandonado pelo Governador Moreira Franco. Estão paralisados os serviços de todos os CIEP do Estado, cujas obras se encontram bem adiantadas. São precisamente 115 em fase de inauguração, faltando, em alguns, ligação de água, em outros, pintura. Esses CIEP abrigariam as crianças durante todo o dia, propiciando-lhes almoço, jantar, banho, médico e dentista. Em um futuro próximo, ou não muito distante, poderíamos ter uma juventude mais sadi. Entretanto, suas obras estão paralisadas. E o Governador Moreira Franco fala em acabar com a violência.

Não faz muito tempo – quem não se lembra? –, quando Leonel Brizola ainda era Governador, a filha de um abastado, em Ipanema, foi assassinada, ao chegar de carro, à meia-noite, no edifício onde morava. A grande imprensa fez um estardalhaço terrível, e o Ministro Paulo Brossard, da Justiça, recebeu a família no Ministério. Mas quando, na mesma época, uma família cujo chefe ganhava salário mínimo para sustentar onze filhos, passando fome, com um salário miserável nesta Nova República, solicitou audiência ao Ministro, este, não se dignou a recebê-lo.

Agora a Rede Globo não tem coragem de mostrar que a violência aumentou. O "Esquadrão da Morte", que havia sumido, reaparece agora na Baixada Fluminense, onde, nos fins de semana, são cometidos 25 ou 30 assassinatos, e os corpos espalhados por lá. A Rede Globo ainda não tem como mostrar o recrudescimento da violência no Estado durante a gestão do Sr. Moreira Franco. Aumentar o número de policiais, não vai resolver o problema da violência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Casa está vazia. A maioria do PMDB beneficiou-se com aquela euforia de antes de 15 de novembro. Beneficiaram-se os Parlamentares, enganando o povo com o Plano Cruzado. E hoje eles não aparecem aqui. E não apenas hoje, uma sexta-feira; durante

a semana inteira, quando comparecem, não se dignam defender o Governo, mesmo porque é impossível defender algo tão indefensável. Mas podia o Governo, pelo menos, dar explicações ao povo miserável, aos aposentados famintos, aos desempregados, aos pequenos e médios comerciantes, aos proprietários, aos pequenos e médios industriais. Este Governo conseguiu uma façanha: igualou-nos todos, em termos de segmentos da sociedade, com raiva.

Não sei se o povo terá estômago para aturar o Presidente Sarney até 15 de novembro do ano que vem. Os Parlamentares dos partidos que o sustentam, com exceções que conhecemos – aqueles progressistas, não subservientes, não pegadores de jantar do Presidente Sarney – deveriam, pelo menos, aparecer por aqui, para dar explicações ao povo, porque a imoralidade está demais. É uma vergonha – esta Casa está desacreditada mesmo.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Casa conhece bem todos os argumentos favoráveis – e graças a Deus não há contrário, pelo amadurecimento da idéia – à criação do Estado do Tocantins. Inclusive, tivemos o cuidado de não trazer massa de argumentos, até porque, hoje, a aprovação do Estado do Tocantins é uma questão do restabelecimento da soberania do Congresso Nacional, que aprovou esse projeto. propondo a criação do Estado do Tocantins com desmembramento da área amazônica do Estado de Goiás. Já por duas vezes o eminentíssimo Presidente José Sarney foi levado a vetar o projeto, e o vetou, mesmo contrariando uma declaração enfática do ex-Presidente Tancredo Neves de que, ao tomar posse, sancionaria o projeto e dotaria o novo Estado das condições necessárias para a instalação e implantação das obras que interessavam ao desenvolvimento e à assistência às populações da área. De forma que, como dizia, o que não sabe a Casa é que uma das sugestões de normas constitucionais, exatamente aquela que leva o nº 10.151/6, é de autoria da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, uma sugestão de norma constitucional apresentada por 29 Deputados Estaduais, aprovada por unanimidade em sessão memorável do Poder Legislativo goiano no dia 10 de abril próximo passado.

Sr. Presidente, esta sugestão só me veio às mãos após ter feito e submetido o relatório à Subcomissão dos Estados, razão por que hoje venho dizer à Casa que das onze sugestões apreciadas, nenhuma delas é de minha autoria, mas da egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

O Governador Henrique Santillo, ouvido pela Subcomissão dos Estados em audiência pública, fez um dos mais belos discursos que S. Ex.^a proferiu ao longo de sua vida pública, inteiramente favorável à criação do Estado do Tocantins, com argumentos que podem ser conferidos por quem quer que analise nos Anais da referida Subcomissão aquele expressivo pronunciamento.

Também se manifestaram naquela sessão de audiência da Subcomissão dos Estados os Srs. Líderes do PMDB, PFL e PDC, representando 27, 5 e 6 Deputados, respectivamente. Então, só aí temos 38 Deputados. Os outros Deputados, 2 do PT e 1 do PDS já se manifestaram e também

votaram favoravelmente ao projeto relativo à sugestão apresentada pela Assembléia Legislativa. Portanto, todos os 41 Deputados Estaduais, integrantes da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, são favoráveis à criação do Estado de Tocantins, bem assim todas as entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade goiana.

Nunca houve uma pesquisa de opinião, pública, encenada por órgãos do Governo federal e do Estado, cujo resultado fosse menos de 82% a favor – e tais pesquisas foram feitas no sul de Goiás, não na região que quer emancipar-se, porque lá é 100%. Na verdade, ninguém se opõe, há pessoas que, às vezes, deixam de opinar.

São estas as considerações que trago perante V. Ex.^a e este augustó Plenário, incluindo também a manifestação da Assembléia Legislativa, através do seu Presidente, dirigida anteontem ao Constituinte José Richa. Relator da Comissão da Organização do Estado. No telex enviado ao Sr. José Richa, o Deputado Frederico Jayme Filho reitera os termos da proposição, a que me referi, encaminhada ao Presidente Ulysses Guimarães. De forma que, ao trazer esse documento para inseri-lo no texto do meu modesto pronunciamento, quis ler esses esclarecimentos para que a Casa saiba que a criação do Estado do Tocantins é uma decisão decorrente da vontade política do povo goiano de viabilizar, em termos econômicos, políticos e sociais, as duas grandes regiões que hoje compõem o Estado de Goiás O norte e o sul de Goiás desejam racionalizar suas estruturas para as suas populações viverem melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RUY NEDEL. (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o plenário está vazio, efetivamente. Nós formamos – e posso dizer que dele faço parte – um pequeno grupo, composto de membros de todos os partidos, que procura, com sua assiduidade, movimentar este plenário com plena consciência de que, nesta Casa, não falamos propriamente aos Constituintes presentes mas à Nação, e para que seja registrado nos nossos Anais.

No entanto, causa-me espécie a crítica, quando parte de alguém que é um verdadeiro meteoro nesta Casa, que tem uma presença fantasmagórica, que aparece quase que com a assiduidade de um cometa lá, de vez em quando e, justamente, então para ocupar a tribuna.

Parece-me que, conscientemente, ao dizer palavras assim, ao relatar fatos como este – e sabendo que aqui se fala para a Nação e para os Anais –, aproveita um momento de seu meteórico comparecimento para falar da grande ausência dos demais e "faturar", demagogicamente, em torno de uma notícia.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a nossa intenção era vir aqui rapidamente criticar só um tópico do anteprojeto do Constituinte José Fogaca, Relator da Subcomissão do Poder Executivo, que faz parte da Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo. Não vou discutir se o que ele apresenta é um neopresidencialismo, uma hipertrofia do presidencialismo ou um neoparlamentarismo. Efetivamente, quando se aumentam os poderes de um setor, ou de um Poder, deve-se aumentar, também, as responsabilidades.

Causa-me espécie ver esse relatório e notar que todos os aumentos de poder, todas as vantagens são dadas para o Congresso, para ambas as Casas. Já o art. 16 diz o seguinte:

"O Senado Federal poderá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, por iniciativa de 1/3 (um terço) e o voto da maioria dos seus membros, recomendar a revisão da moção reprobatória ou da moção de desconfiança, suspensando os seus efeitos até que a Câmara dos Deputados se pronuncie."

Logo mais adiante, na Seção V. diz:

"Art. 27. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República dentre os membros do Congresso Nacional..."

"Art. 28. O Primeiro-Ministro, no exercício das suas funções, goza da confiança do Congresso Nacional..."

"Art 30.....

Parágrafo único. O Primeiro-Ministro deverá comparecer mensalmente ao Congresso Nacional..."

Já no art. 31, determina o parágrafo único:

"O Conselho de Ministros será composto de – no mínimo – um terço de membros do Congresso Nacional..."

"Art. 34. Compete ao Conselho de Ministros: V – elaborar a proposta de orçamento da União e submetê-la ao Presidente da República, antes de ser enviado ao Congresso Nacional".

"Art. 35.....

§ 1º O Conselho de Ministros indicará ao Presidente da República os Secretários e Subsecretários de Estado..."

"Art. 39. Os Ministros de Estado não podem recusar-se a comparecer perante o Senado Federal ou perante a Câmara dos Deputados..."

Vejam a composição do Conselho da República:

"Art. 41. O Conselho da República é composto pelos seguintes membros:

VIII – "Seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 (trinta e cinco) anos, sendo dois indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal, dois eleitos pela Câmara dos Deputados..."

Compete ao Conselho da República a dissolução da Câmara dos Deputados, conforme o inciso I do art. 44. No momento da pressão, da responsabilidade, todo o ônus tem sido colocado sobre a Câmara dos Deputados; mas, na hora de resguardar o poder, ele é resguardado para as duas Casas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isso parece ter sido deixado claro no anteprojeto de uma Subcomissão de tamanha importância, quando estamos ansiosos por ter efetivamente uma nova forma de governo, onde haja a valorização do poder desarmado, que é o Legislativo. Não podemos aceitar que haja espírito de corporativismo, pois, se for assim, será competência nossa, quando, em maioria absoluta na Assembléa Nacional Constituinte, fizermos com que, após a promul-

gação da nova Constituição, tenhamos só uma Casa e o Congresso seja unicameral.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de levantar o problema dos presos políticos de Salvador que, ao tentarem assaltar um banco, no ano passado, foram tratados de início, como pessoas que queriam fazer uma conspiração contra o regime constituído e objeto de diversas matérias no jornal, quanto ao caráter político dos seus atos. Alegam os presos políticos que cometaram o ato delituoso para ajudar o povo da Nicarágua, e a isso se ativeram em suas declarações.

O que hoje ocorre, depois de uma campanha em que se dizia que havia uma subversão organizada, à qual, inclusive, tentavam misturar o nome do nosso partido, como desestabilizador, é que a Justiça parece querer colocar os presos políticos de Salvador como criminosos comuns.

Os presos fizeram um manifesto à Nação em 12 de março deste ano e, em 30 de maio, enviaram carta ao Governador da Bahia, Waldir Pires. O que eles pedem, e a eles me associo, é que sejam tratados como presos políticos, porque até hoje, no fundo, têm tido um tratamento de presos comuns. E que sejam julgados por delitos políticos e não pela Justiça Comum.

Há uma declaração, segundo afirmam os presos, do Ministério da Justiça, pedindo o máximo rigor em seu julgamento e que sejam tratados, realmente, como presos comuns. Pedem, ainda, a todos os partidos e Parlamentares que façam cartas ao Ministério da Justiça e ao Governador da Bahia, manifestos à própria Justiça e aos Tribunais, para que sejam tratados como presos políticos.

Nesse sentido, solidarizo-me com os presos e peço aos colegas que façam o mesmo, para que sejam julgados com rapidez e moderação, como prisioneiros políticos, não como meros bandidos. É o apelo que faço, e entrego à Mesa o "Dossiê dos Presos Políticos", para que conste dos Anais da Casa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

DOSSIÊ DOS PRESOS POLÍTICOS DA NOVA REPÚBLICA

Pronunciamento dos presos políticos, de Salvador às forças populares e democráticas do País:

Nós, presos políticos recolhidos há mais de 11 meses à Casa de Detenção de Salvador pela tentativa de assalto a uma agência do Banco do Brasil nesta cidade, dirigimo-nos às forças populares e democráticas do País para levantar e colocar para o debate determinados pontos e fatos que compreendemos de vital importância para o avanço da luta do nosso povo.

Este pronunciamento, portanto, deve ser entendido, mesmo reconhecendo o nosso isolamento e equívocos políticos cometidos, como esforço da contribuição e denúncia das pressões políticas a que estamos submetidos.

Como militantes políticos, somos obrigados a reconhecer que essa tentativa de assalto foi um

equívoco político, mesmo levando em conta o sentimento de solidariedade que nos animou. Sem nenhuma ilusão quanto ao nosso julgamento, estamos enfrentando de cabeça erguida a prisão e os tribunais e sem buscar nenhum privilégio, mas não poderíamos deixar de denunciar o descumprimento das mais elementares disposições legais que buscam resguardar os direitos da pessoa humana.

O sensacionalismo com o qual os setores mais conservadores do governo e seus porta-vozes na grande imprensa trataram essa tentativa de assalto, a enxurrada de mentiras assacada contra nós e a maneira como os porões do regime usaram o fato para desgastar eleitoralmente o Partido dos Trabalhadores mostram a pouca seriedade destes setores governamentais e a hipocrisia de seus métodos políticos.

Foram estes mesmos setores que montaram, alguns meses depois, a Farsa de Leme, em São Paulo, também contra o PT, quando PMs daquele Estado mataram 2 trabalhadores ao reprimir, com extrema violência, uma greve de bóias-frias. No entanto, o próprio inquérito instaurado para apurar as responsabilidades, mesmo sofrendo pressões ostensivas e não tendo a devida divulgação, acabou inocentando aquele partido. Foram estes mesmos setores que montaram ainda o quebra-quebra de Brasília, no qual procuraram colocar a CUT como bode expiatório.

A farsa montada contra nós, nos porões do regime, parte desses mesmos setores conservadores e autoridades que, contando como o apoio de certos órgãos da grande imprensa, procuraram escandalizar a opinião pública com a existência de uma suposta "conspiração subversiva", objetivando a desestabilização do processo democrático no caminho da derrubada do Estado por meios violentos".

Apesar do empenho com que montaram essa farsa política, a Justiça Militar, ao apreciar os fatos, não encontrou nos mesmos nenhuma evidência que revelasse a nossa intenção de forjar a derrubada do Estado por meios violentos, como pretendiam esses setores. A partir daí o Fórum Militar declarou-se incompetente para julgar o caso, ficando definitivamente afastado o nosso enquadramento na Lei de Segurança Nacional, herdada do regime militar.

Ao cair por terra a versão da "conspiração subversiva", com a qual a direita do governo buscava explicar o assalto de Salvador, mudaram imediatamente de tática. Agora que nosso caso já não interessava mais aos propósitos políticos eleitorais que alentava, tais setores descobriram, de repente, que a existência de presos políticos hoje, no País, poderia ser embarcosa para o próprio governo. É assim que, num passe de mágica, o Ministro da Justiça vem a público declarar que não somos presos políticos, mas um mero caso de polícia a ser julgado pela justiça comum.

Os setores do governo ligados à Justiça e Segurança não se limitaram a livrar o governo de uma questão embrarçosa. Eles foram mais longe em matéria de hipocrisia política, pois ao recusar-se a dizer que somos criminosos comuns, continuamos a receber deles o tratamento que o regime autoritário dispensam a seus opositores políticos: vigiam os nossos amigos, seguem-nos, os intimidam os nossos familiares, grampeiam seus telefones, violam as nossas correspondências e, pior do que isso, pressionam a justiça baiana para

que nos julgue com o máximo rigor e negue qualquer benefício legal reservado aos prisioneiros de bom comportamento carcerário, primários e com bons antecedentes. Não é por acaso que esgotadas várias vezes os prazos previstos por lei para nos manterem presos em benefícios do bom andamento do processo, os Juízes baianos têm negado, sistematicamente, os nossos recursos e **habeas corpus**, visando o relaxamento da prisão preventiva.

Dentro do quadro das irregularidades, temos ainda o caso de Antonio Prestes de Paula que está preso ilegalmente há 8 meses. Tendo sido vinculado ao fato em função de seu passado político, sem nenhuma prova e evidência da sua participação, deveria no mínimo já ter tido sua prisão relaxada.

Por outro lado, surpreendentemente, a justiça brasileira, tão morosa na maioria dos casos, em relação ao nosso processo vem funcionando a todo vapor e com uma rapidez que espanta – a previsão é de que, em 2 ou 3 semanas, já terão nos julgado e condenado!

Não poderíamos deixar de fazer aqui um paralelo para que as forças democráticas do país vejam a diferença do tratamento dispensado a nós pela máquina da justiça e aos chamados "crimes de colarinho branco". Com a nossa tentativa de assalto, que caracterizou-se como um crime de natureza política, sem consequências sérias para as "vítimas" (Banco do Brasil) e outros atenuantes, recebemos um tratamento rigoroso. No entanto, casos perniciosos de grande imoralidade, que prejudicaram economicamente milhões de brasileiros, como o do Brasiliinvest, da Delfin, da Coroa Brastel, da Capemi, do Sulbrasileiro e muitos outros, ficam com seus processos dormindo nas gavetas do Judiciário e os envolvidos neles não foram sequer molestados, permanecendo na mais tranquila impunidade.

Mais recentemente, houve o assalto a Banco no Rio de Janeiro, envolvendo políticos do PMDB, com a participação de pessoas ligadas a futura administração do Governador eleito, Moreira Franco, onde foram roubados 2 milhões de cruzados e o caso teve abafada a sua divulgação pela imprensa e tampouco foi apurado pelas autoridades.

Por tudo isso, deixamos aqui o nosso protesto.

Ao Governo, dizemos: se nosso crime é político, deixe de hipocrisia e se o regime tem porões, que assuma claramente isso e não fale em democracia.

Conclamamos as forças populares e democráticas do país a analisarem os fatores e se manifestarem através de telegramas e cartas aos Juízes baianos e demais autoridades envolvidas (Ministros, Presidente, etc.), bem como através de outros meios que possam ampliar as denúncias que ora apresentamos, para impedir que este julgamento e eventuais casos futuros submetam-se a pressões políticas de setores de direita, ferindo disposições legais como as que agora estão sendo desrespeitadas e nos permitiria responder ao julgamento em liberdade.

Salvador, 12 de março de 1987. –
José Wellington P. Diógenes – Marcos Wilson Reale Lemos – Jari José Evangelista – Cícero Araújo – Telson Crescêncio – Antonio Prestes de Paula.

Exmº Sr.
Dr.Waldir Pires
MD Governador do Estado da Bahia

Salvador, 30 de maio de 1987
Senhor Governador:

Estando há mais de um ano recolhidos a Casa de Detenção de Salvador, em consequência da nossa tentativa de assalto a uma agência do Banco do Brasil, nesta capital, com o objetivo de ajudar a luta do povo latino-americano, resolvemos vir à presença de V. Ex.ª para expor o seguinte:

Como militantes do movimento popular, reconhecemos que o nosso gesto foi um erro político que trouxe embaraços para o nosso partido – o PT – e para as forças populares e democráticas do País.

A exploração política, que marcou a interpretação e a divulgação desses fatos pode ser facilmente percebida, seja pelo sensacionalismo com o qual reagiram os setores mais autoritários e conservadores do Governo e seus porta-vozes na grande imprensa, seja pela enxurrada de mentiras assacadas contra nós pelos órgãos de acontecimentos para lançar sobre ele a suspeição pública e desgastá-lo eleitoralmente. Isso mostra o grau de hipocrisia e de oportunismo político que ainda hoje, exalam dos porões do regime de transição.

No entanto, não podemos deixar de denunciar, que logo após a nossa prisão fomos espancados barbaramente, ficando inclusive com um companheiro ferido que, por uma ação deliberada dos órgãos de segurança, não recebeu nenhum tratamento médico, seguindo o velho estilo da ditadura militar.

Essa farsa tomou definitivamente corpo quando porta-vozes do próprio Palácio do Planalto vieram a público "denunciar" ao País os acontecimentos de Salvador, como parte de uma conspiração subversiva de esquerda, visando derrubar o regime por meios violentos, bem ao estilo autoritário e hipócrita do regime militar. Partindo de afirmações inteiramente falsas, os porões do regime buscaram armar contra nós, sem nenhuma originalidade essa grande farsa.

Tão logo a grande imprensa deu destaque à "denúncia" do Governo, fomos imediatamente seqüestrados da Delegacia de Furtos e Roubos de Salvador para a sede da Polícia Federal, a fim de sermos interrogados por agentes federais e do SNI.

Essa situação ilegal perdurou por uma semana, tempo suficiente para sermos submetidos a novos interrogatórios, seguindo métodos mais sutis de tortura. Somente alguns dias depois, por denúncia de nossos familiares e advogados à imprensa e ao Ministro da Justiça, fomos oficialmente "transferidos" para a Polícia Federal, onde já nos encontrávamos.

Durante essa semana, fomos torturados fisicamente, desrespeitados, cuspidos nos rostos, atirados contra paredes, arrancaram molhos de nossas barbas com violência, fomos deixados de pé, por mais de 50 horas, privados de dormir por longos períodos, sofrendo encenações de que na sala ao lado, estavam torturando nossos familiares e violentando nossas mulheres, etc. Foi um tipo de tortura que não deixa marcas visíveis, mas visava nos desestruturar psologicamente.

É importante destacar que durante esse período fomos chantageados com ameaças de que crimes não解决ados pela polícia seriam jogados, desavergonhadamente sobre nossos ombros, com o intuito de nos desmoralizar politicamente. Chantagem esta que estão buscando concretizar hoje, ao abrirem na Justiça novos processos, visando nos incriminar. Estas manobras fazem recordar o comportamento usado habitualmente pelos governos militares, durante os anos da ditadura.

Todas essas violências aos nossos direitos individuais e humanos eram praticados com o objetivo de nos obrigar a "confessar" a farsa da conspiração montada pelo Governo. As perguntas que nos eram feitas nada tinham a ver com a tentativa de assalto ao Banco do Brasil, todas elas giravam em torno da nossa suposta militância em grupos armados clandestinos e sobre a identificação de nossos supostos chefes e dirigentes. A insistência de nossos inquisidores e os comentários que faziam paralelamente aos interrogatórios, foram nos dando a certeza de que necessitavam de alguém que, mantendo algum tipo de ligação política conosco dentro do PT, tivesse no seu passado político um envolvimento mais direto com a resistência armada contra o regime militar. Depois de nos interrogar sobre vários nomes, acabaram se fixando no do sargento reformado da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, que depois é passado para a imprensa a sua suposta participação como mandante do assalto e chefe do grupo.

Todavia, Sr. Governador, apesar do empenho com o qual o Governo tentou montar essa farsa política contra nós, a Justiça Militar chamada a apreciar os fatos não encontrou nos mesmos (além da solidariedade) nenhuma evidência que comprovasse a nossa intenção conspirativa para derrubar o regime por meios violentos. A partir daí o fórum militar é obrigado a se considerar incompetente para nos julgar nos termos estabelecidos pela LSN, herdada do regime militar.

Ao cair por terra a farsa da conspiração, os setores mais conservadores do Governo que se haviam postado por trás de tudo isso, mudou de tática e de tom. Agora, que já não interessávamos mais aos seus propósitos eleitoreiros, descobriram, de repente, que a existência de presos políticos hoje no País poderia ser embarrasoso para o próprio Governo. É assim que num passe de mágica, o Ministro da Justiça vem a público para declarar que não somos prisioneiros políticos mas apenas um caso de polícia a ser julgado pelos tribunais comuns.

Essa mudança na atitude do governo era apenas mais uma demonstração de sua já hipocrisia política, porque mesmo afirmando a nossa condição de marginais comuns, através de seus porões o Governo continua a nos dar o mesmo tratamento que os regimes autoritários dispensam a seus adversários políticos: vigia nossos amigos, seguem e intimidam os nossos familiares, escutam seus telefones, viola as nossas correspondências, controla as nossas visitas na prisão e, pior do que isso, pressiona a Justiça baiana para nos envolver em vários outros assaltos até então insolúveis pela polícia, com testemunhas falsas pinçadas dos quadros dos Correios e Telégrafos, da Polícia Militar de Estado, das Forças Armadas e do Banco do Brasil.

Por outro lado, os juízes continuam sistematicamente negando todos os benefícios legais dispensados aos réus primários, de bons antecedentes e de bom comportamento como nós. Não é por acaso que os tribunais da Bahia vêm-se recusando a conceder nossos recursos e **hábeas corpus** visando a suspensão de nossa prisão preventiva, embora tenham-se esgotado várias vezes os prazos previstos em lei.

Por fim, sintomaticamente, esses mesmos juízes têm-se mantido surdos às nossas denúncias de tortura e de violações de nossos direitos individuais e humanos, pelos órgãos de segurança do Estado, feitas oficialmente em juízo.

Dante desse quadro de manipulação do Poder Judiciário, nosso julgamento corre o risco de se transformar em mais um capítulo dessa grande farsa que o governo vem montando contra nós.

Foi por isso, Sr. Governador, que em março último lançamos o nosso Manifesto Político às formas populares e democráticas do País, para denunciar e protestar contra tudo isso que agora estamos expondo à V. Ex.^a.

Nosso grito de protesto felizmente teve eco e recebemos de imediato o apoio e a solidariedade do Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH. Deputados estaduais e Vereadores de várias partes do País enviaram moções de protestos aos Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Juiz da 7^a Vara Criminal de Salvador, Dr. Walter Barbosa. Neste mesmo sentido foram enviados a estas mesmas autoridades telegramas de várias entidades e associações de classes e, mais recentemente, recebemos a visita na prisão de uma comissão de Deputados Estaduais da Bahia, formada por Deputados dos vários partidos com assento na Assembléia Legislativa do Estado, que vieram hipotecar ampla solidariedade à nossa luta.

Agora, Sr. Governador, que fizemos esta exposição dos fatos a V. Ex.^a, surge a oportunidade para abordarmos questões carcerárias menores mas de grande importância para quem, como nós, está preso há mais de ano, vivendo em condições degradantes, como manda a tradição carcerária brasileira.

A necessidade de mudanças verdadeiras na sociedade é hoje um sentimento generalizado nos setores mais oprimidos e mais explorados da sociedade. Tanto isso é verdade que a eleição de V. Ex.^a para governar a Bahia foi a consagração da sua proposta de mudanças defendida ao longo da campanha eleitoral, e isso o coloca como grande depositário da confiança popular na Bahia.

Encorajados pela formação democrática de V. Ex.^a e entendendo o significado da democracia como o da participação popular nas decisões políticas do governo, tomamos a liberdade de tecer aqui algumas considerações sobre política carcerária, alertando V. Ex.^a para o despreparo que, ao nosso ver, vai marcando a ação da atual direção da Casa de Detenção de Salvador, indicada no seu governo.

Sr. Governador, não poderíamos fazer uma crítica construtiva à direção do Presídio sem antes estabelecer os parâmetros daquilo que consideramos as bases de uma política carcerária séria. É nesse sentido que buscaremos orientar a nossa linha de raciocínio.

Existiu sempre em nosso País, e agora toma corpo na Bahia, uma campanha orquestrada na

grande imprensa pelos setores mais conservadores e autoritários da sociedade, contra a aplicação dos direitos humanos nas prisões. São estes mesmos setores que defendem a pena de morte e aplaudem a ação dos esquadrões de extermínio de marginais formados por policiais ou egressos da organização policial, atuando nos grandes centros urbanos. Com suas campanhas baseadas na repressão policial mais drástica para conter a criminalidade, conseguem influenciar e confundir as parcelas mais atrasadas da população, deixando nossas crenças de que um crime se combate com outro. Essa mentalidade conservadora e repressiva quer induzir a população a aplicar uma Justiça sumária e com as próprias mãos, sobre aqueles que julgue ser um assaltante ou um criminoso violento. Nesse particular, a Bahia vem batendo um recorde nada honroso, de ser o Estado brasileiro onde foi linchado o maior número de pessoas.

Ultimamente, um programa de televisão dirigido para os setores populares mais pobres de Salvador, resolveu fazer muito sensacionalismo com alguns casos de albergados e apenados condenados a prisão semi-aberta, que abusando dessa condição penal, saíram para assaltar e roubar fora do presídio e da penitenciária. Explorando esse fato e o medo que ele provoca na população, o programa de televisão tenta jogar a população contra as autoridades, para exigir dessas, medidas repressivas mais duras, não contra os que saíram para assaltar e roubar mas, reprimir preventivamente aqueles que ficaram e estão fazendo bom uso do benefício que a Justiça lhes proporcionou.

Infelizmente, Sr. Governador, essa ideologia repressiva e conservadora existente na sociedade, sobretudo nas classes proprietárias, é passada através da imprensa para as parcelas mais pobres e atrasadas da população que amedrontadas em meio à crise econômica e social é condicionada a achar

que o aumento da repressão policial pode lhe dar a tão desejada segurança. Nessa ação manipuladora sobre as parcelas mais atrasadas da população, se busca esconder cuidadosamente, as verdadeiras causas sociais da violência e da criminalidade. Não dizem que a crise econômica, política e social, na qual está mergulhada a sociedade brasileira, é fruto de uma política econômica concentradora de rendas, subordinadas dos interesses ao grande capital financeiro que nos impôs uma dívida monstruosa, responsável pelos baixos salários, pelo subemprego, pelo desemprego, pelo rebaixamento das condições de vida de nosso povo, pela miséria e pela marginalização de uma parcela significativa da juventude. De outro lado, os apelos de uma sociedade consumista e ditadura de modismos sociais, totalmente inacessíveis a esses jovens. Essa contradição pressiona os jovens trabalhadores e leva a que milhares deles busquem nas atividades marginais e no crime, uma alternativa para seus anseios, negados pelas atuais ordens econômica, política e social.

A ditadura militar que continha em si mesma o desprezo pelos direitos humanos, não só impedia que se pensasse numa política preventiva mais humana e investisse na reestruturação de um sistema penitenciário que buscasse a reintegração social dos encarcerados. Esse longo período de arbitrio e prepotência militar, converteu os cárceres

em instrumentos de repressão com os quais o regime buscava dobrar a vontade dos revolucionários e da oposição democrática pelo crime e a tortura. Em nosso País, os estabelecimentos carcerários sempre se confundiram com os quartéis das polícias militares e, por isso, em várias épocas da nossa História, as prisões foram o centro de reclusão e tortura de presos políticos.

O objetivo de qualquer política penitenciária séria deve ser o de reeducar e reintegrar socialmente o preso e reforçar seus laços com a família. Por isso é totalmente falso, pensar em recuperação do preso sem retomar seus laços com a comunidade de onde veio.

Humanizar os presídios não significa criar uma linha de regalias e privilégios dentro das prisões, como gostam de afirmar os adversários da aplicação dos direitos humanos nos cárceres. É fundamental tratar o preso como pessoa humana independente da gravidade de sua falta. A tortura é considerada um crime contra a humanidade porque viola, na sua maior profundidade, a dignidade da pessoa humana.

O espírito de vingança com o qual o Estado exerce, em nome da sociedade, a repressão contra o preso, apoia-se numa aberração teórica chamada retribuição, ou seja, o réu violou um preceito de ordem pública, o indivíduo rebelou-se contra a vontade da lei, logo deve-se exigir dele uma reparação: a pena. Dentro de um enfoque mais justo esse jamais poderia ser o sentido da pena pois, a sua verdadeira função não é jarda, mas social. Ao privar o réu da liberdade visa-se deter a continuidade da sua ação criminosa e por outro lado, abre-se uma pausa de reflexão para conscientizar o réu da gravidade de sua prática anti-social. Dentro desse enfoque, a pena visa criar as condições subjetivas para que o preso possa reassumir a sua própria integração na sociedade.

Tratar humanamente o preso significa, em poucas palavras, dar a ele um tratamento individualizado, respeitar a sua dignidade como ser humano, criar condições concretas para que durante a sua pena ele possa desenvolver um trabalho socialmente útil. Para que isso possa ocorrer realmente, é fundamental que os estabelecimentos carcerários existentes sejam reestruturados e transformados em unidades produtivas, onde o preso receba um salário pelo seu trabalho. Sem isso, não se acabará com a ociosidade nos presídios, causa de um sem-número de outros problemas. Além disso, será necessário adotar um sistema de abrandamento sucessivo das penas para servir de incentivo e possibilitar, cada vez mais, que o preso conviva com a sua família e a comunidade de onde veio.

Sr. Governador, não pretendemos nos alongar no detalhamento de uma nova prática carcerária, pois queremos apenas passar para V. Ex.^a a visão de uma política mais humanizada do problema carcerário. Sabemos que cada sistema penitenciário é reflexo inevitável da sociedade onde prevalece. A reeducação penal vai absolutamente ligada a essa mesma sociedade. Para que uma sociedade seja capaz de reeducar um delinquente seria necessário que ela regenerasse a si mesma em primeiro lugar pois, em última, análise, são as relações injustas no seio da própria sociedade que geram a delinqüência.

Acreditamos que a política de mudanças do seu programa de governo deve ter sua expressão também na política carcerária.

É a partir da linha que vimos defendendo neste documento, que desejamos estabelecer um paralelo ciático ao atual sistema penitenciário da Bahia e avaliar a prática carcerária desenvolvida pela atual direção da Casa de Detenção de Salvador.

A nova direção do presídio de Salvador chegou armada apenas de normas e regulamentos restritivos. Essa postura mostra que ela se orienta pela velha escola repressiva, que vê nos presídios depósitos de prisioneiros a serem controlados apenas pela disciplina e pela repressão. Essa é a visão que provoca todas as rebeliões porque só serve para aumentar a angústia dos presos e aumentar o potencial explosivo nas prisões. Em face da violência da massa carcerária desesperada, a resposta óbvia é uma repressão maior por parte da polícia.

Pelo fato de sermos presos políticos e a nossa condição de réus primários, de bons antecedentes e bom comportamento carcerário, a direção anterior (na figura do Dr. João Laranjeira – atual diretor do DEPIN) solicitou a nossa cooperação no trabalho de alfabetização de adultos, nas atividades culturais, artesanais e na horta do presídio, que fica na sua área livre.

Com isso foi-se estabelecendo um determinado nível de confiança e compromisso entre nós e a antiga direção. Sem negar a nossa condição de presos e as nossas relações com a comunidade carcerária, a qual estivemos sempre dispostos a ajudar e a nos solidarizar com os seus problemas, fomos conquistando, sem conflitos, a amenização de nosso confinamento em cela.

Pelo natal, conseguimos com o diretor e com o conhecimento do Juiz, que um companheiro nosso, que reside em Salvador, fosse autorizado a passar as festas com a família. Depois nos foi autorizado que dois outros companheiros fizessem vestibular e, como foram aprovados, passaram a freqüentar as aulas sem escolta. A seguir, foi ainda autorizado a dois companheiros passar os finais de semana com seus familiares que vieram de outros Estados. Todo esse processo se deu sem o menor problema, num clima de absoluta confiança, disciplina e respeito a todas as normas estabelecidas. Ficou evidenciada, a nossa condição diferenciada de presos políticos conscientes do equívoco cometido, não havendo nenhum interesse em fugas ou muito menos em delinqüir.

Quando a nova direção tomou posse, foi logo cortando tudo, sem discussão e sem explicação. Perdemos todas essas pequenas conquistas de um ano de esforço. De uma só pena do diretor voltamos às duras condições de confinamento na cela.

Inicialmente pensamos que era até compreensível que uma direção nova, entrando na casa, tinha o direito de reagir assim para ir tomando pé de uma situação que ela certamente desconhecia. Esperamos algum tempo e depois solicitamos uma audiência ao novo diretor, Dr. Lourenço Neto. São passados dois meses e não obtivemos nenhuma resposta. Outras medidas vieram restringindo ainda mais o nosso confinamento. Restringiram nossos dias de visitas, cortaram a permissão anterior de telefonar aos nossos familiares nos sábados (telefonemas a cobrar).

A nossa condição de presos políticos, queiramos ou não, coloca sempre uma questão de fundo de natureza ideológica em jogo e sobre a qual não se fala, mas que orienta tanto a solidariedade como a estilização contra nós. Aqui atualmente, tudo é feito como se fôssemos presos comuns, só que quando isso pode nos beneficiar, os pedidos são negados sem que a verdadeira razão saia das sombras. A conclusão a que chegamos é que a nossa condição de presos políticos determina uma clara discriminação desenvolvida contra nós, pela atual direção do presídio.

Esperamos de V. Ex.^a medidas concretas capazes de corrigir esta situação e lançar as bases para introduzir mudanças importantes no sistema penitenciário do Estado. Nesse sentido é fundamental uma seleção de pessoal para atuar numa área tão difícil e complexa, como são as prisões.

Nós estamos construindo uma base política de apoio à nossa luta. O Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH, encampou desde o início. Recentemente recebemos a visita de parlamentares representantes de vários partidos políticos, – bem como grande número de entidades de classe. Isso demonstra que não estamos sós, mas que uma parcela significativa da sociedade está empunhando a bandeira pela nossa liberdade.

Porque compreendemos o caráter conservador e autoritário da Nova República e o papel que isso jogou no transcurso de todo nosso processo, reconhecemos diferenças que distinguem os objetivos de seu governo daqueles que o precederam, automaticamente alinhados com a ditadura militar.

Por isso temos descartado, até o momento, os tradicionais mecanismos através dos quais prisioneiros políticos expressam seu repúdio à discriminação e seus anseios de justiça.

A nossa atual forma de lutar pela preservação de nossos direitos repousa basicamente na arregimentação dessa solidariedade ampla, para a qual, buscamos com esse documento, comprometer também V. Ex.^a.

Não podemos esquecer, que num passado não muito distante, a prisão e o exílio na luta que V. Ex.^a travou contra a ditadura militar, e pelo que conhecemos da sua carreira política, pela sua referência de peso na vida política brasileira, em particular, o fato de ser governador da Bahia, a sua participação nesse movimento de solidariedade reforçará em muito a luta pelo nosso maior objetivo, que é a liberdade.

Gostaríamos de externar nossos agradecimentos antecipados pela solução democrática que certamente V. Ex.^a dará a estes problemas, e desejar o mais completo êxito para o seu projeto de mudar a Bahia.

Respeitosamente, presos políticos de Salvador.

O SR. AMAURY MILLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, a orgia de desmandos e as sandices da Nova República já não se limitam à obsessão do Sr. José de Arimatéia de levar adiante o tresloucado projeto da Ferrovia Norte – Sul.

A prática já comum da inseminação artificial na vida da Assembléia Nacional Constituinte leva agora a uma outra pretensão, que, na ótica do PDT, constitui um acinte e uma afronta à consciência nacional. Já não é a questão dessa discutida ferrovia, onde uma sindicância inocentou todos. E, apesar da existência de um inquérito na

área da Polícia Federal, a licitação denunciada como fraudulenta vai prosseguir. Já não é a manifestação do Governador de Minas Gerais, que, na sua pretensão de apoiar esse projeto, chega ao extremo de dizer que com os juros da dívida externa poderíamos construir uma ou duas ferrovias Norte – Sul por mês.

Agora, Sr. Presidente, a loucura de se prorrogarem os mandatos dos Prefeitos e dos Vereadores, que já têm seis anos para o exercício de suas atividades nas suas respectivas esferas de competência. O argumento que o Palácio do Planalto estaria utilizando, além de pífio, é rigorosamente esfarrapado. O País não suportaria três eleições em três anos consecutivos: em 1988, eleições municipais; em 1989, eleições para a Presidência da República; e, finalmente, em 1990, eleições para as Assembléias Legislativas e o Parlamento nacional.

Sr. Presidente, o Sr. José de Arimatéia comete outro equívoco: se S. Ex.^a não estivesse surdo para o clamor nacional, se não estivesse cego para a realidade do País, saberia que a sociedade brasileira está a exigir eleições diretas para a Presidência da República em 1988, ou – quem sabe – até em 1987. Logo, não se terão três eleições consecutivas em três anos, mas, sim, até eleições municipais e presenciais simultâneas o ano que vem; e, em 1990, eleições para as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional. Mesmo que isso ocorresse, mesmo que não se ouvisse a sociedade e que a Assembléia Nacional Constituinte, pressionada pelo Palácio do Planalto, pela ação devastadora dos governadores sobre suas bancadas, decidisse manter o mandato que o Presidente José Sarney escolheu para si, num ato autoritário, de cinco anos, nunca soube que o exercício do voto pudesse pôr em risco a democracia; muito pelo contrário, toda vez que a opinião pública é chamada a opinar e a decidir, a democracia é fortalecida e se consolida.

Portanto, a meu juízo, na ótica do PDT, esse tipo de argumento não convence ninguém, mas não deixa de ser um instrumento poderoso de tráfico de influência política para tentar persuadir os Constituintes de que o mandato do Presidente José Sarney tem de ser de cinco anos.

Finalmente, gostaria de expressar uma opinião muito pessoal sobre o que a imprensa noticiou hoje: que o Constituinte Severo Gomes. Relator-Geral da Comissão Temática da Ordem Econômica, estava disposto, numa estranha composição, a abrir mão de alguns princípios fundamentais que dão conformação à reforma agrária, à luta pela reforma agrária. Seria uma composição com a extrema-direita, com os Constituintes Roberto Campos, Delfim Netto e Afif Domingos, para proteger a empresa nacional e o monopólio estatal do refino e transporte de petróleo.

Ora, Sr. Presidente, não é com capitulações que vamos construir uma ordem constitucional que possa refletir os anseios, reivindicações e direitos do povo brasileiro, mas com luta. E o PDT não abre mão de princípios. A terra é uma obrigação social, tem de ser limitada. Não podemos continuar tolerando enclaves estrangeiros dentro do nosso País, como é o caso da Madeireira Nacional, que possui 4 milhões e 300 mil hectares de terra.

Como não limitar esse tipo de propriedade, que até põe em risco a soberania nacional? Não posso

concordar com essa posição, em nome de uma definição menos ambígua, menos antinacional da empresa brasileira e em nome da manutenção do refino e do transporte do petróleo.

Creio que a sociedade brasileira pressionará a Assembléia Nacional Constituinte e conquistará esses avanços, ou manteremos o quadro que aí está, mas sem prejuízo de uma reforma agrária massiva e radical que altere em profundidade a fisionomia brutal e melancólica do meio rural.

Por último, Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar um recado para o Sr. Christopher Lund, Presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, que aqui veio lançar à face dos brasileiros desafios impróprios e inadequados. A reserva de mercado para os microcomputadores será mantida. Avançaremos para a reserva de mercado das químicas finas, quer queira quer não o Sr. Christopher Lund, rábula especializado em interesses estrangeiros que pretendem continuar pilhando e saqueando este País.

Muito obrigado.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL - AP).

Pronuncia o seguinte discurso: - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na qualidade de legítimo representante do povo, não poderia deixar de tecer algumas considerações acerca do direito à assistência médica-hospitalar e odontológica do trabalhador eventualmente desempregado e que, por isso mesmo, deixou de contribuir para a Previdência Social.

Sr. Presidente, a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social é prova contundente da relação empregatícia. Uma vez assinada, o trabalhador é automaticamente introduzido no Sistema da Previdência Social, razão pela qual, ao final de cada mês, contribui com determinada importância para fazer jus aos benefícios e serviços da Previdência Social.

Todavia, uma vez inexistente o contrato de trabalho, automaticamente o trabalhador é excluído do sistema previdenciário. Portanto, se não bastasse o constrangimento de estar desempregado, o trabalhador depara-se com a preocupação de não mais poder contar com os serviços da Previdência Social, o que se estende aos seus dependentes.

Trata-se, evidentemente, de um problema de caráter social. Contudo, é dever do Estado assegurar o direito à saúde, mesmo àqueles que se encontram eventualmente desempregados.

Nesse sentido, tive a preocupação de apresentar emenda que estabelece ao trabalhador eventualmente desempregado e seus dependentes o direito à assistência médica-hospitalar e odontológica, sob a condicionante de já ter contribuído pelo período de seis anos, ininterruptos ou não.

E assim o fiz, Sr. Presidente, não somente por entender que não haveria onerarão substancial para a Previdência Social, como também para evitar que, diante do volume de dimensões operadas nos últimos meses, não venha uma parcela significativa da nossa população ficar desamparada no atendimento à saúde.

Levando-se em consideração que a Previdência Social já superou a crise anteriormente existente, peço a atenção e o apoio de V. Ex.^a para o problema que acabo de mencionar, objeto de emenda da minha autoria.

Mais do que nunca, precisamos de uma Constituição que defina soluções oportunas e, sobretudo, dotadas de conteúdo social.

A bordo também outro tema:

As Casas legislativas se devem caracterizar pela igualdade de oportunidades para todos, no serviço da democracia. Tanto isso é verdade que o direito das minorias, matéria universal no comportamento parlamentar, garante a representação de todos os partidos, proporcionalmente, nos organismos internos das Casas legislativas. Pode a minoria, representada por um terço, em nosso regime constitucional, requerer e constituir comissões parlamentares de inquérito, convocar Ministros de Estado, aprovar requerimentos de informações e requerer, durante o processo das deliberações, a revisão da deliberação tomada pela Mesa, na contagem dos votos.

Mas um ponto nos parece fundamental, do ponto de vista da vivência democrática, atualmente, no Parlamento brasileiro, instituído pela Constituição de 1967: a obrigatoriedade da renovação bienal da Mesa.

Nesse sentido, apresentamos a seguinte sugestão à Assembléia Nacional Constituinte:

"Art. O mandato dos membros da Mesa de qualquer Casa legislativa, federal, estadual ou municipal, será de dois anos, proibida a participação na Mesa seguinte."

Sabemos que, nesta Casa, um deputado já ocupou por sete anos sucessivos a Presidência da Câmara dos Deputados, enquanto um outro, durante seis anos sucessivos, se fez primeiro-secretário. Esse período não foi, decerto, o mais produtivo da Câmara dos Deputados.

Mas é preciso que o princípio se estenda a todas as Casas legislativas da Federação, cessando a cavilosa interpretação de que só se aplica no âmbito federal. Não se alegue o reduzido número de representantes em certas Câmaras, que poderiam ter apenas um presidente, um vice-presidente e um secretário, e todas dispõem de mais de seis vereadores.

Estamos certos de que a extensão pretendida do preceito constitucional só prestará serviços à nossa democracia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL - PA).

Pronuncia o seguinte discurso: - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a tese da substituição do atual regime de Governo por um sistema misto, equidistante do parlamentarismo e do presidencialismo, vem empolgando políticos e opinião pública, o que se explica em face dos decepcionantes resultados obtidos com a prática presidencialista.

Vendo no parlamentarismo uma alternativa capaz de conjurar as crises institucionais geradas por confrontos insuportáveis entre Executivo e legislativo, o povo tem-se manifestado favoravelmente à sua adoção, esperançoso de que, abrindo o leque do poder, repartindo as graves responsabilidades concentradas nas mãos de um único homem, venha a Nação a encontrar os rumos da paz social e da prosperidade.

A fórmula que parece estar merecendo a preferência de expressiva maioria da representação no Congresso Nacional foi obstinadamente defendida pelo Senador Raul Pilla, que fez dela o objetivo supremo não apenas da sua longa e fecunda

carreira política, mas de toda a sua vida, onde a pregação parlamentarista assumiu o caráter de sacerdócio.

Não teremos, creio, o parlamentarismo ortodoxo sonhado pelo velho Senador gaúcho, eis que o modelo puro não se afeiça aos padrões político-administrativos vigentes no Brasil, onde a fragilidade e a instabilidade das instituições comprometeriam a dinâmica e a confiabilidade da ação estatal.

Caberia, aqui, um sistema híbrido, a exemplo do que vigora na França e na Alemanha Ocidental. Na primeira, o Presidente tem considerável força moral e política, muito acima daquela detida pelo Premier do Conselho de Ministros; já na Alemanha, é tão grande o prestígio do Chanceler que pode ele pedir ao Presidente que dissolva o Parlamento e convoque novas eleições.

Adotar no Brasil esse tipo de regime não implicaria, certamente, importar modelos alienígenas, visto que, na estruturação das bases do sistema, pesariam fatores peculiares ao País, podendo-se dizer que o nosso seria um Parlamentarismo "à brasileira".

É verdade que já recorremos em certas quadras da vida nacional, a essa forma de governo; as experiências, no entanto, pouco nos valeram em termos de aprimoramento político e pouco nos dizem sobre a possibilidade de sucesso da sua implementação, pois a conjuntura atual difere totalmente das anteriores, principalmente no tocante à maturidade do povo para compreender e apoiar o sistema em questão, ao contrário do que ocorreu em 1963, quando um plebiscito revelou que a vontade do povo era voltar ao presidencialismo, apesar das constantes turbulências que lhe prejudicavam a eficácia e lhe ameaçavam a própria continuidade.

Sob o presidencialismo, o povo perde, logo após a eleição do chefe do Executivo, a faculdade de produzir mudanças no processo governamental, quando este falha no cumprimento das promessas feitas, desviando-se da rota inicialmente proposta e descambando para o autoritarismo, o nepotismo, a anarquia administrativa, a corrupção e a inefficiência.

O exercício da crítica, o julgamento dos atos das autoridades condutoras do País prossegue, ninguém o pode sufocar, mas não há como deter a marcha de um governo claudicante e avesso aos interesses do povo.

O parlamentarismo, ao contrário, induz ao aperfeiçoamento democrático, porque responsabiliza verdadeiramente os ocupantes do poder perante a opinião pública, desde que esta se organize solidamente e se faça representar com autenticidade no Parlamento.

No dizer de Raul Pilla, "o presidencialismo é o sistema de irresponsabilidade governamental, enquanto o parlamentarismo corresponde à forma natural e espontânea da democracia representativa".

Neste último regime, a Câmara dos Deputados, entidade representativa do povo, é quem forma o Gabinete, cabendo a ela, portanto, a tarefa de levar ao Executivo uma sistemática de governo que possa refletir fidedignamente as aspirações da sociedade. O Gabinete, constituído pelos Ministros de Estado, é responsável perante o Parlamento, que, através deles, governa a Nação.

Para fazê-lo de acordo com a vontade do povo, realiza não apenas uma consulta periódica aos

governados, mas uma permanente sondagem da opinião pública, mediante moções dirigidas à Câmara, pelas quais se pode aferir o **ánimus** do eleitorado.

A harmonia entre os Poderes, que não tem passado de uma figura de retórica, adquire sentido sob o parlamentarismo, pois, em verdade, ao inverso do presidencialismo, no qual essa harmonia é comprometida pelo desmedido mando enfeixado nas mãos do Presidente – que é ao mesmo tempo Chefe de Estado e Chefe do Governo – ele mantém uma responsabilidade recíproca entre Executivo e Legislativa, solidarizando-os na tarefa de cumprir a vontade do povo.

No presidencialismo, se o "primeiro mandatário" representa, sozinho, todo o Poder Executivo, o mesmo não se dá com os outros dois Poderes, que têm o exercício do mando multidividido entre dezenas ou centenas de pessoas.

Além de frustrar o princípio da harmonia e independência dos Poderes da República, o presidencialismo tem acarretado, no Brasil, crises políticas incontornáveis, algumas descambando para o golpe de estado, com o fechamento do Congresso e o amordaçamento da opinião pública.

Com o parlamentarismo, a crise se resolve democraticamente: ela é debelada com a formação de novo governo ou, conforme se delineia o confio, pela dissolução da Câmara dos Deputados e convocação de novas eleições. O Estado é, então, preservado, uma vez que seu chefe detém o poder de intervenção moderadora.

Entre os pressupostos básicos do "parlamentarismo à brasileira" sobreleva justamente o de compatibilizar a atuação do Primeiro Ministro, responsável perante o Congresso, com a do Presidente da República, Chefe do Estado, escolhido pela eleição direta.

O Presidente é o símbolo da autoridade, mas não detentor do poder, conforme foi dito. O poder é exercido colegiadamente pelo Congresso Nacional. As prerrogativas presidenciais restringem-se ao comando das relações exteriores e à faculdade de dissolver o Parlamento, convocando imediatamente novas eleições gerais. Ao Congresso Nacional, compete escolher o Gabinete de Ministros e seu Presidente, o Primeiro Ministro.

Observa-se, em função desses pressupostos, que o Parlamento terá em suas mãos o próprio centro de gravidade do poder político federal.

Repto que se trata de uma modalidade do sistema que exige requisitos urgentes para o fortalecimento dos partidos, a fim de prevenir possível instabilidade.

Implica, destarte, um reordenamento partidário, com o propósito de tomar o conjunto das agremiações mais consistente, evitando assim o surgimento das maiorias instáveis, que geram problemas graves para a gestão dos assuntos políticos, econômicos e administrativos.

Miguel Reale enfatiza esse ponto, quando diz

"...com o semipresidencialismo (e como ele designa o parlamentarismo "à brasileira") será fortalecida, equilibradamente, a posição do Congresso Nacional, o que permitirá a formação de agremiações políticas distintas por suas opiniões ideológicas, ou, pelo menos, por seus programas de governo, pois é irrecusável que o presidencialismo em vigor, concentrando imensos poderes nas mãos do Presidente da República, tem favo-

recício a política personalista, e constituído um dos fatores determinantes da ausência de verdadeiros partidos nacionais, em geral conglomerados de múltiplas opiniões e interesses."

À guisa de homenagem ao patrono do parlamentarismo, quero encenar este pronunciamento citando trecho de um dos seus discursos:

"Presidencialismo e parlamentarismo são escolas de políticos: porém uma pouco ensina e quase se limita a fornecer arbitrariamente os seus diplomas, e a outra forma e educa verdadeiramente os seus alunos. Esta é a diferença que vai de escola a escola".

Mas na escola, que é o sistema parlamentar, não aprendem apenas os políticos: instruem-se e educam-se os cidadãos. Não creio seja esta vantagem menor que a outra. Que seria, Sr. Presidente, de uma democracia sem cidadãos, ou com maus cidadãos?"

O SR. ALAIR FERREIRA (PFL- RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por entender oportuno e de alta importância para o País, transcrevo nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte carta aberta ao Presidente José Sarney sobre a oportunidade da construção da Ferrovia Norte-Sul, publicada nos jornais **O Globo, Jornal do Brasil** e outros, no dia 28 de maio de 1987.

Pelo mesmo motivo, transcrevo também a entrevista concedida ao **Jornal do Brasil**, edição de 31 de maio de 1987, pelo Sr. Wolfgang Sauer.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR
Ao Presidente José Sarney
Ferrovia Norte-Sul

Ao Tomar conhecimento das razões que levaram o Governo a decidir a construção da estrada Norte – Sul, quero transmitir ao eminente Presidente José Sarney as minhas congratulações pela decisão patriótica em aprovar os estudos e determinar sua construção.

Ao mesmo tempo em que me regozijo por saber que o Presidente quer o progresso do Brasil, deixo meu apelo como brasileiro àqueles que a combatem, para que mudem essa opinião pessimista e ajudem o Brasil a progredir.

Essa manifestação, a faço por entender oportuna e com o objetivo de evitar o que sempre ocorreu em nosso País – a contestação, pura, simples e demagógica, quando se pretende construir qualquer obra pública de interesse nacional. Os exemplos, não vou citá-los, mas a Nação se lembra de todos eles.

E Preciso mudar, e dar um basta à demagogia.

O Brasil precisa não de uma Norte – Sul, mas de mais obras dessa importância para o seu desenvolvimento.

O que precisamos, todos, é nos unirmos para ajudar o Brasil a vencer a crise presente, que será debelada com o patriotismo de todos e não só de alguns.

Vamos nos preocupar menos com o mandato do Presidente José Sarney e mais com os problemas da Nação, que é o que interessa ao povo brasileiro.

O Brasil precisa de trabalhar, e vamos ao trabalho.

Nosso País tem todos os meios, todas as condições de sua emancipação econômica. Vamos conquistá-la, com o apoio de todo o povo, onde quer que ele se encontre.

Parabéns, Presidente Sarney, por essa decisão que representará a conquista do Brasil-Interior. Vamos em frente, com coragem e prudência, características pessoais de V. Ex.^a.

Presidente, o Norte-Fluminense, vislumbrando nova etapa de vida econômica, com o decidido apoio do Governador Moreira Franco, esperança daqueles que querem trabalhar, espera e confia em V. Ex.^a há de decidir, em breve, a construção do IV polo petroquímico na região Campos-Macacá. Tecnicamente, entendemos como prioridade essa área, dada a localização da matéria-prima ali existente. Hoje a bacia petrolífera de Campos, sendo responsável por cerca de 600.000 barris/dia de produção de petróleo, deve, sem dúvida, ser a área preferida para a implantação do IV pólo.

Pratique mais este ato, Presidente, e tantos outros que possam representar o progresso de nosso País, e esteja certo de que o povo brasileiro aplaudirá V. Ex.^a – Alair Ferreira, – Deputado Federal.

Entrevista a que se refere o orador.

"SAÍDA PARA BRASIL É".
ABRIR FRONTEIRAS"

São Paulo – Não bastasse comandar um megagrupo industrial, cujo faturamento para este ano mira os 4 bilhões de dólares – a **holding** Autolatina, controladora da Volkswagen e da Ford, nas quais trabalham 60 mil pessoas –, o alemão naturalizado brasileiro Wolfgang Sauer, 57 anos (há 25 no Brasil, há 14 na Volks), encontra tempo para advogar junto às autoridades a urgência de se estabelecer uma política econômica nacional.

Considerando o setor onde trabalha uma "locomotiva que marca a velocidade do desenvolvimento nacional" – até por força de ofício –, Sauer não tem utilizado suas incontáveis viagens a Brasília e ao Rio apenas para pleitear em favor da indústria automobilística. Como interlocutor de peso específico, ele reclama sobre temas como a queda do empréstimo compulsório e a redução do IPI incidente sobre os automóveis, mas também apresenta sugestões para o país haver-se com problemas como os das dívidas externa e interna.

A conversão da dívida externa em investimento é hoje seu estandarte predileto. Sauer costuma argumentar em defesa da medida com o óbvio – a falta de recursos próprios para o país promover o desenvolvimento econômico, por sua vez caminho indispensável para a resolução do problema social. Sauer tem pressa. "Por enquanto, as soluções estão em nossas mãos", costuma dizer. Das mãos dele saem especificamente decisões que repercutem na integração econômica da América Latina. Foi figura de proa, por exemplo, na criação da **holding** Autolatina, anunciada em novembro e a ser oficializada em julho próximo, para coordenar as atividades da Volkswagen e da Ford no Brasil e na Argentina. Nem bem nascida, a empresa já tem um olho fixado na expansão para outros países. "A saída para o Brasil é abrir as fronteiras. O país, para crescer, pre-

cisa exportar, ter economia de escala, o que também implica importar", argumenta o comandante dessa operação.

Se a lógica não for suficiente, Sauer recorre à persistência, marca de personalidade que proporcionou-lhe êxitos na carreira, como a solidificação no Brasil da Bosch (onde exerceu vários postos de 1961 a 1973), ou a mudança do perfil tecnológico da Volkswagen, de 1973 em diante. E pretende continuar advogando seus pontos de vista-batalha que reduz o convívio com a esposa Renata e as duas filhas para os fins de semana na fazenda da família em Piracaia, a 90Km de São Paulo.

Na sala simples mas ampla e bem iluminada de onde pilota a Autolatina, no último andar de um prédio de oito pavimentos do bairro paulistano da Chácara Flora, Sauer falou na semana passada à repórter Fátima Turci, da sucursal do **Jornal do Brasil** em São Paulo. A entrevista:

"Temos uma boa chance de negociar"

Jornal do Brasil – O senhor voltou a defender a conversão da dívida externa em investimentos. Houve alguma mudança no cenário brasileiro capaz de favorecer essa fórmula?

Sauer – A idéia não é nova. Em 1980, o governo até ofereceu descontos de 20% para quem aceitasse a conversão da dívida em investimento, mas ninguém concordou. Creio que, agora, temos uma boa ocasião para tentar reduzir a dívida. Temos uma boa chance de negociar para não remeter dividendos ao exterior e, ainda, obter investimentos de capital de risco.

JB – Os bancos credores e o governo estão prontos para negociar?

Sauer – Os bancos preferem ser sócios de empresas bem administradas e que eles conheçam, pois assim reduzem o risco. A atitude do Citibank atestou essa disposição: na medida em que os bancos credores entram diretamente no investimento, melhora a relação de financiamento das empresas e do próprio sistema financeiro, que hoje carece de capital para promover o desenvolvimento da economia brasileira. Além disso, o governo quer adotar esse sistema porque já existem exemplos, como o do Chile, onde a conversão da dívida em investimento tem sido um sucesso. A indústria mineral chilena estava estagnada e agora adquiriu um novo impulso com investimentos no setor. E o Chile, além do mais, ainda está reduzindo sua dívida.

JB – Que parcela da dívida poderia ser redundante e em quanto tempo?

Sauer – O Brasil poderia reduzir uma parcela considerável da dívida. Isso não ocorreria de imediato, mas o importante é começar, porque a partir do primeiro passo o processo de transformação em investimento será automático. Aplicada às empresas estatais mais endividadas, cujo controle ficaria garantido com ações sem direito a voto ou limitando-se à conversão, essa fórmula poderia abranger 40 bilhões de dólares. Já de início seria possível converter os vencimentos da dívida e até parte dos juros. Aos poucos, chegaríamos a uma política de pagamento com a qual o país possa conviver.

JB – E de que forma o País poderá conseguir dinheiro novo?

Sauer – Essa mesma fórmula facilita a entrada de capital novo, que financiará nossas operações, injeções de capital novo são indispensáveis para que o Brasil exiba sua capacidade de crescer, aliás novamente demonstrada no ano passado.

"PRECISAMOS INVESTIR PARA EXPORTAR"

JB – Apesar da euforia registrada em 1986, a produção industrial ficou aquém da capacidade alcançada na década passada. Por quê?

Sauer – De fato, não conseguimos retomar o patamar de 1979 – ficando 15% abaixo daquele nível. Isso se deve basicamente ao fato de que muitos setores não haviam investido nos anos anteriores, em consequência da crise econômica. Sem investimentos, a capacidade de produção ficou estrangulada. Por isso, acho que o governo precisa ser muito cuidadoso ao fazer a conversão da dívida, porque é preciso produzir cruzados em volume suficiente para arcar com os vencimentos da dívida. Trata-se de um círculo vicioso: sem dinheiro não produzimos e sem produção não pagamos.

JB – Como romper esse círculo vicioso?

Sauer – Só a produtividade irá resolver o problema. Mas não vejo a situação com olhos pessimistas. Temos problemas, é verdade, mas nenhum deles me parece insolúvel. A primeira etapa é estudar a alternativa para resolver a questão da dívida externa, pois assim poderemos financiar a expansão do País, tanto em relação à infra-estrutura quanto à capitalização das empresas.

JB – Nesse caso, a solução não passaria pela recessão?

Sauer – Temos de crescer: estagnação da economia, como ocorreu no começo desta década, não resolve o principal problema brasileiro, que está na questão social. Nós estamos na entrada do túnel da recessão e será difícil mudar o comportamento do mercado. Mas ainda temos em mãos o poder de decidir qual será o tamanho desse túnel, ainda podemos determinar quantos quilômetros ele terá.

JB – O que fazer para encurtar o comprimento da recessão?

Sauer – Primeiro é preciso resolver a questão da dívida externa. Depois, devemos atacar a dívida interna e traçar um plano econômico e um plano de reabilitação da administração pública, racionalizando e desburocratizando o sistema. Critica-se muito o desempenho dos funcionários públicos, e mas eles são eficientes quando bem orientados.

JB – A opção pelo crescimento deve apoiar-se na exportação?

Sauer – Precisamos investir para exportar. Os bons resultados das exportações em 1984 foram obtidos porque não havia mercado interno. Mas não se pode permanecer nesse pêndulo, oscilando entre mercado interno e exportação. Precisamos concentrar esforços agora no mercado interno e investir no mercado externo, para não repetir o erro cometido pelo Japão em 1947 e em 1955, quando teve sua reputação abalada por não manter uma continuidade nas suas vendas externas. Depois, o Japão investiu com mais vigor e hoje é uma potência como exportador.

JB – O senhor foi o principal articulador do protocolo em vigor entre a indústria automobilística e o governo. Agora, participa das negocia-

ções, destinadas a estabelecer um acordo com a CACEX que permitiria ao País exportar neste ano 400 mil veículos, em vez de 250.9 mil. Isso fará o Brasil repetir o sucesso do Japão?

Sauer – Tudo depende de uma política integrada. O setor automobilístico, como qualquer outro, depende do desempenho do conjunto da economia nacional. Nem sequer examino a hipótese de importar aço ou chapa para exportar produto acabado. Seria o fim. Não podemos perder essa base infra-estrutural que já construímos. O Brasil tem chances enormes de se transformar nos próximos 20 anos, no líder mundial das exportações. O Brasil precisa dobrar suas exportações, mas envolvendo produtos industrializados que agreguem mão-de-obra local. Para isso é necessária uma política global para a economia. As metas de exportação precisam ser fixadas pelo governo, que não pode deixar o assunto para depois, como ocorreu no caso dos programas de energia elétrica e telecomunicações.

JB – De quem depende essa decisão?

Sauer – Do Ministério da Fazenda, pois cabe a seu titular a execução de um plano econômico. O Brasil tem mais chances de sair dos problemas do que de ser bloqueado por eles. Para isso, portanto, precisa de um plano, e parece que o Ministro Bresser Pereira está elaborando um plano econômico.

JB – Historicamente, os planos econômicos resultam em mais gastos do governo, cobertos com aumentos de receita via impostos...

Sauer – É preciso tentar aumentar a receita pelo crescimento econômico e não penalizando os setores produtivos, como ocorreu em 1986. Foi um erro. Se as empresas tivessem preços para restabelecer seus custos e obter lucros que permitissem sua capitalização, os efeitos positivos pareceriam uma bola de neve. As empresas terminais poderiam pagar melhores preços a seus fornecedores, que assim investiriam em seus negócios, e não teríamos perdido mais um ano. Já perdemos muito tempo, e isso não se recupera.

JB – A manutenção do empréstimo compulsório e das elevadas taxas de IPI comprometem a lucratividade e os investimentos?

Sauer – O compulsório tem de acabar. A indústria automobilística é uma locomotiva que marca a velocidade do crescimento da economia de todo o País. Ela não pode ser freada com a colocação de vagões pesados que reduzem sua velocidade a ponto de impedir-lá de subir até mesmo um morrinho. Isso hoje está acontecendo, e a carga nem é nossa. Se existe lógica, o compulsório precisa cair. Ainda que demore, a lógica vai prevalecer.

"DEMOCRACIA NÃO SE APRENDE NA UNIVERSIDADE"

JB – O senhor, como outros líderes empresariais, tem feito maratonas por gabinetes de autoridades econômicas e políticas. É grave a crise?

Sauer – Não considero o problema político tão grave quanto se imagina. É sempre necessário recordar que democracia não se aprende na universidade. Não devemos esperar milagres. Mas todos têm de entender que, para assegurar-se essa base de influência política é essencial fixar uma política econômica clara e apoiada pela po-

pulação, que só dará seu voto de confiança se houver melhor distribuição de renda. Isso só é possível quando há renda. Hoje estamos distribuindo apenas prejuízos. Como não há dinheiro o Governo emite e isso gera inflação. Se o problema econômico for resolvido, não teremos graves problemas políticos.

JB – Por onde deve começar o ataque ao problema econômico?

Sauer – Pelo reconhecimento de que não se pode gastar mais do que se pode pagar, seja hoje ou amanhã. Ninguém dá dinheiro de graça, e mesmo o almoço que alguém paga hoje será debitado no futuro.

JB – Dentro desse quadro de problemas ainda por resolver, de que modo o senhor dirige o maior grupo do setor automobilístico da América Latina?

Sauer – Estamos trabalhando como se pudéssemos resolver todos os problemas. Estamos fazendo o máximo, mas sempre pensando em não gastar mais do que recebemos. Continuamos investindo no desenvolvimento de produtos, que é a água do nosso corpo, já que não podemos atar-nos nem um único ano em tecnologia. Nossa força está nos nossos produtos, e trabalhamos a médio e longo prazos. Mas nos limitamos a esse investimento vital, estimado em 150 milhões de dólares. Outros planos, envolvendo racionalização e modernização, só serão desengavetados quando tivermos, disponibilidade financeira. Primeiro precisamos resolver o problema de lucratividade. Só com lucro iremos investir.

JB – Quando isso deverá ocorrer?

Sauer – Apesar de perdemos dinheiro nos últimos anos o perfil da indústria automobilista evoluiu nos últimos seis anos. Tanto houve modernização que estamos exportando para os mercados mais sofisticados. Os investimentos foram um desastre, mas a performance melhorou. Só espero que, como no texto bíblico, esse ciclo de sete anos acabe e comece a fase das vacas gordas. Tudo depende das decisões do Governo. É hora de se trabalhar em conjunto, e insisto em que as soluções ainda estão nas nossas mãos.

JB – O senhor é favorável à plena liberdade de mercado e o fim de reservas em áreas como a informática, que afeta diretamente o setor automobilístico?

Sauer – Sou defensor do livre mercado, mas uma indústria, como uma criança, precisa de cuidados. A proteção, porém, não pode chegar a extremos isolacionistas, deixando a indústria à margem do desenvolvimento internacional. Seria o mesmo que impedir uma criança de comunicar-se com outras."

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao comemorarmos hoje o Dia Internacional do Meio Ambiente, não podemos deixar de registrar que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, criado pelo Decreto-lei nº 289, de 28-2-67 e que tem a seu cargo a formulação da política florestal, a orientação, a coordenação e a execução das medidas necessárias à racional utilização, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal, não tem tido condições de desem-

penhar suas atribuições, conforme seria de desejar.

E não as teve, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por falta de estrutura, de apoio político e pela concorrência que sofre dentro do Ministério da Agricultura, por parte do setor agrícola e da própria Sema, se deseja extinguí-lo, sendo, portanto, um órgão historicamente marginalizado, conforme o reconhece seu Presidente Jayme Costa Santiago.

Não obstante as dificuldades que tal fato acarreta, vem o IBDF desenvolvendo um trabalho de grande importância, especialmente para as gerações futuras.

Assim é que criou, até o momento, reservas biológicas, num total de 12 milhões de hectares, o que corresponde à metade da superfície do Estado de Rondônia.

No período de 1967 a 1983, apesar da escassez de recursos, foram reflorestados cerca de 6 milhões de hectares, o equivalente à área do Estado da Paraíba.

Seu cadastro de empresas foi ampliado de 70 mil para 121 mil e a fiscalização passou de 3 mil unidades para 110 mil, alcançando empresas, propriedades rurais, comércio de madeira e de animais.

Foram criados postos descentralizados, visando a facilitar o trabalho, em todo território nacional.

O trabalho do IBDF, em que pese aos raros recursos de que dispõe, sejam econômicos, humanos ou materiais, é de extrema importância para nossa flora e fauna e, se desejarmos que ele desempenhe, a contento, sua missão, temos de dar-lhe as condições mínimas para tal, até porque, anualmente, a derrubada irracional de nossas florestas nativas alcança uma área superior a 6 milhões de hectares, fato que não pode ter continuidade, sob pena de vê-las desaparecer, dentro de alguns anos.

Para a reformulação e qualificação de seu trabalho fiscalizador, o IBDF tem necessidade de que seu quadro de fiscais, de 540, número excessivamente pequeno, seja ampliado para 1.700.

O Instituto precisa de uma reformulação nos salários de seu pessoal, passando da atual média de 5 mil cruzados para 15 mil, conforme proposta já na Seplan. E a razão é simples e compreensível: é grande a perda de servidores, sobretudo de engenheiros florestais, em consequência dos baixos salários.

Não se tem ele descuidado de uma atuação séria quanto ao comportamento de seus servidores, no campo da moralidade, em razão da atividade exercida, já havendo sido abertos 43 inquéritos administrativos.

Ao lado do reflorestamento, que acompanha a política de incentivo do Governo, há o Plano de Manejo Sustentado, que procura manter o uso racional e a preservação do meio ambiente, e o incentivo aos pequenos e médios proprietários rurais, para manter e reflorestar áreas para o mercado.

Ninguém tem qualquer dúvida sobre a importância da conservação da natureza, embora muito poucos ponham em prática tal conhecimento. Daí a necessidade de ser a população conscientizada quanto ao significado da conservação de nossas matas e do reflorestamento das áreas desmatadas, até como fonte de renda, em resultado da comercialização da madeira.

O setor florestal contribui com 4% do PIB para a economia nacional, gerando anualmente 50 mil empregos e proporcionando a manutenção de mais de 400 mil empregos permanentes. Em 1984, as exportações de madeira e seus produtos industrializados superaram 1 bilhão de dólares.

A madeira é responsável por mais de 20% da energia primária consumida no Brasil, sendo o carvão vegetal o responsável por 40% da produção nacional de ferro gusa.

Ao mesmo tempo, a economia resultante da substituição do óleo combustível por lenha e carvão vegetal, na indústria de papel, de celulose e na de cimento, tem sido da ordem de 300 milhões de dólares anuais.

Para que todas essas atividades não sofram solução de continuidade, nossa economia não seja grandemente prejudicada e nossas florestas, conforme aconteceu com a mata atlântica, não sejam destruídas por um desmatamento irracional e contínuo, atentatório à ecologia e nocivo ao meio ambiente, é indispensável à adoção de algumas medidas, sugeridas pelo próprio IBDF, tais como:

a) estabelecer, urgentemente, uma política de ocupação da Amazônia, preservando seus ecossistemas representativos e definindo o uso racional de suas florestas;

b) ampliar e consolidar o sistema de unidades de conservação da natureza;

c) fortalecer e reestruturar o IBDF, para que possa contar com recursos financeiros e humanos necessários ao desempenho de suas funções;

d) proporcionar recursos para o reflorestamento, compatíveis com as características de longo prazo da atividade florestal;

e) estimular o aumento da produtividade das florestas plantadas, associado a um indispensável componente ambiental;

f) criar condições que possibilitem a manutenção e a utilização de áreas já reflorestadas;

g) adotar medidas que permitam o aproveitamento de solos e áreas marginais, para reflorestamento, nas regiões de maior demanda de madeira.

Na oportunidade, apelo para o Sr. Ministro da Agricultura, solicitando a S. Ex.^a que atenda, com a possível urgência, as reivindicações do IBDF, a fim de que possa ele desempenhar sua missão, preservando nossa flora e nossa fauna e, assim, não tenhamos, no futuro, de chorar pelo que no presente não fizemos. Atuemos, enquanto é tempo, para que não sejamos responsabilizados pelas gerações vindouras quanto a um Brasil sem florestas que houvermos deixado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não poucos companheiros constituintes têm subido a esta tribuna para denunciar, em diversos instantes, as ameaças por que tem passado o arbusto frágil de nossa democracia.

As forças reacionárias de sempre, cujo comprometimento único é com o retrocesso, organizadamente ou não, veladamente ou não, tentam ir restringindo os caminhos por onde deve transitar nossa democracia, até que possa ser, enfim, institucionalizada.

Não é só a violência policial gorgorilosa aqui mesmo em Brasília, na capital de São Paulo, em outras cidades do País. É, também e principalmente, o

comportamento de uma elite dirigente que, visivelmente saudosa dos anos de arbitrio e repressão, insiste em manter privilégios, insiste em tentar impedir que a classe trabalhadora assuma, de uma vez por todas, o papel que lhe cabe no processo de institucionalização da democracia.

Sabemos que estão condenados ao fracasso e a passarem a residir, em breve, juntamente com aquelas outras forças retrógradas que, hoje, povoam o lixo da História.

E um exemplo queremos trazer aqui para o Sr. Presidente e para os Srs. Constituintes. Um exemplo e um protesto.

No final do mês de maio, visitei a cidade de Toledo, no Paraná, a convite de meus companheiros do Partido Comunista Brasileiro. Tive a oportunidade de participar de reuniões e debates com diversas lideranças sindicais e políticas, ademais, de visitar as diversas organizações da classe trabalhadora daquela região.

Pois qual não foi meu assombro, quando da visita ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, ao me deparar com uma comissão de empregados da Frigobrás, empresa do Grupo Sadia, ali presentes para um justíssimo protesto. É que – creia, por favor, neste absurdo. Sr. Presidente – acabavam de ser demitidos pelo “crime” de estarem organizando uma chapa que concorreria – e cremos que efetivamente concorrerá – às eleições sindicais da categoria.

Já não basta esse grupo financeiro, poderosíssimo, como todos sabem, influir no processo eleitoral da região, elegendo, com os recursos de que pode dispor, seus prepostos, seus testas-de-ferro. Pretende ir ainda mais longe, controlando as eleições sindicais de seus empregados, na expectativa ilusória de que impedirá que esses mesmos empregados sigam denunciando seus desmandos, suas arbitrariedades e ilegalidades como a que estamos denunciando.

Por um feliz acaso, estávamos em visita à cidade – e exatamente ao Sindicato dos Empregados da Sadia e pudemos ouvir, de viva voz, a denúncia e o protesto que trazemos a conhecimento desta Assembléia Constituinte, na certeza de que, nesta Casa, no meio do povo, nas ruas, os patriotas, os comprometidos com o futuro da Nação e do povo brasileiro, poderão aumentar, ainda mais, sua vigília patriótica, no sentido de impedir que sigam sendo cometidos crime dessa espécie contra nossa renascente democracia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos na fase dos trabalhos das Comissões Temáticas, após um exaustivo trabalho das Subcomissões, que analisaram detidamente cada um dos temas a elas destinados. Essas Subcomissões tiveram o cuidado de promover audiências públicas, ouvindo os diversos seg-

mentos da sociedade interessados nos vários temas afetos às vinte e quatro Subcomissões.

Especialmente na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da qual participei, o trabalho foi muito bem desenvolvido, sob a competente presidência do nosso companheiro Jofran Frejat, que teve o cuidado não só de ouvir eminentes juristas como também pessoas do povo, os Governadores dos Territórios, ex-Governadores, pessoas que realmente poderiam dar contribuições decisivas para a conclusão dos nossos trabalhos.

Com relação aos Territórios, ouvimos a Ordem dos Advogados, Prefeitos das Capitais, Governadores, ex-Governadores, além do depoimento dos Deputados integrantes daquela Comissão, representantes dos Territórios de Roraima e Amapá.

Foram debatidos todos os aspectos econômicos, políticos e administrativos, concluindo à unanimidade aquela Comissão pela elevação dos dois Territórios à categoria de Estados-membros da Federação.

Sr. Presidente, entendo que estamos escrevendo uma Constituição que deva afastar todo tipo de autoritarismo existente ainda na legislação brasileira. Os Territórios Federais são exatamente o modelo maior do autoritarismo, não só por terem sido criados na época da ditadura Vargas, com o objetivo de aumentar seu poderio político pela nomeação dos inteventores dos Estados e também pela criação de pequenos feudos cujos governantes eram nomeados por Getúlio.

A estrutura dos Territórios Federais, ao longo de 44 anos, ensejou, de um lado, o desenvolvimento pelo carreamento de recursos federais para aquelas regiões, mas, por outro lado, provocou o sufocamento das liberdades democráticas e, acima de tudo, da formação de lideranças em quaisquer campos, seja no político, no empresarial ou no estudantil. Temos, nos Territórios, a figura do Governador nomeado, que a nível interno tudo pode, pois não existe uma Assembléia Legislativa ou um Tribunal de Contas local para fiscalizar seus atos.

Ele demite, nomeia, compra, empreita, tudo por simples portarias.

A nível nacional, no entanto, esse Governador nada mais é do que um funcionário de terceiro escalão do Ministério do Interior, que deve obediência a um Coordenador de Territórios que, na maioria das vezes, não tem qualquer tipo de ligação com aquelas unidades federais.

Concluiu a Comissão que os Territórios de Roraima e Amapá têm as condições necessárias para sua elevação a categoria de Estado. Especificamente com relação a Roraima, que tenho o prazer de representar, gostaria de dizer que se trata de um Território que possui um Banco de Desenvolvimento funcionando há mais de dez anos, companhias de saneamento, desenvolvimento, energia, com uma infraestrutura indispensável à construção de um Estado planejado, sem a necessidade, como sé quer fazer, de uma superpopulação com os problemas sociais a ela inerentes.

Portanto, Sr. Presidente, surpreende-me que, após toda essa análise, venha o Relator da Comissão da Organização dos Estados simplesmente a suprimir do seu relatório essa conclusão da Subcomissão. afastando, portanto, a possibilidade de, neste momento em que se escreve uma

nova Constituição para o Brasil, incluir nas suas Disposições Transitórias a elevação de Roraima à categoria de Estado-membro da Federação.

Deixo aqui registrado o meu protesto com relação à decisão do eminentíssimo Relator da Comissão da Organização do Estado. Procurei, naquela Comissão, mostrar aos colegas constituintes a oportunidade e também a viabilidade da transformação de Roraima em mais um Estado-membro da Federação. Não é possível querer-se prolongar, por mais outras gerações, a situação em que se encontra aquele povo, que vive como cidadãos de terceira categoria. Não elegemos os nossos Governadores, não elegemos os nossos Senadores e temos na Câmara dos Deputados uma representação que equivale apenas à metade do menor Estado da Federação. Este é o momento histórico de se acabar com as desigualdades existentes neste País e, acima de tudo, acabar com qualquer tipo de ranço do autoritarismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das características da atualidade política brasileira é a descrença geral. Ninguém acredita mais em nada. Ninguém acredita mais em ninguém. Responde por esse ceticismo político a inconseqüência do Poder Executivo, que, incongruente com o discurso, que não corresponde à realidade, tem também a contradição entre sua atuação e sua palavra. A falta de credibilidade da opinião do povo brasileiro no Poder Público é um dos fatos mais tristes da nossa atualidade político-social.

Sabe V. Ex.^a, Sr. Presidente, e todos os Srs. Constituintes, que sem contar com o apoio da opinião pública jamais o Governo tirará o Brasil do atoleiro em que se encontra no plano econômico-financeiro e também administrativo. Mas a opinião pública não acredita no Governo, e o Governo teria de mudar o seu discurso, para colocá-lo em consonância com a realidade, fazê-lo mais objetivo, confessando as fraquezas e os fracassos, modificando radicalmente a política econômica e, junto com o povo brasileiro, partir para o desenvolvimento de que o Brasil precisa e que merece, com a participação social de todas as camadas da população.

Uma das consequências dessa postura governamental, cheia de contradições e incongruências, é o sofrimento por que está passando, no momento, o grosso do funcionalismo público brasileiro. Os funcionários públicos estaduais tinham e têm direito ao gatilho, nos termos da política econômica criada por este Governo; acreditaram nos decretos-leis vindos da esfera federal e até na legislação estadual, como é o caso de São Paulo, em que há uma lei proposta pelo Governo do Estado, com a maioria parlamentar na Assembléia Legislativa, que está em pleno vigor e que, agora, é contestada pelo mesmo Governo – não o mesmo Governador, mas o mesmo Governo, porque é o mesmo partido, o mesmo pessoal, os mesmos parlamentares, porque é o mesmo Legislativo.

Agora o gatilho era para ser deflagrado quando a inflação atingisse o nível de 20%. E foi uma ilusão, uma quimera, muito triste para todos nós, aquela história da carochinha da inflação zero. Esse gatilho, hoje, pesa no orçamento do funcionalismo público. No Estado de São Paulo, todo o funcionalismo, liderado pelo magistério paulista – e aí quero destacar a atuação vigorosa e indômita da maior entidade de professores deste País e também a mais antiga, que lançou, pela primeira vez, às ruas das grandes cidades a massa do magistério, que é o centro do professorado paulista – tendo à frente a sua vanguarda de luta, vem batalhando com persistência e heroísmo para livrar-se dessa situação de penúria salarial e de rebaixamento funcional. As contradições da política econômico-financeira do governo e a insinceridade das proposições estão castigando seriamente aqueles que no serviço público, dependem do seu trabalho e da remuneração que dele advém. É, por conseguinte, a hora de mais um protesto.

Gostaria de encontrar alguma coisa para aplaudir. Tenho procurado, parodiando Diógenes, da Grécia Clássica, com a lanterna na mão, à luz do dia, algum fato para aplaudir, mas infelizmente só me deparo com indecisões, omissões e contradições para criticar acerbamente, que é a nossa função no Poder Legislativo.

Deixo consignado um protesto contra a deterioração salarial, que a supressão do gatilho, que acudiria os funcionários públicos, está provocando para todos eles, nos 23 Estados brasileiros.

O funcionalismo tem lutado como nunca, com desespero, pela sua sobrevivência, porque não se trata de promoção, de aumento de salários, mas sim de atualização salarial, a luz não só das prementes necessidades dos servidores de Estado, mas do próprio texto da lei, que foi idealizado, decidido e expedido – porque é decreto-lei, pelo Governo, por estas mesmas pessoas, com a mesma responsabilidade partidária, a mesma composição governamental, porque a mudança de uma ou outra pessoa na constelação do Governo não lhe tira a responsabilidade por essa incongruência que, muito mais do que um equívoco é uma contradição que depõe contra a administração pública na órbita federal. E agora os Governadores, numa orquestração uníssona, ilegível contra e gatilho para o funcionalismo, como se ele não vivesse do seu próprio trabalho e não fosse um servidor. Daí a reiteração de um protesto contra o descaso a inverdade e a contradição governamental. Por essa razão, por essa falta de sinceridade, a opinião pública, a sociedade, o povo brasileiro não acredita – e não pode mesmo acreditar – no Governo, enquanto ele não fizer um discurso consequente, objetivo, real e cáustico, e não mudar a política econômica que está trazendo, acima de tudo, insegurança ao País.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ouvimos há poucos instantes o Constituinte Israel Pinheiro Filho falar sobre a Ferrovia Norte – Sul. E, entre as afirmações de S. Ex.^a estranhamos que tenha atribuído um desmentido ao Sr. José Reinaldo Tavares, no que se relaciona à afirmação

de S. Ex.^a de que a Ferrovia Norte – Sul já estava incluída no Plano Nacional de Viação há muitos anos e que, apesar de suprimida desse Plano, a partir de 1970, se não me engano, ou 1973, todos os estudos técnicos de que S. Ex.^a dispõe recomendavam, por ser de grande importância econômica, a construção dessa obra. Dizia Israel Pinheiro Filho que, efetivamente, não havia a previsão da construção da Ferrovia Norte – Sul no Plano Nacional de Viação.

Sr. Presidente, apresentei à Câmara dos Deputados em 1973 – e em 1974 consegui aprovação – projeto de uma ferrovia que tinha o seguinte traçado: partindo de Brasília no sentido norte, direcionando-se pelas regiões à margem direita do Tocantins, atingia Carolina, onde se bifurcava, servindo a Belém e, ao mesmo tempo, a São Luís. De forma que a Câmara dos Deputados entendeu – até porque já havia alguma conversa a respeito da construção da Ferrovia Carajás, ligando aquela região paraense ao porto de São Luís – aprovar o meu projeto somente na parte da Ferrovia-010, com o seguinte traçado: Brasília-Carolina-Belém, porque, pouco adiante de Imperatriz, essa ferrovia ia cruzar com a Ferrovia Carajás, e seriam servidas as cidades de Belém e São Luís, já em função desse projeto em estudos no Governo Federal. Ora, isso foi em 1974, há 13 anos. Nessa época o Presidente José Sarney não pensava em ser Presidente, nem José Reinaldo Tavares, em ser Ministro dos Transportes. Não havia esse alegado interesse de S. Ex.^a somente quanto ao seu Estado. O Presidente José Sarney – e meu partido faz oposição ao Governo de S. Ex.^a – busca com esse projeto quebrar as forças do colonialismo interno que impedem a integração dessas vastidões territoriais da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, ao Brasil desenvolvido do Centro-Sul.

Deixo aqui Sr. Presidente, a fim de que seja inserido nos Anais da Casa, esse projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. As oligarquias brasileiras não interessadas na integração da Amazônia, do Centro-Oeste, do Nordeste, ao Brasil do Centro-Sul, por acharem que as forças e o seu poder estavam diminuídos, trataram de engavetar o projeto e arquivá-lo no Senado Federal.

Aqui ficam os avulsos do Projeto da lei 192/74, que levou no Senado Federal, onde arquivado, o nº 1.845-B74, para mostrar que razão o Sr. José Reinaldo Tavares e o Presidente Sarney nas suas afirmações. Diziam justificando a integração do Território nacional, não somente desde 1951, mas, muito antes, porque já havia sugestões, projetos, anteprojetos, trabalhos e estudos de eminentes engenheiros que sempre buscaram privilegiar o sistema ferroviário no interesse da Nação e implantá-lo em todas as regiões. Portanto, a instalação e implantação dessa ferrovia, que hoje denominamos Norte-Sul, ligaria Brasília e, consequentemente, o Centro-Sul do País, as regiões do Centro-Oeste e da Amazônia. O único pecado da Ferrovia Norte-Sul, no meu entendimento, é o de não seguir a mesma rota, à direita do rio Tocantins, que serviria a regiões mais isoladas, mais carentes, porém, ricas em minérios. As indústrias cimenteiras do País precisam de gipsita e de calcário, que temos em abundância. O único pecado dessa ferrovia, repito, é ser paralela à rodovia Belém-Brasília, com ela competindo. Mesmo assim, ela acaba de integrar atra-

vés de um sistema muito melhor de transporte, que é o sistema ferroviário, as regiões já mencionadas ao Brasil desenvolvido do Centro-Sul.

O PDC apóia o Presidente José Sarney no tocante à implantação dessa ferrovia. “Apóio o Ministro dos Transportes e aqui estou pronto a lutar por essa obra de integração nacional.”

O SR. CHICO HUMBERTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os jornais noticiam que o Redator da Comissão de Organização do Estado, Senador José Richa, teria antecipado alguns pontos que adotará em seu parecer sobre os anteprojetos das Subcomissões, entre os quais estaria o de excluir de seu relatório a criação de novos Estados na Federação, matéria que, no entender do Relator, deveria ser tratada em lei ordinária.

Ora, Sr. Presidente, conhecendo o espírito altamente democrático do Senador José Richa, preferimos não acreditar nestas especulações.

Em primeiro lugar, porque, ao vetar esta decisão, adotada pela quase unanimidade da Subcomissão dos Estados, Distrito Federal e Territórios, S. Ex.^a estaria excedendo os poderes conferidos ao Relator pelo Regimento Interno, e ainda porque essa decisão não condiz nem com a tradição política do Senador, nem com seus conhecimentos de Direito Constitucional.

De fato, Sr. Presidente, pretender-se que a Assembléa Nacional Constituinte não tenha poderes para reestruturar a Federação, criando novos Estados, seria decretar o fim de sua soberania.

A atual Constituição estabelece em seu art. 3º que “a criação de Estados e Territórios dependerá da Lei Complementar”.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Constituintes o texto constitucional vigente não proíbe a criação de novos Estados, sujeitando-a apenas a uma lei complementar.

A Assembléa Nacional Constituinte, livre e soberana, nos termos do art. 1º da Emenda nº 26, de dezembro de 1986, tem como objetivo a elaboração de uma nova Constituição política para o País, de um novo ordenamento jurídico para a Nação brasileira. Como colorário desta soberania, não há por que limitar o seu poder de reestruturar a Federação no Brasil criando novos Estados, seja pela incorporação, seja pela subdivisão, seja pelo desmembramento seja pela anexação. Pode a Assembléa Nacional Constituinte até mesmo abolir a Federação, criando o Estado Unitário, se assim entender a maioria dos Constituintes. O Congresso ordinário, como se sabe, não poderia abolir nem a Federação nem a República, como está proibido no § 1º do art. 47 da Constituição em vigor: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República”.

Ora, Sr. Presidente, o que os Constituintes que integravam a Subcomissão dos Estados, Distrito Federal e Territórios queriam não era abolir a Federação, senão ampliá-la e fortificá-la, nem extinguir a República, mas engrandecê-la.

Num país e de extensão continental como o Brasil, maior do que o território contínuo dos Estados Unidos, com uma imensa variedade geográfica

fica, étnica e sócio-econômica, não é razoável a existência de apenas 26 Estados da Federação, alguns com área territorial maior do que vários países da Europa e da própria América Latina.

O desenho geopolítico da Federação brasileira é ainda, com pequenas mudanças o mesmo império, onde as províncias apenas reproduziam as Capitanias Hereditárias da época da Colonização.

A Constituição Republicana de 1891 manteve a divisão territorial do Império, porque, na época com a população de apenas 15 milhões de brasileiros e inexistindo estradas e meios de comunicação no território, pareceria temerário aos fundadores da República redividir o País em maior número de Estados, pois esta redivisão poderia ameaçar a unidade nacional, uma preocupação sempre presente no País continental e despovoado como o Brasil naquela época.

Adotando o modelo federativo da Constituição norte-americana, de 1776, e a divisão do País em províncias, como existia no Império, os Constituintes de 1891 conseguiram preservar a unidade nacional.

Ora, Sr. Presidente, estamos entrando no século XXI e não podemos ficar presos ao século XIX. Nos últimos cem anos, a população do País cresceu dez vezes. Somos hoje uma Nação com 140 milhões de habitantes. Estradas, meios de transporte, telecomunicações, rádio, televisão conseguiram integrá-la de tal forma, que não mais subsistem os motivos que levaram os Constituintes de 1891 a limitar os números de Estados da Federação brasileira. O que ontem foi um argumento para a manutenção da integridade territorial, para se evitar o movimento separatista ou mesmo a desagregação de nosso País, hoje é um instrumento de atraso no desenvolvimento político-administrativo do Brasil.

Na medida em que o País se desenvolve, progride, mais complexas se tornam as atividades e as responsabilidades do Estado. Por isso mesmo, torna-se cada vez mais difícil levar a presença civilizada da administração pública nos Estados de grande extensão territorial. Hoje, a redivisão do Brasil não é apenas uma necessidade para atender aos reclamos e as exigências de populações ou de políticos, mas é, acima de tudo, uma exigência do próprio processo de democratização da sociedade brasileira.

Fala-se com muita freqüência, sendo quase um consenso no seio da Assembléia Nacional Constituinte, na importância de se fortalecer a Federação dotando-a de uma melhor participação na receita tributária. Tão importante quanto dotar a Federação, os Estados de uma maior parcela de recursos tributários é redividir o País, redesenhar a Federação, pois só assim será possível democratizar a administração dos Estados, atendendo às peculiaridades regionais.

Ora, Sr. Presidente, argumenta-se que a criação de novos Estados implicaria maiores despesas. Não é verdade, pois os novos Estados poderiam ter uma máquina administrativa menor para atender a uma extensão territorial também menor. Além disso, a própria arrecadação dos serviços públicos de responsabilidades dos Estados também seria facilitada.

Os Estados Unidos da América, que possuem território equivalente ao brasileiro, estão subdivididos em mais de 50 Estados federados. Parece um anacronismo que o Brasil mantenha até hoje

praticamente a mesma divisão territorial da Colônia. E não se alegue que as populações dos atuais Estados brasileiros **ilegível** contra essa subdivisão. Ora o anteprojeto aprovado na Subcomissão prevê a consulta popular para ratificar as decisões tomadas pela Assembléia Nacional Constituinte. E não há nada mais democrático do que o plebiscito previsto no anteprojeto. Estamos certos de que as populações interessadas na subdivisão de seus Estados não se submeterão às pressões de alguns governadores que, por vaidade pessoal e por interesse político, estão tentando influir na Constituinte no sentido de evitar a aprovação dos novos Estados.

Tal é o caso, por exemplo, do Governador Newton Cardoso, cuja vaidade e ambição só são superadas pela incompetência, que pretende impor à bancada mineira nesta Constituinte seu veto à criação do Estado do Triângulo. Não são razões de sentimentos de mineiridade que levam o Governador a ter essa atitude. Até porque S. Ex.^a não é mineiro. Mas o Governador, na sua inexcedível vaidade, é candidato de si mesmo a Presidente da República e, por isso, não gostaria que Minas Gerais fosse dividida. Nem competência constitucional lhe é atribuída para opinar sobre a matéria.

Não quero acreditar que o Senador José Richa esteja atendendo a pressões do Palácio do Planalto para evitar a acolhida do relatório da Subcomissão, pois o Senador paranaense sempre deu mostras de ser um homem independente e infenso a qualquer tipo de pressão. Antes, quero supor que S. Ex.^a está em dúvida quanto à forma de colocar em seu relatório as conclusões da Subcomissão. Nenhum brasileiro de bom senso pode ser contrário à redivisão do Brasil, condição essencial para democratizar a administração pública e fazê-la chegar a todos os rincões do território brasileiro. Também não deixou de causar estranheza a notícia de que o Relator prefere a denominação de Prefeito para o futuro Governador do Distrito Federal, até porque o Presidente da República, José Sarney, acaba de enviar ao Congresso um projeto de lei criando os cargos de Governador da Ilha de Fernando de Noronha, arquipélago com apenas 1.215 habitantes, e que, segundo o relatório, seria anexado ao Estado de Pernambuco. Se o administrador de Fernando de Noronha vai ser chamado de Governador, o que dizer do administrador do Distrito Federal, hoje com quase dois milhões de habitantes?

E é nesta luta democrática e na tentativa de resgatar a autonomia e a identidade do nosso povo que exigimos nesta hora a emancipação do Estado do Triângulo, que nascerá pela vontade dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, mas se efetivará principalmente pela ansiedade secular do povo daquela região.

O SR. ADYLSÓN MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está tramitando no Congresso – ou está nas gavetas da Mesa do Senado – o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986. É um daqueles cento e vinte e nove decretos que estão

pendentes de uma decisão do Plenário do Congresso.

Chamou mas atenção um ofício, tratando exatamente desse assunto encaminhado pelo Constituinte Afif Domingos ao Presidente do Senado **ilegível** com as licitações são reguladas basicamente através de dois diplomas legais o Decreto-lei nº 185, de 23 de fevereiro de 1967, e o Decreto-lei nº 200, também de fevereiro de 1967. São dois diplomas legais que visam a estabelecer uma série de princípios garantindo a exação e a probidade administrativa no trato de assunto tão delicado, como da realização de licitações. Pois bem, o Decreto-Lei nº 2.300 nada mais pretende do que revogar o art. 1º do Decreto-Lei nº 185 e os artigos 125 e 144 do Decreto-Lei nº 200.

Traduzindo, Sr. Presidente, através da pretensão do Poder Executivo e da proposta encaminhada, pretende-se tornar dispensável, ao se contratarem grandes obras, o projeto de engenharia completo, o cronograma físico-financeiro de execução e a existência de recursos financeiros necessários, assegurados no orçamento do exercício e dos seguintes que cubram o período previsto para a execução da obra. Então, haverá um afrouxamento nas exigências para a realização das licitações.

É verdade, conforme disse o Constituinte Afif Domingos e, sua mensagem, que o art. 6º do Decreto-Lei nº 2.300 estabelece a exigência de um projeto básico. Substitui-se um projeto de engenharia detalhado, minucioso, especificando os vários aspectos da obra, por um projeto básico. E o que é um projeto básico? Veremos a definição de acordo com o item VI do art. 5º do famigerado Decreto-Lei nº 2.300. O projeto básico é um conjunto de elementos que define a obra e o serviço ou o complexo de obras e serviços da licitação, que possibilite a estimativa dos seus custos finais e prazos de execução.

Veja, Sr. Presidente, a gravidade do que se está trazendo aqui: abolir, prescindir-se de um documento que vise exatamente resguardar o interesse público, por algo vazio, genérico, sem qualquer base real que, obrigatoriamente, nos faz chegar a algumas ilações bastante desagradáveis. Há alguns meses, após o encaminhamento desse decreto ao Congresso Nacional – e estou falando sobre o assunto no plenário da Constituinte, porque se tem tratado aqui de assuntos relativos à realização de obras; inclusive o orador que me antecedeu tratou de assunto dessa natureza – coincidentemente estourou o escândalo com relação à licitação da ferrovia Norte – Sul. Não entrarei em maiores detalhes. Quero apenas trazer este fato, que foi encaminhado pelo Constituinte Afif Domingos ao Presidente do Senado, pois é de extrema gravidade. Urge que se ponha em votação, com prioridade, tal decreto, não se seguindo a rotina que vem sendo obedecida, porque, a continuar o ritmo que se vem dando à tramitação dos decretos, este só será votado na próxima legislatura. Deixo este fato para meditação dos Srs. Constituintes, Congressistas que são, para que, no momento em que tal decreto vier que venha o mais rápido possível – S. Ex.^a precedam à necessária análise e realmente vejam que se trata de algo muito importante. Certamente não deixarão de fazer com que se estabeleça uma conexão entre a sua intenção, ao remeter-se para

cá, e os fatos ocorridos quando da licitação da ferrovia Norte – Sul.

Sr. Presidente, não sou contra a realização de obras, principalmente a de uma estrada. Apenas questiono, e haverei de questionar sempre, o tratamento desigual que se vem dando neste País aos diversos Estados e a inopportunidade de realizarem-se obras em um País que está literalmente quebrado, de dar prioridade a obras adiáveis, tratadas de forma açodada e, por isso mesmo, prescindindo de princípios éticos e morais que devem orientar os atos administrativos. Esse decreto não merece ser aprovado por este Plenário, exatamente porque anula aquilo que considero uma grande conquista em termos de seriedade na administração pública, que são os Decretos-Leis nº 200 e 185.

Deixo, portanto, registrado, para apreciação dos Srs. Constituintes, o decreto a que há pouco me referi, Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, encaminhado pelo Presidente José Sarney poucos meses antes da licitação da ferrovia Norte – Sul, decreto que praticamente dispensa todas as exigências para a realização de concorrências e licitações públicas neste País.

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, vamos tecer alguns comentários sobre a polêmica questão do mandato presidencial. É bom esclarecer que meu partido, o PMDB, não tem uma posição firmada sobre a questão do mandato presidencial, ou seja, o sistema que adotaremos para o mandato dos próximos Presidentes, o período em que representarão o Poder Executivo na nossa Pátria. Tampouco existe uma posição firmada sobre o tempo de duração do mandato do atual Presidente da República.

Portanto, as críticas que têm sido levantadas pelo fato de terem ido a Cuiabá os Senadores Mário Covas, Líder do PMDB na Assembléa Nacional Constituinte, e Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB no Senado Federal, e o Deputado Luís Henrique, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, a fim de participar da posse do Prefeito Dante de Oliveira e de se posicionarem em favor de eleições diretas em 1988, a crítica de que, logo após, seguiriam para um encontro com o Presidente da República, numa fraternização das lideranças da Aliança Democrática com os vice-líderes e coordenadores de bancada, não é válida nem justa, porque o partido não tem posição formada e firmada sobre essa questão. Nós, membros desta Assembléa Nacional Constituinte e do PMDB, temos direito às nossas idéias e convicções sobre esta questão.

Existem setores e grupos que divergem do período de mandato que se vai estabelecer, que deveria ter o ilustre Presidente José Sarney. Pessoalmente, achamos muito bom que o PMDB não tenha uma idéia monolítica sobre todos os temas da nossa sociedade, porque senão firmaríamos aqui o império de um partido sobre as outras agremiações e o império do partido sobre as consciências individuais dos seus integrantes. Nós achamos isso salutar, pois, do contrário, se

o partido nos impusesse normas rígidas como dogmas, se ele exigisse que assumíssemos posições bem claras, firmes e unitárias nesta Assembléa Nacional Constituinte, então faríamos a Constituição sozinhos e não haveria necessidade de composições para a formação de Mesas e para a eleição de Relator nas Subcomissões, nas Comissões e na Comissão de Sistematização. O próprio PMDB faria tudo isso. Nós elaboraríamos a nova Constituição e isso não seria justo, nem correto. O que é justo é que tudo ocorra nos moldes em que está acontecendo, para que a sociedade, representada através de todos os partidos, dê a sua contribuição, a sua parcela e, no fim, a maioria decida em nome da sociedade que representamos nesta nossa função de tamanha importância e magnitude.

Existem grupos que, independentemente de pressões palacianas, crêem efetivamente que 5 anos é o melhor período de mandato para um Presidente da República.

Existem grupos que são totalmente contrários à reeleição do titular do Poder Executivo, seja ele Prefeito, Governador ou Presidente da República, e ao mandato de 4 anos, porque efetivamente, é exíguo para que o governante concretize os compromissos do estatuto partidário e os compromissos sociais assumidos durante a campanha.

Existem grupos fortes dentro do PMDB que acreditam – e faço parte deste grupo – que não podemos decidir ou discutir o mandato presidencial, o mandato de Governador e o mandato de Prefeito de acordo com a crise administrativa ou a crise econômica que apareça em determinado momento, pois, se assim agirmos, estaremos oficializando o golpismo e não mais a representação de um poder com mandato determinado. Dessa forma, também em toda e qualquer crise parlamentar, haveria o direito de se limitar o mandato dos representantes desta Casa.

Existe um grupo forte que acredita que aquele período que se aprovar para os próximos Presidentes deverá ser mantido para o atual Presidente.

Enfim, o PMDB é isso. Ele não é uma série de contradições, mas, talvez, um partido com excesso de democracia interna, que muitas vezes não é entendida pelos próprios componentes ou por um grupo de componentes do próprio partido. É fácil entender por que muitos estranham attitudes como esta. Mas é preciso deixar aqui bem claro que, quando líderes do nosso partido na Câmara dos Deputados, no Senado ou nesta Assembléa Nacional Constituinte participam de um movimento de rua, discordando da posição pessoal do Presidente da República no que se refere ao período de seu mandato, isso não tem nada a ver com a questão da sustentação desta transição democrática tão difícil, tão laboriosa e que levou tanto tempo para chegar.

Infelizmente, nos atropelos da vida política dos países da América do Sul, temos sido um dos exemplos gritantes de desacertos nos caminhos da democracia e de excessivo período de ditaduras. Mas podemos lembrar que nós, no analfabetismo da democracia, ainda não começamos a dar os primeiros passos. Como a criança que começou a engatinhar, não podemos correr. E nós ainda haveremos de, junto com o PMDB e a quase totalidade, ou talvez a totalidade dos partidos que compõem esta Assembléa Nacional

Constituinte, mostrar o caminho limpo da democracia, apesar dos vícios do poder político, sejam eles quais forem, dos erros e, às vezes, dos desatinos. Mas a estrela maior da democracia será o nosso farol da fé e da realidade social, para que caminhemos efetivamente, cruzando a barreira deste século e transportando para o século XXI um sistema de governo democrático, onde, aos poucos, poderemos conquistar a justiça social que o nosso sofrido povo tanto merece e preservar as nossas instituições.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente,

quero lembrar aos colegas que na próxima segunda-feira haverá uma sessão solene, às 16 horas, em homenagem ao grande parlamentar e homem público, Governador Carlos Lacerda, ao décimo aniversário de sua morte. O Presidente da Casa está enviando convites às pessoas que tiveram a alegria de conviver com esse grande brasileiro e a toda a classe política para essa homenagem, que é das mais justas e que aqui queremos registrar.

Sr. Presidente, acompanhamos atentamente o trabalho da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes e analisamos, com muito respeito, o relatório final produzido pelo Constituinte João Calmon.

Queremos deixar aqui consignada nossa posição, muito nítida e clara, de rejeição a alguns dos artigos propostos por aquela Subcomissão, principalmente no que se refere ao radicalismo desnecessário, à intransigência inoportuna e à intolerância, que não mais se coadunam com o espírito de conciliação e de boa vontade que hoje comanda os nossos trabalhos.

O art. 7º, deste relatório, diz o seguinte:

"O ensino é livre à iniciativa privada, observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas para a criação e manutenção de entidades de ensino particular."

Da forma como está redigido, esse artigo atinge desde a mais humilde e modesta creche destinada a dar um primeiro atendimento educacional à criança portadora de lesões congênitas, de deficiências físicas, que apresenta retardos mentais ou lesões mais sérias; passa por todas as instituições privadas que, no Brasil, respondem por 90% do atendimento de crianças e jovens nessas condições; atinge, frontalmente, todas as escolas sustentadas e mantidas por entidades filantrópico-religiosas de todos os credos, não apenas as católicas mas as protestantes, as espíritas, as judias, as de outras crenças; atinge o funcionamento do ensino especializado de nível superior, que também é um ensino que está quase que totalmente nas mãos de entidades particulares; e cria um obstáculo intransponível a 70% dos universitários brasileiros, que são atendidos em escolas de 3º grau pertencentes a entidades privadas. Então, para garantir que verbas públicas se destinem apenas a entidades públicas, não haveria necessidade do art. 7º, porque uma entidade pública evidentemente se sustenta só com verbas públicas. Mas o artigo tem um objetivo, que eu chama-

ria quase cruel, que é o de realmente tornar inviável no Brasil o pluralismo de oportunidade de ensino e a liberdade de as famílias poderem escolher até o gênero de educação que querem dar a seus filhos. O 3º grau atinge a população mais pobre deste País. Se observarmos as escolas de nível superior, as universidades e as faculdades isoladas, que funcionam à noite, para poder atender à população pobre que trabalha durante o dia e que tem de pagar os seus estudos, porque não tem condições de ocupar, nos exames vestibulares, as vagas das escolas oficiais que, em sua maioria, só funcionam de dia, vamos colocar do lado de fora de qualquer sistema de proteção do Estado o direito do acesso à educação de mais de um milhão de brasileiros.

Sr. Presidente, o art. 7º comete também uma outra grave injustiça, que é a de supor que a verba pública, quando destinada ao estabelecimento público, estará sempre bem aplicada. Isso não é verdade. As verbas públicas, no Brasil, aplicadas em algumas universidades federais, várias universidades estaduais ou municipais, autarquias e fundações, são, muitas vezes, destinadas ao desperdício, à corrupção e à má aplicação do ponto de vista do ensino.

Por isso, Sr. Presidente, apresentamos várias emendas ao Relatório do ilustre Constituinte João Calmon, que devem ser objeto de votação já na próxima semana. Mas dentre elas, gostaria de salientar uma emenda modificativa que apresentei ao art. 7º, que passaria a ter a seguinte redação:

“O ensino é livre à iniciativa privada, observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas, tanto para a criação e manutenção de entidades particulares quanto públicas, que não comprovem a aplicação dessas verbas na busca da melhoria da qualidade de ensino, na garantia do acesso do estudante pobre, na abertura de suas contas para fiscalização pela comunidade.”

Então, nós, a comunidade contribuinte; nós, os pagantes de impostos, vamos ter o direito de saber em que está sendo aplicado o nosso imposto, quando destinado a uma escola particular, e como está sendo aplicado o nosso imposto, quando destinado a uma entidade pública, de cuja administração temos notícias as piores possíveis. E de cuja honorabilidade, muitas vezes, podemos até duvidar.

Era este o registro que gostaria de fazer nesta sessão. Convoco todos aqueles que no Brasil querem fazer do acesso à educação um direito amplo e democrático, realmente aberto a todos os brasileiros, para comparecerem aos debates, na semana que vem, na Comissão de Educação, a fim de que os trabalhos desta Comissão venham a refletir o pensamento do povo brasileiro, o seu interesse, e não apenas o de uma minoria, que quer fazer do ensino no Brasil apenas uma atividade burocrática e oficial.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – VI – O Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ADYLSON MOTTA – Requerimento de convocação do Sr. Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, para prestar à Casa esclarecimentos sobre questões atinentes àquele Ministério.

OSVALDO BENDER – Requerimento de informações ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Sr. Ulysses Guimarães, sobre admissão de Assessores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – VII – Passa-se ao horário de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Tem a palavra o Sr. Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

está repercutindo na Casa, de maneira acentuada, a publicação sobre o possível posicionamento do Relator da Subcomissão dos Estados, haja vista que existem ali várias propostas tentando justificar uma redivisão territorial no Brasil.

E até mesmo antes de se conhecer oficialmente a posição do nobre Relator José Richa, os órgãos de imprensa de todo o País vêm mostrando, antecipadamente, a posição e a colocação que S. Ex.^a faz em seu relatório.

Sr. Presidente, se realmente foi confirmado no Relatório do Constituinte José Richa aquilo que os órgãos de imprensa vêm publicando, S. Ex.^a desrespeitou o Plenário da Subcomissão dos Estados, no meu entendimento, porque as emendas foram apresentadas à Comissão da Organização do Estado. O Relator, mesmo sem analisar as emendas, já vem dizendo à imprensa o que fará em seu relatório final. Se assim for, de nada adianta terem os nobres Constituintes apresentado emendas e externado seus pontos de vista no que se refere à criação de novos Estados.

Sr. Presidente, a proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul – confiando em Deus e nos meus companheiros ele será criado – não significa satisfazer à vaidade de um Constituinte que veio a esta Casa pensando em se promover politicamente apresentando uma proposta fantasma que não satisfará aos interesses da sociedade do seu Estado. Levei, pela segunda vez, membros da Assembléa Nacional Constituinte à futura capital do Estado do Maranhão do Sul, Imperatriz, para que S. Ex.^a pudesse analisar, com cuidado, sua posição, ao votar pela criação daquele Estado.

Venho recebendo telefonemas de Prefeitos, Deputados estaduais, Vereadores, representantes de entidades de classe do Maranhão, que se dizem assustados com o que vêm publicando os órgãos de imprensa há uma semana: que o Senador José Richa vai excluir de seu parecer a criação de novos Estados. Esse é um direito que lhe cabe como Relator da Comissão da Organização do Estado, mas não concordo com S. Ex.^a ao dar conhecimento antecipado da decisão aos órgãos da imprensa, muito antes de os componentes dessa Comissão receberem oficialmente seu parecer.

Sentir-me-ei ofendido se o parecer do Relator José Bicha confirmar o que a imprensa vem noticiando porque isso significa um desrespeito ao Plenário da Comissão da Organização do Estado. Se for confirmado o que os órgãos da imprensa vêm divulgando, serei obrigado, com todo o respeito que tenho por S. Ex.^a, a dizer-lhe no plenário da Comissão

que penso a esse respeito porque acredito que os componentes da Comissão têm apreço não só pelo Senador José Bicha, mas por todos os Srs. Constituintes.

Entendo, Sr. Presidente, que o Brasil, com a imensa área que possui, pode ter mais de 31 Estados. Se Deus quiser, depois de aprovadas

as propostas que estão na Comissão da Organização do Estado, seis novos Estados serão criados e dois Territórios serão transformados em Estados. De 23, passaríamos a ter 31. Acredito que o Brasil deverá ter, no mínimo, 40 Estados, para que possamos acelerar seu crescimento, pois acreditamos que será mais fácil administrar o País assim, subdividido.

Sr. Presidente, a Argentina, por exemplo, que possui uma área de 2.766.899 km², tem 22 províncias, 1 Distrito Federal e 1 Território; a França, com uma área de 543.965 km², bem menor que o Estado do Pará, um pouco maior que o Estado do Maranhão, possui 95 departamentos metropolitanos e 9 colônias; a Venezuela, com uma área de 912.050 km², menor que o Estado do Pará, possui 20 Estados, 2 Territórios Federais, 1 Dependência Federal e 1 Distrito Federal; os Estados Unidos, com uma área um pouquinho maior, 9.372.614 km², possuem pouco mais de 50 Estados. Não podemos mais concordar em que um país como o Brasil, com 8.512.000 km², com uma população de 141.302.000 habitantes, tenha apenas 23 Estados e 3 Territórios. Isso seria provar que somos incompetentes para mostrar a nossa realidade a uma Nação que está gritando por mudança há mais de 20 anos.

Não é possível, Sr. Presidente, que nós, Constituintes, que viemos a esta Casa prometendo promover mudanças, concordemos simplesmente com o relatório de um Constituinte que diz que não deve ser incluída agora, na nova Cana Magna do País, a criação de mais de 6 ou 8 Estados.

Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O SR. CHICO HUMBERTO: – Nobre Deputado, quero solidarizar-me com V. Ex.^a quanto à sua apreensão relativa ao relatório do Sr. Constituinte José Richa. Nós que defendemos a redemocratização no País, que achamos que redivisão territorial trará essa redemocratização, gostaríamos que aqueles que são contra, no momento, à divisão territorial do Brasil, aqueles que fazem alegações esdrúxulas e as mais frívolas afirmativas contra, logicamente viessem à Mesa de discussão discutir o assunto a nível político. E isto eles não fazem. Levam a questão para o lado emocional, para a chantagem. Aos nos solidarizarmos com V. Ex.^a, dizemos também que o povo anseia pela divisão territorial, porque é a partir daí que vamos descentralizar o poder na Nação, que vamos acabar com a tirania dos Governadores de Estado, isto é, com as exigências de cabeças dos Ministros apenas pela vontade pessoal de governantes ou porque têm certas pretensões. E sabemos que a democratização desta Pátria passa, principalmente, pela redivisão territorial.

O SR. DAVI ALVES SILVA – Incorporo ao meu pronunciamento)seu aparte. Constituinte Chico Humberto. É agora que começa a nossa luta. Não estamos pensando em parar, até porque nosso compromisso é com uma sociedade independente, que foi às urnas e escolheu uma Assembléa Nacional Constituinte para promover mudanças.

Temos aqui – e não falo para agradar a ninguém – a proposta de criação do Estado do Tocantins, e seria um desrespeito deixá-la fora de qualquer relatório em que se cuide de divisão territorial. Não vou fincar bandeira defendendo exclusivamente a criação do Estado do Maranhão do Sul acho até que esse assunto deve ser mais

discutido. Mas excluir o Estado do Tocantins, aprovado duas vezes pelo Plenário desta Casa, seria sufocar uma decisão que o Congresso inteiro consagrou. Agora, de acordo com o parecer do Relator, será excluído o Estado do Tocantins, porque S. Ex.^a entende que o País não deve ter a sua autonomia dividida em mais Estados.

Concedo o aparte ao Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Nobre Constituinte Davi Alves Silva, com alegria vejo V. Ex.^a, Parlamentar combativo, apresentando sempre os melhores argumentos para defender as bandeiras que não são suas, mas da população que representa e do povo brasileiro. Com muita satisfação, quero também solidarizar-me com V. Ex.^a, que já tem a solidariedade desta Casa. A luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul, que V. Ex.^a sustenta nesta Casa e em todos os lugares onde atua, é das mais legítimas, porque constitui aspiração do povo sul-maranhense, uma aspiração irrefreável que não pode, de forma alguma, ser abalada por argumentos, mesmo que de natureza técnica. Esses argumentos não são corretos quando dizem que, via Constituição, não se pode criar Estados, não é matéria constitucional. Esse é o raciocínio de pessoas que estão procurando fazer a cabeça do eminentíssimo Relator José Richa, que, tenho certeza, reconsiderará sua posição no relatório inicial. Os homens mais notáveis deste País se reuniram numa Comissão constituída pelo Presidente José Sarney, e que levou o nome do mais ilustre constitucionalista brasileiro, Afonso Arinos. Esta Comissão transformou em Estados os Territórios Federais do Amapá e Roraima. A Constituinte de 1946 inseriu nas Disposições Transitórias daquela Carta Magna, promulgada a 18 de setembro daquele ano, a transformação do então Território do Acre em Estado da Federação. Observe que a matéria não é estranha às Constituições brasileiras. No entanto, atribuíram ao Constituinte José Richa afirmações que, acredito, ele não fez, porque S.Ex.^a é um Parlamentar experiente, tem uma longa vivência política, conhece a tradição do Direito Constitucional brasileiro e mundial, e não iria fazer uma afirmação dessa natureza. S. Ex.^a teria afirmado que em país algum do mundo a criação de Estados seria matéria constitucional. Já temos esses exemplos em nosso País, V. Ex.^a diz muito bem que a Nação espera mudanças. Mas não podemos fazê-las quando já não houver mais necessidades delas, só com as esperanças, com os sonhos, mas, sim, com o povo brasileiro. Vamos fazer mudanças quando já nada mais restar, quando tivermos o caos? A Constituinte terá que se dedicar às mudanças. Terá que deflagrar este processo de mudanças. Ela não poderá fazer a redivisão territorial que o Brasil exige, porque não há tempo para isso. Não temos no momento condições de estudar uma reformulação completa, total, em nosso mapa geopolítico. Por que não podemos fazer isso? Por que não há tempo. Mas temos de criar Estados que representem as aspirações irrefreáveis das populações marginalizadas, que vivem em chãos ricos, mas passam fome, miséria, são atingidas pelo desemprego, como é o caso da população do sul do Maranhão. Não é sem razão que V. Ex.^a vem a esta Casa levantar uma bandeira – ela é do seu povo, da sua gente. Há mais de 20 anos percorro aquela região e

sinto a necessidade de se criar um novo Estado, de se emancipar e de se obter a sua autonomia, porque não é possível governar Imperatriz, Porto Franco e aqueles Municípios todos do sul do Maranhão lá de São Luís.

Os resultados e reflexos desta mudança seriam benéficos para São Luís e demais regiões maranhenses, como para o sul do Maranhão. Todo o Estado ganharia com isso. V. Ex.^a tem razão. Dividir é democratizar. Existe a prática do colonialismo interno, em que as oligarquias estaduais não querem dividir o poder com ninguém. Querem manter o status quo. Para quê? Para continuarem explorando o povo brasileiro, submetendo-o a esta situação realmente triste, de fome e de miséria, sem a menor possibilidade de verem as riquezas serem exploradas em seu benefício? E a alegada falta de recursos também existe, Constituinte Davi Alves. O Governo Federal deu à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, há pouco tempo, 12 bilhões de cruzados. Esses recursos dariam para criarmos e mantermos, por vários anos, os seis Estados, a instalação deles, obedecida a mesma programação prevista para o Estado do Mato Grosso do Sul, e não cumprida. Mas está na lei. Vamos dizer que se estabelecesse um limite, que está na lei – e de que nós nem precisaríamos 640 OTN, com o nome de ORTN àquela época. Daria cerca de 160 milhões de cruzados, não mais. E não precisaríamos disso, diante das medidas que a Constituinte adotou na Comissão do Sistema Tributário, através das suas subcomissões, com essa melhor distribuição de recursos tributários. O Governo Federal pode ficar com eles. Nós, do Tocantins, arranjaremos esse dinheiro, da mesma forma que V. Ex.^a. O Triângulo, o Juruá, o Tapajós e Santa Cruz Conseguirão adiantamento, inclusive com a população. Podemos conseguir nos bancos adiantamento de receita. E não há necessidade de se dar um centavo. Hoje é preciso entregar recursos aos

governos dos Estados devido à política leonina que existe no Governo Central, que fica com quase 70% dos recursos arrecadados às mãos, exatamente para o Poder Central submeter os Estados, todas as suas autoridades aos seus caprichos, o que faz com que esses governos sejam, às vezes, meros lacaios. Sei que muitos governantes dos Estados não aceitam essa condição, mas não têm para onde fugir. Até São Paulo para pagar o gatilho, tão prometido nas praças públicas pelo partido que está no poder – pediu um empréstimo, um auxílio. Imaginem São Paulo de joelhos perante o Poder Central, a locomotiva deste País, que produz inúmeros recursos. Imaginem São Paulo de joelhos pedindo 4 bilhões de cruzados para atender a um compromisso ou a um dever seu de remunerar, como a lei manda, seus servidores. A Federação não existe, nobre Constituinte Davi Alves Silva. Temos de modificar esse quadro. Os Estados Unidos são ricos porque, em primeiro lugar, trataram de fazer uma reformulação do seu mapa geopolítico, a fim de adequar às demais reformas as mudanças exigidas pela população daquele país e essa nova realidade Modernizaram o país, por isso são fortes e grandes. E, nós se continuarmos assim, seremos subjugados ao colonialismo externo e ao interno, aos interesses das metrópoles, onde estão sediados os grandes grupos econômicos nacionais, que não aceitam uma Ferrovia Norte – Sul, a criação de novos

Estados na Amazônia; querem que essas regiões continuem abandonadas, para que não se tornem áreas emergentes e suas lideranças venham a competir na hora das decisões. Vamos espalhar centros decisórios por este País afora, fortalecê-los, para que eles possam ter maior presença e maior influência no mundo moderno. V. Ex.^a está de parabéns. Conte com meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa informa que o nobre orador dispõe de três minutos para concluir seu discurso.

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Quero

incorporar ao meu pronunciamento o aparte do nobre Constituinte Siqueira Campos e dizer, Sr. Presidente, que o apelo que faço é no sentido de que aqueles que aqui estão conosco, nesta Casa, me ajudem a levar um pouco mais à frente o sonho daqueles que estão no Maranhão do Sul, acreditando nas mudanças. Eles assistiam aos comerciais, aos programas de televisão, quando apareciam os candidatos prometendo ajudar o Brasil e o seu povo, principalmente aqueles que estavam votando numa nova constituinte.

Quero dizer aos meus companheiros de bancada que a criação do Estado do Maranhão do Sul e de outros Estados que estão no mesmo processo tem de ser analisada com justiça. Aceito a decisão do Plenário ou de qualquer Constituinte, desde que se faça uma análise perfeita e se julgue com competência se se deve ou não criar vários Estados no Brasil. Até aceito que meu projeto seja rejeitado, desde que o Constituinte que vai votar o faça com consciência, não atendendo ao pedido de um governador, de um deputado, de um chefe político a quem ele queira agradar ou de um grupo econômico que não quer a criação de novos Estados. Vamos deixar que os Constituintes tenham o direito de opinar, com o compromisso de votar exatamente as matérias que mais representam para este País.

O SR. CHICO HUMBERTO: – Permite-me V. Ex.^a, outro aparte?

O SR. DAVI ALVES: – Pois não.

O SR. CHICO HUMBERTO: – Agora discordo de V. Ex.^a. Temos, sim, que permitir às populações dessas regiões, a partir da Assembléa Nacional Constituinte, referendar ou não as propostas aqui apresentadas. Temos que dar ao cidadão, plebiscitariamente, pelo voto direto, secreto, na urna, a liberdade de referendar nossas posições e nossas atitudes. Faço ao pronunciamento de V. Ex.^a um aditamento no sentido de que a decisão final seja exclusivamente dos moradores, daqueles que nasceram nessas regiões a que nos referimos. Assim como propusemos a criação do Estado do Triângulo, como defendemos sua emancipação, também defendemos que as populações do Maranhão do Sul, do Tocantins, do Juruá, do Tapajós, de Santa Cruz, de todos os Estados opinem livremente, através das urnas, para que possam, de lá, aí sim, transformar cada uma dessas regiões em Estado. E mais: se V. Ex.^a me permite, quando as opiniões contrárias afirmam que todos os Estados estão hoje com pires na mão, como li numa reportagem feita pelo Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. Marcelo Miranda, alegando que não tinha condições de sobrevivência porque o Estado estava arrebatado financeiramente, gostada de questionar, politicamente, qual o pro-

grama que ele teria para administrar seu Estado. Esta é nossa postura. Deveríamos exigir que cada um dos governantes do Brasil tivesse um plano de governo, um programa e não alegassem que estão todos com pires na mão, pedindo ao Governo Federal mais dotações orçamentárias. Esta é a discussão que temos que levar às ruas, às associações, aos sindicatos, àqueles que estão conosco nesta hora. Teremos uma reunião no próximo dia 14, da qual sou portador de um convite que vou encaminhar ao Presidente da Comissão de Organização dos Estados, para que nos dê a honra de estar conosco em Araxá, onde estarão reunidos representantes das 75 cidades que exigem emancipação, anseio secular daquela região. Data de 1590 a primeira manifestação de emancipação, que se vem arrastando de lá para cá. Fomos jogados durante esse tempo todo das mãos da Capitania de São Paulo para a Capitania de Goiás, da Capitania de Goiás para a Capitania de Minas Gerais, e até hoje não nos dão o direito à autonomia, à independência, à identidade. Nada temos a ver com Minas Gerais. Possuímos nossa cultura, nossos costumes, nossa comida, temos até um jeito próprio de falar. É diferente. Não temos montanhas, somos do planalto, temos vocação para o trabalho, somos grandes produtores e grandes arrecadadores, uma caixa registradora em que o Governo de Minas Gerais põe a mão na hora que quer. Até o servidor público da nossa região recebe com seis dias de atraso com relação ao servidor público da Capital. Daí as distorções que enfrentamos. Não temos assistência médica devida aos servidores públicos, porque têm que viajar uma distância de 1.000 quilômetros para recebê-la. Não temos a mesmas condições de tráfego nas estradas, porque sempre somos postergados só quando sobra, ou depois de muitas gestões de nossos representantes. Daí defender veementemente essa redivisão territorial, que é o anseio popular de todo brasileiro. Não podemos mais continuar com uma divisão colonialista, como temos hoje, porque o Brasil tem que estar preparado para enfrentar o grande desafio do século XXI, que está às nossas portas. Muito obrigado.

O SR. DAVI ALVES: – Não sei se V. Ex.^a, percebeu, mas eu date que pedia e confirmarei pedido aos nossos companheiros que não acabem com os sonhos daqueles que querem ver seus Estados emancipados. Até por que na Subcomissão de Organização dos Estados em que tivemos o Constituinte Siqueira Campos como relatou o seu parecer é de que 180 dias após a promulgação da nova Carta Magna, o povo se manifeste, através de um plebiscito, confirmando ou não a criação de um novo Estado. É o povo quem vai dizer, dentro de 180 dias, se quer que seu Estado seja criado. A colocação de V. Ex.^a já foi feita pelo nobre Constituinte Siqueira Campos, foi votada na Subcomissão dos Estados. Existe, realmente, a condição de que é o povo quem vai dar a palavra final. A Assembléa Nacional Constituinte, representada pelos seus membros, vai dar o direito ao povo de se manifestar livremente, como o fez nas urnas para nos trazer a esta Casa. É este o apelo que faço aos nobres Companheiros de bancada. Vou percorrer todos os gabinetes, mostrando aos nossos companheiros que não devemos deixar de realizar o sonho desses brasileiros que gritam, que esperam mu-

danças na nova Constituição. Parece-me que todos esperam que daqui saia a redenção do País.

Agradeço a paciência aos nobres companheiros.

Vamos lutar juntos.

O Maranhão do Sul será criado porque meus colegas de bancada vão ajudar-me neste sonho maior do povo da região sul do Maranhão.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Davi Alves Silva, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Aff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Ailton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alberico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; Cid Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Del Basco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Luiz de Sá, PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Gushicken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Stélio Dias – PFL; Telma Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 9, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 12 horas e 56 minutos.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º – Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º – Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º – Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º – Secretário:
MÁRIO MAIA

3º – Secretário
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º – Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º – Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º – Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

**LIDERANÇAS NA
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

PMDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líderes:

Euclides Scalco

Paulo Macarini

Antônio Pedrosa

Del Bosco

Amaral

Robson Marinho

Antônio Brito

Gonzaga Patriota

Osmir Lima

José Guedes

Gibel Dantas

Henrique

Eduardo Alves

Rose de Freitas

Ubiratan Aguiar

Vasco Alves

Miro Teixeira

Cássio Cunha

Lima

Flávio Palmier da

Veiga

Joacir Góes

Nestor Duarte

Antônio Mariz

Valmir de Luca

Raul Belém

Roberto Brandt

Mauro Campos

Hélio Magalhães

Teotônio Vilela

Filho

PFL

Líder

José Lourenço

Vice-Líderes:

Fausto Rocha

Ricardo Fiúza

Geovani Borges

Mozarildo

Cavalcanti

Valmir Campelo

Líder:

Messias Góis

Arolde de Oliveira

Gandi Jamil

Alécio Dias

Evaldo Gonçalves

PDS

Líder

Amaral Netto

Vice-Líderes:

Virgílio Távora

Henrique

Córdova

Victor Faccioni

PL

Líder

Adolfo Oliveira

PDC

Líder

Mauro Borges

Vice-Líderes:
José Maria Eymael
Siqueira Campos

PDT
Líder
Brandão Monteiro

Vice-Líderes:

Amaury Müller

Adhemar de
Barros Filho

Vivaldo Barbosa

Moema São
Thiago

PC do B
Líder
Haroldo Lima

Vice-Líder:
Aldo Arantes

PTB
Líder
Gastone Righi

PCB
Líder
Roberto Freire
Vice-Líder:
Fernando Santana

Vice-Líderes:
Sónon Borges dos
Reis

Ottomar Pinto
Roberto Jefferson

PSB
Líder
Jamil Haddad

PT
Líder:
**Luiz Inácio Lula
da Silva**

Vice-Líder:Beth
Azize

Vice-Líderes:
Plínio Arruda
Sampaio

José Genoino

PMDB
Líder
Antônio Farias



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 74

QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 79ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 9 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

PAULO ROBERTO - Análise do parecer do Relator da Comissão da Organização do Estado.

CARLOS SANT'ANNA - Inexistência de apoio governamental à prorrogação dos mandatos de Prefeitos Municipais e Vereadores. Impossibilidade regimental de a liderança do Governo na Câmara dos Deputados, nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, refutar acusações imputadas ao Governo.

JORGE UEQUED - Desacolhimento, pelo Relator da Comissão da Ordem Social, de proposta restabelecadora dos valores reais dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas

LUIZ VIANA NETO - Necessidade de renovação da Resolução nº 1.311, do Banco Central, que alterou as taxas de juros incidentes sobre os empréstimos agrícolas contraídos durante a vigência do Plano Cruzado.

ALUÍZIO CAMPOS (Retirado pelo orador para revisão) - Urgência no encaminhamento de soluções suprapartidárias para a problemática nordestina.

CHICO HUMBERTO - publicadas no nº 978 do seminário, relativamente ao episódio da Criação do Estado do Triângulo. Repúdio do orador à matéria votação do Relatório da "Alfredo Campos comanda reação", publicada no jornal **Edição do Brasil**, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

ADROALDO STRECK - Estabelecimento de mandato tampão de dois anos para Presidente da República.

ADYLSON MOTTA - Descumprimento, pelo atual Governo, dos compromissos assumidos perante a sociedade brasileira.

PAULO PAIM - Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Greve de trabalhadores da construção da barragem de Sobradinho, Estado da Bahia, por fixação de piso salarial.

JOÃO DA MATA - Frustração do orador com o conteúdo das declarações do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, em Souza, Estado da Paraíba. Substituição do titular da Pasta da Fazenda.

HAROLDO LIMA - Desídio das classes dominantes brasileiras no combate à seca na Região Nordeste. Novo enfrentamento da questão nordestina pela futura Constituição.

MÁRIO LIMA (Retirado pelo orador para revisão.) - Derrota de chapa ligada à CUT e ao PT da Bahia, nas eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo do Estado.

BENEDICTO MONTEIRO - Carta do orador ao Sr. Victor Civita, Diretor e Editor da revista **Veja**, sobre a inveracidade de versões

JUAREZ ANTUNES - Recusa, pelo Relator da Comissão da Ordem Social, da estabilidade plena do trabalhador.

GEOVANI BORGES - Extensão do 13º salário aos servidores estaduais e municipais. Promoção e atendimento à saúde.

FRANCISCO ROLLEMBERG - Emendas apresentadas pelo orador às Comissões temáticas.

ONOFRE CORRÊA: - Continuidade da garimpagem manual da Serra Pelada.

AMAURY MULLER - Análise do parecer do Relator da Comissão da Ordem Econômica.

VICTOR FACCIONI - Ocorrência de recessão no País. Clima de apreensão reinante no Estado do Rio Grande do Sul em face do quadro político-econômico nacional.

STÉLIO DIAS - Indefinição do Governo sobre a fixação da taxa de juros incidentes para custeio e comercialização de café.

JOSÉ LUIZ MAIA – Concessão de tratamento especial aos pequenos, médios e microempresários do Nordeste.

ASSIS CANUDO – Discurso do Deputado Silvernani Santos perante a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia sobre a situação econômica do País.

SOTERO CUNHA – Destinação prioritária para o Nordeste de recursos obtidos através de empréstimos externos.

JUTAHY MAGALHÃES – Melhoria das estimativas orçamentárias para financiamento adequado do setor saúde no País.

FERES NADER – Exortação às autoridades governamentais em prol da instalação de um sistema de saúde mais abrangente.

RENATO VIANA – Oportunidade do lançamento do jornal "Tempo de Pescar".

JORGE ARBAGE – Artigo "O Ano Mariano", de autoria do Cardeal D. Eugênio Sales.

MÁRIO MAIA – Monta dos trabalhos desenvolvidos nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, na elaboração da futura Constituição.

CARLOS BENEVIDES – Sugestões propiciatórias de solução para problemas dos produtores rurais do Nordeste, apresentadas pela Associação dos Criadores de Gado do Ceará.

FRANCISCO AMARAL – Necessidade da presença de parlamentares nas delegações brasileiras às reuniões da Organização Internacional do Trabalho.

ADEMIR ANDRADE – Punição dos implicados no escândalo constatado em inspeção realizada pelo Tribunal de Contas da União na Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, Estado do Pará.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS – Repasse de verbas públicas para instituições de ensino particulares.

V – Comunicações das Lideranças

VALMIR CAMPELO – Industrialização como medida indispensável ao enfrentamento das questões econômicas e sociais no Distrito Federal.

AMARAL NETTO – Requerimento de eleitores de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, acerca da necessidade de apuração da origem da publicação feita no *Diário de Petrópolis*, sob o título "Ana Maria pede, vigilância sobre Constituinte".

SÓLON BORGES DOS REIS – Conseqüência da subestimação, pelos responsáveis pela administração da economia nacional, das alterações havidas na índole do povo brasileiro.

PRESIDENTE – Anúncio do prazo deferido pela Mesa para apresentação de emendas aos pareceres dos Relatores das Comissões Temáticas.

JOSÉ GENÓIMO – Questão de ordem sobre conveniência de uniformizar o procedimento das Comissões Temáticas quanto ao recebimento de destaque para as emendas apresentadas aos anteprojetos.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genóimo.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA – Questão de ordem sobre encerramento do prazo destinado à apresentação de emendas aos pareceres dos Relatores das Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Flávio Palmier da Veiga.

EDUARDO BONFIM – Propósito das forças conservadoras na Assembléia Nacional Constituinte.

BRANDÃO MONTEIRO – Interesses existentes no pedido de demissão do Ministro Dílson Funaro pelos Governadores dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Tentativa de transformar a dívida externa em capital de risco. Duração do mandato do Presidente José Sarney.

IRMA PASSONI – Questão de ordem sobre reiteração de recursos para a anulação do processo que redundou na aprovação, pela Subcomissão de Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, do Substitutivo Rosa Prata.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Irma Passoni.

CARDOSO ALVES – Questão de ordem sobre possibilidade de apresentação de emendas substitutivas globais a cada capítulo integrante dos pareceres dos Relatores das Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Cardoso Alves.

IRMA PASSONI – Questão de ordem sobre situação, em face da decisão presidencial, do Substitutivo Rosa Prata, aprovado pela Subcomissão de Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Irma Passoni.

GASTONE RIGHI – Questão de ordem sobre distinção de emenda ou substitutivo apresentado em Subcomissão e Comissão e do conceito de substitutivo e emenda substitutiva.

JOSÉ GENÓIMO – Questão de ordem sobre existência, no art. 26, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, de suprimentos para a fundamentação de decisão da Presidência.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Questão de ordem sobre prazo para substituição dos membros de Comissão pelas Lideranças partidárias.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Maria Eymael.

CARDOSO ALVES – Questão de ordem sobre irracionalidade da substituição, pelos Líderes partidários, de membros de Comissão, pelas repercuções daí decorrentes na estabilidade da Assembléia Nacional Constituinte.

IRMA PASSONI – Questão de ordem sobre composição da Comissão da Ordem Econômica.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Irma Passoni.

ADEMIR ANDRADE – Questão de ordem sobre providências adotadas pela Mesa para agilização do processo de votação nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, com a utilização do sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

RICARDO IZAR – Questão de ordem sobre procedimento a ser adotado nas Comissões, no caso de rejeição dos pareceres dos Relatores.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ricardo Izar.

GASTONE RIGHI – Questão de ordem sobre impossibilidade de os líderes partidários procederem à substituição dos Relatores e membros das Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

VI – Apresentação de Proposições

JORGE ARBAGE

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

JORGE ARBAGE – Dia de Anchieta.

MICHEL TEMER – Considerações sobre o parlamentarismo e o presidencialismo como sistemas de governo.

PRESIDENTE – Registro da presença em plenário do ex-Deputado Padre Godinho.

UBIRATAN AGUIAR – A Federação centralizadora de poderes como causa da situação de precariedade financeira dos Estados e do prolongamento dos desníveis regionais. Enfase do programa do PMDB sobre a independência dos Estados e Municípios.

WALTER PEREIRA – Matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre inquérito de opinião pública que indica decepção do povo brasileiro com o atual Governo. Retrospecto da política econômico-financeira nacional e ineficácia das medidas adotadas para combater a crise em que se encontra o País.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre prazo para acolhimento de emendas pelas Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte.

VIII – Encerramento

– Discurso proferido pelo Sr. Jorge Uqued na Sessão de 21-5-87 pronunciamentos

dos Deputados Paes de Andrade e Oscar Corrêa na 77ª Conferência Interparlamentar. Decisões tomadas pela Conferência.

2 – **MESA** – Relação dos membros
3 – **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** – Relação dos membros

4 – **COMISSÕES** – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

ATA DA 79ª SESSÃO, EM 9 DE JUNHO DE 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECERAM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adraaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Aíff Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Almícar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Pietro – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Arthur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton

Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Bráz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zanetti – PMDB; Homero dos Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira –

PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PPS; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palarian – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joacir Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos de Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulysses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy de Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo B.; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes da Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Mar-

ques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysáneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myriam Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Munir – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Brinquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL Santinho Furtado –

PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgíladio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldeck Ornélás – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 297 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO (PMDB – PA).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebemos ontem o diploma que nos foi conferido como Constituinte de 1987, fruto de trabalho árduo e também de muitas promessas, que tanto eu quanto meus companheiros de PMDB fizemos em praça pública: mudanças, modernização, um acompanhamento mais próximo, da sociedade brasileira. Da mesma forma, repetidas vezes assistimos o Presidente desta Constituinte e também Presidente do meu partido reportar-se ao assunto. S. EX.^a continua dizendo que iremos fazer uma Constituição contemporânea do futuro. Mas o que estamos a ver contraria essa expectativa. Por exemplo o substitutivo de um grande líder do meu partido, o Senador Constituinte José Richa, no § 3º do artigo 3º diz mais ou menos assim:

“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante a aprovação das respectivas Assembleias Legislativas, das populações diretamente interessadas, por plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.”

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com esse dispositivo colocado no seu substitutivo, o nobre Senador-Constituinte está retroagindo ao princípio dá federação, porque este já fazia parte do art. 4º da nossa Constituição de 1891. Desde então, ele vem sendo, incluído nas Constituições que se elaboram neste País, ou seja, nas de 34, 37 e 46, como letras mortas, sem que esta Nação tenha atentado realmente para sua redivisão Territorial. Então, não se fale em modernização, não se fale em mudanças e, por incrível que pareça, não se fale numa Constituição contemporânea do futuro.

Acredito que chegou a hora de revermos realmente esses pontos críticos constantes do substitutivo apresentado pelo Sr. Relator José Richa. E não fica só aí o meu constrangimento, a minha revolta por estar o meu partido endossando artigos dessa natureza. O mais gritante de todos ainda encontra-se no substitutivo do eminentíssimo Constituinte José Richa. No § 1º do art. 2º diz S. EX.^a.

“São símbolos nacionais a Bandeira, o Hino e as Armas da República, adotados na data da promulgação desta Constituição.”

Ora, Sr. Presidente, não sei se entendi mal, mas parece-me que S. EX.^a quer criar novos símbolos para a União, um novo Hino, uma nova Bandeira e novas Armas para esta República, porque o termo que utiliza no § 1º – “adotados na data da promulgação desta Constituição” – é sinal evidente de que modificações ele pretende fazer ainda neste período até que seja promulgada a nova Constituição.

Sr. Presidente, temos outros pontos a destacar, e gostaríamos de merecer a aquiescência de V. EX.^a para nos alongarmos mais por um minuto, a fim de deixarmos bem claro que os Srs. Constituintes devem analisar seriamente as propostas apresentadas na Comissão de Organização do Estado, principalmente a que trata do idioma, da língua portuguesa, a língua falada no Brasil. Diz o nobre Relator no § 3º do art 2º: “O idioma português é a língua oficial do Brasil”. Ora, Sr. Presidente, mesmo que mudança alguma tivesse sido processada no nosso idioma, o português falado no Brasil é diferente daquele falado em Portugal, ou na Ilha de Cabo Verde, ou na África. Temos de fazer correções. Peço aos Srs. Constituintes que atentem para esse artigo. Nossa proposta é que ele tenha a seguinte redação: “A língua portuguesa falada no Brasil é o idioma nacional”. Estes são os termos que devemos utilizar.

Sr. Presidente, prometo trazer, em outras oportunidades, novos assuntos em que discordarmos do Substitutivo do Relator José Richa. (Palmas.)

O SR. CARLOS SANTANNA (PMDB – BA). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, valho-me do Pequeno Expediente para – diante de notícias veiculadas pelos jornais de hoje e de considerações feitas por vários Srs. Constituintes em diversos horários na sessão de ontem, e na qualidade de Líder do Governo na Câmara dos Deputados – informar e desmentir, de forma absolutamente categórica, que o Governo tenha alguma coisa a ver, por mínima que seja, com a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores.

Todos quantos me acompanham na liderança do Governo, nessa missão que recebi ao longo dos últimos meses, poderão testemunhar que

nem por mínima hipótese foi levantada, suscitada, cogitada ou discutida essa questão; ao contrário, sempre nos colocamos a favor da integridade dos mandatos constituídos – nem para encortá-los nem para prorrogá-los. Faço essa afirmação aqui e agora, valendo-me dos parcos recursos de que disponho como Constituinte para usar da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, também me valho da oportunidade de fazer um registro. Ao longo do dia de ontem, como ao longo de diversos dias, o Governo tem sido árdua e duramente criticado nesta Casa, na Assembléa Nacional Constituinte, onde as questões a serem tratadas e debatidas deveriam ser, de preferência, temáticas. Entretanto, a Liderança do Governo não dispõe de qualquer possibilidade, mínima que seja, de tempo regimental para poder sequer contestar as alegações infundadas que por acaso surjam.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, feita esta afirmação, quero, por outro lado, dizer que o Governo busca, através de todos os Parlamentares que o apóiam, a consecução de um suporte parlamentar que permita garantir-lhe a estabilidade de que a transição precisa, para que o Brasil possa viver dias melhores e mais felizes. (Muito bem!)

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. e Sr. Constituintes, desde 1979 aposentados e pensionistas têm sido saqueados pela Previdência Social.

Votaram grande expectativa na nova República, no sentido de ver restabelecido o valor real e original das aposentadorias e benefícios que foram esbulhados pela Previdência Social. O Presidente da República, reconhecendo a defasagem, enviou a esta Casa projeto estabelecendo a devolução de 20% daquelas perdas, que na verdade são de 9%, porque quem se aposentou até 1979 perdeu 55% do valor aquisitivo do benefício em virtude das fraudes da Previdência.

Na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, por unanimidade, foi aceita proposição subscrita por trezentos Parlamentares, determinando que se restabelecesse o valor integral desses benefícios, calculado com base no salário mínimo vigente no momento do recebimento.

Grande foi nossa estranheza, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quando o Relator da Comissão da Ordem Social, Constituinte Almir Gabriel, esquecendo os compromissos do PMDB, olvidando a luta das associações de aposentados e deixando em segundo plano a posição unânime da citada Subcomissão, excluiu do seu relatório a luta de longos anos, empreendida pela resistência democrática, visando à corrupção que a Previdência Social praticara contra os aposentados e pensionistas.

Nas Disposições Transitórias consagrava-se a devolução daquilo que fora saqueado, realizava-se a justiça social, devolvia-se a credibilidade que aposentados, pensionistas e trabalhadores têm de ter na Previdência Social. Agora são novamente saqueados, pois o Relator se esqueceu de colocar no seu relatório o produto da longa luta partidária e das associações de aposentados.

Dizem, Sr. Presidente, que ninguém penalizou mais os aposentados brasileiros do que o Ministro Jair Soares, causador primeiro da violência e do arbítrio contra os aposentados. Agora, o Constituinte do Pará, Almir Gabriel, parece desejar seguir

o mesmo caminho quando retira do relatório a vitória e o objetivo conseguidos pela luta dos aposentados e de 300 Parlamentares desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, vamos apresentar emenda ao relatório, porque ele frustra as expectativas de aposentados e pensionistas, inibe a luta e impede o PMDB de cumprir o seu compromisso de restabelecer o valor real e original da aposentadoria – Compromisso que era de Tancredo Neves, compromisso de Ulysses Guimarães, que foi às praças para dizê-lo. E não pode alguém vinculado ao PMDB, agora jogar no lixo a luta de toda uma sociedade, de todo um partido, para restabelecer o valor real e original das aposentadorias calculado com base em salário mínimo vigente na data do recebimento. (Palmas).

O SR. LUIZ VIANA NETO (PMDB – BA.)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna para formular um apelo ao Presidente do Banco Central, no sentido de que, de imediato, se revogue a infeliz, senão perversa, Resolução nº 1.311, que alterou as taxas de juros dos contratos celebrados na vigência do Plano Cruzado.

Ora Sr. Presidente, não me cabe aqui, nesta assembléia política, invocar o absurdo jurídico da alteração unilateral de cláusula contratual. O que desejo é chamar a atenção desta Casa – e, em especial, do Presidente do Banco Central – para as consequências econômicas e sociais dessa medida.

Esse pedido de socorro que recebi não vem de empreendedores dos grandes centros, mas de modestos lavradores da região do São Francisco, desesperados com a multiplicação de sua dívida que, contraída a uma taxa de 2% ao mês, hoje já se eleva a mais de 20%. Essas as razões que devem sensibilizar o Governo, ao qual não pode interessar que as atividades produtivas daqueles que vivem do amanho da terra e que decidiram, com seu suor e com sua vontade, ocupar o território longínquo da Pátria, sejam penalizados, sofram consequências danosas pelo vendaval que sacode a economia nacional e pelo qual aquela gente não tem qualquer responsabilidade. Estou certo de que o Presidente do Banco Central do Brasil, integrado no espírito da Nova República, há de sensibilizar-se com este apelo e rever essa medida que está esmagando, aniquilando, levando à falência e ao desespero milhões de baianos que confiaram nas decisões do Governo e não podem ser responsabilizados pelo seu insucesso.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.

Presidente, Srs. e Sr. Constituintes, na História da Diocese de Mariana o saudoso escritor e memorialista Cônego Raymundo Trindade fez um diagnóstico dos padres que participaram da Inconfidência Mineira. Ao falar do Cônego Luiz Vieira, fez questão de dizer que era possuidor de uma biblioteca de seiscentos volumes, uma das maiores do Brasil por volta de 1.790. Todos os livros vinham da Europa; não tínhamos ainda, depois de quatro séculos de existência, uma tipografia.

É isto confirmado pelo Dr. Lúcio dos Santos, primeiro Reitor da Universidade de Minas, em sua tese também sobre a Inconfidência.

Não creio que este dado seja assim tão preciso, uma vez que a versatilidade do povo brasileiro é conhecida e faz crer que já existissem formas artesanais de impressão. Entretanto, este tópico da nossa História serve de base para falarmos de um equipamento cultural de primeira linha, qual seja a formação de consciência para a nossa independência.

Admite-se que o Rei Dom João VI de Portugal, ao chegar ao Brasil, em 1808, além de implantar a primeira oficina gráfica, onde foi impresso o primeiro livro a "Coreografia Brasílica", um misto de História, Geografia e Ciências Naturais, escrito pelo Padre Ayres de Casal, fundou também a primeira biblioteca oficial. Reconheço que este é um dado elementar, ao alcance de qualquer estudante de primeiro grau; entretanto, visto como um vetor dentro da dinâmica do processo histórico, é como o primeiro passo para a independência cultural. Inconscientemente, porque não creio que Dom João VI quisesse formar uma estrutura cultural para tornar o País independente, mas articulando as medidas econômicas e sociais que pudessem justificar a existência de um Reino Unido, Brasil e Portugal, deu um sentido novo ao povo brasileiro, libertando o pensamento e as idéias que são os motores de toda realização histórica. Seguiram-se os jornais e todas as formas de comunicação de massa.

Por ironia do destino, o Cônego Luiz Vieira, ao ser interrogado na devassa de Dona Maria I, respondeu: "Dentro de vinte anos um Príncipe da Casa Real virá ao Brasil e o fará independente".

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se o negar do conhecimento histórico e do passado cultural de um povo pode retardar o seu desenvolvimento e sua independência, este fator jamais poderá impedir para sempre, respeitando aqui as devidas proporções, a formação de outras Unidades da Federação.

Este é o caso da nossa região, formada pelo Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Planalto de Araxá, que clama pela sua emancipação e pela formação do Estado do Triângulo. Ali, nossas crianças não aprendem a reverenciar a nossa História, nossa cultura, nosso folclore, nossos mártires, enfim, os nossos hábitos e o nosso passado, para não questionarem o nosso futuro.

O que sabemos nos foi transmitido por nossas mães que, no entardecer calmo e pachorrento, típico das cidades do interior, nos afagavam as frontes, postas em seus colos, com histórias fiéis da região, que lhes foram ensinados por seus antepassados.

Por tudo isto é que chamo a atenção dos companheiros Constituintes para mais este alerta, pedindo a todos que se somem conosco nesta luta e autorguem ao povo da minha região o direito de plebiscitariamente opinar pelo seu destino.

Viva o Estado do Triângulo!

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para, desta tribuna, repudiar de público matéria publicada num jornal de Belo Horizonte, chamado "Edição do Brasil", cuja manchete principal afirma: "Alfredo Campos comanda reação – ninguém divide Minas Gerais". Neste mesmo jornal existem afirmações que não foram feitas por nós, e referências a intrigas inexistentes dentro desta Casa.

Na verdade, repelimos toda a forma jornalística de tripudiar sobre aqueles que aqui estão com a responsabilidade que lhes foi outorgada pelo nosso povo. Com a dignidade de sempre, que nos fez pautar

a nossa vida, jamais assumiremos a responsabilidade de afirmações como essas. Isso só vem denegrir a imagem da profissão digna de todo jornalista brasileiro. Rejeitamos tudo isso de público, porque nunca poderemos aceitar seja dito que pretendemos alcançar objetivos pessoais, quando defendemos a bandeira da emancipação do Estado do Triângulo.

Gostaríamos ainda, Sr. Presidente, de cumprimentar de público o Sr. Relator da Comissão de Organização do Estado, o nobre Constituinte José Richa, porque lemos hoje matéria no **Correio Brasiliense**, onde dizia S. Ex.^a que não é irredutível e que aceita as ponderações dos companheiros membros daquela Comissão, a fim de que possamos normalizar, na futura Constituição, a criação e a formação de novos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente Sras. e Srs. Constituintes, certamente o que vou dizer a este Plenário Constituinte nada contém de novo, mas expressa com fidelidade o pensamento de todos os brasileiros, à exceção de alguns privilegiados que, cumprindo o ritual do "deslumbramento da chegaça", continuam auferindo benefícios de um Governo moribundo, que nos conduz, com uma velocidade espantosa a uma situação de confronto nacional.

Venho de um Estado riquíssimo, o Rio Grande do Sul, que, com apenas 3,3% da área territorial do Brasil, produz mais de 30% da nossa colheita de grãos. Esta situação privilegiada perante as demais unidades da Federação sofre dura ameaça, com a diminuição da área plantada – refletindo-se, a curto prazo, na mesa dos brasileiros.

Mesmo diante de uma situação de preços, que não se restringe apenas ao meu Estado de origem, mas é a tônica vigorante em todos os cantos deste País, somos obrigados a suportar a insensibilidade e, mais do que isto, a incompetência oceânica de um Poder Executivo – entenda-se Presidente Sarney – despreparado para gerenciar o momento de extrema dificuldade que estamos vivendo.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, por que razão seríamos obrigados a suportar tamanho peso? Urge que cada um de nós, tendo em conta os mais altos interesses da Nação, encontre uma saída para a tragédia que se está delineando no horizonte político-institucional do Brasil.

Se a situação continuar por mais de 90 dias nos termos atuais, podemos preparar-nos para a quebra, pura e simples, da democracia improvisada que se instalou no dia 15 de Janeiro de 1985, com a eleição de Tancredo Neves como o Presidente da transição. Seria falta de imaginação continuar empurrando com a barriga este festival de incoerências administrativas apenas porque a Constituição em vigor estabelece mandato de 6 anos para o atual Presidente, que já fez até um pequeno desconto, reduzindo-o para 5 anos, conforme declaração sua em recente pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para todo o País.

Durante vinte longos anos, esta Constituição não valeu um centavo furado. Por que razão seríamos obrigados a respeitá-la agora que o perigo de um novo golpe de estado nos espreita com cara muito feia? Antecipamo-nos, Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Constituintes, criando uma saída honrosa para este País, que não merece ser tão mal-tratado.

O que proponho a este Plenário Constituinte é que, acima dos interesses partidários, se estude uma fórmula capaz de tranquilizar a família brasileira, estabelecendo-se um mandato-tampão de dois anos, a ser exercido por um cidadão acima de qualquer suspeita, que prepare o País, nesse período, para eleições presenciais, na forma que a Assembléia Nacional Constituinte decidir.

O grau de deterioração dos investimentos, do nível de emprego, das nossas relações internas e externas, inibe, terminantemente, sem uma transição honesta, o processo de escolha de um novo Presidente, seja nos moldes atuais ou num regime parlamentarista, como deseja boa parte do Congresso Constituinte.

Que ninguém, por favor, levante o argumento inconsistente da inviabilidade da minha proposta. Vamos pagar muito caro se deixarmos fugir das nossas mãos esta oportunidade, que está caindo de madura, de promovermos democraticamente a mudança da atual estrutura administrativa do País, por todos os títulos onerosa, incompetente e sem nenhum orgulho pútrio.

Aconteça o que acontecer, esta Constituinte deve ser preservada, porque ela é o repositório das últimas esperanças da sociedade brasileira.

E, finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, permito-me traçar o perfil do cidadão acima de qualquer suspeita que exerceria esse mandato-tampão de dois anos: primeiro, não deve ter vinculação partidária efetiva, evitando-se, com isto, que um partido político assuma, isoladamente, o processo de reparação da verdadeira baderne em que se transformou a economia do País; segundo, que tenha sensibilidade social e, por isto, condições para negociar com empregados e empregadores um **modus vivendi** que minimize o pesadelo que se abate sobre os cento e trinta milhões de brasileiros. Não é difícil encontrar o cidadão emérito a que me refiro, bastando que os pretendentes ao cargo de Presidente da República dêem ao País este momento para recuperar o fôlego, numa tarefa de mutirão a que não faltaria a boa vontade de nenhum brasileiro. E, finalmente, que o próprio Presidente da República, o Sr. José Sarney, se conscientize de que não serve para o serviço e peça as suas contas, o que, talvez, o leve a situar-se na História brasileira. Aliás, é a única saída que tem o atual Presidente da República para ficar inscrito na História brasileira: pedir as contas e ir embora, dadas as circunstâncias e as dificuldades que o País está vivendo.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida alguma, a nossa luta hoje tem por finalidade construir, neste País, uma sociedade democrática. Mas temos assistido, ultimamente, a uma série de manifestações que nos levam a constatar quantas dificuldades encontraremos pela frente para atingir nossos objetivos.

Sr. Presidente, em determinado momento, o Sr. Presidente da República, em um de seus pronunciamentos pela televisão, dizia nada mais nada menos que todos aqueles que falassem contra o Governo seriam traidores. Mais adiante, Sr. Presidente, esse mesmo Governo, através dos seus

órgãos de comunicação, recomendava que só se desse auxílio e só se passassem matérias do Governo para os órgãos de comunicação que falassem a seu favor.

Recentemente, Sr. Presidente, assistimos, neste Plenário, a espetáculo deplorável quando um Deputado Federal do PMDB, dizendo-se Líder do Governo na Câmara, insinua que não devemos passar o tempo criticando o Governo e, sim, nos aternos às questões temáticas. Ora, Sr. Presidente, não aceitamos esse tipo de colocação do ilustre Constituinte que, nas suas meteóricas e raras aparições neste plenário, nos vem ditar normas de conduta, porque vamos continuar fazendo o nosso papel de oposição, como tantos outros Constituintes de outros partidos.

O Governo que aí está é muito ruim, é mentiroso, fraudou a esperança do povo brasileiro; mentiu com o Plano Cruzado, cujas consequências, hoje, a sociedade brasileira está a sofrer. Esse Governo foi à praça pública, prometeu eleições diretas, e hoje, não apenas não aceita o debate, mas está, de maneira torpe, patrocinando uma campanha de aliciamento para conseguir maioria ao seu desiderado de perpetuar-se no Palácio do Planalto. Esse Governo mentiu, Sr. Presidente, quando disse que ia dar uma Constituinte exclusiva ao povo brasileiro. E, hoje, temos uma Constituinte gongressual, com a sua soberania permanentemente arranhada, comprometida, por melo, inclusive; de interferências do Palácio do Planalto. Esse Governo mentiu, Sr. Presidente, quando prometeu, em praça pública, uma reforma tributária, e até hoje, apesar da pressão permanente dos Prefeitos e Governadores, nada foi feito no sentido de se praticar justiça aos Estados brasileiros, sangrados em suas economias por uma política distorcida na área tributária e à política de exportações que se adotou neste País. E o que é mais triste. Sr. Presidente com a convivência da Assembléia Nacional Constituinte, está-se preparando um anteprojeto que não vai resolver, ao contrário, vai liquidar principalmente os Estados exportadores, como é o caso dos Estados do Sul do Brasil. E é por isso que o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, conforme se intitula, vem aqui querer silenciar os Deputados que criticam o Governo. Não fazemos isso com prazer, Sr. Presidente. Nossa maior alegria seria que o Governo acertasse, porque dos seus acertos depende o bem-estar da sociedade brasileira. Mas não podemos aceitar que o chefe do departamento de fisiologia do Palácio do Planalto venha aqui nos dar lições de como nos devemos comportar neste plenário. Os jornais noticiaram fartamente a troca de cargos por apoio às suas pretensões e às pretensões do Presidente da República.

Quero, portanto, deixar meu protesto contra esse comportamento do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, como Deputado de oposição que sou do PDS, e não me venham com aquela cômoda insinuação sobre coisas erradas ocorridas no passado. O Governo que aí está veio exatamente para corrigir o que achava que o PDS e o Governo de então vinham fazendo de errado. Já se passaram dois anos e pouco, e este governo nada fez no sentido de cumprir suas promessas. Traiu o povo brasileiro; mentiu para a sociedade brasileira. Por isto não quer que se façam críticas aqui no plenário, que os jornais falem contra o Governo, porque quem assim procede, recebe do Palácio do Planalto a pecha de

traidor. E para tristeza nossa, o Senado Federal é conivente com o governo na edição dos decretos-leis. Dizia que não usaria dos instrumentos de excessão, mas já baixou 56 decretos-leis. E o que é mais grave, desses 56, apenas dois foram apreciados neste plenário, porque a Mesa do Senado, através da burocracia e de expedientes que vem usando, sonega a apreciação dessas propostas pelo Plenário, como é o caso do famigerado Decreto nº 2300, que eu denunciava há poucos dias, o qual praticamente rejeita as exigências dos Decretos nºs 200 e 185 em torno das licitações e que dispensa projetos de engenharia e previsões orçamentárias, por meio do famoso projeto global, o que permite ocorrem coisas como esta que hoje envergonha a Nação brasileira – a concorrência da Ferrovia Norte-Sul.

Por isto, vamos continuar exercendo nosso dever de criticar o que achamos errado neste Governo, queira ou não o Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna que, com a mesma subserviência com que serviu aos governos militares, agora vem aqui, num ato de caudatarismo, tentar intimidar Deputados em favor dos interesses do Governo que docilmente está novamente a servir.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, falei recentemente, nesta Casa, sobre a importância da estabilidade, falei em seguida sobre a discriminação racial, e hoje abordarei o item referente à redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais.

No começo do século, os trabalhadores brasileiros chegaram a cumprir uma jornada de até 16 horas diárias. Foi com a mobilização que a Constituição de 1946 assegurou o regime de 8 horas diárias e 48 horas semanais.

Ora, Srs. e Srs. Constituintes, ouço de diversos empresários e juristas que a carga horária não é assunto para a Constituição. Como não, se o foi para a Constituição de 1946 e permanece na atual?

Dizem que a redução de jornada causará desemprego. É exatamente o contrário. Com a redução de 48 horas para 40 horas teremos o seguinte resultado: de cada 5 empregos, um a mais será criado. Além de reativar o mercado interno, pois teremos mais alguns milhões de trabalhadores recebendo e consumindo, isto sem falarmos no aspecto social, haverá ainda aumento nos cofres da Previdência, fundos para habitação etc.

Srs. Constituintes, reduzir a jornada é reconhecer que o trabalhador também tem o direito a ficar mais tempo com seus filhos e sua esposa, dessa forma valorizando, de fato, a família.

A redução significa que o trabalhador terá maior lazer, maior oportunidade para estudar, para preparar-se para conviver com o avanço tecnológico. Todos nós sabemos que cada vez mais a máquina passa a fazer parte da vida do homem. Somente a redução de jornada é que fará com que o processo de automação não seja uma fonte geradora de desemprego. Reduzir a jornada é ter sensibilidade para o próprio quadro internacional, onde o Brasil tem a maior carga horária e o menor salário mínimo.

Vejamos como é a jornada, em média, em outros países, segundo os dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho):

Austria	36,1
Canadá	37,6
Hungria	38,2
Itália	38,6
França	38,9
Porto Rico	38,9
Nova Zelândia	39,2
Estados Unidos	40,1
Irlanda	40,5
Alemanha	40,7
Japão	41
Inglatera	42,6
Bélgica	43,1
Tchecoslováquia	43,1
Venezuela	43,9
El Salvador	44,2
Equador	45
Guatemala	47,5
Brasil	mais de 50 horas.

Observemos agora a jornada legal de trabalho, segundo dados do Dieese, em alguns países da América Latina.

Equador	40
Paraguai	40
Peru	40
Panamá	44
Uruguai	44
Colômbia	45
Argentina	46
Venezuela	46
Brasil	48

Com estes exemplos e outros por nós levantados, mostramos que somente três países no mundo têm carga horária igual à brasileira: Cingapura, Coréia do Sul e Costa Rica.

Lembramos ainda que, para enfrentar a recessão, os sindicatos e trabalhadores europeus lutam para passar a jornada para 30 horas semanais.

É importante frisar que a redução da Jornada de 48 para 40 horas semanais significa, em média, aumento de 1% no preço final do produto.

Estudos feitos na Alemanha Ocidental mostram que a redução da jornada contribui para a melhoria da qualidade e o fortalecimento de empresas em dificuldade.

Destacamos ainda que, em diversos países, as férias foram aumentadas de 4 para 5 e 6 semanas, e o tempo da aposentadoria foi diminuído, também como forma de reduzir a jornada e combater o desemprego. Damos como exemplo disso a Áustria, a Bélgica, a França, a Itália e a Alemanha Ocidental.

No Brasil, categorias como funcionários públicos, bancários, professores, portuários e ferroviários já trabalham menos que 48 horas semanais.

Aqui na Câmara dos Deputados foi aprovada a redução de jornada de 48 para 40 horas semanais, restando apenas a aprovação do Senado.

Srs. Constituintes, a redução de jornada é um processo irreversível. Por isso, no substitutivo do Senador Almir Gabriel, da Comissão da Ordem Social, a proposta do Partido dos Trabalhadores está contemplada. Só discordamos do nobre Relator nesta questão por ter discriminado as empregadas domésticas, pois concede a redução de Jornada a todos, menos àquela que indiretamente ajudou a nos criar e é a segunda mãe dos nossos filhos, e que permanecerá num regime de semi-escravidão.

Um outro assunto, Sr. Presidente, me traz hoje à tribuna.

O Partido dos Trabalhadores denuncia a grave situação por que passam cerca de 250 trabalhadores das empreiteiras da CHESF na Barragem de Sobradinho, Bahia.

Após 45 dias de negociação, os trabalhadores iniciaram greve por fixação de um piso salarial compatível com a função deles e por isso estão todos ameaçados de demissão.

A CHESF tem uma importante e irrecusável responsabilidade social na região, pois, com a construção da barragem, os trabalhadores da região perderam suas terras e passaram a ter a CHESF como única fonte de emprego.

Não se justifica protelar ainda mais uma decisão da direção da CHESF, pois os estudos da empresa já estão elaborados.

Os trabalhadores da CHESF e suas lideranças sindicais estão dispostos a lutar pela sua sobrevivência, pelos seus direitos a salário digno e a viver onde nasceram e criaram suas famílias.

Chamamos a atenção para a gravidade do problema social que constituiria a demissão em massa naquela região, assim como as reivindicações dos trabalhadores, que são justas e inadiáveis.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, estou hoje na tribuna, como negro e operário, também para falar de um outro negro e operário que foi assassinado. Ele se chamava Júlio César de Melo Pinto, tinha 30 anos, casado, sem antecedentes criminais, e foi morto por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 14 de maio de 1987. Porto Alegre. O Supermercado Dosul é assaltado. São 19:30 horas. A Polícia é chamada, existe troca de tiros, dois PMs são feridos, um assaltante é morto, os reféns são soltos. No meio da confusão, Júlio César, operário negro, empregado na empresa Cortazzi Engenharia, que presta serviço para a CRT, é preso como suspeito. Entrou ileso na viatura da PM e chegou morto no Hospital de Pronto-Socorro.

Júlio César, o operário negro, é inocente – inocência provada pelos próprios ladrões e pelos reféns. O jornal "Zero Hora", do meu Estado, em extenso dossiê, deixa claro que ele foi eliminado pelos policiais.

Assassinatos como este me fazem lembrar os nazistas na Segunda Grande Guerra e do regime do apartheid, desumano e racista, da África do Sul.

Srs. Deputados, Srs. Constituintes, V. Ex.^a não sabem, porque nunca sentiram na pele, o que é ser negro e pobre nesse País. Ser negro e pobre é ser assassinado como Júlio César e ser discriminado nos ônibus, nos clubes, nas ruas, nas lojas, nos bancos, no serviço, no colégio – enfim, na vida. Sabem V. Ex.^a o que é os filhos voltarem para casa e dizerem que os chamaram de negros sujos? E perguntam: por que isso? Explica-se, explica-se, e não se convence. As perguntas continuam: por que as bonecas não são pretas? Por que os heróis das histórias em quadrinhos ou dos filmes não são negros? Por que até Cristo e seus seguidores são brancos? Por que, enfim, o padre, o juiz, o general, o Presidente, todos são brancos? Por outro lado, dizem que os negros são maioria no Brasil.

Senhores, chega-se ao ponto em que fatos como o assassinato de Júlio César, que por ser

negro e operário foi considerado suspeito e executado, tem de ser colocado à luz da verdade.

É que o Brasil é um País onde o racismo é muito forte, e os negros Brasileiros, no seu conjunto, não acordaram ainda para isso. É só essa a explicação que podemos dar, ante o assassinato desse inocente.

Júlio César tinha somente trinta anos, e foi assassinado como um marginal. Qual foi o seu crime? Nenhum. Mas era negro, pobre e operário, casado e filho exemplar – por isso morreu.

Sr. Presidente, quero deixar registrada nos Anais do Congresso e da Constituinte a revolta de toda a comunidade negra brasileira por este crime, que é um dos que acontecem no dia-a-dia deste País.

Aos pais, irmãos, viúva e amigos do jovem Júlio César lembramos que sua morte não será em vão. Seu nome jamais será esquecido e será um símbolo na busca da justiça e do fim da discriminação.

Exigiremos de toda a sociedade a punição dos culpados. Lembramos ainda que na recente viagem do líder negro, o bispo anglicano Desmond Tutu ao Brasil, ele falava da sua deceção com o Governo brasileiro pela forma como trata o racismo no campo internacional, que é, na nossa opinião, o reflexo da questão nacional.

Apesar de tudo, tenham V. Ex.^{as} certeza de que os negros continuarão lutando contra as injustiças, na busca da verdadeira liberdade, até a conquista de uma sociedade sem discriminação, onde todos terão os mesmos direitos. Gostaria de ver o povo brasileiro fazendo campanha pela liberdade dos trabalhadores negros na África do Sul e contra o racismo nos Estados Unidos. Gostaria ainda de ver nas tevês do Brasil, programas sobre o negro, sua história e suas lutas, que deveria também ser contada e estudada nos colégios.

Espero que a nova Constituição seja clara na questão do negro, firme no combate a países racistas, considerando a discriminação crime inafiançável, para que nunca mais venham a acontecer assassinatos como o do jovem Júlio César de Melo Pinto, operário, negro, casado, trinta anos, sem antecedentes criminais, morto por policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul em 14 de maio de 1987.

Esperamos que o Alto Comando da Brigada Militar de nosso Estado, que, acredito, não compactua com fatos dessa natureza, não meça esforços para que todas as circunstâncias sejam apuradas e os culpados sejam punidos.

Assim, queremos aqui reafirmar que nós, do PT, não permitiremos que a demora nas investigações mais uma vez esvazie a gravidade do fato, pois um companheiro inocente foi morto, e não iremos calar – seja nas ruas, nos tribunais, seja no Congresso, na Constituinte – até que a justiça seja feita.

ANEXO AO DISCURSO DO CONSTITUINTE PAULO PAIM

ASSALTANTES CHEGARAM A TOMAR CRIANÇAS COMO REFÉNS

Cinco homens assaltaram o Dosul da Avenida Bento Gonçalves, às 19h30min. PM foram avisados e, quando entraram no supermercado, assaltantes pegaram dois irmãos como reféns.

Na saída, houve tiroteio: 2 brigadianos feridos, 2 ladrões mortos. Os outros fugiram.

TERROR E MORTES NO SUPERMERCADO

DOIS LADRÕES MORTOS NO ASSALTO A SUPERMERCADO

PMs chegaram na hora. Crianças apanhadas como reféns, se salvaram

Dois bandidos, não identificados, foram mortos por agentes da Brigada Militar, depois de assaltar, com três parceiros, às 19h30min de ontem, o supermercado Dosul, na Avenida Bento Gonçalves, esquina rua Guilherme Alves, no bairro Partenon. Duas crianças chegaram a ser tomadas como reféns pelos assaltantes, mas logo depois elas foram soltas, ilessas. O grupo estava a pé e aparentemente seriam todos moradores da vila Nossa Senhora da Conceição, rumo que tomaram os que puderam escapar, um dos quais estaria ferido.

No supermercado estariam em torno de 50 pessoas, quando os bandidos chegaram portando revólveres e uma espingarda calibre 12. Exigiram que todos deitassem no chão e passaram ao saque, retirando dinheiro das caixas e objetos de uso pessoal de alguns clientes, entre os quais Odilon Bitencourt, que perdeu o relógio de pulso.

Avisados por um homem do que ocorria no supermercado, o cabo Melim e o soldado Rocha, que estavam na viatura 438, estacionada na avenida Aparício Borges, a poucos metros do local, imediatamente rumaram para o Dosul. Ao serem vistos pelos bandidos, dois deles na tentativa de fugir, agarraram os irmãos Rosana Barbosa Cézar, de 13 anos, e Rogério, de 11, ganhando a rua com as duas crianças pela frente.

Melim e Rocha trocaram tiros com os demais assaltantes. Em consequência, o cabo foi ferido com um tiro numa perna. Enquanto a confusão transcorria, chegavam ao local, avisados pelo rádio, os soldados Pedroso e Ademir, na viatura 439. Pedroso, percebendo que o delinquente que avançava com Rogério pela frente, em sua direção, escondeu-se atrás de uma árvore e indiferente ao fato do bandido ter um revólver em cada mão, atracou-se com ele, quando o delinquente estava ao seu alcance.

Ambos rolaram pelo chão, cada qual tentando balear o outro, segundo disse Pedroso. Ele levou a melhor, conseguindo acertar o oponente na cabeça. Mas antes disso, foi ferido superficialmente com dois tiros, um no tórax e outro no braço. Rogério, a essa altura, já estava longe, uma vez que foi solto pelo bandido, no momento em que ele foi atacado por Pedroso. Quanto à Rosana, foi igualmente solta pelo delinquente que a tinha como refém, quando ele viu que livrando-se da menina poderia fugir mais facilmente. As duas crianças, que moram na rua Paulino Azurenha, 169, tinham ido sozinhas ao supermercado.

Não tardou para que inúmeras viaturas da Brigada Militar fossem mobilizadas na caçada aos assaltantes que fugiram. Pelo menos dois deles invadiram o pátio da casa de Ronaldo Carpêna da Silva, na rua Jorge Jobim, 203, onde houve mais troca de tiros com os brigadianos. Mesmo assim, eles escaparam. Um outro foi agarrado pouco depois e levado para a viatura 286, onde já estava o que foi baleado na cabeça.

O assaltante não apresentava ferimento algum de bala, quando a viatura saiu do local em

direção ao Pronto Socorro, conforme mostram fotos feitas naquele momento. Contudo, ele morreu, no HPS, em consequência de um disparo no peito, segundo informaram os próprios brigadianos. O parceiro, por sua vez, apesar de ter sido atingido na cabeça, sobreviveu até chegar à casa de saúde. Ele tinha outros dois disparos no tórax.

BRIGADA INSTAURA IPM PARA ELUCIDAR TIROTEIO

Assalto a supermercado terminou com dois ladrões mortos

O 1º BPM abriu, ontem, um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as circunstâncias em que ocorreu o tiroteio entre alguns de seus homens e cinco ladrões, na noite da última quinta-feira, em frente ao supermercado Dosul, na esquina da avenida Bento Gonçalves com a rua Doutor José Ferreira da Silva, bairro Partenon. Dois dos bandidos – Cléber Leal Goulart, 22 anos, e outro negro e aparentando 30 anos, ainda não identificado – foram mortos pelos soldados. O confrontamento aconteceu pouco depois do grupo ter assaltado o estabelecimento comercial e obrigado seus clientes a deitar no chão.

Os PMs encontraram os bandidos quando eles estavam tentando fugir do supermercado. Três deles trocaram tiros com o cabo Melim e o soldado Rocha, da viatura 438 do 1º BPM, e conseguiram escapar. Cléber e o rapaz negro, durante a tentativa de fuga, pegaram os irmãos Rosana Barbosa Cézar, 13 anos, e Rogério, 11 anos, e saíram para rua, com as crianças na frente.

Ao mesmo tempo, outros soldados chegaram ao local, avisados pelo rádio da BM. Um deles, o PM Pedroso viu Cléber avançar em sua direção com Rogério à frente, e escondeu-se atrás de uma árvore. Em seguida, atirou-se sobre o assaltante e começou a lutar com ele. O bandido, armado com dois revólveres, atingiu o PM superficialmente com dois tiros, um no tórax e outro no braço. Antes disso, o cabo Melim fora ferido com um balaço na coxa direita.

Embora tenha atingido o soldado com dois tiros, Cléber acabou sendo baleado na cabeça e morreu pouco depois de chegar ao HPS. O outro delinquente, que não aparentava ter nenhum ferimento a bala, pelo menos no peito, conforme fotos publicadas por ZH, chegou morto ao Hospital de Pronto Socorro, vítima de um ferimento no peito e outro no fígado. As duas crianças foram liberadas antes de encerrar o tiroteio.

IPM

Ontem à tarde, o subcomandante do 1º BPM, major Nézio Fagundes, informou que durante o IPM serão apurados todos os detalhes do episódio. Acrescentou que irá ouvir, além dos soldados, algumas testemunhas do fato. "Seis pessoas, entre elas os dois menores reféns, propuseram-se, ainda na quinta-feira, a depor como testemunhas", revelou. Disse também que as armas dos soldados e farda do PM Pedroso – o casaco dele tinha a marca de um tiro na manga esquerda – foram recolhidos para perícia. Conforme o major, a viatura 286, na qual foi conduzida para o HPS o rapaz negro, estava em serviço ontem, já que não havia necessidade de mandá-la a exame.

O major descartou qualquer possibilidade de que o assaltante negro tivesse sido baleado du-

rante o trajeto do supermercado para o HPS. "Os soldados me informaram como aconteceu o fato e disseram que o ladrão foi baleado durante o tiroteio", assinalou. Lembrou que o delinqüente, depois de ser ferido, ainda correu cerca de 200 metros. "E, ao entrar na viatura, tentou reagir". Esse assaltante, segundo o subcomandante do 1º BPM, estava armado com uma pistola 6.35, e Cléber com dois revólveres".

Já os funcionários do supermercado Dosul preferiram fazer poucos comentários sobre o tiroteio. "A troca de tiros aconteceu lá fora. Quando alguns dos nossos empregados, que recém tinham se levantado depois de ficarem deitados no chão durante o assalto, chegaram à rua, já havia iniciado o confrontamento. Tudo o que eles viram foi superficial", explicou, ontem à tarde, o chefe de Área do Dosul, Artêmio Antônio Faé, 23 anos. O comerciário localizou o gerente e pediu que ele acrescentasse alguma coisa à sua versão, mas não teve êxito na tentativa: "Ele – o gerente – está numa reunião e não pode falar agora.

DÚVIDAS SOBRE CIRCUNSTÂNCIAS DE 2 BALAÇOS

Ainda não estão definidas as verdadeiras circunstâncias em que foi atingido com dois balões no corpo, um dos cinco bandidos que trocaram tiros com agentes da Brigada Militar no Supermercado Dosul, e que morreu no Pronto-Socorro, da mesma forma que o parceiro Cléber Leal Goulart, único identificado até agora. Contudo, é certo que o desconhecido estava bem vivo quando saiu do local, em direção ao HPS, a bordo da viatura 286, do 1º BPM. Além do mais ele seria não somente um indivíduo de incomum resistência física, como imune à dor. Porque não mostrava no rosto qualquer sinal de sofrimento, como é possível notar nas fotos feitas por ZH.

Quando o fotógrafo e o repórter chegaram ao local, o bandido estava dentro da viatura, cercada de PMs, com as mãos algemadas às costas. Houve um momento em que seus captores, por alguma razão, exigiram que o delinqüente passasse da ponta esquerda do assento traseiro do Volks para a ponta do lado direito. Ele resistiu. E embora tivesse sido espancado no rosto, manteve-se teimosamente no lugar onde estava. Diante disso, os soldados desistiram de fazê-lo mudar de idéia e a viatura arrancou.

Os repórteres estranharam, quando ao chegar no HPS, uns 20 minutos depois, receberam a informação de que o bandido morrera, devido aos tiros. Pois, um homem que estivesse gravemente ferido não teria condições de resistir daquela forma. Outro detalhe, este de maior relevância no caso. A camiseta branca que o assaltante usava não tinha manchas de sangue – apenas respingos que esparraram de sua boca e nariz, esmurrados – como certamente ocorreria, em consequência dos grandes furos que projéteis calibre 38 – o tipo de arma usada por policiais – abrem no corpo. As fotos do homem, feitas no local, não deixam margem a dúvidas quanto a isso.

Uma fonte da Polícia Civil informou que um dos tiros atingiu o delinqüente abaixo do coração, causando a perfuração do pulmão e da veia aorta torácica. O outro acertou-o no abdômen, transfi-

fixando seu fígado. Ambos os disparos foram dados de média distância, segundo a fonte, que não soube definir o que isso representaria em metros. Em todo o caso, estaria afastada possibilidade de que os tiros tenham sido à queima-roupa. O informante disse, ainda, que tanto um balão como o outro teriam com toda a certeza ocasionado a morte do assaltante, ainda que não imediata.

Cléber, Identificado como um dos mortos

No segundo semestre de 1985, Cléber Leal Goulart e Antônio Clóvis Lima dos Santos, o Doge, saíram da condição de anônimos moradores da Vila Divinéia – uma das maiores favelas de Porto Alegre – e ganharam espaço nos veículos de comunicação social. Através do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, eles denunciaram que haviam sido torturados no xadrez da Divisão de Investigações (DI) e fotografados no pau-de-arara pelo Inspetor Arquimedes Luchtemberg Ribeiro, em setembro de 1984. Seis meses depois desse episódio. Doge foi assassinado por um menor no Morro da Cruz; quinta-feira à noite, Cléber morreu num tiroteio com a BM.

As denúncias de Cléber e Doge tiveram uma repercussão jamais vista antes no meio policial. Além dos depoimentos dos dois rapazes, nos quais eles apontavam os inspetores Énio Dorneles, José Carrazoni dos Reis e Luiz Sérgio dos Santos de Souza como seus agressores. Fotos de Doge no pau-de-arara foram apresentadas por Arquimedes.

Porém, eles não chegaram a confirmar o que haviam dito no Departamento de Organização e Correição (DOC) polícia Civil. Doge morreu pouco antes de ser ouvido na Justiça, e Cléber desapareceu. Meses depois, passou a ser identificado por vítimas de assaltos, inclusive a bancos, e foi acusado de ter assassinado um PM. Todos os policiais envolvidos no caso foram absolvidos pela Justiça, por falta de provas.

PARENTES DIZEM QUE PMs MATARAM O HOMEM ERRADO

Um dos homens mortos por soldados da Brigada Militar, depois do assalto contra o supermercado Dosul, do Partenon, quinta-feira passada, não tinha nada a ver com a história, conforme garantem seus familiares. Trata-se do operário Júlio César de Melo Pinto, de 30 anos, empregado da Cortazzi Engenharia, que presta serviços para a CRT, Júlio César, casado há quatro anos com Jussara Gonçalves Pinto, morava na Rua Batista Xavier, 49, cerca de uma quadra do supermercado, atacado por cinco indivíduos. Um deles, Cleber Leal Goulart, de 22 anos, morto com um tiro na cabeça pelo PM Pedroso, do qual se aproximou levando como refém a menina Rosana da Rosa Cézar, de 13 anos.

Somente ontem de manhã Júlio César foi identificado no IML, por seu compadre, o jornalista Paulo Ricardo de Moraes, e os pais da vítima, Renato Gilberto Castilho Fróes e Maria Sebastiana de Melo Pinto. O prolongado espaço de tempo entre o sumiço de Paulo César e a descoberta do seu corpo no IML, tem uma explicação. "Como os jornais se referiam a assaltantes mortos, nem por

um momento nos passou pela cabeça que o desconhecido podia ser Júlio César, embora a foto estampada em Zero Hora se assemelhasse a ele", disse Teresa Carneiro, que junto com o Paulo Ricardo e Iara Gonçalves, cunhada da vítima, passaram a procurá-la.

Conforme os parentes do operário, ele se preparava para o banho, quando ouviu o tiroteio entre os brigadianos e os bandidos por volta das 19h. E resolveu ver do que se tratava, embora advertido pela esposa para que não saísse, pois podia ser atingido por alguma bala perdida. O que aconteceu com ele a partir daí são conjecturas. Uma delas é que Júlio César, que ultimamente vinha sofrendo de ataques epiléticos, pela tensão, teria tido uma crise e desmaiado, levando os brigadianos a acreditar que se tratava de um dos bandidos, fingindo. Outra, na opinião de Teresa, é que ele tornou-se suspeito pelo simples motivo de ser preto e estar sem documentos, que deixara sobre um móvel junto com as roupas que pretendia trocar depois de banhar-se.

Vigília

A moça andou fazendo algumas investigações por conta própria junto a algumas pessoas que exercem atividades na área. Não conseguiu muita coisa. Os funcionários do supermercado recusam-se a falar, provavelmente, segundo ela, por ordens dos chefes. Mas o guarda do estabelecimento, cujo revólver foi tomado pelos bandidos, garante que entre os bandidos não havia ninguém que se parecesse com Júlio César. Outras pessoas disseram a Teresa que Júlio César resistiu não só à prisão, como a entrar na viatura 286. "É natural que ele fizesse isso, pois era inocente e, com certeza, tentava convencer os PMs a permitir-lhe apanhar seus documentos em casa", supõe a jovem.

Quando o operário sumiu, seus familiares, ante a possibilidade de que tivesse sido acometido de uma crise epilética e recolhido a algum hospital, foram procurá-lo no Pronto-Socorro e na Santa Casa. Ficaram mais tranqüilos, sexta de manhã, quando obtiveram, por telefone, a informação do vigia da Cortazzi Engenharia que Júlio César tinha ido trabalhar. Tratava-se, obviamente, de um engano. E a preocupação voltou a tomar conta de todos, quando o chefe da casa não voltou à noite.

Novas buscas resultaram infrutíferas. Inclusive no necrotério do IML, porque os interessados buscavam "um homem que estivesse sem identificação". Havia lá três corpos que se enquadravam nessa circunstância, mas nenhum reconhecido como Júlio César. Ou melhor, havia quatro corpos não identificados. Só que um seria um suposto bandido morto numa refrega com agentes da Brigada. Por isso, o funcionário do IML não se preocupou em mostrá-lo a Paulo Ricardo, Teresa e Iara.

As pedras do quebra-cabeça começaram a encaixar-se quando um parente da vítima, que mora em Viamão, ciente do caso, com uma ZH nas mãos, procurou os demais familiares do operário e convenceu-os a aceitar como possível que o pretendido bandido que aparecia no jornal poderia ser Júlio César. Ele estava certo. A família da vítima vai mobilizar-se agora para obter a ajuda de entidades como a OAB, Direitos Humanos e Movimento Negro, para buscar, numa primeira etapa, a identificação dos que mataram Júlio César, "um homem calado e tranqüilo, que jamais usou arma de espécie alguma". Apuradas as responsabilida-

dades, pretendem acionar o Estado, para obter indenização.

MORTE NO CAMINHO DO HPS NÃO FOI DEFINIDA

A morte de um inocente num conflito a tiros entre bandidos e policiais sempre é possível. Há evidências, contudo, de que não foi assim que Júlio César de Melo Pinto perdeu a vida, atingido por dois balas - um no tórax, abaixo do coração, outro no abdômen. Fotos feitas por ZH mostram que o operário não apenas saiu vivo como sem ferimentos causados por armas de fogo, defronte do Supermercado Dosul, a bordo da viatura 286, por volta das 19h30min. de quinta-feira passada.

No entanto, ele chegou morto no Pronto-Socorro, onde deu entrada às 20h07min., conforme consta do Boletim de Ocorrências nº 1.569, feito por agentes da Polícia Civil que trabalham no posto policial instalado no HPS. Onde, por que e por quem Júlio César - que viajava com as mãos algemadas às costas, no banco traseiro do Volks sedan, do 1º BPM - foi baleado é algo que cabe aos responsáveis pelo Inquérito Policial-Militar apurar.

No IPM certamente serão conhecidos também os nomes dos soldados que acompanhavam o detido. Eles não são os mesmos que prestaram as informações aos policiais civis do Pronto-Socorro. No boletim está anotado que os informantes são o soldado Jorge Ubirajara Dias Pedroso e o cabo Paulo Souza Mellim. Mas pelo menos no que se refere a Júlio César, eles não viram nada. Porque chegaram antes no hospital, em outras viaturas, pois estavam feridos.

NAS FOTOS, A HISTÓRIA DOS ÚLTIMOS MOMENTOS DE JÚLIO CÉSAR

É praxe na polícia evitar que um suspeito, ainda que algemado com as mãos às costas, viaje sentado atrás do banco do motorista da viatura. Porque ele pode tentar reagir com os pés, joelhos ou cabeça e causar algum desastre. Por isso os agentes da Brigada Militar trataram de fazer com que Júlio César de Melo Pinto se transferisse da ponta do lado esquerdo para a ponta do lado direito da viatura 285. Ele chegou a ser severamente esmurrado, mas teimosamente resistiu em trocar de lugar.

Esse detalhe já seria suficiente para enfraquecer a hipótese de que tivesse sido baleado durante o conflito a tiros entre PMs e bandidos que assaltaram o Supermercado Dosul. Um homem que menos de meia hora depois estaria morto em consequência dos tiros, não teria forças para reagir com o vigor que ele mostrou. Note-se, ainda, que seu rosto não exibe sinais de sofrimento, o que certamente ocorreria caso tivesse sido atingido por duas balas.

Júlio César morreu em razão de um balço no tórax e outro no abdômen. Contudo, note-se igualmente que em nenhuma foto em que ele aparece vivo há qualquer mancha forte de sangue em sua vestimenta. Apenas sinais de respingos que espalharam da boca e do nariz, resultado dos socos que recebeu. Uma grande mancha porém é claramente visível na parte superior direita do corpo, quando já estendido na maca do Pronto-Socorro. Isso evidencia que ele teria sido baleado

e morto no trajeto entre o local da ocorrência, de onde a viatura 285 arrancou por volta das 19h30min., e o HPS, onde ela chegou às 20h07min.

Comunidade negra quer justiça

A comunidade negra gaúcha quer saber como e por que os soldados da Brigada Militar mataram o operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos. No final da tarde de ontem, representantes do movimento negro estiveram reunidos com o Secretário de Segurança Pública, Waldir Walter, e com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, José Sanfelice Neto, reivindicando uma rigorosa investigação sobre o crime. Waldir Walter prometeu um completo esclarecimento do assassinato e disse que marcaria, hoje, um encontro entre as lideranças negras e o Comandante-Geral da Brigada Militar, Coronel Jerônimo Carlos Santos Braga. E José Sanfelice Neto anunciou que deverá designar o Promotor Djalma Aparecido da Silva para acompanhar o Inquérito Policial Militar (IPM).

Ainda chocados com a morte de Júlio César, as lideranças do movimento negro foram à Secretaria de Segurança Pública (SSP) para saber quais as providências que estavam sendo tomadas para elucidar o caso e, ao mesmo tempo pedir para acompanharem a elaboração do IPM. "Como familiares e amigos de Júlio César, queremos falar com o encarregado do IPM e ter acesso ao inquérito", sintetizou o jornalista Paulo Ricardo de Moraes, compadre da vítima.

Abuso de autoridade

A audiência com Waldir Walter durou cerca de uma hora. Durante a reunião, o juiz negro Luiz Francisco Correa Barbosa, portavoz do grupo, relatou o caso, salientando que Júlio César não tinha antecedentes criminais, e pediu a identificação e a punição dos autores da execução. "Tudo indica que estamos diante de uma terrível situação de abuso de autoridade", salientou. Lembrou que os agentes que levaram o operário até o HPS disseram que ele tinha sido baleado durante um tiroteio após o assalto ao Dosul, da Avenida Bento Gonçalves. "Porém isso, segundo apuramos, não é verdade".

Observando que sabia que a investigação era sigilosa, Barbosa reivindicou ao secretário, completo acesso ao IPM. "Como o esclarecimento do caso interessa a toda comunidade, não há por que manter o sigilo", justificou. Já o Deputado Selvino Heck, líder partidário do PT na Assembléia Legislativa, que acompanhou o grupo juntamente com os Deputados Joaquim Moncks (PMDB) e Celso Bernardi (PDS), disse que "não podemos mais aceitar que os mesmos hábitos e práticas do passado voltem ao dia-a-dia".

Waldir Walter informou que o IPM já estava em andamento e assegurou que iria acompanhá-lo de perto. No entanto, não garantiu às lideranças do movimento negro acesso ao IPM. "O inquérito se rege pela legislação militar em vigor", ponderou. "Mas, não há dúvida de que a verdade tem que ser encontrada, esteja ela do lado que estiver", complementou. Afirmou ainda que a SSP vai agir com rigor neste caso, segundo orientação do próprio Governador Pedro Simon em relação aos assuntos envolvendo policiais civis e militares.

Na reunião com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, os representantes do movimento negro obtiveram a promessa de que um promotor, provavelmente Djalma Aparecido da Silva, que já atua junto à Justiça Militar, deverá acompanhar o IPM.

SEPULTAMENTO MOTIVOU MOMENTOS DE PROTESTO

Aproximadamente 150 pessoas compareceram, ontem pela manhã, no Cemitério São Miguel e Almas, ao enterro do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos. Ele foi morto por PMs após um assalto contra o supermercado Dosul do Partenon, (Bento Gonçalves, esquina com Dr. José Ferreira da Silva) na última quinta-feira. Durante quase três dias o corpo da vítima esteve recolhido no Instituto Médico Legal (IML), sem identificação, tido apenas como um perigoso assaltante morto pela polícia. Desde o início, houve evidências de que ele, na verdade, fora executado pelos brigadianos a caminho do Hospital de Pronto Socorro, na viatura 286 do 1º BPM. No domingo pela manhã, aconteceu a identificação do cadáver pelos parentes e a revelação: Júlio César era um operário, jamais usara arma, cidadão sem nenhum antecedente criminal.

Durante o velório e o sepultamento, a dor dos familiares e amigos só era superada pela revolta geral. Entre os presentes, a opinião unânime era a de que Júlio César foi vítima de racismo de nossa sociedade. Assim, a cerimônia fúnebre foi ao mesmo tempo um protesto dos negros contra as discriminações.

"Só o racismo explica esta morte. Ele era o suspeito ideal: um preto, sem documentos, próximo a um tiroteio", observou Eni Veiga Canarinho, 47 anos, tia do operário.

Várias entidades do Movimento Negro se fizeram representar, levando a solidariedade aos pais, irmãos e esposa de Júlio César, que era casado há quatro anos e não tinha filhos. Estavam presentes o Partido Negro Brasileiro (PNB), Movimento Trabalhista de Integração da Raça Negra (Motiran), Movimento Quilombista (MQ), Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores, além do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o Vereador Lauro Hagemann (do PCB), e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito emocionado, o pai do operário, Renato Castilho Fróes, de 51 anos, comentava momentos antes do enterro, que Júlio era um filho exemplar. "Era trabalhador desde pequeno. Jamais deu problema. Nunca esteve envolvido em briga, nunca usou arma. Era uma pessoa muito calma, muito boa, agora estava bem empregado e tentando construir uma família. Quero justiça, quero que os culpados sejam punidos," exigiu o pai.

Marco Antônio, 17 anos, e Luiz Carlos, de 31, irmãos de Júlio César, também pediram justiça. "Isto não pode ficar assim. Mesmo um criminoso não merecia isto: algemado, desarmado, sem defesa. Se fosse um branco isto não teria acontecido, nossa sociedade é muito racista", concluiu Renato, amargurado. "Esse nosso irmão é mais uma vítima do racismo vigente no Brasil, estamos numa África do Sul disfarçada", afirmou Waldemar Moura Lima, o Pernambucano, do Movimento Quilombista.

O sociólogo Edilson Nabarro acrescentou que "o importante neste caso é que, além da punição dos culpados, a polícia modifique radicalmente os seus métodos de combate ao crime". Para Jair Krischke do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, "este episódio alerta para a ideologia que preside a ação policial, que precisa ser mudada a partir da Escola de Polícia e da Academia de Polícia Militar: neste País, ser pobre ou preto é presunção de criminoso. A PM agora extrapola suas atribuições. Ela prende, julga e mata", analisou Jair.

Por volta das 10h20min., ocorreu o sepultamento, num clima tenso. A esposa da vítima, Jussara, teve de ser amparada por parentes, enquanto o pai e a mãe de Júlio César não conseguiam conter as lágrimas. Depois, enquanto os familiares lentamente se afastavam, as lideranças do Movimento Negro organizavam uma audiência coletiva com o Secretário da Segurança Pública.

"Só ocorrem incidentes com quem trabalha"

"Incidentes lamentáveis só existem quando se trabalha, e a Brigada Militar está trabalhando como nunca", disse o coronel PM Jerônimo Carlos Santos Braga, comandante da corporação, referindo-se ao assalto ocorrido quinta-feira passada no supermercado Dosul do Partenon, e que resultou na morte do operário Júlio César de Melo Pinto, um mero espectador.

O coronel Santos Braga não admitiu que seus subordinados possam ter baleado um inocente, "o que somente ficará definido com a conclusão do Inquérito Policial Militar". Mas fez ver que "no episódio, não deve ser esquecido o ato de bravura praticado pelos PMs, cuja intervenção pode ter impedido que duas crianças tomadas como reféns, tivessem sido sacrificadas pelos criminosos".

Segundo o militar, é injusto supor-se que Júlio César foi preso como suspeito de participar do assalto por ser preto, como sugeriu Teresa Canabarro, parente da vítima. "Na Brigada", disse ele, "não existe essa questão de cor. Tanto é que, além de expressiva parcela de membros da corporação serem da raça negra, também é preto o capitão que comandava a operação contra os atacantes do supermercado".

O comandante da Brigada Militar garantiu que o IPM instaurado para apurar responsabilidades na morte de Júlio César seguirá seu curso com extremo rigor, como é usual em casos semelhantes. "Se houver culpados, eles serão punidos. Contudo, não se pode partir de presupostos para fazer condenações antecipadas. Temos o prazo de 40 dias para a conclusão do IPM, o qual poderá ser prorrogado, caso necessário. O que se busca é a verdade", concluiu o coronel Jerônimo Carlos Santos Braga.

OPERÁRIO GAÚCHO, PRESO VIVO DEPOIS DO ASSALTO, APARECE MORTO À BALA

Porto Alegre – Além de ter matado, em tiroteio na quinta-feira passada após um assalto, a última testemunha do "Caso Doge", Cléber Leal Gulate, a Brigada Militar assassinou, no mesmo episódio, um inocente. Somente ontem, porém, este segun-

do morto foi identificado: trata-se do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, detido no local por policiais e fotografado ainda com vida no interior de um carro da Brigada Militar por um fotógrafo do jornal "Zero Hora".

A morte do operário também será investigada pelo Inquérito Policial-Militar (IPM) aberto pela Brigada Militar que, inicialmente, investigaria apenas a morte de Cléber. Ele era a última testemunha do "Caso Doge", que provocou a queda de toda a cúpula policial gaúcha, depois que o inspetor Arquimedes Ribeiro divulgou fotos em que Antônio Clóvis Lima dos Santos, o "Doge", aparecia sendo torturado no "pau-de-arara". "Doge" foi assassinado por um menor pouco antes de prestar depoimento à Justiça e Cléber – outro que sofrera torturas –, assustado, desapareceu desde aquela época, apenas voltando a aparecer no assalto da semana passada.

Já Júlio César estava desaparecido desde o dia do ataque ao Supermercado do Sul, no bairro Partenon, situado a menos de um quarteirão de sua casa. Depois de cansativas investigações no fim de semana, a família identificou como Júlio César um dos cadáveres anônimos do Instituto Médico Legal. Num clima muito tenso e emotivo, ele foi sepultado ontem de manhã no Cemitério São Miguel e Almas, com a presença de mais de 150 pessoas, inclusive representantes de partido políticos, da OAB gaúcha e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Segundo o depoimento de sua viúva, Jussara Gonçalves Pinto, o operário saiu de casa quando ouviu o tiroteio para ver do que se tratava. Júlio César não atendeu aos apelos de Jussara, que temia que ele fosse atingido por alguma bala perdida e nem levou os documentos que ficaram sobre a mesa. O que realmente aconteceu no local do tiroteio ninguém sabe, mas Júlio César deixou o local ainda com vida e sem ferimentos à bala e, menos de 30 minutos depois chegava morto ao Hospital de Pronto-Socorro com dois tiros.

Júlio César fora colocado no carro da Brigada Militar para ser conduzido ao hospital com as mãos algemadas às costas. Mas os policiais militares que registraram a ocorrência no posto da Polícia Civil no hospital não foram os mesmos que o levaram do local do assalto. Os policiais chegaram ao hospital em outro carro, buscando atendimento médico, pois também estavam feridos.

Policiais civis que viram o cadáver do IML, revelaram que Júlio César foi morto com dois tiros, ambos em locais considerados fatais: um deles perfurou o fígado e o outro o atingiu logo abaixo do coração, atravessando um dos pulmões e a aorta torácica. Os disparos, segundo ele, devem ter sido dados a média distância, cerca de dois ou três metros.

A vítima não tinha qualquer antecedente criminal e Jorge Cortazze, Diretor-Técnico da empresa em que ele trabalhava há mais de um ano, a Cortazze Engenharia, classifica-o como um bom funcionário, que nunca faltou ao serviço. Ontem, familiares de Júlio César, deputados do PT, PDS e PMDB e lideranças do Movimento Negro Unificado visitaram o Secretário de Segurança Pública, Waldir Walter, para pedir que o IPM seja realizado sem sigilo e que se apure os autores da morte do operário.

Waldir Walter evitou dar uma resposta sobre o pedido de quebra de sigilo, mas comprometeu-

se a obter uma audiência com o Coronel Paixão, que preside o IPM. A comissão também esteve na Procuradoria Geral de Justiça para solicitar que o Ministério Público acompanhe todas as investigações.

O Coronel Paixão, do 1º Batalhão de Polícia Militar, passou o dia na Justiça Militar e somente o Subcomandante, Major Fagundes, falou sobre o caso. Ele reconheceu que fatos novos exigem uma investigação mais apurada. Ele não soube precisar qual o carro que levou de Júlio César do local do tiroteio, mas, apesar disso, garante que o veículo foi submetido à perícia técnica. O Major admitiu que há algum "mistério" no caso, mas manifestou sua convicção de que "o desenrolar dos fatos permitirá uma visão mais apurada do que ocorreu".

Movimento Negro pede demissões na Brigada

Onze entidades representativas da comunidade negra do Rio Grande do Sul, mais dirigentes da CGT, CUT, PT, PCB, PC do B, PSB, PDT, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, OAB e Conselho Estadual da Mulher repudiaram, ontem, ao final da tarde, na esquina democrática – Andrade com a Borges – "o assassinato" de Júlio César Melo Pinto, no dia 14 passado, quando saiu de sua casa para verificar o que ocorria – um assalto ao supermercado Dosul, na avenida Bento Gonçalves.

Valdemar de Moura Lima, do Movimento Quilombista, leu nota à opinião pública relatando e ao mesmo tempo reprovando as circunstâncias em que se deu o crime. "A comunidade negra e a sociedade rio-grandense se vêem mais uma vez enlutadas pelo assassinato de Júlio César Melo Pinto, cidadão brasileiro, negro, trabalhador, sem qualquer antecedente criminal ou judicial, casado, 30 anos, com residência fixa." Epilético, Júlio foi preso, espancado e algemado, colocado vivo numa viatura da Brigada Militar.

A nota ressaltou e exigiu a punição exemplar dos assassinos de Júlio César, que minutos após a prisão, em circunstâncias não-esclarecidas, chegou morto com dois tiros no Hospital de Pronto-Socorro. O manifesto, assistido por centenas de pessoas, também pediu o fim da violência policial dirigida ao negro e ao pobre, o fim de toda a discriminação social e a mudança dos métodos de investigação e ação criminal. O protesto contou com outras manifestações e músicas. O movimento negro quer a investigação civil do crime, sendo contra o inquérito militar. "Exigimos a demissão de seus formuladores e culpados". O processo em andamento na Brigada Militar para apurar os responsáveis pela morte de Júlio César será acompanhado em todas as suas fases pelos advogados indicados pelos movimentos de representação dos negros.

Assaltantes mortos ao atacarem Dosul

Dois assaltantes mortos, três fugitivos, um deles bastante ferido, e dois PMs baleados. Este foi o saldo resultante de um assalto ocorrido ontem à noite, por volta das 19h, no supermercado Dosul, localizado na avenida Bento Gonçalves, 2789, bairro Partenon. O tiroteio entre a quadrilha e a Brigada Militar ocorreu em meio à rua e calçada, colocando em perigo a vida de várias pessoas

que se encontravam dentro do estabelecimento e nas vias públicas.

Ao ouvir a ordem "é um assalto – todos se deitem no chão", o gerente do supermercado Dosul, Egidio Bigolin, de 36 anos, pensou nos aproximadamente 50 clientes que se encontravam dentro do estabelecimento e cumpriu a determinação imediatamente. Também os funcionários adotaram a mesma atitude. Os quatro homens fortemente armados que haviam invadido as dependências do supermercado foram retirando logo o dinheiro dos caixas e, em seguida, revistaram as pessoas que se encontravam no local.

O assaltante que estava no lado externo da porta de entrada do Dosul, armado, como os demais, com revolver calibre 38, vigiava atento até o momento da chegada da viatura do 1º BPM, quando resolveu abandonar o posto provocando pânico nos demais assaltantes que saíram em disparada para fora do supermercado. Dois deles, por segurança, levaram como reféns Rosana da Rosa César, de 13 anos, e seu irmão Rogério, de 11. Ao se dirigirem para a calçada e para a rua, dois PMs se atiraram contra os homens, possibilitando a fuga das crianças em poder dos elementos.

No momento seguinte, dispararam contra os dois assaltantes, desferindo um tiro no coração do primeiro e, no segundo, outro na cabeça. Também dois PMs foram feridos, Jorge Ubirajara Dias Pedroso, 32 anos, e Paulo Souza Merlim, de 34. Um terceiro integrante do grupo do assalto foi atingido, mas conseguiu escapar, juntamente com outros dois.

A Divisão de Investigações identificou um dos assaltantes mortos como sendo Cleber Leal Goulart, 20 anos, preso em 86 por porte ilegal de arma e latrocínio de um PM. A BM recuperou Cz\$ 3.615,00, quatro relógios, uma arma calibre 38 e seis outras pistolas, que estavam em poder dos assaltantes.

Líderes negros querem apuração de Inquérito

Representantes dos movimentos negros do PDT, PMDB e PT, além do Partido Negro Brasileiro e o Movimento Negro Unificado e Kilombismo, liderados pelo advogado e juiz de Direito Luiz Fernando Correa Barbosa, esteve com o comandante-geral da Brigada Militar, coronel PM Jerônimo Carlos Santos Braga. A comissão pediu que entidades como o Movimento Negro, OAB e Movimento de Direitos Humanos acompanhem e tenham acesso ao IPM instaurado pela Brigada Militar. Barbosa disse ao comandante que tem dados que podem apressar a apuração do crime.

O coronel Jerônimo Braga disse ao grupo que a corporação tem todo o interesse em apurar os fatos e que qualquer entidade interessada em acompanhar o inquérito pode fazê-lo sem restrições. Disse ainda que o encarregado do IPM, capitão PM Bernardes, tem 40 dias para chegar a algum resultado, mas acredita que os fatos serão apurados mais rapidamente.

Os advogados da família do operário morto, Carlos Alberto Nascimento e Carlos Alberto Menezes, impetrarão uma ação indenizatória contra o Estado e pedirão a incompetência da Justiça Militar para julgar os soldados suspeitos da morte de Júlio César de Melo Pinto. Disseram ainda que vão pedir ao Ministério Público que um promotor seja designado especialmente para acompanhar o IPM.

Hoje, às 18:00h o Movimento Negro de Porto Alegre vai realizar um ato público, no centro desta capital, para pedir justiça para Júlio César, "preso por ser negro e estar sem documentos".

A REFÉM INOCENTA JÚLIO CÉSAR

A menina viu ele ter um ataque epilético e ser confundido com um ladrão ferido

Júlio César de Melo Pinto foi acometido de um princípio de ataque epilético, mal do qual padecia,

quando observava a ocorrência entre assaltantes e soldados da Brigada, defronte do supermercado Dosul do Partemon, e caiu no chão. Isso levou alguns circunstântes mais precipitados a acreditar em que ele era um dos bandidos, ferido no tiroteio, e gritaram "aqui está um deles", ao mesmo tempo em que outros clamavam por seu linchamento. Policiais militares aproximaram-se, o agarraram e o conduziram, debaixo de pancada, para a viatura 285. Protestando inocência, Júlio César recusou-se a entrar no veículo, onde foi enfiado à força, sempre sendo surrado.

Em síntese, esse foi o teor do relato feito à ZH pela menina Rosana da Rosa César, de 13 anos, que, junto com o irmão Rogério, de 11 anos, foram agarrados como reféns por dois dos cinco criminosos que invadiram o supermercado, por volta das 19:00h de quinta-feira passada. Rosana, que falou aos repórteres em sua casa, na presença da mãe Zilá da Rosa César, e da avó Maria Marques da Rosa, disse que pôde ver bem o que se passou porque casualmente Júlio César estava perto dela, junto a um trailer de lanches, na esquina da Avenida Bento Gonçalves, com Dr. José Ferreira da Silva.

Ao contrário do irmão Rogério, que tratou de correr para casa tão logo foi solto por Cléber Leal Goulart, que fazia dele um escudo e foi morto com um tiro na cabeça pelo soldado PM Pedroso, Rosana resolveu permanecer no local depois que, por sua vez, foi espontaneamente libertada por seu captor. "Os homens estão aí, vamos precisar de reféns", disse um dos delinquentes para o parceiro, ao ver que dois PMs – o cabo Mellim e um subordinado – tinham entrado no Dosul, segundo relato da garota.

A seguir, Cléber e o parceiro levantaram do chão Rosana e Rogério, onde eles estavam deitados como os demais cerca de 50 clientes do supermercado e em torno de 20 funcionários, e saíram com eles pela avenida, onde nos minutos seguintes estabeleceu-se enorme confusão. As duas crianças, que moram na Rua Paulino Azurenha, tinham ido ao Dosul, sozinhas, a fim de comprar ingredientes para o pão. A mãe trabalha à noite numa lancheria e por isso estava ausente. A avó confirma que a versão dada por Rosana à reportagem é a mesma que ela ouviu da neta, quando a menina voltou para casa. A garota, que aparenta ser bastante esperta e desinibida, foi ouvida, assim como o irmão, no início da semana, pelo capitão José Antônio Bernardes, que preside o IPM aberto no 1º BPM, para apurar responsabilidades na morte tanto de Júlio César, como de Cléber.

ZH não conseguiu localizar nenhuma outra pessoa que corroborasse o que Rosana contou no que se refere ao detalhe da crise epilética que Júlio César teria tido. Contudo, mais de uma pessoa garantiu ter ouvido outros comentários sobre o fato. Uma delas é Joel Francisco Gil, dono do trailer de lanches, que por sinal, acolheu Rosana, depois que ela foi libertada. "Vários fregueses me disseram ter visto o rapaz cair no chão, aqui no lado", revelou Joel. "Mas eu não vi nada porque babei as portas e tratei de ficar aqui dentro".

IPM já indicou 3 soldados

A peregrinação dos representantes do movimento negro para esclarecer a morte do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos – assassinado

"Não defendemos quem errou, tampouco faremos uma falsa defesa", afirmou o coronel PM Jerônimo,

acrescentando que "a BM tem profissionais conscientes de seus atos e retiramos, não

por soldados do 1º BPM após o assalto ao supermercado Dosul do Partenon, na noite da última quinta-feira –, prosseguiu ontem à tarde. Das 16h às 17h15min, cerca de 30 lideranças negras estiveram reunidas com o capitão José Antônio Bernardes Pereira, presidente do Inquérito Policial Militar (IPM), aberto para apurar o caso, para saber quais as providências que ele vem tomando para descobrir como o rapaz foi morto e pedir que os advogados Carlos Alberto Nascimento e Carlos Alberto Menezes tivessem acesso ao inquérito. Durante o encontro, o capitão fez uma revelação surpreendente: viu a blusa da vítima, no IML, e não notou se havia furo de bala.

Na reunião, Bernardes Pereira deu consentimento para que os advogados examinassem o IPM e acompanhassem os depoimentos, e informou que ouviu preliminarmente os cinco soldados envolvidos na operação. Três deles – os PM Volmir Silva Ganbarros, Dair Osvaldo Freitas e o cabo Carlos Ribeiro dos Santos, que conduziram Júlio César, na viatura 285, do Dosul até o HPS – foram indiciados. O cabo Mellim e o soldado Pedroso, os primeiros a chegar ao supermercado, foram apenas interrogados, embora tenham participado do início do tiroteio, do qual saíram feridos.

Em seu depoimento, Mellim assegurou que baleou Júlio César, segundo o presidente do inquérito. O capitão revelou que o cabo disse que o rapaz foi atingido quando correu em sua direção. "E o Mellim afirmou que próximo ao corpo do operário foi encontrada uma pistola 6.35", observou. "Por isso, não o indiciei, partindo do pressuposto de que ele atirou na vítima durante o tiroteio", ponderou. Explicou que Mellim e Pedroso, retirados dos serviços por estarem feridos, poderão ser indiciados se surgirem novos dados sobre o caso.

Mesmo assim, permanecem algumas dúvidas: Se Júlio César foi baleado, como teve condições de reagir à prisão? Por que estava sangrando apenas na boca quando foi fotografado? Afinal, uma das balas entrou embaixo do seu coração e transfixou o pulmão e a aorta torácica. E mais: Teria uma pessoa ferida nessa região do corpo condições de sair caminhando?

Negros fazem protesto por morte de operário

PORTO ALEGRE – Militantes dos movimentos negros gaúchos, com cartazes em que se lia "Basta ser negro para ser suspeito", acompanharam ontem, na capital gaúcha, o enterro do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, que foi preso e morto por policiais da Brigada Militar, na quinta-feira, segundo seus parentes, ao ser confundido com um dos bandidos que assaltaram um supermercado de Porto Alegre.

Além de acompanhar o IPM instaurado pela Brigada Militar no sábado, os parentes, apoiados pelos militantes dos movimentos negros, partidos políticos e OAB gaúcha, exigiram do secretário de Segurança Pública, Valdir Walter, a instauração de inquérito policial. Hoje, os advogados ligados aos movimentos negros entrarão com uma representação junto ao Ministério Público para que investigue o caso, porque, segundo um dos advogados, Carlos Nascimento, "a segurança pública está envolvida e não pode julgar a si mesma".

O operário Júlio César de Melo Pinto, funcionário da firma Cortazzi, que presta serviços técnicos à CRT, morava a uma quadra do supermercado e, ao ouvir o tiroteio, correu para ver o que estava acontecendo. Segundo Iara Gonçalves Carneiro, cunhada de Júlio César, ele estava sofrendo de epilepsia nos últimos tempos e supõe que possa ter sofrido um ataque no local, caído no chão e, assim, ter sido confundido pelos PM, que perseguiam os assaltantes.

No entanto, o jornalista Darci Demétrio, do jornal local **Zero Hora**, diz ter visto Júlio César ser espancado pelos PM e colocado na viatura policial, ainda vivo, como comprovam fotos tiradas pelo jornal na ocasião. Mas Júlio César chegou morto ao Hospital de Pronto-socorro, com duas balas no fígado e no coração, quando pelas fotos, ainda no local, do assalto e na viatura, não aparecem sinais de bala ou perfuração na sua camisa.

Para a família, o operário estava desaparecido até domingo pela manhã, quando, numa segunda visita ao Instituto Médico Legal, seu corpo foi localizado. Na primeira vez, o funcionário não mostrou o corpo de Júlio César, alegando mais tarde que era apenas de um assaltante.

O comandante do Comando de Policiamento da Capital, coronel PM Luís Souza de Oliveira, garantiu ontem que "nada será escondido da população neste IPM" e já estão sendo ouvidas testemunhas e os PMs das viaturas. Na perícia técnica realizada na viatura "não foram constatados vestígios de pólvora ou de deflagração de tiros". Segundo o coronel Oliveira, ainda há necessidade de averiguação, através do laudo de necropsia, para saber se os tiros foram dados à queima-roupa ou à média distância.

Para o conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, que também compareceu ao sepultamento, há suspeita de que Júlio César tenha sido "testemunha de algum fato envolvendo o assaltante Cléber Leal Goulart – morto no mesmo assalto –, que estava jurado de morte pela Brigada Militar e, por isso, foi executado". Segundo ele, Cléber era suspeito da morte de um PM durante outro assalto e, no início deste ano, foi levado à Polícia Civil por brigadianos, após um cerco à casa de sua mãe. Na Delegacia de Polícia, o assaltante não foi preso para que, segundo contou Cléber, na ocasião, ele fosse morto, por vingança, por PMs.

Amanhã, haverá um ato público, às 18h, pedindo justiça para Júlio César, "preso por ser negro e estar sem documentos", segundo Paulo Moraes, do Movimento Negro Unificado.

COMANDANTE QUER A VERDADE, "CUSTE O QUE CUSTAR"

Coronel Jerônimo anunciou a conclusão do IPM com rapidez

O Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para apurar as circunstâncias da morte do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, assassinado por soldados do 1º BPM após o assalto ao supermercado Dosul do Partenon, na noite da última quinta-feira, deverá ser concluído o mais rápido possível. Isso foi o que garantiu, ontem à tarde, o comandante da Brigada Militar, coronel Jerônimo Carlos Santos Braga, durante reunião com

os representantes do movimento negro. No encontro, as lideranças negras reivindicaram o direito de acompanhar a elaboração do IPM. Essa decisão, segundo Jerônimo Carlos Santos Braga, vai depender apenas da aceitação ou não do presidente do IPM, capitão José Antônio Bernardes Pereira.

– A Brigada Militar não tem por princípios fazer a falsa defesa da instituição – enfatizou o comandante no início da reunião, realizada em seu gabinete, no Quartel General da PM. Acrescentou que o capitão Bernardes recebeu orientação para buscar a verdade, custe o que custar, sobre o caso. Afirmou também que o presidente do IPM dará à opinião pública todas as informações necessárias sobre o inquérito.

O coronel prometeu ainda apresentar o resultado do final do IPM, assim que ele for concluído. "Encerrado o inquérito, daremos conhecimento ao público sobre seu resultado", adiantou. Jerônimo Carlos Santos Braga explicou também que o capitão Bernardes foi desligado de suas outras funções e está cuidando exclusivamente desse caso. Segundo o comandante, Bernardes terá plena autonomia para permitir que o movimento negro, através dos advogados Carlos Alberto Nascimento e Carlos Alberto Menezes, acompanhe o IPM, que deverá ser feito num prazo de 10 dias, conforme Jerônimo Carlos Santos Braga.

O porta-voz do movimento negro, Juiz Luiz Francisco Correa Barbosa, reafirmou na reunião com o comandante da BM, a exemplo do que fizeram nos encontros com o secretário Waldir Walter, da Segurança Pública, e com o procurador-geral de Justiça do Estado, José Sanfelice Neto, o desejo dos familiares e amigos da vítima de que os dois advogados tenham acesso ao IPM. "Como essa averiguação se faz em favor da curiosidade social, queremos ter acesso ao IPM. Afinal, esse caso está sugerindo uma situação de abuso incompatível com a Brigada Militar, uma instituição centenária que não tem tradição de ser conivente com execuções ou assassinatos".

Promotor ainda não foi designado.

Até o final da tarde de ontem, o procurador-geral de Justiça do Estado, José Sanfelice Neto, ainda não tinha definido qual o nome do promotor que será designado para acompanhar o IPM. "Estamos entre dois nomes: o de Djalma Aparecido da Silva e o de Alfredo Nascimento Barbosa, que atua como procurador de Justiça junto ao Tribunal de Justiça Militar", explicou. De acordo com ele, a própria BM também tem interesse que o caso seja acompanhado por um promotor. "Tanto é assim que a corporação deverá me enviar um pedido formal para nomear um promotor".

José Sanfelice Neto afirmou também que a Coordenadoria das Promotorias Criminais está investigando o caso". Desde que tivemos conhecimento da morte do rapaz, passamos a tomar as providências para esclarecê-la. As informações apuradas pela Coordenadoria poderão servir como subsídio para o próprio PM", ponderou.

Um ato de protesto na Esquina Democrática

Enquanto o movimento negro anunciava a realização de um ato público de protesto contra a morte de Júlio César de Melo Pinto, às 18:00h

de hoje na Esquina Democrática, os advogados Carlos Alberto Nascimento e Carlos Alberto Menezes informaram que entrarão, dentro de 10 dias, com uma ação cível de indenização contra o Estado, pelo assassinato do operário.

Essa decisão faz parte da estratégia de atuação dos dois advogados. Carlos Alberto Nascimento revelou que outros dois passos serão seguidos: furar o bloqueio – se houver – do IPM e acompanhá-lo na condição de assistentes da promotoria, e agüir a incompetência da Justiça Militar para julgar o caso. "Afinal, esse não é um crime militar, mas sim um delito envolvendo um cidadão civil", afirmou Nascimento. Acrescentou também que três pessoas viram todo o tiroteio na frente do supermercado e, se for necessário, irão depor na Justiça.

Repercussão

A morte de Júlio César repercutiu, ontem, na Assembléia Legislativa e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com parlamentares se posicionando contra a ação da Brigada e exigindo que todas as circunstâncias sejam apuradas, abrindo possibilidade para a punição dos responsáveis na Justiça. Na Assembléia, o líder do PT, Raul Pont, disse que o IPM não é suficiente para elucidar o caso, exigindo que o Governo assuma o esclarecimento. Já o Deputado Jauri Oliveira, do PMDB, repudiou a morte do operário, mas lamentou que assuntos políticos estejam sendo misturados com criminais. O Deputado Joaquim Moncks, também do PMDB e oficial da Brigada, garantiu que tudo será esclarecido e os culpados punidos. Na Câmara, o episódio foi criticado pelos vereadores Isaac Ainhort e Kenny Braga, do PDT, e Lauro Hagemann, do PCB. Exigem justiça.

Identificados PMs que estavam no carro

Júlio César de Melo Pinto foi levado pelos soldados Volmir e Adair e o cabo Carlos, na viatura 285, da frente do Supermercado Dosul, na esquina da Avenida Bento Gonçalves com a rua Doutor José Ferreira da Silva, bairro Partenon, até o Hospital de Pronto-Socorro. A informação foi dada, ontem à noite, pelo capitão José Antônio Bernardes Pereira, presidente do IPM aberto para apurar a morte do operário. De acordo com ele, o cabo Marlin admitiu ter atingido a vítima com um balão durante o tiroteio, ao ser ouvido no inquérito.

Os dois soldados e o cabo que conduziram Júlio César para o HPS já foram ouvidos pelo capitão Bernardes Pereira e estão trabalhando no serviço normal. Ao depor, conforme o presidente do IPM, eles disseram que o rapaz estava vivo, embora ferido, quando saíram da frente do Supermercado Dosul. Segundo Bernardes Pereira, eles não souberam explicar como e quando o operário foi baleado.

Já o cabo Merlim foi mais longe em seu depoimento. Ele afirmou que baleou Júlio César, revelou Bernardes Pereira. O capitão informou ainda que Merlim e o soldado Pedroso – este também participou da operação na última quinta-feira, não está trabalhando. Isto porque eles sofreram ferimentos durante o tiroteio.

O presidente do IPM acredita que seu trabalho será concluído brevemente. E adiantou que "já

dispõe de indícios suficientes para esclarecer o caso". O capitão afirmou também que não vai se opor a que os advogados do movimento negro acompanhem a elaboração do inquérito. Ao mesmo tempo disse que tinha tido acesso ao laudo de necropsia preliminar elaborado pelo Instituto Médico Legal (IML). Não revelou, entretanto, o resultado do exame, no qual foi apontada a causa da morte de Júlio César, cujas roupas ainda estão em poder do IML. Sabe-se, no entanto, que um dos tiros transfixou o pulmão e a aorta torácica da vítima, que não tinha antecedentes criminais. O laudo conclusivo até sexta-feira, de acordo com fontes do IML.

Dois oficiais citados no IPM

Os tenentes João Luiz Clavílio e Borges podem estar envolvidos no episódio que resultou na morte de Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, assassinado por agentes do 1º BPM após o assalto ao supermercado Dosul do Partenon, na noite de quinta-feira de semana passada. Os dois oficiais já foram citados, informal e formalmente, no Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para apurar o crime. Ontem à tarde, o presidente do IPM, capitão José Antônio Bernardes Pereira, ouviu o PM Dair Osvaldo Freitas – um dos três policiais indiciados no caso – mas não quis revelar o seu depoimento. Sabe-se, entretanto, que o soldado afirmou que o rapaz estava vivo quando entrou na viatura 285 para ser levado até o HPS.

O depoimento de Dair durou cerca de cinco horas. Ao ser ouvido, o PM disse que não notou se Júlio César tinha perfuração de bala quando entrou no carro. Ele apenas viu alguns sinais de sangue nas roupas do rapaz. Não soube explicar, no entanto, como a vítima chegou ao HPS sangrando bastante. Na quinta-feira, o PM Volmir Silva Ganbarros – indiciado com Dair e o cabo Carlos Ribeiro dos Santos – informou, ao depor, que a blusa do rapaz estava manchada de sangue, o que contradiz com a versão de Dair.

Os dois soldados foram unânimes, no entanto, ao explicar qual o trajeto que fizeram quando saíram do Dosul para levar Júlio César até o HPS. Eles revelaram que seguiram pela Bento Gonçalves, Salvador França, Ipiranga, João Pessoa, José Bonifácio e Oswaldo Aranha. Ao entrar na Salvador França, os soldados receberam ordens de estacionar a viatura 285, quase defronte à 11ª DP. Em seguida, parou ali um fiat Uno da BM, tripulado pelo tenente Borges e possivelmente por Clavílio. Os dois permaneceram naquele local por cerca de quatro minutos, e depois a 285 foi para o HPS.

No início do IPM, ao depor preliminarmente, um dos soldados contou que receberam ordens de Clavílio para parar ali. Oficialmente, entretanto, outro dos três indiciados falou que a ordem partira de Borges. Até agora os dois oficiais não foram ouvidos. Ontem, o presidente do IPM disse que pode ouvir alguns oficiais. Garantiu, porém, que a princípio só está definido o depoimento do capitão Élvio, comandante da 2ª Companhia do 1º BPM, que é a unidade responsável pelo policiamento na área onde ocorreu o incidente. Nesta segunda-feira, o capitão interrogará o cabo Carlos Ribeiro dos Santos.

No depoimento de Dair não pôde ser acompanhado pelo juiz Luiz Francisco Correa Barbosa, representante do movimento negro. Bernardes

Pereira alegou que como o movimento não está habilitado para participar do IPM, embora seja parte interessada, não há porque assistir ao interrogatório. Assegurou, contudo, que Barbosa teria acesso às peças do inquérito. Diante dessa determinação, Barbosa afirmou que o movimento colocava sob suspeita a transparência do processo.

– O movimento quer acompanhar o IPM porque não quer que ele se transforme numa farsa. E uma farsa seria se apurar a responsabilidade de quem não é o autor do crime. O que desejamos é chegar aos verdadeiros envolvidos no caso. No entanto, os advogados Carlos Alberto Menezes e Carlos Alberto Nascimento, contratados pela família da vítima, e João Carlos Castilhos, Felipe Caliendo e Carlos Gallicchio, defensores dos réus, e o promotor Dejalma Aparecida da Silva acompanharam o depoimento.

Uma missa por Júlio César

Com a presença de aproximadamente 200 pessoas, entre os quais, parentes, amigos, representantes de entidades do movimento negro e partidos políticos, foi realizada no final da tarde de ontem, na Igreja Nossa Senhora do Rosário, a missa de 7º dia da morte do operário Júlio César de Melo Pinto. O culto foi marcado pela emoção e momentos de protesto pela trágica morte, que, segundo os participantes, "foi mais uma demonstração de racismo".

A revolta das entidades representadas na celebração poderia ser notada desde a entrada da Igreja onde foram afixados diversos cartazes com uma foto de Júlio César e os dizeres: "Até quando? Júlio César de Melo Pinto, operário negro, casado, 30 anos, sem antecedentes criminais, morto por soldados da Brigada Militar em 14 de maio de 1987. Exigimos Justiça", assinado pelos partidos PNB, PT, PDT, PC do B e PCB, mais a OAB e várias comissões do movimento negro, em Porto Alegre.

Entre os parentes que assistiam à missa a emoção era forte, principalmente dos pais do operário, Renato Castilhos Fróes e Maria Sebastiana de Melo Pinto, e a esposa, Jussara Gonçalves Carneiro. Além do apoio, os familiares receberam a garantia de que as agremiações e entidades manterão a luta "pelo fim da violência policial dirigida ao negro e ao pobre", conforme destacou o líder do Grupo Quilombista, Valdemar Moura Lima, o Pernambuco.

PM ferido procura inocentar colegas

Possivelmente para defender os companheiros da farda, apontados como envolvidos no assassinato de Júlio César de Melo Pinto, o cabo Paulo de Souza Mellin não hesitou em contar uma mentira ao capitão José Antonio Bernardes, que preside o inquérito policial militar.

Ele disse que atingiu o operário com uma bala, por ter visto junto dele uma pistola calibre 6.35.

A arma existe. Mas foi parar nas mãos de um tenente da Brigada depois de um pitoresco incidente ocorrido na casa do eletricista Aldrovando da Rosa Sampaio, morador na Rua Eleutério Araújo, a duas quadras do supermercado Dosul. Um dos assaltantes, por uma escada encostada na parede, subiu para o telhado da moradia, tentando esconder-se. As telhas, de Brasilit, rompe-

ram-se com seu peso, e ele estatelou-se numa peça que serve de lavanderia e despensa. Com a queda, perdeu a arma e foi agarrado e dominado pelo dono da casa.

Que o indivíduo era um ladrão, estava claro para Aldrovando. Ele só não sabia que ele participara do assalto ao supermercado. Durante uns 15 minutos, Aldrovando fez força para manter o bandido subjugado, enquanto pedia a um filho de 13 anos que lhe colocasse nas mãos o próprio revólver, que tinha numa bolsa, coisa com a qual não concordou a mulher do eletricista. Tentativas de ligação para a Brigada também deram em nada, pois o telefone estava sempre ocupado.

Um pouco pelas pressões da esposa, outro tanto pelo cansaço em segurar o delinquente, que se debatia e implorava que não fosse entregue à Brigada, pois temia ser morto. Aldrovando desculdou-se, e o bandido acabou fugindo. Ficou em seu poder o casaco despedaçado do marginal e a pistola automática, de nove tiros, achada mais tarde num lugar escuro da peça em que o ladrão caiu, por um filho de quatro anos de Aldrovando. "Cerca de uma hora depois do incidente, um grupo de soldados chegou na minha casa, chefiados por um tenente, e eu entreguei a arma para o policial", disse Aldrovando.

Caso reabre o debate sobre racismo

"Júlio César tornou-se suspeito pelo simples motivo de ser preto e estar sem documentos", acha Teresa Canabarro, parente do operário. A mesma opinião é compartilhada pela viúva dele, Jussara Gonçalves Pinto. "É um ponto de vista injusto. Na Brigada não existe essa questão de cor. Tanto é que, além de expressiva parcela de membros da corporação ser da raça negra, também é preto o capitão que comandava a operação contra os atacantes do supermercado", rebate o comandante da PM, coronel Jerônimo Carlos Santana Fraga.

"Os fatos do cotidiano mostram que para a polícia o negro é suspeito até provar o contrário", afirma, por sua vez, o jornalista e militante do Movimento Negro, entidade que congrega várias facções, Paulo Ricardo de Moraes. Segundo ele é costume dos agentes da lei, em qualquer batida, dirigir-se em primeiro lugar para pessoas de pele escura. "É fácil entender o porquê da discriminação. A polícia age de acordo com os conceitos da sociedade elitista que representa, a qual é profundamente racista", acredita Paulo Ricardo.

Segundo o jornalista, o conceito negativo que cerca o cidadão de cor negra, acaba influenciando todas as camadas do meio social. Mesmo as mais modestas, como o motorista de táxi. Como ilustração, cita um caso ocorrido com ele e três amigos pretos, em São Paulo. "Embarcamos num Táxi, que logo depois de arrancar foi parado por uma viatura da Polícia Militar. 'Após verificar pela documentação, que dois de nós éramos jornalistas e a moça atriz de teatro, os soldados pediram desculpas e explicaram que barraram o táxi por ter recebido os sinais convencionais de luz do motorista'. Paulo Ricardo concluiu que o próprio taxista decidiu precaver-se, supondo que corria risco de assalto apenas porque conduzia em seu veículo quatro passageiros negros.

Do incidente

Os dramas, as angústias, a solidão das criaturas que vivem em estado de miserabilidade são tão insondáveis, são tão esotéricos, são tão inatingíveis, quanto os momentos de luxúria, deslumbramento, êxtase, em que vivem aqueles que lucram com a miséria, aqueles que são tão mais poderosos quanto maior for a aldeia dos marginalizados. Mas não só os miseráveis vivem sob esse círculo de fogo que parece intransponível a não ser por um milagre dos céus ou por um ato de violência extrema.

Os pobres, ou simplesmente pobres, têm para si demônios tão fortes quanto os que cercam a aldeia dos miseráveis. Ainda que não sejam pedintes, ainda que não roubem, ainda que trabalhem, podem apenas sonhar com a casa própria, com a mesa farta, com o carro à porta, com as crianças na escola, com o vinho ao jantar. Essas conquistas que parecem tão poucas, são alcançadas, nem sempre por inteiro, depois de uma vida inteira de trabalho. O homem pobre, ao adquirir uma casa, está próximo de adquirir o túmulo.

Num óleo e até numa foto em preto e branco, há uma certa beleza nas favelas num alto de morro, nos casebres à beira dos rios. Há alguma coisa de estóico nas mulheres e crianças carregando água em baldes, nos homens fazendo mais uma peça com pedaços de lata e restos de madeira. Há alguma coisa de lírico quando a noite desce sobre a miséria e de longe as luzes denunciam a continuidade da vida e imagina-se um carteadão, uma roda de cachaça, vultos suspeitos descendo para a cidade, uma criança chorando.

Os pobres, os simplesmente pobres, ainda conseguem manter em suas comunidades uma beleza real. Conseguem, em mutirão de família, colorir suas casas, emoldurar seus retratos, musicar seus domingos. Os miseráveis estão muito longe do óleo ou da foto em preto e branco. Vivem num ambiente surrealista, onde não se sabe a diferença entre a latrina e a cozinha, onde a mulher, com ou sem vocação para a prostituição, é desintegrada ainda menina, onde o homem, ainda criança, se torna inimigo de si mesmo.

Mas há um detalhe trágico que vale com igualdade absoluta para pobres e miseráveis. Ambos são tacitamente ilegais, ambos sobrevivem ao arreio da lei, ambos são suspeitos. E observam que há uma temível lógica para isso, pois são os pobres e os miseráveis que lotam os presídios do País. Assim é gerada uma deformação profissional em um ou outro grupo de policiais, militares ou civis. E quando o suspeito, além de pobre é negro, sua execução, em princípio, não é tratada como crime, ainda que se trate de um inocente. É um incidente.

FOTOGRAFIAS REVELARAM A EXISTÊNCIA DE UM CRIME

Por Darcy Demetrio Editoria de Policia/ZH

O espaço de tempo que separa o momento em que cinco bandidos invadiram, pouco depois das 19h de quinta-feira de semana passada, o supermercado Dosul do Partenon, e o instante em que um deles, Cléber Leal Goulart, tombou

na troca de tiros com agentes da Brigada Militar, não ultrapassou mais que meia hora. Entretanto, o episódio foi suficiente, pelos desdobramentos que teve, para manchar a imagem da corporação, levar a opinião pública a questionar a correção dos atos policiais, além de constituir-se em mais uma fonte de dor de cabeça para as autoridades responsáveis pela segurança, com reflexos na pessoa do Governador Pedro Simon.

Tudo porque alguns maus agentes acharam-se no direito de tomar a lei nas próprias mãos, julgando, condenando e encarregando-se da execução. Já estariam cometendo um crime, mesmo que o suspeito fosse culpado, pois ele já estava dominado, com as mãos algemadas às costas. Portanto, completamente indefeso. Mas os PMs Volmir Silva Gambarros, Dair Osvaldo Freitas e o cabo Carlos Ribeiro dos Santos, os únicos até agora identificados como autores do assassinato do operário Júlio César de Melo Pinto, fizeram algo ainda pior – eles tiraram a vida de um inocente. O motivo ainda é uma incógnita.

Júlio César, de 30 anos, era apenas mais um dos inúmeros curiosos que observava o desenrolar dos acontecimentos defronte ao supermercado como sempre acontece em casos do gênero. Ele estava ali contra a vontade da mulher, Jussara Gonçalves Pinto, que o advertiu para que não saísse de casa, quando ele lhe anunciou essa intenção ao saber que uma ação entre brigadinos e bandidos ocorria a uma quadra de sua casa. O rapaz preferiu até mesmo deixar para mais tarde o banho de chuveiro que pretendia tomar naquele momento. E cometeu um erro que pode ter contribuído para o desfecho trágico: deixou em casa os documentos.

Ataque epilético

Júlio César, empregado da Cortazzi Engenharia, a que presta serviços para a CRT, na instalação e conserto de cabos telefônicos, nos últimos tempos vinha tendo problemas de saúde. Ele sofria desmaios, precedidos de convulsões, segundo informações de sua família. Dia 15 do mês passado, foi examinado pelo neurologista José Calvário Sena que diagnosticou sintomas de epilepsia e recebeu ao cliente a ingestão de comprimidos de 100ml da droga Gardenal. Esse é outro detalhe que ajudou a abreviar a vida do rapaz.

Perícia revelou que a morte foi instantânea

Ao ser colocado na viatura, Júlio não estava baleado

Até a metade desta semana, o Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para apurar a morte do operário Júlio César de Melo Pinto, 30 anos, assassinado por agentes do 1º BPM após o assalto ao supermercado Dosul e o Partenon, na noite do dia 14 de maio último, deverá estar concluído, segundo seu presidente, o capitão José Antônio Bernardes Pereira. Sete PMs já foram indiciados no caso, mas nenhum assumiu a autoria do crime. Porém, a situação deles complica-se cada vez mais: novas informações confirmam que o rapaz foi executado atrás da revendedora Fiat San Marino, na Cristiano Fischer, quase esquina com a Ipiranga.

Ali, Júlio César foi atingido com dois tiros. Um deles, de baixo para cima – entrou no abdômen e atravessou o tórax –, causando-lhe hemorragia

interna e morte instantânea. Essa bala foi extraída do corpo do rapaz e encaminhada ao Instituto de Criminalística (IC) para ser submetida a exame. O resultado dessa perícia, que deverá ser entregue hoje ao presidente do IPM, indicará de qual arma saiu o disparo que matou o operário.

As armas dos sete acusados – tenentes João Luiz Clavijo e Sérgio Luís Silva Borges, cabos Carlos Ribeiro dos Santos e Paulo de Souza Mellin e os soldados Volmir Cambarias, Dair Osvaldo Freitas e João Carlos da Rocha – foram recolhidas e mandadas para o IC. Se ficar comprovado que o tiro que matou Júlio César não saiu dos revólveres dos indiciados, é praticamente certo que eles usaram outras armas para executá-lo ou, então, que há mais gente implicada no caso.

Outro detalhe está complicando os indiciados. Ao depor, o cabo Carlos e os soldados Dair e Volmir disseram que levaram Júlio César, do Dosul ao HPS, por este trajeto: Bento Gonçalves, Salvador França, Ipiranga, João Pessoa, José Bonifácio e Oswaldo Aranha. Na verdade, eles fizeram, com a viatura 285, o seguinte percurso: Bento Gonçalves, Aparício Borges, Salvador França, Ipiranga, Cristiano Fischer, retorno atrás da Fiat San Marino, Cristiano Fischer, Ipiranga, Ramiro Barcelos e Oswaldo Aranha. Esse itinerário tem 11 quilômetros; exatamente a distância percorrida pelo carro dos três PM.

Mas isso não é tudo. A 285 – um Volks – saiu do Dosul por volta das 19h30min e chegou no HPS às 20h10min. Três minutos antes, estacionara ali a viatura 438, na qual estavam o soldado Rocha, o cabo Mellin – baleado durante o assalto – e o ladrão Cléber Leal Goulart, 21 anos, morto ao tirotear com os PM. Curiosamente, outro carro da PM, que levou o soldado Ubirajara Dias Pedroso, ferido no confrontamento com os bandidos, parou no pátio do hospital às 19h45min.

Evidência

Diante de tantas evidências, por que os indiciados negam a autoria do crime? Estariam protegendo outros soldados ainda não envolvidos no caso? Ou apenas aguardando que os resultados das perícias indique qual deles deu o tiro mortal em Júlio César? Não há dúvidas de que no local da execução havia quatro carros – a 285, a 238 e outras duas viaturas; uma delas a 681, tripulada pelos tenentes Clavijo e Borges. E mais: alguns moradores da área ouviram uns tiros naquela noite.

Entretanto, o cabo Carlos e os soldados Dair e Volmir insistem em dizer que não sabem explicar a morte de Júlio César. Afirmam, porém, que o rapaz entrou na viatura 285 algemado, desarmado e sem ferimento a bala. A única coisa que revelam é que estacionaram o Volks quase defronte a 11ª DP, na Salvador França, "por determinações superiores". Ali, eles conversaram por cerca de quatro minutos com os dois tenentes. Os oficiais, garantem, queriam ver se algum deles estava ferido. Por quê, então, não seguiram direto para o HPS?

Neste caso – em que comprova-se a máxima de que a mentira tem perna curta – também já foram descartadas outras versões dos envolvidos. Por exemplo: o cabo Mellin disse que Júlio César estava armado com uma pistola 6.35. No entanto, essa arma – Bereta, modelo 950-B, nú-

mero 601060 – foi encontrada, pouco depois do assalto, numa casa próxima ao Dosul e entregue para um grupo de PM, comandados por um oficial. A pistola pertencia ao ladrão Carlos Alberto Lemos de Almeida, o Beto, 19 anos.

Aliás, os cinco bandidos liderados por Cléber foram categóricos em afirmar, ao depor na Delegacia de Roubos e Extorsões, que Júlio César não participou do assalto. Beto, João Donato de Moraes, o Mica, 21 anos, Sérgio Corrêa da Silva, 21 anos, José Ademir Rabelo Tavares, o Bola, 20 anos, e Paulo Luiz Gonçalves, o Perna, 24 anos, garantiram também que não conheciam o operário. E algumas testemunhas disseram que ele caiu no chão, na frente do supermercado, porque teve uma crise epiléptica, doença de que sofria há meses.

A conclusão mais óbvia é a de que Júlio César foi executado por ser preto, pobre, estar sem documentos e ainda por cima tentar protestar inocência, diante do público, para os PM. Dos sete acusados, cinco estão recolhidos ao xadrez do 1º BPM: Volmir, Dair, Carlos, Mellin e Rocha. Antes de concluir o IPM, Bernardes Pereira deverá ouvir mais de 15 pessoas. Depois, o caso vai para o Tribunal de Justiça Militar do Estado.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, sei que este momento é reservado para discussão de temas constitucionais. É imperativo, todavia, que não nos esqueçamos das graves dificuldades que vivemos neste momento, com visíveis sintomas de recessão provocada pela inflação desenfreada e inconcebíveis taxas de juros bancários. O País geme a dor. Os produtores nacionais estão inconsoláveis, porque não só se sentem impossibilitados de produzir, mas ainda vêem fugir de suas mãos os seus bens patrimoniais, para saneamento de parte de seus débitos nos bancos.

Após retomar de meu Estado, sinto-me hoje realmente decepcionado, frustrado com tudo o que foi dito por V. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda, Sr. Bresser Pereira, ontem, em Sousa, no Estado da Paraíba. S. Ex.^a afirmou categoricamente que não existe recessão neste País.

Realmente, não dá para acreditar que haja tamanha desinformação por parte do Ministro. Deve ser o único brasileiro que não sabe como andam os assuntos da economia nacional.

Disse ainda S. Ex.^a que o problema do Nordeste não é político, e sim de pobreza, de atraso social, etc. Nós nordestinos, sabemos, Sr. Ministro, que interessa aos Estados ricos deste País que o Nordeste continue pobre, porque só assim haverá mão-de-obra fácil e barata para dar sustentação a esses Estados. Mas é importante que S. Ex.^a saiba que a tolerância dos nordestinos acabou-se. A região está decidida a não mais tolerar esses abusos. Os nordestinos querem agora conversar em pé de igualdade, querem definir os seus destinos. Se não for concedido este espaço, tenho a convicção plena de que ao Nordeste interessa a sua independência.

Somos bastante capazes, dentro das nossas próprias limitações, de desenvolver a nossa região, desde que não nos sejam debitados os pesados ônus da dívida interna e externa contraídas para investimentos na parte rica do País. Não temos nada a ver com estas dívidas, Sr. Ministro.

E, mais ainda, é preciso que toda a Nação saiba que o Nordeste tem superávit no setor energético, consumido pelos Estados ricos deste País. Somos fortes, dizia Euclides da Cunha, mas não somos escravos, como não somos menos dotados de inteligência e de capacidade de trabalho. Portanto, não temos por que ser subestimados por V. Ex.^a.

O Ministro da Fazenda recebeu convite para ir à região com a antecedência necessária para levar um plano visando à solução das secas. Chegou ontem de mãos abanando, divergiu de tudo e de todos e deu por cumprida a sua missão. Não é assim que se demonstra interesse por uma região. Onde está a ordem do Presidente da República, de dar-se prioridade à região? É o que perguntamos nós, nordestinos.

O pior é que ainda faltou à reunião com os Ministros do Interior, da Irrigação, do Planejamento e da Agricultura, que se encontravam em João Pessoa, à sua espera para dar uma solução, mesmo que emergencial, ao problema da seca, colocando estes Ministros em situação difícil, porque nada teriam a dizer, como realmente não disseram, ao grande público paraibano, objetivo básico de tão dispendiosa viagem. Nenhuma solução: só muita decepção e muita frustração. Este é o resultado da viagem do Sr. Ministro da Fazenda à Paraíba.

Quanto aos juros bancários, S. Ex.^a preferiu não entrar no assunto. Todo o público presente à reunião reclamava uma decisão imediata. É possível que o Ministro tenha endossado as palavras do seu auxiliar Fernando Milliet, Presidente do Banco Central, que em Patos afirmou que o que faltava ao Nordeste era mais agências do Banco do Brasil para captar recursos através da caderneta verde para gerar poupança.

Concordo em que faltam agências do Banco do Brasil, mas não para recolher dinheiro no meio rural, porque este não existe nem para a alimentação do ruralista; mas deve haver agências para levar recursos com a finalidade de estimular a produção no campo, e não a especulação financeira, como o Sr. Presidente do Banco Central deseja.

O que se pode observar é que o raciocínio do Ministro da Fazenda e de seu auxiliar, o Presidente do Banco Central, é puramente especulativo-financeiro, enquanto que a realidade nordestina, brasileira e, poder-se-ia dizer, universal pede produção.

Não podemos produzir fazendo especulação financeira, ao mesmo tempo. As empresas que têm poupanças estão investindo no mercado financeiro, desestimulando o mercado produtivo, o que leva ao desemprego e, evidentemente, à recessão.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes trabalhei desde os onze anos. Trabalhei no campo como agricultor, trabalhei na indústria como operário, fui funcionário público e depois ingressei na vida empresarial. Tenho, portanto, algumas experiências de vida. Nunca vi tamanho descalabro como o que vem sendo imposto à Nação brasileira neste momento.

Mas o pior de tudo é que se sabe agora que os homens que dirigem a economia deste País não acreditam na atividade produtiva. E agora, Srs. e Sr.^{as} Constituintes? O impasse está criado. Para que fazer uma Constituição nova se não vamos mais produzir?

Rogo ao Sr. Presidente da República que analise a fundo a questão e tome uma decisão imediata. A Nação não pode esperar mais 30 dias. Precisa de um posicionamento imediato.

Precisamos de um ministro que acredite no sistema capitalista e que entenda ser a empresa o caminho inevitável para o desenvolvimento e a consolidação de nossa economia; que a valorização do trabalho é imprescindível, e que de uma vez por todas seja dado um não à especulação financeira, reduzindo os juros a níveis que estimulem a produção no País.

Este Ministro que aí está segue o caminho adverso, aos interesses nacionais e, consequentemente, não pode e não deve permanecer no cargo.

O SR HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a região nordestina do nosso País vê-se às voltas, novamente, com o fenômeno da seca. Seu povo encontra-se, mais uma vez, exposto às mais terríveis dificuldades, privações, miséria, flagelo e falta de perspectiva.

Como nordestino que sou, ao falar da seca do Nordeste, quero, antes de tudo, protestar contra a atitude irresponsável que historicamente tem marcado os governos das classes dominantes brasileiras com relação ao Nordeste, atitude mais causadora do desespero atual dos nordestinos do que as estagiagens demoradas que lá ocorram.

Como o capitalismo no Brasil se desenvolveu especialmente no Centro-Sul, as regiões periféricas ao centro do capital são exauridas em seus recursos, condenadas a viver como fonte barata de mão-de-obra e inteiramente discriminadas de investimentos substanciais e douradouros, capazes de aparelhá-las economicamente para enfrentar as vicissitudes naturais.

No Nordeste brasileiro há um problema natural, identificado e bem conhecido – a seca. Mas o principal problema nordestino, a causa básica de seus contínuos desassossegos, é de natureza econômica e social. Não percamos de vista que nos últimos 50 anos os governos brasileiros, no enfrentamento da questão da seca, gastaram pouco mais de 10% do que custou a usina de Itaipu. Não esqueçamos que o Nordeste, que precisa ardentemente de um eficiente sistema de irrigação, tem uma área irrigada oito vezes menor que a área do Centro-Sul. Enquanto o Nordeste tem um milhão de hectares facilmente irrigável e só conta com cerca de 50.000 hectares efetivamente irrigados, a Índia, país dos mais pobres do mundo, irriga, a cada ano, cerca de 2 milhões de hectares de terra, o que quer dizer que de 15 em 15 dias, a Índia consegue fazer o que se faz em irrigação no Nordeste durante 25 anos.

Sr. Presidente, desde o Império, as classes dominantes labutam com a seca do Nordeste. Com ela, muita gente fica rica, muita gente continua rica. Obras de fundo, que refletam uma prioridade efetiva para o Nordeste, nunca foram realizadas.

Quando a seca arrebenta as famílias sertanejas, o Governo libera algum dinheiro, esmolas que em geral não servem para nada e humilham os nordestinos. Uma reforma agrária efetiva, em tempo de bonança, não é feita, como não se elabora nem se põe em prática um plano de desenvolvimento ousado e adaptado às circunstâncias do Nordeste.

Tudo isto vem à baila, Sr. Presidente, porque nova seca assola o Nordeste. A miséria já é quase maior do que a humanamente suportável, embora a repercussão nacional e a comoção oficial sejam bem menores do que a provocada pela seca que há pouco tempo chegou a Santa Catarina.

No último fim de semana, diversos Ministros de Estado foram ver a seca do Nordeste – espetáculo trágico, constataram eles. Como D. Pedro II, segundo consta, quase choraram de tristeza. O resultado prático, todavia, foi apresentado pelo Ministro Bresser Pereira, sulista que foi conhecer o Nordeste, declarou S. Ex.^a que as dívidas contraídas pelos agricultores do Nordeste só seriam corrigidas em 50% da correção monetária, não mais que isso! Numa situação em que nem os grandes produtores, ante a avalanche inflacionária, conseguem pagar com a produção os seus financiamentos, com correção monetária, como os insolventes agricultores do Nordeste, principalmente os pequenos e médios, com prejuízo total, conseguirão pagar empréstimos contraídos na época do Cruzado 1, a 2% do mês, se a correção monetária está a mais de 20%?

O Nordeste continua abandonado. E extorquido.

Quando nova Constituição está sendo elaborada, e o povo espera realizar eleição presidencial em 1988, é necessário que a questão do Nordeste seja enfrentada por constituintes que se orientem pelos interesses nacionais e populares e por forças efetivamente democráticas, que se empenhem em mudanças profundas para o nosso País.

Durante o discurso do Sr. Haroldo Lima, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Mário Lima. (Pausa)

O SR. MÁRIO LIMA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em Direito há o princípio de que à acusação cabe o ônus da prova, mas aqui, neste Parlamento, nós é que temos de provar que somos coerentes, honestos e fiéis ao programa do partido, pois a qualquer momento estamos sendo envolvidos por uma série de circunstâncias.

A minha ausência, por exemplo, na votação do Relatório da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária motivou uma série de versões a meu respeito, desde o seqüestro até o fato de que eu teria sido envolvido por uma proposta de S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, para assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, de que eu teria sido comprado pela UDR e até mesmo de que eu teria sido coagido.

Ontem, neste plenário, uma repórter do *Jornal do Brasil* me perguntava se eu tinha um irmão aqui em Brasília. Eu disse que tinha. É o Dr. Luís Fernando Monteiro, funcionário do Ministério de Agricultura há mais de vinte anos e que há mais de dez mora em Brasília, então, ela me comunicou que alguém do Ministério havia telefonado para o jornal, dizendo que ele teria sido designado para

um cargo e que essa nomeação possivelmente teria sido o preço da minha ausência na famosa reunião da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Ainda há outro fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Recebi no meu gabinete telegrama da Liderança, pedindo-me que, nas votações e discussões das Subcomissões e Comissões a que pertenci fosse fiel ao programa do partido. Fico em dúvida, Sr. Presidente, sobre qual partido? Qual é a Liderança a que devo obedecer? A que Líder tenho de ser fiel? Ao meu Líder na Assembléa Nacional Constituinte, Constituinte Mário Covas, ao Presidente do meu partido, da Assembléa Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, Constituinte Ulysses Guimarães, ao Constituinte José Richa ou aos Governadores Miguel Arraes e Orestes Querínia? Enfim, qual dessas tendências devo obedecer durante a votação na Subcomissão ou Comissão a que pertenço?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço questão de ler neste plenário expediente que estou enviando a todas as revistas do Brasil que se ocuparam da minha ausência.

É o seguinte:

"Brasília, 8 de junho de 1987.

Ao Diretor e Editor da Revista **Veja**
Sr. Victor Civita
Av. Otaviano Alves de Lima, 4.400
02901 – São Paulo – SP

Prezado Senhor:

Fui surpreendido com a matéria publicada na página 41, do exemplar nº 978, com minha fotografia, na qual sou apresentado à Nação como se fosse um homem dúvida, sem posição política firme, ou que tivesse sido cooptado pelo Presidente Sarney, com a oferta do MIRAD, ou que tivesse sido comprado pela UDR ou ainda que tivesse sido intimidado pelos telefonemas ameaçadores recebidos pela minha família, quando da votação do Relatório do Deputado Osvaldo Lima Filho na Subcomissão de Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária.

Na matéria também foi passada para os leitores a idéia de que minha ausência momentânea e a falta de meu único voto naquela sessão teria inviabilizado definitivamente a Reforma Agrária.

Como nenhuma dessas versões é verdadeira, desejaria solicitar a V. S^a. o espaço necessário para refutá-las, além de ter a oportunidade de esclarecer ao público a minha posição na Assembléa Nacional Constituinte, bem como as possibilidades que ainda existem até a aprovação da Constituição, para discutir e aprovar, não só a Reforma Agrária, como qualquer outra matéria.

Ficaria profundamente grato caso essa Revista me desse esse direito que tenho de repor a verdade dos fatos.

Cordiais saudações. – **Benedicto Monteiro**, Deputado Federal."

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a esta tribuna para, mais uma vez, lamentar a situação de pouco caso em que a Previdência Social relegou os seus aposen-

tados e pensionistas. Parece brincadeira. No mês passado a Previdência Social, com carnê, pagou o valor correspondente ao mês e mais as diferenças do gatilho de janeiro, fevereiro, março e abril, mas não o fez de forma separada. O que pensou, então, o coitado do pensionista ou o coitado do aposentado? Que aquele seria o valor que iriam receber sucessivamente. No entanto, receberam o carnê deste mês com um valor bem menor do que o do mês anterior. E todos ficaram preocupados. Já recebem uma miséria, e ainda vem a Previdência e paga uma importância muito menor do que a do mês anterior, descumprindo a própria lei aprovada neste Congresso. Esta estabelece, retroativo a 1º de abril, pagamento equivalente a 95% do salário mínimo, e também a defasagem dos pagamentos desde 1979, que a Previdência entendeu, de forma mirabolante, ser de apenas 2 a 19%.

Acho que a Previdência tem de tomar vergonha na cara e tratar o aposentado e o pensionista de forma um pouco mais decente. A Previdência Social, através de comunicado na imprensa escrita e falada, tem de explicar o que aconteceu, porque todos os aposentados e pensionistas, neste mês, estão, na verdade, arrancando os poucos cabelos que têm, em virtude da situação difícil e ingloria a que este Governo, preocupado com obras faraônicas, os relegou – eles que tanto deram por esta terra para chegarmos onde chegamos. A Previdência Social alega que a lei aprovada, retroativa a 1º de abril, demora para ser processada e que só a partir do mês que vem estarão prontos os novos carnês. Ora, não há necessidade de carnês, pois nessa mesma lei aprovamos um artigo que obriga todos os bancos integrantes do Sistema Financeiro a prestarem serviços aos aposentados e pensionistas. Portanto, era só creditar em conta-corrente. Mas o **lobby** dos bancos falou mais alto e esse artigo foi vetado, porque os bancos não trabalham de graça para ninguém. Querem é tirar a pele do povo brasileiro.

Mesmo assim, gostaria de repetir uma pergunta que já fiz da tribuna desta Casa: no domingo termina o teste da Loteria Esportiva e na segunda-feira o sistema de processamento já pode informar quantos ganharam, entre milhares de cartões. O concurso da Loto é de amanhã e no final da tarde já se sabe quantos ganharam. Por que, então, não usar os mesmos computadores da Loto e da Loteria Esportiva para processar os pagamentos dos benefícios da Previdência Social? Na verdade, interessa mais à Previdência Social que um aposentado ou pensionista morra, porque é mais barato pagar o auxílio-funeral de dois valores de referência do que continuar pagando a eles os benefícios a que fazem jus.

Basta, Excelências. Ou a Previdência trata os aposentados e pensionistas como deve ou teremos de tomar posições muito mais duras, por quanto eles estão morrendo não só de fome, mas à míngua de recursos. (Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo manifestar minha surpresa ao verificar que o relatório-substitutivo da Comissão de Organização do Estado transferiu para as Disposições Transitórias assunto da maior importância, qual seja aquele da subdivisão do País em Estados.

O Sr. Relator, Sr. Presidente, cria uma comissão de redivisão territorial do País, com cinco membros do Congresso e cinco do Poder Executivo. Dá prazo a tudo e a todos e consegue, no seu relatório, que após três anos de tramitação, o assunto volte ao Congresso Nacional para ser decidido.

É terrivelmente surpreendente verificar que uma concentração de esforços como a que estamos realizando em torno da nova Constituição brasileira nos leve a esta situação de retorno à origem, após quase três anos e imensas despesas realizadas.

Sr. Presidente, a subdivisão do País é, indiscutivelmente, uma grande necessidade. O Brasil, com a sua dimensão continental, não pode continuar com vinte e poucos Estados; precisamos ter entre 40 e 50, para que esta administração rarefeita, nesta extensão continental, possa atender bem às necessidades do País.

Represento o Triângulo Mineiro, região indiscutivelmente rica, preparada para a separação, em que pese o nosso apreço à nossa Minas Gerais, ao nosso Estado-mãe. Mas o Triângulo Mineiro tem características específicas, diferentes. É uma região plana; é a caixa d'água do Brasil, preparada para os grandes planos de irrigação. Possui uma infra-estrutura satisfatória, muito diferente da de Minas Gerais, montanhosa, e cujo nome explica bem o que representa: região de mineração, da indústria pesada, da siderurgia. E nós, do Triângulo Mineiro, mais afetos à pecuária e à agricultura, temos aquela maneira própria de pensar, de homens diferentemente preparados, mas com uma situação econômico-financeira que autoriza essa pretensão de nos separarmos agora de Minas Gerais e formarmos um novo Estado. Creio, inclusive, que as razões apresentadas pelo Relator, de que esta divisão agora importaria grandes despesas para o País, não corresponde à realidade do Triângulo Mineiro. Tenho a impressão de que nossa região pretende se separar, e não criar problemas, muito menos despesas para o País.

Entendo que se for autorizada a separação do Triângulo Mineiro, este se cotizará e levantará os recursos necessários à instalação da sua administração básica. Temos valores humanos e riqueza suficientes para não sermos motivo de dificuldades para o País, que já se debate em crises terríveis. A idéia da separação é sadia, é positiva, é realizável e, no nosso entender, só poderá trazer benefícios ao Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, usei da palavra para manifestar minha surpresa. Realmente, se há uma região preparada para a subdivisão, é o Triângulo Mineiro, que, tenho certeza, atendido na sua pretensão, será mais um motivo de orgulho para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

colegas Constituintes, Casa vazia reflete Nação vazia de governo. Se 4/5 dos Srs. Constituintes ou mais, sustentam o Governo e não têm como defendê-lo, pelo menos deveriam aqui comparecer para explicar ao povo o descalabro que aí está.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre três importantes temas esquecidos pelo Relator, Senador Almir Gabriel, mais um subserviente do Governo, mais um rastejador. Aliás, o nome de S. Ex.^a não

deveria ser Almir Gabriel, mas Anjo Gabriel dos empresários e do Sarney. O primeiro deles se refere ao relatório que castrou parte da estabilidade no emprego e toda a paridade salarial dos aposentados. Segundo o relatório, o trabalhador simplesmente tem o direito de aposentar-se, mais nada. O que vai resguardar o trabalhador de uma defasagem salarial, como foi acontecer agora, quando os aposentados vivem na mais absoluta miséria? É bem possível que no Pará, Estado do Senador Almir Gabriel, não se precise de comunicação com os eleitores para se buscar um mandato. Se S. Ex.^a fosse de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Centro-Sul, talvez precisasse pensar um pouco mais em prestar contas aos seus eleitores. Entretanto, deve fazer como os outros Deputados e Senadores do PMDB e do PFL, que vivem a jantar e a almoçar com Sarney, num acinte à miséria do povo. Certamente serão “almocados” e “jantados” pelos eleitores nas próximas eleições, como a Arena o foi.

O outro tema diz respeito ao direito de greve, também capado pelo Relator. Parecemos que não compete ao Relator passar a sua opinião, mas relatar os diversos trabalhos trazidos das Subcomissões.

Sr. Presidente, V. Ex.^a agora está muito bem acompanhado de um homem que durante 20 anos caminhou à frente dos trabalhadores nas greves, correndo dos cachorros, como ele mesmo afirmou na solenidade de entrega dos relatórios. Trata-se do Dr. Ulysses Guimarães. Agora os operários correm dos cachorros e S. Ex.^a fica calado. Por que ele não defendeu os trabalhadores quando corriam dos cães do Sr. Franco Montoro em São Paulo?

O vazio que aí está é o mesmo do Governo. A Nação passa de Governo – ou desgoverno – construindo obras faraônicas, enquanto os operários morrem de fome, enquanto o Ministro da Previdência Social, do PMDB, cuida dessa instituição como se ela fosse uma empresa, que tem de dar lucro. O único órgão do Governo que não deve pensar em lucro é a Previdência Social. A Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, todas as demais empresas estatais têm de dar lucro. A Previdência, não; o seu prejuízo resulta em bem-estar para o homem que contribuiu com seu trabalho para esta Nação e que agora vive de migalhas.

O único órgão do Governo que dá lucro é a Previdência Social. Que ironia!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à presença de V. Ex.^a para tratar de assunto por demais conhecido e discutido nesta Casa. Trata-se da instituição do 13º salário em favor do servidor público federal, estadual ou municipal, com a isenção de desconto ou tributação.

Como é do conhecimento de todos, a nossa Constituição vigente pauta-se em princípios permanentes, dentre os quais destacamos o da legalidade – que consubstancia o preceito de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei – assim como o princípio de isonomia. Este último consiste no tratamento eqüitativo a todos os cidadãos, independentemente de sexo, raça, profissão, convicção política ou credo.

Estou certo, Sr. Presidente, de que a futura Constituição haverá de consagrar os princípios mencionados, como garantia de sua legalidade e legitimidade.

Foi com essa certeza que apresentei emenda assegurando o direito ao 13º Salário para todo Servidor Público que, acima de tudo, é um trabalhador.

Com efeito, esse benefício é hoje um direito consagrado dos trabalhadores, sendo, pois, medida de grande alcance social. Mas, nem por isso, o tratamento isonômico vem sendo observado com relação ao Servidor Público Estadual e Municipal.

E se já não bastasse a diferenciação feita entre os Servidores Estatutários e Celetistas, o que por si só já é uma vulneração ao princípio da isonomia, há ainda a discriminação entre os Servidores Federais, Estaduais e Municipais.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se todos são iguais perante a lei, conforme estabelece nossa atual Constituição, como admitir a discriminação imposta aos servidores estaduais e municipais?

A questão, por ser clara, nos parece de simples solução, ou seja, há que constar na futura Carta Magna o inalienável direito a que faz juz o Servidor Público, seja de que espécie for.

Sr. Presidente, se a nova Constituição abrigará normas sobre os direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, creio que chegam a hora de resgatarmos definitivamente o direito ao 13º Salário para os Servidores Públicos em geral, de maneira a preservar o princípio da isonomia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o ideal da civilização grega – a mente sã num corpo sadio – transformou-se numa divisa universal, numa aspiração de todos os povos que pretendem permanecer na humanidade. Também foi a civilização helênica, uma das mais harmoniosas de todos os tempos, que instituiu os jogos olímpicos, quando a juventude exibia sua força, sua destreza, sua agilidade e seu espírito esportivo nos estádios, cultuando a higidez e a beleza, que fez dos gregos, ao mesmo tempo, excelentes soldados e magníficos escultores da figura humana.

Mas a base de tudo isso é a saúde, a higidez corpórea e mental, o treinamento de todas as potencialidades materiais e intelectuais, decerto com a ajuda e a vigilância da comunidade, pois se orgulhavam desses feitos olímpicos as cidades da velha Hélade.

No mundo contemporâneo, também, as nações cuidam do desenvolvimento intelectual e corpóreo dos seus filhos, como se verifica nas olímpiadas quadriennais, nas exibições artísticas, no cinema, na literatura, na pintura, na música, na arquitetura, finalmente em todos os campos das artes, das letras e do atletismo.

As nações cuidam da higidez dos seus povos e o Brasil não pode faltar a esse dever, descobrindo meios e ampliando serviços para o cuidado da saúde.

Assim pensando, apresentamos a seguinte sugestão ao texto constitucional:

Art. É dever do poder público a promoção e atendimento à saúde, através de um plano de ação integrada entre a União, os Estados e os Municípios, assegurando-se o bem-estar físico, mental e social a todos,

garantindo-lhes condições ambientais e de saneamento.”

A Lei Ordinária indicará os meios para o atendimento a esses objetivos, e temos plena confiança em que, a partir desta Constituinte, os legisladores jamais se descuidarão do problema sanitário brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no período destinado ao oferecimento de emendas perante as respectivas Comissões temáticas, no decorrer dos trabalhos constitucionais, apresentei as seguintes:

A) Na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

1 – Suprimam-se os artigos 33 a 36 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

2 – Suprima-se o inciso I do artigo 30 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, renumerando-se os demais.

3 – Acrescente-se o inciso III ao artigo 32 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais:

“Art. 32

I –

II –

III – Aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.”

4 – Dê-se ao parágrafo único do artigo 28 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 28

Parágrafo único. Se se tratar de matéria concernente à segurança Nacional, ou do segredo de Estado, só será levada ao conhecimento das Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em sessão secreta, a critério do Presidente da República.”

5 – Suprima-se o artigo 22 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, renumerando-se os demais.

6 – Suprima-se o artigo 20 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, renumerando-se os demais.

7 – Suprima-se o artigo 19 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, renumerando-se os demais.

8 – Inclua-se no § 9º, do artigo único, do anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, o seguinte:

“Admitir-se-á o aborto genético, por exclusiva decisão da mulher, desde que provada a má-formação do embrião. Esse direito estende-se à vítima de crime de estupro.”

9 – Dê-se ao artigo 1º do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 1º O Brasil é uma República Federativa, constituída pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios a dos Municípios.”

10 – Dê-se ao artigo 2º do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 2º Os poderes do Estado emanam da soberania popular.”

11 – Dê-se ao artigo 5º do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 5º Cumpre ao Estado promover a liberdade e a igualdade dos cidadãos.”

12 – Suprima-se o artigo 13 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

13 – Dê-se ao parágrafo único do artigo 14 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 14

Parágrafo único. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Presidente do Supremo Tribunal Federal.”

14 – Dê-se ao artigo 3º do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 3º São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

15 – Dê-se ao artigo 16 do anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais a seguinte redação:

“Art. 16. O Presidente da República decretará a perda dos direitos políticos no caso de aquisição de nacionalidade brasileira obtida em fraude contra a lei.”

Assim, as emendas visaram a, conforme ficou patenteado em suas justificativas, manter dispositivos consagrados em nossa tradição constitucional e em relação aos quais não há razões convincentes para mudança, simplificar e tornar mais realistas outros, bem assim dar mais coerência a terceiros.

B) Na Comissão de Organização dos Estados:

1 – Acrescente-se às Disposições Transitórias, do anteprojeto da Comissão dos Estados, o seguinte artigo, onde couber:

“Art. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe.”

Parágrafo único. Os municípios localizados na área compreendida entre os rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe.”

2 – Inclua-se, no anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões o seguinte:

"Art. A União aplicará no Nordeste, durante pelo menos vinte anos, cinqüenta por cento dos recursos federais destinados ao programa nacional de irrigação."

3 – Acrescente-se, onde convier, no substitutivo dessa Comissão o seguinte dispositivo:

"Art. Os Estados e o Distrito Federal não poderão despescer mais de 5% (cinco por cento) nem os Municípios mais de 3% (três por cento) do Orçamento para os gastos com propaganda e publicidade."

4 – Dê-se ao artigo 32 das Disposições Transitórias do anteprojeto da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios a seguinte redação:

"Art. 32 As eleições para Governador e Vice-Governador do Distrito Federal serão realizadas no mesmo dia que as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República.

Parágrafo único. Os mandatos dos eleitos em conformidade com o disposto neste artigo coincidirão com os do Presidente e Vice-Presidente da República."

Desta forma, as quatro emendas objetivaram: restabelecer a área original de Sergipe; vincular a destinação de 50% dos recursos federais para a irrigação ao Nordeste; limitar os gastos estaduais e municipais com publicidade; e estabelecer a coincidência das eleições para o Governador e Vice-Governador do Distrito Federal com as do Presidente e Vice-Presidente da República. Quanto ao pleito constante da primeira emenda, não se trata de algo novo, mas da luta sesquicentenária dos sergipanos, convictos que estamos de que a divisa sul do nosso Estado deverá ir até as margens do rio Itapicuru.

Originalmente, quando da conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, em 1590, a divisa de Sergipe com a Bahia era o rio Itapicuru. Com o tratado de armistício de Haia, de 12-1-1641, por 10 anos, ficava estabelecido o rio Real como limite da Capitania de Sergipe com a Nova Holanda brasileira. Expulsos os holandeses, sedimentou-se, por parte da Bahia, o hábito de considerar o rio Itapicuru como a fronteira entre ela e Sergipe (Francisco Carvalho de Lima Junior, "História dos Limites entre Sergipe e Bahia". págs. 172 e 387 a 392). Há também o caso do povoado de Abadia, que se transferiu de local, avançando por terras reclamadas por Sergipe, aproveitando-se, dessarte, do rio Real. Seus habitantes recusavam-se a aceitar a jurisdição do Capitão-Mor de Sergipe e seus governadores, o que complicou e retardou a fixação definitiva da fronteira no Itapicuru, conforme mapa da época.

Existe uma carta do Conde dos Arcos (8º) que, inadvertidamente, gerou jurisprudência a favor da Bahia. Há confusão e superposição de jurisdições, civis, militares e eclesiásticas, o que não implica, como não acontecia habitualmente, reflexos sobre a integridade do território fisicamente considerado. Confundiu-se a favor da Bahia, dada sua importância política e cultural, "jurisdição" com "território".

Algumas vezes, por conveniência administrativa, da justiça e do clero, houve dualidade hierárquica nesta região "rebelde à lei, e incidência de criminalidade e abusos". Até 1843 nenhuma lei alterou a fronteira no Itapicuru. Faltou a Sergipe mais agressividade em dar consequência ao pro-

tocolo de intenções dos governadores em 1920 – J.J. Seabra e Pereira Lobo.

A fronteira no Itapicuru agrupa ao Estado de Sergipe, o menor do Brasil, uma área de apenas mais ou menos 3.000 km², de um total de 559.951 km² da Bahia. Esta é uma excepcional oportunidade para que o órgão supremo da soberania nacional ponha termo à questão.

C) Na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

1 – Dê-se ao art. 1º da Seção I – "Do Presidente da República" – do Capítulo II – "Do Poder Executivo" – a seguinte redação:

"Art. 1º O Presidente da República exerce a plenitude do Poder Executivo federal, competindo-lhe privativamente:

I – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado por ele livremente escolhidos, a direção superior da administração federal;

II – iniciar o processo legislativo, abrangendo as leis ordinárias e as propostas de emenda à Constituição;

III – sancionar, promulgar e fazer publica as leis, expedir decretos e regulamentos para sua execução;

IV – vetar projetos de lei;

V – dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal;

VI – nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios;

VII – prover e extinguir os cargos públicos federais;

VIII – manter relações com os Estados estrangeiros;

IX – celebrar tratados, convenções e atos internacionais "ad referendum" do Congresso Nacional;

X – Permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, nos termos de lei complementar;

XI – exercer o comando supremo das Forças Armadas;

XII – declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou, sem prévia autorização, no caso de agressão estrangeira ocorrida no intervalo das sessões legislativas;

XIII – fazer a paz, com autorização ou "ad referendum" do Congresso Nacional;

XIV – decretar a mobilização nacional;

XV – decretar e executar a intervenção federal;

XVI – autorizar brasileiro a aceitar pensão, emprego ou comissão de Governo estrangeiro;

XVII – enviar proposta de orçamento ao Congresso Nacional;

XVIII – prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XIX – remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias; e

XX – conceder indultos e comutar penas com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá outorgar ou delegar atribuições sobre estruturação, atribuições e funcionamento da administração federal, provisão de cargos públicos federais, aceitação de emprego ou comissão de governo estrangeiro por brasileiro e concessão de indulto ou anistia.

"Art. Aos Ministros de Estado, auxiliares diretos do Presidente da República, escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e cinco anos, no exercício dos direitos políticos, compete, além de outras atribuições constitucionais e legais;

I – orientar, coordenar e supervisionar os órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, na área de sua competência, referendando atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

II – expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III – apresentar anualmente ao Presidente da República relatório dos serviços realizados no Ministério;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da República."

2 – Dê-se ao § 3º do art. 35 a redação seguinte:

"§ 3º Haverá um Tribunal Regional do Trabalho na Capital de cada Estado e no Distrito Federal."

3 – Inclua-se onde couber, no anteprojeto final da Subcomissão do Poder Legislativo, no capítulo que regula o Processo Legislativo, o seguinte dispositivo:

"Art. A matéria constante do projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras."

4 – Exclua-se do art. 24 do Anteprojeto Final da Subcomissão do Poder Legislativo, o § 2º, que estabelece:

"Art. 24

§ 2º O Presidente da República poderá solicitar, e a Câmara dos Deputados aprovar, em caso de urgência, que o projeto seja apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional dentro do prazo de quarenta dias."

5 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto final da Subcomissão do Poder Legislativo, no capítulo referente ao Processo Legislativo, o seguinte dispositivo:

"Art. É vedada, nas deliberações parlamentares, a utilização do voto secreto."

6 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto final da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, no capítulo referente ao Poder Judiciário:

"Art. Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, em virtude de sentença judicial, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, garantida a incidên-

cia da correção monetária, independentemente da elaboração de novos cálculos, e proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra orçamentários abertos para esse fim.

§ 1º É automática a inclusão, no orçamento de cada ano das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus créditos constantes de precatórios judiciais, cujo montante compreenderá o valor do principal e dos acréscimos corrigidos monetariamente, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Caberá ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito que, também, deverá sofrer incidência da correção monetária.

§ 3º Fica assegurado ao credor o direito de seqüestro de receitas públicas se, no prazo de 18 (dezoito) meses da apresentação do precatório, não tiverem sido pagas a indenização e respectivos acréscimos, inclusive correção monetária, fixados judicialmente. Sobre o valor da referida indenização não incidirá qualquer tributo."

7 – Exclua-se do Anteprojeto final da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, no capítulo referente ao Ministério Público, os seguintes dispositivos:

"Art. 45
I – privativamente.
a)
b) promover inquérito para instruir ação civil pública.
II – sem exclusividade:
a)
b) promover ação civil pública e tomar medidas administrativas executórias, em defesa dos interesses difusos, coletivos e indisponíveis, bem como de outros interesses públicos."

8 – Exclua-se do Anteprojeto final da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, no Capítulo referente ao Ministério Público, o seguinte dispositivo:

"Art. 45

II – sem exclusividade:
a) conhecer de representações por violação de direitos humanos e sociais, por abusos do poder econômico e administrativo, apreciá-las e dar-lhes cursos, como defensor do povo, junto ao poder competente."

9 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto final da Subcomissão da Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, no Capítulo que disciplina o Ministério Público, os seguintes dispositivos:

"Art. O Chefe Geral do Ministério Público será eleito pelo voto direto de todos os demais membros do Ministério Público para um mandato que findará com o termo do

mandato presidencial em que tiver ocorrido a nomeação.

Art. Incumbe ao Chefe Geral do Ministério Público:

I – Exercer a direção superior do Ministério Público da União;
II–Chefiar o Ministério Público Federal e o Ministério Público Eleitoral."

Dessarte, as Emendas tiveram o escopo de, conforme ressalta de suas justificativas: manter o Presidencialismo, com aprimoramentos; exigir o "quorum" da maioria absoluta para a reapresentação, na mesma sessão legislativa de proposição rejeitada; eliminar o regime de urgência por solicitação do Presidente da República; abolir o voto secreto no Congresso Nacional; proteger os credores do Poder Público; evitar referência expressa a algumas atribuições do Ministério Público; desvincular do Ministério Público a figura do "Defensor do Povo"; assegurar a eleitividade do Chefe Geral do Ministério Público.

D) Na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições:

I – Acrescente-se, no art. 1º, do Anteprojeto da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. O ato de votar é pessoal e indelegável."

2 – Inclua-se a seguinte Emenda Substitutiva, ao art. 20, do Anteprojeto apresentado pelo Relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança:

"Art. 20 As Forças Policiais e os Corpos de Bombeiros são instituições permanentes e regulares, auxiliares e reserva do Exército, destinadas à preservação de ordem pública, organizadas na forma da lei, com base na hierarquia, disciplina e investidura militar, exercendo o Poder de Polícia de Manutenção da Ordem Pública, mediante ações preventivas e repressivas, inclusive nas rodovias e ferrovias federais, sob a autoridade dos Governadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal, no âmbito de suas respectivas jurisdições."

3 – Dê-se ao parágrafo 1º, do art. 2º, do Anteprojeto da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, a seguinte redação:

"§ 1º Os militares, inclusive cabos e soldados das Polícias Militares e Bombeiros Militares, são alistáveis, excetuados os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório."

4 – Emenda Modificativa ao art. 6º, do Anteprojeto aprovado na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos:

"Art. 6º Os candidatos a Vice-Presidente da República, Vice-Governador de Estado e Vice-Prefeito, concorrerão em chapa independente, desvinculada sua eleição da votação obtida pelos candidatos aos cargos titulares.

Parágrafo único. É assegurada aos mandatários dos cargos mencionados no "caput" deste artigo a reeleição, por apenas mais um período, obedecidos os prazos de desincompatibilização previstos em lei."

Assim, as emendas colimaram, conforme se vê de suas justificativas abolir o voto de liderança; explícitos a extensão da capacidade eleitoral ativa aos soldados e cabos das PMs e dos Corpos de Bombeiros Militares; dar mais clareza ao dispositivo referente às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros; permitir chapas independentes para as eleições de Vice-Presidente da República, Vice-Governador e Vice-Prefeito.

E) Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

I – Acrescente-se ao art. 12, do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas o seguinte § 3º, renumerando-se o atual:

"§ 3º Lei complementar definirá o imposto de que trata o item II e estabelecerá distinção entre renda, salário, pensões e proventos de aposentadoria para efeito de incidência do tributo."

2 – Dê-se a seguinte redação ao item III, do art. 12, do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos:

"III – renda e proventos de qualquer natureza, salvo os proventos de aposentadoria e as pensões pagos por instituições governamentais;"

3 – Inclua-se no texto da Subcomissão do Sistema Financeiro, onde couberem, os seguintes dispositivos:

"Art. Os recursos das instituições financeiras públicas serão aplicados em investimentos que visem a reduzir as desigualdades sociais e regionais, estimulando o crescimento da riqueza e da renda, bem como sua justa distribuição.

§ Serão estabelecidas, mediante lei, normas que estimulem e orientem a aplicação dos recursos das instituições financeiras privadas, de forma a compatibilizá-las com os objetivos indicados neste artigo.

Art. As instituições financeiras, controladas pela União ou a ela vinculadas, aplicarão no Nordeste, durante vinte anos, pelo menos trinta por cento do total de seus recursos para financiamentos.

§ O disposto neste artigo aplicar-se-á a partir da promulgação desta Constituição."

4 – Inclua-se no texto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Rendas, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. Nenhum tributo será instituído ou aumentado sem que o estabeleça norma legal previamente votada e aprovada pelo Poder Legislativo; nenhum será exigido antes de decorridos pelo menos cento e vinte dias contados da publicação da norma legal que o houver instituído ou aumentado."

5 – No Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os orçamentos fiscal e monetário, bem como os orçamentos de investimento das empresas estatais e das empresas mistas sob controle da União, adotarão o critério da regionalização, convertendo-se em instrumentos reais do planejamento, com ele arti-

culados e sincronizados, visando à maior efetividade das suas ações”

6 – Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receita:

“Art. A União concederá incentivos fiscais a municípios nos quais existam grandes áreas de preservação ambiental, de tombamento histórico ou de grandes obras públicas, especialmente barragens e usinas de energia elétrica.

Parágrafo único. Lei Ordinária definirá os incentivos previstos neste artigo.”

7 – Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas:

“Art. A União concederá incentivos fiscais e financeiros a empreendimentos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste, por prazo de vinte anos.

Parágrafo único. Lei Ordinária disciplinará a concessão dos incentivos previstos neste artigo, considerando prioritários empreendimentos que ampliem oferta de emprego naquelas regiões, absorvendo matéria-prima regional e incrementando exportações.”

Como se vê, as emendas objetivaram: determinar a definição legal de renda, salário, pensões e proventos, para fins tributários; a isenção de incidência tributária para aposentadorias e pensões; fixar o princípio tributário da legalidade e prazo de carência para exigibilidade de tributo novo; o estabelecimento de normas para aplicação de recursos públicos e previsão delas para a dos privados, estipulando-se a obrigatoriedade de aplicação no Nordeste de um mínimo de 30% dos recursos federais para financiamento; a adoção do critério de regionalização nos orçamentos fiscais, monetários, e no de investimentos das estatais; a previsão de incentivos fiscais para os Municípios de interesse ecológico, histórico e sedes de grandes obras públicas; e instituição de incentivos fiscais e financeiros para empreendimentos voltados para o Nordeste e o Norte.

F) Na Comissão de Ordem Econômica:

1 – No Anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade, do Subsolo e Atividade Econômica, inclua-se, onde couber:

“Art. Não haverá desapropriação de bens imóveis, rurais ou urbanos sem o prévio pagamento do justo preço em dinheiro.”

2 – Dê-se ao § 4º, do art. 7º, do Anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, a seguinte redação, acrescentando-lhe os §§ 5º e 6º:

“§ 4º Lei disporá sobre a proteção ao consumidor, garantindo-lhe o acesso às informações necessárias à aquisição consciente, bem como estabelecendo as formas de fiscalização e da denúncia das infrações, a atribuição de responsabilidades e as penas que cominarão aos infratores, as quais variarão, em crescendo, até a prisão dos responsáveis.

§ 5º As informações abrangerão data de fabricação, prazo de validade, prazo de garantia, instruções para uso adequado, riscos do uso, composição química, características físicas, advertências, contra-indicações, instruções para o caso de uso inadequado por acidente, antídotos e alertas.

§ 6º Referidas informações virão preferencialmente no próprio artigo industrial; ou em sua embalagem, invólucro, bula ou manual de operação”.

3 – Ao anteprojeto da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade, inclua-se, onde couber:

“Art. O direito do usufruindo rural ou urbano não se exerce em áreas destinadas à segurança nacional, ao uso comunitário e às reservas ecológicas, nem beneficiará aqueles que sejam proprietários de imóvel.”

4 – Inclua-se, no Anteprojeto VI-A da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, o seguinte dispositivo:

“Art. A lei reguladora dos juros estabelecerá que estes, juntamente com multa referente à mora na extinção das obrigações, serão cobrados em moeda corrente, sobre a parcela vencida, calculados proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhes deram motivo.”

As emendas oferecidas objetivaram: no caso das desapropriações, restabelecer o princípio da indenização em dinheiro; fixar parâmetros para a legislação de proteção ao consumidor, inclusive com a normalização dos produtos industriais; estipular limites à incidência do direito de usucapião; limitar a faculdade de cobrança de juros e multa por inadimplência de obrigações ao número efetivo de dias de mora.

G) Na comissão de Ordem Social:

1 – Dê-se ao inciso I, do artigo 1º, do Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a seguinte redação:

“I – Todos têm direito ao trabalho, com remuneração digna e justa.”

2 – Dê-se ao inciso I, do artigo 2º, do Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a seguinte redação:

“II – A remuneração do trabalhador é superior ao salário mínimo cuja fixação contemplará o atendimento de suas necessidades básicas e as de seus dependentes, notadamente as de alimentação, higiene, moradia, transporte, saúde, educação e vestuário.”

3 – Inclua-se, no artigo 12, do Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, o seguinte inciso:

“III – A de dois cargos privativos de médico.”

4 – Inclua-se, no Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, onde couber, o seguinte dispositivo:

“Art. Após cada 5 (cinco) anos de ininterrupto exercício, ao servidor que a requerer, conceder-se-á a licença-prêmio de 3 (três)

meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo.

§ 1º O servidor poderá converter 30 (trinta) dias de licença-prêmio em vantagem pecuniária.

§ 2º Para efeito de aposentadoria será contado em dobro o período de licença-prêmio que o servidor não tiver gozado.”

5 – Inclua-se, no artigo 17, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o seguinte inciso:

“VI – Prestação de Serviços médicos, compreendendo os de natureza preventiva e curativa.”

6 – Dê-se, ao caput do artigo 17, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, a seguinte redação:

“Art. 17. A Constituição garante à população, na forma estabelecida em lei, Seguridade Social, mediante planos de seguro social, com a contribuição da União e, conforme os casos, das empresas e dos segurados, observados os seguintes preceitos.”

7 – Dê-se, ao § 1º, do art. 5º, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, a seguinte redação:

“§ 1º É obrigação do Estado disciplinar e fiscalizar a produção, as concessões, as responsabilidades e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos, e outros meios de tratamento e diagnóstico.”

8 – O § 2º do art. 5º, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente passa a configurar o § 3º, incluindo-se um novo § 2º com a seguinte redação:

“§ 2º São assegurados à CEME (Central de Medicamentos) os recursos necessários à regularização de oferta e da distribuição de medicamentos essenciais.”

9 – Inclua-se, no art. 2º do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, o seguinte inciso:

“V – Garantia à população de acesso, através da rede pública, aos medicamentos essenciais.”

10 – Dê-se ao inciso III, do artigo 17, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente a seguinte redação:

“Proteção à maternidade, notadamente à gestante, assegurando-lhe descanso antes e depois do parto, num total de 120 dias, com remuneração igual ao salário da atividade e garantia de estabilidade no emprego desde o início da gravidez até 180 dias após o parto.”

11 – Acrescente-se o seguinte parágrafo, no artigo 17, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, renumerando-se o atual “parágrafo único”.

“§ 2º No caso de morte do segurado ou segurada, é garantido ao cônjuge sobrevivente, companheiro ou companheira o direito à correspondente pensão.”

12 – Inclua-se no artigo 17, do Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente; onde couber, o seguinte artigo:

1 – Inclua-se, no art. 17, os seguintes incisos:

"VII – Prestação de serviços sociais, segundo as necessidades da pessoa e da família;

VIII – Licença-adoção, sem prejuízo da remuneração e com garantia de estabilidade no emprego, conforme dispuser a lei;

IX – Auxílio-natalidade e auxílio-adoção, quando a criança adotada tiver menos de 1 ano de idade".

2 – Inclua-se, onde couber.

"Art. O sistema de seguridade manterá os seguintes serviços sociais, prestados obrigatoriamente e independentemente de prestação securitária a todos que se encontram em situação de comprovada carência sócio-económica:

I – suplementação alimentar para mães gestantes e nutrizes e crianças até seis anos de idade;

II – creches e escolas maternais;

III – amparo integral à criança órfã;

IV – amparo à velhice;

V – educação especial e gratuita, tratamento, reabilitação e reintegração do deficiente físico ou mental na vida social e económica."

13 – Inclua-se, no Anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Sistema Único de Saúde estabelecerá as bases científicas, técnicas, administrativas e financeiras necessárias para a implantação, aperfeiçoamento e manutenção do Programa Nacional de Controle da Hanseníase."

14 – Inclua-se o seguinte capítulo: Doentes Mentais, após o art. 27, renumerando-se os demais no Anteprojeto da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias:

"Doentes Mentais"

Art. 27. O Estado e a sociedade têm o dever de amparar os doentes mentais, mediante políticas e programas que assegurem participação na comunidade, defendam sua saúde e bem-estar, se possível em seus próprios lares; garantam condições dignas de vida; impeçam discriminações e preconceitos de qualquer natureza.

Parágrafo único. O Poder Público garante o tratamento em instituições apropriadas aos doentes mentais incapazes de suprirem sua própria subsistência ou de se regerem.

Art. 28. A responsabilidade penal dos doentes mentais será determinada em função da sua capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 29. Constitui crime inafiançável subestimar, estereotipar ou degradar doentes mentais por meio de palavras, imagens ou representações, através de quaisquer meios de comunicação.

Art. 30. A União, os Estados e os Municípios, em seus respectivos orçamentos, destinarão para a assistência especializada das

pessoas portadoras de doenças mentais, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos recursos carreados para a saúde."

Assim, as emendas anteriores objetivaram, como se depreende de suas justificativas: realçar a universalidade do direito do trabalho; garantir ao trabalhador remuneração acima do piso constituído pelo salário mínimo; excluir o cargo de médico da vedação de acumulação de cargos públicos; criar a licença-prêmio de 3 (três) meses, após 5 (cinco) anos de exercício ininterruptos; garantir seguridade social abrangemente conceituada; estipular a disciplina e a fiscalização pelo Estado da produção e das concessões relativas aos meios de tratamento e diagnóstico; garantir à CEME recursos para regularizar a oferta e a distribuição de medicamentos essenciais; garantir à população o acesso aos medicamentos essenciais; explicitar a proteção à gestante; assegurar o direito à pensão ao cônjuge sobrevivente, inclusive varão; instituir a licença-adoção e o auxílio-adoção, a suplementação alimentar e o amparo aos órfãos, velhos e deficientes; prever a implantação do Programa Nacional de Controle da Hanseníase pelo Sistema Único de Saúde; fixar princípios de proteção aos doentes mentais.

H) Na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

1 – Dê-se ao inciso II, do artigo 2º, do Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, a seguinte redação:

"Art 2º.....

II – pluralismo de idéias e de instituições, ensino público oficial ministrado em estabelecimentos estatais e particulares."

2 – Dê-se ao inciso V, do artigo 2º, do Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, a seguinte redação:

"Art. 2º

V – Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estaduais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família."

3 – Dê-se ao inciso VI do art 2º do Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes a seguinte redação:

"VI – gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis"

4 – Dê-se ao inciso III do art. 3º do Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes a seguinte redação:

"III – garantia de educação obrigatória, em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade."

5 – Dê-se ao inciso V do art. 3º do Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes a seguinte redação:

"V – Assegurar a igualdade de oportunidades educacionais, garantindo a todos, independentemente de condições sociais e econômicas, o acesso à educação, cabendo à família a escolha do gênero de educação a ser ministrada a seus filhos."

6 – Inclua-se o seguinte artigo 5º, no Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 5º O período letivo no ensino, em todos os graus, equivalerá a um quadrimestre correspondente em número de dias e aulas ao atual semestre.

§ 1º A lei estabelecerá:

a) que o ano letivo constará de dois quadrimestres de atividades, para um de férias;

b) que serão preservadas as atuais conquistas dos professores, principalmente no que concerne a sua remuneração por número de aulas ministradas.

§ 2º Caso o professor ministre aulas em três quadrimestres seguidos, sua remuneração, nesse período, será majorada em cinqüenta por cento."

7 – Acrescente-se ao art. 7º do Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Não se considera repasse de verbas públicas a concessão de bolsas de estudo, de valor igual ao custo-aluno em estabelecimento oficial congênero."

8 – Inclua-se o seguinte art. 9º no Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, renumerando-se os demais:

"Art 9º Os cursos superiores de graduação terão os seus currículos padronizados para todo o território nacional.

Parágrafo único. Nas transferências de alunos, o aproveitamento das matérias cursadas será determinado pelos critérios do padrão único nacional e não pelos critérios dos desdobramentos e enriquecimentos curriculares, previstos nos regimentos das instituições de ensino superior."

9 – Dê-se ao § 2º do art 16 do Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte a seguinte redação:

"§ 2º A empresa que mantiver escolas ou bolsas de estudo para empregados e filhos de empregados poderá descontar essa despesa do recolhimento do salário-educação."

10 – Inclua-se o seguinte parágrafo no artigo 19 do Anteprojeto, da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, que passa a ser o § 2º, renumerando-se os seguintes:

"Art. 19

§ 1º

§ 2º Nas programações dos veículos de comunicação de massa e nas casas de espetáculos do País, o produto cultural importado terá uma proporção máxima de exibição em relação ao produto nacional; a mesma proporção existirá e será favorável aos produtos regional e local em relação a produtos de outras procedências."

11 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, o seguinte artigo:

"Art. A matrícula no ensino público e particular de 1º e 2º graus levará em conta, para a fixação do limite máximo de alunos por sala de aula, a sua respectiva série e faixa etária, bem como a capacidade didática e as condições ambientais das escolas, cujos

parâmetros de satisfatório rendimento serão determinados em lei ordinária federal."

12 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, o seguinte artigo:

"Art. Nas cartilhas e Textos de alfabetização de crianças, nunca menos de 20% dos temas versarão sobre princípios e práticas básicas de higiene e saúde."

13 – Inclua-se, onde couber, no Anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o seguinte artigo:

"Art. Os concessionários de rádio e televisão reservarão 2% (dois por cento) do seu horário nobre, das 18 às 22 horas, à propaganda e educação sanitária, sob os auspícios do Ministério da Saúde."

14 – Compatibilizar o art. 3º do Anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso com os arts. 13 e 9º, § 2º, do Anteprojeto da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, dando ao citado artigo a seguinte redação.

"Art. 3º O planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade livre e responsável, na dignidade humana e no respeito à vida é decisão do casal, competindo ao Estado, com a colaboração da iniciativa privada, colocar à disposição da sociedade recursos educacionais, técnicos e científicos, para o exercício desse direito.

Parágrafo único. As pesquisas e experiências de genética humana dependem de autorização prévia dos órgãos competentes, não se permitindo inseminação post mortem, a maternidade substitutiva, os bancos de embriões humanos, e fecundação in vitro, a criopreservação de embriões e a procriação artificial com fins comerciais ou experimentais."

15 – Acrescente-se no Art. 4º do Anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso o § 2º, renumere-se os demais parágrafos:

"Art. 4º
1º

§ 2º O direito à saúde é assegurado por recursos advindos do recolhimento de tributos: I – anualmente a União aplicará, no setor de saúde, doze por cento dos seus recursos fiscais e parafiscais;

II – anualmente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no setor de saúde, um mínimo de vinte por cento dos seus recursos fiscais e parafiscais;

III – um percentual dos recursos destinados à saúde será aplicado em programas de Assistência Materno-Infantil."

Dessa forma, as emendas objetivaram: dar nova conceituação dos ensinos público e oficial, resguardando o pluralismo e mantido o direito de existência do ensino particular, garantir o ensino fundamental gratuito, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitado o direito de opção dos pais; assegurar o ensino público gratuito em

todos os níveis a quem comprove necessidade; tornar obrigatória a educação pré-escolar; explicitar o direito e a responsabilidade dos pais na escolha da educação a dar aos filhos; condensar o período letivo no quadrimestre; excluir a concessão de bolsas de estudo da vedação de repasse de verbas públicas e entidades de ensino particular, padronizar os currículos dos cursos superiores de graduação; proteger as produções culturais nacionais, regionais e locais; fixar normas para matrícula no 1º e 2º graus; impor percentuais mínimos de temas de higiene e saúde nos textos de alfabetização; fixar percentual para propaganda e educação sanitária para as rádios e as televisões; traçar diretrizes para o planejamento familiar e as experiências genéticas; fixar percentuais mínimos para aplicação, na área da saúde, pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Estas foram as 72 propostas que, nesta fase, apresentamos à consideração dos ilustres Srs. Constituintes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CONSTITUINTE ONOFRE CORRÉA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, volto a este plenário para mais uma vez enfocar as sérias ameaças que se abatem sobre Serra Pelada, a maior e mais rica mina de ouro a céu aberto do mundo, descoberta por garimpeiros e que deu ao nosso Brasil a sua maior pepita de ouro.

Em substitutivo ao projeto de lei do Executivo, de autoria do nobre Deputado Ademir Andrade (PMDB – PA), os garimpeiros de Serra Pelada aceitam a prorrogação de sua permanência naquele garimpo até 31 de dezembro de 1990.

Os garimpeiros de Serra Pelada, por incrível que pareça, estão apenas exigindo das autoridades competentes uma autorização para continuar a trabalhar naquele local, ao contrário de outras categorias de trabalhadores, que preferem cruzar os braços para protestar.

Com relação ao garimpo de Serra Pelada, é bom aqui mais uma vez deixar registrado que "a cobiça e o olho grande de poderosas empresas mineradoras, inclusive algumas multinacionais, voltam suas garras em direção àquele garimpo", conforme vem denunciando na imprensa o jornalista J. H. de Oliveira Júnior. Esse profissional da imprensa vem alertando, já há algum tempo, as autoridades para as campanhas promovidas pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce –, pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração, e pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, para desestabilizar Serra Pelada e provocar a expulsão daqueles valorosos garimpeiros que lá trabalham com o único propósito de aumentar as nossas divisas monetárias com as suas produções de ouro.

Conto com a sensibilidade e o espírito de justiça de todos os membros desta Casa, para que vejam a realidade que cerca esta disputa pela posse de Serra Pelada.

Junto a este meu pronunciamento, para que seja transcrita na íntegra nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, documento dos garimpeiros de Serra Pelada dirigido aos Constituintes, a fim de que tomem conhecimento de seus problemas.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ONOFRE CORRÉA.

COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE "SERRA PELADA"

Marabá – Pará

União, trabalho e paz social

Senhores Constituintes,

Segundo a Lei nº 7.194/84, a garimpagem em "Serra Pelada" será interditada no dia 12 de junho deste ano.

Essa lei, que conferiu à CVRD – Companhia Vale do Rio Doce, uma indenização por seus "direitos de lavra" no montante atual de Cz\$ 1.402.621.248,60 (um bilhão, quatrocentos e dois milhões, seiscentos e um mil, duzentos e quarenta e oito cruzados e sessenta centavos), também criou a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada – Coogar, com a obrigação de "administrar os serviços de garimpagem, inclusive os investimentos necessários à sua execução".

Ou seja: uma fabulosa quantia dos contribuintes para uma estatal que jamais tirou um grama de ouro em "Serra Pelada" e, para os garimpeiros, que já carrearam mais de 40 toneladas de ouro para os cofres da Nação, a obrigação de "se virarem" para arranjar dinheiro para o rebaixamento e regularização dos taludes...

Além disso tudo, durante a existência do garimpo, o Banco Central e a Caixa Econômica, auferiram em "sobra de ouro" e "paládio" (descontado da produção com "impurezas"), valores que sobem a mais de 300 milhões de cruzados (mais do que suficiente para promover os serviços indispensáveis do garimpo).

Pergunta-se: É justo o Poder Público criar a cooperativa, atribuindo-lhe tão grandes responsabilidades, sem conferir-lhe qualquer respaldo financeiro e, além disso, reter os recursos descontados dos garimpeiros apenas com o objetivo de forçar a saída deles do garimpo?

Pergunta-se mais: É certo, honesto e moralmente válido, se apropriar do sangue, suor e lágrimas dos garimpeiros, estimulando, oficialmente, a garimpagem em "Serra Pelada" para, depois, despejar 60.000 pessoas do local, entregando o filão para as multinacionais?

Convenhamos que o garimpo de "Serra Pelada" envolve problemas sociais, políticos e econômicos.

Sociais porque jamais se encontrará ocupação para um contingente de mão-de-obra não-especializada de mais de 60.000 homens.

Políticos porque a violência do despejo dos garimpeiros de "Serra Pelada" repercutirá no meio de subsistência de mais de 400 mil pessoas e agredirá a opinião pública nacional e internacional.

Econômicos porque o Governo Federal desenvolve na região o maior projeto mineral do mundo (Projeto Grande Carajás), que será contaminado e prejudicado pela onda de violência que invadirá a região.

A luta dos garimpeiros de "Serra Pelada" data de muito tempo. Desde a sua descoberta, em 1980, que os garimpeiros sofreram pressão para desocupar o garimpo. De todas as partes os garimpeiros sofreram ataques, desde o próprio Po-

der Públco até as grandes mineradoras, sob os mais variados motivos, que sempre renovam e insistem em seus argumentos, procurando jogar a opinião pública contra uma comunidade que, com muito sacrifício, contribui para o progresso do País.

As "bandeiras de luta" das multinacionais interessadas em desativar o garimpo de "Serra Pelada" são duas:

1º - o garimpo não tem mais segurança física para a garimpagem;

2º - a garimpagem causa perda de ouro extraído do minério.

Quanto à primeira observação, responde-se: em "Serra Pelada" se tem o menor índice de acidentes de trabalho do mundo, considerando-se a relação "homens trabalhando - canteiro de obras - tempo de serviço - medidas de segurança".

Em 7 (sete) anos de existência do garimpo, observaram-se 44 (quarenta e quatro) acidentes fatais. Ou seja: -6,29, por ano. Menos de 1 (um) por mês.

Considerando-se que em "Serra Pelada" trabalham 60.000 homens, em uma área restrita de 20 mil metros quadrados, durante 24 horas por dia e sem nenhuma medida preventiva de acidentes (inclusive com obras de rebaixamento e regularização dos taludes deficientes), isso se constitui em um recorde mundial de segurança do trabalho.

Quanto à segunda observação, é de se esclarecer que, com as lavagens sucessivas do "cascalho", alcança-se índices de aproveitamento da ordem de 93% (noventa e três por cento). As máquinas mais sofisticadas, inclusive com a utilização de ácido para decantação, alcançam 96% (noventa e seis por cento) de aproveitamento.

A diferença é, assim, tão significativa, para justificar a troca de 60.000 empregos por algumas máquinas?

Ultimamente, se tem argumentado que a região está sendo poluída pelo uso de mercúrio para a extração do ouro, o que corresponde a uma grande mentira porque em "Serra Pelada" nunca se usou mercúrio. Sempre foi proibido, o trabalho de extração do ouro é feito, exclusivamente, por lavagem e decantação.

A verdade é que a tensão social entre os garimpeiros, em razão de tudo que tem sofrido por parte das autoridades constituidas, é grande.

Mas, a sedução é simples:

1º - Remover a instabilidade psicológica da constante ameaça de despejá-los de lá, de uma hora para outra;

2º - Criar a oportunidade de empregar esse contingente humano em atividades perto de suas moradias;

A primeira se justifica pelo fato de o garimpeiro estar sempre sendo ameaçado de ser expulso de "Serra Pelada" para dar lugar às máquinas. Todos os anos as ameaças se renovam, inclusive com a utilização da força. Não adianta querer fixar tempo certo para uma atividade altamente aleatória como a garimpagem. O certo seria focar critérios, como a impossibilidade física ou o esgotamento econômico. Explica-se: - a garimpagem pode ser encerrada quando as condições de segurança impedirem essa atividade, ou quando veios mais aflorados se esgotarem. E isso não se dá a tempo prefixado.

Note-se, por outro lado, que estudos revelaram que, às proximidades da atual cava, existem outros afloramentos do veio, tão ou mais rico do que aquele que passa pelo local dos trabalhos atuais.

Preparar essas áreas para a extratividade manual traria dupla vantagem: liberaria a cava para a mecanização, quando a exploração se tornasse inviável, e criaria condições de trabalho em local próximo onde hoje os garimpeiros estabeleceram suas residências em "Serra Pelada".

Para isso, basta apenas fazer um trabalho de pesquisa geológica científicamente orientada que, por incrível que pareça, jamais foi feito na região de "Serra Pelada" (os pesquisadores são os garimpeiros e o Governo Federal não conhece o potencial da área).

Estamos em um ano constituinte e chegou o momento de se reconhecer os direitos desses "Bandeirantes do século XX", que descobrem as riquezas do subsolo pátrio para, depois, serem torturados, mortos ou expulsos dos garimpos. Para dar lugar às gigantescas empresas de mineração, geralmente as multinacionais (que detêm 70% dos direitos sobre o subsolo brasileiro).

Nós, os garimpeiros, que somos genuínos brasileiros, sempre fomos desprezados e perseguidos pelo poder público.

Como brasileiros e como eleitores que votamos para escolher nossos constituintes, precisamos da ajuda dos parlamentares.

Ajudar para termos assegurados nossos direitos humanos de poder trabalhar e ganhar o sustento honesto de nossas famílias, sem a ameaça de sermos expulsos do garimpo sob o peso das baionetas e dos canhões. Nós morreremos todos porque não andamos armados.

Ajudar para nos livrar da máquina de propaganda financiada pelas empresas mineradoras e multinacionais, para formar uma opinião pública desfavorável aos garimpeiros, colocando-nos como marginais e dilapidadores das riquezas da Nação. Nós não temos dinheiro para pagar jornal, rádio ou televisão.

Ajudar para que o poder público olhe um pouco pela gente, devolvendo em termos de escolas, assistência médica-sanitária e o mínimo de infra-estrutura urbana para o núcleo urbano de "Serra Pelada", os bilhões de cruzados que carreamos para os cofres da Nação e descontamos de nossa produção de IUM (Imposto Único sobre Minerais).

Essa ajuda que precisamos só poderá ser obtida se os constituintes brasileiros, neste momento histórico da Nação, voltarem seus olhos para essa população carente, e não permitirem que sejamos despejados após o encerramento do prazo que a Lei nº 7.194/84, elaborada com objetivos políticos e eleitorais, para eleger representantes da "Velha República".

O inesquecível Presidente Tancredo Neves, perante 25 (vinte e cinco) jornalistas brasileiros, no dia 12-2-85, declarou, enfaticamente, que, no seu Governo, "não existiria força humana capaz de retirar os garimpeiros de "Serra Pelada". (recortes anexos)

O eminent Presidente José Sarney fez o mesmo pronunciamento (recortes anexos). Mas as ameaças continuam crescendo e as pressões que nós e nossas famílias estamos sofrendo estão se tornando insuportáveis.

Será que depois de tantos sacrifícios e sofrimentos, nós e nossas famílias seremos, mesmos

, expulsos de "Serra Pelada" pela força dos fuzis, tornando-nos fugitivos das balas, tal como os flagelados, que no início do século fugiram da seca do Nordeste?

Nossas vidas, as vidas de nossas mulheres e filhos estão nas mãos dos nossos constituintes.

A Lei nº 7.194/84, limitando no tempo a existência de "Serra Pelada", foi de iniciativa do Poder Executivo, mas aprovada, unanimemente, pelo Congresso Nacional.

Nossa esperança é que esse mesmo Congresso Nacional, que em 1984 tão bem soube compreender o drama dessa comunidade, novamente agora, na "Nova República", reconheça a necessidade desses humildes brasileiros de ganhar seus sustentos e de suas famílias, com o trabalho duro e honesto que estão acostumados a desenvolver em prol da Nação.

Ajude-nos! - Os Garimpeiros da "Serra Pelada".

ANEXOS AO DISCURSO DO CONSTITUINTE ONOFRE CORRÉA:

TANCREDO GARANTE SERRA PELADA

O repórter José Honorato de Oliveira Júnior, colaborador da **Gazeta de Brasília**, durante a última entrevista coletiva de Tancredo Neves, conseguiu realizar uma façanha.

Quando o Presidente eleito, Tancredo Neves, se retirava do Auditório, após o término da entrevista coletiva, o repórter José Honorato rompendo o cordão de isolamento da segurança, conseguiu chegar próximo do presidente eleito e, dele, arrancar a palavra de que, durante o seu governo, e não existirá força humana capaz de retirar os garimpeiros de Serra Pelada daquele garimpo", mesmo após o prazo da recente lei que permitiu que eles continuassem por mais algum tempo naquele "Eldorado Brasileiro".

A notícia de que Serra Pelada teria a garantia do Presidente eleito Tancredo Neves ganhou páginas de inúmeros jornais tendo inclusive, o Jornal **O Liberal** de Belém do Pará dado grande destaque à matéria que repercutiu nas cidades de Marabá e Altamira.

... Foi o Jornalista José Honorato de Oliveira Júnior quem conseguiu extrair do Presidente Tancredo Neves a resposta de que "não haverá força humana capaz de retirar os garimpeiros de Serra Pelada". Ele é secretário-geral da Associação de Imprensa do DF e trabalha como **free lance**, para várias emissoras de rádio do Pará.

SERRA COM O GARIMPO

O Presidente eleito disse que vai manter os garimpeiros em Serra Pelada, numa rápida entrevista de rádio, após a coletiva que deu. "Não há força que me faça tirá-los de lá", disse Tancredo".

SERRA PELADA COM O GARIMPO

Porque o auditório da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, onde o Presidente Tancredo Neves está com o seu gabinete instalado, até 15 de março, é pequeno, somente 25 jornalistas puderam fazer perguntas, mediante um sorteio prévio.

Depois da entrevista, o repórter José Honorato, que trabalha para uma rádio de Marabá, conse-

guiu chegar perto do Presidente, quando saia do auditório.

De microfone na mão, perguntou a Tancredo qual o destino dos garimpeiros de Serra Pelada, se o seu governo permitiria que grupos multinacionais investissem naquele garimpo.

Tancredo Neves respondeu: "Serra Pelada continuará. Não há força humana que me faça tirar os garimpeiros de lá".

A esta altura, a segurança do Presidente afastou o radialista, que, logo depois, ligou para Belém e falou com o nosso companheiro Ossian Brito, diretor da sucursal a de **O Liberal** em Brasília, ora em Belém transmitindo a notícia. E pela Rádio Liberal, ao telefone, foi gravado o rápido diálogo daquele radialista com o Presidente eleito.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER (PDT – RS. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, apesar da verborragia histórica dos áulicos do latifúndio e do capital estrangeiro, que derramam toda a violência de suas críticas contra o substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, estou convencido de que a proposta do ilustre Constituinte Severo Gomes nada tem de estatizante ou coletivista. Na verdade, o parecer é tímido e viciado por indefinições, omissões e claras concessões aos interesses do poder econômico.

Antes de tudo, é preciso destacar que não houve nenhum avanço na questão fundiária. A reforma agrária, cuja concretização representa generalizada aspiração da sociedade brasileira, é mencionada apenas de passagem, embora seja lícito reconhecer que o Relator-Geral da Comissão Temática propõe avanços ao incluir no texto constitucional a imissão automática da União nas terras desapropriadas por interesse social para fins de reforma agrária. Se, porém, essa medida representa uma conquista, o Relator omitiu outras questões de fundo, desde a definição da propriedade como uma **obrigação social** até a inexistência de uma política agrícola capaz de instrumentalizar a produção massiva de alimentos e redimir o homem do campo. De resto, o Constituinte Severo Gomes não ousou nem perseverou na luta pela limitação da propriedade rural. Ora, o Brasil, em que pese suas dimensões continentais, ainda é o paraíso do latifúndio. A terra é privilégio de uns poucos, ao tempo em que mais de 12 milhões de brasileiros, impedidos de possuir um pedaço de chão, vegetam dolorosamente à beira das estradas ou nos corredores do latifúndio, sem esperanças e sem amanhã.

Será justo e democrático que alguns detenham quase tudo?

Que democracia é esta que proíbe a décima parte da população de ter acesso à terra, enquanto uma só empresa estrangeira detém nada menos de 4 milhões e 300 mil hectares em pleno coração da Amazônia?

A Madeireira Nacional S/A, dona exclusiva desse imenso feudo, não constitui mera exceção. Na verdade, por falta de uma política agrária, a propriedade da terra experimentou forte concentração nas últimas décadas. Entre 1967 e 1984, por exemplo, as propriedades rurais com mais de 1.000 hectares aumentaram sua área de 46,9% para 58,3%, ao passo que os pequenos proprietários, com glebas inferiores a 100 hectares, tiveram diminuídas suas áreas de 18,7% para 14%.

Logo, o Relator da Comissão Temática acabou cedendo às pressões do latifúndio ao omitir a limitação da propriedade rural.

Mais ainda; não fixou nenhum critério para coibir que pessoas jurídicas estrangeiras continuem a criar verdadeiros enclaves multinacionais no território brasileiro. Penso que a Carta Magna, sem ser xenófoba, deve estabelecer regras extremamente rígidas para evitar o loteamento indiscriminado e a consequente entrega de imensas áreas a empresas estrangeiras. Três módulos fiscais são suficientes. Nem um hectare a mais.

Devo admitir, contudo, que o Senador Severo Gomes melhorou substancialmente o texto original que trata dos princípios gerais. Emprestou à empresa nacional um conceito claro e cristalino, embora essa definição deva referir-se especificamente a brasileiros (e não pessoas residentes no País) e não possa excluir o domínio tecnológico. Faço justiça, igualmente, ao ilustre Relator por haver restabelecido o monopólio estatal do refino do petróleo e seus derivados, criminosamente negado pela fúria entreguista de maus brasileiros.

Mas, mesmo assim, o substitutivo oferecido à consideração do Plenário da Comissão da Ordem Econômica contém falhas, distorções, recuos e omissões.

A partir dessa constatação, estou oferecendo, em nome do PDT, várias emendas que visam à melhoria e aperfeiçoamento do texto, alterando aspectos que me parecem negativos e acrescentando sugestões que se ajustam às necessidades e aos direitos do povo brasileiro.

Não concebo, por exemplo, que o texto constitucional não contemple os fundamentos de uma política agrícola adequada ao meio rural. Daí por que ofereci ampla emenda, fixando que a política agrícola da União será estabelecida em Plano Quinquenal de Desenvolvimento Agrário, aprovado pelo Congresso Nacional, e que compreenderá:

1) preços mínimos justos e prévia garantia de comercialização dos produtos agropecuários;

2) crédito rural simplificado, através da rede bancária oficial e de cooperativas, para custeio e investimento, devendo ser diferenciado e integral para pequenos e médios produtores rurais;

3) seguro agrícola para cobertura dos prejuízos resultantes de ocorrências que comprometam, no todo ou em parte, o desenvolvimento das atividades agrícolas e/ou pecuárias;

4) assistência técnica permanente, extensão rural e crédito, orientados, de preferência, no sentido da melhoria da renda e do bem-estar social de pequenos e médios agricultores, para diversificação das atividades produtivas e aperfeiçoamento tecnológico;

5) fiscalização e controle rigorosos da qualidade e dos preços dos insumos agropecuários;

6) redes de silos e armazéns para estocagem dos produtos agropecuários;

7) incentivo, apoio e isenção tributária às atividades cooperativistas, fundadas na gestão democrática e na ausência de fins lucrativos.

Sugiro, por fim, que toda importação de produtos agropecuários **In natura** exigirá sempre a prévia autorização do Congresso Nacional.

A vista dessas propostas, lanço desafio à direita conservadora e reacionária para que prove e comprove em que medida essas modificações conduzem a um processo estatizante e coletivista.

De uma coisa os inimigos da liberdade e da democracia têm que ficar certos: ou o texto constitucional define os critérios para a reforma agrária ou ela será implantada à margem da lei, com evidentes prejuízos à paz social e ao aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIONI (PDS – RS. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, sob o título "Entreguismo", o jornalista João Emílio Falcão, Presidente do Comitê de Imprensa do Senado, comenta que o **Corriere della Sera** um dos mais destacados jornais da Itália, informa que o Brasil acaba de vender 1/3 de nossas reservas de ouro "Tínhamos de pagar alimentos estragados, tampinhas de cerveja, etc.", conclui o conceituado jornalista. E eu perguntaria: e ninguém presta contas disso a ninguém nesta Nova República? Até quando?

O Presidente do Banco Central do Brasil foi obrigado a desmentir suas declarações de que a inflação de maio teria chegado a 30%, e o Governo, depois de alguma alquimia mais, artificialmente, mas oficialmente, como convém ao seu faz-de-conta, conseguiu segurar o índice um pouco abaixo dos 30%. O mesmo jornalista, sob o título "Feudalismo", observa:

"A inflação confessada de maio atingiu 27,5%. Enquanto o povo trabalha, eles gastam em **porre**, churrascos, ferrovias, etc."

A imprensa noticia hoje com destaque: "Sobem gasolina, gás, álcool e óleo diesel". E com isto subirá toda a ciranda de preços que formam o custo de vida para o sofrido povo brasileiro.

Um dia me disseram que o litro da gasolina iria a Cz\$ 10,00, e eu não acreditei; achei que seria uma loucura. Pois bem, foi agora para Cz\$ 22,80; o botijão de gás foi para Cz\$ 115,00; o litro do álcool foi para Cz\$ 14,90 e o diesel para Cz\$ 9,25, o que torna o custo de vida cada dia mais insuportável para o brasileiro.

"Investidores correm para o dólar em face de boatos de intervenção", é outra dentre as tristes manchetes do noticiário de hoje da imprensa, quando o cruzado já consegue valer menos que o velho e ultrapassado, nem tão velho e nem tão ultrapassado, cruzeiro.

"Após a intervenção do Banco Central em três corretoras, duas de São Paulo e uma do Rio Grande do Sul, uma onda de boatos sobre quebras e novas intervenções no sistema financeiro tornou conta do País, levando intransqüilidade ao setor."

Dentre as corretoras referidas, uma, a Corretora Conte, de Porto Alegre, é ligada ao grupo editorial proprietário do jornal "O Pioneiro", de minha terra natal, Caxias do Sul, o qual, junto com outras empresas do grupo, também pediu concordata.

Em apoio e solidariedade ao jornal "Pioneiro" passei um telegrama à sua direção, que desejo transcrever nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte com mais uma alerta ao Governo e às suas lideranças sobre o desastre que estão provocando na economia da Nação: O texto do telegrama é o seguinte:

"Bernardino Conte – Diretor jornal **O Pioneiro**, Jacob Luchesi, 2374 – Caxias do Sul – RS – No momento tomo conhecimento concordata preventiva dessa prestigiosa e tradicional empresa jornalística de

nossa terra, envio minha manifestação de apoio, na expectativa de que conseguirá breve superar dificuldades oriundas dos graves equívocos da desastrada política econômica do atual Governo ou talvez, e pior, da falta até de política econômica definida decorrente do engodo eleitoreiro e verdadeiro desastre nacional se constituiu o Plano Cruzado, que levou o povo a imaginar fosse presente antecipado do Papai Noel em 15 de novembro, quando na verdade trata-se de verdadeiro Frankenstein mascarado de Papai Noel querendo devorar e destruir a tudo e a todos. Oxalá partidos políticos que sustentam atual Governo ainda tenham tempo para corrigir, dando-se conta do desastre provocado na economia nacional, e assumam logo pesadas responsabilidades receberam do povo pelo voto para definir uma política econômica capaz de dar algum rumo para todos os brasileiros, pois o caos econômico está nos levando a passos largos para o impasse geral da recessão, com desemprego e miséria total. Assumam logo enquanto é tempo, porque, se não assumirem, já acabarão sumindo pela desintegração política que está por acontecer – ou já está acontecendo – na vida política do nosso Estado e do nosso País. Atenciosamente, Deputado Federal **Victor Faccioni**.

Depois de tudo isso, leio na imprensa que S. Ex.^a o Presidente da República, e o Governo como um todo não admitem que estejamos já em plena recessão. Permito-me dizer, sou obrigado, por honestidade e lealdade, mesmo na oposição, que o Presidente está mal informado, pois estamos já na pior de todas as recessões. Está no começo, mas já começou, irremediavelmente começou, e para isto bastaria ver o que está acontecendo com as micro, pequenas e médias empresas.

O PMDB, que tanto fala contra a recessão, está-nos levando para a pior delas. O PMDB, que tanto fala contra o FMI, graças à irresponsabilidade com que agiu no Plano Cruzado e sua desastrada sucessão de medidas, omissão e esgotamento de divisas, está levando o Brasil direito para o FMI, como bem acentua o Deputado japonês Michio Watanabe, do PDL, Partido Liberal Democrático daquele país, que esteve em audiência ontem com o Presidente Sarney. É dele a afirmação que o "governo japonês está disposto a adotar nos próximos 3 anos US\$ 29,5 bilhões de dólares para a reciclagem dos países devedores do Terceiro Mundo, mas para o Brasil se habilitar terá que se submeter ao FMI, etc.

Aí está a questão claramente posta para um País que jogou fora suas divisas cambiais e agora já não tem mais o que impor.

Por tudo isso não será demais eu repetir aqui desta tribuna da Assembléa Nacional Constituinte o que eu disse ontem da tribuna da Câmara dos Deputados.

A economia brasileira pegou fogo, e está sendo queimada a estrutura econômica, financeira e produtiva nacional, junto com a capacidade de consumo interno. O Governo não sabe sequer exercer o papel de bombeiro, e ao invés de água está jogando gasolina na fogueira, crendo poder apagar o fogo que destrói a economia nacional.

Nero queimou Roma, o PMDB está pondo fogo no Brasil, e o Governo, gasolina na fogueira que destrói a economia nacional.

Retornei ontem de meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde fui neste fim de semana, trazendo um quadro de apreensão e consternação geral pelo que está acontecendo, na vida nacional, pelo que venho renovar meu alerta ao Governo e aos seus partidos, o PMDB e o PFL, pois o País está chegando aos limites de sua resistência, com a violenta expansão inflacionária, num processo já de hiperinflação e de início da recessão, que ameaça transformar-se na pior de nossa história, em consequência da falta de uma política de governo definida e responsável para qualquer uma das áreas do País, caracterizando o desgoverno e o caos político e econômico, em moldes nunca antes vistos ou sequer imaginados.

O jornal **O Pioneiro**, de Caxias do Sul, noticia que "Inadimplência cresceu 276,74% no comércio". E a imprensa do Rio Grande do Sul informa que já vai a 150.000 o número de desempregados somente na área do comércio no Estado do Rio Grande do Sul.

O Ministro Sayad, e depois o Ministro Bresser, da Fazenda, anunciaram, em momentos diferentes novos congelamentos de preços, e, aí, a indústria e o comércio, a título preventivo, promoveram a antecipação de largos aumentos de preços, os quais, depois de incorporados, vão ficando, e sobre eles novos reajustes posteriores. E por aí vai o carnaval de aumentos e inflação. Depois, ainda, o mesmo Ministro da Fazenda teve o "peito" de anunciar novos aumentos de impostos e de tarifas das estatais, como se o espoliado contribuinte brasileiro tivesse alguma reserva a mais para pagar novos tributos. E novos tributos para quê? Para construir a Ferrovia Norte-Sul, rejeitada pela opinião pública nacional, no mínimo por inoportuna e não prioritária.

Já se diz por aí que o Ministro Bresser Pereira virou o "Breve" Pereira.

Em meio à verdadeira confusão armada pelos antagonismos internos de cada um, e deles entre si o PMDB e o PFL – o Presidente da República anuncia que determinou ao Consultor Geral da República a elaboração de um projeto de lei, que acabará num novo decreto-lei, tão à moda da Nova República do Ulysses Guimarães, para incluir a cobrança de correção monetária nas concordatas. Como o concordatário teria condições de se livrar da falência pagando, além dos juros, mais a correção monetária da Nova República? E, aí, o que acontece? A exemplo de anúncio do congelamento que provocou a antecipação calamitosa de aumentos generalizados, o anúncio da correção monetária nas concordatas vai provocar uma onda generalizada de concordatas preventivas, pois louco será o empresário que esperar pela concretização da medida governamental, pois aí só lhe restará a falência.

Os antagonismos das mais diversas correntes do Poder – já agora numa verdadeira antropofagia sucessória de lideranças sequer capazes de garantir a definição de rumos atuais para o País, que caracterizam a intimidade do PMDB e do PFL como no próprio relacionamento dos dois partidos que compõem a Aliança Democrática de suspensão do Governo, estão comprometendo as possibilidades de ação política e administrativa eficaz, levando o Governo ao imobilismo à inação, à capitulação e aos mais incríveis equívocos. O PMDB e o PFL não se acertam, não têm sequer proposta de Governo e não deixam o Governo governar.

Temo mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os mesmos interesses, desentendimentos e antagonismos internos do PMDB e do PFL que imobilizam o Governo estejam já e igualmente comprometendo as possibilidades da Constituinte, já que as mesmas forças políticas e as mesmas lideranças de sustentação do Governo também compõem a maioria decisória da Constituinte.

O Governador do Estado do Paraná declarou recentemente à imprensa nacional que jamais houve tanta concentração de renda como na atualidade. O Governador do Estado de Goiás denuncia a corrupção que se generalizou, desde o Poder Central, a ponto de escandalizá-lo. E ambos são líderes do PMDB, Partido Governista e vitorioso em 15 de novembro último. Campeia o fisiologismo dos mais desavergonhados, e corre solta a corrupção, a irresponsabilidade e a impunidade, germen da destruição que ameaça as instituições nacionais.

A inflação, a cada mês que passa, desde os dourados dias que encerraram o Plano Cruzado, bate novos recordes, e o Over já pagou cerca de 45% de juros ao mês – 15% ao dia; os cartões de crédito e o crédito direto ao consumidor cobram cerca de 2.900% a 3.900% ao percentual impagável, que está levando todos à falência geral.

A especulação financeira inviabiliza os investimentos, e milhares, milhões de microempresas estão imantados pela concordata e a falência. O produtor não tem mais estímulos para a produção agropecuária, e em todos os setores há um desestímulo geral.

O déficit público e a especulação financeira não geram riquezas; geram inflação e desestabilizam a economia. A economia desestabilizada provoca a recessão, o desemprego, à miséria, a convulsão social, que, por sua vez, nos levarão fatalmente ao impasse político. E isso tudo depois do sonho dourado da Nova República, que, vinha para fazer a democracia e o progresso da Nação, para a felicidade de todos os brasileiros.

Venho a esta tribuna mais uma vez para cumprir com o dever cívico de alertar o Governo e seus partidos, o PMDB e o PFL se é que ainda há tempo para reordenar a economia e a política nacional antes do catacлизmo geral.

Cumpri com o dever que assumi perante meus eleitores, no Rio Grande do Sul, de ser a "voz de cada um e de todos na Constituinte e no Congresso Nacional, nem que eu tenha de repetir São João Batista, sendo uma voz que clama no deserto".

Valerá a pena? Sempre vale a pena quando a alma não é pequena, repito com o poeta Fernando Pessoa. Vale a pena pode dizer aos meus eleitores que de mim exigem ação nesta hora dramática da vida nacional, que não silenciei, que falei, bradei, chorei, propus e agi tanto quanto é possível fazê-lo nesta Câmara dos Deputados, no nosso Congresso Nacional e na Assembléa Nacional Constituinte. Mais que isso somente é possível fazer aos que são maioria nesta Casa e na Assembléa Nacional Constituinte, e sobre os quais pesam as responsabilidades da vitória em 15 de novembro último e das decisões, agora, antes que seja tarde demais.

O SR. CONSTITUINTE STÉLIO DIAS (PFL - ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto se fala no

aumento da produção de grãos, com dificuldades de armazenamento e ensilagem, é preciso atentarmos ao que vem acontecendo com a produção cafeeira, diante de uma grande safra, justamente quando o produto não atravessa a melhor fase no mercado internacional.

Por isso mesmo é necessário que completemos o escoamento da safra anterior, prestes a comercialização da próxima, a partir do mês de agosto.

Têm razão os cafeicultores capixabas quando reclamam contra as medidas oficiais de adiamento do embarque de café. Vendidas centenas de milhares de sacas, sua retenção no País ameaça seriamente os produtores, pois cria, no mercado internacional, o desinteresse pela compra de novas remessas, tanto mais quando os exportadores estão enfrentando elevadíssimas taxas de juros, para financiar suas aplicações.

A indefinição do Governo sobre a fixação da taxa de juros incidentes sobre o empréstimo para custeio e comercialização de café, intranquiliza o setor cafeeiro, como se verificou nas declarações ouvidas no último Encontro Internacional do Café, quando o Presidente da Cooperativa de Produtores de Poços de Caldas informou que, até agora, o Banco do Brasil não orientou suas agências sobre o cálculo da taxa de juros, que deve ser aquela constante dos contratos firmados pelos cafeicultores.

As altas autoridades daquele estabelecimento oficial de crédito esquivam-se a uma resposta direta às indagações dos cafeicultores, enquanto a falta de esclarecimentos faz crescer o número de casos sem solução no setor, que desconhece como proceder à renovação dos empréstimos contraídos com o Banco do Brasil.

Recentemente, o Sr. Jório Dauster, Presidente do IBC, informou que uma parte das cento e seis mil sacas de café robusta africano, de um total de seiscentos e trinta mil sacas compradas através da "Operação Patrícia", foi prejudicada pela ação da água, no porto de Paranaguá, onde, há cerca de dois meses, desembarcaram quinhentos "containers" com o produto.

Fala-se em leiloar o produto. Sendo de inferior qualidade, a licitação não evitará grandes prejuízos para o País, por culpa do IBC. Comprando esse produto, as torreفاes estrangeiras reduzirão suas importações.

E, enquanto tarda a decisão do problema dos juros, os negócios ficarão paralisados, para que sejam substituídos, no fornecimento, pelos concorrentes internacionais. Urge uma providência do Governo, diante do atraso do Banco do Brasil e da ineficiência do IBC.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ LUIZ MAIA (PDS - PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vive o Nordeste a maior desolação de sua história. A crônica viva da miséria absoluta ali está presente, desafiadora, oscilando entre um novo e impiedoso período de estiagem e a situação de falência a que estão sendo levados os segmentos mais significativos de sua economia. O desalento, a insegurança, a fome, tudo sob a forma de calamidade quase total, tomaram conta da terra e da gente nordestina.

É penoso constatar-se que o Nordeste chega a esse estágio clamoroso de incerteza exatamente

num momento em que um de seus filhos encontra-se à frente do Governo, porque o Presidente José Sarney, mesmo umbilicalmente ligado à Região, conchedor em profundidade de seus dramas, pouco ou quase nada tem podido fazer em benefício da heróica e sofrida população nordestina, já que, lamentavelmente, pressões de grupos poderosos atam-lhe as mãos e lhe bloqueiam os caminhos rumo a decisões que – tenho certeza – ele bem que gostaria de tomar para evitar o flagelo a que estamos assistindo.

Pode-se até argumentar que, conjunturalmente, a crise se espalha por todo o País, que todas as unidades da Federação receiam precipitar-se no abismo a que estão sendo conduzidas pela indefinição da política econômica, pelas crises sobre crises que se amontoam, pela distância cada vez maior do horizonte das soluções.

Dir-se-á tudo. Mas o que não se pode ocultar é que nenhuma situação é tão afeitiva quanto a do Nordeste, onde a fome está levando a população à loucura e esta ganha contornos de violência configurada nos saques, que já vêm aumentando no interior da Região. O que fazer, nesta hora tão grave, para debelar crise tão insólita?

A seca, Srs. Constituintes, é um agravante social que já deveria ter sido banida da paisagem do Nordeste. Mas a seca, neste momento, tem desdobramentos de incalculáveis repercussões, mercê da galopante e gananciosa corrida dos juros bancários e de uma inflação que ninguém sabe estimar até onde irá. E essa indesejável associação – seca, juros altos, inflação – se constitui no cerne do pior momento já experimentado pela região nordestina.

A ilusão do Plano Cruzado, o engodo da estabilidade monetária como consequência do "milagre", da inflação zero, acenaram para o Nordeste com a expectativa de melhores dias. A redução do custo do dinheiro renovou as esperanças de médios, pequenos e microempresários, sobretudo na área rural – vale dizer, a grande maioria – e fê-los recorrer a financiamentos para investimentos que visavam a aproveitar o homem e redirecionar a economia.

O impacto não se fez esperar. Voltaram a orgia de juros e o galope inflacionário, e o pequeno e médio tomadores estão sendo arrastados pelo roldão das falências, da insolvência, da perda total, situação que se torna mais grave pela estiagem, que se alonga e projeta novo quadro de miséria e de inquietação.

Ninguém, no Nordeste, tem condições de saldar os compromissos assumidos, até porque, mesmo que houvesse safra, os preços de garantia estão cada vez mais irrealis no confronto com os juros e a inflação. E, sob esse clima – o mais dramático de toda sua história – vive o Nordeste os dias gloriosos da Nova República, vendo esvárem-se suas energias, frustrarem-se suas esperanças, desmoronar-se o castelo de sonhos construído ao acalento do "Plano Cruzado".

O Nordeste agoniza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. A terapia de paliativos serve apenas para aumentar-lhe os sofrimentos, para prolongar um mal que reclama remédios extremos. As forças produtivas da Região encontram-se sob verdadeiro estado de inércia, sem saber o que fazer, a quem apelar, como escapar à tragédia que se abate sobre todos os segmentos da economia e da sociedade.

Urge substituir o discurso pela ação. E é esse o apelo que dirigimos ao Sr. Presidente da República, nesta hora de profundo perigo. Que S. Ex.^a determine providências ao Ministro da Fazenda e, por este, ao Banco Central, a fim de viabilizar um tratamento especial aos médios, pequenos e microempresários do Nordeste, reduzindo ao máximo a carga de juros e eliminando a correção monetária que onera os débitos contraídos sob a égide do Plano Cruzado, proporcionando-lhes, enfim, condições de escapar a falência completa a que, sem essa providência, estão irremediavelmente condenados.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO (PFL - RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda soam em nossos ouvidos os aplausos às memoráveis palavras do Presidente Tancredo Neves, quando dizia que "não permitiria o cumprimento dos compromissos externos com o sacrifício do povo"...

Homens, mulheres, artistas, escritores, operários e estudantes, em concentrações, elevaram suas vozes, dando o voto de confiança ao memorável Presidente, enchendo de sons e de aplausos as ruas, as praças e as cidades.

Depositaram, sim, confiança no PMDB, através da pessoa de Tancredo Neves. Acreditaram, sim, no futuro deste País. E a esperança de dias melhores avassalou os espíritos, os sentimentos populares. Estavam certos de que o então Presidente Tancredo Neves evitaria a moratória, através de negociações, pela disponibilidade de caixa e pelo saldo positivo da balança comercial, bem superior ao serviço da dívida. Não esperavam que, ao invés de Tancredo, assumisse a Presidência o Sr. José Sarney.

Hoje, lamentavelmente, sabemos que a Nação foi ludibriada, o povo enganado e o resultado está aí: estamos à beira da recessão. A respeito da atual situação econômica do País, o nobre Deputado Silvernani Santos manifestou-se da tribuna da Assembleia Legislativa de meu Estado, Rondônia, fazendo o pronunciamento que tenho em mãos e que solicito seja transcrita, no inteiro teor, nos Anais desta Casa.

DISCURSO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO ASSIS CANUTO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em novembro de 1984, após definição da representação da bancada estadual de Rondônia, no colégio eleitoral que deflagrou a retomada da democracia no Brasil, passamos a ter contato com Tancredo Neves.

Tivemos a felicidade de conhecer as idéias daquele ilustre brasileiro, que afirmava o não cumprimento dos compromissos externos desde que isso custasse o sacrifício do povo e que, enquanto existisse uma única família em estado de miséria, o seu trabalho social não estaria concluído e a Nação brasileira não estaria consolidada.

Tivemos o privilégio de ouvir estas assertivas antes dos seus pronunciamentos públicos, pois o imortal presidente temia que, ao proferi-las antes de sua vitória, poderia, de um lado serem entendidas como demagogia pré-eleitoral e, de outro, induziriam a um acirramento do ânimo dos organismos financeiros internacionais, o que poderia colocar em risco a sua esmagadora vitória.

Quando eleito tornou público essas idéias, em sua primeira entrevista coletiva, que se traduziam em duas vertentes: não sacrificar o povo em benefício do cumprimento das dívidas externas e a necessidade de desenvolver um programa social capaz de resgatar a dignidade do povo brasileiro.

Essas propostas não tinham absolutamente um cunho ideológico, quer de direita, quer de esquerda e, sim, eram embasadas num sentimento nacionalista, que buscava não a radicalização, mas sim um capitalismo moderno, de mais alternativa para toda a nação brasileira.

E isso seria possível? Os organismos financeiros internacionais aceitariam? Os empresários brasileiros seriam solidários? E o povo, como reagiria?

É evidente que as respostas a estas interrogações só seriam dadas se tivéssemos como mandatário da nação Tancredo Neves e não José Sarney.

Mas há alguns pontos a considerar a tão vilipendiada Velha República – os mesmos que a denigrem hoje foram beneficiados por ela ontem – deixou uma caixa de 9 bilhões de dólares e um saldo positivo na balança comercial de 12 bilhões de dólares ano, portanto superior ao serviço da dívida; deixou uma inflação inferior a três dígitos e uma dívida interna embora alta, sob controle.

Por certo Tancredo Neves negociaria a dívida externa imediatamente após a sua posse e certamente não ocorreria a moratória, pois de um lado havia lastro para a negociação, pela disponibilidade de caixa e pelo saldo positivo da balança comercial, superior ao serviço da dívida, e de outro, tratava-se de um Governo com credibilidade nacional e internacional, além de que, da parte dos credores, não havia e não há a disposição de matar a galinha dos ovos de ouro.

Quanto à aceitação dos empresários e do povo brasileiro, a resposta é óbvia e afirmativa. O empresariado brasileiro entende das necessidades de um programa social sólido e de soluções concretas para o problema da dívida externa, como sobrevida do próprio sistema capitalista nacional. E o povo, este seria o maior beneficiário das propostas de Tancredo Neves.

Mas o que fez o atual Governo? Consumiu as divisas, desorganizou nossa economia como um todo, achatou o saldo positivo da balança comercial a valores inferiores ao serviço da dívida e, num momento economicamente indevido, busca o apoio da Nação para impor uma pseudo moratória. Na verdade não houve moratória, mas sim um calote internacional, porque o País não dispõe de caixa, as reservas foram consumidas.

A Nação foi ludibriada, quando, através de discursos inflamados do PMDB, como partido e através de seus ministros da área econômica, dizia-se não ao FMI, que a Nação não recorreria a esse organismo – e o FMI está de volta, sem Ana Maria Juhl, mas silenciosamente, vasculhando a vida da Nação e assombrado com a nossa inflação e com o total desequilíbrio da nossa economia.

A Nação foi ludibriada quando se tentou demonstrar que o PMDB estava preparado para governar e que sua opção era pelos pobres, demonstração esta através do Plano Cruzado, que consumiu nossas reservas cambiais, enganou nosso povo através de uma economia sem sustentação,

que culminou com o caos e o início da recessão que nos encontramos hoje.

A Nação foi ludibriada ainda elegendo governantes incompetentes, sem preparo sequer emocional, a um custo que precisaremos de décadas de sofrimento para resgatar e encontrar o equilíbrio econômico e social brasileiro. Comprometeram não só a nós, mas também a vida dos nossos filhos. Estabeleceram para a Nação um modelo de repúbliquetista socialista, onde o executivo fraco e despersonalizado cumpre os desígnios de um único partido, o PMDB, sem preparo e sem integridade para o exercício do poder e da democracia.

E no afã da manutenção do poder pregam um regime parlamentarista e querem inclusive antecipar as eleições, pois sabem que a cada dia perdem o prestígio e se desnudam frente à opinião pública, num oceano de inoperância, incompetência e desonestade.

Não se sustentam mais pela força da retórica e do blefe econômico. Por isso o PMDB tem pressa em criar o parlamentarismo, para colocar um proposto como 1º-Ministro e antecipar as eleições, para fazer de Ulysses Guimarães o próximo Presidente da República.

Como se deu o maior embuste econômico da história brasileira? Antes de responder é importante afirmar que a dilapidação do Erário Público na Velha República era, via de regra, provocada por empresários que levavam a reboque funcionários públicos desonestos.

Na Nova República, somando os 9 bilhões de dólares consumidos erroneamente, mais o caos da economia atual, que não dispõe de dígitos capazes de dimensioná-lo e mais os custos diretos das eleições através dos Governos dos Estados e de seus bancos estaduais, chega-se a valores superiores a 20 bilhões de dólares, que é o que custou aos cofres públicos, a consagração eleitoral do PMDB em todo o Brasil.

O que é estarrecedor é que quem dilapidou o bem público, não foi o empresário, mas sim o próprio Governo. E esse mesmo Governo quer fazer do empresariado brasileiro o vilão da história, o vilão da corrupção e da incompetência causadas pelo próprio Governo.

Mas vamos falar do engodo denominado Plano Cruzado.

Em fevereiro de 86, o Presidente Sarney estava decidido a buscar uma série de medidas que permitissem debelar a inflação, que já andava na casa dos 15%. A proposta efetuada pelos economistas denominados "pais do cruzado" continha uma recomendação categórica – "não se trata de congelamento". O modelo previa que o Poder Público administraria alterações de preços (de baixa e de alta), acompanhando as variações de mercado, de modo a permitir uma inflação próxima a zero.

Ainda em fevereiro, quando o programa foi apresentado a Sarney, este achou que deveria conter um apelo popular, que seria o congelamento de preços. No último dia de fevereiro de 86 o Presidente apresentou à Nação o Plano Cruzado e conclamou cada brasileiro a se tornar fiscal do Sarney. E o que era apenas um charme do programa passou a ser o seu carro chefe. Quando Funaro falou ao Congresso que o congelamento era temporário e não permaneceria mais do que

90 dias foi repreendido pelo Presidente que, pelo crescimento de sua popularidade, não admitia um ato retroativo. Funaro passou a dar entrevistas falando sempre na continuidade do congelamento. A partir daí a economia passou a entrar em aquecimento. Fecharam-se supermercados, comerciantes foram malhados, estabeleceu-se a política do País. A par do aquecimento, o Governo não reduziu os gastos públicos e não houve mais um fórum de debates entre a equipe econômica, que se dispersou. E o programa ficou totalmente à mercê das decisões do Ministro Funaro. Houve uma reunião em Carajás, onde se preveniu o Presidente que a situação estava tornando-se séria, mas Sarney estava ainda vivendo das glórias pessoais e nada foi resolvido.

Entre a reunião de Carajás e o dia 23 de julho de 86, quando da instituição do pacote denominado "cruzadinho" (emprestimos compulsórios sobre viagens internacionais, gasolina e automóveis), passaram-se dois meses. Os empréstimos seriam da ordem de 40%, o que renderia aos cofres públicos 150 bilhões de cruzados, mas Sarney achou alto e reduziu as receitas para próximo de 40 bilhões de cruzados.

Enquanto isso, a economia entrava em uma fase de superaquecimento e, pela inexistência de controle da demanda e do déficit público, o Banco Central, à revelia do Ministério da Fazenda, puxou os juros para cima, numa tentativa de diminuir a atividade econômica. Ao lado do descompasso que se instituía internamente, as negociações externas não obtinham qualquer avanço efetivo.

Com o desequilíbrio da economia, provocado pelo congelamento, achatavam-se as exportações e aumentava o consumo interno, exigia-se maiores importações, soma de fatores que passou a consumir rapidamente as reservas cambiais. Em outubro de 86 o Governo chegou à conclusão de que precisaria de mais um pacote – o congelamento e o abastecimento iam de mal a pior, o consumo aumentava, o déficit público também, a inflação ascendia e as reservas cambiais se exauriam.

Mas existiam as eleições de 15 de novembro e o PMDB não aceitava um pacote que poderia comprometer a sua vitória. O que ocorreu entre outubro e 21 de novembro, quando foi lançado o cruzado II, todos sabemos. Deu-se uma orgia de gastos públicos, intensificaram os déficits e exauriram os cofres quer de reserva cambial, quer de cruzados, visando a que o PMDB ganhasse as eleições. Some-se ao festival de desmandos, o festival de demagogia, que culminou com a "caça ao boi gordo", que elegeu em seu rastro um embusteiro desqualificado para governar o Estado carro-chefe da Nação brasileira, o Sr. Orestes Quêrcia.

Para o estabelecimento do cruzado II, como as equipes econômicas não mais se entendiam, foram efetuados dois pacotes, um pela Fazenda e um pelo Planejamento. Por decisão do PMDB e do Presidente, a opção foi pelo da Fazenda, o que em seguida provocou a queda do Sayad e depois do próprio Funaro, pela inviabilidade constatada de seu plano.

O Cruzado II consistiu basicamente no aumento do IPI, cobrado sobre o preço final de automóveis, bebidas, cigarros e do aumento gigantesco sobre a gasolina e o álcool. O Governo mais uma vez sobrecregava a sociedade, numa tentativa de

desaquecer a economia e sustentar os seus gastos, sem mais uma vez tentar reduzi-los. Embora o Governo pregasse aumentar apenas esses produtos, veio o aumento de energia, telefone, medicamentos, açúcar, que provocou em definitivo a destruição da barragem do congelamento de forma geral, empurrando todos os preços para cima e levando a inflação a taxas insustentáveis, com a consequente desmoralização do Plano Cruzado, do Governo Sarney e do PMDB.

Como se observa, desenvolveu-se no País um festival de besteiras, ditado por interesses políticos imediatistas de ganhar as eleições, um loteamento do Poder, em enfraquecimento e despessoalização do Executivo, um endividamento externo cuja única saída aparente é voltar a negociar com o FMI, um endividamento interno sem precedentes e um caos generalizado na economia.

Da parte do Banco Central e da economia como um todo, a taxa de juros simplesmente tem acompanhado a inflação, dentro de uma política de juros real zero na LBC. Isso é verdadeiro em valores médios mensais de janeiro a maio do corrente ano.

Vale notar que neste momento a economia está passando por uma crise generalizada de capital de giro. O sistema bancário, em vista do quadro de incertezas e da crescente fragilidade do setor produtivo, tende a restringir a disponibilidade de crédito comercial e a adotar uma posição defensiva, o que coloca o setor produtivo em situação de maior debilidade.

Além disso, o processo inflacionário reduz a demanda de moeda na economia, que é direcionada à especulação. A retração dos investimentos causa um impacto recessivo sobre toda a atividade econômica.

O que é lamentável é que não há nada que o Governo possa fazer no momento para evitar o movimento recessivo dos próximos meses. O que a política pode e deve definir agora é a trajetória da economia para o segundo semestre do corrente ano e para os próximos anos.

É fundamental reduzir o nível atual de incerteza para permitir que o investimento privado, junto com o investimento estadual, possam produzir uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto.

Pela série de desmandos, pela crise de autoridade do Executivo causada pelo PMDB, pelo grande engodo que foi o Plano Cruzado, a sociedade brasileira está sendo vítima de uma soma infeliz de fatores econômicos altamente desfavoráveis. Em última análise, o gargalo de nossas dificuldades está na solução do impasse da negociação externa através da formação de um programa econômico que existe, e que seja aceito, formal ou informalmente, pelo Fundo Monetário e por outros organismos financeiros internacionais. Sem isso a asfixia cambial que certamente aparecerá no 2º semestre, poderá terminar nos fazendo sofrer as piores consequências de uma recessão como as que freqüentemente são produzidas por programas do FMI, sem as vantagens de um acordo com esta instituição e da normalização das nossas relações financeiras internacionais.

Senhores, a Nova República provocou furacões que solaparam todos os alicerces da Nação brasileira, fez do País um barco à deriva com prenúncio de dias negros para a nossa História. E por quê?

Para que o PMDB "galhardamente" ganhasse as eleições. Embora vitorioso, nem esse fator conduziu a uma vertente construtiva. Os eleitos deveriam dar sustentação ao Presidente para consolidar a democracia no País. Porém, os únicos beneficiados por esse festival de hipocrisias voltam-se contra o Presidente e colocam em risco a sorte da própria democracia.

Cansamos de ver através da imprensa críticas dos Governadores do PMDB ao Presidente Sarney, quando não foram atendidos nos seus pleitos. Se o Presidente não satisfaz um Governador com uma fatia de bolo do Poder, ele esbraveja, critica, rompe, preocupado que é somente com sua própria sorte, e empurra cada vez mais a Nação para o abismo.

Onde estão as promessas efetuadas na campanha? Onde está a opção pelos pobres? Provavelmente a opção pelos pobres está no plano de metas do Ministério do Transporte, particularmente na Ferrovia Norte-Sul, cujo valor (US\$ 2,4 bi) é superior à soma de todos os programas sociais do Governo. A opção pelos pobres está na construção da ferrovia de alta velocidade que pretende ligar a cidade do Rio de Janeiro à cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, que custará US\$ 6,1 bilhões, ou seja, três vezes mais que a soma de todos os programas sociais do Governo Sarney.

A opção pelos pobres pregada pelo PMDB, enfim, está no somatório de todas as obras propostas pelo Governo Sarney, através do Ministério dos Transportes, que totalizam mais de US\$ 20 bilhões, ou seja, próximo de 10 vezes mais do que a soma de todos os programas sociais propostos à Nação. A Ferrovia Norte-Sul é a proposta de um comboio destinado a transportar grãos de uma região onde menos de 10% da área é aproveitável para a agricultura e o processo de licitação, como toda a Nação brasileira sabe, foi uma desonra nacional. O Governo sobrecarregou a Nação; enfiou a mão no bolso do contribuinte, através do empréstimo compulsório e, ao invés de desenvolver programas sociais, de acordo com as promessas pré-eleitorais, nos impõe obras faraônicas, de menos importância e comprovadamente de moral sordida. E tudo isso num momento em que a Nação passa por uma das piores crises econômicas da sua História.

Lamentavelmente o Presidente Sarney, além da preocupação em pousar para a História, através da construção de obras faraônicas, tem como preocupação primordial a sua própria sorte. Discute-se mais no País, nos meios políticos, o tempo de mandato do Presidente do que como salvar a Nação do caos social que se avizinha, como se tudo estivesse muito bem e que os únicos problemas são meramente superficiais, políticos e de fácil solução.

O Sr. Ulysses Guimarães, o maior responsável por tudo isso, senta-se em cima do Poder que cabe ao PMDB e vive todas as horas do dia, preocupado, defendendo intransigentemente a herança que lhe cabe e que lhe dá, de acordo com a sua interpretação e da maioria de seu partido, de vir a ser o próximo Presidente da República.

E, por uma questão de justiça, sou obrigado a reconhecer que faço parte de um partido, o PFL, conivente com toda essa situação. Um partido que assiste a tudo sem formular uma única crítica e por assim agir passa a ser co-responsável

por tudo o que está ocorrendo. E nós, Parlamentares Estaduais, quer do PMDB, quer do PFL, quer de qualquer agremiação partidária, que nunca fomos consultados para nada, somos levados a reboque, da desmoralização nacional, que atinge não só os dois partidos, mas a toda a classe política nacional. Acabamos sendo, todos nós, as maiores vítimas das decisões de Brasília, que impõe a desmoralização e o descrédito popular a toda a classe política brasileira.

A exemplo do que ocorre na área econômica, a sociedade brasileira está sendo vítima de uma soma infeliz de fatores políticos altamente negativos.

E o povo? E as promessas? E a situação nacional? Isso tudo fica em segundo plano. O importante mesmo é agregar poder. O importante é a Constituinte que, como o futebol e o samba, vai manter o povo ocupado. Fizeram com que o povo acreditasse que a Constituinte vai resolver todos os seus problemas.

Quando a Nação brasileira entender que a Constituinte está sendo um blefe tão grande como foi o Plano Cruzado, que as soluções não estão, via de regra, na essência das leis e, sim, na sua execução, e que sua panela vai continuar vazia e seus filhos passando fome, aí não existirão forças capazes de contê-lo.

E se o poder civil foi tomado em 64, desta vez iremos bater às portas dos quartéis implorando para que os militares assumam novamente as rédeas da Nação. Assim então teremos publicamente a nossa fragilidade e incompetência e provaremos para as gerações futuras que a democracia é um grande embuste universal. Pousaremos para a História como inescrupulosos e incompetentes.

O SR. CONSTITUINTE SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sabemos que a chamada Comissão Parlamentar Brasil-Japão viaja no final deste mês para Tóquio, com objetivo de acertar com banqueiros e com o Governo Japonês, detalhes do empréstimo de 15 bilhões de dólares, a ser feito ao Brasil nos próximos três anos.

Neste momento, temos um grupo de trabalho criado especialmente para estabelecer as prioridades desta negociação com os japoneses.

Nosso objetivo, ao assomarmos à tribuna desta Assembléia Constituinte, é deixar clara nossa posição de que não só este dinheiro, como qualquer outro empréstimo externo firmado pelo Brasil, daqui para a frente, tem que ser, obrigatoriamente, atrelada a projetos destinados a solucionar os problemas de miséria absoluta que atormentam grande parte da população brasileira, em especial o povo nordestino.

Sabemos que o fenômeno da "seca verde" já atinge 700 mil pessoas em 667 municípios do Nordeste. Há décadas que o povo desta região vem se debatendo contra toda sorte de dificuldade, enquanto somas vultosas são destinadas a obras faraônicas, que nenhum benefício trazem ao povo brasileiro.

A Nova República, pelo que consta, se instalou para dar novos rumos, abrir novos caminhos para a população brasileira. Dentro desse quadro, não podemos admitir que o dinheiro novo que entrar no Brasil, não seja exclusivamente para a implan-

tação de projetos que atendam de fato às prioridades mais urgentes de nossa população.

O Nordeste não pode mais esperar. Se não destinarmos recursos para a região nordestina, estaremos comprometendo toda uma geração. Além dos recursos externos, que entendemos devem ser destinados prioritariamente ao Nordeste, o Governo tem que adotar medidas urgentes no sentido de iniciar obras duradouras, permitindo que com o seu trabalho o sertanejo possa tirar o sustento próprio e de sua família. Obras que de fato tragam benefícios àquele povo tão sofrido, ao invés de medidas paliativas, que só servem para enriquecer uma minoria que se sustenta no poder graças à "indústria da seca".

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE JUTAHY MAGALHÃES (PMDB - BA Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a saúde é, sem dúvida, um preciso e complexo bem social e jurídico. É o culminar de todo um contexto sócio-cultural maduro, consciente e responsável. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, em realidade, definiu saúde em aspectos tão abrangentes quanto o direito ao acesso a condições dignas de alimentação, de habitação, de educação, de emprego, de transporte, de lazer, de posse da terra e, principalmente, de liberdade. Ela, a saúde, em seu silêncio, representa o sucesso interativo das atividades globais de cunho social. Desarte, o progresso do País está direta e reciprocamente relacionado ao nível de saúde da sua população. Brasileiro hígido é brasileiro produtivo.

No entanto, V. Ex.^{as} são testemunhos das precárias condições de saúde da nossa população. O histórico descaso como se vem encarar o setor é motivo de vergonha nacional, uma vez que se traduz em indicadores de saúde que, por exemplo, nos colocam em destaque mundial no contexto da mortalidade infantil. A saúde, concluímos, nunca teve a prioridade devida em nosso País. Este fato reflete-se no financiamento do setor, efetuado através de resíduos orçamentários, das sobras dos cofres públicos, gerando, via de regra, distorções incontornáveis, do conhecimento público.

As estimativas orçamentárias do setor, técnico por excelência, nunca foram estabelecidas com um nível aceitável de precisão, ou mesmo de aproximação. Isto ocorre em função da insuficiência das estatísticas nosológicas, assim como da inexistência prática de tabelas correlacionando os custos globais dos atos de saúde e as nosologias prevalentes em território nacional. Assim sendo, fica praticamente impossível efetuar-se o cálculo estimativo dos gastos do setor, ensejando-se a criação de orçamentos manipulados, fantasiosos e irreais. Nosso País envolve aproximadamente 4% do seu PIB neste setor vital. Aí, no entanto, se situam adicionados faturamentos, tão elevados quanto a produção da indústria farmacêutica. Os Estados Unidos, utilizando os mesmos critérios gerais de cálculo, envolvem cerca de 12% do seu PIB, apesar da riqueza relativa e do elevado padrão de saúde de habitantes daquele país.

Assim sendo, com base nos estudos efetuados por técnicos do setor de saúde apresentados por diversas manifestações de entidades afins, julgo imperativa que, em nossa Carta Magna, fique destinado um mínimo de 12% das receitas fiscais da União, dos Estados e Municípios de 25% das

contribuições da Previdência e Assistência Social para o efetivo financiamento do Setor Saúde, como forma de resgate da enorme dívida social para com a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE FÉRES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

embora possa parecer óbvia a afirmativa, um sistema de saúde deve objetivar, primordialmente, a elevação dos padrões de saúde da população, e isto não se obtém apenas mediante a oferta maciça de assistência médica.

Em primeiro lugar, está sobejamente provado, nos dias de hoje, que a oferta pura e simples de assistência médica não reduz os índices de mortalidade infantil nem faz subir as taxas de média de vida da população. Isto só pode ser obtido por intermédio de um conjunto de fatores bem mais complexos e que envolvem desde o chamado saneamento básico, englobando as condições habitacionais, abastecimento de água, rede de esgoto, estendendo-se até a alimentação, nível de emprego e iniciativa individual. São estes alguns dos fatores decisivos para assegurar um melhor padrão de saúde para a população. É bastante conhecido, por exemplo, o trabalho desenvolvido no Estado de São Paulo em 1982, quando foi constatado o aumento do índice de mortalidade infantil, exatamente quando houve queda do salário mínimo e, consequentemente, do poder aquisitivo.

Supõe-se, para efeito de raciocínio, que se vive num País desenvolvido, com todas as condições satisfeitas. O que deveria ocorrer, na área médica propriamente dita, dentro de uma política de racionalização de recursos e realmente voltada para a defesa e a elevação dos padrões de saúde da população?

É claro que o sistema de saúde deveria investir largamente na prevenção das doenças, através de programas sistemáticos e regulares de uma poderosa rede de atenção primária à saúde, com procedimentos simples e ampla cobertura de massa.

Aí entraria a rede de Centros de Saúde do Estado, dos Municípios e do INAMPS, em estreita colaboração com as universidades, atendendo à população em suas necessidades sentidas, mais simples, e em suas necessidades não sentidas e compete, primordialmente, ao Poder Público provê-las, na medida em que previne as doenças, evitando que elas se instalem e, eventualmente, se propaguem.

Paralelamente, dever-se-ia contar com a rede hospitalar destinada ao atendimento secundário, quando a rede particular teria importante papel a desempenhar, como recurso complementar e já existente, capaz, portanto, de participar do esforço conjunto de um sistema de saúde bem integrado e ajustado aos propósitos inicialmente colocados.

Exortamos, portanto, que as autoridades da área de saúde reflitam melhor sobre um sistema de saúde mais abrangente e eficaz, a fim de que possa assegurar melhores condições de saúde para os brasileiros.

Obrigado.

O SR. CONSTITUINTE RENATO VIANA (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, desde

o dia em que foi instalada a Assembléa Nacional Constituinte, isto há quatro meses, temos sido contemplados com uma variedade de publicações de diferentes origens, surgidas justamente no anseio de encaminhar as reivindicações dos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

São jornais e revistas que nos chegam às mãos com relativa freqüência, mas nenhum desses órgãos, por mais importantes que sejam suas origens, foi de tanta oportunidade como o lançado recentemente e que trata dos assuntos da pesca brasileira. Referimo-nos ao "Tempo de Pescar", um jornal de edição mensal, da responsabilidade do empresariado nacional e que traz a assinatura de um conhecido homem que sempre viveu no e para o setor, como José Ubirajara Timm.

Lemos, com atenção, seu primeiro número, e foi através desse jornal que pudemos nos inteirar dos angustiantes problemas por que passa a pesca brasileira, o que vem mostrar a validade de uma publicação dessa qualidade, que não encerra em si apenas as questões informativas, mas serve, sobretudo, para nos despertar à ação deste importante segmento da economia brasileira que é a pesca e suas ramificações.

Para que se tenha uma idéia da amplitude do setor, citamos apenas um dado e que se refere à pesca industrial; hoje, são mais de dois mil barcos pescando no litoral brasileiro, cuja produção não se destina exclusivamente ao consumo interno, mas, também, à exportação e, com isso, participando sobremaneira da balança comercial brasileira. Fazemos esse registro com base em dados do próprio "Tempo de Pescar" que, como dissemos, nos alerta para a importância político-econômica e social do setor, ao tempo em que nos mantém informados sobre as evoluções por que passa este ramo da economia nacional.

Assim, ao registrar este lançamento, congratulamo-nos com seus idealizadores e fazemos votos que "Tempo de Pescar" prospere, mas para registrar, sobretudo, o fortalecimento da pesca brasileira, de suas empresas e dos homens que dela dependem em nosso País.

Obrigado.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE (PDS - PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Senhor Presidente, transcrevo nos Anais dos nossos trabalhos o texto integral do artigo de autoria de D. Eugênio Sales, Cardeal Arcebispo do Estado do Rio de Janeiro, que trata da abertura solene do "Ano Mariano".

O ANO MARIANO

Com a abertura solene do Ano Mariano, a Festa de Pentecostes de 1987 adquire característica especial. Em 1º de janeiro último, o Papa João Paulo II comunicou sua realização, fadada a trazer inúmeros benefícios aos homens em geral e à comunidade eclesial, em particular. O Santo Padre, repetidas vezes, tem se referido ao novo milênio que se aproxima. Nisso percebe-se todo o seu esforço em recuperar, para Cristo, a Humanidade, afligida por tantos males transparecendo em suas palavras e atitudes a luta por restabelecer, no interior da grei da qual, em nome de Cristo, é o Chefe, a pureza da Doutrina, a Disciplina adaptada ao nosso tempo, mas não desfigurada.

O Ano Mariano é mais uma iniciativa nessa direção. A estratégia é através da Mãe de Deus, com a consideração de dois elementos: a situação

negativa em que nos encontramos e a força, inclusive do exemplo, que obteremos por meio de Maria. De agora até à Festa da Assunção, em 1988, toda a Igreja é convidada a ter diante dos olhos a figura materna, que orienta os filhos desesperados, dispersos, feridos ou angustiados.

O conceito da peregrinação orientada pela fé "constitui a idéia-guia do Ano Mariano" (Homilia em Corrientes, Argentina, a 9 de abril último). Ele se fundamenta na viagem feita pela Virgem: "Põe-se Maria a caminho e dirigiu-se às pressas para a montanha, à cidade de Judá (...) à casa de Zacarias" (Lc 1,39). No fim de longo percurso, ali principiado, alcançamos a Redenção. Esta nos veio de Cristo que, ainda no ventre da Mãe, foi transportado, no começo de sua missão salvífica.

João Paulo II almeja, com tal objetivo, que a Mãe de Deus, neste final de milênio, guie a Igreja, indo adiante, precedendo e orientando maternalmente o Povo de Deus.

Como a celebração do Ano Mariano, de Pentecostes à Festa de Assunção, em 1988, deverá acontecer no âmbito das Igrejas locais, a Congregação para o Culto Divino publicou, com datas de 3 de abril último, as "Diretrizes e Sugestões para a Celebração do Ano Mariano". Em nossa recente reunião, em Roma, recebemos um exemplar desse valioso documentoário.

São 109 páginas, edição em italiano (o Boletim da Revista do Clero, da arquidiocese, no próximo número, trará a tradução em português), postas à disposição do Povo de Deus, como incalculável riqueza espiritual. Toda a vida cristã é iluminada pelo Ano Mariano e são oferecidos roteiros de ação para um melhor aproveitamento dessa feliz providência de João Paulo II.

Dessa maneira, assume novo alento a figura da Virgem no ano litúrgico, cujas grandes linhas são revalorizadas. Diz o documento: "O Santo Padre indicou o ano litúrgico como contexto natural, no qual se inserem as várias iniciativas que as Igrejas locais programarão para celebrar o Ano dedicado à Virgem Santíssima" (Diretrizes, nº 1). Como exemplo, na festa da Transfiguração do Senhor (8 de agosto), poder-se-iam sublinhar os pontos de contato entre o testemunho do Pai ("Este é o meu Filho predileto (...) Ouví-o", em Mt 17, 5) e o anúncio do Anjo Gabriel a Maria ("eis que conceberás um Filho", em Lc 1, 32-35), relacionados com a palavra da Virgem aos servidores, nas Bodas de Caná ("Fazei tudo o que ele vos disser", em Jo 2, 5). O fio condutor é o Filho de Deus, unido Àquela que O concebeu, no tempo.

Além dessa presença da Mãe de Deus, nos diversos tempos litúrgicos, merecerão particular atenção as festas da Santíssima Virgem, como a Anunciação (25 de março) e a Apresentação do Senhor (2 de fevereiro); a natividade (8 de setembro) e a Assunção da Virgem (15 de agosto) "que, por séculos, constituíram os quatro pilares da piedade litúrgica, em relação a Nossa Senhora" (idem, nº 4).

O capítulo III das Diretrizes refere-se à "Celebração da Eucaristia e o Ano Mariano" e desce a indicações práticas. Por exemplo, como é costume, no final da Santa Missa, haver um canto de despedida, "durante o Ano Mariano, tal canto, sempre referindo-se ao tempo litúrgico, fosse dirigido à Mãe de Jesus".

Ao se tratar da celebração dos sacramentos, os fiéis deverão ser orientados para os elementos

essenciais. Contudo, "isto não exclui que (...) sejam acenadas algumas ressonâncias marianas, provenientes do núcleo mesmo do sacramento, diretamente, ou por via analógica" (idem, nº 22).

Na Liturgia das Horas (breviário), muitas são as ocasiões que se nos apresentam para respirar a atmosfera do Ano Mariano.

Os Exercícios pios, como o Angelus, Salve-Rainha, o Terço, a Ladinha de Nossa Senhora, o Mês de Maio e o do Rosário e as diversas expressões da religiosidade popular, como as procissões, propiciam rica oportunidade de se viver esse período com maior intensidade.

O Concílio Vaticano II, nas Constituições "Sacrosanctum Concilium" (nº 13) e "Lumen Gentium" (nº 67), garante a atualidade desses exercícios piedosos. Qualquer atitude contrária, mesmo vindra de eclesiásticos, é abusiva, além de errônea.

Os Santuários dedicados a Nossa Senhora são chamados a desempenhar indispensável papel neste Ano Mariano. No novo Código de Direito Canônico (cânón 1.230) obtiveram particular reconhecimento jurídico, que atesta sua importância na vida pastoral. Solenemente, em transmissão televisiva pela Mundovisão, o Ano Mariano é aberto pelo Santo Padre, às vésperas da Festa de Pentecostes. Ele espera que o Espírito Santo, como se deu aos Apóstolos reunidos com Maria (Art. 1, 14: "perseveraram na oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, a Mãe de Jesus"), assim também despertará os que dormem, reconduzirá os transviados e afervorará os fiéis.

O Santo Padre, de Roma, se sente unido aos cinco Continentes pelo Terço rezado, simultaneamente, em diversos países. Aqui, no Brasil, do Santuário da Penha e com a presença de nossa Senhora Aparecida, juntos ao Papa e aos santuários marianos do mundo inteiro, damos início ao Ano Mariano. Com júbilo e esperança participemos desse evento que prepara o terceiro milênio do Nascimento de Jesus de Nazaré, filho da Virgem Maria, Salvador de todos os homens."

O SR. CONSTITUINTE MÁRIO MAIA (PDT – AC. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos a honra de, nesta oportunidade, ocupar a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para dar ciência aos Srs. Constituintes e à Nação brasileira da monta dos trabalhos que são desenvolvidos paralelamente e, por isso mesmo, imprescindíveis às atividades dos Srs. Parlamentares nas Subcomissões e Comissões temáticas, na elaboração do anteprojeto da nova Carta brasileira.

É fato que os Srs. Constituintes têm demonstrado profundo entusiasmo em fazer valer as suas idéias; as sugestões que têm recebido também de parte das entidades representativas dos seus Estados de origem, o que deixa bastante transparente a quantidade dos trabalhos que têm que ser impressos em forma de avulsos para serem apreciados e discutidos nas Subcomissões e, agora, nas Comissões temáticas desta Assembléia.

Srs. Constituintes, vivemos a felicidade do avanço tecnológico no campo da informática. E, sem dúvida, temos nos aproveitado dos recursos de que é dotado o Senado Federal por ter muito bem estruturado o Serviço de Processamento de Dados-PRODASEN, que tem atendido a todas as exigências de uma Assembléia Nacional Constitui-

tante e oferecido os melhores subsídios aos Srs. Constituintes, no sentido de trazê-los sempre bem informados, através do processamento de toda a produção dos trabalhos realizados em todos os setores que estão em atividade no trabalho de elaboração da nova Constituição.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a Nação brasileira já é conhecida dos fatos que acabamos de trazer a público, bastando que recorramos aos arquivos da imprensa. Realmente, tudo está no computador. A cópia de um documento qualquer, quando solicitada, rapidamente estará em nossas mãos. Mas, para que os Srs. Constituintes venham a receber esse documento, necessário será que se processem a elaboração, a publicação em forma de avulsos e a distribuição, através da Secretaria Geral da Assembléia Nacional Constituinte, a todos os Srs. Parlamentares.

Srs. Constituintes, outra face da moeda: para esta rápida elaboração, publicação e distribuição, é também acionado, com igual presteza e eficiência, outro bem equipado e bem dirigido órgão do Parlamento: o Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF. Criado para atender às necessidades do Senado, posteriormente requisitado a atender às duas Casas do Legislativo brasileiro, o CEGRAF vem cumprindo a rigor todas as tarefas que lhe têm sido confiadas.

O CEGRAF, Srs. Constituintes, algumas vezes tem sido alvo de acusações gratuitas e injustas. Contudo, sua corporação tem-se mantido de moral elevado, pois está cônscia da contribuição que pode oferecer à Nação brasileira, nesta hora em que todos ansiamos por uma nova Carta constitucional. O CEGRAF está a postos vinte quatro horas, em turnos que se revezam de seis em seis horas, responsável que é pela publicação de matérias inerentes ao Senado, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional e Assembléia Nacional Constituinte, e ainda pode oferecer preciosíssima contribuição ao PRODASEN, digitando textos de todas as emendas apresentadas pelos Srs. Constituintes em todas as Comissões, abrindo espaços para que o PRODASEN possa informar com rapidez o que está expresso nas mesmas.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Centro Gráfico do Senado Federal é um gigante anônimo. Esquecido por vezes, mas com o melhor propósito de fazer chegar aos Srs. Constituintes a matéria impressa que versa a elaboração da nova Constituição brasileira.

Queremos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes deixar registrados nos anais desta Assembléia nossos votos de gratidão a todos os senhores dirigentes e, especialmente, àqueles servidores que não vêm medindo sacrifícios para atender a todas as solicitações de prioridades indispensáveis à realização dos trabalhos do Legislativo brasileiro.

A esses servidores queremos, mais uma vez, deixar registrado o nosso profundo reconhecimento pelo trabalho que vêm desenvolvendo, de reconhecido valor à Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE CARLOS BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho recebido veementes apelos da Associação dos Criadores do Ceará e da Associação dos Criadores de Gado Holandês, produtores de leite e agropecuaristas, dos mais importantes em minha região,

no sentido de lutar junto ao Governo Federal para modificar o quadro, extremamente negativo, que se delineia para essas atividades fundamentais ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

Na realidade, essas duas categorias vivem momentos de apreensão e de incerteza quanto ao seu presente e ao seu futuro, sob o terror dos crescentes juros bancários, que estão levando o nosso País a uma situação vexatória, havendo imperiosa necessidade de providências energicas por parte dos órgãos técnicos do Executivo, notadamente o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Quando da implantação do Plano Cruzado, os produtores de leite e os agropecuaristas do Brasil foram chamados a colaborar com o Governo no sentido de realizar investimentos e aumentar a produção de alimentos, atendendo à demanda e, sobretudo, ao programa de assistência ao menor carente. E a verdade é que, em resposta àquele chamamento governamental, e com a maior confiança em nossos destinos econômicos, eles assumiram compromissos inúmeros com a rede bancária, através de empréstimos diretos ou de projetos de financiamento.

Houve, na realidade, em nosso País, durante a vigência daquele Plano, uma espécie de descontração econômica e de tranqüilidade geral para os brasileiros, que acreditaram, pelas reiteradas manifestações do Ministro da Fazenda, no surgimento de uma nova era de paz e de prosperidade.

Leido engano, porém. Tão logo surgiram mudanças no Plano Cruzado, os juros bancários atingiram patamares cada vez mais elevados e inaceitáveis, exaurindo-se, em consequência, a capacidade de pagamento daqueles que tinham obrigações a saldar. E os compromissos assumidos por todos, decorrentes dos estímulos iniciais do Governo, passaram a constituir verdadeiro pesadelo nacional, sem que as autoridades fazendárias e bancárias pudessem pôr cobro a essa descabida exploração que serve para tornar mais ricos e mais poderosos os bancos existentes, enquanto cento e setenta milhões de brasileiros vivem dias difíceis, que poderão ter consequências desastrosas.

A verdade, Sr. Presidente, é que muitos produtores de leite e agropecuaristas, mesmo se desfazendo de todo o seu patrimônio, não terão condições de sair da inadimplência, pagando suas dívidas, que vão crescendo cada vez mais.

A par de tudo isso, vem a configuração de mais um período de seca no Nordeste, com o agravamento de todo o quadro sócio-econômico, que trará, como resultante imediata, a deterioração dos preços dos rebanhos, pela falta de pastagens, com a maioria procurando alienar seus plantéis por absoluta falta de condições para mantê-los em situação assim tão adversa.

Possso dizer, por conhecimento direto, que o problema se torna desesperador em todo o Ceará, como, de resto, na vasta área geográfica do Nordeste, aguardando-se providências imediatas do Governo, a cuja frente se encontra um nordestino ilustre e convededor das nossas tremendas dificuldades.

A ele, de modo especial, lembro, como primeiro passo, a eliminação de toda e qualquer correção monetária que incida sobre os investimentos obtidos durante a vigência do Plano Cruzado. Em segundo lugar – e em função da seca que aflige

as populações – sugiro a prorrogação de pelo menos um ano de todos os débitos vencidos ou a vencer no ano de 1987, na atividade agropecuária, que é básica para o desenvolvimento e principalmente para o abastecimento nacional. E tal providência já foi adotada em anos anteriores, quando da ocorrência de prolongadas estiagens.

Como terceira sugestão, lembrada a permanência dos financiamentos bancários a juros subsidiados, numa taxa fixa, com o que se possibilitaria reter a mão-de-obra nas propriedades rurais durante a seca, evitando-se, em consequência, o fenômeno do êxodo, como um imperativo de sobrevivência.

Essas são, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, as sugestões dos produtores rurais do Ceará, que, espero, encontrem a necessária guarida, a fim de que se solucione a contento um problema tão angustiante para minha região, que merece, pelo seu sacrifício secular, ser olhada com maior atenção e respeito por todo o País. E apenas ousaria lembrar que o não atendimento destas três sugestões, simples e objetivas, porque calcadas na realidade econômica, poderá provocar o desencadeamento de ações imprevisíveis ou incontroláveis, o que nenhum de nós certamente deseja, por ser contrário aos superiores interesses nacionais.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Congresso Nacional sempre enviou representantes às Conferências Internacionais e essa presença não apenas nos trouxe preciosos suprimentos para a atividade legislativa, como fez com que se realizassem no Brasil – uma no Rio de Janeiro, outra em Brasília – duas conferências da União Interparlamentar.

Entretanto, a partir da Revolução de 1964, os convites encaminhados ao Governo brasileiro, para participação em reuniões internacionais, resultaram, sempre, na convocação de representantes do Executivo, sem que uma vez sequer, nesse longo período de excessão, fosse convidado o Parlamento a participar dessas representações.

Vitorioso aquele movimento militar, cortou-se, definitivamente, a presença congressual nessas delegações oficiais, quando os assuntos tratados apresentavam o maior interesse para o Poder Legislativo; tanto mais quanto as resoluções suscitadas nessas assembleias encerram, quase sempre, problemas jurídicos.

Agora mesmo, realiza-se em Genebra a 73ª Conferência Internacional do Trabalho, com encerramento marcado para o dia 24 de junho, tendo o Presidente da República designado para acompanhá-lo dois assistentes, cinco conselheiros técnicos governamentais, um dos trabalhadores e mais oito conselheiros técnicos e onze dos empregadores.

Na grande Embaixada, nem um só representante da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Aconteceu exatamente o que vinha ocorrendo durante os últimos vinte anos de regime castrense. Esse esquecimento ocorre em pleno vigor da Nova República, em quem colocamos todas as nossas esperanças de atenção e apreço ao Congresso Nacional.

Diante disso, apresentamos um apelo ao Presidente José Sarney, no sentido de que se corrija essa falha dos seus assessores. Temos alertado diversos Ministros do Trabalho sobre a necessidade da presença de parlamentares nas reuniões da Organização Internacional do Trabalho. Não obtivemos nenhuma resposta, inclusive do atual titular da Pasta, Ministro Almir Pazzianotto.

Se temos superado as práticas inconvenientes ditadas pela revolução, esse esquecimento proposital é uma delas, digno de especial atenção do Presidente da República.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Discurso proferido pelo Deputado Ademir Andrade (PMDB – PA), na Sessão da Constituinte, em 9-6-87.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde a instalação da Codebar – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena, no Pará, nós sempre recebemos muitas queixas de que a empresa não cumpria com a finalidade para a qual foi instituída, ou seja, proceder ao desenvolvimento urbano e rural em torno do complexo industrial de Barcarena, mais especificamente diante da implantação do Projeto Albrás-Alunorte.

O seu objetivo é o de dar atendimento às necessidades sociais advindas de atividades industriais e funcionais (transitórias e permanentes), especialmente com assentamento urbano e reassentamento rural da população local, além da administração das obras de infra-estrutura urbana e de desenvolvimento rural, em apoio ou para correção das consequências da instalação do complexo industrial de alumínio em Barcarena.

Entretanto, fomos agora procurados por pessoas que nos trouxeram graves e sérias denúncias de corrupção e desmandos administrativos de toda ordem. Irregularidades nas áreas de licitação, execução de obras, contratação de serviços e admissão de pessoal foram constatadas pelo Tribunal de Contas da União, conforme está expresso no Relatório 029/86, feito após uma minuciosa Inspeção Especial.

O TCU confirma, agora, várias das reclamações que recebímos dos lavradores e de habitantes dos núcleos urbanos, relativas aos abusos cometidos pela direção da empresa, em detrimento da execução de seu objetivo social.

Analizando esse relatório, cujo resumo faço questão de registrar nos Anais da Constituinte, concluo que fica claro que há corrupção, desleixo administrativo e muitas irregularidades para serem devidamente apuradas, tudo praticado pela Diretoria, com a conivência da Presidência da Codebar.

As irregularidades verificadas nesta inspeção especial do TCU começam pela própria instalação da sede da Codebar em Belém, contrariando o disposto no art. 2º da Lei nº 6.665, de 3-7-79, que determinou a sua fixação em Barcarena, o que é óbvio.

A equipe de inspeção também descobriu uma alta incidência de dispensas de licitação, em contratos de obras e serviços, onde, na maioria, usou-se indevidamente o fundamento de força maior e urgência, para essas atitudes, de acordo com o que foi verificado em pelo menos dez destes contratos, cujos números relacionamos: nº

032/86; nº 033/86; nº 058/86; nº 020/86; nº 18/86; nº 27/86; nº 56/86; nº 015/86; nº 69/85 e 015/85.

Os técnicos do TCU declararam-se surpreendidos com a descoberta de uma complicada fórmula usada pela diretoria da Codebar, como critério para escolha de firmas, nas concorrências públicas realizadas, onde, estranhamente, a empresa vencedora nem sempre é a que oferece o menor preço.

Exemplificando a constatação, foi citado o contrato nº 066/86, em que, para a execução de obras de rede de distribuição de água potável, saiu vencedora da concorrência uma empresa que apresentou o segundo maior preço.

Em todas as denúncias apuradas pelo Tribunal de Contas da União, relativas a favorecimento de empresas nas concorrências e licitações, pagamentos de serviços inacabados ou não executados, contratação de obras e de pessoal, há sempre uma relação direta com nomes de pessoas ligadas à Diretoria da Codebar, ou que com esta tinham vínculo de parentesco.

Neste particular, há o envolvimento de políticos, membros inclusive do Poder Constituinte, que eram beneficiados por essa série de irregularidades.

Tais irregularidades constituem-se em crimes contra a coisa pública e devem ter as responsabilidades apuradas, a bem da honestidade e do bom desempenho de tão importante serviço público.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República também fez um detalhado levantamento de todas as denúncias.

O assunto é, agora, objeto de análise do Ministério do Interior, a quem a Codepar passa a ser subordinada.

Exigimos do Governo federal que tome urgentes e muito firmes providências, no sentido de punir todos os implicados nesse verdadeiro escândalo, pois está mais do que claro que tais fatos ocorreram.

Assim que a análise estiver concluída, o Governo deve informar à opinião pública tudo o que ocorreu e quais as medidas tomadas em relação às irregularidades.

Nesta oportunidade congratulo-me com o jornal **Flash**, de Belém do Pará, que teve a louvável iniciativa de, corajosa e imparcialmente, publicar excelente matéria denunciando o que ocorreu na Codebar.

DOCUMENTO A QUE SE REFERIU O ORADOR.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DO TCU

Processo TC-29/86 – Reservado

Da análise dos fatos levantados pela equipe de inspeção resulta a constatação do que os responsáveis (Presidente e Diretores) praticaram atos prejudiciais aos interesses da empresa, contrariando, em muitos casos, disposições legais e estatutárias, principalmente no que se refere às licitações e aos contratos.

Tais atos podem ser resumidos generalizadamente:

a) instalação da sede da empresa (Presidência, Diretorias, Conselhos de Administração e Fiscal) na cidade de Belém, em desacordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.665, de 3-7-79

que determinou a fixação da sede no município de Barcarena.

b) fuga aos ditames básicos da competição licitatória, sobretudo no que diz respeito ao tratamento isonômico dos eventuais concorrentes, contrariando o preceituado na Súmula nº 158 do TCU.

c) favorecimento de empresas, notadamente aquelas que têm em seus quadros pessoas com vínculo de parentesco com diretores da companhia, usando para tanto de artifícios estatutários tais como a eliminação da figurada tomada de preços, e a adoção de fórmulas estranhas ao estatuto que direcionam o resultado das licitações em favor das concorrentes preferenciais (vide fórmula a fls. 19);

d) inexistência de cadastro de fornecedores;

e) alta incidência de dispensas de licitação usando-se indevidamente como fundamento força maior e urgência nos termos das letras f e g respectivamente do art. 4º das normas da empresa sobre licitação;

f) alterações ilegais dos contratos através de sucessivos termos aditivos, seja para mudar sua finalidade, seja para alterar os prazos e até mesmo os valores contratados, sempre com acréscimo de despesas;

g) incompatibilidade entre os serviços executados e os valores contratados.

Proponho, pois, de acordo com a equipe de inspeção, sejam solicitadas ao Diretor-Presidente da empresa, Sr. Francisco Wilson Ribeiro, as justificativas de praxe sobre os fatos arrrolados nos itens I a X de fls. 23 e 24, bem como sejam citados os referidos dirigentes, solidariamente com o Diretor de Obras, Sr. Manoel Lucival Miranda Medeiros, para apresentarem defesa ou recolherem à Codebar, com os encargos de juros devidos a partir dos pagamentos efetuados, a importância de Cz\$ 3.142.296,00 discriminados aos itens a, b e c de fls. 24.

2. No que tange ao setor de pessoal, propomos:

a) seja determinado à Codebar que providencie a restituição aos cofres da empresa dos valores recebidos indevidamente pelo "Assessor Especial" sem vínculo empregatício com a empresa, Sr. Manoel José Araújo Reis, conforme discriminado no item b de fls. 25, a saber:

– Cz\$ 14.729,29 referentes a diárias,

– Cz\$ 14.653,80 referentes a

passagens aéreas;

b) igualmente seja determinado à referida empresa o recolhimento da importância de Cz\$ 378,35 pelo Sr. Humberto da Costa Chaves decorrente de diárias em fim de semana (item g de fls. 28), contrariando as normas da empresa.

c) que se comuniquem à SESI e CISET respectiva os fatos apontados nos itens c, d, e, f, h, de fls. 26 a 30, recomendando-se à empresa as providências ali alvitradadas, sem prejuízo das diligências a serem feitas:

a) à Caixa Econômica Federal sobre a situação do Sr. Antonio Sérgio Lopes Chaves (letra d de fls. 27);

b) ao DER sobre a situação do funcionário Raimundo Valentim Sampaio Lobato (item e de fls. 27);

c) à Sudam sobre o Convênio nº 150, de 16-7-80 firmado entre esta autarquia e a CDI – Companhia de Administração e Desenvolvimento

de Áreas Industriais do Pará, solicitando-se os esclarecimentos discriminados nas letras a, b, c, e d do item h de fls. 29.

Com estas conclusões, encaminho o presente processo à Presidência, nos termos do art. 15 § 2º da Portaria nº 139, de 11-7-84.

Tribunal de Contas da União, Inspetoria Regional de Controle Externo no Pará, 13-10-86. – José Ronaldo da Silva Lima, Inspetor-Regional.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, trago a esta Assembléia a lembrança de uma grande verdade, dita pelo inesquecível Tristão de Athayde: o verdadeiro sentido da temperança é o de "nada em excesso ou em carência".

Inspirando-me neste conceito e nesta exemplar virtude, venho declarar-me terminantemente contra a estatização da educação.

Não vislumbro, entre as duas realidades – a do ensino público e a do particular – um fosso tão profundo no qual a incompatibilidade, ou a disputa por recursos, pudesse obrigar o Constituinte a uma definição draconiana. Volta o tema liberalismo versus estatismo.

Este tema, que dicotomiza e coloca em campos opostos o ensino público e o particular, foi efervescente quando da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Agora retorna.

Tenho assistido, em meu Estado, a um triste espetáculo, que, ao que estou informado, repeete-se em todo o Brasil: o da grave crise financeira que se abateu sobre as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs).

Tenho igualmente lido e presenciado, com espanto, os pronunciamentos de certos Constituintes (dos quais é sabido, diga-se de passagem, que tiveram sua formação básica ministrada por religiosos) de teor inteiramente contrário ao ensino particular.

Os radicais opinam que os recursos públicos só devem ser aplicados no ensino público, alijando dessa perspectiva as instituições particulares.

Empenho-me em expressar a minha discordância dessa argumentação, baseado na convicção de que a excelência do ensino não se qualifica pela fonte, mas pelo conteúdo. Não aplaudo, obviamente, o enriquecimento das escolas particulares à custa do Poder Público; nem tampouco a política pouco ortodoxa das bolsas de estudo devidas, por vezes, às mais baixas trocas de frivolidades políticas.

A título de argumentação, lembro:

"... terá que ser estudado o destino de certo número de instituições de ensino particulares, de elevado nível qualitativo, que têm recebido recursos públicos para sobreviver. Retirados estes recursos, elas fecharão, perderão substancialmente a qualidade ou terão que ser absorvidas pelo Governo, que veria suas despesas aumentadas".

O próprio Governo chega mesmo a reconhecer esta situação:

"A Nova República encontra a universidade brasileira e o ensino de 1º e 2º graus em estado de crise e perplexidade, após vários anos de crescimento desordenado. O ensino público, em particular, defronta-se com uma plethora de dificuldades que vêm comprometendo seriamente sua função social. Não há

como desconhecer a inexistência de adequada e justa estrutura de remuneração dos professores, a carência de equipamentos e laboratórios imprescindíveis a um ensino profissional de qualidade, a descontinuidade das pesquisas, as restrições ao acesso daqueles que procuram a escola pública, ademais da necessidade de democratizar-se o processo de administração e de escolha dos quadros dirigentes.

O ensino privado, que atende à demanda da maior parte dos alunos que freqüentam as escolas, arrasta igualmente ingentes problemas. Seus crescentes custos estão gerando ônus insuportáveis para os alunos e seus pais, embora sejam, sob outro aspecto, muitas vezes insuficientes para assegurar educação de melhor qualidade. Desse modo, elevam-se as pressões para que o Governo aumente as subvenções destinadas às escolas privadas, embora não disponha dos meios adequados para acompanhar e avaliar a qualidade da educação por ela proporcionada."

Estes fatos levaram o Presidente José Sarney à criação de uma comissão nacional visando à reformulação da educação superior. (Decreto nº 91.177, de 29-3-85.)

Os dados pinçados no Relatório Final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior – uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira – precisam ser novamente divulgados. O MEC registra a existência, em 1983, de 675 instituições de ensino superior privadas, com 60% do total das matrículas, contra 253 instituições públicas atendendo aos 40% restantes. Total de alunos: 3.990, público; 6.090, privado.

Calha, a propósito, lembrar o Prof. Eduardo Portella:

"O Estado largamente gerencial retirou-se da educação como quem fez um grande negócio, levado por uma visão tacanha do desenvolvimento e por uma série de preconceitos ditados pela ideologia da segurança. O ensino superior foi particularmente atingido. Empurraram com a barriga a nossa universidade, e tenho a impressão de que toda a nação sabe de cor e salteado essa minúscula história. Ficaram, assim, certos caminhos e alguns atalhos a serem refeitos. O primeiro deles talvez aponte no sentido de uma prática pedagógica diferenciada, e poderia chegar a uma classificação dos estabelecimentos de ensino de 3º grau. A França criou, não faz muito, um comitê nacional de avaliação das universidades. No caso de um país tão diversificado, como é o nosso, decisões igualmente diferenciadas se impõem.

Não para enfraquecer a identidade nacional, mas para fortalecê-la com as energias vitais de suas diferenças. Se não dispomos de um único país, tal a coexistência de tempos históricos tão dispares, menos válido ainda será falar-se em uma escola única.

Certa vez me vi levado a formular o que denominei de uma pedagogia de qualidade. A expressão guardava um traço redundante, já que toda pedagogia que se preza é necessariamente de qualidade. Mas não a pude evitar porque precisava me opor, marcar a posição ou o contraste, com respeito às falá-

cias do "milagre", todo entregue a uma orgia quantitativa, ilusória e degeneradora. Foi ela que exacerbou a universidade excedente, paradoxalmente destituída de conhecimento e de interesse, de engenho e de arte. Os setores radicais do ensino privado, os que só vêem o ganho sem enxergarem o papel relevante de que estão investidos, amarraram a cara – protestaram com aquela veemência própria dos negócios contrariados. Chegaram a confundir, astuciosamente, qualidade com privilégio". (*Jornal do Brasil* – 23-7-85, p. 11 – "A Pedagogia da Qualidade".)

É preciso, pois, reconhecer que o ensino privado está no mesmo nível do ensino público. Ademais, o objetivo para a universidade é a competência, é o mérito sobre o número.

Por entender ser de oportuna lembrança, trago à colação parte do relatório final da Comissão Nacional criada pelo Decreto nº 91.177 de 29 de março de 1985: g.n.

b) Recursos públicos para escolas particulares.

A deterioração progressiva da situação econômico-financeira do setor privado, agravada pela migração de seus alunos a instituições públicas, pelo controle governamental de seus preços, pela ausência de incentivos fiscais à educação paga (exceto as deduções do Imposto de Renda) e pela eliminação de bolsas de estudo do salário-educação, tem colocado na ordem do dia a questão do subsídio público ao ensino superior privado. Algumas universidades privadas, entre as quais o subconjunto das universidades particulares confessionais, tendo em conta seu porte e as atividades que desenvolvem nas áreas de pesquisa, ensino e pós-graduação e serviços na área social, procuram definir-se como "comunitárias" e reivindicar para si um tratamento especial por parte do governo. Estas universidades enfrentam uma situação sem saída enquanto permanecerem as atuais condições de conflito entre, por um lado, as reivindicações de professores e funcionários por melhores salários e condições de trabalho e, por outro, demandas dos alunos por menores custos ou congelamento de taxas e mensalidades. Para tentar contornar essa situação, universidades católicas propuseram a criação de um sistema especial que lhes permitisse receber verbas orçamentárias visibilidade gerada pelas oscilações e atrasos nos poucos subsídios que lhes são propiciados.

Enquanto o setor privado enfrenta estes problemas, no setor público critica-se duramente a tendência privatizante da política educacional dos últimos anos, o descaso do governo para com a rede pública de ensino, a queda acentuada dos recursos recebidos, favorecendo a saída de professores para as empresas e para a rede privada, gerando o desestímulo e levando à perda de qualidade do ensino. Nesta perspectiva, o subsídio ao ensino privado é visto como prejudicando ainda mais um ensino público já depauperado.

Diante desse quadro e da necessidade de serem estabelecidas diretrizes que possam

ser rapidamente implementadas, a Comissão faz as seguintes recomendações gerais:

I – que a nova Constituição assegure a responsabilidade do Estado pela educação em todos os seus níveis;

II – que a nova Constituição mantenha a liberdade de ensino e o pluralismo de pensamento, possibilitando a iniciativa particular nos diferentes ramos de ensino;

III – que a nova Constituição assegure a manutenção e a expansão quantitativa e qualitativa do ensino público em todos os níveis do ensino, visando à sua democratização;

IV – que sejam garantidos e tornem-se disponíveis recursos adequados à educação nos montantes atribuídos pela Emenda Calmon à União, Estados e Municípios, considerando-se esta garantia como preceito constitucional;

V – que os recursos públicos destinados às instituições de ensino superior sejam geridos de forma democrática, com participação da comunidade universitária e garantindo-se sua utilização no interesse público.

Tendo em vista a existência de instituições particulares de porte e padrões de qualidade reconhecidos, e que vêm sendo subsidiadas pelo Estado de forma aleatória, a Comissão faz as seguintes recomendações específicas:

(I) – Que seja criada, por lei, a possibilidade de que instituições particulares de ensino reconhecidas pelo seu padrão de qualidade, sejam consideradas como entidades de utilidade pública educacional, para efeito de obtenção de recursos públicos. A legislação deverá estabelecer:

– os requisitos mínimos exigidos para seu reconhecimento como entidades desta natureza;

– a forma pela qual este reconhecimento será feito. Em princípio, esta função deverá estar sob a responsabilidade do Conselho Federal de Educação, reformulado no sentido proposto pela Comissão;

– os mecanismos de acompanhamento que assegurem a permanência dos requisitos de qualidade exigidos.

II – Que as instituições privadas que recebam apoio público na forma indicada acima tenham suas atividades sujeitas a controle social efetivo;

III – Que o crédito educativo seja ampliado e o sistema de bolsas de estudo expandido, segundo critérios a serem estabelecidos pelos Conselhos Federal e Estaduais de Educação."

Estou integralmente com a recomendação da douta Comissão, especificamente a do item I.

O repasse de verba pública para manutenção de ensino particular deve estar adstrito a instituições que, pelo seu padrão de qualidade, sejam consideradas de utilidade pública educacional.

Ante o exposto, proponho acrescentar ao art. 7º da VIII – Sub-comissão da Educação, Cultura e Esportes, o parágrafo único que se segue:

"Parágrafo único: Lei federal estabelecerá requisitos mínimos para o repasse de verba pública para que instituições de ensino sejam reconhecidas pelo padrão de qualidade e consideradas de utilidade pública educacional."

Finalmente, registro a necessidade de ser ouvido sobre a matéria o eminentíssimo Prof. Caio Táctico de Sá Pereira de Vasconcellos, Presidente da Comissão Nacional instituída pelo Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985, o Reitor da PUC-MG. Prof. Padre Geraldo Magela, e o eminentíssimo Ministro da Educação Jorge Bornhausen.

"Entre o excesso de franqueza e o excesso de retraimento e timidez, confesso que prefiro sempre o excesso de franqueza."

A falta ou medo da franqueza é a porta secreta para a dissimulação e a hipocrisia." (Tristão de Athayde)

O Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a industrialização no Distrito Federal apresenta-se hoje, mais do que em qualquer outro tempo de sua existência, como caminho indispensável e inadiável ao enfrentamento das questões econômicas e sociais que ora se lhe apresentam, no contexto da crise que vem assolando o País.

Trata-se de tema em permanente discussão em Brasília e de reconhecido caráter polêmico, por revestir-se de variadas conotações e implicar, sua execução, amplas consequências na estrutura e no cotidiano da capital dos brasileiros.

São notórias as atuais dificuldades enfrentadas por Brasília, desde limitações de serviços públicos essenciais, no atendimento à crescente demanda, como bem o comprovam os setores de transportes e saneamento básico, as carências habitacionais e dos sistemas educacional e de saúde, e principalmente a insuficiente oferta de emprego diante do considerável crescimento da população economicamente ativa em nossa região.

Este o problema principal de uma cidade construída para ser centro administrativo, com reduzida densidade populacional, mas cuja presente realidade demonstra o grau de exigência, que já se assemelha ao das metrópoles brasileiras.

Crescem os índices de violência, de desagregação e injustiça social, e do contingente populacional marginalizado por um mercado de trabalho cada vez mais estreito, porque alicerçado basicamente nos setores de comércio e de serviços bastante vulneráveis às oscilações conjunturais da nossa economia.

Implantar em Brasília um distrito industrial capaz de conceder o necessário suporte à economia regional e de absorver a mão-de-obra aqui existente constitui proposta extraída de uma visão ampla das alternativas de que dispomos para a consecução de dignas condições de vida à nossa população.

É evidente que um conjunto de soluções para a problemática de Brasília insere-se no elenco de mudanças estruturais reclamadas pela Nação entre as quais reverter-se a explosão migratória do meio rural para os centros urbanos, cuja maior consequência tem sido a transferência e o agravamento de dramas sociais de profunda envergadura.

De pouco adiantará concentrarmos esforço; como, aliás, tem-se procedido aqui em Brasília visando à obtenção de eficientes serviços públicos e à adequada oferta de emprego, se não for detido o processo em direção à capital da República, fenômeno responsável pela crescente defasagem que se verifica entre as necessidades da população e a infra-estrutura econômico-social que se busca alcançar e aperfeiçoar.

Nesse conjunto de providências, Sr. Presidente, a industrialização assume importância ímpar, sobretudo na atual fase de quase paralisação do segmento da construção civil – a principal atividade absorvedora de mão-de-obra no Distrito Federal – e de abrupta elevação do custo de vida, fortemente influenciada pelos elevados custos de fretes aplicados à grande maioria de produtos aqui consumidos e produzidos em outras regiões.

O Distrito Federal dispõe de excelentes condições para implantar pólos industriais: possui áreas amplas e bem posicionadas, nas proximidades das suas cidades satélites; desfruta de boa capacidade de energia e bem estruturada rede viária na ligação dos mais diversos pontos de nossa região geo-económica.

É claro que deveremos observar com rigor os princípios de seletividade para evitar a presença de setores industriais poluentes, portanto, não compatível com a própria moderna concepção que orientou o surgimento de Brasília, de preservar a qualidade de vida a partir obviamente da proteção às condições ambientais.

Daí a prioridade à informática, à agroindústria e a áreas que se inter-relacionam, de que são exemplos as de embalagens, móveis e outras que integram o denominado segmento da indústria livre.

O recente início de operação da primeira indústria de óleo de soja no Distrito Federal, responsável pela geração de quatrocentos empregos diretos e beneficiamento de parte da produção regional da leguminosa, que até então se transferia integralmente para industrialização no sul do País, demonstra que o empresariado acredita no potencial e na viabilidade de empreendimentos industriais em Brasília, conforme atesta também o repetido êxito das exposições sobre o setor, que periodicamente aqui têm-se realizado.

Com o presente registro, Sr. Presidente, fica o meu apelo às autoridades e lideranças empresariais e políticas do Distrito Federal para que intensifiquemos estudos e esforços visando à implantação de indústrias sob adequadas condições, que seguramente possibilitarão alcançarmos o desejado desenvolvimento econômico e social de nossa capital e sua área de influência.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, lamentavelmente, tenho em mãos notícia muito desagradável relacionada com uma senhora, companheira nossa, do PMDB do Rio de Janeiro. Eleitores de Petrópolis enviaram-me um exemplar de um jornal que concheço chamado **Diário de Petrópolis** e sobre a matéria publicada apresento a V. Ex.^a o requerimento que passo a ler. Acredito que a Deputada em questão vá desmentir isso, porque é tão terrível que não posso acreditar que ela mantenha:

"Exm.^o Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, com o presente solicitamos a V. Ex.^a providências para apurar a origem da publicação feita no **Diário de Petrópolis**, dia 2 de junho de 1987, pág. 7, sob o título "Ana Maria pede vigilância sobre Constituinte", atribuída a D. Ana Maria Rattes, Deputada Constituinte do PMDB-RJ, na qual se destacam as seguintes afirmações – ouça, Sr. Presidente: "As vezes não estamos no Plenário, mas estamos trabalhando nas Comissões. Eles, entretanto, não mostram que os grupos interessados financeiramente estão lá, dando carros, televisões, apartamentos, comprando todo mundo para votar contra as propostas do povo. Por isso temos de estar lá de olhos bem abertos, fazendo número bastante expressivo e evitando que eles comprem a maioria e as nossas propostas não sejam aprovadas".

Certos de que a gravidade desse fato vai despertar em V. Ex.^a a obrigação de apurá-lo, e uma vez confirmado, exigimos de V. Ex.^a uma tomada de posição energica e imediata, subscrevemo-nos, Amaral Netto, Líder do PDS".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a V. Ex.^a encaminhe o documento referido.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de vir à tribuna parlamentar para aplaudir algum acontecimento, decisão, diretriz que, no interesse público, ocorresse na área governamental, de onde o povo, descrente, inseguro, desnorteado, empobrecendo-se, em antevéspera de desespero, teima ainda em esperar alguma notícia auspíciosa.

Infelizmente não é o caso. Não há para isso motivação à vista. Não se vislumbra luz alguma no fundo do túnel.

Dir-se-ia que da tribuna da Constituinte só deveriam partir pronunciamentos ligados ao processo constitucional. Em tese, sim. Mas na conjuntura atual, não. Porque, ante a maré montante da impopularidade que assalta o Governo, o esforço do Executivo é fazer crer, por pensamentos, palavras e atos, que a gravidade da crise econômica, financeira e administrativa que assola o País tem alguma coisa a ver com a Constituinte. Claro que da saia da malícia está aparecendo um palmo...

Estamos aqui para promulgar uma nova Constituição que elaboramos, que mude o Brasil que encontramos, para vigorar no próximo ano.

Nada temos a ver com os erros, desacertos, omissões, confusões, hesitações, indecisões, contradições, contrafações e aventuras do Executivo. No atual regime presidencialista, em que predomina o decreto-lei, o Executivo reina praticamente absoluto.

Por que a tentativa de procurar tapar o sol com peneira?

Nem o avestruz, caluniado pelas lendas, enterra a cabeça na areia para ignorar o temporal que fustiga o campo.

Há sempre áulicos para incensar o poder. Alexandre Herculano já registrara, aliás, em suas "Lendas e Narrativas", no episódio do "Pároco da Aldeia", que "a coisa mais perigosa deste mundo é mostrar aos poderosos que se tem razão contra eles".

O poder isola e pode dar até a falsa impressão de que os governantes são os únicos no País que estão com o passo certo. E isto nos faz lembrar aquele cientista a quem advertiram de que os fatos contradiziam as suas teorias, ao que o falso cientista teria respondido, sem a menor cerimônia: "Se os fatos contradisserem as minhas teorias, tanto pior para os fatos..."

Enganam-se os governantes quando insistem em ver em cada opinião divergente uma Cassandra a prever odisséias em cada voz discordante, um velho do Restelo a prenunciar perigos ou um *prophète du malheur* a enxergar catástrofes.

É ilusório recorrer aos óculos cor-de-rosa de Panglós, empregando eufemismos para disfarçar equívocos de consequências desastrosas. Realinhamento de preços é a mesma coisa que aumento de preços. Receber o FMI e tratar com os seus representantes, certo ou errado, é a mesma coisa que ir ao FMI...

"Palavras... Palavras..." Filosofaria o personagem de Shakespeare.

Há cerca de uma semana, o *Jornal do Brasil* registrava, em sua primeira página, a opinião de próceres da política nacional, concluindo presentemente que não há clima para golpes no Brasil de hoje. Bem, para golpe de origem civil ou militar, parece-nos que não há mesmo, no momento. Mas há um personagem, muito importante, da vida política brasileira, que não foi levado em conta pelos analistas daquela conclusão. Um personagem que tem representado historicamente neste País um papel secundário, de coadjuvante, quase que de espectador. Mas que agora, ao que presumo, está-se preparando para assumir papel mais importante na História. Esse personagem é o povo.

Na Escola Superior de Guerra, estudou-se sempre a natureza do povo brasileiro, como sendo de índole pacífica, ordeira, tranquila, sem se dar às medidas extremas, incompatível com a violência, nunca disposto a chegar às últimas consequências, pronto sempre a integrar ou atender à chamada "turma do deixa disso" e, com o famoso jeitinho nacional, fazer com que tudo acabasse em pizza. Este traço característico atribuído à índole do brasileiro foi por muitos considerado um mal, um defeito, uma deficiência do nosso espírito de luta. Por outros, foi sempre tido como um bem, um sinal positivo da tolerância, do caráter pacífico do homem do Brasil.

Mas, verdade ou não, essa avaliação da índole do nosso povo, é inegável que o País está mudando e o povo já não é mais o mesmo. Se houver oportunidade, ele interfere. O povo hoje se está conscientizando da realidade, das necessidades nacionais e das suas possibilidades como participante de uma solução rigorosa.

O Brasil de hoje é outro. A História não marcha mais como antes, lentamente, por séculos, mas por décadas. Os anos 60 foram muito diferentes dos anos 50. Os anos 80 são muito distintos dos anos 70. Aí vêm os anos 90...

O povo brasileiro hoje é diferente. O povo sente, o povo pensa, o povo sofre, o povo percebe, o povo intui, o povo sabe, o povo quer. O povo pode agir. O povo é esse, o personagem que não figura na cogitação dos responsáveis pela desorganização da economia, das finanças e da administração nacionais, mas que quer desempenhar o papel que lhe cabe nos destinos da Nação.

O papel principal: não o subestimem para não se surpreenderem amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de dar a palavra ao Sr. Constituinte Eduardo Bonfim, desejo fazer uma comunicação a respeito de um fato sobre o qual têm surgido algumas dúvidas. Como sabem, em função do Regimento, a Mesa estabeleceu o prazo de dois dias, depois de apresentado o substitutivo dos Relatores das Comissões Temáticas, para apresentação de emendas. Na prática, estamos no segundo dia desse procedimento. Conforme o calendário gregoriano, o prazo termina às 24h de hoje. Houve algumas interpretações no sentido de que esse prazo poderá encerrar-se antes das 24h, mas ele deve ser respeitado, porque é um direito dos que pensam em apresentar emendas.

Portanto, a Mesa faz esta comunicação ao Plenário e vai levá-la ao conhecimento das Comissões.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO (PT - SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, algumas Comissões estão possibilitando a reapresentação de emendas; em outras, como no caso da minha, conforme decisão da Presidência da Comissão e interpretação da decisão da Mesa, abriu-se a possibilidade de pedidos de destaque para emendas apresentadas aos ante-projetos.

Não está havendo uma atitude uniforme das Comissões com respeito à possibilidade de se destacarem emendas. O substitutivo foi um parecer sobre as emendas e esse parecer não foi votado; quando o for, podem-se destacar as emendas, a fim de não serem reapresentadas. É até um procedimento que redonda em economia processual orientar as Comissões no sentido de se possibilitar o pedido de destaque para as emendas, em substituição à reapresentação das mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa já mandou uma comunicação a todas as Comissões. A orientação é no sentido de que poderão ser destacadas as emendas a serem ofe-

recidas aos anteprojetos; depois, as oferecidas ao substitutivo; em seguida, os destaques ao primeiro substitutivo; e, finalmente, destaques ao segundo e último substitutivo.

A Mesa já encaminhou a todas as Comissões a sua interpretação regimental sobre a matéria, que é esta.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA:

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação alertou todos os seus membros no sentido de que o prazo de entrega de emendas termina amanhã, dia 10, às 24h. Muitos colegas da Comissão estão preparando trabalhos, inclusive fora do âmbito da Constituinte, para entregarem naquele prazo.

Se esses Srs. Constituintes apresentassem emendas amanhã, de acordo com a orientação do Presidente e do Relator da Comissão, qual seria a decisão da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que as decisões têm que ser uniformes. Não pode uma Comissão decidir em um sentido, outra em outro, fixando prazos diferentes. O Regimento fixa horário uniforme, para que haja coesão e homogeneidade nas decisões.

A decisão tomada pela Mesa, com base no Regimento, foi no sentido de que poderão ser apresentadas emendas ao substitutivo até às 24h de hoje. Tanto que, embora algumas Comissões estivessem inclinadas a reduzir o prazo para até 9, 10h, isto não pode acontecer. O prazo, repito, vai até às 24h.

De forma que emendas apresentadas fora desse prazo não serão recebidas, conforme decisão tomada pela Mesa, com base no Regimento.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO BONFIM (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B - AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, entramos agora em uma nova etapa dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, a da discussão e votação dos relatórios e substitutivos das Comissões temáticas. Na verdade, vão-se cristalizando duas vertentes ao longo dos debates e votações da Assembléa Nacional Constituinte: uma, a vertente da democracia, da luta em defesa do direito dos trabalhadores e dos interesses da Pátria. A outra – poderosa, apoiada por grandes grupos e pelo próprio Presidente José Sarney – é a vertente do entreguismo, do continuísmo, da defesa do militarismo, da injustiça social, dos que desejam uma Constituição contentora dos anseios de transformação da sociedade brasileira. Essas forças, em sua grande maioria, interessadas na entrega das riquezas naturais, das empresas que correspondem ao patrimônio da sociedade, que-

rem impedir a representação parlamentar das minorias, dos partidos de esquerda no Congresso Nacional, através do Relatório do nobre Constituinte Prisco Viana, mais retrógrado do que a Carta de 1967. Querem, ainda, impedir o avanço dos direitos das mulheres na nova Constituição a ser promulgada e em que ora trabalhamos; desejam impedir a reforma agrária – anseio e luta não apenas de milhões de trabalhadores sem terra, mas de toda a sociedade brasileira, imperiosa necessidade de modernização dessa sociedade; desejam entregar a Petrobrás, a Telebrás, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e outras empresas estatais; pretendem agora transformar – inclusive estabelecendo no próprio texto constitucional – os militares em cidadãos acima do bem e do mal; pretendem manter o continuísmo de um governo de transição, incompetente, que vem cada vez mais ademando à direita e que abandonou os antigos compromissos com o povo brasileiro e com a democracia.

E neste novo momento, Sr. Presidente, já se observa a mobilização popular dos setores sindicais, dos estudantes, das mulheres, do conjunto da sociedade brasileira para barrar a presença da direita, apoiada por grandes **lobbies**, no sentido de apontar não apenas uma Constituição efetivamente democrática e progressista, mas também as eleições para Presidente da República, após a promulgação da Constituição pela Assembléia Nacional Constituinte.

Este é o anseio, o desejo do povo brasileiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Líder do PDT. Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cada vez que analisamos a situação do País mais preocupados ficamos. Cada vez que analisamos a chamada Nova República mais ficamos certos de que ela é mais velha do que nunca.

Durante muito tempo discutiu-se nesta Casa a atuação do Ministro Dílson Funaro à frente do Ministério da Fazenda. Iniciou-se, há cerca de seis meses, uma campanha com o objetivo nítido de derrubada do Ministro Funaro, e somos absolutamente livres para fazer uma análise a respeito, porque fomos o primeiro partido a criticar o Plano Cruzado.

A Nação precisa saber que, neste momento, quando se discute a grave crise econômica do País, os índices projetados estão em torno de 25 a 28% da inflação do mês, prova evidente de que o País caminha para a hiperinflação.

Existem fatos sobre os quais a Nação precisa se perguntar e, por que não dizer, contra os quais precisa se mobilizar. Ouve-se informações de que o Governo buscaria novos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional. Fala-se que os credores da dívida externa brasileira estariam agora negociando, tentando transformar essa dívida em capital de risco.

Sr. Presidente, estudo feito por economistas e editorialistas econômicos mostra-nos que hoje 632 empresas ou companhias brasileiras de capital aberto teriam todo o seu patrimônio alienado

por 10 bilhões de dólares. A Petrobrás valeria, segundo os estudos da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 1 bilhão de dólares; o Banco do Brasil, 598 milhões de dólares; a Eletrobrás, 264 milhões de dólares; e a Cia. Vale do Rio Doce, a maior companhia mineradora do mundo, estaria valendo em torno de 400 milhões de dólares. Preocupamo-nos profundamente com esse quadro, quando os novos arautos da entrega das riquezas brasileiras advogam uma negociação que, na verdade, levará o País a perder as suas mais importantes empresas.

Mas eu estava a falar do ex-Ministro Dílson Funaro. Há cerca de três meses, todos se recordam, os Governadores que formam o chamado "Triângulo das Bermudas" – Moreira Franco, aquele mesmo que prometera acabar com a violência no Rio de Janeiro em seis meses, mas que em apenas três meses já a triplicou. Orestes Quércea e o notório Newton Cardoso, – de Minas Gerais – deram entrevistas aos jornais, à imprensa, enfim, pedindo a imediata destituição do Ministro Dílson Funaro. E, à época, o Presidente Sarney dizia que o Ministro Funaro era intocável, e até nas íntimas o chamava de "meu filho". Pois bem, Sr. Presidente, ele caiu. E, hoje, a Nação brasileira sabe que um agente do governo norte-americano, de nome Taylor, esteve no Brasil, aqui reunindo-se com empresários e com os Governadores Newton Cardoso, Orestes Quércea e Moreira Franco, e que aquelas entrevistas dos três Governadores nada mais representavam do que o cumprimento das ordens do emissário do governo norte-americano, que solicitava a queda do Ministro Funaro.

Sr. Presidente, a nossa preocupação é muito grande quando verificamos que governadores eleitos pelo povo se prestam ao papel de moleques de recado de interesses alienígenas. E mais, Sr. Presidente: quando o País, caminha diante de uma crise de profunda gravidade, este Governo que aí está, o chamado Governo da Nova República, não tem apoio de ninguém. Por outro lado, insistem alguns Parlamentares em dizer que a determinação de mandato de quatro anos para o Presidente Sarney seria golpe. Ora, então o Presidente Sarney quis golpear a si mesmo ao enviar mensagem a esta Casa convocando as eleições diretas e declarando, expressamente, que o seu mandato deveria ser de quatro anos.

Toda a sociedade brasileira recebeu bem o Sr. José Sarney após a morte do Presidente Tancredo Neves, e até por compreensão, porque S. Ex.^a representava um governo de transição. Mas, hoje, a sociedade brasileira diz basta. Basta de um governo que, ao invés de servir à transição, quer ser um governo-tampão, que até patrocina essa vergonha que é a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e dos Vereadores.

A SR^a. IRMA PASSONI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. CONSTITUINTE IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, tomei conhecimento, através do Presidente da Comissão de Ordem Econômica, das informações enviadas a V. Ex.^a pelo Presidente da Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, Senador Edson Lobão, rela-

tivas ao recurso por mim formulado a esta Presidência sobre a votação do Anteprojeto de Constituição naquela Subcomissão.

Tendo em vista o grande interesse social que caracteriza essa matéria, gostaria de que V. Ex.^a acolhesse e considerasse como integrantes de meu recurso as considerações abaixo discriminadas:

O Constituinte Edison Lobão alega que a aceitação do substitutivo por parte da Subcomissão deu-se em função de "tradição legislativa, de dispositivos regimentais e, finalmente, por recomendação do eminentíssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte". A alegação feita por aquele Constituinte, de que sua atitude foi respaldada em decisão de V. Ex.^a, que afirmou que poderiam ser "oferecidas emendas substitutivas" não procede, em primeiro lugar porque, no caso em questão, tratava-se de um Substitutivo integral, cuja aceitação é expressamente proibida pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que em seu art. 23, § 2º determina claramente que:

"Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros."

Essa norma aplica-se também às emendas apresentadas nas Subcomissões (§ 1º do art. 21 do Regimento Interno). Como o Substitutivo Rosa Prata substitui integralmente o projeto original do Relator, contendo vários artigos que dispunham sobre matérias distintas, tais como função social da propriedade, indenização em caso de desapropriação, acesso à propriedade da terra, distribuição de terras públicas para efeito de reforma agrária, política agrícola, assistência técnica ao campo, criação de Varas Especiais da Justiça Federal para fins de conflitos fundiários, a sua aceitação e a consequente preferência dada ao mesmo pela Subcomissão configura explicitamente o descumprimento das normas regimentais.

O fato de que, posteriormente à aprovação do Substitutivo Rosa Prata, tivessem sido formulados pedidos de destaque a diversos de seus artigos, não significa, ao contrário do que afirma o Senador Lobão, em reconhecimento de sua existência legal, mas, sim, a tentativa, esta respaldada regimentalmente, de rejeitá-lo, pelos mecanismos legais de que dispúnhamos no momento.

Ressalto ainda, Sr. Presidente, que em várias outras Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte, à tentativa de apresentação de Substitutivo integral, houve imediata e unânime negativa por parte dos Presidentes respectivos, justamente na alegação de que tal procedimento feria normas regimentais. Apenas nesta Subcomissão específica, e atendendo a objetivos espúrios, foi concedida tal regalia.

Diante desses fatos, reitero a V. Ex.^a o pedido motivo de meu recurso, de que seja anulado todo o processo ilegal que redundou na aprovação do Substitutivo Rosa Prata, em nome da correção e da lisura.

Este, Sr. Presidente, o recurso que dirijo a V. Ex.^a por escrito...

O SR. GASTONE RIGHI: – Já conheço esse pensamento.

A SRA IRMA PASSONI: – Até gostaria que o nobre Constituinte me contraditasse. Acho ótimo que S. Ex.^a antecipe já seu conhecimento sobre isso.

Sr. Presidente, repito que é muito grave o que está acontecendo. Está se repetindo na Comissão da Ordem Econômica a mesma estratégia. Hoje, até meia-noite, serei apresentado o substitutivo na Comissão da Ordem Econômica e se repetirá toda a situação. Isso significa que, aprovando o substitutivo, nós, Parlamentares, ferindo o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, seremos impedidos de fazer emendas aditivas ou modificativas, podendo apenas fazer emendas supressivas. Portanto, criar-se-ia novo impasse na nossa Comissão.

Reitero o meu recurso. Tenho resposta do Constituinte Edison Lobão que se refere a um parecer de V. Ex.^a, só que esse parecer não está anexado à resposta de S. Ex.^a. Não temos a posição de V. Ex.^a por escrito. Solicito, para o bem geral da Assembléa Nacional Constituinte e para o bom andamento dos trabalhos, que V. Ex.^a esclareça novamente seu posicionamento, dizendo se temos possibilidade ou não de apresentar recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a V. Ex.^a que encaminhe os elementos de que dispõe. Outrossim, serão requisitadas as notas taquigráficas a respeito do assunto. Esta Presidência esclarece que para a tramitação do expediente, ou seja, da matéria, na fase regimental em que ora se encontra nas oito Comissões temáticas, já providenciou circunstanciada orientação sobre a votação da integralidade do substitutivo, de destaque aos substitutivos, de emendas que foram apresentadas aos anteprojetos, emendas apresentadas posteriormente ao primeiro substitutivo e outros detalhes mais. Todas as Comissões foram instruídas sobre o comportamento que deverão ter a propósito da matéria.

A SRA IRMA PASSONI: – Peço um esclarecimento. Afirma V. Ex.^a que é permitido às Comissões apresentarem substitutivos?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não. Só o Relator pode apresentar substitutivo.

A SRA IRMA PASSONI: – Creio que os Parlamentares Constituintes poderão apresentar substitutivos nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não poderão, porque há dois dispositivos, que não tenho em memória agora, um com remissão ao outro, que é aquele que impede que isso se faça na Comissão de Sistematização, e estende-se também às Comissões temáticas.

A SRA IRMA PASSONI: – Então, encaminho a questão por escrito a V. Ex.^a e solicito esse despacho para que ele sirva como instrumento de defesa em nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a pode enviar o expediente.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, tenho o mesmo entendimento de V. Ex.^a e da nobre Constituinte Irma Passoni, no que diz respeito à apresentação de substitutivos ao trabalho do Relator nas Comissões. Mas tenho também muito cuidado com relação ao trabalho nas Comissões.

Li a comunicação circunstanciada de V. Ex.^a e concluo e não quero concluir errado, porque não gosto de laborar em erro – que aquelas emendas que se articulam, no caso em que uma diz respeito a outra, ou que modificam a filosofia de artigos afins, poderão ser apresentadas.

Assim, declaro a V. Ex.^a que, embora não seja possível a apresentação de um substitutivo global, entendo que se poderá apresentar emendas substitutivas globais de cada um dos capítulos que venham a compor parecer global do Relator. É assim?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa reitera o esclarecimento dado.

A situação é a seguinte: foram encaminhados às Comissões temáticas os anteprojetos. Ao anteprojeto, inclusive por exigência regimental, foi oferecido um primeiro substitutivo, porque a Mesa, depois, interpretando o Regimento, admitiu que emendas poderiam ser apresentadas a esse substitutivo, que chamamos de primeiro substitutivo, repito sendo que também emendas poderiam e foram apresentadas aos anteprojetos.

Posteriormente, primeiramente o Relator e depois a Comissão têm que se haver com a posição do Relator, que é a fase em que estamos agora. Ou ele apresenta um substitutivo, se entender que deve fazê-lo, ou poderá dar parecer singular a todas as emendas, para que depois haja a redação do vencido.

Com base no que prescreve expressamente o art. 21, § 1º, combinado como art. 23, § 2º, do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, não serão admitidas emendas substitutivas, quer dizer, emendas que tenham caráter de substitutivas não poderão ser admitidas. Esta é a decisão tomada.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, li atentamente a resposta de V. Ex.^a à consulta do nobre Constituinte Mário Assad. Deduzo claramente, com base nos mesmos dispositivos citados no Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, sem que haja necessidade sequer de um apelo aos Regimentos subsidiários – da Câmara, do Senado e Comum – que não poderão ser apresentados substitutivos ao trabalho global do Relator, mas poderão ser apresentadas emendas substitutivas a capítulos desse trabalho global, porque os capítulos – na minha Comissão, por exemplo – versam sobre matérias correlatas, interligadas e sob o mesmo prisma filosófico: princípios gerais da ordem econômica, da ordem agrária, solo urbano e transportes.

Se não posso englobar tudo, porque não há uma interligação, posso apresentar trabalho substitutivo, capítulo por capítulo, porque as emendas abrangem artigos interligados.

A SRA IRMA PASSONI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Ex.^a pela insistência.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não há problema, é interessante este debate que se trava para tomarmos uma decisão.

A SRA IRMA PASSONI: – Nessa nova etapa será decisiva a deliberação de V. Ex.^a porque, por exemplo, a partir dessa conclusão do Constituinte Cardoso Alves ocorre o seguinte fato na Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária: a aprovação do substitutivo do Constituinte Rosa Prata foi integral, a tal ponto que só foram aprovadas emendas supressivas. Portanto, ele apresentou um projeto de substitutivo integral. Não nos coube o recurso da emenda, ficando ele totalmente prejudicado.

Recorro dessa decisão porque o entendimento que S. Ex.^a tem de substitutivo integral e a minha visão se contrapõem. Entende S. Ex.^a que, fazendo o substitutivo da temática de princípios gerais, por exemplo, não faz mal que trate da questão mineral, da intervenção do Estado, e assim por diante. Mas está sendo o único substitutivo. Também considera que são matérias unâimes. Digo que não, são matérias que estão em um único princípio, mas são diferenciadas. Portanto, considero de extrema importância o esclarecimento do assunto, senão teremos problemas sérios.

Quero dizer mais, Sr. Presidente. Na Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária ameaças de morte foram feitas aos Srs. Parlamentares por causa dessa situação. A Presidência deve, pois, deliberar sobre a matéria e enviar, por escrito, orientação a respeito do que seja ou não substitutivo integral. Senão, haverá uma digladição geral na Comissão para resolvemos a questão, e poderá haver impasse.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em face dos aspectos aqui versados quanto à integralidade do substitutivo, nos termos do Regimento, a Mesa examinará as intervenções feitas, como o fez em casos anteriores, e mandará às Comissões, por escrito, a decisão. Esse importante assunto será estudado com a devida cautela.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, dada a importância do tema, que preocupa todos os Líderes de partido, gostaria de fazer duas ponderações.

Primeira: é diferente a análise ou interpretação quanto à apresentação de substitutivo ou de emenda, quando esta ocorre em Subcomissão ou em Comissão, porque a Subcomissão pode tratar de um tema único, enquanto na Comissão necessariamente se fundirão três temas dispare. Mais ainda: há diferença entre o substitutivo e a emenda substitutiva. Esta é nada mais nada menos do que uma emenda modificativa. Trata-se de uma questão de nomenclatura. Como tal, ela pode abranger mais de um artigo, desde que eles se concatenem por uma idéia central. Não haveria sentido modificar-se um artigo e deixar os demais contraditoriamente inseridos no texto. Quando se oferece uma emenda modificativa ou substitutiva que envolve vários artigos,

o que se pode fazer não é emendar, como disse a ilustre Constituinte Irma Passoni, pois não se emenda emendas. O que se faz é votar a emenda, ressalvando-se os destaques, como V. Ex.^a sempre fez. O destaque é, evidentemente, para supressão, rejeição ou até para modificação. O destaque da palavra "não" em um texto, por exemplo, pode torná-lo afirmativo, quando ele era negativo.

Sr. Presidente, jamais vi emendar-se emenda. O que o Regimento permite é que se vote a emenda – assim fizeram os Presidentes de Comissão – ainda que ela tenha vários artigos, ressalvados os destaques. Não há emenda à emenda; não há subemenda.

Sr. Presidente, eram estas as ponderações que desejava fazer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Mesa toma uma decisão correta com base no § 2º do art. 23 do Regimento. E há também, por analogia, outro artigo da nossa Lei Interna que trata da tramitação de projeto de Constituição em plenário, que também pode fundamentar a decisão da Mesa. Tal dispositivo legal reza o seguinte:

"§ 2º Concluindo o Parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas..."

É, inclusive, o que está ocorrendo agora, nesta fase. E aí é textual:

"...permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao Projeto e às emendas anteriores."

Entendo que o § 2º do art. 26, que por analogia pode perfeitamente fundamentar a decisão da Mesa, resolve inteiramente a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Qual o artigo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – O § 2º do art. 26, que trata da tramitação do projeto.

No caso do substitutivo, poder-se-ia usar a figura da subemenda. Mas esta, dentro da praxe parlamentar, incide sobre o substitutivo naquilo em que houver inovação. Então, fica muito clara, por analogia, a aplicação à hipótese do § 2º do art. 26, em relação ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Muito obrigado a V. Ex.^a. A matéria já está suficientemente examinada, debatida; não vamos atrasar os oradores que têm o direito de usar de palavra, eis que para tanto estão inscritos.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SENHOR CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para uma consulta em questão de ordem, para orientação

dos membros da bancada da democracia cristã. A alteração de membros da Subcomissão, através da Liderança, até que momento pode ocorrer?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa já informou isso por escrito às Comissões. V. Ex.^a poderá encontrar essa resposta na sua Comissão, mas posso recordar aqui, rapidamente, o que se dispõe a respeito: é um direito que a Liderança tem de fazer a substituição. Mas como a propósito é silente o nosso Regimento, a hipótese se remete ao Regimento da Câmara, e este estabelece que, iniciada a sessão, para evitar o que aconteceu no caso nacionalmente conhecido de Márcio Moreira Alves, em que um membro de uma Comissão estava votando e, nesta hora, foi substituído, impede-se que, no curso da sessão, se dê a substituição. Se falta um membro efetivo, é convocado o substituto. Agora, em sessões posteriores, evidentemente a substituição se pode fazer, e a toda hora estou despachando aqui pedidos nesse sentido, que é o exercício de uma atribuição dos Líderes, prevista, inclusive, como forma de fortalecer os partidos.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o fato de os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte obedecerem a um critério tomista de passarem, primeiro, pela Subcomissão, depois pela Comissão Temática e em seguida pela Comissão de Sistematização para apenas posteriormente virem ao Plenário, implica, obviamente, o desencadeamento de um raciocínio lógico e de um procedimento sistemático. Se determinado Deputado ingressou no trabalho constituinte por uma Subcomissão pertencente a determinada Comissão Temática, o que se tem em vista é que este Deputado, em primeiro lugar, mostrou um pendor por aquela matéria e, em razão disso, ingressou naquela Subcomissão. Este pendor vai continuar sensibilizando a sua atividade legislativa. Ele, então, vai para a Comissão Temática que trata do mesmo assunto; depois perde temporariamente o contato, até que a mesma matéria vá a plenário.

Por outro lado, feitas as indicações e constituída a Comissão, é dito, nos §§ 8º e 9º do art. 13:

"§ 8º Cada Comissão ou Subcomissão, uma vez constituída, reunir-se-á dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de eleger o Presidente e dois Vice-Presidentes, cabendo ao Presidente a designação do Relator.

§ 9º A eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes e a designação do Relator da Comissão de Sistematização somente se procederão após integralizada sua composição."

Ora, Sr. Presidente, há um momento em que é eleito o Presidente, e outro em que é escolhido o Relator. É justamente dentro de 24 (vinte e quatro) horas da constituição da Comissão. Se a Comissão elegeu determinada figura é porque aquela Comissão com aquela composição quis a eleição daquela figura. Se, depois de constituída, terminada, feita, acabada, perfeita, o Líder a modifica,

em primeiro lugar ele vai ferir a sistemática da organização da Assembléa Nacional Constituinte, vai contrariar o pendor do Constituinte que escolheu determinada Comissão, vai ferir o desencadear normal, natural dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte e também o seu Regimento Interno, Sr. Presidente. Poderá ocorrer que o Presidente se seja em minoria de uma hora para outra.

Por outro lado, o mesmo Regimento Interno diz que cada Constituinte é efetivo em uma Comissão e suplente em outra. Está tudo formado, tudo feito, tudo acabado; é um móbil. Se se mexe em uma suplência, vai-se alterar a constituição de outra Comissão.

Assim sendo, tendo em vista toda essa argumentação e a estabilidade da Assembléa Nacional Constituinte, que não pode ficar sujeita ao alvedrio do líder, que é um coordenador dos trabalhos, e como cada um de nós traz das praças públicas os seus compromissos, pergunto se o líder poderia trocar o relator, tirar o Presidente de uma comissão para colocar em outra. Não pode, Sr. Presidente, e V. Ex.^a me perdoe, **data maxima venia**, com o respeito histórico que lhe dedico, como figura humana, como parlamentar, como presidente, com a admiração que lhe voto como jurista, não consigo absorver racionalmente a troca de um membro de um partido em uma Comissão, a esta altura dos nossos trabalhos.

A SR^a IRMA PASSONI: – Sr. presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que, na resposta, inclua a seguinte questão: qual o número de componentes da Comissão da Ordem Econômica e como é a sua composição partidária? É porque havia na referida comissão 63 integrantes. Agora, já são 65. Além disso, não sabemos quais os nomes que a compõem. Portanto, solicito a V. Ex.^a que não deixe que isso seja deliberado na própria comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quanto ao assunto desta questão de ordem de V. Ex.^a, já o respondi, por ofício, ao Presidente José Lins, que tem esse documento em mãos. V. Ex.^a poderá ver ali inclusive, a fundamentação.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu gostaria de ter um esclarecimento de V. Ex.^a. É que radicalização que se tem observado em certas comissões tem sido com que determinados segmentos de parlamentares adotem posições totalmente contrárias às de outros. Ocorre ainda que não há o processo natural de apresentação de emendas e de votação dessas emendas, para que se chegue a um resultado que reflete a vontade da maioria em cada Subcomissão. Não está havendo entendimento e sim radicalização de posições de ambos os lados. Isso é prejudicial aos nossos trabalhos.

Essa questão, chegada ao plenário da Assembléa Nacional Constituinte, me traz imensa preo-

cupação. É a razão da questão de ordem que levanto. Nossa Regimento diz que as questões constitucionais são decididas por votação nominal. A minha preocupação é no sentido de que cada constituinte tenha o direito de, na forma do Regimento, apresentar seus destaques, suas emendas e vê-las votadas pacientemente no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Isso, no meu entendimento, só poderá ser feito através da votação eletrônica. Será impossível, nesse caso, fazermos uma votação pelo processo nominal. Há poucos instantes eu conversava com o Constituinte Mauro Benevides, Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Disse-me S. Ex.^a que o painel eletrônico será montado apenas para votação pelos Deputados Federais. Eu gostaria de saber se ele será montado para a votação da Assembléia Nacional Constituinte, dentro de que prazo e, no caso das cadeiras, que são em número de 479, inferior ao número de Constituintes, qual será a solução adotada pela Mesa. Mas entendo ser extremamente importante, para todos nós, que seja adotada uma posição onde os 559 Constituintes possam, pacientemente, se manifestar através de cada destaque, de cada emenda, para que o resultado dos trabalhos represente o desejo de todos. É costume, nesta Casa, às vezes, votar-se o que é mais importante e apreciar outras coisas de maneira muito rápida, como foi feito aqui, na elaboração do nosso Regimento. Eu gostaria de ter uma resposta concreta de V. Ex.^a nesse sentido.

Minha questão de ordem, creio, encerra preocupação com assunto da maior importância para o funcionamento desta Constituinte, em face do que o povo espera da nova Constituição do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Informo a V. Ex.^a que o serviço de restauração do painel eletrônico antigo se mostrou impraticável. Aliás, esse fato é explicável pelo seu tempo de uso e também pelo seu modelo antigo, devido ao fato de que essa área como todos sabem, experimentos progressos constantes e muito rápidos. A Mesa da Câmara contratou com determinada firma, através do cumprimento das formalidades legais, a instalação do novo painel eletrônico. Estou informando a V. Ex.^a de acordo com os dados que tenho de memórias. Mas posso lhe dizer que por volta do dia 10 de julho teremos pronto o painel eletrônico para votação por todos os Constituintes, Deputados e Senadores.

Essa situação não ocorreu por culpa da Mesa. A Mesa anterior, que tive a honra de presidir, quis fazer modificações neste plenário, melhorando-o com instalações adequadas para a localização de todos os Constituintes, criando condições de termos um local, na parte anterior, reservado aos Parlamentares, o que não existe nesta Casa, ao contrário do que se verifica em todos os Parlamentos do mundo. Pretendíamos instalar inclusive um serviço médico de plantão.

Mas, infelizmente, por razões que não quero rememorar aqui, não nos foi possível fazer estes melhoramentos. Em face disso, esse painel eletrônico a ser instalado, se não terá condições para que a votação se processe de todos os lugares, oferecerá dispositivos para registrar o voto daqueles que não tenham assento, quando estiverem todos os Constituintes aqui presentes. Devemos ter esse painel pronto, repito, até o dia 10 de

julho. Se houver algum engano. V. Ex.^a será informado. Será questão de dias a sua instalação.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP):

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, eu estava em meu gabinete ouvindo a questão de ordem da Deputada Irma Passoni...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Isso já está resolvido, nobre Deputado. V. Ex.^a está insistindo numa questão de ordem superada. Ouço V. Ex.^a.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, é muito importante. É sobre o problema do substitutivo. Quero fazer uma pergunta a V. Ex.^a: se o parecer do Relator, na Comissão, for rejeitado, não vamos apresentar um substitutivo? Acho que é necessário, porque não estamos levando em consideração o que ocorrerá, se ele for rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não pode apresentar. Se o parecer do Relator for rejeitado, estabelece-se condições para votar-se o substitutivo anterior.

Se este for rejeitado, votam-se as emendas com o seguinte critério: emendas com parecer favorável, salvo os destaques; emendas com parecer contrário, salvo os destaques. E depois se faz a redação do vencido.

O SR. RICARDO IZAR: – Quero alertar V. Ex.^a para o número de emendas, que vai ser tão grande que já se está montando um esquema para que nada se aprove até segunda-feira, para se encaminhar o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço permissão para discordar de V. Ex.^a. Graças a Deus, o número de emendas é grande, porque basta o interesse dos Constituintes para fazerem a Constituição.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI (PTB – SP): **Sem revisão do orador:** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é muito breve. Antes, porém, peço desculpas ao orador. Estamos no curso de uma Constituinte e já amanhã pode ocorrer o problema sobre o qual me permite obter o esclarecimento de V. Ex.^a e cuja decisão ainda não foi proferida. Trata-se da questão da substituição de membros nas Comissões Temáticas. Desejo apenas ponderar a V. Ex.^a que não pode um Líder – e isso dependeria até mesmo de decisão que a Mesa e essa Presidência tomaram anteriormente – substituir um Relator.

Nem a Comissão nem o próprio Presidente podem fazê-lo. Portanto, também não pode o Líder, é claro. E por que não? Porque o Relator vai à Comissão de Sistematização e tem a missão de sustentar a posição de sua Comissão ou Subcomissão. Se o Líder não pode substituir o Relator nem o Presidente da Comissão, é claro que também não pode substituir qualquer membro, porque o valor deles, na verdade, é equânime, é o mesmo: todos têm direito a voto. O que se deve respeitar não é só a proporcionalidade. Na Câmara

dos Deputados é diferente: os partidos políticos atuam, e, portanto, as Lideranças têm esse poder, esse **plus**, porque na verdade expressam uma vontade partidária, uma linha doutrinária. Na Constituinte, não: a linha doutrinária, a linha ideológica é a de cada um dos Constituintes, acima dos partidos – como V. Ex.^a tem dito e como o próprio Líder do PMDB acentuou, quando de sua posse no cargo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Informo a V. Ex.^a que a Presidência da Mesa já mandou a todas as Comissões um esclarecimento a esse respeito, também dizendo que já havia decidido a matéria em questão de ordem, perante este mesmo Plenário. A substituição de membros de Comissão se faz na Câmara e também no Senado – é da rotina parlamentar – às vezes no interesse do próprio Parlamentar, para que ele não fique imobilizado e passe compulsoriamente a pertencer à Comissão. Agora, por disposição expressa do Regimento, durante a sessão essa substituição não pode ser feita. É o que consta do Regimento, e mandamos comunicação nesse sentido a todos os Presidentes de Comissão.

VI – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que

tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

JORGE ARBAGE – Requerimento de informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre direito de propriedade das áreas de terras laterais à extensão das Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste; nomes dos proprietários; quantidade de hectares; forma e data de aquisição; entidade responsável pela licitação; preço de compra de cada gleba.

VII – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – VII – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE (PDS – PA): **Sem revisão do orador:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes...

O SR. FLÁVIO DA VEIGA: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE: – Com muita honra, ouço o eminentíssimo Líder Flávio Palmier da Veiga.

O SR. FLAVIO PALMIER DA VEIGA: – Data **venia**, sentindo a dificuldade que V. Ex.^a está tendo para pronunciar seu discurso, peço sua benevolência para fazer um reparo.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE: – Com prazer, V. Ex.^a a terá.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA: – Refiro-me à palavra do Líder do PDT, que aqui ofendeu, de maneira deselegante, chamando-os de moleques de recados, os Governadores do PMDB Moreira Franco, Orestes Queríca e Newton Cardoso. Acredito que S. Ex.^a pensou que ainda estivesse como Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro sob o comando do ex-Governador e ditador Leonel Brizola. Acho que ele fez uma má observação, porque ferir, a tradição, a liderança, o espírito de luta, a cultura democrática de homens como Moreira Franco, Orestes Queríca e Newton Cardoso é ofender a classe política brasileira. Além do mais, meu nobre Jorge Arbage, S. Ex.^a quis ofender o jovem Governador Moreira Franco, que, ao assumir o Governo, encontrou

uma massa falida no Estado do Rio de Janeiro. Até o banco daquele Estado, em sua estrutura financeira, estava totalmente falido. Os escândalos que a imprensa tem publicado, como o do depósito público, totalmente roubado pelo Sr. Roberto Durão, nomeado pelo ex-Governador, que não deixou sequer um bem público naquele órgão, é fato lamentável. Sumiram jóias, material depositado através de ação na Justiça, no valor de aproximadamente Cz\$ 186 milhões. O Sr. Constituinte Brandão Monteiro deve defender, sim, o Sr. Roberto Durão, que dilapidou o Estado, não criticar o novo Governador do Estado do Rio Janeiro, recém-empossado. Há vários escândalos divulgados, como o da Cehab, que comprou terras para construir casas em áreas onde não havia a menor possibilidade de se construírem conjuntos habitacionais para pobres, para trabalhadores ou necessitados. Irregularidades houveram como a das empresas encampadas, que, como dizem, serviram para garantir eleições de Deputados e líderes políticos do partido do então Governador.

Fica aqui, para não me alongar, uma ligeira resposta a S. Ex.^a pela injustiça que comete com o Governador Moreira Franco, que está recuperando a imagem, o nome, a cultura e a história da terra fluminense, dilapidada por um gaúcho, que, acredito, não chegará à Presidência da República.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:

ARBAGE: – Eminent Líder Flávio Palmier da Veiga, o aparte de V. Ex.^a foge totalmente à tónica do meu discurso, de modo que fui surpreendido por este assunto.

No entanto, o espírito democrático que preside a minha atuação neste Congresso Constituinte me permite dar a V. Ex.^a, Constituinte Brandão Monteiro, o legítimo direito de defesa.

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:

MONTEIRO: – Quero agradecer a V. Ex.^a e dizer-lhe que o horário que utiliza é destinado a temas constitucionais. Não me vou escudar no pronunciamento de V. Ex.^a para fazer um discurso paralelo, mas quero dizer ao Deputado aparteante que vou responder a S. Ex.^a, a respeito de acusações levianas que faz ao ex-Governo do Rio de Janeiro. Mostrarei o Estado que encontramos, o que fizemos e o que eles estão fazendo.

O SR. CONSTITUINTE FLÁVIO PALMIER DA VEIGA:

PALMIER DA VEIGA: – V. Ex.^a não tem o direito de chamar qualquer cidadão de moleque.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO:

– Não o chamei de moleque.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA:

– Embora V. Ex.^a seja um Deputado Constituinte, chamou de moleques os honrados Governadores dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o que não aceito. Não posso aceitar, durante a elaboração de uma Constituinte, fatos como estes, em que um Deputado chama um Governador de moleque, ofendendo a classe política, a qual defendo principalmente por ser Vice-Líder do PMDB na Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Por favor, Srs. Constituintes, assim não é possível.

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:

– Respeite V. Ex.^a a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – V. Ex.^a não se deve manifestar enquanto o aparteante está com a palavra.

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO:

– Sr. Presidente, jamais fiz o que o Constituinte aparteante, que não tem a tranquilidade parlamentar para discutir em alto nível, acabou de fazer. Quero agradecer a V. Ex.^a, e todo o Plenário é testemunha de que não o chamei de moleque. Falei em acusações levianas. Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE JORGE ARBAGE:

ARBAGE: – Sr. Presidente, sinceramente, lamento o incidente, pois são dois diletos companheiros. E até porque o tema do meu discurso é exatamente sobre a data de hoje, quando, pelo Decreto nº 55.588, de 18 de janeiro de 1985, comemora-se em todo o País o Dia de Anchieta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nos termos do Decreto nº 55.588, de 18 de janeiro de 1985, comemora-se a 9 de junho, em todo o território nacional, o Dia de Anchieta, efeméride constituída com o objetivo maior de recordar os feitos e glorificar a memória daquele que, tendo participado, de maneira decisiva, para a formação de nossa nacionalidade, é cognominado, com justiça, o Apóstolo do Brasil.

Não cuido refletir, em poucas e pobres palavras, a grandeza do sacerdote que soube realizar, em quase meio século de trabalho ingente e ininterrupto, uma das mais grandiosas obras de evangelização, de colonização e de civilização já vistas no planeta, encerrando a sabedoria e a humildade no mesmo ideal evangélico.

Não creio necessário, tampouco, traçar a biografia do sacerdote que, além de ser a cristalização do espírito religioso de seu tempo, sempre se houve a serviço da terra que adotou e à qual sempre esteve estranhadamente unido, colocando-se como recorda, com propriedade, Joaquim Thomaz, no primeiro plano dos pioneiros da nacionalidade, na fé, na arte, nas letras, na oratória, na poesia, no teatro, na defesa, enfim, dos valores que marcam a nossa nacionalidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como disse Brasília Machado, em conferência proferida, em 1986, sobre a vida do Taumaturgo cuja memória celebramos, "não mui distante das praias africanas, restos por acaso de massas continentais submergidas no Atlântico tropical, um grupo de ilhas, arqueado, se alonga pelo oceano em fora... Eram as Ilhas Afortunadas de outrora, são as Ilhas Canárias de hoje. Era a escala natural da Europa, cujo clima e produção copiavam, para a América, donde lhe vinham juncar as praias, arrastadas pelas correntes marítimas, amostras de uma flora ainda desconhecida".

Desse grupo, duas ilhas, Palmas e Tenerife, "aparecem como duas montanhas que se comunicam". Nesta última, a 19 de março de 1534, no seio de uma família de "medianos haveres", mas nobre e numerosa, nasceu José de Anchieta, instruído desde cedo, nos "elementos de gramática e da doutrina cristã", revelando, desde cedo também, "por sua índole bondosa, pela brandura de sua conduta, pelo obediente e carinhoso amor votado aos seus, uma alma francamente disposta ao amanho das virtudes".

Após haver realizado estudos de Humanidades, Retórica e Filosofia na Universidade de Coimbra, integrou Anchieta, então Irmão Escolástico, com

mais seis religiosos jesuítas, a comitiva de Duarte da Costa, Segundo-Governador-Geral do Brasil, desembarcando na Bahia, a 13 de julho de 1553, "onde praticou os primeiros ensaios de catequese".

Nota-se que, enviado ao Brasil, por seus superiores e a conselho médico, o clima que encontrou na então colônia, como diz Joaquim Nabuco, "restitui-lhe, como de improviso, a saúde. Abre, então, imediatamente a primeira aula de latim que houve no Brasil, nela ensina aos filhos dos colonos, a alguns catecúmenos, e ao mesmo tempo aprende a língua tupi, que em breve falou e da qual mais tarde compôs uma gramática, e escreveu um vocabulário".

Homem de espírito e homem de ação, tudo em Anchieta foi bondade, desprendimento, modéstia, disciplina, fé, perseverança e amor ao próximo.

"Trabalhando nos mais diversos e pesados mistérios" soube ele, como traço característico de seu temperamento, usar "meios brandos de persuasão", não havendo nunca – como recorda Afrânio Coutinho, – respondido com violência à violência da época naquele ambiente primitivo. Foi a sua, portanto, como acentua o referido crítico, a primeira lição de fé e de amor para a construção de nossa nacionalidade, caracterizada pelo espírito de conciliação e generosidade, pela brandura dos costumes, pela cidadilidade das relações Inter-raciais.

Dentro dessa moldura, foi Anchieta um mestre na arte de colonizar e de servir, desempenhando cargos e executando tarefas de todo tipo e natureza.

Além de escritor e poeta, embrenhou-se pelos sertões da Bahia e pelos caminhos da Serra do Mar, como "um bandeirante de almas", atraindo o silvícola ao selo da Igreja e da vida civilizada, caçando novos fiéis para a vinha do Senhor.

Anchieta, efetivamente, no Brasil que nascia, fez de tudo. Assim, atendendo ao apelo do Governador-Geral, abriu a via mais segura entre o litoral paulista e o planalto de Piratininga. Na qualidade de construtor, edificou casas, igrejas, colégios e, segundo a narrativa do Padre Simão de Vasconcelos, os primeiros hospitais do País – as Santas Casas de Misericórdia de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Possuindo conhecimentos profundos de medicina, foi médico e enfermeiro, clínico e cirurgião.

Joaquim Nabuco, no resumo biográfico de José de Anchieta, fez notar que o Apóstolo do Novo Mundo, em suas relações com os índios, observou e reconheceu a eficácia de muitos vegetais existentes no País, empregando-os na cura de diversas moléstias.

Ressalte-se, a propósito, que, espargindo benevolência e caridade, no púlpito como na vida, foi Anchieta o primeiro a descrever a nossa natureza, os tipos de plantas que encontrava, bem como a nossa fauna. Merece referência, nesse contexto, a carta datada de 1560, na qual "ele lança os fundamentos da história natural do Brasil".

Na condição de mestre-escola e administrador dos colégios dos jesuítas em São Vicente, Piratininga, na Bahia e no Espírito Santo, foi Anchieta, sem qualquer dúvida, o primeiro educador das terras brasileiras, onde os primeiros livros de aprendizagem foram os cadernos por ele rabiscados.

Elevado, com justiça, à categoria de patrono dos nossos educadores, é de sua autoria o primeiro ABC em língua tupi, idioma que começou a ensinar nos colégios, ao lado do Português e do Latim.

Quiríco Caxa, jesuíta do século XVI, que escreveu, por ordem do Provincial Pero Rodrigues, uma "Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta", conta os pesados sacrifícios do Apóstolo do Brasil na preparação desse ABC. Diz o religioso: "Não havia arte nem livros por onde os estudantes aprendessem, pelo que lhe era necessário suprir a falta de livros. E como todo o dia tinha bem ocupado, era forçado cortar pelo sono. E assim, ordinariamente, não dormia senão 3 ou 4 horas e às vezes menos, e algumas noites, e não poucas, lhe aconteceu passá-las em claro, escrevendo até pela manhã". Devido a esse ensino, acreditam muitos autores, foi mantido em nossa língua o enorme contingente de vocábulos indígenas, designando, sobretudo, acidentes geográficos, animais e plantas.

A sua "Arte da Gramática de Língua Mais Usada na Costa do Brasil", copiada várias vezes à mão, antes de editada em Coimbra, em 1595, sistematizou, por assim dizer, os tesouros lingüísticos do tupi, e muito serviu para divulgar a língua indígena entre os portugueses.

Conforme explicita Freitas Nobre, em sua magnífica obra sobre Anchieta, essa visão esplêndida do processo colonizador foi peculiar aos jesuítas de uma maneira geral, servindo como primeiro fio indispensável à manutenção da unidade geográfica, política, jurídica e espiritual do território, porque a fonte de ligação entre as duas culturas foi exatamente a língua tupi.

No caso específico, compreendeu Anchieta que não seda possível catequizar o índio falando-lhe outra língua, senão o tupi. Assim, intercalou a música, tão cara à cultura indígena, com o ensino da cartilha e da doutrina cristã, no próprio idioma do aborigene.

A educação, aliás, foi uma das preocupações básicas da Companhia de Jesus, a ponto de José Veríssimo poder afirmar que "foram os jesuítas que criaram e por dois séculos quase exclusivamente mantiveram o ensino público no Brasil".

Já se disse que dentre os fatos que ilustram a vida de Anchieta, poucos levarão primazia à pacificação dos tamoios, nação indígena belicosa, que apresentava "um perigo ameaçador à tranquilidade da colônia". Para vencer o rancor que dividia as tribos do litoral, Anchieta cumpriu a missão de paz a que se propôs, permanecendo como refém entre os índios, durante três meses. Logo depois, acompanha Estácio de Sá na expedição contra os franceses que ocupavam o Rio, onde "sua ação foi prodigiosa como intérprete dos índios e animador da luta". Em 1566, chama-do à Bahia para tomar ordens, expõe ao Governador-Geral a precária situação de Estácio de Sá, "exortando-o a socorrê-lo o quanto antes, acompanhando-o nessa empresa que terminou com a fundação da cidade do Rio de Janeiro".

Considerado por Afrâncio Peixoto como o "criador da literatura brasileira" e pelo crítico português Osório de Oliveira como o "primeiro escritor brasileiro", com Anchieta começou, efetivamente, não apenas a vida cultural, mas o próprio humanismo que caracteriza a nossa nacionalidade. Ressalte-se,

por oportuno, o "seu interesse pelo nativo, pelo índio, não apenas como objeto de especulação literária, mas na condição de pessoa humana, como veículo de cultura e, mais do que isso, como elemento de fixação de cultura".

E não apenas a paisagem humana interessou Anchieta: a exuberante natureza tropical do País sempre esteve presente nos seus versos.

Como afirma Eduardo Portella, Anchieta foi o primeiro poeta brasileiro sobretudo pelo sentimento nativista, nele tão arraigado.

Na condição de primeiro historiador, fixou em suas epístolas e nas Cartas Quadrimestrais que escrevia a seus superiores, com fidelidade, os fatos sociais mais relevantes daquele alvorecer da nossa nacionalidade.

Recordo, nesse contexto, ter sido Anchieta "quem primeiro no Brasil traçou os contornos da comédia de costumes, que séculos depois Martins Pena acentuou e aperfeiçoou".

Fundador, pois, do teatro nacional, aquele que primeiro escreveu peças, escolheu cenas e cenários, com uma compreensão exata das relações da arte com a psicologia das multidões.

Teve seu teatro, além de um caráter eminentemente didático, uma notável dimensão social, moral e religiosa. Como poeta, "fez da simplicidade sua preocupação primeira".

Tendo chegado ao Brasil com vinte anos de idade, não manifestou a preocupação de retornar à Europa, tornando-se, destarte, brasileiro por opção, acentuando-se suas características nacionais, como já foi dito, não apenas pela obra evangelizadora, mas pela total integração de sua vida espiritual literária e física na paisagem geográfica e humana do país que adotou.

É de relevar-se, sob essa ótica, "a sua lição de conciliação e síntese, no campo da cultura e, mais especificamente, da literatura e das artes, a qual é a nossa característica talvez mais típica".

Para o melhor cumprimento de sua missão evangelizadora e obedecendo aos impulsos de sua natureza, vinculou literatura e obra catequética, cristianismo e arte, poesia e preocupação social, dando à arte uma extensa dimensão humana até então desconhecida, "servindo de ponte entre a Idade Média cristã e o mundo barroco e contra-reformista". Soube favorecer para dar ao Brasil o seu caráter cristão, "mas de um cristianismo tolerante, sincrético, no qual a herança européia se soma às transformações e adaptações necessárias ao Novo Mundo".

Poeta, prosista, historiador, teatrólogo – em todos os gêneros, sempre a fé e o humanismo como inspiração. Escrevia em espanhol, português, latim e tupi.

Sua vasta obra literária comprehende poesias, peças teatrais, sermões, cartas, fragmentos históricos, estudos lingüísticos. São mais de setenta cânticos em tupi, dois volumes de canções castelhanas e portuguesas, sobressaindo, em todos os domínios da arte de escrever, sua força e sua sabedoria.

Falecido na Vila de Reritiba, hoje Anchieta, a 9 de julho de 1597, após 44 anos de serviços a Deus e ao País, Anchieta teve seu processo de beatificação iniciado em 1736, reconhecendo o Papa Clemente XII, naquela época, "constar das virtudes do venerável servo de Deus, José de Anchieta, em grau heróico, tanto as virtudes teologais, a saber: fé, esperança e caridade; quanto

as cardiais: prudência, justiça, fortaleza e temperança".

O processo de beatificação, como se sabe, foi concluído pela Santa Sé em 22 de junho de 1980, fazendo-se justiça ao Santo do Brasil, o "primeiro entre os primeiros no Bem, símbolo de permanente renúncia e de permanente humildade na infatigável tarefa de cristianizar o gentio brasileiro", dando-lhe uma vida condizente e digna de ser vivida por quem foi feito à imagem e semelhança de Deus.

Como beneficiário da grande obra civilizadora de José de Anchieta, o povo brasileiro presta, neste dia, justa homenagem à memória do seu taumaturgo, na certeza de que, "nimbado da glória dos eleitos de Deus", o Apóstolo do Novo Mundo continuará a zelar pelos destinos do nosso País.

Sr. Presidente, leio ainda, para que conste dos Anais, texto retirado do livro "365 Dias de História", a respeito do P. Anchieta:

"SUA ÚLTIMA CARIDADE"

Palavra do homem

P. Mchieti, em suas cartas aos Superiores de Portugal, descreve os primeiros passos na evangelização do Brasil. Assim começou o primeiro Colégio, nas terras de Piratininga:

– Aqui se fez uma casa pequena de palha. Esteiras fazem as vezes de portas. As camas são redes, à moda dos índios. O cobertor é a fogueira que a gente prepara com lenha do mato, após a lição da tarde...

A roupa é pouca e pobre, sem meias nem sapatos. Como toalhas ou guardanapos usa-se às vezes a folha larga das árvores. Mas... para que toalhas se, às vezes, falta até o que comer?

A comida não passa de farinha, algum peixinho ou caça do mato que os indígenas dão generosamente...

Como foi a morte de Anchieta? Bastante adoentado, ele se deitara um pouco. Alguém o chamou. Havia uma outra pessoa doente que reclamava socorro urgente. Só Anchieta sabia preparar o remédio de que ela precisava. Levantou-se para preparar a medicina. Mas estava tão fraco, que desmaiou. Voltando a si, pediu a unção dos enfermos e entrou em agonia, que durou só meia hora.

O primeiro apóstolo do Brasil e pai dos índios, morreu com 63 anos, no cumprimento da caridade, para a qual vivera. Foi em Reritiba (hoje Anchieta) dia 9 de junho de 1597.

Palavra de Deus

Estando Jesus um dia junto à margem do lago de Genesaré, o povo se comprimia ao redor dele para ouvir a palavra de Deus. Vendo duas barcas estacionadas à beira do lago (os pescadores haviam descido para consertar as redes), subiu a uma das barcas, que era de Simão, e pediu-lhe que a afastasse um pouco da terra. Sentado, ensinava, da barca...

Então disse Jesus a Simão: "Não temas. Daqui em diante serás pescador de homens". E atracando as barcas à terra, deixaram tudo e o seguiram. (Lc 5, 1-3, 10-11.)

Bem-aventurado P. José de Anchieta (+ 1597).

Durante o discurso do Sr. Jorge Arbage, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Michel Temer. (Pausa.)

O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, manifesto-me hoje para tratar de tema que tem empolgado esta Assembléia Nacional Constituinte e ensejado os mais sérios e cuidadosos debates.

Venho tratar de matéria que se resume numa indagação: presidencialismo ou parlamentarismo? Ou, ainda: presidencialismo misto? Parlamentarismo híbrido? Presidencialismo mitigado? O que queremos, afinal e para que queremos este ou aquele sistema de governo?

Qual o objetivo dessa discussão que tomou conta dos membros desta Assembléia, se espalhou pela imprensa e preocupa os mais variados setores da nacionalidade? O que se quer com esse debate institucional?

São perguntas, Sr. Presidente, que, respondidas, fornecerão a razão lógica dessas inquietações.

Penso que o objetivo – e direi o óbvio – é encontrar um caminho que, pelo seu governo, leve o Brasil à prosperidade política, econômica e social. Política no sentido, que a sua fonte léxica fornece: a arte e ciência de cuidar dos negócios da **polis**, ou seja, dos negócios de governo. Econômica no sentido de viabilizar uma fórmula financeira e de recursos capaz de tornar produtivo o capital, ensejando, assim, geração de empregos. Social, Sr. Presidente, como fruto das atividades anteriormente mencionadas, de modo a que o bom governo, alicerçado numa economia forte, possa gerar a harmonia das relações entre brasileiros, assim como a estabilidade das relações sociais, o que, de resto, é o objetivo inicial e final da ordem jurídica.

Esta, que estamos construindo, há de produzir esse efeito, e nesse contexto é que entra, como dissemos, a discussão sobre o melhor sistema de governo.

À primeira vista, Sr. Presidente, tudo indica uma grande simpatia, nesta Casa, pelo parlamentarismo, puro ou misto. E o que está por trás dessa idéia, Sr. Presidente, é o fato de que se quer realçar a posição do Poder Legislativo na nova ordem constitucional.

Deslocada uma parcela da atividade executiva para o Parlamento – acreditam muitos – o Legislativo ganharia nova dimensão, e, ao mesmo tempo, as crises institucionais ficariam minimizadas, dado que seria menor o impacto produzido pela queda de um Primeiro-Ministro ou do Gabinete do que aquele resultante da possível queda ou deterioração da autoridade do Presidente da República num regime presidencialista.

Fiquemos, Sr. Presidente, nestas primeiras idéias, nestas primeiras conclusões: quer-se conferir força decisória ao Parlamento e, também, impedir cataclismos, com a possível queda de governantes.

Mas será, Sr. Presidente, que, para atingir esses fins, se impõe a adoção do parlamentarismo, misto ou não? Será que o parlamentarismo está nas

nossas tradições jurídicas? Estaria ele entranhado nos nossos costumes?

A resposta, Sr. Presidente, é negativa.

O nosso sistema governativo, mesmo antes da Independência, no Brasil-Colônia, por exemplo, é unipessoal. Desde as Capitanias, com a figura do Capitão-mor, aos Governos Gerais, ao Vice-Reinado, em tudo temos um arremedo de presidencialismo.

No império, Sr. Presidente, tivemos, durante certo período, uma tentativa de parlamentarismo. Mas o fato inegável, que nem sempre se relembrar, é que esse parlamentarismo foi praticado com a condescendência do Imperador, que juridicamente detinha como competência o Poder Executivo e o Poder Moderador.

Na República, o Governo foi sempre presidencialista, e a experiência de 1961 a 1963 foi – nem é preciso ressaltar – catastrófica. Até porque naquele instante o parlamentarismo surgia para superar uma crise. E só gerou crise! Estas, em decorrência, precisamente, da permanente queda do Primeiro-Ministro, que encarnava a figura do Chefe de Governo. Bastou levar ao povo a decisão sobre o sistema de governo para que este, preso às tradições governamentais do País e atento ao que acontecia, optasse pelo presidencialismo.

Isto tudo porque, Sr. Presidente, o povo brasileiro está acostumado a alojarem uma certa pessoa a figura do Chefe de Estado e Chefe de Governo, fazendo fulgurar a nossa tradição presidencialista.

Dessa forma, Sr. Presidente, penso ser difícil implantar um parlamentarismo puro, porque o povo passaria a perceber, na figura do Primeiro-Ministro, aquele que chefia, e a sua constante modificação ensejaria crises e mais crises, desestabilizando as relações sociais, circunstância indesejada pelo Direito.

Ademais disso, é preciso relembrar que o parlamentarismo puro surge por força de tradições históricas e não em razão de uma regra escrita.

Veja-se o caso do parlamentarismo inglês, exemplo conspícuo. Lá, Sr. Presidente, o parlamentarismo surgiu consuetudinariamente. O monarca exercia todo o poder. Num dado momento, assume o trono inglês o Rei Jorge I, que era Imperador da Alemanha. Não falava o inglês. Conhecia apenas o latim e o alemão, e, por isso, tinha dificuldade de comunicação com o Parlamento.

Um dos parlamentares, Robert Walpole, conhecia o alemão. Ia conversar com o Rei, ouvia o que este desejava, voltava ao Parlamento, reunia seus pares e lhes contava o que conversara com o Rei. Os parlamentares, então, legislavam segundo a vontade do Monarca.

Ocorreu, entretanto, que pouco a pouco Jorge I se foi desinteressando dos negócios políticos e administrativos internos, interessando-se apenas em revelar-se para as demais nações como Chefe do Estado inglês. E foi deixando ao Parlamento não apenas a função de legislar, mas também a de executar aquilo sobre o que se legislara. E foi assim, durante um reinado, que uma parcela da atividade executiva transladou-se, automaticamente, para o Parlamento surgido espontaneamente também a figura do Primeiro-Ministro, que era o parlamentar que conversava com o Rei.

Jorge II, seu filho, encontrou essa situação e não se insurgiu contra ela, firmando-se em definitivo, na Inglaterra, um sistema de governo dicotômico:

a chefia de Estado com um e a chefia de Governo com outro governante este, localizado no Legislativo.

Mas não há, Sr. Presidente, na Inglaterra, uma regra escrita instituidora do parlamentarismo. Ele é fruto da forte tradição histórica, e, por isso, indestrutível.

Nem se invoque a possibilidade de um parlamentarismo misto. Dois centros de poder, Sr. Presidente – o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, dividindo as funções governativas internas – fariam nascer uma constante disputa por espaço político e, em consequência, ainda nessa hipótese, a intollerável crise, que se quer evitar mediante a acertada escolha de um sistema de governo.

E nesse particular, Sr. Presidente, o substituto do eminente Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo adota o parlamentarismo misto, já que atribui ao Presidente da República a chefia suprema das Forças Armadas, bem como lhe confere a iniciativa do processo legislativo.

Estas duas atividades fazem com que o Presidente da República seja um dos centros expressivos da função executiva, pois não se pode negar que os ministros militares exercitam uma das mais fundamentais tarefas administrativas.

Por outro lado, quem inicia o processo de criação da lei sempre o faz tendo em vista as necessidades administrativas.

Ora, se o Primeiro-Ministro, no projeto mencionado, é o chefe da administração, mas não pode propor projetos de lei sobre essa matéria, fica claro que o Presidente da República, por deter essa competência, é um dos centros significativos do poder. Com isto criam-se dois pólos de Poder Executivo, circunstância que a história política brasileira nos aconselha a repudiar.

Entretanto, Sr. Presidente, é preciso dar resposta àqueles que anseiam, querem e exigem uma participação ativa do Poder Legislativo no processo de decisão governativa. Mas para tanto, Sr. Presidente, não é preciso chegar ao parlamentarismo de nenhum matiz. Basta ficar no presidencialismo, com a participação ativa do Legislativo. E aqui é preciso recordar a forte tradição histórica em favor do presidencialismo.

De que maneira chegar a este ideal, Sr. Presidente?

Embora muito modesta e acanhadamente, meditei sobre este tema. E seduziu-me, Sr. Presidente, após troca de idéias com o Professor Miguel Reale Júnior, a fórmula de um Presidente da República que é chefe integral do Poder Executivo, e nesse mister é auxiliado por um Primeiro-Ministro e pelos Ministros de Estado. Não haveria uma dicotomia na chefia de Governo e de Estado exercidos, como salientei, pelo Presidente da República. Mas a indicação do Primeiro-Ministro seria feita após consulta ao Presidente e aos presidentes dos partidos políticos que compuserem a maioria do Congresso Nacional, e este Congresso Nacional, é quem aprovaria o nome indicado. Além de coordenar a atuação dos Ministérios e demais órgãos da administração federal e de coordenar o plano de governo, de apresentar obrigatoriamente relatório ao Congresso Nacional sobre a execução desse plano de governo, o Primeiro-Ministro servirá como elemento de mediação

entre o Presidente da República e o Poder Legislativo.

Por outro lado, Sr. Presidente, num presidencialismo com Legislativo forte, a criação de um conselho especial, rotulado como Conselho da República, presidido pelo Presidente da República e composto pelos presidentes e líderes da Maioria do Senado Federal e da Câmara dos Deputados teria a competência para ser ouvido em matérias relevantíssimas, como, por exemplo, a exoneração do Primeiro-Ministro.

Assim, Sr. Presidente, teríamos a unidade de chefia de Governo e da chefia de Estado corporificadas pelo Presidente da República; porém com grande participação, como registrei, do Poder Legislativo, que se manifestaria tanto no instante da nomeação do Primeiro-Ministro – elo de ligação com o Executivo – como no instante de sua exoneração, uma vez que se prevê Moção de Censura pelo Congresso Nacional seis meses após sua nomeação.

Ouço V. Ex.^a, com prazer, antes de concluir a minha manifestação.

O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL: –

V. Ex.^a, com a competência que lhe é peculiar, tem avocado a História da nossa Pátria em defesa do presidencialismo. Mas me parece que dentro desse raciocínio há uma lógica axiomática, porque V. Ex.^a usa a História como forma de se olhar à frente com mais paz, com mais tranquilidade, com mais justiça, com um ordenamento social que não siga o ciclo das vicissitudes e agruras decorrentes das ditaduras, não só no Brasil como na América do Sul. V. Ex.^a, ao defender o presidencialismo, cita a história de um número infundável de ditaduras para demonstrar que o caminho da democracia vem a ser o mesmo abordado ao longo dessa História. Tenho comentado que temas uma História política em forma de eletrocardiograma, com curtos picos de democracia entremeados numa base de polarização de uma ditadura que achata o traçado da História social do Brasil e do nosso povo. Então, com toda a sua competência, – e aí vem a pergunta – não sei se foi propósito de V. Ex.^a utilizar a História para defender uma instituição que, ao longo da nossa História, tem sido aviltada ou se houve um equívoco de V. Ex.^a nesse raciocínio.

O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER: –

Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Quero esclarecer que, na minha modestíssima competência e nos modestos estudos que fiz, realmente utilizei um pouco da História do Brasil, mas para revelar dois fatos distintos: primeiro, nos instantes em que se adotou o Parlamentarismo, a experiência não foi das mais felizes, e; segundo, a tradição histórica brasileira – e por isso até invoquei os episódios do Brasil-Colônia – ressalta a idéia de uma forte tradição presidencialista.

Por outro lado, também tentei revelar – e talvez não tenha explicitado bem este aspecto – que a circunstância do entremoio democrático e ditatorial a que V. Ex.^a aludiu resulta exatamente da não-participação do Legislativo nos negócios governativos. E veja que indaguei, em dado momento, como fazê-lo. O que está por trás da idéia do Parlamentarismo é o realce do Poder Legislativo, de modo a que uma parcela da atividade executiva se desloque do Poder Executivo para o Parlamento. Mas o realce – foi este o objetivo

– do Poder Legislativo pode dar-se por outra fórmula. Daí por que trouxe à colocação uma emenda, que pretendo modestamente apadrinhar, apresentada ao Relatório do eminente Relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e que sustenta a idéia de um Presidente que indica um Primeiro-Ministro, que será o condutor da administração. Porém a chefia da administração fica com o Presidente da República. Então, o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente, com aprovação do Parlamento, tendo este competência, inclusive, como saliente, para registrar uma moção de censura que pode importar até na queda do Primeiro-Ministro.

A única coisa a que me oponho é à fixação de dois centros de poder. Veja V. Ex.^a que esse projeto que aí está confere ao Presidente da República a chefia suprema das Forças Armadas e a possibilidade de iniciar o processo legislativo. Acho que são duas das mais importantes funções administrativas. Por outro lado, também confere ao Primeiro-Ministro uma soma enorme de competência administrativa. Penso, muito modestamente, que isso poderá criar pólos de poder que se irão confrontar, o que não será útil para a democracia.

Estou propondo a idéia de um Legislativo forte. Tanto que, ao final do meu pronunciamento, salientarei que o fenômeno da responsabilidade presidencial pode resultar no impedimento do Presidente e dos agentes do Poder Executivo, e deve deixar de ser uma peça de museu. Deve ser retirado dos escaninhos constitucionais, onde nunca se mexeu, para que o Parlamento possa utilizá-lo com todo o vigor. Proponho, em síntese, um presidencialismo responsável, ligado ao Parlamento, muitos dos seus passos somente podendo ser dados por determinação do Congresso. Mas me oponho, **data venia**, à idéia de um Parlamentarismo puro ou misto. O Parlamentarismo misto – volto a insistir – vai criar dois centros de poder. E, nesse sentido, volto à História brasileira, que registra que tal Sistema de Governo não é aconselhável.

Prossigo, Sr. Presidente.

Além disso, o presidencialismo com atuação efetiva do Legislativo importa em regime responsável. A figura institucional da responsabilidade presidencial, geradora do impedimento, não pode mais ser vista como peça de museu. Há de ser retirada dos escaninhos constitucionais para ser aplicada todas as vezes em que haja descumprimento, pelo Presidente, dos pressupostos constitucionais de sua atuação.

O Brasil, Sr. Presidente, já está maduro para essa tarefa. Basta verificar a grande movimentação popular pelos corredores desta Casa no momento dos trabalhos constituintes para que se verifique que o Brasil descobriu Brasília. E nessa descoberta, Sr. Presidente, estão embutidas as idéias de participação, de cobrança, de exigência, de reivindicação, de fiscalização e de permanente estado de vigília cívica.

Que o novo Brasil que surgirá com a nova Constituição crie um sistema presidencial responsável e um Legislativo atento e fiscalizador, capaz de concretizar a tradicional e única regra substancialmente constitucional, segundo a qual o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Ouço, com muito prazer, o nobre Constituinte Flávio Palmier da Veiga.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA: – Nobre Constituinte Michel Temer, felicito V. Ex.^a pelo estudo profundo e pelo interesse que tem demonstrado na defesa da sua tese em favor do presidencialismo. Ainda não me defini sobre o regime ideal para o País. Estou estudando, ouvindo e analisando criteriosamente as propostas. Debatemos, em seminário, inúmeros aspectos desse problema. Tenho duas preocupações: no presidencialismo, estamos com o Congresso agachado e inferiorizado. Temos de arranjar uma forma para dar personalidade à ação político-parlamentar, de tal modo que ela possa influir no desenvolvimento das decisões do País de uma maneira coletiva, ampla e até consensual. Acho que existe poder demais nas mãos do Presidente da República. Esse é um fato que V. Ex.^a tem abordado, inclusive quando defende o presidencialismo, com identificações. Quanto ao parlamentarismo, vejo que no Brasil não cultuamos uma boa escola político-partidária. Não temos partidos que representem idéias fortes e positivas, que possam se constituir em sustentáculo de uma vida parlamentar. Por isso ainda não me defini. Mas se analisarmos bem os dois ângulos, verificaremos que existem nos dois pólos pontos positivos e negativos. Daí a maioria dos Constituintes ter a idéia de se forjar um sistema misto, o que é contestado por V. Ex.^a. Diante dessas argumentações que acabo de fazer, como vê V. Ex.^a a possibilidade de se criar um sistema misto, aproveitando-se o que há de bom no parlamentarismo e no presidencialismo, gerando uma vida nova para a democracia brasileira?

O SR. CONSTITUINTE MICHEL TEMER: –

Agradeço ao nobre colega o aparte. Eu diria que uma regra escrita simplesmente não cria nem o parlamentarismo nem o presidencialismo. O que cria um dado sistema de Governo é a força da tradição. Quem examinar o surgimento do parlamentarismo inglês, por exemplo, verificará que ele se deu historicamente. Não há uma regra escrita instituindo o parlamentarismo na Inglaterra. Em virtude de uma história que agora eu não teria tempo para relatar, mas que é do conhecimento dos ilustres Constituintes, uma parcela da atividade executiva foi-se deslocando automaticamente do rei para o Parlamento, surgindo, até, a figura do Gabinete do Primeiro-Ministro como exercente dessa parcela.

Mas V. Ex.^a me indaga como compatibilizar estas idéias saudáveis e boas que existem tanto na nossa proposta de parlamentarismo como nas do presidencialismo. E eu, como V. Ex.^a salientou, oponho-me à idéia de um parlamentarismo misto. Mas no meu modesto trabalho, que será discutido, não me oponho à idéia de um inter-relacionamento maior entre o Executivo e o Legislativo, inter-relacionamento que se daria pela figura do Primeiro-Ministro, que, entretanto, não exercitaria as funções próprias de Chefe de Governo, de Chefe da Administração, mas seria um elo de ligação entre esses dois poderes. O Primeiro-Ministro só chegaria a esse posto pela aprovação do Poder Legislativo, e, mais ainda, se não se comportasse bem na direção dos trabalhos ministeriais – seria o Chefe do Ministério, sediado no Executivo, na nossa proposta – ele sofreria moção de censura do próprio Parlamento.

Acho que af, eminente colega, teríamos um inter-relacionamento entre o Legislativo e o Exe-

cutivo, sem no entanto chegarmos a fórmulas híbridas, geradoras de centros distantes do poder, como o parlamentarismo misto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Antes de chamar o próximo orador, quero registrar a presença, neste Plenário, do ex-Deputado Federal Padre Godinho, que muito nos honra.

O SR. PRESIDENTE. (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Ubiratan Aguiar.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR (PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos ouvido com freqüência desta tribuna, principalmente por parte de meus colegas do PMDB, que já vão longe os tempos do arbítrio, que vivemos num período histórico de liberdade e de democracia.

Concluem, portanto, com acerto meus companheiros de partido – que, se os tempos são outros, já não cabem as críticas antes endereçadas ao governo; que nos compete, pelo contrário, tratar de oferecer sugestões e alternativas que contribuam para a construção do novo País que tanto almejamos.

A liderança do PMDB na Câmara tem reiteradas vezes, e com meu apoio, defendido essa posição, e dela concluiríamos que nossa tarefa no momento seria colocar a crítica em plano secundário e privilegiar o oferecimento de sugestões e de alternativas.

Não tenhamos nenhuma dúvida: vivemos um tempo de construção. Isso não quer dizer, absolutamente – e talvez estejamos todos de acordo – que já tenhamos ultrapassado essa etapa da transição, em que a crítica seja um dos instrumentos mais eficazes da tarefa de construir.

Pelo contrário, estamos vivendo uma época de nossa história em que, mais do que nunca, o exercício da crítica se torna ele próprio construção, porque nos coloca num processo de criação do desenvolvimento, porque liga, necessariamente, o passado recente com o presente; relembrando nossos compromissos históricos com o povo e com a Nação; atualiza nossos objetivos, planos e programas.

A crítica torna-se, por isso, sugestão e alternativa, porque nos mostra que não basta mudar homens, partidos e Governo para que a razão triunfe sobre a barbárie ou que o desenvolvimento supere a dominação.

É preciso que tenhamos uma ação política efetiva sobre a realidade do País, que estejamos de fato dispostos a concretizar as mudanças com que nos comprometemos em praça pública. É urgente que liquidemos com a herança, com a pesada herança, que recebemos de tempos felizmente passados.

E nós entendemos – que uma forma privilegiada de liquidar com o Brasil velho e preparar o Brasil novo é resgatar, é recuperar a Federação, que hoje existe apenas na magia das palavras, porque há mais de vinte anos deixou de constituir uma realidade significante e inteligível, para se tornar o símbolo mesmo da concentração dos poderes autoritários.

Lembro a V. Ex.^a o que disse Tancredo Neves sobre a Federação, falando na convenção do PMDB em 1984:

“A recuperação do sistema federativo, imposição da necessidade administrativa, por si só, será a grande vitória da razão sobre o arbítrio.”

Tancredo Neves defendia a premissa de que, para ser instrumento apto de governo, a República deveria ser federativa, pois em nosso século, praticamente, inexistem repúblicas unitárias: tenham ou não o nome de Estados federados, as regiões geopolíticas diferenciadas, nas nações modernas, dispõem de claros direitos de autonomia.

Sabemos que existe uma tendência mundial à concentração de poderes nas mãos de um superestado-todo-poderoso; mas sabemos igualmente que onde isso acontece, quando um superestado abarca e mesmo se sobrepõe aos Estados que fazem parte dele, a democracia é ignorada e a liberdade torna-se apenas retórica de dominação:

“As relações complexas que se estabelecem no interior do Estado federal, escreve o professor francês André Hauriou, são extremamente favoráveis à liberdade.”

O mesmo autor relembra que todas as vezes em que historicamente o equilíbrio entre os Estados particulares e o Estado federal foi rompido assistiu-se ao crescimento do autoritarismo absolutista: a Prússia tinha, desde os começos de 1871, uma situação preponderante no conjunto do império alemão. E essa preponderância acentua-se, como sabemos, na Constituição de Weimar de 1919, elaborada para favorecer a centralização prussiana.

Grande estadista, Tancredo Neves tinha plena consciência de que a construção da nacionalidade, a vitória da liberdade e da democracia sobre o autoritarismo e sobre o arbítrio pressupunha a tarefa de recuperar a Federação porque ela significou na História recente de nosso País uma negação da autonomia dos Estados e dos Municípios e a afirmação de uma vontade autoritária e centralizadora:

“Vinte anos de centralismo absorvente”, diria Tancredo Neves em Barra do Garça, em 1985, “vinte anos de centralismo hipertrofante levaram os nossos Municípios e os nossos Estados a uma situação de precariedade financeira.”

Essa situação não tem se alterado substancialmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Constituição em vigor continua a afirmar que vivemos sob um regime federativo; a Constituição em vigor sustenta a necessidade de independência e harmonia dos poderes; a Constituição em vigor está de acordo com o princípio de que os Estados e Municípios têm pleno direito à independência e à harmonia política, administrativa e financeira.

E o que se passa na prática, por dizer assim, diante de nossos olhos? O que a inteligência mediana pode concluir diante da situação em que se encontra a grande maioria de nossos Estados e Municípios?

Permitam-me V. Ex.^a mais uma vez citar Tancredo Neves para dizer que nossos olhos, nossos

sentidos, nossa inteligência concordam com ele quando afirma:

“Não basta declarar a Federação. É preciso que o Governo da União abandone os excessivos poderes que se arrouga, a começar com o da concentração tributária e distribuição política dos recursos fiscais. Cada comunidade deve usar do inalienável direito de estabelecer, por meio da Casa legislativa competente, seus tributos próprios e decidir de seu emprego.”

Quem diz independência diz liberdade, autonomia, emancipação, libertação; quem diz harmonia diz consonância, concordância, proporção.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: – Talvez não saiba o nobre Constituinte Ubiratan Aguiar que, quando pessoalmente demos os primeiros passos nesta Casa, já vislumbrávamos um sentimento de admiração geral pela sua postura, pela sua competência e dedicação, e temos a certeza de que, muito em breve, uma profunda amizade nos ligará. Mas não é por isso que venho aqui pedir-lhe um aparte, nem para elogiar o seu trabalho como Constituinte, mas para corroborar com sua idéia e fazer coro com ela. Quanto à centralização do poder, gostaria de lembrar o adágio, por demais conhecido, de que se o poder corrompe, o poder absoluto tende a corromper em absoluto. Nobre Constituinte, já ultrapassamos completamente as barreiras do domínio do Poder Central sobre os Estados, mas não o eliminamos de todo, porque é público e notório – todos nós e qualquer funcionário público federal, de quinto ou sexto escalação, temos disso conhecimento – a peregrinação diária dos prefeitos nos diversos ministérios aqui na Capital Federal.

Hoje, os prefeitos não conseguem mais administrar sua municipalidade sem vir, de chapéu nas mãos, a mendigar nos Ministérios. Com a infinidade de Municípios, é fácil imaginar, inclusive, o custo operacional dessas vindas a Brasília para as comunidades, que têm recursos muito parcos. Pior do que o desgaste financeiro com as permanentes viagens é o assoberbamento administrativo que se gera no próprio poder central, que se vai devorando a si mesmo no seu excessivo centralismo e acaba liquidadando a própria competência administrativa. A questão já não é mais clamarmos por um poder federativo, mas repensarmos a **cellula mater** da administração pública, isto é, o Município.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR: – Agradeço ao nobre Constituinte Ruy Nedel o aparte. V. Ex.^a é um presente do Rio Grande do Sul a todos nós. Identificamo-nos com suas idéias. Isso mais de uma vez se constata quando sua posição, como a nossa, é exatamente a de se repensar a Federação, de se reformular e acabar com esse centralismo tão prejudicial que nega a autonomia dos Estados e Municípios.

Prossigo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: estamos ainda na presença de um superestado que desequilibra a relação entre seus Estados-membros, porque centraliza em demasia os tributos e porque detém o poder de intervenção e de controle sobre as finanças dos Estados e dos Municípios.

Estamos em presença de um superestado que centraliza o controle da economia, e diante do qual desaparece qualquer tentativa, qualquer veleidade, qualquer intento de liberdade ou de harmonia política e administrativa.

Percorram V. Ex.^a a extensa lista aos impostos que cabe à União instituir segundo o artigo 21 da Constituição, e irão concluir que a União tudo pode, e que os Estados e os Municípios não podem quase nada.

E, no entanto, continuamos apegados ao som oco, à opaca sonoridade das palavras: independência e harmonia política, administrativa, financeira!

O controle da arrecadação e das finanças é o instrumento privilegiado do Estado centralizador, absolutista: pois quem controla os recursos financeiros acaba por controlar igualmente a administração e a política. Os Estados e os Municípios em nosso País não são mais que uma extensão, um prolongamento, um espaço ocupado da União, do poder da União, da centralização da União. Porque os Estados e os Municípios estão praticando o que já se acostumou a chamar "A política do pires na mão": o Governador torna-se cada vez mais dependente da União e com freqüência desembarca em Brasília para implorar a ajuda do Governo central.

E atrás do Governador, depende do Governador, o Prefeito, que nem por estar mais próximo à comunidade pode retirar dela a subsistência de seu municípios: deve recorrer ao Governo do Estado ou da União.

O Sr. Constituinte Flávio Palmier Veiga: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR: – Com todo o prazer, nobre Constituinte Flávio Palmier da Veiga.

O Sr. Constituinte Flávio Palmier da Veiga: – Dá prazer assistir a discurso tão bem equilibrado em defesa da grandeza da Federação, das estruturas, das bases de um país forte por uma doutrina democrática. V. Ex.^a está abordando o que representa um Poder Central excessivamente dominante, o que sofre um Governador, o que sofre um Prefeito. Por isso tenho esperança, Constituinte Ubiratan Aguiar, de que esta Constituinte abra o leque, no sentido de dar força a todos os segmentos da estrutura básica do País. Estamos vendo os prefeitos cada vez mais humilhados ao administrarem suas prefeituras, os Governadores com inúmeras dificuldades. Tudo isso nos obriga a defender, através desta Constituinte, uma autonomia estadual e municipal e também uma reforma tributária que consolide o que V. Ex.^a defende, a Federação autêntica, historicamente forte. Por isso, felicito V. Ex.^a pelo equilíbrio e o objetivo do seu discurso. Feliz do país que tem uma Federação forte.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN AGUIAR: – Agradeço a V. Ex.^a um aparte, nobre Constituinte Flávio Palmier da Veiga, que integro, com muito orgulho, a este discurso. V. Ex.^a vem, realmente, reforçar o meu pensamento, a tese de todos os brasileiros de bom senso, em favor de uma Federação forte, que elimine essas desigualdades atualmente verificadas em nosso País.

Prossigo, Sr. Presidente:

E assim se completa todo um ciclo de autoritarismo e de dominação, assim se estabelece todo

um sistema de poder centralizado, de domínio burocrático que visa a captar recursos, garantir o controle de sua distribuição e estender o braço forte do Estado ao conjunto dos Municípios brasileiros, de modo a abarcá-los como uma totalidade indiferenciada cujo ponto em comum é justamente não poder escapar ao assistencialismo do Poder Central, é obrigação de recorrer ao Poder Central para financiar seus projetos de desenvolvimento.

Essa forma de manter entre nós o princípio federativo tem-nos custado, ainda, o prolongamento indefinido das desigualdades regionais, tem mantido intacto esse colonialismo interno que, ao contrário dos externos, não nos parece causar vergonha nem provocar indignação: convivemos, simplesmente, com ele, como se fosse um dado natural, imutável e eterno, que permite aos Estados mais industrializados açaibancar, sob a proteção da lei, tributos, recursos, receitas que, direcionados de outra maneira, permitiriam reduzir a dominação das regiões mais carentes pelas mais ricas, mais industrializadas, mais bem equipadas e mais bem servidas pelos recursos federais.

A União não pode continuar centralizando a grande fatia da arrecadação, e o Nordeste, da mesma maneira, não suporta mais continuar participando com menos de 12 por cento da Renda Nacional para atender uma população que corresponde a 30% da existente no País.

Temos de adotar uma política Tributária que atente para o aspecto demográfico e, por outro lado, contemple Estados e Municípios, discriminados historicamente, com um aporte maior de recursos, até que se promova a implantação de uma infra-estrutura capaz de impulsionar o desenvolvimento e possibilitar a correção dos desequilíbrios econômicos existentes.

O programa de nosso partido, o PMDB, é claro quando se refere às desigualdades regionais:

"O PMDB defende uma política de incentivos fiscais que corrija, efetivamente, as desigualdades inter e infra-regionais e que seja aplicada em benefício das populações locais carentes, ao invés de ser, como tem sido até hoje, mero instrumento de fortalecimento das grandes empresas, especialmente multinacionais."

E o programa do PMDB enfatiza esse aspecto essencial da independência dos Estados e dos Municípios que temos defendido, com insistência, até agora, afirmando:

"Isso só se fará se o poder político do Nordeste e da Amazônia for fortalecido e se os órgãos que aplicam a política de desenvolvimento regional dispuserem do poder decisório em benefício da população."

Todos esses aspectos do programa do federalismo, toda essa urgente necessidade de reconstruir as relações da Federação de modo a não tomar mais um sistema totalizante, tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não constitui novidade.

O que a Nação está a exigir, o que a Nação está esperando de nós é, que no que diz respeito à recuperação, ao resgate da Federação, o novo, o rompimento com o velho, é a mudança que estamos prometendo.

Depende de nós, depende de nossa vontade determinante, depende inclusive de nossa competência, criar um fato político novo. E esse fato político novo consistirá, precisamente, em apresentar ao País dominado internamente, ao País colonizado internamente, uma Federação que seja a antítese real do autoritarismo e da centralização: uma Federação que promova o desenvolvimento independente e harmônico de suas partes.

Defendemos uma ampla reforma tributária que leve principalmente em conta o princípio da diferenciação. Certo, nós todos concordamos em que nosso País é um imenso continente. Mas não podemos ainda partilhar o orgulho dos compêndios de Geografia ou dos anúncios para atrair os turistas: porque esse continente continua a ser tratado pelo Poder Central como se fosse constituído por regiões idênticas, como se nos oferecesse a paisagem repetitiva e sem atrativos da planície uniformizada; como se o País fosse uma realidade cultural única, com os mesmos problemas econômicos e sociais, os mesmos recursos financeiros para resolvê-los.

Há ainda um problema de justiça, um problema moral, um problema de solidariedade social que nos obriga a atentar para a necessidade do conceito de diferenciação quando tratamos dos critérios que irão orientar nossas reformas, nossas mudanças: quem tem mais deveria poder contentar-se com menos; quem tem menos deveria poder receber mais, pois, sem esses princípios tão comuns e tão simples que têm norteado a aplicação da justiça, não chegaremos a construir um País mais justo e mais humano.

Queremos uma política econômica que respeite a dignidade dos Estados e dos Municípios, uma política econômica que condene ao desaparecimento a figura do governador, ou do prefeito, de mão estendida, implorando recursos.

Quem paga impostos tem direito a receber do Estado a justa contrapartida a ajuda, os meios financeiros indispensáveis administrar, para fazer funcionar a justiça e desenvolver a região. Esses meios materiais indispensáveis não podem ser encarados como esmola e nem aqueles que os pedem, como mendigos: porque distribuir equitativamente a renda da nação, nas repúblicas federativas, é um fato corriqueiro, um acontecimento normal no relacionamento entre os Estados, os Municípios e o Poder Central.

Exigimos, pois, uma política econômica para a criação de uma infra-estrutura financeira que possibilite uma arrancada para o desenvolvimento daqueles Estados – como os do Nordeste – que estão vivendo a crise da falência permanente, sem condições de administrar, de melhorar a vida já tão carente de suas populações.

Esperamos com firmeza. Temos confiança em que os companheiros de Constituinte saberão entender esse grande apelo de nossos melhores homens, dos nossos estadistas, do programa de nosso partido, o PMDB, esse grande apelo da Nação, em favor de uma Federação que não seja mais o símbolo do arbítrio, do mandonismo, do centralismo, mas do novo Brasil e do novo tempo que estamos criando e ajudando a construir tempo de liberdade e de democracia, tempo da razão recuperada, do Brasil desenvolvido.

O SR. CONSTITUINTE WALTER PEREIRA
(PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.)

– Sr. Presidente, Sras. Constituintes, o Jornal "O Estado de S. Paulo", edição do último domingo, publicou, em primeira página, resultados de uma pesquisa popular, onde mostra que o povo brasileiro se confessa decepcionado com Governo.

O inquérito de opinião pública aponta que 80,3% dos brasileiros, residentes em sete capitais se consideram traídos pelo Governo.

De todos os dados obtidos, entretanto, o que mais me chamou atenção é o que diz respeito aos céritos.

São 61,4% das pessoas que declararam em nada mais acreditar.

Não conheço a agência Standard, Ogilvy e Mather, responsável pela pesquisa que o jornal publicou.

Mesmo sem saber se ela é séria ou não, confesso que nas peregrinações que faço todo final de semana às minhas bases eleitorais não vejo outro sentimento no povo senão o do desespero com os rumos da economia e o da descrença nas respectivas políticas.

Afinal, quem assistiu à pilhagem de 20 anos sobre a nossa economia e a submissão de importantes homens públicos aos caprichos da ditadura não poderia libertar-se tão cedo dos traumas sofridos nesse período.

A campanha das "Diretas-Já" funcionou como um sedativo que aliviou o sofrimento do povo brasileiro.

No entanto, o vírus do autoritarismo, ainda forte e inoculado num decisivo número de Parlamentares, acabou resistindo e derrotando a emenda das diretas.

Como antídoto da democracia veio a aliança democrática, a eleição de Tancredo e o anúncio da Nova República.

A despeito da morte do saudoso Presidente Tancredo Neves, a sua obra subsistiu, mediante o compromisso do seu sucessor de dar prosseguimento a tudo aquilo que estava projetado.

Quando o Governo anunciou o Plano Cruzado e recorreu ao povo em busca de apoio não teve qualquer, dificuldade para encontrar a unidade inquebrantável da Nação.

Foi a unidade nascida da dor.e da fé, a unidade dos naufragos que encontram uma ilha para nelas se salvar.

Porém, o Presidente Sarney recuou, cedeu às pressões de uma pequena casta que estava sendo atingida e afrouxou o comando que vinha exercendo sobre o Plano de Estabilização.

Com seu gesto de fraqueza, perdeu, incontinente a maior base social que um Presidente jamais havia conquistado, e lançou o País na maior instabilidade econômica de sua História.

A escalada do déficit público, a agiotagem oficializada, a espiral de preços, a quebra de moral do setor produtivo, e o vertiginoso desemprego, não exibem apenas os sinais de recessão como admitem algumas autoridades financeiras.

Muito mais do que sinais e muito mais do que recessão, o que se configura é um quadro de septicemia econômica que ameaça a paz social.

E põe em risco a própria vida democrática.

Se as atuais regras financeiras, forem mantidas, poucas empresas de pequeno e médio portes sobreviverão ao vendaval da usura que está varrendo o Brasil.

Os créditos subsidiados que o Governo anuncia para salva-las não conseguem ultrapassar as páginas dos jornais e os vídeos das televisões.

Apesar dos desmentidos oficiais, a quebra de moral está-se alastrando.

E se remédios eficazes não forem ministrados com urgência dentro de pouco tempo só restarão escombros dos pequenos empresários.

Mesmo que as tímidas medidas até agora anunciamas chegassem a se cristalizar, ainda assim não teriam o condão de espantar de vez o fantasma da falência que ronda o empreendimento de pequeno porte.

O que se impõe é um programa econômico abrangente, que seja capaz de incrementar a atividade produtiva, gerar empregos e fomentar o consumo.

Seria até acaciano afirmar que sem o consumidor não há economia que resista!

No entanto, nenhum projeto que mantiver a agiotagem das instituições financeiras conseguirá decolar.

Com taxas de juros escorchantes, hoje alcançando até 30% ao mês, os bancos estão-se apropriando do grosso da poupança interna, em prejuízo do conjunto da economia.

Nunca ganharam tanto em tão pouco tempo.

"Vamos combater os juros", afirmou o Presidente Sarney em sua última aparição nos vídeos de televisão.

Só com retórica, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, nada se combate.

Quem outrora teve a coragem de acabar com a correção monetária, congelar os preços e, mais recentemente decretar a moratória da dívida externa, pode muito bem congelar os títulos públicos em poder dos bancos e desindexar a economia. Com 24 meses de congelamento de tais títulos o Governo será capaz de domar o déficit público sem provocar qualquer quebra de moral nos bancos.

Entretanto, não bastam essas medidas para reduzir a inflação e salvar a nossa economia.

A manutenção da moratória da dívida externa, até que se conclua uma negociação compatível com as nossas necessidades de investimento; a adoção de uma moratória para as pequenas e médias empresas que estão penduradas nos bancos; a extinção do empréstimo compulsório sobre veículos e combustíveis; a composição exequível das dívidas dos Estados e Municípios que estão perecendo; a execução de um amplo programa de investimentos no setor produtivo e um rigoroso, mas racional congelamento de preços são as principais e mais urgentes medidas que precisam ser tomadas para debelar o caos econômico que ameaça a paz social deste País.

Imaginar que o aumento da carga tributária para depurar quem já está exaurido e que a restrição ao remédio da concordata, do empresário que insiste em sobreviver são lenitivos contra a crise econômica é um terrível equívoco das autoridades financeiras do País.

A concordata é consequência da recessão, e não a causa dela. É, sobretudo, medida de legítima defesa de quem está condenado à falência.

O investimento público também não é o tratamento mais adequado para se combater os efeitos da crise. É um paliativo que pode até agravá-la.

Não compartilho da descrença que a tantos contamina, mas reconheço que a saída do ato-

leiro, passa necessariamente pela lucidez e coragem do Presidente Sarney.

Se ele tiver discernimento e tornar as medidas apropriadas para enfrentar a situação, terá de volta a credibilidade que o seu Governo perdeu.

Terá, também, ampla base parlamentar para operar seu projeto político.

Eu mesmo aqui estarei para contribuir com o seu Governo e o seu Projeto.

No entanto, se ceder às pressões do capital financeiro e da insensível tecnoburocracia que de há muito vem afundando este País, pode preparar-se para ficar isolado da sociedade e do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Antes de encerrar a sessão, quero ratificar o comunicado da Mesa no sentido de chamar a atenção das Secretarias das diversas Comissões para o fato de que o prazo de acolhimento de emendas foi determinado como sendo até 24 horas de hoje.

Portanto, a Comissão de Ordem Social, que se nega a receber as emendas, já está sendo advertida pela Secretaria da Mesa de que deverá acolhê-las até aquela hora. É uma decisão da Mesa, e em hipótese alguma a decisão de Secretaria de qualquer Comissão poderá alterar esse prazo, que, repito, vai até às 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Bezerra de Mello – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Doreto Campanari – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedioto Júnior – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathier – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Maluly Neto – PFL; Mário de Oliveira – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bemardi – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto

Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Sarney Filho – PFL; Silvio Abreu – PMDB; Tito Costa – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vítor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 10, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 24 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. JORGE UEQUED NA SESSÃO DE 21 DE MAIO DE 1987.

O SR. CONSTITUINTE JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, S^{ra} e Srs. Constituintes, a 77^a A Conferência Interparlamentar realizou-se de 27 de abril a 2 de maio do corrente ano, na cidade de Manágua, Capital da Nicarágua, com a presença de 1.500 parlamentares de todo o mundo e com a cobertura dos principais órgãos de comunicação de massa, versando fundamentalmente sobre a ação e a contribuição dos parlamentos para o processo da paz mundial, a defesa dos direitos humanos, a garantia aos países que procuram sua autodeterminação e contra qualquer processo de intervenção.

A delegação brasileira, presidida pelo Deputado Paes de Andrade, teve destacado comportamento em defesa da liberdade dos povos em traçar seus próprios destinos e para impedir qualquer processo que viole a autodeterminação, bem como a defesa da política externa do País e o apoio às medidas no campo da dívida externa tomada pelo governo brasileiro.

Um dos pontos altos da conferência foi o pronunciamento do presidente da delegação brasileira e a alegria que todos tivemos em assistir deputados de todo o mundo procurando um exemplar de um dos poucos livros que trata da ação da UPI, "A Interparlamentar e os Direitos Humanos", de autoria do deputado Paes de Andrade.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que faça transcrever nos nossos Anais os pronunciamentos do deputado Oscar Corrêa, delegado do Brasil na conferência, e do presidente da Interparlamentar brasileira, deputado Paes de Andrade, bem como, pela sua importância, às decisões tomadas pela 77.^a conferência promovida pela União Interparlamentar.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

DISCURSO DO DEPUTADO OSCAR CORRÉA

1 – Neste breve estudo, procuraremos definir os contornos do problema, instauração de um comércio internacional equitativo, em termos gerais explicitando o papel dos parlamentares nessa tarefa de estabelecer mecanismos que possibilitem a convivência harmônica dos países e das economias que representam.

Isto porque não há melhor **forum** de debates para essas questões do que os parlamentares, pela preocupação com os problemas nacionais, pela sensibilidade em apreendê-los e pela procura ampla que seus membros receberam com a votação popular.

Assim, através da troca de informações, esclarecidos dados absurdos ou equívocos, em ação equilibrada, será possível aos parlamentos buscar os pontos de identidade que viabilizam o equacionamento de eventuais divergências.

2 – É inegável a divisão das nações em desenvolvidas, de um lado, e subdesenvolvidas, de outro, e, a partir dessa classificação simples, começam os graves problemas a resolver.

Surge, assim, desde logo, a incompreensão dos desenvolvidos para com os outros, procurando dominar-lhes a economia, prevalecendo-se do seu poder de troca; o que gera a desconfiança, acentuando a permanente crise de relacionamento, difícil barreira a transpor.

Acresce a isso a tendência nacionalista que aparece nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como defesa natural, e que os leva a criar instrumentos de amparo a certas atividades consideradas vitais e desprotegidas ante o ataque mais sério da concorrência dos desenvolvidos. Estes, por sua vez, agravam a situação com as medidas protecionistas que costumam tomar para impedir que matérias-primas e mesmo alguns produtos de tecnologia menos avançada – de menor preço pelas facilidades de mão-de-obra barata e abundante nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – invadam o seu mercado.

Isto explica o cada vez mais dramático e conflitivo comércio internacional, que cabe eliminar, para a criação de comércio internacional mais equitativo, sem prejuízo de algumas posições necessárias.

3 – Assim, por mais paradoxal que pareça, é fundamental para a sobrevivência dos países em desenvolvimento a criação de instrumentos de defesa de setores industriais. No caso brasileiro, por exemplo, é conhecida nossa posição no campo da informática; sem constituir monopólio das empresas nacionais, viu-se o Governo na contingência de proteger seguimentos daquela área, o que, de certo modo, levou a retaliações de países desenvolvidos.

Ora, sem essa proteção não se promoveria a criação de um parque industrial sólido e estável nessa área, no País.

Da mesma forma, em outros campos, por mais que se admita que o protecionismo não temporário e restrito represente prática perniciosa inaceitável, e mesmo desleal.

4 – No que se refere à produção agrícola, não pode ela dispensar atenção especial dos governos, até mesmo através de subsídios de crédito, planejamento global e setorial – tratamento e ação política.

Mesmo porque só a ação conjugada mundial na produção de alimentos poderá livrar o mundo da fome, que assola diversas áreas do planeta. E só o entendimento entre desenvolvidos e em desenvolvimento, estabelecendo termos equitativos de troca, pode favorecer a agilização da produção e do comércio desses produtos. E só os parlamentos podem patrocinar essas iniciativas sem preconceitos e ambições de grupos interessados.

5 – Convém, a propósito, lembrar o exemplo do Mercado Comum Europeu, apesar das dificuldades que ainda enfrenta, como fator de desenvolvimento para os países que o integram.

E o nascente Mercado Latino-americano, que procura, através da eliminação de barreiras alfandegárias, estimular o intercâmbio comercial de vizinhos que enfrentam problemas de mesma natureza.

Haveria que lembrar também prática inovadora: os consórcios multinacionais, que unem países, na formação de empresas que os beneficiam direta, ou indiretamente, sem perda das respectivas identidades nacionais.

6 – Vê-se, desta forma, que novas e amplas perspectivas de comunicação e de efetiva modificação no comércio internacional se criam, cabendo aos parlamentares estabelecer canal permanente de entendimento. Mesmo porque sem que se conheçam os problemas e dificuldades de cada nação fica difícil a compreensão das atitudes que toma. Para se explicar e, até mesmo justificar – radicalizações ou retaliações, será preciso conhecer as imposições reais que as provocaram. E, possivelmente, certamente, se encontrarão razões de sobra.

Não há, no mundo de hoje, economias em desenvolvimento que não sejam levadas a impor normas de proteção, subsídios, ou estímulos, sem os quais não sobreviverão. É essencial que os desenvolvidos o entrem. Mesmo porque não haverá paz mundial – no sentido mais amplo, econômica e politicamente – sem que se estabeleça essa compreensão, que propicie a convivência.

A incompreensão gerará a instabilidade econômica, política, social.

7 – O Brasil, 8^a economia mundial, não é exceção, antes exemplo. Durante anos a fio, tem procurado cumprir seus compromissos internacionais; submetendo-se ao pagamento de juros – às vezes acima das taxas convencionais – que, em muito, excedem o próprio montante dos empréstimos tomados.

Viu-se agora na contingência de suspender esses pagamentos porque verificou que o sacrifício imposto à sua população era superior às suas forças e, ainda assim não haveria como cumprí-lo. Continuar importaria resgatar dívidas externas e criar internamente fome, desemprego, estagnação econômica e social.

Nenhuma nação do mundo, nas atuais condições do Brasil, agiria diferentemente.

Essa realidade há de ser compreendida pelos parlamentares de outros países, certos de que imposições invencíveis a justificam. A renegociação da dívida externa – problema que não é nosso – há de fazer-se levando-a em conta. Sem que se anulem os esforços para o desenvolvimento, o que, em última análise, serviria à própria comunidade internacional, que não poderá subsistir com a prosperidade de poucos e a miséria da grande maioria dos deserdados.

Concluindo:

1 – Cabe aos Parlamentos papel inestimável na criação de clima de compreensão entre os Países na solução dos problemas comuns.

2 – A divisão dos povos em desenvolvidos e subdesenvolvidos e em desenvolvimento cria de um lado, a tendência daqueles a dominar a econo-

mia destes; e, como conseqüência a desconfiança no relacionamento.

3 – Explica-se a tendência nacionalista dos menos favorecidos em criar instrumentos de amparo a atividades consideradas vitais, que, de outra maneira, não resistiriam aos ataques dos desenvolvidos. Daí o protecionismo em algumas áreas, essencial à sua sobrevivência.

4 – Por outro lado, os desenvolvidos opõem restrições à entrada de produtos dos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com o que ainda mais lhes agravam a situação.

5 – Só a ação conjunta mundial na produção de alimentos livrará o mundo da fome. O entendimento do Mercado Comum Europeu deve ser imitado. Veja-se o Mercado Latino-Americano. E lembrem-se os consórcios multinacionais.

6 – As novas formas de mercado eqüitativo só poderão surgir e manter-se na medida em que os parlamentares dos países se disponham a fortalecer-las, pregando a compreensão e a integração.

7 – O Brasil tomou a deliberação de suspender o pagamento dos juros de sua dívida externa como remédio externo, já que, de outra forma, resgataria dívidas externas com a fome e o desemprego de seu povo.

Essa realidade deve ser proclamada e entendida.

DISCURSO DO DEPUTADO PAES DE ANDRADE

Sr. Presidente

Srs. Delegados

Saudamos, como Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, nossos irmãos da Nicarágua que nos recebem com o carinho e o calor desta terra de tão rica história na vida das Américas.

Apesar dos tropeços na luta pela libertação do seu povo, marcada em primeiro passo como país independente em 1838, a generosa pátria que nos abriga dá um permanente exemplo de convivência pacífica.

Dizemos aqui, certos de que é o pensamento unitário das Américas, que somos felizes porque perseveramos na luta pela paz e pela auto-determinação dos povos.

Já não repetimos como Guglielmo Ferrero que somos uma civilização que sabe fazer a guerra, mas que não sabe fazer a paz.

Saberemos construir a Paz com o nosso espírito de fraternidade e de amizade, até porque a amizade é a mais alta expressão da fraternidade.

Auguramos uma nova ordem social, econômica e política que assegure a igualdade das nações, grandes ou pequenas, ricas ou pobres.

Essa fraternidade é o laço sagrado que nos une nas Américas de tantos heróis e de tantas lendas na luta pela libertação dos nossos povos.

Por isso, Sr. Presidente, somos uma comunidade caracterizada pelo respeito aos direitos humanos e à livre determinação dos povos, ou seja, a autodeterminação das nações como reflexo do espírito de liberdade, de igualdade e de fraternidade que plantou raízes na gloriosa terra francesa e que aqui frutificou na vigilância contra a prevalência da força, e no respeito à lei.

E também por isto, somos os que erguem o altar da Paz, como símbolo do futuro e reclama-

mos para nossos povos o direito de viver em liberdade. Condenamos as intervenções em nossos territórios. Defendemos o direito de escolher o sistema de governo que melhor nos convenha, a política econômica ajustada aos nossos interesses e as portas abertas a todas as nações do mundo, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Nossa efetiva independência política passa pela independência econômica dos nossos países e se vincula, indissoluvelmente, à solução política para a questão da dívida externa e a formação de uma efetiva comunidade econômica continental que possa, fortalecida, tratar com os países ricos em pé de igualdade.

Sr. Presidente, Srs. Delegados,

Não queremos continuar como meros fornecedores de matéria-prima, sustentando com nossa pobreza o luxo das nações ricas do mundo.

A paz que aspiramos não é apenas a do silêncio das armas, mas da construção da nossa própria felicidade.

O Brasil tem uma tradição pacifista. É em nome dessa tradição que estamos sempre a pleitear o fim de todas as guerras.

Somos contra a loucura de alimentar a máquina da guerra e da morte com os recursos roubados às necessidades de alimentação, saúde e educação das populações carentes do mundo. Somos contra a corrida armamentista. Não aceitamos a arrogância dos que chegam a proclamar que a paz deve ser construída com base na força.

A União Interparlamentar deve ser um instrumento eficaz para a preservação da paz e da vida em nosso planeta – identificando os focos de onde emanam o perigo militar – para melhor combatê-lo e detê-lo.

A paz, para nós, é um valor prioritário e indivisível. Ela interessa a tudo e a todos, assim como a guerra, especialmente a guerra nuclear, atinge a tudo e a todos.

Devem cessar, por um acordo entre os povos, as iniquidades que se constituem em sementes do ódio internacional.

Não haverá paz enquanto houver países ocupados ou ameaçados de serem ocupados por tropas estrangeiras a qualquer pretexto. Não haverá paz, enquanto predominarem medidas ilegítimas dividindo e mutilando a unidade territorial de nações tradicionalmente soberanas.

O Parlamento brasileiro, Sr. Presidente, como a própria história do meu País, tem o compromisso inalterável com a paz entre as nações. Por isso mesmo, mais uma vez, em fórum internacional, reclamamos a paz para a América Central, para o Oriente Médio, para o Extremo Oriente, até porque da vida destes povos depende a paz mundial.

Por outro lado, entendemos que é na raiz do endividamento externo que se situa, hoje, a grande ameaça à paz, detectada nas zonas pré-conflagradas pelos cobradores de juros, extorsivos e imorais. Os que hoje nos cobram seus interesses com as máquinas de computar de seus fiscais, amanhã quando estivermos esgotados, passarão a cobrá-las com as suas máquinas de matar.

Sr. Presidente, as crises da América Central e da América Latina em geral, as crises nos países africanos, as crises no Sudeste Asiático – todas elas típicas de um estado de guerra internacional

mais ou menos latente, tem sua origem comum no endividamento externo.

Não exageremos ao voltar a afirmar nesta conferência que a maioria das dívidas do Terceiro Mundo se tornou, hoje irresgatável. Os povos ricos estão, assim, chamados a uma reflexão, para que revejam os seus empréstimos fundados sobre taxas de juros insuportáveis, sob pena de se instalar uma onda de denúncias unilaterais dos devedores insolventes.

Sr. Presidente, Srs. Delegados,

Estas dívidas quase sempre foram previamente resgatadas com o sangue, suor e as lágrimas de seus povos.

Nas nações endividadadas pode faltar tudo: teto, emprego, saúde e educação. Só não pode faltar o dinheiro pontual das amortizações. Os banqueiros controlam a importação e exportação, os bens de capital e de produção dos devedores. As nações endividadas, aí estão espoliadas, dependentes, com a própria soberania mutilada.

As dívidas externas, de um modo geral, são contratadas no silêncio dos gabinetes dos tecnocratas do Estado, e não no debate aberto dos Parlamentos, com a participação do povo através dos seus representantes.

Parece urgente que este Congresso recomende aos governos a necessidade de submeter aos seus órgãos do Poder Legislativo os projetos de tomada de capital. Só assim essas operações se tornarão legítimas, e só assim os povos interessados poderão responder por elas e por suas condições.

Sr. Presidente, Srs. Delegados, nós, das Américas, que expulsamos invasores, que domesticamos colonizadores, que dominamos despotas, reafirmamos, diante do mundo civilizado: não desfaleceremos na luta dura e áspera que sustentamos na defesa dos direitos humanos, da liberdade, da autodeterminação dos povos, da resistência às intervenções que ferem e agride a independência das Nações.

Estamos na Nicarágua, o doce e ardente País do cacique Nicarau, o País de Sandino e Rubem Dario, foi um dos primeiros da América a madrugar nessa luta pela paz, pela justiça, pela independência e pela liberdade.

A América inteira ouviu, desde a solidão de sua ilha no Lago de Granada, o clamor do poeta maior, de vosso Ernesto Cardenal, marcando a ferro e fogo, com a chama de sua palavra, que lembra os profetas do Velho Testamento, a iniquidade nacional e internacional dos tiranos que roubaram os vivos, vilipendiaram os mortos, em nosso Continente e em todo o Terceiro Mundo.

E porque ouvimos estas denúncias, este brado de rebelião partido da Nicarágua para toda a América, estamos certos de poder anunciar, como nos versos de um dos salmos do poeta profeta, Ernesto Cardenal, nossa esperança de hoje e de amanhã:

"meus hinos ressoarão em meio de um grande povo
Os pobres terão um banquete
Nosso povo celebrará uma grande festa
O povo jovem que vai nascer"

Sr. Presidente, Srs. delegados, este povo anunciado pelo poeta já começou a nascer. Está aqui,

na Nicarárua de Sandino, de Ernesto Cardenal, de Ruben Dario.

Estará amanhã em todos os quadrantes do mundo.

ATO DA MESA N° 17/87

Disciplina as despesas de correspondência para os Membros Suplentes da Mesa.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art 1º Os Membros Suplentes da Mesa terão direito a um crédito postal-telegráfico, mensal, de até 1.000 cartas de porte simples e 250 telegramas com até 30 palavras.

Art. 2º A expedição de correspondência que exceda limites estabelecidos no artigo anterior, dependerá de prévia autorização do Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte.

Art 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 1987.

– Ulysses Guimarães. – Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ATO DA MESA N° 18/87

Estende aos Membros Suplentes da Mesa, dispositivos do Ato da Mesa nº 3, de 6 de abril de 1987.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art 1º Aplica-se aos Membros Suplentes da Mesa o disposto no Ato da Mesa nº 3, de 6 de abril de 1987.

Art 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 1987. – Ulysses Guimarães. – Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Resoluções Adotadas Pela 77ª Conferência Interparlamentar, Realizada em Manágua, de 27 de Abril A 2 de Maio de 1987

Contribuição dos parlamentos à campanha mundial pela realização de uma conferência de paz sobre o Oriente Médio, pela aplicação, das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Líbano e pelo apoio aos esforços internacionais visando à cessação da guerra Irã-Iraque e de suas consequências sobre a paz na região, na bacia do Mediterrâneo e no Mundo.

Resolução Adotada Por 832 Votos Contra 46 e 79 abstenções(*)

A 77ª Conferência Interparlamentar, lembrando todas as resoluções e declarações adotadas e todos os esforços desenvolvidos pela União Interparlamentar, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo secretário-geral das Nações Unidas, quanto à situação do Oriente Mé-

dio em geral, e quanto ao Líbano, a questão palestina e a guerra Irã-Iraque em particular,

baseando-se no compromisso dos Estados signatários da Carta das Nações Unidas de resolverem seus conflitos por meios pacíficos, de modo que a paz e a segurança internacionais não seja colocadas em perigo, e, em suas relações com outros países, evitarem recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado,

gravemente preocupada com a tensão reinante no Oriente Médio, desde há cerca de 40 anos, com a persistência da ocupação de territórios árabes por Israel e com a recusa deste país em reconhecer os direitos inalienáveis do povo árabe da Palestina,

reconhecendo o direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, à paz e à segurança, assim como os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, à independência nacional e à criação de seu próprio Estado independente e soberano,

destacando que a persistência do conflito árabe-israelense, no Oriente Médio, compromete as perspectivas de paz e a estabilidade da região e do Mundo inteiro,

convencida de que só os esforços conjuntos, com a participação de todas as partes interessadas, inclusive a Organização de Libertação da Palestina e Israel, que devem aceitar reconhecer mutuamente sua existência, permitirão chegar a uma solução global, justa e duradoura para o problema do Oriente Médio,

constatando a persistência dos obstáculos que impediram, até agora, a convocação de uma Conferência Internacional da Paz sobre o Oriente Médio, como solicitado pela Assembléia-Geral,

sablinhando sua convicção de que a convocação da Conferência constituirá uma contribuição importante da Organização das Nações Unidas na busca de uma solução justa para a questão do Oriente Médio,

exprimindo a profunda preocupação que lhe inspiram o recrudescimento da tensão no sul do Líbano, a continuada presença militar de Israel na região e os obstáculos criados por este último para impedir as forças das Nações Unidas de cumprirem o mandato que lhes foi confiado pelo Conselho de Segurança,

declarando-se firmemente em favor da unidade, da integridade territorial, da soberania e da independência do Líbano no interior de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas,

destacando a urgência e a importância das medidas a tomar para permitir que a FINUL cumpra, em toda segurança e com eficácia, o mandato que lhe foi outorgado pelas Resoluções nºs 425, 426 (1978) e 587 (1986) do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

exprimindo sua profunda inquietude em face do recente recrudescimento da violência exercida no Líbano contra a população civil, no interior e nos arredores dos campos de refugiados palestinos,

exortando todas as partes interessadas a darem prova de moderação para colocar um termo a esta violência, a trabalharem no sentido de aliviar os sofrimentos da população civil e a facilitarem a ação humanitária da Agência de Socorros e de Trabalhos das Nações Unidas pelos Refugia-

dos da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) e dos diversos organismos de socorro,

deplorando a tomada de reféns por grupos que operam no Líbano e em outros lugares,

gravemente preocupada com a persistência das operações militares conduzidas na bacia do Mediterrâneo e com a ameaça que representam para a paz e a segurança nesta região,

reconhecendo que é importante garantir a paz, a segurança e a cooperação na bacia do Mediterrâneo,

lembrando as resoluções adotadas por ocasião das conferências interparlamentares precedentes, em particular a 75ª Conferência, sobre a guerra Irã-Iraque, apoiando com firmeza um cessar-fogo imediato, a cessação de todas as hostilidades e o recuo de todas as forças que avancem para além das fronteiras internacionalmente reconhecidas, como primeiro passo na direção da solução do conflito por meios pacíficos, conforme os princípios da justiça e do direito internacional,

apoando fortemente os esforços empreendidos pelas Nações Unidas, pelo Movimento dos Países Não-Alinhados e pela Organização da Conferência Islâmica (OCI) em sua busca de um acordo pacífico, global e justo para o conflito Irã-Iraque, através de arbitragem ou de qualquer outro meio de resolver pacificamente o conflito, com base nas resoluções e declarações do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nas resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas e da OCI, assim como nos esforços e propostas do secretário-geral das Nações Unidas,

exprimindo sua profunda preocupação em face da persistência do conflito entre os dois países, que já causou pesadas perdas de vidas humanas e prejuízos materiais consideráveis, além de colocar em perigo a paz mundial e a segurança internacional,

declarando-se profundamente preocupada com o fato de que, de algum tempo para cá, a população civil dos dois países sofre mais diretamente as consequências da guerra do que, no passado, em razão do bombardeio das cidades,

deplorando as violações do direito humanitário internacional aplicável em caso de conflito armado e exortando as partes beligerantes a observarem e aplicarem estritamente as disposições daquele direito, em particular, as do Protocolo de Genebra de 1925 e das Convenções de Genebra de 1949,

notando com preocupação que, malgrado todos os esforços empreendidos, desde a eclosão do conflito armado entre Irã e Iraque, pelas organizações internacionais e por alguns países, os combates sangrentos ainda não cessaram e os beligerantes ainda não entabularam negociações de paz no sentido de resolver o conflito,

reiterando a importância do papel e da contribuição dos parlamentos e dos parlamentares no estabelecimento de um clima de confiança e compreensão,

A. No que concerne à convocação de uma conferência sobre o Oriente Médio

A 77ª Conferência Interparlamentar

1 – convida os parlamentos e os governos de todos os países a envidarem todos os esforços no sentido de tomar possível a convocação, dentro do mais breve prazo, de uma Conferência Internacional da Paz sobre o Oriente Médio, sob os

auspícios das Nações Unidas, com a participação de todas as partes interessadas, inclusive Israel, Jordânia, Síria, Egito, Organização de Libertação da Palestina, União Soviética, Estados Unidos da América e os outros membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

2 – apoia o apelo lançado pela Assembléia Geral das Nações Unidas na Resolução nº 41/43 D, em favor da convocação imediata de uma Conferência Internacional da Paz relativa ao Oriente Médio e subscreve o apelo preconizando a instituição de um Comitê Preparatório sob os auspícios do Conselho de Segurança, com a participação de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, encarregado de tomar as providências necessárias à convocação de tal conferência;

3 – reafirma sua convicção de que qualquer solução justa e global do conflito do Oriente Médio deve incluir a retirada total e incondicional, por parte de Israel, dos territórios árabes ocupados desde 1967, a garantia dos direitos inalienáveis do povo árabe da Palestina, inclusive seu direito à autodeterminação e à criação de seu próprio Estado e a garantia de uma existência de paz e segurança, assim como de um desenvolvimento independente para todos os Estados e povos da região, inclusive Israel;

4 – exorta os parlamentos e os governos a contribuírem concretamente para o desfazimento do conflito no Oriente Médio, trabalhando em favor de rápida instituição do Comitê Preparatório, pois isso permitiria progredir no caminho da eliminação do perigoso clima de tensão reinante no Oriente Médio;

5 – pede ao Conselho Interparlamentar que forme um comitê parlamentar de apoio, encarregado de participar ativamente na campanha mundial pela realização de uma Conferência Internacional da Paz relativa ao Oriente Médio e pelo êxito da mesma, assim como de acompanhar-lhe a evolução.

B – No que concerne ao Líbano e à aplicação das decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas a este país.

A 77ª Conferência Interparlamentar

6 – exige novamente que Israel retire de imediato e incondicionalmente suas forças do Líbano e crie condições que permitam à FINUL cumprir sua missão, em conformidade com as Resoluções nºs 425 e 426 (1978), 508 e 509 (1982), 587 (1986) e outras decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

7 – apoia as medidas tomadas pelo secretário-geral das Nações Unidas no intuito de garantir a segurança das tropas da FINUL e a aplicação das decisões do Conselho de Segurança concernentes à movimentação de suas forças até a fronteira Sul do Líbano, internacionalmente reconhecida conforme o acordo de armistício de 1949;

8 – exorta os parlamentos e os governos a utilizarem plenamente seu prestígio e seus recursos para contribuirem na implementação das decisões do Conselho de Segurança sobre o Líbano;

9 – apela a todas as partes interessadas para que ponham fim ao ciclo de violência que se instalou no Líbano e sustentam a ação empreendida pelos organismos internacionais de socorros no sentido de aliviar os sofrimentos da população civil;

10 – convida todos os governos, em condições de exercer uma influência sobre os grupos detentores de reféns, a trabalharem em favor da libertação desses reféns;

11 – apóia o Líbano e seu governo legítimo, nos esforços que envidam para restaurar a segurança, a estabilidade e a unidade nacional sobre o território libanês e pede que sejam respeitadas a soberania e a independência daquele país.

C – No que concerne o apoio aos esforços internacionais visando à cessação da guerra Irã-Iaque.

A 77ª Conferência Interparlamentar

12 – convida o Irã e o Iraque a resolverem seu conflito através da negociação e em cooperação com o secretário-geral das Nações Unidas, no quadro de seus esforços e propostas relativos à Resolução nº 582 (1986) do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

13 – convida todos os outros Estados a se absterem de qualquer ação que possa provocar o prolongamento do conflito e convida, por outro lado, os parlamentos e os governos a incentivarem todos os esforços sinceros e construtivos, inclusive os empreendidos no seio das Nações Unidas, destinados a trazer uma solução pacífica para essa guerra;

14 – reafirma seu apoio aos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas, pelo Movimento dos Não-Alinhados e pela Organização da Conferência Islâmica no sentido de se chegar a um acordo pacífico, global e justo do conflito que opõe Irã e Iraque;

15 – declara inadmissível toda intervenção armada ou outra, sob qualquer pretexto, nos assuntos do Golfo, em violação ao direito internacional;

16 – convida o Irã e o Iraque a cessarem seus ataques contra os navios mercantes no Golfo e a aderirem ao princípio da liberdade de navegação para todos os Estados, inclusive Irã e Iraque;

17 – solicita instantemente à comunidade internacional, e em particular às duas partes beligerantes, agirem em conformidade com as convenções de Genebra de 1949 sobre a proteção dos prisioneiros de guerra e das vítimas da guerra, assim como com o compromisso assumido pelas partes contratantes em 12 de junho de 1984, perante o secretário-geral das Nações Unidas, de não atacarem alvos civis e de aplicarem as disposições do Protocolo de Genebra sobre a utilização de armas químicas;

18 – declara que a transformação da região mediterrânea em zona de paz, de segurança e de cooperação faria grandemente avançar a causa da paz e da segurança no Oriente Médio e exorta os parlamentos e os governos a contribuírem para a realização deste objetivo.

CONTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTOS:

– À instauração de um comércio internacional equitativo em todos os seus aspectos, inclusive quanto aos produtos agrícolas;

– À eliminação das barreiras tarifárias e outras;

– À melhor compreensão do impacto sócio-econômico do protecionismo, principalmente sobre os países em desenvolvimento.

(*) A delegação do Iraque exprimiu reservas quanto ao § 15 do dispositivo.

Resolução adotada por Consenso

A 77ª Conferência Interparlamentar, preocupada com o fato de que a economia mundial permanece em situação precária, caracterizada por desequilíbrios e por baixas taxas de crescimento,

preocupada ainda com o fato de que numerosos países, especialmente os países em desenvolvimento, continuam a enfrentar um ambiente econômico internacional extremamente desfavorável, em particular no que diz respeito à sua participação no comércio internacional,

notando a existência de uma crise nas trocas internacionais, que põe em perigo o comércio mundial dos produtos agrícolas, dos produtos tropicais, das matérias-primas e dos setores da indústria diretamente dependentes desses produtos,

notando além disso a existência de uma crise em outros setores da indústria, em particular nos países em desenvolvimento,

entendendo que as políticas nacionais de apoio e subvenção de um certo número de grandes países industrializados constituem um dos principais fatores desta crise,

reconhecendo a urgência de se reduzirem as subvenções à produção agrícola e à exportação, com vistas a aboli-las por completo, em particular nos casos em que tais subvenções desorganizam os mercados internacionais,

lembrando o conteúdo das resoluções adotadas por organizações do sistema das Nações Unidas, em particular a CNUCED, que constituem precedentes positivos para o comércio internacional,

consciente da crescente erosão do sistema de trocas multilaterais e da escalada do protecionismo, particularmente em certos países industrializados, e da aplicação unilateral de medidas discriminatórias que transgridem as regras e os princípios das relações econômicas internacionais, por exemplo, o caso do Reino Unido em relação às Ilhas Falkland (Malvinas),

tendo em mente as consequências nefastas de uma prolongada instabilidade monetária e financeira sobre a economia mundial e do endividamento de um grande número de países pouco desenvolvidos contratantes do GATT, e considerando os vínculos existentes entre o comércio, a moeda, as finanças e o desenvolvimento,

acolhendo com satisfação a Declaração Ministerial formulada em Punta del Este no mês de setembro de 1986, preconizando o lançamento de negociações comerciais multilaterais (Negociações do Uruguai) e o compromisso tomado unanimemente pelas partes contratantes sobre a paralisação e o desmantelamento das medidas protecionistas,

considerando que a Declaração de Havana, recentemente adotada pelos países do Grupo dos 77, afirma que o reembolso da dívida externa é impossível nas circunstâncias atuais e que tal dívida constitui um fardo intolerável que tem forçado numerosos países em desenvolvimento a adotarem programas econômicos restritivos que têm entravado seu desenvolvimento econômico,

profundamente preocupado com o aumento, por motivos políticos, de medidas coercitivas e discriminatórias que afetam gravemente o sistema

ma de trocas multilaterais e impedem um desenvolvimento mais justo do comércio internacional, notadamente o embargo comercial total aplicado desde o mês de maio de 1985 pelo Governo dos Estados Unidos da América contra a Nicarágua, declarado ilegal pela Corte internacional de Justiça (veredito de 27-6-86) e condenado pela Assembléia Geral das Nações Unidas e por outras instâncias internacionais, tais como a 6ª Reunião Ministerial do Grupo dos 77, recentemente realizada em Havana, notando com profunda satisfação a inclusão, pela primeira vez, do problema dos serviços e da proteção da propriedade intelectual na Declaração de Punta del Este,

1 – Convida os Parlamentos a solicitarem a seus Governos que adotem uma atitude construtiva para resolver os problemas de protecionismo, a fim de facilitar o desenvolvimento normal do comércio no Mundo e de eliminar as dificuldades que surgem nas relações econômicas entre os diversos países e regiões;

2 – acolhe com satisfação a decisão tomada em Punta del Este de incluir pela primeira vez a agricultura nas negociações comerciais multilaterais e exorta os Parlamentos e os Governos dos países que aplicam atualmente tais políticas em matéria de produção e intercâmbio agrícolas a tomarem medidas para:

a) aumentar o acesso dos produtos agrícolas, dos produtos tropicais e das matérias-primas a seus mercados internos através da liberalização de todas as medidas que entram em conflito com o comércio desses produtos, os quais deveriam ser objeto de regras e disciplinas mais eficazes adotadas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio;

b) reduzir, com vistas à sua completa eliminação, as subvenções que prejudiquem a produção, os estoques e as trocas agrícolas;

c) trabalhar na elaboração de um conjunto de regras e disciplinas eficazes que regulem as trocas agrícolas num quadro realmente multilateral;

3 – solicita a adoção de medidas particulares em favor dos países em desenvolvimento e concorrentes, ao mesmo tempo:

– à estabilização de suas receitas de exportação através da implementação de mecanismos inspirados naqueles adotados pela CEE no quadro da Convenção de Lomé;

– ao acesso aos serviços e tecnologias novas pela instauração de medidas que lhes permitam promover e sustentar suas produções neste campo;

4 – convida sistematicamente todos os Governos a adotarem políticas comerciais que contribuam para uma transparência maior do comércio internacional, desmantelando as barreiras protecionistas, discriminatórias e restritivas, e que permitam aos países em desenvolvimento aumentarem suas receitas de exportação, condição necessária para assegurarem seu desenvolvimento econômico e enfrentarem seus enormes compromissos financeiros;

5 – convida os Parlamentos e os Governos a envidarem novos esforços no sentido de efetivamente implementarem os princípios da Declaração Ministerial sobre as Negociações do Uruguai, concorrentes ao tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento;

6 – exorta ainda os Parlamentos de todos os países interessados a insistirem junto a seus respectivos Governos para que se conformem estritamente ao compromisso relativo ao **status quo** e ao desmantelamento, e assegurem um funcionamento eficaz dos mecanismos de vigilância multilateral previstos na Declaração de Punta del Este, adotada pelas Partes Contratantes do GATT;

7 – chama os países desenvolvidos a renovarem os compromissos tomados anteriormente no que diz respeito ao Sistema Generalizado de Preferências;

8 – ressalta que é particularmente importante impedir que certos países desenvolvidos fujam ao exame do problema do protecionismo e do ajustamento estrutural no seio da CNUCED;

9 – reitera que todos os Parlamentos e todos os Governos deveriam dar uma atenção toda especial à exigência legítima dos países em desenvolvimento, relativa à busca de uma solução equitativa para o problema da dívida externa;

10 – ratifica o princípio segundo o qual nenhum Estado pode aplicar medidas econômicas coercitivas contra outro Estado, nem encorajar a aplicação das mesmas, condena o embargo comercial total imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América à Nicarágua e pede instantaneamente a este Governo que levante o embargo no mais breve prazo, respeitando, assim, os princípios e as regras do direito internacional;

11 – convida sistematicamente os Parlamentares das grandes potências econômicas a incentivarem seus Governos a que tomem as medidas que fazem necessárias para favorecer a instauração de um sistema monetário estável e previsível, ou seja, sem flutuações bruscas e rápidas do curso de suas moedas;

12 – pede também aos Parlamentares dos países em desenvolvimento que intervenham junto a seus Governos, no sentido de promoverem o intercâmbio comercial entre os mesmos países:

13 – chama os Parlamentos e os Governos dos países em desenvolvimento: a) a lançarem programas nacionais de desenvolvimento e a utilizarem todos os meios possíveis para intensificar uma cooperação visando ao desenvolvimento econômico e social; b) a apoiarem a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social conjunta e o estabelecimento de uma cooperação Sul-Sul;

14 – pede ainda encarecidamente aos Parlamentares das grandes potências econômicas que lancem um apelo a seus Governos para que tomem a iniciativa, engajando-se resolutamente no sentido das presentes recomendações por ocasião da Reunião Ministerial da OCDE, a realizar-se em maio de 1987, da Reunião de Cúpula Econômica de Veneza, em junho de 1987, da VII Sessão da CNUCED prevista para julho de 1987 e das negociações multilaterais em curso no GATT.

CONTRIBUIÇÃO DOS PARLAMENTOS À REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

Resolução adotada por consenso (*)

A 77ª Conferência Interparlamentar profundamente preocupada com a grave deterioração da situação na América Central, caracterizada fundamentalmente por uma escalada dos

conflictos e um estancamento das relações diplomáticas, notando a persistência de atitudes e situações que dificultam a conclusão de um acordo geral que permita pôr fim ao clima de hostilidade, à corrida armamentista, à ingerência estrangeira e à política de força, tendo em conta o fato de que a crise centro-americana é essencialmente política e tem, ainda, raízes econômicas e sociais profundas que devem ser eliminadas, considerando a urgente necessidade de promover relações pacíficas fundadas no respeito e na aplicação das normas do direito internacional e dos princípios consagrados pela Carta das Nações Unidas, convencida de que a solução para a crise centro-americana deve ser política e não poderá ser obtida através da força, e que os esforços diplomáticos do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio representam a opção latino-americana e constituem o melhor meio de se chegar a um acordo pacífico e negociado para o problema da América Central, persuadida de que é urgente e necessário reativar o processo de negociação promovido pelo Grupo de Contadora, que deve conduzir o mais rapidamente possível à assinatura da Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central, como o melhor meio de garantir um acordo político global conducente à instauração de relações respeitosas, pacíficas e produtivas entre todos os países da região, sublinhando que todos os países da América Central têm o direito de viver em paz e segurança, sem ingerência nem intervenção estrangeiras, profundamente preocupada com o fato de que a Nicarágua continua sendo objeto de uma política de agressão ilegal, em que as pressões diplomáticas, políticas e econômicas, juntamente com as ações militares, afetam a soberania e a dignidade nacionais e violam as obrigações impostas pelo direito internacional, decidida a apoiar toda solução pacífica e negociada a níveis regional e internacional e a promover o respeito ao direito internacional, aos direitos humanos, à justiça social e ao desenvolvimento econômico, assim como às liberdades fundamentais, convencida de que esta solução pacífica deve fundar-se nos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Declaração Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assim como nos objetivos do Grupo de Contadora, tal como aprovados pelos Presidentes dos Estados Centro-Americanos, convencida igualmente de que o respeito ao direito humanitário internacional, em particular as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977, constitui uma contribuição importante na busca da paz na América Central, apoiando as bases permanentes para a paz na América Central definidas pelos Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio na mensagem de Caraballeda pela paz, segurança e democracia na América Central,

considerando que a Conferência dos Chefes de Estado dos cinco países da América Central, convocada para o mês de junho em Esquipulas (Guatemala), pode contribuir para se reencetarem as negociações e se levá-las a bom termo, conforme o plano de Contadora, reconhecendo os progressos que alcançaram, no sentido da paz para a América Central, a Reunião de Caraballeda, a Reunião de Esquipulas, a proposta do Presidente da Guatemala de criação de um Parlamento Centro-American, a apresentação pelo Grupo de Contadora de um projeto revisado de Ata Final de Contadora aos Estados da América Central, a missão efetuada nos cinco países da América Central pelos Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, juntamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Secretário da Organização dos Estados Americanos, e a Declaração Conjunta de Princípios da Conferência Ministerial da Guatemala sobre o diálogo político e a cooperação econômica entre, de um lado, os países da Comunidade Européia e seus Estados membros, e de outra parte os países da América Central e do Grupo de Contadora, consciente de que a paz é condição indispensável para superar-se a crise centro-americana agravada pela corrida armamentista, pelos incidentes de fronteira, pelo tráfico de armamentos, pela presença de conselheiros militares estrangeiros, pela existência de bases, escolas e instalações militares e outras formas de presença militar estrangeira, assim como pela utilização, por parte de forças irregulares, do território de certos países da região, consciente de que os diferentes esboços da Ata de Contadora pela Paz e Cooperação na América Central, inclusive a mais recente, datada de junho de 1986, afirmam que os países centro-americanos devem adotar medidas que assegurem a plena participação de todos os partidos políticos nos processos eleitorais e garantam o respeito aos direitos humanos em seu conjunto, notadamente o direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, à liberdade de reunião e associação,

1 – reafirma sua convicção de que é necessário gerar um clima de confiança mútua próprio a restabelecer o espírito de negociação e a traduzir a vontade política de aderir efetivamente aos prin-

cípios que ditam a busca de uma solução latino-americana para o conflito, a não ingerência nos negócios internos dos Estados, autodeterminação, a integridade territorial, a democracia pluralista, a rejeição ao uso da força e o respeito aos direitos humanos, a fim de se alcançar o objetivo final, ou seja, a assinatura e o cumprimento da Ata de Contadora para a Paz e a Cooperação na América Central;

2 – exprime sua simpatia e solidariedade aos esforços desenvolvidos pelo Grupo de Contadora e seu Grupo de Apoio no sentido de instaurar a paz na região centro-americana;

3 – chama a atenção sobre a urgente necessidade de retomar elevar a bom termo as negociações visando à assinatura da Ata de Contadora pela Paz e Cooperação na América Central;

4 – convida os Estados que tenham laços e interesses na região a favorecerem um acordo de paz;

5 – insta energicamente a que se ponha fim ao suporte externo às forças irregulares e aos movimentos insurrecionais que operam na região;

6 – pede instantemente o cessar de toda aquisição de armamentos, a suspensão das manobras militares internacionais e a redução progressiva, até a completa supressão, da presença de assessores militares estrangeiros e de instalações militares estrangeiras;

7 – solicita a implementação de um pacto de não agressão por declaração unilateral de cada um dos cinco países da América Central;

8 – recomenda a adoção de medidas tendentes a promover uma reconciliação nacional, garantindo o respeito total às liberdades individuais e aos direitos humanos;

9 – lança um apelo urgente ao Governo dos Estados Unidos para que, em nome da paz, acate a decisão da Corte Internacional de Justiça de Haia, de 27-6-86, no que concerne às atividades militares e paramilitares desenvolvidas na Nicarágua e contra ela, atividades que devem cessar porque violam obrigações jurídicas;

10 – incentiva a promoção da cooperação regional e internacional, de modo a atenuar a gravidade dos problemas econômicos e sociais que atingem a região centro-americana; a este respeito, impõe-se uma ajuda global ao desenvolvimento em favor dos países em questão;

11 – apóia todas as iniciativas parlamentares tendentes a contribuir para o estabelecimento da paz e da integração regional, dando suporte ao projeto de Parlamento Centro-Americano como um foro que contribuirá para o estudo e a solução dos problemas da região e unirá os países da região numa cooperação mais estreita e eficaz;

12 – acolhe com beneplácito a próxima reunião de cúpula centro-americana, a realizar-se na cidade de Esquipulas (Guatemala), que constitui uma iniciativa feliz e um passo avante na busca de uma solução pacífica para a crise centro-americana e no estabelecimento de um clima favorável à cooperação e à compreensão entre as partes interessadas;

13 – lembra que todos os povos da América Central têm o direito de viver num clima de paz, de cooperação, de segurança e de democracia, conforme os princípios orientadores do processo de Contadora, e que todos os países que mantêm relações com a região e aí possuem interesses têm o dever de trazer sua plena colaboração à realização de tais objetivos;

14 – reafirma seu apoio à ação pacificadora do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, que constitui uma iniciativa latino-americana autêntica no sentido de resolver os problemas da América Central por meios pacíficos, convida as partes em questão a redobrarem os esforços para levar a bom termo as negociações e exorta os Estados que têm interesses na região a se juntarem a elas;

15 – pede insistente aos Governos dos Estados Unidos e da Nicarágua que entabulem negociações bilaterais a fim de tratarem das preocupações concernentes à segurança de ambos os países;

16 – apela aos Governos e aos Parlamentos da América Latina e do mundo para que apóiem a retomada imediata do diálogo político e a reativação do processo de negociação, que constituem os únicos meios viáveis de se instaurar a paz a que aspiram os povos da América Central.

*Reservas da Delegação dos Estados Unidos da América sobre o 8º parágrafo do preâmbulo e o § 9º do dispositivo.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 75

QUINTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 80ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 10 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do expediente

OFÍCIO

Nº 202/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Hugo Napoleão para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

IV - Pequeno Expediente

SÓLON BORGES DOS REIS - Inconveniência da utilização de modelos estrangeiros na elaboração da nova Carta Magna, em vez de pautá-la pela realidade nacional.

IRMA PASSONI - Apresentação às Comissões Temáticas de propostas tendentes ao prejuízo político, econômico e cultural do País. Impropriedade da estrutura conservadora dos cartórios e da existência de cartórios particulares.

DOMINGOS LEONELLI - Apoio à posição do Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, no que concerne à fixação do prazo do mandato presidencial. Protesto do orador ante indefinição de membros do Partido com relação a matérias de caráter essencial.

CARDOSO ALVES - Contestação a ponto de vista expedito pelo Constituinte Domingos Leonelli no sentido de maniqueísmo político.

AMAURY MÜLLER - Questão de ordem sobre descumprimento do Regimento Interno pela concessão da palavra ao Constituinte Cardoso Alves.

DOMINGOS LEONELLI - Questão de ordem com base no art. 93, item VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

CARDOSO ALVES (Explicação Pessoal) - Defesa ante acusações na questão de ordem do Constituinte Domingos Leonelli.

TITO COSTA - Trabalho de autoria do poeta Paulo Bonfim, da Academia Paulista de Letras: "Paulistas do Brasil".

UBIRATAN AGUIAR - Revolta dos agricultores e pecuaristas cearenses ante critério adotado pelo Banco Central com referência à aplicação da correção monetária.

THEODORO MENDES - Impacto da crise econômica sobre o setor produtivo do País. Necessidade de atualização **pro rata temporis** do valor de empréstimos contraídos com o BNDES.

SAMIR ACHÔA - Caráter antidemocrático do atual Governo e atitude de omissão da direção do Partidário do PMDB. Crítica à administração da Petrobrás.

ONOFRE CORRÊA - Permanência da administração da aviação civil vinculada ao Ministério da Aeronáutica. Voto de louvor a esse Ministério, pela eficiência de seu funcionamento.

IVO VANDERLINDE - Descumprimento pelos bancos de resoluções do Banco Central quanto à aplicação de correção monetária aos pagamentos de financiamentos a agricultores. Notícia publicada pelo jornal "Tempo de Pesca" a propósito da operação de barcos pesqueiros do Brasil nas águas sob o domínio de Marrocos.

LUIZ MARQUES - Frustração decorrente da visita dos Ministros da Irrigação, do Interior, da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e do Presidente do Banco Central a cidades da Paraíba, pela falta de anúncio de medidas objetivas que atendam à situação de calamidade por que passam os rurícolas da região. Memorial recebido pelo orador da Associação de Criadores do Ceará e da Associação Cearense de Criadores de Gado Holandês, com sugestões para solução do quadro de crise no Nordeste.

CÉSAR CALS NETO - Crítica ao programa, anunciado pelo Governo, de socorro às micro e pequenas empresas. Causas da atual recessão.

NELSON AGUIAR - Perspectiva de greve dos trabalhadores portuários, em virtude do não cumprimento de acordos firmados, em nome do Governo, pelo ex-Ministro Marco Ma-

ciel. Preocupação do orador com atitudes adotadas por Parlamentares do PMDB em prejuízo da imagem do partido ante o povo brasileiro.

VIVALDO BARBOSA – Desânimo trazido pelo anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica no que concerne à reforma agrária, à estrutura fundiária e à política agrícola.

AGASSIZ ALMEIDA – Necessidade da instalação em Campina Grande, Estado da Paraíba, de Instituto de Defesa Fitossanitária pelo Ministério da Agricultura.

AMAURY MÜLLER – Proposta apresentada pelo orador à Comissão da Ordem Social no que concerne ao Plano Nacional de Saúde.

RUBERVAL PILOTTO – Apelo de sindicatos subordinados à jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Tubarão, Estado de Santa Catarina, no sentido da não-extinção dos cargos de juízes classistas.

CARLOS VINAGRE – Exclusão do Estado do Pará da possibilidade de ocupação de um Ministério, com a indicação do ex-Senador Marcos Freire para o Mirad. Intervenção determinada pelo Banco Central no Banco do Estado do Pará e telex de protesto enviado pelo Governador Hélio Gueiros ao Presidente da República.

GEOVANI BORGES – Sugestão de norma constitucional concernente à distribuição pela União do produto da arrecadação do imposto de Renda e do Imposto Sobre Proventos, visando a melhor aquinhantamento de Estados e Municípios.

KOYU IHA – Necessidade de posicionamento do PMDB ante a crise nacional.

CUNHA BUENO – Dia de Portugal.

JUTAHY MAGALHÃES – Exame do Ante-projeto da Comissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais no que concerne às atribuições específicas do Senado em matéria de relações internacionais.

NILSON GIBSON – Agravamento dos problemas do Nordeste em virtude do racionamento de energia elétrica.

JORGE ARBAGE – Quebra de unidade de partidos políticos em razão de divergências quanto ao prazo do mandato presidencial. Criação de frente ampla nas áreas econômica e política, visando à elaboração de plano econômico.

LÚCIO ALCÂNTARA – Frustração ante falta de resposta para a situação do Nordeste em visita de Ministros de Estado àquela região. Apelo ao Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, no sentido da dispensa de pagamento ao Incra, pelos proprietários rurais em situação difícil, do Imposto Territorial Rural.

ASSIS CANUTO – Previsão de polêmica na votação do relatório da Comissão da Ordem Econômica à Comissão de Sistematização, em virtude de idéias contraditórias.

FRANCISCO AMARAL – Emenda apresentada pelo orador visando à prorrogação, por um ano, dos mandatos municipais.

VINÍCIOS CANSANÇAO – Importância da agropecuária na economia brasileira. Drama vivido pelos agropecuaristas, comerciantes, industriais e proprietários de micro e médias empresas no Estado de Alagoas. Solicitação da Associação dos Servidores da Embrater/Alagoas no sentido da revogação de resoluções do Banco Central concernentes à aplicação de correção monetária ao crédito rural para investimento.

FÉRES NADER – Situação deficitária da Petrobrás. Criação da subsidiária Petrobrás – Overseas, com sede em Londres.

JUAREZ ANTUNES – Campanha movida pela TV Sul-Fluminense contra o Governo municipal do PDT em Volta Redonda.

MICHEL TEMER – Dia de Portugal.

NILSON SOUZA – Interferência do Presidente da República na Assembléia Nacional Constituinte e intenção de criação de um bloco conservador e reacionário. Votação, por membros do PMDB, contra teses e programas defendidos pelo partido.

HORÁCIO FERRAZ – Solicitação de providências ao Ministério das Minas e Energia, à CHESF e ao Governo do Estado de Pernambuco em favor das populações que serão afetadas pelo próximo funcionamento da hidrelétrica de Itaparica.

ARTENIR WERNER – Necessidade de viabilização das medidas ordenadas pelo Presidente da República com a finalidade de evitar a falência de empresas de pequeno porte.

DIONÍSIO HAGE – Pronunciamento do Deputado Estadual Raimundo Santos, em sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a propósito da situação das micro e pequenas empresas.

NOEL DE CARVALHO – Descaso do Governo municipal com relação ao ensino no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

PAULO PAIM – Conjunto de emendas apresentadas pelo orador ao Substitutivo da Comissão da Ordem Social.

PAULINO GUSHIKEN – Compra de apólices do Tesouro Municipal de São Paulo pela Corretora Banespá.

CHICO HUMBERTO – Sugestão de cadastramento de bibliotecas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de programa de incentivo à formação de bibliotecas. Convite aos Constituintes para reunião em Araxá, Estado de Minas Gerais, com representantes dos municípios que compõem o Estado do Triângulo.

ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME (Retirado pelo orador para revisão.) – Petição do Governador do Estado de São Paulo ao

Supremo Tribunal Federal sobre aplicação da lei que instituiu o gatilho salarial.

MANOEL MOREIRA – Linha especial de refinanciamento de dívidas contraídas pelas micro, pequenas e médias empresas e congelamento temporário dos lucros das instituições financeiras como medida preventiva para aumentar a capitalização e a capacidade operacional do sistema financeiro.

V – Comunicações das Lideranças

DAVI ALVES SILVA – Reapresentação, pelo orador, à Comissão da Ordem Econômica de emenda que visa a destinar parte da renda do Sistema Financeiro de Habitação à habitação rural, como medida de apoio à implantação da reforma agrária.

DORETO CAMPANARI – Requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias dos jornais **Folha da Imprensa** e **Folha de S. Paulo** a respeito de envolvimento de médicos do INPS no desvio de pacientes para clínicas e hospitais particulares e para apurar aplicação de recursos encaminhados a órgãos da Previdência Social.

ROBERTO JEFFERSON – Responsabilidade do Governo pelo quadro de crise econômico-financeira no País.

BRANDÃO MONTEIRO – Solicitação à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte no sentido do envio para o plenário do Projeto de Decisão nº 3, que prevê a prestação de auxílio às microempresas e aos pequenos produtores rurais.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Medidas emergenciais apresentadas pelo Governo como definitivas para solucionar o problema das médias e pequenas empresas.

EDUARDO BONFIM – Reunião de lideranças partidárias com a finalidade de deflagrar campanha nacional pelas eleições diretas em 1988. Insatisfação do povo brasileiro com o Governo Sarney.

ÁTILA LIRA – Gravidade da situação por que passam o microempresário e o pequeno produtor rural. Término da greve de professores no Estado do Piauí. Apelo ao Supremo Tribunal Federal no sentido de que atente para o julgamento de questões relativas à supressão do gatilho salarial.

ADEMIR ANDRADE – Audiência do orador com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, sobre recebimento do Imposto Sobre Serviço pelo Município de Tucuruí, Estado do Pará. Eleições para a Presidência da República após a promulgação da nova Carta constitucional.

VI – Apresentação de Proposições

Apresenta proposições o Constituinte Nelton Friedrich.

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

JORGE HAGE – Necessidade de visão elevada na elaboração da nova Carta constitucional, em particular no que concerne aos capítulos atinentes à organização do poder, ao sistema de governo e às disposições transitórias.

JOÃO DA MATA – Suspensão dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte para que se trate da crise econômico-financeira e do processo de escolha dos novos ministros da área econômica. Parâmetros para a elaboração de plano econômico.

CARLOS CARDINAL – Posição adotada pelos setores de divulgação do Palácio do Planalto no que concerne à censura. Papel desempenhado junto ao Presidente José Sarney pelo Porta-Voz da Presidência, Getúlio Bittencourt, e o Ouvidor-Geral da República, Fernando César Mesquita. O parlamentarismo como forma de evitar eleições diretas. Crítica a medida adotada pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no sentido da redução da LBC

para renegociações com pequenos empresários. A indenização quanto à reforma agrária como causa de crise para os trabalhadores rurais.

ANNA MARIA RATTES – Questão de ordem sobre esclarecimentos a propósito de mal-entendido provocado por declarações a **O Diário de Petrópolis**.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Anna Maria Rattes.

LUIZ SALOMÃO – Propostas apresentadas pelo PDT, através do orador, à Subcomissão dos Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, sobre o papel do Estado na economia brasileira; a criação de comissão de fiscalização das atividades das empresas estatais; o estabelecimento de fronteira, a nível da iniciativa privada, entre o capital nacional e o multinacional; políticas relativas a pequenas e médias empresas e a todas as formas de associativismo; a defesa dos recursos naturais do País; a democratização de empresas estatais; a institucionalização do processo de

planejamento econômico-social; a questão da reforma agrária. Denúncia, por correspondente estrangeiro, de articulação de Constituintes do PFL, do PDS e do PMDB, promovida pelo Projeto Democracia, patrocinado pela entidade americana **National Endowment for Democracy**.

WILSON CAMPOS – Decepção do povo nordestino ante falta de soluções resultantes da visita de Ministros de Estado, de Constituintes e do Presidente do Banco Central ao Nordeste.

VIII – Encerramento

– Discurso da Constituinte Abigail Feitosa, na sessão da Assembléa Nacional Constituinte de 4-6-87: Sistema único de saúde. Demissão de Secretário do INAMPS. Cargos públicos em troca de apoio a mandato presidencial de 5 anos.

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

Ata da 80ª Sessão, em 10 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; e Fernando Santana, parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Vale – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Muller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio

de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Calos Vinagre – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira

– PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Rauhheitii – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feraz Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fer-

nando Gaspanar – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lira – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Fírmio de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Pores – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiwa – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Taira – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uqued – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genóíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz DB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonó – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutany Junior – PMDB; Jurany Magalhães – PMDB; Koyu Ina – PMDB; Lae Ilegível – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Ilegível Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathie – PMDB; Ilegível da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PTD; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosemann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Neilton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentei – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Re – PMDB; Ralph Bias – PMDB; Ilegível Cândido – PFL; Raquel Ilegível – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Caineiros – PMDB; Renato Jonnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camara – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PCB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Correia – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PTD; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 307 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III EXPEDIENTE**OFÍCIO**

Do Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 202/87-PFL

Brasília, 9 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome do Senador Hugo Napoleão para Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o nobre Constituinte Sólón Borges dos Reis.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não cabem, a esta altura do processo constitucional, comparações entre o que devemos fazer com a nova Constituição e a Constituição em rigor em outros países. A nós não interessa saber quantos artigos tem a Constituição norte-americana nem de quantos dispositivos é constituída a Carta Magna da Bolívia ou da Espanha. O que interessa, pelo que somos responsáveis, não é o número de artigos, não é o caráter sucinto, conciso de uma Constituição sintética nem o pormenor, o detalhe, a disposição excessivamente explícita de uma Constituição chamada analítica. Não temos que imitar. As civilizações que criaram não imitaram. Até que podem ter-se inspirado em outras, como foi o caso da cultura clássica, da cultura grega. Os gregos nunca imitaram, criaram. E, se eles deixaram marca na História é porque a coisa menos grega que se pode fazer é imitar os gregos. Não temos que indagar de quantos artigos se compõe a Constituição bicentenária dos Estados Unidos da América do Norte, mesmo porque cada artigo da Constituição Americana inclui um longo discurso, uma série de períodos e de parágrafos não enumerados, mas que responde por uma dezena de artigos sucintos. Não podemos partir de apriorismos de que a Constituição tem que ser uma norma muito geral, como os Dez Mandamentos, mas temos que prestar atenção nos compromissos assumidos com a opinião pública e nos encargos e responsabilidades que trouxemos para a Assembléia Nacional Constituinte.

A expectativa popular agora abrandada, atenuada, anestesiada ou hibernada pela séria crise econômico-financeira e administrativa que assola o País, esta expectativa dormente vai cobrar amanhã, quando tivermos que oferecer à opinião pública o nosso trabalho, aquelas esperanças que foram semeadas e com as quais o povo tem contado para, a duras penas, sobreviver. Temos que pautar o nosso trabalho, em primeiro lugar, pela realidade nacional, encarando, objetiva e corajosamente, a situação do País em todas as suas implicações políticas, econômicas e sociais. Temos que avaliar as necessidades que afligem a

Nação, o povo do Brasil. E, partindo desta realidade nacional e das necessidades da nossa gente e da nossa terra; vamos ver as possibilidades de mudar. O povo quis uma Assembléia Nacional Constituinte para mudar. Se não for para mudar, não precisa haver Assembléia Nacional Constituinte, vamos ficar com esta carta militar que foi imposta em 17 de outubro de 1969, que é de responsabilidade de terceiros e não nossa. Mas para assumir a responsabilidade de elaborar uma Constituição nova que não traga nada de novo, que seja nova só no papel em que for datilografada, isso não faz sentido, é utopia, não vai ser, naturalmente, a receita para a nossa Constituição, mas ela pode ser o rumo. E através do que seria bom é que vamos ver o que é possível, para não ficarmos marcando passo e repetindo o que está aí, sem acrescentar nada.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar a campainha.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Concluirei logo, Sr. Presidente, agradeço a advertência regimental de V. Ex.^a

Mas a Constituição tem que ser atual. Temos que fazer uma Carta que prime pela qualidade, uma Constituição que se caracterize pela modernidade, uma Constituição que mostre a sua funcionalidade, que venha para funcionar – para não ficar como o programa dos partidos, Partidos que são programáticos, mas que não têm nada de pragmáticos a não ser nas disputas eleitorais e nas tendências internas.

Antes, e acima de tudo, que não fique a nova Constituição na dependência de uma legislação futura, de uma legislação complementar e ordinária, como se a Constituição fosse apenas o princípio. É verdade que ela não é o ponto de chegada; ela é o ponto de partida; ela não é um ídolo para ser adorado, mas um instrumento para mudar este País, para favorecer o desenvolvimento – um desenvolvimento integral em que a população, no plano social, usufrua também, como grande parte usufrui, mas a maior parte não, das benesses do progresso e do desenvolvimento. Assim, creio eu, deve ser a Constituição que estamos elaborando. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Capitaneada por um senador imposto ao povo do Mato Grosso por artes de um sistema eleitoral corrupto, a extrema direita se esforça para manter o Brasil ancorado no século XIX. Expressão acabada do pensamento colonial, arrotando uma erudição que faz ginástica mental para dar alguma respeitabilidade teórica a teses que visam extinguir o Brasil como entidade política, econômica, cultural e independente.

Se dependesse da vontade desse porta-voz das trevas, a nova Constituição restabeleceria a escravidão, privatizaria o Exército, transformaria este País numa espécie de Hong-Kong.

Aliás, propostas com semelhante conteúdo estão sendo apresentadas em todas as Comissões da Constituinte por parlamentares que professam o livre cambismo do século XIX, mas ignoram as barreiras alfandegárias erigidas por grandes

potências econômicas como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão.

Outros preferem chamar a atenção para a corrupção reinante e advertem para o fato de que as multinacionais financiam campanhas milionárias e estão cobrando de seus Constituintes, leis que internacionalizem completamente a nossa economia já tão submetida.

O Governo corrompe abertamente, concede nomeações, favores e outras vantagens em troca de votos dos conservadores. Vivemos um escândalo permanente. Mas registro que ainda restam, neste Parlamento, muitos dos que mantêm sua dignidade de representantes do povo, não sujeitos a nenhuma forma de corrupção.

Hoje, quero referir-me apenas a um exemplo de intransigência conservadora. Falo dos cartórios, instituição medieval que entre nós sobrevive, às vésperas do século XXI, desafiando a lógica e o tempo ou governada pela lógica implacável da ganância de uma classe dominante que insiste em insultar a consciência democrática do Brasil.

Gostaria de deixar aqui registrado um exemplo, porque fui madrinha de um casamento há 15 dias. Além de todo o mercantilismo do cartório, depois de fazer o casamento, a pessoa que representava o Juiz, que não era Juiz coisa alguma, ainda pediu, no final, que desse a ele uma esmola de trinta cruzados, porque talvez não tivesse recebido o suficiente, quando se sabe que as contas diárias de um cartório são altíssimas, são milhões de cruzados por dia. É lamentável e está registrado – assinei como testemunha no cartório de Tabuão da Serra – lamentável como os Cartórios, hoje, agem como verdadeiros depredadores de bens públicos no País.

Sr. Presidente, o absurdo da existência de cartórios particulares é tão evidente, que dificulta a argumentação contra a sobrevivência desta aberração. A coisa é tão escandalosa que eu até gostaria de ouvir a argumentação a favor. Mas aqui não se debate, pratica-se o diálogo de surdos. Este Congresso Constituinte, eleito sob o signo dos conchavos feitos às costas do povo e através da gigantesca fraude chamada Plano Cruzado, prefere trabalhar em surdina.

Os caminhos de transição conservadora hegemonizada pelo PMDB são tão tortuosos que podemos chegar a uma Constituição mais retrógrada do que aquela que foi imposta pelo regime militar. Eis aí a apoteose do PMDB respaldada, escalonada pelo PFL, que também é Governo, que também compõe a Aliança Democrática.

Este tipo de atitude naturalmente tem um preço e significa que as classes dominantes não têm interesse em enfrentar a crise brasileira, preferem continuar "empurrando com a barriga". Não cabe naturalmente a mim me arvorar em conselheira daqueles que sempre mandaram e desmandaram no Brasil. Tenho, no entanto, a obrigação de apelar à unidade das forças democráticas na busca da mobilização do povo, certo de que mesmo os mais ingênuos já perceberam que a nova República é o Estado Novo do PMDB, que prende pela Lei de Segurança Nacional, censura até o líder do próprio PMDB no Congresso Constituinte, instala a desordem administrativa e o caos econômico, buscando claramente desmoralizar o poder civil.

É este quadro sombrio que impõe a unidade dos democratas e chama à ruptura com um esquema de governo que nada tem de democrático. Quem insistir na conciliação com as elites estará condenado à lata de lixo da História, à desagradável companhia de certos personagens.

Só conquistaremos a democracia se formos capazes de mobilizar o povo e despertar suas energias transformadoras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero chamar a atenção da Liderança do meu Partido, sinto-me na obrigação de fazê-lo, para a necessidade de não confundir a firmeza institucional com o excesso de flexibilidade nas questões sociais e econômicas.

Concordo com a posição do líder Mário Covas e apoio a firmeza com que S. Ex.^a se fixou e tem defendido a duração dos mandatos presidenciais em quatro anos. Isto não pode, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fazer com que deixe de ser observado o programa escrito e o programa não escrito do nosso Partido, o PMDB. Isto não pode permitir, isto não pode viabilizar, isto não pode conceder a nenhum dos nossos Relatores e nem a nenhum dos membros do nosso PMDB, o direito de ficarem contra a reforma agrária, o direito de esquecerem a tradição nacionalista do nosso Partido e não definirem, com clareza, o que é empresa nacional, o direito de anular ou vulnerabilizar o princípio da estabilidade e até de extinguir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, juntamente com essa vulnerabilização da estabilidade, para citar apenas alguns exemplos em alguns pontos essenciais que serão votados a partir de sexta-feira.

Eu quero dizer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a questão institucional é fundamental. Posiciono-me entre aqueles que entendem que o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney e todos os seus dignos sucessores é suficiente para a realização de programas de Governo e não falta tempo ao atual Governo; o que falta é decisão, é definição. Com o tempo que já tem e com o tempo que lhe resta ainda de um mandato de quatro anos, muita coisa ainda pode ser feita por este País que nem sequer foi iniciada ainda.

Quero também registrar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que as mesmas forças que se colocam dentro e fora do meu Partido contra a reforma agrária, contra a estabilidade no emprego, contra uma definição clara do que seja empresa nacional para que possa se contrapor à ofensiva das multinacionais, são as mesmas forças que se colocam hoje em relação à questão dos cinco anos para o Presidente José Sarney. É verdade que o Presidente e o Governo não se manifestaram oficialmente sobre a questão de conteúdo. Mas é verdade também que este segmento partidário, chamado de Centro Democrático que, segundo o Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, em vários artigos, publicados por S. Ex.^a, considera que centro é o nome da direita, está

escrito nos artigos do Ministro, é de S. Ex.^a essa denominação com a qual concordo: o centro é a cortina atrás da qual se escondem as posições de direita e que já se revelaram nas Subcomissões e que devem continuar manifestando-se nas Comissões Temáticas.

É preciso que tique bem claro para a Nação que há uma coincidência muito precisa e muito clara entre os cinco anos e as posições mais reacionárias dentro do meu Partido e fora dele. É preciso que fique muito claro que, em torno do mandato dos cinco anos, se organizam forças contra a reforma agrária, contra a definição mais clara da empresa nacional, contra a estabilidade, a favor do FMI, como bem me lembra o nobre Deputado Roberto Cardoso Alves. E pela garantia ilimitada do direito à propriedade retirando dela a função social a que o programa do meu Partido obriga toda propriedade. Recebo e acolho com prazer as lembranças e o reforço que me traz o Deputado Roberto Cardoso Alves um dos líderes deste grupo a que eu me referia.

E repito, Sr. Presidente, há uma coincidência entre as posições mais reacionárias e a defesa dos cinco anos, quero que isso fique cada vez mais claro, para que o Presidente da República não se queixe de que não tem apoio do PMDB. Ao meu Partido, ao meu verdadeiro Partido, ao que há de verdadeiro ainda no PMDB, não se pode permitir confundir a posição institucional com os seus compromissos essenciais. Pode-se até discutir a questão institucional, cinco, seis, quatro; eu não, a minha posição está muito clara e definida. Mas admite-se até discutir, o que não se pode discutir são os compromissos históricos e programáticos a nível de sociedade, a nível de economia que o nosso Partido, ao longo da História, já assumiu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho a esta tribuna, neste instante, a fim de complementar, de certa forma, o discurso maniqueísta do nobre Deputado Constituinte Domingos Leonelli. Essa dureza de raciocínio, essa falta de flexibilidade e de inteligência, esse maniqueísmo que historicamente macula a política brasileira e dentro dela se introduz como um câncer que radicaliza sempre, que impede o entendimento, choça-se com a alma nacional, com a alma nacional sempre transacional, sempre cordial, sempre disposta ao entendimento, sempre pacífica, que foge espavorida de todo e qualquer maniqueísmo, de todo e qualquer radicalismo. Para o nobre Constituinte Domingos Leonelli, o que não for esquerda é direita; ele passa sobre o centro; passa uma esponja sobre as posições de centro; confunde todas as demais posições que não sejam posições socialistas, estatizantes, comunistas, stalinistas, cubanas, com posições de direita. Tudo que não concorda com Stálin, com Fidel Castro, é posição de direita; tudo que não diz respeito à sua concepção de esquerda é direita.

Não é bem assim, nobre Constituinte Domingos Leonelli. Se V. Ex.^a se der ao trabalho de uma

busca histórica, verá que o nacional-socialismo de Hitler é extremamente semelhante ao nacional-socialismo de Stálin e de Fidel Castro, e que há posições intermediárias; que há homens que não são como o nobre Constituinte Domingos Leonelli; que há homens que têm gamas de raciocínio, que não rejeitam nada em bloco e não apóiam nada em bloco. Há homens que procuram no socialismo, no estadismo, algumas nuances que se adaptam ao interesse público, ao bem comum; há homens que procuram, dentro das diversas políticas, aqueles pontos que compõem uma política de convergência, no que diz respeito ao interesse nacional, ao bem comum; há homens de centro-esquerda, há homens de centro, há homens de centro-direita e os há, também, de direita.

Quando me perguntam o que é direita, costumo dizer que a direita se situa naqueles regimes que inflexivelmente esmagam a liberdade, como, por exemplo, o de Stálin, o de Hitler, o de Mussolini, o de Fidel Castro – o arco ideológico se curva e se encontra – e o Professor Siarcha, democrata italiano, emprestou, em determinado momento, a legenda do Partido Comunista Italiano, elegeu-se Deputado e renunciou ao seu mandato – ele expôs isso, há alguns anos, até, nas páginas amarelas da Veja – por dizer que o comunismo e a direita se encontram em plenitude de realização de objetivos quando chegam ao poder e que as ditaduras de esquerda são mais sanguinárias e mais sacrificantes do humanismo do que as próprias ditaduras de direita. De modo que quero convidar o nobre Constituinte Domingos Leonelli a raciocinar sobre isto.

Somos adeptos do estadismo quando a interferência do Estado vem para suprir a lacuna da iniciativa privada, vem para assumir determinados bens que, se estivessem nas mãos da iniciativa privada representassem perigo para a sociedade, devem estar nas mãos do Estado. Não recusamos totalmente o estadismo. E vou complementar o seu raciocínio: aqueles que se colocam a favor da lei que define o tempo dos mandatos, dando ao Presidente Sarney, aos Senadores, Deputados, Vereadores e aos Prefeitos o mesmo direito na definição da temporalidade dos seus mandatos, comumente pensam da mesma forma daqueles que não são contra a reforma agrária não, são contra a demagogia da reforma agrária ideológica e querem uma reforma agrária factível somente em terras improdutivas, defendendo as terras produtivas como necessárias à alimentação do País, uma vez que invadi-las, dividi-las é desorganizar a produção, aumentar a miséria e aumentar a fome do País.

São a favor do direito de propriedade sujeito a uma função social e não são pela estatização do direito de propriedade. Reconhecem a empresa privada como principal fator de desenvolvimento nacional a exemplo do que ocorre no Japão, Estados Unidos, França, Inglaterra, na Alemanha e que não ocorre em Cuba, China, Albânia, Nicarágua, Hungria que são países paupérrimos perto deste país.

De modo que convidaria o nobre Constituinte Domingos Leonelli a pensar um pouco mais. S. Ex.^a é um homem inteligente, um homem culto, um homem aberto à sabedoria. Não é uma figura estanque, impenetrável, maniqueísta a toda prova. Não! Conheço o Constituinte Domingos Leonelli.

S. EX.^a é uma das figuras situadas como "densas de humanidade" por Jacques Maritain; tem muitas janelas abertas, por onde poderemos entrar para levar uma maior compreensão da alma brasileira a S. Ex.^a. Da alma brasileira contra os extremismos de esquerda e direita; da alma brasileira contra o comunismo; da alma brasileira, Sr. Presidente, que tornou nanicos os partidos de extrema esquerda nesta Casa: o PT, o PC, o PC do B. o PCB e o PDS; da alma brasileira que votou nos grandes partidos, porque são os partidos do entendimento. E eles sabem, de tal forma, que alguns deles – tementes de assumir a sua própria condição de comunistas – se "acocoraram" dentro da legenda do meu partido, escondendo suas verdadeiras identidades. Até hoje vivem aqui, enrustidos e embutidos, fingindo que são Pilatos, quando na realidade não o são.

Assim, Sr. Presidente, convido o nobre Constituinte Domingos Leonelli, que presumo democrata, a abrir-se à alma da sua terra e da sua gente, e a fugir desse maniqueísmo que o diminui. Não faça isto com V. Ex.^a, dê a V. Ex.^a a grandeza, que V. Ex.^a tem, e que ignora, em si próprio.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu comprehendo – e louvo – a generosa forma com que V. Ex.^a preside a sessão, mas estranho que o orador que deixou a tribuna, que faz tanta profissão de fé da democracia, tenha violentado o Regimento Interno, dele abusado, utilizando indevidamente, durante dez minutos, o tempo de outros Parlamentares inscritos.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI: – Peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a vai tratar sobre que assunto?

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI: – Pelo art. 93 do Regimento Interno, fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra a V. Ex.^a, para uma questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Faço questão de, neste instante, lembrar a esta Casa – para responder à citação nominal que me foi feita pelo Constituinte Cardoso Alves – que em nenhum instante usei a expressão "esquerda" em meu pronunciamento. Todo esquerdismo...

(Vários Parlamentares falam ao mesmo tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A presidência pede ordem no plenário, uma vez que há orador na tribuna. Constituinte Domingos Leonelli, a Presidência pede a V. Ex.^a que conclua a sua questão de ordem.

O SR. CONSTITUINTE DOMINGOS LEONELLI: – Que conclua, não; que inicie, nobre Presidente, porque não pude iniciar ainda. V. Ex.^a é testemunha de que não pude iniciar ainda a minha questão de ordem. E, aqui, com a proximi-

dade de nossos conservadores de direita, quero dizer a V. Ex.^a – à direita, aliás, coincidentemente – que o pronunciamento que fiz e que mereceu uma resposta tão ardorosa, tão radicalizada, tão internacional, tão confusa e equivocada do nobre Constituinte Cardoso Alves, dizia respeito apenas aos compromissos que o meu Partido assume com a reforma agrária. O Brasil assistiu, na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária, vários membros do PMDB rasgarem os compromissos que tinham, e investirem contra o relatório que havia sido feito, que havia sido elaborado pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, que não fazia nada mais nada menos que reproduzir o programa do congresso do meu Partido.

Eu não quero discutir quem é comunista e quem não é comunista; eu não quero promover a caça às bruxas nem confundir a discussão que nesta Casa se dá sob os interesses do povo; comunistas e não comunistas podem estar contra ou a favor dos interesses do povo. O que eu quero saber, o que estou exigindo do meu Partido é que S. Ex.^a seja coerente com a sua história, e a história do meu Partido não é a história da direita, não é a história da contra-reforma, da UDR, dos assassinatos no campo e da violência.

A história do meu Partido tem a ver com as tradições democráticas e com as lutas do nosso povo. Enquanto o meu Partido, o PMDB, for este Partido, haverá luta e discordância entre mim e o Constituinte Cardoso Alves. Eu quis uma convenção, e o Constituinte Cardoso Alves também a quis, para que o Partido definisse quais eram as suas posições. E eu quero, respondendo às imensas diatribes, dispensar a discussão sobre Stalin e Mussolini. Quero que o Constituinte Cardoso Alves saiba que não tenho nenhum compromisso nem com Stalin nem com Mussolini nem com os dois ao mesmo tempo, mas tenho um compromisso, tenho uma indagação, um compromisso a cobrar, Constituinte Cardoso Alves. Nós dois quisemos uma convenção do nosso Partido para definir qual era a posição de nosso Partido a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência solicita ao nobre Constituinte Domingos Leonelli que conclua seu pensamento, porque o seu tempo já se esgotou.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Conclui-rei, Sr. Presidente.

A resposta que dou ao Constituinte Cardoso Alves é uma indagação. Por que S. Ex.^a desistiu da convenção do Partido, enquanto eu continuo lutando por ela? E me antecipo, respondendo: é porque o PMDB é o PMDB da reforma agrária, é o PMDB

nacionalista, é o PMDB das reformas. O PMDB da UDR é o PMDB do Constituinte Cardoso Alves, não é o nosso PMDB.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa esclarece ao nobre Constituinte Cardoso Alves que não há...

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O nobre Constituinte Domingos Leonelli falou duas vezes, cansou de citar

o meu nome, mentiu a meu respeito, e peço a V. Ex.^a que me garanta o direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Cardoso Alves, regimentalmente, a questão de ordem de V. Ex.^a não tem respaldo regimental.

O SR. CARDOSO ALVES: – Faço um apelo a V. Ex.^a, porque o Constituinte Domingos Leonelli mentiu a meu respeito, e quero me defender, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Tenho consciência, nobre Constituinte Cardoso Alves, de que fui elegante e cortês em relação a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência faz um apelo aos nobres Constituintes, especialmente ao Constituinte Cardoso Alves, porque não há realmente respaldo regimental para conceder a palavra a V. Ex.^a para uma nova questão de ordem sobre o mesmo tema. Entretanto, a Presidência, em caráter liberal, concede a palavra a V. Ex.^a para explicação pessoal.

V. Ex.^a dispõe de 3 minutos.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, vou começar, dizendo ao nobre Constituinte Domingos Leonelli que eu desisti de convocar a convenção do meu Partido pelo seguinte: ela se compõe dos membros do Diretório Nacional, dos Parlamentares eleitos no âmbito nacional, e dos delegados nacionais, eleitos no âmbito estadual para a convenção nacional. Ocorre que o número desses delegados, depende do número de Deputados; é um para cada Deputado eleito. E os delegados municipais que elegem os estaduais, dependem do número de Vereadores. E os nossos diretórios municipais são biônicos, foram prorrogados, e prorrogados também foram os diretórios estaduais. Os delegados de São Paulo são, por exemplo, em número superior em quatro, porque a nossa Bancada, que tinha 36 e 60 delegados, hoje tem 28, e teria 58 delegados. Em outros Estados o PMDB não tinha Deputados, passou a ter Deputados, fez um grande número de Prefeitos, e hoje a Convenção do PMDB, muito embora possa ser formalmente convocada com exatidão, é uma convenção que não tem legitimidade, que não está atualizada. Os delegados estaduais não foram eleitos pelos delegados municipais nem esses foram eleitos de acordo. São delegados que resultam de eleições passadas, tanto municipais quanto estaduais, e uma convenção essencialmente ilegítima não pode discutir legitimidade de mandato de quem quer que seja.

No mais, Sr. Presidente, sem querer discutir com o nobre Constituinte Domingos Leonelli, que, até segunda ordem, presumo seja um homem veraz e de bem, quero dizer a V. Ex.^a que não pertenço a UDR. Pertenco à Frente Ampla da Agricultura. O jornal *Folha de São Paulo* refere-se ao Constituinte fulano de tal, de centro-direita, conforme a nossa reportagem de 19 de janeiro, e ao nobre Constituinte Cardoso Alves, de direita. Não é verdade. O próprio jornal *Folha de São Paulo* diz que sou de centro-direita. A esquerda tem mania maniqueísta de botar para a direita todos aqueles que não comungam com

ela, inclusive ameaçando os nobres Constituintes.

Prefiro, Sr. Presidente, continuar amigo do nobre Constituinte Domingos Leonelli, presumindo que S. Ex.^a continue a ser comigo cordial e veraz. Não vou dar vazas aqui a tudo que penso neste momento e que poderia dizer em homenagem a S. Ex.^a, procurando ser amigo dele. Mas faço um apelo a S. Ex.^a para que não minta a meu respeito, porque S. Ex.^a me conhece.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tito Costa.

O SR. CONSTITUINTE TITO COSTA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O grande poeta de São Paulo, Paulo Bonfim, pronunciando-se recentemente na Academia Paulista de Letras, falou estas palavras que vou reproduzir desta tribuna:

PAULISTAS DO BRASIL

O Senador Fernando Henrique Cardoso, em seu artigo, "Brasileiros de São Paulo", pretende inaugurar mais um dormente na Norte–Sul dos mal–entendidos.

A expressão de que São Paulo é uma locomotiva puxando vagões vazios não é de autoria de paulista, mas de um baiano, Arthur Neiva, cientista notável e estudioso de etnologia, da história e da lingüística, pesquisador do tifo e exantemático na Argentina e pioneiro da profilaxia da sífilis e do impaludismo no Brasil, elaborou o primeiro Código Sanitário, fundou o Instituto Biológico de São Paulo e obteve o Prêmio Latraille, conferido pela França!

Esse pronunciamento de Neiva a Rodrigues Alves, citado por Humberto de Campos, é confirmado em carta que escreveu posteriormente a Sampaio Vidal. Em "São Paulo e seus caminhos", Honório de Sylos inventaria as setas desferidas contra São Paulo.

O chamado "regionalismo" paulista (como se não houvesse outros regionalismos em Pindorama) deu no passado fisionomia geográfica ao Brasil e no presente um perfil de esperança ao entrevado progresso que sobrenada a desordem em que vivemos.

Bandeirismo e Império forjaram a unidade nacional. Sem eles seríamos um arquipélago de republiquetas no desolado oceano da América Latina.

O ilustre sociólogo fala da "antiga arrogância" paulista, repetindo Gilberto Freyre em sua "Interpretação do Brasil", confundindo orgulho com soberba, verticalidade, cabeça erguida, própria dos semeadores de horizonte.

Curioso esse complexo de culpa que as oligarquias culturais modernas procuram infligir no espírito de nossa gente. Outra curiosidade que se nota é que a palavra paulista foi afastada dos palanques e dos breviários políticos. Mineiros, gaúchos, pernambucanos, baianos, sim, mas pronunciar o nome daqueles que nascem em São Paulo, jamais!

Há um voto de silêncio no ar, e esse silêncio sobrevoa a Constituinte, onde nenhuma voz se ergue para evocar aqueles que tomba-

ram em 32 para dar uma Constituição ao Brasil!

Por muito amar a terra dos meus mortos, coloco na lapela a rosa dos ventos do bandeirismo e repito com Feijó:

"Paulista por mercê de Deus!"

Aqui termina a fala do poeta Paulo Bonfim, que desejo deixar registrada nesta Casa para consideração dos Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Vim agora da minha terra, do Ceará, e encontrei agricultores e pecuaristas indignados, revoltados com a resolução do Banco Central que, de forma ilegal, de forma arbitrária, violentando direitos assegurados em contratos celebrados, determinou à rede bancária que recebesse dos contratantes que celebraram, com juros determinados, a aplicação da correção monetária de 50% para aqueles classificados como pequenos agricultores, e a correção plena nos demais casos. Numa disposição ilegal, porque fere dispositivos de contratos que são regidos pelos Direitos Civil e Comercial, e que não podem se subordinar a uma simples resolução do Banco Central.

Argüem os dirigentes do Banco Central que há uma cláusula desse contrato que permite uma revisão dos termos ali celebrados, mas essa cláusula, sobre a qual me detive, diz respeito tão-somente aos juros fixados, e em nenhum momento fala na aplicação da correção monetária e não poderia, em hipótese alguma, uma norma, mesmo que pudesse revogar uma outra, retroagir para prejudicar um direito adquirido, ou seja, retirar do cidadão aquilo que lhe é mais sagrado, a certeza de que no contrato, que é o acerto de vontades, naquele contrato que vai assinado pelas partes, está a tranquilidade da garantia dos seus direitos. E o pior é que vejo a angústia e o sofrimento do meu povo diante de uma crise que assola o País, diante de uma estiagem que se abate sobre o meu Estado e sobre a região Nordeste; diante dessa crise que envolve todos os nossos Estados, principalmente os da Região Nordeste, o nosso homem não podendo pagar teria que entregar o bem que lhe dá o sustento da família, que é a sua parte da terra.

Sr. Presidente, eu me vi na contingência de levantar uma bandeira de luta no meu Estado, de ir aos órgãos de comunicação para dizer que no dia do vencimento das obrigações, eles depositassem em juízo aquilo que é objeto do contrato, eacionassem o órgão federal responsável pelo ato ilegal cometido, de forma abusiva, desrespeitando os direitos do cidadão.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estou elaborando um documento para pedir o apoio dos meus companheiros, para que o Banco Central forneça os elementos que instruíram essa resolução, que nos forneçam os dados que contribuíram para a elaboração dessa norma tão prejudicial à agricultura e à pecuária do País, principalmente dos Estados como o meu, o Ceará, que enfrentam

os mais sérios problemas com a estiagem que dizima a nossa economia.

Este registro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu quero trazer, na minha revolta, na minha indignação, contra a arbitrariedade que se comete neste momento contra a minha gente, contra o meu povo. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ubiratan Aguiar, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O setor produtivo neste País, está sendo severamente castigado. É a agricultura, a indústria, a classe trabalhadora, recebendo e sofrendo o impacto da crise econômica. O látego da crise está a vergastar exatamente aqueles que se dedicam a criar e aumentar a riqueza nacional. Remunera-se o capital ocioso através do sacrifício de quem produz.

A área econômica do Governo parece tomada de cruel insensibilidade. Um simples exemplo basta para comprovar nossa assertiva. Em 11 de novembro de 1986, certa indústria paulista assinou contrato de financiamento com banco particular, de repasse de recursos do BNDES, para construção de indústria de irrigação, a juros de 7% ao ano, mais a variação da OTN. O financiamento foi convertido para OTN em 1º-3-86, cujo valor era de Cz\$ 106,40. O dinheiro relativo ao financiamento foi entregue à interessada em 9-2-87. Todavia, a partir de 1º-3-87, decorridos apenas 21 dias do recebimento do empréstimo, o governo fixou o valor da OTN em Cz\$ 181,62, provocando um aumento da dívida em 70,68%. Isto significa que, se a empresa pretendesse saldar a dívida em 30 dias, arcaria, como vai arcar, com a atualização monetária de mais de 90% para um prazo de apenas um mês.

O absurdo está evidente. Sobre o valor emprestado em fevereiro de 1987 não pode recair a atualização correspondente à inflação ocorrida durante todo o ano do Plano Cruzado. Quem obteve um empréstimo em março de 1986 teve o seu valor atualizado, em março de 1987, nos mesmos percentuais com que o Governo pretende atualizar os valores de empréstimos contraídos em fevereiro de 1987, vale dizer, um ano depois. Ora, quem ficou um mês com o dinheiro não pode ter a sua dívida aumentada nos mesmos percentuais daquele que dispôs dos recursos por um ano. Há que haver um tratamento equânime. Que se faça a atualização **pro rata temporis**, como medida de absoluta justiça. E que venha logo, antes que o Judiciário, que já está sendo chamado a pronunciar-se, determine a medida que o próprio Governo, sem desgaste para a sua credibilidade, poderia adotar.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP.)
Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

Ouví muita discussão a respeito de alas do meu Partido, com a palavra "democracia" embutida nessas discussões.

Será que podemos considerar democrático o Governo implantado no País? Será que podemos considerar democrático um Governo que legisla, e, na grande maioria das vezes, contra os interesses populares, por decretos-leis? Será que podemos considerar democrático um Governo que apenas comunica as suas decisões, decisões essas sempre contrárias aos interesses do povo?

O meu Partido, por sua direção, com algumas exceções, é o grande responsável pela convivência delituosa que faz com esse Governo. A omissão do PMDB por sua direção partidária, com raras exceções, sem sombra de dúvida, não somente prejudica a imagem do Partido que lutou contra a ditadura, como nos fará pagar um preço muito grande nas próximas eleições. Não tenho dúvidas disso. Não quero me queimar na fogueira da inconseqüência partidária, quero ter a minha cabeça sempre levantada perante o povo que me elegeu. Verifico que os dirigentes do meu Partido se preocupam agora até em nomear o Presidente da Caixa Econômica, quando deveria, esta cúpula partidária, estar preocupada com a forma de agir desse Governo insensível que está levando cada dia mais ao desespero o povo brasileiro.

Quero citar apenas um exemplo da irresponsabilidade existente neste País: a Petrobrás, que todos reputamos a maior empresa deste País; a Petrobrás, que vinha dando certo; a Petrobrás que nos orgulhava, a Petrobrás que com sua tecnologia levantava o nome do Brasil em matéria de petróleo, perante o Mundo, a Petrobrás resolveu, tempos atrás, imiscuir-se em comércio que não lhe dizia respeito e para o qual ela não foi criada.

A Petrobrás, hoje, deve ter quinze a vinte subsidiárias e não sei se as mesmas dão prejuízos. Acontece que a Petrobrás, sob a dominação do PFL, pelo Ministério das Minas e Energia, faz com que o meu Partido também pague, perante a opinião pública, o preço da sua irresponsabilidade sem que haja sequer uma palavra por parte dos dirigentes do PMDB.

O Sr. Aureliano Chaves a toda hora, alegando prejuízos pela inconseqüência, pela má direção da Petrobrás – porque a Petrobrás não poderia dar prejuízo apenas no ramo de petróleo se ela não entrasse em outros setores que não dizem respeito a sua criação – reclama aumentos, reclama reajustes, agravando ainda mais a situação do povo brasileiro ante a insensibilidade, irresponsabilidade e conivência, também, do PMDB por sua cúpula dirigente.

Mais uma novidade: agora a Petrobrás quer exigir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a equivalência entre o carro a álcool e o carro a gasolina. Isto é puro estelionato. Se isso fosse praticado por um particular, ele estaria incorso no art. 171 do Código Penal, que trata do estelionato, porque usando de artifícios, usando de palavras bonitas, conseguiu impor ao povo brasileiro o automóvel a álcool, conseguiu-se fazer com que a indústria automobilística desenvolvesse uma tecnologia capaz, hoje, de fazer inveja ao Mundo e vem S.

Ex.^a, o Sr. Ministro Aureliano Chaves, a admitir o seguinte:

"Admitindo que a medida acarretará um aumento do preço do álcool, Aureliano Chaves se irritou ao ser questionado se o fato não seria uma traição àqueles que confiaram no uso do combustível."

É evidente que é uma traição. É claro que é uma traição. É claro que é um desrespeito à cidadania brasileira. Diz S. Ex.^a:

"Queremos manter as vantagens, mas precisamos ter senso de realidade."

Isto quer dizer que se a tecnologia aumentou, se ela melhorou, o contribuinte tem que pagar, porque ela melhorou, ao contrário dos países civilizados, onde a melhoria da tecnologia sempre se reverte em favor do povo, em favor da Nação. E quem paga o preço dessa irresponsabilidade é um Partido chamado PMDB. A conivência do meu Partido tem que ser reclamada por um membro do Partido.

Quero dizer e deixar nos Anais desta Casa que não comungo com a conivência criminosa, com atos do Governo praticados ante o silêncio do meu Partido e da cúpula partidária. Quero deixar claro aos meus eleitores, àqueles que para aqui me trouxeram, que não troquei o meu cargo por emprego público e que a minha voz não é calada por favores que recebo do Governo. Quero dizer isto na salvaguarda da minha dignidade e na salvaguarda do meu mandato que me foi conferido não pelo PMDB, não pela cúpula partidária mas por aqueles que deram o seu voto a mim. Essa conivência criminosa tem que ser reclamada. E o PFL e o Sr. Ministro Aureliano Chaves têm que ser recriminados, porque querem cometer, no caso do carro a álcool, mais um crime contra o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Onofre Corrêa.

O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

Por considerar o compromisso com a verdade e o senso de justiça um dever parlamentar, ergo, desta Tribuna, a qual ascendi, como lídimo representante do povo do meu Estado, o Maranhão, um voto de confiança e louvor a uma instituição que, no curso de sua existência, tem-se mostrado de exemplar eficiência no comando das atribuições que lhe afetam: o Ministério da Aeronáutica.

O vertiginoso evoluir da atividade aeronáutica trouxe consigo grandes desafios. A significativa importância geopolítica do Brasil, espaço aéreo que serve de porta para o Atlântico, por onde flui expressivo volume de tráfego internacional, acrescentava a esse desafio a necessidade de dotar o Brasil de uma infra-estrutura aeronáutica e um suporte técnico de proteção ao vôo à altura dos compromissos com o futuro.

E hoje o Brasil ombreia-se com as grandes potências, como membro do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, fazendo parte do seletivo grupo dos dez países responsáveis

por importantes decisões que dizem respeito à aviação civil em todo o mundo.

E uma reputação não se conquista apenas com palavras e sim com consciente profissionalismo, decidida audácia, dedicada competência e profícuo trabalho, qualidades que os brasileiros aprenderam a reconhecer nos homens da nossa Aeronáutica.

Aceitando o desafio da evolução e adaptando o suporte tecnológico para fazer face aos nossos compromissos internacionais, o Ministério da Aeronáutica jamais perdeu de vista o que isto significaria para o nosso País, e no plano interno contribuiu de forma substancial para ocupação de nosso território, tirando nossos pioneiros do isolamento, salvando vidas e integrando a Nação.

Hoje, o Brasil tem mais de dois milhões de quilômetros quadrados cobertos por sofisticado sistema de radares e equipado com eficiente rede de telecomunicações em proveito da aviação nacional e internacional, civil e militar, destacando-se dos seus parceiros sul-americanos. Mas não se pretende parar por aí. Continuam em andamento os projetos que irão dotar a totalidade do nosso espaço aéreo com controle de tráfego por radar, numa extensão tal que, superposta sobre a Europa, abarcaria dezenas de países. Se este é o país do futuro, em termos de infra-estrutura aeronáutica já podemos nos considerar inserido nele.

Discute-se, no entanto, na Assembléia Nacional Constituinte, a permanência da administração da aviação civil no seio do Ministério da Aeronáutica.

Faço questão de frisar os equívocos às vezes cometidos aqui nos trabalhos constituintes.

Estão propondo verdadeiras portarias e regulamentações para constarem na próxima Carta Magna. Cabe a nós dar os rumos e condicionamentos na nova Carta política.

Está havendo duplo equívoco, primeiro, na interpretação da atuação dos órgãos e setores ligados ao Ministério da Aeronáutica e também a quem interessam as propostas surgidas para seccionalismo do Ministério.

Segundo o vínculo, ou não, da aviação civil à área militar, mais especificamente à Aeronáutica, é assunto que diz respeito à legislação ordinária – o que, por si, invalida qualquer tentativa de se discutir o problema na Assembléia Nacional Constituinte. Cabe-nos apreciar aqui os princípios gerais, abrangentes, dos quais as leis comuns fluirão naturalmente.

Grupos descontentes apresentam aos colegas constituintes um rosário de meias-verdades, açuladas por interesses inconfessáveis, onde buscam por em dúvida a eficiência da administração do Ministério da Aeronáutica. Acenam com a bandeira da desmilitarização do setor, como se a aviação civil tivesse sido passada para um ministério militar como resultado do arbítrio dos últimos vinte anos e cometem, no mínimo, uma incontínencia histórica. Esquecem-se de que a concepção de uma única administração para todos os meios aéreos, partiu de um civil, o insigne Presidente Getúlio Vargas, que, numa inspirada antevisão, em 1941, assim entendeu e confiou também a um civil, o Senador Salgado Filho a implantação de sua idéia.

A proposta dos descontentes deixa de considerar aspectos importantíssimos que me vejo no dever de trazer à observação de todos nós. A cisão

que pretendem, traria ao Brasil prejuízos incalculáveis na economia e na segurança. O Brasil detém uma singularidade comparado com outros países. Somente em nosso País o controle do tráfego e a defesa aérea são integrados, partilhando, os mesmos meios. Em todos os nossos grandes aeroportos por exemplo, as pistas de pouso, os auxílios à navegação e os sistemas de comunicação são comuns. Separá-los obrigaria a duplicação de toda a infra-estrutura. E eu perguntaria: estaríamos em condições de despendar muitos bilhões de dólares para proceder a esta duplicação?

Destaco também o aspecto segurança de vôo. V. Ex.^{as} recordam-se do lamentável episódio do avião de passageiros sul-coreano abatido por caças quando inadvertidamente adentrou no espaço aéreo da União Soviética. Pois bem: aquele episódio não teria acontecido se o sistema fosse integrado. A própria Organização da Aviação Civil Internacional, naquela oportunidade e, a propósito do incidente, destacou as vantagens do Sistema Integrado e apontou o Brasil como o país onde esta integração acontece com absoluto sucesso.

Não há portanto o que discutir neste caso. Estou convicto de que as possíveis queixas e descontentamento têm suas origens em áreas fora da responsabilidade do Ministério da Aeronáutica e atendem a interesses inconfessáveis, ainda encobertos. Assacar contra essa instituição, que se devota com eficiência ao seu trabalho é uma alevosia com a qual não posso compactuar e muito menos me calar, sobretudo quando o que está em jogo é o futuro do nosso País.

Cumpre assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, meu dever como parlamentar.

Como homem da Amazônia, região que ainda hoje depende primordialmente do transporte aéreo, aprendi desde cedo a admirar e respeitar a Aeronáutica no seu papel pioneiro de integração do nosso País e ninguém pode deixar de reconhecer, com base nas assertivas aqui colocadas, a relevância dos serviços que o Ministério da Aeronáutica competentemente presta à Nação brasileira.

E agora, mais do que nunca, há de se reconhecer o valor daquela Pasta, que hoje tem a sua frente um homem da têmpera, cultura e dinamismo do Brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, um exemplo do militar digno e responsável. Respeitado não só pela sua extraordinária atuação frente ao Ministério mas também pelas suas posições e atitudes coerentes como Ministro militar, nesta fase difícil de transição política na vida nacional. O que sem dúvida a história registrará.

E para finalizar, faço apelo aos Membros da Comissão pertinente que façam uma reflexão e não mutilem este setor dinâmico e eficiente da administração federal, patrimônio da Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ivo Vanderlinde.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A exemplo de muitos outros parlamentares desta Casa, tenho vindo a esta tribuna trazer as preocupações que campeiam no meio rural deste País.

Sou daqueles parlamentares que, quase semanalmente, têm voltado às bases e a cada vez que vou a meu Estado volto mais amargurado, mais triste, porque vejo, primeiro, que apesar de toda luta que temos desenvolvido, apesar das medidas que têm sido tomadas pelas autoridades econômicas, os bancos continuam não cumprindo as resoluções do Banco Central, os bancos continuam pressionando os agricultores para pagarem os seus financiamentos com correção monetária. Os agricultores estão a vender – após vendida a safra – seus equipamentos, seus animais e suas propriedades.

Nós, a exemplo do que se decidiu no dia de ontem, de dar às microempresas deste País condições de saírem do seu estado de insolvência, precisamos exigir que os bancos cumpram as determinações baixadas pelo Banco Central, que os bancos devolvam aos agricultores a correção monetária cobrada indevidamente. Precisamos nos unir e buscar soluções para que os agricultores saiam do estado de moratória em que se encontram.

É preciso, e nós somos testemunhas de uma audiência que no último dia 27 as lideranças do setor tiveram como Ministro da Fazenda, quando levaram a S. Ex.^a um documento com dados estatísticos, mostrando que o mesmo agricultor que conseguiu os recursos a 10%, que tenha condições de pagá-los sem a correção monetária, não teve resultados suficientes para pagar os financiamentos bancários. E nesta mesma data os agricultores, com um parecer jurídico, alegando a inconstitucionalidade, inclusive, da cobrança da correção monetária, apresentaram ao Governo propostas para estudo no sentido de que se dê moratória ao setor rural. É preciso que as autoridades entendam que a agricultura brasileira, que vive hoje o paradoxo da maior safra, com o agricultor quebrando, não vai poder repetir essas façanhas neste ano. É preciso, portanto, que o Governo entenda isso, que encontre fórmulas de resolver o problema da nossa agricultura, e que se possa dar, novamente, condições de sobrevivência ao agricultor;

dar a ele nova injeção de ânimo para que possa voltar a produzir e este País não pague, no próximo ano, o alto preço de não ter novamente alimentos suficientes para a sua população. É esta a questão que trago, mais uma vez à tribuna, renovando o meu apelo às autoridades governamentais, renovando o apelo aos nossos companheiros desta Casa para que, juntos, busquemos uma solução para a agricultura deste País.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes:

Tomei conhecimento, há poucos dias, que o Marrocos está interessado em investir no Brasil, mais precisamente na área de pesca. Neste sentido o embaixador daquele país, Mohamed Larbi Messari, manifestou-se quanto à possibilidade de atividades conjuntas entre armadores nacionais dos dois países, visando, principalmente, a operação de barcos de pesca brasileiros em águas sob domínio do Marrocos.

Esta notícia, Srs. Constituintes, tem dois aspectos distintos, ao mesmo tempo em que nos alerta a importância do setor pesqueiro nacional, hoje, carecendo de um apoio institucional que lhe garanta segurança em suas operações. Mas esta proposta preliminar mostra-se alvíssareira, sobre-

tudo porque abre as portas para empresas brasileiras realizarem capturas externas e, com isso, diminuir o esforço de pesca nas águas brasileiras, permitindo, desta forma, uma adequada renovação das espécies em capturas.

Mas o que gostaríamos de salientar neste episódio pesqueiro, é a fonte desta informação, que foi obtida no número do jornal "Tempo de Pesca", iniciativa dos empresários do setor.

Alguns companheiros nosso, aqui, já se manifestaram sobre esta publicação mensal, que tem a edição de um homem que tem vivência de longa data com a pesca e que é José Ubirajara Timm. Ainda assim achamos que não seria exagero voltar ao comentário de tão oportuno lançamento, isto porque, em tempo de constituinte, precisamos estar atualizados sobre todos os ramos da economia brasileira e esta, em particular, nos diz respeito também pela sua abrangência social.

Assim, ao fazer esta manifestação, manifesto também meus melhores cumprimentos pela oportunidade desta publicação, pois vem preencher um vazio no setor pesqueiro que, até então, não contava com qualquer órgão que tratasse das informações de seus interesses específicos.

Faço votos, pois, que "Tempo de Pesca" cresça, se fortaleça e se multiplique, assim como os peixes, produtos que originam tantas e tão importantes informações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ivo Vanderlinde o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Marques.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ MARQUES (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Acredito que outros companheiros já relataram e, até com mais propriedade, o que aconteceu no último fim de semana, nas cidades de Sousa e Patos, na Paraíba, quando da visita dos Ministros da Irrigação, Interior, Fazenda, Planejamento e Agricultura e do Presidente do Banco Central àquela Região do Nordeste.

Não poderíamos, no entanto, calar diante da deceção e frustração que experimentamos e que acredito ser de todos os Constituintes que lá estiveram, face ao não-anúncio, por parte dos Ministros, de medidas imediatas e objetivas, que venham minorar o estado de calamidade vivido pelos rurícolas da região como, de resto de todo o Nordeste.

Ouvimos os Ministros Fialho e Joaquim Francisco dizerem, na condição de nordestinos, que conhecem em profundidade o problema e é do interesse de ambos socorrerem seus conterrâneos neste momento de angústia que vivem sem, no entanto, explicitarem quando seus respectivos ministérios disporão dos recursos para tal.

Ouvimos também o Sr. Presidente do Banco Central afirmar que as taxas de juros cobradas eram razoáveis e o que faltava ao Nordeste eram agências bancárias para que os sertanejos depositassem suas poupanças e também usufruíssem

dos rendimentos provenientes de tais depósitos. Quanta insensibilidade, Srs. Constituintes!

Ouvimos ainda, e, pasmem Srs. Constituintes, o Ministro da Fazenda afirmar que não tinha vindo ao Nordeste para trazer quaisquer medidas (palavras textuais) e também que não existem recursos, além dos normais, previstos nos orçamentos do Governo Federal e dos Governos Estaduais para atender aos agricultores nordestinos que tiveram suas plantações devastadas pela seca verde, que o próprio Ministro confessou desconhecer.

Do Ministro Aníbal Teixeira, embora demonstrando maior sensibilidade, ouvimos a afirmativa de que conhece o drama, pois no passado, já presenciou outras secas no Ceará e em outros pontos do Nordeste, mas que a liberação dos recursos depende do Ministro Bresser.

Enquanto nada se decide, enquanto a falta de objetividade se evidencia e a insensibilidade se comprova, o quadro na Paraíba, no Piauí e no nosso Estado, o Ceará, se agrava e assume proporções preocupantes.

Ainda ontem, a minha terra, o Município de Tauá foi saqueado pela quarta vez nos últimos 30 dias, com a invasão do armazém da Cibrazem e, o que é pior, com algumas pessoas saíndo feridas.

A maioria dos invasores procedia do campo, onde, há dias, estão esperando pelas prometidas frentes de serviços do Governo, já que na zona rural não há quem pague um dia de serviço.

Idêntica invasão sofreu o Município de Beberibe, quando, em menos de uma hora, cerca de 400 trabalhadores rurais saquearam o posto do INAM.

A preocupação maior, no momento, é com o comércio, visto que os agricultores prometeram voltar à sede administrativa do município num prazo de 15 dias, caso não consigam trabalho nesse período. A situação é ainda mais dramática, tendo em vista que o Município de Beberibe, no que pese os esforços do Prefeito Eduardo Bessa, ainda não foi sequer incluído, pelo Governo do Estado, no plano de emergência, por estar localizado no litoral do Estado, tese absolutamente falsa, já que boa parte do município ocupa áreas de sertão tão atingidas pela falta de chuvas, como a grande maioria do território cearense.

Aqui em Brasília, encontra-se o Prefeito Raul Linhares, do Município de Caridade, que, impossibilitado de atender aos já inúmeros flagelados, para aqui ocorreu em busca de auxílios. Ainda hoje, em nossa companhia, será recebido pelos Ministros do Interior e da Irrigação, de quem espera ajuda imediata.

Urge, pois, Sr. Presidente, que o Governo agilize as providências já sobejamente conhecidas e reclamadas no último fim de semana, no encontro do Estado da Paraíba, pelos Constituintes que lá estiveram como, de resto, por todas as lideranças que se fizeram ouvir naquele encontro.

Por fim, Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a autorizar a transcrição de um memorial que recebemos da Associação dos Criadores do Ceará, por pertinente e que aponta medidas tendentes a resolver a afigativa situação em que se encontra este importante segmento da economia cearense.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUIZ MARQUES EM SEU DISCURSO:

Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Gonzaga Nogueira Marques.

A Associação dos Criadores do Ceará e a Associação Cearense de Criadores de Gado Holandês através dos seus dirigentes abaixo-assinados, representando o pensamento da totalidade de seus associados, produtores de leite e agropecuaristas, de uma maneira em geral, 121 expressar, através deste documento os seus sentimentos de apreensão diante do quadro que ora se delineia para essas atividades de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado.

Quando da implantação do Plano Cruzado, chamados a colaborar com o Governo no sentido de realizarem investimentos a fim de aumentar a produção de alimentos, notadamente a produção de leite, visando atender ao programa do menor carente, objetivando atender à demanda que se mostrava insatisfatória e em crescimento, quase todos aportaram novos recursos nas suas propriedades, atendendo àquele chamamento das autoridades governamentais.

Os investimentos ocorridos, através de financiamentos bancários, na vigência do Plano Cruzado, se deram de acordo com o estabelecido nos projetos, que apontavam suficiência de capacidade de pagamento, segundo os juros então vigorantes. Com as mudanças ocorridas no plano econômico, quando os juros bancários passaram a atingir patamares cada vez mais elevados, essa capacidade de pagamento detectada nos projetos se exauriu, ocasionando a total impossibilidade da liquidação dos compromissos assumidos.

Muitos dos associados mesmo se desfazendo de todo o seu patrimônio não terão condições de sobreviver suas dívidas.

A configuração de mais um período de seca no nosso Estado, quando fatalmente faltarão as pastagens, vem agravar todo o quadro, vez que ocorrerá a deteriorização dos preços dos rebanhos, diante das perspectivas de que a maioria procurará se desfazer dos seus plantéis por falta de alimentos.

Vê-se que a situação é verdadeiramente desesperadora em todo o Estado.

Urgem providências imediatas no sentido de trazer a necessária tranquilidade àqueles que produzem.

Como primeiro e fundamental passo, tem-se a sugerir a eliminação de toda e qualquer correção monetária incidida sobre os investimentos obtidos, através de financiamentos assumidos na vigência do Plano Cruzado.

Em segundo lugar, em função da seca, sugere-se a prorrogação de pelo menos 1 (um) ano de todos os débitos vencidos e vencendo no ano de 1987, na atividade agropecuária, prática já adotada em anos anteriores, quando da ocorrência do fenômeno climático adverso.

Finalmente sugerimos a permanência dos financiamentos bancários a juros subsidiados, a uma taxa fixa, destinados a possibilitar investimentos nas propriedades com vistas à fixação da mão-de-obra durante o período de seca, evitando-se, com isso, não só que o trabalhador rural, chefe de família abandone a propriedade em busca de ocupação em frente de serviço, gerando com sua ausência problemas de manutenção da

família, como também, o próprio êxodo rural, responsável pelos grandes problemas urbanos.

Essas sugestões da classe dos produtores rurais do Estado do Ceará, caso venham a encontrar a devida guarda por parte das autoridades governamentais, será de grande valia na solução dos problemas **ilegível** que estão ocorrendo no **ilegível** – atendimento poderá provocar o desencadeamento de ações imprevisíveis e incontroláveis, findando por determinar o estabelecimento do próprio caos.

Atenciosamente,

Fortaleza, 25 de maio de 1987 –
Geraldo Majela Fonteneles, Presidente da Associação dos Criadores do Ceará – **José Pereira Filho**, Presidente da Associação Cearense de Criadores de Gado Holandês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte César Cals Neto.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As autoridades econômicas do Governo anunciam, a partir de ontem, um programa de socorro às micro e pequenas empresas. Nós poderíamos chamar de um programa que, na prática, significa um anestésico. Na verdade as autoridades econômicas ainda não conseguiram chegar ao âmago da questão, ainda não conseguiram propor um caminho que, efetivamente, leve o País para o rumo que o povo brasileiro deseja.

Na verdade, meus caros companheiros, depois da ilusão do Plano Cruzado, um plano de boa concepção, mas de péssima administração, que foi administrado de uma forma terrivelmente incompetente, e esse desastre do cruzado que trouxe um verdadeiro manto de ilusões levou, não somente a milhares de pequenas e médias empresas ao endividamento e a um caminho falso mas, também, a todos os trabalhadores e assalariados do nosso País.

Trago dados para mostrar o verdadeiro desastre que ocorreu com o trabalhador, com o assalariado, ao lado das pequenas e médias empresas. Por um lado, o aumento acelerado do custo do dinheiro, chegando a patamares superiores a 30% mensais as pequenas e médias empresas assumiram ônus perto de 30% por ano e hoje são obrigadas a pagar cerca de 30% a mais por mês. Por outro lado, temos a diminuição da receita, fruto da brutal recessão que aí está. E as razões da recessão, e a raiz do problema, até agora não mereceu a atenção das nossas autoridades econômicas, lamentavelmente. Trago aqui a declaração do Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, de que a rentabilidade excessiva dos bancos chegou até a 50% da média histórica no ano passado, enquanto isso, meus caros companheiros, o salário mínimo, que é um indicador de como vive o assalariado, esse mesmo salário mínimo, nesse mesmo período, teve uma grande perda no seu poder aquisitivo.

Trago aqui algumas comparações históricas a partir de junho de 1984, quando tínhamos o salário mínimo da ordem de Cr\$ 97.176, e o valor de venda do dólar da ordem de Cr\$ 1.626, com uma equivalência entre o salário mínimo e o dólar, na época, de 59,76 vezes. Já em 1985, no mesmo mês de junho, enquanto o salário mínimo estava

na ordem de Cr\$ 333.120, o dólar para compra estava Cr\$ 5.630, com uma equivalência de 59,16 vezes. Já em 1986, em junho, na época do Plano Cruzado, o salário mínimo foi decretado em Cr\$ 804,00 e o dólar congelado em Cr\$ 13,84, o que significa uma equivalência de 58,09 vezes. Hoje, dia 10 de junho de 1987, temos o salário mínimo em Cr\$ 1.641,60 e o dólar da ordem de Cr\$ 36,965, o que equivale a uma relação de 44,41 vezes entre o salário mínimo vigente e o dólar. O que aconteceu na prática? Vimos nos anos de 84, 85 e 86 o salário mínimo cerca de 59 a 60 dólares. E hoje, em pleno mês de junho de 1987, o salário mínimo caiu para 44,41 vezes em relação ao dólar.

Caros companheiros Constituintes: 1 ano e 3 meses atrás o salário mínimo foi estabelecido em 804 cruzados; hoje, no dia 10 de junho, temos este salário em 1.641,60 cruzados, o que equivale a um aumento de 104%. Pergunto o que neste País, em 3 meses, subiu somente 104%? Que produto, peço aos companheiros um exemplo, que produzi, em 1 ano e 3 meses somente subiu 104%? Todos sabemos que os produtos duplicaram, triplicaram, quadruplicaram de preço. Enquanto isso, o salário mínimo está na ordem de 104%. A própria OTN, que é um valor oficial do Governo, hoje subiu 136,42% em relação a OTN do Plano Cruzado I. Então o Governo reconhece, através dos seus índices oficiais, a própria razão desta grande recessão, desse grande descompasso, que é a perda de poder aquisitivo. Enquanto a classe média, a classe assalariada, a classe trabalhadora estiverem com seus salários, com seu poder de compra, com seu poder aquisitivo achatados, esmagados, não teremos salvação nem para a família, nem para o trabalhador, nem para a pequena e média empresa. Precisamos, efetivamente, de uma política econômica, de um plano econômico que recoloque o Brasil no caminho que todos desejamos, no caminho da recomposição do poder de compra, no caminho da recomposição dos salários, sobretudo, no caminho da diminuição das taxas de juros. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Há cerca de dois meses, acompanhando lideranças de portuários de todo o Brasil, estive com o então ex-Ministro Marco Maciel. Recebemos S. Ex.^a às duas horas e meia da manhã, de madrugada, portanto. Sou testemunha de que aquele Ministro firmou, em nome do Governo, com os trabalhadores portuários, um acordo garantindo uma longa e devida reposição salarial aos portuários aposentados e outras conquistas.

Hoje, os trabalhadores voltam a Brasília, com uma imensa capacidade de tolerância, para dizer ao Governo que, terminada a sua paciência, vão apelar outra vez para a greve. Desta vez os trabalhadores vão à greve com o aval do Governo, isto é, com o Governo assinando um acordo e não cumprindo.

Estiveram ontem à noite em nossa residência, hoje estariam com o Ministro Pazzianoto, que é

favorável ao cumprimento do acordo. Mas o que se sabe é que o Ministro Bresser Pereira se coloca em oposição a que aquele acordo seja cumprido.

Fica muito difícil ser Governo nesta Casa, a não ser para aqueles que mercadejam as suas posições em troca de vantagens, de nomeações de apaziguados, de concessões de canais de rádio e de televisão.

Na medida em que, desta forma, o Governo vai-se distanciando do povo, vai o povo se distanciando do PMDB. Vai ficando difícil ser PMDB e ser povo, pertencendo a um Partido que hoje, no poder, infelizmente se encontra sem condições de cumprir os seus compromissos, porque, ao que se dá para entender, o Governo que está no poder não tem meios de atender aos anseios do povo e, portanto, cumprir os compromissos do PMDB.

Os trabalhadores do porto vão à greve. É claro, vamos ficar com os trabalhadores, vamos apoiar o seu movimento de greve porque, através de um acordo feito pelo Governo, um acordo de que sou testemunha, acompanhando os trabalhadores numa antemanhã, essa greve não poderá ser acusada de ilegítima ou de ilegal porque, como disse, está avalizada por um acordo que o Governo fez e não cumpriu.

Encerro o meu discurso, Sr. Presidente, lembrando que por esses fatos e por tantos outros, como um fato a que vou ater-me, lido no **Jornal do Brasil** de ontem, está na hora deste Partido tomar posições claras, sérias, definidas. Preocupa-me que parlamentares do PMDB façam o que há pouco fez aqui o Constituinte Roberto Cardoso Alves, e que Constituintes do PMDB venham a dar entrevistas como aquela dada pelo nobre Constituinte José Mendonça, que agora, segundo a entrevista, está debruçado sobre a Constituição da União Soviética para conferi-la com o parecer apresentado pelo Relator José Paulo Bisol. S. Ex.^a agora está identificando, naquele parecer, dispositivos que constam, segundo S. Ex.^a, da Constituição da União Soviética.

Esse tipo de comportamento de setores deste Partido vêm deixando aqueles outros setores, que têm compromissos com o povo e com esta República numa situação muito difícil perante à sociedade brasileira. É preciso, portanto, que da mesma forma com que a Direita do PMDB e de outros setores da Constituinte, a extrema direita se identificou e formou o seu bloco, e age em bloco nas Comissões, como agiram nas Subcomissões da Constituinte, é preciso que aqueles outros, independentemente dos partidos a que têm origem, também se identifiquem para poderem tomar posição diante daquilo que poderá representar, Sr. Presidente, o maior fiasco da história deste País, que seria uma Constituição em muitos aspectos, exatamente nos aspectos essenciais, atrasada, retrógrada e, talvez, muito pior que a Constituição imposta por uma Junta Militar. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez aqui nesta tribuna, enfrentando o impulso, de um lado, do cumprimento do dever

e do mandato, e, de outro lado, o drama de muitas vezes falar para ninguém, ou para poucos, ou para ouvidos não muito atentos, com o consolo de não achar que isto não se dirige ao Constituinte que momentaneamente ocupa a tribuna, tem sido regra geral imposta, naturalmente, pelo ritmo dos trabalhos que os prazos nas Comissões, nos absorve e nos toma qualquer possibilidade de dedicar maior tempo e de impor maior envergadura aos debates neste plenário.

Mas nem por isso, Sr. Presidente Sr.^{as} e Srs. Constituintes, fujo ao impulso de aqui neste horário dedicado aos debates sobre questões constitucionais, de trazer comentários e idéias ao debate e as considerações dos nossos Pares.

Sr. Presidente, o anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, de autoria do Constituinte Senador Severo Gomes, não só com o peso da sua presença na vida pública deste País, que é muito expressiva; não apenas com o peso de representar o maior Partido da Assembleia Nacional Constituinte naquela Comissão; não apenas com o peso de ser o porta-voz do PMDB naquela Comissão, mas acima de tudo, o trabalho de um Constituinte dos mais conceituados nesta Casa, trouxe muitas perplexidades, trouxe até, em algumas circunstâncias, desânimo para quem olha com olhos de esperança, para quem vê com olhos do futuro, de transformação deste País, os textos, os princípios e os esquemas que S. Ex.^a procurou seguir em seu anteprojeto.

Um aspecto que, certamente, tem trazido a maior e a mais ampla polêmica diz respeito à questão da reforma agrária, da estrutura fundiária do País e da política agrícola do País. Esperava e certamente continua esperando a Nação brasileira que a Assembleia Nacional Constituinte venha com um imenso atraso, mas venha, pelo menos agora, dar uma equação ao dramático problema fundiário que o País ainda apresenta, ao caótico e dramático problema das terras que o País ainda apresenta, sem o que – há um convencimento geral da Nação – este País jamais vai dar qualquer passo significativo no seu desenvolvimento; sem o que este País jamais vai marcar a sua presença de maneira mais expressiva em nossa História, na história dos povos, na história da humanidade.

Contemplou, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o ilustre Relator, a questão da desapropriação da terra de maneira muito mais tímida, muito aquém, muito mais retrógrada que a Constituição vigente, elaborada pelo Presidente Castello Branco e votada rapidamente, em um mês, neste Congresso, e muito pior do que a Constituição outorgada pela Junta Militar, a Emenda Constitucional nº 1.

A Constituição vigente, no art. 161. dá competência e poderes à União para promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante o pagamento de justa indenização e outras condições. Ela permite, portanto, à União desapropriar, dentro do seu poder discricionário, a propriedade territorial rural, qualquer que seja ela, onde quer que esteja situada, seja produtiva ou improdutiva, tenha qualquer designação ou não. Atualmente, pelo projeto do Constituinte Severo Gomes, quer-se retroagir a esse princípio. Prevê ele que a propriedade territorial tem uma função social e define essa função social especificando-a de uma maneira genérica e abstrata, que pode

servir a qualquer interpretação. Somente admite a desapropriação da propriedade territorial rural, quando não atender à função social previamente definida. Limita, de maneira rigorosa, a capacidade que a União tem de desapropriar para fins de mudar a estrutura agrária e fundiária do País, para fins de promover a reforma agrária.

O projeto admite, ainda, que qualquer expropriado poderá contestar a expropriação, poderá contestar e questionar as razões e propósitos da União em realizar uma desapropriação para fins de reforma agrária. Ora, isto é um retrocesso. O pior que poderia acontecer a esta Assembléia Nacional Constituinte, o pior que poderia acontecer à Nação brasileira, neste instante, é ter saudades da atual Constituição, é fazer, é produzir uma Constituição pior do que a Constituição outorgada pela Junta Militar.

Sr. Presidente, ainda é tempo, e aqui eu registro este apelo. Agora, na sexta-feira e no sábado próximo, em que vamos votar os textos básicos para servir ao esboço do nosso anteprojeto da Constituição, ainda é tempo de nós salvarmos a imagem desta Assembléia Nacional Constituinte, e, em consciência, com os olhos voltados para a Nação e os seus interesses maiores possamos modificar anteprojetos como este, pontos específicos como estes que, sem dúvida alguma, merecem avanço e não retrocesso. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Agassiz Almeida.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A cidade de Campina Grande, a segunda em densidade econômica e demográfica de todo o Estado da Paraíba, constitui-se num dos mais importantes pólos de desenvolvimento do interior do Nordeste, não apenas do ponto de vista econômico, com o setor industrial em franco desenvolvimento e um comércio dos mais dinâmicos, mas também do ponto de vista cultural, com vários colégios e duas universidades que atraem centenas de estudantes de dezenas de municípios circunvizinhos.

O crescimento econômica de Campina Grande começou, no inicio do século, com a exploração agropecuária e a produção algodoeira. Já na década de trinta, ele estava transformado no maior empório do interior do Nordeste, para a comercialização do algodão em pluma, alimentando as indústrias de tecelagem de toda a região.

Veio, depois, a industrialização da semente, enquanto se procedia, entre os cotonicultores, um movimento no sentido de melhorar a qualidade do produto, aproveitadas principalmente as espécies do semi-árido que, exigindo uma queda pluviométrica de apenas duzentos e cinqüenta milímetros anuais, produzem uma fibra longa e sedosa, de mais de três e meio centímetros, que não se obtém em outra região do País e, por isso mesmo a fama do algodão "mocô".

Recentemente vimos, em todo o Nordeste, a ação devastadora das pragas dos algodoais, que se alastram na região sobretudo porque não dispomos de instituto de tecnologia vegetal, especializado na defesa fitossanitária.

É preciso que o Ministério da Agricultura faça criar, naquela região, mais de um instituto de defesa sanitária dos produtos vegetais, seja os destinados à alimentação ou à produção, de fibra, voltando também sua atenção para o fomento ao plantio de espécies vegetais com aplicação à tecelagem, que precisa de maior desenvolvimento no Nordeste.

Se a Paraíba já possui uma famosa Escola de Agronomia em Areias – onde lecionava o grande ecologista Guimarães Duque – o maior especialista no estudo do problema da seca e da vegetação do Nordeste semi-árido – não seria demasiado pedir a criação, em Campina Grande, de um Instituto de Defesa Fitossanitária, dedicado, especialmente, ao estudo da produção de fibras têxteis.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Para que o processo de elaboração constitucional possa corresponder às justas aspirações da sociedade brasileira é medida imperativa inscrever no futuro texto o dever do Poder Público, democratizar o acesso à saúde, permitindo o pleno estado de bem-estar físico, mental e social da população.

Não bastará, porém, a simples elaboração de um Plano Nacional de Saúde, cujas metas e diretrizes básicas tenham como vertente a solidão dos gabinetes ministeriais, onde importantes decisões, adotadas à revelia da Nação, contemplam apenas interesses minoritários.

Importa, antes de tudo, formalizar a participação, a nível decisório, de todos os segmentos representativos da sociedade na formulação das políticas e ações de saúde, de modo a definir suas responsabilidades na prestação de serviços de caráter local, regional e nacional.

A partir dessa visão do problema, penso que o Plano Nacional de Saúde deve abranger prioritária e permanentemente, conforme proposta que apresentei à Comissão da Ordem Social, as seguintes iniciativas:

- 1) medicina social, envolvendo a assistência médico-sanitária preventiva;
- 2) medicina curativa, compreendendo a assistência médico-hospitalar e multiprofissional;
- 3) assistência odontológica preventiva e curativa;
- 4) assistência laboratorial e radiológica;
- 5) assistência farmacêutica nas internações hospitalares e a nível ambulatorial;
- 6) expansão racional e integrada dos serviços de atenção primária;
- 7) desenvolvimento da formação profissional de médicos comunitários, sanitários e clínicos gerais, além de enfermeiros de alto nível, atenden-

tes de enfermagem, assistentes sociais e cooperativistas;

8) reabilitação profissional.

Todas as formas de assistência médico-hospitalar, odontológica, laboratorial, farmacêutica e radiológica, por representarem direitos do cidadão, serão prestadas com gratuidade total.

O financiamento das ações e serviços de saúde será provido por receitas públicas, cujos valores dependerão de lei específica, e enveloparão, além da contribuição de patrões e empregados, recursos oriundos da União, Estados e Municípios.

Esses recursos, por igual, servirão de suporte para os programas de seguridade social e abrangerão:

- a) cobertura de doenças, invalidez, velhice, morte e incapacidade parcial permanente;
- b) proteção às gestantes e nutrizes;
- c) seguro-desemprego para todos os trabalhadores.

Vale assinalar que no conjunto de direitos sociais é fundamental incluir, como conquista inadiável, a extensão dos benefícios do seguro social à mulher rural, a quem, inclusive, deve ser deferida a aposentadoria por velhice aos 50 anos de idade.

O benefício abrangerá as esposas, companheiras e filhas solteiras dos trabalhadores rurais; assim como as assalariadas do campo, cabendo-lhes uma aposentadoria equivalente a, pelo menos, 1 salário mínimo regional.

Se for possível no texto constitucional esse conjunto de medidas, certamente a futura Carta Magna refletirá, na área da saúde, as aspirações válidas e as justas reivindicações da esmagadora maioria da população.

Do contrário, a seguridade social continuará sendo uma simples e inócuas figura de retórica, alimentada apenas pelo discurso dos palanques eleitorais e pela demagogia grosseira dos que se nutrem da farsa e da mentira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruberval Pilotto.

O SR. RUBERVAL PILOTTO (PDS – SC, Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A forma pela qual está estruturada a Justiça do Trabalho no Brasil constitui um dos pontos altos de nossa legislação trabalhista e de nossa organização judiciária.

A Justiça do Trabalho está dividida entre: Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Regionais e Tribunal Superior do Trabalho.

Essa divisão se reveste de um caráter bastante específico e vanguardista, além do intuito de "socializar" o Direito, e foi exatamente com essa disposição, que se determinou a separação dos processos litigiosos referentes ao trabalho de todos os demais.

Assim, criou-se uma jurisdição exclusiva, que assegura a co-participação, em seus órgãos, ao lado dos Juízes "fogados", de carreira, de Juízes Classistas, assim chamados por serem representantes de empregadores e empregados.

Uma vez que cabe à Justiça do Trabalho julgar e conciliar os dissídios próprios da classe e demais controvérsias relacionadas com o trabalho, é bastante oportuna e desejável a presença dos repre-

sentantes das classes nos julgamentos de questões regidas pelas normas jurídicas trabalhistas.

Pretende-se, contudo, neste momento de elaboração de nova Carta Constitucional, excluir das Juntas de Conciliação e julgamentos a figura dos Juizes Classistas, sob a alegação dos meios patronais de que esse sistema leva, quase sempre, ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

Todavia, a interferência dos representantes classistas como fator de amortecimento dos conflitos e preciosos instrumentos de conciliação, não pode ser contestada nem posta em dúvida, uma vez que, sem a sua participação, até mesmo a paz social poderia estar seriamente ameaçada nas oportunidades em que as divergências assumem aspectos mais graves.

Dante desses argumentos é que, sentindo-se ameaçados, os representantes sindicais se vêm manifestando contra a extinção desses cargos, que, além do mais, representam uma conquista obtida há já quase cinqüenta anos.

Acrescente-se, também, que o sistema, durante todo esse período, vem funcionando de maneira bastante eficiente, motivo pelo qual o povo, de modo geral, ainda confia na Justiça do Trabalho.

Apelo, portanto, aos colegas Constituintes, em nome dos Sindicatos de meu Estado – Santa Catarina –, especialmente aqueles subordinados à jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento, de Tubarão, que a mim recorrem, no sentido de que considerem seriamente a questão, antes de dá-la por definida e encerrada, extinguindo os cargos de Juizes Classistas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney, depois de seguidas conversações com os partidos políticos integrantes da Aliança Democrática, declarou que o ciclo de reforma do escalão ministerial estaria encerrado com a escolha do ex-senador Marcos Freire para ocupar o MIRAD.

Mais uma vez, meu Estado, o Pará, foi preterido pelo Governo Federal, que o puniu duplamente, em dois episódios quase simultâneos: a exclusão da possibilidade de participar do Ministério e a aplicação de uma verdadeira penalidade, imerecida e traumática, representada pela intervenção no Banco do Estado, determinada pelo Banco Central.

Sob pretextos que exigem explicações amplas e detalhadas, o BACEN divulgou alegações capciosas, que ocasionaram pronta contestação do eminente Governador Hélio Gueiros, enfático nas afirmações em defesa do Banpará e no telex que enviou ao Presidente da República, e cujo texto honro-me de reproduzir neste pronunciamento:

"Em face da insistência Banco Central em informar à Nação que intervenção Banco do Pará se deveu ao fato de que o banco estadual sacou mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, respeitosamente convidou Vossência para ser mediador da situação oferecendo seguinte proposta: se o

Banco Central provar documentadamente perante Vossência que realmente Banpará até vésperas da intervenção havia sacado mais de seis bilhões de cruzados das reservas bancárias, eu renuncio mandato de Governador. Se por outro lado, eu comprovar perante Vossência que, nas vésperas da intervenção, o Banco do Pará só havia sacado ao redor de dez por cento dessa quantia, ou seja, aproximadamente seiscentos milhões de cruzados, sendo a diferença para os seis bilhões unicamente resultado de multas e castigos impostos pelo BACEN, com base em suas infinitas resoluções. Vossência determinará o levantamento da intervenção no Banpará e demitirá o Presidente do Banco Central, por ter mentido à Nação."

O repto do Governador do Pará ao Presidente da República, a despeito da contundência do seu conteúdo, própria de quem se acha seguro de estar com a verdade, não deve servir como tema de exploração política para agravar, ainda mais, o já comprometido relacionamento entre os dois Chefes de Executivos. Ao contrário. O que se coloca na essência do episódio é que o Banpará, a exemplo de outras instituições similares, tornou-se vítima do modelo econômico criado pela tecnocracia da Nova República, e agora amarga o dissabor de pagar por um saque de seiscentos milhões de cruzado a bagatela de mais de seis bilhões de cruzados, que lhe exige o Banco Central.

A reação do Governador Hélio Gueiros, quanto procedente no aspecto político, esbarra, como bem destaca no seu telex ao Presidente Sarney, nas "infinitas resoluções" pelas quais são divulgadas as normas do Banco Central.

É necessário que se compreenda a gravidade do impasse criado com a intervenção no Banco do Estado do Pará. A imagem da instituição, tão logo determinada a medida, ficou comprometida perante seus clientes.

Não se terá como restaurá-la a curto prazo, salvo se a intermediação do Presidente José Sarney, postulada pelo Governador Hélio Gueiros, se fizer concreta, em termos imediatos e inadiáveis.

Ainda há pouco, sentimos o estado de angústia, e também de alta preocupação, de uma parcela dos mais de dois mil funcionários que exercem atividades no Banpará, em todos os setores de operações. Isto representa, no global, cerca de oito mil empregos indiretos, que precisam e devem ser preservados, sob pena de caírem esses servidores nas malhas da recessão, jogados no desespero das dificuldades que afligem, hoje, a maioria do povo brasileiro.

Como representante político do Pará no Congresso Constituinte, desejo associar-me ao apelo do Governador Hélio Gueiros, meu particular amigo, no sentido de obter do Presidente da República uma definição imprecisa de justiça e coerência, tanto mais justificada quanto o Pará contribui com o seu potencial econômico em proporções maiores que a de muitos Estados desenvolvidos, para compensar o balanço comercial com superávits que chegam, em alguns exercícios, a ultrapassar a casa dos 400 milhões de dólares. E o que é curioso destacar, "sem nenhuma contrapartida do Governo Federal".

Do Presidente Sarney, o mínimo que o povo do Pará espera é que S. Ex.^a preserve a memória histórica do Banpará, libertando-o da infame intervenção que, necessária ou não, segundo as normas do Banco Central, poderá ser suprida por medidas menos drásticas e mais compatíveis com a grave realidade que o País enfrenta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos problemas mais importantes do País, agravado a partir de 1960, com a nova discriminação tributária que se inseriu no texto constitucional, tem sido o da injusta repartição do produto fiscal entre as três esferas federativas, com especial prejuízo para o Município, com menos de quinze por cento, enquanto a União empolga mais de sessenta por cento dos impostos arrecadados no País.

Toda a luta empreendida pelos Municípios brasileiros, no último decênio, resultou em mínimo proveito, porque o Poder Central conseguia prejudicar o andamento das proposições municipalistas, sempre insuficientes os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios.

Agora, encaminhamos sugestões ao anteprojeto de texto constitucional, concebida nos seguintes termos:

"Art. Do produto da arrecadação dos Impostos de Renda e Proventos de qualquer natureza e sobre consumos especiais, a União distribuirá cinqüenta por cento, na forma seguinte:

I – Vinte por cento, ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II – vinte e oito por cento ao Fundo de Participação dos municípios;

III – dois por cento ao Fundo Especial, que terá sua aplicação regulada em lei."

Já procuramos disciplinar a matéria, por via da sugestão nº 165, mas um lapso de redação deixou sem referência completa o Fundo de Participação dos Municípios, o que nos levou a renovar a matéria, na presente sugestão, indo ao encontro de Governadores e Prefeitos, que tanto têm lutado contra a injusta discriminação tributária que caracteriza a sistemática vigente no País.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Koyu Iha.

O SR. KOYU IHA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A luta de um Partido político não se esgota na sua chegada ao poder, muito pelo contrário: ela se mantém nessa circunstância, tanto pela necessidade de aplicação das idéias que defendeu junto à população para obter-lhe o voto, quanto pelo compromisso implícito de responder positivamente à expectativa popular, sobretudo nos momentos de crise.

O meu Partido, o PMDB, ascendeu ao Poder na esteira de uma verdadeira revolução eleitoral, iniciada a partir da campanha pelas diretas já, acelerada com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e consolidada no pleito de novembro do ano passado, quando conquistou 22 dos 23 Governos Estaduais, além de sólida maioria no Congresso Nacional e em quase todas as Assembléias. Foi uma vitória magnífica, espelhando com absoluta clareza a esperança do povo brasileiro nas atitudes, posições e palavras das lideranças peemedebistas.

MUDANÇAS JÁ!

O tempo e a falta de visão dos dirigentes deste País, entretanto, encarregaram-se de turvar essa vitória, lançando sobre o Partido, com justa razão, o ônus do fracassado Plano Cruzado, do recrudescimento da inflação e da deterioração no nível de vida, econômico e material, dos brasileiros. Da mesma forma que não foi possível desvincular do PMDB o êxito inicial do Plano Cruzado, não se pode, agora, dissociá-lo da crise econômica e política em que vivemos. É uma crise com fundas origens no Governo e o Governo, ao menos teoricamente, é do PMDB, já que peemedebistas são o Presidente da República e a maioria de seus Ministros.

Inchado, por conveniência, por pessoas que fizeram estágio na antiga Arena fato que me entristece sobremaneira – o PMDB acha-se hoje desarticulado e desarvorado. Não consegue que o Governo coloque em prática o seu programa, não sabe o que fazer com o pouco poder de que dispõe e, mais grave, está perdendo a capacidade de representar a sociedade e canalizar as suas expectativas. O PMDB parece hesitar entre o poder e o povo, como se estar com um, significasse obrigatoriamente posicionar-se contra o outro, e transmite toda essa indecisão aos seus comandados, aturdidos entre as posições da cúpula e as exigências das bases.

O recente episódio do adiamento da convenção partidária que pretendia discutir o mandato presidencial revela, além dessa aparente contradição da cúpula partidária, dois outros fatos igualmente significativos: a preferência pela indefinição, quando o momento é de posicionamentos firmes, e a tomada de decisões em completo distanciamento das bases.

Se o maior partido político brasileiro e, até recentemente, o que mais compromissos mantinha com a população, recusa-se a discutir assunto de tamanha envergadura quanto o mandato presidencial, o que poderá o povo brasileiro esperar com relação a outros temas que lhe dizem igual respeito? Não se pode servir a dois senhores, já ensina o velho princípio moral. Entendemos que o PMDB deve fazer uma opção clara sobre o tema e, acima de tudo, definir-se. Embora, particularmente, defendamos o mandato de quatro anos, somos de opinião que, ou quatro ou cinco, a alternativa deve surgir do partido e o quanto antes possível. Não podemos, nós peemedebistas, ampliar o vazio que hoje existe na sociedade com relação ao tema. Os brasileiros têm um Governo – se é que podemos chamar assim – que não sabem quanto tempo durará e o maior partido nacional não consegue esclarecer essa dúvida. Corremos o risco, a permanecer essa indefinição, de ser atropelados pelos fatos e assistir, impotentes, à própria sociedade tomar em suas mãos

a resolução do impasse. Seria, estamos certos, o atestado da nossa completa falência como instituição política e da nossa, agora duvidosa, pretensão de representantes do povo.

Quanto ao isolamento das bases, é notório que a cúpula partidária, vem se esmerando em tomar – ou deixar de tomar – decisão de gabinete. Revela observar, entretanto, que são as bases a alma de qualquer partido, que são os militares, movidos pela garra e pela convicção, que alteram o curso de um pleito, transformando-o, de derrota, em vitória. O PMDB está abandonando as suas bases e seus militantes e, por consequência, está sendo abandonado por eles. É uma triste, mas real, constatação, feita acreditamos, por todos os parlamentares peemedebistas desta Casa. E nem poderia ser diferente, pois são essas bases e os militantes que mais sofrem com a indefinição partidária, pelo contato direto e diário com a população. São cobrados, questionados e nada têm a dizer, porque falta convicção e identificação com as decisões da cúpula.

Há necessidade do PMDB se reafirmar como Partido compatível com sua grandeza. Há necessidade do PMDB se posicionar diante da crise conjuntural do momento na área econômica, propondo ao Governo, não em termos utópicos, mas realisticamente, um plano de combate a inflação, investimento nas áreas prioritárias ao desenvolvimento, procurar por todos os meios lutar contra o desemprego e a fome.

O homem que luta somente pela sua sobrevivência, não pode sequer pensar, quanto mais participar. O homem faminto, sem teto e sem emprego, não tem liberdade e sem liberdade não se constrói a democracia, luta maior da sociedade brasileira, que o MDB e PMDB souberam canalizar, até a presente data.

O PMDB, voltamos a repetir, deve definir-se, escolhendo entre ser o político que, nascido no MDB, tem passado, história, e, portanto, pode ter presente e futuro, ou ser mera linha auxiliar do Governo e contentar-se com o poder efêmero representado por alguns Ministérios e uma dezena de cargos. A expectativa de mudanças confiada ao PMDB não está sendo atendida, muito pelo contrário, e mais cedo ou mais tarde – acreditamos que – mais cedo – essa desilusão nos será cobrada. Pior que a omissão uma forma de posicionamento, apesar de tudo – é a indefinição, própria dos fracos, a quem a História se recusa a reservar espaço, por estas razões, conclamo desta Tribuna, a necessidade urgente de uma tomada de consciência, refletida no interesse da Nação para que o PMDB, volte a ser o partido da mudança, para a efetiva consolidação da Democracia.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Na quarta parte nova os campos ará. E se mais mundo houvera, lá chegara."

Não precisamos insistir.

Todos sabemos que amar, não só falar de Portugal, implica em amar o Brasil. Somos mais portugueses que os de Portugal, ao somarmos muito mais pessoas do mundo inteiro, negros como os da Guiné, Angola e Moçambique, orientais como os de Goa e Macau, e outros tantos de variados países nunca antes imaginados, nesta síntese aportuguesada de todos os povos que é o Brasil.

Se a Pátria for a Língua, como já se disse, então, o Brasil está onde Portugal estiver ou esteve. Chegará o dia em que também nosso idioma será um dos oficializados pela Organização das Nações Unidas. Tenho certeza, mais que esperança: virá este dia. O Itamaraty deve movimentar-se, ainda mais, no sentido desta reivindicação, um desejo mais que justo: quase duas centenas de milhões de indivíduos falam português, países afora. Francês, Espanhol ou Árabe, já línguas oficiais da ONU, são falados em menor escala que o Português.

De minha parte acrescento esta reivindicação às que acabo de encaminhar à Assembléia Nacional Constituinte, na forma de emendas ao art. 9º do Substitutivo da 1ª Comissão ("Aos originários dos países de Língua Portuguesa será exigido apenas prova de identidade") e ao art 5º da mesma Comissão: "A restrição aos brasileiros naturalizados, originários de países de Língua Portuguesa, limitar-se-á aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República".

Trata-se de um ecumenismo luso-tropical, como o diria Gilberto Freyre, Mestre de nós todos em lusitanidade. Abrindo suas portas, pelo seu próprio peso, o Brasil atrairá toda a comunidade luso-falante a idênticas atitudes. É preciso que do maior parte o exemplo. Com paciência e perseverança, Portugal e África nos seguirão. Alguém precisa dar o primeiro passo, que sejamos nós, brasileiros.

O "Dia de Portugal", "Dia de Camões", significa mais outra inspiração para continuarmos a caminhada gloriosa que nos une.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste momento em que se projeta o futuro normativo do Brasil, através da Assembléia Nacional Constituinte, um assunto tem-me preocupado, que é a própria sobrevivência do Senado Federal e a intangibilidade de suas prerrogativas constitucionais.

Ainda recentemente, o Anteprojeto da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais querendo, muito justamente, alargar o domínio do Legislativo no importante setor das Relações Internacionais, resolveu fazê-lo com prejuízo de algumas de nossas funções tradicionais.

Assim é que, se aquele Anteprojeto viesse a se transformar em capítulo da Lei Maior, a Casa Alta do Congresso Nacional não teria mais a exclusividade, que hoje lhe é dada, de aprovar pre-

Hoje é o "Dia de Portugal", portanto Dia também do Brasil, até mesmo porque o "Dia de Portugal" é comemorado no dia da morte de Camões, o Poeta-Maior da Língua, que não esqueceu o Brasil n'Os Lusíadas":

viamente a indicação dos Chefes de Missões Diplomáticas brasileiras no exterior.

E nem seria competente para autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando estes estipularem garantias do Tesouro Nacional ou onerarem financeiramente a União.

Isto me leva a fazer algumas ponderações sobre a matéria, embora eu veja com satisfação que o Anteprojeto do Senador José Paulo Bisol, Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, não reincidiu naquelas práticas atentatórias às nossas prerrogativas.

Achamos oportuno debater o tema no plenário da Assembléia Constituinte, porque as inovações supramencionadas poderão voltar às discussões parlamentares, onde os Senadores, numericamente inferiores aos Deputados, só podem ter suas idéias vitoriosas se estas tiverem para si a força da razão e especial poder de convencimento.

Reclamo a manutenção de nossas atribuições específicas em matéria de Relações Internacionais e, não apenas porque encontram apoio no texto bicentenário da Constituição dos Estados Unidos da América.

É de todos conhecida a Seção II do art. 2º da Constituição de Filadélfia, que no seu item II determina:

"Mediante parecer e acordo do Senado, (o Presidente da República) poderá ajustar tratados, que deverão ser aprovados por dois terços dos senadores presentes. Também com o parecer e acordo do Senado, designará os embaixadores, outros representantes diplomáticos e cônsules, juízes do Supremo Tribunal e todos os restantes funcionários dos Estados Unidos que não tenham de ser providos nos cargos por outra forma prevista pela Constituição, entendendo-se sempre que os respectivos cargos deverão ser criados por lei."

É evidente que um precedente desta origem justifica suficientemente as competências que nos foram outorgadas pelo texto constitucional brasileiro.

Mas o fato de representar influência exógena não basta para que nossas atribuições constitucionais permaneçam intocadas.

Elas só o serão, neste momento em que a Constituinte se acha convocada, se puderem demonstrar que obtiveram sucesso e eficiência em nossas organizações institucionais.

E é por isso que estou trazendo o problema à amadurecida apreciação de Deputados e Senadores.

Quero demonstrar aos meus ilustres Pares que o Senado é pessoa substantiva da Federação e duplamente legitimada para falar em nome dos interesses do Brasil: ele representa perante a União os Estados-Membros, Unidades Federadas que não têm o poder de manter relações com Estados estrangeiros, ao mesmo tempo em que representa também o povo brasileiro, vez que seus Membros são todos eles eleitos por sufrágio direto e universal.

Não se nos venha, portanto, alegar que só o Congresso Nacional deveria ter responsabilidade em matéria de política externa, porque ele representa o povo, que é tão diretamente atingido pelos atos internacionais que vinculam o Brasil.

Representante dos Estados e do povo brasileiro, o Senado Federal tem tradição secular na área externa.

Tem **know-how**, competência, agilidade e eficiência para tratar de questões externas que lhe foram tradicionalmente endereçadas pelos textos de nossas Constituições, desde de 1891.

Se a Assembléia Nacional Constituinte está reunida neste momento, não é apenas para introduzir novidades em nossa ordem jurídica. Ela pode e deve manter em nosso ordenamento jurídico as normas que tiveram aplicação correta e revelaram-se salutares e úteis.

Como tive oportunidade de afirmar, oferecendo emenda ao Anteprojeto da Subcomissão I-a, "é hora de trazer a experiência de uma instituição vital do Estado, o Senado Federal, para o importante campo das Relações Internacionais, ainda hoje sob excessiva centralização no Itamaraty".

Sabemos que as aspirações inovadoras são reflexos de fatores conjunturais.

O volume sempre crescente de nossa dívida externa tem impedido a opinião pública e os políticos de modo geral de considerar as relações internacionais e a política externa sob o seu melhor ângulo.

Sem dúvida, os problemas e o contencioso que estão surgindo do endividamento externo são dignos de preocupação da parte do Constituinte.

Mas a Constituição não se faz apenas de interesses imediatistas, sem previsão do estrutural, do duradouro e do multilateral.

A política externa não é mais uma questão de segredo ou de sigilo total e tem de ser compartilhada pelo Executivo, na sua fase de execução, tanto quanto no seu período de elaboração.

Entretanto, o interlocutor válido do Presidente da República e de seus agentes diplomáticos nem sempre é o Congresso Nacional, na sua expressividade numérica.

Quando o assunto requer eficiência, amadurecimento e presteza, o Senado Federal pode emprestar legitimamente a sua co-responsabilidade ao ato do Executivo.

As relações internacionais demandam dinamismo, criatividade e certa fluidez.

Não se pode entravá-las excessivamente, chamando à deliberação um número muito grande de pessoas.

Nem se justifica, tendo em vista as peculiaridades da matéria, que se crie no Congresso Nacional um Comitê de Avaliação e Fiscalização da Política Externa, que funcionaria até mesmo no recesso parlamentar.

Devemos ser realistas para levar suficientemente em conta as dificuldades de **quorum**, que têm marcado a vida parlamentar brasileira, até mesmo em período de Constituinte.

Tampouco é aconselhável constituir comitês no seio do Congresso Nacional, tendo em vista que as Comissões Permanentes das duas Casas já cobrem as várias áreas de interesse.

Mas que se reserve ao Senado Federal o que sempre foi dele!

Ele tem sabido tratar a matéria de sua competência, quer no tocante à indicação de embaixadores, quer no que diz respeito aos empréstimos externos, que tem autorizado.

Não foi apenas por obra senatorial que a dívida externa cresceu ou o aval do Tesouro Nacional se prodigalizou.

As autorizações genéricas e as leis autorizativas neste ponto foram obra conjunta de Deputados e Senadores.

E é evidente que, no futuro, nenhuma autoridade dará de modo irrefletido e perdidário o aval da União às operações de captação de recursos externos pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os Senadores não são insensíveis aos problemas conjunturais, mas querem ver-lhes garantido o direito de decidir, como sempre fizeram, as importantes questões de política externa, com circunspecto, amadurecimento e visão de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Numa hora em que o Nordeste parece ameaçado com um novo ciclo de secas – o último durou cinco anos –, o rationamento da energia elétrica consegue, de algum modo, certa aceitação junto ao povo, justamente porque ele vem sendo justificado com razões que não resistem uma análise mais profunda ou detida. Acontece que esse rationamento tendente a gerar polêmica pune o Nordeste que, mais uma vez, é vítima da política administrativa que cada vez mais privilegia o Centro-Sul e o Sul do Brasil, enquanto os problemas mais graves e urgentes do Nordeste são tratados sem qualquer interesse. Vale lembrar que por ocasião da assinatura dos contratos recentes firmados pelo Ministério das Minas e Energia, a fim de construir a Usina Hidrelétrica de Xingó, que ficará localizada no final do "canyon" do São Francisco, entre os Municípios de Piranhas (Alagoas) e Canindé (Sergipe), foi apontado o seu alto custo. Salta à evidência, assim, que por esta razão a obra vital planejada há tantos anos só agora consegue dar o passo inicial.

Por esta mesma ilação dos responsáveis pela política energética do País é que as obras da Hidrelétrica de Itaparica, em meu Estado, Pernambuco, começaram com o mesmo atraso, sofrendo várias interrupções por falta de verbas, circunstâncias que penalizam o desenvolvimento nordestino e terminam por gerar situações constrangedoras e altamente danosas como as que começam a surgir com o rationamento, à frente a recessão e o inevitável desemprego.

Sr. Presidente, na verdade o atual rationamento que vem sendo cotejado com vultosa campanha publicitária, dando a entender que é uma providência provisória, tenderá a penalizar por bastante tempo a nossa Região Nordestina. Tudo, salvo melhor juízo, depende das condições climáticas. Assim, se forem confirmadas as previsões da falta de inverno no corrente ano, de um regime de chuvas normal, a situação vai-se agravar implaca-

velmente. Isto a propaganda oficial se exime de informar e trazer ao conhecimento do povo.

Para melhorar a situação e desanuviar os prognósticos, é preciso chover normalmente no rio São Francisco, principalmente na sua cabeceira em Minas Gerais; onde fica a represa de Três Marias, que tem capacidade muito inferior à de Sobradinho. Apesar disso, Três Marias funciona desde o final do ano passado à plena carga para auxiliar o enchimento do lago de Sobradinho. Todavia, por questões de navegabilidade do rio São Francisco, não há como se dispor muito das águas de Três Marias. É que neste reservatório há uma defluência regularizadora, o que significa que não se pode usar as águas em todo seu potencial, por uma razão inelutável: é preciso manter o rio em nível ideal para permitir a navegação...

Sr. Presidente, por razões desta ordem é que não posso ser otimista, mas realista, diante da incômoda, e já fortemente prejudicial, circunstância do racionamento.

Mas bem que o Ministério das Minas e Energia já poderia ter tomado providências urgentes e objetivas, como a implantação de usinas marémotrices e outras unidades térmicas. Se houver um novo ciclo de secas e o racionamento tiver de ser intensificado (o corte de fornecimento de energia elétrica para o Nordeste corresponde a uma máquina de Tucuruí de 330 MW), haverá o esfacelamento total da economia nordestina.

Eis, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o perigo que corre Pernambuco.

Oportunamente, volto ao assunto. (Palmas. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A convulsão política, estabelecida em torno do período de mandato do Presidente Sarney, que está provocando a quebra da unidade em quase todos os Partidos Políticos com representatividade na Assembléa Nacional Constituinte, não é mais que o retrato precursor da crise que ameaça agitar a Nação, para exigir do Governo um plano de definição, capaz de assegurar rumos que hoje parecem abstraídos no itinerário da mau administrativa, em nosso País.

Estamos nos preocupando com o acessório, enquanto parecemos surdos aos clamores daqueles que advogam a defesa do essencial. E o que é mais grave ainda, em momento de plena exaustão, pois perderam a credibilidade no comando administrativo e político, comprometendo a esperança de encontrar melhores perspectivas, que possam suavizar a deplorável situação de desmando, indiferença e omissão, que preside a causa pública, nos dias atuais.

Quem está no dever de lutar pelo resguardo do mandato de seis anos, que lhe foi outorgado com fulcro na ainda vigente Constituição de 67, e Emendas subseqüentes – é o próprio titular desse mandato: o Presidente José Sarney. Mas, se esse direito lhe incumbe razões de ordem jurídico-constitucional para defendê-lo, impõe-se à S. Exª que, o mínimo de um gesto cortez, no que

aliás é pródigo – explique ao povo brasileiro o que pretende fazer para conjurar a crise econômica, sedimentar em bases sólidas á trajetória do desenvolvimento integrado e, finalmente, recuperar o espaço que perdeu na confiabilidade popular, pois nesta última, está concentrado o lamentável hiato, responsável pelo constante fosso que distancia o Estado da Nação.

O Governo necessita, urgentemente, aplicar remédio eficaz para curar a crise de autoridade que vem corroendo o alicerce da paz social e empurrando, cada vez mais, o povo brasileiro para a prática de atitudes não compatíveis com a tolerância ao império da lei e da ordem.

Com todo o respeito que tenho à Instituição Partidária, convencido que estou de que, sem o fortalecimento da sua estrutura colocamos em risco a estabilidade democrática, peço vénia à Augusta Casa do Povo para dizer que o Presidente da República, na ânsia de defesa do mandato que exerce, bate em porta errada quando procura os líderes políticos para negociar o período da sua permanência à frente da Suprema Magistratura da Nação.

A partir do instante em que a inflação começar a sofrer declínios verticais, e o modelo econômico tiver conquistado a confiança da sociedade, na certeza de ativa retomada para o desenvolvimento, sem traumas maiores que os atualmente experimentados, o período do mandato do Presidente da República estará definido, de forma livre e espontânea, pelo reconhecimento do Povo, e não pela parcela da sua representação nas duas Câmaras do Congresso Nacional.

Tal pressuposto, reforça a tese da criação de uma frente ampla, tanto na área econômica como na área política, mobilizando-se as inteligências disponíveis em ambos os setores, e confiando-lhe a tarefa de elaboração do Plano Econômico, com o compromisso formal do Governo executá-lo sem submissões nem constrangimentos, partam de onde partirem.

Ainda que minha persistência em busca do ecumenismo desejado, embora aparentemente impossível, a mim atribua condição de "pregador no deserto", vale a pena insistir, senão como um desejo de ver o meu País escapar das malhas do caos que o ameaça, pelo menos de registrar posição entre os poucos homens lúcidos que ainda remanesçem fiéis ao princípio de que, "enquanto há vida, perdura a esperança".

Era o que tínhamos a dizer.
O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"A bancada nordestina com assento no Congresso Constituinte promoveu reunião no interior da Paraíba, em Patos e Sousa, mais precisamente, com a presença dos Ministros da Irrigação, Fazenda, Planejamento, Agricultura e Interior. O encontro ao qual estiveram presentes mais de quarenta parlamentares federais, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, líderes comunitários, dirigentes sindicais, jornalistas, agricultores, comerciantes e o Governador da Paraíba, tinha por finalidade levar essas altas autoridades federais ao sertão

nordestino para constatarem a seca e suas terríveis consequências bem como sentirem de perto a revolta dos nordestinos com o tratamento que estão recebendo, nesta hora de grandes dificuldades. Lamentavelmente, a reunião convocada sob grande expectativa frustrou a esperança que conseguira despertar na população do Nordeste. Não houve nenhuma resposta para a angústia dos nordestinos que assistem impotentes a destruição de sua frágil economia. Os juros elevados, inclusive com a celebração de aditivos que fazem incidir a correção monetária em contratos tramados na vigência do Plano Cruzado arrasam os pequenos proprietários desencadeando uma onda de revolta contra o Governo. O desemprego, a perda da safra e a demora na implantação das medidas assistenciais por parte do Governo geram um perigoso clima de insatisfação e tensão social. Há anos o interior do Nordeste não via comitiva tão ilustre, integrada por ministros que desfrutam de grande poder decisório na República. Lamentavelmente, eles nada disseram ou fizeram, que trouxessem algum alento para o sofrido Nordeste. A decepção que a visita causou ao povo, e a nós, parlamentares, fortaleceu nosso espírito de resistência e estimulou nossa capacidade de luta. Sabemos que é preciso reagir e ir até as últimas consequências em defesa da região nordestina. A meu ver, o Presidente Sarney, um nordestino, não tem conseguido vencer essa indiferença antiga do núcleo de poder em relação ao Nordeste, sempre marginalizado e preterido nos interesses. Melhor fora que lá não tivessem ido tantos ministros, cujas presenças trouxeram apenas desalento ao povo tendo a visita repercutido muito mal em todo Nordeste.

Vamos insistir na luta sem arrefecer na perseguição ao nosso objetivo de propiciar ao Nordeste meios reais, para superar a pobreza secular em que vive mergulhado. Vamos continuar cobrando do Governo e vamos lutar para inserir na nova Constituição dispositivos que assegurem à região o tratamento que ela necessita e merece.

Por último, quero aproveitar a oportunidade para solicitar ao Ministro Marcos Freire, do Ministério da Reforma Agrária que determine providências, no sentido de dispensar o pagamento ao INCRA, do Imposto Territorial Rural, uma vez que proprietários empobrecidos, endividados, e sem produção, não terão como saldar esses compromissos, daí o pedido que ora formulamos ao Governo Federal, para que haja à semelhança do que já fez em anos passados.

Era o que tinha a dizer.
O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Sr. Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléa Nacional Constituinte entra em uma fase de tomada de decisão, pois, ao serem votadas as matérias nas Comissões Temáticas, estas dão nitidez às idéias e propostas e começam a dar corpo ao texto constitucional.

Naturalmente, muitos avanços e recuos ainda vão ocorrer, no entanto, as linhas mestras da nova Constituição começam a aparecer.

Ao remeter os relatórios adrede preparados pelas Comissões Temáticas à Comissão de Sistema-

tização, cumprem aquelas um dos estágios mais importantes do momento constituinte, pois nestes relatórios estarão espousadas as linhas mestras do pensamento consensual sobre os principais Capítulos da Nova Carta.

No âmbito da Comissão Temática da Ordem Econômica, há inúmeras, muitas idéias contraditórias e pontos fundamentais, que haverão de gerar bastante polêmica, durante a votação dos mesmos, a ter início na próxima sexta-feira.

É necessário que a sociedade brasileira, que os segmentos econômicos mais representativos do País estejam atentos para o embate a ser travado nos dias 12, 13 e 14 de junho. Próximos e distantes pontos de vista estarão movimentando a Nação inteira, e, na segunda-feira, o Brasil poderá emergir com uma proposta nacionalista e responsável para o ordenamento das relações econômicas intrínsecas e as relações entre o setor privado da economia e a participação do Estado no processo produtivo.

Vamos ver o que vai dar: diretrizes seguras e produtivas, ou o retrocesso travestido de "progressista", que se aloja numa facção de natureza ideológica que não leva em consideração os legítimos interesses nacionais, mas deseja do Estado de "quanto pior, melhor"!

Voltarei ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Numa iniciativa pessoal, sem envolvimento de quem quer que seja, sem aconselhamentos ou diretrizes, dias atrás apresentei emenda prorrogando os mandatos municipais (Prefeitos, Vices e Vereadores), por um ano.

Liminarmente, pois, é de toda a conveniência que fique muito claro que não recebi insinuação, ordem ou o que seja sobre o assunto do Presidente José Sarney ou do Governador Orestes Quêrcia, meus companheiros políticos. Nem de qualquer pessoa ligada a eles.

E inacolhida a emenda pelo Relator Prisco Viana, que entendeu dar tratamento bem diverso sobre o assunto, ainda ontem, último dia do prazo, renovei a emenda prorrogacionista.

Acredito que estejamos vivendo uma democracia, um regime que permite divergência. E os democratas verdadeiros, para evidenciar seus sentimentos democráticos, em primeiro lugar, devem respeitar os pensamentos diferentes, tendo um comportamento respeitoso e digno.

Não vejo imoralidade, não há falta de decro em propor uma prorrogação de mandato popular, quando se tem em mente dar uma segurança para que ultimemos o processo democrático, que carece ainda de tempo, para se votar com tranquilidade a Constituição Federal, as Constituições Estaduais, as leis complementares, a adaptação da legislação ordinária aos novos preceitos constitucionais. Entendo que o País precisa de um clima de paz, de tranquilidade, sem paixões ou passionismo tão próprio das disputas eleitorais, este ano e todo o ano que vem. Daí entender que não deva haver eleições em 1988.

Os homens responsáveis, no exercício de mandatos municipais presentemente e que foram contrários à prorrogação proposta, ao invés de usar o seu tempo com falas condenatórias, melhor fariam, e mais consequentes seriam se, desde logo, protocolassem com quem de direito, por antecipação, sua renúncia a qualquer período superior aos seis anos, que conquistaram nas urnas. Se procedessem suas falas veementes, por um gesto dessa dignidade, ganhariam até autoridade maiúscula, para verbalmente condenar a prorrogação proposta.

Lembra-me de passagem, que toda vez que se fala, ou se vislumbra medida prorrogacionista de mandato efetivo popular, os demagogos, os verborrágicos trombeteiam posições que não assumem posteriormente, concretamente. Lembra-se que, na última prorrogação de mandato municipal, em 1980, pelo menos no Estado de São Paulo, o único prefeito que não aceitou a prorrogação foi o nosso colega, Koyu Iha, de São Vicente. Tantos chegaram a condenar a prorrogação antes, como fazem muitos homens, novamente, mas apenas esse paulista foi coerente.

A minha emenda que prorroga o mandato municipal por um ano, para mim tem sentido patriótico, e visa, fundamentalmente, garantir, dando condições para a transição democrática, com a ultimação do processo democrático que reclama, no mínimo, este ano e o próximo, como tempo necessário para a reformulação dos preceitos legais a uma nova norma constitucional federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vinícius Cansanção.

O SR. VINÍCIUS CANSANÇÃO (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando se fala em safra agrícola, não se trata de coisa ocasional, mas de alimentos que estão presentes na mesa de todos os brasileiros.

A produção agrícola é de cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, aproximadamente 27 bilhões de dólares.

A safra de grãos está em torno de 30% desse valor, ou seja, cerca de 8 bilhões de dólares, sendo a terceira força em termos de produção agrícola, vindo logo abaixo da cana-de-açúcar e da pecuária de corte.

A produção agrícola envolve quatro milhões de produtores rurais em todo o Brasil, que, com os dependentes, alcançam cerca de 20 milhões de brasileiros, acrescentando ainda um contingente de aproximadamente três milhões de trabalhadores rurais.

Na realidade, a influência do trabalho no campo sobre a economia é ainda maior, porque há um número indeterminado de brasileiros que trabalham indiretamente ligados ao campo.

As estimativas são de que todo o complexo agroindustrial representaria, no Brasil, entre 40% a 45% do Produto Interno Bruto e cerca de 50% das exportações.

Sr. Presidente, rapidamente podemos sentir a importância da agropecuária na economia brasileira; convém salientar que o agricultor, como o pecuarista, sempre respondeu positivamente a todos os projetos do governo, mas, atualmente, está

profundamente preocupado com as altas taxas de juros devido à frustração do Plano Cruzado. Todos os sonhos de altos lucros, compra de novas terras, expansão das lavouras, da pecuária e reinvestimento em melhorias, que os agricultores tiveram após semear uma safra-modelo em 1986, fertilizada com o entusiasmo do Plano Cruzado e com a ajuda do clima, ficaram apenas no orgulho da colheita recorde de 66 milhões de toneladas. Com ele veio o pesadelo do pagamento dos compromissos de crédito rural, a partir do primeiro semestre deste ano, sob a égide da repactuação dos juros, da espiral inflacionária e da explosão das taxas.

O crédito rural, instrumento da política agrícola para fomento da produção e da produtividade, transformou-se em fator de inadimplência rural e desestímulo do próximo plantio.

Essa história certamente teria um final feliz, não fosse a quebra de expectativas e a mudança na regra do jogo, diante da falência do Cruzado.

Financiamentos acordados a taxas nominais de 8% ao ano, foram repactuados para os mesmos 8% ao ano, só que acrescidos da evolução da LBC ou Índice de Preços Recebidos pelo Produtor, o que for menor. Os créditos para investimentos estão na base de evolução das OTN, mais 6% ao ano.

Em fevereiro do corrente ano, essa nova realidade significava encargo de 18,8% ao mês, para os créditos de investimentos; em março 19,2% ao mês. Qual atividade do setor agropecuário capitaliza uma rentabilidade dessas? A insolvência se alastrou por todo o País. As falências e concordatas se avultam a tal ponto que o Presidente Sarney já determinou ao Ministro da Justiça um exame do assunto.

Na última semana passei quatro dias em Alagoas e visitei algumas bases eleitorais no interior do Estado e, por onde passei, isto é, nas cidades e na zona rural, a preocupação é uma só: "as elevadas taxas de juros". Assisti, e bem de perto, o verdadeiro drama que estão vivendo os agropecuaristas, os comerciantes, os industriais e os proprietários das micro e médias empresas, que, acreditando no Plano Cruzado, investiram em seus negócios.

No dia 9 do corrente recebi um telex da Associação dos Servidores da Embraer/AL que, solidária com o movimento reivindicatório daqueles que produzem bens de primeira necessidade, solicitava minha interveniência junto ao Conselho Monetário Nacional, no sentido de que fossem revogadas as resoluções do Banco Central do Brasil que tratam da aplicação da correção monetária no crédito rural para investimento, alegando que estas medidas estavam acarretando a falência dos produtores rurais, o êxodo e a recessão, o que, num futuro bem próximo, levará à falta de produtos essenciais básicos de alimentação no mercado brasileiro.

Srs. Constituintes, os homens públicos não se podem furtar à evidência de sua responsabilidade, portanto, venho desta tribuna fazer um apelo ao Presidente José Sarney, no sentido de que, diante destas revelações, venha em socorro do produtor brasileiro, especialmente do produtor nordestino, fazendo com que sejam revogadas estas resoluções que somente trouxeram a falência do setor produtivo. Apelo ao espírito patriótico do nosso

Presidente, pedindo que honre os compromissos assumidos com este povo que, após longa e penosa luta, vê-se em situação de insolvência, ameaçado de perder todo o seu pequeno patrimônio, acumulado após uma longa e sofrida luta nas atividades rurais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Sr. Constituinte Féres Nader.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Petróleo Brasileiro S.A., nossa tão conhecida Petrobrás, tem aparecido com particular freqüência no noticiário da imprensa, nos últimos dias, pela difícil situação financeira em que se encontra, em face do desencontro que veio a ocorrer entre sua receita e sua despesa.

Esse desencontro, Sr. Presidente, preso a fatos motivados pela transitória crise econômica que o Brasil atravessa, pode levar a Empresa a não ter condições de atender seu vultoso dispêndio normal, como o custeio de sua estrutura administrativa e industrial, bem como de manter no mesmo nível dos últimos anos seus investimentos com vistas a elevar a produção nacional de petróleo.

Segundo informe publicamente divulgado, a Petrobrás registrou prejuízo de 6 bilhões e 300 milhões de cruzados no primeiro trimestre do corrente ano, em virtude dos preços vigentes para os derivados de petróleo.

Contribui ainda para esse prejuízo a conta álcool, cujo déficit – por informação prestada pelo Presidente da Empresa – atinge hoje 2 bilhões e 300 milhões de cruzados, o que significa um prejuízo de 3 cruzados e 20 centavos em cada um dos 700 milhões de litros vendidos diariamente.

Admitiu o Ministro Aureliano Chaves, a propósito desses fatos, que as dificuldades que ora entravam o funcionamento e a expansão da Petrobrás poderiam ser eliminados pela pronta adoção de uma política realista de preços para os combustíveis líquidos que ela produz ou simplesmente repasse dos que promovem sua comercialização. O assunto, aliás, esteve em pauta – informa ainda o Ministro – na reunião que o Conselho Nacional de Energia fez no dia 9 próximo passado.

Sr. Presidente, não quero ser, nesta Casa, o defensor de qualquer aumento de preços, muito particularmente na área petrolífera, pelo inevitável efeito-cascata que medidas desse gênero logo determinam, até sua última e desastrosa consequência, representada pela elevação do custo de vida imposto à população.

Mas o que se passa com a Petrobrás merece de todos nós uma atenção especial. Medidas para resguardar a grande Empresa de um desgaste ou de um colapso precisam ser equacionadas e objetivadas com urgência. O interesse do País assim o exige.

Que opinião pública se conscientize da importância que encerrará para o Brasil quaisquer eventuais medidas que tenham por objetivo manter a Petrobrás capacitada a continuar exercendo seu papel.

A Petrobrás é uma Empresa vitoriosa, pelo que realizou até hoje, promovendo a prospecção e

a exploração do petróleo em diferentes pontos do Território Nacional e na plataforma submarina, a ponto de estarmos próximos hoje da autosuficiência. E, também, pelo que faz no plano do refino e do transporte do petróleo, usando os petroleiros de uma de suas subsidiárias, ou construindo e operando oleodutos.

De especial significação na folha de êxitos da Petrobrás vem sendo ainda a formação de técnicos que agora prestam serviços tanto a ela como a outros setores industriais, no Brasil e no exterior.

Notável, de igual modo, é o aperfeiçoamento que ela chegou a alcançar sob a pressão das circunstâncias, da sofisticada tecnologia necessária à perfuração e exploração de poços de petróleo em águas oceânicas profundas. Registre-se que esse trabalho pioneiro situou o Brasil como o maior possuidor atual da referida tecnologia, entre todos os países.

Anote-se, em seqüência, o estímulo que as atividades da Empresa vêm trazendo à produção nacional de equipamentos usados nas instalações exigidas pela exploração, processamento industrial e comercialização do petróleo.

De outro lado, a PETROBRÁS é na atualidade uma Empresa de ação e de projeção internacional. Através de suas subsidiárias – a INTERBRAS e a BRASPETRO – ela age fora das fronteiras do País, a primeira ativando nosso comércio exterior, a segunda carpeando espaços na parte técnica das explorações petrolíferas, em diferentes pontos do globo terrestre. O Brasil tornou-se um exportador de **Know how** e de **experts** em assuntos técnicos de petróleo.

Agora, para complementar a ação no exterior, cogita a PETROBRÁS de criar uma nova subsidiária, com a função específica de agenciar seus interesses e os do Brasil, no campo que lhe pertence, com a ampla utilização dos modernos recursos de **marketing**. A nova subsidiária chamar-se-á, se confirmada a, denominação provisória já escolhida, PETROBRÁS Overseas e terá sede em Londres.

A PETROBRÁS Overseas concorrerá no plano internacional com as chamadas 7 irmãs: as multinacionais Exxon, Texaco, Royal Dutch-Schel, Mobil, Gulf Oil, British Petroleum e Standard Oil.

Sr. Presidente, os brasileiros que têm memória, inclusive os de minha geração, lembram-se do que foi, em tempos idos, a luta travada para a adoção do monopólio estatal da lava, refinação e distribuição de petróleo. A PETROBRÁS foi o grande instrumento que emergiu e firmou-se como executante dessa política.

Sua preservação e fortalecimento neste momento – caso de todas as empresas estatais que operam nos setores básicos de nossa economia – é uma exigência de interesse nacional.

Como vivemos a hora das definições constitucionais, Sr. Presidente, acho que devemos dedicar um máximo de vigilância ante o que se está tentando fazer para desmoralizar e extinguir o monopólio estatal de petróleo. Precisamos defender, mesmo com sacrifício, aquilo que já conquistamos. O Brasil não pode regredir.

É este o pensamento que entrego à meditação e ao patriotismo dos Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Sr. Constituinte Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A população de nossa região (sul do Estado do Rio de Janeiro) deve estar intrigada com a campanha que a TV-Sul-Fluminense vem procurando, sistematicamente, menosprezar o Governo Municipal do PDT de Volta Redonda.

Não se trata de um trabalho sério de informação e divulgação que uma imprensa sadiamente tem o dever de oferecer à população. O que se vê é a TV-Sul-Fluminense numa ação mesquinha e deletéria da imagem de um governo do nosso Partido, quando essa TV só mostra à população o lado negativo das coisas. Mostra uma vala negra e sonega a divulgação ao povo da realização de obras todos os dias, sobretudo para população da periferia. Por que isso?

Por que a TV-Sul-Fluminense não age do mesmo modo com relação ao prefeito de Barra Mansa? É sabido que Barra Mansa tem uma porcentagem de valas negras, de bairros sem calçamento, sem redes de esgotos, sem água, luz elétrica, sem praças de esportes, etc., uma porcentagem muito maior que Volta Redonda. Por que a diferença de tratamento da TV-Sul-Fluminense?

Se o Prefeito de Barra Mansa, Luiz Amaral, compra uma galinha para a Prefeitura, a TV-Sul-Fluminense faz a maior promoção. Não é possível! Debaixo desse anúncio tem carne. A meu ver, o Prefeito de Barra Mansa deve estar patrocinando matéria paga na TV-Sul-Fluminense, e a Prefeitura de Volta Redonda, por não aceitar as "regras do jogo", tem o Prefeito do PDT recebido constante malhação dessa TV.

É bom lembrarmos que no tempo do Prefeito Benevenuto, quando da inauguração de um banco de jardim, os carros do Corpo de Bombeiros iam na frente fazendo o maior escarcêo. Ai, também, a TV-Sul-Fluminense era toda aberta ao Prefeito. Bons tempos aqueles em que o dinheiro do povo era empregado para endeusar o Prefeito...

Sendo a televisão um poderoso veículo de divulgação e formação de opinião pública, vê-se o quanto é prejudicial ao povo quando empregada erradamente. É por isso que as concessões de canais de televisão, sem um rigoroso critério de interesse da Nação, só têm servido para desservir o povo. Nunca um veículo de comunicação como o rádio e a televisão devia estar nas mãos de quem só pensa em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Michel Temer.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Comemora-se no dia de hoje, 10 de junho, a Data Nacional de Portugal, simbolizada na data da morte de Luiz Vaz de Camões, ocorrida neste mesmo dia e mês do ano de 1580.

Camões não foi só o maior poeta da língua portuguesa, mas o mais fiel tradutor dos sonhos e das glórias do povo português.

Nos "Lusíadas", mais alta expressão da cultura e do pensamento lusitanos, o pensador, colonizador, sonhador e soldado de todos os tempos, cantava o valor da raça lusitana. Sua origem, história e, muito especialmente, a gloriosa aventura

dos descobrimentos, avançando por "mares nunca dantes navegados", "entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram" (Os Lusíadas, Canto I).

O Brasil, Sr. Presidente, não foi só descoberto, mas edificado, criado e desenvolvido pelo "nobre, valente e destemido povo português".

Não é só a língua que nos une, Sr. Presidente; são nossos ideais, nossas afinidades, nossas esperanças. E esta nossa íntima ligação com a "Pátria-Mãe", não só perdura até nossos dias, como cada vez mais se desenvolve, apesar da independência política.

Fomos, como continuamos sendo, povoados pelos portugueses. É desse povo que nós, brasileiros, herdamos nossas tradições, nossos valores, nossos costumes, nossa língua, nossa cultura e muitas de nossas instituições.

Por tais razões, a data de hoje não poderia passar sem um registro nesta Casa, especialmente no momento em que se elabora uma nova Constituição.

Portugal, que já nos deu tanto, oferece também nesse particular, um significativo exemplo: sua recente "Constituição".

Emergindo de um longo período excepcional, o povo português, por meio de seus representantes, soube produzir um texto constitucional moderno, democrático, equilibrado, apto a proporcionar o desenvolvimento nacional e o bem-estar da coletividade e, por isso mesmo, destinado a perdurar assegurando a paz e a normalidade institucional por muitos e muitos anos.

Nada mais oportuno, Sr. Presidente, do que lembrar a lição do Professor Jorge Campinos, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional que zela pelo cumprimento da Constituição portuguesa:

"A Constituição deve ser o templo venerado pela Nação. Erguida pelos representantes do povo, eleitos em sufrágio universal e direto, a Constituição deve ser límpida, com um conjunto de noções claras e compreensíveis por todos os cidadãos."

Nós, eleitos para formular a Nova Constituição do Brasil, devemos lembrar do exemplo de nossos colegas constituintes de Portugal e extraír de sua experiência e de seus ensinamentos as luzes para a elaboração da nossa nova Carta Magna.

Desejamos, Sr. Presidente, transmitir nossas fraternas saudações ao povo português, através de seu Embaixador no Brasil, Adriano de Carvalho, e do nosso querido amigo Joaquim Caimoto, Cônsul em São Paulo, salientando que faremos todos os esforços para sermos dignos das nossas raízes portuguesas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vilson Souza.

O SR. VILSON SOUZA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A sociedade brasileira assiste, entre atônita e desesperançada, a mais uma farsa de parte da sociedade política, imposta pelas forças do atraso, da reação, do embuste e do fisiologismo, a serviço dos grandes interesses econômicos que dominam da forma mais tirânica a Nação.

Tenho ocupado sistematicamente esta tribuna para denunciar as pressões que a Assembléa Constituinte tem e vem sofrendo por parte dessas forças conservadoras, orquestradas a partir do Palácio do Planalto e de seus áulicos.

O Presidente da República, que na mensagem anexa ao Projeto de Emenda Constitucional que convocava a Assembléa Constituinte, comprometera-se publicamente a não interferir na soberania e independência do corpo de representantes da Nação. Representando as forças do passado e os interesses dos grandes bancos internacionais e nacionais, os oligopólios e cartéis, os grandes latifundiários, e o fisiologismo de parte da classe política, tem, pela sua atitude e dos serviços, desonrado seus compromissos e a sua palavra. Não é, digno do cargo que ocupa, porque, ao contrário do que pensa, é menor do que ele. Conspirou contra a soberania da Assembléa na votação do regimento, conspira contra ela ao procurar impor o tamanho do seu mandato que, diga-se, é ilegítimo.

Não são somente estas questões que maculam o processo constituinte, e o transformam numa grande farsa. A intenção latente, não manifesta do Senhor Presidente da República com a sua caricata fala imperial, é a de criar, dentro da Assembléa, um bloco conservador e reacionário, composto de representantes do imperialismo, do capital financeiro, dos oligopólios e cartéis, e de falsos representantes da Nação, que aqui estão não para libertar a sociedade, e no interior desta, as classes oprimidas, e sim, para trocar seu apoio pelos privilégios em toda sorte de favorecimento e corrupção em que se converteu a ação do Governo. Este bloco, cujos interesses transcendem, e em muito a questão do mandato, em verdade buscam por todos os meios impedir os avanços da sociedade e preparar um conjunto de disposições que visem a mantê-los no poder e na condução do processo econômico; numa palavra: dominar a Nação.

A irresponsabilidade desses supostos homens públicos, e que contam até com a convivência madrasta de homens que no passado foram símbolos das lutas populares e da resistência ao arbítrio, chega ao ponto de abandonarem a gestão dos interesses públicos, projetando a sociedade no abismo da crise econômica e social, para desprudoradamente se dedicarem ao jogo político do fisiologismo, dos privilégios e da corrupção.

E o mais grave disto Sr. Presidente, e Srs Constituintes é que, membros do meu Partido, que em nome da sociedade, e das suas bandeiras e dos seus programas participam dessa Assembléa, abandonam esse patrimônio programático, desonram o seu mandato e se entregam a este festival de indecência para votar contra as teses e o programa duramente defendido pelo Partido na sua trajetória de luta, resistência e mobilização da sociedade. Não desonram a si mesmos, por que ninguém pode dar aquilo que não tem. Mas desonram os brasileiros mortos nos calabouços da ditadura, os milhões de brasileiros mortos e outros condenados à morte pela miséria e a fome consequente desse modelo econômico injusto e cruel. Desonram a dor da tortura, as prisões e privações daqueles que se bateram contra a ditadura, a tirania e as injustiças sociais. Negam que a esperança se transforme em mudanças.

As discussões, votações e articulações nas diversas comissões temáticas, os pronunciamentos e as declarações de muitos constituintes são a negação da própria Assembléa e dos compromissos do partido. A Reforma Agrária, bandeira do PMDB desde a primeira hora, foi simplesmente destruída na Subcomissão respectiva, por articulação de companheiros do partido. Os falsos liberais acusam a estatização da economia e rotulam nossas propostas de "Besteiro". Só que omitem, na sua fala, que o modelo econômico foi por eles montado. Não são liberais ou neoliberais. São na verdade servis representantes dos interesses do imperialismo, joguetes do grande capital, que assaltaram a Nação para preparar um sistema econômico em que privatizaram os lucros e socializaram as perdas. Na Comissão da ordem econômica tudo fazem para destruir o monopólio do petróleo, conquista maior do movimento nacionalista, e pretendem abrir a economia do País ao mais selvagem e cruel dos capitalismos.

Nas demais comissões e no plenário estão presentes como lobos em pele de ovelhas, encobrindo suas intenções reais por uma retórica pretensamente competente.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de episódio em episódio, caminhamos para o retrocesso e para o atraso, negando a milhões de brasileiros a oportunidade de uma existência digna e honrada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. Horácio Ferraz.

O SR. HORÁCIO FERRAZ (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

A Hidrelétrica de Itaparica, obra executada sob a responsabilidade da CHESF, e que tem conclusão prevista para o final deste ano, vai implicar profundas modificações no médio São Francisco.

O grande lago vai inundar uma área de 834 Km² nos Estados de Pernambuco e Bahia e vai trazer profundas alterações na vida das populações afetadas pela sua represa.

O Governo, como responsável pela obra, é o agente principal que, através do planejamento, deve coordenar e equacionar os efeitos positivos e negativos que a obra vai impor à região.

As alterações provocadas sobre os habitantes afetados, representados por 7.378 famílias e 35.905 pessoas no meio urbano e rural terão que contar com intensivo apoio do Governo Federal, através do Ministério das Minas e Energia, por intermédio de CHESF. Desse contingente populacional, quase 60% habitam o meio rural e tem como atividade principal a exploração da agricultura irrigada. Esta população rural, diretamente afetada, soma 21.000 pessoas, 16.00 na margem esquerda do rio São Francisco, envolvendo populações dos Municípios pernambucanos de Floresta, Itacuruba, Petrolândia e Belém de São Francisco, além dos Municípios de Chorrochó, Glória e Rodelas, no Estado da Bahia.

No que pese o adiantamento de obra e dos procedimentos com relação a relocalização da população, ainda há muito o que ser feito em favor deste povo e dos governos municipais.

O Governo, Sr. Presidente, precisa se conscientizar de que os problemas que vão ser causados a esta população e a economia agrícola dos muni-

cípios afetados, carecem de um tratamento dinâmico e a ação da CHESF não pode terminar com o fechamento das comportas da obra. É preciso tratamento planejado e acompanhado de ações que possam repor os prejuízos, tanto do ponto de vista da propriedade individual, como em termos globais para assegurar uma infra-estrutura econômica aos municípios que possa garantir a absorção dos prejuízos, sem traumas econômicos e sociais.

Estou certo, nobres Constituintes, de que o problema social que a Hidrelétrica de Itaparica vai provocar nas cidades no meio rural dos municípios afetados, não pode ser encarado sem uma visão de longo prazo e de caráter integrado. A solução imediatista deve ser descartada e implantado o conceito de um planejamento de longo prazo, com a finalidade de recompor prejuízos e assegurar condições dignas de vida à população.

Pernambuco não pode ficar immobilizado diante das questões que envolvem o problema de Itaparica, cabendo aos seus governantes uma ação decisiva no sentido da mobilização de todos os órgãos envolvidos para a superação dos problemas suscitados.

Julg oportuno esclarecer que apenas em Pernambuco, cerca de 30% do potencial dos solos irrigáveis vão ser cobertos pela represa do lago e que, de imediato, apenas nos municípios de Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Belém de São Francisco, anualmente, vão deixar de ser produzidos 5.500 toneladas de produtos agrícolas básicos para o suprimento do abastecimento local e regional, provocando um prejuízo à economia destes municípios, de aproximadamente Cr\$ 500,00 milhões, sendo em percentuais deste total 6% em Petrolândia, 16% em Floresta, 24% em Itacuruba e 55% em Belém de São Francisco. Vale ressaltar que só no que se refere à produção de cebola, haverá uma redução de 50%. A pecuária sofrerá uma redução substancial com a imitação da capacidade de suporte do campo. Serão expulsos 5.500 bovinos, 30.000 caprinos e 16.000 ovinos para outras áreas.

Com referência ao processo de desapropriação de terras e benfeitorias, o quadro atual aponta para uma acentuada morosidade e imperfeições que carecem de correções imediatas. O preço máximo pago por um hectare de terra irrigável é irreal quando comparado com o preço vigente de mercado. Cerca de Cr\$ 8,5 mil, contra um preço de mercado de aproximadamente Cr\$ 50,0 mil/hectar, sujeitos a correções e aumentos que incorporem a inflação.

Dante deste quadro, que reflete uma situação atual indesejável e um futuro preocupante, como Parlamentar, representante do povo daquela região, não posso deixar de me pronunciar a respeito do problema, solicitando providências por parte das autoridades e organizações a quem o assunto está afeto. Solicito, portanto, do Governo Federal, através do Ministério das Minas e Energia, da CHESF e do Governo de Pernambuco, as seguintes Providências:

– Que sejam corrigidos os valores básicos para efeito de desapropriação de terras e benfeitorias para patamares que refletem a situação atual do mercado;

– Que sejam definidas novas opções para relocalização das famílias atingidas, envol-

vendo, entre outras alternativas, a expansão do perímetro irrigado de Moxotó/Açude Poço da Cruz, no município de Ibirimirim-PE;

– Que seja agilizado o processo de indenização e pagamentos de bens públicos, transformando os recursos provenientes de indenização em suporte financeiro para o financiamento de projetos no município onde está localizado o bem desapropriado;

– Que seja agilizada a execução dos projetos de irrigação, atualmente em estudos, tais como: Brígida, Mandacaru/Aroeira, Pastos Bons e outros;

– Que o Governo do Estado, através dos órgãos competentes e em articulação com o Governo Federal, defina em caráter prioritário um "Programa Especial de apoio às Atividades Produtivas" com a finalidade de estimular novas alternativas econômicas, sobretudo no setor primário e tendo como instrumento principal a irrigação. Referido programa pode ser justificado levando em consideração a necessidade de se repor, a médio prazo, os prejuízos causados às atividades agropecuárias, que somam anualmente, a preços atuais, cerca de Cr\$ 500,00 milhões;

– Que seja incluído na área de atuação do Projeto Nordeste e do PAPP (Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais), os municípios pernambucanos de Floresta, Itacuruba e Petrolândia;

– Que sejam agilizados os procedimentos para a implantação de uma Estação Experimental da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária para a nova realidade agrícola regional;

– Que o Ministério da Irrigação, através do Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE, trate as áreas potenciais para irrigação nos municípios afetados com prioridade, uma vez que somente a agricultura irrigada será capaz de viabilizar a ocupação de grande parte da população que vai ser afetada;

– Que o Governo de Pernambuco, aumente a força de trabalho da EMATER – PE destacando, pelo menos, 4 técnicos, para fazer face à nova demanda de trabalho da região.

A adoção dessas providências, Sr. Presidente, e a sua transformação em realidade, em termos de execução, resgatará, sem dúvida, a dívida social dos Governos para com sua população que somará, já em 1990, cerca de 120 mil habitantes, o equivalente a 30% do contingente populacional da microrregião do sertão pernambucano do São Francisco, ajudando aos municípios, historicamente sacrificados financeiramente, a se integrarem num justo processo de crescimento econômico, trazendo significativas vantagens para a região e também para Pernambuco.

A falta de soluções alternativas de caráter integrado para a ocupação deste contingente populacional, comprometerá os governos e as instituições, além de estimular a marginalização de uma expressiva parcela da população sertaneja do Estado de Pernambuco.

A injecção de recursos financeiros por parte do poder público nessa região, é tecnicamente viável e politicamente não pode ser mais adiada, até porque é uma questão de se fazer justiça a uma

população historicamente discriminada e alijada do processo de desenvolvimento econômico e social.

Espero, pois, Sr. Presidente, que seja feita a justiça que a questão requer, de modo a que as populações ribeirinhas de Floresta, Itacuruba, Petrolândia e Belém de São Francisco não sofram os prejuízos a que estão condenadas pela inundação provocada pelo lago de Itaparica.

Confio no bom senso das autoridades deste País e estou certo de que os técnicos terão a sensibilidade necessária à adoção de medidas que compatibilizem a boa execução do empreendimento com o encaminhamento de soluções que venham ao encontro das necessidades das populações afetadas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Artenir Werner.

O SR. ARTEMIR WERNER (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Até o próximo dia 10 de junho, as autoridades da área econômica terão de viabilizar as medidas ordenadas pelo Presidente José Sarney para salvar da bancarrota 90% das empresas de pequeno porte – dois milhões e setecentas mil firmas – que a **Folha de S. Paulo**, com toda a propriedade, denominou, neste final de semana, de "órfãs do Plano Cruzado".

Devemos lembrar que desde meados de março as micro e pequenas empresas esperam as duas linhas de crédito emergencial, no total de 23 bilhões 500 milhões de cruzados, criadas para socorrer-las.

Não se pode esperar, contudo, que este dinheiro possa resolver o problema, simplesmente porque muitos bancos não foram buscá-lo no Governo por temerem não receber-lhe de volta, diante da perspectiva de inadimplência generalizada entre as pequenas empresas.

O Governo, que vê facilidades em tudo, não percebeu que os bancos não entrariam nessa porque eles, e não o Governo, é que teriam de assumir todo o risco dessas operações.

A situação delicada de milhares de empresas, criadas, na maioria, à sombra do Plano Cruzado, reflete-se nos dados de insolvência colhidos pela Associação Comercial de São Paulo.

O número de títulos protestados em abril cresceu 87,6% sobre março, e 111% em relação ao mês do ano anterior. O valor nominal subiu 133% e 1.305,6%, respectivamente.

Os bancos preferem emprestar para grandes empresas, onde o risco é bem menor. Numa situação indefinida e de inflação acelerada, como a atual, essas instituições optam por girar seus recursos no prazo mais curto possível; mesmo o dinheiro repassado pelo Banco Central aos bancos privados a 15% de juros ao ano mais a correção das LBC está sendo canalizado para grandes empresas.

A única saída seria a limitação do custo dos empréstimos às micro, pequenas e médias empresas a, por exemplo, 50% ou 70% da variação da LBC, mas uma medida dessas só será aprovada se a decisão partir do próprio Presidente da República ao estilo obstinado da Ferrovia Norte-Sul, para cumprir uma "obrigação moral" assumida pelo Governo no Plano Cruzado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá):

Concedo a palavra ao Constituinte Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL - PA).

Pronuncia o seguinte discurso.: Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Quero trazer para os Anais desta Casa, o pronunciamento do nobre Deputado Estadual Raimundo Santos, da bancada do Partido da Frente Liberal, em nosso Estado.

A análise feita por aquele parlamentar é deveras oportuna até porque é mais uma voz neste imenso País, em favor das pequenas, médias e microempresas. Há um sentido especial, Sr. Presidente, pelo fato de estar o Poder Executivo, por intermédio do Senhor Presidente José Sarney, tomando medidas para minorar a situação daqueles organismos econômicos que para usar as expressões do Deputado Raimundo Santos que após "O Advento do Plano Cruzado II, fez eclodir a partir de novembro de 1986, a pior crise econômica e financeira que já se abateu sobre o povo brasileiro".

Nestas condições, também, para louvar a sensibilidade do Presidente Sarney com as medidas que acaba de tomar, solicito a transcrição nos Anais do referido pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DIONÍSIO HAGE:

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Nova República que aí está, foi concebida com o respaldo popular, para responder ao anseio da sociedade brasileira por mudanças nas instituições políticas, econômicas e sociais e mudanças na gestão do aparelho estatal. Acontece, porém, que no plano das mudanças econômicas e sociais, o Governo não tem sido feliz na adoção das medidas, principalmente através dos seus Ministérios da área econômica, porque estão penalizando a sociedade brasileira, com uma inflação galopante e uma recessão real, mas ora camuflada. É o povo que vê esair-se o poder aquisitivo, e as pequenas e microempresas que se acham estranguladas no caos econômico e financeiro.

O advento do Plano Cruzado II, fez eclodir a partir de Novembro de 1986, a pior crise econômica e financeira que já se abateu sobre o povo brasileiro, atingindo ao mesmo tempo a empresa privada, o setor produtivo e o trabalhador empregado. O processo inflacionário recrudesceu vertiginosamente. As taxas de juros foram liberadas e os empresários viram estupefatos os empréstimos bancários serem elevados do custo aproximadamente de 3% a.m. para quase 10 vezes mais, eles que tanto investiram induzidos pelo agora fracassado Plano Cruzado I.

O Governo quebrou o compromisso em relação ao investidor de boa fé, exercendo um papel de "Guia Infiel de Cego" que, prometendo levar este à Canaã, cidade onde manava leite e mel o conduziu até Sodoma, lugar de dor e destruição, como bem narram as Sagradas Escrituras bíblicas. E a crise foi consumada. Os médios, pequenos e microempresários, viram desaparecer suas condições de solvência, diante do crucial consenso: a elevação anômala das taxas de juros

Em vista desse quadro as recentes linhas de crédito baixadas pelo Banco Central do Brasil através das Resoluções em 1.274 e 1.308 fixando a angustiante correção monetária de 100% aos empréstimos com taxas a 0,5% a.m. não atendem aos reclamos de solução dos débitos empresariais, atingidos pela INADIMPLÊNCIA já generalizada, apesar da trégua de 45 dias, obtida pelo CEBRAE. Essa trégua, entretanto, é uma forma paliativa que adia, apenas, a falência e a quebra de inúmeras empresas, mas não atende ao CERNE da questão, como por exemplo se o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, determinar ao Banco Central a estipulação de uma linha de crédito específica para sanear o passivo dos pequenos e microempresários, fixando uma correção monetária reduzida a 50% da variação da LBC, com um SPREAD aos bancos de 3% a.m., como forma de estimular a renda bancária a atuar nessa linha de crédito.

Sem a adoção de medidas desse jaez que se afiguram justas e de profundo sentido social e humano, não teremos a retornada do desenvolvimento social e econômico, com a participação da sociedade brasileira. E, mais ainda, cairá por terra, a afirmativa do Presidente Sarney, referente ao pagamento da dívida externa, sem o sacrifício do povo brasileiro. E mais: como ficará a sua afirmação de que a iniciativa privada é a grande alavanca da riqueza na vida democrática, porque sem liberdade econômica não há liberdade política, uma vez que, onde a liberdade econômica entra em colapso, os direitos individuais acabam e a própria liberdade, no seu todo, morre?

Sr. Presidente e Srs. Constituintes: o tempo impõe uma maior sintonia do Governo com o povo, para que aquele possa ver o desdobramento das necessidades populares. Para tanto, é indispensável à união da classe política brasileira, através de ações suprapartidárias respaldadas no apoio popular de empresários e empregados. O Brasil possui um empresariado nacional dotado de capacidade tecnológica e gerencial suficiente para liderar a nova etapa do desenvolvimento. Temos, igualmente, um vasto contingente de trabalhadores com capacidade comprovada e adestrados para dar a sua efetiva contribuição à retomada do nosso desenvolvimento.

Como ação imediata, é mister que se mude a sorte e o futuro das pequenas e microempresas, através de uma linha de crédito que reacenda as suas esperanças neste novo Brasil que aí está, em fase de rascunho pela Assembléa Nacional Constituinte, razão pela qual queremos transformar este nosso pronunciamento, como uma mensagem de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, e ao Residente do CEBRAE, Paulo Lustosa, para que em nome deste Poder Legislativo acolha a nossa proposta na defesa dos pequenos e microempresários, estabelecendo uma linha de crédito vinculada aos passivos comprovados, com encargos de 50% da variação da LBC e SPREAD de 3% a.m. aos bancos operadores.

Em reunião, de 24-5-87 a direção da Confederação Nacional da Indústria, através de seus diretores, concluiu que a recessão já está em pleno vigor no País.

Ilegível.

Esse quadro de desemprego é geral no Brasil e já atingiu também, de forma abrupta aos empregados dos pequenos e microempresários que são segmentos responsáveis hoje, por mais de 70% dos empregos existentes no País.

A Federação do Comércio do Pará, divulgou na data de ontem, através de seu dinâmico Presidente, o empresário Domênico Falesi, que só na cidade de Belém já há mais de 46.000 comerciários desempregados em decorrência da crise, como foi expandido na grande manchete do jornal **O Liberal** desta data. Mais alarmante ainda, é a queda no nível de emprego no interior paraense. Segundo informações do atuante Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Pará, Dr. Joaquim Borges Gomes, a crise econômica já vitimou mais de 100 mil desempregados nos municípios do interior de nosso Estado, haja vista o fechamento de várias centenas de estabelecimentos de pequenos e microempresários, tanto formais como informais, estando entre estes os pequenos carpinteiros, as pequenas alfaiatarias, pequenos restaurantes, as microoficinas, em suma um conjunto de empresários da economia invisível, que mesmo sem contribuírem com tributos para o Estado, geravam empregos para amparar grande número de famílias que agora começam a emigrar para a Capital e outras cidades de maior porte, na esperança de encontrar emprego. No entanto, muitas vezes a cidade grande não tem condições de responder aos anseios desses novos moradores, que passam a assistir a marginalidade vivida pelos seus filhos, atingidos pela criminalidade e prostituição.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Ministro Bresser Pereira agora já admite que a recessão chegou. Urge, assim, a realização de ações para extirpar os males que assolam a economia nacional. Dentre essas ações são fundamentais as seguintes:

– A criação da linha de crédito retroferida, para utilização específica no saneamento do passivo dos segmentos de pequenos e microempresários, com encargos de 50% de correção monetária e juros de 3% a.m. Para essa linha os recursos não inflacionários a serem aplicados, seriam oriundos dos depósitos compulsórios dos bancos que hoje montam em mais de Cr\$ 80 bilhões no País.

– A disciplina de contas públicas, com a redução dos gastos e a eliminação de despesas supérfluas. Os investimentos não prioritários e/ou urgentes não devem ser realizados.

– A contenção do tamanho do Estado empresário, mediante a privatização da economia.

– A eliminação do compulsório incidente sobre derivados do petróleo e a atenuação da sobrecarga tributária, além de uma negociação firme da dívida externa, com maior prazo e carência e spreads mais reduzidos – mas, imediatamente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao concluir o meu pronunciamento o faço conclamando a todos os membros deste Poder, para que numa atitude suprapartidária ergamos tara única voz, a voz da restauração da vida econômica nacional

e particularmente o grito de ressurreição da economia paraense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Noel de Carvalho.

O SR. NOEL DE CARVALHO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O povo do Estado do Rio de Janeiro, por seu voto livre e soberano, tornou-me seu Mandatário nesta Assembléa Nacional Constituinte.

Aqui, neste Fórum Constituinte, permaneço fiel aos compromissos que assumi com este povo, em especial com o povo de Resende, que já me fez seu governante e a 15 de novembro concedeu-me o honroso privilégio de ser sua voz, o seu legítimo representante.

Sr. Presidente, o Município de Resende enfrenta hoje um dos mais graves problemas de sua história. A educação deste povo, os professores resedenses agonizam neste momento o descaso do Governo Municipal com este setor que considero deva ser a prioridade absoluta de todos os governantes deste País. A justiça social, a liberdade e a soberania desta Nação só serão conquistadas quando dedicarmos todos nossos esforços à promoção de uma verdadeira revolução educacional, levando o ensino a todas as crianças brasileiras. Não o ensino que é ministrado hoje nas escolas, mas uma nova educação, digna de tornar nossos filhos a força de trabalho que levará este País a desenvolver-se social e economicamente, e, o que é mais importante, torná-los homens livres e conscientes de seus direitos e responsabilidades.

Sr. Presidente, os professores de Resende percebem um salário de dois mil e novecentos cruzados. Já foi o tempo em que a doce figura da professorinha representava os profissionais do magistério. A realidade de hoje é outra, são Homens e Mulheres responsáveis pela construção dos seres humanos que construirão este País. Profissionais de elevado nível técnico que têm direito à remuneração justa, digna, compatível com a grande missão que desempenham no seu dia-a-dia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os professores de Resende encontram-se mobilizados, unidos, ombro a ombro, com os demais cidadãos resedenses, nesta luta por uma melhor qualidade de ensino, enfrentando urna Prefeitura descomprometida com a educação daquele povo, um prefeito que se julga proprietário da Prefeitura, a arrancar educadores das salas-de-aula para lançá-los ao desemprego. Mas estes trabalhadores respondem à humilhação a que são submetidos com a força de seus argumentos, com a justiça de suas reivindicações e com o apoio do povo de Resende.

A atual Secretaria de Educação pediu a sua exoneração, por não querer compactuar com tamanha iniquidade. O Prefeito está sozinho, enclausurado em seu Gabinete a decidir contra o povo, contra crianças indefesas, contra os interesses do Município, contra o Brasil.

Conclamo, então, os Srs. Constituintes a solidarizarem-se com esta luta dos resedenses pela educação dos seus filhos, pelo futuro deste Município do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Paim.

O SR. CONSTITUINTE PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Queremos registrar que apresentamos ao substitutivo da Comissão da Ordem Social mais de trinta emendas, pois à vontade da grande maioria dos Constituintes, fruto de profundas e prolongadas discussões e que resultou na aprovação do Anteprojeto da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos foi modificada pelo Relator, Senador Almir Gabriel (PMDB – PA).

A estabilidade no emprego foi distorcida e constou no substitutivo de forma dúbia. O direito de greve mantém conforme os interesses do Governo as restrições nos serviços essenciais. A aposentadoria aos trabalhadores simplesmente desapareceu. A não-prescrição dos direitos dos trabalhadores durante a vigência do contrato de trabalho também foi suprimida. A proibição da incidência do Imposto de Renda para a remuneração até vinte salários mínimos também foi para o espaço. As empregadas domésticas foram prejudicadas e discriminadas. Os adicionais de insalubridade e periculosidade também sumiram. Além das emendas encaminhadas resgatando o projeto original da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, apresentei ainda algumas novas proposições, como: que a trabalhadora rural tenha os mesmos direitos assegurados aos outros trabalhadores e ainda que os acidentes do trabalho sejam considerados crime, quando comprovada a culpa do empregador nos termos em que a lei definir. Entendemos que essas propostas para serem aprovadas serão de fundamental importância que os setores representativos dos trabalhadores estejam acompanhando e pressionando as votações dos dias 12, 13 e 14, ressaltamos que para o Partido dos Trabalhadores é equivocado qualquer negociação antes de sabermos qual o resultado das oito Comissões Temáticas. De posse dos relatórios finais é que poderemos buscar o equilíbrio nas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Gushiken.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 27 de maio último vim a esta tribuna para fazer uma denúncia que caracterizei como da maior gravidade. Referia-me ao "rombo" de milhões de cruzados nos cofres do Banespa, como consequência da compra fraudulenta de ações da "Perdigão Agroindustrial", realizada pela Corretora Banespa através da ação de diretores nomeados pela administração Quêrcia.

O Governador Orestes Quêrcia, ao invés de sanar tais irregularidades via ação policial – já que, conforme a opinião do próprio presidente da Comissão de Valores Mobiliários, tratava-se de "um caso de polícia" –, procurou difundir junto à opinião pública a idéia de que o referido escândalo financeiro em consequência do caráter estatal da corretora Banespa e determinou que fos-

sem tomadas providências para a sua "imediata privatização".

Esta idéia evidentemente ganhou muitos adeptos, principalmente entre o empresariado do setor, já que a Corretora Banespa é a maior corretora do País e geradora, em média, de 25% do lucro do conglomerado Banespa.

A trama, entretanto, foi tão aberrante e tão rapidamente revelada à opinião pública que ficou patente que a privatização era a fórmula encontrada pelo governador para camuflar o escândalo, protegendo a si e a seus cúmplices.

E eis que, quando tudo parecia claro, fomos surpreendidos com um novo "rombo", de muito maior envergadura, praticado pelos mesmos indivíduos que, nesta altura, já podem ser caracterizados como uma quadrilha infiltrada no conglomerado Banespa.

Este novo rombo ocorreu por conta de uma operação financeira realizada no dia 13 de maio último, referente à compra de Apólices do Tesouro Municipal de São Paulo, totalizando um valor de Cz\$ 1.534.955.000,00, o que corresponde a 61,4% do capital de giro da Corretora. Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comprometer este percentual do capital de giro numa única operação já é por si só arriscadíssimo. Mas o pior de tudo é que estas apólices são vencíveis num prazo de 2, 3 a 5 anos, possuem baixíssima liquidez e aceitação no mercado e permitem uma remuneração de apenas 16%, ao ano, além da correção monetária (variação da LBC – Letras do Banco Central); quando que o mercado atual oferece rendimentos muito superiores (correção monetária, mais 25% ao ano) e para títulos de muito menor prazo (60 dias) e de muito maior liquidez.

Causa estranheza também que estas apólices tenham sido distribuídas no mercado pelo Banco Regional de Brasília (Banco oficial do Distrito Federal), o que leva até mesmo à suspeita de uma conexão Quêrcia – Jânio – José Aparecido.

Srs. e Sras. Constituintes: poder-se-ia pensar na hipótese de tal operação ter ocorrido devido a um erro técnico. Mas tal não ocorreu, pois ela foi previamente julgada incorreta e de alto risco pelos Departamentos Técnicos e Operacional da Corretora, os quais, diante da extrema gravidade do fato, formaram uma comissão de funcionários que levou dados irrefutáveis ao vice-presidente financeiro do Banespa, Sr. Ricieri Pazetti, na expectativa de sustar a operação. Para espanto de todos os presentes, o vice-presidente financeiro, após breve consulta a escalões superiores, decidiu "honrar a operação".

Sr. Presidente, Srs. constituintes: a culpabilidade do Sr. Ricieri Pazetti é tão evidente, que nos assusta o fato deste cidadão ainda continuar numa vice-Presidência do Banespa, quando deveria estar sob processo judicial. E ao que tudo indica, ela faz parte da mesma máfia que agiu no "Caso Perdigão". Vejam só: Fernando Pinheiro Machado (Presidente da Corretora Banespa até 14 de maio último) é irmão de Arari Pinheiro Machado (Diretor da Invesplan, empresa privada que intermediou a operação Perdigão). Ambos foram diretores do Bradesco na cidade do Rio de Janeiro. O Sr. Ricieri Pazetti (atual vice-presidente financeiro do Banespa) também foi Diretor do Bradesco naquela praça. Seria tudo isso mera coincidência?

Na opinião do Sr. Otávio Ceccato, atual Presidente do Banespa, a nomeação daqueles indivíduos se deve a um engano de sua parte. Foi o que afirmou no último dia 3 de junho, na Assembléia Legislativa de São Paulo, em sessão especial convocada pelo valoroso Deputado Estadual do PT, Lucas Buzzato, funcionário do Banespa. Na ocasião ainda disse que essas irregularidades estavam acontecendo por "não ser ele do ramo e não conhecer mais ninguém do mercado".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: a cara-de-pau e cinismo do Sr. Ceccato é tão flagrante que se não fosse a tragédia que significa a dilapidação do patrimônio público, o caso seria até mesmo hilariante.

Pasmem, Srs., o próprio Presidente de uma instituição financeira assume publicamente a sua incompetência. Imaginem o que pensarão diante disto os clientes do banco!

É doloroso para nós brasileiros ver que a credibilidade do Banespa construída ao longo de anos de trabalho, está sendo abalada pela ação torpe de apenas alguns indivíduos.

O cidadão Ceccato, se ainda tiver um mínimo de dignidade, deve renunciar imediatamente ao cargo que ocupa, se não pela cumplicidade nos caos de corrupção da Corretora Banespa, pelo menos pela confessada incompetência no ramo. Não sem antes demitir sumariamente o Sr. Ricieri, vice-Presidente financeiro, tal a evidência de sua culpa na criminosa compra das Apólices do Tesouro Municipal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: é assombroso verificar que a corrupção em nosso País é uma constante. A todo momento se descobrem episódios escabrosos, que envolvem até o mais alto mandatário da Nação, como aconteceu no caso da Ferrovia Norte-Sul. Lembro que até pouco tempo atrás um ministro da Justiça era acusado de traficar diamantes. A imprensa não se cansa de noticiar o "estouro" na maioria de Bancos Estaduais, Estatais geralmente provocado pela ação de Governadores que fazem do Erário Público o cofre particular de suas negociatas. E o pior de tudo é que nada acontece a estes "homens de bem".

A impunidade neste País é tão grande que ouso dizer que se não forem tomadas enérgicas providências por parte da população do Estado de São Paulo e de seus representantes eleitos, o Governador Quérzia não hesitará em comprometer o patrimônio do Estado de São Paulo para financiar sua eleição à Presidência da República, tal é o seu apetite nesse sentido.

Srs. e Sr^{as} Constituintes: no momento em que faço esta denúncia, percebo no semblante de muitos Parlamentares aqui presentes uma expressão de enfastio e de impotência, como se todos os desmandos que ocorrem em nosso País fossem mais ou menos naturais e inherentes ao sistema em que vivemos. A mesma descrença observo nas discussões sobre a futura Constituição, já que é notória a presença entre nós de inúmeros Parlamentares ultraconservadores, os quais, nos trabalhos da Constituinte, descaradamente afiam seus dentes na defesa dos grupos econômicos que representam, enquanto nas aparições públicas e em época de eleições se vestem de cordeiros bem intencionados.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: diante deste quadro deplorável é compreensível o sentimento

de impotência e frustração que toma conta de muitos de nós. Entretanto, quero ressaltar que, se de um lado é difícil evitar a ocorrência de escândalos e a existência de políticos reacionários, por outro lado é inaceitável o grau de degeneração a que chegou nosso País em matéria de politicagem e de perversidade na administração da coisa pública.

Creio que é possível e necessário deter este processo, de modo que a abundância de recursos hoje administrado de forma inescrupulosa seja revertida em benefício da maioria do povo.

Como fazer isto? Sr. Presidente, Srs. Constituintes: no curso de minha atividade de sindicalista, e hoje como Deputado Federal Constituinte, cada vez me convenço mais de que o verdadeiro agente de mudança deste País é a imensa massa de assalariados e oprimidos cuja força ainda se encontra em estado potencial.

Creio que é nesta realidade que deve se basear a ação política dos homens públicos de caráter. Assim sendo, nosso trabalho como representante do povo não deve se limitar apenas à elaboração de lei: é imprescindível estimular as pessoas a se organizarem, instigar a sua consciência crítica, para que se fortaleçam enquanto classe e conquistem o espaço que lhes compete, de forma a influir decisivamente nos destinos da Nação.

Por tudo isso, ao fazer uso desta tribuna, gostaria de me dirigir aos meus colegas do Banespa para dizer-lhes que é nosso dever, enquanto funcionários desta instituição, impedir que ela degenera em mãos inescrupulosas. Nós somos o elemento estável da empresa, a base sobre a qual se mantém o Banespa; portanto, os únicos verdadeiramente credenciados para defendê-lo.

A defesa do Banespa neste momento não significa apenas garantir a nossa fonte de emprego; significa também que estamos conscientes da nossa responsabilidade como cidadãos no trato daquilo que se constitui patrimônio de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT — MG. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O livro é uma forma de libertação e a biblioteca hoje um equipamento imprescindível. Podemos dizer que hoje existem várias bibliotecas espalhadas em todo o território nacional, tanto com particulares como em edifícios públicos, escolas de todos os níveis. Contudo, não se sabe até que ponto elas contribuem para o aumento da cultura do povo brasileiro. A esta altura já é necessário estabelecer os princípios de uma política de bibliotecas e museus. Não é possível deixar somente com a iniciativa privada o meio de influenciar profundamente a mentalidade dos jovens. É necessário que a Constituinte encontre de forma sucinta e objetiva um modo de normalizar a formação de bibliotecas.

Um dos pontos de partida seria certamente um cadastramento de todas as bibliotecas existentes no Brasil, censo este que poderia ser feito pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em segundo lugar, estabelecer um programa de incentivo à formação de bibliotecas,

devendo, porém, se levar em conta que deve haver predominância de autores nacionais.

Paralelamente, teremos que implantar um programa de incentivo à leitura de modo a interessar toda a população. E, por fim, é preciso reconhecer que principalmente a zona rural deve ser atingida e os municípios menores.

É verdade que a televisão e o rádio estão substituindo o livro, nesses lugares, onde não chegou e ainda vai demorar a chegar. É triste falar em equipamentos culturais num Brasil com altíssimo índice de analfabetismo, mas é preciso mover céus e terra para resgatar todo esse exército de milhões de irmãos nossos mergulhados na mais crassa ignorância e apenas tendo um mínimo de informações culturais. Mas um programa de estímulo e incentivo à formação de bibliotecas tem como grande obstáculo o custo do livro. É certo que o governo não pode arcar com a despesa desse programa e nem há, nas atuais circunstâncias, recursos, uma vez que nem mesmo a política salarial dos professores está definida. Devem, portanto, ser estudadas as medidas necessárias para que o custo dos livros não seja tão alto.

Há também a necessidade de uma diversificação de autores, podendo, para isto, o Ministério da Educação contribuir com um comportamento diferente na questão.

É preciso não criar muitos e dar oportunidade a todos, desde que sejam realmente bons. Há centenas e centenas de autores cuja linguagem é carreta e cujos temas são excelentes e, no entanto, ficam no ostracismo, porque a crítica especialista somente encontra valor em alguns autores que estão muito bem relacionados com os considerados críticos literários.

Acho que Jorge Amado, Carlos Drummond e tantos outros "monstros sagrados" não podem devorar o espaço de muitos outros intelectuais cuja forma de expressão é tão boa quanto a deles, e cujos temas, embora sendo regionais merecem o mesmo crédito e produzem cultura brasileira legítima.

Um outro obstáculo porém deve ser superado na hipótese de medrar um programa de implantação de bibliotecas. É a organização das obras e sua seleção com vistas do desenvolvimento e do crescimento da mentalidade dos leitores.

Todos sabem que a Biblioteca Nacional foi muito bem organizada pelo Sistema Decimal. A transformação de livros em determinado número de fichas com autores, assuntos, obras correlatas, fazem um arquivo que dá mais ritmo e oferece mais agilidade às pesquisas. Por que não levar a todos os colégios e a todos os pontos onde existem bibliotecas uma organização como esta? É bem verdade que estamos na era da Informática, e o processamento de dados, pelo menos nos grandes centros, se torna uma necessidade, assim, onde for possível que se implante o computador, e onde não é possível que se ensine o Sistema Decimal de classificação de livros.

Quem visita o pátio das grandes empresas e das mídias, observa que, na hora do almoço, uma grande quantidade de operários e trabalhadores, após sua refeição feita de marmita, deitam pelas calçadas e pelos cantos e ali ficam fazendo hora. O mesmo se observa nas praças e ruas com os garis e funcionários de grandes prefeituras. Pois bem, um excelente programa social

a ser desenvolvido pelas Assistentes Sociais das Empresas é a fundação das salas de leitura, onde toda essa massa humana poderá encontrar jornais do dia, revistas, e principalmente livros para que se distraiam aprendendo.

Os países mais adiantados do mundo procuram ter orgulho dos instrumentos culturais e principalmente de suas bibliotecas.

A história depende em seu curso de homens e de idéias, e estas têm seu canal mais adequado nos livros, podendo se dizer que com eles se governa o mundo.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao finalizar minhas palavras, não poderia fazê-lo sem antes convidar meus ilustres pares, desta Casa, para uma reunião que faremos realizar na cidade de Araxá, dia 14, domingo próximo, a partir das 9:00 horas, onde reuniremos mais de mil pessoas, representando os 75 municípios que comporão o futuro Estado do Triângulo.

Gostaríamos de contar com a honrosa presença de todos os Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antoniocalos Mendes Thame.

O SR. ANTONIOPCARLOS MENDES THAME PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Manoel Moreira.

O SR. MANOEL MOREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Apesar de minorar o drama vivido pelas micro, pequenas e médias empresas, o "pacote" de refinanciamento de dívidas já contraídas junto ao Sistema Financeiro — anunciado ontem, sob a forma de decreto-lei, pelas autoridades econômicas —, não soluciona efetivamente o problema daquelas empresas; porém, desanuvia o sistema financeiro do risco iminente de "quebra", em virtude da inadimplência generalizada, caracterizando-se, portanto, num autêntico Programa Emergencial de Salvação Bancária "contrabandeados" sob a forma de "socorro" às empresas.

A linha especial de refinanciamento das dívidas das micro, pequenas e médias empresas, contraídas com as instituições financeiras até 30 de abril passado, juntamente com o congelamento temporário dos lucros das instituições financeiras (bancos comerciais, de investimento é desenvolvimento, privados ou oficiais e financeiras) auferidos neste 1º semestre, significa, antes de tudo, um Programa Emergencial de Salvação Bancária.

Não é segredo para ninguém que, desde a disparada da taxa de juros e consequente desaceleração econômica, caracterizadas já no 1º trimestre deste ano, as instituições financeiras começaram a se preocupar com os altos índices de inadimplência dos devedores e, inclusive, ampliaram seus **spreads** (e seus lucros) diante do aumento do grau de risco dos empréstimos decorrentes da iminência de insolvência dos seus devedores.

E quem são os devedores com risco de insolvência? A maioria são micro, pequenas e médias

empresas que tomaram empréstimos para estabelecer-se ou ampliar seus negócios, procurando aproveitar-se do "boom" de crescimento registrado recentemente. Na medida em que a disparada da taxa de juros — proveniente tanto da aceleração inflacionária e dos **spreads** bancários e a redução do mercado inviabilizou aquelas empresas, os credores — o sistema financeiro começaram a correr sérios riscos de não receber de volta seus empréstimos efetuados e portanto, não realizar seus lucros. Os devedores começaram a atrasar seus pagamentos. Inicialmente, os bancos comerciais — e outras instituições financeiras — tentaram executar os títulos de dívidas.

Porém, esta estratégia não convém aos bancos, porque no Brasil essas instituições só sabem trabalhar — lucrar — com descontos de duplicatas (crédito de curto prazo) e não sabem lidar com investimentos produtivos. De repente, estes bancos viram-se às voltas com maquinaria têxtil, máquinas-ferramentas e outros instrumentos que eles não têm a menor intimidade e chegam até a abominá-los; além do mais, os bancos têm encontrado grandes dificuldades jurídicas para protestar os títulos de dívida em seu poder, na medida em que juízes têm expedido medidas cautelares que suspendem os protestos, baseados na excepcionalidade da conjuntura econômica, impedindo, portanto, a execução das dívidas.

Pela Lei Bancária brasileira, os bancos comerciais têm o prazo mínimo de 90 dias para a contabilização na rubrica "créditos em liquidação" dos pagamentos em atraso dos seus devedores. Na medida em que estes não conseguem — ou não querem executar os protestos, baseados na excepcionalidade da conjuntura econômica, impedindo, portanto, a execução das dívidas.

O congelamento temporário dos lucros contábeis auferidos neste 1º semestre significa reforçar a capitalização dos bancos comerciais, para eles não "quebrarem". Não significa confisco do lucro ou intervenção no sistema bancário! Tanto isto é verdade que o Banco Central vai ampliar de 90 dias para 150 dias o prazo mínimo para contabilizar as perdas (os pagamentos em atraso) de seus devedores, na rubrica de "créditos em liquidação", conforme notícia o Sr. Wadico Bucci, Diretor da Área Bancária do Banco Central do Brasil.

Para viabilizar as instituições financeiras, salvarem-nas da bancarrota, as autoridades econômicas do Governo vão refinanciar os devedores, para que estes paguem uma parcela de suas dívidas e a outra parcela seja paga através de um "fundo público", formado basicamente pela emissão primária de moeda e ampliação da dívida pública interna; isto é, botando mais lenha na fogueira da inflação e da ampliação da taxa de juros.

Desta maneira, as autoridades econômicas do Governo acabam de garantir às instituições financeiras a realização dos fantásticos lucros contábeis, auferidos por elas neste 1º semestre, que corriam o sério risco de esvanecerem-se, diluírem-se, sob a forma de "créditos em liquidação".

O próprio Sr. Fernando Millet, Presidente do Banco Central, afirmou, a respeito das medidas,

que "trata-se de uma medida preventiva com o objetivo de aumentar a capitalização e a capacidade operacional do sistema financeiro", isto é, trata-se claramente de um Plano de Salvação Bancária — ou dos banqueiros!

Evidentemente que as medidas auxiliam os órfãos da política econômica, vitimados pela aceleração inflacionária e da taxa de juros; porém, os grandes privilegiados das medidas foram os bancos e outras instituições financeiras que agora poderão receber integralmente seus créditos de volta, que estavam ameaçados, e pelos quais cobraram um **spread** adicional a título de "risco crescente".

Os bancos americanos, ameaçados de não receberem seus créditos de volta — diante da semi-moratória brasileira — ampliaram voluntariamente suas reservas para fazer frente aos créditos duvidosos e em liquidação, assumindo privativamente as perdas dos créditos concedidos. Aqui, no Brasil, as autoridades econômicas do Governo — como tornou-se corriqueiro — providenciou um "fundo" para salvar os bancos, para que estes não sofram prejuízos. E o pior, quem vai pagar, novamente, será a sociedade, sob forma de mais inflação e taxas de juros mais altas!

O que a Nação e o PMDB reclamam é uma política de capitalização dessas empresas, que as retire de uma vez por todas da sanha do capital financeiro especulativo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

V — O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de Comunicação das Lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva, que falará pela Liderança do PDS.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS — MA. Como Líder. Sem revisão do orador.):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Havia anunciado, sexta-feira passada, que iria reapresentar a emenda que propõe 50% do Sistema Financeiro de Habitação à habitação rural. Pois bem, a Emenda é a de nº 149, na Comissão da Ordem Econômica. Espero que esta Comissão reúna todos os seus membros para analisar o que julgamos da maior importância para a implantação da reforma agrária, que seja reparada com mais cuidado e que seja dispensado um tratamento para esta emenda que pede seja vinculada ao Sistema Financeiro de Habitação 50% dos seus recursos à habitação rural.

Acredito e aqui posso até fazer uma afirmação, se não tivermos condições de dar habitação ao homem do campo, o Governo não vai conseguir fazer uma reforma agrária como aquela que eu e tantos de V. Ex^a dissemos no palanque. Como é que o Governo vai dar um pedaço de terra a um cidadão pobre sem nenhuma condição de, pelo menos, tocar a sua lavoura e não dar a este agricultor a habitação, por pior que seja, por menor que seja, por mais reduzida que seja a sua construção. Se o Governo não fizer isto, ele estará brincando, ele não vai fazer reforma agrária.

Sou homem do campo, homem que viveu muitos anos na roça e ainda hoje me dedico à agricultura. Oitenta pais de família moram na minha

propriedade e ali têm pequenas casas para morar. É claro, foram construídas com recursos que adquiri de alguns setores financeiros e os fiz em nome de minha propriedade. Esses não serão desabrigados com a implantação de reforma agrária, porque eles já têm o lugar para morar e a terra para trabalhar.

Mas fiquei assustado quando vi na Subcomissão da Reforma Agrária, a minha emenda ser totalmente jogada fora. Ela até que não foi totalmente jogada fora, porque vincularam, ainda, 30% que seriam vinculados à habitação rural. Mas, agora, no parecer da grande Comissão da Ordem Social, não ficaram nem esses 30% para a habitação rural.

Peço aos nobres Constituintes que estão todo o santo dia na tribuna desta Casa, defendendo a reforma agrária, que me ajudem e, se não quiserem me ajudar, que ajudem aqueles que estão, realmente, esperando esta vontade, que não se sabe quando chegará, por parte do Governo federal na implantação da reforma agrária. Que ajudem a vincular esses recursos que peço na Emenda nº 149 e que sejam designados à habitação rural, onde o Governo pretende – eu não sei até se pretende – implantar a reforma agrária. O Governo fala, através dos seus representantes, que vai implantar a reforma agrária. Uma reforma agrária, meus amigos, não é só cortar um pedaço de chão e entregar a um pobre lavrador. O Governo tem que fazer estradas vicinais, tem que levar a educação, a saúde e dar o seu pedacinho de terreno com uma casa para ele morar – a casa não é dada; ele vai pagar por ela. Essa casa pode ser financiada, como é financiada para o homem do setor urbano. O que eu não posso me conformar é que o Governo, através dos seus ministros, homens altamente competentes, não tenha ainda aprendido fazer, pelo menos, o que o Constituinte Davi Alves Silva fez na Cidade de Imperatriz.

Posso, aqui, Sr. Presidente, assegurar a V. Ex.^a e aos nobres companheiros, que sou o primeiro homem da História do Brasil a fazer uma reforma urbana e estou querendo perder este lugar. Não quero continuar sendo o primeiro homem da História do Brasil que fez uma reforma urbana que deu certo. Quero perder esta colocação. Quero ser o segundo, terceiro, quarto, quinto. Foram 11 mil, 280 lotes urbanos que estão habitados com toda a infra-estrutura dada pelo Governo Federal, mas fui eu que tive a iniciativa de, pelo menos, começar. Quem perder este lugar, agora, na reforma agrária, quer que o Governo assuma esta posição, que não é minha, que é dele. Tantos e tantos Constituintes vieram para o Congresso Nacional trazidos pelo braço da reforma agrária, que, agora, têm de ajudar a assumir, a tornar este lugar do Constituinte Davi Alves Silva e colocar o Governo neste lugar da implantação da reforma agrária.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, num pequeno espaço de tempo, estar aqui e não poder mais dizer a V. Ex.^a que sou eu o único homem da História deste País que fez uma reforma urbana e funciona na futura Capital do Estado do Maranhão do Sul, que é Imperatriz. Agora, tive sucesso e o povo teve muito mais, porque o Governo Federal encampou e colocou ali educação, saúde, estrada, energia e tem dado toda uma assistência social necessária.

Não estou reclamando do tratamento que o Governo tem dado à Vila Davi Alves Silva, estou reclamando é das promessas que nós, Constituintes, fizemos no palanque, na campanha de 1986 e que, aqui, ainda não se tenha realmente procurado cumprir por aquilo que o povo está ansiosamente esperando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Davi Alves Silva, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Doreto Campanari, pelo PMDB.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos encaminhando ao Sr. Presidente e demais membros da Mesa da Câmara dos Deputados o seguinte requerimento:

"Vimos, pelo presente, nos termos do art. 37 da Constituição e apoiados no art. 168 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitar seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 (onze) membros, com duração de 90 (noventa) dias prorrogáveis, para apurar denúncias feitas pela imprensa paulista **Folha da Tarde**, de 28 de maio de 1986 e 22 de maio de 1986 e **Folha de S. Paulo**, de 22 de maio de 1986, a respeito de envolvimento de médicos do Instituto Nacional da Previdência Social no desvio de pacientes por ele assistidos para clínicas e hospitais particulares, desrespeitada a legislação em vigor".

Cumpre também à CPI solicita averiguar.

a) quais os recursos encaminhados para os órgãos da Previdência Social no Estado de São Paulo e como se verificou sua aplicação nos seguintes órgãos da Previdência: DATAPREV, que temos em São Paulo e no Rio, mas não funciona, nem sequer tem computadores para registrar as despesas, principalmente as do INAMPS; as verbas aplicadas na LBA, no FUNRURAL, quando temos 40 milhões de brasileiros que não têm direito à assistência médica; IAPAS, que é o órgão que cuida do patrimônio do Ministério da Previdência, onde existem compras irregulares; INPS, com relação à "habite-se" e INAMPS;

b) se procedem as argüições de desmandos administrativos nesses órgãos;

c) qual a causa real da demissão do Secretário Regional de Medicina Social do INAMPS em São Paulo, médico Herval Pina Ribeiro;

d) qual tem sido o desempenho, nos últimos doze meses, da LBA e da Funabem em São Paulo.

Sendo os fatos divulgados nas citadas reportagens do conhecimento do Superintendente do INAMPS naquele Estado, requeremos seja ouvido, além das pessoas citadas por aqueles dois órgãos da imprensa pau-

lista, requeremos, outrossim, que a CPI, uma vez constituída, determine as diligências julgadas necessárias podendo pedir o comparecimento ao Plenário do Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, ouvindo, sob compromisso, as autoridades estaduais e municipais, inclusive autárquicas.

Para maior eficácia da apuração das respectivas denúncias pela CPI, requeremos finalmente, sejam custeadas suas viagens, na averiguação e oitiva de testemunhas, para conveniente orientação das averiguações.

Justificação

Os escândalos da Previdência Social, quase levada à falência pelo desvio dos recursos da arrecadação e majoração indevida de verbas para auxílio de pensionistas e segurados, pareciam ter-se encerrado com a instalação da Nova República.

Entretanto, Sr. Presidente, ressurgem agora, com largo noticiário na imprensa, principalmente de São Paulo, sem que se tenha conhecimento de providências adotadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Gostaria de lembrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que há questão de **ilegível** dias, eu entrei com um requerimento ao Ministério da Previdência, formulando uma série de perguntas e, até a presente data, não tive as respostas embora entenda que ainda não se esgotou o prazo.

Uma denúncia é bastante clara: o Dr. Reynaldo Fares Chaddad promovia extensões, acoplado com uma secretária, que enviava pacientes do INAMPS ao seu consultório particular, convite a recepção do Hospital Modelo.

E pasmem, Srs. Constituintes; este médico trabalhava e era homem de confiança do Superintendente do INAMPS, em São Paulo!

Daí a proposição da presente medida, propiciando ao Poder Legislativo investigar a procedência e o alcance das denúncias, para indicar os culpados à punição.

Precisamos varrer a testado do Governo, demonstrando que ele não se **ilegível** com esses maus servidores, atendendo, inclusive, ao apelo formulado pelo Presidente José Sarney, na última reunião do Ministério, que se teve como tema o combate à corrupção.

Para essa tarefa investigadora, precisa, a CPI, de recursos e pessoal suficientes à mais ampla investigação, capaz de ser concluída dentro de três meses, prevista a prorrogação do prazo.

Nossa iniciativa está liberta de qualquer preconceito pessoal ou de natureza política, fundada, pura e simplesmente, no desvio de verba sancionada a administração federal dos agentes da corrupção, que pretendem reeditar tenebrosos tempos da ditadura militar.

Sr. Presidente, continuando, em 1985 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as possíveis irregularidades no Inamps em São Paulo, presidido então pelo ex-Deputado do PMDB Mário Hato e até agora não temos conhecimento do relatório. A verdade é que essa CPI – no meu entender – não era mel nem cera. Temos a impressão que ela e de uma finalidade simplesmente eleitoreira e nada mais.

O Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quérnia, acabou, recentemente, de fazer um convênio, através da Secretaria e Saúde daquele

Estado – e esteve aqui, há cerca de dez dias, o Secretário, Professor Mário Pinotti – um convênio que visa à municipalização da saúde. Será destinada a esse plano – inovador – a importância de quarenta e três bilhões de cruzados. Imaginem os Srs. Constituintes que é uma quantia razoável e que tem condições de amparar os previdenciários.

É um trabalho a ser desenvolvido pelos governos Estadual, Federal e com os municípios, com as prefeituras, dando recursos principalmente, aos hospitais de filantropia.

Estamos pedindo essa CPI porque vemos a necessidade de condenar, punir, os corruptos: aqueles que participam da corrupção dentro do Ministério da Previdência. Porque neste País, principalmente após o golpe militar, sempre quem cometeu pequenos delitos, pequenos crimes, foram punidos; mas aqueles que cometem os grandes roubos, “os homens do colarinho branco”, estilos completamente imunes. E lembramos que já constataram corrupção no Inamps do Estado de São Paulo quando era Superintendente o Coronel Camanho e o Economista Milton de Mello Milrel, que tinham um “caixa dois” ligado ao SNI, fizeram uma verdadeira fortuna e eram muito ligados ao Desembargador Minhoto, que foi destituído do cargo por participar da corrupção. Mas, pasmem, Srs. Constituintes! Esse Sr. Milton de Mello Milrel conseguiu, há poucos, dias **habeas corpus**. Lembramos que, após o golpe militar, o **habeas corpus** foi usado em defesa dos ladrões, dos corruptos, dos estelionatários, dos estupradores, mas o governo militar nunca permitiu que ele fosse usado em defesa dos presos políticos.

O jornal **A Folha de S. Paulo** traz que o Dr. Eval Pina Ribeiro, que era médico do Serviço Social do Inamps, ele que combatia a corrupção com todo o entusiasmo, com tanto ardor e com tanta responsabilidade, foi afastado do cargo, enquanto que o Superintendente do Inamps, Dr. Roberto Lago, lá permanece. Então, percebemos que Eval Pina Ribeiro está passando por um vilão. enquanto que o Superintendente do Inamps, que lá está, parece que é o bom mocinho. Daí a necessidade de se instalar essa CPI para apurar as irregularidades que existem dentro de todos os órgãos da Previdência.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Roberto Jefferson pelo PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta semana, analisando as notícias veiculadas na imprensa, nós chegamos às informações da falência, no nosso País, de 200 mil produtores rurais. Em São Paulo já temos um saldo em balança de 7 mil desempregados, só na indústria metalúrgica, 7 mil trabalhadores metalúrgicos perderam o emprego nos últimos 30 dias em São Paulo.

E os microempresários? Aqui em Brasília, ontem, estabeleceram um movimento de passeata pelas ruas, para protestar contra os juros escorchantes de 30% ao mês; em São Paulo houve passeatas dos empresários; em Petrópolis os empresários na rua fizeram passeata; no Rio de Janeiro os empresários pediram providências à Constitu-

tute – não ao Governo – providências para resolver ou minimizar essa angústia que estão vivendo agora. E por que não ao Governo? Porque o homem de indústria, que está vendendo a sua prateleira repleta de produtos sem colocação do mercado, e sem colocação porque não há consumidores; o produtor rural, que está vendendo o seu produto perecer ou ser aviltado nas centrais de abastecimento, porque não há consumidores para seus produtos. E os trabalhadores, em função desse quadro recessivo já delineado, estão a clamor providências, hoje, da Constituinte, não do Governo, onde estão pessoas nas quais as classes produtoras do País e as trabalhadoras não acreditam mais.

A quem interessa, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a especulação financeira que sufoca a economia do País? Que sufoca a família brasileira, que sufoca o trabalhador brasileiro. A quem interessa a taxa de juro a 30%? Ao banco, seria um raciocínio simplista, de apontarmos o óbvio e ululante: os banqueiros estão ganhando o que nunca ganharam na História do Brasil com essa taxa de juros violentíssima ao mês. Mas é só o banco que está ganhando com essa taxa de juros? Porque na indústria ninguém recebe, ninguém ganha; nas classes trabalhadoras ninguém ganha, nas classes produtoras ninguém ganha. Só os banqueiros acoplados com o Governo Federal. Quem pratica essa taxa de juros é o Governo Federal. Quem abre todo dia o **overnight** e dá à caixa, é o Banco Central, condomínio do Sr. Bresser Pereira. O Governo, então, é sócio na especulação. E ontem publica no jornal, uma notícia, assina um decreto, dizendo que 75% do lucro bancário, até dezembro, será aplicado para financiar a microempresa no Brasil. Fraude e embuste. Quem teve a oportunidade de ler o decreto vai saber que esses 30%, que correspondem a 250 bilhões de dólares, do primeiro exercício do ano de 1987, de primeiro de janeiro a 30 de junho os bancos lucraram 800 milhões de dólares no Brasil. A projeção de seus lucros, até o final do ano, é de 1 bilhão e 600 milhões de dólares. O que faz o Governo? A partir de 1º de janeiro, até 30 de junho, esse imposto de renda que seria cobrado sobre 800 milhões de dólares, ou sejam, 30%, 250 milhões de dólares que seriam recolhidos como imposto aos cofres do Tesouro, irão ficar com os banqueiros, que não irão recolher o imposto devido ao Tesouro Nacional, que irão refinanciar a dívida dos produtores e microempresários. Além de não pagarem o imposto de renda, irão apanhar esse dinheiro para emprestá-lo a juros ao empresário que, neste momento, está à porta da falência. Taxa de **pread**, seguro que é vendido, garantias escorchantes e extorsionárias. O Governo deu armas ao banqueiro para continuar a sugar o sangue do produtor e do ários, banqueiros, os especuladores, vêm ao jornal, e, pela primeira vez na vida, elogiam a medida dizendo que ela tem cunho social muito importante. E, na hora em que eles deixam de recolher esse imposto de renda e elogiam a medida como se ela fosse, realmente, uma medida social, temos que desconfiar da cumplicidade do Governo com o capital especulativo, com os banqueiros que estão levando à falência este País. O refinanciamento que faz o Governo junto com o banqueiro particular, do microempresário endividado, é um oxigeniozinho por quatro meses. O ideal seria a

moratória para o empresário, para o microempresário e para o produtor, quatro meses de oxigênio ou de quimioterapia a um paciente com câncer no CTI e o Governo, no momento em que faz esse tratamento, caro ao paciente que está com câncer, no CTI, está investindo ricamente na conta do hospital, veja-se banco, e na conta dos médicos, veja-se banqueiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o País caminha ladeira abaixo e a tristeza, que sentimos como Constituintes, diante dessa impotência de participar desse processo decisório é a de assistir um Governo a cumplicar-se com o capital especulativo, com o banqueiro contra quem trabalha e contra quem produz.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, que falará como Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho a satisfação de secundar o Constituinte Roberto Jefferson, do PTB, que fez uma análise correta, sobretudo comedida, da grave situação econômica por que passa o País.

Sr. Presidente, Ulysses Guimarães, neste momento, nós estamos aqui para cobrar de V. Ex.^a, que não nos ouve, a pauta para o ingresso na Assembléia Nacional Constituinte, do projeto de resolução que obteve, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, a aprovação da preliminar na Comissão de Sistematização. E é bem a propósito que nós, hoje, estamos na tribuna para cobrar de V. Ex.^a o envio para o plenário da Assembléia Nacional Constituinte do Projeto de Decisão nº 3, que prevê, na sua estrutura, o socorro às microempresas e aos pequenos produtores rurais.

E é bem a propósito, Sr. Presidente, V. Ex.^a que tem um passado respeitável de lutas neste País e que assomou à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte por força da sua liderança e da sua responsabilidade para com este País; é bem a propósito, Sr. Presidente que nós estamos a cobrar de V. Ex.^a mais esse gesto máxime quando o Governo federal tentando tapar o sol com a peneira, anuncia pelos jornais que encontrou uma fórmula de solução para os pequenos, mini e microempresários, que seria através do decreto ontem emitido, após duas longas horas de reunião do Presidente da República com o Ministro da Indústria e do Comércio e com o Presidente do Banco Central.

Essa proposta, enganosa sob todos os aspectos e já analisada pelo Deputado Roberto Jefferson, determina um prazo de carência de 6 meses para todos aqueles mini e microempresários, mas exclui – é bom que se diga – os pequenos produtores rurais. O prazo de 6 meses de carência é para pagar 3% dos seus débitos anotados até 30 de abril, com a correção monetária cumulativa dos meses de carência em torno de 50% e mais 5% dos juros. A partir do 7º mês, a correção monetária será integral.

Buscou-se, então, Sr. Presidente, recursos – e muitos perguntam de onde eles proviriam – para o nosso Projeto de Resolução, que determina um parcelamento de 24 meses sem correção monetária para os mini e microempresários e paga os produtores rurais. E perguntam: De onde vi-

riam esses recursos? E eu respondo: Devem vir da mesma disposição que determinou o decreto do Banco Central. E fazendo minhas as palavras do Presidente do Banco Central, Sr. Fernando Milliet, uma pessoa absolutamente insuspeita ao analisar a crise econômica do País e o posicionamento dos Srs. banqueiros e do sistema financeiro nacional. Diz ele, ao justificar as medidas, que "os bancos tiveram lucros excessivos com a volta da inflação, ganharam acima da média histórica deste País".

Pois bem, Sr. Presidente, a situação dos microempresários, dos miniempresários, da pequena empresa e da média empresa e, sobretudo, dos produtores rurais deste País é uma situação de descalabro, quase de miséria. Todos os dias verificamos a penhora e o leilão dos bens dos pequenos produtores rurais.

Sr. Presidente, vou encerrar. Hoje, em frente ao Palácio do Comércio, os microempresários farão uma manifestação, não uma manifestação de protesto, mas, já, uma manifestação de desespero, em relação à grave situação por que passam. Espero que V. Ex.^a cumpra o compromisso de enviar à Assembléia Nacional Constituinte, ao seu Plenário, este projeto de decisão. O País espera que todos nós cumpramos o nosso dever. A esperança é a Assembléia Nacional Constituinte. Nós fomos eleitos pelo povo, pelos pequenos produtores rurais, pelos microempresários, pelos miniempresários, e falo isso com tranquilidade não uso a tribuna da Câmara dos Deputados, nem da Constituinte, nem das Comissões, nem das televisões para ser o grande arauto da defesa da iniciativa privada, como fazem muitos. Onde estão eles? Escondidos e calados diante da gravidade da situação econômica das miniempresas e das microempresas e dos produtores rurais. No meu Estado, nós do PDT não temos problemas graves, porque não é um Estado agrícola como tem Goiás, Paraná, São Paulo e todos os Estados que são responsáveis por 65 milhões de toneladas de grãos produzidas no País como recorde, neste ano, e que entretanto os pequenos produtores estão entregando os seus produtos quase de graça para o intermediário, para o especulador.

Essas empresas representam 50% do PIB deste País, empregam 40 milhões de trabalhadores. Não nos arvoremos, aqui, em defensores dos empresários. Nós defendemos o País, e na hora em que uma postulação for justa, como esta, nós estaremos nas ruas junto com os microempresários e com os pequenos produtores rurais. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, que falará pelo PDC.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Constituintes de 1987:

No último sábado, dia 6 de junho, participei, na Cidade de Tatuí, no interior de São Paulo, de grande concentração de médias e pequenas empresas. Lá, como Deputado Federal e Constituinte, pela Democracia Cristã, assisti e tomei conhecimento, em sua plenitude, da gravíssima situação que agora denuncio.

Instalou-se na região o mais absoluto desalento. As empresas estão quebrando, ruindo, acabando, e os empresários que tudo já perderam, ou tudo

estão perdendo, chegaram ao grau máximo de desespero, e já se registram – e isso é trágico – os primeiros casos de suicídio. E por que tudo isso? A causa de tanta desgraça, Sr. Presidente, foram os empréstimos tomados por esses empresários durante o Plano Cruzado, quando, acreditando no Presidente da República, ousaram investir, fizeram empréstimos segundo as regras do Cruzado I; após 20 de novembro foram crucificados, massacrados pelo Cruzado II.

Ontem, para enfrentar essa realidade desesperadora, apresentou o Governo um elenco de medidas, apresentando-as como remédio eficaz e definitivo, e não o são, representam talvez, tão-somente, a nível pequeno, emergencial, a dura realidade é outra. Os valores a serem considerados para os débitos já sofreram uma brutal correção da fase Cruzado II. E, após os seis meses de carência anunciados, teremos novamente a correção plena, sendo então corrigidos os débitos que, hoje, em valores atuais, já são totalmente impagáveis.

Procrastina-se, assim, apenas, tão-somente, a agonia final. Não encara o Governo, como deveria, o problema central, ou seja, a ilegitimidade da dívida, na forma em que foi corrigida. Efetivamente, foram as dívidas contratadas com o aval, com a palavra do Governo, sob certas e determinadas condições.

Hoje, os mesmos débitos são cobrados em condições completamente diversas e altamente predatórias. Protege-se e continua-se protegendo apenas um dos pólos da relação credores-devedores, ao arreio da lei, afastando-se da justiça.

Não se constrói, desta forma, uma sociedade solidária e igualitária. Esta situação é antijurídica, é ilícito jurídico, é desfaçatez, é imoralidade.

Denunciamos, assim, Sr. Presidente, em nome da Democracia Cristã, que as soluções propostas constituem meros paliativos, passam ao largo, ignoram, não resolvem o problema central. Adia-se, simplesmente, adia-se a hora da agonia derradeira.

Apelamos, assim, ao Senhor Presidente da República, para que vá mais longe, muito mais longe, e enfrente, de forma objetiva e verdadeira, o trágico e criminoso processo de endividamento das pequenas e médias empresas.

Apelamos, Sr. Presidente, nesse sentido, para que não continuemos a ver a nossa gente a continuar morrendo ou a começar a se matar!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Bonfim, que falará em nome do PC do B.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes:

Há pouco tempo, o Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, criou uma imagem que dizia – e se aplicando à política – que basta tocar o bumbo que todo mundo se compõe.

Naturalmente, o Governador Newton Cardoso se referia aos sinais de inconformismo e contestação à política econômica do Governo Sarney por parte de elementos, de parlamentares do PMDB, do PFL e até de outras siglas com representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Queria o Governador, com essa imagem criada, dizer que os Parlamentares, em determinado mo-

mento, em determinada confusão, seguiam os caminhos da sua consciência, os caminhos da consciência nacional, os caminhos da busca das soluções brasileiras e das raízes desses mesmos problemas, visando a essas soluções.

"Basta tocar o bumbo, que todo mundo se compõe", como se fosse ordem unida.

Sr. Presidente, ontem, aqui no Congresso Nacional, reuniram-se lideranças, Deputados, Representantes do PC do B, do PT, do PSB, do PDT, do PCB e de setores do PMDB, a exemplo do Vice-Presidente, Affonso Camargo, com o objetivo de traçar e de buscar soluções, visando mobilizar a opinião pública nacional, com o objetivo de, ao lado do movimento sindical da sociedade brasileira deflagrar a campanha pelas eleições diretas em 1988.

Sr. Presidente, em última pesquisa o jornal **O Estado de S. Paulo** diz que 87% do povo brasileiro está insatisfeito com o Governo Sarney e com o processo continuista desse mesmo Governo.

A mobilização nacional que esses partidos ora iniciam visa fazer a justa pressão da sociedade brasileira aqui na Assembléia Nacional Constituinte, para que os parlamentares se sintonizem com os anseios do Brasil, a fim de que o mandato do Presidente Sarney seja, efetivamente, um mandato de transição e não seja usurpado do povo, mas uma vez, neste País, através do continuismo de um Presidente da República, eleito por via indireta, para fazer uma ponte entre o autoritarismo e a democracia, se busque a perpetuação no poder, inicialmente por 5 anos e, quem sabe, por quantos anos.

Esta mobilização visa, também, Sr. Presidente – para concluir – a busca de um programa de unidade das forças democráticas e progressistas, um programa de emergência nacional sintonizado com essa perspectiva de eleições diretas, após a promulgação da Constituição. Visa, também, o máximo de amplitude e o engajamento de todas as forças que, sinceramente, estão desejosas de completar o processo democrático brasileiro e de levar à frente aquilo que é um sonho, uma aspiração da Pátria brasileira, que são as eleições diretas, para Presidente da República e que se saia desta crise em que vivemos, hoje, atolados pela incompetência e pela corrupção e, a partir daí, iniciemos um novo momento, uma nova página da História do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Eduardo Bonfim, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Átila Lira, que falará pela Liderança do PFL

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Como Líder.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Falaram, aqui, vários representantes de Partidos que estão presentes nesta Casa, sobre a questão que enfrenta, hoje, o empresariado, sobretudo o empresariado de pequeno porte.

Discutiu-se, aqui, a questão das decisões do Governo no que diz respeito ao microempresário,

mas se abordou um lado muito grave da questão que passa o pequeno produtor rural.

O Banco do Brasil, no ano passado, financiou investimentos na região Nordeste, cobrando taxas de 3%, justamente na fase positiva do Plano Cruzado, e esses mesmos financiamentos continham uma cláusula de correção monetária baseada numa nova moeda que surgia na época como moeda forte, a chamada OTN. E esses pequenos produtores se encontram hoje numa situação praticamente de insolvência, sem perspectivas de poderem resgatar esses compromissos.

Quero, portanto, junto com todos os Partidos que fizeram reclamos nesta Casa, solicitar dessa Presidência que possa agir junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central para que tomem realmente medidas concretas, porque a situação já é demais em termos de desorganização do País na economia! E, agora, com o produtor rural sem perspectiva de pagar seus compromissos, creio que vamos caminhar para uma convulsão social.

Não quero, ainda, recomendar outras medidas que, eu creio, o povo terminará tomando, porque ainda acredito que existe um pouco de legalidade neste País.

Por outro lado, no meu Estado, foi encerrada a greve dos professores. Encerada em decorrência de manobra do Governo do Estado de sufocar, de reprimir, de colocar a polícia nas ruas, de ameaçar com transferência, com demissão, com retenção de salários, com rebaixamento, com congelamento salarial. Esse é o saldo de uma greve em plena época da Nova República, em que o Magistério foi obrigado a retomar às aulas massacrado, sem o seu salário de acordo com o novo estatuto e ameaçado de represália, para que não se manifeste mais em função dos seus interesses.

Quero também registrar aqui que essa greve teve aspectos positivos, como a renovação de lideranças que surgiram durante o processo de luta, e também o afastamento definitivo das lideranças do Magistério, que tinham compromissos partidários, e que hoje estão atreladas ao poder, e que usaram desse poder para coagir, para massacrar e ameaçar as associações de classe. Quero ainda registrar o nosso apelo ao Supremo Tribunal, para que ajude com lisura, no julgamento das questões que estão sendo levadas pelos Governadores, para obter, portanto, a derrubada do gatilho salarial e uma série de leis que foram conquistadas pelos funcionários públicos, pelos professores e que hoje se encontram ameaçadas por conta de legislações anacrônicas que estão servindo de parâmetro, a fim de que o Supremo possa decidir. Era isso que eu tinha a considerar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade. S. Ex.^a utilizará a disponibilidade de tempo destinado ao PMDB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA).

Como Líder. Sem revisão do orador.:

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabei de vir de uma audiência com o Ministro Ronaldo Costa Couto. Fui levar a S. Ex.^a alguns problemas da maior importância do Município de Tucuruí, no Estado do Pará. Antes, entretanto, afirmei a S. Ex.^a da nossa posição intransigente de lutar pela eleição para Presidente da República, imediatamente após a promulgação da nova Constituição do Bra-

sil. Mostrei-lhe, e pedi que levasse mais uma vez essa questão ao Presidente da República, que há uma verdadeira insensibilidade e insensatez no comportamento do Governo, que tem por objetivo, na sua atual política econômica, uma recessão proposta, com o intuito de conter a demanda interna para, ao mesmo tempo, estimular as exportações brasileiras. Isso está levando a Nação a prejuízos jamais havidos em toda a sua História.

Mostrei ao Sr. Ministro Ronaldo Costa Couto que nenhum político sensato, que tem ligações com as suas bases, com a realidade por que passa esta Nação, pode acompanhar um governo como esse ai está. É impossível apoiar o Governo do Presidente José Sarney. Eu disse-lhe isso com a maior franqueza. E dito isto, Sr. Presidente, entreguei a S. Ex.^a dois ofícios que na verdade são dirigidos ao Sr. Ministro, para que S. Ex.^a acione o Presidente da República. Trata-se da questão do Imposto sobre Serviço do Município de Tucuruí. Tucuruí, como tantas outras cidades deste País, na medida em que recebe a implantação de grandes projetos do Governo, por iniciativa desse mesmo Governo, deixa de receber esse imposto tão importante à sua comunidade, para atender à construção da infra-estrutura necessária a milhares de pessoas que se deslocam para aquela cidade, em função da execução dessas grandes obras. O Município de Tucuruí sofreu muito com a isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) durante todos esses anos. Agora, quando vão ser construídas as escunas, obras que sempre defendemos e lutamos pela sua execução, entendemos que é chegado o momento do próprio Presidente da República mandar para esta Casa uma mensagem, acabando com a isenção do Imposto sobre Serviços, pelo menos para aquela obra que lá será construída. Haja vista que o Poder Legislativo, também pela primeira vez na sua história e da maneira mais absurda que já vi, está o, Regimento da Câmara dos Deputados, assim como o Senado Federal, pelo seu Regimento, estão proibidas de tramitarem iniciativas de Parlamentares. Temos um projeto nesse sentido, acabando com as isenções do ISS a essas grandes empresas que fazem grandes obras do Governo. Este ano é impossível a tramitação desse projeto. Por essa razão, apelei ao Presidente da República, por intermédio do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, que mande urgente para esta Casa uma mensagem acabando com a isenção do ISS, do qual, hoje, beneficia-se a empresa Camargo Corrêa, que está iniciando a construção das escunas, sem concorrência – diga-se de passagem –, e o Município de Tucuruí não pode dispensar tamanho benefício.

O segundo ofício, Sr. Presidente, trata da questão da água para a população do Município de Tucuruí. Em 1985, o Presidente José Sarney esteve em Tucuruí. Naquele momento, convenci a Sua Exceléncia a visitar a velha cidade de Tucuruí, a sede do Município de Tucuruí – coisa que nenhum Presidente do regime militar, até então, havia feito. Sua Exceléncia aqüiesceu ao nosso convite e foi visitar a cidade. Ficou escandalizado com a situação de miséria, de sujeira e de abandono a que estava relegado aquele Município, que é sede da construção da maior hidrelétrica nacional. Naquela ocasião, o Presidente destinou 10 milhões de cruzados para o serviço de água e

4 milhões de cruzados para o asfaltamento da cidade. Esses 10 milhões de cruzados para a água não deram para os serviços e, hoje, a COSANPA do Estado do Pará alega serem necessários 182 milhões de cruzados para conseguir o serviço. Alegamos, nessa nossa manifestação ao Presidente da República, que Tucuruí deixou de receber, ao longo destes 10 anos da construção da hidrelétrica, uma fábula em recursos do ISS. Então, em consequência desta perda provocada por iniciativa do Poder Executivo, é justo que se compense aquele Município, neste atual momento, com os recursos necessários à construção de uma rede de abastecimento de água potável àquela população que necessita e reivindica esse melhoramento há muitos anos.

Foram estes os apelos que entreguei, hoje, ao Ministro Ronaldo Costa Couto, e espero haja sensibilidade de parte do Governo para atender a essas reivindicações.

Por isso, concluo as colocações. Temos que fortalecer os Municípios brasileiros, através de uma reforma tributária real. Não estamos satisfeitos com o relatório da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Ela avançou pouco e, da forma como está o relatório, feito pelo Constituinte José Serra, não atenderemos às necessidades dos Municípios brasileiros, ao seu fortalecimento e ao fortalecimento dos Estados.

Caberá à Comissão de Sistematização e, finalmente, ao Plenário desta Assembléa Nacional Constituinte aperfeiçoar o relatório da Comissão Temática, impedindo, de uma vez por todas, na Constituição brasileira, que o Governo Federal tenha o direito de legislar sobre o imposto que é da exclusiva competência do Município ou do Estado da Federação brasileira.

Esta, a manifestação, solicitando a V. Ex.^a insitara, nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, os ofícios que entreguei hoje, em mãos, ao Ministro Ronaldo Costa Couto.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Ofício nº 036/87 Brasília/DF, 10 de junho de 1987.

Exmº Sr.

Dr. Ronaldo Costa Couto

MD. Ministro Chefe do Gabinete

Civil da Presidência da República

Em mãos

Senhor Ministro.

Na oportunidade em que o Presidente Sarney esteve em Tucuruí, no Pará, em 1985, e a nosso convite visitou a sede do município, ficou sensibilizado pelo estado de abandono da cidade que é sede da maior Usina Hidrelétrica do País.

Em virtude disto, perguntou-nos quais seriam os mais sérios problemas de Tucuruí. Mostramos ao Presidente que a falta de água potável e de asfaltamento das ruas e avenidas eram prioritárias, ao que ele atendeu, destinando, na ocasião, dez bilhões de cruzeiros, à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), e quatro bilhões de cruzeiros para a Prefeitura, cabendo a esta o serviço de asfaltamento.

Ocorre que o dinheiro para o serviço de ampliação do sistema de abastecimento d'água foi aplicado financeiramente, enquanto o projeto estava sendo elaborado. Segundo o Diretor da COSAN-

PA me informou por telex, em 22-4-87, os 10 bilhões de cruzeiros já estavam em 21 milhões de cruzados, dos quais foram pagos Cz\$ 8.982.530,00 à empresa ESTACON, pelo 1º contrato, que era no valor de Cz\$ 9.725.000,00 e também repassados Cz\$ 1.376.000,00 à Leme Engenharia, responsável pela elaboração do projeto

Devem sobrar aplicados ainda cerca de Cz\$ 13.000.000,00 considerados os rendimentos dos meses de abril e maio.

Entretanto, a COSANPA informa-nos, de acordo com a planilha por esta elaborada, que, para a conclusão das obras, é necessária a importância, agora, de Cz\$ 182.457.722,00 ou 725.305 OTN.

Assim sendo, considerando a prioridade do atendimento à população e, considerando ainda o fato de que Tucuruí não recebeu durante toda a execução da obra os recursos do ISS, pedimos a V. Ex.^a levar ao Presidente José Sarney o nosso apelo no sentido da alocação dos recursos solicitados, para que estes importantes serviços sejam concluídos, ainda que a liberação desta verba seja feita de maneira parcelada.

Certo de poder contar com seu apoio, antecipo sinceros agradecimentos e, no aguardo de sua manifestação, reitero estar ao seu dispor.

Atenciosamente, — **Ademir Andrade**, Deputado Federal Constituinte — PMDB — PA

Item	Discriminação	Custo	
		Em Cz\$ 1,00	Em OTN
01	Reservatório de lavagem dos filtros	16.812,026	66.831,08
02	Casa de Química e Comando	21543,674	85.640,30
03	Filtros	10.337,870	41.095,05
04	Reservatório Água Tratada/Elevatória	22.262,682	88.498,50
05	Adutora Principal 0/600mm	19.994,036	79.480,19
06	Reservatório de Chegada/Elevatória	24.360,479	96.837,65
07	Subadutora 0/300mm	15.604,287	62.030,08
08	Reservatório R/(Bairro Stª Mônica)	27.285,863	108.466,62
09	Urbanização ETA	9.652,797	38.371,75
10	Urbanização Reservatório Chegada/Elevatório	7.302,004	29.026,89
11	Urbanização Reserv. Elevado 200 m ³ (Bairro Stª Mônica)	7.302,004	29.026,89
		TOTAL	182.457.722
			725.305,00

Data base OTN = cz\$ 251,56 (Maio 87)

Ofício nº 035/87
Brasília – DF, 10 de junho de 1987.

Exmº Sr.

Dr. Ronaldo Costa Couto
MD Ministro-Chefe do Gabinete
Civil da Presidência da República
Em mãos

Senhor Ministro,

Extremamente preocupado pelo bem-estar da população do Município de Tucuruí, no Pará, diante da falta de recursos financeiros provocada pela isenção do ISS, que impossibilitou à sua Prefeitura acompanhar com obras e serviços de sua responsabilidade o intenso crescimento populacional, decorrido da construção da hidrelétrica, venho à sua presença, solicitando seu imprescindível apoio, ao que passo a apresentar.

Tucuruí é hoje um município de grande população, porque para lá se direcionou intenso fluxo migratório de pessoas interessadas em participar direta ou indiretamente da construção da barragem. A Prefeitura, entretanto, nunca teve condições de oferecer infra-estrutura necessária à crescente comunidade, ficando impossibilitada até de pagar os funcionários e de apresentar um mínimo de atendimento escolar e de saúde.

A população local sofre muito com isto.

Tal injustiça acontece porque no Governo do General Geisel foi concedida isenção do ISS às empresas responsáveis pela execução de grandes obras — como é a hidrelétrica e como serão as escusas em Tucuruí, através da Lei Complementar nº 22, de 9-12-74, que alterou o Decreto nº 406, de 31-12-68.

A medida trouxe o caos administrativo e social, pois sem os recursos do ISS é absolutamente impossível a execução dos serviços reclamados pela comunidade.

Agora, os tempos são outros. É hora de se corrigir os efeitos provocados pela isenção, revogando-a da legislação tributária imediatamente, para que as obras das escusas em Tucuruí possam trazer à municipalidade os recursos necessários do Imposto Sobre Serviços, para a aplicação em obras e serviços há tempos reclamados pela população local.

Assim sendo, peço a V. Ex.^a sua imprescindível intercedência junto a Sua Excelência o Presidente Sarney, no sentido de que o Executivo envie mensagem ao Poder Legislativo, propondo a revogação da isenção do ISS. Esta é uma forma de solucionar gravíssimos e antigos problemas naquele Município.

Ressalto que em 1983 apresentei neste sentido o anexo Projeto de Lei Complementar nº 123 ao Congresso, mas hoje ele não está tramitando, em razão dos trabalhos da Constituinte.

Creio ter sido claro quanto aos motivos que me trazem a V. Ex.^a na apresentação deste pedido e tenho certeza de que encontrarei boa receptividade de sua parte, por tratar-se de importante questão social.

Assim, considerando a urgência de que se reveste o presente pleito, aguardo sua breve manifestação, antecipando sinceros agradecimentos pela atenção que merecer.

Atenciosamente, **Ademir Andrade**, Deputado Federal Constituinte/PMDB — PA.

VI — O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

Apresenta proposições o Sr. Constituinte:

NELTON FRIEDRICH — Informações do Ministério das Comunicações, inclusive da EMBRATEL, sobre não-liberação de satélite para televisar reassunção do Sr. Dante de Oliveira no cargo de Prefeito de Cuiabá.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Requeiro a V. Ex.^a, para decisão da Mesa, informações a sua Excelência, o Senhor Antonio Carlos Magalhães, digníssimo Ministro das Comunicações, a respeito da denúncia publicada na **Folha de S. Paulo** do dia 4 de junho de 1987, versando sobre a não-liberação de satélite para transmissão de imagens e sons para as televisões do evento do dia 3 de junho próximo passado.

Em razão da gravidade que pode significar a confirmação da notícia-denúncia, Peço deferimento, **Nelton Friedrich**, Deputado.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES OFICIAIS

Nos termos do art. 62, inciso IV, § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro informações oficiais ao Ministério das Comunicações, especialmente à EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, nos termos seguintes:

1º) realizou-se no fim da tarde do dia 3 de junho de 1987, em Cuiabá — MT, evento político de repercussão nacional, com o retorno à Prefeitura daquela capital do ex-Ministro Dante de Oliveira, que num gesto raro na História desta República saiu de elevada função que exercia por discordar de encaminhamento político imposto pelo Presidente da República, servindo, ainda, como democrática manifestação pelo fortalecimento da Assembléia Nacional Constituinte e em comício pelas eleições diretas em 1988;

2º) os líderes Mário Covas — do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Fernando Henrique Cardoso, no Senado, e Luiz Henrique, na Câmara Federal, além de quase três dezenas de Constituintes, Senadores e Deputados, compareceram ao ato público prestigiado por aproximadamente duas mil pessoas;

3º) surpreendentemente, em edição do dia 4 de junho de 1987, jornal de circulação e conceito nacionais divulga que a EMBRATEL "até as 22h e 30 min não havia liberado seu satélite para transmissão de imagens do comício pelas televisões", conforme comprovação anexa. Em sendo correta a notícia, deve a empresa estatal, responsável pela geração de som e imagem para as televisões, explicar detalhadamente as razões determinantes de tal comportamento, dada a gravidade do que isso pode significar para a liberdade, democracia e direitos dos brasileiros.

4º) requer-se também que a estatal — constituída para realizar serviço público — através do Ministério das Comunicações forneça dados sobre todas as gerações promovidas das 17:30 às 22:30 e suas rotas, bem como pedidos que — normalmente verbais — tenham sido encaminhados à EMBRATEL, para geração de som e imagem;

5º sejam fornecidas outras informações sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1987. – Constituinte **Nelson Friedrich**.

VII – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional:

Tem a palavra o Sr. Constituinte Jorge Hage.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É necessária uma dose mínima de grandeza para fazer uma Constituição. Os interesses imediatos, as ambições pessoais, legítimas ou não, pouco importa, os projetos políticos de cada um dos atores da cena política podem – e, talvez, legitimamente, devem – constituir-se em ingredientes naturais ao processo de elaboração dos decretos, das leis ordinárias até, das portarias, das normas de categoria inferior.

Quando se trata, entretanto, de elaborar a norma constitucional, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faz-se necessária uma atitude: a elevação da visão para o horizonte mais largo, onde se possa vislumbrar a vida nacional que se vai desenvolver pelos anos, pelas décadas afora, para gerações que hão de vir depois de nós, sobretudo.

Sr. Presidente, chegou a hora de fazermos uma opção, especialmente no que se refere à matéria institucional, aos Capítulos atinentes à Organização do Poder, ao Sistema de Governo, à distribuição do poder efetivo dentro da relação de forças institucionais que vamos construir, chegou a hora de decidirmos aqui se vamos fazer uma Constituição ou uma portaria, tal é, Sr. Presidente, o peso do jogo das pressões que neste momento se travam e se chocam dentro da Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, da qual participo, pressões oriundas de interesses, no caso, ilegítimos; ilegítimos porque pretendem moldar o futuro a partir de interesses ocasionais presentes na cena política de hoje, e de prazo certo, que vão, se as coisas continuarem como estão, comprometer a construção constitucional que é do nosso dever legar para o futuro deste País. O eminente Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, em momento muito feliz, diz no seu relatório: "O sistema de governo, esta é a questão mais séria, mais séria e cruciante. Não vejo aqui alternativa. Todos nós, Constituintes, ou acertamos ao elaborar um mecanismo fundamental de operação do Estado, ou legaremos às gerações nascentes, de modo inelutável, a convulsão social. É isto que está em jogo, no momento em que os interesses daqueles que neste momento estão instalados na disputa, na competição pela manutenção do Poder, ou, pela conquista de pequenas parcelas dele, influenciam, pressionam, jogam o jogo descabido neste particular, influenciando, como não é legítimo, a construção Constitucional do futuro do País".

Impõe-se, Sr. Presidente, façamos urgentemente algo para conter, confinar, restringir esse tipo de influência ao capítulo próprio da Constituição, ao capítulo que mais se aproxima da Lei Ordinária, porque tem vida mais curta, ao capítulo das Disposições Transitórias. Para isto existe, na técnica legislativa de sempre, o conceito das disposições transitórias.

Venho aqui fazer, Sr. Presidente, este apelo. Vamos distinguir as duas dimensões, para salvar a dimensão do permanente; vamos entregar as disposições transitórias ao jogo da troca de votos por cargos, ao jogo fisiológico da entrega de canais de FM, de AM ou de televisão. Façam esse jogo os que querem fazê-lo, mas o façam nas disposições transitórias, troquem seu voto por mandatos de 5, 6 anos como queiram, mas não frustrem, não inviabilizem a construção do definitivo, a construção do sistema de governo que ou será feita com seriedade ou será a armadilha para a convulsão social permanente deste País, para as crises institucionais seguidas neste País, para o desastre completo e a frustração de todas as esperanças que o povo depositou nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Não creio seja pedir muito. Afinal, os interesses imediatos se esgotam em prazo relativamente curto, mais um ano, mais dois, da atual disposição do poder do governo atual, e tudo isso terá passado.

Propusemos ao eminente Relator da nossa Comissão que levasse para as disposições transitórias toda essa celeuma, toda essa disputa e barganha do poder imediato pelo poder.

Propusemos ao Deputado Egídio Ferreira Lima, e fazemos um apelo a todos os constituintes da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, amanhã na Comissão de Sistematização, depois de amanhã neste plenário, que será o cenário final, no sentido de que, nas Disposições Transitórias, se trave essa batalha menor, coloquemos nas Disposições Transitórias a luta do mandato, votemos, no mandato, cada um de acordo com nossas convicções e com a nossa postura ética, votemos, nas Disposições Transitórias, a formação transitória da distribuição do poder, no ano que restará deste Governo, espero, porque votarei pelos 4 anos, ou pelos dois anos, para quem votará pelo sim, mas que não se permita que isso contamine a definição permanente, duradoura, do sistema parlamentarista de governo que, nesse momento, está se propondo à Nação.

Para salvar a proposta do Relator da Comissão, que está, nesse momento, gravemente ameaçado de novamente ser deformada, conspurcada, apequenada, paroquializada por influências menores, como ocorreu, na Subcomissão do Poder Executivo, com a proposta original, decente e inteligente do Constituinte José Fogaça, para sair aquela coisa teratológica, que geraria, inevitavelmente, o conflito pela formação de dois núcleos de poder, um em torno do primeiro-ministro, outro, em torno do Presidente da República, com ministros militares retirados da regra do jogo, algo que nunca se viu no Mundo inteiro; para se evitar isto, que nas Disposições Transitórias seja estabelecido que o novo sistema somente entrará em vigor ao final do atual mandato presidencial. Por que sacrificarmos o futuro inteiro para implantar, ainda no que resta deste Governo de transição, o sistema novo, se sabemos que com isso vamos atrair, como estamos atraindo, para a concepção do novo, todas as influências deformadoras e deturpadoras dos interesses que estão aí no imediato?

Se não temos, como tudo indica, maioria capaz de adotar, numa atitude de altura, altivez e grandeza, desde já, o sistema de que o País precisa

e que o nosso grau de avanço democrático vai requerer, desde agora, entreguemos a mão para não entregarmos o braço, que entreguemos nas Disposições Transitórias a fórmula que eles bem quiserem e entenderem, mas que salvemos, para implantação, após o término do atual governo de transição, do sistema sério, do sistema discutido com seriedade, com o mínimo, repito, de grandeza, com os olhos postos no horizonte além da paróquia, além dos limites da província, da pequenez do dia-a-dia, o sistema definitivo do País seja preservado desse jogo menor que há poucos meses produzia, nas manchetes dos jornais fórmulas absolutamente circenses, de parlamentarismo de mentirinha, com primeiros-ministros fantoches, com ministros militares retirados da regra do jogo, e outras monstruosidades a mais.

Sr. Presidente, toda esta questão se verifica porque, ao que parece, a Constituinte aconteceu muito cedo. Se tivesse sido convocada para 1988 ou 1989 nada disso estaria ocorrendo, porque iria concluir-se naturalmente com a conclusão do pretenso mandato anterior do atual Presidente da República, e o importante, o fundamental, é que o Governo de transição, tenha o seu término coincidente ou quase coincidente com o término do processo constitucional. A defasagem entre os dois pontos é que poderá gerar todo o tumulto e o vácuo institucional, o descompasso institucional que iremos viver, se o atual mandato se projetar por muito tempo adiante do término do processo constituinte. Ou o mandato o querem muito longo ou a Constituinte veio muito cedo, e aí, quem sabe, teríamos que prorrogá-la. Se não conseguirmos encurtar o mandato de transição, teremos que prorrogar isto aqui. Manter o Poder Constituinte em funcionamento e em vigência para que não ocorra aquilo que tememos, concluído o Poder Constituinte, com a sobrevida que se dá a algo que é projeção da ordem anterior, o atropelo institucional terá as suas precondições preparadas para acontecer.

Pode ser decisivo que tenhamos a competência para administrar esse termo final da transição, essa descoincidência das etapas que o destino nos legou.

Há poucos dias fazia aqui um apelo ao Presidente da República para que assumisse a postura de árbitro, de magistrado da Nação, e nos conduzisse a todos, como ocorreu em outros países mais felizes que nós, ao termo final da transição democrática. Sua Excelência, entretanto, preferiu ir à televisão decretar o seu "fico" e proclamar o seu mandato, independentemente da Assembléia Nacional Constituinte. Não vamos voltar, aqui, a tudo o que a Nação já revelou pensar e julgar a respeito daquele episódio.

Concluímos, lamentando que, não tendo Sua Excelência querido assumir a postura de magistrado, de condutor final isento do processo de transição, isso redobra as nossas responsabilidades, as responsabilidades dos Constituintes desta Assembléia Nacional Constituinte, para, com toda a competência que puderem mobilizar, encontrar as fórmulas para superar aquilo que o destino nos legou em termos de descoincidência de prazos, entre o processo constitucional e o mandato presidencial, e aquilo que a falta de grandeza de determinados participantes da cena política não permitir que nasça da renúncia ou do despreendimento.

Sr. Presidente, ainda tecerei dois comentários a propósito da proposta, que defendo, do Relato da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, de sua aplicação somente após o término do atual mandato. Uma dessas questões tem sido insistentemente aventada por aqueles que, já aí honestamente, se preocupam com o possível enfraquecimento da figura do Presidente da República num sistema parlamentarista que, entretanto, convive com a eleição direta desse presidente. Esse argumento tem sido reiteradamente posto, no sentido de que não se compadece num regime parlamentar com presidente eleito, lastreado no respaldo popular de 30, 40 milhões de votos, como teriam os Presidentes da República eleitos neste País daqui por diante. Não poderia coexistir com uma figura de Presidente da República esvaziado.

Preliminarmente, é preciso ressaltar que a proposta que hoje transita na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo não esvazia a figura do Presidente da República. Muito pelo contrário, mantém ainda para ele uma série de atribuições da mais alta importância. Ainda que não fosse assim, seria de se indagar: quem escolhe o primeiro-ministro? Quem mobiliza a maioria parlamentar, a maioria parlamentar que definirá o gabinete e o primeiro-ministro? Se esse Presidente da República, eleito por 30, 40 milhões de brasileiros, é, de fato, o líder que se imagina que seja, ele terá maioria parlamentar? Se não tiver, no momento inicial pela descoincidência da eleição do Congresso com a eleição presidencial, ele conquistará a maioria parlamentar ou ele não será, de fato, essa liderança que supomos que seja, mas será apenas mais uma das lideranças enganadoras que frustraram o País nesta nossa série infundável de frustrações presidenciais que é a nossa História? Será mais um enganador, mais um charismático, mais um populista, mais um demagogo, mais um messiânico, mais um futuro renunciatório, e não um estadista? Se estadista for, ele buscará e obterá, no Parlamento, a maioria necessária para fazer com que o Governo corresponde ao popular que o elegeu.

O último ponto, Sr. Presidente, que me preocupa são essas reincidências preocupações com a situação dos ministros militares. Procurei, confesso, fora do nosso ambiente, políticos, cientistas, professores, condecorados da doutrina da teoria do Direito Positivo em outras partes do Mundo, para ver por que somente nos preocupamos, na hora de implantar o parlamentarismo, com os ministros militares. No resto do Mundo isto não acontece. Cheguei a uma conclusão, muito tranquila: temos que decidir se temos ou não maioria para definir o nosso sistema político sem a neurose da intervenção militar. Se não a temos, Sr. Presidente, nem presidencialismo nem parlamentarismo. Fiquemos onde estamos, fiquemos no militarismo mesmo, porque estaremos sendo muito mais coerentes com a nossa realidade.

Como não creio seja esta a situação, faço aqui um apelo aos Colegas que honestamente preocupam-se com essas questões, que refletam com a experiência mundial e assumam que este País já tem a maioridade institucional suficiente para a adoção do sistema decente, equilibrada capaz de absorver as crises, o que nos levará, sem dúvida alguma, à plenitude democrática.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jorge Hage, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Com a palavra o nobre Constituinte João da Mata.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago, nesta oportunidade, ao Plenário desta Assembléa Nacional Constituinte, temas da maior relevância para a vida econômica e social de nosso País.

É estranho que, dentro da maior crise econômica que este País já viveu, nós, brasileiros, estejamos pretendendo fazer uma Constituição que atenda aos grandes anseios do povo brasileiro. Inicialmente, precisamos tirar todas as máscaras e falar a verdade para a população que tem uma imagem falsa sobre a Constituição futura. Supõem os brasileiros que, promulgada a Constituição, os problemas brasileiros estarão resolvidos. É preciso explicar que não é bem assim: a Constituição se envolverá apenas com aspectos jurídicos, ou seja, firmará uma nova estrutura ao ordenamento jurídico nacional para possibilitar a correção das distorções ora existentes. Mas a Constituição não vai resolver a situação dos juros bancários, da inflação, da seca e da miséria no Nordeste etc. Nada tem a ver uma coisa com a outra. O povo, todavia, entendeu pelos discursos proferidos nos palanques, em 1986, que a nova Constituição resolveria todos estes problemas nacionais.

E o pior é que o Sr. Ministro da Fazenda, no dia 8 próximo passado, na cidade de Sousa, na Paraíba, quis confirmar essa inverdade, transferindo para nós, Constituintes, a responsabilidade de solucionarmos os problemas brasileiros, através de uma boa Constituição. No final, quem vai merecer o repúdio do povo somos nós Constituintes, que também somos Deputados Federais ou Senadores, e que não estamos dedicando o tempo necessário aos graves problemas econômicos e sociais de nosso País.

Assim é que entendo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o momento é de reflexão e também de atitudes que salvaguardem a consciência nacional sobre o momento presente que vive a Nação brasileira.

Pretendo eu, então, com a responsabilidade de Constituinte e de Deputado Federal sugerir, em primeiro lugar, a suspensão dos trabalhos da Constituinte pelo prazo mínimo de 30 (trinta) e máximo de 90 (noventa) dias para que durante este período todos os parlamentares se voltem única, e exclusivamente, para a solução da grave crise econômica, em regime de urgência.

Em segundo lugar, faz-se necessário que o Congresso Nacional envolvido com a questão, participe do processo de escolha dos novos ministros da área econômica e dentre 5 a 10 candidatos indicados pelo Sr. Presidente da República, possamos referendar o nome do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, e do Presidente do Banco Central, para que assim possamos participar ativamente da transfusão que terá de ser

feita para recuperação econômica que o País exige no momento.

Só desta maneira poderemos responder diante dos nossos eletores e diante da Nação pelo sucesso ou fracasso dos planos econômicos do Governo.

Estes novos ministros deverão pautar as suas atuações dentro de um plano prefixado pelo Congresso Nacional que transmita ao povo brasileiro a segurança imprescindível e a tranquilidade necessária a todos os homens e mulheres que desejem trabalhar. Para tanto, os planos econômicos devem ser orientados para a premiação dos setores produtivos, com estímulos eficientes e duradouros.

Dentre muitos conceitos a serem admitidos citamos alguns que são básicos para a elaboração de um plano econômico voltado para as atividades produtivas e sensível às grandes aspirações de nosso povo. Longe, portanto, a intenção de tratar-se de um plano econômico, mas apenas no intuito de trazer a colaboração das nossas bases para o dimensionamento dos pilares de sustentação efetiva da nossa economia, é que enumeramos a seguir:

1) Ajuste real do orçamento da União. Tem que ser superavitário. Devem ser feitos os cortes necessários nas despesas, independentemente de qualquer implicação;

2) Paralisação de todo e qualquer investimento público, até que haja superávit suficiente para justificar a sua inclusão no orçamento geral e ser autorizado o início ou reinício das obras;

3) Privatização ou fechamento imediato de todas as estatais deficitárias;

4) Eliminação de todos os subsídios, com exceção dos destinados à produção agrícola;

5) Liquidação da dívida interna com empréstimos externos ou com emissão de moeda;

6) Ajuste da dívida externa com rolagem do principal e pagamento dos juros;

7) Incentivo à exportação de produtos industrializados;

8) Tabelamento dos juros bancários entre 0,5% a 1% ao mês, além da correção normal da inflação;

9) Incremento à bolsa de valores, visando a capitalização das empresas, inclusive de pequeno e médio porte;

10) Extinção do mercado especulativo-financeiro;

11) Ajuste da inflação ao nível máximo mensal de 3%, utilizando-se de incentivos fiscais durante os próximos 2 (dois) anos para as empresas e produtores em geral que tiverem menor elevação de preços no mês;

12) Correção de preços com base nos custos reais de produção, sempre que se fizer necessário;

13) Estímulos fiscais e financeiros substanciais para a micro, pequena e média empresa, visando a sua capitalização e, consequentemente, maior produção e mais empregos, etc.;

14) Concessão de incentivos fiscais às empresas, grandes empregadoras, oferecendo-lhes vantagens proporcionais ao maior ou menor número de empregados;

15) Valorização da força de trabalho, através de uma legislação protecionista, mas que valorize a profissionalização e especialização do trabalhador, bem como lhe assegure uma justa remuneração pela sua produtividade;

16) Realização de investimentos dentro dos limites superavitários do orçamento da União em infra-estrutura básica para irrigação e produção agrícola, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do País, através de energização de propriedades agrícolas irrigáveis, construção de açudes, de barragens, poços e infra-estrutura para implantação de novas indústrias nacionais;

17) Criação de linhas de crédito para a agricultura compatíveis com a produção de cada região;

18) Criação de linhas de crédito eficazes para as micros, pequenas e médias empresas nacionais a juros fixos e não superiores a 12% ao ano.

19) Intensificação dos programas de incentivos fiscais regionais, através da SUDENE e SUDAM, visando a médio prazo corrigir as graves distorções hoje existentes entre os dois Brasis – o pobre e o rico.

20) Extinção de todos os impostos casuísticos, como os compulsórios e outros, bem como o total apóio a todos os setores produtivos nacionais, inclusive através da desburocratização dos serviços públicos destinados à iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estes são apenas parâmetros para um trabalho que deve ser desenvolvido numa linha de ação firme que vise a nossa imediata recuperação econômica. É dizendo **não** à especulação financeira e gritando **sim** forte à produção que esta Casa deve se determinar dentro das suas atribuições normais, como Poder Legislativo que o é.

A posição firme desta Casa certamente dará ao Presidente Sarney o respaldo necessário para a condução dos destinos desta Nação. Livre de pressões costumeiras de grupos que impõem a indicação ou manutenção de ministros, o Presidente repassa para o Congresso Nacional os nomes de sua confiança para que esta Casa democrática e eficientemente possa respaldar a indicação definitiva dos homens que conduzirão os destinos econômicos do nosso País.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que todos nós nos convençamos de que os Ministérios da Área Econômica não são escolas de mero aprendizado, ocupados muitas vezes por homens que ali visam apenas justificar suas teorias, embora distanciados da realidade nacional. Estes ministérios devem ser ocupados por homens descomprometidos com qualquer grupo ou qualquer ideologia. O compromisso deve ser unicamente com o bem-estar do povo brasileiro, através da recuperação de todas as atividades produtivas deste País, para alcançarmos assim a tranquilidade desejada a toda a Nação brasileira. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte João da Mata, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Santana, parágrafo único do art 6º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Santana): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fui dos primeiros que denunciaram, nesta Casa, o que me parecia, na época, inadvertida posi-

cão adotada pelos setores de divulgação do Palácio do Planalto. Quando aqui trouxermos alguns dados que, no nosso entendimento, não faziam mais do que desmerecer a tênue democracia brasileira, não podíamos imaginar que a censura da Nova República e os seus censores continuassem na sua atividade de maneira progressiva. Estranhei, na época, que o homem que se intitula responsável por verbas importantes do Palácio do Planalto e das empresas estatais, destinadas à publicidade, também acumulava as funções de astrólogo do Presidente da República. Foi o Sr. Getúlio Bittencourt que fez com que importantes canais de televisão do País retirassem do ar publicidades da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás pelo fato de terem, naquela época, levado ao ar entrevistas com o ex-Governador Leonel Brizola.

Sinceramente, não podia imaginar que pessoas ligadas ao Presidente da República, com funções tão importante assumissem, agora, esse novo papel inquisitorial. E não ficou por aí. Os jornais de ontem e de hoje trazem matérias referentes à posição deste cidadão Getúlio Bittencourt, pequeno aprendiz de feiticeiro, que deve ser o homem que todas as manhãs diz a Sua Excelência qual o seu número de sorte e a sua cor predileta.

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, é desta forma que caminha a Nova República do Presidente José Sarney, isolado no Palácio do Planalto, com grupo de amigos e alguns familiares, e os homens fazem tudo para levar a Nação à situação em que se encontra. Assistimos a tudo isso; o povo, estarrecido na sua simplicidade, começa a compreender os descaminhos a que foi levada a nossa Nação.

Sem dúvida, esse que hoje assume função tão importante no Palácio do Planalto estava junto ao que, ontem, era o Ouvidor-Geral da República – não sei se acumula as funções com o Governo – de Fernando de Noronha, mas a verdade é que o Sr. Fernando César Mesquita, de Ouvidor-Geral, passou a "falador-geral" desta República. Quando o Senhor Presidente, na segunda-feira passada, prometeu um pronunciamento à Nação, esses dois Senhores fizeram com que o Presidente recuasse e ficasse mudo perante esta Nação, que gostada de ver Sua Excelência assumindo as funções de Presidente, dizendo que não está sob o comando de nenhum astrólogo, de nenhum "falador-geral" e que José Sarney é Presidente para dirigir os rumos deste País. Mas nada disso aconteceu, nem na segunda-feira passada nem nesta. A promessa de que o Presidente falaria à Nação todas as semanas caiu por água abaixo, não sei onde ficou, e tenho toda razão em desconfiar que o Presidente já não tem mais nada a dizer ao povo brasileiro.

É por esse caminho que estamos seguindo e é por isso que se discute tanto aqui nesta Casa uma maneira para enrolar o povo brasileiro, inventar um jeito, montar em qualquer laboratório da Nova República, de se esquivar das eleições diretas. Há pouco um Constituinte aqui apresentava um amplo programa de governo; dizia, inclusive, que deveríamos suspender os trabalhos desta Constituinte, para que os Deputados e Senadores tomassem alguma atitude. Concordo com este Constituinte; alguma atitude deve ser tomada, mas esta atitude que o Presidente não toma é sinal evidente da sua fraqueza como Presidente,

fruto da ilegitimidade do seu mandato. É isto que não querem compreender.

Esta Nação tem uma tradição presidencialista; esta Nação elege Presidentes em todos os níveis; ora, para que inventar neoparlamentarismo, falso parlamentarismo, não sei quantos tipos de parlamentarismo estão inventando, quando o povo brasileiro, na sua simplicidade, aprendeu ao longo do tempo, eleger o presidente do time de futebol, o presidente do círculo de pais e mestres, o presidente da escola de samba; não! o parlamentarismo é uma invenção para fazer com que aqueles que temem as eleições diretas, que têm medo de ir para a urna agora, porque têm medo de disputar nas urnas sem estarem na garupa do Plano Cruzado. O medo das eleições diretas caracteriza esta Casa, pois o parlamentarismo que tanto propõem, inclusive fazendo pesquisas que revelam a preferência de parlamentares desta Casa; pois o parlamentarismo vem sendo usado como uma esperança quando da fraqueza do nosso Presidente, que não tem mandato, que não tem voto, que não tem respaldo das urnas, que não tem a respeitabilidade do povo.

O SR. EURICO PEGORARO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CARLOS CARDINAL: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Eurico Pegoraro.

O SR. EURICO PEGORARO: – Ouço V. Ex.^a com muita atenção, nobre Constituinte, Líder do PDT e do Rio Grande que, aliás, como o normal de nós gaúchos, da voz bem clara, falamos bem alto e em bom som. Solicito este aparte, nobre Constituinte, apenas para discordar, num processo democrático, como parlamentarista e defensor de um parlamentarismo puro e vendo, no regime parlamentarista, a melhor forma de participação da sociedade nos atos e nas ações do Governo, permito-me discordar de V. Ex.^a ainda em um outro dado: os partidos políticos, o meu, o de V. Ex.^a e outros partidos, são instrumentos de vontade de Líderes que desejam chegar ao Poder. Hoje não são instrumentos desaguardouros das aspirações populares e por igual também não são instrumentos como deviam ser, formadores e forjadores de novas lideranças político-partidárias. Vejo, caro companheiro, que o regime parlamentarista de Governo seria a forma mais adequada, o caminho mais largo para que se pudesse criar verdadeiros partidos políticos e fazer com que os eleitores, não tivessem que a todo ano e a toda hora em uma eleição de Governador, de Presidente, que queremos direta, secreta e universal, não votarmos nos mesmos homens que há 20 ou 25 anos, faziam política e estavam em outros partidos, e hoje estão em outros segmentos para atingir o Poder. O regime parlamentarista me parece o instrumento mais adequado para que se forje verdadeiros partidos políticos e tenhamos então a verdadeira participação da sociedade, nos atos e nas ações do Governo. Porque hoje estamos assistindo a uma ditadura por tempo determinado. Um único cidadão ou poucos cidadãos que chegam ao poder e não conseguem fazer lá o que o partido diz do palanque, então, se formam instrumentos políticos-partidários para superar as crises quando se está vivendo este regime ditatorial que estamos vivendo hoje. Por isso, entendo – não sei se a hora é adequada

– que o regime parlamentarista está muitos e muitos pontos acima do regime que nós estamos vivendo e convivendo hoje – ele o está, permita-me que o diga – Sr. Constituinte.

O SR. CARLOS CARDINAL: – Pois não. Agradeço o aparte do nobre Constituinte Erico Pegoraro que, sem dúvida alguma, tem uma posição definida e nós respeitamos a posição de V. Ex.^a, mas não podemos, de forma alguma, dizer que essas fórmulas engendradas, a rigor, não visam o engrandecimento dos partidos políticos. Visam, apenas, acomodar uma maioria circunstancial aqui nesta Casa.

O parlamentarismo, agora, visa acomodar, isto é, eleger o primeiro-ministro da maioria parlamentar que foi eleita nas últimas eleições; e se as eleições fossem agora, essa composição seria totalmente diferente. Mas, nesse quadro de confusões, quando assistimos a tantas idas e tantas voltas, tenho absoluta certeza de que o voto distrital misto, se adotado nesta Constituinte, irá liquidar com todos os partidos políticos pequenos.

Aliás, no Rio Grande do Sul, e há pouco eu fazia essa pequena contabilidade, o meu Partido, por exemplo, na Assembléia Legislativa do Rio Grande, elegeria apenas um Deputado Estadual e nenhum Deputado Federal. E creio que seria o caso do PFL. O PT, da mesma forma, não elegeria um Deputado Estadual e nenhum Deputado Federal. Ora, com o voto distrital misto, aqueles candidatos com poder econômico – e eu às vezes ouço alguém nesta Tribuna dizer que o voto distrital misto é para acabar com o poder econômico – tem que ter cara de pau para fazer essa afirmativa, – permitam-me assim dizer – com o voto distrital misto, o candidato a deputado, sendo rico, concentrará no distrito toda a sua riqueza, e se for ruim de voto, descobrirá no distrito, candidatos bons de voto e dará todo o apoio financeiro, comprará a sua indicação para que concorra na lista partidária. E um outro ponto: como será elaborada a lista partidária? Quem será o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto? Quem irá concorrer nas últimas vagas? O voto distrital misto, neste momento, no Brasil, é mais ou menos como o parlamentarismo.

Aliás, sobre o parlamentarismo e sobre tudo o que tem acontecido nestes últimos tempos em nossa Pátria, um Deputado do Rio Grande, por sinal Líder da minha Bancada na Assembléia, Porfilho Peixoto, dizia há poucos dias que o Brasil realmente é um País interessante, é um País que adota o presidencialismo, mas não tem presidente, e que não sendo parlamentarista tem um Primeiro-Ministro que é o Sr. Ulysses Guimarães. Nós temos é que, definitivamente, restabelecer o que ainda resta de pouco da tradição política deste País. Vamos para as eleições diretas, vamos para o presidencialismo, vamos, enfim, eleger deputados pelo voto proporcional, e vamos eleger governador, vamos elegê-los nas eleições de dois turnos para que seja corrigida uma anomalia, no meu entendimento. Mas, diante desse quadro, quando o porta-voz, quando o "falador-geral" da República, quando o astrólogo do Presidente frustra uma Nação de ouvir a sua palavra é que nós assistimos aos descaminhos da Nova República.

E ouço tanta reclamação a respeito da atuação do Ministro Bresser Pereira, principalmente do Partido majoritário nesta Casa, o PMDB, que tem

todas as condições e votos para realizar algo, esse mesmo PMDB que ensacou o projeto de decisão do meu Líder Brandão Monteiro, que pretendia, se aprovado, salvar a microempresa brasileira e os pequenos agricultores.

E com relação a essa medida ontem adotada, não sei se hoje o porta-voz irá dizer que o Ministro Bresser Pereira se enganou, que não era bem aquilo, como fez há poucos dias o Sr. Frota Neto, quando disse que o Ministro não estava querendo dizer exatamente o que havia afirmado.

Pois essa medida adotada para a microempresa, na verdade, é o prolongamento por mais 6 meses de um sufoco, e que terminados esses 6 meses, resultará na aflição de 4 milhões de pequenos empresários neste País.

Ora, essa medida de reduzir em 50% a LBC para as renegociações, dentro de um prazo de 6 meses, é pior do que a proposta feita pelos grandes bancos. Ainda ontem lia na imprensa um anúncio do Bamerindus dizendo que estaria disposto a renegociar com os microempresários, na base de apenas 50% da LBC. A proposta do Governo, com tanto alarde, com tanta publicidade é bem menor do que as propostas dos agiotas oficializados neste País, como é o caso do Bamerindus que tem uma proposta melhor para a microempresa, pelo menos nos 4 meses.

Mas esse pacotinho que veio ontem, que descobriu recurso, pois agora tem recurso, também, para salvar pelo menos durante 5 meses para depois de 6 meses guilhotinar a microempresa, não fala nada sobre a produção primária.

Aliás, sobre a produção primária, e esta Casa tem discutido em momentos decisivos a produção primária, tão ligada à reforma agrária e que não estão querendo estabelecer nesta Constituinte. Essa mesma produção primária que não passa de 60 milhões de toneladas nos últimos 20 anos, a mesma produção primária desorganizada, mal trabalhada, mal elaborada, que fez com que, no ano passado, por exemplo, este País despendesse bilhões de dólares importando arroz, feijão, carne e leite em pó. Mas essa mesma gente insensível, no ano passado, realizou essas importações, inclusive, de baixa qualidade, produtos estragados e que, até agora, estão ai mofando em alguns armazéns.

Pois esta mesma política agrícola da Nova República não teve a sensibilidade de olhar para milhares de pequenos agricultores que estão lá no campo, aflitos, desesperados, porque há muitos meses o Presidente não diz nada, não toma uma providência e vejo que aí reside o desespero do PMDB que não vê o seu Presidente tomar uma atitude.

Estão, lá, com seus empréstimos crescendo de maneira geométrica. Todos os dias são milhões de pequenos agricultores no Brasil que procuram nos Bancos e, infelizmente, os nossos bancos, o nosso tradicional Banco do Brasil não sabe, há vários meses, o que dizer aos agricultores, não sabe se, antes do Plano Cruzado, cobram a correção total, se, durante os meses do Plano Cruzado, não cobram a correção total.

Devo imaginar, e tenho conversado com os gerentes do Banco do Brasil, que não sabem o que fazer; usam até a expressão: mas eu tenho é que me esconder desta gerência, porque o Governo, através dos seus órgãos, e especialmente deste monstrinho chamado Ministério da Fazen-

da, fala, fala, como falou das microempresas há vinte dias, disse que tinha dinheiro, e o dinheiro não apareceu.

Nessa mesma situação é que se discute a reforma agrária nesta Constituinte, pois, quando aqueles que fecharam os olhos para a produção, neste País, quando apenas fazem cálculos como: fulano produz 10 mil ou 15 mil sacos, ou beltrano engorda tantos quilos de boi, fazem apenas o cálculo pelo lado da produção, esquecem-se de que o valor maior dessa produção, de que o valor maior desta Nação reside exatamente na força do seu trabalhador, tanto urbano como rural, mas especialmente o rural, 12 milhões de trabalhadores rurais, hoje, a melhor mão-de-obra deste País, vivendo indignamente nas periferias das grandes cidades, porque o Governo e os seus servidores não têm condições de fazer a reforma agrária.

Eu estava na votação do anteprojeto da reforma agrária, senti como as manobras são bem feitas, como são ágeis e espertos os defensores da reforma agrária. Aliás, têm um jeito muito particular; defendem a reforma agrária, mas, no fundo, contrariam todos os seus princípios. E é por isso que o Brasil inteiro, hoje, assustado, perplexo, assiste a todas essas coisas e, querendo ou não, nos resta um caminho apenas, o da legitimidade do Presidente da República, da participação popular, do povo indo às ruas para escolher o seu destino. Mas, enquanto isso não acontecer, esta Constituinte precisa marcar uma posição, não podemos mais admitir que este País continue sendo governado pelos mesmos grupos que tiveram todos os privilégios e todos os poderes, e levaram esta Nação à situação lamentável em que se encontra.

Apenas para concluir, gostaria de dizer que o nosso Partido, o PDT, e outras correntes políticas, setores importantes de outros partidos, já compreenderam a seriedade deste momento que estamos atravessando. A campanha das eleições diretas não é apenas para eleger um Presidente, mas, fundamentalmente, para que esta Nação discuta os seus problemas e olhando de cara, de frente nos olhos dos candidatos, possa comprometê-los decididamente, para cumprirem aquele papel que prometeram nas campanhas e que tem sido desrespeitado, muitas vezes, aqui mesmo, nesta Constituinte.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso Sr. Constituinte Carlos Cardinal o Sr. Fernando Santana, parágrafo único do artigo 6º do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário.

A SRA. ANNA MARIA RATTESS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Constituinte Anna Maria Rattes.

A SRA. ANNA MARIA RATTESS (PMDB – RJ. Pela ordem.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero usar este microfone, nesta hora, para fazer um esclarecimento sobre uma notícia trazida ontem a este plenário, pelo Deputado Amaral Netto, em relação a uma matéria publicada em jornal da minha terra, **O Diário de Petrópolis**, do dia dois de junho.

Ilegível

Gostaria de esclarecer a notícia. Não **ilegível** a minha declaração. Nos já estamos mais do que acostumados a ver que os meios de comunicação abusam das tintas quando querem fazer sensacionalismo. É assim que se vende o jornal.

O que eu declarei realmente, numa comunidade carente, é que precisávamos estar atentos ao que se passa aqui dentro. Que grupos com poderes eleitoral e financeiro bastante fortes, estariam exercendo um determinado tipo de influência e que as comunidades, ou seja, aqueles mais comprometidos com os interesses populares, naturalmente menos apadrinhados e menos defendidos, pois são o povo, precisavam estar muito atentos, no sentido vigilante de olhar pelos seus anseios.

Foi essa a declaração que dei, jamais dizendo que companheiros meus teriam tido a veleidade de aceitar qualquer coisa como suborno ou até como copilação de posições adquiridas.

Aqueles que me conhecem sabem perfeitamente que não sou pessoa de falar as coisas em geral, ou generalizar acusações de tamanha gravidade. Se realmente tivesse provas concretas de declarações ou fatos de tamanha gravidade contra determinados companheiros meus, teria a hombridade e a coragem de, aqui, declarar os nomes dos subornados e os de quem os subornou.

Era esse esclarecimento que queria deixar, Sr. Presidente, para que não se constate nenhum mal-entendido, nem nenhum constrangimento perante os meus colegas e perante a opinião pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A notificação de V. Ex.^a já está registrada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ):

– Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes:

Desde que tive a honra de ser indicado pelo meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, para representá-lo na Comissão da Ordem Econômica – na Subcomissão dos princípios Gerais – iniciamos um processo, juntamente com outros companheiros, no sentido de apresentar as propostas do nosso Partido, coerentes com a ideologia do socialismo democrático, contemplando a crise brasileira, a nossa situação de caos, dos pontos de vista econômico, financeiro e, sobretudo, social. Propostas que permitam encaminhar a sociedade brasileira numa direção de saída do poço sem fundo em que se encontra, em decorrência dos impasses, da incompetência deste Governo, que não consegue equacionar as variáveis econômicas, no sentido de tranquilizar aqueles que produzem e de remunerar adequadamente aqueles que constroem as nossas riquezas, os trabalhadores deste País.

É difícil, é quase que rigorosamente impossível propor alguma coisa no clima em que vivemos, de inconsciência, de desconhecimento das pró-

Ilegível. Estuda-se no fato de que a produção industrial cresceu, no primeiro trimestre deste ano, em cerca de 13%, em comparação com igual trimestre do ano anterior. Vale-se do fato de que a economia vinha com um forte dinamismo, com uma inércia de movimento, em decorrência do Plano Cruzado para ser irresponsável. E não está atento para o fato de que os investimentos cessaram, de que grandes empresas nacionais e multinacionais suspenderam os seus programas de investimentos, de que o desemprego começa a se alastrar de uma maneira expressiva. Continua se comportando nas estatísticas de São Paulo, onde o emprego ainda está em níveis próximos a 98%, para não perceber as tendências, não antever os resultados desastrosos que, inevitavelmente, vamos atingir no final deste ano.

E continua a pagar, gastar, irresponsavelmente, continua a propor projetos megalômanos, que só servirão para enriquecer os grandes empreiteiros, para enriquecer aqueles que estão articulando esses grandes negócios.

Há, agora, um programa de investimentos, baseado não se sabe em que critérios de racionalidade econômica, que monta a 35 bilhões de dólares, para ser executado sem definição de recursos, e que visa sobretudo, a construir estradas de ferro, usinas siderúrgicas, refinarias, que não estão necessariamente correspondendo ao interesse nacional e aos critérios de priorização que a economia e o planejamento oferecem. E o que se observa, então, é a projeção de uma tendência de um déficit público de 10% do Produto Interno Bruto, repetindo assim o desastre que foi a política financeira de 1986, em que os resultados foram falsificados, tanto os da balança comercial, quanto os da execução orçamentária do Tesouro Nacional.

Tudo isso serve para acobertar esse clima de irresponsabilidade que vivemos, de projeção de incertezas sobre os agentes econômicos e de inviabilização, a cada dia que passa, da saída desta crise.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, o Partido Democrático Trabalhista, por este seu representante, apresentou à Comissão de Ordem Econômica, através da Subcomissão dos Princípios Gerais, um conjunto de propostas inspiradas nos objetos de valorização do trabalho e de democratização da renda e da propriedade, que gostaria de resumir, aqui, em 6 itens. O primeiro deles no sentido de definir um papel do Estado na economia brasileira, numa economia de capitalismo tardio, ao estilo dos países do Terceiro Mundo, que reconheça sua importância como um agente produtivo fundamental, para nos arrancar das garras do atraso das ganas da miséria, de que grande parte do nosso povo é prisioneiro. E, neste sentido, é preciso superar a forma insuficiente da Constituição vigente e das suas antecessoras, que viam o Estado apenas como repressor dos abusos do poder econômico e que só admitiam a presença do Estado na produção em caráter supletivo, em caráter amesquinado, sem reconhecer a sua importância capital no campo da energia

Ilegível criar condições que são indispensáveis para o crescimento da economia brasileira. Além disso, é fundamental estabelecer-se uma fronteira para a ação produtiva do Estado, e nesse sentido propus normas bastante rígidas para que se possa criar, transformar, extinguir, adquirir e transferir o controle acionário das chamadas empresas estatais. É fundamental que essas empresas estejam subordinadas ao Poder Legislativo. É indispensável que a sociedade exerça, através do seu forum mais representativo que é o Congresso Nacional, um controle sobre o Estado enquanto agente de produção, exatamente para que se defina, com clareza, a fronteira que ele não deve ultrapassar. E, por conseguinte, para estabelecer, por diferença, todo o espaço econômico em que os agentes privados de produção devem desenvolver as suas atividades.

Neste sentido, é preciso também criar no Regimento Interno da Câmara dos Deputados uma Comissão Permanente que exerce, em caráter contínuo, a fiscalização, a supervisão sobre as atividades das empresas estatais, para que elas se adequem ao interesse nacional, ao interesse da população e não para que se comportem como tem-se comportado, em função dos interesses de grupos econômicos, os interesses dos tecnocratas que as administram e que fazem delas, muitas vezes, o curral dos políticos para o empreguismo, para operações ilícitas, para operações contrárias aos interesses da Nação.

Este é um ponto fundamental. Fortalecer a função de fiscalização, que é uma característica absolutamente indispensável do Congresso Nacional. Podemos até fazer concessões ao Executivo, em relação ao poder legiferante, mas um Legislativo moderno, um Legislativo atuante, um Legislativo respeitado pelo povo é necessariamente, um Legislativo capaz de exercer a fiscalização que o povo precisa para saber onde está sendo empregado o seu dinheiro.

Ao estabelecer essa fronteira e ao estabelecer o princípio do convívio entre as empresas privadas e as empresas estatais, estamos, naturalmente, dando condições de segurança, de estabilidade, de nitidez e clareza às empresas privadas, porquanto, hoje, os empresários dormem com determinadas regras do jogo e acordam, no dia seguinte, com as regras completamente subvertidas e mudadas.

É indispensável para o setor privado saber exatamente qual é o papel do Estado em relação ao domínio econômico, limitá-lo e contratá-lo. Omiti-lo é que é inaceitável.

Há um outro conjunto de proposições que visa estabelecer, também, uma fronteira indispensável, ao nível de iniciativa privada, entre o capital nacional e o capital multinacional, seja ele presente na sua pureza, seja ele associado ao capital brasileiro e, nesse sentido, um dos pontos que mais tem polarizado as discussões na Comissão da Ordem Econômica é a questão de definir precisamente o que é uma empresa nacional. É necessário, se queremos ter uma política de fortalecimento do capital nacional, esclarecer o que é esse ente mágico, esse rótulo tão disputado, que

é a "empresa nacional". Neste particular, as discussões têm sido muito duras, os vários grupos de constituintes são inflexíveis na defesa das suas posições. Há um grupo, ao qual vamos-nos referir mais adiante, que defende a equiparação das filiais das multinacionais às empresas genuinamente brasileiras. Isto é um atentado contra o interesse do Brasil que tem de ser sustado e impedido sem prosseguimento nas demais instâncias da Assembléa Nacional Constituinte.

Pretendem os defensores dessa proposta que as empresas estrangeiras tenham acesso aos incentivos fiscais, ao crédito favorecido, a qualquer instituto económico que se crie para fortalecer a empresa genuinamente brasileira e isto nós temos que evitar, é uma responsabilidade de todos os Constituintes e não apenas daqueles que integram a Comissão da Ordem Económica.

É indispensável essa definição de empresa nacional, como pessoa jurídica controlada por brasileiros, para que se possa estabelecer também uma política adequada em relação ao capital estrangeiro. Um tratamento justo e isonômico, mas também uma disciplina férrea para impedir que a sua ação, o desempenho das suas atividades sirva para sugar do nosso povo trabalhador o resultado de seus esforços produtivos e as riquezas naturais do nosso País.

Dentro desse contexto, propomos também poéticas em relação às pequenas e médias empresas, às cooperativas e a todas as formas de associativismo para o desenvolvimento das atividades económicas.

O outro conjunto de normas constitucionais que propusemos, diz respeito à defesa dos recursos naturais deste País em relação aos processos espoliativos que o capital estrangeiro aqui desenvolve, desde o Brasil-colônia. Foi denunciado no âmbito da Comissão, por nós e por outros Constituintes, o fato de que nada menos que 480 mil km², uma área equivalente ao território conjunto das duas Alemanhas, Ocidental e Oriental, da Bélgica, da Holanda, do Luxemburgo, enfim de um conjunto de nações europeias, ou também o equivalente ao dobro do território conjunto do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, esta área enorme, está sob o controle do capital estrangeiro, através das multinacionais de mineração. Elas receberam essas áreas reservadas para pesquisa e lavra de minérios dos governos autoritários e deste Governo, que ai está para fazer a transição – esta transição que não se exaure, que não se esgota, que não termina, a mais longa da história das nações que saíram do autoritarismo para a democracia.

É preciso estabelecer que as empresas de mineração têm que ter seu controle em mãos de brasileiros, para evitar que essas multinacionais explorem os nossos recursos naturais, não conforme os interesses da Nação brasileira, mas, sim, de acordo com os seus interesses estabelecidos em escala planetária. Eles decidem extrair ou não o minério em função da administração de suas jazidas, de suas reservas, em todos os continentes e não em decorrência das necessidades da economia brasileira.

O outro conjunto de propostas diz respeito à democratização das empresas estatais, sobretudo aquelas prestadoras de serviços públicos. Somos daqueles que defendem, intransigentemente, o patrimônio nacional, representado pelas empre-

sas estatais, não apenas pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce, mas por todas aquelas empresas constituídas pelo Estado, para desenvolver atividades estratégicas para a soberania ou para satisfazer necessidades sódas. Em função disso, é preciso separar o joio do trigo. É preciso estabelecer, com clareza, quais são agudas que correspondem aos interesses da economia brasileira e aquelas que se tornaram empresas estatais pela falência da empresa privada, que passaram ao cumulo do Estado em virtude de falência de empresários privados que não foram bem sucedidos. Essas, não cumpre que o Estado as mantenha. Empresas como a editora José Olympio, como o Bondinho do Pão de Açúcar, como hotéis, etc., isso evidentemente deve ficar em mãos da iniciativa privada. Elas não têm nenhum valor estratégico, não têm nenhum valor essencial para o desenvolvimento nacional que justificasse estarem em mãos do Estado.

Mas é preciso democratizar as empresas estatais! Mesmo reconhecendo-as como um patrimônio nacional, não podemos permitir que elas sirvam apenas para fortalecer o processo de acumulação do capital privado nacional de multinacional.

Um outro ponto fundamental de massas propostas diz respeito à institucionalização do processo de planejamento econômico-social. Não esse que vem sendo a tradição dos governos autoritários, os PND que foram feitos sem nenhuma consulta à sociedade, sem nenhuma participação das entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores, mas a institucionalização do planejamento econômico-social pela via democrática.

E, finalmente, a questão da Reforma Agrária e da Reforma Urbana, que são faces da mesma moeda, pólos de um mesmo processo que tem que ser feito para humanizar a vida daqueles que estão no campo e nas cidades.

Agora, Sr. Presidente, para concluir. Vejo com ceticismo o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão da Ordem Económica; vejo com apreensão o fato de que Constituintes de vários Partidos, do PFL, do PDS, mesmo do PMDB, têm-se unido para votarem contrariamente ao interesse nacional.

E mais: recentemente, em vista de uma denúncia que nos foi trazida por um correspondente estrangeiro, verificamos que essa articulação de Constituintes conservadores tem por trás de si o chamado "Projeto Democracia"; e vejam como usam a palavra democracia da forma mais vil, da forma mais distorcida, porque este Projeto Democracia tem o patrocínio de uma entidade ou de várias entidades, dentre as quais desponta a **National Endowment for Democracy**, sediada nos Estados Unidos, com recursos do Tesouro Americano e administrada por ambos os Partidos Políticos. Essa entidade que articulou inúmeras outras está intervindo nos processos políticos de várias nações da América latina.

O SR. JOSÉ MAURICIO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LUZ SALOMÃO: – Já vou lhe ceder o aparte, nobre Constituinte José Mauricio.

Está envolvida no caso Irágata, conforme denunciado na **Comissão Tower**, está envolvida numa tentativa de instabilização do Governo Alan

Garcia; e segundo esta denúncia de correspondentes da Revista **Executive Intelligence Review**, está envolvida nos interesses económicos do grande capital em nosso País, para inscrever institutos que lhe sejam favoráveis no Capítulo da Ordem Económica.

De acordo com essa denúncia, estão presentes nessa articulação alguns Constituintes que têm dado votos inteiramente contraditórios com as suas posições políticas como é o caso do Constituinte Afif Domingos, que é representante das empresas comerciais nacionais, pois sua origem é a Associação Comercial de São Paulo, se diz representante das pequenas e médias empresas, mas é um dos autores dessa articulação, que votou numa definição de empresa nacional, que equipara as filiais das multinacionais às empresas genuinamente brasileiras! Estão presentes nessa articulação, segundo a denúncia, os Constituintes Delfim Netto, Francisco Dornelles, Amaral Netto, Alysson Paulinelli, Ronaldo Cesar Coelho e, segundo o tal informe, a estrela maior dessa articulação é o Senador Roberto Campos.

Essa denúncia nos explicou certas coisas estranhas que aconteceram no processo de votação da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de propriedade do Subsolo e da Atividade Económica. Porque os Constituintes citados, junto com outros, se reuniram na Casa do Empresário, uma mansão existente no Lago Sul, e lá articularam a derrubada do projeto do Relator, sob o patrocínio da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que, segundo o informe do correspondente estrangeiro que nos procurou, é o órgão correspondente da conexão brasileira do **Center for International Private Enterprise**, financiado pela **National Endowment for Democracy**, dentro do Projeto Democracia.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Nobre Constituinte Luiz Salomão, V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Com muito prazer, mas antes concederei o aparte ao nobre Constituinte José Maurício, que me pediu antes

O SR. JOSÉ MANTIDO: – Nobre Constituinte Luiz Salomão, gratifico-me por integrar os quadros do PDT, e vem V. Ex.^a, um dos quadros emergentes do nosso Partido, produzindo um trabalho de seriedade e de responsabilidade, sobretudo vem lutando pela soberania nacional, nos moldes que V. Ex.^a coloca. Nesse efeito, quero trazer a V. Ex.^a a minha solidariedade, o meu aplauso, o meu incentivo e dizer-lhe que precisamos continuar nessa luta e, sobretudo, formular denúncias com a grandeza, com a responsabilidade e com a credibilidade com que V. Ex.^a neste momento, produz à Nação. Deploro e lamento que este Plenário esteja vazio, para não tomar conhecimento da inteirem e da seriedade do pronunciamento que V. Ex.^a acaba de formular.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Muito obrigado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO:

Nobre Constituinte Luiz Salomão, não tive oportunidade de estar com V. Ex.^a antes desse seu pronunciamento, estava no Gabinete da Liderança, quando ouvia V. Ex.^a e resolví pedir a palavra primeiro para parabenizá-lo, porque acho que V. Ex.^a, ontem, na TV Manchete, restabeleceu a dignidade desta Casa num debate com o Senador Roberto Campos. A segunda colocação que faria se refere à denúncia de V. Ex.^a que é de profunda gravidade. Lembro-me que, em 1983, assumi a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar o chamado Projeto II das vinculações do Banco do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, quando se vendia a soberania nacional e tivemos o privilégio de ter esse documento em primeira mão. Mas quero dizer a V. Ex.^a que a denúncia trazida a esta Casa é de extrema gravidade. Relembro-me de algumas passagens e de discussões, a respeito do futuro desta Assembléa Nacional Constituinte, ainda, quando não tínhamos tomado posse; relembra-me do que ocorreu na Constituinte de 1946, quando os grandes grupos econômicos não se interessavam por outras questões que não as de ordem econômica. É sabido, historicamente, que alguns parlamentares, que foram Constituintes em 1946, foram ao encontro de um representante do governo americano, no Hotel Glória, para negociar inclusive a soberania nacional, e a história de que este País não tinha petróleo nasce desse encontro, nos porões do Hotel Glória. Por V. Ex.^a e penso que V. Ex.^a deveria informar à Presidência da Mesa essa denúncia que traz V. Ex.^a porque segundo o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte nenhum Deputado, desde que tomou posse na Assembléa Nacional Constituinte, pode se vincular a interesses não-sociais para representar interesses de grupos ou de lobbies. A denúncia que V. Ex.^a traz, à luz de um documento americano, fere a soberania e mesmo, direi, a grandeza da Assembléia Nacional Constituinte. Deve estar nos Anais da Constituinte, e devemos cobrar da Presidência da Assembléa Nacional Constituinte um posicionamento em relação ao que estabelece o art 5º do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. LUIZ SALOMÃO – Agradeço a V. Ex.^a

Para concluir, Srs. Constituintes, quero dizer que eu e os Deputados Constituintes Virgílio de Senna e Oswaldo Lima Filho vamos aprofundar uma investigação preliminar sobre esta questão para, eventualmente, propor a constituição de uma comissão especial que apure a fundo esta denúncia que hoje trago a esta Casa.

Quero dizer apenas, para encerrar, que nós e outros companheiros que integram aquela comissão, absolutamente, não vamos nos intimidar com essas pressões, não vamos nos curvar a esses interesses servis ao capital estrangeiro; muito ao contrário, ainda que reconhecendo a alta taxa de concentração de conservadores, de políticos contumazes e tradicionais entreguistas, vamos reagir a esta questão e lutar até o final, para impedir que esses interesses firam a soberania nacional, como fizeram na emenda apresentada no sentido de tolher o monopólio estatal do petróleo, de reduzi-lo à pesquisa e à lavra, como foi apresentado por outros Membros daquela Comissão.

Ainda mais, repelir as indignidades e as perfídias cometidas contra esta Casa, como foi o artigo do Senador Roberto Campos, publicado em três jornais de grande circulação do País, no domingo próximo passado, em que inquinou os Relatores das Subcomissões de pessoas que não tinham capacidade, de pessoas que estavam dizendo asneiras, de pessoas que só tinham uma retórica ideológica e que não tinham nenhum conhecimento da realidade brasileira.

Esta indignidade foi cometida contra todos os Constituintes que têm desempenhado um trabalho sério, um trabalho à altura da confiança do povo brasileiro, que os elegeram para produzir a nova Constituição.

Ainda mais, falta a esse Constituinte autor do artigo, que repilo aqui da tribuna, autoridade política, para não falar da autoridade moral, porque não foi eleito para ser Constituinte, teve o seu mandato iniciado em 1982. Portanto, não tem condições morais e políticas para vir aqui questionar o trabalho dos Relatores do PMDB.

Srs. Constituintes, vamos continuar nesta luta, uma luta que não é nossa é uma luta de todo o povo trabalhador que quer ver resgatada a sua soberania, e isto há de acontecer com o trabalho de todos nós Constituintes de 1987. (Palmas).

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. LUIZ SALOMÃO EM
SEU DISCURSO:**

El Proyecto Democracia: en América Central sostiene a los **Contras** y aisla a Guatemala; en **México**, promueve rebeliones financiando al Partido Acción Nacional (PAN), partido nazi, en contra de la Constitución de ese país; en **Panamá**, financió la candidatura del empleado del Banco Mundial, Ardito Barletta, y coordina los ataques masivos contra el patriota general Antonio Noriega, buscando la derrocaración de los acuerdos que le entregarán a la nación panameña el canal interoceánico; en **Peru**, sus agentes coordinan el derrocamiento del presidente Alan García, con olas de terrorismo nazi-comunista; en **Colombia**, colabora con la mafia narcotraficante para destruir el sindicalismo democrático; en **Brasil**, intenta tomar control de asuntos cruciales de la nueva Constitución que se elabora, sobre todo aquellos dirigidos al establecimiento de una política económica soberana; y como se vera más adelante, fue la orquesta principal en la campaña para derrumbar al ministro de Hacienda, **Dilson Funaro**.

La organización más importante del **Proyecto Democracia**, es la **National Endowment for Democracy (NED)**, constituida bajo una ley del Congreso de los Estados Unidos, como institución bi-partidista a la que el Congreso asigna fondos. Para empezar a entender la influencia de la **NED** en Iberoamérica basta citar unas breves palabras del reporte anual de 1985 de tal institución, "El grueso de nuestro apoyo ha ido a manos de donatarios de América Latina", afirma.

Como se vera en los anexos que acompañan este memorandum, pese a que la **NED** se constituyó oficialmente apenas em 1983, ésta no es más que una continuación de, por un lado, la **Comisión Trilateral**, creada por el banquero **David Rockefeller**, y por otro, de la política que inició **Henry Kissinger**, al reestructurar el Consejo de Seguridad Nacional durante el gobierno de Richard Nixon. Más concretamente, la **NED**

fue la hija natural de la Comisión bipartidista para asuntos centroamericanos, presidida por **Kissinger**.

El Proyecto Democracia en Brasil

El Proyecto Democracia en Brasil busca primordialmente dispersar a las fuerzas que hicieron posible la convocatoria de una Asamblea Nacional Constituyente, tratando de evitar, a como de lugar, que predomine en la nueva Constitución preceptos que profundicen el nacionalismo económico y político. Para el logro de estos fines los personeros del **Proyecto Democracia** en Brasil, buscan específicamente la radicalización política del proceso de transición democrática, entre fuerzas extremas, relegando los asuntos cruciales del orden económico y social a un segundo plano.

Las fuerzas que el **Proyecto Democracia** ha puesto en la mira van desde las facciones militares nacionalistas, hasta empresarios y políticos que consideran necesario la dirección estatal de la economía, grupos a los que califica despectivamente de "mercantilistas", por apegarse a las doctrinas económicas de Colbert. Opuesto a ellas, la política del **Proyecto Democracia** se caracteriza por su fuerte adherencia al maltusianismo genocida.

Por tal motivo, en varios acontecimientos del país, el **Proyecto Democracia** está involucrado.

La conexión brasileña del **Center for International Private Enterprise (CIPE)**, es la **Confederación das Associações Comerciais do Brasil (CACB)** que dirige el empresario **Amaury Temporal**.

La CACB se ha convertido súbitamente en el centro que aglutina diversas fuerzas empeñadas en destruir el sector estatal de la economía, promoviendo el liberalismo colonial de Adam Smith. (Se anexa clíping de un artículo de **Amaury Temporal** atacando a Colbert de Francia, uno de los grandes forjadores de la idea de crear un Estado soberano industrial, libre del poder dela usura).

En el boletín oficial del **CIPE** del 4 de febrero de 1987, con respecto a Brasil y la **CACB** se dice:

"The Confederation of Brazilian Commercial Associations (Confederación das Associações Comerciais do Brasil – CACB) will design two seminars on government relations. The first seminar for government authorities will examine the function and purpose of business-government relations and Rama empresarial del National Endowment for Democracy (NED) lobbying, and discuss business lobbying techniques in the US and other democracies. CACB will direct the second seminar toward its memberships, and will cover this same topic in addition to presenting explanatory sessions on the legislative process, legislative cycle, organizing grass roots action and alliance, political endorsement and rating program and regulatory lobbying. Since Brazil's Constitution is still in its formative process. CACB views these seminars as a timely way to demonstrate the value of private sector participation in the legislative process to government authorities and business executives."

Desde el periodo previo a las elecciones de noviembre de 1986, y con miras a ganar diputa-

dos en la Asamblea Nacional Constituyente que impulsen el libre cambio – que es el programa del **Proyecto Democracia** – alrededor de la **CACB** se aglutina un grupo integrado entre otros no Diputado **Afif Domingos**, (Partido Liberal, hasta hace poco presidente de la Asociación Comercial de São Paulo); Diputado **Delfim Netto** (PDS); Diputado **Amaral Netto** (Líder del PDS en la Cámara, el opositor más viceral contra Dilson Funaro); Diputado **Francisco Dornelles** (PFL); Diputado **Ronaldo Cézar Coelho** (PMDB, testa-ferro de intereses ingleses y de la Royal Dutch Shell); Diputado **Alysson Paulinelli** (PFL, ex-Ministro de Agricultura, con fuertes vínculos a Ronaldo Caiado, dirigente de la **UDR**, que es auspiciada por **TFP**). Pero la estrella es sin duda el Senador **Roberto Campos**.

Por otro lado, forman parte que se aglutina en la **CACB**:

La Sociedad Rural Brasileña, presidida por **Flávio Telles**, vinculado especialmente com la **Associação Comercial de São Paulo** y al Diputado **Afif Domingos**. La Federación Nacional Bancaria (**FENABAN**), y muy especialmente su vice-presidente, **Teóphilo Azeredo Santos**, (de la **FENABAN** partió la rebelión contra **Dilson Funaro** cuando trató de iniciar la reglamentación para bajar las tasas de interés, reduciendo el especulativo spread que cobran los bancos). Papel relevante lo tiene **Ney Figueiredo**, asesor político de **FENABAN**, y otros sectores empresariales.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – De acuerdo com o art. 34, § 9º, prorrogo a sessão por 20 minutos, para que o próximo orador inscrito possa fazer uso da palavra.

Convoco o nobre Constituinte Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes:

Esta Casa é sabedora de que foi organizada uma viagem e que Constituintes do Nordeste, e não só do Nordeste, como também 5 Ministros de Estado visitaram justamente o Estado da Paraíba.

Quase 50 parlamentares, 20 e tantos jornalistas, 5 Ministros de Estado foram ver a seca verde, foram ouvir aqueles que ainda acreditam neste País, aqueles que passam fome, aqueles que vêm os seus filhos desaparecer ao nascer, e aqueles também que nem nascer vêm os filhos. Foi para isso que a Bancada do Nordeste levou 5 Ministros de Estado, dos Ministérios, além do Presidente do Banco Central, um jovem, se não me engano, de São Paulo, que, numa das reuniões desta Casa, disse que estava sendo convidado para ir ao Nordeste, mas que não conhecia nada de lá, e que tinha ido ao Recife, à Capital do meu Estado, há 10 anos, em uma viagem de lua-de-mel e que, voltando agora, via o Recife progredir. Queria ele que o Recife tivesse mudado de lugar ou que o mar tivesse tragado Recife?! E saiu por aí, um jovem em quem tínhamos uma esperança, mas que hoje para nós desta Casa já constitui uma desesperança.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é impossível paramos os, nordestinos que somos, omitirmos-nos nesta hora por conveniência e/ou por subserviência, não registrando, nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, a grande decepção causa-

da à população do vizinho e pobre Estado da Paraíba, com a visita que foi feita por S. Exmos. Srs. Ministros de Estado, como observadores, vejam bem, do quê se chama hoje da "seca verde" no Nordeste. O povo que os recebeu esperançoso em soluções efetivas, e, talvez, até afetivas, em solidariedade governamental, em providências ministeriais que fossem honestas, se sentiu enganado, ludibriado, e até desrespeitado e ofendido, ao ouvir promessas ilusórias e insensíveis, e até gracejos, para tão sério problema de um povo desassistido, desde o descobrimento do Brasil iludido, enganado sempre e ignorado, sobretudo pelo Governo Federal, cujos representantes de sua equipe ministerial de hoje mistificam, insensíveis que são, como se estivessem no raciocínio do homem rude do Nordeste, rindo da sua desgraça, do seu desemprego, da fome e da miséria sem qualquer perspectiva, mesmo que remota, de um Governo sem ação. Parece até que tiraram, foi riscada do mapa do Governo Federal a região nordestina, esquecida, vilipendiada e abandonada, entregue à sua própria sorte, ou à falta de sorte da mesma.

Não exageramos, não vamos exagerar nem dramatizamos. Apenas, afirmamos, sim, diante da evidência dos fatos, e muitos aqui os conhecem, o Governo atual vem demonstrando sinais visíveis da sua inapetência, e talvez até incompetência, à frente dos destinos deste País sofrido, onde grande parte do seu povo passa fome de verdade, e as crianças ainda morrem de inanição. Isto acontece a maior, Sr. Presidente, Srs. e Sr Constituintes no Nordeste sofrido, no meu Nordeste, no Nordeste dos muitos que aqui estão.

Os Srs. Ministros que se deslocaram para Campina Grande, Sousa, Cajazeiras, e muitos outros Municípios – Patos foi o primeiro – foram especialmente para visitar o sertão paraibano, onde também estivemos com outros companheiros – fomos trocar um sentimento maior, para levar coragem, para levar anseio àquela gente sofrida, fomos na certeza de que levaríamos a esperança para aquela gente – os Srs. Ministros deixaram lá o quê? A desesperança, a desilusão e desespero, adotando até a comodista e desumana filosofia "O nordeste que se dane", porque "pobre vive de teimoso que é".

E pergunto: será que esses que foram já não são adeptos do partido ou do centro, que têm a sua personalidade maior em Justo Veríssimo? Eu me pergunto e pergunto aos Companheiros que aqui estão: por que tanta desgraça junta? Por que tanta miséria em um saco só?

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS: – Penso que me responderá melhor o meu nobre Companheiro Maurílio Ferreira Lima, a quem concedo o aparte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Nobre Deputado Wilson Campos. V. Ex.^a, nesta tarde, fala por todo o Nordeste brasileiro. Realmente foi um espetáculo de ópera bufa o deslocamento de autoridades governamentais, que, segundo a imprensa, desfilaram com camisas de seda em ônibus com ar condicionado, para presenciarem o espetáculo da seca. Pode não corresponder, ipsis litteris, à realidade desse deslocamento, mas os resultados, tão frustrantes, levam a que a imprensa retrata

te com tanta crueza essa viagem psicodélica. As palavras de V. Ex.^a retratam toda a repulsa da Região Nordestina e uma reunião ridícula, e uma reunião que, mais uma vez provou que a nossa Região é filha bastarda da nossa Federação.

O SR. WILSON CAMPOS: – Obrigado nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima. V. Ex.^a retrata também, e muito bem, o sofrimento do Nordeste.

O SR. MANSUETO DE LAVOR: – V. Ex.^a me permite?

O SR. WILSON CAMPOS: – Ouço, com satisfação, o Companheiro Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR: – Obrigado, Constituinte Wilson Campos. Venho aqui solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex.^a, que, aliás, não é uma mera defesa de uma Região sofrida, seca, isolada, marginalizada, vítima de uma concentração de poderes, inclusive do poder econômico, que é, dentro desta Constituinte, objeto de desconhecimento por parte de segmentos que aqui não representam o povo. Basta ver o que está ocorrendo na Comissão da Ordem Econômica. A questão de raiz será uma nova Federação, será o poder regional dentro desta Federação. Não apenas do Nordeste, com sua eterna crise, que não decorre do clima, e sim do tipo de sociedade brasileira, mas, também, do extremo Sul. Vejamos a situação atual do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte e de outras regiões. V. Ex.^a especifica, e o faz muito bem, está tecendo considerações fundamentadas, judiciosas, a cerca de um recente episódio. Aqui, no Poder Constituinte, existe um grupo aguerrido de Constituintes que constituiu, com a melhor das intenções, a chamada Bancada Nordestina. Como a Bancada do Centro-Oeste, a Bancada do Centro-Sul, está aqui a Bancada Nordestina para defender os interesses legítimos da Região, inclusive para dizer que também existe. A Bancada Nordestina, neste ponto, apesar da sua experiência, da experiência de seus componentes, não deveria ter promovido essa excursão que agora se revela estéril, inútil, ridícula até. Não devia ter promovido, porque não se vai a uma Região de população carente com tanto aparato, com tantos ministros, numa comitiva tão numerosa, não se vai de mãos vazias. O povo não está mais para esses espetáculos teatrais. Daí porque, enquanto louvo o gesto de solidariedade dos componentes da Bancada Nordestina, faço reparo à inopportunidade dessa viagem, e o faço por duas razões: porque decorreu dias após, menos de uma semana após, um ato assinado pelo Presidente José Sarney e pelo Ministro do Interior, Joaquim Francisco, consubstanciado no Decreto nº 94.386, de 28 de maio de 1987, publicado no **Diário Oficial** de 29 de maio corrente. Qual é esse ato? A criação de um chamado Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, excluindo a SUDENE da participação deste Fundo. Significa esvaziar a SUDENE. Uma semana após o Presidente Sarney e o Ministro Joaquim Francisco assinarem o esvaziamento da SUDENE, não poderia a Bancada Nordestina deixar de levantar o seu protesto em defesa desse órgão regional. Em protesto, não deveria ter ido com esses ministros, inclusive, com o que assinou este ato de esvaziamento da SUDENE, à Região confli-

nhuma de que os ministros iriam levar soluções inadiáveis para aquela Região. E aí foi a decepção que ouviram. Considero que os nobres Colegas da Bancada Nordestina cairam num engodo, e aqui não vai nenhum gesto de condenação, mas de advertência, que não podemos mais confiar na sensibilidade de ministros que visitam uma região simplesmente para dizer que não têm dinheiro para atender às suas prementes necessidades, inclusive de sede, de fome, quando esses mesmos ministros assinam atos de investimentos fabulosos em outras regiões, como é o caso de outros investimentos decretados a toque de caixa, a ferro e a fogo, para a construção da Ferrovia Norte-Sul. Não me alongo mais, para não tomar o precioso tempo do pronunciamento oportuno de V. Ex.^a. Solidarizo-me e congratulo-me com V. Ex.^a pela oportunidade deste pronunciamento. Batalhador que é pelas causas do Nordeste, digo a V. Ex.^a que prossiga, que prossigamos unidos, sem cair nessas esparrelas governamentais, porque não estamos mais para oferecer espetáculos teatrais, como foi essa visita de cinco ministros, visita inútil, visita e visita ociosa que causou mais revolta à população sofrida do Nordeste. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. WILSON CAMPOS: – Muito obrigado a V. Ex.^a. As suas palavras fazem com que continuemos a nossa luta. Associamos também o nosso protesto a esse famigerado decreto, pois se quer, cada dia mais, fazer com que desapareça a SUDENE.

O SR. JOÃO AGRIPINO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON CAMPOS: – Com muito prazer, nobre Deputado João Agripino. Sei que V. Ex.^a vai dizer também aquilo que viu conosco, porque tenho a certeza da competência do Companheiro, que me vai ajudar a dizer a verdade, pelos vexames que passamos no Estado da Paraíba.

O SR. JOÃO AGRIPINO: – Nobre Deputado Wilson Campos, V. Ex.^a é um homem muito mais vivido do que eu, muito mais sofrido, nos combates e nos embates pela luta do Nordeste brasileiro. V. Ex.^a tem sobradas razões de fazer a crítica a uma viagem que não rendeu qualquer fruto imediato. Na verdade, nem o Ministro da Fazenda, nem o Ministro da Irrigação, nem o Ministro da Agricultura, nem os outros Ministros que foram ao Nordeste, à Paraíba, nem o Presidente do Banco Central, nem o Presidente do Banco do Nordeste trouxeram qualquer solução para a mesa das negociações, em Patos e em Sousa. Penso que ainda é cedo para criticarmos essa visita. Permito-me discordar, nobre Constituinte Wilson Campos, do ilustre Senador Mansueto de Lavor, quando S. Ex.^a diz que a visita não devia ter ocorrido, ou que tenha sido inútil. A visita tinha que ocorrer e deve ter sido útil, na medida em que levamos os Ministros para conhecer de perto o problema da "seca verde", os quais não serão tão insensíveis que não tenham visto que o agricultor do Nordeste está morrendo a mingua, está morrendo de fome. Não acredito mais que estejam nos seus Gabinetes, agora, sem refletir sobre soluções que devam dar para o Nordeste. Têm obrigação, como brasileiros, de dar as soluções

que disseram que dariam. O mais grave – e nisto assiste razão ao ilustre Senador Mansueto de Lavor – além desse decreto assinado, que exclui a SUDENE da política de investimento, de controle do Plano de Emergência no Nordeste, os Deputados e Senadores do PFL do Nordeste querem que o Fundo de Desenvolvimento destine o dinheiro aos Municípios e não aos Estados. Quando o detinha, os governos estaduais usaram e abusaram dos Fundos de Emergência, e agora, já que não o têm, os Governos dos Estados, a maioria das prefeituras permanecem em suas mãos, querem que os recursos sejam geridos pelas prefeituras. Não vai aí nenhuma vontade de fortalecer o Poder municipal, e sim de preparar as eleições municipais do ano que vem e, para isso, querem que os recursos sejam destinados às prefeituras. Espero e confio que o discurso de V. Ex.^a sirva de advertência aos Ministros que foram à Paraíba, para que urgenciem as soluções que prometeram lá.

O SR. WILSON CAMPOS: – Agradeço ao nobre Constituinte João Agripino. V. Ex.^a bem demonstra a sua capacidade, a sua curiosidade para com os assuntos da Paraíba.

Sr. Presidente, permita-me ouvir a nobre Colega Constituinte Cristina Tavares, que, por certo, vai enriquecer o meu pronunciamento.

A SR. CRISTINA TAVARES: – Agradeço, Constituinte Wilson Campos. Sai correndo do anexo para vir dizer a V. Ex.^a que o seu discurso representa a nossa Bancada de Pernambuco, representa a nossa vontade nordestina de um crescimento verdadeiro, e não das esmolas que, durante 23 anos, distribuíram no Nordeste e que não resolvem coisa alguma. Presto a minha solidariedade a V. Ex.^a. Deva dizer também a esta Assembléia Constituinte e à Nação que, no momento em que não há dinheiro e se formula um espetáculo circense de Ministros que chegam de mãos vazias, e também com discursos vazios e cansados, destinam-se 2 bilhões de cruzados para uma ferrovia que ninguém sabe vai ligar o quê, com a finalidade que toda a Nação sabe e condena, a de proteger empreiteiras. O discurso de V. Ex.^a representa a todos nós. Parabéns, Deputado Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS: – Obrigada, Deputada Cristina Tavares.

Sr. Presidente, pergunto a V. Ex.^a qual o tempo que me resta.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O tempo de V. Ex.^a já está concluído, inclusive pela série de apartes que concedeu, e que vieram enriquecer o seu discurso. Solicito a V. Ex.^a conclua seu pronunciamento.

O SR. WILSON CAMPOS: – Desgraçadamente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nem nós que ali estávamos representando esta Assembléia Nacional Constituinte, nem o povo paraibano e de outros Estados que ansiosamente nos aguardava, ouviu dos Srs. Ministros qualquer palavra honesta de esperança por melhores dias. A miséria vai chegar, tenho a certeza; a fome lá está, e esta V. Ex.^a e todos sabem, é a pior conselheira. Já se prega a desobediência civil, e vamos dizer o quê, Sr. Presidente? Não temos o que dizer, porque falta o cumprimento da palavra empenhada. E até o Sr. Presidente do Banco Central,

Dr. Fernando Milliet, ali presente, referiu-se a constantes pedidos que recebia daquela gente sofrida para a instalação de agências bancárias na Região, imaginando, em termos de "gozação", que fossem elas solicitadas para depósitos em cadernetas de poupança. Imaginem, Srs. Constituintes: a miséria e a desgraça de um povo já pode constituir, neste País, poupança bancária a render juros e correção monetária! É que o Dr. Milliet e o seu Ministro da Fazenda, o seu guru, rezando o mesmo rosário e aprendendo com a mesma cartilha, confessam que não conhecem a região, que nunca lá estiveram. Certamente não lêem, não ouvem, sequer vêem televisão, que dão notícias desagradáveis e desinteressantes sobre fome e miséria. Preferem ignorá-las e certamente, por isso, o Sr. Ministro da Fazenda vive rindo o tempo todo. De quê? perguntaria o humorista Juca Chaves. A resposta a esta simplicidade indagação está no currículo do próprio Ministro, que sempre esteve a serviço ou participando de grupos empresariais de grande porte.

Ainda o Presidente do Banco Central, na sua fala de 20 a 30 minutos, só se referiu ao aumento dos impostos, à aplicação da correção monetária plena, ao incentivo para aumento da poupança para que o Governo aumente os investimentos públicos como o "trem bala" e a rodovia Norte-Sul, que afrontam a dignidade do sofrido povo nordestino, que só tem direito a fazer poupança de miséria, de fome, de inanição e que só tem direito ao verde da "Seca Veneno". E ainda como a querer cobrar daquela gente faminta e desesperada os juros e correção monetária da omissão e da convivência do Governo, o Dr. Milliet, inopportunamente, relembra-lhes o "escândalo da Mandioca", que lhe marcou a imagem do Nordeste pelos intensos noticiários da época, como se aquela gente fosse avalista ou responsável pela operação que lesou o Banco do Brasil em um bilhão e meio de cruzeiros.

De pronto, Srs. Constituintes, e farto de tanta insensibilidade, repeli o Dr. Milliet, protestando pela grosseria e, puxando pela sua fraca memória, lembrei outros bem maiores escândalos havidos no País com a convivência do Governo e do Banco Central, quais sejam: Lufalla, Usinas Nucleares, Adubos do Rio Grande, Abdalas e COPERSÚCAR, Lunardelli, contrabandos do Porto de Santos, quebra-deiras da Delfin, Sul-Brasileiro, Maisonave, Comind, Coroa-Brastel, Novo-Rio, Aimoré, Capemi e, recentemente, a Lojicred. Assis Paim, Mário Gamero e os Tiepos da vida não premeditaram as suas traças no Nordeste, lá não nasceram nem residiram. Portanto, não freqüentaram as escolas do povo nordestino, sofrido, humilhado, desassistido, esquecido e subestimado pelos homens do Governo.

O Sr. Ministro da Irrigação nada levou. Propôs apenas a assistência do seu pobre e quase inexistente ministério que oferece irrigação a custo de 6% ao ano, mais LBC ou correção monetária que, se for plena, equivale a 300% ao ano, que, se decrescida para 50%, somará 150% ao ano, traduzido em 12 e 1/2 ao mês, algo plenamente irresponsável por parte de quem oferece ou aconselha ao agricultor nordestino, na maioria das vezes e infelizmente analfabeto ou semi-analfabeto, não por sua culpa, mas pela sua condição de miséria e falta de oportunidade. Contraindo tais

compromissos, o agricultor seria considerado mau pagador, desonesto, caloteiro. No primeiro vencimento, as promissórias ou títulos seriam protestados, executados, e com falência decretada, para seu desespero e sua desmoralização. Oferecer escolas e cursos para os agricultores aprenderem a ciência da irrigação, é um engodo. Por que não oferecer recursos com preços viabilizáveis em lugar de uma irresponsável e desumana extorsão? Aprender a irrigar o quê, como e para quê?

O Sr. Ministro da Agricultura não disse a que foi. Um discurso enorme, digno da campanha eleitoreira de um Companheiro seu, Presidente que quer ficar no Poder por 5 anos, certo de que o nordestino é ignorante, analfabeto e burro. Falou em nutrição, produção, mas nada prometeu nem ofereceu, e foi uma decepção a mais. Depois da sua falação, formou-se "mutirão da decepção".

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não se enganem. O Nordeste vai lançar o brado da fome que ecoará fortemente em todos os recantos do País e do Mundo. Lembrai-vos da "Confederação do Equador" que poderá ser feita, em futuro próximo, por todo o nordestino. E o verde da seca poderá mudar de cor, quando a amarelidão do nordestino faminto transformá-lo, pela sua reação, no azul celeste, que ele merece pela sua dignidade, pela sua fortaleza, pela sua esperança em Deus.

Pode-se enganar um povo por algum tempo, mas jamais se poderá enganar o povo o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Peço desculpas ao nobre Constituinte Wilson Campos. A insistência é em razão de que o Plenário terá que ser destinado a uma sessão extraordinária da Câmara, senão prorrogámos a sessão, para que V. Ex.^a pudesse concluir a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Aaduto Pereira – PDS; Afonso Arinos – PFL; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Dirce Tutu Quadros – PTB; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jamil Haddad – PSB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Maluly Neto – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Osmar

Leitão – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Victor Trovão – PFL; Virgílio Guimarães – PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de amanhã, dia 11, às 14:30 horas.

VIII– Encerra-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELA SR^a ABIGAIL FEITOSA NA SESSÃO DE 4-6-87 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DA ORADORA, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

A SR. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão da saúde, no País, vem sendo uma luta que os setores progressistas têm levantado, tentando revertêr o quadro que se instalou durante a ditadura, que beneficiou as clínicas e os hospitais particulares e esvaziou deliberadamente, por falta de investimentos nos setores públicos, os hospitais e os postos de saúde das Prefeituras, dos Estados, do INAMPS e até os hospitais universitários que ficaram praticamente sucateados. Na Previdência, então, instalou-se aquele quadro terrível de corrupção, com superfaturamento das clínicas privadas, que inventavam realizações de tratamentos, internações, que levou toda a população à descrença e, por que não dizer, até à desesperança de que o sistema público de saúde pudesse melhorar e os que não têm recursos neste País pudessem ter atendimento.

Travou-se uma luta árdua, muito difícil, que a renovação médica conseguiu melhorar um pouco, quando o Dr. Waldyr Pires, Ministro da Previdência, assumiu o cargo. Aos poucos a batalha pela assistência médica da Previdência, para instalar um quadro de confiabilidade, foi crescendo e muitas clínicas, muitos hospitais tiveram seu credenciamento suspenso. As televisões mostraram médicos sendo algemados porque suas clínicas estavam fazendo verdadeiras falcatruas. Quantas clínicas viviam de inventar exames de Laboratório, exames de Raio X, numa total irresponsabilidade! Volto a dizer, numa total irresponsabilidade!

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a luta por um sistema único de saúde, por um sistema em que a saúde seja um direito de todos e obrigação do Estado tem sido árdua. E, na Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, nós conseguimos manter uma proposta, que irá agora aparecer na Comissão Temática, em que eu espero, esse direito fica assegurado.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, acabamos de sofrer um golpe. Está aqui a *Folha de S. Paulo* de hoje, cujo título, na página 17 é: "Secretário do INAMPS, que era contra corrupção, é exonerado".

Trata-se do Dr. Herval Pina Ribeiro, grande lutador das lutas da saúde, que bravamente segurou o cargo de Secretário Regional de Medicina Social do INAMPS de São Paulo. Sabem quem pediu

a cabeça do Dr. Herval, e por que a pediu? Foi o Sr. Flávio Ramos, Assessor de Jorge Murad, Secretário Particular do Presidente José Sarney.

E sabem por que pediu a cabeça? Porque o Dr. Herval se negou a recredenciar um hospital que tinha sido descredenciado por fraude. Existe a Comissão local de Saúde, como existe a Comissão regional de Saúde, e esta comissão das Ações Integradas de Saúde foi instalada quando o Sr. Waldir Pires era Ministro da Previdência, mas que já era uma proposta que vinha sendo debatida mesmo na Velha República. A ordem veio de cima, passando pelas Comissões regional e municipal, desrespeitando estas Comissões, desrespeitando a proposta das ações integradas de saúde, para que se instalasse a respeitabilidade dos serviços públicos.

Este, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é um precedente gravíssimo, porque no instante em que se demite um profissional que estava segurando a barra das falcatruas do INAMPS de São Paulo, é porque se quer que volte para o INAMPS aquela velha política, clientelista e corrupta de se inventar diagnóstico, de se fazer tratamento inventado, sem ser realidade, fazendo cirurgias desnecessárias, enfim, aquele quadro vergonhoso que a classe médica, comprometida com a saúde do País, repudia.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dizer que lamento profundamente mais um fato negativo do Governo Sarney. Não posso ficar calada, porque há poucos dias, conversando com o Dr. Herval aqui na Previdência, quando o Ministro estava criando aquele programa novo para que os médicos dessem tempo integral na Previdência, em alguns hospitais próprios, para tentar recuperar os hospitais, tentar levantar o moral dos profissionais que trabalham nos próprios do INAMPS, porque aqueles hospitais tinham sido subutilizados e tinham sido sucateados – o Dr. Herval me falou que a pressão era muito grande, que a pressão estava vindo desde o Ministro Marco Maciel e, agora, com o Ministro da Casa Civil.

Lamento dizer que é inaceitável, que a esta altura, enquanto esta Constituinte está aqui – querendo fazer avançar a proposta dos Serviços Públicos com moralidade – da própria Casa da presidência, o próprio genro do Presidente se envolve numa questão em que não é só a cabeça de um Secretário que cai, caem em torno de quarenta pessoas que não se subordinarão à mudança de política em que o Superintendente do INAMPS de São Paulo tem passado a mão pela cabeça, inclusive com o seu assessor particular, envolvido que foi até com a demissão da Previdência, devido a questões nebulosas com médicos cobrando por fora.

Na qualidade de profissional de saúde, na qualidade de profissional que tem lutado pela moralidade no serviço público, no direito que tem o cidadão deste País de ter um tratamento decente, de ter direito à medicação, e, inclusive, de não assistir ao que assistimos – ainda, hoje, estava eu aqui com uma revista médica que mostrava o índice de mortalidade infantil aumentando em nosso País, notadamente, no Nordeste – quero dizer que a queda do Dr. Herval Pina Ribeiro significa um perigo para a volta do que nós chamamos do período triste da Previdência Social, com todos aqueles negócios nebulosos, com as comissões

que os funcionários das portarias ganhavam, com os médicos transferindo da Previdência, para as clínicas particulares; as clínicas particulares fazendo de conta que faziam o diagnóstico sem fazer, e as contas médicas sendo incoerentes com o serviço prestado.

Não aceito que isto continue, nestas condições, e cobro desta Tribuna, um pronunciamento do Sr. Ministro da Previdência, como cobro também um pronunciamento do Presidente do INAMPS, Dr. Hésio Cordeiro que, neste incidente, se dobrou inexplicavelmente às forças, que ele tanto combateu, a vida inteira.

Respeito o Dr. Hésio Cordeiro, mas não aceito o que ele coloca hoje, aqui, no jornal, de que o Dr. Herval estava com um relacionamento difícil para articular com a Secretaria de Saúde de São Paulo. Ele sabe que, na hora em que um Governo estadual se instala, as suas articulações com o Hospital Heliópolis não são fáceis, mesmo porque – vale aqui dizer – o Governador de São Paulo, ao que nos parece, não tem maiores compromissos com a saúde pública.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

A SR^a ABIGAIL FEITOSA: – Com muita honra, nobre Constituinte Agassiz Almeida.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA: – Constituinte Abigail Feitosa, logo que cheguei a esta Casa, nesse reencontro do povo com a Constituinte, sabia da sua história, da história dessa mulher brava dos chapadões baianos; conhecia a sua existência de luta há muitos anos, e não só episódicas, a resistência com que se desdobra há muitos anos enfrentando as forças mais reacionárias, retrógradas e conservadoras da Bahia. V. Ex.^a, com a fibra da mulher brava nordestina, neste instante e nesta hora, traz aos seus companheiros, para um plenário vazio, mas para uma Nação deserta, atordoadas, perplexas e, muito mais ainda, uma Nação desencontrada do seu destino. V. Ex.^a traz a palavra que foi tão serena e tão forte na luta, para levar ao seu povo baiano uma melhor Previdência Social, uma melhor forma de fazer com que milhões de desgraçados, desajustados encontrados por esse interior brasileiro, para fazer com que uma Previdência Social tão ainda inorgânica, seja racionalizada, não em nome de alguns poucos ou para alguns poucos mas uma Previdência Social que seja identificada com o reclamo de milhões e milhões de brasileiros, perdidos no mundo da indiferença ou pior ainda, no mundo do desconhecido. Nobre Constituinte Abigail Feitosa receba, nesta hora, meu grande abraço e meu respeito por este seu vigoroso e forte pronunciamento. Muito obrigado por ter me concedido o aparte.

A SR^a ABIGAIL FEITOSA: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está na hora de mudar. Não vamos ficar assistindo, parados, a degringolada do serviço público, ao sabor dos desejos dos parentes do Presidente, ou até de outros Constituintes do meu Partido, como o padrinho do Superintendente do INAMPS de São Paulo, o Constituinte Cardoso Alves. Não vamos ficar calados. É por isso que, ontem, fiz parte de uma comitiva que foi à Cuiabá valorizar a posse de Dante de Oliveira, para dizer à Nação que basta;

que precisamos realmente, a partir daqui, retomar aquela bandeira! Transição só pode ser até a Constituinte. Transição depois da Constituinte é abuso, é usurpação de poder, é golpe de Sarney! Não aceito! Estou na campanha pelas diretas em 88. Depois da Constituinte, não aceito mais o Presidente Sarney.

E os fatos se sucedem. Hoje, foi a demissão de um companheiro do Inamps, comprometido com a luta da saúde pública. Ontem, era a história da Ferrovia Norte-Sul, repleta de fatos escusos e, depois, foi dito que tudo estava certo. Isso faz parte de um grande complô, não apenas do Presidente da República, mas também de todas as forças que o cercam e que lhe dão apoio. O que faz Sua Exceléncia? Diz que o deputado que o apóia, que é seu amigo, que vota com Sua Exceléncia para o período de mandato de cinco anos, esse terá direito a cargos públicos e aquele que vota para o período do mandato de quatro anos não terá direito a cargos públicos. Ai dos que cederam! Hoje cederam por cargos públicos, amanhã cederão todos os seus votos, porque se não votarem a favor das multinacionais e dos hospitais e clínicas particulares, contra a reforma agrária, contra o ensino público, contra os trabalhadores, esses Constituintes sairão das graças do Presidente.

Não posso assistir a tudo isso calada; assistir ao Presidente da República fazendo balcão dos cargos públicos com o dinheiro que nós contribuímos. Em vez de engrandecer esta Nação, Sua Exceléncia leva-a ao desespero, aos altos juros dos banqueiros, e é com os banqueiros, com o capital estrangeiro, que Sua Exceléncia está mancomunado.

Portanto, meus companheiros, essa é apenas a ponta de um iceberg, para mostrar que há má organização, desinteresse e, por que não dizer, irresponsabilidade em todas as áreas. Hoje, foi a da saúde, mas todos os dias existem companheiros, aqui, reclamando das desordens em outros setores.

Encerro o meu pronunciamento, dizendo que a luta continua. Muitos outros companheiros, e eu, não silenciaremos até às eleições diretas de 1988, porque o povo estará conosco e essa é a nossa vantagem. (Muito bem! Palmas).

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE A SR^a ABIGAIL FEITOSA
EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**"SECRETÁRIO DO INAMPS, QUE
ERA CONTRA CORRUPÇÃO, É
EXONERADO"**

O secretário regional de Medicina Social do INAMPS de São Paulo, médico Herval Pina Ribeiro, 54, foi exonerado do cargo por volta de 9h de ontem, através de telefonema do presidente do órgão, Hésio Cordeiro, 45. O afastamento vinha sendo ensaiado desde o início do ano, com interferência do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil, Marco Maciel, mas só se concretizou agora a pedido de Flávio Ramos, assessor de Jorge Murad, secretário particular do Presidente Sarney.

Defensor intransigente de atendimento médico público e de uma atuação rigorosa no combate às fraudes cometidas pela iniciativa privada, Pina Ribeiro indispôs-se com representantes da rede particular de hospitais, laboratórios e clínicas contratadas do INAMPS. Além disto o setor à direita

do PMDB – partido a que pertence – queriam sua demissão. Mas o estopim do confronto final envolveu o recredenciamento da Clínica Santo Antônio, acusada de fraude, localizada no Município de Ferraz de Vasconcelos (este da Grande São Paulo), determinado por Hésio Cordeiro, através de telex, em março passado, contra a decisão de Pina Ribeiro.

Com a exoneração de Pina Ribeiro, cerca de quarenta cargos intermediários e superiores (chefias de hospitais próprios, de postos de atendimento e secretarias de medicina social de outros Municípios) deverão ficar vagos, em protesto. Élio Fiszbejn, 45, Coordenador de Controle e Avaliação da Superintendência Regional, (responsável pelo setor de fiscalização de serviços privados contratados, no combate à fraude), divulgou, ontem, um documento neste sentido e anunciou que, assim que a exoneração for oficializada, pedirá demissão.

Segundo Hésio Cordeiro, o principal motivo do afastamento de Pina Ribeiro foi o de ele ter rasgado, em protesto ao recredenciamento, relatório de uma auditoria e guias de autorizações de internação hospitalar (AIHs) da Clínica Santo Antonio, descredenciada em julho do ano passado. O ex-secretário não confirmou nem desmentiu o fato. Mas Fiszbejn afirmou que a clínica faturava até o seu desligamento cerca de Cr\$ 2,5 bilhões em consultas – o equivalente a 36 mil atendimentos. Juntamente com o Hospital São Marcos – no mesmo Município, também acusado de fraude e atualmente encampado pelo poder público – com uma média mensal de vinte mil consultas, os dois serviços faturavam o equivalente a 136 mil atendimentos, enquanto Ferraz de Vasconcelos tem apenas cem mil habitantes. Não só Pina Ribeiro e assessores eram contrários ao recredenciamento mas também as comissões municipal, regional e estadual de saúde. Em conversa informal, Cordeiro afirmou há cerca de dois meses que o pedido de vincular novamente a clínica partira do Senador Marco Maciel.

Por telefone

"Só fiquei surpreso pela maneira inusitada de exoneração, por telefone. Mas a minha saída é resultado de uma pressão antiga dos setores contrários a uma política que privilegia o setor público e filantrópico de saúde", disse Herval, no final da tarde de ontem. Indagado se o superintendente regional, Roberto Lago, teria participação na medida, o ex-secretário remeteu a questão aos "setores de sustentação do superintendente". Lago, que pertenceu ao grupo político conservador do deputado federal do PMDB, Roberto Cardoso Alves, não se encontrava na superintendência e não foi localizado até as 20h de ontem. Normalmente, quando lhe interessa, é Lago quem procura a imprensa Segundo Pina Ribeiro, não houve nenhum contato entre os dois, depois da comunicação do afastamento.

Hésio Cordeiro afirmou, ainda ontem, no Rio de Janeiro, que o ex-secretário de Medicina Social estaria gerando "problemas de articulação" na unificação do sistema de saúde (universalização do atendimento e municipalização dos serviços) e "criando uma série de atritos" com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, na co-gestão

do Hospital Heliópolis (bairro do retorno. Entretanto, ele afirmou do Trabalho. Pina Ribeiro declinou e Sacomã, zona sul da cidade). Em que "é natural a mudança de pretende voltar para seu cargo de relação ao Heliópolis, o plano gestão, provocar uma diminuição médico pneumologista no Posto de diretor, criado por uma comissão de ritmo". Assistência Médica (PAM), Várzea do mista, foi encaminhado cerca de De acordo com o ex-Carmo, na região central de São dois meses à Secretaria de Saúde, secretário, o presidente do Inamps Paulo. O novo secretário de Medicina pedindo, entre outras providências, o teria convidado, depois da Social será escolhido, segundo a contratação de funcionários para exoneração, para ocupar um cargo Cordeiro, através de uma indicação reativação de leitos. Até ontem, não na presidência do Inamps, no Rio conjunta com o secretário da Saúde havia chegado a Pina Ribeiro um de Janeiro, em setor de Medicina José Aristodemo Pinotti.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 76

SEXTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 81º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 11 DE JUNHO DE 1987

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 133/87 - Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando alterações na composição de diversas Comissões Temáticas, no âmbito do PMDB.

Nº 134/87 - Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando os Senhores Constituintes Osvaldo Macedo e Jovanni Masini para integrarem o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

HÉLIO DUQUE - Questão de ordem sobre nota de protesto da Federação Nacional dos Jornalistas contra as declarações do jornalista Getúlio Bittencourt, Secretário de Comunicação da Administração Federal, a propósito da permanência da Empresa Brasileira de Notícias.

CARDOSO ALVES - Questão de ordem sobre conveniência de a Mesa distribuir entre os membros da Comissão da Ordem Econômica cópias de decisões do Supremo Tribunal Federal sobre desapropriação de terras com o propósito de reforma agrária.

PRESIDENTE - Esclarecimentos sobre liberalidade da Mesa na admissão de questões de ordem durante o período destinado ao Pequeno Expediente.

IRMA PASSONI - Questão de ordem sobre o assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem da Constituinte Irma Pasmai.

IV - Pequeno Expediente

OSVALDO BENDER - Obrigatoriedade do ensino religioso no ensino de 1º grau.

VASCO ALVES - Projeto "O Espírito Santo na Constituinte".

PAULO RAMOS - Desnacionalização da economia brasileira. Denúncias contidas na carta "Apelo aos Constituintes", de autoria do General Andrade Serpa e do ex-Deputado Federal Celso Brandt Denúncias da Tribuna da Imprensa contra Constituintes. Conveniência de identificação dos autores do assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Posicionamento do orador contrário à quitação dos débitos de clubes de futebol para com a Previdência Social.

INOCÊNCIO OLIVEIRA - Manutenção das taxas pactuadas nos contratos agropecuários.

FELIPE MENDES - Paralisação das atividades da Universidade Federal do Piauí.

EDMILSON VALENTIM - Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Questão de ordem sobre necessidade de adoção, pela Assembléia Nacional Constituinte, de providências para apuração do assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Virgílio Guimarães.

JOSÉ GENOINO - Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles, do Pará.

HERMES ZANETI - Momento político-econômico do País. Convenção Nacional do PMDB. Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontanes.

PAULO DELGADO - Questão de ordem sobre necessidade de cumprimento de mandato de prisão contra o Sr. Manoel Cardoso Neto, acusado do assassinato do advogado Gabriel Pimenta, no Estado do Pará.

GABRIEL GUERREIRO - Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

MAGUITO VILELA - Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Continuação da luta pela reforma agrária. Instituição da indústria da concordata. Pedido de concordata da firma Resegue, Indústria e Comércio, em São Paulo.

FARABULINI JÚNIOR - Votação dos relatórios das Comissões Temáticas. Duração do mandato do Presidente José Sarney.

CARLOS CARDINAL - Eleições diretas. Manutenção do regime presidencialista Voto distrital.

NILSON GIBSON - Participação das comunidades no combate à estiagem no Estado de Pernambuco. Inclusão na receita tributária nacional da destinação de recursos para a execução de obras destinadas ao combate à seca no Nordeste.

EVALDO GONÇALVES - Memorial da Bolsa de Mercadorias da Paraíba ao Ministro da Agricultura sobre a produção, comercialização e política do milho no Nordeste.

EXPEDITO MACHADO - Intenções e propósitos de peemedebistas signatários de documento sobre a falta de rumos do Partido

na busca de solução para a crise política e econômica nacional.

NABOR JÚNIOR – Aplicação obrigatória de recursos orçamentários federais na Amazônia e no Nordeste.

FRANCISCO AMARAL – Prorrogação dos mandatos dos Prefeitos Municipais e Vereadores.

EDIVALDO MOTTA – Visita de Ministros e de presidentes de bancos oficiais a zonas assoladas pela seca no alto sertão paraibano.

THEODORO MENDES – Aprovação prévia, pelo Congresso Nacional, da realização de obras e serviços públicos de valor superior a 5% do orçamento federal.

JOÃO PAULO – Estratégia governamental de intimidação da Constituinte.

FÉRES NADER – Desrespeito do Código de Ética Médica por profissionais da área.

JUTAHY MAGALHÃES – A natureza política da problemática da reforma agrária no Brasil.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Emendas apresentadas pelo orador aos pareceres dos Relatores das Comissões Temáticas.

AGASSIZ ALMEIDA – Frustração dos nordestinos diante das declarações do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, em Sousa, Estado da Paraíba

TADEU FRANÇA – Aliciamento, por servidores da Funai, de índios Krahô para o plantio de maconha.

SÉRGIO SPADA – Inserção, na futura Constituição, de preceito sobre a obrigatoriedade da realização de auditoria sobre a dívida externa.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA – Elevação das taxas dos juros bancários.

SOTERO CUNHA – Aposentadoria especial para os professores.

COSTA FERREIRA – Anistia temporária para a dívida dos pequenos agricultores maranhenses junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

STÉLIO DIAS – Execução judicial dos empréstimos contraídos por produtores rurais.

DAVI ALVES SILVA – Imunidade parlamentar para Vereadores. Alteração do título de Vereador para Deputado Municipal.

MILTON BARBOSA – Crise econômico-financeira do País.

ARTENIR WERNER – Necessidade de construção de viaduto na BR-101, em Sombrio, Santa Catarina.

CHICO HUMBERTO – Manifestação de apoio à greve dos funcionários públicos de Minas Gerais.

BOCAYUVA CUNHA – Telex enviado ao Ministro Aureliano Chaves, assinado pelos Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI e engenheiro Antônio Santos Maciel Netto,

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, em defesa da manutenção do monopólio estatal do petróleo no texto da nova Carta Magna.

JOSÉ VIANA – Assentamento de famílias na gleba Terra Firme, Estado de Rondônia.

V – Comunicações das Lideranças

CHAGAS DUARTE – Consequências para a economia roraimense da não-conclusão da BR-74.

AMARAL NETTO – Repúdio do orador ao envolvimento do seu nome, em documento apócrifo, como ligado aos interesses do grande capital no País. Necessidade de constituição de Comissão Parlamentar para investigar o fato.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaral Netto.

PRESIDENTE – Comunicação sobre providências adotadas pela Presidência para apuração dos responsáveis pelo assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

HAROLDO LIMA – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Implantação da reforma agrária no País.

ALDO ARANTES – Questão de ordem sobre constituição de comissão para representar a Assembléa Nacional Constituinte nos funerais do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aldo Arantes.

EDUARDO BONFIM – Questão de ordem sobre envio de telegramas ao Ministro da Justiça e ao Governador do Estado do Pará a propósito da apuração dos responsáveis pelo assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Eduardo Bonfim.

BRANDÃO MONTEIRO – Solidariedade do PDT ao PC do B, em face do assassinato de dirigente do partido no Estado do Pará. Repúdio à forma escolhida pelo Constituinte Amaral Netto para protestar contra o envolvimento do seu nome como ligado a interesses capitalistas. Implantação da reforma agrária.

LUIZ SALOMÃO – Questão de ordem sobre repúdio do orador a acusações assacadas contra sua honra durante o período de Comunicações de Liderança.

OLÍVIO DUTRA – Preocupação do PT quanto à adoção, pelo Executivo, de efetivas providências para a purificação dos responsáveis pelo assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

ROBERTO JEFFERSON – Repulsa do orador às declarações do Governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, sobre sua influência na Assembléa Nacional Constituinte.

AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre critérios adotados pela Mesa para aces-

so às galerias da Casa durante as sessões das Comissões Temáticas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

ADEMIR ANDRADE – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Responsabilidade do Governo pelo clima de violência reinante nas áreas de conflito de terras.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Questão de ordem sobre existência no Regimento Interno de norma disciplinadora do acesso às galerias nas sessões públicas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Virgílio Guimarães.

BENEDICTO MONTEIRO – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

MÁRIO COVAS – Repulsa do PMDB à violência. Atendimento, pela Assembléia Nacional Constituinte, dos anseios das massas rurais brasileiras. Desafios da Constituinte nas próximas votações.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Apoio do PDC a rigorosa apuração do assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Desespero reinante entre pequenos empresários e agricultores do interior brasileiro.

JOSÉ LOURENÇO – Repúdio do PFL à violência. Encontro, pelas forças político-partidárias, de pontos de convergência, para ampliação do entendimento nacional.

RAQUEL CÂNDIDO – Questão de ordem sobre necessidade de apoio do Poder Legislativo à Deputada Ruth Escobar, respondendo a processo perante o Tribunal Superior Militar.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Raquel Cândido.

VI – Apresentação de Proposições

VITOR BUAIZ

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

MOEMA SÃO THIAGO – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Crise sócio-político-econômica. Expectativa popular quanto à atuação da Assembléa Nacional Constituinte.

JOSÉ ELIAS MURAD – Defesa de propostas apresentadas pelo orador à Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, visando à proibição de propaganda comercial de medicamentos, tabaco e bebidas alcoólicas, e obrigatoriedade de controle, pelo Estado, abuso de drogas e produtos tóxicos. Inclusão, no currículo das escolas, de informação científica sobre o abuso de drogas.

JAMIL HADDAD – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. I Congresso Brasileiro de Taquígrafos. Conjunto de propostas apresentadas pelo orador à Assembléa Nacional Constituinte.

GÉRSON PERES – Assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Causas dos conflitos de terras.

VIII – Encerramento

– Discurso proferido pelo Sr. Aluizio Campos na sessão de 9-6-87: urgência no encami-

nhamento de soluções suprapartidárias para a problemática nordestina.

– Discurso proferido pelo Sr. Mário Lima na sessão de 9-6-87: derrota de chapa ligada à CUT e ao PT da Bahia nas eleições para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo do Estado.

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

ATA DA 81^a SESSÃO, EM 11 DE JUNHO DE 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Sotero Cunha, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antera de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Floravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB;

Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ezídio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheiti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandy Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Men-

donça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluły Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Boucherdet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Mateus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Mauricio Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto

Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Munir – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Viela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgíldasio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Victor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélia – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 316 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário: – procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

o Sr. Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício nº 133/87

Brasília, 10 de junho de 1987

Senhor Presidente,

De acordo com o que estabelece o Regimento Interno, e em resposta ao Ofício GP-363/87-ANC, dessa Presidência, tomo a liberdade de encaminhar a Vossa Excelência as alterações a seguir relacionadas:

Da Comissão VII – Tit; para a comissão VII – Supl.

Dep. Paulo Macarini:

Comissão I – Supl.

Outrossim, esclareço que o Deputado ocupará, na Comissão, a vaga de Suplente existente, em virtude de alteração da Suplência do Dep. Mattos Leão.

A vaga de efetivo será destinada a atender ao Partido dos Trabalhadores, em decorrência de acordo anteriormente estabelecido.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado Euclides Scalco.

Do Sr. Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício nº 134/87

Brasília, 11 de julho de 1987

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar, nos termos do art. 12, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, os Deputados Osvaldo Macedo e Jovanni Masini, para exercerem o cargo de Vice-Líderes do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º, de fevereiro do corrente ano.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador Mário Covas.

O SR. HÉLIO DUQUE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE HÉLIO DUQUE (PMDB – PR Pronuncia o seguinte discursos.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, "aos jornalistas da EBN": A Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, reunida em diretoria, resolveu expressar publicamente seu protesto contra as declarações do Secretário de Comunicação da Administração Federal, Secaf, jornalista Getúlio Bitencourt, publicadas pelo *Jornal de Brasília*, dia 7 de junho.

A defesa da permanência da Empresa Brasileira de Notícias insere-se no rol das lutas pela garantia de que a informação no Brasil não seja um privilégio de empresas privadas. Desde que garantida a democracia interna, o pluralismo político e a

correção no trato da informação, a EBN é instrumento a serviço do interesse público.

Devemos destacar o importante papel que a EBN desempenha através de acordos internacionais, para divulgar no Brasil notícias de fatos ocorridos em países do Terceiro Mundo, bem como notícias brasileiras no exterior, rompendo, desta forma, as barreiras impostas pelas agências internacionais de informação.

Sua extinção ou privatização, principalmente neste momento em que vem procurando divulgar as discussões travadas na Constituinte, de forma mais democrática, significaria um retrocesso inaceitável para a categoria dos jornalistas.

Esta questão de ordem, Sr. Presidente, deve-se à impossibilidade de se tratar hoje desse tema, da maior importância, tendo em vista o número de oradores inscritos, mas é inadiável, pois a Assembléia Nacional Constituinte está chegando à fase final dos seus trabalhos, no que diz respeito às Comissões temática Agradeço a V. Ex.^a por ter levado em consideração, não a questão de ordem, mas a palavra pela ordem.

Muito obrigado.

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP): – Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, estou solicitando a palavra, pela ordem, para sugerir a V. Ex.^a que mande buscar no Supremo Tribunal Federal e faça distribuir aos membros da Comissão da Ordem Econômica a última deliberação daquele órgão, justamente a mais alta Corte de Justiça do nosso País, sobre desapropriações em matéria de reforma agrária.

O jornal O Estado de S. Paulo publicou hoje matéria a esse respeito, que passo a ler.

"O Supremo Tribunal Federal revogou ontem o Decreto nº 92.834/86, do Presidente José Sarney, que desapropriou para fins de reforma agrária a fazenda São João, de 2.996 hectares, no Município de Bonito (RS). Na primeira decisão desse tipo, pelo STF, o relator do mandado de segurança contra o ato presidencial, Ministro Oscar Correia, criticou o Programa Nacional de Reforma Agrária e salientou que ele não atinge os objetivos sociais propostos pelo Estatuto da Terra.

"O que se tem visto – disse Oscar Correia em seu voto – é a simples e indiscriminada desapropriação, sem medidas prévias e complementares exigidas, na ilusão de atender à Justiça Social." O Ministro Célio Borja também não poupa críticas ao programa de reforma agrária, associando-se ao pensamento de Correia.

Célio disse que a reforma agrária não tem conduzido o País ao aumento da produtividade, pois nem mesmo assegura a produção para a subsistência dos pseudobeneficiados."

Como vê V. Ex.^a, é um ponto de vista que, dentro da teoria que inspira a harmonia entre os Poderes, deve ser amplamente conhecido desta Casa e que inova no pensamento e na técnica jurídica que abrange esse tumultuado problema nacional.

A SR.^a IRMA PASSONI: – Sr. Presidente. Peço a palavra pela ordem:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

A Mesa tem sido liberal com alguns Srs. Constituintes, não lhes querendo cercear o direito de usar da palavra. Todavia, no período destinado ao Pequeno Expediente, não cabe nenhuma interferência para levantamento de questão de ordem. Mas a Mesa vai continuar liberal com V. Ex.^a, fazendo, porém, um apelo aos Srs. Constituintes no sentido de que o período do Pequeno Expediente seja restrito aos inscritos para essa finalidade.

Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP):

Sem revisão da oradora.: – Sr. Presidente, justamente na véspera da votação da oitava etapa da Constituinte, um processo muito sério, que engloba a questão da reforma agrária, hoje, pela manhã, às 10h 30min, foi assassinado mais um ex-deputado estadual, atual suplente de deputado federal e Constituinte Paulo Fontelles, numa localidade distante cerca de 400km de Belém do Pará. Tenho certeza plena de que a responsabilidade exclusiva é do Governo brasileiro, do Ministério da Justiça, que deixa impunes milhares de pistoleiros. Solicito, pois, à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que encaminhe pedido de informação ao Ministério da Justiça, ao Sr. Romeu Tuma, Diretor da Polícia Federal, que aqui esteve fazendo seu lobby – legítimo, eu sei. Mas eu mesma o informei de que membros da Polícia Federal que compõem, também, o quadro dos jagunços brasileiros impunemente matam trabalhadores rurais e urbanos neste País. Assim, pela irresponsabilidade e inoperância do Ministério da Justiça e da responsabilidade direta do Presidente da República e da UDR, mais um cidadão brasileiro é morto covardemente neste País, e sabemos por quê: porque lutava a favor do povo brasileiro. Sr. Presidente, quem registrar manha profunda revolta. É assim que se montam as revoluções no mundo, através dessas agressões, dessa destruição da vontade do povo e da Justiça, da total incoerência dos Poderes, que protegem os poderosos e permitem que se matem cidadãos brasileiros. Minha posição é contrária à do Constituinte Cardoso Alves, que aqui se pronunciou neste instante. Mais uma pessoa tomba, neste País, em defesa da reforma agrária, o Dr. Paulo Fontelles.

Minha homenagem ao Paulo Fontelles, defensor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa acolhe o pedido de V. Ex.^a e vai determinar as providências.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS):

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, hoje à noite teremos mais uma apresentação de relatórios referentes às Comissões temáticas. E, ao analisarmos os relatórios já apresentados, constatamos que, se em alguns há avanços, em outros há retrocessos, como, por exemplo, no da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Fianças.

Aproveitamos este espaço para analisar disposição de um desses relatórios. O tempo seria curto para falarmos sobre reforma tributária, mas teremos outras oportunidades.

Queremos falar sobre o relatório da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Comuni-

cação, Ciência e Tecnologia, precisamente sobre o seu art. 5º, parágrafo único, que trata do ensino religioso facultativo. Havíamos apresentado sugestão no sentido de que, pelo menos no curso primário, o ensino religioso, conforme o credo de cada um, seja obrigatório. Por isso mesmo, ainda em tempo, queremos fazer uma última tentativa, no sentido de ver essa parte incluída no novo relatório, que sairá na noite de hoje.

Como disse, se houve avanços em muitos pontos, mais moderação em outros, houve também, certamente, ainda muitas falhas por parte da Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Quero, antes de tudo, cumprimentar seu Relator pelo brilhante trabalho, mas com a devida licença de S. Ex.^a analisar um artigo, que não foi do meu desejo, e tenho a certeza de que também não corresponde às aspirações do nosso povo, dotado de profundas convicções religiosas e espirituais, cultivadas desde o descobrimento da nossa Pátria.

Aliás, o próprio índio, aqui encontrado, sem que fosse instruído para ter noções de Deus, da existência de um Ser supremo, tinha este dogma e, por instinto, temia Tupã. Vemos, portanto, que esta terra, pelos seus mais primitivos habitantes, acreditava em Deus.

Não seríamos nós, os Constituintes, que agora desejariam impedir que nossas crianças se aperfeiçoem um pouco mais sobre este mistério, no mundo materialista em que vivemos, onde já em muitos lares não se fala mais em Deus, onde a religião já não existe, onde os pais não têm interesses em ensinar a seus filhos estas eternas verdades, e eles crescem sem usufruir desta grande felicidade da alma infinita.

As crianças não têm culpa, quando ninguém lhes mostra este caminho maravilhoso para suas vidas. Por que, então, não permitir que possam receber na escola, além da educação normal, também a doutrina religiosa, conforme o credo de cada um?

Poder-se-ia dizer que consta na Constituição permissão do ensino religioso. É verdade, mas não basta ser facultativa. A matéria é muito importante.

Dá-se, através deste artigo, pouca importância ao próprio ser humano. Enquanto ninguém nos prova, pela ciência, de onde viemos, o que somos e para onde vamos, esta dúvida apenas é desfeita através da fé pela teologia.

Enquanto a ciência não tiver resposta para a verdadeira felicidade do ser humano, é a espiritualidade por meio da religião, a fórmula mágica para que ele saiba conviver melhor com seus irmãos, compreendê-los melhor, amá-los mais, com mais pureza e sinceridade.

A religião e a fé nos criam um mundo íntimo maior, muito mais amplo; fazem-nos enxergar mais longe; criam em nós uma consciência, que é a voz do nosso próprio comando, entre o bem e o mal. Deixam-nos mais livres, para que, por nós mesmos, possamos decidir. Trazem-nos o conforto da eternidade, dão-nos a certeza da alma, a diferença entre o ser irracional e o racional, entre o humano e o animal, entre o ódio e o amor, a vingança e o perdão, a distância do sentimento de uma lágrima derramada, em relação a um coração frio, indiferente e selvagem.

Por que não incluir, no currículo escolar, como obrigatório, o ensino da religião, se sabemos que

é bom ter princípios, e se só através dela conseguimos crescer, ser mais gente, se sabemos que é a única maneira de amenizar o mundo cão, vil e selvagem em que vivemos nos grandes centros, onde tememos os nossos irmãos como se fossem lobos ou leões?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, temos a grande oportunidade de dar às crianças o maior presente existente no mundo inteiro.

Quando as crianças pedem que a Constituição faça alguma coisa por elas, podemos responder-lhes proporcionando milhões de adultos de amanhã um presente eterno, imbatível e insubstituível, que será o lançamento de uma pequenina semente de fé nestes corações sensíveis, que crescerá e se multiplicará, capaz de acabar com as guerras e preservar a paz, para sempre, na face da terra.

Se plantarmos sementes de flores, vamos colher os mais lindos buquês. Chegou a grande oportunidade de, através da educação sadia, todavia obrigatória, proporcionar às crianças esta felicidade, de elas próprias poderem colher os frutos, em um mundo mais harmônico, mais humano, mais fraterno. Onde a oração silenciosa, feita com devoção e fé, faz verdadeiros milagres, transforma-nos em seres humanos mais puros, de alma transparente, onde a alegria e a felicidade brilham nos nossos olhos, enchendo-nos de novo entusiasmo, para a poesia e para cantar em coro as mais lindas canções. Sensibilizando-nos para o estender da mão amiga, dos nossos irmãos, nos momentos das dificuldades.

Arquimedes disse: "Dai-me um ponto de apoio, e com uma alavanca erguerrei o mundo". Este ponto de apoio encontramos em Deus, na fé e em nós, no fundo do nosso coração.

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Bender, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Vasco Alves. (Pausa.)

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma das maiores contribuições que esta Assembléia Nacional Constituinte vem recebendo para seus trabalhos tem sido prestada por um projeto pioneiro realizado em meu Estado, o Espírito Santo. Alguns Constituintes, como o Senador Afonso Arinos, participaram do projeto antes de serem eleitos para representarem seus Estados, na tarefa de ajudar a escrever a nova Constituição brasileira. Estou-me referindo, Sr. Presidente, ao projeto "O Espírito Santo na Constituinte", que agora entra em sua terceira fase, da qual irão participar diversos relatores e presidentes de comissões, além de constituintes de diversos Estados da Federação.

Trata-se de uma promoção importantíssima para que os capixabas acompanhem e participem desse esforço nacional que visa a dotar o Brasil de uma nova ordem constitucional mais justa e mais sintonizada com os interesses e anseios nacionais. É uma iniciativa da Rede Gazeta de Comunicações, a maior empresa do gênero no Espírito Santo, cujo Diretor-Presidente é o ilustre ex-Senador Carlos Lindenberg, que durante muitos anos honrou o Senado Federal como represen-

tante da vontade dos eleitores do meu Estado, e que foi um dos Constituintes de 1946. Apóiam, ainda, esse projeto a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a seção capixaba de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Quero destacar desta tribuna que o presidente da Comissão Organizadora desse projeto é um homem de enorme significação para todos que honraram seus mandatos no combate sem trégua à ditadura militar, que durante vinte anos representou o maior retrocesso já experimentado por nosso País. Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a este exemplo de dignidade que é Mário Martins, ex-Senador pelo Estado do Rio de Janeiro e jornalista dos mais combativos, que hoje empresta o brilho da sua inteligência ao Espírito Santo, onde reside. Ao lado de Mário Martins, destaca-se pela inestimável contribuição à organização dos trabalhos o advogado Ricardo Vello, a quem o Estado do Espírito Santo muito deve por sua participação em importantes etapas da vida estadual.

A primeira etapa do projeto "O Espírito Santo na Constituinte" contou com a participação de mais de 50 importantes personalidades da vida nacional, juristas, dentistas, especialistas e políticos de renome, que debateram os temas institucionais mais abrangentes e que não poderiam faltar na nova Constituição brasileira. Na segunda etapa, da qual tive a honra de participar, debateram entre si e com segmentos da sociedade civil, em auditórios superlotados, sem qualquer tipo de restrição, os candidatos de todos os partidos que disputaram nas urnas uma cadeira nesta Assembléia Nacional Constituinte. Na segunda etapa, da qual tive a honra de participar, debateram entre si e com segmentos da sociedade civil, em auditórios superlotados, sem qualquer tipo de restrição, os candidatos de todos os partidos que disputaram nas urnas uma cadeira nesta Assembléia Nacional Constituinte. Agora, os próprios Constituintes irão ao Estado apresentar as linhas básicas contidas nos anteprojetos das comissões, que começam a configurar o que será a futura Carta Magna, oferecendo à sociedade capixaba a oportunidade de apresentar as últimas propostas, antes da aprovação definitiva do texto neste Plenário.

Por estas razões, Sr. Presidente, é que reitero aos Constituintes convidados inclusive ao preclaro Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e aos que participarão dessa etapa do "Espírito Santo na Constituinte", a importância desse projeto. E peço à Mesa desta Assembléia que formule um voto de congratulações à Rede Gazeta de Comunicações, na pessoa de seu ilustre Diretor-Executivo Carlos Lindenberg Filho, uma das pessoas mais admiradas, no Espírito Santo, pela expressiva contribuição aos trabalhos constituintes, e que esta moção seja extensiva à Ordem dos Advogados do Brasil e à Universidade Federal do Espírito Santo, através de seus titulares, Drs. Agezando da Costa Pereira e José Antônio Abzaide, assim como à excelente equipe técnica de jornalistas e profissionais que compõem a Rede Gazeta de Comunicações.

Estamos certos Sr. Presidente, de que se todos os órgãos de comunicação social do País se empenhassem em realizar projetos desse gênero, aumentaria a participação da sociedade brasileira nos trabalhos desta Assembléia e os Constituintes estariam mais tranquilos em relação aos resultados que aqui se produzirão, a fim de que tenhamos instituições democráticas estáveis em nosso País.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs.

Constituintes, assumo a tribuna desta Casa para servir e para funcionar como intermediário de dois brasileiros ilustres que, ao longo das respectivas vidas, não obstante possíveis divergências ideológicas, sempre manifestaram preocupação com a soberania nacional. Falo, em primeiro lugar, representando um General do Exército brasileiro, o General Andrade Serpa, e falo também em nome de um ex-Deputado Federal, que, nesta Casa, foi autor da Lei de Remessa de Lucros, revogada imediatamente após o Golpe de 64, porque atendia aos interesses nacionais. Falo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome também de Celso Brandt.

Solicitaram-me que esta carta, "Apelo aos Constituintes", fosse transcrita nos Anais da Casa. Os dois signatários fazem denúncias, muitas delas de todos nós, Constituintes, conhecidas, mas todas, mesmo comprovadas, sem qualquer apuração, sem qualquer responsabilização. Denunciam que, depois de dezenove anos de exploração do gás de Santos, a Shell ainda é credora da Petrobrás de um valor aproximado de 130 milhões de dólares. Mencionam também que 360 Km² de terras, adquiridas sem o necessário crivo do Senado Federal, estão distribuídas a 162 proprietários, que as possuem em extensão superior a 100 mil hectares, enquanto a reforma agrária não avança um passo neste País.

Denunciam, ainda, a concessão de treze mil cartas para a pesquisa e lavra do subsolo nas áreas mais promissoras de minerais não-ferrosos, em uma extensão aproximada de 480 mil Km², sem a devida atenção para com os minérios críticos e estratégicos existentes nessas terras.

Finalmente, Sr. Presidente, fazem apelo aos Srs. Constituintes para que manifestem o sentimento nacionalista com a preservação do monopólio do petróleo, pondo fim aos contratos de risco; instituindo o monopólio da exploração de todos os recursos do subsolo, o monopólio dos correios e das comunicações, com a preservação da reserva de mercado da informática, da química final e da mecânica de precisão.

Pretendem, também, a nacionalização dos bancos. Que aos bancos estrangeiros, pelo menos, seja proibida a possibilidade de captação de recursos em território nacional.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao mesmo tempo em que solicito a transcrição da carta na íntegra, aproveito para pedir sejam anexadas ao meu pronunciamento denúncias publicadas hoje na "Tribuna da Imprensa", jornal do Estado do Rio de Janeiro, em que dois Srs. Constituintes desta Casa são acusados da prática de atos lesivos aos interesses nacionais.

Há cerca de uma semana a imprensa noticiou que o Serviço Nacional de Informações seria responsável pela apuração de corrupção praticada no Amazonas. Espero que as denúncias publicadas hoje na "Tribuna da Imprensa", e certamente do conhecimento do SNI, sirvam, também, para responsabilizar aqueles que hoje, comprovadamente – como os Srs. Delfim Netto e Roberto Campos, representantes do povo nesta Casa – traem o povo brasileiro, traem os interesses nacionais, traem a Pátria brasileira e ainda ousam divulgar através da imprensa matérias em desabono da Constituinte.

Espero, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que os órgãos da repressão, tão eficientes na repressão àqueles que defendem os interesses nacio-

nais, tão ciosos na repressão àqueles que defendem os interesses dos lavradores, tão ciosos na repressão àqueles que defendem a democracia, sejam ciosos, também, na responsabilização daqueles que através da imprensa são acusados da prática dos mais deslavados atos de corrupção.

Aproveito a oportunidade para manifestar a minha repulsa e a minha revolta, esperando que seja apurado o assassinato de Paulo Fontes, ex-Deputado Estadual e Suplente de Deputado Federal, morto porque defendia os trabalhadores rurais, morto porque defendia aquele que luta pela terra, embora certamente Delfim Neto e Roberto Campos não sejam igualmente justicados. (Palmas.)

(CARTA E PUBLICAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR)

APELO AOS CONSTITUINTES

Convictos de que a Nação brasileira atravessa a mais grave crise de sua História, desde a Independência, julgamos nosso dever dirigir o presente apelo aos Srs. Constituintes, tendo em vista a próxima finalização dos relatórios das Comissões Temáticas.

O povo brasileiro vem sofrendo, desde a campanha das diretas já, sucessivas decepções. O fracasso do Plano Cruzado esgotou a sua paciência. Vivem os lares a intranqüilidade diária pelo aumento dos preços dos gêneros de subsistência mais indispensáveis à vida: o açúcar gerador de suas energias, o óleo de soja, o feijão, o arroz e as massas, o gás de cozinha. Está mal-alimentado, mal vestido e quase descalço. Vive triste e desesperançado. Agora, toma conhecimento de que a Comissão de Economia extinguiu o monopólio do petróleo, uma das nossas conquistas maiores, há mais de quarenta anos. Assiste à entrega da exploração do gás de Santos à Shell, e da fossa de Marajó à Texaco, pela própria poderosa empresa nacional em que tanto confiou: a Petrobrás S. A. Tomou conhecimento de que, após dezenove anos de exploração do gás de Santos, ficará a Nação devendo à Shell cento e trinta milhões de dólares.

Assim, interpretamos as aspirações nacionais ao exigir a manutenção do monopólio do petróleo e o cancelamento de todos os contratos de risco, concedidos, ilegalmente, contra esse monopólio.

Suspeita esse sangrado e sofrido povo brasileiro seja isto um jogo lobista para, em desviando a atenção para a questão do monopólio do petróleo, submeter a Nação às pressões indevidas que visam a manter a situação de dependência em relação a todos os demais recursos do subsolo.

Há 360Km² de terras adquiridas ou concedidas, sem anuênio do Senado Federal, a cento e sessenta e dois proprietários que as possuem em extensão superior a 100 mil hectares. Desconhecidas extensões adquiridas com limites entre dez mil e cem mil hectares, tendo contrariado o parágrafo único do art. 171 da atual Constituição. Treze mil concessões de pesquisa e lavra do subsolo nas áreas mais promissoras de minérios não-ferrosos, perfazendo extensão da ordem de 480.000 Km, sem nenhuma atenção para a qualidade dos minérios críticos e estratégicos nela localizados; a maior parte dessas concessões ilude a própria e omisiva lei anual, desrespeita a legislação sobre a faixa de fronteiras e as reservas dos índios.

Srs. Constituintes, todos os países centrais têm políticas mineradoras que defendem as reservas.

O próprio Canadá, onde tão grande era a influência americana, desde o Governo Trudeau, na década de setenta, nacionalizou, especificamente, a sua política mineral, de acordo com os interesses nacionais, pois minério não dá duas safras. Impõe-se, assim, a inclusão no texto constitucional que a exploração dos minerais nucleares e outros, definidos como estratégicos, seja monopólio do Estado; que os demais minerais só sejam explorados por companhias organizadas no Brasil, em ações nominativas, em que setenta por cento do capital seja nacional.

Exige o povo brasileiro que seja mantido no texto constitucional o monopólio dos correios e das comunicações, o que é norma vigente em quase todos os países centrais. Essa manutenção, tradição de todas as Constituições anteriores, vem sendo publicamente ameaçada pelos grupos Globo e Bradesco que, assim, anulariam completamente a reserva de mercado da informática, a definição de empresa nacional no setor, destruindo a promissora indústria nacional de informática. A Lei de Informática, em vigor, tornar-se-ia inconstitucional no seu todo.

É necessário ficar expresso na Constituição o princípio da reserva do mercado da informática, da química fina, de mecânica de precisão e de determinadas ligas estratégicas. Só assim a Nação brasileira estará capacitada para enfrentar os desafios do futuro, criando a massa crítica de centros necessários para o seu desenvolvimento auto-sustentado.

Não tem cabimento que os bancos estrangeiros e as empresas transnacionais façam especulação financeira no mercado aberto, captando poupanças nacionais e transformando-as em capital estrangeiro remetido anualmente para o exterior. E, ainda, subfaturando as exportações e superfaturando as importações, sobretudo nas relações entre matriz e filiais. Impõem-se, pois, que os bancos estrangeiros não possam receber depósitos e bem assim não emitam moeda escritural.

O povo brasileiro demonstrou grande sensibilidade política ao receber com ceticismo a moratória do Governo. Não se iludi. Só se mobilizaria politicamente se fosse ato de soberania do Brasil, com o apoio das nações do Terceiro Mundo.

Assim, vê com absoluta desconfiança a docilidade governamental a todas as pressões externas que a imprensa divulga, quase diariamente, tais como:

– volta às receitas do FMI;

– conversão da parte da dívida em capital de risco, acelerando a desnacionalização do que resta das empresas nacionais lucrativas;

– tentativas de adoção das patentes de fármacos, que inviabilizará, por muitos anos, a indispensável nacionalização de setor vital para a saúde e vida dos brasileiros;

– obediência à lei americana de serviços, que impedirá as empresas de construção brasileiras a prestação de serviços junto aos países do Terceiro Mundo;

– esterilização das moças brasileiras, principalmente as pobres, para impedir que nós, brasileiros, ocupemos o País.

Depois dos fármacos, virão as patentes de sementes.

As exigências de exportação de toda a proteína da soja para alimentação dos rebanhos das nações ricas, enquanto não damos às crianças brasi-

leiras a proteína necessária ao desenvolvimento de sua capacidade cerebral.

Srs. Constituintes, o povo assiste, assim, atônito, ao descumprimento de todos os compromissos assumidos solenemente pela Nova República nas praças públicas e divulgados com as assinaturas de seus líderes. Perderá completamente o respeito por aqueles que elegeram representantes ao ver que estimulam a marcha da transformação do Brasil em grande colônia das nações ricas, sem tropa de ocupação. Exigirão daqueles que até hoje não se omitiram que liderem a mobilização na defesa do Brasil.

Esta é, pois, a responsabilidade das altas decisões que ides tomar nos próximos dias.

General **Andrade Sarpa** – Movimento Nacionalista Democrático. – **Celso Brandt**, Partido da Mobilização Nacional.

Ninguém jamais colocará Delfim Neto na cadeia

APESAR DE TODO O SEU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Nem sempre o senhor Delfim Neto foi o homem (?) tranquilo de hoje. Não apenas tranquilo, mas confiante no futuro, seguro de que as águas correrão cada vez mais para engordar o seu já gordo destino. Não foi assim sempre, e muitas vezes o senhor Delfim Neto teve dissabores, algumas chegou mesmo a pensar no chamado gesto tresloucado, "ateando fogo às vestes". Mas recuperou-se e foi em frente, ganhando cada vez mais dinheiro (coisa que hoje é supérflua para ele e já não o preocupa de forma alguma), consolidando sua posição, e ficando certo da definitiva e inatingível impunidade. A carreira nacional de Delfim Neto começa em 15 de março de 1967, quando ele substitui seu padrinho Roberto Campos no poderoso Ministério do Planejamento. Delfim vinha de São Paulo completamente desconhecido, sabia-se apenas que ele fora **boy** de uma empresa multinacional, mas não se imaginava que ele fosse continuar a vida toda como **boy** dessas mesmas multinacionais, só que agora naturalmente em outro escalão, com novo **status**, e remuneração verdadeiramente fantástica.

As multinacionais pagam realmente maravilhosamente aos seus testas-de-ferro, e estão aí Roberto Campos, Golbery (o primeiro general-multinacional do Brasil), o próprio Delfim, Citismonsen, Azevedo Antunes, Walter Moreira Salles (que depois de ter sido ele mesmo Ministro da Fazenda no Brasil e Embaixador nos Estados Unidos, agora nomeou um empregado para Embaixador nos Estados Unidos e quer fazê-lo Ministro da Fazenda, numa inversão da sua própria experiência pessoal), e tantos e tantos outros que ajudaram o Brasil a se transformar de País do futuro em País sem futuro, coisa contra a qual lutamos desesperadamente, mesmo tendo pela frente todas as multinacionais e seus **boys** de luxo. Entre esses, Delfim se destacaria inegavelmente. Como eu disse, ele veio de São Paulo conhecido como **boy**, e com a vaga informação de que fora astrólogo de revista no início de carreira. Isso aproxima ainda mais o senhor Delfim Neto da senhora Conceição Tavares, que estreou muito mal como futuróloga, predizendo para maio uma situação de desafogo para o País. Estamos vendo esse "desafogo". Inflação caminhando para hiperinflação recessão verdadeira; gatilho de 20 por cento

ao mês que não cobre as perdas salariais, pois a inflação é de mais de 20 por cento do mês, e o gatilho só pode disparar uma vez por mês; e as empresas, principalmente as micro, pequenas e médias, não aguentam essa barulheira do gatilho, pois como ninguém está comprando nada, podem aumentar os preços dos produtos várias vezes que ninguém será favorecido. Apenas Conceição e Delfim Netto ficarão cada vez mais identificados).

O primeiro grande susto de Delfim Netto ocorreu com a morte de Costa e Silva. O gordo e já corrupto Ministro estava na mira dos militares, houve um remanejamento em diversos Ministérios, e queriam tirar Delfim Netto assim como tiraram outros. Existiam militares muito autoritários, mas vigorosamente honestos, e não admitiam a permanência de Delfim Netto como Ministro todo-poderoso da economia brasileira. Mas Delfim foi mantido no cargo pelo também Ministro Mário David Andreazza que deu uma incrível demonstração de prestígio. Além de ter conseguido continuar no Ministério dos Transportes, "segurou" Delfim no Ministério (ou como verdadeiro Primeiro-Ministro) e ninguém conseguiu desalojar os dois. Mais tarde muitos militares se penitenciariam desse erro, lamentariam a falta de visão, diriam que o regime começou a cair com a transigência com Andreazza e principalmente com Delfim Netto. Mas o que fazer? O choro a lamentação começaram tarde demais, já não havia salvação possível. E Delfim continuou no Ministério, impávido e glorioso; glorioso e altaneiro; altaneiro e arrogante; arrogante e incompetente. Mas enganando quase todo mundo, pois dispunha de fontes fantásticas de recursos e com isso criando "dedicações" eternas, imortais e duradouras.

Foi Delfim Netto que criou os "jornais amigos" e os "colonistas amestrados", uma legião deles, todos pagos a peso de ouro, de remuneração nos mais diversos tipos, de ligações de mão dupla, uma forma jamais vista em toda a História brasileira. Nem Roberto Campos criaria uma rede tão grande de "dedicações", pois na verdade, reconheçamos, Delfim é muito mais competente do que seu mestre inicial Roberto Campos. Este foi seu mestre, mas Delfim ultrapassou todos os limites do mestre. Roberto Campos tem cultura mas é muito burro; Delfim quase não tem cultura, leu alguma coisa nos 4 anos de "ostracismo dourado" na Embaixada de Paris, mas é muito inteligente. No resto se equivalem: em amoralismo, cinismo, despudor, falta de ética, de dignidade, de respeito pela coletividade. Mas Delfim estava apenas começando sua longa carreira, enquanto Roberto Campos já estava terminando, morreria logo depois completamente ignorado, sem velório, com um enterro anônimo, sem a presença nem mesmo dos que enriqueceram com ele e até mais do que ele. Delfim continua no apogeu, ultrapassada a primeira fase dura de 1969 por ocasião da morte de Costa e Silva.

Delfim Netto passou outras fases duras, como por exemplo em 1974, quando o sistema militar teve que engolir o nome de Ernesto Geisel, imposto pelo seu irmão Orlando, todo-poderoso Ministro do Exército, e também eterno candidato a Presidente. Mas Orlando que era muito inteligente e criativo, percebeu logo a situação. Se insistisse em ser "presidente", teria que se descompatibilizar, deixado o Ministério do Exército. Se dei-

xasse o Ministério do Exército, correria o risco de não se eleger (como já acontecera em 1969, quando todo o Exército ficara contra ele) e de não eleger o próprio irmão. Assim, Orlando Geisel preferiu ficar no Ministério e garantir a "eleição" do irmão, e ainda enganando os falsos analistas, que disseram com toda a burrice possível: "Orlando Geisel deu uma extraordinária demonstração de generosidade e desambição, permanecendo no Ministério, abrindo mão da Presidência da República." Ha! Ha! Ha!

Escolhido Ernesto Geisel, Delfim começou a ficar em pânico. Inicialmente tentou continuar no Ministério, mas logo soube que Geisel não desejava "vê-lo nem pintado". Depois, a preocupação de Delfim Netto já não era continuar no Ministério e sim continuar em liberdade. Delfim soube que Geisel viria com um projeto de grande impacto, e esse impacto poderia ser a sua prisão. Mas depois Geisel e Citismonson preferiram embarcar na canoa furada da intervenção do Banco Halles, coisa que até hoje amargura os dias e as noites de Mário Citismonson. (Quanto ao general Ernesto Geisel, nada perturba a serenidade dos seus 79 anos, e não 80 como disse há alguns dias um colonista social. 79 anos, que Ernesto comemorará no próximo dia 3 de agosto, ainda pensando em ser a salvação nacional. Podem ficar surpreendidos à vontade. Mas Ernesto Geisel sonha todas as noites com uma Comissão de Alto Nível do País, indo a Teresópolis buscá-lo para salvar o País. Inacreditável mas rigorosamente verdadeiro.)

Delfim ultrapassou essa nova dificuldade, consolidou-se para sempre quando o próprio Ernesto Geisel indicou-o para Embaixador em Paris Era a glória e a salvação para todo o sempre. Foi lá que surgiu e tornou corpo, pagando altíssimos dividendos ilícitos, o Relatório Saraiva, e a hidrelétrica de Tucuruí, um dos maiores escândalos de todos os tempos no Brasil que foi entregue à Capemi. E com Delfim metido até o gordo pescoço nessa negociação. Continuemos a contar essa história escabrosa, agora que o Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade que esse escândalo só prescreverá dentro de 2 anos.

Voltemos ao espantoso caso da Capemi, e os desfalques constantes e contínuos que são dados nas 23 empresas que constituem o que se chama grupo Capemi, todas dirigidas (dirigidas? Ha! Ha! Ha!) pelo general Messias Aragão. Tivemos que interromper a série por causa da tacada magistral dada pelo senhor Shigeaki Ueki na Bolsa de Valores, com a vergonhosa bonificação de uma por uma dada com as ações da Petrobrás.

O senhor Shigeaki Ueki, o senhor Amador Aguiar, o senhor Nagi Nahas, e o senhor Ralf Rosemberg, patrão do general Geisel na Norquisa deram um golpe de mestre sabendo antecipadamente que a eles nada poderia acontecer. E por que iria acontecer se não tem acontecido a outros?

Contada a tacada com as ações da Petrobrás, voltamos à série da Capemi, interrompida ligeiramente. O estado calamitoso em que se encontra o Projeto Tucuruí pode ser notado logo à primeira vista, desde que qualquer pessoa chegue à sua base de exploração madeireira, situada a 60km de Tucuruí, junto às terras dos índios Pucuris e Paracabanas. Há quase dois anos encontram-se expostas à intempéries duas caldeiras marca Memark adquiridas com a finalidade de produzir ener-

gia para a referida área; todavia até hoje a Agropecuária Capemi consome fuel oil para movimentar as suas máquinas. Mas da metade de todo o equipamento adquirido para a exploração florestal (tratores, escavadeiras, empilhadeiras, viaturas de grande porte, reboques e moto-serras, para falar apenas nisso) encontram-se indisponíveis, virando sucata, tudo isso resultante da falta de manutenção para o referido material.

Em decorrência disso constantemente a maioria dos trabalhadores da área: cerca de 2.500) ficam paralisados. De pernaso com os maus negócios feitos pela Capemi, é digno de menção o celebrado com uma companhia fundada à última hora, para ser "testa-de-ferro" de um grupo americano que queria fazer o transporte da madeira de Tucuruí a preços elevadíssimos. Quer a Agropecuária Capemi tivesse ou não madeira para escoar via Tocantins, teria de pagar mensalmente à Marininvest o valor do transporte correspondente a 100 mil metros cúbicos de madeira! Ao que consta os americanos queriam cobrar uma média de 20 dólares por metro cúbico transportado ou não. O negócio atingiu às raias do impossível, mas uma vez que a Capemi não tinha madeira para transportar e muito menos alguns milhões de dólares a pagar ao grupo americano da Aeromaritime, que na realidade tinha a Marininvest apenas para mascarar suas atividades de cabotagem aqui no País, o que é proibido por lei aos estrangeiros. O negócio se encontra na Justiça com a Marininvest pleiteando o pagamento da madeira não transportada, mas segundo a Marininvest, devidos em consequência de cláusulas contratuais.

Dizem que o general Messias Aragão tem como principal mentor e conselheiro em todos os negócios feitos na Capemi, um Senhor por nome João Luiz Caciatore Arroubas, diretor-superintendente da Capemi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Rua do Carmo, 87) acolitado pelo Senhor Frederico Robalinho de Barros, figura estranha aos quadros da empresa, mas todos sabem que exerce funções nas seguintes firmas: FR Participações Ltda.; Mal, Indústria de Biscoitos e Chocolates Ltda. e na Sociedade Florestal do Brasil. Ao que tudo indica o Sr. João Luiz Arroubas é sócio oculto do Senhor Robalinho nessas empresas, para onde são encaminhados os melhores negócios que deveriam ser feitos pela Capemi Distribuidora de Títulos e Valores. Quanto ao Senhor João Luiz Arroubas, sabe-se que recentemente esteve envolvido com os agentes da Receita Federal, no Galeão, numa frustrada tentativa de contrabando de pedras preciosas para a Europa aonde vai com freqüência às custas da Capemi, pretextando buscar financiamentos externos para o grupo do qual faz parte.

Tal é o descalabro financeiro ilegível na Agropecuária Capemi (cabide de empregos de vários elementos reconhecidamente incompetentes) que não encontra aquela empresa elemento qualificado para exercer as funções gerenciais administrativo-financeiras. Tal fato abrigou o general Messias Aragão a designar o major R-1 Lauro Garcia Carneiro, lotado em seu próprio gabinete, para fazer as vezes de gerente financeiro da Agropecuária Capemi. Tem causa ilegível estranheza no meio da propria Capemi a ilegível, de centenas de milhares de sócios da Caixa de ilegível, Pensões e Montepíos – Beneficente, ilegível a principal fonte arrecadadora de ilegível para o gru-

po. Aliás, a esse respeito seria de todo conveniente que a Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP), interviesse nessa empresa como medida saneadora e garantidora dos pecúlios pertencentes hoje aos seus 800 mil associados, uma vez que é fato notório e incontestável que os recursos dos associados vêm sendo criminosamente desviados de sua finalidade para tapar o rombo aberto na nefasta administração do grupo Capemi, uma vez que hoje sua dívida com o Projeto Tucuruí atinge a cerca de 6 bilhões de cruzeiros.

Fácil é a compreensão de tal estado, uma vez que a Agropecuária Capemi necessita de 1,5 bilhão de cruzeiros para atender às suas necessidades durante um mês. A pergunta que se faz: Por que até hoje a SUSEP não examinou a situação em que se encontra a Capemi Caixa de Pecúlio? Será devido ao número de militares que lá trabalha? Ou pelo fato dessa empresa ser dirigida pelo general Messias Aragão? Quanto a este último, causa estranheza entre seus próprios amigos o fato do Senhor Ademar Messias Aragão, sendo residente na Avenida Atlântica, 2.242, 10º andar, nos contratos que assina como presidente das 23 empresas do grupo Capemi, dar como residência o apartamento 305, situado na Rua Domingos Ferreira, 149. Por que será?

Para se ter uma idéia do volume de dinheiro movimentado pela Capemi e algumas das suas empresas coligadas (pouquíssimas), apanhamos ao acaso dados das necessidades de dezembro de 1981 até 25 de junho de 1982. Podem ficar estarrecidos, pois essas necessidades nos 6 meses em que verifiquei vão a quase 5 bilhões de cruzeiros novos, ou 5 trilhões de cruzeiros antigos. E isso em algumas 4 ou 5 das 23 empresas que compõem o grupo Capemi.

A Capemi Agropecuária tinha contratos de dezembro a junho de 1982, no valor de 658.474.067,38 centavos, ou seja, quase 700 bilhões de cruzeiros antigos só em contratos. Mas contratos de quê? Contratos do tipo da Marininvest, uma multinacional que tinha um contrato de transporte de madeira com a Capemi, e que recebia por esse contrato, mesmo que a Capemi não tivesse madeira para transportar. Só mesmo no Brasil acontecem essas coisas, sempre favorecendo as multinacionais.

Ainda a Capemi Agropecuária tinha só de contratos de **leasing** a importância de 1.573.534.222,99, ou seja, mais de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros antigos de contratos de **leasing**. Para que a Capemi Agropecuária precisava de tanto **leasing**? De títulos em bancos, a Capemi Agropecuária tinha o total de 451.132.419,92, ou seja, mais de 450 bilhões de cruzeiros antigos para serem pagos em diversos bancos. Ressalte-se e ressalte-se que isso era referente apenas a uma das 23 empresas do grupo Capemi, e não era a empresa-mãe, e sim urna outra empresa do grupo. Com o título de diversos, encontramos também no mesmo período de 6 meses e também referente exclusivamente à Capemi Agropecuária, a importância de 82.113.611,14, ou seja, quase 100 bilhões de cruzeiros antigos. Sob o estranho título de **renegociação em Tucuruí** temos 29.411.603,56, ou seja, quase 30 bilhões de cruzeiros de renegociação. (**Estaria o senhor Delfim Netto fazendo escola?**)

Mas os pagamentos fantásticos não se esgotam com a Capemi Agropecuária, nem tenho a pretensão de ter podido receber todas as informações. São 23 empresas, todas dirigidas (?) pelo General Messias Aragão, uma esplêndida incompetência que se cercou de incapacidades e de desonestades por todos os lados. É inacreditável que alguém consiga jogar tanto dinheiro pela janela, mesmo que seja "ajudado" por um corpo de auxiliares tão vasto e tão numeroso quanto o que o General Messias Aragão reuniu para trabalhar com ele no grupo Capemi. E o mais grave de tudo isso é que até hoje não aconteceu nada, o dinheiro dos mutuários foi sendo jogado fora perdulariamente, e o General Messias Aragão e seus apaniguados estão cada vez mais livres e cada vez mais independentes.

Vejamos alguns números de outras empresas do grupo que consegui obter. Por exemplo: a Capemi Agroindustrial, conseguiu gastar de atrasados (**atrasados de quê? Os relatório não dizem.**) de março a junho de 1982 a importância de 90.525.189,34, ou seja, quase 100 bilhões de cruzeiros antigos em atrasados. Mesmo com toda a inflação do doutor Delfim Netto, é muito atrasado. A Capemi Comig gastou de atrasados (**novamente esses indecifráveis atrasados**) de fevereiro a junho de 1982, 116.709.500,40, ou seja, quase 120 bilhões de cruzeiros antigos de atrasados. E as importâncias vão subindo. A Aramã gastou também de atrasados de fevereiro a junho de 1982 a importância de 204.863.822,61, ou seja mais de 200 bilhões de cruzeiros antigos de atrasados. É espantoso como a Capemi movimentava dinheiro em alta soma, e como distribuía atrasados sem nenhuma explicação, a não ser essa rubrica: Atrasados. A Capemi Tucuruí pagou também de atrasados e também de fevereiro a junho de 1982 878.444.850,35, ou seja, quase 1 trilhão antigo de cruzeiros. De quê? Logicamente de atrasados. Rancho Feliz, a Goiás, a Capemi Cacau e a Norpalma foram as que tiveram os menores atrasados de fevereiro a junho de 1982; as quatro juntas só chegaram a 20 bilhões de cruzeiros de atrasados, uma ninharia em se tratando da poderosa e perdulária Capemi.

PS – O Presidente Sarney precisa compreender de uma vez por todas que só conseguirá 5 anos de mandato se governar de fato. Se a partir de agora, esquecendo os dois anos já perdidos, começar uma grande administração, poderá obter não só 5 como até 6 anos. Mas para isso precisa ter um plano de atuação. E um plano de atuação tem que incluir a punição de todos os que levaram o Brasil à atual situação de crises permanentes. E se começar por botar na cadeia o senhor Delfim Netto, ninguém reclamará, nem mesmo o próprio, e o País viverá um momento entusiasmado de esperança. Faça isso, Presidente, e constate os resultados que obterá. O que não pode existir é uma política de austeridade com Delfim Netto e outros em liberdade.

PS 2 – Já que o Presidente Sarney está tão acirrado em fazer a Ferrovia Norte-Sul, e que Delfim Netto concorda com ela, poderiam se juntar as vontades do Presidente e do antigo Ministro todo-poderoso. Sarney poderia condenar Delfim a 30 anos de trabalho forçado, e botá-lo para trabalhar na Ferrovia Norte-Sul. Assim, Delfim trabalharia pela primeira vez na vida e ajudaria um Projeto no qual acredita. Ou diz que acredita.

PS 3 – Mas não bastaria confirmar as prisões e punições ao próprio Delfim Netto. O Presidente Sarney tem um elenco fantástico de "criminosos públicos que poderiam ajudar com seu esforço a obra fantástica da Ferrovia Norte-Sul. E como essa obra não ficará pronta antes de 30 anos (se é que será feita mesmo), Delfim Netto tem idade suficiente para cumprir e terminar todos o traçado da Norte-Sul. Meneghetti não cumpriu a última prisão com 94 anos, em São Paulo? Pois Delfim Netto, que também veio de São Paulo, se começasse os trabalhos forçados agora no Norte-Sul estaria livre e orgulhoso, com apenas 87 anos. 7 menos do que Meneghetti, que teve que invadir telhados sem fim, expondo-se a perigos que jamais rondaram a vida de Delfim Netto.

PS 4 – Mas Sarney precisa dar uma guinada firme na situação. E não cometer os erros que vem cometendo. Por exemplo: Sarney trocou um Ministro da Fazenda messiânico e que vivia nas alturas, por um outro que não é messiânico, e embora não seja carioca, vive sempre pelas alturas do Pão de Açúcar. Tem sentido isso, Presidente?

Helio Fernandes

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, em sessão da Câmara, estava em votação projeto do Executivo que permitia a liquidação de débitos previdenciários de clubes de futebol – na verdade, uma anistia.

Como quitar débitos de clubes que pagam valores absurdos para contratar jogadores, salários altíssimos, "bicho", tudo a peso de ouro, e não pagam à Previdência? Esta é que precisa de recursos para pagar decentemente os salários dos aposentados e pensionistas.

Fui destratado pelo Líder do PMDB, quando S. Ex.^a disse que eu teria quebrado um acordo de lideranças. Estou interessado em acordo com os aposentados e não em acordo com as lideranças. Ressalto o apoio que recebi dos colegas José Genoíno, Amaury Müller e Sandra Cavalcanti, que com sua presença garantiram o **quorum** necessário para que fosse mantido o pedido de votação nominal.

O Relator, presidente de um clube de futebol, informava que a liquidação seria realizada na forma de prestação de serviços. Ora, que serviços podem prestar os clubes, aos aposentados? Só se passarem a ter, cada um desses clubes, um time de veteranos. Outros diziam que a situação ficaria ruim para mim perante as torcidas dos clubes de futebol. Estou pouco preocupado com essas torcidas; interessa-me outra, dos aposentados e pensionistas. Se a situação dos clubes é difícil, a Loteria Esportiva que os ajude.

Aprovar esse projeto seria uma imoralidade. Se ele voltar à pauta procederemos da mesma forma, pois não podemos permitir que, enquanto aposentados e pensionistas morrem de fome, a Previdência Social queira anistiar a dívida dos clubes que devem procurar apoio através de recursos Próprios.

Jamais permitiremos que isso ocorra no plenário desta Casa – da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional.

O aposentado merece ser tratado com dignidade, e a Previdência é injusta no tratamento que hoje dá a cada um deles. Portanto, essa bandeira que muitos companheiros ajudaram a carregar

ontem, neste plenário, será empuhada sempre, sem medo de qualquer Líder e sem que qualquer companheiro possa ter uma outra postura, pois, acima de tudo, o aposentado e o pensionista merecem mais respeito. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Arnaldo Faria de Sá, o Sr. Mauro Benevides, primeiro-Vice-Residente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

- Tem a palavra o Sr. Inocêncio Oliveira. (Pausa.)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente. Srs. Constituintes, freqüentemente temos ocupado a tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional para criticar as altas taxas de juros que vêm sufocando a economia brasileira, levando à falência e à concordata inúmeras micro, pequenas e médias empresas e ao desespero o setor agropecuário do nosso País.

Até agora, as medidas anunciadas para a solução dos problemas das micro e pequenas empresas não têm dado o resultado esperado, porque não se resolve dificuldades, vinculando o pagamento das dívidas à cobrança de juros mais 50% da LBC – Letras do Banco Central – mais ou menos igual à correção monetária. O Governo precisa resolver o problema dessas empresas de uma maneira mais realista.

Porém, no setor agropecuário a situação é muito mais grave, pois os agropecuaristas acreditaram no Plano Cruzado, investindo maciçamente na agricultura, com um resultado altamente positivo, desde que passamos de uma produção de cerca de 53 milhões de toneladas de grãos, que vínhamos tendo há cerca de 10 anos, para 65 milhões de toneladas de grãos, e hoje estão sendo penalizados com o não-cumprimento dos contratos realizados por parte do Governo Federal, através das organizações creditícias.

Trata-se de uma medida ilegal a modificação das taxas de juros estabelecidas nos contratos de financiamento do setor agropecuário, quando por um direito dever-se-ia manter as taxas de juros pactuadas. Por isso, os bancos públicos e privados, baseados em resoluções do Banco Central e até mesmo com iniciativas próprias, estão se valendo de cartas-circulares, para, através de termos aditivos de reratificação, alterarem os contratos celebrados durante a vigência do Plano Cruzado – 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987 –, onde é substituída a expressão "juros reajustáveis" por correção monetária.

Acreditamos que nenhum agropecuarista vai assinar tal termo aditivo, e os que já o fizeram vão entrar na Justiça, pois se trata de um direito líquido e certo. Também estão usando outro artifício diferenciando o dinheiro do crédito rural com o de outras fontes, como se todas as operações realizadas na Carteira Agrícola pudesse diferenciar-se com a origem do dinheiro, e não pela operação feita.

Fazemos, portanto, um apelo ao Governo Federal para que mantenha os juros pactuados nos contratos agropecuários, por se tratar de uma medida de inteira justiça e inadiável necessidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FELIPE MENDES (PDS – PL Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a Universidade Federal do Piauí encontra-se paralisada desde 25 de março, portanto, há 78 dias.

Até 7 de maio, a greve dos professores teve caráter nacional, mas desde então os motivos prendem-se a questões internas.

Destas questões, uma parte refere-se a assuntos cuja solução depende da administração, enquanto outra parte depende de decisões do Ministério da Educação.

Como professor licenciado, ex-pró-reitor e ex-conselheiro da Universidade, sinto-me no dever de externar minha preocupação quanto aos seus destinos, e de lutar para a superação do impasse atual.

Sabemos todos que a Universidade brasileira está em crise, mas a crise da Universidade Federal do Piauí assume proporções mais graves, tendo em vista sua importância relativa ao processo de desenvolvimento do meu Estado.

Não me refiro apenas ao prejuízo com a paralisação de suas atividades, deixando mais de 6.000 alunos sem aulas e com o semestre perdido, mas à quebra do entusiasmo de seus funcionários e professores, à interrupção dos trabalhos de pesquisa e de extensão, tudo levando ao esvaziamento de uma instituição da qual muito depende o futuro do Estado.

Estou acompanhando, juntamente com toda a bancada federal do Piauí, de todos os Partidos, as gestões que a administração superior, a Associação de Servidores e a Associação de Docentes empreendem junto ao Ministério da Educação.

Não é muito o que pedem, até porque corrigir distorções para assegurar direitos de servidores e professores não pode ser entendido senão como exercício de justiça.

A implantação do Plano de Cargos e Salários, antiga reivindicação, produzirá infelizmente duas distorções graves: de um lado, prejudicando mais de 539 servidores, que não seriam corretamente classificados no novo plano, e, de outro lado, impedindo a correção de promoções não concedidas a 860 professores nos últimos anos.

Outra reivindicação dos professores é a concessão do regime de dedicação exclusiva aos requerentes, tendo em vista que o próprio plano estimula a dedicação exclusiva.

Espero que o Ministério da Educação, na pessoa do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Ensino Superior, proporcione os meios necessários para solucionar os problemas, de modo que a Universidade Federal do Piauí retome suas atividades e reassuma suas funções no processo de desenvolvimento do Piauí.

Espero também que a Assembléia Nacional Constituinte possa entregar à sociedade brasileira unia Carta em que a Educação, em seus vários graus, seja definitivamente uma prioridade nacional.

O SR. EDIMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, falaria hoje sobre a estabilidade no emprego, tema que deverá ser discutido e debatido amanhã na Comissão da Ordem Social, que Julgamos de importância fundamental.

Mas peço licença aos Srs. Constituintes para trazer a público que hoje foi assassinado, de maneira traíçoeira, por volta das 10 h 30 min o cama-

rada Paulo Fontelles, ex-presso político, advogado de posseiros do Araguaia, Suplente de Deputado Federal, ex-Deputado Estadual e Presidente Regional do Partido Comunista do Brasil no Pará.

Paulo estava ameaçado de morte pelos mesmos que matam, perseguem e impedem que centenas de camponeses das regiões do interior do Pará tenham direito ao seu pedaço de chão, pelos mesmos que, com os seus representantes nesta Casa, impedem o avanço e a consolidação da reforma agrária e que, com essa atitude, não permitem que chegue comida à mesa do nosso povo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a reforma agrária não é a bandeira apenas do Partido Comunista do Brasil, mas de diversos partidos que têm representantes nesta Casa e que lutam bravamente em defesa desse ideal, que hoje é de interesse da maioria esmagadora do nosso povo e, principalmente, dos trabalhadores rurais e camponeses sem terra. Mas o Partido Comunista do Brasil, principalmente no Estado do Pará, região onde os conflitos fundiários têm levado, freqüentemente, a esse tipo de consequência, defende de maneira valorosa, através de seus militantes, uma reforma agrária que acabe com o latifúndio, que acabe com essa política, com essa prática que sustentou a ditadura militar em nosso País, que sustentou os períodos mais escusos e hediondos da nossa História. É esse mesmo latifúndio que não admite democracia, que não admite mudanças, que coloca seus representantes aqui, na Assembléia Nacional Constituinte; o mesmo latifúndio e a mesma ultra-reacionária UDR, que ameaçam camponeses em vários Estados do País, que matam defensores legítimos das causas populares, que ameaçam, que corrompem, que tentam fazer com que constituintes passem para o seu lado, utilizando-se de maneiras as mais escusas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Paulo Fontelles não esmoreceu em sua luta. Mesmo ameaçado de morte, prosseguiu no compromisso que assumiu quando abraçou a legenda do Partido Comunista do Brasil, que era o da defesa dos interesses da classe operária, dos camponeses, dos trabalhadores do nosso País. E, Por isso mesmo, hoje tombou de maneira traíçoeira. Mas não é dessa maneira que setores reacionários da sociedade brasileira impedirão que esse processo se consuma, que a reforma agrária venha; não é dessa maneira que tirarão os comunistas da luta; não é dessa maneira que impedirão que a democracia vingue neste País. Só assim, nós, do Partido Comunista do Brasil, que com o apoio dos Constituintes democratas, dos Constituintes progressistas, dos Constituintes nacionalistas, dos Constituintes que amam e defendem esta terra e que entendem a importância e a necessidade de se conquistar a reforma agrária neste País; é com o apoio de todos esses brasileiros que vamos continuar nesta luta em defesa dos nossos agricultores. Somente assim os militantes do Partido Comunista do Brasil nela continuarão.

Eram as palavras que teríamos a proferir neste momento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. VERGILIO GUIMARÃES – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Ter a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, após a denúncia contundente dos companheiros Edimilson Valentim e Irma Passoni, sobre o assassinato de Paulo Fontelles, eu não poderia deixar de pedir a palavra, pela ordem, a fim de requerer que a Assembléia Nacional Constituinte tome alguma providência com relação a este caso. A minha sugestão é de que fosse constituída uma comissão especial para acompanhar o caso, pois trata-se de um Constituinte suplementar. Esta Assembléia está, no momento, debruçada sobre o problema da reforma agrária e o referido assassinato tem a ver diretamente com a luta pela reforma agrária no Brasil. Neste sentido, esta Assembléia não pode ficar à margem desse processo nem permitir que diante desse crime ocorra, como tem ocorrido com outros crimes semelhantes, total impunidade, total passividade dos poderes constituídos do Brasil, entre eles o Poder Judiciário.

Então, a minha questão de ordem é no sentido de que esta Assembléia tome uma providência oficial diante da barbaridade deste crime e do ataque que ele representa aos interesses dos trabalhadores rurais e à luta pela reforma agrária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.^a que pedido idêntico já foi formulado pela nobre Constituinte Irma Passoni, como também já mandou apanhar o seu pronunciamento para, depois de lê-lo atentamente, tomar as providências solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. José Genoino (Pausa.)

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com tristeza e revolta recebemos a notícia do assassinato do companheiro Paulo Fontelles. Conhecímos Paulo Fontelles, pois estivemos com ele nesta cidade, nas masmorras da ditadura militar, nas celas solitárias do PIC. Estivemos juntos no Congresso da União Nacional dos Estudantes – o famoso Congresso de Ibiúna – e na luta em defesa dos interesses populares. Esse companheiro tombou hoje, às 10h, vítima das balas do latifúndio, das balas da UDR, das balas daqueles que, tanto dentro desta Constituinte como no campo, cuidam apenas de seus interesses, que consistem em cada vez mais açambarcar quilômetros e quilômetros de terras, à custa do sangue dos trabalhadores rurais e à custa do sangue daqueles que os defendem.

Paulo Fontelles era advogado de posseiros do Pará e, como outros companheiros – é bom que se diga isto aqui – já havia sido ameaçado de morte algumas vezes. Foi ameaçado de morte pelo dirigente da UDR do Pará. Sr. Jairo Andrade, pelos Prefeitos de Conceição do Araguaia e de Rio Maria. A mesma ameaça foi feita a Canuto, que já morreu, e ao Constituinte Ademir Andrade. É bom dizer que esta denúncia foi comunicada, através de carta protocolada, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, na qual o companheiro Ademir Andrade solicitou providências do Poder Público, principalmente após o assassinato do companheiro Canuto, para que o fato não viesse a repetir-se contra ele e Paulo Fontelles.

Paulo Fontelles foi assassinado hoje de manhã. É o crime do latifúndio armado, que faz, ao longo da História secular deste País, uma história de

violência, uma história de morte. E a mesma violência – repito – é vista dentro desta Assembléia Nacional Constituinte; o mesmo reacionarismo. Não podemos desligar dessas ocorrências o ato de que exatamente amanhã, esta Assembléia terá de discutir a reforma agrária – e hoje um dos seus principais defensores, na região de maior conflito, é assassinado de maneira traízoeira. Isto não aconteceu por acaso. É o grande comitê da direita, é a grande articulação da direita, que age, dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte, tentando intimidar a luta pela reforma agrária.

Mas considero, Sr. Presidente e este é o sentimento de todos aqueles que conhecem Paulo Fontelles – que a luta pela reforma agrária não pára com este tipo de fato, com este tipo de crime, com este tipo de violência. Cabe-nos aumentar as nossas forças na luta por esta bandeira, na luta pelo atendimento a esta reivindicação.

Por outro lado, é necessário, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte – e falamos em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores – que dirigimos a nossa palavra à liderança e à bancada do Partido Comunista do Brasil, que tem representação na Assembléia Nacional Constituinte e que foi atingido diretamente por esse acontecimento, pois Paulo Fontelles era Presidente do Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil no Pará.

Este é mais um motivo por que a Mesa desta Assembléia não pode deixar de considerar esse fato nem deixar de tomar, em relação a ele, providências e atitudes. Emprestamos aqui o nosso apoio e a nossa solidariedade aos familiares de Paulo Fontelles, aos seus companheiros de luta e ao Partido Comunista do Brasil, do qual era militante, além de ser Presidente do seu Diretório Regional no Pará.

Queremos deixar aqui, bem claro, que os maiores responsáveis pelo assassinato de Paulo Fontelles são aqueles que, diante de tantos assassinatos no campo, estimulam, protegem e incentivam a impunidade. Não apuraram os assassinatos de milhares e milhares de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais. A impunidade aí está, num estímulo, num incentivo para que esse bando a serviço do latifúndio armado, da UDR, continue cometendo assassinatos. Se o Governo José Sarney, o Ministério da Justiça, as autoridades estaduais não tomarem providências imediatas para esclarecer e punir os responsáveis por esse assassinato, deveremos, imediatamente, responsabilizar este Governo e essas autoridades por esse crime hediondo.

Não podemos, Sr. Presidente – para terminar – fazer esta denúncia como se fosse um caso isolado. Se não forem apurados os fatos, o Governo ficará sendo o maior responsável pela impunidade. Desta tribuna já foram feitas várias denúncias de assassinatos no campo. Hoje temos que fazer mais esta – com tristeza e com revolta, mas consciente de que a luta de Paulo Fontelles, como a de tantos outros companheiros, não pára com mais essa violência dirigida pela UDR, com os seus capangas armados no campo.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi, hoje pela manhã, um telefonema de um amigo meu, Pasuch, Vice-Prefeito do Muni-

cípio de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, que, como eu, é do PMDB. Ele me perguntou: "Companheiro, para onde estamos levando este País?" E eu disse ao meu amigo Pasuch que não sabia. Ingressei no PMDB em 1981, integrando-me numa luta pela democratização do País, contra a corrupção, contra a violência no campo, contra a violência dos salários e o arrocho salarial, pela apuração das falcatruas, das corrupções, contra o pagamento da dívida externa e pela apuração da sua origem; contra a ditadura militar, contra uma meia dúzia de pessoas que se haviam adonado do País e pretendiam decidir tudo em nome do povo brasileiro; contra a inflação galopante, contra os escandalosos juros bancários. Agora, Deputado Federal pelo PMDB, somos Governo, e, em estando no Governo, assisto à mais elevada inflação da História do País, os juros mais fantásticos nunca pagos durante toda a História da Nação brasileira, uma inflação recorde. E, como estamos vendo, continua também a violência.

Sr. Presidente, prometi ao meu amigo Pasuchi que viria a esta tribuna transmitir a pergunta que ele fez a mim, ao meu Partido, o PMDB, que durante mais de vinte anos – primeiramente MDB, posteriormente PMDB – fez discursos comprometido com as mudanças, com a democracia. E agora, no Governo, está dando sustentação a um Presidente, a um Poder Executivo que leva o País a uma situação dramática, que nos faz perguntar se, a prosseguir esse estado de coisas, teremos condições de concluir o trabalho de elaboração da Constituição.

A crise governa o Brasil, Sr. Presidente. O Governo perdeu o controle. Há meia dúzia de grandes capitalistas, de grandes latifundiários decidindo a seu bel-prazer e de acordo com os seus interesses os rumos da economia e da política deste País.

Por isso, venho a esta tribuna para manifestar a minha indignação, Sr. Presidente. É o que posso fazer. Estou engrossando as fileiras daqueles que querem ver a Convenção Nacional do PMDB marcada para os próximos dias. E vamos conseguir isto, para que não continuemos empurrando com a barriga a crise sem noção do que pode ocorrer amanhã, sem nada decidir sobre os rumos deste País, deixando que aos milhões se amontoem os desempregados, que o subemprego leve à casa dos nossos concidadãos a miséria, que a fome persiga milhões e milhões de brasileiros, que continuemos a engordar os bolsos dos banqueiros nacionais e internacionais e que continuemos deixando soltos os assassinos, os mesmos que hoje, no Pará, pela manhã, assassinaram Paulo Fontelles.

É procedente a questão de ordem aqui formulada por vários parlamentares. Suplente da Assembléia Nacional Constituinte o companheiro assassinado hoje pela manhã, deve esta Assembléia Nacional Constituinte apurar a responsabilidade sobre esse assassinato. Tem razão também o Constituinte José Genoino quando diz que este não é um fato isolado. Pedimos ao Ministro da Justiça e aos órgãos competentes do Governo que, com a urgência necessária, apurem essa responsabilidade e outras pendentes, para que tais assassinos sejam postos na cadeia, que não continuem soltos para assassinar um de nós amanhã. Quem de nós, pergunto aos meus colegas Constituintes, pode estar tranquilo, se os assassinos e os responsáveis pelas falcatruas continuam sol-

tos? Este País continua entregue às decisões de meia dúzia, para preservar os interesses dos grandes capitalistas. Os que lutamos, que pregamos mudanças, temos agora o dever de dar-lhes seqüência. E estou nesta tribuna para exigir isso do Governo que com o apoio político do PMDB chegou ao Palácio do Planalto. Ele tem agora o dever de cumprir o discurso do partido que lhe deu sustentação política.

Sr. Presidente, o PMDB não tem o direito – nem aqueles que invadiram e tomaram de assalto a sigla deste partido – de macular a sua história política. Não tem direito o PMDB de dar sustentação a esse tipo de procedimento. Por isso reafirmo e concluo, Sr. Presidente: estou solidário com aqueles que aqui exigiram a punição dos responsáveis por esse crime. Por um crime hoje, outro amanhã e muitos outros praticados ontem é que nos encontramos nesse estado de coisas. É preciso que os que lutaram pela transformação política, econômica e social deste País possam viver numa sociedade democrática que respeite o direito que temos de lutar por nossas convicções.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG). **Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em face do alerta do companheiro José Genóino e da questão de ordem da Constituinte Irmã Passoni em relação ao assassinato do advogado Paulo Fontelles, nós, do PT, alertamos esta Presidência e os Srs. Constituintes para o fato de que, em 1982, foi assassinado, na mesma região e nas mesmas circunstâncias, o advogado Gabriel Pimenta. Esta Casa pediu providências para a prisão de seus executores, mas não foram tomadas. Gabriel Pimenta foi assassinado por um grileiro, sendo o principal acusado o Sr. Manuel Cardoso Neto, chamado de "Neito", preso em Marabá, mas solto em Belém, a pedido do então Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. O Sr. Manuel Cardoso Neto, conta quem há mandado de prisão em Marabá, conforme publicação da revista "Isto É", que mostrou, inclusive, fotocópia do referido documento, vive solto numa fazenda, em Minas Gerais, mais precisamente em Águas Vermelhas. Esse homem é irmão do atual Governador do Estado de Minas Gerais, à época Deputado Federal nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. Constituintes, se esse cidadão, irmão de um governador do PMDB no poder, assassina ou é acusado de assassinar um advogado ligado ao movimento dos trabalhadores rurais, e está solto, e se, agora, outro advogado é assassinado na mesma região, nas mesmas circunstâncias, nós, do PT, esperamos que a impunidade garantida aos assassinos, no Governo passado, não continue no atual e que, portanto, o Sr. Manoel Cardoso Neto seja imediatamente preso e processado, da mesma maneira como se deve fazer com os assassinos que hoje mataram

outro advogado, Paulo Fontelles, na mesma região.

O SR. PRESENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Gabriel Guerreiro. (Pausa.)

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Constituintes, a minha cidade de Belém do Pará, mais uma vez, assiste, impune à violência, que ceifa vidas e mais vidas e se espalha no interior do meu Estado por longo período. Hoje, às 10 h, perdi um dos meus grandes amigos, um dos meus irmãos de luta.

Paulo Fontelles, meus ilustres companheiros Constituintes, foi um homem que passou sua vida lutando, que desde estudante enfrentou a repressão. Foi preso, torturado e nunca desistiu da luta.

Paulo Fontelles candidatou-se, em 1982, a Deputado Estadual pelo PMDB e foi eleito na luta do sul do Pará, defendendo os posseiros. Depois candidatou-se a Deputado Federal e foi derrotado nesta última eleição, porque nunca se arregimentou tanta força conta um político do meu Estado como aconteceu para derrotá-lo.

Paulo Fontelles era um homem da maior seriedade, da maior honestidade e da maior competência que o meu partido, o PMDB, já teve no Pará, e ultimamente defendia, as teses do Partido Comunista do Brasil, como um dos seus maiores dirigentes. Tinha, inclusive, divergências com S. Ex.^a, mas de irmão da mesma luta. Era um homem que nunca se curvou às ameaças que lhe fizeram. Da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Pará denunciou listas e mais listas, onde constava seu nome, inclusive, de outros companheiros desta Casa, como é o caso de Benedicto Monteiro. Homem que previu a sua própria morte, quantas vezes me disse: "Guerreiro, não vão me matar no sul do Pará, no interior, porque eles têm medo. Vão me matar em Belém, porque aqui estarão impunes".

Temo que Paulo Fontelles, que foi juntar-se à lista de muitos outros companheiros, tenha absoluta razão, porque acabou de falar um companheiro denunciando o que aconteceu com Gabriel Pimenta, em Marabá, Gabriel Pimenta era chefe do comitê eleitoral do PMDB e defendia a candidatura de Benedicto Monteiro para Deputado Federal e a minha para Deputado Estadual, e foi barbaramente assassinado. Os seus alzoges foram presos e depois soltos. Agora, depois de uma longa jornada, Paulo Fontelles, que viu Gabriel Pimenta em cima da mesa ensanguentado, que chorava no meu ombro quando mataram Canuto em Rio Maria, onde eu era presidente do sindicato, esse mesmo companheiro foi barbaramente trucidado dentro do carro do seu irmão. Não teve tempo sequer para descruzar as pernas. Morreu em cima do seu joelho, porque não lhe deram tempo nem para se mexer, acertando-lhe três tiros na cabeça.

Faço esta denúncia, companheiros, porque neste momento, nesta Casa, decide-se o rumo que este País vai tomar e esta guerra que já está intolerável no campo brasileiro, deve ter um paradeiro em função do que vai sair desta Casa. Todos nós assistimos, pelos corredores, às pressões, aos lobbies que se montam com muito dinheiro para fazer valer a continuidade da espoliação do homem do campo, para fazer continuar neste País as profundas raízes históricas do latifúndio. Vejam, companheiros, o que representa a produção agrícola no PIB brasileiro. E vejam o que representa, por exemplo, o problema urbano industrial deste País. E, no entanto, o que se vê aqui é o grande lobby da reforma agrária, é uma grande briga

para esmagar a reforma agrária. Por que se mata Paulo Fontelles em Belém e matou-se tantos outros por aí afora neste Brasil? Porque não se quer cortar, liquidar de fato com aquilo que é a maior desgraça histórica deste país, que entra na nossa progresso, que não permite uma sociedade mais justa e que leva de redão a vida de companheiros brasileiros de luta que têm a coragem de defender aqueles mais humildes, os desgraçados, os deserdados da vida, que se espalham pelo Pará afora, na fronteira do Amazonas, e que vão molhando aos poucos com o sangue a terra que há de frutificar, nem que seja, depois de toda a desgraça, para nossos descendentes, para nossos filhos. Nós nesta Casa, temos a responsabilidade de, daqui para a frente, nesta Constituição, deixar definitivamente liquidada essa fatura, porque, senão o fizermos esta Casa e todos nós Constituintes deste País não só não redimiremos o sangue de Paulo Fontelles, como o de muitos outros que ainda virão depois dele.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sra^{as} e Srs. Constituintes, associo-me às palavras de todos eles que me antecederam nesta tribuna, prestando também minha homenagem póstuma ao grande brasileiro Paulo Fontelles. Ledo engano dos bandidos, covardes, criminosos e inescrupulosos que pensam que as bolas destroem as idéias. Não! Elas podem destruir os homens, mas não as idéias. Enquanto houver um brasileiro que tenha sensibilidade, que seja justo e que tenha amor ao seu povo, a bandeira da reforma agrária continuará deflagrada, e ela já está instituída no Brasil, mesmo que contra a vontade dos poderosos, que não se contentam em matar a maioria do povo brasileiro de fome, devido à sua ganância, e que agora querem matar também à bala durante o sol quente, para intimidar aqueles que estão elaborando a futura Constituição do Brasil.

Precisamente no dia 27 do mês próximo passado assomamos a esta tribuna para denunciar a indústria da concordata que, naquela data, já estava sendo deflagrada no Brasil.

Percorri os gabinetes do Presidente da República – que naquele dia, interinamente, era o Sr. Ulysses Guimarães – do Consultor-Geral da República e do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, alertando S. Ex.^a para a indústria da concordata, que hoje é o melhor negócio do mundo. As firmas no Brasil querem concordata, pagam 1% de juro ao mês e não há correção monetária. Então, é o melhor negócio do mundo. E nenhuma providência foi tomada.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no Sudoeste goiano, mais precisamente nas cidades de Mineiros, Jataí e Rio Verde, também no sul, em Morrinhos, e em muitas outras cidades daquela região os pequenos agricultores estão quase desesperados em virtude de uma concordata, que me parece fraudulenta, requerida pela firma Resegue, Indústria e Comércio, da capital de São Paulo.

As autoridades que mencionei prometeram enviar para este Congresso um projeto de lei instituindo a correção monetária para os pedidos de concordata. Mas nada até agora foi feito.

O que fizeram os pequenos e médios agricultores do Sudoeste goiano? Cercaram todos os armazéns dessa poderosa Resegue com seus tratores, suas máquinas colheitadeiras, estão amea-

çando depredar todos os armazéns da Resegue e linchar seus proprietários, o que não é correto nem aceitável. Mas vejam V. Ex.^a que os pequenos produtores já não têm mais o que fazer; pois o seu clamor não é ouvido nesta Casa, nem pelas autoridades competentes deste País. Eles estão realmente desesperados. Urge que tomemos providências, porque senão a situação não ficará boa. E o pior é que são os pequenos e os médios agricultores os massacrados na nova indústria que surgiu no Brasil, que é a da concordata.

Espero que esse problema sensibilize as autoridades para que não permitam mais que firmas milionárias requeiram concordata para pagar juros de 1% ao mês, com isenção da correção monetária, deixando aqueles pobres produtores, que enfrentam as intempéries da vida, pagar juros escorchantes para plantar o seu alimento e depois vê-los tragados pelos intermediários, por aqueles que não derramaram uma gota de suor para produzir neste País.

O SR. FARABÜLINI JÚNIOR (PTB - SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, logo mais as Comissões Temáticas realizarão seu principal trabalho. Elas apreciarão os respectivos relatórios e votarão matérias da mais alta importância.

Vou referir-me hoje mandato presidencial. Já ocorre nos bastidores desta Casa e do Palácio do Planalto e nos gabinetes dos Governadores dos Estados-Membros da Federação uma pressão política para que o Presidente José Sarney consiga mais um ano de mandato. A verdade – tenha certeza absoluta disto – é que os Constituintes eleitos em 1986 assumiram com a opinião pública brasileira um compromisso histórico, nascido com a Aliança Democrática, que, na legislatura passada, plantou através da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, a semente da redemocratização e do desdobramento democrático, e isso envolve, necessariamente, o mandato presidencial de quatro anos.

Caminhei – repito – por este Brasil afora com Tancredo Neves, que disse em bom som que o seu mandato seria aquele que a Assembléia Nacional Constituinte estabelecesse como melhor. No entanto, para ele o mandato deveria ser de quatro anos.

Não sei como podem governistas inveterados, os governistas empedernidos trabalhar no sentido de conquistar mais um ano para o Presidente José Sarney. Não sei por que necessita o Presidente José Sarney de mais um ano para desservir a esta Nação. Não sei por que pleiteiam S. Ex.^a mais um ano para o desmonte total de um sistema que já está no caos. Não sei como podem os Constituintes prestar-se a participar desse episódio concernente a mandar levar membros desta Casa para a Comissão, para ali estabelecer a aprovação do princípio dos cinco anos.

Estivemos na campanha presidencial. Fizemos parte da Aliança Democrática, no primeiro momento. Quando aqui pretendíamos derrotar o ex-Deputado Paulo Salim Maluf, acreditávamos em verso e prosa a corrupção que aquele candidato a Presidente da República pretendia estabelecer nos escaninhos da Corte, para conseguir o voto dos Parlamentares no Colégio Eleitoral. E agora percebe-se o mesmo fato político, o mesmo fato deletério, que é a intenção de se subjugarem re-

presentantes do povo. Isso é a mesma coisa, é o mesmo modelo político. Nós aqui vergastávamos os que assim agiam e debateríamos contra qualquer procedimento que pretendesse, na verdade, subjugar alguém pela força, pelo poder e até pela corrupção. Corrupção tem um sentido lato. É corrupção oferecer cargos públicos em troca do voto. É corrupção oferecer poder político em determinado Estado em troca do voto. É corrupção estabelecer medidas que, na verdade, não nos convém. Pretendemos, na verdade, que haja uma votação ímpar, como é da tradição e da história de quantos representam o povo nesta Casa. Em verdade, o que se deseja agora é que se repita o quadro de quando se elegeram Tancredo Neves, que foi contra a corrupção, a exacerbão do poder e a subserviência de muitos.

E agora se deflagrará, na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, a votação do parecer do Relator Egydio Ferreira Lima. E é onde estaremos a fim de dar o nosso apoio e o nosso voto, para que o Presidente José Sarney conclua o mandato de quatro anos.

Termino Sr. Presidente Jorge Arbage, dizendo que o Sr. Presidente José Sarney é que se deveria lembrar do compromisso histórico da Aliança Democrática. Ele próprio é que deveria dizer que, na verdade, a Assembléia Nacional Constituinte agirá, no desempenho do seu mandato, de maneira firme e valiosa ao estabelecer o prazo de quatro anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao nos aproximarmos das votações nas Comissões Temáticas, permitam-me trazer de volta assunto que tenho abordado e que se refere ao processo eleitoral. Todos sabem da posição muito clara do nosso partido, PDT, com relação às próximas eleições, especificamente no que concerne ao sistema de Governo. Somos favoráveis a que se realizem, nesta altura, eleições diretas para Presidente da República, dentro de um regime presidencialista.

Mas quero, nesta oportunidade, falar sobre um instrumento que, se adotado na Constituinte, significará, sem dúvida alguma, uma alteração profunda no processo eleitoral. Não estamos absolutamente de acordo com as manobras que vêm sendo realizadas, com o objetivo de descharacterizar o processo eleitoral. E uma delas, especificamente, é a questão do voto distrital misto, que visa a garantir os interesses das oligarquias dominantes, daqueles que, bem respaldados pelo poder econômico, pretendem reprisar o que aconteceu no ano passado, exatamente eleger maiorias baseadas nesse poder.

Fico assustado quando vejo representantes de partidos políticos defenderem o voto distrital, sob o argumento de que ele corrige a possível intervenção do poder econômico nas eleições. É justamente o contrário. Adotado o voto distrital, vamos ter exatamente o poder econômico controlando os distritos eleitorais. E mais do que isto, o voto distrital permitirá que candidatos ricos, concorrendo pela lista partidária, negoiciem o seu dinheiro, nos distritos, em troca de apoio eleitoral. A adoção do voto distrital misto será o fim dos pequenos partidos e a volta do bipartidarismo, instrumento que só serviu à ditadura, que não serve à moderna democracia que almejamos. O voto

distrital misto, se adotado agora, representará um retrocesso na vida política deste País. Para exemplificar, cito o caso do meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde, seguramente, a metade dos deputados seria eleita pelo distrito, e a outra pela lista partidária, pois seria dividido em dezenas de distritos. Lá, o PDT não elegeria, por exemplo, nenhum Deputado Federal nem Deputado Estadual nos distritos, da mesma forma, o PT ou o PFL não elegeriam representantes, se adotado o voto distrital.

Portanto, é preciso que aqueles que defendem a verdadeira representação popular, aqueles que querem acabar com o poder econômico nas eleições, tenham o cuidado e o esclarecimento suficientes para não embarcarem nessa canoa furada do voto distrital misto. Trata-se de uma manobra, uma artimanha das elites que querem permanentemente usar o voto do povo e transformá-lo para garantir seus privilégios ao longo do tempo. Faço esta advertência, neste momento importante, para que V. Ex.^a abram os olhos quanto ao voto distrital misto, porque ele será a consagração do poder econômico nas eleições, e fará com que voltemos ao bipartidarismo, liquidando os pequenos partidos políticos. (Palmas.)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar das inúmeras informações dispersas, pode-se calcular que, no Nordeste, já existem cerca de 1.000 mil famílias e mais de 800 municípios atingidos pela estiagem. É a marca de um drama que se repete ciclicamente, há muito tempo, mas que nem assim deve ser aceito por ninguém nos termos passivos de fatalidade a que estaria destinado o Nordeste. Deploravelmente, algumas posturas habitualmente justificadas com a chegada da seca começam a surgir, também, agora. Assim, a estação de saques e invasões já se iniciou, como de costume, no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, e vem amedrontando e vitimando comerciantes de gêneros alimentícios que ainda se mantêm corajosamente atuando nas áreas consideradas críticas.

Esse é um problema que, a meu ver, deveria merecer atenção muito especial das autoridades no sentido de contê-lo a todo custo, bem assim dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Teriam de ser providências desde o diálogo mais ativo das autoridades com os flagelados até as ações imediatas junto a órgãos governamentais. Com a Sudene à frente, para estabelecer a distribuição temporária mas equitativa de alimentos, caminhões-pipas e dinheiro às Prefeituras, conforme excelente entendimento do ex-Governador do Rio Grande do Norte, Senador José Agripino Maia, conhecedor profundo dos problemas das estiagens, evitando-se a intromissão de ávidos e lípidos messias improvisados, que costumam atuar nessas ocasiões, com desenvoltura, mais para usufruir vantagens eleitorais e financeiras do que para servir.

Segundo informações pela imprensa, mais uma vez serão organizadas, inclusive no chamado Programa de Emergência, frentes de trabalho que, verifica-se de pronto, divergem das providências oficiais costumeiras no caso, como, por exemplo, da forma de pagamento ao alistado – que será agora, de um salário mínimo – só dando

direito a que seja engajada nessas obras uma pessoa por família.

É conveniente relembrar que ocorreram, no passado, inúmeras fraudes na emergência, com pagamento indevido, irregular e ilícito aos trabalhadores do campo, com a qual muitos se locupletaram.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Governador Miguel Arraes tem toda a razão quando pretende que o plano permanente de combate à estiagem no Estado terá de ser, agora, uma ação comunitária. Assim, quer S. Ex.^a dotar as comunidades do semi-árido de condições que lhes possibilitem conviver com a seca, sem depender de ações meramente assistencialistas do Poder Público.

O programa proposto pelo Governador Miguel Arraes à Sudene, além de absorver mão-de-obra familiar na captação d'água, construção e recuperação de obras de uso comunitário, proporciona, por outra parte, apoio às atividades produtivas adequadas, mediante o cultivo de plantas resistentes, da pequena e média irrigação, e ainda do peixamento de aguadas.

Há profundas diferenças e até sutis peculiaridades entre o semi-árido pernambucano e o de outras áreas similares do Nordeste. Daí, não admira as distorções que se repetem mesmo quando técnicos dos mais experimentados diagnosticam situações emergenciais e aplicam o que honestamente pensam ser corretivos hábeis.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, afirmando que a atual seca será mais uma oportunidade para que esses antigos equívocos sejam removidos. Não será Pernambuco, por certo, que perderá a ocasião de aperfeiçoar esse combate, inclusive, com uma sugestão excelente do Governador Miguel Arraes sobre o assunto.

Faço um registro especial: a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças acatou sugestão de minha autoria, referente à inclusão na Receita Tributária Nacional da destinação de recursos para aplicação em obras de combate à seca, na região do Nordeste do País.

A seca é calamidade antiga e que até hoje preocupa a todos. Cumpre que haja um programa nacional arrojado para oferecer uma solução definitiva, medida de ampla sensibilidade social que redundará em evidentes benefícios para o Brasil.

Voltarei ao assunto, em outra oportunidade.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronúncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, quando da última visita do Ministro da Agricultura à Paraíba, ao lado de outros eminentes auxiliares do Presidente José Sarney, atendendo a convite da Bancada do Nordeste, e tendo por objetivo conhecer mais de perto os efeitos da estiagem, a Bolsa de Mercadorias da Paraíba lhe fez entrega de um memorial sobre a situação do milho no Nordeste. Mais precisamente, sobre a sua produção, comercialização e política de preços.

A triste constatação é que não existe, ali, nem produção que atenda à demanda, nem tampouco, uma política racional de comercialização e preços, o que afeta de forma drástica e impiedosa setores importantes da economia, como a suinocultura,

a avicultura e as indústrias de alimentos, que têm no milho a sua matéria-prima.

Quanto à produção do milho, a expectativa é desoladora: de quase um milhão e meio de toneladas se espera colher apenas pouco mais de seiscentos, com uma quebra da previsão em torno de 60%.

Enquanto esse quadro desanimador se desenha, a demanda aumenta consideravelmente, gerando um desequilíbrio assustador.

Veja-se que o consumo de milho, no Nordeste, no período de junho de 1986 a maio de 1987, atingiu quase quatro milhões de toneladas, considerando-se sua utilização pelos criadores e indústrias de rações e de alimentos. Para tal demanda o Nordeste produziu, no ano passado, somente um milhão e meio de toneladas, em números arredondados, limite que agora não vai ser repetido, em decorrência, inclusive, do flagelo das secas.

Por outro lado, explica-se o incremento do consumo do milho pela diminuição da safra do algodão, no Nordeste, e pelos altos preços da carne bovina, ensejando um natural desenvolvimento da avicultura e da suinocultura nordestinas, motivado pelo aumento no consumo de seus produtos.

Quanto aos preços do milho, de acordo com o que estabeleceu a Comissão de Financiamento da Produção, órgão do Ministério da Agricultura, houve de fevereiro até agora, um reajuste de quase 100% (cem por cento). De Cz\$ 85,20 (oitenta e cinco cruzados e vinte centavos) passou para Cz\$ 189,00 (cento e oitenta e nove cruzados), enquanto o milho importado fica em torno de Cz\$ 140,00 (cento e quarenta cruzados), preço inferior, portanto, ao praticado pela CFP.

Dante dessas distorções, a Bolsa de Mercadorias da Paraíba endereçou ao Ministério da Agricultura pleito que nós endossamos e objeto do documento anexo, que fica fazendo parte deste pronunciamento, no sentido de que determine à Comissão de Financiamento da Produção a venda do milho, através de seus pregões semanais, em quantidades não inferiores a 97.412 toneladas, destinadas à demanda dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, todos sob sua jurisdição. Do contrário, sofrerão os nordestinos restrições inconcebíveis no consumo de milho, conjuntamente com setores produtivos importantes como a avicultura, a suinocultura e as indústrias de alimentos da região.

Esperamos que tal não aconteça, como igualmente anhelamus, que o sisal, a batatinha, o alho e o algodão mereçam melhores atenções do Ministério da Agricultura, conforme pedimos em pronunciamentos anteriores.

Basta de tanto sofrimento! O Nordeste não pode continuar marginalizado. Até quando abusarão da nossa paciência? Não bastam a seca e a miséria, com sua seqüência de flagelos? Ainda querem negarnos o direito ao desenvolvimento em setores vitais da nossa economia, como a avicultura, a suinocultura e a indústria de alimentos? É bom que se dê um paradeiro a tais destemperos. Para tudo há um limite. O Nordeste não pode mais suportar tantas injustiças. A situação é explosiva. Esperamos que o bom senso prevaleça, afinal!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

BOLSA DE MERCADORIAS DA PARAÍBA

"MEMORIAL

Dirigido ao Exmº
Sr. Ministro da Agricultura
Íris Rezende Machado

Campina Grande, 6 de junho de 1987

A Bolsa de Mercadorias da Paraíba, instituição criada há doze anos, graças à iniciativa pioneira de progressistas campinenses, tem trabalhado durante todos esses anos em busca da unidade regional, aglutinando criadores, indústrias, segmentos consumidores, produtores e demais setores vinculados ao abastecimento do Nordeste*, sempre pautando-se em objetivos comuns ao interesse de toda a região.

Sua operacionalização contempla um leque de atividades, que vão desde o assessoramento ao produtor rural, dotando-o de dados sobre perspectivas nos negócios de agropecuária, até a prestação de serviços aos órgãos do Poder Público, como a comercialização de mercadorias dos estoques reguladores, via pregões, além do encaminhamento de informações relacionadas com previsões de safras e projeções do mercado.

Desde a implementação dos pregões de milho da Companhia de Financiamento da Produção – CFP, há sete anos, esta Bolsa tem-se constituído num sustentáculo para a avicultura, suinocultura e bovinocultura, através das suas associações de criadores, fornecendo-lhes subsídios e irmanando-se na luta por melhores condições para estes segmentos, responsáveis pelo abastecimento de carne, leite e ovos, numa região extensa, mas, notadamente, pobre, que ostenta humilhantes índices de penúria econômica, onde a carência protética entre as populações de baixa renda é apenas um dado preocupante dentre tantos.

É um quadro de dificuldades, que ainda mais se agrava com a atual situação de estiagem que assola o Nordeste, determinando uma sensível diminuição da produção agrícola e deixando a região à mercê da ajuda governamental, para minimizar os crueis efeitos da seca.

Para que se possa bem aquilar a dimensão do problema, é importante nos deter sobre alguns dados elementares:

A safra de milho na região Nordeste, ano passado, atingiu 1.458.113 toneladas (vide quadro 01), enquanto que o consumo, considerando-se criadores, indústrias de rações e de alimentos, ultrapassou as 3.932.481 toneladas, (vide quadro 03) no período de jun/86 a maio/87, e parte desse produto foi comercializado, através desta Bolsa, num total de 754.577 toneladas (vide quadro 04).

Com a frustração de safra, em conseqüência da seca, projeta-se um quadro de aproximadamente 58.1%, e isto significa que, da produção inicial prevista para o Nordeste de 1.488.794 toneladas, estima-se que serão colhidas apenas 622.674 toneladas (vide quadro 01), enquanto que a perspectiva de consumo a partir de ju-

(*) – Exceto Sergipe e Bahia.

nho/87, situa-se acima de 5.066.001 toneladas/ano (vide quadro 05).

O aumento do consumo de milho justifica-se, tanto pela demanda maior de carne de aves e suínos, dados os preços elevados da carne bovina, quanto pela discreta safra de algodão, motivada de um lado pela proliferação da praga do "bicudo", e de outro, pela diminuição das áreas plantadas além dos efeitos da seca. Como se sabe, os derivados do algodão constituem importante suplemento alimentar para os rebanhos leiteiros do Nordeste.

E estes dados representam, apenas, as estatísticas das necessidades mínimas para criadores, indústrias de rações e de alimentos. O que, aliás, bem atesta a pobreza alimentar da região, habitada por mais de 40 milhões de nordestinos, dos quais mais de 10 milhões convivem com a miséria absoluta. Importante frisar que o coeficiente de pobreza da região atinge cerca de 0,34, ou seja, um dos mais elevados do mundo civilizado (Fonte: Projeção sobre PNADS de 1979 – 1985).

Por outro lado, torna-se relevante também, analisarmos os preços do milho dos estoques reguladores, comercializados através desta Bolsa.

Os preços de milho, determinados pela CFP, até fevereiro deste ano, mantiveram-se congelados em Cz\$ 85,20 – milho importado e nacional; enquanto que o milho de Goiás esteve tabelado em Cz\$ 60,00. A partir de então, registrou-se uma acentuada majoração dos preços: o milho impor-

tado foi reajustado para Cz\$ 102,00, em fevereiro, sofrendo novo acréscimo para Cz\$ 148,00, em maio e subindo para Cz\$ 189,00, no dia 2 de junho, o que determinou um aumento acumulado de 96,47%. O milho nacional manteve percentuais de aumentos semelhantes, com pequenas variações (vide gráfico 01).

A propósito, oportuno salientarmos que, segundo informações prestadas pela Associação Nordestina de Avicultura – ANA, o preço do milho no "mercado internacional custa Cz\$ 87,00, que agregado às despesas de internacionalização, atinge um custo de Cz\$ 140,00, portanto inferior ao preço praticado pela CFP".

Acordamos com o pensamento daquela Associação, quando defende: "No momento em que a região sofre mais uma vez as consequências maléficas da seca, o poder aquisitivo, principalmente da população de baixa renda, principais consumidores de nossos produtos, não suporta que tamanha elevação de custo seja repassada, prejudicando duplamente o consumidor e o produtor".

Reveste-se de singular importância para todo o Nordeste a visita de V. Ex.^a, ora feita à região, pois ao mesmo tempo, em que vislumbra, pessoalmente, a situação calamitosa provocada pela estiagem, tem a oportunidade de municiar-se de toda esta gama de informações, que sintetizam a atual conjuntura nordestina, envolvendo os vários segmentos desde a produção agrícola, até as perspectivas de consumo, dentro da escala

de preços praticada no mercado catalisado por esta Bolsa.

Confiantes, portanto, na sensibilidade sempre demonstrada por V. Ex.^a, para atender aos justos reclames da comunidade, valemo-nos dos dados exaustivamente apresentados, para solicitar:

1) Que o Ministério da Agricultura determine, através da Companhia de Financiamento da Produção – CFP, a venda do milho, via pregões da Bolsa de Mercadorias da Paraíba, nas quantidades relacionadas no Quadro 6 (anexo) (*) no sentido de atender convenientemente à demanda de consumo da região.

2) Que se estabeleça critérios mais rigorosos, a fim de regulamentarmos uma política mais agressiva de estabilidade de preços, como forma de manter viável as atividades de produção de carne, leite e ovos, bem como as indústrias de rações e de alimentos.

Expressando-nos em nome dos vários segmentos de abastecimento no Nordeste, manifestamos nosso otimismo quanto as providências solicitadas a V. Ex.^a e estamos certos que com a implementação das medidas pleiteadas, a região nordestina poderá enfrentar a atual conjuntura de dificuldades, assegurando níveis de crescimento de sua produção de alimentos.

Respeitosamente
Edvaldo de Souza do Ó,
Presidente.

(*) – Considerando 12% a menos, relativa à produção de milho da região, caso seja mantida a atual previsão de safra.

BOLSA DE MERCADORIAS DA PARAÍBA

MILHO PREVISÃO DE SAFRA E ESTIMATIVA DE QUEBRA DE PRODUÇÃO/87

ESTADOS	PRODUÇÃO EM 86 (TON.)	PREVISÃO INICIAL (TON.)	QUEBRA PREVISTA (PCT.)	PRODUÇÃO ESTIMADA (TON.)
Alagoas	48.419	39.392	15%	33.483
Pernambuco	253.645	299.545	60%	119.818
Paraíba	181.977	131.060	85%	19.659
R.G. do Norte	76.050	69.060	85%	10.359
Ceará	274.503	429.809	80%	85.961
Piauí	321.288	305.324	44%	170.981
Maranhão	302.231	214.604	15%	182.413
NORDESTE	1.458.113	1.488.794	58.1%	622.674

Fonte: FIBGE – CEPA'S – Sindicatos e Associações de Produtores

BOLSA DE MERCADORIA DA PARAÍBA

DEMONSTRATIVO CONSUMO ANUAL DE MILHO POR CRIAÇÕES (Junho /86 a Maio /87)

ESTADOS	AVICULTURA		SUINOCULTURA		BOVINOCULTURA	
	PLANTEIS	CONSUMO ANUAL (TON.)	PLANTEIS	CONSUMO ANUAL (TON.)	PLANTEIS	CONSUMO ANUAL (TON.)
Alagoas	1.470.000	27.888	31.800	14.496	929.232	133.802
Pernambuco	17.570.000	535.916	610.000	278.160	1.932.189	278.231
Paraíba	4.709.000	67.632	265.000	120.840	1.396.081	200.612
R. G. do Norte	1.417.000	26.412	25.435	11.592	950.000	295.511
Ceará	12.000.000	216.000	132.000	60.000	1.871.208	634.580
Piauí	1.304.200	74.612	17.511	7.980	1.555.796	224.076
Maranhão	2.265.900	43.236	3.605	1.600	1.606.596	242.868
NORDESTE	40.736.100	741.756	1.085.431	494.748	10.521.102	2.009.771

Total Consumo Anual Nordeste
Por Criações 3.246.281 tons.

(*) - FONTE: Dados fornecidos pelas Associações Criadores do Nordeste.

BOLSA DE MERCADORIA DA PARAÍBA

DEMONSTRATIVO DO CONSUMO ANUAL DE MILHO POR IND. RAÇÕES E ALIMENTOS

ESTADOS	IND. RAÇÕES (TON.)	IND. ALIMENTOS (TON.)
Alagoas	-	43.200
Pernambuco	115.000	95.000
Paraíba	6.000	96.000
R. G. do Norte	-	42.000
Ceará	50.000	120.000
Piauí	-	47.000
Maranhão	17.000	55.000
NORDESTE	188.000	498.200

FONTE: SINDIRACÕES, Ind. Alimentos do Nordeste.

TOTAL – 686.200 (Ton.)

BOLSA DE MERCADORIAS DA PARAÍBA

DEMONSTRATIVO DE VENDAS DE MILHO (De Junho/86 a Maio/87)

MESES	QUANT. VENDIDA (TON.)
Junho/86	43.166
Julho/86	46.190
Agosto/86	48.736
Setembro/86	86.103
Outubro/86	37.079
Novembro/86	60.233
Dezembro/86	104.166
Janeiro/87	163.156
Fevereiro/87	33.690
Março/87	52.639
Abril/87	32.574
Maio/87	46.846
TOTAL (TON.)	754.577

FONTE: Bolsa de Mercadorias da Paraíba

BOLSA DE MERCADORIA DA PARAÍBA

DEMONSTRATIVO CONSUMO PREVISTO (Junho/87 – Maio/88)
(Em Toneladas)

ESTADO	AVICULTURA	SUINOCULTURA	BOVINOCULTURA	IND. RAÇÕES	IND. ALIMENTOS
Alagoas	36.252	18.840	173.940	–	48.000
Pernambuco	436.764	361.608	361.692	168.000	132.000
Paraíba	87.921	157.092	260.760	6.000	108.000
R. G. do Norte	34.332	15.060	384.336	–	48.000
Ceará	280.800	78.000	824.952	60.000	144.000
Piauí	56.196	10.368	291.228	–	60.000
Maranhão	31.992	2.184	315.720	–	72.000
NORDESTE	964.257	643.116	2.612.628	234.000	612.000

TOTAL DE CONSUMO PREVISTO 5.006.001 (Ton.)

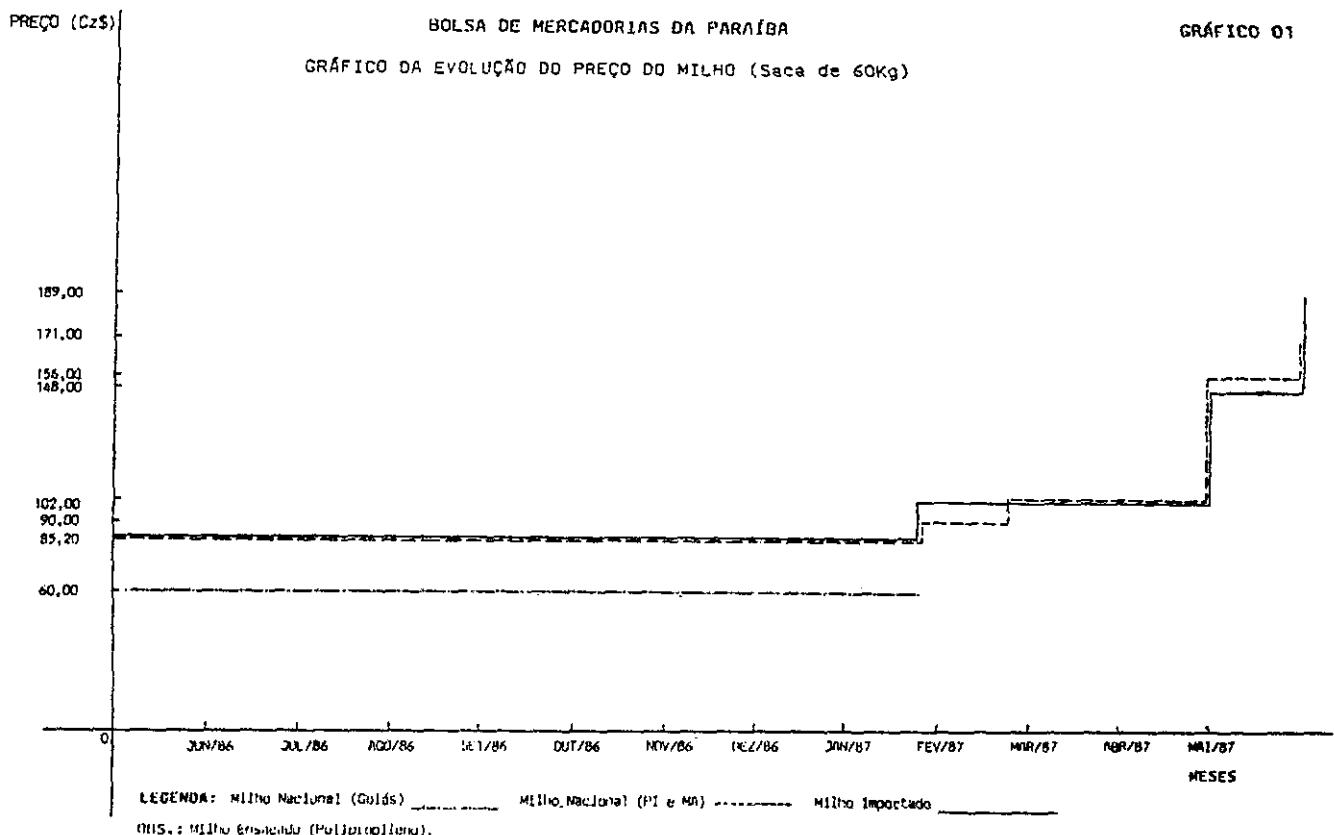
FONTE: Associações de Criadores, SINDIRACÕES, Ind. de Alimentos do Nordeste.

BOLSA DE MERCADORIA DA PARAÍBA

DEMANDA DE MILHO ESTIMADA POR PREGÓES SEMANAIS
(Em Toneladas)

ESTADOS	AVICULTURA	SUINOCULTURA	BOVINOCULTURA	IND. RAÇÕES	IND. ALIMENTOS
Alagoas	697	362	3.345	-	923
Pernambuco	8.399	6.954	6.955	3.230	2.538
Paraíba	1.690	3.021	5.014	115	2.076
R. G. do Norte	660	289	7.391	-	923
Ceará	5.400	1.500	15.864	1.153	2.769
Piauí	1.080	199	5.600	-	1.384
Maranhão	615	42	6.071	-	1.153
NORDESTE	18.541	12.367	50.240	4.498	11.766

TOTAL DA DEMANDA 97.412 (Em Toneladas).
(Semanal)



O SR. EXPEDITO MACHADO (PMDB)**- CE. Pronuncia o seguinte discurso.)**

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, vem sendo comentada há vários dias a existência de um documento com mais de uma centena de assinaturas refletindo inconformismo diante da falta de rumos claros do Partido na busca de solução para a crise política e econômica que tanto inquieta a Nação.

Por diversos motivos retardamos a divulgação desse documento.

Todavia, para evitar maiores especulações em torno do assunto, e também com o objetivo de deixar bem claras as intenções e propósitos daqueles que o subscrevem, estamos tomando público hoje o teor desse manifesto.

Aí se expressa o inconformismo e o protesto de um grupo de Parlamentares que não concorda com a maneira como vem sendo conduzido o nosso partido e que pretende, com o seu brado de alerta, induzir uma mudança de rumos que permita resgatar as origens do PMDB, partido que tem compromissos históricos e inarredáveis com a consolidação da democracia e da participação, em todos os níveis e foros da vida política nacional.

Mas, ao contrário do que se tem veiculado, não desejamos implantar o divisionismo ou a confrontação no âmbito do Partido. Antes, o nosso objetivo é fortalecer-lo, trazendo à consideração de suas lideranças as preocupações legítimas de quantos reconhecem a gravidade da crise atual e não vislumbram, para sua solução, outro caminho que o da construção de uma democracia autêntica, alicerçada em partidos fortes e cônscios de suas responsabilidades institucionais.

O PMDB tem sido a nau segura com que temos contado para essa difícil travessia, em demanda da terra firme da plenitude democrática que aspiramos para o nosso povo.

Não foi através dos livros nem de notícias nos jornais que travei conhecimento com o arbítrio. A experiência traumática da privação da liberdade, levada ao extremo do exílio e da privação do direito de todo cidadão de votar e ser votado, eu a tive, como muito bem sabem os próprios colegas, como um dado na minha biografia política. Seria um absurdo de extrema demagogia dizer, diante deste Plenário, que encerra tantas responsabilidades, e num momento da gravidade deste em que vivemos, que a cassação, o exílio e a retirada da vida pública durante mais de duas décadas tenha sido uma experiência feliz em minha vida. No entanto, é impossível não tirar lições positivas das mais negativas experiências. Não posso deixar de creditar a todos quantos se responsabilizaram pelos mais de 20 anos de privação de liberdade a toda a sociedade brasileira um sentimento que se aposou definitivamente de minhas convicções: o de que ser livre e participar dos destinos de nossa Pátria comum deve ser a mais intransigente de todas as prioridades de todo homem que se defina como democrata e que goste de usar o distintivo de liberal.

Muitos companheiros, aqui presentes entre nós, dividindo a tarefa dura e pesada de tentar redigir um pacto político que preencha as necessidades e os anseios do povo brasileiro, sabem a que me refiro quando uso a palavra liberdade. Alguns foram arrancados da vida pública e mesmo os que, como o nobre Presidente de meu Partido, desta Câmara e desta Constituinte, tiveram preser-

vados seus direitos elementares de cidadania, entendem a extensão do significado concreto desta palavra, a cujo serviço, em última instância, e sob cuja proteção aqui estamos. Que outro objetivo podemos ter nós, eleitos que fomos para representar o povo brasileiro neste regime de transição para a democracia plena, senão o de garantir a maior liberdade individual possível para todo brasileiro, desde que se preserve o bem comum e a justiça social, sob o primado da igualdade e da fraternidade?

Quem conhece os 68 anos de minha vida não pode duvidar um só momento de que, nesta tribuna, sou um sentinela da lei, única forma que a civilização encontrou para garantia do bem supremo da liberdade de viver, trabalhar, pensar e expressar-se. É nesta condição que me juntei a alguns companheiros, para exigir da cúpula e das lideranças do partido, a que me honra pertencer, o direito elementar de participar da elaboração de suas decisões. Não sou líder de movimento nenhum, e se tenho a honra de usar esta tribuna em nome de tantos companheiros, insatisfeitos com os rumos tomados pelo PMDB na definição de sua estratégia e diretrizes, é porque sou dos mais antigos da tropa e talvez por isso tenha sido colocado na vanguarda, na "linha de tiro" pelos companheiros que resolveram verbalizar seu descontentamento com o isolamento a que foram submetidos pela Liderança de nosso Partido, ao tomar decisões isoladas sobre alguns temas da maior relevância, a respeito dos quais o bom senso diz que consultas teriam de ser feitas a esta bancada ou a outros órgãos colegiados, capazes de representar legitimamente as vontades das nossas bases.

Não nos movem sentimentos separatistas nem ímpetos divisionistas. Somos obstinados perseguidores da unidade partidária. Se queremos participar ativamente da elaboração das decisões do partido, é justamente porque acreditamos na força da democracia e em sua superioridade, como forma de organização e de gerência dos interesses coletivos. Acreditamos na democracia para fora de nossos quadros de militância partidária. E por isso, até, não abrimos mão da participação no interior deles não conhecemos outra forma de conseguir a unidade e de dar força ao partido.

Ao longo da colheita de assinaturas deste manifesto, que hoje tornamos público, ouvimos as mais contraditórias objeções a sua divulgação. Alguns companheiros, solidários com nossa sede de participação, eles também famintos de liberdade, chegaram a argumentar que o manifesto deveria existir, mas nunca ser publicado. O respeito que temos por estes companheiros não nos impede de dizer que, a ser adotada tal providência, estaríamos traindo a única causa deste movimento, a busca límpida e desinteressada de maior transparência no processo decisório de um partido, ao qual o povo, numa votação maciça e espetacular, deu condições de ser majoritário, até próximo da hegemonia, como preferem definir alguns de nossos adversários.

Ao PMDB cabe conduzir o Brasil nos caminhos difíceis, mas viáveis, da transição pacífica para a democracia plena. O povo, que nos deu esta missão histórica, não nos perdoará se ficar à margem de nossas discussões internas. Portanto, não é a soberba que comanda minha voz, ao tratar da via interna da democracia do PMDB. Esta não

é uma voz isolada, buscando a consagração pessoal, mas uma voz coletiva, que pretende dar uma contribuição desinteressada e sem vínculos com grupos à construção do edifício institucional, cuja engenharia é de responsabilidade de todos nós, por legítima delegação do voto popular.

Vivemos um momento difícil, uma crise, na qual a democracia está sendo posta à prova pelos juros altos, pela inflação desenfreada e por uma dívida externa intolerável. Para estar à altura deste grave momento, não podemos fugir à responsabilidade de atuar e de participar também dentro de nosso partido, pois quem, como nós, acredita na democracia não sabe que outra via é a de sua conquista, que não seja partidária. Por isso estamos aqui, e pedimos a todos os companheiros desta Casa o nobre sentimento de ouvir-nos e de discutir cada uma de nossas idéias e de nossas propostas. Temos consciência de que a força institucional do partido deve ser preservada, para que o PMDB possa cumprir a sua histórica missão.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC.**Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil tem, nestes dias de esperança, a grande oportunidade de resgatar – mesmo parcialmente – a imensa dívida com seus pioneiros das regiões mais distantes, bem como os também sofridos habitantes do Nordeste.

Desde o início dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, tenho-me batido por medidas concretas de apoio ao desenvolvimento econômico e das condições sociais na Amazônia e nos Estados nordestinos. É uma luta que já travo há mais de duas décadas, sucessivamente, na Assembléia Legislativa do Acre, na Câmara Federal, como Governador do meu Estado e agora na dupla e honrosa situação de Senador da República e membro da Assembléa Nacional Constituinte.

Trago hoje, com grande satisfação, a este Plenário, um pronunciamento da maior importância, para o qual solicito a atenção de todos os Srs. Constituintes, particularmente aqueles da Amazônia e do Nordeste: o apoio firme, explícito e corajoso do nobre Deputado Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização – e, portanto, Relator-Geral desta Assembléia – à tese da aplicação obrigatória de recursos orçamentários federais naquelas regiões.

Afirmou S. Ex.^a, hoje de manhã, em entrevista à imprensa, que "quem conhece o Norte e o Nordeste sabe da necessidade de priorizar o caminho para lá. É uma forma de integração e de defesa da nossa soberania – e, sendo isto, é também um problema de segurança nacional".

O nobre Relator da Comissão de Sistematização apoiou, com entusiasmo, a proposta de reservar ao Norte e ao Nordeste do País um percentual de 2% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para cada uma daquelas regiões. E garantiu, até mesmo, que acha insuficiente esse montante, afirmando: "Eu sou favorável a 2,5% e 2,5% – ou seja, 5% no total."

V. Ex.^{as}, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, certamente podem avaliar a satisfação que me causa, como brasileiro e, particularmente, como amazônico, constatar que a Constituinte está cumprindo sua alta missão de corrigir os erros acumulados

e reiterados na estrutura político-administrativa do País. A Assembléia Nacional Constituinte assume, por seu Relator-Geral, esta posição sólida, lúcida, patriótica e corajosa em defesa dos brasileiros que ocupam regiões até hoje abandonadas e humilhadas com esse descaso secular.

É o registro que faço para que os Anais marquem esta data, 11 de junho de 1987, com a importância que ela passa a merecer para o desenvolvimento digno e profícuo da Amazônia e do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB)

— **SP. Pronuncia o seguinte discurso.:** — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a moralidade em se cumprir o calendário eleitoral e o respeito aos períodos de mandatos conferidos por eleições, no âmbito municipal, em 1988, vai resultar inequivocamente na interrupção da normalização democrática.

Os que se apegam ao fator moralidade para que haja eleições no ano que vem, nos municípios, sabido amplamente que o mandato do Presidente Sarney será de 5 anos e, portanto, as presidenciais serão em 1989, vão desservir no fundamental à Nação brasileira, que, muito mais do que eleições hoje ou amanhã, carece ver ultimado o seu processo de recuperação democrática. E a recuperação, o restabelecimento da ordem democrática só acontecerá quando se findar a elaboração da Constituição Brasileira, seguida das constituições estaduais, da votação das leis complementares, do expurgo das leis de exceção, da compatibilização da legislação ordinária aos novos ditames constitucionais no âmbito federal e nos Estados.

Eleições nas bases em 1988, nos municípios, onde se esteia o prestígio dos políticos estaduais e federais, primeiro levará para as comunas do interior, como candidatos, deputados federais e estaduais, tornando-se problemático o **quorum** nas Assembléias e na Câmara Federal para a ultimação do processo democrático. Com eles, a deserção dos Parlamentos dos próprios parlamentares, preocupados com a sorte política nas suas bases, o que importa na sua própria sorte, e, mais uma vez, o **quorum** para se votarem as constituições estaduais, as leis complementares, adaptação legislativa ante novos mandamento constitucionais. Afora tudo isso, a paixão, o passionismo, muito mais gritante na disputa municipal, a impedir o consenso, a despertar o desentendimento, a impedir que se vote qualquer matéria, por mais importante que possa ser, repetindo-se as verificações de **quorum**, de presença etc.

É esse o quadro real, visível, claro, para qualquer pessoa. Afasta-se a eleição de 1988, seja ela municipal, seja para a Presidência, seja a que for, ou não teremos completada a democracia que é sonho de toda a Nação.

Os que entenderem que uma eleição é mais importante do que normalização democrática, a ultimação do processo da transição por que passamos, os que entenderem que a Nação se mantenha no caos, sem definição, sem regras definitivas, escondidos sob o argumento de que se constitui em imoralidade uma prorrogação, ficarão com as eleições municipais em 1988.

Sempre que se discute prorrogação de mandato, não faltam os que escandalosamente se pro-

jetam como defensores da moralidade "Dá Ibope" ser contra a prorrogação, dá manchete em jornais, é muito simpático tomar tal posição. Consumada a prorrogação, tantos, senão todos os beneficiados por ela, ao invés de se posicionarem coerentemente com a pregação que fizeram, aceitam o "sacrifício" da prorrogação. Sempre foi assim. Lembremos da última, de mandatos municipais, em 1982. Ainda que tantos se levantassem contra a prorrogação, o Prefeito de São Vicente, São Paulo, Koyu laha, hoje, Constituinte conosco, foi o único brasileiro que renunciou. Nenhuma liderança política ou partidária, por mais expressiva que fosse e por mais que se tivesse posicionado contra dita prorrogação em 1982, agiu, argumentou, convenceu qualquer correligionário para que renunciasse. O que era imoral antes de acontecer virou moralíssimo depois de acontecido. Esse é o nosso ontem político, que se repete sempre.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr.

Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estou regressando do alto sertão paraibano, palco maior da seca que assola com maior intensidade o meu Estado. Revoltado com o que vi e ouvi durante a visita de cinco Ministros e presidentes de Bancos Oficiais à minha cidade, Patos, e ao Município de Souza, quero revelar neste momento a minha descrença nas boas intenções dos homens que comandam a nossa economia, diante da falta de providências em favor das populações atingidas pela calamidade.

A fome e a miséria, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, já se instalaram no campo, onde a "seca verde" queimou pelo menos 90 por cento da lavoura, agravando o quadro, que chega a ser desesperador, diante da falta de alimentos básicos, conforme puderam observar os ilustres visitantes. O êxodo rural já teve início e, pelas estradas, centenas de flagelados deixam diariamente suas casas na zona rural em busca de maiores centros, à procura de meios de sobrevivência.

O quadro de miséria que sensibilizou boa parte da comitiva enviada pelo Presidente Sarney para verificar a extensão dos prejuízos e a situação dos agricultores, no entanto, não chegou a comover nem abrandar o coração do Ministro da Fazenda, que do alto de sua arrogância não se definiu ao certo sobre qual personagem encenar: se um bufão de opereta ou um vilão à frente de um exército de Bancaleone, traduzindo suas palavras em arreganhos de ameaças e recados aos agricultores. Não era isso que esperávamos de um Ministro que conteou com todo o apoio da bancada do Nordeste para investir-se no cargo de titular da Fazenda, o primeiro na escala ministerial.

É lamentável sob todos os aspectos, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que o Presidente Sarney tenha enviado com a maior boa vontade esta comitiva de seus Ministros ao Nordeste, nesta viagem que se propunha de trabalho, mas que ao final se transformou num passeio turístico. O Ministro Bresser Pereira, pelo menos, teve oportunidade de revelar-se um técnico despreparado e um político incompetente. Pelo menos isto ficou patenteado, tirando a máscara de um tecnocrata que foi empinado à chefia da economia brasileira com o fim de superar a crise existente que até

o momento não disse a que veio, sugerindo como solução para os problemas o aumento de impostos.

Numa prova de incapacidade e desconhecimento da realidade brasileira e particularmente nordestina, o Sr. Ministro tripudiou sobre a miséria daquela gente faminta que ele, inclusive, se negou a ver de perto, preferindo ficar confortavelmente instalado no ônibus de ar condicionado, após chegar com 180 minutos de atraso para a visita. No dispensável discurso que fez no distrito de São Gonçalo, diante de lideranças políticas dos sertões da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, e dos Constituintes nordestinos, o titular da Fazenda mandou absusados recados aos miseráveis e famintos agricultores, com ameaças de que o Nordeste teria de modernizar o sistema produtivo para produzir e exportar, porque as regiões estão atrasadas em pelo menos 40 anos em relação ao Sul do País. Negou ainda recursos ao Nordeste alegando que não tinha de onde tirá-los, e descobriu a pólvora ao revelar que a região está perdendo terreno na economia brasileira, com uma renda **per capita** que não cresce e uma produção exclusivamente voltada para o consumo.

Pois, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes agora vou responder ao Ministro da Fazenda dizer que as suas acusações são procedentes. Tudo que ele disse os nordestinos sabem, e o motivo de sua visita prendia-se, justamente, a superar estes obstáculos de ordem política que ele insistiu serem de ordem econômica, como se desconhecesse que a economia é projetada pela ação política que escolhe as áreas para investimentos e nesta indicação o Nordeste tem ficado à margem.

O problema do Nordeste, Sr. Ministro Bresser Pereira, é mais social do que qualquer outro apelido que quiserem dar. A região foi relegada durante anos, porque os grandes investimentos foram desviados para o Sul e o Sudeste. Desta dívida onerosa que ajudamos a pagar, pelo menos 80 por cento dos investimentos foram para o Sul e Sudeste. Para o Nordeste foram criados não planos objetivos, mas projetos de impacto para vencerem calamidades; superadas estas, são desativadas ou esvaziados, numa constante descontinuidade de incentivos.

Essa clamorosa injustiça precisa ser corrigida, e dela o Ministro da Fazenda deve tomar conhecimento. As desigualdades são claramente observáveis e a discriminação contra o Nordeste, perfeitamente identificável. É claro que, numa situação desvantajosa desse porte, durante as calamidades, a região esteja necessitada de projetos emergenciais.

Na Paraíba, por exemplo, a estiagem já causou consideráveis prejuízos aos produtores rurais de 107 municípios, abrangendo uma área de 43 mil quilômetros quadrados, correspondente a 76,7% da superfície total do Estado, e esse quadro vem-se agravando dia a dia. Em face da urgência do acionamento do aparato institucional, no sentido de atender às necessidades básicas da população, o Governador Tarcísio Buriti elaborou um programa de emergência especial para os meses de junho e julho, visando a iniciar com a maior brevidade, o processo de atendimento às populações rurais, beneficiando mais de 32 mil famílias com remuneração de um salário mínimo ao chefe de família alistado.

Nessa fase de implementação do programa de emergência especial, na Paraíba, será oferecida prioridade às obras e ações comunitárias, havendo, portanto, a necessidade de financiá-las a fundo perdido. Cabe ao Governo Federal, agora, dar continuidade ao trabalho iniciada pelo Governador Tarcísio Buriti, garantindo recursos para este fim.

De minha parte, durante a visita ministerial, encaminhei um conjunto de propostas abordando o problema. Ei-lo:

Proposta do Deputado Edivaldo Motta PMDB – PB

Excelentíssimos Senhores Ministros, Ilustríssimos Senhores Presidentes de Bancos Oficiais:

O trabalho diurno, honesto e sacrificado do agricultor nordestino tem contribuído para o incremento da arrecadação fiscal, produção de alimentos básicos para o atendimento da região e exportação de fibras para o equilíbrio da balança comercial. Este trabalho tão penoso e árduo por conta das dificuldades já conhecidas, que já estava sendo agravado pela praga do "bicudo", juros estratosféricos e falta de apoio técnico e financeiro, tornou-se inviável, ou dizendo melhor, impraticável diante da ameaça de um novo período de seca que se aproxima, com os seus efeitos catastróficos tão conhecidos dos habitantes desta calcinada terra.

Diante de um quadro tão precário e de perspectivas tão distantes, estamos encaminhando às mãos de Vossas Excelências um conjunto de sugestões em favor da solução dos graves problemas do Nordeste. Fugindo da retórica das medidas emergenciais sempre anunciadas pelo Governo nos períodos secos, propomos medidas de aproveitamento dos nossos recursos, nossa força de trabalho e a nossa criatividade. O elenco de sugestões visa a reversão da expectativa, propondo uma solução definitiva para o cíclico problema da seca, definindo objetivos fundamentais de apoio à região.

Seria cansativo e desnecessário relembrar aqui todas as dificuldades enfrentadas pelo Nordeste ao longo destes 100 anos em que os habitantes vêm se defrontando com as estiagens prolongadas, em maior escala diante do aumento da população, e para não tomar o tempo de Vossas Excelências com citações que todos conhecem de cor, passaremos a expor as nossas propostas:

Conjunto de propostas

1º) o imediato restabelecimento do Sistema de Incentivos Fiscais do Nordeste como forma de disseminar recursos e projetos de desenvolvimento na área;

2º) programa de recursos para o crédito agrícola fixado nunca inferior a 30% de todo o volume aplicado no País, levando em conta que o Nordeste detém 30% da população brasileira;

3º) fim da aplicação da OTN plena nos contratos de custeio e investimentos

4º) incremento de recursos para a verba de EGF e AGF, a fim de evitar que o pequeno

agricultor e o médio produtor, sem armazéns ou condições para estocagens, continuem vendendo o seu produto na "folha", a preços inferiores aos dos preços mínimos estabelecidos;

5º) preços mínimos compatíveis com a realidade econômica do País, acompanhando mensalmente a elevação dos níveis inflacionários oficialmente medidos;

6º) o fim da importação de produtos agrícolas e a criação de estoques reguladores;

7º) tratamento diferenciado para o pequeno e médio e o grande produtor agrícola, objetivando uma reestruturação fundiária com as metas de produção, armazenagem e produtividade;

8º) reservar ao Nordeste pelo menos durante o fenômeno das secas 40% oriundos do Fundo de Desenvolvimento Nacional (FND) e 30% por cento fora do período de calamidade;

9º) juros de custeio para toda a agricultura praticada na região, e não apenas para alguns produtos;

10) a destinação de recursos do INAM, LBA e FAE aos Governos dos Estados para que possam adquirir produtos na própria região, e não importá-los de outros centros;

11) repasse aos Estados mais atingidos pela calamidade da seca 40% dos fundos especiais FAS e Finsocial;

12º) encontrar uma vocação industrial para determinadas áreas da região visando ao melhor aproveitamento de suas matérias-primas;

13) apoio à proposta do Deputado Uldorico Pinto, para que a União decrete dívida zero dos Estados nordestinos, incorporando seu passivo e cobrando apenas, em auditoria, empréstimos irregulares.

Propostas emergenciais aos Senhores Ministros

Não é nosso desejo voltar a ver o restabelecimento das inoperantes e improdutivas frentes de trabalho que em nada acrescentaram à região, porque as primeiras chuvas, após a estiagem, invariavelmente carregam com elas as pequenas e mal projetadas obras. Ocorre, no entanto, que as medidas anteriormente sugeridas como solução para o grave problema da seca demandarão tempo para serem implementadas, enquanto a barriga do faminto agricultor não pode mais esperar pela boa vontade dos homens do Planalto, diante do desemprego, da fome do êxodo e da miséria absoluta que dominam a sofrida classe do campo.

Desta forma, propomos que os contingentes emergenciados desviam sua ação para meios mais aproveitáveis dentro do programa das frentes de trabalho, atendendo aos pequenos e médios produtores cujas terras estão completamente desestruturadas por falta de recursos e por conta da política econômica que os levou à falência. O trabalho emergencial pode ser dirigido para a recuperação desses pequenos e médios sítios e fazendas, permitindo a que os proprietários, após a calamidade da seca, voltem a plantar

e produzir, e possam oferecer empregos aos emergenciados.

Seria uma forma do Governo recompensar aqueles de quem exigiu tanto, oferecendo-lhes condições de continuarem na terra, produzindo a partir do próximo ano, numa terra com infra-estrutura ocasionada pela mão-de-obra emergenciada, voltada para a construção de açudes bem planejados, cercas, silos, canais de irrigação artificial, poços, tanques, cisternas, caixas-d'água elevadas, cocheiras e outros serviços necessários.

Assim fazendo, creio que seremos todos atendidos, porque o trabalhador emergenciado de hoje vai garantir ao produtor uma terra capaz de lhe oferecer emprego após a seca, interrompendo o ciclo da fome e procurando superar o da miséria."

Era o que tinha a dizer.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tive a oportunidade de apresentar, junto à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, proposição determinando seja incluída, entre as atribuições privadas do Congresso Nacional, a aprovação prévia da realização de obras e serviços públicos cujo valor ultrapasse cinco por cento do Orçamento Federal.

Inspirou-me, na formulação dessa emenda, a obstinação em se realizar, a qualquer preço e urgentemente, a despeito da grave crise econômica que assoberba o País, a famigerada Ferrovia Norte-Sul, de custo elevadíssimo, estimado que foi em dois e meio bilhões de dólares, equivalente a mais de oitenta bilhões de cruzados, ou seja, mais de treze por cento do Orçamento de Despesa para o exercício financeiro de 1987, fixado pela Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, em 591 bilhões de cruzados.

Ora, comprometimento tão significativo de recursos orçamentários, notadamente numa fase de extremas dificuldades financeiras, só deveria ser admitido após prévia manifestação e aprovação do Congresso Nacional, o que, por certo, contribuiria para maior segurança do investimento e escolha do momento oportuno para sua efetivação, como convém ao interesse público.

Em razão, pois, da oportunidade da medida que proponho, que envolveria a participação e a responsabilidade do Congresso Nacional na realização de obras para as quais fosse necessário grande aporte de recursos, não tenho por que não acreditar venha, a emenda de minha autoria a ser acolhida pelo ilustre Relator, Constituinte Egydio Ferreira Lima.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituinte é fruto exclusivo da luta política de nosso povo. Ela expressa os anseios de liberdade e a vontade de participar de todos os que tomaram vitoriosa sua campanha. Nasceu da aspiração maior que têm os brasileiros de decidir seu futuro. Decidir o Muro é ser sujeito do próprio destino, construindo-o segundo os princípios da democracia participativa.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é preciso o exercício pleno da cidadania, que a atual Constituição não assegura, exigindo-se que a

Constituinte venha, no seu desempenho e trabalho, respeitar a vontade soberana do povo brasileiro, promulgando uma Constituição à altura das necessidades da Nação.

Sabemos que as classes dominantes e seus serviços mais tradicionais – não toleram entraves à sua ganância nem ao controle do poder que hoje detém. Devemos lembrar como investiram contra a idéia da Constituinte. Afirmavam que desejávamos desestabilizar o Governo. Na verdade, queriam apenas ganhar tempo. Aliás, é sempre este o seu procedimento. Tudo fazem para preservar a concentração de poder, e uma Constituinte livre e soberana não os interessava. Passado o tempo, os donos do poder assumiram a bandeira da Constituinte, desde que coexistisse com o Congresso Nacional, dentro de sua configuração partidária, sob seu irrestrito controle. E assim foi feito.

A fim de assegurar a hegemonia dentro dela, através da eleição de 15 de novembro, editaram o golpe do Plano Cruzado. Ganharam a eleição com larga margem de vantagem, mas não como perfil direitista almejado. A Constituinte não será dócil como pensavam, nem ficará de cócoras diante da Forças Armadas, como ficou o Congresso Nacional até a legislatura passada.

Diante dessa realidade, tentam intimidar pela desestabilização da vida política, econômica e social de nosso País. As Forças Armadas montam um poderoso **lobby** na Constituinte. Um casta de cerca de 2.000 oficiais quer continuar tutelando o povo brasileiro. Isso não poderá ser admitido.

É bem verdade: o povo foi enganado. Contudo, também reconheçamos uma outra verdade: o povo não saiu do cenário político – isso vem incomodando os poderosos do dia.

Todas as forças políticas reacionárias tentam inviabilizar a participação popular na Constituinte. Estão todos na arena política. Tradicionais corruptores e corruptos, dilapidadores do Erário e antigos entreguistas se unem para que não seque o cocho que sempre os atraíu. A esses cabe a responsabilidade pelos caos administrativo, financeiro, político e social que penaliza o povo brasileiro há mais de duas décadas.

No entanto, o momento é muito mais grave do que antes. Nunca houve na vida de nosso País tamanha subversão da ordem como a que planejaram e implantaram as chamadas autoridades brasileiras. Não são dignas de nossa rica e grandiosa terra. Tanto desvario somente é possível diante da ambição sem limite e da mais exacerbada sede de poder registradas na História pátria. Essas ditas autoridades são capazes de tudo. Moral e decência só no discurso. No luxo dos palácios e na penumbra dos gabinetes ministeriais, vale tudo. Não saem da memória casos como o do Rio centro, Capemi e caso Baugarten, entre outros crimes escandalosos, sem esquecer o Para-Sar.

Essa desestabilização política e econômica tem endereço certo: a Constituinte. Querem intimidar os Constituintes. Não conseguiram o controle eleitoral esperado e então insistem em ameaçar e amedrontar. Tudo por que a concentração de poder ainda existente está perigando e surgiu nos Constituintes a resistência ao continuismo. De qualquer forma, há uma desestabilização crescente, com o objetivo de justificar o golpe militar. É contra tal objetivo que o povo deve consen-

tizar-se e vir, de fato, a exercer maior pressão sobre os Constituintes, para que seja promulgada uma Constituição que traduza sua vontade soberana, sem aceitar provocações escancaradas e sem cometer os erros do passado.

Vejamos como estão a provocar o povo brasileiro. Querem provocação maior do que a inflação acelerada pela vontade do Governo? Foi de 27% a inflação no mês de maio, a maior inflação mensal já apurada no País. Caminhamos para o recorde de 1500% de inflação num só ano. Todos sabem que a inflação é um mecanismo de transferência de renda. Estão, pois, despidorada e descaradamente expropriando o trabalho dos brasileiros. Quem paga essa inflação são os trabalhadores e os que exercitam suas atividades em favor da economia nacional. O Governo não tem como contestar esta afirmação, pois já demonstrou ser capaz de acabar com a inflação. ação. No Cruzado reduziu-a a índices toleráveis, mas depois fez com que ela voltasse ao cenário econômico, por motivos óbvios. Se a inflação prejudicasse a todos, ela não duraria uma semana. E hoje não é mais possível esconder o enriquecimento ilícito, criminoso e desumano de empresários, banqueiros nacionais e multinacionais através da inflação.

Em virtude dos desordenados aumentos de preços, a cesta básica passou a representar 92,26% do salário mínimo, ou seja, Cz\$ 1.385,88. Notem bem: é o preço da cesta para apenas uma pessoa. Nesta condição estão cerca de 20 milhões de famílias brasileiras. Ora, não há como negar: o salário mínimo não oferece condição sequer para uma pessoa sobreviver ou reproduzir sua força de trabalho, quanto mais para uma família, como determina a lei.

A dívida interna, tão pouco comentada, fruto da política governamental, é muito mais penosa e perversa para o País do que a dívida externa. Ela é a maior causadora da hiperinflação de nossos dias. Como maiores credores, até onde se sabe, estão o Citibank e o Bradesco. Os bancos estrangeiros não se satisfazem só com nossa dívida externa: sangram sempre nossa economia, por duas vias: as dívidas interna e externa. Segundo o insubmissô e íntegro jornalista Hélio Fernandes, os maiores responsáveis por essa dívida externa são Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, cúmplices no esbulho de nossas riquezas e de nosso trabalho. Deveriam estar na cadeia. Por responsabilidade deles, a dívida saltou de 3 bilhões para 110 bilhões de dólares, de 1964 a 1984. Mário Simonsen "pegou" a dívida externa em 1974 com 40 bilhões de dólares, deixou-em em 1979 com 80 bilhões também de dólares, lógico. Dentre esses, os entreguistas de ontem e de hoje, dois deles são Constituintes, e o outro é vice-presidente do Citibank, que em sua gestão passou de 4º para 1º credor do Brasil. Hoje estamos com os pagamentos externos da dívida interrompidos, mas as empresas continuam pagando-a ao Banco Central. Onde está essa fábula de dinheiro – 30 bilhões de morados ao mês? Não tenham dúvida: estão arrasando o País por dentro e por fora.

No momento em que todos esperavam novas diretrizes, o Governo anuncia as mesmas medidas de sempre: recessão, exportação, arrocho salarial. Isto é, querem o povo mais uma vez pagando a conta. Austeridade e seriedade são expressões que, se saídas em manifestação das chamadas autoridades brasileiras, não passam de vitupério.

Não há como acreditar nos homens de nosso Governo. O escândalo da Norte-Sul não exclui nenhum participante da concepção ou da trama que envolve o projeto. O Ministro dos Transportes, mal saído de outro grande escândalo, surge em destaque nesse da Norte-Sul. Uma vergonha a conclusão a que chegaram os responsáveis pela apuração da fraude da licitação para qualificar os interessados na construção da ferrovia.

Investimento ainda maior do que o da Norte-Sul será o da Usimar – Usina Siderúrgica do Maranhão. US\$ 3,8 bilhões. A questão de ser ou não oportuno o investimento desvia o debate para um ângulo secundário. Lá no Maranhão querem fazer o mesmo que fizeram nas demais siderúrgicas estatais. Irão implantar uma usina com tecnologia apropriada do carvão mineral. O custo dessa tecnologia é 3 vezes superior à de carvão vegetal. Isto é, com o dinheiro de uma faríamos três do mesmo porte. Tudo é feito segundo os interesses multinacionais. Sai do País nosso minério de ferro de graça. Entra o carvão mineral por um preço 10 vezes superior ao do minério que entregam: um crime contra a economia nacional. Que não venham alegar desmatamento para carvão. Com as terras disponíveis, podemos produzir carvão à sociedade, reflorestando. Quem desmaia é o pecuarista e explorador da madeira de lei. A transação do carvão mineral é obra do entreguista Eliezer Batista de Carvalho, da Vale do Rio Doce.

Como se não bastassem tantos escândalos, o Presidente Sarney passa a comandar o maior deles, em razão de sua opção por um mandato de cinco anos, feita publicamente, de forma ameaçadora, em flagrante desrespeito à Constituinte. A fim de assegurar seus interesses e os de seus amigos nacionais e multinacionais, resolveu permanecer no poder por cinco anos, e para "amolecer" os Governadores e os Constituintes está disposto a fazer a preparação do terreno – e essa preparação de terreno custará ao Erário cerca de 320 bilhões de cruzados. Uma vez concluído o rito inicial, isto é, após os convencionais terem votado os cinco anos para o Presidente Sarney, virá a outra etapa da fantástica operação, digna de um conto de mil e uma noites. Isto é, agora o que está sendo oferecido aos Governadores, cargos estão sendo rateados entre Constituintes, num verdadeiro vendaval de corrupção. Todos os que decidirem apoiar o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, na Convenção do PMDB, podem estar certos de que receberão o troco pela traição ao povo. Que respaldo pode esperar um Presidente com tais princípios de comportamento? Quem faz do Governo uma grande pociça, onde todos se chafurdam, não merece nenhum respeito, evidentemente. O colunista do "O Estado de S. Paulo", Geraldo Fortes, falando do grande leilão de cargos, foi complacente com o Presidente Sarney quando afirmou que ele "tem sido no mínimo condescendente com a corrupção mais descarada".

A quem apelar em face de tamanha desfaçatez? Ao Judiciário? Num passado não muito remoto, o Deputado Getúlio Dias teve de retratar-se porque afirmou ser o Judiciário "a latrina do Executivo". Na verdade, à exceção da atuação de raros juízes, os tribunais superiores não desmerecem a afirmação do Deputado. Apesar de tudo isso, ainda há Constituintes que buscam investir contra a proposta de um Tribunal Constitucional, diferente dos atuais tribunais e composto por minis-

etros sem os vícios dos atuais. Somente justifica tal posição a pretensão de chegar a ter assento em um dos tribunais superiores. Outra alternativa seria até mais grave. No caso desses tribunais, se não bastasse um passado de submissão ao Executivo, o Supremo Tribunal demonstrou para o que serve, e sempre serviu: passou por cima da lei, que assegurava o disparo do gatilho, e negou aumento aos servidores públicos de São Paulo – aumento justo, necessário, além de ser um direito adquirido. No entanto, como os demais servidores federais, os ministros julgadores, que se beneficiam com o disparo dos gatilhos, o negam a funcionários de São Paulo, em sua "sábia" decisão. Não titubeis, em afirmar: são os tribunais superiores, no mínimo, espúrios.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tamanho desgaste das instituições indica perigo iminente. A saída tradicional é o golpe militar. Não podemos esquecer que os generais de hoje participaram do golpe de 1964. Os interesses que os levaram a aplicar o golpe de estado são os mesmos que ora provocam a desordem na vida de nosso País. Eles estão de prontidão a serviço dos interesses hegemônicos multinacionais, em nome da segurança nacional – essa é a doutrina que inspira o despotismo estatal. Há poucos dias deram uma exibição de sua truculência nas greves dos portuários e petroleiros, numa demonstração evidente de que a democracia que conhecem é aquela por sobre a qual se ouve soar dos coturnos. Ao longo do tempo, o militarismo brasileiro vem deixando seu rastro. E nas pegadas dele expandiu-se a concentração de renda, a expropriação de nossas riquezas, o comprometimento de nossa economia com o capital multinacional. Um exemplo inequívoco: quando o general Geisel autorizou, em 9-10-75, os contratos de risco, determinou também que a Polícia Federal e o Doi-Codi impedissem qualquer reunião e manifestação dos trabalhadores, para que não investissem contra a traição nacional daquebra do monopólio da pesquisa e extração do petróleo em nosso País. No passado, pelas mesmas razões, sempre se armaram e reprimiram os trabalhadores. A exemplo do golpe de 1964, estão criando as condições para reeditá-lo a qualquer momento. Os militares deveriam considerar-se empregados do povo, e na nova Constituição, com certeza, esse papel de servidores do povo deve ficar assegurado. E nada mais.

A experiência mostra-nos que nessa altura da vida nacional não podemos admitir erros. Cada passo deve ser estudado, pois tudo está sendo feito no sentido de desmobilizar o povo e provocar uma retração do movimento sindical. O planejamento de nossa economia no rumo da recessão demonstra o que pretende a classe dominante. Com a recessão vem o desemprego em massa, como já está ocorrendo neste momento. O desemprego causa o refluxo no movimento operário. Demitir arbitrariamente, como fazem, só ocorre nos países subdesenvolvidos. Em nosso País, os empresários não aceitam as conquistas dos trabalhadores e o estabelecimento do equilíbrio de forças. No passado, muitos erros desviaram-nos do caminho correto, impedindo a conquista da estabilidade no emprego. Neste momento em que atuamos na Constituinte é uma imperativa necessidade, e prioridade, concentrar todo o esforço na votação dos direitos dos 'trabalhadores,

que têm como pedra basilar a estabilidade no emprego. Em seguida, a reforma agrária e os direitos políticos e coletivos, com todas as garantias inerentes a eles, devem estar assegurados no texto constitucional. A CUT, a CGT, as confederações de trabalhadores, nestes dias, devem esquecer outras tarefas e concentrar seus esforços e toda a força de que dispõem na aprovação dos textos de seu interesse nas comissões temáticas da Constituinte.

As entidades sindicais dispõem de pouco tempo, pois os empresários já se mobilizaram contra a estabilidade no emprego.

É vital essa conquista pelos trabalhadores. Sem estabilidade não há como se falar em direitos dos trabalhadores. É necessidade premente eliminar o poder de arbitrio de que dispõem os empresários, a dispensa imotivada, através do FGTS, concebido por Roberto Campos e Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, instrumento pior do que o AI-5. Sem que os trabalhadores conquistem a estabilidade e a livre organização, não haverá liberdade política.

Portanto, se as entidades sindicais negligenciarem ou se omitirem neste momento, se não lançarem toda a sua força de pressão sobre os constituintes, estarão traindo a classe trabalhadora e os interesses do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dizem que a diplomacia é a arte de mentir com inteligência ou de dizer as verdades como se fossem mentiras, tudo de maneira asseada, com fortes matizes de dignidade. Há pessoas, porém, que ainda não assimilaram tais hábitos.

Com um misto de decepção e surpresa, tomamos ciência de que alguns médicos, quicá entorpecidos pelo vinho da evidência, deixaram-se levar por um entusiasmo quase mórbido, revelando publicamente o seu desrespeito ao Código de Ética Médica, que não aprenderam lições de bom senso e elegância na abordagem de um tema, por mais doces que sejam os ares das metrópoles que habitam.

Recusamo-nos a nos manter silentes diante das suas intempestivas observações e de suas críticas alarmistas sobre a atuação de seus colegas. Olvidaram, com certeza, que a crítica acerba e tendenciosa sempre foi a arma dos desarmados. Por isso mesmo, com espírito elevado, chegamos a louvar e a perdoar o zelo com que, para justificar sua presença num poderoso veículo de comunicação, semeou a desconfiança no selo do povo, transmitindo-lhe notícias que não poderão levá-lo ao pânico e, por sua condição de leigo, motivá-lo à perda da confiança na inter-relação médico-paciente.

Chocou-nos a assertiva de que os exames laboratoriais são desnecessários na maioria das vezes, caracterizando-os como "pedidos para ganhar tempo", que as cirurgias cardíacas – ponte safena – são realizadas sem o menor critério, só por fazer. Faltou aos seus autores a grandeza de inconsequentes convictos da sua insensatez, que pode provocar um profundo impacto psicológico numa comunidade. No caso em tela, porém, chegamos a admirar a tolice dos seus sofismas, sem aplaudir a infelicidade dos seus conceitos.

Somos pelo aperfeiçoamento da assistência que é oferecida aos pacientes, pela indicação do melhor, do mais recomendado a cada caso.

E imprescindível que os lídimos médicos propugnem pelos seus ideais, que preservem a chama da sua vocação, tomando-a mais digna, mais respeitada. Não podem poupar esforços no sentido de que os médicos mantenham-se unidos e que a classe reconquiste a confiabilidade da opinião pública, impedindo que pseudodividides maculem os seus objetivos, que são os mais nobres.

Sr. Presidente, ocupamo-nos desta matéria para alertar a classe de que a ética médica deve ser intangível.

Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, política – eis o problema – e não de natureza técnica ou sócio-econômica, é a problemática da reforma agrária no Brasil.

Somente assim pode-se entender por que há décadas se debate e não se realiza a reforma agrária.

Somente razões de natureza política podem frustrar o equacionamento de um problema tão exaustivamente estudado e discutido.

Nem mesmo a polarização ideológica em torno do tema pode justificar o emperramento das iniciativas, vez que de há muito se comprehende – como pelo Professor Otávio Ianni – que a reforma agrária contribuirá decisivamente para fortalecer o sistema capitalista em nosso País, não sendo outra a pretensão do plano senão a de criar milhares de novos proprietários...

Se não se propõe a coletivização das terras, e tampouco a desapropriação maciça de propriedades, por que então a resistência a planos como o da reforma agrária mecanizada no Estatuto da Terra?

O estudo dessas razões nos leva a compreender, nos dizeres do Senador Roberto Campos, por que a idéia da reforma agrária foi remetida, de há muito, para o "congelador dos sonhos torturados".

De fato, apesar de facilmente assimiláveis no atual estágio do desenvolvimento nacional, os planos de reforma agrária têm encontrado no cipó das leis brasileiras o obstáculo decisivo, descartada a iniciativa revolucionária.

Assim, o momento constituinte é particularmente oportuno ao entendimento da problemática para que, pelo menos, se procure consignar, na nova Constituição, o patrimônio político da reforma agrária, tão arduamente conquistado ao longo da experiência das últimas décadas.

2. A estatura agrária

O grau de concentração da propriedade, apesar de já extremamente elevado, vem-se incrementando mais ao longo do tempo. Os dados mais recentes, conhecidos através do Cadastro de Imóveis Rurais, do INCRA (1985), dão conta de que: (1) Enquanto 326 latifúndios por dimensão reúnem cerca de 45 milhões de hectares, 2,8 milhões de minifúndios conseguem reunir área praticamente da mesma magnitude, ou 47 milhões de hectares; (2) de um total de 425,9 milhões de hectares aproveitáveis, em torno de 44% (cerca de 188 milhões de hectares) é "área aproveitável não explorada" (ou cerca de 8,5 vezes a área

do Estado de São Paulo). Destes 188 milhões de hectares, aproximadamente 80% pertencem a latifúndios por exploração; (3) a taxa de ociosidade (relação entre a área aproveitável não explorada e a área aproveitável total) é muito elevada entre as formas de propriedade rural "expropriáveis" na forma da lei: 45% para os minifúndios, 56% para os latifúndios por exploração e 74% para os latifúndios por dimensão.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural nos mostra que a concentração de propriedade tem-se agravado ultimamente. Em 1920 tínhamos 1.688 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, número que se manteve praticamente estável até 1960, atingindo a 1597 propriedades. Em 1970 esse número cai para 1.449. Em 1980, subiu para 2.345. Houve, pois, na década de 70, um agravamento terrível da situação. Se procurarmos saber qual a área desses estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, veremos que eles ocupavam, em 1920, cerca de 45 milhões de hectares. Assim permaneceu em 1950. Caiu, em 1960, para 38 milhões de hectares, e em 1970 para 36 milhões. Em 1980, esse número subiu para 60 milhões de hectares. Quase dobrou, portanto.

3 O excedente populacional e o êxodo rural

Os excedentes populacionais vêm aumentando e sua marginalização do sistema produtivo é crescente, provocando a dramática situação do trabalhador sem terra. Dados do recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - Mirad, indicam a existência de mais de 10 milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, isto é, nos minifúndios. De um total de 10 milhões e 600 mil, estima-se que 40% – ou 4 milhões e 260 mil são trabalhadores temporários, os conhecidos "bóias-frias".

Informações desse Ministério dão conta do crescente agravamento de marginalização do trabalhador rural, com o aumento constante do contingente de trabalhadores temporários, dada a sazonalidade do sistema produtivo agrícola.

Já o êxodo rural, o fenômeno das migrações para os centros urbanos, é amplamente conhecido e estudado pela Sociologia brasileira, pois que o destino final do imigrante é o grande centro urbano, e aí o resultado, num país que passou de 70% de população rural nos anos de 1950 para o inverso, ou seja, 70% de população urbana nesta década de 1980, evidencia uma verdadeira catástrofe.

Mais recentemente os brasileiros têm-se dado conta de mais uma etapa no dramático processo de migração do nosso homem do campo. É o êxodo dos sem-terra para os países vizinhos, culminando com sério problema político para o País.

4. O último plano.

Com base no artigo 61, inciso III, da Constituição, e art. 34 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964), o Governo aprovou, através do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

O PNRA tem como meta beneficiar, no prazo que vai de 1985 a 1989, 1 milhão e 400 mil famílias.

No projeto do I PND da Nova República, a reforma agrária é reconhecida como um dos principais compromissos do Governo, constituindo programa de alta prioridade no contexto da política na-

cional de desenvolvimento rural, cujo "objetivo central é aumentar o emprego, a renda e melhorar a sua distribuição, atuando sobre a estrutura fundiária do País sem desorganizar os segmentos produtivos".

O projeto do I PND 1986-1989 alinha, como implicações da reforma agrária, uma idéia concebida como programa de múltiplas intenções entre os fatores social, econômico e tecnológico.

Social, ao permitir a ampliação das oportunidades econômicas para os grupos sociais marginalizados de pequenos produtores e trabalhadores sem terra.

Econômica, ao proporcionar melhores condições de acesso aos recursos naturais e ao apoio oficial para expandir a oferta e reduzir os custos da produção de alimentos – segmento suprido de forma significativa pelo pequeno produtor rural.

Tecnológica, ao propiciar elevação da produtividade dos pequenos produtores e subsequente redução das profundas diferenças de níveis tecnológicos no setor rural.

O cumprimento desse conjunto de objetivos possibilitará o alcance de objetivos mais amplos, como o aumento da oferta de alimentos, a criação de novos empregos no setor rural e a diminuição das desigualdades regionais de renda.

5. As conquistas políticas

A função social da propriedade é consagrada pela Constituição. O direito de propriedade está explícito no art. 153, § 22 e sua função social asseguradas nos arts. 160 e 161.

O Estatuto da Terra, através do art. 2º, § 1º, explicita que a propriedade desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária não pode atingir qualquer propriedade, mas apenas aquela que não cumpre sua função social conforme prevê o Estatuto da Terra.

A expropriedade do latifúndio é conquista sabiamente definida no Estatuto da Terra, e carece de fundamento jurídico a distinção entre latifúndio produtivo e improdutivo. A classificação das propriedades como minifúndios e latifúndios já presume uma disfunção social, e, por isso, o legislador preconiza o seu desincentivo. A legislação privilegia somente a propriedade familiar e a empresa rural.

São estas, pois, conquistas fundamentais que servirão de ponto de partida para novos avanços quando da elaboração da nova Carta Magna.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estudando detida e detalhadamente os substitutivos elaborados pelas comissões temáticas, resolvi, na busca do aperfeiçoamento constitucional, apresentar onze emendas, no dia 9 de junho de 1987, sempre usando a agilização na busca da solução de nos-

sos graves problemas sociais. E o fiz perante as seguintes comissões temáticas:

A) Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

A primeira emenda visa a evitar a prisão civil – por dívida, ressalvado o caso de descumprimento de obrigação alimentar.

Embora o *nexus*, vinculação do corpo ao pagamento de dívidas civis seja anacronismo romano, não mais concebível nas sociedades modernas e democráticas, o Brasil tem excetuado tradicionalmente dois casos e admitido a prisão do devedor de prestação alimentícia e do depositário infiel.

Julgamos oportuna, dado à índole liberal do Anteprojeto do Relator, a supressão da hipótese concernente ao depositário infiel.

Consideramos, porém, totalmente desaconselhável a abolição da outra hipótese, atualmente existente, a saber, a do devedor de prestação alimentícia.

A supressão nos parece ainda mais surpreendente num texto que se inicia, como o presente substitutivo, enumerando a vida e a existência digna como direitos individuais invioláveis e refere-se, no art. 3º, I, c, à alimentação como fazendo parte do mínimo necessário ao pleno exercício do direito à existência digna, que é dever do Estado garantir.

Os alimentos são elementos necessários à sobrevivência, e quem os deve a parentes próximos, consangüíneos ou afins, deve ser compelido a pagá-los. Se foi condenado judicialmente a prestá-los é porque tem possibilidade de fazê-lo. A hipótese mencionada é, na maioria dos casos, a única maneira de tomar cogente a obrigação do cônjuge separado ou divorciado de fazer sobreviver a sua prole e o outro cônjuge.

A lei civil brasileira não permite renúncia à pensão alimentícia, e a idéia de suprimir totalmente o que consta do texto constitucional vigente, no art 153, § 17, parece-nos atentatório a esta garantia dada aos alimentados.

A cobrança de alimentos faz exceção a todas as regras processuais e diante do conflito entre preservar a liberdade individual ou garantir o direito à sobrevivência, optamos por este último.

Desta forma, nossa proposta estabelece:

"Dê-se à letra "d", do inciso XIX, do art. 3º, do Substitutivo do Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a seguinte redação:

d) – Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei."

A segunda emenda estabelece nova redação para a concessão de anistia.

Os critérios de concessão da anistia constante da Lei nº 6.683/79 e da Emenda Constitucional nº 26/85 já estão plenamente definidos e regulamentados.

A fixação dos limites de abrangência levou em conta a fase da vida nacional em que as punições foram aplicadas, assim como a época de elaboração dos dispositivos legais.

A Administração Pública deve expressar sua provação pela reintegração, levando em conta a oportunidade e conveniência.

A disciplina e a hierarquia serão terrivelmente comprometidas caso seja concedida a anistia aos punidos por atos administrativos, que, além disso vem de encontro às nossas mais caras tradições **ilegível**.

Assim sendo, nossa emenda está vazada no seguinte teor:

"Modifique-se do Substitutivo da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher o art. 49 e os §§ 1º, 2º e 3º, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 49. É concedida anistia a todos que, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, foram punidos em decorrência de motivação política, por atos institucionais ou atos complementares.

Parágrafo único. A readmissão ou a reversão ao serviço ativo dos servidores civis ou militares, beneficiados com a presente anistia, fica condicionada à exclusiva iniciativa, competência e critério da Administração Pública."

A terceira emenda, levou em conta os interesses do Estado em restringir as informações dos órgãos de segurança.

O direito de acesso à informação não pode ser amplo, irrestrito, ilimitado, devendo restringir-lhe o exercício, razão de interesse público, que somam inacessíveis as informações pertinentes a segurança e defesa do Estado.

Acresce que o direito como assegurado no texto em questão poderia vir a ser exercido por ato de mero capricho, em detrimento dos superiores interesses da Administração Pública e de forma tão generalizada que tornaria inviável e despropositado o seu atendimento.

Ademais, a matéria já está prevista em outros dispositivos do Parecer, assim, referida emenda statui o seguinte:

"Suprime-se, no art. 3º, IX, letras a e b."

A quarta emenda leva em conta que a expressão "entidades particulares ou públicas" alcançaria os órgãos públicos em geral.

Por outro lado, ao Poder Legislativo deveria competir a indicação dos casos em que o acesso à informação possa correr, para que ele não seja entendido como ilimitado, isto é, podendo ocorrer até mesmo em detrimento do interesse público. Assim, propõe-se:

"No art. 32, I:

Substituir a expressão "...inclusive as policiais e militares" por "na forma da lei."

A quinta emenda trata dos casos em que a quebra do "sigilo da correspondência e das comunicações em geral" é de previsão legal e defere ao legislador a competência para estabelecer os casos excepcionais em que essa medida possa ser admitida.

Não deveria, pois, o texto constitucional circunscrever essas exceções à necessidade de investigação criminal, limitando a competência do Poder Legislativo que, melhor meditando sobre tão importante questão, pode vir a identificar outras circunstâncias em que essa providência se justifique, como, por exemplo, a da existência de elementos estrangeiros dentro do território nacio-

nal, que atentem contra a segurança do Estado. Sugere-se o seguinte

"No art. 3º. VII, c:

Excluir a expressão "...por necessidade de investigação criminal".

A sexta emenda mostra que a atividade de informação, de modo geral, é fundamental para as decisões a serem tomadas na esfera do Poder Executivo. Restringi-las às hipóteses previstas nos dispositivos é comprometer a formação do convencimento do Presidente da República, no uso da sua competência constitucional.

Por outro lado, a matéria diz respeito a atividades ligadas à Administração Federal, devendo ser objeto não de norma constitucional, mas de lei a ser votada pelo Congresso Nacional, sugerindo-se o seguinte:

"No art. 3º VII, g:

Excluir esse dispositivo."

A sétima emenda tenta evitar que se materialize a negação de todas as etapas que conduziram à transição e à convocação da própria Assembléia Nacional Constituinte, propondo-se, em consequência, o seguinte:

"Suprime-se do Substitutivo da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher o Art. 44 e seus incisos I e II."

B) Na Comissão da Organização do Estado

A emenda visa a restabelecer antiga reivindicação sergipana nos seus limites com o Estado da Bahia.

A relevância da matéria leva-nos a reapresentar a presente emenda para apreciação desta Comissão que, temos a certeza, haverá de apreciá-lameticulosamente, especialmente porque a inclusão da regra proposta constitui necessidade premente para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Sergipe, sem chegar a prejudicar o Estado da Bahia, como se demonstrará a seguir.

Sergipe, o Estado de menor área territorial da Federação, pode ser apontado como aquele que apresenta desenvolvimento satisfatório da região nordestina. Qualquer acréscimo que lhe seja feito passará, dentro de pouco tempo, a integrar-se no progresso local, com vantagem para os Municípios desmembrados em seu benefício. Por outro lado, há uma vocação natural das populações do vale do Itapicuru, como da economia dos respectivos Municípios, no sentido de se ligarem à comunidade sergipana, ademais por uma questão de proximidade de Aracaju, muito menos afastada delas do que Salvador, de onde distam mais de cem quilômetros.

A anexação desses Municípios aumentaria a área de Sergipe, hoje de menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, dando-lhe uma aproximada extensão territorial do Estado de Alagoas.

Foi vitoriosa, na Subcomissão dos Estados, a tese segundo a qual o tamanho ideal de uma unidade da Federação abrange "área máxima de trezentos mil e área mínima de cem mil quilômetros quadrados".

O acréscimo proposto ainda deixa Sergipe com uma extensão territorial modesta, mas condizente com o desenvolvimento pretendido pelo Estado.

Essa é uma antiga reivindicação do povo sergipano, inicialmente baseada no Decreto de 8 de julho de 1820 e na Carta Régia de 5 de dezembro de 1822, continuando a questão dos limites com a Bahia a ser objeto de persistentes e fundamentadas opiniões em favor da restauração da superfície original de Sergipe, tanto mais quanto já constava, na Ata da Sessão do Conselho de Governo da Provinda, de 1º de junho de 1827, a decisão de que as fronteiras da Província chegavam até o rio Itapicuru.

Originalmente, quando da Conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, em 1590, a divisa de Sergipe com a Bahia era o rio Itapicuru. Com o tratado de armistício de Haya, de 12-1-1641, por 10 anos, ficava estabelecido o rio Real como limite da Capitania de Sergipe com a Nova Holanda Brasileira. Expulsos os holandeses, sedimentou-se por parte da Bahia o hábito de considerar o rio Itapicuru como a fronteira entre ela e Sergipe (Francisco Carvalho de Lima Júnior, "História dos limites entre Sergipe e Bahia", págs. 172 e 387 a 392). Há também o caso do povoado de Abadia, que se transferiu de local, avançando por terras reclamadas por Sergipe, aproveitando-se, dessarte, do rio Real. Seus habitantes recusavam-se a aceitar a jurisdição do Capitão-Mor de Sergipe e seus Governadores, o que complicou e retardou a fixação definitiva da fronteira no Itapicuru conforme mapa da época.

Em 1830 os dois Estados trocavam pareceres sobre o assunto, enquanto com Decreto nº 323, de 1843, o Imperador indicou os limites provisórios entre as duas Províncias, com a divisa além do rio Real. Em agosto de 1882 o Senador José Luiz de Coelho Campos profere discurso sobre a matéria e, com o apoio de Prado Pimentel (Barão de Estância) e Geminiano B.O. Goes, apresenta projeto à Assembléia Geral, advogando a causa de Sergipe. Menos de dez anos depois o historiador Dr. Felisbelo Freire, representante de Sergipe, apresentou a 4 de agosto de 1890, projeto restabelecendo os primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o Rio Itapicuru, contestados pelo Estado da Bahia.

Em 1920 toma-se público acordo firmado entre os Presidentes J.J. Seabra, da Bahia, e Pereira Lobo, de Sergipe, no sentido de constituir-se uma comissão de seis membros, três de cada Estado, para discutir o problema que, na base do laudo de um árbitro neutro, seria levado ao Congresso de cada um dos Estados.

Existe uma carta do Conde dos Arcos (8º) que, indevidamente, gerou jurisprudência a favor da Bahia. Há confusão e superposição de jurisdições, civis, militares e eclesiásticas, o que não implica, como não acontecia habitualmente, reflexos sobre a integridade do território fisicamente considerado. Confundiu-se a favor da Bahia, dada sua importância política e cultural, "jurisdição" com "território".

Algumas vezes, por conveniência administrativa, da Justiça e do Clero, houve dualidade hierárquica nesta região "rebeldes à lei" e "incidência de criminalidade e abusos". Até 1843 nenhuma lei alterou a fronteira no Itapicuru. Faltou a Sergipe mais agressividade em dar consequência ao protocolo de intenções dos Governadores, em 1920, J.J. Seabra e Pereira Lobo.

ALGUNS DADOS SOBRE BAHIA/SERGIPE

POPULAÇÃO	DENSIDADE	ÁREA
Bahia	336 municípios	9.597.393hb
Sergipe	74 municípios	1.156.642hb

Área e população dos municípios, hoje da Bahia, na área discutida e que ficariam do lado de Sergipe:

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	DENSIDADE	ÁREA
Jandaira	6.575 hb	9,58 hb/km ²	678 km ²
Itapicuru	19.690 hb	13,06 hb/km ²	1.508 km ²
Rio Real	19.246 hb	27,18 hb/km ²	708 km ²

Revelam esses antecedentes históricos que não se trata de um pleito novo de Sergipe, em relação à Bahia, mas de pretensão sesquicentenária, convictos os sergipanos de que a divisão Sul de nosso Estado deve ir até às margens do rio Itapicuru.

A fronteira do Itapicuru agrupa ao Estado de Sergipe, o menor do Brasil, uma área de mais ou menos 3.000 km², o que representa menos de 0,006% do território do Estado do Bahia, com área total de 559.951 km². Esta é uma excepcional oportunidade para que o órgão supremo da soberania nacional ponha a termo antiga questão até hoje pendente de uma solução definitiva.

Assim sendo, nossa emenda esta vazada no seguinte teor:

"Acrecente-se, no anteprojeto da Comissão de Organização do Estado, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. 14. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa como Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe.

Parágrafo único. Os Municípios localizados na área compreendida entre os rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe, na forma que a lei vier a determinar".

C) Na Comissão da Ordem Social

A primeira emenda veda a aplicação de recursos públicos para constituição e manutenção de entidades de Previdência Privada de fins lucrativos.

Indiscutíveis propósitos sociais justificam a previdência privada sem fins lucrativos, de caráter complementar, distinta da Previdência Social apenas pelos aspectos formais decorrentes da posição de cada uma, pois o pensamento doutrinário, fundado nos idéias sociais e na preocupação de poupar para prover a sobrevivência, a invalidez e a velhice está igual e uniformemente sistematizado na unidade do direito previdenciário brasileiro.

A sociedade precisa readquirir confiança de que as leis votadas pelo Congresso Nacional, como foi o caso da Lei nº 6.435, de 1977, que regulamenta e fiscaliza as atividades das entidades de previdência privada, serão respeitadas. Foi acreditando neste princípio que um milhão e oitocentos mil trabalhadores brasileiros apoiados por setecentas empresas que os empregam viram concretizar-se um ideal de justiça, tranquilidade e paz

social tão almejado e conquistado após longos anos de estudos, debates e negociações com os empresários e autoridades do País, atingindo hoje uma população assistida de cerca de seis ou mais milhões de brasileiros.

Desta forma, a presente emenda visa, portanto, a inserir no texto do art. 61 a expressão de fins lucrativos, com a finalidade primordial de preservar instituição de indiscutíveis propósitos sociais, que integralizam benefícios securitários, contemplam grandes massas desprotegidas, geram poupanças, resguardando o futuro dos seus beneficiários que contribuíram de seus próprios bolsos, por longos anos, para esse fim. Além do mais, essas instituições abrem frentes de emprego e dinamizam o desenvolvimento econômico nacional. Daí sugerimos o seguinte:

"Dê-se ao art. 61 do substitutivo da Comissão da Ordem Social a seguinte redação:

"Art. 61. É vedada a aplicação de recursos públicos, inclusive as receitas de empresas estatais, para constituição ou manutenção de entidades de previdência privada de fins lucrativos."

A segunda emenda visa a oferecer melhor tratamento, em termos institucionais, aos doentes mentais.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos verdadeira revolução no tratamento que recebiam os doentes mentais. Práticas antigas que os colocavam em hospícios, isolando-os da sociedade, foram suprimidas nesses países.

O tratamento moderno evoluiu muito com o aparecimento de novos medicamentos e psicoterapias adequadas e, hoje, não raras vezes, os doentes mentais são tratados no seio da própria família ou em hospitais comuns.

Com isso, aumentou a responsabilidade da família, da comunidade e das instituições de saúde pública e privada, na recuperação desses pacientes. Verificou-se, portanto, que o melhor modo de colaborar na sua reintegração era tratá-lo adequadamente com naturalidade e segurança. Tem sido lento esse avanço, já que grande parte da nossa sociedade encara esses distúrbios de forma preconceituosa, com misto de horror e consternação, proporcionando ao paciente condições inteiramente antiterapêuticas. O ideal seria considerar os doentes mentais com total simpatia e aceitação, evitando, assim, sua possível ruptura social. Mas estamos muito longe dessa integração.

A rejeição social, o preconceito e a degradação estão constantemente presentes quando se referem ao doente mental. Expressões pejorativas como "ele está louco, precisa ser internado", são empregadas corriqueiramente. Quando muitas vezes se afirma "ele deve estar louco" subentende-se que não houve concordância com o seu pensamento, ou está errado, ou é um indivíduo mau ou desclassificado. Trata-se, sem dúvida, do segmento mais rejeitado e marginalizado da nossa sociedade.

Assim sendo, temos uma enorme dívida social a resgatar. Medidas preventivas e curativas, visando a uma melhor integração do doente, devem ser prioritárias, inclusive a nível institucional.

A emenda que apresentamos visa a preencher importante lacuna no anteprojeto e tem exatamente o objetivo de reconhecer uma situação nada digna com que se submetem muitos brasileiros.

É imperioso, portanto, estabelecer na Nova Carta magna do País dignidade pessoal a esses cidadãos, fornecendo-lhes direitos mínimos de respeito e integração à sociedade.

O substitutivo do relator pretendeu abranger os doentes mentais quando incluiu os deficientes entre os amparados pela nova Constituição.

Por acreditarmos que existe significativa diferença entre o deficiente e o doente mental, resolvemos reapresentar a presente emenda.

A deficiência normalmente tem caráter irreversível. A doença mental não lesiona o cérebro, mas modifica a conduta de seus portadores. Habitualmente o doente mental tem o seu sistema nervoso central perfeito e não raras vezes trata-se de um evento episódico.

Por ter plena consciência e acreditar que os doentes mentais não estão atendidos no substitutivo do Relator, conforme se pretendera, reapresentamos a presente emenda com intuito de sanar qualquer dúvida na interpretação do texto. A norma legal deve ser clara para não pairar nenhuma dificuldade sobre o aspecto de sua abrangência e hermenêutica.

Desta maneira, nossa emenda reza:
Ao substitutivo da Comissão da Ordem Social incluam-se os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

"Art. 75 O Estado e a sociedade têm o dever de amparar os doentes mentais, mediante políticas e programas que assegurem participação na comunidade, defendam sua saúde e bem-estar, se possível em seus próprios lares; garantam condições dignas de vida; impeçam discriminações e preconceitos de qualquer natureza.

Parágrafo único. O Poder Público garante o tratamento em instituições apropriadas aos doentes mentais incapazes de suprirem sua própria subsistência ou de se regerem.

Art. 76. A responsabilidade penal dos doentes mentais será determinada em função da sua capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art. 77. Constitui crime inafiançável subestimar, estereotipar ou degradar doentes mentais por meio de palavras, imagens ou representações, através de quaisquer meios de comunicação.

Art. 78. A União, os Estados e os Municípios, em seus respectivos orçamentos, destinarão para assistência especializada das pessoas portadoras de doenças mentais no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos carreados para a saúde."

D) Na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

A emenda oferecida procura compatibilizar os textos dos anteprojetos da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso numa visão de Direito Constitucional mais genérica e ampla do adotado pelos anteprojetos da Subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, até então.

Procurou-se por um critério formal dar redação adequada à generalidade de uma Constituição, como também compatibilizá-lo, por um critério material, com o existente na Comissão da Ordem Social, nos termos do art. 54 do seu substitutivo.

Dai propomos o seguinte:

No substitutivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação substitua-se o art. 50 pelo seguinte:

"Art. 50. O planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade livre e responsável, na dignidade humana e no respeito à vida, é decisão do casal, competindo ao Estado, com a colaboração da iniciativa privada, colocar à disposição da sociedade recursos educacionais, técnicos e científicos para o exercício desse direito.

Parágrafo único. As pesquisas e experiências de genética humana dependem de autorização prévia dos órgãos competentes, não se permitindo inseminação **post mortem**, a maternidade substitutiva, os bancos de embriões humanos, a fecundação **in vitro**, a crioconservação de embriões e a procriação artificial com fins comerciais ou experimentais."

Estas foram as propostas que julgamos conveniente apresentar, nesta fase, perante este alto colegiado que é a Assembléa Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nordestino é um povo estóico, forte, no dizer de Euclides da Cunha, que sofre resignadamente tudo quanto o destino lhe reservou. Na sua formação religiosa, ele atribui à vontade onipotente do Senhor as desditas da vida temporal, acreditando firmemente que sua imolação corresponderá a justo prêmio que a sua alma, na imortalidade celestial, receberá com toda a certeza.

Uma força atávica o aprisiona à terra, companheira inseparável do seu infortúnio, da sua pobreza e do seu sofrimento. Terra e homem parecem ter sido feitos um para o outro, como a cumprir um mandamento bíblico.

Desta união indissolúvel resulta a fortaleza interior que não permite ao nordestino abater-se ante os flagelos da natureza. Ele resiste bravamente às prolongadas secas e às inesperadas e devastadoras inundações.

O nordestino somente se revolta contra o flagelo da incompetência e da insolência.

E este protesto ganha dimensões de verdadeiro clamor público quando uma cidade nordestina é palco de verdadeira pantomima, como aconteceu dias atrás em Souza, no alto sertão paraibano.

Para lá se deslocou, conforme a própria Imprensa nacional destacou, uma numerosa comitiva, integrada por cinco Ministros de Estado, à frente o Ministro Luiz Carlos Bresser, da Fazenda, quarenta parlamentares federais e inúmeras autoridades estaduais e municipais.

A expectativa dominante era a de que seriam anunciadas naquela ocasião prontas e eficazes medidas, acompanhadas dos indispensáveis recursos financeiros, para reduzir os terríveis efeitos da seca verde (chuvas fora de época), que sobrevieram após prolongada estiagem, e da brutal elevação das taxas de juros, dois fatores que estão causando a fome e o desespero de milhares de agricultores.

E o que responde o Sr. Ministro da Fazenda?

Simplesmente informa que o Governo não dispõe de recurso algum para socorrer os nordestinos.

A sua presença e a da lúzida comitiva fora apenas para constatar a seca, que o Sr. Ministro confessou nunca ter visto em sua vida.

Mas, os Ministros da Irrigação, Vicente Fialho, e do Interior, Joaquim Cavalcante, o primeiro do sertão cearense e o segundo do agreste pernambucano, precisavam ir até a Paraíba para ver o que é a seca? Ou a dolorosa tragédia é coisa que pertence ao passado, como reminiscência da infância?

Tão distante da realidade social e econômica mostrou-se o Ministro da Fazenda que chegou a sugerir aos agricultores que utilizem "mão-de-obra intensiva" e partam para maciças exportações. A linguagem técnica, de um economês pernóstico, não chegou a ser entendida pela gente simples da lavoura, que esperava o anúncio de liberação de recursos para salvar as pequenas propriedades agrícolas comprometidas com os empréstimos bancários.

Para dizer coisa alguma e para decidir nada, S. Ex.^a não precisava sair de seu confortável gabinete e ir até ao sertão paraibano chocar sua refinada sensibilidade de homem culto, consumado literato, cujas brilhantes idéias sobre economia já formam admirável antologia, provando que teoria e prática são realmente antagônicas entre si.

É paradoxal que o Governo, por seu mais autorizado porta-voz na área das finanças públicas

– O Ministro da Fazenda – proclame publicamente sua insolvência para socorrer os agricultores nordestinos, mas insista, de forma inexplicável, em construir uma ferrovia com custos iniciais de três bilhões de dólares e finais de aproximadamente vinte bilhões de dólares, empregando dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que se instituiu com finalidade de atender ao "social". Uma ferrovia que começou com fraude em sua concorrência e cujos resultados econômicos não foram ainda justificados, enquanto o povo nordestino morre de fome.

Deixo aqui, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o meu mais veemente protesto, fazendo coro à indignação que tomou conta do meu Estado, a Paraíba, diante da visita do Ministro da Fazenda

à cidade de Souza, que resultou inteiramente inócua, impertinente e insolente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os Krahôs do Norte de Goiás, cuja reserva, protegida pelos rios que a rodeiam, sempre foi havida como um santuário da condição indígena, começam à ser vitimados pela nossa moderna civilização. Segundo denúncia que me foi trazida pelo guarani Adão Irapitã, servidores ligados à Funai estariam ensinando aos Krahôs o cultivo da maconha, e que na aldeia Peixupé está surgindo em grande quantidade o plantio da erva, que vai sendo assimilada pelos nativos. Armado está um sujo mercado de venda e compra de maconha, negócio este que está sendo ampliado para toda espécie de drogas, fumo e bebidas alcoólicas. "A vida do índio na cidade goiana de Itacajá ficou triste" – afirmou Irapitã. "Em toda parte, são vistos índios caídos ou brigando entre si, doentes, bêbados ou maconhados."

Particularmente, não conheço até hoje depoimento de uma comunidade ou liderança indígena que seja favorável à Funai. Historicamente, os órgãos de proteção ao índio têm sido os agentes de extermínio da população indígena. No Paraná, a própria Funai é quem implantava serrarias para o corte dos pinheirais indígenas e absorvia a cumplicidade de todos os atentados contra as terras dos Kaigang, até hoje sob pendência de decisão judicial.

Basta de tutela infame. Num momento em que estamos escrevendo a nova Constituição do País, é preciso que reconheçamos o que a comunidade indígena vem solicitando: o direito de eles mesmos regerem o próprio destino. Não faz sentido a continuidade da Funai. O momento democrático pressupõe ao menos que se conceda aos índios o direito de se autogovernarem dentro de uma Confederação dos Índios do Brasil.

Os silvícolas estão cansados de ouvir a verdade "civilizada" de que os brancos é que sabem o que é melhor para eles. A exemplo dos Xavantes e Terenás, que estão organizados, inclusive com representação em Brasília, é necessário que através de uma verdadeira "embajada indígena" eles mesmos possam escolher os dirigentes de sua Confederação. As áreas indígenas serão invioláveis, e devem responder por crime de genocídio todos aqueles que, direta ou indiretamente, têm introduzido práticas que vêm culminando com a degeneração da espécie.

É pelo reconhecimento do direito de se organizarem e regerem o seu próprio destino que, sem tutela ou doentio protecionismo, estaremos contribuindo pelo surgimento de um novo dia para os filhos nativos do Brasil.

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, rigorosa investigação sobre o endividamento externo do nosso País foi sempre a bandeira do PMDB e demais partidos de oposição, levantada nos comícios e nas tribunas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e Assembléias Legislativas.

A nossa dívida, que era de 2,5 bilhões de dólares em 1964, provocando do Marechal Castello Branco a classificação do nosso País como "massa

"falida", acabou por se transformar em mais de 100 bilhões de dólares ao final do governo do general João Baptista de Figueiredo, transformando o Brasil no maior devedor do mundo.

Em 1990, segundo previsões as mais otimistas, essa incontrolável "bola de neve" terá atingido à cifra de 140 bilhões de dólares.

O brutal endividamento do País, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ocorreu nas últimas duas décadas, sob um regime que nenhuma satisfação prestava de seus atos à sociedade. Um Legislativo manietado e uma imprensa garroteada não dispunham de condições para exercer livremente seu papel fiscalizador.

Enquanto isso, os gestores prepotentes da economia assumiam pesadíssimos encargos financeiros em nome de um suposto desenvolvimento, que acabou se revelando fantasioso sob a mentirosa aura do chamado "milagre brasileiro". Os governos se atiraram a arrojados projetos, sem avaliar seus reais custos, animados pela generosa oferta dos petrodólares árabes, intermediados pelos banqueiros internacionais. De triste memória são a Transamazônica e a Ferrovia do Aço, a primeira inundada pelas águas da barragem de Tucuruí e a segunda transformada em sucata e com seus túneis habitados por morcegos hematófagos. Nessas duas inacabadas obras foram enterrados bilhões de dólares, que fizeram elevar ainda mais a dívida externa, sem nenhum retorno à Nação.

Construiu-se, ainda, a ponte Rio-Niterói, obra envolta em sérias suspeitas quanto à idoneidade técnica e quanto à probidade na aplicação dos recursos financeiros.

E a binacional Itaipu, cujos custos tiveram uma avaliação inicial não superior a 5 bilhões de dólares, logo passaria a despender 15 bilhões na moeda estrangeira, segundo surpreendente revelação do seu então presidente, general Costa Cavalcanti. A empresa, por sua feição jurídica, é inatingível de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União e ninguém sabe como o dinheiro é ali administrado. Itaipu causou sérios prejuízos à região em que se instalou e ao próprio Paraná, pelas perdas de vastas áreas agricultáveis, pelo deslojamento de centenas de famílias de agricultores e pela queda de receita do Estado, com sua energia beneficiando os Estados do Sudeste.

A dívida externa está, portanto, associada a negócios e operações discricionariamente entabulados por autoridades destituídas de qualquer legitimidade.

Investigá-la é um dever irrecusável da sociedade civil e da classe política, notadamente agora quando o País ingressa no processo de democratização de suas instituições a partir da edição de uma nova Carta Constitucional.

Dai a nossa iniciativa, Sr. Presidente, em propor no âmbito da Constituinte a efetivação de uma auditoria sobre o endividamento externo do Brasil. Nossa proposta foi acolhida na Subcomissão do Sistema Financeiro, de que somos membro efetivo, sendo incluída no anteprojeto do nobre Deputado Fernando Gasparian. Posteriormente, tal medida foi discutida e igualmente aprovada na Comissão temática e incorporada às Disposições Transitórias no texto substitutivo do nobre Relator Deputado José Serra.

Este substitutivo, que recebeu inúmeras emendas, deverá ser apreciado amanhã, a partir de 15h.

Ocupo esta tribuna para dirigir meu apelo aos ilustres membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a que votem conosco pela inserção definitiva, na futura Constituição, do preceito que obrigará à realização da auditoria sobre a dívida externa.

E também estendo o meu apelo às autoridades governamentais da área econômica, para que suspendam todos os entendimentos que vêm sendo promovidos junto aos credores externos até que sejam conhecidos os resultados da análise que o Tribunal de Contas fará sobre as operações de empréstimos externos.

Porque não é nem lógico e nem prudente que o Governo esteja mantendo permanente contato com os banqueiros internacionais em torno de uma questão ainda envolta em sérias dúvidas. Também consideramos desaconselhável a ida de missão de Senadores à Europa, aos Estados Unidos e ao Extremo Oriente para tratar do mesmo assunto.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já houve aqui, no seio da Câmara dos Deputados, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que concluiu pela existência de inequívocas irregularidades na celebração de operações em moeda estrangeira. Durante vários meses aquela CPI ouviu testemunhas, inquiriu ministros e autoridades e discutiu, até à exaustão, o problema da dívida externa brasileira.

Agora eu pergunto: no que resultou aquela CPI? Na prática, em nada. Mas teve grande importância, como autêntica denúncia e veemente libelo aos desatinos praticados nos governos autoritários.

A auditoria da dívida externa é um compromisso solene do PMDB. É um compromisso público dos partidos de Oposição. É uma exigência da sociedade brasileira, que está pagando alto preço social por uma coisa que nunca autorizou e até hoje nenhuma explicação convincente lhe deram.

Toda a Nação, Srs. Constituintes, deseja saber como foi contraída a dívida, onde foi aplicado o dinheiro e em que termos os agentes intermediadores abdicaram dos princípios da soberania nacional.

A auditoria deveria ter sido instruída juntamente com a moratória. Não o foi, infelizmente, e se perdeu precioso tempo, ensejando os credores a se recuperarem do impacto inicial produzido pela suspensão do pagamento dos juros. E hoje vemos, lamentavelmente, até ilustres corregedores nossos, que ontem pregavam o rompimento com o FMI e a declaração unilateral da moratória, usando uma linguagem diferente e até mesmo aceitando a ingerência, no nosso País, daquele organismo truculento que funciona como porta-voz do capitalismo selvagem na economia do Brasil.

Deixo a tribuna, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, com plena convicção de que o PMDB e as Oposições não irão trair seus compromissos assumidos junto ao povo, e que a questão da dívida externa, de profunda repercussão nos destinos do País, será enfrentada com coragem e patriotismo, sem hesitações e sem pusilanimidade, para que possamos ser dignos dos nossos contemporâneos e também dignos perante a própria História.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. FLÁVIO PALMEIRA DA VEIGA

(PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil entra, melancolicamente, no famoso "Livro dos Recordes", tão divulgado nos Estados Unidos, ao permitir que se pratique contra si mesmo taxas de juros bancários acima de 1.200% ao ano, superiores a 25% ao mês. Pode parecer realismo fantástico, mas essa tragédia já faz parte do cotidiano de todo povo brasileiro. Porque o problema não afeta somente os empresários, economistas e técnicos do Governo. A barbárie financeira atinge não apenas o cidadão capaz de procurar uma financeira para obter algum dinheiro, ou somente alguns milhões de empresários – do micro ao grande – que batem às portas dos bancos buscando capitais para investimento, custeio ou giro. A subida e resistência astronômica das taxas de juros no mercado brasileiro é um fato que, direta ou indiretamente, atinge toda a população, especialmente, e mais dolorosamente os pequenos – os trabalhadores e microempresários. Para estes, a situação é terminal, desastrosa, de infortúnio e medo.

A Imprensa registra diariamente as enormes dificuldades, as injustas penas que têm sofrido os pequenos empresários brasileiros. Informa-se que nos últimos seis meses cerca de 60 mil pequenos e microempresários já fecharam as suas portas, estão em concordata ou em processo falimentar. Vale lembrar, Sr. Presidente, que as pequenas somam 80% das empresas do País, a sua grande maioria. A cobrança dos juros exorbitantes, proibitivos, demitiu, até agora, avalia-se, cerca de 30% da mão-de-obra empregada nessas pequenas empresas. A situação é grave, de desestímulo e, pior, de desconfiança no Governo. As manifestações públicas de protesto e reivindicação têm sido diárias em várias capitais do País.

Há mais de um mês, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, já dizia que "as taxas de juros parecem mesmo ter escapado do controle da política econômica, fugindo de qualquer parâmetro imaginado pelos que traçaram os prognósticos mais pessimistas". Segundo ele, os patamares a que chegam as taxas de juros refletiam "uma desconfiança, para não dizer desesperança, em relação ao futuro próximo". Assinalava, então, o empresário que o clamor pela diminuição dos juros "deveria encontrar eco não só no Governo, mas também na classe política", ao tempo que pregava um "entendimento nacional" para sepultar a famigerada ciranda financeira e a lucrativa indústria ociosa dos que ganham com a inflação, sem produzir. Natural e imediatamente, os pleitos dos empresários, como de resto, de toda a Nação, reverberaram nesta Casa. O nosso ilustre Presidente Ulysses Guimarães agia junto ao Executivo, ia ao encontro do Presidente Sarney, e declarava à Imprensa que "quando os juros estão altos, é como uma doença grave. Se não for combatida, trará consequências sérias para o doente, que no caso é a Nação".

O ex-Presidente do Banco Central, Francisco Góes, no seu discurso de posse, insinuou que o Governo estaria disposto a manter os juros em níveis reais, isto é, acompanhando a inflação. Quando disse do "perigo de cedermos à tentação de utilizar métodos artificiais para se administrar o padrão monetário". Manifestou ainda o ex-Pres-

dente do Banco Central a preocupação do Presidente Sarney e do Ministro Funaro com "a escalada desenfreada e especulativa das taxas de juros, beneficiando alguns poucos". O antecessor do Sr. Francisco Gros dizia que o nível das taxas de juro era consequência automática da inflação. Outros economistas e técnicos do Governo asseveraram ao contrário. O importante, Sr. Presidente, é que, teorias e discussões acadêmicas à parte, medidas – artificiais ou não, intervencionistas ou não – têm de ser tomadas imediatamente, visando a corrigir este desmantelamento, esse lucro desenfreado, que penaliza a economia nacional, com resultados sociais extremamente negativos para todos. Até um diretor de banco chegou a dizer que "se alguém tem a coragem de contrair um empréstimo a juros de quase 1.500% ao ano, ou é louco ou não tem a intenção de pagar".

Enfim, Sr. Presidente, a situação é difícil adversa, penosa, proibitiva mesmo, para quem quer trabalhar e produzir. O desemprego e a fome são os filhos da especulação que retorna céleres e revigorada, perseguindo a recessão que muitos já anunciam presente. Creio que a luta contra a inflação não deve esmorecer. Ela é, sem dúvida, o fator determinante de tais descaminhos. O Governo deve agir realisticamente, é verdade, mas não incorrer no erro de fixar, no mês passado, a média de remuneração das Letras do Banco Central – LBC – em cerca de cinco pontos percentuais acima da inflação. Se os juros devem ser reais, não podem ultrapassar a inflação, inimiga que o Governo combate. Isto provoca, inexoravelmente, uma estagnação das atividades produtivas.

Sr. Presidente, sem choques ou emoções, sem demagogia ou mentiras, o Governo precisa enfrentar realisticamente a questão que, a cada dia, se torna mais sufocante e mortífera para a tão frágil e dependente economia brasileira. Este é o apelo que faço ao Presidente Sarney e à sua competente e corajosa equipe econômica.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, o magistério de todo o País está envolvido, em maior ou menor grau de agitação, num processo de reivindicações das mais justas e preocupantes, uma vez que sua área de atuação é básica para o processo de formação da juventude e, consequentemente, para o crescimento da consciência de nacionalidade e preparação do futuro da Pátria.

Ser professor, no sentido lato do termo, significa dedicação diuturna; trabalho que não se extingue no horário de aulas, pois exige preparação e planejamento da matéria a ser exposta em classe, correção de provas e trabalhos, etc. Isso exige dos mestres pleno empenho no exercício da profissão, ocupando noites, fins de semana e quanto tempo mais possam eles dispor.

Compromete-se, assim, os horários dedicados ao lazer e ao necessário repouso físico e mental, com sérios desgastes para a saúde daqueles que pretendem desempenhar plenamente o mister a que se propuseram.

Em contrapartida, todavia, a remuneração que lhes é atribuída, seja pelas escolas particulares, seja pelos estabelecimentos oficiais é irrisória.

Além disso, a infra-estrutura material que a maioria das escolas põe à disposição dos professores é quase sempre deficiente, exigindo-lhes

um esforço extra para superar essas falhas, das quais as escolas procuram eximir-se ou justificar com argumentos pouco convincentes.

Já é mais do que sabido que os professores, para poderem manter-se mais ou menos dignamente, são obrigados a submeter-se a um número cada vez maior de aulas, que é a unidade de medida de seus vencimentos, comprometendo a saúde, o necessário convívio familiar e demais afazeres pessoais, num sobre-esforço continuado e nem sempre compensador, do ponto de vista financeiro.

Trabalhar nessas condições não é, nem poderá ser nunca, uma atividade produtiva e eficiente, como deveria ser a dos professores.

Legisladores que nos antecederam compreenderam e reconheceram o quanto desgastante é para a saúde o exercício do magistério e a sobrecarga a que estão expostos, reconhecida pela medicina como anormal e além do suportável pelo comum das pessoas e, diante disso, concederam à classe o direito à aposentadoria especial, após 25 anos de serviço.

É essencial e da mais lídima justiça que a conquista dessa medida de exceção seja respeitada e mantida no novo texto constitucional, pelo que de mérito traz em seu bojo e pelo extenso alcance social.

Muito se tem falado sobre a necessidade da educação, que deve ser considerada dever do Estado, tal sua importância e imprescindibilidade.

Ora, educação sem professores capacitados não existe, e só poderemos contar com um corpo docente de bom nível a partir de salários justos e do reconhecimento dos benefícios a que fazem jus, como a aposentadoria especial.

Espero, pois, como, aliás, esperam também todos os professores brasileiros, o máximo de compreensão e respeito pela classe no momento de determinar, na Constituição, seus deveres e direitos, de maneira que nenhuma conquista até hoje efetivada seja suprimida e, se possível, se acrescente alguma coisa a mais, no sentido de incentivar e tornar um pouco mais gratificante tão árdua missão.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estão se tornando angustiantes as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores do Maranhão para pagarem os empréstimos contraídos com o Banco do Nordeste e do Brasil, com a finalidade de custearem as despesas de cultivo de suas lavouras.

A situação dessa gente é desesperadora, verdadeiramente calamitosa, pois a falta de chuvas na época própria acarretou a perda total do dinheiro e dos esforços investidos no plantio.

Lamentavelmente o BNB está demonstrando insensibilidade ao problema dos produtores agrícolas maranhenses, ao contrário do que seria de esperar, neste momento em que se precisa estimular intensamente as atividades rurais, imprescindíveis ao abastecimento interno e à exportação dos excedentes.

Sem dúvida nenhuma a atual conjuntura do País, em matéria econômica e financeira, está assumindo contornos inquietantes e demanda uma postura de maior compreensão e flexibilidade por parte das grandes instituições financiadoras dos empreendimentos considerados prioritários, na

estratégia de atendimento às necessidades vitais dos setores produtivos.

É imperioso, portanto, que se conceda uma anistia temporária à dívida dos pequenos agricultores maranhenses, tirando-os da aflição em que se encontram e liberando-os para se dedicarem ao normal prosseguimento dos trabalhos agrícolas com os quais obterão recursos para a posterior liquidação dos seus débitos.

Faço veementemente apelo a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, no sentido de autorizar o referido benefício aos lavradores do Maranhão, que estão desalentados, quase agonizantes ante a possibilidade de serem executados, por inadimplência, pelo Banco do Nordeste do Brasil.

Tenho a certeza de que o Governo Federal não negará socorro a esses brasileiros que, trabalhando a terra, engrandecem o Brasil.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no segundo trimestre do ano passado, em plena florescência do Plano Cruzado, o País inteiro viveu momentos de euforia, enquanto o produtor se sentia encorajado para promover maiores investimentos em suas propriedades agropecuárias, principalmente quando os empréstimos para esse fim venciam juros de três por cento ao mês.

Milhões de pequenos proprietários rurais, com glebas de pequena ou média extensão, talvez representando oitenta por cento os que detinham menos de cem hectares, fizeram contratos de empréstimos agropecuários no valor médio de cento e cinquenta mil cruzados e vinham mantendo o seu entusiasmo, até o Plano Cruzado II, que anulou todas as perspectivas promissoras abertas pelo seu antecessor.

Repentinamente, no primeiro trimestre deste ano, os juros bancários se elevaram a mais de vinte por cento, para responder a novo surto inflacionário.

Nenhum agricultor – quando todos gastam dinheiro durante o ano inteiro, até a venda da safra, sem outra fonte de renda – tem como suportar semelhante majoração. Os outros se defendem contra a inflação, reduzindo o consumo, desistindo da aquisição de coisas mais caras, buscando outras fontes de renda. Mas o agricultor e o pecuarista não têm onde cortar despesas. Se o segundo pode antecipar a venda do seu plantei, quando não vende diariamente o leite, o primeiro tem de aguardar a safra. E vai esperá-la num clima de angústia, com os juros acrecendo o seu débito violentamente.

Muitos deles vão ter executada as suas propriedades pelos bancos, como garantia real, obrigados a trabalhar, se tiverem forças, em propriedades alheias. Por isso me pergunto um lavrador capixaba:

"Será possível a um pequeno produtor rural suportar tamanhos sacrifícios, após confiar no plano de estabilização econômica implantado pelo Governo Federal? Sempre cumprir com os meus deveres, mas sinto que o caos se aproxima, com medidas aplicadas contra quem acreditou que a economia se encontrava estável e por isso assinou tal contrato junto ao Banestes."

São milhões de proprietários nessa situação. E o Governo ainda não anunciou como vai socorrê-los.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna para registrar o meu apoio à proposta concedendo imunidade parlamentar ao Vereador e dando-lhe o nome de deputado municipal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as Câmaras Municipais de quase todo o País me endereçaram, a respeito, correspondência na forma de requerimentos, aprovados ali por unanimidade. Isto prova que aqueles políticos estão desejosos do nosso reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua luta e, por que não dizer, da nossa solidariedade, como Deputados Constituintes, em reconhecimento ao muito que significam para o Brasil.

Espero, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que, no momento em que vamos elaborar a nova Carta Magna de nosso País, saibamos reconhecer o representante municipal, este político que em todos os dias do ano está nos informando dos problemas e dos anseios dos eleitores que nos trouxeram a esta Casa, além de nos esclarecer sobre os problemas municipais.

Conceder-lhes imunidade parlamentar e o nome de deputado municipal não será nada mais que o reconhecimento pelo seu trabalho, pela sustentação que eles nos dão. Muitas vezes, quando na busca de soluções para os problemas de nossos municípios e de nossa gente, são eles desrespeitados, por não terem imunidade parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que, quando as Câmaras Municipais se manifestaram a favor da proposta, através de requerimentos, lá estavam todos os vereadores, desde os que têm o título e doutor até os homens simples do campo e da cidade. Mas todos com a mesma dignidade, com os mesmos anseios, com a mesma meta de trabalho, e também com o desejo e a certeza de que essa proposta será introduzida em nossa Constituição, num reconhecimento pelo árduo trabalho desempenhado pelos nossos vereadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MILTON BARBOSA (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, Vive a Nação brasileira um momento singular de sua História, entre a espera e a expectativa – ante a vontade de dias melhores na alvorada de seu horizonte e a incerteza dos dias que hoje vicejam. Estes dias são de expectativa e também de intransqüilidade. Fala-se da instabilidade econômica e da crise política, ao tempo que igualmente se joga com a oportunidade de se resolver todos os problemas defrontados, através da Assembléia Nacional Constituinte. É como se da Assembléia Nacional Constituinte se pudesse extrair as soluções de todos os problemas, confundindo-a com uma oficina de panacéias ou tenda de milagres. E aqui se pudesse de todo acender toda a esperança que se espera um dia ver alcançada como repositório da concórdia para que se construa o desenvolvimento da Nação e se alcance o bem-estar do povo brasileiro.

Entretanto, Sr. Presidente, não creio que de repente possam ser obtidos todas as soluções, a partir das intervenções, por mais bem intencionadas que fizéssemos, aqui no Congresso Nacional. Ao contrário, creio mesmo que não será possível o alcance de um caminho duradouro senão pela presença e participação de todos na construção de rumos novos que novamente se quer para o Brasil. E este tempo passa, não tenho dúvidas, primeiro pela estabilidade que se possa dar à obra de transição que realiza o Presidente da República, Dr. José Sarney.

Há que se entender, primeiramente, o momento de transição, por si só necessário ao atingimento de objetivos maiores, qual seja a construção e consolidação do regime democrático tão ansiado por nós. É de bom alvitre, igualmente, deixar claro que uma obra de ligação, uma ponte, não se constrói senão com denodo, paciência e ação conjunta. A ponte que ora se constrói precisa ser sólida, e isto exige tranqüilidade. Creio mesmo – cabe repetir – ser necessário o desarme dos ânimos mais acirrados para a consistência de obra de tamanha envergadura e significação político-institucional.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a esta altura, gostaria de concluir a todos os integrantes desta Casa do povo para refletirmos quanto ao encaminhamento das soluções tão reclamadas. No campo institucional, através de uma Carta Magna que reflita os mais colimados fundamentos jurídicos resultantes das aspirações do povo desta terra. Igualmente a situação política no que se relaciona à participação popular, há de ser assegurada como forma de permitir a ativação de mecanismos de controle dessa mesma atividade política como resultado igualmente davontade popular. E por que não insistimos nas soluções econômicas, através de maior produção e produtividade, ao invés de seguirmos o caminho da restrição e dos cortes de investimentos?

Cabe aqui, Sr. Presidente, por oportuno, destacar, por exemplo, o trabalho grandioso realizado à frente do Ministério da Agricultura pelo Sr. Ministro Íris Rezende. A resposta desta grande safra de quase 70 milhões de toneladas não é senão o reflexo de um trabalho paciente e intensa. Um trabalho de fé no homem laborioso do campo. O incremento de aproximadamente 20% de adubos e implementos agrícolas possibilitou tivéssemos um aumento substantivo da safra deste ano, como já ressaltei, superior a 65 milhões de toneladas.

Esse incremento, entretanto, não decorreu de cortes de investimentos ou restrições de crédito como ora tem sido anciado. Pelo contrário, é prova cabal de que o Brasil neste tempo precisa trabalhar. E trabalhar de maneira mais harmônica, intensa e irmanado num propósito, primeiro, pelo Brasil, depois, pelas possibilidades mais particulares. Antes não em atendimento aos interesses menores daqueles que tudo querem sem nada oferecer. Conclamo que marchemos para construir nesses próximos anos a transição mais forte por uma democracia maior. Esses períodos de instabilidades não são novos, é verdade, mas são sempre reflexos da instabilidade de interesses nem sempre sintonizados com o sentimento da maioria. Acirrar os ânimos, precipitar os acontecimentos e posicionar-se acima dos interesses do

País é jogar combustível no fogo, justificando como alternativa para apagar o incêndio.

Porém, o tempo é de se construir para a paz. A paz para o progresso. O progresso que se quer como trabalho para o desenvolvimento.

A Assembléia Nacional Constituinte deve ser o encontro das afinidades brasileiras para a sua tradução jurídica como expressão maior da vontade de todos.

Será a nova carta constitucional apenas a indicação dos grandes princípios por onde seguirá a Nação. A construção da obra maior, do Muro que se almeja, vem em seguida, embora não se propunha maiores demoras.

Correr com paciência a carreira que foi proposta deve ser uma dinâmica que se quer serena para se chegar ao alvo almejado. O País precisa de tranqüilidade para superar este momento de dificuldade que vamos atravessar. Esquecendo das coisas que atrás devem ficar, prossigamos para o alvo, em busca do prêmio de uma soberana vocação que se nos está proposta: a de sermos prósperos e livres.

Era o que tinha a dizer.

O S. ARTENIR WERNER (PDS – SC Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o ilustre Vereador Renê Cunha de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Sombrio, no Estado de Santa Catarina, enviou-nos, recentemente, ofício acompanhando requerimento aprovado por unanimidade pelos dignos edis daquele progressista município.

É solicitada, no referido documento, a nossa interferência junto às autoridades do setor com vistas ao atendimento de justíssima reivindicação, a qual passaremos em seguida a comentar.

Não obstante sua importância vital para a Nação, a Rodovia BR-101, que suporta, talvez, um dos tráfegos mais pesados do País, é tão precariamente conservada, estreita, cheia de curvas e mal sinalizada, que recebeu a alcunha de rodovia da Morte. Trata-se, sem dúvida, de apelido adequado, pois, lamentavelmente, é enorme e alarmante o número de acidentes com vítimas fatais ali ocorridos todos os dias.

Em Santa Catarina, a situação parece tornar-se ainda mais grave. Tão deplorável é a situação dos trevos de acesso daquela rodovia ao Município de Sombrio e à sede do Distrito, de Santa Rosa que o trânsito, tanto de veículos, quanto de pedestres, tem sido gravemente prejudicado, tornando aquela área uma região de altíssimo risco para os que nela trafegam, ensejando a ocorrência de incontáveis acidentes. Tais problemas datam já de muito tempo, eis que as rodovias nacionais estiveram, por longos anos, deixadas ao mais completo abandono, como é do conhecimento de todos. Nossa malha rodoviária, além de insuficiente para atender ao crescente aumento do número de veículos produzidos pela indústria nacional, não sofreu qualquer incremento, qualquer modificação, e, as insignificantes obras de reparo nelas realizadas ao longo de vários anos foram de pouquíssima monta.

Se quisermos, pois, dar vasão ao tráfego, expandir o escoamento da produção e, sobretudo, reduzir o elevado número de acidentes e óbitos em nossas estradas, mister se faz urgentes providências no sentido de corrigir as numerosas deficiências do setor, já totalmente saturado em al-

guns locais, ou inegavelmente obsoleto e desgastado em outros.

O pleito da Câmara Municipal de Sombrio é dos mais justos e oportunos: que seja executada a construção de um viaduto no trevo da BR-101, naquele Município, além do asfaltamento daquele trevo e do outro, na sede do Distrito de Santa Rosa. É ainda solicitada a duplicação da rodovia BR-101 em todo o Estado de Santa Catarina, medida essa de igual urgência e importância, não só para o nosso Estado, como para todo o território nacional.

Juntamos nossa voz à dos ilídios representantes do povo de Sombrio, lançando veemente apelo à Direção Geral do DNER e ao Sr. José Reinaldo, Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas as providências ora solicitadas, atendendo a tão justo anseio, que, de resto, é o mesmo de todo o povo catarinense.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos vivendo a maior crise política da história brasileira. Encontramo-nos frente a um governo tibio, desgastado pelas próprias contradições, que se caracteriza pela incapacidade de delinear qualquer rumo e que não apresenta um planejamento, um programa para as funções que lhe foram atribuídas.

Assistimos permanentemente as suas apresentações e manifestações em rádios, jornais e TV, a respeito de assuntos que nada têm a ver com a conjuntura do País e com o estado de caos que foi criado por administradores que se encontram no poder.

Fica parecendo até que temos dois Brasis. Um, que está colocado dentro da redoma palaciana, alheio e infenso a tudo que ocorre no dia-a-dia de cada cidadão brasileiro, e o outro que é a realidade por que passa o nosso povo, em todos os seus segmentos, e não condiz com o primeiro.

Não há um só setor da economia que se diga satisfeito com a política governamental. Jogaram o nosso povo num buraco tal que nem mesmo perspectivas e opções encontram os nossos irmãos, nesta hora. O desemprego, a recessão, os juros exorbitantes, as concorrências fraudulentas, a censura, a truculência, os desmandos, o descrédito, o empreguismo, o fisiologismo e os desacertos são a tônica maior do atual Governo.

Tudo isto, Srs. Constituintes, guardando as proporções, acontece também com os governos estaduais. No meu Estado, em Minas Gerais, os funcionários públicos (os professores e os servidores) encontram-se paralisados há mais de 45 dias, por reivindicações justas, como melhores condições de trabalho, com piso mínimo salarial, para garantirem os gatilhos que não são concedidos como reposição de perdas sofridas em seus vencimentos pela inflação escorchanha instituída por estes governos do PMDB. Partido que conseguiu, nas últimas eleições, enganar o nosso povo com promessas mentirosas, eleitoreiras, e que agora, encontrando-se no mando desta Nação e do nosso Estado, nega-se cumprir leis por ele mesmo instituídas.

Mais uma vez, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, fica, desta tribuna, nosso protesto contra a forma tirânica, despótica, opressiva, discriminatória com que o Sr. Governador trata os funcionários públicos do meu Estado, negando-se até

a abrir o diálogo e as negociações com a categoria. Chamo a atenção, em especial, dos Constituintes do PMDB mineiro, que se vangloriam de pertencer a maior bancada do partido nesta Casa, para a responsabilidade por eles assumida frente a esta situação caótica na qual se encontra o Estado de Minas Gerais, em mãos do Sr. Newton Cardoso. E lembro a todos que são co-responsáveis, pois a omissão, nesta hora, é a pior de todas as convivências. Ao invés de se preocuparem com frivolidades, com a troca de Ministros e cargos dos Ministérios, que cuidassem de pagar o servidor público de Minas Gerais.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo esta tribuna para trazer ao conhecimento da Constituinte e da Nação os termos do telex enviado ao Eminentíssimo Ministro Aureliano Chaves, de inequívocas posições nacionalistas, denunciando manobras na Constituinte visando à revogação do monopólio estatal do petróleo.

O telex que é assinado pelo Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho e pelo engenheiro Antônio dos Santos Maciel Netto, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPEF – é vazado nos seguintes termos:

"Ministro Aureliano Chaves
Telex (061) 1147 – Brasília – DF

Estamos nos dirigindo ao eminentíssimo Ministro para denunciar manobras na Constituinte visando revogação do monopólio estatal do petróleo. Manobras são promovidas por lobby poderoso, comandado pelo Senhor Roberto Campos, diligente servidor e patrocinador de interesses estrangeiros no País. Anteprojeto aprovado na Subcomissão de princípios gerais da ordem econômica representa grave retrocesso, porque não incorpora as atividades de refinação, transporte marítimo e em condutos, importação e exportação, integrantes do monopólio da União, há 33 anos, conforme Lei 2.004/53 e legislação complementar. Lamentamos e estranhamos que o texto aprovado, desconsiderando o parecer do relator e a vontade de mais de cinqüenta entidades da sociedade civil, tenha resultado de emenda do Deputado Rubem Medina – PFL – RJ. Lamentamos e estranhamos, ainda mais, que aquele deputado não tenha levado em consideração as inequívocas posições nacionalistas de Vossa Excelência, sempre voltadas para a preservação da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo.

Consideramos absolutamente indispensável apurar a veracidade de informações veiculadas pelo Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 4-6-87, página 10, segundo as quais referido deputado teria interesse pessoal na revogação do monopólio da União, uma vez que recentemente se associou a grupos estrangeiros, ligados ao transporte marítimo de petróleo e derivados. Solicitamos todo empenho Vossa Excelência junto Constituintes PFL que integram Comissão de Ordem Econômica, para aprovação de texto

que garanta conquistas povo brasileiro, incorporando todos os segmentos da indústria do petróleo, já monopolizados pela União. Estamos divulgando teor presente telex para imprensa.

Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e contra os Contratos de Risco, **Antônio dos Santos Maciel Netto**, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPEF e Coordenador da Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e contra os Contratos de Risco."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR.JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, recebi do Sr. Joaquim Dourado, Presidente da Oragro – Organização Agrocomunitária de Rondônia, solicitação para que interceda junto às autoridades competentes para que se proceda ao assentamento de famílias na gleba Terra Firme, em Rondônia.

Anexo o referido documento, bem como cópia de carta enviada pela Oragro ao Dr. Odair Martini, Superintendente Regional do INCRA em Porto Velho.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Exmº Sr.

José Viana dos Santos

MD. Deputado Federal

Câmara dos Deputados – Brasília – DF

Ilustre defensor dos humildes:

Esta organização foi criada com o objetivo de interceder junto aos órgãos públicos em favor da classe trabalhadora. É fundamentada na Constituição Brasileira, bem como na Constituição Estadual.

Firmado nesta sólida base é que esta Diretoria intercedeu junto ao Incra, em favor das famílias (associadas e não associadas), que mantinham posses e pretendiam manter, na Gleba Terra Firme, Setor Cautarinho, BR 429-Destino Costa Marques.

A área em questão é matriculada no Incra (em Cartório) sob nº 635, fls. 137, Liv. 2-C, com uma área de 622.800 ha. CRI – Costa Marques, Comarca de Guará Mirim (2-8-80).

Do relato

Em reunião, nos foi abordado de que muitos associados iniciaram posses naquela região, próximo ao Núcleo Conceição. E sabendo que eles não tinham ainda uma determinada garantia por parte do Incra, achei por bem esclarecer que todos suspendessem os trabalhos até que esta associação tomasse melhores conhecimentos da área.

Level, portanto, o Sr. Daniel Corrêa junto ao Incra e fizemos ciente ao Sr. Superintendente daquele órgão, e obtivemos uma afirmação favorável para as famílias solicitadas.

Após inicio dos trabalhos, constatamos haver muitas outras famílias na área, inclusive com muitas benfeitorias. Daí surgiu a necessidade de formular um requerimento (doc. 02) anexo, solicitando do órgão competente um apoio, orientação, fiscalização. Pois de modo algum esta associação aceitaria que seus membros trabalhassem em desacordo as autoridades.

Dias depois, esta associação através de seu presidente, recebeu do Incra a afirmativa de que aquela área é total do Banco Mundial e, em consequência, o requerimento seria indeferido.

Diante de tal afirmação, esta associação enviou Nota de Esclarecimento a todos os associados

que estavam na região para se retirarem, ou que se permanecessem, mas sob o aviso de que a área não se destinava para colonos (doc. nº 3).

No dia 26 houve um movimento estranho – conforme doc. nº 4 – em que os agricultores nos remeteram um relato datado do dia 29 de maio, que nos causou surpresa. V Ex.^a como representante do povo de Rondônia, especialmente de Ji-Paraná, poderá ler, científicar, agir conforme a lei.

A Constituição Estadual de Rondônia, em seu art. 196, diz que as terras públicas serão destinadas a agricultores, com área não superior a 100 (cem) hectares.

A lei, tanto estadual como federal, garante a posse de quem nela trabalha, especialmente as "desocupadas".

A lei diz que em faixa de fronteira e margens de BR não será permitida grandes áreas para latifúndios.

Do pedido

Em face do exposto solicitamos, penhoradamente e em caráter de urgência, sua valorosa e fiel interferência junto ao Sr. Governador do Estado, Presidência Nacional do Incra, Ministérios que estão nesta eminência, e se possível até ao Presidente da República, no sentido de pôr fim nesta angustiosa situação, atendendo à população de Rondônia, como segue:

a) Que uma vez apurado (as testemunhas arroladas estão dispostas a provar em qualquer lugar em que forem chamadas) seja o funcionário responsável imediatamente substituído por outro, que seja pessoa idônea, indobrável, fiel ao governo e ao povo, pois:

"Diante de uma inflação exorbitante, de tanta injustiça social, da falta de emprego, da grande crise financeira, do impasse surgido irremediável até que seja homologada a nova Constituição – se V. Ex.^a Sr. Governador do Estado e demais autoridades que têm os mesmos ideais não intercederem em favor do pobre, especialmente o agricultor – breve haverá muitas vítimas fatais causadas pela fome, pelo desconforto, a desnutrição".

b) Que possa fazer uma observação: Se a área em questão é do Banco Mundial, em convênio firmado pelo Governo do Estado, Incra com o Banco Mundial, de modo que não pode haver colono, e como pode ser vendida pelo INCRA (conforme relatam) a fazendeiros? Estes fazendeiros, que expulsaram os colonos, exibindo um mapa do Incra, com revólveres, espingardas e outras armas perigosas difamando com palavrões o Sr. Governador do Estado e V. Ex.^a Deputado Federal, será que são agentes do Banco Mundial? É ainda notável saber que um destes fazendeiros já fora despejado por ordem judicial, e onde houve o escândalo da madeira, que envolveu uma série de autoridades.

c) Que em Costa Marques seja posto um chefe (desvinculado da máfia) que não esteja entrosado com os fazendeiros nem com os vendilhões de terras públicas.

d) Que seja permitida a volta das famílias, com proteção legal, e ainda a autorização da continuidade do patrimônio, (Núcleo Conceição) – a fim

de que as famílias possam habitar, trabalhar e amparar suas famílias.

No aguardo de sua urgente interferência assinamos: **Joaquim C. Dourado**, Ji-Paraná – RO, Presidente.

Ilmo^r Sr.

Dr. Odair Martini

DD. Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Coordenadoria Regional em Porto Velho – Rondônia

A Organização Agro-Comunitária de Rondônia – 7 FORAGRO", usando os direitos conferidos pelo art. 1º, dos Estatutos da Organização, cujos Estatutos fundamentam-se na Constituição Federal em vigor, no seu art. nº 153, e Constituição Estadual em seus arts. nºs 194 – incisos I, III, e 195, incisos I, II, III, V, V, VII e ainda 196 e 197, que em seus conteúdos dizem respeito à função social da propriedade, amparo à migração e fixação do homem ao campo, utilizando prioritariamente as terras públicas, assistência aos trabalhadores rurais, aos pequenos Agricultores e respectivas organizações, com os fins de propiciar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção, comercialização dos produtos, saúde e educação, ensino agrícola, incremento da defesa sanitária animal e vegetal, estímulo ao cooperativismo.

O art. 196 da Constituição Estadual diz:

"Art. 196. O Estado facilitará a fixação do homem ao campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento de terras públicas, facilitando aos posseiros de terras devolutas preferência para aquisição de área não superior a 100 (cem) hectares, desde que revele condições de torná-las produtivas por seu trabalho e o de sua família."

Baseado nestes princípios constitucionais. Senhor Superintende, é que a ORAGRO, através de um levantamento fiel, constatou a necessidade de amparo social entre a classe trabalhadora, pois Rondônia não dispõe, ainda, de fábricas e grandes indústrias que possam absorver um bom número de trabalhadores e, por isso, torna-se necessária a fixação do homem trabalhador ao campo, evitando o êxodo rural e a criação de tensões sociais como verificamos a todo instante.

Sabemos que o órgão que tem poderes para tanto é o INCRA, e cremos na sua atuação, especialmente em Rondônia onde o órgão é conduzido por jovem competente e fiel aos interesses sociais. Mas também sabemos que no momento não se dispõe de recursos suficientes para implantação de grandes e arrojados projetos, capazes de assentar, de imediato, todas as famílias que aqui chegam.

Sabemos, também, que o atual Governador sempre foi um político e homem voltado aos interesses dos pobres e sempre lutou pela causa do pequeno agricultor, e basilado nestes parâmetros é que esperamos alcançar os nossos anseios.

A Gleba Terra Firme, matriculada sob o nº 635, fls. 137, Livro 2-C, com uma área de 622.800 ha, município de Costa Marques e Guajará Mirim, possui condições para assentamento de muitas famílias. Verificando **in loco**, constatamos que nesta gleba já existem várias posses, e continua a crescer, todavia, desordenadamente, sem buscar do órgão competente as orientações necessárias.

Como temos associados cerca de 540 (quinquinhos e quarenta) famílias isto somente de trabalhadores rurais, com uma faixa etária entre 19 a 50 anos de idade, que realmente estão sem terra e cuja relação levaremos posteriormente à apreciação do Incra, para uma triagem a fim de verificar a exatidão e evitar fraudes, ou sejam pessoas que já possuem terras em outros projetos ou venderam sem permissão justificada.

Estas famílias, sob a direção desta mencionada Organização (ORAGRO), têm condições de contribuir com os serviços topográficos e outras despesas que se fizerem necessárias; e a ORAGRO se submete a fazer um trabalho junto aos órgãos governamentais no sentido de conseguir, como já iniciamos no patrimônio Conceição, posto de saúde, posto da SUCAM, escola rural, posto da Cobal, Rede Somar à outros, medida que surgirem as reais necessidades.

O pedido:

Ante o exposto, solicitamos penhoradamente, e em caráter de urgência, o assentamento destas famílias, conforme critérios adotados por esse colendo órgão, seguidos dos seguintes itens:

a) que o Incra, proceda o assentamento destas famílias, ou quantas Vossa Senhoria julgar procedente;

b) caso impossibilidade do Incra realizar, que Vossa Senhoria determine outro órgão ou entidade idônea para a devida realização;

c) que oferecemos como uma das opções, para colaborar nos trabalhos desde que seja programado e fiscalizado pelo órgão competente que é o Incra, isto não só quanto aos lotes rurais como aos lotes do patrimônio.

A ORAGRO, dispõe de Técnicos Agrícolas (3), Técnicos em Contabilidade (3), Agentes de Saúde (2), Assistência Social (1), Advogado (20) e professoras pedagógicas, inclusive com curso de pós graduação. Este pessoal trabalhará periodicamente visto que o pessoal da ORAGRO, segundo seu Estatuto, trabalha em caráter gratuito sendo remunerados somente nos casos necessários a trabalhos ininterruptos.

Queremos também que haja controle dos seguintes órgãos públicos:

a) IBDF;

b) IEF;

c) Instituto Estadual do Meio Ambiente;

d) Que após a designação do técnico que chefiará a Unidade Fundiária de Costa Marques, seja designado um dos técnicos para acompanhar os trabalhos, pelo menos na sua fase inicial;

e) que seja aprovada a Planta do Patrimônio, a fim de que os órgãos públicos de uma forma correta possam se instalar na região, pois a área é do INCRA;

f) fornecimento do Mapa Geral TP/01/85 (cópia), Setor Cautarinho, Plotagem das reservas indígenas, Parques Ecológicos e fazendas reconhecidas pelo INCRA, que devam ser respeitadas. Caso Vossa Senhoria opte peia ORAGRO, enviaremos **curriculum vitae** do pessoal disposto a trabalhar nesta grande investidura.

Para efeito de esclarecimento de Vossa Senhoria, queremos adiantar que Sua Excelência o Senhor Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, num gesto de reconhecimento e seriedade em que a ORAGRO se empenha e estar empenhada em ajudar as famílias pobres, pois esse é seu objetivo, e principalmente em fazer

justiça social é que esta entidade recebeu um telex do Dr. Dante de Oliveira, colocando-se como Ministro de Estado do Brasil à inteira disposição de nossa Organização. Queremos, naturalmente, contar também com o seu indispensável apoio e colaboração nesta jornada pacífica que não é minha, não é da ORAGRO, mas sim de todos aqueles que abraçam essa finalidade.

Termos em que pedimos e aguardamos suas acatadas ordens e deferimento.

Ji-Paraná, 15 de maio de 1987. —
Joaquim Campos Dourado, Presidente da Organização Agro-Comunitária de Rondônia.

ORGANIZAÇÃO AGRO-COMUNITÁRIA DE RONDÔNIA ORAGRO

Informação

A Organização Agro-Comunitária de Rondônia – ORAGRO, torna a público, que entrando com requerimento junto ao INCRA, no sentido de conseguir para os agricultores, a regularização do patrimônio, bem como a concessão de lotes rurais, obteve como resposta o indeferimento do pedido, alegando o Sr. Superintendente Regional do INCRA, Dr. Odacir Martini que esta área pertence ao Banco Mundial e por isso não poderá ser destinada à colonização.

Diante desta afirmação do órgão competente, a ORAGRO deixa claro que não se responsabiliza por quaisquer atos que porventura vier a surgir, digo, vierem surgir no tocante a perda do direito de quem entrar na referida área após este aviso.

Outrossim, ao pessoal nossos associados, não poderão envolver de espécie alguma em compra ou venda de lotes quer urbano ou rural, sob pena de não pertencer mais o direito de membro da ORAGRO. Pois somente o INCRA, IEF, IBDF e meio ambiente, têm o direito de regularização fundiária e assuntos de madeiras.

Sendo só o que tinha a declarar e informar, assino. — **Joaquim C. Dourado**, Presidente.

Em tempo:

Obs: A área a que a ORAGRO se refere é a gleba terra firme, mat. nº 635, Fls. 137, Livro 2-C, — Conforme Projeto TP1/85 — Setor Cautarinho margem da BR 429 — km 110 — Costa Marques. — **Joaquim C. Dourado**, Presidente.

V — O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de comunicações das Lideranças.

O SR. CHAGAS DUARTE: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR CHAGAS DUARTE (PFL — RR. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, inicialmente queremos expressar os nossos agradecimentos à Liderança do nosso partido por ter-nos concedido o seu horário para que possamos trazer a esta Casa e às autoridades desta Nova República o estado lamentável em que se encontra o Território de Roraima, obrigado a pagar preços astronômicos por gêneros alimentícios básicos, muito além do poder aquisitivo do

povo. Para que V. Ex.^a tomem conhecimento, o açúcar em Roraima está a Cz\$ 40,00 o quilo, o feijão a Cz\$ 60,00, a cebola a Cz\$ 40,00, cenoura a Cz\$ 60,00, o óleo comestível a Cz\$ 45,00 e por aí afora vão os preços dos gêneros alimentícios importados. É um drama que se repete anualmente, mas que já poderia ter sido definitivamente afastado, com um pouco mais de boa vontade, se a estrada BR-174 já tivesse sido asfaltada. São caminhões e mais caminhões atolados, quebrados, parados horas e horas, dia dias, no meio da estrada, em plena selva amazônica, com os motoristas sujeitos a toda sorte de doenças, com prejuízos incalculáveis para os caminhoneiros, comerciante e consumidores locais. As cargas, sobretudo as de gêneros alimentícios de primeira necessidade, estragam-se, deterioram-se ou danificam-se durante o demorado transporte. Só não passamos fome em Roraima porque temos lá a carne, a farinha e o leite abundantes.

Ora, essa situação penosa, insuportável, angustiante e revoltante foi por mim prevista em discurso pronunciado no último dia 21 de março, quando alertei o Ministro dos Transportes, rogando-lhe que pelo menos fizesse cumprir o cronograma de desembolso financeiro previsto para o asfaltamento da BR-174. Somente assim estariamos afastando, apenas afastando, a catástrofe que se avizinhava.

Naquela ocasião, afirmei, taxativamente:

"Desejo retornar a esta tribuna. Oxalá o faça para externar a gratidão de nossa comunidade ao Sr. Ministro dos Transportes. Mas, se nossas angústias não forem atendidas e superadas, retornarei para cobrar de todos os responsáveis pelos destinos políticos e administrativos do Brasil a responsabilidade pela catástrofe que atingiu o Território de Roraima"

Dois dias após, reiterei, em ofício dirigido ao Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares, o que dissera da tribuna, enfatizando que a BR-174, com sua contínua deterioração, por falta de recursos para sua manutenção adequada, não ofereceria condições para um tráfego sequer precário durante o inverno, como agora acontece.

Para meu desalento e frustração — Srs. Constituintes — após dois meses, recebi como resposta o Aviso nº 278 CAP/GM, de 28 de maio deste ano, do Sr. Ministro, com o vago esclarecimento de que no Orçamento do DNER para o presente exercício constam recursos para a referida estrada no trecho entre Caracarái e Boa Vista, que constaria também do Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes — Prodest; no item Construção e Pavimentação na Região Norte, com obras previstas para 1987. Mas isso tudo não passou do papel, porque até esta data não recebemos um só cruzado. E vejam V. Ex.^{as} que já estamos na metade do ano.

E aqui, Sr. Presidente, devo dizer que a permanente conservação e o prosseguimento das obras de esfalfamento da BR-174, que é de vital importância para a manutenção de suas atividades econômicas e o bem-estar de sua gente, para seu desenvolvimento e digna sobrevivência do povo, está dependendo unicamente da boa vontade do Ministro dos Transportes.

Confesso, nobres colegas, que esperava encontrar dificuldades no encaminhamento de soluções

para os graves problemas que afligem o povo que aqui vim representar, que vive num longínquo e pequeno Território, mas também um pedaço do Brasil, seu portão de entrada na Região Norte, limítrofe da República da Guiana e da Venezuela; não contava, porém, com tamanha indiferença e tanta insensibilidade por parte do Sr. Ministro dos Transportes. Afinal, solicitei o simples cumprimento de um cronograma já estabelecido. No entanto, repito, até agora nenhum centavo sequer foi liberado. É estarrecedor, é injustificável, até desumano o tratamento que nos está sendo dispensado.

Gostaria, Sr. Presidente, que o Ministro dos Transportes visitasse Roraima nesta época de chuvas. Que ele fosse de Manaus a Boa Vista de carro para sentir de perto o drama desta gente simples do Território, a sua dificuldade, porque a estrada não perante tráfego. Quem sabe assim se compadeceria com o sofrimento dos brasileiros que lá vivem e contribuem para manter a integridade e a soberania da Nação, mas que são tratados como filhos enfeitiçados, abandonados à própria sorte.

É profundamente desolador, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ver o colapso econômico e social do Território, sem nada poder fazer de objetivo, a não ser bradar desesperadamente por seus direitos e interesses.

Quando se fala em bilhões de dólares para a Ferrovia Norte-Sul, novas siderúrgicas e pólos petroquímicos, é difícil acreditar em falta de recursos para o término do asfaltamento da BR-174, que afastará de vez o drama que a cada ano se repete, de isolamento, marginalização, falta de alimentos, doenças por carências de alimentação, enfim, de toda sorte de privações a que é submetida a brava gente de Roraima.

Por isso, aqui estou, amargurado, para pedir um mínimo de solidariedade e até compaixão, implorar a liberação das verbas já consignadas para o asfaltamento da BR-174. Seria pedir muito ao Sr. Ministro dos Transportes, que me assegurou, em recente visita que lhe fiz, que agora em junho seriam abertas licitações para o trecho Manaus/Caracarái e que o trecho Caracarái/Boa Vista seria executado pelo 6º BEC? Em suas mãos, pois, encontra-se a decisão de asfaltar a BR-174. Daí o meu apelo para que S. Ex.^a coloque à disposição do 6º BEC o valor necessário para o asfaltamento do mencionado trecho, que lhe asseguro e conclusão das obras em tempo oportuno, antes do próximo período de inverno, com o subempreitamento dos serviços de terraplenagem a várias empresas locais.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que não sou contra a Ferrovia Norte-Sul e demais obras de tal envergadura. O que não posso aceitar passivamente é que venham em detrimento de obras menores, mas também importantes, já iniciadas e cuja conclusão depende exclusivamente de um mínimo de recursos e da boa vontade do Sr. Ministro dos Transportes.

Não basta que o Orçamento do DNER conteplete recursos para a BR-174 ou que ela conste do PRODEST. É preciso que os recursos sejam efetivamente postos à disposição dos responsáveis pelas obras, que cheguem onde já deveriam estar há muito tempo, para pôr fim ao sofrimento e à angústia do povo de Roraima. Neste momento, repito, o asfaltamento da BR-174 está nas mãos

do Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares. Basta que determine a imediata liberação das verbas indispensáveis. O 6º BEC lá está, pronto para terminar sua importante tarefa em prol de nossa terra.

Ainda não perdi as esperanças. Por isso, novamente apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Sr. Presidente do DNER e a quem mais possa interceder em favor do esquecido Território. Tenho certeza de que ao tomar conhecimento do problema, o Exmº Sr. Presidente da República tomará as providências cabíveis, homem do Nordeste que é, conhecedor das dificuldades e lutas das regiões menos desenvolvidas do País. Por conhecer sua integridade, coragem cívica, espírito público e determinação, nele deposito as esperanças do povo de Roraima, que lhe ficará eternamente grato se o asfaltamento da BR-174 for concluído nos próximos dois anos. Desta vez, espero ser ouvido e atendido, para alegria daquele povo, que não suporta mais passar por tamanhas privações, deseja apenas progredir, trabalhar em paz, contribuir, enfim, para o desenvolvimento do País, e isso só será possível, sem dúvida, com o asfaltamento da BR-174, dada sua importância para o incremento de suas atividades econômicas e para a melhoria da qualidade de vida da população do Território. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO, LÍDER DO PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço de V. Ex.^{as} a possível consideração, porque tratará nesta tribuna de assunto gravíssimo, sobre o qual vou exigir da Mesa uma providência – exigir, não, pedir. Trata-se de um Deputado que pensei ser homem de bem, e é um indigno – e não tenho problema com decoro na Casa – e vou lhes dizer porque.

Ontem subiu à tribuna o Sr. Luiz Salomão, e no discurso que fez disse, entre outras coisas, o seguinte: "Foi trazida por um correspondente estrangeiro – é o relatório – e nele verificamos que essa articulação de Constituintes conservadores tem por trás de si o chamado Projeto Democracia" – em castelhano. Em seguida: "Segundo essa denúncia de correspondentes da revista **Executive Intelligence Review**, estão envolvidos nos interesses econômicos do grande capital no nosso País, para inscrever institutos que lhes sejam favoráveis no Capítulo da Ordem Econômica, estão envolvidos alguns Deputados. De acordo com essa denúncia, estão presentes nessa articulação alguns Constituintes que têm dado votos inteiramente contraditórios com suas posições."

Começa pelo Constituinte Afif Domingos. Em seguida, vem o resto: "Delfim Netto, Francisco Dornelles, Amaral Netto, Alysson Paulinelly, Ronaldo Cezar Coelho e Roberto Campos".

E reafirma: "Porque os Constituintes eleitos se reuniram na casa do empresário" – tido o Presidente da Confederação Nacional do Comércio como o homem que transporta o dinheiro para financiar Constituintes no Brasil – Amauri Temporal, numa mansão do Lago Sul "sob o patrocínio da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que, segundo o informe do correspondente estrangeiro que nos procurou" – cujo nome aqui não figura – "é o órgão correspon-

dente da conexão brasileira do *Center for International Private Enterprise*, financiado pela *National Endowment for Democracy*, dentro do projeto de Democracia."

Sabem quem é o chefe desse projeto? É o Coronel Oliver North, do escândalo Irágate. E depois diz o seguinte: "E quero dizer que precisamos continuar nessa luta e, sobretudo, formular denúncias com a grandeza, com a responsabilidade e a credibilidade que trago aqui." Em seguida: "Para concluir, Srs. Constituintes, quero dizer que eu e os Deputados Constituintes Virgildálio de Senna e Oswaldo Lima Filho vamos aprofundar uma investigação preliminar sobre esta questão para, eventualmente, propor a constituição de uma comissão especial que apure a fundo esta denúncia que hoje trago a esta Casa."

Sr. Presidente, a denúncia que este senhor trouxe à Casa é um documento apócrifo, sem qualquer autenticidade comprovada. Ele envolve os Constituintes Virgildálio de Senna e Oswaldo Lima Filho. Este último acaba de me declarar que jamais tratou desse assunto com ele, o que prova que, além do mais, falta com a verdade.

Sr. Presidente, perdoe-me mas ele merece. Agora vou ler, e V. Ex.^a vai dar-me licença para isto, porque se trata de um problema de dignidade. O possuidor da revista que teria tido esse relatório como encarte é o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que me declara: "A revista existe. Esse relatório não está na revista e foi distribuído, em castelhano, a toda a Câmara"

Sr. Presidente Ulysses Guimarães, isso não pode ficar como está. Tem de ser instaurada uma comissão de inquérito para apurar esses fatos. Ouça o que diz esse relatório de um jornalista que agora vim a saber que é um bêbado mexicano freqüentador desta Casa que se diz correspondente desse jornal. O relatório não tem autenticidade, repito, e traz no topo:

"Memorando. Projeto Democracia, 1º de junho de 1987. Longe de limitar-se a financiar o escândalo Irágate, o Cel. Oliver North, trabalhando na venda secreta de armas ao regime fundamentalista do Irã, para financiar os contras nicaraguenses e chamado de dono da verdade e do dinheiro nos Estados Unidos, descobre uma fantástica rede de operações ilegais, realizadas com um verdadeiro governo secreto e paralelo dos Estados Unidos, que atua contra a soberania de várias nações, no mundo inteiro."

E aí vem o relatório:

"As inúmeras entidades de dinheiro à disposição do Projeto Democracia do Sr. Oliver North, encobertas com uma ajuda financeira aos contras, se transferem às mais diversas organizações, fora e dentro dos Estados Unidos, que vêm desde a extrema-esquerda até a extrema-direita."

Ouçam bem: até a extrema-esquerda está sendo financiada.

Vou terminar, Sr. Presidente. Trata-se de um assunto muito grave e duvido que V. Ex.^a, Presidente Ulysses Guimarães, com a vida e o passado que tem, não chegue depois de eu formalizar, à conclusão de que tenho o direito de defender a minha honra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O meu papel é cumprir o Regimento, e V. Ex.^a, como Líder, deve ajudar-nos.

O SR. AMARAL NETTO: – Vou terminar, Sr. Presidente. Gostaria apenas de lembrar a V. Ex.^a a gravidade do ato praticado por este Deputado. Volto a falar deste relatório infame, resumindo ao máximo, que menciona a existência de uma sociedade presidida pelo Sr. Amaury Temporal, em cuja casa, no lago, houve uma reunião. Lembro-me de uma reunião na casa do Sr. Amaury Temporal, à qual estive presente. Lá estavam praticamente todos os Constituintes do Estado do Rio de Janeiro, entre eles o Deputado Brandão Monteiro, Líder do PDT, Vladimir Palmeira, do PT, bem como outros Deputados de todos os partidos desta Casa, participando de um jantar onde nos deram um exemplar daquilo que seria o preto de constituição da Associação Comercial, um direito deles. Nunca mais freqüentei aquela casa – e a freqüentaria se fosse convidado. Pois bem, ele reúne todos os Deputados – e anotei especificamente o que me diz respeito, pois é o que me interessa. Trata-se de algo curioso. Diz S. Ex.^a que sou o homem que comandou a desestabilização do Sr. Funaro e que fui eu quem impediu que o Sr. Funaro depusesse, na Câmara dos Deputados. Bem, só se o Sr. Funaro teve medo de mim.

Ora, Sr. Presidente, acontece que o autor da denúncia é do PDT e ele se esquece de que o homem que liderou a campanha contra o Sr. Funaro, do Cruzado, foi o Sr. Leonel Brizola, seu chefe. Eu tomei parte nisso, aqui, através da Liderança.

Quando fatos como este acontecem Sr. Presidente, exijo de V. Ex.^a providências. Permita-me a expressão, mas tenho o direito de usá-la porque me dirijo a um homem que, no passado, jamais se deixou caluniar sem uma defesa enérgica e heróica. V. Ex.^a enfrentou de tudo para manter seu nome, e tenho esse direito também. Exijo de V. Ex.^a que instaure uma comissão de inquérito para que esse Constituinte Luiz Salomão diga quem deu esse relatório a ele, prove e traga testemunhas de que há Constituintes, aqui, vendidos a qualquer preço. E nem digo que não os há. Não sirvo aos interesses do Sr. Luiz Salomão nem posso admitir que esse indivíduo que se senta ao meu lado e que fala comigo com toda educação seja um covarde, que use um documento apócrifo para, desta tribuna, caluniar companheiros sem apresentar provas. Esse documento não tem nenhuma procedência, a não ser de um bêbado internacional que aqui no restaurante da própria Câmara vinha conversar com os Srs. Constituintes.

Vou terminar, Sr. Presidente, reafirmando a V. Ex.^a a gravidade deste assunto. Exijo uma apuração destes fatos, exijo que esse Constituinte venha aqui repetir e provar, na minha presença, o que disse.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa requisitará o discurso de V. Ex.^a e tomará as providências regimentais quanto às referências que tenham que ser feitas, em uma linguagem parlamentar.

Durante o discurso do Sr. Amaral Netto, o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulisses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comunico à Casa que, como já é do conhecimento de todos, foi assassinado, no Estado do Pará, o ex-Parlamentar Paulo Fontelles. O Presidente entrou em contato com o Governador Hélio Cueiros e S. Ex.^a informou que já determinou às Polícias Civil e Militar que tomassem todas as providências no sentido da instauração de inquérito rigoroso, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades e determinada a prisão do responsável, ou responsáveis pelo assassinato. O fato, que preocupa tanto esta Casa como a Nação, que reprova unanimemente ocorrência desta ordem, deu-se quando o ex-Parlamentar se dirigia ao Município de Capanema. Ao parar num posto de gasolina, verificou-se o atentado. O motorista já está detido, e o bombeiro, que atende à bomba de gasolina, foi chamado para depor, como testemunha.

De forma que solicitei ao Governador Hélio Cueiros que, se possível ainda hoje – mas certamente isto se dará a partir de amanhã – sejam enviadas a esta Casa informações circunstanciadas sobre o andamento da apuração.

O SR. HAROLDO LIMA, LÍDER DO PC DO B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a Liderança do Partido Comunista do Brasil sente-se no dever de comunicar a esta Casa o assassinato, hoje pela manhã, no Pará de Paulo Fontelles, ex-Deputado Estadual e suplente de Constituinte por aquele Estado.

Paulo Fontelles era um advogado jovem, inteligente, combativo. Sua luta em defesa da terra pela reforma agrária, junto aos posseiros da região do Araguaia, foi tão profunda e demorada, tão destemida, que ele se transformou em símbolo da luta pela terra no Pará e no Brasil. Dedicado e batalhador pelos ideais do progresso, Paulo Fontelles aderiu ao Partido Comunista do Brasil, tendo se tornado Presidente do Diretório Regional daquele partido no Estado do Pará. Assim, Paulo Fontelles transformou-se num lutador, não apenas pela causa da reforma agrária, pela terra, como também pela causa da sociedade do futuro, a sociedade socialista.

O PC do B, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao receber a notícia do assassinato de Paulo Fontelles, em primeiro lugar, contristado, inclina suas rubras bandeiras de combate frente à memória valorosa do camarada Fontelles. Em segundo lugar, o partido declara que, assassinado por dois jagunços, na manhã de hoje, o suplente de Constituinte Paulo Fontelles o foi a mando do latifúndio do Pará.

Diversas ameaças já pairavam sobre a vida de Paulo Fontelles, não de hoje, mas desde há muito tempo.

O latifúndio no Pará, como de resto no interior do Brasil, caracteriza-se pela violência e pela brutalidade, e acaba de ceifar a vida de mais um

dos seus destemidos, adversários, Paulo Fontelles.

Diversos são aqueles que, a esta altura, já estão na lista dos eventuais mandantes daquele hediondo crime. Quero citar o nome do mais falado, Sr. Jairo Andrade, dirigente da UDR do Estado do Pará.

O PC do B declara, ademais, que existe uma guerra, como todos sabem, há muito tempo, se travando no interior do Brasil – uma verdadeira guerra camponesa, espraiando-se por todo o vasto interior do nosso País – na qual, nos últimos anos, centenas de lutadores e camponeses foram mortos defendendo a terra onde trabalhavam. O PC do B declara que se nunca, em toda a sua existência de 65 anos, se afastou dessa guerra, que já dura tanto tempo, não seria agora que o faria. Pelo contrário, mais do que nunca esses eventos comprometem, em profundidade, o PC do B com essa luta titânica. E ele estará disposto, como os democratas consequentes do País, a levar essa luta até as últimas consequências, optando pelos meios que a vida exigir e que a consciência e a témpera dos comunistas determinar.

Sr. Presidente, Paulo Fontelles foi morto quando a Assembléa Nacional Constituinte está votando, ou está às vésperas de votar, o seu relatório, que institui a reforma agrária em nosso País. Foi exatamente vinculado a este momento particular da luta que mataram Paulo Fontelles, isso porque neste preciso instante a UDR se articulou, se mobilizou, se organizou e pôs em pé-de guerra todo o Brasil – ameaçando, chantageando, corrompendo e matando, como acaba de acontecer.

Olhando para os trabalhadores rurais que estão nas galerias desta Assembléa Nacional Constituinte, e olhando também para os Constituintes que ai estão a nos ouvir, queremos dizer que a grande questão está posta e estamos diante de uma encruzilhada. Ou conseguiremos, a curíssimo prazo, nos próximos dias, incluir nesta Constituinte os preceitos que estabelecem a possibilidade de se realizar a reforma agrária no Brasil, ou não mais a faremos. Mas, neste caso, é bom que saibamos todos, de forma clara e inequívoca, que simplesmente estaremos abrindo mão da possibilidade de realizar uma reforma agrária através da Constituição no Brasil. Em outras palavras: uma reforma agrária na lei. É bom que todos os Constituintes saibam, é bom que a UDR saiba, é bom que as classes dominantes brasileiras saibam, é bom que os latifundiários brasileiros saibam que se agora eles conseguirem, com roubo, com chantagem, com assassinatos, impedir que a reforma agrária entre na lei, a reforma agrária será feita no Brasil na "marra". (Muito bem! Palmas nas galerias.)

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o assassinato de Paulo Fontelles é mais um ato de violência de latifundiários. Paulo Fontelles é mais uma vítima da violência – e aqui mesmo, na Assembléa Nacional Constituinte, vimos a manifestação desta violência quando se procurava discutir e aprovar o anteprojeto da Subcomissão de Reforma Agrária. Sabemos que no sul do Pará, no

norte de Goiás, em todas as regiões do Brasil, a questão da violência no campo se colocou de forma vigorosa a partir do momento em que se procurou colocar em prática um Plano Nacional de Reforma Agrária. Formou-se neste País uma odiante organização, a União Democrática Ruralista, que se tem utilizado da violência contra os trabalhadores rurais.

O SR. PRESENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a pediu a palavra para uma questão de ordem. Há oradores inscritos e, democraticamente, não queremos que sejam prejudicados.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, a questão de ordem é a seguinte: V. Ex.^a, ao sentar-se na sua cadeira como Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, comunicou a esta Casa as medidas que tornou no sentido de esclarecer os acontecimentos. Mas foram formuladas aqui questões de ordem no sentido de que a Assembléa Nacional Constituinte envie uma comitiva representativa de todos os partidos aos funerais de Paulo Fontelles, porque ele era suplente da Assembléa Nacional Constituinte, e este Poder tem de manifestar-se diante deste fato.

E mais, Sr. Presidente, proporia um minuto de silêncio, para que esta Assembléa Nacional Constituinte demonstre ativamente a sua solidariedade e o repúdio às violências contra os trabalhadores rurais e contra aquelas lideranças que estão ao lado da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quanto à primeira parte, a Mesa irá requisitar as questões de ordem de V. Ex.^a, a fim de examiná-las à luz do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, comunico a V. Ex.^a e à Casa, que vários constituintes estão enviando ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao Governador do Pará, Sr. Hélio Cueiros, o seguinte telegrama:

"Exmº Dr. Paulo Brossard
DD Ministro da Justiça
C/C Sr. Hélio Gueiros
DD Governador do Estado do Pará

Sr. Ministro.

Mais uma vez a mão armada do latifúndio comete uma violência brutal contra os que defendem a reforma agrária. O assassinato do ex-Deputado Estadual e suplente de Deputado Federal, Advogado Paulo Fontelles, ocorrido hoje, nas proximidades de Belém, na véspera da votação das Comissões temáticas da Constituinte, onde a reforma agrária estará sendo decidida, representa uma grave ameaça contra a democracia e contra a liberdade em nosso País, afetando, inclusive, os trabalhos da Constituinte. Diante da gravidade desse crime covarde e das repercussões sobre a luta pela reforma agrária exigimos que sejam tomadas urgentes providências das autoridades estaduais e federais para a rigorosa apuração desse crime com a identificação e punição tanto dos executores como dos mandantes desse assassinato, pondo

um fim à impunidade que insiste em prevalecer neste País, com a complacência das autoridades
Brasília, 11 de junho de 1987."

Seguem-se assinaturas de dezenas e dezenas de constituintes.

Sr. Presidente, o sangue de Paulo Fontelles será semeado para a vitória do povo brasileiro pela reforma agrária latifundiária.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encaminho V. Ex.^a o expediente, que será levado ao Ministro, inclusive com o endosso da Mesa.

A presidência associa-se à homenagem do PC do B a Paulo Fontelles, com sua tristeza e solidariedade, e determinará as providências específicas para apuração do que ocorreu e para a punição exemplar dos culpados, a fim de evitar que casos como esse sejam reproduzidos. Contarão V. Ex.^a com o Presidente da Casa para este efeito.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO, LÍDER DO PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Liderança do PDT quer trazer, neste momento, sua solidariedade aos que lutaram e lutam, e aos que morreram e continuam morrendo, no País, na luta pela reforma agrária.

Queremos, em especial, trazer nossa solidariedade ao Partido Comunista do Brasil, que teve um dos seus dirigentes assassinados no Pará, membro da Assembléia Nacional Constituinte.

Espero, sobretudo, que a Assembléia Nacional Constituinte, pela palavra do Presidente, tome medidas urgentes em relação aos fatos extremamente lamentáveis que ceifaram a vida de Paulo Fontelles, no Pará. Evidentemente, acontecimento como esse deveria ser, hoje, o centro da nossa preocupação e da de todos os que consideram democratas.

Entretanto, Sr. Presidente, em nome do meu partido, em nome da Liderança do PDT, não posso deixar de repudiar a forma do protesto do Constituinte Amaral Netto, em face de discurso proferido, nesta Casa, pelo Constituinte Luiz Alfredo Salomão. S. Ex.^a, em seu pronunciamento, deu conta à Assembléia Nacional Constituinte – e antes já o fizera em debate com o Senador Roberto Campos – de notícia transmitida por uma revista americana, que informa existir um esquema, uma articulação para a defesa de interesses alienígenas, e nomina alguns Constituintes, infelizmente, para tristeza da Assembléia Nacional Constituinte, que estariam nessa empreitada.

O Deputado Amaral Netto tem o direito de se defender, de fazer as colocações que quiser, em função de sentir-se injuriado. Mas não posso admitir as palavras por ele proferidas, nesta Casa, contra um Constituinte do Partido Democrático Trabalhista, máxime quando houve um debate na TV Manchete, quando o Deputado Luiz Alfredo e Salomão apresentou ao País a denúncia, debatendo o problema com o Senador Roberto Campos. Na verdade, confessou S. Ex.^a, o Senador Roberto Campos, em potencial, o fato, ao admitir que não haveria problema algum de Constituintes receberem dinheiro ou ajudas de grupos econô-

micos internacionais. Segundo dizia o Senador Roberto Campos, existiam também partidos e organizações que receberiam ajuda inclusive de outros partidos ou organizações.

Evidentemente, diz o Direito Penal que a confissão é a mãe de todas as provas, e, admitindo o Senador Roberto Campos, acusado naquele documento, que não faria mal a ninguém articular-se com grupos internacionais, admitiu, na verdade, essa articulação.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que o momento que vive o País e a Assembléia Nacional Constituinte é muito grave. Fomos testemunhas das posições assumidas em bloco na Comissão da Ordem Econômica, inclusive os que se dizem defensores do empresariado brasileiro, da livre iniciativa, votarem como se fossem ouvintes de uma só voz contra as empresas nacionais. Deles, o País vai cobrar duramente.

Quero também dizer aos companheiros do movimento que luta no País pela reforma agrária que é preciso estarmos muito alertas para as manobras que ocorrerão neste fim de semana nas votações nas Comissões temáticas, a fim de que não se repitam os fatos lamentáveis ocorridos quando os dirigentes da UDR tomaram conta do plenário do Senado. Na ocasião, ofenderam Deputados, como a Constituinte Irma Passoni, e jogaram instrumentos sobre a cabeça do Constituinte Amaury Müller, diante da cumplicidade e da passividade do Constituinte Edison Lobão. (Palmas nas galerias.)

Digo aos que hoje estão aqui, aos trabalhadores que, neste momento, estão de luto pela morte de Paulo Fontelles, que não basta andar a percorrer os corredores da Casa, mas, sim, estarem aqui presentes, na sexta-feira, sábado e domingo, para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte, de forma a que resolvamos definitivamente o sério problema agrário brasileiro.

Este o apelo a todos os senhores, porque esta Casa é do povo e por ele é sustentada. (Palmas nas galerias.)

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, estava eu reunido com o Senador Severo Gomes, ilustre Relator da Comissão da Ordem Econômica, quando fui convocado pela Liderança para comparecer a plenário para responder a um pronunciamento de baixo calão que não é digno de um Constituinte, acusando-me de ter sido leviano, de ter sido mentiroso, em virtude de pronunciamento que aqui fiz ontem.

O que trouxe ao conhecimento de V. Ex.^a foram os informes recebidos de um correspondente estrangeiro da revista "Executive Intelligence Review" – da qual possuo aqui um exemplar, para mostrar – que acusa inúmeros Constituintes de estarem votando conforme os interesses das multinacionais, contra a reforma agrária, contra o monopólio estatal do petróleo e contra os interesses da soberania nacional. A revista está aqui para ser mostrada, e, se for preciso, esfregar naqueles que estão dizendo que não temos provas do que dissemos. (Palmas.)

Sr. Presidente, sou Deputado Federal pela primeira vez, mas venho de uma vida pública a serviço do povo do Rio de Janeiro. No meu mandato de Deputado Estadual jamais se levantou qualquer acusação contra a minha dignidade. Não posso admitir, portanto, que um Constituinte, como o Líder do PDS, partido que vem dando demonstrações cabais de não estar vinculado aos interesses da maioria do nosso partido – promovendo a pena de morte, promovendo os interesses do capital estrangeiro – venha aqui assacar contra a minha honra.

Eu, sim, poderia levantar questão em relação ao desempenho do Deputado Amaral Netto, mas não o farei, porque isso é responsabilidade do povo nas próximas eleições. Se ele quer dar provas de que o que estou dizendo é mentira, então que oriente sua bancada para votar uma definição correta do que é a empresa nacional; que não equipare as multinacionais, as subsidiárias do capital estrangeiro, às empresas genuinamente brasileiras; que vote de acordo com os interesses dos trabalhadores rurais, aprovando o projeto de reforma agrária do nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho (manifestação das galerias); que vote pela nacionalização da mineração, a fim de que quatrocentos e oitenta mil quilômetros quadrados do País não permaneçam entregues aos interesses das mineradoras multinacionais. É o que queremos ver.

Não adianta vir aqui xingar-me. S. Ex.^a não me intimidará, nem aos meus companheiros progressistas que aqui estão para defender os interesses do País. Ninguém foi mais caluniador do que o Constituinte Amaral Netto, cuja vida parlamentar é um somatório de aleivosias e de acusações infundadas, como no caso da Carta Brandt e de sua revista "Maquis". contra todos aqueles dispostos a dar a vida, como o Deputado Paulo Fontelles, assassinado hoje no Pará, pela defesa do interesse nacional.

É a esses companheiros que nos aliados para ir até o fim dessa luta pelo resgate da soberania nacional. (Manifestação das galerias.)

O SR. OLÍVIO DUTRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falo pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. É estranho que, de uns dias para cá, tenhamos ouvido da tribuna uma sucessão de pronunciamentos contra o que os seus autores tentaram definir como posições de esquerda, socializantes e no rumo da comunicação do nosso País. É estranho que esses pronunciamentos tenham ocorrido ontem e anteontem, aqui, desta tribuna, feitos por figuras historicamente identificadas com interesses antinacionais, com posições antipopulo. É estranho que se tenha ouvido esses pronunciamentos na antevéspera do assassinato do companheiro Paulo Fontelles, em Belém do Pará.

As articulações dessas forças aqui dentro do Congresso são sobejamente conhecidas. As formas truculentas com que alteram relatórios, com que fazem passar pelos meios de comunicação de massa, onde têm presença assídua, as suas

posições, como se estas fossem as da maioria da Nação; a truculência dessas forças aqui dentro, onde entendem ser maioria – e talvez o sejam ocasionalmente – é substituída lá fora, onde elas têm certeza de que são minoria, pela violência explícita do assassinato.

Sabendo ser minoria no movimento popular e social, os latifundiários, as forças retrógradas deste País não escamoteiam o uso da violência.

Em 1982, o companheiro Gabriel Pimenta, também advogado dos trabalhadores rurais, foi assassinado, como mais de 1.180 trabalhadores e lideranças do movimento popular também foram nestes últimos dois anos, estando os seus assassinos ainda impunes. O acusado pela morte do companheiro Gabriel Pimenta, o Sr. Manoel Cardoso Neto, contra o qual existe um mandado de prisão, é irmão do atual Governador de Minas Gerais e continua solto.

Por isso, Presidente, trazemos a preocupação do nosso partido com relação às medidas que o Executivo e esta Casa devam tomar a respeito dos últimos acontecimentos, já denunciados desta tribuna, que culminaram no assassinato de Paulo Fontelles.

Não pode, mais uma vez, repetir-se a omissão, para não dizer conivência, dos aparelhos competentes do Governo Federal e dos Governos Estaduais quanto a esses assassinatos que se sucedem no campo.

Foi assassinado hoje, às 11 h, no Posto Canindé, quando se dirigia à cidade de Capanema, no Pará, o companheiro Paulo Fontelles. Advogado dos trabalhadores rurais sem terra, Deputado Estadual pelo PMDB, de 1982 a 1986, candidato a Deputado Constituinte, Presidente do Diretório Regional do PC do B, Paulo Fontelles vinha recebendo ameaças de morte há muito tempo. As principais ameaças partiram de Jairo Andrade, dirigente da UDR no Pará e dos Prefeitos de Rio Maria e Conceição do Araguaia, no Pará. Esses Prefeitos, reunidos com pistoleiros, prometeram matar, além de Paulo Fontelles, o Deputado Constituinte Ademir Andrade, eleito com o apoio dos trabalhadores rurais do Pará, e o companheiro Canuto, que já foi assassinado.

Esse assassinato covarde vem aumentar a escalada de crimes no campo, estimulados pela persistente impunidade e conivência por parte do Governo, como ocorreu no caso da morte do Padre Jósimo. A morte de Paulo Fontelles, executado a sangue frio com cinco tiros desferidos por cinco pistoleiros, dá continuidade ao terror promovido pelos latifundiários, pelos pistoleiros, pela polícia e também pelo Governo, que até hoje não tomou nenhuma medida efetiva para deter essa escalada.

Com cerca de 40 anos, Paulo Fontelles foi morto pelas mãos da injustiça social contra a qual sempre lutou. Por isso, foi prisioneiro político no início dos anos 70. Como advogado dos posseiros, não hesitava em defender os direitos deles. Assim, desfrutava da amizade e respeito de todos os que anseiam ver este País livre da exploração do homem pelo homem.

Este crime hediondo não pode ficar impune. Exigimos do Governo a completa apuração e punição dos responsáveis, mandantes e executores. Uma nação civilizada não pode aceitar que essa guerra desigual continue fazendo tantas vítimas. O Partido dos Trabalhadores, a partir de agora,

estará em vigilância permanente até que os culpados por esse crime sejam punidos. Denunciaremos todas as tentativas de protelações, negligências, manobras diversionistas ou qualquer expediente que o Governo venha a utilizar para deixar mais esse crime impune.

O Congresso Constituinte também foi atingido por este assassinato. No momento em que a Comissão da Ordem Econômica prepara-se para votar a questão da Reforma Agrária, esse crime constitui-se em pressão terrorista sobre a Constituinte. Esta pressão vem associar-se ao lobby sem escrúpulos que vem sendo feito pelas forças reacionárias, na Constituinte, contra a Reforma Agrária.

Finalmente, transmitimos aos familiares, amigos e companheiros de Paulo Fontelles nossa irrestrita solidariedade, que estendemos a todos os trabalhadores rurais brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Minas Gerais já deu ao Brasil vários líderes, que arrombaram a porta da História e que se perpetuaram nas mentes, nos corações e na memória do povo brasileiro. Juscelino Kubitschek, com sua visão de estadista, fez a interiorização do Brasil, removendo do litoral a capital, implantando-a aqui, na Região Centro-Oeste, em Brasília. Tancredo Neves, o estadista, teve a visão histórica de costurar a transição democrática sem conflitos, sem ódios, sem derramamento de sangue. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi quem, em primeiro lugar, conspirou contra a Coroa, fazendo com que seu sangue derramado fosse a semente e a seiva do movimento libertário de independência do Brasil. O Governador Benedicto Valladares marcou sua presença em Minas, no Brasil, pela autoridade do seu comando. José Maria Alkmim, passou às folhas da História do Brasil por sua habilidade de negociação política e de composição de crises.

Mas Minas Gerais, apesar desses estadistas, tem também Newton Cardoso, a exceção da regra. Hoje, o Governador de Minas Gerais é citado no "Informe JB" do **Jornal do Brasil**: "Donos da bola. Do Governador mineiro Newton Cardoso: A Constituinte só fará o que eu, o Quérula e o Moreira quisermos". É um contra-senso à própria História Newton Cardoso governar um Estado de talentos como é Minas Gerais.

A Assembléia Nacional Constituinte, no seu dia-a-dia, vem sendo agredida, apequenada, diminuída, relegada a segundo plano, em função de vários grupos e várias articulações que se fazem em seu seio em nome de interesses e ideais que, na maioria das vezes, não traduzem o pensamento da sociedade, do povo brasileiro.

Dentro da Assembléia Nacional Constituinte e, hoje, há um Líder do Governo, numa interferência brutal do Executivo à soberania da Constituinte. Existe até um movimento chamado "Shopping Center", igual a um centro democrático, que tem um apêndice ainda mais radical – a "turma do DO" (**Diário Oficial**) – que troca o apoio ao

Governo pela nomeação dos seus apaniguados aos cargos federais.

E agora a Constituinte passa a sofrer o recente ataque da política dos Governadores. Vimos, e a imprensa noticiou, que para garantir até o mandato presidencial o Governo entregou aos Governadores dos Estados 20 bilhões de dólares, na expectativa de conquistar apoio para o mandato de 5 anos do Presidente da República. Os 20 bilhões de dólares não estão sendo colocados em salvação às microempresas, aos trabalhadores rurais, aos produtores rurais, mas aos cofres dos Governadores dos Estados, para garantir um mandato de vontade pessoal do Presidente da República.

Agora, o Governador de Minas Gerais Newton Cardoso, arauto desse movimento, porta-voz dessa violência que se comete contra a Constituinte, tem a ousadia, a desfaçatez, o cinismo de dizer ao "Jornal do Brasil" que a Constituinte fará o que for da vontade de S. Ex.^a o que for da vontade do Governador de São Paulo e o que for da vontade do Governador do Rio de Janeiro.

Do Governador do Estado de Minas Gerais não poderíamos esperar outra coisa senão isso, mas se o Governador de São Paulo, se o Governador do Rio de Janeiro subscrevem essa imoralidade, S. Ex.^a merecem toda a nossa reprovação, porque há um dito popular muito importante, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, com que queremos presentear os ouvidos da assistência neste momento: "Diz-me com quem andas e te direi quem és". (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, um verdadeiro clima de guerra antecede a votação que se fará, a partir de amanhã, dos substitutivos das Comissões Temáticas. O próprio assassinato do líder rural e advogado Paulo Fontelles está a revelar o que poderá acontecer, não apenas lá, onde estão localizados os conflitos pela posse da terra, mas, sobretudo, aqui, onde a Nação decidirá o seu futuro.

Indago de V. Ex.^a que critérios a Mesa definiu ou vai definir para o acesso do povo, da sociedade brasileira às galerias e, sobretudo, ao Plenário da Câmara, onde haverá a votação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência informa a V. Ex.^a, em primeiro lugar, que vai reiterar agora, junto aos órgãos competentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o pedido de policiamento, que é conjunto por tratar-se de atividade da Assembléia Nacional Constituinte; em segundo lugar, que as Comissões se reunirão nos locais previamente determinados, sendo que as reuniões de uma delas, a Comissão da Ordem Econômica, serão feitas neste plenário, que foi solicitado e cedido.

A decisão da Mesa da Assembléia – que tem sido sempre tomada de modo uniforme e de acordo com a tradição da Câmara e do Senado – é que todos os assuntos que dizem respeito a ordem e ao bom andamento dos trabalhos estão afetos ao Presidente da respectiva Comissão. A Mesa, por intermédio do funcionalismo e dos ser-

viços de segurança, dará toda a assistência no sentido de que não haja dificuldade ao acesso e que os trabalhos decorram em ordem para todos, principalmente para os Constituintes.

O SR. AMAURY MÜLLER: – V. Ex.^a quer dizer que não haverá critérios, não haverá senha, nada, absolutamente nada? As pessoas que chegarem primeiro aqui ocuparão as galerias?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – Respondo a V. Ex.^a que esses critérios serão estabelecidos pelo Presidente de cada Comissão.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDMB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assistimos hoje a continuação da violência provocada pelo latifúndio, representada neste instante pela famigerada União Democrática Ruralista – essa entidade fascista e terrorista (palmas nas galerias) que, avorando-se em defensora dos agricultores, contra os juros altos, dizendo-se defensora do pequeno produtor, é, na realidade, uma entidade a serviço do grande latifúndio, das multinacionais e do imperialismo internacional. (Palmas nas galerias.)

Morreu o nosso companheiro de luta, Deputado Paulo Fontelles. Conheci-o há dez anos como Presidente da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Pará, na Igreja da Pedreira, onde fazímos reuniões na época difícil de 1975/1976. Anos depois, o Deputado Paulo Fontelles foi para o Sul do Pará, contratado como advogado dos trabalhadores rurais daquela região pela Comissão Pastoral da Terra.

Eu, já eleito Deputado Estadual, fui convidado pelo Deputado Paulo Fontelles para ajudar na eleição do Sindicato de Conceição do Araguaia. Seu Presidente era um pelego chamado Bertoldo e naquela região, onde nosso candidato foi assassinado era o "Gringo", substituído pelo companheiro chamado "Davi dos Perdidos" – fomos enfrentar a campanha eleitoral para a presidência daquele sindicato.

Enquanto andávamos de jipe ou de carro, andávamos as maiores dificuldades para chegar às delegacias e enfrentar as votações, o então Major Curió usava os helicópteros das Forças Armadas brasileiras para fazer campanha eleitoral e reeleger o pelego de nome Bertoldo. Perdemos naquela ocasião, ganhamos posteriormente.

O Deputado Paulo Fontelles elegeu-se numa dobradinha conosco em 1982. Eu me elegi Deputado Federal e ele, Deputado Estadual. Foi um companheiro combativo, que soube honrar o voto da classe trabalhadora lutou intransigentemente durante anos a fio, defendendo os interesses dos trabalhadores mais, e hoje recebe a violência desse latifúndio.

Quero, de público, responsabilizar o Governo pela morte do Deputado Paulo Fontelles (palmas). O Sr. Presidente José Sarney é o responsável pela morte do Sr. Deputado Paulo Fontelles.

Vou contar-lhes um fato interesse: há dois anos, trouxe eu a esta Casa uma denúncia por escrito feita por um homem que assinou embaixo, com

firma reconhecida, na qual afirmava terem ele e sua esposa participado de uma reunião em Conceição do Araguaia, na qual o Prefeito daquela cidade, o Prefeito de Rio Maria e alguns fazendeiros cujos nomes estão nesse documento estariam contratando um pistoleiro do Paraná, pela importância de 50 milhões de cruzeiros, naquela época, para matar a mim, o Deputado Paulo Fontelles e o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, João Canuto de Oliveira. Trouxe esse documento, que oficialmente entreguei ao Presidente Ulysses Guimarães e ao Ministro da Justiça, àquele tempo o Sr. Fernando Lyra, e, o máximo que se fez foi mandar um recado ao Governador do Pará para que tomasse providências sobre aquelas ameaças. E essa pessoa que fez a denúncia por escrito, mencionando embaixo o seu endereço e o número de sua Carteira de Identidade, entre outros dados, sequer foi chamada a depor eu era um Deputado Federal que fora ameaçado de morte: Trouxe documentos a esta Casa, e ninguém tomou providência alguma.

Recentemente foi morto em Redenção um rapaz chamado Darley Andrade, num conflito de terras. Seu pai, Jairo Andrade, Vice-Presidente dessa famigerada entidade terrorista chamada União Democrática Ruralista (palmas), afirmou de público que mataria eu, o Deputado Paulo Fontelles, o padre Aristides, o padre Ricardo Rezende e o advogado Machado, João Canuto de Oliveira, que pertencia à lista, foi assassinado. O companheiro Benézinho, Presidente do Sindicato de Tomé-Açu foi assassinado. Hoje, é assassinado o Deputado Paulo Fontelles. João Carlos Batista, Deputado Estadual pelo Pará sofreu, recentemente, atentado a tiros; levou um tiro no pescoço, mas conseguiu sobreviver, e seu pai levou um tiro no rosto e até hoje está defeituoso. A UDR vive permanentemente ameaçando matá-los. Mataram o advogado Gabriel Pimenta, aqui citado, e seu assassino está impune e solto, no Estado de Minas Gerais – e fomos informados, inclusive, de que é irmão do atual Governador daquele Estado. O companheiro Benedito Monteiro é outro ameaçado de morte pela União Democrática Ruralista.

A quem, portanto, cabe a responsabilidade por essas evidências, senão a este Governo, absolutamente irresponsável, absolutamente incompetente, que não tem capacidade para enxergar o problema brasileiro (palmas), que não tem discernimento para ver o sofrimento a que hoje está submetida a Nação brasileira?

E por quê? Porque está atendendo às determinações do Fundo Monetário Internacional, porque está com essa psicose louca de aumentar as exportações brasileiras e joga a Nação na mais terrível recessão, aumenta os juros, puxa-os através dessas LBC, estimula esse suicídio que é a poupança interna, uma poupança que rende mensalmente um *overnight*, um *open-market* que estão aí a massacrar o povo brasileiro, para atender ao interesse do imperialismo internacional.

Chega desse Governo! Companheiros, não podemos ficar de braços cruzados, esperando que este Governo dê soluções aos nossos problemas. Já nos decepcionamos, inclusive aqui nesta Assembléa Nacional Constituinte, quando tentamos, através de projetos de decisão, dar soluções a problemas sérios como o da dívida externa e o das microempresas, e aqueles Deputados fisio-

lógicos não cumprem o seu dever, porque, comandados pelo Deputado Carlos Sant'Anna, sorrateiro lacaios deste regime, saem do plenário para não haver número, aqueles Deputados vendidos e que não assumem perante o povo brasileiro a sua responsabilidade.

Só nos resta irmos às ruas, só nos restam levantarmo-nos para enfrentar este regime que aí está este Governo e buscar dentro do menor espaço de tempo possível, as eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

Finalizo dizendo de frente aos homens da UDR, aos representantes dos latifundiários, dos banqueiros, das multinacionais: pode morrer o Paulo Fontelles, pode morrer o João Batista, pode morrer o Benedito Monteiro, posso morrer eu, podem morrer muitos de nós, mas ninguém conseguirá vencer o avanço do povo na sua luta por conquistas sociais. (Palmas.) Ningém conseguirá vencer a capacidade de compreensão da questão política, que ainda é pouca, mas crescerá geometricamente, e chegará o dia em que esses exploradores do povo, em que esses usuários, em que esses que só pensam em si haverão de pagar pelo que hoje fazem ao povo brasileiro.

A minha consternação pela morte do companheiro Paulo Fontelles é muito grande, mas haverá de chegar o nosso dia. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, com relação à questão de ordem levantada pelo Constituinte Amaury Müller, referente ao acesso às galerias amanhã, quero chamar atenção para o art. 40, § 3º, do Regimento Interno da Constituinte, que define o acesso às galerias nas sessões públicas. Já houve, há algum tempo, quando a Subcomissão da Reforma Agrária reuniu-se no Senado, um problema muito sério, que só não levou a um conflito maior pela compreensão dos trabalhadores rurais. Realmente, aqueles que vieram aqui trazidos pelos latifundiários, inclusive pessoas armadas, ocuparam as galerias e formaram um bloqueio para impedir o acesso dos trabalhadores rurais.

À luz do Regimento, as galerias poderão ser ocupadas, segundo o art. 40, que diz:

"Será permitido a qualquer pessoa assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedada manifestação de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele..."

§ 3º Aos partidos, na proporção do número de seus membros, serão destinados convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias." (Palmas.)

Chamo a atenção para o Regimento Interno, a fim de que se possa garantir a presença dos trabalhadores rurais amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Informo ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte já está entrando em entendimento com as lideranças para fazer cumprir rigorosamente o Regimento, e está dando também instruções à Segurança da Casa para que os cuidados que V. Ex.^a solicita sejam providenciados.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Fico satisfeito por saber disso. Reiterando o que disse, houve problemas sérios provocados pela UDR e seus apaniguados, no sentido de impedir a presença dos trabalhadores rurais. Isto não se pode repetir nesta Casa.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes. Paulo Fontelles foi meu companheiro de lutas.

Os trabalhadores que estão nas galerias, os companheiros que estão no plenário sabem que os sindicatos rurais do sul do Pará foram fundados ou assistidos por nós. Tenho a honra de, como advogado agrarista, ter iniciado Paulo nas lutas pelo direito dos trabalhadores.

Não queria chorar neste plenário, mas não posso, neste momento em que Paulo é assassinado na capital do meu Estado, deixar de manifestar a minha solidariedade e o meu testemunho...

O SR. MARIO COVAS: – V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Ouço, com prazer, o nobre Líder Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa informa ao nobre Líder que, neste período, não são permitidos apartes.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, este é o período da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nobre Constituinte Mário Covas, será concedido a palavra a V. Ex.^a, para falar sobre o mesmo assunto, para que o Regimento não seja ferido, uma vez que a combinação da Mesa com o Líder do PMDB foi no sentido de distribuir os vinte minutos disponíveis à Liderança, a fim de que vários oradores falassem neste tempo. O nobre Constituinte Benedicto Monteiro está falando durante sete minutos e, a seguir, concederei a palavra a V. Ex.^a, dentro do tempo regimental, para que não haja exceção. A Mesa agradece a cooperação de V. Ex.^a.

Tem a palavra o Constituinte Benedicto Monteiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Agradeço ao Líder Mário Covas por haver-me socorrido neste momento de emoção.

Eu queria dizer ao Srs. Constituintes que se espalhou, na minha cidade, no meu Estado, uma lista de condenados à morte pelo latifúndio. Uma lista extensa, de quinze a vinte pessoas. Mas a execução começou pelo quinto: mataram o Benézinho, Presidente do Sindicato de Tomé-Açu. Era o quinto da lista. O quarto foi o Canuto, Presidente do Sindicato de Xinguara. O terceiro foi o Salva-

dorzhino, líder sindical de Paragominas. O segundo foi Paulo Fontelles. E o primeiro sou.

Por isso, não vou trazer o documento, como trouxe o Constituinte Ademir Andrade, um testemunho prestado na Polícia. Não vou trazer nada disso. Trago aqui a minha emoção e uma advertência que já fiz desta tribuna.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quando comecei minha carreira política, o meu slogan era "Reforma agrária na lei ou na marra," porque eu tinha um projeto de reforma agrária, na Assembléia Legislativa do Estado, para impedir essa situação de conflitos de terras que existe no meu Estado, do Pará. Eu dizia que se a reforma agrária não fosse feita na lei, seria feita na marra. É como está sendo feita.

Mas agora a minha advertência é mais séria ainda. Se este Congresso Nacional Constituinte, se a classe dominante, se os latifundiários, se os seus aliados não permitirem que coloquemos, na Constituição do nosso País, dispositivos para se fazer a reforma agrária, esta será feita através de uma revolução armada. (Palmas.)

Quero ter a honra e o orgulho de fazer esta advertência e de colocá-la para a História, porque não é impunemente que se deixa, neste País, quarenta milhões de brasileiros passando fome, quarenta milhões de brasileiros que não podem pensar e nem ser representados. Está-se voltando atrás, quando o Ministro da Fazenda ou o Ministro do Planejamento dizia que a solução do problema brasileiro era a eutanásia, era matar essa gente, tal o desprezo com que eram tratados.

Lamentavelmente, chegamos hoje a este plenário, estamos aqui com o risco de nossas vidas e das vidas das nossas famílias, que ficaram em Belém, e vemos que o Governo continua com a mesma insensibilidade diante destes problemas graves em nosso País.

Não digo isso à toa quero reportar-me, sobretudo, ao discurso de S. Ex.^a, o Presidente da República, que disse, perante a Nação, sentir felicidade por ainda não ter visto sangue pingando no solo brasileiro.

Está ai, Sr. Presidente, o sangue de Paulo Fontelles, manchando não só as terras do Estado do Pará, mas o território nacional. Paulo Fontelles era um ex-Deputado, era suplente da Assembléia Nacional Constituinte e era também advogado dos trabalhadores.

Assisti, em Marabá, ao assassinato de Gabriel Pimenta, que já foi citado. Estava ao seu lado, quando foi assassinado por pistoleiros, na saída da convenção do nosso partido, o PMDB. Não fui assassinado por uma questão de sorte, porque as duas balas encontradas no coração de Gabriel Pimenta eram de calibres diferentes.

Às vésperas da votação na comissão da Ordem Econômica, quando já se conseguiu tirar dispositivos da reforma agrária do projeto inicial, agora, novamente, ocorre outro assassinato, pois matam, em Belém do Pará, Paulo Fontelles.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, companheiros, estou aqui para prestar esta homenagem sincera à memória de Paulo Fontelles e para exigir, em nome de seu sangue, que se faça justiça a este povo, que já está quase desesperado e é capaz, de fazer justiça com as próprias mãos. (Palmas.)

O SR. MÁRIO COVAS (Líder do PMDB): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MARIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^as. Constituintes, hoje, o Brasil, o Pará e esta Casa ouviram consternados o anúncio do assassinato do Deputado Paulo Fontelles, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, não sou homem de avançar Juízo, de antecipar julgamento. Todavia, quando vejo desfilar por esta tribuna figuras da dimensão e do significado daquelas que por aqui passaram, e quando ouço as palavras entrecortadas de emoção de dois companheiros paraenses, os nobres Constituintes Ademir Andrade e Benedicto Monteiro, nas quais consigo identificar não apenas a identidade de natureza pessoal, a amizade e o convívio permanente, mas, mais do que isso, a solidariedade que nasce de uma luta comum, não posso deixar de vir a esta tribuna para afirmar meu profundo protesto, que proclamo, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, contra uma violência que tendo atingido um Deputado do nosso partido, mais do que isto, atinge fundamentalmente as mais legítimas aspirações e reivindicações do povo brasileiro.

Neste instante, Sr. Presidente, eu me recordo com pleno testemunho da história deste Parlamento, de uma outra tarde como esta, em que nesta Casa chegava-nos ao conhecimento a morte de um jovem chamado Édison, no Calabouço, no Rio de Janeiro, morte esta que depois foi sucedida por tantas outras e que, de violência em violência, nos levou à escala íngreme que nos atirou a todos num abismo comum.

Lembro-me, Sr. Presidente, de tantos episódios, todos eles caracterizados por uma violência que nem sempre adquire a dimensão e a feição odiosa da morte, mas que tantas vezes é mascarada sob a forma de doença, de fome, de miséria dos milhões e milhões de deserdados da sorte, em relação aos quais sequer tomamos conhecimento de que sofrem igual destino. E, neste instante, por ter sido testemunha dessa história, per ter vivido esse período e, afinal, por ter aprendido com a violência e contra a violência, não posso deixar de dizer também que tudo indica, pelos testemunhos aqui emitidos, que esse Deputado do PMDB foi assassinado exatamente porque pretendia que milhões desses deserdados, como todos os outros privilegiados, pudesse ter seu quinhão de terra, seu pedaço de chão, o sustento da sua família garantido.

Sr. Presidente, neste instante, às vésperas do momento em que, nesta Casa, votar-se-ão os capítulos relativos às questões agrária e, urbana e ao regime da propriedade, quero, em nome deste mesmo PMDB, que formula na sua luta o seu profundo protesto, em nome desses milhões de brasileiros, fazer um apelo a esta Casa; o que se pretende está longe de se comunicar o Brasil, o que se pretende está longe, sequer, daquilo que se poderia chamar de reforma socialista; o que se pretende é que este País, que ainda engatinha, caminhe para uma reforma de conteúdo capitalista, que, afinal, multiplique o número de pro-

prietários, mas que permita que aqueles milhões de brasileiros que nada têm, deserdados, oprimidos, possam finalmente encontrar um pouco do seu destino. (Palmas)

Sr. Presidente, a violência sempre me atemorizou, até mesmo a violência verbal. Sou homem que acredita na palavra, nos conceitos, nas idéias, que acredita que se Deus nos deu a capacidade de pensar, e, a partir dela, a de reproduzir o pensamento, esse é o mecanismo adequado para solucionarmos as nossas pendências.

Mas, Sr. Presidente, como ignorar a profunda frustração de um povo, do qual 50 milhões de pessoas ainda sequer chegaram à qualificação de consumidores? Como deixar de reconhecer que enquanto alguns se banqueteiam à tripa forra outros passam sua vida, com os seus filhos, suas esposas, suas famílias, condenados à mais profunda e violenta miséria, eles próprios vítimas da mesma violência que acaba de matar Paulo Fontelles?

Por isso, Sr. Presidente, creio que poderia fazer uma oração por Paulo Fontelles. Neste instante, nesta tarde, no momento em que, às vésperas dessa votação, que há de definir se esta Constituinte é ou não capaz dar ao encontro dos anseios das grandes massas rurais brasileiras, posso lembrar, em nome do seu sacrifício e contra a violência que sobre ele se abateu, uma antiga expressão de Camas. Dizia ele:

Ao longo dos próximos séculos, através dos cinco continentes, travar-se-á uma imensa luta entre a pregação e a violência. E, muitas vezes, esta tem mais armas do que aquela. Porém, se é verdade que o homem que descrever do homem é um fraco, aquele que desacredita os acontecimentos é um covarde. Por isso o grande desafio à suprema honra será definir proximamente se as palavras são mais fortes do que as armas"

Isto será dito por esta Constituinte nos próximos tempos. Que Deus e o sacrifício de Paulo Fontelles nos honrem e nos iluminem neste momento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP):

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, ainda sob o impacto da mensagem do Senador Mário Covas, Líder do PMDB, assomamos neste momento à tribuna para, em nome da democracia cristã, afirmar nossa total solidariedade à decisão do Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que, ainda há pouco, de forma solene, assumiu com esta Casa o compromisso de nenhuma medida economizar para que se apure a verdade.

Para nós, da democratização, a liberdade é um bem supremo, mas de nada vale quando órfã da justiça. Para nós, democratas cristãos, não é possível conceber que o preço da reforma agrária venha a ser o sangue dos brasileiros.

De outro lado, Sr. Presidente, desejamos na tarde de hoje reprimir o que ontem denunciávamos, o que ontem testemunhávamos, ou seja,

os fatos que estão ocorrendo no interior de São Paulo e, como de resto, em todo o País.

Ontem denunciávamos que na região de Tatuí pequenos e médios empresários, levados ao desespero total, já presenciam hoje a cena dramática dos primeiros suicídios. Que coisa triste, Sr. Presidente! Brasileiros morrendo e se matando porque um dia acreditaram, um dia confiaram, um dia se permitiram ter esperanças. Hoje, pela manhã, recebemos a visita de pequenos agricultores da região de Presidente Prudente e da região de Garça, que, igualmente, vieram testemunhar a este Constituinte a mesma desgraça avassaladora, fruto do desespero e que leva também esses pequenos agricultores, que tudo estão perdendo, a um último gesto de esperança depositada nesta Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, os pequenos empresários e pequenos agricultores trazem a sua palavra de revolta contra essa medida meramente paliativa tomada pelo Governo Central no sentido de resolver os problemas desses pequenos produtores, advindos do endividamento contraído no Plano Cruzado. Acreditando na proposta do Governo, dispuseram-se a criar, a produzir, angariando dívidas. Agora, são surpreendidos com o Cruzado II, com novas regras, o que inviabiliza qualquer pagamento.

Sr. Presidente, vem agora o Governo, repito, a título de solução, apresentar meras soluções paliativas que jogam para daqui a seis meses a agonia final, derradeira.

Não podemos pactuar com isso. Deixamos aqui o nosso manifesto, o nosso testemunho, a nossa prece, quase a nossa súplica para que o Presidente acorde, saia do mundo da fantasia e venha para o mundo real. Não queremos, definitivamente, que a nossa gente continue morrendo ou se matando, porque um dia simplesmente acreditou.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (Líder do PFL): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA):

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem não lamenta o que ocorre neste País? Quem é insensível ao quadro de violência com o qual convivemos nesta Nação? Qual de nós, de formação cristã, não assiste, preocupado e extremamente abalado, brasileiros matando-se, de um lado e do outro? A Justiça não atende nem a uns nem a outros. A polícia não consegue conter essa onda terrível que avassala o País.

Anunciou-se aqui, repetidamente, a morte de um colega do PMDB do Pará, Paulo Fontelles. Podemos divergir no campo das idéias, podemos estar afastados no campo político, mas estaremos sempre próximos no entendimento de que a violência gera violência e só o espírito da fraternidade pode construir algo de válido nesta Nação.

O Partido da Frente Liberal repudia a violência, venha de onde vier, praticada por quem quer que seja. Entendemos não ser este o caminho para a solução dos grandes problemas nacionais, nem sequer dos pequenos. Não será com a Nação traumatizada, abalada, preocupada com seu destino, não será com as mães chorando e os pais

preocupados com a sorte de seus filhos que iremos construir algo de válido neste imenso Brasil.

Ouvimos atentamente os Constituintes que nos antecederam, especialmente os Srs. Ademir Andrade e Bendito Monteiro, ambos do Estado do Pará. Estendemos a eles a nossa solidariedade de companheiros, de brasileiros e de irmãos, ao tempo em que juntamos as nossas palavras às de Parlamentares – e estou certo de que são todos aqueles que têm assento nesta Casa – de todas as legendas, de todas as correntes de pensamento, para que façamos um esforço maior, no sentido de ampliarmos o grande entendimento nacional de que teremos de construir com espírito de convergência; certamente nada conseguiremos com espírito da divergência permanente.

Sabemos dialogar, procuremos na humildade o lugar comum para encontrarmos as soluções que a Nação reclama. Não será certamente com aquela posição de "eu quero, eu mando e eu posso" que iremos contribuir para que desta Constituinte saia algo que tenha a face de 80% ou 90% desta Nação. Vamos dialogar, para que todos possam encontrar o instrumento maior da unidade nacional. Se nos sentarmos à mesa para a grande negociação política, estou certo de que se espraiarão por esta Nação a vontade, o desejo e o objetivo comum de que o ódio tem de ser substituído pelo amor.

Que ninguém pense que é o dono da verdade, que ama mais este País do que outros, ou que, porque pensa assim, não tem de respeitar quem pensa diferente dele.

Mas, na divergência, poderemos encontrar e construir a convergência, se dentro de nós houver permanentemente o espírito da conciliação. Sei que existem pontos de vista e aspectos políticos difíceis de conciliar, mas entendo também que, se o espírito da conciliação for uma vontade permanente de todos aqueles que aqui estão, chegaremos ao entendimento maior. Não iremos para o confronto, porque não atende aos interesses de nenhum partido e, muito menos, aos interesses da Nação.

Lamento, profundamente, em meu nome e em nome do Partido da Frente Liberal, os acontecimentos que enlutam não apenas o Pará, mas toda a Nação brasileira. Cada gota de sangue derramada neste País é, para todos nós, motivo de meditação e de avaliação. Não podemos ser indiferentes ao que está acontecendo no Estado do Pará. Não somos nem seremos indiferentes ao que ocorre no mais distante rincão deste País. Saímos daqui hoje conscientes de que uma decisão será tomada, procurando com o exemplo de Paulo Fontelles, o espírito da conciliação. Partamos para o diálogo e, através dele, transformemos as divergências em convergências.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO):

Sem revisão da oradora.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos uma comunicação a fazer: ao sairmos agora do Superior Tribunal Militar, onde se encontra em julgamento a Deputada Ruth Escobar, assistimos aos dois primeiros votos dos

Procuradores, e para nossa surpresa, ao verificarmos que o Parlamento está sendo ali vilipendiado e desrespeitado, com uma agressividade que não cabe neste momento.

Nesta hora é preciso que o Poder Legislativo saiba o que está acontecendo naquele tribunal. Mesmo tecendo considerações, alguns dos Procuradores teimam em pedir a condenação da Deputada Ruth Escobar e dos dois companheiros que tinham ficado fora desta condenação. Esse tipo de comportamento, no momento em que todos precisamos ter bom senso para a caminhada da trajetória, não é possível.

Nossa companheira Ruth Escobar pede a solidariedade de todos nós, parlamentares, nessa hora difícil em que estamos assistindo ao deboche e somos tratados com desrespeito. A recíproca não tem sido verdadeira, na Assembléia Nacional Constituinte, para com aqueles que, muitas vezes, cassaram e torturaram Parlamentares.

Sr. Presidente, peço a todos os Parlamentares que façam o que for possível, nessa hora de entendimento, e dirijo-me emocionada ao Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, meu amigo e irmão Mário Covas, que passou por essa agonia e desespero chamado cassação de mandato. Peço que S. Ex^a interfira, em nome do seu partido majoritário, a fim de que o Parlamento não sofra mais esse apunhalamento, que não cabe na Nova República, muito menos neste momento.

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Não há questão de ordem a decidir.

VI – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

VIGOR BUAIZ – Requerimento de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre providências tomadas pelos órgãos competentes do Governo para que seja debelado desastre ecológico causado pelo navio Hyundai New World, encalhado na Baía de São Marcos, Estado do Maranhão.

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Passa-se ao horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra a Sr^a Moema São Thiago.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, não poderia fazer meu pronunciamento sem antes manifestar o meu lamento pelo assassinato do dirigente do Partido Comunista do Brasil, Deputado Paulo Fontelles. Gostaria também de subscrever as palavras do nosso companheiro Benedicto Monteiro.

O que está em jogo, hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, é a transição pacífica e democrática deste País. Como Constituintes, não podemos aceitar passivamente a pressão psicológica das forças conservadoras no momento em que se aproximam votações importantes como a da questão da reforma agrária. Consideramos isso não só uma violentação aos direitos humanos, à liberdade e à democracia, mas uma chantagem inadmissível a esta Assembléia Nacional Constituinte, que não é composta de covardes e que

não vai trair o anseio do povo brasileiro. Não nos curvaremos a atitudes desse tipo.

Quero dizer sobretudo aos companheiros do Pará, cujos nomes estão nessa vergonhosa lista de esquadrões da morte, que eles não só terão o apoio dos verdadeiros democratas deste País e da Assembléia Nacional Constituinte, mas também o do povo brasileiro, que estará ao seu lado. Caiu Paulo Fontelles, mas a bandeira por ele empunhada certamente continuará desfraldada pela quase totalidade desta Assembléia Constituinte e pela maioria do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que fizeram com este País?

O que estão fazendo com as aspirações democráticas do povo brasileiro, asfixiado durante mais de 20 anos de regime militar, hoje traído sob os desmandos da envelhecida "Nova República"?

O que faremos nós, Constituintes depositários da esperança popular recém-expressa nas urnas, que aqui chegamos para mudar o Brasil, torná-lo uma terra digna de todos, os que lutaram em todos os tempos por ideais democráticos avançados, à altura de uma geração que não temeu espalhar-se sob muralhas da violência autoritária da ditadura?

Chegamos para mudar o que não querem que mude. Não querem que este País se democratize. Não querem que se resolvam os graves problemas da fome, do desemprego, da miséria, da seca, da dívida pública, das desigualdades de renda, das disparidades regionais. Com quase naturalidade, o Superintendente da Sudene confirmou, nesta semana, à CPI do Racionamento de Energia no Nordeste, que essa instituição nenhuma ingerência tem no planejamento setorial do Governo na região e que nada podia fazer para amenizar a principal consequência dos cortes de eletricidade à indústria: 600.000 desempregados!

Mas, aqui chegamos. Aqui estamos. E vamos mudar! E vamos começar mudando mentalidades encarquilhadas pelo burocratismo político, pelo clientelismo recorrente, pelo casuismo imobilizador, pelo eleitoralismo inconsequente. Aí estão as razões da crise que atropela a transição e compromete o desenvolvimento democrático.

Tivéssemos, todos, a vontade política de enfrentar os problemas econômicos, com a efetiva incorporação da cidadania brasileira nas decisões sobre o seu destino, e brotaria a inteligência capaz de organizar a saída, de encontrar as alternativas. Mas as direções políticas do governo e da oposição preferem o caminho fácil da venda de ilusões. Uns paralisam a consciência crítica sob a hipnose da dívida externa e da inflação. Outros reacendem ambições sob máscaras messiânicas de salvação.

Enquanto isso, ressabiada, desconfiada, mas sensível, refugia-se a juventude no culto à família e nos valores da individualidade, na busca de novos paradigmas sociais, desconcertando os cientistas sociais, desesperando os velhos políticos profissionais: o peixe, mesmo faminto, foge da isca! É a crise na crise.

O curso de "Os Sentidos da Paixão", na UnB, reúne quase mil assistentes. No mesmo dia, o debate sobre política mineral, com cinco parlamentares, alguns técnicos e poucos alunos e professores é cancelado por falta de assistência...

A crise da credibilidade sobre o "público" se alastrá. Que se passa? Que está errado? É que estamos num impasse. Um impasse político. O

impasse democrático. A crise da transição que dissemina o descrédito. Incapazes de motivar a Nação e de conseguir uma sólida hegemonia sobre este universo cultural, social e político que lhe confiou uma missão (temporária), as forças de sustentação da Nova República se protegem do inevitável: sua superação histórica. Combatem o mito das diretas com o antíntimo dos cinco anos para o Presidente José Sarney, às custas de leilão de cargos, intimidações a correligionários e indecorosas propostas de prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, ao velho estilo do II Império!

Mas, onde está o ideal democrático, tão clamado e proclamado durante tantos anos de luta? O povo não crê mais em soluções ou anti-soluções. O povo brasileiro deseja um método para poder participar da análise de seus problemas e do encaminhamento de suas soluções. Isto é democracia. Mas isto não está ocorrendo. A tal ponto, que nos perguntamos: o que fazer para democratizar e defender esta frágil democracia recém-nascida entre nós?

A transição institucionalizada congelou-se. Uns sentem a estranha sensação de que entramos numa fria... Petrificou-se definitivamente no dia 18 de maio, quando, em pronunciamento à Nação, o Presidente da República se situou acima dela própria. Intitulou-se senhor de um processo que não lhe pertence. Não pertence ao seu governo. Não pertence ao PMDB. Não pertence à Aliança Democrática. Não pertence à Oposição. Não pertence a ninguém que não seja o próprio povo brasileiro, que por ele lutou, por ele morreu nas masmorras da tortura, por ele sofreu no exílio. O povo que votou mais conta o regime militar do que a favor de qualquer coisa. Este povo, anônimo e até passivo, é o senhor da transição, mas está distante das decisões, divorciado do Governo, profundamente dividido entre o sentido da traição e da atração. Traição de que foi vítima pela incompetência das forças de sustentação do Governo na construção de sua própria coerência. Atração pelas fórmulas que se apresentam como certas e acertadas, mas pelo desastre e incoerência dos adversários do que pela prática de um "mundo novo".

Maus tempos, estes tempos em que a emoção popular empurrada pelas frustrações arromba as portas da História para a irracionalidade. Mas este é o nosso tempo, onde pequenos ilhéus de consciência se esforçam para constituir uma ponte segura para o futuro. Ponte que não é de fórmulas, mitos ou de estreitos interesses sociais, mas de acesso ao exercício da cidadania. Ponte erigida sobre os pilares da compreensão de forças motrizes que representam diretamente a vontade de sair do pantano.

Falo, concretamente, deste último reduto de legitimidade – ainda que tardio e débil –, que é a Assembléia Constituinte. Falo dos milhares de lideranças da sociedade civil e de trabalhadores que por aqui transitam, diariamente, trazendo seus anseios. Falo das centenas de prefeitos municipais dentre os quais os prefeitos das capitais, onde se concentram 3/4 da população, ainda ontem reunidos no Recife, que lutam por uma verdadeira reforma tributária que lhes confira o nível de participação na gestão da coisa pública compatível com as atribuições exigidas por essa imensa comunidade urbana. Falo dessa outra imensa

comunidade técnico-científica em nosso País e que brevemente estará reunida na UnB, no Congresso da SBPC, e que está cansada de ser usada como serviço de multinacionais e de dirigentes de Estado inescrupulosos. Falou da tessitura desse elemento nova de vida brasileira que tem a clara percepção do impasse de transição, dos perigos do retrocesso que corre este frágil processo de democratização. Falou da falsidade das alternativas em jogo e da imperiosa necessidade de se dar consequência à crítica radical do embuste pseudodemocrático que envolve o Estado brasileiro hoje, suas instituições e até setores da sociedade civil. Falou da construção de alternativas políticas verdadeiramente novas. Rousseau, em seu tempo, tempo de paixões e agudo individualismo, dizia que a única saída consistia em sociabilizar o indivíduo e politizar a sociedade. Com efeito, o exercício da liberdade individual é apenas uma das pontas da meada do carretel de reconstrução da "bondade natural". A outra é, sobretudo, o exercício de cidadania coletiva, a representação. O outro é o voto, a participação. Deles emanam a vontade e a inteligência de um povo na sua árdua tarefa de se construir como sociedade moderna e democrática. Nós estamos empenhados em mover essa pesada roda da História do povo brasileiro.

Daqui partiremos, pois é a Constituinte, sem mistificações e exageros, um reduto de maior legitimidade pública que o Executivo. Este é oriundo de um voto indireto, limitado na sua representação, para uma tarefa que já se consumou: livrar-nos da ditadura militar.

Mas o voto Constituinte não só foi direto como dirigido a perfis diferenciados. Não foi voto contra. Foi a favor. Estou segura de que meus 83.000 eleitores sabiam e esperam que eu, aqui, defendam os postulados da democracia e da justiça social. Não os decepcionarei. Daqui daremos os passos subsequentes à retomada da transição rumo à democracia. Já agora não se trata de tarefa para um único partido, como outrora foi a "epopeia" do MDB. Tampouco é tarefa histórica de uma única classe. A complexidade da economia e a sociedade brasileiras exigem uma clara política de aliança entre classes e partidos para levar adiante esta causa. Os próprios companheiros progressistas do PMDB constituem peça indispensável desta nova engrenagem, que, como também os companheiros do PC do B, do PC e do PT e outros democratas, devem superar o impasse pela defesa da democracia. Não devem eles, como não devemos nós, militantes de partidos populares que não aderiram à unificação de forças sob hegemonia liberal, se sentir em estado de ressaca cívica. Ressaca, sim, terão se não souberem interpretar a realidade que ajudaram a transformar, pois o povo brasileiro, mais do que nunca, acompanha com atenção os acontecimentos e cobrará nas urnas a incoerência do PMDB.

A questão não consiste em saber quem errou ou aceitou na formulação da estratégia da abertura. Até porque, todo mundo sabe, ninguém ganha de todos nem engana a todos o tempo todo. Isto é preconceito totalitário. Na democracia, uns ganham, outros perdem e todos se corrigem na expectativa de não serem ultrapassados. Trata-se de avançar, não de lamentar. De uma forma geral, os progressistas no Brasil tiveram uma grande

vitória sobre o conservadorismo e, apesar do contra-ataque da conjuntura podem retomar a iniciativa e acompanhar, novamente, o povo brasileiro a níveis mais elevados de representação e participação políticas. O parlamentarismo que almejamos está ao nosso alcance, não como mudança de governo, mas como mudança na estrutura da representação política em nosso País, como reforma da política. Unidos na compreensão da crise da transição, identificados com o compromisso de defender a democracia brasileira pelo seu aprofundamento, fortalecidos pelos pólos de condensação de lideranças emergentes entre os sindicatos, associações e prefeituras municipais, podemos reassumir imediatamente as prerrogativas do Congresso Nacional sobre matéria econômico-financeira e impor o que na Revolução Francesa foi o preâmbulo de sua Constituinte: a independência dos poderes, sem a qual inexiste a soberania popular e uma Constituição verdadeiramente livre.

Ouço, com prazer, o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO:

— Constituinte Moema São Thiago, uma frase do seu pronunciamento sintetiza, a meu ver, a denúncia que ora realiza nesse plenário: a transição democrática institucionalizou-se e congelou-se. Entendo que nessa denúncia se situa o problema básico para o qual chamo a atenção desta Casa. O seu pronunciamento de denúncia e de alerta ao corpo constituinte é dos mais expressivos e parte, evidentemente, desta Praça dos Três Poderes, de atitudes e de decisões políticas assumidas pelo Presidente Sarney. Resta, portanto, à Assembléa Nacional Constituinte, pelas ações de representantes como V. Ex.^a, demonstrar que, em face de certas questões básicas, na votação nas diversas Comissões, especialmente na Comissão da Ordem Econômica, é capaz de avançar e não permitir que a transição democrática permaneça congelada, como tanto o desejaria o ilustre Presidente José Sarney. Parabéns a V. Ex.^a pelo seu pronunciamento.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO —

Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD

(PTB – MG. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, minha presença hoje nesta tribuna está relacionada com a defesa prévia — num processo de prevenção e profilaxia — de duas propostas que apresentamos na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente.

Tendo sido Presidente da referida Subcomissão, tivemos a satisfação de ver aprovadas essas propostas, além de outras, e chegamos mesmo a considerar o anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente um avanço expressivo na área social.

Refiro-me especificamente ao art. 8º, do nosso anteprojeto, que diz:

"É vedada a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas alcoólicas."

Consideramos, como médico que somos, de extrema importância a aprovação deste artigo. Como já está havendo pressões variadas, particularmente por **lobbies** interessados em eliminar

esta proposta, hoje, neste espaço que nos foi destinado, estamos procurando, de maneira veemente, trazer mais uma vez à Nação a nossa palavra de apoio à proposição que está sendo agora corroborada pelo Relator da Comissão da Ordem Social.

Alegou-se que tal proposta não seria matéria constitucional. Foi a primeira tentativa de eliminação, em relação ao art. 8º do nosso anteprojeto.

É muito difícil definir o que pode e o que não pode ser matéria constitucional. Mas, de qualquer maneira, através deste artigo que proíbe a propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas alcoólicas, estamos procurando defender a saúde do povo brasileiro. Os países mais desenvolvidos já apresentam leis neste sentido, e verificamos até mesmo, em alguns, a existência da chamada antipropaganda, particularmente nítida em relação ao tabaco. Chegaram mesmo a nos dizer, em um processo até sibilino de pressão, que, sendo aprovado este artigo e inserido na nova Constituição, provavelmente iria impedir a realização da Copa do Mundo de futebol, em 1994 no nosso País. Infeliz do país que, para realizar uma Copa do Mundo, precisa das verbas de propaganda de produtos tóxicos, tais como cigarros e bebidas alcoólicas.

Estamos aqui, portanto, na defesa desta proposta, da qual fomos um dos autores, chamando a atenção dos caros colegas Constituintes para o fato de que, provavelmente, será árdua a nossa luta para eliminar da nossa mídia os abusos que têm sido cometidos neste setor. Até agora, as melhores propagandas, as mais bonitas, as mais bem elaboradas, as mais bem feitas são exatamente as relacionadas ao tabaco e às bebidas alcoólicas. São geralmente dirigidas aos jovens e mostram figuras atléticas, acompanhadas de moças belíssimas, dirigindo lanchas potentes, domando cavalos bravos, indo até ao sucesso com o uso de um simples cigarrinho. Tal é o tipo de propaganda condicionadora a que todos são submetidos, dentro de seus lares, até mesmo as nossas crianças. E que falar, então, da vergonhosa e imoral propaganda popular de medicamentos, induzindo nosso povo à automedicação? E a propaganda que também veicula mentiras terapêuticas e farmacológicas? Uma delas, por exemplo, além de mostrar o indivíduo sendo protegido dos seus problemas hepáticos com o simples uso de algumas gotas milagrosas de determinado produto, ainda o induz a beber subliminarmente, insinuando que pode abusar da bebida à vontade e depois proteger o seu fígado com tal produto. Como sabemos, na medicina não há até hoje, infelizmente, nenhuma substância farmacologicamente ativa capaz de proteger o fígado de qualquer pessoa contra intoxicações provocadas pelo álcool.

O segundo item do nosso relatório, que estamos hoje defendendo e para o qual chamamos a atenção dos nossos colegas constituintes, é o § 2º do art. 5º do referido anteprojeto da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, que diz o seguinte:

"É dever do Estado exercer o controle das drogas, do abuso dos demais produtos tóxicos inebriantes e estabelecer princípios básicos para a prevenção do seu uso."

Gostaria, rapidamente, neste tempo que ainda me resta, de trazer alguns dados fundamentais

aos nobres colegas a respeito deste assunto tão importante nos dias que correm, qual seja o abuso de drogas. Em levantamento realizado em Minas Gerais há cerca de 12 anos, entre estudantes secundários e universitários daquele Estado, constatamos um índice de usuários de drogas de cerca de 16%. Novo levantamento que estamos realizando agora mostra uma ascensão desse índice. É um problema grave que se verifica no mundo inteiro. Atualmente, estamos encontrando, em média, entre os nossos estudantes, 28% de usuários de drogas. Este é o primeiro sinal assustador. O segundo é a queda da faixa etária. Enquanto, no passado, no levantamento de 1975, constatamos que a menor idade encontrada entre os usuários foi de 14 anos, no levantamento atual, 20,2% dos usuários são menores de 9 a 18 anos de idade. Portanto, temos criança – meninos e meninas – de 9, 10, 11 e 12 anos de idade usando drogas.

O terceiro item importante das observações comparativas dos dois levantamentos é o que se refere ao aparecimento, na atualidade, de algumas drogas mais pesadas, como a cocaína, por exemplo. Enquanto no levantamento de 1975 encontramos praticamente três ou quatro usuários de cocaína, apenas, no levantamento atual, essa droga já se situa em quinto lugar entre as mais usadas pelos nossos jovens.

Pode-se observar ainda na nossa proposta, felizmente aprovada, a questão dos produtos tóxicos inebriantes, do tipo das colas de sapateiro, das colas de aeromodelismo e outros produtos semelhantes, geralmente à base de solventes voláteis, que estão sendo empregados particularmente pelas nossas crianças carentes, nas ruas e avenidas das grandes capitais brasileiras. Tem sido extremamente preocupante verificar o fato de que tais produtos, além de lesar o sistema nervoso central, são também depressores da medula óssea, podendo diminuir a produção do sangue e levar o indivíduo a anemias profundas.

Ora, tais menores carentes já são desnutridos; pois seu tipo de vida normalmente os conduz a anemias intensas. Pelas nossas ruas, aspirando, numa fuga transitória, tais produtos inebriantes vão apresentar, no futuro, além da dependência e das possíveis lesões sobre o sistema nervoso central, grave aumento no problema da anemia.

Daí a importância de se incluir no texto constitucional um artigo que possa reforçar posteriormente a legislação complementar ou ordinária, no sentido de estabelecer princípios para um controle rigoroso desses produtos tóxicos inebriantes. Apresentamos uma proposta, há tempos, ao CONFER, Conselho Federal de Entorpecentes – infelizmente não aprovada àquela época pelo órgão –, que, a nosso ver iria diminuir muito o abuso de tais produtos. Essa proposta, resumidamente, continha o seguinte: primeiro, proibir a venda de colas a menores de 18 anos – em alguns países já fazem isso – que são os seus maiores usuários; segundo – este é um ponto revolucionário – adicionar a tais produtos substâncias químicas de odor repelente ou que pudessem provocar sensações de náuseas, para dissuadir o usuário.

Esses dois itens, se aprovados, provavelmente iriam minimizar muito o abuso desse produto, que tem provocado verdadeira devastação, particularmente junto aos meninos e meninas e, de

modo mais nítido, junto àqueles das camadas mais pobres da população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, finalizando, queremos propor, também para o futuro, com fundamento neste princípio constitucional, que seja inserida na legislação complementar ou na ordinária a obrigatoriedade do ensino científico, a nível das nossas escolas, sobre o grave problema do abuso das drogas, porque tenho a convicção, dentro da nossa experiência de mais de duas décadas neste setor, de que a educação científica é a melhor arma que possuímos para um processo de prevenção, porque se há algo que o jovem aceita bem é linguagem sem dramatismo, sem sensacionalismo, sem lição de moral, apenas e exclusivamente a linguagem da ciência.

O jovem cientificamente educado sobre os graves problemas provocados pelo abuso de drogas, ao chegar o momento de fazer a sua opção entre usar e não usar drogas, provavelmente fará a opção correta.

Portanto, terminando, Sr. Presidente, Srs. ^{as}, e Srs. Constituintes, tenho a certeza de que, conseguindo a aprovação desses dois itens tão importantes, provavelmente daremos um passo extraordinário no processo de diminuição no abuso de drogas, principalmente no seio da juventude.

Concedo o aparte à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A Sr^a. Sandra Cavalcanti – Nobre Constituinte José Elias Murad, é uma pena que ainda não tenhamos conseguido revogar o art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, para permitir que no horário normal, nas nossas tardes, a Casa – enquanto Câmara dos Deputados, e não como Assembléia Nacional Constituinte – se reúna, com seu plenário cheio, até para que tivéssemos, de vez em quando, oportunidade como esta, que neste finalzinho de tarde, numa sala vazia, nós, os privilegiados que aqui ficamos, estamos tendo. V. Ex.^a, é sem favor algum, uma das maiores autoridades deste País no trato deste assunto tão doloroso, que é o uso de entorpecentes por uma parte da população, principalmente os mais moços. Conheço-o de longa data, sou sua aluna assídua cada vez que o ouço e que leio os seus trabalhos. Acho que o povo mineiro agiu com muita sabedoria quando teve o bom senso de elegê-lo e enviá-lo para cá.

V. Ex.^a acaba de fazer duas afirmações que merecem ficar de fato registradas em nossos Anais. É uma pena que não estejamos funcionando enquanto Câmara dos Deputados, com poder de iniciativa, com prerrogativas de Legislativo, porque então V. Ex.^a poderia estar apresentando essas idéias sob forma de um projeto de lei imediato, para ser posto em prática desde já, sem precisar aguardar ainda o final dos trabalhos e a chegada – quem sabe? – destas propostas ao texto final da nossa Constituição, o que certamente acontecerá. De modo que o alerta de V. Ex.^a sobre a necessidade de se coibir a venda de determinados produtos para menores, mais o alerta principal de se incluir no currículo das nossas escolas uma informação científica correta, para que as crianças possam fazer a sua opção desde cedo, são dos mais oportunos e mais inteligentes que tenho ouvido nesta Casa. V. Ex.^a, está de parabéns.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Muito obrigado, Constituinte Sandra Cavalcanti. Principal-

mente partindo de V. Ex.^a, considero, talvez, este um dos maiores elogios de toda a minha carreira. Deus lhe pague!

Durante o discurso do Sr. José Elias Murad, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Jamil Haddad. (Pausa.)

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de entrar no assunto que me trouxe a esta tribuna, nesta tarde-noite, referente a matérias constitucionais, não poderia deixar de, em nome do Partido Socialista Brasileiro, que tenho a honra de presidir, manifestar a minha repulsa e o mais veemente protesto pela continuidade da impunidade para os crimes que vêm ocorrendo nas lutas pela terra no Pará e no Maranhão.

Desta vez foi barbaramente assassinado o Deputado Estadual do PMDB, Paulo Fontelles, que cometeu um grave crime na sua vida, o de ser defensor dos sem-terrás, dos desfavorecidos, o de contrariar os donos da terra, os homens da UDR, que não admitem, em absoluto, que haja uma divisão equânime, justa, socialmente falando, da terra do nosso País.

Sr. Presidente, o nobre Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, no seu discurso emocionado, quando falava em nome do seu partido, a respeito do crime ocorrido no Pará, citou o assassinato do estudante Edson Luís nos idos de 1968, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época era eu Deputado Estadual, no Estado da Guanabara, e presidi a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o assassinato de Edson Luis, o chamado "crime do Cabalouço".

Hoje, como no passado, há infiltração de elementos interessados na conturbação da ordem social, com o objetivo de justificar nova intervenção das forças militares ou de organismos ditatoriais, que querem manter seus privilégios, já que, durante vinte anos, assim o fizeram. Querem, agora, continuar a mantê-los através de pressões e mais pressões, e **lobbies** do poder econômico, para conservar a população brasileira na mesma situação de injustiça social, da qual cerca de 40 milhões de brasileiros, nossos irmãos, sofrem neste momento.

Antes de entrar, Sr. Presidente, no assunto que me traz à tribuna, quero congratular-me com a classe dos Taquígrafos, categoria profissional que tem prestado grandes serviços ao pleno funcionamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e que inaugura amanhã, com duração até o dia 15 de junho, o I Congresso Brasileiro de Taquígrafos, a realizar-se no Auditório Petrônio Portella, no Senado da República.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, utilizarei os vinte minutos que o Regimento me concede para abordar sugestões que ofereci aos trabalhos iniciais da elaboração do texto da nova Constituição.

Limitar-me-ei a um grupo dessas propostas as que considero mais importantes dentre as cento e vinte e três apresentadas, mesmo porque o tempo de que disponho não ensejaria comentá-las individualmente.

Por meu intermédio, o Partido Socialista Brasileiro, a que tenho a honra e a responsabilidade de presidir, pôde veicular muitos dos seus princípios e agitar muitas das suas idéias.

A declaração, alçada à letra constitucional para emprestar-lhe a magnitude de que se reveste, de que a tortura configura crime comum, imprescritível, inafiançável, até mesmo insuscetível de graça ou anistia, encontrou iniciativa de minha parte, como, também, para honra de todo o Parlamento, de outros Srs. Constituintes. Afinal de contas, o Brasil participara da Assembléia da ONU, condenatória da tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes, firmando, posteriormente, a respectiva Convenção.

Tenho orgulho em dizer à Casa que, no ano passado, já apresentara à consideração do Senado um projeto de lei, que tomou o nº 207, definindo o delito de tortura, que seria acrescentado à Parte Especial do Código Penal, no Título dos Crimes contra a Pessoa e no Capítulo dos Crimes contra a Liberdade Individual.

É evidente a necessidade de prever a tortura como crime autônomo. Por isso, de notável significação a inserção da matéria no texto da Lei Maior.

Sugeri que a Constituição votada seja submetida ao referendo do eleitorado nacional, que poderá aprová-la ou rejeitá-la, no todo ou em parte. O ideal seria que se procedesse à consulta antes da promulgação. Em tal sentido enderecei emenda ao projeto do Regimento, a qual foi, porém, desacolhida.

Mas, Sr. Presidente, se não se quis dispor da manifestação do eleitorado antes da promulgação, então que se realize tal consulta nos sessenta dias após a mesma. Essa audiência é imperiosa. Precisamos estar alertas e recolher as lições do passado. Sem a sagrada popular, jamais a Constituição votada será reconhecida como legítima, jamais será recebida pelos brasileiros como o código político e jurídico das suas liberdades. Devem os homens públicos estar atentos aos fatos sociais e captá-los na redação das leis, sobretudo da Lei fundamental.

Propus que se reconhecesse o aborto como um direito da mulher, cumprindo ao Estado, através dos hospitais públicos, assegurar assistência à mãe pobre. Considero um farisaísmo a tipificação do aborto como crime. Quem de nós, mormente nos grandes centros, não tem conhecimento da numerosidade dessas intervenções que se realizam diariamente? E quem as combate? Quem processa os responsáveis? Quem denuncia os culpados? Crime de competência do Tribunal do Júri, chega a ser irrisório verificar que, nas capitais, no máximo três ou quatro se sentam no banco dos réus anualmente para responder a tal acusação. E de condenações nem se sabe. Todavia, o crime continua na lei. Na verdade, continua é no papel, porque não está na consciência da população.

Sou médico e vivi dedicado à Medicina desde que me formei. Por isso, sou testemunha do triste espetáculo que consiste num vergonhoso contraste. A mulher da classe rica ou média tem assistência de clínicas especializadas para abortar. A mulher pobre vê fechar-se ao seu socorro o hospital público e, então, tem de procurar o curan-

deiro ou a curiosa, o que significa, não raro, o caminho para a morte.

É isto o que precisa acabar.

Sr. Presidente, fala-se com freqüência, desta tribuna, que os partidos são vitais para o regime democrático. Penso que a Constituição deve encampar a liberdade partidária, exigindo para o funcionamento das agremiações apenas o registro perante a Justiça Eleitoral. Aí está o princípio geral. Ficaria à lei ordinária reservado o processo eleitoral.

Todavia, existe um mal a eliminar – o das permanentes mutações dos mandamentos eleitorais, sobretudo às vésperas dos pleitos. A vedação dessa prática deve constar da Carta Magna, de modo a desencorajar as tentativas que temos presenciado, tudo ao sabor das conveniências do poder, sem um mínimo de estabilidade. A proibição pelo período de um ano antes do pleito seria suficiente.

Quanto à questão agrária – tema a demandar estudada análise – adianto ponto de vista de que ela, em nosso País, não se reduz à indispensável redistribuição do latifúndio. Urge colocar o campo a serviço de nossa mais grave deficiência, que é a produção de alimentos. Dentro dessa linha de pensamento, formulei indicação no sentido de que qualquer propriedade rural, independente do tamanho e utilização econômica, deverá dedicar, pelo menos, vinte por cento de sua área à produção de alimentos de primeira necessidade.

Sr. Presidente, se é certo que a Constituição deve abrigar princípio relativo ao uso da informática, não menos exato é que os cidadãos precisam ficar garantidos. E essa garantia está no reconhecimento do direito de acesso aos dados informáticos. Mas a terceiros fica vedado tal acesso.

Por outro lado, não é de admitir-se o emprego da informática para o tratamento de dados referentes a convicções políticas ou filosóficas, credo religioso, filiação sindical ou à vida privada.

Propus, também, a proibição de atribuir-se um número nacional único aos cidadãos. Isso seria um atentado à personalidade, como que transformando o homem em coisa.

Dediquei o maior carinho ao assunto da anistia, de forma a estender aquela compreendida na Emenda Constitucional nº 26 aos civis e militares, de qualquer posto ou graduação, que hajam sido punidos, inclusive disciplinarmente, com demissão ou dispensa das atividades, com base em quaisquer outros diplomas legais, por motivação política.

Defendo que os benefícios da anistia se revistam de caráter amplo, geral e irrestrito, abrangendo, logicamente, as garantias de reversão, com as promoções, como se nunca houvessem os interessados sido afastados.

Previ, também, as indenizações, que são devidas por justiça, como reparação aos danos sofridos.

Sr. Presidente, a anistia votada pela Constituinte só pode ser a total e abrangente. Necessário, inclusive, apagar resquícios de outras medidas que tiveram esse nome, mas não o foram em sua essência. Basta ver que a de 1979 juntou vítimas e torturadores e a de 1985 foi restrita, por força de negociação. Foram doses homeopáticas, num assunto em que o organismo nacional está a exigir tratamento de choque. Se a intenção é realmente começar vida nova, indispensável ímpar a casa,

varrendo os resíduos do arbítrio. A atitude que sustento é a que se harmoniza com as nossas tradições. Confesso que vi com emoção, que direi patriótica, a minha sugestão acolhida no parecer da nobre subcomissão que a apreciou.

No ano passado, Sr. Presidente, apresentei, perante o Senado, projeto de lei, que recebeu o nº 96, dando nova redação ao caput do art 73 da Consolidação das Leis do Trabalho. Trata-se da remuneração do trabalho noturno. Sem dúvida o trabalhador terá os seus direitos bem definidos na nova Constituição. Por isso, levei aquela idéia avante, no propósito devê-la incorporada ao estatuto em elaboração. A nobre subcomissão, encarregada da matéria, adotou a sugestão, assegurando esse direito aos empregados que trabalham à noite, levando uma vida anormal, para que os demais concidadãos possam desfrutar uma vida normal.

Preocupei-me, por igual, com a reforma urbana, atento à função social da propriedade, pelejando pela consagração expressa do estado de necessidade social. Quem, não sendo proprietário urbano nem rural, ocupou, por três anos ininterruptos, sem reconhecimento de domínio alheio, trecho de solo não superior ao módulo urbano definido em lei, tomando-o sua moradia, terá sobre o mesmo assegurado o direito de propriedade, mediante sentença declaratória. Esta, em síntese, a minha formulação.

Com efeito, não é mais possível condescender com as terras não utilizadas, diante da legião de despossuídos. Necessário socializar o direito de propriedade, subordinando-o ao estado de necessidade social.

Lembrei-me, no campo judiciário, de fixar na Constituição que, em cada Estado e no Distrito Federal, haverá um Tribunal Regional do Trabalho. A Justiça do Trabalho, pela natureza dos feitos que lhe são submetidos, não pode ser empenada. Há de ser pronta nas suas decisões. No entanto, em diversos Estados, onde não se sedia um tribunal de segunda instância, os processos fazem viagens demoradas além das fronteiras, dificultando as partes, sobretudo as de menor ou nenhum poder. Ora, os aspectos sociais próprios das causas trabalhistas não podem ser esquecidos por esta Assembléia.

Sr. Presidente, os dias presentes são de intensa participação popular. Assim, as inovações ditadas pela hora devem figurar na lei básica. Se os misóneístas as combatem e contra elas dirigem o seu furor, é necessário que os representantes progressistas e liberais com assento nesta Casa lutem com ardor cívico.

Tenho para mim que os moradores dos distritos municipais ou os dos bairros nas grandes cidades podem organizar-se em conselhos comunitários, sendo obrigatória à audiência desses organismos nos assuntos de interesses das respectivas populações. Tais conselhos derivam de uma associação de interesses comuns e, por isso, não podem ser desconhecidos, devendo ficar assegurada a sua participação na gestão da coisa pública.

Tema que, de há muito, tem atormentado os juristas e os legisladores é o atinente ao inquilinato. As soluções até hoje oferecidas não resolve-

ram o problema e, a meu ver, não o conseguiram porque buscaram dar um tratamento único e exclusivo a uma situação que está a demandar posologia diferenciada. Tudo decorre da extensão continental do País, da diversidade de costumes entre as regiões, de aspectos disparestes entre as comunas.

Se é objetivo da Constituinte, expressado aqui e acolá, fortalecer o município, como cédula viva da nacionalidade, que realmente precisa ser, por que não colocar à sua competência a disciplina dos aluguéis residenciais e comerciais? Em tal sentido, subscrevi indicação.

Ademais, não vejo como cogitar-se de autonomia municipal sem garantir ao município a elaboração por ele próprio da sua lei básica, da sua organização político-administrativa. Esta Assembléia terá a oportunidade de optar entre o fortalecimento dos municípios e a manutenção do atual **status**, em que os prefeitos são impotentes.

Sr. Presidente, quanto à possibilidade de reeleição dos prefeitos, assinei emenda em contrário. Da mesma forma, não consigo admitir reeleição de governadores ou de presidente da República.

A mudança nas chefias dos Executivos é preceito salutar que recomenda à inserção no texto constitucional. Os comandos interioranos são múltiplos e os Estados apresentam valores em quantidade. Basta ver que, no último pleito, para os Legislativos, em que a reeleição é permitida, a renovação foi à tónica.

Quem vive no palco da nossa política e lhe conhece os meandros, quem já se acostumou ao embate das urnas e às campanhas eleitorais, conhece, de sobra, as mazelas pelas quais o oficialismo é responsável. Na sustentação dos seus preferidos, empenham-se exageradamente os ocupantes das chefias dos Executivos, tudo fazendo para vê-los vitoriosos.

Desde 1974, as leis que têm regulado as eleições no Brasil contém disposição expressa, declarando nulos e de nenhum efeito os atos praticados por esses mandatários, cento e vinte dias antes do pleito e até o fim do mandato. Por que isto? Precisamente para obstaculizar as benesses e a prepotência de que os administradores, no exercício do cargo, se servem para favorecer os apadrinhados ou perseguir os que se lhes opõem. É evidente, por consequência, que permitir a reeleição estimularia, desde logo, o candidato, no cargo, a valer-se da distribuição de regalias que o poder lhe proporciona.

Nesta oportunidade, manifesto-me, igualmente, contra as tentativas de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos.

O País já viu coisas assim, no passado, mas não quer ver mais. Não basta falar em moralidade. É preciso praticá-la. Os eleitos o são por prazo certo e determinado.

Argumenta-se com a vantagem da coincidência das eleições municipais com as estaduais e federais. Se tal fosse verdade, a coincidência poderia ser obtida em pleito vindouro, elegendo-se os novos prefeitos por um prazo maior. Mas aí a duração do mandato estaria conhecida e fixada na hora da outorga.

Na verdade, nenhuma vantagem existe na propalada coincidência. Por que menos eleições? O exercício do voto mais vezes favorece a democracia e aprimora o eleitorado.

De outra parte, o pleito municipal possui características inteiramente diferentes da eleição para o Governo estadual, as bancadas federais e as das Assembléias Legislativas. Os temas de campanha são outros. Por que, então, junti-los necessariamente?

A Nação não se abala com eleições. A Nação se confrange é com a supressão das eleições. Direi mais: a existência de mais eleições auxilia e combate ao poder econômico, de que tanto se abusa e que constitui um terrível inimigo das democracias.

A Justiça Eleitoral não tem conseguido impedir a ação desses infratores, pela ausência de uma legislação rígida que regule a temática com clareza. A própria Constituição vigente contém normas a respeito, mas não passam de preceitos programáticos, isto é, despidos de força, pois dependentes de disciplina por lei própria.

Assim, quanto mais eleições houver, os que investem altas somas nos pleitos mais dinheiro terão de gastar. E o seu capital haverá de diminuir. Ao menos, essa opinião há de continuar imposta aos mercadores eleitorais.

Sr. Presidente, na Sessão Legislativa de 1986 submeti a meus pares, no Senado, o Projeto nº 145, alterando dispositivos do Código de Processo Penal, para determinar que, havendo prova de identificação civil, a criminal só se fará após ter a sentença condenatória transitado em julgado. A nobre Subcomissão que apreciou a parte referente aos direitos da pessoa consagrou esse princípio, de há muito reclamado por juristas e advogados. Com efeito, a identificação datiloscópica de quem é podador de identificação civil, como se vem fazendo, é medida profundamente vexatória.

Tenho a convicção de que é pensamento quase generalizado o fortalecimento do quadro partidário, assegurando-se liberdade na organização das agremiações que o compõem. Nessas condições, não deve haver lugar para a adoção do sistema distrital – seja na sua forma pura, seja mascarado de tipo misto – pois o mesmo concorre para alijar da representação parlamentar as minorias eleitorais.

A observação mostra que só o voto proporcional é realmente democrático, pois, a par de assegurar a presença das minorias, serve à valorização dos partidos. Portanto, mudar implicando retrocesso não é posição aceitável, mas absolutamente condenável.

O direito de greve deve ficar reconhecido de modo cristalino na Constituição, sem subterfúgios de qualquer ordem, extensivo a todas as categorias de trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos.

Trata-se de direito que não pode ser reconhecido pela metade, ou seja, ser proclamado pomposamente e permanecer dependente de lei a ser editada. Assunto de tamanha importância não se posterga. Cogita-se de direito legítimo, como tal impossível, de ser negado num regime democrático.

Quanto ao serviço militar obrigatório, penso que pode ser mantido como regra. Todavia, propus que a lei poderá estabelecer, em tempo de paz, como alternativa, a prestação de serviço civil de interesse da Pátria. O serviço civil poderá ser realizado em diversos setores, desde os ligados à saúde pública até aos campos, por exemplo.

O que importa é que se adote o mais conveniente à Nação.

Sr. Presidente, procurei expor, em linhas gerais, sem extrapolar os lindos regimentais, algumas propostas do Partido Socialista Brasileiro levadas à consideração das comissões e subcomissões desta augusta Assembléia. A nova Constituição, por certo, há de ser uma obra de todos, não de grupos ou facções. Deverá refletir os anseios da população, definindo as linhas mestras do País, da sua organização, dos seus princípios basilares, bem como as garantias dos cidadãos.

Com os olhos voltados para os Constituintes de 1823, que se lançaram à obra de firmar a independência nacional, esta Assembléia há de desincumbir-se de sua tarefa ciclópica, defendendo, acima de tudo, a soberania e a dignidade do País, sem se preocupar com modelos alienígenas, mas respeitando a experiência da nossa gente, os seus costumes e o seu sistema de vida.

Tenho dito.

Durante o discurso do Sr. Jamil Haddad, o Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segunda-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Gérson Peres. (Pausa.)

O SR. GÉRSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta tarde presenciamos os protestos, os pésames levados à família daquele que foi assassinado hoje em meu Estado, o ex-Deputado e advogado Paulo Fontelles. Não poderíamos deixar de associar-nos a essas manifestações de solidariedade. Também desejamos aqui afirmar o nosso pensamento sobre as causas geradoras dos lamentáveis acontecimentos que estão ocorrendo no Pará.

Sr. Presidente, nosso partido sofreu, no decurso de muitos anos, críticas violentas; foi responsabilizado, aqui, pelo PMDB, por mortes em meu Estado. Sentímos até o temor de sermos incomprendidos pelo povo ou, talvez, conhecidos como mandantes ou responsáveis por aqueles acontecimentos. O PDS foi imolado por esse tipo de campanha feita pelos seus opositores no passado.

Não queremos proceder com eles da mesma maneira, poderíamos porém utilizar os mesmos métodos e hoje, dizer ao PMDB que já se matou, em função dos problemas fundiários, dez vezes mais no período do seu Governo, do que durante todo o período do autoritarismo, ou mesmo durante o período do militarismo, pelo qual o PDS não foi responsável. O PDS não estava no poder; colaborava com os militares, mas não era chamado para dirigir a política do seu programa ou para determinar providências que impedissem aquelas mortes.

Hoje é diferente. O Governo está nas mãos do PMDB, e não é o PDS quem vai dizer que aquele partido é o responsável pela morte de tantas criaturas, inclusive a do Deputado Paulo Fontelles. Sabemos que não são os partidos políticos os responsáveis por esses fatos. O problema é de estrutura, de causa geradora mais profunda, de incompreensão e de responsabilidade de grupos de direita e de esquerda. É a esquerda tão responsável quanto a direita pelas mortes que se suce-

dem em meu Estado, porque morrem posseiros diariamente, como morem fazendeiros, e representantes dos governos, militares e civis que para ali, vão manter a ordem.

É um emaranhado de acontecimentos que geram os conflitos da propriedade. E o sentimento cultural do povo brasileiro com relação à propriedade é muito mais forte do que com relação à família. Houve época em que ambos se identificavam: o homem matava a mulher que o traía, porque queria lavar sua honra, isso era comum no Brasil de décadas atrás. Com a evolução dos tempos, o aprimoramento da legislação, o desquite, a conquista do divórcio, a conscientização do povo através dos meios de comunicação, a liberdade da mulher, sua independência, direitos e garantias, tudo isso gerou uma redução desse sentimento cultural.

Mas sobrou o da propriedade. Este hoje, continua forte, e os Líderes políticos e os governantes, quer do passado, quer do presente, o sabem. É uma verdade sociológica evidente, incontestável, e não encontram meios, dispositivos legais e mecanismos governamentais que se interponham no centro das atividades da esquerda ou da direita, fazendo cessar os conflitos só pelo processo da lei, do diálogo e do respeito ao princípio da autoridade é que o radicalismo de ambas será sepultado.

Não existe autoridade, no meu Estado – e refiro-me à autoridade federal, uma vez que a estadual é impotente, pela precariedade de seus dispositivos militares. O Governo Federal é o responsável maior – e não sou eu quem o diz, mas os Líderes do PMDB, que se esquecem de que são Governo e vêm atacar o Governo de que participam, assacando da tribuna impropérios contra o Presidente José Sarney. Em vez disto, deveriam estar ao lado de S. Ex.^a, levando-lhe soluções e dando-lhe apoio através da maioria, neste Congresso, encaminhando dispositivos de leis rápidas e exigindo a intervenção imediata do Poder Central, em combinação com o do Estado, para eliminar os conflitos. Sua função não é simplesmente a de repetir os mesmos discursos do passado.

Quando lemos o Plano Nacional da Reforma Agrária, verificamos um vazio imenso quanto a que se poderia fazer para eliminar o conflito. Sr. Presidente, veja bem o que aqui está escrito:

"O processo de reforma agrária compreende, também, a interação de diversos órgãos, em diferentes esferas governamentais, além do envolvimento efetivo das organizações e entidades representativas da sociedade civil. As superintendências regionais, bem como as entidades estaduais e municipais de desenvolvimento sócio-econômico, dentre eles os órgãos de terra, institutos de cooperativismo e outros, deverão participar das ações destinadas a implementar os planos de reforma agrária, nas atividades específicas de suas áreas de atuação.

À Comissão Agrária caberá desempenhar as funções previstas em lei. Também as instituições de ensino, públicas ou particulares, poderão dar sua contribuição em operações integradas, com vistas a realizar os trabalhos demandados nas áreas de reforma agrária."

Observem bem, um vazio profundo existe aqui: a lei manda que o Governo estabeleça nas áreas setoriais as unidades, as comissões setoriais. O Governo só cria a nacional e a estadual. Não se preocupa com as municipais. Se elas estivessem estabelecidas com a representação de todas as entidades de classe religiosas patronais ou de empregados, sindicatos rurais ou representações de associações ou clubes de serviços, se elas estivessem operando na sua missão legal, esses conflitos teriam sido reduzidos em mais de 80 ou 90%. Isso porque elas teriam as atribuições da lei para conciliá-las ou eliminá-las, na fonte, com conhecimento dos problemas, das causas que geraram toda aquela situação e ainda dariam para a autoridade que tem o poder de decisão a fórmula adequada para que aquele conflito ali localizado fosse resolvido.

O sul do Pará é um exemplo. Não existe ali nenhuma unidade setorial. O que existe é uma guerra entre posseiros, fazendeiros, sindicatos rurais, igreja, governo, polícia – uma balbúrdia – e o Governo sabe disso e não encontra o meio termo. Foge da conciliação e se omite como a lei. A sua posição tem de ser de mediação, pelo diálogo, pelo respeito ao princípio e ao direito de cada um, quer de posseiros, quer de fazendeiros, ou de proprietários rurais. Este País não pode dar direitos a uma só classe: nem a dos posseiros e nem a dos fazendeiros. O direito é igualitário, e é para ser distribuído Nacional e equitativamente a todos. E só quem pode fazê-lo é o Governo, que sustenta as decisões do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário também está capenga, o Governo não lhe dá recursos para ampliar suas atividades. Há décadas, se pede que os Governos, quer do passado, quer do presente, estabeleçam, nas áreas de conflito, as varas federais agrárias. O Governo gasta em banquetes, em viagens de avião, desperdiça recursos em obras supérfluas e não quer gastar dinheiro estabelecendo unidades da Justiça Federal Agrária nestes centros de conflito, para dar decisões imediatas a estas situações. Estas são as causas que levam aos assassinatos, e aos advogados serem encarados como também participantes de crimes ou de invasões.

Paulo Fontelles foi uma vítima desta situação. Nunca comungamos das mesmas idéias. Ele comunista, eu democrata. Ele Deputado, adversário ferrenho, eu, na minha tribuna, a combatê-lo. Entretanto, sempre o respeitei: moço inteligente, idealista, sonhador, buscando, pelo processo de suas idéias revolucionárias, os objetivos de seus princípios. Todavia, corno advogado, ele sabia que era a lei o caminho mais rápido para a conquista de seus ideais. Mas não sabia onde encontrar o mecanismo que pudesse aplicar a lei, porque lá, nem Juiz, nem Governo existem, na plenitude de suas atribuições. Como advogado, ele se perdia no tempo e se deixava envolver pelos grupos que defendia até que passando a ser um deles. Era justo que deles participasse, e com isso arrebanhava contra si, por certo, aquele sentimento cultural, que é forte, de propriedade existente e arraigado nos corações dos proprietários. Por isso, pagou o preço da defesa que fazia a quem defendia. Morreu, cumprindo, naturalmente, muitas vezes certo ou errado, aquilo que ele pensava estar certo, como vítima de uma situação existente, que o Governo não resolve porque não

quer. Pode resolvê-la se quiser, mas não quer, ou se omite ou tem outros motivos que justifique esse procedimento.

Ouço, com prazer, V. Ex.^a.

O SR. LUIZ SOYER: – Nobre Constituinte Gerson Peres, primeiramente queremos lamentar a morte do causídico. Mas sempre afirmamos ser contra radicalismos, porque entendemos que geram fanatismo, e fanatismo é doença. Entendemos que um dos remédios para cura dos males que assolam o País, nesse campo, seria realmente uma Justiça Federal Agrária, que fosse eficiente, ágil e acessível a todas as classes.

Alguns companheiros do meu partido, do PMDB, muitas vezes investem contra o Presidente José Sarney, principalmente com relação à duração do seu mandato. Já disse – e repito – que, nos meses de abril ou maio do ano passado, se alguém propusesse a diminuição do prazo de mandato do Presidente Sarney, seria, talvez, linchado em praça pública. E muito me preocupa deixar ao sabor de situações transitórias o prazo de duração dos mandatos. Por isso, não depois que o Presidente definiu, mas sempre por convicção, sou favorável, após fluído o decurso do mandato de alguém, que este prazo não seja modificado, a não ser por decisão própria do titular daquele cargo. Concordo com quase tudo que V. Ex.^a disse. Lamento, realmente, o acontecido. Mas agora estamos, também, vivendo momentos semelhantes ao que ocorre depois de abrir a tampa da panela que ficou fechada durante muitos anos. Abriu-se agora, há pouco tempo, e estes arroubos são naturais. Vemos este excesso de greves querendo descontar tudo o que não se fez em 20 anos. Mas a um processo de acomodação ainda iremos chegar, temos certeza.

O SR. GÉRSON PERES: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Mas permita-me dizer, nobre colega, que não é regando a terra com sangue, imposto, por certo, por um radicalismo que não sabemos até onde vai chegar, pois não tem limites, que vamos fazer a reforma agrária. Cada gota de sangue de um cidadão que corre por este País, quer de direita, quer de esquerda – e as estatísticas estão dizendo que morrem de ambos os lados – estará inabilitizando este processo, porque estaremos criando um fosso muito difícil de ser ultrapassado, até pela própria autoridade competente. Isso será proporcional ao volume desses acontecimentos. Quanto mais frequente forem eles, quanto maior o número de mortes, mais largo será o fosso.

A vingança, o ódio nada constroem. Destroem tudo. Mas também permita-me dizer-lhe, nobre colega, que não é só porque a tampa saiu de cima da panela que esses acontecimentos estão efervescentes. Não, lamentavelmente, não! Repugna-me adotar e aceitar um regime de ditadura. Convivemos com ela. Somos civis. Não tínhamos senão que fazer o nosso papel. Os que estavam no PMDB, partido constituído pela própria ditadura, pelo Presidente Castello Branco, faziam seu papel. Também nós, saídos da ditadura, fazímos o nosso, mas buscando um estado de direito a curto prazo e, dentro do processo revolucionário, quase perdendo a nossa cabeça ao contestarmos aquelas medidas arbitrárias.

Não é só esta à causa, Deputado Luiz Soyer, porque o regime de liberdade com responsabi-

lidade não possibilita o aumento de acontecimentos nefastos e lutoosos como este. É neste período de liberdade que estamos vendo acontecimentos deste tipo mais numerosos do que no período da ditadura, no que diz respeito ao problema fundiário. Isto não é bom para a democracia. Um regime democrático possibilita o acordo, o entendimento, a lei, a facilidade da conciliação e a busca da solução para os problemas. Para isto existe a liberdade. Fala o oprimido, ou o opressor, como queiram determiná-los para expressar as partes que estejam em litígio. Num regime ditatorial, fala só o Governo, e mais ninguém.

Mas é estranho que aconteça isto. Talvez nossos Governos ainda não tenham compreendido que devem governar democraticamente, e que a democracia não é o regime da omissão ou da anarquia. Democracia é governar com a lei; é aplicar a lei ao criminoso, é determinar a providência judicial rápida, é gastar dinheiro dos cofres públicos com avião para mandar o juiz ao local, a fim de apreciar o acontecimento, e não pagar um avião para ir ao Rio de Janeiro, como se fazia no passado e como se faz no presente. É isso que falta aos homens públicos que governam o meu País. Precisam conscientizar-se ser práticos, objetivos, no processo da administração pública. E não o são. Baixam um memorando e pensam que naquele papel o problema já foi resolvido. Esperava quatro, cinco meses, até que o papel chegue à mesa do executor da tarefa, porque passa por uma burocracia infernal, insuportável.

Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex.^a, permita-me que ouça o meu estimado colega, nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Espero que V. Ex.^a concluirá sua oração porque seu tempo está terminado.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Nobre Constituinte Gerson Peres, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz. Quanto a um aspecto que foi focalizado por V. Ex.^a, pelo que depreendi do aparte que ouvimos recentemente, tratou-se da duração do mandato presidencial. Quero dizer a V. Ex.^a que tenho um ponto de vista diferente daquele que o nobre aparteante manifestou. Creio que no momento em que se elegeu urna Assembléia Nacional Constituinte – e esta, ou é soberana ou não é Assembléia Nacional Constituinte – só a ela cabe determinar a duração de mandatos. No caso presente, temos que estabelecer uma distinção entre o mandato do atual Presidente e dos futuros presidentes do Brasil. Os futuros presidentes terão seus mandatos definidos de acordo com as tendências dos constituintes. Mas, o mandato do atual Presidente é um compromisso assumido por ele mesmo, publicamente, perante multidões no nosso País. Aquelas multidões, foram arrastadas às ruas exatamente pelas promessas que foram feitas, entre as quais as "Diretas Já". Não posso aceitar, Constituinte Gerson Peres – e sei que V. Ex.^a deve apenas de maneira semelhante – que agora o Presidente da República, num pretenso ato de magnanimidade, de desprendimento, venha dizer que abriu mão de um ano do seu mandato, que vai ficar reduzido a apenas cinco anos. Também o seu preposto, de Brasília, diz que nesta Capital não haverá eleições.

Não sei o que estamos fazendo na Assembléia Constituinte, se eles já determinaram isso. Acho

que a eleição, a limitação do atual mandato presidencial é uma questão de dignidade do próprio presidente, que assumiu publicamente o compromisso de governar num período de transição. Um período de seis anos é que acho muito longo, principalmente quando estamos assistindo este quadro dramático, caótico, de desgoverno que existe hoje no Brasil. Penso que fazer uma limitação no período, encurtá-lo, é apenas uma questão de coerência. Hoje, se ninguém mais acredita na classe política, é porque aquelas promessas foram esquecidas. Pretendo, quando ocupar o tempo destinado ao debate de questões constitucionais, fazer uma análise das promessas feitas na campanha do nosso saudoso Presidente Tancredo Neves. Quando ocupei esta tribuna para fazer uma homenagem a Tancredo Neves, eu levantava todos os compromissos que ele assumiu com a Nação e mostrava que nenhum deles, até agora, foi cumprido. Então, o tema do mandato me parece que é apenas uma questão de coerência: vamos cumprir aquilo que foi prometido. Agora, surge uma corrente defendendo que se extinguam todos os mandatos, porque essa seria uma forma ética, com a qual também não concordo. Sr. Presidente, cheguei aqui – eu, pelo menos de forma lisa, como acredito que a grande maioria veio – numa campanha transparente, pelo voto direto, universal e secreto. Tenho mandato legitimado pelo povo. Mas o Presidente Sarney não tem mandato legítimo, mas contestável porque ele foi eleito por um Colégio que dizia ser espúrio, por não representar a vontade da Nação brasileira. Então, são duas coisas distintas, não podemos nivelar. E essa tentativa, através de propostas, de extinguir todos os mandatos destina-se a inviabilizar a proposta da redução do mandato do atual presidente.

O SR. GÉRSON PERES: – Sr. Presidente, para concluir. Ao falar em Paulo Fontelles, de que sempre discordei ideologicamente, quero dizer que sei que ele há de compreender o que disse, porque sempre me respeitou e me estimou, inclusive. Desejo que Deus o guarde, como a sua alma, na santa paz, e o perdoe pelos seus erros na terra. Ele será sempre lembrado, como peça importante dessa etapa que se desenvolve em nosso País. E a história, Sr. Presidente, é quase infinita, porque é a soma dos acontecimentos, e eles se sucedem enquanto vivemos no tempo. Este foi mais um acontecimento histórico, que serviu para lembrar Paulo Fontelles na luta pelos seus ideais, mas que também serviu, Sr. Presidente, para redimir as injustiças que se fizeram contra o Partido Social Democrático, quando estava no poder. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 9 horas e 30 minutos.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES.

Alfonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Albaldo Franco – PMDB; Antônio Ueno – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carrel Benevides – PMDB; César Maia – PDT; Dirce Tutu Quadros – PTB; Fábio Lucena – PMDB; Felipe Cheidé – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira

– PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Silva – PMDB; Raul Belém – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronald Cezar Coelho – PMDB; Sarney Filho – PFL

VIII – Encerra-se a Sessão às 19 horas e 32 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 9 DE JUNHO DE 1987:

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, regressamos ontem do Nordeste, onde acompanhamos uma caravana de ministros para verificar a situação regional em face da atual crise econômica. S. Ex.^{as} tiveram oportunidade de ouvir os reclamos de uma sociedade praticamente mergulhada na estagnação, sem condições de vencer as dificuldades financeiras que estão sendo impostas a todas as atividades produtivas em consequência da desconcertante crise que se abateu sobre o País. Quedamos discutir com os Srs. Ministros um conjunto de providências específicas para a região, dentro, naturalmente, do quadro de soluções que estão sendo estudadas, conforme o Governo anuncia, para vencermos os obstáculos que estão impedindo o normal crescimento do País e a estabilidade de sua economia.

Voltamos desolados porque, na verdade, não houve o diálogo esperado com os representantes do Governo. Lamentamos o fato porque temos o dever partidário de apoiar o Presidente José Sarney, dando a S. Ex.^a subsídios para que possa enfrentar as dificuldades existentes.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nada aconteceu. E precisamos todos, suprapartidariamente, encontrar meios para a solução da crise atual que, como já tenho repetido desta tribuna, pode até, dentro de poucos dias, deixar em plano inteiramente secundário o problema da elaboração constitucional.

É grave a situação, sobretudo nas áreas de desenvolvimento retardado, como é o caso do Nordeste, principalmente porque naquela região se encontra mais de 1/3 da população nacional. A maioria das empresas está entrando em falência ou concordata, não tanto por vontade própria como principalmente por imposição dos seus débitos. E nesta hora ainda se anuncia a remessa ao Congresso Nacional de uma nova lei de concordata, que poderá penalizar não apenas aquele que se prevalecem da inflação para continuar enriquecendo, mas a maioria das micro, pequena e médias empresas, as quais, na verdade, está inteiramente sem condições de vencer a inadimplência. Evidentemente, pequenos empresários

não devem ficar sujeitos ao mesmo tratamento legal dispersado aos fraudadores ou àqueles que se beneficiam e engordam as custas da inflação. Gostada de propor ao Governo, através dos cinco ministros que estiveram conosco, os da Agricultura, do Interior, da Reforma Agrária, do Planejamento e da Fazenda, soluções práticas e urgentes para sairmos da atual crise que está – repito – apenas beneficiando uma ainda privilegiada categoria de serviços, a qual, sem dúvida, dentro em pouco, também terá de enfrentar dificuldades oriundas da inadimplência que vai gerar graves consequências para o próprio sistema financeiro nacional. É evidente que se os devedores dos barcos não conseguirem honrar os seus compromissos, as instituições financeiras, por sua vez, entrarão em uma cadeia de dificuldades para resgatar os títulos, CDB e outros, com os quais mobilizam as poupanças nacionais para a ociosa remuneração dos que investem no mercado financeiro sem contribuírem diretamente para o financiamento de atividades produtivas.

O apelo que desta tribuna ora transmito, depois de regressar do Nordeste, às autoridades responsáveis, principalmente aos ministros da área econômica, e também ao Presidente José Sarney, nosso correligionário, membro do PMDB, é para que o Governo entre na ação decisória, adotando providências enérgicas, capaz de trazer alguma tranquilidade e esperança a um povo cansado de promessas não cumpridas.

No Nordeste, além dos Juros escorchantes, o que está agora acontecendo é a seca e o racionamento da energia de Paulo Afonso, a qual, aliás, talvez já não faça muita falta a quem não está tendo mesmo o que fazer...

**DISCURSO PROFERIDO
PELO SR. MÁRIO LIMA NA
SESSÃO DE 9 DE JUNHO
DE 1987**

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, reconhecemos que o atrelamento dos sindicatos ao Governo impediu em muito o desenvolvimento de nossa sociedade. As nossas leis trabalhistas e sindicais têm sido um fator a impedir que os órgãos de classe se desenvolvam e sejam mais livres e fortes. Mas reconhecemos que o radicalismo irresponsável e o carreirismo de alguns setores do movimento sindical têm causado profundas baixas na classe trabalhadora.

Agora mesmo, no meu Estado, um grupo que se auto-intitula de autêntico, ligado ao PT e à CUT, cuja atuação é inteiramente diferente dos demais companheiros que pertencem a esses partidos, numa disputa pela presidência de um sindicato, lançou mão de todo tipo de mentira, calúnia e irresponsabilidade. Mas a classe trabalhadora já começa a ter a compreensão de que tem de se livrar da tutela do Governo e do patrulhamento irresponsável desses grupos minoritários e radicais.

Encabecei a chapa Unidade e Ação, contra a chapa que se auto-intitulava de "Reconstrução", ligada à CUT e ao PT da Bahia. É um grupo radical, irresponsável e mentiroso, que só tem trazido sofrimento ao trabalhador baiano, pois, nas duas últimas greves que fez, levou quase quatrocentos trabalhadores ao desemprego e ao sofrimento. Dizendo-se dono da verdade e usando todo tipo de artifício e mentira, obtendo a resposta que a nossa classe pôde dar-lhe.

Ganhei as eleições com 80% dos votos da categoria petroleira da Bahia. De cada cem votos apu-

rados, a chapa "Unidade e Ação" obteve oitenta votos, enquanto a chapa que se auto-intitulava de "Reconstrução", que se dizia autêntica e corajosa, obteve apenas vinte votos. Esse episódio é altamente significativo e mostra que muitas vezes grupos minoritários que dispõem de muitos recursos para imprimir folhetos a cores e contratar alto-falantes e pessoas fora da categoria profissional para fazer a campanha já não conseguem mais intimidar e enganar o trabalhador.

Na eleição havida nesta semana entre os trabalhadores de petróleo no Estado da Bahia, a chapa dos radicais, irresponsáveis e mentirosos, ligada ao PT e à CUT foi fragorosamente derrotada. É oportuno e justo reconhecer que esse grupo minoritário não se sintoniza com a atuação, por exemplo, dos companheiros Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Paim, com quem tive a alegria e a honra de trabalhar, durante mais de um mês, na Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Essas minorias desvairadas, irresponsáveis e radicais não servem a ninguém. Pelo contrário, desservem a todos e, de maneira particular, à classe operária, pois todas as vezes em que, nas suas aventuras suicidas, tentam levar os trabalhadores para o confronto, de maneira irresponsável e inoportuna, provocam pesadas baixas nessa categoria.

Os trabalhadores de petróleo da Bahia, pacífica e ordeiramente e de maneira afirmativa, sepultaram, de uma vez por todas, esse grupo irresponsável, radical, leviano e antidemocrático, impingindo-lhe uma derrota de 80 contra 20%. Mais uma vez o movimento sindical se firma, mais uma vez o trabalhador demonstra que quer paz, tranquilidade, moderação e firmeza para lutar por melhores salários, por melhores condições de trabalho e por um regime realmente democrático.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 77

SÁBADO, 13 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 82^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 12 DE JUNHO DE 1987.

- I - Abertura da sessão
- II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Nº 203/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando alterações na composição da Comissão de Sistematização, no âmbito do PFL.

Nº 205/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando o deslocamento do Senhor Constituinte Pedro Canedo para a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Nº 206/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando alterações na composição de diversas Comissões, no âmbito do PFL.

Nº 089/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que o Senhor Constituinte Chico Humberto deixa de integrar

a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Nº 098/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que o Senhor Constituinte José Maurício deixa de integrar a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e passa a integrar a Comissão da Ordem Social.

Nº 099/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que o Senhor Constituinte Vivaldo Barbosa deixa de integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e passa a integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão da Ordem Econômica em substituição ao Senhor Constituinte Amaury Müller.

Nº 100/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Carlos Alberto Caó para integrar a Comissão da Ordem Econômica.

Nº 101/87 - Do Senhor Constituinte Vivaldo Barbosa, Vice-Líder, do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que deixa de integrar a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e passa a inte-

grar, na qualidade de membro suplente, a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições em substituição à Senhora Constituinte Moema São Thiago.

Nº 070/87 - Do Senhor Constituinte José Genoino, Líder em exercido do Partido dos Trabalhadores - PT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, confirmando os membros do Partido que integrarão a Comissão da Ordem Social.

COMUNICAÇÕES

- Do Senhor Constituinte Fernando Santana, participando que se ausentará do País a partir de 16 de junho do ano em curso, quando participará da VIII Conferência Interparlamentar Europa/América Latina, a realizar-se em Lisboa, Portugal.

- Do Senhor Constituinte Roberto Freire, Líder do Partido Comunista Brasileiro - PCB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando a substituição do Senhor Constituinte Fernando Santana, na Comissão de Sistematização, pelo Senhor Constituinte Augusto Carvalho, no período compreendido entre 15 e 30 de junho do corrente.

- Do Senhor Constituinte José Maria Eymael, Líder em exercido do Partido Democrata Cristão - PDC, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Sotero Cunha para integrar, na qualidade de membro efetivo, a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

IV –Pequeno Expediente

PAULO DELGADO – Documento dirigido ao Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil: "Sobre a demissão de sindicalistas da Estrada de Ferro Central do Brasil".

DASO COIMBRA – Contrariedade do orador à menção restritiva ao direito a profissão de culto, no Substitutivo do Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do homem e da Mulher.

ERALDO TRINDADE – Restrições do orador à condução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

SIQUEIRA CAMPOS – Inclusão da proposta de criação do Estado do Tocantins no relatório da Comissão da Organização do Estado.

HERMES ZANETI – Contestação a declarações do Constituinte Álvaro Valle, em programa de televisão, a propósito de assuntos da alcada da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

LUIZ SOYER – Protesto contra medida pretendida pelo Ministério das Minas e Energia no sentido da equalização do IPVA e do IPI dos carros movidos a álcool aos dos movidos à gasolina

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Período de "seca verde" no Nordeste.

MAURO BENEVIDES – Telex dirigido ao orador pelos funcionários do Banco do Nordeste, em protesto contra proibição constante do Relatório da Comissão da Ordem Social, de subvenção ou incentivo para sustentação atuarial da previdência privada.

CUNHA BUENO – Omissão do Ministério da Fazenda no que concerne à adoção de políticas de controle da crise econômica nacional.

VICTOR FACCIONI – Distorções do sistema tributário vigente no País.

BRANDÃO MONTEIRO – Explicação quanto a caráter genérico, e não pessoal, de críticas do orador ao Governador Moreira Franco, do Estado do Rio de Janeiro. Protesto contra assassinato de Márcio Castanho, pela Polícia Militar daquele Estado.

ANTÔNIO DE JESUS – Princípios que devem nortear a nova Constituição.

UBIRATAN AGUIAR – Discordância do orador de entrevista concedida pelo Presidente do Partido liberal a programa da Rede Globo de televisão, a propósito do tratamento dado ao tema educação pela Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

ADROALDO STREK – O subconsumo como base do superávit anunciado pelo Ministério da Fazenda. Ineficácia do novo pacote econômico na que concerne às condições de vida do povo brasileiro.

JORGE UEQUED – Crítica à aprovação, pela Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, do restabelecimento do valor real das aposentadorias e benefícios da Previdência Social.

AMAURY MÜLLER – Episódios, ocorridos em Subcomissões e Comissões da Assembléia Nacional Constituinte, que ferem o texto regimental. Não-cumprimento de promessas do Governo de eliminação da prática dos subsídios. Crítica à interpretação dada ao Regimento da Assembléia Nacional Constituinte pelo Presidente Ulysses Guimarães.

JOÃO DA MATA – Apreciação do Fundo de Desenvolvimento Regional, criado pelo Decreto nº 34.386, de 1987. Inconveniência da elevação do preço do milho.

ADYLSON MOTTA – Nova política fiscal e tributária a ser fixada pela Carta constitucional.

PERCIVAL MUNIZ – Descaso governamental para com os Municípios brasileiros. Livre acesso da imprensa aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

TADEU FRANÇA – Apoio político do PMDB ao Presidente da República sem vínculos condicionantes. Expectativa da inoperância do Centro Democrático. Contrariedade do orador ao Substitutivo Cardoso Alves, relativo à reforma agrária.

SÓLON BORGES DOS REIS – Emenda apresentada pelo orador à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, dispondo sobre o desconto, no Imposto de Renda, de despesas com educação.

MAURÍCIO CAMPOS – Entrevista concedida à imprensa pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Newton Cardoso, com críticas ao PFL, por ocasião da visita a Belo Horizonte do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

JESUALDO CAVALCANTI – Prioridade para o asfaltamento das BR 135 e 020, no trecho Teresina-Brasília.

JOSÉ CAMARGO (Retirado pelo orador para revisão.) – Prejuízos da provável permissão do Governo de concorrência de empresas nacionais à Varig em vôos internacionais.

ÁTILA LIRA – Apelo à Comissão da Ordem Social no sentido da reestruturação da sociedade brasileira em padrões justos.

GERALDO FLEMING – Jubileu de prata da emancipação política do Estado do Acre.

GEOVANI BORGES – Anteprojeto de texto constitucional apresentado pelo orador esta-

belecendo novo limite de composição dos Legislativos municipais.

FRANCISCO AMARAL – Indefinição governamental quanto à política econômico-financeira. Paralisação por 24 horas e dispensa de 2.400 funcionários da Termodinâmica São Paulo S.A.

ASSIS CANUTO – Exposição de produtos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em dependências da Câmara dos Deputados, por ocasião do 14º aniversário da instituição.

CÉSAR CALS NETO – Posse dos Desembargadores Cláudio Santos e José Ary Cisne na Presidência e Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

PAES DE ANDRADE – O flagelo da "seca verde" no Nordeste.

V – Comunicações das Lideranças

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Moção da política econômica do FMI na desnacionalização da economia brasileira.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Posicionamento dos Parlamentares do PDC no processo de votação nas Comissões Temáticas. Falta de justiça e segurança social para a população do Estado de São Paulo.

OTTOMAR PINTO – Quinquagésimo sexto aniversário do Correio Aéreo Nacional. Valência civil do Ministério da Aeronáutica.

PAULO DELGADO – Expectativas do Partido dos Trabalhadores quanto à Assembléia Nacional Constituinte.

VI – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

NAPHTALI ALVES – Análise da crise sócio-político-econômico-financeira por que passa o País.

RAQUEL CÂNDIDO – Atitude omissa do PMDB ante quadro de crise nacional. Apresentação à Assembléia Nacional Constituinte de propostas contrárias aos interesses do País. Os potenciais brasileiros e o perigo de entreguismo.

VICENTE BOGO – A questão fundiária e a reforma agrária.

ALEXANDRE PUZYNA – Trabalho elaborado pelo orador. "Programa de Recuperação Econômica e Social para o Relançamento da Economia Brasileira".

VII – Encanamento**2 – MESA** – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE

PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

5 – ATA DA MESA

Ata da 82ª Sessão, em 12 de junho de 1987

*Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;
Mário Maia, Segundo-Secretário;*

**ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS HORAS
COMPARCERAM OS SENHORES:**

Acial Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmê Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmeira da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PLF; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agrípino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agrípino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egryja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genólio – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José **Ilegível** – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoiser Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda

- PMDB; Marco Maciel - PFL; Marcondes Gadelha - PFL; Marcos Lima - PMDB; Maria de Lourdes Abadia - PFL; Maria Lúcia - PMDB; Mário Assad - PFL; Mário Bouchardet - PMDB; Mário Covas - PMDB; Mário de Oliveira - PMDB; Mário Lima - PMDB; Mário Maia - PDT; Marluce Pinto - PTB; Matheus lensen - PMDB; Mattos Leão - PMDB; Maurício Campos - PFL; Maurício Corrêa - PDT; Mauricio Fruet - PMDB; Maurício Nasser - PMDB; Maurício Pádua - PMDB; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Mauro Benevides - PMDB; Mauro Borges - PDC; Mauro Campos - PMDB; Mauro Miranda - PMDB; Mauro Sampaio - PMDB; Max Rosenmann - PMDB; Meira Filho - PMDB; Mello Reis - PDS; Mendes Botelho - PTB; Mendes Ribeiro - PMDB; Messias Góis - PFL; Michel Temer - PMDB; Milton Barbosa - PMDB; Milton Reis - PMDB; Miro Teixeira - PMDB; Moema São Thiago - PDT; Moysés Pimentel - PMDB; Mozarildo Cavalcanti - PFL; Mussa Demes - PFL; Myrian Portella - PDS; Nabor Júnior - PMDB; Naphtali Alves - PMDB; Narciso Mendes - PDS; Nelson Aguiar - PMDB; Nelson Carneiro - PMDB; Nelson Jobim - PMDB; Nelson Seixas - PDT; Nelson Wedekin - PMDB; Nelton Friedrich - PMDB; Nestor Duarte - PMDB; Nilson Gibson - PMDB; Nilso Squarezi - PMDB; Nion Albernaz - PMDB; Noel de Carvalho - PDT; Nyder Barbosa - PMDB; Octávio Elísio - PMDB; Odacir Soares - PFL; Olavo Pires - PMDB; Olívio Dutra - PT; Onofre Corrêa - PMDB; Orlando Bezerra - PFL; Orlando Pacheco - PFL; Oscar Corrêa - PFL; Osmar Leitão - PFL; Osmir Lima - PMDB; Osmundo Rebouças - PMDB; Osvaldo Bender - PDS; Osvaldo Coelho - PFL; Osvaldo Macedo - PMDB; Osvaldo Sobrinho - PMDB; Osvaldo Almeida - PL; Oswaldo Lima Filho - PMDB; Ottomar Pinto - PTB; Paes de Andrade - PMDB; Paes Landim - PFL; Paulo Delgado - PT; Paulo Marques - PFL; Paulo Mincarone - PMDB; Paulo Paim - PT; Paulo Pimentel - PFL; Paulo Ramos - PMDB; Paulo Roberto - PMDB; Paulo Roberto Cunha - PDC; Paulo Silva - PMDB; Paulo Zarzur - PMDB; Pedro Canedo - PFL; Pedro Ceolin - PFL; Percival Muniz - PMDB; Pimenta da Veiga - PMDB; Plínio Arruda Sampaio - PT; Plínio Martins - PMDB; Pompeu de Souza - PMDB; Prisco Viana - PMDB; Rachid Saldanha Derzi - PMDB; Raimundo Bezerra - PMDB; Raimundo Lira - PMDB; Raimundo Rezende - PMDB; Raquel Cândido - PFL; Raquel Capiberibe - PMDB; Raul Ferraz - PMDB; Renan Caldeiros - PMDB; Renato Bernardi - PMDB; Renato Johnsson - PMDB; Renato Vianna - PMDB; Ricardo Fiua - PFL; Ricardo Izar - PFL; Rita Camata - PMDB; Rita Furtado - PFL; Roberto Augusto - PTB; Roberto Balestra - PDC; Roberto Brant - PMDB; Roberto Campos - PDS; Roberto D'Ávila - PDT; Roberto Freire - PCB; Roberto Jefferson - PTB; Roberto Torres - PTB; Roberto Vital - PMDB; Robson Marinho - PMDB; Rodrigues Palma - PMDB; Ronaldo Aragão - PMDB; Ronaldo Carvalho - PMDB; Ronaldo Cesar Coelho - PMDB; Ronan Tito - PMDB; Ronaro Corrêa - PFL; Rosa Prata - PMDB; Rose de Freitas - PMDB; Rospide Netto - PMDB; Rubem Branquinho - PMDB; Rubem Medina - PFL; Ruben Figueiró - PMDB; Ruberval Pilotto - PDS; Ruy Bacelar - PMDB; Ruy Nedel - PMDB; Sadie Hauache - PFL; Salatiel Carvalho - PFL; Samir Achôa - PMDB; Sandra Cavalcanti - PFL; Santi-

nho Furtado - PMDB; Saulo Queiróz - PFL; Sérgio Brito - PFL; Sergio Naya - PMDB; Sérgio Spada - PMDB; Sérgio Werneck - PMDB; Severo Gomes - PMDB; Sigmaringa Seixas - PMDB; Silvio Abreu - PMDB; Simão Sessim - PFL; Siqueira Campos - PDC; Sólon Borges dos Reis - PTB; Sotero Cunha - PDC; Stélio Dias - PFL; Tadeu França - PMDB; Telmo Kirst - PDS; Teotônio Vilela Filho - PMDB; Theodoro Mendes - PMDB; Tito Costa - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Ubiratan Spinelli - PDS; Uldurico Pinto - PMDB; Ulysses Guimarães - PMDB; Valmir Campeio - PFL; Valter Pereira - PMDB; Vasco Alves - PMDB; Vicente Bogo - PMDB; Victor Faccioni - PDS; Victor Fontana - PFL; Victor Trovão - PFL; Vieira da Silva - PDS; Vilson Souza - PMDB; Vingt Rosado - PMDB; Vinícius Cansanção - PFL; Virgildálio de Senna - PMDB; Virgílio Galassi - PDS; Virgílio Guimarães - PT; Virgílio Távora - PDS; Vitor Buaiz - PT; Vivaldo Barbosa - PDT; Vladimir Palmeira - PT; Wagner Lago - PMDB; Waldec Ornélia - PFL; Waldyr Pugliesi - PMDB; Walmor de Luca - PMDB; Wilma Maia - PDS; Wilson Campos - PMDB; Wilson Martins - PMDB; Ziza Valadares - PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - A lista de presença registra o comparecimento de 288 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO procede à leitura do seguinte:

III - EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 203/87-PFL

Brasília, 10 de junho de 1987

Senhor Residente:

Solicito a Vossa Excelência o obséquio de alterar as designações para Membros Suplentes da Comissão de Sistematização, substituindo o nome do Deputado Lael Varella pelo meu nome, e o nome do Deputado José Queiroz pelo nome do Senador Hugo Napoleão.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência, votos de apreço e distinta consideração - **Constituinte José Lourenço.**

Ofício nº 205/87-PFL

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência o obséquio de alterar a designação referente ao Deputado Pedro Canedo, que passa de Membro Efetivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, para Membro Efetivo da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, em vaga ora ocupada pelo Deputado José Mendonça Bezerra.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência, votos de apreço e distinta consideração. - **Constituinte José Lourenço.**

Ofício nº 206/87-PFL

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência o obséquio de alterar as designações referentes aos Senhores Deputados Osvaldo Coelho e Flávio Rocha, passando o primeiro de Membro Suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação para Membro Suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e o segundo, de Membro Suplente desta Comissão para Membro Suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e distinta consideração. - **Deputado José Lourenço.**

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 89/87

Brasília, 3 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência que o Constituinte Chico Humberto deixa de fazer parte, como membro suplente da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de consideração e apreço. - **Constituinte Brandão Monteiro.**

Ofício nº 98/87

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte José Maurício para compor a Comissão da Ordem Social, como suplente, na vaga do Constituinte Floriceno Paixão que já está atuando nesta Comissão como membro titular.

Outrossim, informo que o Constituinte José Maurício deixa de participar como suplente da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. - **Constituinte Brandão Monteiro.**

Ofício nº 99/87

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para compor a Comissão de Ordem Econômica, como suplente, na vaga do Constituinte Amaury Müller, que já está atuando nesta Comissão como membro titular.

Outrossim, informo que o Constituinte Vivaldo Barbosa deixa de participar como suplente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, de onde já é membro titular.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.
– Constituinte **Brandão Monteiro**.

Ofício nº 100/87

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Carlos Alberto Caó para fazer parte da Comissão da Ordem Econômica, como suplente, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.
– Constituinte **Brandão Monteiro**.

Do Sr. Constituinte Vivaldo Barbosa, Vice-Líder do PDT, no exercício da liderança, nos seguintes termos:

Ofício nº 101/87

Brasília, 12 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que passarei a compor, como Suplente, a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, na vaga da Constituinte Moema São Thiago, que já atua nessa Comissão como membro efetivo. Deixo, em consequência, de fazer parte da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Na oportunidade, renovo a vossa Excelência protestos de consideração e apreço.
– Constituinte **Vivaldo Barbosa**, Vice-Líder, p/Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Do Sr. Constituinte José Genoíno, Líder em exercício do PT, nos seguintes termos:

Ofício nº 70/87

Brasília, 11 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Tenho a honra de me dirigir a V. Ex.^a a fim de confirmar os nomes dos Constituintes do Partido dos Trabalhadores na Comissão da Ordem Social:

Efetivos:

Deputado Paulo Paim (PT/RS)
Deputado Eduardo Jorge (PT/SP)
Deputada Benedita da Silva (PT/RJ)

Suplentes:

Deputado Luis Gushiken (PT/SP)
Deputado Vítor Buaiz (PT/ES)
Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP)

Na oportunidade apresento a V. Ex.^a meus protestos de estima e consideração.
– Deputado **José Genoíno Neto**.

COMUNICAÇÕES

Do Sr. Fernando Santana, nos seguintes termos:

Brasília, 11 de junho de 1987.

Nobre Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, a partir do dia 16 de junho corrente, estarei ausente do Brasil, participando da VII Conferencia Interparlamentar Europa – América Latina, em Lisboa, Portugal.

Atenciosamente Deputado **Fernando Santana**.

Do Sr. Constituinte Roberto Freire, Líder do PCB, nos seguintes termos:

Brasília, 11 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do Partido Comunista Brasileiro – PCB, solicito a V. Ex.^a a determinação das providências que se fizerem necessárias no sentido de que o Deputado Fernando Santana seja substituído pelo Deputado Augusto Carvalho, na Comissão de Sistematização, no período de 15 a 30 de junho, uma vez que aquele Deputado, suplente da referida Comissão, encontrar-se-á em missão político-cultural no exterior.

Na oportunidade, reitero a V. Ex.^a os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **Roberto Freire**.

Do Sr. Constituinte José Maria Eymael, Líder em exercício do PDC, nos seguintes termos:

Brasília, 12 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar o Deputado Sotero Cunha como titular da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, na vaga pertencente ao Partido Democrata Cristão. – **José Maria Eymael**.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Em nome do Partido dos Trabalhadores, neste tempo do Pequeno Expediente da Assembleia Nacional Constituinte, trazemos aqui uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma solicitação a essa Presidência, no sentido de fazer chegar ao Sr. Ministro dos Transportes, José Reinaldo Carneiro Tavares, a posição desta Assembleia em relação à punição de sindicalistas da Rede Ferroviária Federal da zona da Central do Brasil que foram demitidos sumariamente dos seus empregos, em virtude de movimento sindical e movimento grevista ocorridos no final do ano passado.

A extrema violência com que a Rede Ferroviária Federal agiu sobre os sindicalistas não tem precedentes no movimento sindical recente neste País e visa desmantelar e desorganizar a estrutura de

funcionamento dos sindicatos que compõem aquela área, a SR-3, onde são transportados 60% da carga que a Rede transporta neste País e onde, desde 1964, se procurou impedir a reorganização de uma das mais combativas categorias profissionais e de um dos mais conscientes setores do movimento sindical brasileiro, que são os ferroviários.

O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil encaminhou ao Sr. Ministro dos Transportes um dossier sobre a demissão desses sindicalistas da Estrada de Ferro Central do Brasil e aguarda que o Ministério dos Transportes, agora também com a pressão desta Constituinte, reincorpore imediatamente os sindicalistas ao trabalho e às suas atividades sindicais.

Há casos, Sr. Presidente, em que os demitidos foram retirados dos seus locais de trabalho sob o pretexto de que a Rede iria investigar denúncias de supostos atos de sabotagem ao seu patrimônio, que teriam sido praticados por ocasião dos movimentos grevistas.

As sindicâncias foram sumárias; os interrogatórios foram obscuros; não havia qualquer possibilidade de defesa por parte dos acusados, e o que é pior, Sr. Presidente, a Rede Ferroviária Federal, na área da SR-3, usou para punir os sindicalistas que estavam no exercício do seu mandato sindical, o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, criado pela ditadura militar e que foi aplicado naquela ocasião sobre líderes sindicais do ABC paulista. Atualmente, os sindicalistas – e, alguns deles, com mais de 26 anos de trabalho prestado à Rede Ferroviária Federal, como o Sindicalista Paulo Darcy Prazeres – se encontram, esses sindicalistas que são num total de 16, hoje, fora do seu trabalho, alguns reincorporados por medida liminar da Justiça do Rio de Janeiro. Mas, em Minas Gerais, todos estão fora do trabalho e dos 16, somente 4 se encontram, de forma precária, reincorporados ao trabalho, podendo ser redemitidos, se houver uma posição da Rede Ferroviária Federal em manter a aplicação desse decreto e manter esse tipo de punição para a organização do movimento sindical.

Para terminar, Sr. Presidente, nós gostaríamos de alertar a esta Constituinte que o monopólio sobre a concepção do que é interesse nacional não pertence ao Governo Federal. Neste momento, o Sr. Ministro dos Transportes, envolvido na corrupção, na fraude sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul, não tem nenhuma condição de manter sobre os sindicalistas da área da Central do Brasil e da SR-3, a punição que esse processo está provocando e que está dificultando a organização do movimento sindical nessa região da Central do Brasil.

Gostaríamos de pedir a esta Presidência que fosse anexado, ao nosso pronunciamento, esse dossier do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil, que foi enviado ao Sr. Ministro dos Transportes, Sr. José Reinaldo Carneiro Tavares.

(Muito Bem! Palmas.)

Documentos a que se refere o Sr. Paulo Delgado em seu discurso:

SOBRE A DEMISSÃO DE SINDICALISTAS DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Exmº Sr.

Ministro dos Transportes

Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares

Conforme entendimentos anteriores estabelecidos entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas da Zona Central do Brasil e o Ministério dos Transportes – na pessoa do seu Secretário-Geral Adjunto, Dr. José Joaquim de Aragão Pinto – enviamos ao referido Ministério informações mais detalhadas sobre a demissão de sindicalistas ferroviários para subsidiar a revisão da atitude tomada pela RFFSA. Tais informações foram solicitadas pelo Dr. José Joaquim e esperamos o cumprimento do que foi expresso no sentido de pôr fim aos atos arbitrários que atingiram não só os demitidos como também toda a categoria ferroviária.

Certo de contar com seu empenho na reintegração dos companheiros,

Atenciosamente, Carlos Augusto Santana, Presidente.

I DOS FATOS

I 1 – O Movimento Paredista de 4 de novembro de 1986.

Em outubro de 1986, eclodiu a nível nacional o movimento reivindicatório dos ferroviários para que a Rede Ferroviária Federal S/A, procedesse à revisão do Plano de Classificação de Cargos (PCC) de categoria. Este movimento se deu após uma espera de 10 anos, onde não faltaram tentativas da parte dos trabalhadores e de suas lideranças sindicais de negociar com a empresa a superação de uma defasagem salarial e profissional.

Em vários acordos coletivos de trabalho celebrados entre a empresa e os sindicatos ferroviários estavam clausulados a revisão do PCC, inclusive nos firmados de 1985 e 1986 pela RFFSA e o STEFZCB.

A empresa veio ano após ano, descumprindo sistematicamente estes acordos no que dizia respeito à elaboração de um novo PCC. Nada mais, natural que, de forma quase espontânea, os ferroviários reagissem a uma situação que lhes parecia insustentável, deflagrando manifestações próprias do meio sindical tais como panfletagens, atos públicos e paralisação temporária do trabalho. Isto ocorreu entre os trabalhadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, orientados ou não por suas respectivas direções sindicais, visto que as reivindicações atingiam o conjunto da categoria.

Particularmente na base territorial do STEFZCB, tais manifestações se deram de forma pacífica, obedecendo a preceitos legítimos e foram acompanhadas de negociações com o Ministério dos Transportes, pois os canais de negociação com a empresa estavam esgotados.

Cabe lembrar que anteriormente foi formada uma comissão paritária e sindical – empresa para revisar o PCC da categoria. No entanto, a inabilidade e o autoritarismo administrativo deram a

tônica desta negociação, pois com seu trabalho já bastante avançado, a comissão foi dissolvida pela RFFSA, que apresentou uma proposta formulada unilateralmente e sem qualquer aval da entidade sindical. Tendo a direção sindical o Ministério dos Transportes como único canal de negociação que lhe restava, tentou, sem êxito, solucionar o problema. Embora tenha encontrado receptividade e empenho por parte da Secretaria Geral Adjunta do Ministério, àquela altura, a assembleia da categoria em diversos Estados decidiu pela paralisação de 24 horas, a partir da zero hora do dia 4 de novembro de 1986. Isto porque as negociações com o Ministério começaram muitas tarde, em grau de recurso, não acompanhando a crescente indignação dos ferroviários em face do descaso e das arbitrariedades da RFFSA.

I. 2 – A atuação dos sindicalistas demitidos

Todos os ferroviários demitidos estavam cumprindo as decisões aprovadas em assembleias gerais e de seus respectivos locais de trabalho, no tocante à sua atuação sindical no dia 4 de novembro de 1986. Esta abarcou a distribuição de notas e informativos sobre a condução do movimento reivindicatório, medidas para garantir a integridade do patrimônio da empresa e o caráter eminentemente pacífico do movimento. Em contato permanente com as instâncias de direção sindical, os funcionários demitidos não fizeram nada além de cumprir com suas obrigações frente ao conjunto dos companheiros. Soma-se a isto o fato de que à grande maioria dos funcionários demitidos têm este dever regulado por legislação consolidada, visto tratar-se de diretores efetivos do sindicato, delegados sindicais regionais e seccionais e copeiros. Logo, não poderiam se furtar, ainda que o quisessem, das obrigações que os cargos de representações lhe conferem.

Para que não haja a menor sombra de dúvida quanto à legalidade da atuação dos companheiros, basta olharmos para a cláusula nº 35a, até agora em vigor, do Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o sindicato e a empresa, onde está expresso o que ambos entendem como obrigações sindicais.

I 3 – O procedimento adotado pela RFFSA

O que aconteceu a partir do dia 4 de novembro de 1986 causou perplexidade e revolta na categoria. A empresa, a pretexto de investigar denúncias de supostos "atos de sabotagem ao patrimônio que teriam sido praticados naquela ocasião", deu inicio à realização de sindicâncias administrativas sumárias, promovendo interrogatórios de objetivos obscuros, cerceando os inquiridos do direito de defesa e proibindo a presença de seus advogados. Negando respaldo no Decreto-lei nº 1.632 de 4 de agosto de 1978, mecanismo este da ditadura militar denunciado nacionalmente, inclusive por personalidades do atual governo, e repudiado por toda a sociedade civil, a RFFSA, depois de concluída a referida sindicância, procedeu à demissão dos funcionários em questão. Nem mesmo no famigerado decreto se encontra legalidade para esta medida, visto que nenhum empregado estável pode ser demitido sem o suporte de um inquérito judicial regularmente processado. Além disso,

em alguns casos as demissões se deram a partir de um desgaste anterior de caráter pessoal dos funcionários com as suas respectivas direções administrativas regionais, a exemplo do ocorrido na Superintendência Regional-3, sediada em Juiz de Fora.

II – ATUAL RELAÇÃO COM A EMPRESA

Após este lamentável episódio, com o desdobramento das negociações com o Ministério dos Transportes e a efetiva Implantação do PCC, registrou-se uma melhora nas relações sindicato-empresa. A empresa, tamanha a insistência do sindicato quanto à abertura de canais de comunicação, nomeou uma Assessoria de Relações Sindicais, onde de se registra o esforço pessoal desenvolvido pelo Dr. Cley Araújo (assessor nomeado) neste sentido.

A própria modificação nos quadros de direção regional da empresa vem contribuindo para esta melhora. A precipitação da SR-3 em Juiz de Fora sofreu alteração, contribuindo em muito até agora para a diminuição das tensões ali existentes.

Ora, superado o incidente de 4 de novembro de 1986, tanto no que diz respeito às reivindicações ali apresentadas pelos trabalhadores quanto ao antigo clima das negociações trabalhistas, toma-se ainda mais absurdas o caráter revanchista implícito na manutenção das demissões. Portanto, como medida de justiça e garantia da normalidade funcional do setor, é urgente a reintegração dos companheiros.

III – ATUAL SITUAÇÃO DOS SINDICALISTAS

III-1 – Jurídica

Após as demissões dos companheiros, através de um processo como já foi dito sem nenhum suporte legal, a RFFSA, tentando dar cunho de legalidade a uma situação de fato, entrou, tanto na Comarca do Rio de Janeiro quanto na de Juiz de Fora, com uma série de ações consignatórias com o objetivo de forçar os ferroviários a receberem em juízo as parcelas rescisórias que, segundo a empresa, lhes caberiam.

Em contrapartida, o corpo jurídico do sindicato fez distribuir uma série de medidas cautelares no sentido de obter a imediata reintegração dos reclamantes através da concessão de medida liminar. Ora, trata-se de empregados com estabilidade adquirida em vários níveis por acordo coletivo ainda em vigor, por terem cargo de representação sindical, com estabilidade prevista em lei; em alguns casos, por tratar-se de funcionários não optantes.

A posição da RFFSA quanto o não-cumprimento do mínimo indispensável dos dispositivos legais está evidenciada na, natureza própria das ações consignatórias. Sob hipótese nenhuma poderia ter sido dispensado o inquérito judicial para apuração de falta grave nestes casos por lei estabelecidos, como consequência, a Comarca de Juiz de Fora concedeu as medidas liminares precitadas, pois foi esta comarca a primeira a julgar tais pedidos. Todavia, mais uma vez a RFFSA demonstrou intransigência em seu comportamento para com a questão, e conseguiu cassar tais liminares através de mandado de segurança contra o juiz mineiro.

O que vemos é que será certa a vitória dos companheiros nos tribunais. Mas, a RFFSA vem

interpondo uma série de medidas judiciais protelatórias e de caráter recursal, esquecendo, com isso, o sentido de justiça que, depois de tanto tempo, deveria estar presidindo o seu comportamento no Judiciário. Afinal, protela decisões em favor de pessoas demitidas, desempregadas, cujo tempo de espera concorre contra suas vidas.

III-2 – Pessoal

Nunca é demais relatar a situação que se abateu a nível individual, pois, apesar da solidariedade política advinda do movimento social, a totalidade dos companheiros passa neste momento sérias dificuldades de ordem material.

Todos, sem exceção, têm familiares sob sua responsabilidade. Todos, sem exceção, já, a esta altura, encontram-se inadimplentes para com as despesas de moradia, prestações de vários tipos (escola, BNH, vestuário, tratamento de saúde, etc.), débitos bancários e de crédito, sendo que alguns já estão sendo judicialmente executados em seu patrimônio, como resultado do não-cumprimento de suas obrigações financeiras.

Cabe lembrar que a grande maioria dedicou à empresa um tempo significativa de suas vidas e dirigiu a sua formação profissional para a específica produção da RFFSA. Logo, lançados ao mercado de trabalho, querem seja pela idade avançada, quer seja pela especificidade de sua formação, sua dificuldade neste campo são enormes, pois, quantas empresas ferroviárias existem neste País?

O contraditório é que são todos funcionários com alto nível de desempenho em suas respectivas categorias, com larga margem de experiência nas funções que desempenham, um acúmulo que deveria ser considerado o mais raro patrimônio do sistema férreo do País.

A RFFSA não pode repor em curto prazo, mesmo que assim deseje, tais recursos humanos (na hipótese de continuar sustentando a demissão dos companheiros), o que penalizará ainda mais, tecnicamente, o sistema ferroviário brasileiro.

IV – PERFIL PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS

Nome: Paulo Darci Prazeres Ferreira, 46 anos
Função: Contador

Lotação: SIC-3

Data da demissão: 3-12-86

Histórico: Conta com 26 anos de empresa; 1º colocado no concurso para auxiliar de escritório em 1963, foi, em 1970, o único aprovado em concurso para contador. No ano de 1983 foi nomeado para chefiar o setor de Contabilidade da SR-3, sendo promovido no ano seguinte para o nível 99 (máximo da classe de contador). Nunca sofreu punição disciplinar.

Observações complementares: Sua demissão foi assinada em 3-12-86, quando já se encontrava sob o benefício do auxílio doença. Não foi ouvido, nem convocado pela comissão de sindicância da RFFSA. No momento, encontra-se desempregado.

Nome: Ertha Lucia Buys, 49 anos

Função: Supervisor de administração / Del. Sind. do STEFZCB

Lotação: Centro de Processamento de Dados
Data da demissão: 19-11-86

Histórico: Admitida no concurso na RFFSA em 9-9-1963, no cargo de auxiliar de escritório. Em 12-1966, foi designada para a função de auxi-

liar de gabinete, sendo que em 2-1-1969 sofreu nova designação para o cargo de secretária do Setor de Orçamento de Capital. Promovida para assistente II (cargo de confiança, em 2-1-1975), sob a indicação do então Superintendente Oscar Leite Pires, indicada em 30-12-76 para o cargo de supervisor de administração pelo Diretor de Controle Engº Paulo Mazzoni, trabalhou durante 4 anos sob sua imediata direção na Assessoria de Contratos de Financiamento. Foi selecionada para trabalhar junto à IBM no primeiro terminal de computação adquirido pela empresa, com base em seus conhecimentos na área de contratos. Após 16 anos na área de finanças, foi transferida para a Diretoria Comercial, onde trabalhou um ano e meio. Em 83 foi convidada a regressar à Diretoria de Controle para supervisionar o Núcleo de Documentação do Centro de Processamento de Dados, em implantação, cargo que exerceu até a sua demissão da RFFSA. Cursos Realizados: Planconde (IBM do Brasil/76), Cms (IBM/76), IMS (RFFSA/1984), Librarian/Arquivo em Disco (RFFSA/84) Script (RFFSA/84), JCL (RFFSA/85) e sistema e método de Arquivo nas Empresas – (CENADEM/São Paulo/86).

Observações complementares: Contando com 26 anos de trabalho dedicados à RFFSA e tendo sua formação profissional voltada para a única empresa eminentemente ferroviária do País, está desempregada. Para, além disso, concorrer à dificuldade de competição no mercado de trabalho devido à sua idade. Unica responsável pela manutenção da família, é mãe de um filho menor, em idade escolar.

Nome: Milton Feliciano de Barros / 29 anos
Função: Artífice Mecânico / Delegado Sindical do STEFZCB

Lotação: DEMCC 3000

Data da demissão: 4-12-86

Histórico: Oriundo no Centro Profissional da RFFSA (1972-1975), ao término do curso foi imediatamente admitido nos quadros da empresa, em 15-3-76. Considerado por seus superiores e companheiros de serviço como um dos melhores profissionais que já trabalharam na área de Mecânica Diesel da Empresa, chefiou durante 4 anos (1981-1985) a Seção de Montagem. Dias antes de sua demissão, foi elevado à função de Supervisor Auxiliar de Mecânica. Nunca sofreu sanções de qualquer natureza, sendo pontual e assíduo em suas obrigações funcionais.

Observações complementares: Embora solteiro, tem uma família sob sua única responsabilidade econômica devido à idade avançada e ao estado de saúde de seus pais. Atualmente desempregado.

Nome: Maria Aparecida

Função: Técnica Contabilidade / Diretora do STEFZCB

Lotação: SIC-32000 / SR-3

Data da demissão: Novembro/86

Histórico: Admitida em 2-2-70, como Agente de Administração na 7º Divisão Leopoldina, promovida a Técnica de Contabilidade II (1976) e Técnica de Contabilidade I (1979). Trabalhou durante 15 anos na Seção de Aplicação Final e outros 2 anos na Seção de Programa Financeiro, sem ter tido uma única falta. Nunca sofreu nenhuma advertência ou qualquer tipo de sanção funcional.

Observações complementares: Desquitada, mãe de duas filhas menores vivendo às suas expensas. Atualmente está desempregada.

Nome: Paulo dos Santos Daniel / 32 anos
Função: Artífice de Obra – Nível 65 / Diretor do STEFZCB

Lotação: Departamento de Obras e Vias – DVPO 4000 – Deodoro

Data da demissão: 4-12-86

Histórico: Admitido em 19-9-75, tendo nestes 11 anos de trabalho cumprido com vigor seus deveres funcionais e sindicais. Denuncia ter sofrido coação quando foi ouvido pela Comissão de Sindicância, que não permitiu a presença de seu advogado.

Observações complementares: Casado, responsável pelo sustento da esposa e três filhos menores em idade escolar. Atualmente está desempregado, fazendo serviços eventuais para sobreviver.

Nome: Marcelo José Ladeira Mauad / 22 anos
Função: Agente de Administração / Delegado Sind. do STEFZCB

Lotação: SIC-3 / SR-3

Data da demissão: 24-11-86

Histórico: Admitido na RFFSA em 30-12-83, cumpriu com vigor as obrigações de suas funções junto à empresa, não tendo recebido até a data de sua demissão nenhum tipo de punição ou advertência, nunca faltou ao trabalho. Não foi ouvido nem convocado pela Comissão de Sindicância.

Observações complementares: Embora solteiro, sua família lhe é dependente economicamente e atualmente encontra-se desempregado.

Nome: Cláudia Regina Bereo Coelho / 22 anos
Função: Agente de Administração

Lotação: VEN 3 - SR-3

Data da demissão: 24-11-86

Histórico: Admitida em 30-12-83, vinha desempenhando com vigor suas funções junto à empresa, não tendo recebido até a data de sua demissão, nenhum tipo de punição ou advertência. Nunca faltou ao trabalho. Não foi ouvida nem convocada pela Comissão de Sindicância.

Observações complementares: Separada, tem uma filha menor sob sua guarda e sustento, estando atualmente desempregada.

Nome: Célia Maria da Silva / 29 anos
Função: Supervisora Auxiliar de Administração / Dir. do STEFZCB

Lotação: SPS - 3 / SR-3

Data da Demissão: 24-11-86

Histórico: Admitida na RFFSA em 23-2-76, exerceu a função de Secretária no Departamento Regional de Assistência ao Ferroviário-RJ. Em 1978 foi transferida para Juiz de Fora onde exerceu as funções de Secretária da Chefia do Departamento de Via Permanente e Obras, onde foi promovida ao cargo de Supervisora Auxiliar de Administração. Mais tarde, acompanhou sua chefia imediata quando da sua promoção a titular da Superintendência de Engenharia, transferida, portanto, para esse órgão. Durante seus 11 anos de empresa nunca faltou ao trabalho e nem recebeu qualquer tipo de punição disciplinar. Não foi, sequer, ouvida ou convocada pela Comissão de Sindicância.

Observações complementares: Estudante de Direito, está atualmente desempregada. No

entanto, o fator que inspira maior preocupação é a dificuldade financeira em que se encontra para manter o tratamento de saúde que lhe foi imposto após a perda do rim direito.

Nome: Deucir Neves da Silva / 24 anos

Função: Agente de Administração

Lotação: SPS-3 / SR-3

Data da Demissão: 24-11-86

Histórico: Admitido em 30-12-83, desempenhou de maneira irrepreensível suas funções durante estes anos, não tendo sofrido nenhuma sanção por parte da RFFSA até a data de sua demissão.

Observações Complementares: Casado, pai de dois filhos menores, a esposa cuida do lar e não tem rendimentos próprios, atualmente encontra-se desempregado.

Nome: Marlene da Silveira Nunes / 46 anos

Função: Técnico de Contabilidade / Diretora Efetiva do STEFZCB

Lotação: SIC-3 2000

Data da Demissão: 24-11-86

Histórico: Conta com 10 anos de empresa; admitida no cargo de Escriturária AS-15, no mesmo ano passou a Técnica em contabilidade II por extensão de classe (P-5.76). Recebeu três melhorias por merecimento (1974, 1981, 1983) e foi transferida para Juiz de Fora em fevereiro de 1983 por conveniência da Empresa. No ano seguinte, passou a Técnica de Contabilidade I, Nível 77, por indicação do Superintendente Adjunto de Controle. Indicada para coordenar o Subsistema Caixa/Tesouraria, permaneceria neste cargo de chefia até a data de sua demissão. Aprovada em janeiro de 1985 em 5º lugar no concurso para o cargo de Contadora, encontrava-se, desde então, na espera de vaga para aproveitamento. Neste ínterim foi indicada pela AG para exercer a função de Contadora (desvio de função) por estar chefiando o Subsistema Caixa / Tesouraria.

Observações Complementares: Divorciada, mãe de três filhos em idade escolar, atualmente está desempregada, pois, apesar de haver concluído o curso de Ciências Contábeis em 1981 e de seu ótimo histórico profissional, está sendo prejudicada no mercado de trabalho devido à idade.

Nome: Joana D'Arc Gouvêa Costa / 30 anos

Função: Agente de Administração

Lotação: SA3 – SR3

Data da Demissão: 24-11-86

Histórica: Admitida na Empresa em 30-12-83, funcionária exemplar, nunca sofreu, até a data de sua demissão, qualquer punição ou advertência. Foi coagida a prestar depoimento na Comissão de Sindicância a respeito da paralisação do dia 4-11-86, sem direito ao acompanhamento de seu advogado, sem intimação prévia. Tal coação contou com a presença de um Coronel do Exército, responsável pela Segurança da Empresa.

Observações Complementares: Mãe de uma filha menor, atualmente encontra-se desempregada.

Nome: Irapuan Paula Coutinho

Função: Maquinista Especial

Lotação: IRT-8 / STGIRJ

Data da Demissão: 4-12-86

Histórico: Admitido na Empresa através de - concurso em 8-6-79, na função de Maquinista

Estagiário. Promovido a Maquinista Especial, ao longo dos seus 14 anos de serviço não teve nenhuma falta injustificada nem sofreu sanção de qualquer natureza.

Observações Complementares: Fez carreira militar, tendo também promoções por merecimento. Desligou-se das fileiras do E.B. como Cabo, para ingressar na RFFSA

Nome: Ailton Antônio de Paulo Firmino / 35 anos

Função: Maquinista Especial

Lotação: TSP 22.2100 Oficina Horto Florestal – BH

Data da Demissão: 6-11-86

Histórico: Admitido na empresa em 8-9-71, foi um funcionário exemplar em toda a sua carreira, o que fica evidenciado por não ter recebido nenhuma punição ou advertência nestes 16 anos de serviços prestados junto à tração.

Observações Complementares: É casado, pai de 4 filhos menores, atualmente desempregado.

Nome: Erasmo dos Santos Dias/ 28 anos

Função: Artífice Mecânico

Lotação: MOP 3.6200 Oficina Horto Florestal – BH

Data da Demissão: 25-11-86

Histórico: Admitido na Empresa em 20-9-78, nunca sofreu nenhuma punição e nunca faltou ao trabalho.

Observações Complementares: Embora solteiro, é arrimo de família e atualmente encontra-se desempregado.

Nome: Carlos Roberto de Souza Marques / 36 anos

Função: Técnico em Eletrônica

Lotação: CBTU/STU – BH

Data da Demissão: 20-11-86

Histórico: Foi admitido na Rede em 15-10-84.

Observações Complementares: É casado e tem cinco filhos menores sob sua guarda e sustento. Atualmente encontra-se desempregado.

Nome: Fernando César Pereira

Função: Maquinista

Lotação: DETRA – 300 – CBTU

Data da Demissão: 4-12-86

Histórico: Admitido na Empresa em 19-4-76, na função de maquinista, cumpriu com vigor suas obrigações, tendo em vista que, ao longo dos seus 10 anos de serviço, não teve em si ficha nenhuma falta injustificada ou atraso ao trabalho.

Observações Complementares: Casado, pai de uma filha menor, atualmente encontra-se desempregado.

Ilmº Sr.

Dr. Osiris Stenghel Guimarães

MD. Presidente da RFFSA

Rio de Janeiro – R.J

A Câmara Municipal de Juiz de Fora registra o mais veemente repúdio às demissões havidas na Rede Ferroviária Federal, particularmente em Juiz de Fora, em função da luta sindical de lideranças dos ferroviários. Os compromissos da Nova República com a liberdade e a autonomia sindical não podem ser arranhados pela permanência de resquícios autoritários. O uso do Decreto-Lei nº 1.632, de 4-8-78, nos parece descabido e incompatível com as aspirações da ampla maioria da

sociedade brasileira. Esperamos que tais medidas, que mancham de forma profunda o nosso caminho de travessia para o estado democrático, sejam revogadas, para que com base num diálogo franco e aberto, a Direção da RFFSA e ferroviários encontrem pontos de convergência para o aprimoramento das relações trabalhistas no seio de tão conceituada empresa.

Palácio Barbosa Lima, 28 de novembro de 1986. — **Vereador Marcus Pestana** — **Vereadora Raquel Scarlatelli** — **Vereador Geraldo Majela Guedes** — **Vereador José Geraldo de Oliveira** — **Vereadora Maria Luiza Oliveira Moraes** — **Vereador Júlio Camargo** — **Vereador Waldecy Apparecido Martins**.

Sindicato Denuncia repressão na RFFSA

Exmº Sr. Presidente da Ordem Advogados do Brasil
Herman Assis Faria

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Zona da Central do Brasil, Delegacia de Juiz de Fora, vem a esta nobre entidade, que se pautou ao longo destes vinte anos na defesa incessante dos direitos inalienáveis da pessoa humana e das instituições democráticas, para denunciar fato da maior gravidade, que passamos a relatar a Rede Ferroviária Federal S/A vem promovendo interrogatórios de objetivos obscuros, tentando reprimir um movimento autêntico, nascente dentro da ferrovia, cerceando os inquiridos do direito de defesa e proibindo a presença de seus advogados. O que ocasiona tal denúncia é a participação nestes inquéritos de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nas pessoas de Michel Bechera Júnior, como Inquiridor, lado a lado com coronéis, e de Winston Jones Paiva, que, presente, mantém-se omissa sendo o primeiro ex-presidente da OAB-JF e o segundo, presidente deputado da mesma. Os interrogatórios vêm sendo feitos através da utilização de um mecanismo da ditadura militar, o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, denunciado, nacionalmente, por este órgão e repudiado por toda a sociedade civil, ferindo os compromissos e ideais que nortearam o surgimento da Nova República. Solicitamos audiência urgente com V. Ex.ª, bem como providências no sentido de preservar a integridade, a tradição e a ética desta entidade, que estão sendo gravemente violados. — **SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DA CENTRAL DO BRASIL**.

Demissões da Rede ainda repercutem

As demissões na Rede foram interpretadas pelo movimento sindical de Juiz de Fora como um duro golpe na organização dos trabalhadores, que não atinge somente os ferroviários, mas também toda a mobilização das entidades representativas das categorias. Mais de trinta entidades sindicais, comprometidas com a luta dos trabalhadores, dos mais diversos setores se manifestaram ontem em documento que será distribuído à população, além da articulação de um telex ao Ministro Almir Pazzianoto exigindo uma tomada de posição do

Ministério. Entre as entidades que assinam o documento de repúdio estão a CUT, CGT, CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos), Sindicato dos Professores, Jornalistas, Enfermeiros, Bancários, Associações, como a APES, Unibairros e Federações dos Jornalistas e dos Trabalhadores em Estabelecimentos do Ensino.

A carta aberta denuncia as pressões que os ferroviários vêm enfrentando há mais de um ano, além das condições de trabalho e péssima remuneração profissional e afirma que "a direção da empresa transformou a luta sindical numa luta contra os sindicalistas". Para as entidades, o sindicalismo brasileiro sofreu o mais duro golpe, depois de 1978 e afirmam que não "permitiremos um retrocesso político no Brasil, que em particular atinja os dirigentes sindicais que estão à frente na luta dos trabalhadores, principalmente num momento pré-constituinte". Eles reivindicam ainda a imediata reintegração dos diretores, delegados e ativistas demitidos, fim dos inquéritos administrativos e repudiam as demissões que segundo eles estão sendo usadas como exemplo para as demais categorias de trabalhadores.

As punições estão também revoltando os demais ferroviárias e já existe uma intensa manifestação de protesto e apoio à direção do Sindicato, com a formação do movimento "Brasil Nunca Mais". As demissões segundo denúncia das entidades sindicais já atinge, até o momento, cerca de 50 ferroviários, entre eles Paulo Prazeres, que concorreu a uma vaga pelo PT, na Assembleia Legislativa e a diretora do Sindicato da Central do Brasil, Célia Maria da Silva, ambos de Juiz de Fora.

Denúncia Demissão de Diretores, e Líderes Sindicais da RFFSA

As entidades abaixo assinadas vêm a público, indignadas, denunciar que,

Há quase 1 ano, os sindicalistas ferroviários têm sofrido todo tipo de repressão e intransigências por parte da direção da ferrovia. Esses companheiros, legitimamente eleitos pela categoria ferroviária para representá-la na luta por condições dignas de trabalho e salários, sofreram ameaças, punições, humilhações e coações morais que tentavam destruir um movimento reivindicatório nascente no interior da classe: Jamais se calaram: a imprensa escrita e falada e a população em geral, tiveram diversas oportunidades de ouvir as denúncias dos bravos companheiros da ferrovia.

Os ferroviários, ao contrário do que se pensa, recebem hoje o mais baixo salário dentre todas as estatais. Não possuem nenhum tipo de assistência médica. Lutam há 10 anos, pela revisão de seu Plano de Cargos e Salários, pois dele estão contidas todas as normas e atribuições que regulamentam seu dia-a-dia na empresa. Lutam também por melhores condições de trabalho para a grande maioria dos ferroviários das oficinas e das linhas, a nível nacional, que trabalham em condições prejudiciais à saúde e recebem pouco mais que o salário mínimo.

A direção da empresa transformou a luta sindical numa luta contra os sindicalistas.

Confundiu mobilização com baderna e, levianamente, sem nenhum motivo concreto e sem os trâmites legais, demitiu 50 ferroviários e ameaça demitir mais, usando para isso os mesmos mecanismos da ditadura militar.

Esta foi à resposta da empresa às reivindicações dos ferroviários. Arbitrariamente demitiram cinqüenta pais a mães de família, com o cruel objetivo de acabar com a mobilização e a luta de trabalhadores que, como nós, lutam por melhores condições de vida. Mais do que a demissão arbitrária de trabalhadores em luta pelo atendimento de suas reivindicações de ordem econômica, o sindicalismo brasileiro sofreu o mais duro golpe desde 1978. Os mandatos dos diretores e delegados sindicais não foram sequer respeitados. Tudo isto feito no velho estilo da ditadura militar, justamente no momento em que o Tribunal Superior do Trabalho homologava o Acordo Coletivo que prevê estabilidade no emprego, durante 1 ano, para toda a categoria ferroviária, a direção da Rede, numa atitude revanchista, promove inquéritos administrativos e efetiva demissões ilegais.

Não permitiremos um retrocesso político no Brasil, que em particular atinja os dirigentes sindicais que estão à frente na luta dos trabalhadores, principalmente num momento pré-constituinte. É por isso que nos unimos a causados ferroviários e repudiamos todas as injustiças de que têm sido vítimas. O Ministério dos Transportes, em negociação com os dirigentes sindicais, assumiu compromisso de que não haveria demissões na Rede. Exigimos se cumpra este acordo e que o Ministério dos Transportes esclareça sua posição sobre o ocorrido.

Onde está o compromisso assumido com toda uma Nação, quando da constituição da Nova República? Onde está o respeito à confiança depositada nas umas em 15 de novembro? Precisamos estar atentos a tudo isto e cada vez mais unidos. Somente o povo poderá realmente garantir a democracia neste País.

Pela imediata reintegração dos diretores, delegados e ativistas demitidos basta de perseguição política!

Pelo fim dos inquéritos administrativos!

Não permitiremos que os ferroviários sejam punidos a título de exemplo para as demais categorias de trabalhadores. Não será desta forma que calarão nossas vozes!

Assinam:

CUT – Central Única dos Trabalhadores CGT-Central Geral dos Trabalhadores Federação interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

Sindicato dos Professores de Juiz de Fora Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas de Assistência Social de Orientação Profissional de Minas Gerais

Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos Duchistas Massagistas, Empregados em Hospitais de Juiz de Fora

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora

Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de mesas telefônicas

Sindicato dos Engenheiros de Minas

Gerais – Delegacia de Juiz de Fora

Serviço de Educação Popular

Oposição Metalúrgica

Unibairros

Associação dos profissionais de Ensino Superior de Juiz de Fora
Sindicato dos Sociólogos – Delegacia de Juiz de Fora
União dos Trabalhadores do Ensino
Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Juiz de Fora Ação Católica Operária
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior.

Att: Delegacia Regional dos Sindicatos dos Ferroviários
A/C: Deucir ou Marcelo

Ministro do Trabalho
Dr. Almir Pazzianotto

Inadmissível a manutenção da política de criminalização do movimento sindical como vem ocorrendo nas recentes greves do País.

Nosso protesto contra a perseguição que a Rede Ferroviária Federal S.A. vem desencadeando contra os trabalhadores dos Estados do RJ, MG, SP e EIS, acobertando-se para isso no Decreto Lei nº 1.622, editado durante a ditadura militar e conservado pelo atual Governo.

A direção nacional da CUT protesta mais uma vez e exige o respeito aos direitos dos trabalhadores e o fim das perseguições. –

Jair Antônio Meneguelli, Presidente Nacional da CUT.

C/C: Sr. Ministro dos Transportes – **Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares** – Sr. Presidente da RFFSA – **Dr. Ozires Stenehel** – Sindicato dos Ferroviários – RJ, MG, ES, SP.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Doso Coimbra

O SR. DASO GOIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre os "direitos coletivos" listados pelo substitutivo assinado pelo Relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o único que mereceu menção restritiva foi o direito à profissão de culto.

Nenhuma restrição se faz ao direito de reunião, à liberdade de associação, à organização sindical, à manifestação coletiva ou aos demais direitos coletivos relacionados no Relatório do Constituinte José Paulo Bisol, no tocante a atos ou fatos que atentem contra os fundamentos constitucionais da Nação e a inviolabilidade dos direitos e liberdades fundamentais. Mas o direito e a liberdade de culto mereceram aquela restrição como se a dizer que apenas esta qualidade de agrupamento pode vir a atentar contra os chamados, e absolutamente subjetivos, fundamentos constitucionais da Nação.

A ideologia que se esconde por detrás do que está no Relatório Bisol merece ser observado com maior atenção e interesse, posto que macular a liberdade de culto com restrições absurdamente subjetivas é o mesmo que manter as comunidades religiosas, de todo e qualquer credo, sob permanente suspeição e juízo.

Nenhum culto atento contra os fundamentos constitucionais da Nação, salva nos países onde

predomina o ateísmo, onde o nome de Deus é proscrito, onde a fé é punida e o crente é discriminado.

Não é difícil, Sr. Presidente, identificar tais situações no universo comunista ou comunitado, onde tudo pode ser considerado um atentado aos fundamentos constitucionais desde que contrarie a ideologia ateísta, a mesma ideologia que sempre buscou eliminar a fé em Deus das mentes e dos corações humanos. Mas o primeiro exercício à busca daquele atentado à Constituição se faz exatamente no âmbito da religião e do culto.

Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para a gravidade e a impropriedade do dispositivo a que me refiro que diz, expressamente, o seguinte:

"É proibida a profissão de culto que atente contra os fundamentos constitucionais da Nação e a inviolabilidade dos direitos e liberdade fundamentais."

Há um contra-senso no conjunto das liberdades deferidas à Nação pelo Relatório Bisol: "é plena a liberdade de associação", "não será exigida a autorização estatal para a fundação de associações", "é vedada a interferência do Estado no funcionamento de associações", "é plena a liberdade de organização sindical", "a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicatos", "é vedada a interferência do Estado no funcionamento das organizações sindicais", "é livre a manifestação coletiva em defesa de interesses grupais, associativos e sindicais", "é livre a paralisação do trabalho e a lei não poderá restringir ou condicionar liberdade". Somente o culto mereceu restrições por parte do Substitutivo em questão. Somente nas associações espirituais poderá o Estado intervir e proibir sua existência. O trabalhador é livre para não trabalhar, mas o crente não é livre para prestar o seu culto a Deus.

São situações como essas que precisam ser avaliadas. Quando tantos pregam a liberdade e o direito do cidadão, ainda há os que querem negar ao crente a liberdade de culto sob o pretexto de atentados à Constituição.

Adviro à Nação contra tais procedimentos e discriminações, que ainda podem ser corrigidas por esta Assembléia Nacional Constituinte.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraido Trindade.

O SR. ERAIDO TRINDADE (PFL – AP). Pronuncia o seguinte discurso: – Sr Presidente, Srs. Constituintes:

Procurarei ser breve no meu pronunciamento de hoje, tecendo comentário evidentemente única e exclusivamente em torno do desenrolar dos trabalhos que ora se desenvolvem nesta Casa, que têm como objetivo maior à formulação de uma Constituição duradoura, moderna e condizente com os anseios da população brasileira.

A falta de consciência para a finalidade real deste propósito, por parte de alguns, tem deixado perplexos os que procuram acompanhar o desenrolar das atividades da Assembléia Nacional Constituinte. Neste ambiente, é difícil entender o não cumprimento de um Regimento que chegou a causar, no início, conflitos partidários. Observamos, agora, que neste plenário até questão de ordem orgânica de alguns partidos é discutida.

Enquanto isto, o País aguarda, às vezes, sem compreender o que se faz neste Congresso – se, realmente, os trabalhos da Constituinte conduzem-se satisfatoriamente.

Como membro Integrante do Conselho Editorial dos programas da Constituinte, sugeri aos demais componentes desse Conselho à necessidade de se dar ao povo, que para esta Casa nos enviou, uma satisfação, prestando contas de nosso trabalho através dos órgãos de Imprensa requisitados para a cobertura das atividades em questão.

Comumente, manifestações de vários segmentos sociais têm chegado aos nossos ouvidos, questionando a posição de cada um de nós no que diz respeito áquilo que a Constituinte está fazendo para amenizar o sofrimento que a população está passando. Têm-se depositado esperanças para que sanemos a economia, atuando para a redução da inflação, para a queda da taxa de juros, para a melhoria do padrão de vida.

Meu desejo, neste momento é o de alertar os nobres Pares para a necessidade de mantermos canais abertos e sem ruídos junto ao povo brasileiro, explicitando inclusive que não somos um seguimento alheio às dificuldades experimentadas pelo País, e que, também, a nova Constituição não irá solucionar o nó górdio da economia nacional, tarefa esta a cargo do Poder Executivo.

Finalmente, desejamos reiterar que mesmo com as mais variadas dificuldades do dia-a-dia, com a ditadura camuflada em algumas comissões, com a luta desenfreada em busca do estrelato, iremos procurar cumprir os compromissos que temos com a nossa consciência e com o povo, na busca permanente de uma sociedade mais justa, com mais segurança, bem-estar, dentro da ordem e condenando a recessão, que atinge mais duramente a parcela da população mais carente do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A proposta de criação do Estado do Tocantins chega vitoriosa à segunda fase dos trabalhos da Constituinte, com a sua inclusão no relatório do Constituinte José Richa, Relator da Comissão da Organização do Estado.

Concorreram para esta marcha vitoriosa da luta pela criação do Estado do Tocantins, a união e as orações do povo goiano, o apoio da Assembléia Legislativa e do Governador Henrique Santillo, do Estado de Goiás, bem assim, Sr. Presidente, o apoio dos nobres companheiros de Comissão, que nunca faltaram ao autor desta proposta, o modesto Constituinte que ora fala, que ora se pronuncia, e, com entusiasmo, ajudaram por entenderem necessária a criação do Estado de Tocantins.

Hoje à tarde, se o bom Deus nos ajudar, como tem feito até aqui, a proposta de criação do Estado do Tocantins será aprovada pela unanimidade dos meus eminentes Pares da Comissão da Organização do Estado.

Com grande parte dos nossos trabalhos realizados, o povo nortense de Goiás e o povo goiano em geral vêm com alegria e emoção que a Assembléia Nacional Constituinte vem correspondendo às aspirações populares, deflagrando o processo de mudanças que a Nação vem reclamando desde os estertores de período colonial.

A criação de novos Estados é medida urgente e indispensável, por constituir o melhor e mais seguro investimento, de pronta resposta nos planos social e econômico, com nenhum outro.

Há no Brasil de hoje, após tantas incertezas erros e desmandos prejudiciais aos interesses da Nação, uma consciência segundo a qual redimir é democratizar.

Entendo que, apesar dos arreganhos dos direitistas e dos esquerdistas radicais, a Constituinte é reformista, na maioria de sua composição. Não havendo, pois, dúvida quanto promulgação de uma nova Carta Magna proganista, com muitos dos seus dispositivos, livres das engenhosas fórmulas do tecnicismo jurídico dos que não concordam com a garantia dos direitos do homem e da cidadania no texto constitucional, de imediata auto-aplicação.

O parecer do Constituinte José Richa, se não é o ideal, para alguns, notem que, consigna grande vitória do povo brasileiro e, particularmente, do povo nortense de Goiás, que hoje padece do abandono e da pobreza, importas pela ausência de Governo nas vastidões territoriais do norte-nordeste de Goiás, que compõem Amazônia Legal goiana.

Ao congratular-me como Constituinte José Richa pelo excelente Substitutivo que ora submete ao Plenário da Comissão da Organização do Estado, desejo registrar os meus sinceros agradecimentos em primeiro lugar a **ilegível**, ao povo goiano, à Assembléia Legislativa, aos companheiros da Comissão da Organização do Estado, da Assembléia Nacional Constituinte especialmente à Bancada goiana e aos parlamentares da Democracia Cristã, aos meios de comunicação e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a marcha vitoriosa do futuro E vindo do Tocantins na Constituinte.

Com fé em Deus e o apoio de todos, instalaremos o Estado do Tocantins em 1988.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Hermes Zaneti.

O SR. CONSTITUINTE HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, pela manhã, num programa de televisão de uma das redes nacionais, assisti, estarrado, a um Sr. Constituinte, Presidente de um Partido, com assento nesta Casa, a postar informações à Nação brasileira, às tontas, completamente desinformado.

Este Sr. Constituinte compareceu à primeira reunião da Subcomissão de Educação, que eu presidia, e nunca mais o vi em anhuma reunião, nem da Subcomissão, nem da comissão, Sr. Presidente; e este cidadão, sumido e reaparece hoje, em rede nacional, para falar sobre o relatório do qual não participou, que não leu – porque se tivesse lido não teria dito tantas besteiras, por

exemplo, quando disse que vai apresentar um substitutivo. Como S Ex.^a estava ausente desta Casa, não deve ter lido o Regimento, e não deve ter lido as normas do Presidente da Constituinte, dizendo que não pode haver substitutivo.

Segundo, disse que lastimava que a Comissão não tinha tido o cuidado necessário para com as crianças brasileiras, porque não previa creches. S. Ex.^a não leu o relatório, se tivesse lido, veria no art. 39: "O dever do Estado com o ensino público efetivar-se-á mediante a garantia de: item III – atendimento em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade". Em nenhuma época, em nenhuma lei, em nenhuma outra Constituição, tanto quanto expressamos aqui, este País teve a preocupação com as crianças. Pela primeira vez, as crianças brasileiras, desde o nascimento, terão direito a ter um lugar para ficar e S. Ex.^a vai mentir à Nação brasileira dizendo que não nos preocupamos com esse assunto.

Foi mais longe: disse que era uma barbaridade um país como o Brasil, de tradições cristãs e católicas predominantes, omitir na Constituição brasileira uma referência ao ensino religioso. Ora, S. Ex.^a mas uma vez, não leu o relatório. Eu até votaria pela exclusão disso, porque entendo desnecessário, mas, como é tradição das outras Constituições e como não há mal nenhum nesta inclusão, está certo, concordarmos em mantê-lo. Só que S. Ex.^a disse que não estava no relatório. Leio o Parágrafo unido do art. 5º, que diz: "O ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa" que é da lavra do Sr. Constituinte Jorge Arbage, que nos honra aqui com essa lembrança.

É possível que o cidadão Constituinte, que é Presidente de um Partido, tenha a coragem de ir a um programa de televisão, de expressão nacional, falar sobre uma coisa que não leu, que não sabe, que não conhece, comprometendo a imagem de seriedade, de lisura do trabalho que a nossa Comissão está desenvolvendo? S. Ex.^a, o Sr. Álvaro Valle, Presidente do PL, cometeu um atentado contra esta Assembléia Constituinte e ele, que esteve ausente até aqui, deveria renunciar ao seu mandato, porque não cumpriu com o seu dever de comparecer aqui e ajudar a construir a Constituição.

Lástima, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a Rede Globo só tenha convidado o Sr. Constituinte João Calmon, que foi lá defender a escola particular, dizendo, também, inverdades; lástima que tenha agora convidado o Sr. Álvaro Valle para dizer mentiras, para falar sobre o relatório que não leu e que não ajudou em nada, zero, para redigir. Que bonito S. Ex.^a querer fazer média, em rede nacional, dizendo coisas que estavam escritas e que não estariam escritas para, depois, dizer que elas entraram no relatório porque ele as defendeu. Isto é uma prática política condenável, demagógica, corrupta, é um estelionato político contra a Assembléia Nacional Constituinte.

S. Ex.^a disse mais: "que a escola particular ia desaparecer e que só as elites teriam acesso às boas escolas brasileiras". Parece que S. Ex.^a só pensa que boa escola só pode ser a escola particular, que o poder público é definitivamente incompetente para desenvolver o ensino.

Eu quero dizer a S. Ex.^a que o ensino neste País não pode ser tratado como um fato a ser considerado por um grupo de padres, por um grupo de freiras, que têm prestado serviços à Edu-

cação neste País, por pessoas bem intencionadas que façam filantropia com a Educação. O ensino neste País é um desafio nacional e nós só resolveremos o problema do desenvolvimento do País se resolvermos o problema da Educação, e o problema da Educação é tão importante que tem que ser enfrentado como uma prioridade nacional pelo poder público e não pelo favor ou boa vontade de algumas pessoas, é isto que S. Ex.^a precisa saber.

Mais do que isto, Sr. Presidente, ele não leu os §§ 1º e 2º do art. 11, com o que eu não concordo, mas aí estão previstos os itens, segundo os quais, estabelecem-se às exceções para ajudar as escolas comunitárias, confessionais, filantrópicas. É que S. Ex.^a quer ver o dinheiro público destinado às escolas particulares para enriquecer alguns donos de escolas, em detrimento do desenvolvimento efetivo da Educação deste País.

Desafio o Constituinte Álvaro Valle a manter as afirmações inverídicas, difamatórias à Assembléia Nacional Constituinte aqui neste Plenário. S. Ex.^a não tem autoridade porque não ajudou a fazer nada. Repito, S. Ex.^a deveria renunciar ao seu mandato, reconhecendo que em vez de estar aqui, onde deveria estar, foi perambular por este País, pelas praias do Rio de Janeiro ou sei lá por onde, mas aqui ele não esteve, não compareceu, não ajudou, não trabalhou, e foi mentir na televisão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-P.E. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes,

As explicações do Ministério das Minas e Energia, segundo as quais o Governo não pretende equalizar os preços do álcool e da gasolina, mas apenas superar os déficits decorrentes dos benefícios especiais àquele primeiro combustível, não são nada convincentes.

Se for aumentado, mais uma vez e isoladamente, o preço do álcool, isso se refletirá no uso de mais de cinco milhões de veículos, no encarecimento dos táxis e no aumento do custo de vida.

Alega-se que a indexação dos preços entre os combustíveis faz com que o preço do álcool não cubra os custos de comercialização, sendo o produto subsidiado à razão de três cruzados e cinqüenta centavos o litro.

Essa medida constitui uma traição ao Proálcool e aos consumidores que confiaram nele. Explicando-a, diz o Ministro Aureliano Chaves que não se trata de retirar todos os subsídios para o consumo do álcool como combustível, mas de procurar uma adequação à política econômica, que não é a mesma de seis anos atrás.

Se se tratasse de fazer com que o produtor pagasse os custos de armazenamento e as faturas da aquisição em menor prazo, isso não se refletiria, imediatamente, no preço do álcool motor.

Mas o que se pretende, realmente, é punir os que adquiriram carros movidos a álcool, atendendo a incentivos do Governo.

Tanto assim que se pretende equalizar o IPVA e o IPI dos carros movidos a álcool aos movidos à gasolina.

Na verdade, há uma conspiração no seio do próprio Governo contra o uso dos automóveis, parecendo demasiado que tenhamos quinze milhões de veículos, quando nações européias, com metade da nossa população, dispõem do dobro.

Diante das medidas impostas pelo Ministro das Minas e Energia, o povo brasileiro não pode acreditar mais em nada, quando o único programa reconhecidamente vitorioso, na área econômica, inclusive internacionalmente, é ameaçado em sua existência, em função de medidas mal elaboradas e contrárias aos nossos anseios de desenvolvimento.

Essa medida contra o álcool vai resultar no atraso tecnológico, quando apresentávamos a maior frota do mundo movida por esse combustível, decorrente de um insumo renovável, a prevenir a escassez mundial do petróleo no próximo século.

É preciso que o Governo emende a mão do seu Ministro das Minas e Energia.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-P.E. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, o Nordeste atravessa mais um ano de seca. Sendo que, desta vez, é a chamada "seca verde", ou seja, as plantações e a vegetação estão verdes, porém sem produção agrícola ou com um mínimo de produção, cerca de 10% a 20%, de acordo com a área. Porém, existe uma constante: a falta de alimentos, de água em muitas localidades e sobretudo de trabalho. Já são mais de 600 municípios em estado de emergência nos 9 Estados da região nordestina, atingindo alguns com maior intensidade. Porém, queremos nos referir neste pronunciamento apenas ao problema do aproveitamento da mão-de-obra ociosa existente na região, ou seja, ao trabalho a ser executado, para impedir que os nossos irmãos nordestinos passem fome ou morram de fome.

Desde quando fomos Presidente, por três vezes, de órgãos ligados ao problema das secas, duas vezes da Comissão do Interior e uma vez da Comissão do Polígono das Secas, sempre defendemos um alistamento do pessoal em duas frentes: nas sedes dos municípios para aproveitamento da mão-de-obra urbana pela Prefeitura Municipal, para realização de obras permanentes e de interesse da população, com fiscalização direta dos órgãos do Ministério do Interior Sudene, DNOCS etc. Na zona rural, através do alistamento da mão-de-obra rurícola nas próprias fazendas através de financiamento com juros subsidiados (3% para o pequeno; 6% para o médio e 8% para o grande) sem correção pela LBC (50% como se quer fazer no momento), para que se constitua uma infra-estrutura agrícola (cerca, desmatamento, destoca etc.), preparando-se a terra para o próximo ano. Todos sabem que a seca deste ano faz parte do período cíclico de 2 a 3 anos (iniciar-se-á em 1992) e de 5 a 7 anos (a ter início no ano 2005), previsto pelo CTA, mas devido ao fenômeno "El Niño", que aquece o oceano em dois graus centígrados, impedindo o deslocamento das nuvens para o Continente.

Ora, preparando-se uma infra-estrutura agrícola, no próximo ano, poderemos ter uma maior

produção agrícola no Nordeste e, também, teremos realizadas obras permanentes nas sedes dos Municípios.

Já conversamos com o Ministro do Interior Joaquim Francisco sobre o assunto, esperando o apoio dos demais órgãos do Governo Federal, para que possamos fazer algo de concreto nesta nova fase de adversidade por que passa a região nordestina.

Durante o discurso do Sr. Inocéncio Oliveira, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Benevides.

O SR MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O debate constitucional – que alcança, a partir de hoje, nas Comissões Temáticas uma etapa das mais importantes – faz convergir para a Assembléa Nacional Constituinte as atenções da opinião pública nacional, que acompanha, *pari passu*, todas as discussões e votações aqui realizadas, nessa fase que antecede a promulgação da nova Carta Magna do País.

Um dos itens controvertidos do Relatório da Comissão de Ordem Social, da qual é Relator o eminente Senador Almir Gabriel, relaciona-se com a previdência privada, inadmitindo qualquer tipo de subvenção ou incentivo para a sua sustentação atual.

Recorde-se que, com base no art. 61 do Relatório, a complementação salarial, a que fazem jus os empregados que vierem a se aposentar em empresas que adotam aquela sistemática, não mais será possível, gerando, em consequência, uma justa inquietação entre os quase seis milhões de previdenciários favorecidos ou na expectativa de sê-lo, quando encerrarem as suas atividades profissionais.

No meu Estado, os funcionários do Banco do Nordeste, que sempre desfrutaram daquele benefício, dirigiram-me veemente apelo para que fosse suprimido o aludido dispositivo, que os atinge tão frontalmente, bem assim a outras importantes categorias, como economiários, bancários de outras instituições financeiras e servidores de numerosas empresas estatais, como Petrobrás, Eletrobrás etc.

O telex dos **benebeanos** – transmitido de Fortaleza – acha-se vazado nos seguintes termos:

Ilmº Sr.
Constituinte Carlos Mauro Cabral
Benevides
MD Vice-Presidente da Assembléa
Nacional Constituinte
Senado Federal – Anexo II
Brasília – DF

Ratificando os termos de contato telefônico mantido com V. Ex.^a, solicitamos o seu particular empenho no sentido de, junto aos membros da Comissão da Ordem Social, fazer ver o caráter discriminatório do artigo 61, do substitutivo apresentado pelo Senador Almir Gabriel. dispositivo este que penaliza um contingente superior a seis milhões de pes-

soas, mais de 4 por cento da população nacional.

A previdência privada é praticada há vários anos em virtude da reconhecida deficiência dos benefícios da previdência oficial. No caso específico, das entidades fechadas de previdência privada, estas são necessariamente sociedades sem fins lucrativos, obedecendo, no estabelecimento de seus planos de benefícios e na estrutura de aplicação de suas reservas, rígidas regras definidas pelo Ministério da Assistência e Previdência Social.

Demais, indiscutíveis propósitos sociais justificam a previdência privada sem fins lucrativos, vez que o seu pensamento doutrinário fundados nos ideais sociais e na preocupação de poupar para prover a sobrevivência, a invalidez e/ou a velhice, é igual e uniformemente sistematizado na unidade do direito previdenciário brasileiro.

Entendemos ser do maior interesse de todos os segmentos da Nação a manutenção do sistema de previdência complementar: ao trabalhador, em face da possibilidade de manutenção de uma renda, quando do esgotamento de sua fase laborativa, aproximada àquela obtida em atividade, para si e seus dependentes, a empresa, por se constituir num forte elemento em sua política de pessoal, vez que viabiliza a renovação de sua força de trabalho, possibilitando ganhos de produtividade, e, finalmente, ao Estado, por permitir, em viabilizando a aposentadoria daqueles que já deram sua parcela de contribuição para a sociedade, o incremento do número de empregos oferecidos ao contingente de brasileiros que, anual e crescentemente, é lançado no mercado de trabalho.

Entendemos que a nossa nova Carta Magna não deva determinar o retrocesso de uma conquista dos trabalhadores brasileiros; as entidades fechadas de previdência privada nacionais, hoje reconhecidas internacionalmente por sua efetividade, derivaram do entendimento entre empresas (estatais ou privadas) e seus empregados, dentro do primado da valorização do homem, buscando garantir o elementar direito a uma existência digna para o trabalhador ao final de sua vida produtiva: por fim, parece-nos indiscutível, contrariamente ao objetivo do disposto no art. 61 do substitutivo sob comentário, que a nova Constituição deva reconhecer a validade do sistema fechado de previdência complementar, viabilizando a extensão de seus benefícios a todos os trabalhadores brasileiros.

Ao nosso pleito, associam-se os milhares de empregados vinculados à Caixa de Previdência dos empregados do Bandece, à Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce, à Caixa de Previdência Privada do BEC, à Fundação Coelce de Seguridade Social, e, certamente, todos os demais hoje assistidos por cerca de 170 associados da espécie, bem assim aqueles que, com esperança, aguardam a possibilidade de participarem de um programa de Previdência Complementar.

Contando merecer o apoio do ilustre cearense, bem como de todos os seus pares, antecipamos nossos agradecimentos pelo

trabalho que, de certo, será desenvolvido em defesa de nossa causa, eliminando da futura Constituição dispositivos como o proposto no Projeto da Comissão da Ordem Social a que nos estamos referindo.

Vossa Excelência pode ficar certa de que toda a classe trabalhadora saberá reconhecer, no correr da história, aqueles que, pela inata vocação de servir, auxiliam a garantir seus direitos tão longa e duramente conquistados.

Respeitosamente, pela Caixa de Previdência dos funcionários do (CAPEF), **Armando Lima Caninha Filho**, Diretor-Executivo – **Francisco Darathan Ribeiro**, Presidente. Srs. Constituintes:

Trazendo o tema, neste momento, à tribuna da Assembléa Nacional Constituinte, estou certo de que os membros da Comissão da Ordem Social haverão de se sensibilizar com o dramático apelo, excluindo o art. 61 do texto definitivo a ser posteriormente encaminhado à Comissão de Sistematização.

Como autor da emenda supressiva, confia em que venha a mesma a ser unanimemente acolhida pelos membros da suprareferenciada Comissão. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cunha Bueno.

O SR CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação continua assistindo, estarrecida, à falta de providência do Governo Federal, mais propriamente dito do Ministério da Fazenda, em relação à crise avassaladora na economia que tem assolado o País. A política econômica da chamada "Nova República", Sr. Presidente, através do seu ex-Ministro da Fazenda, levou o País à total desorganização econômica. Foram detonados acontecimentos de toda sorte não só com a economia particular, mas principalmente com a economia das empresas e com a economia pública.

Temos observado, Sr. Presidente, o enorme déficit público que continua sendo financiado pela iniciativa privada e pelo povo brasileiro, através de impostos cada vez mais escorchantes. Assistimos, ainda outro dia, uma entrevista do Ministro da Fazenda, que convocamos para que viesse a esta Casa para dizer aos representantes do povo, aqui reunidos, qual a política, qual o rumo que a economia brasileira vai tomar sob a sua administração. Lamentavelmente, S. Ex.^a tem se esquivado de vir perante o Congresso Nacional, perante a Câmara dos Deputados e perante o Senado da República, ou mesmo perante o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte para dizer qual a orientação, quais serão as medidas que S. Ex.^a irá tomar a fim de corrigir as graves distorções que foram causadas pelo Plano Cruzado.

Portanto, queremos, uma vez mais, protestar contra o Governo Federal porque, além de não dizer o que pretende fazer, nada tem feito para solucionar o problema do déficit público, que contribui para o aumento de uma inflação incontrolável.

Ficam aqui, portanto, Sr. Presidente, os nossos protestos mais veementes. e um alerta de que o País poderá, em breve, entrar numa grande e

grave convulsão social, pois os descaminhos que estão sendo tomados pelo Ministério da Fazenda estão levando ao desespero desde o povo mais humilde, aos trabalhadores, aos empresários, e aos operários, de forma geral, a uma situação aflitiva. Não se pode ir a um supermercado, a uma feira-livre, porque os preços dos produtos aumentam todo dia e os salários, Sr. Presidente sequer dão para viver um mês.

Lamento, tenho pena daqueles que têm que sustentar a sua família, a sua esposa, dois, três, quatro ou mais filhos, ganhando um, dois, três ou quatro salários mínimos.

O Presidente da República tem que ouvir esses anseios e o Ministro da Fazenda precisa tomar medidas para não levar o País, não a uma crise mais grave em que já estamos, mas para evitar o que é pior, a convulsão social que está por vir. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

—Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O noticiário de que a Constituinte estaria por decidir por um sistema tributário, estabelecendo algumas diferenciações que pudesse prejudicar, apenando, ainda mais, a economia do sul do País, mais notadamente do extremo sul, o Rio Grande do Sul, que tem sido onerada pelo sistema tributário vigente, provocou uma reação no meu Estado e a constituição do que se denominou de "uma frente ampla pelo Rio Grande".

De lá vieram líderes políticos, líderes empresariais, lideranças das forças vivas, tendo à frente o Governador do Estado, Pedro Simon, a quem fazemos oposição. Fazemos oposição não apenas por sermos de partidos diferentes, porque também o povo assim decidiu e também porque, até agora, não vimos uma só proposta de S. Ex^a no que diz respeito ao seu Governo para o Rio Grande. Mas no caso específico do sistema tributário evidentemente que estamos todos juntos, desejando não só no Rio Grande, como em todo o Brasil, aquilo que queremos, creio que todos nós, os brasileiros, qual seja, condições de igualdade para todos, quer se trate de pessoas, ou regiões. As desigualdades entre pessoas e regiões têm evidentemente, que ser compensadas porque a Constituição há de assegurar o direito de igualdade a todos, tratando desigualmente os desiguais e igualmente os iguais. Mas, no que diz respeito ao sistema tributário, preocupa-nos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que ele efetivamente possa vir a consagrar, mantendo algumas distorções e equívocos do sistema vigente, como é o caso, por exemplo, do Rio Grande do Sul, que é apenado por contribuir fortemente com as exportações, que interessam à nossa política nacional de desenvolvimento e ao País como um todo. O Rio Grande é apenado desta forma e há que, por isso, ter algum tipo de compensação.

Apresentei, em 1982, duas propostas de reforma tributária. Uma delas chegou a receber parecer favorável do Relator da Comissão Mista do Congresso Nacional. Mas, lamentavelmente, até hoje elas não foram apreciadas pelo Congresso Nacional. Desta forma, como sugestão a esta Constituinte e atendendo, inclusive, à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul,

encaminhei cerca de 24 emendas à proposta da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas e, agora, à proposta da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, procurando corrigir algumas colocações que não ficaram plenamente satisfeitas no ante-projeto do Relator da Comissão Temática.

Hoje, a Comissão Temática começa a examinar a proposta final do Relator, e até este instante não conhecemos seu conteúdo. Espero que o Relator tenha acolhido as propostas de emenda, caso contrário, através de destaque, tentaremos corrigir a proposta do Relator na votação da Comissão Temática e, se isto ainda não for o suficiente, o faremos na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, algumas distorções flagrantes do sistema tributário vigente precisam ser corrigidas. A primeira delas é que se trata de um sistema altamente regressivo, que onera mais quem ganha menos, cobra mais imposto daquele que tem menor renda, quando deveria ser o contrário.

O segundo problema é que centralizou todo o sistema tributário e o forte da arrecadação da receita nacional nas mãos — da União — uma concentração de receita, quando é preciso fazer uma desconcentração.

A revista **Veja** desta semana publica uma interessante matéria, à página 110, sobre o sistema tributário que está sendo discutido aqui, nesta Assembléia, a partir da proposta do Relator da Comissão Temática, e chama, muito Apropriadamente, a atenção para esses fatos. mas, também, para um outro fato que quem aqui destacar, que é o problema do contribuinte.

Não podemos querer resolver o problema do Estado, do Município e da União somente às custas do contribuinte, porque ele não tem mais como arcar com novo ônus, nova carga tributária, com qualquer acréscimo de tributos. Já disse aqui que o Ministro Bresser Pereira, que há poucos dias anunciou um aumento dos impostos federais, por isso e por outras omissões ou providências equivocadas de S. Ex, passa a ser conhecido ou passará a ser conhecido, em breve, como o Ministro "Breve" Pereira, porque não há como sustentar o Ministro da Fazenda com os equívocos que S. Ex^a está cometendo.

Então, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, trago essas colocações acrescidas também de mais uma observação. A mesma reportagem da revista **Veja** mostra que a situação, hoje, da distribuição do bolo tributário é a seguinte:

"Os Municípios recebem 20,1%, os Estados 38,5% e a União 41,4%, com relação à arrecadação do ano passado; e que pela proposta do nobre Relator ficaria a seguinte situação: Município, 22%, os Estados, 50%, e a União, 28%."

Quero, Sr. Presidente, chamar a atenção de que devemos corrigir também essa proposta, no sentido de que aos municípios seja dada uma participação maior, porque não está sendo proporcional à responsabilidade do município que é quem tem que atender as primeiras e últimas necessidades do cidadão desamparado e desprotegido. Por isso, faço essas colocações na expectativa de que hoje, na Comissão do Sistema Tibu-

tário, Orçamento e Finanças, se possam corrigir as distorções aqui lembradas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador): — Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Uso, pela primeira vez, o período do Pequeno Expediente, quando, coincidentemente, V. Ex^a preside a sessão. Faço esta observação, em face de um aparte do Constituinte Flávio Palmier da Veiga, quando fazíamos críticas genéricas ao Governador Moreira Franco, ao Governador Orestes Querínia e ao Governador Newton Cardoso, a respeito de informações divulgadas nos meios políticos e nos jornais do encontro que esses governadores teriam tido com o Sr. Elkin Taylor, representante do governo americano, que colocava na pauta da discussão exigência de demissão do Ministro Dilson Funaro. Volto a este microfone para dizer que, na oportunidade, fiz críticas genéricas, e não pessoais, ao Governador Moreira Franco. Não é o meu estilo. Quem me conhece sabe que tenho tido uma atuação constante, já, na segunda legislatura, buscando elevar o nível do debate nesta Casa. O Constituinte Flávio Palmier da Veiga, entretanto, interrompeu o discurso de V. Ex^a para dar um aparte, quando não havia nenhuma relação entre o seu discurso e o seu aparte.

Mas, Sr. Presidente, volto hoje, lamentavelmente, a criticar a política do meu Estado. Após a sessão ontem aqui realizada em que prevaleceu alto grau de emoção, quando todos os Partidos foram à tribuna denunciar o covarde assassinato do Líder Paulo Fontelles, no Pará.

No Rio de Janeiro, a onda de violência continua, de modo muito significativo, aumentando. De lá recebo, contristado, notícia que enluta o Rio de Janeiro e dela dou conhecimento à Casa. Trata-se de mais um assassinato frio; agora de um jovem de dezesseis anos, Márcio Castañon, membro da torcida organizada do Clube de Regatas do Flamengo, que após sua vitória no campeonato de basquete junto com colegas de sua idade comemoravam a seu modo e com o ímpeto próprio da juventude, na Praça Sáenz Peña, na Cidade do Rio de Janeiro, este título, com os tamborins e batuques da torcida organizada — quando um grupo de policiais da Polícia Militar de meu Estado chegou àquela praça, ordenando a todos os jovens que pusessem as mãos para cima encostados à parede. Evidentemente o que destaco aqui, para caracterizar a frieza e violência do ato, e para não culpar diretamente o Governo Moreira Franco, que um dos policiais sacou friamente da arma e atirou na cabeça de um jovem de dezesseis anos, fazendo com que mais uma vida fosse ceifada violentamente, cuja violência é patrocinada por funcionários do Estado, posto que os policiais são pagos pelo povo para defender e garantir a segurança da população e não dizimá-la.

Trago aqui esta denúncia, que fere, sobretudo, o povo do Rio de Janeiro, e a solicito ao colega Constituinte Márcio Braga, Presidente do meu Clube, Deputado pelo Rio de Janeiro, com a influência que tem junto ao governo que apoiou, do Sr. Moreira Franco, no mínimo exija que se apure, com bastante severidade, mais esse crime perpetrado pela Polícia do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não estamos colocando esta questão para simplesmente responsabilizar o Governador Moreira Franco, mas como um alerta. O Rio de Janeiro transformou-se nesses últimos 4 meses, na cidade mais violenta do mundo, com um acréscimo muito grande de crimes e de sucessões de mortes, e não só a morte através dos esquadrões da morte – e desafio, agora o Constituinte Flávio Palmier da Veiga a negar a evidência – pois durante o nosso governo nós tivemos o privilégio de extinguir o famigerado esquadrão da morte.

Por isso da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, ergo minha voz de protesto contra o infarto acontecimento. Quero, ainda, levar o meu sentimento de pesar à família do jovem Márcio Castanhon, mais uma vítima da violência da Polícia Militar do Rio de Janeiro, da violência do Estado contra os cidadãos. Que o sacrifício de Mário Castanhon, não fique impune.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE Sem revisão do orador.): – Sr. presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, dia 12 de junho de 1987, dia de grande importância para o Brasil, através desta Assembléia Nacional Constituinte, que tem o dever, bem como a grande responsabilidade de elaborar uma nova Carta Magna para esta Nação.

O primado da Constituinte é entregar ao País o destino de sua construção e devemos, para isto, estar munidos não somente de propósitos, como também de uma inspiração que seja sobretudo divina e humana, a fim de apresentarmos o melhor que o povo espera.

Deveremos nos preocupar, saber se tudo que é legal, é legítimo; devemos nos preocupar com o rumo a que estamos levando a família, pois o conceito de família está se modificando; devemos nos preocupar com o significado da religião, bem como com seu devido ensino, dentro das instituições, incluindo até a liberdade para que a mesma, dentro do processo integral de formação e desenvolvimento da personalidade, seja também considerada no âmbito escolar, não apenas como monopólio ou como proselitismo de determinado segmento religioso, mas sem distinção de credo; que ela seja uma matéria ou uma disciplina de caráter facultativo, de acordo com a formação religiosa do próprio aluno, aquela formação recebida na sua própria família.

Queremos uma Constituição, em que haja, então, esse maior amparo às instituições, que respeitam o direito adquirido e o ampliam não somente no aspecto de direito, como também no aspecto de dever. Muitos hoje estão em busca de direitos, reivindicam-se também direitos, mas devemos nos preocupar com os deveres, também. Se a Nação só reivindicar direitos, com quem ficarão os deveres?

Então, acho que o processo deve ser equilibrado, muito sensato. Devemos ter uma idéia para apresentar diante da Constituição, para não ficarmos esgotado nela, mas que deixemos uma Constituição maleável e flexível. Que ela possa comportar, dentro das posteriores leis ordinárias, o que mais necessita ou aspira o povo, já que, devido à limitação do tempo, nem tudo poderá

ficar esgotado dentro dessa Constituição, mas que tenhamos aqui o principal, a fim de que os demais segmentos da sociedade possam também alcançar uma resposta posteriormente.

Que a Constituição, que neste dia tem iniciada a sua votação, não seja somente para privilegiar os mais fortes e nem sequer para derrotar os fracos, mas que haja um ponto de equilíbrio, que ela seja sensata, como sempre digo, justa, humana, honesta, democrática e praticável. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE Sem revisão do orador.): – Sr. presidente, Srs. Constituintes:

Quem assistiu, na manhã de hoje, ao Presidente do partido Liberal, num programa da Rede Globo, fazendo avaliação do que se discute, do que se debate e do que se vai votar na área de Educação pela Comissão Temática própria, ficou a pensar que esta Casa passou por cima, desconheceu, não sentiu a realidade da escola brasileira, nem ouviu os clamores e os reclamos das entidades de classe da área de Educação.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que disse o eminente companheiro naquele programa de maior audiência no País, não refletiu e nem reflete o que acontece na área de Educação, na Comissão Temática de Educação, desta Assembléia Nacional Constituinte. Reflete, sim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o alheamento total do Constituinte Álvaro Valle ao que foi discutido e debatido na Subcomissão e o que aconteceu na Comissão Temática, por uma única razão: S. Ex^a – e posso afirmar, porque participei de praticamente todas as reuniões da Subcomissão e da Comissão Temática – foi o grande ausente de tudo quanto aconteceu nesta Casa. Na Subcomissão de Educação compareceu apenas em duas ocasiões: no dia da eleição e numa outra reunião para fazer a defesa veemente da escola particular, para quem, na sua afirmação, não poderiam faltar os recursos públicos, mesmo que esses recursos continuassem faltando para a escola pública. S. Ex^a Não tem autoridade em comprometer a imagem, o bom nome, o respeito desta Casa, quando tratou com seriedade dos problemas que interessam à sociedade brasileira, e no caso em particular, na área da educação e da cultura.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se o substitutivo do nobre Relator Artur da Távola não representa aquilo que eu sonhava ou que esperava para a educação, eu anotei hoje alguns pontos que não poderiam passar sem merecer um registro todo especial de nossa parte:

"A gratuidade do ensino público em todos os níveis; a valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis através da estruturação da carreira nacional, do provimento dos cargos iniciais e finais de carreira mediante concurso público, dos padrões adequados de remuneração, da aposentadoria aos 25 anos de exercício em função de magistério com proventos integrais; o atendimento a crianças em creches e pré-escola até 6 anos de idade; o atendimento especializado e gratuito aos portadores de deficiência

e aos superdotados em todos os níveis de ensino; a manutenção do ensino religioso como matéria facultativa; a elevação de 13 para 18% da receita de impostos destinados pela União para a educação a exclusividade de recursos públicos para o ensino público, fazendo a ressalva às escolas de comunidade, às escolas confeccionais, às escolas filantrópicas dentro de critérios ali estabelecidos; a elaboração do plano nacional de educação plurianual dentro de um prazo determinado de 10 meses."

Enfim, uma série de assuntos que foram exaustivamente discutidos e debatidos naquela Subcomissão, depois de ouvir as entidades de classe da área particular e da área pública que levaram suas opiniões e pensamento sobre a educação nacional.

Poderia S. Ex^a discordar, apresentando pontos de vista contrários ao pensamento da maioria dos representantes desta Casa acerca da educação brasileira. Mas S. Ex^a não poderia utilizar um veículo de divulgação nacional, como é a televisão, para distorcer, para deformar o que ocorreu nesta Casa nos debates proferidos.

Isto nós não aceitamos e viemos aqui, nesta manhã, trazer o nosso protesto e repúdio àquela manifestação, que não reflete o que pensa esta Casa majoritariamente acerca da educação nacional.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE. (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Ministério da Fazenda publicou, nesta semana, que o País consegue de novo um superávit de 900 milhões de dólares, portanto, quase um bilhão, como se isto fosse uma grande conquista.

Sabemos que isso está acontecendo à custa de um subconsumo. O brasileiro está consumindo 40% em 1987 do total do consumo do ano passado.

Sabemos que nações desenvolvidas como o Japão e a Alemanha, destruídos durante a Segunda Guerra Mundial, conseguiram recuperar o seu perfil de economia interna através do fortalecimento dos seus mercados internos. O próprio Japão, hoje, quando lança produtos eletrônicos sofisticados, no primeiro ano, esta produção se destina ao mercado interno. Da mesma forma a Alemanha dos dias de hoje, a Alemanha desenvolvida, todo o produto da sua industrialização é, em 80%, consumido internamente e apenas do excedente daquilo que não faz falta aos alemães é que o país faz o seu saldo em balança comercial. Mas, aqui não. Vivemos no País da esperteza ande, o Governo, através de mecanismos safados, tenta engolir o povo, o Investidor e o resultado é que o brasileiro também está aprendendo a se defender.

Lançaram aí idéias absurdas a respeito de provável congelamento dos depósitos à vista, de extorsão daquilo que cada um conquistou pelo seu trabalho, e o resultado foi que o brasileiro redirecionou os seus investimentos na direção do dólar, fazendo com que a moeda norte-americana, em prazo de pouco mais de dois meses, tenha dobrado o seu valor. Hoje esta mercadoria, na palavra

dos cambistas, o dólar do cambio negro está escassíssimo. porque, às vésperas de uma nova minidesvalorização, está previsto que o dólar, no câmbio negro, chegue aos 60 cruzados. E, com isto, quem ganha? E o tesouro norte-americano, eles que não precisam é que estão ganhando, porque o brasileiro faz os seus investimentos em dólar e coloca a moeda norte-americana debaixo do colchão.

Esse novo pacote econômico, que está sendo anunciado para a semana que vem e que, provavelmente, saia hoje – o Governo vai aproveitar esse feriado de segunda-feira para acomodar o impacto do lançamento desse pacote econômico – isto não representa nada, absolutamente nada, em termos de melhoria das condições de vida do brasileiro. Pelo contrário, nós estamos querendo honrar os nossos compromissos externos à custa do sacrifício da população brasileira, que será obrigada a consumir menos, para que possamos gerar divisas aí fora e tantas outras coisas mais, além desses itens que estão sendo, aí, anunciados como um novo pacote do Governo que, cada vez mais, se envolve no processo de desenvolvimento do País. E é isto, Srs. Constituintes, que eu vejo como tarefa primordial para nós que estamos fazendo um novo texto – fazer com que o Governo fique o mais longe que se puder das decisões do País e que cada um possa trabalhar e fazer as coisas como bem entender, sem as espertezas permanentes do Governo que aí está para socializar o produto da sua incompetência administrativa, às nossas custas.

Para concluir, Sr. Presidente, contaram-me, há poucos instantes, que o anúncio desse novo pacote será feito com um grande *finale*, urna coisa extraordinária – o Presidente da República dirá a todos nós que abre mão do direito de construir a grande obra que ele quer fazer, que é a Ferrovia Norte – Sul. Mas, vejam V. Ex^a a que ponto nós chegamos: nunca tivemos condições de fazer essa ferrovia. Isso foi uma invenção. E, agora, no processo, aquele da retirada do bode da sala – V. Ex^a. conhecem muito bem a história – o Presidente da República vai anunciar, na semana que vem, que abre mão de construir a sua Ferrovia Norte-Sul. Vejam V. Ex^a a que ponto chegamos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde 1979, em todas as manifestações do PMDB, em todos os Congressos do PMDB, em todas as reuniões sobre Previdência Social, todos os Líderes, do Presidente Nacional do Partido aos seus Senadores, Deputados Federais, Governadores, Deputados Estaduais, Vereadores e lideranças políticas tiveram uma só linguagem: o saque, a iniquidade, praticadas pela Previdência Social em relação aos aposentados e pensionistas têm que ser corrigidas. Nunca nenhum Líder se atreveu, na praça pública ou nos meios de comunicação, deixar de referir-se à violência praticada pela Velha República contra os aposentados e pensionistas. Com isto, o PMDB amealhou milhares, talvez, milhões de votos por uma posição

séria em relação ao respeito, ao trabalho e ao respeito àqueles que, tendo contribuído para a grandeza da Nação, viram-se espoliados por cálculos fraudulentos praticados pela Previdência Social.

A Previdência Social, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, agia como bodegueiro desonesto, roubava na hora de somar o caderno, fraudava na hora de calcular os benefícios. E quando calculava os benefícios de viúvas, órfãos e aposentados, nunca fazia nos mesmos tenros em que fazia para a cobrança de seus créditos perante os trabalhadores, isto é, sobre o salário mínimo vigente. Para os aposentados, era sobre o salário mínimo antigo, o que ocasionou, de 79 para cá, uma perda de 55% do valor aquisitivo dos aposentados e pensionistas.

A justiça brasileira já está corrigindo essa distorção para aqueles que tiveram condições de ingressar no processo judiciário e tiveram calma e saúde para esperar longos anos das demoras.

O Presidente Sarney, diante das dificuldades com que recebeu o Governo, já teve a sensibilidade, e esta Casa recentemente aprovou um projeto de lei estabelecendo um processo lento e gradual de devolução dessas perdas que os aposentados tiveram.

Agora o Governo deu aos aposentados 20% sobre o que recebem, para compensar as perdas, ou seja, na verdade, deu 9% das perdas. O que não é possível, Sr. Presidente, o que não é concebível é que agora, na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, por unanimidade, a Subcomissão tenha aprovado o restabelecimento do valor real e original das aposentadorias e benefícios calculados em salário mínimo, com base no primeiro dia de recebimento. E o Sr. Relator, Senador Constituinte Almir Gabriel, que no seu primeiro substitutivo cassou os aposentados, tenha punido novamente os aposentados, ao não incluir no seu segundo relatório essa luta de oito anos do PMDB, da resistência dos aposentados e da consciência da Nação brasileira. No seu primeiro substitutivo, o Relator não a ceitou. Após uma peregrinação que fizemos às lideranças do PMDB, o Relator apresentou o seu segundo substitutivo e voltou a cassar, voltou a punir, voltou a praticar os mesmos atos da ditadura contra os aposentados e pensionistas brasileiros. Cr relatório, nesse sentido, é um ato de agravio, é uma violência, é uma derrota da luta do PMDB, é uma irresponsabilidade, e é um desrespeito a toda uma luta que o PMDB fez nas ruas e, agora, nos gabinetes, tenta trair e tenta humilhar. Responsabilizarei o Presidente do PMDB; Dr Ulysses Guimarães, responsabilizarei o Líder do PMDB, na Constituinte, Mário Covas, e responsabilizarei o Relator Almir Gabriel, se ocorrer, ao final desta Constituinte, a punição aos aposentados, por essa violência praticada contra a história do PMDB. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O atual dispositivo constitucional que encima a Carta Magna brasileira de 1946, vilipendiada, rasgada pelos militares de 1967, contém uma afirmação no mínimo cínica e debochada: "Todo

poder emana do povo e em seu nome será exercido."

Primeiro, Sr. Presidente, o poder não emana do povo, pelo menos no Brasil. Até aqui, quem dirige este País, e dirige muito mal, segundo seus interesses subalternos e os interesses estrangeiros, é uma élite, que jamais consultou o povo, que jamais representou o sentimento e os direitos populares.

Em segundo lugar, não emanando do povo, não pode exercer o poder em nome do povo.

Eu espero, Sr. Presidente, que este deboche, este escárnio não se repita na elaboração do texto constitucional que estamos discutindo, historicamente, nos dias que correm.

Até aqui, Sr. Presidente, no âmago da Assembléa Nacional Constituinte, um Presidente eleito por todos nós, ou por quase todos nós, assume ares de monarca absolutista e interpreta, à sua maneira, a seu talante, o Regimento Interno, este sim, aprovado por todos.

Eu gostaria de evocar um episódio que tumultuou os trabalhos da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária na votação do anteprojeto que acabou sendo substituído, intempestivamente, à revelia do texto regimental, por um substitutivo. O parágrafo 2º do art. 23 do Regimento Interno, que o Sr. Ulysses Guimarães rasgou e desrespeitou diz textualmente:

§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros.

Ora, Sr. Presidente, o que ocorreu na minha Subcomissão, que é uma das três subcomissões da Comissão Temática da Ordem Económica, foi exatamente o contrário do que diz aqui. Lá mediante ofício que o Sr. Ulysses Guimarães encaminhou ao Presidente da Subcomissão, o substitutivo se sobrepôs ao anteprojeto do Relator, mediante um requerimento de preferência, que infelizmente foi aprovado. Se fenômenos absurdos, se paradoxos inaceitáveis como esse se repetirem hoje quando a Comissão Temática se reunirá para discutir e votar o parecer do Relator, eu creio que estamos, uma vez mais, desrespeitando a vontade popular, que deveria se expressar integral e democraticamente aqui, uma vez que estamos elaborando uma Constituição não para grupos econômicos, não para banqueiros, não para grandes proprietários, não para testas-de-ferro do capital internacional, mas para os brasileiros.

Espero, Sr. Presidente, que não se repita hoje, à noite, durante a votação que ocorrerá aqui, este fato lamentável, profundamente lamentável, que depõe contra o caráter democrático da Assembléa Nacional Constituinte e coloca o Presidente Ulysses Guimarães numa situação muito difícil perante o Tribunal da História. Porque com absolutismo, com ditadura, com autoritarismo, nós não construiremos a sociedade que todos nós desejamos.

E muito a propósito, Sr. Presidente, gostaria de cobrar da Nova República um compromisso, um dos muitos compromissos que ela até hoje não honrou, quando foi anunciada a moratória técnica, não como um ato e soberania nacional,

mas apena sem virtude de um constrangimento cambial muito claro. O Sr. Presidente da República, que não foi eleito pelo povo, anunciou três medidas de impacto, que até hoje não foram adotadas: uma delas seria a eliminação para sempre da odiosa prática do subsídio S. Ex^a anunciou que eliminaria todos os subsídios que estão infestando a economia nacional e inviabilizando este País. Falou no subsídio do trigo, que realmente não traz nenhum benefício para o trabalhador; o impacto do trigo subsidiado, da farinha de trigo subsidiada na mesa do trabalhador não passa de dois ou três por cento de seu minguado orçamento familiar. Mas, no entanto, engorda a fortuna de alguns que se beneficiam desse subsídio. Mas se o subsídio do trigo representa um impacto negativo na economia nacional da ordem de 36, 40 ou 50 milhões de cruzados, como anunciam os técnicos governamentais, que não se entendem nem em questão de números, pior do que ele. Sr. Presidente, é o subsídio concedido a empresas multinacionais como a energia elétrica gerada em Tucuruí. Duas empresas multinacionais de capitais japoneses associadas à SHELL – ALCOA e ALUMAR – recebem subsídios para energia elétrica industrial gerada em Tucuruí. Enquanto o megawatt/hora custa para a Nação, para os bolsos vazios do povo brasileiro, algo como 50 dólares, o Governo do Sr. José Sarney, que anunciou e não cumpriu a eliminação de subsídios, repassa essa energia para as empresas multinacionais, saqueadoras da riqueza deste País, a 20 dólares o megawatt/hora.

Sr. Presidente, não dá para entender essa política que alimenta as burras – já gordas, já cheias – do capital saqueador multinacional, enquanto milhões de brasileiros passam fome. E como então dizer que "o poder emana do povo e em seu nome é exercido"?

Esta indagação, Sr. Presidente, fica para o Sr. Ulysses Guimarães, para que aprenda a ser democrata, para que remembre as lutas nas ruas e nas praças pelo restabelecimento da democracia neste País e não seja tão absolutista, tão monopolizador da verdade, tão dono da hermenéutica para interpretar, à sua maneira, a seu modo, um Regimento que todos nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte João da Mata.

O SR. CONSTITUINTE JOÃO DA MATA (PFL – PS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes; no dia 10, próximo passado, fez aqui um discurso o Constituinte Wilson Campos referindo-se à indiferença do Governo em relação ao Nordeste, cujas palavras endosso em gênero, número e grau, mas não endosso o aparte feito pelo nobre Constituinte Mansueto de Lavor que atribuiu ao Ministro do Interior o esvaziamento da Sudene pela assinatura do Decreto nº 94.386, publicado no Diário Oficial de 29 de maio do corrente.

Nesta tribuna, durante esta semana, já tive oportunidade de fazer dois discursos sobre a viagem dos Ministros ao Nordeste. Mas é muito bom que se distingam as coisas e que se verifique que essa indiferença é setorial, que esta indiferença é da área econômica que tem interesse em manter o Nordeste pobre para que assim os Estados ricos desta Federação tenham mão-de-obra a todo momento, ao preço desejado. E gostaria aqui

de explicar qual é a realidade do Decreto nº 94.386.

O Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR, criado pelo Decreto nº 94.386, de 28-5-87, foi instituído no Banco do Nordeste do Brasil SA. – BNB, com a finalidade de apoiar programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes, localizadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

As operações do FDR serão realizadas mediante contrato de empréstimos ou de assistência com recursos provenientes de doações pelo BNB, provenientes de seus resultados, recursos do Orçamento da União, recursos de outras instituições e de eventuais retornos operacionais.

Como é sabido, a Região Nordeste carece até hoje de um fundo social possuidor de recursos perenes que possibilite assistir o campo da pesquisa experimental e de campo através das universidades ou de Instituições voltadas para o desenvolvimento da Região.

Inúmeros são os pedidos que são encaminhados sistematicamente ao BNB por universidades, escola técnicas e entidades comunitárias de caráter social e outras tantas instituições voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento regional, solicitando recursos financeiros sob a forma de doação para custear os programas e projetos.

Com a criação do FDR pelo BNB, vê-se a possibilidade de se prestar uma assistência mais direcionada para atividades de interesse do Governo e da própria Região, mediante criterioso processo de seleção dos projetos a serem atendidos após acurada avaliação pelos órgãos técnicos do BNB, que poderão contar também com o apoio dos Estados, Municípios, Sudene, etc.

Como se observa, a finalidade do FDR, por si só já justifica a sua criação, tendo em vista que agrega à Região novo instrumento de desenvolvimento regional, que somado aos existentes, fortalecerá ainda mais o campo da pesquisa e da assistência técnica social na Região nordestina.

Longe evidentemente, do MINTER, e do BNB, imaginarem que a criação do FDR poderia se constituir em instrumento de enfraquecimento da Sudene pois, se considerarmos isoladamente o volume de recursos geridos pelo FDR e pela Sudene para as mesmas finalidades, observamos que o FDR não poderia se constituir em fato gerador de ciúmes já que a relação financeira existente entre os dois se situa a nível infinitesimal, isto é, para cada Cz\$ 1.000,00 de recursos da Sudene aplicado na mesma região, o FDR aplicaria apenas Cz\$ 1,00, isto se levarmos em conta o resultado auferido pelo BNB, no exercício de 1986, e atribuída uma doação de 5% daquele resultado.

Considerando que o FDR ainda carece de regulamentação a nível do Ministério do interior e do BNB, poder-se-ia dizer que devido às dificuldades de obtenção de recursos financeiros a fundo perdido, proveniente do Governo Federal ou mesmo de outros organismos, com otimismo, poderíamos dizer que para o exercício de 1987, mantida a decisão de aportar 5% do resultado do BNB obtido em 1986, o volume de recursos canalizados para o FDR não atingiria Cz\$ 11,0 milhões enquanto a Sudene contaria com recursos orçamentários da ordem de Cz\$ 13,0 bilhões de cruzados.

Esta é a observação primeira que eu queria fazer para se evidenciar que o ato não implica em nenhum desgaste para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, muito pelo contrário, visa, evidentemente, levar ou reaproveitar recursos do próprio Banco do Nordeste do Brasil, para as pequenas empresas, para pesquisas e para programas que em realidade visem fortalecer a Região.

Um outro registro que eu queria fazer, aqui, diz respeito às acusações do Governo principalmente da área econômica, em relação ao empresando nacional. Fico estarrecido sem saber como na realidade nós devemos fazer, porque na medida em que o Governo accusa o empresariado nacional de corrupto, de marginal, na hora em que aumenta os preços, o próprio Governo, através da CFP, aumenta o milho – peço atenção especial – que está 75% na nossa mesa. Esse milho foi aumentado de 1,70 cruzados para 3,25 cruzados em apenas 15 dias.

Srs. Constituintes não dá mais para entender nada. É o próprio Governo que está tomando essas atitudes. Quando nós nos alimentamos com um ovo, estamos comendo milho; quando comemos um frango, quando comemos a carne de boi ou de suíno, estamos utilizando o milho ou a própria utilização diretamente em nossa mesa.

Então, como é que o Governo, de 1,70 aumenta para 3,20, gerando um verdadeiro pânico e fechando o restante das empresas que produzem alimentos neste País que por acaso tenham ainda conseguido sobreviver em toda essa fase. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. João da Mata, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos assuntos que Merecerá uma atenção muito especial, desta Casa, por ocasião da elaboração do novo texto constitucional, sem dúvida alguma, será aquele que está relacionado com uma nova política fiscal e tributária a ser adotada no País.

É sabido que o nosso País é muito heterogêneo, tem as suas peculiaridades regionais, e em nome desta heterogeneidade, naturalmente, as soluções terão que ser adotadas observando-se as características de cada região. Evidentemente, que reconheceremos todos que o Norte e Nordeste do Brasil são as regiões que precisam de um tratamento especial, um tratamento diferenciado, até privilegiado – eu diria –, dentro deste contexto, para que possam, através de medidas de incentivos por parte do Governo, atingir aquele grau de desenvolvimento que todos nós desejamos. e principalmente do qual depende o nosso País.

Nós queremos, Sr. Presidente, que através de uma distribuição mais justa de rendas, no País se consiga a redenção destes Estados sofridos do Norte e Nordeste. Agora, por outro lado, não podemos aceitar que os Estados do Sul – que

trabalham e que produzem, que geram riquezas –, Estados como o Rio Grande do Sul, que é responsável por 25% dos alimentos produzidos neste País, que contribui com 15 milhões de toneladas de grãos, que contribui com 54% dos excedentes das exportações brasileiras, não podemos aceitar que Estados como esse sejam penitenciados, novamente, através do que se está propondo, nesta Casa, em termos de reforma tributária.

Ontem, tivemos uma reunião entre os parlamentares do Rio Grande do Sul, liderados pelos Governadores do Estado, os parlamentares de Santa Catarina e do Paraná, com os seus respectivos governadores, que são Estados vizinhos e quem têm uma economia semelhante, e estamos tratando de formar uma frente. Não se pretende um movimento recessionista na Assembleia Constituinte; vamos organizar uma frente, Sr. Presidente, não para pedir qualquer tipo de privilégio ao Governo ou à Constituinte, vamos apenas exigir que na nova Carta constitucional esses Estados sejam tratados com justiça.

Nós não podemos aceitar que de cada 100 cruzados de ICM arrecadados no Rio Grande do Sul, por exemplo, como vinha acontecendo até pouco tempo, 53 deles não entram nos cofres do Estado, porque, em nome de uma política de incentivo à exportação ou até em operações internas, através de reduções de alíquotas, de isenções, de imunidades, evadiam em direção ao Governo federal.

Então, Sr. Presidente, queremos que na nova Carta constitucional existam mecanismos, pelo menos de reposição dessas perdas que existem hoje em torno da receita tributária dos Estados brasileiros. E nós, do Rio Grande, evidentemente, desejamos apenas que parte da riqueza que geramos naquele Estado fique retida em benefício do desenvolvimento do Estado que a gerou. E assim deseja Santa Catarina, assim deseja o Paraná e assim desejariam Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e tantos outros Estados.

Agora, fique isso bem claro, aceitamos uma política diferenciada para o Norte e Nordeste do País. Queremos o desenvolvimento dessas regiões porque o Brasil, como um todo, precisa manter esse equilíbrio no seu desenvolvimento. Não concordamos, entretanto, que esse equilíbrio seja determinado em função de penitenciar, de ferir os interesses dos Estados produtores e exportadores. Esta é a posição do Rio Grande do Sul, diante da nova proposta que começa a se esboçar, aqui, de reforma tributária.

Um dos pontos que vamos defender, Sr. Presidente – já que é sabido que imposto não pode ser exportado –, veementemente, é que o Governo federal crie um fundo de ressarcimento para reparar essas isenções concedidas às exportações. Então, este é o princípio geral que haverá de nortear a nossa ação por ocasião da feitura da nova Carta constitucional, especialmente no capítulo dedicado à reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Percival Muniz.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

O que me traz à tribuna, neste dia são duas preocupações que queremos externar a todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte e à Nação brasileira.

A primeira refere-se à forma com que o Governo deixa em segundo plano os municípios brasileiros.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados aprovou uma participação dos municípios no Imposto sobre Transporte, e até hoje ela não foi regulamentada pelo Governo.

No ano passado, 600 milhões de cruzados, que seriam destinados aos municípios, ficaram parados no Ministério dos Transportes, porque ainda não está regulamentada a forma de distribuição desse dinheiro. E foi uma decisão aprovada pela Câmara dos Deputados! Enquanto isso, os municípios estão falindo, sem condições nem de pagar seus funcionários.

É com esse descaso que o Governo Federal trata os municípios brasileiros. É preciso que cobremos, com mais veemência, uma maior prioridade para eles na futura Constituição, sob pena de suas pretensões ficarem nas gavetas dos gabinetes e sua vida e função dependendo da boa vontade de funcionários do Governo Federal.

A outra questão que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é para levantar uma preocupação sobre o que andou acontecendo em várias Subcomissões e, hoje, começa a votação nas Comissões Temáticas e o problema que levantó é exatamente o relacionamento com a imprensa.

Tivemos na nosso Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária dois repórteres espalhados durante a cobertura dos trabalhos daquela Subcomissão. Hoje sabemos que vai ser bem mais movimentado, com uma participação bem maior de toda a população, estamos preocupados no sentido de que seja garantido que a imprensa possa cobrir todos os trabalhos das Comissões Temáticas, principalmente, Sr. Presidente, quando acontecem declarações iguais às do Sr. Álvaro Valle que vai à televisão falar mentiras e deturpar aquilo que está acontecendo nos trabalhos da Constituinte. S. Ex^a que nunca foi à Comissão, a não ser o dia que lá foi para defender os lobbies das escolas particulares, foi à televisão declarar coisas que não existem no relatório da Subcomissão que trata da questão educacional na Constituinte.

Neste sentido, queremos garantir que a imprensa tenha toda a liberdade para acompanhar os trabalhos dos Constituintes, principalmente para que aqueles que se tenham dedicado cotidianamente, arduamente, nesta Assembleia Nacional Constituinte, e possam ser registrados os seus trabalhos nestas Comissões, porque não são convidados para fazer "Bom-dia Brasil" ou outros programas de cadeia nacional, exatamente porque não vão falar o que o dono da televisão quer ouvir, muitas vezes vamos lá dizer o que o povo brasileiro precisa ouvir e, não é o povo que detém os grandes monopólios da comunicação em nosso País.

Neste sentido é que me preocupo e quero que hoje, nas reuniões das Comissões Temáticas, a imprensa tenha todo o Apoio para que não aconteça o que aconteceu na última reunião, em que jornalistas saíram daqui espalhados, sem sabermos a quem culpar – se a Segurança ou se

a imprensa – quando, na verdade, nós sabemos que isto é falha das Mesas Diretoras de cada Comissão Temática. É preciso termarmos providências para que isto não volte a se repetir.

Eram estas as minhas preocupações. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A consciência patriótica, de soluções para os nossos problemas, será mais forte do que a tintura de radicais com que um pequeno bando de fanáticos, facilmente reconhecidos e tipificados, como padrão José Lourenço e Cardoso Alves pretende impingir aos históricos militantes do PMDB. E muito menos os dez mil cargos federais que estariam nos bolsos do Constituinte Carlos Sant'Anna haverão de fazer com que desvie da rota o compromisso popular do PMDB identificado com o sofrimento do povo humilde de onde ele emergiu. O apoio político do PMDB, histórico ao Presidente da República tem sido em função de um contexto nacional maior de esperanças por um país melhor, mas sem vínculos condicionantes de barganha ou a confirmação de eventuais acenos de clientelismo e compadrio. É por isso que nos causa repugnância a postura vergonhosa e abjeta do propagado e não desmentido "pacote de 10.000 empregos federais em todo o País", ora transformados em balcão de negociações, através das quais o Constituinte Carlos Sant'Anna base de assobios e ardilosas "deduragens" pretende recrutar o bloco de reacionários, enxovalhando de malufismo o legado de Tancredo Neves.

A vertente peemedebista autêntica triunfará. Alardeiam os poucos apologistas da subsevidéncia que um bloco de 300 constituintes enfileirados e aliciados no errôneo qualificativo de "centro democrático" haverá de golpear a rota de mudanças libertárias na nova Constituição. Mas esta tentativa haverá de fracassar. Os democratas de fato e nacionalistas de todo os matizes e cores partidária, em marcha com os apelos do povo em rota de sofrimento, é que haverão de selar as marcas da nova Constituição. Mais forte que o rolo publicitário do "centrão dos trezentos" preconizado e só existente nas fantasias do Constituinte Cardoso Alves, precisa ser maior a frente progressista de todos os partidos, em torno das propostas concretas de reconstrução nacional. Iniciativas a exemplo do "substitutivo Robertão de reforma agrária", que é a marca do absoluto retrocesso até com relação aos acanhados esboços de um perfil reformista, até o momento, ensaiado pela Nova República, precisam ser sepultadas. Causa-nos preocupação que inexistam no substitutivo do Constituinte Severo Gomes qualquer menção a um planejamento se quer como uma extensão máxima das propriedades rurais; causa-nos estranheza em que pesem as inúmeras emendas e algumas deles de nossa autoria, não haja qualquer menção a um princípio que tem que ser incluído, como o de que a terra brasileira tem que ser dos brasileiros num solo em que 51 milhões de hectares comprovadamente representam o espólio e posse dos grupos internacionais em nosso Brasil.

Apesar dos reacionários, golpistas de extrema direita, bajuladores e aliados da exploração multi-

nacional contra a nossa gente, que do silêncio sepulcral de Tancredo Neves, se reconstitua no peito dos patriotas o "não nos dispersemos", ora extensivo a todos os partidos políticos – porque é da união dos democratas de fato, com o erigido mecanismo de sucesso popular, esta Constituição, que o povo brasileiro poderá vencer.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Submeti à consideração da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças emenda dispondo sobre o desconto do rendimento das pessoas físicas sujeitas à incidência do Imposto de Renda de maneira integral, isto é, as despesas com educação devem ser descontadas do Imposto de Renda. Esta é a minha proposta. Pela legislação atual, na defesa da saúde, as despesas com hospitais, médicos e dentistas podem ser integralmente descontadas, mas as referentes ao ensino estão limitadas. Como considero a educação um direito de todos e dever do Estado, ofereci essa emenda à quinta Comissão da Assembléa Nacional Constituinte, que deverá começar a votação da matéria hoje.

Registro a importância que terá a aprovação dessa emenda para a liberdade de a família escolher a educação para os filhos. A educação é a prioridade número um. Se não for assim considerada na Constituinte, não faremos deste País uma grande nação. A escola pública deve ser gratuita em todos os níveis. Os recursos públicos precisam acudir as necessidades da escola pública, porque a vergonha nacional registra sete milhões de crianças, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, sem escola, e mais de vinte milhões de analfabetos. Mas a escola particular é democraticamente legítima, é conjunturalmente necessária. A minha emenda propõe integral desconto das despesas com a educação dos filhos. É preciso que seja concedido, como princípio constitucional, na Carta que estamos elaborando.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Maurício Campos.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Oh, tempore! Oh, mores!

Oh, Minas Gerais!

De há quanto Minas se orgulha de ser uma escola política!

Escola de negociação, da transigência, do acordo...

Escola de Valadares, de Juscelino, de Pedro Aleixo,

De Milton Canto! Escola de Tancredo Neves! Minas Gerais sempre soube ser fina, jeitosa, cavalheiresca.

Mesmo quando irônica, até quando mordaz. Minas, porém, jamais fora grosseira, desajeitada, paquidérmica. Desgraçadamente o está sendo agora.

Oh, Minas Gerais! Esteve em Belo Horizonte o Ministro Antônio Carlos Magalhães para inaugurar uma nova central telefônica da Telemig, empresa vinculada ao Ministério das Comunicações. Na mesma hora e local, o Governador do Estado, presente à solenidade por exigência protocolar, dava entrevista à imprensa, numa linguagem de pivete, atacando o partido político do Ministro, aliás, parceiro de seu próprio partido na chamada aliança democrática. Pelo que conheço da dignidade e do brio do Senhor Ministro, tenho certeza de que a entrevista do Governador não foi dada em sua presença, senão a reação do Ministro teria sido muito maior.

Das diversas pérolas atribuídas ao Governador pela imprensa, vale a pena destacar as seguintes: "O PFL continua a correr atrás das mamatas numa posição ridícula". "Deveriam deixar todos os cargos federais em Minas se tivessem vergonha na cara". "E o que é pior, eu sou obrigado a engolir isso".

Digno de Odorico Paraguaçu, da saudosa Sucupira.

Como mineiro peço desculpas ao Ministro Antônio Carlos pelos disparates que teve de presenciar em minha terra.

Pego desculpas ao Brasil por essa demonstração de senilidade política ou de infantilidade, não sei, num Estado que sempre foi tão cuidadoso nesse campo.

Confesso um terrível constrangimento por isso ter acontecido em meu Estado. Alguém disse ter o político mineiro, em geral, um alto QI. Se o Governador, realmente, proferiu as palavras que a imprensa registra, revelou não ter QI algum, estar fronteiriço à idiotia.

Primeiro, porque com o Estado às voltas com tantos e tão imensos problemas, já era hora de se enterrar esse fisiologismo rasteiro do nomeia-demite-suspende-remove que nos retorna a um tempo tão pequeno e tão mesquinho.

Segundo, porque manda um princípio elementar de comportamento público que cada autoridade não interfira na esfera de competência de outra. Assim como o Presidente da República não vai se imiscuir na nomeação de funcionários estaduais e municipais, o Governador e o Prefeito não devem, por sua vez, se imiscuirem na nomeação de funcionários federais.

Terceiro, porque manda a educação – aquela que se traz do berço –, que nunca se faça desfeita à visita que se recebe em casa. É dever do anfitrião ser, no mínimo, polido. A grosseria numa autoridade pública revela lastimável indigência mental.

O pior, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é o fato de que talvez não se pretendesse atingir o Ministro. O primarismo é tamanho que, talvez, se buscasse atingir a bancada mineira do PFL. Foi um desastre total. Não atingiu os deputados, ofendeu o Ministro e magoou os mineiros.

Presto, aqui, minha solidariedade ao Ministro Antônio Carlos Magalhães, à bancada federal do PFL de Minas Gerais e aos mineiros. Consolemo-nos: "Não há mal que sempre dure".

Enquanto dura, porém, sofremos a sorte de Prometeu: acorrentados a ideais e compromissos com a Nação e tendo o fígado estraçalhado por um abutre. E que abutre!

Oh, Minas Gerais! Quem sabe um dia tudo se imortalize nas memórias do Governo Tertuliano. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jesualdo Cavalcanti.

O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tendo percorrido recentemente os trechos das BR-135 e 020, entre as cidades de Formosa do Rio Preto e Barreiras, na Bahia, cumpro o dever de reiterar, agora mais convicto do que nunca, o apelo que formulei ao Ministério dos Transportes, em 31 de março último, para que dê absoluta prioridade ao asfaltamento dos 170 km restantes, completando, desta forma, a ligação rodoviária Teresina/Brasília.

Relembro aqui, para evidenciar a urgência, necessidade e importância dessa obra, que sua conclusão permitirá uma economia de 600 km no percurso entre considerável parte do Nordeste e o Centro-Sul, o que, por si só, justifica plenamente o caráter prioritário que se lhe quer ver reconhecido.

Para que se tenha uma exata idéia das precárias condições do referido trecho e dos massacrantes padecimentos a que estão expostos os motoristas que por ele trafegam, basta dizer que esses 170 km são percorridos em tempo não inferior a cinco horas.

Apesar das dificuldades existentes, é interno o movimento de veículos, em decorrência do encurtamento das distâncias e do impulso que experimenta toda aquela área, hoje convertida em pujante fronteira agrícola.

O volume de recursos destinados à obra e o cronograma estabelecido para seu desembolso não indicam, em hipótese alguma, preocupação ou pressa por parte do Ministério dos Transportes.

Conforme informações colhidas junto à Diretoria de Obras de Cooperação, do Ministério do Exército, à qual está afeta a obra, os serviços se arrastarão por mais três anos, prevendo-se sua conclusão lá para 1990. Considerando-se, entretanto, o asfaltamento de apenas 5 km em 1986, deduz-se que, mantidos esse ritmo e o fluxo programado de recursos (Cz\$ 75,5 milhões em 1987, Cz\$ 88,5 em 1988 e Cz\$ 88,0 em 1989), o trecho ainda aguardará 34 anos para ser concluído.

Já se vê que a rodovia não interessa ao Maranhão, em cujo território, segundo se informa, teriam sido gastos, em 1986, nada menos de 25% dos recursos do PIN-PROTERRA.

E vêm aí a Ferrovia Norte/Sul, a siderúrgica do Maranhão e, quiçá, a nova refinaria da Petrobrás...

Tenho para mim que tão perniciosas quanto as desigualdades entre as regiões de nosso País são aquelas intencionalmente criadas dentro da mesma região, às custas dos esforços de todos.

Em nome dos retóricos interesses do Nordeste, não há negar, tem-se praticado os maiores absurdos pelo favorecimento excessivo de alguns Estados, em detrimento de outros. O Piauí, apesar de suas reconhecidas potencialidades, é um exemplo claro dessa política desastrosa que lhe nega, sistematicamente, o direito de progredir,

pois não lhe destinou, até o momento, qualquer programa especial de desenvolvimento. Lá dorme em berço esplêndido o rio Parnaíba, o segundo maior do Nordeste, cujo vale poderia ser transformado, a curto prazo, no grande celeiro da região. E isto num país que importa tudo, até couro de porco.

Dai, Sr. Presidente Srs. Constituintes, não me conformar com essa "operação tartaruga" a que foi relegada a ligação asfáltica Teresina/Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Camargo.

O SR. JOSÉ CAMARGO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Átila tira.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil, como oitava economia mundial, não pode continuar ostentando a degradante condição de vida que condensa mais da metade de sua população à miséria, à doença e à ignorância.

Somente uma ordem econômica e social perversa, extremamente injusta por tanto tempo, pode responder pelas gritantes desigualdades pessoais no acesso à renda nacional, no desfrute dos bens e serviços gerados pela sociedade.

A opção de uns poucos detentores de exacerbado poder por políticas de concentração de riqueza, de dependência do capital e da tecnologia externas, contraria os mais elementares anseios de autonomia nacional e de compromisso com a melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Foi a partir dessa ótica que se chegou ao caos hoje reinante no País.

Desconhecendo e desprezando nosso maior valor, o povo que constitui essa Nação estruturou-se, ao longo dos séculos, numa ordem econômica e social tipicamente colonialista, marcada pela preferência ao capitalismo monopolista, concentrador, onde o desenvolvimento só aumenta a dependência e a marginalização.

O progresso produzido por tais políticas conduziu à desumanização das nossas cidades superpovoadas pelos que foram expulsos do campo, à poluição ambiental contaminadora das fontes de vida como o ar e a água, à destruição do equilíbrio ecológico, ao aumento da miséria, da fome, da desnutrição e, em especial, ao incremento da nossa dívida externa, fator de grave peso na conquista dos ideais democráticos e de soberania nacional.

A ordem econômica e social vigente propicia o desperdício de riquezas preciosas, marginaliza a maior parte da população, estimula o crescimento das desigualdades pessoais e regionais, impede a prática democrática e a construção de uma nação livre e soberana.

Nesse momento histórico em que, em nome do povo, passamos a limpo a organização da sociedade, necessitamos da consciência cívica de atuar em perfeita consonância com os verdadeiros anseios nacionais.

Precisamos de uma sociedade mais justa, de participação do povo nos processos de decisão, de melhoria significativa na qualidade de vida das

pessoas, de redução das gritantes desigualdades no acesso à renda nacional. Não se pode mais adiar a profunda reestruturação sócio-econômica da sociedade brasileira sob pena de se desqualificar de forma irreversível o processo vital e condenar o País à eterna marginalização no cenário internacional.

A ordem econômica e social inscrita em nossas Constituições jamais privilegiou o homem, o ser humano, o único agente do processo de desenvolvimento. Ao contrário, a ênfase sempre se manifestou na variável território, nas riquezas do solo e do subsolo, dilapidadas ao longo do tempo.

O mundo caminha, sabidamente, para o esgotamento de reservas. O futuro será risonho ou triste, para as diversas nações, a depender do seu capital humano. Estamos muito atrasados nos cuidados devidos ao homem brasileiro. Precisamos, portanto, de uma ordem econômica e social que, pela primeira vez na nossa história, contemple, de fato, o povo como a maior riqueza nacional.

Essa nova ordem deve, certamente, preocupar-se com as condições mais adequadas à vida humana, o que representa uma organização do espaço urbano compatível com a saúde e o bem-estar, o desenvolvimento da consciência profunda do valor social da terra e das empresas, a opção pela descentralização administrativa, pelas formas renováveis ou inesgotáveis de energia, mais adequadas ao atendimento local e regional e passíveis de gerarem desenvolvimento sem poluição nem quebra do equilíbrio ecológico.

Essa nova ordem deve ser essencialmente democrática, garantidora das oportunidades de desenvolvimento do potencial humano, estimuladora da criatividade pessoal, incentivadora da cooperação, defensora dos processos integrativos, da participação e da consciência global de responsabilidade pelo nosso futuro, a nível pessoal e como construtores dessa grande nação que podemos ser.

Faço um apelo, assim, à comissão que estuda o Capítulo da Ordem Econômica e Social para que pense grande, pense globalmente, democraticamente, de forma moderna e responda com uma proposta criativa e adequada às nossas reais necessidades a esse desafio de reestruturar dentro de padrões justos a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geraldo Fleming.

O SR. GERALDO FLEMING (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O dia 15 de junho próximo terá enorme significado para os acreanos, oportunidade em que se estará comemorando um especial aniversário da criação do Acre como Unidade autônoma da Federação.

Estamos completando 25 anos de emancipação política, período em que a tenacidade, a bravura, o desprendimento e o espírito da solidariedade, marcas maiores do nosso povo, foram responsáveis por grandes conquistas e realizações, embora não suficientes para garantir ao Estado o desenvolvimento sócio-econômico desejado e merecido por nossa gente.

Foram anos de muitas lutas, Sr. Presidente, contra, por exemplo, fatores geográficos e políticos determinantes do isolamento, e contra carências estruturais profundas e históricas.

O Acre possui enormes potencialidades, mas não dispõe das condições necessárias ao seu adequado aproveitamento, o que tem implicado ao longo de sua formação elevado grau de dependência ao Governo Federal.

Felizmente, nos últimos anos, o Acre passou a viver uma experiência governamental bastante nova, a partir da administração Nabor Júnior, quando se estabeleceu uma filosofia de atuação dirigida para as prioridades fixadas pela população, que aproximou os cidadãos dos seus governantes, tanto na discussão quanto na própria execução dos projetos.

Paralelamente a projetos em áreas sociais, conseguimos viabilizar um programa de obras no setor rodoviário, com a abertura de estradas vicinais, o asfaltamento de trechos importantes e a intensificação do trabalho de convencimento junto à administração federal, visando a pavimentação da BR-364, no trecho Porto Velho a Rio Branco, obra finalmente autorizada, tão logo se implantou a Nova República.

Na próxima segunda-feira, fazendo parte das festividades no Estado às quais terei o prazer de participar, será inaugurada a estrada Rio Branco–Porto Acre, AC-10, com 63 quilômetros de extensão, final vitorioso de uma reivindicação que sempre esteve na pauta do meu trabalho parlamentar em defesa da minha região.

Quanto à BR-364, colho a oportunidade para dirigir um apelo ao Presidente José Sarney, no sentido de que, diante do encerramento de alguns respectivos contratos, se proceda à sua imediata renovação, de modo que não haja solução de continuidade nesse empreendimento de vital significação para os acreanos.

Trata-se de um firme compromisso assumido pelos idealizadores da Nova República, pelo saudoso Presidente Tancredo Neves e seu então candidato a Vice, José Sarney, os quais, na pregação do Muda Brasil, comprometeram-se, em praça pública e em ato solene, a acabar com o sofrimento do povo acreano agravado com a sistemática interdição da BR-364 a cada longo período de chuvas anuais.

Tenho absoluta confiança de que o Presidente da República, mesmo diante das conhecidas adversidades econômico-financeiras que estamos enfrentando, saberá compatibilizar prioridades, interesses e recursos, não permitindo paralisação nas obras da BR-364 e o que viria a ser o mais profundo sentimento de frustração a atingir o sofrido povo acreano, caso se interrompessem os trabalhos na rodovia.

Desejo parabenizar a população acreana, pelo transcurso do nosso Jubileu de Prata, renovando a admiração e o apreço que lhe tenho dedicado, aliás, verdadeiros motivos do meu incessante trabalho em toda minha trajetória de homem público representante do Estado do Acre.

Às autoridades regionais, simbolizadas na figura do digno Governador Flaviano de Melo, expresso igualmente total confiança em seus elevados propósitos, e a convicção de que os atuais momentos de felicitações pelo aniversário do Estado devem ensejar ajusta reverência aos heróis e pio-

neiros desbravadores do Acre, bem assim motivação para persistirmos na busca por melhores condições de vida a nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde a Constituição de 1946 tem-se discutido, inclusive com a provocação do Supremo Tribunal Federal, se os Municípios, na Federação Brasileira, dispõem de um poder legislativo, havendo mesmo os que neguem os Estados-Membros tal característica às respectivas Assembléias Legislativas.

Juristas entenderam que a Câmara Municipal é apenas um órgão deliberativo, que não vota a própria Lei Orgânica, resultante de imposição da Assembléia Estadual, que estatui a Lei Orgânica Municipal.

É preciso sanar, de uma vez por todas, essa duplidade de tratamento, afirmando, no texto constitucional, que a autonomia dos Estados e Municípios deflui da mesma soberania nacional, devendo ser expressa na Constituição.

Diante disso, apresentamos, ao anteprojeto de texto constitucional, a seguinte sugestão:

"O Poder Legislativo é exercido a nível federal pelo Congresso Nacional, que se compõe de Câmara dos Deputados e do Senado Federal; a nível estadual, pelas Assembléias Legislativas Municipais, Estaduais e a nível municipal pelas Câmaras Municipais."

Essa redação facilitará a solução de outras questões, como o problema das imunidades parlamentares nas três esferas legislativas, fortalecendo os vereadores, intangíveis, no exercício do mandato, pelas suas palavras e votos.

O prestígio da função político-legislativa dos Vereadores contribuirá para a melhor escolha, nos pleitos eleitorais, dos que pleiteiam a representação municipal, qualificando significativamente os escolhidos, em proveito da autonomia municipal e do desenvolvimento da vida política no interior do País.

Enfoco, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, o seguinte tema:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Senhores Constituintes:

Com vistas a equanimizar a representação popular no Poder Legislativo, a lei tem determinado o limite permitido para a composição da Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

No caso dos Deputados Federais, da forma como hoje estabelecido, esse número será calculado pela Justiça Eleitoral para cada legislatura, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha mais de sessenta ou menos de oito Deputados, assegurando-se também quatro Deputados a cada Território. O limite total não pode ultrapassar quatrocentos e oitenta e sete representantes.

Já para os Deputados Estaduais o critério tem sido outro: seu número corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara Federal e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

No que tange aos Vereadores, o estabelecido é o máximo de vinte e um, guardando-se proporcionalidade entre o eleitorado do Município, ressalvados aqueles com população superior a um milhão de habitantes, cujo número de Vereadores será de trinta e três.

Por julgarmos acertada a existência de tais limites, achamos por bem deixar explicitado na nova Constituição o número de Vereadores para cada Município, de molde a permitir que as Câmaras Municipais sejam compostas por um número ideal de representantes do povo, com vistas a seu funcionamento eficaz.

Assim sendo, estamos propondo o número mínimo de sete e o máximo de vinte e um, guardando-se a proporcionalidade com o eleitorado do Município, e o total de trinta e três Vereadores para as capitais e Municípios com mais de um milhão de habitantes.

Desta forma, cremos estar também contribuindo para promover a uniformidade na composição de todos os legislativos municipais, esperando, pois, contar com o apoio desta Assembléia para a aprovação da medida em tela.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O País vive uma situação atípica.

Depois da euforia do Plano Cruzado e seus benéficos estímulos à produção e ao consumo, a situação econômico-financeira, por fatores conhecidos por todos, deteriorou-se, a despeito dos ingentes esforços governamentais para se manter o nível de desenvolvimento desejável e evitar a queda do consumo.

Com a inflação acima de 20% ao mês, juros de mais de 1.000% ao ano, queda do nível de consumo, diminuição e, até mesmo cancelamento de pedidos do comércio, desaceleração da produção industrial, dispensa de empregados (os desempregados já chegam a 1 milhão e setecentos mil, segundo o IBGE) e, a agravar esse quadro, a indefinição da política econômico-financeira, os empresários industriais, rurais, comerciais e da área de serviços estão atônitos e sem saber que rumo tomar.

Essa indefinição é danosa para o País. É o caso da paralisação, por 24 horas, da Termodinâmica São Paulo 5/A, ocorrida no dia 3 do corrente mês, com a dispensa de seus 2.400 funcionários.

A empresa, ao tomar essa medida extrema, teve a necessária cautela de expedir um comunicado público em que salientava que a política econômica do Governo, no seu entender, "está muito doente, em pré-coma". A atitude da Termodinâmica deve ser entendida como um protesto e, também, como um alerta, em se tratando de uma destacada empresa com elevada tecnologia no setor de materiais ferrosos e que vem trabalhando com ociosidade, principalmente no que concerne à exportação, devido à defasagem cambial, que inviabiliza a comercialização externa pela elevação dos preços dos produtos brasileiros e a sua incompetitividade.

Por essa razão, Salvador Arena, um empresário com características bastante peculiares, dormin-

do até na própria fábrica, dirigindo-a pessoalmente na plenitude de seus 71 anos de idade, não encontrou outro recurso para ser ouvido.

Pela sua conduta, pelo seu passado, pela sua dedicação ao trabalho, pelos benefícios que concede aos empregados de sua empresa, tornando-a uma das mais procuradas pelos trabalhadores do ABC paulista, não é de admirar que esse notável homem tivesse a integral solidariedade de empresários e associações de classe do ABC, assim como do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que não somente apoiou a atitude de Salvador Arena, como, igualmente, identificou um ponto em comum entre o empresário e os trabalhadores.

A atitude de Salvador Arena, homem sereno e voltado exclusivamente para o trabalho, lutando permanentemente para a grandeza deste País, cidadão exemplar e empresário ímpar, viu-se na contingência de paralisar por 24 horas suas atividades, como forma de despertar as autoridades econômico-financeiras para as inadiáveis medidas que têm que ser tomadas para se evitar a recessão e o caos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte:

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – através de exposição de produtos e trabalhos que realiza nesta semana, em dependências da Câmara dos Deputados, concede inequívoca demonstração dos avanços tecnológicos que vêm proporcionando ao País e do quanto é importante esse setor de pesquisa na afirmação da soberania nacional.

O evento, ainda integrante das comemorações ao transcurso do 14º aniversário da estatal, tem despertado enorme atenção, seja pelo nível da apresentação dos trabalhos, seja notadamente pelo grau de esclarecimento que proporciona, até mesmo àqueles já familiarizados com as atividades da empresa.

Ao ser instalada em 26 de abril de 1973, em cumprimento à Lei nº 5.851, de 1972, e na condição de sucedânea do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, a Embrapa passou a desenvolver um modelo institucional para execução de pesquisa, com o propósito de buscar a modernização da agropecuária nacional.

Estabeleceram-se então, quatro grandes objetivos:

a) realizar pesquisas em produtos considerados prioritários no âmbito nacional e em regiões ricas em recursos naturais, ainda não transformadas em terras agricultáveis, como Cerrados, Trópicos Úmidos e Trópicos Semi-Áridos;

b) associar-se aos Estados, procurando desenvolver instituições de pesquisa aptas a resolver problemas específicos das realidades estaduais;

c) integrar-se às universidades e à iniciativa particular, com a finalidade de economizar recursos escassos e, assim, obter resultados de pesquisa em menor espaço de tempo e com maior diversidade, adaptadas às várias ecologias do Brasil;

d) procurar a cooperação na área internacional, a fim de buscar conhecimentos, materiais

genéticos e recursos humanos que sejam úteis ao Brasil.

Em quatorze anos de atuação, graças à perseverança no cumprimento desses princípios e diretrizes e à formação de notável equipe técnica, a Embrapa pode orgulhar-se de ter alcançado resultados altamente positivos, sob os mais diversos aspectos e considerações, justificando-se plenamente sua instituição.

Não obstante as notórias carências ainda enfrentadas pelo setor primário da economia nacional, no que concerne aos níveis de produtividade de inúmeros segmentos, é amplamente reconhecida a atuação da Embrapa, na conquista de resultados que podem levar o Brasil, garantidos os estímulos à profícua continuidade da pesquisa agropecuária, a competir, em igualdade de condições, com países de grande tradição no desenvolvimento científico e tecnológico.

Por isto, Sr. Presidente, ao cumprimentarmos a direção e corpo de funcionários da Embrapa, na pessoa do seu digno presidente, Dr. Osmar Freitas Rivaldo, pelo 14º aniversário da instituição e pelo êxito da mostra a que há pouco me referi, desejo ratificar o meu pensamento de que a União, os Estados, os Municípios, enfim, as comunidades de um modo geral reservem substanciais recursos para aplicação na pesquisa agropecuária, cujo retorno, no médio e longo prazos, evidentemente, alcança conotações econômicas e sociais da mais alta repercussão para o desenvolvimento nacional.

O momento constituinte a que temos a satisfação de participar exige a visão macro de todos nós, Sr. Presidente, para que incentivemos prioritariamente a agropecuária, por consequência, a pesquisa do setor e, muito especialmente, a Embrapa, como caminho mais adequado para a construção de uma sociedade desenvolvida e satisfeita em suas mais legítimas aspirações.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte César Cals Neto.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna desta Casa para registrar, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, a posse dos Desembargadores Cláudio Santos e José Ary Cisne nas elevadas funções de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

O Desembargador Cláudio Santos é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, advogado. Exerceu as funções de Promotor de Justiça, procurador em exercício da Procuradoria Regional da República no Ceará, professor de ensino superior, Diretor do Banco do Estado do Ceará, Secretário para Assuntos da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará, Vice-Presidente e Corregedor-Regional do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça, Membro do Conselho Estadual de Magistratura e da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Ceará. O Desembargador José Ary Cisne é Bacharel em Direito e exerceu as funções de Adjunto de Promotor de Justiça, ingressou por concurso na magistratura vitalícia, foi Corregedor-Geral da Justiça, exerceu a auditoria militar

do Estado, bem assim a primeira vara da fazenda pública estadual, sendo também juiz eleitoral.

Atualmente é Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e exercerá também, no Tribunal Regional Eleitoral, as funções de corregedor-regional.

Senhores Constituintes, tenho a certeza de que os dois dedicados desembargadores, ao lado dos demais ilustres membros, contribuirão em muito na condução do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em sua tradicional trilha de bem aplicar a lei e distribuir a justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes de Andrade.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, notícias com procedência de Fortaleza, divulgadas ontem, pela grande imprensa nacional, informam que

pelo menos 50 dos 80 municípios cearenses, considerados em estado de emergência, pelo Governo, em consequência da "seca verde", que castiga o Estado, já foram invadidos ou saqueados por milhares de camponeses famintos, nos dois últimos meses, quando deixou de chover nos sertões do Nordeste. Com o saque ao seu comércio, na última quarta-feira, a cidade de Mauriti, no sul do Ceará, bateu o recorde nesse setor: foi assaltada pela quinta vez, por grupos desesperados de pobres agricultores, cansados de esperar por medidas de amparo do Governo Federal, o mesmo ocorrendo nos municípios de Mombaça e Solonópole. O alvo preferido têm sido os postos do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, – Inam, e da Fundação de Assistência ao Estudante, – FAE, onde estão estocados os alimentos destinados à merenda escolar do programa de assistência às crianças, promovido pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, – LBA. Estou, por outro lado, sendo diariamente informado, por companheiros do meu partido, de que os saques se sucedem em quase todo o Ceará, criando-se, desta forma, uma situação desesperadora para todos: os comerciantes, que se consideram inseguros; a comunidade, que a tudo assiste, sem nada poder fazer e as autoridades municipais, sem meios de atender aos reclamos dos necessitados.

É estarredor constatar-se que a cada dia aumenta o clamor que vem dos sertões, através de pronunciamentos e mensagens telegráficas dos prefeitos, câmaras municipais e associações de classe. Todos protestam por rápidas providências e alertam para possíveis e sérias consequências que poderão resultar da crescente concentração de flagelados, nas estradas, vilas e cidades da hinterlândia cearense. São dezenas de famílias arribadas das fazendas, sítios e aldeias, tangidas pela fome, buscando na dolorosa caminhada, sensibilizarem as autoridades governamentais para o drama que estão vivendo.

Custa crer, que decorridos mais de setenta anos da grande tragédia que foi a seca nordestina de 1915, que deu motivo a Raquel de Queiroz para escrever um dos romances clássicos da literatura brasileira, "O Quinze", o drama da seca ainda continua a ser um flagelo para a sofrida gente dos sertões do Nordeste, desafiando sucessivos governos, numa prova inconteste da incapacidade do Poder Público em dar a esse secular problema solução definitiva. Não se comprehende que

passados tantos anos e depois do que ocorreu em outras secas, como as de 1932, 42, 51, 52, 58 e 65, ainda permaneçam as comunidades rurais do Nordeste entregues à sua própria sorte, submetidas, periodicamente, ao infortúnio das migrações desordenadas, para poderem sobreviver. As autoridades federais sempre que se defrontam com a realidade de um novo flagelo, garantem que adotarão medidas definitivas para que situações semelhantes não se repitam. As providências adotadas, entretanto, são apenas conjunturais e de emergência, visando simplesmente o momento presente. Pouco se fez e se vem fazendo para a fixação definitiva do nordestino ao meio rural. Ele continua tão pobre e miserável como nos idos de 1915, quando toda a Nação se comoveu diante do clamor vindo dos campos, partido de mães e crianças famintas, milhares delas morrendo de fome nos campos ressequidos dos sertões do Ceará.

O quadro atual começa a se tornar, pela fragilidade dos recursos locais, não menos desesperador. Como tive oportunidade de enfatizar, recentemente, desta tribuna, a paciência dos camponeses cearenses e de todo o Nordeste está se esgotando. Volto a insistir que apesar da alma generosa dos nossos rurícolas, homens humildes, simples e conformados, ninguém pode garantir que se medidas efetivas de amparo às suas famílias não forem urgentemente tomadas pelo Governo Federal, atos de extrema violência não venham a registrar-se nos municípios mais castigados pela ausência das chuvas. Não podem as autoridades governamentais, por pior que seja a situação financeira do País, procrastinar o envio de recursos substanciais para que os Governos estaduais intensifiquem a execução dos programas assistenciais aos camponeses flagelados, ocupando-os em trabalhos produtivos e duradouros, capazes de amenizar, a curto prazo, a miséria que ronda os lares sertanejos. Não ignoramos que a crise social que o País está vivendo é a mais séria e grave de nossa história, a todos atingindo com os malefícios de uma inflação devastadora. As concordatas e falências se sucedem de endo estarredor. Nem por isto, pode o Poder Público desconhecer que tem o dever indeclinável e inadiável de socorrer segmentos do povo brasileiro, que já estão apelando para a violência como forma de sobrevivência. Para estes, inquestionavelmente, deve haver prioridade governamental. E que isto se faça imediatamente, sob o risco de o termos de fazê-lo diante de uma convulsão social incontrolável. Como representante de um Estado sofrido e carente como é o meu Ceará, entendo ser do meu dever alertar as autoridades federais para a extrema gravidade da situação dos sertões do Nordeste, clamando para que os senhores dos Ministérios da chamada área econômica, promovam, o quanto antes, a liberação dos amplos recursos para os planos de combate ao flagelo da seca. É chegado o momento de despertar as consciências adormecidas dos tecnocratas, exigindo-se deles que se mostrem à altura das responsabilidades assumidas para com o povo brasileiro. O momento não admite que sejam feitos mais estudos sobre o que se tem a fazer. O momento é extremamente delicado e sério demais, para protelações, a qualquer pretexto. A hora é de ação pronta e imediata. A fome é má conselheira, já se disse, e pode levar os que a

sofrem a atos de desespero, lamentáveis, certamente, mas também incontroláveis, quando se trata de atender às súplicas de crianças e mães flageladas.

Dante desse quadro, endosso o protesto do jornal **O Povo**, de Fortaleza, um dos grandes órgãos da imprensa brasileira, ao afirmar, em editorial de primeira página, em edição de quinta-feira última, dia 11 do corrente: – "já fomos demasiadamente traídos. Os anos se passam e tudo o que se oferece ao Nordeste são milagres, misérias concessões, esmolas".

Volto, assim, a insistir é preciso ação imediata, medidas concretas e duradouras. O Nordeste exige, apenas, o que tem direito, o que lhe é devido, pela Nação brasileira. E que isto se faça com a urgência devida, antes que os saques ocorridos em dezenas de municípios do Nordeste se transformem em uma convulsão social generalizada e de consequências imprevisíveis.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os jornais noticiam que o Governo se prepara para equacionar a questão da dívida externa. S. Ex.^a, o Ministro da Fazenda, afirma que prevalecem as divergências políticas com o Fundo Monetário Internacional, mas que, do ponto de vista técnico, não há discrepância entre os conceitos da atual equipe do Governo e as recomendações do FMI.

E acrescenta o Ministro da Fazenda: "Achamos que não devemos menosprezar os conceitos corretos do Fundo".

Trocando em miúdos: O Brasil aceita a política monetarista, recessiva e antinacional do FMI, mas mantém as aparências, para o consumo interno, ao divergir politicamente dessa instituição.

O Prof. Santiago Dantas, em memorável discurso nesta Casa, nos idos de 1962, já advertia que não se devia transformar o FMI em moinho de vento, contra o qual a retórica oficial deveria investir.

O importante, segundo Santiago, seria não aceitar a política econômica preconizada por aquela instituição, a qual não muda com a simples eleição de um novo dirigente, como sustentam alguns desavisados.

Ora, Sr. Presidente, o Prof. Bresser Pereira, desde que assumiu o Ministério da Fazenda, nada mais fez do que aplicar, com inusitado rigor e precisão, a política econômica do FMI.

A recessão já é uma realidade, com suas seqüelas de falências, concordatas, desempregos e queda do salário real dos trabalhadores. A inflação, a cada mês, atinge maiores recordes, e ninguém mais fala nos 30 milhões de novos consumidores, de que tanto se orgulhava o Presidente José Sarney.

A produção, desorganizada pelo voluntarismo e megalomania do Plano Cruzado, está sendo arrasada pela esquizofrenia da hiperinflação.

Dante desse quadro de dificuldades e de sombrias perspectivas para a economia e para os trabalhadores, seria cômica, se não fosse trágica, a declaração do Sr. Ministro da Fazenda de que conseguirá estabilizar a inflação em 20% ao mês e que ela será, provavelmente, reduzida a 10% no fim do ano.

A essa boa nova, o Sr. Ministro acrescentou o imediato aumento dos impostos e das tarifas públicas.

O impacto dessas afirmações foi tão grande que o Porta-Voz do Planalto, jornalista Frota Neto, se viu obrigado a convocar uma entrevista coletiva para esclarecer a fala ministerial, ou seja, para desmentir a "gafe" do titular da Fazenda.

A Nação, que esperava de Sua Exceléncia alguma providênciia concreta para debelar o caos econômico, que está levando ao desespero as pequenas e médias empresas, os produtores rurais, os consumidores, fica estarrecida diante desse autêntico festival de besteiras.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, todos nós conhecemos essa liturgia rezada nos catecismos do Fundo Monetário internacional. Recessão, aumento dos impostos, juros reais crescentes, aumento da receita das exportações.

O corolário dessa política é a desnacionalização da economia nacional, que certamente será acelerada pela intenção de transformar a dívida externa – em investimentos no País.

Com 100 bilhões de dólares se adquire o controle acionário de todas as empresas nacionais de capital aberto, e ainda sobra dinheiro para comprar as estatais rentáveis.

Basta dizer que o capital estrangeiro investido no País, registrado no Banco Central, é de cerca de 25 bilhões de dólares. Com essa cifra, as multinacionais controlam importantes setores da economia nacional – 90% da indústria farmacêutica, 45% do setor mineral, etc.

Rezando pelo catecismo do FMI, S. Ex.^a, o Prof. Bresser Pereira, acabará sendo o coveiro da indústria nacional.

A Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica já facilitou a invasão multinacional da economia do País, ao definir como empresa nacional a que tiver sede e for constituída no País.

Se mantida essa definição, estaria resolvido o conflito entre a empresa nacional e a multinacional, pois empresas estrangeiras seriam beneficiadas por esta "grande nacionalização" constitucional, e juridicamente, não haveria mais empresa estrangeira no Brasil.

Sem me alongar, Sr. Presidente, no perigo que representa essa iminente invasão multinacional com que nos ameaça o Sr. Ministro da Fazenda, com as bênçãos do Senador Roberto Campos, desejo apenas dar um exemplo que ilustra como agem as empresas multinacionais no mundo.

Neste ano de 1987, quando o Brasil precisa de aumentar suas reservas cambiais, a Ford do Brasil S.A. não irá exportar o carro mundial fabricado no Brasil, o Scort XR3.

Motivo: A fábrica do mesmo veículo, instalada na Alemanha, está com capacidade ociosa e, por isso, as exportações serão feitas pela filial daquele País.

Veja-se como as empresas transnacionais não têm qualquer compromisso com os países onde se instalaram, seus interesses são em escala mundial.

As decisões da Ford do Brasil não são tomadas pela diretoria da Ford brasileira.

O que o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Roberto Campos têm a dizer sobre esse fato gravíssimo? Ingênuos, para não dizer maliciosos, são os que acreditam na boa fé das empresas multinacionais, cujos interesses nem sempre coincidem com os dos países onde estão instaladas.

A isso chegamos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes!

Depois da farra pantagruélica que foi o Plano Cruzado, quando o Governo, leviana e irresponsavelmente, esbanjou as reservas cambiais do País para ganhar as eleições, o Ministro da Fazenda receipta-nos o sal amargo da recessão, para purgar os excessos cometidos em 1986.

Não somos xenófobos, nem o Partido Democrático Trabalhista defende posições jacobinas quanto ao capital estrangeiro. Mas urge colocar em primeiro plano a defesa da economia nacional e das empresas brasileiras, pois sem independência econômica não se pode falar em independência política.

Não nos espantaria, Sr. Presidente, ver a Nova República capitular, vergonhosamente, ante o FMI e os banqueiros estrangeiros, pois afinal, outros compromissos públicos da Aliança Democrática vêm sendo relegados ao esquecimento, ou transferidos para as calendas, como é o caso das eleições diretas para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes de 1987:

Vivemos hoje um momento indiscutivelmente histórico. Agora, estão sendo entregues nas várias Comissões Temáticas, os relatórios finais. Logo mais teremos o início, nas várias Comissões Temáticas, do processo de votação, quando, então, estaremos definindo nesse meio andar da Constituinte as raízes, os fundamentos, do texto final. É um momento solene e, ao mesmo tempo, de grave e profunda responsabilidade.

Queremos, assim, Sr. Presidente, definir perante esta Casa e o País, como votarão a democracia cristã, como votarão os parlamentares Constituintes do Partido Democrata Cristão.

Nas várias Comissões Temáticas, Sr. Presidente, estaremos buscando, através do nosso voto, romper o imobilismo e dotar o País de um instrumento constitucional capaz, plenamente capaz, da construção da nova sociedade que almejamos: uma sociedade distributiva, igualitária, onde os bens e o progresso não sejam um privilégio, não sejam propriedade de uma pequena minoria, mas, sim, se espraiem, se distribuam por todos os brasileiros. Não queremos, Sr. Presidente, nem o totalitarismo do Estado que conduz, inexoravelmente, à destruição da liberdade, mas também não queremos, com igual fervor, o capitalismo selvagem que não constrói a justiça, que deforma a sociedade e que humilha os brasileiros.

Buscamos, Sr. Presidente, uma nova ordem política, social e econômica; uma sociedade onde

seja possível, realmente, construir-se a justiça sem destruir a liberdade, e o caminho para isso é o solidarismo, a fraternidade, a construção de uma sociedade onde a regra seja o mais ser e não o mais ter.

Ao dizer estas palavras, Sr. Presidente, e quase ao concluir, não posso negar que neste momento me perpassam aos olhos as visões das massas desvalidas de minha cidade, São Paulo, principalmente da periferia. Parece que vejo, neste momento, as populações inteiras de Guaiuanazes, São Miguel, Itaquera, Parelheiros, Capelas do Socorro, populações desvalidas, desamparadas, marginalizadas do processo da justiça e da segurança social. Vejo o campo do meu Estado onde reina a inquietude, onde falta o futuro; vejo a angústia das pequenas e médias empresas urbanas; vejo o desespero do pequeno agricultor, massacrado, inclusive, por esta absurda situação de juros que a tudo aniquila; vejo a família angustiada na falta de rumos; vejo os educadores preocupados, mas não estou em desespero. Sr. Presidente. Sinto correr no sangue, bater no peito, queimar na alma uma chama imensa de esperança. A esperança de que realmente esta Assembléia Nacional Constituinte, afastando-se do confronto, encontrará o entendimento, o entendimento de vontade entre todos os Constituintes que, despojados de extremismos, caminharão ao encontro das aspirações mais legítimas da sociedade brasileira.

E nós, democratas cristãos, parlamentares da democracia cristã, neste afã, neste objetivo, estaremos entregando o melhor de nossas inteligências, toda a nossa conjugação de vontades e, acima de tudo, um profundo e inacreditável sentimento de brasiliade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OTTOMAR PINTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Como Líder, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Hoje a Nação brasileira comemora os 56 anos de existência do Correio Aéreo Nacional. Em 1931, saía, no Campo dos Affonsos, no Rio de Janeiro, para o Campo de Marte, em São Paulo, um velho avião de lona, hélice de madeira, levando um punhado de correspondências, numa aventura que àquela época parecia impossível. Pois bem, foi assim que o Correio Aéreo Militar, forje Correio Aéreo Nacional, deu o seu primeiro passo. A partir daí as suas tripulações, naqueles equipamentos velhos, antiquados, incompatíveis com as exigências de um país das dimensões do Brasil, começaram a alongar as suas linhas e foram até Campo Grande, Cuiabá, ao Acre, entraram pelos vales dos rios amazônicos, o Purus, o Juruá, o Xingu, o rio Branco, o rio Negro, o Alto Solimões. Enfim, realizaram uma grande obra de integração que custou muito suor, que custou também muitas vidas de brasileiros jovens que acreditavam na sua Pátria e confiavam na missão que estavam realizando. Depois dos velhos aviões, CSO, cabine de tela e hélice de madeira, vieram os velhos C-47, conhecidos de todos os brasileiros. Esses aviões, então, distenderam

mais ainda essas linhas. Aumentaram a freqüência da assistência às populações brasileiras isoladas e perdidas nas distâncias continentais do nosso País. É por isso que, nesta data, evocamos, para avivar na memória dos brasileiros os feitos dessa legião de brasileiros que se adentraram pelo Brasil em aviões inadequados para o seu tempo, para as condições do nosso País. E são eles que ainda hoje transportam por todos os imensos desvãos de nossa Pátria: o garimpeiro, o índio, o agricultor, o camponês, o estudante pobre que vai para a escola, o rapaz pobre no interior, concursado, que vai tomar posse na capital de seu Estado e que não pode pagar uma passagem num avião comercial. Esse trabalho vem sendo feito pelo Correio Aéreo Nacional. E é mister que numa hora de tanta descrença e tanto desalento, nós lembremos ao povo brasileiro que ainda sobrevivem em nossa Pátria instituições devotadas, incansavelmente, ao bem comum.

Ao encerrar esses comentários sobre o Correio Aéreo Nacional, esta instituição que escreveu uma página épica e gloriosa e que merece ser sempre lembrada nos faustos da nossa Pátria, quero também colocar em fulcro nesta Assembléia Nacional Constituinte um problema que tem sido colocado por grupos, por **lobbies** interessados, tendenciosamente e especiosamente, em separar a aviação civil do Ministério da Aeronáutica.

É conveniente que se lembre aos Constituintes que o Ministério da Aeronáutica não é um Ministério apenas militar. É um Ministério bivalente: tem uma valência civil, que é o DAC; e uma valência militar, que é a Força Aérea. Pois bem, nessa valência civil estão inseridos o Departamento de Aviação Civil, que cuida não apenas da aviação de transporte, da aviação comercial, que os **lobbies** os cartolas de alguns sindicatos pretendem excluir do Ministério para poder confundir, para poder baixar o nível, para entronizar ali o nepotismo, a exemplo do que ocorre em outras instituições brasileiras.

Pois bem, além do DAC e da aviação de transporte, existe a aviação aerodesportiva, a aviação de turismo, a aviação agrícola, existe a Empresa Brasileira de Aeronaves, a EMBRAER, existe a TASA, Telecomunicações Aeronáuticas, a CELMA, indústria aeronáutica, o Instituto de Pesquisa; enfim, uma série de instituições civis vinculadas a esse Ministério que tem o nome aeronáutico, mas esse nome não tem uma conotação apenas militar.

É conveniente que se lembre aos Constituintes, quando esses **lobbies** de cartolas pretendem confundir-lhes as opiniões, que o sistema integrado, aviação civil e militar, é um passo adiante do Brasil nessa área de aviação. Tanto isso é verdadeiro que esse sistema, o modelo brasileiro, tem sido objeto de comentários elogiosos, como se fosse uma meta a atingir, por nações do porte da Inglaterra, da França, da Espanha, da Itália, que já sentiram na própria carne, o quanto custa a diversificação dos dois sistemas.

Separar a aviação civil, o DAC, do Ministério da Aeronáutica, seria colocar os usuários do transporte aéreo brasileiro naquela condição que ocorreu recentemente com o avião coreano, que decolou de Anchorage, no Alasca, para Seul. No caminho havia 3 radares militares da Força Aérea Americana. Mas ele fez um plano na aviação civil americana, na aviação civil sul-coreana, sem nenhuma

integração, com a aviação militar. Moral da história, na sua rota de Anchorage para Seul, este avião passaria, se a rota estivesse certa, por 3 áreas de radares da Força Aérea Americana. Pois bem, como o sistema é dividido, ele se desviou de sua rota, por ventos ou por uma colocação inadequada dos parâmetros de navegação e passou pela área de influência do primeiro radar, já fora desta área, passou pela área de influência do segundo radar, mais desviado ainda, fora da área, do terceiro radar, idem. Acabou sendo detectado pelo sistema de defesa aérea russo, em cima do espaço aéreo das Ilhas Curiás e foi abatido por aviões Migs. Morreram entre 250 a 300 pessoas, neste vôo. Isto aconteceu por causa da diversidade dos sistemas. Se houvesse integração, ao não passar pela sua rota, na área de influência do primeiro radar, seria comunicada a Anchorage que o avião não teve a sua presença detectada pelo primeiro radar. A Anchorage confirmaria que ele havia decolado numa determinada hora. Então, o radar militar se comunicaria com o avião, faria uma marcação e detectaria o seu desvio de rota corrigindo-o. Isso aconteceu lá e poderia acontecer aqui, se não houvesse essa integração. No ano negro do avião civil, em que o número de desastres foi exponencializado, no Brasil não ocorreu um só desastre aéreo.

Nós temos saturação de tráfego em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e V. Ex.^{as} verificam que nos últimos anos, depois da instalação do sistema CINDACTA não têm ocorrido acidentes nas aproximações dos terminais, onde justamente ocorrem 95 a 98% dos acidentes aéreos, na decolagem e no pouso.

Concluo, Sr. Presidente: é importante que nesse dia em que se reverencia a memória dos mártires do Correio Aéreo Nacional e que se evocam os feitos épicos desses bravos que distenderam as linhas e as fronteiras do Brasil, ou melhor, que integraram o Brasil, mantendo unidos os brasileiros perdidos no isolamento e na distância do Subcontinente Amazônico, é bom que se coloque à reflexão dos Membros desta Constituinte as ações espúrias, as ações condenáveis de cartolas, de alguns sindicatos que pretendem destruir algo que funciona bem neste País, que é o sistema de transporte aéreo, o sistema de aviação civil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, chamamos a atenção desta Constituinte para as dificuldades de se manter neste momento a organização partidária no País, em virtude das insuficientes definições do Tribunal Superior Eleitoral em relação à filiação partidária, neste momento em que vem o PT sofrendo constrangimentos legais em cartórios eleitorais, em vários municípios do País, em vários Estados, pela não orientação aos juízes eleitorais e aos Desembargadores Presidentes dos Tribunais Eleitorais Regionais, por parte do Superior Tribunal Eleitoral.

E essa questão tem tomado difícil a vinculação do Partido na estrutura de funcionamento que a lei orgânica ainda em vigor exige.

Em nome, também, da Liderança do Partido dos Trabalhadores, chamamos a atenção desta Assembléia Nacional Constituinte para a tensão que a sociedade brasileira vive, neste momento, e para expectativa que esta Constituinte pode gerar, expectativa que pode ser tanto do ponto de vista positivo, como expectativa que pode gerar uma visão negativa dos trabalhos desta Constituinte, uma visão negativa mas que vem refletir nas condições reais em que se instalou esta Assembléia. E nós, do PT, esperamos que as classes dominantes deste País que orientam o voto de muitos Constituintes aqui dentro, estejam atentos para o processo de radicalização e intransigência das elites que não fazem neste País concessão para manter seus privilégios.

Em três Comissões Temáticas, predominantemente, estará sendo discutido se vamos querer que este País se mantenha colonial, insensível às necessidades da nossa sociedade e dos trabalhadores; se este País e as suas classes dominantes vão insistir em manter a corda esticada da exclusão social que predomina entre nós.

Na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, é preciso que, neste momento, os Constituintes se posicionem de forma clara pela defesa da soberania do cidadão em relação ao Estado e pela soberania do cidadão na aquisição dos seus direitos. É preciso colocarmos este País, pelo menos, nas portas do século XXI porque, no aspecto relacionado aos direitos do cidadão, o Brasil é um País que ainda está no século passado e estamos quase chegando no século vindouro.

É preciso assegurar que o conceito de propriedade seja ligado aos benefícios sociais da propriedade. É preciso, também, que se assegure que não é possível dispor do bem público em benefício privado. É preciso que o cidadão tenha ampla liberdade para definir os rumos que queira dar a sua vida.

Esperamos, também, que, na Ordem Económica, esta Comissão não vire as costas aos problemas nacionais; que o monopólio do petróleo seja assegurado, que haja controle nacional sobre as riquezas minerais, sobre o solo e o subsolo.

Sr. Presidente, que na Comissão da Ordem Social, a Constituinte não vire as costas, de forma cínica, aos problemas do nosso povo e que seja assegurada a estabilidade no emprego, que seja assegurado o direito irrestrito de greve e que seja, também, fixado a concepção de saúde não somente como assistência médica mas que haja a concepção global de saúde; que assegure emprego, que assegure aposentadoria digna, que assegure condições de trabalho dignas e que, também, se fixem as condições de implantação de uma nova política salarial neste País, onde o salário seja uma prestação que sustente a vida de um trabalhador e de sua família e não esse vexame e essa cifra que, hoje, não permite aos trabalhadores deste País sobreviverem com dignidade. Que se defina, claramente, o salário mínimo, mas que se defina, também, o salário máximo, para que não existam as distorções que nós temos, hoje, na política salarial. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está esgotado o período destinado às Comunicações de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – VI – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram faze-las. (Pausa.)

(Nenhum dos Srs. Constituintes apresenta Proposição nesta data)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – VII – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Naphtali Alves.

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

O Brasil encontra-se em situação econômica difícil. Afirmando o contrário é rematada ingenuidade.

Uma das metas do Ministro da Fazenda dá bem a medida das dificuldades que enfrentamos: espera S. Ex.^a conseguir junto ao Fundo Monetário Internacional empréstimo de 4 bilhões de dólares, para pagar ao próprio FMI, a parcela da dívida que vence no segundo semestre do ano em curso, que representa 4,15 bilhões de dólares, ou seja: pedir-se-á 4 para pagar 4,15!

Não obstante a gravidade da situação – e até mesmo precisamente por sua gravidade – não nos cabe lamentá-la simplesmente, mas agir de molde a que o apoio do Congresso Nacional ao Presidente da República lhe transfira condições mais estáveis de trabalho e de confiança, para que sua equipe ministerial tenha liberdade para elaboração de planos capazes de nos fazer atravessar esta difícil quadra.

Essa certeza que demonstramos não significa delegar ao Executivo total liberdade de negociação interna e externa, de vez que vigoram os princípios norteadores da formação da Aliança Democrática; não podemos deixar que o Governo aja de forma estanque, dissociado da visão que os homens públicos militantes da política têm para si; não será possível ao Governo elaborar planos de metas sem auscultar a vontade da sociedade, sob pena de esses planos pecarem por falta de apoio interno, acarretando sério desgaste da imagem presidencial e da autoridade pública como um todo.

Não podemos esquecer de que durante vinte anos governo e povo foram coisas distintas e que as atitudes do primeiro somente em algumas ocasiões contemplavam os interesses do segundo. Além disso, pouco importaria se a sociedade não aprovasse a atuação governamental, pois o regime militar não precisava da sociedade civil para manter-se.

Nesse panorama imperava a estabilidade, dado que os mecanismos de exercício político não contemplavam a participação efetiva da sociedade civil; esta era chamada ao voto, mas segundo regras casuísticas que vinham sendo alteradas a cada pleito ao sabor dos resultados previstos pelas pesquisas mais secretas dos mais secretos órgãos governamentais.

É outra a situação de hoje. A sociedade, após as magníficas manifestações públicas em prol das eleições diretas, as de apoio à candidatura de Tancredo Neves e as de júbilo pela implantação do Plano Cruzado, sabe que possui direitos a serem respeitados pela autoridade pública, e que

um desses direitos é o que se refere à garantia de condições para o livre desempenho da atividade econômica.

As pequenas empresas estão se vergando sob o peso da correção monetária, praticamente inviabilizadas enquanto perdurarem as elevadíssimas taxas de inflação apuradas mês a mês.

Confiantes na prevalência dos preceitos estabelecidos pelo Plano de Estabilização Económica, investiram para produzir mais, tomaram empréstimos para assegurar esse crescimento e, hoje, passado o período em que vigoraram os conceitos estabelecidos em 28 de fevereiro de 1986, encontram-se diante de uma paisagem de apreensão, com os custos financeiros elevadíssimos, o poder aquisitivo dos salários em queda, a ameaça cada vez mais iminente de recessão e as vendas em declínio acentuado.

Grandes empresas enfrentam o mesmo cenário, mas essas têm maior capacidade de suportar as adversidades, pois endividam-se menos, têm maiores reservas financeiras, maiores facilidades para a exportação e maior experiência gerencial, estando menos sujeitas a altos e baixos das diversas situações econômicas de épocas diferentes.

É claro que não cabe a nós, do Congresso Nacional, apresentar sugestões para a saída da crise, dado que não somos técnicos no assunto e sequer dispomos das informações precisas que só o Executivo detém. Entretanto, somos a caixa de ressonância que deverá balizar a tomada de atitudes por parte dos órgãos técnicos do Governo, seja na área econômica, seja nos demais setores em que se deva manifestar a ação de governo.

Somos uma democracia representativa – ou, pelo menos pretendemos sê-lo de forma permanente – e um dos pressupostos desse regime é a co-participação na tomada de decisões, cada esfera contribuindo com sua parcela de responsabilidade e com as ponderações que considere conveniente fazer.

Assim, ao Congresso Nacional, bem como à classe política como um todo, compete analisar as propostas governamentais sob os prismas da adequação às realidades particulares de cada segmento da sociedade, às peculiaridades de cada região ou de cada Estado e, principalmente, quanto à correlação com o ideário político adotado pelas diversas agremiações partidárias.

Podemos estar certos de que, após esta filtragem, as providências do Governo poderão mostrar maior adequação aos interesses nacionais, atendendo mais de perto aos anseios da sociedade, de forma democrática e aberta.

É claro que providências destinadas a alterar profundamente o panorama econômico da Nação não poderão passar por longas e abrangentes discussões, sob pena de perderem a eficácia ou de serem neutralizadas por medidas adotadas no âmbito do sistema financeiro, das empresas comerciais ou industriais. Mas os Partidos que dão sustentação política ao Governo do Presidente Sarney dispõem de personalidades que deverão obrigatoriamente ser consultadas, ainda que sob o compromisso da reserva, e que poderão expressar o que viria a ser a posição da agremiação sobre tal ou qual providência.

Não podemos permanecer apáticos diante de tal conjuntura e cumple que façamos ouvir a voz da sociedade, que pede definições, atitudes, pla-

nos, providências, de tal forma que se consiga contornar as dificuldades do momento.

A sociedade, em seus estratos mais inferiores, muito embora tenha sofrido, durante algum tempo, os benefícios do congelamento de preços, encontra-se hoje acanhada diante da falta de perspectivas. Os problemas de moradia agravaram-se profundamente, assim como as dificuldades no que tange à alimentação, ao transporte, à educação, à saúde e ao vestuário.

A manutenção da escala móvel dos salários deve, portanto, perdurar.

Muitos são os que defendem a extinção do "gatilho" salarial e esses são os que não dependem dos salários para se manterem. São empresários que esperam, através da redução das folhas de pagamento, reduzir seus custos e persistir na política de elevação de preços para a obtenção de maiores lucros.

A esses argumentos contrários pode-se objetar com a constatação de que o salário, da forma como é regulamentado hoje, não é inflacionário. E a prova disso é o fato de que a lei salarial do ex-Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que castigava os salários acima de certo patamar com reajustes de 80% do índice inflacionário, não surtiu efeito; a inflação não baixou, ao contrário, continuou subindo.

A manutenção da escala móvel é elemento de estabilidade social, enquanto não se formule mecanismo mais efetivo de proteção do valor dos rendimentos do trabalho. O Presidente da Confederação Nacional da Indústria, já afirmou que a atual lei salarial não é eficiente diante de uma inflação muito elevada, deixando sempre um resíduo, a ser coberto nos meses seguintes, para a manutenção do poder de compra; e, ainda segundo suas afirmações, a extinção do "gatilho" penalizaria sobremaneira todos os assalariados, acarretando consequências catastróficas sobre o nível de consumo da sociedade e, portanto, sobre a capacidade de vendas da indústria e do comércio.

Ainda com relação à escala móvel de salários, posto não ser componente inflacionário, é imprescindível que sua manutenção se estenda também ao funcionalismo público; as tentativas de alguns governadores no sentido de extinguir-la, parecem-nos atitudes irrefletidas de chefes de executivos estaduais que receberam suas administrações em más condições financeiras, as quais poderão ser sanadas através de medidas de austeridade como o adiamento de obras não imprescindíveis.

Com efeito, se os salários não tiverem capacidade aquisitiva concreta, cairá perigosamente o nível do consumo interno de bens e serviços, responsável, em última análise, pelo sadio funcionamento da indústria, da agropecuária e do comércio e mantenedor dos níveis de emprego.

Caso a economia entre efetivamente em um processo recessivo, o acréscimo dos índices de desemprego levará a um declínio do poder de compra dos salários como um todo, daí decorrendo a redução do consumo interno e do nível de emprego, fechando um círculo vicioso por todas as perspectivas nefasta à Nação.

Não se pode argumentar que em um processo recessivo o País poderá exportar grande volume de excedentes. Tal não ocorrerá, porque a capacidade de exportação não depende unicamente dos níveis de produção e de consumo interno, mas também da adequação de nossos produtos às

exigências estrangeiras, do protecionismo de cada país quanto às importações que possa fazer, da existência de fornecedores já tradicionais exportando para esses mercados e da própria situação cambial que for imposta pelas autoridades brasileiras.

A comparação com a situação individual é algo que pode e deve nortear a ação pública. Quando um cidadão adquire apartamento para sua moradia, normalmente o faz após longa maturação da decisão, após pesar todas as vantagens e desvantagens do negócio, após analisar sua capacidade de pagamento, depois de estudar o comprometimento de renda possível e uma série de outras considerações necessárias. São feitos sacrifícios inevitáveis e adiamentos de compras, de forma a que se possa atingir o objetivo primordial da casa própria.

O mesmo deve ocorrer com as decisões de administração pública; é importante, primeiro, "pôr ordem na casa", definir dentre as obras possíveis, quais as realmente necessárias, colocá-las em escala de prioridades e diluir sua concretização ao longo do tempo, para que todas as exigências possam ser cumpridas sem a emergência de situações em que se tome impraticável saldar os compromissos assumidos.

Houve um Governo de Estado que não realizou obras; simplesmente empregou os esforços de sua administração em sanejar as finanças públicas, deixando para seu sucessor invejável situação financeira e a oportunidade de, então construir obras importantes para o Estado.

Tal exemplo, que acreditamos seja único no Brasil, deveria ser seguido para que as administrações não se pautassem pelo desejo de perpetuação do nome do governante, em obras muitas vezes desnecessárias, mas sim para que fossem dirigidas pelo ideal do bem público, da gestão responsável do erário, da probidade administrativa e da correção na condução da coisa pública.

O caso dos subsídios é um dos escândalos nacionais pelos valores que apresenta. E é, por todos os prismas que se analisa, discutível. Será realmente importante manter-se o subsídio ao trigo? Não seriam esses recursos mais bem empregados no estímulo à produção de gêneros de alimentação, permitindo-se a obtenção de maiores quantidades destinadas ao consumo interno?

A capacitação da agropecuária com vistas ao atendimento pleno do consumo interno é o mais importante elemento da distribuição da renda nacional, já que esta não comporta apenas a elevação dos baixos salários. Deve-se buscar o desenvolvimento da produtividade nos mais diversos setores, o que acarreta, inexoravelmente, a redução dos preços e a elevação da capacidade de diversos segmentos da produção resistirem às crises que porventura venham a afetá-los.

Nesse sentido, é necessário maior controle das despesas públicas, seja da administração direta, seja das empresas estatais, as quais, muitas vezes, fogem dos controles do Governo agindo como se dele independentes fossem.

Nosso dever, enquanto poder constituinte, é procurarmos assegurar as prerrogativas do Congresso Nacional, legítimo representante da sociedade. Por termos a função de espelhar os anseios sociais é importantíssimo recuperarmos as prerrogativas que, ao longo de vinte anos, nos foram usurpadas. E devemos fazê-lo com vistas ao ideal democrático da representatividade, não para que

possamos cercear a ação do Executivo ou fugir à manifestação do Judiciário. Devemos retomar nossas prerrogativas nunca em benefício de nós mesmos, mas sim para que a sociedade possa sentir-se verdadeiramente representada.

Por essa razão acreditamos que a questão do mandato do Presidente José Sarney não poderá ser decidida em função das dificuldades do momento. Não poderemos, em sã consciência definir o mandato dos próximos Presidentes da República em quatro anos por exemplo, somente porque desejariam que o atual Presidente não ficasse no poder por mais tempo. Devemos pensar numa regra geral isolada da atual conjuntura, numa norma que seja boa para a Nação segundo os preceitos mais legítimos da democracia representativa. Se essa regra deverá valer para o atual Presidente, então será essa outra consideração a ser definida posteriormente, em função do entendimento que venhamos a ter acerca das peculiaridades do momento, através de negociações em que se contemple o bem público como valor mais alto.

No caso específico da atuação do Presidente da República, consideramos que S. Ex.^a recebeu o poder em circunstâncias as mais adversas possíveis, não apenas com relação à transição do poder militar para um regime civil, mas também em virtude dos infastos acontecimentos que levaram à morte do Presidente Tancredo Neves.

Superada a fase inicial de desconfiança, a implantação do Plano Cruzado levou ao Governo uma euforia baseada mais em crenças do que em fatos apuráveis; infelizmente o Plano não perdurou, caindo o Governo em descrédito perante a população e assistindo, até agora impotente, ao recrudescimento inflacionário que penaliza a todos, levando de roldão a boa imagem da administração federal.

Devemos, entretanto, creditar ao Presidente José Sarney mérito de ter tido a coragem de adotar o Plano de Estabilização Econômica, representando a tentativa mais séria de quebrar os liames da especulação financeira e da elevação dos preços, procurando promover o maior esforço já tentado no Brasil no sentido de distribuir a renda nacional com mais justiça e equanimidade.

No momento, quando se encontra em elaboração no Ministério da Fazenda um novo plano de saneamento da economia, devemos dirigir ao Presidente da República e ao Governo que cheia nossa irrestrita confiança. E, mais que isso, assegurar-lhe o apoio necessário para que se possa desincumbir das magnas tarefas que o esperam no que respeita às negociações relativas à dívida externa.

Sem esse apoio pouco poderá ser feito e, pelo bem da sociedade que representamos, devemos cumprir esse compromisso confiantes no sucesso da administração pública federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SR.^a RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A dolorosa e dramática realidade de uma crise econômica, social e financeira sem precedentes, é o pano de fundo dos trabalhadores que vimos realizando denodadamente nesta Assembléa Nacional Constituinte. O tempero é a crise moral

que campeia solta e sem freios em todo o Brasil, em todos os níveis e escalões da Nova República.

Os primeiros saques e depreciações já começaram no sofrido e espoliado Nordeste, o Nordeste dos grandes contrastes: das palafitas às mansões; dos subnutridos aos que sempre gozaram e gozam dos privilégios e dos favores; dos endividados aos que tudo sempre ganharam e ganham ainda às custas da miséria alheia.

A par disso, milhares de falências e concordatas pelo País inteiro; milhares de processos encalhados pelos fóruns e pelos tribunais; desemprego aumentando; recessão visível; quebra-reira generalizada de empresas nacionais; conflitos entre Instituições e Poderes Estaduais que pressionam tribunais; retaliações pessoais nos altos escalões dos Governos Estaduais e Federal; conflitos agrários; inquietação geral; frustração; revolta.

Acresça-se a esse quadro infeliz, as toneladas de grãos que apodrecem em várias regiões, por falta de estradas, transportes, armazenagem e, principalmente, falta de preços justos. A subnutrição e a fome já batem às portas de milhares de lares brasileiros; doenças já erradicadas em outros países continuam sendo flagelo no Brasil e motivo de grandes preocupações; escolas estão desativadas; alunos sem estudar; greves de professores manifestações, de descontentamento; impostos não são recolhidos; evasão do ouro e outros minerais.

Enquanto isso, as autoridades econômicas, anunciam mês a mês, os índices da inflação, promovendo, elas mesmas, a própria inflação, pois que, divulgados os índices, todos se apressam na alta dos preços.

E o PMDB que está no Governo, mas não quer governar nem assumir responsabilidades, assiste impassível, a deterioração desse quadro por si só dramático e desolador.

Ganhou as eleições da forma que todos o sabemos, e joga as culpas dos insucessos econômicos e sociais nas costas do Presidente da República. Continua com duas linguagens.

Enquanto isso acontece, entremeio às confusões e vacilações, os bancos continuam aumentando seus lucros já a níveis fantásticos, bem assim, grupos antinacionais, empresas estrangeiras, que em nada contribuem para o esforço de recuperação nacional, remetendo seus lucros para o exterior, pagando vil preços por nossas matérias-primas, e industrializando em suas matrizes.

E nós aqui, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, preocupados com a nova Constituição, enfrentamos um terrível descompasso: lá fora, a Nação, que se debate com tantos males; aqui dentro, para cumprir com a alta missão de elaborar um texto, perene e duradouro, no mesmo instante em que muitos se preocupam com o sistema de Governo e o mandato do atual Presidente.

Em razão disso, com muita habilidade e competência, admitindo algum avanço de ordem social, têm sido apresentadas propostas, emendas absolutamente entreguistas, antipovo e antinação.

Os representantes do capital internacional, com rara felicidade, conseguiram balizar o debate entre a estatização e a livre iniciativa, quando não é esta a questão. O debate nesta Casa deve estar circunscrito entre a nacionalização e o entreguismo.

Não queremos estatizar. Queremos nacionalizar e disso não nos afastamos. Nossa soberania é inegociável. Somos favoráveis à livre iniciativa,

mas a livre iniciativa para os brasileiros e não para os interesses inconfessáveis. Somos contra os entreguistas e o entreguismo responsáveis pelo fosso enorme que existe entre os que enriquecem cada vez mais, às custas de milhões que se tomam cada vez mais pobres.

Sabemos agora Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o quanto das dificuldades que teremos para elaborar o novo texto constitucional que revele um mínimo de atendimento às aspirações nacionais. Mas é preciso ressaltar que não temos como competir com os poderosos interesses multinacionais que atuam desenvoltamente neste Congresso Constituinte.

E se alimentávamos esperanças de construir uma Constituição duradoura que consagrasse um avanço democrático e social das nossas instituições, temos consciência, hoje, que fomos encurrados, passando a defender uma Carta que não seja pior do que a Carta outorgada de 1967, e sua Emenda nº 1, de 1969.

Por isso, denunciamos à Nação esse paradoxo de realidades e frustrações, esse jogo de interesse, a fim de que o nosso povo não alimente também ilusões, e nos ajude.

Sim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pedimos humildemente ao povo e suas entidades representativas, no sentido de nos ajudar nesta hora histórica e decisiva. Pedimos ajuda aos estudantes, aos jovens, às donas-de-casa, aos trabalhadores, para fazermos frente à pressão exercida sobre o Congresso de parte de poderosos interesses internacionais.

As pressões somente são legítimas enquanto não firmam os princípios gerais de soberania e independência. O legislador não pode perder jamais a visão universal e histórica da Carta de Princípios e Normas Fundamentais que podemos e devemos escrever às gerações futuras. E se o povo não nos ajudar, e se lampejos de claridade não iluminarem algumas consciências, poderemos redigir uma outra Carta, efêmera e passageira, acabando e frustrando de uma vez com as derradeiras esperanças do nosso povo.

Os ataques internacionais exercidos por poderosos lobbies, não são ataques apenas à consciência e ao poder de decisão dos Srs. Constituintes, mas são ataques à Nação, à soberania, à nossa independência como Estado organizado. Atingem à ordem econômica e social, apropriando-se do resto das nossas riquezas minerais, a única fonte capaz para que honremos os nossos compromissos, muito embora, defendamos a tese de que nesse particular devemos revisar alguns desses compromissos. Tais fatos estão a revelar o entreguismo e a traição, e, estão, por isso mesmo, a exigir de S. Ex.^a, o Presidente da República, na sua visão de estadista, uma posição firme e corajosa em defesa do Brasil e dos brasileiros.

E é exatamente num eventual vácuo de decisão de Governo, entre o limite do interesse nacional como interesse do capital internacional, que transitam e obram alguns brasileiros, na sua indesmentida posição, de apostarem no fracasso do atual Governo, ou "do quanto pior, melhor".

Se é certo que devemos ter competência para conviver com o capital internacional, como Nação subdesenvolvida, ou em desenvolvimento, não é menos certo que é chegada a hora de delimitarmos sua atuação, controlarmos as aplicações, impedirmos a remessa dos lucros, como impedir

a evasão das nossas riquezas, nossas reservas de cultura e de civilização.

Já não são suficientes as concessões entregues aos estrangeiros, seja a troco de contratos de risco – que, na verdade, são de certeza – seja para exploração de nossas riquezas minerais através simples requerimentos ou alvarás de pesquisa: querem estabelecer agora, sacramentar sua força no próprio texto constitucional, como se, após tantos anos, tantas lutas pela nossa independência, fôssemos apenas capazes de produzir uma Cartilha que beneficie os trustes econômicos internacionais e os nacionais enrustidos, ou um Regulamento, pelo qual ao nosso povo fossem apenas permitidos os sacrifícios do trabalho e do dever, e jamais a participação na renda nacional, negados os seus direitos.

Querer consagrar no texto maior todos os privilégios adquiridos, concessões havidas ao longo de tantas décadas, sacramentando em lei tudo o que tiraram do nosso povo, das nossas empresas e da nossa Pátria.

Cedem em alguns pontos de ordem social e até em pontos referentes à reforma agrária, mas querem o nosso subsolo. Querem todo o nosso subsolo.

O Brasil possui o maior potencial mineral do planeta. Imensas e férteis são as nossas terras. Inimaginável o potencial hídrico. Ajudamos os países aliados a vencer a última Grande Guerra. Soldados e seringueiros derramaram seu sangue pelos princípios e ideais de liberdade e de democracia.

Mas somos devedores e estamos passando por caloteiros internacionais. Enquanto isso, as nossas riquezas servem de lastro e garantia para o patrimônio e disponibilidade de recursos, para grupos econômicos, bancos e governos estrangeiros. Para nós, conquanto matéria-prima, nada vale, nem mesmo como garantia.

Em recente exposição na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Subsolo e da Atividade Económica, na Assembléa Nacional Constituinte, no dia 4 de maio do corrente ano, o Sr. Almirante Roberto Gama e Silva, corajoso defensor dos interesses nacionais, afirmava textualmente:

"O Brasil é o único Estado-Gigante a exhibir densidade de produção inferior a 500 dólares por Km², não por crueldade geológica, mas por total inadequabilidade da estrutura social sobre a qual se assenta o setor mineral, desprovido, inclusive, de política específica. A produção mineral, como consequência, mal atinge 2% do Produto Interno Bruto, excluídos os energéticos, e a base de sustentação do setor tem sido a exportação de minérios "in natura", muitas vezes subsidiados para sustentar o progresso alheio" – aqui referido no discurso do eminente Líder Amaury Müller.

Alguns exemplos se faz necessário citar, para que todos, de Norte a Sul, tomem conhecimento dos porquês de um País como o Brasil, que é tão rico mas que deve tanto:

– Uma tonelada de ferro, no porto de Madeira, no Maranhão, custa 14,5 dólares, enquanto que uma tonelada de banana d'água, no porto de Santos, custa 160 dólares, ou seja, dez vezes mais. É por isso que o Brasil vai mal. Sustentamos o progresso dos outros.

– 85% das reservas tituladas de ouro acham-se sob controle de estrangeiros que, com certeza, ampliarão essa margem, porque são responsáveis por 75% dos investimentos previstos para a pesquisa e lavra desse metal precioso;

– 12% do nosso território, a maior parte na Amazônia, são ocupados por multinacionais, que não respeitam nem a faixa de fronteira, sendo que as autoridades não conseguem conter o avanço contínuo dessas empresas. Apenas a presença de garimpeiros, por questão de justiça, consegue às vezes, afastar essas empresas de algumas áreas minerais;

– O próprio DNPM concorda com a estimativa de 500.000 t de ouro no País. Pois bem, se calcularmos ao preço grama atual, chegaríamos a impressionante soma de 700 bilhões de dólares, ou seja, sete vezes mais a dívida externa;

– O potencial madeireiro da Amazônia está avaliado em cerca de 40 bilhões de metros cúbicos. Considerando apenas 7,5% como volume transformável em pranchas de madeira exportáveis, 7,6% o índice para as madeiras aceitas no mercado nacional, e 4,5% para as de uso estritamente regional, chegaremos a outra impressionante soma: um trilhão e trezentos bilhões de dólares. E o restante da madeira pode liberar energia equivalente a 33 bilhões de barris de petróleo (dados recolhidos da exposição do Almirante Gama e Silva).

E o Brasil ainda é devedor.

E o nosso povo empobrece cada vez mais.

Por isso que, impõe-se a nacionalização e a proteção das nossas reservas minerais, e o condicionamento das concessões de lavra à transformação dos minérios do País, e dentro no País, que essa transformação seja feita, o mais próximo possível, das minas.

À União, e subsidiariamente aos Estados, cabe exclusivamente o direito de autorização para qualquer pessoa ou grupo explorar nossos minérios. E a forma que regule os negócios deve ser o contrato mineral por tempo determinado, que consagre em suas cláusulas o respeito à ecologia e ao meio ambiente, à preservação da floresta e aos rios, fundo de exaustão, impostos, prazo determinado de validade, etc.

Por fim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Brasil se encontra nessa encruzilhada; ou escolhe o caminho da nacionalização ou o do entreguismo. Se quisermos representar uma Nação forte, livre e soberana devemos escolher o caminho da nacionalização, a fim de que possamos defender nossas riquezas e nossa soberania. É um caminho difícil, muito difícil, pois os grandes grupos econômicos internacionais e seus governos, acostumados aos fantásticos lucros obtidos desde muito tempo, por certo não hão de querer abrir mão dessa fonte inesgotável de riquezas que é o Brasil.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: –

Permita V. Ex.^a um aparte?

A SR.^a RAQUEL CÂNDIDO: – Pois não. Concedo o aparte ao eminente Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Nobre Constituinte Raquel Cândido, tanto eu como o nobre Constituinte Vicente Bogo acompanhávamos com atenção o pronunciamento de V. Ex.^a, um pronunciamento contundente contra o imperialismo, reafirmando a importância do subsolo na

defesa dos interesses nacionais. E, ali, lembrávamos como essa luta está relacionada com a luta também em torno do solo, a luta pela reforma agrária. E tanto na questão do subsolo, que hoje é atacada, aqui, nesta Assembléa Nacional Constituinte por representantes de grupos poderosos nacionais ou alienígenas, também a luta pelo solo, a luta pela reforma agrária recebe esse mesmo combate. Comentávamos que tínhamos o prazer de ter ao nosso lado a nobre Constituinte, tanto numa como na outra luta. Em que pese fazer parte de um partido que no seu todo, ou em sua grande maioria se encontra do outro lado da trincheira, o meu pedido de aparte vem no sentido de trazer o nosso apoio e o nosso aplauso ao discurso de V. Ex.^a. Trazer também o nosso chamamento aos que a companheira tem ao lado, pessoas de outros Partidos, do PT, de setores do PMDB, aqueles que se possam dar as mãos firmemente para que essa luta tão dura, mas uma luta tão importante, seja vitoriosa um dia, na defesa dos interesses nacionais contra a sanha do imperialismo, que visa o nosso subsolo; em defesa dos nossos trabalhadores rurais, os trabalhadores sem terra ou com pouca terra, para fazer com que o solo brasileiro produza, para fazer do nosso povo um povo alimentado, que tenha condições de se aproveitar dessas grandes riquezas que o Brasil produz e que hoje, infelizmente, são sugadas por esses poderosos grupos econômicos nacionais e multinacionais. Muito obrigado à nobre Constituinte pelo aparte concedido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO: – Quero agradecer o aparte do eminente Constituinte.

Concluindo, Sr. Presidente, há de falar mais alto este Congresso, como em outros tempos, que foi a última salvaguarda dos interesses nacionais, o pulmão da democracia, o verdadeiro defensor do nosso povo; não podemos e não vamos falhar. O povo lá fora nos observa, ao mesmo tempo grita por seus direitos e por suas garantias.

Quero congratular-me agora sim, com o aparte do nobre Deputado Virgílio Guimarães dizendo que solo e subsolo e modelo econômico estão interligados. O Brasil e toda a Nação é consubstanciada neste jogo. Temos os avanços na Comissão da Ordem Social, mas sem o vital, sem o econômico. Onde aqueles que tudo têm e nada querem dividir em detrimento dos que nada têm, temos que ser mais contundentes naquilo que coloquei, sendo o Estado um homem.

O Estado é formado de duas pernas: é o solo e a outra é o subsolo; e o corpo deste Estado é a alma, que está consubstanciada em seu povo. O solo, pode ser corrigido e tem que ser dividido para aqueles que querem produzir, e trabalhar. Essa perna, eu diria, é perna do Garrincha; a perna do subsolo é a perna do Pelé. É a perna que tem que ter uma joelheira, uma chuteira especial, que não pode ser quebrada como foi a do Pelé uma vez, em detrimento de um jogo da Seleção, porque a política minerária e os minerais são bens não renováveis, eles não dão duas safras. E o corpo, o sangue destes País, que é consubstanciado no seu povo que quase já não tem alma e esperança, está sendo derramado através do sangramento das multinacionais e do capital internacional. É como se cortassem os punhos de um homem que está a sangrar todo o dia que passa. Quiseram, em certo momento, atingir até mesmo o monopólio do petró-

leo e tentam, de forma mascarada, de forma mentirosa, aos passageiros da agonia deste País, transvertidos de Constituintes, neste momento tão sublime para a Pátria e para a Nação.

Tentam, às vezes, com uma frase e com uma vírgula, tirar-nos do caminho e da dignidade de uma Nação, que tem servido para a riqueza e para o lastro das oito grandes nações ricas do mundo. As concessões e os alvarás são revertidos em pacotes de dólares, que são revertidos em juros, que aumentam a nossa dívida externa. As nossas reservas, através das concessões, nunca foram revisadas desde a época do tostão, quiçá na época do cruzado.

O que nós queremos com o contrato mineral, por tempo determinado, é o disciplinamento do capital estrangeiro. Não somos xenófobos para dizer que não queremos o capital internacional. Queremos, sim, mas de uma forma disciplinada, de uma forma respeitada, onde possamos fazer uma revisão naquelas concessões que foram feitas e entregues em tostões, de acordo com os pacotes de dólares que vieram em empréstimos para o nosso pseudo desenvolvimento e que foram revisados em juros, que nos deixam, muitas vezes, com a soberania abalada.

Sr. Presidente, a figura do contrato mineral, por tempo determinado, virá fazer a revisão do tostão, não apenas no cruzado, que é desmorulado, mas no lastro-ouro, que é compatível com a política econômica internacional. É através do lastro-ouro, do amianto, do nióbio, do quartzo, da platina, enfim, de todos os minerais deste País que temos condições de pagar a dívida externa três vezes e saímos liberados naquilo que tanto sonhamos, que é a liberdade de um país onde todos possam participar dessa riqueza, onde não tenhamos que nos agachar para sermos, quem sabe, se se continuar com esta política, engraxates de americano e vendedores de tomates de japonês. É esta a minha grande preocupação.

Encerro, neste dia memorável, em que, às 20 horas, estaremos aqui pedindo o destaque para a nova figura do contrato mineral, passando pelo Congresso Nacional, para que esta Casa e este Poder, que tem sido a mãe de todos os poderes, possa, também, estabelecer as suas prerrogativas, ao fazer os contratos minerais por tempo determinado, como é feito em todas as nações, sejam elas grandes ou pequenas. Todas as concessões terão que passar pela garantia do Congresso Nacional, para que nós, aqui, possamos prestar à sociedade a nossa responsabilidade como políticos e como pulmão da Democracia.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, nobre Sr.^a Constituinte Raquel Cândido, nobre Constituinte Benedicto Monteiro e nobre Constituinte Virgílio Guimarães, que nos prestigiam com a sua presença no plenário nesta data em que estamos iniciando as votações nas Comissões Temáticas, para dar seqüência aos trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte.

Venho à tribuna neste dia para me referi, em especial à questão fundiária e à Reforma Agrária no País.

A questão agrária brasileira é parte importante da questão social, muito embora este assunto esteja sendo tratado na Comissão da Ordem Econômica desta Assembléia Constituinte. Assistimos, quando da discussão da reforma agrária na Subcomissão, a um debate caloroso e produtivo. Ouvimos inúmeras entidades representativas de vários segmentos sociais. Trouxeram para a Assembléia Nacional Constituinte a posição que cada uma das entidades associativas pensa a respeito do problema agrário brasileiro.

No dia da votação, naquela Subcomissão, assistimos a um desrespeito para com todos aqueles segmentos representados pelas entidades que aqui vieram prestar o seu esclarecimento. Por uma manobra do Presidente daquela Subcomissão, tanto enfatizado já aqui em plenário, rasgou o Regimento Interno da Constituinte e pôs em votação a matéria em momento errado; aceitando um substitutivo apresentado por alguém que não quer a reforma agrária no Brasil. A aceitação daquele substitutivo foi a desgraça para milhões de trabalhadores rurais sem terra, neste momento da Assembléia Nacional Constituinte.

No Brasil não temos história de distribuição da propriedade do campo, temos apenas história de concentração de terra. Em meio a enorme concentração de terra, o trabalhador não tem espaço. Sabemos que 50,4% dos menores imóveis rurais detêm tão-somente 2,4% da área, enquanto 10,45% dos maiores proprietários rurais ocupam 80% da área agricultável no País. A concentração é exagerada.

Dante desse quadro, surge com força a migração dos trabalhadores. Mas a migração não surgiu como uma opção, foi impulsionada pela fome e pela miséria. Os trabalhadores se tornaram errantes pelo País. Os trabalhadores rurais do Nordeste vão para o Sul e vão para o Norte; e os do Sul procuram algo no Norte, é a via-sacra que acontece há dezenas de anos, mas ultimamente tem-se acelerado.

Acampando aqui, acampando ali e acampando acolá, o trabalhador migrante se tornou um instrumento barato das empresas rurais. Passou a ser um "bóia-fria", passou a ser um trabalhador temporário, mal pago, sem poder se organizar, sem poder reivindicar. O trabalhador passou a ser um escravo do sistema e de sua própria fome.

Em meio a tudo isso, o trabalhador vive sendo explorado, vive sendo violentado, vive sendo agredido, ameaçado e, com freqüência, assassinado pelo latifúndio.

É uma vergonha para um País tão grande possuir um índice de concentração de terras tão elevado. Segundo o índice de Gini, que é o indicador que mede a desigualdade da distribuição de terras, o Brasil está classificado como sendo um País de concentração com grau muito forte. O índice de Gini varia de zero a um. Acusa o índice zero quando toda a terra estiver distribuída em partes absolutamente iguais entre todos os proprietários e apresenta índice um quando a totalidade da terra pertence a um só proprietário.

Com o índice de Gini atingindo 0,837, o Brasil tem concentração de terras bem mais elevado que a Bélgica, Noruega, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai, Chile, Índia e Paquistão. Em todos esses países dados, embora haja concentração de terras, esta apresenta menos desigualdade social que no Brasil.

Temos, no Brasil, regiões onde a miséria é comparável àquela existente em Bangladesh. Onde está a linha de demarcação dessa pobreza no Brasil? Até hoje, por **inexistir** história de distribuição de terra, não conseguimos traçar a linha de miséria, para identificando-a, procurar a solução para esse problema. Mas sabemos que essa solução passa invariavelmente pela reforma agrária.

Aqueles que são contrários à Reforma Agrária têm sempre adotado uma mesma técnica. Esses adversários do reordenamento fundiário, impatriotas e maquiavélicos, nos últimos trinta anos sempre postergaram a ação do Poder Público em matéria de reforma agrária. Foi assim antes do Estatuto da Terra e assim foi nos 20 anos que lhe seguiram. Com perícia idêntica, agem também agora dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos anos 60 esses adversários da justiça social estavam centrados, reunidos, conglomerados em torno de uma odiosa sigla conhecida por TFP. Nos anos 80, com os mesmos objetivos perversos, estão reunidos na sigla UDR. Modernizaram um pouco as suas técnicas. Hoje tentam aliciar pequenos e médios produtores rurais para filarem-se à legenda da UDR. Enganam o povo, espalham mentiras, dizendo que a reforma agrária vai desapropriar todas as terras. Dizem, também, que a reforma agrária irá emperrar o processo produtivo no campo.

Não dizem nada a respeito dos milhões e milhões de trabalhadores sem terra que passam fome neste Brasil.

Pequenos e médios agricultores não precisam temer à reforma agrária; não precisam temer a limitação do tamanho da propriedade, pois esta atingirá (muitos poucos) latifundiários que concentram áreas demasiadamente grandes e injustificáveis para a realidade social brasileira.

Quero frisar que o PMDB tem compromisso com a reforma agrária. Tem compromisso desde a sua fundação. Os verdadeiros peemedebistas sempre defenderam a reforma agrária, sempre defenderam a necessidade de desapropriar o latifúndio e distribuir a propriedade da terra em favor dos que a saibam trabalhar.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. VICENTE BOGO: – Pois não, concedo o aparte ao nobre Constituinte Benedicto Monteiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – V. Ex.^a está traçando um plano muito importante a respeito do problema fundiário brasileiro. Queria contribuir com o discurso de V. Ex.^a, no sentido de que V. Ex.^a incluisse nos agravantes que se opõem à reforma agrária no Brasil, o que ocorre hoje nas Regiões Norte e Nordeste do País, principalmente na região Norte e Nordeste do País, principalmente na região Norte. Não é só o lavrador, não é só o trabalhador rural que está ameaçado, que está sendo assassinado, gradativamente, no correr desse processo. Existe lá um estrave muito sério, independentemente do que possa decidir a Justiça, o Sistema Judiciário, que está todo ele voltado para a propriedade civil, para a propriedade absolutista, decorrente do Direito Romano; independentemente disso, da formação dos juízes e advogados existe uma ameaça terrível aos advogados dos lavradores e dos homens sem terra. No meu Estado, por exemplo, dos dois colegas que advogaram em sindicato comigo, os dois já morreram.

Ontem, foi assassinado mais um. E de tal forma isso é um entrave a esse problema do processo da reforma agrária ou da estrutura fundiária do País que, quando era Procurador-Geral do Estado do Pará, instituí a Defensoria Pública, como objetivo exatamente de formar advogados para defender os posseiros rurais, os posseiros agrários e os posseiros urbanos, e não tive condições de obter para o Município de Marabá e do sul do Pará nenhum advogado que pudesse defender os trabalhadores, porque toda vez que o advogado era nomeado e chegava na Comarca, ele sofria ameaças de todo o tipo, senão tentavam comprá-lo as pessoas interessadas. Então, eu gostaria de incorporar ao discurso de V. Ex.^a esse depoimento para que o drama que V. Ex.^a está relatando se torne muito mais agravado.

O SR. VICENTE BOGO: – Agradeço o aparte, a contribuição importante que faz neste meu pronunciamento o nobre Constituinte Benedicto Monteiro. Homem que sem sombra de dúvida tem amargado a perseguição, a ameaça da ditadura e, ainda nesse momento, quando acompanhava ontem seu pronunciamento desta tribuna, dizendo de uma lista que teria sido divulgada, de cinco pessoas, líderes nacionais, que estariam jurados de morte; desses cinco nomes, quatro já foram executados e sendo o restante da lista, o primeiro da lista o nobre Constituinte Benedicto Monteiro, que aqui está e que esta Assembléia Nacional Constituinte e o Poder Público não podem deixar de tomar as providências de garantir a integridade física e a segurança inclusive da família e dele próprio nesse trabalho.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VICENTE BOGO: – Concedo um aparte ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Nobre Constituinte Vicente Bogo, eu não poderia deixar de solicitar esse aparte, no sentido de me solidarizar com o seu pronunciamento, inclusive com esse alerta feito agora com relação ao nobre Constituinte e bravo companheiro Benedicto Monteiro. Aproveito para tomar uma pequena deixa do seu pronunciamento, quando se referiu à manipulação que é feita dos pequenos proprietários rurais, querendo lançá-los contra a reforma agrária. E muitas vezes essa manipulação se utiliza de alguns argumentos que são justos, mostrando que o País precisa de uma política agrícola, querendo dizer que de nada adiantaria a distribuição da terra sem que junto a isso houvesse uma política agrícola ou a contenção de outros elementos, de outras variáveis que vêm prejudicando o pequeno proprietário, como é o caso dos juros bancários, dos preços dos insumos, do sistema de comercialização que tanto têm prejudicado o produtor. Queria dizer que essa tarefa de trazer para junto do processo de reforma agrária o pequeno proprietário é uma tarefa nossa, é uma tarefa de esclarecimento, de mostrar que eles não tem por que temer a reforma agrária, mas acima de tudo a reforma agrária é o objetivo deles, também. E que, se nós defendemos a política agrícola, não o fazemos com o objetivo de a opor à reforma agrária. Isso é uma manipulação. A reforma agrária, ao contrário, viabiliza uma política agrícola real e não uma política agrícola como tem acontecido até hoje, uma política creditícia, que é utilizada

da para desviar recursos públicos para os fundos dos grandes proprietários, dos capitalistas e que depois, com muita facilidade, aplicam no sistema financeiro, desviando esses recursos que deveriam estar aplicados na agricultura. Então, eu apenas acrescento que essa tarefa deve ser nossa de trazer esses pequenos proprietários para a luta contra as multinacionais que impõem os preços dos insumos de tudo aquilo que é necessário para a produção agrícola, de ir à luta contra capital financeiro que impõe juros escorchantes contra o capital atravessador, que se apropria de todo o lucro, fazendo um preço alto para o consumidor e explorando o pequeno proprietário. Tenho certeza que os trabalhadores sem terra e de pouca terra, vão se unir com estes pequenos proprietários, para engrossar o caudal da reforma agrária. Meus parabéns pelo pronunciamento, nobre Constituinte Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a e acolho, com satisfação, esta sua participação, que vem abrillantar ainda mais, creio eu, a linha de pensamento e a mensagem que queremos transmitir neste nosso pronunciamento. Creio da maior importância esta lembrança de que, quando nos referimos à reforma agrária, não a pretendemos como sendo um momento de se produzir a injustiça ou de se apelar para a prepotência. Mas, ao contrário, como uma forma de assegurar o mínimo de garantia, de segurança, daquilo que é indispensável a cada cidadão brasileiro e ao conjunto da sociedade.

Mas eu me referi, Sr. Presidente, além disto que acabamos de comentar, ao papel que nosso Partido, o PMDB, tem neste momento histórico, em numericamente dispor da maioria absoluta dos Membros desta Casa, da Assembléia Nacional Constituinte, diante deste grave problema da reforma agrária. E eu lembraria, inclusive, às Sr.^{as} e Srs. Constituintes que Parlamentares abrigados no PMDB ajudaram, na oportunidade em que votamos na Subcomissão o tema da reforma agrária, a derrotar a reforma agrária nesta primeira votação havida na subcomissão. Os agregados à nossa sigla defendem pura e simplesmente a tese do capital estrangeiro e por interesses próprios, bem mencionados pelos aparteantes ao meu pronunciamento.

A continuar esse caminho, o PMDB tem que adotar medidas mais fortes internamente, este é um caminho, ou melhor, este é um chamamento que eu faço. O programa do Partido, o estatuto do PMDB e o manifesto do PMDB contemplam inúmeras disposições que visam a reformulação fundiária do Brasil no sentido de que se alcance, em breve, uma melhor condição de vida a todos os trabalhadores rurais.

Estamos hoje iniciando o processo de votação do parecer do Sr. Relator da Comissão da Ordem Econômica. A questão agrária é tratada nessa Comissão num capítulo especial. Queremos chamar a atenção da sociedade, não só aos trabalhadores, nem tampouco aos trabalhadores da UDR, que por certo irão lotar as galerias deste plenário, para que fiquem atentos a tudo. As manobras, desta vez, serão rechaçadas energicamente e não as toleraremos como ocorreram na Subcomissão.

Os adversários da Reforma Agrária que não tentem engendrar artimanhas e posturas anti-regimentais, como fizeram da outra vez.

No dia de ontem, latifundiários do Pará – e aqui lembro novamente a figura do Constituinte Benedicto Monteiro que tem se pronunciado nesta linha e neste sentido – numa tentativa de covardia, de desespero, e, com certeza, por falta de iniciativa mais inteligente, mandaram assassinar o advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e também advogado da CPT, Dr. Paulo Fonteles, ex-Deputado Estadual do Pará eleito pelo PMDB e atual Presidente Regional do PC do B.

Este foi mais um crime do latifúndio, mais uma covardia de quem tem medo de perder com a democracia. Balaços no corpo de alguém que luta pelos trabalhadores rurais não será o modo mais fácil desses inimigos da justiça social alcançarem êxito no Brasil. Pelo contrário, a se repetir assassinatos dessa ordem, e eles vêm crescendo nos últimos anos, um dia a massa maior vencerá pela lei ou pela garra o poder do latifúndio. Não adianta mais assassinar 58 lavradores só em 1982; ou matar 95 no ano de 83; tirar a vida de 131 no ano de 84; deixar 181 famílias sem chefe no ano de 85 e acabar com a vida de outros 179 trabalhadores no ano de 1986. E em 87, sem dados contabilizados ainda, casos como o que ocorreu ontem, com o Dr. Paulo Fonteles.

Lembrava ontem, nesta tribuna, o Constituinte Benedicto Monteiro, aqui presente, ao qual já me referi algumas vezes, que o nosso Presidente da República, há poucos dias, usando de cadeia nacional de rádio e televisão dizia-se satisfeito por não ter visto ainda rolar sangue ou pingar sangue sobre o País. Creio que não precisará mais de motivos e razões, ou fatos, ou atos para comprovar o seu engano com relação à luta no País. Assassinar Paulo Fonteles foi, pelo menos, um erro estratégico de quem defende a manutenção da estrutura fundiária existente. Acabar com a vida de alguém que trabalha, de alguém que luta, que age em prol dos camponeses, é criar um mito entre aquela coletividade que dependia do trabalho de Paulo. O nome de Paulo será lembrado mais agora do que antes, mas será lembrado porque Paulo continuará lutando pela Reforma Agrária no espírito e na cabeça de cada sem-terra. O nome de Fonteles guiará todos à busca da justiça social, como de tantos outros que derramaram o seu sangue e perderam a sua vida por essa causa tão nobre.

Cuidem os defensores dessa estrutura arcaica da propriedade rural brasileira que o caminho que estão querendo indicar não é o melhor a ser percorrido. A revolta dos miseráveis não é ação de terror, nem nunca foi. A revolta de miseráveis, de famintos, de desesperados foi sempre a reação de uma ação desrespeitável, de uma ação explorada, de uma ação marginalizante. Não culpem, amanhã, quem praticar o revide coletivamente. Não é uma ação de luta que estão encetando; é a reação natural e física ao tratamento que receberam nesses anos, nessa história de quase cinco décadas.

Quero dizer que, como integrante do PMDB, defendi e continua sendo meu melhor pensamento, a limitação da propriedade rural em 50 módulos. Mas vendo sucumbir todas as propostas da Reforma Agrária na Subcomissão, vendo que o Sr. Relator da Comissão de Ordem Econômica, o Constituinte Severo Gomes, não acolheu o princípio limitativo da propriedade rural, é meu dever jogar ao calor do debate constitucional a tese

tirada pelo meu próprio Partido. Nesse sentido, apresentei emenda propondo a limitação em 300 módulos: para não fugir à disciplina do Partido e para não fugir da orientação partidária, que alguns membros do nosso Partido têm invocado, mas que têm negado na hora do seu voto.

Apresentei outra emenda, também tirada das conclusões do Congresso do PMDB, que limita em três módulos a propriedade rural de pessoa física ou jurídica estrangeira, e que ainda o Substitutivo do Sr. Relator da Comissão da Ordem Econômica não contempla.

Quero ver nesse quadro, nessa incerteza, nessa miséria, nesse desmando no campo, nessa forma primitiva de fazer justiça a bala, quero ver meus companheiros de Partido defender a tese da limitação da propriedade rural e a tese de permitir que estrangeiro possa se apropriar de, no máximo, três módulos rurais.

Conto com todos e busco apoio nas organizações populares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Alexandre Puzyna.

O SR. ALEXANDRE PUZYNA (PMDB – SC. – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há quarenta dias proferi minha última palavra desta tribuna falando da angústia que toda Nação apresentava face ao desajuste sócio-econômico financeiro.

Disse mais, que eu estava ao lado do Governo porque me sentia responsável pelo atual estado de coisas já que eu havia usufruído das boas horas do Plano Cruzado para me eleger e agora teria que arcar com o ônus da volta à inflação.

Estou aqui para dizer que responsável, consciente fiz um trabalho que ora apresento a esta Constituinte como prova inequívoca do sentimento que me envolve o desejo de contribuir através de subsídios.

Vejo com desolação a hiperinflação tomar conta, aliada à recessão, do nosso querido País.

O meu Estado, outrora viável e um dos mais ajustados do nosso Brasil, hoje está decaindo ao ponto de se tornar ingovernável. É bem verdade que houve um precedente muito grave causado pelo ex-Governador que maldosamente, maquiavelicamente até deixou atrás de si um campo arrasado.

Parece até que Pedro Ivo Campos, um homem sério e capaz, dotado de inquebrantável vontade adentrou num campo minado onde proliferam as minas de contacto, pressão, descompressão, tração e até de retardo.

Através de saques a descoberto o seu antecessor acabou com o Banco do Estado, por meio de acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, homologou a estabilidade por dois anos aos servidores estatais e de fundações; por meio de doações deu o que era do Estado a Governos municipais e, o que é pior, até a terceiros como foi o caso do terreno onde seria colocado o pilar da terceira ponte a ser construída, doada que foi a uma pseudo-sociedade.

O Estado hoje, muito embora o Sr. Governador Pedro Ivo o deseje, não pode pagar o gatilho porque as receitas só dão para pagar os salários, com o retorno do ICM aos Municípios, devendo

as obrigações sociais desde 1983 e com uma dívida atual de mais de 33 bilhões da qual mais da metade vencida ou a vencer no corrente exercício.

Acresce-se a este momento a crise brasileira e chegamos à inviabilidade do processo administrativo.

Meus Constituintes:

Pesando ponderadamente estes e os demais argumentos de nosso dia-a-dia foi que venho apresentar à douta sabedoria deste Congresso um trabalho calcado em dados concretos que já submeti à apreciação do Sr. Presidente da República, dos seus Ministros e de quase todos os parlamentares com o único objetivo de poder servir a minha gente.

(ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DO SR. ALEXANDRE PUZYNA)

UM PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL PARA O RELANÇAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Introdução

O Brasil encontra-se hoje diante da maior crise econômica de sua história contemporânea. Não há porque continuar minimizando a gravidade da nova situação econômica. É chegado o momento de estabelecermos uma trajetória de combate frontal às causas dos desequilíbrios que estão se tornando cada vez mais claros, à medida em que se agravam os principais indicadores de desempenho econômico do País.

Existem três razões principais que nos levam a definir como extremamente grave a situação econômica e social do País:

Primeiro, o atual impasse na reciclagem da dívida externa;

Segundo, o desequilíbrio das contas internas, traduzido por taxas de inflação crescentes e perigosamente altas, no limiar de um processo hiperinflacionário;

Terceiro, as crescentes reivindicações sociais da população, reflexo da quebra do encanto das promessas de um futuro de perspectivas mais favoráveis, tanto em termos de aumento da produção interna, quanto da expansão da oportunidade de emprego.

Este conjunto de problemas, por sua extrema gravidade, não admite manobras de adiamento nem de transigências. A postergação de medidas de ajustes fatalmente conduzirá, como já vem ocorrendo, ao agravamento da presente situação.

O Governo hoje tem de responder às demandas e distorções criadas pelo endividamento do País, e precisa ter coragem de atacar as distorções históricas e estruturais que geraram o próprio processo de expansão com endividamento. Entre essas distorções históricas cabe menção ao estado de carência em saúde, educação e nutrição de largas camadas do povo e, ainda, o excesso de centralização administrativa e de ingerência regulatória e empresarial do Estado na área econômica.

O Governo tem diante de si um grande desafio, que é o de promover a estabilização econômica dentro de um processo de abertura política. O teste final desse desafio é, justamente, o de conseguir remobilizar a sociedade, numa conscientização coletiva para a absoluta necessidade de assumir um plano de ajustamento econômico claro e transparente, que seja capaz de resgatar as forças sociais do País do atual estado de perplexidade e incerteza em que se encontram.

É preciso que todos compreendam perfeitamente as implicações desastrosas da opção por um imobilismo diante da crise, para, assim convencidos da urgência de uma reação positiva geral, hipotecarem sua solidariedade às ações empreendidas no plano governamental.

Cumpre ao Governo o papel de propor um plano claro que devolva à população a esperança de estabilidade e do crescimento. A responsabilidade da sociedade não está em simplesmente

apoiar toda e qualquer iniciativa governamental, mas, sim, em apresentar sugestões e mesmo críticas, desde que amparadas por uma grande dose de espírito público e de sinceridade de propósitos.

Movidos por esse espírito, sentimo-nos no dever de apresentar algumas idéias que julgamos aproveitáveis como ponto de referência para o debate a ser conduzido e orientado pelas autoridades governamentais. Nossa visão do problema econômico não pretende ser extensiva, mas, sim, intensiva em sublinhar os pontos fundamentais causadores dos atuais desequilíbrios nos planos externo e interno. Por isso, escapará aos limites de nossa análise o detalhamento da programação setorial ou regional, que só teriam cabimento dentro de um estudo bem mais pormenorizado.

A idéia básica do plano

O plano ora proposto tem como característica essencial a idéia de articulação, ou seja, a preocupação com a coerência lógica entre as medidas saneadoras nas áreas externa, interna e social. Se não houver esta articulação, nenhum programa de Governo vai funcionar e logo perderá a confiança da sociedade. Entendemos que não adianta tentar amenizar a dívida social, via decretos generosos de reposição salarial ou através de controles de preços, se não forem negociadas em profundidade as dívidas externa e interna. Tampouco adianta continuar tentando equilibrar as contas externas às custas de desvalorizações reais do câmbio, de contenção salarial e de aumentos de impostos se o País não propuser, imediatamente, um acordo definitivo sobre a questão da dívida externa, nem se decidir a conter a inflação de um saneamento rigoroso do setor público.

A síntese do plano proposto está calcada na premissa de que não existem medidas mais inadiáveis do que outras. Trata-se de um conjunto articulado de medidas que fará o plano de recuperação funcional e cujo quadro-resumo pode ser apresentado da seguinte forma:

DIAGNÓSTICO		PROPOSTA		EFEITOS PRETENDIDOS	
Obstáculos imediatos ao crescimento econômico	Causas do estancamento	Pontos principais do plano de recuperação		Impactos positivos sobre o crescimento e à distribuição de renda	
I D I Valor exagerado do serviço da dívida.	I a) reduz o espaço de amortização; I b) reduz o fluxo de poupança externa; I c) reduz o salário real.	I a) eliminação imediata de 'spreads' e comissões; I b) renegociação de todo o principal das referências de 5 anos; I c) reinvestimento integral no País, da parte inflacionária dos juros externos;		I a) mais espaço para investir; I b) mais poupança externa; I c) mais competitividade comercial.	
I E I		I d) medidas de consolidação comercial do País no exterior.			
I X I					
I T I					
I E I					
I R I					
I N I					
I A I					

	DIAGNÓSTICO	PROPOSTA	EFEITOS PRETENDIDOS	
D Í V I D A I N T E R N A	Juros internos alcançaram níveis insuportáveis.	<p>a) as causas principais são a inflação ascendente e o déficit público incontrolável.</p> <p>b) não há motivação para investimentos.</p>	<p>a) saneamento do setor público por conversão do passivo oneroso e maior eficiência administrativa.</p> <p>b) reforma tributária objetivando progressividade, abrangência e melhor repartição da receita;</p> <p>c) medidas de reforço à capitalização das empresas.</p>	<p>a) aumento dos investimentos públicos e privado;</p> <p>b) aumento do nível e da intensidade de emprego de mão-de-obra;</p> <p>c) aumento dos salários reais por expansão da produtividade.</p>
D Í V I D A S O C I A L	A enorme concentração da renda esgotou a capacidade de espera do assalariado.	A confiança no futuro só será recomposta com garantias de ganhos futuros reais.	<p>a) reformulação na gestão PIS / PASEP.</p> <p>b) reforma da previdência e assistência médica;</p> <p>c) medidas de esforço à produção agrícola, à construção civil e à educação.</p>	<p>a) solidarização da mão-de-obra aos resultados da empresa;</p> <p>b) maior equilíbrio setorial e regional;</p> <p>c) potenciação do capital humano.</p>

É preciso se ter bem claro que para devolver ao País a capacidade de crescer, a poupança deve se expandir ao nível dos investimentos planejados. Mas isso somente será viável quando:

Mas isso sómente será viável quando:

1º - promovermos uma adequada renegociação da dívida externa, que realmente envolva os credores no nosso esforço de recuperação, abrindo-lhes a oportunidade de participar com risco do processo de crescimento futuro, pela retenção no Brasil de uma parcela significativa da renda que é remetida ao exterior, via iuros e **spreads**.

2º - realizarmos um saneamento completo no setor público, o que passa necessariamente por uma redução radical do nível de exigibilidade da dívida desse setor, obviamente conjugado a uma total reversão dos critérios de gestão da coisa pública;

3º - montarmos um novo sistema de incentivo à capitalização das empresas privadas e à poupança das famílias, pois os recursos hoje carreados compulsoriamente das empresas e das famílias, para o Estado financiar os fundos públicos de aposentadoria, assistência médica, habitação

etc., estão completamente antes experimentadas. O corte de comprometidos com gastos renda trouxe a recessão, e com ela, a exclusivamente correntes, que quase nenhuma relação têm com brasileiras, ao mesmo tempo investimentos reais produtivos. em que se desviavam produtos

A correta compreensão desse sucinto diagnóstico da situação econômica e social do País nos leva à discussão dos pontos principais da terapêutica sugerida no quadro-resumo.

Plano para a dívida externa.

Ao final de 1982, o Brasil se encontrava, virtualmente, num impasse financeiro em relação à sua dívida externa. Os credores e o FMI impuseram ao País um rigoroso programa de ajustamento baseado num esforço unilateral do devedor. Os spreads e as comissões cobradas do Brasil se elevaram substancialmente. Reduziu-se drasticamente o acesso do País aos créditos interbancários. Finalmente, exigiu-se que o Brasil não só desvalorizasse significativamente sua taxa de câmbio real, como também impôs-se à população um corte de renda, via contenção salarial e aumento de impostos, de proporções nunca igualadas. Tudo isso utilizou quase integralmente para o pagamento da conta de juros. Mesmo assim, devido ao ingresso de dinheiro novo em 1984, no montante de 6,5 bilhões de dólares, foi possível recompor o nível das reservas do País para 7,5 bilhões de dólares naquele ano e 7,7 bilhões de dólares em 1985. A partir de 1985, além de não entrar mais nenhum tostão de dinheiro novo, aumentaram enormemente as transferências para o exterior, como mostra a tabela a seguir. De 1982 a 1986, os pagamentos de juros e outros serviços e as transferências de lucros e dividendos sangraram 65,7 bilhões de dólares do País.

Transferências de recursos financeiros ao exterior:

1982 – 1986

Discriminação	Fluxos em US\$ bilhões					
	1982	1983	1984	1985	1986	1982-86
1 – Juros	11,4	9,6	10,2	9,7	9,1	50,0
2 – Lucros e dividendos	0,6	0,8	0,8	1,1	1,2	4,5
3 – Outros serviços	3,5	2,3	1,7	1,5	2,2	11,2
4 – Pgtos. Totais (1+2+3)	15,5	12,7	12,7	12,7	12,3	65,7
5 – Ingressos líquidos de capital estrangeiro	10,2	3,9	9,0	- 0,6	- 0,8	21,7
6 – Transferência ao exterior (4-5)	5,3	8,8	3,7	12,9	13,3	44,0

Transferências correntes:

1982 – 1986

Discriminação	Fluxos em US\$ bilhões					
	1982	1983	1984	1985	1986	1982-86
1 – Balança comercial	0,8	6,5	13,1	12,4	9,5	42,3
2 – Serviços líquidos	15,5	12,7	12,7	13,3	12,5	65,7
3 – Transações correntes (1-2)	- 14,7	- 6,2	0,4	0,1	- 3,0	- 23,4

Em 1986, com a acelerada redução do nível das exportações brasileiras, as reservas internacionais do País caíram para nível perigoso, obrigando o Presidente da República a tomar a decisão histórica de suspender por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa.

A suspensão do pagamento de juros não se aplicou, no entanto, às linhas interbancárias concedidas por bancos estrangeiros a bancos brasileiros no exterior, nem aos créditos comerciais de curto prazo. Essas linhas, que totalizavam respectivamente cerca de US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões antes do anúncio da suspensão do pagamento dos juros da dívida de médio e logo prazo, são de grande importância para a liquidez dos bancos brasileiros no exterior e para o comércio exterior do Brasil.

O esforço comercial externo deve continuar. O grau de abertura da economia brasileira ao exterior (as exportações correspondem a pouco mais de 8% do PIB) ainda é dos mais baixos do mundo, o que indica ser possível expandir muitíssimo as nossas oportunidades no mercado externo, ampliando-se significativamente o padrão de competitividade dos nossos produtos. Mas esse esforço de abertura comercial só faz sentido se os ganhos gerados pelas exportações puderem ser utilizados para aumentar nossa capacidade de importar, sem a qual a economia permanecerá estancada. As reservas brasileiras devem continuar aumentando gradualmente, para dar ao Brasil a condição de propor e manter os termos de uma renegociação realmente equilibrada de sua dívida.

O crescimento da economia brasileira é requisito essencial à garantia desejada pelos credores de que o serviço da dívida externa continuará sendo honrado no futuro. E para voltar a crescer, sem queimar reservas, o Brasil tem que ampliar suas importações. De fato, o atual coeficiente de importações, em relação ao PIB, excluindo petróleo, baixou para um nível de 3,7% em 1986, contra 5,2% em 1980. Mas se o Brasil, em 1988, voltar a colocar em disponibilidade todo o seu saldo comercial para pagamento de juros, o espaço de ampliação de importações continuará bloqueado. Esta é uma contingência tecnicamente inaceitável para um País que, durante vários anos, já realizou todo o esforço possível para atender às exigências da parte credora. Daqui para frente, é preciso programar melhor a contribuição dos

credores à recuperação econômica do país devedor, em benefício de ambas as partes.

O novo tratamento da dívida externa se encontra em dois blocos de propostas: as primeiras dizem respeito à redução do custo financeiro da dívida (o fluxo de juros, **Spreads** e comissões pagos), enquanto as outras medidas provêm o reescalonamento e eventual redução do saldo devido. Todas as providências são perfeitamente negociáveis, desde que as autoridades se disponham a tanto, que a Nação esteja preparada e que o país mantenha uma adequada retaguarda de divisas, de petróleo e de estoques de alimentos.

MEDIDAS PARA REDUÇÃO DO ATUAL CUSTO FINANCEIRO

A providência mais imediata será cortar o pagamento de quaisquer comissões extras bem como anunciar, na próxima renegociação, que o Brasil espera dos credores a total eliminação do **Spread** de risco. Como o lucro normal dos bancos já está embutido na própria taxa básica de juros, a cobrança de um ágio pelo risco é tecnicamente absurda. Com esta providência, o Brasil já ganharia, no próximo ano, um adicional estimado em torno de 2 bilhões de dólares para aumentar importações.

Como providência adicional de redução da renda remetida ao exterior, o Brasil negocia, em bases mutuamente aceitáveis, a retenção da parcela de juros correspondente à inflação americana, igual a 3 ou 4% (ou seja, algo em torno de 30 a 40% do serviço total de juros) para pagamento em cruzados. Esta conta em cruzados, retida no Banco Central, poderia ser sacada pelos credores, através de companhias de exportação de produtos brasileiros, ou, preferencialmente, através de sociedade de investimento no mercado de capitais brasileiros, pela aquisição de cotas de fundo de ações. Nessa segunda providência, que representaria um desafogo adicional de outros 3 a 4 bilhões de dólares para ampliar importações, estaria assegurada a superação do bloqueio ao crescimento econômico atualmente imposto ao País, bem como uma efetiva demonstração de interesse dos credores na abertura comercial e no relançamento da economia brasileira. A poupança externa voltaria a contribuir, como no passado, para o progresso do País.

Somados os efeitos das duas medidas acima, a capacidade de importar do País estaria ampliada em cerca de 40% no próximo ano. Mesmo que uma parte desse adicional fosse dedicada ao reforço das reservas cambiais do País, o restante seria suficiente para empurrar o crescimento global em 1988 a uma taxa de até 8%, dependendo do sucesso dos demais ajustes internos da economia.

Adicionalmente, para manejar melhor o estoque da dívida existente, um outro conjunto de providências seria negociado:

a) conversão de empréstimos de empresas estrangeiras sediadas no Brasil em capital próprio;

b) reescalonamento do perfil de amortizações de modo a aplacar os picos de saídas de recursos nos próximos anos;

c) maiores prazos de carência em empréstimos novos:

d) maior uso de empréstimos em condições favorecidas, de entidades como o Banco Mundial; e, principalmente, a

e) conversão em bônus de 30 anos de prazo de qualquer parcela de juros reais excedente a algo em torno de 6% ao ano.

A redução da margem extraordinária de lucro dos credores prevista neste programa, não passaria sem adequada contrapartida brasileira, o que é perfeitamente compreensível numa situação de negociação política equilibrada. Além de dar garantia total quanto ao pagamento integral da dívida no futuro, essencial para o preço de mercado das ações dos bancos credores, o Brasil teria interesse em liberalizar seu regime tarifário, tornando-o suficientemente flexível, sem prejuízo da defesa de nossas indústrias em fase de implantação, bem como da modernização da atual legislação de investimentos externos e remessa de lucros, em tudo que não conflitasse com a soberania nacional e com a estabilidade cambial.

O sucesso deste novo tratamento da dívida externa, bem entendido, só é possível na medida em que seja articulado com as propostas contidas nos capítulos em que se trata das dívidas interna e social. Além disso, o ajustamento dinâmico da dívida externa estará sempre na dependência de que o País consolide cada vez mais sua presença comercial no exterior. Assim, além de uma política cambial de equilíbrio de mercado, será necessário implantar um esquema moderno de financiamento às exportações, nos moldes praticados por outros países desenvolvidos. Provavelmente, o pivô desse novo esquema seria a constituição de um banco de comércio exterior, absorvendo boa parte das funções hoje desempenhadas pela CACEX e pelo Banco Central.

Plano para a dívida interna:

A exigência de um programa articulado de recuperação da economia brasileira não implica que todas as medidas devam ser tomadas instantânea e simultaneamente. Mas, certamente, a gravidade do momento exige concentração de esforços tanto no fronte externo como no interno. Ao mesmo tempo que medidas são tomadas com vistas a buscar o equilíbrio das contas externas, o Governo deve dedicar especial atenção ao combate à inflação e aos demais fatores causadores dos altos juros internos atualmente praticados. O controle do déficit do setor público desponta, sem dúvida alguma, como principal elemento de rigidez dos juros internos. A necessidade de financiamento da dívida pública federal, das dívidas mobiliárias estaduais, bem como dos empréstimos das empresas estatais junto ao sistema financeiro, acarreta uma continua e crescente absorção da poupança financeira disponível.

Os empréstimos concedidos pelos bancos comerciais ao setor governamental (não-financeiro) como percentagem do saldo global de empréstimos revelam o grave efeito desequilibrador trazido pelo endividamento público, cuja permanente competição pelo crédito disponível não só tem empurrado a níveis assustadores os juros internos, como também reduzido as possibilidades de financiamento das atividades produtivas privadas, com prejuízo permanente para o nível global de emprego da mão-de-obra.

Além disso, é preciso notar que a parcela mais significativa do déficit público ainda não foi efeli-

vamente controlada. Mesmo descontando-se o efeito das correções monetária e cambial, ou seja, no conceito mais restrito de déficit operacional, o setor público continua tendo que financiar dispêndios muito superiores à sua capacidade de arrecadação.

Quando se adiciona a esse quadro o conhecido fato que a capacidade de gastar dos governos e das empresas estatais encontrase apenas "represa" à espera de um novo sinal verde das autoridades, é fácil concluir que vivemos na iminência de um difícil impasse, envolvendo a própria sobrevivência do sistema financeiro dentro do regime de uma economia de mercado. A esse respeito, basta analisar o saldo da dívida pública, que mostra quanto os intermediários financeiros são hoje dependentes dos créditos concedidos ao setor público. A propensão inflacionária embutida nesse quadro é enorme. Nenhuma modificação das regras de indexação, mesmo favorecendo a atenuação da rolagem da dívida, será suficiente para dar uma resposta para o impasse.

A solução deve encarar não só a urgência do alívio sobre a rolagem do setor público, para se deter a alta dos juros internos, como também não pode deixar de contemplar um novo regime de gestão empresarial das administrações direta e descentralizada, tanto quanto das empresas estatais.

A União dispõe de ativos em seu poder, constituídos pelo patrimônio acionário das empresas em que participa. Não se justifica, portanto, que esses ativos permaneçam na carteira do Tesouro Nacional, enquanto se permite, por outro lado, que o próprio Tesouro e as empresas do Estado continuem impedindo a reativação da economia com as altas taxas de juros provocadas pela rolagem de sua dívida.

Propõe-se aqui a utilização de parte do patrimônio acionário dessas empresas, em poder da União, na liquidação dos débitos do setor público, seja das próprias empresas ou da União (dívida pública), com o sistema financeiro interno e com as empreiteiras e fornecedores. Os dados disponíveis mostram ser possível lograr redução significativa dessa dívida. Pelos resultados dos balanços de apenas 17 grandes empresas estatais, é possível demonstrar que algo em torno de 20% até 80% da dívida total do setor público seriam eliminados, dependendo do interesse da sociedade em manter a União no controle da gestão de algumas dessas empresas. As ações da União poderiam ser oferecidas em troca da liquidação dos débitos das empresas com o sistema bancário interno, ou em troca do resgate de títulos da dívida mobiliária da União (OTN). Reduz-se, assim, a relação devedor/credor na economia, e cria-se a co-participação em resultados e em responsabilidades, decorrentes do desempenho do setor produtivo estatal.

São muitas as vantagens da solução proposta, eventualmente acoplada a um alongamento dos prazos da parte da dívida não convertida. Entre essas vantagens mencionaríamos:

a) a proteção patrimonial dos credores, que hoje estão arriscados a um inadimplemento maciço; com a solução proposta haveria uma momentânea perda de liquidez, em troca de mais segurança e lucros potencialmente compensadores no futuro;

b) alterar-se-ia a gestão empresarial pública e o seu controle financeiro com a co-participação

privada, proporcionando os efeitos desejáveis de uma desestatização eficiente;

c) a capitalização das empresas públicas diminuiria a pressão para cobertura de custos financeiros, através de majorações dos preços e serviços por elas fornecidos.

O saneamento financeiro, embora essencial, estabelece, contudo, apenas um novo começo. É necessário que, a partir daí, a relação societária adquira bases de confiança mútua através de reforma institucional que dê à sociedade meios de controle efetivo sobre a ação dessas empresas. A forma mais eficaz de controle é a imposição da apreciação e aprovação, por parte do Congresso Nacional, do orçamento consolidado das empresas estatais. Cuidar-se-ia, nesse orçamento, não só do equilíbrio financeiro, como da geração de recurso, impondo-se limites rígidos à capacidade de endividamento das empresas. Ao Congresso caberia, também, como órgão de representação máxima da sociedade, o poder de fiscalizar e cobrar responsabilidades dos dirigentes dessas empresas. Não se trata aqui de mais uma proposta químérica de orçamento unificado. Sugere-se simplesmente transformar em lei orçamentária o atual orçamento já consolidado pela SEST.

Com relação às finanças das empresas dos Estado e Municípios, sugere-se ação idêntica à indicada para o saneamento financeiro da União. Indica-se, também, que o controle orçamentário seja exercido pelas Assembleias Legislativas. Não se dispõe de dados para avaliação quantitativa das possibilidades de transformação da dívida em participações acionárias, mas estas seriam, por certo, significativas. Cumpre ademais sublinhar a necessidade de reforma tributária, que redistribua recursos e obrigações no sentido de um verdadeiro federalismo fiscal. Essa medida, além de necessária sob o ponto de vista econômico, conjuga-se com a meta de descentralização das decisões, com maior participação dos governos locais, e consequente melhoria do atendimento das necessidades específicas das comunidades.

O programa de saneamento do setor público passa também pela chamada "Reforma Bancária", na verdade uma reforma das funções e atribuições financeiras do próprio Governo.

Esta reforma, ora em fase de debates na Assembléia Nacional Constituinte, institucionalizaria de forma efetiva e tomaria transparente a função de Autoridade Monetária na economia, separando-a dos papéis de convalidadora compulsória dos déficits públicos. O Banco Central deve deixar de ser o banco de fomento dos chamados setores prioritários. Consideramos essencial a inclusão, no orçamento da União, dos dispêndios ainda sob a responsabilidade do Banco Central, bem como dos eventuais e remanescentes subsídios ao consumo, à exportação e à agricultura, além da totalidade dos encargos da dívida pública interna. Esses subsídios devem passar pelo crivo do Congresso, ou ser simplesmente eliminados. Com isso, o Banco Central dedicar-se-ia tão-somente ao papel de Autoridade Monetária, cuidando da liquidez da economia, do controle das reservas internacionais e do sistema financeiro, através de operações de mercado aberto, exclusivamente com Letras do Tesouro Nacional, bem como através dos demais instrumentos clássicos da política monetária.

O conjunto de medidas na área pública tem, afinal, o intuito de permitir uma redistribuição de gastos públicos, no sentido de beneficiar os setores sociais, e possibilitar o investimento em capital humano (educação e saúde) e nas funções típicas de Governo em economias de mercado, com redução significativa dos dispêndios em áreas perfeitamente ocupadas pelo setor privado. Retornaria, assim, o setor público ao papel que sempre lhe foi atribuído no campo econômico, em nossas Constituições Federais: o de agente complementar ao setor privado.

No extenso capítulo da Reforma Tributária, o esforço de contribuição técnica deve-se deter na enumeração dos principais problemas a serem superados e na direção desejável da reforma.

O campo tributário é matéria essencialmente política e, portanto deve ser parte integrante de um debate social muito mais amplo, conduzido no âmbito da própria reforma constitucional. A orientação técnica desejável na matéria tributária contempla os seguintes tópicos principais:

a) reforma do imposto de renda, de modo a permitir:

– maior incidência fiscal sobre as pessoas físicas e desoneração gradual das empresas, mormente as de pequeno porte;

– maior abrangência das rendas tributáveis, abrindo espaço para uma redução das alíquotas nominais incidentes sobre cada faixa de renda;

b) reforma do regime do ICM, com o objetivo de tornar sua aplicação mais flexível e efetiva, vinculada às necessidades tributárias de cada Estado; e

c) dar continuidade à reforma da repartição de rendas federais para Estados e Municípios, bem como das receitas estaduais para as municipalidades, de modo a implantar-se no País um efetivo federalismo fiscal.

No tocante à reforma do imposto de renda, ficam como sugestão as seguintes providências:

a) reduzir as alíquotas nominais do IR sobre pessoas físicas e jurídicas para um máximo de 40%;

b) permitir que lucros de empresas com pequeno número de acionistas sejam tributados diretamente nas pessoas físicas;

c) permitir que parte do IRPJ seja compensada na declaração de renda do acionista, na proporção dos seus dividendos;

d) incluir na declaração do IR todos rendimentos de capital realizados, isto é, lançar obrigatoriamente no progressivo – com a devida compensação por imposto recolhido na fonte – os juros, dividendos, bonificações reais de lucros, já descontada a inflação, inclusive os ganhos obtidos na compra e venda de imóveis e ativos financeiros, negociados ou não em Bolsa, bem como outros recolhimentos reais acumulados em ativos bicos e financeiros, transferidos por doação e herança.

As finanças estaduais continuarão deficitárias enquanto as unidades da federação estiverem submetidas a uma legislação centralizadora e inflexível, dadas as disparidades regionais. O potencial de ICM como instrumento de arrecadação é inegável. Poder-se-ia conferir aos Estados a liberdade para tributar o valor adicionado de todas as mercadorias e serviços comercializados internamente com a alíquota que melhor lhes aprovou esse.

O Estado de São Paulo, por exemplo, poderia elevar a arrecadação na base de 50%, se pudesse incluir, na base do ICM a venda de combustíveis, lubrificantes, eletricidade e comunicações, embora, para isso, os impostos únicos tivessem que ser desativados. Por outro lado, com essa receita adicional poder-se-ia cifrar um fundo de compensação interestadual, a fim de se promover a necessária isenção de ICM sobre todos os produtos exportados, que hoje gravam principalmente as exportações agrícolas.

As fontes básicas de recursos dos Municípios são as cotas-parte do ICM, as transferências federais (fundos de participação – FPM) e o imposto sobre a propriedade. Esses instrumentos são, entretanto, insuficientemente explorados e merecem aprimoramento. Um ICM abrangente, que inclua setores hoje imunes, e mais dinâmico, com alíquotas flexíveis, que retomasse aos Municípios o grosso das suas quotas, com base no número de habitantes e não na produção local, evitaria a excessiva concentração de devoluções do ICM aos Municípios industrializados. Os FPM deveriam ser elevados à categoria de principal veículo de equalização de renda intermunicipal e, inclusive, inter-regional. Ao contrário de subsídios ou investimentos diretos e fundos especiais, cuja manipulação política nas esferas superiores do Governo é bastante comum, a redistribuição dos FPM é transparente e automática. Finalmente, cabe notar que o imposto sobre a propriedade no Brasil ainda não é utilizado a nível do seu potencial para financiamento dos gastos público locais. Basta dizer que a alíquota média anual do IPTU no Brasil não passa de 0,5% do valor do mercado das propriedades, enquanto nos países desenvolvidos essa alíquota atinge 1,50%. Do mesmo modo, o imposto territorial rural, hoje administrado pelo Incra, com objetivos teóricos de utilização ótima da terra, poderia ser delegado aos próprios Municípios como reforço significativo para suas rendas locais.

O vértice da pretendida reforma tributária repousa, como vimos, nos princípios de incentivo à capitalização empresarial e de redistribuição social dos encargos fiscais. Esses princípios constituem a essência do processo de renovação do arcabouço tributário. Medidas específicas referentes a este ou aquele tributo poderão sempre sofrer ajustes durante o andamento da reforma. No entanto, as linhas básicas de ação devem ser imediatamente compreendidas, articulando-se coerentemente com o conjunto do Programa de Recuperação.

O Saneamento do setor público, a reforma tributária e a capitalização empresarial são os pontos essenciais do programa para a dívida interna. Entretanto, medidas adicionais e complementares tomam-se necessárias para a adequada articulação do programa. Em particular, é preciso rever:

a) os atuais critérios de indexação de preços, salários e câmbio;

b) o modo de atuação do sistema financeiro, em especial no tocante ao setor de poupança e financiamento habitacionais;

c) os critérios futuros de investimentos na área pública.

Plano para a dívida social.

A dívida social é o comprometimento coletivo para com um futuro mais próspero. É o que justificam os sacrifícios do presente, em termos de

consumo, de bem-estar, em favor de investimentos que farão o futuro melhor do que o presente. A dívida social envolve, portanto, um compromisso coletivo conosco mesmo e com as gerações seguintes. A própria adesão individual a uma sociedade livre só se justifica se baseada nesse pressuposto de solidariedade que implica a dívida social.

Todos esperam, enfim, que a sociedade se organize de modo a prover oportunidades suficientes de emprego e de remuneração condizente com a produtividade, que todos participem também dos frutos do aumento da eficiência do capital físico, que seja garantido um sistema mínimo de proteção à infância e à velhice, bem como à saúde, e que, além disso, haja segurança de provisão de alimentos, e apoio máximo a novas inversões no capital humano, via educação e pesquisa. Este é o essencial que, a nosso juízo, só se pode obter num ambiente de liberdade, quando a iniciativa econômica também é livre e o Estado conhece seu papel indelegável — que, certamente, não é o de disputar fatias na operação da máquina econômica para a defesa de interesses aí constituídos, mas sim, o de abrir a picada do futuro, coordenando os rumos gerais da sociedade e dos investimentos no capital humano.

A redistribuição eqüitativa da renda, o incentivo à participação social nos ganhos de produtividade, a proteção à saúde e a garantia de renda na velhice, a segurança de provisão alimentar, e principalmente, os investimentos no capital do conhecimento, via educação e pesquisa, são estes os pilares da atuação do Estado na sociedade moderna, e os meios pelos quais a dívida social pode ser equacionada sem prejuízo da democracia política e da liberdade de mercado na área econômica.

De pouco adiantará um tratamento correto das dívidas externa e interna, se o papel do Estado, neste Programa de Recuperação, não for também adequadamente redefinido, para compor conjunto harmônico com as esperanças contidas no pagamento da dívida social.

O programa para a dívida social contemplará três ações destinadas a melhor assegurar a distribuição eqüitativa de renda, bem como a maior participação dos trabalhadores associados nos frutos do desenvolvimento do País. Estas ações são:

- a) reforma da Previdência Social e,
- b) modernização da Assistência Médica e,
- c) reformulação do PIS.

Previdência Social

Uma análise da situação econômico-financeira do sistema previdenciário oficial revela tendência a déficits crescentes originados, primordialmente, por um descompasso flagrante entre as taxas reais de crescimento da receita (contribuições) e das despesas com benefícios, estas últimas expandindo-se em cerca de 10% ao ano, contra uma receita virtualmente estagnada, em termos reais.

As tendências atuariais de médio prazo mostram que, embora obtinível, o equilíbrio do sistema afigura-se bastante frágil, pois requer acréscimos reais do salário médio de contribuição de no mínimo 2% ao ano, mesmo sob hipóteses bastante otimistas quanto à geração de emprego e formalização das relações de trabalho.

Como ponto de partida para o equacionamento do problema, em termos mais imediatos, sugere-se:

I — separação dos custos do seguro social, assistência médica e assistência social, tornando, assim, transparentes as demandas financeiras específicas de cada um desses programas;

2 — integração do orçamento previsionário ao Orçamento da União e sua aprovação pelo Congresso nacional;

3 — equalização das taxas de reajuste de benefícios à média dos reajustamentos da folha de salários de contribuição;

4 — revisão dos benefícios em manutenção e o estabelecimento de critérios mais rígidos de concessão, com vistas ao controle do elevado nível de fraudes existentes em algumas áreas;

5 — intensificação dos esforços no sentido de reduzir o inadimplemento e a sonegação.

Assistência Médica.

O principal problema identificado na área de saúde/assistência médica é o da baixa eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, fruto, dentre outras causas, do alto grau de centralização do poder decisório no INAMPS, da falta de articulação institucional entre os diversos níveis de governo na execução de programas, e de um relacionamento imperfeito entre governo e prestadores de serviço.

Propõe-se a gradual descentralização das responsabilidades pelas ações de saúde e assistência médica aos Estados e Municípios, inclusive no que se refere à geração de recursos para estes fins, retendo o Governo Federal apenas um mínimo necessário à equalização das desigualdades regionais.

Uma segunda proposta objetiva, seria a revisão das formas de relacionamento entre Governo e prestadores de serviços, procurando, na medida do possível, introduzir mecanismos de controle através dos próprios usuários. Neste sentido, recomenda-se o incentivo à constituição de Organizações Mantenedoras de Saúde, basicamente integradas por grupos médicos que, mediante um pré-pagamento fixo *per capita*, responsabilizar-se-iam pela saúde/assistência médica dos indivíduos a elas filiados.

Pode-se esperar que essas organizações elevem sobremaneira o nível de eficiência dos serviços, inclusive por darem maior ênfase à medicina preventiva, de custo muito inferior à prestação de serviços curativos a seus filiados.

Finalmente, em obediência à diretriz de universalização e simplificação do entendimento, sugere-se o incentivo à formação de equipes locais de saúde básica, integradas por membros das comunidades especialmente treinados sob orientação médica, que se responsabilizariam pelas ações básicas de saúde, com especial ênfase na educação sanitária das populações de baixa renda. A esse respeito, vale lembrar a notável experiência já acumulada, por exemplo, pelo serviço de assistência social das agências estaduais de extensão rural.

O programa na área da dívida social, aqui exposto apenas em suas linhas básicas se completa com uma proposta de solidarização do capital ao trabalho, através da reformulação do PIS. Esta reformulação tem amplo objetivo:

a) reforçará substancialmente o capital de giro das empresas, consoante a meta global de capita-

lização empresarial de todo o Programa de Recuperação Econômica;

b) primordialmente, provocará uma efetiva colaboração do empregado no esforço do aumento da produtividade, uma vez que ele passe a participar do lucro empresarial.

Esta reformulação do PIS deve, depois, ser o ponto de partida para outras reformas sobre as quais não trataremos neste texto, mas cuja menção é indispensável: uma legislação sindical e de direito de greve realmente moderna e adaptada às peculiaridades do Brasil, bem como uma revisão da CLT e do direito dos trabalhadores de participarem do controle social dos fundos, especialmente o FGTS, para os quais contribuem.

A reformulação do PIS envolveria a adoção de um misto dos sistemas japonês e alemão. Do sistema japonês reter-se-ia a ideia de distribuição de bônus aos empregados; do esquema alemão, o financiamento de cada empresa através de contas-gráficas.

Em síntese, o mecanismo proposto teria as seguintes bases:

a) recolhimento da parcela do PIS a uma conta-gráfica no passivo da empresa;

b) isenção de imposto de renda em toda operação;

c) rendimento da conta, constituída em fundo, igual à correção monetária mais (ou menos) a taxa de rentabilidade da empresa, calculada como lucro sobre o patrimônio líquido;

d) os empregados podem fazer dois tipos de saques:

— do bônus anual, correspondente ao rendimento da conta;

— do principal acumulado, possivelmente mediante ações da companhia (se empresa aberta), calculado por seu valor de mercado, nos casos de aposentadoria, morte ou dispensa;

e) prazos de carência, para evitar dilapidação do fundo por efeito de dispensas;

f) compensação de anos de rentabilidade negativa em anos de prosperidade, mediante acordo das partes.

g) comissões de empregados para fiscalização de suas contas;

h) prioridade de recebimento das cotas-partes em caso de falência.

Estimativas preliminares indicam a importância potencial desse fundo, que poderá representar, inicialmente, algo em torno de 4% a 5% da folha de salários, preservando a capitalização para o futuro, algo que não tem ocorrido em relação ao atual PIS.

A participação dos empregados nos lucros da própria empresa em que trabalham torna o capital humano dessa empresa solidário ao capital físico e empresarial. Nesse ambiente, o País estará mais preparado para enfrentar momentos de crise, flexibilidade a remuneração total dos empregados, que diminui equilibradamente nos tempos difíceis para elevar-se proporcional e automaticamente nas fases de prosperidade.

Conclusões

O programa de Recuperação Econômica e Social está delineado. O Brasil precisa, efetivamente, de uma nova doutrina de desenvolvimento, em que cada um dê o melhor de si porque comprehende que seu esforço será remunerado com justiça e que lhe é assegurada uma proteção social adequada.

Como síntese, é oportuno deixar marcados os sete pilares sobre os quais se assenta esta nova doutrina de desenvolvimento:

1 – a primazia das forças de mercado e da flexibilidade dos preços, como essenciais à otimização dos investimentos futuros e à melhor distribuição de renda, com apoio de um sistema tributário mais abrangente e progressivo;

2 – a reversão do papel empresarial do setor público, que deita de se impor como agente de intervenção ostensiva na área econômica, para concentrar-se no capital humano do País, sob o escrutínio público dos representantes da sociedade, no Congresso Nacional;

3 – ênfase no capital humano, mediante investimentos maciços em educação e pesquisa, e um suporte adequado de previdência, saúde e nutrição, como molas-mestras da expansão potencial do País, diante da revolução tecnológica que ocorre na virada deste século;

4 – ênfase na capitalização empresarial e na participação em lucros, como meios essenciais à dinamização dos investimentos e expansão do mercado de trabalho, bem como para uma difusão mais automática dos ganhos subsequentes, entre todos os sócios do Capital Social;

5 – ataque frontal e imediato aos enormes focos de iniquidade social do País, mediante programas de atenuação do sofrimento da base da pirâmide social, principalmente através de frentes de trabalho e de suplementação alimentar;

6 – ênfase na expansão do comércio exterior do Brasil, que não pode mais deixar de assumir a necessária dose de extroversão econômica e social requerida por uma Nação, que já é a oitava economia mundial; e

7 – ênfase na liberdade individual, tanto no plano político, como no econômico e cultural, ênfase na repartição de responsabilidades, que implica a dissipaçao do centralismo e do paternalismo estatal, e finalmente, ênfase no princípio da solidariedade ilimitada, o que exigirá, daqui para frente, que cada um colabore na proporção de sua capacidade contributiva humana e patrimonial, e não mais na proporção de sua fragilidade na barganha política.

Qualquer programa econômico e social tem uma amplitude ilimitada. Haverá sempre quem argumente que algo essencial ficou esquecido. Desde os aspectos psicológicos essenciais à implementação do programa – a confiança, a credibilidade, a honestidade, a competência – até as múltiplas facetas operacionais do plano, em suas muitas áreas de atuação. Nossa contribuição é ampla apenas no que afirmamos de início:

a) que o Brasil não tem "espaço" para cometer equívocos no futuro próximo, seja no diagnóstico ou na terapêutica adotada;

b) que a essência de qualquer programa reside no seu sentido de coerência e articulação; o plano é um conjunto modular com infinitas possibilidades de expansão e aperfeiçoamento pela contribuição de toda a sociedade;

c) que a retomada de crescimento, sem inflação, é imprescindível, mas só será atingida mediante os ajustes aqui propostos; e

d) e, que, finalmente, o País só poderá se considerar desenvolvido quando, ao longo desse processo de recuperação, também corrigir as distorções históricas acumuladas no período anterior

de expansão, e, para tanto, sem prejuízo de outras menções, ressalta a necessidade de ampliar substancialmente a produção e os mercados agrícolas do Brasil, bem como o capital humano do País, pela educação, saúde e pesquisa, e por último, uma profunda reorientação dos papéis do Estado na sociedade do futuro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Albano Franco – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carrel Benevides – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gil César – PMDB; Ivo Lech – PMDB; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Raul Belém – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Sarney Filho – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de terça-feira, dia 16, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 13 horas e 5 minutos.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Ata da 3ª Reunião da Mesa, realizada em 19-5-87

Aos dezenove dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 10:00 horas, no gabinete do Senhor Presidente, reúne-se a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, sob a presidência do Senhor Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente. Presentes os Senhores Constituintes Mauro Benevides, Jorge Arbage, Marcelo Cordeiro, Mário Maia, Arnaldo Faria de Sá, respectivamente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º, 2º e 3º Secretários. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. I – Pauta do Senhor Presidente – É aprovada proposta do Senhor Presidente indicando o Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, Nerione Nunes Cardoso, para substituto do Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, Paulo Affonso Martins de Oliveira, em seus impedimentos. II – Pauta do Senhor 1º Vice-Presidente – São aprovados os pareceres favoráveis aos seguintes requerimentos de informações: 1) Constituinte Ademir Andrade, Luiz Inácio Lula da Silva e Benedita da Silva – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre os incidentes ocorridos em Conceição do Araguaia, em 28-3-87, envolvendo policiais da Secretaria de Segurança Pública do DF – pelo encaminhamento; 2) Constituinte Jofran Frejat – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre reposicionamento de servidores aposentados – pelo encaminhamento; 3) Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre nomeação de representante dos trabalhadores para a composição do Conselho Monetário Nacional – pelo encaminhamento; 4) Constituinte Júlio Campos – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre viagens empreendidas pelo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, pelo encaminhamento; 5) Constituinte Bocayuva Cunha – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre a concessão à firma VALLEC Engenharia e Construção Ltda. para construção de duas estradas, Norte-Sul, Leste-Oeste – pelo encaminhamento; 6) Constituinte Amaral Netto – Ao Gabinete Civil da Presidência da República – sobre o Parecer nº SR-025, de 28-4-87, do Senhor Consultor-Geral da República, aprovado em 30-4-87 – pelo encaminhamento; 7) Constituinte Amaury Müller – sobre contratos de financiamento pelo FINAME, firmados pelo BNDES. O Senhor 1º Vice-Presidente comunica ter recebido o parecer solicitado à Assessoria sobre sigilo bancário, matéria objeto do requerimento de informações. Esse parecer demonstra que o sigilo bancário está regulado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Contudo, opinou favorável ao requerimento, cabendo ao órgão informante esclarecer a natureza do assunto. O parecer é aprovado – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República. III – Pauta do Senhor 2º Vice-Presidente – São aprovados os pareceres de Sua Excelência em relação às seguintes proposições: 1) Indicação nº 1/87 (ANC), do Constituinte Gonzaga Patriota, que sugere seja feito apelo aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro das Minas e Energia no sentido de serem tomadas medidas que específica, para evitar lockout de energia no Nordeste – pela rejeição; 2) Indicação nº 2/87 (ANC), do Constituinte Airton Cordeiro, que sugere a manifestação da Assembléia Nacional Constituinte sobre a conveniência de suspensão dos processos de concessão dos direitos de exploração dos canais de rádio e televisão na forma que propõe – pela rejeição; 3) Projeto de Resolução nº 5/87 (ANC), do Constituinte Chico Humberto, que determina a eleição dos Relatores das Comissões Constitucionais pelos membros das mesmas – pela rejeição; 4) Projeto de Resolução nº 6/87 (ANC) do Constituinte Jorge Hage, que suspende as sessões plenárias ordinárias das terças e quintas-feiras da Assembléia Nacional Constituinte – pela rejeição; 5) Projeto de Resolução nº 7/87 (ANC), do Constituinte Jorge Hage, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – pela rejeição; 6) Projeto de Resolução nº 9/87 (ANC), do Constituinte João Hermann, que altera redação do art. 16 da Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – no sentido de ser devolvida ao autor para colher, no mínimo, noventa e três assinaturas de outros Constituintes, de molde a satisfazer à respectiva exigência regimental; 7) Questão de ordem do Constituinte José Genoino – Com a palavra o Senhor Presidente, declara que o autor da questão de ordem procurou-o diversas vezes sobre o assunto. Poderia, por liberalidade, atribuir mais um lugar ao partido do autor, caso tal fato não trouxesse reivindicações de outras agremiações partidárias. Contudo, tal medida poderia atingir o princípio da proporcionalidade. Assim, preferiu ouvir a Mesa sobre a matéria. A seguir, o Relator passa a ler seu parecer, que é

aprovado: "O nobre Constituinte José Genoino levantou questão de ordem contestando a forma pela qual a Presidência distribuiu os lugares na Comissão de Sistematização entre os Partidos com representação na Assembléia Nacional Constituinte. Fundamenta o seu argumento no art. 13 e seu parágrafo primeiro que estabelecem: "Art. 13 – As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes. § 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os presidentes e relatores das demais Comissões e os relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia.

Entende o ilustre autor da questão de ordem que, inicialmente, devem participar todos os partidos com assento na Constituinte, isto é, 12, e a diferença, isto é, 37, seria calculada pelo princípio da proporcionalidade, apresentando a seguinte tabela:

"(ENTRA XEROX)"

1 – O cálculo do número inicial de vagas do Partido foi efetuado com base no que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na Composição das Comissões, não disciplina uma forma de cálculo. 2 – O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuado com base na técnica da "maior média", que, como enuncia José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2ª Edição, páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral. Em razão desse cálculo o resultado final seria o seguinte:

"(ENTRA XEROX)"

Como se observa de logo, a Comissão, que no momento é integrada por 93 Constituintes, passaria a ser por 89, e o PMDB teria menos 4 representantes, o PFL 2 e o PDT e PT ficariam com mais um membro. Contudo, pela análise do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, observa-se que a Comissão de Sistematização é "integrada inicialmente por 49 membros" e não por 12, como deseja o autor da questão de ordem. Somente, após o cálculo da proporcionalidade, previsto no § 2º do mesmo artigo, haveria condições de atender a parte final do § 1º, isto é, "assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia". O cálculo realizado pela Presidência, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentou o seguinte resultado:

PMDB.....	27
PFL.....	12
PDS.....	3
PDT.....	2
PTB.....	2
PT.....	1
PL.....	1
PDC.....	1

..... 49

Cumprida a determinação regimental (§ 1º, *in fine*), os partidos não contemplados (PC do B, PCB, PSB e PMB) passaram a ter direito a indicarem um representante. Por tais razões, considero que a interpretação presidencial do § 1º do art. 13 do Regimento Interno é a mais consentânea com os dispositivos citados". IV – Pauta do Senhor 1º Secretário – Depois de longa exposição sobre as alterações que propunha ao Ato da Mesa nº 8/87 (ANC), a matéria é debatida pelos demais membros da Mesa, sendo aprovado o seguinte Ato da Mesa, que leva o nº 14, de 1987 (ANC) e que vai abaixo publicado. Por sugestão do Senhor Diretor-Geral é proposta à Mesa a incidência do dispositivo legal que instituiu o chamado "gatilho" às gratificações previstas no Ato da Mesa nº 8/87 (ANC). Com a palavra o 2º Secretário comunica ter proposta idêntica. A proposta é aprovada, a partir do dia 1º de maio do corrente ano. É aprovada ainda proposta de Ato da Mesa, instituindo o Boletim Administrativo da Assembléia Nacional Constituinte, que leva o nº 15, de 1987, e vai publicado abaixo. O Senhor 1º Secretário propõe a prorrogação do prazo para apresentação de emendas aos anteprojetos das Subcomissões até o dia seguinte, às 20:00 horas. O Senhor 3º Secretário declara ter proposta no mesmo sentido. A proposta é aprovada desde que sejam compatibilizados com os prazos do relator, na apresentação de seu relatório e ao da própria Subcomissão. O Senhor Presidente retira-se da reunião, passando a Presidência ao Senhor 1º Vice-Presidente. IV – Pauta do Senhor 2º Secretário – Sua Excelência propõe que se conceda aos gabinetes dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados e aos gabinetes dos Líderes de todos os partidos os mesmos direitos concedidos ao gabinete do Líder do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, alterando o Ato da Mesa nº 8/87 (ANC). A matéria fica adiada. V – Pauta do Senhor 3º Secretário – Sua Excelência propõe a seguinte escala para a Presidência das sessões da Assembléia Nacional Constituinte: às terças e quartas-feiras – o 3º Secretário, Constituinte Arnaldo Faria de Sá; quintas e sextas-feiras, 2º Secretário, Constituinte Mário Maia. Os Senhores 1º e 2º Vice-Presidentes, igualmente fariam alternância na Presidência. Nada mais havendo a tratar, às 12:50 horas o Senhor Presidente suspende a reunião por 15 minutos, a fim de ser lavrada a presente Ata. Reaberta a reunião, é a Ata lista e aprovada. Eu, Paulo Affonso Marfins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, lavrei a presente Ata, que após subscrita pelo Senhor Presidente, vai à publicação. – Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ATO DA MESA Nº 14, DE 1987

Dispõe sobre os servidores colocados à disposição da Assembléia Nacional Constituinte, sobre gratificações por serviços especiais e extraordinários e revoga o Ato da Mesa nº 8, de 1987.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições, Resolve:

Art. 1º Os servidores designados para exercerem funções especiais ou extraordinárias na As-

sembléia Nacional Constituinte perceberão gratificações mensais na conformidade das Tabelas e Quadros anexos.

Art. 2º Compete ao Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, mediante portaria, nomear os servidores designados na forma do art. 1º, indicando o prazo de exercício das respectivas funções, bem como as gratificações a que fazem jus, nos termos da Tabela I, observados os limites dos Quadros I, II e III.

§ 1º Os membros da Mesa e a Liderança do PMDB farão as indicações ao Primeiro-Secretário, que as encaminhará ao Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, relativas aos servidores dos respectivos gabinetes, respeitados os limites do Quadro I.

§ 2º As indicações para funções de recrutamento amplo serão feitas pelo Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte ao Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

§ 3º O Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte indicará ao Diretor-Geral da Câmara dos Deputados os demais servidores que exercerão funções nas Comissões e Subcomissões, de acordo com os Quadros II e III.

§ 4º Os demais servidores de apoio administrativo serão indicados, na Câmara dos Deputados, pelos Diretores Administrativo e Legislativo, e, no Senado Federal, pelo seu Diretor-Geral.

Art. 3º O recrutamento dos servidores será feito dentre os funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do inciso IV, do art. 3º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, exceto para Supervisor de Nível Superior e para Secretário Particular, casos em que o recrutamento será amplo.

Art. 4º O pagamento das gratificações estabelecidas neste ato correrá à conta do Orçamento da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, segundo pertença o servidor a uma ou a outra Casa.

Art. 5º O Diretor-Geral da Câmara dos Deputados fornecerá ao Diretor-Geral do Senado Federal a relação de servidores deste com exercício de funções previstas neste ato.

Art. 6º A vigência das gratificações de que trata este ato não ultrapassará o dia 31-5-87 quanto às Subcomissões e o dia 30/6/87 quanto às Comissões Constitucionais, ressalvada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Mediante solicitação dos Presidentes das Comissões Constitucionais, os Secretários das Subcomissões poderão prestar serviços àquelas após o dia 31-5-87, mantendo, neste caso, a percepção das gratificações respectivas.

Art. 7º Revogam-se o Ato da Mesa nº 8, de 6 de abril de 1987, e as disposições em contrário a este ato.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 1987. – Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

QUADRO I

(Anexo ao Ato da Mesa nº 14/87)

Funções

Gabinete do Líder do PMDB na Constituinte
1 Supervisor-Chefe
1 Secretário Particular

5	Supervisores de Nível Superior
3	Assistentes de Nível Superior
4	Assistentes de Nível Médio
2	Auxiliares I
2	Auxiliares II
1	Auxiliares III
Gabinetes de membros da mesa da Constituinte	
a)	Gabinetes do 1º e 2º Vice-Presidentes e 2º e 3º Secretários (por gabinetes):
1	Secretário Particular
1	Supervisor de Nível Superior
1	Assistente de Nível Superior
1	Assistente de Nível Médio
1	Auxiliar I
1	Auxiliar III
b)	Gabinete do Primeiro-Secretário:
1	Supervisor-Chefe
1	Secretário Particular
3	Supervisores de Nível Superior
1	Coordenador de Nível Superior
3	Assistentes de Nível Superior
6	Assistentes de Nível Médio
3	Auxiliares I
1	Auxiliar II
1	Auxiliar III

QUADRO II

(Anexo ao Ato da Mesa nº 14/87)

Funções

Comissão Constitucional

1	Secretário de Comissão Constitucional
1	Secretário Substituto de Comissão Constitucional
1	Supervisor de Nível Superior
2	Coordenadores de Nível Superior
4	Assistentes de Nível Superior
4	Assistentes de Nível Médio
2	Auxiliares I
2	Auxiliares II
Subcomissão Constitucional	
1	Secretário de Subcomissão Constitucional
1	Secretário Substituto de Subcomissão Constitucional
1	Supervisor de Nível Superior
2	Coordenadores de Nível Superior
2	Assistentes de Nível Superior
2	Assistentes de Nível Médio
2	Auxiliares I
2	Auxiliares II

QUADRO III

(Anexo ao Ato da Mesa nº 14/87)

Funções

Comissão de Sistematização

1	Secretário de Comissão Constitucional
1	Secretário Substituto de Comissão Constitucional
4	Supervisores de Nível Superior
2	Secretários Particulares (sendo 1 para o Presidente e 1 para o Relator)
5	Coordenadores de Nível Superior
4	Assistentes de Nível Superior
6	Assistentes de Nível Médio
4	Auxiliares I
3	Auxiliares II

TABELA I
(Anexa ao Ato da Mesa nº 14/87)

Gratificação por Serviços Especiais

Gabinetes de membros da mesa da Constituinte	Supervisor-Chefe	Cz\$16.000,00
a)	Secretário de Comissão Constitucional	Cz\$16.000,00
e 3º Secretários (por gabinetes):	Secretário de Subcomissão Constitucional	Cz\$16.000,00
1	Supervisor de Nível Médio	Cz\$16.000,00
1	Coordenador de Nível Superior	Cz\$16.000,00
1	Secretário Substituto de Comissão	Cz\$13.000,00
1	Secretário Substituto de Subcomissão	Cz\$13.000,00
1	Secretário Particular	Cz\$10.000,00
1	Assistente de Nível Superior	Cz\$10.000,00
1	Assistente de Nível Médio	Cz\$8.000,00
1	Auxiliar I	Cz\$5.000,00
1	Auxiliar II	Cz\$5.000,00
b)	Auxiliar III	Cz\$5.000,00

TABELA II
Taquigrafia
(Anexa ao Ato da Mesa nº 14/87)
Gratificação (Produtividade)

	Carga hor./mês (lim.)	fls.	Custo/fls. (Cz\$)
Taquigrafo	8 horas e 20 minutos	250	80,00
Revisor	22 horas e 30 minutos	677	40,00
Supervisor	38 horas e 40 minutos	1.160	25,00
Datilógrafo	—	400	20,00
Operador de som	125 horas	—	80,00/h

ATO DA MESA Nº 15/87**Instituiu o Boletim Administrativo da Assembléia Nacional Constituinte**

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Fica instituído o Boletim Administrativo da Assembléia Nacional Constituinte, que será publicado sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados.

Art. 2º O Boletim Administrativo é o órgão oficial para publicação de todos os atos e fatos relacionados com a administração geral da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 3º Somente os atos de provimentos e vacância de cargos e os que devam ser do conhecimento público serão encaminhados à publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte ou no Diário Oficial**, mas deverão ser transcritos no Boletim Administrativo.

Art. 4º Serão publicados no Boletim Administrativo:

I – Atos da Mesa, os quais serão igualmente publicados no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**;

II – atos normativos e os de provimento ou vacância;

III – pareceres firmando jurisprudência administrativa;

IV – assuntos de pessoal que impliquem em anotações nas fichas financeiras e individuais;

V – decisões das autoridades administrativas e comunicações que, a juízo do Diretor-Geral, possam interessar aos funcionários e órgãos da Assembléia Nacional Constituinte; e

VI – assuntos gerais, a critério do Diretor-Geral.

Art. 5º A matéria do Boletim Administrativo será apresentada em quatro partes, a saber:

Parte 1: Atos da Mesa;

Parte 2: Funcionários;

Parte 3: Assuntos Gerais;

Parte 4: Legislação e Jurisprudência.

Art. 6º O Boletim Administrativo será distribuído às quartas-feiras, nas duas Casas do Congresso Nacional, sendo suas páginas autenticadas pelo Diretor-Geral ou funcionário por ele indicado.

§ 1º Poderão ser editados suplementos ao Boletim Administrativo sempre que a natureza da matéria assim o exigir.

§ 2º A matéria a ser publicada será remetida ao Diretor-Geral, sob a forma de **Nota para o Boletim Administrativo da Assembléia Nacional Constituinte**.

§ 3º Quando se tratar de ato normativo da Mesa, a providência de publicação será do Secretário-Geral, e nos demais casos, do Diretor-Geral.

Art. 7º O Boletim Administrativo da Assembléia Nacional Constituinte será numerado, sequencialmente, inclusive quanto às suas páginas.

Art. 8º O Boletim Administrativo, em obediência ao pressente ato, será editado a partir do dia 27 de maio corrente, ficando o Diretor-Geral autorizado a requisitar o material e o pessoal necessários.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 1987. – **Ulysses Guimarães**. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ERRATA

No **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** nº. 58, de 13 de maio de 1987, à página 1828, suprime-se o item nº 5 do Sumário. A saber:

5 – Atas das Comissões e Subcomissões.

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário).



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 78

QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 83ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 16 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 16-6-87

BONIFÁCIO DE ANDRADA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Homenagem ao Presidente do Governo da Espanha, Felipe González.

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE – Outorga da Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional ao Presidente do Governo da Espanha, Felipe González.

PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL – Entrega da Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional ao Presidente do Governo da Espanha, Felipe González.

PRESIDENTE FELIPE GONZÁLEZ – Agradecimento pelas homenagens recebidas.

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE – Solidariedade da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte às homenagens prestadas ao Presidente do Governo da Espanha, Felipe González.

II - Encerramento

2 - ATA DA 84ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 16 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 111/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte José Maurício para integrar, na qualidade de membro efetivo, a Comissão de Sistematização.

PARECERES

Parecer nº 1, de 1987 (ANC), (da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo) – GPO-293/87 – Opina pelo não-conhecimento do recurso interposto pelo Sr. Constituinte Amaral Neto à decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, contra os votos dos Constituintes Bonifácio de Andrade, Enoc Vieira e Manoel Ribeiro e abstenção do Sr. Albérico Filho.

Parecer nº 2, de 1987 (ANC), (da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo) – GPO-294/87 – Opina pelo não-conhecimento do recurso interposto pelo Sr. Constituinte José Genoíno à decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, contra os votos dos Constituintes Acival Gomes, Bonifácio de Andrade, Bocayuva Cunha, Eduardo Bonfim, Enoc Vieira, Érico Pegoraro, Farabolini Júnior, Jorge Hage, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Maurício Corrêa, Nelson Wedekin, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa e Vivaldo Barbosa.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 16-6-87

IV - Pequeno Expediente

GERSON PERES – Reservas do orador quanto à eficácia do novo plano econômico. Extinção do gatilho salarial dias depois de confirmada sua manutenção pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em telex dirigido ao orador.

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre ausência de comunicação aos Constituintes a propósito da realização de sessão solene da Assembléia Nacional Constituinte com a finalidade de homenagear o Presidente do Governo da Espanha, Felipe González.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

JOSÉ FOGAÇA – Visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, Felipe González, e seu papel no processo espanhol de transição democrática.

JORGE VIANNA – Protesto contra presença de Constituintes no Ministério das Relações Exteriores para receberem o representante da OLP, Farouk Kathoumy.

MYRIAM PORTELLA – Incidentes que marcaram o processo de votação do relatório da Comissão da Ordem Econômica.

VICENTE BOGO – Violências ocorridas no plenário da Câmara dos Deputados, quando da votação do Anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, e na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

MAURO BENEVIDES – Apoio do PMDB ao Plano Bresser.

MOEMA SÃO THIAGO – Crítica ao novo "pacote" econômico do Governo. Problemática do Nordeste.

LÉZIO SATHLER – Indefinição da política pesqueira do Estado do Espírito Santo.

ELIEL RODRIGUES – Transcurso do 76º aniversário de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

GUMERCINDO MILHOMEM – Impedimento a que o povo assistisse ao processo de votação na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pesquisa divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, relativa ao desempenho dos atuais Governadores dos Estados, evidenciando a impopularidade do Governador Newton Cardoso, de Minas Gerais. Convocação imediata de eleições diretas para Presidente da República.

ERALDO TRINDADE – Necessidade de pacto emergencial entre o Governo e os partidos políticos, visando à busca de soluções para a crise econômica nacional. Insensibilidade de Ministros e assessores do Governo Sarney ante as reivindicações populares.

OSVALDO BENDER – Pronunciamento do Cardeal D. Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, em programa de televisão, a propósito do relatório elaborado pela Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Educação.

AMAURY MÜLLER – Protesto do PDT contra inobservância do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte no final dos trabalhos da Comissão da Ordem Econômica, em prejuízo de uma proposta democrática de reforma agrária.

ANTÔNIO CÂMARA – Apelo ao Presidente da República no sentido da liberação dos recursos prometidos para atender à recuperação da cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, atingida por terremoto.

NILSON GIBSON – Apoio do povo brasileiro ao Presidente José Sarney no que concerne as modificações na política econômica do Governo consubstanciadas no Plano Bresser.

JORGE ARBAGE – Análise do Plano Bresser.

VILSON SOUZA – Dependência do Plano Bresser em relação aos banqueiros internacionais.

FÉRES NADER – Quinquagésimo sexto aniversário do Correio Aéreo Nacional. Extensão dos serviços primários de saúde a toda a população brasileira.

ANTÔNIO UENO – Plano de austeridade nos gastos públicos como meio de o País conter a inflação e cumprir seus compromissos financeiros internacionais.

ISRAEL PINHEIRO – Falecimento do Prefeito de Ipanema, Genoino Napoleão, e do Prefeito de Conceição de Ipanema, Giraldo de Barros, Estado de Minas Gerais.

MAURÍCIO NASSER – Sugestões apresentadas pelo orador à Assembléia Nacional Constituinte visando ao melhoramento da estrutura do Poder Judiciário.

VICTOR FACCIONI – Apoio às reivindicações do Governador do Estado do Rio Orendo do Sul, Pedro Simon, no sentido da descentralização dos recursos tributários.

LÚCIO ALCÂNTARA – Matéria veiculada pelo jornal *O Estado*, de Fortaleza, Estado do Ceará: "Manuel Dias Branco – A longa caminhada do emigrante – O amor a Portugal e ao Brasil – A devoção ao Ceará."

JOSÉ MOURA – Tese do orador contrária à pena de morte.

JOSÉ VIANA – Conflitos de terras em Costa Marques, Estado de Rondônia. Necessidade de colonização e desapropriação de áreas improdutivas no País.

JESUALDO CAVALCANTI – Reivindicação do Município de Simões, Estado do Piauí, no sentido da instalação de agência do Banco do Brasil.

SIQUEIRA CAMPOS – Prorrogação no início das obras da Ferrovia Norte-Sul. Artigo do jornalista José Helder de Souza no *Correio Braziliense*: "Ainda a Norte-Sul".

EDIVALDO MOTTA – Editorial publicado no *Correio Braziliense*: "Cercos à inflação".

PAES LANDIM – Editorial em *O Estado de S. Paulo* sobre o papel do Supremo Tribunal Federal na decisão de questões de natureza constitucional.

ARTENIR WERNER – Protesto popular contra decisão governamental no que concerne à construção de Ferrovia Norte-Sul.

ANTONIO PEROSA – Ação parlamentar do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS – Centésimo aniversário da Companhia Fabril Mascarenhas, Alvinópolis, Estado de Minas Gerais.

V – Comunicações das Lideranças

AMARAL NETTO (Como Líder) – Conveniência de apuração, pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, de denúncias contra parlamentares contidas em documento apócrifo. Plano Cruzado III. Excesso de viagens ao exterior a expensas do Governo.

VICTOR FACCIONI (Como Líder) – Publicação no jornal *Zero Hora* sob o título "Peso da Dívida".

VALMIR CAMPELO (Como Líder) – Insegurança pública no Distrito Federal.

BRANDÃO MONTEIRO (Como Líder) – Plano Cruzado III. Artigo do Coronel-Aviador José Agostinho Maciel, publicado no *Jornal do Brasil*, sob o título "Antes que seja tarde".

OSWALDO LIMA FILHO (Como Líder) – Apoio, em Comissões Temáticas, a substantivos que alienam a soberania nacional.

CARDOSO ALVES – Pedido da palavra nos termos do inciso VIII do art. 93 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Cardoso Alves.

SIQUEIRA CAMPOS (Como Líder) – Aplausos do PDC ao Presidente Ulysses Guimarães por sua condução do processo de elaboração da Carta Constitucional. Crédito de confiança no Plano Cruzado III.

HAROLDO LIMA (Como Líder) – Plano Cruzado III. Suspensão de obras governamentais. Conclusões de relatórios de Comissões Temáticas acerca da ordem econômica, problemática agrária e voto distrital misto.

LUZ INÁCIO LULA DA SILVA (Como Líder) – Plano Bresser para a economia nacional.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Como Líder) – Contradita ao pronunciamento do Constituinte Oswaldo Lima Filho em Comunicação de Liderança.

CARDOSO ALVES – Uso da palavra nos termos do inciso VIII do art. 93 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

EDSON LOBÃO – Uso da palavra nos termos do inciso VIII do art. 93 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

OSWALDO LIMA FILHO – Uso da palavra nos termos do inciso VIII do art. 93 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

VI – Apresentação de proposições

JORGE ARBAGE, BOCAYÚVA CUNHA, DJENAL GONÇALVES, OSWALDO UMA FILHO.

VICTOR FACCIONI – Questão de ordem sobre requerimento de convocação dos Ministros da Fazenda e do Planejamento para prestarem esclarecimentos à Assembléia Nacional Constituinte acerca da política econômico-social do Governo.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Victor Faccioni.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Reclamação sobre impedimento, pela Presidência, do uso da palavra durante discurso do Constituinte Edison Lobão.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

CÁSSIO CUNHA LIMA – Problemática do Nordeste. Expectativa popular de solução, pela Assembléia Nacional Constituinte, do processo de construção de sociedade democrática.

Ilegível	Ilegível	Ilegível
VII – ENCERRAMENTO – Discurso pronunciado pelo Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame na sessão de 10-6-87. Petição do Governador do Estado	3 – MESA – Relação dos membros 4 – LÍDERES E VICE LÍDERES DE PARTIDOS	5 – Comissões – Relação dos membros das Comissões Constitucionais. 6 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES. As atas encaminhadas até Ilegível publicados em Ilegível.

Ata da 83ª Sessão, em 16 de junho de 1987
Presidência do Sr. Ulysses Guimarães, Presidente

ÀS 10 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos SantAnna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Ilegível – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Valentim – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fabio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS;

Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rollemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibson Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palharin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Juta-

hy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva Ilegível – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – Ilegível; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto

Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rubem Brinquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansangão – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélia – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Declaro aberta a sessão destinada a recepcionar Sua Excelência o Senhor Felipe González, Presidente do Governo espanhol.

Convido Sua Excelência o Senhor Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a integrar a Mesa. (Pausa.)

(O Senhor Ministro dirige-se à Mesa, indo ocupar o lugar que lhe está reservado.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encontra-se no edifício do Congresso Nacional Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro da Espanha Felipe González.

Designo para introduzir Sua Excelência neste plenário comissão constituída pelos Líderes dos partidos políticos representados na Assembléa Nacional Constituinte. (Pausa.)

(Acompanhado da comissão designada, da entrada no plenário o Senhor Primeiro-Ministro da Espanha Felipe González, ocupando na Mesa o lugar que lhe está reservado, à direita do Sr. Presidente Ulysses Guimarães)

(São executados nas galerias, os hinos nacionais da Espanha e do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Para saudar S. Ex.^a, o Sr. Presidente do Governo espanhol, concedo a palavra ao nobre Deputado Constituinte Bonifácio de Andrade.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº

Sr. Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléa Nacional Constituinte; Exmº Sr. Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal; Exmº Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ilustres membros da Mesa Exmº Srs. Ministros de Estado e Presidentes dos Tribunais Superiores; Exmº Sr. Felipe González Márques, DD. Presidente do Governo da Espanha; meus senhores e minhas senhoras:

A presença da V. Ex.^a no recinto desta Assembléa Nacional Constituinte muito nos desvanece e as homenagens que os representantes do povo

brasileiro, nesta hora tão significativa para nosso País, prestam a V. Ex.^a são bem uma demonstração do apreço do povo brasileiro para com o povo espanhol, e sobretudo prova de admiração e respeito que todos devotamos ao ilustre governante ibérico, um dos mais vigorosos líderes da democracia europeia.

Esta Assembléa está reunida para realizar a histórica obra de elaboração de uma nova Constituição para o Brasil. V. Ex.^a passou por momentos semelhantes ao participar da Constituinte de 1978, que produziu a Carta Magna que hoje estrutura a Nação espanhola e consolida os legítimos anseios democráticos de seu povo.

Realmente a Constituição de 27 de dezembro reúne enunciados legais capazes de promover novos patamares de progressos para o notável País ibérico, e por isto vem merecendo a atenção e ofertando subsídio aos debates desta Constituinte.

Senhor Presidente do Governo:

A presença de V. Ex.^a neste plenário nos remete inapelavelmente a reflexões políticas voltadas para episódios históricos do passado e para as manifestações da vida hodierna que experimentamos com ênfase, todavia com preocupação.

A Espanha é uma parcela gloriosa da História do mundo e da civilização ocidental. A sua evolução é produto de um caldeamento de forças sociais provindas praticamente de todas as partes do planeta, e ao longo de seu desenvolvimento se projeta com permanente vocação de intercâmbio e contatos, pioneirismos e descobertas, aproximações e diálogos, lutas e dominação, mas também civilização e fé, que soube espalhar em várias regiões do mundo, abrangendo povos e culturas.

Os iberos, os celtas, a paisagem cartáginesa, romana, visigótica, de que foi cenário e é herdeiro, as pugnas contra os mouros, as descobertas de novos mundos e oceanos, o poder inquestionável que exercitou pelas maiores extensões do globo terrestre, levando a mensagem cristã e os fundamentos de novos valores sociais, colocam a gloriosa Nação ibérica em posição singular na crônica maior dos povos ocidentais.

Citar os grandes momentos históricos da Espanha é reviver a própria evolução da humanidade.

Os brasileiros pelas suas raízes estão inseridos, através do glorioso Portugal, no processo quase milenar de formação política da memorável Península e muito herdamos das suas idéias, modos e costumes que os séculos sedimentaram nos confrontos culturais, na produção artística, na vocação literária e jurídica.

Há na História da Espanha, quase um século depois dos fervorosos Reis católicos, Fernando e Isabel, patrocinadores de Colombo na descoberta da América, episódios que marcam definitivamente o desenvolvimento do Brasil.

É da época do extraordinário Rei Felipe II, o Monarca invicto que dominou a maior parcela de terras que um rei possa ter tido na História, muito além de Alexandre, o Grande, ou Napoleão Bonaparte, é no seu reinado que o Brasil e Portugal passaram a integrar o império hispânico e ficamos, assim, sem fronteiras nesse imenso continente sul-americano, confundindo-nos com os irmãos de língua castelhana.

E é desta época também o pioneirismo dos corajosos bandeirantes paulistas, que alargaram a expansão brasileira, penetrando florestas tenebrosas da América e ocupando parte deste território, ignorado da civilização.

Se a Espanha e o Brasil, quando da metade desse milênio, se integraram na epopeia sul-americana, devemos à magnífica insurreição do povo espanhol, contra a invasão napoleônica, a semeadura dos ideais político-constitucionais que se infiltraram na sociedade brasileira e nos proporcionaram a construção da Independência Nacional e a nossa primeira Carta Magna.

A Constituição de 1812 não é apenas documento basilar para a evolução política espanhola porque se transformará em alavanca do liberalismo ibero-americano a erguer povos e nações dos idiomas de Cervantes e de Camões. Naquelas cortes constituintes se assinala todo o início de uma nova postura do povo espanhol. As suas instituições refletem uma modernidade política, banhada pelo sangue guerrilheiro de todo um povo que repele a dominação estrangeira e pede outros rumos, após a libertação. Os rumos de liberdade, do constitucionalismo hispânico, se irradiarão pelos povos de além-mar e mais que isso, deverão sacudir velhas estruturas e antigas vocações consolidadas no mundo ibero-europeu. Promoverá um processo dialético de que alguns terão intuição e consciência, ao longo da História, e provocará a evolução pendular que os autores políticos da Espanha gostam de mencionar na análise de suas cartas constitucionais.

Estrutura-se com base em Cadiz, um outro quadro político na Península Ibérica que se faz presente no primeiro quartel do século passado. O constitucionalismo cadiano terá influência na Revolução portuguesa, na Constituição lusitana de 1822, e estará também arraigadamente vivo entre nós. São meras repetições de Cadiz as nossas primeiras normas eleitorais, quando elegemos deputados às Cortes de Lisboa. E estarão influentes as idéias do constitucionalismo espanhol nos trabalhos e decisões da nossa Constituinte de 1823. Aliás, ocorre, nos albores do constitucionalismo brasileiro, um episódio curioso. A primeira manifestação pública no Rio de Janeiro, em favor das idéias constitucionais, foi aquela que levou multidões perante Dom João VI e obrigou o Monarca português a jurar e pôr em vigor no Reino do Brasil a Constituição de Cadiz. E esta, embora por pouco tempo, só no dia 21 de abril de 1821 teve vigência entre nós, o que decorreu do primeiro levante constitucional de nosso povo. Contam os historiadores que o povo dançou e comemorou a vigência da Constituição porque ontem como hoje, muita gente acha que as constituições novas são varas de condão, capazes de trazer a felicidade para todos.

Por toda a nossa história, especialmente no século passado as premissas do constitucionalismo ibérico alimentaram, ao lado de outros modelos dominantes da Europa, o nosso crescimento político.

Mencionamos estes fatos, Sr. Presidente Felipe González, porque temos diante de nós, eloquente e expressiva, a Espanhola moderna, representada por V. Ex.^a; o que nos obriga, com emoção, rememorar todos esses acontecimentos de identificações profundas e aproximações imorredouras que ligam o nascimento do Brasil, a evolução ideológica do mundo ibérico.

Hoje, na verdade, todos aqueles que atuamos dentro dessa Assembléa Nacional Constituinte, enfrentando os problemas da elaboração constitucional, comuns aos povos democráticos, participamos de uma experiência semelhante daquela

que V. Ex.^a viveu, com seus ilustres pares, quando da feitura da Constituição de 1978.

Nesta Constituinte, somos protagonistas de um drama peculiar a todas as assembléias desse tipo. Desejamos construir uma Constituição, impulsionados por modelos que a nossa consciência política procura adotar. Todavia as exigências das realidades que nos cercam, comumente, nos alteram os projetos e as idéias e nos submetem àquelas circunstâncias, de que falava Ortega e Gasset porque, quase sempre, os planos da inteligência e do ideal não encontram guarda na prática da ação cotidiana.

Todos desejamos uma Constituição que não contenha muitos artigos ou dispositivos e seja razoavelmente sintética para ter maior duração, fugindo dos imperativos conjunturais. Se desejamos uma Constituição deste tipo, somos levados, no entanto, por justas reivindicações de setores diversos da Sociedade, a promover um texto constitucional com soma de dispositivos conjunturais para solucionar, de imediato, problemas de segmentos sociais atuantes e exigentes. E à medida que nos comprometemos com essas justas reivindicações, os roteiros em busca de uma Constituição sintética perdem as suas características e a idéia de uma Constituição expansiva, detalhada e até casuística, se espalha por todo o nosso trabalho. Esta é uma questão: até que ponto conseguiremos uma Constituição mais sintética e menos expansiva?

Em tudo, Presidente Felipe González, há muitas questões comuns aos povos de raízes ibéricas. Nem sempre o horizonte democrático está despojado de sombras, e quando a crise econômica, peculiar aos povos de nosso tempo, recai com dura repercussão sobre a sociedade, impõe-se com rapidez institucionalizar o País e dar-lhe os mecanismos democráticos de proteção e de eficiência governamental.

Há muitos problemas constitucionais que são do conhecimento desta Assembléia e que, nas Cortes de 1978, foram objeto da atenção dos Constituintes espanhóis.

Embora sem os aspectos reivindicatórios existentes na elaboração da Constituição espanhola, o problema do federalismo, projeta-se como tema básico em nossas discussões. O grau de intervenção do Estado na economia, a estatização de setores produtivos, os limites que deve alcançar a livre iniciativa, a liberdade empresarial, são problemas que animam os debates desta Casa. Também a questão social e ao lado dela os direitos dos trabalhadores se situam no âmago dos nossos projetos para edificarmos uma sociedade "onde os pobres sejam menos sofredores e os ricos menos poderosos."

Por certo, Presidente Felipe González, que o debate em torno do regime de governo, da organização dos Poderes, não foi para V. Ex.^a e para seus Pares um momento polêmico. A Espanha democrática não conhece outro sistema de governo que o Parlamentarista, tendo na Chefia do Estado uma personalidade de tão elevadas virtudes e atributos como Sua Majestade o Rei Don Juan Carlos I, símbolo da Nação e garantia de sua vocação democrática. Mas também graças ao regime parlamentar é que a Espanha pode ter à frente do seu governo um homem do valor e das qualidades de V. Ex.^a, liderança que empolga o seu povo e dinamiza a forma democrática do poder. (Palmas.)

Há na atual Constituição espanhola, nas suas entrelinhas, uma lição que precisamos absorver. Nos seus 169 artigos sente-se a presença de uma mensagem duradoura de estabilidade política.

Na verdade, todos aqueles que a votaram tiveram a pretensão de que fosse, antes de tudo, um grande pacto político, fruto do consenso e do anseio democrático de todo o povo, para vigorar por muitos anos.

Este sentido de consenso, de pacto, de entendimento, esta tendência pluralística da Constituição de 1978 não é um fato novo na História hispânica. Em 1876, quando se elaborou, após uma fase de prolongada agitação política, a Carta Magna Espanhola de maior durabilidade, traduziu também, nos seus dispositivos, esse esforço de consenso das forças políticas, conservadoras e liberais então existentes. É nessa época que surge ao lado do Rei Afonso XII, um personagem histórico de frisante capacidade política: Antônio Cánovas Del Castillo, o hábil articulador daquele Documento Constitucional, que, durante cinqüenta anos, ordenou o povo espanhol e lhe permitiu um equilíbrio sócio-político nunca conseguido nas Constituições anteriores, de 1834, 1837, 1845, 1869 e 1912. Somente a crise do Pós-Guerra de 1914, que na realidade eclodiu em toda a Europa, pôde destruir, na Espanha e em outras nações, o diploma do constitucionalismo liberal.

Embora dentro de um quadro totalmente diferente nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos, os esforços de entendimento daquela construção política de 1876 têm alguma coisa de semelhante com o esforço pluralístico e o consenso que hoje, de forma bem mais ampla, se alcançou na Constituição de 1978.

O Professor Sanches Agesta fala que a última Constituição espanhola do século passado se baseia em duas instituições fundamentais: o Rei e as Cortes, e que o seu texto é bastante flexível para enfrentar os desafios da época.

No tocante à Constituição de 1978, desejo relembrar as palavras de uma saudosa figura do Movimento Socialista Espanhol, o Professor Tierno Galván, que, exilado, residiu algum tempo em nosso Estado, Minas Gerais, em Belo Horizonte. O antigo prócer político e professor são figura cara à lembrança dos socialistas espanhóis. Dizia ele que as Constituições espanholas possuíam caráter ideológico pendular, ora progressista, ora conservador, e que a Constituição de 1978 é a única que escapa à lei do péndulo, por ser a mais igualitária politicamente, em face das forças sociais da esquerda e de direita existentes no País. Ela "autoriza – afirmava ele – seguir os respectivos caminhos, permitindo, em último extremo, modificar o texto constitucional."

Verifica-se, portanto, que a Constituição espanhola de hoje se assinala por esse caráter pluralista, de consenso e de pacto, o que dá a seus dispositivos uma extraordinária significação no mundo moderno, sobretudo para as nações que passaram por etapas autoritárias e pretendem, no entendimento maior, superar os seus problemas. Por outro lado, as lideranças políticas alimentaram o processo constituinte espanhol com a contribuição positiva de atuação consciente da realidade, conhecedora dos riscos do passado e animada por melhores perspectivas do porvir. Nesta coerência de **démarches** e articulações é de se realçar os chamados documentos do Pacto

de Moncloa onde as lideranças dos partidos políticos subscrevem um compromisso de fortalecimento sócio-econômico da democracia, no presente, voltado para as metas políticas do futuro.

Neste processo político-constituinte da Espanha há um esforço de entendimento das lideranças, mais diversificadas, de toda a esquerda, de todo o centro e da direita. É um promissor e realístico pacto político a Constituição de 1978 da Espanha. Retrata uma estratégia eficiente ao produzir dispositivos constitucionais com normas genéricas, de modo que possam abrigar todas as tendências políticas democráticas e sociais nos seus 169 artigos, transferindo para a legislação complementar e ordinária os temas particularizantes e casuísticos. Com isto a Constituição é de todos, e, todos podem aplaudila por que documento aberto, e aconchegante aos variados grupos da vida partidária da grande Espanha. Há, pois, no Texto constitucional espanhol um pluralismo que une a Nação, sem o radicalismo que a divide. (Palmas.)

Dentro deste contexto, V. Ex.^a, Primeiro-Ministro, Presidente Felipe González, é uma vocação singular, uma liderança providencial, que consegue reunir na sua personalidade os mais urgentes atributos da vida pública espanhola. O dinamismo, que lhe é significativo desde os tempos de estudante, em Sevilha: a obstinação com que pugnou para a edificação de um Partido Socialista forte e eficiente, enfrentando as perseguições policiais do regime autocrático; o trabalho de aglutinação de diferentes grupos socialistas; a escalada dentro da organização partidária, superando comandos desatualizados; a determinação em colocar o Partido fora das influências ideológicas que considera deturpadoras da realidade espanhola; a estrondosa vitória eleitoral de 1982; o seu governo de programa modernizador, ritmo eficiente, imune ao populismo demagógico; a juventude de sua fisionomia a espalhar esperanças; todos estes fatores colocam V. Ex.^a numa posição de destaque dentro do Mundo Contemporâneo e em especial na Europa hodierna. (Palmas.)

A Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, presidida pelo ilustre Constituinte Presidente Ulysses Guimarães, reúne neste Plenário a representação soberana do povo brasileiro para homenagear em V. Ex.^a notável liderança política que, nestes últimos anos, é intérprete fiel da consolidação da democracia na Espanha.

Receba V. Ex.^a as manifestações sinceras do apreço e da admiração do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Senador Constituinte e Líder Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente do Governo espanhol Felipe González; Sr. Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Sr. Constituinte Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal; Srs. Embaixadores, Srs. Ministros de Estado, Srs. Ministros dos Tribunais e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Constituintes, minhas senhoras e meus senhores:

Quis a ventura que fosse possível a esta Assembléia receber o Presidente do Governo da Espanha, Felipe González. Nada mais prazeroso para nós, brasileiros, nem mais oportuno.

A Espanha de sempre e a Espanha de Felipe González constituíram e constituirão marcos de referência obrigatória para o Brasil e os brasileiros.

A Espanha de sempre, disse. Aquela mesma que se formou nas lutas, nas peregrinações, na reconquista e que, ao lado de Portugal, legou à Europa e doou à América Ibero-Lusitana o molde inicial da nova cultura.

Recordo-me de antigas leituras e venerações constantes, as análises penetrantes de Sérgio Buarque de Holanda nas *Raízes do Brasil*. O "Espírito Moderno" da pré-renascença e da era dos descobrimentos ganhou, na Península Ibérica, contornos que se tornaram ainda mais nítidos na contra-reforma dos Jesuítas. À racionalidade da empresa e do mercado, Portugal e Espanha, carentes da ética protestante do trabalho e do espírito metódico do racionalismo francês, acrescentaram uma dimensão "Heterodoxa": para eles, diz Sérgio Buarque, "A atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor". (*Raízes do Brasil*, pág. 28)

Mas não se pense que o momento de contemplação e o ímpeto do amor tivessem destruído no mundo Ibérico as bases da atividade transformadora que permitem o empreendimento moderno. Sem aceitar completamente a dimensão pragmática do espírito Anglo-Saxão, nós, Ibéricos daí e daquém-mar, soubemos incorporar o espírito moderno. Ele não é senão a racionalidade na empresa, a criatividade na tecnologia e o controle crescente do Estado pela sociedade. A estas características nossos povos souberam acrescentar ou manter, mesmo incoerentemente, mas de forma a não impedir o progresso material, o tumulto, o improviso, a ternura, e até mesmo o desdém anti-racionalista pelo princípio da não contradição.

Neste aspecto, desde a conquista da América, como que o romantismo se confundiu com o espírito clássico e freqüentemente desbordou no barroco. As sínteses fizeram-se antes de as contradições se terem posto claramente e, algumas vezes, a síntese em nossas culturas é quase uma tormenta confusa.

E isto que é assim na arte, até no nosso século – pense-se na antecipação pós-moderna de Gaudi ou nesta Brasília mais monumento ornamental do que integração funcional do espaço – não deixou de ser assim também na vida cotidiana e na política.

E o foi, desde os tempos da colonização. Só que, neste aspecto, a Espanha legou-nos, mais do que Portugal, o elemento motor da nova cultura: a ferrea vontade. Esta já era visível no próprio plano das cidades coloniais, sublinha o mesmo Sérgio Buarque de Holanda, plano que denotava o triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado.

Na cidade espanhola das Américas existe "o traço retilíneo em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, que manifesta bem essa deliberação". (Pág. 127)

E acaso Brasília, com sua monumentalidade de cidade cerimonial do poder, como construíram os astecas, plantada às portas dos sertões agrestes, não repete hoje esta vontade "espanhola"? Não exprime também "a idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente "acontece", mas também pode ser dirigida e até fabricada" (pág. 129).

Só que esta "vontade" que faz a história, no caso do mundo ibérico, até a pouco, residia quase toda fora do âmbito da sociedade civil. Ela era um quase monopólio, e privilégio, do governo, do estado, que, entre nós se grava sempre com "e" maiúsculo, para mostrar a reverência a quem detém o maná que faz acontecer.

"Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos" (pág. 26) como complemento desta visão do mundo na qual o estado absorve a vontade da sociedade surge a "obediência", virtude suprema nos países ibéricos. Ela, a "obediência", é o outro lado da moeda que permite ao estado agir para alcançar seus fins.

"E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, que difere fundamentalmente dos princípios medievais e feudais de lealdade – tenha sido até agora, para eles (os países ibéricos) o único princípio político verdadeiramente forte" (pág. 29).

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Constituintes, Sr^{as} e Srs. convidados, temos diante de nós nesta manhã, na pessoa de Felipe González e de tudo que ele representa, o outro momento da mesma Espanha, que assim como nos legou, no passado, uma dimensão cultural peculiar do mundo moderno, nos aponta hoje o rumo do mundo contemporâneo.

Felipe González e a democracia espanhola, com a transição política da qual a do Brasil mais se aproxima, simbolizam a superação do estado – do estado "orgânico" – e da virtude suprema e cega da "obediência" como fundamentos da vontade de agir e da capacidade de agregar os homens.

Foi Felipe – e me perdoarão chamá-lo nesta solenidade como o chamam seus companheiros e compatriotas – quem, ao assumir o governo, depois de eleito em eleições livres e diretas, quebrou tabus e enfrentou a modernização da vida política e das relações produtivas e sociais da Espanha.

O mesmo ímpeto realizador dos conquistadores, só que agora para conquistar nas batalhas contra o atraso e o reacionarismo em sua pátria, subsiste, na pessoa de Felipe González, embebido na única fonte da democracia moderna: o consentimento livremente expresso das massas, através das eleições. (Palmas.)

A obediência não pode ser mais vista como compulsão que leva ao progresso, mas como a aceitação consciente de um objetivo deliberado, para cuja consecução unem-se os homens, que utilizam os governos, sem serem deles vassalos.

Como custou na Espanha e como ainda custa no Brasil, meu Deus! Quebrar a antiga regra autoritária e construir a ordem constitucional.

Lá, como aqui, os limites entre uma e outra regra foram (e aqui ainda são) tênues. Lá, como aqui, a constituinte não nasceu livre das cortes bicameralistas. Não sei sequer se na Espanha foi tão intenso como entre nós o debate sobre a pureza do poder instituidor do povo para, livre e soberanamente, delegar a seus representantes a feitura exclusiva da grande norma.

Pouco importa. Fez-se a Constituição. E, lá, diferentemente daqui, o texto preparatório foi escrito por uma subcomissão composta por sete membros, que reportavam a uma comissão cons-

titucional que contava com pouco mais de trinta pessoas, dentre os 350 deputados.

Só que na Espanha, para que se produzisse a Constituição, houve o grande acordo fora e dentro do Parlamento. Fora, o pacto político, o Pacto de Moncloa, levou quinze meses, de 8 de outubro de 1977 ao final de 1978, para ser firmado. Por ele, o salário dos trabalhadores, que era decidido com base na inflação do ano anterior, passou a ser decidido com base na inflação prevista para o ano seguinte, para que, juntos, os espanhóis pudessem enfrentar a crise, e não apenas sofressem os assalariados.

No parlamento, entre agosto de 1977 e janeiro de 1978, a comissão preliminar preparou o anteprojeto da Constituição e, depois disso, durante quase um ano, até outubro de 1978, as cortes debateram e aprovaram a nova Constituição que, submetida a **referendum** popular, no dia 6 de dezembro de 1978, foi promulgada a 29 do mesmo mês.

Neste entretanto, os parlamentares espanhóis, de todos os partidos, enfrentaram com decisão e coragem os temas mais polêmicos. E foi aí que Felipe González, ultrapassando sua condição de líder dos socialistas espanhóis, delineou o perfil do estadista moderno. Já antes, nos embates ideológicos do PSOE, o antigo militante andaluz, advogado de trabalhadores, professor da Universidade de Sevilha, mostrava a témpera dos renovadores. Derrotado em seu partido em maio de 1979 porque era partidário da exclusão do termo "marxista" na definição ideológica do PSOE, renunciou à Secretaria Geral até que, em setembro do mesmo ano, vencedora sua tese, voltou à direção partidária.

Durante as negociações de Moncloa e no período da elaboração constitucional, os socialistas (e não apenas eles, basta lembrar que os comunistas aceitaram a monarquia e os militares aceitaram, não sem relutância, a legalização dos partidos comunistas) mantiveram-se firmes na luta pela democratização, serenos e persistentes na defesa dos interesses dos trabalhadores, mas não se negaram a pactuar e a conciliar.

Conciliação, termo ambíguo. Quantas vezes, entre nós, ceder e transigir para obter um resultado comum confunde-se com capitular e ser oportunista. Não obstante, como fazer uma Constituição para o povo e o país tentando inscrever nela princípios de momento, que servem a uma e somente a uma facção política?

É na capacidade de conciliar sem perder o rumo e sem vacilar que se distingue o estadista. Felipe González, neste aspecto, terá sido conciliador. Não vacilou, entretanto, em abandonar a Secretaria do PSOE por questões ideológicas. Não hesitou ao perceber que o preço da volta aos quartéis era a monarquia constitucional e que a autonomia regional, que contradiz o espírito unitário do Estado autoritário, havia que ser acolhida na Constituição.

Mas nada disso transformou, depois, o Chefe do Governo, num tíbio. Combate o terrorismo, sem confundir os autênticos interesses autonômicos com o totalitarismo antidemocrático; marcha decididamente para uma Espanha integrada à Europa, arriscando-se à consulta popular até mesmo sobre a OTAN para não dissimular o que lhe parece ser conveniente para seu país; e sobretudo, ousou fazer aquilo que a muitos parece uma heresia: os socialistas no poder, para administrar

a crise econômica optam pela distribuição social dos frutos do progresso técnico mas não se amedrontam, e, para assegurar a competitividade empresarial, encolhem a ação econômica do Estado onde esta incha o aparelho produtivo pelo empreguismo e pela ineficiência. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs:

É a este Chefe de Governo que renova, que é capaz de, sendo socialista, fortalecer as regras institucionais que fazem do Rei o Chefe do Estado que, sendo contra o anacronismo de ideologias válidas mas desgastadas no tempo, sabe ser homem de posições e de doutrina, que conciliando no institucional e na preservação dos interesses do país é reto e até intransigente na implantação das reformas do Estado, da educação e das políticas sociais, é a este símbolo da Espanha moderna que eu, em nome do Senado da República, dou as boas-vindas.

E lhes digo, com uma ponta de inveja e desejoso de que assim seja, que haverá um dia no qual, ao falar da Espanha contemporânea, haveremos de escrever para os brasileiros: **de te fabula narratur.**

Para que isso ocorra espero que Vossa Excelência, Senhor Presidente do Governo espanhol, nos inspire e nos motive. Que, como no vosso exemplo, a vontade nova seja alicerçada no voto, no consentimento consciente e na ação do povo. Que, como fizeram os espanhóis, também nós substituamos a obediência cega e a ação do governo como instrumentos únicos para o progresso; que para fazer acontecer na história nos baste a democracia e a firmeza na condução de uma política social e econômica feita com o povo e para o povo.

Espanhóis e brasileiros – e quanto somos ao mesmo tempo por nossas origens e pelo nosso afeto brasileiros e espanhóis – temos laços, persistentes. Se a base cultural é comum, desde a colonização, se interesses econômicos complementares podem nos unir, há sem dúvida algo mais forte que nos solidariza na Espanha de quase hoje e no Brasil atual o desafio é o mesmo. A democracia para nós ainda é uma proposta. A Espanha caminha por ela. E nós sabemos que, quaisquer que sejam as agruras econômicas do momento que nos perturbam (e torcemos para que a abastança substitua a escassez), a solidez das instituições democráticas constitui nosso desafio comum e permanente.

Decifraremos, tenho convicção, o enigma da esfinge contemporânea com a ajuda do mapa que Felipe González e os espanhóis desenharam. Não seremos devorados porque, juntos e com persistência, traçaremos os caminhos de um regime político que não precisará de outra qualificação, seja ele monárquico ou republicano, parlamentar ou presidencialista, bastará sublinhar **democrático**. E o povo sabe, por saber sofrido na pele e no próprio bolso, o preço da liberdade. Por isso, não deixará que intransigências de conjuntura toldem o horizonte democrático.

Espero que neste momento constituinte possamos ser todos, e não só em palavras, maiores do que normalmente somos. Com despreendimento e sem que prevaleçam os interesses pessoais e até mesmo sem que os valores e interesses das facções que representamos impeçam a negociação democrática necessária. É preciso construir os caminhos do entendimento, como fizeram os espanhóis. Entendimento este, que numa so-

ciedade tão socialmente injusta como a brasileira, há de passar primeiro por um pacto em favor dos mais pobres e marginalizados das cidades e dos campos, mas que clama por tolerância e democracia.

Obrigado a Vossa Excelência, Senhor Presidente, por sua contribuição à democracia. Obrigados, todos, ao povo espanhol, que lutou contra a ditadura e soube apoiar os dirigentes que, conciliando com os interesses do país, não vacilaram na defesa do interesse popular e dotaram a Espanha de um regime que servirá de exemplo aos brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Senhor Presidente Felipe González:

Por decisão unânime de seu Conselho, foi outorgada a Vossa Excelência a distinção máxima desta Casa, que é a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional, em honra de suas virtudes de estadista.

Passo a ler o Ato que outorga a Grã-Cruz ao Presidente do Governo espanhol Felipe González:

ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 2, DE 1987

De acordo com o art. 1º do Regimento Interno do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, é nomeado Membro da Ordem e agraciado com a condecoração de Grã-Cruz o Excelentíssimo Senhor Doutor Felipe González, Presidente do Governo da Espanha.

Brasília, 16 de junho de 1987. – Senador **Humberto Lucena**, Grã-Mestre – Deputado **Ulysses Guimarães**, Chanceler. Concedo a palavra ao eminentíssimo Presidente do Congresso Nacional, para a entrega da condecoração e palavras referentes a esta alta insignia a ser deferida ao eminentíssimo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena): – Sr. Presidente e demais membros da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Maia; Srs. Ministros de Estado; Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Srs. membros do corpo diplomático; Sr. Arcebispo de Brasília; Srs. Constituintes, minhas senhoras e meus senhores; Senhor Presidente Felipe González:

A crônica atual dos acontecimentos políticos mundiais recolheu o nome de Vossa Excelência como um dos principais artífices da reconstrução institucional da Espanha, sob inspiração dos valores democráticos. A memória histórica também registra a intensa militância ideológica de Vossa Excelência em favor de uma alternativa socialista, igualitária e fraternal, para os atuais sistemas econômicos, regimes políticos e formas de governo. Em ambas as frentes de atuação, a opinião pública internacional pôde contemplar, sem dúvida, com profunda admiração, a transparência de suas posições e os riscos a que se expôs para vê-las triunfar na Espanha.

Esses traços dominantes da personalidade política de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, ajustam-se à perfeição e a índole democrática do povo brasileiro, cujas projeções étnicas deitam raízes profundas no sangue espanhol. Talvez fosse desnecessário lembrar que a contribuição ibérica

à formação racial e moral do povo brasileiro é um dos fatos dominantes de nossa História. Mal é indispensável fazê-lo, contudo, para tornar enfática as razões essenciais que nos aproximam do povo espanhol e os motivos pelos quais devemos acolher Vossa Excelência como um visitante digno de todas as honras e gratíssimo à nossa hospitalidade.

Mais ainda, Senhor Primeiro Ministro: Vossa Excelência chega ao Brasil numa hora extremamente gratificante, quando o povo brasileiro – assim como o povo espanhol em passado recente – busca reconstruir as suas instituições, pela mobilização dos poderes constituintes originários. Como a Espanha dos Pactos de Moncloa, o povo brasileiro vai inscrever na moldura da Constituição um novo pacto social e político, mais justo, mais fraterno e mais democrático.

Assim, em consideração às virtudes pessoais de Vossa Excelência, à sua contribuição à causa democrática e à sua dimensão de estadista, bem como em homenagem às razões singularíssimas que aproximam o Brasil da Espanha, decidimos outorgar-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional, numa manifestação que uniu unanimemente todas as vertentes do pensamento político nacional representadas no Poder Legislativo.

Tenho a honra de apor em Vossa Excelência a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional. (Palmas.)

Procede-se ao ato de aposição da Grã-Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente Felipe González Marques.

O SR. PRIMEIRO-MINISTRO FELIPE GONZÁLEZ: – Exmo Señor Presidente da la Cámara de Diputados y de la Asamblea Nacional Constituyente.

Exmo Señor Presidente del Senado y del Congreso Nacional, Exmos. Presidentes de los Tribunales Superiores.

Señores Senadores y Señores Diputados:

Mis primeras palabras, desde el sentimiento de la gratitud, son para poner en manifiesto mi emoción por esta distinción, que afecta a la fibra más sensible de mi trabajo político, aquele que se relaciona con la representación libre y democrática de una parte importante de mi pueblo que mi eligeo, desde 1977, como su representante en el Parlamento.

Representa para mi un gran honor atender vuestra invitación a esta tribuna para dirigirles unas palabras, forzosamente precedidas de mi saludo a los legítimos representantes del pueblo brasileño y, através de ellos, de la expresión de mi respeto y admiración a todo el pueblo del Brasil.

Quiero, también, manifestar, de modo muy especial, mi agradecimiento por las palabras de bienvenida que acaban de dedicar-me, en nombre de sus Cámaras respectivas, el Señor Senador Fernando Henrique Cardoso y el Señor Diputado Bonifácio de Andrade.

Quisiera aprovechar esta oportunidad que me ofrecen, para hacer una reflexión breve, pero profundamente sentida, sobre el momento actual de España y Brasil y las perspectivas que ustedes y nosotros tenemos por delante, cada uno en su trayectoria nacional y también en nuestras relaciones mutuas.

Las circunstancias de este momento histórico nos imponen retos significativos.

Mientras España conmemorará próximamente la primera década de existencia de una Constitución consensuada entre todos, Brasil está recorriendo los pasos de su proceso constituyente, con el objetivo de lograr un texto constitucional que recoja las aspiraciones del pueblo brasileño en el momento actual.

Si establecer un marco constitucional común, en el que nuestros ciudadanos se sientan integrados, es sumamente importante, nuestras sociedades nos exigen al mismo tiempo atender a las justas aspiraciones de nuestros pueblos. Para ello hay que crear riqueza, promoviendo el desarrollo y distribuyendo, con criterios de justicia social, los recursos generales. Los condicionantes económicos entre los que nos movemos, que nos llevan a la comprobación de que vivimos situaciones de crisis, hacen que debamos encarar la realidad con criterios realistas compatibles con las concepciones ideológicas de las que cada uno parte, y que lógicamente mantenga, en cuanto a las aspiraciones más profundas.

Estoy convencido de que, en definitiva seremos juzgados en la medida en que podamos asegurar para nuestros pueblos, en medio de las dificultades que nos ha tocado vivir, cuotas de libertad y justicia crecientes. Y ello va a imponer a nuestros pueblos y a sus gobernantes decisión y cotejo en la hora actual.

Con estas consideraciones como guía, desearía hacer unos breves apuntes sobre nuestro particular proceso constitucional. A ello me mueve, junto a una íntima satisfacción y alegría por encontrarme en Brasil, el hablar ante una Asamblea con un título tan exelso y tan exigente a la vez, como el de Asamblea Constituyente.

Hace justamente diez años Señorías, que España inició, con las elecciones de junio de 1977, su andadura democrática y su proceso constituyente.

Al 90% de los representantes parlamentarios nos resultaba desconocida la experiencia. La sequía de libertades se había prolongado durante cuatro décadas y puedo afirmar, con la perspectiva de hoy, que nos unía, más allá de las diferencias, una clara voluntad colectiva de encontrar una marco de convivencia libre y pacífica para nuestro pueblo.

Ante empeño tan importante dudábamos sobre el camino a seguir para plasmar en la Carta Magna unas reglas de juego aceptables para todos.

Dudábamos sobre la conveniencia de conseguir, sobre todo un texto jurídicamente riguroso, intelectualmente satisfactorio, con la mayor coherencia y sistemática posible. Esta aspiración, con frecuencia utópica comportaba el riesgo, ya conocido en nuestra historia, de que el resultado no se ajustara adecuadamente a nuestra realidad concreta como país. Ya nuestras necesidades históricas como pueblo.

O bien, si alternativamente, nos esforzáramos por encontrar un texto constitucional que, aún con imperfecciones técnicas, pudiera recoger esa voluntad de convivencia en un marco jurídico político en el que todo el espectro político y social de España pudiera sentirse razonablemente cómodo, suficientemente representado, por ello optamos, creyendo que la Constitución podrá servir a nuestra sociedad concreta para canalizar las energías nacionales, expresadas en cada momento por aquellos proyectos políticos que merecieran un mayor apoyo del cuerpo social.

España, a lo largo de los siglos XIX y XX desde su primera constitución moderna promulgada en Cádiz en 1812 – se dotó de una serie de Constituciones que, en vez de ser la Carta Magna de todos sus ciudadanos, tuvieron un marcado carácter coyuntural, por su excesiva vinculación a las fuerzas políticas hegemónicas en cada momento.

De ahí su fragilidad y su carácter efímero, y con frecuencia, su utilización como bandera de lucha partidaria.

Esa realidad constitucional se complica en el caso de España, porque esta evolución coincide en el tiempo con un proceso de ensimismamiento, que encuentra precisamente su origen en la independencia de los pueblos hispanoamericanos respecto de España.

La controversión produjo un aislamiento político y un enquistamiento económico que, por una parte, nos llevó a la frágil estructura política española de aquellos años y, por otra, nos descolgó del proceso de desarrollo económico que se estaba produciendo entonces en el resto de Europa.

De la reflexión sobre nuestra rasado, los españoles hemos tratado de extraer unas consecuencias. Aspirábamos a superar, y creo firmemente que los hemos conseguido, las secuelas de la última contienda civil entre españoles y estamos empeñados en recuperar y redefinir nuestra identidad como nación, en la modernización de nuestras estructuras y en la proyección de España fuera de sus fronteras.

Los españoles nos convencimos de la necesidad del diálogo y de la búsqueda del consenso en los grandes temas, como único camino para la búsqueda de las soluciones a nuestros problemas. Problemas difíciles que tenemos que enfrentar superando a aquéllos, de uno y otro lado, que propugnan un cierto inmovilismo o pretender llevar a la práctica aspiraciones maximalistas, inalcanzables por irrealies. Optamos por hacer una Constitución consensuada que, ciertamente, no agradaba plenamente a cada uno, pero que logró erigirse en lugar de encuentro de los diversos grupos políticos y sociales representativos del 90% de los ciudadanos de España.

Esta tarea se ha llevado a cabo en un clima de paz social, que pareció difícil de alcanzar en un momento en que era necesario un ajuste en la economía del país, así como la restauración del marco de las libertades políticas y sociales que iban a permitir a los Españoles una auténtica y plena vida en democracia.

Todos colaboramos al logro de esa meta: el conjunto de los ciudadanos y de sus organismos representativos, partidos políticos, sindicatos y asociaciones patronales.

A la cabeza del Estado, el Rey ha sabido impulsionar este esfuerzo colectivo, fomentando la moderación y el respeto a las opiniones ajenas, que han hecho posible la consolidación de un régimen de libertades.

Creo que puede afirmarse que entre todos, acertamos en nuestra opción por traer la democracia a España y por consolidarla. Con ello, España que, como bien conocéis, es un país que tiene raíces históricas muy hondas, hizo posible que del árbol viejo, evocado por Antonio Machado, pudieran nacer brotes nuevos que configuraran una nuvena realidad nacional.

Hemos superado nuestra controversión histórica y hemos abierto nuestras fronteras integrándonos

en la Comunidad Europea como país europeo y occidental que somos.

Sin embargo, nuestra condición de país europeo y occidental no nos hace olvidar nuestros especiales vínculos con el continente americano. Tenemos mayor conciencia que nunca de que nuestro futuro tiene que estar unido al futuro del continente latinoamericano. De ahí que, desde el mismo momento en que España ha realizado su integración institucional en Europa, hemos hecho constar la necesidad de abrir una vía de diálogo entre la Comunidad Europea y los países da América Latina.

Y lo hemos hecho sin pretender desempeñar un papel protagonista en este proceso, pero sin renunciar a un objetivo que consideramos fundamental para los próximos años: la creación de un nuevo diálogo político y económico entre Europa y América Latina.

En nuestra opinión, ese diálogo debe ser un componente importante del devenir de ambos continentes ya que los intereses objetivos de unos y de otros y, entre ellos los de España y Brasil, estarán mejor servidos por la cooperación y el diálogo, que por el aislamiento y la distancia que han presidido nuestro pasado.

Permítanme, Señores Senadores y Señores Diputados, que insista en la necesidad de llevar a cabo esfuerzos de imaginación y de creatividad para afrontar el porvenir con un nuevo impulso en nuestras relaciones bilaterales y en las relaciones entre los continentes a los que nuestros dos países pertenecen. Estamos convencidos de que las relaciones políticas hispano-brasileñas han entrado ya en su fase de madurez. Al nuevo régimen político democrático de España y de Brasil le corresponde un lógico afianzamiento de esas relaciones, que deben reflejar una mayor amplitud y profundidad de nuestros vínculos. La amistad que compartimos desde hace tantos años debe servirnos para proyectarnos conjuntamente, mucho más unidos, hacia un futuro que supere las actuales dificultades con las que todos nos enfrentamos.

Si los procesos integradores de Europa y de América Latina son una respuesta a la difícil realidad en que vivimos, un mayor acercamiento entre España y Brasil se inserta, lógicamente, en ese mismo contexto, pretendiendo tanto el enriquecimiento de nuestras relaciones bilaterales como nuestras contribución mutua a que se intensifiquen las vías de diálogo en marcha entre nuestras dos regiones.

De nuestros contactos continuos deben ir surgiendo nuevas propuestas que permitan crear un marco de relaciones, prioritariamente más intensas. La ausencia de contenciosos en nuestra relación bilateral puede servirnos de acicate para ir tejendo un conjunto de proyectos comunes que den sustento a este proyecto.

Excmo. Señor Presidente da la Cámara de Diputados y de la Asamblea Nacional Constituyente. Excmo. Señor Presidente del Senado y del Congreso Nacional, Excmo. Ministro del Supremo Tribunal Federal, Señores Senadores y Señores Diputados:

En este momento histórico difícil y esperanzador, debemos trabajar para conseguir aquello a lo que aspiramos: la consolidación de los sistemas democráticos, que han de estar asentados en un Estado de Derecho que promueva los dere-

chos humanos y que colme las aspiraciones de libertad y justicia de nuestros pueblos, (Palmas.)

Debemos trabajar, también para superar la crisis económica y financiera. Qué duda cabe de que el gran esfuerzo que realizar Brasil y otros países de América exige un horizonte más esperanzador que el que en este momento parece oscurecer el futuro! Es necesario compaginar los compromisos de la deuda exterior con el crecimiento económico, para que la deuda no se convierta en un estrangulamiento que ahogue el desarrollo económico y social y frustre la profunda aspiración de libertad de los pueblos. (Palmas.)

Hoy día empieza a reconocerse que es imposible resolver el problema de la deuda con criterios exclusivamente técnicos. Deben pues, tenerse en cuenta consideraciones de carácter político-social, que a mi juicio son compatibles con la estabilidad del sistema financiero internacional, igualmente importante para las inversiones de capital que impulsó el desarrollo de los pueblos.

Consideramos, por conseguinte, eu de todo pulso necesario el establecimiento del diálogo para llegar a una solución que, al tiempo que asuma el carácter financiero de la deuda, tenga en cuenta el enorme entramado de problemas políticos y sociales que pueden afectar a la misma viabilidad de los sistemas democráticos y a las necesidades de progreso económico-social.

Soy muy consciente de esta necesidad y por eso insisto aquí en la urgencia del diálogo entre países deudores y acreedores para conseguir el punto de encuentro que permita una adecuada salida de la crisis, que preserve la estabilidad necesaria del sistema financiero internacional y las expectativas legítimas de los países que luchan por un mayor desarrollo.

Esos grandes proyectos que consideramos imprescindible abordar a escala internacional: son la consolidación de la democracia y la colaboración para encontrar una vía de respuesta al problema económico y financiero, esos gran proyectos podrían tener para todos el horizonte. Un horizonte del año 1992. España desea que esa fecha tenga un contenido de futuro y no se convierta solo en la efemérides del descubrimiento de las primeras tierras americanas. Para nosotros la fecha del 92 es, indudablemente, una fecha histórica, pero aspiramos a que pueda ser algo más: la definición de un horizonte nuevo para todos nosotros. Aspiramos a que se perfilen, mediante una reflexión común, una serie de metas concretas y ambiciosas: el 92 debería ser la fecha en la que se celebre la libertad y la democracia de todos los países de la región y la convivencia y la cooperación entre todos ellos.

Desde esta plataforma de libertad y cooperación, podríamos contribuir de manera efectiva a la paz internacional.

En este proyecto, Brasil tiene un gran papel que desempeñar. Estoy convencido de que el ejemplo político brasileño, su camino democrático, tendrá consecuencias duraderas no sólo para nuestro propio país, llamado como está al gran protagonismo que la historia le reserva.

Junto a su ejemplo político debo resaltar también su sentido de la cooperación y su idea de la solidaridad, puestos de manifiesto con sus esfuerzos por contribuir a encuadrar la crisis centroamericana, desarrollar la cooperación con los países limítrofes e impulsar el proyecto de la zona de paz y cooperación del Atlántico Sur.

Estas realidades, que ya operan actualmente, han de enriquecerse y converger en lo que, idealmente, consideramos un punto de referencia para toda la región en las proximidades del 5º Centenario del Encuentro entre dos Mundos.

No puedo terminar mis palabras sin referirme al gran político brasileño Tancredo Neves, (Palmas) con quien tuve el honor de encontrar en Madrid, en enero de 1985. A todos nos impresionó su clara visión del futuro político del Brasil. Ello me lleva a recordar unas palabras suyas:

"Es hora de edificar un Estado que sirva a la plena madurez de nuestro pueblo. No debe ser un Estado que las élites otorguen a la Nación, en un acto orgulloso de poder, sino que emerja de la conciencia colectiva como respuesta a sus deseos y necesidades".

Señores Senadores, Señores Diputados: que este mensaje político tenga vigencia en el Brasil democrático y próspero que todos deseamos de todo corazón. Muchas gracias. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Constituinte Humberto Lucena; eminentes Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal; eminentes Sr. Arcebispo de Brasília, Srs. Ministros de Estado, Srs. Embaixadores, autoridades civis, eclesiásticas, Sras. e Srs. Constituintes:

Presidente do Governo, Felipe González:

Duas circunstâncias excepcionais singularizam a homenagem que lhe tributa o Parlamento brasileiro. Por concordância do Presidente do Congresso Nacional, o digno Senador Humberto Lucena, Vossa Excelência é recebido pela Assembléia Nacional Constituinte, e o é como chefe de governo e não de estado, o que registra outra excepcionalidade.

É simples a justificativa: Felipe González é personalidade excepcional.

Felipe González é um estadista. O homem público pode ter talento, decência e operosidade. Mas só será estadista se tiver coragem. Sem a coragem, todas as demais virtudes perecem na hora de perigo ou de decisão de risco.

Felipe González, entre outros lances de sua biografia política, revelou coragem quando em 1979 renunciou espetacularmente o cargo de Secretário-Geral de seu Partido, o PSOE, bem como quando condicionou sua permanência no governo à participação da Espanha na OTAN. A convocação do plebiscito, para homologação do gesto, que as pesquisas de opinião pública indicavam que seria derrotado, mereceu de Bettino Craxi a célebre admoestação: "você é louco".

Felipe González respondeu que se tratava de um compromisso. Um político pode ser derrotado por cumplir um compromisso, mas não pode ser desonrado por descumprir um compromisso.

Outra alternativa carregada de contestação foi o ingresso na Comunidade Econômica Européia.

Eis exemplares e audaciosos exemplos do estadista Felipe González.

Há uma regra no oficio político: não haver nele carreiras napoleônicas.

É a correlação do aforismo latino de que a natureza não dá saltos. O tempo é cadinho da carrera política. E o tempo não perdoa o que se faz sem ele.

Aquí retorno ao mote de minhas palabras iniciais. Na Europa, na Espanha milenar sob o signo

da excepcionalidade, Felipe González ascende a chefe do governo de sua Pátria aos quarenta anos, o mais jovem do século no Continente. (Palmas.)

As ruas e praças, regorgitantes de multidões ovacionantes, cunharam o apelido do fenômeno popular e democrático: El Huracán, o furacão.

Senhor Presidente Felipe González:

Há profunda semelhança entre o que contemporaneamente ocorre entre seu país e o nosso.

Foi através da transição e não da ruptura que evoluímos da ditadura para a democracia.

Em ambas as nações, o sangue não foi a parteira do regime popular. Este é filho da cidadania, não das armas.

No Brasil, foi um pacto que levou cinqüenta milhões de pessoas às ruas, na histórica campanha das eleições diretas.

Toda transição é terrivelmente difícil. Ainda não é o novo, por isso é criticada, e luta contra o velho, por isso é repelida pela inércia. Além do consenso, a busca do bom senso.

Vossa Excelência, com sabedoria, coragem e determinação, ensina que é preciso sobre tudo imaginação, flexibilidade e pitorescamente prega a síntese entre a coca-cola e a vodca, um socialismo sem Marx, exclusão que teve o preço de sua famosa renúncia ao comando de seu partido.

No Brasil, marchamos. Com tropeços, quedas, incompreensões, mas marchamos para a consolidação democrática. Fincamos marcos democráticos notáveis: o voto ao analfabeto, a eleição direta para todos os níveis da administração, a pluralidade partidária abrangendo as legendas ideológicas, a pureza na votação e apuração com o recenseamento eleitoral e, como coroamento, a histórica convocação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Presidente José Sarney e sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Presidente Felipe González:

Percorre a América Latina, mais do que um desejo, a prática da integração. Temos que nos unir, para sobreviver. Essa integração deve se estender à Espanha e Portugal, pelos ditames da história, principalmente pelas oportunidades que se abrem pelo ingresso das nações genitoras no Mercado Comum Europeu.

Sinta-se, assim, no Brasil como estivesse em sua casa integracionista. (Palmas!)

Recebido como filho do Brasil, como tantos patrícios seus, e nosso concidadão, pois a luta pela liberdade transforma seus heróis em cidadãos da humanidade, por consenso universal, Felipe González é um deles.

Como Constituinte, saúdo o Constituinte Felipe González, fazendo minhas as exemplares e justas palavras do Senador Fernando Henrique Cardoso, do Deputado Bonifácio Andrade, e do Presidente Humberto Lucena.

No Brasil, Vossa Excelência está recebendo acolhida fervorosa pelo governo, pela imprensa, por seus patrícios e descendentes.

Nenhuma porém superará a deste momento.

O povo brasileiro, que vinte anos lutou e sofreu para soberanamente se reunir em Assembléia Nacional Constituinte, proclama que Felipe González pode entrar, ser aclamado, falar nesta Casa e ser chamado companheiro, pois o amor à liberdade o levou à prisão e ao exílio e o governo social que empreende na Espanha é convicente testemunho de que a democracia é áspera, mas in-

substituível caminho, para o bem-estar, a segurança e a dignidade dos povos.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Ao encerrar a Sessão, a presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, convidando-as para um coquetel no salão nobre do Senado Federal, onde Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo espanhol receberá os cumprimentos.

Solicito à Comissão que introduziu nosso ilustre visitante neste plenário que acompanhe Sua Excelência até aquele local.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 44 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antoniolarcos Mendes Thames – PFL; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Aroaldo de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre –

PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; João Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Gu-

shiken – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Mussa Demes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Percival Muniz – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vitor Buazi – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, antes, convocando outra para hoje, dia 16, às 14:30 horas.

II – Encerra-se a Sessão às 11 horas e 44 minutos.

Ata da 84ª Sessão, em 16 de junho de 1987

Presidência dos Srs. Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Bar-

ros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artur Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denizar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal

Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Volentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rollemburg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sath-

ler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbo-

sa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélia – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

A lista de presença registra o comparecimento de 245 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O Sr. Arnaldo Faria de Sá,

Terceiro-Secretário, servindo de Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

Passa-se à leitura do expediente.

O Sr. Marcelo Cordeiro, Primeiro Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 111/87 Brasília, 16 de junho de 1987

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte José Maurício para fazer parte da Comissão de Sistematização, como titular, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

PARECER

Nº 1, de 1987 – ANC

(Da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo)

GPO – 293/87

Opina pelo não-conhecimento do recurso interposto pelo Sr. Constituinte Amaral Neto à decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, contra os votos dos Constituintes Bonifácio de Andrade, Enoc Vieira e Manoel Ribeiro e abstenção do Sr. Albérico Filho.

A Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, em reunião ordinária realizada hoje, ao apreciar o recurso interposto pelo Sr. Constituinte Amaral Neto à decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, opinou, nos termos do parecer do relator, pelo não-conhecimento do recurso, contra os votos dos Constituintes Bonifácio de Andrade, Enoc Vieira e Manoel Ribeiro. O Constituinte Albérico Filho absteve-se de votar.

Participaram da votação os seguintes Constituintes: Oscar Corrêa, Presidente; Dalton Cana-

brava e Maurício Corrêa, Vice-Presidentes; Acival Gomes, Albérico Filho, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrade, Eduardo Bonfim, Farabulini Júnior, Egídio Ferreira Lima, Enoc Vieira, Genebaldo Correia, Henrique Eduardo Alves, Jorge Leite, José Fogaca, Jutahy Júnior, Leite Chaves, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Miro Teixeira, Luiz Viana, Manoel Ribeiro, Nelson Wedekin, Osvaldo Macedo, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa, Djenal Gonçalves, Carlos D'Carli, Nestor Duarte, Marluce Moreira Pinto, Tito Costa, Ivo Mainardi, Robson Marinho e José Guedes.

Sala da Comissão, 10 de junho de 1987. — Constituinte **Oscar Corrêa**, Presidente — Constituinte **Egídio Pereira Lima**, Relator.

**COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO
DOS PODERES E SISTEMA
DE GOVERNO**

PARECER

**Recurso manifestado contra
decisão do Presidente da ANC,
conforme GP —o— 293/87-ANC.**

Recorrente: Deputado Amaral Netto.
Relator. Deputado Egídio Ferreira Lima.

I – Relatório

Em questão de ordem, dirigida ao Presidente da ANC, o Deputado Amaral Neto levantou a hipótese de rejeição integral pela Subcomissão do anteprojeto apresentado pelo Relator e do procedimento a ser adotado, no caso de sua ocorrência.

Indagou-se, ainda, se não seria o caso de se aplicar, subsidiariamente, o art. 49, § 12, do Regimento Interno da Câmara, substituindo-se o Relator.

A questão já havia sido aventada, antes, em consulta do Deputado José Lins.

Não satisfeita com a resposta da Presidência à consulta do Deputado José Lins e com a decisão da questão de ordem, o Deputado Amaral Neto recorreu para o Plenário, nos termos do art. 74 § 3º, do Regimento Interno da ANC.

O processo veio a esta Comissão para parecer.

2 – Não vejo o conflito que motivou a questão de ordem e, depois, o recurso.

Os esclarecimentos oferecidos pelo Presidente da ANC não ensejam perplexidade irremovível. Pelo contrário, ele foi claro, ao dizer, em resposta à consulta do Deputado José Lins:

"Caso tal fato ocorra, o próprio Relator deverá redigir o parecer que represente a decisão da Comissão, consignando, pormenorizadamente, a matéria vencida. No dia imediato, esse parecer será objeto de votação por parte da Comissão, não comportando maior discussão ou emendas."

No próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no qual o Deputado Amaral Neto se baseou para suscitar a questão de ordem e, posteriormente, para respaldar o recurso, a hipótese é prevista e solucionada. Se não, veja-se o § 11 ao art. 49 do mencionado Regimento:

"Se ao voto do Relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo, até a reunião seguinte, para redação do vencido."

Tem-se, pois, uma perfeita consonância entre a decisão do Presidente da ANC e o Regimento

da Câmara dos Deputados, do qual se valeu o próprio recorrente.

Chama-se, ademais, a atenção para o procedimento constituinte, o qual visa matéria codificada que, por isso mesmo, é votada por partes. Daí a proibição da apresentação de substitutivo, contida nos arts. 21, § 1º, e 23, § 2º, do Regimento Interno da ANC.

No processo para elaboração de Constituição, como, de resto, no procedimento de votação dos códigos, o Relator nunca é vitorioso ou vencido por inteiro. Na proporção em que as emendas forem aprovadas, elas serão incorporadas ao texto do projeto ou substitutivo. Este o caminho racional e assentado. Inclusive, no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para os projetos de Código (arts. 215 a 233). Nele, também, não se prevê a substituição de Relator por ter sido vencido.

São as considerações.

Pelo não conhecimento do recurso.

É o Parecer.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1987. —

Egídio Ferreira Lima, Relator.

OFICIO GPO 293/87 – ANC, DE 21 DE MAIO DE 1987, DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Oscar Corrêa
Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

Senhor Presidente,

Tendo em vista o recurso apresentado pelo Senhor Constituinte Amaral Netto à decisão desta Presidência em questão de ordem levantada por Sua Excelência na sessão da Assembléia Nacional Constituinte do dia 20 do corrente, encaminho o mesmo, nos termos do § 3º, do art. 74 do Regimento Interno à alta consideração dessa Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Constituinte (**Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

QUESTÃO DE ORDEM LEVANTADA NA SESSÃO DE 20 DE MAIO DE 1987, PELO SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO.

Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães.

Eminente Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma do que dispõe o artigo 83, **caput**, combinado com o § 3º, do art. 74, todos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e ainda segundo os §§ 11 e 12, do art. 49, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorremos para o Plenário para que delibre a respeito da questão de ordem negativamente respondida por V. Ex.ª.

Pede a dispensa da oitiva da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, para que o Plenário se manifeste imediatamente uma vez que a matéria foi objeto de consulta decidida por V. Ex.ª formulada pelo Sr. Presidente da Comissão de Ordem Econômica, Constituinte José Lins.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1987. — Constituinte **Amaral Netto**, Líder do PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ.)
Pela ordem. Sem revisão do orador.: — Sr. Presidente Ulysses Guimarães, nós do PDS tomamos conhe-

cimento de um ofício enviado pelo Constituinte José Lins a V. Ex.ª sobre o problema dos relatórios. Nesse ofício, ao qual V. Ex.ª accusa recebimento em 11 de maio de 1987, responde a uma consulta feita pelo Constituinte José Lins, nos seguintes termos:

"Na hipótese de o anteprojeto apresentado pelo Sr. Relator ser rejeitado integralmente pela Subcomissão, caberá ao Presidente designar outro Relator nos termos do art. 49, § 12, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Qual o prazo que terá o novo Relator? Haverá discussão do anteprojeto, ou somente votação da matéria?"

É o que pergunta o nobre Constituinte José Lins a V. Ex.ª e V. Ex.ª completou o seu ofício respondendo:

"Caso tal fato ocorra, o próprio Relator deverá redigir o parecer que represente a decisão da Comissão, consignando no mesmo, promenorizadamente, a matéria vencida na Comissão. No dia imediato, esse parecer será objeto de votação por parte da comissão, não comportando maior discussão ou emendas."

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que há uma contradição. Como elemento subsidiário, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no seu art. 49, § 12, diz o seguinte:

"§ 12. Se o voto do Relator não for adotado pela Comissão, o Presidente da Comissão designará outro Relator, assim como seu substituto para a redação do parecer."

Pergunto a V. Ex.ª se em nome da Liderança do PDS, com 37 Deputados, posso requerer a V. Ex.ª, sem a oitiva da Mesa, o auxílio, vamos dizer, o recurso ao Plenário para decidir esse problema, com todo o respeito devido à decisão de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Desejo dizer a V. Ex.ª duas coisas: primeiro, que a interpretação, a exegese dada pela Mesa, pela Presidência, foi no sentido de que, como o Regimento não estabelece o que é, na verdade, a cominação de uma sanção, que um Relator, em não sendo aprovado o seu relatório, o seu parecer, ele seja destituído e substituído por outro, V. Ex.ª sabe que não se interpreta analogicamente para o castigo, para a sanção, para a punição ou para o constrangimento, se quiserem. De forma que a Mesa entendeu que, como o Regimento estabelece que o Relator é que tem a incumbência de relatar e ele pode se conformar com o verdadeiro e relatar o vencido, não oferece dificuldade alguma, no silêncio, não tendo estabelecido a cominação, não podemos estabelecer-la.

De maneira que se o Relator, e o que acontece geralmente é uma parte somente do seu relatório, se ele é vencido, ele se subordina à decisão da maioria, como faz um líder, por exemplo, que tem um ponto de vista, mas é vencido numa Bancada, ele assoma à tribuna e se manifesta no sentido da Bancada. Esta foi a decisão dada pela Mesa, à questão suscitada pelo nobre Deputado José Lins.

O SR. AMARAL NETTO: — V. Ex.ª permite?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Pois não, nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO:

– Nunca para contestar a Mesa, mas para um esclarecimento. É justamente por esta decisão que eu estou pedindo a V. Ex.^a o recurso ao plenário.

Veja bem, eu não contesto a decisão de V. Ex.^a. Eu estou requerendo, em nome de um partido que tem 37 Deputados, além do número exigido para esse pedido, a audiência do Plenário, por um motivo Sr. Presidente, pois é uma coisa muito estranha, o que o relator que tem o seu parecer rejeitado, vá redigir um parecer contra a sua idéia, contra aquilo que ele representa; e começam a surgir interpretações Sr. Presidente. A interpretação, por exemplo, de que o Relator não é demitido, para não sair da Sistematização. Esse é um grande problema que está surgindo. Nós, do PDS, que fámos, com todo respeito a V. Ex.^a, pedir a V. Ex.^a que nos desse o direito de ouvir o Plenário, para que ele possa decidir melhor, uma questão que V. Ex.^a quis decidir com toda justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

– Se V. Ex.^a interpreta o que seja uma questão de ordem resolvida pela Mesa, a Mesa invoca o art. 74, § 3º e, desde que haja 35 Srs. parlamentares que apoiem, vai consultar a Casa. Se já há 37, então a Mesa encaminhará, nos termos do art. 74, § 3º, a questão de ordem para ser resolvida pela Comissão de Organização dos Poderes.

É a decisão.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

OFÍCIO GPO 275/87 – ANC, DE 18 DE MAIO DE 1987, DO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Albérico Filho
Presidente da Subcomissão do Poder Executivo

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência cópia da decisão desta Presidência à consulta do Presidente da Comissão da Ordem Econômica, Constituinte José Lins, sobre procedimentos a serem adotados quando da rejeição do anteprojeto apresentado pelo Relator, e ainda sobre prazos e discussão da matéria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

OFÍCIO GPO 242/87 – ANC, DE 18 DE MAIO DE 1987, DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

A Sua Excelência o Senhor Constituinte José Lins
Presidente da Comissão da Ordem Econômica

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do ofício de Vossa Excelência, datado de 11 de maio de 1987, em que consulta:

"Na hipótese de o Anteprojeto apresentado pelo Relator ser rejeitado integralmente pela Subcomissão, caberá ao Presidente designar outro Relator, nos termos do art. 49, § 12 do Regimento da Câmara dos Deputados? Qual o prazo que terá o novo Relator? Haverá discussão do Anteprojeto ou somente votação da matéria."

Caso tal fato ocorra, o próprio Relator deverá redigir o parecer que represente a decisão da Co-

missão, consignando, no mesmo, pormenorizadamente a matéria vencedora na Comissão.

No dia imediato, esse parecer será objeto de votação por parte da Comissão, não comportando maior discussão ou emendas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO**Parecer**

Recurso: Manifestado contra decisão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, conforme GP – 0 – 294/87 – ANC.

Relator: Deputado Egídio Ferreira Lima.

1 – Relatório

Em questão de ordem, o Deputado José Genoíno insurgiu-se contra ato da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que fixou em 93 o número de integrantes da Comissão de Sistematização.

Alegou o Constituinte suscitante que, devendo a Comissão de Sistematização ser constituída, inicialmente, de 49 membros, assegurada a participação de todos os partidos, o cálculo era de ter sido feito, de longo, separando-se as vagas dos 12 partidos. Em seguida, a proporcionalidade seria aplicada sobre as 37 vagas restantes, para finalmente, acrescentar-se os 40 presidentes e relatores de Comissões e os relatores de Subcomissões. Com este cálculo, o total de integrantes da CS seria de 89 membros e não de 93, como afinal ficou constituída.

O Presidente, motivando a decisão da questão de ordem, alega que o cálculo foi procedido em estrita obediência a disposições regimentais.

Inconformado, o Deputado José Genoíno recorreu da decisão do Presidente e este, antes de submeter o recurso ao plenário, entendeu de ouvir esta Comissão, nos termos do art. 74, § 4º do Regimento Interno.

É o relatório:

2 – Parecer

Entendo que o Presidente da ANC fez boa e precisa interpretação das disposições regimentais.

O art. 13, § 1º, do Regimento Interno da ANC diz que a Comissão de Sistematização é integrada, inicialmente, de 49 membros, "a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia".

Posta a disposição nestes termos, outro não poderia ter sido o procedimento da Mesa.

Primeiramente, como fez, teria que aplicar o princípio da proporcionalidade (art. 13, § 2º) sobre os 49 integrantes iniciais, complementando-os, depois, com os Presidentes e Relatores. No final, os partidos não alcançados pelo cálculo da proporcionalidade seriam contemplados, apurando-se assim, o número total de 93 membros.

Observe-se, o que é importante, que ao se elaborar o Regimento, se teve o cuidado de não se fixar o número total de integrantes da Comissão de Sistematização.

É certo que, pelo critério defendido pelo Deputado José Genoíno, o resultado seria outro. O PT e o PDT ganhariam, cada um, mais uma vaga, em virtude da distribuição inicial de um lugar para cada partido. Mas, a verdade é que a preocupação do Regimento foi assegurar a participação de todos os partidos na Comissão e não a de favorecer esse ou aquele partido.

A Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, em reunião ordinária realizada hoje, ao apreciar o recurso interposto pelo Sr. Constituinte José Genoíno à decisão da Presidência da Assembléia Nacional em questão de ordem levantada na sessão de 20 de maio de 1987, opinou, nos termos do parecer do relator, pelo não conhecimento do recurso, contra os votos dos Constituintes Acival Gomes, Bonifácio de Andrade, Bocayuva Cunha, Eduardo Bonfim, Enoc Vieira, Erico Pegoraro, Farabulini Júnior, Jorge Hage, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Maurício Corrêa, Nelson Wedekin, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa e Vivaldo Barbosa.

Participaram da votação os seguintes Constituintes: Oscar Corrêa, Presidente; Dalton Cana-brava e Mauricio Corrêa, Vice-Presidentes; Acival Gomes, Albérico Filho, Bocayuva Cunha, Bonifácio de Andrade, Eduardo Bonfim, Farabulini Júnior, Genebaldo Correia, Henrique Eduardo Alves, Humberto Souto, Jorge Hage, Jorge Leite, José Fogaça, José Jorge, Jutahy Júnior, Leite Chaves, Leopoldo Bessone, Leur Lomanto, Lúcio Alcântara, Manoel Ribeiro, Luiz Viana, Michel Temer, Miro Teixeira, Nelson Wedekin, Osvaldo Macedo, Paes Landim, Plínio Arruda Sampaio, Ronaro Corrêa, Plínio Martins, Vinicius Cansanção, Vivaldo Barbosa, Carlos de Carli, Ibsen Pinheiro, Djenal Gonçalves, Costa Ferreira, Ivo Mainardi, Israel Pinheiro, Nestor Duarte, Marluce Moreira Pinto, Tito Costa, Manoel Moreira, Robson Marinho, José Guedes, Milton Reis e Egydio Ferreira Lima.

Sala da Comissão, 10 de junho de 1987. Constituinte **Oscar Corrêa**, Presidente – Constituinte **Egídio Ferreira Lima**, Relator.

É legítimo o direito de recorrer, mas o recurso carece de fundamento.

Assim, o parecer à pela improcedência do recurso.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1987.

– **Egidio Ferreira Lima, Relator.**

OFÍCIO GPO 294/87 – ANC, DE 21 DE MAIO DE 1987, DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

A Sua Excelência o Senhor Constituinte Oscar Corrêa
Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo

Senhor presidente,

Tendo em vista o recurso apresentado pelo Senhor Constituinte José Genoíno à decisão desta Presidência em questão de ordem levantada por S. Ex.^a na sessão da Assembléia Nacional Constituinte do dia 20 do corrente, encaminho o mesmo, nos termos do § do art. 74 do Regimento Interno, à alta consideração dessa Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a protestos de apreço. Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passamos ao período destinado às Comunicações de Lideranças.

Srs. Constituintes, o nobre Constituinte José Genoíno, pela Liderança do PT, apresentou uma questão de ordem complexa, difícil, reivindicando a presença de mais um representante do seu partido na Comissão de Sistematização.

A Mesa deu tal importância à questão de ordem levantada pelo Constituinte, que reuniu a Presi-

dência, distribuindo ao Vice-Presidente Jorge Arbage a matéria, para que desse parecer.

É o seguinte o parecer, aprovado unanimemente pela Mesa da Constituinte:

Parecer

O nobre Constituinte José Genoíno levantou a questão de ordem, contestando a forma pela qual a Presidência distribuiu os lugares na Comissão de Sistematização entre os partidos com representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Fundamenta o seu argumento no art. 13 e seu § 1º que estabelecem:

"Art. 13. As comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os presidentes e relatores das demais comissões, e os relatores das subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia

Entende o ilustre autor da questão de ordem, que inicialmente, devem participar todos os partidos com assento na Constituinte, isto é, 12, e a diferença, isto é, 37, seria calculada pelo princípio da proporcionalidade, apresentando a seguinte tabela:

	A	B	C* ¹	D* ²	E
Números de Constituintes do Partido		Quociente (Nº total de Constituintes + ou - 37)	Número Inicial de vagas do Partido (A +B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de vagas do Partido
PMDB	305	15,11	20	2	22
PFL	132	15,11	9	–	9
PDS	37	15,11	2	–	2
PDT	26	15,11	2	–	2
PTB	19	15,11	1	–	1
PT	16	15,11	1	–	1
PL	7	15,11	–	–	–
PDC	6	15,11	–	–	–
PC do B	5	15,11	–	–	–
PCB	3	15,11	–	–	–
PSB	2	15,11	–	–	–
PMB	1	15,11	–	–	–
TOTAL	559	–	35	2	37

– O cálculo do numero inicial de vagas do partido foi efetuado com base no que dispõe o art. 24 do Regimento interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na composição das comissões, não disciplina uma forma de cálculo.

– O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuado com base na técnica da "maior média", que, como enuncia José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo". Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2^a edição, páginas 378 a 382), e o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

Em razão desse cálculo, o resultado final seria o seguinte:

	Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno
PMDB	23
PFL	10
PDS	3
PDT	3
PTB	2
PT	2
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Subtotal	49
Presidentes e Relatores	40
Total	89

Como se observa de logo, a Comissão que no momento é integrada por 93 Constituintes passaria a ser por 89, e o PMDB, teria menos 4 representantes, o PFL, 2 e o PDT e PT ficariam com mais um membro.

Contudo, pela análise do § 1º, do art. 13 do Regimento Interno, observa-se que a Comissão de Sistematização é "integrada inicialmente por 49 membros" e não por 12 como deseja o autor da questão de ordem. Somente, após o cálculo da proporcionalidade, previsto no § 2º do mesmo artigo, haveria condições de atender à parte final do § 1º, isto é "assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia".

O cálculo realizado pela Presidência, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentou o seguinte resultado:

PMDB.....	27
PFL.....	12
PDS.....	3
PDT.....	2
PTB.....	2
PT.....	1
PL.....	1
PDC.....	1
	49

Cumprida a determinação regimental (§ 1º, *In fine*), os partidos não contemplados (PC do B, PCB, PSB e PMB) passaram a ter direito a indicarem um representante.

Por tais razões, considero que a interpretação presidencial do § 1º do art 13 do Regimento interno é a mais consentânea com os dispositivos citados.

É o parecer.

O SR. JOSÉ GENUÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Geminio, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.); – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com base no § 3º do art. 74 e considerando a importância dessa questão que diz respeito ao número de membros da Comissão de Sistematização na sua fase inicial; considerando a importância política desta Comissão; considerando, o proponente da questão de ordem apresentada a V. Ex.^a, que o § 1º do art. 13 não deixa a menor dúvida de que, inicialmente, a Comissão de Sistematização deverá ser composta de 49 membros de todos os partidos e, considerando que esse número leva em conta outro dispositivo regimental que garante que cada Comissão deve ter 63 membros, excluindo-se os membros efetivos da Mesa, a decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no entendimento deste Constituinte, fere dois dispositivos regimentais: o § 1º do art. 13 e também ao **caput** desse artigo, que diz respeito a oito Comissões de 63; se forem mantidos 53, inicialmente, teremos 93, e terá a Comissão os sessenta e dois e meio. Como não existe meio Constituinte, teremos Comissão com 63, com 62 e com 61.

Esta questão envolve o respeito claro e absoluto ao Regimento Interno. Para o Partido dos Trabalhadores, não está em jogo, o haver mais uma vaga na Comissão de Sistematização, se bem que seria uma decorrência; mas, em primeiro lugar, está em jogo o respeito ao Regimento Interno que é a constituição da Constituinte.

Nestes termos, com base no § 3º do art. 74, a Liderança do Partido dos Trabalhadores, juntamente com a Liderança do Partido Democrático Trabalhista e com a Liderança do Partido Comunista do Brasil, preenche as condições regimentais e recorre da decisão da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, no silêncio da manifestação dos partidos invocados por V. Ex.^a, o que significa anuência,

uma anuência, digamos, tácita, ao que V. Ex.^a declarou, perfaz a exigência regimental dos 35 Constituintes para que se dê provimento ao recurso. Em vista disto, é dado provimento ao recurso de V. Ex.^a que será de pronto encaminhado à Comissão de Constituição de Poderes e Sistema de Governo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô, pelo PFL.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL): – O nobre Constituinte José Genoíno levantou questão de ordem contestando a forma pela qual a Presidência distribuiu os lugares na Comissão de Sistematização entre os partidos com representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Fundamenta o seu argumento no art. 13 e seu § 1º que estabelecem:

"Art. 13. As comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os presidentes e relatores das demais comissões, e os relatores das subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia.

Entende o ilustre autor da questão de ordem, que, inicialmente, devem participar todos os partidos com assento na Constituinte, isto é, 12, e a diferença, isto é, 37, seria calculada pelo princípio da proporcionalidade, apresentando a seguinte tabela:

	A	B	C ¹	D ²	E
	Número de Constituintes do Partido	Quociente (Nº total de Constituintes + ou - 37)	Número Inicial de vagas do Partido (A + B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de vagas do Partido
PMDB	305	15,11	20	2	22
PFL	132	15,11	9	–	9
PDS	37	15,11	2	–	2
PDT	26	15,11	2	–	2
PTB	19	15,11	1	–	1
PT	16	15,11	1	–	1
PL	7	15,11	–	–	–
PDC	6	15,11	–	–	–
PC do B	5	15,11	–	–	–
PCB	3	15,11	–	–	–
PSB	2	15,11	–	–	–
PMB	1	15,11	–	–	–
TOTAL	559	–	35	2	37

- 1 – O cálculo do número inicial de vagas do partido foi efetuado com base no que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na composição das comissões, não disciplina uma forma de cálculo.
- 2 – O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuado com base na técnica da "maior média", que, como enuncia José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2ª edição, páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

Em razão desse cálculo o resultado final seria o seguinte:

Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno	
PMDB	23
PFL	10
PDS	3
PTB	3
PT	2
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Subtotal	49
Presidentes e Relatores	40
Total	89

Como se observa de logo, a Comissão que no momento é integrada por 93 Constituintes passaria a ser por 89, e o PMDB, teria menos 4 representantes, o PFL, 2 e o PDT e PT ficariam com mais um membro.

Contudo, pela análise do § 1º do art. 13 do Regimento Interno, observa-se que a Comissão de Sistematização é "integrada inicialmente por 49 membros" e não por 12, como deseja o autor da questão de ordem. Somente, após o cálculo da proporcionalidade, previsto no § 2º do mesmo artigo, haveria condições de atender a parte final do § 1º, isto é "assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia".

O cálculo realizado pela Presidência, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentou o seguinte resultado:

PMDB	27
PFL	12
PDS	3
PDT	2
PTB	2
PT	1
PL	1
PDC	1
	49

Cumprida a determinação regimental (§ 1º, in fine), os partidos não contemplados (PC do B, PCB, PSB e PMB) passaram a ter direito a indicarem um representante.

Por tais razões, considero que a interpretação presidencial do § 1º do art. 13 do Regimento Interno é a mais consentânea com os dispositivos citados.

Em 19 de maio de 1987. – **Jorge Arbage**, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.); – Sr. Presidente, esperei até este momento para formular esta questão de ordem à Presidência da Mesa, com a presença inclusiva do seu Secretário-Geral, porque é questão da maior importância.

Baseio-me no art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

"Art. 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em núme-

ro de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia."

Sr. Presidente, tenho em mãos a distribuição do número de membros feita na Comissão de Sistematização, que totaliza 53. Este número contraria o art. 13, no seu **caput** e em seu § 1º pois o número de 49 tem uma razão de ser, em função do número de membros de cada Comissão ser 63.

Foi feito um cálculo – que tenho em mãos – e apresentado aos partidos, de uma proporcionalidade que incluía todos eles, até o partido que colocaria um membro na Comissão de Sistematização. Para os demais, que pelo cálculo não estariam incluídos, foram acrescidos quatro membros, número que foi distribuído entre os três partidos majoritários, no caso, o PMDB, o PFL e o PDS.

Esse cálculo deveria seguir exatamente, a letra seguinte do Regimento Interno que diz que são 49, com a presença de todos os partidos; coloca um de cada partido – são 12. A partir daí estabelece a proporcionalidade para preencher os 49 membros. Como não foi feito assim, há uma anormalidade regimental: temos 53 membros e o Regimento é claro em termos de 49. A liderança do PT aplicou o cálculo que tenho em mãos. Considerando a letra do Regimento Interno que garante 49 membros e um representante de cada partido, teríamos outra composição na Comissão de Sistematização. E o mais estranho, Sr. Presidente, neste cálculo – é correto incluir um representante de todos os partidos o que é universal e inclusive usado pela Justiça Eleitoral para fazer a distribuição das sobras, é que o Partido dos Trabalhadores é o único que perde uma vaga na Comissão de Sistematização. Então, o cálculo para a proporcionalidade partidária aplicada pelo Regimento Interno foi casuístico. Este cálculo somou 53, favorecendo os três partidos majoritários nesta Casa, isto é, os partidos que têm maior bancada. Alguém teve que perder neste cálculo. Qual foi o partido que teve a perda? O Partido dos Trabalhadores deveria ter dois membros na Comissão de Sistematização, se fosse aplicado o cálculo correto entre os 49, e tem apenas um. Temos aí três problemas sérios. A Comissão de Sistematização não se pode instalar com 53 integrantes, tem que ter 49, porque se forem 53 existirão Comissões com menos de 63 membros. Não há como sair desse impasse. Estou com o cálculo nas mãos.

É necessário, Sr. Presidente – concluindo minha questão de ordem, que é séria, porque a Comissão de Sistematização vai-se instalar daqui a pouco – garantir a participação de todos os partidos, um membro de cada partido, princípio este consagrado no Regimento Interno. A partir daí aplica-se a proporcionalidade. Aí, sim, será

feita a correção do critério da proporcionalidade. Há outro ponto. Se isto não for aplicado o PT, no caso, perderá no cálculo feito pela Secretaria-Geral da Mesa. Tenho este cálculo e posso entregá-lo a V.Ex.^a. Acho importante que esta questão de ordem seja resolvida porque a Comissão de Sistematização não pode instalar-se, contrariando o Regimento Interno. Se isto acontecer criará um precedente. Além do mais, se criarmos a lógica de contrariar o Regimento Interno em questões como a composição da Comissão de Sistematização, que é muito importante, pois sistematizará o trabalho que vem das Subcomissões e das Comissões, estaremos abrindo um precedente muito sério. Não quero relatar aqui outros momentos em que este Regimento Interno teve que ser alterado por uma série de motivos que não importam agora. Mas a Comissão de Sistematização é poder, é voto, é número de gente que participa e não se pode instalar com esta anormalidade regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pondera ao eminent autor da questão de ordem, e à Casa, que o art. 13, no seu § 1º, ao fixar em 48 o número dos que devem integrar, logo de início, a Comissão de Sistematização, ressaltou que os Presidentes e os Relatores das demais Comissões e Subcomissões também participarão dela e estabeleceu que será assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte. Esta composição é formada originalmente pelos indicados entre 48 ou 49 Srs. Deputados e, posteriormente, pelos relatores, sub-relatores e presidentes, o que foi feito pela Mesa, assegurando a todos os partidos representação junto a esta Comissão.

A Mesa irá examinar as ponderações formuladas por V. Ex.^a, como já o fez em outras oportunidades.

Se V. Ex.^a tiver razão em reclamar não ficará prejudicado. Mas a Mesa confirma a eleição. Não é possível adiá-la, mesmo porque se trata exclusivamente da eleição de presidente e relator, em face de entendimentos já havidos. Quanto ao funcionamento, o importante é que a Mesa irá examinar com toda a atenção a questão de ordem levantada por V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.^a me desculpe, mas é questão da maior importância, pois diz respeito à Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A questão de ordem já está resolvida, e V. Ex.^a não pode continuar questionando. V. Ex.^a deve encaminhar os elementos para examinarmos a questão, até, num propósito liberal e se V. Ex.^a estiver com a razão, a Mesa reformulará a questão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, é só para apresentar outro argumento. A questão da proporcionalidade não foi feita, levando-se em conta os 89. Ela foi feita sobre 49 e depois sobre os relatores, presidentes e sub-relatores. Então, ela não pode ser aplicada... Se fosse aplicada no total, a composição seria outra. Esse é o problema. A participação de todos os partidos é sobre os 49 integrantes e não sobre os 53.

Então, Sr. Presidente, é necessário o compromisso de V. Ex.^a, como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de rever essa

anormalidade regimental, mesmo com instalação...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Se houver justiça na reclamação de V. Ex.^a, em atitude até liberal, isso será feito. A Mesa tem tido essa mesma atitude também com relação aos pequenos partidos.

GABINETE DA LIDERANÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Composição da Comissão de Sistematização Da Assembléia Nacional Constituinte

Tendo surgido dúvidas a respeito da forma de efetuação do cálculo para composição da Comissão de Sistematização e distribuição das respectivas vagas entre as bancadas partidárias com assento na Assembléia Nacional Constituinte, cabe discutir a forma adotada pela Secretaria Geral da Mesa, contrapondo-a aos requisitos exigidos pelo Regimento Interno da Assembléia.

A – Cálculo de Composição da Comissão de Sistematização efetuado pela Secretaria Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as bancadas partidárias foi efetuado pela Secretaria da Mesa da seguinte forma:

a) distribuição proporcional das 49 vagas a serem preenchidas por indicação das lideranças, como explicitado no quadro 1;

b) criação de mais 4 vagas, a serem preenchidas pelas bancadas que não obtiverem o quociente mínimo necessário: PC do B, PCB, PSB e PMB;

c) acréscimo dos presidentes e relatores das comissões e dos relatores das subcomissões num total de 40 Constituintes;

d) fixação do total de membros da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c): 49 + 4 + 40 = 93 membros. A distribuição das 93 vagas está registrada no quadro 2.

A forma de cálculo desenvolvida pela Secretaria Geral da Mesa fere o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em pelo menos dois de seus dispositivos:

1) O § 1º do art. 13 prevê expressamente a indicação de 49 integrantes inicialmente, a fim de que, posteriormente, sejam acrescidos os 40 constituintes investidos nas funções de presidentes e relatores de comissões e relatores de subcomissões. O cálculo da Secretaria Geral da Mesa leva à indicação inicial de 53 integrantes, e não apenas 49, para posteriormente serem acrescidos os demais 40 membros, totalizando 93 Constituintes, e não os 89 resultantes da adição de 40 a 49;

2) O **Caput** do art. 13 prevê expressamente a participação de 63 Constituintes em cada uma das 8 comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. O cálculo efetuado pela Secretaria Geral da Mesa para a Comissão de Sistematização inviabiliza o atendimento desse dispositivo, já que só será possível que todas as comissões Temáticas tenham exatamente 63 membros se a Comissão de Sistematização tiver apenas 49 integrantes, além dos oriundos das comissões e subcomissões, como demonstra o quadro 3.

B – Cálculo de Composição de Sistematização efetuado com a observância de todas as disposições do Regimento Interno.

O Cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as bancadas partidárias, de maneira a respeitar o limite de 49 Constituintes e a proporcionalidade partidária, assegurando-se, também, a participação de todos os partidos com assento na Assembléia, deve ser efetuado da seguinte forma:

a) garantia de uma vaga para cada bancada partidária, totalizando-se 12 vagas distribuídas entre PMDB, PFL, PDS, PDT, PTB, PT, PL, PDC, PC do B, PCB, PSB e PMB,

b) distribuição proporcional das 37 vagas restantes (49 menos 12), na forma do exposto no quadro 4.

c) acréscimo dos presidentes e relatores das comissões e dos relatores das subcomissões, num total de 40 Constituintes;

d) fixação do total de integrantes da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c): $12 + 37 + 40 = 89$ membros. A distribuição das 89 vagas está registrada no quadro 5.

C – comparação entre os resultados obtidos com a forma de cálculo adotada pela Secretaria Geral da Mesa e aqueles derivados da forma de cálculo desenvolvida com a observância do Regimento Interno.

As diferentes formas de cálculo para a distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização leva a resultados distintos, como demonstra o quadro 6.

Há, portanto, como explicita o quadro 6, uma diferença na atribuição de vagas da Comissão de Sistematização entre o que foi implementado, baseado em cálculos efetuados pela Secretaria Geral da Mesa, e o que dispõe o Regimento Interno. É necessário se fazer a correção, atribuindo-se uma vaga a mais ao PDT e outra ao PT e reduzindo-se em 4 o número de vagas do PMDB e em 2 aquelas atribuídas ao PFL, de modo que o número total de vagas iniciais seja reduzido dos 53 atuais para os 49 regimentais e o número total de membros da Comissão de Sistematização seja 89, e não 93, como equivocadamente se está fixando. Cabe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do que dispõe o inciso XIV do art. 5º do Regimento Interno designar os membros das Comissões, cabendo a ele, portanto, a correção necessária.

Brasília, 9 de abril de 1987.

QUADRO 1

A	B	C	D
Nº Constituintes do Partido	Participação Percentual do Partido (A + 559)	Cálculo do Número de vagas (B + 49)	Número de Vagas (arredondamento de C)
PMDB	305	54,56%	26,74
PFL	132	23,61%	11,57
PDS	37	6,62%	3,24
PDT	26	4,65%	2,28
PTB	19	3,40%	1,67
PT	16	2,86%	1,40
PL	7	1,25%	0,61
PDC	6	1,07%	0,53
PC DO B	5	0,89%	0,44
PCB	3	0,54%	0,26
PSB	2	0,36%	0,18
PMDB	1	0,18%	0,09
Total	559	99,99%	49,01
			49

QUADRO 2

Cálculo da Secretaria Geral da Mesa	
PMDB	27
PFL	12
PDS	3
PDT	2
PTB	2
PT	1
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMDB	1
Sub-Total	53
Presidentes e Relatores	40
Total	93

QUADRO 3

A	B	C	D	E	F
Número total de Constituintes	Membros Efetivos da Mesa não podem integrar as comissões	(A-B)	Membros iniciais da Comissão de Sistematização (não podem integrar as comissões)	(C-D)	Número de Constituintes Por comissão temática (E + F)
49 Membros indicados inicialmente	559	6	553	49	504
53 Membros indicados inicialmente	559	6	553	53	500
					62,5

QUADRO 4

A	B	C*¹	D*²	E
Número de Constituintes do Partido	Quociente (Nº total de Constituintes + ou - 37)	Número Inicial de vagas do Partido (A+B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de vagas Do Partido
PMDB	305	15,11	20	22
PFL	132	15,11	9	9
PDS	37	15,11	2	2
PDT	26	15,11	2	2
PTB	19	15,11	1	1
PT	16	15,11	1	1
PL	7	15,11	—	—
PDC	6	15,11	—	—
PC do B	5	15,11	—	—
PCB	3	15,11	—	—
PMB	1	15,11	—	—
TOTAL	559	—	35	37

* – O cálculo do número inicial de vagas do partido foi efetuado com base no que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora preveja a proporcionalidade partidária na composição das comissões, não disciplina uma forma de cálculo.

* – O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuada com base na técnica da "maior média", que, como enuncia José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2ª edição, páginas 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

QUADRO 5

Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno

PMDB	23
PFL	10
PDS	3
PDT	3
PTB	2
PT	2
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Sub-Total	49
Presidentes	40
E Relatores	
Total	89

QUADRO 6

	A	B	C
	Cálculo da Secretaria Geral Da Mesa (Quadro 2) (Quadro 5)	Cálculo efetuado de acordo com o Regimento Interno	Diferença (B – A)
PMDB	27	23	-4
PFL	12	10	-2
PDS	3	3	zero
PDT	2	3	+1
PTB	2	2	zero
PT	1	2	zero
PL	1	1	zero
PDC	1	1	zero
PC do B	1	1	zero
PCB	1	1	zero
PSB	1	1	zero
PMB	1	1	zero
Sub-total	53	49	-4
Presidentes e Relatores	40	40	zero
Total	93	89	-4

**REQUERIMENTO DE
ANEXAÇÃO DE SUBSÍDIOS**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Considerando a formulação e recebimento, no dia 20 de maio próximo passado, nos termos regimentais, de recurso ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, contra decisão dessa Presidência que julgou improcedente questão de ordem oferecida pelo recorrente, atinente à composição da Comissão de Sistematização, solicita-se sejam consideradas como integrantes do recurso e encaminhadas à Comissão de Organização dos Poderes de Sistema do Governo, responsável pela elaboração de parecer prévio sobre a matéria, as razões em anexo.

Brasília, 22 de maio de 1987
– Constituinte **José Genoíno Neto (PT – SP).**

**Composição da Comissão de
Sistematização
da Assembléia Nacional Constituinte
Razões de recurso**

1. O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, promulgado em 24 de março do corrente ano, disciplina a composição da Comissão de Sistematização, bem como das Comissões Temáticas, no seu artigo 13, sendo de especial relevância para a análise da questão em pauta o **caput** e o § 1º dessa norma regimental:

"Art. 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistema-

tização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia."

2. A Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, interpretando o disposto no artigo 13 do Regimento Interno e baseando-se em sugestão da Secretaria da Mesa, efetuou da seguinte maneira o cálculo para distribuição das vagas da Comissão de Sistematização:

a) distribuição proporcional das 49 vagas a serem preenchidas por indicação das Lideranças, como explicitado no quadro 1;

QUADRO 1

A	B	C	D
Nº Constituintes do Partido	Participação Percentual do Partido (A + B)	Cálculo do Número de vagas (B + 49)	Número de Vagas (arredondamento de C)
PMDB	305	54,56%	26,74
PFL	132	23,61%	11,57
PDS	37	6,62%	3,24
PDT	26	4,65%	2,28
PTB	19	3,40%	1,67
PT	16	2,86%	1,40
PL	7	1,25%	0,61
PDC	6	1,07%	0,53
PC do B	5	0,89%	0,44
PCB	3	0,54%	0,26
PSB	2	0,36%	0,18
PMDB	1	0,18%	0,09
Total	559	99,99%	49,01
			49

b) criação de mais 4 vagas, a serem preenchidas pelas bancadas que não obtiveram o quociente mínimo necessário na distribuição proporcional das 49 vagas, quais sejam: PC do B, PCB, PSB e PMB;

c) acréscimo dos Presidentes e Relatores das Comissões e dos Relatores das Subcomissões, num total de 40 Constituintes;

d) fixação do total de membros da Comissão a partir da soma de (a), (b) e (c): 49 + 4 + 40 = 93 membros. A distribuição das 93 vagas está registrada no quadro 2;

3. Na Sessão Ordinária da Assembléia Nacional Constituinte de 9 de abril próximo passado, o ora recorrente formulou questão de ordem, nos termos do art. 74 e seus parágrafos do Regimento Interno, através da qual se contrapôs ao cálculo para distribuição das vagas da Comissão de Sistematização efetuado pela Presidência, apresentado, também, um critério de distribuição rigidamente fundado nos preceitos regimentais.

QUADRO 2

Cálculo da Presidência	
PMDB	27
PFL	12
PDS	3
PDT	2
PTB	2
PT	1
PL	1
PDC	1
PC do B	1
PCB	1
PSB	1
PMB	1
Sub-Total	53
Presidentes e Relatores	40
Total	93

Argumentou-se, na questão de ordem, que o cálculo efetuado pela Presidência fere o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em, pelo menos, dois de seus dispositivos:

a) O § 1º do art. 13 (transcrito no item 1 destas razões) prevê expressa e taxativamente a indicação de 49 integrantes inicialmente, a fim de que, posteriormente, sejam acrescidos os 40 constituintes investidos nas funções de Presidentes e Relatores de Comissões e Relatores de Subcomissões; o cálculo da Presidência leva à indicação inicial de 53 integrantes, e não apenas 49, para posteriormente serem acrescidos os demais 40 membros, totalizando 93 constituintes, e não os 89 resultantes da adição de 40 a 49,

b) o **caput** do art. 13 (igualmente transcrito no item 1 destas razões) prevê expressa e taxativamente a participação de 63 constituintes em cada uma das 8 Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte; o cálculo efetuado pela Presidência para a Comissão de Sistematização invia-

biliza o atendimento desse dispositivo, de Sistematização tiver apenas 49 integrantes, já que só será possível que todas além dos oriundos das Comissões e as Comissões Temáticas tenham Subcomissões, como demonstra o quadro 3: exatamente 63 membros se a Comissão

QUADRO 3

	A	B	C	D	E	F
Número total de Constituintes	Membros Efetivos Da Mesa (não podem integrar as Comissões)	A – B	Membros Iniciais Da Comissão da Sistematização (não podem integrar as Comissões)	C – D	Número de Constituintes por Comissão Temática (E + B)	
49 Membros indicados inicialmente	559	6	553	49	504	63
53 Membros indicados inicialmente	559	6	553	53	500	62,5

No corpo da própria Questão de Ordem apresentou-se um critério para distribuição das vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as Bancadas partidárias, de maneira a respeitar o limite de 49 constituintes e a proporcionalidade partidária, assegurando-se, também, a participação de todos os Partidos com assento na Assembléia. É a seguinte a forma de cálculo decorrente da aplicação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

QUADRO 4

	A	B	C * ¹	D * ²	E
Número de Constituintes do Partido	Quociente (Nº total de Constituintes + ou - 37)	Número Inicial de vagas do Partido (A + B)	Número de vagas restantes pelo cálculo de maior média	Número Total de vagas do Partido	
PMDB	305	15,11	20	2	22
PFL	132	15,11	9	–	9
PDS	37	15,11	2	–	2
PDT	26	15,11	2	–	2
PTB	19	15,11	1	–	1
PT	16	15,11	1	–	1
PL	7	15,11	–	–	–
PDC	6	15,11	–	–	–
PC do B	5	15,11	–	–	–
PCB	3	15,11	–	–	–
PSB	2	15,11	–	–	–
PMB	1	15,11	–	–	–
TOTAL	559	–	35	2	37

1 – O Cálculo do número inicial de vagas do Partido foi efetuado com base no que dispõe o artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional, embora prevejam a proporcionalidade partidária na Composição de Comissões, não disciplinam uma forma de cálculo.

2 – O cálculo das vagas não preenchidas, em função dos restos, foi efetuada com base na técnica da "maior média", que como enuncia José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984, 2ª edição, pág. 378 a 382), é o método adotado pelo direito brasileiro e consagrado no artigo 109 do Código Eleitoral.

c) acréscimo dos Presidentes e Relatores das Comissões e dos Relatores das Subcomissões, num total de 40 constituintes;

d) fixação do total de integrantes da Comissão de Sistematização a partir da soma de (a), (b) e (c): $12 + 37 + 40 = 89$ membros; a distribuição das 89 vagas está registrada no quadro 5:

QUADRO 5

	Cálculo efetuado com a observância do Regimento Interno
PMDB	$1 + 22 = 23$
PFL	$1 + 9 = 10$
PDS	$1 + 3 = 3$
PDS	$1 + 2 = 3$
PDT	$1 + 2 = 3$
PTB	$1 + 1 = 2$
PT	$1 + 1 = 2$
PL	$1 + 0 = 1$
PDC	$1 + 0 = 1$
PC do B	$1 + 0 = 1$
PCB	$1 + 0 = 1$
PSB	$1 + 0 = 1$
PMB	$1 + 0 = 1$
Subtotal	49
Presidentes e Relatores	40
Total	89

4. A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicitou ao Segundo-Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, a elaboração de parecer a respeito da Questão de Ordem, parecer este que, aprovado pela própria Mesa consistiu na decisão da Presidência de 20 de maio último, exarada nos termos do art. 74, § 3º, do Regimento Interno. Tal decisão é sumamente concisa e superficial para assumto que, no entender do Presidente da Assembléia, constituinte Ulysses Guimarães, é complexo e difícil, sendo considerado extremamente importante pela Mesa (conforme registram as notas taquigráficas da Sessão Ordinária do dia 20 deste mês).

No corpo da decisão, que concluiu pela confirmação do cálculo de composição da Comissão de Sistematização efetuado pela Presidência, não há menção alguma ao desrespeito flagrante ao Regimento Interno verificado no referido cálculo, em especial ao art. 13 e seu § 1º, e demonstrado de forma inequívoca por meio da Questão de Ordem, como explicita o item 3 destas razões. O fato de se configurar total desatendimento do limite de 49 membros a serem indicados inicialmente para a Comissão de Sistematização (art. 13, § 1º), bem como da exigência de 63 membros a serem indicados para cada Comissão temática (art. 13; **caput**), não sensibilizou o Constituinte Jorge Arbage e a Presidência da Assembléia, que a ele nem se referiram no parecer e na consequente decisão.

De maneira manifestamente confusa, a decisão, fundada no parecer, julgou tão-somente que na Questão de Ordem se propunha a indicação inicial de 12 membros da Comissão de Sistematização, e não dos 49 membros previstos regimentalmente, o que a tomaria desprovida de fundamento.

5. Na própria Sessão Ordinária da Assembléia Nacional Constituinte em que foi comunicada a

decisão, em 20 de maio próximo passado, o autor da Questão de Ordem e ora recorrente devidamente apoiado por número superior a 35 constituintes, ofereceu recurso contra a posição expressa pela Presidência, nos termos do art. 74, § 3º, do Regimento Interno.

O recurso derivou do caráter absolutamente insatisfatório da decisão que, ao pretender que a Questão de Ordem objetivava a indicação inicial de 12 membros, e não de 49, para a Comissão de Sistematização, "misturou alhos com bugalhos", para se utilizar uma expressão popular de entendimento cristalino. O julgamento expresso na decisão e fundado no parecer do Constituinte Jorge Arbage não procede de maneira alguma, e isto por duas razões:

a) na Questão de Ordem defende-se justamente que a Comissão de Sistematização tenha inicialmente 49 integrantes ao invés dos 53 definidos pela Presidência através de cálculo que o parecer procura confirmar; ao afirmarem que a "a Comissão de Sistematização é integrada inicialmente por 49 membros" o Constituinte Jorge Arbage e a Presidência da Assembléia, no parecer e na decisão, vão de encontro à tese exposta na Questão de Ordem;

b) na Questão de Ordem defende-se justamente que a Comissão de Sistematização tenha inicialmente 49 integrantes, nunca se pretendendo que tal número fosse de 12 membros; para que possa ser efetuada a distribuição das 49 vagas entre as Bancadas partidárias a Questão de Ordem propõe que 12 vagas sejam distribuídas igualmente entre todos os Partidos (de modo a garantir a presença de todas as legendas na Comissão de Sistematização) e 37 distribuídos de forma proporcional (de modo a garantir o instituto da proporcionalidade previsto regimentalmente); assim sendo, a indicação dos 49 membros deve ser feita de uma só vez e em caráter inicial, como defende a Questão de Ordem e preceitua o Regimento Interno, com base em um critério de distribuição das vagas entre as Bancadas partidárias que envolve a realização de cálculo complexo, efetuado em duas etapas e voltado para o atendimento dos requisitos regimentais de participação universal e proporcional.

6. O não acatamento da Questão de Ordem, por via de decisão que fere frontalmente dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, motivou a apresentação de recurso, fato que mantém à tona as duas questões envolvidas na definição da composição da Comissão de Sistematização: **quantos** devem ser os membros da Comissão e **como** deve ser feita a distribuição das vagas entre as Bancadas partidárias.

7. A questão do número de membros não poderia jamais deixar margem a dúvida. O entendimento de que a Comissão de Sistematização deve ter 49 membros indicados inicialmente aos quais têm que se somar 40 constituintes, entre Presidentes e Relatores de Comissões e Relatores de Subcomissões, num total de 89 integrantes, é absolutamente transparente e inatacável, como de-

monstram os argumentos expressos na Questão de Ordem e transcritos no item 3 destas razões:

a) o § 1º do art. 13 prevê literalmente a indicação de 49 integrantes inicialmente, aos quais devem se somar os 40 constituintes oriundos das Comissões;

b) o **caput** do art. 13, ao estipular o número de 63 constituintes por Comissão torna imperativa, por via de consequência, a indicação de não mais de 49 constituintes como membros exclusivos da Comissão de Sistematização, como demonstra o Quadro 3, apresentado anteriormente.

O cálculo da Presidência, confirmado pela decisão que julgou improcedente a Questão de Ordem, ao estipular que 53 constituintes devem integrar inicialmente a Comissão de Sistematização, se constitui em verdadeiro malabarismo, contrabando o entendimento automático que se configura para qualquer pessoa colocada diante da norma do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Tanto isso é verdade que o próprio Presidente da Assembléia, Constituinte Ulysses Guimarães, ao receber a Questão de Ordem formulada pelo ora recorrente, na Sessão ordinária de 9 de abril deste ano, não titubeou ao assinalar que a Comissão de Sistematização deve ser integrada inicialmente por 49 constituintes, e não por 53, além dos Presidentes e Relatores das Comissões e Relatores das Subcomissões, como atesta declaração publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 10-4-1987:

"A Mesa pondera ao eminente autor da Questão de Ordem e à Casa que o art. 13 no seu § 1º, ao fixar em 49 o número dos que devem integrar, logo de início, a Comissão de Sistematização, ressalvou que os Presidentes e os Relatores das demais Comissões e Subcomissões também dela participarão. E estabeleceu que será assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte. Esta composição é formada originariamente pelos indicados entre 48 ou 49 Srs. Deputados e, posteriormente, pelos relatores, sub-relatores e presidentes, o que foi feito pela Mesa, assegurando a todos os partidos representação junto a esta Comissão".

Igualmente o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, relator do Anteprojeto que culminou no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, não vacilou a respeito do assunto ao se manifestar na reunião de instalação da Comissão de Sistematização, no mesmo dia 9 de abril, conforme registram as notas taquigráficas colhidas na ocasião:

"Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como foi mencionado o fato de que fui Relator do Regimento, quero dizer que, efetivamente, ele fixa em 49 o número de componentes da Comissão de Sistematização. É inequívoco".

8. No que diz respeito a como distribuir as vagas iniciais da Comissão de Sistematização entre as

Bancadas partidárias com assento na Assembléia Nacional Constituinte, três devem ser os requisitos observados, conforme dispõe o art. 13 do Regimento Interno:

a) número total de 49 vagas a serem distribuídas;

b) respeito ao critério da proporcionalidade;

c) garantia da participação de todos os Partidos representados na Assembléia.

O cálculo apresentado na questão de ordem, na forma exposta no item 3 e nos quadros 4 e 5 destas razões, tem o mérito justamente de atender às exigências fixadas no Regimento. Além disso, procura-se fundamentar em normas correlatas que tratam do assunto, no caso o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no entendimento de um jurista do porte de José Afonso da Silva. A decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, de nem mesmo analisar o cálculo apresentado na questão de ordem, mesmo havendo um interregno de um mês e meio entre a formulação de tal questão e o indeferimento da mesma, reconheceu, de maneira tácita, a justeza e validade de suas conclusões. Fosse o cálculo formulado pelo ora recorrente desprovido de rigor jurídico e regimental, não faltaria ao Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, competência para, em seu parecer, demonstrá-lo de forma decisiva. O silêncio do parecerista, corroborado na decisão da Presidência, é prova cabal da inatacabilidade do cálculo expresso na questão de ordem.

Dessa forma, para que possa ser efetuada a indicação, pelas Lideranças, dos 49 membros iniciais da Comissão de Sistematização, é necessário que se atribuir uma vaga a cada Partido, num total de 12 vagas, de modo a assegurar a representação universal, além de se atribuir as outras 37 vagas aos Partidos cuja participação proporcional lhes fixar pelo menos uma vaga, de modo a assegurar a representação proporcional. O Quadro 5, constante do item 3 destas razões, apresenta o resultado decorrente da efetuação de cálculo com a observância do limite de 49 membros a serem indicados, do princípio da representação universal e do princípio da representação proporcional.

9. Em face do exposto, objetiva o recuso o exame, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, da questão de ordem formulada pelo ora recorrente, reiterando-se a solicitação de que seja revista a distribuição, entre as Bancadas partidárias, das vagas iniciais da Comissão de Sistematização efetuada segundo cálculo da Presidência confirmado pela decisão de 20 de maio último. A revisão deve ser feita nos termos do Quadro 6, diminuindo-se o total de membros da Comissão de Sistematização de 93 para 89 membros, através da redução do número inicial de integrantes de 53 para 49. Com as alterações necessárias para que haja uma adequação ao disposto no Regimento Interno, o PMDB deve perder 4 representantes, o PFL 2 e o PDT e o PT devem poder indicar mais um membro cada um.

QUADRO 6

	A	B	C
	Cálculo da Presidência (Quadro 2)	Cálculo efetuado de acordo com o Regimento Interno (Quadro 5)	Diferença (B - A)
PMDB	27	23	-4
PFL	12	10	-2
PDS	3	3	zero
PDT	2	3	+1
PTB	2	2	zero
PT	1	1	zero
PDC	1	1	zero
PC do B	1	1	zero
PCB	1	1	zero
PSB	1	1	zero
PMB	1	1	zero
Sub-total	53	49	-4
Presidentes e Relatores	40	40	zero
Total	93	89	-4

10. O que está em questão, com apresentação do Recurso, não é pura e simplesmente o direito da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a que pertence o ora recorrente, indicar mais um membro na Comissão de Sistematização. Trata-se de garantir o respeito ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, produto da vontade democrática e soberana dos representantes eleitos pela população para redigir a nova Constituição do Brasil. E, como assinala José Celso de Mello Filho, "a observância das normas regimentais condiciona a própria validade formal dos atos normativos" ("Constituição Federal Anotada", Editora Saraiva, São Paulo, 2ª edição, 1986, pág. 151).

11. A apreciação do Recurso e, consequentemente, do teor da Questão de Ordem que lhe deu origem, é competência fixada regimentalmente para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, sendo prevista audiência prévia da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, conforme preceitua o artigo 74, § 3º do Regimento Interno. É imprescindível que tal Comissão dê parecer favorável ao Recurso, não só porque ele expressa o único entendimento compatível com o Regimento Interno, mas, principalmente, para não furtar ao Plenário a discussão e votação sobre a matéria, já que, como dispõe o art. 74, § 3º, em caso de parecer contrário, estará mantida a Decisão da Presidência, sendo o Recurso arquivado.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do Expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil vive neste momento sob a égide de novo plano econômico. Não vimos à tribuna com a intenção de nos colocar, de imediato, contra as próprias intenções do plano. Porém, o recebemos com reservas; quando dispusermos de mais

tempo, pretendemos sobre ele fazer uma análise crítica.

Dizemos que o recebemos com reservas, Sr. Presidente, porque o Ministro da Fazenda, Sr. Luiz Carlos Bresser Pereira, dirigiu-me um telex às vésperas do lançamento do seu plano. Estivemos na tribuna criticando S. Ex.^a sobre as suas intenções de extinguir o "gatilho" salarial. Chegamos a fazer da crítica uma denúncia à Nação. Como não temos **lobby**, não sei por que o pronunciamento ganhou repercussão e S. Ex.^a nos telegrafou.

Gostaria que V. Ex.^{as} ouvissem o que diz o Ministro da Fazenda, antes do plano lançado no dia 11, a respeito do gatilho salarial:

Brasília BSA

De 27-5-87

Exmº Sr.
Deputado Gerson Peres
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Tomei conhecimento do texto do pronunciamento de V. Ex.^a feito na sessão do dia 6-5-87, na Assembléia Nacional Constituinte. As declarações a mim atribuídas não procedem. O que penso sobre o gatilho salarial reiterei em diversas oportunidades: a) o gatilho é, atualmente, uma forma adequada de repor o salário do trabalhador, corroído pela inflação. Como método de indexação, facilita a estabilização da inflação no atual patamar e até permite uma redução moderada da mesma; b) com relação ao gatilho para os funcionários públicos, o que tenho dito é que não se pode aplicá-lo com a mesma rapidez que o dos empregados em empresas privadas. O salário do funcionalismo público é pago com recursos advindos dos impostos, principalmente ou exclusivamente do ICM, no caso dos Estados.

E existe uma defasagem de cerca de 50/60 dias durante o qual o imposto é cobrado e se torna disponível nos cofres públicos. Isto é o que ocorre com a maioria dos Estados. E, nestas circunstâncias, cabe a cada Estado, levando em consideração a sua situação

econômico-financeira, buscar uma solução viável para o problema.

CDS SDS

Luiz Carlos Bresser Pereira
Ministro da Fazenda

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vejam quanto vale um deputado federal neste País: nós o criticamos e S. Ex.^a nos informa. Pensamos que valemos alguma coisa, acreditamos até que S. Ex.^a nos tenha dito a verdade e, dias depois, o Ministro Bresser Pereira extingue o gatilho salarial do trabalhador.

Como é possível um cidadão comum, um homem que representa o povo, ter credibilidade nos atos de quem ocupa um alto posto da República? Se ele diz, escreve e assina embaixo que não extinguiria o gatilho salarial do trabalhador e, 7 dias depois, pelas próprias mãos, o gatilho desaparece do mapa? Como vamos crer que esse plano possa estar cercado de condicionantes capazes de debelar a inflação, a curto ou a médio prazo? Como crer, se ele começa pelo princípio da falta de credibilidade?

Sr. Presidente, eu até que torço e espero que o Plano Bresser dê certo. Mas é muito difícil que ele dê certo, pois quando começa pelo corte exclusivo do subsídio do trigo, que representa cerca de 51 bilhões de cruzados, e esse corte ainda é dado apenas pela metade, e mantém-se, subsidiariamente, a parte referente à produção, acreditamos que é bem difícil esse plano dar certo.

Sr. Presidente, o Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, nem por ter faltado à verdade comigo e com milhares de brasileiros, ao comunicar-me que não extinguiria o gatilho salarial, nem por isso, neste momento de dificuldade, vai encontrar na minha voz a primeira voz contra o seu programa. Não. Vamos esperar S. Ex.^a aqui, pois acaba de ser convocado por um dos eminentes Parlamentares da minha Bancada, o nobre Constituinte Adylson Motta, para vir aqui prestar esclarecimentos. Vou aguardar S. Ex.^a e vou, com humildade e respeito, pedir que S. Ex.^a explique as razões de sua dubiedade e a falta de firmeza no que diz respeito à extinção do que restava de bom ainda nesta política econômico-financeira do Governo para o trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. CONSTITUINTE ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta, para uma questão de ordem.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, pela manhã, a Assembléia Nacional Constituinte teve a honra de receber aqui um dos maiores estadistas da nova geração de políticos que surgem, o Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe González.

Quero apenas dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, como todos os parlamentares, teria imenso prazer em estar presente e ter compartilhado daquela solenidade, mas não fui avisado, como não o foram quase quê a totalidade dos Srs. Parlamentares, da realização dessa sessão. Já aconteceu isso quando da vinda do Presidente de Portugal.

Mário Soares. Repete-se agora, com a vinda do Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe González.

Quero fazer um apelo: que a Mesa seja mais diligente e avise com a necessária antecedência para que possamos estar aqui presentes e participar desta cerimônia, porque acho que é um acontecimento importante para este Parlamento o recebimento de um estadista da envergadura de Felipe González.

Quero deixar aqui a minha reclamação, o meu protesto, até porque acredito que foi uma falha da Mesa. Não poderia haver interesse em deixa de avisar aos Srs. Constituintes. Eu, pelo menos, não recebi, na minha residência, ou no meu gabinete, nenhum comunicado. Telefonei para cá, porque li nos jornais, porém, não tive a confirmação. Chegando aqui, às 14 horas, fui notificado de que se realizou uma sessão solene hoje, às 10 horas, e nem o próprio Vice-Presidente da Assembléa Nacional Constituinte dela teve conhecimento, conforme me confirmou há pouco o nobre Constituinte Mauro Benevides.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Não há questão de ordem a dirimir.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estivemos, hoje, acompanhando a presença do ilustre Primeiro-Ministro e Presidente do Conselho de Ministros da Espanha, Dr. Felipe González, que ao mesmo tempo é o Líder do Partido Socialista Operário Espanhol. Talvez seja um sinal do momento político que estamos vivendo em nosso País.

A Espanha saiu também de um regime autoritário que perdurou 40 anos. O Brasil emerge de um governo militar e realiza, duramente, penosamente, é verdade, mas efetivamente também a caminhada para a afirmação democrática. Está instaurado na Espanha, agora, um governo democrático, fruto de um processo de transição, que foi feito com grandeza, com compreensão, com um sentido patriótico. Talvez a Espanha tenha algumas lições a dar ao Brasil. A experiência dos povos é um patrimônio da humanidade. Desprezar esse riquíssimo patrimônio de história, de experiência e de cultura é uma atitude obscurantista, que os brasileiros por certo não terão.

O exemplo da Espanha demonstra que é possível realizar uma transição do sistema autoritário para a democracia; que é possível construir um pacto nacional em torno de um projeto econômico e de um projeto político. E que é possível, também, para um partido de oposição, participar do processo de transição com maturidade e com responsabilidade. O Pacto de Moncloa teve como uma das suas personagens principais essa figura eminente de estadista moderno, chamado Felipe González um homem consentâneo, um homem contemporâneo, um homem carregado de contemporaneidade, mas que compreendeu o processo de transição. Ao invés de partir para uma oposição radical, irresponsável e inconsequente, aceitou integrar-se a um pacto, aceitou um programa estabelecido pelos partidos políticos no seu conjunto, sem ter-se imiscuído na condição de governista.

Felipe González permaneceu, durante a transição democrática na Espanha, na oposição, mas consciente do papel que lhe cabia: sustentar o pacto social e econômico e permanentemente cobrar do governo; apoiar a transição e cobrar. Apoiar e cobrar foi: em cima deste binômio que Sua Excelênci construiu uma imagem de responsabilidade. Terminado o processo de transição, o povo espanhol reconheceu em Sua Excelênci o homem responsável, consequente, maduro, capaz de assumir os destinos do seu país.

E o que vemos, hoje, no Brasil, é de um lado, o lado do Governo, o comportamento, muito menos do nosso Chefe de Estado e Chefe de Governo, Dr. José Sarney, mas muito mais dos Partidos que o sustentam, uma atitude muito diferente daquela que tiveram os partidos de governo durante a transição na Espanha. Os Partidos do Governo não se comportam como se estivessem num governo de transição. Comportam-se, isto sim, como se estivessem em um Governo que inicia uma nova ordem, como se fosse o primeiro Governo de uma nova situação e não como um Governo que intermédia sim, intermédia – um processo de mudanças.

Ora, Sr. Presidente, se este é o comportamento dos partidos governistas, não muito diferente poderia ser o comportamento dos partidos de Oposição no Brasil, que ao invés de apoarem a transição democrática e participarem de um pacto nacional de afirmação da democracia, resolvem abdicar simplesmente da responsabilidade e capitalizar as dificuldades do Governo. Esta intransigência, este fechamento ocorre dos dois lados. Os partidos que estão no Governo administram a transição como se fossem o primeiro Governo de uma nova ordem e não um governo de transição. Procuram assumir os cargos, os ministérios e as posições a partir desta visão e desta postura. Mas de parte dos partidos de Oposição o que há é urna atitude de oposicionismo ao Governo, à transição, a todo o processo em si. E com isso, Sr. Presidente, a cada passo, a cada dia, a cada momento, nos vemos diante da ameaça de uma ruptura institucional. É um pesadelo que nos assalta a cada dia e a cada noite. Temos a sensação de que o próximo passo poderá ser um passo em falso ou um salto no escuro. Este é o momento de tomarmos consciência dos graves problemas nacionais e pensarmos que o papel dos Partidos que estão no Governo e dos que estão na Oposição é reconhecer que este é um processo de transição e que o único caminho é o de um pacto nacional democrático de base popular, para construção e consolidação de um programa econômico e para a efetivação da democracia, que vai culminar com duas questões: com a promulgação da nossa Constituição e a convocação das eleições diretas, em 1988.

Obrigado a V. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB – BA).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Lembra, aqui, o Senador Constituinte José Fogaça a importância da vinda do Primeiro-Ministro espanhol Felipe González, pelo exemplo que a Espanha traz ao mundo do que foi uma transição, semelhante àquela que ocorreu em Portugal.

E hoje, Sr. Presidente, ocupamos esta tribuna para lamentar que, enquanto o povo brasileiro se debate numa inflação desenfreada, enquanto o Governo procura, através do Plano Cruzado III, restabelecer a vontade nacional, restabelecer a economia nacional, nós vemos que enquanto o emprego falta à família brasileira; enquanto estávamos frente a uma recessão, enquanto todo o problema agrícola industrial brasileiro se agravava, é para lamentar, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna, hoje, porque, enquanto a Nação se debate com todos estes problemas, Constituintes tenham ido ao Ministério das Relações Exteriores para comunicar a chegada ao Brasil, de um Chanceler da OLP, Sr. Farouk Kathoumy, que é representante daquela organização terrorista internacional que pouco ou nada terá a ensinar ao Brasil. O que vai trazer para cá? Esse grupo de Constituintes tenta trazer para o Brasil um problema internacional, isto é, nacionalizar um problema internacional – as brigas do Oriente Médio, sobre que temos, desta tribuna, procurado trazer a nossa palavra de confraternização, de que é chegada a hora de os homens se entenderem, no momento em que Egito, Israel e Jordânia tentam dar-se as mãos, tentam encontrar saída, não seremos nós que vamos aguçar as nossas dificuldades, que já são muitas, com a presença de indivíduos que aqui vêm, possivelmente, ensinar práticas que desejamos abjurar.

Não sei, Sr. Presidente, mas tenho quase certeza que, entre aqueles que lá estavam, deve ser a mesma minoria que tentou quebrar microfones nesta sala, para impedir que Comissões, como ocorreu na Comissão da Ordem Econômica, aqui, pudessem cumprir o seu trabalho constitucional dentro da ordem regimental, dentro do Regimento da Constituinte, dentro dos Regimentos da Câmara e do Senado. É com esse protesto, Sr. Presidente, que trago a minha palavra a esta Casa, nesta tarde. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra à nobre Constituinte Myrian Portella.

A SRA. CONSTITUINTE MYRIAN

PORTELLA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Ainda sob o trauma e a frustração em face dos incidentes que marcaram o processo de votação do Relatório da Comissão da Ordem Econômica, devo denunciar as manobras e a violência nele perpetradas. O Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte foi impiedosamente desrespeitado. O Presidente da Comissão, Constituinte José Lins, não permitindo que o Substitutivo do relator Severo Gomes fosse votado, desobedeceu a norma regimental que estabelece que, existindo, "Substitutivo do Relator terá preferência para votação."

E, o que é mais grave, assim procedeu invocando decisão do Presidente desta Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito a modificações correlatas. Usou de tal artifício para impor à apreciação e votação emendas que substituíam integralmente, cada um dos capítulos do Substitutivo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, impertinente e descabida a aplicabilidade da exceção do parágrafo 2º do art. 23 do Regimento desta Assembléia. Não é permitida a apresentação de emenda que substitua integralmente o projeto ou

que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração relativamente a um dispositivo implique necessidade da alteração de outro.

E eu indago a este plenário: alterar a redação do artigo que conceitua empresa nacional importa necessariamente em alterar a do artigo que estabelece a competência da União sobre o uso dos recursos hídricos integrados ao seu patrimônio? Certamente que não.

Sr. Presidente, nobres colegas Constituintes. O Regimento existe para orientar, normalizar, dar segurança e certeza ao trabalho desta Casa. Se pode ser violentado e desrespeitado de forma tão grosseira como o foi, devo registrar o meu temor de que sem a sua segurança e a sua proteção estão ameaçados os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, na missão histórica de elaborar e promulgar uma nova Constituição.

Vivemos na noite de 12 e no dia 13 do corrente, o clima do desrespeito. Desrespeito pelo trabalho do relator que procurou o entendimento, o diálogo e a mediação e os consubstanciou no seu substitutivo. Desrespeito aos constituintes que trabalharam e se esforçaram para dar sua contribuição. E, desrespeito, enfim, à sociedade e à Nação brasileira que esperavam que as propostas relativas aos princípios gerais da ordem econômica, à questão urbana e transportes e à questão agrária; a serem encaminhadas à Comissão de Sistematização fossem resultado do trabalho, dos debates e da votação de 63 Constituintes que compunham a Comissão Temática. No entanto, são da lavra pessoal de apenas três constituintes do PMDB. Sr. Presidente, é com profunda tristeza que registro a existência de constituintes cuja preocupação maior é a defesa de interesses pessoais ou de grupos e a conservação de privilégios concentradores de renda e propriedade. Esquecem-se de que estamos aqui na missão de traçar o perfil de um novo Brasil – o Brasil da democracia e do respeito aos direitos do cidadão. O Brasil de hoje reclama uma Constituição clara e inofensiva, capaz de atender às exigências de um país moderno e democrático.

E este Brasil só será realizado na medida em que tenhamos, como princípio constitucional claro e indubitável o princípio do interesse coletivo em sobreposição ao individual. Em que o direito de propriedade seja assegurado, mas dentro de limites que atendam ao interesse da coletividade. E seu conceito redefinido, enfatizando-se sua função social, condição fundamental à solução dos problemas sociais, espaciais, ambientais e habitacionais do País.

Há que ser uma Constituição séria e definitiva. Há que refletir o desejo da maioria da Nação. E, neste sentido, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, temos que ter a coragem para avançar, para progredir em direção a mudanças e transformações. E as mudanças passam pelo sistema fundiário e agrário, pelas regras do uso e ocupação do solo urbano, pelo controle da especulação imobiliária, pela democratização da posse, pela submissão da propriedade e utilização do solo às exigências fundamentais da ordenação urbana e rural, expressas em planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano e de reforma agrária.

Sr. Presidente, para operarmos as transformações sociais de que tanto necessitamos, há que

reduzirmos as desigualdades sociais e econômicas. E estas desigualdades estão indiscutivelmente associadas às condições de vida no campo e na cidade. A população rural é perversamente empurrada para o meio urbano, transformando-se cliente da marginalidade, aumentando os focos de tensão social, de violência, contribuindo para o aceleração do processo de inchação das cidades brasileiras, a proliferação de favelas.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, por temperamento e formação, sou uma pessoa transiente e moderada. Mas, como representante de uma região que abriga 51% dos analfabetos do País com mais de 10 anos de idade, quase 50% dos trabalhadores nacionais com renda menor do que um salário mínimo e 50% das moradias subnormais, devo dizer que serei intransigente e radical na defesa de um texto constitucional voltado para a justiça e o bem-estar social.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vicente Bogo.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

É perfeitamente perceptível ainda, nos corredores do Congresso Nacional e no seio desta Assembléia Nacional Constituinte, a indignação e a perplexidade que perpassam muitos de nós, e de que já se sentem os reflexos, também, na própria sociedade, referente ao que se viu e aconteceu neste plenário na última sexta-feira à noite, quando se discutia e se votava o anteprojeto e o parecer do relator da Comissão da Ordem Econômica, Severo Gomes. Devo dizer que a minha perplexidade foi maior depois de ter presenciado fato semelhante, repugnável, ocorrido na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, onde foi desrespeitado descaradamente o Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte.

Aqui, neste plenário, na reunião da Comissão da Ordem Econômica cometeu-se, mais uma vez, uma violência. Parece-me, chego quase a concluir, que a lei existe mesmo é para o mais fraco, para a submissão à prepotência de alguns.

Preocupado que estava – estive e estou ainda neste momento, com a postergação de muitas decisões que esta Assembléia tenta ou tende a transferir para a legislação posterior ordinária ou complementar, sob o argumento de que a lei é que deverá dispor posteriormente – cheguei a pensar, num primeiro momento, que seriam cometidos mais crimes na elaboração da lei posterior, contra a soberania e o direito do povo brasileiro, do que as omissões eventuais que o texto constitucional que esta Assembléia irá produzir.

Mas devo dizer, Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, que, depois do que presenciamos e participamos aqui nos últimos dias 12 e 13, com certeza já estou mudando de ponto de vista, de que, se perdurar esse tipo de conduta de alguns companheiros Constituintes, o comprometimento do interesse nacional estará, por derradeiro, firmado bem antes da legislação complementar ou da legislação ordinária, talvez já no próprio texto, no próprio bojo da nova Constituição que haveremos de outorgar.

E assim, parece-me, Sr. Presidente, que esta Assembléia, se depender do resultado desta Comissão e de outras, está caminhando para o conservadorismo, para o retrocesso e, em consequência, dificulta seu processo de transição do autoritarismo para a democracia. O que nos preocupa, porque do nosso ponto de vista, o processo de transição se completaria com a mudança da ordem jurídica feita pela Assembléia Nacional Constituinte e com a legitimação do poder político do País, através das eleições diretas que, entendemos, devem acontecer no ano que vem.

A prepotência ocorrida na Comissão da Ordem Econômica, por parte de inúmeros Constituintes, que preferiram fazer valer interesses não declarados, traz apreensão àqueles que estão preocupados com o nacionalismo, com a preservação das nossas reservas minerais estratégicas, com o monopólio do petróleo, com o conceito da empresa nacional e, especialmente, com a questão da reforma agrária. Observava, inclusive, a contradição que está dentro do relatório desta Comissão ou do anteprojeto, onde apregoa-se no art. 1º inclusive a livre concorrência ao lado da defesa do consumidor e da defesa do meio ambiente. Não vejo compatibilidade nesse texto, uma vez que a livre concorrência permite que o mais forte se sobreponha ao mais fraco, e não vejo como, portanto, preservar os direitos do consumidor e os demais itens que garantam os direitos fundamentais do cidadão.

Para concluir, Sr. Presidente, lembro ainda uma frase do Padre Pio Milpacher do livro "o Governo dos Povos", onde ele bem a testa dizendo:

"Uma das formas mais comuns de prepotência política é representada pelos presunçosos, que se revestem da capa de "salvador da pátria, soberano, representante do povo, patrão, homem da lei..." e jogam nas costas dos outros a capa de "servo, súdito, delinquente". Substantivem esses adjetivos e suprimem o substantivo "pessoa". Eles auto-proclamam-se "justos" e chamam os outros de "malandros". Com este farisaísmo justificam os delitos cometidos contra os fracos." E nós queremos que esta Constituinte proteja os fracos e não fortaleça os fortes. Padre Pio Milpacher

(do livro O Governo dos Povos)
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sob a égide do chamado "Plano Bresser", o País vem reconquistando, gradualmente, a confiança de seus cidadãos, depois de uma fase de perplexidade e consequente pessimismo, assinalada por uma desorientação de nossa vida econômico-financeira.

Com uma inflação que superou, em maio, a casa dos 23%, acarretando, por outro lado, um evidente desaquecimento das atividades produtivas, o Brasil ingressou num estágio de dramáticas dificuldades, fazendo periclitar, em razão disso, a própria estabilidade de suas instituições democráticas.

Embora nunca houvesse sido questionada a comprovada competência do atual Ministro da Fazenda, gerava-se, pelo alegado retardamento na reversão do quadro semicáótico que passamos a viver, uma inquietação generalizada que atingia políticos, trabalhadores, empresários e quase todas as categorias profissionais, numa expectativa enervante, sem que fossem vislumbradas alternativas válidas, capazes de restaurar a credibilidade do povo no Governo da Nova República.

O fracasso do Cruzado I ensejava a descrença quanto ao surgimento de soluções compatíveis com a difícil conjuntura política, econômica e social, apesar de o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira vir acenando com a próxima elaboração de um "Plano de Consistência Macroeconómica" no qual trabalhavam ele próprio, o seu principal Assessor, Yoshiaki Nakano e o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira, além do economista Francisco Lopes.

O Presidente José Sarney deixava transparecer a sua intranqüilidade diante dos rumos pelos quais enveredava a Nação, embora jamais se recusasse a indicar o fim próximo de uma era de desacertos e descompasso em importantes setores governamentais.

Antecipando-se à formulação de seu Plano Macroeconómico, o titular da Fazenda, no último dia 12 de junho, deu a conhecer as medidas que concebera para conter o surto inflacionário e determinar o congelamento de preços, com o "resguardo do salário real dos trabalhadores".

Renascia, assim, a esperança de novos dias sem obras suntuosas que acarretassem a elevação do déficit público; sem despesas de custeio e investimentos que comprometessem ainda as combalidas dotações do Erário; sem gravames que ampliassem a preocupação dos credores internacionais, alcançando a nossa soberania.

Afastando qualquer conotação de messianismo que pudesse engodar os que atentamente o escutaram pelo rádio e a televisão e inadmitindo informações que servissem para minimizar os sacrifícios imensos impostos à comunidade, o Ministro Bresser Pereira falou uma linguagem autêntica, exemplificada didaticamente, em condições, portanto, de fácil assimilação pelos que o escutaram na noite de sexta-feira.

Resta-nos oferecer-lhe e ao Presidente José Sarney a sustentação político-parlamentar de que necessitam para pôr em prática as medidas no pacote que vem de ser divulgado, não sendo permitida qualquer tentativa de nulificação dos elevados objetivos que nortearam a feitura do novo Plano.

O PMDB não pode fugir ao imperativo de apoiar as providências ora adotadas, contribuindo para o seu aprimoramento, tendo em vista impedir que elas traumatizem as classes menos favorecidas e contribuam para qualquer tipo de estímulo a um processo recessivo.

O Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira conhece o lineamento da política econômica defendida por sua agremiação, nunca deixando de defendê-la, com obstinada coragem e ostensiva desenvoltura.

Com a solidariedade das forças partidárias e de todos os segmentos da sociedade civil, o Governo Federal haverá de viabilizar o Novo Cruzado, abrindo perspectivas mais auspiciosas para o desenvolvimento nacional e o bem estar social dos brasileiros.

Aliás, sobre a alegada perda salarial que incidiria sobre a classe operária, a Coordenadoria de Comunicação do Ministério da Fazenda divulgou, ontem, nota desmentindo a versão, assim redigida:

"O congelamento de preços e salários não deve implicar qualquer perda para o trabalhador. Pelo contrário, além de paralisar o processo de deterioração dos salários reais que vinha ocorrendo, é muito provável que haja uma recuperação do seu salário médio real, já que o trabalhador receberá no final de junho um último reajuste automático de 20% que fará frente a uma taxa de inflação em julho (na verdade a partir de 15 de junho) muito baixa. Quanto menor for a inflação em junho, maior será o ganho real dos trabalhadores."

Srs. Constituintes, o ano de 87, que coincide com o funcionamento desta Assembléia, representará um marco significativo na história política, econômica e social do País, contribuindo para a desejada estabilidade da vida nacional, com a qual estamos convictamente comprometidos. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
— Concedo a palavra à nobre Constituinte Moema São Thiago.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO (PDT — CE. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Modificamos o nosso pronunciamento diante do impacto do novo pacote econômico do Governo.

Esperamos, realmente, que as expectativas não sejam novamente frustradas. Somente o tempo irá definir o sucesso ou não do novo pacote.

Sabemos que as condições para que essas medidas sejam possíveis não existem, mas não daremos uma de cassandra nesse pacote, também não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação no momento em que essas medidas mais uma vez penalizam a classe trabalhadora, o assalariado, a região mais pobre, o Nordeste.

É um pacote recessivo e, sobretudo, para os mais pobres.

É recessivo para o Nordeste em virtude de sua população de baixa renda.

É ano de seca no Nordeste, com racionamento e consequente desemprego. O corte do déficit público atingirá, especialmente, a nossa região tão sofrida e empobrecida. O orçamento da SUDENE não terá reajuste. Não haverá recursos novos para a região.

O fato de não querer ser cassandra não nos pode deixar calada, sem denunciar que mais uma vez é o trabalhador brasileiro o mais prejudicado. E esse pacote já começo com aumentos espoliadores para o trabalhador.

É necessário, sim, mudar o modelo econômico em favor do nosso povo.

O nosso Partido, o PDT, tem compromissos arraigados com a classe trabalhadora, dos quais não se omitirá, jamais! Hoje, estou ocupando esta tribuna, na defesa dos micro, pequenos e médios empresários, que nada mais são do que trabalhadores, também submetidos aos desmandos das políticas governamentais.

Somos a única Deputada do PDT e, além disso, fomos eleita pelo Nordeste! A nossa Região, que

ao longo da história do Brasil, sempre foi relegada a papéis secundários, tem reclamado de seus representantes, nesta e em legislaturas passadas, posturas mais coerentes em defesa de seus interesses.

Por isso, não podemos, não queremos e nem devemos aceitar a discriminação e marginalização do Nordeste no processo das tomadas de decisões importantes da República, como querem impor os dirigentes do Partido majoritário no Governo!

Os problemas do Nordeste já fizeram muita literatura, e contribuíram também para encher os bolsos de muita gente desonesta pelo desvio das verbas destinadas à Região. Esses são fatos que devem pertencer ao passado e não mais se repetirem! A hora da cobrança do encaminhamento de soluções reais é chegada. Esta, é a hora da Assembléia Nacional Constituinte! Temos de levar isso a sério, aproveitando o ensejo para modernizar o raciocínio, em termos dos nossos problemas regionais.

Rerepensar o Nordeste significa ter consciência da miséria da maioria de sua população, com seus problemas seculares, até agora não solucionados; e, ao mesmo tempo, tudo fazer para que os anúncios de programas governamentais de ajuda não fiquem apenas no vazio das coisas sem consistência, mas se transformem em recursos efetivos e não caiam sempre nas mãos das minorias privilegiadas. Significa, também, tudo fazer para que os recursos públicos não continuem a ser usados como trampolim para que políticos corruptos se perpetuem em seus pequenos feudos e sigam escravizando as populações desfavorecidas, com suas demagogias paternalistas, sem deixar que a essas mesmas populações cheguem os benefícios do desenvolvimento!

A nossa escola de aprendizado sobre o encaminhamento de soluções para os problemas sociais no Brasil ensinou-nos que toda e qualquer direção escolhida deve ter como ponto de partida obrigatório a grande árvore da democracia! Que seja uma árvore grande, que possa cobrir as mais diferentes linhas de pensamento, desde que representativas do povo brasileiro. É assim que vemos os trabalhos desta Assembléia Constituinte. É por isso que conclamamos a cada um dos companheiros para que se empenhem a fundo no trabalho de valorização da nossa tarefa Constituinte. Desse trabalho o povo brasileiro muito espera, e não devemos decepcioná-lo. Dentro desse espírito aberto de democracia, condenamos todas as ações feitas contra o povo nordestino. Desejamos colocar algumas questões sobre a situação afrontativa da indústria têxtil nordestina, aqui entendida dentro de um conceito amplo, abrangendo não apenas a parte tradicional de fiação e tecelagem, mas a fabricação de artefatos e insumos têxteis, confecções de roupas, cama e mesa e produtos similares. Assim considerada, pode-se avaliar a enorme importância que qualquer ação direcionada de ajuda ao setor representa, em termos de repercussão social. De acordo com o censo de 1980, a indústria têxtil, dentro da conceituação mais ampla que lhe demos, ocupava cerca de dezoito por cento do pessoal total ocupado no setor secundário. No Nordeste, embora não tenhamos em mãos os dados regionais, pode-se inferir que o peso industrial do setor têxtil seja bem maior do que no País como um todo.

O setor têxtil, sem sombra de dúvida, configura-se numa das mais antigas vocações nordestinas. O Nordeste é tradicionalmente produtor de algodão, com mentalidade agrícola voltada para a qualidade do produto. Em Natal, Fortaleza, Recife e outras cidades, desenvolveram-se, ao longo do tempo, várias indústrias de confecções de roupas que, juntamente com as tradicionais fábricas de fiação e tecelagem, foram e ainda são responsáveis por uma substancial oferta de emprego de mão-de-obra, destacando-se a participação, em maior escala, da mão-de-obra feminina. Com a euforia advinda dos primeiros resultados do Plano Cruzado, o setor de confecções, especialmente no que tange às micro e pequenas empresas, expandiu-se vigorosamente, na crença da continuidade do crescimento, acreditando, e isso é bom que se repita, nas promessas feitas pelo Senhor Presidente da República, que, ao fim, revelaram-se simplesmente vazias. Essa irresponsabilidade de iludir o povo com promessas, que tem sido uma tônica na postura de políticos antigos, formados nas escolas do autoritarismo e do clientelismo tem que acabar, se quisermos realmente construir um País sério!

Pois bem, esse contingente de pequenos empresários, gente humilde e que acreditou nos sonhos de progresso, está hoje às voltas com títulos protestados, ameaçados pela perda total de tudo o que conseguiram amealhar em suas vidas!

Propositadamente, iniciamos este discurso reclamando dos sinais de crise expressos pelo momento atual, em seguida, colocamos a problemática do Nordeste, junto à importância que damos aos trabalhos da Constituinte, e, depois, abordamos o caso da indústria têxtil. Por que a indústria têxtil, em particular, uma vez que a crise apresenta características generalizadas?

Simplesmente, porque o Nordeste, as micro, pequenas e médias empresas e o segmento nordestino configuram a parte produtiva mais desprotegida numa época crítica como a que vivemos. Defendê-los é defender o emprego dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras ameaçados de perderem o seu ganha-pão-diário!

Estávamos preparando este pronunciamento quando demos de cara com a notícia do **Jornal o Povo**, de Fortaleza, dando conta do pedido de falência da fábrica de fiação e tecelagem da "Thomas Pompeu têxtil S/A." fundada em 1882, com mais de um século de existência. Portanto, a Thomas Pompeu emprega um contingente de 700 funcionários que, com o findar do processo falimentar, deverão engrossar as fileiras dos desempregados, aumentando, em cadeia, os problemas sociais da cidade de Fortaleza, do Estado do Ceará e do Nordeste.

Vemos, então, que nem os setores tradicionais conseguem escapar dos encargos financeiros escorchantes. E no caso da indústria têxtil nordestina, a crise atual vem se sobrepor ao problema da monopolização do setor por empresas multinacionais, que já havia gerado a elevação dos preços da matéria-prima e o estabelecimento de quotas para a venda do produto, atingindo, desse modo, tanto a parte tradicional de fiação e tecelagem, como o segmento dos confeccionistas. Assim, o período do Plano Cruzado, apenas mascarou o problema que já vinha perseguindo a indústria têxtil. Com a retratação da demanda e a volta da ciranda financeira, após a euforia do Cruzado,

o que se viu foi o setor mergulhar nesse processo de encolhimento que, agora, atinge empresas tradicionais, como já atingiu milhares de pequenos empresários.

Pelo que sabemos, mesmo na parte rica do Brasil, com exceção das empresas multinacionais, a indústria têxtil caminha para a obsolescência. Se isso acontece até mesmo com as regiões ricas, o que se pode esperar do Brasil desprotegido, do Nordeste?

Existe um plano de remodelação do parque têxtil nacional, orçado em dez milhões de dólares, para um período de dez anos, pronto e, como muita coisa neste País, está, engavetado nos arquivos do Governo.

Reclamamos, então, para a indústria têxtil nordestina, um tratamento preferencial e incentivado no que tange aos investimentos previstos nesse plano e que ele seja posto em execução, começando pelo Nordeste. Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso da Sr.^a Moema São Thiago o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Conceda a palavra ao nobre Constituinte Lézio Sathler.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB - ES. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A Nação brasileira vive cada momento desta Assembléia Nacional Constituinte. Encerrando esta etapa dos trabalhos das Comissões Temáticas, onde assistimos, de um lado, algumas conquistas marcantes que representam, acima de tudo, os anseios e as esperanças de um povo que um dia caminhou para as urnas, depositou o seu voto e escolheu aqueles que haveriam de interpretar este momento significativo, histórico e decisivo da vida da Nação brasileira, tivemos grandes perdas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que acreditamos serão recuperadas através da persuasão, através da tenacidade, da luta e dos compromissos independentes que nós acreditamos que ainda predominam nos homens e nas bravas mulheres que representamos na Assembléia Nacional Constituinte.

Nós entendemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que no acervo das definições políticas, institucionais, econômicas, sociais e nós trazemos, hoje, para reflexão das Sr.^{as} e dos Srs. Constituintes, um tema que nos tem chamado a atenção e enfocamos, justamente, num campo social, econômico e num campo, que tem faltado posicionamento firme, no campo político, que é a indefinição de uma política pesqueira para o nosso País. Falo como representante do Espírito Santo, um Estado fértil no seu litoral e, assim, como nos demais

Estados da Federação brasileira, nós encontramos as marcas indeléveis da inoperância, da incompetência, da indefinição de uma política pesqueira para o nosso Brasil. Registrmos, Sr. Presidente, que, detendo algumas das mais férteis bacias hidrográficas do mundo, com uma costa de mais de seis mil quilômetros, produzindo as mais variadas espécies de peixes, temos que convir que o brasileiro, principalmente nos gran-

des centros consumidores, está pagando mais pelo peixe do que pela carne. Isto demonstra, claramente, a insuficiência da produção pesqueira que decorre, em primeiro lugar, da falta de uma definição político-econômica do setor, apesar da existência da SUDEPE há vários decênios.

Principalmente na pesca costeira, a tecnologia empregada não corresponde ao nosso tempo e por isso mesmo os barcos pesqueiros de outros países cortam a nossa costa atlântica, modernamente equipados, inclusive com o radar, para aprisionar os melhores e maiores cardumes. Pratica-se, inclusive, a pesca predatória da baleia, proibida no País, em atenção a convênios internacionais, sem que haja, também qualquer controle ambiental, na pesca interior, jogando-se bombas nos rios e lagos, produzindo a mortandade de peixes.

Em nosso Estado, o Espírito Santo, colônias de pescadores convivem com toda sorte de dificuldades por falta de tecnologia adequada ao desenvolvimento da pesca racional. Entendemos que se não traçarmos urgentemente uma política eficiente, direcionada a melhorar as condições para o exercício dessa atividade, continuaremos entregando uma de nossas maiores riquezas naturais àqueles que possuem técnicas e materiais avançados no setor.

Além disso, precisamos desenvolver um esforço conjunto, Governo de Estado-Ministérios da Educação, Agricultura no sentido de formarmos mão-de-obra especializada, para melhor desenvolvêrmos essa atividade.

A nível estadual, exigimos que se estabeleça fiscalização mais eficiente, no sentido de não permitir que Estados mais avançados na exploração da pesca, entrem desordenadamente com seus barcos em nosso litoral, prejudicando os capixabas que, infelizmente, ainda utilizam de meios arcaicos nesse campo de atividade.

Registre-se, por outro lado, que a proteção ecológica não tem sido eficaz contra os despejos das usinas nos leitos dos rios, o lançamento de agrotóxicos em suas margens provocando a poluição que destrói a fauna fluvial.

Também precisamos formar especialistas na atividade pesqueira, da coleta à industrialização, passando pela criação em viveiros, já experimentada, com êxito, em vários pontos do País, na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Sul.

É secularmente conhecida, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, no País, a criação de carpas em cativeiro; mas, hoje, criam-se também os crustáceos, conhecidos os siris e camarões de viveiro do Nordeste.

Essa criação não exige grandes investimentos econômicos, mas pode ser feita em pequenos lagos artificiais e tanques, fácil obter a alimentação, com cereais, frutas e restos de alimentos da cozinha humana.

O peixe é um excelente alimento, um dos primeiros usados pela humanidade, contendo proteínas suficientes para a ração humana, sem tornar-se necessário recorrer a outra carne animal. Precisamos produzi-lo suficientemente, para atender à fome do povo e, para isso, necessitamos de melhor ordenamento da política pesqueira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Lézio Sathler o Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eliel Rodrigues.

O SR. CONSTITUINTE ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apraz-me ocupar, mais uma vez, a tribuna deste plenário para, nesta oportunidade, externar minha profunda satisfação pelo transcurso dos 76 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Brasil.

Congratulo-me, com os cerca de 20 milhões de evangélicos brasileiros, das diferentes denominações, pelas dadivas bêncas que Deus tem concedido ao seu povo, no decorrer de todos estes anos de profícuo trabalho.

Desejo, contudo, particularizar a atividade das Assembléias de Deus no Brasil. Seus primórdios nos levam à história de dois denodados homens de Deus, verdadeiros heróis da fé, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que, vindos dos Estados Unidos da América do Norte, nos idos de 1909, aportaram em Belém do Pará, precisamente no dia 19 de novembro de 1910, trazendo em seus corações a fé, o amor e a esperança, na gloriosa mensagem pentecostal aos brasileiros.

Submissos à divina direção do Espírito Santo, à semelhança de inúmeros outros discípulos de Cristo, esses dois homens deixaram sua Pátria e vieram ao Brasil para trazer-nos a experiência do Pentecoste. Não tendo recursos financeiros, nem amigos, nem conhecidos, para se orientarem nas terras brasileiras, onde acabavam de chegar, sentaram-se em um banco da praça, próximo ao ponto de desembarque, e ali fizeram sua primeira oração em solo paraense, suplicando a Deus por um povo que, até então, desconheciam e pelo qual estavam dispostos a sacrificar-se, como bem evidenciaram no decorrer dos anos que se seguiram.

Tiveram a felicidade de serem encontrados por um outro evangélico, comandante de navios da Companhia do Porto do Pará, que os levou à primeira Igreja Batista do Pará, onde ficaram instalados no porão, por falta de outro compartimento.

Passado algum tempo, e já falando um pouco do nosso idioma esses dois varões lançaram-se à tarefa da evangelização e do doutrinamento dos seus irmãos evangélicos, não fazendo reservas quanto à experiência pela qual haviam passado. anos atrás, na outra América, estimulando os crentes a uma vida de oração e consagração a Deus.

Crendo uns, e rejeitando outros, a novel mensagem que traziam, a comunidade evangélica nascente emancipou-se, fundando um trabalho autônomo, independente, organizando-se em Igreja, no dia 18 de junho de 1911, na residência de um de seus membros, no bairro da "Cidade Velha", em Belém, vindo a registrar-se sob o nome de "Assembléia de Deus", no dia, 11 de janeiro de 1918.

Aquele pequeno grupo, inicial, de 19 pessoas, lançou os alicerces do trabalho pentecostal, que irradhou-se a todos os recantos desta querida Pá-

tria brasileira. Seu testemunho vivo e as mensagens, confirmavam a palavra de Deus, com os sinais que se seguiam.

Em meio à oposição, Deus consolava aquele pequeno grupo de cristãos, por isso as dificuldades surgidas não poderiam empanar o brilho das vitórias alcançadas.

Com o desenvolvimento da obra, surgiu a necessidade da realização de reuniões de âmbito regional e nacional, congregando pastores em escolas Bíblicas e Convenções. A primeira Convenção, a nível nacional, ocorreu no ano de 1930. Era evidente o seu cuidado no estabelecimento de diretrizes para nortearem o bom andamento da obra.

Depois de fixada na capital paraense, começou a evangelização no interior do Estado, papel em que se destacou a figura de Daniel Berg, viajando pela **hinterland**, muitas vezes a pé, para alcançar àqueles desejosos do recebimento do Evangelho. Seu trabalho era o mesmo de sempre: vender literatura cristã, Bíblias e Novos Testamentos, testemunhando de Cristo e realizando cultos. A perseguição sempre os acompanhava, sendo, não raro, apedrejados e ameaçados.

Já bastante abrangente, e devidamente consolidado no território nacional, surgiram os primeiros movimentos para o envio de missionários a outras nações vizinhas.

Hoje, decorridos 76 anos, e com novas gerações, a "Assembléia de Deus" continua empunhando a poderosa chama do poder pentecostal, anunciando as Boas Novas do Evangelho de Jesus Cristo, "poder de Deus para a salvação de todo aquele que nele crê", como no seu começo, na certeza da grande vitória do Filho de Deus, e na gloriosa esperança de sua segunda vinda.

A semente lançada em solo fértil, cresceu forte, e tem produzido bons frutos, não somente na área especificamente religiosa, como na assistencial e educativa, pela ampliação da visão das necessidades que a humanidade está enfrentando.

Segundo estudos feitos a respeito, pela Convenção das Assembléias de Deus no Brasil, o desenvolvimento desta denominação evangélica divide-se em quatro períodos:

– O primeiro, de 1911 a 1930, que viu a igreja alcançar 14 mil membros, após 19 anos de trabalho. Foi um crescimento lento, gradativo, mas lançou os fundamentos para um avanço futuro.

– O segundo, de 1931 a 1949, atingiu 120 mil membros. Nesse período foram preparados líderes nacionais. Observou-se um marcante progresso.

– O terceiro, de 1950 a 1952, foi a época em que a Igreja se difundiu, no aumento de quase 5 vezes.

– No quarto período, a partir de 1963, a Assembléia de Deus está consciente de que milhares de brasileiros serão salvos por Cristo Jesus e, por isso, continua trabalhando com afinco.

Um ligeiro censo apresentaria os seguintes dados, para ter-se uma idéia do desenvolvimento desta obra, toda ela voltada para a glória do reino de Deus aqui na terra.

Membros: mais ou menos 11 milhões, sendo 4 milhões congregados;

Templos: 50 mil.

Dezenas de Missionários no exterior, inclusive na Bolívia, Chile, Paraguai, África e Portugal e, entre portugueses no Canadá e Estados Unidos da América do Norte.

Não descurando o aspecto social podemos enumerar alguns dados que refletem o cuidado dessa Igreja em prestar sua parcela de colaboração com os Poderes Públicos, em relação ao bem-estar da comunidade. Até o presente momento, possui em pleno funcionamento 50 Orfanatos, 120 Escolas, 49 Instituições de Ensino Teológico e 14 Centros de atendimento para recuperação de toxicômanos.

É justo, pois, prestarmos nossa sincera homenagem à Igreja pioneira, sediada em Belém do Pará, na pessoa dos seus membros, Pastores Adjuntos, Presbíteros, Diáconos, Secretários, Auxiliares e especialmente aos seus líderes, Pastores Firmino da Anunciação Gouveia e Josias Camelo da Silva, que exercem, respectivamente, as funções de Presidente da Igreja e Presidente da Convenção Estadual das Assembléias de Deus no Estado do Pará, apresentando a todos nossas efusivas congratulações e votos de continuadas bênçãos de Deus.

Observamos, assim, que a Igreja continua cumprindo sua nobre e oportuna missão, determinada por Nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse: "Ide por todo o Mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumercindo Milhomem.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vivemos nestes últimos dias, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, aqui neste mesmo plenário, em parte, uma situação que precisa ser levada até ao povo brasileiro, para comprovar como realmente está-se tentando fazer uma Constituição, que, longe de favorecer o novo, longe de favorecer as mudanças sociais, políticas-econômicas, que são cobradas pela sociedade brasileira, tem o objetivo de consagrar tudo que de retrógrado, tudo o que de contrário aos interesses do progresso, tudo o que de contrário ao próprio povo, existe na Constituição de hoje. O que nos leva mesmo ao temor de que em alguns aspectos a futura Constituição venha mais a atrapalhar do que a favorecer, muito mais do que a própria Constituição que está em vigor e que foi elaborada por uma Junta Militar. Os Constituintes que agem dessa maneira pensam que podem colocar-se contra a força do povo; pensam que estão em uma conjuntura política, que já foi ultrapassada há muito tempo pela própria força organizada do movimento popular, do movimento sindical, do movimento que leva às necessárias transformações da nossa sociedade.

Pude observar aqui, nesses dois dias passados, como esses Constituintes sofrem de um verdadeiro apavoramento perante os representantes do povo.

Não pudemos ter a felicidade de ver essas galerias abertas a quem quisesse nelas observar o que se passava aqui neste plenário; representantes de entidades que quiseram acompanhar o processo de votação da Comissão da Família, da Educação, Ciência e Tecnologia, tiveram que ficar atrás dos vidros para que sequer se ouvissem as suas palavras, para que eles também pudessem com o máximo de dificuldade ouvir aquilo que aqui estava acontecendo, e a argumentação era de que aqueles representantes de entidades

que tinham vindo do Brasil inteiro, sem nenhuma ajuda transporte, sem nenhuma passagem paga pelo orçamento público, que vieram com muito esforço, com muito sacrifício porque acreditam, ainda, na possibilidade de participação, que aqueles representantes agrediam aqueles Constituintes que aqui estavam votando contra o povo. Estes, sim, agredindo o povo brasileiro, agredindo um povo que, em sua metade, vive em condição de miséria, em que 8 milhões de crianças, em idade escolar, não estão podendo freqüentar a escola, em que a velhice está desamparada e sentiram-se agredidos porque, depois de votarem contra o povo, em outro plenário, representantes do povo atiraram algumas moedas e acharam que isso foi uma grande agressão. A mim isso não agrediu; acredito que talvez tenham sido agredidos porque eram moedas pequenas, não eram notas de mil dólares, porque se fosse assim teriam saído correndo, em atropelada, porque embora digam nos seus discursos que estão do lado do povo, aqui manifestaram-se votando contra um relatório que atendia a todas as reivindicações que têm sido apresentadas pelas entidades que organizam movimento sindical, movimento popular, um movimento político. Os próprios Partidos que aqui detêm maioria, têm-se manifestado em discursos a favor dessas proposições contidas no relatório que, aqui, foi rejeitado. O som foi cortado, o Regimento foi cortado, tudo se fez para se aprovar alguma coisa que fosse contra o interesse do povo, ainda que fosse contrariamente a tudo aquilo que se tinha estabelecido anteriormente, como as normas de conduta para a Assembléa Nacional Constituinte. Pensam que vão enganar o povo. Não vão enganar. Pensam que o restante não vai se mobilizar e vir, aqui, a Brasília. Nós vamos organizar o povo. Estamos organizando juntamente com as entidades sindicais, com as entidades populares. Nós vamos trazer grandes contingentes populacionais, vamos fustigar os Constituintes para que poupem as suas moradias das suas cidades nos seus Estados, em todas as regiões do País. Nós vamos fazer corri que se pesem todas essas medidas em contrário na Constituição, para que sirva ao progresso social, o analfabetismo na nossa Terra.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Neste final de semana, o povo brasileiro assistiu a mais um lançamento de um pacote econômico, o chamado Plano Bresser, mais um pacote salvador, segundo pareceu anunciar o Presidente da República. Talvez pelo impacto do lançamento desse Plano, pela sua repercussão na opinião pública, um outro fato tenha passado, para alguns, um pouco desapercebido: uma pesquisa divulgada por um grande jornal do País, o jornal **Folha de S. Paulo**, sobre o desempenho dos Governadores eleitos o ano passado, onde seis Governadores foram alvos da pesquisa de opinião pública para aferição do resultado dos seus desempenhos neste primeiro ano de Governo. E o resultado não foi surpreendente: o Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, aparece com uma posi-

ção destacada. S. Ex.^a foi eleito, pela opinião pública como o pior Governador do País. Mais de 70% daqueles que votaram no candidato do PMDB, no ano passado, se arrependeram do voto dado. Dos eleitores de Belo Horizonte apenas 14% consideram razoável ou bom o desempenho deste Governador. E portanto uma administração que já não merece nenhuma confiança. É a avaliação de uma administração que não se baseia mais em hipóteses, mas numa experiência de vida. E não é por acaso que isso ocorreu.

O Governo Newton Cardoso tem-se pautado pela frustração de todas as promessas de palanque. Prometeu acabar com o empreguismo e, no entanto, o que assistimos? Ao aumento desmesurado do emprego para os seus apaniguados, para os seus apadrinhados, sem levar em conta a qualificação técnico-profissional mas apenas a força política de cada cargo, não pestanejando em subordinar toda a máquina administrativa pública aos seus interesses políticos mesquinhos. Prometeu racionalizar a administração pública e inclusive fechar alguns órgãos. Porém, voltou atrás em tudo isso. Prometeu enfrentar a Fiat Automóveis, e o que vimos se não uma chamada reconciliação deste Governador com o capital multinacional, com o capital imperialista. Hoje, já vivem de mãos dadas e o povo assistiu a esse tipo de comportamento e o avaliou.

Agora, veio a greve dos funcionários públicos, greve em todos os sentidos justa, porque reivindica aquilo que é de direito dos servidores públicos, do Governador a tratou com truculência, não cedendo em nada sob os pontos de vista econômico e político, tratando a greve na base da repressão, do cassete; inclusive, diante dos seus próprios correligionários, o Governador Newton Cardoso se comportou com escárnio, se comportou de uma forma agressiva e truculenta. Em nenhum setor da administração: político, econômico ou social o seu governo merece qualquer consideração pública. Portanto, é um governo fruto da manipulação do Plano Cruzado, daquela mistificação que o colocou no Palácio da Liberdade, em Minas Gerais, e que agora se desmascara e tem o repúdio de toda a população mineira. Os dados que apareceram na pesquisa apenas refletem aquilo que é perceptível nas mas de Belo Horizonte.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Governador Newton Cardoso, não lhe compete nada mais do que atender aos reclamos do povo mineiro, especialmente dos servidores públicos e conceder aquilo que lhes é de direito, e frente à opinião pública, que já o repudiou, pedir a sua renúncia, o seu afastamento, para a convocação das eleições diretas para o Governo do Estado de Minas no ano que vem.

Terminando, Sr. Presidente, queria dizer que a farsa do Plano Bresser não terá outra acolhida do povo senão a que tem hoje o Plano Cruzado e o Governador Newton Cardoso. Se o Governo Federal não cair em si e verificar que tem de resolver os problemas estruturais, se insistir em dar soluções de **marketing** e continuar com as manipulações, ele, também, se verá mais abusivo na opinião pública do que está hoje, e essa crise do Governo só pode ser resolvida com a convocação imediata das eleições diretas para Presidente da República. (Palmas.)

Esse é o sentido do nosso pronunciamento e essa é a expectativa do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eraldo Trindade.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A crise enfrentada pelo Brasil, especialmente na área econômica, tem ensejado uma série de acontecimentos que vemos como primordiais para que o País se encontre num prisma de entendimento e progresso. Não faz muito tempo, aqui mesmo, desta tribuna, falávamos da necessidade de um verdadeiro pacto emergencial entre o Governo e os partidos situacionistas para, na busca de entendimentos, se encontrar saídas que poderão provocar gradativamente a resolução de parte de nossos mais graves problemas.

É necessário dizer, no entanto, que esse entendimento, não deveria e nem deverá sob hipótese alguma interferir no verdadeiro objetivo da Assembléa Nacional Constituinte: a conquista das aspirações do povo brasileiro.

Nossas forças devem estar unidas, pois independente de sigla partidária o País espera de seus legisladores idéia que, transformadas em leis, poderão resgatar junto aos segmentos político-administrativos a liberdade de participação e a conquista de prerrogativas buscadas pela população, a maioria delas, tolhidas por um processo, cuja intervenção autoritária, durante mais de vinte anos, causou-nos cicatrizes difíceis de serem esquecidas.

O Brasil trabalha para a concretização de sua redemocratização; assim entendemos. O Governo procura, mesmo com dificuldades, cumprir sua parte. Os que foram eleitos, através de voto direto e secreto, sabem que sua responsabilidade é grande, por isso tentam, não só no Congresso Constituinte, mas junto aos Ministérios e órgãos federais, obter a atenção que cada região necessita.

Pelo que podemos observar, o Presidente esforça-se para alcançar medidas simpáticas à Nação, mas como diz um velho ditado popular "Uma andorinha só não faz verão", nós, Constituintes, temos notado com freqüência a falta de vontade de alguns Ministros de Governo, que simplesmente burocratizam os demais setores, procurando, mesmo que involuntariamente, não salvar o País da crise, mas com a dificuldade na tramitação de processos, criar mais problemas.

Cabe, neste momento, um alerta: nenhum Presidente, Dr. Sarney, será bem sucedido se ao seu lado estiverem assessores que procuram ficar alheios aos fatos e surdos aos clamores. Pois bem, alguns de seus ministros estão assim. Os Constituintes que ainda creem no seu Governo vêm com preocupação a ação de alguns de seus Ministros que, simplesmente, pelo que deduzimos, acham que como grandes autoridades devem permanecer insensíveis às reivindicações daqueles que para o Legislativo trouxeram as reclamações e anseios do povo brasileiro.

Como altos funcionários do Palácio do Planalto, determinados ministros criam inúmeras dificuldades até para informar ao Congresso, como andam certos projetos que lhes dizem respeito.

Encerrando meu pronunciamento de hoje. Sr. Presidente, Srs. Constituintes; posso considerar-me um dos poucos Constituintes que ainda acreditam no Governo Sarney; afinal a esperança é a última que morre, mas entendo que para fazer o País sair da crise, mesmo que administrativamente, o Presidente tem que começar a exigir que seus assessores diretos saiam da mordomia e encarem de frente os problemas que são lembrados, mas que não nos cabe resolve-los.

Para crescer ordenadamente, o Brasil precisa se organizar.

Esse lembrete vai para aqueles que ainda não disseram o que estão fazendo no poder.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Cada vez que posso ocupar esta tribuna, eu me sinto muito feliz, por isso, quero desta vez aproveitar a oportunidade para que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a Deus, por ter mais uma vez esta oportunidade, pedir que me dê forças, para que eu sempre possa usar esta tribuna com dignidade, e que a minha voz sempre seja a voz da justiça, da democracia, e da liberdade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

No domingo de manhã, tive a oportunidade de ouvir S. Ex.^a Revma. Dom Eugênio Sales, num pronunciamento através da televisão. Suas sábias palavras me tocaram profundamente. No mundo cão, selvagem e desumano em que vivemos, se tem raras oportunidades de ouvir pronunciamentos deste quilate, através de programas da imprensa maior.

Infelizmente, existem interesses ideológicos de destruir, cada vez com mais e maior intensidade, tudo aquilo que o nosso povo tem por tradição, que é eterno e que nos foi delegado através dos séculos, com muito amor, pelos nossos antepassados. Quando então, repentinamente, num domingo de manhã ensolarado, ouvimos uma mensagem, como esta de S. Revma., que teve a magia de penetrar fundo em nosso coração, não temos como resistir, sem saber como e porque, sentimos lentamente correr, pela nossa face, uma quente e grossa lágrima.

Nestes momentos sentimos a ação daqueles que já perderam esta sensibilidade, cujos corações já se petrificaram, e que estão como lobos ferozes, aqui na Constituinte e fora dela, trabalhando dia e noite, para transformar nossa Pátria numa república estatizante, em busca incessantemente para um regime ideologicamente repudiado pelo nosso povo.

S. Revma. além de outros assuntos, que me tocaram profundamente especialmente e principalmente se referiu à educação, quando prestou uma homenagem ao Padre Anchieta, pioneiro, na nossa Pátria, da verdadeira educação, não apenas materialista, mas também cristã. Dentro deste conteúdo, S. Revma. fez um veemente apelo aos Constituintes, no que diz respeito à educação. Lamentou profundamente a falta de compreensão dos Constituintes, que pertencem à Comissão da Educação, que elaboraram o primeiro relatório,

que nos deram as perspectivas das tendências que poderão prevalecer na nova Constituição.

Deus queira que isto não aconteça, seria o caos do ensino e o começo ideológico, onde a família e a comunidade não teriam mais oportunidade de imprimir nos corações das crianças aquilo que é eterno, a tradição de princípios a nós transmitidos de geração em geração, antes do Padre Anchieta, e aqui no País desde o início de sua grande missão, durante séculos.

Dizia S. Revma. como podia ser possível impedir que os impostos pagos pelos pais dos alunos, das escolas comunitárias, não podiam ser mais repassados, para auxiliar as escolas, onde os pais e as comunidades não teriam mais vez, e que as verbas governamentais apenas estariam a disposição das escolas públicas.

Este foi o retrato e a imagem do primeiro relatório.

As expectativas do relatório da Comissão Temática foram grandes, justamente impacto que causou o absurdo do relatório da Subcomissão. No entanto, a prova está ai, que a Comissão Temática não chegou a votar o novo relatório, que será elaborado pela Comissão de Sistematização.

Quero cumprimentar os Constituintes que lutaram nesta Comissão heroicamente, pela liberdade do ensino, pelo repasse de verbas públicas aos estabelecimentos comunitários, pelo auxílio em forma de bolsas de estudos, para os alunos necessitados. Infelizmente foram minoria, mas a luta valeu, não podemos ser covardes e nos entregar, apenas por sermos minoria numa Comissão. Resta-nos, agora ainda a esperança da Comissão de Sistematização e depois o grande plenário.

Não acredito que a maioria dos Constituintes, de uma ou de outra forma, não tenha raízes, lembranças e até saudades destas escolas comunitárias, onde a grande maioria recebeu os seus primeiros ensinamentos.

Faço desta tribuna um veemente apelo a todos os Constituintes, para lembrar os milhares de mestres, que dedicarem suas vidas na formação de novos caráteres, onde a tradição, a solidariedade e a fraternidade sempre estiveram presentes. Vamos conservar aquilo que é bom, renovar e inovar o que é possível, sem esquecer e jogar no lixo aquilo que é eterno, que é a própria alma. A história nos perdoará se não correspondermos agora às expectativas, aquilo que o povo espera de nós, na elaboração desta Carta. Que Deus inspire e ilumine a todos.

Dom Eugênio Sales, continue falando. Quero ser aqui nesta tribuna um aliado seu, com simplicidade e humildade, sempre em defesa destes são os e sadios princípios, que são eternos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

O espetáculo deprimente que assinalou o melancólico fim dos trabalhos da Comissão Temática da Ordem Econômica, longe de constituir uma vitória de uma maioria ocasional, representou, na verdade, um ultraje à Nação, um escárnio à opinião pública.

Um homem, e apenas um homem, truculento, arbitrário, autoritário e fascista desrespeitou e vio-

lentou o Regimento Interno e impôs, ao seu talante, à vontade de uma maioria, normas e regras que só encontrariam respaldo num regime militarista autoritário e fascista.

E deplorável, Sr. Presidente, que uma Assembléa Nacional Constituinte, que assumiu nos palanques eleitorais compromissos com a História do povo e com o futuro do País, tenha terminado, nessa Comissão Temática, de forma tão triste, tão antidemocrática, tão contrária aos interesses do povo.

Não se pretendia, Sr. Presidente, uma reforma agrária coletivista e estatizante; muito ao contrário na medida em que propúnhamos — e vamos continuar propondo, doa a quem doer — a extensão do direito à terra a mais de 12 milhões de brasileiros que perambulam pela beira das estradas e pelos corredores dos latifúndios em busca de um pedaço de chão. Na verdade. Sr. Presidente, estávamos consagrando o direito de propriedade, que é a essência do próprio capitalismo. Em que medida, Sr. Presidente, poderia esta proposta democrática, aberta, singularmente popular, transformar este País numa nova Cuba? Só pensa assim quem não conhece Cuba e não sabe a Reforma Agrária que foi feita lá. A extrema direita histérica, fanática, submissa a interesses minoritários, ocasionalmente foi maioria na Comissão de Ordem Econômica. E não só desprezou, espezinhou, subtraiu os direitos de o homem ter a posse da terra, para dela tirar o seu sustento e o sustento dos milhões que passam fome neste País, como também apunhalou os próprios interesses nacionais na medida em que transformou a empresa brasileira numa empresa que tenha apenas sede no País, franqueando e escancarando as portas já arrombadas da economia nacional ao apetite voraz, ao saque e a pilhagem do capital estrangeiro.

Mas Sr. Presidente, a História vai julgar os episódios da noite de sexta-feira, da madrugada e da tarde de sábado últimos e certamente a História não absolverá os que pretendem apunhalar a liberdade e destronar a democracia incipiente, nesta fase de transição em que vive o País.

Quero, Sr. Presidente, em nome do seu Partido, deixar registrado, aqui e agora, o protesto mais veemente, o repúdio ao que aconteceu no encerramento dos trabalhos da Comissão da Ordem Econômica.

Dia virá, Sr. Presidente, em que os homens não continuarão mais como agora, minorias privilegiadas dissipando no luxo, no supérfluo, afrontoso que falta à mesa da esmagadora maioria. Trabalhadores sem terra, posseiros, líderes rurais, religiosos sendo assassinados, e os assassinos impunes.

Afinal, por detrás desse crepúsculo enfarruscado, que é a Assembléia Nacional Constituinte, sempre haverá um amanhecer e este amanhecer chegará, ou não com a Assembléia Nacional Constituinte, mas chegará, e neste dia os traidores, os que se agacham, os que se acocoram, os que andam correndo por baixo das mesas para colher as migalhas que sobram do grande banquete das minorias privilegiadas, serão, afinal, julgados e, certamente, não serão absolvidos pelo tribunal da História.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Amaury Müller o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Câmara.

O SR. ANTONIO CÂMARA (PMDB – RN. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Pedi permissão aos nobres colegas para fugir um pouco do assunto para o qual esta Assembléia foi convocada e ater-me a um problema da maior gravidade com relação à minha cidade natal, a cidade de João Câmara. O País inteiro tornou conhecimento, em novembro de 1986, de que um terremoto destruiu 90% da cidade e que nós recebímos, por várias vezes, não só Ministros de Estado mas o próprio Presidente da República, que sentindo a gravidade da situação da cidade de João Câmara, uma cidade do longínquo Estado do Rio Grande do Norte, Sua Excelência, num gesto de solidariedade, afirmava àquela cidade e ao Rio Grande do Norte que todos os recursos necessários, seriam carreados para a recuperação da cidade de João Câmara, e 250 milhões de cruzados que foram prometidos por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Vi, com os meus próprios olhos, e João Câmara e Rio Grande do Norte assistiram ao Senhor Presidente da República empenhando sua palavra e autorizando que os Ministérios competentes carreassem os recursos, pois queria ver a cidade reconstruída o mais breve possível.

Daqui desta tribuna, saindo um pouco do assunto maior que é a Assembléia Nacional Constituinte, venho fazer um apelo novamente à Sua Excelência, para que chame a atenção dos seus Ministros, sobretudo aqueles que estão diretamente ligados a este assunto, para que correspondam à promessa que foi feita, para que cumpram a promessa que foi feita à cidade de João Câmara; dos 250 milhões de cruzados que foram prometidos para a recuperação da cidade, apenas 60 milhões de cruzados chegaram àquela cidade.

Este, Sr. Presidente, o apelo que deixo na tarde de hoje, para que Sua Excelência faça cumprir o que os Ministros que disseram lá, naquela cidade, que todo mês chegariam 50 milhões de cruzados, para que tivessem a cidade recuperada.

É esta a nossa palavra, é este o nosso apelo ao Presidente José Sarney, empenhou a sua palavra, e eu acredito nela, mas os Ministros estão faltando com a palavra empenhada do Presidente da República. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes: o Presidente José Sarney assinou, na semana passada, disposição legal impondo profundas mudanças na política econômica do Governo. O decreto-lei promove o retorno do congelamento de preços e aluguéis, extingue o gatilho salarial, criando reajustes mensais, entre outras medidas. A gasolina também teve o seu preço reajustado. Finalmente, o Presidente José Sarney se moveu. A Nação já não possuía

mais condições para viver o clima quase apocalíptico de índices inflacionários superiores a 20% e taxas de juros beirando a 30%. Se não a principal, sem dúvida nenhuma, o imobilismo oficial se constitui uma das causas eficientes desses caos em rápida gestação.

Determinadas as medidas — que já são do conhecimento público — resta agora a primeira e mais crucial interrogação: como avaliar o Plano Bresser?

Como é de se esperar, um choque de tal tipo em nossa economia, depois das dolorosas experiências do Cruzado I e do Cruzado II, só poderá dividir a opinião dos especialistas e, infelizmente, a do povo.

Aqui começa, evidentemente, o grande desafio. O Plano, em si, como qualquer outro, jamais poderá prever todas as coordenadas nem atender a totalidade dos interessados.

A sua credibilidade estará em função da própria objetivação. Será, exatamente, o rigor de sua aplicação e, em consequência, os resultados que, fatalmente, virão, o que nos vai dar a medida correta para avaliação e julgamento.

Não há fórmulas perfeitas em economia. As estruturas lógicas mais bem desenhadas estão sempre sujeitas à ação de imponderáveis. No caso do Plano Bresser, onde estarão eles?

Acreditamos que a esta altura, pelo menos, dois são possíveis de identificar. O primeiro depende do próprio Presidente José Sarney, da sua capacidade de autodisciplinar-se e respeitar as regras do jogo que está impondo. Renúncias a coisas faraônicas, eterna tentação dos governos, e firmeza no disciplinamento dos gastos constituirão a grande e vital colaboração da máquina oficial que precisa se conscientizar da dramática pobreza do País, valorizando até a exaustão cada minguado centavo arrancado do suor do povo.

O outro imponderável é a reação mesma da sociedade. Planos dessa espécie jamais prosperarão sem o firme e decidido apoio do povo. Nem é preciso lembrar o quanto o sucesso inicial do Cruzado I se deveu aos chamados "fiscais de Sarney". Ali está uma incógnita angustiante. Como os vários segmentos da população se comportarão diante das novas medidas? E até onde se sentirão, também, responsáveis por elas, tentando vivenciar-las, defendendo-as da erosão dos maus brasileiros, aqueles que descartaram, completamente, o senso social e estão perdidos no pequeno universo dos seus interesses corporativos.

A gravidade da conjuntura não necessita de registro. Ela está doendo na carne mesma do povo e ameaça, diretamente, nossa sobrevivência como nação livre e soberana. Queiramos ou não estamos vivendo um grande momento.

É preciso ter fé de que estejamos à altura dele. E que não faltarão coragem e civismo para assumir suas responsabilidades.

Concluímos, afirmando que o povo mais uma vez apoia ao Presidente José Sarney nas novas medidas lançadas, que são indispensáveis para reconduzir nossa economia e normalidade.

Oportunamente, voltaremos ao assunto (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS- PA. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A despeito de comprometida a credibilidade do Governo com a sociedade, em face da tergiversação na aplicação do Plano Cruzado I, que se transformou de plano econômico no maior chamariz eleitoral da história brasileira, convém que ponhamos fé no "Pacote Bresser", cujas características apontam, no mínimo das hipóteses, indícios de que esteja identificado com a realidade da crise que o país enfrenta.

Fiquemos prevenidos, desde logo, contra os males do otimismo exagerado, que terminaram por frustrar o povo na edição do Plano Cruzado em fevereiro de 1986, tudo fazendo crer este ainda seja um dos raros "hobbies" atavicamente arraigados na personalidade do Presidente Sarney, tornando-o escravo de visões esplendorosas, só possíveis, atualmente, nas ficções similares à "Ilha da Fantasia".

Com efeito, o governo federal não poderia continuar apático ao clima de gravidade e insatisfação, que rodeava dois setores altamente sensíveis: o econômico e o social. Ao atingir índices espantosos, chegando a casa dos 24% em maio último, a inflação se tornara o perigoso estopim para o detonamento de uma convulsão social de consequências trágicas e imprevisíveis.

O próprio Presidente da República, na sua fala à Nação, não se fez de rogado. Foi franco em confessar que a economia está desordenada, daí haver se curvado ante a exigência da definição que acabara de assumir.

No auge do próprio desespero, prestes a ver o País desembocar no despenhadeiro do caos, o povo brasileiro há de sentir-se confortado e protegido pela decisão governamental, sobretudo porque, o exemplo do insucesso nas medidas postas em prática na área econômica, se de um lado é responsável por desgastes atribuídos à incompetência daqueles que as inspiram, de outro, revela a produção de pródigas lições forjadas no acúmulo de experiências que, a partir de agora, exigem evitar o cometimento de erros ou equívocos, nos planos relacionados com a política do desenvolvimento, em todos os níveis.

O elenco de medidas, inserido no "Plano Bresser", não parece insusceptível aos caprichos temporários das oscilações, e por isso mesmo seu êxito dependerá, basicamente, do apoio que a Nação, por inteiro, deva e possa lhe assegurar. Neste particular reside o maior lastro de preocupação. E é nesse sentido, precisamente, que teremos de lutar por um pacto formal entre o Estado e a Nação, visando alinhar o entendimento em descompasso, a fim de que se obtenha a desejável conquista de uma trégua política que conceba a crítica como contribuição responsável e construtiva.

E muito salutar reconhecemos a importância histórica da transição que enfrentamos. Ao invés de empunharmos como armas de ataque o ódio e a violência, na tentativa de lançar estígmas sobre inimigos ou adversários políticos, usemos a serenidade para colocarmos na mesa das decisões o bom senso e a lucidez.

A sociedade brasileira, disto sabemos nós outros, como o próprio Presidente José Sarney o sabe, está exausta e balbuciante ao peso do sacrifício que lhe tem sido imposto por um modelo

econômico tipicamente selvagem. O salário mínimo, fruto da interferência do Estado no setor privado, condenável por excelência, sofre achatamentos espantosos e não acompanha o crescimento da inflação. Mesmo assim o trabalhador não fica imune aos riscos da recessão que se alastram desordenadamente pelo já escasso mercado de trabalho, gerando demissões em massa, além de projetar um quadro bastante preocupante no que diz respeito à paralização do setor industrial, ou redução da produtividade dos bens de consumo, motivada pela perda do poder aquisitivo, à medida em que o Governo permite a listagem de demarcações, sem o controle exato da margem de lucros, incidente nos preços das mercadorias de primeira necessidade.

No evento da política de congelamento, agora repetido no "Plano Bresser", o Governo incidiu no mesmíssimo erro cometido na adoção do Plano Cruzado I. Congelou os preços no "Pico da Neblina" enquanto os salários ficaram ao nível do mar. Dificilmente o equilíbrio poderá ser alcançado, nem ocorrerá o excesso consumista, porque a classe média está descapitalizada com o esvaziamento da poupança que amealhara sob o advento eufórico da inflação que precedera à deflagração do Plano Cruzado.

Seria prudente adotar a experiência da livre negociação no relacionamento capital-trabalho. Dar-se-ia oportunidade para a valorização da mão-de-obra qualificada, do mesmo modo que fosse possível contemplar o esforço do bom trabalhador, dando-lhe salários justos e merecidos ou, quem sabe, o próprio direito de participar nos lucros da empresa. De outro lado, cessaria a interveniência estatal no setor privado, cabendo à Justiça do Trabalho resolver os dissídios, na forma que a lei devesse estabelecer.

Não podemos deixar de aplaudir o corte nos gastos públicos, concordando com o Presidente Sarney que sejam sustadas as obras das Ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste, não apenas em função da circunstância que alegou, mas também por razões de ordem técnicas, evidenciadas estas na ausência de qualquer planejamento, conforme confissão revelada por eminentes autoridades do Ministério dos Transportes, uma das quais o Senador Afonso Camargo; que foi titular, por algum tempo, daquela Pasta.

No tocante à política de abastecimento, forçoso é reconhecer que a medida do congelamento de preços, tomada de impacto, embora previsível sua deflagração pelo anúncio antecipado feito pelo Ministro da Fazenda, a impressão que se tem, será que vai gerar problemas na inexistência de estoques reguladores de mercadorias, para resistirem ao inevitável "boicote" que sabemos certo em eventos de tal natureza.

Espera-se que, para suprir a demanda do consumo interno, o Governo Federal não repita o imprudente gesto agressivo que utilizou durante o Plano Cruzado I para intimidar o setor produtivo, nem procure se valer das circunstâncias por ele próprio criadas para justificar a importação de alimentos, que além de suspeitos quanto às condições de serem comercializados para o consumo público, implicam em ônus pesadíssimo que defasam nossas reservas cambiais. O preço das importações é pago em moeda norte-americana, não em cruzado!

Entenda-se o "Plano Bresser" como uma decisão corajosa, imposta pela força da inexistência momentânea de outra melhor opção, uma espécie de recurso extremo onde o Governo lançou-se à sorte do "tudo ou nada". A despeito da sua importância repercutir tanto na área econômica como, a rigor, na social, o "Plano Bresser" produzirá efeitos colaterais no tema da transição política podendo sua consequência influenciar favorável ou contrariamente a estabilidade do processo democrático, inclusive em relação aos rumos do seu destino.

Como advertência aos excessivamente otimistas não será demais repetir que o êxito de tais medidas para ser alcançado e solidificado em bases duradouras, dependerá, especificamente, de apoio concensual da sociedade, sem expurgar desse compromisso os chamados segmentos políticos e partidários, que costumam se autodiscriminar na hora de assumi-lo, sob pretextos que envolvem aspectos ideológicos ou culturais tidos como inaceitáveis em momentos difíceis que enfrentamos.

Concordamos que não há clima propício para golpes de origens militar ou civil. Ninguém o deseja, mesmo porque o País não dispõe de líderes com força e credibilidade para o comando das massas, salvo alguns conhecidos aventureiros que insistem em usar a demagogia no pressuposto de poder conquistar o poder, método já ultrapassado na década próxima ao seu final.

Contudo, não podemos fixar o mesmo pensamento, nem alimentarmos dúvidas ingenuamente remotas, a respeito de uma possível convulsão no âmbito social, de motivação revanchista contra a desordem econômica e política, em estágio agudo de deterioração. Se a verdade existe para ser dita mesmo que contrarie suscetibilidades, então por que negar que forças ideológicas interessadas na desestabilização do regime atuam ostensivamente pregando a desobediência civil, a luta armada na disputa da terra e o incitamento à baderna pública da qual temos muitos exemplos marcados nos últimos dois anos?

Se a possibilidade de um golpe militar configura-se na distância geográfica que separa o Brasil do Oriente Médio, o mesmo ponto de vista não prevalece para o caso de uma convulsão social que todos percebemos à porta dos nossos dias.

Defendemos uma política ampla de apoio ao trabalhador que lhe permita viver decentemente sem o estigma da discriminação social que se tornou viciosa nesta amada Pátria de Santa Cruz.

A invenção do gatilho salarial, estabelecendo o disparo toda vez que a inflação atingisse o índice de 20% (vinte por cento), como seria de prever, resultou em arma de dois gumes. O feitiço virou contra o feiticeiro. Na verdade, o Ministro Funaro, ao instituí-lo, no bojo do Plano Cruzado, estava convencido de que a partir de uma inflação zero, em março de 1986, o gatilho jamais dispararia naquele exercício, salvo por acidente de percurso, como realmente aconteceu.

Desse modo, o pecador, revestido da figura do demiурgo, gerenciador das finanças do Brasil, quis fazer do Gatilho Salarial a "colher de chá" para justificar o engodo de haver congelado os preços das mercadorias em desniveis absurdos com os salários vigentes no fatídico dia 28 de fevereiro.

O Ministro Bresser Pereira ao contrario do seu antecessor encontrou uma situação de fato, em

estado concreto e procurou fórmulas de soluções menos estrepitosas, e sem nenhum caráter político-eleitoral para tentar obter a recuperação das perdas salariais aplicando mecanismos mais adequado que aqueles embutidos na farsa do gatilho funariano que propôs extinguir, evitando acumpliciar-se na trama mais diabólica já registrada na história deste País.

Diante de tais considerações, urge que façamos, todos nós, algo por onde evitar a queda da nossa Pátria no precipício de uma convulsão que leve ao confronto brasileiro versus brasileiro. Mais do que uma advertência, impõe-se apelar em favor da unidade nacional. Os desafios que aí nos provocam, e que se avolumam a cada dia e a cada hora, são de moldes gravíssimos, a exigirem reflexões até mesmo transcendentais aos limites restritos à natureza humana. Disto, estamos certos, pois só os cépticos ou indiferentes à realidade deste momento histórico, aguardam, em berço esplêndido o desenrolar dos acontecimentos para, quando nada mais seja possível prevenir, terem de chorar, como sobreviventes não privilegiados a invejável sorte dos mortos.

Como representante político do Partido Democrático Social na Assembléia Nacional Constituinte, portanto, militante nas hostes da oposição ao Governo José Sarney, sinto-me no dever de continuar pregando a necessidade de um pacto social, que congregue em seu tomo todos os segmentos com responsabilidade no direcionamento do destino do Brasil. Não importa que se denomine esse pacto de frente ampla, ou coisa parecida. Contanto que se dê a ele forma de mobilização ecumênica para construção de um plano econômico, cujo objetivo tenha, por dever cívico, defender a sociedade contra a fúria selvagem da inflação e da recessão.

Confiamos na proteção de Deus. Juntos, peçamos a sua constante presença na árdua, mas esperançosa caminhada que empreendemos, visando colocar em órbita de conciliação os anseios maiores do Estado e da Nação que a história nos legou com o abençoado nome de Brasil!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vilson Souza.

O SR. VILSON SOUZA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O novo conjunto de medidas econômicas baixadas pelo novo pacote, apesar de sua aparente feição heterodoxa, na verdade se enquadra dentro do receituário ortodoxo do FMI, na mesma linha da "antiga República".

O Governo reajustou os preços das tarifas públicas, desvalorizou o cruzado, suspendeu obras, visando reduzir o déficit público, e extinguiu o gatilho, com o que propiciará um dos maiores arrochos salariais da História brasileira, congelando preços das mercadorias e deixando intactos os juros.

Se analisarmos as medidas tomadas no tempo do Delfim, iremos perceber que, à exceção do congelamento, o conjunto de medidas monetaristas é o mesmo.

Como o Governo já sinalizou em várias oportunidades, apesar da declaração da moratória, busca ansiosamente um acordo com o FMI e os bancos estrangeiros, daí as razões do pacote.

O arrocho salarial destina-se a contrair a demanda interna e, consequentemente, gerar excedentes exportáveis, e a mididesvalorização a tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Para disfarçar esse conjunto de medidas ortodoxas e evitar as pressões dos assalariados, determinou o congelamento de preços por 90 dias, no entanto, já se propõe a rever em menos de 45 dias.

A suspensão das obras enquadra-se no receituário clássico do FMI, de que os ajustes internos das economias devem-se fazer cortando o déficit público.

Dentro desta linha, não se aguarde uma queda da taxa real de juros, pois, pelos manuais ortodoxos-monetaristas, estes devem ficar acima da inflação e utilizados para evitar a especulação e a demanda.

Com este pacote o Governo e seu Ministro da Fazenda demonstram claramente a falta de seriedade e independência das decisões em relação aos banqueiros internacionais e aos grandes interesses oligopólicos.

Ao invés de procurar outras saídas, o Governo avança despudoradamente sobre os ganhos dos assalariados, extinguindo o gatilho e causando-lhes uma profunda perda salarial. Comenta-se que a inflação de junho será de aproximadamente 30% que, acumulada com os resíduos inflacionários não incorporados pelo gatilho, propiciará uma perda real de salários da ordem de 35% já no final deste mês.

Com isto o Governo estabelece uma transferência efetiva de rendas dos trabalhadores para os exportadores e para os países centrais. Retraí a demanda interna e, consequentemente, estabelece um brutal e indecente processo de concentração de rendas. A 8ª economia do mundo passa a equiparar-se à Malásia.

Esta não é a política econômica pregada pelo PMDB em seus programas e em praças públicas. Quem sempre defendeu ganhos reais de salários e distribuição de rendas não pode seriamente concordar com estas medidas.

De outro lado, enquanto os preços foram congelados no pico, já que o Governo sinalizou com antecedência as medidas, os salários foram congelados pela média da inflação. Portanto, não é um Governo sério. Não é patriota nem é um Governo dos brasileiros, e, sim, um Governo que não passa de representante de interesses que nada têm a ver com a maioria do povo brasileiro.

Quisesse o Governo, coerentemente com o Programa do PMDB, controlar a inflação e cumprir com a promessa de redistribuição de rendas e, consequentemente, a ampliar os ganhos reais de salário, teria tocado fundo na especulação financeira. A imensa dívida pública é rolada quase diariamente através de títulos públicos e a taxas crescentes fixadas pelo Banco Central. É esta dívida, hoje em poder de grupos oligopólicos e dos cartéis internacionais, que operam internamente, que levam à elevação constante das taxas de juros e, consequentemente, à inflação que desarticula toda a economia. Caso o Governo tivesse legitimidade e representasse o interesse médio da Nação, em defesa da economia nacional e dos assalariados, entre causar uma perda a estes ou aqueles, não pestanejaria em determinar uma depreciação

dos ativos financeiros e seguida de uma moratória interna.

No entanto, como representa os interesses dos banqueiros (que até recentemente banqueteavam-se no comando do Banco Central) e dos grandes conglomerados que vivem dos ganhos financeiros, ficou com estes e contra a Nação.

Por isto, nesta hora em que estamos aqui reunidos, devemos ter a consciência de que, se quisermos construir um País livre e soberano, voltado para o seu interior e para emancipação da sua gente, é necessário estabelecermos um sistema de governo que possa ser efetivamente controlado e fiscalizado pela sociedade, onde fique claro que o aparelho do Estado aponta um lugar vazio a ser preenchido por representantes da Nação, e não por representantes dos grandes grupos econômicos que exploram e dominam a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Féres Nader.

O SR. FÉRES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quem palmilha as nossas fronteiras conhece, e muito bem, o trabalho abnegado e patriótico que presta à nossa gente interiorana o Correio Aéreo Nacional. Em muitos pontos do Território Nacional, onde os meios de comunicação são restritos, já chegaram as asas do Correio Aéreo Nacional. Elas levam esperança, elas levam, inclusive, saudade àquelas populações que vivem quase que abandonadas nos rincões da nossa Pátria.

Sobre o Correio Aéreo Nacional, Sr. Presidente, que começou há 56 anos, em 12 de junho de 1931, levando duas cartas do Rio, ou, mais precisamente, do Campo dos Afonsos ao Campo de Marte, em São Paulo, não cabe acrescentar praticamente mais nada. Suas realizações falam por todos nós, pois elas estão cunhadas na História desta Nação.

Devemos lembrar também, neste momento, a figura excelsa de Eduardo Gomes, a quem o Congresso Nacional, em decisão histórica, outorgou a condição de "Patrônio do Correio Aéreo Nacional."

Ele, como tantos brasileiros autênticos, sonhava, já nos idos da década de 30, com o Brasil de hoje. E neste dia, Sr. Presidente, após muitos invernos terem envolvido os campos da Nação, os seus feitos se alteiam e se projetam luminosamente por todos os quadrantes da Pátria, servindo de guia a todos nós.

Rendemos, pois, as nossas homenagens e reafirmamos o nosso reconhecimento aos feitos imperecíveis do Correio Aéreo Nacional e ao Brigadeiro Eduardo Gomes, seu Patrônio, cuja personalidade ainda hoje serve de exemplo para os nossos irmãos mais novos.

Exortamos a que todos os Membros desta Casa se unam, nesta ocasião tão expressiva, aos nossos sentimentos de exaltação ao Correio Aéreo Nacional e ao seu Patrônio, Brigadeiro Eduardo Gomes.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente. O nosso País, em que pese um elenco de providências já consumadas, depara-se, ainda hoje com um grande desafio: atenção primária à saúde.

A assistência primária, Sr. Presidente, pode ser compreendida como um complexo, no qual se defronta, no vetor vertical, com um planejamento programado para ser desenvolvido num País povoado de carência assistencial, onde se registram, diuturnamente, altos índices de mortalidade infantil, convive com uma alimentação inadequada e não propicia um perfeito bem-estar social e econômico ao seu povo. No vetor horizontal, encontra-se a aplicação, em termos concretos, de tudo aquilo que está configurado no vertical.

Entretanto, deve-se ressaltar que, neste particular, ainda nos encontramos em fase embrionária, pois praticamente pouca coisa foi feita, até agora, para minimizar as necessidades emergentes e prioritárias.

Por outro lado, é alentador, precipuamente para aqueles que estão ligados ao problema, ter-se consciência de que o Governo Central está seriamente empenhado na busca de soluções racionais e imediatistas.

É louvável, sob todos os aspectos, a extensão dos serviços primários a toda população brasileira, com prioridades para as periferias urbanas e zonas rurais. São dignos de aplausos os propósitos que visam a alcançar 2,1 consultas-an por pessoa, ampliação dos serviços ambulatoriais, expansão dos atendimentos odontológicos – notadamente a escolares – e elevação das condições alimentares e nutricionais nas áreas mais carentes.

Louvem-se, ainda, as medidas preventivas embasadas nas campanhas de educação voltadas para a saúde, através da imunização em massa, identificação, controle e notificação das doenças endêmicas e transmissíveis.

As ações sobre o meio têm, evidentemente, especial destaque: fornecimento de água potável a 15,7 milhões de brasileiros, objetivando combater as doenças de origem hídrica; esgoto sanitário para 2,35 milhões de domicílios, preferencialmente nas zonas rurais e pequenas localidades sujeitas à esquistossomose; construção de 70 mil habitações e melhoria em 300 mil, habitações localizadas nas áreas de chagasíase endêmica. Junte-se a isso o desvelo pelo setor materno infantil, desde os períodos pré-concepcional e intergestacional até o escolar.

Somente com estas providências, Sr. Presidente, poderemos ter no Brasil uma perfeita atenção primária à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Ueno.

O SR. ANTONIO UENO (PFL - PR. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ninguém ignora que o Brasil vem deixando de cumprir, este ano, seus compromissos financeiros internacionais, por absoluta falta de disponibilidades, tanto que se anuncia a intenção do governo de propor ao Fundo Monetário Internacional pagar setenta e cinco por cento dos juros vencidos e vincendos, que totalizariam nove bilhões de dólares por mês.

Há dúvidas, no entanto, a respeito de disponibilidades atuais para atendimento a tal compromisso, indicando-se a redução das despesas públicas, principalmente aquelas consideradas não imediatamente reprodutivas, a redução das im-

portações e o incentivo às exportações, para obter-se um reforço ao caixa de divisas.

Falando a respeito, o economista Mário Henrique Simonsen declarou que "o Brasil precisa preparar um plano sério de austeridade e submetê-lo à aprovação do FMI e do Banco Mundial, para normalizar seu relacionamento com os bancos credores".

Evidentemente, trata-se de uma excelente idéia, como primeira iniciativa no sentido de enfrentarmos a atual crise econômico-financeira, contendo o plano pelo menos dois compromissos: garantia de redução do déficit público pelo corte dos gastos, além do compromisso de um combate duradouro contra a inflação.

Advertiu o ex-Ministro da Fazenda que não se pode combater o déficit público pela criação de compulsórios, mas deve-se fazê-lo pelo corte nos gastos de custo.

Concordamos com a conclusão de Mário Henrique Simonsen, no sentido de que o Plano Cruzado fracassou, porque não se executou, concomitantemente, um plano e austeridade: houve uma deslumbrante anestesia do doente, sem o consequente apelo à cirurgia.

Passado o efeito do anestésico, os preços subiram e o paciente estava na mesma.

Por outro lado, a inflação somente pode ser dominada com a renúncia ao santuário, ao desperdício com obras intermináveis, enquanto se apresenta como condição indispensável para obter-se a maior estabilidade política e econômica.

Quando a inflação, numa insistente escalada, alcança os vinte e dois por cento e há sintomas de recessão em vários setores da produção, o Governo precisa pensar em medidas heróicas. Uma delas é impor austeridade aos gastos públicos, não tentando enfrentar grandes empreendimentos que se adiaram até hoje e que só serão concluídos dentro de um decênio.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em Minas Gerais, no último dia 12, perdemos duas das mais expressivas Lideranças Municipais daquele Estado – o Prefeito de Ipanema, Sr. Genoíno Napoleão, e o Prefeito de Conceição de Ipanema, Sr. Geraldo de Barros.

Ambos atingidos pela fatalidade, quando retornavam da capital mineira, Belo Horizonte, onde estiveram resolvendo compromissos administrativos e políticos de seus Municípios. Faleceram no cumprimento do dever; tombaram em meio à batalha que durante a vida toda travaram em favor de sua terra e de seu povo.

Pertenceram a uma escola política que deixou nome em Minas Gerais, escola essa oriunda do nunca esquecido Partido Social Democrático – PSD.

A política era, para eles, o instrumento da prática do bem comum, o desprendimento e o sacrifício. A obstinação e a luta sempre foram características de Genuíno Napoleão e Geraldo de Barros. O primeiro, apesar de jovem, cumpria o segundo mandato frente à Prefeitura de Ipanema e o segun-

do, seu quarto mandato frente à Prefeitura de Conceição de Ipanema.

Minas lamenta a perda desses seus dois ilustres filhos. Os seus desaparecimentos não serão em vão; marca de suas personalidades e caráter serão como símbolos a nortearem as gerações futuras, que hão de se responsabilizar pela administração desses Municípios.

A memória dos dois ilustres Prefeitos, deixará, certamente, uma indelével influência, uma marca vivida sobre todas as lideranças do Vale do Rio Doce e parte da Zona da Mata mineira.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que interpreto, nessa hora, o pensamento e o sentimento de toda a bancada mineira e de todo o povo de Minas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Maurício Nasser.

O SR. MAURÍCIO NASSER (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos seriamente preocupados em ir ao encontro das aspirações populares no que concerne à democratização da Justiça. Em outras palavras, queremos fornecer meios e instrumentos adequados ao Poder Judiciário, para que ele mais se aproxime do povo, melhor o ouça, e melhor o atenda em sua sede de Justiça.

Apresentamos, com esse propósito, numerosas sugestões à então Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e, a esta última, emendas não menos numerosas. Cuidamos em criar o Superior Tribunal Constitucional, agora convertido em Tribunal dos Direitos e Garantias Constitucionais, em criar o Tribunal Superior da Justiça Agrária, e em criar a Assistência Judiciária gratuita, tendo no Defensor Público o paladino das causas dos humildes e dos oprimidos. Assistência Judiciária essa agora denominada, no substitutivo, Defensora Pública, órgão com organização autônoma, nos moldes da do Ministério Público. Batemo-nos pela ampliação da ação do Judiciário, sobretudo da Defensora Pública, mediante sua permanente presença nas menores e mais distantes localidades da Comarca. Estabelecemos, em outra emenda, que o Poder Judiciário, tal qual o Poder Executivo, não interrompa a sua atividade durante o ano inteiro, independentemente do gozo de férias de seus membros. Tratamos de fortalecer a figura jurídica da ação popular, pregando o direito do povo de ir à Justiça, para destituir, do mandato eletivo, aquele que haja traído o povo e a Pátria, e para corrigir ou revogar atos e resoluções de qualquer dos Três Poderes que firam o interesse coletivo.

No intuito do melhoramento da estrutura do Poder Judiciário, a fim de que lhe seja permitido chegar ao povo, e que com o povo possa conviver, proporemos, na nova etapa de trabalhos constituintes que se avizinha, algumas outras emendas, não menos oportunas e não menos incisivas. Insistiremos na eleição, por escrutínio secreto, pelo Ministério Público, em suas respectivas áreas de ação, do Procurador-Geral da República e do Consultor Geral da República, do Procurador-Geral do Estado, do Procurador-Geral de Justiça e do Consultor-Geral do Estado, como iremos insistir para que haja um Procurador-Geral da Assistência

Judiciária, como chefe da Defensoria Pública, e também eleito pela classe a que pertence. Além de pleitear a criação da Procuradoria Fiscal nos Estados, com atribuições específicas no campo da tributação, iremos pleitear a criação facultativa pelos Estados de Varas Judiciais Distritais, com competência nas áreas do crime, do trânsito e da família e, possivelmente, na do cível, até certo e limitado valor monetário.

A observação dos fatos cotidianos em Curitiba, capital do Estado do Paraná, levou-nos à inspirada iniciativa das Varas Judiciais Distritais. Vejamos alguns desses fatos:

Um morador qualquer de bairro distante é intimado, por exemplo, a comparecer, em tal dia, e em tal hora, a uma Vara do crime, no centro da capital, para ser ouvido em processo em curso, no qual aparece como réu ou corno acusador. Para defender-se do delito que lhe é imputado, ou para provar a acusação que formula, esse morador de bairro distante tem de reunir testemunhas. Pede-lhes que falem ao serviço na data aprazada, e leva-as ao Tribunal, para deporem a seu favor. O transporte e a alimentação correm por sua conta.

Mas, por sobrecarga na Vara Criminal, ou por não comparecimento da parte contrária, a audiência é adiada. Toda a despesa feita se tornou inútil, e terá de ser repetida em outra ocasião, quando poderá haver desfalque, em seu prejuízo, no número e na qualidade das testemunhas, nem sempre dispostas a perder mais de um dia de serviço.

Se existisse, no bairro populoso, uma Vara Judicial Distrital, tudo estaria facilitado, e tudo sairia mais barato para o interessado. Não haveria desfalque, em seu prejuízo, no número e na qualidade das testemunhas, nem sempre dispostas a perder mais de um dia de serviço. Se existisse, no bairro populoso, uma Vara Judicial Distrital, tudo estaria facilitado, e tudo sairia mais barato para o interessado. Não haveria desfalque, em seu prejuízo, no número e na qualidade das testemunhas, nem sempre dispostas a perder mais de um dia de serviço.

A nossa proposição, por ser humana e sensata, há de merecer, sem dúvida, dos ilustres Sub-Relatores e do ilustre Relator da Comissão de Sistematização carinhosa atenção, visto o incomensurável benefício que trará ao povo e à própria Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

Venho a esta tribuna para registrar aqui o apoio que antes já dei lá no Rio Grande ao bravo magistério rio-grandense, prejudicado e, por isso, em greve pelo não-atendimento de seus mínimos direitos pelo Governo do Estado.

Em que pese a oposição, e sem abrir mão do direito de crítica e cobrança, acima de partidos políticos, e colocando em jogo apenas os interesses do Rio Grande, apoiamos aqui, em Brasília, junto ao Presidente da República, e nesta Assembléa Nacional Constituinte, as reivindicações do Governador Pedro Simon num novo desdobramento da luta que já antes iniciamos pela descent-

tralização dos recursos tributários, a fim de atender às necessidades básicas do Estado e dos Municípios.

Creio que nosso apoio aos pleitos do Governo do Estado, longe de diminuir, amplia nossa condição de oposicionistas, e a autoridade para dirigir um apelo agora ao Governador, para que atenda às justas reivindicações do bravo magistério rio-grandense, pois serão irrecuperáveis os prejuízos para cerca de dois milhões de alunos sem aula, de professores sem remuneração e sem condições de recuperar, para si e para os alunos, as perdas sofridas, mormente se persistir o impasse que levou o magistério à greve geral, já por mais de sessenta dias.

O Governador Pedro Simon foi Lidar do seu partido na Assembléia Legislativa do Estado, Presidente Regional do PMDB, Senador e Ministro da República, candidato a Governador por duas vezes, sabia, devia ao menos saber, tanto ou mais que ninguém, qual a situação do Estado. Logo, para enfrentá-la deveria ter um plano concreto, sem recorrer à negação pura e simples dos direitos em lei do magistério rio-grandense.

Os assalariados, em geral, e o funcionalismo público, em particular, estão sofrendo o pior achatamento salarial da História do nosso País, e o Governo do Estado não pode agravar ainda mais a situação, mormente no que diz respeito ao magistério, pois os prejuízos se multiplicam na paralisação das aulas para mais de dois milhões de alunos em todo o Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É conhecida de todos a contribuição que imigrantes oriundos de várias regiões do mundo deram a nosso País, trazendo para cá culturas diversificadas que ajudaram a construir a civilização brasileira plantada nesta porção do Novo Mundo, graças ao gênio e à coragem do povo português. Muitos aqui chegaram, constituíram família e fincaram sólidas raízes, fazendo do Brasil sua nova e definitiva pátria.

É para reverenciar um desses vultos que venho hoje à tribuna. Refiro-me a Manoel Dias Branco, que, se instalando no Ceará, mediante trabalho incessante, construiu ali sólido patrimônio, implantou indústrias e criou centenas de postos de trabalho em suas empresas. Integrou-se à sociedade cearense, que o acolheu, e assumiu posição de liderança junto à colônia portuguesa, destacando-se como prestigioso empresário. A consolidação de seus negócios, entregues ao seu filho, o competente Ivens Dias Branco, permitiu-lhe regressar a Portugal, para lá gozar de justo e merecido descanso, sem que esmaecessem as ligações que continuou a cultivar com o Brasil, e particularmente com o Ceará.

Desejo registrar nos Mais desta Casa a comemoração dos sessenta anos da imigração desse português feito cearense, em decorrência de lei votada pela Assembléia Legislativa do Estado. Creio que, assim fazendo, interpreto o pensamento de ampla faixa da sociedade cearense a esse homem, exemplo a ser seguido por quantos bus-

cam inspiração para orientar suas vidas dentro dos princípios de honradez e dedicação ao trabalho. É em sua homenagem e a seus familiares que requeiro a transcrição de matéria veiculada pelo jornal **O Estado**, de Fortaleza, datado de 14/15 de junho do corrente, que trata da comemoração do evento a que me referi.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO:

Manuel Dias Branco

A LONGA CAMINHADA DO EMIGRANTE.

O AMOR A PORTUGAL E AO BRASIL.

A DEVOÇÃO AO CEARÁ

Texto de Dário Macedo

Quando a Assembléia Legislativa de nosso Estado concedeu a Manuel Dias Branco o título de Cidadão Cearense, escrevi uni artigo publicado em "Tribuna do Ceará" e, posteriormente, reproduzido nas duas edições de meu livro "Política nem Sempre", registrando que aquela alta Casa do Poder Legislativo, confirmava, por inspirada e feliz iniciativa do então deputado Adauto Bezerra (na época da entrega da distinção, Adauto era o governador do Estado e Dias Branco foi saudado pelo Deputado Leome Belém), o título que o homenageado já há muito havia incorporado ao seu patrimônio espiritual.

Na verdade, Manuel Dias Branco já era um dos nossos, pela inconfundível e natural identidade estabelecida com Ceará, sua gente, suas coisas. A dedicação manifestada à terra que o acolhera ainda no ano de 1927, as sementes plantadas, a honrada família que constituiu, sua firmeza e tenacidade, se misturavam num primoroso conjunto que era a resposta dos fortes impulsos de seu coração ao carinho que lhe devotava e devota nossa Terra da Luz.

No último dia 19 de maio, incorporei aos momentos que me satisfazem o espírito, que me adocam a alma, o privilégio de estar em Aveiro, ao Norte de nosso amado Portugal, na qualidade de amigo e admirador de Manuel Dias Branco que festejava, ao lado dos seus familiares e muitos amigos, os sessenta anos que marcaram um momento de coragem, de audácia e glória, assinalando o dia em que havia deixado Portugal para fixar-se no Brasil.

Foi numa noite amena, no simpático Hotel Imperial, o jantar quando se misturavam brasileiros e portugueses. Lembrei-me de uma carta que, ainda no seu exílio, o saudoso Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, escreveu a um amigo, descrevendo os seus tempos em Lisboa:

— Aqui a gente recolhe a doce, grave e profunda ressonância do grande afeto que estrutura a alma dos dois povos.

E Portugal é assim: doce, abrindo seus braços, gestos largos de meiguice, suave como o cantam seus romancistas, seus poetas seus fadistas.

E Manuel Dias Branco vivia naquela noite um momento da mais intensa felicidade.

Saudado pelo padre João Paulo da Graça Ramos, num discurso de forte conteúdo afetivo e que foi, ao mesmo tempo, uma magnífica aula sobre o mundo e os homens, na exaltação à figura do emigrante, como desbravador e conquistador, pode-se dizer que a fala do brilhante sacerdote

foi, também em si, o traçar do perfil daquele homem que aos vinte e poucos anos de idade deixava seu país, buscando noutras plagas a realização dos seus sonhos. O padre João, na pureza e profundidade de sua linguagem, produziu não apenas uma peça literária, como nos falou com indiscutível riqueza humana do homem em torno do qual nos reunímos e saudávamos naquela hora.

Seguiu-se a leitura de uma mensagem — lida pelo brilhante advogado José Luis Cristo — enviada desde Brasília pelo eminente embaixador de Portugal, Adriano de Carvalho, na qual externava a Manuel Dias Branco os agradecimentos por "todo o esforço, dinamismo e patriotismo".

Ao final, falou Manuel Dias Branco, suas palavras, produto de uma reflexão profunda, de suas reminiscências, do reconhecimento, transformaram-se num hino de amor ao seu Portugal e ao Brasil.

Na sacralidade de seus oitenta e três anos de idade, exibindo aquele mesmo espírito alegre, descontraído, vivo, o mesmo e alto fidalgo nos recordou sua epopeia, seus fados, inspiradíssimo, leu o "Pórtico" do livro *Emigrantes*, de Ferreira de Castro (Biógrafos que somos do personagens que não têm lugar no mundo, imprimimos neste livro despretensiosa história de homens que, sujeitos a todas as vicissitudes provenientes de sua própria condição, transitam de uma banda a outra, na mira de poderem também, um dia, saborear aqueles frutos de ouro que os outros homens muitas vezes sem esforço de maior colhem às mauchieiras), o grande romancista português, apontado pela crítica como o mais lido em todo o mundo e, como frisou um dos seus editores, ele, em muitos dos seus romances retrata "Brasil apaixonante, misterioso e revelador".

E foi com paixão, revelação, mas sem mistérios que Manuel Dias Branco falou, lembrando sua antiga condição de emigrante.

Contou sua história, recolhendo os momentos que atravessou na longa caminhada, desde que desembarcou em Belém do Pará, depois de Fortaleza, posteriormente Cedro e, afinal, outra vez, Fortaleza. Relatou como se processou seu desafio, a grande luta travada "porque nada cai do céu", fixando sua devoção às duas Pátrias, enlevo de sua elogiável existência.

Foi um hino otimista, a lucidez dos conceitos, a emoção quase incontida, o vigor de um lutador que os anos não dobraram, pelo contrário, o fizeram mais presente e forte, como, por exemplo, sua análise dos velhos e dos novos tempos, transmitindo a todos nós lições de honradez e de fé.

A oportunidade que tive quando fui a Aveiro, para ficar ao lado de um amigo de quem só posso registrar o carinho o tratamento sempre a mim dispensados como a um familiar, serviu-me de alento e creio que, como a mim, suas palavras e seus gestos a todos sensibilizaram.

Seria impossível registrar todas as presenças à sua festa, mas anotei alguns nomes como dos dois acima citados e mais do Dr. Jorge Crespo, do engenheiro José Pedro Jordão, do brigadeiro Evangelista Barreto, do padre Armênio Costa, do prior João Gonçalves, de Henrique Neves, de Manuel Mendonça, o sacrístão que a todos encantou com sua vivacidade e espontaneidade, do meu colega Daniel, do Dr. José Girão Pereira, presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Não faltaram à festa do casal Dias Branco sua empregada

doméstica e seu leal motorista. E evidente que lá estavam ao lado de Manuel Dias Branco, sua mulher, dona Maria José (Zezinha) que escondia o seu contentamento, sua sogra, dona Norbinde e, para contentamento do Patriarca, seu filho Ivens Dias Branco, continuador de sua obra ao lado de sua simples e meiga Consuelo, sua nora querida.

Antes de partir rumo a Portugal, eu havia encaminhado através de Ivens um questionário para uma entrevista com Manuel Dias Branco. Dias depois, Vilma Patrício enviava-me as respostas às perguntas formuladas, que foram a matéria-prima de que necessitava para publicar um pouco da vida desse grande homem, um roteiro a que ele se traçou e, graças a Deus, ao seu trabalho e seriedade, é mais do que uma história. E um grande exemplo.

"O Estado" Fortaleza – Ceará 14/15 de junho de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Moura.

O SR. JOSE MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A pena de morte é uma instituição praticamente falida no mundo inteiro, salvo nos países árabes e africanos e no bloco soviético, como conseqüência dos governos de força. O repúdio à pena capital pela sociedade do nosso século pode ser comprovado pela leitura dos textos dos Códigos Penais da maioria dos povos. Fora as excessões mencionadas, ou esse castigo cruel foi totalmente abolido, ou persiste para punir um reduzido número de crimes, quase sempre os de alta traição ou aqueles enquadráveis na legislação penal específica para os tempos de guerra.

O assunto, não obstante, ainda é polêmico; a controvérsia persiste e há quem defenda ardorosamente, nos dias de hoje, esse instituto penal que não mais se coaduna com a evolução dos postulados da Filosofia, da Ética e da Moral dos nossos tempos, ainda mais se tivermos em vista que tais campos de especulação científica refletem fielmente as mudanças sociais e políticas.

Essas mudanças, como sabemos, são o resultado de um longo processo de amadurecimento da humanidade, que finalmente está acordando para as verdades essenciais do homem, resumidas no respeito à liberdade e aos direitos de cada indivíduo, mais reconhecidos e acatados neste final de século, na medida em que se caminha para o primado dos regimes democráticos, no contexto geral das nações.

Os partidários da pena de morte vêm, acima de tudo, uma forma "proporcional" de castigo para alguns horrendos crimes, praticados com requintes de crueldade contra seres indefesos. No caso de crianças, seqüestradas, sevizidas, estupradas e mortas, como tem ocorrido aqui mesmo, no Brasil, onde a violência recrudece junto com a dissolução dos costumes e com a miséria marginalizante, tais crimes vêm causando indignação, tocando profundamente as pessoas. As ressonâncias sociais de semelhantes manifestações de selvageria têm sido aproveitadas pelos que pendem para a inscrição do suplício máximo nas legislações penais como argumento dos mais fortes.

Cumpre atentar, contudo, para o fato de que, nos países onde tal pena tem sido aplicada, nos últimos 50 anos, é irrelevante o número de crimes dessa natureza, recaendo a mesma, na grande maioria dos casos, sobre os acusados de delitos políticos, tipificados como atentatórios à segurança nacional.

De fato, visa-se mais à proteção e ao fortalecimento do Estado, seus órgãos e representantes – tanto mais acirradamente quanto mais autoritário for este – do que propriamente ao indivíduo enquanto titular de direitos inerentes exclusivamente à pessoa física. Esta é a verdade que a História nos vem ensinando e que pode ser facilmente resgatada pelos documentos à disposição dos estudiosos.

Não há por que, então, incentivar no povo o desejo de uma vindita brutal, de inspiração pré-histórica, introduzindo ou mantendo nos códigos penais a figura hedionda, abominável, da pena de morte, seqüela aparentemente indelével deixada no inconsciente coletivo pelas civilizações bárbaras, regidas pela lei do mais forte, prontas a atacar para não serem dizimadas pelos inimigos.

A consciência coletiva dos atuais povos está-se nutrindo de outra seiva, gerada lentamente nas revoluções políticas e sociais que abalaram o mundo, transformando-o científica, tecnológica e culturalmente e convertendo-o no universal fórum dos debates das grandes questões humanas e sociais que interessam sobremaneira ao aperfeiçoamento dos regimes políticos, das leis e dos procedimentos que deverão aproximar a Humanidade dos seus mais elevados ideais de vida.

Aos participantes desse fórum, cabe lançar as sementes da paz e da concórdia onde hoje crescem as urzes da guerra, bem como extirpar do seio da terra as raízes do ódio, da vingança, da arbitrariedade e do autoritarismo, plantando no lugar dessas árvores do mal as sementes do amor, da tolerância, da liberdade fundada na aceitação das responsabilidades inerentes aos sistemas democráticos de convivência.

Não será, Sr. Presidente, com a introdução ou o restabelecimento de uma legislação atrasada e truculenta que se há de atingir o desejado aprimoramento sócio-político, ou se há de conquistar a igualdade entre os brasileiros, erradicando os privilégios gerados pelo autoritarismo.

Por iguais razões, não há de ser pela reedição do instituto da pena de morte do Brasil que se irá criar em nossa pátria uma mentalidade compatível como o ideário da Nova República, voltada pendularmente para o homem e para a garantia dos seus direitos – ao trabalho, à alimentação, à saúde, fontes da vida, o bem dos bens, cuja perda, por irreparável, converte-se em mal absoluto. Nisso reside, Sr. Presidente, o que há de mais torpe e revoltante na punição máxima: uma vez infligida ao réu, nega-lhe o lenitivo de futuras reparações, caso mais tarde venha a se provar sua inocência, o que às vezes acontece, por via dos insondáveis labirintos desenhados pela sorte.

Nada pior para uma sociedade do que verificar, a *posteriori*, a ocorrência de um erro judiciário que deu lugar à condenação e execução de um inocente. A propósito, vale lembrar a palavra de um sábio magistrado francês, Guillaume de Lamoignon: "Entre todos os males que podem denegrir a administração da justiça, nenhum é comparável ao de fazer morrer um inocente. Mais valeria absolver mil culpados".

Pondere-se, mais, em abono da tese contrária à pena de morte, que ela não compagina com os preceitos inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em que se consagra expressamente o direito à vida, sem que, em contra-partida, abra-se uma exceção, sequer justificando a morte imposta como castigo, com a chancela da lei. Tanto assim, que as recomendações da Assembleia Geral da ONU, quando reunida para estudar a prevenção de delitos e tratamento dos delinqüentes, em 1968, na cidade de Genebra, foram no sentido de alertar os seus membros para os perigos de tal punição, oferecendo razões para restringi-la a raros casos ou para sua total abolição.

Se refletirmos séria e profundamente sobre o – assunto, pela prismática sócio-político, veremos, realmente que, nesta época em que se valoriza sobremodo o impacto dos atos sociais sobre as estruturas políticas do Estado, a pena de morte age mais como elemento de perturbação do que de harmonia social.

Não esqueçamos que o conhecido "olho por olho, dente por dente", princípio bárbaro nascido do instinto de vingança, perdeu todo o prestígio nos dias de hoje, em que os líderes políticos e espirituais pregam a anistia e o perdão, encontrando eco numa sociedade que já não suporta manifestações devidência, ainda menos quando acionadas pelo braço do Estado. Pois, em verdade, a pena de morte não difere, em essência, da pena de Talião, que era talvez adequada às estruturas sociais dos tempos do "Êxodo" dos hebreus, servindo também aos gregos da época de Sólon e aos muçulmanos regidos pelo Corão, mas torna-se descabida e anacrônica às portas do século XXI.

Ninguém, evidentemente, há de ser, em sã consciência, apologista da impunidade. No caso de transgressão das normas fundamentais de respeito à vida e à segurança do cidadão e do Estado, a tendência atual é para a aplicação de pena no intuito recuperada do elemento transviado, jamais com a finalidade de reparar o mal com o mal – avesso do preceito bíblico de "pagar o bem com o bem" – atitude primitiva, bárbara, inconcebível em sociedades civilizadas.

Uma investigação histórica, ainda que de forma breve e incompleta, impõe-se como recurso para dar maior consistência a este pronunciamento, cujo escopo é demonstrar que "a pena de morte está no seu leito de morte", conforme salienta o alemão Kurt Rossa, em seu livro "La Pena de la Muerte", ironicamente editado e prefaciado na Espanha, país onde esse castigo impiedoso e irreparável se apegue como visgo às bases de uma estrutura política ainda marcada por longo perto do despotismo.

Conforme salientei anteriormente, evidência das mais meridianas, para quem percorre as páginas da História, é que a pena de morte corresponde rigorosamente às idéias correntes na Antigüidade, expressas nas tacanhas leis penais da época, em que se perpetravam castigos crueis e insanos, fruto de uma arbitrária e feroz repressão do Estado todo poderoso. O objetivo era liquidar o criminoso, não lhe facultando apelação – e assim exercendo o instinto de revide ao estilo mais truculento e desumano.

Thomas Morus é considerado o precursor da abolição da pena de morte, tese defendida na obra "Utopia", de 1516. Mas foi com o advento

do iluminismo que começou a se esboçar uma reação mais séria contra o nefando instituto legal, que traz implícito, em seu bojo, um ostensivo desprezo ao ser humano, amesquinhando-o e reduzindo-o à condição de objeto.

O iluminismo apareceu como um divisor de águas entre o instinto e a razão e, embora inquinado do vício do radicalismo, foi com base nele que as primeiras concepções humanísticas começaram a permear o então rústico tecido social, derrubando tabus criados pela ignorância, a credicíe e o preconceito.

O importante é que estava criado o clima propício para que os transformadores do mundo, autores de teses inovadoras de velhos e rançosos conceitos, adotados pelos dominadores e impingidos "goela abaixo" dos oprimidos, viessem trazer um novo ponto de vista à questão da pena de morte.

Antes de citar nomes, passemos os olhos, rapidamente, pelo cenário da sociedade mundial do século XVIII, época das contribuições mais decisivas para o deslocamento paulatino do foco jurídico incidente sobre a matéria, se bem que as mudanças fluíram mais da evolução política e cultural dos povos, do que propriamente dos estudos específicos da área de direito. Assim, considerações sobre a legitimidade da pena, por exemplo, pesam menos do que as decorrentes das novas concepções sobre a dignidade humana, gerando maiores escrúpulos no uso de procedimentos que possam atingi-la, desmoralizá-la, arrasá-la.

No século XVIII, estavam ainda bem presentes as execuções cercadas de "agravantes", ligando a execução pública, conforme acentua o penalista Heleno Fragoso, "ao efeito intimidativo que se pretendia ilusoriamente obter".

Espetáculos de "repugnante atrocidade", no dizer de Manzini, eram então encenados em praça pública, para gáudio das multidões tomadas pelos instintos mais primitivos.

Torturas inimagináveis por uma mente sadia – mutilações, esmagamentos, morte na roda, por imersão, empalamento, eram modalidades comuns de castigo; assim como o vasamento dos olhos, o arrancamento de unhas e outros requintes de crueldade que precediam a morte de pessoas consumidas nas labaredas da fogueira, ou enterradas vivas ou, ainda, entregues ao "vil garrote". Pode-se imaginar algo mais horrível do que ter o pescoco envolvido por um colarinho de aço ajustável que se vai apertando até a asfixia? Pois a Espanha, para vergonha da espécie humana, ainda o mantém como forma oficial de execução, segundo registra o citado jurista Heleno Fragoso.

Finalmente, o meio mais largamente empregado em certa época – a força, "supremo ultraje", seguida de esquartejamento em praça pública, como se fez com o nosso Tiradentes, "para escarmento do povo".

Imaginação fértil, outros inventos saíram da lavra do *homo sapiens* para aniquilar um semelhante posto sem defesa à sua mercê, como a guilhotina, engrenagem sinistra que, num golpe rápido, faz rolar cabeças, decepadas pela lâmina afiada.

Não é de admirar que as execuções públicas façam parte das leis de países como o Camboja, Irá, El Salvador, Laos, segundo relato das Nações Unidas datado de 1968, e que o Afeganistão, Vietnam, Malawi, Marrocos e Filipinas possam ofere-

cer às respectivas populações o doloroso quadro, desde que solicitada e concedida autorização ao Poder Executivo.

O que desperta admiração, estranheza mesmo, é que não poucos Estados da grande nação americana do Norte permitam a um público de 3 a 20 pessoas, "representando simbolicamente a sociedade", presenciar a atrocidade da "morte legal" cometida contra um cidadão desse país tão avançado na sua civilização tecnológica – que já foi à Lua, mas ainda não fez o que precisava para merecer a Terra: abolir a pena de morte em todas as suas unidades federadas.

Quanto mais recuarmos no tempo, mais selvagens violentas, bestiais, as torturas que precediam ou envolviam a morte. Compreende-se perfeitamente o desabafo de Jean Rostand, em um de seus "Discours": **Homo Sanguinarius**: será esse o verdadeiro nome do homem? Esperamos que não por muito tempo.

A própria Igreja assumiu, por largos períodos o papel de algoz de suas ovelhas, haja vista a **Summa theologiae**, de Santo Tomaz de Aquino, que via a ação do Estado executor da pena, em relação à sociedade, como a do médico que amputa o membro infecto para preservar o resto do organismo.

A voz de Santo Agostinho, para quem tal castigo era a negação da caridade e uma ofensa a Deus, por anular a dignidade humana, perdia-se no clamor de altas autoridades eclesiásticas, cujas posições convergiram para a instituição da pena de morte no Estado do Vaticano, conflitando com os ensinamentos de Cristo e desobedecendo reiteradamente o quinto mandamento das leis de Deus.

Felizmente, o suplício máximo já não tem a aprovação unânime da Igreja, segundo se depreende de notas publicadas pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil anunciando que a Igreja pretende abandonar sua posição tradicional, em face da evolução social e da crescente valorização do ser humano, do desenvolvimento da psiquiatria e dos métodos de reeducação, o que leva ao entendimento de que se trata de uma medida "pouco adequada para tutelar a ordem pública ou reparar os crimes cometidos".

Para Dom Ivo Lorscheiter, "o espírito do evangelho e do cristianismo, religião da fraternidade e do amor, da reconciliação e da esperança, está decididamente ao lado de uma prisão longa, ou mesmo perpétua, em lugar da pena de morte".

Tomando o fio da História, a partir do movimento iluminista, que precedeu a Revolução Francesa, cumpre citar Beccaria como um dos primeiros a atacar frontalmente a questão, em sua obra publicada em 1764, "Dei delitti e delle pene". Analisando o problema na sua justa dimensão humana e social, o autor italiano propôs a substituição da pena máxima pela escravidão perpétua, sustentando tese baseada no contrato social rousseauiano.

Os grandes pensadores do século XVIII, contudo, como Montesquieu e o próprio Rousseau, discordaram da causa abolicionista, que por isso, era mantida nas leis da maioria dos países europeus.

Voltaire, que aceitava com restrições a penalidade em tela, acabou por condená-la, antes de morrer. Filangieri e Mably eram também adeptos

da pena de morte, e não abjuraram tal crença, convencidos de que ela é cabível, do mesmo modo que o homem, no estado de natureza, tem o direito de defender-se, se preciso for, até com a morte do ofensor.

Carmignani, estudioso florentino, respaldava suas opiniões a favor da pena capital no entendimento de que a justiça da medida decorre de sua necessidade. As polêmicas da época, aliás, não punham em dúvida a legitimidade de tal pena, restrinindo-se a argumentos e considerações em torno da necessidade e da utilidade, nas quais se apoia a justiça do castigo.

Só no século passado é que tiveram início as discussões sobre a legitimidade da pena de morte. Necessidade e defesa do grupo social foram as razões mais invocadas pelos seus partidários, entre os quais vale citar Romagnosi.

Os debates sobre necessidade e defesa conduziram a causa abolicionista a um patamar mais alto, no final do século XVIII e início do XIX, pela adesão de expoentes do pensamento jurídico, filosófico, político e social, a exemplo de Zanardelli e Mancini, autores do Código Zanardelli, que promoveu a unificação do Direito Penal italiano, em 1861.

As conquistas indicam que os homens, *pari passu* com a evolução das ciências, passaram a ver com maior lucidez os aspectos negativos da atroz punição, tornando menos óbvia a compreensão de sua necessidade como fator de preservação da paz e do bem-estar.

Cabe aos filósofos Kant e Hegel o mérito de terem aberto novas perspectivas à polemica, procurando na pena (e não encontrando) "um fim em si mesma", como justa retribuição do delito, e buscando um fundamento absoluto para a justiça penal, posição que abalou as concepções utilitaristas que prevaleciam.

Negando que o castigo em questão se constitua em meio para qualquer outro fim, mesmo de natureza social, e baseando a eventual aplicação do mesmo em um imperativo categórico, os referidos filósofos imprimiram novos rumos ao debate, dando lugar ao enfraquecimento, na opinião pública e nos estudos que a refletiam, das razões tradicionalmente invocadas por seus defensores, a ponto de acarretar radical mudança na linha de pesquisas do especialista em Direito Penal Pellegrino Rossi, contemporâneo daqueles pensadores, o qual, após longos estudos, renegou suas anteriores opiniões, declarando a necessidade de supressão da malsinada pena.

Destacaram-se, entre os abolicionistas italianos do século passado, Carmignani, Carrara, Ellero, Tolomei, Puccioni, Buccelatti, Canonico e Persina, sendo que o primeiro foi um convertido à causa, tal como Feuerbach, Mittemaier, Conforti e Maggiore.

Para Ellero, a pena de morte é imoral, irreparável, não graduável e aberrante, devendo ser substituída por outras punições mais capazes de impedir ulteriores delitos por parte do réu, além de corrigi-lo, recuperando-o socialmente, e de servir como exemplo intimidador dos demais.

Ellero traz para o lado dos abolicionistas argumento usado pelos adversários, invertendo os seus termos, pois a pena de morte, a seu ver, não causa tanto pavor como a prisão perpétua ou mesmo a reclusão temporária com imposição de trabalhos forçados.

Berner, Mittermaier, Holtzendorff, Schwarze Osenbrüger, Glaser e Kostin formavam a linha de oposição alemã à pena capital, vista pelo primeiro como "uma exigência talionial".

Ferri, por sua vez, contrariando as teses de Lombroso e Garofalo, para os quais o exterminio total devia ser o destino dos incorrigíveis, advertia aos seus contemporâneos de que, para ser útil o castigo deveria ser aplicado em massa aos criminosos natos e reincidentes, dizimando-os – medida impraticável.

Foi, no entanto, após a Segunda Guerra Mundial que o abolicionismo veio a triunfar em grandes nações, como a Alemanha, a Itália e a Inglaterra. Ao eliminarem a pena máxima, as legislações penais dos três países ativeram-se mais a considerações de ordem política e cultural do que as embasadas no direito natural, deslocando-se as discussões do plano eminentemente jurídico para outro onde impõe o interesse social, por ser este mais sensível às mudanças resultantes da evolução do pensamento humanístico, que teve enorme impulso no último século.

Balizados pelas contingências sócio-culturais de cada época, os argumentos a favor da pena de morte foram perdendo substância simultaneamente com o fortalecimento da tese abolicionista, respaldada nos mesmos princípios que informam os regimes democráticos, ou seja, no respeito à dignidade do homem e consequente aversão à tortura, às punições corporais e, com mais razão, ao suplício máximo, gerador de dano irreversível.

Abolida na Itália pela Constituição de 1947, na Alemanha pela Lei Maior de 1949, na Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Luxemburgo e França, erradicada dos Códigos Penais da Inglaterra, continua a pena de morte vigendo na Espanha, para os crimes de guerra, assim como na Grécia e na Bélgica, para iguais delitos.

Banida das leis do Canadá, mantém-na no México, três dos 32 Estados e Territórios. Na América do Sul, desapareceu dos Códigos de quase todos os países, inclusive a Argentina, o Peru e o Brasil, onde figura também como medida aplicável apenas em caso de guerra, permanecendo, contudo, no Chile, para crimes políticos. Na América Central, subsiste na Guatemala, Haiti e El Salvador. Na Rússia, China e Bloco Soviético, assim como no Japão, na África e nos países árabes, a pena capital ainda está viva, inclusive para crimes de ultraje ao pudor (Rússia) e de tráfico de entorpecentes (Turquia, Irã, Iraque e Formosa). Na Austrália, quatro em seis Estados conservam-na, para expiação de crimes políticos e de direito comum.

Nos Estados Unidos, tendências pró e contra registraram-se nos diversos Estados, tendo havido, nos últimos anos, tanto erradicação como reincorporação da pena máxima nos Códigos Penais das 55 unidades federadas, das quais 34 restabeleceram-na após a famosa sentença da Suprema Corte daquela nação, prolatada em 1972, após uma batalha que extravasou do campo jurídico e atingiu o político.

Pronunciando-se contra o execrável castigo, os nove magistrados americanos, em maioria apertada, (cinco a quatro), condenaram a medida, reputando-a "cruel e inusitada" e portanto contrária ao disposto na oitava emenda constitucional, além de violar dispositivos da 14^a emenda, que proíbem recusar, a quem quer que seja, "igual proteção das leis". Este foi um dos mais fortes

argumentos dos cinco juízes abolicionistas, um deles negro: o caráter discriminatório da pena capital, por eles tida como "moralmente inaceitável, se não por outro motivo, por incidir mais freqüentemente contra os negros, os pobres os ignorantes".

A sentença condenatória da pena de morte, promulgada pela mais alta Corte dos Estados Unidos, não teve, todavia, poder revogatório definitivo. Sob o pretexto de que a decisão representaria interferência indevida na autonomia dos Estados – levando-os, na grande maioria, a revisá-la – a partir de 1972, mal-apagada, a mancha nega reapareceria nas páginas dos códigos de 34 estados, retrocesso inexplicável em país cuja evolução sócio-política e econômica é incomparável.

A força reacionária é tamanha, entre os americanos, que em 1976, o então Presidente Ford solicitou à Corte Suprema a revisão da sentença de 1972, para declarar que a pena de morte "não é um castigo cruel e inusitado", devendo ser reconhecida sua validade, desde que aplicada "de modo razoável". Embora inacreditável, foi a reivindicação acolhida naquela Corte, em 2 de julho de 1976.

É interessante assinalar observações constantes de publicação da Anistia Internacional, Seção Brasileira, divulgada em 1985, após exaustivas pesquisas e ponderações de dados estatísticos: se há alguma correlação entre a pena de morte e a incidência de homicídios, na América do Norte, é para evidenciar que, nos Estados que a adotavam e mais tarde aboliram-na, ao invés de aumentar, diminuiu o número de crimes dessa natureza. Os dados em causa derrubam fragorosamente a tese da eficácia da pena de morte como fator de intimidação.

Segundo a publicação já referida, sobrem todo o número dos países que aboliram a pena de morte para todos os crimes.

Lemos, ainda, na mesma fonte, que, em 1981, 3.278 pessoas foram executadas no mundo todo, concentrando-se em uns poucos países a maciça maioria desses "assassinatos legais":

"Irã: 4.500 desde 1979.

Iraque: 350 em 1981.

Paquistão: centenas de pessoas por ano.

Africa do Sul: 133 em 1979, 130 em 1980, 96 em 1981."

E acentua o citado trabalho:

"Não por coincidência, estes são os países mais envolvidos na violação dos direitos humanos".

A história da pena de morte no Brasil reflete, no dizer de Heleno Fragoso, "o irrecusável pendor das ditaduras para a pena máxima, mesmo quando tal pena viola – como no caso – tão fundamentalmente, o sentimento do povo". Ela começa com uma interpretação capciosa do art. 179, item 19, da Constituição do Império, que reza: "Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis".

Ora, entendeu-se, à época, que o texto desse artigo não abrangia a pena capital. Vejam a tendenciosa hermenêutica dos penalistas do Império... Assim, a lei ordinária consagrava-a, com a recomendação de "parcimônia" no seu emprego.

Felizmente, "a pena de morte nunca foi popular no Brasil", como salienta Ruy Cardoso de Mello Tucunduva, Prof. de Direito Penal da USP, e corrobora Pontes de Miranda, nos seus Comentários à Constituição de 1967, onde relembra o episódio

da condenação de Frei Caneca, padre revolucionário que não pôde ser enforcado, por falta de carrasco. Ele próprio colaborou na solução do "problema", sugerindo que o arcabuzasse. Foi assim, a tiros de bacamarte que se acabou com a vida de um herói da Pátria.

A partir da primeira constituição republicana, datada de 1891, foi a pena de morte proscrita dos nossos Códigos, ressalvadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra.

É bem verdade que tivemos um esboço de recidiva, justamente – e não por acaso – quando se implantou no País, em 1937, à revelia da consciência nacional, um regime de ditadura. Vargas, brandindo o instrumento preferido pelos governos autoritários, desfechou contra o povo o Decreto-Lei nº 86, de 20-1-38, que revigorava a pena de morte para determinados crimes políticos e pelo homicídio cometido por motivo fútil e com extremos de perversidade.

Fora esse interregno de "violência legal" – se me for permitido o paradoxo – não se registraram outras investidas reacionárias por parte dos constituintes que elaboraram e fizeram aprovar as demais Cartas Magnas brasileiras, cumprindo assinalar, apenas, na legislação promulgada em função do Ato Institucional nº 5, de 1968, o AI nº 14, de 5-9-69, que prevê o alargamento da área de incidência da punição máxima, sempre circunscrita aos crimes de guerra, mas estendida, agora, aos casos de Guerra Psicológica Adversa, Revolucionária ou Subversiva, legislação essa, felizmente, jamais aplicada e ora derrogada.

Acolhido o AI nº 14/69 pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, deu ela lugar a uma modificação correlata na legislação sobre segurança nacional, procedida através do Decreto-lei nº 898, de 29-9-69, que enumera 15 delitos passíveis de pena de morte, os quais, somados aos 33 já previstos no Código Penal Militar, antes de modificação em tela, de um total de 48 crimes, ligados à guerra externa e aos outros tipos de guerra já mencionados, capazes de cominarem a punição máxima.

Assim – graças a Deus, episodicamente – no intuito declarado de salvaguardar a ordem política e social, pela defesa intrinsígena das instituições político-sociais ameaçadas por eventuais modalidades de luta armada ou por meios psicológicos, foi inserida no texto constitucional a pena de morte fora da legislação castrense, em época de guerra com potência estrangeira.

Como toda legislação de exceção, a relativa à pena de morte mereceu revisão tão logo a conjuntura política deu mostras de distensão do regime. Foi o ocorrido com os atos que dilataram a área de abrangência da pena de morte, pois esta, expurgada da Lei Maior, na forma do art. 153, § 11, da Emenda nº 1, de 1969, e da legislação ordinária correlata, como se pode ver da Lei nº 6.620, de 17-12-78, revogada pela de nº 7.170, de 14-12-83, encerrou o capítulo das exceções, além da guerra externa, para felicidade de todos os brasileiros.

Daí a minha confiança em que a próxima Assembléa Nacional Constituinte dará ao Brasil uma Carta Magna à altura do atual momento político, ou seja, que expresse, em todos os seus dispositivos, a soberana vontade do povo, inclusive no que concerne à pena capital.

Vislumbro, nos debates a serem travados, dentro e fora do recinto dos trabalhos do colegiado

mais alto da Nação, uma oportunidade imperdível para que se focalize esse problema dos mais controversos, abordando-o nas múltiplas facetas, mas dando especial relevo ao contexto social em que ele se insere, culminando tais discussões, quem sabe, na inclusão do Brasil entre os países que erradicaram totalmente dos seus códigos esse castigo que viola os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Pois é preciso ressaltar, no exame sereno desse controvertido tema, que a sociedade vem falhando sistematicamente na sua função de assegurar ao indivíduo os seus direitos mais elementares. No Brasil, a injusta distribuição da renda é fator de aumento constante das populações marginalizadas, do trabalho e dos benefícios sociais que lhes correspondem.

A insatisfação e a revolta contra uma sociedade elitista, formada de minorias privilegiadas, vêm-se convertendo nos estopins que fazem deflagrar as manifestações de violência criminosa. Como estancá-los? Condenando à morte todos os transgressores? Levando à cadeira elétrica esses infelizes, gerados no ventre de uma sociedade regida por uma ordem econômica e social injusta? Dizimando os milhões de delinqüentes em potencial, condição que lhes foi legada por essa mesma sociedade incapaz de lhes propiciar até mesmo o alimento necessário à formação de um cérebro inteligente, e assim ocasionando-lhes lesões irreversíveis?

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados! O povo brasileiro merece tratamento melhor por parte do Poder Público, ao qual cabe enviar esforços em prol do aprimoramento das instituições políticas e sociais, de molde a inverter esse processo distorcido e antipatriótico observado no desenvolvimento do País, que resulta no contínuo de 1 auperamento das populações já castigadas por adversas condições de vida, enquanto os segmentos mais ricos continuam somando privilégios. Esta é a única alternativa para reduzir a incidência de crimes e assim proteger a comunidade de modo mais eficaz do que instituindo a pena de morte.

A sociedade, não há dúvida, está longe de ser inocente. Então, com que direito irá ela matar os que julgue culpados? Não esqueçamos das palavras de Albert Camus: "A pena de morte exige a inocência absoluta de quem a aplica".

Na mesma linha de raciocínio, Camus argumenta que, em relação a qualquer tipo de crime, é absurdo e ilegítimo que a sociedade, representando o Estado, julgue-se absolutamente inocente, "impõndo uma expiação unilateral e farisaica, sem contabilizar na reação a sua parcela de culpa na própria gênese do crime".

O recurso à eliminação do criminoso não passa de uma covardia do Estado, de uma confissão de sua impotência para resolver os problemas por ele mesmo criados. Sob o pretexto de evitar que o crime campeie solto e ameace os indivíduos colocados sob sua proteção, não pode, ele próprio, tornar-se um assassino.

E não será acaso o crime premeditado mais repulsivo do que o cometido num impulso de paixão, ou num assomo de violência? Para o primeiro, as legislações penais aplicam penas pesadas. Por que há de, então, a sociedade arrogar-se o direito de matar premeditadamente e a sangue frio? O "assassinato legal" não é menos revoltante do que o crime que ele está punindo. Ao contrário, esta nova morte, longe de reparar a ofensa feita

à comunidade, acrescenta mais uma agressão ao organismo social.

Além das considerações sobre as implicações sociológicas da pena de morte, é útil ponderar os aspectos psicológicos do mesmo problema. Valho-me ainda do documento elaborado pela Seção Brasileira da Anistia Internacional, quando cuida das motivações que inspiram o homicídio em potencial: ele vê na própria submissão a tal castigo uma oportunidade para chamar a atenção do mundo, o que não ocorreria se a sentença determinasse a prisão perpétua. A fama trazida para o delinqüente constituirá, pois, um atrativo extra para o cometimento do crime, em certos casos.

Outro aspecto interessante assinalado no trabalho da Anistia Internacional é que a legalização das execuções pode estimular o crime violento, "já que testemunha uma aprovação social para ato de matar".

Considere-se mais, que, se o objetivo primordial da punição é impedir a reincidência, sua frustração é inevitável, uma vez que a maior ameaça contra a sociedade provém de crimes praticados por indivíduos portadores de insanidade mental – justamente os assassinos que, por disposição legal, são excluídos da pena de morte.

Relativamente à reincidência, mais um argumento que invalida a pena capital como instrumento de desestímulo à criminalidade: não são poucos os casos em que ela contribui diretamente para aumentar a incidência do fenômeno. O mecanismo é simples: quando o estupro, o roubo ou o rapto tornam-se puníveis com a morte, cria-se um incentivo para que o delinqüente se livre da vítima que, na maioria dos casos, é a única testemunha.

A partir de suas reflexões sobre a guilhotina, Albert Camus desenvolve um verdadeiro tratado sobre a alma humana. Diz ele: "Se o medo da morte é uma evidência, não menos evidente é o fato de que este medo, por maior que seja, será incapaz de desencorajar as paixões humanas... Os instintos que se combatem no homem não são, como quer a lei, forças constantes em estado de equilíbrio. Para que a pena capital realmente intimide, precisaria que a natureza humana fosse diferente – estável e serena como a própria lei. Mas ela seria então natureza morta. Eis por que, seja qual for a categoria do criminoso, o risco que ele corre não o impede de cometer o crime. É o caso dos criminosos empedernidos, que calculam o risco do seu golpe e as probabilidades de que se mantenha impune: a guilhotina não os fará recuar".

Acrescente-se às observações de Camus sobre o medo como fator de inibição do ato criminoso as considerações de Laurence Thibault sobre o mesmo assunto e ter-se-á um quadro expressivo que ajudará a compreender a inutilidade da adoção da pena de morte com o objetivo de intimidação. Afirma Thibault, em seu livro "A pena de morte na França e no estrangeiro", que, "para certos criminosos fanfarrões, a pena capital é, às vezes, uma provocação. Os criminosos só temem a morte após o julgamento, nunca antes do crime, principalmente quando agem sob o impulso da paixão ou de vingança".

Além disso – é ainda Thibault quem observa – "acredita-se que os criminosos potenciais raciocinam como todo o mundo, o que não é verdade. O que faz medo às pessoas honestas, não

faz mossa, em geral, aos espíritos desequilibrados. Não se pode comparar a psicologia de um indivíduo normal com a da maior parte dos assassinos: para o primeiro, a sanção de um gesto proibido tem um valor dissuasivo, condicionando uma escolha reflexiva. Quanto aos outros, no turbilhão das pulsões aceleradas por uma agressividade, momentaneamente desencadeada, são insensíveis, nesses instantes, ao medo da morte que, às vezes, ao contrário, os atrai".

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, Laurence Thibault, em seu brilhante trabalho sobre a pena de morte, enfatiza que se deixar ou não cair nas malhas da pena capital é, muitas vezes, uma questão de habilidade: "A frieza e a premeditação favorecem os assassinos mais diabólicos e perigosos, capazes de apagar todos os vestígios do crime, enquanto o delinqüente desenrado ou impulsivo esquece de eliminar tais indícios incriminadores. Será este o mais sério candidato à condenação máxima: quanto ao primeiro, mais pérvido, tem chances de ficar impune. Nisso reside a maior imoralidade da pena de morte".

Nesta despretensiosa análise do problema, acredito ter-se evidenciado que a pena capital não mais corresponde às exigências da sociedade moderna, não se revelando um instrumento eficaz, útil ou justo na repressão à criminalidade. Daí por que sua eliminação de todos os Códigos Penais, no mundo inteiro, é apenas uma questão de tempo, como se pode depreender do movimento abolicionista, em curso contínuo e irreversível.

Há um entendimento, universalmente aceito, sobre a intangibilidade de um valor essencial para o ser humano – sua dignidade. A pena de morte atinge profundamente a dignidade humana. O indivíduo é um ser único no mundo – e insubstituível – quaisquer que sejam suas virtudes e seus defeitos. A inviolabilidade da vida humana repousa, acima de tudo, sobre o reconhecimento dessa característica do homem: sua incomparabilidade.

Adverte Camus "Não há justos, mas corações mais ou menos pobres em justiça. Viver, pelo menos, nos permite acrescentar, à soma de nossas ações, um pouco do bem que compensará, em parte, o mal que espalhamos no mundo. O direito de viver, que coincide com a chance de reparação, é o direito natural de todo homem, mesmo o pior. Sem este direito, a vida moral é estritamente impossível. Ninguém está autorizado a desesperar de um só homem, a não ser após sua morte, que transforma sua vida em destino e permite então o julgamento definitivo. Pronunciar o julgamento definitivo antes da morte, decretar o fechamento das contas quando o credor ainda está vivo, é algo que não cabe a nenhum homem. Quem julga absolutamente, condena-se absolutamente".

Detenhamos, pois, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cólera justiceira. Ao examinar o assunto na próxima Assembléa Nacional Constituinte, lembremo-nos das exemplares lições dos grandes mestres do pensamento humanístico contemporâneo, que tive a honra e a satisfação de relembrar neste Plenário. Tenhamos presente, cada vez que se nos oferecer a oportunidade de discutir o problema nesta Casa, que a violência praticada pelo Estado, em nome da lei, é um flagrante desrespeito à dignidade humana, uma

ameaça à harmonia social, uma degradação da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Viana.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A reforma agrária em terras improdutivas é eminentemente necessária. Existem milhares de famílias sem terras neste País gigante, sofrendo despejos, queima de ranchos e ameaçadas por pistoleiros armados a serviço de grileiros gananciosos, a exemplo do Estado de Rondônia, onde na semana passada, sendo chamado em Costa Marques, no Estado de Rondônia, o qual represento, encontrei o desespero das famílias despejadas por pistoleiros a mando de grileiros inescrupulosos, de uma área de terras de 37.000 hectares, cuja área havia sido desapropriada na Justiça, e assentada pelo INCRA, 300 famílias.

Por falha do próprio órgão, os referidos grileiros retornaram à citada área, e por força de pistoleiros armados, derrubaram e queimaram seus ranchos, sacrificando por inteiro as pobres famílias.

O Estado de Rondônia, Sr. Presidente, geograficamente, é quase do tamanho de São Paulo; São Paulo possui hoje 572 municípios, ao passo que Rondônia possui 18.

Existem grandes áreas devolutas, muitas áreas florestais indígenas e ecológicas. Muitas áreas estão em mãos de empresas exploradoras do garimpo de cassiterita, além das grandes fazendas improdutivas cujos grileiros, muitos dos quais adquiriram do INCRA em anos passados, no intuito de explorarem a madeira e o comércio imobiliário.

Na estrada 429, com destino a Costa Marques, na divisa da Bolívia, área está coberta de matagais, terras férteis, já existem alguns patrimônios desenvolvidos, como Alvorada D'Oeste, São Miguel e Bom Princípio; onde se encontram milhares de famílias desgarradas, principalmente do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou seja, de todos os Estados do Brasil.

Acontece, Sr. Presidente, que, apesar das grandes áreas existentes, estamos com mais de 40.000 famílias sem terra em Rondônia, por motivos de vendas escandalosas por parte de funcionários do INCRA em tempos passados, onde em breve estaremos dando os nomes dos elementos que se apoderaram de títulos definitivos no INCRA e venderam áreas de mais de 1.000 hectares (indisciplinadamente, sem demarcação), para pessoas de outras plagas, cujos compradores, na sua maioria, não conhecem a área.

Hoje, os funcionários do INCRA em Rondônia impedem que lavradores adquiram terras na região, dizendo ser as terras do "Banco Mundial". E imoral e criminoso dizer que nossas terras pertencem ao Banco Mundial, como se o referido Banco fosse proprietário de terras em nosso Estado; para fazendeiros e grileiros ricos, as terras são da União; para os pobres posseiros, as mesmas não nos pertencem.

Felizmente, com a nossa ida a Costa Marques, apanhamos depoimentos de lavradores, os quais acusaram a direção do INCRA naquele Estado, inclusive a corrupção. Com a nossa denúncia, as autoridades competentes tomaram providências imediatas e tiraram os grileiros que tomaram

conta dos 37.000 hectares de terras, o que parabenizo o MM. Juiz de Direito daquela Comarca, o Comandante da Polícia Civil e Militar de Costa Marques e a Polícia Federal, no caso do escândalo da madeira.

Além das terras que devem ser colonizadas, temos várias fazendas improdutivas a serem desapropriadas, o que pedimos ao Exmº Sr. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dr. Marcos Freire, que libere verbas para que o INCRA não alegue ignorância, dizendo não ter dinheiro para tal.

Enquanto isto, os "sem terra" estão sem condições de sobrevivência, sem lar e sem teto para plantar a lavoura.

Ontem víamos nos corredores da Casa dezenas de homens e mulheres pedindo e clamando por terra. Alguns Deputados se irritavam, principalmente aqueles comprometidos. Nós, que não temos compromissos com grupos econômicos, continuamos firmes no propósito de defender a colonização e desapropriação das áreas improdutivas, não só em Rondônia, mas em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jesualdo Cavalcanti.

O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Voltado para a agricultura, na qual se destaca como o maior produtor de algodão do Piauí, o que lhe garante o sexto lugar em arrecadação do ICM, o Município de Simões vem reivindicando, há anos, a instalação, em sua sede, de uma agência do Banco do Brasil, já criada.

Ressentem-se seus comerciantes e produtores rurais das dificuldades decorrentes do atendimento feito por agência localizada em outro Estado, a de Araripe, em Pernambuco, implicando deslocamentos constantes e sempre onerosos.

Assim, sensível a essa justa aspiração daquela gente, que ao longo de sua existência, mesmo submetida periodicamente às agruras da seca, tem conseguido expressivos índices de prosperidade, venho renovar o apelo que fiz ao Dr. Camilo Calazans, juntamente com o Prefeito Joaquim José de Carvalho, para que agilize a instalação da referida agência naquela cidade.

Para seu funcionamento sem delongas, prontifica-se a Prefeitura Municipal, e disto deu conta ao Presidente do Banco do Brasil, a ceder gratuitamente o prédio e a doar os respectivos terrenos para a construção da sede definitiva e da área residencial dos funcionários.

Essa disposição demonstra claramente o empenho de que está imbuida a municipalidade em dotar o setor produtivo local de melhores condições de crescimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney prorrogou por seis meses, o início das obras da Ferrovia Norte-Sul, "em razão da difícil situação econômica em que nos encontramos".

A justificação de Sua Exceléncia não tem procedência, eis que os recursos estavam em caixa, segundo o próprio Presidente Sarney, num montante de doze bilhões de cruzados.

Na verdade, está muito claro, o nosso Presidente cedeu às descabidas pressões dos grupos econômicos do Sul do País, que não desejam fazer qualquer espécie de concessão às Regiões Norte e Nordeste, mantendo-as atrasadas e dependentes.

Se estamos certos, ao Presidente Sarney cabe dizer por que cedeu. E se o fez pensando estar atendendo ao interesse nacional, errou.

Vamos considerar, no entanto, as dificuldades do Presidente José Sarney e sua reconhecida dedicação ao País, apoiando a decisão de Sua Exceléncia, mas empenhando-nos para que o adiamento de hoje não se transforme em abandono do projeto de elevado interesse nacional em que se constitui a Ferrovia Norte-Sul.

A respeito dessa monumental obra de integração nacional, transcrevo o magistral artigo do Jornalista José Helder de Souza, publicado pelo "Correio Braziliense" de 11-6-87, no qual, e de forma irretorquível, o conceituado profissional demonstra a importância do projeto.

Passo à leitura:

"AINDA A NORTE-SUL

José Helder de Souza

Como ainda se fala, por má fé, desinformação e outros motivos não confessados, em prejudicar a construção da ferrovia Norte-Sul vemo-nos na contingência de voltar à questão. Cremos que aquela ferrovia interessa não somente ao norte de Goiás e sul do Maranhão e Pará. Além de interessar ao Brasil, interessa também ao mundo cada vez mais interdependente.

Começamos a debulhar o assunto de lá para cá, ou seja, discorrendo sobre os interesses de lá daquela região em relação ao resto do Brasil e do mundo.

O babaçu é uma das maiores riquezas naturais do Brasil. As florestas de palmeiras de babaçu cobrem grande parte do Maranhão, norte de Goiás, todo o vale do Parnaíba ao longo do Piauí e Maranhão, parte do Ceará, Pará e Bahia. Do fruto dessa palmeira que antigamente só servia para cobrir as choças dos caboclos com suas folhas e muito pouco proveito tirava-se de seus frutos, obtém-se dezoito produtos. Entre eles óleos finos de várias aplicações industriais e lubrificantes até para naves astronáuticas. Da casca do coco antigamente inaproveitada, resulta um carvão de alto poder de caloria usado na siderurgia, e desde a inauguração do porto de Itaqui, em São Luís, o Brasil exporta milhares de toneladas de carvão vegetal para as aciarias do Vale do Ruhr na Alemanha, para a Suécia e Polônia. À base do aproveitamento desse carvão muitas siderúrgicas poderão surgir na região por onde passará a ferrovia Norte-Sul, além de muitas outras fábricas para aproveitamento das muitas riquezas do babaçal de todo o percurso de estrada. Só isso justificaria, em qualquer país menos desvairado, a construção de tal estrada.

Lembremos agora o fato de a Norte-Sul percorrer em todo seu curso, o cerrado. Aprendi, em

1960, em meu primeiro encontro com o cientista João Moojen de Oliveira, ser o cerrado a maior área "agricultável do mundo", numa expressão dele mesmo. Todo o escudo central do Brasil encontra-se na zona de cerrado. Esta espécie de solo e vegetação estende-se de São Paulo (região de Ribeirão Preto) até sul do Pará e Maranhão, percorrendo ainda parte do Piauí e Bahia, no sentido norte-sul. No sentido leste-oeste o cerrado vai desde a região de Paraopeba-Sete Lagoas até os limites de Rondônia, atravessando obviamente, Goiás e todo o Mato Grosso. João Moojen de Oliveira, junto com Ezequias Hering, dedicava-se ao estudo da flora e da fauna do cerrado. Juscelino Kubitschek os trouxe para Brasília a fim de que aqui aplicassem seus conhecimentos desenvolvidos em Sete Lagoas. O resultado do trabalho desses homens ainda pode ser visto hoje, nas plantações de soja e milho feitas em torno de Brasília e nos ermos de Goiás. Tais culturas se estendem rapidamente rumo ao norte de Goiás. O cerrado, devidamente corrigido seu solo, pode produzir até duas safras por ano. Em toda sua região fisiográfica o regime de chuva e a insolação são favoráveis ao cultivo de muitas variedades agrícolas. Na sua face plana é fácil trabalhar com máquina e igualmente praticar a irrigação. A Norte-Sul pode transportar deste verdadeiro celeiro que é o cerrado, milhões de toneladas de grãos tanto para os portos de Itaqui em São Luís como para o de Tubarão, no Espírito Santo. Importa dizer que esses dois portos possuem grande calado, entre os mais profundos do mundo. O primeiro permitindo a ancoragem de grandes graneleiros que levem para a Europa não só o minério de Carajás, como também os muitos produtos do babaçu e do cerrado. O segundo seria a base dos grandes navios a levar os mesmos produtos para o Japão. A Norte-Sul permitirá essa ligação. Só isto bastaria para justificar sua construção.

Para grande desgosto do **O Estado de S. Paulo**, o jornal da plutocracia paulista interessada em prejudicar a construção da ferrovia Norte-Sul, o mundo está crescendo, a humanidade progride, enquanto os cães ladram para a lua. A perspectiva de vida em todo o mundo cresce. O Japão está entre um dos países que mais cresce no mundo, quer quanto à população, quer quanto à economia. Seus cofres estão cheios de dólares e suas cidades cheias de gente necessitando cada vez mais de alimentos. Com tanto dinheiro e tanta gente o Japão dispõe de muito pouca terra para plantar e produzir. Muitos países da Europa Central estão na mesma situação. Na vasta região abrangida pelo percurso da ferrovia Norte-Sul pode estar a solução para o problema desses países que, portanto, sem ofender nossa soberania, podem muito bem nos ajudar a construir a Norte-Sul, e o Brasil, finalmente, poderá acabar com os desniveis econômicos, com as disparidades regionais e sair do subdesenvolvimento. O Presidente José Sarney, feita a ferrovia, sairá do poder deixando a face econômica do Brasil inteiramente modificada e redimida a probreza secular do homem do Norte e Nordeste. Para a frente é que se anda."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edivaldo Motta.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A desordem financeira que imperava no País estava a exigir do Governo um posicionamento enérgico a fim de evitar o caos de cujas fronteiras já estávamos bem próximos, demarcadas pelo sinal vermelho da recessão causada pelo desemprego crescente e a inflação fora de qualquer controle. Não foi com surpresa, pois, que o povo brasileiro recebeu o anúncio das medidas de realinhamento da economia por parte do Governo. O pacote, já batizado de Cruzado III veio, portanto, em boa hora, para restaurar a tranquilidade da Nação e a credibilidade no Governo.

A experiência frustrante do Cruzado I, com um tipo de congelamento longo e a penalização de alguns setores produtivos; a cobrança indiscriminada de ágio, sangrando a bolsa popular e o desabastecimento de gêneros e produtos essenciais retirados deliberadamente das prateleiras pelos comerciantes, não deve ser repetida pelo Governo que, certamente já tem meios suficientes para superar os pontos negativos do plano anterior.

A doença inflacionária que há muito acomete as finanças do País, no entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não foi inteiramente atacada na sua base, e isto poderá colocar em perigo o novo Cruzado, com consequências imprevisíveis para o Governo. Todos nós sabemos que que a inflação tem origem no próprio Governo, ao elevar os juros de seus papéis para a captação de recursos visando o azeitamento de sua voraz e insaciável máquina administrativa, que tem nas estatais, nos Estados e nos Municípios os pontos de maior consumo. O "rombo" do déficit público estava calculado acima do Produto Interno Bruto e nessas condições não há economia do mundo que suporte tamanha sangria de recursos.

Para que o Cruzado III obtenha o sucesso que todos almejamos, além do apoio popular tão necessário que o Plano deverá receber dos brasileiros, faz-se necessário que o Governo tome as medidas complementares, privatizando as estatais deficitárias, desativando os projetos faraônicos e inviáveis e promovendo uma reforma tributária capaz de garantir aos Estados e Municípios sua autogestão. Feito isso, certamente que o déficit público tenderá a cair para 3 ou 3,5%, permitindo ao País um crescimento econômico acima dos 4% e a retomada do desenvolvimento.

O sucesso do Plano Cruzado III vai depender dessas medidas complementares, e este assunto foi enfocado com muita oportunidade pelo jornal **Correio Braziliense**, que no seu editorial da edição de 15-6-87 adverte o Governo para as consequências que o déficit público incontrolável poderá trazer ao Governo. Faço minhas, pois, as palavras contidas no editorial intitulado "Cerco à Inflação".

"CERCO À INFLAÇÃO"

E notório-que o déficit público, de regra suprido pela captação de poupanças privadas a juros elevados e mediante emissão de papel-moeda, sempre funcionou como o mais ativo agente alimentador da inflação. Quando o Governo instituiu o Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986, não colocou

essa questão entre as prioridades então estabelecidas ao lado do congelamento de preços, de modo que o financiamento do déficit continuou a empurrar adiante o processo inflacionário. O malogro daquela reforma se deu, em consequência, pelos desequilíbrios nas contas oficiais, entre outros fatores preponderantes, desde que a expansão dos meios de pagamento, provocada para cobrir os ativos em vermelho, pressionaria inevitavelmente os preços gerais da economia.

A experiência foi recolhida agora pelo Governo na implantação do novo plano de reajuste da economia. Com efeito, entre as primeiras preocupações manifestadas pelas autoridades da área econômico-financeira está a contenção do déficit. O realinhamento das tarifas de serviços públicos, em medida suficiente para convertê-las às exigências de custo e adequada remuneração, vai suprir de recursos convenientes os programas e atividades das empresas estatais. Espera-se, assim, que esses agentes do braço empresarial do Governo deixem de fomentar a inflação, uma vez que não necessitarão de subsídios adicionais, procedentes da emissão de papel-moeda ou de captação de poupanças, para manter equilibrados os seus orçamentos.

Quanto aos combustíveis, cujos preços vinham de uma formação artificial, devido ao fato de neles se embutir o empréstimo compulsório tomado pelo Governo, agora alcançam posição adequada no mercado. Tanto os deságios ocorridos na receitas da Petrobrás nos últimos seis meses, calculados em torno de seis bilhões de cruzados, serão corrigidos de forma satisfatória, quanto os produtores de álcool carburante serão remunerados em justa medida, sem necessidade de subsídios.

Além disso, os cortes efetuados pelo Governo em seus programas de investimentos, calculados em torno de 392 bilhões de cruzados, irão promover o ajustamento do Orçamento da União, cujo déficit crônico responde historicamente por uma das causas fundamentais da inflação. A esse fator de alívio nas contas oficiais, junta-se a suspensão de despesas da ordem de cinqüenta bilhões de cruzados anuais, correspondentes aos subsídios ao trigo, agora eliminados pelo Governo.

Todos esse elenco de providências subsidiárias ao congelamento de preços e salários é fundamental para induzir o reequilíbrio no sistema econômico. O déficit público, em consequência, deverá cair de 6,8 para 5,7 por cento do Produto Interno Bruto, um percentual ainda bastante elevado em termos de padrão internacional e ainda inquietante quanto aos efeitos que deverá produzir sobre o processo de estabilização econômica. Mas a redução, considerada em termos absolutos, seguramente servirá para diminuir as pressões inflacionárias procedentes dos gastos imoderados da administração pública.

Outra medida que deve ser saudada como portadora de grande eficácia operacional no que diz respeito aos objetivos estabilizadores perseguidos pelo Governo, é a unificação dos orçamentos fiscal e monetário, a ser introdu-

zida em breve. A iniciativa permitirá que os gastos globais do Governo, aí incluídos os entes da administração indireta, sejam objeto de rigorosa disciplina e previamente estabelecidos pelo Congresso Nacional, na ocasião do exame da proposta orçamentária da União. Um de seus efeitos mais notáveis é submeter os programas de investimentos e de custeio das empresas estatais a mais severos controles. Corta-se-á, assim, uma das fontes de maior atuação no processo inflacionário.

Se as medidas ajustam-se às exigências da realidade, aguarda-se que o plano consiga êxito. Desde logo, porém, advira-se que essa expectativa deve ser alimentada pela solidariedade da população, que precisa esquecer o malogro de seu esforço anterior e tentar novamente impulsionar as medidas com um apoio incondicional. Aos partidos políticos associados ao poder cabe o indeclinável compromisso de mobilizar a opinião pública nessa direção e sustentar politicamente, o plano em suas ações específicas, seja no teatro maior da sociedade, seja no âmbito do Congresso Nacional."

Correio Braziliense de 5-6-87

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Estado de S. Paulo do dia 13 de junho, sábado próximo passado, publicou um editorial da maior relevância para os trabalhos desta Assembléia Constituinte.

Ao comentar uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o editorial mostrou com muita acuidade e competência, como soem ser os editoriais daquele bravo jornal paulista, o papel do nosso mais alto Tribunal "como instância suprema para decidir sobre questões de natureza constitucional e para unificar o Direito, que pode emergir da hermenêutica e das normas de aplicação constantes dos acordões dos diversos Tribunais de Justiça dos Estados".

A decisão comentada teve como Relator o eminentíssimo Ministro Oscar Corrêa e ela mostra claramente que o papel de controle da constitucionalidade dos diplomas legislativos vem sendo exercido a contento pela nossa Suprema Corte, no contexto das normas constitucionais vigentes. O que devemos é ampliar o chamado controle concentrado do nosso centenário Supremo Tribunal Federal, retirando a exclusividade da provocação, nas representações de inconstitucionalidade, do Procurador-Geral da República.

Infelizmente, Sr. Presidente, a decisão, a serenidade e a silenciosa dignidade com que o Supremo Tribunal Federal tem, ao longo da História, cumprido os seus objetivos constitucionais, não tem sido devidamente compreendidas por alguns segmentos das lideranças políticas do País, o que redundou, aliás, em casuísticos comentários de um dos mais inteligentes advogados brasileiros, na última edição da Revista "Veja", o Dr. Antônio Fernando Bulhões Carvalho.

Solicito, pois, a essa Presidência, que se digne determinar a transcrição, nos Anais desta Assem-

bleia, do importante editorial de **O Estado de São Paulo!**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAES LANDIM EM SEU DISCURSO:

O Supremo Tribunal Federal tem de funcionar no Brasil como instância suprema para decidir sobre questões de natureza constitucional e para unificar o Direito, que pode emergir da hermenêutica e das normas de aplicação constantes dos acordões dos diversos Tribunais de Justiça dos Estados. Existe no atual Congresso Constituinte quem pretenda defigurar a Corte Suprema, alterando-lhe as atribuições e modificando-lhe a composição. De que essa inovação esdrúxula estaria fadada a deservir o País acaba de dar mostra o próprio Pretório Excelso, ao revogar o Decreto nº 92.834/86, no qual o Presidente da República desapropriou para efeito de reforma agrária a fazenda São João, no município gaúcho de Bonito. Trata-se da primeira decisão desse gênero adotada no STF. Ela deu ensejo a que se criticasse, entre os magistrados que participaram do julgamento do mandado de segurança impetrado contra aquele diploma legal, o Programa Nacional de Reforma Agrária. Acentuou o relator do feito, Ministro Oscar Corrêa, que esse programa não atinge os objetivos sociais colimados pela lei que passou a ser conhecida como Estatuto da Terra, em vigor desde o governo do Marechal Castelo Branco.

O que vem de ocorrer em Brasília confirma o que se tem dito e reiterado nestas Notas, desde que na Novíssima República a parceria Ribeiro Gomes da Silva e Cia. Ltda, encenou uma reforma agrária de cunho puramente demagógico, muito mais tendente a combater a propriedade privada, e com ela até a produção e a produtividade agropecuária, do que pôr a operar um sistema de ocupação do campo com vistas a proporcionar terra a quantos quisessem fixar-se nela e explorá-la para sua subsistência. Não. O que estava em jogo então (e nada mudou quando o Sr. Dante de Oliveira, ex-MR-8, fortemente recomendado, foi nomeado titular do Mirad, engajando-se na linha da parceria indicada, embora sem revelar tanto primarismo) era, por via dessa suposta reforma, agora desnudada no Supremo Tribunal Federal, promover agitação no Interior e, se possível, desarticular os esforços de empresários que ainda se dedicam à pecuária e à agricultura – e deram, ao Brasil, no último ano agrícola, a maior safra da história do País, apesar dos mil obstáculos com que se buscou desestimulá-los e fazê-los desistir da atividade, a que se entregaram, fundamental para a economia nacional.

"O que se tem visto", proclamou o Ministro Oscar Corrêa, "é a simples e indiscriminada desapropriação, sem medidas prévias e complementares exigidas na ilusão de atender à Justiça Social". Apoiando esse ponto de vista, outro magistrado, Célio Bonja, não poupa críticas ao Programa de Reforma Agrária, o qual fez ver – nada tem contribuído para o aumento de produtividade, pois nem sequer vem garantindo subsistência aos pseudobeneficiados. No caso da fazenda localizada em Bonito, o STF entendeu que o Incra agiu arbitrariamente: primeiro, classificou a propriedade como empresa rural e em seguida desclassificou-a, lá assentando colonos, sem notificar o proprietário. Ressalte-se que a decisão foi unâni-

me. E que dela se encaminhou comunicação ao Presidente da República e ao titular do Mirad, Marcos Freire, recém-empossado na pasta.

O episódio é útil para que se reafirme confiança no Poder Judiciário. Cabe-lhe assegurar a igualdade de todos perante a lei; ou, em outras palavras, servir de instrumento válido para que, na democracia, prevaleça o "governo para o povo". O regime de liberdade por que o povo anseia caminha no rumo da valorização de um Judiciário composto por magistrados capazes de exigir a observância do Direito com total independência, qualidade que se situa em vertente à qual corresponde outra, a da alma reta e inflexível do juiz que sabe extrair dos autos que lhe foram confiados a transparência da verdade, destramando os artifícios preparados pelos engenhosos e pelos sofistas. Quando se volta os olhos para países como Reino Unido da Grã-Bretanha e Estados Unidos e se lhes estuda a evolução das instituições seculares, postas pelo Estado a serviço da sociedade para propiciar o progresso que assenta na conciliação entre ordem e liberdade, não há como escapar à constatação de que esse conjunto de fatores positivos se enraíza em boa parte na majestade da Justiça, que obriga os detentores do poder a conter-se nos limites da lei e a curvar-se perante o mérito de decisões insuspeitas e irrecorribéis. A revogação do decreto que dá ensejo a **ilegal**, porque constitui exemplo para quantos prezam a liberdade e se disponham a lutar por ela, estejam onde estiverem; e alimentem esperanças de ver seus direitos preservados contra investidas da autoridade imatura no arbitrário, para salva-guarda de princípios de justiça que são alicerce do bem comum.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arténir Werner.

O SR. ARTENIR WERNER (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação brasileira acompanha, entre perplexa e indignada, os episódios que cercam a decisão do Governo Federal em construir a denominada ferrovia Norte – Sul, entre Anápolis-GO e Açailândia, no Maranhão.

Há inúmeras razões para um sentimento de revolta popular; em primeiro lugar, Sr. Presidente, o despropósito em se gastar o equivalente a 2,5 bilhões de dólares, apenas para os trabalhos de infraestrutura, conforme previsão inicial, em obra comprovadamente não prioritária, dispensável, sem qualquer viabilidade técnica que a justificasse, principalmente em momento de grave crise que estamos enfrentando.

Além disso, a forma como foi decidida a execução do projeto, restrita a gabinetes palacianos, sem apreciação do Congresso Nacional, e desconsiderando a opinião de especialistas da matéria, demonstra claramente que se trata de um verdadeiro capricho pessoal do Presidente José Sarney.

A obstinação com que o Chefe do Governo se lança ao empreendimento, mesmo após a ampla e negativa repercussão nacional, ecoa como uma determinação absurda e estranha, sem precedentes na História do País, sobretudo quando persistem graves problemas estruturais e conjunturais por absoluto imobilismo governamental, nas áreas da educação, saúde pública, habitação,

transportes coletivos, sem contar a situação da agropecuária, dos pequenos empresários, a inflação galopante, enfim, tantas questões que estão levando a maioria do povo brasileiro ao desespero por se encontrar sob condições de profundo empobrecimento.

Não bastasse a total ausência de justificação, por conseguinte, o caráter de obra supérflua, a primeira etapa de sua implantação – o que seria a concorrência – revelou-se um dos mais vergonhosos escândalos deste País, quando o jornal *Folha de S. Paulo* comprovou a negociação promovida pela empresa estatal Valec – a executora do projeto – e pelo Ministério dos Transportes, em benefício de empresas construtoras.

Mas a reação do Presidente da República, talvez imaginando pudesse ainda demonstrar algum sinal de honestidade governamental no escândalo, procurou atribuir exclusivamente às empreiteiras, a culpa pelo que considerou “possíveis irregularidades”, determinando a instauração de rigorosa apuração dos fatos.

Pois bem, Srs. Constituintes a referida Comissão de Sindicância do Governo acaba de revelar os resultados de sua “rigorosa” verificação, concluindo que houve omissões e falhas na realização da concorrência, mas que não cabe responsabilidade a ninguém, por ser impossível identificar-se a prática intencional de irregularidades.

Paralelamente, ao singular desfecho do inquérito governamental, o próprio Presidente José Sarney reuniu seu Ministério para anunciar, em discurso eloquente, um elenco de medidas genéricas para o enfrentamento da crise, no qual reafirmou a absoluta necessidade do combate à inflação, ao déficit público e à corrupção no País.

É preciso que S. Ex.^a, tão enfático, quando profere discursos à frente das câmaras de televisão, cumpra seus anunciados propósitos, através de demonstrações efetivas, concretas, não aceitando, por exemplo, que o escândalo da ferrovia Norte-Sul, comprovado publicamente, seja transformado, pelos sofismas e eufemismos que se estão a empregar, em uma realização correta e regular, oportuna e positiva, apenas marcada por “algumas falhas e omissões normais”, como pretende fazer crer a citada Comissão de Sindicância.

O povo brasileiro não admite tamanha farsa e expressa o seu veemente protesto, conforme exemplificam os termos do telegrama que recebi da Associação Comercial e Industrial, de Piçarras, Santa Catarina, os quais incorpoço em meu pronunciamento para retratar, de maneira inequívoca, o quanto a sofrida população reprova a fantasia do Governo José Sarney tão explicitada nessa ferrovia dos seus interesses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Perosa.

O SR. ANTONIO PEROSA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Passadas as primeiras etapas de trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, faz-se necessário um cotejo entre aquela imagem-objetivo que tínhamos em mente para o Brasil e o nosso povo e aquilo que até agora foi conseguido. Fundamentalmente, vamos fazer esse cotejo entre o Programa do Partido, seus compromissos assumidos

em praça pública e os primeiros efetivos resultados conseguidos até esta etapa.

Pretendíamos, como ação programática do PMDB, lançar as bases de uma sociedade moderna, socialmente justa, economicamente viável, politicamente democrática e institucionalmente estável.

Nestes primeiros meses de funcionamento, desenvolvemos uma intensa ação articulada da Liderança e Vice-Liderança do Partido na Constituinte, visando garantir a coerência de uma superestrutura Jurídica que permitisse ao País dispor de um arcabouço legal que pudesse traduzir-se em condições objetivas e indispensáveis à dignidade humana, base para o aperfeiçoamento moral e social do País, que, emergindo do obscurantismo, busca seus caminhos da convivência social e do progresso econômico.

Como pano de fundo desta ação, temos uma renitente crise econômica que está levando ao paroxismo a sociedade e os Poderes instituídos, interferindo negativamente no equacionamento dos problemas e impedindo o processo de formulação de teses mais profundas para a antevisão do futuro do País.

Por outro lado, a ação parlamentar tornou-se mais calcada nos problemas de ordem imediata, sobressaltada pelo fantasma do desemprego, da recessão e da convulsão social.

Assim, estabeleceu-se uma dupla tensão: a do imediato e a do arranjo das forças democráticas para a elaboração de uma Carta Constitucional hábil quanto aos seus objetivos futuros.

À luz do que precede, chegamos hoje a um esboço de Constituição que, a nosso ver, ainda está longe de representar o anseio da grande maioria da nossa população. Se, por um lado, garantiram-se conquistas importantes na área social e dos Direitos Humanos, o mesmo não se pode dizer sobre o ordenamento jurídico que presidirá o estabelecimento de uma nova ordem econômica para o País. Há, aí, um claro retrocesso em relação à conceituação de “empresa nacional”, reserva de mercado, questão fundiária e desenvolvimento agrário, desenvolvimento tecnológico e comunicações. Evidente que este resultado é fruto de um arranjo de forças suprapartidário, onde cada uma das partes pode ter certeza sobre sua força real, mas que deverá estar definida até a última fase da Constituinte, quando se darão as discussões em Plenário.

Cabe-nos, neste momento, refrear os ânimos e lançar os olhos para o futuro do País, das suas instituições, e antevemos que o momento é de negociação que o momento é de despreendimento, mas, sobretudo, o momento é de grandeza, de todos nós agentes da transformação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Santana de Vasconcellos.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O dia 14 de junho é data de extraordinário significado para a cidade, o município e a população de Alvinópolis, no Estado de Minas Gerais, pois assinala, este ano, o centésimo aniversário de fundação da Companhia Fabril Mascarenhas, empresa de marcante presença e profundas raízes não

somente na economia como na própria vida da comunidade.

Desde o século XIX, no hoje longínquo 1887, quando o País atravessava os últimos momentos da escravatura e da monarquia, nestes cem anos até agora transcorridos, não conheceu ela um único dia de interrupção em suas atividades. Vale dizer, a Companhia jamais deixou de funcionar, fosse por um só dia, quer porque os seus dirigentes conseguiram superar eventuais dificuldades, naturalmente ocorridas durante tão longo período, quer porque seus empregados nunca tiveram motivo, nestes 1.200 meses, ou 36.500 dias, para entrar em greve. Há, ali, entre os operários e a fábrica, entre os moradores de Alvinópolis e o grupo Mascarenhas, uma íntima comunhão, uma identificação completa, percebe-se uma preocupação constante com os empregados, com os interesses da comunidade local, de tal forma e intensidade que se pode afirmar que o que é bom para uma convém à outra.

Cabe um pequeno histórico, a partir da constituição da Cia. Industrial Paulo Moreirense, no arraial de Paulo Moreira, distrito de Mariana, e a subsequente instalação da Fábrica de Tecidos do Rio Peixe. O capital inicial de 120 contos de réis, dividido em 600 ações de 200.000 réis cada uma, foi subscrito por 27 acionistas. Compuseram a primeira diretoria os Srs. João Alves Fernandes, Tenente-Coronel José Pedro Gomes e Virgílio Domingues Gomes Lima. Elevado o arraial à categoria de município, aos 5 de fevereiro de 1891, recebeu o atual nome de Alvinópolis e passou a atrair novos investidores, até que, em 1903, o controle acionário da empresa ficou nas mãos do Coronel Aristides José Mascarenhas. O Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva assumiu a gerência da fábrica, ampliando a área construída e renovando ou adquirindo diversas máquinas.

Em 26 de abril de 1912, à vista da composição acionária então existente, a sociedade mudou sua denominação para aquela que até nossos dias a tem identificado, ganhando um terceiro diretor, o Comendador José Maria Afonso Baeta, e aumentando o seu capital para 360 contos, com 1.800 ações.

O grande Frederico Augusto foi mais tarde sucedido pelo queridíssimo amigo de todos, o inesquecível Paulo Mascarenhas, cuja figura ímpar povoava nossas melhores reminiscências e ocupa lugar de destaque em nosso coração de alvinopolense.

Substituiu-o seu irmão Júlio, que conseguiu o milagre de preencher uma lacuna talvez permanente, mas que, com a marca da grandeza e do brilhantismo, tem dirigido os destinos da Companhia Fabril, mostrando-se sempre um companheiro incomparável, um verdadeiro irmão, lutando ao lado das lideranças e da população, perseguindo o ideal de uma empresa modernizada e fortalecida em uma Alvinópolis progressista.

O Conselho de Administração atualmente é integrado por Fábio Vieira Marques, Júlio Álvares Mascarenhas, José Marcello Álvares Mascarenhas, Marcelo Vieira Marques, Márcia Mascarenhas Marques, José Júlio Mascarenhas Neto e Rafael Alvares da Silva Mascarenhas, e a Diretoria conta com os dois primeiros e mais Reinaldo José Monferrari e Renato Vieira Marques.

Certamente, um grupo econômico tão organizado, homogêneo e bem administrado teria de expandir-se, e a tecelagem cresceu de uma unida-

de, a Industrial Policena Mascarenhas, localizada em Araçai. Foi também ampliado o espectro de suas atividades, que inclui geração de energia elétrica, confecção de tecidos, agropecuária e laticínios, com 1.300 empregos diretos nos dois municípios. Em 1986, foram criadas a Cooperativa de Consumo dos Operários da Fábril e a Associação Beneficente.

Em área construída de 19.000 m², a Fábril possui 380 teares, emprega 840 pessoas e produz 1.696.000 metros quadrados de tecidos a cada 30 dias. Quanto à unidade de Araçai, foi ela adquirida em 1981, tem 6.000 m² construídos e fabrica 788.000 m² de tecelagem mensais.

Desenvolveu-se agora um projeto em Bocaiuva, em área da SUDENE, para uma fábrica de mais de 7.000 m², que utilizará os serviços de 220 pessoas.

Em Belo Horizonte, a empresa controla a coligada Confecção Monferrari Ltda. O grupo conta, ainda, com a Famagro Ltda., em seis municípios mineiros, e a Fazenda Mocambo, esta em Várzea da Palma e, além de reflorestamento e produção leiteira, inicia criação de Nelore.

Essa fase de crescimento não significa o abandono da filosofia tradicional que caracteriza a autêntica família Fábril Mascarenhas, que sempre fez, faz e fará preceder o social ao puramente econômico-financeiro, compatibilizando com rara sensibilidade humana os objetivos de uma empresa com os anseios da comunidade graças à qual existe e prosperou no passado e com a qual avançará no futuro, com segurança e confiança.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V - Vai-se passar ao horário de comunicações das Lideranças.

O SR. AMARAL NETTO, Líder do PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há uma semana, um Constituinte fez aqui acusações de tal gravidade que me obrigaram, em termos duros, vir a esta tribuna exigir da Presidência da Casa apuração de um documento apócrifo. Não sei de nenhuma providência, e gostaria de pedir a V. Ex.^a que dissesse ao Presidente Ulysses Guimarães, que é a quem vou procurar hoje, que não podem pairar sobre a cabeça de seis membros de uma Constituinte acusações de tal ordem, apócrifas, e sem que o acusador assuma a responsabilidade delas e indique a sua origem. Isto eu vou fazer pessoalmente.

Agora, Sr. Presidente, vou falar sobre o decreto do Novo Cruzado. Saibam todos que, pela primeira vez na História do Brasil, se editou um **Diário Oficial** num sábado, e que o de hoje já traz modificação do Cruzado e são modificações curiosas porque são as seguintes: § 4º do art. 13º:

"O valor resultante da aplicação do fator de deflação não poderá ser inferior ao do principal, acrescido dos encargos legais ou convencionais".

Fizeram o quê? Tiraram do regime de deflação que vinha previsto no sábado – escolas, os

impostos todos, os condomínios, e os consórcios. Tudo contra o povo.

§ 4º do art 8º:

"O excedente a vinte por cento, de que trata o parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 2.302, de 21 de novembro de 1986, e até esta data existente como crédito residual dos trabalhadores, também será incorporado aos salários, vencimentos, soldos, proventos e pensões, em seis parcelas mensais, a partir do início da fase de flexibilização de preços."

Tiram 12 dias de correção monetária e de salário dos operários, dos funcionários civis e militares. Tiraram o saldo residual dos 12 primeiros dias de junho de todos os trabalhadores do Brasil, enquanto davam 50% de aumento ao Judiciário. Não estou contra aumento ao Judiciário. Eu estou é impressionado quanto à diferença de tratamento. Só esqueceram de tirar o compulsório que pesa sobre a cabeça de todos os brasileiros, em geral.

Agora, Sr. Presidente, eu estou convencido de que o Presidente José Sarney não é tão culpado quanto eu pensava. Eu estou convencido é que o pessoal não dá bola para ele. E vou mostrar a V. Ex.^a viu que foi dada a ordem para que não se gaste. Isto foi do tempo de Tancredo Neves. Sabe V. Ex.^a o que está acontecendo? Está acontecendo que, neste decreto, o Presidente abre mão de sonhos e joga em cima de nós dinheiro bruto. Por exemplo abre mão da Ferrovia Norte-Sul, que é um sonho, não existe, ele não cortou nada, ele tirou o que não havia. Abre mão do pólo petroquímico que também não havia. De tudo que o Governo abriu mão não havia. O Governo só não abriu mão e fechou-a em cima do aumento da gasolina, da energia, do telefone e de todas as tarifas.

O Governo não provou, por um milímetro que seja, que vai tentar, e como vai tentar, diminuir o déficit de 7%, que quando aqui se dizia isso, dizia-se que era mentira.

Pois bem, Sr. Presidente. Não é só o DIEESE. Todas as pessoas, de qualquer partido e de qualquer facção, a quem consultei, de ontem para hoje, garantem que dentro de dois meses o trabalhador estará arrebatado em pelo menos 35% do poder de compra do seu salário.

Agora, vamos vez como eles dão bola ao Presidente. No dia 25 de maio, o Presidente José Sarney mandou um memorando aos seus Ministros pedindo-lhes que não se ausentasse de Brasília, para ficarem em Brasília e trabalharem em Brasília. Mas, o final do memorando é muito curioso e diz assim:

"Aproveito a oportunidade para também solicitar de V. Ex.^a que determine o maior rigor possível nos processos de limitação de viagens ao exterior, de modo a prevalecer apenas as absolutamente necessárias."

Sr. Presidente, veja a coincidência: esse memorial é do dia 25 de maio. No dia 12 de junho, quando saiu o decreto dizendo que o Governo vai ter autoridade, trago a V. Ex.^a para que saibam: em maio de 87, viajaram para o exterior 750 pessoas, na média diária de 37,5 e na média horária de 4,9. Depois do dia 1º, do dia 1º ao dia 12 de junho, dia da entrada em ação do Plano Cruzado, com todo o memorial do Presidente, que era

o quinto, pedindo para viajar o menos possível, sabe V. Ex.^a quantas pessoas viajaram nesses primeiros 12 dias de junho? 533, num total equivalente a 53,3 pessoas por dia útil e 6,7 pessoas por hora útil. É recorde absoluto, mesmo na história da Nova República, que desde que se empossou já mandou para o exterior 16.573 pessoas, e a cada dia mais, e a cada dia com mais dinheiro, mais passageiros e mais diárias.

O trabalhador não vai ter indexado o seu salário, vai perder a renda que ganha; o Judiciário vai ter 50% de aumento: O que digo é muito justo. Eu quero saber o que se vai fazer com o resto do País.

Por outro lado, ninguém obedece ao Presidente. O Presidente diz que abre mão de algumas obras, obras que não existem, porque não estavam nem previstas; a origem do dinheiro dessas obras ninguém conhecia. O que apelo ao Presidente é que abra mão de fato daquelas despesas que não são absolutamente essenciais para a sobrevivência do povo brasileiro.

Esta era a declaração que desejava fazer, Sr. Presidente, em nome da bancada do PDS, com o meu protesto e, ao mesmo tempo, solicitar a V. Ex.^a que peça ao Presidente Ulysses Guimarães que dê uma satisfação aos Deputados que foram aqui acusados injusta e indignamente, sem nenhuma prova, que tenha credencial suficiente para desmoralizar um Constituinte nesta Casa.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A defasagem de preços entre os insumos e os produtos agrícolas estão levando à falência a agricultura rio-grandense e brasileira. Se lembrarmos ainda, em especial os altos juros bancários, veremos que a Nova República está por concretizar uma Reforma Agrária às avessas, tirando terra dos agricultores pela hipoteca, para entrágá-la aos Bancos. Urge pois uma medida de urgência, de parte do Governo para salvar a agricultura rio-grandense e nacional, concedendo **Moratória** aos agricultores perante o sistema bancário, a **Moratória Verde**, antes que seja tarde.

O jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, em sua edição de domingo, no suplemento "Campo & Lavoura", apresenta, em oportuna reportagem de **Horst Knak** o "Peso da Dívida" começando por afirmar que: "Do jeito que vai muito agricultor terá que entregar máquinas, trator e até a própria terra."

Faço aqui o registro da matéria, com seu texto na íntegra, para melhor elucidar as autoridades competentes sobre a urgência das medidas que estamos pleiteando, para salvar a agricultura rio-grandense e brasileira:

"Antes da amortização da primeira parcela do financiamento de um trator, adquirido em junho de 1986, o produtor chega a uma triste constatação: deve quase quatro vezes mais do que no momento da compra. Em um ano, entretanto, os preços mínimos subiram de 100% (milho) a 150% (soja), não ofere-

cendo rentabilidade suficiente para remunerar o investimento. O exemplo apresentado pela assessoria econômica da Fecotriga ilustra muito bem o peso que a agricultura precisa carregar nas costas para produzir alimentos. No final de junho termina o prazo de 30 dias para que o Governo retire a correção monetária plena para créditos complementares de custeio e investimentos realizados antes, durante e após o término do Plano Cruzado. A Fecotriga é taxativa: vai recomendar que os agricultores ingressem na justiça contra a cobrança de reajuste monetário pelos agentes financeiros.

As normas baixadas pelo Banco Central, de que as dívidas de mini e pequenos produtores (com saldo devedor inferior a Cz\$ 200 mil) devem ser corrigidos apenas com 50% da atualização monetária, não estão sendo cumpridas pelos agentes financeiros. Segundo a Fecotriga, além de vital para esta faixa de agricultores, a medida precisa ser estendida a todos os produtores, que não poderão saldar seus compromissos, devido à defasagem dos preços recebidos.

O movimento não podia tomar outro rumo, senão o de Brasília, onde já estão acampados vários grupos de agricultores, que também pedem moratória para o campo. O Presidente da FARSUL Ary Marimon, advertiu esta semana que "não adianta mais acenar com a prorrogação da dívida, porque o Governo só está adiando a solução". Aos empresários da indústria, Marimon lembrou que os empréstimos de bancos privados a agricultores foram de Cz\$ 100 bilhões no ano passado, que com a correção monetária podem ter triplicado.

O choro generalizado no campo, segundo Marimon, deve-se à indexação da dívida ao especulativo mercado financeiro e "porque o governo nunca permitiu que o produtor se capitalizasse, via confisco da soja, importação de alimentos e tabelamento ao consumidor". Na formação da lavoura de trigo, por exemplo, 73,1 representam custos com insumos – fertilizantes 28,67%, fungicidas e herbicidas 24,75%, combustível 6,25% (antes do último reajuste) e transporte e movimentação da safra 8,98%. Estes insumos subiram mais de 250% apenas em 87.

A crise e endividamento generalizado no Estado, segundo o presidente da FARSUL, deve-se a esse golpe no campo, que arrastou consigo toda a agroindústria, que representa 45% da economia do Estado. Além disso, o Rio Grande do Sul produz 50% de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes e outros insumos, cujo consumo caiu a níveis nunca antes verificados.

O grupo da dívida, que uniu num mesmo bloco os presidentes da Fetag, Fecotriga, Ocergs, Farsul e o governo do Estado, exige que a correção da dívida seja indexada ao Índice de Preços Recebidos (IPR), que mede a evolução de preços no campo. O presidente da Fecotriga, Terciso Redin, considerou absurdo o produtor assumir uma dívida com o valor de 2.900 sacos ao pagá-la. As divergências destas entidades parecem ter sido colocadas em segundo plano diante destes números. Pelo menos é o que se verifi-

cou durante a reunião de terça-feira na Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa. Marimon sentou-se ao lado de Severino Grecchi, da Fetag, trocou piadas e tapinhas nas costas. O Deputado Erarci Müller prometeu engrossar a Frente Pró-Agricultura em Brasília, mas considerou fundamental a mudança de humor do agricultor gaúcho, excessivamente pessimista.

No Paraná, lembra o assessor econômico da Fecotriga, Paulo Trevisan, os leilões de terras se sucedem, principalmente no Vale do Ivaí. Naquele Estado, os contratos de investimento venceram em maio e a única solução foi entregar partes da propriedade. Isso pode se repetir no Estado a partir de julho, opina Trevisan. O economista entende que as normas de redução da correção monetária têm várias interpretações jurídicas, originárias de posições conflitantes entre o banco e o produtor. Os números exatos da dívida não são conhecidos, porque há créditos prorrogados da seca, crédito pessoal, de fornecedores e cooperativas. Segundo o Presidente da Ocergs, Adelar da Cunha, apenas às cooperativas os produtores gaúchos devem mais de Cz\$ 1,5 bilhão.

O documento encaminhado pela Frente Pró-Agricultura ao Governo Federal pede a prorrogação de todos os contratos de crédito rural em aberto, para permitir o pagamento de acordo com a capacidade de produção de cada agricultor. Apesar de o Ministro da Agricultura, Íris Resende, garantir que as últimas medidas do governo contemplam o campo, os efeitos não transparecem no emaranhado financeiro e inflacionário. Segundo pareceres jurídicos, os contratos só podem ser corrigidos um ano após a sua celebração já que, quando foram firmados, era proibido cobrar correção monetária."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicito a atenção de V. Ex.^{as} para o tema que hoje abordo, por considerá-lo do interesse de todos nós.

Muito embora a esmagadora maioria das duas Casas do Congresso represente outros Estados da Federação é aqui, na Capital do País, que todos vivemos. Alguns, como eu, radicados no Distrito Federal, tornaram-se brasilienses por opção. Outros permanecerão durante o período de duração de seus mandatos.

De qualquer forma, Srs. Constituintes, o aumento da violência nesta Unidade da Federação nos atinge a todos, pois a ela estamos, assim como nossas famílias, permanentemente expostos.

Esta Capital, com o acelerado crescimento populacional de 8% ao ano conta, atualmente, com

1 milhão e setecentos mil habitantes. Sua vida urbana sofre, também, a influência de, aproximadamente, 200 mil pessoas que, apesar de residirem no Entorno, aqui trabalham.

A situação tende a piorar com a chegada, a cada mês, de 15 mil pessoas, em média.

Na Região Geoeconómica, as cidades poderiam atuar como barreiras de proteção, atraíndo levas de migrantes. Carecem, porém, de infra-estrutura e de equipamentos urbanos que atendam às necessidades de habitação, emprego, educação e saúde. Nessa situação, ao invés de conterem as migrações, contribuem para engrossá-las, já que membros de suas comunidades demandam ao Distrito Federal, em busca de melhores oportunidades.

Sabemos que todas as grandes cidades do País apresentam o mesmo quadro de urbanização patológica. Estamos conscientes de que o Brasil atravessa uma grave crise econômica, sendo cruel a excessiva concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada.

É claro que a desigualdade na redistribuição da renda gera o desemprego, a miséria, a fome, e, automaticamente, a revolta e a violência.

Tenho participado ativamente dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Posso testemunhar o esforço que vem sendo feito, no sentido de que a Nova Constituição contenha dispositivos que permitam a correção dessas distorções.

Sabemos, porém, Sr. Presidente, que a impunidade é um dos maiores incentivos ao crime. Além disso, uma força policial competente pode reduzir os índices de criminalidade. O Distrito Federal necessita de policiamento ostensivo, de ação policial preventiva e repressiva, de investigações criminais eficazes, que entreguem os culpados ao julgamento da justiça.

Somente no Plano Piloto, foram denunciados, em 1986, 10.863 crimes – um quarto dos casos registrados em todo o Distrito Federal. E quantos foram solucionados? No caso dos assassinatos dos motoristas de táxi, a impunidade é a tônica. Também quanto aos estupros, como no caso da jovem estudante Mônica Medeiros, de apenas 16 anos, que abalou Brasília e revoltou a comunidade.

Não questiono, de forma alguma, a capacidade dos membros daquela briosa corporação. Considero, porém, que a ação policial esteja carecendo, provavelmente, de diretrizes mais adequadas, de uma coordenação eficiente que produza resultados satisfatórios.

Em outubro de 1986, o Governador José Aparecido assinou decreto constituindo dois grupos de trabalho e uma comissão especial, com o objetivo de estudar a questão da violência e da criminalidade urbana.

Os contribuintes têm o direito de contar com a eficiência dos serviços públicos, pois os mesmos são mantidos com o dinheiro do povo.

Ao criar os citados grupos de trabalho e a Comissão, o Governador do Distrito Federal pronunciou palavras que merecem ser lembradas neste Plenário:

"A segurança e a tranqüilidade são requisitos para o povo trabalhar em paz. Os cidadãos expostos a qualquer tipo de violência são a marca do fracasso e da incapacidade dos governos."

A população desta Capital continua aguardando, portanto, as providências energéticas de S. Ex.^a Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO, Líder do PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo do Presidente José Sarney arremeteu à sociedade brasileira mais um pacote econômico. O que se denota, Sr. Presidente, é mais uma medida nesta área; é que o Governo brasileiro teve como princípio básico atender aos reclamos e às recomendações do Fundo Monetário Internacional. Os estudos levantados pelos organismos dos trabalhadores indicam que, com os três pacotes econômicos, o trabalhador brasileiro teve a maior perda salarial de toda a história na vida sindical brasileira.

Os estudos preliminares nos indicam que a categoria que menor perda terá, com a edição do novo pacote, aliado aos pacotes anteriores, perderá cerca de 35% do valor real de seu salário. O que se denota nesse novo Plano, que pretende, de alguma forma, encaminhar soluções para a fragilidade do Governo Sarney, é que, mais uma vez, os trabalhadores brasileiros são os únicos a pagar pelas recomendações do Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, gostaria de trazer, além desse assunto, outro que nos parece de grande importância na vida atual brasileira. Nós, do PDT, não temos nenhuma vinculação com militares, sempre cultivamos um trabalho político fundamental à democratização das Forças Armadas, sem que, entretanto, tenhamos quaisquer vínculos ou busquemos qualquer forma de influir na vida das Forças Armadas Brasileira. Mas hoje, não posso deixar de aqui pedir a transcrição, nos Anais desta Assembléia, do artigo escrito pelo Cel-Aviador José Agostinho Maciel. Não sei de onde é, não sei qual a sua tendência política, não sei por que escreveu neste momento agudo da vida brasileira este artigo no *Jornal do Brasil*, que diz bem da análise que todos os brasileiros, preocupados com o rumo do País, estão hoje fazendo.

Nesse artigo, Sr. Presidente, que foi publicado no *Jornal do Brasil* de ontem, intitulado "Antes que seja tarde", o Cel-Aviador, membro do Corpo do Estado-Maior da Aeronáutica, alerta o País para o engodo, para o fracasso e para a mentira. O fracasso da política econômica do Governo Sarney, a mentira relativa à possibilidade de que muito se noticiou inclusive com os canais de televisão abertos para a propaganda farta, de que o nível de vida do povo brasileiro teria melhorado muito; e o engodo referente, sem dúvida, Sr. Presidente, às medidas econômicas do famoso Plano Cruzado, das importações escandalosas de alimentos estragados.

Na verdade, o Coronel José Agostinho Maciel, ao produzir esse documento, teve ontem mesmo a sua prisão decretada pelo Ministro da Aeronáutica.

É bom relembrar os fatos políticos que geram a relação no País entre civis e militares.

Sr. Presidente, assistimos durante esses anos todos, críticas exacerbadas de alguns militares e, sobretudo, o lançamento de um livro do Coronel Ostra, que pretende, como dizia, fazer a sua defesa, emitindo conceitos políticos e defendendo o instituto da tortura no País, do qual ele foi um dos principais participantes. Na oportunidade, o Ministro Leônidas Pires Gonçalves dizia que o Coronel não seria punido porque era justo que cada um fizesse a defesa de sua honra.

Pois bem, o Coronel-Aviador José Agostinho Maciel, a quem não conheço, não sei se tem filiação partidária, emitiu conceitos em um artigo que escreveu ontem no *Jornal do Brasil*, guardadas as proporções, analisando, inclusive, o papel das Forças Armadas, seu envolvimento durante 20 anos na vida política brasileira. Em determinado momento do seu artigo diz que não é político, que não fica bem para as Forças Armadas fazerem política ou se envolverem nas questões centrais da política brasileira e alerta o País, analisando o fato extremamente correto, contemporâneo, do engodo da mentira e do estelionato eleitoral que fora o Plano Cruzado do Presidente José Sarney. Afirma ainda mais, que muitos líderes políticos deste País preferiram ficar coerentes com as nossas posições, defendendo-as quando toda a Nação brasileira, instrumentada por uma campanha milionária, sobretudo da TV Globo – é necessário que o Parlamento e a Constituinte saibam quanto custou aos cofres públicos – do que perder as eleições e embarcarem na canoa fácil da mentira, do engodo e da vitória eleitoral que produziu, para muitas pessoas, essa Constituinte que aí está hoje, extremamente divorciada da sociedade brasileira. Uma Constituinte que veio no bojo de um estelionato político de eleições para Governadores, pois há muita gente pensando em fazer aqui no Brasil uma Constituição para atender aos seus interesses imediatos, não entendendo que uma Constituição se faz, sobretudo, para a hora presente e para o futuro do País.

Se continuarmos a palhar os caminhos de uma Constituinte retrógrada e, sobretudo, muito longe da realidade brasileira, corremos o risco de redigirmos uma Constituição que já nasce morta.

E aos companheiros progressistas, democráticos e nacionalistas direi que é fundamental que, neste momento tenhamos consciência do nosso papel, porque há muitas que aqui, dentro da Constituinte, buscam desmoralizar as instituições, pregando a desmoralização do poder civil, pregando a desmoralização da Assembléia Nacional Constituinte, para que tenham êxito, nas tentativas de golpes em que estão envolvidos.

Sr. Presidente, ao finalizar, peço a transcrição do artigo "Antes que seja tarde", do Coronel José Agostinho Maciel, que foi preso ontem, por ordem do Ministro da Aeronáutica porque emitiu conceitos sobre a realidade brasileira, criticou, de forma muito competente, o caos institucional, a mentira econômica e, sobretudo, o engodo de um Governo que não tem legitimidade e busca aliar-se aos setores mais atrasados da Constituinte para garantir cinco anos de seu mandato, quando lá fora o povo clama, segundo as pesquisas, por eleger seu Presidente da República, encaminhar soluções para o País, que não passam de planos

utópicos, planos de ocasião, planos imediatos para a solução de problemas que não serão solucionados, porque antes de tudo, têm o sabor de manter aqueles que erraram duramente contra o povo brasileiro no poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BRANDÃO MONTEIRO EM SEU DISCURSO:

ANTES QUE SEJA TARDE

José Agostinho Maciel – Coronel-Aviador.

No início de 1986 o Governo Sarney ia mal; muito mal. Estava isolado. Sem respaldo dos políticos, nem da população em geral. Urgia uma providência.

Lançou-se então o chamado Plano Cruzado. Foi um verdadeiro sucesso. Quem não se lembra daquela economista que até chorou na televisão? Salvava-se a economia do Brasil, com um remédio inusitado: decreto-lei.

Mas não era o bastante. Precisava o Governo de apoio do povo brasileiro. Tinha que "dar certo". Insuflou-se então o povo contra os produtores de carne, leite, gerentes de supermercados, farmácias, hotéis, restaurantes, enfim, contra os dirigentes das classes empresariais em geral, estigmatizando-os, acusando-os de serem os causadores da desgraça nacional.

Naquela altura, qualquer inteligência mais lúcida que tentasse elevar sua voz, abrindo os olhos dos mais ingênuos, era logo calada pela força descomunal de uma grande parcela da imprensa que, autocensurada ou – quem sabe? – até comprada, se encarregava de iludir o povo com um sonho delirante. Criaram-se os "fiscais do Sarney" para sutilmente exercerem as funções de policiais de uma trágica "política-econômica". Era a inflação zerada, fazia-se inveja aos suíços.

Mas atingiram seus objetivos a eleição de 22 Governadores e a grande maioria dos Constituintes, garantindo praticamente sua permanência no governo até 1990. Ou mais. Mesmo que, para isto, tenham reduzido nossas reservas cambiais em algo como sete bilhões de dólares. Não precisamos ser *experts* em política financeira internacional para imaginar a incômoda situação em que devem ter ficado os negociadores de nossa dívida externa no chamado Clube de Paris, ao serem indagados sobre a razão dessa queda sete vezes bilionária, quando todas as condições eram favoráveis a um aumento, considerando-se que os preços do petróleo no comércio internacional caíram, assim como as taxas de juros de nossos principais bancos credores.

Será que responderam que foi comprando alimentos dos produtores europeus, produtos esses até hoje questionados por nossas autoridades sanitárias quanto aos danos que podem causar à saúde, já que estão contaminados pelas radiações do desastre nuclear de Chernobyl, e que, assim procedendo, desorganizaram completamente nossa bacia leiteira e nossa indústria agropecuária, beneficiando, e muito, a economia desses países que estavam com esses produtos encalhados?

Afirmam que houve aumento do nosso poder aquisitivo, mas esqueceram de dizer que esse aumento se deve, em grande parte, ao fato de que

o povo, iludido com a inflação zerada, retirou suas economias das cadernetas de poupança, ocasionando, assim, uma demanda excessiva da grande maioria dos produtos, resultando no caos que atualmente vivemos. Falta tudo. Perguntam-se, então, os antigos poupadões: e agora, José?

Mais ainda vigora aquele velho ditado: pode-se enganar todos durante um certo tempo, alguns, durante o tempo todo, mas nunca todos durante o tempo todo.

Agora que a farsa acabou, partimos para mais uma jogada louca. Mais um salto no escuro. Lançar novamente o povo, tinhosamente, contra os credores intencionais, apelando para os nossos sentimentos. A dívida externa será o próximo cavalo de batalha do governo. Moratória. E assim pretende passar mais um ano de ilusão, dando chance a que governantes de outros países novamente duvidem de nossa seriedade.

Sou contrário à política nos quartéis. Não nos ensinaram esta verdadeira arte nas escolas militares. Principalmente a arte de fazer política na América Latina, onde a democracia titubeia, vacilante, entre os regimes conservadores de direita, chamados de ditadura, e os regimes demagógicos de esquerda. Nesse ínterim, nós é que sofremos as consequências, pois entramos todos no mesmo saco, ficando conhecidos como gorilas, torturadores, assassinos etc, etc, etc.

Os ministros militares parecem os únicos que não percebem os caminhos tortuosos em que estamos entrando. Condenam a "síndrome da catástrofe". Insistem que não há crise. Se eles apontam problemas, afirmam que são facilmente contornáveis e que devemos todos confiar na competência dos seus atuais líderes políticos e da "messiânica" equipe econômica.

Recordo agora os conselhos de meus pais quando, inteligentemente, naquelas fases turbulentas da adolescência, nos chamavam à razão, contando-nos a história triste de uns filhos cujos pais, excessivamente permissivos, ficaram perdidos, por falta de conselhos oportunos, nos caminhos perigosos dos vícios, amores proibidos e sem arrependimentos e, próximos do fim, condenados à morte, naquela hora fatal. Ao se despedirem dos pais, em vez de beijos, receberam dos filhos o desprezo, o escarro, a mordida raivosa. Os pais, arrependidos, choravam. O arrependimento quando chega, faz chorar...

Nosso povo, ainda inculto, é presa fácil do primeiro discurso do político profissional. Mas felizmente ainda temos uma pléiade de civis confiáveis e capazes, a maioria deles, porém, longe da política, mas que podem dar uns bons conselhos aos nossos governantes e levar esta Nação a um futuro honrado para os nossos filhos. Nós, militares, não levamos muito jeito para política. Bastam os recentes anos que nos foram tão desgostantes. Fomos incriminados demais. Chega.

Alguns bons políticos perderam as últimas eleições, somente porque se mantiveram fiéis às suas bandeiras. Nunca traíram seus ideais, nem seus partidos.

Outros foram eleitos simplesmente porque defenderam um falso confisco de bois. Entraram na onda certa da demagogia eleitoreira.

Estão aí, firmes, nos seus castelos de areia.

Mas, até quando?

Durante o discurso do Sr. Brandão Monteiro, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Venho expressar o que tem sido objeto de numerosas afirmações no seio, sobretudo, das Comissões da Ordem Econômica e da Educação, sobre as posições assumidas na Assembléa Nacional Constituinte por aquilo que denunciei há algum tempo: a constituição, nesta Casa, de uma Santa Aliança mais reacionária do que aquela que foi negociada por Metternich depois da derrota de Napoleão, uma Santa Aliança para tirar do pó dos arquivos os direitos que o povo já repudiara e que exigia fossem definitivamente expulsos da legislação brasileira na Constituição que vamos elaborar. Essa aliança reúne o Partido da Frente Liberal que, fiel às suas concepções profundamente reacionárias, permitiu a esse Partido e aos seus filiados, durante 20 anos, apoiarem todas as violências e crimes do regime militar que se estabeleceu com o golpe de abril de 1964. Agora, fortalecidos por Deputados oriundos do PTB – Partido que jogou na lata do lixo da História as mensagens de Vagas e foi negociar seu apoio ao Governo Figueiredo –, pelo PL que só tem de liberal o nome, mas que é, também, um Partido profundamente reacionário e poderá, talvez, reivindicar o título de liberal se o entendermos como defensor do liberalismo, e por muitos companheiros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro que, abandonando as bandeiras no Partido, se aliaram à Frente Liberal, ao PTB, ao PL, ao PDC.

O SR. CARDOSO ALVES: – À Maioria!

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – À Maioria, V. Ex.^a não demonstrou e nem demonstrará. Está desafiado...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha.): – Atenção, não é permitido aparte. A Mesa pede a colaboração dos Srs. Constituintes para que, democraticamente, se façam manifestações neste plenário.

(Tumulto no plenário.)

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – Sr. Presidente, indago se ainda se pode falar nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está com a palavra o nobre Constituinte Osvaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – ...porque a UDR tomou a palavra pela voz do Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES: – Era isso que eu queria.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO: – O que está ocorrendo no Brasil não é nada de novo,

para os que estudam Ciência Política, Sociologia Política. Recordo ter lido, nos idos de 1940, um livro admirável do Mestre Joseph Harold Laski, "Reflexões Sobre a Revolução do Nosso Tempo", em que o ilustre pensador inglês dizia, com clareza meridiana: "Os liberais pregam a democracia até que os seus privilégios começam a ser ameaçados." Quando isso ocorre, eles se aliam aos fascistas e promovem a ascensão do fascismo". Foi o que fizeram os Krupp e os Thyssen, na Alemanha de Hitler, foi o que fizeram os Agnelli e os Borsiga na Itália de Mussolini e é o que estão fazendo, hoje, os Cardoso Alves, os Affif Domingues, os Roberto Campos e os Delfim Netto, no Brasil de 1987, aliados aos fascistas da UDR, para impor pela violência e pelo crime, para manter o sistema retrógrado feudal que devia ter desaparecido do Brasil há mais de 200 anos, cuja extinção, José Bonifácio pregava à época da Independência, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco pregavam à época da Abolição da Escravatura, e que eles defendem hoje, decorridos 160 anos, meus senhores. Eles querem o direito absoluto sobre a propriedade rural.

Mesmo a um grande proprietário rural como o Senador Severo Gomes, com o seu espírito conciliador, foi impossível encontrar uma negociação com esses grupos fascistas, porque S. Ex.^a pretendia uma definição democrática, um limite qualquer ao direito de propriedade que fosse fixado numa lei ordinária, para o futuro. Nem isso admitiam os fascistas da UDR, porque pregavam que o direito de propriedade não deve ter nenhum limite, com exceção, diziam eles, da capacidade econômica do proprietário. Isso nos foi repetido à saciedade pelo Sr. Alysson Paulinelli, pelo Constituinte Cardoso Alves e por todos os porta-vozes da extrema direita. Mas, graças ao pensamento vivo do PMDB, que ainda não morreu graças ao trabalho admirável desse companheiro de grande pugnacidade e sinceridade política, que é o Presidente do PMDB do Paraná, o Sr. Constituinte Maurício Fruet, comunicamos hoje ao Presidente Ulysses Guimarães que a Convenção do PMDB está convocada para 18 de julho, ocasião em que iremos definir as antigas bandeiras do Partido. E esses fascistas vão amargar a derrota dentro das fileiras partidárias.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para se imaginar o que se fez aqui é preciso dizer que homens como o Senador Edison Lobão, como o ex-Senador e Deputado José Lins, teimaram em rasgar o Regimento Interno e sequer submeteram a votação do anteprojeto que eu havia redigido e que sofrera 277 emendas em plenário, das quais 30 haviam sido incorporadas ao anteprojeto, nem mesmo ao substitutivo, o anteprojeto redigido pelo Relator-Geral, Senador Severo Gomes. É preciso salientar que o anteprojeto do Senador Severo Gomes recebera mais de mil emendas, examinadas uma por uma, com pareceres publicados. Nada disso foi objeto de votação. O Presidente José Lins – a exemplo do que anteriormente já havia feito o Constituinte Edison Lobão –, eles rasgaram praticamente o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, como bons fascistas que são, fiéis à violência, que não respeitam nenhum direito e nenhuma lei, senão a vontade dos proprietários, a vontade dos latifundiários. Amparados por uma decisão equívoca – lamento dizê-lo, mas é preciso ser fiel à verdade – do

nosso Presidente Ulysses Guimarães, rasgaram o Regimento Interno e nem mesmo colocaram em votação aqueles anteprojetos.

Mas, Senhores, eles tinham maioria na Comissão, alegavam tê-la, proclamavam tê-la. Por que não submeteram esses anteprojetos a votação? Para uma demonstração de força, porque a mentalidade fascista repugna respeitar a lei, mesmo quando ela lhe assegura o exercício da maioria.

Então, Senhores, o que se viu foi que o anteprojeto do Senador Severo Gomes, elaborado com tanto equilíbrio, com tanta busca do consenso, foi jogado à margem e foram aprovados 3 substitutivos profundamente ridículos, porque um deles, que procura disciplinar a reforma agrária, pág. 6 do avulso, art. 33 – essa jóia que Eça de Queiroz diria, com aquele espírito que fazia derrubar Jericó com a ironia – diz:

"§ 2º A função social é cumprida quando o imóvel:

a) é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado."

Não conheço, Srs. Constituintes, nada mais ridículo, mais risível, do que este dispositivo. Isso foi aprovado como norma a ser inscrita na Constituição brasileira, mas tem coisas mais graves; o art. 3º, no § 1º, ao dispor sobre a definição de empresa nacional, consegue um milagre – fala e define o que é empresa nacional, sem citar a palavra "brasileiro", da qual parece que os autores do substitutivo têm nojo.

Diz lá:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica, constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País."

Isto é, se o Sr. David Rockefeller vier morar na Avenida Atlântica, na Vieira Souto ou em Guarujá e ali adquirir um apartamento por alguns meses, a empresa que ele constituir será brasileira.

A Shell, a Esso, a General Motors, a Internacional Business Machine, todas as grandes companhias americanas passam a ser brasileiras por esse milagroso artigo que as multinacionais pretendem inserir no texto da Constituição brasileira.

Dizia-me ontem um empresário nacional, por sinal um empresário de origem alemã, filho de alemães nascido no Brasil, grande professor universitário, o Profº Kurt Politzer, especialista em química fina, dirigindo hoje uma empresa média de química fina no Brasil, que a França que visitou exige uma disciplina severa para a definição das empresas nacionais, que não só se limita a pesquisar quais são os acionistas, a maioria dos acionistas, a participação do capital nacional, mas vai investigar dentro do arquivo das empresas a correspondência que elas mantêm com outras empresas no resto do mundo, se elas têm ou não autonomia de direção, e só quando fica demonstrado que elas têm autonomia, que têm governo próprio é que passam a poder usar o título de companhias francesas e como tais a gozar dos privilégios que a lei lhes assegura.

Nada disso vale para o Brasil que a UDR mancomunada com os grandes empresários das multinacionais, sob a liderança desses quatro Cavaleiros do Apocalipse, o Sr. Delfim Netto que é

responsável por uma dívida externa de 102 bilhões de dólares, pelos escândalos financeiros da Delfim e de tantas outras empresas; pelo Sr. Roberto Campos, que é responsável pelo escândalo da compra da AMFORD no Governo Castello Branco e tantos outros; pelo Sr. Alysson Paulinelli, que é responsável por um decreto que autorizou os estrangeiros a adquirir até 1/4 de um município no Brasil, qualquer que fosse a dimensão do mesmo.

Pois bem, esses homens é que estão liderando a Assembléa Nacional Constituinte no Brasil. É preciso que o povo brasileiro desperte, que venha para as ruas denunciar o complô que hoje se organiza dentro da Assembléa Nacional Constituinte contra a soberania nacional. Ou o povo se une, se organiza e vem para as ruas como veio durante a luta pelas eleições diretas, pela eleição do Presidente Tancredo Neves ou o Brasil continuará vendido às multinacionais, porque algumas delas como a British Petroleum, e a BRASCAN já receberam no Governo Figueiredo mais de três mil concessões de lavra de minério de toda ordem, de ouro, de manganês, de nióbio, de ferro, de minérios de toda natureza. E ocupam hoje mais de 90% do território, como se fosse próprio.

O Brasil é um dos maiores produtores de ouro do mundo, mas, Senhores, o Uruguai, nosso vizinho, que não tem uma mina de ouro, exporta toneladas e toneladas deste minério que fogem do Brasil pelo contrabando provocado por essas multinacionais.

Isso tudo, Senhores, ficará irremediavelmente consolidado se essas disposições, feitas pelos apátridas que tentam governar o Brasil, forem consolidadas na Constituição.

O que a Constituição precisava dizer, como diziam as Constituições brasileiras do passado, desde a reforma feita pelo grande patriota, o Presidente Arthur Bernardes, em 1926, é que as concessões de jazidas e lavras de minérios só poderiam ser concedidas a brasileiros. Mas, isso, foi fraudado durante o período dos governos militares, que foi fraudado durante 20 anos, agora caminha para a consolidação se a Assembléa Nacional Constituinte não acordar.

Creio que a maioria da Assembléa Nacional Constituinte não tem, sequer, um pendor coletivista ou socialista; a grande maioria da Assembléa Nacional Constituinte é constituída de democratas que, no campo econômico, admitem uns uma maior ou menor intervenção do Estado. Por mim, entendo que a intervenção do Estado... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou concluir, Sr. Presidente.

...deva se limitar a atividades estratégicas, fundamentais para o povo brasileiro, como o petróleo, o nióbio, os minérios nucleares, como todas aquelas atividades essenciais à coletividade, a produção e a transmissão de energia elétrica, as comunicações, os transportes ferroviários e outros. Mas o que esta Assembléa certamente não admite é que a soberania do subsolo brasileiro seja vendida às multinacionais, através dessa aliança impatriótica, que hoje aqui está dominando a votação das Comissões, que há bem poucos dias terminaram os seus trabalhos.

Estou convencido de que só por um engano, por um engodo, muitos Constituintes, que são patriotas, mas que foram levados a engano pela

articulação ardilosa da UDR e das multinacionais, apoiam esses substitutivos que alienam a soberania do País, e que no Plenário, a maioria da Assembléa Nacional Constituinte saberá reagir contra essa alienação, defendendo o subsolo do Brasil, as riquezas nacionais, que são patrimônio arrancado pelo sangue dos nossos antepassados e que nós devemos legar às gerações do futuro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra nos termos do inciso VII do art. 93 do Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa assegurará a palavra a V. Ex.^a, de vez que foi referido, tem direito da defesa, mas dará a palavra a V. Ex.^a após – conforme determina o Regimento – os Srs. Líderes terminarem as intervenções.

O SR. CARDOSO ALVES: – É apenas para o Constituinte Oswaldo Lima Filho saber o que vou falar e gostaria de tê-lo no Plenário.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS, Líder do PDC: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Democrata Cristão enaltece a posição, o comportamento do Presidente Ulysses Guimarães, a sua condução serena no processo de elaboração da nova Carta Magna, desde o início até aqui, e acreditamos que S. Ex.^a já conquistou o direito de ser aplaudido, desde agora, quanto ao resultado final. Porque, Sr. Presidente, tivemos graças ao pulso firme de V. Ex.^a no cumprimento do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, no diálogo permanente que V. Ex.^a mantém com os demais componentes da Constituinte, e o Partido Democrata Cristão tem procurado colaborar com V. Ex.^a por entender que V. Ex.^a tem se conduzido com patriotismo, com verdadeiro espírito público.

Sr. Presidente, com relação à política econômica do Governo, da qual V. Ex.^a também é um dos responsáveis, o Partido Democrata Cristão abre um crédito de confiança a V. Ex.^a e ao Presidente José Sarney, com relação ao Plano Cruzado III. Mas esperamos, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que não tenha sido adotadas essas providências relativamente à mudança que o Governo faz – o Plano Bresser – apenas para eliminar o gatilho salarial.

Temos confiança em V. Ex.^a e no Presidente José Sarney, e não será por falta de apoio do PDC que esse plano vá fracassar. Não! Abrimos um crédito de confiança, mas esperamos que V. Ex.^a e o Presidente José Sarney, bem assim o Ministro Bresser Pereira, não permitam que se atente contra os interesses dos trabalhadores brasileiros, e esperamos que essas providências sejam adotadas como anunciadas, e que haja o saneamento da economia brasileira.

Vivemos num grande País potencialmente rico, com uma população de boa índole, e não podemos concordar, absolutamente, que à elite se dê o direito de manipular dados, números e políticas, contrariando os interesses do povo brasileiro.

A Democracia Cristã aplaude V. Ex.^a, enaltecendo o seu trabalho, sua posição e o seu comando frente aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e abre um crédito de confiança a V. Ex.^a e ao Governo, conquanto as mudanças trazidas com o Plano Cruzado III, esperando que o trabalhador seja finalmente atendido e não venha a estar nessa situação deteriorada, como já vinha de uns tempos para cá. Esperamos respeito aos direitos dos trabalhadores; que a economia do País seja saneada; que o Governo tenha pulso para não permitir, hora nenhuma, continuem os avanços dos exploradores, contra o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. HAROLDO LIMA, Líder do PC do B: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A Liderança do Partido Comunista do Brasil, nesta tarde, quer ressaltar dois problemas da atualidade: o primeiro se refere à emissão, pelo Governo Federal, do mais recente pacote econômico; o segundo diz respeito à conclusão dos trabalhos das Comissões Temáticas desta Constituinte.

Sr. Presidente, o pacote que o Governo Federal acaba de editar tem diversos aspectos dignos de serem estudados com mais tempo e maior espaço, mas três aspectos se destacam:

o primeiro reedita, num nível superior, a política do arrocho salarial;

o segundo é aquele em que ele retoma a linha de ação da recessão econômica, procura desaquecer a economia brasileira; e

o terceiro, na confluência dessas duas vertentes, se encamina no sentido do mais aberto entreguismo ao capital estrangeiro.

Do ponto de vista do arrocho, na verdade, Sr. Presidente, temos a impressão de que ele se compara aos níveis mais elevados de arrocho da época da ditadura militar.

Com relação à recessão, o Governo Federal praticamente obedecendo às ordens do Fundo Monetário Internacional, corta, suspende, anula todas as obras de alguma importância que estavam sendo programadas para ser feitas no Brasil – já não falo obras faraônicas, como a Ferrovia Norte-Sul, mas as obras que já estavam em curso ou programadas num nível mediano.

Sr. Presidente, além desse aspecto ligado à conjuntura do momento, da política econômica do Governo Federal, temos a registrar que no último fim de semana as Comissões Temáticas terminaram os seus trabalhos e apresentaram seus relatórios.

Fico satisfeito em poder falar logo após ter usado da palavra o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que teceu considerações a respeito do que aqui aconteceu nesse último fim de semana, considerações sobre as quais quero assinar embaixo, em nome da Liderança do PC do B.

Quero ressaltar que três aspectos se destacam dos relatórios apresentados no último fim de semana pelas Comissões Temáticas. O primeiro é o aspecto entreguista. O relatório que trata dos Princípios Gerais da Ordem Econômica é um rela-

tório escrito pela extrema direita nesta Casa. É uma afronta a esta Casa, é uma afronta especialmente ao PMDB – que é o Partido que tem o controle desta Constituinte – que o capítulo ligado aos Princípios Gerais da Ordem Econômica tenha sido redigido pela extrema direita entreguista e reacionária desta Casa, em nome do PMDB, seguramente contra os anseios das bases do PMDB, nos diversos Estados, e contra o ponto de vista de todos os Parlamentares democratas que compõem esta Casa, mesmo na legenda do PMDB.

Em segundo lugar, pairou um ponto de vista pró-latifundiário; também, uma vergonha para nós todos que o Capítulo sobre a questão agrária, que foi apresentado à Comissão de Sistematização, tenha sido escrito sob a inspiração direta de um representante da UDR; isso é uma vergonha para a Casa. E mais uma vez acresço a responsabilidade para o PMDB, que sendo o Partido que tem a maioria absoluta nesta Casa, permitiu que terminasse filtrando ou fluindo pelas Comissões o ponto de vista, não dos setores democratas do PMDB, eu já nem falo dos setores progressistas, os demais partidos, mas, sim, permitiu que prevalecesse o ponto de vista mais à direita, o ponto de vista da UDR, apresentado na Comissão respectiva, por um Líder dos latifundiários do sul da Bahia, da região do cacau.

Finalmente, Sr. Presidente, para encerrar, um ponto de vista predominantemente antidemocrático, o que terminou aparecendo nos últimos relatórios das Comissões Temáticas. Porque, entre diversas outras questões, nós queríamos, como Líder do PMDB, salientar a questão do voto distrital misto.

Sr. Presidente, estamos convencidos de que, a despeito de ter tanta debilidade, os pontos de vista até agora destacados ou até agora vitoriosos, nesse trabalho constitucional, um se destaca como o mais negativo, o mais antidemocrático, o mais reacionário, que é a questão do voto distrital misto.

Porque, Sr. Presidente, havendo liberdade no País, poderemos, usando a liberdade, lutar para que pontos de vista entrevistas, latifundiários e pró-latifundiários sejam derrotados, mas não havendo liberdade, Sr. Presidente, essas coisas todas podem se consumar, se consolidar e o ponto de vista do voto distrital misto ceifa a possibilidade da representação popular democrática nesta Casa. Partidos como o PC do B, como o PT, como o PDT, como o PCB, como o PSB, nenhum desses partidos existirá mais, a prevalecer o voto distrital misto.

Quero terminar dizendo o seguinte, de Tancredo Neves, Sr. Presidente: são poucas linhas onde Tancredo Neves dizia:

TANCREDO NEVES ERA CONTRA O VOTO DISTRITAL

"Se algum dia vier a ser implantado o voto distrital no Brasil, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas políticos. Mas seriam eleitos, em primeiro lugar, os latifundiários, os grandes proprietários de terras; em segundo lugar, o vigário, em terceiro lugar, o tabelião e, em quarto lugar o prefeito." – Tancredo Neves.

E acrescento, Sr. Presidente, em 5º lugar, o Delegado de Polícia.

O SR. LUIZ IGNÁCIO LULA DA SILVA, Líder do PT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ IGNÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu não iria fazer uso da palavra, esta semana, em nome da Liderança do PT, se não tivesse acontecido no final da semana passada, o desastre que aconteceu com a classe trabalhadora brasileira, em função do pacote econômico chamado "Pacote Bresser".

Possivelmente alguns Constituintes achassem mais importante eu falar aqui dos anteprojetos das Comissões Temáticas, que nos levam a um retrocesso, se comparados a 1946, com exceção de um ou outro relatório. Mas é importante que o Presidente desta Constituinte, consequentemente Presidente da Câmara e consequentemente Presidente do PMDB, do Partido responsável pela indicação do Sr. Bresser Pereira, como Ministro da Fazenda saiba que, tanto quanto o Plano Cruzado, o "Pacote Bresser" leva a classe trabalhadora a um dos maiores prejuízos econômicos e financeiros do qual já foi vítima neste País.

É importante salientar, por exemplo, que o salário mínimo brasileiro de junho de 1987, mesmo com o gatilho de junho, é menor do que o salário mínimo de 1951, depois de 8 anos de congelamento. É importante lembrar-se que de 43 a 51 o salário mínimo ficou congelado, e mesmo assim o salário mínimo de hoje é menor do que o salário mínimo de 1951. Se não bastasse isso, a classe trabalhadora brasileira sofre um prejuízo, com a aplicação do custo de vida do mês de junho no seu salário, de aproximadamente 30%. E vejam que os prejuízos que a classe trabalhadora leva, pelo fato de não se aplicar o custo de vida do mês de junho nos seus salários, é totalmente oposto ao tratamento que o Governo deu às empreiteiras, porque estes terão os seus reajustes feitos exatamente com uma estimativa de aproximadamente 30% de inflação no mês de junho, coisa que os trabalhadores não têm. Além disso, percebemos, com muita clareza, que na elaboração do Plano Cruzado o Ministro Dílson Funaro dizia que era preciso haver segredo de Estado, porque senão os empresários iriam aumentar os seus preços. Só que ele esqueceu de dizer para a Nação que o Sr. Abílio Diniz, Presidente da maior cadeia de supermercados do País, faria parte do Conselho Monetário Nacional, consequentemente, sabia, e, consequentemente, foi o responsável pelo aumento maluco do custo de vida nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, até a chegada do Plano Cruzado. O que aconteceu com o Plano Bresser? Com o "Plano Bresser Pereira" faz aproximadamente dois meses que os preços vêm subindo de forma vertiginosa, sem que haja, por parte do Governo, nenhum controle e, de repente, o Governo congela. Mas congela pegando a grande maioria dos salários da classe trabalhadora num processo de baixa, num processo de defasagem, fazendo com que algumas categorias profissionais, que têm reajuste no mês de outubro, que têm data-base no mês de outu-

bro, tenham um resíduo de 23%, que só vão terminar de recebê-lo em março de 1988, quando deveriam receber o gatilho disparado agora em junho. Se não bastasse isso, 20 milhões de trabalhadores, dados oficiais fornecidos pelo Ministério do Trabalho, indicam que a menor perda com o resíduo inflacionário, que não vai ser computado por gatilho, está nas categorias que tiveram reajuste em maio, que é 2 e 6%. Mas as categorias que tiveram data-base em outubro, novembro e dezembro está perdendo 23%, 21%, 17%, e categorias com reajuste em março perdendo 18%, categorias de fevereiro com 12,4%, e em janeiro as categorias que têm data-base 9,44%.

Esses percentuais que acabei de citar são os que os trabalhadores teriam direito com o gatilho, mas pelo fato de o Governo acabar com o gatilho, esses percentuais só serão colocados nos salários dos trabalhadores, após o congelamento e em 6 parcelas, sem levar em consideração o aumento do custo de vida do mês de junho, que não vai ser computado para efeito de gatilho e para efeito de reajuste no salário da classe trabalhadora.

Se não bastasse esse dados, que são de fazer pasmar qualquer cidadão brasileiro, muito mais grave do que isso é a cara patética com que o Ministro do Trabalho e o Ministro da Fazenda têm-se apresentado na Televisão, tentando justificar o injustificável, tentando convencer o inconversível ou imaginando que 135 milhões de brasileiros são palhaços, que 135 milhões de brasileiros não compreendem o que está acontecendo e tentam convencer a classe trabalhadora de que é assim mesmo, que a classe trabalhadora pode ficar quieta que num futuro bem próximo ela vai atingir o reino do paraíso.

O que é mais grave é que o PMDB, enquanto Partido majoritário, que é o responsável pela presença do Ministro Bresser Pereira, na saída do Ministro Dílson Funaro, trouxe o Funaro para prestar contas ao PMDB. O Funaro prestou contas num dia e no outro dia caiu. Esse Ministro que está aí, e que ainda não caiu, era quem deveria estar prestando contas do seu pacote econômico a este Congresso Constituinte e não apenas à Bancada do PMDB, porque esse Ministro não é o Ministro que faz a política econômica do PMDB; S. Ex.^a pode fazer uma política econômica em nome do PMDB, mas quem paga o pato sempre são os 135 milhões de brasileiros e nem todos são do PMDB.

É por isso que eu gostaria de pedir ao Presidente da Constituinte que trouxesse o Ministro Bresser Pereira ao plenário da Constituinte, para que pudéssemos fazer um debate com S. Ex.^a para que S. Ex.^a pudesse tentar nos convencer. Porque ir para a televisão e dizer, como disse o Governo, que o dinheiro que ia investir em grandes obras será investido na questão social é, no mínimo, mentir para a sociedade brasileira, porque o Governo não tinha dinheiro para investir na Ferrovia Norte-Sul; o Governo não tinha dinheiro para investir na siderúrgica do Maranhão; o Governo não tinha dinheiro para investir no tal de trem-bala, ou na Ferrovia Leste-Oeste, ou na tal da linha vermelha do Rio de Janeiro.

Na verdade, o Governo deveria assumir publicamente que ele fez uma opção de levar a classe trabalhadora brasileira ao maior sacrifício da história deste País, não para consertar escola, não para colocar transporte coletivo, não para fazer

reforma agrária mas para encher a pança dos banqueiros internacionais, com o fim da moratória feita pelo Governo brasileiro.

Acho, Dr. Ulysses Guimarães, que, embora já esteja vencido o meu tempo, eu gostaria de ponderar a V. Ex.^a uma coisa: o povo brasileiro não pode ficar esperando que terminemos esta Constituição e que, a partir da Constituição, salvaremos este povo!

Volto a repetir, Dr. Ulysses Guimarães, que, se não houver uma tomada de posição do PMDB, que é o partido majoritário, consequentemente, o partido que determina a regra do jogo no Governo – V. Ex.^a já foi indicado para Primeiro-Ministro. Na minha opinião, V. Ex.^a já é o Primeiro-Ministro hoje – a situação irá se agravar. Na verdade, o que temos que ver, neste País, é que, se não tomarmos uma posição séria, a classe trabalhadora vai entrar em greve, a classe trabalhadora vai fazer manifestações. Porque senão, Dr. Ulysses Guimarães, terminamos a Constituição e não teremos povo para estar subordinado a ela, porque já morreram de fome. Creio que nós, que temos responsabilidade, V. Ex.^a, que, mais do que ninguém, tem representatividade e tem força dentro do Governo, devemos perceber que é preciso chamar o Sr. Bresser Pereira; é preciso chamar os economistas; é preciso chamar o Ministro do Trabalho, e dizer-lhes que eles não têm o direito de continuar

mentindo para a sociedade brasileira; que eles não têm o direito de tentar elaborar um plano a partir da ótica de meia dúzia de economistas; é preciso ouvir o movimento sindical; é preciso ouvir os partidos políticos; é preciso ouvir as entidades vivas deste País, como V. Ex.^a conseguiu apregoar nos quatro cantos deste País, na época da campanha das Diretas. Vamos fazer, em dia certo, aqui, na rampa do Congresso, um comício para as "Diretas", para mostrar que esse Governo que não é apenas uma parte dos Congressistas que não quer eles; quem não quer, na verdade, este Governo, acredito que seja o povo brasileiro, porque nunca tivemos desgoverno como este.

Creio que as eleições diretas não interessam a nenhum de nós individualmente; as eleições diretas interessam ao povo brasileiro, e uma política econômica condizente com as aspirações da sociedade, uma política econômica que retrate, com fidelidade, aquilo que pensa a classe trabalhadora brasileira e a esperança e a fé que ela depositou nesta Constituinte fazem com que ela não possa ser feita pelo Bresser Pereira e seus economistas; é preciso que seja feita pela sociedade brasileira.

Por isso, Dr. Ulysses, vou depositando, a cada discurso que faço, vou depositando nas suas mãos, e por que não dizer, na sua responsabilidade, um pouco do destino deste País, porque V. Ex.^a sabe muito bem que pode contribuir para mudar isso, porque isso que temos, ao contrário de outros países, em que o Governo serve para tentar resolver os problemas da sociedade, lamentavelmente, o nosso Governo só serve para criar problemas para a nossa sociedade! (Muito bem! Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dou a palavra ao Líder. Estamos numa comuni-

cação de Liderança, que não pode ser interrompida.

O SR. VICTOR FACCIONI: – É para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Só depois que o Líder terminar. Oportunamente, V. Ex.^a levantará a sua questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomo á tribuna por não poder concordar com parte do discurso do Constituinte Oswaldo Lima Filho, quando procura atingir, de uma forma negativa, a totalidade do meu Partido. Posso até concordar com a substância do reclamo feito desta tribuna pelo nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, mas não posso concordar que S. Ex.^a tente atirar, sobre todos os componentes do meu Partido, uma pecha que não sei de onde S. Ex.^a tirou. Se S. Ex.^a, dentro do seu próprio Partido encontra divisões e muitas subdivisões, não pode querer entender que todos os demais Partidos assim também se encontrem.

Acho que S. Ex.^a que veio a esta tribuna vangloriar-se da Convenção do PMDB para os dias 18 e 19 de julho, devia esperar a Convenção do seu Partido, para assim, então, se essa Convenção for unitária, querer dar lição aos demais Partidos, aqui, na tribuna desta Constituinte. Veja, primeiro, o que ocorre no seu Partido, para, depois, tentar atingir todos os demais. Não se esqueça, porém, nobre Constituinte, que V. Ex.^a foi eleito certamente pelas benesses do Plano Cruzado. Esquece-se e vem aqui achincalhar quaisquer outros Partidos, como se fossem meros grupos escondidos dentro do plenário desta Constituinte.

Eu jamais ficarei quieto. Ainda que algum companheiro do meu Partido possa não ter o princípio uno, aceitar essa imposição, dizer que rasgamos os postulados de Vargas e jogamos ao lixo – é mentira! Como mentira é a postura de muitos companheiros de V. Ex.^a, Deputado Federal Oswaldo Lima Filho.

É mentira também o que o Governo faz com os aposentados e pensionistas, no dia de hoje. Isso V. Ex.^a deveria cobrar lá do seu Presidente, porque, neste mês de junho, todos os aposentados e pensionistas receberam menos do que o mês passado, apesar de ter uma lei aprovada que determinava que os aposentados e pensionistas não recebessem menos do que 95% do salário mínimo. Mas isto V. Ex.^a não faz V. Ex.^a vem usar a tribuna, como um palanque, esquecendo-se de que tem muito aposentado e pensionista morrendo de fome. E eu lhe lanço um repto: vamos juntos ao Palácio do Planalto exigir que os mesmos computadores que processam os testes da loteria e da Loteria Esportiva processem os benefícios da Previdência Social, porque tenho a informação de que, lamentavelmente, nem no mês de julho, esses valores serão recebidos. Existem aposentados e pensionistas recebendo, ainda hoje, menos do que mil cruzados. Como pode

viver um aposentado? Como pode viver um pensionista? Esta é a lição que eu devolvo a V. Ex.^a Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho. Lute pelos seus direitos, mas não tente enxovalhar o direito dos outros. E não venho aqui a esta tribuna buscar o meu direito, porque ninguém me dita regra, ninguém me dita norma. Sou, acima de tudo, consciente da minha função, consciente da minha responsabilidade, consciente da minha obrigação.

Mas vamos juntos, amanhã, agora, à hora que quiser, ao Palácio do Planalto, exigir que o seu Partido, que o seu Presidente mande processar, imediatamente, o que deve, o que roubou, o que negligenciou, o que ofendeu todo aposentado e pensionista. Muito obrigado, Senhores! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo palavra ao nobre Constituinte Roberto Cardoso Alves, em face do dispositivo regimental que invoco.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, quero declarar ao nobre Congressista Oswaldo Lima Filho, que se diz cristão e faz praça de ser cristão, que não sou da UDR. Cabe a S. Ex.^a portanto, não tentar levantar falso testemunho, que sou da Sociedade Rural Brasileira, que defendo a Frente Amplia da Agricultura, a Organização Brasileira de Cooperativas, as Federações Estaduais de Agricultura e a Frente Nacional de Agricultura.

Em seguida, Sr. Presidente, quero lamentar que o Líder do meu Partido, permita ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho que, aliás, não é muito transparente, porquanto, os novos não sabem, mas ele foi candidato a Líder do grupo moderado e foi derrotado apenas por três votos pelo Sr. Pimenta da Veiga. Naquele tempo, ele era bonzinho. Ele ficou mais valente agora. Naquele tempo, ele servia com moderação ao interesse público e não assumia essas posições tão avançadinhos como pretende assumir hoje.

Quero dizer a S. Ex.^a que não foi nenhum dos seus companheiros majoritários do PMDB na Subcomissão de Reforma Agrária e na Comissão de Economia, nenhum dos majoritários, porque nós éramos 20 e eles eram 14, no máximo, nenhum veio aqui arrancar microfone da mesa, nem veio aqui tentar bater no Presidente José Lins, que veio aqui rasgar documentos públicos, não foi nenhum de nós. Foram os companheiros dele que rasgaram o Regimento Interno e enxovalharam a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte.

Aliás, Sr. Presidente, naquela noite, a Exm^o Sr^a D. Mora, esposa de V. Ex.^a assistiu a tudo, sentada ali, no fundo do nosso plenário, assistiu a todo esse espetáculo de mau gosto, de indisciplina, de incivilidade, dado por alguns Parlamentares que acompanhavam o Sr. Oswaldo Lima Filho. O PMDB, em ambas as ocasiões, tem razão o Sr. Oswaldo Lima Filho, não se aliou ao PC do B, nem ao PCB, nem ao PT, nem ao PDT. Ele aliou-se ao PFL, como parte integrante da Aliança Democrática que aliou-se aos companheiros que elegeram Tancredo Neves. Não se aliou àqueles que pregavam o Só Diretas, sob a palavra de honra e que posteriormente abjuraram a própria palavra para apoiar Tancredo Neves. Não. Estava-

mos aliados aos nossos aliados históricos no episódio.

Sr. Presidente, o que houve na Subcomissão de Reforma Agrária foi que dissemos não à reforma agrária em terras produtivas, mas não 3 vezes, porque achamos que fazer reforma agrária em terras produtivas, num País cujas terras agricultadas são inferiores às terras pertencentes aos índios, em extensão, é desorganizar a produção, é agravar a miséria, é aumentar a fome, é promover um desentendimento total na sociedade brasileira.

O Constituinte Oswaldo Lima Filho, no seu substitutivo, queria suprimir o apelo ao Poder Judiciário, e nós achamos o que caracteriza o Estado democrático é justamente não se subtrair nenhum ato ao exame do Poder Judiciário, porque senão o Estado Democrático não será de direito. A lei não será sancionada pelo Poder competente, e o nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho pretendia subtrair ao exame do Poder Judiciário a declaração de interesse social para a reforma agrária.

Queríamos ainda estabelecer a obrigatoriedade do Governo guiar-se por uma lei agrícola. Pela primeira vez, a agricultura brasileira superou em 20% a sua marca de produção de grãos, justamente porque o crédito de cesteio saiu em agosto, setembro ou outubro e no ano passado o Plano Cruzado impunha ao sistema bancário juros baixos, todos se socorreram de juros baixos e houve uma grande produção agrícola. O que falta é, portanto, uma política agrícola, determinando, criando, gerando juros baixos, crédito a longo prazo, seguro agrícola e preços mínimos para a agricultura.

O que nós estabelecemos foi que não é apenas a reforma agrária que democratiza o solo, há outros meios para democratizá-lo: a colonização estatal e particular, o crédito fundiário e o imposto regressivo e progressivo. Não quisemos limitar a extensão da propriedade produtiva, a improdutiva é limitada pelo poder de desapropriação do Estado; nós não quisemos limitar a extensão da propriedade de estrangeiros, porque eles nos ajudaram a construir nossa agricultura. O que seria e nós sem o auxílio da imigração italiana, da alemã, da japonesa, da árabe e de tantos outros estrangeiros que vieram para cá ajudar-nos no nosso desenvolvimento?

O nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho deve procurar repetir as suas assacadiças aos companheiros quando presentes no Parlamento. S. Ex.^a não é nenhum novato, apenas não conhece a agricultura, não sabe o que é reforma agrária, não tem uma formação democrática para tratar do tema. S. Ex.^a é um homem que se embrulha um pouco, pois não disse a V. Ex.^a que ele foi candidato a líder dos Moderados? E pelo obscurantismo que o caracteriza, pela obscuridão do seu pensamento, muitos moderados votaram em S. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – (Faz soar a campainha.)

O SR. CARDOSO ALVES: – Vou terminar, Sr. Presidente, V. Ex.^a foi generoso com o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que falou um pouco mais do que deveria falar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Rogo a V. Ex.^a que termine a sua oração.

O SR. CARDOSO ALVES: – Quanto ao ouro, Sr. Presidente, quero lembrar ao Constituinte Oswaldo Lima Filho que o Presidente José Sarney mandou uma mensagem que gera uma lei, pela qual o comércio de ouro torna-se, no Brasil, livre de impostos e que poderá ser convertido em cruzados. O ouro só é contrabandeado para o Uruguai, porque lá é vendido pelos mesmos dólares que é vendido aqui, mas lá recebe dólares no câmbio paralelo e, aqui, no câmbio oficial.

O nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho, ao invés de estar falando bobagem na tribuna, deveria ir procurar a mensagem e exigir do seu Líder a sua colocação na Ordem do Dia. É, Sr. Presidente, o antiFelipe Gonzales, pensa que a Constituição só deve servir aos radicais, não sabe que o pacto pressupõe concessões multilaterais, conversas e entendimentos. É um Constituinte que tem muito a dar à Câmara dos Deputados, um Constituinte inteligente que, se estudar, poderá ser muito útil a todos nós e poderá ajudar-nos numa Constituição democrática, popular, transacionada e de entendimento. (Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que me conceda a palavra, com base no art. 93, Inciso VIII do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao Constituinte Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nas últimas semanas, tenho sido imperativamente citado aqui, e através da imprensa, pelo Constituinte Oswaldo Lima Filho, como tendo sido um Presidente da Subcomissão da Reforma Agrária arbitrário, que rasgou o Regimento.

De que me acusa o Constituinte Oswaldo Lima Filho? De ter aceito o substitutivo do Constituinte Rosa Prata e colocado em votação este substitutivo em prejuízo do seu, de Relator.

Sr. Presidente, eu não recebi esse substitutivo Rosa Prata. A decisão não foi minha, foi do Regimento Interno da Constituinte, art 62, sobre o qual já falamos duzentas vezes, e o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que é um antigo parlamentar, foi Líder nesta Casa, é um jurista, sabe ler um Regimento, seguramente leu esse Regimento e o interpretou silenciosamente corretamente, mas estrepitosamente erradamente.

O que diz o Regimento da Constituinte?

"Serão escritos, não dependerão de apanhamento, não terão discussão nem encaminhamento os requerimentos de preferência, cuja decisão dependerá sempre de liberação do Plenário."

Mas este dispositivo não está apenas no Regimento da Constituinte. Ele está no Regimento do Senado Federal que é subsidiário da Constituinte, está no Regimento da Câmara dos Deputados, igualmente subsidiário, e esteve em todos os Regimentos do Parlamento brasileiro. Todos os Deputados sabem disso. O Deputado Oswaldo Lima Filho insiste em não saber, para tirar sempre o seu dividendo político.

De que me acusa ainda o Deputado Oswaldo Lima Filho? De ter admitido a presença de um Deputado do PL como Suplente do PMDB? Quem o fez não fui eu, foi o Presidente da Constituinte,

que me mandou um ofício, dizendo que o Deputado fulano de tal do PL deveria ser admitido como Suplente da Bancada do PMDB. Cumprí as determinações da Presidência da Constituinte.

De que me accusa ainda o Deputado Oswaldo Lima Filho? De ter admitido um substitutivo na Comissão? Ora, esse substitutivo do Deputado Rosa Prata foi admitido rigorosamente dentro da lei e por determinação também do Presidente da Constituinte, que respondendo a uma questão de ordem do Deputado Cardoso Alves, encaminhou um ofício a todos os Presidentes das Subcomissões e Comissões, dizendo que os substitutivos deveriam ser admitidos sempre que se tratasse de matérias correlatas. E foi o que se fez. E a decisão não foi minha, foi também do Plenário, por maioria absoluta, da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – V. Ex.^a permite um aparte, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência esclarece ao nobre Parlamentar que não é permitido aparte em comunicação de Liderança.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – S. Ex.^a não está em nenhuma comunicação de Liderança, nem o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte impede aparte em comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Peço perdão a V. Ex.^a, porém, mesmo na condição de defesa, em que se encontra o nobre Constituinte Edison Lobão, não é permitido aparte.

(*Aparte fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. EDISON LOBÃO: – Continuo, Sr. Presidente.

Em nenhum momento, feri o Regimento da Constituinte, salvo quando fui tolerante, excessivamente tolerante, com os intolerantes da esquerda sectária, que não permitiam que se votasse ali (palmas) um substitutivo que tinha o voto da maioria da Subcomissão.

Sr. Presidente, quanto ao mérito, votei com a minha consciência, que não empresto a ninguém; votei pela autorização ao Presidente da República, para que faça a desapropriação que bem entender em matéria de reforma agrária; votei por uma limitação da concessão de incentivos fiscais, que só deverão ser concedidos às empresas – vou concluir, Sr. Presidente – que outorguem dez por cento de sua área para a reforma agrária; votei pelo estímulo ao abastecimento do mercado interno, pelo estímulo de programas de reforma agrária, de preços mínimos garantidos; garantia de crédito rural; seguro; estoques reguladores; armazenagem e transportes; votei pelo cooperativismo; votei por uma justiça agrária; e pedi, também, se introduzisse no projeto – e foi introduzida – uma política de habitação para o homem do campo.

Esta é a reforma agrária que entendo e é assim que sei cumprir o meu dever.

Lamento que o Deputado Oswaldo Lima Filho não saiba perder, e, tendo perdido na Subcomissão, de acordo com o Regimento, eu, Presidente, deveria tê-lo substituído da posição de Relator. Não o fiz, porque o Presidente da Constituinte me mandou também um expediente, dizendo que

os Relatores deveriam ser mantidos. Penso que o Presidente da Constituinte não interpretou bem o Regimento, mas cumpri rigorosamente o que S. Ex.^a mandou que eu fizesse como Presidente da Subcomissão.

Sr. Presidente, eram estas as explicações que eu queria deixar para registro dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO: – Sr. Presidente, nos termos do art. 93 do Regimento da Câmara dos Deputados, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.^a a palavra, por 5 minutos.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a questão que se prolonga na Assembléia Nacional Constituinte, nas suas Subcomissões, e que vem hoje a plenário, é muito simples: pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, são proibidos os substitutivos – é norma expressa – o Presidente da Constituinte, o Sr. Deputado Ulysses Guimarães, respondendo a uma questão de ordem do Deputado Cardoso Alves, cometeu a primeira violência e autorizou a apresentação de substitutivos, o que o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não permitia. Por que não permitia? Não permitia acertadamente, porque o anteprojeto do Relator, em cada Comissão ou em cada Subcomissão, tinha de ser publicado, tinha prazo para receber emendas, e, depois de todo esse lento processo de elaboração, vinha a votação. Os substitutivos não. Apresentados à última hora, à sorrelfa – como diz muito bem e como bom cultor do vernáculo, o nobre Deputado Virgildásio de Senna – eles chegaram sem nenhuma emenda. E o que fizeram? Os Presidentes que rasgaram o Regimento, o Sr. Senador Edison Lobão, o ex-Senador e Deputado José Lins, receberam esses substitutivos. É evidente que essa violência que S. Ex.^{as} cometem estava apoiada na violência anterior do Presidente Ulysses Guimarães, mas isso não isenta aqueles Presidentes pelos erros cometidos. Foi pior. Depois de receberem os substitutivos, os Presidentes da Subcomissão e da Comissão Temática não submeteram, sequer, o anteprojeto dos Relatores a votação.

Ora, o anteprojeto que apresentei, um modesto anteprojeto, não tinha lá grandes méritos, mas tinha examinado 277 emendas de Srs. Constituintes, tinha incorporado 30 emendas com parecer favorável e 9 com parecer favorável em parte. O substitutivo do Senador Severo Gomes havia apreciado mil e poucas emendas e tinha incorporado numerosas emendas de Constituintes dos vários Partidos na Casa. Nada disso foi objeto de consideração. Os Presidentes da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária – Constituinte Edison Lobão, e o da Comissão da Ordem Econômica, Constituinte José Lins, pu-

seram em votação um requerimento de preferência, e, então, submeteram a votação diretamente o substitutivo. Com isso, foram para a lata do lixo 277 emendas já publicadas na Subcomissão e mil emendas já publicadas na Comissão Temática. É um desrespeito ao trabalho dos Companheiros, aqueles que se debruçaram, durante dois meses, sobre esse tema, ouvindo entidades, parlamentares, apresentando emendas, procurando estudar o assunto.

Disseram aqui alguns Srs. Constituintes que não entendem de agricultura. Não posso as dezenas de milhares de hectares que alguns latifundiários que estão na Constituinte possuem, posso modestos 121 hectares, onde crio algumas cabeças de gado leiteiro, com os pequenos conhecimentos e os pequenos recursos de que disponho. Graças à orientação que sempre tive e herdei de meus pais, isso não me traz fortuna, mas não me traz nenhuma incompatibilidade com o meio social. Na região onde tenho propriedade, sou o Deputado Federal mais votado há mais de vinte anos, apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores local, embora sendo proprietário porém sempre timbrei, na minha vida, em respeitar o direito de cada um. Não sei e não quero pregar nenhum sermão, mas entendo que estamos vivendo uma hora grave no País. Temos 7,5 milhões de brasileiros vivendo em condições de miséria, de pobreza absoluta. Temos latifundiários com 4 milhões de hectares, são 162 proprietários rurais com mais de 100 mil hectares cada um. Quem voar por este Brasil, o fará sobre regiões abandonadas e desertas. O que se discute, hoje, não são as propriedades produtivas de São Paulo, mas que os grandes proprietários de São Paulo – onde as terras são produtivas – compraram latifúndios improdutivos no Maranhão, no Pará, no Amazonas – centenas, milhares de hectares – e querem mantê-los improdutivos, como reserva de valor. Dizem que a União pode desapropriar, mas quando a União os desapropria, como fez há pouco o Presidente José Sarney, que desapropriou 1 milhão e setecentos mil hectares, esses latifundiários vão à Justiça porque não existe o instituto da imissão de posse imediata que o ante-projeto que ofereci criava, e interrompem durante anos, na Justiça, essa imissão de posse. Tendo desapropriado um milhão e setecentos setenta mil hectares, o Governo do Presidente José Sarney só conseguiu a posse de 770.000 hectares e um milhão de hectares estão contestados na Justiça. Essa alegação de que precisam mandar para a Justiça as questões de desapropriação é um manto sob o qual os defensores do latifúndio se escondem, depois de 160 anos de miséria e de fome sobre a população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

JORGE ARBAGE – Requerimento solicitando a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, dos artigos "O Brasil perde mais um combate: Fábio Lucena"; "Senhor Presidente Sarney"; e da nota do Centro das Indústrias do Pará, que lança um "brado às autoridades".

BOCAYUVA CUNHA – Requerimento de informações ao Poder Executivo, sobre a instalação

da indústria Reynolds International do Brasil no País.

DJENAL GONÇALVES e outros – Requerimento solicitando a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, do editorial sob o título "Sergipe Maior".

OSWALDO LIMA FILHO – Requerimento de informações ao Poder Executivo, sobre o valor da dívida interna da União em janeiro de 1986.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex^a a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tentei formular uma questão de ordem quando estava na Presidência dos trabalhos o Presidente Ulysses Guimarães. S. Ex^a, entretanto, adiou o atendimento da questão de ordem para após o período das Comunicações de Liderança. Lamento, porquanto, formulada a questão de ordem perante a Presidência do Constituinte Ulysses Guimarães, teria a oportunidade de uma resposta imediata, já que a S. Ex^a é dirigido o pedido de informações.

Dirigindo-me a V. Ex^a, encareço que formule ao Presidente Ulysses Guimarães, como Presidente da Câmara dos Deputados, qual a providência que a Mesa da Câmara dos Deputados tomou com relação ao meu Requerimento nº 5, de 1987 tendo em vista, inclusive, o pronunciamento que fez da tribuna o Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, eis que S. Ex^a falava na tribuna da necessidade de termos aqui a presença do Ministro da Fazenda para debater o Plano de Economia com consequências na área social, que vem de ser lançado pelo Governo, e os rumos da política econômica-social do Governo.

Encaminhamos um requerimento de convocação, há mais de um mês, à Mesa, convocando os Ministros da Fazenda e do Planejamento, e até hoje não sabemos de nenhuma providência. Tal é o tempo, que já outros três ou quatro requerimentos de autoria de outros nobres Constituintes foram formulados à Mesa.

Esta é a questão de ordem que rogamos V. Ex^a considere.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência informa que vai encaminhar à consideração do Presidente da Câmara dos Deputados a questão de ordem suscitada por V. Ex^a.

VIII – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Cássio Cunha Lima.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Com a permissão do nobre orador, Sr. Presidente, com fundamento no art 55, item II, peço a palavra para uma reclamação à Presidência.

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex^a que, uma vez que já havia concedido a palavra ao nobre Constituinte...

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA: – Pela segunda vez V. Ex^a, indevidamente, me nega a palavra. Eu ia reclamar da primeira vez, porque V. Ex^a nem sequer se deu ao cuidado de verificar o anda-

mento dos trabalhos da Casa para me negar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa não vai dialogar com V. Ex^a, mas dizer que já havia concedido a palavra.

Como o Orador o permite, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – A

reclamação que dirijo à Presidência está respeitosamente dentro dos artigos do nosso Regimento. Pedi a V. Ex^a a palavra e não há nenhum impedimento no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte que impeça a palavra quando o Líder estiver falando. Podem ser invocados, supletivamente, os dispositivos do Regimento da Câmara dos Deputados ou do Senado, mas não da Assembléia Nacional Constituinte, nem há decisão da Mesa a respeito da matéria.

De tal modo que a reclamação que dirijo a V. Ex^a é que, quando um Constituinte como eu, que respeita a Presidência, a ordem e o Regimento desta Casa, pedir a palavra, V. Ex^a não me a casse, porque respeito o Regimento, respeito a Casa, e quando peço a palavra é porque tenho matéria importante a falar. Não peço a palavra nem vou a tribuna para me exibir. Só o faço quando tenho matéria importante e pertinente a fazer.

A indicação, a observação que eu queria fazer só tinha sentido no exato instante em que falava o nobre Constituinte Edison Lobão, do Maranhão e V. Ex^a, não me permitindo a palavra, cerceou um direito meu, e deixo registrada a minha reclamação.

Durante o discurso do Sr. Virgildálio de Senha o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cássio Cunha Lima.

O SR. CASSIO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes:

Há exatamente cinqüenta anos, José Américo de Almeida, com sua profunda lucidez literária, descrevia a situação da criança nordestina:

"Primeiro é a ceifa da infância, a filharada que nasce mais para morrer do que para viver, a safra de anjos que o Nordeste oferece ao céu, dos que, antes de aprender a comer, a comida mata ou falta".

O Nordeste brasileiro representa 18% da superfície territorial do nosso País, e cerca de um terço da nossa população. Uma região historicamente marcada, pelas profundas distorções econômicas e sociais. A realidade descrita por José Américo, em 1937, mudou, mas, desgraçadamente, para pior.

Não tenho pretensão de fazer uma análise das causas deste quadro de profunda miséria, mas me permito trazer alguns dados, estorrecedores, que desenham com nitidez o perfil deste povo, marcado pela sorte e pelo destino.

A esperança de vida na Região Sul do Brasil, segundo dados do IBGE, é de 67 anos, enquanto que para a Região Nordeste a expectativa cai para

51 anos. 78,6% da população economicamente ativa daquela região percebe até dois salários mínimos, sendo que vinte e cinco por cento (25%) deste total percebe até 12 salário mínimo. Possuímos, dentro do nosso contingente populacional, 47,2% de analfabetos e uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do mundo: 124, em cada mil crianças nascidas vivas, morrem antes de completar um ano.

São números que falam por si só, dispensando qualquer argumentação suplementar. Sou de uma região que resiste, sobretudo com a fé de seu povo. Mas até quando a perfeita paciência do nordestino suportará tanto descaso?

A prioridade retórica não mais fará calar o nosso povo. Exigimos soluções definitivas para problemas que vêm acumulados desde o tempo do Império. Por sinal, o Imperador prometeu vender até a última pedra da Coroa para ver o Nordeste redimido; um presidente-general chorou ao presenciar o flagelo da seca, mas as lágrimas do ex-presidente também não serviram como solução para os nossos problemas.

Não podemos falar em Nordeste sem mencionar o tão conhecido, debatido e analisado problema da seca. E passamos por mais um período de estiagem, desta vez a seca verde.

Na semana passada Ministros de Estado, Deputados e tantas outras autoridades foram verificar *in loco* as graves consequências da seca verde. E foi o meu Estado, a Paraíba, o escolhido para receber tão honrosa visita. E foi feita a visita: contatos com agricultores, prefeitos, lideranças locais. Mas, de concreto, o que ficou? É preciso que as autoridades despedem para a solução definitiva dos variados problemas da nossa região.

Sr. Presidente, certamente este meu pronunciamento se somará a outros milhares que desta tribuna trataram do mesmo tema: solução para os problemas do Nordeste.

A resignação não é eterna, a contemplação pacífica não é perene, de resto aguardamos, com a perfeita paciência ensinada pelo meu povo, os resultados práticos da visita.

Mas não prosseguirei falando em problemas, quando o momento é para discutir soluções. A Assembléia Nacional Constituinte possui a oportunidade histórica de encaminhar estas soluções.

O Brasil, através da organização popular, saiu da duradoura noite da ditadura. E o alvorecer de um tempo novo e a esperança maior trazida por cada brasileiro.

O processo de construção de uma sociedade democrática é responsabilidade de todos, mas dever maior da classe política do nosso País. A edificação dos sonhos acalentados durante muito tempo passa necessariamente pelo fortalecimento da democracia. Precisamos ter em vista, sempre, os exemplos da história.

Travou-se neste final de semana, nas oito Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte, uma verdadeira batalha política e ideológica. E a lição maior que se pode receber foi a de que só através da negociação poderemos elaborar um texto eficaz, que atenda efetivamente aos interesses da nação. O ocorrido na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, comprova esta afirmativa. A maioria não pode sobrepor, na força, à minoria. Não se pode rasgar, como ocorreu naquela Comissão reiteradas vezes, o Re-

gimento Interno desta Casa, que foi feito exatamente para proteger as minorias aqui existentes. Precisamos negociar para trazer a Constituição exigida pelo povo brasileiro.

Precisamos, Sr. Presidente, elaborar uma Constituição moderna, que viabilize as mudanças estruturais necessárias para o prosseguimento da história, que foi tomada de assalto pela força e pelo arbítrio. O povo brasileiro anseia pelo reencontro com as liberdades democráticas, com a possibilidade de participação efetiva na definição de seu destino.

Certamente mudanças virão, mas não nos podemos contentar com mudanças apenas na órbita das instituições, precisamos trazer mudanças profundas que acabem com as distorções econômicas e sociais do País.

A construção de uma nova sociedade é tarefa de todos que têm assento nesta Casa; o futuro saberá avaliar com clareza o resultado obtido do trabalho aqui realizado. E ninguém mais do que os jovens acreditam no futuro, e como jovem, num País de jovens, faço um apelo à consciência dos Srs. e Sras. Constituintes. Não vamos perder, no curso da história, a chance de edificação do sonho. Visão para o futuro é certeza na justiça social.

A Nação espera. A sociedade organizada inicia seu trabalho de reivindicação e pressão junto aos Constituintes.

Sr. Presidente, o Nordeste prossegue à espera de solução. Os agricultores, estudantes, trabalhadores, homens e mulheres continuam na luta, no processo histórico de organização popular.

E ao encerrar, deixo o alerta e a mensagem de esperança do poeta Ronaldo Cunha Lima:

"Quando o grito de dor do nordestino
Unir-se à voz geral do desencanto
Esse eco de repente faz um canto
E o canto de repente faz um hino.
Puro como um sonho de menino
Será cantando aqui e em qualquer canto
Porque é símbolo, estandarte e será manto
De um povo que busca o seu destino
Quando esse hino pleno de ideal
Canção do povo em marcha triunfal
For lançado ao sabor do seu destino
Aí se saberá sem ter espanto
Que um eco de repente faz um canto
E um canto de repente faz um hino."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fogaça

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Chegamos ao final de uma etapa de trabalho desta Assembléia, vencemos um período marcado, sem dúvida alguma, por uma efervescência criativa inaudita, por uma árdua, penosa e decidida determinação de produzir um texto constitucional que seja a expressão viva, eloquente e irrefutável dos sentimentos nacionais.

Apesar de toda essa disposição corajosa, cívica, dos Membros desta Assembléia Nacional Constituinte, o que estamos observando, ao final do trabalho das Comissões, é que há um adiantado processo de radicalização política, que tem produ-

zido resultados extremamente negativos, não só para a própria Assembléia Nacional Constituinte e para os seus objetivos como para o próprio povo brasileiro.

Pode-se fazer política sob a ética dos princípios, e, sobretudo, deve-se fazer política sob a ética das consequências. Em outras palavras, é fundamental conectar a fonte da nossa ação, que são os princípios, como escoadouro da ação política, que são as consequências, ou seja, assumir convicções sem produzir resultados. Talvez, do ponto de vista acadêmico ou do ponto de vista religioso, seja importante, mas do ponto de vista político pode ser desastroso.

Portanto, chamo a atenção para este fato notório hoje vivido e experimentado pelas Sras.^{as} e Srs. Constituintes, que observam, que percebem cada vez mais acentuar-se um sentimento de conflagração, de radicalismo, de confronto no interior desta Assembléia.

Sr. Presidente, tenha para mim que a pergunta fundamental que temos de nos fazer, a pergunta mais concreta que temos que realizar, fazer em relação a nós mesmos, é a seguinte: qual é o resultado concreto, efetivo, do nosso trabalho para a Nação, para o povo brasileiro e para os seus trabalhadores, para as suas mulheres, para os seus homens, para aqueles que, com o seu braço, produzem a riqueza deste País? Os camponeses, os pequenos agricultores, os trabalhadores rurais, os professores, os estudantes, as donas-de-casa, os pequenos empresários, os microempresários, essa imensa leva dos excluídos na sociedade brasileira.

Tenho para mim que a Constituição que nós haveremos de produzir terá que ser resultado de um consenso e não de um confronto, e acredito que a atitude mais progressista a ser hoje adotada por um membro da Assembléia Nacional Constituinte, a atitude até, diria eu, mais revolucionária que pode se assumir ao interior deste processo constituinte, é trabalhar na direção do consenso, na busca da expressão média do pensamento que aqui domina, na busca de convergência.

A Constituinte tem que contar com várias etapas. E uma das etapas foi essa primeira fase, da exposição clara, límpida, transparente e até agressiva das nossas idéias, das nossas posições, das nossas convicções.

É necessário e é absolutamente indispensável, é imprescindível que se estabeleça, de forma contundente até, o embate ideológico, para que se produza a partir daí, o consenso. E é por isso que deve entrar, nesse processo, a nossa competência política, porque o povo brasileiro, os trabalhadores, os agricultores, os sem-terra, os pequenos proprietários, as domésticas, as donas-de-casa, o homem e a mulher estão dependendo, hoje, não da nossa capacidade de acentuar convicções ao extremo, mas da nossa capacidade de produzir resultados pela expressão média e consensual do nosso pensamento.

É por isso que tenho para mim que não vamos e que não poderemos produzir uma Constituição que seja resultado da vitória de uns e da derrota de outros. Não haverá uma Constituição dos vitoriosos em cima dos derrotados. Também não haverá uma Constituição de uma maioria que esmaga uma minoria. Ou esta Constituição que haveremos de produzir será acatada, respeitada, amada e defendida por todo o povo brasileiro

ou ela, se for acatada e respeitada por uma parte da população, mas odiada e rejeitada por outra parte da população, será dotada de tal fragilidade, estabelecer-se-á em cima de tal precariedade de equilíbrio, que estará pronta para ser golpeada logo ali adiante, na primeira esquina da História do Brasil.

O SR. RUY NEDEL: – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – É com muita satisfação que concedo um aparte a este notável conterrâneo do Rio Grande do Sul, ativo, laborioso e dedicado Constituinte nobre Deputado Ruy Nedel. Com toda a honra e todo o prazer lhe concedo a palavra.

O SR. RUY NEDEL: – Obrigado, meu nobre Senador Constituinte, que além da competência, tem sido considerado um fenômeno na política do Rio Grande do Sul, fenômeno esse que explodiu na sua primeira candidatura e que se difundiu nesse último pleito, trazendo-o para a Casa maior deste Congresso, especificamente o Senado. E V. Ex^a, sua competência de professor, tem dado, inclusive, uma aula com excelente didática. Mas eu iria mais longe. V. Ex^a está sendo um pedagogo e deve se refletir, não na perícia técnica da exposição de um problema efetivamente sério e grave para nós nesta Casa, e de consequências que poderão ser funestas para a nossa Nação. Em parte, querendo corroborar e também ousar participar deste raciocínio, queria lembrar especificamente a questão da reforma agrária. Como sabemos, quando se fala em problemas de litígio, sentimos a angústia e o temor de que não cheguemos a um consenso aqui no Plenário. E dirimo-nos, neste momento, não tanto para a Comissão ou para a subcomissão, mas para o tema da reforma agrária. E sinto-me até na obrigação de lembrar que a Bolívia, um país muito menor que o Brasil, teve uma revolução. Em 1952, junto com os agricultores e os mineiros, fez-se uma revolução, uma revolução popular, que não partiu das elites, e deixou aquele país 3 anos sem exército, só com milícias e forças policiais: E a Bolívia fez a sua reforma agrária, num país muito menor que o nosso, com condições de fertilidade de solo incomensuravelmente inferiores às nossas, mantém um latifúndio de 40 mil hectares, e fez a reforma agrária. Escolhemos o caminho da paz, sabedores que somos que, se a Nicarágua foi vitoriosa no caminho da revolução, levou, para tanto, 65 anos. Estou convicto, mesmo que no passado tenha pensado diferente. Estou convencido de que, embora moroso, o caminho da democracia, e principalmente o da negociação, e, sem dúvida, apesar de moroso, o mais ágil e o mais eficiente que nós possuímos. Muito obrigado, nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Constituinte José Neder, a contribuição de V. Ex^a nos dá, neste momento, até um mote, para entendermos ou para explicarmos como se pode caminhar, como se pode avançar neste processo constituinte. Uma eleição em que se confrontam forças políticas realmente supõe que haja vencido e vencedor, e o consenso é exatamente este, de que os vencidos devem conviver com os vencedores, respeitados os seus direitos de minoria. Mas o que vale para uma eleição, onde se disputa um cargo no Poder Executivo, não pode valer para produzirmos

uma Constituição. Aqui não está em jogo saber quem vence e quem é derrotado; aqui não está em jogo saber quem exclui a quem, mas, está sim, em sabermos detectar com inteligência, com sabedoria e com competência, qual é o verdadeiro eixo, qual é o verdadeiro centro de gravidade desta Assembléia Nacional Constituinte. Porque o resto seria ilusionismo, tentarmos dentro da Constituinte conquistas que a sociedade não pôde realizar, ou produzir aqui uma revolução que a sociedade não fez.

Já estou até achando, neste momento, que este jogo de contradições e de radicalismo é um desserviço aos avanços institucionais, sociais e econômicos da sociedade brasileira. A forma mais retrógrada de comportamento hoje é apostar no radicalismo, porque o radicalismo se tem mostrado sempre.

Esta é a triste e trágica experiência da sociedade brasileira. Toda vez que se parte para o confronto, para o aguçamento dessas contradições, o resultado é que as forças democráticas e populares são esmagadas, derrotadas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se não tivermos competência para produzir aqui uma média realista e objetiva das tendências dominantes na sociedade brasileira, estaremos produzindo uma Constituição artificial e estaremos plantando, no seio da Constituinte e da Constituição, o mal que haverá de destruí-la no futuro. Estaremos plantando, quem sabe, a própria possibilidade desta Constituição, pela sua fragilidade, pela sua artificialidade, ser golpeada pelas forças mais retrógradas, mais obscurantistas.

Portanto, apostar no confronto significa plantar o retrocesso no futuro. E esta é uma atitude retrógrada, reacionária, antiprogressista. A não ser que me dêem um exemplo em que momento da vida institucional brasileira, em 98 anos de República, em que um confronto gerou a vitória das forças populares; toda vez que houve confronto acabou na Presidência da República um general, e as forças populares foram esmagadas.

Esta, a pergunta que faço neste momento.

O SR. GABRIEL GUERREIRO: –

Permita V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Concedo, com todo o prazer, o aparte a V. Ex^a.

O SR. GABRIEL GUERREIRO: – Nobre Constituinte José Fogaça, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento nesta Casa, hoje, da maior importância. Acabamos de assistir, e eu, como político novo, Deputado que pela primeira vez vem a esta Casa, tenho convivido no processo das Subcomissões e das Comissões, com experiência extraordinária: o afloramento de uma quantidade fantástica de idéias, percolando as mais diversas posições que refletem, evidentemente, a composição, os desejos e anseios da sociedade brasileira. De um modo geral, das nossas observações, pudemos perceber no seio das Subcomissões e, depois, das Comissões, que mediava um conjunto que estava preocupado em fazer aquilo que V. Ex^a prega, nesta tribuna, hoje: tentar compor alguma coisa que viesse ao encontro do desejo e do anseio da sociedade brasileira, que tivesse suficiente maturidade e equilíbrio, para não esmagar, exatamente, como disse com tanta clareza V. Ex^a, as forças populares deste País. Todos fomos eleitos e todos levamos nossas idéias para as campan-

nhas políticas, para o embate político, mas todos sabemos que cada um de nós que foi eleito aqui para esta Casa, para vir aqui escrever a nova Carta Magna deste País, foi eleito por uma composição de forças e por cabeças de milhares e milhões de brasileiros que não pensam exatamente como nenhum de nós. Muitas vezes as nossas campanhas foram mais ou menos ideológicas, mas cada um de nós teve votos de diferentes camadas sociais, de diferentes pensamentos da vida deste País, até de paciência, diria a V. Ex^a, democrático, de discutir, aceitar e mediar o desejo da sociedade brasileira. Esta é a grande responsabilidade que nós, Constituintes, temos hoje. Não é a minha vontade que deve prevalecer, nem a vontade de nenhum Constituinte, mas é a vontade maior do povo brasileiro que aspira que tenhamos um caminho como hoje, nesta Casa, pela manhã, falava Felipe González – dez anos de democracia na Espanha foram implantados através de um consenso, através de uma unidade criada a partir daqueles que cederam, daqueles que não pretendiam ganhar, que não pretendiam impor, mas daqueles que cavalgavam no sentido de conseguir o consenso nacional, de conseguir aquilo que a nação espanhola precisava. E, neste momento, devemos olhar para Portugal, para a Espanha, devemos olhar para o nosso próprio processo, porque tivemos a felicidade de sair de uma ditadura de 20 anos de militarismo, por um sistema que nos permite vislumbrar, sem levar ao radicalismo total, chegar às aspirações nacionais. Parabenizo V. Ex^a, nesta tarde, porque sinto que daqui para frente começamos a repensar o processo da discussão daquilo que estamos fazendo nesta Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA: – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Com muito prazer, dou o aparte a V. Ex^a, nobre Constituinte.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA: – Constituinte José Fogaça, estive, há poucos instantes, no setor de avisos desta Casa, para receber as publicações dos resultados das Comissões temáticas que tiveram o seu prazo fatal no domingo próximo passado. Para surpresa minha – tenho aqui em mãos – o resultado do trabalho da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciências e Tecnologia e de Comunicação, que não aprovou o seu anteprojeto, uma vez que, pela vontade da maioria dos seus componentes, derrubou tanto o substitutivo como o anteprojeto do Relator Artur da Távola. Infelizmente, as negociações não frutificaram face a interesses escusos que não preciso detalhar e, aproximando-se o prazo fatal, foi tentada mais uma vez, novas negociações que, infelizmente, mais uma vez não frutificaram. A maioria da Comissão encaminhou à Presidência da referida Comissão um documento manifestando a posição do grupo majoritário que preferiu, por bem, derrubar sumariamente, sem sequer ter observado a leitura do anteprojeto e do substitutivo, o grande trabalho, que aqui quero registrar, do Constituinte Artur da Távola. E encaminhou à Presidência um documento sem qualquer validade, apenas para marcar uma posição, que considero reacionária e que não contribui,

em nada, para o processo da transição democrática e principalmente para o fortalecimento da democracia. Para minha surpresa, ao receber no setor de avisos a publicação do resultado dos trabalhos, o ilustre Senador Marcondes Gadelha, Presidente da Comissão, achou por bem divulgar como resultado dos trabalhos da Comissão, esse referido documento, que foi subscrito por alguns Constituintes e que não possui qualquer validade, uma vez que o anteprojeto e substitutivo foram derrubados por eles próprios, deixando, como denominiei, a Comissão "sem calças", porque não tivemos condições de discutir qualquer outro tema. Fica o registro, fica o protesto contra, mas uma vez, a violência do Presidente Constituinte Marcondes Gadelha que, rasgando o Regimento, fato que S. Ex^a fez questão de repetir por várias vezes, publicou como resultado do trabalho, apenas a manifestação de uma parte da Comissão. Agradeço, Constituinte José Fogaça, quem me congratular com suas palavras, com a importantíssima explanação que V. Ex^a fez com clareza e transparência, sobre a realidade nacional. Quero deixar o meu registro e o meu protesto em nome da Liderança do PMDB, em nome dos companheiros da Comissão de Educação, mais uma vez, pelo ato antidemocrático cometido pela Presidência do Constituinte Marcondes Gadelha. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Eu solicitaria a V. Ex^a que concluisse pois o seu tempo está terminado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Agradeço a tolerância de V. Ex^a no exercício da Presidência da sessão desta tarde.

Concluindo, Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que vejo o atual momento político como um momento delicado, um momento frágil, um momento difícil, extremamente complexo. Estamos caminhando sobre um equilíbrio político muito precário. Já se disse uma vez que só há heroísmo na revolução. Quero, talvez, em paráfrase a esta afirmação, dizer que, no momento político como este, lutar por uma Constituição que expresse um conteúdo social reformista da sociedade brasileira, lutar por uma Constituição que possa ser acatada, amada, respeitada, defendida por 80, 90% da população deste País, não é menos heróico e não menos grandioso do que a atitude revolucionária. Porque talvez seja a forma de produzir resultados concretos e eficientes para as maiorias humilhadas e marginalizadas do povo brasileiro.

Fico a pensar, Sr. Presidente, fico a imaginar, a refletir sobre o papel das galerias numa Assembléia Nacional Constituinte. Será que realmente as galerias expressam o povo brasileiro? Será que há uma medida de participação democrática pela presença ou ausência de mais ou menos pessoas nas galerias deste Plenário?

Tenho visto que o jogo de galerias opera no sentido contrário dos interesses populares, até porque encher galerias não depende de base popular, mas de dinheiro. A UDR pode fretar aviões e trazer muito mais gente do que a CONTAG, por exemplo, com a qual me identifico e com cuja proposta de reforma agrária me comprometo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, este é o momento de um gesto extremamente corajoso e revolucionário, ou seja, de agirmos como Constituintes pela ética dos princípios, mas sem abrirmos mão da ética das consequências. Muito bem! (Palmas).

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARAÇER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduato Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulineli – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias

Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Mussa Dermeis – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Percival Muniz – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sónon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Victor Trovão – PFL; Victor Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 17, às 14:30 h.

VII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 22 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME NA SESSÃO DE 10-6-1987 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES TRAME (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste momento, o Supremo Tribunal Federal acaba de julgar petição de autoria do Governador do Estado de São Paulo, solicitando esclarecimento sobre o efeito suspensivo da liminar concedida por aquele Tribunal a respeito da aplicação da lei que instituiu a escala móvel de salários (conhecida como gatilho salarial) para o funcionalismo público.

O entendimento do Egrégio Tribunal é de que a liminar só tem efeito a partir da data de sua concessão. Desta forma, o Governo do Estado de São Paulo não pode furtar-se à aplicação do gatilho correspondente aos meses de março, abril e maio.

Mais uma vez, vemo-nos dependendo do alto discernimento e descritivo dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para fazer justiça e evitar que se consuma um ato de violência contra todo o funcionalismo público do Estado de São Paulo.

Ora, no Estado de São Paulo já existe a Lei nº 467, de 2 de julho de 1986, que estende a escala móvel de salários ao funcionalismo estadual.

Por isso, diferentemente de outros Estados, onde se poderia discutir a aplicabilidade da lei do gatilho ao funcionalismo público, a atitude do Sr. Governador do Estado de São Paulo é um ato de lesos-direitos adquiridos dos funcionários públicos paulistas e é preciso que toda a Nação, que os funcionários públicos de todo o País tomem conhecimento da ousadia deste candidato a Presidente da República em descumprir uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sancionada pelo Executivo e que não foi revogada, contrariando os interesses do Executivo que se viu recentemente derrotado por ocasião da votação do Projeto de Lei nº 8/1987.

O candidato à Presidência da República pelo PMDB, se não tem o mínimo de escrúpulos ao violar a lei, descumprindo-a literalmente, evidentemente pouca importância deu, dá e dará ao Programa Básico de seu Partido, o PMDB.

Assim, ficaram sendo "letra morta", a partir da posse do atual Governador, os itens constantes do Programa básico do PMDB;

"... O ponto de partida para uma política efetiva da distribuição da renda é a elevação dos salários ... (item V do Capítulo "O PMDB e a Economia").

"... a remuneração dos professores e funcionários das universidades deve ser condigna... (item XI do Capítulo "O PMDB e as Políticas Sociais)."

"... O PMDB defende o salário móvel. Considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10 por cento, como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores... (item VI do Capítulo "O PMDB e a Economia)."

Ora, o Governador do Estado de São Paulo infringe com absoluta impunidade o Programa do Partido, e nenhuma voz se levanta no Partido majoritário para defender o programa, os compromissos deste Partido que tem um passado histórico, alicerçado na consagradora resistência democrática, na identificação com os legítimos anseios da população.

Hoje, são atitudes como a do Governador de São Paulo que não deixam mais que se enxergue o rosto deste Partido de tão memorável passado e que faça com que a população em geral passe gradativamente a perder a confiança nos políticos, nos homens públicos, na própria democracia, o que é desastroso neste momento em que tece-

mos na Constituinte o arcabouço de uma nova ordem social.

É preciso que os senadores e os deputados federais de São Paulo pelo PMDB, Partido a que tive a satisfação de pertencer, manifestem-se de forma clara e inequívoca, exigindo do Governador o cumprimento do Programa Partidário.

Encerro, solicitando a transcrição do artigo do Professor José Otávio Menthem, publicado no *Jornal de Piracicaba* em 13 de maio deste ano.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME EM SEU DISCURSO.

"Jornal de Piracicaba,
de 24 de maio de 1987, pág. 11."

AS INCOERÊNCIAS E INCONSEQUÊNCIAS DO GOVERNO QUÉRCIA

*José Otávio M Menthem
(Professor da ESALQ, pesquisador do CENA, bolsista do CNPq e membro da Diretoria Regional da ADUSP)*

O Governador Orestes Quérzia foi eleito pelo povo de São Paulo para dirigir o nosso Estado. Não cabe discutir se a sua eleição, assim como de outros candidatos do PMDB, foi beneficiada pelo êxito momentâneo do Plano Cruzado. O fundamental é reativarmos a memória e nos lembremos dos seus pronunciamentos durante a campanha eleitoral. E a tônica dos discursos não foi exclusivamente de Quérzia, mas de todo o PMDB, que hoje é Governo. A responsabilidade maior pelo rumo que os problemas estão tomando cabe a Quérzia. Mas também deve-se chamar à responsabilidade seus principais colaboradores: o Vice-Governador Almino Afonso, os Secretários de Estado, os assessores, etc. Todos têm sua parcela de culpa pelos últimos acontecimentos que toda a sociedade está vivendo ou observando: um desvio completo entre o que foi prometido e o que está sendo executado.

A questão salarial do funcionalismo público estadual é apenas o motivo para que se façam algumas reflexões. Os dirigentes do povo são eleitos para agirem tanto nos bons como nos maus momentos, com justiça, competência e moderação. É fundamental que tenham a capacidade de administrar crises. Crise como esta que vivemos hoje, sem precedentes em nossa história recente. É extremamente cômodo jogar o ônus da crise sobre um único segmento da sociedade. As posições hoje adotadas pelo Governo Quérzia podem ser extrapoladas para outros momentos difíceis que teremos pela frente.

O candidato Quérzia sempre se colocou como um homem democrático, humilde, aberto ao diálogo. O que se vê hoje é um governador arrogante, que se nega a receber os líderes legítimos, presidentes de associações de classe para discutir uma reivindicação justa. É possível que seja por medo, por não ter argumentos a altura de convencer o Grupo dos 19 (dirigentes das entidades que congregam diferentes setores do funcionalismo público estadual) sobre seu projeto de lei que extingue o gatilho para os servidores estaduais. Onde está o princípio democrático de escutar todos os setores da sociedade antes de tomar uma decisão?

Durante a campanha eleitoral Quérzia vendeu a imagem de uma pessoa sempre disposta a negociar, a aceitar sugestões, a discutir bastante antes de se decidir por um caminho. Hoje, como Governador, tem se mostrado intransigente, refratário a qualquer tipo de diálogo. Pior ainda: tem feito ameaças revanchistas, dizendo de público que os funcionários públicos se arrependerão por não "engolirem" o seu projeto. Será que ele, e o grupo que o assessorava, são os "donos da verdade"? Será que a opinião de toda uma sociedade não deve ser considerada? Temos um Governador ou um ditador autoritário?

O candidato Quérzia sempre defendeu a justiça a qualquer custo, em todos os setores. Agora, como Governador, defende numa posição altamente discriminatória contra os funcionários públicos estaduais. E o que é ainda pior: contra apenas os servidores públicos dos setores básicos para a população. Sim, porque o poder judiciário (juízes, desembargadores, promotores e procuradores da justiça) tem recebido os gatilhos religiosamente, assim como os funcionários das empresas estatais. Será que estes servidores que ainda não receberam nenhum dos três gatilhos a que têm direito, não comem, não pagam contas de luz e água, não usam transporte, não pagam escolas, enfim, não vivem? O que fizeram por terem seu poder aquisitivo já corroído em cerca de 80%? Até quando poderão agüentar este arrocho? Isto é justo? Será que apenas um grupo de governantes têm o direito de decidir o destino de 600 mil famílias?

Quérzia também sempre defendeu um programa partidário. E hoje rompe com todos os preceitos do PMDB, partido que o elegera. Não quer ceder aos apelos dos Deputados Estaduais que já se convenceram do absurdo do projeto do Governo. Quérzia deve ter se esquecido que os estatutos do PMDB defendem a reposição salarial dos trabalhadores sempre que a sua deterioração atingir 10%. Estamos sendo mais tolerantes e reivindicando a manutenção do gatilho a 20%. Onde está o homem de partido, que cumpre com as decisões do PMDB? Todos devemos nos lembrar

o quanto foi valorizada a decisão da convenção do PMDB que indicou Quérzia como candidato do partido. E agora, quando a ideia do partido não lhe convém, Quérzia vem com decisões pessoais, sentindo-se o dono do partido.

Diversos outros aspectos poderiam ser lembrados para mostrar a toda a sociedade as incoerências que têm prevalecido no Governo Quérzia. O empreguismo, o clientelismo, o desejo de realizar grandes obras que o perpetuem perante a opinião pública, o "inchamento" de diretorias de empresas estatais, etc. Mas um detalhe precisa ficar bem claro: pouco tempo tem sido dedicado ao trabalho, procurando soluções mais justas e honestas. Será que não há possibilidade de reativar a arrecadação do ICM? E a tão decantada reforma tributária, foi esquecida? É importante que o Governador e toda a população saiba que o funcionalismo público do Estado de São Paulo, é o mais eficiente e produtivo em todo o Brasil. É daqui que saem os principais resultados de pesquisas científicas que promovem o desenvolvimento do Brasil em todos os setores. É aqui que estão as melhores Escolas, onde pessoas de todo o Brasil, e mesmo do exterior, vêm aprender. É aqui que estão os melhores hospitais, que proporcionam um atendimento médico adequado. É justo que estes servidores, responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil, recebam menos que os servidores públicos federais?

Para o Governador Quérzia seria muito mais fácil dar continuidade a conduta do ex-governador Montoro. Um governo austero, voltado para obras de cunho social, dando ênfase à agricultura, saúde e educação. Extremamente democrático, agindo com rigor e eficiência. O povo esperava um aperfeiçoamento desta linha de governo. As finanças já estavam saneadas; a reforma administrativa. Mas nada disso tem acontecido.

O que se conclui é que o governo está sem liderança. Então, está apelando para o autoritarismo. Estas incoerências estão trazendo uma grande decepção ao povo paulista e brasileiro, que se sente traído na confiança depositada. E esta atuação do Governo de São Paulo tem sido bastante inconsequente. O povo está cada vez mais crítico e participante. Caso não haja a disposição de discutir, ceder em alguns pontos, demonstrar mais desejo de resolver os problemas que forem surgindo, não se pode prever os desdobramentos sócio-econômicos e políticos da atual crise, que tem como a "ponta do iceberg" a questão salarial dos funcionários públicos estaduais. O Governador, que deveria ser o exemplo para toda a população, continua insistindo em não cumprir a lei que está em vigor. Com isto, o Governador insiste em permanecer na ilegalidade. E o povo continua clamando por justiça.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 79

QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 85ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 17 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

HILÁRIO BRAUN - Protesto do orador contra as declarações do Governador Waldyr Pires, da Bahia, a propósito da aprovação, pela Comissão da Organização do Estado, da criação do Estado de Santa Cruz.

VALTER PEREIRA - Reacionarismo contido no capítulo "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária", aprovado pela Comissão da Ordem Econômica.

JOSÉ COSTA - Assinatura, entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Governo de Alagoas, de convênio para a unificação das ações de saúde no Estado. Gerenciamento dos recursos alocados.

MOZARILDO CAVALCANTI - Manifestação, por Relatores-Auxiliares da Comissão de Sistematização, de ponto de vista contrário à criação de novos Estados.

RUY NEDEL - Episódios da História do Estado do Rio Grande do Sul exemplificativos de solução negociada.

RAQUEL CÂNDIDO - O consenso como expressão da vontade nacional na futura Constituição. A reforma agrária e a soberania do subsolo desejadas pelas forças progressistas.

AMARAL NETTO - Reclamação sobre fotomontagem publicada no *Jornal da Constituinte* a propósito da instituição da pena de morte no País. Necessidade de constituição de Comissão Parlamentar destinada a apurar denúncia de comprometimento do orador com interesses alienígenas.

PRESIDENTE - Resposta às reclamações do Constituinte Amaral Netto.

JORGE ARBAGE - Mensagem do Pe. Isidoro Danadai, vigário da Basílica de Lourdes, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sobre situação dos pobres no Brasil.

LUIZ VIANA NETO - Vinculação de 1% da Receita da União para investimentos no vale do São Francisco.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Qualidade dos serviços prestados pelos órgãos de previdência e assistência social. Tendência à estatização da assistência médica no País.

ALDO ARANTES - Confisco salarial decorrente do Plano Bresser, Submissão do Brasil às diretrizes do FMI.

CARDOSO ALVES - Necessidade de entendimentos e concessões para elaboração de Constituição duradoura. Resultados da visita do Sr. Felipe González, Chefe do Governo Espanhol, à Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO AGRIPIINO - Posse do Dr. Fernando Vilar no cargo de Ministro Classista do Tribunal Superior do Trabalho.

EXPEDITO JÚNIOR - Autarquia da Amazônia.

CARLOS CARDINAL - Análise de aspectos do anteprojeto aprovado pela Comissão da

Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

ÉRICO PEGORARO - Inexistência, na futura Constituição, de normas protetoras do homem do campo.

ADROALDO STRECK - Conteúdo de entrevista coletiva concedida pelo Presidente José Sarney.

GEOVANI BORGES - Concessão, através de lei municipal, da exploração e aproveitamento de jazidas minerais.

FERES NADER - Defesa do meio ambiente.

ALBANO FRANCO - Editorial "Sergipe Maior", publicado pela *Gazeta de Sergipe*.

ASSIS CANUTO - Suspensão, pela Associação Brasileira de Revendedores de Veículos Automotores - Abrave, da compra de veículos das montadoras.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS - As responsabilidades do Governo, da intelectualidade, dos trabalhadores e dos políticos no regime democrático.

VICTOR FACCIONI - Apoio do orador à Marcha dos Vereadores na Constituinte. Nota da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul sobre a gravidade da crise econômica nacional.

VINICIUS CANSANÇÃO - Manutenção de diferencial entre o preço do álcool e o da gasolina. Inalterabilidade do Proálcool.

STÉLIO DIAS - Impecabilidade de correção monetária nos empréstimos rurais contra-

tados entre 28 de fevereiro de 1986 e 1º de março de 1987.

V - Comunicações das Lideranças

GERSON PERES – Expectativas do orador em relação à futura Constituição em face das conclusões das Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. Manutenção do Senai.

JOSÉ GENOINO – Reclamação sobre erro na reimpressão, pelo Serviço Gráfico, dos relatórios das Comissões Temáticas, pela omissão de emendas aprovadas.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte José Genoino.

ROBERTO JEFFERSON – Razões do descrédito popular nas medidas econômicas instituídas pelo Plano Bresser. Comparação do aumento da cesta básica com o do salário mínimo no período entre o Plano Cruzado e o Plano Bresser.

JOSÉ GENOINO – Repúdio do PT às atitudes de violência regimental pela extrema direita na votação dos relatórios das Comissões Temáticas.

AMARAL NETTO – Reclamação sobre necessidade de constituição de Comissão Parlamentar destinada a apurar denúncia de comprometimento do orador com interesses alienígenas.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Amaral Netto.

AMAURY MULLER – Articulação da extrema direita para violentar normas regimentais

na votação dos relatórios das Comissões Temáticas. Repúdio das Lideranças dos pequenos partidos às manifestações contrárias à visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Organização para Liberação da Palestina. Mobilização popular em prol de uma Constituição democrática e progressista. Eleições diretas para Presidente da República em 1988.

LÍDICE DA MATA – Entrevista coletiva do Presidente José Sarney. Definição da duração do mandato do Presidente da República. Mobilização popular em torno da Constituinte. Eleições diretas para Presidente da República em 1988.

VI – Apresentação de Proposições

– Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

LUIZ ROBERTO PONTE – Idéias e convicções do orador em torno de propostas apresentadas na atual fase de elaboração constitucional.

GUMERCINDO MILHOMEM – Questão de ordem sobre não-consideração, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de relatórios publicados como anexos da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e de Comunicação. Inconveniência da designação da Constituinte Sandra Cavalcanti para Sub-Relatora da Comissão de Sistematização.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gumercindo Milhomem.

GONZAGA PATRIOTA – Questão de ordem sobre conveniência de repasse para os salários do resíduo inflacionário acumulado de novembro a 12 de junho corrente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gonzaga Patriota.

MAURÍCIO CORRÊA – A existência de partidos fortes e permanentes como condição para a institucionalização do parlamentarismo no País.

ÉRICO PEGORARO – O entendimento como condição para o êxito elaboração constitucional.

ANTÔNIO CÂMARA – Razões justificadoras da conveniência da instalação, pela Petrobrás, de refinaria de petróleo no Estado do Rio Grande do Norte.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUB-COMISSÕES

(As Atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário).

Ata da 85ª Sessão, em 17 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Aival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paullinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Muller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edimilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evando Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado –

PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Feroz Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadilha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osvaldo Baldar – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira

da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildádio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 269 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede a leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– **IV – Passa-se ao Pequeno Expediente**

Tem a palavra o Sr. Hilário Braun.

O SR. HILÁRIO BRAUN. (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **Correio Braziliense**, do dia 15, publicou notícia procedente de Salvador, segundo a qual o Governador Waldir Pires, ao comentar a aprovação, pela Comissão da Organização do Estado, da criação do Estado de Santa Cruz, com desmembramento das regiões sul e sudeste da Bahia, afirmava que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte devolverá a posição de seriedade ao trabalho constitucional.

Com todo respeito e admiração que temos pelo Governador Waldir Pires, gostaríamos de dizer que o trabalho que a Comissão de Organização do Estado realizou foi da maior seriedade.

Se aprovamos a criação de novos Estados, como Tocantins, Tapajós, Triângulo, Maranhão do Sul e também de Santa Cruz o fizemos com mais de 40 votos.

E isso aconteceu, Srs. Constituintes, porque, em viagens realizadas a essas regiões, sentimos de perto a vontade das populações envolvidas, que desejavam a transformação dessas regiões em novos Estados. E o que aprovamos foi, acima de tudo, o direito do voto dessas regiões de dizer sim ou não, em um plebiscito que será realizado 360 dias após a promulgação desta Carta. O nobre Governador Waldir Pires deveria respeitar aqueles que não comungam de suas idéias. O povo, na sua vontade soberana, terá oportunidade, através do plebiscito, de se manifestar a favor ou não da criação dessas novas unidades federativas.

Gostaria de esclarecer que nosso ato foi responsável. Antes de tomarmos essa decisão, ouvimos, em quatro reuniões realizadas, uma em Goiânia, uma em Ilhéus e duas em Imperatriz, a manifestação de apoio dos Vereadores e dos Prefeitos. Em Goiânia, ouvimos inclusive, por decisão unâ-

nime da Assembléia Legislativa do Estado, a posição favorável do próprio Governador Henrique Santillo. Daí por que não poderíamos silenciar diante da acusação do nosso companheiro e amigo Waldir Pires, de que agimos sem responsabilidade. Ao contrário, cumprimos a missão de defender os interesses e os anseios da sociedade brasileira.

Queremos deixar aqui registrado este nosso protesto por esta colocação, a fim de esclarecer de que forma será conduzida a criação desses novos Estados, ou seja, por meio de plebiscito, que é, em última análise, a confirmação da vontade do povo dessas regiões emancipadas.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas não tiveram o condão de dar à sociedade brasileira quaisquer motivos para comemoração.

Afinal, as mudanças profundas que são reclamadas pelos seus segmentos mais lúcidos e expressivos foram duramente repelidas pela maioria conservadora que se instalou nas Comissões.

Avanços residuais que ocorreram em algumas áreas não foram suficientes para compensar o lamentável retrocesso havido nesta fase da elaboração constitucional.

O desvio de rota do processo de reforma agrária e o freio que se impôs ao andamento da nossa independência econômica são os resultados mais sombrios da etapa que se encerrou.

Nem o Estatuto da Terra, obra do regime militar, é tão reacionário quanto o Capítulo III do Anteprojeto aprovado pela maioria da Comissão da Ordem Econômica, que trata "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária".

Aliás, a denominação mais apropriada para o dito Capítulo seria a seguinte: "Como evitar a reforma agrária e manter incólume o latifúndio improutivo".

Basta a leitura da alínea "a", do § 2º, do art. 33, para se constatar que nenhum exagero existe em minhas palavras.

Dizer que cumpre a função social o imóvel que "é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado", como consta do referido dispositivo, é oficializar a fraude contra o instituto da desapropriação, sem o qual não se opera a reforma agrária.

Não é este, porém, o único mecanismo aprovado para deter a reforma agrária.

A UDR elaborou, e os seus agentes aprovaram, um elenco de medidas que tomam inviável o mais tímido projeto de reforma agrária.

No Capítulo "Dos Princípios Gerais...", o que se aprovou não foi menos retrógrado.

Locadores de consciência, uns antigos e notáveis, outros novatos e obscuros, escancaram as portas do Brasil à ampliação do domínio estrangeiro sobre a nossa economia.

Só o art. 3º, do Capítulo I, do Anteprojeto, seria suficiente para configurar o caráter entreguista da proposta.

Este dispositivo define como empresa nacional as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País, mesmo que elas sejam estrangeiras.

Dizer que esse mecanismo garantiria o acesso do capital estrangeiro a setores vitais de nossa

economia, que hoje são privativos de brasileiros, seria proclamar o óbvio.

Pois bem, Sr. Presidente, é um ledo equívoco imaginar que o retrocesso verificado nesta fase dos trabalhos resultou apenas da superioridade aritmética das forças reacionárias aqui instaladas.

A esperteza, o sectarismo e o autoritarismo foram ingredientes que não faltaram na produção da maioria das Comissões.

O Regimento Interno foi transformado em trapo, e os caprichos de uns poucos se impunham à maioria.

O próprio Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que pelo seu passado épico deveria dar exemplo de respeito às normas instituídas, avorava-se em árbitro do bem e do mal.

De decisões que tomara, isoladamente, sem ouvir sequer a Mesa que preside, é que partiram as violências contra o Regimento, e o tumulto.

No instante em que os debates e as decisões se deslocam para a instância da Comissão de Sistematização, surge a possibilidade de se promover uma ampla negociação para corrigir a rota da Constituinte.

E aqui fica meu apelo nesse sentido.

Para a negociação ou para o confronto, no entanto, é imperioso que as forças nacionalistas e democráticas estejam atentas e organizadas para deter a ação dos vendilhões da Pátria.

É necessário, também, que seja assegurado ao povo o direito de acompanhar os trabalhos deste Poder e de exercer a pressão legítima sobre aqueles que estão traíndo os interesses do País.

E esse direito está afeto ao poder de polícia do Presidente desta Assembléia e de sua Mesa Diretora.

Restringir o acesso do povo aos corredores, gabinetes e galerias, como vem ocorrendo ultimamente, é conspirar contra as mudanças.

Afinal, é no colóquio que ocorrem as grandes traições.

E quem tem uma história tão rica de devação à Pátria e de amor à democracia, o ilustre Presidente desta Casa, Deputado Ulysses Guimarães, não pode tomar qualquer decisão que comprometa o ideal que sempre norteou a sua vida.

Este o apelo que faço ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para que respeite a sociedade brasileira que aqui comparece para exigir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Srs. Constituintes com a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, não há como não aplaudir as iniciativas do Presidente da República e do Ministro da área econômica, quando demonstram preocupação, sobretudo com a contenção do déficit público, responsável, em grande parte, pelas agruras por que passam as classes média e trabalhadora deste País.

Não sei como o Governo vai compatibilizar sua proposta de segurar a boca do cofre, de não soltar a sua chave, de conter despesas e rolar as dívidas monumentais dos Estados – quase todos falidos – dos bancos estaduais, das prefeituras das capitais. Adiou, é verdade, a construção de obras públicas como, por exemplo, a Ferrovia Norte-Sul, que ficaria em dois bilhões de dólares, e fantasias como o trem-bala etc. Mas, na próxima sexta-feira, deslocar-se-á para o meu Estado, a pequenina

Alagoas, esse extraordinário Ministro Raphael de Almeida Magalhães, que, pelas medidas que vem adotando no campo da Previdência Social, é um dos mais festejados colaboradores do Governo José Sarney. O que fará S. Ex.^a em Alagoas, além de rever amigos e companheiros de Partidos? S. Ex.^a vai assinar um convênio, através do qual transfere um bilhão e meio de cruzados para o Governo do Estado, com proposta de unificar ações de saúde, ações que deveriam ser praticadas pelo INAMPS, ações de saúde que o Governo do Estado de Alagoas pretende executar.

Creio que enviar recursos da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros antigos para o meu Estado é até pouco, porque a miséria que lá campeia é enorme. O número de desempregados, de famintos, dos sem-teto e dos sem-terra é simplesmente assustador. Gostaria que S. Ex.^a, ao invés de um bilhão e meio de cruzados, mandasse dez ou cem vezes mais.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nesta hora em que se cobra da administração eficiência e competência gerencial, cabe solicitar a S. Ex.^a o Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Sr. Presidente do INAMPS – aliás, nós, da bancada de Alagoas, eu e a grande maioria dos Constituintes, já nos dirigimos ao Dr. Ésio Cordeiro, Presidente da autarquia – esclarecimento sobre esse convênio. Mas que esclarecimento pedimos? Pedimos, por exemplo, que S. Ex.^a nos diga alguma coisa a respeito da definição dos programas na área de saúde, contemplados com recursos materiais sobretudo, com esse aporte de recursos financeiros com que o meu Estado está sendo beneficiado. Gostaríamos de saber como é que essa verba vai ser gerenciada. Em regime de co-gestão com o INAMPS? O que está estabelecido no convênio realmente nos assusta. Pelo que aprendemos, esses recursos seriam fiscalizados por três pessoas: uma, o Superintendente do INAMPS; a outra, o Secretário de Saúde; e a terceira não sei exatamente quem é. Essas duas pessoas, o Superintendente do INAMPS e o Secretário de Saúde, no caso do Estado de Alagoas, são uma só, por conseguinte, com dois votos. O Superintendente, que está liberando o dinheiro; o Secretário, que o está aplicando, e a pessoa que vai fiscalizar são, na verdade, uma só, mais ou menos como a Santíssima Trindade. Isto nos preocupa.

Também gostaríamos de saber, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, como vai ficar o INAMPS, criado por lei federal e que está sendo esvaziado, através de sucessivos convênios celebrados pelo Governo Federal com os vários Estados da Federação. Finalmente, em que situação ficarão seus funcionários, sobretudo os comissionados? Mais ainda: Como o Governo Federal ajudará os funcionários do Estado de Alagoas, que irão executar as mesmas atividades como funcionários autárquicos do INAMPS?

Quando os servidores públicos de Alagoas forem à Justiça do Trabalho pedir equivalência salarial, em função de estarem executando a mesma jornada de trabalho e os mesmos serviços, será que o Governo Federal vai dotá-los com essa ajuda?

Faço este registro, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, porque, lamentavelmente, embora tenhamos grande admiração pelo Dr. Ésio Cordeiro, pelos seus títulos e pela sua capacidade de trabalho, não tem S. Ex.^a o mesmo apreço pelos Depu-

fados e Senadores, pela Assembléia Nacional Constituinte, e até ignora reiterados pedidos de informação.

Não sei se minha súplica chegará ao Sr. Presidente da República, mas, se chegar, que pelo menos o Presidente José Sarney se digne autorizar o Dr. Ésio Cordeiro a prestar esses esclarecimentos à bancada de Alagoas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos caminhando, talvez, para o ponto mais importante da tarefa preparativa deste Plenário na elaboração da Constituição – a Comissão de Sistematização. Nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, o trabalho foi meticuloso, diria mesmo feito com extremo cuidado, pois até se auscultou a sociedade.

Lamentamos ver hoje um dos relatores auxiliares da Comissão de Sistematização já expondo, previamente, o seu pensamento contrário a um dos temas aprovados pela Comissão de Organização do Estado, exatamente a criação de novos Estados.

Embora a minha posição difira substancialmente da adotada pelos que pretendem a subdivisão de Estados ora existentes, com a criação de novos, uma vez que defendo a transformação dos atuais Territórios de Roraima e Amapá em Estados-Membros da Federação, não posso aceitar o prejuízamento de um Constituinte que, sendo designado relator-auxiliar, já exterioriza seu pensamento, o que, a meu ver, o incompatibiliza para a função de auxiliar do grande relator, o Constituinte Bernardo Cabral.

Quero, nesta tarde, em nome do povo de Roraima, dizer que, embora nossa luta não represente posicionamento pela subdivisão de qualquer Estado nem pela retirada de parte alguma de território de qualquer Estados também estamos solidários com aqueles que, olhando mais para o futuro, pensam em dar à Federação um novo perfil.

Reiterando meu pensamento, quero dizer que o povo de Roraima, sempre presente nesta luta, pelo menos desde a legislatura passada, reclama dos Constituintes de 1987 sua oportunidade de emancipação, através da transformação do Território em Estado.

Portanto, apelo para todos os Constituintes, mesmo aqueles que não têm os problemas que vive a Região Amazônica, a fim de que nos apóiem na defesa da nossa independência política e administrativa, pois só assim poderemos ter a emancipação econômica e financeira.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos nesta tribuna não tanto para copiar exemplos, mas para dar um exemplo de competência, de negociação e sensibilidade social. Assim, quero deixar registrados episódios da história do Rio Grande do Sul que nos podem servir na busca da solução negociada, na fuga dos impasses que poderão surgir nesta Assembléia Nacional Constituinte.

O Rio Grande do Sul tem uma história forte, vigorosa, peleadora, muitas vezes sangrenta e, às vezes, também sanguinária. No entanto, esse Estado nos deu um exemplo histórico que nos pode servir dentro de breves dias. O Rio Grande do Sul, cujo povo serviu de ponta de lança na demar-

cação das fronteiras, teve as suas convulsões intestinas, as suas cizâncias. E, para exemplificar, só na Revolução Federalista de 1893 e 1897 morreu cerca de 10% da sua população, o que corresponde, nos dias de hoje, no Brasil, a 14 milhões de mortos.

De 1923 para 1924, em outra dessas revoluções, houve milhares de mortos, milhares de degolados. E, no entanto, cinco anos após, na Aliança Liberal de 1928, que redundou na Revolução de 1930 e ajudou a transformar a História do nosso País, um homem público, Assis Brasil, o líder dos maragatos na Convulsão de 1923, disse uma frase que me parece histórica e cabe citar neste momento:

"As coxilhas do Rio Grande estão brancas com os ossos de nossos irmãos e, mesmo assim, nós negociamos; e, se nós negociamos, nos vendemos, mas não nos vendemos pelo vil metal, nos vendemos por idéias e por ideais".

Não vamos gerar um impasse na sociedade brasileira, neste Plenário, por não termos competência na negociação. Lembrando o exemplo: mesmo quando os ossos de irmãos de uma luta fratricida ainda estavam expostos no solo do pampa gaúcho houve competência para negociar, para harmonizar avançou-se e a sociedade saiu ganhando.

Desta forma, nós também, além de sairmos honrados, teremos a História a nos reconhecer e a sociedade a enxergar o caminho da justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. (Palmas).

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma Constituição deve expressar as aspirações maiores, os princípios fundamentais da Nação. E, para se chegar a esse patamar, é preciso alinhavar as linhas mestras de um consenso nacional. Não o consenso, pelo visto, de parlamentares, mas o consenso dos diversos segmentos nacionais.

Se uma Constituição expressar tão-somente a vontade de um ou de alguns segmentos, não é Constituição, nem um tratado, posto que este delimita áreas, estabelece princípios e posições entre os parceiros signatários, reciprocidade, mas um termo de rendição que fixa os princípios dos vencedores e as cláusulas obrigacionais dos perdedores.

Até agora, aqui no Brasil, neste esforço de elaboração do novo texto constitucional, pelo resultado das oito Comissões Temáticas, poderemos estar produzindo um termo de rendição, pelo qual ficarão estabelecidos os desejos dos vencedores em manter seus privilégios sobre a terra e sobre o subsolo, de se ação definitivamente, e o domínio da classe dominante, as cláusulas da rendição, pelas quais poderemos estar entregando a nossa soberania e as nossas riquezas.

E se isso está acontecendo, é o preço da intransigência, do radicalismo e da inabilidade.

Todavia, não acredito que os radicais dos conservadores tenham cedido no social, ao mesmo tempo em que partem para a entrega do que é nosso para os interesses antinacionais e antipovo.

Também não acredito que estejam legislando a favor desses interesses, como não acredito que

os radicais progressistas estejam legislando para estabelecer o confronto. Confronto esse que, historicamente, e por tantas vezes, contribuiu para o retrocesso social, econômico e institucional em nosso País.

Acredito apenas que a emoção dos debates preliminares tem sido responsável por algumas posições equivocadas, tais como o avanço no social e o recuo no econômico.

Acredito que as sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte corrigirão os rumos e haverão de, pelo consenso, expressar a vontade nacional, sem que haja vencedores ou vencidos, mas brasileiros que lutam pelos mesmos objetivos: a paz e a justiça social.

Nem os que obtiveram o avanço social, como os que conseguiram a tomada geral do econômico, estão contentes, uma vez que, sem suporte econômico não se avança socialmente. Não se compromete o econômico a pretexto de avançar no social. A pretexto de melhorar a comida entregar-se as riquezas também não vai dar certo, pois poderá faltar o próprio prato.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nestes próximos dias, dias decisivos, todos haveremos de nos empenhar, mesmo que discutindo, não importa mas colocando os interesses nacionais acima de nossas vaidades e acima de partidos, na busca daqueles princípios e normas que realmente expressem a vontade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho autoridade moral para aqui voltar a pedir consenso, pois participei, como membro titular, da Comissão da Ordem Econômica, e ali, em nenhum momento, os comunistas, os socialistas, os liberais e os nacionalistas foram transigentes. Tivemos a dignidade de, sendo apenas dezoito, manter as nossas convicções ideológicas e econômicas.

Queremos a reforma agrária. Em momento algum os progressistas disseram que desapropriariam terras que estivessem produzindo. O que houve na Comissão da Ordem Social foi uma farsa, empreendida pela CNBB, que paga advogados para atuarem nesta Casa; pelo INEPS, que assessorava pseudopressistas; e por antropólogos, que dizem estar em defesa dos indígenas. Sabemos que certas terras, cuja área não passava de seiscentos mil hectares, de repente passaram a totalizar um milhão e meio de hectares, quando localizados nos fundos dos quintais das multinacionais.

É preciso que os sulistas, que os Estados progressistas saibam que o Brasil é dividido em dois: o Sul, uma realidade; o Norte, outra. O Norte é o quartel-general das multinacionais. Equivocam-se aqueles que, sem conhecer uma cada de garimpeiro, sem conhecer uma tribo indígena – tal como os Uru-eu-wau-wau, os Terenás, os Karitianas e os Paka-Nova – deixam de reconhecer, por trás de uma máscara de padres, aqueles que deixaram de ser padres, missionários que deixaram de fazer o bem pela alma e que estão a serviço dos interesses das multinacionais.

Queremos a reserva de exploração do nosso subsolo, mas não a queremos atrelada a padres – e muitos deles se intitulam defensores dos índios, quando sabemos que a primeira coisa que eles fazem é ensinar aos nossos índios a língua inglesa. Essa não é a verdadeira soberania que buscamos. Buscamos o equilíbrio em relação às reservas indígenas e que o subsolo pertença à União. Queremos o contrato de mineração por

tempo determinado, para resgatar o subsolo nacional que está nas mãos dos estrangeiros.

O que mais lamentamos na Assembléia Nacional Constituinte é que americanos, alemães e canadenses estejam aqui, dentro desta Casa, a influir, através de assessorias, como detectei através do Dr. Carlos Libânia e do Sr. Júlio Gaenger, que assessoraram a CNBB.

A Igreja Católica, em especial, jamais atuou contra seus interesses. Se quisesse realmente a reforma agrária, começaria pelas suas terras. Se quisesse a reforma agrária como queremos e entendemos, nós progressistas – porque me entendo como uma progressista, pelo meu passado e pela posição que tomei na Comissão da Ordem Econômica – faria a divisão das suas riquezas, começando pelo Vaticano, e não cobrando migalhas de miseráveis, Intitulando-se pobre.

É preciso ficar bem claro que a Assembléia Nacional Constituinte deve ter compromissos, sim, mas não com o capital selvagem, que escraviza, nem tampouco corri algum pseudo-ideológico defensor de algumas idéias, que também escravizam. Devemos ter o nosso pensamento livre para que aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, saibamos resguardar o subsolo para os brasileiros – os garimpeiros e, também, o empresariado. Prometo, Sr. Presidente, na próxima sessão – lamentavelmente terei de fazê-lo – dar nome aos bois, ou seja, aos elementos da pseudo-esquerda, com todo respeito que tenho pelo nobre Constituinte Aldo Arantes, que nos liberou na Comissão da Ordem Econômica para agirmos de acordo com nossa consciência. Orgulho-me de ter sido liberada por S. Ex.^a, porque aqui vi seriedade, aqui lutamos até o fim, não em favor de uma sigla ou de pessoas, mas por um ideal que norteia, na sua plenitude, a soberania deste País. (Palmas).

Durante o discurso da Sr^a Raquel Cândido o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nada tenho contra as pessoas que fazem o "Jornal da Constituinte". Pelo contrário, sou amigo da maioria delas. Esse jornal, logo abaixo da sua denominação, estampa os dizeres: "órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte". E no "Expediente" diz: "Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte". Portanto, só pode fazer uma coisa: divulgar os fatos, as entrevistas, os pareceres e os debates; não pode fazer laboratório fotográfico às custas de projeto de alguém.

Aqui dentro respeito todos que são contra a pena de morte, como quero que me respeitem.

Pois bem, Sr. Presidente, a edição desta semana reproduz alguma coisa que é simplesmente condenável, ao apresentar o problema da pena de morte como desenho de um laço de força, dentro dele e o Congresso e, não sendo suficiente, na página central coloca todos os instrumentos de

execução – com os quais nada tenho a ver – e, ao lado do meu retrato, um jovem entrando no Congresso dentro de um laço de uma força. Considero que isso é um desacato e quero da Mesa providências saber como se responde por isso, quem paga isso – porque nós pagamos.

Antes de entrar nesta sala, Sr. Presidente, por intermédio do meu gabinete mandei avisar ao Sr. Luiz Salomão que iria cuidar de um assunto do interesse dele. Não sei se deram o recado. Esperei-o até agora para começar a falar. Não tive ocasião de ouvi-lo, quando deu resposta às minhas acusações; li agora o discurso dele. V. Ex.^a verá que ele não é verdadeiro duas vezes.

Pedi ao Presidente Ulysses Guimarães que exigisse desse senhor o nome de quem lhe deu os informes de que sou vendido ao Sr. North, do escândalo "Irágate", pois que ele fez uma tapeação com os seus colegas: pegou uma revista, sacudiu e disse... Tenho aqui nas mãos a revista. É inverdade. Sr. Presidente. O que ele disse quando mostrou a revista foi o seguinte: trouxe ao conhecimento de V. Ex.^a informes recebidos de um correspondente estrangeiro da revista "Executive Intelligence Review". Possuo aqui um exemplar da revista. Pude verificar que nada disso ela publicou.

Há algumas hipóteses: ou o informe é falso e a revista não o publicou, ou o informe é correto e a revista nada vale, porque não publica as notícias: ou o correspondente era exatamente aquilo que me disse hoje o Líder Luiz Henrique – um picareta bêbado que circulou aqui dentro tomado 100 dólares por exemplar da revista.

Quero dizer a V. Ex.^a que estou tratando da minha honra. E neste terreno nada respeito, nada, nem minha mãe.

Já pedi ao Presidente Ulysses Guimarães, por três vezes – exigi, como é do meu direito – que interpele esse senhor que declarou que eu era vendido, por um informe apócrifo, a fim de saber o nome do correspondente que lhe entregou esse documento. Ele não tem que dar o nome desse homem, para depor aqui e na Polícia Federal. Precisamos saber qual é o estrangeiro que traz para aqui calúnias contra brasileiros.

Como o Presidente Ulysses Guimarães não tomou nenhuma providência – vou encerrar, Sr. Presidente – quero dizer ao meu querido amigo, pelo qual tenho o maior respeito, que vou continuar a agir com a maior violência em torno disso. Já outros Deputados vão para o Judiciário, que não é o meu terreno. O meu terreno é aqui dentro.

Quero dizer a V. Ex.^a que não admito que nesta Casa nenhum Deputado continue sob suspeita, como lançamento de uma acusação como essa, ou aqui o acusador vai acabar mal.

Sr. Presidente, em 1964 isto aconteceu aqui. Os que sobreviveram àquela época – e eu sou um dos raros – sabem disso. O desrespeito aos colegas foi-se transformando numa causa comum, as acusações sem provas, as informações e as deformações de toda ordem. E acabou no que acabou e deu no que deu; depois, se queixaram.

Pois bem, aviso a V. Ex.^a que, se esse moço não for interpelado agora sobre quem lhe deu esse informe, para que ele seja chamado a depor numa comissão de inquérito, isso vai acabar mal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece à Casa, após ouvir as suas

reclamações transmitidas à Mesa pelo nobre Líder Amaral Netto. No que concerne à primeira, vinculada ao "Jornal da Constituinte", faremos com que seja levada à apreciação da Mesa e, mais especificamente, da Primeira Secretaria, confiada ao nobre Deputado Marcelo Cordeiro, que se incumbe de, mais proximamente, acompanhar a elaboração dessa importante publicação.

No que se relaciona ao assunto agora focalizado, já levado ao conhecimento do nobre Presidente Ulysses Guimarães, eu próprio farei chegar a S. Ex.^a, em nome da Mesa, o novo apelo, agora reiterado, pedindo que S. Ex.^a ofereça ao nobre Deputado Amaral Netto e à própria Casa as explicações que acabam de ser reclamadas.

O SR. PRESIDENTE – (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, não tenho qualquer propósito de registrar mérito promocional no estuário histórico deste País, ao fixar posição no sentido de alertar os segmentos políticos para que se atenham, com certa isenção de animo ideológico, à gravidade do momento que todos os brasileiros enfrentam nos dias presentes.

Preocupa-me, Sr. Presidente, a visão dos problemas que nos desafiam e a insegurança na tomada de posições por parte do Governo, visando ao alcance de soluções desejáveis. Não basta colocar em cena a presença de intenções salutares que tenham por objetivo contornar as dificuldades, cada vez mais volumosas e de colorações espantosas e ameaçadoras à paz social. É preciso assegurá-lhes eficácia, mediante certeza de que são confiáveis, a fim de que o povo contribua com sua participação. Do contrário, uma nova frustração, no plano de combate à inflação, e de preservação do mercado de trabalho contra a recessão, no abismo da qual já estamos, poderá se transformar no estopim de iminente convulsão que levará o País à luta civil.

O Presidente Sarney, cujo otimismo não é recomendável para homens de Governo em conjunturas como a que nos envolve, precisa atualizar-se a respeito da realidade nacional, lendo revelações como a do ilustre Vigário da Basílica de Lourdes, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Padre Isidoro Danadai, muito apropriadas para reflexões de um Chefe de Estado, quer pela natureza da ênfase com que visualiza a problemática brasileira, ou ainda em função da coragem de advertir que "os pobres não podem mais esperar".

Vale a pena transcrever as palavras do sacerdote da Igreja de Jesus Cristo. Para tanto, requeiro a deferência da Mesa, anexando o recorte do jornal que as publica.

Era o que tinha a dizer.

ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO JORGE ARBAGE.

Não tive ocasião de, como acontecia no início de cada ano, fazer minhas previsões para nosso Severino 1987. E isso deve ter sido providencial, pois se o tivesse feito, certamente teria errado piamente.

Sem dúvida, teria dito que, por estarmos no fundo do poço, não poderíamos senão esperar por substanciais melhorias. E, no entanto, o poço vem se revelando muito mais fundo do que se poderia imaginar.

Recordo-me de que, no início de 84, diante das misérias políticas, sociais e econômicas

com que nos brindara o calamitoso 1983, eu perguntava, desde aqui das páginas deste boletim, se era lícito esperar ainda. E, apesar de não conseguir vislumbrar nada que pudesse nos acenar com qualquer melhoria, ousei apresentar um motivo de esperança, apontando para a Argentina, que no início de 83 se encontrava em situação muito pior do que a nossa e que, no entanto, emergira para a democracia, através de uma das mais belas eleições que se travaram em nosso pobre e sofrido Continente.

Se havia acontecido lá, por que não haveria de se repetir aqui? E recordava que a surpresa – sinal inequívoco da presença de Deus na caminhada dos homens – é a primeira lei da história.

E, como todos nos lembramos bem, aconteceu em 84 a beleza rara das multidões incontáveis, espontâneas, pacíficas, multicoloridas, cantando, mais do que gritando: "Diretas, já".

Se não vieram as diretas, veio Tancredo. E vieram sinais promissores de mudanças inadiáveis.

Tancredo morreu. E as mudanças não vieram e aí estamos nós às voltas com nossas costumeiras mazelas. Às voltas com a corrupção devastadora, com os mesquinhos interesses pessoais e partidários, com a ambição e a ganância desmedidas dos economicamente poderosos, com a obtusidade e a insensibilidade dos latifundiários e de todos os beneficiários das estruturas atuais. Na realidade, estamos criando o caldo de cultura para as previsíveis convulsões sociais e para o derramamento de sangue.

Diante de tal quadro, é difícil, senão impossível, falar de esperança, mesmo porque a esperança fala do amanhã, quando as soluções precisavam ter sido de ontem. Os pobres e miseráveis deste País não podem esperar mais. Seus sofrimentos são insuportáveis.

Mas, se não mais podemos dizer que Deus é brasileiro, pois as injustiças o baniram de nossas fronteiras, apegemo-nos a Nossa Senhora, neste Ano Mariano que se inaugura, e brandemos-lhes aflitos e confiantes; "Virgem da esperança, mãe dos pobres, Senhora dos que peregrinam: escuta-nos. Hoje, te pedimos pela América Latina, continente que tu visitas com os pés descalços. Mãe dos pobres, há muita miséria entre nós. Falta o pão material em muitas casas. Falta o pão da verdade em muitas inteligências. Falta o pão do amor em muitos corações".

Senhora da esperança, dá-nos que saibamos esperar, mesmo contra toda esperança.

O SR. LUIZ VIANA NETO (PMDB – BA)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no curso dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte por duas vezes apresentei proposta visando a vincular 1% da receita da União a investimentos na região do vale do São Francisco. Animou-me a convicção de ser este um problema nacional, uma dívida histórica, cujo resgate não pode tardar.

Infelizmente, por duas vezes os Srs. Relatores que se debruçaram sobre esta proposta não lhe deram acolhida, argüindo que não compete a esta

Assembléia fazer isso, que não seria próprio inserir na Constituição vinculação de receita para solucionar problemas regionais. De minha parte, estou convencido de que nós, os Constituintes de 1987, não podemos continuar de olhos fechados a essa dura realidade em que vivem milhões de brasileiros no vale do São Francisco, região potencialmente rica, mas que continua mergulhada na mais negra e desalentadora miséria. Poderia dizer que mais da metade das famílias que vivem naquela região não conseguem ter uma renda **per capita** de um quarto de salário mínimo. Poderia também lembrar que mais de 70% da população adulta é analfabeta na zona rural.

Pergunto se é admissível, se seria tolerável no Brasil de hoje, que tem vastas regiões prósperas e desenvolvidas, aceitar que irmãos nossos continuem sobrevivendo em condições tão cruéis e desumanas.

É verdade, Sr. Presidente, que em uma das Comissões em que se dividiu a Assembléia Nacional Constituinte foi aprovado dispositivo que regionalizou o orçamento da União, determinando que ele fosse repartido proporcionalmente à população das macrorregiões. Se não é permitido atribuir renda pública às macrorregiões, porque não poderemos socorrer as regiões, como a do vale do São Francisco, que ainda vivem em absoluta miséria? Todos sabemos que o Brasil se divide pelo menos em dois: o Brasil ricos e o Brasil dos pobres. Diria que o Nordeste e o Norte também são pelo menos dois: o Nordeste e o Norte dos pobres, e o Nordeste e o Norte dos paupérrimos, para não dizer miseráveis. Exatamente para socorrer essa gente é que submeterei à apreciação de meus Pares esse dispositivo constitucional, já colhido pela sabedoria e sensibilidade do Constituinte de 1946. Não poderemos deixar o atestado de que nesses quarenta anos o Brasil não se desenvolveu. No entanto, continuamos embrutecidos. Confio na sensibilidade dos Constituintes de 1987; na sensibilidade que eles têm para perceber o sofrimento de irmãos nossos que ainda vivem à margem do desenvolvimento e da civilização.

Por isso, animado por esta confiança, voltarei a reapresentar esta proposta, inserindo-a na letra perene da Carta Magna como um dispositivo que represente um raio de luz e esperança para milhões de irmãos nossos que vivem na região do vale do São Francisco. (Palmas).

Durante o discurso do Sr. Luiz Viana Neto, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Previdência e Assistência Social não vão bem.

No início do ano, o Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães, sob o título "A Previdência presta contas", mandava divulgar (como matéria paga) os resultados dos trabalhos sob sua responsabilidade. Sr. Ministro os considerou altamente promissores.

Citava:

"Em 1986, foram concedidos um milhão e quatrocentos mil benefícios novos, e um total de 11 milhões de benefícios em manutenção. A despesa foi de cerca de 125 bilhões de cruzados, ou quase 500 milhões por dia. Mais de 8 milhões de trabalhadores rurais passaram a contar com o seguro de acidente de trabalho. E com assistência médica igual à oferecida ao trabalhador urbano.

Foram pagas 241 milhões de consultas médicas, cerca de 700 mil por dia; 11 milhões de serviços de diagnóstico e terapia. Fizemos convênios com mais de 2.200 municípios brasileiros, cobrindo cerca de 85% da população total do País.

A Assistência Social atingiu 16 milhões de pessoas. As creches receberam 3 milhões de crianças.

A Previdência atendeu a 543 mil menores na Funabem."

Anunciava, ainda, o Sr. Ministro um superávit financeiro, como função do bom desempenho do seu Ministério.

Os números efetivamente impressionam pelas suas grandezas. Mas, se comparados com o que deixou de ser feito, ou com a qualidade dos serviços prestados, estes números pouco representam como forma de julgamento do bom ou mau desempenho.

Em verdade, outros números e informações nos dão mostras evidentes de que a Previdência Social e a Assistência Social vão mal.

As questões históricas, com o descalabro administrativo, erros e fraudes, persistem. Como exemplo citamos o caso das fraudes; especialista têm afirmado e a imprensa tem publicado, sem que desmentidos ocorressem, que o namoro de benefícies fraudados pagos mensalmente deve atingir mais de 1 milhão de casos.

As demoras na concessão dos benefícios são grandes. Os erros na emissão de carnês do Funrural são constantes. As filas para o atendimento médico são cada vez maiores.

Mais de 40 milhões de pessoas vivem à margem de qualquer atendimento previdenciário. O atendimento médico ao homem do campo é bastante deficiente. Na área do atendimento odontológico, somos um País de desdentados. O número de menores abandonados aumenta cada vez mais, e não devemos esquecer que a Previdência Social tem grande responsabilidade sobre este setor.

Vale aqui também falar um pouco sobre o tão festejado superávit da Previdência, que não deve surpreender a ninguém se no final de 1987 se transformar num grande déficit.

Após o grande déficit verificado no período 81/83, no ano de 1984 "o reequilíbrio financeiro foi novamente alcançado, através, decisivamente, do aumento da alíquota de contribuição e da tributação sobre os chamados bens de consumo supérfluos. Mas, do lado da despesa, porém, nenhum ato de racionalização de gastos foi considerado. Ao contrário, as questões gerenciais, que também, historicamente, acompanham a Previdência Social, se agravaram.

Os anos de 1985/86 encerraram suas atividades com superávit. E, novamente, o aumento da receita foi o grande fator.

Em 1985 a boa performance resultou da antecipação da arrecadação das contribuições dos

empregadores, medida idêntica à que tinha sido adotada em 1984, quando, se antecipou a arrecadação da fonte dos empregados. Isto equivaleu a quase um mês adicional de receita. A partir do mês de março daquele ano, verificou-se um aumento real da receita de 5% ao mês, decorrente do aumento do número de empregados e dos ganhos reais dos assalariados, através das reposições salariais e dos aumentos decorrentes da "produtividade".

Porém, estes itens, enquanto, de um lado, aumentaram a receita, de outro, não influíram nas despesas, já que os segurados não receberam estes aumentos.

No ano de 1986, as condições positivas de 1985 se acentuaram, principalmente em função do Plano Cruzado.

O crescimento real da receita, que atingiu 25%, foi consequência do resultado do crescimento do nível de emprego em 13% (Revista "Exame"), mas os ganhos reais de salários, em torno de 10%.

Qualquer estudioso das questões de saúde concorda em que no Brasil se gasta pouco e mal neste setor. Todos, também concordam em que o ato de racionalizar os gastos é fundamental. Mas que em verdade vem sendo feito é o simples racionamento, o que tem provocado a constante queda da qualidade dos serviços prestados, além de não-atendimentos, por restrições normativas do INAMPS.

É importante observar, a partir de 1979, que se iniciou um claro processo de perda real dos ganhos dos benefícios da Previdência. Da mesma forma, na área dos serviços médicos assistenciais contratados pelo INAMPS, que passaram a sofrer perdas reais significativas, registrando-se a sua maior pressão no período deficitário (80/83).

Como exemplo destas perdas, temos os pensionistas e aposentados que ganham acima do salário mínimo tiveram seus valores reais reduzidos em quase 41%. As retribuições a serviços médicos contratados sofreram reduções em média de 40%, conforme estudos feitos pela FGV.

Agora, com a aprovação de lei, pretende-se corrigir, substancialmente, as perdas dos pensionistas e aposentados. Da mesma forma, promete-se atendimento às reivindicações dos prestadores de serviço quanto ao aumento das retribuições, o que levará, também, a mais gastos nesta área. Além destes itens, que irão pressionar a despesa para cima, a receita não poderá manter a sua tendência, em face da nova conjuntura econômica. Portanto, o ano de 1987 não deverá apresentar um balanço positivo, o que é um novo fato preocupante na vida do sistema previdenciário do País.

Fica claro, assim, que nenhuma importante medida de racionalização contribuiu para este resultado financeiro positivo, mas sim, medidas de racionamento e achatamento de valores pagos pela Previdência Social merecem ser considerados. Portanto, o bom resultado financeiro se deu, também, à custa da redução do poder de compra dos aposentados e pensionistas. Da mesma forma, a população segurada vem sendo sacrificada com a queda do padrão de assistência médica, como consequência da baixa remuneração paga pelos serviços contratados.

Enfim, os segurados continuam pagando um alto preço social, pela demagogia e pela ineficiência gerencial da Previdência Social.

É bom que o Sr. Ministro da Previdência saiba que mais importante do que os números e o **superávit** anunciado é saber qual a qualidade dos serviços prestados e qual o retorno social de cada cruzado arrecadado do contribuinte.

Para finalizar, gostaria de tecer algumas considerações sobre a tendência da estatização da assistência Médica.

No seu todo, o que vemos no Anteprojeto é uma idéia estatizante na assistência e intervencionista nos recursos privados disponíveis atualmente. O Anteprojeto prevê a intervenção e a desapropriação dos serviços de saúde de natureza privada. Na primeira versão, o projeto incluía a expressão expropriação e também não previa a indenização em caso de desapropriação.

A ficção de dar ao Estado a execução da política assistencial de saúde, contida no Anteprojeto, contempla, até incoerentemente, a iniciativa privada no seu art. 6º, no qual se diz que "é assegurado o livre exercício da atividade liberal em saúde e a organização de serviços de saúde privados...", ao mesmo tempo que se afirma ser o acesso às ações assistenciais igualitário e gratuito, no art. 1º – § 1º.

O que vemos, atualmente, são empresas privadas de saúde participando com 58% das aplicações, considerando os 3,7% do PIB. Essas empresas estão fora de qualquer vinculação com assistência estatal, nela compreendida os contratos com INAMPS. Em consequência, os 42% restantes representam a soma dos recursos federais, estaduais e municipais, neles incluídos, inclusive os serviços comprados pelo INAMPS das unidades privadas.

Esquecer a iniciativa privada é desconhecer a realidade assistencial, mesmo que a sua qualidade seja discutível e necessite de ordenação. Mas é preciso considerar que o sucateamento e a desqualificação dos serviços privados advêm da baixa remuneração dada pelos compradores oficiais.

O INAMPS compra da iniciativa privada mais de 240 milhões de consultas médicas, 13 milhões de internações e 200 milhões de exames complementares por ano. O custo médio de uma internação hospitalar é seis vezes maior que o correspondente nos hospitais públicos. É importante observar que o Governo não vem investindo no setor, em virtude das limitações financeiras e do alto custo operacional dos hospitais administrados pelo Governo.

Assim mesmo, o Anteprojeto quer que esse mesmo Governo, exaurido em suas finanças, destine 10% do Produto Interno Bruto para o setor de saúde, prescindindo dos já parcos recursos previdenciários. Cremos que está faltando um pouco de exercício da realidade. Advogamos que o Governo tem o dever de promover a ordenação da política de saúde, estabelecendo a sua racionalização e hierarquização nos recursos financeiros, físicos e humanos disponíveis, todavia, sem atribuir-se a tarefa de executar todas as suas ações.

Deve ficar claro que não é preciso estatizar para implantar os princípios de organização, racionalização, integração, regionalização, hierarquização. Para isto é apenas preciso decisão política e competência – exatamente o que falta ao Governo.

Ora, se o Estado não consegue tratar das ações básicas de saúde, nem sequer eliminar os mosquitos transmissores de doenças, muito menos

terá capacidade de executar os serviços médicos e hospitalares como desejam os sanitaristas.

De qualquer forma, se o projeto vier a ser aprovado como proposto originalmente, o seu preço, mais uma vez será pago pelo contribuinte. A estatização exigirá que se sobre a carga tributária sobre o brasileiro.

O SR. ALDO ARANTES (PMDB – GO). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a imprensa vem veiculando nestes dias as consequências das medidas econômicas adotadas pelo Presidente José Sarney sobre o salário dos trabalhadores.

Hoje, o **Jornal de Brasília** traz informações interessantes. O diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli, afirma que este será "o maior confisco salarial da história do trabalhador brasileiro." Diz que "todos os trabalhadores perderão algo com as novas medidas econômicas. Mas uma parcela expressiva da população perderá mais do que as outras: são seis milhões e duzentos mil brasileiros, cujas datas-base estão espalhadas pelos meses de outubro, novembro e dezembro, onde se concentram os maiores resíduos inflacionários, atingindo os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, químicos, gráficos e funcionários das indústrias alimentícias."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isto fica claro: aqui tenho um mapa mostrando a perda dos trabalhadores de janeiro a dezembro, evidenciando, com todas as consequências, o confisco salarial que se abate sobre os trabalhadores e a classe operária.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estamos vivendo uma crise de graves proporções, com inflação, dívida externa, altas taxas de juros e desequilíbrio da economia brasileira. Tudo isso nós sabemos. Alguma medida havia de ser adotada. O que não aceitamos é que as medidas visando a combater a inflação e o desequilíbrio da economia brasileira sempre atinjam o elo mais fraco: o assalariado e o trabalhador. Isso é inaceitável. Mas, por outro lado, evidencia o caráter antipopular do Governo Sarney, que vai cada vez mais se submetendo às diretrizes do Fundo Monetário Internacional, porque as medidas aqui adotadas – e os jornais já veiculam essas informações – serão apresentadas no sentido de carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional.

São medidas de arrocho salarial, recessivas, e indicam, exatamente, o sentido da capitalização dos juros dos grandes banqueiros internacionais, em um processo galopante de desnacionalização da economia brasileira. Não vi medida alguma de congelamento ou tabelamento dos juros; não vi medida alguma no sentido de impedir os grandes lucros dos patrões; não vi medida alguma que fizesse com que as consequências da saída dessa crise recaíssem sobre os poderosos, sobre aqueles que detêm o capital. Não; o raciocínio simplista é aquele que faz recair o peso da crise sobre o elo mais fraco da cadeia, que são os trabalhadores. Mas a paciência deles já se esgotou. Os trabalhadores brasileiros vão mobilizar-se e lutar para colocar a nu esta política antipopular e inaceitável do Governo.

Tudo isso está dentro de um modelo econômico e político que se vai gestando neste País e encontrando sua expressão na Assembléia Nacional Constituinte.

O que querem é impor o Estado autoritário, militarista, e institucionalizar o papel das Forças Armadas como força de repressão ao movimento popular. Querem institucionalizar uma economia dependente e deixar seu controle às empresas multinacionais – e aí está o resultado da Comissão da Ordem Econômica. Mas os setores populares vão denunciar isso à Nação espalhando tais notícias ao povo brasileiro, a fim de que saibam que os Constituintes que aqui se encontram subiram aos palanques com uma linguagem que agora não corresponde aos seus discursos.

É necessário que a opinião pública brasileira se mobilize e pressione através de abaixo-assinados e de emendas populares constitucionais, a fim de mostrar à Assembléia Nacional Constituinte que o povo brasileiro quer mudanças.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, lembro-me, na minha mocidade, de que os professores de Educação Física propunham a seus alunos um Jogo conhecido como cabo-de-guerra, em que um grupo segurava a corda de um lado e outro grupo, de outro, e cada equipe puxava para seu lado. E, ao final de algum tempo, como é óbvio, um grupo perdia, sendo arrastado pelo vencedor.

Acabamos de receber nesta Casa a honrosa visita do Presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzáles. Sua palavra foi uma lição de como deve ocorrer uma transição política da ditadura para a democracia, banhada sempre de concessões e de entendimentos decorrentes de uma fase penosa, longa e exaustiva de negociações, de que são capazes apenas os pacíficos, os bem-intencionados e os inteligentes.

Acredito, nobre Sr. Presidente, que, em virtude da maneira apaixonada como defendo minhas teses e meus propósitos, em virtude da minha combatividade inesgotável, fruto do meu caráter e da minha personalidade, tenho autoridade bastante para, neste instante, fazer as observações a que me disponho.

Não creio que de um jogo de cabo-de-guerra, instalado nesta Casa, possa nascer uma Constituição duradoura. Não creio que os vencedores possam impor aos vencidos uma Constituição que subsista e sobreviva através dos tempos, como instrumento útil ao bem comum do País. Não creio em constituições promulgadas pela maioria ou editadas por vendedores. Nossa futura Constituição deverá ser fruto de entendimentos e negociações.

Ocorre, Sr. Presidente, que um pacto implica, sobretudo, concessões multilaterais, e apenas são capazes de fazê-las aqueles que merecem a vitória. Os que não a merecem preferem indubitavelmente a luta.

Tenho sido procurado por Líderes de alguns partidos, até mesmo do meu, tentando convencer-me de que é necessário, neste instante, uma pausa a fim de buscarmos um entendimento para o futuro, o porvir de nossa Nação, sem radicalismos, mas com cordura e inteligência.

Quero, desta tribuna, declarar-me aberto a esses entendimentos e dizer que uma Constituição longa, que disponha exaustivamente sobre todos os assuntos, casuística, que traga no seu bojo matéria constitucional de lei complementar, ordinária, de decreto-lei, de decreto, de portaria e de

instrução estará fadada à morte imediata, será efêmera, talvez até natimorta.

Assim, Sr. Presidente, entendo que uma Constituição deve ter o cunho de um catecismo, deve ser como uma cartilha cívica para os cidadãos, como a cartilha de alfabetização é um precioso instrumento para os alunos do primeiro ano de 1º grau.

Nossa Constituição deve ser enxuta, seca, sintética, e deve dispor de colocações e de definições, a fim de que os cidadãos possam tê-la de cor, como acontece com os povos Inglês e americano, profundos conhecedores de sua Carta Magna. Ela deve ainda incluir pretensões imediatas e ser suficientemente maleável, a fim de que tanto homens de pensamento de direita quanto de esquerda ou do centro possam governar tal como a Constituição francesa, que serviu a Charles De Gaulle e serve a François Mitterrand, e como outras Constituições, mas, sobretudo, como a de Felipe Gonzáles.

Que sua visita não morra sem eco nesta Casa. Que sua presença entre nós frutifique, não apenas em favor da relação dos espanhóis com os brasileiros, mas, sobretudo, em nosso proveito, porque a Espanha é mais sábia que o Brasil, porque mais antiga e universal. Que sua lição de entendimento, cordialidade, concessão e negociação seja abeberada por nós.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, toma posse hoje no Tribunal Superior do Trabalho, às 17h, o Dr. Fernando Vilar, bacharel em Direito e em Administração, na qualidade de Ministro classista representante dos trabalhadores naquela corte.

Dr. Fernando Vilar é nascido em Taperoá, entre Cariri e o sertão da Paraíba. Cedo deixou sua terra para estudar em Patos e depois em João Pessoa. Ingressou no Banco do Estado da Paraíba e foi Presidente do Sindicato dos Bancários em João Pessoa, onde exerce o quarto mandato consecutivo. Recentemente foi eleito Presidente da Federação dos Bancários na Paraíba. Seu ingresso no Tribunal Superior do Trabalho significa o alto grau de capacidade que o paraibano tem para participar dos Tribunais Superiores do Brasil. Não faria este registro no Pequeno Expediente se não houvesse matéria constitucional envolvida. Na verdade, alguns setores andaram comentando a extinção do Tribunal Superior do Trabalho e a representação classista nos Tribunais Superiores e nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

O Tribunal Superior do Trabalho, que é o escoadouro de todas as decisões dos Tribunais Regionais – estes muitas vezes são discrepantes – uniformiza a jurisprudência que vem destes últimos. É fácil dar o exemplo de uma grande empresa que tenha trabalhadores de vários Estados do Brasil. As questões seriam julgadas nos Tribunais Regionais de forma diferente porque o entendimento é diverso. Não haveria um Tribunal Superior que pudesse dirimir os conflitos oriundos dos Tribunais Regionais.

Portanto, é tão absurda quanto estapafúrdia a idéia de dissolução do Tribunal do Trabalho ou de fazer com que ele não fique na nova ordem judiciária do Brasil, assim como é absurda a extinção da representação classista, desde as Juntas de Conciliação e Julgamento até os Tribunais Su-

periores. O Juiz Classista é o representante dos empregados e dos empregadores que desempenham, na Justiça Trabalhista, um papel da maior importância. Não será agora, no momento em que buscamos o aperfeiçoamento das nossas instituições, sobretudo no campo da ordem social e do direito dos trabalhadores, que retiraremos a representação classista dos nossos Tribunais ou das nossas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Por isso, Sr. Presidente, ao felicitar o Dr. Fernando Vilar peia sua investidura no cargo de Ministro classista do Tribunal Superior do Trabalho, como representante dos trabalhadores e dos bancários da Paraíba, deixo registrada a minha posição absolutamente contrária não só à extinção do Tribunal Superior do Trabalho, como também à hipótese aventada de se extinguir a representação classista das Juntas e dos Tribunais.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, a Nova República, que prometeu para a sociedade brasileira uma democracia participativa, se existe, ainda não chegou à Amazônia. É fácil de se constatar isto, quando se atenta, por exemplo, para o gravíssimo problema da autarquização daquela grande área, que representa cerca de dois terços do território brasileiro.

Fruto do autoritarismo que desgovernou o Brasil durante quase vinte e cinco anos, e que perdura até hoje sem qualquer vislumbre de modificação, porque o atual Governo não fez absolutamente nada para modificar ali essa triste situação, a autarquização da Região Amazônica se implantou paulatinamente, pela via da concentração dos poderes dos organismos federais, o que praticamente tem impossibilitado os governos estaduais da Amazônia Legal de implementarem seus planos administrativos.

Essa política vesga e completamente sem objetivos mais elevados criou para a Amazônia o câncer do continuísmo, da paga dos juros extorsivos dos bancos e da sujeição impotente às chamadas Agências Internacionais de Desenvolvimento.

Eis aqui, Srs. Parlamentares, alguns exemplos, dos muitos que poderia citar, se o tempo me permitisse, que provam sobejamente o que estou afirmando:

- as faixas de cem quilômetros, de cada lado das rodovias federais, de acordo com o Decreto-lei nº 1.164/71, não podem ser livremente exploradas;

- a colonização das áreas de terra é monopólio exclusivo do INCRA;

- a retenção do subsolo pela tecnoburocracia do DNPM, do Ministério das Minas e Energia, ainda preso ao anacrônico Código de Mineração de 1967, de orientação nitidamente entreguista;

- a falta de uma política séria e certeira para o aparelhamento da navegação fluvial;

- os incentivos à exportação, com a absurda e inconstitucional isenção de ICM imposta pela União aos Estado.

Estes poucos exemplos, Sr. Presidente, falam por si sós da impotência das administrações estaduais, na Amazônia Legal, em face dessa monstruosa centralização institucionalizada da União, cujo maior reflexo é a constante e cada vez mais profunda pauperização dos Municípios.

Temos de reagir ante essa situação de descalabro. Não se pode fortalecer nenhum Estado brasileiro à custa do empobrecimento de um deles sequer. Cada Estado que se empobrece, cada Município que se pauperiza é um elo mais fraco da corrente, que se pode partir com consequências indesejáveis para toda a Federação. A Amazônia sempre foi – e hoje é mais ainda – o calcanhar de Aquiles das pretensões brasileiras de nos transformarmos em grande potência.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na última semana, ocorreu nesta Casa a votação final – cujo resultado a Nação inteira conhece – dos oito relatórios apresentados à Assembléia Nacional Constituinte. Seguramente, os relatórios revelam, à primeira vista, o perfil que irá nortear os trabalhos nesta Casa.

Já foram comentados aqui vários assuntos, mas me permito, abordar alguns temas referentes especificamente à Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Já tive oportunidade de fazer algumas críticas ao voto distrital misto, sugestão oriunda da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, e que, sem dúvida alguma, significará o fim dos pequenos partidos políticos, terminando, de uma vez por todas, com a pluralidade partidária que tanto defendemos e fazendo com que o poder econômico seja consagrado nas eleições.

Na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, nessa primeira etapa, criou-se o sistema parlamentarista. Muitos defensores do parlamentarismo tentaram dar um novo nome a esse sistema de governo. Alguns querem chamá-lo de neoparlamentarismo; outros, de parlamentarismo híbrido – expressão que nos permite automaticamente definir o que é híbrido. Aqueles que conhecem os trabalhos das multinacionais sabem, por exemplo, que híbrido é um frango produzido no Brasil, por sinal reserva do mercado da tecnologia americana.

Mas os defensores do parlamentarismo, experiência nova neste País, estão tentando esconder, com esta nova fórmula, as duras aflições vividas pelo Governo transitório do Presidente José Sarney. O objetivo é escamotear as eleições diretas de 1988, para tentar, numa fórmula já conhecida deste Plenário, inventar um Primeiro-Ministro que saia desta Casa e assuma o poder deste País, já que o Residente, muitas vezes, tem demonstrado fraqueza para assumir suas funções. E este novo parlamentarismo, que chamaram até de presidencialismo mitigado – mitigado é brando, é suave, é ameno – seria a forma de mitigar a presença do Presidente José Sarney como dirigente desta República.

Mas as votações que se realizaram lá nos permitiram algumas indagações muito importantes. Por exemplo, o parlamentarismo aprovado não é aquele que os verdadeiros defensores deste sistema de governo professam. A rigor, os verdadeiros parlamentaristas deveriam abrir os olhos nesta fase, porque o parlamentarismo que estão pretendendo implantar não é o parlamentarismo neoparlamentarismo, não é o parlamentarismo híbrido, tampouco é o parlamentarismo mitigado.

Quando se votou naquela Comissão um preceito fundamental do parlamentarismo, o voto de

desconfiança a um ou dois Ministros ou a todo o Ministério, retirou-se a capacidade de esta Casa decidir sobre o voto de desconfiança unitário ou o voto de desconfiança plural. Ora, isto tem um sentido muito grave. Esta Casa só poderá aprovar um voto de desconfiança quando este for dirigido a todo o Ministério, aos 27 Ministros, em conjunto.

Eu, que procurava buscar uma definição, já que lá não prosperou aquela de fazer com que o Presidente comandasse os Ministros militares, tirei a conclusão de que o nome do parlamentarismo que estão querendo inventar não é o mitigado, não é o neoparlamentarismo, não é parlamentarismo híbrido. A rigor, é o parlamentarismo verde-oliva, pois, como disse o Líder do meu partido, Constituinte Brandão Monteiro, continuam a bater continência aos Ministros militares. Então, tenham coragem os parlamentaristas desta Casa. Façam o parlamentarismo, mas o façam sem medo algum. E incluam também os Ministros militares, individualmente, no voto de desconfiança, para honrar e dignificar este Parlamento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há parlamentares nesta Casa que não usam a tribuna do lado de lá por achá-la muito à direita do plenário, muito à direita do que está acontecendo nesta Assembléia Nacional Constituinte.

As Comissões temáticas, nesse final de semana, concluíram seus trabalhos. Especialmente duas delas deram o exemplo de como não deve ser feito qualquer avanço a favor da sociedade e dos brasileiros. Refiro-me à Comissão da Ordem Econômica e à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Na primeira, a Comissão da Ordem Econômica, de um lado aqueles que defendiam o "quanto pior, melhor", e do outro lado aqueles que defendiam os interesses alienígenas dos brasileiros. Perdeu o Brasil.

Nessa Comissão da Ordem Econômica, especialmente os pequenos agricultores, os sem-terra, o arrendatário, o meeiro e o parceiro ficaram à margem do processo de desenvolvimento. Aqueles mesmos homens do campo, os pequenos agricultores que ajudaram muitos Constituintes que aqui chegaram, não receberam atenção que merecem. Nessa Comissão deu-se um passo à frente em direção a como não se quer e não se deve fazer a reforma agrária. Nela, atendeu-se especialmente àqueles da esquerda festiva, àqueles que arrancam microfones, arrebentam fios, desejando que o País não evolua, para que os brasileiros, os agricultores não sejam mais considerados cidadãos e não mereçam estar na estrada do desenvolvimento. Esta não é uma tese que merece o apoio da maioria desta Assembléia Nacional Constituinte.

Temos a esperança de que os membros da Comissão de Sistematização e, por último, esta Casa votem um projeto de reforma agrária que possa ajudar o Brasil e os brasileiros, mas não àqueles que têm interesses alienígenas, que não os dos proprietários, mas os dos pequenos agricultores e dos sem-terra do Brasil. Nós, que viemos de um Município que é o maior do Brasil em número de pequenas propriedades rurais; nós, que estamos permanentemente lutando para que o Governo estabeleça uma política

agrícola e agrária definida e definitiva, não recebemos neste final de semana, da Comissão da Ordem Econômica, o apoio necessário para a nossa emenda, porque não estávamos ao lado daquelas riquezas do Brasil, daqueles que produzem na pequena propriedade. Esses, não estão a receber do Governo, nem do Estado, o apoio necessário, inclusive de suas entidades representativas, de seus sindicatos de pequenos agricultores, de seus assalariados, a proteção necessária e a representação que merecem ter.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fizemos agora esta manifestação para dizer que não são as extremas que haverão de sair vitoriosas no final dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte. A permanecer esse estado de coisas, como aconteceu na votação da Comissão da Ordem Econômica, aqui, nesta Casa, estaremos dando dez, vinte, mil passos atrás no processo de colocação desses pequenos agricultores, destas famílias dos sem-terra no desenvolvimento brasileiro. Esses quarenta milhões de brasileiros não fazem parte da compra e da venda dessas terras, por conseguinte, da riqueza nacional.

Sr. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que, a permanecer o extremismo, tanto da esquerda eufórica como da esquerda festiva, a permanecer o posicionamento retrógrado da direita, dos que não desejam o avanço, por certo não estaremos dando a nossa parcela de contribuição nesta Assembléia Nacional Constituinte para que se busque uma legislação agrícola e agrária de proteção àqueles que têm a terra. Que se dê amparo àqueles que querem trabalhar a terra por vocação, de pai para filho, e que desejam contribuir para o processo de desenvolvimento.

Fica aqui o nosso alerta. Haveremos de votar com aqueles que desejam votar um projeto que tenha um avanço na política agrária e agrícola, de proteção àqueles que têm a propriedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, assistimos hoje a um Presidente Sarney nervoso e inseguro, falando sobre matéria econômica, um assunto que jamais dominará. Sejamos sinceros: a entrevista coletiva à imprensa, uma prática que deveria ser institucionalizada como forma de democratização das atitudes do Governo, pouco ou nada contribui para esclarecer uma quantidade de assuntos polêmicos que dominam o País.

O Presidente Sarney pediu que o Congresso tenha voz ativa, fiscalizando as ações do Executivo. O Presidente disse – e todos ouvimos – que sempre tem falado ao Dr. Ulysses sobre seus projetos de Governo. Pergunto: a qual dos tantos Ulysses que temos aqui tem-se referido S. Ex^a? Ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte? Não, porque nesta Casa, que frequento todos os dias, jamais ouvi o Dr. Ulysses falar a respeito disso. Na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, também, não porque sou assíduo. Talvez isso ocorra na condição de Presidente do PMDB, mas esse reclama que não tem suficiente entrosamento com o seu Presidente. Poderíamos, talvez, imaginar que o Presidente da Repùblica tenha falado com o Dr. Ulysses na condição de Vice-Presidente da Repùblica. Repito: em que condição o Dr. Ulysses tem sido informado sobre

as idéias do chefe do Poder Executivo? Como Presidente da Constituinte? Como Presidente da Câmara dos Deputados? Como Presidente do PMDB? Ou será que na condição de Vice-Presidente da República?

Temo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que o Congresso Nacional acabe na condição de conivente neste amadorismo político – administrativo que se pratica em nome de uma chamada Nova República que até agora não disse a que veio. Pela parte que me toca, excluo-me de qualquer responsabilidade. Sei das providências do Governo na área econômica por notícias de jornais, como de resto o sabem todos os Constituintes, à exceção dos poucos privilegiados que freqüentam o Palácio do Planalto.

O Presidente Sarney, na sua entrevista coletiva à imprensa, insistiu numa trégua nacional. "Sem a presença do povo não há plano que dê certo, por melhor estruturado que seja", são suas palavras textuais. Mas será que o Palácio do Planalto tem cacife para bancar um jogo desses com credibilidade reduzida a nível zero? Ou, pergunto mais, será que o Poder Executivo aceitaria compartilhar com o Poder Legislativo a elaboração de um Plano Econômico de que participassem todas as forças políticas? Até hoje, o que se viu foi uma ação unilateral, que de forma autoritária sempre excluiu a presença de forças políticas, representadas nesta Casa inclusive do PMDB, principal partido de sustentação do Governo.

O Presidente da República disse que o projeto da Ferrovia Norte-Sul já existe desde 1927, e que uma firma alemã (e outra norte-americana) se propõem a construir a ferrovia mediante concessão de exploração dos serviços pelo prazo de vinte anos. Por que razão esse negócio ainda não foi feito? Com esta manifestação verbal, o Presidente, por acaso, não estaria buscando apoio dos nacionalistas contrários à presença do capital estrangeiro em grandes obras nacionais? De minha parte, entendo que precisamos colocar nossas potencialidades econômicas atuando em favor das desigualdades sociais. Se para atingir esse objetivo for necessário acolher o capital estrangeiro, que venham todos imediatamente trabalhar aqui sob regras estabelecidas na nossa legislação que protejam, em primeiro lugar, interesses nacionais e, ao mesmo tempo, dêem oportunidade de resarcimento e lucros ao capital estrangeiro. Que mal existe nisso, se os próprios países comunistas, no caso a China e a União Soviética, já admitem essa possibilidade, e negociam com o capital internacional o seu programa de desenvolvimento?

Resumindo estas rápidas observações sobre a entrevista coletiva do Presidente Sarney, concluo que ele abriu a possibilidade de trabalhar com as oposições representadas nesta Casa e com o próprio PMDB, que lhe tem dado sustentação. Não sei até que ponto pode-se levar a sério sua queixa de um Congresso Nacional voltado às críticas e ao debate de questões menores, como a doação do seu mandato a classe coletiva. O que não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é o suporte da responsabilidade por decisões que não ajudamos a tomar.

Muito obrigado.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as riquezas minerais se localizam no solo e no subsolo dos municípios sendo,

no entanto, exploradas por autorização do Governo Federal, que arrecada as taxas, contribuições e tributos respectivos.

A primeira reação contra isso consistiu na reclamação dos Estados, exigindo que a União lhes conferisse uma participação, quando se tratasse de terras situadas em seus domínios. Posteriormente, esses **royalties** passaram a ser conferidos pela extração do petróleo também na plataforma submarina.

Verifica-se, portanto, que há uma forte tendência no sentido de deixar a União de tratar como exclusiva proprietária o subsolo produtor de minerais exploráveis, conferindo concessões a terceiros, de quem recebe, exclusivamente uma participação.

Justamente essa evolução do tratamento dos depósitos minerais no País é que nos levou a apresentar sugestão à Proposta de Constituição, no sentido de que "a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais, dependerão de autorização ou concessão através de lei municipal, aprovada pela maioria de dois terços da Câmara dos Vereadores".

Evidentemente, a nova disciplina proposta não impede que a Constituição estabeleça, por igual, o monopólio estatal do petróleo, combustível, lubrificantes minerais ou da exploração da energia hidráulica.

Mas não se pode esquecer que os recursos minerais encontrados no solo e no subsolo do Município constituem propriedades do mesmo, a menos que se trate de terras dominiais, de terras devolutas e de terras exclusivamente habitadas pelos índios, cabendo, sucessivamente, à União, aos Estados e aos índios os frutos e **royalties** dessa exploração mineral.

Quando se prevê a autorização municipal para que se ultime a concessão, isso não significa que se dispense a concessão federal, seguindo o processo inicialmente uma tramitação federal para, depois de despachado favoravelmente, ad referendum da Câmara Municipal respectiva, ultimar-se a concessão da pesquisa, lavra ou exploração do minério.

Assim, sem **capitis diminutio** para a administração federal, teremos respeitada a autonomia municipal em assunto do seu peculiar interesse, decidido pelo Poder Legislativo local por maioria qualificada. É preciso lembrar que pode haver obstáculos ecológicos insanáveis, que o Município conhece, a essa exploração.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enganam-se os que ainda julgam ser possível, nesta ou em qualquer parte do mundo o crescimento econômico realizado à custa da exploração predatória, irracional, dos recursos naturais, ainda que abundantes na base territorial de um país.

Cada vez mais se comprova, a partir dos instrumentos de aferição aperfeiçoados, frutos da própria evolução tecnológica, que o aproveitamento sem regras, sem quaisquer limitações, dos bens da Natureza, acaba se tornando um fator de esterilização da própria atividade produtiva, seja pelo esgotamento precoce, derivado do mau uso, seja por transformações letais, provocadas nos ecossistemas. Eis por que a degradação ambiental, que pode assumir as mais variadas formas, se

comprova hoje como antieconômica, não só a longo mas a curto prazo.

Ocorrências como a erosão, a desertificação, a poluição das águas, especialmente quando atinge viveiros ictícolas, a contaminação de mananciais e demais tipos de deterioração do meio ambiente, afora poderem ocasionar malefícios agudos, a curto prazo, para a qualidade de vida e mesmo sobrevivência econômica de um sem-número de comunidades, a médio prazo já podem significar prejuízos crônicos, perdas irreversíveis para o potencial produtivo.

Neste sentido, é fundamental que se entenda, em primeiro lugar, aquilo que é ponto pacífico entre as nações avançadas e civilizadas do mundo contemporâneo. Vale dizer a adoção de uma política em favor da defesa do meio-ambiente, ao invés de ser obstáculo, é condição para o desenvolvimento econômico. A utilização adequada dos recursos naturais, tendo em vista tornar viáveis o desenvolvimento sustentado e a preservação da qualidade de vida satisfatória, a recuperação e manutenção do equilíbrio ecológico, a prevenção e o controle da poluição, da erosão, da desertificação e de todas as demais formas de degradação ambiental, a prevenção de calamidades – as naturais e as derivadas da ação humana, a proteção da fauna e da flora, especialmente das florestas nativas ameaçadas de extinção, assim como a criação de parques e estações ecológicas, são práticas absolutamente necessárias para que não venham esterilizar o potencial daqueles recursos da sociedade e de suas sucessivas gerações.

No momento em que ainda ecoam as comemorações da Semana do Meio Ambiente, importaria, Sr. Presidente, que nossa sociedade fizesse uma reflexão, assim como se mobilizasse em torno da boa causa ambientalista. Causa que não tem cor ideológica, embora muitos pretendam explorá-la. A causa caracteriza o supremo valor da vida.

Muito obrigado.

O SR. ALBANO FRANCO (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há mais de um século o Estado de Sergipe pleiteia a reincorporação à sua área territorial de cerca de 3.000 km² entre os rios Real e Itapicuru, ou seja, que a fronteira com a Bahia atinja o segundo desses rios.

Agora que esta Assembléia Nacional Constituinte terá oportunidade de dirimir questão, foi apresentado, em 16 próximo passado, o seguinte requerimento de transcrição do editorial "Sergipe Maior", da **Gazeta de Sergipe**, de 11 do corrente. É o seguinte:

"REQUERIMENTO N°

Na qualidade de representantes do Estado de Sergipe, na Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência seja deferida a transcrição, nos Anais desta Assembléia, do Editorial sob o título "Sergipe Maior" publicado pela **Gazeta de Sergipe**, em sua edição de 11 de junho de 1987.

Assim procedendo, oferecemos nosso irrestrito apoio às postulações de iniciativa do nobre Senador Constituinte Francisco Rollemburg na Subcomissão dos Estados e na Comissão de Organização do Estado.

Desta forma, como referidas matérias, dirimem antiga questão de limites entre os Esta-

dos de Sergipe e da Bahia exprimimos, dessa maneira, nosso compromisso com a causa do Estado.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 16 de junho de 1987. – Deputado Djenal Gonçalves – Deputado Cleonâncio Fonseca – Deputado Aival Gomes – Deputado Messias Gois.”

"SERGIPE MAIOR

O Senador Constituinte Francisco Rollemberg está empenhado em aumentar o território do Estado de Sergipe, evocando para isto a documentação que, no século passado e neste século, tratam dos limites, questão pendente que rolou, décadas e décadas, sem um juízo definitivo. Prevaleceu o domínio da Bahia sobre as áreas questionadas, objeto de disputa. Agora, quando as diversas Comissões e Sub-Comissões começam o trabalho de redação da nova Constituição brasileira, o mapa do Brasil é alvo de projeções que redesenharam sua conformação geográfica, tanto para corrigir erros e danos históricos, como para criar mais unidades federativas que, no pensar dos Constituintes, servem mais racionalmente aos interesses do País. Há, revelado já, um posicionamento do Constituinte Presidente da Comissão, o Deputado goiano Siqueira Campos, em favor da criação de alguns novos Estados e da resolução de questões de limites, como é o caso de Sergipe e Bahia, que inspirou o Senador Francisco Rollemberg.

Sergipe sofreu, de diversas formas, pelo fato de ter sido parte do território da Bahia. Desde os primórdios da colonização, ao tempo da catequese jesuítica, que o poder da Bahia não via com bons olhos o território de Sergipe. Os documentos são fartos na narração da questão, agudizada a cada novo passo colonizador, como a conquista de 1590, e principalmente a emancipação de 1820, quando o Brasil já estava independente com suas províncias. Não fora apenas um sofrimento imposto pelo poder e pela força superior da Bahia, mas também pelos preconceitos e campanhas dirigidas contra os sergipanos, que ainda hoje, em menor escala, sobrevivem. Lá, sempre se disse que "Baiano burro nasce em Sergipe", e que "em Sergipe não tinha lua; porque os sergipanos tinham roubado o cavalo de São Jorge", vez que os sergipanos, naturais da Bahia, não passavam de "ladrões de cavalo". É claro que mesclado ao preconceito existe, também, o sentido meramente gozador e brincalhão dos baianos a respeito dos sergipanos, lutas e de empreendimentos memoráveis.

Assim como os baianos conquistaram Sergipe ocuparam suas terras, desenvolveram atividades pastoris, cultivaram a cana e produziram açúcar, fundaram fábricas e estabeleceram comércio e participaram da vida administrativa, os sergipanos também participaram de alguns momentos de afirmação da Bahia, como na heróica implantação da lavoura cacauíra, que desenvolveu a região sul do Estado, hoje uma das mais prósperas e na qual famílias descendentes de sergipanos têm ainda destaque social e empresarial. Há, portanto, uma recíproca cooperação, que

une os destinos dos dois povos, ambos construtores de progresso na região nordestina. Por isto mesmo as divergências políticas, as questões de limites e os preconceitos não conseguiram desunir baianos e sergipanos, afinados pela mesma têmpera de luta e de bravura para vencerem as dificuldades comuns, ao longo do tempo. Assim talvez, hoje acompanhem a idéia da revisão das fronteiras territoriais como quer Francisco Rollemberg.

Nos documentos antigos há quem encontre defesa para a tese de que o território sergipano compreendia desde a foz do rio São Francisco e até o rio Itapicuru. Muitos identificam no próprio Itapicuru o verdadeiro rio Real que, em certos documentos, servia de limite, são diferentes as interpretações para dezenas de documentos, muitos dos quais arrolados por Ivo do Prado, Gervásio Prata, Carvalho Lima Júnior, Braz do Amaral e tantos outros sergipanos e baianos que cuidaram da questão, antes do entendimento formal dos presidentes Pereira Lobo de Sergipe e J. J. Seabra da Bahia. Tais documentos, enfeixados em publicações que foram, no seu tempo verdadeiras bíblias de fiéis defensores de um e de outro lado, ainda hoje desafiam o entendimento dos pesquisadores e estudiosos, como aqueles que tratam, por exemplo, da faixa de terra da fronteira oeste, que fazia encostar a Freguesia de Santo Antônio e Almas, de Itabaiana, ou a de Lagarto, com as de Geremoabo.

Ao levantar, mais uma vez, a questão o Senador Francisco Rollemberg mexe com brios sergipanos, provoca a alma dos mais velhos que embalaram esperanças de Sergipe maior, e dá aos mais novos a oportunidade de luta por uma causa que, no passado, serviu de ânimo à nossa gente. Ainda que as terras requeridas pela justiça da devolução não sejam as mais férteis ou não sirvam para incrementar as atividades da agricultura e da pecuária sergipana, terá sido válida a idéia do constituinte em ativar a sensibilidade de uma gente que sempre teve disposição para luta. Francisco Rollemberg dá a contribuição pedagógica de modernizar uma tese antiga, aproveitando a oportunidade da discussão e elaboração de um novo e atualizado texto constitucional do Brasil. Sergipe pode não crescer em território, mas recupera, certamente, um sentimento que a cada dia fica mais raro, que é o da identidade social perante a história.”

Confiamos no acolhimento dessa justa e secular aspiração sergipana por parte dos representantes da soberania nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, notícias na imprensa nos dão conhecimento da decisão unânime dos associados da Abrave – Associação Brasileira de Revendedores de Veículos Automotores, de sustar o faturamento de veículos por parte das fábricas de automóveis, a partir de hoje, até que sejam tomadas as seguintes medidas:

- a) extinção do compulsório;
- b) redução do IPI a níveis de outubro de 1986.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ao registrar nesta tribuna tal procedimento, que considero ato de extrema importância, quero crer que a Abrave assim procedeu porque nenhum outro caminho restou para a superação do impasse, hoje experimentado por todos os segmentos econômicos envolvidos no processo, desde o fabricante até o consumidor.

Já é do conhecimento de todos, e principalmente desta Casa, a profunda retração vivida hoje por este setor, que dá emprego a milhares e milhares de brasileiros em mais de 4 mil municípios.

À primeira vista, pode parecer que o único setor afetado é o das revendas. Na verdade, a crise se abate sobre um complexo de atividades, envolvendo desde os setores de autopeças e componentes até o de transporte de veículos novos – os "cegoneiros". Os municípios se ressentem da queda vertical do ICM, pois, em muitos deles, o ICM, oriundo das transações de veículos novos, representa o maior componente. Muito rapidamente as fábricas também sofreram as consequências, e a dispensa de empregados é uma realidade.

Fazemos, pois, um apelo à sensibilidade dos governantes, especialmente do Ministro da Fazenda. Medidas precisam ser adotadas, sem tardar, pois as mais de 4 mil revendedoras, das diversas marcas, espalhadas por todo o Brasil, que empregam diretamente mais de 150 mil operários, já começam também a despedir empregados, tornando sem horizonte a vida de milhares de brasileiros.

A medida tomada pelos associados da Abrave não é contestadora nem constitui rebeldia contra o Governo ou as fábricas; ao contrário, busca uma saída conciliadora e produtiva, em tempos gerais, e para a economia setorial como um todo.

O Governo vem de adotar profundas modificações na estrutura das relações econômicas, com o objetivo de reaquecer a economia, frear a espiral inflacionária e garantir o pleno emprego de nossa força de trabalho. Daí as reivindicações da Abrave virem ao encontro dos anseios do Governo. O setor é dos mais dinâmicos de nossa economia. Mesmo nos períodos de altas taxas de inflação, sempre conseguiu sobreviver. E se agora torna essa medida extrema, seguramente é porque já não mais o consegue. Alguma coisa precisa ser feita, e urgentemente, pois a falência do setor de distribuição e fabricação de veículos automotores não interessa realmente a ninguém e nenhuma vantagem trará à Nação.

Voltarei ao assunto.

O SR. JOSÉ SANTANA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nova República, como sinônimo do regime livre e democrático de que nos vimos privados por longo período, está a nos parecer um ensaio desordenado de democracia, em que todos buscam mais direitos e procuram fugir às obrigações.

Não se pode esquecer que democracia significa liberdade, mas na medida em que a liberdade individual respeite a liberdade do semelhante. Não se pode olvidar que democracia não é anarquia, pois o processo anárquico é exatamente a negação de qualquer sistema político. Não se pode, enfim, negligenciar os deveres como contrapartida essencial dos diretos.

Por falta generalizada de preparo, desde as altas esferas governamentais até a classe trabalhadora, o que se nota é uma interpretação distorcida e perigosa do regime democrático.

Da parte do Governo, temos certa complacência para com a desordem, traduzindo mesmo pouca competência na condução do processo de aperfeiçoamento democrático.

Por parte da intelectualidade, cujo privilégio cultural lhe afere responsabilidade relevante, nota-se a pregação da liberdade de expressão e manifestação, mas, freqüentemente, a negação da liberdade de ação no plano econômico.

Por parte dos representantes dos trabalhadores, testemunha-se luta intransigente pela ampliação do direito de greve, lado a lado com a coação ostensiva a colegas e empresários.

Por parte da classe política, finalmente, nota-se insistência em querer fazer prevalecer o critério político sobre o critério econômico e técnico quando eles devem interligar-se, integrar-se e perseguir o objetivo comum, que é a estabilidade nacional em sentido amplo.

Desse processo efervescente, mas inevitável, que estamos presenciando, devemos tirar exemplo positivo, o que se conseguirá a partir de uma postura de absoluta seriedade.

Deve ser sério o Governo, por exemplo, no trato da reforma administrativa e na solução do déficit público, sem o que inviabilizará o novo plano econômico proposto. Deve ser sério, também, ao coibir, com mão firme, os abusos que se queiram cometer em nome do regime democrático.

Para efetivar o controle do déficit global do setor público, o qual inclui não apenas as contas dos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal, mas também as contas dos Governos Estaduais e Municipais, é necessário, indispensável mesmo, que os Governadores e Prefeitos assumam a responsabilidade histórica de suas missões diante da crise econômica e social que estamos vivendo e abram mão de muitos de seus programas de gastos, de investimento e de custeio, reduzindo os seus próprios déficits.

De um lado, é preciso que eles não pressionem a disponibilidade de recursos do Poder Central e, do outro, que este saiba resistir a eventuais pressões, sob pena de ver frustrada a mais recente experiência de estabilização de nossa economia, que é o recém-lançado Plano do Ministro Bresser Pereira.

A intelectualidade deve entender que a liberdade de expressão tem limites e que um comportamento unilateral não se admite em regime democrático.

O trabalhador deve ter em mente que tem direito ao emprego e ao salário justo e, ainda, que a coação e a intransigência comprometem a empresa, sua fonte de trabalho.

A classe política – e aí voltamos também ao Governo – deve compreender que compromissos assumidos em nome da implantação da Nova República só são válidos se não comprometem o processo de ordenamento social e econômico.

É, pois, uma tomada de consciência o que cumpre adotar, para que a Nova República chegue ao regime democrático. Essa tomada de consciência deve basear-se na seriedade, em exemplo que venha de cima e se irradie por todos os setores da vida nacional.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dois assuntos trazem-me a esta tribuna. O primeiro é para saudar e apoiar os Vereadores de todo o Brasil, reunidos aqui em Brasília pela UVB – União dos Vereadores do Brasil – na Marcha dos Vereadores na Constituinte, em favor de uma nova Carta Constitucional que assegure a democracia e fortaleça a Federação, na qual cabe destaque especial o município, pois o municipalismo é a base da federação.

Saudar a todos os Vereadores do Brasil, mas em especial os Vereadores da minha terra, do Rio Grande do Sul, onde também fui Vereador. Os Vereadores gaúchos aqui estão reforçando a voz dos Constituintes rio-grandenses na luta por um Brasil melhor.

Quero também colher o ensejo para registrar, com o destaque merecido, o texto da Nota Oficial da CIC – Câmara de Indústrias e Comércio de Caxias do Sul, na qual aquela prestigiosa entidade representativa do empresariado de minha terra chama a atenção para a gravidade da situação econômica e as dificuldades das empresas filiadas para fazer frente a tão angustiante situação, ao tempo em que reclama do Governo providências capazes de debelar a crise e restabelecer a confiança do povo e do empresariado nacional, com rumos definidos, para o futuro do Brasil.

Ao fazer o registro, reitero mais uma vez desta tribuna o alerta que tenho feito ao Governo, desde que aqui cheguei, no início dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, sempre no sentido de que o Governo e seu comando político estavam e continuam equivocados, persistindo numa ação ou até à omissão, que, em termos de vida econômica e social, constitui grave desastre nacional.

Eis o texto da Nota Oficial da CIC, que, aqui lendo e registrando, espero ecoe no Palácio do Planalto e nos ministérios das áreas econômica e social e junto aos dirigentes do PMDB e do PFL, partidos que dão sustentação ao momento político nacional:

CÂMARA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAXIAS DO SUL

Nota Oficial

A CIC – Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, e os Sindicatos, Associações e CDL com ela conveniados e que a esta subscrevem, entidades de classe que representam a totalidade das atividades produtivas – micro, pequenas, médias e grandes empresas – desta cidade e região, considerando a grave situação em que se encontram suas associadas, manifestam sua posição à respeito da atual conjuntura nacional.

– A persistir a atual situação e continuar o governo perdido em discursos vazios e conflitos provincianos, assistiremos dentro em breve a uma degeneração econômica sem precedentes na história do País.

– As micro, pequenas, médias e grandes empresas estão sendo submetidas a um vergonhoso sistema financeiro, com juros abusivos que se sobreponem à qualquer atividade produtiva. Não há como resistir a isso e nem mesmo como reverter a situação atual com as próprias forças.

– Não aceitam a pecha dos que desejam impuniar às empresas a atual desordem econômica,

cujas consequências levarão o País a um total descontrole.

– Não concordam com as afirmativas governamentais de que não há sinais de recessão. O cancelamento constante de pedidos, a redução da demanda, a baixa oferta de empregos bem como a crise de liquidez que provoca insegurança e instabilidade, são claros indicadores do desencadeamento já deflagrado da recessão.

– Exigem portanto, urgente definição da política econômica, onde se sobressaiam: uma política monetária mais abrangente; a redução das taxas de juros e a ampliação do crédito geral, concomitantemente à medidas emergenciais que socorram as micro e pequenas empresas.

– Exigem que o Estado seja administrado como empresa, com equilíbrio entre Receita e Despesa como premissa básica, para que somente a partir daí o Estado se arvore no direito de ampliar a já pesada carga tributária que asfixia a atividade privada.

– Exigem, ainda, uma política cambial realista e coerente que viabilize a manutenção dos níveis de emprego e das exportações, sem prejuízo do mercado interno.

– Exigem, finalmente, que as medidas de "não à recessão"; de "combate à inflação"; de "vigilância sobre as verbas públicas", de "redução dos juros e de ampliação dos prazos de financiamento para a casa própria"; de "correção dos salários à níveis compatíveis com o processo inflacionário"; de "proteção às micro e pequenas empresas"; de "ampliação das exportações com vistas à criação de novos empregos" e de "incentivo a projetos de desenvolvimento" anunciadas pelo Exmº Sr. Presidente da República passem do discurso retórico para o plano da ação efetiva e imediata.

Caxias do Sul, 8 de junho de 1987.
(Seguem-se assinaturas)

Feito o registro, só me resta reiterar a expectativa de que tão sério alerta encontre guarda nesta Casa e no Governo Federal.

Disse.

O SR. VINÍCIUS CANSANÇÃO (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a história da agroindústria canavieira confunde-se com a própria história do Brasil.

Implantada aos primeiros anos da colonização, nas ricas terras de massapé do litoral nordestino, a agricultura e a indústria da cana ocuparam, com os seus engenhos, Pernambuco, Alagoas e, em seguida, o recôncavo baiano. Já em 1560, a produção de açúcar era a principal riqueza do Brasil colônia, superando a da extração do pau-brasil.

A Invasão holandesa, os ataques franceses, a queima dos engenhos, os quilombos, o contrabando de sementes para as ilhas do Caribe geraram a primeira crise que viveu este sistema produtor, sem contudo reduzir a sua influência na nascente economia brasileira.

Do Nordeste, expandiu-se para as terras fluminenses; desta, para São Paulo; e, hoje, é presença em todo o País e na fabricação do açúcar e na fabricação do álcool.

Respondendo, atualmente, por cerca de 1 milhão de empregos diretos, a maior ou uma das maiores geradoras de renda setorial em nosso País, com larga distribuição através dos salários

e dos impostos pagos, a agroindústria canavieira supera-se ao longo dos anos, vencendo crises, umas provocadas por adversas condições climáticas, outras por uma tecnoburocracia que teima em não reconhecer a sua valiosa contribuição ao processo de desenvolvimento nacional e à harmônica integração sócio-econômica de suas diversas regiões.

Em Alagoas, a agroindústria canavieira responde, por aproximadamente metade dos empregos existentes e contribui diretamente com cinqüenta por cento da arrecadação tributária do Estado, tendo, portanto, sua presença em todos os segmentos sociais, políticos e econômicos.

Sr. Presidente, a difusão nacional da lavoura da cana-de-açúcar decorreu da criação do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, em 1975, o único programa vitorioso em nosso País nos últimos vinte anos.

Este programa determinou e possibilitou a expansão da nossa produção alcooleira, que era de 500 milhões de litros na safra 1975/76, para aproximadamente 13,5 bilhões de litros, na próxima safra, de 1987/88.

Concebido com a finalidade de reduzir a nossa dependência do petróleo importado, o Proálcool transformou-se na única alternativa válida, e isto a nível mundial, para substituir combustíveis líquidos derivados do petróleo.

Atividade sazonal, a produção alcooleira se realiza em cerca de seis meses, período em que são feitos os grandes dispêndios com esta atividade.

Por ocasião da implantação do Proálcool, o Governo estabeleceu com os produtores regras claras para o seu funcionamento, dentre as quais se destacam o estabelecimento de um diferencial entre o preço do álcool e da gasolina, objetivando tomar competitiva a utilização de veículos movidos a álcool, menor IPI e IPVA para os carros a álcool, comercialização do álcool em percentuais compatíveis com a sua produção.

Pretendem, agora, o Governo e a poderosa Petrobrás modificarem as regras do jogo, com visíveis prejuízos para os produtores. O Governo, igualando os impostos e reduzindo, como já o fez, o diferencial de preço, e aquela empresa modificando o faturamento para doze meses.

A pretendida modificação, por parte da Petrobrás, no sistema de aquisição da safra do álcool, de seis para doze meses, criará um tremendo déficit de caixa das empresas na época de produção, obrigando-o a atrasar o pagamento aos fornecedores de cana, operários e trabalhadores rurais, comércio e os impostos e taxas devidos ao Governo. Destaque-se que, no Nordeste, existe uma tradição de pagamento à vista das canas entregues às indústrias por fornecedores.

Em contato que mantive com alguns produtores, a grande pergunta é: como poderão as indústrias manter tal prática que absorve cerca de 63% dos custos totais com escalonamento em doze meses de sua receita?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, transmito esta pergunta ao Governo, através desta Casa, perplexo que estou, face a esta inoportuna pretensão da Petrobrás.

Neste instante de definição de rumos da nossa economia, quando outra vez o Sr. Presidente apela para o apoio do povo, para novo programa econômico, entendo que um programa como o Proál-

cool não deve sofrer modificações que o ameace de ser inviabilizado.

Por outro lado, entendo também que os empresários do sistema sucro-alcooleiro nacional devem merecer o respeito e a admiração de todos os brasileiros, desde quando são eles os construtores daquele programa que, como já afirmei, é a única válida alternativa para substituição dos combustíveis líquidos derivados do petróleo.

A minha indagação transforma-se em um veemente apelo aos mentores da nossa política econômica, para que não permitam a concretização dessa pretensão da Petrobrás, que possivelmente encontrará outros caminhos para solução de seus problemas financeiros, sem penalizar o nosso já penalizado sistema sucro-alcooleiro.

O SR STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o problema dos agricultores capixabas e de todo o País, tem sido motivo de preocupação constante nos meus pronunciamentos. A situação se agrava à medida que vão vencendo as dívidas contraídas, e até agora nenhuma medida dirigida vem tomada sendo de tal forma que tranquilize o campo.

Tenho, constante e permanentemente, levado a preocupação dos diversos segmentos da sociedade agrária de minha terra o Espírito Santo – e acredito que levo também a de todos os recantos do País – às autoridades do setor, inclusive o Sr. Presidente da República. À medida que os primeiros vencimentos de juros e encargos rurais vão-se aproximando dos vencimentos, mais aumentam a tensão e a perplexidade do homem rural. Hoje posso transmitir o estado de ânimo de alguns amigos que me procuram, como recentemente fez o produtor rural Chefe Plantickow, de Baixo Guandu representante da angústia de todos os seus companheiros. Assim fizeram também o Sr. Álvaro e outros de Baixo Guandu.

No meio desta tensão se coloca o amontoado de leis, decretos-leis, decretos, resoluções do Banco central, circulares, e somam-se a isso as interpretações dos gerentes de agências nem sempre tranquilizadoras.

O que me parece claro hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que não é devida a correção monetária em nenhum contrato de financiamento rural no período compreendido entre 28 de fevereiro de 1986 a 1º de março de 1987. Os pareceres jurídicos são abundantes, e os ruralistas devem socorrer-se deles para não só se tranquilizarem, como também para exigir seus direitos. Os juros passam para um patamar secundário, e o principal é a correção monetária, que está acabando com o produtor rural, suas safras e suas esperanças.

Mesmo assim, Sr. Presidente, o ruralista se coloca num angustiante dilema: pagar ou não a correção monetária cobrada sem a mínima dô pelos gerentes de bancos onde foram feitos os empréstimos? Pagando-se o que não é devido e não é justo perder-se o dinheiro, a safra e a possibilidade de continuar produzindo. Não pagando, o produtor é classificado como inadimplente, sendo colocado no rol daqueles inabilitados a receber novos financiamentos.

Para muitos – e talvez para a maioria – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dos ruralistas que não têm como pagar, este problema está resolvido. Não se vai pagar. Então, surgem dois cami-

nhos: o primeiro, ir à Justiça e procurar seus direitos, entrando com uma medida cautelar e depois com uma ação declaratória de que não é devedor. O segundo é, simplesmente, nada fazer e aguardar a execução da dívida para contestá-la.

Mas, também, existem aqueles que têm possibilidade de pagar, que são pouquíssimos ou quase nenhum, e prosseguir na rotina de empréstimos para a próxima safra. Brigar com os bancos de suas comunidades, como Sr. Presidente? Resta a dura alternativa de pagar o indevido e assumir o prejuízo, ou pagar e pedir de volta. Esta última hipótese tem dois aspectos negativos: o processo de recuperação em juízo (com juros e correção monetária) demora, no mínimo, cerca de três anos, e, se não for promovido rapidamente, corre-se o risco de perder com a inflação, pois atualização monetária só conta após o ajuizamento da ação. Como os nobres Constituintes podem atestar, a opção para o pobre agricultor, que sempre apostou no crescimento e no desenvolvimento deste País, não é fácil.

Acredito, por fim, que a agricultura brasileira está diante de uma situação insólita. Se ceder à pressão dos bancos adiarão milhares de execuções por falta de pagamento. Se decidir pleitear seus direitos, é previsível uma medida de retaliação do setor financeiro, contando o crédito.

Hoje, a generalidade dos agricultores está descapitalizada, cansada, desassistida e sem esperança, e depende do crédito para plantar. Também o País espera decisão do governo para sobreviver, se muitos dos ruralistas deixaram de plantar.

No Espírito Santo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lá no meu Baixo Guandu, pequeno Município, mas de gente altaneira e trabalhadora, os ruralistas tomaram uma decisão firme, porém sensata: conversaram com as lideranças políticas, transmitiram suas preocupações, expressaram sua angústia. Primeiro tentar a via amigável para ver prevalecer seu direito e sua esperança; depois ir à luta judicial, quando, tenho certeza, se o Governo não tomar providências, farão prevalecer seus inquestionáveis direitos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, costumo repetir sempre desta tribuna uma frase de Lamartine: "Deus colocou a cabeça acima do coração para que a inteligência dominasse as paixões".

Constatamos, ao término dos nossos trabalhos, uma paixão muito grande pelos nossos pontos de vista. E agora, na fase final, devemos colocar a cabeça acima do coração. Vamos ver se conseguimos compatibilizar todos os pontos básicos para que possamos redigir uma Constituição que seja a média das aspirações de todas as correntes da sociedade brasileira. Ela não será perfeita, mas poderá representar um conjunto de opiniões baseadas no equilíbrio e poderá definir as diretrizes gerais para o nosso País. Essas paixões fazem

com que determinados relatórios tragam no seu bojo algumas distorções. O relatório da Comissão da Ordem Social é um exemplo disso, pois veda a acumulação das aposentadorias e, logo adiante, cria a possibilidade de o cidadão ser professor e empregado no campo científico. Dá a ele dois empregos, mas não lhe permite duas aposentadorias. É preciso poder essa contradição. Não está correto. Se ele trabalha em duas áreas diferenciadas, por que não lhe dar as duas aposentadorias?

Outro grande erro é o que se comete no art. 41 do Relatório, que trata da seguridade exclusiva. Diz o art. 41:

"A folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição."

Lutei, Sr. Presidente, madrugada adentro, junto à Comissão, para ver se conseguia melhorar este dispositivo ou suprimi-lo, porque atenta contra o que está funcionando corretamente na sociedade. Quem vai dizer, por exemplo, que a Petrobrás é uma entidade estatal que não vem dando certo? Poucas pessoas têm a coragem de se insurgir contra as atividades desta estatal. A mesma coisa digo com relação ao Senai, ao Sesi e ao Senac, e ao Sesc organismos da iniciativa privada sustentados pela contribuição compulsória, que vêm apresentando resultados maravilhosos no campo das atividades educacionais e sociais. Com esse dispositivo, quer o Constituinte da Comissão da Ordem Social extinguí-los, talvez porque não conheça bem os resultados positivos que um Senai, por exemplo, tem apresentado ao País, no campo da formação da mão-de-obra profissional, na preparação da mão-de-obra qualificada para as indústrias, para o serviço público e para a própria sociedade. O Senai é um órgão da indústria a serviço do Brasil e não dos filhos dos industriais. É mantido pela contribuição compulsória de 1% que incide sobre a folha dos salários dos empregados, mas paga pelos empregadores; uma fonte viva que saiu da lucidez do empresariado brasileiro, para mostrar que não é difícil harmonizar o capital com o trabalho. O empregador sustenta mais de 650 unidades de formação profissional por este Brasil inteiro, e não haverá de ser um dispositivo da nova Constituição que porá fim a esse maravilhoso arsenal de formação profissional. É o Senai, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, um exemplo vivo de organismo nacional criado pelos brasileiros. A sistemática, a metodologia, traduzida nas séries metódicas de ensino, são próprias dos nacionais e adaptadas à realidade das tarefas executadas no processo industrial e de serviços do Brasil. Este organismo, de tão bom, de tão sério que é, conseguiu ser um espelho, um modelo para outros organismos internacionais. É um organismo que traduz respeitabilidade para o País. Vejam bem, o Instituto Nacional de Capacitação Executiva da Venezuela teve a sua criação inspirada no Senai.

Sr. Presidente, o Sena, da Colômbia, Serviço Nacional de Aprendizagem, também inspirou-se no Senai. O Senatti, do Peru – até o nome é semelhante – foi buscar no Senai o seu modelo de formação profissional. O Inacap, no Chile, a UTU Universidade do Trabalhador Uruguai, o Ina, na Costa Rica, vieram buscar os seus mecanismos de formação profissional na experiência brasileira.

Não é possível que o Constituinte de 1987 cometia um pecado mortal contra a Nação, isto é, eliminando a contribuição compulsória do Senai, Sesi, Sesc e Senac. Fará ruir instituições, que produzem resultados positivos nos meios econômicos e sociais brasileiros.

Que o Estado procure imitar o exemplo da iniciativa privada ou que esta procure exemplos na Petrobrás. O que está dando certo não temos por que modificar. Vamos corrigir as distorções que aí estão. Um exemplo de distorção é a Siderbrás, um grande buraco no orçamento brasileiro. Há outros organismos semelhantes à Siderbrás na área estadual, e até mesmo alguns da iniciativa privada que precisam ser transformados e aperfeiçoados.

Sr. Presidente, fiz estas considerações, iniciais. Na Comissão de Sistematização, porém, pretendo, com esses e outros argumentos, buscar tranquilidade para a consciência do Constituinte e fazer com que a inteligência domine as suas paixões. O resultado de tudo isso será realmente uma Constituição equilibrada, séria, moderna, avançada e ajustada à realidade das aspirações do nosso povo.

Durante o discurso do Sr. Gerson Peres o Sr Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, a publicação do relatório final da Comissão IV, no seu art. 23, tinha omitido uma emenda aditiva de minha autoria, que fora aprovada. O Presidente da Comissão agiu prontamente, com a colaboração dos funcionários da mesma, e esse erro foi reparado no Prodases, onde está sendo feita a impressão.

Voltei a ler atentamente o relatório. No art. 26, parágrafo único, está escrito: "lei complementar de iniciativa do Presidente da República". A expressão "de iniciativa do Presidente da República" foi objeto de emenda supressiva aprovada pela Comissão.

Então, na medida em que o Prodases está reimprimindo o novo relatório, formulou esta reclamação para que sejam tomadas imediatamente medidas que visem à eliminação dessa expressão. Assim, não exigiremos uma nova retificação de parte do Prodases para a inclusão das duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência determina à Secretaria da Mesa que tome providências junto ao Prodases no sentido da verificação – e V. Ex.^a deve ter razão – da procedência de sua reclamação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, quando li o jornal **O Globo**,

deparei com uma charge de Henfil, na seção "Orelhão". Na charge, Henfil mostra o proprietário de um supermercado, pela imitação, um português, telefonando para a Sunab, com um diálogo vazado nos seguintes termos: "Sunab?! Olha, não tem nenhum freguês fiscalizando os preços aqui, no meu supermercado!".

O chargista deixa transparecer o descrédito das medidas de congelamento do chamado Plano Cruzado III, quando o povo não vestiu aquele igual sentimento ao de 28 de fevereiro de 1986, com aquele bottom na lapela, idealizado por publicitário paulista, para dizer que é fiscal do Sarney e que acredita no Plano Cruzado. Então, baseado nesse critismo do chargista, fui até à Biblioteca da Câmara para pesquisar, para pescutar o primeiro tabelamento da Sunab, logo após o Plano Cruzado de 1986, e fazer um cotejo, uma comparação com os preços de hoje congelados nos supermercados. Encontramos algumas razões que fundamentam esse descrédito que Henfil faz passar, por meio de sua charge, do povo em relação ao Plano Cruzado. O Presidente Sarney, até para fugir da responsabilidade, insiste em dizer que é o Plano Bresser. Se der errado, o Bresser é o culpado e o Sarney, mais uma vez, o inocente.

Em 28 de fevereiro de 1986, o litro de leite custava Cz\$ 2,81; hoje, Cz\$ 16,60; aumento de 490%. O pão custava Cz\$ 0,38; hoje, Cz\$ 1,90; aumento de 400%. O café custava Cz\$ 99,90; hoje, Cz\$ 121,40; aumentou 21%, e é o menor aumento, porque já estava majorado no ano passado. O leite em pó, Cz\$ 14,70; hoje está tabelado pela Sunab em Cz\$ 83,50; 468%. A Manteiga, Cz\$ 6,60; hoje Cz\$ 28,00; 324%. O Biscoito custava Cz\$ 3,40; hoje, Cz\$ 14,80; aumentou 335%. Açúcar, Cz\$ 4,41; hoje, Cz\$ 16,80; 280%. Margarina, Cz\$ 7,35; hoje, Cz\$ 23,30; 211%. Arroz, Cz\$ 7,10; hoje e Cz\$ 19,60; 176%. Feijão, de Cz\$ 8,30 para Cz\$ 40,00; 381%. Carne, de Cz\$ 20,45 para Cz\$ 80,00, 291%. Massas, de Cz\$ 4,45 para Cz\$ 19,00; 326%. Frango, de Cz\$ 12,00 para Cz\$ 48,00; 300%. Ovos, de Cz\$ 9,65 para Cz\$ 25,00; 159%. Milho verde, de Cz\$ 5,60 para Cz\$ 19,70; 251%. Palmito, de Cz\$ 14,60 para Cz\$ 62,45; 327%. Óleo de soja, de Cz\$ 7,75 para Cz\$ 25,70; 230%. Sal, de Cz\$ 1,40 para Cz\$ 11,00; 685%. Extrato de tomate, de Cz\$ 2,95 para Cz\$ 8,90; 201%. Creme dental, de Cz\$ 2,25 para Cz\$ 12,10; 437%. Papel higiênico, de Cz\$ 3,60 para Cr\$ 19,00; 427%. Sabonete, de Cz\$ 1,45 para Cz\$ 5,00; 244%. E a água sanitária, de Cz\$ 255 para Cz\$ 24,40, aumentando 700%.

Esta é a cesta básica, que subiu, em cada valor referencial, na média, 333%.

Agora, vamos ao salário mínimo de 28 de fevereiro de 1986 que, de Cz\$ 804,00, passou para Cz\$ 1.600,00 – agora aumentando para Cr\$ 1.970,40, mas que só vai começar a ser pago de 5 a 10 de julho, portanto, ainda não está sendo pago. Com relação aos preços atuais, o salário mínimo subiu 145%. Neste confronto, neste cotejo, a cesta básica subiu, nesses quinze meses, 188% mais do que o salário mínimo.

Os transportes subiram 270% nesse período e, com o aumento pedido agora, após o reajuste do preço do álcool, da gasolina e do óleo diesel, de 25%, aprovado pelo Ministério da Fazenda, vai para 300%, o que leva 50% do salário mínimo do trabalhador para pagar o ônibus.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era esta a informação que o PTB gostaria de trazer neste mo-

mento a esta Assembléia. Esta tabela de 28de fevereiro foi publicada no "Diário Oficial", e pedimos cópia na Biblioteca da Câmara. Os preços aqui citados são os colocados hoje nos supermercados. Quer dizer, o Henfil tem razão quando faz passar esse ceticismo da população em relação ao "Furado 3", porque, na verdade, este plano escamoteia a impossibilidade de o Governo dar um basta à crise que estava ocorrendo, principalmente na classe produtiva. O Governo temia a marcha dos empresários e dos produtores rurais; sabia que não "emplacaria" o final do mês. Temos de dar razão ao Coronel- Aviador José Agostinho Maciel, quando disse, naquele artigo publicado no **Jornal do Brasil**: "Antes que seja tarde..." Alguma coisa se impõe fazer, antes que o País acabe.

E qual foi a finalidade desse "Plano Furado nº 3" para o Governo? Prorrogar para novembro, época da promulgação da nova Constituição, o início das obras faraônicas que o Presidente Sarney deseja contratar, congela por 90 dias, prorroga por mais 90 e obtém 180, fazendo, assim, com que o congelamento dure até a data da promulgação da Constituição, o que é um biombo. É uma tentativa de pacificação durante esses 6 meses, como foi feito antes do pleito de 86, aquele embuste. É outra fraude que se aplica para tornar mais maleável, mais carneiro o Plenário da Constituinte, para empurrar goela abaixo da Nação um mandato de 5 anos para a Presidência da República. Em que vai redundar? No ano que vem, "volta tudo como antes no quartel de Abrantes". Vamos assistir, a partir de dezembro, à especulação financeira, ao aumento desenfreado dos juros e à prática de todos os projetos irresponsáveis que o Governo deseja implantar a partir da hora em que tiver consolidados os 5 anos à frente do Executivo nacional.

Sr. Presidente, era essa a Comunicação de Liderança que o Partido Trabalhista Brasileiro tinha a fazer no dia de hoje. (Palmas.)

O Sr. José Genoino: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o nosso pronunciamento é no sentido de situar uma visão correta do que aconteceu neste fim de semana, particularmente nas duas Comissões em que o choque político e ideológico não existiu de fato e foi substituído pela violência, a ponto de se rasgar o Regimento Interno para que, através do rolo compressor, a Maioria aprovasse as suas proposições.

Digo isso, Sr. Presidente, porque já ouvi algumas manifestações e chamarem atenção para essa polarização, tentando nivelar o comportamento daqueles que querem uma Constituição pior do que a atual com aqueles que querem uma Constituição que avance na área social, econômica e política. E essa é uma visão errada. Também têm uma visão errada aqueles que promoveram a violência regimental e hoje, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, advogam, como salvadores da Constituinte, a idéia do entendimento nacional. Não é grave a paralisação política, a divergência, a contagem da votação em torno de ques-

tões polêmicas. Grave é o que ocorreu nesse final de semana, quando o Regimento Interno foi rasgado e a maioria dos membros da Comissão da Ordem Econômica e da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação agiram com grande truculência, relembrando os períodos de ação da outra direita. Esse é o problema a ser focalizado. Se os setores progressistas e as forças de esquerda responderem – com justa razão – a essa violência regimental, foi exatamente como uma resistência legítima àquilo que presenciamos. Não poderíamos assistir àquelas sessões, como a de domingo com o Presidente ferindo o Regimento a partir de uma resposta da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, que, na verdade, interpretava o Regimento a favor das posições de direita, posições conservadoras. A partir do momento em que o Regimento foi rasgado, não pela esquerda, não pelos progressistas, mas pela direita, que queria passar o rolo compressor de suas posições, foi legítima e justa a resistência oferecida no plenário da Comissão da Ordem Econômica, como foi justa a resistência oferecida na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, porque, se criarmos este precedente, como bem falou um dos porta-vozes da direita desta Comissão, nós, que somos maioria e aprovamos isso aqui, podemos agora também fazer aprovar ou desaprovar.

A atitude dos setores progressistas foi justa, correta e necessária. Não se pode aceitar que a maioria, que não queria a votação pontual dos temas políticos e ideológicos, impusesse goela abaixo uma proposta global ferindo o Regimento Interno – e é bom que se diga – com a convivência da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Isso não podíamos aceitar. É bom que fique bem claro que, se o Regimento Interno, é para ser rasgado, para que a maioria da direita da Constituinte ganhe posições no rolo compressor, quem o rasga é responsável pelo que acontecer.

Quero deixar bem claro que muitos Presidentes de Comissões que têm posições políticas e ideológicas divergentes das minhas e de muitos companheiros dos demais partidos agiram corretamente, como agiu o Presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, como agiu muito bem o Presidente da Comissão da Ordem Social, membro do PFL, como agiu o Presidente da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, o Senador Jarbas Passarinho, de quem sou adversário político nas questões radicais. Mas não foi assim que agiram os Constituintes José Lins e Marcondes Gadelha, para ficar nesses dois. Foi exatamente a direita, amparada nessas duas Presidências, que transformou a Constituinte num palco, para que suas posições passassem no rolo compressor.

Quem quiser ler o relatório que foi encaminhado à Comissão de Sistematização vai ver as assinaturas em um documento enviado àquela Comissão, que é uma barbaridade, dizendo: "Concordo com o documento – e entre aspas –" com exceção da reserva de mercado"; "com exceção da ciência e tecnologia".

Fizeram um cambalacho patrocinado pelo Ministério das Comunicações, pela Abert e pelos evangélicos, que na hora não queriam dividir, por-

que não queriam fazer a votação pontual, pois que aí eles se dividiriam. Foi conta esse cambalacho, contra essa violência regimental que agimos corretamente. E é bom deixar bem claro: toda vez que isso ocorrer será necessária uma ação energética, para que o Regimento Interno seja respeitado.

Nas demais Comissões os setores de esquerda perderam na votação e discussão. Discutiram-se os pontos, mas o Regimento Interno foi respeitado. Todavia, isso não ocorreu na Comissão da Ordem Econômica e naquela presidida pelo Constituinte Marcondes Gadelha. Isso não pode ocorrer novamente, Sr. Presidente, isto é, interpretar o Regimento Interno a favor de uma maioria eventual nessas Comissões, porque, aí sim, estará criado um impasse, estará criada, exatamente, aquela exacerbção, porque hoje os que a promoveram vêm à tribuna falar em diálogo e em acordo. É a palavra de fariseu e de hipocrisia. É a palavra daqueles que queriam impor seus pensamentos e agora vêm dizer: "Bem, nós podemos fazer pequenas concessões, ferindo o Regimento Interno e tudo mais".

É isso. Sr. Presidente, que temos que separar. A polarização política e ideológica é necessária. O que não pode ocorrer é a violência regimental, para favorecer maiorias que são pontos pacíficos desta Assembléia Nacional Constituinte. Que esta ganhe com decência, no voto, na discussão e não na base de rolo compressor, empurrando as coisas goela abaixo.

Muito obrigado.

O Sr. Amaral Netto: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estou com um problema de honra nesta Casa. Mandei fazer um apelo a V. Ex.^a, por quem tenho grande respeito, mas agora a situação se agrava porque descobri que a "Revistada Constituinte" publicaria esta **charge**: o povo simbolizando o poder das empresas americanas, e um artigo assinado pelo jornalista Senna – que tenho em mãos – em que afirma que o Deputado Luiz Salomão, esse caluniador, havia provado com uma revista nas mãos a transcrição daquilo que ele dissera. Não é verdade, Sr. Presidente. O que ele trouxe foi o informe de um bêbado, picareta – segundo o Líder Luiz Henrique – falando de alguma coisa que a revista não publicou, não publica e desafio a provar que o publique.

O que quero dizer a V. Ex.^a é que, se não for tomada alguma providência para que esse indivíduo seja obrigado a identificar quem lhe deu o informe, e não for constituída uma comissão para apurar o fato, não posso admitir, sem uma reação seriíssima, que sobreviva nesta Casa um clima de suspeita sobre qualquer Constituinte, principalmente sendo esta Assembléia presidida pela figura de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Informo ao nobre Líder Amaral Neto que já requisitei todo o expediente e material a respeito do assunto referido por V. Ex.^a, para exame e providências cabíveis.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. presidente, Srs e Srs. Constituintes, a extrema direita reacionária e fascista, que exibe notável capacidade de organização em convescotes regados a caviar e a úsque importado, e que também se articula para desrespeitar e violentar normas regimentais, às vezes mostra-se incompetente e irracional. É o caso, Sr. Presidente, de uma manifestação extemporânea, descabida e desabrida, feita ontem, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, por um desses espécimes raros da direita irracional, da direita despreparada, da direita incompetente.

Ouvi, perplexo, críticas feitas a Parlamentares – que outra coisa não fazem senão aplaudir os aspectos positivos da política externa brasileira.

– pelo fato de terem ido ao Itamaraty e ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil solicitar, e mais do que solicitar, exigir o apoio oficial do Governo brasileiro à visita que fará ao Brasil, a convite de parlamentares progressistas, o Ministro das Relações Exteriores da Organização para Libertação da Palestina, Farouk Kadoumy. O texto desse discurso, que não mereceria melhor análise porque eivado de erros grosseiros queofendem e insultam o vernáculo, na verdade é reflexo da histeria verborrágica dos que não conseguem vislumbrar a necessidade de o Brasil ocupar seu espaço no Terceiro Mundo, transformar-se no principal instrumento da luta que travam o Norte e o Sul, o Norte desenvolvido, espoliador, explorador, e o Sul subdesenvolvido, fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra baratas.

Sr. Presidente, tanto quanto eu saiba, o fulcro da política externa brasileira é a autodeterminação dos povos, é o direito que cada povo tem de pleitear um território para, nesse espaço físico, construir seu futuro e história, para transformar esse território no berço dos filhos e no túmulo dos antepassados. Ninguém pode negar esse direito a nenhum povo. É o caso do povo palestino.

Se o Brasil reconhece que a OLP é a legítima representante do povo palestino – e isso foi recentemente reiterado pelo Presidente José Sarney na Assembléia da Organização das Nações Unidas – Como pode essa história despropositada da direita querer condenar quem apenas procura exigir do Governo o cumprimento da sua política externa?

Por isso, Sr. Presidente, quero, aqui e agora, em nome da Liderança do PDT, repudiar esse tipo de manifestação de quem não conhece política internacional, não sabe o que se passa no tabuleiro da política externa e desconhece completamente os compromissos formalmente assumidos pelo Brasil no concerto internacional. E não vou receber lições de quem nunca ocupou a primeira trincheira da liberdade, de quem nunca ocupou a primeira barricada da democracia na luta contra a ditadura militar. Por isto, Sr. Presidente, quero manifestar, a minha repulsa por esse tipo de manifestação extemporânea de gente que não sabe o que quer ou sabe muito bem o que quer, porque serve à dois senhores.

Por outro lado, Sr. Presidente, as Lideranças dos pequenos partidos – PC do B, PT, PDT, PCB

e PSB – reunidas ontem, decidiram reafirmar a sua posição no sentido de intensificar a campanha de mobilização popular, para que tenhamos uma Constituinte democrática e progressista, que possa ser síntese e reflexo da vontade nacional e não do desejo de alguns que servem ao banqueiro explorador, ao capital estrangeiro espoliador e aos barões da terra; uma Constituição que possa ser um marco histórico das grandes lutas do povo brasileiro.

Se não houver essa mobilização popular, se esta Casa não for ocupada em todo o seu espaço físico, exceto o plenário, por multidões afilias, desesperançadas, certamente não teremos essa Constituição progressista e democrática. Voltaremos a épocas medievais, quando o respeito pela pessoa humana jamais existiu. O homem e os seus direitos voltarão a ser desprezados, espezinhados, sepultados.

Mas não é só uma Constituição Progressista e liberal que os pequenos partidos estão apregoando junto com os setores progressistas do PMDB. Queremos denunciar em praças públicas, em todos os lugares a nossa farsa engendrada pelo Governo e que eu feministicamente se chama de "Novo Plano Cruzado".

O Plano Bresser, na verdade, tem dois objetivos fundamentais: sepultar para sempre o gatilho salarial, que jamais foi pleiteado pelo trabalhador, mas foi uma dádiva do poder absolutista do Sr. José Sarney e seus áulicos palacianos; e o outro objetivo, voltar a rastejar, beijar os pés dos banqueiros internacionais, através do Fundo Monetário Internacional. Não podemos concordar com a agressão e a violência, que se perpetram mais uma vez contra os direitos do trabalhador, contra o salário familiar do trabalhador.

Por último, Sr. Presidente, falemos de eleições diretas em 1988. Se o Governo e os partidos que lhe dão sustentação, com exceção dos setores progressistas do PMDB e do PFL, abrirem os ouvidos para o clamor nacional, abrem os olhos para a realidade deste País, se convencerão rapidamente de que todo o povo quer eleições diretas em 1988. Não que um Presidente da República, eleito pela vontade popular, ungido pelas urnas, possa resolver os angustiantes problemas que estão inviabilizando este País, que é a mais viável de todas as nações do Terceiro Mundo. Não, Sr. Presidente. Mas um Chefe da nação que seja produto das urnas, que seja resultado da vontade deste País, certamente terá compromissos sérios e formais com o seu povo, com o futuro e a História do Brasil. E poderá, tendo como suporte a Nação inteira, encaminhar a solução dos gravíssimos e angustiantes problemas que assobram o Brasil.

Só por isso, e apenas por isso, para legitimar o poder que hoje é ilegítimo, para ouvir o que o povo quer e pensa, para obedecer à decisão nacional, queremos eleições diretas para Presidente da República em 1988. Não é o PDT, não é o PCB, não é o PC do B, não é o PT, não é o PSB, não são os setores progressistas do PMDB. É a Nação inteira que quer. E, se a Nação inteira quer, não será o Sr. José Sarney e o seu coro de áulicos que impedirão eleições no ano que vem. (Palmas.)

A SR^A LÍDICE DA MATA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, hoje o PC do B, no seu espaço do horário destinado a Comunicações de Liderança gostaria de registrar dois fatos. O primeiro deles diz respeito à nova tentativa de intromissão do Presidente José Sarney nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Mais uma vez, em entrevista à imprensa, o Presidente José Sarney reafirma que o seu mandato será de cinco anos, porque assim está decidido – decidido por ele em primeiro lugar, e pela Assembléia Nacional Constituinte em segundo lugar – mentindo abertamente, já que esta Assembléia sequer tem um projeto constitucional em discussão. S. Ex.^a apenas tomou posições parciais que devem referenciar um anteprojeto a ser discutido na Comissão de Sistematização.

Mais uma vez, o Presidente da República, sem referencial algum e completamente sem "desconfiômetro", tenta fazer com que a Assembléia Nacional Constituinte se preocupe com o futuro do País e não com o presente.

Não aceitamos conselho desse senhor, até porque não o pedimos. Não achamos que S. Ex.^a tenha legitimidade popular para aconselhar quinhentos e tantos Deputados eleitos diretamente pelo voto soberano do nosso povo, confiança que não lhe foi depositada pelos brasileiros.

Portanto, achamos que novamente o Presidente José Sarney envereda por um caminho repudiado por esta Assembléia Nacional Constituinte e por toda a Nação. Cabe a nós, sim, discutir o momento presente da Nação brasileira, que hoje sofre com mais um arrocho salarial, com mais um plano econômico dissociado das necessidades sociais e completamente voltado para atender aos interesses do Fundo Monetário Internacional.

O segundo fato que gostaríamos de registrar diz respeito à contraposição assumida pelos segmentos organizados de nossa sociedade.

Durante todo o dia de ontem, neste Congresso Nacional, reuniu-se a articulação nacional de entidades pela mobilização popular na Constituinte, encontro esse que culminou com um ato realizado no Salão Verde deste Congresso e do qual participaram todos os partidos políticos progressistas desta Casa, inclusive o PMDB, que afirmou, juntamente com aquelas entidades representantes da maioria de nosso povo, que estará, a partir de agora, mobilizado para, na segunda etapa da Constituinte, fizes valer a voz do povo nesta Casa.

Ainda ontem, as entidades aqui presentes firmaram o seu desejo de garantir na Comissão da Ordem Econômica um relatório que possa satisfazer os anseios da Nação de hoje, relatório a favor do qual o Sr. José Sarney não quer que nos posicionemos. A Nação exige a reforma agrária imediatamente e quer que o relatório da Comissão da Ordem Social seja capaz de devolver-lhe a soberania nacional.

E é esta Nação de hoje também que, como aqui se referiu a Liderança do PDT, exige eleições diretas em 1988, porque já não suporta mais os ditames de um Governo incapaz de corresponder-lhe quanto aos anseios sociais, econômicos ou mesmo políticos na implantação da democracia neste País.

Consideraremos encerrado o processo de transição que deveria ser cumprido pelo Governo Jo-

sé Sarney, quando promulgada a nova Carta Constitucional. E, portanto, achamos que, como todo o povo exige, devemos também aqui, neste Congresso Nacional, decidir pelas eleições diretas em 1988. (Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

VII – O SR. PRESIDENTE(Ulysses Guimarães): – Passa-se ao Horário de Pronunciamento sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Luiz Roberto Ponte.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE(PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, todos temos o compromisso de dar o melhor de nós para escrevermos as regras de convivência do povo brasileiro, conforme o nosso entendimento do que mais contribua para a sua felicidade.

Mesmo assim, propostas as mais antagônicas foram apresentadas nas várias Comissões Temáticas desta Constituinte. Ainda que alguns possam ter-se apequenado, defendendo interesses pessoais ou grupais conflitantes com a vontade da Nação, creio que a origem dos equívocos e incoerências propostas nesta fase está basicamente nas visões pessoais diferentes do que nos pode levar aos objetivos comuns de construção de uma pátria desenvolvida, livre e justa.

Há que buscarmos, agora, aprofundar e discutir idéias e convicções opostas, visando, isentamente, a encontrar, dentre elas, as que melhor sirvam aos interesses do País. Daí estas reflexões sobre alguns princípios e temas pelos quais vimos propugnando e que ensejam, também, aos companheiros, um melhor conhecimento do que pensamos e para isto podem eles contar conosco.

Estou absolutamente convencido de que a grande fonte de felicidade reside na prática do bem, do amor e da fraternidade, mesmo para os que nisto não põem muita fé.

Ser-nos-á, pois, de extraordinário benefício encontrar modos desta verdade a ser ensinada, cultuada e difundida. A lei não poderá impô-la às pessoas, que a aceitam ou não por vontade própria, mas deve assegurar-lhes o direito de praticá-la, garantindo-lhes a liberdade e a justiça, que são outros dois anseios básicos para os quais a Constituição deverá dedicar especial atenção.

Todavia, temos um país pobre, ainda em fase de desenvolvimento, com sérios problemas econômicos, com uma parcela considerável de sua população – talvez mais de um terço – sem as condições materiais mínimas de dignidade e com mais outra terça parte com anseios frustrados de ampliar o seu acesso às conquistas da civilização. O resultado é a realidade da convivência de um quadro de carência, com reivindicações generalizadas, que se transformam num oceano de lamentações e de pressões sociais, que, por sua vez, convertem-se em descontentamentos, em greves e em contestação aos vários governos.

Isto estende-se, praticamente, a todo o corpo social do País, alcançando aposentados, funcionários públicos nos três níveis governamentais, operários do setor privado, profissionais liberais, empresários da indústria e do comércio, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas,

e produtores do setor primário. E a complicar, a reforçar o protesto, o fato de que, isoladas, praticamente todas as queixas e reivindicações são pertinentes.

Como assegurar instrumentos, dos quais possa a Nação utilizar-se para sanar estas dificuldades, tem sido corretamente o ponto essencial de discussão e preocupação dos Constituintes. E também das discrepâncias de posições e de ideologias.

Para uma corrente de pensamento na impossibilidade ou inconveniência de reduzir as necessidades e anseios do povo, o único modo lógico de resolver a questão é aumentar a quantidade de bens produzidos no País.

Outra corrente, sem compreender essa obviedade, açaia o descontentamento e a pressão pelas reivindicações, na ilusão de que elas possam ser atendidas, por benesses falaciosas, antes de que se dê a produção dos bens que são reivindicados.

As propostas da primeira, partindo de sua premissa, defendem a economia de mercado e a livre empresa, como forma mais eficaz de produzir, e a valorização do trabalho, com a consciência de que só através dele pode-se ampliar a produção.

Sua visão é de que o lucro, corno a acumulação de capital, aplicado na expansão da riqueza, cumpre o máximo do papel social e, na verdade, embora seja formalmente de propriedade individual, os frutos de sua aplicação são os mesmos como se pertencesse ao Estado.

A rigor, eles geram maiores bens pela sua gestão sob o enfoque empresarial, normalmente muito mais eficaz do que uma gestão sob a ótica estatal, como regra que sempre comporta exceções, ineficiente, empregista, corruptível, clientelista e distribuidora de privilégios odiosos.

A deformidade das propostas da outra corrente de pensamento origina-seda premissa equivocada de que a pobreza se instala, conforme a velha e superada denúncia marxista, através da apropriação empresarial da mais valia. A partir daí, suas propostas são coerentemente deformadas.

– Reduzir, enquanto não for possível exterminar, a participação da empresa privada na geração da riqueza, estatizando, ao máximo, os meios de produção;

– louvar o emprego público, ainda que desvinculado do trabalho útil;

– conceder benefícios aos trabalhadores, mesmo que enganosos;

– fortalecer o planejamento centralizado da economia;

– condenar e contrapor-se ao lucro, apontado como parcela expropriada do trabalho humano.

Na impossibilidade de preparar, agora, como conviria, uma análise acurada, referindo e contrapondo cada uma das propostas que julgamos equivocadas, apresentadas nesta fase da Constituinte, para completar este depoimento, valho-média transcrição de algumas reflexões feitas em pronunciamentos e artigos compilados em livro com o título "Capitalismo sem Miséria", com a qual, abordando temas de algumas dessas propostas, desejo atingir o objetivo de, sobre elas, provocar o debate.

Estas manifestações foram feitas em tempos diversos e, por isto, alguns dados podem estar desatualizados.

1 – Da Igualdade (9-7-86)

Os homens são indivíduos fundamentalmente diferenciados. Não sendo iguais, desejam, sonham e necessitam, desigualmente, inclusive dos bens materiais que produzem. Assim, além de utópico, é injusto pretender estruturar a sociedade no pressuposto do atingimento da literal igualdade dos homens. O que é pertinente, justo e desejável, é haver a determinação firme da Nação de assegurar a igualdade de oportunidades para todos. Este princípio implica viabilizar, a cada um, as condições mínimas de dignidade, em termos de alimentação, educação e saúde. A partir disso, o indivíduo deverá desenvolver-se conforme sua vontade, seu empenho, sua capacidade e sua liberdade responsável, a fim de usufruir, como lhe aprouver, do seu tempo e dos seus bens.

O famoso lema marxista, que tanto encantou o mundo – "a cada um, de acordo com suas necessidades. De cada um, de acordo com a sua capacidade" – em substância, contém esta mesma idéia, com uma deformação fatal: no regime apregoado, é o Estado que decide quais as necessidades e qual a capacidade das pessoas, e não elas próprias.

2 – Do Trabalho (9-7-86)

O homem exerce suas habilidades e sua vocação através do trabalho. Com o trabalho de cada um é que as sociedades são construídas. O trabalho, que absorve a metade da nossa vida ativa, precisa ser dignificado, valorizado, exercitado, com satisfação e liberdade de escolha, e ter justa remuneração. O trabalho, como já dissemos, deve ensejar as pessoas o prazer de ser útil, sem que lhes move o desejo de reduzi-lo, ou dele se livrar precocemente.

3 – Da Empresa Privada e do Estado (9-7-86)

O homem só pode manter-se livre, se for livre, também, para produzir e empresar. Daí a importância de que a produção de bens e serviços de que o País necessita seja executada, basicamente, pela empresa privada nacional, cujos detentores devem fazer cumprir sua função social e seus compromissos e responsabilidades com a comunidade e, muito particularmente, com os trabalhadores, seu maior patrimônio. O lucro justo, advindo da criatividade, do trabalho, da eficiência do empresário, é o modo mais correto e adequado de aumentar a capacidade de produção do País, promovendo seu equilibrado desenvolvimento.

Ao Estado compete: garantir segurança a cada cidadão; implementar a infra-estrutura para o desenvolvimento e o bem-estar social; promover a justiça, com a correta e expedita aplicação da lei; intervir para a correção de eventuais deformações nas leis de mercado. Para isto, deve estruturar um instrumento que arrecade, dos que podem, os impostos, para aplicá-los, com parcimônia, sem os graves desperdícios usuais causados pela inefficiência do poder público.

Não lhe compete a interferência indevida na vida das pessoas, nem a produção direta de riqueza nacional que possa ser realizada pela empresa privada.

4 – Da Falsa Solidariedade (9-7-86)

É incontrovertido que uma grande parcela, de não menos de 49 milhões de pessoas do povo, brasileiro, vive em estado de miserabilidade, sem

alimento, sem saúde, sem teto. Sabemos que se já fôssemos uma sociedade suficientemente solidária, não conviveríamos com esta iniquidade, já que o supérfluo dos que têm seria amplamente suficiente para tal.

Nós, que com nosso comportamento personalista, farisaico e perverso, contribuímos para a manutenção deste estado de coisas, costumamos adotar atitudes escapistas para apaziguar nossas mentes. Uma delas é a solidariedade fácil, mas falsa. Daquelas da boca para fora. Negamos aos nossos irmãos a comida e o carinho que damos aos cães, enquanto fazemos o protesto. O protesto veemente contra algum bode expiatório quando não contra o etéreo, por tais injustiças.

Nem precisa ser, de fato, uma injustiça. Basta que a opinião pública julgue que seja, e já estamos, nós, solidários, pedindo providências imediatas e enérgicas. E, sempre, de alguém ou algo que não nós mesmos, e desde que, para isso, não tenhamos que concretamente nos privar, em substância, de bens e conforto que nos pareçam importantes.

5 – Do Déficit do SFH (10-12-84)

Um exemplo típico de solidariedade irresponsável foi a reação aos aumentos das prestações do BNH, que geraram uma grande celeuma nacional, apesar de, sem exceções, todos os mutuários terem tido, sempre elevações de suas prestações com índice menor do que a inflação; de grande parte ter sido enormemente beneficiada com o achatamento da UPC; de boa parcela pertencer à classe mais privilegiada do País, sem qualquer problema econômico; de os recursos pertencerem ao trabalhador – FGTS – e ao pequeno poupador – Caderneta de Poupança – os quais não desejam nem devem abrir mão de seu retorno íntegro; de a inflação ter provocado uma boa redução nos valores reais das prestações, e de o pressuposto básico, quando compraram suas casas financiadas, ser o de pagá-las em valores corrigidos da inflação.

As consequências da pressão dessa solidariedade às avessas foi o Governo ter concedido sucessivos e gigantescos subsídios para aquisição do patrimônio pessoal, para ricos e para quem deles necessitava, que atingem cifras da ordem de 300 bilhões de cruzados, valor suficiente, se aplicado corretamente, para retirar da condição de faveladas 1.500.000 famílias brasileiras.

6 – O Combate à Miséria (9-7-86)

A grande luta que o País deve encetar, nos próximos tempos, é o combate à miséria. Não pode a Nação continuar vivendo com a ostentação do supérfluo, enquanto uma terça parte de seus filhos não tem como prover suas necessidades mínimas de alimentação, educação, habitação e saúde. Sabemos que um saudável e permanente crescimento econômico é o modo eficaz de resolver definitivamente a questão. Todavia, é preciso assegurar, imediatamente, recursos cativos que tornem os referidos bens disponíveis, de fato, e em prazo compatível, àquelas pessoas. Entre outras, três fontes devem ser utilizadas; os recursos que se precisam economizar com a redução da atual iníqua transferência de capital líquido para o exterior, aqueles atualmente desperdiçados, pelo Governo, sob todas as formas, como a corrupção, o clientelismo, o empreguismo e os privilégios; e os oriundos da criação de um

imposto, a incidir sobre os sinais visíveis de riqueza.

Na base de todas as reformas indispensáveis, está a educação, que deve incluir o ensinamento, para que todos possam livremente decidir sobre o seu planejamento familiar. Assegurar educação, para todos, sobretudo até o nível médio de profissionalização, deve ser a grande prioridade nacional. Mas não se pode descurar da Universidade, que precisa elevar os baixíssimos níveis de qualidade de seu ensino atual. A maior causa da miséria é da concentração de renda, no País, é a elitização da educação.

7 – Retrocessos com Caras Progressistas (9-7-86)

Pululam atualmente os discursos inconsequentes dos que pensam que se pode gerar justiça e bem-estar, sem o respeito à lei e com a redução do trabalho. Alguns desses discursos são de demagogos irresponsáveis, mas muitos são de pessoas bem intencionadas, mas equivocadas pela preocupação obsessiva de resgatar, em tempo impossível, direitos que têm sido sonegados, ao longo dos anos, a muitos dos nossos irmãos. Como decorrência, palavras essenciais começam a ter significado oposto ao que devem exprimir:

– Passou a ser chamado de progressistas quem batalha para que os homens se aposentem aos 25 anos de trabalho, para, saudáveis, parasitarem, por mais outro tanto, à custa daqueles que permanecem satisfeitos no trabalho honrado;

– Quem propugna que se reduza drasticamente a jornada de trabalho, em um País onde um terço de seus filhos ainda é carente de todos os bens materiais, que só o trabalho pode produzir, para ter o mínimo de dignidade;

– Quem defende o direito de pessoas privilegiadas terem garantidos, pelo Estado, empregos inúteis, com os quais, além de viverem injustamente dos impostos pagos pelos outros, condamn-se a passar a vida sem dar a sua contrapartida, no esforço em prol da justiça e do desenvolvimento nacional;

– Quem advoga a estatização não necessária dos meios de produção, que baixa a produtividade, dissemina o empreguismo, amplia as mordomias, enseja a corrupção e potencializa a perda da liberdade;

– Quem pretende assegurar emprego, sem trabalho, no setor privado, que inibe a transferência de recursos humanos entre setores que se aquecem e desaquecem, que premia a incompetência, implanta o rancor, institui o trabalho desmotivado, cerceia a liberdade de produzir, desestabiliza a produção, inviabiliza empresas e tolhe a escolha do trabalho livre.

Na verdade, conduzem tais propostas ao possível progresso de uma Nação e ao desenvolvimento integral do homem ou, ao contrário, levam ao desemprego e à perpetuação da miséria?

É preciso evitar que ilusões como estas acabem afigurando-se como dádivas desejadas de serem introduzidas na Constituição e em nome da justiça e da liberdade, se ande exatamente na direção contrária.

8 – Da Estabilidade no Emprego (28-11-85)

Quanto à questão da estabilidade, os que propõem medidas desse jaez nunca tiveram uma empresa, para saber a obviedade de que, por prin-

cípio, e pelos seus próprios interesses, nenhuma empresa deseja demitir um trabalhador sequer, até porque sua possibilidade de manter-se e crescer advém da soma da produção de cada um dos seus empregados. Logo, quando o faz, é porque há razão superior que não precisa ser provada nos tribunais trabalhistas, cheios de limitações e impossibilidades, que não lhes permitem decidir, com segurança e isenção, sobre questões desse gênero.

De resto, ainda que haja casos isolados de demissão, por desentendimento entre empregado e empregador, é de se questionar se é um bem para o trabalhador ficar toda sua vida em um emprego, onde passa metade de seu tempo útil, sem satisfação, sem incentivo, sem chance de progredir. Como pretender-se tomar uma relação de trabalho insolúvel, se nem mais o casamento o é?

9 – A Consolidação da Democracia (28-11-85)

Os países do Terceiro Mundo e, em particular, o Brasil, têm oscilado entre o populismo irresponsável e o autoritarismo castrador. Aquele se instala com promessa de soluções fáceis e sedutoras para os problemas econômicos e sociais e, ao porem em prática suas propostas falaciosas de obtenção de justiça, agravam as dificuldades, aniquilando as expectativas da população, que volta a aceitar, novamente, o autoritarismo, o qual já tem em si o germe da frustração.

Vivemos agora a esperança da consolidação de uma democracia pluralista, que nos rompa esse círculo vicioso histórico. Os anseios de mudança que promoveram a última troca do poder, trazem implícita a vontade de justas conquistas sociais, que as dificuldades econômicas ainda não permitem atender, na medida esperada pelos trabalhadores e desejada pelo Governo, mas que não podem ser postergadas indefinidamente.

Enquanto o povo vê, no exemplo do Governo, na segurança das decisões, nos atos de moralização administrativa, na supressão dos conchavos políticos gerados por exclusivos interesses personalistas, um projeto sério de solução dos seus problemas, ele dá tempo para que cheguem os resultados. Mas, se, nem os resultados, nem a transparência dos atos do Governo, chegam, ele se inquieta e se rebela, como foi indício o resultado das eleições de 1985.

A consequência mais grave desse estado de coisas é a tendência de agravamento da perda de sustentação política do Governo, com a desestabilização dos partidos, fruto também de visões mesquinhas e obtusas de muitos de seus políticos, que, movidos pelo impatriótico e equivocado receio de virem a perder as eleições, não têm a grandeza de apoiar aquelas propostas governamentais que, mesmo impopulares, são as que de fato condizem com os interesses do povo.

10 – Da Questão Urbana (20-3 e 9-7-86)

O País precisa de uma lei que crie instrumentos para que as nossas cidades possam ser edificadas sem as restrições e pelas burocráticas artificiais, onerosas, corruptoras e inibidoras da criatividade e de seu saudável desenvolvimento. Uma lei que respeite o direito à propriedade privada, condicionada a transparentes e necessárias limitações de seu uso, conforme os interesses das nossas co-

munas; que crie incentivos e penalizações para restringir a retenção especulativa de terrenos já urbanizados; que conduza a uma melhoria da qualidade de vida para todos, e não apenas para a elite; que permita que as nossas cidades sejam melhor projetadas, mais racionalmente partilhadas, mais economicamente construídas e menos caoticamente ocupadas.

11 – Da Dívida Externa (18-5-84)

Podemos agrupar em três tipos as causas que, hoje, no Brasil, inviabilizam condições de vida digna a tantas criaturas.

No primeiro grupo, colocamos a transferência de riquezas para o exterior, de resto uma constante nos países em fase de desenvolvimento.

No segundo grupo, juntamos os fatores de baixa produtividade interna, fruto de causas diversas, basicamente ao desprestigamento do trabalho produtivo.

No terceiro grupo, incluímos as injustiças sociais, consubstanciadas, em última análise, numa enorme concentração do consumo da riqueza produzida pela Nação.

Passo a referir as causas de cada grupo, iniciando pelo primeiro.

Não se trata da denúncia usual do favorecimento que, historicamente, os países desenvolvidos têm sobre os mais dependentes. Trata-se do desmantelo do sistema econômico-financeiro mundial, que, a partir da última década, passou a promover uma drenagem adicional, para os países ricos, de enormes parcelas da riqueza produzida nos países pobres.

Essa transferência dá-se através de dois mecanismos de extrema eficácia e de muito menor contestação do que as surradas acusações sobre multinacionais e remessas de lucro, a saber: a usura, com a prática de juros a níveis insuportáveis, e o aviltamento da relação de trocas comerciais, cujo índice, nos últimos anos, aproxima-se de 60, se tornarmos, como 100, o índice de 1977.

Este segundo mecanismo, onde se incluem, mas não somente, os dois choques do petróleo, gerou, e ajuda a manter, uma dívida externa, pela qual se processa a atuação devastadora do primeiro deles.

Não cabe, aqui, analisá-los, mas, para uma visão da extensão do dano, convém lembrar que, somente em juros, o País despendeu, em 1984, valor da ordem de 14 bilhões de dólares, o que correspondia, grosso modo, ao pagamento de um salário mínimo por mês, de cada família brasileira. Esta importância daria para comprar, com sobra, toda safra anual de grãos do Brasil e, com menos de 1,5% dela, erradicar-se-iam as favelas de Porto Alegre. Equivale a quase o dobro do gigantesco orçamento do IAPAS, com o qual são assistidos 100 milhões de brasileiros e é paga a aposentadoria de 10 milhões de patrícios.

Embora imprevisíveis, sabemos que as consequências de uma eventual ruptura com o sistema financeiro internacional seriam desastrosas. Reconhecemos, assim, a necessidade de esgotar todos os esforços, visando a um acordo com os países industrializados, para negociar uma forma de pagamento aceitável e uma ordem jurídico-econômica internacional com as características mínimas de justiça que vigiam anteriormente.

O que advogamos, neste aspecto, como parte do "pacto", é a decisão, nas negociações com nossos credores, de impor, por absoluta neces-

sidade e justiça, modificação das condições de pagamento da nossa dívida externa, com uma dilatação dos prazos e redução dos juros futuros, aos níveis históricos, eticamente aceitáveis e economicamente suportáveis.

Cremos que existem condições para termos êxito nesta pretensão, pela predisposição de sua aceitação por grande parte de entidades a que devemos, posto que há uma crescente conscientização, da comunidade internacional, sobre o esbulho a que estamos sendo submetidos.

12 – Da Reforma Agrária (outubro de 1986)

O primeiro aspecto que deve orientar qualquer política de reforma agrária no País é a clara definição de seu objetivo. Estou convencido de que este deva ser o crescimento da produção agropecuária, particularmente de alimentos, e não a pura e simples repartição da terra para gerar empregos no campo.

Este entendimento é fundamental, porquanto ele implica que, se a propriedade agrícola está produzindo a pleno, não se pode cogitar em desapropriá-la como forma de tentar resolver a escassez de trabalho nas áreas rurais. Pelo contrário, isto poderia determinar a desorganização dessas propriedades, ocasionando uma redução ainda maior na oferta de empregos, além de um efeito negativo em termos de queda da produção de alimentos.

Caso, porém, a terra – pertença ela ao Governo ou a particulares – apresente-se ociosa, sou inteiramente favorável a que seja utilizada para projetos de reforma agrária, pagando-se justos preços aos seus detentores e desde que, igualmente, haja pessoas disponíveis com pendor para o trabalho no campo.

Evidentemente, a velocidade a ser imprimida na condução da política de reforma agrária terá de ser ajustada em função das disponibilidades financeiras da Nação, porque, opostamente ao que muitas vezes se afirma, a terra nua tem um peso relativamente modesto na composição final dos custos da produção agrícola.

Não basta colocar o homem no campo, é preciso, juntamente com isso, propiciar financiamentos para o preparo da terra e o seu plantio, para a aquisição de sementes, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas, e criar equipamentos de armazenagem e de escoamento da produção. Ao mesmo tempo, esses agricultores terão que receber apoio para a construção de suas moradias e para a implantação de uma indispensável infra-estrutura de energia, água potável, saneamento básico, escolas e postos de saúde.

Sr. Presidente, diversos temas estão aqui refletidos, precisamente para levantamento da debate neste Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Obviamente, não é com a presença de tão poucos companheiros que poderíamos atingir esses objetivos. Estas nossas palavras não resultam de pensamentos acabados nem de idéias preconcebidas, nem temos a pretensão de dizer que são verdade absoluta. Preocupamo-nos, isto sim, com o fato de que nesta fase da Constituinte, após tantos temas da maior importância terem sido levantados, estejamos entrando em descaminhos de acusações aos Constituintes que discordam das posições apresentadas. Deveríamos, racionalmente, analisar as teses contrárias àquilo em que acreditamos, para que, na verdade, pudéssemos escolher adequadamente o que mais

nos convém, conforme os compromissos que assumimos nos palanques públicos. Só pretendria que, quando estes pensamentos forem registrados nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, pudéssemos utilizar da racionalidade da nossa condição de ser humano para que, nesta fase crucial que se aproxima, após a preparação do anteprojeto pela Comissão de Sistematização no Plenário, possamos ter a prevalência do raciocínio, do racional sobre o irracional, com relação às acusações primárias que têm sido uma constante nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte.

Durante o discurso do Sr. Luiz Roberto Ponte, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não apresentou um relatório final à Comissão de Sistematização, em função da não-votação, em primeiro lugar, pela derrubada do Relatório do Sr. Relator, Constituinte Artur da Távola, e, posteriormente, pela negativa do Sr. Presidente da Comissão de oferecer, conforme o Regimento da própria Comissão, tempo ao Sr. Relator para que elaborasse um novo relatório. Estou verificando, no entanto, que foi publicado, em avulso, na Comissão, um relatório elaborado por um conjunto de Constituintes que não foi submetido ao Plenário da mesma. Como avulso, também foi publicado o relatório do Sr. Relator, Constituinte Artur da Távola, que não foi aprovado pela razão que acabo de expor. Estamos, evidentemente, numa situação atípica. Gostaria de solicitar à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que, em primeiro lugar, considerasse sem efeito este avulso publicado, porque não contém matéria oficial.

Em segundo lugar, gostaria de fazer também uma reclamação. O Sr. Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, nomeou como Sub-Relatadora justamente a Constituinte Sandra Cavalcanti, a quem não nego méritos pela tarefa que lhe propôs o Relator da Comissão, mas por ser S. Ex.^a justamente uma das pessoas signatárias do documento não apreciado pela referida Comissão. Portanto, foi causa, pelo substitutivo que apresentou, de uma discussão que se tornou interminável na própria Comissão.

Finalmente, considerando a situação atípica em que nos encontramos e a minha solicitação inicial, encareço à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que permita aos Constituintes membros da Comissão a apresentação formal de sugestões ao Sr. Relator da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O pedido de V. Ex.^a será levado à apreciação da Mesa, que oportunamente lhe dará uma resposta.

O SR. GONZAGA PATRIOTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, que hoje falou ao povo brasileiro, através de uma cadeia de televisão e rádio, expondo alguns pontos do Plano Bresser.

Tivemos nove meses de salários congelados com o Plano Cruzado I. Depois foi instituído o gatilho salarial durante os meses de novembro até o Plano Bresser, quando houve alguns disparos. No entanto, o resíduo, que não chegou a ser disparado, e os dias do mês de junho, da instituição do Cruzado III, correspondem a mais de 20%, que poderiam ser disparados juntamente com o gatilho do mês de maio.

O nosso apelo é no sentido de que o Presidente José Sarney, juntamente com o disparo do gatilho do mês de maio, dispare mais um, isto é, ao invés de 20, conceda 40%, a fim de equilibrar o resíduo acumulado dos meses de novembro a maio e a diferença dos 12 dias do mês de junho.

Agradeço a V. Ex.^a a atenção e espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa, porque as reclamações que temos recebido de sindicatos, de associações e dos próprios trabalhadores, – eles não são cegos, sabem que tiveram os seus salários achatados – devem ser atendidas através dos microfones desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O registro de V. Ex.^a está consignado, nada tendo V. Ex.^a a agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Maurício Corrêa. (Pausas.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, ensina a sabedoria popular que em mata só entramos até o meio, pois, é lógico, daí para frente dela já estaremos saindo.

Peço vénia a V. Ex.^a para estabelecer uma analogia dessa imagem tão conhecida da cultura do nosso povo com a Assembléia Nacional Constituinte, da qual, orgulhosamente, fazemos parte.

A tarefa de elaborar o futuro texto constitucional do País, a nós confiada pela Nação, pode, sem dúvida, ser comparada a uma mata virgem que o destino colocou no caminho das nossas vidas com a inexorabilidade que lhe é própria. Antes dela, o arbítrio, a violência, o medo e a desesperança; depois dela, a legalidade institucional, a concórdia e a fé na convivência democrática.

No entanto, em que pese ao objetivo comum a todos nós de legarmos à Pátria uma Constituição duradoura e capaz de tornar estáveis as instituições, nossa trajetória, até aqui, foi marcada por percalços previsíveis e de toda ordem. Assim, ficaram evidentes as divergências ideológicas, os compromissos políticos e os interesses pessoais. Mas, reconheço, não poderia ser diferente. Esta é uma Assembléia composta por seres humanos e não por criaturas gestadas no paraíso dos deuses.

Por isso, a despeito de toda a minha esperança no resultado final do nosso trabalho, quero fazer algumas considerações e formular outras tantas

perguntas para as quais me permito pedir a serena reflexão de cada um dos presentes.

Multifacetada ideologicamente, a Constituinte não poderia apresentar uma unidade de posições a respeito dos temas mais importantes quando se trata de reordenar juridicamente o País.

Dessa forma, conservadores, liberais, progressistas, extremistas à esquerda e à direita e centristas, cada qual, isoladamente ou em grupos, têm e defendem as propostas que consideram mais adequadas e viáveis para a solução dos nossos problemas, segundo a própria visão da realidade nacional.

No entanto, talvez ainda desacostumados com o exercício democrático dos debates, por mais duros e ásperos que sejam eles, algumas vozes já se fazem ouvir no anúncio aguento do caos.

Nessa linha, por exemplo, o professor David Fleischer, diretor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, afirmou à imprensa:

"Com os relatórios apresentados pelas comissões, a Constituição é inviável."

Como ele, aliás, pensa outro cientista político, o professor Alexandre Barros, para quem "...virou tudo uma salada confusa que não pode gerar uma Constituição estável".

E completa:

"Acho que nem a Comissão de Sistematização pode ordenar o caos dos relatórios."

Mais pessimista que ambos está o respeitado articulista Carlos Chagas, quando escreve:

"Teria perfil definido um bicho com pés de porco, nariz de tucano, orelhas de elefante, asas de beija-flor e rabo de dragão? Pois é. Outro aspecto não terá a nova Constituição caso sejam adotados, sem posteriores alterações, os textos votados até a noite de domingo nas oito Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. Mais do que um disparate, um horror, que agora caberá à Comissão de Sistematização (...) modificar, compatibilizar e ordenar, para posterior votação pelo Plenário."

Não desconheço os méritos desses críticos, nem lhes nego razões para a crítica feita. Mas não posso concordar com semelhante postura porque foram simplistas em demasia e acabaram, no meu entender, caindo na vila comum dos descontentes contumazes para os quais nada serve e ninguém presta.

Afinal, o que esperavam esses respeitáveis analistas políticos? Atentaram eles para a heterogeneidade da composição desta Assembléia, que nada mais é do que a síntese da própria Nação? Na condição de observadores do cotidiano e formadores da consciência nacional, preferem eles o confronto aberto das divergências, na defesa franca e democrática dos nossos respectivos ideais, ou o conchavo espúrio, realizado à sombra de interesses pessoais e sempre em prejuízo da coletividade?

É verdade que muito pouco foi feito até agora. No entanto, e disso não tenho dúvida, foi realizado exatamente o que era possível e necessário nessa etapa vencida. Estamos apenas na metade da jornada. Até aqui, caminhando, aprendemos a caminhar.

Os relatórios das Comissões Temáticas, bem como tudo nelas ocorrido, explicitam de maneira cristalina as nossas convergências e as nossas divergências. Mais do que isso, revelam, com nitidez indiscutível, os reais compromissos de cada um.

Exemplos, temos muitos. O ilustre Deputado Artur da Távola, por sinal, demonstrou seu grau de honradez e seriedade política ao deixar bem claro que, para ele, mais importante que o seu partido e os interesses do Governo ao qual está integrado, é a Assembléia Nacional Constituinte, quando denunciou:

"O Presidente Sarney cometeu um erro grave ao invadir os trabalhos desta Casa em favor de seus interesses menores. O Executivo nos empurra, interfere, divide e nos separa."

(O Estado de S. Paulo – 16/6.)

Quando o relatório do Deputado Artur da Távola foi derrotado na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, com 13 votos do PMDB, e quando, em todas as demais Comissões, as questões polêmicas denunciaram a falta de unidade do maior partido da Aliança Democrática, eu bendigo esta Assembléia Nacional Constituinte por ter sido capaz, e só ela, de pôr a nu a grande farsa que é o quadro partidário brasileiro atual.

O casuismo utilizado pelo Governo, ao realizar, como realizou, a eleição de novembro passado, vingou apenas para efeitos eleitorais. A capa do PMDB jamais abrigou uma frente tão ampla. Mas a hora da verdade chegou. Independente da sigla partidária, os membros da Aliança, que é muito mais governista do que democrática, acabaram tangidos pela necessidade de definição.

Nas Subcomissões e na Comissões Temáticas, alheios à indefinição ideológica do partido, alguns Constituintes rasgaram o programa com o qual se elegeram e outros tantos não só o defenderam, como a ele adendaram novas idéias.

De repente, muito mais que partidos, o que temos são blocos homogêneos acima das siglas partidárias. Ai estão, nos debates mais acirrados, nas votações mais renhidas, na unidade das vitórias e das derrotas, os embriões dos novos partidos.

Mas é a partir desta constatação. Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que ouso indagar sobre quais bases se pretende assentar o regime parlamentarista até aqui preferido pela maioria dos que sobre ele foram chamados a se manifestar.

Vingará, entre nós, um parlamentarismo sem partidos políticos verdadeiros?

Aliás, aqui faço justiça ao Jornalista Carlos Chagas, quando, ao analisar a atuação da Comissão de Organização dos Poderes, assim resumiu o risco do neoparlamentarismo:

"...Dado cinco anos de mandato a todos os Presidentes da República, inclusive José Sarney, transforma-os em algo inferior à Rainha da Inglaterra, em termos de poderes. Os presidentes farão as vezes da rainha-mãe, se os relatórios prevalecerem. O que conduz à primeira incongruência, nem se falando na contradição de eles continuarem sendo eleitos pelo voto direto: precisarão nomear primeiros-ministros, chefes do governo, necessariamente parlamentares aprovados pela Câmara dos Deputados e tiranos da bancada

majoritária. Poderão submeter dois nomes à maioria parlamentar. Caso haja impasse, a situação se inverterá: a Câmara apresentará dois nomes ao Presidente da República, que, por sua vez, poderá rejeitá-los. Nesse caso, dissolverá a Câmara, convocando novas eleições, não podendo esse processo repetir-se mais de duas vezes em cada mandato presidencial. O resultado será a designação, por exaustão, de um primeiro-ministro que já chegará contestado à chefia do governo, contando com a má vontade do presidente ou de seus pares. A ele caberá indicar os demais ministros, sendo que todas as prerrogativas do presidente da República, para realizar-se, precisarão da aprovação da Câmara. Uma receita ideal para cristalizar o immobilismo administrativo. Os planos de governo e até o orçamento serão elaborados pelo Conselho de Ministros, e, se assistirmos a impasses permanentes, o País ficará sem orçamento e sem planos de governo."

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, sem nenhum desmerecimento para as demais questões sobre as quais estamos debruçados, considero a definição do regime de governo a pedra basilar sobre a qual se há de erigir o Brasil do amanhã. Para isso, no entanto, não podemos descurar a questão partidária. Assim como não se faz omellete sem ovos, não é possível institucionalizar o parlamentarismo se não tivermos partidos fortes e permanentes. Essa a minha grande preocupação, e sobre ela reclamo a atenção dos nobres Pares.

Cuidemos para que a Constituição que é viável e factível não se perca pela inopportunidade e casuismos de inovações não condizentes com a realidade do Brasil dos nossos dias.

A História é o espelho no qual nos devemos mirar. Os erros do passado não podem e não devem ser repetidos no presente, para que não comprometamos o futuro. (Palmas.)

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, ainda hoje, desta tribuna tivemos oportunidade de abordar o assunto das Comissões Temáticas da Assembléa Nacional Constituinte. Não podemos entender e enxergar como as posições antagônicas, tanto de uma ala quanto de outra, a direita e a esquerda, não conseguem buscar no entendimento e na conversação neste Parlamento – porque este é um Parlamento – as medidas necessárias e cabíveis para o Estado e para o povo, que são importantes conquistas para todas as categorias que compõem nossa sociedade, sejam os empresários urbanos, os rurais, sejam os homens do campo, da cidade, os funcionários públicos, os assalariados, as donas-de-casa. Não consigo compreender como as Sr.^{as} e Srs. Constituintes da esquerda festiva não percebem que é através da conversação que haveremos de buscar o caminho mais largo na avenida da justiça social, que possa abrigar a maioria da sociedade brasileira.

Não entendo como não conseguem os Constituintes recuar nos seus pontos de vista, que, muitas vezes, não constroem, mas destroem e até levam à baderna. Existem aqueles para os quais quanto pior a situação de seus irmãos, melhor a situação eleitoreira festiva sem nenhuma cons-

tração para o futuro, e melhor para seus objetivos, sua maneira de agir.

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo chegou a um entendimento que não é o ideal para o sistema de governo forte em um país de dimensões continentais como o nosso. Mas foi o que se pôde retirar do seio da Comissão temática: um sistema híbrido parlamentarista, para fazer com que a maior parte da sociedade participe dos atos e da fiscalização do próprio Governo.

Não posso entender como certos Constituintes que há pouco tempo queriam que o Presidente Figueiredo permanecesse em um mandato-tampão e hoje não aceitam a corrente parlamentarista e a ela se agregam, pois a mesma deseja implantar um passo à frente no regime de governo, para que não permaneçamos com uma pequena ditadura por tempo determinado, e que uma única pessoa – ou poucas pessoas – determine o que é conveniente para todos os brasileiros.

Faço força para entendê-los. Como conseguem acreditar que o regime em que um único cidadão, o Presidente da República, detém todo o poder possa ser a solução mais feliz para as dificuldades do Brasil e dos brasileiros?

Nós, que defendemos há muito tempo – desde antes de chegarmos à cadeira da Câmara Municipal de Pelotas e à cadeira da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul – a implantação de um regime parlamentarista de governo como a forma mais adequada e mais abrangente de participação da sociedade nos atos e nas ações do Governo, não conseguimos entender como esses Constituintes desejam que se continue com um embuste de presidencialismo em que os partidos políticos não se formam e não se criam e a cada crise institucional forma-se um novo segmento partidário para superar crises e atender a interesses pessoais ou de grupos.

Vejam que eu, filiado a um partido que nasceu da resistência, de um ato de coragem, no antigo PDS, para formalizar a Frente Liberal, militando nesse partido e fazendo parte da Aliança Democrática, desejo que se implante agora o regime parlamentarista de governo como a forma de participação da Câmara dos Deputados nos atos do Governo. Seria a estrada mais larga e mais bem asfaltada para a participação mais loquaz e eficiente da sociedade, inclusive dos trabalhadores, que aqui têm uma parcela de Parlamentares comprometidos e vinculados à vontade de crescimento econômico-social: pela casa própria, pelo pedaço de terra, por salário justo. Não haveremos de alcançar essa posição permanecendo retrógrados em um regime que atende, às vezes, apenas a interesses de grupos e de pessoas, muitas vezes alienígenas aos interesses brasileiros. Por isso, na Comissão de Organização dos Poderes e de Sistema de Governo, chegou-se ao congraçamento, buscaram-se Constituintes da direita e da esquerda para integrar o caminho por que envereda o sistema parlamentarista como um primeiro passo, para que se pudesse, primeiro na Comissão de Sistematização e, depois, no plenário da Constituinte, aprimorar o projeto no sentido de implantar já o sistema parlamentarista de governo para maior e melhor participação da sociedade.

Não consigo entender como, na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, não se che-

gou a um denominador comum quanto ao relatório final dessa Comissão Temática; não consigo entender como, na Comissão da Ordem Econômica, escreveram um texto constitucional no qual a função da terra é mais retrógrada que no próprio Estatuto da Terra, escrito e editado em novembro de 1964 pelo regime de governo instalado pela Revolução.

Talvez os que não querem esses instrumentos haverão de submeter-se à votação do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte e buscar o avanço necessário para que não tenhamos que responder ao Brasil de amanhã, perante nossos filhos e netos, por que não realizamos os avanços necessários que a sociedade está a nos cobrar, principalmente quanto à posse e ao uso da terra e à ordem econômica, no sentido de que chamemos nossos irmãos, 40 milhões de brasileiros que não têm acesso à saúde, à casa própria, que não fazem parte do processo de compra e venda e, portanto, não produzem algo de útil para o desenvolvimento equânime de toda a sociedade, não por culpa deles, mas de um processo de desenvolvimento que se implantou a favor de poucos, por culpa de um processo econômico que beneficia pequenos, que beneficia poucos, aqueles poucos que estão mais perto do poder, abandonando a pequena propriedade rural, e principalmente aqueles que têm vocação para a terra. Hoje, estamos enfrentando quase que uma convulsão social em busca daquilo que é mais significativo para o homem: poder dizer que aquele pedaço de terra é seu. Mas não se terá alcançado esse processo de desenvolvimento, se quiser – como fazem alguns poucos Constituintes da extrema esquerda – virar a pirâmide, dizendo que limitar a propriedade é o primeiro passo para a reforma agrária.

O que dizer, meu caro Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, àqueles que detêm a propriedade, principalmente a pequena propriedade, mas que não têm acesso à comercialização, não têm acesso à pesquisa, não têm acesso ao sistema financeiro, e que, portanto, quando colhem o seu produto não têm para quem vender, porque nem mesmo as próprias cooperativas os protegem? O que dizer do Rio Grande do Sul, onde mais de cento e oitenta e seis mil famílias detêm menos de 12 hectares de terra individualmente e não conseguem fazer parte do processo de desenvolvimento econômico e financeiro porque não têm acesso à pesquisa, ao fomento, ao financiamento, à cooperativa, à assistência médica, à assistência jurídica e que não são filiados ao sindicato de trabalhadores rurais porque não têm renda mensal, semestral ou anual suficiente para pagar as mensalidades do seu sindicato?

Então, meus caros Constituintes, parece-me que há convergência, que há necessidade da conversação, para que se possa dar um passo à frente aqui e agora. Este Constituinte que está a dizer que a conversação é necessária para que se avance não foi o Constituinte que quebrou o microfone, que arrancou os fios, que foi intransigente. Pelo contrário, nós somos intransigentes na defesa do sistema parlamentarista puro, mas tivemos que retroagir para abrigar aqueles que defendiam conosco pelo menos os primeiros passos para o sistema parlamentarista de governo.

Era o que queria dizer a este Plenário. Se não dermos o passo à frente, no sentido de cooperar avançando, estaremos dando um passo retrógra-

do que, por certo, nos será cobrado amanhã pelos nossos filhos e pela própria História.

Desejo que as seis Comissões Temáticas que concluíram os seus temas, relatórios, e as duas que encaminharam os trabalhos sem a sua conclusão, tenham colaborado para que a Comissão de Sistematização realize um trabalho que nos possa oferecer avanços; que possa contribuir para o processo que se quer, abrigando esses irmãos nossos que hoje não fazem parte do processo de desenvolvimento do País.

Que Deus ilumine os 559 Constituintes no plenário, para que se chegue ao denominador comum esperado pela sociedade e para o qual foram convocados para esta Assembleia Nacional Constituinte.

Era isso que queria dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como é do conhecimento de V. Ex.^a, a Petrobrás, através de estudo realizado pelo Grupo de Avaliação da Necessidade de Refinaria, determinou ser necessária a construção de uma refinaria no Nordeste até o ano de 1992. O mesmo grupo concluiu serem três Estados os mais indicados à localização da usina. Ceará, Maranhão e Pernambuco. Imediatamente, uma luta encanirçada se desencadeou entre políticos, cada Estado alegando suas razões. Não estamos aqui para discuti-las, mas sim, para extremar nossa estranheza ante a ausência do Estado que, de fato, é o mais adequado à localização da refinaria: O Rio Grande do Norte.

O que nos induz a esta afirmação não é a evidência de ser o Rio Grande do Norte o nosso Estado, pois não pretendemos que a missão parlamentar se limite a fronteiras de Estado, nem mesmo de País, e sabemos que o dever dos que fazem as leis é defender, em primeiro lugar, a pessoa humana com seus direitos, dos direitos, dos mais materiais aos mais espirituais. Enquanto cidadão do mundo, o parlamentar não pode defender interesse regional que fira o de outras partes do globo. Enquanto brasileiro, deve postular os interesses da Nação brasileira como um todo. Comparecemos a este plenário e nos dirigimos a V. Ex.^a sinceramente convicto de que o que vimos aqui defender é de fato o melhor para o Brasil. Fossem outros os dados, seríamos o primeiro a reconhecer.

Sr. Presidente, o que nos induz a este discurso é uma evidência muito mais relevante, uma evidência iniludível que nem sequer demandará que nos prolonguemos muito. Examinemos os fatos:

A construção da refinaria no Nordeste se faz necessária em razão, primeiramente, do surgimento de uma nova área de ocorrência de petróleo de expressivo peso no contexto nacional: a bacia potiguar. Nesta área, é o Rio Grande do Norte o maior produtor, responsável por mais de 2/3 do óleo a ser beneficiado pela futura refinaria. O Rio Grande do Norte é o quarto produtor de petróleo do País, contribuindo com cerca de 70.000 barris por dia. Como se não bastasse este fato quantitativo, outro vem a ele se associar, relativo à qualidade do ouro negro: nas proximidades de Mossoró, alguns poços produzem um tipo de petróleo especial, chamado de "Fazenda Belém", o qual é tecnicamente de base naftônica, ao invés de parafínica. Este petróleo, sem similar no País,

tem elevada viscosidade, com especial qualidade para obtenção de gasolina de alta octanagem e óleos lubrificantes especiais. Esta viscosidade, ao mesmo tempo que traz vantagem química, dificulta o seu transporte, justificando a instalação da refinaria nas proximidades do local onde ele é extraído, ou seja, no Rio Grande do Norte.

A segunda razão para instalação da usina no Nordeste é o crescimento do consumo do petróleo naquela região. Se no aspecto da produção o Rio Grande do Norte ocupa o 1º lugar, no do consumo ele ocupa o 4º precedido que é por Pernambuco, Ceará e Maranhão. No entanto, se não é o primeiro no consumo, é contudo, entre todos, o ponto mais precisamente equidistante em relação aos diversos Estados, pois, caso a refinaria seja instalada nas proximidades de Mossoró, os centros consumidores mais expressivos se situariam num raio de até 600 km de distância, o que não sucederá se a refinaria se localizar em outros pontos que sendo mais extremos dificultarão a distribuição nos Estados da região. Mossoró, além do mais, está interligada às cidades do interior dos diversos Estados nordestinos, através do sistema rodoviário que interliga todos esses centros consumidores. Para completar, Mossoró está próxima à costa, distando apenas 40km do porto de Areia Branca, podendo ser a ele facilmente interligada mediante a instalação de sistemas de oleodutos que poderão ser também utilizados para carga e descarga de navios. Atentando para isto, entre outras coisas, é que, certamente, estudos reservados à Petrobrás indicam Mossoró como local mais adequado.

Importante também na decisão quanto à escolha do local da refinaria são as questões de infra-estrutura, seja energética, hidráulica ou portuária. Aqui as evidências são todas favoráveis, e nenhuma das exigências afasta o Rio Grande do Norte do páreo. Em Guamaré, nas imediações de Macau e Mossoró, a Petrobrás já dispõe de uma infra-estrutura que facilitará a implantação da refinaria, sendo próxima ao escoamento por via marítima. Mossoró, que produz o petróleo, está próxima à costa também, o mesmo sucedendo com o terminal salineiro de Areia Branca. Por sua vez, o porto de Natal está sendo ampliado e re-aparelhado nas suas escavações e instalações, de modo que o "elemento porto" não favorece em termos decisivos os outros Estados, em detrimento do Rio Grande do Norte. Quanto aos recursos energéticos e hidráulicos, igualmente se fazem presentes na região.

No que diz respeito ao aspecto social, os benefícios decorrentes da construção da refinaria atingirão igualmente qualquer um dos Estados que venha a ser escolhido, e, seja qual for o escolhido, os demais também se beneficiarão.

Sr. Presidente, decisões técnicas não são decisões políticas. Regionalismos anacrônicos não contribuirão para a formação de um Brasil apto à virada do tempo. É preciso urgentemente pensar em termos de operacionalidade e enfrentar inequivocamente o fantasma das querelas particularistas. O Rio Grande do Norte pode ser um Estado pequeno e não dos mais expressivos politicamente. No entanto, não são províncias que estão em jogo, mas o Brasil, a Nação brasileira, gente de carne e osso, extenuada de sofrer e necessitada de melhores serviços.

Sr. Presidente, ilustres companheiros de legislatura, já não vivemos nos idos do coronelismo.

quando as decisões eram tomadas contrariando a lógica do próprio desenvolvimento, contanto que não contrariasse os interesses das oligarquias. Um novo tempo se prepara. Ou mudamos ou seremos mudados – é uma constatação. Ou nos tornamos racionais, imparciais e eficientes nas questões de definição técnica, e antepomos às disputas particulares os interesses do desenvolvimento do País, ou, do contrário, não alcançaremos enfrentar e vencer nossos urgentes e prementes desafios. Desenvolvimento é a nossa meta, que tem como objetivo maior o bem-estar social do povo brasileiro.

A implantação desta refinaria no Estado potiguar é algo de revolucionário na sua economia e, consequentemente, no seu contexto social. A vocação mineral deste Estado é fantástica. Do petróleo à cheilita, do sal à barrilha, de mármore, gesso, calcário em abundância, tantalita, columbita, caulim etc.

VIII – O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 17, às 14:30 horas.

Encerra-se a Sessão às 17horas e 55 minutos.)

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloísio Chaves – PFL; Aloísio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Vallie – PL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Atonio Carlos Mendes Thame – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Maia – PDT; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Farabolíni Júnior – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Flávio Palmeira da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy

Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Magalhães – PMDB; Levy Dias – Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – Jayme Santana – PFL; Jessé Freire PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz PDC; Raul Belém – PMDB; Renato – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Salomão – PDT; Maluly Neto – PFL; Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – Calmon – PMDB; João Carlos Manoel Moreira – PMDB; Manoel PFL; Ricardo Izar – PFL; Roberto Bacelar – PMDB; João Castelo – Ribeiro – PMDB; Mário Bouchardet – Balestra – PDC; Roberto Brant – PDS; João Cunha – PMDB; João PMDB: Mattos Leão – PMDB; PMDB; Roberto Campos – PDS; Herrmann Neto – PMDB; João Lobo Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Max Roberto D'Avila – PDT; Ronaldo – PFL; João Machado Rollemburg – Rosenmann – PMDB; Mendes Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar PFL; João Natal – PMDB; João Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – Coelho – PMDB; Rosa Prata – Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Messias Soares – PMDB; PMDB; Rose de Freitas – PMDB; PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Michel Temer – PMDB; Milton Lima Rospide Netto – PMDB; Rubem Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Medina – PFL; Samir Achôa – Jorge Uequed – PMDB; José Nelson Wedekin – PMDB; Nestor PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Camargo – PFL; José Carlos Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – Sarney Filho – PFL; Sérgio Spada – Coutinho – PL; José Carlos Martinez PMDB; Noel de Carvalho – PDT; PMDB; Severo Gomes – PMDB; – PMDB; José Egreja – PTB; José Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – Simão Sessim – PFL; Sólón Borges Elias – PTB; José Elias Murad – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PTB; José Geraldo – PMDB; José Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; PDC; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa Maria Eymael – PDC; José Osmundo Rebouças – PMDB; – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vitor Mendonça Bezerra – PFL; José Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Buaiz – PT; Waldyr Pugliesi – Queiroz – PFL; Juarez Antunes – Almada – PMDB; Paulo Delgado – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Ziza Valadares – PMDB.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 80

SEXTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 86ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 18 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente IV - Pequeno Expediente

UBIRATAN AGUIAR - Apelo da Associação dos Criadores do Ceará, através da Associação Cearense de Criadores de Gado Holandês, no sentido de solução para as dificuldades dos pecuaristas do Estado.

ADHEMAR DE BARROS - Análise de entrevista do Presidente da República à imprensa.

JOSÉ GENÓILO - Manifestação de apoio à luta dos trabalhadores na área da saúde, em Piracicaba, Estado de São Paulo. Comentários sobre pronunciamento do Presidente da República à imprensa.

DEL BOSCO AMARAL - Comunicado ao Líder Mário Covas e à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre desistência do orador do cargo de Vice-Líder do PMDB.

VLADIMIR PALMEIRA - Solidariedade ao Vereador Edson Santana, de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, ante invasão de sua residência. Reparos à entrevista do Presidente da República à imprensa.

OLÍVO DUTRA - Defesa, pelo PT, da imediata ratificação da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho.

TADEU FRANÇA - Critica à atuação da Funai e conveniência da instituição da Confederação dos Índios do Brasil.

EVALDO GONÇALVES - Esclarecimentos recebidos pelo orador do DNOCS a propósito da construção do açude Acauã, no Estado da Paraíba. Necessidade de regularização do curso e de irrigação das margens do rio Paraíba, ante quadro de estiagem na região.

EDMÉ TAVARES - Encontro, em Brasília, de Vereadores de todo o País, com a finalidade de contribuição para o trabalho constituinte. Preocupação dos nordestinos com o problema da "seca verde" e solicitação no sentido da liberação de recursos para atender a obras emergenciais.

GABRIEL GUERREIRO - Comentários a entrevista do Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, ao Correio Braziliense: "PFL acha que Sarney derrota o parlamentarismo".

ADYLSON MOTTA - Eleições diretas para Presidente da República.

LUIZ SALOMÃO - Escalada da violência na região metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Contrariedade do orador à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei do Executivo que liquida os débitos previdenciários dos clubes de futebol e das escolas particulares.

SANDRA CAVALCANTI - Recusa da oradora a elaborar a redação do anteprojeto da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, com base no art. 14, § 4º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

AMAURY MULLER - Dúvidas do orador quanto à probabilidade de assunção do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte,

- Ulysses Guimarães, ao cargo de Primeiro-Ministro do neoparlamentarismo e críticas a sua proposta de programa de salvação nacional.

ANTÔNIO GASPAR - Intenção de elaboração de substitutivos ao substitutivo do Relator da Comissão da Ordem Econômica, ao arrepio do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Necessidade de mobilização do povo brasileiro visando a luta contra interesses prejudiciais ao País.

JOSÉ VIANA - Assassinato de lavrador, em Ji-Paraná, Estado de Rondônia. Validade dos ensinamentos bíblicos relativos a injustiças sociais.

NILSON GIBSON - Elogio à entrevista do Presidente da República à imprensa.

ODACIR SOARES - Gravidade e causas da crise sócio-econômica nacional. Propostas de solução e esperança nas diretrizes de justiça social traçadas pela nova Constituição.

ERVIN BONKOSKI - Outorga do Prêmio Nacional de Ecologia, pela Companhia Vale do Rio Doce, ao Engenheiro Florestal paranaense Luciano Pizzatto, autor do projeto Manejo Ambiental.

LUIZ SOYER - Crescente déficit público, nos planos federal, estadual e municipal, como principal causa do processo inflacionário brasileiro. Apreciação do Plano Bresser.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS - Redução dos gastos públicos ao nível das receitas disponíveis, como coadjuvante dos planos de combate à inflação. Necessidade da promoção, pela classe política, de campanha de esclarecimento da opinião pública a propósito das despesas governamentais.

VILSON SOUZA – Retrospecto da caminhada do PMDB rumo à democracia política, econômica e social e necessidade de reafirmação de seu programa político.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Pedido de esclarecimento á Companhia Siderúrgica Nacional sobre motivos da utilização de carretas turbinadas, em vez de transporte ferroviário, na condução de carvão coque do porto de Sepetiba à usina de Volta Redonda.

GONZAGA PATRIOTA – Telegrama em que o Sr. José Sales, Presidente do Sindicato dos Bancários de Garanhuns, Estado de Pernambuco, manifesta dúvidas da classe trabalhadora quanto ao êxito do novo Plano Cruzado.

VASCO ALVES – Falsa alegação de inviabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins com vistas à defesa da construção da Ferrovia Norte-Sul. Impossibilidade legal de participação da Portobrás em projeto ferroviário como colista da Valec – Engenharia e Construção Ltda., e da RFFSA – Rede Ferroviária Federal SA. Solicitação ao Presidente da República no sentido da exoneração do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares.

OSVALDO SOBRINHO – Solidariedade a remanescentes do cargo de Tesoureiro do Ministério da Fazenda não aproveitados em cargos de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional.

PAULO RAMOS – Punições sofridas pelo Coronel-Aviador José Agostinho Maciel e pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Wanterlô Teixeira Pontes.

ADEMIR ANDRADE – Telex enviado pelo orador ao Governador Hélio Gueiros, do Estado do Pará, a propósito de violências que culminaram com o assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles.

MAURÍCIO CAMPOS – Descrédito popular com relação ao Governo e as instituições políticas e alienação do Parlamento ante os problemas nacionais como causas da gravidade do momento que o País atravessa.

JORGE ARBAGE – I Congresso Brasileiro de Taquigrafos.

FRANCISCO AMARAL – Aplauso à atuação do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho.

V – Comunicações das Lideranças

MAURO BORGES (Como Líder) – Construção, a expensas de empresa alemã, da Ferrovia Norte-Sul. Conveniência da distribuição dos recursos que seriam destinados à estrada de ferro aos setores agrícola, pecuário e de irrigação, no Centro-Oeste.

MOZARILDO CAVALCANTI (Como Líder) – Individualidade de expressivos líderes políticos nacionais.

ATILA LIRA (Como Líder) – Continuação da incidência das instituições de previdência privada no sistema previdenciário nacional. Apresentação informal de relatórios da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

ROBERTO JEFFERSON (Como Líder) – Descompasso entre o custo da cesta básica de alimentos e o valor do salário mínimo.

AÉCIO DE BORBA – Consequências maléficas do Plano Cruzado III

LUIZ SALOMÃO (Explicação pessoal) – Publicação, na "Executive Intelligence Review", de matéria difamatória envolvendo o Constituinte Amaral Neto.

JOSÉ GENOINO (Como Líder) – Constituição de bloco conservador e reacionário, na Assembléa Nacional Constituinte, para defender posições do Governo Sarney.

AMAURY MULLER (Como Líder) – Entrevista coletiva concedida à imprensa pelo Presidente José Sarney.

ISMAEL WANDERLEY – Questão de ordem sobre cerceamento à apresentação de emendas, na Comissão de Sistematização, por

Constituintes que dela não participem como membros efetivos.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ismael Wanderley.

VI – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

AMARAL NETTO – Publicação, em revista estrangeira, de matéria difamatória envolvendo o orador.

LUIZ SALOMÃO (Explicação pessoal) – Publicação, na "Executive Intelligence Review", de matéria difamatória envolvendo o Constituinte Amaral Neto. Conceitos emitidos em depoimentos do Sr. Carlos Lacerda sobre o Sr. Amaral Netto.

AMARAL NETTO (Explicação pessoal) – Conceitos emitidos pelo Sr. Carlos Lacerda, em suas memórias publicadas na revista "Manchete", a respeito do orador. Posicionamento em defesa da pena de morte.

VILMA MAIA – Avanços sociais consagrados pela Comissão da Ordem Social.

LEZIO SATHLER – Regozijo pelo 452º aniversário do Estado do Espírito Santo.

VII – Encerramento

Discurso pronunciado pelo Constituinte José Camargo na sessão de 12-6-87: Prejuízos da provável permissão do Governo de concorrência de empresas nacionais à Varig em vôos internacionais.

2 – MESA

– Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÕES

– Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 86ª Sessão, em 18 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;
Mário Mala, Segundo-Secretário;

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arames – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aluízio Cam-

pos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antera de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Maria – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB;

Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Molde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL;

Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso **Ilegível** PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Cana-brava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denízar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valerem – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheiti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Herpes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiwa – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Natal – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; Jose Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Massa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Neiton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canado – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Wemeck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio – Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Theo-Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgíldasio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélia – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 273 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretario procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se á leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage)

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente:

Tem a palavra o Sr. Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB)

CE Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos sistematicamente trazido à tribuna desta Casa as apreensões, os sofrimentos e as preocupações da comunidade brasileira, neste momento, da mais séria crise econômica em que a Nação brasileira já se viu mergulhada.

Hoje tomamos público o apelo dramático que nos foi endereçado pela Associação dos Criadores do Ceará e através da Associação Cearense de Criadores de Gado Holandês, quando discorrem sobre as sérias dificuldades que vêm atravessando os pecuaristas cearenses, em função dos efeitos danosos de mais uma estiagem que se abate sobre o Nordeste brasileiro.

Reclamam os criadores de minha terra de uma ação vigorosa e urgente por parte da Comissão de Financiamento da Produção-CFP – na liberação imediata da soja em grãos dos seus estoques, armazenados no Município de Barreiras, na Bahia, de forma a ensejar o atendimento das necessidades protéicas dos rebanhos bovinos, suínos e avícolas de nosso Estado.

Nas considerações que nos apresentam em seu relato, mostram as entidades de classe pecuaristas do Ceará, de forma inequívoca, sua apreensão no atravessar dos próximos sete meses do ano, sem pasto, sem ração a preços que possam viabilizar a manutenção do plantel, num quadro que se agrava a cada dia que passa, com o desaparecimento, pelo consumo, do reduzido pasto nativo que surgiu em decorrência do curto período de chuvas ocorrido.

Dante deste quadro de dificuldades, sugerem os criadores cearenses, que a Comissão de Financiamento da Produção desenvolva no Estado uma operação especial, em que a soja seja entregue aos usineiros para beneficiamento e o farelo proveniente da industrialização vendido aos produtores em condições especiais de financiamento. Com essa medida estaria o Governo federal evitando o desemprego nas usinas de beneficiamento do algodão, que, lamentavelmente, encontram-se ociosas, em decorrência da frustração total da safra ocasionada pela seca e pelo surgimento do bicho que aniquilou o principal produto da frágil economia do Estado.

Na exposição que nos foi encaminhada mostram os dirigentes das entidades de classe citadas da necessidade da adoção de providências imediatas em relação à política do milho. Afirmam no documento, a estranheza das práticas hoje executadas pelo Governo federal através de seus órgãos específicos, quando estabelecem o preço mínimo do milho para o produtor à razão de Cz\$ 122,00 (cento e vinte e dois cruzados) a saca de 60 quilos, enquanto o mesmo produto é vendido ao pecuarista ao preço de Cz\$ 189,00 (cento e oitenta e nove cruzados). Desta forma o que se pode observar é o Governo, através da Comissão de Financiamento da Produção-CFP, operando com o produtor a preço baixo, ao mesmo tempo em que comercializa com o pecuarista a preço elevado, vez que o Governo, ao comprar o milho por Cz\$ 122,00 (cento e vinte e dois cruzados) e ao vendê-lo por Cz\$ 189,00 (cento e oitenta e nove cruzados), obtém uma margem de lucro superior a 50% (cinquenta por cento).

Esperamos, portanto, seja o Ministério da Agricultura, através dos órgãos que lhe são vinculados, sensível ao justo reclamo dos pecuaristas cearenses, providenciando com celeridade as medidas reclamadas, evitando desta forma que se abata sobre o Ceará mais um rude golpe com a dizimação do rebanho ainda existente.

Estamos na oportunidade, encaminhando cópias desse documento a que aludimos, à consideração do Exmº, Sr. Ministro da Agricultura, ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção-CFP, e aos companheiros parlamentares, designados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá proceder a estudos e análises, colher depoimentos e informações sobre as providências governamentais e suas repercussões em relação a esse fenômeno climático que periodicamente atinge a região nordestina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Publica a imprensa brasileira, hoje, a entrevista de Sua Excelência, o Presidente José Sarney, realizada ontem na sede do Poder Executivo. Pela dimensão dos assuntos tratados e pela forma como foram tratados, é evidente que merece dessa tribuna, não apenas de nossa parte, mas de parte certamente do corpo Constituinte, dessa Assembléia Nacional, uma análise cuidadosa. Apenas de uma forma preliminar – pois creio que teremos que retomar a esse tema em outras oportunidades – alguns ponto principais devem ser pinçados e destacados.

Sua Excelência considera, por exemplo, que o assunto da duração de seu mandato já é assunto resolvido. Diz o Presidente José Sarney que, aprovado em três Comissões, está definido o mandato de cinco anos. O único comentário que nos cabe, muito simples, é perguntar a Sua Excelência, como ex-Parlamentar que é: será que não sabe que a palavra final ainda cabe a este Plenário? E que neste Plenário não fala nenhum dos Relatores das Comissões Temáticas, fala, realmente, apenas e tão-somente, o Plenário? E que este Plenário não vai ser intérprete nem de uma Comissão, nem de uma Subcomissão, mas realmente do pensamento da Maioria? Absolutamente não se trata de um assunto resolvido, continua sendo um assunto pendente. Porque aqui dentro encontramos, inclusive no Partido majoritário nesta Casa, fortes tendências de grupos que, como nós, pensam que o ideal seria um mandato de quatro anos, quando, na realidade, o problema básico não é sequer este; o problema básico é saber quando a Assembléia Nacional Constituinte fixará nas suas disposições transitórias a data das eleições presidenciais.

Austeridade. Austeridade não se proclama, austeridade se faz. Austeridade se faz na exata medida em que todos os programas de governo merecem clara prioridade.

Quando esse Governo adia investimento no campo social, da educação, da saúde e da habitação, da garantia do pleno emprego e opta por grandes obras, que vão beneficiar grandes empreiteiras, tenho certeza de que esse Governo não pode falar em austeridade, de forma alguma.

A carga tributária – este é um tema que tem sido discutido e colocado pelo Presidente José Sarney inúmeras vezes, principalmente pela presença constante de Prefeitos, Governadores e Vereadores, aqui, na Capital Federal, na busca de recursos para os seus Estados. Então, na realidade, o problema não é discutir a carga tributária, é dividir realmente o bolo de recursos arrecadados do povo brasileiro e distribuí-los melhor.

Entendo que o relatório concluído pela Comissão do Sistema Tributário caminha na direção de uma Federação forte, de um municipalismo recuperado. Talvez se possa colocar a política tributária, em termos do que a Nação precise, e não como gostaria de ter Sua Excelência, o Senhor Presidente José Sarney.

Insiste Sua Excelência no pacto social. Pacto social é sinônimo de credibilidade, pacto social é sinônimo de confiança.

Como pode um homem que as pesquisas de opinião pública apontam como rejeitado por 80% dos votos consultados em São Paulo, no Rio de Janeiro e nas grandes capitais e o Governo profundamente desgastado falar em pacto social? Sua Excelência não merece a credibilidade e a confiança dos brasileiros, pelo menos da maioria dos brasileiros. Tema que é necessário voltar pela forma como foi abordado, pela forma simplista. Diz Sua Excelência, que a segunda companhia da Alemanha Ocidental se propõe a construir a Ferrovia Norte-Sul, e tudo por conta dela. Trata-se da Deconsult – Deutsche Eisenbahn Consulting GMBH – uma companhia de consultoria, como existem em quaisquer grandes centros mundiais. Manda ao Governo brasileiro uma consulta, isto é, quer saber se o Governo entregaria a um determinado grupo a construção da ferrovia, concedendo-lhe a sua exploração por 30 anos. É evidente que não é apenas uma empresa consultora. Atrás dela há grandes bancos, grandes grupos industriais, grandes projetos de loteamento, a exploração efetiva da terra onde essa ferrovia vai-se colocar.

Entendo que a seriedade que cabe ao Poder Executivo não permite que um programa dessa seriedade seja colocado de forma tão leviana. E pelo que cabe ao Presidente José Sarney, tratar desse assunto com mais seriedade, e quando vier perante a opinião pública, trazer realmente fatos e propostas concretas.

"... não temos nenhum preconceito conta o Fundo. Agora nós temos, realmente, uma divergência profunda com o Fundo Monetário..." Declaração do Presidente. Em outro item, a entrevista de sua Excelência, o Presidente José Sarney fala no Plano Bresser. Exatamente o que propõe o Plano Bresser, que se encontra em execução? Arrocho salarial, e arrocho salarial é uma recomendação do Fundo.

Então o Governo executa, na sua receita de combate à inflação, normas do Fundo Monetário. Esse item da entrevista do Presidente é de um profundo cinismo. Como temos uma divergência com o Fundo se seguimos a receita do Fundo? E acrescenta, para dourar a pílula, que "vamos terminar julho com uma inflação de 3 a 4%"!

Entendo que isso não merece sequer qualquer comentário, porque ignoram os 15 dias iniciais do mês, onde a inflação já supera a casa dos 10 a 15%. Essa inflação do mês de junho é totalmente ignorada no discurso da recuperação do salário dos trabalhadores; aplica-se o arrocho salarial como recomenda o Fundo.

Nos pontos seguintes aponta o Brasil como uma Federação que deve ter um Executivo forte, e recomenda um Executivo forte ao lado de um Poder Legislativo, igualmente forte.

Entendo que essas decisões cabem a esta Casa dizer. Se a forma de Governo futura será Parlamentarismo ou Presidencialismo, mesmo optando pelo Presidencialismo, como é o nosso caso, entendo que qualquer definição desta Casa terá que ser certamente submetida, meu caro Presidente Jorge Arbage, hoje, no exercício da Presidência, ser submetida ao referendo popular, para que a última palavra não seja sequer do corpo Constituinte, seja realmente do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT. – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, quero solicitar a V. Ex.^a a transcrição de uma manifestação de apoio à luta dos trabalhadores da área da Saúde de Piracicaba, contra as arbitrariedades das empresas privadas, contra as punições em relação à última greve desses trabalhadores e apoio à pauta de reivindicações dos médicos de Piracicaba.

A parte principal de minha fala neste pinga-fogo, Sr. Presidente, é também, como fez o nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho, um comentário sobre a fala do Senhor Presidente da República, uma entrevista feita na forma de discurso. Não sei se era entrevista ou discurso – ora estávamos diante da entrevista, ora estávamos diante do discurso. E a fala presidencial foi reveladora de um conjunto de posições que queremos denunciar e a respeito das quais fixar aqui nossa crítica.

Em primeiro lugar, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, José Sarney, fala que o seu mandato já está fixado em cinco anos, diz que é uma questão resolvida. Mas, contrariamente, sobre o regime de Governo, Sua Excelência, que é contra o Parlamentarismo, diz que não está resolvido. Está resolvido quando interessa ao Governo, não está resolvido quando não interessa ao Governo. É um absurdo o Senhor Presidente da República usar essas palavras para se pronunciar sobre a duração de seu mandato como uma questão resolvida. Falou muito bem o nobre Constituinte do PDT. Questão resolvida é quando o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte deliberar soberanamente sobre isso, não como quer o Senhor José Sarney, através da formação de um grupo de apoio aos cinco anos, aqui, regado a cargo público e verba pública. Aí esse Governo é hipócrita e fariseu em vir aqui falar em austeridade. O Governo Sarney vir falar em austeridade e essa altura da situação econômica do País só pode ser ridicularizado, como fazemos aqui nesta tribuna.

Sobre a questão da economia brasileira, aí a questão é mais séria, Sr. Presidente. Da fala presidencial ficou a seguinte dúvida: se o assessor do Presidente da República é o Sr. Roberto Campos, o Sr. Afif Domingos ou o Sr. Delfim Netto, ou se a assessoria do Sr. Roberto Campos, do Sr. Delfim Netto ou do Sr. Afif Domingos é o Presidente da República; porque lendo a entrevista vamos encontrar palavras textuais que esse grupo da Comissão da Ordem Econômica usou para bombardear a reserva de mercado e abrir as portas ao capital estrangeiro, na conceituação do que é empresa nacional. Pensamento idêntico, não sei quem assessorou quem, se foi o Senhor José Sarney quem assessorou esses senhores ou vice-versa.

É preocupante a posição do Senhor Presidente da República em relação à reserva de mercado. Pergunto a Sua Excelência: essa questão está resolvida na Assembléia Nacional Constituinte? Certamente o Senhor José Sarney vai mexer os seus pauzinhos do fisiologismo e do conservadorismo para reprovar na Constituinte essa lei de reserva de mercado, porque não é coisa tão importante;

mas mesmo essa que está aí o Senhor Presidente da República foi claro que é contra, essa lei de reserva de mercado, porque ela já cumpriu o seu papel.

Sobre a questão da dívida externa, Sr. Presidente, é preocupante também, porque o tratamento dado à dívida externa não foi no sentido de manter aquela demagogia de antes da Nova República, de dizer que a dívida não pode ser paga com o sangue do povo, de dizer que não pode ser paga com o sofrimento do povo; aí foi diferente, a coisa avançou mais, a demagogia cedeu lugar a um momento de sinceridade dos ocupantes do Palácio do Planalto, quando abriram a possibilidade de tratar a dívida externa a favor das posições dos credores internacionais, principalmente levantando, insinuando a possibilidade de os credores aplicarem parte do capital da dívida externa em capital de risco no Brasil.

Isso é preocupante, essa questão é séria!

E, Sr. Presidente, sobre a questão do gatilho, o Presidente Sarney hoje está aplicando uma política de arrocho salarial e ainda vem fazer demagogia em relação ao "Cruzado I".

Falar hoje em "Cruzado I" para levantar a opinião pública favorável ao Governo é até objeto de piada, e defender o gatilho como uma maneira de preservar os salários, aí eu acho que é duro para o trabalhador brasileiro aceitar esse argumento, quando sabemos que o "Plano Bresser" tem um ponto central, que é baixar a inflação à custa de um dos maiores arrochos salariais da História deste País. Essa é que é a verdade, porque esse congelamento de 90 dias é pura demagogia. Agora o arrocho salarial virá e mais uma vez os assalariados brasileiros vão pagar por uma inflação pela qual eles não são responsáveis. Os responsáveis são os banqueiros, são os especuladores, são os credores internacionais que têm os seus interesses protegidos. E os assalariados, os servidores públicos, os metalúrgicos, os trabalhadores em geral vão ter um confisco salarial como raras vezes visto na História do Brasil.

E o Presidente da República vem de público defender o fim do gatilho e essa política de arrocho salarial.

Finalmente, Sr. Presidente, foi uma entrevista medíocre para um Governo mediocre, que insiste em manter a posição a favor de cinco anos, quando a atitude mais digna deste Governo, no final de carreira, seria administrar este País até o final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para que, a partir daí, nós marcássemos eleições diretas para Presidente da República, para enfrentar essa profunda crise que o Governo Sarney, pelos seus interesses, pelo seu caráter econômico – não estou falando do caráter pessoal – pelo conjunto dos interesses que formam este Governo é incapaz de enfrentar essa crise do ponto de vista dos interesses do povo brasileiro e da Nação brasileira.

Estamos diante de uma situação de arrocho, de entreguismo e de autoritarismo chefiada pelo Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOINO EM SEU DISCURSO:

Senhor Presidente, Senhores Constituintes:

SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DE PIRACICABA

Os trabalhadores brasileiros vivem hoje um de seus piores momentos. A chamada "Nova República" desenvolve uma política totalmente voltada para os interesses patronais – Submissão aos latifundiários aos banqueiros, às empreiteiras, aos especuladores, ao FMI... A recessão cresce e aumenta ainda mais a miséria em que vivem os que vivem de sua força de trabalho. A Constituinte só serve para legitimar os interesses mais conservadores e retrôgrados. O chamado Plano Bresser cristaliza o arrocho salarial, e aumenta a insatisfação popular.

Neste quadro, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Piracicaba vem desenvolvendo esforços no sentido de organizar os trabalhadores de sua base, aliás, prática comum de um sindicato combativo.

Para adotar esta prática combativa e independente, únicamente compromissada com a categoria o Sindicato da Saúde vem sofrendo todo tipo de pressão por parte dos patrões e setores conservadores da cidade. Através de uma estratégia orquestrada e antidemocrática, estes setores visam destruir o sindicato. E, sabendo que a categoria tem dado total apoio à sua direção, os empresários se utilizam de artimanhas jurídicas para tentar sufocar financeiramente a entidade.

Só para citar um exemplo, lembrei o que faz a Santa Casa de Misericórdia: após recolher o imposto sindical (como sempre foi feito, conforme determina a lei), depositou este dinheiro "em juízo". Alega a direção da Santa Casa não saber para onde enviá-lo. Se para o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de Piracicaba ou à Federação dos Empregados em Turismo... será verdade que a Santa Casa acredita que um hospital é local de lazer ou turismo?

Isto não é tudo, muitas outras medidas vêm sendo tomadas pelas direções dos hospitais. A mesma Santa Casa, no movimento desenvolvido pela categoria pelo pagamento do "gatilho" de março, demitiu sem qualquer justificativa plausível 3 (três) funcionários. Agora, mais 9 (nove) trabalhadores foram dispensados (inclusive causando sérios danos à população visto que a seção de raio X chegou a ser paralisada por falta de funcionários) tudo com o objetivo de acabar com o sindicato, impedindo-o de continuar garantindo a defesa dos interesses dos trabalhadores, salários dignos, pagamento dos "gatilhos", boas condições de trabalho, liberdade e autonomia sindical, estabilidade no emprego etc...

Este exemplo, temos certeza, não é de interesse dos trabalhadores da saúde. Primeiro, porque tais medidas geram intransquilidade na categoria, podendo até vir a prejudicar o atendimento à população. Segundo, porque o que se faz com o Sindicato da Saúde, se não houver resistência, denúncia e mobilização, amanhã poderá se repetir em qualquer outro sindicato combativo. Intransigente e autoritária, a direção da Santa Casa (e de outros hospitais) age como o governo nos piores tempos da ditadura militar. É lamentável que atitudes ainda aconteçam, principalmente quando se fala tanto em democracia os patrões demonstram não admitir a liberdade de organização dos trabalhadores. E, ao invés de se preocuparem em melhorar o atendimento à população, gastam seu tempo tentando se vingar de seus funcionários e de sua entidade representativa – o sindicato.

De nossa parte, informamos aos trabalhadores de Piracicaba e aos trabalhadores em geral que

não nos calaremos diante destas verdadeiras barbaridades. Fazemos questão que o povo saiba como são mesquinhos os ataques de que são vítimas sindicato e categoria. Tentam sufocar o Sindicato da Saúde de Piracicaba (até financeiramente) porque sabem de seu compromisso com os trabalhadores. Tentam isolá-lo porque sabem que os trabalhadores desejam o bem-estar da população (diferentemente deles que só almejam lucros). Tentam eliminá-lo porque sabem que sua luta é a mesma de todos os trabalhadores: uma sociedade justa igualitária, democrática e socialista.

Não desistiremos. Iremos até o final porque temos certeza do apoio popular, porque estamos cientes, todos, da justez da luta dos companheiros trabalhadores da saúde de Piracicaba.

Finalmente denunciamos as tentativas, de pressões feitas pela Polícia Federal que reabriu processo já arquivado, vem chamando para depor o presidente do sindicato, companheiro Paulo Richieri.

Pelo pagamento de todos os gatilhos!

Pela readmissão de todos os demitidos!

Cumprimento imediato do dissídio coletivo!

Imediato repasse das verbas que pertencem ao sindicato!

Contra qualquer retaliação contra o Sindicato da Saúde!

Pela liberdade e autonomia sindical!

Contra a dívida externa!

Por eleições imediatas para presidente!

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O SR. DEL BOSCO MARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

COMUNICADO AO LÍDER MÁRIO COVAS E À MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Pelo presente, faço saber que entrego o cargo de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, para o qual fui indicado pela Bancada do Estado de São Paulo, tendo sido meu nome acolhido pelo Líder Mário Covas.

Quando lutei, energicamente, pela eleição do Líder de dimensão nacional, a exemplo de Mário Covas, fixava-me no propósito de ver à testa dos deveres partidários na Constituinte, um articulador hábil, que administrasse, imparcialmente, os inevitáveis conflitos.

Sabia que a missão encontraria obstáculos quase intransponíveis, em face das diferenças ideológicas que marcam a composição da Bancada do PMDB.

Hoje, sinto que a Constituinte desejada por muitos como exclusiva e soberana poderá transformar-se em mero instrumento político de pessoas e grupos, com sérios prejuízos para a qualidade do texto constitucional.

Desejo total liberdade de ação para o meu trabalho na Constituinte e aponto como inconveniente qualquer tentativa de condução do pensamento dos Constituintes nesta fase vestibular do Grande Plenário.

Saliento que participei ativamente dos trabalhos da Liderança, atendi a todas as convocações do Líder, exceção feita aos últimos

15 dias quando pedi um afastamento para amadurecer a decisão hoje comunicada.

Agradeço ao Líder Mário Covas as atenções recebidas e aos companheiros de Bancada a colaboração sempre presente.

Juntos, pelo voto soberano em plenário, chegaremos à feitura de uma Constituição que atenda os anseios maiores do povo brasileiro.

Brasília, 18 de junho de 1987. – Constituinte **Del Bosco Amaral**, Deputado Federal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se aperceberam alguns que as decisões não são as das Subcomissões, das Comissões Temáticas ou sequer da Comissão de Sistematização. Existe, e o político é o useiro e vezeiro em não se aperceber disso, uma chamada maioria silenciosa, mas não omissa, que não aceita condenações violentas, venham elas da esquerda ou da direita. Não é aos gritos, não é, justamente, com pressões descabidas, não é com artifícios e com truques regimentais que se levará qualquer Constituinte, no grande momento plenário das decisões, do voto, do projeto constituinte, das emendas e dos destaques, não será dessa forma que se conduzirá este Plenário para uma decisão contrária aos interesses do povo brasileiro.

Deixar a Vice-Liderança do Líder Mário Covas não diminui o Líder e nem me diminui. Simplesmente, tenho a impressão e a nítida convicção que os vários grupos de esquerda e de direita, grupos que muitas vezes servem interesses, interesses reivindicatórios legítimos de segmentos da população que estão transformando a Constituinte em um palco de conflitos e menos num palco de entendimentos.

Quero ficar livre, quero ficar à vontade para soberanamente, dentro dos princípios de minha consciência, nos 24 anos de vida pública, principalmente nos últimos anos de luta contra o arbítrio, votar de conformidade, com a minha consciência num momento decisivo. É desta forma que faço esta comunicação, sempre dentro dos programas do meu Partido o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vladimir Palmeira.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria, de acordo com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, de denunciar a invasão da casa do nosso vereador Edson Santana, em Volta Redonda.

À medida em que a Nova República vai envelhecendo, em que se assassinam mais camponeses, se assassinam ex-deputados, se assassinam lutadores, a atuação da direita vai ficando mais problemática e mais rigorosa contra os trabalhadores.

A solidariedade ao nosso Vereador não pode ser verbal, nós queríamos providências do Governo, porque há uma onda crescente de violência neste País, da direita, sem dúvida, visando também às repercussões na Assembléia Nacional Constituinte.

Se peço isso ao governo, peço até desde o início desesperançado depois da entrevista dada, ontem, pelo Sr. Presidente da República.

O Presidente descobriu um país curioso. Nós podemos deduzir de sua entrevista que no Brasil os impostos cobrados são poucos, o que é uma grande revelação para quem, a cada mês, desconta seus impostos na folha e para todo aquele que vive da atividade produtiva e tem que pagar a ineficiência da máquina governamental.

Nesse País, o Governo não tem responsabilidade pelo déficit público. É uma outra coisa extraordinária que nós podemos tirar da nota econômica do Presidente Sarney e de sua equipe. Em nenhum País do mundo até hoje havia outro responsável pelo déficit público que não o Governo e nós descobrimos ontem que no Brasil, que é um País à parte, realmente o Governo não tem a menor responsabilidade pelo déficit público.

Finalmente, disse o Presidente que os empresários não têm nada, o que é outra coisa extraordinária. Os empresários não têm nada porque perguntaram ao Presidente sobre a frase que ele disse, que os empresários não teriam cultura. Ele disse em resposta: primeiro, nós temos que saber o conceito de cultura. Eu acho que cultura é tudo. Portanto, se os empresários não têm cultura, na verdade não têm rigorosamente nada. Em vez de responder objetivamente a cada pergunta que a gente pega do Presidente e a cada resposta vai ver que o Presidente diz o que quiser e ao mesmo tempo que diz que os empresários, coitados, não têm nada.

Ele afirma, também, que num País onde teoricamente os preços e os salários não estão congelados, o trabalhador vai ter um ganho real de doze por cento só no mês de julho. E que a partir daí vai subir ainda mais o ganho real dele. É outra triste realidade a brincadeira do Presidente da República ao afirmar que com o ganho real de 12%, que vai subindo, ou seja em agosto nós vamos ter 14%, 15%. Realmente, o Presidente Sarney merecia o Prêmio Nobel da Economia, ele e seus assessores, porque em nenhum País do mundo se faz uma coisa semelhante.

O Presidente não sabe o que dizer. Perguntado sobre os 34% da perda salarial que os trabalhadores tiveram esse ano e a pergunta sobre a reposição, ele declarou que em primeiro lugar os números dele não conferem com os dados pelos jornalistas, e depois disse que ia fazer o maior esforço para aumentar os salários. Mas não respondeu nada, sobre os salários que os trabalhadores já tiveram nesse mês. Um Presidente ensandecido que responde a uma pergunta sobre o Nordeste, dizendo que as legítimas queixas do povo do Nordeste transformam-se na sua boca em puro ressentimento. O povo do Nordeste não tem ressentimento, o povo do Nordeste quer justiça que é uma coisa que lhe foi tirada há muito tempo. Depois ele diz uma coisa inédita, Sr. Presidente. Eu chamaría a sua atenção para os problemas do Governo Federal, S. Ex.^a diz o seguinte:

"O novo Plano Cruzado está baseado em nossas experiências e em nossos erros."

É um Presidente da República que baseia o novo plano econômico nos erros anteriores. É outro fato inédito da Economia. Como se baseia um plano econômico nos erros que esse próprio Governo já combateu?

Finalmente, o Presidente citou a Espanha. Não podia deixar de ser, a Espanha está na moda: pacto social, transição. A Espanha está em plena forma. E o Presidente tentou fazer alguma ligação

entre a Espanha e o Brasil, insinuando inclusive que fez uma tentativa de pacto social, quando nós sabemos, na verdade, que o Cruzado II, foi tirado sem nenhuma consulta à população, que a política econômica do Governo, não passa sequer pelo Congresso. Sabemos que no ano passado o Governo recusou-se a receber a CUT mais de uma vez durante meses. Então não há nada semelhante em matéria de pacto social.

Curioso. Eu disse: mas que diabo o Presidente Sarney pode ter visto de semelhante entre nós e a Espanha? O que é que falta no Brasil que tem na Espanha? E cheguei à conclusão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que é um rei. O Presidente Sarney está vendo que no processo brasileiro falta um rei. E agora, depois da Nova República, vamos ter um Império Novo, com o Dom Sarney entrando para a história como o primeiro e único.

Depois das promessas da Nova República e agora do anúncio do Novo Império, ou do Império Novo, que se revigora sem que o Deputado Cunha Bueno pudesse sequer imaginar como estava próximo, o Presidente disse na sua entrevista:

"Dos militares só tenho recebido muito apoio e compreensão."

Pudera, Sr. Presidente, sua Excelência não pode receber a compreensão do povo brasileiro, que protesta conosco da Oposição e avisa ao Presidente que ou o País ganha rumo ou o povo vai começar a mostrar a sua insatisfação por formas menos corteses e menos imperiais.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O movimento sindical brasileiro há muito tempo se bate pela sua liberdade pela sua autonomia. Pelos menos ponderáveis forças dentro do movimento sindical têm-se oposto na prática à camisa-de-força da legislação sindical vigente no País, consagrada no Título V, da CLT, que trata da organização sindical, é uma cópia quase que literal da Carta del Lavoro, de Mussolini. É preciso lembrar um pouco da História, porque o Brasil, junto com outros países, em 1945, ajudou a derrotar o nazi-fascismo, fez parte das forças aliadas, que derrubaram estes regimes. É preciso dizer, no entanto, que se ajudamos a derrotar o fascismo e o nazismo lá fora das nossas fronteiras, na verdade, o fascismo continuou e continua ainda presente na legislação sindical brasileira.

O Título V da CLT, que trata da legislação sindical, não foi revogado. As entidades sindicais brasileiras, por esta legislação, são consideradas órgãos de colaboração com o poder público, o que significa que não são os trabalhadores, reunidos pelas suas entidades nas suas assembleias, que definem os estatutos das suas entidades, que decidem sobre as eleições dos seus representantes, que definem a forma de negociação entre os trabalhadores e patrões e a negociação entre os trabalhadores e o próprio Estado.

É o Estado, que não é dos trabalhadores, que define essa relação, é ele que impõe a forma dos trabalhadores se organizarem através dos estatutos padrões; é o Estado que define, inclusive, as

finanças dos sindicatos através da contribuição sindical, outrora com o nome certo de "Imposto Sindical", e depois do golpe de 1964 com o nome de "Contribuição Sindical", mas com o mesmo caráter de compulsoriedade.

Não são os trabalhadores que decidem, nas suas assembleias, a forma de sustentação econômico-financeira dos sindicatos. O peleguismo no movimento sindical é alimentado pela contribuição sindical, pelos favorecimentos em razão desta contribuição sindical, que o Estado lhes fornece.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, vimos a esta tribuna afirmar que o Partido dos Trabalhadores defende a imediata ratificação da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho, um organismo da ONU. Os trabalhadores do campo e da cidade somos os mais preocupados e interessados na democracia e na liberdade; e a democracia e a liberdade, é um processo constante de conquistas a nível local, regional, nacional e internacional. A Convenção nº 87, na verdade, assegura as conquistas que trabalhadores de diferentes nações já asseguraram para si, em várias partes do mundo.

Desde 1949 a Convenção nº 87 tramita neste Congresso, sem no entanto ter sido ainda ratificada.

Nesses dias, conforme já havia sido dito pelo Senado, onde a Convenção está para ser ratificada, que este ato legislativo se daria. No entanto, tivemos informação hoje que mais uma vez está sendo protelada a ratificação da Convenção nº 87. Que forças estão por trás desta protelação? Aquelas forças que têm, na verdade, se nutrido, se cevado do peleguismo do imposto sindical, da convivência com as ditaduras, com os regimes de força, contra os interesses dos trabalhadores, das organizações de base, contra a organização democrática dos trabalhadores por local de trabalho.

Sr. Presidente, queremos deixar aqui registrado que os trabalhadores, ponderáveis forças e talvez majoritárias forças do movimento sindical, querem ter o direito de livre e autonomamente decidir os destinos das suas entidades, definir que tipo de entidade querem, junto com elas, o direito legítimo da greve, assegurado na Constituição.

Aqueles que são contra a ratificação da Convenção nº 87 são os que conviveram muito bem no tempo da ditadura, que também não precisava de nenhuma outra lei, porque tinha a lei fascista, colocando nas mãos do Estado a direção do sindicato.

Hoje, temos uma grande central sindical neste País: é o próprio Ministério do Trabalho. Não é a CUT, nem a CGT ou qualquer outra central: é o próprio Ministério do Trabalho. E o Ministro não é reeleito. As regras ditadas por S. Ex.^a são baseadas na legislação fascista.

É hora, portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de exigirmos a imediata ratificação da Convenção nº 87. Setenta e um países já a ratificaram, entre eles a própria União Soviética, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, a Espanha, Portugal, Argentina e o Uruguai.

É hora, portanto, de rompermos as amarras do fascismo, que quer urna camisa-de-força sobre o movimento sindical brasileiro. Se não ratificamos em breve a Convenção, os trabalhadores, pela sua ação, pela sua mobilização e organização, hão de romper com a estrutura getuliana fascista, essa estrutura sindical que nos amarra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Tadeu França.

O SR. CONSTITUINTE TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Principalmente agora depois que tantas entidades a nível nacional, entre as quais a representação dos índios do Brasil, aqui estiveram presentes, é que mais grave se configura a denúncia formulada por um índio Guarani, segundo a qual, servidores ligados à Funai estariam ensinando aos krahôs o cultivo da maconha e que na aldeia de Peixupé o plantio da erva já estaria ocupando extensas áreas.

Segundo a afirmativa feita, a vida do índio na cidade goiana de Itacajá havia ficado triste, assegurava-nos o indígena. Em toda a parte índios caídos, brigando entre si, doentes, bêbados ou maconhados. Perante este quadro nós temos que lembrar que a Funai, em inúmeros pontos do Brasil tem-se colocado em termos de desrespeito à causa indígena.

No Paraná, estado de onde sou originário, a Funai tem, historicamente, absorvido a cumplicidade de todos os atentados contra as terras dos índios Kaigang – até hoje estão pendentes de decisão judicial.

É por esta razão que a hora urge em termos de que os índios é quem devem reger os seus próprios destinos através de uma autêntica Confederação dos índios do Brasil.

Os silvícolas estão cansados de ouvir a verdade civilizada de que os brancos é quem sabem o que é melhor para os índios.

Em Brasília, a exemplo dos xavantes e terenás que estão organizados, é preciso que haja, sem qualquer delonga, a instituição da Confederação dos Índios do Brasil, para que eles mesmos venham a escolher os seus dirigentes, a fim de que, desta forma, práticas como estas não voltem a se repetir em nossa História.

Em contactos mantidos com a própria Superintendência da Funai, ouvimos a versão de que os servidores que estariam fazendo tráfico de sementes de maconha, entre os quais um tal de Paulo Sérgio, já não mais pertenciam aos quadros da Funai. Estranhos ou não aos quadros da Funai, a questão deverá ser objeto de desvendamento pela Polícia Federal. As denúncias que apontam, além da introdução do cultivo da maconha, o alcoolismo e práticas de absoluta forma comportamental de degradação, que é uma verdadeira aberração às tradições étnicas e culturais de nossos indígenas, representam uma violência que, no momento de Brasil Constituinte, precisam ser apuradas e precisam representar um ponto final em termos da história dos índios de nossa terra. Nós sabemos que, através do alcoolismo, através de práticas viciadas da assim chamada moderna civilização dos brancos e, agora, através da tentativa de transformar o indígena num dependente de drogas, até mesmo bem mais do que as armas de fogo, tem sido vítima e objeto de desaparecimento a espécie indígena.

É por esta razão, Sr. Presidente, que estamos apelando para que medidas imediatas sejam tomadas, para que uma nova estrutura seja definida,

para que nós, simplesmente, no momento de preservarmos os valores humanos do Brasil que ainda nos restam, não fiquemos de forma alguma, apenas assistindo ao fim de uma espécie que aí está, apelando pelo direito elementar ao respeito e às condições de vida que lhes assegurem a sobrevivência. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Volta o DNOCS a nos prestar esclarecimento a respeito da construção do Açude Acauã, na Paraíba, em face de discurso pronunciado desta tribuna, anteriormente, cobrando ação do Ministério da irrigação em favor de uma política de recursos hídricos no nosso Estado. Alega, agora, que o problema é de redimensionamento da obra, ou seja, após o início dos trabalhos e feitos os primeiros investimentos, houve necessidade de uma avaliação de sua real capacidade de armazenamento d'água e consequente utilização do manancial.

Quer-nos parecer que são mais obstáculos de ordem burocrática do que mesmo de ordem técnica. Ou ainda: nunca houve muita boa vontade do DNOCS com o açude de Acauã. Sempre e sempre estão pretextando algo para o adiamento de suas obras. Antes, era falta de recursos. Agora, são problemas de ordem técnica.

A realidade, porém, é que a Paraíba está novamente convivendo com os efeitos de uma séria estiagem, quando poderiam suas naturais consequências estar sobremodo minimizadas, na hipótese, tão desejada, de contarmos com a regularização do curso do rio Paraíba e irrigação nas suas respectivas margens.

Obra tão séria, todavia, nunca foi levada a sério, nem nos planos do Governo. Hoje, a situação seria totalmente outra. Com a construção do açude. Pelo Sinal, em Cabaceiras, e o açude Acauã, em Natuba, as águas do rio Paraíba estariam domadas e não haveria esse quadro de dificuldades que está lá, todos a se arrependerm de terem ficado na Paraíba, pensando que as secas haviam desaparecido e, com elas, o seu séquito de crises e sofrimentos.

Hoje, lamentamos que tenha faltado sensibilidade aos que têm responsabilidades com a República e não atenderam aos nossos insistentes pedidos, em favor de toda uma Região, a do Cariri da Paraíba, que estaria fatalmente redimida com a regularização do curso do rio Paraíba.

É certo que, igualmente, não nos tem faltado a preocupação com outras regiões. É o caso do Sertão e do Curimataú, que, do mesmo modo, sofrem os efeitos das estiagens, por falta de projetos de irrigação que aproveitem seus mananciais ociosos e sem qualquer função social. Nossa luta é toda ela no sentido de convencer nossos governantes de que as soluções para os nossos problemas residem em ação e irrigação.

Fácil, sem dúvida. Todavia, não existe numa política nacional de desenvolvimento que conte com o Nordeste e as outras áreas subdesenvolvidas do País. Resultado: estamos padecendo de males que estão se tornando crônicos e seculares. E não podemos abusar mais da paciência do nosso povo.

Até quando? Espero que não cheguemos todos ao desespero total. Será o fim.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edme Tavares.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB.

Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Em Brasília, realiza-se um encontro da maior importância para o Poder Legislativo mirim brasileiro. Trata-se, Srs. Constituintes, de um acontecimento político da maior relevância, em face da contribuição valiosa que prestam os Srs. Vereadores de todo o País, colaborando e contribuindo para o nosso trabalho Constituinte. Os Srs. Vereadores de todo o Brasil, com esta promoção, querem significar a presença dessa instituição política no aperfeiçoamento maior dos nossos trabalhos. E a maior representação é da Paraíba, neste clube; são mais de 100 vereadores que representam o nosso Estado da Paraíba. Além de propostas de alta significação, há uma reivindicação que nos toca profundamente e que essa presença dos vereadores da Paraíba vem traduzir: é a preocupação e a interpretação da angústia dos nordestinos e dos paraibanos, em particular em relação à seca verde.

Estivemos hoje, Sr. Presidente, com o Ministro do Interior, Deputado Joaquim Francisco, de quem fomos cobrar, de S. Ex.^a e do Governo do Presidente Sarney, providências urgentes e indispensáveis para solução dos problemas que nos afligem com a seca verde. E, mais do que isto, a liberação de recursos afim de que possamos executar obras emergenciais, com o objetivo de matarmos a fome de tantos nordestinos e paraibanos que se encontram, agora, nessa grave situação. E para aqueles vereadores, com toda a Bancada da Paraíba ali pontificando, as ideologias, os partidos políticos desaparecem, restando um único objetivo, uma ideologia só: o interesse maior da comunidade rural paraibana.

Por isto, Sr. Presidente, ao felicitar os vereadores paraibanos por essa feliz iniciativa, desejo apelar, mais uma vez, para o Governo da Nova República no sentido de que cumpra o compromisso de Sua Excelência, o Presidente da República, de liberar os recursos indispensáveis para que o Nordeste possa, realmente, sair dessa grave crise que atormenta toda a população rural do Nordeste brasileiro.

Desejo ainda, nesta oportunidade, realçar o Grupo do Nordeste que aqui fundamos, que aqui instalamos dentro da Constituinte, com a finalidade precípua de defender os dispositivos constitucionais que assegurem ao Nordeste brasileiro aquilo que lhe é de direito, aquilo que lhe possa garantir os instrumentos indispensáveis à sobrevivência do homem nordestino.

Com estas palavras, Sr. Presidente, desejo, nesta oportunidade, dizer que nós, nordestinos, queremos o lugar que nos cabe neste Brasil que é de todos, o que desejamos é que o Nordeste possa, na nova Carta Magna do País, receber aquilo que representa os instrumentos indispensáveis para salvaguarda dos interesses dos nordestinos; o que queremos é aquilo que nos é de direito pela contribuição que temos oferecido ao Brasil.

Sr. Presidente, é com esta confiança, é com mais esta esperança que o nordestino aguarda e aqui, no plenário da Constituinte, quando votar-

mos a nova Carta, possa o Brasil por inteiro salvar os que precisam mais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gabriel Guerreiro.

O SR. GABRIEL GUERREIRO

(PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, li ontem, no jornal *Correio Braziliense*, uma entrevista de S. Ex.^a, o Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, que saiu em manchete na terceira página do jornal, dizendo que "PFL acha que Sarney derrota o parlamentarismo".

Começa S. Ex.^a dizendo o seguinte:

"O Presidente José Sarney pode derrotar com facilidade este sistema neoparlamentarista aprovado pela Comissão de Poderes. **Basta querer.** Aliás, acho que deve querer porque nunca vi ninguém abrir mão de seus poderes."

Ora vejam, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como trata esta Constituinte o Sr. Líder do PFL. Já nem me coloco na questão de se devemos ter neste País o presidencialismo ou o parlamentarismo; já me coloco na condição de Constituinte: como nós estamos sendo desrespeitados. Quando o Líder do segundo maior Partido vem e diz que basta o Presidente querer e dissolve, derruba qualquer idéia dos Srs. Constituintes, parece-me que, hoje, a idéia, pelo menos na Comissão, foi assim, da maioria dos Srs. Constituintes, inclusive do PFL, favorável ao parlamentarismo, mas basta o Presidente querer que está liquidada a fatura.

Vejam, Srs. Constituintes, que os argumentos do nobre Constituinte José Lourenço dizem o seguinte: que nós não estamos preparados, não temos experiência, que nossos partidos políticos não são suficientemente fortes para fazer o parlamentarismo neste País.

Este é um argumento, Srs. Constituintes, exatamente igual ao argumento que se levantava durante a ditadura, de que o povo brasileiro não sabe votar.

O voto é uma instituição absolutamente ligada ao processo democrático. E como iriam querer os senhores da ditadura que o povo brasileiro soubesse votar, estivesse preparado para votar se numa ditadura não se vota?

A única maneira de preparar o povo para votar é tendo eleições, exatamente o que o Senhor José Sarney, Presidente da República, não quer, porque deseja prolongar um pouco mais o estado, que durante 20 anos suportamos, e que a transição se prolongue continuadamente.

E, agora mais, investem-se contra um novo sistema. Este argumento é a mesma coisa que dizer que não se devia ter proclamado a República neste País porque não se tinha experiência e porque não se tinha partido forte naquela época. Como se o sistema presidencialista fortalecesse os partidos políticos; como se o sistema presidencialista não tivesse sido, ao longo da nossa História, cheio de sobressaltos, entrecortado por períodos, mais longos do que os presidencialistas, de regimes ditatoriais; como se o presidencialismo tivesse fortalecido, ao longo do tempo, os partidos políticos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não se aprende a nadar sem cair na água. Só existe um

jeito de aprender a nadar, é caindo na água. Esta é uma questão da sabedoria popular. Só seremos fortes, como partido, só teremos partidos fortes no dia em que o exercício partidário for necessidade básica do sistema. E nisso o parlamentarismo é o melhor local para se fortalecer os partidos. E se não temos a experiência, não deveríamos ter proclamado a República, porque a experiência anterior era de Colônia e de Império. Portanto, falecem argumentos ao Sr. José Lourenço. E o que é o pior de tudo é que S. Ex.^a disse que quem manda aqui nesta Constituinte é o Presidente José Sarney. Isto é um absurdo, Srs. Constituintes, para ser dito pelo Líder do segundo maior Partido, que é um partido de sustentação do Governo, aqui, nesta República.

Sr. Presidente, o tempo é curto e não vou entrar na questão dos argumentos que poderíamos levantar aqui em favor do parlamentarismo. Mas lhes digo com toda a certeza que este País não passaria pelo vexame de ter um Presidente na frente da televisão, dizendo que faz um novo plano baseado nos erros do passado. Como será construído o nosso futuro, se vamos nos basear exclusivamente nos erros que cometemos?

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Embora repetidamente, pois já afirmei aqui algumas vezes, é sabido que um dos maiores movimentos de massa que já houve, neste País, foi a campanha do então candidato à Presidência Tancredo Neves e do seu Vice Presidente, hoje, ocupante do Palácio do Planalto, Senhor José Sarney. Se houve êxito naquela manifestação popular, naquele afluxo de pessoas nas praças públicas, sem dúvida nenhuma, o motivo maior determinante foi a expectativa de que se realizasse neste País as eleições diretas. Pois bem, Sr. Presidente, já se passaram 2 anos e 3 meses, praticamente, desde aquela data, e aquilo que era um compromisso dos candidatos e uma exigência do povo brasileiro continua sendo motivo de debate, aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

E por que o povo brasileiro quer as eleições, Sr. Presidente? Vou explicar: o povo brasileiro quer eleições porque desde o momento que nós optamos por uma democracia e por uma República, é natural que o povo escolha os seus governantes, essa é a característica da República, é o que a diferença da Monarquia. Na República o povo escolhe seus governantes.

Pois bem, no nosso País, para se ter uma idéia, de uma população de 135 milhões de habitantes – esses são os dados do IBGE relativos a 1985 – 112 milhões nunca votaram para Presidente da República. Sobram, portanto, 23 milhões de brasileiros maiores de 45 anos. Desses 23 milhões, certamente, Sr. Presidente, mais da metade ou é analfabeto, ou pertence às Forças Armadas e Polícias Militares e não tem direito a voto, na condição de cabo e soldado, o que equivale dizer, sem qualquer exagero, que, até hoje, no Brasil, de 135 milhões de habitantes, apenas dez milhões já foram às urnas para sufragar o nome de um candidato a Presidente da República.

Digo mais, Sr. Presidente: quem tem menos de 45 anos não votou para Presidente da República, porque faz 27 anos que se realizou a última eleição aqui, para a escolha de Presidente – foi em 1960 e quem tinha 18 anos à época, passados esses 27, hoje teria 45 anos. Então, quem tem menos de 45 anos nunca votou para Presidente da República.

Um cidadão que tenha 77 anos, e, praticamente, só temos dois milhões de habitantes no Brasil com mais de setenta e sete anos, quem tem setenta e sete anos, votou no Brasil quatro vezes para Presidente da República. Em 1946, quando foi eleito o General Eurico Gaspar Dutra, em 1950, quando foi eleito Getúlio Vargas, em 1955, quando foi eleito Juscelino Kubitschek, e em 1960, quando nós tivemos esse grande blefe nacional que foi a eleição de Jânio Quadros. Quatro vezes. Um cidadão com a mesma idade nos Estados Unidos da América do Norte, exemplo de democracia para o mundo, já deve ter votado no mínimo treze vezes para Presidente da República.

Então, Sr. Presidente, quando se fala em eleição direta que se quer Diretas já, uma das razões é apenas esta: o povo quer escolher o seu governante, quer escolher o seu Presidente, como fazem os países civilizados, como fazem as democracias, como fazem as Repúblicas. Mas no nosso caso, temos alguns detalhes que reforçam a tese da necessidade da realização da eleição direta. Uma delas é que o Governo que entrou prometeu realizar eleições diretas, e eu tenho em mãos o discurso do Presidente Sarney, que acho que deve ser repetido diariamente, aqui, em que ele diz, no dia 5 de maio de 1985:

Embora a duração de um mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembléia Constituinte, manifesto de logo a minha posição de que esse mandato deve ser de quatro anos.

Sr. Presidente, queremos, em primeiro lugar, que o povo brasileiro escolha o seu Presidente. Em segundo lugar, queremos tirar do Planalto um Governo que é muito ruim, mentiroso, e mistificador, que está infelicitando a Nação brasileira, que mentiu com o Plano Cruzado e vem mentindo diariamente, numa política que está esmagando principalmente as classes menos favorecidas deste País. Em terceiro lugar, Sr. Presidente, queremos apenas que se cumpra aquilo que foi promessa do palanque eleitoral, e o PMDB, que é majoritário, que tem 305 dos 559 Constituintes nesta Casa, deverá cumprir a sua promessa e determinar a realização de eleições diretas no prazo mais curto possível.

Isto tem que ser afirmado aqui, porque não se concebe mais esse tipo de debate. Essa conversa fiada que estão levantando, de que o Presidente resolveu ficar cinco anos e que o Governador de Brasília não quer eleição direta, isso não interessa. Esta Assembléia foi eleita com soberania, e ela ou é soberana ou ela não é Assembléia Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Salomão.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

O problema da violência no Rio de Janeiro volta às manchetes, atualizando as nossas preocupações e jogando por terra as promessas do Governador Moreira Franco, de que em 100 dias acabaria com a violência que grassa naquela cidade.

Os dados mais recentes são alarmantes, porque se está matando por atacado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. São 25, 29, 30 mortes por fim de semana, e a reação do Governo a esta questão é querer botar mais policiais nas ruas, mais viaturas, mais armamentos, como se fosse possível, pela lógica do terror, pela lógica da violência, acabar com a violência. Desde que este novo Governo assumiu, a taxa de criminalidade do Estado cresceu 7%; quase 500 crimes de autoria desconhecida; 1 mil e 400 cadáveres não identificados foram encontrados; um grupo de policiais numa sexta-feira invadiu um local de lazer ao ar livre e, na presença de centenas de pessoas, disparou rajadas de metralhadoras a esmo; delegados, policiais estão envolvidos com quadrilhas de roubo de carros; detetives são pegos em flagrantes de extorsão na Zona Oeste; vinte homens armados assaltaram o Hotel Othon Palace, na Avenida Atlântica, e saíram na maior tranquilidade. Onde vamos parar, Sr. Presidente? O Governador agora deu 72 horas para que o seu Secretário resolvesse o problema da violência e S. Ex.^a próprio assumiu o comando há uma semana de se completar os 100 dias para resolver o problema da violência. Parece piada, mas não é.

Grupos de extermínio, integrados por bandidos e policiais, estão atuando impunemente, sobretudo na Baixada Fluminense e periferia. Jactam-se de ter a eficácia que o aparelho policial não consegue alcançar.

Assistimos estarrecidos pelo "Globo Repórter", três matadores sendo entrevistados de costas para as câmeras e friamente dizendo que bandido é para ser morto; que não têm nenhum arrependimento e explicando, a cores, para todo o Brasil, tecnicamente, a diferença entre Polícia Mineira e o Esquadrão da Morte. Que a Polícia Mineira é remunerada para matar, ao passo que o esquadrão da Morte, mata por prazer.

Outro entrevistado declarou que, num fim de semana, exterminaram criminósamente 29 pessoas e que o esquadrão não vai acabar porque a Polícia não tem condições de dar cabo desse fenômeno.

Os moradores da baixada estão apavorados; o comércio está funcionando com grades de proteção e as câmeras de televisão mostram os bandidos no seu cotidiano circulando livremente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está mais do que comprovado que não basta colocar a polícia na rua e lavar as mãos em relação ao aparelho Judiciário e ao sistema penitenciário. Esses estão decretários, estão se desfazendo na sua inefficiência enquanto milhares de condenados circulam livremente pelas ruas do Rio de Janeiro. Esse tipo de Polícia violenta, arbitrária, contraventora e corrupta, que age clandestinamente, é articulada pelo crime organizado, não tem condições de garantir a paz social, pelo contrário, a sua atitude só serve para acirrar os ânimos e tornar ainda mais grave o problema da violência. A lógica do terror está sendo praticada e serve tão somente para tornar ainda mais macabro o quadro de violência. E é nesse quadro, na escalada da lógica do terror, que se insere a proposta da pena de

morte, defendida por um Constituinte neste plenário que está em busca de notoriedade. Já não basta a ação policial e parapolicial contra os pobres, que tem característica de genocídio? Será que é concebível, nos dias de hoje, quando está demonstrada, nos países que têm a pena de morte, a sua ineeficácia? Tentar incluir isto aqui, hoje, quando estamos tentando construir a democracia?

É preciso que, além da repressão policial, se façam investimentos sérios na melhoria dos serviços da Justiça e no sistema penitenciário, para evitar aquilo que foi dito pelo ex-Secretário Carlos Nazaré Cerqueira do Governo Leonel Brizzola, de que as pessoas se inibem de praticar crimes em função do policiamento ostensivo e não por correrem risco de caírem na malha da Justiça.

Reprimir os pobres, especialmente os negros, cercando os bairros populares com soldados armados até os dentes, cães, viaturas e até helicópteros, com cobertura da TV, serve apenas para enganar os cidadãos inseguros e intranquiloas da classe média. As ameaças aos moradores humildes desses bairros não vão resolver o problema, ao contrário, só vão acirrar os ânimos.

É necessário que esta Constituinte preste atenção às questões da violência, sobretudo aquela que diz respeito às péssimas condições de vida a que são condenados milhares de cidadãos, às péssimas condições nas relações de trabalho e, sobretudo, ultraje dos direitos humanos que ocorrem no cotidiano.

Sem garantia efetiva da implementação de medidas que asseguram emprego, salário digno, urbanização, habitação, acesso à alimentação o nosso povo vai ser violentado diuturnamente, sem que haja qualquer tipo de atitude desses Governos que aí estão. A questão da soberania está envolvida neste tema e para o Governador Moreira Franco vale a mesma advertência que é devida aos Constituintes conservadores, que na Comissão da Ordem Econômica cometem mais uma violência, inviabilizando a reforma agrária e entregando o nosso País ao capital estrangeiro.

Nesse sentido, reconhecendo que a polícia tem um papel na sociedade democrática, um papel fundamental de manter a ordem, não é isto que estamos vendo no Rio de Janeiro onde a polícia é um dos fatores principais de escalada de violência como temos observado todos os dias. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho à tribuna para fazer uma comunicação que me envergonha e me entristece: a de que foi aprovada, na última Sessão da Câmara dos Deputados, a lei, oriunda do Executivo, que liquida os débitos previdenciários dos clubes de futebol e das escolas particulares, uma verdadeira anistia!

Tentamos de todas as formas impedir, como tínhamos feito na semana passada, mas o pedido de verificação de **quorum** não obteve o apoio mínimo, o que também seria difícil, pois pouco mais de cem Parlamentares estavam na Sessão.

A articulação tinha sido levada a efeito com outros parlamentares, que infelizmente não puderam estar presentes na hora por um outro compromisso.

No desespero, tentamos conseguir o apoio de outros parlamentares, mas não em número suficiente. Queremos destacar o apoio do Deputado Edmilson Valentim, que tentou de todas as formas nos ajudar.

Perdemos, mas caímos de pé. Perderam todos os aposentados e pensionistas. Mas nem tudo está perdido: o projeto vai ao Senado, e lá será mais fácil derrubá-lo, pois não é preciso apoio mínimo no pedido de verificação de **quorum**; apenas um Senador poderá obstruir.

Vamos à luta, pois não podemos permitir que essa imoralidade seja aprovada, ainda mais num ano de Constituinte. A aprovação foi obtida através de voto simbólico da Maioria, que apóia o Governo, mas se esquece de que deve apoiar o povo, principalmente o aposentado e pensionista que estão abandonados à própria sorte. Ainda há uma oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra à nobre Constituinte Sandra Cavalcanti.

A SR^a SANDRA CAVALCANTI (PFL

– RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte no seu artigo nº 14, § 4º, determina que, na hipótese de alguma Comissão não apresentar o seu trabalho no prazo estipulado, caberá ao Relator da Comissão de Sistematização à elaboração do mesmo, obedecido o prazo estabelecido no **caput** do art. nº 18.

Este artigo claro, indiscutível, do conhecimento de todos, precisa ser registrado e relembrado para que não continuem incorrendo no erro que, desde ontem, através de notícias de rádio, de televisão e nos jornais, recebo como o Constituinte responsável pela redação de um anteprojeto que não chegou a ser consubstanciado. Tão logo tomei conhecimento do noticiário pelos jornais, fiz questão de comunicar ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Constituinte Afonso Arinos, e ao Relator, Bernardo Cabral, que em hipótese alguma eu sairia das minhas atribuições regimentais comuns para extrapolar, para redigir uma matéria que não conseguiu ser discutida, debatida e votada pela Comissão nº 8.

Estranhei, por isso, os termos de uma nota do Constituinte Nelson Aguiar e, como o ditado diz que "todo afobado come cru" e "apressado queima a língua", acho que S. Ex.^a, neste instante, deve estar no Serviço Médico da Casa, porque a pressa com que correu para informar que não aceitará tal absurdo, não tem nenhuma motivação, pela simples razão de que a primeira pessoa encarregada de não aceitar fui eu mesma, que tenho o hábito de ler os Regimentos Internos dos trabalhados que presidem as Assembléias das quais faço parte.

Quero, também, aproveitar para registrar, mais uma vez, as minhas preocupações com relação ao andamento dos nossos trabalhos.

O que se viu aqui na Assembléia Nacional Constituinte, na semana passada, em algumas das Comissões e, principalmente, nos últimos

momentos, no plenário, aqui, onde estava a Comissão de Educação e Cultura, foi qualquer coisa de lamentável, sob todos os pontos de vista, e que não representa um exemplo válido para um povo que está precisando aprender de novo, a paciente e demorada urdidura de um trabalho democrático. Se nós, Constituintes, não dedicarmos, uns aos outros, o maior respeito, se não nos dispusermos a trabalhar de boa fé, se não quisermos acreditar que aqui todos têm o mesmo objetivo de acertar, de chegar a um bom resultado que seja de fato a média das opiniões do País, nós não vamos conseguir elaborar uma Carta constitucional à altura do momento político que esta Nação vem atravessando. Creio que devemos exigir da presidência dos trabalhos da Comissão de Sistematização e, depois, da Mesa que vai presidir os trabalhos da Constituinte, que obriguem as galerias a um comportamento também condizente com o Regimento Interno. O Regimento Interno não vale só para os Srs. Constituintes; o Regimento interno vale, também, para o público que aqui vier e que aqui, livremente, acorrer para participar dos nossos trabalhos. É na base do respeito que se vai poder prosseguir.

O relator tem, agora, um prazo pela frente. Regimentalmente, nós só temos a figura do relator. Corre na Imprensa, corre nas rádios, nas televisões, a formação de dois grupos que estariam auxiliando o relator – um grupo de quatro, com um adjetivo; um grupo de oito, com outro adjetivo. Todos tão clandestinos, porque nenhum deles está previsto no Regimento Interno da Casa. Tanto faz ser relator adjunto, como relator auxiliar, como relator carregador de piano, como relator utilizador do computador, todos são Constituintes que têm, aqui, nesta Casa, a mesma postura e o mesmo valor. Se o Relator pedir a alguém, nesta Casa ajuda, esta ajuda é informal, é generosa, é patriótica, tem que ser aberta e não tem que ser discriminatória. Mas se isto já começa com uma suspeita e antipática divisão de um grupo que não quer conversar com o outro, de gente que não quer um canal de comunicação, é preferível, então, que o relator dispense esse tipo de ajuda que só vai servir para atrapalhá-lo. Nenhum Constituinte, nesta Casa, além do Relator Bernardo Cabral, está investido regimentalmente de poderes para elaborar o anteprojeto que a Comissão de Educação não chegou a elaborar. De modo que qualquer Sr. Constituinte que se arrogue este direito com o título que inventar, estará desrespeitando o nosso Regimento Interno, coisa que eu não quis fazer desde o primeiro momento, e não pretendo fazer, para a tranquilidade dos apressados que costumam, como eu disse, "comer cru e queimar a língua", quando não aguardam os acontecimentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Usualmente cismurro, mais por vocação e menos por temperamento, o Dr. Ulysses Guimarães às vezes escorrega para o terreno da galhofa e do humor fácil. Acusado de ter feito um pacto

com o diabo, para assegurar a condição de Primeiro Ministro de um neoparlamentarismo que ainda está em gestação no âmago da Assembléia Nacional Constituinte, o ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, do PMDB, da própria Assembléia Nacional Constituinte e eventualmente Presidente da República, respondeu que só faz pacto com Deus.

Ora, Sr. Presidente, eu diria até que lá, nos páramos eternos, onde se encontra Machado de Assis, ele riria desse extraordinário *sense of humour* do Dr. Ulysses Guimarães. Se não faz pacto com o diabo para garantir a sua condição de Primeiro Ministro do neoparlamentarismo que o País poderá adotar, quem é esse diabo? Quem será, afinal, esse demônio, que S. Ex.^a repugna, que não aceita como instrumento de um pacto que, se S. Ex.^a fez, fê-lo na sua intimidade, no silêncio do seu hábito casmurro de agir e proceder?

Eu fico a me perguntar, porque, Sr. Presidente, se houve um acerto prévio entre o Dr. Ulysses Guimarães e o Sr. José Sarney e se hoje o Dr. Ulysses Guimarães nega peremptoriamente esse pacto, certamente o demônio é o Dr. José Sarney — a outra conclusão não se poderia chegar, na medida em que S. Ex.^a nega, de forma categórica, ter "costurado" esse tipo de pacto.

Mas o Dr. Ulysses Guimarães, no seu humor — eu diria, até negro, m certos momentos — foi além e revelou que o PMDB vai ganhar as eleições presidenciais.

O PDT faz votos de que a Nação seja consultada, o mais brevemente possível, para legitimar o poder e participar de um processo eleitoral tão universal quanto possível, tão democrático quanto a própria consciência nacional está a exigir.

S. Ex.^a antecipou um resultado que só o veredito das urnas pode oferecer. Não sei se o Dr. Ulysses Guimarães está se preocupando em acompanhar as freqüentes pesquisas de opinião pública, que diversos órgãos de comunicação social e empresas especializadas estão realizando. Nessas consultas, o PMDB já não figura mais como um partido que goze de grande conceito popular, muito ao contrário, enterra-se a cada dia nas próprias contradições, na circunstância de como um todo não estar honrando os compromissos que pública e formalmente assumiu com a sociedade brasileira. Aí está como um exemplo o Plano Bresser, que constitui a mais insólita, a mais violenta medida de arrocho salarial de que se tem notícia neste País. Mas, o PMDB tem o dever de apoiar o Plano Bresser, tem o dever de aplaudir a nova cirrose que está corroendo a cada dia que passa os salários minguados do trabalhador brasileiro. Do contrário, estaria negando tudo quanto disse na praça pública quando o Plano Cruzado ainda era uma ilusão.

O Presidente Ulysses Guimarães, além de assegurar uma vitória maiúscula do PMDB, já propõe, inclusive como candidato, porque é um homem que obedece a ordens, embora não seja militar, propõe um programa de salvação nacional que está consubstanciado em sete pontos:

Primeiro — a consolidação da democracia, projeto com o qual concordamos e pelo qual todos nós lutamos.

Segundo — garantir uma taxa anual de crescimento de pelo menos 5% do PIB. Se o Constituinte Ulysses Guimarães tiver forças, fôlego e saúde para revogar o modelo econômico que aí está, que foi herdado do período autoritário, e

que continua incólume, intocável, servindo aos interesses dos banqueiros, dos latifundiários e do capital internacional, então nós concordamos que será possível crescer a uma taxa constante de 5%, em termos de Produto Interno Bruto, e estaremos ao seu lado.

Terceiro — evitar o desemprego. Mas o Presidente Ulysses Guimarães não leu ainda o Plano Bresser? Não está sentindo as suas consequências iniciais? Não percebeu que o Plano Bresser ou o Novo Cruzado não passa de uma insolita agressão aos direitos do trabalhador brasileiro? E será que com isso não vai crescer o desemprego? E será que com isso as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto não cairão violentemente, gerando mais desemprego, mais desesperança, mais revolta?

Quarto — aumentar o salário real. Como piada, Sr. Presidente, eu aceito, mas como uma afirmação diante de um País que vê a cada dia ruírem as suas esperanças de uma sociedade mais justa, eu não posso aceitar! É uma piada grosseira e de mau gosto.

Quinto — garantir o desenvolvimento da sociedade rural. Oh Senhor Deus dos desgraçados! Garantir o desenvolvimento da sociedade rural, sem uma reforma agrária massiva e radical, que mexa com o latifúndio, que permita que 12 milhões de brasileiros não continuem sem um amanhã, perambulando pelas coxilhas, pelo cerrado e engrossando o cinturão de miséria, que hoje degrada a vida urbana?

Finalmente, promover a educação para erradicar a taxa de 20 milhões de analfabetos do País. Mas o Constituinte Ulysses Guimarães é Governo. Está há mais de 2 anos no Poder, e já exerceu mais de uma vez a Presidência da República, e não fez nenhum esforço, no sentido de conter o analfabetismo, de colocar sete ou oito milhões de crianças em idade escolar que estão fora do processo educacional.

Por isso, Sr. Presidente, considero que o jornalista Gilberto Dimenstein, da *Folha de S. Paulo*, tem toda razão, quando em artigo hoje publicado por este jornal, termina dizendo que "este filme todos nós já vimos", e o nome do filme é "Ulysses e o diabo na terra do sol".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Constituinte José Viana.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB — RO. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

tutivo do relator, prática essa não permitida no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Infelizmente, a Comissão da qual participei não apresentou nenhum trabalho prático, mas deixou uma grande lição: a lição de que o povo brasileiro precisa se mobilizar; a lição de que aqui nesta Assembléia existem interesses localizados que não são os da Nação brasileira. Nós não permitiríamos mesmo que nessa Comissão algumas coisas ficasse escritas como sugestão, pois não queríamos que absurdos como os da Ordem Econômica ficassem aqui consagrados. Assim, se prestarmos atenção às sugestões da Comissão da Ordem Econômica, vamos ver que a Reforma Agrária se inviabiliza, no momento em que as terras produtivas, ou em vias de produção — figura essa desconhecida até hoje da legislação — não podem ser desapropriadas para a Reforma Agrária.

E mais uma coisa, se não bastasse os sacrifícios de toda a população brasileira, lá está escrito que a orla marítima poderá ser vendida e a praia, um dos poucos alegtos dos brasileiros que moram no litoral, ficaria, dessa forma, proibida aos pobres e permitida somente aos ricos, que já possuem hoje as suas praias particulares.

Foi aí, Sras. e Srs. Constituintes, que se viu a marca da especulação imobiliária urbana, tão forte e tão importante hoje quanto a especulação imobiliária rural.

Quero deixar este alerta ao povo brasileiro: É preciso que a sociedade civil se mobilize, é preciso que a sociedade civil exerça seus mecanismos de pressão, porque só ela tem a legitimidade de exercer a pressão, pois não podemos permitir que a pressão econômica prevaleça sobre a pressão dos interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Gaspar.

O SR. ANTÔNIO GASPAR (PMDB — MA. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Pertenci à Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, Subcomissão esta que experimentou a arbitrariedade de um Presidente que não quis cumprir o Regimento.

Depois, esta Subcomissão juntou-se a outras duas: à da Educação, Cultura e Esportes e mais à da Família, do Menor e do Idoso. E passamos três dias reunidos — e pasmem, Sras. e Srs. Constituintes — sem conseguir discutir qualquer assunto, porque existia uma armação na Assembléia Nacional Constituinte; uma armação que tinha como objetivo desclassificar — tão somente desclassificar — o relatório de um relator que não era do agrado de um grupo dessa Comissão e, por isso, nenhum assunto foi discutido. Esta armação, como na Comissão da Ordem Econômica, tinha por objetivo substitutivos ao substi-

Nesta manhã, recebemos um telefonema da nossa cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, que denunciava mais um crime, onde os pistoleiros assassinaram um lavrador pai de família, que possuía um lote de 100 hectares, assentado pelo INCRA, no Município de Costa Marques.

Por incompetência e inoperância do dirigente. Coordenador Geral do INCRA naquele Estado, é que vêm acontecendo todas essas coisas no Estado de Rondônia. Elemento que não tem interesse em colonizar terras, haja vista que no Estado de Rondônia, Sr. Presidente, existem milhares e milhares de hectares de terras devolutas da União.

Por esse motivo é que o Profeta Isaías, 700 a.C., já clamava por reforma agrária e por justiça, quando no Capítulo 10 e Versículos 1 e 2 do seu Livro, em uma de suas profecias, disse o seguinte: "Ai dos que decretam leis injustas e dos escrivães que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em julgo e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo para despojarem as viúvas e para roubarem os órfãos — Isaías Cap. 10. Vers. 1 e 2".

Sr. Presidente, Deus nos deu a grande oportunidade de escrevermos a Carta Magna de nossa Pátria. Nesta Constituição, temos um dos maiores compromissos e o dever de nos posicionarmos

com patriotismo, com amor e humanidade para com os pobres, principalmente aqueles que não têm condições de sobrevivência, os que sequer conseguem um emprego, por serem negros, deficientes ou mesmo por aparência, haja vista que todos são criaturas e outros até filhos de Deus.

Vivemos em um País gigante, opulento em riquezas naturais, com terras férteis, que de tudo produzem, de acordo com as regiões. O minério de um modo geral é considerado uma fortuna, sem falar das demais fortunas existentes em nosso País. Quando se trata de reforma agrária, o assunto é combatido como se fossemos comunistas, a mesma linguagem do golpe de 64. E insistem em querer tomar as terras, enquanto milhares de famílias vivem na miséria, plantando em terras alheias, pagando arrendamento e outros dando 50% do que produzem, cujo saldo não lhes sobra para a despesa do ano; passando uma vida de privações em detrimento dos senhores feudais, que vivem muitas vezes do suor dos seus escravos, na opulência.

É hora de darmos o grito de alerta aos companheiros e colegas de todos os Partidos na Constituinte, todos que amam a Deus e a seu próximo, e reconhecermos que tudo pertence a Deus, e Dele somos mordomos. Façamos leis justas, dando condições aos menos favorecidos da sorte, quer sejam lavradores, quer sejam garimpeiros, quer sejam operários ou mesmo funcionários. E não esqueçamos do art. 118 da Carta Universal dos Direitos do Homem: "Todo cidadão tem direito à vida".

Os ensinamentos bíblicos são afirmativos e categóricos nas denúncias das mazelas sociais que o nosso povo enfrenta no seu dia-a-dia. Assim pois, queremos Constituintes conscientes do seu papel, dispostos a debater essa problemática, buscando através de estudos sérios as melhores alternativas, dentro do sistema democrático que praticamos e sob as aspirações superiores da vontade divina, expressa claramente através de Sua palavra.

Não bastam as manutenções das nossas instituições de ensino ou de ação social, mas sim influenciar as atitudes governamentais, manifestando com firmeza e coragem, embora sem arrogância ou atitudes contestatárias. O que diz a palavra de Deus sobre os grandes problemas da Nação? Por que tudo isto? Por causa da corrupção, do autoritarismo, das discussões de cúpula, dos projetos faraônicos, perdidários, irresponsavelmente aprovados; das imensas áreas de terras totalmente improdutivas, guardadas exclusivamente para especulações e a vaidade dos seus proprietários.

A Bíblia clama bem alto contra essas distorções, esses pecados, essas injustiças. A primazia da busca de justiça social não está em Partidos ou ideologias extremistas ou liberais. A propriedade é de Deus.

O texto sagrado é farto e claro na condenação das injustiças. A acomodação, o medo de desagravar os poderosos ou de serem confundidos com os comunistas, o desconhecimento das verdades bíblicas ou as distorções do que ela afirma tão claramente é que provocam atitudes de indiferença da maioria dos líderes em geral.

É claro, Sr. Presidente, que não esperamos que todos os problemas sejam resolvidos e que o Brasil se transforme num paraíso. Só o Novo Céu e a Nova Terra é que serão o local de paz absoluta,

de tranqüilidade total. Mas não é por isso que vamos deixar de trabalhar pela melhoria das condições de vida de nosso povo, pois estariam contradizendo a inspiração genuína do Evangelho de Jesus, que veio para redimir o homem na sua totalidade.

É necessário que o Governo congele os preços das mercadorias, e torça para dar certo. Recentemente, o Governo Federal, de maneira corajosa e já tardia, lançou o Plano Cruzado, tentando estancar a inflação e estrangular a especulação financeira que estava cavando a sepultura da Nação. Os grupos econômicos bloquearam e o Governo teve que ceder. Agora, o Governo novamente congela os preços e pensa em estabelecer um novo plano; e precisa ser feito.

Pois bem, os remédios aplicados não são novos; foram usados por Neemias de forma bem mais radical há milhares de anos. Quem estuda a Bíblia reconhece o episódio; basta lermos Neemias, Capítulo 5 e verificarmos que o grande servo de Deus, em situação semelhante, foi bem mais longe do que o Presidente Sarney: obrigou os especuladores de sua época a devolverem os juros extorsivos cobrados do povo e a entregarem as propriedades extorquidas, através de iníquo sistema de hipotecas.

Por que ele fez isto? Porque ele pediu aos ricos e potentados que moderassem sua sede de enriquecimento e de exploração do povo? Para evitar as lutas de classes, para impedir uma guerra entre irmãos e cimentar a solidariedade nacional numa fase de dificuldades. Hoje, Neemias seria chamado de extremista e de agitador.

Fala-se muito de reforma agrária atualmente, o Governo está tomando providências para executá-las. Ela é necessária pois "O fruto da terra é um bem de todos – Eclesiastes, Capítulo 5, Versículo 8. Não há novidade alguma; Deus há milênios, prevendo o que a ganância dos latifundiários poderia provocar, inspirou Moisés para estabelecer um modelo de reforma agrária entre o povo de Israel, sendo mais radical do que o preconizado pelo Governo brasileiro. Basta ler em Levítico, Capítulo 25, Versículo 34, hoje Moisés seria também chamado de extremista e agitador.

O INCRA precisa desapropriar as áreas improdutivas, e assentar famílias, a fim de evitar invasões em fazendas particulares, evitando assim, mortes a mando de fazendeiros inescrupulosos.

Em Rondônia, Estado que representamos, é necessário desapropriar algumas áreas cujos donos residem em outras plagas; não derrubam, não plantam e não produzem, motivo pelo qual pedimos a desapropriação da Fazenda Seringal Muqui, Município de Presidente Médici, numa área de 15.000 hectares – Aquidabam, área de 22.659 hectares, Imóvel União, área de 41.530 hectares. Precisa também colonizar milhares de hectares de terras devolutas, perante as quais o INCRA se acha de mãos atadas e não desenvolve um trabalho que venha preencher as necessidades dos sem terra.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

A entrevista do Presidente José Sarney, ontem, foi excelente e didática, uma verdadeira doutrina de ensino. Em nenhum momento o Presidente José Sarney transpareceu nervoso ou tenso. Seguro, firme e fluente, imprimindo emoção no seu discurso, o Presidente José Sarney deu ao povo pernambucano a impressão de um enfoque realista para a conjuntura atual do País. Depois de explicitar que a opinião pública confunde os gastos da máquina do Governo (pessoal e custeio) com as outras despesas que se acumulam para gerar o débito público, Sarney disse que, pelo contrário, essas despesas estão caindo: em 1986, representavam 19,2 por cento das despesas totais, e que caíram, em 1987, para 17 por cento. As despesas de custeio caíram de um ano para outro, de 8,5 por cento para 5,7 por cento. Em seguida, começou a citar as despesas que "independem da vontade do Governo" e que crescem assustadoramente. Tais: 1) transferência aos Estados e municípios; 2) transferências às empresas estatais, para evitar aumentos de tarifas de serviços públicos; 3) apoio às atividades agropecuárias, através de crédito subsidiado, aquisições, pela garantia de preço mínimo; 4) juros e outros encargos financeiros com a dívida pública. Finalmente, conclui Sarney "O País se habituou ao subsídio, o País se habituou com o sentido de que o Estado é aquela flauta mágica que pode dar tudo, quando na realidade o Estado tem três fontes de recursos: os impostos, a dívida pública e as emissões. A carga tributária, que muitas vezes achamos que é uma grande carga tributária bruta, no Brasil é uma das menores do Mundo. Nós temos uma carga líquida de 9,6% do Produto Interno Bruto e, se temos uma carga tributária bruta, essa carga se reduz através dos incentivos que pode descontar. Este é o panorama. É o quadro que não pode iludir ninguém. Não podemos criar a falsa impressão de que o déficit público se resolve através de um simples ato, ou de uma simples determinação. É uma estrutura, uma estrutura difícil de se gerir, de pressões que vêm aqui de dentro do Governo. A mentalidade da sociedade é de que o Governo pode fazer tudo. O Governo pode fazer muito, mas não pode fazer tudo. Como nós podemos, com um orçamento destes, com essas limitações, que os senhores vêem, atender a todas essas pressões que são feitas? Nós vemos os agricultores parando os bancos, pedindo subsídios. E esses subsídios, no fundo, são pagos pelo povo. Esta é a situação nacional".

"Devemos fazer um pacto social, e precisamos ter o apoio do povo. O apoio para quê? Porque somente através de uma visão realista da situação nacional, nós poderemos conjurar essa situação. Por quê? Não vamos nos iludir. Todos nós, durante muitos anos falamos que o Brasil é um País de grandes riquezas, é um país de riquezas inesgotáveis, é um País destinado a ter um grande futuro. Mas, estamos verificando que o mundo do presente um mundo que não corresponde somente a grandes países de extensão territorial, mas, sobretudo aos países que são capazes de desenvolver tecnologias. Nós estamos na América Latina, e o exemplo da América Latina qual é? É o exemplo de um Continente em involução, de um Continente em recessão permanente. Se não fosse o Brasil, que é um dos carros cheques da América Latina, no ano passado a América Latina teria tido um crescimento negativo. Teve

um crescimento positivo. Por quê? Porque o Brasil cresceu 8,3%. Nós já tivemos nações industrializadas neste Continente. A Argentina tinha renda per capita superior à renda da Itália. No entanto, hoje, seu parque industrial está desatualizado. A Argentina luta para se reconstruir. O Brasil também está se desatualizando, o Brasil está se atrasando. O nosso industrial está ficando obsoleto. As nossas vias de transportes estão ficando insuficientes, o nosso parque energético está cada vez mais incapaz de atender uma projeção do futuro. Nós, brasileiros, temos o dever, hoje, de fazer uma reflexão mais profunda sobre o nosso País. Essa reflexão profunda e essa necessidade de mudanças incorrem na necessidade de mudança também da mentalidade nacional. Não é, portanto, essa mentalidade de dizer, com relação a tudo, é o Governo. Não o Brasil somos todos nós. Somente através de todos poderemos resolver os problemas nacionais. O Brasil não pode ficar atrás. O Brasil não pode recuar nesse caminho do futuro. O Brasil tem que se modernizar, o Brasil tem que ser uma economia industrial poderosa. O Brasil não pode ficar preso a pequenos problemas. Este era o momento, é o momento de grandes decisões e, por isso, eu propus o pacto social."

"Determinei ao Ministro da Indústria e do Comércio, que nós estabelecessemos imediatamente, conjuntamente, com o Plano Bresser, uma nova política industrial, e nessa política industrial com o estabelecimento da liberdade de instalação de fábricas de qualquer natureza, no País, sem licença, desde que essas fábricas não venham a exigir subsídios, não venham a exigir incentivos. Está bem que nas negociações da dívida, nós procuremos transformar uma parte em investimento, o serviço da dívida naturalmente protegendo a indústria nacional, mas possibilitando a abertura da economia mais ainda. Nós temos que criar empregos, nós temos que criar indústrias, nós vemos essa Região do Nordeste inteiramente abandonada, sem ter condições de futuro, e assim, muitas partes do Brasil. Porque não estabelecer, nessas áreas, plataformas de exportação de acordo com as leis brasileiras? Vejam o caso da Coréia do Sul, que exporta tanto para o Brasil. Formosa, que é uma pequena ilha exporta a mesma coisa para o Brasil. E nós não podemos estabelecer, nas regiões mais pobres, sem afetar o conjunto da economia nacional, programas para exportações adicionais e nos servindo destes investimentos? Eu acho que é o momento de o Brasil ter a sua consciência universal e não ficarmos mantidos no debate dos temas que eram pertinentes aos anos 50, em que eu era Deputado e que lutava, discutíamos esses temas. Mais o mundo mudou, o mundo hoje é outro. O mundo é um mundo interdependente. Os continentes vivem a economia de conjunto, ao COMECON, há o Mercado Comum Europeu. Então, na América latina, nós estamos começando a iniciar o mercado, também comum, com a Argentina, com o Uruguai."

"A Constituinte deveria estar discutindo esses problemas todos. Ela deveria estar dentro dessa discussão que é o mundo de hoje. E o Brasil deve se inserir nessa discussão. E como era a minha previsão, que disse ao Presidente Ulysses, que se nós não resolvêssemos os pequenos problemas políticos, que parecem grandes, com o mandato do Presidente, nós fámos deixar o Cons-

tituinte passar todo o seu tempo discutindo esses problemas sem fazer uma reflexão mais profunda sobre o modelo e o destino. Como nós vamos pegar esse gigante, que é o nosso país, e transformá-lo naquilo que nós falamos – mas que neste instante, nós começamos a sofrer uma ameaça – aquele Brasil que dizíamos que tem direito a um futuro, é o País do futuro? Nós hoje já sabemos que, se não tivermos recursos humanos..., o Japão é um país deste tamanho e venceu a guerra comercial com os Estados Unidos. Perdeu a guerra e hoje tem uma economia poderosa. Por quê? Porque eles souberam construir seu modelo. E nós, no Brasil, temos que construir nosso modelo. Corresponde a minha presidência a uma época de transição, uma época de consolidação do processo democrático, mas essas questões estão vivas, elas têm que ser discutidas pela sociedade e nós não ficamos como estamos ficando, numa degradação da própria sociedade. Com reivindicações impossíveis, de toda maneira, de toda a sorte, enquanto o povo fica mergulhado em quê? Perde a esperança, ouvem-se declarações de desilusão, eles começam a acreditar que as pessoas podem fazer milagres e aí nós ficamos mergulhados naquela retórica do pessimismo, na retórica do protesto que é mais fácil, sem ter a retórica do trabalho e a retórica do futuro. O mandato presidencial podia ter sido resolvido muito antes da Constituinte; eu propus isso ao Dr. Ulysses; eu propus isso ao pacto político fazendo parte desse entendimento e não conseguimos. Então, se fizermos o pacto político, nós deixaremos de discutir o presente para pensarmos um pouco sobre o futuro. Acontece que todos nós brasileiros estamos tão assobrados e eu não fujo dos problemas conjunturais, do dia-a-dia, da necessidade de vencer essa batalha diária, que nós não estamos tendo tempo de pensar no futuro. O que nós queremos é ter tempo. Se nós nos acertarmos sobre as coisas do presente, menores, nós, então, teremos tempo para discutir as coisas maiores do futuro do Brasil."

"Eu não fiz consulta nenhuma aos líderes militares sobre decisões que tivéssemos que tomar, até mesmo porque eu sou Comandante Chefe das Forças Armadas e tenho recebido, por parte dos militares, somente apoio e cooperação. Até hoje não tivemos nenhum problema na área militar. Os militares estão dentro das suas funções profissionais e prontos para aguardar a Constituição e ajudar o processo de redemocratização do País. "Finalizo, afirmando que a entrevista coletiva, concedida pelo Presidente José Sarney a 23 dos 207 jornalistas credenciados na Presidência da República, registrou uma oportunidade bem feliz, ao anunciar que a ferrovia Norte-Sul, criticada por seus adversários em face de ser antieconômica, interessa a uma empreiteira da Alemanha, que já mandou carta dizendo que pode construir a Norte-Sul de graça, com uma concessão de exploração por 30 anos. A carta já havia chegado há alguns dias, mas, ontem, o Presidente José Sarney disse aos brasileiros: "E se dizia, no Brasil, se faz uma celeuma, dizendo que a ferrovia era antieconômica."

Concluo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, parabenizando ao Presidente José Sarney pela entrevista coletiva, autêntica e corajosa, a melhor forma de comunicar, simples e direta. O Presidente José Sarney deseja aceitar. Vamos dar-lhe

espaço e tempo para dizer o que precisa. Parabéns Presidente José Sarney.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Odacyr Soares.

O SR. ODACYR SOARES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A crise que estamos vivendo, no Brasil, pode levar, de forma inopinada, ao rompimento de nossa precária paz social.

De fato, o grau de tensão ultimamente experimentado no País permite antever grave convulsão social, se medidas saneadoras da vida nacional não forem tomadas.

O País está agitado, conflitos eclodem mesmo em lugares dantes pacíficos e ordeiros. Rebelam-se grupos outrora pacatos e serenos. Inquietam-se as cidades e os campos. Pobres e ricos se sublevam. Entrincheiram-se patrões e empregados. A capacidade de resistência do povo brasileiro começa a esgotar-se.

Levado quase à exaustão, o povo está ensaiando as mais dramáticas formas de luta, em busca de soluções para suas penosas dificuldades.

Múltiplos problemas têm golpeado a dignidade nacional. Um deles, porém, a meu ver, sustenta os demais: o provocado pela crise de valores que estamos vivendo.

O fenômeno não é de todo novo. Sabemos que nossa História, em sua verdadeira versão, nunca foi demonstração plena de honestidade e de pureza de intenções.

Todos nos lembramos ainda da lamentável e vergonhosa escalada de escândalos que assolou o País e que levou a Nação brasileira à mais tresloucada aventura, a ponto de o País ter quase chegado ao desgoverno total.

Em verdade, a onda avassaladora de corrupção que tomou conta do País pouca resistência encontrou por parte do povo brasileiro, constrangido que foi, durante anos, a tornar-se indiferente a todos os desmandos praticados pelo Governo.

Foi – e continua sendo – a Constituição brasileira, o principal foco da imoralidade reinante no País, pois, em nossa Lei Maior, puderam e podem as autoridades governamentais encontrar o necessário respaldo para agir arbitrariamente. De fato, o decreto-lei, o decurso de prazo e as chamadas salvaguardas institucionais (medidas de emergência, estado de emergência e de sítio) são as maiores expressões do autoritarismo presente em nossa Carta Magna. São, igualmente, tais recursos a evidência plena da ausência de princípios de natureza ética na ordem constitucional brasileira. Por consequência, toda a vida nacional foi atingida em seus mais legítimos valores.

A propósito do que concluo de expor, julgo ser indispensável a existência, na nova Constituição, de normas claras e precisas, que estabeleçam severas punições a todos aqueles que fizeram mau uso dos bens e recursos públicos. Creio ser chegada a hora de extirparmos de forma definitiva, do País, o vergonhoso cancro da corrupção, responsável maior pela grande crise que estamos atravessando.

Defendo a tese, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de que a crise que estamos vivendo no Brasil é eminentemente de natureza ética. Se

grandes e pequenos atos de corrupção inundaram a administração pública brasileira, o fenômeno, em grande parte, se explica pela força do exemplo. Saadi tem razão quando comenta:

"No mundo(...), a tirania e a injustiça começaram por uma coisa infinitamente pequena.

Se o sultão come um fruto do jardim de um dos seus súditos, os escravos, por trás dele, levarão a árvore.

Se o sultão resolve tomar de alguém um ovo, seus guerreiros, por trás dele, tomarão mil galinhas."

A centralização excessiva foi outro equívoco constitucional. O Poder Central, pretendendo promover, a qualquer custo, o desenvolvimento do País, cometeu o grave engano de reduzir todo e qualquer esforço desenvolvimentista ao desenvolvimento econômico, comandado pelo Governo Federal. E, em função do mito de um desenvolvimento econômico sem-fim, sacrificaram-se os mais legítimos valores da pessoa humana, pois a prioridade concedida pelo Governo brasileiro à revolução tecnológica colocou em segundo plano nosso desenvolvimento social.

É verdade que grandes idéias foram realizadas, nos últimos tempos, no Brasil, porém às custas de incomensurável sacrifício social. Por conta das obras faraônicas que construímos, edificamos nossa monumental dívida, a maior de todos os países. E, ao lado da dívida, erigimos, no Brasil, um dos mais notáveis depósitos de miseráveis do planeta.

De acordo com o abalizado estudo de autoria do Prof. Hélio Jaguaribe e outros, intitulado **Brasil 2.000 para um nosso pacto social**, "mais da metade das famílias (52,6%) brasileiras (...) se encontra numa faixa que varia da estrita miséria (28,3%) a estrita pobreza (24,3%)."

Das breves considerações que acabo de tecer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, emerge evidente conclusão: a vida nacional está ressentida de reflexão mais séria e mais profunda sobre os verdadeiros valores que devem inspirar a conduta do Estado e dos cidadãos brasileiros.

Em verdade, embora isso possa não parecer tão óbvio, a pessoa humana, no Brasil, não tem sido considerada em sua dimensão fundamental.

Somos, de preferência, tratados como contribuintes, consumidores, eletores, inquilinos, mutuários, previdenciários, sindicalizados, aposentados, operários, sem-terra, marginalizados... Pouco somos pessoas; quase não somos cidadãos. Poucos estão integrados à Nação brasileira; muitos são os marginalizados.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: assentado em base de falsos valores, o projeto de desenvolvimento da Nação brasileira está devotado ao fracasso. Eis a razão por que um profundo e incômodo sentimento de frustração vem, cada vez mais acentuadamente, assaltando o povo brasileiro. Eis ai, também, a razão que explica, em grande parte, a crise que estamos vivendo.

De natureza predominantemente ética, a crise a que me refiro possui dois aspectos.

O primeiro dele é o aspecto individual. Relaciona-se à perda de valores capazes de motivarem os brasileiros à luta por sua auto-realização. Assim, é o caso de indagar-se, apenas a título de exemplificação: que sentido poderão ter as vidas dos milhões de brasileiros desempregados, dos trabalhadores submetidos à humilhante compres-

são salarial, das dezenas de milhões de marginalizados que vivem em absoluta pobreza?

A verdade é que, desprovidas da possibilidade de satisfazer suas mais elementares necessidades, como as de alimentação, habitação, segurança, não poderão os brasileiros, em sua grande maioria, manifestar nenhum sentimento de auto-estima e, em consequência, não poderão buscar sua auto-realização.

Questiono, então: não será por isso que a Nação brasileira, apesar de ser a oitava potência econômica do mundo, não possui a correspondente posição, do ponto de vista político, no conceito das nações?

A propósito desse questionamento, levanto outra indagação, Sr. Presidente e Srs. Constituintes: que nação se tornou forte, enfraquecendo seu principal patrimônio, sua gente? Que nação se tornou forte tomando famoto e ignorante seu povo? Que nação desenvolvida tem, a exemplo do Brasil, a fome e a ignorância de tal forma, entranhadas em milhões de seus filhos, que não lhes sobra energia senão para rastejar pelas periferias do País?

Continuo questionando. Sr. Presidente e Srs. Constituintes: carentes de tudo, como poderão os milhões de miseráveis brasileiros buscar a realização de suas próprias potencialidades? Não é verdade que, atirados à mais abjeta penúria, não lhes sobra rudimento algum de liberdade e nada lhes subsiste de dignidade pessoal?

Em seu segundo aspecto, a crise que nos abala é crise social. Como sociedade, não estamos sendo capazes de realizar nosso próprio fim imanente, o bem comum, isto é, o conjunto de condições sociais que possibilitam à coletividade a realização de suas potencialidades.

Nosso fracasso, a meu ver, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, deve-se sobretudo à falta de decisões capazes de promover a alteração das condições estruturais da sociedade brasileira.

Outro aspecto da crise social refere-se à credibilidade das autoridades brasileiras. No País, já se tornou habitual a falta de confiança nos governantes. A propósito, chamo a atenção para estranho comportamento adotado pelo povo brasileiro. A decifração das mensagens oficiais pelo seu reverso. Hoje, no Brasil, basta, por exemplo, que o Governo anuncie que o preço de determinado produto, por ele controlado, não sofrerá alteração, para que, imediatamente, congitem todos o contrário.

Isto posto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, desejo expor-lhes algumas considerações sobre a tarefa que ora nos incumbe realizar.

Encontramo-nos reunidos com a missão histórica de redigir a Carta Magna da Nação brasileira, que regerá os destinos do País neste fim de milênio e no próximo século. Cabe-nos, assim, desempenhar nosso honroso encargo com a grande responsabilidade de quem deseja projetar o Brasil do século XXI.

Antes de mais nada, pretendo manifestar o ponto de vista de que, contemplado nosso passado recente, não teremos motivos para esperar, para a virada do século, senão um Brasil pobre, endividado, famoto, doente e analfabeto. Contudo, e por isso mesmo, temos que incluir, já, de forma corajosa, com arrojo e determinação, na Constituição que estamos escrevendo, princípios e normas que facilitem e garantam as mudanças por que o País tanto anseia.

Não estou me referindo a mudanças superficiais, imediatistas, conjunturais. Estou me reportando àquelas mudanças que sejam capazes de resgatar o verdadeiro fim do cidadão e da sociedade brasileira.

Nossa tarefa primeira, portanto, será a de refletirmos sobre os valores que queremos inscritos na Carta Magna. Trata-se, acima de tudo, de enunciarmos a razão da Constituição que legaremos à Nação brasileira. Estou convencido de que os valores fundamentais da Constituição são aqueles relativos à promoção do bem comum.

Em seguida à definição dos valores, e em coerência com os princípios propostos, teremos que traçar as normas que garantam a concretização dos valores propostos.

Mas, não teremos que manifestar preocupação com o futuro apenas. O estágio atual desta Nação brasileira terá também que ser contemplado.

Sobre esta questão particular, é importante realçar que as nações são constituídas de pessoas, e que as pessoas estão submetidas ao mais inexorável processo de evolução, não podendo esperar, imóveis, como que estocadas, aguardando o desenrolar dos acontecimentos, em nosso caso, a promulgação do nosso texto constitucional.

Temos, sim, que ter em mente o Brasil do século XXI, mas sem perder de vista o Brasil de nossos dias, sob pena de nos inviabilizarmos como Nação. É que, a continuar o **status quo** caracterizado pela fome, pelo analfabetismo, pelo desemprego, chegaremos ao ano 2.000 como multidão incalculável de marginalizados.

E necessário, então, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que, ao elaborarmos a Constituição brasileira, dotemo-la de mecanismos que obriguem o Estado a agir prontamente em socorro da população carente. A meu ver, sem um projeto que contemple metas de curto prazo, não poderemos manter viva a esperança de realizarmos com eficácia o desejado projeto da democracia brasileira.

Estou convencido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de que é chegado o momento de nos assumirmos definitivamente como Nação: temos que fortalecer nosso povo, temos que reduzir, de forma drástica, as diferenças existentes entre as classes sociais, temos que preservar nossas riquezas da cobiça estrangeira, temos que estancar o vazamento existente em nossa economia, provocado pela remessa de capital aos países imperialistas enfim, temos que começar a trabalhar para nós mesmos.

É chegado, pois, o momento em que temos que encontrar soluções para os nossos próprios problemas. Já! Não é hora de protelações. As soluções do futuro poderão ser impossíveis ou tardias.

Em relação ao que acabo de expor, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, julgo dever ser a futura Constituição brasileira o arcabouço do pacto social que tão vivamente se vem pretendendo estabelecer no País.

A propósito, considero extemporâneas as tentativas que o Poder Executivo tem feito, sozinho, no sentido de conduzir à celebração, na Nação brasileira, de um pacto social.

Tais tentativas têm fracassado, primeiramente, por serem extemporâneas, como afirmei; depois, em razão da falta de credibilidade do Poder Executivo; e, ainda, porque não têm levado à mesa de negociação representantes de todos os segmentos existentes na Nação brasileira.

O pacto social não se destina apenas às classes de trabalhadores e às classes empresariais, como se pretendeu recentemente. Terá que considerar a vida nacional em toda sua extensão, universalidade e diversificação. Seu objeto é amplo. Não se reduz apenas a questões relativas, a preços e salários, como o tem entendido o Poder Executivo.

Ademais disso, o pacto não se consuma, porque não é assunto que deva ser tratado apressadamente, sob a arbitragem de um único Ministro de Estado, por mais competente que seja, mesmo que para tal mister tenha recebido irrestritos poderes do Senhor Presidente da República.

O que desejo deixar claro é que o assunto tem sido tratado em esfera inadequada, a do Poder Executivo, e de forma incorreta, pois em flagrante de respeito às normas éticas.

Eis as explicações sobre o que estou afirmendo: na tentativa recente de se afirmar o pacto social, estando envolvidos na negociação o Governo, representantes das categorias empresariais e trabalhadores, agiu o Poder Executivo de forma atabalhoada, além de ter-se aproveitado da situação para impor suas decisões unilaterais. Todos nos lembramos do episódio: buscando alternativas que pudessem minimizar o fracasso do Plano Cruzado, o Governo reuniu o Sr. Ministro do Trabalho, lideranças sindicais e empresariais e incumbiu-lhes a patriótica e difícil tarefa de chegarem a acordo sobre realinhamento de preços e correção de salários, sob a ameaça de que, esgotado o prazo por ele concedido, sem que soluções fossem encontradas, iria o próprio Governo arbitrar os valores que, de acordo com seu único e exclusivo juízo, fossem melhores para a economia brasileira.

Bem se vê, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o Poder Executivo não é o âmbito adequado para tratar da formulação das questões relativas ao pacto social. Antes, é à Assembléa Nacional Constituinte que incumbe propor e conduzir a questão.

Somos os Constituintes os verdadeiros representantes do povo brasileiro, de todos os segmentos e classes existentes na Nação. Somos os legítimos detentores de mandatos a nós conferidos com a expressa missão de implantarmos no País nova ordem constitucional. E o que deverá ser a nova Constituição brasileira, senão o conjunto de princípios e normas necessárias à celebração do grande pacto social tão aguardado por toda a comunidade nacional?

A meu ver, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o pacto social a ser firmado no Brasil deverá perseguir a construção de uma sociedade livre e profundamente participativa. Deverá buscar a efetiva incorporação das classes menos favorecidas à comunidade nacional.

Tudo isso, contudo, não se conseguirá se não houver, na futura Constituição, clara e arrojada declaração dos direitos individuais. A democracia que tanto almejamos para o País terá que fundar-se, sobretudo, na convicção de que todos os brasileiros são iguais em direitos, são livres para pensar e para expressar-se, e são livres para se organizarem em associações, havendo apenas um limite a tais direitos o respeito à liberdade e à dignidade alheias.

A declaração dos direitos fundamentais do cidadão, contudo, não basta. É mister que a Carta Magna contenha os dispositivos necessários à

promoção das condições concretas para a garantia e a reivindicação desses mesmos direitos.

Aliás, é importante frisar-se que existe, atualmente, no Brasil intensa motivação para a organização de grupos e de associações destinadas à defesa dos direitos individuais e coletivos. Muitos deles têm, por sinal, revelado grande capacidade de mobilização, como os sindicatos, as associações de mutuários, de inquilinos, de defesa do consumidor, de defesa do contribuinte. É imperioso, então, sabermos utilizar, na nova Constituição, a força dos movimentos associativistas, dando-lhes a incumbência da defesa dos direitos individuais e grupais.

A existência e a preservação de grupos populares significa vida democrática, principalmente quando voltados à defesa dos direitos ameaçados pelo Estado.

No Brasil, esses grupos vêm prestando grande colaboração ao processo de democratização, vez que têm demonstrado notável capacidade de resistência. Aliás, é forçoso notar que, na absoluta maioria dos casos, esses grupos estão sendo constituídos e fortalecidos a partir de medidas arbitrárias ou equivocadas de responsabilidades de autoridades governamentais. Os desacertos nas políticas salarial, habitacional, de preços, ultimamente adotados no País, apenas para citar alguns flagrantes exemplos de equívocos governamentais, põem em evidência nossa tese, pois estão levando à formação de fortes grupos populares de resistência.

Em favor dos argumentos que venho expondo, não podemos olvidar que estamos às vésperas do século XXI, tempo que será, sem dúvida, fortemente marcado pela atuação dos mais diversos movimentos de natureza social, e em que, com toda a certeza, estará consolidadas em todos os recantos do planeta, mentalidade eminentemente voltada para a defesa dos direitos humanos. Essa tendência já é hoje vivamente notada. Tem por finalidade a sobrevivência da humanidade tão duramente atingida neste século pelos horrores havidos nas duas grandes guerras mundiais e pela constante ameaça que paira sobre nossas cabeças, representada pelas armas nucleares que construímos.

Em assim sendo, temos que nos esforçar para estar ao lado das nações que fazem dos direitos humanos a essência mesma de seus projetos social, político e econômico.

Não há, então motivos para que se deneguem direitos a todos. Ao contrário, temos que prever, na Constituição, fórmulas que favoreçam a exercitação dos direitos individuais e coletivos, e que punam severamente o desrespeito aos legítimos direitos do cidadão. Inclusive quando o infrator for o próprio Governo.

Estou convencido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ter ferido, com essas considerações, questão de base, de cuja solução dependerá a solução de muitos outros problemas brasileiros, inclusive quanto ao estado de tensão em que estão vivendo os brasileiros.

Verifico, com pesar, que a sociedade brasileira encontra-se indignada diante de tantos golpes que lhe estão sendo cotidianamente aplicados. Todos os dias são urdidas tramas contra os direitos dos cidadãos. Aí estão os aumentos abusivos de tributos, a enganosa correção dos salários, a fictícia administração e controle dos preços, o falso índice da inflação.

Assim, profundamente lesado em seus direitos, cruelmente ultrajado em sua dignidade, pergunto: que resta ao povo brasileiro, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, senão um vergonhoso sentimento de menos valia, responsável, em última instância, ou pela fria acomodação ou pela perigosa agressividade?

Em consequência de tudo o que tenho até agora afirmado, desejo enumerar os direitos que considero imprescindíveis à nossa Carta Magna: o direito à vida e o direito a uma existência condigna, o direito à saúde, à educação, ao trabalho e a uma remuneração suficiente para o sustento pessoal e o da própria família, o direito ao lazer, à propriedade – sujeita esta à sua função social –, direito à segurança e à participação na vida política e econômica do País.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes: tenho a profunda convicção de que o rol de direitos enunciados reduzem-se a um só, fundamental e inalienável: o direito à vida.

Da questão, realço, de pronto, dois aspectos: o direito de que a vida deva ser preservada desde o instante primeiro da concepção, e o direito de que possa realizar-se com dignidade.

Em vista disso, julgo verdadeira afronta aos nossos sentimentos humanitários a proposta de se instituir, no Brasil, o aborto, bem como julgo grave ofensa aos nossos sentimentos de brasiliade a existência de milhões de irmãos brasileiros cronicamente abatidos pela fome, e cujas vidas se esvaem nas mais animalescas condições. Tudo se lhes nega: alimentação, saúde, educação, moradia...

Quanto custa tudo isso à Nação, Sr. Presidente e Srs. Constituintes?

Assevero-lhes que a miséria de nossa gente custa-nos o nosso próprio desenvolvimento e a constante ameaça de falência desta Nação brasileira.

Concluo, assim, que, enquanto tivermos, no Brasil, grandes contingentes populacionais em permanente estado de fome, gente marginalizada dos serviços de educação e de saúde, gente submetida a condições infra-humanas, não poderemos ser um País com energia suficiente para nos igualarmos àqueles que não possuem tais problemas, mesmo que tenhamos uma elite laboriosa e diligente, mesmo que tenhamos avançada tecnologia.

Em verdade, o Brasil tem sido o País dos contrastes. Creio, no entanto, que é chegado o momento de trabalharmos para a redução da distância entre as classes aqui existentes. Vivemos momento decisivo para nossas aspirações democráticas: ou equipamos agora a Nação, com os instrumentos necessários à implementação do grande projeto de solidariedade entre os brasileiros, há tanto esperado, ou renunciamos à esperança de nossa autonomia como Nação.

Em síntese, o que desejo tornar patente é que a morte de cada brasileiro, em estado embrionário ou fetal, infantil, o juvenil ou adulto, ao transformar em inércia aquela que é mais potente forma de todas as energias – a vida –, a morte de cada brasileiro, insisto, frustra parcela jamais recuperável do esforço que estamos realizando para nos desenvolver.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se almejamos ser um País forte e rico, temos que fortalecer, antes demais nada, cada cidadão brasileiro, a exemplo do que já fizeram os chamados

países desenvolvidos. Do contrário, permaneceremos na triste condição de País do Terceiro Mundo, pois, em tempo algum, em lugar algum, existiu nação que tenha se sobressaído, estando sua gente dizimada pela fome, pela doença, pelo analfabetismo e pela miséria.

A respeito do fortalecimento do homem brasileiro, fruto do projeto de solidariedade nacional que estou apregoando, ouso afirmar que não o percebo em função de nenhum lirismo e de nenhuma visão ingênuas da realidade brasileira. Ao contrário, enxergo a solidariedade como o único caminho que poderá conduzir o Governo e os vários segmentos existentes no País a firmarem, entre si, o pacto social já mencionado.

Há uma razão que explica a exigência da solidariedade. É que estamos atingindo, no Brasil, a tal nível de desagregação social, que somente uma relação de responsabilidade – fundada na obrigação do apoio recíproco, em vista do bem comum – que envolva todos os segmentos da sociedade, poderá nos salvar de um colapso total.

Bem se vê que o caminho que preconizo leva necessariamente à exigência de estruturarmos o novo texto constitucional sobre sólidas bases éticas, a fim de se promoverem sadias relações políticas e econômicas entre os brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, outra questão que merece ser vista é a do trabalho. Deve ele ter primazia sobre o capital.

O Brasil é hoje um País com grandes concentrações de trabalhadores. Em consequência disso, a realidade sócio-econômica do País não comporta mais o modelo imposto pela classe capitalista, baseado na primazia do capital sobre o trabalho. Aliás, neste aspecto, temos que ser condizentes com a evolução que se está processando em todo o planeta; cresce, por toda parte, a importância do trabalho, ao ponto de se poder afirmar que o trabalho, em sua forma de realização coletiva, está plasmado nova consciência nos homens, a consciência da solidariedade.

Esse tema, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, evoca outro, não menos importante: o da função social da empresa. A meu ver, a nova Constituição brasileira deverá conter dispositivos que garantam a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, e que proíbam as demissões de trabalhadores sem justa causa.

Desejo, ainda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, referir-me à propriedade particular, direito de todos. Coerente, contudo, com as propostas que venho defendendo, cabe-me externar meu ponto de vista sobre a propriedade particular. Considero-a direito de todos, competindo ao Estado promover os meios para garantir que se faça justiça na produção e distribuição de bens necessários à posse desse direito. Mas, que o direito a propriedade fique sujeito a um princípio básico: seja ela colocada a serviço do trabalho.

Nos pontos que acabo de expor, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, residem algumas de minhas convicções a respeito de matérias que defenderei na elaboração da nossa Carta.

Embora apreensivo com o futuro do País, manifesto a esperança de que nós, os Constituintes, poderemos ajudar na construção do Brasil, desde que façamos da justiça social a diretriz maior de nosso trabalho.

Finalizo evocando Juan Luis Vives, tomando emprestadas suas sábias palavras, gravadas em "Concordia e Discordia III". "A justiça é vínculo

das sociedades humanas; as leis emanadas da justiça são a alma de um povo"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI (PMDB – PR). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos dias atrás foi outorgado pela Companhia Vale do Rio Doce, com apoio da Fundação Roberto Marinho e das organizações Globo, o Prêmio Nacional de Ecologia, ao ensejo das comemorações alusivas à Semana do Meio Ambiente e Dia Mundial da Ecologia.

A promoção tem a mais alta importância para um País como o nosso, que praticamente agora começo a se preocupar seriamente com o seu futuro ambiental. O prêmio representa um esforço e uma contribuição dos seus promotores na cruzada nacional em defesa do nosso bem mais precioso, a natureza. E a conquista do prêmio tem para o meu Estado, o Paraná, um sentido muito relevante. É por isso que desejo a atenção dos Srs. e Sras para algumas considerações a respeito, porque – de forma muito especial – estamos todos necessitando dos exemplos e das lições que deixam a referida promoção a qual se reveste, sem dúvida, de um caráter cívico dos mais destacados.

Companheiros Constituintes:

A iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce, Fundação Roberto Marinho e Organizações Globo corporifica o desejo de todos nós brasileiros no sentido de estimular e incentivar pelas mais variadas formas a consciência nacional para a extrema necessidade de se desenvolver projetos e trabalhos que visem compatibilizar o uso racional dos recursos naturais com a manutenção da qualidade de vida ambiental. É louvável esse esforço porque, através do Prêmio Nacional de Ecologia, incentiva-se a pesquisa e proporciona que os conhecimentos dos nossos cientistas e pesquisadores sejam amplamente divulgados, fornecendo orientação e caminhos seguros para que cada brasileiro, naquilo que lhe esteja ao alcance, contribua com a sua parte.

A par da importância do evento, como cidadão do Paraná, estou pessoalmente, feliz por ter sido o Prêmio Nacional de Ecologia, de 1987, conquistado por um brilhante paranaense, o Engenheiro Florestal Luciano Pizzatto. Trata-se de um jovem pesquisador, dedicado empresário do setor florestal/madeireiro, técnico de reconhecida capacidade, e uma das mais brilhantes promessas da política do meu Estado. Luciano Pizzatto é filho de uma das mais tradicionais famílias paranaenses, a qual, ao longo de um século, se dedica às atividades madeireiras. Por isso ele sabe dar a dimensão exata da importância dos recursos florestais como fonte perene de riquezas econômicas e bem-estar social, sem que isso se confunda com agressão à natureza. Ele é, também um técnico de conceito nacional pelos trabalhos já desenvolvidos e pela sua contribuição à silvicultura paranaense e brasileira, sendo inclusive Presidente do Instituto Florestal do Paraná. Jovem idealista e entusiasta, tem promissor futuro na política, sendo atualmente suplente de Deputado estadual, posição que assume maior importância, se consi-

derarmos que o pleito de 1986 foi sua primeira experiência político-eleitoral.

Além de tudo isso, o que desejo realçar da melhor maneira possível perante esta Assembléia, é o trabalho, o conteúdo do projeto com o qual Luciano Pizzatto conquistou o Prêmio Nacional de Ecologia. Seu projeto "Manejo Ambiental" é a prova mais cabal de que, com técnicas e metodologias adequadas do uso do meio ambiente, é possível compatibilizar os interesses econômicos e ecológicos para um benefício social abrangente. Utilizando como base a floresta verticalizada na atividade madeireira, destaca-se no projeto o trabalho de educação ambiental e a viabilização econômica da conservação da natureza, com vetores mensuráveis de controle biológico, utilização da fauna para plantio e reflorestamento extensivo de nativas, bem como a efetivação do conceito de manejo para rendimento sustentado em florestas, utilizado em países desenvolvidos, mas, no Brasil, ainda tema de retórica e inovado com a determinação de que não existe manejo florestal sem manejo integrado de fauna.

O projeto de Manejo Ambiental vem sendo realizado num trabalho de pesquisa há dez anos, na área da empresa Pedro Pizzatto Sociedade Anônima, no município de General Carneiro – sul do Paraná. Observando-se a proteção de espécie de animais considerados em extinção, como o gavião-pomba, a gralha-azul, a lontra, e puma, entre muitos outros, dentro de um programa econômico, fica evidente que a ecologia ativa procura encontrar respostas e agrega ao interesse de contemplação à beleza natural, sua viabilidade de auto-sustentação. Em relação aos reflorestamentos exóticos, seu uso no Manejo Ambiental completa a relação nas necessidades de produção, mas seu plantio, com técnicas especiais, permite que o mesmo não ocasione sérios danos de desequilíbrio ao meio ambiente, tornando-se, inclusive, integrado à fauna e flora nativas, dentro de critérios mínimos de conservação da natureza. A empresa onde se desenvolve o Manejo Ambiental, numa área de 7 mil e 500 hectares, possui todas as dificuldades estruturais e conjunturais do País, mas mesmo assim mantém o cuidado mínimo com a natureza.

É, portanto, de grande importância que, através do Prêmio Nacional de Ecologia, este magnífico projeto e elevado exemplo possam ser difundidos para todo o País. Por isso, estão de parabéns os promotores do evento e o engenheiro Luciano Pizzatto. Queira Deus que, em nosso País, em futuro próximo, tais exemplos de sábia utilização dos recursos naturais sem agressão ao meio ambiente, sejam comuns e permanentes, não apenas raras e honrosas exceções.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo entendeu, ainda em boa hora, que a principal causa do processo inflacionário no País é o déficit público, crescente no plano federal, bem superior nos Estados e realmente espetacular na órbita municipal, onde as despesas com o pessoal facilmente alcançam os noventa por cento e muitas vezes ultrapassam os cem por cento da arrecadação tributária.

Mas o novo plano vai além, não modificando a política de rígido controle monetário, para evitar que se repitam os erros do Plano Cruzado, que se esvaiu em três meses, de verdadeira inanição.

O anúncio das providências governamentais serviu, sobretudo, para levar um pouco de tranqüilidade ao povo, que, nos últimos seis meses, estava marchando para o pânico, vendo a inflação superar os vinte por cento ao mês, enquanto a recessão ameaçava com o desemprego os assalariados das empresas privadas, também temeroso o funcionalismo, diante do desempenho financeiro do Governo.

Desta feita, não se procura, imediatamente, a inflação zero, mas um realinhamento de preços que, a partir do segundo mês, comece a colocá-la em níveis suportáveis.

Outra diferença entre os Planos Funaro e Bresser é que, neste último, a correção dos preços se fará por um mesmo índice, pela média dos três últimos meses, enquanto o gatilho salarial também será suprimido, mas não imediatamente, beneficiando o trabalhador ainda este mês.

Falando sobre essas medidas, o ex-Presidente da Associação Nacional dos Bancas de investimentos, Ary Washington, ressaltou a necessidade de emprestar maior independência ao Banco Central, para que deixe de ser uma ante-sala dos partidos políticos. Por sua vez, o banqueiro Teóphilo de Azeredo Santos advertiu que aquele estabelecimento deve agir em benefício da sociedade, assinalando que os aspectos positivos das novas medidas decorrem da queda da inflação e consequente redução das taxas de juros, que ocasionará o crescimento do mercado.

Mas, no bojo do plano, existe uma inegável perda salarial, com o pagamento das diferenças do gatilho para depois dos noventa dias abrangidos pelo plano. Devemos reconhecer, no entanto, que nenhum sistema, até hoje, permitiu o total resarcimento das perdas salariais dos trabalhadores, em tempo de inflação.

Vamos fazer votos para que ela desça a níveis suportáveis, de dois por cento ao mês, a fim de que a correção do salário não os encontre totalmente defasados.

Era o que firmamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte José Santana de Vasconcellos.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

Não é de hoje que vimos nos batendo pelo saneamento dos gastos públicos, baseados na evidência inquestionável de que o Governo age como se o Erário fosse inesgotável, gastando muito, gastando o que não existe, e, o que é pior, gastando mal.

O Plano Cruzado 11, ora implantado debaixo de ceticismo geral, certamente frustrar-se-á em seus objetivos se o Governo, paralelamente, não procurar eliminar o **deficit** público. Ao decretar o anterior Plano Cruzado, o governo continuou levianamente a gastar sem ter, a promover maciças emissões de papel-moeda, a lançar no mercado títulos da Dívida Pública, a contratar pessoal, a subsidiar a ineficiência e o desmando das empresas estatais como prêmio à impunidade de seus administradores.

Era a velha história de "em casa de ferreiro, espeto de pau", que levou ao insucesso do Plano Cruzado.

Nenhum plano de combate à inflação e controle da economia pode vingar à custa da tributação do assalariado, enquanto as hostes governamentais continuam a agir sem qualquer espírito de controle e contenção.

Não é preciso ser **expert** em economia para perceber que o excesso de gastos gera a emissão de moeda, ou então o aumento de tributos, ou as duas coisas ao mesmo tempo, que é o que estamos testemunhando.

Em poucas palavras, quando o Governo gasta o dinheiro que não tem, a sociedade é chamada a pagar a conta. É um círculo vicioso de expandir o gasto, aumentar tributos, emitir papel-moeda, alimentar a inflação e o endividamento, elevar os juros e desaquecer a economia.

A única alternativa em que o governo ainda se empenhou é a de reduzir o gasto público aos níveis das receitas disponíveis. E o que deve fazer o setor público, racionalizando e aumentando sua eficiência para reduzir suas despesas.

O cidadão comum é o que mais paga por essa ciranda governamental de ineficiência e esbanjamento. Seja através do ICM embutido no preço do arroz e do feijão, seja no IPI do cigarro e da bebida, seja no subsídio à incompetência da PETROBRAS intocável, a aumentar o preço do combustível enquanto em todo o resto do mundo ele baixa, seja no gasto indevido imposto pelas mordomias, pelo desenvolvimento de projetos faraônicos e dispensáveis.

De nossa parte, acreditamos que a classe política, tem, entre suas obrigações, a de promover uma ampla campanha de esclarecimento e sensibilização da opinião pública sobre as despesas governamentais, de forma a transformar cada cidadão em fiscal do gasto público, seja do município, do Estado ou da União. Estamos certos de que, à medida em que o Governo constatar que a opinião pública está atenta aos gastos governamentais, começará a preocupar-se com isso, porque perceberá que austeridade dá voto.

AI então não mais assistiremos a lamentáveis e melancólicos episódios, como aqueles envolvendo a má utilização das estruturas do poder por parte dos governantes, seus familiares e apaniguados, em verdadeiro acinte à probidade e aos direitos do cidadão comum.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Vilson Souza.

O SR. VILSON SOUZA (PMDB – SC Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A princípio, o MDB reuniu os democratas sobreviventes às cassações de 64, às perseguições políticas, às prisões. Era um pequeno Partido, consentido pela ditadura, necessário para que se pudesse apregoar pelo mundo que vivíamos em uma democracia. Já àquela época, contudo, a unidade do Partido estabelecia-se em torno de duas questões fundamentais: a luta pelas liberdades e a denúncia do modelo econômico que trazia como consequências principais a desnacionalização da economia, o agravamento dos desequilíbrios regionais e o arrocho salarial. De eleição em eleição, o Partido foi progressivamente identificado pelo povo como instrumento de resistência

democrática e como porta-voz de inadiáveis mudanças institucionais econômicas e sociais em nosso País. Muitos tombaram nesta luta; cassações, prisões, torturas, exílios e até mortes marcaram a trajetória do Partido, dando-lhe a credibilidade popular indispensável para isolá-lo e denotar a ditadura. As eleições de 1974, em que fomos vitoriosos em 16 dos Estados, significaram um autêntico grito de clamor pela democracia, forçando o regime a buscar novos caminhos para perpetuar-se, o que foi feito através da "distensão, lenta, gradual e segura". O temor da derrota era

tamanho que até as regras eleitorais foram mudadas: alargou-se o mandato presidencial para 6 anos e criou-se a figura do Senador biônico, o escolhido sem povo. Ainda como parte da estratégia para impedir a ascensão do MDB ao poder, o regime promoveu a reforma partidária com o único objetivo de destruir a sigla, a esta altura totalmente identificada com os anseios de mudança da sociedade. Ressurgiu o Partido, com nova sigla, PMDB, com o mesmo discurso, o da liberdade, o das mudanças; tomou a crescer o Partido, levando o regime a tentar uma última carta: proibir coligações para as eleições de 1982, sem o que seria inevitável a sua derrota. Recou entanto o Partido, aceitando o sacrifício da incorporação ao PP como passo indispensável ao isolamento da ditadura, e marchou para a vitória. Como intérprete da vontade nacional, mobilizou o País contra a recessão e pelas mudanças estruturais, através da memorável campanha das Diretas-já. Mesmo sem elas, assumiu, com Tancredo Neves, indeclináveis compromissos com o povo, avalizando, assim, o que convencionou-se chamar de transição democrática. Frustramo-nos com a morte de Tancredo. Sarney assumiu o poder comprometendo-se a honrar todos os compromissos de Tancredo. A princípio, parecia sincero. Convocou a Constituinte, aboliu a censura, legalizou todas as correntes políticas, deixou de intervir em sindicatos, garantiu o exercício das liberdades públicas. Afinal, precisava legitimar-se, até porque fora um dos baluartes da ditadura no Congresso Nacional. Com o tempo. Sarney mudou a base de sustentação de seu governo, assegurando pontos-chave aos setores conservadores, comprometidos com as práticas políticas vigentes nos últimos 20 anos. Ao conceder o comando da economia ao PMDB, através de Furtam/João Manoel Belluzzo, apressou-se em desmoralizá-los, fazendo com que o Cruzado, esperança de redenção dos milhões de brasileiros, se transformasse em instrumento da mais vergonhosa fraude eleitoral de nossa história política. O oportunismo eleitoral comprometeu gravemente a credibilidade do Partido. A ânsia de garantir a vitória nas eleições, a qualquer preço, fez com que a direção do Partido se abrisse a composições espúrias, permitindo que a legenda fosse tomada de assalto pelo restolho do PDS, conduzindo a eleição de uma bancada na Constituinte em que muitos não têm qualquer compromisso com o Programa do Partido. A frustração da derrota do Cruzado trouxe como consequência a desmoralização dos políticos e, em particular, no nosso Partido, os que estavam comprometidos com as mudanças na política econômico-financeira anunciadas, mas não executadas. Em tais circunstâncias, Sarney passou a desprezar o PMDB como Partido, intervindo no Congresso para assegurar ao Governo uma base parlamentar confiável

a fim de garantir a elaboração de uma Constituição conservadora e a manutenção da política econômico-financeira historicamente adotada em nosso País, a de total submissão aos interesses financeiros internacionais, aos do latifúndio e aos do comércio exportador. Sofrem, assim, os setores produtivos da sociedade, industriais, produtores rurais, comerciantes e, principalmente, os trabalhadores.

O nosso Partido está, pois, em uma encruzilhada. Ou reafirma o seu Programa ou se descaracteriza. O programa partidário é o nosso divisor de águas. Quem estiver com ele, está no PMDB. Não é possível arturar os trânsfugas que, eleitos pela nossa legenda, estão a votar com Delfim e Roberto Campos na Constituinte.

Ou está com Sarney, com a recessão e com o FMI, ou está com os trabalhadores, com os produtores rurais, os industriais e os comerciantes, com a sociedade, enfim; Sarney é o casuismo, é o continuísmo, é o conservadorismo. E o PMDB é a luta pela democracia, política, econômica e social. Não há conciliação possível. O caminho para a democracia exige uma definição do Partido, inequívoca, cristalina, de coerência com a sua história, com seu programa, com seu projeto político. O PMDB é nosso. Democrático. Defensor intransigente dos interesses nacionais e populares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Luiz de Sá.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL-RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Faço desta tribuna, hoje, um pronunciamento relacionado com o meu município de Volta Redonda, como Deputado Federal, uma indagação à Diretoria da Cia. Siderúrgica Nacional, sobre os motivos que levaram-na a ordenar o transporte de carvão coque, do Porto de Sepetiba à Usina de Volta Redonda, em carretas de vinte rodas, durante vinte e quatro horas por dia, já que são carretas turbinadas, além da grande quantidade de pó que se desprende da carga, causando sujeira na cidade.

Afora este problema, pelo que nos consta, trata-se de grande prejuízo financeiro para a empresa, por tratar-se de um transporte muito mais caro, sendo a opção lógica o transporte ferroviário, de custo muito menor, com desembarque nos Portos do Rio de Janeiro e/ou Angra dos Reis, ambos dotados de recursos de embarque ferroviário até os pátios da Usina, visto que uma composição ferroviária corresponderia à carga de 140 carretas das que estão sendo usadas no momento.

Senhor Presidente, posteriormente farei um pronunciamento com maiores detalhes sobre o assunto; e, enquanto isso, aguardo manifestação da Diretoria da Cia. Siderúrgica Nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente. Srs.^{as} e Srs. Constituintes:

Transfiro a este plenário, neste momento, as preocupações que afligem a classe trabalhadora de todos os rincões deste País.

Faço minhas, Sr. Presidente, as palavras que, me foram transmitidas pelo Presidente do Sindicato dos Bancários de Garanhuns-Pe.no meu Estado de Pernambuco, o Sr. José Sales, quando, manifesta com exatidão as dúvidas de todos os trabalhadores quanto ao êxito do novo Plano Cruzado.

Não acredita aquele líder sindical que haja garantia para que ao trabalhador seja assegurado algum benefício ou possibilidade de ganhos reais de salário. No momento da decretação do novo plano, em um fim de semana prolongado, os tecnocratas permitiram que o empresariado remanescesse seus preços em até 100%, garantindo suas margens de usura para que cheguem ao fim do prazo de 90 dias de congelamento com seus ganhos previamente assegurados. E é aí que residem as dúvidas dos trabalhadores, a usura e exploração foram garantidas. Aos trabalhadores, pelo contrário, lhes foi usurpado o que a lei anterior assegurava que era o disparo do gatilho quando a inflação acumulasse 20%.

Mais uma vez, Srs.^{as} e Srs. Constituintes, perpetra-se contra a classe trabalhadora uma ação de achatamento. Os aumentos autorizados neste começo de semana vão desencadear uma série de reajustes nos preços que a classe empresarial, na sua sanha incontrolável, ainda acha que estão defasados, ou desalinados, como preferem chamar.

Apela-se, mais uma vez ao povo para que colabore, enquanto se permite que o empresariado dance ao som do tic-tac das maquininhas remarcadoras dos supermercados.

Não é possível, Sr. Presidente, que esta casa permita que o trabalhador brasileiro fique mais uma vez prejudicado, quando o palavreado complicado dos tecnburocratas tenta mostrar outra realidade.

Sabe-se que o Decreto-lei nº 2.336 – chamado "Plano Bresser" – somente entrou em vigor após sua publicação no **Diário Oficial**, mas o Ministro, pai da matéria, declarou que a inflação de junho não conta para reajuste salarial.

Ora, Sr. Presidente, até 12 de junho, o que estava em vigor era o Decreto nº 2302, que garantia o disparo do gatilho salarial e, portanto, a inflação de junho tem que ser, do ponto de vista jurídico, contabilizada para efeito do reajuste a ser pago na folha de julho. Isso não é nenhum favor que se faz ao trabalhador, é apenas o respeito a um direito adquirido dentro de uma política que, mesmo não gerando ganhos reais, diminua a distância na corrida de preços e salários, permanecendo, mesmo assim, o alargamento do fosso entre os ganhos e os custos de aquisição do mínimo necessário à sobrevivência de cada trabalhador.

Apelo às autoridades que controlam nossa caótica política econômica, no sentido de que coibam os abusos dos gananciosos e respeitem os direitos dos trabalhadores, assegurando à sofrida gente brasileira o mínimo de tranquilidade, pelo menos durante o período de vigência de mais uma experiência dos laboratórios, onde figuras que se julgam "iluminadas" brincam com palavras e números para ver se vai dar certo.

Peço, por fim, que faça parte deste meu pronunciamento o telegrama que recebi do Sr. José Sales, Presidente do Sindicato dos Bancários de Ga-

ranhuns-PE, para que conste nos anais desta Casa o alerta de uma categoria que representa o pensamento de todos os trabalhadores deste País.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GONZAGA PATRIOTA, EM SEU DISCURSO:

Do: Sindicatos Bancários de Garanhuns e Região P/: Gonzaga Patriota – DD. Deputado Federal Bancada de Pernambuco – Câmara dos Deputados

Brasília (DF)

REF. Plano Econômico Bresser – Cruzado III

Mais uma vez o trabalhador foi penalizado. Lamentamos profundamente que a grande crise econômica criada pelo próprio poder Econômico com o boicote do Plano Cruzado I, cobrando ágio, escondendo as mercadorias etc., seja o trabalhador chamado novamente a pagar a conta. O gatilho não era o responsável pela inflação como dizia os empresários, visto que, o mesmo só era disparado com resultado da inflação passada, enquanto que os bens de consumo eram reajustados com base na inflação futura e o Governo em nome da preservação do poder de compra dos assalariados, aumentou os preços dos combustíveis, serviços públicos etc. Dando condições para que os empresários se preparassem previamente para enfrentar o congelamento: enquanto que os trabalhadores vão ter que assumir todo ônus do Plano sem a menor proteção. Tanto que lutamos por mudança e dias melhores, mas infelizmente fomos decepcionados outra vez.

Respeitosamente, **José Sales**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vasco Alves.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

À época em que se decidiu explorar as reservas minerais da Serra dos Carajás, as discussões que precederam a opção do governo do Presidente Geisel pela construção da Estrada de Ferro Carajás, entre a ferrovia e a hidrovia do Araguaia/Tocantins, em razão do regime militar, se restringiram a pequenos foros.

Inúmeros segmentos da sociedade civil, notadamente os de cunho técnico, se opuseram à construção da ferrovia em detrimento da hidrovia do Araguaia/Tocantins, até que foram silenciados por uma decisão de governo, baseada em estudo da viabilidade econômica de falsos princípios, da Companhia Vale do Rio Doce.

Eram falsos os argumentos apresentados, pois pressupunham a necessidade de navios graneleiros da ordem de 250.000 toneladas de porte bruto, para viabilizar a colocação de minério de ferro no Japão, a preços competitivos com o minério australiano. Por que esta competição? Por que esta necessidade de exportar a qualquer custo?

Na época, prevalecia a política danosa de exportar a qualquer custo. Porém, é evidente que os objetivos da CVRD poderiam ser alcançados, sem a construção da Estrada de Ferro Carajás, se as soluções simples exercessem sobre os dirigentes brasileiros o mesmo fascínio que as complexas.

O "Ovo de Colombo", assim como foi apresentado pelo Clube de Engenharia da Cidade do Rio de Janeiro, instituição centenária e das mais res-

peitáveis, consistia em atender ao mercado japonês através do Porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo, e os mercados europeu e americano através de porto situado no estuário do Rio Amazonas.

Nesse sentido, dado às relativas proximidades dos mercados europeu e americano, o navio tipo viabilizador desse comércio seria da ordem de 60000 toneladas de porte bruto, ou seja, navio compatível com as restrições naturais de profundidades daquele estuário.

Com efeito, Srs. Constituintes, estivéssemos na época do governo do Presidente Ernesto Geisel, em pleno regime Democrático, certamente a Estrada de Ferro Carajás não existiria. Teríamos optado pelo escoamento dos minérios das jazidas da Serra dos Carajás pela hidrovia do Tocantins, pois os debates em torno da matéria culminariam por apontar esta solução a mais interessante para o País.

E em nossos dias, o que vemos? Vemos o Governo federal querer impingir à sociedade brasileira uma ferrovia paralela a rios potencialmente navegáveis e à rodovia Belém-Brasília, sem, ao menos, apresentar o seu projeto básico e correspondente estudo de viabilidade econômica, num acintoso desrespeito à legislação em vigor.

Vemos o Sr. Ministro dos Transportes vir a público para, lançando uma falsa idéia sobre as condições de navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins, tentar defender um projeto que nem este nome pode envergar, pois se trata de uma idéia, de um sonho. Ao invés de demonstrar a viabilidade técnica da ferrovia Norte-Sul, procura-se mostrar, com argumentos torpes, a inviabilidade da hidrovia do Araguaia/Tocantins. A demonstração matemática **AB Aburdo**, onde se prova a validade de uma tese pela falência de antagônica, não se aplica ao caso.

A hidrovia do Araguaia Tocantins é navegável desde Aruanã, em Goiás, até a foz do rio Tocantins, a menos dos trechos referentes às corredeiras a serem afogadas pela barragens de Santa Isabel e à barragens de Tucuruí. Em suma, poder-se-á navegar de Aruanã até o rio Amazonas, quando as escusas de Santa Isabel e Tucuruí forem construídas.

Obviamente, a exploração comercial da hidrovia não depende exclusivamente das escusas de Santa Isabel e Tucuruí, mas de outros melhoramentos de diminuta monta, tais como balizamentos e pequenas derrocagens. No entanto, o custo da construção das escusas de Tucuruí e Santa Isabel, incluindo os outros melhoramentos mencionados, situa-se em torno de meio bilhão de dólares, ao passo que a otimista estimativa da ferrovia Norte-Sul, em cerca de 2,4 bilhões de dólares.

Quis ainda o Sr. José Reinaldo Carneiro Tavares confundir a opinião pública, somando ao custo construtivo das escusas o custo das barragens, que se trata de encargo exclusivo do empreendimento energético, de modo que o orçamento da hidrovia ultrapasse o da ferrovia Norte-Sul.

Por outro lado, Srs. Constituintes, a hidrovia do Araguaia/Tocantins recebeu, nesses últimos dias, um alento da maior importância, ainda que de maneira indireta: refiro-me à descoberta de um supercondutor de eletricidade por cientistas paulistas.

Se os aproveitamentos hidrelétricos dos rios

Araguaia e Tocantins dependiam de uma maior definição de demanda, dentro de suas áreas e transmissão econômica de energia elétrica, à sua implementação agora, com a possibilidade de termos transmissão sem perdas, a curta prazo, estes empreendimentos passaram a ter outro enfoque, dado ao acréscimo de demanda pela possibilidade de atendimento a plagas mais distantes.

Se não bastassem as irregularidades apontadas, com relação à ausência de estudo de viabilidade econômica, outras vêm claramente demonstrar que algo de podre existe no reino da ferrovia Norte-Sul. Trata-se do seguinte:

Como pode a Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, criada com base na Lei nº 6.222, de 10-6-75, e nos termos de seu artigo 3º, com a finalidade precípua de realizar as atividades relacionadas com a construção, administração e exploração dos portos e das vias navegáveis interiores, ser cotista da VALEC – Engenharia e Construção LTDA, ou seja, participar de um empreendimento ferroviário?

Como pode a PORTOBRÁS participar de projeto ferroviário que se mostra danosa ao desenvolvimento da hidrovia do Araguaia/Tocantins, na qualidade de sócia cotista da VALEC, quando, por força da Lei nº 6.222/75, deveria exercer a supervisão, orientação, coordenação, controle e fiscalização sobre as atividades hidroviárias?

Por que a PORTOBRÁS, entidade portuária, participa da VALEC e a Rede Ferroviária Federal S. A. – RFFSA, entidade ferroviária não?

Somente a certeza da impunidade, Srs. Constituintes, leva a este estado de coisas.

Como disseram outros Constituintes, este sonho ferroviário, este açodamento e esta necessidade de se repetir os erros da Ferrovia do Aço, iniciando obras sem projeto básico e pretendendo-se construir uma ferrovia desta envergadura em 1000 dias, incidiu nas seguintes irregularidades:

a) Não observância da Constituição, no pertinente à seção VI – do Orçamento do Capítulo VI – do Poder Legislativo.

b) Não observância do artigo 6º do Decreto-lei nº 2300, de 21-11-86, no que se refere à necessidade de se dispor de projeto básico aprovado para licitar obras e serviços.

c) Não observância do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5918, de 10 de setembro de 1973.

Mas a imoralidade não pára aí. Pretender-se aplicar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criados com o suor e o sangue do trabalhador brasileiro, compulsoriamente, que tem o compromisso de bem remunerar seus recursos, em projetos como esse, é por demais acintoso à consciência nacional.

Sob outro aspecto, cabe ressaltar que rodovias e hidrovias proporcionam a integração nacional, haja vista franquearem o transporte à livre iniciativa. Já as ferrovias e aerovias ligam um ponto a outro sem permitir o engajamento de carga ao longo de seu trajeto.

Não podemos permitir o esbanjamento de recursos, quando no setor de transportes, tantas outras obras e melhoramentos são necessários.

Existe a possibilidade de se propiciar transporte à região dos cerrados, melhorando as condições de tráfego da ligação da Estrada de Ferro Vitória-Minas com a ferrovia da Rede Ferroviária Federal

S/A, que serve aos cerrados. Com recursos da ordem de 100 milhões de dólares, poder-se-ia construir a variante Capitão Eduardo Costa Lacerda, em Minas Gerais, e estender os trilhos da ferrovia existente até a cidade de Aruanã, em Goiás, integrando o trecho já navegável do rio Araguaia à malha ferroviária mencionada.

Não podemos gastar os parcos recursos nacionais em obras faraônicas, mormente quando nos declaramos quebrados ao mundo.

Além do mais, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, há que se ter presente os compromissos da Nova República com políticas Sociais que levem à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Temos, hoje, 30.000.000 de concidadãos em estado de miséria absoluta. A fome grassa de forma desesperadora para cerca de quase 50% de nossa população. Temos 27.000.000 de analfabetos e os nossos índices de mortalidade infantil batem recorde mundiais. Isto sem falar nas nossas deploráveis condições sanitárias e na falta de moradia para milhares e milhares de brasileiros.

Por todas essas razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é inconcebível que haja Ministros como o cidadão José Reinaldo Carneiro Tavares, guindado à pasta dos Transportes apenas por sentimentos afetivos. Isso se constitui num desrespeito ao povo brasileiro, que espera, pelo menos, seriedade no trato da coisa pública.

E, finalmente, fica patenteado que há interesses escusos nessa "jogada da ferrovia Norte-Sul". E, por isso, se confirma o que o povo brasileiro já está farto de saber: este nosso País continua a ser o País das grandes empreiteiras.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encerro esse meu discurso, pedindo ao Sr. Presidente José Sarney, que honre aos compromissos da Nova República, exonerando sem mais delongas o cidadão José Reinaldo Carneiro Tavares, do Ministério dos Transportes, pessoa que será lembrada na história brasileira como alguém que foi pilhado com a boca na burla.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Com cedo a palavra ao Sr. Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O funcionalismo público da União comporta uma verdadeira babel de cargos e funções, que estão sempre em mudança. Vez por outra ouvimos falar em reclassificação de cargos para fazer justiça a essa ou aquela categoria funcional, ou para racionalizar a escala das ocupações. Mas, nunca se chega a um consenso final. Periodicamente há reclamações que dão origem a novos estudos e novas mudanças.

Já é tempo de termos uma estrutura funcional definitiva, consentânea com as necessidades da administração federal e aberta à participação de todos os brasileiros que desejem fazer carreira no trabalho do Governo. Em verdade, a eficácia do serviço público depende muito da organização administrativa, formulada com critérios das modernas ciências sociais, de modo que tenhamos as pessoas certas ocupando os lugares certos, produzindo para o bem de toda a Nação.

Entretanto, é forçoso dizer que estamos longe dessa eficácia nos serviços públicos em geral, como longe estamos de contemplar adequadamente tantos funcionários que mourem no tra-

balho durante anos a fio sem uma retribuição à altura do seu esforço e merecimento. Pior ainda é sabermos que há os injustiçados da sorte, aqueles que ficam para trás toda vez que se adotam medidas em favor de determinada classe de servidores.

Recentemente, um correligionário honrou-me com uma carta onde expõe a sua situação, um tanto decepcionante para o funcionário que, após 35 anos de trabalho, encontra-se às vésperas da aposentadoria. Trata-se de um Tesoureiro do antigo Departamento dos Correios e Telégrafos, redistribuído, em 1977, para o Quadro do Pessoal do Ministério da Fazenda, mais precisamente para a Delegacia da Receita Federal, no Estado de Mato Grosso.

Esse funcionário, hoje exercendo a função de Delegado do Serviço do Patrimônio da União, em Cuiabá, ficou à margem de todos os benefícios proporcionados a tantos dos seus colegas.

Os Tesoureiros do Ministério da Fazenda foram transformados em Controladores de Arrecadação Federal, e, depois, em Auditores Fiscais do Tesouro Nacional. Mas houve algumas exceções, como é o caso da pessoa de quem me ocupo neste pronunciamento, ainda hoje situado no cargo de Tesoureiro, em nítida desvantagem frente aos seus antigos colegas.

Enquanto isso, aqueles que eram Tesoureiros nos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPI, IAPC, IAPB, IPASE – foram aproveitados como fiscais do INPS, em situação bastante vantajosa.

Não se comprehende que apenas alguns remanescentes dessa categoria funcional estejam sendo preteridos e prejudicados. A classe acha-se, inclusive, tocando uma ação judicial para que lhe seja reconhecido o direito de equiparação aos colegas que hoje são Auditores Fiscais do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, minha presença na Tribuna, hoje, é para solidarizar-me com esses funcionários injustiçados, ao tempo em que dirijo veemente apelo às autoridades do Ministério da Fazenda e do DASP, para solicitar-lhes que corrijam, no mais breve prazo possível, esta situação.

Vamos fazer justiça a esses valorosos servidores, colocando num patamar mais elevado todos os antigos Tesoureiros, nessa altura uma classe em extinção, para que possam ocupar posição de acordo com a sua dignidade e o seu merecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É preciso democratizar as Forças Armadas.

Tendo em vista os últimos acontecimentos que redundaram na prisão disciplinar do Coronel Aviador José Agostinho Maciel, punido por causa de artigo intitulado "Antes que Seja Tarde", publicado na edição de segunda-feira última, do **Jornal do Brasil**, nos vem à memória a punição também sofrida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Wauterlô Teixeira Pontes, por ter publicado na Revista **Veja**, no final de abril artigo intitulado "Ponto de Vista", onde defendia a criação do Ministério da Defesa.

As duas punições, aplicadas a oficiais superiores das Forças Armadas, nos impõem reiterar indagações que devem ser feitas, especialmente considerando ser o ano de 1987 o ano da Assembléa Nacional Constituinte.

Em nome de quem falam os Ministros Militares? Como promover a democratização das Forças Armadas?

Temos visto e ouvido as mais diversas manifestações dos Ministros militares sobre todos os temas relacionados à vida nacional: do mandato do Presidente da República às questões ligadas à política econômica.

Naturalmente que os Ministros militares não falam em nome da tropa, posto que não dispõem de legitimidade para tal e sequer permitem o debate para o conhecimento e aferição da opinião média do chamado e hermético público interno.

Obviamente que, também, não falam em nome das instituições que comandam, posto que, em sendo impessoais e mudas, as instituições não podem delegar poderes para quem quer que seja tratar por elas dos temas políticos.

Não representando a tropa e muito menos as instituições, os Ministros militares apenas falam em nome próprio, obedientes às próprias consciências e ao que supõem ser a política do Governo, a quem, supomos, devem pelo menos lealdade.

Se tal não fosse, poderíamos admitir que o Ministro dos Transportes, ao formular o seu ponto de vista, estaria falando em nome de todos os servidores públicos subordinados ao seu Ministério, podendo-se estender o mesmo raciocínio a todos os demais Ministérios, o que seria um grande e inadmissível absurdo.

Mas, no caso dos Ministérios milhares, aqueles que ocupam os mais elevados postos se acham no direito de, sem darem o devido exemplo e por disporem dos chamados regulamentos disciplinares, prender os subordinados que manifestam publicamente as suas opiniões, resguardando-se apenas no dever de punir aqueles que expressam posições contrárias às suas e às do Governo.

Para que houvesse coerência, deveriam ter sido punidos o General Octávio Medeiros ou o Coronel Brilhante Ustra, que ousou defender os torturadores que enxovalharam o nome das Forças Armadas.

A bem da verdade, as Forças Armadas não podem ser consideradas segmento estanque da sociedade.

Todos sabemos da e existência, no seio das Forças Armadas, das mesmas correntes de opinião existentes na sociedade de onde provêm os seus quadros.

Pretender horizontalizar os quadros, em face de mecanismos de repressão, além de ser uma insanidade, consiste, também, em desejar a meta inalcançável de transformar o homem num ser não pensante, alheio ao seu próprio universo, alheio, no caso, ao seu País e alheio à sua Pátria, somente porque veste farda.

Faz-me lembrar a afirmação que ouvi de um Capitão-Tenente, no dia em que comemorava a sua própria promoção, referindo-se ao silêncio a que estava obrigado. Mesmo em relação a fatos escabrosos dos quais intimamente discordava – "aquilo lá é uma fábrica de covardes".

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituinte, precisamos compreender, respeitar, aceitar e defender

a necessidade da democratização das Forças Armadas.

Urge que vejamos o militar como um cidadão comum, igual a todos os demais, com direito e deveres diante da sociedade.

Urge pôr fim à mordaça que tem servido de instrumento para uma cúpula que, mais preocupada com os seus interesses pessoais, se arvora na condição de porta-voz não se sabe de que, silenciando uma maioria que luta e espera fazer parte de todo o corpo social, em defesa da democratização do Brasil.

Aliás, convém lembrar que foram as cúpulas militares que, em dando suporte à ditadura, ousaram silenciar todo o povo brasileiro, durante mais de vinte anos, e os resultados estão aí, todos conhecidos.

Temos um Brasil sem soberania, endividado, e parcela majoritária do povo na mais aguda miséria.

Quero me solidarizar ao Coronel-Aviador José Agostinho Maciel, assim como fiz em relação ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Wauterlô Teixeira Pontes, em discurso proferido nesta Assembléa Nacional Constituinte, no dia 8 de maio de 1987, não por concordar ou discordar das suas opiniões, mas por defender o direito democrático que todo o cidadão, com ou sem farda, tem de se expressar sobre os mais relevantes temas nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo, neste instante, deixar registrado nos anais da Assembléa Nacional Constituinte, Telex que enviei ao Governador Hélio Gueiros, do nosso Estado do Pará.

Na verdade, deixamos registrada a nossa desilusão com o Governo, que é o grande responsável pela violência que se implantou no campo, moto maior hoje, que nos dias do Governo Militar.

A simples intenção de fazer reforma agrária com a apresentação de um projeto tímido, pelo MIRAD, ou a perspectiva de qualquer mudança com a Constituição, fez com que os latifundiários partissem para a violência, e o Governo não foi capaz de se impor no combate ao crime e recuou na execução do seu projeto.

A esperança está na mobilização popular, na resistência à violência do latifúndio e na busca das eleições para Presidente da República, assim que seja concluída a nova Constituição do Brasil.

Só a pressão popular sobre os Constituintes poderá nos fazer alcançar estes objetivos.

Esta é a nossa manifestação.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO)

Exmº Sr. Hélio Gueiros

17-6-87

MD. Governador do Estado
Belém – PA

Senhor Governador,

Este telex é longo, mas importante. Peço dedicar um pouco de seu tempo à sua leitura.

A falta de crédito as nossas constantes denúncias e a impunidade são estímulos a assassinatos como o de Paulo Fontelles. Enumero alguns poucos fatos, que destaco entre centenas:

1) A Polícia Militar, sob o comando do capitão Saldanha, em fevereiro último, cometeu estupros, espancamentos, roubos, destruição de lares, durante a invasão dos povoados de Parauna e Monte Santo. O GETAT confirmou, os técnicos do MIRAD que estiveram na área confinaram. Tenho cópias dos depoimentos e dos laudos médicos dos espancamentos praticados. O Coronel Antonio Carlos, Secretário de Segurança Pública, me afirmou que o inquérito instaurado pela PM absolutamente nada conseguiu apurar.

Permanece uma guarnição da Polícia Militar há cerca de dois anos permanentemente sediada na Fazenda Bamerindus.

As recentes barbaridades praticadas pela PM de Conceição do Araguaia na Fazenda Bela Vista, cujos detalhes lhe enviei em telex, foram feitas a pedido do fazendeiro Jurandir, que está expulsando posseiros que há sete anos vivem na terra, muitos deles inclusive já até possuem gado. Este pretenso proprietário está sob a proteção da Polícia Militar que fechou a passagem dos lavradores até a cidade. O Coronel Antonio Carlos me informou que as ordens partiram do Palácio.

2) Sobre a morte do ex-Deputado Paulo Fontelles, há suspeitas do envolvimento do fazendeiro de Goiânia, Jairo Andrade, com o conhecido pistoleiro Nene Simão, que em sociedade com o Major Gibson, exploravam a madeira da Fazenda Agropecus. O filho deste fazendeiro foi morto no conflito desta disputa da madeira. Por esta razão sete posseiros estão presos e 23 com prisão preventiva decretada. Eu, Paulo, Padre Ricardo Rezende, Padre Aristides, Dr. Machado, e os posseiros fomos jurados de morte por estas pessoas.

No dia 26 de maio, o pistoleiro Nene Simão teve uma discussão com o Paulo Fontelles em Rio Maria, na residência do Vereador Raimundo Olímpio de Araújo. O Paulo era o advogado dos posseiros, contratado pela Contag. Já denunciei o envolvimento do Major Gibson com o Nene Simão por inúmeras vezes, muito antes da morte do Tarley Andrade, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Desembargador Corregedor, ao ex-Governador e ao Secretário de Segurança. Nenhuma providência foi tomada.

4) Recentemente, o Capitão Edson, de Xinguara, vem exercendo a maior pressão contra os sindicalistas daquele município, todos ameaçados de morte.

Muito tenho dito e muito mais poderia dizer. As pessoas pobres, as lavradores do sul do Pará, sofrem nas mãos da polícia e dos juízes de Conceição e Santana do Araguaia, totalmente comprometidos com o latifúndio e a UDR. O juiz sério, Dr. Enivaldo da Gama Ferreira foi transferido e até hoje não tem substituto.

Pego que seja verificado há quanto tempo estão no quartel da PM de Conceição o major, cada capitão, cada tenente. Mande alguém isento conversar com os soldados sobre o comportamento destes comandantes.

Pela décima vez, solicito que seja substituído todo o comando da PM do sul do Pará, até, pela necessidade de rodízio normal na polícia militar. O pistoleiro Nene Simão, suspeito de envolvimento no assassinato do Paulo, vive sob a proteção

da PM, comandada pelo Gibson, proteção que nunca foi dada a sindicalista quando solicitada.

Tanta injustiça nos deixa indignados e a indiferença diante das nossas denúncias mais ainda. A pressão contra os trabalhadores se amplia cada vez mais. Observe que barbaridades como estas não são cometidas pela PM de Tucuruí.

V. Ex.^a como comandante desta polícia, tem que dar um basta a estes crimes. A morte de Paulo tem que ser desvendada e os criminosos devem pagar ou a violência se ampliará a cada dia.

Eu o considero um homem sério e íntegro e sem compromisso com o latifúndio. Peço, portanto, e esta é a última vez que o faço, torne a polícia do sul do Pará uma polícia isenta. Verifique de quem partiu a ordem do Palácio para a polícia agir na fazenda Bela Vista.

Eu me disponho inteiramente a ajudá-lo, a contribuir e até a defender o seu governo, desde que possamos ter nossas ponderações levadas a sério, independente de qualquer favor pessoal ou de participação na sua administração. Desejamos apenas que a justiça seja feita.

Espero, como Deputado Federal mais votado do sul do Pará, participe da sua campanha, merecer de V. Ex.^a uma breve resposta.

Atenciosamente,
Ademir Andrade
Deputado Federal Constituinte –
PMDB/PA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauricio Campos.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Volto a insistir sobre a gravidade do momento nacional não pelas dissensões políticas dentro da Aliança Democrática ou fora dela;

Não pelos entrechoques de candidaturas e contra-candidaturas à sucessão presidencial;

Não pelo mandato estilingue do Presidente da República que, enquanto estica e encolle, atira pedras de todo lado;

Não pelos encontros e desencontros das comissões da Constituinte, de interminável tira-põe de capítulos, artigos e parágrafos;

Não pela inflação tiririca que, quanto mais se combate, mais viçosa fica;

Não pelo desencanto de tantos segmentos da vida nacional, que está rejeitando o Governo, até quando este propõe ajuda;

Não pelos evidentes sinais de saturação social, anuciando perigos de convulsão;

Não por qualquer de cada um dos desastres que compõem o clima hoje respirado por toda a Nação brasileira.

Insisto sobre a gravidade do momento nacional devido à conjunção de tudo isso junto; com dois complicadores muito sérios: o descrédito popular em que caem a cada instante, o Governo e as instituições políticas e a alienação do Parlamento como instituição ante os problemas da conjuntura nacional.

Está se formando uma imagem terrível contra nós, no seio da cidadania. Deixamos a impressão de estarmos usando a atribuição constituinte para fugir do enfrentamento dos problemas da conjuntura, naquilo que nos cabe como Parlamento.

Os parlamentares que abordam a conjuntura o fazem ou em nome pessoal ou em nome de

partidos. O Parlamento, como tal, está ausente do palco dos acontecimentos nacionais.

Isto é perigosíssimo para o Parlamento e para as nascentes instituições democráticas.

Nesta época de transição, até a vigência da nova Carta, o Parlamento, depois da Constituinte, é a única instituição que está legitimada pelo referendo popular e que, portanto, tem as mais graves responsabilidades perante a cidadania.

Apelo aos meus ilustres pares, em nome deste Brasil perplexo ante uma insegurança geral, que vitalizemos esta Câmara dos Deputados. Que, sem prejuízo da Constituinte, assumamos o papel de Poder constituído da República e o utilizemos às últimas consequências, para encontrarmos caminhos que tirem o País deste perigoso vóacu à beira do qual se encontra.

Se não nos conscientizarmos disso; se não tornarmos uma posição corajosa para evitar a anomia à qual caminhamos, poderemos ser surpreendidos por um desastre maior e acordaremos apenas brincando de Poder Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mauricio Campos; o Sr. Jorge Arbage e Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Auditório "Petrônio Portella", na noite de 11 de junho corrente, foi palco de auspicioso acontecimento. Ali, realizou-se a abertura do I Congresso Brasileiro de Taquígrafos, tendo dele participado, com a missão para mim honrosa, de representar o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte.

Para registrar o respeito, carinho e admiração que temos pelos Taquígrafos de todo o Brasil e, particularmente, pelos que integram os quadros das duas Casas do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – solicito a transcrição do texto do brilhante discurso proferido naquela solenidade pelo Dr. Carlos Benedicto Cunha de Menezes, Presidente da Associação Brasileira de Taquígrafos – ASBRAT — que considero um primoroso preito de justiça, extensivo a todos os taquígrafos que trabalham, com ideário e amor, desde o memorável dia 3 de maio de 1923, quando o Patriarca José Bonifácio e o Imperador Pedro I abriram-lhes os caminhos da integração à História Legislativa do Brasil.

No mundo contemporâneo, principalmente onde ecoam as vozes da liberdade nos Parlamentos de todos os níveis, é salutar reconhecermos na figura do Taquígrafo, que além de captar os nossos discursos, não raras vezes se preocupam em mantê-los sob o mais rígido sigilo, uma qualidade que exalta e dignifica as criaturas vocacionadas para o exercício de tão nobre função.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. JORGE ARBAGE EM
SEU DISCURSO:**

**"Discurso pronunciado pelo Dr.
Carlos Benedicto Cunha de
Menezes, Presidente da Associação
Brasileira de Taquígrafos –
ASBRAT, na sessão de abertura do I
Congresso Brasileiro de
Taquígrafos – Auditório Petrônio
Portella, Brasília – 11-6-87."**

"Exm.^º Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Presidente de Honra deste I Congresso Brasileiro de Taquígrafos, Senador e Constituinte Humberto Lucena;

Exm.^º Sr. Deputado Federal e Constituinte, Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, aqui representando o Exm.^º Sr. Deputado Federal Ulysses Guimarães, Vice-Presidente da República, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados;

Exm.^º Sr. Ministro Luiz Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Exm.^º Sr. Senador Marco Maciel, Presidente do Partido da Frente Liberal;

Exm.^º Sr. Dr. Paulo Wolnei Bernardi Xavier, fundador e primeiro Presidente da Associação Brasileira de Taquígrafos;

Minhas Senhoras, meus Senhores, meus colegas:

Brasília, Capital da esperança, abre aos taquígrafos brasileiros o caminho pleno de sua hospitalidade.

A Associação Brasileira de Taquígrafos re jubila-se ao realizar seu I Congresso Brasileiro de Taquígrafos no coração do Brasil, no centro do território nacional, sonho dos Bandeirantes que descansaram da luta pelo alargamento de nossas fronteiras neste solo goiano, que na visão grande de Juscelino Kubitschek, abrigou a nova Capital da República, símbolo de uma Federação forte e do desenvolvimento harmônico de todas as regiões do País.

Este I Congresso de Taquígrafos reveste-se de uma especial importância para cada um de nós, bem como para os colegas das diversas Unidades da Federação aqui presentes: a reunião da 5^a Assembléia Nacional Constituinte, reencontro do povo brasileiro com seu destino, que certamente haverá de fixar, através da Carta Constitucional democrática e popular, rumos mais claros para a conquista da plenitude democrática.

Cento e sessenta e quatro anos são transcorridos desde o 3 de maio de 1823, quando o Patriarca José Bonifácio e o Imperador Pedro I chamaram, formaram e incorporaram oficialmente ao Parlamento brasileiro taquígrafos nacionais que, a partir daí, passaram a viver junto com os nossos tribunos a História Legislativa do Brasil.

Fundadas esperanças temos de estar vivendo o limiar de uma nova era, quando a História Política de nossa Pátria se inclina para rumos diversos dos que vem até aqui palmilhando desde os tempos do Brasil Colônia.

Aos prezados Parlamentares e Magistrados que compõem esta Mesa da Sessão Solene de Abertura do 1º CBTAQ mais uma vez desejamos expressar-lhes nossa grande satisfação por suas presenças. Mediante o apoio efetivo de V. Ex.^{as} todos nos lançamos com mais coragem a uma tarefa árdua. De coração e braços abertos acolhemos V. Ex.^{as}.

Aos colegas de todo o Brasil que aqui comparecem, arrostando dificuldades inúmeras, permitam-nos que lhes exprima o profundo regozijo da ASBRAT pela presença de cada um dos Srs. e Sr.^{as}. Em nome da Associação Brasileira de Taquígrafos, apresentamos-lhes nossas boas-vindas. Conosco é toda a comunidade taquigráfica brasileira que se nobilita e se engrandece ao hospedá-los e ao lhes oferecer, não tudo o que gostaríamos, mas tudo o que temos.

Realizaremos, nos próximos três dias reuniões de trabalho, em que a ASBRAT procura muito mais colher do que plantar, exatamente porque, como disse o poeta português Camões, "É preciso que se aproveite o saber da experiência feita". E é para essa experiência feita que procuraremos nos voltar, para a melhoria da qualidade do trabalho taquigráfico, que é muito mais uma corrida de fundiste do que de velocista, ou seja, é importante muito mais a persistência do que projetos de impacto.

A idéia deste I Congresso de Taquígrafos é exatamente verificar qual a contribuição, para que se elabore uma proposta consistente de melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do Sistema Taquigráfico Brasileiro, utilizando a experiência de cada um como instrumento de ação.

O idioma pátrio é sem dúvida o motor principal e o marco referencial do trabalho taquigráfico. Não basta ser um "esgrimista do lápis" se o resultado literário é desastroso e sem Anexo. O estudo da língua é, portanto, fundamental.

Mestres como Antônio Houaiss, Napoleão Mendes de Almeida – já presente entre nós – estarão conosco, amanhã, juntamente como o Exm.^º Sr. Senador Marco Maciel, que já ocupou a Pasta da Educação deste País, para que possamos ouvir-lhes os conselhos, a orientação sábia e segura de que tanto necessitamos. O Professor Aurélio Buarque de Holanda, que anteriormente havia confirmado sua presença entre nós, esta semana informou-nos que por problemas de saúde estava proibido pelos médicos de viajar e solicitou-nos que fôssemos portador de seus votos de êxito a este Congresso, dizendo que "Os taquígrafos realizam um trabalho importante à cultura, e merecem por isso todo o respeito".

Nos dias 13 e 14 serão abordados temas técnicos, onde se inclui a Informática que, como a máquina de escrever – colocada no mercado em 1896 – o gravador – após a II Guerra Mundial – e o videotape, já em nossos tempos, se prepara para ser valiosa auxiliar para o trabalho taquigráfico. Permitam-me a expressão "valiosa auxiliar", porque já temos no presente os que acreditam que a Taquigrafia é uma atividade em extinção, que o gravador está substituindo esse profissional.

Aproximadamente 2000 anos é a idade dessa arte-ciência – a Taquigrafia continua presente e atuante no mundo todo. No Brasil, nação jovem, quase dois séculos e o seu crescimento e emprego são palpáveis.

A verdade, entretanto, é que esta tem sido uma atividade silenciosa, anônima, e o taquígrafo, pelo trabalho árduo e cansativo a que se submete acaba se fechando sobre si mesmo, introvertendo-se à própria pesquisa, engolfado pelo indômito e caudal progresso que nos apresenta o mundo hodierno.

Destacamos ainda o painel sobre "O ensino da taquigrafia no País". Desejamos homenagear os "semeadores da taquigrafia", que com abnega-

ção e paciência vão derramando os seus ensinamentos numa consequente e melhor formação intelectual do profissional brasileiro. É do Professor Adhemar Bezerra Ferreira Lima, eminente Mestre radicado no Rio de Janeiro, a mensagem que recebemos hoje: "Desejo, nesta oportunidade, renovar minha fé na Taquigrafia. que tão relevantes serviços vem prestando a nossa Pátria, preservando um precioso patrimônio cultural que sem ela estaria perdido".

Não poderíamos encenar estas palavras sem expressar o profundo reconhecimento e gratidão da Associação Brasileira de Taquígrafos pelo apoio e prestígio que recebemos, sem o que não teria sido possível este congrégamento da Taquigrafia brasileira:

Ao Exm.^º Sr. Senador Humberto Lucena, Presidente do Congresso Nacional e Senado Federal; e Presidente de Honra deste I Congresso Brasileiro de Taquígrafos; ao Exm.^º Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães; ao Exm.^º Sr. Senador Marco Maciel, grande amigo da Taquigrafia; ao Exm.^º Sr. Senador Albano Franco, Presidente da CNI; ao Dr. Camilo Calazans, Presidente do Banco do Brasil; ao então Presidente da Caixa Econômica Federal, Senador Marcos Freire, hoje Ministro de Estado da Reforma Agrária e Desenvolvimento Urbano; à VARIG; à Faber-Castell, à Cadeia de Hotéis Horsa – Hotel Nacional, aos Diretores das Taquigrafias do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ao colega fundador e primeiro Presidente da ASBRAT.

Por último, gostaria de propor à Assembléia Geral da ASBRAT a instituição da Medalha do Mérito Taquigráfico, com a qual registraremos, perpetuamente, o nosso agradecimento a essas personalidades e entidades.

Pediria que os nossos colegas taquígrafos, de pé, homenageassem os nossos agraciados com uma calorosa salva de palmas.

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A preocupação do Governador Orestes Quérica com o problema da segurança – que assume aspectos cruciais na capital bandeirante – encontra, na pessoa do Secretário Luiz Antônio Fleury Filho, um dos mais fiéis aplicadores de planos e recursos, destinados a combater, com eficácia, a criminalidade em São Paulo.

Completando sessenta dias à frente daquele importante órgão de defesa social, o Secretário da Segurança Pública, tem merecido justificado apoio da imprensa e da opinião pública.

Logo que assumiu o cargo, o Secretário Fleury entrou em contato com Promotores de Justiça, o Delegado geral e o Comandante da Polícia Militar, para abordar a correção de algumas distorções existentes, declarando que o combate ao crime deveria ser feito com energia, mas sem violência.

Reduzida a autonomia dos delegados e ampliados os plantões sociais nas delegacias, iniciou-se a eliminação dos atritos entre a Policia Civil e

o Ministério Público, prejudiciais à elaboração dos processos, passando-se a programar a atuação dos diversos órgãos de segurança, elaborando-se proposições para as necessárias modificações na legislação em vigor.

A criação de mais delegacias, com a nomeação de novos titulares, foi indicada, pelo Secretário, como instrumento essencial para melhorar o combate à delinqüência, propiciando melhor atendimento à população.

Obtido o maior entrosamento entre as polícias, são realmente positivos os resultados desses sessenta dias de administração da segurança paulista, quando o Secretário proclamou, mais de uma vez, o seu intuito de usar o máximo de instrumentos possíveis para assistir e encaminhar os carentes sociais.

Lembra-se que, logo depois da sua posse, o Secretário Fleury, a respeito do seu relacionamento com a imprensa, declarou:

"Portas abertas, nunca tive nada a esconder de ninguém."

Sua filosofia, com relação aos delinqüentes sob custódia, se resume na seguinte frase:

"O preso deve ter os seus direitos respeitados, mas o preso deve sempre respeitar a hierarquia na cadeia."

Deve sempre trabalhar, não pode ficar ocioso."

Quanto aos criminosos de alta coturno, declara:

"No Ministério Público sempre pude perceber que combater o colarinho branco é uma coisa difícil. O promotor não tem total independência para agir nessas horas. Na polícia, eu sei que também existe esse problema e é por isso que vou tratá-lo com muita dedicação."

A ação tem correspondido às idéias do Secretário Fleury, para maior segurança dos paulistas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Francisco Amaral, o Sr. Mário Maia, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. MAURO BORGES – Líder do PDC: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURO BORGES (PDC – GO. Líder do PDC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Sras. e Srs. Constituintes:

Ontem, o Presidente Sarney anunciou, manifestando satisfação, a oferta de uma grande firma da República Federal Alemã de construir, às suas expensas, sem nenhum gasto para o Brasil, a Ferrovia Norte-Sul, com a condição de ter o direito de explorá-la pelo prazo de trinta anos.

É evidente que uma oferta dessa natureza tem que obedecer às normas técnicas das ferrovias brasileiras, sobretudo essas de um metro e sessenta; têm que atender aos interesses nacionais,

enfim ela deverá ser útil ao Brasil. A mim me parece que isto representa uma oportunidade, porque não devemos ter medo de ninguém, muito menos dos alemães. Não vejo nisso nenhuma ameaça, nenhuma lesão aos interesses do País, quando muitos têm uma xenofobia extrema, de rejeitarem de uma maneira categórica o capital estrangeiro, é evidente que isto se justifica muitas vezes quando há prejuízo para o interesse brasileiro, mas neste caso não me parece que haja. É uma grande oportunidade. Quase todos discutiram não propriamente o mérito da Ferrovia Norte-Sul, mas a sua oportunidade diante da conjuntura financeira do Brasil. Acho que uma ferrovia alemã será interessante como parâmetro de comparação com as ferrovias brasileiras. Todos que estudam o setor sabem que o sistema ferroviário brasileiro é extremamente precário, de baixo rendimento, com grande quantidade de equipamento subutilizado, enfim é um sistema de péssima qualidade com exceção de algumas ferrovias entre as quais se destaca a Vale do Rio Doce, de exportação de minério para o porto de Tubarão, que apesar de ser uma estrada de bitola métrica, tem um rendimento excepcional, a Estrada dos Carajás, a Araraquarense e, talvez, algumas outras. A Central do Brasil tem déficits enormes, em grande parte ocasionados pela facilidade de exportação de minérios com subsídios, sobretudo para o Grupo Hanna.

Alguns podem ver defeitos nisso. No entanto, muito mais prejudicial ao Brasil, por exemplo, é continuar dando subsídio de eletricidade de Tucuruí para as grandes usinas produtoras de alumínio, com tarifas abaixo do custo operacional, do que dar a oportunidade de uma estrada bem administrada que possa servir de termo de comparação com as nossas.

É claro que poderão argumentar que as firmas construtoras nacionais, as grandes firmas que aí estão vão ficar paradas. Digo que não, pois há a Ferrovia Leste-Oeste e a Ferrovia da Produção, que, somadas, representam um percurso muito maior do que a da Ferrovia Norte-Sul. Portanto, não há nenhum mal para as ferrovias nacionais. Para glória nossa, muitas dessas firmas construtoras ainda têm mercado no estrangeiro, onde constroem obras ferroviárias. Assim, essa proteção fica completamente assegurada.

Faço uma proposta no sentido de que esses 2,4 bilhões de cruzados que fámos aplicar na Norte-Sul sejam destinados a um plano de desenvolvimento integrado da região da Ferrovia ou seja, no Brasil Central. É fundamental, para que se justifique, mais ainda do que as justificativas normais, a construção, ou seja, o mérito da Ferrovia. Também se atribua grande parte desses recursos à agricultura, à pecuária e, principalmente à irrigação, que opera verdadeiros milagres, sobretudo nessa região, que é batida por um sol muito forte no período de seca, permitindo, assim, duas grandes colheitas. O Projeto Formoso, implantado à beira do Araguaia, é um exemplo: um hectare produz, em cada safra, 5 toneladas, ou seja, 10 toneladas de arroz por ano. É algo extraordinário, uma média das melhores do Mundo. O vale do Araguaia tem 2 milhões de hectares fáceis de serem utilizados na margem

esquerda e 2 milhões na margem direita, ou seja, 4 milhões de hectares. Com essa produtividade, poderemos ter, só no Vale do Araguaia, uma produção anual de 40 milhões de toneladas.

Pelos cálculos da Ferrovia Norte-Sul, nos primeiros anos ela teria apenas cerca de 6 milhões de toneladas para exportar, o que é muito pouco. As possibilidades estão muito além dos cálculos feitos, que estão efetivamente subestimados. Grande parte desses recursos deveriam ser também deslocados para a reforma agrária, pois um dos pontos cruciais do insucesso, da morosidade da reforma agrária no Brasil é a falta de recursos. É evidente que, quando me refiro à reforma agrária, não estou pensando apenas em distribuir lotes para quem está precisando ou para quem não tem terra. Isso é muito pouco. Temos que ir muito mais longe. Além da terra, que é necessária, e sem ela não se pode fazer a reforma agrária, temos que efetivamente montar uma infra-estrutura, criar cooperativas, fazer aquilo que propus, que agora, felizmente, foi aprovado na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária e na Comissão da Ordem Econômica: os assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária sejam sempre feitos através de um núcleo urbano, ou seja, de uma agrovila, pois, sem isso jamais os rurícolas, os homens que vão ser produtores terão condição de progresso social. Basta dizer que até os índios usam a sua aldeia; índio não mora solto na mata nem nos campos – têm uma aldeia. Portanto, a agrovila é de absoluta necessidade. Será útil ao Brasil.

Espero que este assunto seja mais debatido, por quanto é de fundamental importância para o futuro do País. (Palmas).

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mauro Borges, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes

Todos nós, brasileiros, temos a consciência dos momentos difíceis que estamos vivendo, momentos que não surgiram do dia para a noite, mas que vêm acumulando-se por décadas, e muitos deles são exatamente consequência de erros praticados no passado. No entanto, é de estarrecer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que muitos políticos detentores de liderança expressiva se preocupem, nesta ocasião, em se utilizar desses momentos para fazer apenas o jogo do individualismo, do estrelismo, tirando um proveito fácil, sem nada contribuir, na realidade, de prática para a solução ou o encaminhamento da solução desses problemas.

Vemos, na realidade, Sr. Presidente, que coveiros existem muitos. Cavar covas, na verdade, tem sido a prática constante de muitos desses líderes que, em busca de espaço na imprensa, não se furtam a qualquer tipo de afirmação, mesmo que, dias após, afirmem o contrário do que afirmara no dia anterior.

Tenho visto realmente, com muita tristeza, essa configuração do quadro político brasileiro. Quando nós, os menores, observamos esses líderes maiores se utilizarem exatamente do expediente

fácil, do estrelismo para aparecerem, sem se preocupar com a consequência do que dizem ou do que fazem, e nisso não têm sequer qualquer cuidado em respeitar lideranças tradicionais, como, por exemplo, a liderança de um Ulysses Guimarães, que tem um passado e uma história, que contribuiu, de maneira decisiva, para que pudéssemos viver esta democracia, embora ainda em transição, mas que, sem dúvida, não fosse a luta dele, como de muitos outros, nem esta nós teríamos; quando observamos isto tudo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço minhas algumas palavras publicadas, hoje, no **Correio Braziliense**, de autoria do Constituinte Mendes Ribeiro, que, a meu ver, com muita felicidade, referindo-se a Ulysses Guimarães, sintetiza o que na realidade tem feito muito desses líderes, repito, que hoje estão desservindo ao País e ao povo brasileiro. Diz o Constituinte Mendes Ribeiro:

A sensibilidade, ao político, é imprescindível. Nas horas agudas, sem ela, dá naufrágio.

Referindo-se, especialmente, ao Presidente da Constituinte:

Ulysses Guimarães não chegou onde está por acaso.

Comete enganos.

Erra.

Absorve críticas e derrotas, sou testemunha, inibido do espírito público. Respeita para ser respeitado. Não é impenetrável. Tem capacidade incomum de reformular.

Em instante algum muda o tratamento para com seus correligionários. Mesmo, de forma ácida, dele se discorda aberta, frontalmente.

Ulysses é um jovem com muitas noites e dias bem vividos. Foi diplomado sobrevivendo no inferno da prepotência.

Tenha os defeitos que tiver – e tem – ainda é o único ponto de apoio de um agrupamento em vias de implodir.

Sr. Presidente, com relação ao que foi dito sobre Ulysses Guimarães também se pode dizer sobre o Presidente José Sarney. Tem defeitos. Pode realmente errar, tem errado, mas obstinadamente tem procurado acertar. No entanto, muitos dos Líderes que se serviram do Plano Cruzado I para se eleger hoje silenciam e sequer dão qualquer tipo de colaboração para que Sua Exceléncia possa acertar.

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Comissão da Ordem Social, na sua fase conclusiva de trabalhos, aprovou a emenda de nossa autoria e de outros companheiros Constituintes, pela qual se altera o art. 61 do Substitutivo, que tratava de matéria relativa às entidades previdenciárias de caráter privado.

Atendendo a uma solicitação dos bancários ligados às instituições de crédito oficial – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica, Banco Central e bancos regionais – apresentamos essa emenda, com o propósito de dar continuidade ao papel que as instituições de previ-

dência privada têm, hoje, no sistema previdenciário brasileiro. Hoje, sabemos que quase todas as empresas mantêm uma previdência complementar. Os bancos oficiais, principalmente o Banco do Brasil, já tinham uma tradição nesse setor e, algumas propostas, na Comissão da Ordem Social, faziam com que as instituições de previdência privada, sobretudo as sem fins lucrativos, viessem a sofrer restrições no que diz respeito à sua condição de entidades para captar recursos do setor público. Foi muito importante essa decisão da Comissão da Ordem Social. Esperamos que essa conclusão, em nível final, prossiga na Comissão de Sistematização.

Ainda aproveitamos este momento da nossa comunicação de liderança para registrar a nossa estranheza com relação a alguns pronunciamentos de companheiros que aqui procuraram dar a entender que a Comissão da Família da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, não tinha apresentado relatório. É evidente que esta Comissão não apresentou o relatório do ponto de vista formal, regimental, mas estamos querendo ser muito preciosos do ponto de vista legal, quando sabemos que esta Comissão apresentou, por sinal, dois relatórios, além de incorporar também as das Subcomissões. Se não chegamos a uma conclusão igual à das outras Comissões, temos razão, pelas dificuldades regimentais, em realizar a votação neste Plenário.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, na sessão da Assembléia Nacional Constituinte, pude apresentar uma pesquisa de preços, mostrando a diferença de preço médio da cesta básica, à data de 28 de fevereiro de 1986, quando do primeiro Plano Cruzado, e os preços de hoje da cesta básica de alimentos do trabalhador. Fiz na melhor das intenções, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na tentativa de suprir a ausência da tabela de preços da Sunab, porque estamos no Plano Cruzado III. Este Plano Cruzado III, apesar de decretado no dia 12 de junho, até hoje a Sunab não publicou a tabela de preço dos produtos congelados, o que nos leva a inferir que o Plano não foi bem planejado, que não teve planejamento, porque, conforme os indicadores, só segunda-feira a Nação terá informes a respeito da tabela da Sunab de congelamento de preços da cesta básica. Mesmo assim, dez dias depois de decretado o Plano Cruzado III, só regulará preços no Rio de Janeiro e em São Paulo, como se o restante do Brasil não existisse.

Estivemos na Biblioteca da Câmara dos Deputados e apanhamos o **Diário Oficial** do dia 3 de março de 1986, que trazia publicada a tabela da Sunab. Alguns produtos da cesta básica fazemos questão de, neste momento, colocar de novo ao conhecimento nacional:

Produto	28-2-86	16-6-87	Reajuste
Leite.....	2,81	16,6	490%
Pão.....	0,38	1,90	400%
Café.....	99,90	121,40	21%
Leite em pó.....	14,70	83,50	468%
Manteiga.....	6,60	28,00	324%
Massas.....	4,45	19,00	326%
Frango.....	12,00	48,00	300%
Água sanitária.....	2,55	20,40	700%

Perguntamos onde estão os economistas do PMDB que não vêm isso, que não sabem disso e que nada dizem a respeito? Gostaria de ouvir o Sr. Gonzaga Belluzzo. Onde está ele? Onde estão o Sr. Funaro, o Messias, economista, engenheiro do PMDB? O Sr. João Manuel Cardoso de Mello? Não sabemos de S. S.^{as} Onde estão os Srs. Luciano Coutinho, Pérsio Arida, Bresser Pereira, Carlos Lessa, Lara Rezende? Temos que cobrar desses economistas do PMDB, porque a cesta básica do primeiro congelamento, em 28 de fevereiro de 1986, até hoje, 18 de junho de 87, subiu em média 333%. O salário mínimo do dia 28 de fevereiro de 1986 era de Cz\$ 804,00, hoje é de Cz\$ 1.970,00; subiu portanto, 145%, o que dá uma diferença entre o crescimento da cesta básica na sua média e o do salário mínimo de 188% nestes quinze meses!

Chora Conceição Tavares! Chora, Sr. Carlos Lessa! São os economistas do PMDB. Estão aí para todos verem. É de chorar. Sr. Presidente, Srs. Constituintes! Queremos ver chorar novamente D^a Conceição, para explicar a diferença

de preços entre a cesta básica e o salário mínimo do trabalhador.

Este valor do salário mínimo de Cz\$ 1.969,92 veio com o gatilho de maio. Quando o gatilho de maio foi disparado, havia um resíduo de gatilho salarial de 18,41%, o que elevaria este salário de Cz\$ 1.969,92 para Cz\$ 2.332,58. Computada a inflação de junho nos primeiros 15 dias e o Presidente José Sarney diz que é de 26%, mas com o aumento do preço de combustível, de energia, das massas, com o fim do subsídio – teremos 30% de inflação, dos 15 primeiros dias de junho, o que daria, no mínimo, um valor de salário mínimo de Cz\$ 3.032,35. Temos, hoje, uma diferença entre o que seria o valor real do salário mínimo e o valor hoje decretado de 54%, o que resulta numa perda de poder aquisitivo, de 35% do salário mínimo. A perda real é de 35%, e voltamos a perguntar. Onde está o Sr. Gonzaga Belluzzo? Onde está o Sr. João Manuel Cardoso de Mello, Sr. Luciano Coutinho, Sr. Pérsio Arida, Sr. Lara Rezende? Sr. Sayad, Sr. Carlos Lessa? Trinta e cinco por cento é a perda real do salário mínimo.

E temos que dizer, chora, Conceição, a situação é grave!

Concluindo, Sr. Presidente, **O Jornal do Brasil**, diz hoje e vejam a que ponto chegamos:

"FIESP sugere abono a salários até 3 mínimos. O Sr. Mário Amato sugeriu ao Governo, ontem, a concessão de abono a trabalhadores com renda até três salários mínimos. O abono seria pago imediatamente pelas indústrias e o Governo permitiria que seu valor fosse repassado aos preços no início do período de flexibilização do novo Cruzado."

Sr. Presidente, Fellini não criaria cena tão surrealista! Imaginamos a cena do Sr. Mário Amato, Presidente da toda poderosa FIESP, chegar para o Sr. Bresser Pereira e dizer: "Sr. Ministro, economista progressista do PMDB, em nome da FIESP, estamos aqui pedindo aumento de salário para o trabalhador!"

Chora, Conceição. Fellini não ia acreditar nisso. É surrealista. A FIESP pedindo aumento de salário aos progressistas do PMDB.

Sr. Presidente, vamos aguardar publicação da tabela da Sunab na segunda-feira, dez dias após o Plano Cruzado III. Se a tabela sai dez dias após o Plano Cruzado III, percebemos que o Plano não foi tão bem planejado assim. É um Plano sem planejamento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AÉCIO DE BORBA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AÉCIO DE BORBA (PDS – CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs e Sras Constituintes:

Não há dúvida de que a concepção geral é a de que o Plano Bresser foi elaborado, realmente, sem nenhum planejamento.

No dia 12, açodadamente, foi comunicado à Nação que todos voltavam ao paraíso. Só que não chegou o paraíso nem a perspectiva de encontrá-lo.

Temos, decorrido toda esta sequência de dias, o povo do Nordeste totalmente alarmado, porque não tem como encontrar a definição do Plano Cruzado III, para as angústias que vêm afligindo a todos os agricultores e pecuaristas da Região. Com efeito, contratando empréstimos para investimentos com juros de 3,6, ou 8%, o agricultor nordestino, de um momento para outro, viu-se, com efeito retroativo, ameaçado por uma determinação do Banco Central de lançar na conta de todos aqueles mutuários a correção total da Letra do Tesouro Nacional, ao longo de todo o período do seu contrato. As prestações passaram a representar, no mínimo, 3 vezes mais do que era previsto com o empréstimo no montante em que fora contratado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, decorrido todo este período do Plano, ate o dia de hoje ainda não saiu nenhuma instrução do Banco Central para disciplinar o recebimento das prestações que, vencidas, são de pronto cobradas com ameaças de protesto e com a ameaça de medidas judiciais para compelir o pobre agricultor os pagamentos que são vencidos.

Quando esse agricultor, ousa fazer com suas forças, tentar liquidar o débito, encontra, no banco, a informação de que não tem ele um pará-

metro para determinar e receber após a decretação do Plano Cruzado III.

Outro fator que também está ocasionando essa indecisão é o impedimento que qualquer um no Nordeste encontre para contratar empréstimos para realizar a irrigação – aquela promessa do Presidente de que 1 milhão de hectares seriam irrigados em todo o Nordeste, inicialmente com a grande predominância da área pública, e, depois, uma grande parte dessas deferida à iniciativa privada, para que contratasse empréstimos em bancos e as realizasse. Os bancos ainda não têm a definição de quanto de juros, de qual prazo ou quando poderão fazer o seu investimento na área da irrigação.

Levando ao conhecimento da Casa, queríamos ressaltar que este plano, que somente hoje teve a sua tabela de supermercados, da cesta básica, divulgada, e nas condições em que o orador que nos antecedeu levou ao conhecimento da Casa, com aumentos bem maiores do que aquele concedido ao trabalhador e sem uma definição que pudesse, realmente, dar uma homogeneidade às medidas divulgadas e que pudesse realmente buscar e encontrar uma solução de minorar o sofrimento, a angústia e tudo aquilo que realmente tem assaltado a todos os brasileiros, a despeito de ser uma promessa de satisfazer aquelas exigências, é uma repetição do plano bombástico anunciado e que, ao seu final, trouxe todo esse caos econômico e social que o País atravessa no momento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, tendo sido citado, ontem, injuriosamente, aqui, pelo Constituinte Amaral Netto, nos termos do Regimento, art. 93, solicito a V. Ex.^a tempo para explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Maia): – Tem a palavra V. Ex.^a, nos termos do dispositivo citado.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. SEM REVISÃO DO ORADOR. PARA EXPLICAÇÃO PESSOAL): – Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Ontem, fui ao Rio de Janeiro participar de um programa de rádio e soube de mais um ataque calunioso, de impropérios, de aleivosias, de xingamentos do Constituinte Amaral Netto, que espalhou pelos corredores que gostaria de me encontrar neste plenário. Aguardei pacientemente que no horário da liderança o Líder do PDS aqui estivesse para me interpelar, como dizia que tinha necessidade. Infelizmente, ele não apareceu. de modo que sou obrigado a falar na sua ausência, porque isso está se repetindo. Aconteceu na quinta-feira, quando também me atacou, e eu vim ao Plenário responder a S. Ex.^a que saiu pela porta dos fundos.

Sr. Presidente, descontados os impropérios conhecidos do Constituinte Amaral Netto, resta apenas uma cobrança do Constituinte querendo que eu assuma uma atitude policial, que dê uma de dedo-duro para revelar o nome do jornalista que, em primeira mão, me forneceu informações que envolvem o Constituinte Amaral Netto e mais outros Constituintes: Delfim Netto, Afif Domingos, Roberto Campos, Alysson Paulinelli etc., com a **National Endowment for Democracy e a Center for International Private Enterprise**, que teriam articulado uma reunião anterior à votação do Projeto da Subcomissão dos Princípios Gerais,

Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e de Atividade Econômica.

Não vou agir como agiria amoralmente o Constituinte Amaral Netto, porque ele daria o nome da pessoa, mas fornecerei a S. Ex.^a todos os elementos que necessita para processar a revista que me forneceu as informações. A revista que citei e mostrei ao Plenário é a **Executive Intelligence Review**, editada pela **New Solidarity International Press Service**, endereço P. O. Box 65178 – Washington – DC – 20.035. Telefone 785-1347, código de Washington 202; editor chefe, Sr. Criton Zookas. Endereço no México Calle Francisco Dias Covarrubias 54 – A Colônia San Rafael – México – DF.

O nome do jornalista não darei, porque o Constituinte Amaral Netto, que é jornalista, sabe perfeitamente como obtê-la. Basta ele se dirigir à Associação dos Correspondentes Estrangeiros, ele já fez menção à nacionalidade do correspondente, de modo que não vou me rebaixar ao nível do Deputado Amaral Netto que é um tradicional campeão da calúnia. É uma pessoa que tem uma tradição de injúrias, de falsidade ideológica, como aconteceu no episódio da Carta Brandt que divulgou através da sua revista, da imprensa marrom do Rio de Janeiro, nos anos 60, revista **Maquis**, e que tem essa prática de fazer injúrias, fazer falsidades e inventar história.

A minha história eu denunciei no plenário da Assembléa Nacional Constituinte, porque é grave. Aliás, ela se confirmou na votação do projeto na Comissão da Ordem Econômica, quando a bancada liderada por representantes do PDS, com exceção honrosa da nobre e brava Constituinte Miriam Portella, votou pela entrega dos recursos naturais do nosso País ao capital estrangeiro, votou contra a reforma agrária, votou, enfim, da maneira que permite ao capital estrangeiro ampliar o seu domínio em nosso País.

De modo que o Constituinte Amaral Netto editou as suas práticas quando era membro do IBAD. Inclusive, estou aqui hoje com uma cópia do relatório da CPI que envolve o Sr. Amaral Neto com o IBAD.

Não vou reproduzir, neste momento, os depoimentos do saudoso Deputado Carlos Lacerda, homenageado recentemente, com as referências que faz ao Sr. Amaral Netto.

De modo, Sr. Presidente, que vim aqui, estou presente na Casa. Ontem, infelizmente, estava no Rio de Janeiro, participando de um programa de rádio. Mas, em sabendo de mais esse ataque do Constituinte Amaral Netto, não hesitei em aqui estar, hoje, para enfrentá-lo, no microfone, e rebater as acusações que me fez ontem.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Como Líder. Sem revisão de orador): – Sr. Presidente, Sr. as e Srs. Constituintes:

Que já era óbvia a articulação dirigida pelo Palácio do Planalto para intervir nos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, todos tínhamos esta certeza. É importante registrar essa obviedade nos Anais da Constituinte, e quero chamar a atenção da Assembléa Nacional Constituinte,

principalmente do povo brasileiro, para o fato de como essa interferência, como essa articulação do Palácio do Planalto adquire, hoje, as cores cristalinas proferidas por um dos líderes que apóia o Governo dentro do Congresso Nacional Constituinte.

Diz a liderança do PFL "que o Presidente Sarney pode derrotar com facilidade esse sistema chamado de neoparlamentarismo, aprovado pela Comissão dos Poderes; basta querer (E eu grifo "basta querer".) E nesse basta querer, certamente, está-se levando em conta o poder que tem o Palácio do Planalto para interferir na Assembléa Nacional Constituinte, seja o poder de pressão, o poder autoritário, seja o poder do favoritismo, do empreguismo, das várias concessões de rádio e televisão. Aliás acho que deve querer porque nunca vi ninguém abrir mão de seus poderes".

Ora, Sr. Presidente, depois do discurso-entrevista do Senhor Presidente da República, depois do primeiro discurso que defendeu cinco anos e, principalmente, ontem, quando afirma que cinco anos está resolvido, falta resolver o regime do Governo, fica claro que através do Palácio do Planalto articula-se um bloco conservador e reacionário no interior da Assembléa Nacional Constituinte para que as posições do Governo Sarney, as posições conservadoras prevaleçam no Texto Constitucional. E é importante fazer a denúncia desta obviedade para que ela fique bem gravada perante a Assembléa Nacional Constituinte e, principalmente, perante o povo brasileiro, para que possamos constituir na Assembléa Nacional Constituinte um movimento de oposição a essa atitude conservadora de fazer a Constituição à imagem e semelhança do Governo Sarney, à imagem e semelhança de uma transição conservadora e autoritária.

Ontem, Sua Excelência já avançou em temas econômicos como a questão da reserva de mercado; amanhã poderá avançar em outros temas. E, assim, o Palácio do Planalto vai ditando qual a Constituição que deve prevalecer na hora da aprovação final. Não podemos aceitar esta intromissão, não podemos aceitar essa maneira aberta e declarada da intervenção do Palácio do Planalto. E fica mais claro este nosso protesto quando essa intervenção é respaldada nas palavras de um dos líderes que tem sido mais realista do que o rei, dentro dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, quando se trata de defender o Governo Sarney.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Como Líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente. Sr.^{as}, e Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney, em sua longa e cansativa entrevista de ontem, fez várias cobranças à sociedade brasileira. Entre outras coisas que eu consideraria aberrações, para não dizer, insultos, afirmou que o povo está vivendo o individualismo meio anárquico, em que se fazem reivindicações impossíveis, e que ninguém tem mais esperanças.

O Senhor Presidente da República afirmou também que se usa uma retórica do pessimismo, dos protestos que são mais fáceis, sem a preocupação de uma retórica do trabalho e do futuro. E sobre o arrocho salarial, imposto pelo Novo Cruzado, o "Pacote Bresser", ele afirmou que os trabalhadores devem ser mais racionais; pede que eles amadureçam, destacando que o País se habituou ao subsídio, na ilusão de que o Estado é uma flauta mágica que pode dar tudo.

Ora, Sr. Presidente, acusar o trabalhador de agir açodadamente, de forma pouco amadurecida, não fica bem para um estadista ou para quem pretende ser um estadista, o grande condutor das soluções que a Nação e o povo estão a exigir.

De resto, o novo Cruzado, que constitui o mais violento arrocho salarial de todos os tempos, foi uma imposição tramada na intimidade dos escaninhos palacianos, sem que um só representante do povo, independentemente do seu Partido, houvesse sido consultado. Foi a nova tecnocracia oficial que perpetrou mais esse bárbaro crime contra os direitos do trabalhador.

E pensar que o trabalhador pede subsídios como quem pede uma esmola, como quem mendiga uma benesse, é insultar a própria história de lutas do povo brasileiro. O salário justo e o emprego estável não constituem uma benesse oficial nem um favor governamental, mas um direito que um Governo sério, austero e democrático tem que assegurar ao trabalhador.

Mas o Sr. José Sarney, chamado no humor refinado do jornalista Hermano Alves de Mefistófeles do Pericumã, propõe coisas mais graves ainda, Sr. Presidente. O PDT deseja, aqui e agora, uma vez mais, denunciar o grave significado da entrevista do Presidente José Sarney, ao defender escancaradamente a completa internacionalização da economia brasileira. Ao invocar o modelo que o imperialismo norte-americano impôs à Coréia do Sul e a Taiuan, que alguns chamam de Formosa, e outros desavisados ousam denominar de China Nacionalista, significa, equivocadamente, transferir um modelo asiático para a realidade brasileira. Na Coréia do Sul, em Taiuan, como em Cingapura, os Estados Unidos criaram verdadeiros paraísos fiscais, aproveitando-se dos baixos salários pagos, do custo insignificante da matéria-prima, e lá instalaram complexos que visam à indústria de transformação. Isto não se ajusta à realidade brasileira, Sr. Presidente. A economia nacional, que hoje é a pitada do mundo, não obstante termos um lugar comprometedor, em termos de qualidade física de vida do povo, é extremamente complexa. O parque industrial do Brasil não pode se comparar jamais ao parque fabril da Coréia do Sul, ou de Taiuan, ou de Cingapura. São situações inteiramente diversas.

Na verdade, com esta proposta descarada, cínica, debochada, o Mefistófeles de Pericumã pretende escancarar as portas da economia nacional ao apetite voraz e insaciável do capital estrangeiro.

E na sua obsessão de deixar uma obra duradoura, de perpetuar o seu nome na história política do País, já que até agora nada fez, em benefício da Nação e do povo, descobriu uma empresa de consultoria alemã que estaria disposta a promover estudos, a oferecer projetos e até recursos para executar as obras da faraônica Ferrovia Norte-Sul. Essa empresa alemã, Sr. Presidente, chamada De Consult, Deutsche Elsenbahn Con-

sulting Gmbf, é uma empresa, como o nome está dizendo, de consultoria. Se manifestou o interesse de fazer o planejamento e executar o trono-gramma de obras desta ferrovia, certamente ela sozinha não terá recursos financeiros e técnicos para executar a obra. E, por certo, se ela está interessada, convocará um consórcio de grandes empresas que aqui virão, não para aplicar os seus recursos no sonho desvairado do Senhor José Sarney, mas para multiplicar os seus lucros, para engravidar os seus interesses à custa do sacrifício e do suor do povo brasileiro.

Por detrás dessa proposta. Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, há alguma coisa muito mais grave, há interesses subalternos e inconfessáveis. Se esse sonho químérico, se essa doce ilusão presidencial chegar um dia a se concretizar, com o País vivendo um processo pré-recessivo, e o Sr. José Sarney tiver o seu nome inscrito na história política deste País, eu fico a me indagar, com enormes suspeções: quanto isso custará à Nação? Será que as terras que serão cortadas por essa ferrovia, e que se valorizarão enormemente, não passarão a ser propriedade desse consórcio internacional que quer vir aqui, a pretexto de construir uma ferrovia inviável, pelo menos agora, sugar as energias nacionais, dilapidar o patrimônio comum de todos os brasileiros?

Ora, Sr. Presidente, fico nesta rápida análise da longa e cansativa entrevista do Sr. Presidente da República, feita ontem, com a opinião do Psicanalista brasiliense, Humberto Souza de Melo. Na verdade, o Presidente José Sarney fez um desabafo de mães.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Informo a V. Ex.^a que seu tempo está encerrado. Peço a cooperação de V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Já vou concluir, Sr. Presidente. No fundo e na verdade, o Sr. José Sarney fez um desabafo de mãe, não de um estadista, não de um político, não de um homem público, mas de uma mãe inconformada com a ingratidão dos seus filhos, que amamentou durante um largo período e, de repente, por eles é repugnada. Essa é a sensação, Sr. Presidente, que o povo brasileiro experimenta hoje, diante de tantos absurdos, de tantas aberrações, de tantas violências e de tantas agressões contra os direitos do povo brasileiro. O Mefistófeles de Pericumã há de ser julgado pela História. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ISMAEL WANDERLEY: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA): – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB – RN. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Neste momento, estou requerendo ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte seja ouvido o Plenário desta Casa sobre o disposto no § 2º do art. 13 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, que proíbe a apresentação de emendas por Constituintes que desta Comissão não façam parte.

Entendemos que essa disposição fere o § 1º do art. 14, do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, que proíbe a tais Constituintes, apenas o direito de voto e não a prerrogativa de apresentação de emendas.

Hierarquicamente, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte é norma superior ao da Comissão, logo de inegável prevalência.

Por entender que se trata de uma flagrante violação ao direito e dever da grande maioria dos que integram esta Casa é que encaminho à Mesa requerimento solicitando a manifestação posterior do Plenário sobre a legalidade dessa proibição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ISMAEL WANDERLEY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Exmº Sr. Dr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Ismael Wanderley, Deputado Constituinte, eleito pela legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Estado do Rio Grande do Norte, vem, por si, à presença de V. Ex.ª, nos termos do art. 59, inciso II, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, propor o requerimento infra-assinado, como questão de ordem, pelas razões de fato e de direito que passa a aduzir:

Situações factuais

Como é de sabença comum, especialmente de V. Ex.ª, ultrapassaram-se algumas das relevantes fases do processo Constituinte, de que somos intérpretes em nome do povo brasileiro com cuja esperança comungamos.

Adentramos na fase da Comissão de Sistematização, que, pois, já recebeu das Comissões os anteprojetos.

Coube ao conspícuo Relator da Comissão de Sistematização o prazo de 10 dias para apresentação de relatório fundamentado, concluindo, em consequência, por anteprojeto.

Antes, contudo, da fluência do prazo de que trata o art. 19 do Regimento Interno da Assembléia, a dourada Comissão de Sistematização baixou a Resolução nº 1 que estabelece e disciplina os trabalhos a serem executados no âmbito dela.

A rigor, trata-se do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, instrumento de vital importância para todos os membros da Assembléia e, sem olvidar, para o povo.

Sustenta-se a Resolução nº 1 no art. 21, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, segundo o qual cada comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates.

Cumpre, ainda, destacar que o Regimento Interno da Comissão de Sistematização, mais precisamente o § 2º, do art. 13, fere e viola as prerrogativas de que são portadores todos os Constituintes, conforme demonstrar-se-á a seguir.

Cerceamento

Dispõe o § 2º, do art. 13, do RI, da Comissão, in verbis:

"Aos Constituintes que não sejam membros da Comissão de Sistematização é facultado assistir às reuniões e usar da palavra nos termos e prazos estabelecidos na presente Resolução, sendo-lhes vedado apresentar requerimento ou emendas (art. 14, § 1º, RI-ANC).

Depreende-se que, numa só disposição regimental, direitos e prerrogativas dos Constituintes foram lançados no vórtice da ilegalidade.

Inexiste no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte dispositivo que proíba ou vede a participação do Constituinte, pertencente

a uma Comissão de que não faça parte, no que pertine a apresentação de emendas.

Com efeito, na fase das Comissões Temáticas, vedou-se o direito de voto do Constituinte na Comissão a que não pertencesse, mas, em hipótese alguma, restou cerceada ou proibida a fulcral prerrogativa de apresentar emendas.

A inovação trazida no RI da Comissão de Sistematização produzirá efeitos nefastos à plena participação do Constituinte no processo legislativo que pertence a todos.

Afirmo-se, outrossim, que houve mágica jurídica quando a dourada Comissão de Sistematização buscou respaldo, para legitimar e legalizar a vedação de apresentação de emendas por Constituintes não pertencentes a ela, no § 1º, do art. 14 do RI, da ANC.

Em leitura e interpretação atentas, perfilhando a seriedade, conclui-se que o dispositivo retro-referido não ampara nem protege a proibição materializada no RI da CS.

Segundo o dispositivo em discussão, "fica facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as Comissões e Subcomissões, discutir o assunto em debate pelo prazo por elas estabelecido, sendo-lhe vedado o direito de voto, salvo na Comissão ou Subcomissão da qual for membro".

Portanto, o que fica proibido é o direito de voto e, não, o direito de apresentar emendas, como tenta fazer crer a dourada Comissão de Sistematização.

Sob outro aspecto, deve-se respeitar a hierarquia das normas jurídicas, fazendo prevalecer, na plenitude, a de maior grau.

No caso presente, é de pontiaguda evidência que a norma superior é o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a cujos preceitos deve respeito e observância o Regimento da Comissão de Sistematização.

Faz-se mister, assim, seja retificado o grave equívoco existente no art. 13, § 2º, do RI da CS, com o escopo de ampliar os raios fulgurantes da democracia participativa no seio desta Assembléia cujo protagonista principal é o povo.

Pedido

Pelo exposto, Sr. Presidente, espera o requerente digne-se V. Ex.ª colocar em discussão plenária a legalidade ou ilegalidade do dispositivo retro-falado, para que a Assembléia, in totum, possa se manifestar sobre questão de grandeza rara, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 18 de junho de 1987. – Ismael Wanderley, Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex.ª, no segmento a seguir, porque, uma vez encerrado o período das Comunicações de Lideranças, esta Presidência iria, como faz agora, passar à apresentação de proposições, a fazê-lo. (Pausa.)

VI – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

ISMAEL WANDERLEY – Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

VII – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaral Netto. S. Ex.ª disporá de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, subi a esta tribuna, hoje, para tratar da questão da pena de morte e sou obrigado a tratar da questão da pena da honra.

Primeiro, quero dizer a V. Ex.ª e àqueles que são Constituintes, Deputados e Senadores por mim considerados, que não praticei, aqui, nenhuma ofensa, porque os adjetivos que falei não são adjetivos, são substantivos do modo como os coloquei.

Em segundo lugar, quero dizer que enviei, ontem, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o seguinte requerimento:

"Na forma do que dispõe o art. 83 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, combinado com o art. 266 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que designe Comissão Especial para apreciar e julgar, dentro do breve prazo que Vossa Excelência fixar, acusação formulada contra o Requerente pelo Constituinte Luiz Salomão, em pronunciamento da Tribuna desta Casa, no dia 10 de junho de 1987, constante dos documentos em anexo.

Sala das Sessões. 17 de junho de 1987
(a) Constituinte Amaral Netto."

Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Regimento interno da Câmara dos Deputados

Art. 266. Quando no curso de uma discussão um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara que designe uma Comissão que julgue dentro de prazo breve a veracidade da acusação, podendo concluir pela proposta de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Repito, vim tratar da pena de morte e sou obrigado a tratar da pena da honra.

Esse senhor subiu a esta tribuna com este calhamaço trazido, segundo ele, repito, por um correspondente estrangeiro – um correspondente que, no meu entender, é um mexicano, pelas informações que me deram Deputados de todas as tendências – um bêbado contumaz, um vagabundo que tentou empular, também, o Senador Jamil Haddad e o Senador Jarbas Passarinho.

No entanto, quando formulou suas acusações, baseou-se num documento que não tem assinatura e nem procedência e, que, no seu inteiro teor faz referências a uma revista. Revista considerada nos meios americanos – notem bem – como imprensa marron, nos Estados Unidos. Revista de um paranóico que quer ser Presidente da República há 20 anos, nos Estados Unidos, e não consegue legenda. Mas eu não me refiro nem a isso. O que volto a dizer é que eu quero saber se isto consta da revista, se isto consta das páginas da própria revista. Fora isto, quando eu falo de honra, um homem de honra que alinha nome de outros homens num documento deste, perante uma Constituinte, e os declara vendidos ao capital estrangeiro, tem que dizer quem lhe deu esse documento.

V. Ex.ª me permita, estou fora da ética, estou fora do Regimento, Deputado Amaury Müller, e

querer saber, quando cuidarem da sua honra, quando lhe disserem vendido à esquerda russa ou cubana ou lá o que seja, o que eu nunca fiz. Vou agora, dar o esclarecimento...

O SR. AMAURY MÜLLER: – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. AMARAL NETTO: – V. Ex.^a está-me interrompendo, fora do Regimento.

Vou dar um esclarecimento a V. Ex.^a que talvez também não saiba o que queria saber: a minha bancada, que está aqui, em parte, sabe que cometi até um erro, porque não cheguei, sequer, a comparecer a nenhuma reunião de Comissão nesta Casa; fui apenas à Subcomissão e, depois, à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, para expor o meu problema de pena de morte. Não compareci à Ordem Econômica, não compareci à Ordem Social, não compareci a nenhuma outra, e vou defender com unhas e dentes os meus princípios aqui no Plenário. Jamais solicitei a Deputado nenhum que seguisse esta ou aquela conduta e nem teria poder para fazê-lo, porque isto é uma Constituinte e é de foro íntimo que vai ser votada.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria que notassem o seguinte: eu não cheguei à idade que cheguei para ser atingido por uma ofensa dessa ordem. V. Ex.^a sabe que a violência física é a que menos constrói. Se os boxeurs, os fortes ou os moços fossem os vencedores, Rui Barbosa não seria nada, pois era quase um anão fisicamente.

Esses documentos tem uma origem que é essa. Eu quero que se ouça o responsável por isso aqui dentro, eu quero que se instaure um inquérito. Eu, por mim, não pretendia cuidar mais do assunto até que o Presidente Ulysses Guimarães tome a providência que o Regimento manda, mas sou obrigado a fazê-lo.

O SR. JARBAS PASSARINHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL NETTO: – Tem o aparte o Constituinte Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO: – Constituinte Amaral Netto, o Partido Democrático Social, tomando conhecimento da aleivosia com que se pretendeu atingir V. Ex.^a, o Constituinte Delfim Netto e o Constituinte Roberto Campos, reuniu a sua Comissão Executiva e considerou realmente que não passava de uma aleivosia essa tentativa de correspondente de uma revista de má reputação, de tentar atingir a honra pessoal de V. Ex.^a e de outros companheiros, na medida em que atribui que V. Ex.^a poderia estar estipendiado por estrangeiros para providenciar aqui alguma medida de restrição a avanços que a Constituição brasileira possa ter, uma vez feita pelos Constituintes atuais. E a nossa decisão, que trago aqui a V. Ex.^a, foi unânime na Comissão Executiva, de prestar a V. Ex.^a, aos Constituintes Delfim Netto e Roberto Campos, a nossa solidariedade, convencidos, entretanto, de que V. Ex.^a não precisariam dela, porque, o que se deve lastimar nisso é uma espécie de delírio acusatório. Que as pessoas discordem ideologicamente, doutrinariamente, é perfeitamente comprehensível, mas que se aproveitem oportunidades para acusações que são verdadeiramente descabidas e infames, antes de uma verificação, pelo menos prudente, do tipo de acusa-

ção, é o que nós lastimamos; lastimamos que a Constituinte tenha ouvido esse tipo de acusação, aqui transferida por um nobre Sr. Deputado, que se deu ao luxo de poder transmitir essas declarações partidas de um correspondente de uma revista estrangeira.

V. Ex.^a e os companheiros Delfim Netto e Roberto Campos estão, seguramente, acima desse tipo de tentativa de acusação.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O orador não permite apartes. Está com a palavra o nobre Constituinte Amaral Netto e a Mesa exorta os Srs. Constituintes a só apartear com licença do orador.

Está com a palavra o nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero dizer a V. Ex.^a que não é do meu gosto esse espetáculo que vem acontecendo aqui há uma semana. Procurei me informar e pode até haver boa-fé. Mas, meu Deus do céu! Seria como se eu viesse a esta tribuna, trazendo um documento apócrifo, dizendo: um correspondente nacional, estrangeiro ou do planeta Marte me denunciou, por um documento, que o Constituinte Amaury Müller está fazendo o jogo de Cuba ou da Rússia; seria como, eu estivesse aqui a trazer uma documentação apócrifa para acusar, vamos dizer, ao Constituinte José Genoíno, a quem respeito, como a qualquer Constituinte, do que quer que fosse.

Eu, ontem, dizia que, em questão de honra, não se pode respeitar nem a própria mãe – e digo – a V. Ex.^a por que; embora companheiros meus discordassem – porque uma mãe, que tem um filho desonrado, desonrada está também. Acontece, Sr. Presidente, que isso não é uma brincadeira, é uma Constituição. Quando alguém sobe a esta tribuna e diz que um companheiro meu, um homem que foi eleito como eu, está vendido a alguém para fazer isso ou aquilo, tem que provar o que diz. E nisso não há "dedo-duro", não! De duas umas: ou essa revista publicou o fato – e basta incluir a revista e vamos, então, tomar as providências cabíveis, para saber até onde vai – ou a revista não publicou e quem entregou o documento foi o sr. fulano de tal. Não quero dar os nomes de todos os Srs. Constituintes a quem procurei para isso, mas o depoimento geral é: "trata-se de um picareta". – termo de Luiz Henrique, Líder do PMDB – que tomava dinheiro, dólares aqui dentro, para vender essa revista dez vezes mais do que o valor real do seu preço; trata-se de um bêbado inveterado, segundo depoimento de mais de vinte Constituintes. Como pode alguém receber um documento datilografado em 11 páginas e acionar um homem que chegou aos 66 anos de idade, bisavô como eu, como vendido a alguma coisa aqui dentro? Não sei, talvez possam provar.

Não discuto, mas quero as provas. Enquanto não me forem apresentadas as provas, tenho o direito de chamar de canalha quem me julgou canalha. Quero que V. Ex.^a entenda que não se trata de uma coisa simples. Se esta Assembléia Nacional Constituinte silenciar quanto a isso, esta Constituição não valerá mais nada. Se um de nós, constituintes, estiver comprometido, toda a Constituição o estará. Se cinco

ou seis Constituintes estiverem recebendo dinheiro ou favores para fazer alguma coisa, S. Ex.^{as} estão apodrecendo a Constituição. É o caso da maçã podre num saco de maçãs sadias. Não se pode deixar esses homens aqui dentro; temos que cassá-los. Eu deveria ser cassado, mas os outros também. Porém, que provem, que tragam os documentos, que digam quem os deu. Quem pode fazer uma acusação dessas e permanecer no anonimato? Repito a V. Ex.^a eu daria o caso, não como encerrado, porque jamais o faria. Pode-me custar a própria vida, a agressão, o "diabo que o carregue", mas ninguém me tirará dessa apuração.

Disse ao Presidente Ulysses Guimarães que não sou homem de entrar pelo fundo do plenário, nem de sair pela frente, ou por trás, ou por nada. Repito: se nenhuma providência for tomada a respeito desse assunto, coisas graves ocorrerão aqui dentro. Não sou nenhum valentão. Nunca briguei na minha vida, nunca agredi ninguém e nunca fui agredido, embora garanta a V. Ex.^a que jamais agredirei. Não tenho medo de ser agredido. Na defesa da minha honra, não tenho nenhum limite, porque se o tivesse não poderia estar aqui. Esse povo que me elegeu, tão respeitável quanto o povo que elegeu a todos, sabe que um homem da minha idade – que chegou aonde chegou, cometendo erros como eu cometi, como todos cometem, maiores ou menores do que outros – que chega aqui, ouve o seu nome relacionado entre os vendidos ao capital estrangeiro e não reage, não toma uma atitude, não merece o respeito dos seus companheiros e muito menos daqueles que o elegeram.

Portanto, Sr. Presidente, repito, meu objetivo era aguardar, daqui por diante, que o Sr. Presidente Ulysses Guimarães movimentasse uma comissão de inquérito, porque isso tem que ficar provado, de um lado ou de outro – ou alguém é canalha, porque traiu a Pátria, ou alguém é calunião, porque caluniou quem não traiu a Pátria.

Repto a V. Ex.^{as} não tenho problema algum em me expor, de qualquer maneira, nesta Casa, a qualquer tipo de investigação, embora não devesse isto a quem acusa, mas devo à Casa. A minha reação não é contra quem acusa, pois não tem estatura para isto; a minha reação é na defesa do meu nome, diante do Congresso Constituinte e diante da Câmara a que pertenço.

É por isso, Sr. Presidente, que quero encerrar, dizendo a V. Ex.^a: não tenho nada de que me retratar; pelo contrário, tenho que me controlar muito para não ser mais vigoroso. Espero que o Presidente Ulysses Guimarães, que soube tão bem defender a sua honra a vida inteira, saiba que a honra de um homem tem que ser defendida, e defendida por ele e pelos seus companheiros, dentro do direito que ele tem. Se eu não tiver direito a essa defesa, que não me dêem, mas se a ela tenho direito, quero vê-la aqui dentro.

E, Sr. Presidente, podes V. Ex.^a estar certo: renuncio ao meu mandato no momento em que aqui me trouxerem, não provas, indícios disto, qualquer coisa que se assemelhe a isto. Coloco-me, pois, diante de V. Ex.^a com o perdão que devo merecer pelos excessos que pratico em relação à Casa, somente. Repito: há adjetivos que são fortes, mas não valem quando são substantivos até fracos.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, de acordo com o art 93, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – V. Ex.^a pede a palavra?

O SR. LUIZ SALOMÃO: – De acordo com o art. 93, tendo sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Do Regimento da Câmara?

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Eu vou conceder a palavra a V. Ex.^a excepcionalmente, de acordo com o art. 55, do Regimento da Constituinte, inciso VII; por três minutos, para, em explicação pessoal, contestar acusação pessoal, ou a própria conduta atingida durante a discussão.

V. Ex.^a tem três minutos, uma vez que não pode apartear o Orador.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na medida em que não me concedeu o aparte, o Constituinte Amaral Netto não me permitiu responder às acusações que me fez. Já tinha dado aqui o endereço para que S. Ex.^a pudesse processar a revista. Reproduzi aqui uma denúncia trazida por um jornalista mexicano, que não tem nada de bêbado, é uma pessoa absolutamente equilibrada, e que me trouxe essas informações.

As informações fazem parte de um artigo publicado na revista **Executive Intelligence Review**, de que o Constituinte Amaral Netto receberá cópia, e terei o prazer de reproduzir 559 cópias para todos os Constituintes. Agora, o Sr. Amaral Netto forjou uma injúria, forjou uma calúnia. Na minha declaração, no meu pronunciamento do dia 10 não disse que ninguém foi comprado. Agora, que eles estavam envolvidos nesse conluio a favor do capital estrangeiro ficou provado e comprovado nesta sala, neste plenário, quando fizeram uma definição de empresa nacional que é, absolutamente, entreguista sim. Todos os Constituintes do PDS, excetuada a brava Constituinte Myrian Portella, que aqui estiveram e fizeram o jogo do capital estrangeiro sim, e isto é comprovado por todos os companheiros que estiveram nessa noite e que envergonham o Congresso Nacional e a Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, a tradição do Constituinte Amaral Netto na indústria do anticomunismo não é aprovada apenas pelo correspondente mexicano; é pelo seu próprio Carlos Lacerda, que lançou o Sr. Amaral Netto na política. Foi ele quem disse, na página 59, do seu depoimento, do seu grosso livro de depoimento: é o Amaral Netto fazendo isso, inclusive uma indústria: a indústria do anticomunismo de que viveu durante largo tempo.

Na página 337, diz o ex-Deputado Carlos Lacerda: "No entanto, já tinha comunicado ao Presidente tudo que sabia da inconveniência de entregar o Estado da Guanabara ao Amaral Netto, de sua venalidade".

Na página 344: "Primeiro, como eu disse, apareceu Amaral Netto. Esse não foi protegido pelo Governo, mas disse a ele que jamais poderia entregar o povo da Guanabara a um homem da sua qualidade".

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os três minutos concedidos a V. Ex.^a estão esgotados.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – De modo que as acusações, as invectivas do Constituinte Amaral Netto, respondo com um morto, um morto ilustre que o lançou na política e que se arrependeu, amargamente, de tê-lo feito, porque S. Ex.^a é claramente o caluniador, o injuriador, o homem da revista **Maquis**, esta sim é a imprensa marrom, que ficou marcada na década de 60, no Estado do Rio de Janeiro e em todo o Brasil.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, de acordo com o mesmo artigo, peço que V. Ex.^a me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaral Neto que, de acordo com o mesmo art. 55, terá três minutos para replicar suas considerações do Constituinte Luiz Salomão.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há vivos que são mais mortos do que os mortos, moralmente; e há vivos que usam livros de mortos para acusar outros vivos.

V. Ex.^a sabe que as memórias de Carlos Lacerda foram publicadas, juntamente com outras memórias quando ele vivo, e se chamaram "Rosas e Pedras no meu Caminho", na Revista **Manchete**. Eu prestei uma homenagem a ele nesta tribuna aqui, esquecendo-me de tudo e procurando colocar-lhe o lado bom em relação a mim. Ninguém ignora que a minha guerra com o Sr. Carlos Lacerda foi aberta. E vou dizer a V. Ex.^a o seguinte: quando ele morreu, havia ditado – não me interessa entrar em detalhes dessa ordem neste momento – a 5 jornalistas, durante 8, 10 dias seguidos, no Rossio, em Petrópolis, as suas memórias, publicadas depois como depoimento.

Mas antes de morrer, o que ele diz de Amaral Netto, o que ele diz do Clube da Lanterna e o que ele diz do **Maquis**, *e 085 nesse depoimento da **Manchete** é uma coisa absolutamente contrária. E se V. Ex.^a me permitir, eu traria a esta Casa, amanhã, o **Maquis**, com a transcrição de próprio punho de uma carta do Sr. Carlos Lacerda ao povo carioca, quê diz o seguinte:

"Ao povo carioca. O **Maquis** revelou um homem de luta, de bravura, de coragem, de honestidade e de certeza nas suas convicções. Com ele, levou-se um homem que a Assembléia Constituinte precisava e o **Maquis** deu ao Brasil um grande líder como Amaral Netto."

E eu não disse isso nem no meu discurso.

Sr. Presidente, repito a V. Ex.^a que se o Presidente Ulysses Guimarães não tomar as providências a que está obrigado neste caso, não por mim, nós poderemos ter consequências desagradáveis. Eu não participei de reunião nenhuma nesta Casa, da Constituinte, fui até criticado por isto. Vou participar, aqui, das opiniões que eu bem entender de trazer e não tenho que dar satisfações a ninguém.

Meus Srs. Constituintes, e digo isto com honra para mim, porque quando digo meus, digo até pela idade, agiram como bem entenderam e como bem quiseram, e vão continuar a fazer da mesma maneira. Eu tenho dentro da minha Bancada os maiores adversários da pena de morte, que são os Constituintes do Rio Grande do Sul, que apresentaram até projeto proibindo a pena

de morte. Eu deixei minha Bancada inteiramente liberada.

Eu diria a V. Ex.^a que eu não teria mais o que falar, a minha prestação de contas não é a quem fala mas a quem ouve.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Wilma Maia. S. Ex.^a disporá de 20 minutos para proferir seu discurso.

A SR. WILMA MAIA (PDS – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os resultados obtidos através dos anteprojetos das Comissões Temáticas têm provocado debates, comentários e críticas de toda a sociedade brasileira.

Para muitos, avançou-se pouco. Para outros, já está demais, muita coisa pensada para um país irreal, não adaptável ao Brasil.

No entanto, se analisarmos cuidadosamente, verificaremos que o maior problema desta primeira fase dos trabalhos foi a medição de forças, a radicalização entre direita e esquerda, a falta do diálogo entre os contrários para se chegar a uma situação de consenso, à conciliação.

De um lado, a Ordem Econômica criticada por não ter acolhido a proposta dos trabalhadores mais sofridos e vilipendiados. Do outro, a crítica maior à Ordem Social, acusada de ser irreal, utópica, inviável.

Por ter participado ativamente dos trabalhos da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos e da Comissão da Ordem Social, gostaria de aqui fazer uma análise e a defesa sobre os resultados dos trabalhos daquela Comissão.

Entendo que os avanços sociais consagrados pela Comissão da Ordem Social merecem destaque e comentários no plenário desta Constituinte.

Num País como o nosso, a ordem social é concebida com base no primado do trabalho e da Justiça Social. Não se pode abordar esse tema, sem enfatizar-se a conquista dos direitos dos trabalhadores que, há muito tempo, vêm lutando pelo reconhecimento das suas justas reivindicações, muitas delas oriundas do sacrifício próprio e da família.

Desde a Constituição de 16 de julho de 1934, foi inserido no texto constitucional um capítulo sobre a Ordem Econômica e Social, muito mais pelo avanço popular que pela vontade dos governantes.

Dai então, a luta dos trabalhadores tem sido constante, buscando-se sempre demonstrar que só será possível uma democracia autêntica e estável se forem satisfeitas as necessidades mínimas da população, a nível de emprego, salário, saúde, educação, previdência, habitação e outros benefícios sociais.

A nova ordem social brasileira deverá garantir o trabalho com justa remuneração a todos aqueles que estiverem aptos a exercitá-lo.

O emprego é considerado um bem fundamental, portanto, é um direito natural da pessoa humana.

O trabalho, na conjuntura político-social moderna, é um direito inalienável do indivíduo.

As nações civilizadas do mundo contemporâneo têm adotado mecanismos constitucionais que garantem o pleno emprego, através da proibição de despedida imotivada.

Na verdade, o homem moderno, mais do que ontem, necessita de prover a sua subsistência e a da família, e só poderá fazê-lo através do emprego estável e de uma jornada de trabalho consentânea com as exigências da sociedade contemporânea.

Muitas vozes desautorizadas reclamaram contra a aprovação da estabilidade do trabalhador, como se isto enfraquecesse a empresa privada.

A garantia do emprego fortalece a organização econômica, além de propiciar, a ao trabalhador e à trabalhadora a segurança necessária a uma melhor produção e, consequentemente, uma maior produtividade.

Outro ponto a destacar é o salário mínimo para atendimento das necessidades vitais. Com efeito, até agora, o salário mínimo tem sido um instrumento de exploração da massa trabalhadora.

Instituído como preceito constitucional, este salário representa a mais indigna forma de escravidão branca, submetendo grande parte do contingente economicamente ativo a pressões salariais que só empobrecem os trabalhadores.

A estrutura sócio-econômica brasileira é uma camisa-de-força para o trabalhador.

Um reduzido número de privilegiados está no cimo da pirâmide, explorando e sacrificando a expressiva maioria que continua a sofrer o arrocho salarial.

E, agora mesmo, quando foi decretado o Plano Bresser, estamos vendo isto. O trabalhador, que tinha data-base em outubro, novembro e dezembro, perdeu 23%, e, ainda mais, além do resíduo, há a inflação de junho, aumentando, desta forma, o arrocho salarial, porque, realmente, o congelamento foi feito com o salário baixo e o congelamento de preços foi feito na hora da alta, quando as empresas, industriais e comerciais, já haviam praticado aumentos de 100, 200, 300, 400%.

Outro direito que a Comissão de Ordem Social aprovou foi o direito de greve. Antiga reivindicação da classe trabalhadora, o direito de greve sempre recebia restrições por parte da legislação ordinária, que, muitas vezes fazia diminuir o ímpeto da luta operária.

Defendemos a greve por ser ela um instrumento legítimo através do qual os trabalhadores conquistam seus benefícios sociais. Na nova estatura da greve, caberá aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão, por meio dela defender, bem como sobre as providências e garantias asseguradas da continuidade dos serviços essenciais à comunidade.

A greve passa a ser entendida como um fenômeno social e não como uma imposição legal, como acontece nos dias de hoje.

O anteprojeto oferece nova feição também com relação à organização sindical brasileira.

De acordo com a decisão da Comissão, será livre a organização, constituição e administração de entidades sindicais, bem assim a associação aos sindicatos, permitindo-se que a Assembleia Geral defina as diretrizes do setor sindical.

Haverá um total desatrelamento dos sindicatos para com o Estado, o que propiciará verdadeira autonomia sindical, abolindo-se, para sempre, a prática corporativa que, ainda hoje, desvirtua a autenticidade do sindicalismo brasileiro.

Num País como o nosso, em que o capitalismo procura devorar o trabalho, a classe trabalhadora tem de estar muito bem preparada para enfrentar

a todos os obstáculos que são impostos pelo Estado e pela classe patronal.

Com referência aos servidores públicos, civis e militares, a nova Constituição reconhecerá a relevância social da função que desempenham e exigirá que todo acesso ao cargo público seja feito por meio de concurso de provas e títulos.

A valorização profissional é outro aspecto importante do novo texto constitucional, de vez que, nos dias correntes, o serviço público, no Brasil, não tem recebido a atenção devida por parte dos órgãos competentes.

Veda-se qualquer forma de discriminação salarial entre as categorias funcionais e entre os servidores dos Três Poderes, a fim de que haja um equilíbrio tanto remuneratório quanto profissional.

Entendemos que o anteprojeto poderia ter avançado mais, se tivesse conferido estabilidade ao servidor público, a partir de sua admissão.

Se este só poderá ingressar no serviço público através do concurso público de provas e títulos, a nosso ver, não é justo que ainda aguarde mais dois anos de experiência para firmar sua estabilidade funcional.

Evidencia-se um novo conceito de assistência social que, a partir de agora, é um direito dos que não dispõem de meios próprios para a concretização dos direitos sociais.

Extingue-se com isso o assistencialismo pernicioso que, ao invés de mudar as estruturas sociais obsoletas, sempre as mantém, como forma de preservação do **status quo** de exploração das comunidades pobres.

A assistência social será um conjunto de ações e serviços prestados de forma gratuita, obrigatória e independente de contribuição, aos que demonstrarem insuficiência de recursos materiais para sua sobrevivência.

Reservou-se, de outro modo, um capítulo para seguridade social que reunirá meios de implementação dos direitos sociais relativos à saúde, previdência e assistência social.

Todas as constituições modernas consagram esses princípios da seguridade como forma de manter as condições de saúde da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, no item pertinente à constituição da família, o anteprojeto garante a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos, proibindo-se todo tipo de prática coercitiva por parte do Estado e de entidades privadas.

Por outro lado, caberá ao Estado assegurar acesso à educação, à informação e aos métodos científicos de regulação da fecundidade que não atentem contra a saúde, sempre respeitado o direito de opção pessoal.

Esta política, no entanto, terá de obedecer aos parâmetros estipulados pela nova Constituição, ressaltando-se o direito de escolha do casal e evitando-se a interferência danosa do Estado e entidades privadas, a fim de que não se desvirtue o verdadeiro planejamento familiar.

São estas, em síntese, as novas coordenadas da Ordem Social brasileira. Lutaremos para que estas conquistas constem realmente do arcabouço da Carta Magna brasileira, pois somente com esses avanços sociais é que poderemos legar às novas gerações um Brasil moderno, contemporâneo, adaptado às exigências do futuro e capaz de responder aos imensos desafios que advirão no porvir.

Foi para isto que o povo brasileiro nos reuniu em Assembléa Nacional Constituinte, exatamente, para darmos muitos passos à frente, para vencermos os óbices da nossa sociedade, para construirmos uma nova estrutura social em que predomine o trabalho e não o capital, em que a pessoa humana não seja apenas um número, mas receba a consideração que é devida a todas as criaturas.

É está o elenco das normas comidas no anteprojeto da Comissão da Ordem Social:

1 – Trabalhadores

- Estabilidade
- Política Salarial
- Organização Sindical
- Direito de Greve

2 – Servidores Públicos

- Restabelecimento do regime estatutário.
- Seleção criteriosa através de concurso público.
- É assegurado ao Servidor Público o direito à livre associação sindical.
- Assegura-se a estabilidade.

3 – Seguridade Social

- Formação do Fundo de Garantia do Patrimônio Individual.
- Participação dos empregados, empregadores e governo na administração do Fundo.
- Aplicação descentralizada.
- Congresso Nacional desempenhará papel decisivo.
- Criação de um sistema único hierarquizado de saúde sob a liderança do poder público.
- "a Saúde direito de todos e dever do Estado".
- Não excluir o exercício profissional de caráter privado.
- Assistência Social deve converter-se em atividade permanente, não eventual.

3 – Das Minorias

- Preocupação é a de prover a equidade e tanto quanto possível a igualdade de todos os brasileiros – não apenas perante a lei e sim perante a realidade concreta.
- Reconhecimento social e político para segmentos da população marginalizada.

4 – O Meio Ambiente

- Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa.
- Promover a ordenação ecológica do solo.
- Assegurar a recuperação das áreas degradadas.
- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- Depender da decisão do Congresso Nacional.

Era esta a minha mensagem. Vamos lutar sempre, pois a vida, como disse o poeta, é luta renhida e viver é lutar.

Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, infelizmente, o debate constitucional, que deveria existir nesta Casa, não há. Muitas vezes vemos o plenário cheio, como vimos há pouco tempo, para uma briga, para uma discussão que, às vezes, é inócuia.

O que desejamos, neste País, acima de tudo, que haja justiça social. Lutamos por um País onde haja menos problemas, onde haja menos diferenças sociais. Nós lutamos para que haja melhor distribuição de renda. Por isso, vamos lutar para que a Ordem Social consiga concretizar, neste plenário os seus avanços e para que a Ordem Econômica, inclusive negociando com a Ordem Social, possa concretizar os anseios da população, através da justiça social, através do anseio da população, para que se acabem, de uma vez por todas, com as absurdas diferenças sociais.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Lezio Sathler.

O SR. LEZIO SATHLER (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente Srs. Constituintes:

O Estado do Espírito Santo está completando 452 anos de marcante história, em que o desprendimento e a bravura dos que o colonizaram têm se renovado ao longo dos tempos e pelas sucessivas gerações, as quais, enfrentando dificuldades e vencendo barreiras, continuam a construir uma pujante infra-estrutura que faz o povo capixaba identificar-se como de grande capacidade para o trabalho e a realização.

De fato, a trajetória histórica do Espírito Santo caracteriza-se por acontecimentos de verdadeiro pioneirismo, no contexto da colonização do País, e até mesmo por episódios e períodos contraditórios, que a tornam enriquecida, fonte estimuladora de pesquisa e reflexão, a respeito da formação cultural de nossa gente.

Era um domingo, Dia de Pentecostes, aquele longínquo 23 de maio de 1535, quando Vasco Fernandes Coutinho, na chefia de uma pequena caravana de 60 pessoas, ancorava na praia da Vila Velha, como donatário de Capitania, conforme carta de doação assinada pelo Rei Dom João III, no dia 1º de junho de 1934.

O Brasil começava a receber grupos de colonizadores para, aqui, exercerem os interesses de Portugal. Os primeiros contatos dos aventureiros daquele fidalgo do rei português, no litoral capixaba, após vencer a tímida resistência dos indígenas que tentaram opor-se ao desembarque, foram à construção de fortificações, não apenas como defesa a possíveis ataques dos habitantes primitivos, como notadamente para servir de escudo e proteção às riquezas minerais extraídas das Minas Gerais.

Na verdade, a Coroa Portuguesa não se interessava em promover o desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo, apenas mantê-la fortemente militarizada em seu litoral, para exatamente servir de região protetora, haja vista a construção de tantos fortés, o de São João, hoje, Saldanha da Gama; o Forte de São Tiago; o fortim Nossa Senhora do Monte do Carmo e o de Santo Inácio; o de São Francisco Xavier e o fortim na Ilha do Boi. Além da manifesta disposição em se transformar Vitória em verdadeira praça de guerra, que impediria possíveis invasões às minas de ouro nas Gerais.

Verificava-se, então, indiscutível discriminação oficial ao Espírito Santo, de tal modo que alguns dos sucessores da dinastia Coutinho, que comandavam a Capitania, nem aqui vieram, permanecendo em Portugal e mandando capitães-mores,

até que, em 1674, a venderam-na homem de grandes posses e de projeção na sociedade colonial baiana. As terras, no entanto, voltaram à Coroa Portuguesa, em 1718, ainda por falta de governo dos seus mandatários.

Mas, se o comportamento oficial, com relação à Capitania do Espírito Santo, revelava desinteresse e imobilismo, nasciam fortes bases de um processo de civilização e de desenvolvimento graças à presença dos jesuítas, cujas obras integram, com absoluto destaque, o patrimônio cultural e a própria estrutura econômica agrícola da região.

Logo ao chegar, dezesseis anos após a posse dos donatários, os jesuítas iniciaram processo de mudança no tratamento dos brancos em relação aos silvícolas, fundaram aldeias e estabeleceram atividades econômicas importantes, como as culturas da cana-de-açúcar, e da mandioca e a criação de gado, nas diversas fazendas que instalaram.

Quando deixaram a Capitania, em 1760, em cumprimento ao ato oficial de expulsão da ordem religiosa, de Portugal e seus domínios, os jesuítas legaram às futuras gerações de capixabas obras e exemplos admiráveis, preservados e cultuados ainda em nossos dias, como o célebre Colégio Anchieta, as igrejas e os núcleos habitacionais que deram origem a inúmeras cidades do interior espírito-santense.

São importantes essas evocações, Sr. Presidente, como pontos de referência para realizarmos reflexão e análise sobre o Estado do Espírito Santo nestes momentos de comemoração dos seus 452 anos, mas também marcados por profundas dificuldades sócio-econômicas, que tantas preocupações nos proporcionam.

A evolução histórica, as experiências dos nossos antepassados, as realizações dos governantes nos tempos de desbravamento e formação de uma infra-estrutura, tudo isso deve merecer consideração para que possamos realmente compreender as reais origens da atual conjuntura capixaba e também do presente momento brasileiro de crise a que se vincula.

O Espírito Santo tem experimentado um processo de contínuo desenvolvimento, alicerçado nas potencialidades da sua agropecuária, nos grandes projetos industriais implantados nos últimos anos, na extraordinária vocação turística sedimentada em sua beleza natural, patrimônio cultural e na tradição de bem acolher do seu povo. O seu complexo portuário também tem representado fator de maior participação na vida econômica nacional, como legítima ponta de lança do esforço que o País realiza para obter crescentes resultados na Balança Comercial.

Através do anterior Governo estadual, exercido pelo Constituinte ilustre Senador Gerson Camata, e da atual administração do Governador Max Mauro, a política em nosso Estado, finalmente, deixa para trás os ranços das oligarquias, que tantos males e obstáculos caracterizaram, para transformar-se no legítimo instrumento à consecução dos interesses da população.

Mas o Espírito Santo, Sr. Presidente, tal como acontece com a quase totalidade das Unidades da Federação, encontra-se em situação financeira verdadeiramente falimentar, enfrentando profundas carências para o atendimento de serviços públicos básicos, para a geração de empregos capaz de absorver a crescente população economicamente ativa e para promover a recuperação dos

setores rurais e o consequente retorno às suas origens de imensos contingentes que se deslocaram para os centros urbanos.

São problemas cruciais, que trago à discussão nesta oportunidade em que homenageio meu Estado pelo transcurso do seu aniversário, com o propósito de contribuir para a busca de alternativas viáveis, soluções efetivas e duradouras Pás aflições por que passa a grande maioria da brava gente capixaba.

Examo inicialmente o setor que considero de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer região e, muito especialmente, para o Espírito Santo a agropecuária.

Temos uma histórica tradição agrícola, sobretudo com a cafeicultura, destaque maior do setor e ainda hoje responsável por 65% da arrecadação estadual.

Primeiramente, ao tempo da presença dos jesuítas, a agricultura experimentara o ciclo da cana-de-açúcar, com a instalação de inúmeros engenhos, nas proximidades de Vitória, fase em que se incluem as fábricas de farinha de mandioca, localizadas notadamente em São Mateus. O ciclo seguinte viria a se caracterizar pelo extrativismo, atividade que acabaria por atingir seriamente a mata atlântica, tão intensa constitui-se a exploração madeireira na região.

A partir de 1840, todavia, o Espírito Santo começava a dedicar-se à cafeicultura, graças ao aproveitamento das terras vírgens e do clima propício, configurando, hoje, um parque cafeeiro de aproximadamente 600 milhões de pés e uma produção estimada em cinco milhões de sacas de café.

Aqui, uma particularidade que notabiliza o setor em meu Estado: acafeicultura no Espírito Santo é exercida marcadamente sob a presença de meeiro, figura que representa a participação societária do trabalhador no empreendimento, uma tradição compatível com o espírito de justiça e de união de esforços predominante em todos os setores da vida capixaba.

A cafeicultura exerce paralelamente o papel de pólo catalisador, como promotora da automática diversificação agrícola, através de culturas de pequeno ciclo, como o milho e o feijão.

É precisamente o processo de diversificação o caminho mais adequado ao fortalecimento da agropecuária, para que não incorramos em elevados riscos de colapso econômico, em momentos de possível crise do café, conforme os desastrosos exemplos da década de sessenta, quando, em decorrência de uma insensível política de comercialização do IBC, o desestímulo levou à erradicação dos cafezais, com gravíssimas repercussões em toda a economia regional.

Estamos desenvolvendo novas alternativas agrícolas no Espírito Santo. Os hortifrutigranjeiros ganham considerável espaço; a soja e o amendoim são culturas que podem oferecer excelentes resultados à economia regional, desde que implantadas as respectivas indústrias de beneficiamento. Alimentos básicos como o arroz e o feijão dispõem igualmente de perspectivas para o aumento de produção e produtividade, sobretudo com a execução de projetos de irrigação em extensas áreas agricultáveis do Estado.

Provisto de tantas potencialidades, constitui-se em paradoxo, a situação de extrema dificuldade

por que passa o meio rural do Espírito Santo, Sr. Presidente.

Tivéssemos uma política para a agropecuária nacional, que definisse prioridades, parâmetros, formas de financiamento, condições de comercialização, preços mínimos, etc., em bases compatíveis com a realidade do setor, certamente não teríamos o empobrecimento das populações rurais, o desestímulo, a frustração constante, o abandono das terras e o forçado êxodo populacional em direção aos centros urbanos.

No Espírito Santo, milhares de famílias de agricultores deslocam-se anualmente para a periferia de Vitória e das cidades de porte médio, em busca de emprego e da própria sobrevivência, mas acabam integrando os contingentes que convivem com a miséria, a fome, ocupando sub-habitações, sem água potável e saneamento básico.

A partir da década de quarenta a região da Grande Vitória – formada pela capital, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana – começou a sofrer transformações aceleradas em função do grande fluxo migratório, tornando-se polo industrial e principal centro comercial do Estado.

Os grandes projetos industriais, de que são exemplos mais legítimos a Siderúrgica de Tubarão e a Aracruz/Celulose, garantem ao Espírito Santo amplas possibilidades de solidificar as bases de uma economia próspera, diversificada, em condições de auto-sustentação, para, inclusive, fazer diminuir o atual elevado grau de dependência financeira aos cofres da União e às instituições de crédito.

O turismo também oferece fortes perspectivas ao incremento constante, graças à beleza do litoral espírito-santense, cujos balneários já famosos, sobre tudo o de Guarapari, de paisagem encantadora e com virtudes terapêuticas e balsâmicas de sua radiotividade, ao lado de praias ainda inexplicadas, significam notável atração ao incremento do nosso turismo.

Todos esses valores que identificam as potencialidades econômicas do Espírito Santo, ainda que racionalmente aproveitados, não produzirão os resultados indispensáveis ao verdadeiro desenvolvimento, Sr. Presidente se nossos esforços não se concentrarem na solução dos graves problemas da agropecuária, principalmente, através de medidas que proporcionem adequadas condições de trabalho e manutenção das populações rurais.

Impõe-se, urgentemente, por exemplo, a reversão do processo migratório, para que não se permita a aprofundamento das consequentes carências estruturais, que tanto caracterizam nossas paisagens urbanas. Medidas governamentais de pleno apoio ao meio rural, aos que trabalham a terra e produzem alimentos, devem ser definidas e executadas, prioritariamente, seja quanto a incentivos à produção, garantia de preços mínimos adequados, condições de armazenagem e transporte, seja no tocante a direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a políticas nas áreas de habitação, educação e saúde.

Felizmente, o atual Governo do Espírito Santo está efetivamente empenhado em pautar suas ações nos empreendimentos de caráter social, traduzindo os anseios e as expectativas da população capixaba, que maciçamente acreditou nos propósitos e programa de trabalho de Max Mauro, consignando-lhe expressiva votação, motivada

ainda pelo amplo reconhecimento à notável administração de Gerson Camata.

O Estado pouco pode realizar, no entanto, diante de conjuntura nacional tão dramática como a que estamos vivendo e de indefinições que generalizam a desesperança e a apreensão.

Por iniciativa do Banco Central, para a remuneração dos títulos da dívida pública, as taxas de juros chegam a 30% ao mês, para qualquer espécie de operação financeira, inviabilizando o consumo, o investimento produtivo e a geração de emprego. Instala-se aceleradamente a recessão, cujas consequências mais devastadoras são a dispensa de mão-de-obra, o estreitamento do mercado interno, o esfacelamento da pequena e média empresa, o sucateamento do parque industrial; enfim, o caos econômico e social, que deveremos evitar, sob pena de completa desestabilização político-institucional neste período de frágil democracia.

O meu pronunciamento de hoje, portanto, Sr. Presidente, tem o sentido de comemoração, do regozijo, pelo 45º aniversário do Espírito Santo, que me motiva transmitir mensagem especial ao povo capixaba, congratulando-me por suas repetidas demonstrações de abnegação e trabalho na construção de um desenvolvimento harmônico, calcado nos princípios de justiça social.

Mas, também se reveste, a presente manifestação, do caráter de alerta à Casa e ao Governo federal, de que a Nação brasileira encontra-se nos limites de sua resistência para enfrentar revezes tão profundos como os que a cometem e que infelizmente ainda advirão, a persistirem as incoerências e a insensibilidade do Governo federal na condução dos destinos desta grande Pátria.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Ailton Cordeiro – PDT; Ailton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcemi Guerra – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Maia – PDT; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Farias – PDT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco

Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Maia – PDT; Mattos Leão – PMDB; Maurílio Ferreira x Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólón Borges dos Reis – PTB; Telmo Kirst – PDS; Victor Trovão – PFL; Vitor Buaiz – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convocando os Srs. Constituintes para outra ordinária a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 57 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ CAMARGO NA SESSÃO DE 16-6-87 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ CAMARGO sua linha para os Estados Unidos, quando algumas delas que outras empresas nacionais sempre se preocupam em mostrar aviões cheios ao seus governos, reduzindo drasticamente a tarifa, através da famosa **over comission**, despreocupadas com a qualidade do serviço e o equilíbrio financeiro.

(PFL - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Se o Brasil teve num dos seus filhos, o "Pai da Aviação", fazendo jus a essa fama, ostenta nos céus de todo o mundo uma empresa aérea que se compara às melhores no campo internacional, pelo seu desempenho, sua pontualidade, eficiência, frota moderníssima, comandantes mais competentes e as tripulações mais dedicadas, com um primoroso tratamento de bordo — a Viação Aérea Rio-grandense, a famosa Varig, que se encontra entre as vinte maiores empresas aéreas do mundo.

Devemos ressaltar que, enquanto as suas maiores concorrentes, como a Air France, Lufthansa, Iberia, KLM, TAP, Suissair, Avianca e Aerolineas Argentinas são subvencionadas pelos respectivos governos, com grandes subsídios, a Varig não contribui para o aumento de nosso déficit público porque não conta com auxílios governamentais, honrando a iniciativa privada brasileira.

Por outro lado, a concorrência internacional é poderosa e a Varig enfrenta seis empresas, na

tidos se o Governo brasileiro permitir concorram com a Varig nos vôos internacionais, pondo em perigo a própria segurança financeira dessas companhias de aviação.

Pedimos ao Exmº Sr. Ministro da Aeronáutica que atente ao enorme risco desta permissão, que iria perturbar a trajetória de uma empresa vitoriosa, pondo em risco as concorrentes nacionais.

É preciso atentar às experiências feitas.

Um vôo **charter**, fretado no Brasil, largou os passageiros em Miami e a "Varig" é que foi buscá-los.

A empresa sustenta, estoicamente, rotas como as de Maputo, Luanda, Lagos e Abdjan, enquanto outras querem operar Miami, Washington e New York sem suficiente preparo nem bastante infraestrutura, ou a vasta experiência de uma companhia como a Varig.

Chegue ao Ministério da Aeronáutica o nosso alerta, para que possamos manter alta, embora solidária, a bandeira do Brasil nos céus do mundo.

Entretanto, toda essa obra magnífica e todo esse invejável patrimônio podem ser compromete-

do. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º Vice-Presidente:
MACRO BENEVIDES

2º-Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º-Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º-Secretário:
MÁRIO MAIA

3º-Secretário
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º-Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º-Suplente de Secretário
LUIZ SOYER

3º-Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

**LIDERANÇAS NA
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

PMDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líderes:

Euclides Scalco

Paulo Macarini

Antônio Pedrosa

Del Bosco Amaral

Robson Marinho

Antônio Britto

Gonzaga Patriota

Osmir Lima

José Guedes

Gibel Dantas

Henrique Eduardo Alves

Rose de Freitas

Ubiratan Aguiar

Vasco Alves

Miro Teixeira

Cássio Cunha Lima

Flávio Palmier da Veiga

Joaci Góes

Nestor Duarte

Antonio Mariz

Valmir de Luca

Raul Belém

Roberto Brandt

Mauro Campos

Hélio Manhães

Teotônio Vilela Filho

PFL

Líder

José Lourenço

Vice – Líderes:

Fausto Rocha

Ricardo Fiúza

Geovani Borges

Mozarildo Cavalcanti

Valmir Campelo

Messias Góis

Aroilde de Oliveira

Gandi Jamil

Alécio Dias

Evaldo Gonçalves

PT

Líder

PDS

Líder

Amaral Netto

Vice – Líderes:

Virgílio Távora

Henrique Córdova

Victor Faccioni

PL

Líder

Adolfo Oliveira

PDC

Líder

Mauro Borges

Vice – Líderes:

José Maria Eymael

Siqueira Campos

PDT

Líder

Brandão Monteiro

PC do B

Líder

Haroldo Lima

Vice – Líder:

Aldo Arantes

PTB

Líder

Gastone Righi

PCB

Líder

Roberto Freire

Vice-Líder

Fernando Santana

Vice – Líderes

Sólon Borges dos Reis

Ottomar Pinto

Roberto Jefferson

PSB

Líder

Jamil Haddad

Vice-Líderes

Plínio Arruda Sampaio

José Genoino

Vice-Líder

Beth Azize

PMB

Líder

Antônio Farias



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 81

SÁBADO, 20 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - Ata da 87ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 19 de Junho de 1987

I - Abertura da sessão

II - Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 210/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando que esse ausentará do País a partir de 17 de junho do ano em curso, quando integrará a delegação do Parlamento Latino-Americano e que durante sua ausência, o senhor Constituinte Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder do Partido, responderá pela liderança daquela agremiação partidária.

Nº 211/87 - Do senhor Constituinte Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder do Partido da Frente Liberal - PFL junto à Assembléia Nacional Constituinte, no exercício da liderança, indicando os Senhores Constituintes Divaldo Surugay, José Agripino Maia e Maurício Campos para integrarem o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 74/87 - Do Senhor Constituinte Amaral Netto, Líder do Partido Democrático Social - PDS junto à Assembléia Nacional Constituinte, indicando o Senhor Constituinte Carlos Virgílio para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

IV - Pequeno Expediente

RENATO VIANNA - Análise do orador das conclusões da Comissão da Organização do Estado sobre a redivisão territorial do País.

TITO COSTA - Inaplicabilidade da correção monetária nos financiamentos rurais contratados no período de 28 de fevereiro de 1986 a 1º de março de 1987. Inconveniência da reforma agrária a qualquer custo.

JORGE ARBAGE - Editorial "No País das Maravilhas", publicado no *Correio Braziliense*.

ANTÔNIO DE JESUS - Desafios de um Constituinte evangélico na defesa dos ideais cristãos na Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER - Solidariedade do orador ao Governo da Nova República pela implantação do Plano Bresser.

INOCÊNCIO OLIVEIRA - Necessidade de diálogo e entendimento na nova fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

CARLOS CARDINAL - Repercussões na imprensa nacional do relatório da Comissão da Ordem Social da Assembléia Nacional Constituinte. Efeitos negativos do Plano Bresser sobre a política salarial.

AMAURY MÜLLER - Denúncia de trabalho escravo no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Urgência na implantação da reforma agrária no País em face da violência no campo.

MAGUITO VILELA - êxitos alcançados pela administração Henrique Santillo, Estado de Goiás.

BENEDICTO MONTEIRO - As conclusões das Subcomissões e das Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte

e os programas partidários. Urgência na implantação da reforma agrária em face dos conflitos existentes no campo.

RICARDO IZAR - Frustração do orador como relatório da Comissão da Ordem Social da Assembléia Nacional Constituinte.

MOZARILDO CAVALCANTI - Atuação de organismos internacionais na região amazônica. Necessidade de união dos amazônidas para êxito do Projeto Calha Norte.

NILSON GIBSON - Procedimentos administrativos a serem observados para a localização de refinaria de petróleo na região Nordeste.

FRANCISCO AMARAL - Reivindicações encaminhadas pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil ao Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda.

ANTÔNIO UENO - Conveniência de ampliação da cooperação técnica entre o Brasil e o Japão.

ASSIS CANUTO - Necessidade de regularização, pela Ceron, do fornecimento de energia em Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

JESUALDO CAVALCANTI - Prorrogação do prazo para pagamento do Imposto Territorial Rural na região Nordeste.

EDIVALDO MOTTA - Perda da produção agrícola do semi-árido paraibano. Omissão do Governo Federal no combate à seca no Estado.

FERES NADER - Potencial da costa brasileira para exploração de bancos de algas marinhas.

CHICO HUMBERTO – Incentivo, na futura Constituição, ao teatro amador e profissional, como forma de divulgação de cultura. Apoio do orador às pretensões de autonomia política da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

AGASSIZ ALMEIDA – Incentivo governamental à expansão industrial no Nordeste, como meio de reduzir a alta taxa de desemprego na região.

LUIZ GUSHIKEN – Artigo "A Via Crucis do Cruzado", de autoria do Prof. Lauro Campos, da UnB, sobre o Plano Bresser e arrocho salarial.

V – Comunicações das lideranças

PAES LANDIM – Repercussões da visita do Chefe do Governo espanhol, Felipe González ao Brasil. A utilização da Constituição espanhola como modelo para as sociedades modernas e dinâmicas.

SIQUEIRA CAMPOS – Expectativas do povo nortense do Estado de Goiás com a inclusão, no relatório da Comissão da Organização do Estado, da criação do Estado de Tocantins.

AMAURY MÜLLER – Advertência do Constituinte Mário Covas, do PMDB, quanto aos efeitos negativos do Plano Bresser na economia nacional. Aumento dos preços dos produtos na tabela divulgada pela Sunab.

BENEDICTO MONTEIRO – A reforma agrária segundo o programa partidário do PMDB. Dificuldade para a implantação da reforma agrária no País.

ROBERTO FREIRE – Repercussões das declarações do Constituinte Mário Covas, do PMDB, sobre o Plano Bresser. Expectativas da sociedade brasileira com os efeitos negativos do Plano Bresser sobre a política salarial.

CÉSAR CALS NETO – Efeitos negativos do Plano Bresser sobre a política salarial. Onda de remarcação dos preços dos produtos nos supermercados, após a divulgação do Plano Bresser. Conveniência da etiquetagem, pelas fábricas, dos preços dos produtos.

NELTON FRIEDRICH – Razões da convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Inconformidade do orador com princípios de conotação antinacional aprovados pela Comissão da Ordem Econômica.

VI – Apresentação de Proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

CÉSAR CALS NETO – O sistema parlamentar de governo aprovado pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

OSWALDO ALMEIDA – Equiparação, por norma aprovada pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, das cooperativas de crédito aos bancos comerciais. Tratamento diferenciado para a região norte fluminense.

ADEMIR ANDRADE – Subcomissão do Plano Bresser às diretrizes do Fundo Monetário Internacional.

VIII – Encerramento

Discurso do Constituinte Lysâneas Maciel, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 28-5-87, que se republica por haver saído com omissões; tentativa de introdução de resíduos autoritários na Assembléia Nacional Constituinte. Pronunciamento do Presidente da República sobre período do mandato presidencial.

2 – MESA

– Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÕES

– Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(Os atos encaminhados até à presente data serão publicados em suplemento a este Diário.)

Ata da 87ª Sessão, em 19 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegeraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Herpes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero

Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Menezes – PFL; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genólio – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Neiton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim

– PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Re-Raquel Cândido – PFL; Raquel CaPTeribe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Babosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 191 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 210/87-PFL

Brasília, 17 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, nesta data, estarei empreendendo viagem

à Europa, integrando a delegação do Parlamento Latino-Americano.

Outrossim, comunico que durante minha ausência, o Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, estará exercendo a Liderança na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Do Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira, Primeiro-Vice-Líder, no exercício da Liderança do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 211/87-PFL

Brasília, 18 de junho de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos seguintes Senhores Constituintes, para Vice-Líderes do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte:

Senador Divaldo Suruagy,

Senador José Agripino Maia e

Deputado Maurício Campos.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e distinta consideração. – Deputado **Inocêncio de Oliveira**, Primeiro-Vice-Líder, no exercício da Liderança do PFL

Do Sr. Constituinte Amaral Netto, Líder do PDS, nos seguintes termos:

Ofício nº 74/87

Brasília, 16 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Deputado Carlos Virgílio para compor o Colégio de Vice-Líderes da Bancada do Partido Democrático Social – PDS, na Assembléia Nacional Constituinte.

Renovo a Vossa Excelência, nesta oportunidade, os meus elevados protestos de estima e distinta consideração. – Deputado **Amaral Netto**, Líder do PDS na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Renato Viana.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, alguns temas aprovados nas Comissões Temáticas tornaram-se polêmicos, dividindo a opinião da sociedade brasileira. Por delegação do ilustre Relator-Geral da Constituinte, o Constituinte Bernardo Cabral, constituinte, o Constituinte José Richa.

Nessa Comissão, o tema que desde logo dividiu a opinião pública diz respeito à criação de novos Estados e a transformação de dois territórios em Estados.

Consciente do meu papel de Constituinte, após acurado estudo da matéria, resvolvi apresentar proposição tentando justificar, já na Comissão de Sistematização, e, se lá não foi acolhida, no Plenário desta Casa, em momento oportuno, a inopor-

tunidade e inconveniência da redivisão territorial do País.

Passo a discorrer tecnicamente sobre o assunto:

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
ANTEPROJETO DA COMISSÃO DA
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

Proposição

Suprimir os arts. 5º, 6º e 7º das Disposições Transitórias.

Justificação

A criação de Estados nas Disposições Transitórias.

Nas disposições Transitórias do anteprojeto da Comissão de Organização do Estado, foi criada, no art. 4º, a Comissão de Redivisão Territorial do País, "com a finalidade de apresentar estudos e anteprojetos de redivisão territorial do País e apreciar propostas de criação dos Estados de Santa Cruz, Triângulo Maranhão do Sul, Juruá, Tapajós, Roraima e Amapá, bem como o restabelecimento do Estado da Guanabara.

No art. 5º, a Comissão, entretanto, já deixou criado o Estado de Tocantins; no art. 6º, criou mais os Estados de Santa Cruz, Triângulo, Maranhão do Sul e Tapajós; no art. 7º, transformou os Territórios de Roraima e Amapá – em Estados.

Compete à Comissão de Sistematização, pelo Parágrafo único do art. 15 do Regimento da Assembléa Nacional Constituinte, além de compatibilizar as disposições aprovadas nas Comissões, a elaboração do preâmbulo.

Compatibilizar é evitar o contraditório e optar pelo objetivo de maior alcance social ou econômico.

No caso da criação dos novos Estados, ocorreu uma clara contradição entre o art. 4º, que criou uma Comissão de Redivisão Territorial do País, e os arts. 5º, 6º e 7º, que se antecipam os estudos. Aprovada a criação da Comissão, as propostas de criação, desde logo, ficaram prejudicadas e cumpre à Comissão de Sistematização ou suprimir o art. 4º ou os arts. 5º, 6º e 7º.

Processualmente, prevalece o art. 4º, que foi aprovado em primeiro lugar.

Merecem ainda ser ressaltadas, no que tange à transformação de Estado em Território, as determinações expressas no art 5º do Anteprojeto da Comissão da Organização do Estado:

"Lei complementar federal disporá sobre a criação de Território, sua transformação em Estado ou sua reintegração ao Estado de origem."

Assim, há que se cumprir o mencionado preceito.

Vejamos o mérito.

1º – No interesse do País, também deve prevalecer a precedência de um estudo sobre as possibilidades e as vantagens desses desmembramentos. O Congresso Nacional, embora aprovando a criação do Estado de Tocantins, rendeu-se, posteriormente, à argumentação do Presidente da República, no veto que após a essa iniciativa. O veto não foi rejeitado.

As condições objetivas não se modificaram, de então a estes dias, para agora, a Assembléia Cons-

tituinte criar não apenas o Estado de Tocantins, mas sete novos estados. Ao contrário, as dificuldades financeiras tomaram-se substancialmente maiores.

2º – Em todas as nações do mundo de grandes territórios (Estados Unidos, Canadá, China, União Soviética, Austrália, Índia) tem havido a preocupação de somente partir para a ocupação e exploração das áreas novas, depois da saturação das áreas onde se iniciou a localização da sociedade nacional.

3º – A razão é simples e lógica e repete uma prática multissecular de uso da terra, inclusiva no Brasil. Os fazendeiros constroem as casas de seus peões e, anteriormente, construíram as senzalas, sempre agrupadas e junto à casa-grande. Os senhores feudais, na Europa e em toda a parte, agrupavam os servos em aldeias e jamais os dispersavam por seus domínios. Os servos também interessava essa aglomeração, pelo auxílio mútuo que as famílias podem prestar, umas às outras, e pelo baixo custo dos transportes,

4º – Em relação aos países, ocorre o mesmo princípio. A dispersão das populações encarece – e, num país pobre, até proíbe à assistência médica e hospitalar, a freqüência escolar, encarece os produtos da lavoura, exige eletricidade, água, esgoto, construção de estradas com reduzido ou nenhum retorno do capital investido, impossibilita a fiscalização do uso correto das riquezas naturais e cria efeitos catastróficos dos quais, aqui, o recente Estado de Rondônia é exemplo frisante.

5º – As reportagens, no Estado de Rondônia, sobre os crimes ecológicos, as moléstias tropicais endêmicas, que estão sugando e matando os agricultores expelidos de suas áreas de origem, divulgam um verdadeiro genocídio. As devastações nas cabeceiras dos grandes rios, a garimpagem sem tecnologia alguma, o desbarramento dos rios e envenenamento das águas com mercúrio e agrotóxicos aplicados sem assistência técnica, e o custo acrescido dos produtos agrícolas, pelo transporte rodoviário por milhares de quilômetros, são alguns dos efeitos da ocupação irracional e vandálica das florestas situadas em cabeceiras de rios. Tais cursos d'água vão passar por centenas de cidades e estas se tomarão ameaçadas de existência, caso prossiga esse tipo de tratamento.

6º – A proposição de criar, não apenas um, mas até sete Estados, com exceção da Guanabara, todos situados em cabeceiras das grandes bacias hidrográficas e de população rarefeita, repetindo o equívoco do Estado de Rondônia, deve ser evitada de todas as maneiras. Em nenhum país do Mundo, nem mesmo na China, com 1 bilhão de habitantes, incentiva-se a ocupação das nascentes dos rios.

7º – Os enormes recursos financeiros necessários para criar palácios de governadores, secretarias, tribunais, assembléias legislativas, universidades e toda a infra-estrutura em habitações e comodidades de alto nível para a burocacia, em plena selva, constituem consenso total. Isto, quando não há dinheiro para fazer reforma agrária e aproveitamento das terras em tomo das grandes cidades, como objetivo elementar de abrir oportunidade de ocupar as populações faveladas, produzir alimentação, com baixo custo de transporte, e proporcionar assistência possível pela proximidade dos centros urbanos já constituídos e com

centenas de milhares morrendo de fome a cada ano, nesses prósperos centros.

8º – A criação dos Territórios de Amapá, Roraima e Rondônia deveu-se ao interesse das mineradoras estrangeiras em evitar a interferência dos governadores estaduais em áreas para as quais era desejável um poder político subordinado aos Ministérios, onde já estava montado o apoio favorável à exploração das jazidas, sem ônus algum, nem de ordem social, nem de preservação ecológica. Os governos estaduais atrapalharam, dado o poder de realizar desapropriações. Posteriormente, foi concluída que, para evitar o êxodo para o Sul e evitar sufocar Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio, com os flagelados, convinha construir a Transamazônica, para levar os retirantes em direção à selva amazônica. Em vez de reforma agrária, recorda-se ao expediente de desviar os flagelados. Gastou-se horrores na construção da rodovia, porém, a malária, os índios e as terras impróprias para a agricultura e os altos custos de transporte, na maior parte da bacia amazônica, levaram à ruína as agrovilas tentadas, a estrada foi destruída pelo abandono e as populações flageladas continuaram a encaminhar-se para o Sul em busca de terra e de trabalho.

Agora, renova-se a tentativa de encaminhar, para a selva amazônica, as populações flageladas, para que a malária e as adversidades da terra sacrificiem essa infeliz porção de brasileiros, como está ocorrendo em Rondônia.

10º – Por último, e não menos importante, a adição de 21 novos Senadores e 48 Deputados, representando áreas de reduzidíssima população, aumentaria escandalosamente o desequilíbrio já existente no Congresso Nacional, onde os votos de eleitores dos Estados mais populosos valem já dez e quinze vezes menos do que os votos de seus concidadãos do Amapá, Roraima e demais regiões despovoadas.

Conclusão

1º – A aprovação da iniciativa de criar Comissão de Redivisão Territorial precedeu e tornou prejudicada a votação que se seguiu, destinada a criar novos Estados.

2º – Fere a experiência mundial a dispersão das populações, quando os espaços mais próximos ainda não se encontram ocupados.

3º – O exemplo de Rondônia e a crise econômica, financeira e social que a Nação atravessa desaconselham despesas desse vulto. Gaste-se em reforma agrária, junto aos centros consumidores, o que se desperdiçaria em palácios e salários para novos mandarins na selva amazônica.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, **data vénia** do entendimento e dos interesses regionais de alguns Constituintes, os fundamentos que ora apresento justificam de sobejão a necessidade de que a Assembléa Nacional Constituinte acate minha proposição, suprimindo os arts. 5º, 6º e 7º das Disposições Transitórias do anteprojeto da Comissão de Organização do Estado, rejeitando a criação de novos Estados e a transformação de Territórios em Estados.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, homem ligado ao estudo do Direito, mas também atento aos problemas do campo, quero registrar minha preocupação que é, também a de milhões de brasileiros com as agruras por que passa hoje

o homem da terra, o pequeno, o médio e até mesmo, de certa forma, o grande proprietário rural.

A crise que se abateu sobre todos nós está levando o homem do campo ao desespero, principalmente aqueles que são devedores nos bancos, com seus débitos já vencidos ou em via de se vencerem. O eminentíssimo advogado paulista Dr. Fábio Monteiro de Barros, em parecer que elaborou a pedido de agricultores, alerta-nos para o fato de que não é devida a correção monetária em nenhum contrato de financiamento rural, no período de 28 de fevereiro de 1986 a 1º de março de 1987.

Mas, como discutir com os bancos, sem correr o sério risco de entrar para o "index" e não poder mais obter financiamentos, nesta hora difícil da economia brasileira? Diante da perspectiva de saldar débitos com correção, o problema ainda mais se agrava, pela dúvida e pelo temor. E, assim, o homem da terra, sobretudo o pequeno e o médio produtor rural, vê agravado o seu drama: alguns procurando vender tudo que podem – e pelo preço que alcançam – para continuar de cabeça erguida, honrando compromissos. Há casos dramáticos em que tudo se perde para manter o nome limpo diante de implacáveis credores.

Esse quadro inquietante, faz soar como insólita provocação a ladainha dos desavisados que clamam pela reforma agrária, a qualquer custo, a hipocrisia dos que defendem a divisão e distribuição, pura e simples, da terra aos que não a tenham fingido ignorar o drama dos que, tendo-a, não conseguem fazê-la produzir, por não poderem mantê-la diante dos altos custos exigidos.

Reforma agrária sem uma verdadeira política agrária será sempre um tema para tiradas demagogicas e reiteração de provocações, que a nada conduzem.

Repartir a terra improdutiva para que os que, não a tendo, possam tirar dela produção e rendimentos razoáveis será, sem dúvida, tarefa patriótica, de elevado alcance social e político. Mas há que, antes, proteger e estimular os que, sendo proprietários e devedores, não dispunham de meios para sair do impasse e estão perdendo tudo, até o chão de que tiram seu sustento.

Demagogia e posições extremadas, nesse tema, são hoje um desserviço à Nação. A não ser que se entenda por importante castigar a alguns e iludir a muitos. Mas isto será, antes de tudo, grosseiro embuste que os mais simples e os mais desesperançados serão os primeiros a entender e a repudiar.

Durante o discurso do Sr Tito Costa, a cadeira da presidência é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, e Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Jorge Arbage. (Pausa.)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, sob o título "No País das Maravilhas", o **Correio Braziliense** nos brinda com um editorial, à primeira página da edição de hoje, que registro para inserção nos Anais desta Augusta Assembléia Nacional Constituinte.

Trata-se de assunto que vale provocar a reflexão de todos nós, representantes políticos do povo,

com a responsabilidade específica de editarmos a Carta fundamental que regerá os destinos do Brasil.

Os eventos relatados pelo articulista, em que pesce à contundência da crítica, são dignos de observações cuidadosas e não afeitas ao estrabismo político, que muitas vezes acerba o batimento do coração e, com isso, transfigura a verdade que dói, na utopia que ilude e agrada os menos previdosos.

Por duras que sejam as palavras relatadas no bem elaborado editorial, partido da inteligência de alguém interessado em contribuir para um melhor estilo de trabalho, que coloque a Assembléia Nacional Constituinte na trilha objetiva e produtiva da sua nobre missão, tenhamos espírito e serenidade para recebê-las como sábias lições, brotadas a tempo de corrigirmos nossas deficiências, com o que pouparemos a sociedade de mais uma vexatória frustração, na expectativa do que espera receber dos seus representantes: uma Constituição capaz de romper as procelas do tempo, assegurando a todos os brasileiros anseios de paz, de ordem e de justiça, sem discriminações.

Era o que tínhamos a dizer.
(Editorial a que se refere o orador.)

NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Quase cinco meses após sua instalação, a Assembléia Nacional Constituinte vem servindo mais perplexidade que esperanças à opinião pública. Foram meses notoriamente agitados – em parte, em função do quadro de crise em que vive o País; em parte, porém, em função de problemas gerados pelos próprios Constituintes.

Ao invés de se partir de uma Grande Comissão, que preparasse um anteprojeto básico, como sugere a melhor tradição constituinte – nacional e internacional –, optou-se pelo inverso: a instalação de um vasto número de Comissões e Subcomissões, que retalharam os diversos temas constitucionais (e mesmo os rigorosamente estranhos a uma Carta Magna), para, ao final, despejá-los, em forma de relatórios, no estreito funil da Comissão de Sistematização.

É para ela que, agora, se voltam as atenções da opinião pública. Cabe-lhe, nesta penúltima etapa dos trabalhos da Constituinte, desempenhar o papel de uma espécie de UTI legislativa – manejando com precisão e impiedoso rigor o bisturi do bom senso nos oito relatórios finais das Comissões Temáticas.

Trata-se de material recheado de demagogia, utopia e, mesmo, de rigorosas impossibilidades como é o caso das propostas populistas-trabalhistas consagradas pela Comissão da Ordem Social.

O Brasil, imaginado pela maioria dos membros dessa Comissão, pouco parentesco guarda com o Brasil real. Se o País, como é notório, está mergulhado na mais dramática crise econômica de sua história, nada de aumentar a produção ou estimular a ação empreendedora dos que geram empregos e riqueza. Ao contrário, a saída apontada é justamente inversa: estabilidade no emprego (que, como é óbvio, reduzirá drasticamente a oferta de emprego), jornada reduzida de 40 horas semanais, aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 para a mulher, remuneração em dobro no período de férias, etc.

Trata-se, nos tetos da retórica de palanque em que está mergulhada a Constituinte, de "pro-

postas progressistas" destinadas a combater o "capitalismo selvagem" e a "injustiça social". Só que não se combate a pobreza e a miséria com leis, muito menos com leis que geram mais pobreza e mais miséria. Combate-se gerando riqueza. Se a atual Constituinte, pelo grau de intervencionismo estatal que consagra, já é um fator de inibição à pujança do capitalismo nacional, que dizer da futura, que acena com pesadas incursões, mesmo nessa estreita área de ação em que está confinada a iniciativa privada no Brasil?

O "País das Maravilhas", imaginado pela maioria dos membros da Comissão da Ordem Social, – circunstância que se estende a um expressivo número de membros das demais Comissões, está, no entanto, bem mais próximo do "País dos Pesadelos".

Ao inibir – ou mesmo suprimir – os mecanismos da economia de mercado, os Constituintes preparam o golpe de misericórdia no já de si abalado capitalismo nacional. Estabilidade no emprego soa bem aos ouvidos do trabalhador desinformado. Ele supõe que sua sobrevivência está garantida. Não está, já que esse mecanismo, na prática, inabilitiza a empresa privada. E é difícil imaginar emprego sem empregador. Como esses pormenores não costumam ser mencionados do alto dos palanques, a proposta geralmente é aclamada. O mesmo ocorre com a redução de 48 para 40 horas da jornada semanal de trabalho: providência demagógica e, mesmo, impatriótica, num País que precisa urgentemente aumentar sua produção para sair da crise.

Quando se acena com aposentadorias precoces, produz-se euforia, se se está diante de platéias desinformadas. Mas, se se está em auditórios elementarmente informados, a pergunta é inevitável: quem paga a conta? É óbvio que é o próprio suportamente beneficiário.

Se os relatórios das oito Comissões fossem acolhidos na íntegra, teríamos uma Constituição singular em todo o Planeta: mais de um milhar de artigos. E o pior descendo a minúcias desnecessárias, como no relatório da Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, que os considera iguais "exceto para o que diz respeito à gestação, parto e aleitamento", e deixando de lado questões essenciais.

A disposição cirúrgica do Relator da Comissão de Sistematização é louvável, e tem sido aplaudida por todos que têm uma vaga noção do que seja uma Constituição e, mais ainda, a vida real. Por isso mesmo, irritou profundamente alguns Constituintes de palanque. Estes prometem "vigiar" o relator, quando, a rigor, deveriam vigiar realidade, o estado de espírito do contribuinte, a própria consciência e os manuais de Direito Constitucional.

Que dizer da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantias das Instituições, que, num momento em que as Forças Armadas procuram se afastar da atividade política e dedicar-se às suas atividades profissionais, consagra o voto aos cabos e soldados? É inevitável que, inscrito tal dispositivo na futura Carta, a politização – pior a partidarização – das Forças Armadas se torne irreversível.

A mesma Comissão determina que a União sustentará os partidos políticos, cuja criação é livre e sem limite, em suas despesas de campanha eleitoral e em suas atividades permanentes. Para um país que busca desesperadamente reduzir o

déficit público, é, sem dúvida, um caminho formidável...

Outros aderem à confusão ao prometerem "avançar" na reforma agrária na Comissão de Sistematização, pois julgam que a Constituinte está "aqueém" do Estatuto da Terra. Ocorre que esse Estatuto é um diploma ordinário, que desce a detalhes que não cabem em uma Carta Magna.

E aí começa outra confusão. A esquerda "progressista" sustenta que a futura Constituição deve ser a mais detalhada possível, ao ponto de tomar auto-aplicável. Seria esse, segundo aquela retórica, o mal menor dos países subdesenvolvidos. Uma Constituição de princípios, enxuta, como sugere a melhor tradição democrática, não estaria à altura de um país como o Brasil, segundo esse esdrúxulo raciocínio "progressista".

O Senador Afonso Arinos, cuja experiência, honorabilidade e competência técnica não vêm sendo devidamente aproveitadas por seus colegas, costuma dizer que a Constituição ideal está mais próxima da síntese dos Dez Mandamentos do que do detalhamento de uma lista telefônica. A imagem é perfeita até porque, com menos artigos, erra-se e confunde-se menos.

Não se está, no entanto, mais em tempo de simples conselhos ou sugestões. É hora de agir e a Comissão de Sistematização tem a elevada tarefa de devolver aos brasileiros a esperança em ser futuro. O país que emerge das Comissões Temáticas é um país atrasado, aprisionado pelo intervencionismo estatal e de tirânica índole cartorial.

Seguramente, não é o País que sonhamos legar às futuras gerações. A menos que pretendamos continuar eternamente sendo tão-somente o "País do Futuro" – futuro que nunca chega. Ou, como diria Carlos Lacerda, "O País do amanhã – só que amanhã é feriado".

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB

– GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a atuação parlamentar sempre representou um grande desafio. Nunca foi fácil conciliar o trabalho, muitas vezes extenuante, de uma Casa Legislativa, com o atendimento às bases eleitorais, com os compromissos partidários e, acima de tudo, com as múltiplas ideologias partidárias.

Como se isto não bastasse, o desafio se torna ainda mais evidente quando se trata de um Congresso Nacional Constituinte, que tem a responsabilidade de elaborar uma Carta Magna sensata, sólida e praticável, a fim de que ela possa unir os brasileiros em torno dos princípios de liberdade, justiça, igualdade e democracia.

As atividades dos Constituintes têm sido intensas. Ocorrem reuniões nas Comissões e Subcomissões, muitas vezes aos sábados, domingos e feriados. Sessões ordinárias e extraordinárias da Assembléa Nacional Constituinte e sessões da Câmara e do Congresso, além das reuniões das bancadas, requerem dos Constituintes um desdobramento gigantesco que, por força do momento histórico que se vive, não pode ser absolutamente relegado.

Tal situação, todavia, não é incômoda. Sente-se a satisfação interior de se saber que o trabalho não é em vão ainda que muitas vezes incompreendido, mal interpretado, distorcido e até mesmo aviltado. Sente-se a serenidade de uma consciência tranquila pela convicção de estar-se cumprin-

do fielmente uma missão para a qual se foi escolhido.

Sempre haverá um preço a ser pago por defender-se os ideais cristãos. E, mesmo sendo defensor desses ideais – e os tal circunstância já era conhecida antes mesmo de ser candidato – não houve nem haverá recuos. Nada poderá impedir que se mantenha o firme propósito de buscar, em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça, na esperança de que as demais coisas serão acrescentadas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, particularmente, quando me candidatei estava consciente de duas coisas: que seria um grande desafio lutar pelos ideais cristãos, pois são poucos aqueles que têm compromissos com as premissas cristãs, e que minha atuação não seria fácil, pois não me julgo um político profissional.

Quando, certa feita, Jesus Cristo enviou seus discípulos, fez-lhes uma advertência. Disse-lhes que seriam enviados como ovelhas ao meio de lobos, mas que fossem simples como as pombas e prudentes como as serpentes. Essa figura ilustra a situação de alguém e talvez até a minha: estou rodeado de homens de grande experiência política, muitos deles experimentados em manobras e artimanhas de bastidores, enquanto sou um simples aprendiz na vivência da boa política. Por isto, não devo esquecer-me de ser humilde sempre, para não ostentar algo que não tenho.

Devo ser complacente comigo mesmo quando cometer erros, pois o erro é humano, mas o perdão é divino. Permanecer no erro pode ser diabólico. Devo ser prudente, porque, reconhecendo haver em mim uma certa vulnerabilidade, não me poderei deixar apanhar em alguma cilada maliciosamente engendrada contra mim. E sei que esse deve ser o comportamento – de prudência – para muitos Constituintes que têm pensamento justo, honesto e preciso, para poder contribuir num momento tão significativo da História desta Nação.

Encerro dizendo a todos os Constituintes que devemos lutar, pois certo pensador muito bem disse "O que é belo e sempre novo é ver-se o filho do povo saber lutar e subir de braços dados à glória para, no panteão da História, conquistar o porvir"

Durante o discurso do Sr. Antônio de Jesus, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Osvaldo Bender. (Pausa.)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nesta manhã ensolarada de sexta-feira, ocupo mais uma vez a tribuna. E sempre o faço com muito prazer, uma vez que posso me comunicar com os nobres Srs. Constituintes, bem como com grande parte dos brasileiros.

Quero aqui manifestar meu ponto de vista quanto ao novo Plano Cruzado. Em primeiro lugar, externar os meus sentimentos, por não se ter ouvido antes esta Casa. Acredito que se isto tivesse acontecido, o plano poderia ter sido lançado com maior segurança de durabilidade, uma vez que os Srs. e Sras. Parlamentares representam

todos os segmentos da sociedade brasileira, e por isso mesmo sentem muito mais as necessidades das populações de todos os recantos do País.

Antes de apontar erros e dúvidas, quero me solidarizar com as autoridades pela iniciativa e coragem que tiveram em tornar essas medidas, bem ou mal. Não importa, quando o time joga mal, é preciso mexer nele.

Como estava, marchávamos a passos largos para o caos total. Uma inflação de 25 por cento ao mês, falta de credibilidade no Governo, descontentamento e pessimismo nunca vistos neste País. O descontentamento era generalizado em todas as camadas da população.

Como Constituinte, mesmo sem poder opinar ou contribuir com sugestões, mesmo assim quero parabenizar as autoridades pelo Plano. E, como brasileiro, torcer para que dê certo.

Quem de nós não quer ver este País grande? Quem não quer ver o desenvolvimento geral, o bem-estar do nosso povo, especialmente dos mais necessitados? Para as coisas boas não existe oposição, a não ser a recalculada, dos falsos líderes, que não querem ver as coisas melhorarem. Para eles, quanto pior, melhor, pois defendem outra ideologia, fazem questão de que as coisas continuem mal. Além de terem outros princípios para o sistema de Governo, ainda se aproveitam da demagogia barata dos inocentes úteis, que se deixam levar e influenciar por idéias marxistas; que, diante da difícil situação, diante do caos nacional, tombam seduzidos por essas idéias, como mariposas diante da lâmpada.

Não queremos que isto aconteça. Por isto vemos com alegria a tomada de posição para, pelo menos, se tentar resolver a difícil situação que vivemos.

Acredito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que as autoridades, desta vez, vão melhorar o Plano constantemente, a readaptá-lo todos os setores. Desta vez será mais fácil, já que não temos eleições em vista, o que impedia os realinhamentos do Plano Cruzado I, que tivessem sido tomadas providências de sessenta em sessenta dias. Com toda sinceridade, acredito que teria dado certo. Mas nunca é tarde.

Das críticas e sugestões que queria fazer, uma delas é exatamente sobre o reajuste do Plano. Acho demais noventa dias para o realinhamento. Esta é uma falha que pode ser sanada. O Plano nada prevê para a agricultura, nenhum incentivo para estimular a produção ou para amenizar a difícil situação do produtor, especialmente do pequeno agricultor. Como congelamento, também foi atingido, e em maiores proporções, porque arranca da terra, com muito suor, o que produz. Por isto é indispensável estabelecer preço justo para que se possa produzir com tranquilidade e segurança. Alguma coisa terá que ser adaptada para o setor agrícola, sob pena de fracasso mais rápido.

Outro setor também penalizado é o dos trabalhadores. Primeiro, porque o salário mínimo não foi reajustado; segundo, porque os reajustes dos salários são feitos somente quarenta e cinco dias após a computação da inflação. Mesmo mensais, não condizem com a realidade porque chegam atrasados.

A deflação também me parece absurda, uma vez que não tivemos uma nova moeda, como

da outra vez. Por isso acho que essa medida vai penalizar muitos, injustamente, e favorecer demasiadamente o Governo.

Para finalizar, faço um veemente apelo a todo: os brasileiros para que colaborei com o Plane ajudem no controle dos preços, mesmo que, mal: uma vez, tabelados na ponta errada.

Temos que tabelar e controlar os preços na fonte da produção, nas fábricas, única maneira para dar certo. Sabemos que aqueles que revendem os produtos são meros intermediários e não têm forças nem condições para manter seus preços fixos, sob pena de falência que houve no Plano Cruzado I. Mesmo assim, todos devem colaborar. É este apelo que faço. E, especialmente, quero também fazer um apelo às autoridades que fiscalizem os preços, para que não haja injustiças – com o pequeno armazém da esquina, como os abnegados trabalhadores. Não são eles os culpados da inflação, como aconteceu da outra vez, quando muitos foram humilhados, presos, por quantias irrisórias, enquanto os grandes fizeram o que bem entendiam, aumentando os preços e principalmente cobrando ágio.

É o apelo que faço desta tribuna, para que todos colaborem, pois desejamos uma Pátria feliz e justa para todos. Sou o último a perder as esperanças. Neste imenso País acredito que pode e deve haver um lugar digno para todos.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, passada a primeira fase dos trabalhos nas Subcomissões e Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte, em que os Deputados e Senadores, ou seja, os Constituintes, votaram com as suas consciências, quase sempre independentes do posicionamento partidário, defendendo as suas propostas e emendas, muitas sem serem enquadradas como matéria constitucional, tendo, também, muitas delas, sido apresentadas para terem paternidade nas leis complementares e ordinárias, chegou o momento de um novo posicionamento.

Assim, tanto os anteprojetos das Subcomissões como os projetos das Comissões Temáticas não representam o pensamento da maioria da sociedade brasileira. Sabemos que o projeto da Comissão da Ordem Econômica interessa apenas aos empregadores e o projeto da Ordem Social interessa apenas aos trabalhadores, não representando a vontade da Assembléia Nacional Constituinte nem tampouco da sociedade do nosso País.

Chegamos a uma nova etapa da Constituinte: a compatibilização dos projetos na Comissão de Sistematização e a votação das matérias no Plenário, que é soberano.

Precisamos encontrar os pontos de convergência, negociar os pontos de divergência, sem transigir totalmente as nossas posições políticas, colocando o interesse maior do Brasil acima dos nossos interesses pessoais e partidário. Essa tarefa de ter a acuidade de bem servir, do momento que vivemos, da responsabilidade que nos atinge, será prova de que poderemos mostrar à sociedade brasileira que não somos um apelo, mas a solução para os seus problemas.

Portanto, precisamos elaborar uma Constituição que represente todos os segmentos da sociedade e não apenas parte dela.

Precisamos fazer uma Constituição não só para a nossa geração, mas também para as gerações

futuras. Assim, necessitamos fazer uma Constituição moderna, sintética, duradoura, democrática e de grande cunho social.

Para tanto, necessitamos do diálogo e do entendimento de todos os partidos representados na Assembléia Nacional Constituinte, pois, caso contrário, não chegaremos a lugar algum e seremos julgados pela História de uma maneira não muito lisonjeira.

Com a responsabilidade do exercício da liderança do Partido da Frente Liberal, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte, faço esta conlagmação, na certeza de que atende aos mais lídios interesses da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **Correio Braziliense**, em matéria de primeira página e já abordada nesta reunião, faz alguns comentários sobre os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. E, como já se disse aqui, comentários duros, que refletem o ânimo estabelecido neste plenário.

Entretanto, no momento em que a Nação está a analisar os efeitos do chamado Plano Bresser, quando todos concordam em que mais uma vez os perdedores – com este Plano – foram os assalariados e os pequenos comerciantes, e quando os pequenos agricultores, mais uma vez, não tiveram, absolutamente referência, perguntamos: a quem, exatamente, se dirige o Plano Bresser, já que nada traz de novo em relação aos pequenos comerciantes, aos pequenos agricultores e, fundamentalmente, estabelece o maior confisco salarial já verificado neste País? Até parece que o Brasil não paga um dos mais baixos salários mínimos do mundo. Hoje esta Nação paga aos seus operários o que ganha em um dia um trabalhador americano.

O **Correio Braziliense**, na matéria a que me referi, não esconde sua real posição ao tecer duras críticas à Comissão da Ordem Social, porque naquele órgão Constituintes honrados e dignos fizeram um trabalho que poderia ser modelar para esta Casa, trabalho em que não faltaram as discussões e os debates, mas cujo resultado foi de encontro às necessidades fundamentais da sociedade brasileira.

Se a riqueza neste País, concentrada nas mãos de uma minoria privilegiada, que tem tido, ao longo da história, todas as condições para manter os seus privilégios, levou-nos a esta situação, por que não olhamos, agora, o problema da miséria, do desemprego, exatamente pela ótica do que existe de mais profundo neste País, que é o desejo de restabelecer a dignidade do trabalhador?

Chamaram de demagógica a Comissão da Ordem Social, que aprovou a jornada de 40 horas semanais. Não. Demagogos são aqueles que não querem entender que neste País as fábricas poderiam ser acionadas com mais intensidade se estabelecessem a jornada de 40 horas semanais, abrindo oportunidade de emprego a milhões de brasileiros desempregados, que vivem nas periferias, no submundo das grandes cidades, condenados pela falta de sensibilidade que caracteriza o lado desumano do capitalismo brasileiro. A medida, repito, abriria uma perspectiva para milhões de brasileiros que poderiam trabalhar, entrar no processo produtivo e, recebendo alguns salários, poderiam ser consumidores.

Outro ponto duramente criticado nesse editorial foi a questão de estabilidade no emprego. Ora, se não dermos estabilidade aos trabalhadores, se não for recuperada a sua dignidade como criatura humana, se não impedirmos que sejam tratados como escravos, nunca teremos a produção aumentada no País. Aliás, os governantes que há mais de vinte anos comandam esta Nação deveriam recolher desse quadro existente hoje a lição profunda de que as medidas por eles adotadas foram insegundáveis.

Segundo eles, produzimos cada vez mais, e, na verdade, na área agrícola, a produção dos últimos vinte anos não passa de sessenta milhões de toneladas: exportamos mais, e cada vez mais aumenta a miséria do nosso povo. Isso só acontece porque este País não aprendeu ainda a valorizar o que há de mais digno: a força do trabalho.

Ora, comentários como esses, publicados em um jornal de tamanha importância, tentando modificar a verdadeira face deste País empobrecido que temos hoje, não contribuem para fazermos uma Constituição digna.

O **Correio Braziliense** vai mais longe ainda no que se refere à Comissão de Organização Eleitoral: diz que no momento em que as Forças Armadas procuram se afastar da atividade política e se dedicar à sua atividade profissional, consagram votos aos cabos e soldados. Ora, querer que os cabos e soldados não conscritos não tenham a possibilidade de votar e o direito de exercer a sua cidadania é realmente um retrocesso. Voltamos cem anos, quando os negros, os pobres e aqueles que eram contra o Governo não podiam votar. Esse artigo precisa ser analisado pela ótica de um País moderno, onde não cabem esse tipo de retrocesso e essa afronta ao que há de mais sagrado no País: sua força de trabalho.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a violência que continua a dizimar vidas e reduzir esperanças do meio rural brasileiro não se limita apenas à ação perniciosa de pistoleiros profissionais que, a soldo de poderosos latifundiários, de grileiros e de interesses que não são os do povo brasileiro, se projeta também numa nódoa que compromete seriamente os nossos foros de Nação civilizada.

Sr. Presidente, têm sido numerosas as denúncias de assassinatos, de violação dos direitos humanos, da ocupação ilegal de imensas áreas de terra por grileiros, latifundiários, banqueiros e por empresas multinacionais. Até aqui, infelizmente, todas essas denúncias, todos os apelos no sentido de que o império da lei prevaleça têm ecoado no vazio, não têm recebido das autoridades governamentais as necessárias providências. O trabalho escravo, que depõe contra a própria legislação em vigor, continua ocorrendo em várias regiões do País. Agora, Sr. Presidente, cerca de 900 trabalhadores rurais trazidos das Alagoas para o interior de São Paulo, iludidos por empreiteiros que prometiam salários de Cz\$ 7.000,00 semanais, boa alimentação e alojamento para trabalhar na Usina de Álcool Martinopólis, na cidade de Serrana, região de Ribeirão Preto, em São Paulo, viram seus sonhos se desvanecerem. O resultado foi melancólico: só depois de lá chegarem descobriram que haviam sido enganados. Dezoito deles conseguiram fugir e, após viajarem a pé e de ônibus, retomaram a São Paulo e procuraram a polícia

para denunciar que nos dias em que trabalharam na usina foram submetidos à escravidão, não recebendo um centavo sequer pelo seu trabalho. Dezoito deles fugiram, Sr. Presidente, e os quase 825 que lá permaneceram em que situação se encontram? Estarão, como denunciaram esses dezoito, sendo submetidos a esse tipo de violência, sendo obrigados a colher uma tonelada de cana por dia, sem o que não recebem – não semanalmente, mas quinzenalmente – os Cz\$ 7.000,00 e uma alimentação mais do que precária? São obrigados a levantar às 5 horas de manhã e, antes do trabalho, lhes é servido um copo com e um pedaço de pão. Ao meio-dia comem arroz com um pedaço de carne e, ao final do trabalho, às 17 horas, tomam novamente café com um pedaço de pão. São trabalhadores que fogem da seca e do latifúndio nordestino. São trabalhadores que demandam São Paulo e outras regiões do Sul do País em busca de melhores condições de trabalho e de salário mais justo. E, de repente, ante a indiferença e a insensibilidade das autoridades governamentais, são submetidos por latifundiários, barões da terra, ao trabalho escravo, sem que nada se faça.

Não faz muito assassinaram brutalmente, no Pará, o advogado trabalhista, ex-Deputado Estadual e suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles. Momento de comoção nacional, com esse crime; o Governo prometeu adotar providências e até agora nada fez. Os assassinos permanecem à solta, alhures, em lugar incerto e não sabido. Mas o Governo sabe quem matou e nada faz.

A situação no Pará não é diferente da que se verifica na região de Ribeirão Preto, de onde procederam as mensagens mais agressivas contra aqueles que empunharam a bandeira da reforma agrária e tentaram impor um projeto nacional, popular e democrático na Comissão da Ordem Econômica. Lá se pratica trabalho escravo em nome da propriedade privada, enquanto alguns detêm grande parte da terra e impõem esse tipo de subserviência, de escravidão ao trabalhador brasileiro, sem nenhuma proteção governamental. As terras continuam nas mãos de poucos, e o País, como se tem dito aqui, ao longo de muitos anos, continua produzindo menos da metade dos grãos necessários à alimentação precária da sua população. Em Conceição do Araguaia, na região de Bela Vista – e esta é mais uma denúncia que se faz – tropas da Polícia Militar, pagas com o dinheiro do povo, com os impostos escorchantes que lhes são cobrados, continuam cercando mais de quatrocentas famílias de humildes e indefesos posseiros, que outra coisa não querem a não ser um pedaço de chão para dele retirar o seu sustento e o de suas famílias; tropas da Polícia Militar, Sr. Presidente, encarregadas de manter a ordem, de assegurar a integralidade dos direitos do cidadão, submetem a um verdadeiro campo de concentração mais de quatrocentas famílias, que não têm sequer a arma da palavra, porque os seus direitos não ecoam na consciência de um governador eleito pelo povo num processo supostamente democrático, comprometido com o programa do seu partido, que coloca a vida humana acima de qualquer coisa, mas determina que tropas militares cerquem pessoas indefesas, anônimas e inermes. Até quando vai continuar essa situação? Enquanto fatos como esses acontecem, enquanto a escravidão grassa em São Pau-

lo, em regiões do latifúndio que, ao invés de produzir alimentos para o povo comer, se locupleta com o escândalo do álcool, ainda há vozes que ousam condenar e combater a reforma agrária. Mas como, Sr. Presidente? Este País de terra sem-fim, País-continentes com mais de 600 milhões de hectares aproveitáveis para a agricultura para a pecuária de corte e de leite, é propriedade de apenas alguns que se arrogam o direito de deter a propriedade, de ter a posse da terra para explorar, para escravizar e reduzir o homem a uma dimensão de pigmeu. E aqui se diz que a reforma agrária seria estatizante e coletivista. Eis um ledo equívoco.

Mas, Sr. Presidente, ao trazer mais esta denúncia a este Plenário, espero que o Governo José Sarney, que se diz democrata e cumpridor de leis, seja democrata, cumpra a lei e puna os latifundiários que estão escravizando a mão-de-obra humilde, em defesa dos nordestinos. (Palmas.)

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Imprensa nacional noticiou, com muita ênfase, os últimos acontecimentos ocorridos em Goiânia, em virtude do aumento do preço das passagens dos ônibus interurbanos, naturalmente advindo também dos sucessivos aumentos que obtiveram a gasolina, o álcool e o óleo, nos últimos dias. Goiânia viveu momentos de tensão nos últimos dias.

Venho hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não como muitos Deputados e Senadores o fizeram nesta tribuna, desfechar uma saraivada de críticas aos seus respectivos governadores. Venho, hoje, solidarizar-me e congratular-me com o Governador do Estado de Goiás, Senador Henrique Santillo, homem que para chegar ao Governo de Goiás percorreu todo o Estado durante vinte anos – cidades grandes, pequenas e médias, distritos, povoados, arraiais e barrancas de rios – conversando com os goianos. Assim alcançou o poder. Depois de eleito governador, com uma retumbante vitória, voltou a todas as cidades, povoados e distritos, conversou com todos os segmentos da sociedade goiana, ouviu, para formar sua equipe de Governo, Vereadores, vice-Prefeitos, Prefeitos, Deputados estaduais e federais, Senadores, associações de bairros e clubes de serviço, discutiu com todo o povo goiano e formou uma equipe de jovens idealistas comprometidos com o PMDB e com os problemas do Estado de Goiás. Com poucos meses de administração, o ex-Senador da República, que tanto honrou e dignificou esta tribuna, conseguiu inúmeros e excelentes resultados. A arrecadação de Goiás, que era de 400 bilhões de cruzados por mês, passou para 933 bilhões e 870 mil cruzados por mês, sem arrocho salarial; o pagamento do funcionalismo público, que

estava atrasado quase três meses, foi colocado em dia; a dívida externa foi rolada integralmente e negociou-se a dívida interna; desbloqueou-se o FPE, que estava bloqueado; modernizou-se a máquina administrativa; está em andamento o plano de cargos e salários; reequilibrou-se as finanças internas e externas; está com uma política salarial em discussão.

O Governo Henrique Santillo tem realmente a visão otimista do futuro. Já existem em execução inúmeros programas, como, por exemplo, programa de ação comunitária, programa de alimentação popular, centro de educação comunitária,

plano de desenvolvimento integrado de Goiânia, programa de benefício às microempresas, programa de assistência ao pequeno produtor, programa cultural, duplicação da Rodovia Goiânia-Trindade, convênios na área habitacional e de saneamento.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Governo de Goiás tem hoje no seu comando um homem sensato, equilibrado e comprometido, realmente, com as profundas mudanças que precisam ser efetivadas no Estado de Goiás e no Brasil. Hoje, repito, venho aqui para congratular-me com nosso grande Governador Henrique Santillo, que tem dado demonstrações de inequívoco apoio a todas as camadas sofridas do Estado de Goiás e, portanto, não merecia tal injustiça por parte de uma minoria que tenta tumultuar as coisas naquele Estado, fazendo uma verdadeira baderna. (Palmas.)

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando discutímos o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, imaginei que o processo de que estávamos tratando seria o mais próprio para que se estabelecesse um estudo profundo e democrático sobre todos os problemas nacionais. Infelizmente, hoje, encerrados os trabalhos das Comissões temáticas, acredito que uma grande maioria dos Constituintes se vê frustrada por não ter discutido, quer nas subcomissões, quer nas Comissões temáticas, os problemas que abordou aqui em profundidade.

Acredito que se tivéssemos um parâmetro de discussão, como um anteprojeto feito por esta Casa, teríamos condições de nos centrar nos problemas fundamentais do País e de colher todas as experiências provenientes deste Brasil imenso.

Não é possível que uma Assembléa Nacional Constituinte, com 559 Parlamentares, 559 Constituintes vindos de todas as partes do País, todos líderes em seus Estados, em seus Municípios, em suas regiões, não traga para este plenário uma grande experiência para o povo brasileiro. Portanto, cabe-nos o aprofundamento desta discussão. Infelizmente, não foi possível. Como todos os colegas sabem, nós, os membros da Subcomissão, tínhamos apenas três minutos para interpelar alguém que fosse fazer a conferência, nada mais. Não tínhamos condições, portanto, de nos aprofundar nesta discussão. Na Comissão Temática o tempo encurtou-se ainda mais, já com pontos de vista definidos e até radicalizados nas duas pontas do pensamento brasileiro.

Hoje, assomo à tribuna para anunciar aos companheiros que voltarei aqui todas as vezes que for possível para analisar como o farei ainda hoje na liderança do partido, o programa partidário.

Precisamos realmente analisar o programa partidário. Recentemente, o PMDB fez um congresso, de onde tirou um programa que praticamente está sendo rasgado pelos seus membros, tanto nas Subcomissões como nas Comissões Temáticas e, possivelmente, será motivo de acalorados debates e grande luta interna no partido, em função das posições ideológicas extremadas em torno desse problema. Por isso, a partir de hoje, comecei a enfocar a questão da reforma agrária, não do ponto de vista do slogan "reforma agrária massiva, radical, adjetiva", mas do ponto de vista do problema concreto que existe em todos os

Estados brasileiros. Por exemplo, estamos com dois anos de execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e com alguns meses de execução do Plano Regional de Reforma Agrária. E o que já foi feito para o ano de 1986? Estava previsto o assentamento de 150 mil famílias. E quantas foram assentadas? Nenhuma, apenas foi regularizada a situação de umas 10 mil famílias que tinham posse da terra. Os conflitos sociais diminuíram? Não, agravaram-se. No meu Estado, o Pará, por exemplo, apesar das desapropriações já feitas burocraticamente pelo Mirad, continuam os conflitos em todos os Municípios, sendo que os mais graves têm ocorrido em Conceição do Araguaia, Xinguara, Rio Maria, Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Viseu, Capim, Paragominas, Santarém, Alenquer, enfim, dezenas de Municípios que vivem em permanente conflito judiciário.

Portanto, teremos que examinar concretamente, da tribuna desta Casa, esses graves problemas que estão acontecendo no País.

Ocuparei a tribuna, como disse, todas as vezes que o partido me permitir, no horário a ele reservado, para falar sobre o programa do PMDB.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois de termos todos os anteprojetos das diversas Comissões, os quais foram encaminhados à Comissão de Sistematização, chegamos a uma triste conclusão: muitos Relatores e vários Constituintes não ficaram preocupados com a crise brasileira e trabalharam apenas para a platéia, não para o Brasil. Esta é, realmente, uma triste realidade. A Comissão da Ordem Social aprovou alguns artigos que me preocupam muito e a todas as pessoas de bom senso deste País. Essa Comissão e os seus membros, ou pelo menos a maioria deles, trabalhou o tempo todo para a platéia, aprovando as 40 horas de trabalho, a estabilidade no emprego, a aposentadoria aos 25 e 30 anos e um tipo de greve um pouco esquisita, na qual quem acha que a greve deverá ser feita e é legal é o próprio trabalhador e quem vai julgá-la são os grevistas.

Srs. Constituintes, estou realmente preocupado, porque na hora em que o Brasil mais precisa de trabalho, de desenvolvimento e passa por uma crise, talvez a pior de sua história, a maioria dos membros da Comissão da Ordem Social prega menos trabalho e a estabilidade no emprego. Se isso passar, o que vai acontecer? A oferta de emprego vai diminuir. As pequenas e médias empresas vão fechar. Se eu tiver uma empresa, e a estabilidade passar, não vou conseguir trabalhar, fecho a minha empresa e, com isso, a crise vai continuar.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de ler um trecho do artigo de fundo publicado no jornal "Correio Braziliense", aliás, muito feliz. A certa altura, diz o artigo do jornal, comentando principalmente a estabilidade e as 40 horas semanais:

"Trata-se de material recheado de demagogia, utopia e, mesmo, de rigorosas impossibilidades – como é o caso das propostas populista-trabalhistas consagradas pela Comissão da Ordem Social.

O Brasil imaginado pela maioria dos membros dessa Comissão pouco parentesco

guarda com o Brasil real. Se o País, como é notório, está mergulhado na mais dramática crise econômica de sua história, nada de aumentar a produção ou estimular a ação empreendedora dos que geram empregos e riqueza. Ao contrário, a saída apontada é justamente inversa estabilidade no emprego (que, como é óbvio, reduzirá drasticamente a oferta de emprego), jornada reduzida de 40 horas semanais, aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 para as mulheres, remuneração em dobro no período de férias, etc.

Trata-se, nos termos da retórica de palanque em que está mergulhada a Constituinte "propostas progressistas", destinadas a combater o "capitalismo selvagem" e a "injustiça social". Só que não se combate a pobreza e a miséria com leis – muito menos com leis que geram mais pobreza e mais miséria. Combate-se gerando riqueza. Se a atual Constituição – pelo grau de intervencionismo estatal que consagra – já é um fator de inibição à pujança do capitalismo nacional, que dizer da futura, que acena com pesadas incursões mesmo nessa estreita área de ação em que está confinada a iniciativa privada no Brasil?

O "País das Maravilhas", imaginado pela maioria dos membros da Comissão da Ordem Social – circunstância que se estende a um expressivo número de membros das demais comissões – está no entanto, bem mais próximo do "País dos Pesadelos." (Palmas).

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias ouvimos, pela televisão, a palavra do Sr. Ministro da Aeronáutica defendendo o Projeto Calha Norte, ao mesmo tempo em que teceu alguns comentários a respeito da atuação de misteriosos missionários na região amazônica.

Tem toda razão o Sr. Ministro ao fazer esses comentários. Realmente, a atuação desses missionários em toda a região amazônica é surpreendente. Holandeses, norte-americanos, suíços, enfim, elementos das mais diversas procedências agem nas mais recônditas regiões da nossa imensa Amazônia, de maneira a merecer uma melhor investigação.

Durante toda a legislatura passada fiz inúmeras denúncias sobre a atuação desses organismos, principalmente, sobre uma misteriosa comissão para criação do Parque Yanomami comandada por uma suíça e um italiano, que vivem trafegando entre o Território de Roraima, a Venezuela e os demais países vizinhos.

Pois bem, neste momento, é importante que os verdadeiros amazônidas se unam na defesa intransigente do Projeto Calha Norte, que busca não só ocupar nossas fronteiras vazias, mas também e principalmente valorizar a gente que ali habita, promovendo, através de um trabalho sério e patriótico, a ocupação dessas nossas fronteiras.

Como roraimense, sou testemunha dos abusos praticados naquelas fronteiras, principalmente no tocante ao contrabando de minérios, que é constantemente denunciado. Lamentavelmente, em face do despoliciamento, da ausência ostensiva das fossas Forças Armadas e dos organismos encarregados de fiscalizar essas fronteiras, estão

todas elas despovoadas e desprotegidas, sendo vítimas da ambição internacional, que ali procura, escondendo-se na defesa falsa dos interesses dos índios, criar grandes parques ecológicos e indígenas, buscando, no futuro, mantê-las desapropriadas para poderem agir mais livremente.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui ratificar meu apoio ao Sr. Ministro da Aeronáutica e, ao mesmo tempo, repudiar as palavras contra ele dirigidas pelo CIME, que não se tem preocupado com os interesses nacionais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, uma indagação é feita pelos eleitores em Pernambuco: como o Sr. Deputado coloca a questão acerca da localização da refinaria de petróleo, do ponto de vista jurídico? Respondo: de começo, não se trata, apenas, de uma questão jurídica. Ela envolve relevantes interesses de ordem nacional, sobretudo quanto ao normal funcionamento da Federação, que se encontra seriamente comprometido, com a manifesta omissão dos órgãos legalmente incumbidos de examinar e decidir sobre o assunto, tais como Petrobrás, Conselho Nacional do Petróleo, Ministério das Minas e Energia. A União, que detém o monopólio do petróleo, através de reiterados pronunciamentos, se comprometeu a instalar uma refinaria no Nordeste. No entanto, a decisão é protelada indefinidamente. A omissão é flagrante. Enquanto isso, os Estados do Nordeste travam entre si quase que uma guerra, contaminando ruidosamente suas respectivas populações.

O convívio federativo se acha fundamentalmente comprometido e tende a agravar-se, na medida em que essa omissão persiste. O processo de localização da refinaria, no Nordeste está em tramitação. A decisão final não poderá ser interrompida, ou tardar mais. Sustar o processo, agora, não seria apenas um abuso de poder: constituiria o mais reprovável e impatriótico ato de menosprezo a uma região onde a nacionalidade tem suas raízes mais profundas e primeiras. Além do mais, o art. 99, inciso I, da Constituição Federal, prescreve que "à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios é vedado criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra".

Consequentemente, a localização da refinaria do Nordeste terá de observar os procedimentos administrativos estabelecidos na Lei nº 2.004/53 – que regula o monopólio do petróleo, sem criar preferências ou distinções para quem quer que seja, em perfeita consonância com o referido dispositivo constitucional (art 9º, I).

Os procedimentos administrativos que devem ser observados para a localização da refinaria, prescritos pela Lei nº 2.004/53, dispõe que a União exercerá o monopólio por meio do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), "como órgão de orientação e fiscalização" e por meio da Petrobrás e de suas subsidiárias, "como órgãos de execução". Então, quem decide as questões pertinentes à política nacional do petróleo, cujas diretrizes estão contidas na Lei nº 2.004/53, é o CNP. A Petrobrás é definida como órgão executor.

No caso da localização da refinaria, ao CNP compete decidir. A matéria se encontra debaixo de minudente disciplina legal, diante da relevância dos interesses em jogo. Em rápidas palavras pro-

curarei resumir o procedimento administrativo:
a) A Petrobrás é órgão executor. No âmbito de sua competência, elabora o programa relativo ao refino (inclusive no que toca à localização de refinarias) e o apresenta ao CNP (Lei nº 2.003/53, art. 29, inciso II; Decreto nº 40.845/57, art. 29, § 1º, III, "c"; Estatuto da Petrobrás, art. 40, VI; art. 49, I; arts. 22, 47 e 48); **b)** O CNP é órgão de orientação e de fiscalização. No âmbito de sua competência, examina o programa apresentado pela Petrobrás, fundamentando-se, para isso, nas diretrizes da política nacional do petróleo e à base de critérios técnicos. O CNP poderá ou não aprovar o programa (Lei nº 2.003/53, art. 2º I; Decreto nº 40.845/57, art. 1º); Art. 2º, § 1º, III, "c", § 2º; Art. 4º, I; Estatuto da Petrobrás, art. 2º; Decreto nº 70.750/72, art. 1º, II, V; Art. 8º, I, "a", V, etc.) **c)** Desde que obtida a aprovação do programa (instalação e localização de refinaria), pelo CNP, a Petrobrás passa a implantar o empreendimento, visto que é o executor da política nacional do petróleo (art. 2º, II, Lei nº 2.004/53).

Como se vê, a decisão sobre a localização de refinaria não poderá decorrer nunca de uma escolha arbitrária, ao sabor de opiniões pessoais; ou de preferência, ou de distinções, mal ou bem dissimuladas, em favor de umas entidades contra outras; ou de injunções políticas.

A decisão, portanto, não está situada na área da competência discriminatória da administração, onde é livre para decidir como melhor entender oportuno e conveniente.

Não! A decisão que localiza refinaria é o ato que se encontra no âmbito da competência vinculada da administração, sujeito, portanto, à legislação que estabelece a política nacional do petróleo, montada, inclusive, sobre critérios técnicos. Resumindo, registro que a decisão sobre a localização da refinaria, sendo ato vinculado à lei, deverá, necessariamente, ser motivado. É da motivação que se pode verificar se o ato foi emitido com observância da lei – princípio da legalidade – ensejando o Controle jurisdicional.

Municípios acionistas da Petrobrás e os Estados-membros do Nordeste poderão ser chamados a integrar a ação – mandado de segurança – na qualidade de litisconsortes.

De acordo com a Lei nº 2.004/53 (art. 40), os Estados e respectivos Municípios onde a Petrobrás extraia ou refine petróleo têm o direito da preferência de participar nas sociedades subsidiárias destinadas à refinação ou distribuição até o montante de 20% do seu capital. Esse direito de preferência assegura legitimidade processual. Também cidadãos residentes nos Estados do Nordeste, a meu ver, têm direito subjetivo de exigir que a União cumpra com o dever de decidir a matéria, evitando deterioração perigosa do convívio federativo.

O órgão a ser acionado será o Supremo Tribunal Federal, diante das normas expressas da Constituição que demarcam a sua competência (art. 119, "d" e "o").

Como é público e notório, a União, através dos órgãos mencionados, se omite, não decidindo sobre matéria tão relevante, pondo em risco a Federação. Os impetrantes, diante desses argumentos aqui resumidos, consideram ter direito público subjetivo de obter dos impetrados o seguinte:

I – Que decidam a questão, seja para localizar ou não localizar a refinaria. Que não se omitam mais.

II – Que a decisão que vier a ser adotada, vinculada à Constituição e às leis aplicáveis, venha acompanhada da devida motivação. Os impetrantes não pretendem que o Judiciário determine a localização da refinaria. Tampouco que a localização se dê em tal ou qual Estado. Seria isso um pedido juridicamente impossível. Querem, tão-somente, que os impetrados decidam.

Dentro dessa orientação, os impetrantes pedem que o Supremo Tribunal Federal assegure junto ao impetrado o seguimento regular do processo de localização da refinaria, programada para o Nordeste, até decisão final, qualquer que seja ela, e o acesso aos estudos técnicos, relativos ao aludido processo, a fim de permitir aos impetrantes o conhecimento exato da matéria e a oportunidade de oferecer subsídios e sugestões, em apoio às suas respectivas pretensões e opiniões. A postulação, como se constata, visa ao fortalecimento da Federação, sem qualquer eiva de regionalismo subalterno. Cada Estado que lute, limpamente, em favor de seus interesses. A decisão deve ser clara, fundamentada na lei e em critérios técnicos. Assim o problema será resolvido com seriedade e o Nordeste acatará a decisão, sem ressentimento.

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Anabb – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – criada para defender, preservar e fortalecer o Banco do Brasil, encaminhou duas justas reivindicações ao Exmº Sr. Dr. Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, nosso ilustre Ministro da Fazenda, que endossamos e vamos procurar sintetizar:

Em primeiro lugar, a Anabb pugna pela transferência, ao Banco do Brasil, das obrigações de fomento atualmente administradas pelo Banco Central. Para tanto, encaminhou juntamente com a representação minuta de decreto com tal objetivo.

No seu art. 1º, a mencionada minuta atribuiu ao Banco a condição de principal agente financeiro do Governo Federal na aplicação de recursos para o incentivo às atividades agropecuárias, agroindustrial e de comércio exterior.

No seu art. 2º dispõe, sobre a transferência, do Banco Central do Brasil, da administração dos fundos e programas que amparam atualmente aquelas atividades produtivas, vedada àquela autarquia, doravante, a realização de novas operações da espécie.

O fundamento para a centralização, no Banco do Brasil, dos programas de fomento alicerça-se nos seguintes aspectos:

a) sua longa tradição e grande experiência no apoio ao setor rural, à comunidade de pequenos empresários e ao comércio exterior; **b)** sua qualidade de principal agente de programas oficiais de crédito e agente financeiro exclusivo das compras de produtos agrícolas; **c)** a circunstância de ser solução menos onerosa, pois o porte do Banco do Brasil permitirá a desejada centralização sem alterações operacionais de vulto no sistema oficial de fomento, **d)** redução de controles burocráticos e procedimentos operacionais, com reflexos positivos sobre os custos finais do sistema, pois apenas as operações atualmente a cargo de bancos comerciais exigiria, do Banco do Brasil, controles adicionais; **e)** consolidação do Banco do Brasil, como banco

oficial de fomento do setor agropecuário, das pequenas e médias empresas e do comércio exterior.

Com esta transferência, estamos visando ao aperfeiçoamento da administração financeira e econômica nacional.

Em segundo lugar, a Anabb, através de informações recentes oriundas do Ministério da Fazenda e já publicadas na imprensa local, tomou conhecimento da existência de estudos no âmbito do Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais-Cise, que permitirão às empresas estatais rentáveis a administração autônoma de sua política de pessoal, sem a interferência de outros órgãos da administração federal.

Essa medida é indispensável para sustar o atual quadro, indutor de aposentadorias precoces, do desinteresse à assunção dos empregos oferecidos aos concursados e da substituição de elementos altamente preparados por outros sem o necessário conhecimento técnico-profissional, pela natural oferta de melhores salários no mercado, o Banco do Brasil encontra dificuldades para atua tirar seus quadros, em flagrante prejuízo de sua melhor eficiência.

Assim, a Anabb solicita ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda que determine a imediata conclusão e implementação do mencionado estudo do Cise, liberando a instituição para estabelecer uma política de pessoal própria e independente de entraves burocráticos desnecessários.

Por considerarmos as propostas em tela de uma importância para o Banco do Brasil e de inegável oportunidade, declaramos a elas o nosso total e irrestrito apoio.

O SR. ANTÔNIO UENO (PFL – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, estamos trazendo para a discussão, neste momento, uma proposta de ampliação da cooperação técnica entre o Brasil e o Japão, que objetiva incrementar o intercâmbio tecnológico entre os dois países. Trata-se do Programa Silver Age de cooperação técnica japonesa para seteiras públicos e privados do Brasil que necessitam de especialistas em diversas áreas de conhecimento.

A idéia ganhou novo impulso a partir de agosto de 1986, quando esteve no Japão o então Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Henri Philipe Reichstul, que se entusiasmou pelo programa. Apesar de ter sido amplamente discutido, o Silver Age tem sofrido, principalmente por parte da imprensa japonesa e brasileira, interpretações equivocadas que o confundem com um programa para criar núcleos habitacionais para japoneses aposentados, fora de seu país.

Trata-se, na verdade, de amplo programa de assistência técnica que contará com especialistas japoneses com idade aproximada de cinqüenta anos. Prevê uma duração de dois anos para a permanência do técnico no Brasil, facultando aos que o desejarem a oportunidade de fixar residência aqui e de obter, além do visto permanente, uma contratação em empresa brasileira.

Para assegurar a execução do programa, faz-se necessário fixar alguns compromissos dos dois países. Da parte do governo japonês, poderíamos citar enquadrar os técnicos japoneses nos mecanismos de cooperação da JICA (Japan International Cooperation Agency); assegurar os recursos para a manutenção no Brasil de intérpretes ou tradutores necessários; assegurar recursos par-

ra pagamento dos profissionais japoneses, bem como para a constituição de fundos de aposentadoria.

Os compromissos principais do governo brasileiro seriam: elaborar, numa ação articulada entre a Sepplan-PR (através da Assessoria para Assuntos Internacionais) e o Ministério das Relações Exteriores, critérios para regulamentar o programa, estabelecendo convênio-padrão e definindo as condições de solicitação da referida cooperação técnica e as responsabilidades da entidade que a receberá; indicar setores prioritários para recebimento da assistência técnica, a partir de critérios fixados pelos Ministérios do Trabalho e das Relações Exteriores; emitir normas para a concessão de vistos permanentes a técnicos que desejasse permanecer no Brasil, mesmo depois de encerrado o compromisso de cooperação técnica.

Para a operacionalização da proposta poderão ser acionados mecanismos já existentes de acordos entre o Brasil e o Japão.

Estamos seguros de que será uma rica experiência no campo da transferência de tecnologia, permitindo ao Brasil o treinamento e qualificação de recursos humanos em vários setores de atividades.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ASSIS CAINUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, por diversas vezes vimos ocupando, reiteradamente, esta tribuna para discorrer sobre os problemas do nosso Estado.

Recentemente, no último dia 12 de maio, mais uma vez fugimos aos temas constitucionais, para alertarmos o Exmo. Sr. Governador Jerônimo Santana da afronta situação em que se encontra a população de Rondônia pela insuficiência, e até falta, de energia elétrica, fazendo veemente apelo à Ceron, no sentido de normalizar o fornecimento necessário.

O problema é antigo, a situação dos nossos concidadãos é verdadeiramente difícil, no que tange, sobretudo, ao fornecimento de energia elétrica.

São incalculáveis as perdas e a estagnação do progresso que vêm sofrendo os nossos Municípios, tudo isso graças à precariedade do sistema de fornecimento de energia elétrica em nosso Estado.

Se hoje voltamos a insistir no tema, reivindicando, mais uma vez, e o quanto antes, a atenção e providências do Sr. Governador, no sentido de adotar medidas urgentes, urgentíssimas, que visem sanar o referido entrave, é porque o nosso povo já não tem como suportar a ineficiência da empresa estatal Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron, que, com a irresponsabilidade que lhe é peculiar, vem tolhendo há anos o progresso do nosso Estado, uma vez que, mais do que promotora de bem-estar social, a energia elétrica é célula "alfa" do desenvolvimento econômico-financeiro e social, tornando-se mais oportuna e necessária, sobretudo no momento de crise econômica que estamos vivendo.

Já que, como captadora de divisas, o fornecimento regular e garantido da energia elétrica, promove a iniciativa privada no comércio, indústria e produção rural, garantindo empregos e dando possibilidades ao trabalhador de estudar no horário noturno, fatos que se refletem, com profundidade, na economia dos Municípios do Estado e do País.

E esses apelos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que não têm encontrado eco por parte das autoridades responsáveis, têm sido feitos, também, e diretamente, ao Sr. Governador, pelos Vereadores de diversos Municípios de Rondônia, no intuito de ver consolidada uma das mais prementes necessidades e antiga aspiração do povo de Rondônia.

A exemplo, peço a transcrição do Requerimento nº 23/87, do eminentíssimo Vereador José de Carvalho Sobrinho, da Câmara Municipal de Pimenta Bueno/RO, aprovado por unanimidade na sessão de 21-5-87, para que conste nos Anais desta Casa.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reafirmo que me deu discurso de hoje, nada mais é que a cobertura e a solidariedade às palavras dos eminentes Vereadores do meu Estado, que têm sido dinâmicos, patriotas e operosos representantes dos nossos municípios, na luta permanente em prol do nosso desenvolvimento e em busca das soluções para os problemas maiores de nossas comunidades.

Voltarei ao assunto.
Documento a que se refere o orador.

EXMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PIMENTA BUENO – RO.
NESTA.

REQUERIMENTO

Nº 23/87

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário na forma regimental, seja o presente encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro das Minas e Energia e ao Exmo. Sr. Presidente da Eletronorte – Centrais Elétricas Norte Brasa S/A; peço vênia a V. Ex's para sugerir e informar as dificuldades energéticas que está grassando o Estado de Rondônia e mais precisamente o nosso Município e circunvizinhos quanto à falta, quase que na totalidade, de energia elétrica, sendo que a geração tem o seu parque gerador em nosso Município.

Na qualidade de Rondônia ser o mais novo Estado da União, e na sapiência de V. Ex's de que somente através de uma energia, condizente, poderá o nosso Estado vir a ter a desenvoltura e a capacidade de em um futuro bem próximo, ter seu cordão umbilical cortado com a União. A cada dia a empresa estatal – Centrais Elétrica de Rondônia S/A – CERON, toma-se menos eficiente e longe de atender a uma população fixa, em torno de 215.000 habitantes, com uma demanda de 9.000 KWA, se todas as máquinas estiverem funcionando, quanto mais a migrante, o que a torna incapacitada. Desde um ano passado, estamos sofrendo os revezes dos racionamentos; nos três últimos meses era de 50% e agora no mês de maio tornou-se de 35%, com energia. Já se faz de longa data essa escassez, lembro-me de um fato, passado amais ou menos 3 anos, quando a Prefeitura, carros oficiais e o escritório da CERON, no Município de Cacoal – RO, foram incendiados; atitude vandalesta, mas, em parte compreensiva, pelas constantes promessas e atitudes irresponsáveis que sempre ocorreu com a empresa CERON. O Estado de Rondônia encontra-se tolhido de seu progresso, em grande parte pela deficiência energética, fator preponderante de incentivo aos que aqui aportam. Senhor Ministro, Senhor Presidente da Eletronorte, por diversas vezes já convidamos, e se fizeram presentes, dirigentes da citada empresa e que no

último convite, no próximo mês passado, nos disse que não deveríamos ter esperança de uma

totalidade de 100% de energia e que muito, a longo prazo, poderia vir a ser melhorada, Convenhamos, Senhor Ministro, Senhor Presidente da Eletronorte, que nós não temos muita escolha, estão nos fadando a uma estagnação por incompetência. Alegam que os motores geradores não funcionam por falta de peças de reposição. A situação torna-se misteriosa, pois, dentre as peças faltantes, está a de turbo, que quando quebram não existe reposição, necessitando o escritório de nosso Município ter de enviar a peça para a matriz – Porto Velho–RO, quando, então, terão que enviar à oficina autorizada em Belo Horizonte ou São Paulo para recondicionamento, que demandam, no mínimo, 20 dias para retorno. Dentre as burocracias que se apresentam existem: transportes, dotação orçamentária, disponibilidade financeira, créditos junto aos fornecedores e tantas outras que emperram uma reposição de urgência, sem levar em consideração que existe a problemática de importação, uma vez que muitos desses motores não são nacionalizados, o que demorará em muito mais o tempo necessário à ativação deste motor. Portanto, Senhor Ministro, Senhor Presidente da Eletronorte, de promessas e esperanças já estamos consumidos, o que esperamos é de uma efetiva participação de outros escalões, porquanto esses que estamos cansados de labutar já não valem nada. Ao afirmar esta situação calamitosa, devo esclarecer que a CERON, com seu parque gerador em nosso Município, cujos Municípios atendidos são: Pimenta Bueno – RO, população 70.000 hab.; Cacoal – RO, população 124.000 hab. e Espigão Doeste – RO, população 21.000 hab., recebem geração através de Pimenta Bueno – RO. Está em fase de construção, um novo parque gerador em Cacoal – RO, que possibilitará que gerem sua própria energia. Se a situação, hoje, é de falta de motor gerador, como foram adquiridos motores para essa nova geração? São perguntas que nem a CERON consegue traduzir, que, embora, deficiente, estão a ampliar com outras máquinas. Será essa forma uma política, em benefício de uns e prejuízos de outros? Ou será mesmo incapacidade? Quando de indagações aos dirigentes da CERON, quanto ao custo de tarifas, alegam que nosso custo é muito maior, e que pagamos o mesmo valor KWA dos outros municípios brasileiros, o que não é verdade, como V. Ex's, podem constatar. Os dirigentes da CERON, quando inquiridos dos custos de energia alegam que não devemos reclamar, pois não pagamos nem o custo do diesel, quanto mais a energia gerada; o que, também, não é verdade, pois todas centrais elétricas do Brasil também são deficitárias e seus déficits repassados de outros fundos. Medidas educativas poderiam vir a diminuir o consumo; alegar falta de comunicação não é verdade, campanhas de vacinação são feitas com sucesso, inclusive na zona rural. Energia de Itaipu? Alegam que o custo é altíssimo, mas no Estado de Mato Grosso, Municípios de Pontes e Lacerda, às portas do Estado de Rondônia, tem geração de Itaipu. Será que o problema é perda de poder? Se assim manifestamos é no sufoco, pois na qualidade de pioneirismo, sem que tenhamos muitas alternativas, é primordial e essencial que ao menos energia tenhamos. Peço, portanto, que uma Comissão venha até nós, mas uma Comissão destilada de partidos e que não aceite

envolvimentos, seja de uma capacidade de equivalência a de V. Ex^{as}s. Portanto, solicito, que cópia deste seja enviada ao Excelentíssimo Presidente da República, Diretor Regional da Eletronorte, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, aos Senadores e Deputados Federais por Rondônia; Governador do Estado de Rondônia; Presidente da CERON-RO, Engenheiro Responsável pela CERON em Pimenta Bueno-RO; Presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia; a todos os Deputados Estaduais por Rondônia, aos Presidentes das Câmaras e aos Prefeitos de todos os Municípios de Rondônia, aos Promotores Públicos de Pimenta Bueno, ao DNAE e a todos os meios de comunicação falada e escrita de Rondônia e que essa, manifestação tenha correspondência em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Plenário das Deliberações Judismar Luiz Fuzari, 21 de maio de 1987. **José de Carvalho Sobrinho**, Vereador.

O SR. CONSTITUINTE JESUALDO CAVALCANTI (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não bastasse a demora na implementação do programa de emergência no combate aos efeitos da seca, agora, os produtores rurais nordestinos são surpreendidos com a cobrança escorchante do imposto Territorial Rural, majorado em mais de 300%.

Tenho recebido, diariamente, apelos dramáticos de várias partes do Piauí, no sentido de ser prorrogado o prazo de pagamento do ITR, sem o que se agravará o quadro de dificuldades naquela região.

Nada mais justo e racional, Sr. Presidente, se considerarmos que todos os Municípios do Piauí estão sob estado de emergência, declarados por ato do próprio Governo federal. Ora, se a autoridade federal competente, depois de acurada verificação **In loco**, reconhece que os produtores rurais nordestinos estão a carecer do socorro público, em virtude da frustração de suas safras, como exigir-lhes, concomitantemente, o pagamento desse tributo?

Não comprehendo. E por não compreender a irracionalidade dessa política, marcada pela dubiedade, se não de propósitos, pelo menos de meios, venho transmitir este apelo ao eminentíssimo Ministro Marcos Freire para que, como nordestino, sensível às angústias de sua região, viabilize esse pleito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CONSTITUINTE EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, informações colhidas pela Secretaria da Agricultura da Paraíba confirmaram que pelo menos 90% da produção agrícola do semi-árido estão perdidas no Estado. A situação agravou-se com a falta de alimentos, provocando o êxodo rural na área atingida pela estiagem. O quadro é desesperador, onde centenas de famílias famintas percorrem as estradas em busca de trabalho e de alimentação, repetindo o velho e surrado quadro já conhecido dos nordestinos durante os períodos críticos da falta de chuvas na área. Algumas cidades, inclusive, já foram saqueadas pelos flagelados; imperando o pânico no comércio, que não suporta prejuízos dessa natureza.

O semi-árido paraibano representa 75% do território do Estado e o Secretário da Agricultura, Marcus Baracuhy, teme que a estiagem alcance ainda as regiões do Brejo e Caatinga, inclusive a área úmida dos canaviais. Em algumas localidades da zona mais atingida pela seca já começou a faltar água para a utilização doméstica, causando desespero aos habitantes. Vê-se, na área atingida, a imagem da verdadeira calamidade, e o Secretário da Agricultura lamenta que até o momento o Governo federal não tenha feito qualquer investimento em benefício das populações atingidas, visando a ocupação de mão-de-obra ociosa.

Dante do quadro de miséria, o Secretário Marcus Baracuhy, juntamente com o Secretário de Recursos Hídricos, Joaquim Osterne Carneiro, fez entrega de um relatório, sugerindo o aproveitamento da mão-de-obra disponível na região. De posse desse documento, o Governador Tarácio Burity decretou estado de emergência em 107 Municípios, no sentido de atender as necessidades dos agricultores prejudicados. O aparato Institucional decretado pelo Governador Tarácio Burity, no entanto, carece de verbas para a sua plena implementação. O programa beneficiará 70 mil famílias em julho com o pagamento de um salário mínimo de remuneração ao chefe de família alistado. O Estado dará prioridade às obras e ações comunitárias, havendo, portanto, a necessidade de financiá-las a fundo perdido.

Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Constituintes, que até o momento o Governo federal não abriu crédito para a continuidade do programa já implementado e, diante das dificuldades surgidas nos últimos dias, o Governador do Estado decidiu vir a Brasília, onde permanece desde o dia de ontem, visitando ministérios e órgãos da administração federal, em busca de recursos e apoio.

Com uma ação planejada, o Governador Tarácio Burity tenta prestar um grande serviço à população atingida, incentivando as atividades produtivas durante a seca, mas a falta de verba não está permitindo que o plano tenha continuidade. Como a decisão é eminentemente política para o atendimento dos agricultores da área da seca e exige um posicionamento correto e firme do Governo federal na solução do problema, faz-se necessário que o Presidente Sarney autorize seus Ministros da área econômica a atender os pleitos da Paraíba.

A situação é crítica, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, e a Paraíba não tem condições financeiras de atender aos flagelados. Por esse motivo, quero responsabilizar, a partir deste momento, o Governo federal por qualquer ocorrência que possa levar a Paraíba ao caos.

Muito obrigado.

O SR. FERES NADER (PDT- RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, surpreendeu-nos a notícia de que o Brasil importou, no ano passado, 576 toneladas de algas marinhas e derivados, gastando cerca de US\$ 5,68 milhões, já que se tem conhecimento de que a costa do País abriga grandes bancos dessas plantas, que não são explorados. Ademais, há possibilidade de se fazer plantações no mar, tornando o Brasil auto-suficiente e com amplas perspectivas de vir a se embreiar com os grandes produtores do mundo.

Pardas, azuis, vermelhas e verdes, as algas marinhas concentram todas as virtudes tónicas e terapêuticas existentes no mar. Essa capacidade de

concentração faz das algas uma fonte importante de proteínas, vitaminas, sais minerais e polissacarídeos, empregadas na fabricação de sorvetes, flans, fios cirúrgicos, cosméticos e moldes dentários.

Tem-se conhecimento de que para explorar os bancos de algas brasileiros é preciso obter uma autorização da Sudepe, que, a nosso ver já deveria estar explorando ou estimulando a exploração dos bancos existentes, evitando-se assim maior evasão de divisas, através da importação de produtos, os quais povoam a costa brasileira.

Tomamos conhecimento, Sr. Presidente, que os pesquisadores já sabem que a espécie laminária – a mais valorizada comercialmente – existe no Rio, apesar de ser uma planta típica de regiões mais frias. Das laminárias é que obtém os alginatos e ácidos algínicos, usados na indústria alimentícia – geléias e flans – e na fabricação de moldes dentários.

Por outro lado, temos informações de que a maior dificuldade para difundir a exploração das algas é a necessidade de investir em pesquisa e desenvolvimento do produto, cujo quilo oscila entre Cz\$ 500,00 a Cz\$ 800,00 movimentando, no mundo, US\$ 1 bilhão por ano.

Dante deste quadro, Sr. Presidente, sugerimos que as autoridades do setor procurem explorar os bancos de algas brasileiros, o que representaria um novo mercado de trabalho e um precioso instrumento gerador de divisas para o País.

Muito obrigado.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre as atividades recreativas e culturais, uma especialidade deve chamar a atenção dos Parlamentares: o teatro. A arte de representar é tão antiga quanto o homem. De certa forma, podemos dizer que o teatro está na alma do povo. Desde as formas mais primitivas de comunidades humanas até as megalópole modernas, nelas sempre estende inserido o espírito de representação. No Brasil o teatro, como sabem muito bem V. Ex^{as}. veio com descobridores portugueses e encontrou suas primeiras manifestações formais nos "Mistérios" dos padres jesuítas, cenas estáticas, quadros plásticos da Bíblia feitos com os indígenas, com o caráter catequético e pedagógico.

Pode-se afirmar que é uma instituição nossa, cujas variações se desenvolveram ao longo de todos os séculos.

Mas não é meu interesse discorrer sobre os aspectos históricos do teatro, nem haveria necessidade disto diante de tantos companheiros por demais eruditos e que bem melhor do que eu ilustrariam a matéria. Entretanto, dentro dos critérios atuais de cultura, atrevo-me a fazer algumas considerações que acredito sejam interessantes na elaboração da nova Constituição, quando forem estabelecidos os princípios normadores da cultura. Assim, entendo refletir sobre o teatro como empresa, portanto do caráter profissional do teatro amador, desprestensioso e com o único objetivo de divertir e educar.

Por que alguns governos não-democráticos aborrecem o teatro e contra ele opõem uma poderosa máquina de censura? É certamente porque ele é um porta-voz de idéias, e os tiranos sempre tiveram medo das idéias. Para eles deve ser apenas pão e circo, isto é, mero divertimento ou veículo de alienação de massas. As ditaduras não per-

seguem tanto os artistas, mas os teatrólogos, porque de seus textos saem, as mensagens que atingem as mentes até então obnubiladas por medidas inibidoras de qualquer criação.

Neste aspecto o teatro se coloca entre os meios de comunicação.

Com o advento do rádio, da televisão e do cinema, e agora dos videocassetes, operou-se e ainda se opera uma grande mutação nos costumes, de modo a preferir, de certa forma, o teatro-empresa, que deu as mãos ao cinema e à televisão, aperfeiçoando os espetáculos profissionais e não perdendo o público.

E antes de completarmos esta abordagem, é bom lembrar que se fez muito barulho com a chamada Lei Sarney, ou a Lei nº 7505/86, regulamentada pelo Decreto nº 93335, de 3-10-86, e finalmente reduzida a condições quase impossíveis pela Instrução Normativa nº 50, de 15-4-87, do Secretário da Receita Federal. O pouquíssimo interesse registrado entre aqueles que gostam de auxiliar a arte investindo nela é prova de que a burocracia imposta pela Receita esvazia a lei de sua essência, que é atender ao interesse público. Somente os grupos organizadíssimos e que têm auto-suficiência financeira podem beneficiar-se da lei.

Mas qual deve ser a preocupação maior dos Deputados Constituintes, senão estimular e incentivar o amadorismo? Nos milhares de Municípios brasileiros, grupos de jovens fazem com dedicação suas peças e as apresentam ao povo com o único intuito de oferecer um espetáculo educativo e digno.

Todos esses grupos têm vida precária por causa dos recursos financeiros que não chegam às suas mãos, porque eles não podem organizar tudo aquilo que foi prescrito pela Receita Federal, e por outro lado os empresários serão tão pouco beneficiados que preferem outras formas de descontar seu imposto devido. Não havendo patrocinadores, esse teatro amador tende a desaparecer e, com ele, os ideais de milhares de jovens que poderiam encontrar nessa arte uma forma de evitar tantos desequilíbrios pessoais.

Quero, portanto, convocar meus companheiros da Assembléa Nacional Constituinte para essa tarefa de achar uma solução mais adequada para socorrer o teatro amador, os pequenos circos, as companhias ambulantes e toda forma de manifestação teatral como divertimento e veículo de boas idéias que podem modificar os costumes e aperfeiçoar as mentes dos freqüentadores.

Pode-se até pensar num Fundo de Assistência ao Teatro Amador, com um sistema de distribuição que não seja tão rígido a ponto de inviabilizá-lo.

Ao concluir esta expositiva, devo dizer que minha intenção é, antes de mais nada, preservar todos os equipamentos de cultura que o Brasil tem, e dar condições a ele de adquirir outros. Não sufocar, pela censura sem critério, a criação artística de qualquer gênero, e não inviabilizá-la pela absoluta falta de apoio financeiro.

Que as empresas de atores profissionais encontrem facilidade para agir livremente na exibição de suas peças ou incorporar-se a outros meios de comunicação para atingir maior público. Que haja incentivo para as escolas de Arte Dramática e para as que preparam o pessoal técnico que dá suporte ao teatro. Mas chamo especial atenção para os grupos de teatro amador, que, na sua

humildade, cobrem a necessidade de lazer das comunidades de periferia ou mesmo as comunidades rurais. Eles devem ter um lugar na nova Constituição como veículo de cultura.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, para convocar todos os Constituintes, legítimos representantes do povo brasileiro, a somarem na luta do povo das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, que pretendem a sua autonomia política, uma vez que a social e a econômica nós já temos, e agora pela oportunidade histórica e única de elaborarmos uma nova Carta constitucional e nela inserirmos, nas disposições finais e transitórias, a criação do Estado do Triângulo.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em decorrência da política econômica recessiva do Governo, o País passa, atualmente, por um crescente desemprego, levando a insegurança a milhares de trabalhadores brasileiros.

E, no caso do Nordeste, Sr. Presidente, a situação é muito mais grave, ante o número cada vez maior de demissões e dispensas, com a falta de vagas nas empresas, onde constatamos a trágica realidade do desemprego em números crescentes.

Precisamos contar com a ação do Governo com o intuito de minorar o grave problema, pois a região está a reclamar medidas de emergência para diminuir a extensão e a gravidade da situação por que estão passando os nordestinos.

Inclusive o homem do campo e sua família vivem sérias dificuldades, não tendo terra para o cultivo, capaz de suprir as necessidades básicas de alimentação, com uma remuneração aquém das necessidades. E, no nosso entender, ao trabalhador agrícola deve ser dado um mínimo de recursos, já que este é um dos setores mais castigados pelas injustiças sociais cometidas contra os trabalhadores em geral. Além disso, a falta de recursos destinados à agricultura leva o trabalhador rural a engrossar as fileiras de desempregados nas grandes cidades, o que acaba se tornando um fator de empobrecimento social.

Pretendemos que os Governos Federal e Estadual tomem providências, instituindo medidas que visem a expansão industrial, assegurando prioridades para a concessão de incentivos por parte da Sudene e demais órgãos, entidades e empresas públicas, com o intuito de implantar em cada Estado nordestino pólos e complexos industriais compatíveis com seus próprios recursos, com vistas a absorver a mão-de-obra ociosa, eliminando, pelo menos em parte, o desemprego da região Nordeste.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é novidade para ninguém a crescente apreensão com que a população brasileira vinha assistindo ao desgoverno reinante em nosso País. Uma inflação de mais de 20% ao mês supera inteiramente a expectativa dos mais pessimistas. Cada um de nós sentia agudamente que alguma coisa precisava ser feita, duvidando, entretanto, de antemão, da eficácia e da seriedade de quaisquer medidas que pudessem ser tomadas no sentido de controlar a economia brasileira de alguma forma.

Foram estes sentimentos que caracterizaram a receptividade da população ao Plano Bresser, amplamente respaldado pela análise idônea de praticamente todos os economistas ouvidos pela imprensa neste período.

Entretanto, a descrença foi logo substituída pela mais veemente indignação, uma vez que os economistas entrevistados são unânimes em afirmar que o grande prejudicado pelo novo congelamento é o assalariado, considerando-se que o Governo deu sumiço na inflação da primeira quinzena de junho. Quanto maior for a inflação nestes dias, maior será o resíduo inflacionário que, pelo texto do decreto-lei, não será pago nunca. Esta perda é ainda maior, se considerarmos o parcelamento em seis meses da reposição do resíduo do último gatilho, o que ocorrerá somente após o final do congelamento.

Como se isto não bastasse para aumentar a diferença entre preços e salário, a iminência de um novo choque na economia – e consequentemente congelamento – gerou uma onda de aumentos de preços superior a qualquer expectativa. Na verdade, o empresariado fez uma espécie de seguro-congelamento, remarcando os preços dos produtos muito acima do seu valor real, e vendendo a preços muito inferiores, a títulos de abatimento ou liquidação.

As análises demonstram também que este novo ajuste da economia é, na verdade, um ajuste às exigências do FMI, à volta do pagamento do serviço da dívida externa, temporariamente suspenso.

Não é à toa, Sr^{as} e Srs. Constituintes, que o salário mínimo atual é o menor da nossa história, tanto em termos de poder de compra, como em relação ao dólar. O salário mínimo decretado nesta semana possui somente 37% do poder de compra do salário mínimo de 1956, e corresponde a apenas 47.45 dólares, sendo que no dia 21-2-83, quando o FMI mandava ostensivamente na economia brasileira, correspondia a 62.09 dólares; em 1-5-85, correspondia a 67.16 dólares; e, em 28-2-86, a 58.39 dólares.

O arrocho salarial é tão flagrante e abusivo, que alguns economistas acreditam que o próprio FMI teria vergonha de propor um ajuste tão radical quanto o do Plano Bresser, do ponto de vista dos salários. Estão mesmo convictos de que, para o FMI, não importa o que vai ser cortado – se o déficit público, os salários etc.

Na verdade, a opção do Governo brasileiro pelo corte brutal nos salários é uma opção política muito clara contra a classe trabalhadora brasileira: Tão clara e tão previsível, que foi antecipada pelo Prof. Lauro Campos, do Departamento de Economia da UnB, Senador eleito pelo Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal e não empossado pela força do surrealismo que se faz presente na política de nosso País, em artigo publicado na "Carta de Conjuntura do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal", no mês de abril do corrente ano, intitulado "A Via Crucis do Cruzado"

Tendo em vista a lucidez, amplitude e extrema competência com que o Prof. Lauro Campos abordou temas de vital importância para a sociedade brasileira, faço minhas as suas palavras, solicitando a transcrição do referido artigo nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte, como parte deste meu pronunciamento.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:**A VIA CRUCIS DO CRUZADO****Lauro Campos**Professor do Deptº de Economia da
UnB

O primeiro passo do Calvário não foi cruzado pelo iluminado Sarney, mas, em verdade, padecido pelo povo brasileiro, eleito para tão sofrida provação. Aquela estação assistiu à paixão e morte de Tancredo. Ela foi também o quadro em que Sarney, perplexo, pego de surpresa, despreparado para a ascensão, padeceu um ano de hamletiana dúvida, conduziu o barco da indecisão por entre os abrolhos e os arrecifes do mar ignoto da ignorância estulta e da desorientação perdida.

A frase que sintetiza aquela estação foi a primeira, premonitoriamente proferida no momento crepuscular em que o périplo ascensional de Tancredo se corta, dramática e definitivamente, pela consumação derradeira. Disse Sarney no anticlimax de Tancredo, que correspondeu ao início de sua glória ou, talvez, e este segredo só o futuro revelará, de sua antiglória: "Não tenho dignidade para o cargo", disse. Será que se lá ficar, como agora pretende, seis indignos anos, encontrará a dignidade que confessou não possuir?

O segundo quadro da **vía crucis** foi o momento do encontro, do encontro de Sarney com seu destino. O homem dubitativo e trôpego, o Ribamar sem nome, sem evangelho e sem história, encontrava de uma só vez a firmeza dos passos que antes esgarabulhava, a mensagem superior e a consagração do povo, talvez o respeito do futuro, tudo isto apenas ao enunciar as leis simples e perfeitas do cruzado I, aquele que "tem de dar certo".

Esta estação foi a do encontro de José Ribamar, o simples, com José Sarney, o momento da revelação do eu interior que ele próprio desconhecia e que não suspeitava sequer fosse tão grande, tão poderoso e tão carismático. O que ele conhecia de si mesmo era a conduta subserviente, o traço de caráter do pedessista mediocre, os limites do "poeta menor" – segundo expressou em justa autocrítica – a fome do político fisiológico, o eu amarrado, prisioneiro de suas ambições egoísticas, amputado das dimensões que só a compreensão do conteúdo social e histórico de seu próprio eu lhe daria. O Plano Cruzado, o decreto-lei, fê-lo encontrar seu eu maior, latente, oculto, desconhecido e perdido. O produto dos monetário-estruturalistas, o cruzado, fetichisticamente anima, revela e produz seu produtor...

Encorajado, assumiu o que pensou ser a postura de um presidente da República e anunciou e garantiu pelas cadeias das tevês cooptadas que o monstro inflacionário tinha sido exorcizado, jurou que seus jovens escudeiros, monetaristas e campineiros associados, tinham enfiado a cruz de madeira no peito do vampiro inflacionário. Cobrou, adiantado, o preço, em redução de salários, pela morte da inflação. Desconhecia que o vampiro hibernado renasceria após 15 dias de novembro, erguendo-se das urnas eleitorais com voracidade e poder inéditos e insuspeitados.

Foram passos felizes esses da estação do encontro. "Que forças me trouxeram de tão longe" para tão definitivas missões, pergunta ele, carismático e surpreso com os poderes que sabia não serem seus, pois não foram cultivados em sua vida mediocre, em seus trabalhos lerdos, em seus

estudos parcós, em sua sabedoria pequena e em suas meditações ambíguas. Forças externas recebidas de cima ou emanadas de baixo, impulsionadoras do grande destino que, após o encontro, estava umbilicalmente unido ao destino do cruzado, o produto que produziu o seu criador. Se falasse, o cruzado poderia dizer a Sarney, seu criador, a palavra evangélica: "Eu e o Pai somos um só".

O terceiro quadro correspondeu ao longo passo da farsa do cruzado. O padecimento dos trabalhadores que tiveram seus salários congelados pela média da inflação do semestre anterior – foi invertido e transformado em radiosa satisfação, que os assalariados deveriam ter sentido diante da miraculosa redistribuição de rendas, ocorrida em função do arrocho, dos expurgos dos índices, dos subsídios aos lucros, dos juros astronômicos, das mercadorias maquiadas, do embrulho e da repressão sindical.

Na estação seguinte, o povo já percebera que quem padecia naquela ímpia via sacra não eram o cruzado e seus escudeiros. O santo graal recolhia o sangue do povo, suas dúvidas, incertezas e sacrifícios, enquanto Sarney e seus sequazes, os saltimbancos da economia e da estatística, inflados e seguros, donos e senhores da verdade cruzada, dissipavam as reservas externas na importação de carne, de leite, de queijo, de vinhos e de tudo quanto se fazia necessário para manter-se a farsa da vitória sobre a inflação, a fim de ilaquear os eleitores.

Assim, o cruzado sobreviveu a si mesmo, adiando, com isto, o disparo do gatilho elevando a midásica lucratividade bancária dilapidando a "poupança" em fugaz aumento do consumo, que, como verdadeiro *poutiash*, tinha seu término pré-datado: 15 de novembro.

Esgotados os recursos financeiros da União, rapidamente devorados pela elevação do serviço da dívida interna e pelos subsídios aos lucros, o governo eleva novamente a carga tributária e cria o empréstimo compulsório sobre gasolina e álcool; assalta o ICM sobre carros, cria a taxa de dólar para turismo etc., a fim de salvar as aparências até o engodo eleitoral, assegurando os governadores em vinte e dois Estados e a maioria no Congresso. O êxito político imediato lhes parece maior do que o fracasso postergado e ampliado do cruzado. As complicações da economia e das finanças, inextricáveis e exigindo medidas impopulares, seriam transferidas para o Congresso, para sua maioria agradecida.

A estação seguinte foi a da queda, do fracasso e da desmoronização. A inflação perde os disfarces dos subsídios; cai a máscara do aumento da dívida pública e da poupança que esterilizam e secam, a custo crescente, a base monetária alagada, o subterfúgio dos ágios é revelado, o esbulho dos expurgos dos índices de preços, a mentira das importações repressoras dos preços internos, o disfarce das mercadorias maquiadas, tudo cai para se manifestar direta inteira a inflação autêntica, a desvalorização do valoroso cruzado.

É o momento em que são expurgados e defenestrados os expurgadores de ontem. O cruzado se propunha a eliminar a pluralidade de índices, a desindexar a economia. Os monetaristas nunca entenderam que a pluralidade de índices é a expressão da pluralidade de classes, cada uma procurando criar um índice mais adequado aos seus interesses particulares: os industriais criando índi-

ces que reajustem negativamente seus débitos, que permitam que eles desfrutem o perdão de dívida; os pobres devedores do BNH, vítimas de um índice que eleva suas prestações acima da taxa de inflação, transformando-os em "mortuários"; o governo despótico passou anos e anos sem índice de reajuste de suas dívidas e agora não reajusta os descontos na fonte, os empréstimos que torna dos contribuintes; os exportadores, com índices de correção cambial que, a partir do aumento da dívida externa, não podiam sofrer maxidesvalorização porque ela significaria elevação do custo do dinheiro emprestado no exterior; os salários e vencimentos reajustados pelos índices expurgados e adulterados, os INPC, IPC, IPCA, IPCR etc. Nesse quadro da via-sacra renascem os índices numa plethora protética e exuberante.

O aumento dos preços da eletricidade, do petróleo, do trigo, dos cigarros e bebidas, dos transportes etc., mostra que os diques dos preços contidos na represa governamental implodiram violentemente. Sarney assume a responsabilidade pelo custo econômico e social da farsa que visava prolongar a vida do cruzado até as eleições. Ele nunca saberá qual o custo e qual a responsabilidade assumidos.

Enquanto os preços cipados praticam o desrespeito "civil" nas barbas de Funaro, a luta pela nova distribuição da renda nacional leva para as estradas as hordas da UDR; os tratores dos fazendeiros endividados se postam em frente dos bancos; os industriais triplicam os preços de suas mercadorias; voltam os bois gordos, reaparecem as mercadorias sumidas, os remédios encontram seus vidros, os microempresários falem. O inimigo à vista passou a ser o sistema bancário...

A Verônica Conceição Tavares não compareceu a esse quadro de via-sacra para enxugar o rosto do cruzado. Aquelas primeiras lágrimas, certamente futurológicas, não teriam corrido em vão se, ao invés de uma histórica e enganada paixão pelo cruzado, tivesse sido vertidas em antecipação ao sofrimento do povo crucificado a caminho do Calvário.

E agora José?

Aproxima-se o passo derradeiro – Edmar, Fernão, André e outros apóstolos do cruzado abandonam o condenado fardo, desistem de ajudar a carregar a cruz. Do céu das possibilidades perdidas já despencara o austral argentino, irmão do cruzado pelo lado paterno, ambos filhos do FMI.

Não podendo usar a máscara da dívida pública crescente, cresce a inflação; não podendo usar o disfarce das importações de mercadorias a preços aviltados, devido à dilapidação das reservas externas, cresce a inflação; não podendo usar o subterfúgio das mercadorias maquiadas, cresce a inflação; não podendo se esconder no subterrâneo dos subsídios, aparece a inflação, elevam-se os preços aos consumidores empobrecidos; não podendo ocultar-se em índices mentirosos e expurgados, a inflação renasce e despensa o consumo, desamparado da despoupança e estrangulado pelos juros midásicos. Não podendo continuar oculta e latente, quando os custos são pressionados pelos juros que fazem seus cruzados cruzarem pelo espaço sideral, galopa a inflação.

O governo faz vistas grossas à "desobediência civil", aos reajustes de preços cipados e tabelados sem aguardar as autorizações fraternas. Rapida-

mente a inflação mensal atinge o Himalaia e o império Monte Branco, resolvendo os problemas dos reajustes de preços relativos e funcionando como a solução dos problemas dos industriais. O gatilho salarial, que ao tempo dos primeiros passos parecia ser inatingível diante da taxa de inflação dita "negativa", passa agora a garantir um reajuste quase mensal de salários e de vencimentos. Do ponto de vista do assalariado, a escala móvel começa a ser uma feliz solução, justamente quando se transforma em problema para os capitalistas e para seu governo autoritário.

A elevação de preços, a rápida desmoralização do cruzado, de início salvador e miraculoso, faz cair os índices de popularidade de Sarney, sequioso de fazer renascer o populismo de Getúlio ou de Juscelino.

Funaro quer, paradoxalmente, a ressurreição do cruzado que afirma não estar morto. Os centuriões da inflação, da dívida pública enrobustecida, do empobrecimento da classe média, da falência dos estados e dos municípios, estocaram e perfuraram o corpo exangue do cruzado, mas o teimoso Funaro afirma que ele ainda vive. O fetiche e a lenda são imortais enquanto duram as condições materiais que os produziram.

Liquidados os apóstolos da primeira hora, Funaro pensa poder reeditar o cruzado, resgatar a popularidade perdida, reanimar os envergonhados fiscais do Sarney para novas refregas. "O rei está morto, viva o rei!", esta é a mensagem própria do quadro da ressurreição. Em São Paulo, diante de uma multidão de jovens, José Sarney, incontido, se transforma no arauto da nova religião, ou da seita requentada: "O cruzado está vivo, ele não morreu"; "o cruzado vai ressuscitar" e com ele eu próprio!

Fetichisticamente, o cruzado, produto dos cérebros dos homens doentes, adquiriu o poder totêmico, a força do mana, e passou a reanimar e dar nova vida ao Presidente da República e aos Ministros demissionários, liquidados nos passos anteriores do cruzado, na *vía crucis* dos brasileiros.

O dia da Páscoa, da ressurreição do cruzado, encarnado na figura do Cruzado III, será, provavelmente, o dia 29 de abril. O novo pacote, que liquidará a escala móvel e restabelecerá os reajustes salariais semestrais, decretará o congelamento de preços e de salários no nível do dia 29, roubando 15 dias de inflação de março para fins de correção salarial futura.

A NOVA ARMADILHA

A preocupação dos tecnocratas, quando não se dirige para os problemas de ajuste da dúvida externa às exigências dos credores, se concentra na busca de um mecanismo de redução de salários e de vencimentos. Os governos do Rio e de Minas, seguidos pelos de São Paulo e do Pará, se anteciparam no caminho da eliminação do gatilho. O decreto-lei federal será revogado por uma legislação estadual. À desobediência "civil" se soma a desobediência governamental, dos Estados, ao Governo federal, pressuroso de ser violentado.

O grande problema do gatilho é que ele se transformou num obstáculo à maximização do esbulho, isto é, do arrocho salarial que virá no bojo do Cruzado III. Ao tempo do Cruzado I, os reajustes salariais eram semestrais e a inflação oficial tinha sido de 105% nos últimos seis meses.

Como os salários só puderam se elevar em 52%, devido ao reajuste pela média, houve uma redução de aproximadamente 26% dos salários reais. Agora, com reajustes a cada 20% de elevação do índice de preços, o congelamento de preços e de salários, quando for decretado, não conseguirá praticar aquela rapina. O problema dos tecnocratas consiste em maximizar a diferença entre salários e preços nas condições atuais e perpetuá-la pelo congelamento.

O gatilho salarial se transforma no obstáculo novo que impede que a diferença entre a elevação do INPC e a dos salários nominais se aproxime daqueles 26% em que foram espoliados os trabalhadores por obra e graça do Cruzado I.

Querem os tecnocratas repetir o helotismo com que os banqueiros e seu governo escravizaram os trabalhadores através do "pacto social" baixado com o pacote do cruzado.

A inflação, "problema" que motivou o cruzado, passa a ser a solução, na penúltima estação, a que antecede a ressurreição do Cruzado. Quanto mais elevada a taxa de inflação – inflada pela liberação dos preços, pela elevação dos juros, pelo aumento da carga tributária, pela limitação das importações, pelo fim dos incentivos e pela redução dos subsídios – tanto melhor, de acordo com os saltimbancos da economia, os prestidigitadores do cruzado. Se a taxa de inflação atingisse, por exemplo, 39% em dado mês, o resíduo que ficaria para o reajuste seguinte seria de 19%. Se o governo baixasse o cruzado III no dia 14, véspera da apuração da taxa de inflação do mês anterior, a taxa de inflação acumulada, sem qualquer reajuste salarial, seria de 67%... Os preços teriam se distanciado da elevação de salários em 67%, diferença que seria congelada pelo Cruzado III naquele maquiavélico momento. Este seria o difícil limite máximo de espoliação, mantida a escala móvel.

O outro fator que passou a limitar a maximização da rapina foi a pluralidade de datas-base, a diversidade dos momentos de reajustes semestrais. Aquela diversidade foi a solução do governo capitalista para evitar a greve geral. Agora, aquela solução se transforma em problema: qualquer que for o momento do congelamento de salários e de preços, algumas categorias perderão pouco – tanto menos quanto mais sua data-base se aproximar do momento do congelamento.

O "plano" que vem por aí, o Cruzado III, possivelmente será aplicado em duas doses: a primeira remove os obstáculos ao perverso exercício de maximização, isto é, agora a escala móvel e a diversidade de datas-base, e a segunda dose congelará, no nível máximo, o diferencial entre elevação de preços e reajuste de salários. O grande problema é a premência do tempo, pois o FMI deseja ver garantida a perversidade recessiva que, reduzindo custos e preços dos produtos exportados e comprimindo o consumo interno, elevará as receitas de exportações e os dólares que voltarão a pagar o serviço da dívida externa, suspenso temporariamente.

No período de preparação para a ressurreição do cruzado, deverá ocorrer a eliminação do gatilho (os estados de Minas, do Rio, de São Paulo e do Pará iniciaram esse processo) e a eliminação das diferentes datas-base, tal como se verifica na Argentina, onde inexistem. O esvaziamento das greves, sua aniquilação pela força, é essencial pa-

ra a obtenção do diferencial máximo entre salários e preços, objetivo dos monetaristas no poder.

Espera o governo ilegítimo que seu novo produto maquiado – o Cruzado III, baixado na segunda etapa, quando a maximização se der e quando a taxa de inflação galopante houver desatinado a população, esquecida da *vía crucis*, repita os aplausos inocentes e desvairados que o Cruzado I recebeu ao nascer.

Tal como ocorreu por ocasião do cruzado, o governo em decomposição, ambivalente e desanimado, receberá a alma e o alento vindos como produto dos cérebros alienados, das cabeças dos autores do cruzado.

Após completar-se o quadro da ressurreição do cruzado, o crucificado povo brasileiro identificará os bons e os maus ladrões, os arrependidos e os impenitentes. Mas, mais do que isto, entenderá que, por trás dos Cruzados I, II, III, ou N, existem os ladrões sem adjetivos, isto é, os substantivos e reais espoliadores que usam seus arsenais desmoralizados em proveito de sua classe astuta.

O FMI que não vem aqui porque monitora de longe a economia brasileira, o FMI que mandou as receitas dos cruzados para serem aviadas pelos cucas tupiniquins, aiciares e obedientes, o FMI tem pressa. Por isto, os maximizadores da exploração talvez não possam esperar o momento "ótimo" para a decretação da segunda etapa do Cruzado III. Esperam eles que, com a redução de salários e de vencimentos, com a contenção dos investimentos das empresas estatais, com a continuidade dos juros astronômicos e com a carga tributária leonina, as receitas de exportação voltarão aos níveis anteriores, com saldo de mais de um bilhão de dólares mensais, isto é o que espera o FMI, os aridos, os lara-pios, os lara-ímpios e o Banco Mundial. O "ajuste" interno imposto pelo Cruzado III é condição para o "ajuste" externo imposto pelo FMI.

Se o povo brasileiro não aprendeu a lição de seu próprio Calvário, não acompanhou a *vía crucis* dos Cruzados I e II, ao invés de expulsar do templo os fariseus exploradores, aplaudirá o fetiche, adorará o bezerro de outro e confirmará seus fatores nas próximas eleições, se houver.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao horário de Comunicações das lideranças.

O SR. PAES LANDIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, entendo que a passagem pelo Brasil e sobretudo por esta Assembléa Nacional Constituinte da figura de Felipe González não poderia ficar sem registro especial, sobretudo por parte do meu partido, preocupado com o diálogo e o entendimento nesta Assembléia.

Felipe González, Sr. Presidente, em todas as suas conversas e pronunciamentos, mostrou um perfil de estadista, exatamente pelas lições que a velha e querida Espanha – "a Espanha no coração", no dizer de Pablo Neruda – tem a nos dar.

Felipe González, um estadista socialista, em conversa com o Presidente Sarney, mostrou-se espantado com o grau de estatização da economia brasileira, uma reflexão muito importante para os que também defendem em nosso País as teses socialistas.

Sr. Presidente, como V. Ex.^a sabe, na Espanha havia uma verdadeira divisão de gerações, classes, segmentos sociais, resultante da Guerra Civil Espanhola. É um país que tem lições a nos dar, do ponto de vista da sua estabilidade política atual, exatamente porque sempre foi sacudida por várias instabilidades.

A primeira Constituição da Espanha data de 1812, do século passado. Depois vieram as de 1834, 1837, 1845, 1869, 1876, 1931 e a atual, já que as leis orgânicas fundamentais do regime franquista não podem ser consideradas textos constitucionais. É aí que vem a lição de Felipe González, contida em seu discurso proferido nesta Assembléia Constituinte:

"A Espanha, ao longo dos séculos XIX e XX, desde sua primeira Constituição moderna promulgada em Cádiz, em 1812, dotou-se uma série de Constituições que, ao invés de serem a Carta Magna de todos os seus cidadãos, tiveram um marcado caráter conjuntural, por sua excessiva vinculação às forças políticas hegemônicas de cada momento."

Por coincidência, a Constituição espanhola que teve maior durabilidade – a de 1876, que vigorou até 1923, quando do golpe de Estado do Gen. Primo de Rivera – foi, no dizer de um insuspeito analista das Constituições espanholas, Tierno Galván, Presidente de honra do Partido Socialista Operário Espanhol, a que mais refletiu um compromisso com todas as correntes do seu tempo. As demais sempre refletiram facções políticas majoritárias, em determinados momentos, nas cortes espanholas.

Ora, Sr. Presidente, vale a pena citar aqui a ponderação feita pelo eminentíssimo Senador Fernando Henrique Cardoso quando saudou Felipe González, ponderação essa que espero seja devidamente ouvida na Assembléia Nacional Constituinte:

"...como fazer uma Constituição para o povo e o País" analisando o exemplo da própria Constituição espanhola "tentando inscrever nela princípios de momento, que servem a uma e somente a uma facção política?"

O exemplo da Espanha é da maior importância e profundidade, pelas circunstâncias que cercaram a abertura e a experiência espanhola, em que hoje resalta, à frente do seu governo parlamentar, a figura de estadista – como já disse aqui – de Felipe González, com uma Constituição que mostrou o caminho do compromisso e do entendimento. E ninguém melhor do que Felipe González para provar isso, como o fez, em suas várias intervenções, não só nesta Assembléia Constituinte, mas em várias oportunidades em que falou à Nação.

Por que a Constituição espanhola, hoje, é uma Constituição voltada para o futuro? Ela não é uma Constituição autárquica: é uma Constituição que se projeta para o futuro e para a modernidade da Espanha, para o seu progresso tecnológico; ela é, sobretudo, aquilo que Felipe González falou

aqui, resultante de uma sintonia com o conjunto de toda a sociedade espanhola. E, mais uma vez, é Tierno Galván quem nos ensina: "A atual Constituição espanhola não reconhece nada de imutável;" é uma constituição, até, de certa maneira, ambígua, para atender as várias necessidades do constante dinamismo de uma sociedade que se pretende moderna e dinâmica.

Ora, Sr. Presidente, uma lição importante para nós: nossa Constituição não deve preocupar-se com normas definitivas. Deveria ter também objetivos programáticos comuns de todas as correntes de pensamento, para não deixar que o País real, o País dinâmico, o País do futuro, como é o nosso, encontre, através de regras imutáveis, obstáculos ao seu desenvolvimento e ao seu progresso.

Aliás, Sr. Presidente, concluindo, no jornal "O Globo", em seu belo editorial de ontem, dois parágrafos sintetizam muito bem o pensamento de Felipe González, que vale a pena retratar. Diz ele:

"O pensamento de González rejeita conceitos absolutos, trabalha com a ideia de razoabilidade e da suficiência, não busca a perfeição impossível na elaboração de uma Carta Constitucional. O essencial nesse pensamento é a vontade nacional expressa em consensos possíveis, ao mesmo tempo respeitosos da realidade e atentos ao que deve ser. O pensamento prescritivo não prepondera sobre o possível razoável."

Na elaboração de uma Carta Constitucional, o metro a respeitar é a procura do acordo, que só será alcançado, segundo González na medida em que cada grupo não pretenda ser totalmente agradado e a satisfação deverão estar sempre submetidos à lei da razoabilidade, uma linha que se situa entre o possível e o desejável."

Sr. Presidente, estas são as lições da velha Espanha através de seu jovem estadista, membro ilustre e fundador do Partido Socialista Operário Espanhol, hoje no poder. E é a Espanha que mais uma vez nos dá uma lição. Seu melhor pensador de todos os tempos, Ortega y Gasset, em 1949, escrevendo sobre a História Universal, dizia:

"Que hacer cuando la vida de toda una civilización entra en la etapa de constitutiva ilegitimidad?"

Preocupado com a legitimidade espanhola do seu tempo, embora estudando outros povos por silogismo, é o mesmo Ortega y Gasset quem nos dá uma boa lição, quando, ainda no início deste século, falando sobre a estabilidade permanente das instituições políticas espanholas, tentou, através da criação da Liga da Educação Política, criar caminhos utilizados pela Espanha de hoje, de Felipe González.

Dizia Ortega y Gasset, citando Leonardo da Vinci, e dando uma boa lição para os Constituintes brasileiros de hoje: "Dove si grida non è vera scienza" – ou seja, quando se grita, não há bom conhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com alegria que registro a entrega à Comissão de Sistematização, no último dia 13, do anteprojeto da Comissão da Organização do Estado, que, em suas disposições transitórias, mais precisamente no art. 5º, insere a criação do Estado do Tocantins, assegurando ao povo nortense de Goiás, e ao povo goiano em geral, conquista na qual as populações do norte e do sul do Estado estão envolvidas, desde os tempos da Independência do Brasil.

A causa nortense é das mais justas, Sr. Presidente. A emancipação que o nordeste de Goiás buscam há 178 anos é hoje uma idéia amadurecida, não somente em termos de Constituinte, mas também em termos nacionais. A opinião pública brasileira apóia a redivisão territorial da Amazônia, iniciada precisamente com a criação do Estado do Tocantins.

Vejam V. Ex.^a a que resultado chegamos, graças à Sugestão de Norma Constitucional nº 10.151-6, de autoria da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Proposta essa que conta com a assinatura dos 41 deputados estaduais que compõem o Poder Legislativo goiano. Tivemos uma maior facilidade na aprovação da proposta para criação do Estado do Tocantins na Subcomissão dos Estados e na Comissão da Organização do Estado. É o próprio Poder Legislativo do Estado de Goiás, pela integralidade dos seus membros, que propõe a criação do Estado do Tocantins, com o desmembramento da região amazônica do Estado. De forma que, não fora as duas aprovações feitas pelo Congresso Nacional na legislatura passada, não fora o apoio unânime da opinião pública e dos meios de comunicação, não fora a boa vontade revelada pelos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, não estariam agora na tribuna abordando este tema, decisão a que chegou não só o povo goiano, mas os governantes de Goiás. O próprio Governador Henrique Santillo é o Presidente do Comitê pró-Criação do Estado do Tocantins. A Assembléia Legislativa é a autora da sugestão de norma constitucional que prevê a criação do Estado, já aprovada pela Subcomissão dos Estados e pela Comissão da Organização do Estado.

Entregamos, na presença dos Constituintes José Thomaz Nonô, Presidente da Comissão da Organização do Estado, e José Richa, à Comissão de Sistematização, às 15 horas do dia 13 do corrente mês, o projeto aprovado por unanimidade. Estamos caminhando, com passos firmes e seguros, para o Plenário da Constituinte, que, tenho certeza, num gesto de solidariedade ao Congresso Nacional, atingido duramente por dois vetos presidenciais, e de restauração da independência do Poder Legislativo, aprovará as doze proposições que prevêem a criação do Estado do Tocantins, já aprovadas em outros níveis. O Plenário, então, soberanamente, acolherá tais proposições para entregar ao povo do norte e nordeste de Goiás a tão sonhada aspiração, pela qual luta com denodo e sempre à base do diálogo, contestando e repudiando qualquer método violento, mas procurando convencer a todos o quanto essa causa é justa, não somente para Goiás, mas para o Brasil, porque de Goiânia a Belém há um vácuo de poder, cultural e econômico, que temos de eliminar. Devemos disseminar os centros decisórios

onde encontramos meios de realização econômica e social das populações hoje marginalizadas

Este o registro que desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Plano Bresser é lesivo aos interesses dos trabalhadores, contrário ao programa do PMDB, e poderá levar o País à recessão econômica. A advertência, ao contrário do que podem supor ou imaginar alguns desavisados, não foi feita pelo ex-Governador Leonel Brizola ou pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. A afirmação é do Senador Mário Covas, Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, e constitui um grave libelo contra um plano que foi elaborado nos escaninhos do Poder, sem a participação popular, sem sequer uma prévia consulta às lideranças governistas na Assembléia Nacional Constituinte.

Uma vez mais o Governo, na sua arrogância, na sua pretensão de deter o monopólio da verdade, impõe à Nação um programa aparentemente de estabilização, de controle do processo inflacionário e de novas perspectivas para uma sociedade espezinhada, humilhada e que vê, dia a dia, serem criminosamente subtraídos os seus direitos fundamentais. E o mais curioso, Sr. Presidente, é que a advertência do Constituinte Mário Covas foi feita durante reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB, e não foi contestada por ninguém, por nenhum dos seus membros. Estava presente, entre outros, o Dr. Ulysses Guimarães, que nem sequer bocejou para protestar contra este tipo de acusação feita pelo Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte contra o seu próprio Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, para que não se diga que apenas o PDT, ou alguns setores da oposição consequente que não se dobra, que não se curva às novas imposições do Palácio do Planalto e não aplaude, como os áulicos governamentais, medidas contrárias ao interesse do trabalhador, eu lembraria que o congelamento tem, como mecanismo fundamental, a tabela de preços, através da qual o consumidor pode controlar os excessos praticados à revelia da lei pelos grandes grupos econômicos que operam notadamente na área da alimentação. Aliás, a tabela, que hoje está em vigor apenas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, não é válida para os demais quatro mil municípios brasileiros. Como ficam os consumidores de Porto Alegre, de Belo Horizonte, de Salvador, de Belém, de Manaus, de Cruz Alta, de Passo Fundo, de São Luiz Gonzaga, à mercê da fúria solta dos que se locupletam com a desgraça alheia e violam as leis deste País? Mas não só este erro é grave: uma tabela surge com apenas trinta e sete produtos, oito dias depois de deflagrado o Plano Bresser, atingindo apenas duas capitais. Tão grave quanto isso é o fato de que o Governo foi extremamente generoso com os supermercados. Alguns preços – vou mencionar apenas alguns – que constavam de tabelas já

majoradas antecipadamente pelos supermercados, e que constam da tabela oficial, são maiores do que os praticados pelos supermercados. Basta confrontar: o leite condensado, que até ontem custava 29 cruzados a lata, passará, agora pela tabela oficial, a custar 38 cruzados; o creme de leite, que era vendido até ontem a 31 cruzados a lata, passará a custar, agora, 40 cruzados; a farinha de mandioca torrada foi tabelada em 7 cruzados e 40 centavos; até ontem, ela custava 5 cruzados e 50 centavos; o arroz, que faz parte da dieta magra do brasileiro que se alimenta mal ou que não se alimenta, saltou de 16 cruzados e 40 centavos para 18 cruzados e 60 centavos; o arroz tipo 2, o mais popular, que até ontem à noite custava 12 cruzados e 80 centavos evoluiu para 16 cruzados e 90 centavos na tabela oficial.

Que tipo de congelamento é esse, Sr. Presidente? Onde o Sr. Bresser Pereira quer chegar? Como o Sr. José Sarney pretende proteger os direitos do consumidor, na medida em que a tabela oficial eleva os preços já elevados pelos supermercados diante da perspectiva de um congelamento?

Ora, Sr. Presidente, eu não sou e muito menos meu partido é mensageiro do caos. Mas se o próprio Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte afirma, em presença das Lideranças maiores do seu partido que o plano é recessivo, que o plano é lesivo aos interesses dos trabalhadores e contrário ao programa do PMDB, por que o Presidente José Sarney insiste em meter goela abaixo de uma população indefesa, faminta e esfarrapada um programa que não vai dar certo? Eu quero que ele dê certo.

Eu espero – e se Deus realmente é brasileiro, embora muitos brasileiros não sejam tão brasileiros quanto dizem – que este plano dê certo. Que nós possamos conter a fúria da orgia inflacionária, a exploração do trabalhador desprotegido por grupos econômicos. Mas neste jeito, Sr. Presidente, não poderá dar certo. E mais grave ainda, além de constituir um arrocho salarial sem precedentes na História deste País, o Plano Bresser é lesivo ao interesse nacional, na medida em que coloca o País, outra vez, lamentavelmente, de cócoras, rastejando aos pés dos banqueiros internacionais, abrindo mão de uma moratória técnica que poderia desembocar numa verdadeira moratória para, uma vez mais, de pires na mão, como um mendigo esfarrapado, sem dignidade, sem soberania, ir pedir dinheiro à agiotagem internacional que explora e sacrifica este País.

O PDT deixa registrado o seu protesto e endossa agora, já, as palavras do Líder do Governo na Assembléia Nacional Constituinte, quando condena o novo plano e teme uma recessão que ninguém deseja.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os Constituintes do PMDB têm recebido recomendações por parte de sua Liderança para votarem na Assembléia Nacional Constituinte, quer nas Subcomissões, quer nas Comissões, de acordo com o programa do parti-

do. Assistimos, tanto na Subcomissão de Reforma Agrária como na Comissão da Ordem Econômica, a um verdadeiro combate entre Constituintes do próprio PMDB, não só em relação à questão da reforma agrária como à do monopólio estatal do petróleo, dos contratos de risco, das concessões de mineração, da concessão de comunicação, assuntos importantes que foram debatidos, discutidos dentro do maior radicalismo possível.

Meu propósito hoje aqui é abordar a questão da reforma agrária, não apenas do ponto de vista da defesa de slogan, isto é, lutar por uma reforma agrária passiva, radical, ou outros adjetivos que se queira colocar nesta questão.

A primeira providência a ser tomada em relação à reforma agrária é determinar o tipo de reforma que se pretende fazer. Qual é a reforma agrária que o PMDB inscreveu no seu programa? Segundo li, confirmado pela tese do último congresso do partido, a reforma agrária inscrita no programa do PMDB é antilatifundiária. Compreendo que reforma agrária é aquela que modifica a estrutura agrária do País. Sem modificar a estrutura latifundiária que o País vem trazendo desde o seu descobrimento é impossível fazer-se qualquer reforma agrária.

Então, vamos partir daí. Para fazer uma reforma agrária que modifique a situação latifundiária do País, a situação grave de concentração da propriedade e da produção apenas de mercadorias de exportação, tem-se que enfrentar uma série de problemas. Na minha opinião, o mais importante deles é justamente aquele com o qual o Ministério da Reforma Agrária esta-se defrontando neste momento: a questão jurídica, a questão judicial. De acordo com a concepção jurídica brasileira, com o ordenamento jurídico do País, a propriedade é tida como absoluta e intocável. Esta é a concepção romana de Direito. Então, toda vez que se intenta na Justiça uma ação possessória, que não seja através do título do domínio, os juízes – desde o juiz ao desembargador e ao ministro – são levados a negar esta ação, porque lhes falta o domínio, isto é, a prova cartorial da propriedade. Este é o pensamento, é o ordenamento jurídico existente no País. Independente disso, não está caracterizado ainda o que é função social da terra. Apenas a Constituição se refere à função social da terra, mas não a caracteriza objetivamente. Por isso, as autoridades judiciais – juízes, desembargadores e ministros – não julgam os processos dentro do critério de função social.

Outro aspecto importante com que se defronta a execução da política agrária – já não digo reforma agrária – o Direito Agrário. O Direito Agrário, não sei se todos sabem, foi introduzido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 10, de 1964, e depois confirmado com a Emenda Constitucional nº 1, à Constituição de 1967. Pois bem, portanto, desde 1964, o Direito Agrário existe como princípio, como disciplina, mas se procurar-se nas livrarias, nas universidades, nos institutos, nada se vai encontrar sobre Direito Agrário, do ponto de vista teórico. Absolutamente nada. Para escrever o meu livro, "Direito Agrário e Processo Fundiário", fiz uma pesquisa e encontrei sobre o assunto apenas um livro, "Propedéutica do Direito Agrário", de Raimundo Laranjeiras, Professor de Direito do Estado da Bahia. Era o único livro que

teoricamente examinava a questão do Direito Agrário.

Existem muitos livros publicados a pretexto de enfocar o problema agrário, mas na realidade eles não o fazem. Apenas publicam as leis e os dispositivos e nem comentam essas leis e esses dispositivos.

Não tenho conhecimento, mas acho que o único estudo, a única interpretação crítica feita ao Estatuto da Terra foi a análise que fiz neste meu livro publicado em 1980.

Portanto, o Direito Agrário, instituído em 1964, como princípio constitucional até hoje não foi levado a sério, não só pelos advogados do Brasil, de modo geral, como também pelas universidades. Até bem pouco tempo eram raras as universidades que tinham em seu currículo a disciplina Direito Agrário, de forma alternativa, nunca obrigatória. Segundo fui informado recentemente, apenas a Universidade de Goiás já tem Direito Agrário como matéria obrigatória. É também a única universidade que faz cursos de mestrado na sua própria escola.

Então, além do ordenamento jurídico, além de todo o aparelho judiciário brasileiro ter uma formação civilista, que não admite a concepção da função social da terra, desconhece-se completamente o Direito Agrário. Além desses fatores fundamentais, há ainda a vasta jurisprudência sobre o assunto. O Estado do Pará, que há 14 anos, desapropriou uma área de terra, gleba de Paraporá, para distribuí-la pelos lavradores que haviam criado um conflito com os incentivados da SP-VEA, hoje Sudam. Pois bem, esse processo foi contestado pelos dois fazendeiros paulistas e levou 13 anos para ser julgado. Finalmente, foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que deu ganho de causa aos dois fazendeiros e condenou o Estado do Pará a pagar não só o valor da terra, que naquela altura estava estimado em 140 bilhões de cruzeiros, como também a devolver a terra que havia sido desapropriada pelo Governador do Estado, para ser entregue aos lavradores que moravam na terra há muito tempo.

Vejam bem a disparidade terrível existente entre a concepção civilista da propriedade e a concepção social da propriedade. Acho que este assunto deveria merecer dos advogados, dos juízes, hoje, dos Constituintes, um cuidado muito especial para que fosse sanada no ordenamento jurídico essa questão da reforma agrária. Senão, vamos ficar como estamos atualmente, uma vez que o Ministro Dante de Oliveira, ao depor na Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, disse que o principal entrave para execução dos projetos de desapropriação já decretados pelo Governo era exatamente a questão da Justiça, que negava ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário a condição de investir na posse e executar a reforma agrária. Portanto, este assunto merece o maior cuidado e deveria ser discutido com muito mais profundidade do que como estou fazendo aqui, neste momento, uma vez que envolve toda uma concepção jurídica, não só da propriedade, como da função social da terra.

Outro ponto de absoluto entrave para o projeto de reforma agrária é a constituição dos órgãos, dos quais depende a sua execução. Primeiro, o INCRA, criado pelo Estatuto da Terra, através da Lei nº 4.504, de 1964. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária se limitou, durante

todo seu período de vida, apenas a fazer a tributação da terra. Eles achavam que era um meio de fazer a reforma agrária, a colonização da terra e, recentemente, o assentamento de posseiros na terra, sem nenhuma perspectiva de reforma agrária. Portanto, tanto ele como o GETAT, que foi extinto recentemente e que passou todo o seu funcionalismo para o INCRA, todos esses órgãos eram constituídos de pessoas que foram formadas, orientadas e educadas para impedir que se fizessem a reforma agrária. Evidentemente, não é a simples modificação do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário que vai resolver a administração do INCRA não é só a modificação do Ministro e do Presidente do INCRA que permitirá a esses órgãos a realização desse tipo de reforma agrária que está sendo executada pelo Governo atual. Eles serão um entrave formal, ideológico e jurídico na execução da reforma agrária. Mais do que isso, serão até um entrave funcional, porque a maioria dos seus funcionários não foi preparada para fazer a grande reforma agrária. O INCRA não está preparado para executar a reforma agrária. Basta verificar que, desde 1964, há mais de 22 anos, portanto, ele tinha como função principal constituir e organizar um cadastro rural que fosse capaz de dar um espelho do território brasileiro, nesta questão da concentração da propriedade, e, até hoje, esse cadastro é precaríssimo, porque em plena era da informática ainda não foi informatizado.

Então, vejam bem, além do óbice da questão do ordenamento jurídico, da formação e da preparação de todo o aparelhamento judicial do País, temos o óbice da formação e preparação dos próprios advogados. Esses não saem das Faculdades de Direito preparados para defender os posseiros e as pessoas que estão necessitando de terras para morar e trabalhar, mas, sim, para defender a propriedade exclusivamente do ponto de vista civilista do Direito Internacional. Além desses fatores, ainda há outros de ordem prática, quais sejam, o governo, o aparelho do estado, não está preparado para fazer a reforma agrária, mas, sim, para impedir, para evitar sua execução.

Já disse aqui, várias vezes, e repito, que não podemos ter a veleidade de pensar que uma lei, como a Lei nº 4.504, de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, redigida pelo Prof. Roberto Campos, hoje Senador, pelo General Golbery do Couto e Silva e pelo Marechal Castello Branco, pessoas profundamente vinculadas a questões opostas à realização da reforma agrária, hoje, decorridos mais de 20 anos, seja adequada para se fazer a reforma agrária.

Trago este assunto à Assembléia Nacional Constituinte porque estamos às vésperas da Convenção do nosso partido, o PMDB – vai-se realizar no dia 19 –, quando discutiremos essa questão. No programa partidário está escrito que a reforma agrária deve ser antilatifundiária. Embora a sua posição relativa aos módulos que devem constituir a limitação da propriedade esteja aquém da exigida, na realidade já foi fixado em seu programa o limite de trezentos módulos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encerro por hoje este assunto dizendo aos poucos Constituintes que tiveram oportunidade de ouvir meu discurso que verifiquem a necessidade de se levar à discussão este problema, em profundidade, com seriedade e como cumprimento daquilo que consta do nosso partido, o PMDB. (Palmas.)

(ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO CONSTITUINTE BENEDITO MONTEIRO)

Em 1961, quando os Estados Federados ainda tinham competência para legislar sobre terras – e todas as terras devolutas ainda lhe pertenciam – como Deputado Estadual elaborei um projeto de lei de reforma agrária que apresentei à Assembléia Legislativa do Pará.

Nesse ano, já como Deputado Estadual e Vice-Presidente do PTB, exercendo a Secretaria de Estado de Obras Terras e Águas, no Governo do General Moura Carvalho, elaborei decreto reservando seis quilômetros das terras marginais da Belém-Brasília (BR-010) e da Pará-Maranhão (BR-316) exclusivamente para a colonização. Cheguei a instalar nos quilômetros 48 das duas estradas dois assentamentos urbanos e agrícolas que hoje são dois povoados maiores que muitas cidades paraenses. Um no Município de Vizeu, que era quase inacessível, e o outro no Município de Irituia, que tinha sua antiga e minúscula sede na beira do rio. São conhecidos hoje como km 48 e Mãe do Rio.

Em função dessa política de assentamentos nas margens dessas duas estradas, surgiram Municípios como Paragominas, cuja sede fundei pessoalmente junto com seus desbravadores e novos povoados como 58, Piriá e Zero, só para falar dos maiores.

Em 1962, candidatei-me à reeleição e já estava com minha candidatura registrada no TRE quando fui surpreendido com a cassação do meu registro, pedido simplesmente por uma carta dos comandantes militares da Região, e atendido pelos juízes da Corte sem qualquer aviso, defesa ou discussão.

Nessa época, já era Presidente da República o nosso Presidente João Goulart, e eu pude, através de mandado de segurança ao STF, disputar a eleição e ser eleito para um novo período, quando passei a exercer novamente a Secretaria de Estado de Obras Terras e Água, já no Governo Aurélio do Carmo, em virtude do acordo entre o PSD e o PTB.

Imaginei que a cassação do meu registro fosse em consequência das denúncias que fiz sobre a ocupação do aeroporto de Santarém por aeronaves militares da Força Aérea dos Estados Unidos e tripuladas por oficiais fardados daquela Nação, quando o Presidente da República ainda era o Sr. Jânio Quadros. Mas não, hoje sei que todas as cassações, todas as prisões, preterições que sofri foram e são em razão da minha luta pela reforma agrária.

Em 1964, o golpe de Estado poupou, inicialmente, o Governador Aurélio do Carmo, os Deputados do PTB. Somente eu fui cassado pelos meus próprios colegas da Assembléia Legislativa, que, numa sessão comum, sem qualquer aviso, na minha ausência, e sem qualquer defesa da minha parte, cassaram o meu mandato de Deputado Estadual. Deixaram aos chefes do golpe apenas a tarefa de cassar os meus direitos políticos por 10 anos através de ato institucional.

Fui preso por mais de sete meses, dos quais passei sessenta dias absolutamente incomunicável. Sofri lavagem cerebral e tortura psicológica. As casas de meus pais, dos meus sogros e a minha própria casa foram invadidas. Meu irão foi preso como refém. Minha mulher e meus filhos menores, presos em domicílio e intimidados por

policiais civis, militares do Exército e da Aeronáutica.

Meu gabinete de trabalho também foi invadido, meus arquivos e minha biblioteca foram saqueados. E eu só pude sair da prisão militar através do 4º **habeas corpus** impetrado no STM pelo meu advogado Dr. Orlando Fonseca.

E verdade, nos meses que precederam ao golpe de 1964 exercia a Delegacia da Supra, órgão criado pelo Presidente João Goulart para planejar e executar a reforma agrária.

Com essa experiência política, jurídica e social, que eu tinha nas questões de terra, passei a advogar e a pesquisar sobre essa matéria. Já aí, após a Emenda Constitucional nº 10, de 9-11-64, que institucionalizou o Direito Agrário e tornou a legislação sobre terras exclusiva da União com a competência de legislar e cobrar o ITR (Imposto Territorial Rural). O próprio Congresso Nacional já havia aprovado a Lei nº 4.504, de 30-11-64, que é conhecida como Estatuto da Terra e que trouxe, no seu bojo, a criação do IBRA, INDÁ e INCRA, que atualmente deve se ocupar de planejamento e execução da reforma agrária.

Fui uma das primeiras pessoas no Brasil a me insurgir contra o Estatuto da Terra. Em livro que escrevi em 1980, "Direito Agrário e Processo Fundiário", sou o primeiro advogado agrarista a fazer uma análise crítica dessa nossa legislação agrária.

Em 1985, já Deputado Federal, passei a pertencer à Comissão Parlamentar do PMDB, formada para dar parecer sobre o PNRA, proposto e editado pelo Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, instituído ainda pela orientação de Tancredo Neves.

Nessa Comissão, tive oportunidade de pesquisar e debater não só o PNRA, mas também a CPI do Sistema Fundiário e a própria discussão e votação do Projeto de Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra que, na oportunidade, ainda era apoiado pela CONTAG e pela Igreja Católica.

Minhas intervenções nas reuniões e meu parecer apresentado ao Relator dessa Comissão dizem bem do meu pensamento sobre a reforma agrária, e estão publicados em separatas da Assembléia Nacional Constituinte.

Infelizmente, nada foi levado em consideração, pois era pensamento dos parlamentares que defendiam o PNRA não criar problemas com a sua aprovação, que diziam estar em andamento.

Convocada a Constituinte, sou indicado para pertencer à Comissão da Ordem Econômica e à Subcomissão de Política Agrícola Fundiária e Reforma Agrária, pelo nosso Líder Senador Mário Covas. Logo em seguida, sou informado da proposta do Relator, o ilustre Deputado Oswaldo Lima Filho, que é do conhecimento de todos. Mais tarde, convocado pela Contag, fiquei ciente de que o Relatório não correspondia ao anseio da entidade.

Embora não tenha tido oportunidade de discutir na Subcomissão, nem particularmente em profundidade as emendas aceitas pelo Relatório, estava disposto a apoiar e votar com o Relator, quando fui chamado com urgência a Belém para uma discussão política com minha equipe. Concordei em viajar, contanto que ficasse assegurada a minha volta antes da votação marcada à última hora para sábado.

Ao chegar em casa, encontrei minha mulher e meus filhos ameaçados e apavorados por telefonemas anônimos de cidades de vários Estados.

Entrei então num estado de tensão que talvez tenha prejudicado a minha saúde, obrigando-me a ser atendido pelo Dr. Paulo Monteiro, cardiologista, que desaconselhou minha viagem e até a conferência na OAB que já havia desmarcado.

Confesso que nesse período de horas que precedeu ao meu regresso ao Congresso, não percebi que eu tinha sido isolado pela minha própria família, tanto do meu gabinete como dos Parlamentares em Brasília. Foi somente no auditório da OAB que o bloqueio pôde ser furado, e eu tive conhecimento de que a minha falta estava causando problemas ao grupo progressista no qual eu estava integrado.

No mesmo instante, interrompi a conferência e me desloquei para o aeroporto, onde fiquei à espera de um jatinho que chegaria em 30 minutos, mas que só chegou 4 horas depois.

Ao chegar a Brasília, já de madrugada, ainda pude votar as emendas supressivas do Projeto Rosa Prata, uma vez que o Relatório da Subcomissão não tinha sido posto em votação pelo seu Presidente.

Imediatamente elaborei uma emenda pessoal que apresentei no Plenário da Constituinte, no Plenário da Comissão Temática, e que apresentarei em destaque na Comissão de Sistematização e novamente no Plenário da Constituinte para votação. A emenda é a seguinte: inclua-se onde couber:

"Art. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá ter direta ou indiretamente a propriedade ou a posse de imóvel rural de área contínua superior ao limite fixado neste artigo, ficando o excedente sujeito à desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

§ 1º O limite previsto neste artigo será:

1) de quatro mil (4.000) hectares nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

2) de sete mil (7.000) hectares nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;

3) de sete mil (7.000) hectares nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

4) de onze mil (11.000) hectares nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás;

5) de quinze mil (15.000) hectares nos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e nos Territórios do Amapá e Roraima.

§ 2º Será de quinhentos (500) hectares o limite máximo do imóvel rural no Distrito Federal e de cinqüenta (50) hectares nos municípios das regiões metropolitanas do País.

§ 3º Será de três mil (3.000) hectares nas margens dos lagos, rios, das ferrovias e rodovias federais e estaduais."

Creio que tenho experiência e competência para expressar o meu pensamento. Se esta emenda não for votada, permitindo a limitação da propriedade e a execução da reforma agrária, nas circunstâncias agrárias, políticas e sociais em que se encontra a nossa Pátria, então tenho que lamentar todos estes anos que consagrei à pesquisa, ao estudo e à luta pela reforma agrária.

Fico mais do que ciente de que ela só será possível através de emenda e pressão popular, ou de uma revolução armada.

O SR. ROBERTO FREIRE, Líder do PCB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, os jornais de hoje dão conta de que o Líder do PMDB na Constituinte reconhece quão contraditório é o Plano Bresser em relação ao programa de seu partido. A Liderança do PCB salientou tal fato no exato momento em que veio à luz o decreto instituindo esse plano, que, equivocadamente, se quis colocar como a continuidade do Plano Cruzado. E equivocadamente porque são coisas distintas, com objetivos completamente divergentes. Perseguem fins antagônicos. E é muito claro de ver, pois enquanto a formulação e a concepção do Plano Cruzado representavam algo de novo na condução da política econômica na história deste País, porque visava a manter um processo de crescimento econômico e uma distribuição de renda, algo que correspondia, inclusive, a toda uma pregação daqueles que resistiram à ditadura, o Plano Bresser Pereira persegue exatamente o receituário ortodoxo do Fundo Monetário Internacional. Ele busca a recessão e pratica o arrocho salarial, talvez o maior arrocho salarial da história deste País, como dizem alguns economistas, arrocho que, de forma ingênua, para não dizer de má fé, o Ministro da Fazenda afirma não existir.

A Gazeta Mercantil de hoje publica:

"Há um nervosismo geral com o que vai acontecer com os salários, mas estou tranquilo; não existe arrocho diz o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira."

Ora, é ingenuidade ou má fé não querer ver o verdadeiro confisco salarial que se pratica com a adoção desse Plano, de mais de 30%, e que só será recuperado por reposição no congelamento a níveis não superiores a 10%.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é de preocupação o momento por que passa o País. O PMDB tem a responsabilidade histórica de ter lutado contra toda uma concepção ortodoxa, de ter lutado para que este País não praticasse novamente uma política de confisco salarial, para que esta Nação tentasse, nos mesmos moldes do capitalismo, implementar uma política de desenvolvimento e de crescimento, que se transformasse em capitalismo cada vez mais autônomo, não dependente e não periférico das potências internacionais.

Pois bem, o Governo que o PMDB sustenta, por força de crises internas, por força de uma capitulação, aos banqueiros internacionais, adota um plano que corresponde inversamente a tudo o que o PMDB pregava. É importante salientarmos isso, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, no momento em que o PMDB, através de lideranças significativas e representativas, também comece a ver no plano do Governo e do Ministro Bresser Pereira o que há contra os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, os dias que antecederam a decretação do Plano Bresser foram caracterizados pelo vazamento de informações a respeito do congelamento. Ninguém sabe, Sr. presidente – e até agora não há explicação – se esse vazamento foi acidental ou de má-fé. A verdade é que ele ensejou uma verdadeira onda de remarcações, especialmente por parte das grandes cadeias de supermercados. Isso significa um verdadeiro crime contra a economia popular, sobretudo quando todos sabemos que, ao lado do congelamento dos preços, houve um enorme corte dos salários, um grande arrocho salarial, devido, principalmente, ao aumento de tarifas de combustível e de energia. Esse arrocho salarial é traduzido, sobretudo, em termos reais. Se fizermos uma comparação do valor nominal do salário mínimo nos últimos quatro anos, observaremos que ele se tem comportado, a preços de junho, na ordem de 59 dólares. Com o Plano Bresser, esse mesmo salário mínimo é cortado para perto de 45 dólares, o que significa um arrocho real, na medida em que estamos fazendo uma comparação com uma moeda forte, e não com o cruzado, já altamente desacreditado.

O PDS protesta contra o arrocho salarial e, ao mesmo tempo, traz a exigência do povo brasileiro no sentido de que sejam tomadas providências imediatas contra esse crime, esse atentado à economia popular, consistente na onda de remarcações acontecida em todo o País, especialmente por parte das grandes cadeias de supermercados. Chamo a atenção do Governo e dos partidos governistas com assento no Congresso Nacional para que examinem os termos do Projeto de Lei nº 144, de 1987, que dispõe sobre a fixação, na embalagem, do preço máximo de venda de todos os produtos industrializados. Isso significa, Sr. Presidente, a repetição do que aconteceu aqui mesmo, no Brasil, com os cigarros – só para citar um dos casos – que têm um selo com o preço fixado na sua embalagem, evitando, assim, conflitos diários.

Há poucos minutos, ouvimos o pronunciamento do ilustre Constituinte Osvaldo Bender, do Rio Grande do Sul, em que S. Ex^a propunha também que essa etiquetagem, essa fixação na embalagem, se estendesse particularmente aos bens de primeira necessidade, os mais imediatos e urgentes de consumo da população. Segundo S. Ex^a, essa fixação poderia ter um prazo determinado, por exemplo, de sessenta dias. E, a partir, daí, essa etiquetagem seria ajustada às tabelas, de acordo com os índices de correção de preço, com a inflação, na forma da lei.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trazemos também o exemplo de outros países que já utilizam o código de barras fixado nos produtos industrializados, evitando assim, em definitivo, esse incentivo ao conflito entre o consumidor e o comerciante, sobretudo o pequeno comerciante, que muitas vezes não é culpado pelas falhas, incompetências e má administração dos governos.

Esse sistema proposto, e aqui defendido pelo nosso partido, é moderno, justo e eliminará definitivamente a exploração do consumidor brasileiro e, evidentemente, os conflitos em torno do assunto.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que autorize a transcrição nos Anais da Casa de uma nota do nosso partido a respeito desse importante assunto, em que exigimos providências do Governo

e atenção dos partidos governistas com assento nesta Casa.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"NOTA"

O Deputado Amaral Netto, em pronunciamento nesta data, chamou a atenção das autoridades econômicas do País sobre o conteúdo do Projeto de Lei nº 144, de 1987, do Deputado César Cals Neto, que dispõe sobre a fixação do preço máximo de venda no varejo dos produtos industrializados, comercializados no País.

O projeto, se convertido em lei, obrigará que todos os produtos industrializados vendidos no País deverão ter impressos, de forma imodificável, na sua embalagem, pelo fabricante ou importador, seu preço máximo de venda no varejo.

Na justificação do projeto, diz o Deputado César Cals Neto:

"A exemplo dos cigarros, que já saem de fábrica com selo especial de controle, indicando seu preço máximo de varejo, todos os produtos industrializados vendidos no País devem conter, apostado pelo fabricante, seu preço máximo de comercialização. Isso já existe nos países civilizados, principalmente nos Estados Unidos da América, com a utilização do código de barras.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que tal providência eliminará, de vez, pelo comerciante ou qualquer intermediário, a remarcação de preços, facilitando, às autoridades e aos consumidores, a fiscalização dos preços cobrados."

A adoção, pelo Governo federal, da proposta do Deputado Cals, segundo Amaral Netto, resolverá, de uma vez por todas, os problemas enfrentados pela Sunab, na fiscalização dos preços, pois, impressos nas embalagens, não poderiam ser remarcados."

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, inicio meu discurso fazendo uma rápida reflexão: por que uma Assembléa Nacional Constituinte? Qual a razão de se buscar uma nova ordem constitucional? A resposta, sem dúvida, é de que a ordem existente é iníqua, imprestável. Por esta razão, os brasileiros foram convocados para eleger, pelo voto, os construtores de uma nova ordem constitucional que pudesse, portanto, erigir uma nova ordem econômica, política, social e cultural.

Todavia, quando nos reportarmos aos resultados da Comissão da Ordem Econômica, isso cai por terra. Frustra-se esse sentimento nacional de mudança porque há um retrocesso. Não se trata aqui de se titular como uma posição conservadora. É mais do que conservadora, é atrasada, primitivista.

O ilustre Prof. Osny Duarte Pereira, figura ímpar da intelectualidade brasileira, já alertou que a pedra de toque das intenções progressistas e conservadoras da Constituinte encontra-se no capítulo da Ordem Econômica. É aí que as coisas acontecem.

Neste momento, tendo como base a advertência do Prof. Osny Duarte Pereira, reporto-me às declarações do sempre Presidente Tancredo Neves, quando foi eleito:

"Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas indispensáveis ao bem-estar do povo."

"Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis."

"Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome."

Pois bem, Sr. Presidente. Chegamos ao absurdo de a Comissão da Ordem Econômica, pela proposta aprovada até o presente momento, esta fundada "na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, e os seguintes princípios..." E aí seguem-se algumas propostas.

Em qualquer país democrático é evidente que a Ordem Econômica deve ter como pressuposto, como ponto de partida, como princípio básico, a valorização do trabalho, que é a única fonte de riqueza do homem e da humanidade.

Aliás, não é outra a manifestação do programa do meu partido, que, de maneira clara, também defende a supremacia do trabalho sobre o capital.

Se não bastasse isso, como princípio introdutório da proposta do capítulo da Ordem Econômica, o art. 3º diz:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle do capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno."

Não há a menor dúvida de que esse conceito, da maneira como foi proposto, é entreguista, antinacional e antipopular.

Não se trata, portanto, aqui, de dar a demonstração de que a Assembléa Nacional Constituinte está dividida entre radicais. A Assembléa Nacional Constituinte está, na verdade, definindo-se entre os que querem uma nova ordem econômica, política e social – e por isso a sua razão de ser – e os que querem manter o **status quo**, que querem reproduzir a mesma ordem existente. E, faz-se uma campanha, como se estivéssemos produzindo um texto estatizante, marxista.

Não sejamos pseudointelectuais, muito menos não venhamos a falsear com a verdade. Vamos ver, por exemplo, a conceituação do art. 3º – e aí está o perigo. Quando se procura defender esse tipo de livre iniciativa, está-se na verdade procurando um neocolonialismo, a escravidão deste País.

Sr. Presidente voltaremos a este assunto, pela sua importância, porque consideramos o capítulo da Ordem Econômica, até o momento, de triste construção, entreguista, manipulado por interesses por certo não bem claros e que ferem a origem e a razão desta Assembléa Nacional Constituinte, assim como o sentimento nacional de mudança

e o programa de meu partido. Vi mais de dezessete Constituintes do PMDB rasgando o programa partidário, rasgando os compromissos do partido, ferindo o que existe, por exemplo, em "Esperança e Mudança", no que se decidiu no congresso nacional do partido e no nosso catecismo maior.

Fico apreensivo; por esta razão repito aqui, para terminar: muito pior do que os gringos que nos compram são os brasileiros que nos vendem. (Palmas.)

VI – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

VII – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao horário de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Tem a palavra o Sr. César Caís Neto.

O SR. CÉSAR CAIS NETO (PDS – CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho hoje à tribuna desta Casa para discutir alguns aspectos do relatório que tivemos oportunidade de aprovar na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Resultado de mais de sessenta dias de trabalho árduo, de dedicação, de obstinação, de responsabilidade de cerca de 63 Constituintes, já significa uma amostragem importante da Assembléia Nacional Constituinte.

Esse relatório traz como espinha dorsal, como ponto fundamental um sistema parlamentarista de governo, responsável, consequente e, sobretudo, significando evolução, modernização, ampliação da responsabilidade de participação popular na administração da coisa pública.

Os pontos mais polêmicos do relatório da Comissão da Organização de Poderes e Sistema de Governo foram aprovados por mais de dois terços dos Constituintes. Institui um sistema parlamentarista que realmente vem atender às necessidades da nossa Nação, substituindo esse presidencialismo falido que tantos males tem trazido ao País. Estão aí os resultados do presidencialismo: os desastres dos planos cruzado, o arrocho salarial. Tudo isso sem audiência do povo, dos seus representantes, que compõem o Congresso Nacional.

Esse novo sistema parlamentarista de governo é resultado de um equilíbrio, de um mecanismo que chama para o entendimento, para o bom senso, para a responsabilidade, para o atendimento das raízes, das aspirações e necessidades populares. O equilíbrio, a equivalência, a eqüipotência dos poderes está traduzida nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E aí, meus caros companheiros, quero dizer que a Assembléia Nacional Constituinte vai resgatar o compromisso histórico do povo brasileiro.

A sociedade brasileira é maior do que o Poder Executivo; o povo brasileiro construiu um compromisso e caminho maiores do que o Poder Legislativo, do que o Poder Judiciário. O povo brasileiro, que está construindo o seu caminho, exige agora da Assembléia Nacional Constituinte o resgate do compromisso histórico que assumimos através dos nossos mandatos: a modernização, a evolução, a democratização, a representatividade dos Poderes constituídos da República. Criamos Isso, meus companheiros, por meio de uma construção coletiva, porque praticamente todos os Constituintes da nossa Comissão partici-

param do processo, aprovando emendas, aperfeiçoando tudo isso, constituindo-se num parecer relatado pelo eminentemente competente e brilhante Constituinte Egídio Ferreira Lima. Esse relatório, já encaminhado à Comissão de Sistematização, virá a Plenário. E aqui convoco os nossos companheiros Constituintes a discutir, aprofundar e, se for o caso, aperfeiçoar esse sistema de governo. Mas vamos assumir nossas responsabilidades, porque o sistema de Governo é a espinha dorsal da democracia, é a espinha dorsal da vida do povo brasileiro.

Foram derrotadas as fórmulas casuísticas; foram derrotadas as fórmulas que pretendiam usurpar do povo brasileiro o seu direito de participar da administração da coisa pública; foram derrotadas as fórmulas que queriam sabotar o parlamentarismo, construindo figuras esdrúxulas, estranhas, impertinentes, de Ministro Coordenador, de Primeiro-Ministro Coordenador, de Primeiro-Ministro Chefe da Casa Civil, de Primeiro-Ministro Subordinado, sem o poder que lhe delega o Congresso Nacional, para executar as reformas, para executar as mudanças que exige o povo brasileiro. Foram derrotadas as fórmulas dos ambiciosos, daqueles que queriam diminuir a possibilidade de o poder ser exercido pelo povo brasileiro, daqueles que queriam manter os dispositivos autoritários, que têm permitido o cometimento de tantos erros contra o país e contra o povo brasileiro. Esses foram derrotados.

Mas, meus caros companheiros, gostaríamos de discutir as críticas, até mesmo aperfeiçoar o modelo parlamentarista que estamos construindo. Existem críticas e incompreensões de boa-fé e há também as críticas e as incompreensões de má-fé.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL: – Quero, inicialmente, cumprimentá-lo pela defesa ardorosa desse neoparlamentarismo, ou presidencialismo híbrido, ou presidencialismo mitigado. Não sei se V. Ex.^a já conseguiu definir o nome desse novo sistema parlamentarista, mas, sem dúvida alguma, ele não tem, em seu bojo, alguns princípios fundamentais do parlamentarismo. Eu, como presidencialista, defensor do regime consagrado no Brasil, pois a tradição brasileira é presidencialista – até na escola de samba, no time de futebol e na associação do bairro é o presidente que elegemos – pergunto a V. Ex.^a se, no caso de este Plenário aprovar o sistema parlamentarista, concorda em que ele seja submetido a plebiscito popular.

O SR. CÉSAR CAIS NETO: – Caro companheiro, eu gostaria de aprofundar as críticas que V. Ex.^a faz ao sistema parlamentarista, para que pudéssemos chegar a um entendimento. Mas, na verdade, antes de entrar no mérito da sua crítica e V. Ex.^a é homem bem-intencionado, por isso respondo ao nobre colega, para tentarmos receber sua experiência neste plenário – quero dizer que somos defensores de que toda a Constituição, não apenas parte dela, mas a Constituição como um todo, seja submetida a referendo popular. É esta a nossa posição.

Quanto ao mérito do pronunciamento de V. Ex.^a que nos falou da tradição presidencialista no Brasil, repito que a tradição brasileira é de crise, de acidentes, uma tradição desastrosa e que enterra o presidencialismo. Sabe V. Ex.^a quantos pre-

sidentes civis conseguiram terminar seus mandatos nos últimos 60 anos? Salvo engano, dois. Como pode ser adequado um sistema desses que em 60 anos permitiu que somente dois presidentes da República terminassem seus mandatos? O presidencialismo brasileiro é o exemplo do antipresidencialismo, o presidencialismo brasileiro é o exemplo da incompetência, o presidencialismo brasileiro representa o exemplo de dívida que todos nós que formamos o poder político, temos de resgatar com o povo brasileiro.

Agora mesmo, no curso do Governo Sarney, quais são as linhas que se discutem sobre o presidencialismo? O Poder Executivo erra – como errou – e o Presidente Sarney reconhece, em entrevista à Imprensa, que houve erros patrocinados pelo ex-Ministro da Fazenda, com o fracassado Plano Cruzado, que significou um desastre para o povo brasileiro pela má administração. Reconheceram as autoridades do Governo o que significou o fracasso da política econômica, através de importações incompatíveis de coco ralado da Angola, de cerveja chilena e alemã, de alimentos estragados, como o leite. O sangue e o suor do povo brasileiro se exauriram para que importasse cerveja estrangeira.

Antes de lhe conceder novo aparte, colega Carlos Cardinal, permita-me terminar meu raciocínio. Gostaria de ouvi-lo, porque sei que V. Ex.^a é um homem competente e de boa fé.

Mas, meus caros companheiros, qual é a questão que se põe? O que os jornais brasileiros têm discutido nos últimos meses? Lobby, diminuição de mandato, eleições diretas já, eleições diretas ontem, eleições diretas em 1988, eleições diretas 90 dias após promulgada a Constituição.

O presidencialismo é um fracasso, até mesmo porque, ao contrário do parlamentarismo, não permite o amortecimento das crises.

Num Governo parlamentarista o Ministério comandado pelo ex-Primeiro-Ministro Dilson Funaro, que foi um Primeiro-Ministro de fato, teria caído por falta de apoio do povo brasileiro, por falta de apoio do Congresso Nacional, de seus representantes. Isto não ocorreu. Então, meu caro companheiro, só quis citar alguns exemplos para mostrar como o presidencialismo brasileiro é uma instituição falida que deve ser erradicada pelo bem do povo brasileiro.

Ouço, com prazer, V. Ex.^a, Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL: – Nobre Constituinte, naturalmente V. Ex.^a, com a inteligência que lhe é peculiar, não se refere à crise brasileira creditando-a ao presidencialismo. Refere-se à crise do capitalismo brasileiro, que, sem dúvida nenhuma, nos últimos tempos, ofereceu e continua a oferecer sinais evidentes de incompetência. Quanto ao relato que fez sobre os últimos presidentes, permita-me começar pelo Presidente Getúlio Vargas. V. Ex.^a sabe perfeitamente quais os motivos da sua deposição e do seu suicídio: a defesa dos interesses do povo brasileiro. Diria que a pedra-de-toque do suicídio do Presidente Vargas foi, exatamente, o monopólio do petróleo e as leis trabalhistas, que, de lá para cá, evoluíram muito pouco, e esta Constituinte está querendo – com a retirada da estabilidade do emprego, da jornada de 40 horas semanais e de outros instrumentos – fazer um retrocesso lamentável da nossa história. Por certo V. Ex.^a se refere à deposição de João

Goulart, que basicamente teve origem em 13 de março de 1964, quando assinou o decreto da reforma agrária e outro que ampliava a limitação da remessa de lucros para o exterior. Estamos, tantos anos depois, debatendo exatamente essas mesmas questões fundamentais. A criação do parlamentarismo – e V. Ex.^a citava o caso do Ministro Dílson Funaro – cujo anteprojeto foi aprovado na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, contraria exatamente um dos princípios fundamentais daquele sistema. Foi aprovado que a moção de censura não poderá ser feita somente a um ou a dois ministros, mas a todo o Ministério. Esta moção de censura global, capenga, no meu entendimento, tem o objetivo de não ser moção de censura, basicamente, para não atingir os ministros militares. Lamento que os verdadeiros parlamentaristas, e V. Ex.^a é um deles, tenham que agora concordar com o sistema parlamentarista, que, a rigor, vai, mais uma vez, se não estou enganado, fazer uma experiência com o Presidente José Sarney. Já no seu Governo haverá um tempo de experiência e que S. Ex.^a será usado como cobaia deste novo sistema, quando no ano que vem, em março, teremos um Primeiro-Ministro. Este tipo de parlamentarismo – que está sendo votado, já foi aprovado e virá a este plenário – a rigor, é o antiparlamentarismo e será a derrota de uma causa que, no meu entendimento, neste momento, não corresponde à expectativa do povo brasileiro, pois desfigura totalmente o pensamento de homens sérios, como V. Ex.^a, que não podem concordar com este sistema que veio da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, totalmente diferente daquele verdadeiro parlamentarismo com o qual concordaríamos, inclusive, em debater e levar adiante. Por isso, as nossas críticas duras e severas, pensando nos homens sérios e parlamentaristas, como V. Ex.^a, que não podem absolutamente concordar com esta proposta que veio da sua Comissão.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Nobre Constituinte Carlos Cardinal, V. Ex.^a enriquece o nosso pronunciamento na medida em que traz pontos importantes a serem discutidos. Ao mesmo tempo, dá um exemplo claro em favor do sistema parlamentarista, quando coloca em primeiro plano o suicídio de Getúlio Vargas, que entregou a sua vida em consequência do sistema defeituoso do presidencialismo brasileiro. Talvez Getúlio Vargas estivesse vivo, se esse presidencialismo falido, morto, arcaico, antipopular já tivesse sido enterrado naquela época; talvez Getúlio Vargas fosse um dos companheiros Constituintes, trazendo-nos a sua experiência brilhante, a sua visão trabalhista; talvez estivesse entre nós comandando a consolidação daquela memorável campanha "O petróleo é nosso". V. Ex.^a enriquece o nosso pronunciamento com exemplos lúcidos da falência do regime presidencialista.

Mas quero continuar nessa discussão para mostrar que na proposta aprovada pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo o Presidente da República é o Chefe do Estado, e a Chefia do Executivo é exercida por um Primeiro-Ministro Parlamentar, que, ao ser nomeado pelo Presidente da República, terá que submeter o seu nome à possibilidade de rejeição pela Câmara dos Deputados. Esse Primeiro-Ministro terá a obrigação constitucional de dar explicações so-

bre o seu programa de governo, mensalmente, à Câmara dos Deputados. O parlamentarismo aprovado pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo prevê, meu caro companheiro, a moção de desconfiança, a moção de impedimento, para que qualquer cidadão brasileiro que não mereça a confiança do povo ou deste Parlamento seja impedido de exercer um cargo de confiança. O sistema parlamentar aprovado na Comissão – e gostaria de aproveitar a colocação feita por V. Ex.^a – permitirá, por exemplo, que o Sr. Dílson Funaro, nosso ex-Primeiro-Ministro de um sistema deformado, tivesse de aceitar que nós, da Câmara dos Deputados, demíssemos o Presidente do Banco Central, o Secretário-Geral de qualquer Ministério ou o ocupante de função executiva que não executasse plano por nós aprovado. E a moção coletiva, que não traz discriminação alguma entre os Ministros militares e civis, exigirá, finalmente, um governo solidário, uma vigilância permanente entre os Ministros, porque a perda da credibilidade, a perda da confiança de um dos Ministros poderá acarretar a queda de todo o Gabinete. Além disso, se o Ministro falha, se é repreendido nesta Casa e o Primeiro-Ministro fecha os olhos, merecem ser derrubados o Ministro que falhou e o Primeiro-Ministro porque é conivente. E, se cai o Primeiro-Ministro, que caia o Gabinete, porque caiu a cabeça, e o corpo sem a cabeça não existe. De maneira, caros companheiros, que quero dizer da engenhosidade do modelo criado na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, inclusive no que diz respeito à moção coletiva do Ministério, que é usada em países da Europa e que não permitirá, como V. Ex.^a exemplificou, que um Ministro continue falhando. Não. Exigirá solidariedade, o aval inclusivo do Primeiro-Ministro. E, se este Governo não merecer confiança, será derrubado como um todo, porque, repito, corpo nenhum vive sem cabeça.

Tenho mais alguns minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O tempo de V. Ex.^a já está ultrapassado e ainda há oradores inscritos para falar.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Nem alguns minutos para que o nobre Constituinte Agassis Almeida, que tanto colaborou, possa brindar-me com mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Contanto que S. Ex.^a seja breve e com a aquescência dos oradores inscritos, porque eles estão aguardando e o tempo de V. Ex.^a está vencido. A Mesa pede a S. Ex.^a que seja breve e que o orador também seja breve ao responder ao lustre colega e concluir o seu discurso.

O SR. AGASSIZ DE ALMEIDA: – Sr. Deputado César Cals, acompanhava seu pronunciamento do meu gabinete e vim prestar meu apoio à análise que V. Ex.^a faz, neste instante, a respeito do sistema parlamentar de governo. Este País viveu quase um século sob a égide do sistema imperial de Governo, porque não é sistema presidencialista, mas regime imperial, onde se enfeixa nas mãos de um único homem todo o processo decisório e deliberativo da Nação. Todo o processo, hoje, informativo e decisório, de uma pequena cidade do interior brasileiro às grandes decisões a nível nacional, ou internacional, depende de um único homem. Esta forma estrutural de poder

já está superada pelos tempos modernos, que hoje nos convoca a uma reciclagem, pulverizando e descentralizando a forma das decisões governamentais. Quero transmitir a V. Ex.^a que me incorporo, nesta Casa, como nas Comissões nas quais trabalhamos, a uma nova forma estrutural de poder. Esta Casa representa, acima de tudo, todo o manancial popular da Nação brasileira. E não se diga, como têm dito alguns oradores defensores do presidencialismo, que um homem com trinta milhões de votos pode desestabilizar a nossa estrutura de Poder Legislativo. Pergunto a V. Ex.^a e aos meus ilustres colegas: chegamos aqui, no cômputo geral, com quase sessenta milhões de votos, e quem responderá por nós? Os trinta milhões de votos entregues ao Presidente da República, ou nós, que ternos aqui, sob o peso da responsabilidade política nacional, 58 milhões de votos? Era o que tinha a dizer a V. Ex.^a.

O SR. CÉSAR CALS NETO: – Nobre Constituinte Agassiz de Almeida, V. Ex.^a que foi um dos maiores responsáveis pela construção do modelo parlamentarista proposto pela Comissão de Poderes, traz uma contribuição extraordinária ao nosso pronunciamento. Mas, meus caros companheiros – e me refiro também aos presidencialistas – queremos debater essa forma parlamentarista no plenário da Assembleia Nacional Constituinte e também na praça pública, para mostrar ao povo quem é, quem tem e detém o poder e a forma mais representativa que permite que as decisões soberanas do povo sejam processadas durante todo o transcorrer da duração do próprio Governo.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. César Cals Neto, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Oswaldo Almeida. (Pausa.)

O SR. OSWALDO ALMEIDA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa primeira intervenção é exatamente para louvar uma sábia decisão da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que, na oportunidade em que elaborou seu relatório, fez incluir uma indicação e uma recomendação da maior valia para a nossa sociedade, qual seja, permitir que às cooperativas de crédito sejam concedidos os mesmos direitos dos bancos comerciais. Através dessa medida, das mais oportunas fica dado o primeiro passo para uma intervenção nesse tão badalado sistema financeiro nacional, criando condições de fato para a primeira saída para o surgimento dos tão ambicionados bancos regionais. Dessa forma, através do cooperativismo de crédito, teremos dado um passo muito seguro para que seja aprimorado o atendimento ao sistema financeiro, notadamente na área rural.

Ao utilizarmos esta tribuna, enfocando um assunto conjuntural, gostaríamos de criar condições para as reflexões dos Srs. Constituintes, tendo em vista a nossa preocupação com o combate às desigualdades regionais. Desejamos falar mais diretamente a propósito de uma área expressiva, o norte do Estado do Rio de Janeiro. Nesse enfoque, queríamos solicitar um novo esforço governamental para, abstraindo condicionamentos po-

líticos tradicionais, buscar uma nova fase na correção daquilo que de fato representa as desigualdades regionais, sem os vícios e as injustiças que se vêm cometendo nestes últimos anos.

Falando a respeito do norte do Estado do Rio, temos de falar de uma área incrustada na desenvolvida região Leste do País, que tem sido abandonada pelos poderes constituídos. A essa região é necessário dar mais atenção. Por uma questão de constrangimento de quem conhece potencial dessa área e que deseja reverter sua situação penosa, não queremos chegar a dizer que somos – os que a habitam – marginalizados pelo destino. Pelo contrário, nossa potencialidade faz com que reconheçamos que temos sido abandonados pelos governantes, nos últimos anos, em face principalmente das adversidades que nos têm cometido. Precisamos de um movimento capaz de nos reabilitar, mas nossas vozes não têm sido ouvidas. Esse mesmo anseio maior, que é natural, legítimo e louvável, tem-se perdido nos entendimentos mascarados e sem o efetivo interesse dos que administraram a coisa pública.

Com o novo governo que se instalou no Estado do Rio, renovaram-se as esperanças, mas um governador empenhado e interessado em um Estado com sérios problemas pouco poderá fazer. É preciso que as autoridades cerrem fileiras em torno do Governador do Estado do Rio e das vozes da comunidade que, sendo do interior, soam baixíssimas, em contraposição ao alarido da região metropolitana, do Grande Rio, como se os problemas desta última nada tivessem com os do norte fluminense. Basta ver o decréscimo preocupante da população do norte fluminense e o crescimento desordenado e constante do Grande Rio passa termos a silhueta de um problema conjunto. Precisamos, para solucioná-lo, criar condições para a fixação do homem no interior, apoiando medidas de equilíbrio para a recuperação da tradicional e outrora florescente agroindústria canavieira, açucareira e de álcool, em crise há mais de uma década, que é, sem dúvida alguma, o suporte básico da região. A busca definitiva de tais soluções deve ser feita com a participação da comunidade produtora, notadamente dos produtores de cana, são detentores da matéria-prima básica e que, pela sua redução constante e contínua, em face das adversidades climáticas e das distorções na fixação dos preços para o Rio de Janeiro, está deixando ociosas as destilarias e as usinas, provocando o desdobramento e a permanência da crise que está desgastando a todos.

Não se admite que, com o advento do Proálcool, o grande programa energético brasileiro, uma região com o potencial do norte fluminense, próxima do segundo grande mercado consumidor do País, o Grande Rio, viva nesta crise permanente e degradante. Alguma coisa tem que ser feita.

É preciso que desta vez sejam ouvidos aqueles que representam o objetivo fim, os produtores, que, na abordagem do planejamento em torno da mesa, estejam os que administraram os órgãos públicos envolvidos e aqueles que são os maiores interessados, os produtores.

É impositiva a necessidade de se aprender, neste País, a trabalhar junto com aqueles que representam o objetivo final de tudo, a comunidade produtora, consumidora e apoiadora, junto àque-

les que têm o encargo da administração da coisa pública.

No caso da agroindústria norte-fluminense, além do equilíbrio financeiro em que estamos trabalhando para sustentação das usinas, temos de abordar o que é básico: a produção de cana, que hoje depende de um racional programa de irrigação. Ocorre que, para a irrigação da cana-de-açúcar, dependemos do Instituto do Açúcar e do Álcool, do Ministério da Indústria e do Comércio, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, do Ministério da Irrigação, da Embrapa, da Embrater, do Ministério da Agricultura, do Banco Central, das entidades oficiais de crédito e do Ministério da Fazenda, além do Governo do Estado. Junto a esses não podemos prescindir do mais importante, exatamente aquele que vai irrigar o produto. Todavia, não se consegue colocar em uma só mesa todos esses representantes. Aí é que se começa a caminhar dentro do grande risco, tendo em vista o racional, o prático e o objetivo. São feitos os planejamentos e as incursões, às vezes não-prioritários, e são cometidos os desvios de recursos da direção certa sem atender àquilo que, de fato, representa o mais prioritário. Com tudo isso, a perspectiva do sucesso fica comprometida. E o pior de tudo é que o crédito é atribuído sem que o devedor, que é exatamente uma comunidade produtora, tenha qualquer condição de reclamar ou ponderar. Ele tem que aceitar.

O tempo está passando. Algumas coisas estão sendo esboçadas para a nossa região, a nível de um programa de irrigação. Mas nós, os que habitamos e trabalhamos no norte fluminense, queremos participar deste plano antes que haja mais fracassos. Gostaríamos que, nesse instante, fosse permitido dar uma meia parada, rápida, uma retomada dos enfoques, com a participação dos representantes das associações e cooperativas dos plantadores da região. Essa seria, sem dúvida alguma, em nossa visão, a retomada do atalho certo, dentro de uma nova orientação de trabalho.

Sr. Presidente, faço esta convocação, neste instante, a todos aqueles que têm responsabilidade nos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Irrigação e na direção das entidades públicas de crédito.

De outra forma, não poderíamos deixar de considerar, dentro das preocupações que invadem a nossa região, a instalação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro, o quarto do Brasil. É sabido que o norte fluminense, essa região problemática, possui hoje também um grande manancial de petróleo e gás, e não poderá ficar privado do seu direito natural, certo e justo, de ali sediar este pólo petroquímico, capaz de beneficiar aqueles que produzem na região e de oferecer os empregos necessários à fixação e ao desenvolvimento da sua população no campo econômico, social e da reconquista dos seus estágios de desenvolvimento.

Eram essas, Sr. Presidente, as colocações que gostaríamos de fazer. (Palmas.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não viria a esta tribuna se não tivesse a esperança de que a nossa palavra chegasse aos ouvidos dos brasileiros enganados deste País.

Vivemos dois grandes dramas em nossa sociedade. O primeiro e maior deles é a questão da nossa dívida externa. Toda a crise pela qual hoje

passamos, toda a política econômica recessiva adotada pelo Governo do Presidente Sarney não tem outra motivação a não ser a busca do pagamento desta dívida. Este ano estamos sendo obrigados, com a política adotada, a atingir o superávit de 8 bilhões de dólares. Para 1988, já há uma previsão de que o nosso superávit venha a ser de 9 bilhões de dólares. Apenas para pagar os juros da dívida que temos, precisaremos tomar mais 7,5 bilhões de dólares, segundo afinações do próprio Ministro Bresser Pereira.

Portanto, ampliaremos a nossa dívida, aumentando a sua parte básica apenas para conseguir pagar seus juros. E o que ocorre, Sr. Presidente, quando lutamos para pagar essa dívida externa? Somos um País obrigado a vender o dobro daquilo que compramos. Desde quando o Ministro Delfim Netto recorreu ao Fundo Monetário Internacional, logo após as eleições de 1982, temos adotado neste País uma política de arrocho salarial, uma política recessiva, para termos um superávit comercial. Isso não alcançará nenhum objetivo. Se continuarmos nesta situação, o nosso País permanecerá submisso, tendo que entregar suas riquezas para pagar os juros de uma dívida que jamais, da forma como estamos agindo, conseguirá ser liquidada. Inclusive, os preços das mercadorias que vendemos são ditados pelo mercado internacional.

A receita do Fundo Monetário Internacional, hoje, é diminuir o consumo, para sobrar para a exportação. E como se diminui o consumo, senão através do arrocho salarial? Arrocha-se o salário com o objetivo de conter o consumo da população e de baixar os custos das mercadorias, para que elas possam também competir no mercado internacional. Estimular a poupança e incentivar a especulação financeira são receitas do Fundo Monetário Internacional.

Qual o produtor, hoje, que deseja montar qualquer pequeno negócio, tendo uma poupança que lhe renda 20%, ou um *over night* que lhe renda 40% ao mês?

Há um ano, em fevereiro, houve um plano, chamado Plano Cruzado I, que foi extremamente positivo e importante para a Nação brasileira. Mas o tabelamento de preços é algo impraticável e impossível de ser mantido. E isso ficou demonstrado na prática. O tabelamento gera crise no abastecimento, gera o ágio e, como a inflação é contada pela tabela, a correção do salário do trabalhador não se efetiva, pois o índice da inflação passa a ser falso. Portanto, é algo absolutamente impraticável e demagógico, que não tem fundamento econômico legal algum.

Ao lançar este último plano, o Governo fez tabelas apenas para os produtos alimentícios, no Rio e São Paulo, o restante do País continua a esperar. Como pode um litro de óleo de soja custar em Tucuruí o mesmo que custa em Belém ou em lugares perto de onde é fabricado? As mercadorias comuns de consumo da população brasileira não são iguais aos combustíveis e energia elétrica, que são controlados pelo Governo e têm preço único em todo o Estado nacional. Portanto, o tabelamento é algo impraticável. Mas o Plano Cruzado I foi altamente positivo, porque acabou com a famigerada correção monetária e desestimulou a poupança interna e a especulação financeira. Este País cresceu como nunca na sua História, melhorou a vida dos trabalhadores e aumentou o consumo interno. Tivemos realmente um

ano maravilhoso. Mas aí surgiu um grave problema em função do aumento do consumo interno, começou a faltar mercadoria para exportação. A nossa balança comercial começou a cair e o nosso caixa começou a baixar. Por isso às vezes fico sem compreender que força têm os banqueiros internacionais, que força tem o imperialismo sobre a nossa Pátria, que força têm os interesses das empresas exportadoras e dos banqueiros nacionais, que se beneficiam com a política da especulação financeira e recessiva? Onde está a força dessa gente que dobra um Governo como este? O Governo do Presidente José Sarney se dobrou à força do imperialismo internacional quando, no ano passado, começou a procurar conter a demanda do povo brasileiro, estimulando a especulação financeira.

A inflação que temos não é nada mais do que uma inflação artificial; o causador dessa inflação não é ninguém mais do que o próprio Governo, através do Banco Central, que puxa para o alto os índices das LBC. Tudo o que se fez neste País foi artificial; tudo o que se fez é com o objetivo único e fundamental de, atendendo ao interesse do imperialismo internacional, aumentar as nossas exportações a qualquer custo. Não importa que a Nação mergulhe no caos; não importa que os micros e pequenos empresários se acabem, porque só quem tem condições de sobreviver com essa política são as grandes empresas, principalmente as grandes empresas exportadoras, na sua maioria multinacionais.

Ovi a entrevista do Presidente José Sarney. Lamento profundamente que um Presidente da República fale a toda a Nação brasileira como se dirigisse a um bando de absolutos ignorantes. O que S. Ex.^a disse é uma terrível mentira. O Presidente teve a coragem de afirmar, diante das câmeras de televisão, que não atende às exigências do Fundo Monetário Internacional. Disse, textualmente, que o interesse do Fundo Monetário Internacional era arrochar o salário do trabalhador, para baixar os custos das mercadorias, a fim de que pudéssemos competir no mercado internacional, e que ele não faria isso.

Meu Deus, será que esse Presidente é cego? Será que ele usa de má fé, ou acredita que todo povo brasileiro é absolutamente ignorante, quando faz uma declaração dessas?

É impossível aceitar determinados fatos. O Plano Bresser Pereira é entreguista. O seu objetivo básico foi só um, sem discussão: atender à exigência final do Fundo Monetário Internacional de acabar com o gatilho salarial. O Fundo Monetário não aceitava, em nenhuma hipótese, o gatilho salarial e queria, a qualquer custo, acabar com ele. E sabendo o Presidente da República que, através de mensagem ao Congresso Nacional, jamais conseguiria ver aprovada uma lei que aça com o gatilho salarial, apelou, mais uma vez, para o decreto-lei; mais uma vez, assumiu sozinho a responsabilidade pela crise econômica sob a qual vivemos, pois desrespeitou o Poder Legislativo brasileiro e, mais uma vez, socorreu-se do decreto-lei.

Nem dividir a responsabilidade conosco S. Ex.^a quer. Decide sozinho e submete-se às determinações, aos mandos do imperialismo internacional.

O que fez o Ministro Bresser Pereira ao assumir o Ministério da Fazenda? Atendeu às exigências do Fundo Monetário Internacional; fez uma mini-

desvalorização cambial de 8,5%; aumentou os preços dos combustíveis, outro desejo e imposição do FMI, desvalorizou, mais uma vez, o cruzado, em 9,5%, no novo pacote. O cruzado, em relação ao dólar, não está congelado. Vejam o absurdo dessa incoerência! Enquanto os preços estão teoricamente congelados, os salários, esses, sim, de fato estão congelados e assim permanecerão por três meses, ao passo que o dólar, em relação ao cruzado, além de ter sido corrigido em 9,5%, de imediato, permanece sendo reajustado a cada dia que passa. Ora, isso é um estímulo deslizante à exportação das nossas riquezas, à exportação daquilo que a população brasileira necessita para comer, para vestir, para o seu conforto, para atender às necessidades mínimas. E o Governo age no sentido de proporcionar aos exportadores os mais absurdos lucros para atingir o objetivo de 8 bilhões de dólares de exportação.

Na verdade, volto a repetir, o seu objetivo básico foi congelar o salário da classe trabalhadora. O trabalhador vai perder o reajuste de junho, vai passar três meses sem reajuste de salários. O congelamento será impraticável, não será real, principalmente no interior dos vários Estados brasileiros, onde nem na época do Plano Cruzado houve respeito ao congelamento, e a grande prejudicada será a classe trabalhadora. Portanto, fico pasmo diante de tanto cinismo, diante de tanto desgoverno, de tanta insensibilidade aos graves problemas porque passa a Nação brasileira. Existe solução para esses problemas, e ela seria a averiguação concreta do que é de fato a dívida externa brasileira, do que ela realmente representa. Seria a moratória total e imediata desta dívida; seria a despreocupação absoluta com a questão das exportações e a preocupação total com nosso mercado interno.

Mas busca-se o fim da especulação financeira, da extinção definitiva da correção monetária – outro absurdo cometido pelo Governo – enquanto o salário do trabalhador vai passar noventa dias congelado e a poupança vai ser paga mensalmente. A inflação para a especulação financeira continuará existindo, dia após dia. Só quem perde, na realidade, é o trabalhador brasileiro.

O que falta, infelizmente, é uma representação política à altura do povo brasileiro para resolver problemas como esse.

Infelizmente, temos que ser realistas e francos. Sinto que a maioria dos membros do Poder Legislativo, ou por serem comprometidos de fato com interesses do capital internacional, ou por não terem a compreensão clara dos fatos que estão ocorrendo na Nação brasileira, ou por se venderem ao fisiologismo do poder, não reage diante de atitudes perniciosas como esta do Plano Bresser Pereira. Até os decretos-leis do Presidente da República, que obrigatoriamente deveriam vir para o Congresso Nacional, a fim de que aqui os aprovássemos ou rejeitássemos, jamais chegaram às sessões para ser lidos e discutidos.

Resta-nos apenas um caminho, o da esperança de que o povo brasileiro se levante contra esse massacre que se lhe quer perpetrar em função dessa escabrosa e duvidosa dívida externa. Não é possível continuarmos nesta situação. Deve haver pelo menos duzentos Constituintes com o nosso ponto de vista. Não somos, entretanto, maioria.

A Comissão de Sistematização foram submetidos dois projetos de decisão que deveriam ter

sido aprovados, e que envolviam questões fundamentais da nossa sociedade, tais como suspensão do pagamento da dívida externa e a moratória total das pequenas e microempresas brasileiras. No momento da votação, Constituintes do PDS, PFL, PTB e parte de Constituintes do PMDB, comandados pelo fisiológico Constituinte Carlos Sant'Anna, retiraram-se do plenário para que não houvesse quorum para a votação de decisão tão importante para a Nação brasileira. afirmam S. Ex.^{as} que este não é um assunto para a Assembléa Nacional Constituinte, que não deveria entrar nas questões conjunturais. Essas caberiam à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Ao mesmo tempo, demonstraram que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal cometem o erro absurdo de aprovar nos seus respectivos Regimentos Internos que propostas de Parlamentares não podem tramitar no Poder Legislativo enquanto perdurar a ação da Assembléa Nacional Constituinte. Portanto, qualquer projeto só pode tramitar no Congresso Nacional se for de iniciativa do Poder Executivo. Ficamos, então, de braços atados.

O que nos resta, se o Poder Executivo já se entregou às forças do imperialismo e dos banqueiros internacionais, dos latifundiários, dos exportadores e dos banqueiros nacionais? O Poder Legislativo, por sua vez, não assume, como um todo, sua obrigação de responder a esta crise, que nunca foi tão grave em nossa História. O que resta à Nação brasileira senão o povo entender estes fatos e partir para a luta, para a pressão, para a greve geral, para a mobilização, para a suspensão do pagamento de suas dívidas aos bancos, para a moratória judicial junto a esses mesmos bancos, contra a ação dos latifundiários, que estão matando e massacrando trabalhadores rurais, lideranças sindicais e advogados que defendem os interesses da reforma agrária? Somos também responsáveis por tudo que está acontecendo. As reflexões e pensamentos que aqui trago, que constituem fatos óbvios – e desafio o Ministro Bresser Pereira e qualquer economista do Governo a contestá-los – provam que o que se está fazendo neste País nada mais é do que uma busca irracional e intransigente para aumentar o superávit da balança comercial.

Portanto, só nos resta a esperança de que o povo se levante para combater isso e, unido àqueles que de fato aqui representam seus interesses, façamos o Governo voltar atrás nas suas decisões, façamos com que os Constituintes, na sua maioria, se convençam de que este Governo não pode mais perdurar, mas terá de terminar imediatamente após a conclusão dos nossos trabalhos. Tem de haver eleições diretas para Presidente da República e, se necessário, até para a renovação do próprio Congresso Nacional. Mas tem de haver mudanças. O povo precisa acreditar em um Presidente que assuma compromissos claros, pelo menos da independência e da soberania nacional. No mínimo, esses dois compromissos. Que não se dobre, como se dobrou o Governo do Presidente José Sarney, às forças do imperialismo internacional.

É este, Sr. Presidente, o recado que deixamos hoje nesta Casa.

Ouço agora, com muita satisfação, o nosso companheiro Constituinte Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Ao cumprimentá-lo pela manifestação oportuna, cujo conteúdo podemos subscrever integralmente, quero apenas adu-

zir que, neste momento, estamos diante de um novo plano, sem dúvida. Tenho a convicção de que o pior plano, nesta altura, é melhor do que nenhum, tal a situação de incerteza que leva ao caos e o caos que leva ao mundo do desconhecido. Todavia, não podemos concordar que, de novo, surja uma proposta que não distribua equanimemente os sacrifícios. Mais uma vez os setores historicamente sobreexpostos sofrem o maior peso. Além do mais, é viável – e a oportunidade do pronunciamento de V. Ex.^a – este desejo claro do Plano Bresser de retomar as exportações, de ampliar, enfim, as nossas divisas. Mas, de novo, essa tentativa e esse desejo vêm em depreciação dos nossos salários. E o que é mais grave, também se pretende exportar, promovendo a escassez interna, passando a ter, assim, um conteúdo perverso. Há, sem dúvida, uma crise aguda. Não sairemos dela sem remédios amargos e sem esta tentativa mais justa de distribuir os sacrifícios e evitar que esta política de exportação venha a gerar escassez interna. Temos de manifestar-nos com firmeza, especialmente porque isso tudo está atrelado à dívida externa, conforme V. Ex.^a, com inteligência há pouco referiu. E a auditoria desejada pelo ex-Ministro Dilson Funaro não aconteceu. A Nova República está nos devendo isto. O Governo Sarney está devendo essa auditoria à Nação. Aí estão os Delfins Nettos, os Mários Henrique Simonsens novamente comentados pela opinião pública. É preciso saber quais os contratos lesivos aos interesses nacionais que esses ex-Ministros assinaram. E quem sabe quais são esses contratos? Ao mesmo tempo, como é que o Brasil chegou a essa taxa de **spread**, quando tantos outros países negociaram em condições favoráveis. É preciso, em uma auditoria, investigar a fundo as estatais que importaram produtos sem necessidade, quem determinou, por que e quantas são. É preciso ir mais a fundo e investigar, na área da política interna, externa e cambial, onde está o subfaturamento, os escândalos não esclarecidos, até mesmo de cooperativas. Enfim, só uma auditoria responsável nos apresentará esses resultados. No entanto, a auditoria não vem e não sabemos claramente a causa, a origem, por que, como e quando a dívida externa foi contraída, as condições objetivas e os contratos lesivos aos interesses nacionais. E, mais uma vez, o Governo cede. Aí estão os recados para a Assembléia Nacional Constituinte sobre a política de reserva de mercado e as plataformas de exportação. Afinal de contas, o que está por trás disso é, mais uma vez, uma política de dependência, cujas decisões não estão em Brasília, mas a 11 mil quilômetros, em Londres e Nova Iorque, em Wall Street. E nós, ilustre Constituinte, temos de vir à tribuna protestar, e ainda somos acusados de radicais, de xiitas, enquanto os interesses nacionais, mais uma vez, são malversados. O que é mais grave: estabelece-se, definitivamente, o neocolonialismo, a política entreguista, com graves sacrifícios internos, o fardo caindo sobre os ombros dos trabalhadores, a dúvida e a perplexidade sobre os Constituintes e brasileiros interessados nas mudanças.

Meus cumprimentos a V. Ex.^a por este pronunciamento na sexta-feira, embora com o plenário vazio, permitindo que registremos nossa angústia, nosso protesto quanto ao trato que se vem dando à política externa e interna.

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, Sr. Constituinte Nelson Friedrich, diria que uma medida era necessária, mas esta que foi tomada, afirmo com segurança, não é melhor do que medida alguma. Ela é pior do que a situação em que estávamos. Creio que, dentro de pouco tempo, isso será demonstrado, porque mais do que nunca massacrou-se o salário do trabalhador. A inflação que existia, de certa forma ou mesmo de maneira insuficiente, era corrigida pelo gatilho salarial. Agora a inflação continuará, se não abertamente, através do ágio sobre a mercadoria, da crise de abastecimento que existe no Brasil e do salário do trabalhador que não será corrigido. O problema das micro e médias empresas também não será resolvido com essas medidas, porque os juros continuarão acima da inflação. Os juros dos mercados continuam, assim como a especulação financeira, a poupança, o **open** o estímulo a esses investimentos e, portanto, o desestímulo à produção. O único setor beneficiado de fato será o das grandes indústrias exportadoras brasileiras. Portanto, afirmo-lhe com segurança que a decisão do Governo foi pior do que se não tivesse tomado medida alguma. Já descrevemos aqui a decisão que deveria ter sido adotada.

Concluo, dizendo que a única esperança está nas mãos do próprio povo brasileiro, na medida em que ele compreenda e reaja a esse tipo de atitude do Governo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Alércio Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedito da Silva – PT; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Celio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Fries – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Flávio Palmeira da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Kúster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Joaci Goés – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Egry – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Guedes – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Morais – PMDB; José Tavares – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluhy Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa

– PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólón Borges dos Reis – PTB; Teimo Kirst – PDS; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para a próxima 3ª-feira, dia 23, às 14:30 horas.

VIII – *Encerra-se a Sessão às 12 horas e 56 minutos.*

DISCURSO DO SR. LYSÂNEAS MACIEL PUBLICADO NO DANC DE 26-5-1987, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estamos aqui sob o impacto de recentes acontecimentos que são intimamente entrelaçados, e que gostaria de submeter à apreciação desta Assembléia Nacional Constituinte. Foi, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, feita uma tentativa para a quebra do monopólio estatal do petróleo. Alguns relatórios foram feitos em gabinetes militares; houve um ato imperial do Presidente da República para abafar o escândalo da concorrência da ferrovia; houve uma tentativa, felizmente repelida pela Mesa, de substituir a brava Constituinte Cristina Tavares do cargo de Relatora. Qual é a relação entre esses fatos? Qual é a relação entre esses fatos e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte?

Srs. e Sr^{as} Constituintes, o ato de ventiloquismo militar praticado, canhestamente, por Sarney, tenta impedir um planejamento mais sério e mais profundo de nova estrutura constitucional, no atual processo de reconstrução do Estado democrático.

Pronunciamentos militares não podem mais consolidar ou destituir mandatos; muito menos o do Presidente da República.

Inadmissível, para os Constituintes livres, permitir a utilização dos mecanismos democráticos da Assembléia Nacional Constituinte para legitimar resíduos autoritários.

O que não podemos, como Parlamentares, é admitir que um clima de medo e de ameaças se reimplate no País; que um clima de suspeita e de injustificável covardia novamente afilia os políticos brasileiros, principalmente aqueles que se reúnem para a elaboração da nova Constituição.

Recentes pronunciamentos de dirigentes das Forças Armadas e a manifestação imperial de Sarney pretendem manter um Congresso Constituinte supervisionado. Esta "supervisão" e a lamentável subserviência do Legislativo ao Executivo poderão traduzir-se na manutenção de uma lei e de uma ordem pautada segundo a perspectiva de uns poucos que mantêm o controle do País há longos anos, e que não foram capazes de resolver as contradições da sociedade brasileira. Ao contrário, contribuíram para seu agravamento.

Esta "supervisão", esta tutela, ostensiva ou não, têm impedido, nos últimos anos, a organização de uma sociedade democrática, e mantido um Congresso expurgado, com poderes limitados e

profundamente viciado em sua constituição pelos abusos do poder econômico e pela corrupção.

Em relação ao pronunciamento do Presidente José Sarney, gostaria de chamar a atenção desta Assembléia Nacional Constituinte para os últimos acontecimentos que, de certa forma, preocupam e preocuparam a Nação, e sobre os quais há que se prestar cuidadosa atenção.

A decisão do Sr. Presidente da República de permanecer por cinco anos e a rígida fiscalização das nomeações para os cargos públicos são acontecimentos, como todos sabem, intimamente relacionados. Na verdade, uma análise mais cuidadosa revelará que estão intrinsecamente ligados e revelam que não são atitudes nem novas, nem surpreendentes, partindo de onde partiram. Em relação ao primeiro ponto, ou seja, a decisão imperial do mandato de cinco anos, convém, de início, realçar o espanto que causou a muitos observadores políticos, do jornalismo, da intelectualidade e dos setores populares, o pronunciamento do Presidente à televisão. Isto porque o dirigente maior do País "negocia" com "desambiguação" sua permanência no poder, no momento mesmo em que uma Assembléia Nacional Constituinte trabalha na elaboração de sua lei fundamental.

Sua primeira justificativa é a de que a indefinição do tempo de seu mandato estava prejudicando o País e é a principal responsável pela crise política e econômica que se abateu sobre todos nós. Não estou muito preocupado com a falácia da argumentação; sua fragilidade não dá nem para encobrir, de leve, os fracassos dos Planos Cruzados I e II, e muito menos a incapacidade de resolver uma crise ministerial.

Na verdade, estou apreensivo em relação ao que significa este estertorado brado com a intenção de encerrar um debate através de um decreto imperial. Quem estaria por trás dessa repentina força e dessa desesperada tentativa de repelir a discussão e o debate que – diga-se de passagem – são perfeitamente naturais numa democracia. Tudo indica que não passa de mais um conchavo, feito às escondidas, com os militares e representantes das velhas forças econômicas que ainda comandam este País.

É óbvio que a ténue aliança que respalda e, ao mesmo tempo, fragiliza, a cada dia que passa, os grupos que apoiaram Tancredo Neves – é bom repetir – Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, fizeram-no como uma atitude tática, para permitir o avanço da democracia; mas todos sabemos que essa era uma atitude provisória, como bem demonstra o impasse em que se encontra o próprio PMDB neste instante.

De qualquer maneira, fica claro, em relação a tudo isso, que o diálogo com os políticos, e principalmente o debate com os Parlamentares, se enfraquece através de casuismos baratos, que diminuem, em muito, a ação política. A destituição da Constituinte Cristina Tavares, os relatórios fantasmas; tudo isso está-se fazendo quase uma norma rotineira. Felizmente, Sr. Presidente, estamos observando que há uma reação muito sadia das forças vivas do PMDB.

Não sabemos ao certo o peso dessas ligações e consultas secretas entre os militares e as forças que dominam este País. Entretanto, não podemos, como parlamentares, admitir que um clima de medo e ameaças se reimplate. A todo instante ouvimos dizer que há uma possibilidade de retro-

cesso, há o perigo de nova intervenção militar; e a Assembléia Nacional Constituinte começa a debater dentro desse clima.

Seria preferível abandonar de uma vez o Congresso a permitir que um clima de suspeita e de covardia novamente aflijisse os políticos brasileiros, principalmente aqueles que se reúnem para a elaboração da nova Constituição. Não acredito que isto possa acontecer, mas é preciso apagar os efeitos que a mera suspeita está gerando. Somos parlamentares e constituintes, e não crianças amedrontadas a um simples arreganho presidencial ou militar.

O segundo ponto – como disse anteriormente – está muito ligado à primeira atitude do Presidente. Eu diria até que são faces da mesma moeda aperfeiçoadas na ditadura; trata-se da velha política de despojos, tão cara ao período dos velhos coronéis (e não menciono isto acidentalmente), e que se expressa agora nas ameaças abertas e na maneira de preencher os cargos públicos.

Pelo que se está falando pela imprensa, só se preenchem os cargos públicos na medida em que dá uma troca de favores e de apoio a um mandato presidencial prolongado.

A troca de nomeações pela ampliação dos anos de mandato do Presidente faz retroceder em mais de trinta anos a atividade política nacional. Roberto Campos, essa velha figura do regime militar, disse em recente declaração à imprensa que isso é natural, uma vez que estamos aqui para lutar por espaços.

Quando ele falava em lutar por espaços, Sr. Presidente, na verdade se referia à troca de favores políticos, através da nomeação de funcionários públicos, sempre à custa do erário.

É muito bom que isso se configure com clareza, porque vamos definindo aos poucos quem é quem nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Há, Sr. Presidente, aqueles que estão aqui para lutar pela alteração desses velhos mecanismos, de maneira a permitir que diversos setores da população, em ampla maioria, ocupem esses espaços. É esta a alteração básica, e não a simples mudança de lado dos mesmos que ocupam o poder. O que buscam é a introdução clara e inequívoca de setores que jamais alcançaram esse poder, mas precisam participar deste momento importante da vida nacional. É o tempo apropriado para reconhecermos que o povo tem muito a dizer, com relevância e justiça.

E é isto que não quer entender o Presidente da República, quando corta a nomeação, por exemplo, de elemento indicado pelo Senador Mário Covas a um cargo público, mostrando apenas a dimensão curta de sua atuação política, agora aparecendo com mais clareza. Mário Covas é um homem público de rara envergadura, de rara coragem e de raro equilíbrio; um político que honra esta Casa e que tem, ao longo de toda uma vida, mostrado estofo de estadista. Esta atitude menor, de toma-lá-dá-cá, ao fim de tudo, nos envergonha a todos. Ainda assim a pergunta que paira é esta: qual tem sido a trajetória política do Presidente Sarney?

Permitam-me, Srs. Constituintes, lembrar os fatos recentes e outros um pouco mais distantes. Os mais recentes se reportam à maneira com que Sarney chegou ao poder: uma aliança frágil e provisória em torno de uma oportunidade que se apresentou em Tancredo Neves e serviria para

essa transição, desde que fosse encarada como tal – como uma transição.

Proveniente Sarney de uma trajetória no PDS, onde, na verdade, se encontram seus pares e companheiros de ideário político, o atual Presidente consegue engajar-se próximo ao topo da articulação política. Não só não foi inspirador como também não foi colaborador do impulso rumo à democracia e às eleições. Quis o destino, Sr. Presidente, que as coisas se desenrolassem como, afinal, se deram. Só haveria uma maneira de conseguir um pouco de legitimidade para essa sucessão de arranjos: o firme propósito de servir à Nação, impulsionando e agilizando a implantação plena da democracia, com eleições diretas e apoio à Assembléia Nacional Constituinte, respeitando, ao máximo, a sua expressão e os seus anseios.

Se frágil estava o Presidente quando se sentiu acuado pelos partidos, mais frágil e insignificante fica ao proferir ameaças, em nome – quem sabe? – de quais forças obscuras e retrógradas.

Quanto aos fatos distantes a que me referi, esses estão ligados à trajetória do político Sarney. Inicia sua vida sob as asas autoritárias e retrógradas de Vitorino Freire; bandeia-se, em pouco tempo, para a "bossa nova" da UDN; refugia-se, após o golpe de 64, nas asas de Castelo Branco e, como bem mostravam vários jornalistas, apoiou destacadamente as medidas do período autoritário.

Não podíamos esperar que agora se transformasse em campeão das lutas democráticas, embora tivesse oportunidade de fazê-lo.

No entanto, esta já se perdeu. Por isto mesmo, não podemos mais dar-nos ao luxo da indignação e da surpresa. O riacho volta apenas ao seu leito natural: enfim, temos o Sarney que conhecíamos.

E o mandato do atual ocupante da Presidência da República – repetimos – não se consolidará através de pronunciamentos militares.

Poderá ganhar legitimidade, através da devolução imediata ao povo – o grande ausente do

processo político – do elementar direito de escolher diretamente o Presidente da República.

Esta renúncia à bionicidade ajudaria inclusive o Governo a enfrentar a crise econômica e política que o País está atravessando e, ao que tudo indica, vai perdurar.

O que não é possível é alimentar a pretensão da utilização de uma instituição democrática – Assembléia Nacional Constituinte – para legitimar resíduos autoritários que, até agora, tornaram em uma grande falácia o princípio que ditadura alguma conseguiu arrancar das Constituições brasileiras: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Sr. Presidente, o nosso alerta diante dessas ameaças é porque estamos verificando que nas comissões está-se discutindo, está-se debatendo, está-se conversando, estão sendo feitos dispositivos na base do medo e da ameaça da possibilidade de um retrocesso, de um golpe militar. É preciso repelir esse tipo de atitude. Os regimes de força, os regimes autoritários sempre

se fortalecem na medida em que os democratas recuam. O pronunciamento de Sarney faz parte de uma série de atos destinados a tornar esta Constituição uma Constituição retrógrada, uma Constituição atrasada; e essa articulação de forças dentro do próprio PMDB, feita em troca de empregos, é uma vergonha para esta Assembléia Nacional Constituinte.

Tudo leva a crer, Sr. Presidente, que estamos debaixo dos mesmos atores, dos mesmos princípios, do mesmo sistema de espólio toma-lá-dá-cá; tantos empregos para o PFL, tantos empregos para os adesistas de sempre do PMDB.

Sr. Presidente, será que estamos engrandecendo os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte? Será que estamos cumprindo o nosso mandato? Será que vamos continuar acovardados diante de uma maioria eventual neste Congresso, que chegou aqui às custas de compra de mandatos? Temos, Sr. Presidente, esse tipo de responsabilidade. Temos esse tipo de dever

para com o povo; um povo sofrido e maltratado e que anseia por ser representado através da legitimidade das eleições, sem o fantasma do abuso do poder, do poder econômico, sem a contumácia das eleições fraudadas e dos mecanismos que poluem o processo eleitoral.

Sr. Presidente, há um fato novo nesta Assembléia Nacional Constituinte: o povo está presente, o povo está vigilante, o povo participa. Em nossa comissão ouvimos mais de 475 entidades representativas do povo e, curiosamente, Sr. Presidente, desobedecemos o art. 1º do Regimento desta Casa, que determina que só podemos fazer reuniões aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, no recinto do Congresso Nacional. Fizemos bem, Sr. Presidente, porque as propostas que vieram destes setores (exatamente aquelas que fundamentam nossa perspectiva de parlamentar) dos setores populares, se mostraram equilibradas, sensatas e sobretudo espelham esse tipo de perspectiva, esse tipo de prioridade.

Para isto queríamos chamar a atenção: estamos aqui, Srs. Constituintes, na função precípua de dotar este País de uma Constituição que não seja fruto da perspectiva dos parlamentares apenas, que não seja fruto da perspectiva de notáveis, e sim uma Constituição que possa, pouco a pouco, colocar o grande ausente – o povo brasileiro – dentro de um processo que realmente o represente e do qual realmente participe.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as minhas observações, ao repelir esse ventiloquíssimo militar do homem que ocupa, eventualmente, a Presidência da República sem haver jamais recebido o voto popular para esse tipo de exercício, e que quer, agora, ampliar, prolongar sua permanência no cargo.

Brasileiros de 45 anos nunca votaram no Presidente da República; se Sarney permanecer, possivelmente brasileiros de 50 anos nunca exercerão este ato elementar.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 824

QUARTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 88ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 23 DE JUNHO DE 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 142/87 – Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, no exercício da Liderança, informando que no período compreendido entre 19 e 28 de junho do ano em curso, o Senhor Constituinte Miro Teixeira exercerá a função de Coordenador de Plenário, representando a Liderança do Partido.

Nº 143/87 – Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, no exercício da Liderança, participando que a partir de 19 de junho do corrente o Senhor Constituinte Del Bosco Amaral deixa de integrar o colégio de Vice-líderes daquela agremiação partidária.

IV – Pequeno Expediente

MANSUETO DE LAVOR – Expectativas otimistas do orador quanto ao resultado dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO ROBERTO – Redivisão territorial do País.

RAIMUNDO BEZERRA – Medidas preconizadas pelo orador para soberano encaminhamento, pelo Brasil, da questão da dívida externa.

LÉZIO SATHLER – Violência no trânsito.

LÚCIO ALCÂNTARA – Mobilização de micos, pequenos e médios empresários cearenses para acompanhamento da implantação das medidas governamentais em benefício do setor.

SÓLON BORGES DOS REIS – As ações diversionistas do Governo diante dos problemas políticos, sociais e econômicos do Brasil.

MOEMA SÃO THIAGO – Legalidade de resolução baixada pelo Conselho Monetário Nacional sobre o reajuste das prestações do Sistema Financeiro de Habitação.

OTTOMAR PINTO – Inconsistência de críticas ao Presidente José Sarney contidas em discurso proferido na sessão de 19 de junho da Assembléia Nacional Constituinte.

DAVI ALVES SILVA – Declarações do Governador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, sobre desapropriação, pelo Estado, de terras tituladas pelo GETAT.

JOSÉ GENOÍNO – Solidariedade do orador à luta desenvolvida pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Piracicaba, Estado de São Paulo, contra tentativa de inviabilizar e atividade política do órgão.

ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME – Apoio do orador ao trabalho desenvolvido pelo Sindicato dos Empregados em Estabeleci-

mentos de Serviço de Saúde de Piracicaba, Estado de São Paulo. Necessidade de apuração da compra fraudulenta, pela Corretora Banespa, de ações da Perdigão Agro-Industrial e de Apólices do Tesouro Municipal de São Paulo.

ADYLSON MOTTA – Trabalho do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre sobre concessão de tratamento diferenciado para as pequenas e médias empresas.

OSVALDO BENDER – Recusa, pela Comissão da Ordem Social, do direito de estabilidade para as empregadas domésticas.

FÉRES NADER – Modificação do conceito e da atuação do Estado no Brasil.

GEOVANI BORGES – Fixação de critérios para a desapropriação de terras com vistas à reforma agrária.

JUTAHY MAGALHÃES – Concessão de anistia para os débitos previdenciários de responsabilidade dos municípios.

MAURO MIRANDA – Desempenho do Ministro Jorge Bornhausen à frente da Pasta da Educação.

FRANCISCO AMARAL – Relevância da obra realizada pela Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para a Reabilitação Crânio-Facial.

JORGE ARBAGE – Exigência de racionalidade na inclusão de teses como a reforma agrária, a jornada de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego após estágio de 90 dias no futuro texto constitucional.

LUIZ SOYER – Moções aprovadas no IX Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, realizado em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

DIONISIO HAGE – Relatório dos trabalhos de CPI instituída para apurar irregularidades na Câmara Municipal de Belém, Estado do Pará.

FLORICENO PAIXÃO – Descumprimento, pelo sistema bancário, das medidas baixadas pelo Governo em favor das microempresas.

MICHEL TEMER – Artigo "Democracia e Seriedade", de autoria do ex-Governador Franco Montoro, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**.

V – Comunicações das Lideranças

BRANDÃO MONTEIRO – Razões da presença do Sr. Henry Kissinger no Brasil. Pauta de reunião de chefes militares. Silêncio da imprensa brasileira com relação à constituição de CPI para investigar a cessão do controle acionário da NEC do Brasil.

VICTOR FACCIONI – Advertência de D. Vicente Scherer sobre os desafios e responsabilidades da sociedade brasileira na atual conjuntura vivida pela Nação.

ÁTILA LIRA – Necessidade da implantação de programa de emergência para combater a seca no Nordeste.

JOSÉ GENOÍNO – Inopportunidade da apreciação, pelo Poder Legislativo, de projeto regulamentador da atividade sindical e do direito de greve.

SIQUEIRA CAMPOS – Conveniência da manutenção da construção da Ferrovia Norte-Sul.

MIRO TEIXEIRA – Resistência dos Constituintes a pressões contra decisões soberanas da Assembléa Nacional Constituinte. Ampliação da anistia.

EDUARDO BONFIM – Desnacionalização da economia brasileira, razão principal da presença do Sr. Henry Kissinger no País

GASTONE RIGHI – Urgente reativação dos trabalhos da Câmara dos Deputados.

VI – Apresentação de Proposições

ANTONIO CARLOS MENDES THAME

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

ANNA MARIA RATTES – Resgate da dívida política nacional.

BENEDITA DA SILVA – Inserção, no futuro texto constitucional, de mecanismos propiciadores da superação dos entraves de ordem econômica e social. Criminalização do preconceito.

JOSÉ GENOINO – Análise do simpósio "A transição política: necessidade e limites da negociação", promovido pela Universidade de São Paulo.

IBERÊ FERREIRA – Medidas necessárias para reversão do quadro de pobreza do Nordeste, com mudanças estruturais na região.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 88ª Sessão, em 23 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Albérico Cordeiro – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT;

João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Fogaca – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Melo – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavosier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Besson – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarlido Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Theodoro Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB;

Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornélás – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): A lista de presença registra o comparecimento de 221 Senadores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário: procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretário: procede à leitura do seguinte.

III EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício nº 142/87

Brasília, 19 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Informo a Vossa Excelência, que a partir desta data até o dia 28 de junho do corrente ano, o Deputado Miro Teixeira, ocupará a função de Coordenador de Plenário, representando a Liderança do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem outro particular, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço. – Deputado Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Ofício nº 143/87

Brasília, 19 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, nos termos do art. 12, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, cancelar a indicação do Deputado Del Bosco Amaral, para o cargo que exerce até a presente data, de Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado Euclides Scalco, Primeiro-Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a visão que tenho e a análise que faço da Assembléia Nacional Constituinte até a atual fase é de otimismo com o senso da realidade brasileira. Não me incluo, portanto, no rol dos desalentados, uma vez que as derrotas

sofridas pelas aspirações populares em subcomissões e comissões não são definitivas. As comissões temáticas não foram amostras representativas do universo que será o Plenário da Constituinte. Lá, sim, é que se travará a batalha final, com resultados definitivos. Creio eu, também, que o PMDB, com o papel histórico de ser o partido majoritário neste órgão político soberano, não vai trair o Brasil e os seus inarredáveis compromissos com os trabalhadores e com os desprotegidos desta Nação.

Nem por isso a Constituinte deixará de enfrentar sérios obstáculos. A começar pelo próprio Poder Executivo. O Presidente Sarney, que assinou a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, teria de colocar-se perante ela como magistrado e como estadista. Na prática, não é bem assim. Basta citar o episódio da autoproclamação e autodeterminação do tempo do seu mandato, ferindo não só compromissos anteriores, mas a própria soberania da ANC. E, mais recentemente, a crítica aberta e surpreendente contra os trabalhos das subcomissões temáticas, como se estas tivessem dedicando-se a assuntos menores.

Apesar da crise econômico-financeira e política, apesar da tentativa de descrédito contra a ANC, não vejo, até o momento, maiores razões para o derrotismo. Acredito que o produto final do nosso trabalho de constituintes será um texto constitucional com acentuados avanços e sem recuos ou renúncias a conquistas já efetivadas pelo povo brasileiro. É verdade que a Comissão de Sistematização, na atual fase de elaboração do texto constitucional, deverá tornar o projeto mais enxuto e equilibrado, eventualmente aparando alguns avanços a nível social, mas sem descaracterizar a essência do que já foi obtido, e, na ordem econômica, corrigindo lacunas e distorções gritantes. Temas como Reforma Agrária, conceito de empresa brasileira e da propriedade e exploração do subsolo, assim como tantos outros relativos à soberania nacional e ao interesse coletivo, serão refeitos, aperfeiçoados e consolidados conforme as negociações políticas e as pressões populares que haverão de ocorrer nas fases seguintes da ANC.

Creio também que a questão do mandato do Presidente Sarney não está resolvida. Mas, a prosperar o sistema neoparlamentista de governo atenua-se consideravelmente a disputa entre as opiniões conflitantes. A questão do mandato se esvazia com a introdução do sistema parlamentarista. Os debates dos constituintes haverão de centralizar-se nos grandes temas nacionais. A esse respeito, observo que o envolvimento com o circunstancial, como o dia-a-dia, tem levado setores importantes da sociedade a perderem a perspectiva daquilo que é histórico, até o momento. Mas, na decisão final sobre esses grandes temas nacionais, o PMDB se apresentará com sua verdadeira face, numa aliança decisiva com todos os setores progressistas e algumas facções liberais, o que resultará em um perfil da nova Constituição ajustado aos anseios majoritários da sociedade brasileira contemporânea.

Por fim, quero frisar a importância do **referendum** popular como última etapa antes da entrada em vigor da nova Constituição. Defendo que qualquer matéria que não obtiver **quorum** de 2/3 deverá ser submetida ao **referendum**, pois é o povo que dará a palavra final sobre as questões polêmicas, não satisfatoriamente negociadas no

seio da ANC. O veredito popular sobre o novo texto constitucional lhe trará a unção da legitimidade e a força moral e jurídica que o tornará duradouro.

O SR. PAULO ROBERTO (PMDB – PA).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, mais uma vez queremos tratar, nesta Casa, do problema da redivisão territorial deste País. A criação de novos Estados é imprescindível. É do conhecimento da grande maioria dos Srs. Constituintes a necessidade de se desmembrar este País, a fim de levar o desenvolvimento aos grandes vazios existentes no seu interior. Poucos Constituintes ainda contraditam a idéia. Mas isto é apenas uma questão de tempo, aliás, o tempo necessário para que possamos convencê-los dessa necessidade. As propostas apresentadas e aprovadas na Comissão da Organização do Estado partiram de regiões com características específicas, culturas totalmente diversas do restante dos Estados.

É o caso, por exemplo, das propostas de criação dos Estados do Maranhão do Sul, do Tocantins, de Santa Cruz, do Triângulo e, em especial, da nossa proposta, de desmembramento do Pará, com a criação do Estado do Tapajós.

Ora, Sr. Presidente, na nossa região, como sabe muito bem V. Ex.^a, a agricultura e a pecuária está em franco desenvolvimento. Ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, outrora uma região que parecia sem possibilidade de desenvolvimento, hoje observamos, acentuado o progresso, muito embora as condições precárias de trafegabilidade dessas duas estradas, pela não intervenção do poder público para viabilizá-las.

Sabemos que os argumentos contrários à criação de novos Estados baseiam-se quase que somente na atual situação econômica deste País. São argumentos infundados, os quais não aceitamos. Conhecemos a situação da Região Norte, de onde se destaca a nossa proposta de desmembramento do Estado do Pará com 1.248.000 Km², e sabemos ser quase impossível administrar a totalidade dessa área, levando a todos os municípios paraenses o apoio do poder público estadual. A nossa região, Sr. Presidente, contribui hoje, em termos da arrecadação de ICM para o Estado, com um percentual que chega a 13% mensais, sem levar em conta a grande evasão que se verifica naquela área, fruto da falta de maior fiscalização.

Gostaria, no momento, de citar um fato que ocorre na minha cidade, Itaituba. Em Itaituba hoje se extraí aproximadamente três toneladas de ouro e, pasmem Srs. Constituintes, em impostos a União não arrecada nem o referente a duzentos quilos desse metal. Isso representa, dezotto bilhões de cruzados mensais. A participação de Itaituba na arrecadação do IUM – Imposto Único sobre Minerais – não chega a duzentos mil cruzados. Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso redescobrirmos este Brasil e melhorarmos a qualidade e as condições de vida principalmente dos nossos irmãos catarinenses, paranaenses e rio-grandenses, esses bandeirantes que estão na Amazônia tentando elevar a condição deste País.

É apenas isto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o que desejava dizer. (Palmas.)

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presi-

dente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, consideramos como o maior entrave para o desenvolvimento do Brasil a dívida externa, com suas danosas consequências. Todos os planos, por parte do Governo, do resgate da dívida social para com milhões de brasileiros têm como ponto de estrangulamento a dívida externa, pois não somos mais senhores de nossos atos no setor financeiro. Nossa soberania foi destruída e somos hoje comandados pelo cartel financeiro internacional. Todos os países do Terceiro Mundo ocidental que, em face de razões as mais diversas se endividaram, estão pagando com sua autonomia o preço da dívida. O Brasil vive a fase difícil da procura de novos rumos. Infelizmente, se não nos aprofundamos na busca de uma solução para o problema da dívida externa, todas as diretrizes, por melhor intenção que tenha o Presidente Sarney, estarão fadadas ao insucesso, mesmo que tenham um aparente êxito.

Acreditamos que a participação dos parlamentares será decisiva na solução desse impasse, principalmente ajudando os órgãos governamentais no encaminhamento da melhor saída, fazendo com que o Congresso seja participante da decisão.

É válido, Sr. Presidente, que algumas considerações históricas aqui tenham rememorações, em relação à dívida externa, não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina, para que possamos ter subsídios suficientes para uma tomada de posição. Por considerarmos de grande valia, citaremos alguns dados e informações compilados do livro " Ditadura da Dívida ", de Bernardo Kucinski e Sue Branford, e outras fontes, inclusive oficiais.

Entre 1976 e 1981, apogeu do endividamento, a América Latina contraiu US\$ 272,9 bilhões em empréstimos. Desta total, apenas 8,4%, ou US\$ 22,9 bilhões, efetivamente entraram no continente. Mais de 60%, num total de 170,5 bilhões, nunca entraram, pois foram pagos aos mesmos bancos, como amortizações de dívidas anteriores ou juros. Outros US\$ 22,9 bilhões ficaram nos bancos, como reservas, uma espécie de garantia adicional para a própria dívida. E US\$ 56,6 bilhões saíram na forma de fuga de capital. Em relação ao Brasil, isoladamente, é oportuno o enunciamento da filosofia de 1964, através do Plano de Ação Econômica do Governo militar (PAEG): "O objetivo básico da política de capitais estrangeiros é acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do País, mediante a utilização de recursos externos. A insuficiência das poupanças nacionais para realizar o volume de investimentos pelo programa de desenvolvimento torna indispensável a assistência técnica e financeira do exterior". O terreno para o plano foi preparado durante dois anos de intensa recessão, que quebrou centenas de empresas e abriu caminho para o "milagre econômico", período de crescimento intenso e prolongado que dificilmente acontece em economias capitalistas, e nunca ocorreu na América Latina. Milagres como o brasileiro ocorreram apenas duas vez no pós-Guerra: no Japão e na Alemanha, ambos propiciados pela existência simultânea de mão-de-obra barata – a migração em massa da Alemanha Oriental e a total subordinação do operário japonês ao seu patrão e de mercados externos para os bens produzidos.

No Brasil, a mão-de-obra surgiu no maior êxodo rural jamais ocorrido no País, à medida que

as culturas de trabalho intensivo, como o café, foram cedendo espaço às novas culturas mecanizadas da soja, levando à extinção de várias formas de parceria no campo e à expulsão dos colonos que viviam nas próprias fazendas. Em 1970, com o milagre em seu apogeu, 29,5 milhões de brasileiros viviam fora de seus lugares de origem. Foi extinta a garantia de emprego, permitindo a imediata substituição de trabalhadores por outros com salário menor. Em três anos, o salário mínimo, ganho básico de metade da força de trabalho, caiu em 25%. O regime militar facilitou a entrada de capital financeiro por vários caminhos. Já em agosto de 1964, a nova Lei nº 4.390 reformava a antiga Lei nº 4.131, do capital estrangeiro, simplificando o registro de empréstimos de matrizes de multinacionais para suas filiais brasileiras e permitindo às multinacionais que adotassem o limite de 12% para remessas de lucros sem sobre-taxa sobre a média de três anos, e não ano a ano, dando-lhes maior flexibilidade. Em 1967, o Banco Central introduziu a Resolução nº 63, permitindo que bancos de investimentos tomassem empréstimos no mercado do eurodólar a juros flutuantes e repassassem estes empréstimos em moeda nacional para empresas locais. Ao mesmo tempo foi criada a minidesvalorização cambial, que reajustava o câmbio a cada semana, diariamente.

Sr. Presidente, mais uma vez a missão do Fundo Monetário Internacional encontra-se no Brasil e mais uma vez aqueles propósitos do Governo de não aceitar o monitoramento do FMI em nossa economia parecem estar caindo por terra; mas uma vez o Ministro da Fazenda, sem ouvir a sociedade brasileira, sem ouvir as partes interessadas toma atitudes que contrariam os interesses maiores da Nação.

O Ministro Bresser anunciou que deverá propor aos bancos estrangeiros o investimento de parte da dívida dos juros que não foram pagos com a moratória.

Sr. Presidente, isso significa a desnacionalização das nossas indústrias, principalmente porque esses bancos estrangeiros procurarão aquelas empresas melhores saneadas para investir seu capital. E aí teremos a desnacionalização da Petrobrás, do Vale do Rio Doce, da Brahma e de outras empresas saudáveis.

Grandes, médias e até microempresas eram persuadidas pelos gerentes de banco, que tinham quotas de empréstimos externos para repasse, a contrair pela 63, ou seja, sujeitos, além das comissões e variação cambial, ao juro flutuante do euromercado. Esses juros, a prime e a LIBOR, sequer eram conhecidos no País; os anuários do Banco Central só iniciaram sua publicação depois da crise do petróleo. Durante os seis anos do milagre, a dívida externa bruta mais que triplicou, de US\$ 3,9 bilhões em 1968 para US\$ 12,6 bilhões em 1973. A oferta de empréstimos para o Brasil tornou-se tão intensa que, em outubro de 1972, o Banco Central introduziu um depósito compulsório sobre 25 por cento de todo o empréstimo externo. Oito meses depois esta restrição foi substituída pela proibição de empréstimos com prazo inferior a 10 anos. O Banco Central não percebeu que, sob a cláusula de juro flutuante, o prazo não é relevante para o banco. Os riscos são do cliente. Ao contrário, deveria ter proibido que empréstimos com juros flutuantes financiassem investimentos de longa maturação, pois

quanto maior o prazo maior a probabilidade de o juro superar o limite de rentabilidade estimada do projeto. Projetos de longo prazo só podem ser financiados, com segurança, mediante empréstimos a juros fixos ou com cláusulas que limitem ou compensem flutuações excessivas.

No Governo Ernesto Geisel, em 1974, foram iniciados grandes projetos ao mesmo tempo, incluindo siderúrgicas (Tubarão e Açominas), hidroelétricas (Itaipu e Tucuruí), ferrovias, refinarias de alumínio na Amazônia e cobre no Nordeste, indústrias pesadas de bens de capital, pólos petroquímicos e um vasto programa nuclear, com nove centrais de potência de grande porte, e o ciclo completo de combustível. Elaborava-se o mais grandioso plano de desenvolvimento de toda a história do País, comparável somente aos grandes programas de industrialização da União Soviética e China. Os créditos abundantes foram vistos como um presente dos céus. A princípio, a tática do General Geisel parecia funcionar. Com os salários sempre baixos e alguns investimentos iniciados na última fase do milagre começando a maturar, as exportações de manufaturados foram crescendo e o déficit comercial, que somou US\$ 4,7 bilhões em 1974, alta do petróleo, foi se reduzindo em US\$ 1,2 bilhão por ano até zerar em 1977. Mas, enquanto melhorava a monta de mercadorias, piorava a conta de rendas de capital. As remessas de lucros já somavam US\$ 500 milhões por ano, em 1977, e as de juros, US\$ 2,7 bilhões. Imperceptivelmente, o Brasil foi se deixando enredar na armadilha da dívida, e quase 60 por certo dos 10 bilhões em novos empréstimos, contraídos em 1977, foram gastos no serviço da dívida existente. A dívida externa já havia quase triplicado de cerca de US\$ 18 bilhões do começo do Governo Geisel para mais de US\$ 48 bilhões em 1978, quando, em vez de obter saldos comerciais ainda maiores, para começar a pagar parte do principal, o Brasil sofreu dois choques simultâneos, a segunda alta de petróleo, que provocou grandes déficits comerciais, de US\$ 1 bilhão em 1978 e US\$ 2,7 bilhões em 1979, e a alta dos juros no euromercado, que elevou a conta dos juros para US\$ 2,7 bilhões em 1978, para US\$ 5,5 bilhões no ano seguinte. Com o General Figueiredo volta o pai do "milagre", Delfim Neto, que, sem compromissos com os projetos produtivos do General Geisel, não hesita em abandoná-los incompletos a adotar a recessão, como forma de diminuir a demanda e gerar mais excedentes de exportação, mantendo a tática do superendividamento captando empréstimos em nome de projetos os mais bizarros, como o Proálcool, que não necessitava de um único centavo em equipamento de fora, apenas para poder receber os "créditos de fornecedores". Assim se cobriam os déficits do balanço de pagamento. "A dívida foi feita realmente para pagar a conta do petróleo, os projetos não se pagavam em dólar", admitiria Delfim anos depois.

A recessão, a alta dos juros e o alongamento do tempo da construção dos grandes projetos da era Geisel transformaram muitos deles em sugadores de dólares, ao invés de geradores de exportações. Itaipu, projetada em conjunto com o Paraguai, em 1973, com capacidade instalada de 12.600 megaWatts, a um custo total de 3,6 bilhões, forneceria a mais barata energia elétrica do mundo, apenas US\$ 0,056 por KiloWatt-hora.

Dez anos depois, apesar de relativamente bem gerenciada, Itaipu já estava custando US\$ 5,6 bilhões e com prejuízos financeiros anuais de US\$ 500 milhões. Seu custo total triplicou. O estudo de viabilidade de Itaipu considerava 10 por cento de juros durante o tempo de construção, mas os juros foram até 20 por cento. A siderúrgica Açominas, projetada para produzir 4 milhões de toneladas de aço em 1980 a um custo de US\$ 3,4 bilhões, incluindo US\$ 218 milhões em juros, já havia gasto US\$ 5,7 bilhões em 1988, incluindo US\$ 2,3 bilhões em juros e com produção prevista de metade da programada originalmente. O programa nuclear foi um desastre ainda maior. Já em 1979, o serviço da dívida absorvia 86% dos novos financiamentos, saía mais dinheiro do que entrava. Do final de 1976 até o final de 1981, o Brasa recebeu US\$ 73,9 bilhões de empréstimos externos, mas gastou 75 por cento, ou US\$ 55,8 no serviço da dívida. Uma entrada líquida de apenas US\$ 5 bilhões, em cinco anos. É impressionante como toda explosão final do endividamento do Brasil foi provocada em troca de um fluxo tão insignificante de recursos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a nossa preocupação, a nossa angústia, o nosso temor é de que problema de tal magnitude não seja tratado com a devida transparência. É fundamental que cada brasileiro tome conhecimento destes fatos e, sem paixão, sem radicalismos, sem posições pré-concebidas, passe a ser co-participante da solução. Em pronunciamento anterior, aqui neste plenário, dizíamos das nossas dúvidas com o caminho aventado pelo Ministro Bresser Pereira para o pagamento de parte dos juros da dívida externa através de investimentos em empresas nacionais. As consequências seriam a desnacionalização da nossa indústria e a criação de mais uma fonte de renda para o capital estrangeiro, que absorveria também o produto do trabalho de milhões de brasileiros, de forma direta.

É fundamental que uma séria e profunda auditagem da dívida externa seja feita para que a Nação conheça sua real história e dimensão; é preciso que não tenhamos medo da verdade, e se erros foram cometidos, que procuremos corrigi-los. Encontra-se, no momento, em nosso País, mais uma missão do Fundo Monetário Internacional. É provável que o Presidente Sarney, por não encontrar outro caminho, retroceda daquela posição assumida de não aceitar o monitoramento deste organismo financeiro; é possível que a herança maldita da dívida externa atropele as intenções do Presidente. Daí a importância da participação desta Casa. O problema é de tal magnitude que é imprescindível que o Presidente Sarney divida com o Poder Legislativo e com a sociedade brasileira a decisão a ser tomada. É oportuno que de imediato sejam postas em prática as seguintes providências:

a) auditagem profunda da dívida externa;

b) transformação das dívidas em juros flutuantes, em dívidas de juros pré-fixados, nos mais baixos níveis;

c) prosseguir com a moratória do pagamento dos juros da dívida para com os bancos privados, até a definição da política financeira, com participação do Congresso;

d) não aceitar o monitoramento do FMI;

e) não permitir investimento em empresas nacionais, já em funcionamento, como parte de pagamento da dívida dos juros dos bancos privados;

f) considerar a dívida externa como prioridade nº 1 da Nação.

O SR. LÉZIO SATHLER – (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos escrevendo uma nova Carta Constitucional para este País. Uma boa Constituição deve ter inseridos entre os temas de principal atenção e preocupação, mormente no que se refere aos direitos, às liberdades e às garantias ao cidadão os preceitos que norteiam a preservação da vida.

Vivemos numa sociedade marcada por todas as formas de violência, e voltamos pela segunda vez a esta tribuna, perante os Srs. Constituintes, para tratar de um assunto que está diretamente ligado à violência na nossa sociedade: o trânsito.

Falamos com muita intimidade a respeito deste tema, porque tivemos a honra de trabalhar, na direção de um Departamento Estadual de Trânsito, e um dos pontos que mais nos chamaram a atenção foi justamente a necessidade profunda de encontrarmos mecanismos que levem a uma mudança de comportamento do homem em relação à máquina. Vejo neste plenário um companheiro de luta, o Deputado Gidel Dantas. A atuação de S. Ex.^a neste sentido, iniciada no Colégio Brasileiro de Educação para o Trânsito e na direção do trânsito no Estado do Ceará, vem somar-se à nossa. E aqui nos encontramos, no seio da representatividade dos membros que compõem esta Assembléia. Podemos contar com a sensibilidade daqueles que podem ver as dimensões, a amplitude do problema relacionado à violência no trânsito e fazemos à reflexão dos Srs. Constituintes, alguns pontos que entendemos não bastam apenas estar inseridos, inscritos, registrados nesta nova carta; é preciso que tenhamos disposições, não apenas das autoridades, mas também no próprio texto da lei, que venham, realmente, a inibir os acidentes, e, ao mesmo tempo, motivar e despertar a formação de uma consciência crítica no ser humano, no condutor, no pedestre, enfim, em todos aqueles que compõem o sistema de trânsito.

O crescimento do número de acidentes de trânsito, na medida em que aumenta o número dos veículos em circulação, faz com que eles tendam a transformar-se dentro do nosso quadro nosológico, no maior responsável pela **causa mortis** no País, sem contar o número das pessoas que se incapacita permanentemente para o trabalho produtivo.

Doenças como o câncer, as cardiopatias, as renais e pulmonares mobilizam, crescentemente, recursos humanos e meios materiais, para a redução da sua incidência, obtendo-se, em alguns casos, a redução da mortalidade.

Entretanto, não se tem dado a mesma atenção à violência no trânsito, e se, por acaso, ela foi diminuída, em algum período, isso se deveu a preocupações de ordem econômica, principalmente como consumo de combustíveis, levando à redução do uso do automóvel e, consequentemente, à diminuição de acidentes fatais.

Foi o que ocorreu há alguns anos, com o súbito aumento do preço do petróleo, mas, contornada a crise de combustíveis, visitaram a aumentar os acidentes de trânsito, sem que se tomassem medidas no sentido de reduzi-los, ao menos no que tange aos acidentes fatais e graves.

A correção dessa tendência pode ser encontrada tanto nas medidas preventivas, como o maior rigorismo na habilitação dos motoristas, a preservação de pistas para os diversos tipos de veículos – construindo-se ciclovias, passagens para pedestres, pistas para caminhões – como também na melhoria da sinalização nas estradas; como nas medidas corretivas, da multa à cassação de licença.

Um aspecto importante da questão se encerra na elaboração de normas jurídicas que, no campo do Direito Penal, impeçam a atenuação da culpa dos responsáveis por acidentes fatais e, no campo do Direito Civil, tornem mais fácil a ação de reparação do dano, tanto pelos estragos no veículo, como pelo tratamento médico e cirúrgico das vítimas.

O Brasil dispõe, atualmente, de quatorze milhões de veículos em circulação, enquanto produz, anualmente, quase um milhão de unidades, aspecto significativo do problema, quando os acidentes mortais voltaram a crescer com esse mesmo vigor, ou seja, na proporção do incremento da produção dos veículos em circulação.

Dentre os remédios indicados para controlar o problema, indica-se, em primeiro lugar, maior rigor na distribuição da Carteira Nacional de Habilitação, que, uma vez conferida, não deve conferir imunidades do trânsito.

A segunda exigência se prende ao veículo, que só deve ser utilizado em condições plenas de segurança, mantidos todos os equipamentos com que saiu da fábrica, à exceção de rádios, aparelhos de som ou de ventilação. Para tanto, as autoridades do trânsito devem fazer uma vistoria periódica, nas próprias estradas e vias públicas, nos veículos em circulação.

Finalmente, não se pode descurar da educação de trânsito, que levará os motoristas ao mútuo respeito, tornando-os mais atentos à segurança dos pedestres, respeitando os sinais luminosos, evitando a contramão e dando maior atenção à travessia das vias férreas.

Adverte-se que os acidentes de trânsito não afetam apenas a vida e incolumidade física das pessoas, mas se traduzem, economicamente, por grandes dispêndios com a reparação dos veículos, com médicos e hospitais, com o pagamento de benefícios pela Previdência Social.

O Brasil gasta, nesses itens, mais de um e meio bilhão de dólares por ano.

Tudo isso nos leva a congratular-nos com o Conselho Nacional de Trânsito, na prevenção aos acidentes, iluminada pelo aforismo "Acordemos antes que sejamos vítimas".

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR LÚCIO ALCÂNTARA (PFL - CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente Srs. Constituintes. Por mais de uma vez o Governo federal tentou executar medidas em favor das pequenas empresas, todas sofrendo enormes dificuldades em face da súbita elevação das taxas de juros e a grande redução das vendas. A grande maioria dessas empresas surgiu ou se expandiu durante e vigência do Plano Cruzado, ao embalo do revigorimento da economia e da drástica redução da inflação. A brusca mudança nos rumos da economia colheu a todas em plena euforia e despreparadas para enfrentar as novas e injustas regras do sistema financeiro. Desabou sobre elas, inopinadamente, a perspectiva da falência, com

todas as suas indesejáveis consequências, a ruína econômica, o desemprego, a desativação de milhares de pequenas firmas tocadas no ritmo do dinamismo da economia vigente até há pouco.

Infelizmente, as providências anunciadas pelo Governo federal até aqui não produziram qualquer resultado. Revistas sucessivas e amplamente divulgadas as medidas governamentais sequer chegaram a transformar-se em realidade porque os bancos até agora não adotaram as providências indispensáveis à realização das operações baixadas nas novas normas. Espera-se que a cobrança da sociedade e a organização dos pequenos empresários tenham mais força que as medidas coercitivas à disposição do Governo.

Não param aí as dificuldades dos empresários. As novas condições de funcionamento eliminam apenas parte da correção monetária e destinam-se somente a saldar débitos contraídos até o anúncio das medidas por parte do Governo.

Por outro lado, os novos financiamentos destinam-se a saldar compromissos vencidos e, portanto, não irão capitalizar as empresas, que vão permanecer sem capital de giro, portanto prisioneiras da crise.

Acrescente-se, ademais, o fato de que, ao que estamos informados as exigências dos bancos para firmarem os novos contratos, quanto a garantias reais, estão acima da capacidade da maioria desses estabelecimentos.

Assim, a proposta do Governo pode ser apenas uma miragem, algo que esteja tão próximo quanto inatingível. O louvável esforço desenvolvido pelo Cebræ (Centro Brasileiro da Assistência a Pequena e Média Empresa) na pessoa de seu Presidente Paulo Lustosa, vem esbarrrando em realidades que até não puderam ser transpostas. Por isso, não param as manifestações de protestos da numerosa classe. Agora mesmo, em Fortaleza, reuniram-se vários micros, pequenos e médios empresários para liquidar o saldo de seus estoques em plena Praça do Ferreira, coração da cidade, demonstrando por esta forma seu inconformismo com a situação. Há certo surrealismo nesse quadro. Há um Governo que decide, mas a decisão não produz efeitos. Há um grande universo de empresários que espera uma solução, mas, enquanto ela não chega, afundam-se todas em dívidas e desconfiança.

Ao solicitar a transcrição nos Anais desta Assembléia, de notícia publicada no jornal **O Povo** de 21.06.87, a propósito dos acontecimentos a que me referi, desejo solidarizar-me com os micro, pequenos e médios empresários do meu estado, que acossados pela crise, lutam obstinadamente para vencê-la, ao mesmo tempo em que apelo ao Presidente Sarney para que cobre os bancos e dos órgãos do Governo consequências práticas para as decisões sábias que adotou em relação ao assunto.

**(MATÉRIA A QUE SE REFERE
O ORADOR.)**

**MICROEMPRESÁRIOS SE MOBILIZAM
PARA COBRAR REFINANCIAMENTO DAS
DÍVIDAS**

**Os bancos já estão recebendo as
propostas, mas ainda não liberaram os
recursos**

A partir desta segunda-feira, dia 22, os micros, pequenos e médios empresários da capital e inte-

rior estarão mobilizados no sentido de acompanharem a implantação das medidas tomadas pelo Governo Federal que beneficiam o segmento. Serão observadas as negociações a serem procedidas entre instituições financeiras e as microempresas com base na Resolução nº 1.335, do Banco Central.

Através desta Resolução, o Governo substituiu as anteriores, 1.274 e 1.308, criando a 1.335, instituindo o subsídio linha de crédito para o refinanciamento dos débitos mantidos pelo setor para com os bancos. Desta forma, os bancos têm cinco dias úteis (contados a partir do dia 11 último) para iniciar as operações de refinanciamento das dívidas destas empresas.

– As vantagens oferecidas pelas novas medidas do Banco Central surgem com a criação de linha de crédito subsidiada, permitindo ao microempresário saldar o empréstimo em seis meses com 45 por cento da LBC, afirmou o Diretor Executivo do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Ceará, Antônio Balhmann. Desta forma, a nova resolução está satisfazendo aos anseios da categoria, já bastante combalida pelas altas taxas de juros aplicadas às transações comerciais.

No entanto, o Diretor Executivo do Ceag/Ce, amarra o sucesso das medidas contidas na Resolução nº 1.335 ao êxito conseguido pelo Governo na queda da inflação, redução das taxas de juros e reaquecimento da economia "Se conseguidas essas metas, fica garantida a manutenção das micros, pequenas e médias empresas, que teriam condições de gerirem seus negócios e manterem os níveis de emprego- afirma.

Plano

Para o pequeno empresário Jesus Peres, que há meses encabeçou campanha junto aos bancos pela liberação de linhas de crédito retidas para o setor, as medidas tomadas pela Resolução nº 1.335 são muito boas, porém denuncia que já há bancos exigindo em torno de 225 por cento de garantia. "Desta forma não dá, pois como pode um empresário que contraiu um empréstimo que contraiu um empréstimo de Cr\$ 1 milhão ficar obrigado a saldar dívida no valor de mais de 3 milhões", salienta o pequeno empresário.

No entanto, garante que todo o segmento formado pelos micro estarão vigilantes, no tocante ao processo de negociação deste programa de refinanciamento. Se houver distorções ou exigências abusivas, o empresariado do setor fará pressões e mobilizações para que a situação volte a normalidade, garantiu.

Liquidar

Com a crescente onda de "quebras" no setor comercial, muitas pequenas empresas fecharam suas portas, não tendo como saldar suas dívidas. Como forma de passar à frente os estoques de ponta, o que sobrou das mercadorias não vendidas, cerca de 54 microempresários venderão, de 22 a 26 próximos a preços de custo, em torno de 50 mil destes produtos. A campanha, a se realizar na Praça do Ferreira, visa, liquidar, com esses estoques ainda restantes nas empresas, sendo coordenado pelo Ceag/Ce, como forma de levantar dinheiro para essas empresas em situação de liquidação.

Débito

Os micro, pequenos e médios empresários cearenses, que formam um universo de 90 mil unidades, devem, juntos, ao sistema financeiro, em torno de Cr\$ 90 milhões, tendo em vista uma média de Cr\$ 1.000,00 de cada empresário. O segmento emprega cerca de 40 por cento da força de trabalho do País.

O próprio presidente do Cebrae - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - Paulo Lustosa, já denunciou que os bancos ainda não iniciaram o refinanciamento às dívidas do segmento e o prazo termina no dia 30 deste mês.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Sólon Borges dos Reis. (Pausa.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fomos eleitos no último dia 15 de novembro para elaborar uma nova Constituição, que deve servir ao Brasil de maneira progressista, mudando o que aí está, porque, se não fosse para mudar, seria necessária uma Constituinte. Estamos com essa responsabilidade, e certamente deveremos concluir nossos trabalhos a tempo de permitir a promulgação da nova Carta constitucional brasileira a 15 de novembro deste ano.

Entremos, à margem de nossos trabalhos, a situação econômica, política e social do País é das mais difíceis, das mais melancólicas, das mais tristes de que se tem notícia na História do Brasil. E o povo, que não vê solução à vista para o seu sofrimento, para a sua angústia, para a sua inquietação, para a falta de confiança em que se debate, eis que não mais está-se acreditando em nada, em ninguém e, sim, desacreditando de tudo, por certo pode supor – e muita gente há de querer fazê-lo pensar assim – que a Assembléa Nacional Constituinte tem alguma responsabilidade por esse triste panorama administrativo, político, social e econômico em que o Executivo conduz – ou não conduz – a Nação.

De modo que tratar, nesta tribuna, de um assunto constitucional, exclusivamente constitucional, de princípios ou medidas para vigorarem depois de amanhã, nem sempre soa real aos ouvidos do povo sofrido da Nação brasileira. É por isso que, se quisermos que o povo preste atenção no que se fala e no que se faz aqui, temos também de cuidar de assuntos que, embora conjunturais, sejam essenciais para o destino do País e para a vida cotidiana do povo brasileiro.

Sim, porque a vida não pára enquanto estamos fazendo a Constituição. Temos ainda a outra responsabilidade congressual dos que também foram eleitos para, depois de elaborada a Constituição, fazer as leis complementares e ordinárias que melhormente se deveriam chamar comuns. Detemos a tríplice responsabilidade de ser, além disso a caixa de ressonância da opinião pública brasileira, de trazer para cá toda a problemática que aflige o cidadão do Brasil e, mais ainda, a população carente, que deve andar por 2/3 desses

135 milhões de habitantes. Pois temos de fiscalizar o Governo e que legislar.

Mas o que se vê é que o Executivo, tendo conseguido que o Congresso Nacional hibernasse, que se recolhesse ao estrito limite do mínimo de funcionamento às segundas-feiras – e olhe lá! – continua a legislar por decretos-leis.

Só na antecâmara da Mesa, 65 decretos-leis esperam deliberação desta Casa: mas quem está interessado nisso são aqueles que têm condições de fazer com que essa matéria seja apresentada, os que dirigem a parte política e decisória do Congresso e que decidem sobre esses decretos-leis.

Ora, o Governo sente-se forte, sente-se dono, quer ditar normas para a Constituinte, quer dizer o que deseja e o que não quer, como se a Constituinte dependesse do Executivo, quando ela depende exclusivamente da consciência, dos princípios, da ideologia, das convicções e dos compromissos políticos assumidos pelos que foram eleitos pelas urnas, em 1986, para integrá-la.

Mas o Governo, no seu jogo malabarista, inventa palavras novas para distrair o raciocínio do povo; ao invés de dizer "mais empréstimos", usa o eufemismo "dinheiro novo"; para dizer "aumento de preços", recorre a uma expressão sinônima: "realinhamento de preços" – sempre em prejuízo do povo.

O que faz, então? Quando a medida não lhe é favorável, porque não repercute necessariamente de maneira positiva na opinião pública, ele lava as mãos. No caso da anuidade e da semestralidade das escolas particulares, o Ministério da Educação, a pretexto do Novo Cruzado, passou o problema para os conselhos estaduais de educação: cada um que resolva a questão porque o MEC manda, mas não quer assumir a responsabilidade.

No caso do problema da habitação, da moradia, tão desassistido, tão ignorado, tão desprezado e tão explorado, manda para cá um projeto de lei, suspendendo os despejos, para ser aprovado, a toque de caixa, numa sessão que ontem a noite deveria ser destinada ao conhecimento e à votação incondicional do texto, sem que pudéssemos entrar no seu mérito. Não houvesse a interferência do Deputado Gastone Righi, na liderança do PTB, exigindo respeito ao quorum para votação e pedindo urgência para que se tivesse, tempo de emendar, discutir e votar conscientemente o projeto analisando-o, teríamos decidido sobre uma matéria, cuja finalidade ninguém sabe exatamente qual é; seria suspender, por noventa dias, os despejos, mas não suspende nada. Só tem efeito, na prática, por esses noventa dias, para o caso de o locador desejar o imóvel para residência de filho. Fora isso, não tem qualquer eficácia.

Ora, qual a finalidade desse decreto? Onde fica o trabalhador que não tem condição de pagar aluguel? Não o pagando, poderá ser despejado, em noventa dias. Esse despejo teria de ser sustado. Onde fica a microempresa que não tem condição de pagar o aluguel? Na realidade, nessa hora o Governo manda o problema para o Congresso. Se é tão urgente a suspensão dos despejos por noventa dias, por que não recorrer ao decreto-lei? Por não estar convencido da ressonância popular dessa matéria, o governo manda problema para o Congresso. E o Congresso queria votar a matéria a toque de caixa, sem exame algum.

Devemos votar. E vamos fazê-lo. Mas vamos suspender os despejos, realmente, por 90 dias, prazo em que não se vai sacrificar nenhum locador.

Na realidade, estamos vivendo sob um regime malabarista, um regime de engodo da opinião pública, em que as medidas são *pour épater le bourgeois*, ou para inglês ver, como queiram; de qualquer maneira, não são para valer. Fazem parte do processo ilusório, de mágicas, em que o povo se desilude e, não acreditando mais em nada nem em ninguém, não percebe bem – na aflição do seu sofrimento salarial e da alta do custo de vida – qual o sentido desse Poder Constituinte, que está fazendo uma lei para vigorar no ano que vem, quando o brasileiro se encontra no fundo do poço, com a corda no pescoço, e precisa ser acudido em tempo hábil.

Essa matéria é constitucional. É por isso que a trago à tribuna, na hora de pronunciamentos sobre matéria constitucional, porque interessa muito à Assembléa Nacional Constituinte, para que o povo fique bem consciente de que a responsabilidade específica dessa situação caótica em que as coisas se degradam dia-a-dia nada tem a ver com a nossa tarefa de elaborar uma Carta nova para o ano subsequente.

Resta-nos, sim, a responsabilidade de, como deputados e senadores, exigir que o Congresso Nacional saia dessa hibernação de inutilidade pública ou de prejuízo público, em que se fechou, para o gosto e o interesse do Executivo, mas em prejuízo do nosso conceito e do interesse do povo.

A SR.^a MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, no último dia 12, o Governo Federal baixou, com o tradicional estardalhaço, o Decreto-lei nº 2.355 (Plano Bresser), com o autodenominado objetivo de fazer o congelamento de preços e salários, de tal maneira que se pudesse um freio definitivo na desabalada inflação, tudo em nome da necessidade de salvaguardar os supremos interesses da Nação brasileira.

No início não havia razões claras para se desconfiar das anunciatas intenções do Governo, até porque o País ansiava por medidas concretas que viessem a pôr fim ou ao menos tentar controlar a desabalada inflação, assim como aguardava métodos objetivos de diminuição dos gastos públicos.

Após as ditas medidas, saíram os analistas econômico-financeiros a tecer considerações sobre as reais vantagens e desvantagens do empreendimento, em nenhum momento o povo, a sociedade desconfiando de que o Governo tivesse a coragem de congelar apenas determinados preços, excluindo outros tantos, ao sabor de suas conveniências e de suas subserviências.

Sr.^{as} e Srs. pois foi exatamente o que aconteceu. Ao cabo de poucos dias de vigência, a Nação vê, estarrecida e revoltada, membros do Conselho Monetário Nacional virem a público anunciar que as prestações da casa própria, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação-SFH, estão excluídas do congelamento e que, ao contrário, permanecerão recebendo reajustes de 20% nos meses de junho, julho e agosto (72,8% ao todo). Os mutuários que optaram pela chamada Equivalência Salarial das Categorias Profissionais também sofrerão reajustes, bem assim as prestações

dos demais compradores de casas pelo SFH, inclusive aqueles cujo mês de aumento seja julho, de cada ano.

Ora, esses reajustes não têm a menor razão de ser, não sendo justo congelar-se um preço e outro não, pois, se o Governo faz intervenção desse porte na economia, tem de fazê-la para todas as partes, e não apenas para as mais fracas. Além do mais, sabe-se que somente os salários dos trabalhadores serão de fato congelados, pois o próprio decreto-lei já prevê a "flexibilização" progressiva dos preços a partir dos primeiros trinta dias de sua vigência.

No caso das prestações do SFH, a anunciada resolução do Conselho Monetário é claramente ilegal, uma vez que colide frontalmente com os arts. 1º e 16 do decreto mencionado, respectivamente:

"Art. 1º Ficam congelados, pelo prazo máximo de 90 dias, todos os preços, inclusive os referentes a mercadorias, prestações de serviços e tarifas, nos níveis dos preços a vista praticados ou autorizados até o dia 12 de junho de 1987."

"Art. 16. O Conselho Monetário Nacional, no uso de suas atribuições estatuídas pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, expedirá regras destinadas a adaptar as normas disciplinadoras dos mercados financeiro e de capitais, bem como do Sistema Financeiro de Habitação, ao disposto neste Decreto-lei". (Grifo da autora.)

Ora, diante de tais normas, e especialmente do disposto no art. 16, resulta claro que o Conselho Monetário Nacional somente pode baixar normas relativamente às prestações de casas financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação se e enquanto destinadas e direcionadas no sentido do congelamento, compatibilizando-as com o disposto no referido decreto-lei, o qual, ressalte-se, versa exatamente sobre congelamento. Em outros termos, não pode o CMN baixar normas que sigam orientação diversa ou contrária ao decreto-lei, que estejam em contrapasso ao seu texto e seu objetivo, sob pena de nulidade.

Há, portanto, vetores legais aos quais o CMN não pode furtar-se, porquanto apesar da prepotência, também ele é obrigado a cumprir a lei, a cingir-se aos limites dos seus termos.

Cabe, portanto, a toda a sociedade brasileira, e em particular aos membros desta Assembléia Nacional Constituinte, fazer pressão junto ao Governo Federal, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e mais especificamente ao próprio Conselho Monetário Nacional, no sentido de que revogue tais medidas, porque injustas e descabidas.

Durante o discurso da Srª Moema São Thiago, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeia da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Ottomar Pinto. (Pausa.)

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvi na sexta-feira, dia 19, um pronunciamento de ilustre constituinte, que, sobre ser violenta catilinária contra o Governo Federal, em es-

pecial contra o Presidente Sarney, enunciava sentenças de natureza econômica, proferidas como verdades evangélicas, que teriam de ser ouvidas com unção ideológica, porque a fé ideológica é mais ortodoxa e intransigente do que a fé religiosa. Esta institucionalizou as torturas e as fogueiras da Idade Média; aquela, a ideológica, conduziu a humanidade ao holocausto, à solução final, aos gulags, ao massacre da floresta de Katyna, na Polônia, durante a guerra, ao desterro nas geleiras siberianas de milhões de seres humanos, ao **paredon** de Havana.

Como se pode verificar, a lista é bem mais extensa que a da Inquisição, e as vítimas foram em número consideravelmente maior.

O nobre constituinte do PMDB, partido ao qual pertencem o Governo e o chefe do Executivo, asseverava que "o Presidente José Sarney se dobrara à força do imperialismo internacional, quando, a partir de novembro do ano passado, começou a procurar conter a demanda do povo brasileiro, estimulando a especulação financeira". Foi mais longe ainda, ao dizer que a "inflação que temos é artificial" e que "tudo o que se faz é com o objetivo único e fundamental de, atendendo ao interesse do imperialismo internacional, aumentar nossas exportações a qualquer custo". Não importa que a Nação mergulhe no caos!

Lenin escreveu uma monografia antológica: "Esquerdismo, Doença Infantil do Socialismo." Enquanto a liderança soviética, reconhecendo a interdependência entre as economias dos países que formam a comunidade internacional, abre o mercado da União Soviética à Fiat, à Coca-Cola e a numerosas empresas industriais, isoladamente, ou em **jóint-ventures** com estatais russas e procura, a todo custo, conjuntamente com a China e outros países socialistas, aumentar as trocas no mercado externo. Levanta-se na Assembléia Nacional Constituinte brasileira a voz contestatória do tribuno esquerdista, retirando do velho báu, de antiga e superada dialética, **slogans** embolorados pelo abandono de duas décadas a que foram relegados, e agride a consciência política e econômica da inteligência brasileira, com sovados reffões que, ao invés da adesão, promovem o repúdio. A poupança é fundamental a uma sociedade séria, que almeja o progresso, porque é com ela que se fazem os investimentos. É do creme da teoria econômica.

Ex: $C + S$

S = 1

– Renda = Consumo + Poupança

– Poupança = Investimento

Sem poupança é impossível o crescimento econômico, pela ausência de investimentos sem investimentos, não se geram, na economia, novos empregos que são de absoluta essencialidade em nosso País, cuja população cresce a taxas em torno de 3% ao ano. A cada ano, um novo Uruguai comparece ao mercado de trabalho nacional, para começar nova vida produtiva. É preciso investir sempre e muito, tanto a poupança privada como a pública.

Não acredito, por outro lado, que o Governo brasileiro deseje a especulação financeira e que a promova para servir ao FMI e às multinacionais.

A política econômica heterodoxa que o Governo Federal introduziu com o Plano Cruzado, em 1986, e que retoma com o Plano Bresser, constitui inequívoca demonstração de seu empenho em

pôr termo, em acabar com a desenfreada especulação financeira.

Incentivar a exportação e os exportadores, contrariamente ao que afirma o nobre Constituinte, é medida justificável e oportuna. A economia brasileira não é autárquica, como talvez desejasse S. Ex.^a. Precisam os brasileiros de exportar para também importar, insumos, bens de capital, equipamentos e outros produtos que contribuem para o bem-estar e o progresso do nosso povo. É óbvio que não podemos apenas importar, como também não podemos apenas exportar. Os dois termos da equação são absolutamente necessários. Se o superávit é excessivo, é matéria que deve ser analisada em profundidade, a fim de evitar a injustiça das assertivas levianas, que nada produzem, só desservem à harmonia política e à paz social.

Antes de concitar o povo brasileiro a levantar-se para combater a atual situação econômica, social e política, e a unir-se aos Constituintes que, como o orador de sexta-feira de manhã, representam os interesses populares, contra os Constituintes que se colocam em oposição aos interesses do povo, é preciso mostrar o que ficou demonstrado na Comissão de Sistematização, quando, diante de projetos de decisão relativos à suspensão do pagamento da dívida externa e moratória para os microempresários, Constituintes do PDS, PFL, PTB e parte do PMDB, comandados pelo "fisiológico" Carlos Sant'Anna, se retiraram para não dar **quorum**. Sentenciou o honrado Constituinte Ademir Andrade que "o Plano Bresser Pereira é entreguista", que a "minidesvalorização do Cruzado, em 9,5% em relação ao dólar, é deslavado estímulo à exportação daquilo que a população brasileira necessita", e que "o Governo age no sentido de proporcionar aos exportadores os mais absurdos lucros, para atingir o objetivo de oito bilhões de dólares de folga na balança comercial".

E vem logo em seguida com a fórmula mágica, simples, óbvia, para todos os problemas econômicos brasileiros: "A solução seria a averiguação concreta do que é de fato a dívida externa; do que ela representa; seria a moratória total e imediata desta dívida; seria a despreocupação absoluta com a questão da exportação e a preocupação total com nosso mercado interno".

Grande solução, brilhante solução; a economia brasileira se tornaria autárquica; nada exportaríamos. O objetivo total da economia seria o mercado interno. E como iríamos pagar o petróleo que compramos, os insumos da indústria farmacêutica, os equipamentos diversos; como pagar as nossas embaixadas e os bolsistas no exterior etc? Esses assuntos não foram sequer tangenciados.

Nunca vi, neste País, passar incólume um Presidente. Todos eles, de Dutra ao Presidente Sarney, são sempre vítimas impenitentes das críticas severas de vozes radicais, que somente enxergam torpezas, intuições subalternas e incompetência nos órgãos do Governo. O Presidente Sarney, é bom que se diga, malgrado os erros de seu Governo, leva a sério suas obrigações; é trabalhador, austero, e tem uma postura irrepreensível; ouve Deus e todo mundo; já conversou com líderes sindicais, com tecnocratas, com empresários, com a CNBB e com líderes evangélicos, sem falar no diálogo permanente, diurno, que mantém com a classe política. Fez promessas que não cumpriu, todos

sabemos; mas ninguém lhe nega o entusiasmo, o interesse em executar o que planejou e prometeu; ninguém, em sã consciência, lhe pode negar o empenho em acertar, em fazer um bom governo, em dar melhores condições de vida e melhores dias ao povo brasileiro.

Mas não é somente o Executivo que erra; esta Casa também ostenta amplo mostruário de imperfeições, de desacertos. O que importa à nossa responsabilidade e compromisso com o povo é procurar aceitar, ajudar os outros poderes, dentro dos parâmetros do respeito, da compreensão, da colaboração.

Não é justo, nem correto, tudo ver com lentes panglossianas, como se o Brasil fosse cor-de-rosa; deplorável, porém, e injusta é a atitude mental e crítica dos homens públicos que só enxergam demônios, em todos os desvãos da vida pública brasileira.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, estive há poucos dias no futuro Estado do Maranhão do Sul, e ali se faz presente o Governador Epitácio Cafeteira com seu Governo itinerante, durante cinco dias.

O Governador Epitácio Cafeteira, que foi Parlamentar durante muitos anos nesta Casa, ao que parece não conhece a Constituição Federal, pois chegou a anunciar, em uma reunião na cidade de Açaílândia, que vai desapropriar as terras titulares pelo antigo GETAT. Ora, Sr. Presidente, se o Governo do meu Estado não tem argumento sério para garantir a implantação da reforma agrária no Maranhão, por que tentar desestabilizar os produtores rurais que estão ali produzindo e colaborando com o crescimento do Maranhão? Eles ficaram assustados com aquela conversa de um homem totalmente embriagado, dominado pelo álcool, que chegou a anunciar que irá desapropriar as áreas tituladas pelo GETAT.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sei que o antigo GETAT deixou muitas marcas e que com isso não concordam muitos dos Constituintes, mas posso assegurar que a região tocantina recebeu mais de dez mil títulos de pequenas propriedades expedidos pelo GETAT, órgão do Governo Federal vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, que muito contribui para uma reforma agrária séria naquela região.

Como representante de boa parcela daqueles que fazem o crescimento do meu Estado, o Maranhão, não poderia deixar de vir aqui denunciar o não-cumprimento da promessa que o Governador do Estado fez aos habitantes de Açaílândia, razão por que logo recebeu uma resposta da CPT, através de três padres da Diocese de Carolina e João Lisboa. E outros também notaram que o Governador do Estado está tentando continuar a campanha da reforma agrária, mesmo agora, quando devemos encará-la com seriedade.

Srs. Constituintes, no Maranhão estão mais de um milhão de hectares de terras públicas pertencentes ao Estado e à União. Se o Governo Federal ou o Governo Estadual quisessem, poderiam proceder da mesma forma que o GETAT, fazendo a reforma agrária para aqueles que realmente precisam de terras para trabalhar, pois no Maranhão, repito, o Governo do Estado é proprietário de mais de um milhão de hectares de terras públicas, o Governo Federal de aproximadamente 300 mil hectares de terras da União.

Se o Governo não tem condições de, usando os mesmos mecanismos utilizados pelo GETAT – construção de estradas, escolas, postos médicos e às vezes valendo-se até da energia, cavando poços – se não tem condições de dar continuidade à reforma agrária, é preciso que o Governador Epitácio Cafeteira respeite os habitantes do Maranhão do Sul. Que S. Ex.^a faça o anúncio apenas de coisas sérias, porque para matéria dessa natureza ele terá sempre à sua frente o Deputado Davi Alves Silva, para reprimir e dizer que não aceita. O povo daquela região não é criança. O povo de Imperatriz não pode aceitar conversa demagógica dessa natureza.

Nós, que representamos o povo na Assembleia Nacional Constituinte, tomamos isso como uma receita que de imediato vai trazer uma solução para a questão da reforma agrária.

Assim, Sr. Presidente, peço ao Governo Federal que nos ajude na implantação da reforma agrária no Estado do Maranhão e que diga, através dos seus Ministros, ao Governador Epitácio Cafeteira, que respeite mais um pouco os representantes do povo do Tocantins, porque não vamos aceitar de maneira alguma mentira tão clara e que até certo ponto deixou com nojo todos aqueles que fazem o Maranhão do Sul.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste breve pronunciamento, queremos registrar nesta Casa nosso total apoio e solidariedade à luta do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Piracicaba. Estivemos reunidos ontem com a diretoria dessa entidade que nos colocou uma série de dados, de informações sobre perseguições havidas naquela cidade por parte de duas das principais empresas privadas na área de saúde, no caso a Santa Casa e o Hospital dos Plantadores de Cana, e, ao que tudo indica, contam com o apoio indireto do Prefeito de Piracicaba, Sr. Adílson Maluf.

Procura-se inviabilizar a atividade política daquele sindicato, com procedimentos, desde a reabertura, o desarquivamento de processo, há tempos arquivados na Polícia Federal, em relação a manifestação grevista, até pressões de natureza econômica como, por exemplo, não permitir a entrada do Presidente do Sindicato na área do Hospital da Santa Casa e no Hospital dos Plantadores de Cana; não permitir o recolhimento da taxa assistencial, feita diretamente às empresas e ao sindicato pelos trabalhadores em serviços de saúde de Piracicaba. Toda uma campanha começava ser feita no sentido de inviabilizar a atividade política desse Sindicato, a partir do momento em que a entidade se levantou em defesa dos interesses da categoria, como o pagamento do gatilho salarial, – que, por sinal, a Santa Casa se recusava a pagar. O fato desencadeou uma luta, uma mobilização, inclusive com greve, sob a fiscalização da própria Delegacia Regional do Trabalho, para que a Santa Casa fosse multada por uma prática ilegal. Ao ser incriminada por uma atividade de perseguição aos funcionários que reivindicavam um direito legítimo, a Santa Casa insistiu em dispensar por justa causa trabalhadores da área da saúde vinculados ao sindicato e que participam das reuniões e das assembleias.

Queremos deixar bem claro que essa perseguição hoje se estende também a outras ativida-

des sindicais na cidade e na região de Piracicaba.

A luta do sindicato é no sentido de defender o direito de sindicalização e de livre manifestação dos trabalhadores, que de maneira sutil e sorrateira está sendo negado pelos setores mais reacionários e conservadores, com a cobertura do Prefeito de Piracicaba.

Temos em mãos um relato detalhado das perseguições. Vamos cobrar uma providência junto ao Departamento de Polícia Federal, ao Dr. Romeu Tuma, para que a Polícia Federal reabra um inquérito arquivado e não sirva como instrumento aos senhores que lucram fábulas com dinheiro público – como é o caso da Santa Casa – e que tomam tais medidas no sentido de inviabilizar a atividade sindical. Ao mesmo tempo, vamos apelar também junto ao Ministério do Trabalho para que essas atitudes abertamente ilegais sejam coibidas. Se se tratasse de um sindicato com maior tradição de luta e de uma categoria com maior nível de mobilização e organização, não chegariam à ousadia de agir da maneira como estão agindo contra o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, principalmente contra o seu Presidente, Dr. Paulo Roberto Godim Richieri, vítima dessas perseguições, pois, na medida em que assumiu o sindicato, buscou colocar essa entidade a serviço do interesse dos trabalhadores da área de saúde.

Queremos deixar registrada nossa denúncia e vamos fazer esta reivindicação junto ao Departamento de Polícia Federal, assim como junto ao Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes, antes de iniciar meu pronunciamento, permitam reportar-me às palavras do Constituinte José Genoino, que acaba de abordar, com grande propriedade, uma série de problemas da minha cidade, Piracicaba, em função do que fico praticamente sem ter o que complementar. Gostaria, no entanto, de ratificar as suas palavras e expressar também minha solidariedade ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Piracicaba, principalmente porque nesses últimos cinco anos se destacou pela honestidade, pela clareza de propósitos e pela firmeza, transformando-se de uma associação num dos mais dinâmicos sindicatos da minha cidade.

Sr. Presidente, passo a tratar outro assunto.

"O presidencialismo, se não em teoria, com certeza, praticamente vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável."

(Rui Barbosa)

O que tem evitado, em boa parte, que os regimes presidencialistas se transformem numa autêntica ditadura, a prazo fixo é a atuação da imprensa.

Por vezes mais atuante, mais oportuna, mais rápida do que o Legislativo e o Judiciário em suas funções de fiscalizar e limitar o poder do Executivo, a imprensa tem sido a expressão dominante, a garantia do exercício democrático, ao tornar transparentes os fatos, ao desnudar o exercício irresponsável, obscuro, sigiloso, leviano e impune da administração pública em países cujos povos ainda não se acostumaram a exigir permanente prestação de contas de seus governantes.

Na verdadeira democracia, a imprensa se impõe aos governos, sobrepuja-se aos parlamentos e instrui o povo, na medida em que não apenas permite que se tire o véu da impunidade, mas principalmente à medida que se identifica com os legítimos anseios dos oprimidos, dos enganados, dos burlados, e na proporção em que encampa as reivindicações justas e combate a ignorância, a farsa, a incúria, a torpeza, a sordidez que medram nos escritórios e gabinetes dos que usurparam e traem a confiança dos governados.

A ação dos jornalistas, nesta fase instável de transição por que passamos, tem sido extremamente relevante: a audácia, a intrepidez, o denodo, a coragem e a grandiloquência da palavra organizada nos jornais têm permitido que a força das idéias crie uma barreira espessa e poderosa contra a iniquidade, a prepotência, contra o crime organizado, contra assaltantes governantes que vêm plantando a miséria e desgraçando este País.

Não é por mero acaso ou coincidência que governos tirânicos e despóticos, para terem a liberdade de atentar contra o povo, procuram cercear a liberdade de imprensa, jarretando-a, emasculando-a, amordaçando-a com práticas expressas ou tácitas, com censura direta ou com chantagem na distribuição de verbas.

Há semanas, o jornalista Jorge Zappia, de "O Estado de S. Paulo", escancarou à Nação os subterrâneos, os descaminhos, os labirintos da "máfia das liquidações". A Nação assistiu atônita às descrições da dilapidação do patrimônio das empresas em liquidação e ficou aguardando a resposta do Governo, a resposta de quem tem a obrigação de prestar contas, não apenas de seus atos, mas dos atos daqueles a quem, por escolha unívoca e pessoal, nos chamados cargos de confiança, delegou a condução da **res publica**, da coisa pública.

E esta resposta não veio. Aguardei semanas antes de fazer este pronunciamento, na esperança de que ele se tomasse desnecessário. Mas, até hoje não temos nenhuma resposta a respeito da atuação da máfia das liquidações. Tomemos por exemplo o caso Comind. Quantos bens já foram vendidos? Quais bens restam? Quantos serão vendidos? Quanto já foi arrecadado com a venda dos bens? Quanto poderá ser arrecadado com a venda dos bens remanescentes? Onde está depositado o dinheiro arrecadado? Qual a previsão de pagamento dos credores?

Hoje, 300 mil paulistas, na grande maioria pequenos agricultores, principalmente fornecedores de cana de uma região onde o Comind atua com grande desenvoltura, aguardam uma resposta do Banco Central, após meses de discriminação, sem qualquer previsão de pagamento.

Mas, se 300 mil paulistas, há 19 meses, aguardam uma resposta a respeito da liquidação do Banco Comind, por outro lado, o Estado inteiro, a população toda do meu Estado assiste indignada ao sangue, à pilhagem, ao vandalismo, à rapinagem que enoja uma das mais caras, estimadas e benquistas instituições no solo bandeirante o Banespa – Banco do Estado de São Paulo.

Desta feita é o editorialista Aluísio de Toledo César, do jornal **O Estado de S. Paulo**, quem assina uma série de reportagens, denunciando o rombo de 3 bilhões de cruzados, com compra fraudulenta de ações da Perdigão, aquisição lesiva

aos interesses públicos de apólices do tesouro municipal de São Paulo, no valor de 1,5 bilhão de cruzados, o que corresponde à fantástica quantia de um terço da dívida do município e ao comprometimento de 72% do capital de giro da corretora.

As denúncias do Deputado Estadual, Paulo Osório, deixam claro o envolvimento do Vice-Presidente do Banespa, que, alertado a tempo por uma comissão de zelosos funcionários, após consulta a escalões superiores, o que é mais grave decidiu "honrar a operação" e lesar os cofres públicos, confiando na impunidade, na irresponsabilidade que vem até hoje sendo a marca registrada de governos que se dizem democráticos, mas não têm tido a hombridade, a honestidade exigida para restaurar a confiança popular nos administradores públicos.

Se o escândalo da Corretora Banespa nos dá avista e nos deixa atônitos, tem duas outras sérias implicações: o próprio Presidente do Banespa declara, de público, que nada entende de mercado de capitais, assume a responsabilidade pela nomeação dos estelionatários e, paradoxalmente, não pede demissão, continua no cargo, envolvendo com isso ainda mais e de maneira irreparável a imagem do Governador do Estado de São Paulo.

Além disso, a intempestiva decisão daquele Governador em privatizar a Corretora Banespa, mesmo considerando que ela é a maior corretora do País e geradora, em média, de 25% do lucro do conglomerado Banespa, faz suspeitar de uma grosseira e aberrante trama para "queima de arquivo" e para evitar que novos escândalos cheguem a emergir e a opinião pública tome conhecimento. **In totum**, dos desmandos, da corrupção, da desmedida malversação dos recursos públicos.

Cabe ao Ministro da Fazenda, ex-Presidente do Banespa, informar que providências foram tomadas para esgotar as apurações e para facilitar ao Poder Judiciário a punição dos implicados.

Cabe ao Ministro da Fazenda facilitar a participação da Associação dos Funcionários da Corretora Banespa na apuração dos fatos.

Não é sem razão que o povo do meu Estado se sente hoje traído, enganado, lesado, vítima de uma grande burla, de uma farsa que lhe impingiu um Governo que precisa, mais do que nunca, ser fiscalizado.

Por isso, a liberdade de imprensa é hoje uma das mais preciosas, necessárias e mais conspícuas: é condição necessária para o exercício pleno das demais liberdades.

Mais do que nunca, convenço-me de que um País de imprensa débil, venal ou conestada, dificilmente deixará de ser um país explorado, incapaz de combater a corrupção, de ter um governo eficaz, democrático, participativo e livre.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, são conhecidas as enormes dificuldades por que passam hoje todos os setores da nossa economia, de maneira mais acentuada as pequenas e médias empresas.

Tenho, através do meu partido, um compromisso com esses segmentos, porque consta do programa do PDS o apoio às pequenas e médias empresas.

Neste sentido, recebi um trabalho do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Grande Porto Alegre, que retrata a situação de extrema dificuldade por que passam esses setores, caracterizados essencialmente por empresas de pequeno porte.

Sr. Presidente, no momento em que se está a elaborar a nova Constituição, seria oportuno que se procurasse corrigir algumas distorções no capítulo referente ao setor tributário, dando tratamento diferenciado às pequenas e médias empresas. Assim como a microempresa teve uma série de privilégios, não seria inoportuno que se tratasse também de forma diferenciada as empresas pequenas, que são o passo seguinte da microempresa.

Para não tomar tempo, quero encaminhar, a fim de que conste como parte do meu pronunciamento, o estudo feito pelo sindicato a que me referi, através do seu Diretor-Secretário, Dr. Daniel Luiz Antonioli, que retrata com rara precisão a situação de extrema dificuldade por que passa o setor. Ao que me parece, deve ser um quadro análogo ao que ocorre nos outros Estados da Federação. Desta forma, peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que autorize essa transcrição. Posteriormente, encaminharei o original à Comissão de Sistematização.

Também providenciei algumas emendas, procurando acrescentar, na Carta Magna, não descendo a casuismos, mas na generalidade da tese algumas idéias que considero colaboração valiosa no momento de tantos dificuldades vividas nesse setor.

ESTUDO A QUE SE REFERE O ORADOR:

PORQUE NO SETOR DE RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES NÃO PODEM SER ESTABELECIDOS IMPOSTOS INDIRETOS (ICM, IPI, ISSON) COM ALTOS PERCENTUAIS DE INCIDÊNCIA SOBRE RECEITAS BRUTAS

Nenhum setor obviamente quer ser tributado com altas taxas sobre suas receitas. Entretanto existem fatores que determinam a não-adoção de taxações elevadas neste setor sob pena da inviabilização da existência do mesmo como segmento legal e desenvolvimento dentro de nossa economia.

Tudo está relacionado com a estrutura do mercado em que atua.

Este mercado caracteriza-se pelo lado da oferta, pela existência de enorme número de estabelecimentos pequenos e médios, tendo o consumidor em consequência enorme variedade de opções e alternativas, cremos seja este mercado um dos que mais se aproxima do mercado puro previsto na teoria econômica, pois no mesmo sem dúvida reinam soberanas as leis da oferta e da procura.

De outra parte, é também característica fundamental do setor, a existência de uma grande maioria de microempresas, totalmente isentas, esta circunstância aliada ao fato de termos um mercado perfeito são os fatores determinantes da impossibilidade de terem as demais empresas, não isentas, suas receitas taxadas por percentuais elevados de impostos indiretos.

Senão vejamos:

1. as empresas menores, isentas, obviamente tendo seus custos reduzidos, podem oferecer seus produtos a preços menores, estabelecendo assim os preços de mercado;

2 as empresas, não isentas, portanto, possuem uma estrutura de custos que, atualmente, devido a alta taxação do ICM, ou deixa-as fora do mercado ou empurra-as para operarem marginalmente através da sonegação de impostos total ou parcial, de forma a permitirem suas permanências no mercado;

3. tal fato acontece devido exclusivamente às altas taxas a que são submetidas atualmente as operações do setor através do ICM, que devido às isenções da grande maioria dos insumos utilizados, mais o alto valor adicionado necessário para cobrir os custos dos serviços, acaba por incidir com percentuais ao redor dos 15% sobre as receitas brutas destes estabelecimentos.

Percentual tão elevado não permite, nem de longe, que eventuais economias de escala que um estabelecimento maior possa ter em relação ao menor venha compensar este violento desequilíbrio.

Assim o desenvolvimento do setor permanece tremendamente obstaculizado por duas consequências inexoráveis decorrentes da situação acima analisada:

1. as microempresas, condição ou etapa natural de transição para empresa maior, possuem sua trajetória de crescimento cerceada, pois ao microempresário se apresenta um fosso ou um obstáculo intransponível para o tamanho do passo que suas pernas podem dar, ou seja, passar de uma hora para outra de uma taxação "0" (zero) para 15% (quinze por cento) sob suas receitas brutas, ou seja, uma taxação igual ou maior que sua margem líquida, ficando assim a microempresa permanentemente nesta condição transformando-se assim, paulatinamente, em uma empresa anã;

2. as demais empresas, não isentas, são empurradas para operações marginais, assim ficando o empresário com um risco adicional além dos inerentes à condição empresarial, sem que lhe caiba outra alternativa além daquela de fechar as portas.

Num ambiente tão insalubre, evidentemente, não é possível o desenvolvimento de um setor, um setor de serviços extremamente importante pois emprega enorme quantidade de mão-de-obra, além de ser um dos pilares ou sustentáculos da indústria do turismo que nosso País vem desenvolvendo de forma desarticulada, pois parece não se deu conta ainda do fundamental papel que desempenham os restaurantes em geral.

Portanto, agora que na nova Constituição se desenvolvem os estudos para reformar o Sistema Tributário Nacional é mais do que importante levantarmos esta realidade para que a mesma seja levada em conta com a devida importância e relevância que possui este enorme segmento da economia nacional, constituído de centenas de milhares de pequenos e médios estabelecimentos que talvez estejam hoje na condição que estão, por não haverem ou não poderem organizarem-se de forma a possuir um "lobby" forte na defesa de seus interesses, mas acreditamos uma vez apontada agora a problemática será o assunto bem encaminhado, pois a solução é antes de tudo do maior interesse nacional, interesse que os constituintes sabem e querem muito bem defender, não temos dúvida.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente,

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, após sessenta dias de trabalho incessante, a Constituinte chega ao final de sua segunda etapa dos trabalhos. A primeira forma as subcomissões e a segunda os relatórios das Comissões Temáticas. Agora estamos na terceira etapa, a da Comissão de Sistematização. Depois haverá a etapa final, aqui no plenário, com votações para valer.

A minha Comissão foi a da Ordem Social. Participei com muito carinho de todos os trabalhos, desde a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Confesso, Sr.^{as} e Srs. Constituintes: se escolhi esta Comissão, foi justamente para poder fazer alguma coisa para esta classe obreira. Não apenas a urbana, mas principalmente para os trabalhadores rurais. Infelizmente foram muito pouco lembrados nesta Comissão, pois estava mais em evidência o trabalhador dos grandes aglomerados industriais e as grandes estatais.

Esqueceu-se o trabalhador mais pobre, que se aprovado e promulgado o texto como está ficará sem emprego, pois extinguir-se a locação de mão-de-obra, enquanto sabemos que um milhão e trezentos mil trabalhadores, trabalham nestas empresas, em situação das piores, mas mesmo assim não queriam a extinção de seus empregos.

Recebi centenas de manifestações destes trabalhadores, que clamam para não perderem os seus empregos, e nos pedem que legislemos para que possa haver justiça no seu trabalho, para que se crie mecanismos para fiscalizar estas empresas, para que possam ter salários justos, salários dignos. E nos confessaram que mesmo que tivessem de suportar o subemprego que possuem, sempre seria melhor do que nenhum, e aí sim, seriam forçados a praticar saques nas cidades, levados pela fome e miséria.

Tanto a Subcomissão como a Temática, com a maioria dos seus membros, foram radicais. Os que pensavam diferente foram vencidos. Eram minoria, lamentavelmente.

Esta maioria radical me decepcionou, no final da votação, quando de uma emenda nossa, onde ficou mais claro do que a luz do dia que estavam legislando por interesses pessoais. Isto ficou evidente quando votaram maciçamente contra os direitos iguais das domésticas, em relação aos outros trabalhadores.

O impedimento dos mesmos direitos delegados, aos demais trabalhadores pelos radicais só se pode atribuir a uma razão, qual seja, a de eles mesmos não quererem assumir a responsabilidade pela estabilidade em seus lares. Não encontro outra resposta, a não ser esta.

Trata-se de defensores intransigentes da estabilidade em todas as demais categorias, não uma estabilidade moderada, com critérios, justa para ambas as partes, mas uma estabilidade fria, obrigatória, sistemática, que apenas defenderam da boca para fora. Quando foi para aprovar a estabilidade para as domésticas, quis saber do Relator, o Constituinte Almir Gabriel, qual a razão de não ter incluído esta categoria na estabilidade. Então, através de longa explanação, justificou S. Ex.^a que seria humanamente impossível a estabilidade para as domésticas, porque, se as crianças da patroa brigassem com ela, não seria mais possível mandá-la embora, o que seria prejudicial às próprias domésticas. Foi mais longe o Relator, ao dizer que a não-inclusão na estabilidade era um vee-

mente pedido da própria classe, uma vez que causaria um desemprego generalizado. Esta foi a prova mais evidente que já ouvi, quanto a um radicalismo.

Vejam Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, se a estabilidade gera desemprego num setor, é evidente que o mesmo também acontece com os outros setores. Não acredito que a Constituinte fará discriminações mais uma vez entre os brasileiros. Chega o fato de os pobres trabalhadores rurais, terem sido tão pouco lembrados nesta Comissão. Aqueles milhares de desempregados, os mais pobres, foram os esquecidos.

Como já disse, falou-se demais das grandes empresas, que têm facilidades para repassar seus custos aos mais pobres.

Agora, cometer na Constituinte tamanha injustiça e elaborar uma legislação paralela para as domésticas, isto é vergonhoso, perdoem-me os Srs. Constituintes. Se optamos pelo radicalismo, que seja para todos. A História não perdoará, por certo, os votos dos "progressistas" dados contra as domésticas. Ou legislamos por uma estabilidade com critérios para todos, onde não tenhamos o caos e o desemprego, conforme as próprias palavras do Relator, bastando que prevaleça o bom senso e que façamos uma análise profunda sobre o que representa em desemprego e o que foi aprovado, ou legislamos conforme desejo de muitos, no sentido de que tudo seja estatizado, que não tenhamos mais empresas privadas para gerar empregos e que o governo, junto ao radicalismo, se encarregue da geração de empregos.

Estabilidade igual para todos, com critérios, aí as domésticas não correm o risco do desemprego, conforme o Relator.

Por isto volto à Comissão de Sistematização, para reapresentar novamente a minha emenda, concedendo os mesmos direitos às domésticas, com respeito à estabilidade.

Queremos a estabilidade no emprego para todos, mas com critérios, com Fundo de Garantia, que lamentavelmente foi extinto. Apresentarei uma emenda que prevê a estabilidade e o Fundo de Garantia, que sejam posteriormente regulamentados em lei especial, que vai definir e determinar o que seja uma falta grave; qual a indenização para o trabalhador, se trabalhar dez anos numa empresa e quiser sair, por sua livre vontade; qual a indenização se despedido sem justa causa.

É isto que queremos. Igualdade para todos somente conseguiremos com estabilidade econômica. Antes disto, é um sonho a estabilidade no emprego, sem critérios, pois sabemos que 70% dos empregos são gerados pelas pequenas empresas, que passam no momento pela pior crise.

Se aprovado o texto como está, concordo com o nobre Relator, que não apenas gerará desemprego no setor das domésticas, mas o desemprego será generalizado, e teremos como resultado o caos e a miséria.

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Bender, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): - Tem a palavra o Sr. Féres Nader. (Pausa.)

O SR. FÉRES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui estamos, na tarefa ingente de rees-

truturar a Nação brasileira, representando segmentos diversos da população, ou das regiões geográficas distintas do País.

Isso vem a significar que cada um de nós vê o Brasil de um ângulo singular, que oferece, no plano dos desajustes e das carências, a sugestão de prioridades desiguais para as soluções a serem adotadas.

Não preciso lembrar que temos, no Brasil, grandes assimetrias quanto às situações regionais com que estamos individualmente identificados.

No que diz respeito ao elemento humano, varia, através do imenso mapa do Brasil, o nível de renda, de saúde, de alimentação, de instrução e a própria expectativa de vida da população. E quanto às condições materiais das regiões que integram o País, diferem as estruturas econômicas e sociais, os comportamentos políticos vigentes e tudo o mais, enfim, que constitui o universo local, em que vivem e trabalham os contingentes populacionais nelas radicados.

Acho, Sr. Presidente, que a heterogeneidade normal de nossas preocupações não deve impedir o esforço que devemos fazer para alcançar uma visão global do País. Uma visão que abranja todas as questões maiores que lhe dizem respeito, situadas atrás e acima de seus problemas setoriais.

Duas faces principais podem ser consideradas num breve exame da situação nacional, para que tenhamos a possibilidade didática de entendê-la.

A primeira, Sr. Presidente, é a própria realidade física atingida pelo Estado brasileiro, com a lógica repercussão de sua deformidade e ineficiência na crise que, em escala diversa, de há muito envolve o Brasil.

Construímos uma longa tradição de Estado que, autoritariamente, pretendeu sempre fazer-se presente em todos os setores da vida nacional. De Estado que multiplicou ao máximo seus mecanismos de ação, não os colocando, porém, até hoje, como seria desejável, a serviço do estímulo à atividade econômica, dentro de um clima de liberdade, de iniciativa e de garantia plena da condição humana de existência a todos os cidadãos.

Estado e Governo parecem ter, no Brasil – é ainda a impressão predominante das classes populares – a finalidade exclusiva de fiscalizar, de restringir a liberdade e de arrecadar tributos. Admite-se, quando muito, o patriarcismo na ação dessas entidades, nunca o trabalho promocional permanente, executado com vistas ao bem comum.

O Estado brasileiro desenvolveu, até agora, uma opulenta e onipresente burocracia, com as circunstâncias agravantes da ineficiência que marca seu funcionamento e da injustiça social que caracteriza sua política salarial aplicada aos servidores.

Existem entre esses servidores, como se sabe, grupos minoritários que percebem altíssima remuneração, ao lado de uma segunda parcela, que percebe salários modestos, mas ainda suficientes para viabilizar a sobrevivência dos que os percebem, e, finalmente, um grupo majoritário integrado por servidores humildes e por inativos, mantidos na estranha subalternidade de uma flagrante indigência salarial.

O comércio e a indústria, por sua vez, comprimidos permanentemente pelo fisco insaciável e pela instabilidade crônica da moeda – que gera

a provisoriação dos custos – precisam estar sempre reforçando seus mecanismos de defesa, vendo-se impossibilitados de assegurar, a seus empregados, salários compatíveis com a dignidade humana.

Esses fatos explicam a generalizada insatisfação que envolve uma parte considerável da população brasileira, ante a exiguidade salarial que a comprime, sob a indiferença e a inérvia do Estado.

Ó homem do povo não comprehende que, vivendo como vive, deva conviver, passivo e cordato, com um Estado historicamente voltado para os gastos não reprodutivos; para a construção e manutenção de palácios, para a multiplicação permanente dos serviços – que se mostram inócuos – tudo dentro de uma constante preocupação em alterar suas siglas, seus organismos e suas folhas de pessoal.

Não me refiro, nas presentes considerações, Sr. Presidente, a um quadro atual, mas a um processo antigo, que nasceu no Brasil Colonial, passou pelo Brasil Império e hoje permanece vivíssimo, neste Brasil Republicano que tão bem conhecemos.

O que desejo dizer, Sr. Presidente, é que o Estado sempre foi, no Brasil, um instrumento usado prioritariamente pela minoria que detém e que convive com o poder nas diversas esferas, para o atendimento de seus próprios interesses.

Seus rótulos, suas estruturas compõem, na verdade, um simples espetáculo cênico inconsequente, cuja finalidade não transcende o próprio limite em que o mesmo se realiza.

Na seqüência deste raciocínio, lembro-me de uma observação do saudoso Teotônio Vilela, no seu admirável e infelizmente pouco difundido Projeto Brasil.

Disse ele:

"Para que o Estado volte a servir à Nação... não se faz necessário enfraquecer o Estado. O essencial, pelo contrário, é fortalecer a sociedade, estimulando-a a organizar instrumentos adequados que revertam o sentido da reformada relação hoje existente. Assim, fortalecida a sociedade, restabelecer uma relação mais lógica entre Estado e Nação."

A segunda fase a considerar, das duas a que me referi, é, portanto, a posição subalterna ocupada pela sociedade brasileira, ante o Estado com o qual ela convive há quatro séculos.

Poder-se-á dizer, outrossim, que a sociedade brasileira vive, também, o drama antigo de não haver descoberto, até agora sua, própria identidade.

Embora não faltem estudos e frases voltadas para a definição do Brasil e do que ele está fazendo e deverá fazer no espaço e no tempo não se formou, até hoje, a linha visível de um pensamento político endógeno, emergido da experiência histórica nacional.

A conduta política do nosso povo ainda não se orienta, como seria desejável, pela ação coerente de uma opinião pública que se manifeste a partir de ideais já plantados no consenso da maioria.

Está longe de existir esse consenso. O povo brasileiro age e reage, nos seus contraditórios movimentos de apoio e de hostilidade, sempre em função de motivações circunstanciais, imprevisíveis e às vezes, no monótono cotidiano de sucessivas frustrações.

Vejo, todavia, um fato promissor nesse horizonte de dúvidas, Sr. Presidente. É que, pela primeira vez em nossa história, passando por cima dos partidos, das lideranças administrativas ou carismáticas, dos patrulhamentos, dos grupos radicais e das multinacionais, o povo brasileiro aí está, simples, sincero, exuberante, nos corredores desta Casa, trazendo-nos o apoio de sua presença, a colaboração direta de suas queixas e sugestões e o calor fraterno de sua esperança.

É com ele que devemos travar o grande diálogo que a Nação quer ouvir. Acho que só assim abriremos, na Constituição que se está fazendo, os novos e arejados caminhos que aproximarão, afinal, após o longo e antidemocrático divórcio secular a que me referi, a Nação que sofre e o Estado que poderá libertá-la desse sofrimento.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil, país de grande extensão, colonizado inicialmente pelo sistema das Capitanias Hereditárias e pelo regime das Sesmarias, vem, há séculos, mantendo um comportamento medieval no que tange ao uso do solo arável e, por isso mesmo, depois de quatrocentos anos, com uma população de cento e quarenta milhões de habitantes, não explorou ainda um terço do seu solo arável.

Enquanto isso, contam-se aos milhões os agricultores sem-terra, trabalhando no peito, pelos processos mais primitivos, porque se limitam a cumprir ordens de proprietários e capatazes, habituados à maior exploração do trabalho físico, refratários à mecanização, à adubação e ao uso de corretivos, o que os tomam, quando não têm outro meio de subsistência, quase tão miseráveis quanto os seus colonos.

Por outro lado, até agora os planos de reforma agrária, predominantemente orientados pela União – embora às custas de um imposto municipal –, têm distribuído terras, mas isso não se vem refletindo na produtividade agropecuária, milhares os casos em que os beneficiários da doação vendem suas glebas e vão favelar nas cidades.

Entretanto, a questão mais grave, nesse setor, se refere ao problema da desapropriação, principalmente porque se exige o pagamento prévio em dinheiro, se se trata de propriedade urbana, enquanto, na desapropriação agrária, se exige o pagamento do justo preço em títulos.

Para superar esse obstáculo, apresentamos sugestão à proposta de Constituição, determinando que "a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios poderão desapropriar, sem qualquer tipo de indenização, as terras que nunca foram exploradas ou deixaram de sê-lo diretamente pelos seus proprietários, transferindo-se ou revertendo-se ao domínio público".

Assim havidas, essas terras serão incorporadas aos planos de reforma agrária da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Só assim poderá dinamizar a solução de um problema crucial para o desenvolvimento do País, colocando-se no texto constitucional elementos que a tornam viável, excelente oportunidade de desapropriação de terras improdutivas e ensejo para que tanto a União como os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios possam participar, diretamente, da nova política fundiária,

que é um estamento insubstituível da reestruturação jurídico-constitucional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os Municípios brasileiros vivem em situação precária, em virtude da excessiva centralização do Sistema Tributário. Seus impostos são poucos, apenas o IPTU e o Imposto sobre Serviços; sua participação na receita da União é manipulada, como se vê na reduzida arrecadação do KILC e do Imposto Territorial Rural, nas alíquotas ínfimas do IUM, da quota do IUEE paga em títulos das concessionárias e não em dinheiro; as transferências do Fundo de Participação dos Municípios são feitas a percentuais que só pouco a pouco uma luta árdua tem conseguido elevar.

A realidade mostra que os Municípios não dispõem de recursos suficientes para a sustentação efetiva dos serviços públicos a seu cargo. Todos eles estão endividados porque, em face da insignificância de sua receita, têm de recorrer a empréstimos para atender aos compromissos do dia-a-dia. A dívida dos Municípios, todavia, não provém apenas dos empréstimos.

Todos eles, grandes ou pequenos, pobres ou ricos, têm de arcar com as despesas de previdência social. Além de estarem obrigados a entregar as contribuições previdenciárias arrecadadas de seus empregados, ainda devem eles suportar a sua própria quota patronal, igual à recebida dos servidores. A verdade é que os Municípios não têm podido cumprir a obrigação de recolher essas parcelas e estão endividados perante o INPS. Essa dívida cresce como bola de neve, por força dos juros, das multas moratórias e da correção monetária, para não falar da agregação mensal de novos débitos, já que as contribuições são calculadas e exigidas a cada mês que passa.

Há que encontrar-se um meio de fazer parar o crescimento constante da dívida previdenciária dos Municípios. É preciso desafogá-los e dar-lhes alento para que consigam desenvolver-se. Um passo importante nesse sentido seria sanear o passivo de tantos anos de distorções.

Com tal objetivo, apresentei à Subcomissão de Tributos a Emenda nº 5A0031-3, na qual propunha fosse acrescido ao respectivo anteprojeto um artigo em que se concedesse anistia aos débitos previdenciários de responsabilidade dos Municípios. Justifica-se, sobretudo, essa medida porque a perda das receitas das Prefeituras beneficiou particularmente a União. Ademais, a União concebeu para si uma fonte de renda específica para atender à sua parte no financiamento da Previdência Social, deixando de criá-la igualmente para os Municípios. Os encargos da Previdência são tão pesados que mesmo a União, disposta de recursos com a destinação de saldá-los, não consegue pôr-se em dia.

Ora, se a União, podendo cobrar taxas e quotas de previdência sobre loteria e outras atividades, não consegue manter-se em dia com relação à contribuição tripartite para o INPS, então nada mais natural do que os Municípios se atrasarem no recolhimento da contribuição patronal que lhes compete.

Como Constituintes, devemos ter bem presente a situação de nossas bases políticas para, numa

visualização pessoal de cada Município, verificarmos quanto de injusto existe nessa dívida para com a Previdência Social e quanto de bem faríamos às municipalidades com a decretação de sua anistia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devemos lutar pelo fortalecimento dos Municípios. Temos de nos congregar para liberá-los do fardo do passado, para que empreendam a partir de agora caminhada segura rumo ao progresso sócio-econômico que bem merecem. A anistia dos débitos previdenciários dos Municípios é o meio idôneo, eficaz, de colaborarmos nessa empreitada de todos, no sentido de dar autonomia financeira às Prefeituras de nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no momento conturbado que vive hoje a Nação brasileira, em que mais do que nunca se faz imperativo somar esforços, atuar solidariamente, para além da cor partidária, é com satisfação, mas sobretudo por dever de justiça, que peço a palavra para elogiar a forma como se vem conduzindo o Ministério da Educação na presente gestão do Ministro Jorge Bornhausen.

Assumindo plenamente o compromisso necessário com as dificuldades atuais do País, o MEC vem desenvolvendo programas de ação de real importância, que se traduzem em respostas concretas e eficazes ao desafio de buscar a transformação da realidade nacional a partir da educação.

É o caso da atenção dispensada ao 2º grau de ensino, tradicionalmente descurado em nosso País, e cuja importância vem de ser resgatada com a implantação do programa Educação e Trabalho, lançado pelo Presidente José Sarney em fevereiro de 1986. Tal programa, que se dirige à expansão e melhoria do ensino técnico, foi assumido com denodo pelo Ministério da Educação que, antecipando-se ao cronograma, acaba de completar o ciclo das 200 escolas inicialmente previstas, com a assinatura dos convênios de apoio às instituições de ensino de 1º e 2º graus, do último dia 4.

Também no que se refere à educação básica, cuja prioridade é indiscutível, tem havido conquistas efetivas dentro do programa Educação para Todos, do MEC, viabilizadas pelo repasse maciço de recursos para os Estados, Distrito Federal e Territórios, e representadas pela construção de novas salas de aula, reforma de escolas existentes, ampliação de matrículas e treinamento de professores.

Ações paralelas, como a distribuição da merenda, do livro didático e do material escolar, ainda indispensáveis no contexto social brasileiro, têm atingido um expressivo contingente da nossa população dos 7 aos 14 anos.

Por outro lado, o Ministério da Educação tem-se empenhado na valorização do professor, chegando a condicionar o repasse de recursos aos Municípios à existência do Estatuto do Magistério, ou Plano de Cargos e Salários.

O mesmo empenho, aliado à sensibilidade política do Sr. Ministro, esteve presente, recentemente, no sábio encaminhamento da questão da isonomia entre as instituições universitárias, que pôs fim a um impasse de anos e anos de duração,

e que integra um projeto maior de reestruturação do ensino superior.

Trata-se, portanto, de um exemplo alentador de como as promessas se convertem em fatos palpáveis, numa linha de condução séria, objetiva e ao mesmo tempo equilibrada, pautada na cordialidade e no espírito de aliança do Sr. Ministro.

Eu me congratulo com o Governo do Presidente José Sarney pelo acerto do seu setor educacional, que não lhe tem trazido problemas, mas soluções.

Esse reconhecimento é reconfortante para toda a Nação brasileira.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, pessoas abnegadas, que se esquecendo de si mesmas dedicam suas vidas em prol do próximo, estão, sem dúvida, cada vez mais raras, mas ainda existem. É o caso do cirurgião plástico Cássio Raposo do Amaral, que precisou lutar muito para criar, em 1979, a Sobrapar – Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Crânio-Facial, o único centro da América do Sul especializado no tratamento deste tipo de deformidade, resultante de anomalias congênitas, acidentes, queimaduras e seqüelas de outras moléstias, como o câncer e a leishmaniose.

Ali, crianças com lábios leporinos, fissuras palatinas, hipertelorismo e adultos desfigurados são tratados gratuitamente, recebendo assistência cirúrgica, clínica e psicológica.

Cássio do Amaral explica: "A Sobrapar é mantida por doações e contribuições mensais de pessoas físicas e jurídicas. E, além de proporcionar assistência médica e paramédica aos pacientes portadores de deformidades, visando à sua reabilitação e integração na comunidade, promove estágios e bolsas de estudo para o desenvolvimento de pesquisas e treinamento profissional adequado ao tratamento de anomalias congênitas ou adquiridas".

Segundo o cirurgião, de cada cinqüenta nascimentos, um apresenta algum tipo de má-formação; de cada setecentos recém-nascidos, um tem lábio leporino ou fissura palatina e, em cada vinte mil crianças, uma sofre a ausência de uma ou das duas orelhas. "Isso, sem considerarmos as estatísticas de acidentes de trânsito ou queimaduras, que elevam o contingente de pessoas desfiguradas a patamares altíssimos", assegura ele, lembrando que são poucas as doenças de tão graves repercussões psicológicas como as deformidades crânio-faciais.

As pesquisas da Sobrapar vêm favorecendo importantes conquistas na área. Cássio do Amaral apresentou, durante a realização do 7º Simpósio Internacional de Cirurgia Crânio-Facial, promovido pela entidade de Campinas, um caso de paciente submetido a cirurgia para a retirada de um tumor de esfenóide, um osso encravado no meio da base do crânio, por onde passam todos os vasos e nervos da caixa cerebral, e realizada com pleno êxito.

Atualmente, a Sobrapar, considerada de utilidade pública municipal, estadual e federal, está prestes a ganhar sede própria. Num terreno cedido pela multinacional Cofap do Brasil, será construído, a partir de agosto, um hospital com vinte e cinco leitos e um moderno centro cirúrgico, que lhe permitirá atender, com mais eficiência,

os um mil e quatrocentos pacientes inscritos em todos os programas de treinamento médico, odontológico, fonoaudiológico e psicológico.

Precisamos consultar mais de uma centena de instituições para encontrar uma que nos ajudasse. Contamos com pequenas verbas do Município, do Estado e da União, mas são insuficientes para suprir todas as necessidades da entidade", afirma Cássio do Amaral, fazendo um apelo para que o auxiliem em sua grande obra.

Apelo que endossamos, neste momento, pois obras beneméritas como a Sobrapar devem crescer sempre, para o engrandecimento de nossa sociedade, na assistência aos menos favorecidos.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembléia Nacional Constituinte, responsável que é pela feitura de uma nova Carta política a ser promulgada oportunamente, de quando em vez tangencia para caminhos perigosos, a despeito de o trabalho que realizou até agora demonstrar avanços condignos com o papel da sua cívica missão.

Devemos considerar inerente à nossa função legiferante que se façam momentos de pausas periódicas para avaliações em torno do desempenho já realizado ou ainda por realizar. Devemos ter em conta que estamos decidindo matérias da mais alta relevância, no estuário das quais figuram transformações substanciais que irão influenciar no estilo de governo e da vida do povo brasileiro.

Portanto, em assim sendo, não temos o direito de subjugar a futura Constituição do Brasil aos caprichos das nossas tendências político-ideológicas, esquecendo o que lhe seja essencial no campo das aspirações democráticas, cujo cerne fundamental no trinômio ordem, desenvolvimento e justiça social igualitaria para todos.

Não devemos ser insensíveis para abjurarmos as críticas ao nosso comportamento, mesmo que injustas, ou até tendenciosas. É muito importante que reconheçamos a estreiteza das nossas limitações, de como que, quando atingidos pelas farpas advindas da opinião pública, procuremos analisá-las com serenidade e isenção, antes de quaisquer reações de repúdio ou indignação. Muitas vezes encontramos, no bojo de críticas aparentemente insinuadas e extravagantes, algo de substância construtiva e de boa qualidade para ser aproveitado e posto a serviço da coletividade nacional. Por que desperdiçarmos tais oportunidades, apenas por se tratar de idéias provindas através de censores, gratuitos ou não, que ficam de atalaia a observar a trajetória da Assembléia Nacional Constituinte, utilizando o único meio pelo qual podem oferecer contribuição capaz de melhorar as normas jurídicas que estamos editando para consagrá-las na Constituição?

Quanto mais humildes nos considerarmos, tanto melhor será para que possamos auscultar, mais de perto, não apenas os clamores da sociedade, mas também os seus verdadeiros anseios. Precisamos desfazer a impressão de que estamos trabalhando sob o prisma de interesses **lobbystas**, escondidos à sombra da direita ou da esquerda. Não foi essa a missão que o povo nos confiou. Ao contrário...

Nossos impulsos devem ser contidos até os limites da coerência com a realidade da transição que vivemos. Nem tanto à terra, nem tanto ao

mar. Teses como a reforma agrária, a jornada de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego após estágio de 90 dias são cernes de uma estrutura conjuntural, portanto carentes de estudos metódicos e decisões racionais. No caso da reforma agrária, o Governo usa o devaneio para mantê-la estancada como um corpo inerte, enquanto crescem os índices da luta fundiária, provocando sucessivas vítimas fatais. A violência no campo rural já extrapola qualquer tolerância; impossível será prever quando cessará o confronto entre os proprietários de latifúndios e os que reclamam um pedaço de chão para cultivar, produzir e morar.

Não é difícil implantar uma reforma agrária conciliadora, da qual participem o Governo, os donos das terras e os sem-terrás. Bastará um pouco de boa vontade, partida da iniciativa governamental, com vistas à formação de um pacto consentâneo em distribuir os módulos rurais, obedecendo critérios que respeitem o direito de propriedade e não prejudiquem o setor produtivo. O diálogo é a fonte das soluções adequadas e duradouras. Ao invés das desapropriações feitas sob inspirações na maioria dos casos precipitadas e não condizentes com os planos reais da reforma agrária, melhor seria que o Governo articulasse gestões junto ao Mirade e ao Incra, no sentido de obter um levantamento das áreas disponíveis em poder da União. Através da posse desse levantamento, tornar-se-ia possível iniciar um processo de distribuição das terras, porém, precedendo-se à implantação de serviços infraestruturais, no mínimo que permitisse a cada ocupante dispor dos benefícios inerentes às necessidades de educação, transporte, saúde, rodovias-troncos e vicinais e assistência creditícia, entre outras.

Quando falamos nos grandes latifúndios, costumamos ignorar que a União detém sob seu controle a maior parcela das áreas devolutas nos limites do território nacional. Se as disponibilidades porventura forem insuficientes para atender à demanda da imensa legião de produtores sem-terrás, justifica-se apelar para o recurso da desapropriação, mediante justa indenização dos investimentos existentes, conforme preceituá a lei.

Aliás, parece não ser mais tolerável qualquer imobilismo no plano da reforma agrária. A nova República usou-a como bandeira nos comícios públicos, e, à custa dos compromissos assumidos, conquistou o apoio do trabalhador rural para que seus líderes atingissem o topo do poder. O Presidente José Sarney está no dever de resgatar essa importante dívida social, evitando a continuidade da violência que vem ceifando vidas e regando, como sangue de nossos compatriotas, o solo que Deus nos ofertou para afagar a sementeira nos alimentos que consumimos e comercializamos.

Por estranho que possa parecer – mas tudo é possível na vida dos humanos – a terra e o trabalho, de onde derivam todas as fontes da nossa sobrevivência como seres civilizados, continuam itinerário polêmico na vanguarda dos debates travados nas comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte.

Como legisladores constituintes que somos, não podemos assumir decisões que produzam efeitos efêmeros, simplesmente porque estamos em fase de edificação de uma lei maior, onde o Estado e a Nação estão corporificados, por inteiro, com plena e absoluta destinação no rumo

do futuro, o que nos impede de fraquejar diante da responsabilidade que assumimos perante Deus, o povo, e nossas consciências.

Se temos objetivos comuns da defesa do interesse social, façamos por onde conciliar a força do trabalho, que é propulsora do progresso e do desenvolvimento, com a estabilidade do capital. Este oxigena a vitalidade daquele, e ambos, irmados, são vertentes que projetam o nosso País, colocando-o entre as oito maiores potências econômicas no mundo dos nossos dias.

Temos de convir em que não procedem, como argumentos favoráveis ao trabalhador, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais e a estabilidade após estágio probatório de noventa dias. Estamos num país capitalista, porém se faz mister compreender que a nossa economia não comporta assumir encargos que possam vulnerar ainda mais o já combalido mercado de trabalho, forçando-o à queda na recessão.

O sistema tributário brasileiro, de outro lado, é responsável pela flagrante instabilidade que envolve o setor privado. Está ele impossibilitado de desenvolver uma política dinâmica para aumentar o crescimento da produtividade de alimentos, ou porque lhe falta boa vontade para elaborar um planejamento adequado às necessidades do produtor rural, como igualmente pela inexplicável teimosia em não estabelecer fórmulas subsidiárias para o crédito oficial, estimulativos aos projetos de cesteios e investimentos agropecuários, consideradas as peculiaridades de cada região geoeconómica, com isso gerando perspectivas de aumentar a arrecadação com fulcro na comercialização dos nossos produtos, tanto no mercado interno como no exterior. O Governo acostumou-se a praticar o terror fiscal em cima do setor privado, de onde a edição de um simples decreto-lei, manipulado ao talante de seu único interesse, é capaz de arrancar recursos substanciais para corrigir orçamentos deficitários, especialmente na área das estatais.

À medida que os impostos são majorados, e, com eles, as taxas e contribuições previdenciárias que devam ser pagas pelo empregador, este se obriga a repassá-los ao consumidor final, que é o povo, no seu global. Esses fatores – e o governo sabe disso – geram elevações inflacionárias, com reflexos no custo de vida. Em síntese: o País, que tem tudo para produzir, não aproveita sua potencialidade agrícola, pecuária e industrial. Conseqüentemente, a fonte produtora da receita, que seria derivada do esforço de milhões de produtores, sem penalizar os minguados orçamentos domésticos da classe média, simplesmente está inerte. Não funciona, pelo menos sob o advento da Nova República.

Diante do que nos parece ser um "fenômeno negativo" que precisa e deve ser corrigido com isenção pela Assembléia Nacional Constituinte, urge que não procuremos precipitar a liberalidade de concessões favoráveis ao trabalho e insuportáveis pelo capital.

A propósito de nossa advertência, vale reproduzir um fragmento do artigo do Senador Roberto Campos que cita Ronald Reagan, atribuindo-lhe esta frase:

"É impossível investir num país em que se torna mais fácil fazer um divórcio do que dispensar um empregado" – e a ela aduz que a Comissão da Ordem Social da Consti-

tinte, "conseguiu um retrocesso de mais de 20 anos, ao restabelecer o instituto da estabilidade no emprego, característica do populismo de Vargas. Só que o pioraram. Naquela época, o empregado tinha uma ilusória estabilidade aos 10 anos de serviço. Era despedida aos 9 anos, perdendo ele a esperança, e perdendo a empresa o treinamento nele investido. As empresas que retinham grande número de "estáveis" não só enfrentavam indisciplina ou absenteísmo, mas seu passivo trabalhista as tornava invendáveis e incomparáveis."

São lições desse porte que devemos recolher antes de nos propormos a tomar decisões nem sempre imunes aos vícios da demagogia que, ao invés de proteger como de nosso propósito, o trabalhador, terminam por jogá-lo no fosso da recessão, onde se defrontará com o inexorável espectro da fome e do desespero.

A ditadura militar, tão criticada durante o evento das diretas-já, não pareceu tão cruel e insensível na defesa do futuro do trabalhador. Em 1966, creio que ao tempo do Governo Médici, o Congresso Nacional instituiu o FGTS, como alternativa mais humana e racional à estabilidade. Trata-se de uma forma de indenização de despedida, pagável somente no acidente do desemprego, além do que o FGTS ainda é um patrimônio crescente do empregado, disponível para uma série de finalidades.

Por que abolir o FGTS e trocá-lo por um tipo de estabilidade duvidosa, imprudente e de caráter intervencionista nos negócios privados, que, se aprovada e incorporada ao texto constitucional, não apresentará indícios de qualquer proteção ao capital e ao trabalho? Antes pelo contrário!

Não pretendemos que a Constituição provavelmente promulgada ainda em 1987 seja centrista ou conservadora. Admitimos – e até concordamos com eles – alguns avanços progressistas que a atualizem com a realidade dos problemas sociais, econômicos e culturais que enfrentamos. Todavia, é bom ressalvar o conceito do progressismo que advogamos, devendo ser entendido como restrito aos princípios de normas responsáveis, e o que é mais importante, não submisso a qualquer camisa-de-força ideológica ou política, mas coerente com os padrões democráticos e cristãos que herdamos dos nossos antepassados.

Convém que nós, Constituintes do Brasil, abramos os olhos, janelas do tempo para olhar o presente e o futuro, a fim de testarmos se estão ou não cobertos pelo egoísmo, pelo comodismo, pelo fanatismo político-ideológico, pelas alegrias efêmeras, pelos medos estúpidos de nós mesmos.

Vencido esse curto tempo de reflexão, estaremos em condições de suplicar a Deus que nos inspire na construção de uma Carta fundamental, digna de merecer o consciente apoio da Nação, para que, em seu nome, duradouramente seja posta a serviço do bem comum de todos os brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos conhecemos a importância do alho na alimentação do povo brasileiro. Diluído em temperos de diversos tipos, ou consumido

na sua forma natural, trata-se de um condimento largamente procurado. Dificilmente encontrámos um lar, neste País, onde o alho não seja bem-vindo para uso culinário.

Mas não é só na cozinha que nós vamos deparar com essa planta tão utilizada no Brasil e no mundo. O alho é conhecido também por suas qualidades terapêuticas, como elemento revigorante do organismo humano, estabilizador da pressão, excelente para as vias respiratórias, além de combater o mau funcionamento dos intestinos e do ligado. Como remédio, ele é usado de várias formas. Hoje em dia, são muito comuns as pílulas de alho.

A associação do alho à saúde humana, aliás, é milenar. Dizem os estudiosos dessa planta que os necromantes do antigo Egito lançavam-na ao fogo durante os ritos religiosos, num exorcismo ao bem-estar do corpo físico. Na Índia secular, por sua vez, as mães tinham o costume de pôr colares de alho no pescoço das crianças para prevenir ou curar a coqueluche. Nós, que vivemos os tempos modernos, também conhecemos outras formas de uso do alho, como componente da credice popular, em simpatias e benzeduras.

As qualidades do alho, portanto, são múltiplas, e compreendem um leque de utilizações que vão do alimentar ao ocultista. Com tantas utilidades que vão do alimentar ao ocultista. Com tantas utilidades e sendo tão grande o seu consumo no Brasil, chega-se facilmente à conclusão de que o cultivo de alho deve ser estimulado dentro de nossas fronteiras. É um absurdo que haja importações nesse setor, quando temos um mercado interno bastante considerável e uma produção que é suficiente para satisfazer à demanda.

Uma política de produção e abastecimento é tudo que se precisa para garantirmos o produto nacional na mesa do consumidor. Essa política, naturalmente, pressupõe a justa remuneração para o produtor rural dedicado ao cultivo do alho.

Sr. Presidente, estas palavras vêm a propósito do IX Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, que se realizou em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 3 e 4 deste mês de junho. Além de produtores de alho, técnicos e autoridades, participaram do evento representantes de associações estaduais de produtores de alho dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Diversas moções foram aprovadas naquela Assembléia, todas elas da maior importância para a auto-suficiência no setor, com a consequente economia de divisas.

A primeira delas solicita ao Governo que proíba importações de alho, seja **in natura** para fins industriais, seja industrializado. Essa proibição deve estender-se aos derivados ou subprodutos. Pede, ainda, que a alíquota de importação volte a ser de 130%, isto é, a alíquota permanente de 70%, mais sobretaxa de 60 pontos percentuais, conforme Decreto-lei nº 2.162, de 19-9-84, que amplia a competência da Comissão de Política Aduaneira. O Governo deve redimensionar as importações de países da ALADI, negociadas em acordos bilaterais, vedando a transferência de cotas de um país para outro. Não permitir importações de alho dos países de extrazona e ALADI até maio de 1988, pois a produção nacional é suficiente.

No campo do abastecimento, solicita-se ao Governo Federal a revisão do Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Alho 1986/1990, para adequá-lo à realidade vigente, já que muitas das metas estabelecidas são, atualmente, inadequadas. Exige-se do Governo brasileiro uma ação firme e decidida para coibir o escandaloso contrabando de alho, que ocorre livremente, levando à falência muitos dos nossos produtores.

Uma moção especial trata dos preços mínimos, solicitando EGF para alho-semente, fiscalizado com prazo de 180 dias. Pede-se, ademais, divulgação dos preços mínimos até 15 de fevereiro, e que sejam equivalentes a, no mínimo, 100% do custo de produção. Outras solicitações, dentro da moção dos preços mínimos: que o Ministério da Agricultura revise urgentemente normas e padrões de classificação de alho, atendendo, inclusive, os alhos em réstias; que viabilize operações de EGF para alhos em réstias; VBC contemplando 100% do custo de produção, com adicional para aquisição de alhos-sementes fiscalizados ou certificados, mesmo para o produtor tradicional, no caso interesse nesse insumo; e que seja incluída, nos cálculos de custo do VBC, a vernalização do alho (câmaras frias).

Uma proposta de particular importância se refere à necessidade de política nacional para sementes selecionadas através da criação ou melhoramento dos instrumentos de apoio, isto é, crédito, pesquisa, assistência técnica, operacionalização eficiente de EGF e AGF. Solicita-se ao Governo estender a todos os produtores de alho o direito de financiar 70% do valor da semente fiscalizada ou certificada, independentemente de ser o produtor novo ou tradicional, com a devida incorporação ao valor do VBC concedido.

Quanto ao crédito rural, pede-se o cumprimento, pelos agentes financeiros, da responsabilidade de liberação das parcelas de crédito no tempo adequado. E que os bancos respeitem o prazo de amortização relativo aos 70% do complemento à semente, nas duas safras, e não como vêm cobrando já na safra resultante do financiamento e na primeira safra posterior.

Finalmente, numa moção referente à pesquisa, solicita-se mais atenção para as tecnologias poupadoras de insumos. Também se pede aumentar o número e melhorar a formação de pesquisadores que se dediquem com exclusividade à cultura de alho.

Estas, Sr. Presidente, as moções que vieram a lume no IX Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho. Ao tempo em que me solidarizo com os produtores, solicito ao Sr. Ministro da Agricultura uma atenção especial para este importante setor da produção rural brasileira.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA.)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a classe política muitas vezes tem sido vista acoimada pelo desprestígio popular, e até pela maledicência pública, pela atitude inconsequente, irresponsável e até mesmo criminosa de alguns membros do Poder Legislativo, quer na esfera federal, estadual ou municipal.

Estas considerações, Sr. Presidente, surgem face aos fatos escabrosos que tiveram lugar na Câmara Municipal de minha cidade de Belém, envolvendo a ex-Presidência da Casa e funcionários categorizados.

Para que fique bem registrado no conhecimento público e até mesmo consignado para nossos pôsteres, trago e leio, para constar dos Anais desta Casa, o Relatório Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar as irregularidades na Câmara Municipal.

Na apuração das irregularidades, Sr. Presidente, fatos da maior gravidade foram constatados, tais como: apropriação de rendas públicas em proveito próprio, contratação e pagamento irregular e ilegal de funcionários e estagiário, fornecimento irregular de passagens aéreas e centralização abusiva de poder.

Sr. Presidente, deslizes desta natureza estão bem capitulados em nossa Lei Penal; e agora que o inquérito está concluído e apontados os culpados, esperamos que para o bom nome do próprio Poder Legislativo sejam punidos todos os responsáveis pelos fatos inconsequentes, irresponsáveis e criminosos do escândalo da Câmara Municipal de Belém.

Leio, para que conste dos Anais:

"Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades na Administração do Senhor Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra. Instituída por Portaria nº 160/87, de 14 maio de 1987, do Exm.^º Senhor Vereador Rocimar Miranda Santos, Presidente em exercício".

RELATÓRIO

I – Introdução

Referem-se os presentes autos, constantes de folhas numeradas de 01 a 2.025 aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída por Portaria nº 160/87, de 14 de maio de 1987, constantes de folhas 275, do Exm.^º Senhor Vereador Rocimar Miranda Santos, Presidente em exercício, com o propósito de apurar fatos apontados como delituosos envolvendo Vereadores e Funcionários do Poder Legislativo Municipal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, originou-se do Requerimento nº 305, de 14-5-1987, constantes de folhas 273, de autoria dos Senhores Vereadores, em número de dezenas: Adamor da Costa Filho, Adelino Nunes Simão, Alonso Mariath Guimarães, Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, Carlos Benedito Castro, Emanoel O' de Almeida, Humberto Rocha Cunha, José Artheiro Pinto de Almeida, Miguel Pereira Sampaio, Raimundo Nonato Mesquita, Raymundo Wilson Nascimento, Rocimar Miranda Santos, Sebastião da Silva Bronze, Teobaldo da Silva Reis, Thompson Mota, Zenaldo Coutinho Junior e com emenda do Senhor Vereador Zenaldo Coutinho Junior solicitando sua imediata instalação, aprovado à unanimidade do Plenário. O referido requerimento, baseou-se em Relatório produzido pelo Egrégio Conselho de Contas dos Municípios, em seguida à inspeção e auditoria realizada nos primeiros dias do corrente ano, o qual concluiu pela existência de graves ilegalidades cometidas pela Administração, que encerrou seu período em vinte e oito de fevereiro do corrente ano.

A Comissão Parlamentar de Inquérito baseou sua criação no artigo 37 da Constituição Federal e conduziu-se sob a égide da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, da Câmara Federal, por analogia, dada a inexistência de Legislação Muni-

cipal especial normatizadora de Comissões Parlamentares de Inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, com prazo estabelecido em sessenta dias, prorrogável por igual período conforme o estatuto no parágrafo oito do artigo vinte e três da Resolução nº 18 de 16 de novembro de 1984, instalou-se, com a Presença da maioria de seus membros, no dia 15 de maio de 1987, tendo os seus trabalhos sido encerrados no dia vinte e um do mês de junho do mesmo ano, utilizando portanto trinta e oito dias de trabalho efetivo, conforme Atas anexas, constantes das folhas nºs 278 e 1.463, respectivamente.

A Comissão Parlamentar de Inquérito constitui-se dos seguintes membros: Senhores Vereadores – Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior, Humberto Rocha Cunha, Alonso Mariath Guimarães, Miguel Pereira Sampaio e José Artheiro Pinto de Almeida, sendo apontados e eleitos, em sua primeira reunião, os Senhores vereadores Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior e Humberto Rocha Cunha, como Presidente e Relator, respectivamente.

Prestaram serviços à Comissão Parlamentar de Inquérito, designados Pelo Presidente vereador Oséas Batista da Silva, através de Portarias de nº 175-A/87, de 18 de maio de 1987 e nº 199/87, de 1º de junho de 1987, os funcionários abaixo relacionados com as respectivas atribuições: Clímerio Anselmo Filho, Lenise Maria de Amorim Barreto, Antônia Noronha de Moraes, Ana Dorótea Galvão Gonçalves, Elze Alves Cordeiro, Lilia Eda Chaves, Carmem Lúcia da Silva Marques, Maria Lúcia Barroso dos Santos (taquígrafos), Odmar Ferreira (datilógrafo), Manoel Siqueira do Carmo, Luiz Jorge Amaral Damasceno (atendentes), Ana Beatriz Marques Viana e Ellen Christine Silva Farache (secretárias).

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito decorreram na maior normalidade. Os depoentes foram qualificados na forma prescrita no artigo 3º, da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, sendo realizadas acareações quando necessárias. As reuniões eram, via de regra, iniciadas às 12:00 horas, estendendo-se pela tarde e, por muitas vezes, até a noite. Quando necessário foram realizadas diligências ou solicitações aos setores da Câmara Municipal de Belém e a firmas e repartições de nossa Capital.

A Comissão Parlamentar de Inquérito contou com a boa vontade e a colaboração da Mesa Diretora e de todos os setores da Câmara Municipal de Belém, além das autoridades às quais dirigiu-se. Em primeira convocação, a Comissão Parlamentar de Inquérito, não tomou o depoimento do Senhor vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, mantendo com o mesmo apenas uma longa entrevista (notas taquigráficas fls. 302 a 340.), durante a qual, o referido Vereador manifestou suspeição sobre a veracidade das ilegalidades atestadas no Relatório do Egrégio Conselho de Contas dos Municípios, pela inexistência de provas anexas, fato este que levou a Comissão Parlamentar de Inquérito a officiar ao Douto Conselho, solicitando tais provas, no que foi, de forma imediata e atenciosa, atendida (folhas nº 1932).

Outrossim, a Comissão Parlamentar de Inquérito não recebeu, até a data do encerramento dos seus trabalhos, resposta às seguintes solicitações

1 – Of. nº 40/87-CPI – (folhas 1955)
2 – Of. nº 41-A/87-CPI – (folhas 1957)
3 – Of. – 64/87-CPI a Of. nº 72/87-CPI – (folhas canceladas)

4 – Of. nº 73/87-CPI – (folhas 1979)
5 – Of. nº 78/87-CPI – (folhas 1987)
6 – Of. nº 87/87-CPI – (folhas 1995)
7 – Of. nº 89/87-CPI – (folhas 1997)
8 – Of. nº 90/87-CPI – (folhas 1998)
9 – Of. nº 91/87-CPI – (folhas 1999)
10 – Of. nº 105/87-CPI – (folhas 2012)
11 – Of. nº 107/87-CPI – (folhas 2015)
12 – Of. nº 116/87-CPI – (folhas 2022)
13 – Of. nº 118/87-CPI – (folhas 2024)

A Comissão Parlamentar de Inquérito faz ainda constar que o Of. nº 80/87-CPI (folhas 1989), de 14-6-87, dirigido ao Banco Nacional foi respondido de maneira incompleta, conforme se pode verificar no Of. s/nº, datado de 19-6-87 (folhas 1702).

A falta de resposta total ou parcial às solicitações supracitadas dificultou, de algum modo, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a mesma pudesse chegar a conclusões mais detalhadas e específicas. Contudo, entendeu a Comissão que tais omissões não prejudicaram o ceme da sua tarefa elucidatória pelo que decidiu elaborar suas conclusões e encerrar os trabalhos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito convocou para prestar esclarecimentos as seguintes pessoas: Vereadores: Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, ex-Presidente da Câmara Municipal de Belém, na gestão passada; Teobaldo da Silva Reis, ex-1º-Secretário da Câmara Municipal, na gestão anterior; Adamor da Costa Filho, ex-Segundo-Secretário da Câmara Municipal, também na gestão passada; Raymundo Wilson Nascimento, Primeiro-Secretário da atual gestão e Oséas Batista da Silva, Presidente atual da Câmara Municipal de Belém.

Funcionários: Dirce de Souza Nascimento, ex-Diretora da Diretoria de Planejamento, Contabilidade e Finanças; Nair Natividade Teixeira Cordeiro, ex-Chefe do Departamento de Pessoal; César Augusto Córrea de Oliveira, ex-Secretário Legislativo; Maria Gracie da Silva Carvalho, ex-Diretora Administrativa e membro da Comissão de Licitação; Milva Souza de Deus Neto, Presidente da Comissão de Licitação; Suely Maria das Dores Araújo Cavalcante, membro da Comissão de Licitação e Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; Terezinha de Jesus Ferreira Ribeiro, ex-Chefe de Gabinete da Presidência; Carmem Célia Bessa Campelo de Souza, funcionária da Secretaria Legislativa; Luis Ernane Ferreira Ribeiro, ex-Consultor-Geral; Márcia Godoi Spíndola, Assessora Especial III; Antônio Carlos Corrêa de Oliveira, ex-Chefe da Divisão de Finanças; Luís Otávio de Almeida Fernandes, ex-Chefe do Setor de Transporte; Kiane Augusta Botelho, Agente II; Abano Andrade Matos, Assessor Especial, nível III e gerente do Banco Nacional; Adonai do Socorro Ponçadiha, ex-funcionário da Câmara Municipal de Belém; Gilvandro José Furtado, ex-Chefe do Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado; Carmem Maria Ribas Gomes, funcionária à disposição da Câmara Municipal; Antônio Reginaldo Sales Duarte, Assessor Especial, nível III, da Câmara Municipal de Belém, e subgerente do Banco Nacional; Iranélvio Rocha, Diretor Administrativo da Cinbesa; Caetano Ferreira da Silva, Presidente da Cambel; Lucila Carvalho da Silva, secretária da Secretaria Legislativa.

Em decorrência de divergências verificadas e constatadas no decorrer da tomada de depoimentos fez-se necessário à acareação entre as seguintes pessoas: Gilvandro José Furtado e Carmem Célia Bessa Campelo de Souza; Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra e César Augusto Corrêa de Oliveira. A acareação dos últimos não pôde ser realizada, em virtude de ambos os indicados não terem comparecido. O Senhor Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra não apresentou qualquer justificativa, enquanto o Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira apresentou justificativa julgada inconsistente pela Comissão Parlamentar de Inquérito e indeferida pelo Senhor Presidente Vereador Zenaldo Coutinho Júnior (conforme documento às fls. 1868). A Comissão decidiu não reconvocá-los, tomando o não comparecimento como agravante da sua situação nos autos. Também deixou de comparecer sem justificativa a testemunha Jornalista João Mulato. A Comissão Parlamentar de Inquérito entendeu que o seu não comparecimento significou que os fatos alegados em artigo publicado no Jornal **O Liberal**, fl. cancelada, são desprovvidos de consistência, constituindo-se em mero destempero verbal do articulista, decidindo assim, não fazer uso da prerrogativa que lhe concede o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952. Ainda deixou de comparecer em primeira convocação, o Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, o qual apresentou justificativa julgada inconsistente pela Comissão Parlamentar de Inquérito e indeferida pelo Senhor Presidente Vereador Zenaldo Coutinho Júnior (documentos às folhas nº 1892). Foi dispensada de prestar depoimento, por julgar a Comissão Parlamentar de Inquérito, já ter elementos suficientes, a Srª Edneida Maria Alves da Costa, cujo ofício convocatório encontra-se às folhas 2001. Também dispensada pela Comissão, de depor em primeira convocação (of. convocatório às fls. 1972), e reconvocado (Of. convocatório às fls. 2000), foi o Senhor Vereador Adamor da Costa Filho.

A Comissão Parlamentar de Inquérito resolveu reconvidar o Senhor Albano Andrade Matos em virtude de fatos novos (contracheques rubricados pelo mesmo, para liberação de remuneração sem assinaturas dos beneficiários) que se chocam com parte do seu primeiro depoimento.

Para a real comprovação dos fatos alegados, tornou-se imperioso realizar as seguintes diligências:

1 – Ao restaurante Mika, localizado em nossa capital, à Trav. Padre Eutíquio, nº 1.940, Bairro de Batista Campos, de propriedade de Kanzaki & Tioko Ltda., diligência esta realizada pelos Senhores Vereadores Zenaldo Coutinho Júnior, Humberto Cunha e José Artheiro Pinto de Almeida. Os resultados desta diligência estão consubstanciados nos documentos às fls. nº 1611 a 1625.

2 – Ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Belém, diligência realizada pelos Senhores Vereadores Zenaldo Coutinho Júnior, Humberto Cunha, José Artheiro Pinto de Almeida, juntamente com as secretárias da Comissão. Através desta diligência foram localizadas diversas portarias irregulares, cujas cópias estão anexadas aos presentes autos (fls. nº 1627 a 1643.)

3 – Ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Belém, diligência reali-

zada pelo Senhor Vereador Humberto Cunha, por determinação verbal do Sr. Presidente Vereador Zenaldo Coutinho Júnior. Do resultado foi produzido relatório datilografado (fls. Nº 1645 a 1648.)

4 – Ao Departamento de Planejamento, Contabilidade e Finanças, da Câmara Municipal, diligência realizada pessoalmente pelo Senhor Vereador Zenaldo Coutinho Júnior. Desta diligência resultou o relatório manuscrito constante às fls. Nº 1644.

5 – Ao Departamento de Planejamento, Contabilidade e Finanças, da Câmara Municipal, diligência levada a efeito pelo Senhor Vereador José Artheiro de Almeida, em cumprimento a determinação do Senhor Vereador Presidente Zenaldo Coutinho Júnior (Mesmo, nº 9/87-CPI, fls. 1626). Da mencionada diligência resultou a descoberta do cheque nº 264851-2, da conta da Câmara Municipal de Belém, no Banco do Estado do Pará S.A, depositado na Conta corrente da Câmara Municipal, no Banco Nacional S.A, carimbado 6 (seis) vezes, como decorrência de enquadramento nas alíneas A e G. O referido cheque encontra-se apenso aos autos (fls. 1858).

6 – A residência do funcionário Paulo Arthur Neves e ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Belém, diligência realizada pelo Senhor Vereador José Artheiro de Almeida, com determinação verbal, do Senhor Vereador Zenaldo Coutinho Júnior. Nesta diligência foram localizados 7 (sete) contracheques todos referentes ao mês de janeiro/87, todos pagos pelo Banco Nacional S.A, sem assinatura dos beneficiários, todos visados pelo Gerente Albano Andrade Mattos, 6 (seis) deles com uma outra rubrica de visto que aparece de forma incompleta e o sétimo, com a rubrica completa do Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, ao lado da rubrica do Gerente Albano Mattos. Tais contracheques encontram-se anexados aos autos (fls. 1859 a 1865) e são emitidos em favor das seguintes pessoas: Carlos Feliz Trindade Pereira, Luiz Germano Bentes da Costa, Frederico Alencar Souza, Luiz Gilvandro M. Malcher, Nelson Augusto de B. Amorim, Pedro Paulo Amorim de Castro, Raimundo Guedes Valentim.

Endereçam declarações espontâneas à Comissão Parlamentar de Inquérito, as seguintes pessoas:

1 – Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra – dia 19-5-87 – fls. 1464/69.

2 – César Augusto Corrêa de Oliveira – dia 22-5-87 – fls. 1475 e 1476.

3 – Vereador Alonso Mariath Guimarães – dia 22-5-87 – fls. 1477.

4 – Gilvandro José Furtado – dia 3-6-87 – fls. 1470.

5 – Lucila Carvalho da Silva – dia 4-6-87 – fls. 1472 a 1474.

6 – Dirce de Souza Nascimento – dia 5-6-87 – fls. 1556 a 1566.

7 – Nair Natividade Teixeira Cordeiro – dia 29-5-87 – fls. 1478 a 1507.

8 – Luiz Otávio de Almeida Fernandes – dia 5-6-87 – fls. 1508 a 1555.

9 – Vereador Teobaldo da Silva Reis – dia 8-6-87 – fls. 1565 a 1573.

10 – Luiz Ernane Ferreira Ribeiro – dia 10-6-87 – fls. 1579 a 1591.

11 – Vereador Oséas Batista da Silva – dia 11-6-87 – fls. 1592.

- 12 – Vereador Humberto Rocha Cunha – dia 11-6-87 – fls. 1594.
- 13 – Carmem Maria Ribas Gomes – dia 12-6-87 – fls. 1593.
- 14 – Ana Beatriz Marques Viana – dia 16-6-87 – fls. 1596.
- 15 – Sérgio Antônio Martins Carneiro – dia 16-6-87 – fls. 1598.
- 16 – Miguel Baia Brito – dia 16-6-87 – fls. 1600.
- 17 – Leontina Alves Miranda – dia 16-6-87 – fls. 1603.
- 18 – Ercília Gama Souza – dia 16-6-87 – fls. 1606.
- 19 – Vereador Emilio Fernando Carvalho de Moraes – dia 2-6-87 – fls. 1703 a 1829.
- 20 – Vereador Zenaldo Coutinho Júnior – dia 16-6-87 – fls. 1707.
- 21 – Vereador Miguel Sampaio – dia 16-6-87 – fls. 1610.
- 22 – Vereador José Archeiro Pinto de Almeida – dia 16-6-87 – fls. 1609.

II – Dos Fatos Apurados

A Comissão Parlamentar de Inquérito apurou uma situação de irregularidade e ilegalidade continuada ao longo da gestão do Senhor Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra. Há evidências de que, para a consecução dos atos delituosos, constituiu-se em "Concursos Plurium Idem Delictum", sendo seus agentes prioritários o ex-Presidente Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, o ex-Secretário Legislativo, Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, o Sr. Antônio Carlos Corrêa de Oliveira, a Srª Márcia Godoi Spíndola, a Srª Carmem Célia Bessa Campelo de Souza, os Srs. Albano Andrade Mattos e Antônio Reginaldo Sales Duarte. Há que se ressaltar a responsabilidade maior, direta e comprovada, do Senhor Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, ex-Presidente da Câmara Municipal de Belém e ordenador das despesas, e do Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, ex-Secretário Legislativo centralizador de poderes na órbita administrativo-financeira da Casa, por determinação do ex-Presidente. Tal centralização facilitou a efetivação das ilegalidades, as quais tornaram-se constantes e continuadas graças à omissão de diversas chefias e da negligência do então 1º-Secretário Senhor Vereador Teobaldo da Silva Reis.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tomou como ponto de partida, o Relatório do Egrégio Conselho de Contas dos Municípios resultado de auditagem efetuada na Casa.

II – 1. ilegalidades atestadas no Relatório do Egrégio Conselho de Contas dos Municípios

1. Existem processos licitatórios criados de falhas e adulterações, inclusive com algum sendo, montados posteriormente à execução da despesa como já foi explicado anteriormente.

2. Inexistência de quaisquer processos licitatórios de várias aquisições.

3. Indícios de apropriação de bens ou rendas públicas e desvio dos mesmos em proveito próprio ou alheio.

4. Não há nas Notas de Empenho a regular liquidação da despesa, ou seja, a assinatura de um funcionário atestando a veracidade da mesma, como obriga o art 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para assim verificar do

direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Sem que houvesse essa providência, não poderia haver o pagamento.

5. Realização de despesa além dos créditos concedidos ao elemento 3132 (Outros Serviços e Encargos) em Cz\$ 42.648,48 (quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e oito centavos).

6. A não contabilização da receita proveniente do lucro de aplicações do dinheiro da Câmara no mercado aberto de capital, no valor de Cz\$ 73.259,99 (setenta e três mil, setecentos e cinqüenta e nove cruzados e noventa e nove centavos.)

7. Total descontrole nas fichas orçamentárias, onde não há uma seqüência de datas nos lançamentos dos Empenhos.

8. O Imposto de renda retido na fonte de todos os funcionários, inclusive dos inativos, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1987, nos valores de Cz\$ 373.950,00 (trezentos e setenta e três mil e novecentos e cinqüenta cruzados) e Cz\$ 417.926,00 (quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e seis cruzados), respectivamente, não foi recolhido ao órgão de direito, ou seja, não há registro de saída do mesmo da Câmara.

9. Comprovação de pagamento a pessoas todas como funcionários mas que não constar nas relações oficiais de pessoal e nem no controle de freqüência e permanência no expediente.

10. Elaboração de folhas de pagamento fora da Divisão de Pessoal e sem o conhecimento da Diretoria desta, com indicações de que as mesmas eram preparadas no Gabinete do Secretário Legislativo.

11. Descontrole total e falta de critério na contratação de estagiários, feita e paga no Gabinete do Secretário Legislativo.

12. Concessões de empréstimos e gratificações a funcionários sem amparo legal.

13. Contratação de dois empregados do Banco Nacional S/A., como Assessores da Câmara.

14. Contratação de pessoal em regime celetista além do percentual de 20% permitido pela Lei nº 7.332, de 2 de janeiro de 1986.

15. Concessão de passagens aéreas a pessoas estranhas ao quadro de funcionários da Câmara.

16. Não existe controle dos bens patrimoniais da Câmara, ou seja, não há tombamento dos mesmos.

II – 2. A Comprovação

Para a melhor sistematização do seu trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito resolveu reunir as ilícitudes atestadas pelo Relatório do Egrégio Conselho de Contas e as apuradas pela Comissão, de acordo com a similaridade como segue:

II – 2.1. Licitação Irregular

a) inexistência de quaisquer processos licitatórios de várias aquisições;

b) processos licitatórios eivados de falhas e adulterações, inclusive com a maioria, sendo montada posteriormente à execução da despesa.

De fato, a Srª Milva Souza de Deus Neto, Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Belém, declarou mais de uma vez em seu

depoimento (folhas 587) que o procedimento normal e legal da Comissão de Licitação somente foi cumprido durante os primeiros meses de 1985 tendo, a partir do ingresso do Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, como membro da Comissão de Licitação, sido abandonado. A partir daí, "deixou de haver a completa presença dos membros da Comissão no momento da realização de compra", sendo os contatos com fornecedores realizados pelo Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, bem como as demais funções no processo de licitação e compra "por determinação do ordenado de despesas, Vereador Aquilon Bezerra". Segundo, ainda, o depoimento da Srª Milva Souza de Deus Neto, "à Presidente da Comissão ficou destinado juntamente com os demais membros, exceto o Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, apenas o trabalho burocrático".

Do mesmo modo, o depoimento da Srª Suely Maria das Dores Araújo Cavalcante (folhas n°s 591), confirma que os processos licitatórios eram realizados na forma da lei apenas "no início" quando era feito pelo ordenador de despesa, o Vereador Teobaldo Reis" e que "a partir da entrada do ex-Secretário Legislativo na Comissão" o Vereador transfere ao ex-Secretário Legislativo sua competência de 1º-Secretário". Afirma ainda a Srª Suely que "as cartas-convites eram posteriores à chegada das respostas", relacionando tal fato com a irregularidade apontada a pagina 25, do Relatório do Conselho de Contas dos Municípios, quanto à rasura na data das cartas-convites, rasura na data das propostas apresentadas e ausência na carta-convite da relação dos materiais a serem solicitados, afirmando textualmente que "por não ser feita à carta-convite antes e por ser necessário o controle de datas e números de convites, dificultava para as secretárias da Comissão". Indo além, afirma a Srª Suely que: "Eram raros os casos de procedimento normal" e que "os contatos eram feitos pessoalmente, pelo ex-Secretário Legislativo, junto aos fornecedores e que o Senhor César Augusto de Oliveira definia ele mesmo, qual proposta era a vencedora".

Em depoimento às folhas n°s 595, a Srª Maria Gracie Silva Carvalho, afirmou que os procedimentos da Comissão de Licitação eram "irregulares" porque se "no início a Comissão reunia normalmente", depois a depoente "se considerou alijada" pois "não era convidada a participar das reuniões", em outras palavras, sua função passou a ser, unicamente, a de dar cobertura burocrática aos processos licitatórios ilegais, como verificamos no depoimento. "passou a se preocupar quando esta documentação licitatória chegava as suas mãos para assinatura, verificava se constava carta-convite, a proposta dos fornecedores, a data e os mapas demonstrativos, com esses documentos anexos, verificava se havia assinatura da Srª Milva, Presidente da Comissão, e dava a tramitação normal".

O Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (folhas n°s 415), embora procurando eximir-se de responsabilidade, quando "afirma que era apenas um membro da Comissão de Licitação e não tinha poder para decidir, convocar ou definir os procedimentos da mesma, confirme, porém a ilegalidade do processo licitatório na gestão

Aquilon Bezerra quando afirme "que por urgências administrativas algumas aquisições foram feitas com posterior documentação necessária". Esta declaração do Senhor Augusto Corrêa de Oliveira, adquire a maior importância na comprovação da ilegalidade de vez que ele era o Secretário Legislativo da Câmara Municipal de Belém e afirma em seu depoimento que "foi-lhe determinado pelo ex-Presidente à coordenação administrativa da Câmara", do que se pode deduzir que ele era o maior conhecedor da situação administrativa da Câmara Municipal de Belém, na gestão Aquilon Bezerra, além de ser citado na maioria dos depoimentos como centralizador de poder.

O Senhor Vereador Teobaldo da Silva Reis, quando inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrou-se inicialmente reticente, mudando depois de atitude e fornecendo várias informações a respeito de ilegalidades no processo licitatório (depoimentos folhas n°s 1.178). O depoimento afirma que "nem a Comissão de Licitação, nem o Primeiro-Secretário, não faziam os contatos, nem decidiam nada sobre licitação. A Comissão de Licitação apenas formalizava documentos necessários à burocracia do processo" e que "por várias vezes, conversando com a Srª Milva de Deus Neto, ela disse à testemunha que era o Sr. César Oliveira, que fazia pessoalmente os contatos com fornecedores. Em outros trechos do depoimento é ainda afirmado que: "A Srª Milva o informara de suas preocupações, considerando seu alijamento e da testemunha", que "a Srª Suely, somente informou de anormalidades e que apenas em conversa expôs sua preocupação em manter-se no cargo, identicamente a posição de D. Milva" e que "em momento algum a Srª Suely Cavalcante e a Srª Milva de Deus Neto levaram documentos demonstrando irregularidade".

Ainda assim, quando perguntado pela Presidência "se em algum momento a testemunha, tentou sanar as ilegalidades da Comissão de Licitação, quais sejam: não havia reuniões da Comissão, não era dado ao conhecimento público a pretensão de adquirir bens, pela Câmara Municipal de Belém, não havia expedição de cartas-convite, não havia reuniões para julgamento das propostas" respondeu que "no caso específico e de maneira geral, tratou os assuntos com o Sr. Presidente". Afirma, ainda, que a Srª Dirce Nascimento, em 1985, lhe comunicou preocupações sobre irregularidades na Câmara Municipal de Belém, embora ressalve "sem jamais apresentar documentos que comprovassem entretanto o primeiro-Secretário por pelo menos duas vezes... Não assinou processos, os encaminhando de volta, pois não tinha segurança quanto a eles "(depoimento folhas 1.178), afirmando ainda em outro trecho que sobre refeições fornecidas à Câmara "O Primeiro Secretário não tinha o controle dos pedidos, alegando que primeiros eram feitos os pedidos e depois os empenhos". Ainda no depoimento o Senhor Vereador Teobaldo Reis

"esclarece que se lembra apenas que a Srª Milva ter se dirigido uma vez ao Vereador Aquilon Bezerra, explicando-lhe que só poderia ser efetuada alguma compra se houvesse dotação financeira para tal" e que "lembra-se ainda de que o Presidente Vereador Aquilon Bezerra, certa ocasião, em reunião com os Diretores da Casa que na mesma fonte que o colocara aqui, nesta mesma fonte ele buscara o dinheiro", esclarecendo que "esta

expressão foi por ocasião da aquisição de um Opala que serviu à Presidência e que não obedeceu os trâmites legais de licitação". Além do depoimento, o Senhor Vereador Teobaldo da Silva Reis, encaminhou espontaneamente à Comissão Parlamentar de Inquérito documento sem data por ele rubricado em todas as folhas e assinado ao final (folhas 1.567), no qual declara que "o único espaço que restou na Câmara, foi a Comissão de Licitação e, mesmo assim, completamente esvaziada, como é público e notório, a ponto de todo o processo de suprimento ser executado direta e pessoalmente pelo Secretário Legislativo, Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, remetendo-se à Comissão, apenas, alguma burocracia de conveniência do Secretário. Por tudo o que expus, e é público e notório, nada sabia além de rumores, mesmo trazido a mim pelos membros da Comissão de Licitação. Rumores açodadamente esbatidos pela Presidência e seu lugar-tenente".

As declarações do Senhor Vereador Teobaldo da Silva Reis em depoimento (folhas 1.567), adquirem valor de prova das ilegalidades em tela, visto que, no mesmo depoimento, o ex-Primeiro-Secretário reconhece que "por força da Lei Orgânica dos Municípios sempre foi da competência da Primeira-Secretaria, superintender a administração da Casa".

Outra depoente a afirmar a existência de irregularidades no processo licitatório da Câmara Municipal de Belém foi a Sra Dirce de Souza Nascimento, cujo depoimento (folhas nºs 1.087), reveste-se da maior significação, de vez que a referida senhora era Diretora de Planejamento, Contabilidade e Finanças. No aludido depoimento, quando mencionada a irregularidade no que concerne ao contrato com o Restaurante Mika para fornecimento de refeições à Câmara Municipal de Belém, por ter havido apenas o convite verbal, é afirmado: "A depoente verificou a irregularidade e manifestou-se a Sra Milva Souza de Deus Neto, a qual respondeu-lhe que era impossível voltar atrás, pois o Restaurante já havia sido contratado. Posteriormente, dirigiu-se a testemunha ao Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira, o qual determinou que: "mesmo assim, fosse efetuado o pagamento". Indagada porque há notas de despesas sem prévio empenho na sua gestão, verificamos no depoimento a seguinte resposta: "Porque já nos era solicitado o empenho após o consumo, no caso, de combustíveis, afirmando a testemunha que, detectando a irregularidade, dirigiu-se ao Senhor César Oliveira e este lhe justificou dizendo que não havia previsão para o consumo de combustíveis.

Destarte, a afirmação do depoimento da Sra. Dirce de Souza Nascimento é confirmada pelo Senhor Yukio Kanzaki que, em documento dirigido à Comissão Parlamentar de Inquérito, como decorrência da diligência realizada ao Restaurante Mika, aludida no presente Relatório (documento às folhas 1611 a 1625), declara: "A partir de abril ou maio de 1985, através de contato com a Sra. Maria Gracie Carvalho, que até este restaurante veio e solicitou verbalmente o fornecimento de refeições" e ainda "os contatos eram feitos com o Senhor César Augusto Correa de Oliveira, àquela ocasião Secretário Legislativo da Câmara Municipal de Belém. Os pagamentos eram efetuados através de cheque pelo Senhor Antônio Carlos Oliveira, sendo que somente o Senhor César Au-

gusto autorizava os pagamentos. Pois nunca contei diretamente com o Vereador Aquilon Bezerra nem com a Dra. Dirce nascimento. Dava para perceber que só o Sr. César Oliveira mandava nos pagamentos. Ninguém mais resolvia nada e tanto a Sra. Gracie Carvalho como o Senhor Antônio Carlos Oliveira eram apenas intermediários do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira."

Outro integrante do Poder Legislativo, Vereador Raymundo Wilson Nascimento, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, aludindo a ilegalidade no processo licitatório na Gestão Aquilon Bezerra quando, ao final de seu depoimento (folhas 1338 a 1339) acrescenta "Uma denúncia do Sr. Carlos Nascimento, de que a Central Telefônica da Câmara Municipal de Belém foi adquirida sem licitação e de maneira ilegal". Pela importância do cargo de Diretor Administrativo ocupado pelo Sr. Carlos Erivaldo Nascimento Silva, a Comissão Parlamentar de Inquérito, endereçou-lhe o Ofício nº 108/87-CPI (folhas 2016) respondido pelo Of nº 17/87 – D.A. (folhas 1649) o qual informa que o citado equipamento telefônico foi objeto de um Contrato de Locação, Assistência Técnica e Manutenção entre a Câmara e a Perfon Telecomunicações Ltda., contrato este (folhas 1650 a 1654) com vigência de doze meses, pelo qual "A Câmara pagará a Perfon o valor mensal de Cz\$ 1.288,00 (hum mil, duzentos e oitenta e oito cruzados)", tendo o contrato para os fins legais o valor total de Cz\$ 15.456,00 (quinze mil, quatrocentos e cinqüenta e seis cruzados). Considerando a data da assinatura do contrato, primeiro de abril de 1986, percebe-se que a licitação era obrigatória.

De acordo com declarações prestadas em depoimento (folhas nº 1083 a 1086), do Sr. Luis Otávio Almeida Fernandes, existiu – "Uma série de processos irregulares quanto a pagamentos principalmente no que se refere a combustível". Perguntado sobre a compra de quatro automóveis Voyage declarou que não houve licitação, apresentando cópia do Ofício nº 29/85-GLPDS-CME, (folhas 1526), em cujo documento pode-se ler no verso Ordem de Serviço "Ao Serviço de Transportes", rubricada pelo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, do seguinte teor: "1. Obter notas fiscais junto à Tágide Veículos S/A (Sr. Leonel Pinheiro) de todos os veículos adquiridos (grifo do relator). 2. Providenciar documentação necessária. 3. Informar com Urgência", cuja Ordem de Serviço demonstra que as compras eram primeiramente feitas para depois a documentação ser preparada. Ainda a respeito da falta de concorrência para a aquisição de quatro automóveis Voyage, fez constar do seu depoimento (folhas 1527), o comentário da Sra. Milva Souza de Deus Neto na ocasião: "Compram, primeiro, depois querem que a gente faça a formalização, como esses abacaxis". Lemos, ainda, no depoimento a afirmação do Senhor Luis Otávio de Almeida Fernandes de que houve "provas irregulares de pagamento a oficinas, Casa das Fechaduras e fornecedores de combustíveis. O depoente dava pareceres contrários," apresentando para corroborar sua afirmação as cópias de memorandos por ele assinados, que se encontra às folhas 1508/1525. Ainda para confirmar a realização de despesas de elevado montante sem a competente licitação, entregue a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cópia do Ofício nº 141/85-GP-CMB,

de 4 de junho de 1985, dirigido a Importadora de Ferragens S/A., e assinado pelo Sr. Vereador Aquilon Bezerra, o qual se encontra às folhas nºs 1538.

Encontramos, ainda, no depoimento (folhas 1333) do Sr. Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, Presidente da Casa na gestão anterior, portanto sua autoridade máxima, afirmações em que admite a possibilidade de que o Processo Licitatório tenha sido violado no período sob sua Administração, tornando ilegais as aquisições realizadas. De fato, ao ser inquirido a respeito da compra de um veículo, marca Opala, sem licitação, respondeu: "Pode até ter acontecido" e, em seguida reafirma que "Pode ter havido um pedido verbal à Importadora de Ferragens e depois ter sido legalizado". Tais declarações permitem a ilação de que a falta de atendimento às normas do Processo Licitatório era admitida como fato comum e banal durante a sua administração. Ainda assim, procura eximir-se de responsabilidade, quando afirma: "Se não houve a Licitação... a responsabilidade da licitação cabia ao Primeiro-Secretário".

Há um fato que, a despeito de não ter sido completamente elucidado, merece relato: Houve, em determinado momento, a troca de fornecedor de combustível, do Posto Virgem de Nazaré para o Posto Redentor, sem a competente licitação. Embora não tenhamos conseguido apurar os motivos exatos, é do conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Sr. Luis Otávio de Almeida Fernandes, à época Chefe de Transportes, era e é Procurador do Posto Virgem de Nazaré. Por outro lado, o Sr. Luis Otávio de Almeida Fernandes, em suas declarações prestadas, em depoimento (folhas 1083), ratifica tal informações e acrescenta novos dados. De fato, respondendo à pergunta se sabe por que houve a troca de fornecedor de combustível, emitiu a seguinte resposta: "Suponho que seja pelo fato da testemunha ter ligações com a firma proprietária do Posto Virgem de Nazaré e estando vez por outra no escritório do Posto ter presenciado abastecimentos irregulares de gasolina com as autorizações emitidas pela Câmara a favor dos Vereadores, utilizados por pessoas estranhas". Deixamos aqui a seguinte consideração para aqueles que nos sucederão no manuseio dos presentes autos, na tarefa de apurar a verdade e distribuir a Justiça: Parece haver indício de que o fornecimento de combustível à Câmara Municipal de Belém dava ensejo a tráfico de influência e que a mudança do fornecedor deve-se à disputa entre os possíveis beneficiários desse tráfico.

Fica, assim, exaustivamente provadas que o Processo Licitatório foi completamente violado na gestão passada da Câmara Municipal de Belém, em ambas as modalidades apontadas no início do presente item.

II.2.2 – Apropriação de Bens ou Renda Públicas e Desvio dos Mesmos em Proveito Próprio ou Alheio

a) Não contabilizarão da receita proveniente da aplicação do dinheiro da Câmara no Mercado Aberto de Capitais.

b) Pagamentos introduzidos na folha de pagamento dos funcionários da Câmara Municipal de Belém cujos beneficiários são nomes fictícios, indicando apropriação do valor correspondente pe-

lo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, ex-Secretário Legislativo.

c) Concessão de empréstimos e gratificações a funcionários sem amparo legal.

d) Concessão de passagens aéreas a pessoas estranhas à Câmara Municipal de Belém.

e) Falta de recolhimento ao órgão de direito do Imposto de Renda Retido na Fonte, das contribuições do INPS e IPMB (parte do empregador). FGTS, PIS/PASEP de todos os funcionários, inclusive o Imposto de Renda Retido na Fonte dos inativos.

f) Desfalque nas finanças da Câmara Municipal de Belém.

g) Refeições pagas pela Câmara Municipal de Belém desviadas para o Comitê Eleitoral do Vereador Aquilon Bezerra candidato a Deputado Estadual em 1986.

h) não atendimento a pedido de providências do Banco do Brasil S/A, quanto a saque indevido de PIS/PASEP por parte de funcionários da Câmara Municipal de Belém.

Quanto às aplicações dos recursos da Câmara Municipal de Belém, no mercado aberto de capitais (*overnight*) e a não-contabilização da receita daí proveniente. Esta ilegalidade foi devidamente atestada e comprovada pelo egrégio Conselho de Contas dos Municípios. A comissão ratifica a existência de tais aplicações e que as mesmas se efetivaram por determinação do Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira. Em que pese à negativa deste em depoimento às folhas 415, os autos contêm os depoimentos dos Senhores Albano Andrade Mattos (fls. nºs 713) e Antônio Reginaldo Sales Duarte (fls. nºs 746), respectivamente gerente e subgerente do Banco Nacional S/A – Agência Belém – (0127). Afirma o primeiro que realizou as aplicações por ordem dada por telefone pelo ex-Secretário Legislativo, fato confirmado pelo subgerente Antônio Sales Duarte. O próprio Banco em documento enviado a esta CPI ratifica que as aplicações no mercado aberto foram autorizadas pelo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira. Este documento está incluso nos autos (fls. nºs 1.684). A falta parcial de atendimento às nossas solicitações por parte do Banco Nacional S/A, impediu-nos de verificar se outras aplicações houve, possibilidade esta que deixamos aqui como hipótese a ser melhor investigada.

Com relação aos pagamentos introduzidos na folha de pagamento dos funcionários da Câmara Municipal de Belém, cujos beneficiários, são nomes fictícios, indicando a apropriação do valor correspondente pelo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, ex-Secretário Legislativo. A convicção da Comissão Parlamentar de Inquérito evoluiu no decorrer dos trabalhos, com a leitura do relatório do egrégio Conselho de Contas dos Municípios, onde suponhamos tratar-se de um conjunto de 21 pessoas que recebiam pela Câmara e aqui não trabalhavam "funcionários fantasmas". Hoje, a Comissão tem plena convicção de que são nomes fictícios, inventados pelo Senhor César Augusto Corrêa de Oliveira e incluídos ao longo do tempo na folha de pagamento ou encaminhados à Diretoria de Planejamento, Contabilidade e Finanças para pagamentos através de cheques. Tais cheques e/ou contracheques eram, a seguir, descontados pelo próprio ex-Secretário Legislativo ou pessoa de sua confiança. É mister esclarecer que o Vereador Aquilon Bezerra (em depoimento às fls. nºs 1.333), afirma que não conhecia a rela-

ção dos 21 nomes fictícios. Nega também a declaração do Senhor Adonai do Socorro Ponçâtilha (depoimento às fls. nºs 1.333) de que ele, Aquilon, havia declarado ao Sr. Adonai, certa vez, que o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, estava preparando folha de pagamento fora da Câmara Municipal de Belém. Do mesmo modo, podemos ler no depoimento do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira (folhas nºs 415), sobre a folha de pagamento preparada em seu gabinete conforme relatório do Conselho de Contas, inclusive citando 21 nomes, o depoente alega desconhecer tal folha e as pessoas discriminadas no relatório, afirmando que nenhuma folha de pagamento era preparada em seu gabinete. Contudo, vários são os depoentes que apresentaram à Comissão Parlamentar de Inquérito elementos e documentos que dão substância à nossa atual convicção. O Senhor Vereador Raymundo Wilson Nascimento, em depoimento às folhas nº 1.338, afirma conhecer a lista de 21 nomes, a qual lhe teria sido fornecida pelo Senhor Presidente Vereador Oséas Batista da Silva. Afirmativa esta negada pelo Senhor Presidente (depoimento às fls. nºs 1.340). O depoimento da Srª Dirce de Souza Nascimento, ex-Diretora de Planejamento, Contabilidade e Finanças (folhas nºs 1.087), incrimina diretamente o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira quando diz, em declarações espontâneas, que "algumas vezes recebeu relações de pessoas contratadas, enviadas pelo Sr. César Augusto de Oliveira, o qual determinava que fosse feito o pagamento pois não havia tido tempo da inclusão dos mesmos em folha de pagamento", fazendo no mesmo momento juntado da cópia de um ofício do dia 27.5.86, e da cópia de uma relação anexa com declaração original de próprio punho da depoente em ambos os papéis, no seguinte teor. "declaro que recebi o original das mãos do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira e atesto a autenticidade desta cópia". Fato relevante é que entre os doze nomes constantes da relação (folhas nºs 1.859/1.865), 7 (sete) deles correspondentes aos 7 (sete) iniciais da relação de 21 (vinte e um) nomes, apontados no relatório do Egrégio Conselho de Contas dos Municípios como sendo de "pessoas que percebiam vencimentos, sem que entretanto trabalhassem na Câmara"; outro depoimento importante a respeito do assunto é o do Sr. Paulo Arthur Neves (folhas nºs 970). Antes de detalharmos tal depoimento, faz-se mister deixar registrado que o mesmo era, àquela ocasião, lotado no Departamento de Recursos Humanos e a respeito dele diz a Senhora Nair Natividade Teixeira Cordeiro, Diretora do mencionado departamento que o Secretário legislativo requisitava diretamente, o funcionário Paulo Arthur Neves e com ele despachava, alijando a própria diretora do departamento. O Sr. Luiz Otávio de Almeida Fernandes (depoimento fls. nºs 1.083) afirma que "no gabinete do Sr. César Oliveira também tinha acesso direito o funcionário Paulo Arthur Neves". A Srª Carmem Célia Bessa Campelo de Souza (depoimento às fls. nºs 894), informa que "algumas vezes o Secretário Legislativo trancava-se no Gabinete com... o funcionário Paulo Arthur Neves que ia lá para despachar". O Sr. Iranélio Rocha, Diretor Administrativo da Cinbesa (depoimento às fls. nºs 1.414) refere-se a um certo "Sr. Paulo" que além do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, também contatava com os gerentes de produção da Cinbesa para tratar do processamento de informações oriundas

da Câmara Municipal de Belém relativas às folhas de pagamento. Devidamente caracterizada a ligação entre César Augusto Corrêa de Oliveira e Paulo Arthur Neves passamos a nos referir ao depoimento deste último (fls. nºs 970), onde se afirma que o ex-Secretário Legislativo "chamava constantemente a testemunha ao seu gabinete e a portas fechadas lhe transmitia ordens a respeito da folha de pagamento", as quais "quase sempre se referiam a inclusões irregulares de nomes ou vantagens". Afirma ainda que recebeu das mãos do ex-Secretário Legislativo a relação dos 21 (vinte e um) nomes. Prosseguindo, afirma que contracheques não assinados pelos beneficiários foram pagos pelo Banco Nacional mediante rubrica do Mattos e do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira e, para melhor testemunho da sua assertiva dispõe-se a localizar alguns desses contracheques, o que, realmente, fez em conjunto com o Sr. Vereador José Artheiro Pinto de Almeida em diligência determinada pelo Sr. Presidente Zenaldo Coutinho Júnior. Localizou sete contracheques (apenos aos autos, às fls. nºs 1.859) podendo-se notar em todos os sete a rubrica do Sr. Albano Mattos, e em um deles a rubrica do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, tratando-se, porém de contracheque de um funcionário realmente existente, o qual fazemos anexar por comprovar que o ex-Secretário Legislativo juntamente com o gerente do Banco Nacional autorizava pagamento de contracheque sem assinatura do beneficiário. Os outros seis contracheques referem-se a nomes incluídos na citada relação dos 21 (vinte e um) apontados pelo relatório do egrégio Conselho de Contas dos Municípios. Todos os seis possuem no canto superior esquerdo uma rubrica incompleta semelhante à parte inferior da rubrica do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira. A Srª Nair Teixeira Cordeiro, naquela ocasião Diretora da Divisão de Pessoal (Departamento de Recursos Humanos), declara em depoimento (fls. nºs 790) que o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira reteve grande parte dos contratos de julho de 1986 a janeiro de 1987 só os entregando a sua Divisão em fevereiro de 1987, razão pela qual se tornava difícil, para ela, localizar determinadas irregularidades e que só em março de 1987 soube através do funcionário Paulo Arthur Neves da existência dos 21 (vinte e um) nomes incluídos na folha de pagamento como comissionados dos quais "até aquela data o Sr. César Oliveira não havia repassado nenhum documento". Declara que, no mesmo dia, avisou o Sr. Presidente da Casa, Vereador Oséas Batista da Silva. A mesma depoente afirma que presenciou, no gabinete do Secretário Legislativo, o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira destacar contracheques da folha de pagamento manipulando-os. O depoente Albano Andrade Mattos (fls. nºs 715) declara que, embora não se lembrando especificamente dos contracheques referentes a nomes fictícios supracitados, pagava contracheques em assinatura dos beneficiários, desde que tivesse a rubrica do então Secretário Legislativo, visto que, por acordo verbal com o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, caberia à Câmara realizar o controle total do pagamento do pessoal. Declara, ainda, que quem levava contracheque em tal situação ao Banco era, muitas vezes, o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira e, outras vezes, funcionários da Secretaria Legislativa. No sentido de confirmar a existência ou não de pessoas físicas correspondentes aos 21 (vinte e

e um) nomes da lista supramencionada a Comissão Parlamentar de Inquérito oficiou a diversas repartições, obtendo resposta do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (fls. nºs 1.887), do 1º Comando Aéreo Regional (fls. nºs 1.890) e do Comando da 8ª Região Militar (fls. nºs 1.889), todos atestando negativamente a respeito da existência de tais nomes em seus arquivos. Apesar de não termo recebido, até a presente data, resposta da Secretaria de Segurança Pública (SEGUP), 4º Distrito Naval e Superintendência da Receita Federal, nossa convicção de que tais nomes são fictícios não se abala, especialmente porque a Comissão Parlamentar de inquérito fez publicar durante três dias (2, 3 e 4 de junho de 1987), Edital de Convocação nos principais jornais de nossa Capital (fls. nºs canceladas), sendo que nenhuma pessoa respondeu por qualquer dos 21 (vinte e um) nomes listados.

Quanto à concessão de empréstimos e gratificações a funcionários sem amparo legal, além dos dois empréstimos atestados e comprovados pelo Egrégio Conselho de Contas dos Municípios às funcionárias Dirce de Souza Nascimento e Edneida Maria Alves da Costa não soube a Comissão de outros empréstimos. Quanto aos pagamentos a Clínicas de tratamento de saúde para posterior resarcimento a Câmara, citados no depoimento (folha nºs 1.087) da Srª Dirce de Souza Nascimento, não foi possível a Comissão comprovar se realmente aconteceram nem atestar a sua legalidade.

No que tange às gratificações concedidas a funcionários sem amparo legal, verificamos que, além da gratificação de balanço citada no Relatório do Douto Conselho de Contas dos Municípios, uma série de outras gratificações irregulares foram pagas durante a gestão do Sr. Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, como sejam – gratificação de nível superior a pessoa não portadoras de diploma universitário e outras, em virtude do que recomendamos ao Sr. Presidente da Casa que a Comissão de Inquérito Administrativo, aprovada em Plenário, e já nomeada, que tome as medidas necessárias ao resguardo do erário público e ao saneamento dos procedimentos administrativos da Câmara Municipal de Belém. Por outro lado, mais de uma vez, em depoimentos, ficou evidenciada a ocupação de cargos que exigem diploma de nível superior por pessoas não habilitadas para tanto. Recomendamos ao Sr. Presidente deste Poder que, junto ao Departamento de Recursos Humanos, tome as medidas saneadoras que se fizerem necessárias.

No que concerne à concessão de passagens aéreas a pessoas estranhas à Câmara Municipal de Belém, recomenda ao Sr. Presidente da Casa que tome as providências necessárias ao resarcimento dos valores gastos de forma ilegal aos cofres do Legislativo Municipal.

No que se refere à falta de recolhimento ao órgão de direito de diversas contribuições a órgãos de Previdência e Assistência Social e do Imposto de Renda retido na fonte, tal fato é confirmado no Depoimento (folha nºs 1.0897) da Srª Dirce de Souza Nascimento, a qual informa que "quanto ao FGTS não

era recolhido ao BNH e o percentual do INPS também não era depositado". O Sr. Vereador Oséias Batista da Silva, atual Presidente da Câmara Municipal de Belém faz referência expressa" ao Imposto de Renda retido na fonte, a contribuição do PMB, não repassada

e que devem ter sido gastos para outros fins". O Sr. Antônio Carlos Corrêa de Oliveira em Depoimento (folha nºs 850), afirma que sabia a respeito do imposto de Renda retido na fonte e não repassado à SEFIN. "Mas o Presidente, o Primeiro-Secretário, o Secretário Legislativo e a Diretora de Finanças, todos sabiam e não caberia a ele alertar sobre a irregularidade". O próprio Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, ex-Secretário Legislativo, declarou que não repassava à SEFIN o Imposto de Renda retido na fonte "como forma de antecipação da Receita". Assim sendo, a Comissão Parlamentar de Inquérito considerou este item suficientemente provado.

Quanto ao desfalque nas Finanças da Câmara Municipal de Belém a Comissão Parlamentar de Inquérito, tomando como base o Relatório do Conselho de Contas dos Municípios, que atesta um saldo a comprovar de Cz\$ 1.707.526,19 (Hum milhão, setecentos e sete mil, quinhentos e vinte e seis cruzados e dezenove centavos), está convicta que a parte referente ao lucro das aplicações no mercado aberto foi apropriada por alguém, que, segundo fortes indícios, deve ter sido o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira que era quem, segundo depoimento à folha nºs 415 detinha o controle sobre os saldos bancários e extratos de contas. Há, também, fortes indícios de que uma outra parte desse desfalque seja constituída de contribuições devidas a órgãos previdenciários e Imposto de Renda retido na fonte não recolhidos ao órgão competente.

A respeito das refeições pagas pela Câmara Municipal de Belém, desviadas para o Comitê Eleitoral do Vereador Aquilon Bezerra, candidato a Deputado Estadual em 1986, o ex-Presidente deste Poder alega que não tomou conhecimento de que tal fato tenha acontecido. Entretanto, o ex-Primeiro-Secretário, Vereador Teobaldo Reis, em depoimento (folha nºs 1.178) afirma que ouviu rumores a esse respeito. Por outro lado, o Sr. Yukio Kanzaki, em declaração à CPI já aludida anteriormente como resultado de diligência ao Restaurante Mika, declara o seguinte: "Durante um mês ou mais, com certeza abrangendo o mês de novembro de 1986, houve o fornecimento de parte das refeições pagas pela Câmara Municipal ao Comitê Eleitoral de Vereador Aquilon Bezerra, sito à Av. Almirante Tamandaré, refeições estas que eram recebidas neste Restaurante pelo motorista do Vereador Aquilon Bezerra e daí encaminhadas ao aludido Comitê. Como exemplos constantes em anotações desta firma, cito: dia 14 de novembro – 35 refeições; dias 18 de novembro – 30 refeições; dia 19 de novembro – 30 refeições; dia 24 de novembro – 30 refeições; dia 25 de novembro – 30 refeições; todas do Comitê Eleitoral do Vereador Aquilon Bezerra". Para maior autenticidade de suas declarações, o Sr. Yukio Kanzaki entesou à CPI cópias xerox de algumas páginas do seu caderno diário de anotações onde é discriminada, em determinados dias do mês de novembro de 1986, dentre as quantidades geral de refeições pagas pela Câmara, qual o número delas que deveria ser enviado ao aludido Comitê. Está, assim, suficientemente provada a ilegalidade.

A respeito do não atendimento a pedido de providências do Banco do Brasil S/A quanto ao saque indevido do PIS/PASEP por parte de funcionários da Câmara Municipal de Belém, foi a referida ilegalidade mencionada no depoimento (fo-

lhas nºs 1.304) do Sr. Luís Ernane Ferreira Ribeiro, ex-Consultor-Geral da Câmara Municipal de Belém, que afirma ter encaminhado ao então Secretário Legislativo parecer (folhas nºs 1.584), solicitando as providências adequadas e que suspeita, diante da falta de providências, de que o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira não tenha levado o assunto ao conhecimento da Presidência.

A Comissão Parlamentar de Inquérito considera suficientemente provada a "apropriação de bens ou rendas públicas e desvio dos mesmos em proveito próprio ou alheio e dá como certo que muito contribuíram para tal apropriação a inexistência de controle dos bens patrimoniais da Câmara e o total descontrole das fichas orçamentárias já atestados e comprovados pelo Relatório do Egrégio Conselho de Contas dos Municípios. Tem também a Comissão Parlamentar de Inquérito a convicção de que a sistemática estabelecida pelo ex-Secretário Legislativo em conjunto com o Gerente e Subgerente do Banco Nacional para a movimentação da Conta Corrente da Câmara Municipal de Belém foram planejada para permitir a execução da ilegalidade. De fato, em depoimento do Sr. Antônio Sales Duarte (folhas nºs 746 a 749) é afirmado que o Banco controlava os pagamentos pelos contracheques, os quais eram em seguida remetidos à Câmara "Sendo que no Banco não ficava documento nenhum". Ao Banco não eram enviadas as folhas de pagamento ensejando que, se no meio do mês um funcionário chegasse ao Banco com um contracheque, o estabelecimento não teria como verificar se estava havendo duplicitade de recebimento. A providência apontada pelo ex-Subgerente de que, em casos desta natureza, o pagamento só era feito "Se fosse com autorização do Presidente ou do Secretário Legislativo" não protegia, na verdade, o patrimônio do Legislativo Municipal, de vez que as duas autoridades citadas eram as próprias promotoras da ilegalidade. Corrobora as palavras do seu subordinado o gerente Albano Andrade Mattos, o qual, em depoimento (folhas nºs 715 a 717) afirma que: "Conforme acordo verbal com a Câmara, na pessoa do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, o controle total do pagamento de pessoal seria feito pela própria Câmara".

II.2.3 – Contratação e pagamento irregular e ilegal de funcionários e estagiário:

a) Elaboração da folha de pagamento fora da Divisão de Pessoal e sem o conhecimento desta, com indicações de que as mesmas eram preparadas no gabinete do Secretário Legislativo.

b) Contratações ilegais no período proibido pela Legislação Eleitoral.

c) Duplicidade de contratação de funcionários.

d) Contratação de pessoal em regime celetista além do percentual de 20% permitido pela Lei nº 7.332 de 2-1-1986.

e) Descontrole total e falta de critério na contratação de estagiários, feita e paga no gabinete do Secretário-Legislativo.

Quanto à elaboração de folha de pagamento fora da Divisão de Pessoal, cremos já ter sido exaustivamente provada acima, ensejando, entre outras coisas a criação de 21 (vinte e um) nomes fictícios pelo ex-Secretário Legislativo e inclusão dos mesmos na lista dos funcionários da Câmara Municipal de Belém.

Quanto a contratações ilegais, no período proibido pela Legislação Eleitoral, o depoente Antônio Sales Duarte declara (folhas nºs 746 a 749) "que foi convidado e contratado em outubro e recebeu já naquele mês", que ninguém recebeu por ele os meses de junho a setembro, apesar do seu contrato de trabalho ser datado de junho. Perguntado se não achou estranha tal situação, respondeu "que não percebeu, pois não atentou para a data". É de se supor que idêntica situação seja a do Sr. Albano Andrade Mattos. Uma relação contendo os nomes de várias pessoas, apresentada em carta a Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, como contratações ilegais no período eleitoral foram, após diligências, considerada pela Comissão como tentativa do ex-Secretário Legislativo de tumultuar os trabalhos e desviar a atenção do fato principal. Se porventura uma ou duas pessoas tiverem sido realmente contratadas no período eleitoral deverão ser saneadas no bojo das medidas que estão sendo tomadas pelo Sr. Presidente Vereador Oséias Batista da Silva em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos.

No que se refere à duplidade de contratação de funcionários, a Comissão apurou os casos da Srª Márcia Godoi Spindola, funcionária da Assembléia Legislativa à disposição da Câmara e aqui novamente contratada, e o caso da Srª Maria Antonieta de Almeida Oliveira, funcionária da Prefeitura Municipal de Belém à disposição do Poder Legislativo Municipal e por este contratada, recebendo em duplidade.

Quanto à contratação de pessoal em regime celetista além do percentual permitido, fato atestado e comprovado pelo douto Conselho de Contas dos Municípios, abstêmios de maiores comentários, em virtude de que as medidas saneadoras levadas a efeito pela atual Mesa Diretora deve resolver satisfatoriamente a questão.

No que tange ao descontrole total e à falta de critérios na contratação de estagiários, fato atestado e comprovado pelo relatório do egrégio Conselho de Contas dos Municípios, o fato é confirmado em parte pela Srª Carmem Célia Bessa Campelo de Souza, a qual assumiu, embora de forma irregular, como Secretária da Secretaria Legislativa e, aí listava e pagava os estagiários, como afirma depoimentos às folhas nºs "que por volta do mês de dezembro de 1985 havia cerca de 180 estagiários", dos quais mais ou menos 25 do gabinete do Vereador Aquilon Bezerra. Considerando tal afirmação e, ainda, o fato de que 19 Vereadores com uma média de 2 a 4 estagiários atingem, no máximo, o número de 60 e que a citada Srª Carmem Bessa citou mais três Vereadores que, em conjunto, atingiram naquele mês 25 estagiários, deduz-se que por volta de 95 estagiários eram de responsabilidade do Vereador Aquilon Bezerra. Não há na Diretoria Geral (antiga Secretaria Legislativa) nem no Departamento de Recursos Humanos (antigo Departamento de Pessoal) nem no Departamento de Contabilidade e Finanças qualquer listagem nem documentos comprobatórios da escolaridade dos estagiários. Portanto, temos de nos ater às informações disponíveis e as ilações possíveis. Assim temos a informação da depoente Terezinha de Jesus Ferreira Ribeiro, à época Chefe de Gabinete da Presidência, certo trecho do seu depoimento (folhas nºs 1.051 a 1.056) de que "acreditava que fossem muitos" os estagiários contratados por indicação

do Vereador Aquilon Bezerra. O depoente, Vereador Teobaldo Reis, ex-Primeiro-Secretário (folhas nºs 1.178), admite que chegou a indicar outros estagiários mas que sabe de rumores de que o ex-Presidente "havia indicado muito mais que os outros Vereadores". Confirma, ainda, que o controle dos estagiários era realizado pela Secretaria Legislativa e informa, ainda, que "pode admitir que pessoas que não eram universitárias eram estagiários, já que não havia critérios", para logo em seguida afirmar que ele próprio, o ex-Primeiro-Secretário, "indicou alguns estagiários não universitários". Por sua vez, a Srª Carmem Célia Bessa Campelo de Souza informa que estagiários de vários Vereadores não cursavam nível superior, o que, pelo menos no caso do Vereador Humberto Cunha foi desmentido, através da juntada de documento aos autos (folhas nºs 1.675/1.670). O que parece mais grave nesta orgia de contratação de estagiários é que esta era apenas uma forma de entrada disfarçada de novos funcionários na Câmara Municipal de Belém, especialmente em período eleitoral. A Srª Carmem Célia Bessa Campelo de Souza, inquirida "se era comum às pessoas entrarem na Câmara como estagiárias e seriam posteriormente contratadas" afirmou que "era comum". (Depoimento folhas nºs 894). Tanto é assim que a Srª Terezinha de Jesus Ferreira Ribeiro, apesar de ser à época das eleições Chefe de Gabinete da Presidência, afirmou que "não sabe informar exatamente" quantos funcionários estavam lotados naquele gabinete, mas que ali trabalhavam "aproximadamente cito". Hoje, soube ela informar que estão lotados no gabinete do Sr. Vereador Aquilon Bezerra "cerca de 40" funcionários. Em virtude da inexistência de quaisquer comprovantes que permitam verificar com exatidão a correlação entre o número de estagiários e os valores pagos aos mesmos, a Comissão Parlamentar de Inquérito não exclui a possibilidade de que alguém tenha se locupletado com uma parte de tais recursos. Considerando que hoje a Câmara não possui estagiários, recomendamos à Mesa Diretora que, no futuro, se vier a admitir novamente um sistema de estágios no Legislativo Municipal, que o faça no limite estrito de dois estagiários para cada Vereador, com total controle dos estágios e do nível escolar de cada estagiário pelo Departamento de Recursos Humanos.

II.2.4 – Centralização abusiva de poder

Quase todos os depoimentos atestam tal centralização no eixo Vereador Aquilon Bezerra/Secretário Legislativo César Augusto Corrêa de Oliveira. O próprio ex-Secretário Legislativo, que em seu depoimento (folhas nºs 415) nega a centralização, em posterior declaração juntada (folhas nºs 1575) assume, quando diz "em aproveitamento deste abuso, centralizei e concentrei poderes da administração na Secretaria Legislativa". A Comissão Parlamentar de Inquérito convicta está de que tal centralização abusiva de poderes foi peça fundamental para o cometimento dos delitos, e que talvez tenha sido a noção desta condição preliminar que tenha levado o Sr. Vereador Aquilon Bezerra, a nomear e o Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira a concordar em ser nomeado Secretário Legislativo sem possuir diploma universitário.

III – Das responsabilidades

Diante dos fatos apurados e das provas coligadas ao longo dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito sente-se plenamente respaldada para qualificar nos autos do processo como indiciadas as sete pessoas a seguir ex-Presidente Vereador, Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, ex-Secretário Legislativo César Augusto Corrêa de Oliveira, Gerente do Banco Nacional S/A e funcionário da Câmara Municipal de Belém, Albano Andrade Mattos, Subgerente do Banco Nacional S/A e funcionário da Câmara Municipal de Belém, Antônio Reginaldo Sales Duarte, a funcionária da Câmara Municipal de Belém, Carmem Célia Bessa Campelo de Souza, funcionária da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de Belém Márcia Godoi Spindola e a funcionária da Prefeitura Municipal de Belém e da Câmara Municipal Maria Antonieta Almeida de Oliveira.

1) Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra e Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, alternando-se como agentes principais dos seguintes fatos delituosos:

a) Licitação irregular, seja pela inexistência de quaisquer processos licitatórios de várias aquisições, seja pela existência de processos licitatórios eivados de falhas e adulterações, inclusive com a maioria sendo montada posteriormente à execução da despesa.

b) Apropriação de bens ou rendas públicas e desvio dos mesmos em proveito próprio ou alheio, nas seguintes modalidades: não contabilização da Receita proveniente da aplicação do dinheiro da Câmara no Mercado Aberto de Capitais; pagamentos introduzidos na folha de pagamento dos funcionários da Câmara Municipal de Belém, cujos beneficiários são nomes fictícios, indicando apropriação do valor correspondente pelo Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, ex-Secretário Legislativo; concessão de empréstimos e gratificações a funcionários sem amparo legal; concessão de passagens aéreas a pessoas estranhas à Câmara Municipal de Belém; falta de recolhimento, no órgão de direito, do Imposto de Renda retido na fonte das contribuições do INPS e IPMB (parte do empregador) FGTS, PIS/PASEP de todos os funcionários, inclusive o Imposto de Renda retido na fonte dos inativos; desfalque nas finanças da Câmara Municipal de Belém; refeições pagas pela Câmara Municipal de Belém desviadas para o Comitê Eleitoral do Vereador Aquilon Bezerra, candidato a Deputado Estadual em 1986; não atendimento a pedido de providências do Banco do Brasil S/A quanto a saque indevido de PIS/PASEP por parte de funcionários da Câmara Municipal de Belém.

c) Contratação e pagamento irregular e ilegal de funcionários estagiários nas seguintes modalidades: – elaboração de folha de pagamento fora da Divisão de Pessoal e sem o conhecimento desta, com indicações de que as mesmas eram preparadas no gabinete do Secretário Legislativo; contratações ilegais no período proibido pela Legislação Eleitoral; duplidade de contratação de funcionários; contratação de pessoal em regime celetista além do percentual de 20%, permitido pela Lei nº 7.332, de 2-1-86.

d) Centralização abusiva de poder, peça fundamental para o cometimento de todos os outros delitos.

Ex. positis a Comissão Parlamentar de Inquérito entendeu que os Srs. Vereadores Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra e César Augusto Corrêa de Oliveira infringiram e estão incursos e expostos às seguintes prescrições legais:

– Da Lei Substantiva Penal:

– César Augusto Corrêa de Oliveira

– Art. 327, § 2º – Funcionário Público ocupante de cargo em Comissão e Direção. Esse agravante aumenta a pena em um terço.

– Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra –

Art. 327, § 2º – para efeito Penal, o Vereador é tido como Funcionário Público (Vide Magalhães Noronha, Direito Penal, Editora Saraiva), portanto por exercer cargo de Direção, também sofre o aumento de um terço na pena.

– César Augusto Corrêa de Oliveira

e **Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra** – Art. 29 – co-autoria em vários momentos alternam-se ora como agente principal, ora como co-autor.

– Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra e César Augusto Corrêa de Oliveira

infringiram ainda os seguintes dispositivos penais:

– Art. 171. Estelionato.

– Art. 196. Concorrência desleal – nos casos das licitações, quando antecipadamente havia a escolha, sem os critérios previstos em lei, dos fornecedores.

– Art. 312. Peculato.

– Art. 315. Emprego irregular de verbas públicas.

– Art. 319. Prevaricação.

Combinados com os arts. 61, letras F e G – circunstâncias agravantes – abuso de autoridade e abuso de Poder com violação de dever inerente ao cargo e art. 62, item II – por indução de outrem a execução material do crime.

– Do Regimento Interno

O Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra também infringiu os seguintes dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém

– Resolução nº 18, de 16-11-1984.

– Incisos I, art. 152 – por procedimento incompatível com o decoro parlamentar.

– § 1º do inciso VI do art. 152 – por abuso de prerrogativas asseguradas ao Vereador e a utilização do mandato para prática de atos de corrupção e de improbidade administrativa.

2) Albano Andrade Mattos e Antônio Reginaldo Sales Duarte:

a) Antônio Reginaldo Sales Duarte afirma e Albano Andrade Mattos deixa implícito em seus depoimentos (folhas nºs 746 e 715) que são funcionários "fantasmas", ou seja, que recebem sem trabalhar.

b) Ambos acumularam empregos de alta responsabilidade no Banco Nacional S/A com empregos de assessoramento de nível superior na Câmara Municipal de Belém.

c) Davam cobertura aos desmandos promovidos por César Augusto Corrêa de Oliveira e Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra no que refere à manipulação dos fundos financeiros da conta corrente da Câmara Municipal de Belém no Banco Nacional S/A.

d) Albano Andrade Mattos ocupava cargo na Câmara Municipal de Belém com pré-requisito de nível superior e Antônio Reginaldo Sales Duarte recebia gratificação de nível superior, sem que

ambos tivessem completado qualquer curso universitário.

3) Carmem Célia Bessa Campelo de Souza: prestou falsa informação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), como se evidenciou na acareação entre a referida e o Sr. Gilvandro José Furtado, imputando a este último, de forma leviana e irresponsável, fato delituoso, sem comprovação, retratando-se no momento da acareação, incorrendo no preceito estatuído no inciso II do art 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952

4) Márcia Godoi Spíndola e Maria Antonieta Almeida de Oliveira:

Acumulação de empregos públicos. conforme explicitado neste Relatório, ferindo desta forma, o disposto no artigo 99 da Constituição Federal.

5) – A Comissão Parlamentar de Inquérito entendeu ainda, que, em que pese não haver qualquer denúncia fundamentada contra o Vereador Teobaldo Reis, o mesmo omitiu-se e negligenciou as suas funções como Primeiro-Secretário da Câmara Municipal de Belém, motivo pelo qual resolve consignar no presente Relatório uma Moção de Censura ao mencionado Vereador, para que hoje e no futuro os ocupantes do cargo de 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belém tenham bem claro diante de si, a cada dia e durante todos os dias em, que estiverem investidos na função o que preceita a Lei Orgânica dos Municípios do inciso XII do artigo 89 pelo qual o Primeiro-Secretário é equiparado como Ordenador de Despesas ao Presidente.

6) – Quanto ao Vereador Adamor da Costa Filho nenhuma acusação de maior relevância, existe, a não ser a formulada pela testemunha Adonai do Socorro Ponçadilha, que segundo a qual o referido Vereador teria utilizado um veículo da Câmara Municipal de Belém, transportando-se com o mesmo para o interior do Estado em campanha política, fato de menor consistência, em face da formal negativa do Vereador, constante do depoimento (folhas 1306) e a inexistência de qualquer outro elemento comprobatório da imputação.

7) – **Banco Nacional S/A.** – Aceitou a Conta Corrente da Câmara Municipal de Belém sem o controle minucioso, sistemático e documentado em arquivo, facilitando a manipulação e apropriação indébita de verbas públicas pelo ex-Secretário Legislativo César Augusto Corrêa de Oliveira.

IV – Das conclusões

A Comissão Parlamentar de Inquérito, ao concluir seus trabalhos, acha necessário algumas medidas, alguns encaminhamentos em decorrência das graves irregularidades comprovadas, promovidas pelo ex-Presidente Vereador Aquilon e pelo ex-Secretário Legislativo César Augusto Corrêa de Oliveira e outros.

Em resumo:

IV.1 – Quanto a funcionários:

IV.1.1 – Recomendamos:

a) – À Comissão de Inquérito Administrativo, que analise e julgue tudo o que foi apurado e comprovado por esta Comissão no intuito de encaminhar as possíveis sanções administrativas, principalmente do Sr. César Augusto Corrêa de Oliveira, da Sra. Márcia Godoi Spíndola, da Sra. Maria Antonieta Almeida de Oliveira, do Sr. Albano Andrade Mattos e do Sr. Antônio Reginaldo Sales Duarte e ainda encaminhamos sugestão para que se faça incluir em ficha funcional "repreensão"

aos seguintes funcionários: – Dirce de Souza Nascimento, Nair Natividade Teixeira Cordeiro, Maria Gracie Carvalho, Milva Souza de Deus Neto, Suely Maria das Dores Araújo Cavalcante, Carmen Célia Bessa Campelo de Souza, Antônio Carlos Corrêa de Oliveira, Márcia Godoi Spíndola, Paulo Artur Neves.

b) – A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém propor Ação Civil para resarcimento à Câmara Municipal de Belém de perdas e danos por apropriação indébita de desvios de recursos deste Poder, promovidos pelos implicados e já indiciados neste Relatório.

c) – Ao Sindicato dos Trabalhadores e estabelecimentos bancários do Estado do Pará e Território Federal do Amapá: analisar a postura desta Entidade para com os bancários Albano Andrade Mattos e Antônio Reginaldo Sales Duarte e a própria convivência do Banco Nacional S/A, enquanto instituição financeira na facilitação de alguns dos ilícitos apontados no presente Relatório.

IV.1.2 – Encaminhamos:

a) – Ao Ministério Pùblico para que analise as responsabilidades criminais dos implicados nas ilegalidades da Câmara Municipal de Belém e tome as medidas cabíveis em juízo.

IV.2 – Quanto ao Banco Nacional S/A.

IV.2.1 – Encaminhamos:

a) – Ao Banco Central: para que tome as providências que achar cabíveis com referência ao envolvimento e convivência do Banco Nacional S/A, para com a efetivação das ilegalidades acontecidas e comprovadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

IV.3 – Quanto aos Vereadores

IV.3.1 – Encaminhamos:

a) – Ao Ministério Pùblico para que analise e tome as providências que achar cabíveis, no âmbito criminal, do Sr. Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, em juízo.

IV.3.2 – Propomos:

a) – Ao Plenário a cassação do mandato do Sr. Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, conforme projeto de resolução que segue anexo.

É o Relatório.

Belém (PA), 21 de junho de 1987. – Vereador **Humberto Rocha Cunha** – Relator; Vereador **Zenaldo Coutinho Júnior** – Presidente; Vereador **José Artheiro Pinto de Almeida** – Membro Vereador Miguel Pereira Sampaio – Membro; Vereador **Alonso Mariath Guimarães** – Membro.

Projeto de Resolução

A Câmara Municipal de Belém estatui e a Mesa promulga e publica a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica cassado o mandato do Senhor Vereador Aquilon Ribeiro Gomes Bezerra, nos termos do artigo 152 da Resolução nº 18, de 16 de novembro de 1984.

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Belém (PA), 21 de junho de 1987. – Vereador **Zenaldo Coutinho Júnior**; Vereador **Humberto Rocha Cunha**; Vereador **José Artheiro Pinto de Almeida**; Vereador **Miguel Pereira Sampaio**; Vereador **Alonso Mariath Guimarães**.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para mani-

festar minha perplexidade ante o descaso e o desrespeito que vem demonstrando a rede bancária no descumprimento das normas há poucos dias baixadas pelo governo em favor das microempresas, na solução de suas dívidas.

Já se avoluma a onda de protestos das microempresas em todo o País pela não-observância daquelas normas, sem que o Governo tome qualquer providência ou medida punitiva contra os bancos que as estão ignorando. Ao que se sabe, apenas o Banco do Brasil e alguns outros bancos oficiais estão atendendo às microempresas sem qualquer tipo de exigência ou reciprocidade absurda que elas não podem dar.

Ora, Sr. Presidente, são, no Brasil, cerca de 3 milhões de microempresas, somadas às pequenas, responsáveis por aproximadamente 13 milhões de empregos. Se o Governo não tomar providências energicas e urgentes no sentido de exigir o total cumprimento de suas determinações junto aos bancos, estará levando à falência quantidade cada vez maior dessas entidades, que são à base da nossa economia, e agravando ainda mais o índice de desemprego no País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, estou requerendo a transcrição nos Anais desta Assembléa Constituinte do artigo do ex-Governador de São Paulo, professor André Franco Montoro, publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 21 de junho.

Sob o título "Democracia e Seriedade", aquele eminentíssimo homem público cuidou do tema da descentralização administrativa, implantada e desenvolvida ao longo de seu Governo, com profícitos resultados.

Levou à melhor das consequências a idéia segundo a qual o que pode ser feito pelo Município por este deve ser realizado, com o incentivo e o apoio do Estado.

Também o que a comunidade pode fazer deve ser aplaudido e estimulado pelo Poder Público. Levou S. Ex.^a essa tese a todos os setores do Governo Estadual, o que nos permitiu, à frente da Secretaria de Segurança, durante o seu Governo, à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, órgãos em que a comunidade dos bairros e dos Municípios discutia, mensalmente, com as autoridades policiais da área, os seus principais problemas, formulando soluções que eram acolhidas nos planos de governo. Permitiu-nos, Sr. Presidente, a criação da Delegacia de Defesa da Mulher, a Operação Pólo e tantas outras realizações com a participação comunitária.

Fruto da participação, surgiram vários Conselhos Comunitários, que se constituíram em exemplo para os demais Estados da Federação.

Srs. Constituintes, dadas à importância do artigo do Professor Franco Montoro, merece ele transcrição nos Anais desta Casa, para conhecimento de quantos se interessem pelas boas causas públicas:

DEMOCRACIA E SERIEDADE

"É preciso restabelecer o senso da república". A 'coisa pública' não pode se confundir com a 'coisa nossa'."

Qual o caminho para superar a crise e a desesperança que atingem a população

do País? O retorno ao autoritarismo, à centralização e à censura? À volta dos militares ao poder? Uma revolução violenta ou golpe de força, que imponha ao País uma ditadura de esquerda ou de direita?

O que se impõe, em primeiro lugar, a todos os brasileiros, especialmente aos governantes, aos legisladores, aos julgadores, aos dirigentes partidários, às lideranças da comunidade é o senso da "res pública". A "coisa pública" não pode se confundir com a "coisa nostra", isto é, com os interesses particulares de pessoas ou grupos. De outro lado, as críticas e o debate das questões políticas não podem ser rebaixadas ao nível dos ataques pessoais e das retaliações irresponsáveis.

É preciso elevar o nível de colocação e discussão dos problemas políticos. É preciso lembrar que política é a ciência, a arte e a virtude do "bem comum". Sua finalidade e razão de ser é o interesse público, o bem da coletividade, o desenvolvimento das pessoas – e de todas as pessoas que integram a comunidade.

Colocada à questão nesses termos – e só assim deve ser colocada numa República digna desse nome – não temos dúvida em afirmar que o caminho a seguir é o da democracia e da seriedade. Democracia que não significa volta ao passado ou simples restabelecimento do regime de eleições e instituições decorativamente democráticas.

Trata-se de prosseguir na tarefa histórica de construção de uma democracia real, capaz de unir os brasileiros na luta comum contra o atraso e o subdesenvolvimento; contra as injustas condições de vida, a exploração e a violência. Esse foi o sentido da campanha das diretas e da eleição de Tancredo Neves.

Essa é a aspiração profunda de nosso povo, que vê na participação solidária um poderoso instrumento para a solução de seus problemas.

É preciso continuar essa caminhada. Respeitadas essas aspirações e a índole de nossa população, o insubstituível caminho democrático, nas atuais condições do país, exige três coisas: descentralização, participação organizada da população e rigorosa aplicação dos recursos públicos nas prioridades sociais.

Descentralização

Na atual realidade histórica brasileira, depois da experiência autoritária e centralizadora sofrida pelo País, a descentralização se impõe como instrumento imprescindível de promoção do bem comum.

Em lugar da concentração de poderes nas mãos dos órgãos centrais, impõe-se uma política de descentralização, que assegure poderes e recursos aos órgãos mais próximos da população, especialmente os Municípios e os Estados. E, nessa mesma linha de desconcentração, sempre que o interesse público seja atendido, é preferível que as atividades econômicas e sociais sejam exercidas pela própria sociedade e suas entidades e não pelo Poder Público.

É impossível governar bem o Brasil concentrando em Brasília, ou mesmo nas capitais dos Estados, as decisões sobre problemas específicos e diferenciados de milhares de municípios brasileiros. Diante do gigantismo que tolhe a eficiência pública, a descentralização constitui verdadeira imperativa de salvação nacional.

Nesse sentido, com base em minha experiência de governo, propus à Assembléa Nacional Constituinte a adoção dos seguintes princípios diretivos da administração pública:

1. Todas as atividades que possam ser exercidas de forma adequada ao interesse público pela própria comunidade, através de iniciativas não governamentais, devem ser respeitadas, apoiadas e, sempre que necessário, fiscalizadas pelo Poder Público; essa posição é oposta à tese estadista e totalitária de Mussolini: "Nada fora do Estado, nada contra o Estado";

2. Quando for necessária a intervenção e a atuação do Poder Público, essa atividade deverá ser exercida, prioritariamente, pelo poder local, que é o Município; tudo que pode ser feito pelo Município não deve ser feito pelo Estado ou pela União; somente aquelas atividades que não possam ser exercidas pelo Município deverão ser atribuídas aos Estados;

3. Caberá à União exercer as atividades que o Estado, o Município ou as entidades da própria comunidade não possam executar de forma adequada ao interesse da população; a União deverá exercer as grandes funções nacionais de defesa, política externa, política econômica e financeira, correção das desigualdades regionais e sociais e atividades semelhantes.

A descentralização é fator de economia e autêntico desenvolvimento do País. A população local conhece melhores seus problemas e soluções. Tem capacidade de fiscalização, acompanhamento e mobilização. Por isso, as obras realizadas de forma descentralizada são mais adaptadas à realidade, melhor fiscalizadas pelos setores interessados, mais rápidas e mais econômicas. De outro lado, a centralização e as grandes decisões tomadas em gabinetes fechados são, muitas vezes, fonte de negócios escusos. A corrupção é, em grande parte, subproduto da centralização e do autoritarismo. Para combatê-la, o melhor remédio é a transparência da democracia e austeridade da administração.

Para estabelecer uma política de descentralização não é preciso esperar a nova Constituição ou novas leis. Através de medidas administrativas, especialmente os convênios, os órgãos federais e estaduais podem transferir, desde logo, atribuições e recursos aos municípios e a entidades das comunidades locais. E, de outra parte, limitar sua intervenção ao mínimo necessário.

Comunidade organizada

Toda vez que o Poder Público descentralizar suas atividades e decisões, como se fez em São Paulo com indiscutível êxito, ele está automaticamente aumentando a oportunida-

de de participação ativa de novos setores da comunidade na vida social.

É importante que segmentos cada vez mais amplos da população passem da posição de espectadores passivos das decisões governamentais à de participantes ativos das medidas que atendam a suas necessidades e aspirações.

Nesse sentido, deve ser assegurada a participação de representantes da sociedade civil – empregados, empresários, usuários, consumidores ou setores semelhantes – nos órgãos colegiados ou conselhos da administração direta e indireta, sempre que esses órgãos se ocupem de matéria de interesse específico daqueles setores. Essa experiência, já empreendida no governo de São Paulo e em outras administrações, vem se mostrando altamente positiva para o interesse público e o benefício da população.

Outras formas de participação da comunidade, através das associações de consumidores, defensores do meio ambiente, moradores, favelados, vizinhos etc., devem ser garantidas e apoiadas pelo poder público. É importante incentivar a estruturação desses movimentos, para que a participação se exerça de maneira organizada e responsável, afastados os métodos de agitação e de violência.

Gastos públicos e prioridades sociais.

A seriedade na administração e especialmente na austera aplicação dos recursos públicos constitui um imperativo da vida nacional.

Todo dinheiro público deve ter rigorosa destinação de interesse público. E dada a injusta distribuição da renda do país, que condena milhões de brasileiros à fome e à miséria, a prioridade deve ser dada aos investimentos e gastos de caráter social, principalmente na alimentação, saúde, educação e moradia, com ênfase especial na formação da juventude.

Essas aplicações, além de atenderem às necessidades mais prementes da maioria da população, são grandes geradoras de emprego, ocupação e desenvolvimento.

Austeridade é necessária para impedir obras públicas por interesses menores, os empreendimentos faraônicos, a política de clientela e de favores, práticas que sacrificam a Nação e desmoralizam governos, além de alimentarem a inflação comprometendo a estabilidade econômica do País.

A austeridade é necessária também, para combater o desperdício, através do melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais já existentes, como medidas de economia de energia, recuperação de máquinas e equipamentos. Esse aproveitamento, raro na administração pública, pode significar uma contribuição efetiva para a solução de problemas do País. O professor José Goldemberg, demonstra que medidas de poupança de energia podem nos proporcionar, nos próximos doze anos uma economia de cinqüenta bilhões de dólares ("Energia Nuclear, sim ou não? J.O Ed. 1987").

Mas, acima de tudo, é preciso que prevaleça na formação dos quadros da administração e nas equipes de governo o critério insubstituível da honestidade, da competência e da primazia da coisa pública.

O povo brasileiro tem o direito de ser bem-servido. E os governantes, o dever de servi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, toda a imprensa brasileira tem noticiado com grande alarde, a presença em nosso País, do ex-Secretário do Estado norte-americano Henry Kissinger. Lamentavelmente, parece que continuamos um país com mentalidade colonial. O Sr. Henry Kissinger quem sua passagem pelo País não é senão um **office-boy** dos grandes banqueiros internacionais, é recebido com grande pompa pelo Presidente da República e até pelo Presidente da Assembléa Nacional Constituinte. E S. Sª diz uma frase lapidar: se não houver solução da dívida dos países devedores, a democracia estará ameaçada.

Além, o Sr. Kissinger é um **expert** nessa matéria. Durante o Governo Nixon, foi o grande teórico da chamada teoria do domínio; foi o responsável direto pelo grande massacre contra o povo vietnamita; foi o coordenador do golpe militar que levou à morte Salvador Allende e colocou no poder o General Augusto Pinochet.

A figura de Kissinger acabou com o **Watergate**. A sua história, enquanto dirigente político nos Estados Unidos, apagou-se como escândalo de **Watergate**. E, hoje, vem ao Brasil, e está no Brasil, dando as cartas, indicando qual os caminhos que a sociedade brasileira deve percorrer.

Lamentavelmente, parece que não perdemos o complexo de Nação, como trinam outros, subdesenvolvida.

Mas ainda quero chamar a atenção da Casa para a reunião, que se anuncia para amanhã, de seis chefes militares, a saber os três ministros militares, o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministro-Chefe do SNI. Anunciam os jornais que os seis chefes militares vão examinar os textos das Comissões Temáticas elaborados nesses dias que antecedem o relatório da Comissão de Sistematização. Anunciam ainda os jornais que nessa análise os ministros vêm com inquietação a idéia do parlamentarismo, não aceitam a anistia, sobretudo a dos militares, e têm preocupações com a ordem social.

Durante muito tempo, nesta Casa, discutimos – aqui se discute muito, mas se decide pouco – sobre a soberania da Constituinte.

De um lado, o Presidente da República decide, alto e bom som, que o seu mandato é de cinco anos, e não quer mais conversa. Foi o que S.

Ex.ª disse na última entrevista. Já está decidido que são cinco anos. De outro lado, os ministros militares iniciam uma campanha que visa, na verdade, a influir – para não dizer coagir – na Assembléa Nacional Constituinte. O instituto da anistia é antigo na tradição da vida brasileira. Se bem examinarmos a questão da anistia, exatamente em relação aos militares, veremos que alguns deles, neste País, foram penalizados duplamente, de modo especial os oficiais da Aeronáutica, que, considerados impedidos de exercer a atividade para a qual se prepararam durante toda a vida, ainda tiveram uma segunda punição: relatórios reservados lhes impediam qualquer atividade na aviação, ainda que civil.

Mas, Sr. Presidente, vejo com profunda preocupação todo esse quadro. De um lado, o ex-Secretário de Estado americano é recebido pelo Presidente da República, dias depois, num cronograma que é preciso se restabelecer, de a Comissão de Ordem Econômica ter definido, de acordo com os interesses dos grupos multinacionais, o que seria empresa nacional; dias depois de o Presidente da República defender praticamente a privatização da economia brasileira, colocando-se expressamente contra a reserva de mercado, especialmente no que se refere à química fina; e dias depois de o Presidente da República, em discurso, anunciar que uma empreiteira alemã deseja construir e explorar a Ferrovia Norte-Sul.

Sr. Presidente, para concluir, quem chamar a atenção para o modo como trabalhamos, qual a relação entre nós, Parlamentares eleitos pelo povo, o que fazemos aqui e o que a sociedade sabe do nosso desempenho.

Ontem ocupamos a tribuna para anunciar o requerimento da instalação de uma CPI que pretende apurar o escândalo MEC-TV Globo-Ministério das Comunicações. Como sou uma pessoa persistente, resolvi fazer um **brletting** com a imprensa para dizer as causas e o que pretendemos que a CPI apure. Mas há homens mais fortes que o Parlamento, mais forte que as verdades, mais fortes que a História, e um deles é o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Não houve uma emissora de televisão que se dispusesse à pelo menos ouvir, e os jornais que nos ouviram, com uma ou outra exceção nada publicaram o que vem corroborar todo o cerco do Executivo sobre o Legislativo em assuntos da maior importância. Quando toquei na questão da Ferrovia Norte-Sul e do Grupo Deconsult, foi porque se sabe que esta história toda começou há alguns meses, quando a TV Globo, de forma inusitada, conseguiu, num passe de mágica, autorização do Banco Central para transferir milhões de dólares para o exterior, para a compra da TV Monte Carlo. Hoje, existem problemas graves na relação da TV Monte Carlo com o mercado da televisão italiana. Sabe-se que esta solução poderia ser dada pelo Governo brasileiro, desde que se abrisse o mercado nacional para as empreiteiras estrangeiras. Atrás desta negociação está o famoso Grupo Agnelli, da Flat. Espero que o anúncio do Presidente José Sarney sobre a existência de uma empreiteira alemã – e note-se que não devemos **knowbow** algum em relação à construção civil para nenhum país do mundo – não seja aquela que venha abrir a porta para resolver os problemas da TV Globo e da TV Monte Carlo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, ocupei esta tribuna diversas vezes para chamar a atenção do Governo e das lideranças dos partidos que lhe dão sustentação para a gravidade dos problemas que a Nação está enfrentando e a falta de medidas adequadas para fazer frente à realidade dos fatos. Estive diversas vezes mostrando, desta tribuna, como a irresponsabilidade e a impunidade fazem moda na vida pública do nosso País.

Volto hoje, em nome da liderança da minha bancada e na condição de 1º-Vice-Líder na Constituinte, para destacar uma manifestação, que considero da maior importância, feita ontem no Rio Grande do Sul por um dos prelados de maior prestígio do nosso País. Refiro-me à palavra de Dom Vicente Scherer, Cardeal de Porto Alegre.

Dom Vicente Scherer é tido por todos como um homem moderado, ponderado, amigo dos humildes, dos desprotegidos pela sorte, um lutador em prol do estabelecimento da justiça social, desenvolvendo um trabalho sem violência, sem contestação outra que não seja a pura e simples procura da justiça e a sua implantação em caráter definitivo em nossa Pátria.

Foi Dom Vicente Scherer quem liberou, há vinte anos, o movimento que criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Pioneiro em todos os grandes movimentos de alcance social no Sul, efetivamente sua palavra é acatada e respeitada em todo o País.

No instante em que um homem do conceito de Dom Vicente Scherer, moderado e ponderado, vem a público denunciar o clima de fraude exigindo o fim do roubo, ao falar na "A Voz do Pastor", como registra o jornal **O Estado de S. Paulo**, é porque efetivamente é hora de paramos para uma reflexão. Por isto, venho a esta tribuna trazer a palavra de Dom Vicente Scherer, de admoestação, de advertência, quicá de ponderação, na esperança de que ela ressoe na Assembléa Nacional Constituinte, encontre eco em todo o Brasil, repercuta no tímpano, na alma e no coração dos governantes, das lideranças partidárias, da intelectualidade brasileira e no seio de toda a sociedade.

Não poderia deixar passar em branco uma manifestação de tal importância, feita numa hora de tamanha gravidade – como esta que estamos vivendo. Por isto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, permitam-me que leia trechos da manifestação de Dom Vicente Scherer, para o devido registro nesta Casa, para a meditação e reflexão – talvez para uma tomada de posição de todos nós.

Nunca, como agora, campearam tão soltas a irresponsabilidade, a impunidade e a desonestade; nunca, como agora, campeou tão solta a injustiça social; nunca os pobres ficaram tão pobres e os ricos tão ricos e as disparidades foram tão grandes.

É por isso que Dom Vicente Scherer, ao exigir o fim da desonestade que atinge até as altas esferas da sociedade, com um clima intolerável de fraudes, roubos, desfalques e atentados ao Erário

Público e à propriedade privada, considerava lamentável que ainda hoje seja válida a frase do Padre Antônio Vieira: "O verbo furtar se conjuga em todos os tempos e modos."

Trago aqui as suas palavras:

"Para superar as atuais dificuldades, o País precisa primeiro acabar com a desonestidade, com o ideal de que o melhor é cada vez trabalhar menos e ganhar mais. O momento é de responsabilidade e não de discursos vazios. A avaliação foi feita ontem em Porto Alegre pelo cardeal Vicente Scherer em seu programa semanal radiofônico "A voz do pastor". Em uma referência indireta aos crimes de "colarinho branco", ele disse que "não são unicamente os assaltantes de bancos e residências particulares que, na vida privada e na administração pública, inquietam e prejudicam a coletividade". Apontou a existência, "inclusive nas altas esferas da sociedade, de um clima intolerável de fraudes, roubos, desfalques e atentados ao Erário público e à propriedade alheia", e considerou lamentável o fato de, ainda hoje, ser válida a frase do padre Antônio Vieira: "O verbo furtar se conjuga em todos os tempos e modos."

Dom Vicente Scherer admitiu que o quadro nacional exige, primordialmente, a definição clara dos rumos da política econômica. Mas requer também a disposição de todos pelo trabalho. "Com críticas azedas, belas palavras ou eloquientes discursos não se progride na superação dos problemas de atraso que se apontam e lamentam". A seriedade, para o cardeal, é fundamental porque "o crescimento e a prosperidade de empresas e iniciativas se devem à sobriedade nos gastos de seus dirigentes". Sem isso, "nenhuma entidade e país algum alcança o ambicionado nível de independência econômica, prosperidade e bem-estar."

Lebrando São Paulo – "se alguém se recusa a trabalhar não tem o direito de comer" –, o cardeal disse que "o preceito obriga também homens e mulheres da assim chamada classe alta da sociedade, que não pode estar tranqüila na sua consciência se viver entregue à ociosidade, passando o tempo em festas e frivolidades". Em situações difíceis, especialmente como a do Brasil, é preciso estar atento ao apelo com que Churchill, então Primeiro-Ministro da Inglaterra, exortou e animou o seu povo na fase mais incerta e violenta da guerra contra o nazismo: "Não venceremos sem suor, lágrimas e sangue".

Para Dom Vicente Scherer, "só com as fatigas de trabalho aturado e espírito de abnegação se explica o maravilhoso desenvolvimento material, cultural e científico que, após a denota da guerra, em poucos anos alcançou o povo japonês, que não possui a extensão do território, a fertilidade do solo e as riquezas minerais de que nos orgulhamos". O cardeal criticou o fato de haver muitas teorias sobre a crise brasileira, mas poucas ações práticas. Disse que a situação lança desafios e responsabilidades principalmente aos administradores públicos. "Mas também impõe deveres, em maior ou menor escala,

a todos os cidadãos, qualquer que seja sua condição social e meio de vida".

"O trabalho", destacou o cardeal, "dignifica e eleva". E não pode ser considerado uma dura necessidade ou inevitável fatalidade. "Ele tem a significação e a grandeza de continuar e aperfeiçoar a obra da criação, que, com esforço inteligente, mais plenamente entra na posse e se coloca à disposição do homem, segundo a ordem recebida: "Enchei a terra e submetei-a".

Dom Vicente Scherer criticou "a lamentável desagregação moral a que nos conduziu o menosprezo e o abandono da educação com base religiosa". Sem ela, o homem torna-se incapaz de progredir e de seguir "no caminho da honra, do dever e da fidelidade aos mais preciosos e insubstituíveis valores da vida". O cardeal frisou ainda que cada vez mais "os mandamentos divinos comprovam-se o mais seguro e até o único penhor e condição de progresso e tranqüilidade da vida pública e social". Em sua opinião, o homem atual está diante "das ruínas fumegantes de uma civilização prevaricadora contra os supremos ideais da alma, da existência e da convivência urbana". Por isso, Dom Vicente Scherer concluiu que "a definição de programas econômicos supõe e reclama uma infatigável reforma e regeneração dos costumes viciosos da vida pública e particular".

Eis Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a palavra sábia e oportuna do eminente prelado. Refere-se Sua Eminência Reverendíssima à dignidade do trabalho. É hora de se dizer também que estamos diante do desemprego, da recessão e do aviltamento do salário, que sofre uma desvalorização sem igual, diminuindo consideravelmente o poder de compra do trabalhador, no pior achatamento salarial de nossa História. E quantos são aqueles que querem trabalhar e não têm onde e como fazê-lo. É hora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de se estabelecer, sim, um plano econômico, mas que não represente uma manifestação ocasional, apenas, em desespero de causa do Governo, porém a afirmação efetiva de uma proposta concreta para tirar o País do abismo em que se encontra e traçar rumos seguros para a economia nacional.

Creio, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que bom seria se, nesta Casa, ecoasse firmemente e provocasse uma reação séria dos nobres constituintes a palavra do Cardeal Dom Vicente Scherer. Se o Governo que nos deveria dar o exemplo de austeridade moral, responsabilidade e punibilidade, não o faz, que a sociedade o faça, que dê esse exemplo ao Governo, para que assim possamos estabelecer, efetivamente, através da Constituinte, um marco seguro para um melhor凭orvir.

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – R. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero registrar aqui a nossa preocupação com respeito ao problema da seca, que criou uma

situação de emergência na região nordestina, especialmente no Estado do Piauí.

Chegamos, há pouco, daquele Estado e constatamos o desespero em que vive a população nos municípios, a enfrentar uma perda total de plantações e diante da impossibilidade de pagar seus compromissos, sobretudo os de financiamento da safra.

Além do mais, aquele povo não tem qualquer perspectiva de melhoria. A migração começa a ocorrer, e é um problema que, se por um lado nos prejudica, com a saída dos adultos e dos jovens, creio ser também preocupante para a Região Centro-Sul, inclusive Brasília, sobretudo quando se sabe que essas populações se fixarão na periferia das grandes cidades.

O que nos deixa também apreensivos é que o Governo do Estado, cuja ação, no combate aos primeiros problemas causados por essa situação de emergência, sempre antecedeu a do Governo Federal, até agora nada fez em termos de mobilização junto aos órgãos federais. Nota-se que a preocupação do Governador tem sido mais em torno da conquista de cargos federais e da busca de verbas para financiar projetos mirabolantes.

Também sabemos que o Ministério do Interior, mesmo retardando essa ação necessária, deverá desenvolver trabalho no sentido de organizar a chamada emergência. Aproveitamos para recomendar aos dirigentes dessa Pasta que procurem realizar esse trabalho de maneira cautelosa, a fim de que o programa de emergência não seja um instrumento político utilizado pelo Governo estadual para atingir os seus objetivos fisiológicos, a nível municipal e, ao mesmo tempo não propicie o uso da miséria do povo para ele obter mais recursos e satisfazer os interesses de seus correligionários.

Também é importante destacar que o Governo do Estado nada tem feito nessa área, e hoje se encontra voltado exclusivamente para a perseguição ao funcionalismo público estadual. Aliou-se a vários governadores reacionários deste País para combater o gatilho salarial e ultimamente convoca a polícia para reprimir os movimentos reivindicatórios da classe do magistério.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores, queremos, mais uma vez, chamar a atenção da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, e desta Casa, para a gravidade do fato de o Governo Federal enviar o Projeto de Lei nº 164/87, a pretexto de regulamentar a atividade sindical e o direito de greve. Este projeto nem deveria ser recebido pela Mesa da Câmara dos Deputados, pois é uma imoralidade e fere diretamente a autonomia e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa da Câmara dos Deputados baixou uma resolução, segundo a qual os projetos de lei apresentados pelo Governo Federal são aqueles de extrema necessidade e imprescindíveis à vida do País. Ora, o Projeto de Lei nº 164/87 não encerra

essa necessidade, nem tem essa urgência. Ele é inócuo, inóportuno e fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. O escriba da Presidência da República, o Pero Vaz de Caminha do conservadorismo, envia um projeto de lei exatamente no momento em que duas Comissões da Constituinte aprovam a liberdade sindical e o direito de greve. Isso não é por acaso: primeiro, esse projeto de lei vem após duas Comissões tomarem posições corretas sobre o direito de greve e a liberdade sindical; segundo, ele vem no momento em que o Governo baixou um pacote de arrocho salarial. Temendo greves, o Governo elaborou uma lei que, na verdade, deveria chamar-se lei antigreve, porque ela é pior do que a do tempo da ditadura militar. Essa história de que a greve deve ser decidida pela maioria dos trabalhadores, em escrutínio secreto, nasceu da cabeça do escriba do conservadorismo, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, que pensa que formuletas constitucionais são capazes de impedir o avanço da mobilização dos trabalhadores. Esse projeto não pode ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

Desde já deixamos claro para todas as Lideranças que vamos fazer obstrução de todas as pautas de trabalho da Câmara dos Deputados que contenham o Projeto de Lei nº 164, para impedir sua aprovação. Esse projeto deve ser ignorado, sob pena de esta Constituinte estar-se vendendo, abdicando de seus direitos e amando-se a algo pequeno, a uma medida que pode ser interpretada como uma provocação do Poder Executivo.

Como se não bastasse a provocação do Sr. José Sarney ao falar em cinco anos de mandato e na Lei de Informática, quando a Constituinte está deliberando sobre esses assuntos, agora S. Ex.^a envia à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 164, repito, regulamentando a atividade sindical e a Lei de Greve, exatamente quando a Constituinte avança nesse terreno.

Se o Governo da Nova República pretendia abrir uma discussão sincera e séria sobre esta questão, no Parlamento, por que não mandou esse projeto em 1985 ou em 1986? Por que mandá-lo exatamente agora, após duas Comissões Temáticas terem aprovado posições avançadas sobre a Liberdade de greve e o pleno direito de sindicalização? Isto, repito, fere a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Vamos impedir a apreciação desse projeto de lei, fazendo a obstrução de todas as pautas que contenham qualquer tentativa de apreciar esta matéria.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, em razão de reformas que o Governo promove no campo da economia e da situação difícil que o País atravessa, o Presidente José Sarney anunciou algumas medidas, entre as quais a suspensão da concorrência e, consequentemente, do início das obras da Ferrovia Norte-Sul. Estranhamos esse adiamento porque o Governo, em várias publicações relativas à Ferrovia Norte-Sul, um importante projeto, declarou haver dinheiro em caixa para a construção da obra. Ora, se há dinheiro em caixa, não há por que suspender o início da

construção, até porque há uma recessão que está provocando grande desemprego. Portanto, a aplicação desse dinheiro geraria, sem dúvida alguma, mais empregos. Por ser esta uma obra de integração nacional e consultar os interesses da Nação, ela viria a revitalizar a economia do País. Determinados investimentos não podem ser adiados, e a Ferrovia Norte Sul enquadra-se neste caso.

A bancada do Partido Democrata Cristão apela ao Presidente José Sarney no sentido de que S. Ex.^a revogue sua decisão de adiar o início das obras da Ferrovia Norte-Sul, tendo em vista que a região a ser servida por ela é grande produtora de grãos. Mesmo com o isolamento, que ainda perdura apesar da Belém-Brasília, ela vem ajudando o abastecimento dos grandes centros e facilitando a comercialização de milhares e milhares de toneladas de grãos. Refiro-me às regiões goiana, maranhense e outras, vizinhas, que serão beneficiadas com este grande empreendimento.

Pedimos a S. Ex.^a que revogue sua decisão, promova a concorrência em bases corretas e inicie as obras o quanto antes, a fim de que o Norte e Nordeste possam ser integrados ao Centro-Sul desenvolvido do Brasil, possibilitando o fortalecimento (mais rápido da economia brasileira.)

O Partido Democrata Cristão está certo de que a recessão não é a melhor opção para este País. O Governo pode congelar os preços. Aliás, apesar do crédito de confiança que abrimos para o Governo, estamos convencidos de que foi o famoso gatilho, que vinha reajustando mensalmente, na medida da inflação, os salários dos trabalhadores brasileiros que motivou o Governo a adotar o novo congelamento de preços. Então se procurou, num passe de mágica, congelar os salários.

Em todo caso, o Partido Democrata Cristão abriu um crédito de confiança e o está mantendo. Ele vai aguardar a repercussão dessas decisões do Governo, principalmente quanto ao congelamento de preços e de salários, mas faz um apelo ao Sr. Presidente da República no sentido de que não decrete a recessão em nosso País e que possibilite aos Estados do Norte e do Nordeste uma imediata integração com o Brasil desenvolvido do Centro-Sul, promovendo a imediata implantação da Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de obra da qual S. Ex.^a não pode envergonhar-se. Ela servirá ao seu Estado? Sim, mas servirá sobretudo ao Brasil.

É preciso que se acabe com essa história de se curvar a críticas injustas e infundadas que vêm fazendo determinados setores da Nação. Esses setores estão engajados, sim, mas com as oligarquias, com os grandes grupos econômicos do Centro-Sul, e querem continuar direcionando os grossos fluxos da economia para as grandes capitais, onde esses grupos mantêm as suas sedes.

Sr. Presidente, este apelo que registra o Partido Democrata Cristão através da minha voz é, sem dúvida alguma, também de amplos setores da vida nacional.

Voltemos ao grande empreendimento da Ferrovia Norte-Sul, para que a vastidão territorial do Brasil seja efetivamente integrada.

O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): -

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PMDB - RJ. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, na longa história de lutas do PMDB, sem dúvida alguma, uma das mais belas páginas diz respeito à luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Essa luta não foi exclusivamente do PMDB, mas de todos os segmentos políticos e sociais organizados do nosso País; ela empolgou a opinião pública, tomou as praças e, afinal, conquistou a anistia, não com a amplitude que se desejava, mas, de qualquer maneira, foi um avanço, no momento que vivíamos.

Hoje, no horário das Comunicações de Liderança, o nobre Líder Brandão Monteiro, do Partido Democrático Trabalhista, fez referência, com muita propriedade, ao noticiário em torno de uma reunião de Ministros militares para avaliar o que se passa na Assembléa Nacional Constituinte, em torno do parlamentarismo e principalmente da anistia, que nós com a sabedoria que o povo nos conferiu, pretendemos – agora sim – tornar ampla, geral e irrestrita.

Pessoalmente, orgulho-me de ter apresentado a emenda, confirmada pelos anistiados que compõem a Fada – Federação das Associações dos Anistiados – em cuja justificativa foi dito pelos próprios atingidos que não existe qualquer sentimento de revanche. Pelo contrário, no momento em que nos reunimos na Assembléa Nacional Constituinte para traçar todo o conjunto de regras políticas, econômicas, sociais e jurídicas do futuro do nosso País, não podemos ser movidos por esse tipo de sentimento. Revanche é uma palavra que está afastada do vocabulário político brasileiro, assim como devem estar afastados os temores de que forças que não compreendam esse esforço democrático, no País possam tentar produzir obstáculos a essa marcha, que é irreversível.

Não vejo qualquer mal em saber que Ministros militares se reúnem para examinar o que se passa na Assembléa Nacional Constituinte. É até desejável que, a exemplo, dos operários, dos estudantes e de todos os segmentos que compõem a Nação, também os militares examinem e apóiem a atuação dos delegados do povo, daqueles que para cá vieram por delegação popular, para indicar, em nome da Nação brasileira, como será o Brasil que desejamos construir. Demonstração de que não se deve buscar segundo sentido em fatos dessa natureza foi dada pelo próprio segmento militar, na Escola Superior de Guerra, onde falaram, entre outros líderes, Mário Covas e Luiz Inácio Lula da Silva: Lá, foram eles aplaudidos nas críticas que produziram contra um sistema econômico injusto e opressor, porque; hoje, tenho eu a impressão de que a Nação brasileira não mais deve ser separada em dois segmentos: o segmento civil e o segmento militar. Devemos separar democratas de antidemocratas, separar nacionalistas de entreguistas. Isto sim, porque na luta pela soberania nacional, espero que estaremos juntos.

Sr. Presidente o que me traz à tribuna é a necessidade de manifestar que não devemos guardar vãos temores, já que não existem, e acima de tudo manifestar a soberania dessa Assembléa Nacional Constituinte, cujos integrantes jamais se deixariam impressionar de maneira subalterna, jamais se colocariam em postura de subserviência

em relação a qualquer segmento da sociedade brasileira. A pressão democrática deve ser examinada, porque é um direito reconhecido. Não podemos imaginar que a Assembléa Nacional Constituinte possa ser alvo de pressões de grupos que desejam o retrocesso. Penso que essa anistia, que não pertence ao PMDB, mas sim à história de luta do povo brasileiro, será ampliada na Assembléa Nacional Constituinte, e penso ainda que, em torno dessa tese, poderemos reunir toda a Nação brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO BONFIM: - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): - Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B - AL Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, é farto o noticiário sobre a presença do Sr. Kissinger no Brasil.

S. S. é conhecido como estrategista do capital financeiro internacional e, particularmente, do imperialismo norte-americano. Destaca-se em suas declarações a idéia de reditar o Plano Marshall em benefício dos países devedores, entre os quais o Brasil. O Sr. Kissinger, em declaração ao jornal "Folha de S. Paulo", diz que, em troca dos recursos que seriam colocados à disposição dos países dependentes, essas nações endividadas pagariam apenas os juros e teriam suas dívidas transformadas em investimentos de risco. O dinheiro correspondente à diferença entre os juros baixos e os juros reais do mercado serviriam para criar um fundo de investimento.

Torna-se clara, Sr. Presidente, diante do impasse na ordem econômica internacional do sistema capitalista, em que os países devedores devem um trilhão de dólares aos países ditos do primeiro mundo, a impossibilidade de pagamento da dívida. Defronta-se o País com nova estratégia armada pelo capital financeiro internacional: se não se pode pagar a dívida – que, aliás, já foi paga diversas vezes pelos países dependentes, inclusive pelo Brasil, como disse o saudoso Senador Teotônio Vilela – que isso seja feito através do aprofundamento da dívida externa. No caso do Brasil, por exemplo, o pagamento dar-se-ia da entrega não apenas das empresas estatais, mas também dos nossos recursos minerais, dos nossos mananciais e da riqueza do povo brasileiro.

Sr. Presidente, as declarações do estrategista do capital financeiro internacional, Sr. Henry Kissinger, coincidem com o plano do Sr. Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que tem, basicamente, três pontos: a recessão, o desemprego e a capitulação ao Fundo Monetário Internacional. Coincidem elas, também, com o que vai sendo aprovado pela Assembléa Nacional Constituinte no que diz respeito à definição de empresa nacional e de empresa brasileira, favorecendo, assim, a estratégia de penetração do capital financeiro internacional no Brasil.

O Partido Comunista do Brasil, Sr. Presidente, tem uma posição muito clara sobre o assunto. Inclusive é a mesma da esmagadora maioria desta Nação e de todos os cidadãos verdadeiramente patriotas, democratas, e dos Constituintes que defendem a Nação e a democracia no País: já pagamos, diversas vezes, a dívida externa, que não foi contraída para o povo brasileiro, mas em bene-

ficio de uma minoria que dela se utilizou durante a época do regime militar. Não podemos pagá-la novamente. Portanto, só nos resta suspender o seu pagamento e realizar uma auditoria política sobre a sua origem.

Sr. Presidente, estão claros os verdadeiros motivos da presença do Sr. Henry Kissinger no Brasil. S. S. traz na mala um plano de desnacionalização e de entreguismo de nossas riquezas, de fome e desemprego para as massas trabalhadoras.

Essa postura do Sr. Henry Kissinger no Brasil, que vai sendo aceita e absorvida pelo Presidente José Sarney e pelo Sr. Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

O SR. GASTONE RIGHI Líder do PTB: - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): - Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB - SP, Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, na semana passada impetrei, juntamente com o Vice-Líder da minha bancada, Deputado e Constituinte Roberto Jefferson, um mandado de segurança contra a Mesa da Câmara dos Deputados. Em um verdadeiro Ato Institucional nº 1, de 1987, paralisou as atividades da Câmara dos Deputados, só permitindo que funcionasse às segundas-feiras, exatamente o dia em que, por lei, recaem todos os feriados e são prestadas pela Casa homenagens póstumas e realizadas solenidades. Portanto, apenas nesses dias tem a Casa oportunidade de examinar os problemas conjunturais do País, de decidir sobre questões relativas aos grandes problemas nacionais.

O Congresso Nacional tem obrigação com a conjuntura, com o cotidiano do povo brasileiro. A Assembléa Nacional Constituinte não a tem. Sua responsabilidade dirige-se à elaboração e promulgação da Carta Constitucional. Portanto, o seu dever está restrito à perfeição do nosso trabalho, e à sua perenidade. Não temos compromisso com o tempo, mas sim, com a perfeição na elaboração da nova Carta Magna. Portanto, os trabalhos da Câmara dos Deputados não podem continuar suspensos. Não é possível continuarem os Srs. Deputados impossibilitados de encaminhar seus projetos. Em razão dessa obliteração de direitos, dos percalços criados, temos votado açodadamente as matérias no plenário das sessões da Câmara dos Deputados.

Um exemplo disso aconteceu ontem. A Câmara dos Deputados, sem que ninguém soubesse, tentou votar, através da Presidência ilustre do Deputado Ulysses Guimarães, um projeto de lei do Executivo que dispunha sobre "a suspensão dos processos de despejo e dava outras providências". É claro que, pelo enunciado da matéria, imaginávamos todos que se tratasse de um grande benefício para o povo brasileiro.

Se não tivesse lido rapidamente um avulso que sobrara na Liderança do PMDB, teríamos votado, ontem a urgência daquele projeto, feito sua apreciação com votação plena e concordância de todas as Lideranças. O que dizia esse projeto demagógico? Nada, Sr. Presidente. Teríamos aqui votado um embuste, um logro, uma farsa. Não estariam concedendo moratória de 90 dias aos processos de despejo, como apregoa o epíteto do projeto.

Na realidade, o projeto concede suspensão por 90 dias dos processos concernentes a ações de despejo relativas a prédios urbanos residenciais – o que vale excluir todos os comerciais das micro e pequenas empresas, as mais atingidas pelo embuste do Plano Cruzado.

E mais, no seu art. 4º excepciona todas as retomadas decorrentes de falta de pagamento de aluguéis ou demais encargos. Isso corresponde a mais de 90% das ações de despejo em tramitação, exatamente dos inquilinos necessitados, dos assalariados carentes que não conseguem suportar o violento impacto do aumento dos alugueres que o Plano Cruzado acabou por determinar. Mais ainda, não se aplica nos casos de infração pelo locatário de qualquer obrigação legal ou contratual, dos quais pelo menos 5% correspondem às ações de despejo em curso. Não se aplica, ainda, em casos de necessidade de se efetuarem reparos urgentes no prédio locado – outro tanto percentual das ações de despejo. Finalmente, não se aplica no caso de pedido de retomada pelo locador para uso próprio.

Portanto, do projeto por cuja urgência as Lideranças do PMDB e do PFL tanto bradavam, aproveita-se apenas um único caso: quando o locador pede o imóvel para uso do seu filho. Quantos inquilinos por este Brasil se encontram nesta situação de haver o locador pedido o imóvel para uso do próprio filho? Poucos. Pouquíssimos. Talvez se contem numericamente.

No entanto, Sr. Presidente, para votarmos essa autêntica farsa, foi convocada para amanhã uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados. É o Governo querendo ganhar as manchetes dos jornais, é o Governo açodadamente a nos pressionar através de projetos que nada dizem e a ninguém atingem. Sr. Presidente, só na sessão extraordinária de amanhã, o que deve ser pago a título de jeton, o que deve haver de gastos, nesta Casa, para votarmos o inútil, o nada, talvez desse para indenizar e, quem sabe, até mesmo financeirar a casa própria dos poucos inquilinos que serão beneficiados com essa falcatrua.

Ademais, Sr. Presidente, ninguém nesta Casa havia lido esse projeto, porque se o tivessem feito teria vergonha de vê-lo submetido à votação em plenário. É preciso, pois, acabar com esse tipo de procedimento. O Palácio do Planalto canta e exorta virtudes, declara querer beneficiar o povo, mas, na verdade, nos manda "coisas" – entre aspas – desse tipo.

Isso é lamentável, e volto a insistir espero que meu Mandado de Segurança – pelo qual o Sr. Presidente da Câmara deve estar sendo intimado hoje – seja deferido logo no início de agosto, para que tenhamos aqui uma Câmara dos Deputados realmente voltada para um trabalho sério de análise dos projetos, para que não se repitam sandices desse naipe, para que não estejamos aqui sujeitos ao apropriação e ao ridículo. Nós, Deputados e representantes do povo, temos obrigações para com a Nação, e a primeira delas é a da seriedade, a da responsabilidade, a da idoneidade de nosso trabalho. (Palmas.)

O Sr. Jorge Arbage Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mario Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) –

VI – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ANTONIOCARLOS MENDES THAME – Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre apuração de irregularidades ocorridas no conglomerado Banespá.

– Requerimento de informações ao Ministério da Fazenda sobre liquidação do Banco Comind.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) –

VII – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra a Srª Anna Maria Rattes.

A SRª ANNA MARIA RATTE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Companheiros Constituintes, o Brasil, ao longo de sua História, tem feito conviver, nem sempre pacificamente, a opulência e desperdício de uns poucos com a pobreza e a fome da maioria da população brasileira.

Nos mais de 20 anos de ditadura, a economia cresceu e modernizou-se, o endividamento externo chegou a níveis absurdos, mas a miséria e fome prosperaram, alcançando dezenas de milhões de brasileiros.

A dignidade do ser humano – que compreende o direito aos bens essenciais, ao emprego, a saúde, educação, moradia e razoável qualidade de vida está cada vez mais ameaçada. São para lá de 90 milhões de brasileiros que vivem em contínua degradação de nível de vida. Deste total, cerca de 40 milhões vivem em miséria absoluta. E neste último grupo estão os milhões de menores abandonados nas cidades.

A maioria da população do País não tem oportunidade de emprego estável, não tem garantia de manutenção de seu salário real, não tem condições mínimas de saúde, não tem acesso à educação, à terra, não conta com um sistema previdenciário eficiente, nem com um sistema habitacional voltado para suas reais necessidades.

Este é o triste retrato de nossa imensa dívida social, que hoje atinge mais de 80% de nossa população – setores da classe média, operariado, desempregados e subempregados da cidade e do campo.

Agravada pela nossa insalável dívida externa, nossa dívida interna já hoje na conta de dezenas de bilhões de cruzados, e nossa dívida política, que atinge toda a população brasileira – pois as questões da participação e da democracia buscam rápidas respostas concretas – o País atravessa crise sem precedentes. É preciso enfrentá-la com determinação e coragem.

Eis a causa de nossa presença aqui, agora. Urge desconstituir a Ordem Velha e construir a Nova. Não há muito que conservar. Há muito o que desfazer. Somos uma sociedade má, que legalizou a injustiça. Somos uma ordem social e jurídica imoral.

É preciso que tenhamos a coragem de nos avaliar detalhadamente. O que queremos realmente? Substituir ou reproduzir o sistema?

Acho que é o momento de romper e de criar. Criar uma verdadeira democracia social. Se não trabalharmos no sentido de mudar a sociedade brasileira, não seremos perdoados pela História.

A forma de trabalho adotado no Regimento desta Assembléia Constituinte, das Subcomissões, das Comissões, até, progressivamente o Plenário, é o mais rico e o mais participativo possível.

A participação dos mais variados segmentos da população, desde o primeiro estágio, é paradigma sem precedentes em nossa história constitucional. Buscou-se a origem no local de origem – o povo. E os aportes que o povo trouxe ao nosso trabalho são todos eles uma vívida cobrança da dívida social do Estado.

Daí nossa grande responsabilidade individual no resgate desta grassante injustiça. A participação pessoal e individualizada não se diluirá na Assembléia. Responderemos nominalmente, emenda por emenda, voto por voto, pelas partes e pelo todo do que aqui ficar consignado e consagrado.

Ouso, por isto, lembrar aos meus colegas Constituintes todos os compromissos firmados nos palanques de suas campanhas. Nossa coerência e verdade estão em cheque minuto a minuto por todos aqueles que confiaram em nós.

E como esquecer o papel decisivo do PMDB, que detém a maior bancada desta Assembléia, em todo este processo de transformação social? Como esquecer seu programa básico e as propostas assumidas?

A única garantia de que o processo de desenvolvimento avance de forma substantiva reside na participação permanente organizada do povo nas decisões. A democratização do Estado constitui o único caminho adequado para colocar, definitivamente, a política econômica e social a serviço dos interesses da sociedade. O desenvolvimento com democracia e participação significa a garantia de um nível mínimo de renda, de habitação, de educação, saúde, lazer. Não pode haver verdadeira democracia fundada na desigualdade opressiva, na persistência e ampliação da pobreza, na exclusão prática de imensos contingentes de seres humanos da cidadania e dos frutos do progresso espiritual e material do País.

Aos que, por motivos ideológicos ou pessoais, não assumiram aberta e amplamente a reforma agrária, gostaria de lembrar que ela significa uma completa reorganização da dívida rural, com o objetivo de assegurar acesso à terra, ocupação produtiva, renda e condições dignas de vida à população do campo. Como a reforma agrária se faz necessária onde coexiste o latifundiário improdutivo como minifúndio inviável, para a redistribuição da propriedade da terra em favor dos que a trabalham, segundo os critérios simultâneos de conveniência econômica e equidade social! Urge a criação de mecanismos legais rápidos para assegurar a posse da terra e legitimar os títulos de propriedade. Uma ampla reforma tributária, que possibilite a eliminação das enormes injustiças do atual sistema de impostos, que penaliza os assalariados de baixa renda, enquanto as classes privilegiadas pagam parcelas insignificantes de seus rendimentos, também é compromisso de nosso partido.

Sem uma reforma financeira não será possível democratizar o crédito, com taxas de juros baixas e acessíveis aos consumidores de baixa renda.

Sem uma reforma fundiária urbana não será possível uma política urbana que regularize a situação de milhões de favelados e que coiba a especulação imobiliária, criando condições para o desenvolvimento integrado da habitação popular, do saneamento, dos transportes, das escolas e postos de saúde.

Planejamento estratégico também faz falta crucial ao setor de mineração. Não podemos admitir

que nossas riquezas não-renováveis venham a ser exportadas sem critérios, sem planejamento, com concessões inaceitáveis ao capital estrangeiro, sob a pressão das condições sufocantes da dívida externa.

Indispensável e urgente é, também, a implantação de uma nova política agrícola que, acoplada ao processo de reforma agrária, vise assegurar a oferta abundante de alimentos.

A formulação de uma política industrial é necessidade impostergável. O PMDB defende a implantação de medidas nacionalistas, apoiadas no planejamento consistente do investimento público, notadamente para as áreas de energia, infra-estrutura e transporte. O planejamento de médio e longo prazo para os programas públicos permitirá a utilização racional da capacidade produtiva existente, particularmente no caso do setor de bens de capital.

Uma nova estratégia de desenvolvimento social não poderá sustentar-se sem que o estilo de crescimento econômico seja reorientado. Diante da gravidade da crise mundial e do caráter revolucionário das transformações técnicas que se prenunciam, é urgente a adoção de uma estratégia econômica de longo alcance, uma estratégica que vise a enfrentar a crise e que busque ajustar o nosso sistema produtivo às novas condições da economia mundial.

Ouço, com prazer, o Sr. Constituinte Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA: — Nobre Constituinte Ana Maria Rattes, com muita competência, como se tem caracterizado aqui no exercício de seu mandato de Constituinte, V. Ex.^a compatibiliza a lucidez na análise das consequências de um sistema econômico injusto com a lucidez das propostas para que cheguemos a soluções objetivas e concretas. Realmente, se reunirmos políticos dos diversos partidos, talvez cheguemos às mesmas conclusões com relação às consequências, ou seja, a isso que estamos vivendo em nosso dia-a-dia, quando percebemos a classe trabalhadora oprimida e sacrificada, a infância e a juventude desamparadas, gestantes pobres impossibilitadas de imaginar que darão à luz crianças saudáveis, sem sequelas cerebrais. Mas V. Ex.^a traz também, além da denúncia dessa situação a que todos assistimos, um compromisso ideológico, ao reafirmar agora e aqui, com seu discurso, tudo aquilo que fez durante a campanha eleitoral. E é isso que nos honra: ter em nossa bancada do Estado do Rio de Janeiro uma Constituinte como V. Ex.^a, que vem à tribuna para mostrar que não existe qualquer diferença entre o palanque e a tribuna parlamentar, porque em ambos o político deve falar a verdade, deve dizer aquilo que pensa e respeitar os compromissos assumidos com o povo, pois, afinal de contas, é a razão da nossa luta.

A SR^a ANNA MARIA RATTE: — Agradeço ao companheiro Constituinte Miro Teixeira o aparte. Acho que a única diferença que existe entre os palanques e este plenário é que geralmente, quando se fala nos palanques, o povo está lá embaixo, caloroso e presente, e, aqui, o plenário está vazio — o calor parte de V. Ex.^a, somente.

Prossigo Sr. Presidente.

Distribuição de renda, criação de emprego e erradicação da pobreza absoluta são três elementos indissociáveis de um processo de redução

das disparidades regionais. O desenvolvimento das regiões mais atrasadas requer generosas políticas compensatórias na área social, uma reforma tributária que restaure a Federação e descentralize a decisão e a alocação do gasto público. Uma política regional, abrangente, garantida pela participação política e pela devolução às comunidades locais e regionais do direito de decidir sobre as prioridades que lhes afetam diretamente, é condição *sine qua non* para a existência de uma nação integrada e regionalmente equilibrada sob o ponto de vista econômico e político.

Nestes cinco meses de trabalho, nas etapas das Subcomissões e Comissões, há muito de avanço social a ser registrado. Mas este avanço não se consubstanciará sem um ajuste econômico-financeiro a lhe servir de suporte, nem se tornará realidade se não for mantido na Comissão de Sistematização ou nos trabalhos de plenário.

Não tenhamos, companheiros, temor de nos comprometer com o novo. Esta é uma exigência da mutação e dos avanços.

Se não nos sentirmos corajosos e abertos para apadrinhar as transformações, não estaremos sendo coerentes com o momento histórico nem fiéis aos compromissos assumidos com aqueles que, sufocados, confiaram em nós, para transformar-lhes a realidade do dia-a-dia.

É nossa a responsabilidade de terminar a fase de transição de nossa História, do autoritarismo dos vinte anos para o regime de verdadeira democracia participativa. É nossa a responsabilidade de resgatar perante todos os brasileiros a oportunidade de ratificar as conquistas, que deverão ficar consignadas nesta nova Carta Magna, e a credibilidade de escolher imediatamente apelo voto direto o supremo mandatário desta Nação.

É a nossa hora de fazermos acontecer a nova hora, para toda a Nação brasileira. Não fomos eleitos em vão. É preciso que, com honestidade, busquemos lá no fundo de cada um de nós a razão de estarmos aqui e a quem e quais as respostas que deveremos dar, sob pena de sermos considerados traidores dos anseios do povo brasileiro e de sua vontade democrática.

O quadro de sofrimento, de miséria e de violência que hoje presenciamos neste País torna-se ainda mais aterrador se o projetarmos para o final do século. Convivemos atualmente com 30 milhões de menores carentes, com mais de 13 milhões de trabalhadores rurais sem terra — apesar de uma óbvia deficiência na produção de alimentos de consumo básico — com aproximadamente 10 milhões de famílias sem moradia digna, com mais de 30 milhões de analfabetos, tendo-se ainda em conta que, da população ocupada rural e urbana, mais da metade tem rendimentos inferiores a dois salários mínimos e cujo nível de vida varia, portanto, da miséria à mais estrita pobreza.

Paradoxalmente, somos a 8^a economia do mundo e encabeçamos a lista dos cinco países de mais alta taxa de concentração de renda.

Companheiros Constituintes, não podemos dar-nos ao luxo, diante deste quadro, de sermos conservadores. Não podemos sucumbir ao medo das mudanças. Nestas duas fases que nos restam de trabalho nesta Assembléia Nacional Constituinte, ou tentaremos, parlamentando, buscar imediatamente alterar este quadro, pela inversão de nossas prioridades política, econômicas e sociais, ou corremos o risco real de, com a total

desesperança, legarmos aos nossos filhos um estado de total convulsão e Ex.^a tremor violenta.

Não queremos nem podemos permitir este negro futuro para o Brasil. (Palmas.)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT — RJ):

Sem revisão da oradora.: — Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs Constituintes, penso que não bastaria fazer um discurso. Teríamos de fazer muito mais.

A oradora que me antecedeu disse que existe uma diferença entre esta tribuna e o palanque. Vim para cá imbuída do calor do sentimento, da responsabilidade, e vejo as cadeiras vazias... Entendo que o compromisso assumido por nós, que assomamos à tribuna, é com 130 milhões de brasileiros. Esse calor tem de permanecer em cada um de nós, e temos de ter a empolgação dos palanques em períodos eleitorais. Neste sentido e com esta empolgação fui incentivada a vir à tribuna e falar a respeito da Comissão da Ordem Social.

Antes, gostaria de deter-me em cópia de uma carta que tenho comigo e que não segui os trâmites legais de uma correspondência. Ela foi depositada dentro de uma cédula de votação de uma eleitora da Baixada Fluminense e traz a data de 15 de novembro de 1986. Diz o seguinte:

"Senhor da Lei, por favor eu lhe peço para se ter consciência com os pobres e principalmente a empregada doméstica, peço que liberte ela um pouco do horário de trabalho. Como é que um ser humano pode trabalhar 24 horas todos os santos dias? Nós já está com os nervos na flor da pena de tanta injustiça que fazem com nós, doméstica. Somos uma escrava, sem poder de gente, porque ninguém da lei visa pra nós, por que isso? Eu acho que a própria justiça é muito injusta com nós. Muitos dizem que a nossa profissão é digna; é digna porque quem fala não está nela trabalhando da 5 ou 6 da manhã e só podemos deixar 11 ou 12 da noite ou até mais tarde. Vivemos presa dia e noite, todos os dias da nossa vida. Se nós pudesse estudar já era uma saída para que nós pudesse sair desta prisão que é empregada doméstica que não tem direito nenhum."

Senhor, eu acho que esta profissão deveria ser dois turnos: uma para o dia e outra para a noite, pois eu choro lágrimas de tanto viver nesta escravidão, sem ter ninguém para olhar para nós. Até quando vai durar isto senhor? Se pelo menos nós só trabalhasse da 9 da manhã às 5 da tarde, já livraria nós desta prisão que nós temos, sem ter ninguém que dê jeito.

Senhor: Constituinte para mim só vai ser, se liberar nós, empregada doméstica. Se não para mim vai continuar sempre a mesma coisa.

Eu vou votar para: (Agnaldo Timóteo pois eu vejo dizer que ele — a mãe dele já foi lavadeira). Quem sabe que ele pode mudar a Profissão da gente, pois nós vai ficar velha, sem poder gozar nada da vida porque estamos na prisão dia e noite.

Falo sem medo, pois é a pura verdade. (Por favor, faça uma nova Constituinte que nos dê dois turnos, dia e noite: para uma pessoa e outra pessoa. (Marizete dos Santos)."

Foi exatamente Marizete quem me ajudou na escolha, junto com tantos outros compromissos que já tenho, para ingressar na Comissão da Ordem Social.

Ao ler este comovente depoimento senti um verdadeiro torvelinho na cabeça. Menos pela descrição da rotina de uma empregada doméstica – eu vivi na própria pele que pela consciência da pesada responsabilidade da qual somos portadores. Eu, Benedita da Silva, Deputada Federal Constituinte, uma “senhora da lei”, na qual estão depositadas as expectativas, as aspirações de 130 milhões de brasileiros.

No momento em que a Subcomissão da qual fiz parte, bem como as demais, encerra os seus trabalhos, é hora de perguntar: o que estamos fazendo destes desejos? Em que estamos transformando estas esperanças? Qual o significado que tem ou poderá vir ater o nosso esforço na consolidação ou ampliação dos espaços de cidadania de milhões de compatriotas nossos que ainda são cidadãos de segunda categoria?

Quero particularmente me deter no que foi matéria de enfoque da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

Há um livro escrito por um médico francês, nascido na Martinica durante o período da dominação colonial naquela ilha. Seu autor chama-se Fritz Fanon e em português tomou o título de “Os Condenados da Terra”. A propósito, vale assinalar que ele foi proibido de circular aqui no Brasil durante a ditadura militar, pois se constitui forte libelo contra um sistema totalitário e as seqüelas emocionais e psíquicas que deixa nos seus elementos envolvidos.

Na verdade, este texto me veio à lembrança, pois, em certa medida, os setores da população, os grupos sociais que foram objeto do debruçar do trabalho da Subcomissão muitas vezes nos deram a sensação de estarmos diante da legião dos deserdados da terra, da Nação brasileira. Se não, vejamos.

Um dos temas abordados foi o da discriminação exercida contra a população negra. Sendo a imensa maioria racial em nosso País, sofreu e continua sofrendo um cruel processo de despojamento de suas raízes, de suas formas de religiosidade, de seus traços étnicos, de sua identidade, de seu orgulho, de sua dignidade! É duro ser negro numa sociedade que tem como modelo pertencer à etnia branca, ser macho e ser originário das classes dominantes. É doloroso abrir a porta do apartamento que ocupo aqui em Brasília, enquanto Deputada, e ouvir a pergunta: “A madame está?” Isto porquê sou negra, sou uma negra de alma negra.

O mito da democracia racial é extremamente difundido e a teoria do embranquecimento ainda é profundamente introjetada nos corações e mentes da população brasileira, inclusive entre os próprios negros e miscigenados. A força da dominação ideológica e cultural é assustadora.

No calor da feitura de uma nova Carta Constitucional e às vésperas das comemorações do centenário da abolição com a assinatura da Lei Áurea, urge pensar e repensar a questão do racismo em relação ao negro no Brasil.

Percebemos que, de um modo geral, os autores brasileiros que se debruçaram sobre este tema – e aqui abro um parêntese para destacar o meu querido companheiro de bancada, o mestre Flo-

restan Fernandes, autor da mais importante constituição contemporânea ao estudo das relações entre negros e brancos – destacam as dificuldades dos antigos escravos em disputarem, em pé de igualdade com o homem branco, o seu lugar no mercado de trabalho, no processo de constituição de uma sociedade de classes. Um raciocínio que daí poderia inferir é que, em algum momento nesta trajetória histórica, poderia haver superação destas limitações, permitindo uma integração e uma equalização “natural” das oportunidades para a população negra.

Preocupa-nos hoje, em 1987, que de fato isto não venha ocorrendo. Parece-nos, quase um século depois, que é necessário criar medidas urgentes e eficazes no sentido de romper este verdadeiro círculo vicioso. Na verdade, dentro da oitava economia mundial, a brasileira, a desigualdade persiste; as práticas sociais dos setores dominantes têm contribuído para a sua existência, e não apenas como um resíduo cultural. Daí a preocupação da nossa Subcomissão no sentido de garantir mecanismos que avancem concretamente na superação dos entraves de ordem econômica e cultural, bem como na criminalização do preconceito.

Finalmente, tivemos o cuidado de prever a criação de campos favoráveis ao enfrentamento do negro em uma organização social racista que rebaixa as suas aspirações e lhe avulta a auto-estima.

Contudo, a população negra brasileira, cujos ancestrais foram literalmente arrancados de sua terra, a África, divide com as populações indígenas esta situação de exílio. O trágico, entretanto, é que os indígenas, primeiros habitantes desta terra **chá e muy fermosa**, são exilados em seu próprio solo. Sob o doce nome da catequese lhes focam retirados os valores que lhes garantiam sob o disfarce de um “processo civilizatório”. Tiraram suas terras e iniciaram uma guerra de extermínio que continua. Ontem bandeirantes; hoje empresas mineradoras, latifundiárias, frigoríficos multinacionais, pseudomissões religiosas. Tudo isto com a convivência e respaldo dos poderes instituídos.

Ninguém indagou aos negros se desejavam vir. Ninguém perguntou às nações indígenas se desejavam que outras viessem ocupar seu espaço original. Seria impossível, no momento atual, fazer reviver todos os indígenas que secularmente foram assassinados pelas armas de fogo ou pelas doenças trazidas pelo homem branco. Entretanto, através das proposições formuladas, queremos garantir o espaço físico indispensável à sua sobrevivência e a reconhecimento de sua identidade étnica e cultural. Diferentes, porém não desiguais.

Certamente muitos interesses serão contrariados; contudo, continuaremos a cerrar fileiras em torno desta causa.

Mas o continente dos deserdados é grande e vasto, densamente povoado. Segundo estimativas feitas, 10% da população brasileira são compostas por pessoas portadoras de limitações físicas, mentais e sensoriais. É um contingente muito elevado para um País como o Brasil, que não sofreu os horrores de uma guerra mundial, por exemplo, em seu próprio território. Entretanto, estes companheiros e companheiras travam, no seu cotidiano, uma batalha atroz contra a omissão de uma sociedade civil e de um poder público que não tem uma política prioritária em relação a estas questões. A fala deste grupo social se

constrói e é preciso que demonstremos que nossos ouvidos se encontram sensíveis a ela.

No quadro destes grupos sociais que não têm tido vez ou voz dentro da formação social brasileira inclui-se, para efeito de sua inserção legal na nova Carta Constitucional, dispositivos que dizem respeito aos discriminados por sua opção sexual. Na visão de contribuir para a construção de uma sociedade pluralista e democrática, é fundamental garantir a liberdade de organização e expressão independentemente de “nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física mental ou sensorial e qualquer particularidade ou condição social”, conforme reza o art. 1º do nosso anteprojeto e seus parágrafos.

Sabemos que não debelaremos a discriminação ou o preconceito através dos textos legais. Entretanto, a condição através da lei é capaz de possibilitar a abertura de fissuras na dura carapaça da intransigência, da intolerância e do autoritarismo.

É fundamental explicitar que a minha escolha em participar desta Subcomissão obedeceu a um imperativo categórico da minha consciência, da minha trajetória política, da minha história de vida. Certamente muitos outros temas e conteúdos seriam dignos de minha atenção e do meu esforço. Contudo, o reconhecimento da existência de numerosos grupos sociais que, independentemente de sua quantificação, têm o seu discurso abafado pelo discurso dominante, me fez, com muito carinho e trabalho, optar por ajudar na gestação de um campo fértil para a eclosão de suas falhas.

Obviamente, podemos perceber que numa sociedade hierarquizada como a nossa há uma inter-relação maior ou menor entre os aspectos raciais ou sexuais e a distribuição relativa na estrutura de classes. E que estes nexos causais determinam, em última instância, o peso relativo do discurso de cada grupo social. Sabemos concretamente que não é qualquer discurso persuasório que convencerá os cúmplices e beneficiários da opressão a abrirem mão dos seus privilégios; entretanto, é obrigação do legislador, imbuído da convicção democrática, lutar para que os discursos e práticas sociais discriminatórias tenham um espaço cada vez menor na sociedade.

Lutar por estas causas é, nos dias que correm, estar contribuindo, na teoria e na prática, para a consolidação e ampliação dos espaços de cidadania do nosso povo.

É preciso, todavia, não perder de vista a necessidade ingente de, a par destas lutas setoriais, continuar e aprofundar a discussão e o enfrentamento das questões estruturais que, se não resolvidas, inviabilizarão ou retardarão em imenso o alcance das chamadas questões “específicas”. Há uma palavra de ordem muito bonita, utilizada por setores do movimento feminista, que afirma: “Sem feminismo não há socialismo”. Concordando na íntegra com o enunciado, eu diria que “sem socialismo não há feminismo”. Pois, objetivamente, tenho a nítida consciência de que a emancipação cabal de muitos setores oprimidos em nosso País se imbrica, diretamente ou em última instância, com a transformação do poder político, da infra-estrutura de nossa sociedade.

Fazemos esta afirmação com a certeza clara de que a questão do preconceito racial contra os negros, contra as minorias, o extermínio das populações indígenas, o alto coeficiente de pes-

soas portadoras de limitações físicas, mentais ou sensoriais, o não-respeito às diversas formas de expressão religiosa ou étnica, estão intrinsecamente ligadas à manutenção de modelos econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que se inscrevem nos marcos de um capitalismo dependente e periférico, como o vigente em nosso País.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, como visualizar a questão do controle da natalidade tipo Benfam e Cepaim, que investe principalmente sobre as mulheres pobres e/ou negras, sem pensar na política demográfica do FMI?

Como dissociar as dificuldades de implantação de uma política fundiária mais justa – na cidade e no campo – dos interesses dos grandes especuladores imobiliários, dos grandes monopólios internacionais de gado ou dos latifundiários que associariam diariamente tantos e tantos trabalhadores da terra?

É impossível pensar uma política econômica e financeira que tome este País governável sem golpear o capital financeiro ou industrial que se apropria da mais valia dos trabalhadores brasileiros.

Não devemos ou queremos esperar que estas questões estruturais sejam transformadas, para que então possamos cuidar das questões específicas. Entretanto, temos clareza da necessidade de mudanças mais profundas em nossa maneira de conceber a sociedade brasileira. Dialeticamente, ambos os blocos de questões devem ser objeto de nossas reflexões e nossas lutas.

Urge construir novos caminhos para enfrentar a grave, a dolorosa situação que atravessamos.

Considero que o trabalho feito pelo Congresso Constituinte tem sido de valia. No próprio trabalho da nossa Subcomissão procuramos tornar mais concreto o contato de viva voz com os setores diretamente atingidos, nos desdobramentos para até, *in loco*, ter um enfrentamento real com as problemáticas abordadas. Entretanto, isto não basta.

Como uma Constituinte cujo mandato tem um compromisso com a transformação, afirmo que é hora de avançar no sentido da mobilização popular, na abertura de canais, para que, dentro do jogo democrático, os setores organizados da sociedade civil exerçam o seu poder de pressão, no sentido de verem aprovadas as melhores propostas surgidas neste plenário. Para que uma boa Constituição não se transforme apenas em letra morta é necessária a criação de mecanismos de controle e fiscalização, permanentes e eficazes, da ampliação dos artigos constitucionais e leis ordinárias decorrentes.

O nosso esforço dentro destas quatro paredes será em vão, se não tiver respaldo sem limites lá fora.

Observei que, na medida desse esforço, na necessidade de fazermos valer esse direito – pensando na carta dessa pobre operária, empregada doméstica – ainda teremos que discutir muito e avançar no sentido de garantir os direitos dos trabalhadores.

Na Comissão da Ordem Social, entrando na madrugada, aprovamos direitos para os trabalhadores, no que diz respeito à estabilidade, mas esses direitos não puderam atingir as empregadas domésticas. Uma das coisas que mais chamou a minha atenção, a nível de direito do trabalhador

– neste caso, da trabalhadora – é que ela colocou que a duração de trabalho não superior a 40 horas semanais e não excedente a 8 horas diárias, com intervalos para repouso e alimentação, não constitui direito para a empregada doméstica.

Nesta carta, que me comoveu profundamente – recebida quando estávamos examinando o relatório, enquanto batalhava na Comissão para que a minha emenda fosse aprovada – pude observar que a missivista havia colocado que o seu trabalho era escravo. Com experiência própria, acredito que ele continue sendo escravo. E aqui não garantimos a sua carga horária, e ela continuará tendo seu trabalho escravo, se a Comissão de Sistematização e este Plenário não fizerem valer o direito que têm as empregadas domésticas, e não lhes garantir que tenham, como todos os trabalhadores, urna carga horária determinada.

Outro ponto fundamental nas discussões, quando argüimos a questão dos direitos da mulher, foi que levamos em consideração essa complexa questão de tratar com igualdade os diferentes. E as mulheres têm sido tratadas diferentemente neste processo. Elas sequer percebem – a nível do direito natural, pela ordem natural das coisas, pelo organismo da mulher, diferenciado do organismo do homem – os direitos garantidos aos trabalhadores. Não asseguramos à empregada doméstica o direito ao período de licença durante a gestação. É simplesmente absurdo, na medida em que conhecemos e sabemos que a maioria dos trabalhadores domésticos são mulheres. E não lhes garantimos o livre direito de ter os seus filhos e receber uma licença. É ignorar demais o ser diferenciado, na medida em que foi profunda a discussão que ocorreu para que esse direito elementar do tratamento igualitário fosse garantido pela Comissão da Ordem Social. Portanto, temos ainda muito o que discutir na Comissão de Sistematização, neste plenário, com relação aos direitos dos trabalhadores.

Outro aspecto que me chama a atenção – e aí cresce mais ainda a minha preocupação – é quando vejo que o Projeto de Lei Sindical, do Presidente Sarney, irá interferir na organização dos trabalhadores e fazer com que o processo de eleição sindical seja uma das violências absurdas; quando vejo fixarem, nesse projeto, o mandato do dirigente sindical e percebo que irá facilitar a formação do sindicato por empresa. Observo que a Ordem Social, nesse sentido, avançou, quando ela permite que os sindicatos sejam organizados por categorias e proíbe mais de um sindicato por categoria. Fico observando e achando absurdas essas violências que são cometidas.

E aqui também, dentro da Comissão da Ordem Social, no que diz respeito à questão da saúde, elas ocorrem, quando vamos, evidentemente, garantir direitos e ainda estamos preocupados com o planejamento familiar, com o direito da mulher, dessa trabalhadora que tem sido vítima do Fundo Monetário Internacional, na questão do controle da natalidade. Admitimos, na Comissão da Ordem Social, que possa um capital estrangeiro permitir os recursos internos ou externos, de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinados ao financiamento de programas de pesquisa ou de assistência na área de planejamento familiar. Ainda diz o FMI que só poderão ser utilizados após a autorização do órgão máximo do sistema único de saúde.

Vejam só: o projeto do Presidente José Sarney, da Lei Sindical, coloca que o sindicato só poderá receber a ajuda do exterior com autorização. De repente, no sindicato autônomo e independente, para o qual a Comissão da Ordem Social garante a livre organização, vamos observar que esta mesma Comissão permite a atuação da Benfam e a Cepaim, que já têm trabalhado no Brasil, constantemente – e sabemos perfeitamente que não existe aqui um planejamento familiar voltado para o interesse da classe trabalhadora, no sentido do direito de o casal decidir sobre o número de filhos que deseja ter, mas que, no primeiro momento, o Fundo Monetário internacional determina que o planejamento familiar só poderá ser utilizado após a autorização do órgão máximo do sistema único de saúde, que não teve, até agora, maior decisão quanto à política que vem sendo implementada a nível do controle da natalidade.

Defendemos um planejamento familiar eficaz, mas a Comissão da Ordem Social peca consideravelmente quando permite esse tipo de investimento. Novamente essas mulheres se tomarão cobaias do capital internacional. Se decide a questão econômica deste País a partir do útero dessas mulheres, que nem sequer têm vez e voz para decidir sobre seus direitos, mais uma vez, a Comissão da Ordem Social irá contribuir consideravelmente, na medida em que ela garantir esse tipo de investimento, o qual repudiamos.

Espero contar com este Plenário, como Comissão de Sistematização, para que não haja nenhum investimento no sentido de pesquisa, de orientação, a não ser coisa pura e simplesmente nossa, nacional. Aqueles que defendem a nacionalização, que estão prontos para dar o seu suor, o seu sangue, a sua lágrima por este País, não deixarão que o nosso sistema de saúde faça mais uma vez de nós, mulheres, cobaias dos interesses internacionais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, meu discurso tem os títulos “A transição política: necessidade de questioná-la”, ou “O Simpósio que a USP devia ter feito”, ou ainda, “O Esboço de regime político que o Simpósio ignorou”.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, está em discussão o Simpósio “A transição política: necessidade e limites da negociação”, que vem de ser promovido pela Universidade de São Paulo.

Antes de mais nada, cumpre lembrar que este Simpósio foi montado pela direção da USP a partir de um pedido do Presidente José Sarney, que, como se sabe, representa o centro do poder condutor da própria transição.

Essa origem não é irrelevante. Não constitui detalhe secundário, que se possa deixar em segundo plano, muito menos esquecer. É uma marca de fabricação que indica a quem, em primeiro lugar, interessava esse tipo de evento. Esta marca está registrada já na formulação do tema: “A transição política: necessidade e limites da negociação”. Não é um tema neutro, como, aliás, nada o é em política. Pelo contrário, ele condiciona, orienta, impõe previamente uma discussão centrada na idéia da negociação ou pacto político. E mais, tendo partido do Presidente Sarney, ficava subentendido de antemão que as cogitações sobre um tal pacto político admitiam, pelo menos como possibilidade aberta à análise, que o atual

centro de poder poderia eventualmente vir a participar de algum projeto ou roteiro político de sentido democratizante.

Toda essa maneira pela qual se deu a montagem do Simpósio já significava atribuir ao atual Presidente uma determinada legitimidade, credibilidade e confiabilidade que este em absoluto não possui. Significava, enfim, reconhecer a um tal Governo – congenitamente fechado e autoritário – a condição de interlocutor e participe incluído entre as forças políticas interessadas em avanços democráticos.

Tudo isso não corresponde às melhores tradições da USP. Ao contrário. Nos piores anos da ditadura, professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo escreveram páginas memoráveis de luta pela autonomia e independência da Universidade em relação ao poder. Muitos mestres e estudantes sofreram repressão por causa deste Ideal. E agora, quando este Governo antidemocrático vivia seu instante de maior desgaste, de maior impopularidade, de maior ilegitimidade, de maior desnudamento, é a USP quem se presta ao papel de cobrir com o manto das falsas intenções democratizantes o despota despidão.

Mais triste, porém, é que ela o faz em um momento muito grave, em que a crítica veemente, livre e direta ao poder se faz imperiosamente necessária. Um momento em que, das oito Comissões Temáticas deste Congresso Constituinte já emerge, claramente delineado, o perfil do regime político ultraconservador que a nova Carta poderá institucionalizar. E isto por obra e graça do mesmo José Sarney, figura central da ampla articulação dos retrógrados a agir nos trabalhos constituintes.

A transição tem nesse primeiro esboço de regime político saldo das Comissões o seu retrato nu e cru. No entanto, o Simpósio da USP praticamente ignorou este dado. Ignorou o que se passa na política brasileira real, sintetizada nesta Constituinte, embora aqui estejam colocados todos os elementos chave para uma análise crítica do caráter, do sentido e das finalidades de uma transição que não é democrática.

Segundo o noticiário, houve ampla concordância com a idéia de que a transição "estancou". Mas o que estancou, no caso, foi o espírito de luta, de denúncia, de indignação intelectual e política, quando a razão crítica caminhava para o choque com o poder. Porque a transição não parou. Esta prossegue sua marcha, com o Pacote Econômico espoliador dos salários e com o seguimento dos trabalhos parlamentares apontando para uma nova Constituição reacionária, para espelhar juridicamente o regime político antidemocrático que as nossas elites dominantes sempre arquitetaram como meta final da transição. Só quem acreditou que a transição brasileira teve algum dia propósitos democratizantes pode agora achar que ela "estancou".

Talvez a demonstração mais séria do espírito de omissão e diversionismo que marcou o Simpósio se dê através da revelação do conteúdo das conclusões das Comissões Temáticas desta Constituinte. Isto porque era algo que ocorria simultaneamente ao Simpósio e em relação ao qual este simplesmente se manteve cego, surdo e mudo.

Quais instituições políticas se esboçam a partir das Comissões? Que tipo de cidadania elas reservam aos brasileiros? Quais as regras e mecanis-

mos ali delineados para regular a disputa política e institucional? São no sentido de avanços democráticos? São desligadas da transição ou, antes, representam a sua expressão mais atual e concentrada?

A nosso ver, o regime político que se configura das Comissões apresenta algumas linhas centrais: preservação do papel institucional das Forças Armadas como superpoder e como reserva de arbítrio e de repressão nas crises, neoparlamentarismo, voto distrital misto, mandato presidencial de cinco anos e manutenção do papel político e ideológico da televisão e do rádio. Esse conjunto de elementos, que aparecem em pontos aparentemente isolados nas disputas nas Comissões, compõe, na realidade, um todo articulado e uma lógica institucional global. Se não vejamos:

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Constituintes, o papel institucional das Forças Amuadas é, reconhecidamente, uma questão chave para definir o tipo de regime político. Pois bem, como todos nós sabemos, estão sendo mantidas exatamente as mesmas atribuições constitucionais dos militares que constam da Carta atual, outorgada pela ditadura militar: participação direta e numerosa nas decisões de governo, por meio de seis Ministros militares – Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas. SNI e Gabinete Militar, preservação do Conselho de Segurança Nacional como canal organizado de interferência do Poder Militar sobre o Executivo; reafirmação da Doutrina de Segurança Nacional, com outra terminologia; preservação da Justiça Militar; prosseguimento dos órgãos de segurança; legalização do intervencionismo militar em nome da defesa do Estado nas crises; reconhecimento ao Exército de papel de polícia nas greves e conflitos sociais etc, etc, etc.

Este tratamento na esfera do Direito Constitucional não faz mais do que traduzir juridicamente uma situação de fato. Os militares, agindo nos bastidores do Governo e no pano de fundo da vida política nacional, continuam detendo a última palavra nas grandes questões institucionais.

De fato, quando José Sarney, no seu discurso de 18 de maio, comunicou impositivamente ao País que se auto atribuía um mandato de cinco anos, passando por cima da Constituinte, todos tinham presente que a posição do Presidente possuía como única grande força de sustentação os militares, cujos Ministros endossaram imediatamente o fiquismo sarneysista. Em seguida, noticiou-se que, caso esta Constituinte viesse a deliberar por um mandato de quatro anos, Sarney recorreria ao Supremo Tribunal Federal, que lhe daria ganho de causa, seguindo-se pronunciamentos militares impondo os cinco anos em nome da "legalidade".

São apenas os dois casos mais recentes. Porém representam uma situação permanente da transição. A cada conjuntura um pouco mais delicada, ressurgem os boatos e especulações de golpe, e o fantasma do intervencionismo militar volta a rondar a cena política.

A questão militar pressiona tanta a vida nacional que, paradoxalmente, ela, por isso mesmo, não é objeto de uma grande polêmica ou disputa na Constituinte. As Forças Armadas criam um tal clima de intangibilidade, de intocabilidade, de ameaça e de intimidação em relação a seu papel político e institucional que a maioria esmagadora dos Constituintes simplesmente se curva a essa

chantagem e abdica de qualquer polêmica ou disputa maior em torno da questão.

A maioria desta maioria provavelmente o faz porque tem mesmo uma posição direitista e se identifica com as opiniões divulgadas pelas Forças Armadas. Mas uma outra parte dessa maioria ampla se omite por espírito de concessão e de recuo frente à pressão, acreditando que a polarização e a disputa sobre a questão militar poderiam provocar um "retrocesso".

É espantoso o fato de que não houve um grupo significativamente numeroso e ativo de parlamentares que sustentasse nem mesmo a posição da Comissão de Estudos Constitucionais – conhecida como proposta Afonso Arinos – formulada em 1986, e que já havia, na época, concedido a várias exigências castrenses, estando longe de configurar normas constitucionais de esquerda. Elas apenas colocavam alguns obstáculos legais ao intervencionismo militar e previam mecanismos de relativo controle do Poder Militar pelo chamado Poder Civil. Mesmo assim, foram tacitamente vetadas pelas cúpulas militares. Estas, em contrapartida, conseguiram aprovar na Subcomissão e na Comissão todo o conteúdo de um texto assinado pelo Centro de Comunicação Social do Exército, com as suas imposições sobre direito constitucional, colocadas a título de "subsídios". O "Jornal da Tarde" fez inclusive matéria sobre esse texto. E agora, segundo as informações da imprensa, colocou-se contra a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, principalmente para os militares punidos a partir de 1961.

Os inúmeros exemplos históricos a mostrar para onde conduz essa política de concessões e recuos ao militarismo parece que nada ensinaram aos nossos liberais. Desde o exemplo mais conhecido e mais trágico – o da ascensão do nazismo na Alemanha – até o da Argentina de agora, onde a tibiezas de Alfonsín ao aceitar a "obediência devida" só fez estimular os militares a novas pressões e exigências, todas as experiências históricas de capitulação à chantagem da direita se revelaram desastrosas. E terminaram atingindo inclusive os próprios liberais.

Talvez a marca mais característica e mais tenebrosa da transição brasileira seja justamente a maneira como os militares impuseram um roteiro político que não apenas devia garantir-lhes impunidade pessoal, mas, mais do que isso, tinha que preservar politicamente a instituição de qualquer desgaste ou exposição, evitando a todo custo o debate político amplo na sociedade a respeito do papel desempenhado pelas Forças Armadas à frente da ditadura. Como resultado do pacto de elites da transição, foi-lhes garantida incolumidade absoluta. Aos poucos, o velho regime deixou de ser referido como "regime militar", passando a chamar-se de "regime autoritário". A "ditadura militar" virou "autoritarismo". Tudo para deixar em segundo plano a responsabilidade política das Forças Armadas.

Como consequência disso, não se criou na população uma forte consciência democrática crítica em relação ao papel político da instituição militar, diferentemente da Argentina. E agora na Constituinte, ao invés de se aproveitar uma boa oportunidade para desenvolver essa consciência, faz-se o contrário.

Esta limitação impressionante da luta democrática em nosso País se expressa no fato de inexistirem, por ora, clima e condições que permitam

uma campanha de massa em torno de uma iniciativa popular de proposta à Constituinte pelo fim do intervencionismo militar na política brasileira. A tomada de consciência dessa limitação extraordinária, e de sua gravidade, deve ser o primeiro passo para que passemos a enfrentar, em escala social, a tarefa do combate ao militarismo e ao golpismo.

E, quanto a isto, o simpósio da USP, ao invés de dizer com todas as palavras, alto e bom som, que os militares continuam no centro do poder, limitou-se, quando muito, a registrar diluidamente o alto grau de "continuismo" da transição brasileira, sem jamais identificar e denunciar claramente as Forças Armadas e sua política de chantagem como a expressão maior do "continuismo". Assim, também o espírito que se propõe livre do intelectual, rende-se à coação, e aceita que a força dos argumentos se anule aos argumentos de força, em nome da elegância retórica e do distanciamento acadêmico, da sobriedade e do bom-mocismo. Isso num momento histórico em que o País tanto necessita de consciência crítica, de grandeza intelectual e de coragem política! É nessa hora que mais ainda se engrandece uma figura como a do companheiro Florestan Fernandes, cuja voz não se cala, não se verga e não se desorienta neste combate ao Poder Militar, e à transição conservadora, e que não deixou de criticar publicamente o simpósio da USP.

Alguns dentre nós, que se identificam com as posições do Exército na Constituinte, acusam-nos de "revanchismo". Todavia, a questão militar não é coisa do passado. É o presente. E é o futuro. Quando me encaminhei para fazer parte da Subcomissão e da Comissão que tratariam dessa questão, o fiz por convicção de que se trata de um dos pontos centrais da nova Constituição e do regime pontos que ela vai institucionalizar. Quando me propus a lutar contra esta "paz armada" com que procuram cercar o assunto nos trabalhos constituintes, estava ciente de que é uma posição difícil, arriscada ao isolamento. Mas, até por isso, é uma grande questão.

Na Subcomissão e na Comissão, defendi determinadas propostas que correspondem a meus princípios e convicções socialistas e de luta pela transformação social, negando o pressuposto do direito constitucional burguês, de que o Estado tem o direito de reprimir o povo, para manter a ordem capitalista. Mas, uma grande parte das emendas pelas quais me bati são simplesmente reivindicações tradicionais da resistência à ditadura fim dos órgãos de Segurança, desmilitarização do poder governamental, negação da Doutrina de Segurança Nacional, controle do Poder Militar pelo denominado Poder Civil etc., as quais eram aceitas pelos liberais, que agora as abandonam, por conservadorismo ou por capitulação.

Mas, passemos adiante, na montagem das outras peças que dão o perfil do regime político saído das Comissões.

O neoparlamentarismo, o mandato presidencial de cinco anos e o voto distrital misto formam juntos uma totalidade política. Trata-se de estabelecer um modelo institucional que esvazia as disputas eleitorais e políticas do seu sentido de disputas entre classes, entre programas gerais para a sociedade, entre projetos globais envolvendo os grandes problemas nacionais e os grandes rumos do País.

O voto distrital significa uma maior despolitização do voto. Referencia a opção eleitoral nas questões e nas figuras de âmbito meramente local. Estimula formas "modernizadas" de coronelismo, clientelismo e curral de votos. Representa prejuízo direto aos partidos e candidatos ditos "ideológicos", isto é, que se identificam por uma proposta geral para a sociedade e, por isso, têm uma representatividade geral, espalhada por todo o eleitorado.

Nas eleições de novembro de 86, a despolitização da campanha, determinada pelo tipo de disputa para governador, já fez com que fossem favorecidos dois tipos de candidatos: os de região, possuidores de fortes redutos eleitorais concentrados em pequenas áreas, e os de movimentos organizados – religiosos, sindicais, de bairro etc., em detrimento dos candidatos "ideológicos". O voto distrital aprofundará essa tendência de 1986, de voto em candidato local ou corporativo, beneficiando apenas os do primeiro tipo. E, com a despolitização ganha o conservadorismo, conforme bem atesta a composição desta nossa Constituinte.

Um Parlamento pré-moldado pela despolitização e pelo atraso do voto distrital, terá a função de escolher o Chefe de Governo no parlamentarismo. Composto por um grande número de chefes locais, tal parlamento tenderá a reduzir as disputas pelo Executivo a um jogo de interesses menores, envolvendo empregos, pequenas obras, cargos públicos, verbas e favores políticos regionais. Basta ver, já agora, o papel político da caneta presidencial assinadora das nomeações, demissões e ordens de crédito, que decide a amplitude do apoio parlamentar ao Presidente.

Finalmente, o neoparlamentarismo se articula com o mandato presidencial de cinco anos no sentido de protelar e esvaziar politicamente as eleições presidenciais, as quais representam, na história e nas aspirações vivas de nosso povo, uma tomada de posição sobre os problemas nacionais e os rumos gerais do País. Por isso, aparece no horizonte como o grande potencial politizador das multidões trabalhadoras. É uma transição que parece ter como lema "despolitizar para dominar" encontra muita dificuldade em administrar essa densidade política das eleições para Presidente. Não por acaso a sucessão presidencial tornou-se a questão-chave para o fecho da transição.

Finalmente, o papel despolitizador da televisão e do rádio completa este circuito básico que, a partir das comissões, esboça um tipo de sistema político e institucional. O controle e a manipulação da consciência coletiva pelos meios eletrônicos de comunicação são um elemento central da vida política sob o capitalismo moderno. Cada vez mais a TV vem condicionando as disputas políticas e eleitorais nas chamadas sociedades de massa. Por trás da polarização na Constituinte, envolvendo a questão das normas e poderes para a concessão de canais e emissoras estão apenas os interesses estritamente econômicos das redes e grupos ligados à comunicação. Há também a questão estratégica da centralização do controle sobre um poderoso aparato de dominação ideológica e cultural, que tem papel fundamental no funcionamento das instituições políticas.

Forma-se, neste arcabouço, um Judiciário com todos os elementos do regime militar, sem mudanças na sua composição e em suas funções.

O sonho das nossas classes dominantes é despolitzar as eleições, o Parlamento, toda a vida institucional do País, e todo o cotidiano mental dos brasileiros, impondo uma pseudocidadania fragmentada, esvaziada, alienada e puramente ritualística, em que o povo tem apenas a impressão de que participa e decide. É isto o que aparece como o sentido maior e a lógica central do conjunto de propostas produzidas pelas comissões temáticas a respeito do novo regime político. Mais importante do que o parlamentarismo, o voto distrital, o mandato de cinco anos, ou o papel dos militares tornados isoladamente é o todo que eles formam e o nexo que os liga. Algumas destas partes poderão mesmo sofrer alterações nas próximas fases da Constituinte. Mas, as fórmulas que vierem a substitui-las, estarão também, em princípio, orientadas pelo mesmo primado da despolitização e da força, a serviço da exploração.

O Governo Sarney é o centro de poder condutor dessa transição retrógrada, e o núcleo articulado do bloco conservador neste Congresso. É também o grande foco de intrusão, de atropelo, de desrespeito e de esvaziamento para com os poderes da Constituinte. Fica totalmente fora de propósito pretender que ele possa participar de algum processo que leve a conquistas democráticas. Antes pelo contrário, o pressuposto para qualquer avanço da luta pela liberdade política é o fim deste governo e a negação da transição que ele dirige. O momento é de construir a oposição política contra ele, e não o entendimento ou pacto com ele.

E a bandeira-chave deste confronto, capaz de abrir uma nova perspectiva política para a luta dos trabalhadores e para o País, é a das eleições presidenciais diretas. Elas simultaneamente exploram a falta de legitimidade desse Governo, aproveitam uma divisão de opiniões entre as elites, catalisam a mais forte aspiração política do povo e golpeiam o complô de despolitização dos brasileiros.

Dos intelectuais universitários se espera que desçam do olimpo acadêmico para o Brasil das praças, das ruas e das multidões, e sigam o belo exemplo do companheiro Florestan Fernandes e de tantos outros.

A questão central em relação ao simpósio da USP, não era saber se o Presidente Nacional do PT devia ou não ter comparecido, e sim a postura fundamental de questionamento e crítica ao próprio seminário, promovido à sombra do Poder, que se impunha adotar, o que poderia ser feito de dentro ou de fora. Nesse sentido, a posição essencial do companheiro Lula foi justa. E erram aqueles que o criticam fazendo a apologia de tal Simpósio. (Palma.)

O SR. IBERÊ FERREIRA (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, retorno de recente viagem ao interior do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Vi e presenciei uma realidade que permanece inalterada por longos anos. Vi e presenciei uma crise que se alastrava por vários séculos, decorrente da incapacidade do Governo e das instituições para operar as mudanças estruturais que a região exige.

A cada ano, no Nordeste, repetem-se as promessas vazias e as propostas românticas, idênticas àquelas que já fazia o Imperador Dom Pedro

II, que prometeu "vender todas as jóias da Coroa para resolver o problema das secas do Nordeste".

Passado mais de um século daquele gesto populista de Dom Pedro, nada mudou. A situação de miséria daquela região permaneceu inalterada e se cristalizou ainda mais, quando agora um novo ano de seca se instala.

O Nordeste, porém, está cansado de ouvir dizer que é pobre em decorrência de fatores climáticos. O seu povo sabe, e perfeitamente bem, que a sua pobreza não advém de irregularidades climáticas, mas do fato de a região ter sido constantemente esbulhada em suas relações com o Poder Central.

Nesta hora em que o Congresso elabora o novo texto constitucional, gostaria de levar à reflexão dos Constituintes o quadro de aprofundamento crescente desse processo de empobrecimento do Nordeste, e tentar analisar algumas alternativas de soluções para a superação dessa crise.

É deplorável constatar que o crescente empobrecimento do Nordeste tem levado a sua população ao genocídio: a mortalidade infantil cresce, a esperança de vida ao nascer é cada vez menor, e o quadro de morbidade tende a agravar-se com a ampliação dos casos de doenças arrendais.

Repetir esses dados estatísticos, que mostram o crescente empobrecimento do Nordeste, já se tornou, porém, bastante cansativo. Não quero enveredar por essas análises frias que já fazem parte dos Anais desta Casa, como dos estudos e diagnósticos oficiais.

Na oportunidade, porém, gostaria de lembrar que, a cada novo período de estiagens prolongadas no Nordeste, se repete o mesmo receituário paternalista, corruptor e degradante da instituição da "frente de emergência". Enquanto os burocratas de memória curta, propõem as mesmas alternativas de soluções – abertura de frentes de trabalho – a fome campeia, as cidades continuam sob o medo dos saques, aumenta o número de covas nos cemitérios e, o que é pior, a economia da região se torna cada vez mais vulnerável às irregularidades climáticas.

Aliás, a inércia do poder público ante o problema da seca no Nordeste, é tão patente que as soluções puramente emergenciais terminam por se tornar a única alternativa de solução. A defasagem entre a constatação do período de seca e a ação do Governo é tão grande, que o poder público, ao decidir atuar, já não encontra mais condições para uma ação duradoura. O povo já começo a sofrer com a fome, a engrossar os movimentos migratórios; os saques já são rotina. E, como nos casos de paciente terminal, só soluções paliativas para prolongar um pouco sua vida, só soluções emergenciais para retardar o desenlace fatal são cabíveis.

É impressionante constatar que a preocupação pela formação de uma infraestrutura que torne a economia da região capaz de conviver com as repetidas estiagens, continua sendo apenas conteúdo de discursos governamentais. Nada se faz, e possivelmente, nada será feito até que a população resolva, um dia, não mais aceitar esse quadro de humilhação.

Os seguidos e repetidos períodos de estiagens de longa duração no Nordeste já não são mais novidade. Os documentos do GTDN, antes da criação da SUDENE, já analisavam com profundidade o problema. Os estudos produzidos mais recentemente no CTA, em São José dos Campos,

prevendo secas no Nordeste por um período de cinco anos consecutivos, vieram enriquecer a longa bibliografia sobre o assunto.

A cada nova ocorrência de seca no Nordeste, o Governo parece atônito e pego de surpresa. As soluções aventadas são sempre as mesmas: implementação de programas emergenciais, que não passam de paliativos e cujo objetivo é apenas manter os baixos níveis de consumo da população. Os programas de combate às secas do Nordeste nunca superam o imediatismo. A descontinuidade da ação governamental impede, ainda, que qualquer programa de eficiente alocação de recursos, com prioridades definidas, seja implementado.

Já afirmamos da tribuna desta Casa, e é importante reafirmá-lo, que a crise estrutural que abala a economia do Nordeste, aprofundada pelas repetidas secas, se não for enfrentada com determinação política, e como prioridade nacional, poderá gerar uma crise político-institucional, que estimula saídas desesperadas de consequências imprevisíveis.

Bertold Brecht já afirmava que "as fomes não acontecem; elas são organizadas pelo comércio de cereais".

No caso do Nordeste, o Governo sabe, e o povo também, que o quadro de miséria da região não é fruto do acaso. As irregularidades climáticas apenas aprofundam e recrudescem a crise, mas suas causas estão mesmo situadas na incompetência do poder público que, em não atuando sobre essas causas, está contribuindo para tornar, cada vez mais, frágil a economia da região.

É incrível verificar que os governantes sempre repetem a costumeira frase: "isso não pode continuar", achando que, num passe de mágica, surgirá o equacionamento definitivo do problema.

A população já está calejada com esse jogo de cena que não leva a nada. E não nos esqueçamos de que, no Nordeste, "as forças vivas do seu povo gerarão mecanismos para por fim a esse processo de aviltamento".

Aquele apoio incondicional que o Governo costumou ali buscar, e que ainda pensa ter para obter maioria, parece não ser, hoje, assim tão líquido e certo. O nível de conscientização do seu povo já não permite aquela passividade.

Em recente visita de Ministros de Estado ao interior da Paraíba, na cidade de Patos, o Governo foi obrigado a ouvir de agricultores simples e calejados pelo sofrimento, porém conscientes de seu papel no futuro de sua gente, umas verdades que ele não está acostumado a ouvir, nos frios palácios de Brasília, de seus assessores de pouca sensibilidade política. Aos costumeiros argumentos de que a ação do poder público no Nordeste não é tão intensa porque o crescente déficit público não permite ao Estado implementar um amplo programa de investimentos na região, o agricultor da cidade de Patos, na Paraíba, respondeu que o Nordeste não tem culpa alguma pelos altos déficits contraídos pelo Governo. As obras faraônicas que consumiram os recursos orçamentários e de origem externa, não estão localizadas na Região nordeste. Agora, na hora do pagamento da fatura, não venham impingir ao Nordeste mais sacrifícios. Não queiram socializar os prejuízos e as externalidades negativas, quando os benefícios das obras faraônicas foram apropriados pelos interesses econômico-financeiros de outras regiões do País. O povo já não se engana com os argumentos

falaciosos saídos da imaginação fértil dos tecnocratas. A mobilização política das populações do Nordeste está ressurgindo. O povo está-se organizando, seus grupos de pressão se estruturam.

Acontece, porém, que o poder público, ante a conscientização e o nível de organização das populações, começa logo a identificar ideologias estranhas. Os saques feitos a armazéns para matar a fome são considerados atos subversivos e baderna institucionalizada. Esquecem eles que cada invasão de lojas, supermercados e armazéns, representa o desespero de uma população que se encontra prestes a extinguir-se, pelo abandono total do poder público.

Nada mais verdadeiro do que a afirmação de que "no Nordeste o problema da falta d'água é político". O que falta, realmente, é decisão política para que se implante a infraestrutura necessária para tornar a região capaz de conviver com a seca. E esta decisão política, de implementar soluções duradouras que importem alteração das estruturas arcaicas, não é tomada porque acarreta alterações nas relações de poder na região.

A bancada do Nordeste na Constituinte, independentemente de partidos políticos ou facções ideológicas, está chamada a posicionarse. A defesa do Nordeste, é para nós, questão de princípio e, portanto, inegociável.

O novo texto constitucional, por um esforço dos Constituintes da Região Nordeste, parece esboçar algum avanço ao aprovar alguns dispositivos que garantem, tratamento diferenciado para o Nordeste, com vistas à superação dos desequilíbrios inter-regionais.

Queríamos, aqui, ressaltar o Relatório elaborado pela Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças, onde se manifesta uma incipiente tendência de beneficiar os Estados menos desenvolvidos na repartição dos recursos tributários. Hoje, destinam-se à Região Nordeste tão-somente 11% dos recursos orçamentários da União. Com a redação dada pelo § 3º do art 31, do Anteprojeto da Comissão – "o orçamento fiscal e orçamento dos investimentos das empresas estatais, terão a finalidade de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional" – a situação se altera de forma bastante significativa, já que o Nordeste possui, hoje, um terço da população do País.

Defendemos, através de propostas à Assembléa Nacional Constituinte, a apresentação de emendas a nível de Subcomissão e Comissão Temática, que o critério a ser seguido para a alocação dos recursos teria de ser na razão direta da população, e na razão inversa de renda per capita. É importante que a nossa bancada continue coesa na luta pela aprovação desses dispositivos no texto final a ser votado no Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Outro dado importante que merece destaque no trabalho daquela Comissão de Tributos, Orçamento e Finanças é a ampliação da base de cálculo do FPE. Atualmente, ele representa 16% da arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados. Com a nova proposta aprovada, o FPE passa a representar 21,5% do montante arrecadado daqueles dois impostos.

O anteprojeto aprovado naquele órgão, também amplia consideravelmente a competência tributária dos Estados, contribuindo portanto, para serem rompidos os laços de dependência que se

estabeleceram nos Estados em relação ao Governo Central. A situação atual é insustentável, porque todos os Estados do Nordeste estão ameaçados de desaparecer como unidades autônomas, política e administrativamente.

Outra questão que gostaríamos de salientar, com muita ênfase, é a necessidade de fortalecer a economia das pequenas unidades agrícolas da região, a fim de torná-las mais resistentes aos efeitos das secas.

A agricultura do Nordeste está cada vez mais vulnerável às adversidades climáticas, principalmente a pequena produção. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que a agricultura de subsistência praticada na pequena propriedade do Nordeste tende ao esgotamento. Sua sobrevivência só é possível quando articulada e submissa à grande propriedade fundiária e ao capital comercial.

Em face disso, gostaríamos de salientar a importância do processo de reforma agrária para a reestruturação do setor agropecuário da região. É desnecessário lembrar que a reforma agrária que defendemos não se finita à mera distribuição de terras. A distribuição de terra sem crédito, sem insumo, sem apoio institucional à assistência técnica, à comercialização, é diversionismo operacional. A reforma agrária que pregamos, e de que necessita a região, não é um ato isolado de dividir terras. Ela implica um amplo programa que devolva a soberania ao pequeno agricultor. Sem apoio institucional nas áreas de crédito, armazenagem, comercialização, garantia de preços, terminaremos por jogar os beneficiários da reforma agrária às garras da intermediação comercial e financeira. A primeira ocorrência da seca, o pequeno agricultor que recebeu a sua terra no programa de reforma agrária venderá, por preços aviltados, seu pedaço de chão ao latifundiário mais próximo. E assim, aos poucos, a pequena agricultura, produtora de alimentos básicos, se extingue, ampliando as áreas do latifúndio monocultor.

É importante, portanto, que a bancada do Nordeste na Constituinte, esteja coesa na defesa desses dois pontos que consideramos fundamentais para o soerguimento da região: fortalecimento dos Estados e Municípios, através de melhor repartição dos recursos orçamentários, e fortalecimento da economia agropecuária, principalmente daquela praticada nos pequenos estabelecimentos rurais, responsáveis pela produção de alimentos básicos e pela absorção de grandes contingentes de mão-de-obra.

Sem a oferta de condições mínimas de fixação do homem no meio rural, qualquer medida é mero paliativo.

É importante, porém salientar que não é possível reestruturar o setor agropecuário da Região Nordeste, e redimensionar a sua produção de alimentos básicos quando 47% das áreas agricultáveis permanecem inexploradas; 67,8% das famílias residentes no meio rural, não têm terra e, 68% dos estabelecimentos agrícolas, têm tamanho insuficiente, nas condições atuais, para garantir um nível de renda equivalente a um salário mínimo.

A reversão desse quadro só é possível com um amplo processo de reforma agrária, que se

impõe, hoje, como condição para viabilizar tanto a pequena e média propriedades, como o grande estabelecimento agropecuário que opera em economia de escala. Um amplo programa de reforma agrária, no nosso entender, salvaguardará todas as unidades produtivas – independentemente de seu tamanho –, contanto que gerem riqueza, proporcionem ocupações produtivas e o resultado econômico de sua exploração seja democraticamente partilhado por todos (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antera de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Martins – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Basco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Chico Humberto – PDT; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Farias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Expedito Júnior – PMDB; Expedito, Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadeha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rolemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Nunes – PDT; Júlio Campos – PFL Koyu Iha – PMDB; Levy Dias – PFL Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluhy Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Matos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiua – PFL; Ricardo Izar – PFL Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB;

Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França Victor Trovão – PFL; Vinicius – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Cansanção – PFL; Virgílio Teotônio Vilela Filho – PMDB; Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Pinto – PMDB; Valter Pereira Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, dia 24, às 14:30 horas.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 16 minutos.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
ULYSES GUIMARÃES

1º – Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º – Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º – Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º Secretário:
MÁRIO MAIA

1º – Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º – Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º – Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

**LIDERANÇAS NA
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

PMDB Líder Mário Covas Vice-Líderes Euclides Scalco Paulo Macarini Antônio Pedrosa	PDS Líder Amaral Netto Vice-Líderes: Virgílio Távora Henrique Córdova Victor Faccioni	PL Líder Adolfo Oliveira PDC Líder Mauro Borges
Del Bosco Amaral Robson Marinho Antônio Britto Gonzaga Patriota Osmir Lima		Vice-Líderes: José Maria Eymael Siqueira Campos
José Guedes Gibel Dantas Henrique Eduardo Alves	PDT Líder Brandão Monteiro	
Rose de Freitas Ubiratan Aguiar Vasco Alves Miro Teixeira	Vice-Líderes: Amaury Müller Adhemar de Barros Filho Vivaldo Barbosa	PC do B Líder Haroldo Lima
Cássio Cunha Lima	Moema São Thiago	Vice-Líder: Aldo Arantes
Flávio Palmier da Veiga Joaci Goés Nestor Duarte Antonio Mariz Valmir de Luca Raul Belém Roberto Brandt Mauro Campos Hélio Manhães	PTB Líder Gastone Righi	PCB Líder Roberto Freire
PFL Líder	Vice-Líderes: Sónon Borges dos Reis Ottomar Pinto	Vice-Líder Fernando Santana
José Lourenço Vice-Líderes: Fausto Rocha Ricardo Fiúza Geovani Cavalcanti Mozarildo Cavalcanti	PT	PSB Líder Jamil Haddad
Valmir Campelo Messias Góis	PT	
Arolde de Oliveira Gandi Jamil Alécio Dias	Líder Luiz Inácio Lula da Silva	Vice-Líder Beth Azize
Evaldo Gonçalves	Vice-Líderes: Plínio Arruda Sampaio José Genoíno	PMB Líder Antônio Farias



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 83

QUINTA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

I – Ata da 89ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 24 de junho de 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

NELSON SEIXAS – Aplauso à Mesa da Câmara dos Deputados pela criação de comissão de estudos para implantação de creche para atendimento a filhos de servidores da Casa.

FLORESTAN FERNANDES – Inconformidade do orador com eliminação da exclusividade de recursos públicos para as escolas públicas.

PAULO RAMOS – Oposição da cúpula militar a esforço desenvolvido pela Assembléia Nacional Constituinte no sentido da anistia ampla, geral e irrestrita. Necessidade de auditoria da dívida externa brasileira e de preservação da soberania nacional.

DEL BOSCO AMARAL – Acerto das providências adotadas pelo Governo Querência e o presidente do Banespa no que concerne a irregularidades que teriam sido praticadas pela corretora Banescor. Matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, assinada pelo presidente do Banco do Estado de São Paulo, sob o título "Esclarecimento".

CRISTINA TAVARES – Caráter antinacional do Centro Democrático do PMDB.

AIRTON SANDOVAL – Restabelecimento do parlamentarismo no Brasil como imperativo da transição e da evolução democráticas.

JOSÉ GENOINO – Apoio à iniciativa do Itamaraty de censurar a atitude do embaixador de Israel no Brasil pela resposta, considerada inconveniente, a abaixo-assinado de constituintes visando à libertação da brasileira Lâmia Maruf Hassad.

JOSÉ COSTA – Apelo ao Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em favor de trabalhadores rurais alagoanos empregados pela Usina Martinópolis, no Município de Serrana, Estado de São Paulo.

OLÍVIO DUTRA – Encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei do Governo a propósito da organização sindical e da lei de greve. Reivindicação de piso salarial por professores gaúchos em greve, em carta aberta ao Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME (Explicação pessoal) – Defesa do orador ante alusão do Constituinte Del Bosco Amaral à sua provável vinculação ao setor bancário.

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS – Reivindicação do término das obras da BR-354.

JOSÉ GENOINO – Questão de ordem sobre impedimento à entrada na Casa de representantes do funcionalismo público federal e

estadual com afinalidade de entrega de documento reivindicatório a parlamentares.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoino.

GERALDO ALCKIM – Medidas positivas adotadas, no que concerne à aposentadoria do trabalhador rural, pela Comissão da Ordem Social e através de projeto de lei do Executivo. Impedimento à aposentadoria aos 25 anos de serviço aos estatutários da Fábrica Presidente Vargas, da Indústria Bélica de Piquetes, Estado de São Paulo, e do Ministério do Exército.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Requerimento enviado pelo orador ao Presidente da Comissão Executiva Regional do Partido Trabalhista Brasileiro de São Paulo, no sentido do desligamento do Prefeito Jânio Quadros.

MÁRIO LIMA – Inoportunidade de envio ao Congresso Nacional de projeto de lei do Executivo que dispõe sobre organização sindical e relações coletivas de trabalho, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte se encontra em processo de elaboração constitucional.

ADEMIR ANDRADE – Necessidade de execução das obras de asfaltamento da Rodovia Transamazônica.

ADEMIR ANDRADE – Questão de ordem sobre falta de resposta a requerimentos de informação dirigidos pelo orador à Presidência da República, através da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

THEODORO MENDES – Congratulações à Constituinte Benedita da Silva por ocupar a presidência da sessão. Documento dirigido ao orador com reivindicações dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

RICARDO IZAR – Comentários a propósito dos incisos XXIII e XXV do art. 2º da seção "Dos Trabalhadores" do anteprojeto da Comissão da Ordem Social, concernentes, respectivamente, ao direito de greve e à proibição das atividades remuneradas de intermediação de mão-de-obra.

PAULO DELGADO – Política econômica do Governo contrária aos interesses do funcionalismo público. Satisfação do orador por ver a Constituinte Benedita da Silva na presidência da sessão.

GEOVANI BORGES – Proposta apresentada pelo orador no sentido da inclusão no texto constitucional de dispositivo que veda a servidores públicos a percepção de vencimentos superiores aos atribuídos ao presidente da República.

NILSON GIBSON – Reeleição da Primeira-Ministra inglesa Margaret Thatcher.

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS – Necessidade de inclusão na nova Carta constitucional de preceitos que visem à preservação do respeito às Forças Armadas brasileiras.

FERES NADER – Sugestão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro no sentido da promoção de campanha de reflorestamento no Estado.

DAVI ALVES SILVA – Correspondência dirigida pelo orador ao Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, com o propósito de solicitar elementos para esclarecer denúncia publicada pelo jornal "O Progresso", de Imperatriz, Estado do Maranhão, sobre concessão de canal de televisão.

JOSÉ VIANA – Solicitação das igrejas evangélicas brasileiras no sentido da inserção, na nova Carta constitucional, de medidas que visem à liberdade de culto.

SIQUEIRA CAMPOS – Registro do falecimento do ex-Vereador Salustiano Gomes de Souza, de Tocantinópolis, Estado de Goiás.

FRANCISCO AMARAL – Acerto das medidas adotadas pelo presidente do Banespa no que concerne a irregularidades praticadas pela corretora Banescor.

RAQUEL CÂNDIDO – Extrato de conta corrente de D. Maria Garcia Santana, irmã do

Governador Jerônimo Santana, de Rondônia, com registro de elevadas aplicações em dinheiro.

LUIZ SOYER – Dificuldades no escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste. Procrastinação no lançamento do Programa de Alimentação Nacional com Estoques Agrícolas – Panela.

V – Comunicações das Lideranças

JOSÉ TEIXEIRA – Descontentamento das populações do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste com determinação do Plano Bresser no sentido do adiamento da construção da Ferrovia Norte-Sul.

BOCAYUVA CUNHA – Satisfação do orador por ter a Constituinte Benedita da Silva exercido a presidência da sessão. "Carta ao Constituinte", dirigida pelo Prof. Darcy Ribeiro à bancada do PDT.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa ao registro de haver a Constituinte Benedita da Silva ocupado a presidência da sessão.

ROBERTO FREIRE – Solidariedade do Partido Comunista Brasileiro às palavras do presidente a propósito de haver a Constituinte Benedita da Silva ocupado a presidência da sessão. Protesto contra envio ao Congresso Nacional, pelo Governo Sarney, de projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical, no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte se encontra em processo de formulação constitucional.

OSMUNDO REBOUÇAS – Encontro da bancada do Nordeste com o Presidente Ulysses Guimarães, visando tratar da indefinição governamental ante os problemas da região.

ROBERTO JEFFERSON – Crítica à trajetória da reforma agrária e à atuação do Incra.

OTTOMAR PINTO – Defesa da transformação dos Territórios de Roraima e do Amapá em Estados-membros da Federação.

ALOÍSIO VASCONCELOS – Denúncia ao Ministério da Agricultura da má qualidade do leite comercializado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e sugestão de revisão da Portaria nº 87, de 1987, da Sunab.

JOSÉ GENOINO – Apoio a grupo de representantes de servidores públicos, presentes na galeria do plenário, com a finalidade de entregar aos Constituintes documento reivindicatório.

ADYLSON MOTTA – Solidariedade aos funcionários públicos de todo o Brasil presen-

tes à sessão e participação do orador na luta em prol de reivindicações dos do Rio Grande do Sul.

MAURO BORGES – Comentários sobre nota publicada pelo **Diário da Constituinte**: "Os atrasos na reforma agrária".

DEL BOSCO AMARAL – Resposta a pronunciamento em que o Constituinte Mendes Thame abordou defesa do orador ao Governo Quercia e à direção do Banco do Estado de São Paulo.

VI – Apresentação de proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

JOFRAN FREJAT – Considerações sobre mudança de sistema de governo do País e análise do presidencialismo e do parlamentarismo.

PRISCO VIANA – Contestação a conceitos emitidos em pronunciamento do Constituinte José Genoíno a propósito da instituição do sistema distrital misto para eleição de deputados federais e estaduais.

JOÃO NATAL – Necessidade de eleições gerais para renovação de todos os mandatos. Restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo no que concerne à sua ação fiscalizadora do Executivo.

JOAQUIM BEVILACQUA – Entrega ao relator da Comissão de Sistematização das conclusões do grupo de trabalho, integrado pelo orador e por outros Senhores Constituintes, encarregado da adequação e compatibilização com a forma regimental dos anteprojetos elaborados pelas Comissões Temáticas.

VIRGÍLIO GALASSI – Necessidade do afastamento de influências perturbadoras para bom desempenho da atividade constituinte e para solução da crise econômica nacional.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES – (As atas

encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 89ª Sessão, em 24 de junho de 1987

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente
Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; e
Benedita da Silva, Suplente de Secretário*

ÀS 14:30 HORAS COMPARCEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocularos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Aureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délío Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegararo – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Goncalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genólio – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sath-

ler – PMDB; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Bernardi – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sergio Naya – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sónon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spi-

nelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 268 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ

Terceiro-Secretário, servindo de Segundo-Secretário procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage).

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes:

Quero cumprimentar a Mesa da Câmara por ato recente em que criou Comissão de estudos para implantação de uma creche, a fim de atender os filhos das servidoras da Casa de até 6 anos de idade.

Sobre o assunto fiz pronunciamento, nesta tribuna, por ocasião do Dia da Mulher.

Trata-se de cumprimento à lei, que estranhamente a grande Casa de Leis não cumpria, com sacrifício de numerosas mães que aqui passam o seu dia.

Era estranhável que ao mesmo tempo que em subcomissão procurava-se institucionalizar o atendimento à 1^a infância, em creches e pré-escolas, nós próprios não vinhemos dando o exemplo.

Além da tranquilidade e da liberação das mães, é importante o atendimento, pois que se surpreendem distúrbios de conduta, audiocomunicação, de psicomotricidade e até mesmo problemas de aprendizagem, a serem sanados em momento oportuno.

Por isso a creche não pode ter apenas babás e atendentes, mas pessoal técnico de suporte, supervisão e orientação, no mínimo um psicólogo e um médico, mas conforme a necessidade e na medida do possível uma equipe completa, englobando fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

Escusado dizer que a medida tem interesse nacional, pois que freqüentemente uma deficiência, especialmente um retardamento mental só é detectado na fase escolar, e a implantação, a generalização, de creches e pré-escolas iria ensejar a despistagem desses casos problemáticos

mais precocemente, e está evidenciado que quanto mais cedo é instituído o tratamento, melhores são os resultados obtidos, menores serão as seqüelas deixadas.

A criança nasce imatura, completando-se o desenvolvimento do sistema nervoso central, principalmente nos dois primeiros anos de vida, considerando-se que a formação básica da personalidade se dá até aos 6 (seis) anos.

Dá a importância de um atendimento melhor nessa faixa de vida.

Tive oportunidade de verificar, como Secretário Municipal de Saúde de São José do Rio Preto – São Paulo – nas creches uma alta incidência de problemas de fala, ou melhor, da audiocomunicação, de conduta, do desenvolvimento psicomotor e da psicomotricidade, que levarão certamente a distúrbios da conduta e de marginalização social, bem como de aprendizagem; com consequente repetência e evasão escolar.

Tal achado me levou à criação do Centro Municipal de Estimulação, com o atendimento por pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, e até mesmo fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais, quando houvesse associação com dificuldades motoras.

Citados problemas, bem como a deficiência mental leve, só são detectados, já tarde, na fase escolar, porque passam despercebidos pelo meio familiar e às vezes só são suspeitados com a repetência escolar, grande drama nacional.

Por isso, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, precisamos tornar o atendimento em creches e pré-escolas como uma obrigação do poder público, e estendido a todos. Assim, na futura Constituição a escolaridade deve ser antecipada para os 3 (três) anos de idade, com a pré-escola fazendo parte do ensino fundamental, então muitos casos poderão ser oportunamente diagnosticados, tratados devidamente para se evitar ou diminuir suas consequências.

Mais vale prevenir do que remediar e, embora seja uma prevenção secundária, os resultados serão muito benéficos para a educação e para a formação da personalidade do brasileiro, sem precisar remendar depois através do Mbral, entidades de educação especial, terapias complexas, etc.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes:

Hoje sabemos que a Comissão de Sistematização resolveu escolher entre o chamado espírito progressista e o espírito conservador. Mas, a julgar pela notícia que li nos jornais, o espírito progressista entra como enfeite de bolo. Não há nenhuma dúvida que poderia ser pior, especialmente para quem como eu trabalhou na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação e não logrou sequer ver o substitutivo aprovado.

O que está acontecendo não é o pior desfecho, mas a notícia que vem num jornal, segundo a qual a exclusividade de recursos públicos para a escola pública teria sido eliminada e ter-se-ia

introduzido o tráfico antidemocrático, anti-república e antieducacional de destinar à escola privada, comercial, mercantil ou confessional uma parte dos recursos públicos, de associar o Estado ao desenvolvimento do sistema público e, ao mesmo tempo, do sistema privado de ensino. Isso representa um golpe mortal no crescimento da democracia no Brasil.

Aqui não falo apenas em meu nome, no nome do PT, no nome dos companheiros da Comissão da Educação que defenderam o ponto de vista que foi derrotado, afinal de contas, na Comissão de Sistematização. Falo em nome do futuro do Brasil. Não teremos um grande futuro se não conseguirmos travar um combate contra o analfabetismo dos Jovens e dos adultos, se não vencermos a batalha contra a evasão escolar, se não conseguirmos ampliar a participação dos estratos pobres da população nos ensinos de 2º e 3º graus.

O desmantelamento do sistema público de ensino começou graças à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, refeita por iniciativa de educadores que, naquele momento, poderíamos até chamar de "direita", e que encontraram patrocínio de Carlos Lacerda para o texto que apresentaram.

A campanha de defesa da escola pública foi derrotada parcialmente, e vitoriosa parcialmente, porque impediu o pior. Mas, se os meus colegas constituintes compararem os dados, por exemplo, de um estudo que fiz sobre o ensino em 1940 com a situação do ensino hoje, verificarão que o crescimento do setor público foi ofuscado pelo crescimento privado. A indústria do ensino cresceu, o ensino confessional cresceu e, ao mesmo tempo, ocorreu uma deterioração do sistema público de ensino, que foi desmantelado em benefício do crescimento do setor privado e com recursos públicos. Esta é uma situação dramática, calamitoso e lamentável! Para muitos, parece ser o melhor sinal dos tempos, da implantação da democracia e de um espírito de liberdade. Mas, se formos ao fundo das coisas, veremos que a revolução democrática no Brasil está comprometida, e que esta Assembléa Nacional Constituinte falhou em sua principal missão, que consistia em revitalizar o sistema público de ensino e de amparar a revolução democrática num amplo processo de revolução educacional.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Florestan, Fernandes o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia Segundo-Secretário.

Durante o discurso do Sr. Florestan Fernandes, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A ditadura militar, implantada a partir de 1964, e que tanto mal causou à nossa Pátria, caracterizou-se por impor um modelo econômico con-

centrador de rendas, exportador e desnacionalizante.

O povo brasileiro lutou por mais de 20 anos para derrubar um regime que, acima de tudo, comprometeu a soberania nacional, deixando para o Brasil poucas perspectivas de superar toda a crise em que se encontra.

A luta do povo, consubstanciada na oposição, tinha duas bandeiras fundamentais: uma, a anistia geral, ampla e irrestrita; a outra, uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Todos nós sabemos que a anistia só foi ampla, geral e irrestrita para aqueles que compactuaram com a ditadura, praticando, inclusive, crimes os mais inomináveis.

Já me referi ao fato de que, no Estado do Rio de Janeiro, o corpo do ex-Deputado Rubens Paiva, assassinado no DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita, está sendo procurado pelos quatro cantos do Estado.

Mas, para aqueles que lutaram contra a ditadura, a anistia não foi nem ampla, nem geral e nem irrestrita.

Estamos assistindo a um movimento que parte da cúpula militar contra o esforço desenvolvido pela Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de fazer com que a anistia seja ampla, geral e irrestrita para aqueles que se posicionaram contra o regime e em favor do Brasil.

Sabemos perfeitamente bem, que a cúpula militar não representa o sentimento que prevalece na tropa. A cúpula militar não tem legitimidade para falar em nome da tropa, não representa a tropa, porque não tem poderes para tal.

Esperamos que a Assembléia Nacional Constituinte, acima de tudo, consagre uma anistia ampla, geral e irrestrita para aqueles que dela foram privados, porque os que foram privados da anistia ampla, geral e irrestrita foram exatamente aqueles que lutaram em favor dos interesses nacionais. Entretanto, além da anistia ampla, geral e irrestrita, cabe à Assembléia Nacional Constituinte, principal bandeira da Oposição, servir de ponte e que deixe para trás o regime autoritário, consolidando as bases para que, no Brasil, tenhamos um modelo democrático.

O que verificamos durante a Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes? Verificamos que aquilo que se estabeleceu como Nova República e como regime de transição procura, ainda apoiado também pela cúpula militar, entregar ainda mais a soberania nacional, já por demais combalida.

Não podemos, de forma alguma, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, permitir que aquele modelo concentrador, exportador e desnacionalizante ainda prevaleça. No último discurso do Presidente da República, Senhor José Sarney, Sua Excelência escancara ao capital multinacional aquilo que resta da nossa soberania.

Não podemos de forma alguma nos distanciar do compromisso com os interesses nacionais. Precisamos, ao invés de abrir as portas ao capital multinacional, de uma auditoria da dívida externa e precisamos, acima de tudo, impedir que a dívida seja transformada em capital de risco.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, precisamos, acima das siglas partidárias, estar unidos, com ou sem farda, para defendermos os interesses nacionais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A transparência do Governo Quérzia e a energética atitude do Presidente do Banespa no episódio da corretora devem ser salientados.

As providências do Governo Quérzia e do Presidente do Banespa, Otávio Cecatto, adotadas no caso Banescor demonstram a lisura do Governo paulista que não pactua com a corrupção e vai ao limite máximo de pedir a prisão dos envolvidos, aprofundando auditorias além do que chegou ao conhecimento público.

O Presidente do Banespa, em procedimento nem sempre adotado pelo Sistema Bancário Nacional, caracteriza firmemente a idoneidade com que está sendo tratado o assunto, mostrando que o Governo e a Diretoria do Banco desconheciam totalmente os atos praticados e que foram condenados por todos nós.

Os jornais de hoje noticiam as drásticas providências pedidas pelo Governo de São Paulo contra os envolvidos.

A matéria publicada pelo Presidente do Banespa, sob o título "Esclarecimento", é clara e irrefutável no que tange à correta postura do Governo Quérzia e da Diretoria do Banco.

Cumpre aleitar o povo de São Paulo para as tentativas de exploração do assunto Banescor, pelo lado político ou até econômico, pois não é correto transformar um governador zeloso e um presidente de banco, nitidamente desvinculados dos atos lesivos, em administradores pelo menos desidiosos.

Ontem, o Constituinte do PFL, Mendes Thame, que é legitimamente ligado a diretores de banco privado, tentou vincular a imagem do Governador com a fraude. O Constituinte, pelo que conheço, homem de bem, devia rever a injusta posição que assumiu ou então ampliar suas denúncias, pedindo uma investigação sobre os verdadeiros escândalos e privilégios que marcam a existência de bancos privados, grandes, médios e pequenos, que gozam das mais inconcebíveis vantagens.

O Governo Quérzia e a direção do Banespa merecem aplausos pelas atitudes tomadas, mas fiquemos atentos contra investidas que visem tão-somente macular e enfraquecer o sólido Banco do Estado de São Paulo, sem prejuízo da imparcial divulgação de todos os fatos que interessam à opinião pública por parte de jornal, rádio e televisão.

Disse mais o Sr. Constituinte do PFL, ligado, como disse, legitimamente e até por laços de parentesco com a iniciativa privada na área bancária, que o Sr. Presidente do Banespa deveria renunciar, porque escolheu mal.

Se neste momento S. Ex.^a aqui estivesse e se o seu Chefe de Gabinete Parlamentar praticasse um ato desidioso, ou condenável, ou criminoso, se valer a tentativa de S. Ex.^a, deveria S. Ex.^a renunciar também ao mandato, porque foi S. Ex.^a quem escolheu o seu Chefe de Gabinete. Se a moda pega, muita gente perde o mandato ou perde o emprego.

Desta forma, estão tentando transformar um episódio lamentável, um episódio policial, um epi-

sódio financeiro, em uma campanha montada contra o Governo Quérzia, que deu 166% para os pequenos funcionários do Estado. Mas os verdadeiros marajás não quiseram esses 166%, porque receberiam só 14%. O Governo Quérzia vem sendo combatido até mesmo antes de ser eleito. Mas tentar vincular o nome do Governador, que pede hoje a prisão dos envolvidos, tentar vincular o nome do Presidente do Banco, que leva ao Ministério Público tudo o que foi necessário para que os criminosos encontrem os caminhos das celas, é realmente fazer política baixa, é realmente não querer a solução do problema, é explorar, talvez até economicamente, esta situação. Os bancos privados e o Banco Central é que são passíveis de grandes investigações. E, curiosamente, veio ontem um Parlamentar, voltou a dizer, legitimamente ligado a diretor de banco privado, para vir aqui pedir inclusive que se feche o Banco, que se afaste o diretor de um banco estatal. O do Banco de São Paulo incomoda muita gente, mas incomoda, fundamentalmente os banqueiros que vêm sugando este País há muito tempo.

Peço à Mesa me conceda anexar ao pronunciamento o esclarecimento hoje publicado em todos os jornais, para que conste nos nossos Anais, assinado pelo Sr. Otávio Ceccato, Diretor-Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A.

Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEL BOSCO AMARAL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Jornal Folha de S. Paulo
Dia 24-6-87 – 1ª Página.

ESCLARECIMENTO

1 – Esta Presidência, desde sua posse, deu pleno cumprimento ao compromisso de tornar a iniciativa de apurar toda e qualquer irregularidade praticada, nesta gestão ou em anteriores, contra os interesses do Banespa. Fiel a essa orientação, levou imediatamente ao conhecimento da população e do Ministério Público de São Paulo todos os fatos irregulares que lhe chegaram ao conhecimento. Tal procedimento, nem sempre adotado no sistema bancário nacional, deixa suficientemente clara e isenta de dúvidas, a preocupação do Banespa de fazer com que essas ocorrências sejam, por sua iniciativa, apuradas em sua inteireza, para responsabilização criminal dos envolvidos.

2 – Bem por isso ao tomar conhecimento da operação da compra das ações da Perdigão Agropecuária S.A., e que lhe pareceu irregular, esta Presidência submeteu a Corretora Banescor – responsável pela operação – a auditorias interna e externas, estas realizadas pelo Banco Central, Tribunal de Contas e pela "Trevisan Associados". Embora as auditorias externas ainda não tenham sido concluídas, o Banespa, com base na auditoria interna, já remeteu ao Ministério Público todas as provas por ora disponíveis e que instruirão o inquérito policial em andamento, que está sendo acompanhado por Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça (Protocolo nº 10.154/87-MP e Inquérito Policial nº 19/87 – DECON).

3 – Idêntico procedimento foi adotado no episódio referente às Apólices do Tesouro Municipal de São Paulo, vez que foi enviado ao Ministério Público o relatório inicial da auditoria do Banco, sendo certo que todas as outras informações que vierem a ser obtidas terão idêntica destinação (Protocolo nº 10.153/87 do Ministério Público).

4 – Outros episódios, ocorridos em administrações anteriores e somente agora chegados ao conhecimento da Diretoria (irregularidades na Agência Jundiaí e no Posto de Serviços da Polícia Militar no Barro Branco), também foram imediatamente comunicados à Procuradoria Geral de Justiça para adoção das providências criminais cabíveis (Protocolados nºs 9.708/87 e 9.709/87 do Ministério Público).

5 – O mesmo se diga acerca das operações realizadas pela Corretora – Banespa com a compra e venda de Obrigações do Tesouro do Rio de Janeiro ocorrido entre setembro de 1986 e fevereiro de 1987 (Protocolo nº 009710/87 MP), tendo sido determinada a instauração de inquérito policial e designado Promotor de Justiça para acompanhá-lo.

6 – Todas as pessoas que, de início constatou-se estarem diretamente envolvidas com as irregularidades já foram demitidas ou demitiram-se.

7 – Os esclarecimentos ora prestados demonstram que esta Presidência tomou a iniciativa de apurar e dar conhecimento ao público e às autoridades competentes de todos os fatos que lhe pareceram irregulares propiciando a oportuna punição dos responsáveis e adoção das providências tendentes ao resarcimento dos prejuízos sofridos.

O presente comunicado é expedido à vista do noticiário distorcido – divulgado a respeito dos fatos.

(a) OTAVIO CECCATO, Presidente do Banco Estado de São Paulo S.A.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. - Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes:

Há em curso, no País, um projeto nacional da Nova República para o qual chamo a atenção desta Assembléa Nacional Constituinte pelo caráter antinacional que envolve os principais atores. E o ator nº 1 é a própria Assembléa Nacional Constituinte.

O Centro Democrático do PMDB, liderado pelo Constituinte Carlos Sant'Anna, Líder do Governo nesta Casa, e que, aliado ao Partido da Frente Liberal em algumas das comissões mais importantes, em algumas das definições mais carentes e mais definitivas para o futuro do País, posicionou-se, francamente, hostis ao projeto nacional, ao projeto Brasil. Refiro-me, por exemplo, à definição de empresa nacional. Uma IBM era considerada uma empresa nacional por uma maioria eventual na Comissão de Economia. Refiro-me à posse das riquezas do subsolo brasileiro. Refiro-me à recusa que foi feita por Isto que a imprensa chama, hoje, de "pacto do diabo", para que o

monopólio estatal fosse negado a importantes segmentos da economia brasileira, como, por exemplo: o monopólio dos correios e telégrafos e das telecomunicações, que existem porque são um produto da inteligência e do esforço da engenharia brasileira.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, de que participei, o Centro Democrático, aliado ao Partido da Frente Liberal e a todos os partidos de oposição, reacionários e de direita, impediram a aprovação do relatório do Constituinte Artur da Távola que, entre outros crimes, afirmava que as verbas públicas devem, exclusivamente, ir para o ensino público; que, entre outros crimes, afirmava que o mercado interno é patrimônio nacional e que a soberania do País poderia reservar este mercado para a proteção do seus interesses específicos.

Os relatórios foram derrotados. E não foi por acaso que, na questão de reforma agrária, na Comissão de Economia, a definição de latifúndio improdutivo implicava até n' hilariante conceito de que a intenção do proprietário poderia determinar que o latifúndio improdutivo se tornasse produtivo. Seria a primeira vez, Srs. Constituintes, que por um decreto se plantada feijão por intenção.

Não pára aí o projeto desnacionalizante. Vemos na televisão o Ministro da Fazenda, do meu Partido, Ministro Bresser Pereira, a oferecer-se de forma despudorada ao capital internacional, propondo a troca da dívida externa – uma dívida cuja legitimidade e legalidade devem ser analisadas por esta Assembléa Nacional Constituinte – por ações de empresas nacionais. A associação é fácil. No momento em que a Assembléa se recusa, por uma maioria consistente governamental, a decretar o monopólio estatal de tais empresas, como a Petrobrás, como a Telébrás, como a Radiobrás, como a Siderbrás, surge o Sr. Ministro da Fazenda e se oferece ao capital internacional. Empenha à dívida edema o patrimônio do povo brasileiro, inclusive o seu mercado interno. Não pára aí. Visita o Brasil o Sr. Henry Kissinger. Cem mil dólares se paga para ouvir duas conferências de Henry Kissinger. Teria vindo em caráter pessoal, este que é o conselheiro, que se senta à mesa das grandes corporações internacionais e multinacionais? Pouco antes vem uma missão do Banco Mundial; pouco depois vem uma missão do Fundo Monetário Internacional.

E o que é mais estarrecedor, Srs. Constituintes: vai o próprio Presidente da República à televisão. Sua Excelência o Presidente José Sarney afirma o que, antes, somente o Senador Roberto Campos tinha coragem de afirmar, a pregar o modelo desnacionalizante, a pregar o modelo econômico brasileiro – já conclui, Sr. Presidente; antes que vendam o Brasil de todo, permita-me V. Ex.^a mais um minuto –, vai o Senhor Presidente da República pregar o modelo da Malásia, da Coréia. Belo modelo da Coréia! Vê-se, todos os dias na imprensa, o modelo da Coréia e o da Tailândia como ideais para o crescimento brasileiro.

Repto, Srs. Constituintes, que antes disto só o Senador Roberto Campos ousava propor, e em tal grau, a desnacionalização da economia brasileira. A este Governo, Srs. Constituintes, eu não passo dar o meu apoio.

O meu compromisso com o projeto de transição democrática será cumprido. As eleições para

Presidente da República, em 1988, não são compromisso de um Parlamentar do PMDB, mas de toda a Aliança Democrática. Foi o compromisso de Tancredo Neves e foi o compromisso de José Sarney. Mas, a um projeto nacional alienante e antinacional, recuso dar o meu apoio. Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A partir da Segunda Guerra Mundial acentuou-se, tanto no Ocidente quanto no Oriente, a formação de sistemas políticos parlamentares, iniciada a partir de 1919, na Europa.

O mundo contemporâneo sobre uma profunda influência do sistema parlamentar, período, também, em que se assinala um admirável desenvolvimento político.

O parlamentarismo, como sistema de governo, expande-se por toda parte, como assinalou o atual Ministro da Justiça, Paulo Brossard, no seu estudo "Em torno da Emenda Parlamentarista", "esgalhado por todos os continentes, comum a todas as raças, adaptado a todas as latitudes, praticado por povos de alternados índices culturais, parceiro fiel das instituições representativas aperfeiçoadas".

Independente dos sistemas políticos, o parlamentarismo desenvolve-se em todo o Planeta e firma-se com o governo da maioria. Sendo um poder político da maioria, essa maioria deve ter seu Executivo e seu Gabinete. Daí por que o objetivo de qualquer campanha política é a vitória de um partido que formará o governo e realizará seu programa e seus compromissos com o povo.

Sendo o parlamentarismo um objetivo a ser atingido no caminhar do aperfeiçoamento político, não se pode deixar de ter em mente os ensinamentos do insuperável publicista que influenciou todo o pensamento jurídico moderno, Kans Kelsen, citado por Guetzevitch em "Evolução Constitucional Européia", para quem a democracia é um compromisso permanente entre a maioria e a minoria, com um sistema de partidos organizados, visto que "A democracia moderna repousa inteiramente sobre os partidos políticos, cuja importância é tanto maior, quanto maior a aplicação que o princípio recebe".

Os que se opõem à tese do parlamentarismo no Brasil utilizam-se do argumento de que não possuímos partidos políticos fortes e que, por essa razão, a adoção da forma parlamentar de governo entre nós poderia levar a uma situação de instabilidade.

De fato, a estabilização do governo, mais precisamente do Executivo, mantém íntima ligação com a existência de partidos políticos.

Há de se reconhecer, contudo, que a existência de partidos políticos é uma premissa indispensável para a existência da democracia, seja ela parlamentarista ou presidencialista. Os partidos políticos são fortes ou fracos na medida em que são governo, em que participam do governo. Utilizar-se dos partidos políticos como simples massa de manobra para as imposições do Executivo é torná-los cada vez mais fracos e a consequência afaste dessa ação desagregadora é a degene-

rescência da atividade política e a ação onisciente e onipresente do Executivo majestático e absolutista e, muitas vezes, fonte de corrupção.

O restabelecimento do parlamentarismo no Brasil é um imperativo da transição e evolução democráticas que vivemos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Quero saudar a iniciativa do Itamarati, através do Embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, Secretário-Geral do Itamarati, de censurar a atitude do Embaixador israelense, que enviou a cada um dos 244 Constituintes uma resposta ao abaixo-assinado solicitando gestões do governo israelense para libertação de Lamia Maruf Hasan. A atitude atrevida, irresponsável, do Embaixador israelense, feriu a Assembléia Nacional Constituinte, principalmente quando a carta do Embaixador manda que os Constituintes retirem a sua assinatura do abaixo-assinado, como se nós Constituintes, Deputados e Senadores, assinássemos um abaixo-assinado sem ter consciência do seu teor. É uma atitude baixa, é uma atitude pequena e, com justa razão, o Itamarati censurou essa iniciativa da Embaixada israelense. O Embaixador israelense, contudo, insiste em sua arrogância e afirma, num diálogo tido com as autoridades do Itamarati, que agora as coisas podem ficar mais difíceis para Israel libertar Lamia.

Ora, Sr. Presidente, não podemos aceitar, de maneira pacífica, que haja esse tipo de desrespeito, esse tipo de interferência do governo israelense, através do seu Embaixador, que fere a Assembléia Nacional Constituinte e fere a dignidade de cada um dos Constituintes.

Por isto, merece esta nossa saudação, este nosso apoio, a atitude do Itamarati; uma atitude correta, uma atitude digna, que deveria ser tomada, de repreensão e de censura ao Embaixador israelense.

Faço questão de que este registro fique nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Todos nós, companheiros e companheiras Constituintes que assinamos o abaixo-assinado, devemos, desta tribuna, em forma de carta-resposta enviada ao Embaixador, dizer-lhe as palavras que merece, que ele não pode se dirigir aos Constituintes nos termos com que se dirigiu, numa carta que é um verdadeiro insulto a cada um dos Constituintes e à própria Assembléia Nacional Constituinte, considerando o número de 244 Constituintes, Deputados e Senadores, que fazem este apelo ao governo israelense, através do Itamarati. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente,

Srs. Constituintes:

Assisti, ontem, estarrecido a noticiário em rede nacional de televisão, a respeito da situação em

que se encontravam 1.200 trabalhadores rurais alagoanos, levados do meu Estado para trabalho em uma usina no interior do Estado de São Paulo Usina Martinópolis, do Município de Serrana.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a situação desses trabalhadores rurais, segundo pôde constatar o Secretário de Trabalho do meu Estado Dr. José Humberto Torres, é de extrema dificuldade. Além de a empresa lhes negar direita ele mentares de que são titulares pela sua condição mesma de trabalhadores; além de a empresa esta pagando salários aviltados a esses trabalhadores a notícia que se tem da situação desses meu, conterrâneos é de que trabalham realmente sol regime de semi-escravidão.

O Governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Melo, ciente da gravidade do fato e informado pelo Secretário de Trabalho do meu Estado, tornou a feliz iniciativa de colocar ônibus 3 disposição desses meus conterrâneos a fim de lhes possibilitar o regresso ao Estado de Alagoas aos seus lares, ao seio das suas famílias, com o objetivo evidentemente de lhes tirar da situação de dificuldade extrema a que aludi.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estranho que esse fato aconteça precisamente no maior Estado da Federação, no mais rico, no mais pujante, governado por um homem, sem dúvida alguma, de formação democrática, como é o Governador Orestes Quêrcia.

Fico a pensar nas condições de trabalho dos nossos patrícios que se encontram em regiões recônditas do País. O que acontece com eles, hoje, no momento em que esta Assembléia Nacional Constituinte está preocupados, exatamente, em inserir na nova Constituição direitos e garantias considerados básicos para a classe trabalhadora.

Faço questão de deixar inscrito nos Anais desta Casa esse episódio, para meditação dos meus companheiros, para meditação dos meus pares, a fim de que se lembrem, agora, que quando nós, na Comissão de Sistematização e logo depois num trabalho subsequente, no Plenário desta Casa, tenhamos que votar matéria do interesse da classe trabalhadora, para que não nos esqueça-mos de inserir na nova Carta, na nova Constituição aquilo que o trabalhador brasileiro, em particular o trabalhador rural brasileiro, necessita e carece, há décadas, direitos pelos quais reclama há muito tempo.

Faço um apelo, ao final, ao Sr. Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para que, através da fiscalização do seu Ministério, no Estado de São Paulo, não apenas apure essas denúncias veiculadas pelo Secretário do Trabalho de Alagoas, Dr. José Humberto Torres, mas, usando dos poderes que lhe confere a legislação específica, autue esse mau empresário. Apelo, também, para o Sr. Ministro da Justiça no sentido de que acione a Polícia Federal para apurar as responsabilidades por esses fatos que, sem dúvida alguma, tipificam crimes de ação pública e que precisam ser apurados para que haja uma punição exemplar contra esses empresários, esses maus empresários que reduzem à condição de escravos modestos rurícolas, modestos trabalhadores rurais oriundos do meu Estado e que foram deslocados, foram levados para o Estado de São Paulo para trabalhar em usinas no interior daquele grande Estado, sem dúvida alguma, iludidos por promessas mirabol-

lantes que lhes foram feitas lá no Estado de Alagoas.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUMA (PT – Si. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Na verdade, teria um único tema para abordar na intervenção que faço desta tribuna. A luta social, A presença, aqui, de funcionários públicos, de professores da rede pública do País inteiro, no entanto, colocam dois temas que trataremos de abordá-los no curto espaço de tempo de que dispomos desta tribuna.

O primeiro tema, Sr. Presidente, é sobre a iniciativa do Governo de encaminhar ao Congresso um projeto de lei sobre a organização sindical e a lei de greve. Estranhamos essa pressa do Governo em ignorando a Constituinte que tratará, com profundidade, da questão da liberdade, da autonomia sindical e do direito de greve – trazer para cá um anteprojeto de lei, com uma visão que, na verdade, reflete as posições mais retrógradas, reacionárias e conservadoras que estão se fazendo maioria ocasionais nas Comissões do Congresso Constituinte.

O Governo, na verdade, não quer a adaptação dos princípios da Convenção 87, da OIT, à legislação ordinária brasileira no que trata da organização sindical e da Lei de Greve. O projeto do Governo, na verdade, é uma forçada adaptação da democracia sindical, há anos requerida pelos trabalhadores, aos princípios da estrutura sindical fascista vigente no nosso País há mais de 40 mos. Repudiamos este anteprojeto do Governo.

Nossa reivindicação é de que o Governo retire, de imediato, esse anteprojeto e respeite o debate que está sendo travado nesta Assembléia Nacional Constituinte. Porque é a Assembléia Nacional Constituinte, segundo a vontade da maioria do País e as pressões legítimas do movimento sindical que, na prática, estão derrubando a estrutura fascista que o Governo quer manter. Outras palavras, é esta Constituinte que vai definir a questão da liberdade, da autonomia sindical que queremos ampla, geral e irrestrita e do direito de greve assegurado na Constituição sem nenhuma lei ordinária que o limite, o impeça de ser exercido.

Sr. Presidente, o outro tema: trata-se de uma luta concreta dos trabalhadores assalariados, funcionários públicos deste País, para terem um quadro de carreira decente e uma remuneração que lhes possibilitem ter vida adequada a si e a sua família.

Os professores do Rio Grande do Sul, há mais de 60 dias, estão em greve, lutando contra um Governo que se diz democrático, porque é do PMDB e da Nova República, e que antes de ser Governo ajo dou a aprovar, na Assembléia Legislativa do Rio Grande, uma lei que garante um piso salarial de dois salários mínimos e meio ao professorado da rede pública do meu Estado. Sr. Presidente, este mesmo Governo, que descumpre essa lei, que busca no arsenal da legislação autoritária um modo de derrubar uma lei que ele mesmo ajudou a aprovar e que se relaciona aos professores do meu Estado, castigando o professorado a todo instante, ameaçando-o inclusive,

com demissão, recusando a pagar o salário do professorado, pois esse Governo do PMDB do Rio Grande, recebeu uma carta aberta no dia 16 deste mês, com o seguinte teor.

CARTA ABERTA

Senhor Governador.

Considerando a justeza e a legitimidade das humildes aspirações do Magistério Gaúcho, expressas na Lei nº 8.026, já aprovada em 1985 com nosso apoio;

Considerando a necessidade urgente da normalização das aulas, garantindo o ano letivo para as crianças e jovens do Rio Grande do Sul;

Apelamos respeito aos direitos conquistados pelos professores, valorizando assim a importância da educação no reerguimento do Estado.

Respeitosamente,

Abaixo, assinam um total de 517 entidades, expressando a maioria esmagadora do Rio Grande do Sul.

Entidades Gerais:

1. Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.
2. Cooperativa Colméia.
3. Comitê pela Participação Popular na Constituinte – Zonal 113.
4. União de Mulheres de Porto Alegre.
5. Movimento de Justiça e Direitos Humanos.
6. Comitê de Uruguaios Residentes em Porto Alegre.
7. Movimento de Solidariedade ao Povo Chileno.
8. Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central.
9. ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio.
10. Movimento dos Professores Socialistas.
11. União da Juventude Socialista.
12. Associação dos Servidores do Grupo Conceição.
13. Instituto de Pesquisas Sociais Olga Benário Prestes.
14. Conselho Regional de Medicina do Estado (CREMERS).
15. Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS).
16. Conselho de Secretários Municipais da Região Celeiro do RGS.
17. Movimento Quilombista do Rio Grande do Sul.
18. União dos Vereadores do Brasil.
19. CONAM
20. Lions Club – Serafina Correa.
21. Clube Social e Cultural Gaúcho de Serafina Corres.
22. Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Alegrete.
23. Associação Médica do Rio Grande do Sul – Alegrete.
24. Associação dos Artesãos de Alegrete.
25. Associação dos Funcionários da CEEE – Alegrete.
26. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ijuí (ASENAI)

27. Associação do Comércio e Indústria de Cerro Largo.
28. Associação dos Bancários de Cerro Largo.
29. ALICE – Cerro Largo.
30. Associação Brasileira de Servidores Federais de Santa Maria.
31. Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho.
32. Associação Profissional dos Empregados do Comércio de Campo Bom.
33. Associação Brasileira de Odontologia Fronteira Norte.
34. Associação dos Vereadores do PDS da Região Celeira.
35. Associação do Comércio e Indústria de Santo Ângelo.
36. Associação dos Bancários de Três Passos.
37. Associação dos Comerciários de Três Passos.
38. Associação dos Apicultores da Região Celeira
39. Associação Médica do Rio Grande do Sul – Região Celeira.
40. Associação dos Comerciários de Campo Bom.
41. Associação dos Servidores e Pensionistas do INPS do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – Caxias do Sul.
42. Associação dos Servidores da Justiça de Santa Maria.
43. Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Rolante.
44. Associação dos Aposentados de Guaporé.
45. Associação Regional dos Profissionais da Agronomia de São Luiz Gonzaga.
46. Associação Comercial de São Luiz Gonzaga.
47. Associação dos Funcionários Públicos Municipais de São Luiz Gonzaga.
48. Associação dos Comerciários de São Luiz Gonzaga.
49. Associação dos Técnicos Agrícolas de São Luiz Gonzaga.
50. Associação Comercial e Industrial de Montenegro (ASCIM).
51. Associação dos Municipários de Pelotas.
52. Associação dos Profissionais em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul.
53. Associação dos Funcionários da PUC.
54. OAB – Sub-Secção de Santo Augusto.
55. OAB – Sub-Secção de São Maninho.
56. CONSEPRO – Três Passos.
57. OAB – Sub-Secção de São Luiz Gonzaga.
58. OAB – Seccional de Alegrete.
59. Clube de Mães Esperança de Guaporé.
60. Rotary Club – Guaporé.
61. Cooperativa da Escola dos Alunos do Centro Interescolar de 1º e 2º Graus Guaporé.
62. Dons Clube de Guaporé.

63. Clube dos Diretores Lojistas – 15º Distrito – Alegrete.
64. Lions Clube Três Figueiras de Uruguaiana.
65. OAB – Sub-Secção de Caxias do Sul.
66. Clube dos Diretores Lojistas de Estância Velha e Iotí.
67. Serviço Social de Estância Velha.
68. Lions Club de Estância Velha.
69. Sociedade de Canto União de Estância Velha.
70. Rotary Club de Estância Velha.
71. SERC – Chimarrão de Estância Velha.
72. Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Estância Velha.
73. Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Estância Velha.
74. Grêmio Servidores Escola Curtimento SENAI – Estância Velha.
75. Igreja de Confissão de Campo Bom.
76. Clube de Mães da Feitoria de São Leopoldo.
77. Comitê da Zona Sul de São Leopoldo.
78. Seccional da OAB de Sapiranga.
79. OAB de Ijuí.
80. União das Mulheres de Ijuí.
81. CREA – Ijuí.
82. União de Mulheres de Pelotas.
83. Escola Genesista de 2º Grau Estância Velha.
84. Amigos dos Excepcionais de Estância Velha.

Sindicatos Rurais:

85. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo
86. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três de Maio.
87. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Farroupilha
88. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serafina Correa.
89. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Paula
90. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Coroas.
91. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canela
92. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim.
93. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias do Sul.
94. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruguaiana.
95. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapiranga.
96. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Irmãos.
97. Sindicato Rural de Ijuí.
98. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.
99. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Maninho.
100. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Rurais de Braga.
101. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Rurais de Três Passos.
102. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo.

- 103. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolante.
- 104. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luiz Gonzaga.
- 105. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas.
- 106. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerro Largo.
- 107. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquara.

Sindicatos

- 108. Sindicato dos Trabalhadores das Ind. Gráficas de Caxias do Sul.
- 109. Sindicato dos Trabalhadores nas Ind. do Vestuário de Caxias do Sul e
- 110. Farroupilha.
- 111. Sindicato dos Trabalhadores nas Inds. de Instrumentos Musicais e Brinquedos de Caxias do Sul.
- 113. Sindicato dos Trabalhadores das Ind. de Alimentação de Caxias do Sul.
- 114. Central Geral dos Trabalhadores de Caxias do Sul.
- 115. Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Fiação e Tecelagem de Caxias do Sul.
- 116. Comunidade Assistencial Sindical nº 1 dos Trabalhadores de Caxias do Sul.
- 117. Sindicato dos Trab. Ind. de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Caxias do Sul.
- 118. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul.
- 119. Sindicato dos Trabalhadores das Ind. Química e Farmacêuticas de Caxias do Sul.
- 120. Sindicato dos Trabalhadores das Ind. Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul.
- 121. Sindicato dos Empregados no Comércio de Catas do Sul.
- 122. Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Caxias do Sul.
- 123. Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul.
- 124. Sindicato dos Trabalhadores da indústria de Uruguaiana.
- 125. Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Uruguaiana.
- 126. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uruguaiana.
- 127. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo e Hidrelétricas no Estado do Rio Grande do Sul.
- 128. Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Ferroviárias do Estado do Rio Grande do Sul.
- 129. Delegacia do Sindicato Médico de Uruguaiana
- 130. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Imobiliário de Uruguaiana.
- 131. Departamento do Sindicato dos Aposentados Ferroviários.
- 132. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Vestuários de Sapiranga.
- 133. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e
- 134. Materiais Elétricos de Sapiranga.
- 135. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e
- 136. Materiais Elétricos de São Sebastião do Cai.
- 137. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha.
- 138. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Estância Velha.
- 139. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Calçados de Dois Irmãos.
- 140. Sindicato dos Ferroviários de Alegrete.
- 141. SENERGISUL –Alegrete.
- 142. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Curtiça de Campo Bom.
- 143. Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Novo Hamburgo.
- 144. Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Novo Hamburgo.
- 145. Sindicato dos Zeladores de Edifícios de Novo Hamburgo.
- 146. Sindicato dos Empregados do Comércio de Alegrete.
- 147. Sindicato dos Bancários de Alegrete.
- 148. Sindicato dos Trabalhadores de Construção e do Mobiliário de Alegrete.
- 149. Sindicato do Comércio Varejista de Ijuí.
- 150. Sindicato dos Contabilistas de Ijuí.
- 151. Sindicato dos Empregados do Comércio de Ijuí.
- 152. Sindicato dos Bancários de Ijuí.
- 153. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e Mat. Elétrico de Ijuí.
- 154. Sindicato dos Comerciários do Rio Grande do Sul.
- 155. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção de Ijuí.
- 155. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Ijuí.
- 156. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Ijuí.
- 157. Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Ijuí.
- 159. Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.
- 160. Sindicato dos Bancários.
- 161. Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Ijuí – SAAEI.
- 162. Sindicato dos Engenheiros de Ijuí – SENG.
- 163. Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de Ijuí.
- 164. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Parobí.
- 165. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação de Montenegro.
- 166. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Montenegro.
- 167. Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul.
- 168. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul.
- 169. Sindicato dos Comerciários de Santa Cruz do Sul.
- 170. Sindicato da Construção e Mobiliário de Santa Cruz do Sul.
- 171. Sindicato dos Trabalhadores da Borracha de Santa Cruz da Sul.
- 172. Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Santa Cruz do Sul.
- 173. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Cruz do Sul.
- 174. Sindicato dos Bancários de São Luiz Gonzaga.
- 175. Sindicato dos Motoristas de São Luiz Gonzaga.
- 176. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Pelotas.
- 177. Sindicato dos Trabalhadores em Couro e Peles de Pelotas.
- 178. Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Pelotas.
- 179. Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Pelotas.
- 180. Sindicato dos Profissionais em Enfermagem de Pelotas.
- 181. Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Santa Maria.
- 182. Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Santa Maria.
- 183. Sindicato dos Trabalhadores dos Metalúrgicos de Santa Maria.
- 184. Sindicato dos Empregados e Auxiliares de Enfermagem na Saúde de Santa Maria.
- 185. Sindicato dos Comerciários de Santa Maria.
- 186. SIMEC – Santa Maria
- 187. CUT – Santa Maria
- 188. Central Geral dos Trabalhadores de Santa Maria.
- 189. Sindicato dos Secretários do Rio Grande do Sul.
- 190. Sindicato dos Empregados no Comércio de Pelotas.
- 191. Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Pelotas.
- 192. Sindicato dos Alfaiates e Costureiros de Pelotas.
- 193. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Pelotas.
- 194. Delegacia Regional do Sindicato dos Empregados de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul.
- 195. Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Pelotas.
- 196. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Pelotas.
- 197. Sindicato dos Empregados na Indústria de Couros e Peles de Pelotas.
- 198. Sindicato dos Eletricistas de Pelotas.
- 199. Sindicato dos Trabalhadores na indústria da Alimentação de Pelotas.
- 200. Sindicato dos Trabalhadores em Construção e Mobiliários de Bagé
- 201. SEESS – Passo Fundo
- 202. Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Porto Alegre.

203. Sindicato dos Psicólogos de Rio Grande do Sul.
 204. Sindicato de Tecelagem do Rio Grande do Sul.
 205. Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Passo Fundo.
 206. Sindicato dos Secretários do Rio Grande do Sul.
 207. Sindicato dos Profissionais em Processamento de dados.
 208. Sindicato da Indústria de Alimentação de Serafim Correa.
 209. Sindicato dos Desenhistas do Rio Grande do Sul
 210. CUT – Regional de Cerro Largo
 211. Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre
 212. Sindicato dos Trabalhadores de , Águas e Esgotos do Rio Grande do Sul – CORSAN
 213. Sindicato dos Trabalhadores em Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de Campo Bom.
 214. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Estância Velha.
 215. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Sapiranga.
 216. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Met. Mecânica e de Materiais Elétricos de São Sebastião do Caí.
 217. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados.
 218. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Três Coroas
 219. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Taquara.
 220. Sindicato dos Empregados do Comércio de Canela
 221. Sindicato dos Empregados em Turismo Hospitalidade de Canela
 222. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias, Mecânicas e Material Elétrico de Canela
 223. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Mobiliária de Canela
 224. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de Canela
 225. Sindicato dos Trabalhadores da Construção e Mobiliária de Erexi.
 226. Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Erexi.
 227. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas – Mecânica Material Elétrico.
 228. Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário de Erexi.
 229. Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Bancários de Erexi.
 230. Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Erexi.
 231. Sindicato do Comércio Varejista de Erexi.
 232. CGT – Central Geral de Trabalhadores
 233. CUT – Central Única de Trabalhadores
234. SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul
 235. Sindicato dos Rodoviários do Rio Grande do Sul
 236. SIMERS – Sindicato Médico do Rio Grande do Sul
 237. Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul
 238. Sindicato dos Radialistas
 239. SAAE – Porto Alegre – Sindicato dos Auxiliares em Administração escolar.
 240. FETEE – SUL – Federação dos Trabalhadores Estaduais de Ensino do Rio Grande do Sul
 241. Sindicato dos Bancários de Novo Hamburgo
 242. CUT – Regional de porto Alegre
 243. Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo
 244. Sindicato dos Metroviários de Porto Alegre
 245. Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo
 246. Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Sul
 247. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre
 248. Sindicato dos Químicos de Porto Alegre
 249. SINTTEL/RS
 250. SINTTEL – São Luiz Gonzaga
 251. Sindicato dos Odontologistas do Estado
 252. Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio Grande do Sul
 253. Sindicato dos Desenhistas do Rio Grande do Sul
 254. Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas
 255. Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas
 256. Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina
 257. Sindicato dos Metalúrgicos de Santo Ângelo
 258. Sindicato dos Gráficos de Caxias do Sul
 259. Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo
 260. Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul
 261. Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário
 262. Sindicato dos Psicólogos no Estado do Rio Grande do Sul
- Deputados Federais:**
263. Deputado Adilson Moda – PDS – RS.
 264. Deputado Victor Faccione – PDS – RS.
 265. Deputado Adroaldo Streeck – PDS – RS
 266. Deputado Amaury Müller – PDT – RS.
 267. Deputado Carlos Cardinal – PDT – RS.
 268. Deputado Antonio Brito – PMDB – RS.
 269. Deputado Ivo Mainard – PMDB – RS.
270. Deputado Irajá Rodrigues – PMDB – RS.
 271. Deputado Hermes Zaneti – PMDB – RS.
 272. Deputado Vicente Bogo – PMDB – RS.
 273. Deputado Antonio Renato Pain – PT – RS.
 274. Deputado Luis Inácio Lula da Silva – PT – SP.
 275. Deputado Olívio Dutra – PT – RS.
 276. Deputado Chico Humberto – PDT – MG.
 277. Deputado Pedro Canelo – PDT.
 278. Deputado Otávio Elísio – PMDB – MG.
 279. Deputado Artur da Távola – PMDB – RJ.
 280. Deputado Roberto Freire – PCB.
 281. Deputado Fernando Cunha – PMDB.
 282. Deputado Nélson Aguiar – PMDB.
 283. Deputado Orlando Pacheco – PFL
 284. Deputado Hadan Gadella – PMDB.
 285. Deputado Luis Gushiken – PC.
 286. Deputado Manuel Castro – PFL.
 287. Deputado Messias Gois – PFL
 288. Deputado Gastoni Righi – PTB.
 289. Deputado Renato Viana – PMDB – SC.
 290. Deputado Arnold Fioravante – PDS SP.
 291. Deputado João Paulo – PT.
 292. Deputado Fausto Rocha – PFL – SP.
 293. Deputado Arnaldo Martins – PMDB.
 294. Deputado Mário Covas – PMDB.
 295. Deputado Arnaldo Prieto – PFL.
 296. Deputado Tadeu França – PMDB.
 297. Deputado Gumerindo Milhomem Neto – PC – SP.
 298. Deputado Sónon Borges dos Reis – PT.
 299. Deputado Florestar Fernandes – PT – SP.
 300. Deputado Jorge Hage – PMDB – BA.
 301. Senador Pompeu de Souza – PMDB – DF.
 302. Deputado Aroldo Lima – PC do B.
 303. Deputado Aldo Arantes – PC do B – GO.
 304. Deputado Roberto Augusto – PTB – RJ.
 305. Deputado Geraldo Campos – PMDB.
 306. Deputado Augusto Carvalho – PCB – DF.
 307. Deputado Genivaldo Corroa – PMDB.
 308. Deputado Ademir Andrade – PMDB.
- Deputados Estaduais:**
309. Deputado Raul Pont – PT.
 310. Deputado Adão Pretto – PT.
 311. Deputado José Fortunati – PT.
 312. Deputado Selvino Heck – PT.
 313. Deputado Júras Lima – PDS.
 314. Deputado Carlos Sá Azambuja – PDS.
 315. Deputado João Odil Haas – PDS.
 316. Deputado Valmir Susin – PDS.
 317. Deputado Wilson Mâncica – PDS.

318. Deputado Celso Bernardi – PDS.
 319. Deputado Lourenço Pires – PDS.
 320. Deputado João Augusto Nardes – PDS.
 321. Deputado Francisco Sérgio Turra – PDS.
 322. Deputado Luiz Fernando Staub – PDS.
 323. Deputado Eden Pedroso – PDT.
 324. Deputado Antonio Barbado – PDT.
 325. Deputado Antonio Brasil Carus – PDT.
 326. Deputado Porfírio Peixoto – PDT.
 327. Deputado Renan Kurtz – PDT.
 328. Deputado Carlos Araújo – PDT.
 329. Deputado Luis Abadie – PDT.
 330. Deputado Moéses Berlesi – PDT.
 331. Deputado Valdomiro Lima – PDT.
 332. Deputado Erany Müller – PMDB.
 333. Deputado Constantino Picarelli – PMDB.
 334. Deputado Francisco Cantou Júnior – PMDB.
 335. Deputado Mendes Ribeiro Filho – PMDB.
 336. Deputado José Antonio Daudt – PMDB.
 337. Deputado João Osório marfim – PMDB.
 338. Deputado Athos Rodrigues – PFL.
 339. Deputado Elói Zanella – PFL.
 340. Deputado Germano Bonow – PFL.
 341. Deputado Nestor Fips Schancler – PFL.
 342. Deputado Tufy Salomão.

Círculos de Pais e Mestres:

343. CPM da Escola Nova Cachoeirinha – Cachoeirinha.
 344. ACPM JRS – (em nome de 2500 CPM).
 345. CPM da Escola Estadual de 1º Grau Maria Costa Marocco – Serafina Corroa.
 346. CPM da Escola Engel Filho – Guaporé.
 347. CPM da Escola de 1º e 2º Graus Bandeirantes – Guaporé.
 -
 348. CPM da Escola de 1º Grau Frei Caneca – Guaporé.
 349. CPM da Escola de 1º Grau Pereira – Guaporé.
 350. CPM – Santa Maria.
 351. ACPM Regional de Cerro Largo.

Partidos:

352. Partido Socialista Brasileiro – PSB.
 353. Partido Comunista Brasileiro – executa estadual – PCB.
 354. Partido Comunista Brasileiro – PCB – Alegrete.
 355. Partido Democrático Social – PDS – Alegrete.
 356. Partido Democrático Trabalhista – PDT – Alegrete.
 357. Partido dos Trabalhadores – PT – Campo Bom.
 358. Partido Comunista Brasileiro – PCB – Campo Bom.
 359. Partido Comunista do Brasil – PC do B.

360. Partido dos Trabalhadores – PT.
 361. Partido Democrático Social – PDS – Porto Alegre.
 362 – Partido dos Trabalhadores – PT – Porto Alegre.
 363. Partido da Frente Liberal – PFL – Porto Alegre.
 364. Partido Democrático Trabalhista – PDT – Porto Alegre.
 365. Diretório Municipal do PT – São Leopoldo.
 366. Comissão Provisória do Partido Liberal – Caxias do Sul.
 367. Partido Comunista do Brasil – PC do B – Caxias do Sul.
 368. Partido Democrático Trabalhista – PDT – Caxias do Sul.
 369. Diretório do PDT de Sapiranga.
 370. Diretório do PMDB de Sapiranga.
 371. Diretório do PFL de Sapiranga.
 372. Partido Democrático Social – PDS – Sapiranga.
 373. Partido Comunista do Brasil – PC do B – Porto Alegre.
 374. Partido Socialista Brasileiro – PSB – Porto Alegre.
 375. Comitê da Constituinte Popular da Zonal 113 – Porto Alegre.
 376. Partido Democrático Trabalhista – PDT – São Leopoldo.

Vereadores:

377. Vereador Lauro Hagemann – PCB/POA
 378. Vereadora Jussara Cony – PCdoB/POA
 379. Vereador Antonio Hohlfeldt – PT/POA.
 380. Vereador Caio Lustosa – PMDB.
 381. Vereadora Gladis Mantelli – PMDB.
 382. Vereador Pedro Ruas – PDT.
 383. Vereador Kenny Braga – PDT.
 384. Vereador paulo Sant'Ana – PDT.
 385. Vereador Adão Eliseu – PDT.
 386. Presidente da Câmara de Vereadores de Ijuí – Vereador Antenor Sabis.
 387. Vereador Paulo Satte – PDT.
 388. Vereador Cleon Guatimozim – PDT.
 389. Vereadora Terezinha Chaise – PDT.
 390. Vereador Jorge Goulart – PL.
 391. Vereador Brochado da Rocha – PDT.
 392. Vereador Aranha Filho – PFL.
 393. Vereadora Bernardete Vidal – PFL.
 394. Vereador Wilson Santos – PFL.
 395. Vereador Raul Casa – PFL.
 396. Vereador Mano José – PDS.
 397. Vereador Allensio Welniro Ronnau – PDS – São Leopoldo.
 398. Vereador Celivio Müller – PFL – São Leopoldo.

Entidades Comunitárias:

399. Comunin. Assist. Sindical Couro e Calç. Metal. Estância Veha
 400. Comunidade Evangélica de Estância Veha
 401. Conselho de Desenvolvimento da Comunidade de São Leopoldo
 402. Comissão Municipal de Saúde Comunitária – São Leopoldo

403. União Pelotense das Associações Comunitárias de Pelotas
 404. Associação de Moradores do jardim Ipiranga
 405. Associação dos Moradores e Mutuários do BNH de Três Passos
 406. Associação do Bairro Santa Tereza – São Leopoldo
 407. Associação da Vila Justo – São Leopoldo
 408. Associação de Moradores da Vila Kennedy – São Leopoldo.
 409. Associação Residencial Santa Catarina – São Leopoldo
 410. Associação Amigos do Bairro Feitoria – São Leopoldo
 411. Associação Amigos Vila Esperança – São Leopoldo
 412. Associação do Bairro COHAB Duque de Caxias – São Leopoldo
 413. Associação Comunitária Bairro Campinas – São Leopoldo
 414. Associação Moradores do Bairro Boa Vista – São Leopoldo
 415. associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estância Velha
 416. Associação de Clubes de Mães de Guaropé
 417. Associação dos Moradores da Grande Santa Rosa
 418. União Pelotense de Associações de Bairros – Pelotas
 419. União das Associações Comunitárias de Santa Maria
 420. Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros – POA – FRACAB
 421. Associação Comunitária dos Moradores da Vila Fátima – Cachoeirinha
 422. Associação Comunitária dos Moradores da Vila Márcia – Cachoeirinha
 423. Associação Comunitária dos Moradores das Vilas Princesa Isabel e Monte Carlo – Cachoeirinha
 424. Associação Comunitária dos Moradores da Vila Anair – Cachoeirinha.
 425. Associação dos Moradores da Vila Carlos Wilkens – Cachoeirinha.
 426. Comissão Pró-Melhoria da Grande Santa Rosa – POA
 427. Federação de órgãos para Assistência Social e Educaciona/POA – FASE
 428. Associação de Moradores da Vila União – POA
 429. Conselho Comunitário da Vila Elizabeth – POA
 430. União das Associações de Moradores de POA – UAMPA
 431. Associação de Moradores da Grande Santa Rosa – POA
 432. Associação Comunitária da Nova Gleba – POA
 433. Associação Comunitária Campo Bom
 434. Associação dos Moradores do Jardim Ipiranga – POA
 435. União das Associações Comunitárias de Santa Maria
 436. Associação Comunitária Floresta Esperança

437. Associação de Moradores da COHAB Leste.

Outros:

438. Federação dos Trabalhadores no Comércio do RS.
439. Comunidade Evangélica Luterana da Paz – Campo Bom.
440. União da Juventude Socialista.
441. Federação dos Trabalhadores nas Inds. Metalúrgicas do RS.
442. Prefeito Municipal de São Martinho.

Entidades Magistério:

443. Associação dos Professores Municipais de Alegrete.
444. Sindicato dos Professores de Ijuí.
445. Associação dos Professores Municipais de Ijuí.
446. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.
447. Conselho de Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul.
448. Associação dos Secretários Municipais de Educação – AMUPLAN
449. Associação Sul-Rio-grandense de Professores.
450. Associação dos Professores da Região Celeira.
451. Associação dos Docentes da UFPEL.
452. ADERGS – Associação dos Administradores de Educação do Rio Grande do Sul.
453. ADERGS – Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul.
454. ASSERS – Associação dos Supervisores Escolares do Rio Grande do Sul.
455. AIERS – Associação dos Inspetores Escolares do Rio Grande do Sul.
456. Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – ADUNISINO.
457. Centro de Professores do Colégio Anchieta.
458. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES.
459. ADUFRGS – Associação de Docentes da UFRGS.
460. SIMPRO – Sindicato de Professores do Rio Grande do Sul
461. FENOE – Federação Nacional dos Orientadores Educacionais.
462. Associação dos Professores Pratenses.
463. APEOESP – São Paulo.
464. APAL – Alagoas.
465. APLB – Bahia.
466. FAMOBH – Minas Gerais.
467. CPB – Confederação de Professores do Brasil.
468. UPES – Espírito Santo.
469. FEPPEP – Pará.
470. APEMA – Maranhão.
471. ARP – Rondônia.
472. SINDIP – Rio de Janeiro

Entidades Estudantis:

473. UEE – União Estadual de Estudantes

474. DCE/UFRGS – Diretório Central de Estudantes UFRGS.
475. DCE/PUC – Diretório Central de Estudantes PUC.
476. DCE/FAPA – Diretório Central de Estudantes FAPA.

477. Diretório Acadêmico de Letras – UFRGS.

478. Diretório Acadêmico de Letras – FAPA

479. Grêmio Estudantil da Escola Santa Rosa – Porto Alegre.

480. Grêmio Estudantil da Escola Parobé – Porto Alegre.

481. Grêmio Estudantil da Escola Júlio de Castilhos – Porto Alegre.

482. Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação – UFRGS.

483. Grêmio Estudantil Dom João Becker.

484. Grêmio de Alunos da Escola Cândido José de Godoi.

485. DCE – Diretório Central Estudantes UFSM.

486. UNE – União Nacional de Estudantes

487. Fundação Educacional de Alegrete.

488. Diretório Acadêmico Dr. Ciro Leães – Alegrete.

489. Diretório Central de Estudantes de Ijuí.

490. União Santa Mariense de Estudantes.

491. Escola Cenecista – 2º Grau de Estância Velha.

492. Grêmio Estudantil Escola Bandeirantes.

493. União dos Estudantes de Santa Cruzenses.

494. Diretório Central de Estudantes – UFPEL.

495. Diretório Central de Estudantes – UCPEL.

496. Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Maria.

497. Deputado Sérgio Zambiasi – PMDB/RS.

498. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Sta. Maria.

499. Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Santa Maria.

500. Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Calçados de Campo Bom.

501. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves.

502. Sindicato dos Trabalhadores no Comércio RS.

503. Federação das Indústrias Metalúrgicas do RS.

504. AMPA – Associação dos Municipários de Porto Alegre.

505. APMPA – Associação dos Professores do Município de Porto Alegre.

506. ASSUFRGS.

507. ASSERSUBA – Associação dos Servidores da Justiça de Porto Alegre.

508. CESMA – Centro de Servidores da Saúde e Meio Ambiente.

509. FASPERS – Federação dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul.

510. CESDAER – Centro de Servidores do DAER.

511. SINDIAERS.

512. Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho.

513. Grupo Experimental Todocanto – Porto Alegre.

Sr.Presidente, a insensibilidade do Governo Estadual é a mesma do Governo Federal, não poderia ser diferente, pois, são do mesmo naipe as forças que apóiam o Governador Pedro Simon e as que apóiam o Presidente José Sarney. Todas estão interessadas, na verdade, em penalizar as vítimas da crise, no Rio Grande do Sul e no País, e não sacrificar aqueles que foram os beneficiários privilegiados desta crise do endividamento interno e externo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo que o Governo do Rio Grande do Sul, por pressão popular e para manter uma tradição de respeito aos interesses da maioria daquele Estado, consiga, no mais imediato prazo, resolver esta situação pela negociação. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME: – Sr. Presidente, tendo sido citado nominalmente pelo nobre Parlamentar Del Bosco Amaral requeiro de V. Ex.^a nos termos do Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte, com base no art. 55 inciso VII, o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra a V. Ex.^a para explicação pessoal, pelo tempo de três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL – SP. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem tive oportunidade de aqui, neste Parlamento, tecer considerações a respeito de um dos escândalos que considero dos mais graves, dos mais vultosos e que envergonha não apenas o meu Estado, mas todo o País.

Hoje, em defesa do Sr. Governador do Estado de São Paulo, esteve aqui, nesta tribuna, o Deputado Del Bosco Amaral, fazendo alusão a uma possível vinculação minha com o setor bancário.

Se setor bancário significa ter algum parente bancário, eu realmente tenho. Tenho um irmão que é Diretor Gerente de Crédito Rural do Banco Noroeste, mas não possui ações, não é banqueiro, é bancário. Se ter irmão bancário significa vinculação com o setor bancário, o argumento do nobre Constituinte Del Bosco Amaral procede; se, no entanto, S. Ex.^a quis insinuar algum comprometimento meu com os banqueiros, S. Ex.^a comete uma levianidade, uma levianidade que não é característica de um parlamentar experiente de diversas legislaturas e que tem se pautado aqui pela defesa da verdade e pela defesa dos argumentos válidos, corretos e honestos. Não tenho vinculação nenhuma com banqueiros e muito menos na campanha tive qualquer ajuda desse setor. Tanto que, praticamente, a totalidade dos meus votos vem de uma cidade só, da cidade de Piracicaba. Se fosse financiado pelos banqueiros eu teria recursos para receber votos em todo o Estado.

Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, gostaria de dizer que vou relegar as acusações do Constituinte Del Bosco do Amaral, não vou levá-las em conta porque, ao tentar comprometer a fonte, S. Ex.^a mostra que não tem argumentos para contestar tudo aquilo que disse, confirmo

e ratifico, a respeito desse seríssimo escândalo do Estado de São Paulo. Simplesmente S. Ex.^a cumpriu uma difícil missão, porque vir aqui, hoje, defender o Governador Orestes Quêrcia é uma missão dificílima. S. Ex.^a veio aqui defender o indefensável. Por isso, quero relegar as observações que indevidamente fez à minha pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Há muitas obras importantes e necessárias para serem feitas no Brasil. Como não possuímos recursos bastante para atender a todas elas, torna-se imprescindível fazer uma priorização para as mais recomendáveis, tanto social, quanto econômico.

No setor dos transportes terrestres há que se distinguir entre rodovias e ferrovias. Sabemos que as ferrovias são mais vantajosas pelo volume de carga transportada e pelo custo mais baixo, em função da distância.

Até 400 quilômetros recomenda-se a rodovia; de 400 a 700 quilômetros recomenda-se a ferrovia, e acima de 700 quilômetros recomenda-se a aquavía.

No entanto, nossa realidade atual nos mostra que as rodovias ganharam em quilometragem e em versatilidade, dada a grande flexibilidade de suas características e baixo custo de investimentos.

A tendência lógica é que quanto mais convergência rodoviária houver para o Brasil Central, onde fica a capital do País – Brasília – tanto melhor para a interiorização do progresso e para a ocupação dos espaços vazios que ainda existem.

A interligação das regiões produtoras entre si e com os grandes centros consumidores é uma meta da priorização para a construção das rodovias brasileiras.

Hoje, quero manifestar, outra vez, minha luta e minha ânsia pelo término da construção da BR-354, ligando Brasília-Rio e com várias opções para o Sul do País.

Refiro-me ao trecho que falta terminar, ligando Patos de Minas – minha base eleitoral – até a BR-040, nas proximidades de Cristalina e/ou de Paracatu, dependendo de melhores estudos sobre a execução técnica e a economia da obra e os reflexos posteriores, com o aproveitamento daquela rodovia.

É oportuna esta manifestação que ora faço porque as opções governamentais precisam ser tomadas agora, antes da elaboração da lei orçamentária para o exercício de 1988.

Decisão de tal envergadura requer o envolvimento de vários ministérios e órgãos governamentais, como o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes, DNER e outros, além das manifestações do Poder Legislativo.

Na semana passada, na quinta-feira, estive, juntamente com o Prefeito de Patos de Minas, no DNER, no Rio de Janeiro, para tratar deste assunto com o seu Diretor-Geral, Dr. Antônio Alberto Canabrava.

As justificativas desta obra, que desejo ver realizada, são as seguintes:

A rodovia BR-354, com cerca de 860 quilômetros de extensão, pertencente ao Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, que liga Cristalina-GO (Entrocamento BR-040 e BR-050) a Engenheiro Passos-RJ (Entrocamento BR-116) passando por Patos de Minas, Formiga, Lavras, Caxambu etc., permitirá a ligação direta de Brasília com o Rio de Janeiro, que, além de encurtar significativamente o percurso, proporcionará redução ao tráfego da BR-040 e facilitará a ligação de Brasília com a região sul de Minas (Círculo das Águas).

Para completar a ligação faltam os trechos de Cristalina a Presidente Olegário (aproximadamente 250 km) e de Perdões a Caxambu (mais ou menos 100 km), sendo que este último, embora seja menor, é de difícil execução, dadas as características da região e conta com alternativa pavimentada passando por Cambuquira.

O trecho Cristalina – Divisa GO/MG – Guarda-Mor, com aproximadamente 125 km de extensão, encontra-se apenas planejado; de Guarda-Mor a Vazante, com 52 quilômetros, em leito natural; de Vazante a Lagamar, com 25 quilômetros implantados com características modestas em face da travessia da Serra dos Carneiros; de Lagamar ao entrocamento com MG-410, com 27 quilômetros implantados, e desse entrocamento até Presidente Olegário, com 20 quilômetros implantados e em obras de pavimentação através do DER-MG, que, inclusive, pavimentou, em 1983, os 26 quilômetros de Presidente Olegário a Patos de Minas, além do anel rodoviário de Patos de Minas em torno de 7 quilômetros. Observa-se que de Guarda-Mor até Patos de Minas, trata-se de rodovia estadual transitória, MGT-354, cuja diretriz coincide com a da rodovia BR-354.

Ainda que o trecho Guarda-Mor – Entrocamento MG-410, da BR-354 não conste das prioridades do Ministério dos Transportes, se caracteriza como de fundamental importância para aquela região de Minas, ligando-a à região do Alto Paranaíba, já servida por rodovias pavimentadas.

Essa importância se refere principalmente à resposta que o Governo precisa dar ao desenvolvimento que os setores agropecuário e industrial (fosfato da Rocinha, calcário de Lagamar, zinco de Vazante) vêm demonstrando nos últimos anos e sensivelmente incrementado em face das recentes medidas econômicas do Governo Federal.

Sob o aspecto técnico do trecho em questão, vale ressaltar que a situação atual permite tráfego permanente em condições razoáveis de Guarda-Mor até Vazante, de razoáveis a boas, de Vazante e Lagamar, e boa de Lagamar até Presidente Olegário, sendo que nesse último trecho o volume médio diário é da ordem de 600 veículos, dos quais 60% de carga, com presença significativa de caminhões com 3º eixo, no período da safra agrícola.

O traçado horizontal, bem como o vertical, necessita significativas melhorias de Guarda-Mor até Vazante, de pequenas correções de Vazante até Lagamar, e de apenas uniformização de Lagamar até Presidente Olegário.

Desenvolve-se, basicamente, em divisores de água, cruzando apenas os rios Claro e Santa Catarina, ambos de pequeno porte, sendo que o último, próximo de Vazante, já conta com ponte de

concreto, definitiva, recentemente construída pelo DER-MG.

A topografia é favorável ao longo de quase todo o trecho, à exceção da Serra dos Pilões, no trecho Guarda-Mor – Vazante, e da Serra dos Carneiros entre Vazante e Lagamar.

O material para construção apresenta boas características de suporte, com predominio do **ilegível** que vai-se exaurindo aos poucos **ilegível** requerido pelo **ilegível**.

Ressalta-se que os trabalhos de conservação do DER-MG vêm proporcionando paulatinamente, na medida do possível, melhorias com vistas ao traçado definitivo.

Sr. Presidente, com essa obra ganha o Brasil, ganha Minas Gerais, ganhamos todos nós do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Havia aqui dentro da Casa, há uma hora, alguns representantes do funcionalismo público federal e estadual, que estão fazendo uma manifestação em defesa de seus interesses. Aliás, não está havendo votação, eles não estavam em galerias, estavam procurando os parlamentares para entregar uma proposta, em forma de documento, ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Esses funcionários estavam aqui, saíram para entregar, também, um abaixo-assinado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e na volta estão impedidos de entrar. Não podem entrar na Casa até para poder comer alguma coisa, conversar com os Constituintes. E está sendo impedida a entrada deles na Casa, segundo a Segurança, por uma ordem do Presidente da Constituinte. Isto é inaceitável.

Apelo a V. Ex.^a para que permita a entrada dessas pessoas na Casa porque estão numa atividade absolutamente normal, legítima, democrática, como tem acontecido com vários grupos que entram na Casa. Não está havendo manifestação que justifique medida desse tipo.

Portanto, essa a questão de ordem que formulo a V. Ex.^a para resolver o problema. Solicito a V. Ex.^a instruções no sentido de que eles possam ter acesso ao espaço físico da Assembléa Nacional Constituinte.

Esse é o apelo, na forma de questão de ordem, que formulo a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência informa a V. Ex.^a que as normas de circulação de pessoas nos recintos da Assembléa Nacional Constituinte estão disciplinadas no Regimento Interno. Não há nenhum fato novo a acrescentar. De modo que a Presidência estranha a comunicação que V. Ex.^a faz e vai tomar as providências para apurá-las e determinar como de direito.

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geraldo Alckmin Filho.

O SR. GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos assuntos mais importantes tratados na Assembléia Nacional Constituinte e na Comissão da Ordem Social foi o problema da Previdência Social, ou seja, o problema da aposentadoria dos trabalhadores.

Nesse sentido, avanços importantes foram conseguidos nesta Comissão, inclusive criando um sistema único de Previdência Social, equiparando o trabalhador urbano ao trabalhador rural, fazendo um sistema único de Previdência Social deixando com que os trabalhadores rurais continuassem como cidadãos de segunda categoria, aposentando apenas por idade aos 65 anos de idade e recebendo meio salário mínimo de aposentadoria.

A Comissão da Ordem Social fez um trabalho extremamente importante no sentido de promover justiça àqueles que dedicaram a sua vida ao trabalho, ao labor com dedicação e com competência. Além disso, tivemos recentemente a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto de lei do Poder Executivo, do Presidente José Sarney, também importante, que trouxe avanços no campo da Previdência Social, como o piso salarial de 95% do salário mínimo e a reposição salarial que os aposentados tiveram como perdas entre 1979 e 1984. E a par, então, de todos esses avanços, de todas essas conquistas da classe trabalhadora, no que concerne à aposentadoria, no que concerne à Previdência Social, temos hoje um fato gravíssimo, ocorrendo em vários municípios brasileiros, na fábrica de explosivos da Inbel, Indústria Bélica de Piquete, no Estado de São Paulo, na fábrica de explosivos de Itajubá e na fábrica do Rio de Janeiro, onde os funcionários estatutários do Ministério do Exército e da Inbel, que sempre tiveram assegurado a sua aposentadoria aos 25 anos de serviço, que sempre gerações e gerações lá se apresentaram. Em 25 anos de serviço, tendo em vista o alto grau de periculosidade que envolve esse tipo de trabalho, sendo a cidade de Piquete, em São Paulo, conhecida como a cidade das viúvas, de tal modo é grande o número delas na cidade, em decorrência de sucessivas explosões, ocorridas na Fábrica Presidente Vargas, temos este ano um retrocesso. Todos os trabalhadores estatutários da Fábrica Presidente Vargas, da Inbel e do Ministério do Exército têm impedida a sua aposentadoria aos 25 anos de serviço e, mais do que isso, o mesmo trabalhador CLT, trabalhando nas mesmas condições, com o mesmo risco, aquele que é regido pela CLT se aposenta aos 25 anos de serviço e o que é regido pelo regime estatutário tem impedida a sua aposentadoria aos 25 anos, restando aposentar-se aos 35 anos de serviço.

Estamos movendo gestões junto ao DASP, junto ao Ministério do Exército, junto, inclusive, ao Tribunal de Contas da União, que deu parecer nesse sentido para que se faça justiça, pois é inconcebível quando a Assembléia Nacional Constituinte promove avanços naquilo que concerne à Previdência Social, à aposentadoria dos trabalhadores, tenhamos exatamente neste ano

uma injustiça tão flagrante, a ponto de trabalhadores que trabalham com a mesma periculosidade, no mesmo local, fazendo a mesma tarefa, tenham aposentadorias diáspares; aquele que é da CLT, aos 25 anos de serviço; e aquele que é estatutário, aos 35 anos de serviço.

Trago o apelo dos trabalhadores da Fábrica Presidente Vargas, de Piquete, dos trabalhadores da Fábrica de Explosivos de Itajubá, em Minas Gerais, dos trabalhadores do Rio de Janeiro e de outras cidades do País, que estão informados com a atitude tomada pelos órgãos competentes do Governo Federal.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Assumo à tribuna para dar conhecimento à Casa de um requerimento que estou enviando à direção do meu Partido pedindo o desligamento do Prefeito Jânio Quadros.

É este o teor do documento, Sr. Presidente:

São Paulo, 22 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Ao

Ilustríssimo Senhor

Doutor Antônio Duarte Nogueira

DD. Presidente da Comissão Executiva

Regional do PTB de São Paulo

Praça da República, 386 – 5º andar

São Paulo – Capital

Senhor Presidente:

1. O atual Prefeito do Município de São Paulo, Senhor Jânio da Silva Quadros, eleito pelo PTB em 1985 há aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses, reivindicou, até esta data, nada menos que 4 (quatro) pedidos de licença.

2. Imediatamente à sua posse, em 1986, apresentou por escrito, pedido de licença do Partido, por um período consecutivo de 3 (três) anos ao então Presidente da Comissão Executiva Regional do PTB de São Paulo, Deputado Estadual Vicente Bota. Com isso pretendeu fugir aos compromissos morais e de fidelidade partidária que deveria ter com o PTB. Entretanto, essa figura jurídica – licença do Partido – não existe na legislação eleitoral: ou se está filiado ao Partido, ou não se está filiado ao Partido.

3. Em 1986, por ocasião da sucessão Estadual, quando o PTB disputou com candidatura própria o Governo do Estado perfilhado com Antônio Ermírio de Moraes, o Senhor Jânio da Silva Quadros não esteve aliado ao PTB e tampouco com os candidatos do Partido.

4. Agora o Senhor Jânio da Silva Quadros aproxima-se do Governador Orestes Quérnia do PMDB, e do seu Governo. Recentemente declara que seu candidato a Prefeito Municipal é o candidato de Orestes Quérnia do PMDB.

5. Não obstante sua notória falta de compromissos partidários – o Prefeito apenas serviu-se do PTB para eleger-se – as bases do Partido são sacrificadas pelo ônus da sua imagem perante a opinião pública.

6. As atitudes do Senhor Jânio da Silva Quadros expressam claramente a total falta de consideração à população de São Paulo que, estarrecida, é obrigada a constatar esta verdadeira impossibilidade psicossomática do Prefeito em governar e administrar nossa Capital.

7. Por tais razões, as lideranças maiores do PTB, a nível federal, estadual e municipal, pressionadas pelos demais companheiros e sentindo o clamor popular dos paulistanos, percebem quão contraditória e nociva para o amanhã do PTB, é a pesada figura do Senhor Jânio da Silva Quadros, que em momento algum demonstrou o menor respeito e reconhecimento ao PTB que o acolheu.

8. É de se destacar que qualquer Partido político deve transcender ao carisma deste ou daquele cidadão. O PTB está seriamente comprometido com a normalidade institucional. O PTB jamais se prestará a aventuras antidemocráticas.

9. As tradições, aliadas à necessidade do estabelecimento de montar estratégias para a disputa eleitoral de 1988, com candidatos próprios para cargos majoritários e proporcionais, principalmente na Capital de São Paulo que reúne 1/3 do Colégio Eleitoral do Estado, obriga uma firme decisão partidária, a fim de garantir ao nosso PTB a efetiva condição de constituir-se numa alternativa de Poder.

10. Em face disso e na condição de Deputado Federal Constituinte mais votado na cidade de São Paulo, pela nossa legenda, propomos que o Partido aprecie o desligamento do Senhor Jânio da Silva Quadros do PTB – SP, expresso no documento já entregue pelo próprio Prefeito.

Atenciosamente, **Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá – PTB – SP, Secretário da Assembléia Nacional Constituinte.**

Este requerimento foi entregue ao Presidente da Executiva Regional do PTB, Sr. Antônio Duarte Nogueira.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

O Projeto de Lei nº 164/87, do Poder Executivo, dispõe sobre organização sindical e relações coletivas de trabalho. Quer-nos parecer, Sr. Presidente, que este não é o momento mais oportuno para o Governo mandar a esta Casa um projeto de lei para regulamentar esse assunto.

Estamos em pleno trabalho da Constituinte e pode parecer que essa mensagem do Governo pretenda criar regras ou condicionar, até, a posição dos Constituintes.

Numa leitura rápida que fiz, constatei que esse projeto não é satisfatório em alguns aspectos. Pri-

meiro, o problema da greve. De logo, este projeto afasta do direito de greve alguns milhões de trabalhadores, são milhões de trabalhadores que ficariam sem o direito de greve, se este projeto fosse aprovado nestes termos.

Há outros aspectos em que nos parece ser o projeto incompleto; é o caso, por exemplo, da carência para o trabalhador ser eleitor e poder ser votado. Isto pode permitir muito abuso, contra organizações operárias. Um outro aspecto é que o projeto não considera as organizações sindicais como organizações de utilidade pública, que, na prática, o são.

O projeto, ao acabar com o imposto sindical, talvez não se dê conta do grande impacto que vai causar nas finanças das organizações sindicais. Na Espanha, por exemplo, quando houve modificações profundas na estrutura sindical, após alguns anos de ditadura – como aqui também no Brasil – o Governo devolveu às organizações sindicais as importâncias que indevidamente confiscou dos trabalhadores. Seria o caso de o Governo brasileiro também pensar nisso; devolver aos trabalhadores os 20% que durante todo esse tempo confiscou dos trabalhadores, a fim de capacitar as organizações sindicais a essa fase de transição.

Por isso, Sr. Presidente, quero destacar que as limitações impostas, especialmente aos trabalhadores das estatais, parecem que não condizem com os novos tempos, não condizem com o Governo do PMDB, não condizem com uma Assembléa Constituinte em que a maioria dos seus membros pertencem ao PMDB.

As estatais, na sua maioria, continuam como se não houvesse a Nova República, continuam como se as coisas neste País não tivessem mudado, pois os trabalhadores e o meu partido, o PMDB, passam ao largo de suas administrações, passam ao largo de suas orientações. Esses trabalhadores, das estatais de maneira especial, petroleiros, bancários dos bancos oficiais, das siderurgias, continuam a enfrentar todo tipo de arbítrio, dificuldade e incompreensão.

Dai, na nossa modesta opinião, esse projeto de lei do Governo deva merecer uma ampla e profunda discussão dos maiores interessados, que são as organizações sindicais.

Era o que tinha a dizer; Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Mário Lima o Sr. Jorge Arbage, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr.ª Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr.ª Presidenta, Srs. Constituintes:

É uma satisfação vermos esta Assembléia ter seus trabalhos presididos pela combativa companheira Benedita da Silva.

Srs. Constituintes, desde quando ouvimos o Governo Federal falar na construção da Ferrovia Norte-Sul, ficamos extremamente preocupados. Nós entendemos que o Norte deste País necessita de investimentos, necessita de muitos investimentos, para recuperar todo o tempo da sua história

em que foi relegado a uma mera província do extrativismo das suas riquezas.

Mas, gostaria de trazer uma preocupação que é de centenas de milhares de agricultores do Estado do Pará e do Estado do Amazonas. São aqueles que foram levados pelo regime militar a ocupar as margens da Rodovia Transamazônica. Conheci a Rodovia Transamazônica em 1975, desde aquela época e pela ocupação que se deu ao longo de todo o seu trajeto, temos tido uma preocupação constante na defesa da sua efetiva melhoria e na defesa de que se desse a essa rodovia uma condição de permanente trafegabilidade.

Durante praticamente 12 anos acompanhamos, todo o tempo, o sofrimento dos moradores daquela rodovia. É a região onde trabalhamos, é a região onde exercemos o nosso trabalho político. Desde 1975, de todas as formas possíveis, temos lutado para convencer o Governo da necessidade de investimento naquela rodovia. No tempo do regime militar, que teve apenas a preocupação de jogar e abandonar lá milhares e milhares de colonos, nada conseguimos. Durante o novo Governo civil, chamado Nova República, insistimos permanentemente com o Presidente José Sarney na necessidade do asfaltamento dessa rodovia. Por várias audiências tratei com Sua Excelência dessa necessidade. Em certa ocasião, cheguei a levar junto a ele cinco prefeitos de municípios cortados pela Rodovia Transamazônica e parece que, finalmente, ele se convenceu da necessidade do seu asfaltamento. Isto foi prometido, em caráter definitivo, no ano passado. Seriam asfaltados 500 quilômetros, seriam recapeados 700 quilômetros e seriam colocados, como leito permanente o restante da rodovia.

Hoje, quando esperávamos que essas obras já tivessem sido iniciadas, pelas promessas feitas e que levamos ao conhecimento da população local antes das eleições do ano passado, constatamos que nenhuma dessas obras foi iniciada.

Entendemos que o asfaltamento da Rodovia Transamazônica é da maior importância, assim como o da Rodovia Santarém – Cuiabá. Da mesma forma, a construção de um porto em Santarém para o escoamento da produção agrícola daquela região, até mesmo para a exportação, tornando-a mais próxima dos portos internacionais da Europa, seria extremamente importante para a Amazônia.

A eletrificação rural saindo de Tucuruí até Itaituba, passando por Altamira e indo também até Carnetá, no Estado do Pará, seria um investimento da maior importância para o desenvolvimento da região.

Por isso, não compreendemos o desejo do Governo de construir a Ferrovia Norte-Sul. É bem verdade que ele desistiu dessa idéia agora. Mas não podemos admitir, sob nenhuma hipótese, que se continue relegando ao sofrimento aqueles milhares de colonos que se colocam ao longo da Rodovia Transamazônica.

Essa promessa foi feita. Esses recursos foram alocados. Portanto, é necessário que essas obras se realizem. É este, Sr.ª Presidenta, Srs. Constituintes, o apelo que deixamos nesta Casa, dirigindo-nos inclusive aos prefeitos, aos vereadores, às inúmeras lideranças de toda aquela região, para fortalecermos o movimento no sentido de garantir a execução desta obra tão desejada e tão importante para o nosso Estado e para a Amazônia. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE: – Sr.ª Presidenta, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – BA. Para uma questão de ordem): – Sr.ª Presidenta, gostaria de registrar uma reclamação. Nós apresentamos quatro pedidos de informação à Assembléa Nacional Constituinte. O primeiro deles, na sessão do dia 3 de abril.

O segundo na sessão do dia 14 de abril, o terceiro na sessão do dia 24 de abril. Esses requerimentos de informação foram aprovados pela Mesa no dia 30 de abril de 1987. Posteriormente, apresentamos outro pedido, no dia 8 de maio, aprovado pela Mesa, no dia 19 de maio de 1987. Alguns deles cumpriram a exigência regimental de que a Mesa se pronuncie dentro de dez dias após receber o requerimento de informação. Outros não respeitaram esta data, mas, de qualquer forma, todos já foram aprovados pela Mesa da Assembléa Nacional Constituinte.

O nosso Regimento Interno determina que passados vinte dias e não havendo resposta da Presidência da República, que seja adotada uma nova providência pela Mesa, e já são passados, portanto, hoje já são 22, do nosso primeiro pedido, quase sessenta dias, quase dois meses.

Gostaria que a Mesa reiterasse a solicitação desse pedido de informação, porque ele é essencial. São pedidos que vão embasar as propostas que estamos apresentando na elaboração da nova Constituição do Brasil. Sem essas informações não teremos condições de defender as propostas que objetivamos ver aprovadas na nova Constituição.

Portanto, alertamos a Presidência desta Casa no sentido de reiterar esses pedidos de informação.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Sua reclamação será levada à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Concedo a palavra ao Constituinte Theodoro Mendes.

O SR. THEODORO MENDES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr.ª Presidenta, Srs. Constituintes:

Louvo, inicialmente e efusivamente, a presença de V. Ex.ª na Presidência desta Assembléia, principalmente pelo fato de que se consubstanciam na pessoa de V. Ex.ª a figura da mulher e a figura da comunidade negra. Por isso mais uma vez me parabenizo e ganha a Assembléa Nacional Constituinte com a presença, ainda que interina na Presidência desta Casa, de V. Ex.ª, Constituinte Benedita da Silva.

O meu pronunciamento de hoje é em defesa dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

A grande oportunidade para reparar imensa injustiça que tem sido praticada contra aposentados e pensionistas da previdência social têmo-la agora, por ocasião dos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna da Nação.

Milhares de assinaturas de trabalhadores aposentados e viúvas pensionistas me foram encaminhadas dando corpo a documento que consubstancia a preocupação de milhões de brasileiros

que, depois de terem dado tudo de si em favor da Pátria, se sentem marginalizados pela discriminação de que são vítimas, com relação aos seus legítimos direitos previdenciários.

Por esse documento, os aposentados e pensionistas fazem ver aos Constituintes que

"nos termos da legislação em vigor os benefícios da aposentadoria e da pensão vêm sendo gradativamente mutilados, até a extinção. Muitas vezes à viúva cabe a parte final de uma pensão, o que representa uma quantia que chega a ser humilhante."

É preciso assegurar aos beneficiários da previdência social um patamar de vida digno, através de valores que acompanhem, por todos os critérios, os mesmos que são concedidos aos que trabalham.

Solicito, Sr. Presidente, que acolha, para os Anais da Constituinte, o documento que ora faço anexar ao meu pronunciamento, bem como a assinatura dos que o subscrevem.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR. THEODORO
MENDES EM SEU DISCURSO.)**

Exm.^º Sr.
Dr. José Theodoro Mendes
D.D. Deputado Federal

Senhor Deputado,

Na oportunidade em que o país assiste, com grande interesse, o desenrolar dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, trabalhos esses que devem refletir os anseios e expectativas de toda a comunidade nacional, nós, os que a este assinamos, temos como relevante e justificada preocupação, a nossa situação de homens e de mulheres da chamada terceira idade e que temos, hoje, nossos vencimentos pagos pela previdência social.

Nos termos da legislação em vigor, atualmente, as cotas da pensão que são pagas aos aposentados e pensionistas vão sendo, gradativamente, mutiladas até a extinção. Muitas e muitas vezes, à viúva cabe a parte final de uma pensão, o que representa uma quantia que chega a ser humilhante, considerando-se a realidade inflacionária que o país tem vivido, ainda que no ano passado tenhamos tido a implantação do Plano Cruzado, que, ao final, acabou frustrando toda coletividade nacional.

O nosso pleito, digno deputado, é no sentido de que ao aposentado se assegure um patamar de vida digno, através de uma justa remuneração e que acompanhe, por todos os critérios, os mesmos que são concedidos aos que trabalham e a pensão deixada pelo segurado, representada por uma parcela familiar de 50% do valor da aposentadoria e mais tantas parcelas de 10% do valor da mesma até o máximo de 5, representando um legado de segurança e bem-estar à sua família e, não sendo reduzida, pelo menos, e só se extinguindo de vez, quando nenhum dependente remanesça.

Este nosso pleito é da maior justiça e os que a este subscrevem, homens e mulheres da terceira idade, aposentados ou pensionis-

nistas, confiamos no espírito de eqüidade dos que integram a Assembléia Nacional Constituinte e, às mãos de V. Ex.^a, confiamos esta nossa reivindicação.

Sorocaba, maio de 1987 - (seguem-se assinaturas).

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): - Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar.

O SR. RICARDO IZAR (PFL - SP. Sem revisão do orador.): - Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Na semana passada, abordamos alguns aspectos do anteprojeto da ordem social, comentamos daqui a estabilidade e não tivemos tempo de comentar os incisos 23 e 25 do art. 2º, a seção "Dos Trabalhadores".

Na realidade, todo homem de bom senso fica preocupado com algumas coisas que estão se passando aqui na Assembléia Nacional Constituinte e eu gostaria de ler o artigo e, em seguida, os incisos e comentar com os Srs. Constituintes.

O art. 2º diz o seguinte:

Art 2º "São assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, e aos servidores públicos, federais, estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;"

O Inciso XXIII diz o seguinte:

"XXIII - greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender, bem como sobre as providências e garantias asseguradoras da continuidade dos serviços essenciais à comunidade."

Srs. Constituintes, irei apresentar uma emenda se o Relator Bernardo Cabral continuar com esta redação, porque em todas as partes do mundo, inclusive na nossa Constituição de 1946, a greve deve apenas ser citada como direito do trabalhador e todo o resto deve ser regulamentado por lei ordinária. É um absurdo dizer na Constituinte que cabe ao trabalhador ou cabe ao grevista estipular se a greve é legal ou não, estipular da oportunidade da greve.

Além do mais, fala nos serviços essenciais. Na minha opinião, os serviços essenciais nunca devem parar, em hipótese alguma. Os serviços de luz, de água, os serviços hospitalares, transportes públicos.

Por isto, Srs. Constituintes, se continuar esta redação deverei apresentar uma emenda simples e curta:

"Greve é direito do trabalhador e será regulamentada por lei ordinária."

Um segundo inciso, mais absurdo ainda, que deve ser suprimido - se continuar apresentarei uma supressão - diz o seguinte:

"Proibição das atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal, ainda que mediante locação..."

Srs. Constituintes, se isto for aprovado todos os empreiteiros de mão-de-obra não poderão mais funcionar. Todos os serviços temporários não vão mais existir. E o grande prejudicado, na

realidade, será a construção civil, o grande celeiro de mão-de-obra, que não poderá mais contratar empreiteiros de mão-de-obra. Além disso, aquelas pessoas que trabalham nos fins de semana, um simples motorista de táxi, que vai fazer um bico de fim de semana, o agricultor, não vai mais poder colher café, não vai mais colher feijão ou coisa parecida, porque, na realidade, os proprietários não vão mais poder empreitar a mão-de-obra.

Srs. Constituintes, encerro as minhas palavras alertando V. Ex.^a de que se esta redação continuar, apresentarei as duas emendas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): - Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT - MG. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Prezada Presidenta, Benedita da Silva, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte para mais uma vez alertar os Srs. Constituintes para a estratégia do Governo Federal, aliado a vários governos estaduais, de desmoralização, desorganização e busca da derrota do movimento dos funcionários públicos, e falo na condição também de funcionário público no meu Estado neste primeiro semestre, que ainda não terminou, já tivemos greves em 14 Estados da Federação de funcionários públicos.

No momento, temos cinco Estados em greve e nos parece cada vez mais claro que no primeiro momento o Governo Federal usou a estratégia de se aliar aos governos estaduais para se criar o pretexto e o precedente de derrotar os funcionários públicos na aplicação do gatilho salarial, para, a partir daí, todos os trabalhadores poderem ser derrotados na reivindicação da aplicação do gatilho salarial.

No entanto, o Governo Federal encontrou a resistência e a organização dos funcionários públicos, e as greves se prolongaram por trinta, quarenta, sessenta, setenta, até oitenta dias, em alguns Estados.

A estratégia mudou; veio o Plano Bresser, acabou com o gatilho, tendo por baixo o pretexto de um congelamento que não existe, que alguns produtos resistem a um congelamento de cinco, seis meses, ou até um ano, pelo valor em que foram congelados, mas o gatilho acabou. A estratégia, então, passou, nos Governos Estaduais, a ser a da repressão pura e simples aos movimentos dos servidores: a polícia, ameaça de demissão e as tentativas de intimidação, chegando, agora que já foi alcançado, do ponto de vista econômico, ao arrocho sobre todos os trabalhadores chega agora no meu Estado, Minas Gerais, à terceira fase da repressão ao movimento dos funcionários públicos, que é a da corrupção, a da procura de se envolverem dirigentes intermediários e convocar funcionários públicos para ocupar cargos de chefia, na direção das coisas públicas, desde que se comprometam a reprimir o movimento grevista, ou desde que mandem para as secretarias do Governo a lista daqueles funcionários que fazem greve e daqueles que assinam ponto, porque os que assinam ponto passam a receber como que se pudesse pagar funcionários que não

trabalharam, que a greve existe no meu Estado há mais de 50 dias.

Para encerrar, Sr.^a Presidenta, nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos de perguntar ao Governo Federal aliado dos governos estaduais e aos governos estaduais que reprimem os funcionários públicos que estão lutando para a manutenção de duas conquistas básicas, que são o gatilho e o piso, o que esses governos têm como concepção democrática ao derrotar lideranças sindicais com quem eles pensam em negociar.

Muito obrigado pela tolerância da Presidenta da Constituinte neste momento, a nossa Benedita da Silva, que é um símbolo, hoje, do que pode vir a ser essa Constituinte se se voltar realmente para os verdadeiros problemas brasileiros.

Isso é inédito na história da República, uma mulher negra, do PT, presidindo a Constituinte, e nós esperamos que esse símbolo contamine os Constituintes e que nós possamos ter uma Constituição que não esteja de costas para os interesses nacionais.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Os escândalos recentemente surgidos no País, com desembargadores aposentados que recebem quase quinhentos mil cruzados mensais, enquanto coronéis reformados da Polícia paulista gozam de proveitos da ordem de quatrocentos mil cruzados e, em alguns Estados do Nordeste, há marajás que percebiam, até recentemente, quase trezentos mil cruzados por mês, constituem num verdadeiro acinte a uma Nação endividada no exterior e internamente, com um débito social que espelha a fome, a ignorância, a falta de assistência em todos os quadrantes do seu território.

Diante disso, Sr.^a Presidenta, propus a inclusão, no texto constitucional, de um dispositivo estabelecendo que nenhum servidor público, federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, poderá perceber remuneração superior à que for atribuída ao Presidente da República.

Na verdade, a recente declaração de renda do Presidente Sarney mostrou que Sua Excelência ganhou, em um ano, pouco mais de setecentos mil cruzados, ou seja, cerca de sessenta mil cruzados mensais.

Devemos ter em consideração que se trata do líquido, sujeito apenas ao Imposto de Renda, desde que todas as despesas de Sua Excelência e sua família – alimentação, transportes, luz, gás, telefone, serviços domésticos, cristais, baixelas, roupas de cama e mesa – são inteiramente gratuitos para quem reside no Palácio Presidencial.

Entretanto, o mesmo ocorre com os governadores estaduais e alguns prefeitos municipais, com dirigentes de empresas estatais e sociedades de economia mista, principalmente estabelecimentos oficiais de crédito, cujos titulares ganham mais do que o Presidente da República.

Pensamos que o melhor é estabelecer um teto de vencimentos.

E que o melhor módulo será o do Presidente da República, para que não persista a casta dos marajás no serviço público, quando dois terços

dos servidores ganham menos de dois salários mínimos no País.

Era o que tínhamos a dizer, Sr.^a Presidenta (Muito bem!).

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra do nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, registro a conquista, pela terceira vez consecutiva e maioria absoluta do Parlamento britânico, assegurando o posto de Primeira-Ministra, de Margareth Thatcher. Um verdadeiro marco na história dos povos.

Mais do que o significado interno que as últimas eleições britânicas tiveram para aquele país, seu resultado uma folgada maioria no Parlamento com a conquista de mais de 100 cadeiras de vantagem assegura a estabilidade e o consequente reforço na estratégia da defesa ocidental. Pois a Grã-Bretanha é sem dúvida uma das parceiras mais fiéis e confiáveis da Aliança Atlântica, uma das cartas de maior valia no jogo barganha das potências mundiais. Não pode passar sem um registro especial o fato de que a campanha política da vitoriosa e, parece, imbatível dama foi centrada num trabalho de convicção dos eleitores justamente voltado para a reafirmação dos compromissos e interesses comuns entre os países líderes do Ocidente, assim como o fortalecimento de suas relações mútuas junto à Comunidade Econômica Européia e à Aliança Atlântica.

Essa formidável e intimorada mulher moderna, cujos adversários congnominaram de "Iron Dame" (Dama de Ferro), encarna o sentido mais amplo e genuíno do feminismo, pugnando e demonstrando clarividentemente que a participação da mulher na vida pública terá de se cingir, também, à sua própria afirmação feminina, com a responsabilidade de defender não só os melhores e mais lídios valores humanos, mas os da própria civilização em que nasceu, alçou-se para os grandes embates da vida e, consequentemente, defendendo-a desassombroadamente dos seus mais poderosos inimigos.

O significado dessa vitória, entretanto, ultrapassa limites e fronteiras estratégicos para envolver interesses econômicos que pela continuidade de ação política global – interessam e favorecem de perto a países do Terceiro Mundo. É que mais de 100 grandes empresas britânicas participaram, recentemente, em Londres, da **Brasil Offshore 87** quando estudaram investimentos no mercado brasileiro e, sobretudo, em cooperação com a Petrobrás, no desenvolvimento de tecnologia para exploração de petróleo em águas profundas, especialmente a "British Petroleum Exploration Company".

Houvesse o resultado das eleições britânicas pedido para o Partido Trabalhista, quem poderia garantir que essa política de cooperação continuaria na mesma escala e oferecendo, como vem desde algum tempo, dividendos favoráveis.

Por outra parte, quem poderia assegurar a manutenção dos compromissos britânicos com a OTAN e o seu papel de peão principal da defesa estratégica ocidental.

A esta hora, o "thatcherismo" é um fato indiscutível e marcante na história política dos povos.

A mostra do que poderíamos chamar de feminismo sadio, elevando material e espiritualmente o verdadeiro papel e a responsabilidade da mulher do nosso tempo nos destinos da humanidade. Sem dúvida, uma lição para ingleses e o resto do mundo. Margareth Thatcher conseguiu mais do que uma nova vitória política, um verdadeiro marco na história dos povos.

Era o que tinha a dizer, Sr.^a Presidenta. (Muito bem.)

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Santana de Vasconcellos.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Na preparação da futura Carta Magna, a Assembléia Nacional Constituinte não poderá certamente negligenciar preceitos que visem à preservação das Forças Armadas Brasileiras.

Temos notado, por parte de alguns extremistas e despreparados, a preocupação radical de desestabilizar as Forças Armadas, o que é absolutamente incompatível com a própria sobrevivência desta Nação brasileira.

Um rápido exame do militar brasileiro mostra-nos ser ele antes de tudo, um homem de classe média, identificado com o povo por fazer parte do próprio povo. Ao contrário do que ocorre em outros países latino-americanos, o militar brasileiro não constitui casta ou elite apartada de nossa gente, e com a nossa gente compartilha ele do sofrimento e das alegrias.

Chamadas a intervir em 1964, para salvação da democracia, as Forças Armadas o fizeram e bem, começando com a ação ponderada do grande democrata que foi o Presidente Castello Branco. A idéia era a intervenção temporária para evitar o caos. Se essa temporariedade se prolongou por mais de vinte anos, se a Revolução tomou outros rumos, não se pode, em sã consciência, acusar o militar como responsável pelo desvio.

Há que antes analisar a ação das tecnocracias, essas sim, as grandes e diretas responsáveis pela democracia por decreto.

A nossa Constituição deverá refletir o respeito e o acato às Forças Armadas como elemento estabilizador que responde pela própria segurança nacional. A proteção da livre vontade de nossa Nação, a sobrevivência do regime democrático, o respeito à nossa tradição republicana e federativa, tudo são conceitos indissociáveis da presença das Forças Armadas.

Para tal, a futura Constituição deverá abrigar a manutenção de um Conselho de Segurança, integrado pelas Três Armas, para assessoramento do Presidente da República nos assuntos de Segurança Nacional.

Deverá a Carta Magna também reconhecer que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei. Por outro lado, a defesa da independência, da soberania e da integridade nacional deverão ser reiteradas como finalidade de nossas Forças.

A obrigatoriedade do serviço militar, a recusa ao chamado "sindicalismo" ou "corporativismo" militar, a manutenção do direito de voto do militar,

a competência da União em fazer a guerra e promover a paz, a utilização das Polícias Militares como forças auxiliares e reserva do Exército, são princípios que a nova Constituição deverá acolher, sob pena de ser falha e omissa.

A competência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, sobre o direito de defesa, o poder marítimo e o poder aeroespacial, deve ser respeitada, como de resto tudo que se relacionar com as específicas funções das Três Armas. Qualquer ingerência externa é antidemocrática e não poderá abrigar-se nos termos da nova Constituição.

Deve a nova Constituição, enfim, repelir toda e qualquer proposta que ponha em risco a competência e a sobrevivência das Forças Armadas. Do Contrário, estará dando crédito a elementos desestabilizadores e tendenciosos que só fazem pôr em risco a própria vida desta Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr.^a Presidenta. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Feres Nader.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Criou-se, no ano passado, o Instituto Estadual de Florestas, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de dinamizar o serviço florestal. A medida, além de atender aos reclamos de setor, eliminou uma grande parte da máquina burocrática que, muitas vezes, retarda a execução de projetos de maior importância.

Na década de 70, quando havia uma atenção maior para o florestamento, o Estado do Rio produziu cerca de 2 milhões de mudas, não só de madeiras nobres — como jacarandá e cedro —, mas também de árvores frutíferas, para intercalar com os eucaliptos, que nada oferecem aos pássaros. E árvores ornamentais, porque o Estado pode ser embelezado facilmente.

Nos primórdios da década de 80, este quadro foi praticamente abandonado. E hoje, se há um Estado que precisa de milhões de mudas é o Estado do Rio de Janeiro, cuja agricultura esteve relegada ao abandono.

O território fluminense possui cerca de dois terços da área em terras accidentadas, impróprias para culturas mecanizáveis, mas em grande parte excelente para formação de seringais, de lavouras de café ou culturas de árvores frutíferas como citros, abacate e mangas, além da laranja.

A empresa francesa Michelin, que possui uma grande fábrica de pneus aqui no Rio, mais precisamente em Resende, vai investir mais US\$ 138 milhões, para atingir a marca de um milhão de pneus de caminhão por ano. Assim, o produto de borracha fluminense terá um mercado certo à porta. E a seringueira é a cultura mais rendosa para o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, a Secretaria de Agricultura deveria comandar esta nova fase, estimulando o plantio de seringueiras, além de cuidar, concomitantemente, do reflorestamento do Estado. É o momento oportuno, pois a Michelin já anunciou também que vai instalar um centro de produção de clones de linhagens de alta produtividade, o que abre, com certeza, uma perspectiva bem mais otimista para o Estado.

Sugerimos, Sr.^a Presidenta, que o Governo do território fluminense, com o apoio das autoridades federais da área específica, promova uma campanha de reflorestamento do Estado do Rio de Janeiro, principalmente com o plantio de seringueiras, café, árvores frutíferas, eucaliptos e de mudas de madeiras nobres. A medida, se efetivada, além de contribuir para a preservação do meio ambiente, representará uma fonte de robustecimento da economia fluminense.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr.^a Presidenta. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Denuncia **O Progresso**, de 21 do corrente mês, jornal editado na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, que o Deputado Onofre Corrêa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), teria obtido a concessão de um canal de televisão graças a negociações envolvendo seu voto contrário à reformulação da legislação específica, emitido na Assembleia Nacional Constituinte, quando da inclusão da matéria do novo texto constitucional.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. Antônio Carlos Magalhães

DD. Ministro de Estado das Comunicações.

A fim de que o assunto fique definitivamente esclarecido, solicito a V. Ex.^a a gentileza de informar os critérios seguidos na concessão de um canal de televisão e de uma emissora de rádio ao referido parlamentar, até porque comentários e notícias desse jazé somente têm contribuído para desgastar o Governo perante a opinião pública, já tão descrente das medidas governamentais.

Antecipando agradecimentos, apresento-lhe os protestos de minha estima e elevada consideração. — **Davi Alves Silva**, Deputado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DAVI ALVES SILVA, EM SEU PRONUNCIAMENTO:

"A TRIBUNA

Aureliano Neto

Concluída a visita do governador Epitácio Cefeteira à região tocantina, quando aqui instalou provisoriamente Imperatriz como Capital do Estado, fica a avaliação final dos frutos que podem advir do chamado governo itinerante. Até agora, nesse campo, nada de positivo, pelo menos a olhos vistos. Apenas as sonhadas, por alguns, subsecretários, que têm dado tanta dor de cabeça para uns poucos que querem demonstrar prestígio indicando os nomes dos seus paus-mandados, objetivando, depois, instrumentalizar o órgão em benefício dos seus próprios interesses, quando não individuais, na pior das hipóteses, grupais.

Do curto espaço de tempo do governo itinerante de Epitácio Cefeteira uma certeza: o prefeito José de Ribamar Fiquene saiu bas-

tante fortalecido politicamente, pois demonstrou que exerce uma liderança responsável nesta região e, principalmente, em Imperatriz. Em torno de Fiquene pode ser formada uma ampla aliança política, a partir de Imperatriz e enfeixando toda a região sul maranhense. Essa é, hoje, uma verdade inquestionável. O governador Cafeteira saiu consciente desta realidade.

Por outro lado, esvaziou-se — como vem se esvaziando desde as últimas eleições de 1986 — o deputado (traidor) Onofre Corrêa.

Primeiro, porque não tem tido uma condução coerente na Assembleia Nacional Constituinte. O seu discurso de campanha, que dista desde 1982, quando foi candidato a prefeito, não representa o mandamento básico da sua atuação na Constituinte. Por exemplo, Onofre Corrêa (o deputado traidor) pregou insistente a reforma agrária e, na Constituinte, nada fez em termos de luta (ou de qualquer coisa) em defesa dos interesses do homem do campo, do trabalhador rural.

Segundo, porque cometeu dois graves escorregões (e mesmo quedas contundentes): postou-se traiçoeiramente contra a criação do Maranhão do Sul, que sempre refletiu o grande anseio libertário do povo desta região. E o fez para servir os interesses do governo do Estado e outros interesses escusos que nada têm a ver com o povo tocantino, principal sustentáculo da sua eleição em 1986. A traição desse deputado corre pela boca do povo, que não o perdoa e não o perdoará. De outro modo, para manter a imoralidade que é a legislação que trata da concessão de canais de televisão e rádios, votou, na Constituinte, contra a reforma dessa legislação, negociando criminosamente seu voto por um canal de TV. A deputada federal do PMDB de Pernambuco, Cristina Tavares, denunciou publicamente, através dos jornais e das emissoras de televisão, a corrupção em que se envolveu Onofre Corrêa (o deputado traidor).

Todo esse comportamento se refletirá na arrumação do quadro político desta região. O governador Epitácio Cefeteira cometerá graves erros se, desconhecendo a liderança política de Fiquene e outros grupos políticos responsáveis, que têm dado, inclusive, sustentação à campanha de criação do Maranhão do Sul, continuar a investir no deputado traidor. Tal atitude, ao invés de popularizar o seu governo, o tornará ainda mais definido perante a opinião pública. A sua visita a esta região, senão serviu para outras avaliações de modo mais concreto, contribuiu indiscutivelmente para se chegar a essa conclusão."

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Viana.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Direitos e Garantias Individuais

Dentro do grande tema Direitos e Garantias Individuais, objeto do art. 153, da Constituição

em vigor, entre outros assuntos relevantes, concernentes à vida e à liberdade, destaca-se, no § 5º, a liberdade religiosa, nos seguintes termos:

"É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes."

Para fazermos justiça ao Governo do nosso País, inclusive ao Poder Legislativo, afirmamos o nosso reconhecimento de que, há várias décadas, o Governo brasileiro tem sido exemplo, quanto às garantias à liberdade do exercício dos cultos religiosos.

Estamos em uma fase de transição constitucional. Temos a Constituição em vigor prestes a expirar. Temos um anteprojeto constitucional e, muito em breve, em definitivo, a nova Constituição.

Quanto à liberdade de consciência e de crença, peço vénia para ser enfático, pois, como cristão evangélico, o assunto é para mim mui importante, como julgo ser para todos os demais cristãos e religiosos.

Sobre o assunto, queremos fazer duas oportunas observações, relativas ao anteprojeto da Comissão Afonso Arinos:

A. A Constituição de 1967 (art. 9º, II) "veda a União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos territórios e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar".

Este dispositivo constitucional, que trata da separação, foi omitido no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos.

Como representante de mais de cento e cinqüenta mil crentes evangélicos no Estado do Maranhão, e interpretando os sentimentos das demais igrejas evangélicas brasileiras, pedimos à Douta Assembléa Nacional Constituinte seja adotado o art. 9º, inciso II, da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com as alterações determinadas por suas emendas, tendo em vista o seguinte:

1) Sem a vedação preceituada no citado art. 9º, a futura Constituição permitirá que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios estabeleçam ou subvencionem determinadas igrejas e com elas mantenham relações de dependência ou aliança, ou embaracem o exercício de cultos de outras igrejas, **data venia**, é o que entendemos.

2) Sem a clareza e a segurança do dito art. 9º, na nova Constituição haverá margem para interpretações que poderão beneficiar certas igrejas em detrimento de outras. Que haja, então, o mesmo peso e a mesma medida.

3) Sem a expressão constitucional do aludido artigo, poderá ser violada a igualdade de direitos assegurada no art. 153, §§ 1º e 2º da Constituição em vigor, que são fundamentos básicos dos direitos e garantias individuais.

B. O anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, em seu art. 20, vem a substituir o § 5º do art.

153 da Constituição vigente, com a seguinte redação:

"Todos têm direito à prática de culto religioso, respeitada a dignidade da pessoa."

Com todo o respeito que nos merece a Douta Comissão que elaborou esse anteprojeto, julgamos haver aí um meio de restrição à liberdade religiosa. Uma pessoa inimiga da religião poderia considerar desrespeito à sua dignidade pessoal o simples ouvir de longe, quando a liberdade religiosa, na prática, há vários anos, em todo o território nacional, consiste na liberdade de expressão e no direito que têm as diferentes crenças religiosas de pregar e divulgar, cada uma, sua religião e realizar seus cultos livremente. Direito tem a Igreja Católica de celebrar suas missas campais, a realizar suas procissões e outros atos públicos, como também os evangélicos e outros religiosos o fazem, "não intervindo a autoridade senão para manter a ordem".

A religião, a não ser a que contrarie os bons costumes, não fere a dignidade da pessoa. A propósito, observemos duas coisas:

1) O evangelho não é imposto a ninguém, é oferecido e pode ser aceito ou rejeitado livremente.

2) O preceito constitucional que assegura a liberdade de consciência e de crença por si só já garante o respeito à dignidade da pessoa. A pregação do evangelho de modo nenhum avulta a pessoa, mas enobrece e dignifica, pois é a mensagem divina de santificação.

Chamamos ainda a atenção dos Excelentíssimos Senhores Constituintes para o fato de que as garantias da liberdade de consciência de crença e o livre exercício dos cultos religiosos têm sido assegurados, de modo geral, aos brasileiros, católicos, evangélicos e de outras crenças, por várias décadas, inclusive nos anos da ditadura militar, não tendo sido alterado nem mesmo nos períodos de "estado de sítio" impostos à Nação. Portanto, pedimos que o texto constitucional em vigor (art. 153, § 5º) seja mantido, **verbis**:

"É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes."

Como evangélico, falo de evangelho, e estamos certos de não fazermos discriminações às demais igrejas, pois toda igreja verdadeiramente cristã tem base teológica e litúrgica no Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Estou convicto de que os Senhores Constituintes não desconhecem os efeitos positivos da pregação do evangelho no seio da sociedade brasileira, evidenciados nos seguintes pontos:

A. O evangelho ensina o respeito às autoridades constituídas e a submissão às instituições humanas... (Romanos 13. 1-8 e 2 Pedro 2. 13-17). Nisto está o evangelho contribuindo eficientemente para a segurança nacional;

B. A vida moldada nos ensinamentos de Cristo se torna a base sólida para a boa ordem e o progresso, pois os cristãos evangélicos não empregam o produto do seu trabalho em coisas fúteis, como as farras, as orgias, as bebedeiras e outros vícios que são fatores de desordem, de pobreza e de doenças;

C. A pregação do Evangelho nas ruas, nas boates e nas casas de detenção tem resultado na

restauração moral e espiritual de muitos elementos que eram a tribulação da família, a vergonha da sociedade e grande peso econômico para o Governo. O evangelho deve ser pregado com toda a liberdade, pois é poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê (Romanos 1. 16), por isso, tem sido no Brasil fator eficiente de recuperação social de numerosos indivíduos que não foram e não seriam recuperados pela punição, pelos recursos legais e pelas melhores providências do Governo. Isto seria considerado à altura, se fosse avaliado quanto o Governo gasta diariamente com os viciados, com os drogados e os delinqüentes.

Além disto Senhores Constituintes, nos países onde não há liberdade religiosa, há inumeráveis pessoas que gemem e que choram, privadas do que consideram mais importantes na vida, o que provoca os brados internacionais de protesto das nações democráticas e cristãs. Daí essas pessoas pensarem mais em emigrar do que em trabalhar pelo progresso do seu país.

Ser religioso não significa apenas professar uma crença qualquer. É mais do que isto. E, essencialmente, crer no Deus vivo, autor da vida, ter comunhão com Ele e adorá-lo em espírito e em verdade (João, 4. 23, 24). Esta é a aspiração máxima de toda alma crente, pois disto resulta agradável sensação de bem-estar e de esperança.

Esta aspiração não pode ser suprimida sem amargura e sem dor.

A liberdade religiosa, desde séculos passados, é considerada um dos direitos mais sagrados que pode ter o homem na sociedade.

A liberdade de ir e vir não teria sentido sem a liberdade de ir a Deus e de ir cada um ao culto de sua preferência. Sem liberdade de servir a Deus, a boa ordem se torna difícil e o progresso é prejudicado.

Todos os brasileiros devem apoiar o seu Governo e se empenhar pelo fortalecimento das instituições democráticas. Por consequência, o Governo deve proteger a todos os brasileiros, qualquer que seja a sua religião.

Liberdade religiosa é, na linguagem do camponês, o colocar o pasto diante das ovelhas e deixá-las escolher o que mais gostarem.

Senhores Constituintes,

Diante do exposto, pedimos, suplicamos, em nome do direito e da justiça, aceitem V. Ex.^a a grande e sagrada incumbência de vigilantes máximos, no sentido de não faltar à futura Constituição nenhum dispositivo que permita a restrição da liberdade que por muitas décadas têm desfrutado os brasileiros para a pregação da Palavra de Deus, inclusive, com franco acesso a todos os meios de comunicação.

Era o que tinha a dizer, Sr.^a Presidenta. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr.^a Presidenta, Srs. Constituintes:

Com profundo pesar, registro o falecimento, anteontem, nesta Capital, do ex-Vereador Salustiano Gomes de Souza, popularmente conhecido por "Salim", de Tocantinópolis, Goiás, estimado líder político, membro de uma das famílias mais impor-

tante do extremo-norte de Goiás, que militou na política daquela região por mais de quarenta anos.

Salim teve vida intensa, toda ela devotada à família, à região e ao País, havendo prestado notáveis serviços a Tocantinópolis, particularmente às populações pobres da periferia daquela importante cidade e dos seus distritos.

Casado com a dedicada companheira, Dª Matilde, Salim deixa numerosos filhos e netos, além dos irmãos, sobrinhos e primos, todos com grande e profunda vinculação com ele, que com os seus irmãos, ex-Deputados Alzir Gomes e Martinho Gomes, chefiava o clã dos "Gomes", a mais importante família daquela cidade.

Salim deixa imensa tristeza e uma grande dor, nos seus familiares, amigos, admiradores e nos homens e mulheres pobres que ele sempre assistiu em suas aflições e carências.

Salustiano deixa viúva a Srª Matilde Gomes de Souza e órfãos os filhos, Vereador José Bonifácio Gomes de Souza, Antônio Gregório Gomes de Souza, o Delegado da Polícia Federal, Dr. João Pedro Gomes de Souza, o Fiscal de Rendas Fabian Gomes de Souza e as jovens Margareth, Vera e Siney.

O sepultamento do ex-Vereador Salustiano Gomes de Souza está acontecendo nesta tarde, em Tocantinópolis, com a cidade inteira prestando a última homenagem àquele que sempre foi um dos seus mais queridos e importantes benfeiteiros.

Ao registrar o triste acontecimento, Srª Presidenta, solicito à Mesa que envie nossa manifestação de pesar à família enlutada, na pessoa da Srª Matilde Gomes de Souza e do seu filho Vereador José Bonifácio Gomes de Souza, de Tocantinópolis, Goiás.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte o discurso.): — Srª Presidenta, Srs. Constituintes:

A imprensa tem demonstrado à sociedade os episódios ocorridos na Corretora Banescor e a imediata posição assumida pela atual direção do Banespa, investigando e tornando o mais transparente possível todas as medidas admissíveis para elucidação do rumoroso caso da compra de ações da Perdigão Agropecuária S.A e das Apólices do Tesouro Municipal de São Paulo.

O Presidente do Banespa, Otávio Ceccato, homem conhecido pelo seu passado de retidão e capacidade empreendedora, notabilizando-se tanto na atividade privada quanto na vida pública, pela sua inteligência e seu dinamismo, tendo exercido as elevadas funções de vice-Prefeito de Campinas e Deputado Federal, ato continuo ao conhecimento das irregularidades praticadas, determinou a auditoria interna e externa na Corretora Banescor, realizadas pelo Banco Central, Tribunal de Contas e por uma empresa privada de reconhecida idoneidade, a Trevisan Associados.

Com fundamento nas medidas levadas a termo, o Presidente do Banespa, o honrado e competente Otávio Ceccato, enviou ao eminente Governador do Estado de São Paulo um ofício acompanhado de cópias das auditorias realizadas, assim como da nota de esclarecimento, publicada nas primeiras páginas dos principais jornais de hoje,

dando conhecimento público das ocorrências havidas na corretora e das apurações em andamento visando a "responsabilização criminal dos envolvidos".

A nota de esclarecimento do Presidente do Banespa é bastante esclarecedora quanto às providências tomadas a fim de averiguar toda e qualquer irregularidade nesta e em gestões anteriores, propiciando, assim, "a oportuna punição dos responsáveis e adoção das providências tendentes ao resarcimento dos prejuízos sofridos".

Vê-se, portanto, Srª Presidenta, e Srs. Constituintes, que a Presidência do Banespa tomou, pressurosamente, as providências aplicáveis à espécie, levantando as possíveis irregularidades, além das já identificadas pela atual administração, afim de que haja uma reparação patrimonial dos bens públicos.

Em vista da atitude administrativa correta adotada pela Presidência do Banespa, e que não poderia ser outra a se esperar ou desejar de um administrador da coisa pública, e, em face da gravidade dos acontecimentos, o Governador Orestes Quércea não irá esmorecer enquanto não colocar os responsáveis na cadeia que será uma norma em seu Governo averiguar toda e qualquer denúncia de irregularidade, assinalando que "todo escândalo que surgiu será apurado, doa a quem doer".

O Governador, agindo com o rigor administrativo que lhe é peculiar, sentenciou: "Nós temos de punir os responsáveis e entrar com uma ação para rever eventuais prejuízos ao Estado. Não tenho dados para oferecer agora, mas posso garantir que não vamos transigir, de maneira nenhuma, com a desonestade".

Quanto a insinuações de alterações na Diretoria do Banespa, o Governador deixou claro que "a direção do Banespa é que está agindo rigorosamente para apurar responsabilidades"; assim sendo, a atual diretoria age denotadamente procurando punir os responsáveis. Tanto é assim, que já foram remetidas ao Ministério Público todas as provas disponíveis para a instrução do competente inquérito policial já em andamento e que vem sendo acompanhado por Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

São descabidas, portanto, insinuações de afastamento de membros da Diretoria do Banespa, como a sugerida pelo nobre e digno Deputado Mendes Thame, pela forma correta e ágil, como vem agindo nesses acontecimentos, merecendo, portanto, o apoio de quantos se interessam pela moralidade na administração da coisa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr Presidenta. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): — Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): — Srª Presidente, Srs. Constituintes:

Grave denúncia acaba de ocorrer em meu Estado. É mais uma grave denúncia contra pessoas que ocupam os mais altos cargos estaduais. Desta feita, trata-se da irmã do Sr. Governador Jerônimo Santana, a Srª Maria de Garcia Santana, chegada ao Estado em fins de 1985, mas que hoje já acumulou uma respeitável soma em dinheiro e bens.

Jornalistas, políticos e demais lideranças municipais e estaduais receberam cópia de extrato de conta corrente da referida Srª, que é irmã do Governador, repetimos, do BAMERINDUS, nele constando aplicações em dinheiro do OPEN e OVER, no valor de Cr\$ 2.712.809,12, apenas no período de 14 de abril a 13 de maio. O próprio Promotor de Justiça, Dr. José do Espírito Santo, em pronunciamento público, levantou suspeição sobre a procedência do dinheiro aplicado, prometendo "profundas investigações".

Realmente, fica difícil uma justificativa para tais ganhos, eis que Dª Maria de Garcia Santana, com tão pouco tempo em Rondônia tenha amealhado tanto. Comenta-se que tal aplicação se refere tão-somente ao BAMERINDUS, tendo havido outras aplicações em outras agências bancárias. Bem sabemos das dificuldades que têm centenas de profissionais liberais, de empresários e todos quantos deixam seus Estados de origem a fim de somar esforços a outros que vivem muito tempo, ou que nasceram em Rondônia, para adquirirem estabilidade econômica. Levam anos para se firmar, fazer clientela, e amealhar alguma coisa. Sendo, destarte, muito interessante, uma pessoa reunir, em tão pouco espaço de tempo, apenas trabalhando em função pública (Chefe de Gabinete do então Prefeito de Porto Velho. Jerônimo Santana, e agora, uma espécie de "coringa" na administração do Governador Jerônimo Santana).

Deve se tratar de pessoa de alta capacidade técnica, gerencial e administrativa, eis que, ganhando tão pouco, possa economizar tanto. Positivamente, um milagre!

Mas, como somos democratas, e por dever de Justiça, já que registramos a denúncia, anexando a cópia do extrato bancário, vejamos o que diz a mencionada senhora:

Dona Maria de Garcia Santana, em esclarecimento público, inserido em todos os jornais da Capital, cópia anexa, que deve ter custado alguma coisa em dinheiro, alega que se trata de campanha difamatória, dizendo-se "chocadíssima e constrangida", por isso foi impelida a se pronunciar perante a "lídima sociedade rondoniense" quando afirmou que já possui uma certa idade, que "tem pecúlio" e "acrescido com quotas de herança", e que possui 33 anos de serviços prestados.

Há de convir S. Sa. que quem deve estar chocado e constrangido é o povo de Rondônia, eis que, teve conhecimento não apenas do extrato de conta do BAMERINDUS, indicando a elevada importância, mas também de outras aplicações, segundo se comenta, acrescentando algumas ligações negociais com grupos suspeitos. A mesma população tem reclamado também dos maus tratos com que é distinguida desde seu tempo como Chefe de Gabinete do Prefeito (por alguns meses); e agora como Secretária Particular do Governador. Pode ser que a população esteja cometendo uma injustiça ao acreditar que tão ínclita e honesta senhora possa estar envolvida em negócios escusos e inconfessáveis, todavia, e é certo, a referida dama de Goiás, não prima pelo respeito ao Estado, pela consideração no trato com o nosso povo de Rondônia, posto que neste aspecto, as reclamações são muitas. E já que a dita senhora foi aquinhoadada com tanta fortuna,

advinda, tomara, conforme diz, de do nosso povo trabalhador, a ingênuos que possamos parecer, pecúlio e herança, venha a aplicar sonegação dos impostos, o saque às mas temos suficiente coragem e no Estado que lhe dá abrigo e nossas riquezas, as ofensas à nossa raça para defender o que é vencimentos, que lhe dá oportunidade de cultura e à nossa tradição.

trabalho que seu Estado não lhe deu, toda essa fortuna, a fim de que, contribua também para com o desenvolvimento dessa terra que tudo dá aos migrantes, desde o pão, a tema, o trabalho, até a oportunidade de ficar rico, mas nada tem

recebido em troca, a não ser a devastação das nossas florestas, a Garcia de Santana que existem por poluição dos nossos rios, a escravidão aí, saibam que não somos tão

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SR^a RAQUEL CÂNDIDO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Que as tantas D^a Maria de Garcia de Santana que existem por

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidenta. (Muito bem!)

openbank

CENTRO PONTO VELHO 0239-19477, 26366-001

MARIA DE GARCIA SANTANA 0239

R. HELIAS GOMES 3307 CASA
PREGO PONTO VELHO NO LIBERDADE

16/04/97 - 13/05/97 85.273,94

14	RESGATE OPEN/OVER	2.447.440,90 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.447.440,90 0
15	RESGATE OPEN/OVER	2.453.724,65 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.454.724,65 0
21	RESGATE OPEN/OVER	2.473.935,72 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.475.935,72 0
22	RESGATE OPEN/OVER	2.493.267,27 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.493.267,27 0
23	RESGATE OPEN/OVER	2.510.720,14 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.510.720,14 0
24	RESGATE OPEN/OVER	2.523.295,18 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.523.295,18 0
27	RESGATE OPEN/OVER	2.543.493,24 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.545.993,24 0
28	RESGATE OPEN/OVER	2.564.663,00 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.564.663,00 0
29	RESGATE OPEN/OVER	2.584.752,00 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.584.752,00 0
30	RESGATE OPEN/OVER	2.604.792,36 €
	APLICACAO OPEN/OVER	2.604.792,36 0
34	RESGATE OPEN/OVER	2.626.533,51 €
	A TRANSPORTAR	2.712.809,49

BUEM RAI POUPA PEEDE. APLIQUE SEU DINHEIRO TODO MES NA POUFANCA BAMERINDUS. DE UMA VITAMINA PRO SEU DINHEIRO.

*SENADOR JOSÉ TEIXEIRA
CENTRO, PORTO VELHO*

1982-02-02

MARIA DE GARCIA SANTANA 0239

R MELIAS GURAEZ 3307 CASA
PFVHO PORTO VELHO RO LIBERDADE

14/05/87 13/05/87

2.712.805,61

4 APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.676.535,00 D	86.276,41
5 RESGATE OPEN/OVER	2.645.419,89 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.644.419,50 D	86.277,30
6 RESGATE OPEN/OVER	2.571.372,24 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.571.372,00 D	86.278,14
7 RESGATE OPEN/OVER	2.624.324,78 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.694.524,00 D	86.278,92
8 RESGATE OPEN/OVER	2.723.266,48 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.723.266,00 D	86.279,40
9 RESGATE OPEN/OVER	2.753.221,92 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.753.221,00 D	86.280,32
10 RESGATE OPEN/OVER	2.789.929,69 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.789.929,00 D	86.281,01
11 RESGATE OPEN/OVER	2.827.127,12 C	
APLICAÇÃO OPEN/OVER	2.827.127,00 D	
12 SALDO ATUAL		86.281,13

DUS VAD IDUPA PERDE. AII QUE SEU DINHEIRO TODO FES NA
DUFANCA BAM RENDUS. E UMA VITAMINA PROBLEM DINTILAR

ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Na qualidade de irmã e secretária particular do Governador do Estado. Jerônimo Garcia de Santana, não posso calar-me ante a campanha difamatória que me tem sido dispensada, posto que, caso contrário, os maledicentes teriam motivação para dizer que eu estaria concordando em razão do meu silêncio.

Assim, embora chocadíssima e constrangida, vejo-me compelida à expedição deste esclarecimento, que é destinado às pessoas de bem, que exigem e reclamam este pronunciamento.

Por isso, dirigindo-me à lídima sociedade rondoniense, peço vênia para registrar que, como pessoa que já possui alguma idade, é de prudência que tenha um pecúlio, que acrescido com quotas de herança, possa assegurar minha subsistência na velhice. Portanto, a divulgação indevida dos valores de

tais reservas só encontra explicação na vontade de promover difamação, ônus que sou compelida a suportar em razão do parentesco que tenho com o governador.

Quero registrar que a ilegítima e criminosa divulgação de tal fato já se encontra a cargo de advogado que constitui para as providências cabíveis, para assegurar que a vida particular dos cidadãos seja respeitada.

Derradeiramente, e aproveitando o ensejo deste esclarecimento público, quero reclamar aos enxoalhadores da honra alheia que as ofensas assacadas serão incapazes de denegrir todos os árduos 33 anos de trabalho ininterrupto e contínuo que constam do meu currículo. E, da mesma forma, conclamo-os ao discernimento e à meditação sobre os malefícios que estão impondo a uma pessoa, cuja única intenção é prestar serviços ao irmão e ao Estado de Rondônia.

Porto Velho (RO), 24 de maio de 1987
Maria de Garcia Santana.

A Tribuna, 24 de maio de 1987.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.): — Srª Presidente, Srs. Constituintes:

Se os Governos anteriores houvessem construído a Ferrovia Norte-Sul, levando até o Paraná a ligação ferroviária que une a Capital da República, os produtores de grãos do Centro-Oeste estariam livres do problema que atualmente enfrentam com os seus cereais quando sessenta e seis milhões de toneladas da safra de grãos deste, abarrotam os armazéns do País, ameaçando produzir prejuízos de monta aos produtores.

As ferrovias apresentam o frete mais barato e sua rapidez de escoamento não é inferior à dos caminhões de carga. Agora, mesmo que houvesse transporte rodoviário suficiente, a produção chegaria encarecida ao consumidor, reduzindo a aquisição do produto no mercado interno e obrigando a exportações por preços mais baixos, para atendimento à paridade internacional.

Não se pode negar a importância de uma rede suficiente de silos, mas os cereais são produtos perecíveis e, por melhor que seja a armazenagem, não esperam muitos meses, estragando-se nos armazéns.

Isto não significa que se deva minimizar a melhoria da rede de silos, principalmente no Brasil Central: trata-se de uma solução expedita, para diminuir a perda. O melhor é adensar a rede viária, utilizando-se os rios navegáveis, as estradas asfaltadas ou não e o transporte ferroviário.

Por outro lado, não se ouviu mais falar no famoso Plano Panela, ou seja o Programa de Alimentação Nacional com estoques agrícolas, anunciado para este mês, quando seriam distribuídos, gratuitamente, às populações carentes, o arroz, o milho, o feijão e a farinha de mandioca, alimentos indispensáveis na dieta do pobre.

Segundo se anuncia, os excessos da supersafra estariam sofrendo um indispensável processo de deterioração nas fontes produtoras. Tudo depende, para essa distribuição, de providências da Companhia de Financiamento da Produção, enquanto o Ministério da Agricultura guarda definições, para o lançamento do Panela.

Esperamos pela liberação, quando sabemos que a CFP tem armazenados mais de dois milhões de toneladas de safras anteriores, preparando-se para completar a aquisição de seis milhões de toneladas da safra atual.

Era o que tínhamos a dizer, Srª Presidente. (Muito bem!)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): — Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V — Vai-se passar ao horário de Comunicações das Lideranças.

O Sr. José Teixeira — Srª Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ TEIXEIRA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso.): — Srª Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes

A Nação inteira acompanhou com forte interesse o recente pronunciamento do Presidente da República, quando do lançamento do chamado "Plano Bresser", de controle da economia.

Naqueles instantes, a alma do nosso povo estava repleta de grande expectativa, cheia de vontade de acreditar, convicta de que se tratava, mais uma vez, de um grande esforço do Governo. Certeza de que o País, pelos seus governantes, estava fazendo o melhor para todos. Se aquele plano não contém, em sua fase inicial as medidas que nós queremos ver praticadas, é por absoluta impossibilidade, apenas. Sabe-se, entretanto, que o possível está sendo feito. Esta é uma certeza que reconfonta.

Nestes tempos de dificuldades, um plano de controle da economia, para ser útil e verdadeiramente eficaz, tem que ser restritivo, tem que provocar dores, tem que ser amargo. Disto o povo brasileiro está consciente. Mais que isto, o povo sabe que não pode ser diferente. Raras vezes, na história nacional, encontramos tão grande volume de adesão a uma mesma idéia. Somos hoje uníssonos: temos que controlar duramente a nossa economia, para que o País saia da difícil situação em que se encontra, que desta vez, com o "Plano Bresser", praza aos céus, o PMDB encontre o rumo certo na condução da vida econômica nacional.

Mas, não posso deixar de dizer o grande peso que nós, brasileiros do Maranhão, acreditamos que também os brasileiros do Pará, do Mato Grosso, de Goiás, de Brasília; nós, brasileiros do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, sentimos cair sobre os nossos ombros.

Determina o "Plano Bresser" que a construção da Ferrovia Norte-Sul seja protelada por seis meses. Isto significa que o desenvolvimento da nossa região foi postergado por seis longos meses.

O Brasil está cobrando de nós um tributo que não lhe é lícito cobrar. A dívida externa brasileira não foi contraída pelo Nordeste nem utilizada em seu benefício. O déficit público brasileiro não tem origem no Nordeste. A inflação brasileira não nasceu no Nordeste. Mas a ele foi imposto pagar uma conta que não fez, a pagar uma dívida que não é sua.

É lá, naquela região, que se verificam as mais alarmantes taxas de subdesenvolvimento do País, onde grandes contingentes humanos morrem antes do primeiro ano de vida. É lá, onde temos a mais baixa expectativa de vida, que ainda se morre de fome no meu Maranhão e em outros Estados do Norte e Nordeste. A compleição física do nordestino se deteriora, geração após geração.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, sabe o Brasil inteiro que o Nordeste não é separatista. É ali, naquela região, que o sentimento de brasiliadade, como em nenhuma outra parte do País, enche a todos de ardor. Talvez por isto é que compreendemos as razões apresentadas pelo Governo e, com os olhos postos no término deste período de restrição de seis meses, aguardamos ansiosamente a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Mais que nunca, estamos convencidos da essencialidade daquela ferrovia e da urgência de sua construção.

Relembro, com grande alegria, o fato de que o Conselho Deliberativo da Sudene, em sua última reunião, aprovou, por unanimidade de seus membros presentes, moção favorável à construção da

Ferrovia Norte-Sul. Não foi só o Governador do Maranhão que aprovou a moção. Foram todos os Governadores do Nordeste e representantes de órgãos técnicos que têm assento naquele conselho.

O Conselho Deliberativo da Sudene, também, aprovou moção idêntica. Norte e Nordeste, por seus grandes líderes, estão unidos e dispostos a lutar pela construção daquela obra pioneira.

Essas duas moções fortalecem a afirmação, feita por mim, nesta tribuna, quando dizia: a Ferrovia Norte-Sul não é uma obra maranhense, ela é uma obra nacional, de interesse de todos os brasileiros.

Trago, ainda, à nossa memória, três outros fatos extremamente importantes. Refiro-me ao ato público realizado em Goiânia com a presença do Governador Henrique Santillo, dois ex-governadores de Goiás, do Ministro da Agricultura Iris Rezende, senadores, deputados, prefeitos e líderes empresariais, não só de Goiás, mas de toda a região Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Naquela ocasião, o Ministro dos Transportes José Reinaldo leu uma mensagem do Presidente José Sarney, dirigida ao povo goiano, em que enfatiza: "A minha decisão de construir a Ferrovia Norte-Sul é irreversível".

Outro fato importante, a que quero me referir, diz respeito à criação da Comissão Maranhense de Defesa da Ferrovia Norte-Sul. Senadores, deputados, prefeitos, estudantes, líderes sindicais e comunitários, empresários, união de moradores, enfim, o povo maranhense se organizou em uma comissão para defender a Ferrovia Norte-Sul. Na sua presidência está o Vice-Governador do Estado, Dr. João Alberto de Sousa A idéia mobilizou grande parcela da população. Posso dizer que é intensa a movimentação popular, como nunca visto!

Temos, ainda, Sr. Presidente, presenciado manifestações entusiasmadas de parlamentares, líderes comunitários e empresários de diversos Estados, favoráveis à construção da Ferrovia Norte-Sul. O Sul do País, até mesmo o Sul, já dá sinais claros de que entendeu as nossas razões.

Sabem V. Ex.^{as} que no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste não há discordância quanto à construção da Ferrovia Norte-Sul. Repito isto, adiantando que estou disposto, se necessário, a propor às lideranças daquelas regiões de grande movimento cívico em defesa da construção da Ferrovia Norte-Sul e, se for o caso, até mesmo a realização de um plebiscito, pelo qual todos sejam chamados a opinar formalmente. Tenho certeza de que as opiniões por ventura contrárias não conseguiram sair do zero vírgula qualquer coisa por cento, tamanha é a força da idéia dominante de que a ferrovia é indispensável para o nosso desenvolvimento; a ferrovia é urgente e tem que ser feita. Não será o prazo de seis meses, que as autoridades monetárias estão impondo a nós, que haverá de reduzir a nossa certeza de que a ferrovia tem que ser construída. Pelo contrário, a ansiedade que em nós crescerá há de fortalecer nossa convicção de que estamos no caminho certo. Assim, buscaremos convencer o Brasil inteiro que, desta vez pelo menos, o Sul deve concordar que nós, também, temos o direito ao desenvolvimento.

A discussão sobre a Ferrovia Norte-Sul deixou de interessar apenas ao Nordeste. Além do Brasil

inteiro, esta é uma estrada cuja construção chamou a atenção da Europa e dos Estados Unidos. Tanto assim que, de lá, estão vindo propostas ao Governo brasileiro para construí-la, sem ônus algum para o Brasil, em troca da concessão de sua exploração.

Muito cedo, empresas estrangeiras perceberam a viabilidade econômica, isto é, a certeza de lucratividade do empreendimento. Se para empresas internacionais é um bom investimento, por que não o seria para nós?

Esta é uma obra inopportunidade? Esta é uma estrada antieconômica? Deliram os alemães ou deliram aqueles que a combatem?

Entendo que o Governo brasileiro deve examinar, por dever de patriotismo, sem preconceito, as propostas dos grupos estrangeiros para a construção da Ferrovia Norte-Sul. Protegidos os interesses nacionais, o capital estrangeiro foi sempre um bom aliado na busca do nosso desenvolvimento econômico-social. Entretanto, devemos considerar, primeiro, as grandes vantagens de sermos, nós mesmos, os investidores e plenos beneficiários.

Trago ao conhecimento do País que o povo maranhense, ao lado de paraenses, matogrossenses, goianos, nortistas, nordestinos e de todos os bons brasileiros, está disposto a enfrentar, sem tréguas, todos os obstáculos ao seu desenvolvimento. E, estamos certos de que seremos vitoriosos. O nosso combate é o bom combate. O nosso combate é o combate do povo, que não mede forças para se livrar dos grilhões do subdesenvolvimento.

O Brasil deve muito aos banqueiros internacionais. O Brasil, porém, deve muito mais ao Nordeste. Quando foi declarada a moratória aos banqueiros internacionais, meio mundo veio abaixo. Que desigualdade! Faz séculos que o Brasil declarou moratória ao Nordeste, e continua sacando contra o desenvolvimento daquela região e nada acontece. A dívida social do Brasil para com o Nordeste afeta a soberania nacional, mais que qualquer dívida externa.

Basta de moratória ao Nordeste! A Nova República seria uma farsa se não conferisse àquela região a prioridade de atendimento que sempre lhe faltou como condição essencial ao seu desenvolvimento. Não uma prioridade fictícia, no papel apenas, como retórica de discursos sem intenções reais. Queremos prioridade efetiva, demonstrada pela realização imediata das obras requeridas pelo povo, como indispensáveis e urgentes. A Ferrovia Norte-Sul é uma delas.

Abaixo a moratória ao Nordeste! É hora do Brasil começar a pagar o que lhe deve.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. José Teixeira a Sr. Benedita da Silva, Suplente de Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. BOCAJUVA CUNHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAUVA CUNHA (PDT – RJ).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes:

Pouco antes de V. Ex.^a, Sr. Presidente, assumir a Presidência – e esta é uma coincidência que quero deixar registrada no momento em que ocupo esta tribuna, em nome do PDT, para dar conhecimento à Casa e à Nação, de um importante pronunciamento do Prof. Darcy Ribeiro – estava na Presidência da Assembléa Nacional Constituinte uma negra, ex-favelada, que representa o povo do Estado do Rio de Janeiro. Quero me congratular com esta democracia que todos achamos que tem tantos defeitos, mas que permite que o povo do Estado do Rio de Janeiro, com o esclarecimento que tem, com a capacidade de distinguir as boas coisas, mesmo que erre de vez em quando, como tem errado ultimamente e infelizmente, consegue fazer, repito, com que uma negra, ex-favelada, seja Constituinte como nós. E temos a honra e orgulho de tê-la presidindo a sessão, nem que por alguns instantes, alguns momentos, por alguns minutos.

Faço questão de fazer este registro para iniciar aquilo que repto, um documento extremamente importante. Todos podemos divergir do Prof. Darcy Ribeiro. Podemos até ficar contra as suas idéias. Mas não podemos deixar de reconhecer em tudo o que S. Ex.^a faz, não só uma grande dose de talento, de irreverência, de juventude, de inquietação intelectual, como também um arraigado amor à sua terra, ao seu povo, ao nosso Brasil.

Com estas breves palavras de introdução, gostaria de passar a ler aquilo que me parece fundamental da Carta ao Constituinte, que o Professor Darcy Ribeiro dirigiu à Bancada do PDT, e que pretendo chegar às mãos de todos os Constituintes.

Diz Darcy Ribeiro:

Escrevo movido pelo temor que se difunde por todo o País sobre a Constituição que está sendo composta. A julgar pelos textos preliminares que se conhecem, os Constituintes de 1987 ameaçam a Nação com o retrocesso histórico ao formular uma lei básica retrógrada, ainda mais atrasada que a Constituição de 1946, que podendo promover o desenvolvimento social autônomo do Brasil, nos afundou no atraso, ao conservar as bases legais do latifúndio, do capitalismo selvagem do entreguismo.

Uma Constituinte, todos nós sabemos, tanto pode ser uma estrada pela qual um povo progride, realizando suas potencialidades; como uma tranca, que o coachte, impossibilitando o de viver e de trabalhar em seu próprio benefício. É esta tranca, que será urdida se os senhores falharem às responsabilidades históricas de que estão investidos, de livrar nosso povo de uma tradição legalista e constitucionalista de fachada, palavrosa e oca, que só alcança rigor quando estatui privilégios dos ricos contra os pobres, das classes dirigentes contra o Povo e a Nação.

A dura verdade, Srs. Constituintes, é que uma série de questões basilares para o destino do Brasil, postas pela história, ai estão, a exigir definições dos Constituintes. É com respeito a esses desafios cruciais que me permito enunciar, a seguir, algumas dessas questões essenciais, de que os senhores não

poderão escapar, mesmo porque elas definirão as perspectivas que terá nosso País, de progredir como uma sociedade solidária e próspera ou de afundar-se mais ainda na dependência externa e no atraso social e cultural.

A primeira questão que se propõe é criar uma ordem institucional à prova de golpes. Não falo de nenhuma tolice de transcrever na Carta Constitucional a Declaração dos Direitos do Homem como se fez na carta castrense que hoje nos rege; e se fez exatamente nos anos em que mais se espezinharam aqui estes direitos. O que se impõe é dar à defesa da soberania popular, expressa pelo voto em eleições livres, os instrumentos legais de autopreservação que se dão de sobra para resguardar a propriedade privada, por exemplo. Cumple estatuir sanções que punam exemplarmente aos golpistas civis e militares, com a perda da cidadania, dos direitos e dos bens. Só assim asseguraremos aos cidadãos brasileiros o direito a viverem em liberdade, sem medo de novos golpes e de novas ondas de opressão, expio, tortura e extermínio.

A segunda questão básica que se coloca diante dos senhores é a de inscrever no texto da Constituição que a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. Ou seja, garantir ao produtor a tranquilidade indispensável para produzir na terra que lhe pertence e que ele dignifica com seu trabalho. Mas tirar dos parasitas, dos especuladores, dos absentistas e dos preguiçosos, o domínio infecundo que exercem sobre imensas áreas do País. Este abuso supremo de uma minoria infíma de açambarcadores de terras que não plantam nem deixam plantar, condena milhões de trabalhadores à miséria, enxotando-os do campo para Cidades que não tem condições de incorporá-los em sua força de trabalho. Marginaliza-se, assim, a maioria dos nossos trabalhadores até o extremo de situar esta Nação brasileira que tem tudo para ser próspera, entre aquelas cujos povos são mais pobres e carentes.

A terceira questão-desafio, é estabelecer como diretriz constitucional que a economia brasileira se organizará com o objetivo precípua de garantir a cada brasileiro e brasileira o direito a um emprego em que possa progredir por seu esforço. Nossa País se edificou com uma capacidade enorme de usar e consumir mão-de-obra. Hoje, entretanto, a deformação extrema de nosso sistema econômico condensa uma imensa massa de mão-de-obra à desocupação. Ao longo da história, se capturaram milhões de índios para o trabalho cativo; se caçaram na África e se subjugaram aqui, como trabalhadores escravos, milhões de negros; e se importaram outros milhões de imigrantes europeus. Tudo isto para manter funcionando o sistema produtivo. Hoje, porém, os únicos fatores produtivos aparentemente excedentes em nossa economia são, o povo e a terra, que não alcançamos ocupar e usar. Assim é porque, nossa economia, regida pela busca desenfreada do lucro, em lugar de organizar-se para atender às necessidades da população, cria uma prosperidade malsã, incapaz de generalizar-se à to-

da a população. Em consequência, vemos os ricos enriquecerem cada vez mais escandalosamente, enquanto o povo é empobrecido a níveis incomprimíveis de miséria.

O quarto desafio posto a essa Assembléa Nacional Constituinte é o de fazer respeitar na empresa os direitos do trabalho frente aos do capital, restaurando as garantias proscritas por exigência dos golpistas de 64, de estabilidade no emprego e, sobretudo, o de concretizar o princípio socialista, até hoje meramente verbal, do direito do trabalho à participação no lucro das empresas. Nenhuma medida teria maior poder de criar no Brasil uma sociedade próspera, de prosperidade generalizável a todo povo trabalhador, do que a fixação da regra de que, a cada ano, cada empresa retivesse e integrasse no seu capital 10% dos lucros líquidos – antes do pagamento dos impostos – inscrevendo-os em nome da sua própria comunidade de trabalhadores, até alcançar 50% do capital. Assim se asseguraria também ao trabalho os direitos que hoje só se dão ao capital, de usufruto das riquezas que ambos criam. Simultaneamente, se asseguraria à comunidade de trabalhadores uma participação na gestão das empresas pela eleição de membros da diretoria, na proporção do capital que lhe fosse sendo consignado.

A quinta questãoposta na mesa dos Constituintes é a necessidade da Estatização das empresas bancárias, das financeiras e das seguradoras. Tais serviços, indispensáveis como os de água e esgotos, tal como estes – e até em maior grau – devem estar sob estrito controle público. Os maiores prejuízos sofridos pela economia brasileira, os maiores assaltos a nossos cofres públicos, foram perpetrados por esta ordem parasitária de empresários demasiadamente fiéis ao dinheiro e à usura para que possam ter regência sobre a economia nacional, como ocorre hoje em dia.

O sexto repto que os senhores terão de atender é o de nacionalizar o capitalismo brasileiro, impedindo que capitais aqui construídos em cruzeiros se multipliquem em dólares de exportação. Isto é o que exigia Getúlio Vargas e por isso o levaram à morte. Isto é o que provocou a deposição de Jango quando ele quis cumprir a Lei de Remessa de Lucros. Essa lei, aprovada pelo Congresso, distingua no capital estrangeiro, o que entrou aqui, de qualquer forma e em qualquer tempo, do que aqui cresceu. Reconhecia ao primeiro, o direito de retorno e de remessa de lucros; mas impunha ao segundo o destino dos capitais nacionais, uma vez que, não tendo vindo de fora, não devia remeter divisas ao exterior.

O sétimo desafio diz respeito à recuperação das terras brasileiras e dos recursos naturais não renováveis, açambarcados por grupos estrangeiros, e a sua defesa contra a exploração predatória e contra a poluição. Esta forma de espoliação extremamente grave se exercebou sob o amparo do regime militar, como uma forma de resarcimento às empresas que financiaram o golpe de 1964.

A oitava questão básica que desafia aos Constituintes de 1987 é da fixação de diretrizes constitucionais para solução do problema da dívida externa. Cumpre preliminarmente, que a diplomacia brasileira posicione o Brasil ao lado das principais nações devedoras – especialmente da América Latina – para negociação conjunta das respectivas dívidas externas. Geradas pelo caráter desigual do intercâmbio internacional a que somos submetidos e pela especulação com juros, ditada pelos governos das nações espoliadoras, nossas dívidas internas cresceram astronomicamente. Acabaram por nos converter – apesar de nossa evidente pobreza – em economias exportadoras de capitais; tamanho é o desequilíbrio entre o montante de divisas que remetemos anualmente para fora e o que recebemos aqui como empréstimos ou investimentos estrangeiros. Outro efeito desastroso dessa forma desigualitária de intercâmbio internacional é nos condenar à uma inflação estrutural invencível pela contingência de financiar internamente, mediante a emissão de moeda, a produção de bens no valor de bilhões de dólares que exportamos, sem nada receber em troca.

A solução que se impõe nesse caso exige, como medida preliminar, a promoção de uma auditoria responsável que distinga, claramente, o que recebemos do exterior a qualquer tempo e a qualquer título, e que constitui a nossa dívida real do que a ela se acresceu através da usura e das negociações de capitalização dos juros pelos bancos. Sabendo com precisão o que devemos, haverá condições para negociar com os bancos credores e seus governos quanto e quando resgataremos nossos débitos com cada um deles, mediante a reserva de um percentual fixo de nossas exportações com este objetivo.

Srs. Constituintes, nós brasileiros herdamos uma província privilegiada da Terra, por sua extensão, sua riqueza e sua beleza. Nela se plasmou um povo síntese, mestiço na carne e no espírito, armado da mais extraordinária criatividade e da vontade mais veemente de alegria, de felicidade e de beleza. Nesse local e com esse povo, tão propício para criar uma sociedade que floresça como uma civilização solidária e feliz, o que hoje se configura é a triste realidade de um país que se atrasou na história em comparação com nações menos dotadas e de um povo condenado à ignorância e à penúria. Isso que nos sucedeu, ameaça perpetuar-se, tão só para manter e acrecer os privilégios de uma velha classe dominante medíocre e infértil, cujo poderio se assenta em leis que ela própria sempre ditou para impor ao povo a sua hegemonia, incapaz de progresso generalizável. Esta legislação classista e retrógrada é que está hoje na mão dos Constituintes para ser reiterada em sua cruzada ou para ser reformada através da Constituição sábia e libertária que o nosso povo tem o direito de esperar, de exigir, de cada um dos senhores.

São essas, Sr. Presidente, as palavras do Professor Darcy Ribeiro. Agradeço a V. Ex.^a a generosidade para com o meu tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, antes de dar a palavra ao Líder Roberto Freire, associa-se ao registro oportuno feito por V. Ex.^a, pela circunstância de que uma mulher e negra, que representa, aliás como V. Ex.^a o Estado do Rio, tenha ocupado esta Presidência. Desejo dizer que não foi fruto do acaso. O Segundo-Vice-Presidente, Jorge Arbage, que estava na Presidência, propositadamente quis criar essa oportunidade, que honra muito, sem dúvida alguma, a Constituinte brasileira. V. Ex.^a tem razão e nós nos associamos às oportunas palavras de V. Ex.^a.

O Sr. Roberto Freire – Líder do PCB – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

O Partido Comunista Brasileiro faz suas as palavras de V. Ex.^a saudando a Presidência hoje entregue à Constituinte Benedita da Silva.

Mas, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, o que me traz aqui é o desejo de protestar contra o desrespeito que o Governo da Nova República praticou em relação à Assembléia Nacional Constituinte. Inexplicavelmente, o Governo José Sarney envia um projeto de lei que dispõe sobre e organização sindical e as relações coletivas de trabalho. Ora, nós sabemos que esta Casa se encontra num processo de formulação constitucional, e um dos temas que causou polêmica, que provocou debates, que, inclusive, encetou buscas de consenso em negociações dentro de Comissões Temáticas e, anteriormente, na própria Subcomissão, foi exatamente a questão das relações de trabalho, a Lei de Greve, a estrutura sindical em nosso País.

É evidente que ainda não definimos, mas há uma tendência clara na Casa de garantir a liberdade da estrutura sindical, de garantir essa liberdade e garantir para todos na plenitude. O Governo, inexplicavelmente, repito, num desrespeito e, eu diria até, talvez, numa provocação, manda um projeto de lei para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal ordinariamente apreciem, negando tudo aquilo que foi discutido, desprezando tudo aquilo que já foi definido, tentando fazer letra morta de uma tentativa clara dos sindicalistas e das forças democráticas deste País, de uma estrutura democrática, também nos seus sindicatos, tratar a questão de greve também democraticamente. O projeto do Governo, evidentemente que ainda não tivemos tempo suficiente para analisar nos seus mínimos detalhes, mas de antemão já se pode dizer que mantém a intervenção nos sindicatos à exceção da administrativa, mas mantém a interferência do Executivo, limita o direito de greve, – as áreas consideradas essenciais, ou seja, faz uma lei pior do que a da ditadura e em cima de uma Constituinte, num desrespeito. Era fundamental que o PMDB, que as forças majoritárias nesta Constituinte que apoiam o Governo, não aceitassem e devolvessem, porque isso atenta contra a soberania, desrespeita esta Assembléia e é uma provocação.

O Sr. Osmundo Rebouças – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Bancada nordestina marcou para hoje um encontro com o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para dialogar com S. Ex.^a a respeito do comportamento que tal Bancada deve adotar diante da indefinição do Governo perante os grandes problemas atuais do Nordeste.

Há um verdadeiro descaso da política governamental para com a Região. Esse descaso é demonstrado claramente pelas estatísticas macroeconômicas. Os dados das contas nacionais mostram, em resumo, que a despesa federal por habitante no Nordeste é de apenas 39% da média nacional. O que o Governo gasta no Sudeste (inclusive com as estatais), por habitante, é exatamente quatro vezes o que gasta, em média, com cada nordestino. É como se o brasileiro que mora no Nordeste valesse apenas um quarto daquele que mora no Sudeste, perante as prioridades do Governo. Tais dados são da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE, portanto perfeitamente confiáveis.

O Nordeste tem 51% dos analfabetos do País, mas não recebe sequer 20% das despesas federais com educação. Outros dados sobre despesas sociais são semelhantes quanto à profunda injustiça social inerente à despesa pública.

Em pesquisa que coordenamos há quase dez anos no Banco do Nordeste, já verificávamos que, em média, o que o Governo injeta de recursos no Nordeste é retirado através dos vazamentos de renda e impostos que fluem para o Centro-Sul, em virtude da dependência econômica da região pobre sobre a região rica, quanto ao fornecimento de mercadorias, serviços e capitais. Ou seja, no Nordeste, a entrada de capitais do Governo e do setor privado é apenas suficiente para compensar o déficit da balança de mercadorias e de serviços da região. Estes dados não têm mostrado sinais de mudança expressiva nas últimas décadas.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, demonstra que a prioridade conferida ao Nordeste é apenas retórica e não real. A implantação da Sudene foi seguida do seu esvaziamento. Os incentivos fiscais criados para a Região foram seguidos por incentivos concorrentes, de modo que a Sudene, que inicialmente recebia 100% dos incentivos regionais e setoriais via Imposto de Renda, hoje só detém 28% do total. Assim aconteceu também com o Banco do Nordeste, que deixou de receber os recursos do Fundo das Secas, que foi extinto, e hoje nem sequer o Imposto de Renda por ele pago pode ficar na própria instituição.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos tratando com o digno Presidente Ulysses Guimarães sobre o que devemos fazer para mitigar as consequências danosas do rationamento de energia elétrica que vai paralisar as atividades econômicas do Nordeste, se urgentes medidas não forem adotadas, depois de tantas promessas. Queremos saber se o Governo realmente vai executar a Resolução nº 1.131 do Banco Central, arrasando os pequenos agricultores da região em plena seca verde, cobrando correção monetária

dos empréstimos tomados durante o I Plano Cruzado. Queremos também saber se os recursos para a emergência atual da seca vão ficar apenas nas promessas feitas pelas autoridades federais, por ocasião do decepcionante banquete realizado há 15 dias no interior da Paraíba.

Nós, que fomos eleitos pelo povo do Nordeste, não podemos tolerar a omissão diante dos grandes problemas nordestinos. O subdesenvolvimento do Nordeste só tem trazido problemas ao Brasil. Se ele continuar, por falta de providências eficazes, poderemos sofrer até ameaças de separatismo, além da continuidade das migrações que transferem a miséria para as regiões mais prósperas. Mas, se acabarmos com o subdesenvolvimento nordestino, saindo de uma posição que tem sido passiva para atitudes concretas e persistentes, todo o Brasil sairá beneficiado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ottomar Pinto.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a terá que aguardar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Fiz uma troca com o nobre Constituinte Ottomar Pinto. Falarei em nome da Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem a palavra, pela Liderança do PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por definição, tanto a Superintendência da Reforma Agrária, Supra, criada por ocasião das reformas sociais que antecederam o movimento de 31 de março de 1964, como o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária, IBRA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, surgiram com o objetivo de implantar a reforma agrária. Entretanto, entre a Supra e o IBRA, houve uma mutação de relevo realizada por ocasião do Governo do Marechal Castelo Branco.

Abandonou-se nesta ocasião a terminologia insurrecional característica da Supra, que polarizava politicamente a reforma agrária, gerando obstáculos quase que intransponíveis à realização daquele objetivo para o qual se propunha.

Depois, foi promulgado o Estatuto da Terra, que embora cheio de lacunas e imperfeições, pelo menos teve o mérito de varrer de uma vez por todas com o hábito da improvisação no trato das coisas sérias.

Logo em seguida, contudo, ao parecer ao primeiro levantamento cadastral dos imóveis rurais, demonstrou o IBRA que, se realmente conseguira reduzir a proporções mínimas a sanha confiscatória de antes, tinha em compensação mergulhado num intrincado novo de burocracia e falta de objetividade acreditando que o homem do campo pudesse ter lá condições para responder a questionários cadastrais capazes de desafiar a ciência de qualquer bacharel formado.

Como consequência, o levantamento cadastral de 1967 foi um fiasco imobilizando por melhor que fosse, qualquer intenção do IBRA.

Uma década depois, já o Incra promove outro cadastramento rural e pelas razões da burocracia

que a própria razão desconhece, do cadastramento promovido pelo IBRA, nada foi tirado como lição e os formulários, questionários e outras dificuldades novamente se repetiram, mantendo pelo seu efeito a paralisação da reforma agrária que a esta altura, pelos resultados obtidos, já transformava o Estatuto da Terra em um instrumento avançado para a sua época.

No Governo do General João Figueiredo, como que a confirmar o fundo de cunho político que carrega a reforma agrária, esse mandatário, que tinha também o compromisso de após duas décadas de governos militares restabelecer a democracia no País, avança na aplicação da reforma agrária e o Incra, já vinculado ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, obtém em 1983 bons resultados com relação a discriminação, regularização fundiária, assentamento, colonização e titulação, tendo sido neste ano entregue o milionésimo título de propriedade a um agricultor brasileiro.

Hoje, quando vivemos o ano da Constituinte, a reforma agrária virou discussão de matéria constitucional.

A lição do passado da Supra, do IBRA e do Incra, traça agora um paralelo nos plenários da Constituinte com os "progressistas" revivendo a Supra no seu discurso confiscatório e os "conservadores" aprovando na Comissão Temática da Ordem Econômica uma proposta que representa um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra.

Ao procurar escrever uma crítica a trajetória da reforma agrária e por consequência a trajetória do Incra, fica a certeza que o tema é motivo de polarização política e que enquanto os produtores rurais, verdadeiro patrimônio da Nação, não se livrarem dos latifundiários da UDR e enquanto os "sem-terra" não se livrarem também do patrulhamento político daqueles que querem um avanço demasiadamente – e no dizer deles, na lei ou na marra – profundo para uma sociedade conservadora, não teremos uma reforma agrária.

A reforma agrária é uma necessidade num País como o nosso de dimensões continentais com uma população que nas últimas décadas promoveu uma migração constante do campo para a cidade.

Porém, não há instituto nem fundamento legal que promova a reforma agrária, enquanto não houver uma conscientização geral dos motivos e necessidades que fundamentam a sua realização e consequentemente a determinação política para tanto pois mais dia menos dia o poder ainda irá emanar do povo.

A extrema esquerda cavalga o Instituto da reforma agrária para destruir o direito de propriedade e a extrema direita cavalga o direito de propriedade para sepultar a reforma agrária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Comissão Temática que trata da organização da União, Estados, Territórios, etc., subscreveu o seu Relatório a transformação dos Territórios de Roraima e do Amapá em Estados-mem-

bros da Federação brasileira. Ocorre, porém, que já se começam a ouvir vozes de Constituintes respeitáveis, procurando cercar o direito das populações dos Territórios de verem atendidas nesta conjuntura do nosso País as suas reivindicações, as suas aspirações mais lídimes da emancipação e da maioridade políticas, da reconquista e da conquista dos seus fóruns de cidadania.

Argumentos têm sido usados à socapa, procurando tornar desnecessária e inoportuna essa transformação tão ansiada pelas populações dos Territórios. Arguem uns o problema da inoportunidade decorrente de situações relacionadas com o Território e contingência de ordem econômica. No que tange aos Territórios do Amapá e de Roraima, não haverá nenhum problema de limites, de confrontações, de conformação territorial, porque há 44 anos foram criados justamente para se tornarem Estados e os seus limites continuam intocáveis como até hoje. Não haverá protestos, controvérsias nem litígios, diversamente do que ocorrerá com outros Estados, a exemplo de Triângulo, Maranhão do Sul etc. A situação dos atuais Territórios, para sua conversão em Estados, não implicará por conseguinte nenhum litígio de ordem territorial.

No que tange ao aspecto econômico, queremos lembrar aos Srs. Constituintes que o argumento sobre aumento de despesas não procede. Trata-se de um argumento absolutamente falacioso. Primeiro, por já possuir uma estrutura montada para serem Estados. Já existe o Poder Executivo, já existe uma Justiça funcionando.

O que precisa ser implantado nos Territórios para a sua adequação ao Estatuto do Estado é justamente uma Assembléia Legislativa e um Tribunal de Contas. A sua estrutura administrativa é também enxuta, porque os Territórios sofrem restrições nos seus quadros de pessoal. A sua folha de pagamento é paga pela União e os funcionários que lá se encontram, quando da transformação em Estados, até se aposentarem continuarão recebendo como funcionários da União. Os acréscimos que porventura vierem a ocorrer serão aqueles decorrentes de novos funcionários, cuja contratação venha se tornar necessária. Daí por que não haverá despesas com administração do Executivo. O Legislativo é uma despesa nova, mas a nova Carta Constitucional vai assegurar aos Estados e Municípios recursos que hoje não contam. Atualmente, os Territórios têm uma situação econômico-financeira melhor do que a de muitos Estados. Cito o Estado do Ceará, o do Rio Grande do Norte, o meu Pernambuco e tantos outros que, pelo inchamento, pelo aumento dos seus quadros de funcionários vivem, hoje, uma situação de penúria financeira, porque as suas receitas e as transferências correntes da União não são suficientes para fazer face às despesas de custeio. Essa situação é diferente nos Territórios. Estes, tudo que recebem como transferência corrente significa dinheiro para investimento, porque as suas despesas de custeio são atendidas pelos recursos que normal, tradicional e institucionalmente a União lhes comete no seu orçamento.

Justificado, portanto, que o aumento de despesa é falacioso, não irá onerar a União, mas bem ao contrário, porque uma vez conquistadas as suas autonomias como Estados, os recursos ou quaisquer despesas ulteriores que venham a ter serão atendidas com as receitas ordinárias que os Territórios detêm atualmente e com os recur-

sos adicionais que a nova Constituição, em boa hora, vai atribuir tanto aos Estados quanto aos municípios.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a figura do Território só prospera nos regimes autoritários – foram criados na ditadura do Presidente Vargas. Nessa época cresceram pouco. Quando do advento da Carta Constitucional de 1946, os Territórios se estagnaram porque não tinham representação política capaz de defender em Brasília, junto à administração federal, os seus interesses.

Veio o Movimento de 1964. Nesse regime os Territórios tiveram realmente um impulso significativo. Já agora, com os ventos novos da liberdade que sopram na Nova República, os Territórios, se assim continuarem, passarão a ser estagnados, frustrando as aspirações e a vocação do seu povo e criando, nas fronteiras do Brasil, uma situação de insatisfação social que poderá resvalar para a instabilidade.

Sr. Presidentes e Srs. Constituintes, é imperativo, até mesmo para os interesses regionais da Amazônia e do Nordeste, que esses Territórios, como Tocantins, sejam transformados em Estados. Isso significa, que haverá uma bancada mais numerosa de representantes do povo do Norte e do Nordeste para, pelo menos, estabelecer uma certa paridade de votos, com as bancadas mais numerosas do Centro-Oeste e do Sul do País, onde o contingente demográfico é mais numeroso.

No Senado, esse problema não é tão marcante, porque a representação dos Estados é paritária.

Quero concitar, neste momento, os Constituintes do Norte, do Nordeste e do Brasil inteiro, para somarem esforços neste Plenário na defesa da emancipação dos Territórios, da sua conversão em Estados, porque isso não representará nenhum litígio territorial em nosso País; e não representará, ao contrário do que se proclama, faliosamente, aumento de despesas para os cofres da União.

Muito obrigado.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nas duas vezes que ocupei esta tribuna, tratei de assuntos do mais alto interesse nacional a crise da energia elétrica e o planejamento familiar. Volto, hoje, à mesma para fazer um apelo-denúncia ao Ministério da Agricultura, visando defender o consumidor brasileiro da má qualidade do leite comercializado em algumas regiões do País, e cito especificamente Belo Horizonte, a Capital do meu Estado.

A população de Belo Horizonte, carente ou não, está impedida de consumir o leite de melhor qualidade (tipo "C" a 3% de gordura) por interesse só no lucro que algumas usinas tem em comercializar leite de baixo teor de gordura e utilizar a matéria gorda na fabricação de outros produtos (queijos, manteiga, etc.) visando maior economicidade para suas unidades industriais, mas com prejuízo para a saúde das pessoas. Eis aí, patrioticamente, a denúncia não contra as usinas, mas a favor da comunidade.

A alegação de que a estocagem da matéria gorda seria uma reserva para utilizar na reconstituição de leite na entressafra não procede, pois esta reconstituição é feita com leite em pó desnatado, mais matéria gorda (Butter-oil) importada pelo Governo.

Apelo, pois, em nome do bom senso ao Ministério da Agricultura para estudar a extinção do leite magro a 2% reconstituído ou não. Não se justifica a alegação de que seria leite para pessoas de baixa renda pois, o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, fornece a estas famílias o ticket que vale 1 litro de leite tipo "C".

Na entressafra comercializar-se-ia também leite reconstituído a 3% de gordura que tem o mesmo teor alimentício e preço do leite tipo "C", que é inclusive vendido em Brasília por empresas belorizontinas.

Por fim, sugiro a revisão da Portaria nº 87 da Sunab, de 28/5/87, para a adequação ao que se pretende em defesa da alimentação dos brasileiros em geral, e belorizontinas em particular.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Queremos rapidamente, manifestar o nosso apoio, em forma de registro.

Hoje, está presente, na Assembléia Nacional Constituinte, em conjunto de delegados, representantes dos servidores públicos de vários Estados do Brasil, que vieram a esta Casa entregar uma manifestação aos Constituintes, especialmente a V. Ex.^a a quem ela já foi entregue, no sentido da defesa das suas justas e legítimas reivindicações. (Palmas.)

Como sabemos, há hoje uma questão crucial, que preocupa o conjunto dos servidores públicos, que é o nível de achatamento salarial, questão essa agravada com o fim do gatilho. E como sabemos que essa é uma questão conjuntural, que também será remetida para deliberação do conjunto dos seus interesses, como o direito à sindicalização, o direito de greve, o direito a um salário digno, no próprio texto constitucional, achamos legítima e importante a manifestação desses trabalhadores brasileiros dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

E queremos aqui registrar o fato importante de V. Ex.^a ter recebido a comissão desses servidores, com a pauta das suas reivindicações, permitindo que a voz dos servidores chegue ao conjunto dos representantes do povo brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte. Qualquer medida, qualquer atitude que dificulte a presença dessas representações legítimas do povo brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte é inaceitável. E achamos também importante as gestões desenvolvidas, principalmente agora à tarde, para garantir a presença desses companheiros e companheiras na Assembléia Nacional Constituinte.

Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, queremos expressar o nosso total apoio, a nossa mais irrestrita solidariedade à sua luta, às suas justas reivindicações, e destacar a importância da presença desses companheiros e com-

panheiras, nesta tarde, inclusive nas galerias do plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero, inicialmente, associar-me e dar a minha solidariedade e a do meu Partido aos funcionários públicos de todo o Brasil que hoje acorrem a esta Casa, em busca de apoio as suas reivindicações. (Palmas.)

Confesso, Sr. Presidente, que eu não conheço bem a situação dos funcionários dos demais Estados brasileiros, mas eu a conheço na minha terra, e é provável que aqui entre os presentes tenha alguém do Rio Grande do Sul. E lá no meu Estado, depois de uma intensa luta, inclusive com greves, mas nunca sendo interrompido o diálogo com o Governo, – eu ocupava a posição de Chefe da Casa Civil – os funcionários públicos, numa campanha liderada pelo PMDB entre os Partidos, conseguiu atingir algumas conquistas com o piso salarial de dois salários mínimos e meio e mais o resguardo do seu plano de carreira.

O que é que querem hoje os funcionários, Sr. Presidente? Eles querem apenas, e nada mais do que isso, que aqueles deputados e políticos que lideraram as suas reivindicações, e que hoje são Governo, cumpram com as promessas e honrem os compromissos com eles assumidos naquela ocasião. É apenas isso que os funcionários querem. Querem que as leis votadas e aprovadas na Assembléia legislativa daquele Estado sejam respeitadas, sejam acatadas e sejam cumpridas, por isso o meu integral apoio ao movimento dos funcionários públicos.

Afirmei nesta tribuna que este foi um dos piores anos para os funcionários públicos brasileiros. Primeiro – e vou repetir –, numa campanha orquestrada pelos governadores eleitos em 15 de novembro, moveu-se, neste País, a maior campanha de desmoralização de uma categoria profissional, quando se jogou tudo contra os servidores públicos, como se todos os problemas, como se a causa do caos financeiro dos Estados, como se tudo isso devesse ser creditado ao número de funcionários públicos e às distorções aí existentes.

Mas, agora ocasião da feitura da nova Carta Magna tive oportunidade de participar da comissão encarregada de elaborar o texto relativo aos funcionários públicos. E tenham eles a certeza de que, com muito carinho, nós todos olhamos e zelamos pelos seus legítimos interesses.

Ali está assegurada que o funcionário terá que ser organizado em carreira, o que hoje os professores pedem que se cumpra lá no Rio Grande do Sul, onde já existe lei nesse sentido. Ali eles têm uma série de outras garantias que dignificam a sua profissão, em igualdade com todas as demais profissões, desde que exercida com zelo e dedicação.

E por isso, Sr. Presidente, como funcionário público que sou, como participe de um Governo que concedeu algumas vantagens aos funcionários

rios no Rio Grande, quero trazer aqui em meu nome, em nome da minha Bancada, integral, total e irrestrito apoio à luta dos servidores públicos brasileiros hoje aqui presentes na Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Sr. Presidente, não sei de quantos minutos ainda disponho.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O tempo de V. Ex.^a está a esgotar-se mas, V. Ex.^a pode concluir o seu raciocínio.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, eu teria outro assunto para tratar da tribuna e queria saber de V. Ex.^a se tenho ainda tempo disponível.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – O tempo de V. Ex.^a está praticamente concluído.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, então deixo para outra oportunidade e apenas ratifico a minha inarredável posição de lutar por aqueles que buscam apenas um pouco de justiça e respeito por aquilo que já conquistaram através de leis, e que se restitua a todos os funcionários brasileiros aquilo que é um direito do trabalhador, o cumprimento do gatilho salarial, porque foi a única categoria que teve sonegado, pelos governadores, o cumprimento dessa lei.

Durante o discurso do Sr. Adylson Motta, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, de acordo com o art. 55.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Eu solicitaria ao nobre Constituinte um pouco de paciência, porque estamos na fase de comunicação de liderança e o último orador inscrito é o nobre Constituinte Mauro Borges. A seguir darei a palavra a V. Ex.^a, de acordo com o art. 55, invocado, uma vez que teria sido citado nominalmente por outro companheiro.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, eu havia sido informado de que este era o último orador. Assim, aguardo os outros oradores em comunicação de liderança, para levantar a minha questão de ordem, de acordo com o art. 55. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Logo após o discurso do Constituinte Mauro Borges, concederei a palavra a V. Ex.^a, de acordo com o Regimento Interno. (Pausa.)

O SR. MAURO BORGES – Líder do PDC: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURO BORGES (PDC – GO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Democrata Cristão traz a exame dos Constituintes, hoje, um assunto que continua merecendo a máxima atenção do povo brasileiro, e se refere diretamente à reforma agrária.

O jornal DF Repórter, de hoje, publica uma nota muito interessante que leio alguns trechos,

que vêm mostrar, exatamente, talvez um ato de humildade do Governo, em reconhecer que quase nada se faz em termos de reforma agrária e as previsões são muito pobres. Na verdade, é preciso que se diga que sem uma opção pela agricultura e pela reforma agrária não se faz nem uma coisa nem outra; e o Brasil só terá reforma agrária e agricultura forte quando fizer uma opção, quando resolver gastar dinheiro nesses setores. Não é só com dinheiro retirado do campo que faremos a reforma agrária, é preciso que haja uma determinação nacional, uma decisão política.

Diz o jornal:

“Os atrasos na reforma agrária. O Governo reconhece como inalcançável a meta fixada no Programa de Reforma Agrária, de assentamento de 450 mil famílias em pequenas propriedades para este ano. A meta está sendo revista e será fixada em 80 mil famílias, das quais 11 mil já foram assentadas.”

E é preciso que se veja como foram assentadas, é preciso que se veja a qualidade desses assentamentos.

“Para 1988, a meta do Governo é a de assentar 200 mil famílias. Segundo o Ministro do Planejamento, o Governo vai adotar uma nova estratégia na condução do Programa de Reforma Agrária, apoiada nos seguintes pontos:

Quem fala é o Secretário do Planejamento, e não o Ministro da Reforma Agrária.

“1) Prosseguimento das desapropriações, de modo a distribuir terras para 280 mil famílias até o final de 1988.”

É bem provável que haja uma quantidade de terras já desapropriadas, em estoque suficiente para colocar muito mais gente, o que falta é exatamente dinheiro, a terra é o mais fácil. Quando se vai fazer reforma agrária digna desse nome, a terra entra numa proporção talvez de 10% apenas.

Proteção aos pequenos agricultores com terras para que não vendam as suas propriedades, pois o desamparo leva à venda dos lotes. Também é necessário apoio aos pequenos produtores na ocupação de novas fronteiras agrícolas, ou seja, na colonização.

Segundo Aníbal Teixeira, cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais vêm sendo expulsos de suas propriedades, vendendo-as por qualquer preço, sem condições de desenvolver uma agricultura mecanizada: vejam bem, a expulsão é fruto do abandono a que o Governo as relega, pensando que resolve o problema só com um pedaço de terra.

E vamos dizer: não há necessidade de uma mecanização total da agricultura, é preciso aprender a voltar a usar o cavalo, o boi, o burro e não apenas as máquinas.

A idéia do Governo – explicou – é a de fornecer máquinas, colheitadeiras e tratores para serem usados coletivamente por esses agricultores, através de programas facilitados de financiamento.

A nova estratégia da reforma agrária, do atual Governo, vai ser discutida na próxima segunda-feira em reunião interministerial, a ser realizada no Ministério do Planejamento.

Aníbal Teixeira quer nesta reunião acertar um Plano comum de Governo para um programa integrado de reforma agrária. Isso nos torna mais esperançosos, porque a reforma agrária não é

um problema apenas do Ministério da Reforma Agrária. É um programa exatamente integrado, que deve ser feito sempre pelo conjunto do Governo, descarregando um pouco dos trabalhos sobre o Incra.

Na verdade, estão começando a reconhecer que a terra é a parte mais fácil. O Governo Figueiredo, segundo dizem, distribuiu um milhão de títulos. E de que valeu isso?

É preciso que realmente se faça uma reforma agrária calcada em racionalidade e não em emotividade. É preciso que se usem assentamentos com um centro comunitário, com agrovilas. Só assim o homem pode realizar-se socialmente, economicamente. Quando se fala em utilização de equipamentos de forma coletiva, está implícita a idéia da cooperativa. O cooperativismo é irmã siamesa da reforma agrária. Não é possível o sucesso de pequenos proprietários sem uma absoluta conexão com o sentido cooperativista.

Fico satisfeito com essas notícias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Del Bosco Amaral, de acordo com o art. 55 inciso VII do Regimento Interno. S. Ex.^a disporá de 3 minutos regimentais para falar.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, no Pequeno Expediente, em defesa do Governo Quêrcia e do Presidente do Banco do Estado, critiquei injustas acusações feitas à direção do Banco e ao Governador Orestes Quêrcia, pelo Constituinte Mendes Thame. E disse, frisando com muita propriedade, que, legitimamente. S. Ex.^a tinha um relacionamento com diretores de banco, com altos funcionários de banco. Aliás, inclusive o próprio irmão de S. Ex.^a, quando S. Ex.^a não era Deputado e já fui até eleitor deste Deputado, para minha honra. Frisei “legitimamente” e pelo material que foi da Taquigrafia, o que está escrito diz claramente: “Ontem um Deputado do PFL, legitimamente ligado à Diretoria de banco privado” – legitimamente – “tentou vincular a imagem do Governador com a fraude. O Deputado, pelo que conheço, homem de bem, devia rever a injusta posição”.

Vem o Sr. Constituinte Mendes Thame a este plenário – consegue, pelo art. 55, depois de ser chamado de “homem de bem” por este Deputado – e desanca-me, chama-me de leviano. Vim aqui para dar uma explicação não só ao Sr. Mendes Thame. Vim para dar uma explicação ao Plenário e à imprensa. Quando digo “legitimamente” é porque é legitimamente. Porque, se fosse ilegítimo, eu teria dito ilegítimo com todas as suas letras e com toda clareza. Desta forma, pelo art. 55, quero repelir a insinuação de levianidade. Digo que em momento algum afiancei que o Sr. Mendes Thame é financiado por bancos ou representa lobby nesta Casa. Disse sim, que ele foi injusto com o Governador Quêrcia, e que realmente era infantil a sua tentativa de dizer que um homem público quando falha, o seu assessor deve se demitir. Até aventurei aqui: caso falhe a secretária ou o secretário do Sr. Mendes Thame, ele vai renunciar o mandato se ele não é conivente nem complacente com os fatos. Esclarecido isso, quero dizer a V. Ex.^a que envie uma correspondência

imediatamente ao Deputado Mendes Thame, cuja figura prezou, mas repito, usando os fundamentos do art. 55, as insinuações. S. Ex.^a ouviu o galo cantar mas não sabe onde. Sou contra os ataques dele ao Governador Quérica e ao Presidente do Banco do Estado, mas nada tenho contra a honra e a honorabilidade de S. Ex.^a. Ele não pode ter nada contra a minha também. Muito obrigado.

VI – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

Não há proposições apresentadas.

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se ao Horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Jofran Frejat.

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Muito se tem falado nesta Casa, e fora dela, sobre a necessidade de mudança do sistema de governo no nosso País. Eu, de minha parte, não formei ainda juízo crítico sobre a matéria, portanto, considero-me isento para fazer alguma análise e propor o aprofundamento da discussão, cotejando os argumentos favoráveis e contrários, para uma decisão que traga, de fato, benefícios à Nação.

Reculo-me, *a priori*, a participar de qualquer movimento casuístico, em qualquer dos sentidos. Luto para que as mudanças sejam amadurecidas e, consequentemente, revistam-se do entendimento, da concórdia e da certeza de que será bom e duradouro. Afasto-me, sistematicamente, das proposições simplistas que pretendem punir o coletivo pelo erro individual. E resisto à idéia, insensata, de que a amputação pode curar dores de cabeça. Seguramente, há remédios menos esdrúxulos.

Da mesma forma como entendo que países não falem, mudam de regime quando atingem crises intransponíveis, freqüentemente como resultado de erros dos governantes, comprehendo, também, que a mudança de sistema de governo não pode emergir como fruto do desentendimento entre os poderes.

A tríade de Montesquieu não foi imaginada na perspectiva, única, do entendimento harmonioso entre os poderes. Ela implica, e principalmente se exerce, no respeito entre eles.

As eventuais rupturas desse mecanismo não podem e não devem destruir, em definitivo, essa regra básica. E não o fizeram. Mesmo em circunstâncias, as mais difíceis, houve a busca da recuperação desse princípio.

A última, há pouco, em uma mobilização incomparável na História do Brasil, foi a luta pelas Diretas-Já. Esse movimento teve de seus líderes, além da estupenda arregimentação, a percepção de que a mudança poderia – como o foi – ocorrer sem traumas maiores, através da concessão, pela última vez, como disse Tancredo, da utilização do colégio eleitoral para a escolha do Chefe do Governo.

O penhor da gratidão do nosso povo a esses poucos brasileiros que abriram mão de vaidades pessoais para poupar a Nação do grande trauma que se descortinava, ainda não foi demonstrado na sua inteireza. E não pode ser esquecido tão rapidamente.

Falava eu, Sr. Presidente, da necessidade de análise mais acurada dos dois sistemas: o presidencialista e o parlamentarista. Suas vantagens e desvantagens; da avaliação histórica de cada um, tanto fora como dentro do País, a fim de que o primeiro passo da mudança não seja apenas o passo inicial para o retorno humilhante, como quem abandona sua casa e é obrigado a voltar, por não saber para onde ir.

Já vivemos isso em 1961/62 como tragédia, não podemos e não devemos reeditá-lo, agora, como comédia.

Tenho ouvido, com atenção, os argumentos levantados da tribuna deste Parlamento a favor e contra os dois sistemas de governo. Até mesmo formas intermediárias que não sei bem como classificar: neoparlamentarismo, presidencialismo mitigado, isto é, parlamentarismo à brasileira, têm sido sugeridas como forma experimental, como se o País fosse um enorme tubo de ensaio e o seu povo simples cobaia, submetidos à alquimia de aprendizes de feiticeiros.

Como vêem, a pressa já traz na indefinição do título, traços de comédia, antes mesmo de aberto o pano de boca do palco dos acontecimentos. E proteja-nos Deus para que não se transforme em tragicomédia ao cair da cortina.

Os defensores do parlamentarismo alinharam as seguintes, entre as suas razões:

1 – a attenuação do atual poder discricionário do Presidente;

2 – o fortalecimento do Parlamento;

3 – a mudança do gabinete como elemento de superação de crises, dando-lhes resolutividade e protegendo os programas governamentais;

4 – eu aduziria ainda o enfraquecimento da ação do poder econômico, em eleições parlamentares, pelo risco do investimento em um Parlamento dissolúvel, *ad nutum*;

5 – a estabilidade do sistema de governo inglês.

Já os presidencialistas referem em suas contra-razões:

1 – a ingerência do Legislativo no Executivo;

2 – a ausência de partidos políticos bem estruturados e fortes, de modo a garantir seus programas, pela mão do Presidente do Conselho de Ministros;

3 – a ausência de uma burocracia técnica, embasada em quadro de carreira, que garanta a continuidade administrativa;

4 – as dissoluções do Parlamento;

5 – a excessiva rotatividade dos gabinetes, desarticulando programas governamentais;

6 – A estabilidade do sistema de governo americano.

Não creio, Srs., que, ao sistema de governo, qualquer que seja ele, possa ser atribuída a garantia da estabilidade.

As crises políticas podem até irromper com base em idéias ou divergências partidárias. Mas a história tem sido testemunha de que quase sempre, senão sempre, fatores econômicos são o núcleo essencial da questão.

A crise política não é, senão, fogo-fátuo comparada à erupção vulcânica da crise econômica.

Se os governos da República já se iniciaram sob a égide de crises que levaram à renúncia de Deodoro, nas sucessões seguintes, de Floriano a Washington Luiz elas ocorreram, pendularmente, na dependência da instabilidade econômica que se instalava. Mesmo aquelas travestidas de

cunho político-militar traziam, subjacente, o móvel econômico maior ou os interesses regionais. Assim também foi na chamada República Nova, a partir de 30. O suicídio de Vargas, em 54, é outro exemplo.

A única exceção, talvez, seja o episódio da renúncia de Jânio Quadros que, se por um lado não parece ter motivação econômica clara, sobejou em razões outras e que findou em crise econômica, de tal proporção, que acabou por levar, de cambulhada, o Governo João Goulart, que como Getúlio em 54, tentava reorganizar o País, pela mudança de concepção econômica.

Foram 25 Presidentes de fato ou 32 se considerarmos as transições, em 98 anos de República.

E no sistema parlamentarista do II Reinado, teria sido diferente?

Vejamos:

Fala-se muito na estabilidade desse período. Con quanto, só em 1847 se caracterizasse com sistema parlamentarista de governo, na forma clássica, com a figura oficial do Presidente do Conselho de Ministros, já a partir de 1840 – início do II Reinado – os gabinetes tinham um líder que conduzia a política.

Desde o primeiro gabinete, de composição Liberal, até o último, Conservador, esses partidos se revezaram no poder por 10 vezes. Aqui e ali entremeados pelo Gabinete de Conciliação ou pela Liga Progressista. Em cada um deles, as mudanças de Presidente do Conselho ocorreram em prazos de dias até anos, num total de 38 Primeiros-Ministros em 49 anos de II Reinado e 36 gabinetes parlamentaristas. Houve 6 dissoluções do Parlamento.

Nos últimos 9 anos; que vão de 1880 à Proclamação da República, nada menos de 10 governos, de posições até conflitantes, estiveram no poder. Sucederam-se, nesse período, 4 Legislaturas com 3 dissoluções, e a 4^a sequer se instalou, em virtude do golpe que instalou a República.

De fato, embora entre 1853 a 1878 a rotatividade dos partidos no poder tenha diminuído, o único presidente do Conselho a ter permanência de 4 anos, em todo II Reinado, foi Rio Branco, durante os chamados anos de prosperidade.

Desnecessário se faz insistir que, também aqui, as causas de ordem econômica foram o substrato das mudanças, em que pese outras razões candentes na época como a dos escravos, a Guerra do Paraguai e tantas outras.

Vimos, portanto, que lá e cá houve crises e mudanças.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, convém perguntar:

Há sistemas de governo que assegure a estabilidade econômica? Se houver vamos buscá-lo. A outra reflexão é a seguinte: a instabilidade econômica deve servir de instrumento para mudança de sistema? Ou estaremos apenas tirando o sofá da sala?

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jofran Frejat, o Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (PMDB – BA):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Motiva-me vir, neste instante, à tribuna o discurso feito ontem, na parte final da sessão ordinária desta Assembléia Nacional Constituinte, pelo nobre Constituinte José Genoino, que repute da maior seriedade no seu trabalho parlamentar. E se venho aqui tratar de parte dos temas suscitados, é porque S. Ex.^a repetiu um conjunto de equívocos que se vêm reproduzindo desta tribuna, desde quando, na Comissão Temática da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, aprovou-se a proposta de instituição do sistema distrital misto para eleger deputados federais e estaduais. Acho que, pela importância desta questão, a Assembléia deve ser corretamente informada e suficientemente esclarecida, porque, no nosso entendimento, esta talvez possa vir a ser uma das grandes transformações e mudanças do processo constituinte.

Sr. Presidente, a política e os políticos – demonstram as recentes pesquisas de opinião pública e é o que atestam os mais destacados cientistas políticos, não só nacionais como internacionais – vivem uma crise de credibilidade. Existe um acentuado descrédito em relação aos partidos políticos e às instituições políticas, em particular a parlamentar. Em resumo, a representação política está em crise.

É nosso dever, principalmente quando nos cabe a rara e histórica oportunidade de operar mudanças nas estruturas políticas do País, através da Assembléia Nacional Constituinte, instalada e em processo de deliberação, pensar em formas de revalorização da representação política, de modernização dos mecanismos de participação política do povo, principalmente através dos partidos e por meios das eleições. Foi assim pensando que elaboramos, na condição de Relator da Comissão Temática da Organização Eleitoral dos Partidos Políticos etc., porque a Comissão era mais ampla e envolvia outros temas, além do tema eleitoral e do partidário, que propusemos em forma de anteprojeto – ali aprovado e que agora se encontra sob o crivo da Comissão de Sistematização – a mudança do sistema eleitoral.

Dentre as propostas inovadoras desse anteprojeto e mais diretamente vinculada à questão da representação, destaca-se, como disse, a que altera o atual sistema eleitoral.

A melhor solução para o problema da representação consiste no aprimoramento do sistema eleitoral, para que os eleitos sejam realmente representantes dos eleitores e estes possam controlar aqueles durante seu mandato, para que sirvam real e eficientemente aos interesses e desejos do povo (Professor Dana Montano).

A nossa proposta é a do sistema distrital misto. Isto é, a da eleição dos deputados federais e estaduais feita pelo voto majoritário e proporcional, "na forma que a lei estabelecer".

Se o momento é de avançar, a instituição do sistema distrital, tal como aprovada pela Comissão da Organização Eleitoral e Partidos Políticos, representa importante evolução no processo político e eleitoral brasileiro.

O sistema eleitoral guarda íntima relação com o partidário. Um e outro devem assegurar elevados níveis de representação política do povo e se constituírem em elementos de estabilidade da democracia.

A proposta, ao contrário do que insistem em afirmar seus apressados críticos, nada contém de casuísmo, muito menos se trata de peça de uma suposta trama diabólica destinada a eliminar os pequenos partidos: acabar com o debate ideológico nas eleições; facilitar a ação do poder econômico nos pleitos; consolidar as oligarquias partidárias; restaurar, onde acabou, o coronelismo e amesquinhar o debate político no Congresso Nacional. Não existe esta trama, esta espécie de pacto com o diabo imaginado e denunciado pelos que fazem cotidianamente a retórica da mudança, mas receiam mudar.

Ontem, o nobre Deputado José Genoino, ao tratar da questão, disse: "O voto distrital significa uma maior despolitização do voto: referência à opção eleitoral nas questões e nas figuras de âmbito meramente local; estimula formas modernizadas de coronelismo, clientelismo e curral de votos; representa prejuízo direto aos partidos e candidatos ideológicos; isto é, diz o Deputado José Genoino, "se identificam por uma proposta geral para a sociedade e por isso têm uma representatividade geral espalhada por todo o eleitorado. Vamos tentar desmistificar essa questão.

É necessário examinar a proposta sem qualquer tipo de preconceito. O tema, pela sua seriedade, exige discussão serena e feita com as vidas voltadas para o objetivo superior de criar para o País um sistema eleitoral que melhore a qualidade da representação política e favoreça a consolidação dos partidos políticos e a eleições verdadeiras, sem a mácula do dinheiro aplicado na compra do voto. Eleições nas quais o voto seja conquistado pela força das idéias e o atrativo das propostas programáticas dos candidatos e dos partidos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o sistema proporcional praticado no País há mais de meio século não contribuiu para o fortalecimento da vida partidária. Ao contrário, pela sua característica desagregadora, poder-se-ia até afirmar que o sistema proporcional puro é o principal responsável por não havermos até hoje conseguido estabelecer um quadro partidário forte; de não termos partidos representativos de correntes definidas do pensamento nacional, portanto, com o mínimo de coesão ideológica e programática. No sistema proporcional o voto é conquistado por outras formas que não a opção por idéias. A simpatia pessoal, o favor pessoal, a agilidade pessoal na abordagem do eleitor, a capacidade financeira, a melhor instrumentação material do candidato são elementos mais decisivos do que a proposta doutrinária ou programática.

A propósito, fui recolher em um depoimento do Ministro Oscar Corrêa, recordando os seus anos de militância política em seus vários mandatos conquistados esses comentários, a respeito do processo de conquista de voto no sistema da eleição proporcional.

"O eleitorado", dizia Oscar Corrêa, "é o mesmo cobiçado por todos os indicados na legenda partidária. Se a luta contra os adversários não preocupa, que os campos são mais ou menos delimitados, a luta entre os integrantes da mesma chapa é surda, desagradável, incômoda mesmo quando não atinge os limites muito próximos da deslealdade".

E Oscar Corrêa observa, mais adiante, na questão do poder econômico, na eleição proporcional,

que "o dinheiro dos candidatos dos cabos eleitorais procura comprar indistintamente os chefes partidários locais de qualquer legenda. Não respeita fronteiras nem conveniências, e assume todas as formas, mais ou menos ostensivas, vai desde a doação a instituições de caridade, ou ao poder municipal para a realização de obras públicas de interesse mais ou menos geral, até à compra individual do voto, mediante a entrega do dinheiro vivo ao eleitor.

No sistema proporcional, portanto, o voto é conquistado por essas formas que não envolvem qualquer tipo de apelo a doutrina ou a programa.

O sistema proporcional tem ainda a característica autofágica. A luta eleitoral se faz dentro do mesmo partido entre companheiros da mesma legenda. E aí vale tudo, menos a contenção no uso e abuso de todos os instrumentos lícitos e ilícitos de conquista do voto. O resultado é que ao final de cada eleição os partidos estão destroçados.

E recorro a Tarso Dutra, que tanto honrou esta instituição, a Câmara e o Senado e a vida pública do País, e que foi de uma dedicação permanente ao aperfeiçoamento das instituições políticas nacionais. S. Ex.^a em artigo feito para a Revista de Informação Legislativa, nº 78, publicada no ano de 1983, disse, e o que disse é muito atual e pode aplicar-se à última eleição, quando ele se referia a eleições antecedentes: "A continuar o alarmante aumento da influência do poder econômico nos pleitos eleitorais, o Brasil não demorará a ser a democracia dos ricos felizes".

Há, ainda, como elemento desfigurador da manifestação do eleitorado na eleição proporcional, a coligação. Ela estabelece a confusão, a contradição e a fraude ideológica. O eleitor atira no que viu e acerta no que não viu. Vota num partido e elege outro partido. O resultado é a instabilidade na vida dos partidos a refletir-se como causa da instabilidade quase que permanente do próprio regime democrático, instabilidade que marca quase que rigorosamente o período de meio século de aplicação do sistema proporcional em nosso País.

Está demonstrado que não existe sistema eleitoral perfeito. Aliás, o ideal não é compatível com a política, já conhecida como a arte do possível.

O sistema distrital tem, entretanto, inúmeras vantagens sobre o proporcional. Se este pode ser visto como melhor para assegurar índices maiores de representatividade – dir-se-ia, para garantir da representação das minorias, aquele permite a formação de maiorias estáveis, de governos estáveis, de regimes políticos estáveis. Aplicados na sua pureza, de forma ortodoxa, o voto majoritário pode levar à bipolarização, como o proporcional leva à pulverização dos partidos. Mas esta não é uma regra fixa, imutável. O sistema proporcional não tem impedido o agigantamento dos partidos. Tivesse unidade interna e o PMDB sozinho dominaria a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Constituinte. O PMDB coligido como se encontra com o PFL somam quase quatro quintos do Congresso e da Constituinte. Isso significa que o sistema proporcional, proibida a coligação, pode esmagar as minorias. Aconteceu ontem com o antigo PDS, acontece hoje com o PMDB.

O País está preparado para o avanço do sistema distrital, que muitos desejam puro, mas que entendemos deva ser misto, porque melhor ajustado às nossas realidades políticas. Sendo misto o sistema aproveita as vantagens do voto majoritário e não sufoca as minorias que poderão chegar ao Parlamento através do componente proporcional, nada impedindo que também cheguem pelo voto majoritário.

O voto distrital permite um sólido vínculo entre o eleito e a eleitora e entre este e seu distrito ou sua região. Vem daí uma representação muito mais autêntica. O eleitor, atuando na área restrita do seu distrito, tem muito maior participação em todo o processo de constituição da sua representação política, seja a da Câmara dos Deputados, seja a das Assembléias Legislativas. Há um processo de conscientização cívica contrariando a afirmativa feita ontem pelo Deputado José Genólio. Temístocles Cavalcanti, num trabalho excelente, feito para a Fundação Getúlio Vargas, afirma: "O voto distrital preenche melhores condições de assegurar uma organização democrática do que o voto em grande circunscrição".

Costuma-se condenar o sistema com a afirmação de que a eleição distrital municipaliza o deputado. Na verdade, ela obriga ao eleito o permanente contato com a sua base, com o seu distrito, com o seu eleitor. Estabelece, em contrapartida, uma relação autêntica de confiança entre o eleitor e o eleito. Elimina um dos mais graves problemas vividos em Brasília, por todos nós, deputados, senadores, constituintes, que é o da sua comunicação com o eleitorado. Quantos não conseguem exercer bem o mandato exatamente pelas dificuldades de comunicar-se com o eleitor, com as bases para acompanhar a evolução das suas necessidades e aspirações? Dificuldade tanto maior quando a representação se espalha por variadas regiões do Estado, sobretudo quando se tratar de um Estado de grande extensão territorial.

No sistema proporcional, poucos são os eleitores do conhecimento pessoal do eleito. E por mais eficiente que seja a campanha de candidato, por mais que ele consiga espaços, cada vez mais exígios, na televisão, será cada vez mais reduzido o número de eleitores com conhecimento preciso, próprio, próximo, atualizado do candidato.

Nas eleições passadas houve Estados em que concorreram mais de mil candidatos à Câmara dos Deputados e outros mil à Assembléia Legislativa. Menos de um mês, passadas as eleições, pesquisa de opinião pública realizada em São Paulo revelou que era pequeno e que o número de eleitores que, perguntado, lembrava-se do candidato no qual havia votado.

Não procede ainda dizer-se que a eleição distrital impede o surgimento de líder de expressão nacional. Não foi assim durante o Império, não foi assim no primeiro período da República, não tem sido assim nas grandes nações que aplicam o sistema distrital, que projetaram e continuam projetando grandes vultos, figuras notáveis de expressão internacional.

É a segunda vez que trazemos este assunto a esta tribuna, Sr. Presidente, e esperamos voltar a fazê-lo.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRISCO VIANA: – Com muito prazer.

O SR. OTTAMAR PINTO: – Constituinte Prisco Viana, nós estamos ouvindo, com muito interesse, o que V. Ex.^a está falando, porque sabemos da sua grande experiência na vida política, ao mesmo tempo estudo que é de todos os assuntos relacionados com Direito Eleitoral, eleição, processo político e tal. V. Ex.^a colocou, na sua brilhante exposição, inquinou o processo de eleição proporcional como responsável pela instabilidade política brasileira dos últimos 30 anos. Pois bem, sempre ouvi falar, nesta Casa, que o regime presidencialista, na forma em que se processa no Brasil, com o Executivo hipertrofiado e o Legislativo atrofiado, é que era o responsável por essa instabilidade constante, pelas constantes crises institucionais que ocorrem no Brasil. Eu gostaria até que V. Ex.^a, se pudesse, esclarecesse-nos um pouco sobre isto. Mas há um outro aspecto: estou vendo que o nobre Constituinte coloca todas as virtualidades no sistema de voto distrital e coloca todos os defeitos no sistema proporcional. Sabemos que ambos os sistemas têm características positivas e negativas. Acredito eu, Constituinte Prisco Viana, que o ponto de equilíbrio estará, talvez, na colocação dos dois sistemas, e não no proporcional, como falou V. Ex.^a, das listas eleitorais, em que, por exemplo, o presidente e o vice-presidente dos partidos, por menor que seja a sua projeção política, serão os eleitos, se os seus nomes forem os primeiros da lista partidária. Mas há utilização simultânea dos dois sistemas. Vemos que no distrital, por exemplo, o Sr. Castor de Andrade nunca perderia uma eleição, em Bangu, como também aquele Abraão, lá de Padre Miguel, jamais deixaria de ser eleito; estariam sempre aqui, ao passo que, no sistema proporcional, eles não o seriam. Mas está certo, seria esse um dos defeitos. Entendemos que o sistema distrital, com uma lei, até com presença constitucional, capitulando as inelegibilidade para abuso do poder econômico e do poder de autoridade, isso sanearia muito os males do distrito puro. E, por outro lado, proporcional, com o percentual que a lei ordinária venha a estabelecer, e um número menor de cadeiras de cada Estado, seria atribuído pelo sistema proporcional. Gostaria de ouvir de V. Ex.^a uma digressão inteligente, que sei sabe ser sua digressão, sobre esses dois aspectos que coloquei.

O SR. PRISCO VIANA: – Respondo a V. Ex.^a, afirmando mas uma vez a minha convicção de que a instabilidade política, a instabilidade democrática e a instabilidade dos Governos decorre da fragilidade dos Partidos. A solução está nos Partidos. É necessário fortalecer os Partidos; é necessário dar aos Partidos condições de exercitarem aquelas missões que lhes cabem dentro do processo democrático, que é ser o conduto da vontade da representação popular. Tudo está centralizado nos Partidos. E o que eu disse aqui é que o sistema proporcional, que tem vantagens e desvantagens, tanto quanto as tem o sistema majoritário distrital, ele tem-se revelado um sistema desagregador, na medida em que permite que se estabeleça, nas eleições a luta interna que impede até que os Partidos, a despeito do mandamento constitucional, firmem a sua condição de partidos nacionais. O sistema proporcional leva à existência de Partidos regionais e até municipais. O que me bato é por um sistema eleitoral que guarde estreita relação com o sistema partidário, visando a fortalecer os Partidos, porque daí é que decorrerá o fortalecimento da democracia.

Sei que há no sistema distrital puro inconveniente; é evidente que o sistema distrital puro conduz a uma redução do pluripartidarismo, da mesma forma que o sistema proporcional puro leva a uma pulverização partidária, conduz a isto que está aí, a um multipartidarismo caótico, anárquico, que a perdurar irá, seguramente, comprometer o processo democrático do nosso País.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRISCO VIANA: – Com muito prazer.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA: – Ouvi atentamente e venho acompanhando o pronunciamento de V. Ex.^a, como sempre, muito percutiente e lúcido, como acompanhei também a intervenção do meu nobre e ilustre companheiro de Bancada, Deputado Ottomar Pinto. Não se trata de um assunto programático do nosso Partido, o PTB, e portanto podemos divergir, como divergimos, nesse assunto, no que tange ao sistema de Governo – eu sou parlamentarista, ele é presidencialista –, e também no tocante ao voto distrital. Estou com V. Ex.^a na análise lúcida que faz relativamente à multipartidarização e estou à vontade para falar sobre esse assunto, porque eu era colega de V. Ex.^a na Legislatura de 1975 a 1978, e V. Ex.^a deve-se lembrar, pois V. Ex.^a era da ARENA e eu do MDB. Eu, na Oposição, apresentara, no final do ano de 1975, um projeto de lei que permitiu o registro provisório de partidos Políticos. Esse projeto obteve inclusive o apoioamento de um segmento importante do seu Partido à época; tramitava até que, em abril de 1977, o "Pacote de Abril" sustou a chamada abertura lenta e gradual. Eu entendia, como membro de uma frente de Oposição, que, no regime bipartidário, não chegariam ao Estado de Direito. E o "Pacote de Abril" provou que, efetivamente, nesse estágio da vida nacional, num regime bipartidário, não chegariam ao Estado de Direito.

Infelizmente, Deputado Prisco Viana, este meu projeto, que depois foi transformado em lei, por iniciativa do Governo, possibilitando, portanto, o registro provisório dos partidos políticos, possibilitou também essa inconveniência do processo democrático, que é o sistema multipartidário. Não o pluripartidário, mas o multipartidário.

Dai por que concordo com V. Ex.^a, no sentido de adotarmos realmente o voto distrital misto em que, se por um lado existe uma prevalência muitas vezes localizada, como salientou o nobre Deputado Ottomar Pinto, desse ou daquele nome, em função da sua liderança personalizada, numa área geográfica delimitada, de outro lado, existe a perspectiva da criação de partidos a âmbito nacional.

Mas é preciso que, da mesma forma como, visando o pluripartidarismo, chegamos ao multipartidarismo e chegamos, na verdade, ao partido único – por paradoxal que possa ser, foi isso que aconteceu no processo eleitoral de 86 –, é preciso também assegurar que, com o voto distrital misto, não ocorra esse fenômeno de extinção de correntes ideológicas expressivas e que devem ter o seu espaço na militância partidária, para que não partam para a clandestinidade, para que não partam para o arrepiado da lei. Acho importante a caracterização ideológica. Sou muito favorável ao pluripartidarismo, exatamente porque somos pela liberdade de pensamento, pela liberdade de escolha, de opção.

Fundamental na questão do voto distrital misto me parece possibilitar, de continuar possibilitando o sistema de coligações. Se isso não ocorrer, é evidente que os detentores atuais do Poder, nesta fase de transição, vão realmente conseguir esmagar de vez os pequenos e incipientes partidos e nós teremos aí, então, um modelo ainda mais mexicanizado. Eram essas as observações que eu queria fazer.

O SR. PRISCO VIANA: – Agradeço muito a intervenção de V. Ex.^a, que representou uma importante contribuição à discussão desta matéria tão atual e que, dentro em pouco, será objeto de nossa deliberação no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte. Estou atento à advertência de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e vou concluir dizendo ao Constituinte Ottomar Pinto que figuras como as que S. Ex.^a citou talvez tenham mais dificuldades em se eleger pelo sistema distrital do que pelo sistema proporcional, porque, na verdade, pelo voto direto, pelo voto majoritário, haverá de eleger-se aquele que, no distrito, estiver identificado com o eleitor, com a região, com a problemática regional. Jamais terá oportunidade, no distrito, aquele candidato pejorativamente chamado de para-quedista, sem qualquer identificação, sem qualquer identidade com a área do distrito eleitoral onde ele vai disputar a eleição.

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Constituinte Prisco, um minuto apenas, aproveitando a tolerância do Sr. Presidente.

O SR. PRISCO VIANA: – Com muito prazer.

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Eu gostaria de cumprimentar V. Ex.^a, até porque a Casa inteira o reverencia pelo seu cuidado, pelo seu brilhantismo no estudo das matérias eleitorais, nesta Casa, ao longo da sua vida pública.

O SR. PRISCO VIANA: – Agradecido a V. Ex.^a.

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Eu queria apenas concordar com V. Ex.^a, quando define a forma eleitoral como sistema misto, com 50% proporcional, 50% distrital. Acho que é uma forma democrática, é uma forma já experimentada por países civilizados e acho que, na Constituinte, nós não podemos deixar de ousar e de caminhar em busca do aperfeiçoamento eleitoral.

Entretanto, discordo, e gostaria de deixar a minha posição de discordância de V. Ex.^a, quanto a forma de escolha dos candidatos que disputarão o sistema...

O SR. PRISCO VIANA: – Ainda não enunciei, ainda não a tenho. Há várias fórmulas de eleição distrital. Eu estou no princípio. Acho que devemos decidir só quanto ao princípio de que a eleição deve ser distrital-mista. Quanto à forma da lei, na discussão mais demorada, deveremos escolher a que melhor se aproxima da realidade política do País.

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Eu pediria permissão a V. Ex.^a para incluir, no seu discurso, que eu gostaria que fosse distrital-mista, mas que o sistema de escolha dos candidatos, no sistema proporcional, obedecesse a ordem de votação dos candidatos e não a ordem de votação de inscrição em Partidos, como acontece em diversos países, eu sei e também V. Ex.^a, já que é um estudioso e já deve ter se deparado com os diver-

sos sistemas, que V. Ex.^a naturalmente vai apresentar na hora oportuna. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Eu queria informar ao nobre orador que ocupa a tribuna e seus aparteantes que o tempo já está esgotado e nós temos mais dois inscritos. Mas, dentro da liberalidade que me é peculiar, eu gostaria que V. Ex.^a concedesse o aparte, mas que fosse breve. Eu pediria também que o nobre orador concluisse, logo a seguir, para que nós pudéssemos chamar o próximo orador.

O SR. OTTOMAR PINTO: – Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho, Deputado Prisco Viana, que o Constituinte Humberto Souto colocou, de forma bem didática e esquemática, o nosso entendimento. Realmente, a eleição distrital tem os seus grandes méritos, e, talvez, com a simbiose das duas, a distrital e a proporcional, com uma dosagem adequada, cheguemos àquele ponto de equilíbrio que realmente aproveitará os maiores benefícios de um e de outro, e aproveitará menos os seus defeitos. Talvez, seja aí que esteja bem posicionada a questão; o voto distrital majoritário, o voto proporcional, com número de cadeiras adequadamente dosado. Importante, sobretudo, é uma lei que coíba ou que torne ilegíveis aqueles que lograrem eleger-se, abusando do poder econômico e do poder de autoridade. No voto distrital, isso é mandatório. Do contrário, não vai funcionar e vamos voltar à República anterior a 1930, bico de pena, etc.

O SR. CONSTITUINTE PRISCO VIANA: – Agradecendo a tolerância do Sr. Presidente, pelo excesso de tempo, concluo, ainda reportando-me à parte inicial do aparte do nobre Deputado Ottomar Pinto, para dizer que candidatos como aqueles citados por S. Ex.^a terão muito mais êxito se continuarmos com o sistema proporcional, porque motorizados sobre rodas ou sobre asas, com talões de cheque no bolso, correndo toda a circunscrição, o distritão, eleger-se-ão muito mais facilmente do que no distrito, onde o dinheiro será fiscalizado, porque, aplicado numa área restrita, será ostensivo e escandaloso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Convidado o Constituinte João Natal a usar do seu tempo regimental sobre matéria constitucional.

O SR. JOÃO NATAL (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assumo a esta tribuna para tratar de dois temas que constituem, entre outros de significativa importância, a razão por exceléncia de minha dedicação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A constituinte marca o início de uma nova era, que se não pode olvidar o passado, com as sábias lições que rendeu, a ele não deverá estar presa, para que se eliminem todas as suas seqüelas, de modo que o porvir se estruture em bases sólidas, a garantir a perenidade das fórmulas aqui engendradas, como resultantes da maturidade alcançada com a detida ponderação sobre as causas dos obstáculos que se antepuseram à celebreidade da redenção de nosso povo, na marcha irrefreável de sua grande destinação histórica.

Nessa linha de pensamento, é de todo pertinente cogitar-se de uma ruptura total de todos os laços com a ordem que vai ser superada, não só do ponto de vista institucional, mas, sobretudo, no aspecto prático da reorganização das forças políticas em torno das soluções concebidas, a partir de novo compromisso dos dirigentes com a comunidade de representados, em face das inovações que, evidentemente, não poderiam ser consideradas no momento de sua escolha, para a qual não há mais a certeza efetiva de que a outorga de poderes corresponde com a confiança popular, em razão das profundas modificações que, por certo, ocorrerão ao cabo da elaboração da nova Carta.

Daí a imperiosa necessidade de eleições gerais, em todos os níveis, após a completa reconstrução da ordem jurídica, desde a promulgação da nova Constituição até à elaboração da legislação complementar que venha a explicitar o sentido de seus postulados.

A renovação de todos os mandatos impõe-se, pois, diante de questões que, a respeito, têm sido suscitadas pelos diversos segmentos sociais e pela classe política em particular.

De plano, observa-se que, em 1988, já seria realizada a escolha, pelo voto popular, de prefeitos e vereadores, dispensando-se, a propósito, qualquer consideração, salvo a de que assim se oferece excepcional oportunidade de coincidência de todos os mandatos, como conviria, aliás, com o auspicioso advento da democracia plena.

Deputados e Senadores foram eleitos para funcionar como Constituintes e, no desencargo dessa missão, poderiam dispor sobre a continuidade de suas funções parlamentares, após a elaboração da Carta magna do País.

Não é tranquila, no entanto, a tese de que estão, como se pretende, investidos de mandato com a duração prevista no texto em vigor, que está justamente sendo substituído por nova ordem.

Outro entendimento implicaria inegavelmente restrições ao caráter soberano da Assembléia Nacional Constituinte, que estaria, nessa conformidade, irremediavelmente atada a limitações impostas pelo documento que vai revogar. Por isso mesmo, como ensinam os mais renomados autores, não há direito adquirido contra disposição constitucional.

A Submissão ao veredito popular, no ano seguinte da promulgação da Carta que redigiram, torna-se questão de irrepreensível moralidade política, na busca de confirmação, pelo povo, do cumprimento da missão recebida, segundo as legítimas aspirações dos eleitores.

Tal medida caracterizaria verdadeiro referendo ao texto constitucional, melhor que um plebiscito para lhe dar legitimidade, à vista das dificuldades técnicas para conduzir o processo de ausculta popular.

Em caso de renovação substancial do Congresso Nacional, após conhecidos os resultados, os novos eleitos estariam na contingência de conformar a Constituição, através de emendas aprovadas segundo o rito dela estabelecido, à vontade do povo, expressa no sufrágio às teses defendidas na campanha eleitoral.

A oportunidade do pleito, no centenário da Abolição da Escravatura, seria o período auspicioso para a definitiva liberação da sociedade civil, com a reserva de tempo suficiente para a elaboração de toda a legislação complementar, que vertica-

lize, sem tardança, o sentido dos princípios insititos na Constituição, após promulgada, em arremate à tarefa de construção de uma nova e edificante ordem, cometida à Assembléia Nacional Constituinte.

A posse dos eleitos, no Centenário da República, sob os influxos de um século de aprendizado da convivência democrática, seria o início de um novo tempo, em que as experiências traumatizantes do passado estariam definitivamente ultra-passadas, com a maturidade política alcançada pela sociedade brasileira, ao cabo de tão longo período de frustrantes tentativas de acerto.

Acresce considerar que está em debate a duração do mandato presidencial, assim naturalmente fixado em quatro anos, dentro de sua condição de transitóriedade para conduzir o País aos rumos da democracia.

Essa missão precípua estará resgatada com a conclusão da nova Carta, não havendo razão plausível para o prolongamento da atual gestão, à falta de legitimidade popular, que lhe retira as condições de enfrentamento dos graves problemas conturbadores da conjuntura nacional, enfraquecida como está em seus poderes, que lhe advieram de circunstâncias fortuitas, resultantes da proscrição negociada do mando militar.

Outro critério de escolha que se institua, qual o do voto direto e secreto, traria implícita a condenação clara e inofisimável da forma pela qual o Presidente Sarney empalmou o poder, no trágico perecimento do Doutor Tancredo Neves, a quem os representantes do povo, em razão de condições personalíssimas, conferiram, pela via indireta, a missão histórica e inconfundível de reconduzir o país à normalidade democrática, com o seu empenho pessoal em convocar eleições para seu sucessor, uma vez concluída a sua tarefa, para a qual não admitia prazo superior a quatro anos, como está registrado em suas declarações de então.

Pelas mesmas razões, seria injustificável não promover a eleição de governadores, escolhidos pelo sistema direto, é verdade, mas para governar segundo uma ordem que será revista, com substancial alteração das condições que ditaram a sua eleição.

É axomático que a Nação, ao emergir das brumas do regime de exceção, pretenda uma renovação em todos os sentidos, desde uma nova Constituição até a escolha dos que vão exercer os poderes nela previstos, que por impedimento ético e para prevenir a ocorrência de casuismos não deveriam, em princípio, ser os mesmos que ditaram as regras a serem seguidas ou influíram politicamente na sua elaboração, salvo a hipótese de serem reconduzidos.

Só assim se integra o quadro de mudanças desejadas, para que o País retorne aos trilhos que o conduzirão ao encontro de seus filhos e a ocupar o espaço reservado no concerto das nações, como sociedade estável, politicamente organizada, segundo valores que tenham unicamente, por medida de todas as coisas, o homem, o verdadeiro sujeito da História.

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a frustração nacional que se apossou do povo brasileiro, após o advento das eleições de 15 de novembro de 1986, e o alto estágio de descrença que tomou conta dos segmentos representativos da nossa sociedade estão a exigir um comportamento diferenciado da Assembléia Nacional

Constituinte na busca do restabelecimento dessa confiabilidade.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, na impossibilidade de submeter a nova Carta Magna que estamos a elaborar a um plebiscito nacional, de forma indireta com a realização das eleições gerais neste País, o povo estará plebiscitando a Constituição que vamos elaborar. É preciso que tenhamos dispositivos que, na prática, permitam aferir a pregação que todos nós fizemos na véspera e na antevéspera das eleições, com o comportamento, com as posições políticas intracongressuais e plenárias.

Sr. Presidente, são freqüentes, são repetitivas as posições de alguns – por que não dizer mesmo de muitos – que fizeram compromissos com o povo em busca de um mandato e que aqui não resgatam esses compromissos. Entendo, tenho a certeza de que haveremos de ser submetidos a uma eleição no ano vindouro, que transferirá indistintamente a todos uma maior preocupação de saldar os seus compromissos com o povo no veemente desejo de, no pleito do ano vindouro, buscar novamente uma cadeira, uma vaga no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretendo, rapidamente, ferir uma outra questão que se refere ao fortalecimento do Poder Legislativo. Confesso que tenho frustrações acumuladas em virtude dos mandatos que exercei, de vereador, de deputado estadual, buscando nos compêndios, nas constituições, nas leis orgânicas, nos regimentos internos, atribuições para o Poder Legislativo dentro do ordenamento jurídico-institucional vigente. Foram frustrações que marcaram minha alma e fizeram com que eu passasse a redobrar as minhas forças, para que um dia desfrutasse do privilégio de fazer parte de uma Assembléia Nacional Constituinte, que jogaria no lixo o texto que não consultasse os interesses do povo e partisse para a elaboração de um novo que, realmente, pudesse fazer com que a democracia plena viesse a ser praticada na Nação brasileira. É com este objetivo, Sr. Presidente, que entendo ser preciso restabelecer prerrogativas para o Poder Legislativo, que ficticiamente desempenha missão no contexto das atribuições reservada às autoridades deste País. É por isso, Sr. Presidente, que entendo ser preciso, através de mecanismos que possibilitem um efetivo controle sobre as ações do Executivo, consoante a sua inalienável missão fiscalizadora ser reservada ao Poder Legislativo.

O controle que hoje se exerce sobre os dispêndios públicos é puramente formal, sem qualquer juízo de valor quanto à essência dos atos de gestão financeira. A verificação processada é superficial, porque apenas afirma regularidade das contas, ou seja, a sua conformação com o ritual estabelecido para o processamento da despesa, sem passar ao Congresso Nacional informação alguma sobre os resultados alcançados, que seria a única indispensável para a formação de juízo político sobre a atuação do Governo.

A apreciação das contas dos administradores pelo Tribunal de Contas repousa fundamentalmente nas informações das secretarias de controle interno. Desse modo, a apreciação das contas é, salvo alguns casos esporádicos, a confirmação do juízo que sobre elas formou o órgão de controle interno.

O Tribunal de Contas julga, pois, sem inteiro conhecimento dos fatos, oferecendo decisões

que, longe de punir os desonestos, se prestam muito mais para deixá-los a salvo de qualquer a inquirição. Tal proceder é bastante temerário porque coonesta irregularidades, ao invés de puni-las.

As quitações de contas, avidamente esperadas pelos administradores, têm funcionado como as indulgências plenárias, em que, sem conhecimento dos pecados, se assegura ao pecador a entrada no reino dos céus.

Não se discute a essência dos atos, mas a sua forma, o cumprimento de um rito, de tal sorte que somente os menos avisados podem ser pilhados na utilização indevida dos recursos públicos, não tanto pela eficiência do controle, mas pelo primarismo do infrator.

Muita diferença vai entre executar um programa e realizar uma despesa, embora esta se compreenda naquele. O que o tribunal vem examinando é a realização da despesa, sem descer também ao programa.

Verifica-se dessarte uma verdadeira inversão: o programa que é um objetivo do Governo pode não ser alcançado, por erro talvez da estratégia empregada pelo administrador, que não suporta, nesse caso, qualquer censura da corte de contas, se, em contrapartida, aplicou regularmente os recursos postos à disposição do programa.

Realizar bem a despesa passou a ter maior importância do que executar o programa, porque quanto àquela há uma corte de contas para apreciar os atos do administrador, enquanto que em relação a este há apenas um conceito de superiores hierárquicos, que por desfavorável que seja não resulta na recomposição do mal praticado, nem previne a administração de novas incursões dos aventureiros, dos despreparados, dos maus gestores, enfim.

O Legislativo, ao se pronunciar sobre as contas do Executivo, emite um conceito político e não jurídico, isto é, os atos de gestão orçamentária, financeira, e patrimonial não são vistos necessariamente pela ótica de sua legalidade ou regularidade, mas de sua conformidade com a política traçada pelo Governo.

Torna-se claro, portanto, que as preocupações do Legislativo são as políticas adotadas pelo Governo, na sua visão mais globalista, enquanto definem os objetivos nacionais, e no aspecto particular das atitudes de cada administrador, na persecução tão incansável quanto possível desses objetivos.

Ao longo desses anos todos, tem-se observado que o parecer prévio sobre as contas do Presidente da República limita-se a repisar aspectos do próprio relatório da gestão, elaborado pelo Executivo, sem qualquer condição de atestar a veracidade do que nele se contém.

Acresce considerar que as cotas do Presidente da República são apresentadas ao Congresso Nacional, antes que as tomadas de contas dos administradores tenham sido julgadas pelo Tribunal de Contas. Ora, sendo as contas do Presidente da República o somatório das contas de todos os administradores, é impossível apreciar aquela sem ter, antes, verificado as últimas.

Assim o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas vêm-se na contingência de cumprir um mandamento constitucional, manifestando-se sobre as contas do Presidente da República, sem conhecer um só dos atos que as compõem.

Em síntese, o que a Constituição elege como o momento supremo da ajuda que o Tribunal

de Contas presta ao Congresso Nacional toma-se uma ficção Jurídica, sem fundamento na realidade.

O tribunal fala de contas que não conhece ainda e, mesmo que as conhecesse, só poderia dizer da sua regularidade ou legalidade, quando o que deve estar em questão é a política nacional adotada em cada setor da Administração Pública, dentro do binômio planejamento-execução; o planejamento, como indicador dos rumos a serem seguidos na solução dos problemas nacionais e a execução como materialização do planejamento.

Os desacertos do Governo podem decorrer de planejamento falho ou de uma execução que se divorciou das diretrizes traçadas. Essa é a verificação por excelência que toca ao Congresso Nacional, não só subsidiando o Executivo na correção dos rumos e na indicação dos maus gestores, como também pressionando no sentido de seu alijamento da Administração Pública.

Ao cabo de tão extensa experiência na aplicação do controle instituído, chega-se à conclusão de que ele não vingou, na forma como está estruturado, mais pela imprevisão do legislador e menos pelas distorções verificadas no seu funcionamento.

Qualquer observador atento sabe que o que se apura é um mínimo; que a ação do Tribunal de Contas, se serve para instalar hesitações no administrador honesto, não intimida o desonesto, que as verdadeiras sangrias sofridas pelos cofres públicos não se documentam, porque não resultam da incorreção dos atos, senão da malícia com que são praticados e que neles não transparece, porque havidos com o extremo cuidado para ilaquear a boa fé dos órgãos de fiscalização, cujo desvelo centra-se nos aspectos formais e não atinge a essência das medidas adotadas, do ponto de vista de sua conformidade com os interesses públicos.

Dotar o Estado de instrumentos suficientemente fortes no combate à inoperância da administração pública deverá ser, portanto, uma preocupação dos que ora têm a espinhosa missão de erigir uma nova ordem jurídica para o País.

É por isso que, consciente dessa responsabilidade, trago à crítica de meus pares a contribuição que se consubstanciou na proposta, aos órgãos da Assembléia Nacional Constituinte, da institucionalização da Auditoria Geral do Congresso Nacional.

A exemplo de outros países, o Congresso Nacional seria auxiliado, no controle dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por órgão singular, menos voltado para a legalidade das medidas postas em prática pelos administradores e mais para os seus objetivos últimos, cotejando-os com as metas estabelecidas pelo Governo e identificadas nos programas de trabalho. Na aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional estaria implícita a autorização para a execução da política proposta pelo Governo, de modo que a auditoria posterior apenas teria de confirmar a compatibilização da despesa com as diretrizes orçamentárias, oferecendo dados relativos à consecução dos resultados, com a apreciação da gestão dos administradores sob o aspecto do acerto com que se houveram na aplicação dos recursos que lhes foram confiados, e computando-se o custo final dos projetos executados ou das atividades desenvolvidas em confronto com

o que significaram em termos de progresso para o País.

Os gastos perdulários, as perdas, as ações equivocadas e todos os desacertos também devem, dentro do possível, serem identificados para uma qualificação do nível gerencial do administrador.

A auditoria objetivaria sempre a conveniência ou a oportunidade dos atos do administrador, numa indagação de sua correspondência com o programa de trabalho que lhe coube executar, porque a apreciação posterior do Congresso Nacional sobre as contas do Presidente da República será de natureza política.

O parecer da Auditoria Geral se reportaria, pois, às realizações de cada administrador, com indicação ao Congresso Nacional das representações feitas aos ministros de Estado e do que, em consequência, foi por eles providenciado.

Corrigir-se, por essa via, uma incongruência: o Legislativo, que precisa de informes políticos para apreciar a gestão do Presidente da República, passará a tê-los agora fornecidos pela Auditoria Geral, que examinará a atuação dos dirigentes sob o ponto de vista da eficiência na consecução dos objetivos sociais.

A atuação da Auditoria Geral, por conseguinte, preveniria a administração pública dos maus gestores, não no sentido de ilegalidades cometidas, mas da falta de critério para administrar o orçamento, com sacrifícios para os interesses públicos, na realização, sobretudo de obras ou serviços de natureza suntuária ou de mera satisfação de vaidades, com desatenção à parcimônia e ao espírito de economia com que devem ser manipulados os recursos públicos.

Haveria, na espécie, um juízo subjetivo das atitudes do administrador, não há negar. Sendo, porém, a apreciação das contas do Presidente da República um juízo político, será também obrigatoriamente subjetivo. Pesem-se nisso a responsabilidade do Congresso perante os seus representados, se porventura erra nas soluções propostas e a necessidade de seu envolvimento nas decisões nacionais.

Em linhas gerais, a auditoria geral estaria assim configurada, acrescentando-se que o auditor-geral seria eleito pelo Congresso Nacional para mandato de duração igual à da legislatura, podendo ser destituído, a todo tempo, se a maioria absoluta aprovar moção de desconfiança à sua atuação.

O Congresso Nacional, na recuperação de suas prerrogativas, não pode abrir mão de exercer severa fiscalização sobre as ações do Executivo, através de órgão diretamente vinculado à instituição. Não é o que ocorre com os membros do Tribunal de Contas, munidos de independência até mesmo em relação ao legislativo, a cujo serviço supostamente se encontram.

Embora seja órgão auxiliar do Legislativo, as garantias, constitucionalmente asseguradas aos Ministros do Tribunal é sério empecilho para levar a corte a atuar no sentido dos legítimos interesses do Congresso Nacional, na verificação da execução do orçamento, papel de que não pode abdicar e para cujo efetivo desempenho deve dedicar-se com toda aplicação, sob pena de trair a confiança popular, no desinteresse pela sorte dos programas oficiais, cujos desvios não comportam apenas a retórica da crítica, por mais candente que seja, mas ações efetivas e oportunas que atalhem o mal, antes que as suas consequências se tornem insuportáveis.

A Constituinte não pode deixar ao Congresso apenas a tribuna do protesto contra os erros do Executivo, mas armá-lo de meios que o façam participar das decisões nacionais. Nenhuma voz poderá amanhã insurgir-se contra os desmandos administrativos, se, agora que a oportunidade se apresenta, não se opta por uma participação mais consistente do Congresso Nacional na correção dos rumos, toda a vez em que a bússola das necessidades sociais acusar desvios na conduta do Governo na administração dos recursos públicos:

Trata-se simplesmente de uma questão de vontade política, que não comporta hesitações e nem intimidamentos, quando se conhece de sobejo a ineficiência do aparato sistema de controle que o País conheceu nos últimos anos. É inglória a tarefa de assumir a sua defesa, mantendo-o com apenas alguns adminículos, que apenas mascaram os sinais de sua velhice, sem vitalizá-lo, em face da eloquência com que depõem contra os escândalos financeiros, a caótica situação social e a depauperada bolsa do contribuinte, que paga sem apelação a desordem administrativa.

A Nação inteira está exaurida com a voracidade tributária, sem conhecer os resultados de sua contribuição, que vê, cada vez mais, destinada à irracionalidade dos gastos públicos com a condescendência do sistema de controle instituído, que só deixa transparecer a sua incontestável debilidade.

Estou prestes a terminar, Sr. Presidente. O que pretendemos é fazer com que o Congresso Nacional, a Assembléia Nacional Constituinte entenda que é agora ou nunca. Ou devolvemos a nós mesmos as condições indispensáveis de, com legitimidade, cumprir a missão maior que o povo nos outorgou, elaborando uma Constituição que restabeleça a dignidade do Poder Legislativo, dando-lhe condições plenas de exercer aquilo que é da sua razão de ser, da sua essência, o poder de fiscalização, ou continuamos sendo peças figurativas, manipulados hoje, amanhã e sempre, pelo Poder Executivo. É preciso, Sr. Presidente, que no texto constitucional criemos uma auditoria geral, diretamente vinculada ao Poder Legislativo, funcionando como uma sua mão longa para auxiliá-lo na elaboração do texto orçamentário, mas, sobretudo, vigilante e permanentemente a fiscalizar a execução do texto da proposta orçamentária, ao contrário da forma perfumária, superficial, fictícia, que hoje acontece, via Tribunal de Contas que é tido e havido como auxiliar do Poder Legislativo, mas que efetivamente não nos dá oportunidade de cumprir essa missão na plenitude.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Beviláqua, para se manifestar sobre matéria constitucional.

O SR. JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB — SP.): — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Desde o dia 17 último até hoje, juntamente com os companheiros Constituintes Adolfo Oliveira, Vivaldo Barbosa, Konder Reis, Renato Vianna, Nilson Gibson, o Senador Virgílio Távora e com a assessoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além de outros órgãos públicos, a convite do Relator da Comissão de Sistematização, nós mergulhamos, Sr. Presidente, durante

quase 100 horas em 12 reuniões de trabalho, na tentativa de poder colaborar com o nobre Relator, adequando e compatibilizando na forma regimental os anteprojetos que nos vieram das 7 Comissões Temáticas que chegaram a uma conclusão por um texto, uma vez que a Comissão de Educação, de Ciência, de Tecnologia, de Esporte e Cultura viveu um impasse.

E, neste trabalho, Sr. Presidente, nós pudemos aquilatar o esforço dos nobres colegas Constituintes. Basta dizer a V. Ex^a que encontramos 559 artigos e mais de 100 artigos nas exposições transitórias resultantes da somatória desses anteprojetos.

A nossa tarefa de apontar ao nobre Relator os conflitos, as coincidências, as repetições, as superposições em matéria de legislação complementar ou ordinária, para subsídios de S. Ex^a, fez com que não feríssemos o mérito das decisões tomadas pelas Comissões Temáticas. Pudemos chegar a um trabalho que entregamos ainda há pouco ao nobre Relator, com 5 títulos, 24 capítulos, 49 sessões e 3 subcomissões consubstanciadas em 380 artigos, propondo ainda um ato das disposições constitucionais transitórias com 67 artigos.

O texto do trabalho dos nobres colegas Constituintes, votado e aprovado, compreendeu pontos de relevo como o sistema parlamentarista de governo, reformas no Poder Judiciário, a consagração do princípio federativo, a alteração da discriminação das receitas, favorecendo Estados e Municípios, mecanismos de transição institucional, a declaração de direitos individuais e coletivos, o enriquecimento dos direitos sociais, a consagração da livre iniciativa e da função social da propriedade e a forma democrática de Governo com a institucionalização da participação popular.

E, nas Disposições Transitórias, a ampliação da anistia, a duração dos mandatos dos titulares de cargos eletivos a nível federal, estadual e municipal, sendo importante, Sr. Presidente, salientar que dentre os pontos omissos, inexistem dispositivos que tratem devidamente da fiscalização financeira, operacional e patrimonial dos Estados, bem como uma definição mais clara da competência legislativa da União, dos Estados e dos Municípios.

Mas, de qualquer forma, ao citar os companheiros que comigo trabalharam, ou com os quais trabalhei, esqueci de citar a Constituinte Sandra Cavalcanti. É que ela hoje não estava presente na entrega do nosso trabalho em função de compromisso assumido, aliás, na minha terra natal, São José dos Campos. Mas presto aqui também as minhas homenagens a ela, aos companheiros, aos funcionários servidores da Câmara, do Senado e de outros órgãos da Administração Pública, pela exemplar assessoria que nos prestaram.

Esperamos, Sr. Presidente, que esse trabalho, feito em clima de perfeita harmonia e com o propósito mais nobre de poder oferecer ao nobre Relator uma contribuição modesta para o seu elevado encargo de elaboração do projeto inicial, do copião, que, pela primeira vez, de forma global será examinado por este Plenário, após passar pela Comissão de Sistematização.

Creio que, ao registrar este fato e ao fazer estes agradecimentos, faço justiça aos companheiros, aos servidores, aos assessores e, ao mesmo tempo, manifesto a esperança de que o Constituinte Bernardo Cabral, com a sua reconhecida compe-

tência, com a sua longa experiência da cátedra, da banca de advocacia e também da vida parlamentar, da vida pública, possa realmente "enxugar" e aperfeiçoar este trabalho feito por todos os Srs. Constituintes, nas suas respectivas Comissões Temáticas.

Nesta tarde, Sr. Presidente, aliviado pelo término desta tarefa gratificante, porém onerosa, gostaria de ater-me num ponto que já vem sendo fixado, já se vem firmando no seio deste Colegiado, no seio desta Assembléa Nacional Constituinte, que é o do fortalecimento do Poder Legislativo.

Sentimos essa aspiração dos Srs. Constituintes em todas as Comissões Temáticas.

Sentimos, por exemplo, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a presença marcante dos parlamentares exigindo uma presença maior do Poder Legislativo na administração do País, Poder Legislativo que, ao longo dos anos, vem arcando com os ônus da falência de um sistema presidencial de Governo, haja vista a renovação sem no paralelo com as democracias do mundo, que existem nos Parlamentos do Brasil.

Por quê? Porque o parlamentar brasileiro, desde vereador a senador, quase se transformou, no decorrer dos últimos anos, em verdadeiro despachante de luxo. Agora renasce, aqui nesta Assembléia, o espírito de um Raul Pilla, de um Fernando Ferrari, renasce aqui, nesta Assembléa Nacional Constituinte, a esperança de que venhamos a ter no Brasil do futuro a forma mais aperfeiçoada que se encontrou de um governo democrático, participativo, em que haja realmente a co-participação, a co-gestão nos negócios públicos que dizem respeito à coletividade.

Sr. Presidente, encerrada a Segunda Guerra, várias nações se encontravam em estado, não pré-falimentar, mas em estado verdadeiramente falimentar. Destruída a sua indústria, destruída a sua economia, estes países, tais como o Japão, a Alemanha, a Itália e a França, reencontraram o caminho do crescimento econômico, do desenvolvimento social, através do sistema parlamentar de Governo.

Assim, também, e ainda recentemente, os povos com mais proximidade com a latino-americana, como Portugal e Espanha, emergiram de crises terríveis, institucionais e econômicas, através do sistema parlamentar de Governo. Em Portugal, a inflação anual hoje, seguramente, não chega sequer à metade da inflação do último mês aqui no Brasil. E a Espanha, que vivia uma recessão da qual se pensava que não pudesse sair, ao lado da permanente crise institucional dos movimentos separatistas, vai reencontrando o leito democrático, através do sistema parlamentar.

Daí por que entendemos sábia a decisão até aqui tomada e esperamos que ela se confirme pelos colegas Constituintes, em instituirmos já o parlamentarismo no Brasil.

O SR. GASTONE RIGHI: – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁQUA: – Com muito prazer, eu quero ouvir o meu ilustre companheiro e grande Líder do PIB, Deputado Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sabe V. Ex^a que a Bancada do PTB não tem como posição dogmática a escolha dos sistemas de Governo entre parlamentarismo e presidencialismo. No entanto, mui-

tos de nós – e eu me perfilho nesta linha de conduta – somos parlamentaristas convictos. E ao dar o aparte à brilhante oração de V. Ex^a, desejava aqui registrar o meu orgulho em tê-lo na bancada do PTB, porque V. Ex^a tem sido, no Congresso Nacional, e particularmente na Assembléa Nacional Constituinte, o maior paladino, o defensor primeiro do sistema parlamentarista de Governo. Em nenhum momento suas convicções sofreram recuos, Tem anunciado, desde sua campanha política, aos primeiros dias do cumprimento do seu atual mandato, essa sua posição. E da solidez de sua convicção nasceram propostas como esta que, agora, estamos conhecendo no Congresso Nacional, cujo primeiro subscritor é o Senador Leite Chaves. Estamos conhecendo agora, na Comissão de Sistematização, o resultado das Comissões Temáticas que trouxeram, para o bojo deste anteprojeto, a solução parlamentarista. Mas, a par dos encômios que teço a V. Ex^a, desejada também deixar aqui registrada uma apreensão minha. O parlamentarismo há de ser um sistema objetivo, claro e simples de governo. As formas híbridas me assustam. O híbrido quase sempre não dá certo. É o puro que se materializa; na sua formulação é que é o correto. Parlamentarismo é o sistema pelo qual o Parlamento nacional recebe o encargo e tem a responsabilidade pelo Governo, a responsabilidade integral.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Solicitaria ao apartante e ao orador permissão para interrompê-los, para, de acordo com o § 9º do art. 34 do Regimento, prorrogar a sessão por 30 minutos. Desculpe-me tê-los interrompido.

O SR. GASTONE RIGHI: – Pois não, Sr. Presidente. Mas dizia eu sobre o parlamentarismo que a sua característica fundamental é a atribuição e a responsabilidade que o Parlamento tem em relação ao Governo. A forma híbrida, através da qual o Presidente é quem nomeia, o Presidente é quem indica, o Presidente é quem destitui, desnatura o sentido principal do parlamentarismo, impede a cobrança popular em relação aos Parlamentares quanto às responsabilidades do Governo. E esta minha apreensão, ilustre Constituinte, espero ver afastada, esculmando-se o anteprojeto que se encontra na Comissão de Sistematização, para que, de forma muito clara e objetiva, venha a plenário para se consagrar a excelência do regime parlamentarista, mas desde que seja adotado em sua integridade. Muito obrigado a V. Ex^a pela gentileza do aparte.

O SR. JOAQUIM BEVILÁQUA: – Muito obrigado ao Constituinte Gastone Righi, que enriquece a nossa modesta oração desta tarde com a sua profissão de fé parlamentarista, aliás conhecida de longa data. S. Ex^a, no início dos trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte, tentou até, através de uma resolução, implantar o sistema parlamentar de Governo. Constituinte Gastone Righi, em que pese V. Ex^a ser um radical na defesa do parlamentarismo – e também o sou – há necessidade de sermos pragmáticos, na medida em que a política é a arte de negociar, negociar no bom sentido, negociar posições que digam respeito ao bem estar do povo, ao avanço das instituições. E neste sentido, entendo que a proposta que vem sendo discutida, embora não atenda plenamente ao Governo de Gabinete, como

deve ser na sua essência, na sua nobreza, acredito na que a proposta, no decurso dos trabalhos constituintes, nos meses que ainda teremos pela frente, será aperfeiçoada pelos nossos nobres colegas.

O Sr. César Cals Neto – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Ouço o Constituinte César Cals Neto com muito prazer.

O Sr. César Cals Neto: – Meu caro Constituinte, concordo e avalizo as palavras de V. Ex.^a em defesa do parlamentarismo, inclusive desse sistema misto, que é um sistema de transição. Também sou daqueles que me filio à corrente do parlamentarismo puro, mas entendo que o Brasil não pode sair de um sistema arcaico, de um sistema obsoleto, de um sistema falido de presidencialismo para um estágio ideal num período muito curto de tempo. De forma que há de se fazer uma transição. Através deste sistema misto que foi objeto de apreciação, e de aprovação na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Mas, meu caro companheiro, gostaria de aproveitar o ensejo do seu oportuno pronunciamento para estranhar as críticas, até mesmo irresponsáveis, de setores da imprensa contra o parlamentarismo, críticas que surgem sem consequência e procurando, inclusive, dizer que os Constituintes brasileiros não têm legitimidade para procurar um sistema de governo melhor. O povo nos deu legitimidade, mandato, exatamente para procurar um caminho definitivo para este País. Há críticas da Imprensa – com as quais concordo – que dizem que o Brasil não tem partidos políticos, mas, se nesse regime presidencialista falido que, a exemplo da República, completa praticamente 98 anos agora, não se conseguiu dotar o País de partidos fortes, autênticos, programáticos, jamais se conseguirá. Tem-se que adotar um sistema novo, um sistema evoluído, um sistema como o parlamentarista que vai exigir, sim, o fortalecimento dos partidos políticos, através do fortalecimento do próprio parlamento. Por outro lado, esses órgãos da imprensa se apressam em dizer que não existe burocracia no Serviço Público Federal e eu peço a eles que olhem os exemplos claros que existem neste Brasil, em todo Brasil, apesar do sistema arcaico que aí está. Está aqui um exemplo da Câmara dos Deputados, onde ouve uma renovação de praticamente 300 deputados. E é uma burocracia que já convive com o sistema parlamentar. Cada deputado os companheiros são testemunhas – só teve o direito de indicar os seus assessores pessoais. Está aí o exemplo do Itamarati, está aí o exemplo do sistema de energia do País, a Eletrobrás, está aí Petrobrás, que hoje é um acervo, é um patrimônio nacional com todas as suas subsidiárias, com uma estrutura totalmente profissionalizada. Esta aí o nosso Banco do Brasil, está aí a Caixa Econômica está aí a Telebrás, só não enxerga, meu caro companheiro, quem não quer ver. Se 70% do Governo já pode ter uma burocracia compatível com o sistema parlamentar, o que custa a nós, Constituintes, estendermos aos 30% restantes. Agora não podemos estar sujeitos a essa crítica irresponsável, não sei a serviço de que, de determinados setores da empresa, que querem manipular a opinião pública contra um sistema que vai realmente democratizar; um sistema que não permitiria jamais um achatamento salarial como o que aí está; um sistema de gover-

no que não permitiria jamais que decisões fossem tomadas, como o são, historicamente ao arrepio da vontade e da aspiração do povo brasileiro.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Agradeço a V. Ex.^a e incorpo com prazer o seu aparte à minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Queria chamar a atenção do orador que o tempo de V. Ex.^a, está esgotado.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Estou terminando, Sr. Presidente.

Apenas para acrescentar a tudo isso, que V. Ex.^a foi muito feliz quando citou os funcionários da Casa, da Câmara dos Deputados, e eu acrescentaria os do Senado Federal, acrescentaria os de outros órgãos, acrescentaria ao elenco de empresas, a Embraer, que aí está. O Engenheiro Ozires Silva resistiu a várias e várias administrações e, hoje, é o Presidente da Petrobrás.

Então, são quadros que vão sendo formados na nossa tecnoburocracia, ao longo do presidencialismo. É verdade que também há quadros negativos, mas é claro que o caminho se faz caminhando. E tenho certeza, Constituinte César Cais Neto, que vamos chegar, ainda que através de um parlamentarismo que seja meio mitigado, ao parlamentarismo puro que gostaríamos de ter.

O Sr. Roberto Jefferson: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Quero, Sr. Presidente, se me permite, ouvir o meu querido colega, Constituinte Roberto Jefferson, para, em seguida, encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Vou conceder o tempo necessário para que o aparteante faça uso da palavra. Solicitaria apenas que fosse breve e que, em seguida, V. Ex.^a concluisse, porque temos outro orador inscrito e, em seguida, neste mesmo plenário, teremos reunião da Câmara; portanto, a brevidade urge.

(Assume a Presidência a Sr.
Constituinte Benedita da Silva)

O Sr. Roberto Jefferson: – Sr. Constituinte Joaquim Bevilácqua, companheiro do PTB inicialmente, quero parabenizar V. Ex.^a pelo brilho do pronunciamento que vem fazendo, contribuindo e enriquecendo os Anais da Assembléa Nacional Constituinte. Gostaria, também, de fixar uma posição pessoal minha, já que o parlamentarismo não se trata de uma questão programática do nosso Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. Tenho uma formação presidencialista e os meus argumentos, em prol do presidencialismo, diferem um pouco desta crítica que sustenta a inexistência de partidos políticos no Brasil. Ora, se os partidos não puderam se organizar programaticamente, o presidencialismo também concorreu com alguma culpa para tal. Divirjo, no momento, quanto a essa acusação tola, dizendo que não temos uma estrutura burocrática preparada. Este é um País de burocratas. A burocracia se especializou nos 20 anos de ditadura e hoje é, reconhecidamente, competente e, capaz mas vejo, com muita desconfiança, o sistema de gabinete, porque acredito muito no talento individual de cada homem e toda vez que pude assistir, designar comissões para resolver algum problema, esse problema não foi resolvido, porque as decisões colegiadas, ou

de comissões, tendem sempre ao fracasso ou abandono da meta objetivada. O talento do homem, no momento de decidir, é que realmente me seduz a idéia do presidencialismo: um presidente talentoso, líder, com capacidade de decisão, entendo que estaria acima de qualquer gabinete que claudicasse ou que se confundisse. Mas a minha opinião começa a ficar seriamente abalada, ilustre Constituinte, porque, ultimamente, a Presidência da República tem sido vítima de sucessivas nulidades, de incapazes pós-incapazes, de incompetentes pós-incompetentes, de homens sem talento pós-homens sem talento. E o que vimos foi um esvaziamento, um apequenamento, um agachamento, por assim dizer, do Poder Legislativo, que sustenta alguns incapazes que se amena ministros da República, sem até formação política e técnica para o exercício da profissão, num jogo de compadismos, para ver se uma corrente ou outra sustenta um Governo que naufraga; qualquer um e da pior qualidade acaba sendo ministro, e o esvaziamento completo do nosso sistema ou, pelo menos, da nossa instituição: o Congresso, Parlamento Nacional. Então, começa a abalar a minha convicção esta sucessão de nulidades. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Já, concluindo, ilustre Constituinte que...

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – É que a Presidente é presidencialista.

O Sr. Roberto Jefferson: – Pois não... por que eu acreditava que, a Presidência pudesse, realmente, ser exercida por um homem de talento exuberante, que pudesse decidir acima das divergências comuns aos gabinetes. Cumprimento V. Ex.^a. e confesso, de público, que V. Ex.^a ainda está continuando a demolir a minha convicção.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: – Agradeço aparte de V. Ex.^a e fico satisfeito em verificar, Constituinte Roberto Jefferson, que V. Ex.^a está evoluindo rumo ao pensamento que me parece majoritário nesta Casa.

Espero, ao prestar homenagem às mulheres na pessoa da nossa Presidente, neste instante dos trabalhos, Constituinte Benedita da Silva, que como Constituinte S. Ex.^a chega às conclusões que V. Ex.^a expressou agora, da falência do sistema presidencial. Citaria, já que estamos sendo presididos por uma mulher trabalhadora, de um Partido que defende as causas populares lá no seu Estado, o Rio de Janeiro, citaria outra mulher, não que me identifique ideologicamente com ela, mas que, inegavelmente, é talentosa e, tanto é talentosa, que pela terceira vez permanece renovando o seu mandato de Primeira Mandatária, a mais alta Mandatária da Grã-Bretanha, da Inglaterra, que é a Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Ao mesmo passo, poderia, no mesmo sentido, citar o atual Presidente de Portugal, Mário Soares, que já foi Primeiro-ministro e que, sem dúvida, é um homem talentoso. Veja V. Ex.^a que o parlamentarismo fornece elementos talentosos: o Primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez. E por que não, até nos países da chamada "cortina de ferro" que também adotam o sistema parlamentar – podem não adotar o sistema pluripartidário, mas adotam o sistema parlamentar, o Politburo é um Parlamento, é um colegiado – os soviéticos foram eleitos, ainda agora, 52 mil, e não se pode deixar de reconhecer o talento de um

Gorbatchev, de forma que me parece... (A Sr.^a Presidente faz soar a campainha.)

Concluo, Sr.^a Presidente, dizendo que o sistema parlamentar não tem fronteiras ideológicas. É um sistema colegiado, coparticipativo, tanto cabe nas chamadas democracias ocidentais como nas populares. Enfim, é essencialmente democrático e por isso, o defendo.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Joaquim Beviláqua, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Concedo a palavra ao Constituinte Virgílio Galassi.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.^a Presidenta, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Desde a solene instalação desta Assembléia, participo, com empenho, tranqüilidade e confiança, do processo que objetiva dar ao País um novo ordenamento político, econômico e social, sob o primado da democracia.

À Assembléia Nacional Constituinte caberá construir os caminhos para o Século XXI, preparando estruturas para uma nova etapa da nossa História.

A cada um de nós compete o grave dever de atuar responsávelmente na busca de soluções adequada que correspondam aos anseios dos mais variados segmentos da sociedade brasileira.

Reportando-nos ao passado, encontraremos, durante o período republicano, momentos de grande turbulência política e social, impregnados geralmente de nobres ideais e que visavam ao desenvolvimento, à ordem e à paz.

É, todavia, chegada a hora de, sem descurarmos das tradições nacionais, renovar e inovar, compatibilizando a ordem político-jurídico-constitucional com a realidade dos dias presentes. É imperioso que, recordando os erros do passado e ouvindo a voz do povo, optemos, num ato de grandeza, desprendimento e patriotismo, pela solução que garanta efetivamente aos cidadãos o direito sagrado de organizar a Pátria numa Lei Suprema fundada em bases equânimes e justas, instrumento consagrador da modernização, da transformação e da reforma democrática.

A tarefa, não resta dúvida, é árdua; a ningém, no entanto, é dado desalentar-se, esmorecer ou desistir. Cumpre cerrarmos fileiras para buscar, acima das divergências de toda natureza, o consenso, o entendimento construtivo e, assim, transpor os sérios obstáculos que se nos antepõem.

O processo político em curso está a requerer a integração de forças heterogêneas, no pressuposto de natural reciprocidade, em torno de objetivos que permitam edificar uma nação justa e próspera, onde todos tenham, de direito e de fato, oportunidades iguais. Inaceitável nesta hora é a postura do confronto, da disputa, da discrepancia ostensiva, que a nada leva. A grave responsabilidade que pesa sobre os ombros dos Constituintes, Sr. Presidente, não admite fraquezas nem recuos; antes, exige união, firmeza, entendimento, para superar as desgastantes discordâncias que fazem do ambiente político palco de temerários e irrefletidos radicalismos.

A nova realidade, originada da proposta do Presidente José Sarney convocando a Assembléia Nacional Constituinte, reclama de todos nós a observância de normas éticas, pressuposto de uma respeitosa e civilizada convivência democrática. Não podemos permitir que sobre o flanco aberto pelas eventuais divergências ergam-se solertes ardis destinados a desmoralizar nossas forças e a aluir as posições sólidas, coerentes e sensatas assumidas pela maciça maioria dos eminentes companheiros.

Os registros da história Republicana guardam o exemplo do Brigadeiro Eduardo Gomes que, após as eleições presidenciais de 1945, apoiou os entendimentos promovidos por Octávio Mangabeira e o Presidente Eurico Dutra, cujos desdobramentos resultaram na conciliação entre Governo e Oposição, propiciando o avanço democrático coroado com a Constituição de 1946.

Os protagonistas desse episódio que alterou profundamente os destinos do País souberam corresponder às exigências do momento histórico e, por isso mesmo, lograram, meritoriamente, ingresso na galeria dos grandes vultos da Pátria.

A hora, Senhores, repito, é de buscar a convergência.

No mundo das idéias, as proposições nascem, florescem e morrem. Algumas delas renascem mais tarde e refazem o mesmo ciclo. Na própria vida de cada um, ocorrem transformações: reformam-se julgamentos, evidenciam-se erros, acolhem-se desilusões. As idéias e os juízos, tal como as árvores, vivem as estações. No outono, as folhas caem. Os radicais, os jacobinos, muito freqüentemente, fixam-se nas folhas efêmeras e esquecem-se dos troncos duradouros; privilegiam o acidental, em detrimento do essencial; apegam-se às circunstâncias e subestimam as causas.

A Nação brasileira vive hoje um daqueles instantes críticos só superáveis mediante a expressão viril da habilidade e do amadurecimento político de suas elites dirigentes, que lhes permite a compreensão do gravíssimo momento histórico e da imperiosa necessidade de entendimento e de diálogo para suplantá-lo.

Reflete-se na Constituinte os problemas econômicos com que o País vem convivendo de forma mais aguda nos últimos meses, na medida em que se torna impossível dissociar os trabalhos de elaboração da nova Carta Magna da realidade exterior. A turbulência da área econômica projeta-se, inevitavelmente, na área política, estimulando as posições radicais, dificultando o diálogo, embotando a capacidade do raciocínio prospectivo, indispensável para a feitura de um texto constitucional mediatasta, voltada para o futuro.

Numa quadra de extraordinário avanço científico e tecnológico, quando repetindo as palavras do historiador Francisco Iglésias a inventiva atinge formas sofisticadas e que causariam espanto a áreas avançadas vinte anos antes, quando o homem já desceu na Lua, fez ousadas experiências espaciais, quando se mudam padrões de comportamento social no período de uma geração, é inacreditável que um País como o nosso esteja ainda às voltas com problemas elementares como o da propriedade da terra, salário condigno para o trabalhador, casa própria, saúde, ensino, alimentação enfim, com o atendimento das necessidades básicas do ser humano.

Se assim é, até pelas diferenças que nos separam das regiões plenamente desenvolvidas, pode-

se perceber o grau de interferência das dificuldades econômicas na conjuntura política nacional. É óbvio que se exacerbam as pressões e se acirram os ânimos dos vários setores da sociedade em relação à Assembléia Nacional Constituinte, o que representa, indiscutivelmente, fator de perturbação que precisa ser repelido, a fim de que não restem comprometidos os trabalhos de elaboração constitucional.

Atento às enormes dificuldades por que passa o País no campo econômico e preocupado ante as sérias consequências a que dão causa na seara política, o Governo houve por bem pôr em execução um novo plano de estabilização da economia, o Plano Bresser que, no meu modo de ver, deverá eleger com clareza suas prioridades para lograr o êxito desejado.

O primeiro passo terá de ser o combate sem trégua à inflação por meio dos mecanismos de que dispõe o Governo: evidentemente, não basta a heterodoxia representada pelo congelamento de preços e salários, determinado com o objetivo de romper o componente inercial do fenômeno inflacionário, já que não só deste nutre-se o processo. É imperioso que a autoridade controle, efetivamente, a política monetária e fiscal: é indispensável o complemento ortodoxo em termos de redução do déficit público (que atinge já a 6,7% do Produto Interno Bruto) e o controle de oferta da moeda, sob pena de colocar-se em risco o conjunto de medidas anunciado. Os gastos excessivos do setor público devem ser contidos nos limites impostos pela realidade orçamentária.

De outra parte, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo fundamental a retomada do diálogo com os credores externos, em clima de compreensão, providêncial que se impõe para a indução do ingresso de novas divisas e para a garantia do crescimento sustentado da economia.

Os nossos credores reconhecem que o Brasil sempre honrou, com sacrifícios, os compromissos assumidos, independentemente da ocorrência de fatores supervenientes à constituição da dívida, como a exagerada flutuação das taxas de juros no mercado internacional e o aumento vertiginoso dos preços do petróleo. Por razões de interesse recíproco, portanto, torna-se imperativo o acordo na área externa.

Se levadas a bom termo essas medidas, a estabilização da economia nacional será viável, produzindo positivos reflexos no ambiente político.

A minimização dos efeitos conjunturais sobre os trabalhos desta Assembléia é de crucial importância para limpá-los das influências perturbadoras que hoje se somam às naturais dificuldades enfrentadas no encaminhamento dos temas constitucionais mais candentes.

Sobretudo agora, quando se aproxima o momento apical dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte – as discussões e votação em Plenário do projeto constitucional –, avulta em importância o restabelecimento do clima de entendimento e serenidade no cenário político, para que possam medrar, em ambiente propício, as negociações capazes de viabilizar a incorporação, na nova Carta, dos legítimos anseios do povo brasileiro.

Contribuir, com grandeza e altivez de espírito, para a realização desses objetivos é responsabilidade indeclinável de cada um de nós; negligenciá-la equivale a refrear a confiança dos milha-

res de cidadão que nos conferiram o mandato constituinte, na esperança de que saberíamos cumprí-lo com determinação, seriedade e pundonor. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Virgílio Galassi, a Sr.^a, Benedita da Silva Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretario.

O SR. PRESIDENTE
(Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Faltosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arames – PC do B; Almir Gabriel – PMDB; Amaury Müller – PDT; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Martins – PMDB; Artenir Wemer – PDS; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Caio de Castro – PMDB; César Maio – PDT; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto PDS; Dirce Tutu Quadros – PT; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eraldo Tinoco – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PT; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes 3 – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando

Santana – PCB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PT; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucera – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Elias Vasconcelos – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes Murad – PT; José Freire – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário de Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Malhais lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campo; – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PT; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nasci Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiua – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Boga – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Campos – PMDB;

O SR. PRESIDENTE:
(Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, às 14 horas e 30 minutos.

VIII – Encerra-se a Sessão às 18 horas e 56 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 004

QUINTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 90º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da Ata da sessão anterior que é sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

UBIRATAN AGUIAR - Função social da propriedade urbana.

ADROALDO STRECK - Proposta de investimento da empresa alemã. Deconsult no projeto da Ferrovia Norte-Sul.

CARLOS COITA - Duração do mandato do Presidente José Sarney. O Parlamentarismo como futuro sistema de governo.

RAIMUNDO BEZERRA - Perigo da contaminação do mercúrio na garimpagem do ouro. Atentados à vida e à natureza no pantanal mato-grossense.

RALDO TRINDADE - Valorização do técnico agrícola.

CID SABÓIA DE CARVALHO (Retirado pelo orador para revisão.) - Participação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte na elaboração da Carta Constitucional.

JORGE ARBAGE - Anistia ampla, geral e irrestrita para militares.

PAULO MACARINI - Mecanismos de controle dos gastos da União, dos Estados e dos Municípios com o funcionalismo na Mura Constituição. Crise econômico-financeira do Estado de Santa Catarina.

ANNA MARIA RATTES - Declarações do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, contra a anistia ampla, geral e irrestrita.

SÉRGIO SPADA - Conflito fundiário em Matelândia, Estado do Paraná.

CARLOS ALBERTO CAÓ - Contrariedade do orador ao projeto de lei do Executivo que reformula a estrutura sindical no País.

TADEU FRANÇA - Crise na cafeicultura paranaense.

ANTÓNIO DE JESUS - Influência da Bíblia Sagrada na conduta dos Constituintes.

VIRGILIO GALASSI - Emancipação política do Triângulo Mineiro na futura Constituição.

NELSON AGUIAR - Conveniência da realização da Convenção Nacional do PMDB no mês de julho.

ASDRÚBAL BENTES - Inexistência de política de sustentação da cultura da seringueira na Amazônia. Equilíbrio e bom senso na elaboração da futura Constituição.

CARDOSO ALVES - Inconveniência da encampação, pelo Governo do Estado, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para superação da crise vivida pela instituição.

NELTON FRIEDRICH - Programa de auxílio às micro, pequenas e médias empresas.

RAQUEL CÂNDIDO - Utilização do trabalho escravo e semi-escravo no Estado de Rondônia

TITO COSTA - Conveniência de adoção de disciplinamento migratório no território brasileiro.

JOSÉ VIANA - Desnacionalização e desmatamento da Amazônia.

ROBERTO JEFFERSON - Pontos negativos do Plano Bresser.

JUTAHY MAGALHÃES - Amparo aos aposentados na futura Constituição.

DAVI ALVES SILVA - Intenção do governador do Estado do Maranhão, Epitácio Cafeteira, de anular títulos de posse de terra expedidos pelo GETAT.

JOSÉ LUIZ DE SÁ - Critérios para o reajuste dos proventos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

BOCAYUVA CUNHA - Diretrizes preconizadas pelo Congresso Brasileiro de Política Tecnológica promovido pelo Clube de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro.

ROSA PRATA - Editorial do *Correio Braziliense* sob o título "Burrice Social".

MAURO MIRANDA - Reivindicações dos alhicultores brasileiros.

FÉRES NADER - Transcurso do centenário do National Institute of Health, em Washington, Estados Unidos da América.

RENATO VIANNA - Elevado índice de acidentes do trabalho no Estado de Santa Catarina por falta de prevenção e segurança.

LÉZIO SATHLER - Fiscalização, pelos Municípios, da aplicação dos recursos públicos e da arrecadação dos tributos municipais. Policiamento da ingerência do Estado nos negócios dos Municípios.

SÓLON BORGES DOS REIS - Baixo rendimento das cadernetas de poupança, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do PIS-PASEP no mês de junho corrente.

MAURO BENEVIDES - Rolagem da dívida dos Estados e Municípios.

GEOVANI BORGES - Situação dos servidores públicos colocados em disponibilidade em virtude de reformas administrativas.

V - Comunicações das Lideranças

CHAGAS DUARTE - Necessidade de urgente amparo governamental aos microem

presários e agropecuaristas do Território de Roraima.

BRANDÃO MONTEIRO – Inconformidade do orador com o posicionamento de chefes militares a respeito da ampliação da anistia e a estabilidade do trabalhador no emprego. Convite para o Ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, debater com a Assembléia Nacional Constituinte temas de interesse nacional.

LUZ INÁCIO LULA DA SILVA – Posicionamento de chefes militares a respeito da ampliação da anistia, da estabilidade do trabalhador no emprego e redução da jornada de trabalho.

FARABULINI JÚNIOR – Combate à violência urbana através da exacerbção da pena.

HAROLDO LIMA – Posicionamento de chefes militares a respeito da estabilidade do trabalhador no emprego e da jornada de trabalho. Encaminhamento, pelo Governo, de propo-

jeto sobre organização sindical e direito de greve.

MIRO TEIXEIRA – Reconhecimento do direito de Ministros discutirem temas submetidos à Assembléia Nacional Constituinte. Resistência dos Constituintes a tentativas de intimidação.

ADEMIR ANDRADE – Injustificada cobertura jornalística dada às atividades da UDR. Falta de resposta a requerimento de informações do orador sobre posição do Governo em relação à rodovia Transamazônica e a sobras de ouro, paladium, prata e platina produzidas no garimpo de Serra Pelada compradas pela Caixa Econômica Federal.

JOSÉ MARIA EYMAEL – A impunidade como causa do clima de desalento reinante no País.

ADYLSON MOTTA – Reconhecimento constitucional do direito de atuação da iniciativa privada nas áreas da Saúde e da Educação.

Ata da 90ª Sessão, em 25 de junho de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário;
Benedita da Silva, Suplente de Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Barba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedicto da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó. – PDT; Carlos Benevides – PMDB;

Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Dei Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michries – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feraz Nadar – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Ro-

lemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João – Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça –

VI – Apresentação de proposições

ADEMIR ANDRADE, PAULO RAMOS

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

PAULO DELGADO – Repúdio à instituição da pena de morte no Brasil.

VASCO ALVES – Perdas salariais decorrentes do Plano Bresser. Submissão da política econômica nacional às diretrizes do FMI.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LIDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – Relação dos membros das Comissões Constitucionais.

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SOBCOMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Picha – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Iavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; **Ilegível** PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro

Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Nivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélia – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 295 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a função social da propriedade urbana tem sido objeto de amplo debate, principalmente pelas comunidades residentes nos grandes centros urbanos. Os contingentes populacionais que se deslocam da zona rural para as cidades, têm provocado o agravamento do problema habitacional, mercê de vários fatores que se desenham na fotografia de uma situação que nos mostra desde a concentração da terra nas mãos de uns poucos até a indefinição urbanística nos planejamentos municipais. A decorrência natural da conjugação desses fatos resulta na especulação imobiliária desenfreada, sem que haja medidas legais impeditivas dos abusos que são cometidos.

Para corrigir essa anomalia, responsável pelo surgimento dos guetos, das favelas, das palafitas, dos aglomerados de miséria, dos centros de degradação social, várias teses e propostas têm sido apresentadas.

Dentre as sugestões que tivemos a oportunidade de apreciar, vale ser ressaltada a que propõe a implantação de um imposto progressivo incidente sobre o imóvel urbano não construído e a apresentada pelo prof. Adilson de Abreu Dallari, expressa no sétimo painel promovido pela Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte – criada pela OAB-SP do qual foi expositor e teve como tema a reforma urbana.

Em relação à primeira, salta aos olhos a preocupação dos defensores da idéia, com a situação citada pela obtenção de vastas glebas urbanas.

retidas nas mãos de uma minoria, que dita preços, pressiona órgãos governamentais e funciona como definidora do planejamento urbanístico.

Diz o Prof. Adilson de Abreu Dallari: "É preciso que se faça a reforma urbana como forma de melhorar o nível e a qualidade de vida nas cidades, não apenas para alguns privilegiados, mas para toda a população".

Na exposição que fez perante a seção paulista da OAB, o Prof. Dallari enumerou sete sugestões que, a seu ver, deveriam constar da futura Constituição e que, transcritas no **Jornal do Advogado**, acho por bem trazer ao conhecimento dos companheiros Constituintes, mercê da importância de que se revestem, no instante em que iremos decidir e votar matéria de tamanha importância para o povo brasileiro. Eis as sugestões:

1. Definição do conteúdo ou do significado da função social da propriedade. Aqui ele sugere emenda aditiva à expressão "função social da propriedade", cujo teor é o seguinte: "O proprietário tem o dever de utilizar sua propriedade para cumprimento à função social a ela inerente, sendo permitido ao poder público instituir por lei a utilização ou edificação obrigatória, a espécie de uso necessário ou conveniente, gabaritos, índices da ocupação ou de aproveitamento do terreno e outras medidas que assegurem a utilização ótima do terreno e outras medidas que assegurem a utilização ótima dos recursos financeiros, o bem-estar da coletividade, a preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população".

2. Competência à União para editar normas gerais de uso e ocupação do solo. Atualmente a União não tem esse poder. É o prefeito quem determina para onde as cidades devem crescer.

3. Implantação a nível nacional, do índice "1" de edificabilidade. É exatamente o oposto do que existe hoje: todo proprietário terá direito de construir no máximo área igual à do terreno. Sempre que o proprietário quiser criar solo, precisará de autorização legal para isso.

4. Proibição, em toda a orla marítima, numa extensão de mil metros, a contar do limite externo das terras de marinha, de construção de edificações com mais de três pavimentos.

5. Novo regime de desapropriação. A possibilidade de desapropriar até mesmo para revender, desde que o uso seja consentâneo. Desapropriação possível pelo poder público, ou mesmo por particulares, para construir e revender sem lucros.

6. Inscrição no texto constitucional da figura do tombamento, sem ignorar a necessidade de indenização ao proprietário pelos lucros não auferidos e justamente esperados em condições normais.

7. Necessidade de uma afirmação muito clara, no texto constitucional, do direito à habitação. Em termos de reforma urbana, este é o problema mais grave. Neste ponto, recomenda-se a adoção do usucapião urbano; mediante a ameaça de usucapião, o especulador seria automaticamente afastado.

Os aspectos aqui enfocados crescem de importância se atentarmos para o fato de que o Brasil atravessa um momento de esvaziamento do campo e crescimento desordenado da área urbana, responsável por um quadro inverso daquele mostrado quando da elaboração da Carta Magna de 1946, quando tínhamos 70% da população brasileira residindo no campo e apenas 30% nas cida-

des. Necessário se faz, portanto, que a Constituição que estamos elaborando conte em sua situação de nossos irmãos que vivem o sofrimento das desigualdades sociais, formando a grande maioria do povo brasileiro, classificado, segundo o Prof. Adilson Dallari, em 64% de pobres e 23% de miseráveis.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é chegada a hora de resgatarmos ao nosso povo um dos direitos fundamentais da pessoa humana: o direito de ter seu chão, sua casa, o lar para abrigar sua família, embrião primeiro da sociedade e da Nação.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, segunda-feira à tarde, neste plenário, informei que estava contactando com a República Federal da Alemanha a propósito do anúncio do Presidente da República no sentido de que a empresa Deconsult estaria interessada em construir, por sua conta, a ferrovia Norte-Sul. Adverti para a maneira simplória com que o Governo Federal dava conhecimento ao País da intenção de uma empresa estrangeira de fazer um investimento desse vulto, ou seja, o Presidente da República não tem noção de que seja a importância de 2,5 bilhões de dólares para, de uma forma assim simplória, mostrar o papel na televisão, em entrevista coletiva, sobre a importância de empresas que nunca fazem investimentos por amor ao próximo, porque se empregam dez aqui, querem levar no mínimo cem de volta.

Agora surgiu a informação de que a carta da empresa alemã está com o Presidente. Ninguém sabe qual o conteúdo da carta, mas ela foi publicada pelo "Jornal do Brasil" na quinta-feira passada. Está aqui, assinada pelo diretor da empresa. A parte que nos interessa, a mentirosa, é que a Nação inteira foi obrigada a engolir no mínimo por algumas horas, diz exatamente o seguinte:

"A Deconsult coloca sua disponibilidade para, sob regime de concessão, porém sob comando e coordenação desse Ministério, assumir integralmente os investimentos do projeto da ferrovia Norte-Sul, hoje avaliada em 2,5 bilhões de dólares norte-americanos".

Está aqui. Não há necessidade de buscar a carta que está com o Presidente, pois, repito, o "Jornal do Brasil" a publicou na quinta-feira.

Há necessidade de um pouco mais de competência por parte dos nossos homens públicos. Eles devem ter noção do que significa para o capital internacional um investimento dessa ordem. Não pode mais haver mentira descarada, e o Ministro que deu a informação ao Presidente continuar posando de grande brasileiro, que não é.

Srs. Constituintes, fico triste ao ver que este é um País extraordinário e que grande quantidade de pessoas continua trabalhando vinte e quatro horas por dia e fazendo serão para transformá-lo numa republiquetá. Ninguém faz investimento por amor ao próximo, muito menos a empresa estrangeira a que se referiu o Presidente da República, mostrando uma carta falsa e mentirosa. De acordo com as autoridades, segundo o noticiário da Folha de S. Paulo, a firma alemã só queria assessorar a construção da ferrovia.

Há um telex do Deutsch Bank, que mantém 51% dessa empresa de consultoria, desautorizando a carta que foi escrita em bom português e dirigida ao Ministro dos Transportes. Alega-se que o tradutor talvez tenha sido muito ruim e que não conhece a língua. Mas uma tradução tão grosseira assim ninguém faria.

É isto que quero deixar consignado perante esta Assembleia Nacional Constituinte: temos todas as condições para ser um grande país, uma grande nação, e tirar o povo do subdesenvolvimento e da miséria, mas com pessoas que tenham capacidade, competência e que saibam o que significa a gerência de um país. Aos homens que aí estão nunca foi mostrado o que é honrar uma folha de pagamento no fim do mês, como faz a maioria dos nossos empresários. Por isso eles confundem as coisas. São capazes de assumir uma verdadeira, imaginando que empresas multinacionais estejam interessadas em fazer investimentos por amor ao próximo.

Para concluir, Sr. Presidente, penso que por uma questão de reparação da honra do próprio Presidente da República, que afinal de contas é a autoridade maior deste País, o Ministro dos Transportes deveria pedir demissão. É o mínimo que ele poderia fazer pelo bem da Nação brasileira, que neste momento se vê assolada por esse verdadeiro turbilhão que ainda vai jogá-la no abismo. (Palmas.)

O SR. CARLOS COTTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente José Sarney há dias deu a público uma ordem de serviço proibindo os Srs. Ministros de se ausentarem de Brasília durante dias úteis da semana.

É evidente que nenhum ministro atendeu à sua ordem; muitos até aproveitaram-se desta oportunidade para incrementar seus turismos internos.

Ontem, quarta-feira, dia de trabalho, o Presidente José Sarney foi fazer um piquenique religioso em Minas Gerais, com a agravante de levar S. Ex.^a o Governador biônico de Brasília, José Aparecido de Oliveira e vários ministros de Estado, na sua cognitiva, composta de quarenta pessoas. Foi um verdadeiro feriado nacional.

Parece até que não estamos mergulhados numa tremenda crise econômica, financeira, social e de desgoverno.

O Presidente José Sarney está brincando de presidente da República; aliás, ele não passa de um presidente de fatalidade.

Sr. Presidente, lamentavelmente chegamos à triste e lacônica conclusão: o mandato do Presidente Sarney deverá ser de, no máximo, quatro anos e o regime deverá ser o parlamentarismo, para que o Executivo passe a respeitar o Judiciário, o Legislativo e, sobretudo, o povo brasileiro e para que cesse logo essa onda de escândalos e descaminhos administrativos, como a Operação Patrícia, do café; as compras de alimentos deteriorados; os planos mirabolantes e fantasmagóricos, como o Cruzado II e o famigerado Plano Bresser Pereira, que arrocha os salários dos trabalhadores e confisca os ganhos dos pequenos poupadões das cadernetas de poupança; a onda de corrupção no Governo; enfim, para que desmandos administrativos como esses não continuem a prosperar em nosso País.

A Convenção Nacional do PMDB em julho próximo orientará o nosso partido a sair do desgo-

verno do Presidente Sarney, pois a Nova República já está esclerosada precocemente, e o seu caminho é diferente dos passos e da luta do PMDB, pela democracia, contra o arrocho salarial, a recessão, o desemprego, a corrupção e a volta do País ao FMI.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a Comissão da Ordem Social, através de vários membros da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, esteve presente, durante três dias, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O objetivo da Comissão foi conhecer **in loco** o Pantanal e, em especial, as ameaças de degradação de seu ecossistema, pela prática descontrolada da mineração, desmatamento, caça e pesca predatórias, poluição do meio ambiente e desequilíbrio ecológico.

Desejamos particularizar a mineração do ouro, com o seu poluidor processo de garimpagem e o perigo da contaminação do mercúrio, com trágicas consequências para a vida humana e animal. A nossa visão dos garimpos de Poconé foi a mais deprimente possível: pessoas despreparadas, sem o mínimo conhecimento dos riscos da contaminação pelo mercúrio, inexistência total de proteção e, o mais grave, o mercúrio, que deveria ser reaproveitado, tanto por medidas econômicas como por não ser biodegradável, é inteiramente lançado no meio ambiente, constituindo-se esta ação, além de crime imperdoável, um perigo iminente para a fauna e o homem.

Sr. Presidente, o Brasil não produz mercúrio e, no momento, importa pouco mais de 100 toneladas por ano. Esse mineral, que não é biodegradável, dissemina-se pelas águas, contaminando as nascentes dos rios, invadindo açudes, lagoas, o Pantanal e o mar. É provável que tenhamos, dentro em breve, as consequências desastrosas dessa poluição.

O mercúrio é um metal poluente de alta toxicidade e de longa persistência. No processo de mineração, ele é usado na garimpagem do ouro, formando com este um amálgama. É utilizado na proporção de 1,7 Hg para 1 de Au e a sua separação se faz através do calor, comumente com a utilização de maçarico. O mercúrio se vaporiza, ficando somente o ouro. Depois ele se condensa e vai contaminar o meio ambiente. Nos garimpos, o mercúrio, apesar de introduzido sob a forma metálica, transforma-se em mercúrio inorgânico e metilmercúrio, formas também fortemente tóxicas. O envenenamento por este metal pode ser agudo e crônico, sendo que o agudo afeta principalmente o aparelho digestivo, e o crônico, o sistema nervoso. A preocupação mundial, apesar da toxicidade do mercúrio já ser conhecida há séculos, com os seus riscos à saúde e ao meio ambiente, surgiu no Japão, ao se constatar que uma estranha e desconhecida doença causou inúmeras vítimas. A epidemiologia analítica constatou que a ordem era o mercúrio utilizado na produção de acetaldeído, numa fábrica localizada na baía de Minamata, cujos resíduos eram lançados diretamente no mar, contaminando peixes e ostras. As pessoas que comeram grandes quantidades de peixes foram severamente afetadas pelo envenenamento com mercúrio. A doença afetou 121 pessoas, das quais 46 morreram; 23 mu-

Iheres sofreram exposição pré-natal, e as crianças nascidas apresentaram grave lesão cerebral, observável tanto naquelas crianças cujas mães apresentavam manifestação leve de intoxicação, como naquelas em que não se constatou efeitos clínicos adversos observáveis. Acrescente-se que em experimentos animais foi demonstrado que o vapor de mercúrio elementar atravessa a membrana placentária da mulher grávida.

O processo de acúmulo de mercúrio nos peixes é por absorção através dos alimentos, como pelas guelras, podendo também ser contaminado o rebanho bovino e suíno, ao ingerir água contaminada, assim como aves, pássaros carnívoros e roedores.

Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, com preocupação, desolação e tristeza, os integrantes da Comissão da Ordem Social que estiveram no Pantanal mato-grossense observaram crimes cometidos contra a natureza e a vida, com total impunidade. Ali se extermina o Pantanal, considerado por cientistas e estudiosos como um dos maiores santuários biológicos da humanidade; ali se dizimam peixes, jacarés, jacutingas, capivaras, antas, veados, socós, mutuns, tuuiús, garças, carões, emas, jandaias, araras, ali se mata o homem.

A Comissão solicitou uma audiência ao Sr. Presidente da República, para relatar suas conclusões da viagem ao Pantanal e pedir providências imediatas para coibir a devastação. De nossa parte, iremos sugerir:

A) Ampliação da Guarda Florestal do IBDF, porque encontramos ali apenas seis guardas florestais, num Estado que tem, hoje, 881 mil quilômetros quadrados.

B) Estímulo e condições financeiras para criação de uma Companhia de Guarda Federal de Garimpo. Achamos fundamental, porque atualmente existem no Brasil cerca de um milhão de garimpeiros, sem nenhuma orientação técnica, sem qualquer conhecimento do perigo dos garimpos, sem conhecimento algum dessa contaminação pelo mercúrio. É preciso que as coisas no Brasil sejam tratadas com mais seriedade. É mais do que conveniente que uma guarda especializada em garimpagem seja constituída nestes Países, para evitar, além dessa ameaça à vida, o absurdo do contrabando que aí está existindo.

C) Obrigação do uso de aparelhagem para recuperação do mercúrio em todo garimpo, condição *sine qua non* para seu funcionamento. Esse mercúrio pode ser reaproveitado, reutilizado, mas, no momento, é totalmente perdido, e a Nação, a cada ano, tem de importar mais de cem toneladas desse material.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, mais uma vez, utilizando prerrogativas que nos outorga esta Casa de leis, na defesa dos reais interesses do povo brasileiro, quero nesta oportunidade ligar-me à problemática até hoje vivida por uma classe que muito tem a ver com o desenvolvimento da agricultura neste País: os técnicos agrícolas.

Há mais de dez anos essa classe vem sofrendo sérias discriminações no que concerne à valorização da mão-de-obra especializada e, obviamente,

te, percebendo remuneração incondizente com a tarefa executada.

Procurarei agora apresentar aos nobres Constituintes dados que retratam tal situação: os técnicos agrícolas constituem uma classe indispensável no tratamento e orientação ao homem do campo, que por descaso de determinadas autoridades do setor conta com parcos recursos financeiros e poucos esclarecimentos técnicos sobre como conduzir satisfatoriamente suas atividades rurais. Sendo a agricultura a única saída para as muitas dificuldades vividas pela Nação, até o momento ainda não se procurou executar uma política que satisfaça às necessidades mínimas do setor.

Mais do que nunca, há a imperiosa precisão de se começar a valorização dos profissionais da área, que até hoje têm lutado com sérias dificuldades, em busca de seus direitos, na maioria das vezes negados de forma ditatorial.

Vejamos alguns exemplos disso. No Território do Amapá foi realizado em março de 1979, concurso público para admissão de servidores na categoria de técnicos agrícolas. Sessenta e quatro candidatos foram aprovados, mas na hora de assinarem contrato com o Governo amapaense foram enquadrados como agentes de atividades agropecuárias, caracterizando, assim, uma qualificação profissional semelhante à dos madeireiros e vaqueiros, com remuneração equivalente a um salário mínimo e meio, sem qualquer possibilidade de ascenção profissional.

Após uma luta incansável, resultante de incontáveis peregrinações a Brasília, finalmente os técnicos agrícolas conseguiram uma vitória que, dada a burocacia existente no País, ainda não tiveram a chance de comemorar.

No último dia 28 de maio, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, criou portaria, que recebeu o nº 3.156, referente ao art. 577 do Estatuto Consolidado do Trabalho, estipulando a existência, de fato e de direito, da profissão de técnico agrícola de nível médio, cuja inclusão consta, a partir da presente data, do Plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Resta agora que a injustiça seja reparada e que não só nos Territórios do Amapá e de Roraima, mas em todo o Brasil, haja a valorização do técnico de nível médio, cujo trabalho tem reconhecida importância no desenvolvimento do setor primário neste País.

Vamos procurar cumprir nossa parte, zelando para que as leis, que na maioria das vezes ajudamos a fazer, sejam respeitadas e, o mais importante, cumpridas.

Só assim o Brasil atingirá o progresso que almeja.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente por força de norma regimental, e depois de ultrapassar fortes resistências na Subcomissão e Comissão Temática, desaguou na Comissão de Sistematização, onde está em exame, a proposta de sugestão que concede anistia ampla, geral e irrestrita a todos os servidores civis e militares punidos

desde 2 de setembro de 1961 até 1º de fevereiro de 1987.

Dentre as matérias polêmicas levadas ao debate na Assembléa Nacional Constituinte, destaca-se a que concede anistia como a mais delicada e, por isso mesmo suscetível de controvérsias que devem e precisam ser dirimidas antes que sobre ela se manifeste a Comissão de Sistematização, em grau de decisão final, com transito em julgado.

Os defensores da proposta de anistia, tal como expressão na sua clara redação, advogam obrigar a União arcar com os ônus de pesadas indenizações, não importando, para esse efeito, que os beneficiários tenham sido punidos por atos catalogados como atentatórios aos preceitos da legislação penal vigente.

Convém observar que apenas esses servidores nas áreas civil e militar serão contemplados pela messe da anistia proposta. Os que sofreram punições de caráter político receberam a devida reparação – inclusive pecuniária – com os desdobramentos da Lei de Anistia aprovada pelo Congresso Nacional, à época do Governo do Presidente João Figueiredo. Pode-se assegurar que na área civil praticamente inexistem casos pendentes. Todavia, na área militar – onde as punições já estão igualmente reparadas os anistiados foram promovidos e postos na reserva, com vencimentos que correspondem aos postos de promoção.

Uma forte razão puramente técnico-administrativa aconselhou o não-aproveitamento dos anistiados no quadro ativo das Forças Armadas. O afastamento os impediu de cumprir os cursos de adestramento e atualização, fundamentais para o bom desempenho em funções de comando no âmbito de uma força que se pretenda razoavelmente profissional e sintonizada com os avanços da tecnologia internacional.

A reincorporação desses contingentes na ativa subverteu regulamentos, normas disciplinares, critérios promocionais, enfim, toda a legislação que determina a função das Forças Armadas. No caso, é bom salientar que não foi questionado o direito à reparação moral e pecuniária, materializado nas promoções e fixação de soldos integrais.

O projeto de anistia do Presidente Figueiredo, conquanto amplo e irrestrito, tornou-se excludente para os punidos por delitos não políticos, porque não se inscreviam nas razões amparadas pela lei, o que significa deixar claro que a corporação nada lhes devia.

A proposta sob exame da Comissão de Sistematização, antes aprovada em duas instâncias da Assembléa Nacional Constituinte, além de devolver à ativa profissionais sem preparo em funções de comando, recoloca no serviço ativo uma comunidade de pessoas em débito com a tradição militarista, premiando-as com indenizações generosas.

Os membros integrantes da Comissão de Sistematização certamente hão de compreender o que representará para os bons resultados dos trabalhos que desenvolvem a aprovação em instância semifinal de uma proposta que, desde já, demonstra inquietude nos meios castrenses e capaz de provocar impasses não superáveis à margem do diálogo, que ainda pode e deve ser buscado, para alívio e despreocupação da sociedade brasileira.

A Assembléa Nacional Constituinte, justamente porque é livre e soberana, não pode abdicar de certas prerrogativas que ampliem sua predes-

tinção democrática e dê provas de estar aberta aos anseios coletivos da Nação.

Justifica-se, portanto, que a matéria da anistia seja tratada em comunhão de acertos com os chefes militares, ouvindo-se razões e tirando-se a média de ponderações para saber, afinal, da conveniência ou não de votá-la como está redigida, ou submetê-la a alterações que eliminem os pontos polêmicos de que se acha revestida.

Estamos diante de situação concreta e sobretudo delicada. Embora soberanos para decidir, não podemos ignorar os fiscos de um confronto desnecessário com os chefes militares, que, de público, já manifestaram desaprovação ao texto da anistia, inclusive de recusa em acatá-lo, o que representa uma grave advertência para a sorte da transição do País, no rumo da estabilidade democrática.

Vale colocarmos o bom senso acima de interesses menores que aqueles exigidos e esperados pelo povo brasileiro. Devemos levar em conta que após o projeto de anistia do Presidente Figueiredo, cerne do perdão amplo, geral e irrestrito, o Brasil se reencontrou com sua predestinação histórica, eliminando, a partir de então, o condenável divisionismo entre as sociedades civil e militar. A anistia implantou a norma da unidade social, política, cultural e – por que não dizer – ideológica, com objetivos primaciais de torná-la impermeável aos vendavais gerados pela nossa insensibilidade na forma de descobrir soluções adequadas e duradouras para o equacionamento dos problemas que insolitamente nos desafiam.

Insisto em bater na tecla do diálogo, que reputo norma cortês e imprescindível no caso da anistia, e porque nesta esteja embutido o destino de militares que reivindicam, além de reparos pecuniários, a reincorporação nos quadros ativos das Forças Armadas. A Assembléa Nacional Constituinte, na voz dos membros que integram a Comissão de Sistematização, está no dever de consultar a opinião dos chefes militares, embora deles possam divergir, o que é próprio de uma democracia, quando exercida com sensatez por homens civilizados.

É carente de raciocínio lógico a idéia radical que confunde o direito de participação com o da intromissão de caráter indébito. Se abrirmos as portas para que, através delas, chegassem até nós os reclamos e anseios da sociedade contemporânea, entenderíamos que no cerne desses reclamos e anseios estejam presentes as esperanças comuns dos segmentos civis e militares. Não há nenhum pressuposto que autorize coonestar o justo direito dos chefes militares opinarem sobre as condições do texto da anistia que se pretende conferir, para admiti-lo como força de pressão indevida na livre manifestação da vontade de cada um dos Srs. Constituintes. Antes pelo contrário.

Confesso-me preocupado com a distância que separa o percurso do entendimento entre esta augusta Assembléa Nacional Constituinte e os principais chefes militares. Sobretudo, porque o cheiro do radicalismo já começa a impregnar os espíritos, fazendo com que aumente o fosso da discordia e prepondere de um dos lados o célebre desafio do "pagar para ver", responsável historicamente por muitos eventos desagradáveis nas vidas de povos e nações no mundo contemporâneo.

Praza aos céus que a lucidez e a humildade não nos percam de vista neste momento histórico e que, sob o pálio de uma quase esquálida transição, somamos esforços e buscamos encontrar acertos para doarmos ao Brasil uma Constituição que irmane civis e militares, e os tornem simplesmente cidadãos e filhos da mesma Pátria.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a situação financeira dos Estados brasileiros converte-se em constante preocupação de nossa parte, no sentido de propiciarmos aos Governadores tranqüilidade para que possam, efetivamente, exercer o seu mandato e corresponder à expectativa e à confiança dos seus eletores, notadamente dos seus concidadãos, para que seu governo se converta na solução dos problemas de infra-estrutura e venha a refletir-se na melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, vou lutar com todas as minhas forças para que uma emenda de minha autoria possa ser inserida, em caráter definitivo, na nova Carta Magna. A emenda diz claramente:

"Os gastos com o funcionalismo público não poderão ultrapassar (trinta por cento) 30% do Orçamento da União, (cinquenta por cento) 50% do Orçamento dos Estados e (trinta por cento) 30% do Orçamento dos Municípios."

Analizando a situação financeira do Estado de Santa Catarina, no trabalho elaborado sob a coordenação do Governador Pedro Ivo de Figueiredo Campos, verifica-se que: o mesmo está atravessando uma das piores crises financeiras de sua história.

Ao se iniciarem as atividades da atual administração estadual em 15 de março de 1987, as finanças públicas estavam de tal forma exauridas que eram insuficientes para manter, em índices aceitáveis, os compromissos de pessoal e de suprimento da máquina governamental.

Todo o esforço que vem sendo desenvolvido pelo governo do Estado desde aquela data tem sido concertado na correção das distorções encontradas na área econômica, sem o que seria ineqüível atingir as metas maiores a que se propõe o Governo Pedro Ivo/Casido Maldaner.

A dívida global do Estado em 31 de março de 1987 era da ordem de Cz\$ 33 bilhões, e não fosse o imenso potencial de Santa Catarina e a reconhecida capacidade de recuperação que tem demonstrado no decorrer de sua história, certamente estaria a equipe governamental diante de uma situação singular e irreversível gravidade.

Com uma receita líquida mensal, oriunda do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, da ordem de Cz\$ 1 bilhão, dos quais nada menos que 95% se encontram comprometidos com o pagamento da folha de pessoal, Santa Catarina seguramente jamais enfrentou quadro econômico de tão negros contornos.

Como se não bastasse tais dificuldades financeiras, tem a nova administração encontrado, no decorrer desses primeiros sessenta dias de atividade, um sem-número das mais aberrantes situações administrativas, cuja perpetuação ao longo dos anos vinha corroendo as já depauperadas finanças públicas de modo assustador.

No que se refere à administração indireta, não se achou situação menos caótica: entidades inteiramente dependentes de recursos do Tesouro, deficitárias e incapazes de cumprirem seus compromissos. mesmo no que se refere à folha de pessoal e de encargos sociais relativos aos seus servidores.

Verificou-se, dessa forma, que os recursos do Estado, já tão escassos, estão excessivamente comprometidos com despesas de mero custeio e manutenção, em prejuízo direto dos investimentos e da expansão dos serviços.

Na verdade, o que sucedeu repetida e constantemente foi a generalizada aplicação indevida de verbas públicas, que se pulverizavam em meio a uma organização interna obsoleta, onde imperavam a duplitude de ações, a dispersão de esforços e, não raro, a própria má fé na utilização de recursos.

Em mensagem à Assembléa Legislativa, pessoalmente, o Sr. Pedro Ivo Campos, no entanto, tomou pública a estratégia que já adotou com medidas de curíssimo prazo para viabilizar o saneamento financeiro:

– Melhoria do desempenho da arrecadação;

– Contenção dos gastos públicos de pessoal e de outras origens, tais como: aluguéis, energia, suprimentos em geral;

– Substituição e renegociação das dívidas vencidas e de curto prazo, em busca de melhores condições contratuais para o Estado.

O documento que se segue – "Situação Financeira dos Estados" – faz parte do anexo da "Mensagem à Assembléa Legislativa", apresentada pessoalmente pelo Sr. Governador do Estado àquele Poder em 30 de abril de 1987.

"O endividamento do Estado é da ordem de Cz\$ 33 bilhões, dos quais mais da metade vencida ou a vencer no corrente exercício. A receita líquida mensal do ICM (Cz\$ 1 bilhão) está comprometida com o pagamento do pessoal (Cz\$ 950 milhões) e é insuficiente para fazer face às demais despesas correntes. O Estado carece de recursos para atender ao serviço da dívida, à expansão e melhoria dos seus serviços e à realização de investimentos que sirvam ao desenvolvimento social e econômico. A administração indireta está constituída, em maior parte, por entidades sob absoluta dependência dos recursos do Tesouro; outras, que deveriam sobreviver autárquicamente, foram encontradas deficitárias, inadimplentes e às voltas com sérios problemas administrativos e financeiros.

A observância dos princípios de probidade e austeridade, o início da renegociação e da mudança do perfil do endividamento e medidas para incrementar a arrecadação são as primeiras providências em curso visando a debelar a atual crise financeira.

1. Compromissos da administração direta

O saldo da dívida da administração direta ascende ao montante de Cz\$ 23 bilhões (Quadro I); desse total encontrava-se vencida a impressionante soma de Cz\$ 13,4 bilhões. Os valores vincendos ao longo do corrente exercício, calculados na data base de 31-3-87, são da ordem de Cz\$ 3,7 bilhões. O compromisso total da dívida da administração direta em 1987 ascende a Cz\$ 17,1

bilhões, correspondendo a aproximadamente 80% do orçamento geral do Estado.

A receita líquida mensal do ICM é da ordem de Cz\$ 1,0 bilhão, dos quais Cz\$ 950 milhões comprometidos com dispêndios de pessoal estatutário e também celetistas contratados pelas fundações e empresas deficitárias, às quais vêm sendo transferidos, mês a mês, recursos para pagamento do pessoal.

Consideradas as demais despesas (consignações, fornecedores, manutenção, etc.) encontram-se exauridas as finanças estaduais, incapacitadas para fazer face aos compromissos correntes e ao serviço da dívida, situação tanto mais grave por inviabilizar qualquer investimento novo com recursos de origem tributária.

O Tesouro do Estado vem sendo sobrecarregado, ainda, com responsabilidades por débitos de entidades da administração indireta que em 31-3-87 somavam Cz\$ 3,6 bilhões.

1.2 – Esgotamento do endividamento estadual

Os limites do endividamento público, estadual e municipal, são determinados pelas Resoluções nº 62/75 e 93/76, do Senado Federal, regulamentadas pelas Resoluções nºs 345/75, 346/75 e 397/76 do Banco Central do Brasil.

Parte-se do pressuposto de que aqueles limites são, efetivamente, determinantes da capacidade operacional das entidades públicas, possibilitando que, observados, permitam a administração do serviço da dívida pública de forma razoável e sem comprometer a execução do plano de governo.

Os números encontrados pela administração empossada em 15-3-87, contudo, contradizem essa expectativa e apontam para um quadro altamente preocupante e de difícil solução.

O limite de endividamento público estadual, no que reporta à sua dívida fundada interna (operações com CEF, BNDES, lançamento de OTC's...) está exaurido, impossibilitando que tradicionais fontes de financiamento possam ser acionadas para obtenção de recursos e aplicação em projetos de desenvolvimento e na área social.

O limite operacional permitido para 1987 é de Cz\$ 1.578,5 milhão, já havendo sido comprometida até 28-2-87 a volumosa cifra de Cz\$ 6.865,8 milhões. Do saldo da dívida interna de Cz\$ 14,5 bilhões (Quadro II) em 31-3-87, encontrava-se vencido o montante de Cz\$ 9,1 bilhões, valor correspondente a aproximadamente nove meses de arrecadação do ICM estadual.

1.3 – Dívida Externa

A dívida externa alcançava, em 31 de março de 1987, a cifra de US\$ 290,2 milhões, correspondendo a Cz\$ 6.427 milhões (Quadro III). Desse montante, cerca de Cz\$ 1 bilhão tem vencimento no período de 15 de março a 31 de dezembro (Quadro IV). Presentemente o Estado vem amortizando, nos vencimentos, através do Banco do Brasil, 25% dos débitos, refinanciando-se o restante

através de "emprestimos ponte" com os encargos correspondentes.

A rolagem parcial da dívida externa tem implicado bloqueio das cotas-partes do Fundo de Participação dos Estados, fonte de receita considerável no orçamento estadual.

1.4 – Dívida Interna

O saldo da dívida fundada interna em 31-3-87 alcançava Cz\$ 14,5 bilhões.

1.4.1 – Rolagem das Obrigações do Tesouro do Estado – OTC

O cronograma de vencimento das OTC – para 1987 prevê um total de 10.538.362 títulos, representando, pelo valor da OTN de abril/87, o montante de Cz\$ 2.191.767.130,14. Desse global a Secretaria de Planejamento da Presidência da República – Seplan, autorizou o giro de 3.900.000 OTC, relativas ao vencimento do 1º semestre, estando o processo, contudo, ainda em análise pelo Ministério da Fazenda.

Para o 2º semestre/87 a quantidade de títulos vencíveis é bastante superior àquela cujo giro foi autorizado pela Seplan, preocupando no que toca ao ajustamento do fluxo de caixa. São 6.638.862 OTC, correspondentes, ao preço atual da OTN, a Cz\$ 1.380.684.130,14; a solicitação de exame pela Seplan, passo inicial para liberação do processo de rolagem, já foi formulada, estando o Governo do Estado na expectativa da manifestação daquele organismo federal para dar seqüência ao processamento técnico-burocrático (Quadro V).

1.4.2 – Dívida flutuante Operações de antecipação da receita e outros compromissos

As operações de empréstimo por antecipação de receita têm prazos de liquidação que variam entre 60 e 90 dias. Tais operações, sujeitas à variação das LBC, mais juros de mercado, são extremamente gravosas para o Estado.

Em 31-3-87 o montante das operações vencidas e vencendas na rede bancária particular apresentava encargos totais de Cz\$ 252,5 milhões, para um principal de Cz\$ 762,7 milhões, além de Cz\$ 800 milhões vencidos desde 1986 na rede oficial. Ao assumir o Governo, apenas na rede privada os compromissos vencidos ascendiam a Cz\$ 625 milhões.

Operações por antecipação da receita orçamentária, instrumento legal e teoricamente utilizável para fazer face à insuficiência de caixa, passaram a se constituir em fonte permanente de receita.

Há, ainda, no corrente exercício, compromissos com restos a pagar que ascendem a Cz\$ 1,0 bilhão.

1.5 – Encargos Sociais

As contribuições previdenciárias (Iapam, FGTS, PIS, Pasep), tanto da administração direta quanto da indireta, não vêm sendo recolhidas. Em alguns casos os recolhimentos são devidos a partir de 1982, com grande concentração de débitos nos anos de 1985

e 1986. Os dados até aqui examinados indicam que o montante desses compromissos, acrescidos dos encargos previstos na legislação específica, superam a Cz\$ 750 milhões (dados de março de 1987).

2. Administração Indireta

A mensuração da capacidade de endividamento dos órgãos da administração indireta tem seus parâmetros fixados independentemente dos números do endividamento da administração direta. Isso determinou que, independente das possibilidades de pagamento que esses organismos devesssem ter, fossem acionados para efetivar novos empréstimos. A maioria dessas entidades depende quase que exclusivamente de repasses do Governo do Estado, inclusive para sua própria manutenção, o que significa dizer que o serviço da dívida contraída passou a ser compromisso do próprio Tesouro estadual.

Das entidades cuja dívida é responsabilidade direta de liquidação, pelo Estado, o somatório do saldo existente em 31-3-87 apontava Cz\$ 3,6 bilhões. Deve-se ressaltar que o Governo estadual ainda se responsabiliza pela transferência de recursos necessários à cobertura das suas despesas de pessoal.

As demais entidades da administração indireta, algumas das quais adiante detalhadas, apresentam um endividamento da ordem de Cz\$ 6,0 bilhões.

2.1 – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – Cohab/SC.

A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina –Cohab/SC, apresentava em 28 de fevereiro deste ano um exigível, de longo prazo, de Cz\$ 498.850.768,89 e, em contrapartida, um realizável de Cz\$ 484.195.256,41. O compromisso mensal de amortização dos empréstimos recebidos é de aproximadamente Cz\$ 2.300 mil, enquanto que as receitas efetivas situaram-se, em março de 1987, em Cz\$ 2.460 mil. Consideradas as despesas de manutenção da entidade, constata-se um expressivo déficit que tem obrigado o Governo do Estado a subvencioná-la mensalmente, cobrindo a totalidade da sua folha de pagamento do pessoal e encargos.

Nos últimos meses, mesmo com a subvenção do Governo, a COHAB/SC tem apresentado um déficit operacional mensal de Cz\$ 800 mil. As obras contratadas junto ao BNH, hoje incorporado à Caixa Econômica Federal, em número de 8 (oito), se encontram paralisadas, impedindo o recebimento de receitas operacionais correspondentes por parte da COHAB/SC.

2.2 – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

As operações de crédito firmadas pela CASAN junto ao BNH/Caixa Econômica Federal e FAE, apontam um saldo a amortizar ao longo dos próximos 30 anos, de Cz\$ 2,4 bilhões. A empresa tem convivido com déficits operacionais mensais vultosos, estando pre-

visto um de Cz\$ 15,8 milhões para o corrente mês de abril, decorrente de uma despesa de manutenção da ordem de Cz\$ 35,4 milhões e encargos com o serviço da dívida de Cz\$ 14,4 milhões, contra uma receita de Cz\$ 34,0 milhões. Isto representa, praticamente, a impossibilidade de honrar a liquidação da folha de pagamento do pessoal e encargos sociais, fixada em Cz\$ 26,1 milhões para abril/87.

Face à gravidade da situação financeira da empresa, encontra-se ela inadimplente, com obras, serviço da dívida, despesas operacionais e serviços de terceiros, em Cz\$ 382,4 milhões; em cartórios, sob protesto, somam-se títulos até Cz\$ 18,5 milhões; por decisão judicial, decorrente de ação impetrada por credores, está com saldos bancários bloqueados no BESC da ordem de Cz\$ 10,6 milhões.

A inadimplência do Estado para com a Caixa Econômica Federal implicou em bloqueio dos desembolsos daquele organismo para com a CASAN, relativos ao 1º quadrimestre/87, totalizadores do montante de Cr\$ 37,5 milhões, e impede a efetivação de novas contratações indispensáveis ao desenvolvimento do programa de investimentos da empresa. A gravidade da situação, inclusive, prejudica consideravelmente a aquisição de produtos químicos, materiais essenciais e peças de reposição, eis que os fornecedores exigem preliminarmente a liquidação de compromissos vencidos, para posterior atendimento de pedidos formulados.

2.3 – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA – Celesc

A atual dificuldade econômico-financeira da Celesc tem origem em duas principais vertentes, a saber:

- nível de remuneração dos investimentos incompatíveis com as reais necessidades de recursos para manutenção e expansão do atual sistema elétrico;
- elevado grau de endividamento.

2.3.1 – Rentabilidade

No exercício encerrado em 31-12-86, a Celesc apresentou um prejuízo operacional de Cz\$ 32 milhões, muito embora a correção monetária de seu patrimônio acusasse um lucro inflacionário de Cz\$ 30 milhões.

Vale destacar que as demais empresas do setor não têm apresentado níveis de remuneração satisfatórios, embora a grande maioria delas esteja melhor posicionada do que a Celesc.

Assim é que, enquanto o limite legal da remuneração de investimentos é de 12% ao ano, a média nacional é 6%, a retejo, nos últimos quatro anos, não ultrapassou a 3% ao ano. Em 1986, ficou em 1% (hum por cento negativo).

As causas deste problema decorrem, de um lado, do excesso de despesas operacionais, notadamente em gastos com pessoal; de outro lado, o preço das tarifas estabelecidas pelo Governo Federal não cobre satisfatoriamente o custo dos serviços prestados.

2.3.2 – Endividamento

O passivo a curto prazo somava, em 15-3-87, Cz\$ 3.160 milhões, representando

um comprometimento de 47% do patrimônio da Celesc. Como problema mais emergente destaca-se a dívida vencida da Eletro-sul de Cz\$ 664 milhões (sem acréscimo moratórias) e fornecedores de Cz\$ 90 milhões.

A dívida em longo prazo de empréstimos acusava um saldo de Cz\$ 1.926 milhões, sendo que 73% deste valor é em moeda estrangeira.

O endividamento torna-se mais dramático em vista dos altos custos financeiros incompatíveis com a taxa de remuneração dos investimentos, conforme comentado acima.

Necessário dizer que o endividamento da Celesc se intensificou com a transferência, em 1985/1986, para o Tesouro do Estado, a título de empréstimo, de Cz\$ 219 milhões, e com o atraso, pelo Governo do Estado e CASAN, no pagamento do consumo de energia elétrica, cujo saldo devedor, em 31-12-86, somava um total de Cz\$ 87 milhões.

2.4 – Situação do Sistema Financeiro Estadual

Em setembro de 1986, ao apresentar ao povo catarinense o seu compromisso de governo, o Governador Pedro Ivo diagnosticou o estado de falência a que era levado o Sistema Financeiro Estadual, decorrente fundamentalmente de excessivo volume de aplicações no setor público, que não eram liquidadas nos seus vencimentos, bem como de grande número de créditos concedidos sem observância dos cuidados técnicos indispensáveis. Uns e outros constituíam empréstimos que vinham sendo rolados indefinidamente, de forma a disfarçar a impossibilidade ou dificuldade de sua recuperação.

Além disso, o descompasso entre as receitas das diversas instituições financeiras estaduais e suas despesas financeiras e administrativas as levaria à inviabilidade.

O quadro que denunciávamos agravou-se no final de 1986 e início de 1987, chegando-se a ponto de o BESC ter suportado saldo em conta-movimento a descoberto superior a Cz\$ 400 milhões.

Por consequência do quadro relatado, o Sistema BESC foi sendo levado a uma situação de descapitalização e de crescente falta de liquidez, refletida nos saques a descoberto nas reservas bancárias do Banco Central que atingiram níveis inaceitáveis por aquele organismo. Tal prática resultou da utilização do BESC como forma singular de suprir, por conta do Banco Central as insuficiências de cabra do Tesouro.

Como resultado dessa situação ocorreu a intervenção do Banco Central do Brasil no BESC e nas instituições financeiras coligadas, estabelecendo-se regime de administração especial temporária, operada por aquela autoridade.

O Governo do Estado envidará esforços para o saneamento e reequilíbrio das referidas entidades de forma que, preservada a abrangência do sistema, possa o mesmo constituir instrumento eficaz do desenvolvimento estadual.

2.4.1 – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul – BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Agência de Florianópolis, possuía, no encerramento do mês de março de 1987, um saldo de aplicações de Cz\$ 8,9 bilhões. Deste montante, o expressivo valor de 6,8 bilhões, ou seja, 76%, referia-se a aplicações no setor público, dando mostra, assim, da gritante distorção dos objetivos da instituição, que ultimamente passou a ser meramente um banco do Governo, em vez de um banco do Estado.

A agência local do BRDE, que tanto já realizou para o desenvolvimento do Estado, tem hoje como atividade principal a captação permanente de recursos, via CDB's, para rolar a dívida do setor público estadual.

Essa captação de recursos, que se processa a qualquer preço, para que a agência local do BRDE possa honrar, a tempo, seus compromissos, pelo volume alcançado (4 bilhões de cruzados), estão comprometendo, cada vez mais, a sua liquidez, elevando sensivelmente o risco de uma insolvência total. O custo médio dos últimos aditivos contratuais assinados com o setor público estadual alcançou a alarmante taxa de 86% ao an-

Assim, recursos expressivos, que poderiam melhorar e aumentar a oferta de serviços públicos (educação, saúde, segurança etc.) estão sendo consumidos com o pagamento dos juros extorsivos dos CDB's e CDI's lançados no mercado pelo BRDE, sem que medidas efetivas sejam tomadas para estancar essa sangria no patrimônio público de Santa Catarina.

O campo de atuação da agência local do BRDE está, pois, delimitado pela sua grave situação financeira e pelo desvirtuamento de suas funções básicas.

A agência irá priorizar, portanto, a busca de soluções para o problema da liquidez e reorientar a atuação da referida agência, visando a torná-la imprescindível como instrumento da política econômica do Governo Pedro Ivo Campos.

Em consonância com o Plano de Governo o BRDE passa a operar prioritariamente através de programas setoriais, dirigindo assim suas ações objetivamente no sentido de produzir efetivas mudanças na estrutura econômica e social do Estado.

Cabe destacar aqui a implementação do Programa de Reaparelhamento da Indústria Têxtil Catarinense, o qual viabilizará investimentos da ordem de Cz\$ 2,7 bilhões, neste segmento industrial que tem como medida de sua importância à ocupação de cerca de 100.000 pessoas, respondendo por 23% do valor da produção industrial.

3. Soluções para a crise

3.1 – Medidas corretivas preliminares

A gravíssima crise financeira está sendo atacada em diversas frentes. A rigorosa observância dos princípios de probidade e aus-

teridade na administração pública leva o Governo a propor e a adotar medidas que eliminem todo dispêndio ilegal ou exorbitante. Os compromissos com a rede bancária privada, traduzidos sem empréstimos por antecipação de receita, alguns vencidos desde janeiro deste ano, vem sendo renegociados de forma a reduzir seu custo e possibilitar algum tempo à nova administração para iniciar a amortização desses compromissos. Entende a administração que os empréstimos por antecipação da receita com a rede bancária privada não podem servir como instrumento permanente da dívida pública, o que desvirtua o sentido emergencial dessas operações e sobrecarrega o Estado com custos financeiros incompatíveis com as suas disponibilidades e com a evolução da sua receita.

Paralelamente foram iniciados entendimentos com o Governo federal objetivando à renegociação global das dívidas do Estado. Resulta esse procedimento da necessidade de consolidar dívidas e de reescaloná-las com taxas de tiros e prazos de carência e de amortização que permitam saída alternativa ao desastroso processo de endividamento que marcou a administração anterior.

3.2 – Incremento da arrecadação

Objetivando alcançar o incremento da arrecadação, foram desde logo adotadas medidas para estimular a atuação dos agentes fiscais e conferir maior atenção às regiões interioranas, corrigindo a concentração irregular de pessoal no litoral. Paralelamente, já estão em curso a revisão dos bandidos fiscais conferidos no passado, o controle das safras agrícolas, a formação de comissões

para auditagem em médias e grandes empresas e a revisão de parcelamentos concedidos irregularmente.

QUADRO II

Saldo da dívida Interna em 31-3-87 Administração Direta

3.3 – Reforma Tributária

O Governo de Santa Catarina participa do movimento pela necessária e urgente reforma tributária, que redistribua com justiça e equilíbrio as receitas entre os níveis de Governa – federal, estadual e municipal. Entende que somente assim poderão as unidades da Federação recompor a autonomia indispensável a essa forma de Estado.

Defende, também, fiel aos compromissos assumidos no passado, que se devam utilizar preferencialmente os tributos diretos, aumentar a carga sobre os que têm mais e reduzi-la para os assalariados.

Especificamente, no que diz respeito à economia catarinense, é indispensável que o Governo Federal reembolse ao Estado o ICM que se deixa de arrecadar sobre os produtos exportados.

Credores

CEF/BNH/BESC.....	2.197.557,00,00
CEF/FAS.....	49.452.072,39
Banco do Brasil - FDU.	2.254.435,04
BNDES.....	101.709.898,41
BESC/Resolução nº 63	22.144.000,00
IOCHEPE/Arrend Merc	284.079.654,17
BADESC/CDB.....	4.399.617.550,13
BADESC/EBTU.....	5.452.005,15
BRDE/CDB.....	3.148.428.455,11
BRDE/FINEP.....	12.149,26
TITULO/OTC.....	3.072.080.188,22
BESC/Resolução nº 36	1.284.925.784,43
UNIBANCO.....	17.672.775,15
TOTAL.....	14.585.385.967,46

QUADRO III

Saldo da dívida externa – 31-3-87 em US\$

Síntese do Endividamento Estadual

Administração Direta

Em Cz\$ milhões

Dívida Externa.....	6.427
Dívida interna.....	16.600
a) Fundada.....	14.5858
b) Flutuante	
b.1 – Antecipação de	
Receita.....	1.015
b.2 – Outras.....	1.000
	2.015
Dívidas da Administração	
Indireta.....	9.600
Encargos Sociais.....	750
Total.....	33.377

Banco Credor

Banco do Brasil.....	105.622.187,54
Bco. Int. de Desenv. (BID)	68.407.973,60
Manufactures.....	49.665.733,13
Commerzbank.....	28.846.154,00
Eurobraz.....	9.583.333,34
Interfirst Bank Dalla.....	1.615.625,00
Harris Trust.....	2.986.500,00
Lloyds Merchant Bank.....	10.000.000,00
KFW.....	11.829.122,33
BIRD.....	1.700.000,00
Total.....	290.256.928,94

QUADRO IV

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DÍVIDA EXTERNA

EXERCÍCIO DE 1987

EM CRUZADOS

A preço de 31.03.87

MESES	PRINCIPAL	ENCARGOS	SOMA
MARÇO - 15.3 a 31.3	16.935.471,00	4.734.550,00	21.670.021,00
ABRIL.....	127.235.088,00	35.805.462,00	163.040.558,00
MAIO.....	93.931.295,00	71.274.053,00	165.205.948,00
JUNHO.....	17.342.976,00	25.016.531,00	42.359.507,00
JULHO.....		32.192.692,00	32.192.692,00
AGOSTO.....	58.715.112,00	18.524.323,00	77.239.435,00
SETEMBRO.....	127.388.763,00	32.588.000,00	159.976.763,00
OUTUBRO.....	127.235.088,00	39.043.201,00	166.278.289,00
NOVEMBRO.....	93.931.288,00	68.562.792,00	162.494.080,00
DEZEMBRO.....	17.342.976,00	21.740.991,00	39.083.967,00
SOMA.....	680.058.057,00	349.482.595,00	1.029.540.652,00

QUADRO V

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE 1987
DÍVIDA INTERNA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(A preços de 31.03.1987)

MESES	PRINCIPAL	ENCARGOS	SOMA
<u>Março - 15 a 31.03</u>			
OTC.....	110.388.500,00	3.208.286,00	113.597.786,00
OUTROS.....	25.377.272,00	10.414.871,00	35.792.143,00
SOMA.....	135.766.772,00	13.623.157,00	149.389.929,00
<u>ABRIL</u>			
OTC.....	118.046.500,00	9.727.057,00	127.773.557,00
OUTROS.....	20.521.339,00	2.901.598,00	29.422.937,00
SOMA.....	138.567.839,00	18.628.655,00	157.196.496,00
<u>MAIO</u>			
OTC.....	118.046.500,00	13.401.000,00	131.446.500,00
OUTROS.....	46.125.511,00	8.714.034,00	54.899.545,00
SOMA.....	164.172.011,00	22.174.034,00	186.346.045,00
<u>JUNHO</u>			
OTC.....	118.046.500,00	14.520.000,00	132.566.500,00
OUTROS.....	21.092.153,00	9.746.327,00	30856.480,00
SOMA.....	139.138.653,00	24.266.327,00	163.404.980,00
<u>JULHO</u>			
OTC.....	718.264.463,00	48.032.596,00	766.297.059,00
OUTROS.....	19.645.834,00	10.258.951,00	29.904.785,00
SOMA.....	737.910.297,00	58.291.547,00	796.201.844,00
<u>AGOSTO</u>			
OTC.....	118.046.500,00	12.526.360,00	230.572.860,00
OUTROS.....	41.444.323,00	8.686.700,00	50.131.023,00
SOMA.....	159.490.823,00	21.213.060,00	180.703.885,00
<u>SETEMBRO</u>			
OTC.....	118.046.500,00	9.854.151,00	127.800.651,00
OUTROS.....	16.163.146,00	11.667.081,00	27.830.227,00
SOMA.....	134.209.646,00	21.521.232,00	155.730.878,00
<u>OUTUBRO</u>			
OTC.....	124.199.265,00	19.181.742,00	143.381.007,00
OUTROS.....	15.840.151,00	8.547.447,00	24.387.598,00
SOMA.....	140.039.416,00	27.729.189,00	167.768.605,00
<u>NOVEMBRO</u>			
OTC.....	63.563.500,00	12.687.000,00	76.250.500,00
OUTROS.....	41.444.323,00	8.569.868,00	50.014.191,00
SOMA.....	105.007.823,00	21.256.868,00	126.264.691,00
<u>DEZEMBRO</u>			
OTC.....	63.563.500,00	12.687.000,00	76.250.500,00
OUTROS.....	16.410.964,00	11.330.225,00	27.741.189,00
SOMA.....	79.974.464,00	24.017.255,00	103.991.689,00
TOTAL	1.954.277.744,00	252.721.294,00	2.186.999.038,00

21

Sr. Presidente, as considerações que acabei de ler revelam não apenas a situação de inteira miserabilidade em que se encontra o Tesouro do Estado de Santa Catarina, mas também o desasco e o caos administrativo que lá imperaram até o dia 14 de março de 1987. É necessário que os Srs. Constituintes meditem a respeito e, acima de tudo, examinem a possibilidade de se inscreverem em caráter definitivo, na nova Carta Magna, um instrumento capaz de controlar não só os gastos do Estado, mas, sobremodo, os gastos dos Municípios e da União Federal, para que os impostos pagos pelo povo possam converter-se em benefícios de infra-estrutura, notadamente para assegurar o desenvolvimento econômico e social deste País. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Paulo Atacara!: o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a Sr Ana Maria Rattes. (Pausa.)

A SR^a MINA MARIA RATTES (PMDB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr^{as} e Srs. Constituintes,

não poderia permanecer calada diante das declarações do Exmº Sr. Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, em nome dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica, contra a anistia ampla, geral e irrestrita, já aprovada em duas Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte.

Quando o Sr. Ministro considera a proposta altamente prejudicial aos interesses militares e às tradições das Forças Armadas, gostaria de contra-argumentar, com a devida vénia, argüindo como ficam as tradições de justiça e reparação da Nação brasileira. As nossas forças militares espelham os amplos segmentos da sociedade brasileira que, no meu entender, só se sentiria gratificada e moralmente reabilitada com a reparação de uma injustiça, que, cometida durante o autoritarismo, atingiu os princípios democráticos de todo o povo brasileiro.

Gostaria de, realmente, ter acesso aos argumentos "seguros, convenientes e capazes de provar a inaceitabilidade da nova anistia", invocados nos jornais, pois teria mais subsídios embasadores à minha opção.

Concordo que problemas de adequação aos atuais quadros e questões orçamentárias fatalmente surgirão.

Mas, respaldada na minha consciência, que clama por expiação total aos banidos de nossas Forças Armadas, apenas por terem tido a coragem de fazer uma escolha política, é que venho solidarizar-me e engajar-me a toda esta luta, de anos, pelo resgate e a compensação pessoal do que foi incontestavelmente, e só, punição a uma opção ideológica.

Corrupção, delinqüência, são delitos comuns e como tal devem ter o adequado tratamento jurídico.

Queremos, neste plenário, resgatar a dignidade de todos os brasileiros.

Queremos, neste plenário, lutar pela soberania de todos os nascidos neste solo. Queremos ser fiéis a um sentimento maior de justiça e fraternidade, que deve presidir nossas ações e nossas opções ideológicas.

O pronunciamento dos Srs. Ministros militares me parece bastante adequado ao momento constituinte, em que propugnamos por um amplo debate, entre todos os brasileiros, das grandes questões nacionais. E a anistia ampla, geral e irrestrita é uma destas questões que, tenho certeza, todos os cidadãos querem ver resolvidas completamente e de uma vez por todas.

Ouçamos, enquanto Constituintes, as opiniões favoráveis e contrárias. O novo é a participação de todos. E a postura adotada pela direção de nossas Forças Armadas, não de impor ou se impor – quero crer – e sim de dialogar, reafirma a salutar novidade.

Este é o crescimento que podemos consignar, como oriundo desta fase de transição democrática que precisamos terminar e sedimentar.

Aos brasileiros compete, individualmente e como parte de um segmento organizado da sociedade, participar através do diálogo, do debate, rico e livre, neste processo constitucional.

A nós, Constituintes, eleitos pela vontade popular, compete o voto definidor de situações presentes e futuras para o bem-estar físico e moral desta Nação.

Mas em nossas decisões hão de estar muito presentes os compromissos que assumimos os motivos por que os assumimos, principalmente os compromissos com nossa própria consciência.

No meu caso, a minha consciência me diz a todo o momento que não posso abrir mão dos meus compromissos com a liberdade, a democracia, a igualdade e a justiça para todos os brasileiros.

O SR. SÉRGIO SPADA (PMDB – PR). Profere o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, novamente o Paraná está sendo palco de conflito de terras, consequência dolorosa de uma perversa estrutura fundiária que impede o acesso ao solo daqueles que desejam cultivá-lo como instrumento de subsistência.

Os acontecimentos se desenrolam em Matelândia, região Oeste do Paraná, da qual somos representantes nesta Constituinte, onde a disputa pela posse de seus férteis tempos já fez, no passado que se derramasse o sangue inocente das vítimas do processo espoliativo, ainda de feições feudais, que perdura até os nossos dias.

Agora são 242 famílias de agricultores sem terra, que ocupavam em caráter precário a fazenda Dento E, em Matelândia, e que nos últimos dias, diante da proximidade da data fatal de desocu-

pação, passaram a invadir outras áreas rurais, gerando um preocupante clima de fortes tensões pela resistência oposta por seus proprietários, que contam com o apoio de força policial.

A área ora ocupada pelos sem-terra é remanescente da antiga Fazenda Padroeira, objeto de desapropriação pelo Incra, mas ainda não titulada a cerca de 12 famílias ali instaladas há alguns anos, elas dispõem, apenas, de uma carta de anuência daquele órgão do Mirad.

Felizmente o contingente policial para lá deslocado vem atuando com serenidade para evitar um choque de imprevisíveis resultados, pois já chegaram a ocorrer troca de tiros entre os envolvidos, que somam mais de mil pessoas.

Segundo declarações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, Sr. Miguel Sávio, essa área invadida, de mil e dezenove hectares, pertence ao Incra, o que gera a convicção de direitos por parte dos agricultores sem terra.

O impasse que ali se verifica remonta a meados do ano passado, quando, em protesto contra a morosidade com que é conduzido o Plano Nacional de Reforma Agrária, lavradores oriundos de acampamentos da região ocuparam a fazenda Trento II, que era parcialmente produtiva.

Esse episódio. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é mais um capítulo acrescentado à mais grave questão social do País, que já assume contornos de verdadeira tragédia, pelo elevado número de vítimas e pelos profundos reflexos em todo o contexto sócio-econômico brasileiro.

Não é, pois, sem razão que nos preocupamos com os rumos e as posições ocorridas dentro deste Congresso Constituinte em relação ao problema da Reforma Agrária. São recentes as deploráveis ocorrências no seio da Subcomissão da política Agrícola e Fundiária, e da Reforma Agrária, que terminou seus trabalhos em meio a generalizando tumulto provocado por agentes da UDR. Em seguida, a Comissão Temática praticamente torpedeou as eventuais conquistas anteriores, oferecendo um anteprojeto retrógrado e até mesmo oposto ao próprio Estatuto da Terra promulgado pelo Marechal Castello Branco.

Para não dizer vergonhoso, é extremamente preocupante que hoje, em pleno funcionamento de uma Constituinte, tão grave questão como a terra seja tratada como um fato menor, sem nenhum relevo social, só porque assim o querem os poderosos latifundiários, que ocupam vastas extensões de terras sem nenhuma razão coletiva, mas apenas para servir a fabulosos ganhos especulativos.

Até quando, Srs. Constituintes, iremos tolerar tamanho acinte?

Até quando milhões de brasileiros serão impedidos de trabalhar no amanho da terra, a fim de colher a subsistência de suas famílias e os alimentos de que a população brasileira tanto necessita?

A História nos julgará, e não perdoará aqueles que desejam fazer da futura Constituição um instrumento legal para chancelar seus criminosos privilégios.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

SR. CARLOS ALBERTO CAO (PDT - RJ). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, nobres Constituintes, imaginava ocupar esta tribuna para manifestar minha estranheza diante de

uma iniciativa do Governo Sarney. Mas, após pensar e repensar a respeito das relações essenciais e centrais entre a instituição de uma nova estrutura sindical e a conquista da democracia, converto esta manifestação de estranheza numa manifestação de indignação e de protesto, em face da iniciativa do Governo Federal, frontal e abertamente atentatória à soberania e à autonomia da Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s. Constituintes, exatamente no momento em que esta Assembléa cumpre mais uma etapa na definição de resoluções e começa a esboçar o feitio da nova Constituição, eis que o Governo Federal encaminha ao Poder Legislativo um projeto de lei destinado a reformular a estrutura sindical em nosso País. Mas do que um desrespeito, esta iniciativa soa como uma clara e aberta provocação atentatória à liberdade de atuação e à autonomia dos integrantes da Assembléa Nacional Constituinte.

O projeto de lei enviado pelo Governo Sarney ao Poder Legislativo, que regula ou tenta regular a instituição de uma nova estrutura sindical, tem certas pretensões modernizadoras – é verdade – mas mal consegue encobrir sua verdadeira natureza autoritária, eis que ao Estado é concedido o poder de regulamentar, restringir, enfim, impedir a plena liberdade e autonomia sindical. Para ter-se este entendimento, Sr. Presidente, nobres Constituintes, basta ainda que de forma perfuntória, uma simples comparação entre o que dispõe o projeto de lei e as resoluções e decisões já tomadas no âmbito da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social. Com um padrão de modernização conservadora, pois que dota o Estado de instrumentos de regulamentação da atividade sindical, esse projeto de lei ao contrário do que ficou definido na Comissão da Ordem Social, institui uma nova forma de intervenção do Poder Público na atividade sindical, deferindo ao Ministério da Justiça a competência para representar judicialmente contra o movimento sindical, quando o Ministério da Justiça considerar que o movimento sindical está colocando na iminência de desestabilização a situação econômica, social e política do nosso País. Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, por ai emerge mais uma vez um preconceito, a restrição às atividades do movimento sindical. Nesta Constituinte, onde temos a responsabilidade de criar e instituir as bases normativas para a instituição e a implantação de um Estado democrático em nosso País, é preciso que, de uma vez por todas, esses preconceitos sejam enterrados como coisa do passado, como coisa superada de nossa História; e que tenhamos a plena convicção e a consciência de que o movimento sindical – na medida em que ele se fortalece e se desenvolve, livre das peias, da sujeição e da subordinação ao Estado – não só se transformará em instrumento de luta dos trabalhadores, mas será, sobretudo, um dos protagonistas, um dos interlocutores da sociedade civil com o Estado.

Concluindo, Sr. Presidente, queremos deixar bastante claro que esse projeto encaminhado pelo Governo Sarney, ao Poder Legislativo, se equipara às declarações que foram feitas ontem pelas autoridades militares. Ambas as declarações e o projeto de lei representam uma intervenção indevida nos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Cabe àqueles que representam a maioria, valendo-se também das disposições do Regimento Interno da Constituinte, sobrestar, impedir esta nova ameaça de condicionar, de obstar que esta Assembléa trabalhe autônoma e livremente e venha a transformar-se em instrumento de coerção e coação sobre o trabalho e o processo constituintes, já em fase conclusiva.

SR. TADEU FRANÇA (PMDB - PR)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^as. Constituintes, a cafeicultura paranaense está ameaçada. Apesar dos doze anos prodigizados peia natureza, que poupou os cafezais paranaenses das geadas, o nosso cafeicultor está perecendo. Segundo cálculos obtidos junto a pequenos cafeicultores do Município de São Jorge do Patrocínio, o custo da produção por quilograma de café beneficiado não fica, sob hipótese alguma, abaixo de 38 cruzados, quando o valor de comercialização assegurado junto às cooperativas é de 31 cruzados, ou ainda, de 25 cruzados o preço máximo de comercialização alcançado junto aos cerealistas da iniciativa privada.

Na verdade, o homem do café, hoje, paga para produzir e, lamentavelmente, está com seu fim decretado.

De 1980 para cá 105.000 pequenas propriedades cafeeiras desapareceram no Estado. O Paraná, erroneamente qualificado de Estado rico, está exportando sua Força de trabalho para a dolorosa via das migrações incertas e atropeladas pela força crescente das pastagens e do latifúndio, que já converteu, por exemplo, o extenso Município de Paranapoema em espólio de não mais que onze grandes propriedades rurais. Contradictoriamente, somos um país agrícola com imensos bolsões de miséria e estágio crônico de fome, que desnecessariamente importa e sepulta alimentos havidos como excedentes e negadas às nossas maiorias famintas. É o que promete acontecer outra vez também com o café, sem qualquer planejamento interno, mas aceitando a tutela da Organização Internacional do Café. E até mesmo em nome de uma inaceitável timidez em consolidar novos mercados, principalmente junto aos países socialistas, o Brasil cumpre a tabela de exportação de 19 milhões de sacas. Ora, o consumo interno de café é de aproximadamente 7 milhões de sacas, e numa previsão de safra de 35 milhões de sacas, por miopia política do setor, um excedente de 9 milhões de sacas vai acarretar crise sem precedentes no setor cafeeiro nacional.

A cafeicultura paranaense está pedindo socorro. Urge a imediata revisão do Valor Básico de Custo, ora totalmente defasado, o fim do imposto de exportação sobre o café – forma que ainda persiste e que recebia anteriormente o nome de confisco cambial do café. É necessário que o preço mínimo de garantia seja calculado à base da OTN, em função do caos econômico-financeiro, nota dominante em termos de política governamental.

Que o Governo Federal salve nossa planta social, porque o Paraná, hoje em processo aberto de esvaziamento populacional, se recusa a prosseguir assistindo à diáspora de seus filhos. (Muito bem. Palmas!)

SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB - GO). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, certo estadista declarou: "A Bíblia é a carta magna dos pobres e oprimidos".

A raça humana não está em condições de dispensá-la".

Eu acredito que, de fato, a Bíblia é a constituição espiritual do homem. E, apesar de haver sido concluída há cerca de dois milênios, nunca precisou ser remodelada. O homem muda, a sociedade se transforma, a Ciência evolui, mas a Bíblia continua sendo aplicável, nunca perde a sua modernidade e eficácia. Um exemplo disto é o que aconteceu no dia em que um exemplar da Bíblia foi colocado na mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Por força de uma proposta nossa, o art. 46 do Regimento Interno diz: "A Bíblia deverá ficar na mesa da Assembléia Nacional Constituinte à disposição de quem dela quiser fazer uso".

Naquele dia, após a entrega do exemplar da Bíblia, ela foi aberta ao acaso pelo Deputado Jorge Arbage. Logo após a sessão, o Deputado Victor Faccioni verificou, admirado, que naquela página aberta aleatoriamente (nº 82) havia uma mensagem para os Constituintes. O texto mostrava a advertência que o sogro de Moisés lhe fizera sobre sua postura demasiadamente centralizadora em suas decisões relativas ao povo: "Tu, só, não o podes fazer; procura dentre o povo homens capazes, honestos e os faz chefes de grupos".

Naquela ocasião estavam sendo escolhidos os Presidentes e Relatores das Comissões e Subcomissões.

Coincidência ou não isto vem demonstrar que a Bíblia tem sempre algo a nos dizer. Independentemente do local ou das circunstâncias, ela marca sua presença de forma significativa.

Quando apresentei a emenda para colocação da Bíblia sobre a mesa da Assembléia Nacional Constituinte muitos tentaram dissuadir-me de tal propósito. Alguns alegavam que não se devia misturar religião com política. Outros diziam que tal ato poderia ser interpretado como folclórico.

Eu não dei ouvidos a nada disso, porque sabia que, no mínimo, a presença da Bíblia nos levaria a refletir sobre a nossa condição de Constituintes, até porque não se deve confundir Bíblia com religião, posto que ela é a revelação de Deus aos homens.

É nesse contexto que encontramos a solene advertência do profeta Isaías (Is 10, 1-2), que diz:

"Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão para negar justiça aos pobres, para arrebatar o direito aos aflitos, a fim de despojar as viúvas e roubar os órfãos."

Este texto foi lido para o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e S. Ex.^a ficou profundamente sensibilizado. Eu creio que esta mensagem deve mesmo sensibilizar todos nós. Constituintes, seja de direita, seja de esquerda, agnósticos ou religiosos, católicos ou evangélicos. Todos temos a responsabilidade de preparar uma Constituição justa, sensata, sólida e praticável, capaz de unir os brasileiros nos princípios de liberdade, igualdade, justiça e democracia.

Eu acredito que a conduta do cristão deve ser caracterizada pelo equilíbrio e o bom senso. Os extremismos devem sempre ser evitados.

Há uma declaração bíblica excelente sobre isto (Isaías, 30:21):

"Quando te desviares para a direita e quando te desviares para a esquerda, os teus ouvidos ouvirão atrás de ti uma palavra dizendo: Este é o caminho, andai por ele."

É evidente que o caminho mais curto entre dois pontos é uma reta. E na retidão não há atalhos. Os desvios à esquerda ou à direita conduzem perigosamente ao retrocesso.

Creio que a melhor alternativa para o Brasil é avançar com firmeza, segurança e equilíbrio, a fim de que o povo não seja lançado no precipício do radicalismo alienante.

Falar em direito sem pugnar pela justiça é discursar sobre a democracia, procrastinando a liberdade; é advogar o progresso sem pensar no desenvolvimento; é pretender a solidariedade sem respeito à liberdade.

Disto tudo nos fala este livro dos livros. Tendo dita

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, voltamos à tribuna para falar novamente sobre a grande possibilidade que o Triângulo Mineiro tem de se emancipar agora, com a nova Constituição.

Essa região, que primitivamente pertenceu a Goiás, graças à ação de Dona Beija, passou a fazer parte do território mineiro. Há, vinte anos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não ditamos praticamente ligação alguma com Minas Gerais. Uma ferrovia de bitola estreita ligava Belo Horizonte a Uberaba, e uma rodovia de terceira categoria ligava o Triângulo – Uberlândia, Uberaba – a Belo Horizonte. Depois da administração do Governador Rondon Pacheco é que conseguimos realmente nos integrar, em grande parte, ao Estado de Minas Gerais. Duas ou três rodovias de primeira categoria foram criadas e, de lá para cá, passamos a participar socialmente da vida mineira.

O Triângulo Mineiro tem condições excepcionais para emancipar-se. A sua área prevista é de mais de 100 mil Km², a população é de quase 2 milhões de habitantes e a riqueza ali existente é de praticamente um terço da que se observa em todo o Estado. Graças a sua capacidade extraordinária, o homem do Triângulo Mineiro soube, na época, abrir caminhos para a conquista de Goiás, de Mato Grosso e dar os primeiros passos também no sentido da penetração para o Norte do Brasil. A capacidade hidrelétrica, os mananciais invejáveis, a topografia, o clima, a altitude, tudo isso dá ao Triângulo Mineiro condição, sem dúvida alguma, de plena sobrevivência.

Se há uma área que realmente pode emancipar-se é o Triângulo Mineiro, que está absolutamente preparado para que isso aconteça.

Essa emancipação não vai onerar os cofres públicos, porque já existe uma infraestrutura consolidada. Também não existe, da parte do triangulino, a preocupação de separar-se de Minas para separar-se das suas origens. Ao contrário, penso até que o único erro na proposição da criação do Estado do Triângulo, é não propor a criação do Estado do Triângulo Mineiro, para que, pelo nome, pelo menos continuássemos ainda ligados às nonasorigens. O homem do Triângulo Minei-

ro, criativo, soube realmente aproveitar todos os aspectos positivos da região e fazer com que hoje ela se destaque e possa assumir a responsabilidade de ser um novo Estado.

Só através da subdivisão, Sr. Presidente, é que poderemos realmente administrar essa extensão continental que é o Brasil. Acreditamos que os Estados que estão sendo propostos, agora, ainda são em número insignificante: O Brasil precisa ter entre 40 e 50 unidades federativas para desenvolver as suas riquezas e administrar com mais economia e menos desperdício o seu imenso território.

Por todas essas razões, voltamos à tribuna para afirmar que o Triângulo Mineiro está preparado para se emancipar, ao contrário de muitas opiniões que têm surgido ultimamente, que pretendem que ele não se separe de Minas Gerais.

A nossa intenção, no Triângulo Mineiro, não é nos separarmos de Minas Gerais. A terra não mudará de lugar. Vamos ficar na mesma posição e manter o mesmo relacionamento social e econômico com Minas Gerais.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, o Deputado Expedito Machado, falando pelo chamado Centro Democrático, insiste em manobrar para que a Convenção do PMDB não se realize, sob alegação de que o partido sairá dela dividido.

Acho que é chegada a hora de deixar a máscara cair. Este partido, radical no discurso e conservador no voto, por sua maioria constituinte, precisa colocar um fim nesse casuístico discurso da unidade. Em outras ocasiões e em face de outros acontecimentos, a luta pela unidade partidária teve indiscutível significância.

Hoje queremos unidade é para decidir, na Constituinte, as grandes questões nacionais. Mas afi esquecem o discurso da unidade e votam conforme suas consciências e seus interesses, como os fatos o comprovaram em muitas Comissões e Subcomissões.

Convenção, sim. Confronto, sim. Definição, sim. Não temos mais uma ditadura conta a qual estivemos unidos, acima de nossas divergências.

Não vejo agora por que fugir ao confronto e às definições, inclusive a de ordem ideológica. Afinal, o povo precisa saber que partido é esse que chegou ao poder para mudar, e governa pior que a Arena e o PDS.

Enfim, nossos companheiros e a Nação precisam conhecer quem apóia cinco anos para o Presidente e quem quer o povo, já no próximo ano, decidindo seus destinos quais os Deputados e Senadores que têm poder para nomear e receber outros favores do Governo e em troca de que.

Quem apóia o arrocho salarial engatilhado contra o trabalhador e quem a ele se opõe? Quem são aqueles que estão empurrando o Governo para os braços do FMI? Enfim, quem somos nós, o que estamos fazendo na Constituinte e que Constituição vamos votar, aprovar e promulgar?

Esse PMDB que aí está, com uma maioria conservadora vociferando corta as mais justas e sofridas reivindicações populares e nacionais, não é o MDB que conheci, nem o PMDB das memoráveis campanhas contra o regime de 64.

Assim, só existe uma instância partidária onde essas questões precisam ser debatidas e decidi-

das: a Convenção Nacional. Fugir dela é fugir do confronto, do debate, enfim, é fugir da definição. E o que este partido está precisando é de definição.

Enquanto um grupo se define e se autodenomina "Centro Democrático", à revelia do Diretório e da Convenção dá-se ao luxo de agir enquanto grupo, de votar enquanto grupo, de negociar enquanto grupo, e de decidir enquanto grupo, além de pichar companheiros, estigmatizá-los com nomes como xiitas, radicais, e outros. E agora vêm com essa história de construir biombos unitários, na tentativa de encobrir uma realidade que, a toda hora, esbofeteia a nossa face.

Não, Ilustre Deputado Expedito. A Constituinte nos colocou a nu. Estamos ideologicamente despidos perante a Nação, e V. Ex.^a faz muito bem em criar o seu Centro Democrático, só que à revelia do partido. E ai é que incorre no erro. Não estou falando em nome de grupo algum, embora minhas posições, minha palavra e meu voto coincidam com a palavra e as posições de outros companheiros, exatamente aqueles que têm sido estigmatizados. Vamos ver, agora, se é isso que nossas bases e nossos companheiros querem. Se o PMDB se definir como um partido de Centro Democrático, estarei fora dele. Repito: se o PMDB se definir ideologicamente como um partido de Centro Democrático, estarei fora dele, pois o MDB e o PMDB que conheci sempre se definiram como democráticos, mas não como de centro.

Parodiando o Presidente Ulysses Guimarães: "Viver não é preciso, definir é preciso". (Palmas.)

O SR. ASDROSAL RENTES (PMDB)

- PA. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria, desta tribuna, de me congratular com o eminente Ministro da Agricultura, Iris Rezende Machado, que tomou a iniciativa de se deslocar, com toda a sua equipe, a longa Amazônia, para ali auscultar os mais diversos segmentos da sociedade, para buscar soluções regionalizadas para os problemas de sua Pasta. O exemplo dado pelo Sr. Iris Rezende deve ser seguido por outros ministros que não se deslocam de seus gabinetes para sentir as necessidades do povo nas mais diferentes regiões.

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, poderia também denunciar desta tribuna mais um crime que se comete contra a nossa região. Técnicos que conhecem a Amazônia apenas dos bancos escolares, que conhecem apenas através de literatura, dizem a nós, que temos meio século de vida entre os seringais e castanhais, que não é possível plantar seringueira na Amazônia. Ora, Sr. Presidente, esses técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio deveriam ir a Amazônia e sentir as necessidades do seringueiro, verificar a realidade do que foi a borracha na Amazônia, o seu fastígio e a sua decadência, que ocorreu principalmente por falta de uma política adequada de sustentação.

Poderia denunciar, mas não o farei porque hoje me preocupo com o grave momento que vivemos.

Chegamos aqui, a esta Assembléa Nacional Constituinte, para elaborar uma Constituição que venha ao encontro dos anseios da sociedade brasileira. Sentimos que já começam a surgir no horizonte os primeiros "CBs", os primeiros **icebergs** que teremos de destruir com o nosso tato, com a nossa habilidade, com a nossa inteligência e, sobretudo, com o nosso bom-senso e equilíbrio.

Não é possível que num momento como este, tão importante para a vida nacional, começemos a adotar posições radicais, partam de onde partirem, pois a nova Constituição deverá representar todos os segmentos da sociedade brasileira: de direita, de esquerda, de centro, dos ricos, dos pobres, dos índios, dos pretos, dos brancos; enfim, toda a sociedade brasileira, que não é composta apenas por radicais de um lado ou de outro. Temos, sim, que ter o bom senso e o equilíbrio para levar a cabo esse trabalho que nos foi confiado pelo povo brasileiro. Temos, sim, que deixar de lado os nossos interesses políticos ou pessoais; temos, sim, que elevar, acima de tudo, o interesse nacional – e este é o de que possamos construir um Brasil mais forte, em que todos sejamos iguais, não apenas na letra morta da Constituição, mas na realidade do dia-a-dia de nossas vidas.

Sou contra qualquer radicalismo, parte de onde partir. Creio que o bom senso deva prevalecer, acima de tudo porque a sociedade brasileira não quer, em momento algum, entrar em choque de classes ou de irmãos contra irmãos. Queremos a paz para trabalhar. Como bem disse, ainda há pouco, o Constituinte Antônio de Jesus: a exemplo da Bíblia, que é a Constituição espiritual, temos a nossa constituição material, e Constituição brasileira, pautada para o progresso, para a justiça social, para a paz.

Que todos sejamos iguais numa realidade brasileira que haveremos de construir para dobrar este século como uma das grandes nações deste hemisfério.

Temos certeza de que os brasileiros de todos os rincões estão de olhos voltados para esta Casa e irão cobrar-nos o produto do nosso trabalho, bem como as promessas feitas nos palanques e uma Carta Magna voltada para os interesses nacionais e regionais, que venha a trazer a paz e o progresso para um País cada vez mais forte, para um povo que deverá ter, se Deus o permitir, equilíbrio social para romper o século XX como o grande País do hemisfério ocidental.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há dias, prestigioso jornal da minha terra, **O Estado de S. Paulo**, estampou um artigo sobre o papel das pontifícias universidades católicas no País e no mundo. Evocou, obviamente, os principais que inspiraram e fundamentaram a instituição de universidades católicas através dos tempos.

De fato, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sempre foi motivo de grande orgulho para a igreja a evocação do período final da Idade Média, em que ela se lançou na formação de consciências. Orgulha-se a Igreja, e esse orgulho é manifestado através de sua história, em todas as suas páginas que versam sobre as Universidades de Pádua, Gênova, Bolonha e de outras grandes cidades da Europa, a que sempre os seus altos dignitários denominavam **alma mater** – a **alma matar** que buscava, sempre, a unidade na diversidade dos conhecimentos.

Formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quero, neste momento, servir-me desta tribuna para dirigir-me a Sua Eminência o Cardeal Dom Paulo Arns, Arcebispo Metropolitano de São Paulo e Grão-Chanceler da Pontifícia Universidade Católica daquela capital. Lembro-me do dístico que

informou e que informa, até hoje, a Pedagogia da Faculdade Paulista de Direito: **Cum Scientia Com Ciência** – o que revela os propósitos do seu grande fundador, o então Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, uma das figuras mais eminentes, senão a mais eminentes de todas as figuras da igreja Católica em todo o tempo da História do Brasil. Pretendia ele que ali fossem Impostos, ao corpo discente, os conhecimentos de Direito, à luz de uma filosofia do Direito que afirmava o humanismo integral como fundamento e inspiração da sociedade moderna, os valores eternos que presidem e hão de presidir a vida do homem, os valores morais, que estão acima de todos e quaisquer outros valores. Houve, portanto, um fundamento ético, moral, religioso e filosófico a presidir e a inspirar a fundação, não apenas da Faculdade Paulista de Direito da PUC de São Paulo, como também de todas as faculdades que compõem a grande Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Neste instante, em que muita coisa não difere de todos os instantes da vida daquela portentosa instituição, ela atravessa grandes dificuldades financeiras, e boa parte daqueles que por ela se responsabilizaram, estatutária e socialmente, querem fazer com que o Estado a encampe, Querem fazer com que o Estado de São Paulo, que já tem três Universidades sob a sua responsabilidade, tenha mais uma: a PUC.

Eu poderia até concordar com isso, Sr. Presidente, não fosse o caráter frio, leigo, indiferente a fundamentos filosóficos e religiosos que regem a administração do ensino estatal, que regem a imposição pedagógica do Estado como Estado. Mas não concordo por ser a PUC, e ter, nas suas bases, os fundamentos que tem. Quero oferecer ao Sr. Cardeal, ao Grão-Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os meus préstimos junto ao Governo do Estado e ao Governo Federal para socorrer a PUC, não deixá-la ser encampada, para que a Igreja possa brandir, através dos tempos, o seu orgulho na afirmação de mais uma **alma mater**, aquela que formou e vem formando grande parte da juventude contemporânea e dos homens maduros, que comigo, em seus bancos, abeberaram-se para saber a vida.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o chamado programa de auxílio às micro, pequenas e médias empresas, anunciado recentemente pelo nosso Governo Federal, poderia mais adequadamente se chamar "novo programa de ajuda ao sistema financeiro". O comércio, a indústria e a agricultura vêm alertando a Nação para os perigos de insolvência diante dos juros abusivos a eles impostos. O sistema financeiro foi e continua sendo insensível na hora de faturar os lucros.

Agora, no momento de enfrentar eventuais reduções desses lucros, com a inadimplência a que conduziram o setor produtivo, conseguem do Governo outro presente especial, à custa mais uma vez dos demais contribuintes da Nação.

Em essência, o programa aprovado pelo Governo visa a rolar as dívidas existentes em 30-487, junto aos bancos. Não injeta recursos novos e não há definição nesse sentido; portanto, inaplica-se novo valor ao setor produtivo. Não injeta recursos novos no setor produtivo. Injeta recursos no sistema financeiro, para pagamento dos com-

promissos já existentes, e que, petas razões acima não puderam e nem poderão ser pagos.

E quais os efeitos que o decreto-lei assinado produzirá e a quem ele efetivamente beneficiará:

1 – os bancos, em regra, estão sujeitos à tributação semestral do Imposto de Renda;

2 – o lucro que será apurado em 30-6-87 se antecipa elevado, e o imposto correspondente (45%) deveria ser recolhido no segundo semestre;

3 – o decreto-lei – pasmem, constituintes – permite que os bancos constituam reservas e provisões especiais em 75% desses lucros, sob a alegação de que deverão refinanciar os micro, pequenos e médios empresários. Com isso, não pagarão no 2º semestre o imposto sobre essa parcela do lucro, estimado em Cz\$ 22 bilhões;

4 – as provisões servirão para cobrir os eventuais prejuízos das inadimplências futuras. O fato constitui privilégio em relação às demais empresas, que só podem compensar o lucro de um período com o prejuízo de períodos anteriores;

5 – as reservas e as provisões, se não forem absorvidas por prejuízos no semestre seguinte, só serão tributados em 31-12-87, e o eventual imposto será pago só no 1º semestre de 1988, corroído pela inflação;

6 – a comparação dessas medidas como que os bancos estrangeiros estão fazendo em relação à dívida brasileira (item 3 da exposição de motivos) não procede. Lá, os bancos estão aumentando o capital ou fazendo as provisões permitidas em leis anteriores, iguais para todos, para fazer frente aos prejuízos da inadimplência brasileira. Aqui, esse decreto-lei cria privilégio especial para os bancos em relação às demais empresas contribuintes, socializando parte dos possíveis prejuízos do sistema financeiro;

7 – Quem ganhou com a elevação dos níveis dos juros e quem selecionou as empresas para financiar foi o sistema financeiro. Se agora não consegue receber, por que a sociedade, via postergação do recolhimento e/ou perda de tributos, deve atenuar seus prejuízos eventuais? Isso não é feito para as demais empresas, que também estão sofrendo com a inadimplência. E as que estão sujeitas à tributação semestral terão que recolher o imposto devido no 2º semestre, ainda que aí estejam realizando elevados prejuízos com a inadimplência. Esses prejuízos só poderão ser compensados com lucros futuros, se e quando se realizarem;

8 – os governos estaduais, municipais e o Governo Federal, através da rolagem diária de suas

dívidas, é que respondem pela maior parte dos lucros do sistema financeiro, eis que pagam as elevadas taxas sem negociação e sem contrapartidas. Além de pagar, agora não recebem nem o imposto gerado pelo lucro que proporcionaram. Perdem duas vezes.

Afinal, não tem dinheiro novo na medida proposta, mas bancos não pagarão impostos devidos, no tempo certo.

Tratamentos beneficiados, como os trazidos pelo decreto-lei referido, só podem merecer desaprovação. E não resolve o verdadeiro problema da microempresa. Poderia citar um exemplo: se uma pequena empresa deixou de pagar, digamos, Cz\$ 200.000,00, em dezembro de 1986, e não conseguiu pagar até hoje, ela deve Cz\$ 600.000,00 desestimulando, desta forma, toda essa área, que já está na ante-sala da falência.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que precisamos de medidas efetivamente beneficiárias às micro e pequenas empresas – que sabemos indispensáveis a uma democracia forte, com desenvolvimento social –, não medidas que venham a privilegiar o já privilegiado sistema financeiro.

E as providências corretas, quando anunciadas, devem ser aplicadas com celeridade, atingindo as mais distantes regiões do País.

No primeiro Governo da Nova República, anunciam-se medidas para beneficiar micro, pequenos e médios empresários, que, infelizmente, beneficiam o sistema financeiro mais uma vez.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, um tema que merece a nossa especial e arguta atenção é o que se refere à escravidão em Rondônia. Dados oficiais da Coordenadoria de Conflitos Agrários do Incra-Mirad indicam a existência de 167 propriedades agrícolas no País onde existe o trabalho escravo.

Recentemente, os meios de comunicação deram notícia da existência de trabalho escravo e semi-escravo no interior de São Paulo, nos canaviais. Constatou-se, efetivamente, a exploração da mão-de-obra recrutada em Alagoas. O proprietário, inclusive, confirmou, dizendo que continuaria com tal sistema de exploração. E o mais incrível é que nada, absolutamente nada, acontecerá com tal cidadão.

Assim também acontece em Rondônia, principalmente nas empresas agropecuárias, para não falar nos casos crônicos de algumas empresas de mineração internacionais que dominam o se-

ter de minérios em meu Estado e que ainda mantêm milícias particulares fortemente armadas, correntes em suas propriedades ou alvarás.

Os latifúndios são entregues a grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, como a Volkswagen, o Bradesco, a Camargo Corrêa, a Atlântica Boa Vista, o Matarazzo, a Alysson Paulinelli e outros mais. Essas propriedades contratam os serviços dos empreiteiros de "mão-de-obra, os chamados gatos", encarregados do recrutamento dessa mão-de-obra para a execução dos serviços escravos nos latifúndios.

O próprio Ministro do Trabalho admite a existência do trabalho escravo, provocado em grande parte pelos fluxos migratórios e fixação do homem no campo.

Os trabalhadores, explorados nos grandes centros urbanos, marginalizados de todas as formas, são recrutados pelas empreiteiras e levados para regiões distantes e isoladas, atraídos por promessas de bom ganho e vida feliz. Acabam trabalhando apenas pela comida e quando fogem são mortos barbaramente pelos jagunços contratados pelas empresas e que prestam serviços ao latifundiário.

Em dois anos o Mirad constatou 96 casos de morte em conflitos em grandes propriedades.

A CPT – Comissão Pastoral da Terra de Rondônia, relata que os trabalhadores José da Silva Barbosa, de 28 anos, Israel Bispo de Campos, de 18 anos, e Fernando Arruda, de 21 anos, provenientes do Mato Grosso, Cuiabá, afirmam que foram levados para a Fazenda do "Doutor Sérgio", no município de Colorado d'Oeste, com promessa de receberem ali duzentos cruzados por alqueire de mata derrubado. Chegados ao local, constataram que teriam de trabalhar das 4 às 17 h 30, sem direito a descanso semanal. A alimentação era adquirida pelo triplo, e salário não recebiam. Se tentassem fugir, teriam seus calcanhares cortados, ou mesmo seriam mortos.

Esse relatório do Iera sobre o trabalho escravo menciona 14 propriedades que praticam a escravidão, através de denúncias de dezenas de vítimas, conforme os quadros anexos.

Tomara que as autoridades responsáveis tomem energicas e urgentes soluções para sanar o mal e trancar na cadeia não apenas os jagunços, mas os proprietários que exploram seres humanos, semelhantes, de forma tão abjeta e bárbara.

QUADROS A QUE SE REFERE A ORADORA

Onde se pratica a escravidão em Rondônia

Localidade	Imóvel	Denunciado
Colorado do Oeste	Guaratá	Sócio: Al. von Paulinek
Colorado do Oeste	Faz. Novo Oeste	Propri: Antônio Mello
Colorado do Oeste	Faz. Jacuri	Propri: José Francisco
Colorado do Oeste	Faz. S. José	Jacuméia Propri: José Francisco Jacuméia
Colorado do Oeste	Faz. Dr. Sérgio	-
Pointe Llano	Faz. S. Felipe	-
Costa Marques	Faz. S. José	-
Cerejeiras	Faz. Coop. Vellia	Propri: José Correia e Pedro Correia
Pres. Medeiros	Ilha S. Miguel	Propri: Sebastião Teixeira, empereur: Joaquim Magalhães e Brito, "Gato"; Passarinho e Negro Leão.
Colorado do Oeste	Faz. Ysippá	Propri: Antônio José Jacuméia
Colorado do Oeste	Faz. Ex-Bordon	Propri: José Carlos Tavares, "Gato"; José Pimentelino, Grádua, Gilberto.
Costa Marques	Faz. Fortune	Propri: Tito Camargo, gerente: Olmo Santurin (Iagrinha), "Gato"; Gil José Vieira.
Costa Marques	Faz. Aliança	Grande Camargo
Costa Marques	Faz. Mequim	Grande Camargo

Fontes: "Retrato do Brasil" edição de 22 de janeiro/87 Relatório "Trabalho Escravo - INCRA"

Os maiores latifundiários do Brasil

A soma da área dos 27 maiores latifundiários do país equivale à do Estado de São Paulo

Relação dos maiores detentores de terras e latifundiários por dimensão

Nome	Municípios	Área (ha)
MANASA - Madeireira Nacional S/A Jari Florestal e Agropecuária Ltda APUB-Agroforestal Amazônia Cia. Florestal Monte Dourado Cia. de Desenvolvimento do Piauí	Lábrea-AM e Guaporé-PR Almeirim-PA Jutai e Cearauari -AM Alerém e Mazagão-PA Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuló, Pimenteiras, Manoel Emílio, Nazaré do Piauí, S. Francisco do Piauí, Gurupá, Canto do Bunu, Floriano, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí-PI	4.140.767 2.918.692 2.194.274 1.642.227 1.076.752
Doriguezu Colonizadora do Arquipané S/A João Francisco Martins Lacerda Manoel Melo e de Queiroz Raoni Lins Gomes Amorim Pedro Antônio Dotti Alberto Nicollis Vilani Antônio Penteado de Freitas	Arquipané-MT Calçoene-AP Manoel Urbano-AC Iácre-AM Manoel Urbano e Sena Madureira-AC Formosa do Rio Preto-BA Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estreito do Eusébio-AM	1.000.000 1.000.000 875.000 90.278 800.868 795.575 704.574
Mall Hassan Esmadua Márcia Madeireira Ltda INDECO S/A-Ind Desenvolvimento e Colonização Mário Jorge Mendes de Moraes Agronegócio do Amapá S/A Francisco Jacinto da Silva	Namorado-AM Rorainópolis-AM Alto Floreata, Apuiarés e Diamantino	661.175 656.794 615.218 567.883
Plínio Sebastião Xavier Brilhante Cia. Colonizadora do Nordeste Cia. Coloniação do Vale do Rio Brilhante Jorge Whitney Atela Jussara Menezes Paz Adão Uderíus Paz Adelberto Conrado e Silva Romulo Morello União de Construtores S.A. Mepeir Marconi Agrícola e Pecuária Ltda	Caraúari-AM Mapapá-AP Sandóvalina-SP, Feijó-AC, Tarauacá-AC, Envira-AM e Mavari-MS Aurilândia e Manicore-AM Carutapera-MA Pirajá-SP e Feijó-AC Barreirinha-AC	545.613 480.406 452.000 440.000 430.243 432.115 432.119 422.170 400.121 405.000 398.786 25.547.535
TOTAL	Porto Velho-RO	

Fonte cálculos, tabulação e localização do engenheiro agrônomo Carlos Lorena a partir de dados do Inca. Publicado em "Algumas questões de discussão sobre a questão da Reforma Agrária no caso do Brasil".

O SR. TITO COSTA (PMDB -SP). Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr. Presidente, a televisão mostrou-nos recentemente que de uma pequena cidade do interior do Ceará saem, semanalmente, ônibus lotados de migrantes que demandam São Paulo, ou outros centros, em busca de serviço e de sobrevivência. As câmaras da TV mostraram, ainda, à porta de um mísero barraco, uma mulher carregada de filhos (eram sete), respondendo à indagação do repórter. "Meu marido foi para São Paulo procurar serviço e vai voltar para leva a gente com ele".

Esse "leva a gente com ele" significa a transferência da miséria de um lugar para outro, porque na cidade grande os problemas vão aumentar por falta de onde morar e do que comer. Sem se falar nas dificuldades de encontrar trabalho para quem não tem qualquer qualificação profissional e, geralmente, não é sequer alfabetizado.

Assim, o sonho se desfaz logo nos primeiros instantes da consumação da infeliz tentativa, e a procissão dos desesperados vai engrossando de modo irremediável. Do outro lado, a cidade que passou a abrigar os novos retirantes vai tendo agravadas suas já precárias condições de atendimento à prestação de serviços públicos, tais como saúde, escola, transporte. Sem falar no problema de morada, que é dos mais cruciais.

Como ex-Prefeito de São Bernardo do Campo, posso testemunhar a impotência do poder público diante do crescimento da nossa população urbana, da ordem de 10% a 12% ao ano, só nesse industrializado município da região do ABC, em São Paulo. Não se fale, ainda, Santo André e Diadema; Santo Amaro ou São Miguel Paulista ou nos subdistritos de Guiaianases ou Sapopemba; nos Municípios de Guarulhos e Ferraz de Vasconcelos, ou em Francisco Morato, para nos situarmos, apenas, na região metropolitana da Grande São Paulo. Para ali afliu, numa constância verdadeiramente alarmante, levas e levas de migrantes que, salvo raríssimas exceções, apenas estão transportando consigo, de um lugar para outro, seu arsenal de misérias. E esse quadro não se altera, a não ser para agravar-se quanto aos seus aspectos econômico, humano, sociólogo e, naturalmente, político.

Qual a solução?

Entendemos como urgente e, por isso mesmo, inadiável a adoção de um mecanismo de disciplinamento migratório dentro do território brasileiro.

Ninguém pode operar milagres e não há administração municipal ou estadual que possa atender a tão reiteradas demandas e tão indisciplinada forma de crescimento urbano, seguido de um quadro de miséria cada vez mais dramático.

Mas não pensemos que será a nova Constituição que irá remediar ou resolver o problema. A nova Carta — ao contrário do que desavisadamente se imagina — não poderá operar milagres.

Caberá à lei ordinária, seguida de medidas concretas de natureza social e econômica, a serem adotadas pelo Governo central, o equacionamento do problema, com vistas a criar e manter condições que permitam a fixação de populações em suas cidades de origem.

Dir-se-á — e dirão por certo os contumazes criadores de agitação — que uma política nesse sentido atentaria contra os direitos humanos e, mais, contra a liberdade constitucional de ir e vir, garantida até mesmo pelo **habeas corpus**.

Não é disso que se cuida. Países socialistas admitem, com êxito, esse tipo de controle de movimentação de suas populações internas. Os criadores profissionais de agitação sabem disso.

Vamos fazer deste tema verdadeira cruzada de redenção nacional. De minha parte, apresentarei à consideração do Congresso Nacional, oportunamente, proposta concreta, como início de trabalho. A literatura e as artes, de um modo geral, estão já no limite de esgotar a exploração do tema. Falta o seu encaminhamento político. E este é de nossa responsabilidade: do Congresso Nacional e do Poder Executivo.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB -RO). Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, através da História, a Amazônia, tanto a brasileira quanto a dos demais países da região, tem sido objeto de exploração, em geral depredatória, e quase nunca no interesse nacional como um todo, ou no dos habitantes da área.

As principais atividades econômicas na Amazônia foram e são, quase sempre, orientadas para a exportação. A borracha, a castanha, as madeiras e algumas especiarias têm tido sua história baseada no comércio com o resto do mundo, notadamente os Estados Unidos da América, o Japão e certos países do continente europeu.

São recentes, porém, o conhecimento e o correspondente interesse pelas imensas jazidas minerais e pelo elevado potencial hidrelétrico que, em conjunto, abriram novas perspectivas de mineração, metalurgia e, sobretudo, de produção de petróleo e derivados nobres (petroquímicos).

Região riquíssima em recursos naturais, servida por cerca de 20% do volume total das águas doces que correm para os mares, com baixa densidade demográfica, na sua maior parte, e vastas extensões de terras disponíveis, tem atraído a cobiça de empresários e governantes dos países mais ricos, sempre voltados para a manutenção dos periféricos ou em desenvolvimento, como produtores de matérias-primas a preços aviltados ou fornecedores de mão-de-obra barata.

Na Conferência de Versalhes, que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, o ex-Presidente Wilson, dos Estados Unidos, propôs a internacionalização dos rios da Amazônia, o que não foi alcançado dada a oposição da Inglaterra.

Em 1948, foi lançado o projeto de criação do Instituto Internacional da Hidro-Amazonica, com a superintendência da Unesco, e que regeria todas as pesquisas científicas e tecnológicas na região. Os países da bacia — Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela — teriam voto minoritário nessa instituição, porta aberta para uma primeira etapa da internacionalização daquelas terras. A vigilância, o patriotismo e o espírito de luta do então Deputado Artur Bernardes, que já barrara as pretensões de Farquhar sobre as jazidas de Itabira, impediu a consumação da investida, atrás das quais se ocultavam as multinacionais da madeira, da borracha e, provavelmente, do petróleo.

Em 1967 e 1968, uma organização de consultoria americana — o Instituto Hudson —, que presta serviços ao Governo e a empresas dos EUA, elaborou projeto de criação de grandes lagos sul-americanos visando à exploração de energia, minerais e florestas, servidos por valiosa rede de navegação fluvial. Naturalmente, os recursos seriam fornecidos pelos países ricos, que, eles mesmos, se beneficiariam da operação.

Para se ter idéia do que representada a barragem em Óbidos, basta citar o fato de que inundaria parte de Manaus. A Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia foi fundada nessa ocasião e, com a valiosa participação de figuras de projeção nas lutas nacionalistas, como o historiador e ex-Governador Artur César Ferreira Reis, o General Tácito Lívio Reis de Freitas, o Prof. Henrique Miranda e o geógrafo Orlando Valverde, conseguiu sensibilizar a opinião pública e impôs aos governantes a rejeição do projeto.

Aquela importante parcela do território nacional — cerca de 60% dele — não está, porém, a salvo da cupidão dos grupos econômico-financeiros da Trilateral (EUA, Japão e Europa Ocidental). As concessões às multinacionais, outorgadas nos últimos anos, são inquietantes. Tais concessões são a consequência da política de exportar a todo custo para satisfazer as exigências da dívida externa e são danosas à nossa economia e à soberania nacional.

Estão em mãos das empresas alienígenas vastas áreas transformadas em pastagens, numerosos recursos minerais, como a bauxita, a cassiterita, o caulim, o manganês e a produção de alumínio. Para esta última, foi acelerada a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, arrostando riscos de elevada poluição e degradação de rios e matas e cortando, pela ausência do sistema declusas, a navegação na rede fluvial Araguaia-Tocantins, violando disposição legal.

A Amazônia sofre, na realidade, dupla agressão: uma, a desnacionalizante, e outra, contra a sua natureza, com o desmatamento acelerado e irresponsável.

Como no resto do Brasil, o meio ambiente do território da Amazônia vem sendo agredido.

Nos territórios ao sul, os ciclos do pau-brasil, do açúcar, do ouro, do café e dos minérios, em passado remoto ou recente, e o atual, dos grãos para exportação, ligam-se, quase sempre, à destruição das matas primitivas. E a terra e/ou a mata têm sido freqüentemente usadas como-se fossem bens duráveis de investimento. Após terem propiciado o retorno e o rendimento do capital, podem ocorrer o sucateamento da terra, isto é, a degradação do solo até a sua esterilização, o assoreamento de rios e lagos, aumento de enchentes e redução da descarga dos rios na estiagem, destruição de flora e fauna e, até, extinção de algumas espécies.

O modelo exportador, projeto das classes governamentais brasileiras para a inserção no sistema capitalista mundial, que levou o País a deter o triste recorde de maior dívida externa do mundo, tem, como contrapartida, uma exploração depredatória de recursos naturais, além da supereexploração da mão-de-obra, da expulsão de trabalhadores do campo pelo latifúndio e da ocorrência de desnacionalização de setores básicos de nossa economia.

Atualmente, a Amazônia continua objeto de planos e projetos florestais, agropecuários e minerais.

A política florestal e a questão das terras.

A madeira é uma das matérias-primas de que o mundo desenvolvido mais necessita. A floresta pode ser considerada reserva de material, como uma jazida, ou manejada, isto é, tratada como uma cultura, fonte de um bem natural renovável.

Por grande que seja a reserva florestal na Amazônia, o aproveitamento e comercialização de suas madeiras merecem atenção quanto à própria sobrevivência da atividade madeireira e às danosas consequências do desnudamento do solo.

Os solos da região são variados. Há solos férteis, mas as terras amazônicas são constituídas, em geral, de solos fracos. A camada de húmus da superfície, resultado da decomposição das folhas e galhos caídos, e os próprios vegetais vivos são, praticamente, as únicas reservas de nutrientes minerais, constantemente reciclados entre as plantas vivas e seus detritos no chão.

Tentativas de substituir a floresta tropical úmida e heterogênea por reflorestamentos maciços de uma só espécie não têm sido frutíferas. Os exemplos aí estão e as plantações de seringueiras, pela Ford, em Belterra; as de pimenta, em Tomé-Açu, e as de **Gmelina** e de **Pinus caribaca**, no Jari são comprovação do afirmado.

O regime de exploração florestal na Amazônia está em discussão, mesmo entre os técnicos do Governo; alguns destes, e os ligados aos grupos madeireiros internacionais, pressionam no sentido de que sejam abertas concessões florestais e, no curso de sua vigência, se façam estudos e experiências de remanejamento das matas.

Não existe, ainda nenhuma técnica de conservação de floresta tropical. Os estudos do INPA e os da Estação de Silvicultura de Curuá-Una do Convênio FAO-Sudan não chegaram a uma conclusão definitiva. Tornar-se prudente, portanto, preservar o mais possível as florestas, sobretudo nas regiões de solos menos férteis ou mais frágeis.

O desmatamento da hiléia, no ritmo atual, levará à completa destruição da rica floresta, até o início do próximo século.

A colonização e, sobretudo, as concessões e os projetos agropecuários com incentivos fiscais são os causadores dessa terrível devastação. O Dr. Paulo Nogueira Neto, quando Presidente da SEMA, advertiu que, em 1981, já haviam sido derrubados 10 a 12% da hiléia, ou seja, 260 a 310 mil Km².

As grandes madeireiras transnacionais já devastaram quase totalmente as florestas da Ásia e da África. A redução das reservas dessas regiões e a luta de independência de seus habitantes têm despertado, naquelas empresas, o interesse pelas florestas tropicais sul-americanas.

Ao lado de numerosos madeireiros nacionais que transferem suas serrarias do Paraná, do Espírito Santo e do sul da Bahia para a Amazônia, estão agindo a Georgia Pacific, norte-americana, a Toyomenka, japonesa, e a Brumasa, subsidiária da Bruynzeel, holandesa. Como se ve, está bem representada a trilateral, integrada pelos EUA, Japão e Europa Ocidental.

Grande contribuição ao desmatamento tem sido a dos projetos agropecuários. Com o pretexto de desenvolver a produção de carne para exportação, foram dadas concessões, com generosos incentivos fiscais, a grupos nacionais e estrangeiros. Constituíram-se grandes latifúndios, foram expulsos coletores e índios, transformaram-se frondosas matas, por meio de extensas e criminosas queimadas, em pastos que, em pouco tempo, não alimentam senão uma proporção ínfima de cabeças de gado – uma por 2 ha – e, não obstante a ambição dos projetos, não produzem nem para abastecer Belém, Rondônia ou o Acre.

Os defensores da exploração madeireira imediata declaram suficiente a legislação protetora do meio ambiente. O órgão encarregado da fiscalização dessas leis, entretanto, não tem recursos sequer para impedir o desmatamento das encostas urbanas. Mesmo quando chega a atuar, multando um ou outro madeireiro, a penalidade é insignificante e não reduz o grande lucro do corte e a comercialização ilegal das madeiras.

O mesmo acontece quanto à devastação da fauna. Espécies como a onça pintada, alguns quelônios e certas aves estão em vias de extinção.

Está para ser discutido, no Congresso Nacional, o projeto de lei sobre uma política florestal para a Amazônia. Nele é previsto o zoneamento ecológico da Região, para ser realizado pelo Executivo, que já dispõe da legislação sobre o assunto. O zoneamento delimitará áreas de "Vocação" florestal, agrícola ou pecuária. Em zonas de ecologia particularmente frágil, será proibida qualquer atividade extractiva, agrícola, pastoril, caça, pesca, instalação de aglomerações humanas, mineração, garimpo etc.

O zoneamento será definido por estudos e levantamentos que indicarão as atividades que poderão ser desenvolvidas em cada área delimitada e/ou as unidades de preservação ou conservação.

Embora assunto de lei ordinária, o conteúdo desse projeto de lei deve ser examinado pelos Constituintes, a fim de que dispositivos constitucionais não venham a enquadrar seus objetivos como "cerceamento à livre empresa", ou outro argumento ideológico qualquer, em socorro dos depredadores da Amazônia.

Quanto às agressões ecológicas, seria de toda a conveniência que fossem classificados como crimes não só os atos praticados por peões ou empregados, como, também, os benefícios auferidos por seus patrões ou contratantes.

A presença de grandes propriedades territoriais em poder de nacionais ou de empresas estrangeiras, acelera o processo de devastação das terras, de maior concentração da propriedade, de apropriação de latifúndios improdutivos, conservados como reserva de valor.

Acresce que essas grandes fazendas foram adquiridas por compra simbólica ao Governo, acompanhada de incentivos fiscais, ou transacionadas com antigos proprietários, de títulos discutíveis.

Um dispositivo constitucional deve limitar a aquisição de terras por estrangeiros não-residentes ou empresas de capital estrangeiro. Impõem-se restrições quanto à propriedade de um conjunto de terras pela mesma pessoa em todo o País. Igualmente, deve ser limitada a área em um mesmo município ou municípios vizinhos.

Uma das disposições transitórias da futura Constituição precisa versar sobre a devolução de terras nas seguintes hipóteses: seu não-aproveitamento, desrespeito da área de reserva florestal, não-emprego dos incentivos fiscais recebidos ou retidos e ocorrências de títulos de propriedade ilegítimos. Em todos os casos, sem indenização.

Como base para essas medidas, merecem pleno apoio os dispositivos constantes do Capítulo II, Do meio ambiente, do Título V, do Anteprojeto ou das Sugestões da Comissão Afonso Arinos.

Política mineral.

O regime de livre acesso e livre exploração das riquezas do subsolo é uma característica dos países subdesenvolvidos ou colonizados, sendo embora este o sistema em vigor nos Estados Unidos.

A exploração de minas em territórios de países fracos, política, econômica e militarmente, tem substituído, em parte, para as grandes empresas dos países da Trilateral (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão), a exploração das colônias, como uma das feições do neocolonialismo.

Já na década de 20, o então Presidente Artur Bernardes denunciou e combateu as pretensões do grupo representado pelo norte-americano Percival Farqhuar, de apropriação das ricas jazidas de ferro de Itabira.

As Constituições de 1934 e 1937 continham dispositivos que asseguravam serem distintas a propriedade dos bens minerais do subsolo e das quedas d'água e a propriedade dos bens da superfície. Nelas também se estabelecia que a utilização dos minerais e a de quedas d'água, para gerar energia, dependeria de "concessões feitas a brasileiros".

Na Constituição de 1946, como resultado da ação de um **lobby** de empresas estrangeiras, coordenado pelo representante da Standard Oil, Mr. Schoppel (e **lobbies** semelhantes estão-se formando na Constituinte atual, eleita em 1986) figura o parágrafo 1º do artigo 153, que trata do assunto, em que se lê:

"As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a **sociedades organizadas** no país..." (O grifo é nosso).

A expressão sublinhada, conhecida como "Emenda Schoppel", caracteriza a legislação como contrária ao interesse nacional, face às "multinacionais", porquanto também é considerada nacional a empresa de capitais estrangeiros e controle no exterior, desde que constituída no Brasil.

O controle das jazidas minerais nos países do Terceiro Mundo é parte fundamental da política dos governos e empresas da Trilateral. Com isto, asseguram fornecimento de matérias-primas às suas indústrias, a preço baixo, e poderio a seus conglomerados, através da manipulação da produção e dos preços. Controlando jazidas cuja capacidade de produção excede as suas necessidades industriais, tais empresas se tomam capazes de penalizar os países que lhes exigam maior renda das concessões, provocando "dumpings" ou paralisando a produção. Podem, também, transportar o mineral de uma mina para o território de seu país de origem, criando, neste, uma reserva artificial de um mineral estratégico, como foi feito com o manganês do Amapá. Ou podem, simplesmente, sentar-se em cima da jazida, guardando-a para ocasião mais oportuna para elas e impedindo a exploração por quem poderia, desejaria e deveria fazê-lo: mineradores brasileiros, privados ou estatais.

Com a propriedade da riqueza mineral ligada à da superfície, e com modernos meios de reconhecimento geológico a partir de satélites artificiais, um açoitamento de nossas riquezas minerais já vem sendo exercido, em consequência das facilidades de permissão de lavra a "sociedades organizadas no país".

Segundo reportagem publicada no **Jornal do Brasil**, de 8 de setembro de 1985, a participação

de empresas estrangeiras na mineração no Brasil atinge níveis alarmantes.

Tal participação é a seguinte, na produção de:

Ouro (mecanizada).....	100%
Prata.....	98%
Diamantes.....	92%
Tungstênio.....	55%
Níobio.....	100%

(sendo: uma empresa com participação estrangeira e uma estrangeira)

Níquel.....	85%
Ferro.....	48%
Bauxita.....	85%

(empresas mistas)

Estanho.....	24%
Barita.....	34%
Água mineral.....	30%
Fertilizantes.....	30%
Fluorita.....	35%
Berito – é garimpado, mas o comércio é exercido pela Anglo-Americana.	

É de notar a alta porcentagem de participação estrangeira em minas de materiais estratégicos, como diamantes, tungstênio e nióbio. Deste último, conforme declarações do Ministro de Ciência e Tecnologia, Renato Archer, o Brasil detém 80% das reservas mundiais. Pode-se deduzir que a apropriação de todas as nossas reservas desse mineral por empresas da Trilateral visa impedir que o nosso país tenha uma posição dominante em seu comércio.

O caso da bauxita é, também, característico.

A Companhia Vale do Rio Doce associou-se às chamadas 6 irmãs do alumínio para a exploração da bauxita do Vale do Trombeta e à NAAC (Nippon Amazon Aluminum Company), organização japonesa, para a produção de alumina e alumínio, na Alunorte – Albrás, nas proximidades de Belém. Em São Luís (Maranhão) a Alcoa, norteamericana, e a Billiton, subsidiária da Shell, associadas, são as produtoras de alumínio para o mercado internacional, na Alumar.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída com toda a urgência para atender à fabricação de alumina e de alumínio. Já iniciada a produção de alumínio, pela Alumar, com alumina comprada a as associadas ao cartel, a NAAC se esquivou de participar da lavra da mina e da produção de alumina, mantendo-se na Albrás, para a fabricação de alumínio.

A atitude de "sentar-se em cima da jazida" é tomada pela Alcoa-Shell, que detém a concessão em Paragominas e não a explora.

Em nova reportagem sobre o mesmo assunto – açambarcamento de jazidas minerais e sua retenção como reserva para um possível futuro ou para impedir que outros a lavrem, aumentando a concorrência – o "Jornal do Brasil" de 25 de janeiro de 1987 revela:

"Um milhão de quilômetros quadrados – um oitavo da superfície do Brasil – está com seu subsolo, na região amazônica, em poder de um grupo de mineradoras, estatais, nacionais e multinacionais. Acresce que, na Re-

gião, o título das concessões ou autorizações dá um "governo" de fato a seus possuidores.

Dessa área, 949.538 quilômetros quadrados, 483 mil ainda são retidos, baseados no requerimento inicial que não dá nenhum direito, mas bloqueia o acesso a outros pretendentes; 457 mil têm alvará de pesquisa, e apenas menos de 8 mil estão sendo explorados.

De acordo com as listagens do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPMin), as nove maiores mineradoras detêm uma área igual ao dobro da do Estado de São Paulo e conseguem essa proeza através da criação de subsidiárias fantasmagóricas. Essas nove empresas maiores são: a Vale do Rio Doce, a Brascan-British Petroleum, a CPRM, a Best Metais, a Anglo American, Bozzano Simonsen, a Mineração Brumadinho, a British Petroleum (isolada) e a Mequimbrás. As áreas exploradas por essas empresas correspondem de zero a 1,47% das terras sobre as quais têm o controle".

A futura Constituição deve restabelecer o dispositivo nacionalista do Código de Minas e da Constituição de 1934, que previa a concessão de pesquisa e lavra apenas a brasileiros. Esse dispositivo pode ser estendido a "sociedades brasileiras", definindo-se na própria Constituição quais as condições para que uma empresa de mineração seja legalmente uma "sociedade brasileira".

Preceitos básicos de proteção aos interesses nacionais que necessitam constar da Constituição, ou serem nela apoiados, além da separação da propriedade do solo daquela das jazidas e quedas d'água, são:

- a) a definição clara de que os bens minerais são propriedade privativa e imprescritível da União;
- b) as concessões seriam dadas por tempo limitado: 20 anos, no máximo;

c) as indenizações por desapropriação, com qualquer fundamento, cobririam apenas os equipamentos e demais investimentos feitos, e não o minério que deixou de ser retirado, por ser ele propriedade da União.

Política energética

A produção de energia elétrica, no Brasil, já está nacionalizada, desde a encampação da Light. Um programa de investimento criterioso e uma gerência eficiente do sistema serão garantias da irreversibilidade dessa nacionalização.

A Engenharia brasileira aprendeu a dominar as técnicas das grandes barragens. A Eletrobrás, instrumento da política brasileira de energia elétrica, tem dado prioridade quase total à instalação de grandes usinas hidrelétricas para o atendimento do crescimento da demanda, nos últimos tempos. Esta solução permitiu a interligação de praticamente, todo o território nacional, formando-se uma rede em vias de unificação.

Uma inobservância dessa preferência foi a decisão do Governo Geisel de contratar com a República Federal da Alemanha a instalação de usinas nucleares. O País ainda dispõe de outras fontes de energia alternativa e a atual tecnologia adotada na produção de energia nuclear no Brasil está seriamente ameaçada de obsolescência a curto prazo, além de acarretar poluição e altos riscos.

Assim, é de toda conveniência suspender totalmente o programa nuclear vigente.

Costuma-se atribuir a qualidade absoluta de não-poluente às instalações hidrelétricas. A construção de grandes barragens envolve características que limitam tal concepção. Elas podem alterar o microclima regional, causar a extinção de variedades endêmicas de flora e fauna, interceptar a migração dos peixes, alterar a acidez e temperatura das águas. Além disso, a última grande barragem no País – Tucuruí – impede a navegação fluvial por não terem sido construídas, pela Portobrás, asclusas necessárias, em desrespeito à legislação pertinente.

É indispensável que na grande programação de hidrelétricas para a Amazônia se estabeleçam rigorosos critérios de observância estrita de normas de defesa do meio ambiente.

A referida programação deve obedecer ao atendimento dos interesses da economia regional e nacional.

As recentes descobertas de petróleo e gás natural no território brasileiro, sobretudo na Amazônia é na plataforma continental, abre perspectivas de aumento da participação dessa fonte em nosso balanço energético, oferecendo alternativas à construção de grandes barragens, com os variados danos que podem causar ao sistema fluvial.

A biomassa tem sido usada como fonte de energia e, provavelmente, assim continuará por muito tempo.

Em mensagem na Conferência das Nações Unidas sobre energias novas ou renováveis, em Nairóbi, 1981, Indira Ghandi, Primeira-Ministra da Índia, afirma que "a crise real de energia que aflige milhões de pessoas nos países em desenvolvimento é a escassez de lenha", conforme transcrição da "Revue de l'Energie", 356, ag-set. 1983.

A produção de energia a partir da biomassa deve ser regulamentada de modo a impedir a destruição da cobertura florestal ou a ocupação de terras produtoras de alimentos.

Na política energética brasileira é necessário considerar todas as possibilidades de fontes alternativas, como:

- o aproveitamento hidráulico de média e pequena potência;
- o uso da biomassa, com critérios conservacionistas;
- o emprego de energia solar, eólica, maremotriz, geotérmica e de gradiente térmico do mar e das baías;
- a utilização de carvão, turfa e xisto.

A seleção das fontes de energia deve ser submetida a rigorosas normas de controle da poluição ambiental, de redução da agressão ecológica, de viabilidade econômica, de boa distribuição geográfica pelo território nacional e, a par disso, deve evitar soluções que favoreçam a formação de cartéis ou monopólios ou que redundar em poder político a alguma corporação empresarial, inclusive nacional.

Neste sentido, merece nosso apoio o Capítulo II – Do meio ambiente, do Título VII do Anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos, e, destacadamente, seu artigo 11;

"A ampliação ou instalação das usinas nucleares e hidrelétricas e indústrias poluentes, suscetíveis de causar dano à vida ou ao meio

ambiente, depende de prévia autorização do Congresso Nacional".

A questão indígena

Cruel e inumana foi, até o presente, a conduta, dos assim chamados civilizados para com as comunidades indígenas. Não se submetendo à escravidão, no passado, foram os aborígenes massacrados e repelidos para fora das terras que habitavam tradicionalmente. Embora tais práticas tenham sido atenuadas neste século, graças à ação e ao exemplo de Rondon e seus companheiros inspirando legislação e definição sobre a situação dos índios, o que se observa, ainda, é o conflito entre estes e os civilizados, sejam madeireiros seringueiros, castanheiros, garimpeiros, mineradores. Igualmente, grandes organizações como os latifúndios pastoris chamados projetos agropecuários, e os de mineração, exploração florestal, estradas e usinas hidrelétricas são fatores de agressão à vida dos indígenas.

A Amazônia representa, para 60% das tribos atualmente existentes, a última região em que podem sobreviver como índios. Isto, porém, em áreas restritas e dispersas.

Trata-se, também, da última fronteira para os trabalhadores sem terra.

A ocupação de terras virgens na Amazônia e sua incorporação ao sistema produtivo da sociedade nacional processasse, atualmente, e na maioria dos casos, da seguinte forma:

Inicialmente, trabalhadores sem terra, expulsos dos latifúndios ou dispensados das obras rodoviárias ou dos projetos agropecuários, ocupam terras que ignoram, ou fingem ignorar, que são de índios.

Começam aí os primeiros contatos com os aborígenes: lutas, expulsão para mais longe, algum comércio de trocas e outros contatos, no ano dos quais ocorre a transmissão de doenças para as quais os índios não têm resistência.

Esses primeiros ocupantes, no passado, coletores de castanha ou outros produtos florestais, e, em seguida, lavradores, posseiros ou garimpeiros, precedem os latifúndios denominados projetos agropecuários que chegam com títulos de propriedade, com trabalhadores aliciados pelos "gatos" em regiões distantes, jagunços, proteção das Polícias, da Justiça e dos organismos federais encarregados de evitar os conflitos de terras.

Toda essa aparelhagem, respaldada em incentivos fiscais, promove a expulsão dos posseiros, que vão estender o avanço para mais adiante ou se encaminham para a periferia das cidades.

Na concessão de terras e benefícios aos projetos agropecuários, em geral é desconsiderada a existência de reservas indígenas, o que é decorrente da falta de demarcação.

Nesse ciclo desumano que se repete e perpetua, são jogados os trabalhadores sem terra contra os índios e os dois grupos sofrem as consequências da ganância e crueldade dos novos latifundiários.

Por seu lado, contribui o Governo para esse processo, ao abrir estradas e aeroportos nas terras não exploradas, criando as condições para que tudo se repita com monotonia, crueldade e frieza.

Outra fonte de espoliação das terras dos índios é a construção de usinas hidrelétricas e a implantação de projetos de mineração.

A Eletronorte tem planos ou simples inventários para mais de 20 hidrelétricas na Região. Somente a Hidrelétrica do Xingu afetará, pela inundação, abertura de estradas e linhas de transmissão, contato com trabalhadores etc, as tribos Asurini, Araweté e outras.

É tempo de a sociedade brasileira dar-se conta da existência de "culturas indígenas". O velho conceito de "pagãos" e "selvagens" precisa ser desmistificado.

Por melhores que sejam as intenções dos missionários em trazer os índios para a família cristã, não é justo que, para isso, sejam eles descaracterizados como etnias, inclusive variadas, e se perca todo um acervo de experiências de convivência com a selva e de utilização de espécies animais e vegetais nativas em sua alimentação, em sua farmacopéia, seus venenos, seus utensílios etc.

Sabe-se pouco a esse respeito, mas já se constatou a existência de seleções genéticas mais impressionantes de fruteiras e se conhecem até 40 cultivares de mandioca, segundo o cientista Warwick E. Kerr, citado por Berta Ribeiro. No conceito de Paulo de Almeida Machado, ex-Diretor do INPA, a grande tragédia é que, sendo o índio uma das chaves principais para a ocupação da Amazônia, ele esteja desaparecendo e, como ele, o seu vasto conhecimento.

A inserção na futura Constituição dos termos do Título V, Capítulo VII – Das populações indígenas do Anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Atíns, acompanhada da real e efetiva demarcação de suas terras e de providências para fazer respeitá-las, seria um grande avanço no rumo de uma reparação, embora tardia e insuficiente, dos danos causados aos antigos donos do território brasileiro e uma via para o reflorestamento da vida e da cultura daqueles marginalizados compatriotas.

A efetivação das reservas de território dos índios não pode, porém, ser motivo de prejuízos e degradação dos posseiros pobres que aí se tenham instalado. Estes devem ser reassentados em condições dignas e justas e, para isso, podem ser usadas áreas de latifúndios improdutivos ou adquiridos por meios fraudulentos.

Reforma agrária

As atividades do setor primário na Amazônia se caracterizam por dois fatores que não permitem considerar o Brasil um país moderno: o latifúndio e o trabalho em condições não-capitalistas.

Na publicação do engenheiro-agronomo Carlos Lorena – "Alguns pontos de discussão sobre a questão da Reforma Agrária no Brasil", baseado em dados do Incra, citado no periódico "Retrato do Brasil", de 22-1-87, vê-se que a soma das áreas dos 27 maiores latifúndios do País equivale à do Estado de São Paulo, isto é, cerca de 250.000 Km², praticamente igual à da República Federal da Alemanha.

Com exceção de alguns latifúndios em outras regiões, a maioria dessas propriedades se situa na Amazônia.

A área total dos latifúndios, no Brasil, corresponde a 4 milhões de quilômetros quadrados e, como no caso das terras bloqueadas por requerimentos ou títulos de mineração, representa metade do território nacional. Deste total de grandes propriedades, 69 000 km² pertencem a estran-

geiros, predominantemente na Região Amazônica.

A Coordenadora dos Conflitos Agrários, do Incra, criada em junho de 1985, no entusiasmo do início da Nova República, identificou vastas áreas onde se observa trabalho escravo, através de contratação pelos gatos, isto é, empreiteiros de mão-de-obra.

Tais empreiteiros recrutam trabalhadores em regiões onde há desempregos e lavradores expulsos de latifúndios, e os colocam, sob seu contrato e vigilância, em serviços de derrubada de florestas, plantação, colheita, reflorestamento etc.

Levados para regiões distintas de suas moradias, esses trabalhadores são submetidos a contratos verbais pelos quais se obrigam a adquirir a alimentação no armazém do "gato" ou a pousar, descontando do salário, nos seus barracões. Como resultado, estão sempre devendo ao empreiteiro e, para evitar fugas, são submetidos à vigilância e violência dos jagunços e pistoleiros.

Terminadas as safras ou os trabalhos, são despedidos e, ou vão instalar-se como posseiros em alguma terra desocupada de onde serão expulsos um dia, ou irão engrossar a periferia de alguma cidade, novamente à disposição dos "gatos".

Até 1973, o Governo brasileiro fez investimentos vultosos em rodovias e em programas de assentamento de colonos em pequenas glebas de tipo familiar, ao longo de alguns trechos das estradas. Assim aconteceu na BR-364, em Rondônia, e na Transamazônica, no sul do Pará. Estes projetos, de certo modo, constituíram uma contra-reforma agrária, na expressão de Octavio Ianni. Sua intenção era desviar trabalhadores que reivindicavam terras dos latifúndios, principalmente no Nordeste, levando-os a se instalarem na Amazônia.

Cedo, porém, o Governo mudou completamente de orientação e, a partir de 1974, passou a executar um plano de ocupação por grandes empresas agropecuárias, subsidiadas, em boa parte, por incentivos fiscais.

Desses projetos, os maiores destinavam-se à pecuária. Eles transformaram a Amazônia num grande pasto de rebanhos bovinos, propiciariam a exportação de carne e a aquisição de divisas.

O resultado dessa política está à vista. É ínfima a capacidade dos pastos para cuja formação foram derrubados, criminosa mente, milhões de hectares de florestas e cerrados, e o Acre continua recebendo carne da Bolívia, e Belém, do Maranhão.

Tais terras estão ociosas e, para assegurar sua posse, como mera reserva de valor para especulação e alívio de impostos, são montados rigorosos esquemas de repressão, de violência e de assassinatos de posseiros e índios.

Em socorro das milícias particulares e dos jagunços, têm os latifundiários o apoio das Polícias Estaduais, que deveriam concorrer para dirimir contendas pela posse da terra.

Medidas posteriores, como a de 1981, que visava facilitar a titulação de terras ocupadas pelos posseiros, foram inócuas. Os lotes distribuídos aos posseiros foram pequenos para o sistema agrícola a que estão acostumados – a roça; não lhes foi prestada uma assistência técnica e financeira para que usassem métodos mais modernos e eficientes de tratamento da terra. Foram excluídas

das zonas beneficiadas extensas áreas de fronteiras – que abrangem boa parte do Acre e de Rondônia e a faixa de 100 km ao longo das rodovias federais.

As terras ao longo dos meios de comunicação seriam destinadas aos grandes projetos e as situadas no interior das matas aos trabalhadores pobres – parece ter sido o objetivo da Legislação em apreço.

Assim:

a) é necessária a inversão desse quadro: o acesso à terra, nas proximidades das cidades e demais centros de consumo, deve ser propiciado aos trabalhadores que as queiram cultivar;

b) como estoque de terras para um programa de reforma agrária na Amazônia, reservem-se as terras ocupadas pelos projetos agropecuários que se limitaram a derrubar a floresta para marcar a sua posse e que delas não tiram produção agrícola ou pastoreio condizentes com os favores recebidos, como incentivos fiscais;

c) que sejam anuladas as concessões e que sejam as terras distribuídas aos que nelas queiram e possam trabalhar;

d) impõe-se a efetivação de reforma agrária no Brasil extra-amazônico, a fim de impedir continue a Amazônia área de atração para os trabalhadores rurais expulsos pelo latifúndio de outras regiões, com todas as conhecidas consequências negativas: devastação da floresta, implantação de relações de trabalho não capitalista e açambarcamento de terras de posseiros pelos latifundiários que vêm à sua retaguarda.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda sobre o Plano Bresser, se é que se pode chamar esse conjunto de medidas de plano.

Nada leva a crer que o tal Plano Bresser teve – algo de planejado. Todos os fatos indicam que tudo foi feito de afogadilho, como medida paliativa para uma inflação explosiva que se podia antever para o mês de junho, pois, apesar de todos os preços terem sido congelados no dia 12 deste mês, ainda teremos uma inflação, de 30%, que é recorde histórico.

Se não, vejamos.

Sobre a tablita.

Esse instrumento, criado para reverter a expectativa de inflação, desta vez foi utilizado de forma ilegal, pois não houve substituição de moeda. Pois bem, esse instrumento provocou uma das maiores transferências de riquezas dos últimos tempos. E a certeza que foi planejado em cima da perna está em que menos de duas semanas depois de seu estabelecimento o Governo já pensa em promover mudanças na sua aplicação, pelo efeito devastador que o mesmo provocou em algumas estatais.

Tabela de preços.

Outro acontecimento que demonstra a falta de planejamento do Governo é a inexistência, logo após o anúncio do Plano, de uma tabela de preços, para que os consumidores pudessem exercer o seu papel fundamental no controle de preços. Após alguns dias, o Governo liberou uma tabela, mas só para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como se o resto do País não existisse. A perplexidade da população é geral, com as tabelas e sem as tabelas.

Falta de produtos.

O Governo tem uma experiência de pouco tempo de como funciona o mercado. Se algum empresário se sente ameaçado pelas medidas de Governo, trata de se defender contra as mesmas e quando o Governo não define a maneira como irá proceder com relação a algum setor da economia, é o imponderável, e o empresário igualmente trata de se proteger. Foi o que aconteceu com os subprodutos do leite e da farinha de trigo; esse dois insumos básicos da maior importância subiram de preço com o anúncio do Plano Bresser e os subprodutos não tiveram seus preços corrigidos pelo Governo.

Com tal estado de coisas não se pode esperar que algum produto que tenha em sua composição farinha ou leite continue a freqüentar a prateleiras dos supermercados. Será que era tão difícil assim prever que essa reação iria acontecer ou o Governo esperava que os empresários, com a saúde tão abalada depois da espiral dos juros ficassem esperando as medidas governamentais às custas da dilapidação do seu patrimônio?

Produtos sobrando.

Já que falamos em produtos que estão faltando porque não abordar também os produtos que estão sobrando?

Durante a vigência do Plano Cruzado I, com a poupança apresentando rendimentos baixos os preços congelados em um patamar acessível ao poder aquisitivo do consumidor brasileiro, setor automobilístico apresentou um aquecimento extraordinário, mas não excepcional, pois existiam ao alcance de qualquer um pesquisas e estudos mercadológicos que determinavam uma necessidade de demanda enorme para o setor, apenas no que se referia à renovação da frota nacional. Foi o que aconteceu, e as fábricas não deram conta da demanda; formaram-se filas enormes de encomendas, em alguns casos com prazos previstos para entregas de até três anos de espera.

Como nada pode funcionar neste País sem a interferência do Governo, no mês de julho criou-se o compulsório como medida para esfriar o mercado, que estava muito aquecido. Como isto não resolvesse – há gente até hoje certa de que havia alguma coisa para resolver – como o tal compulsório não resolvesse, o Governo, como retribuição à vitória que colheu nas urnas em novembro aumentou o preço dos veículos em oitenta por cento, atendendo à sua sanha confiscatória através do IPI e de suas deficitárias estatais do aço.

Pronto, o mercado foi esfriando, esfriando e congelou.

Hoje mais ninguém compra automóvel. Ninguém, não, porque o trabalhador, que no ano passado assumiu um compromisso junto a um consórcio de pagar por um fusca 48.000 cruzados, em 24 meses, hoje está pagando esse mesmo fusca em 30 suaves prestações mensais de 10.000 cruzados; aliás, estas outras seis prestações por conta de mais uma "solução" do Governo.

As fábricas de automóveis estão parando e os trabalhadores perdendo os seus empregos.

Não é possível que isto faça parte de um plano.

Salário do trabalhador.

É mentira minha afirmar que um trabalhador que no ano passado assumiu uma prestação de consórcio de 2.000 cruzados mensais possa estar

pagando hoje 10.000 cruzados com um aumento de 500%, enquanto o salário desse mesmo trabalhador subiu cento e poucos, muito poucos, por cento?

Mas, neste aspecto, alguns elementos do Governo, um pouco mais envergonhados de encarar o trabalhador, já andam pedindo um aumento do salário mínimo para 4.000 cruzados; ou seja, técnicos do Governo querem mais do dobro do que o Ministro Bresser ofereceu, e S. Ex.^a anda por aí, na televisão e em outros palanques, com o maior sorriso, a dizer que poderia sacrificar qualquer um, menos o trabalhador.

É muita cara de pau!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB

– BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é princípio irrefutável, Sr. Presidente que a previdência e o seguro social constituem avanços da civilização assentados no humanitarismo que, pela via da solidariedade e da repartição dos riscos, protege os fracos e os desassistidos, abraçando a todos mediante a garantia da continuidade dos direitos, a sua própria extensão temporal que, por sabedoria consensual, sobrevive à degenerescência inexorável da vida amparando os seus dependentes.

É por esta fundamentação doutrinária que o homem retira-se da atividade produtiva quando já lhe falecem as forças para a continuidade de um labor ao qual sacrificou-se. No trabalho em que ele consumiu a vida e as energias, em que colocou o melhor do seu espírito, a faculdade de aposentar-se tem a própria garantia da ciência etimológica. Aposentar-se é, em última instância, encontrar o pouco. Não se trata, é claro, de vadear, de colocar-se à margem dos interesses supremos da coletividade, mas de pôr-se sob a proteção solidária dos mais jovens e, afinal de contas, da própria sociedade a que serviu, consumindo-se nas tarefas múltiplas dos serviços e dos sacrifícios que distinguem os homens no reino dos animais.

O seguro é, por essas razões, uma expressão politizada da fraternidade cristã, apontando para uma velhice amparada ou para a proteção integral diante dos inesoráveis infortúnios da vida.

Essas são algumas das razões que levam as consciências lúcidas a rejetarem o sacrifício com que a insensibilidade de muitos tenta – ainda quando falecem as forças dos que sucumbiram na dedicação ao serviço – impor aos aposentados as restrições que, a par de trazer-lhes angústias, abreviam-lhes a vida. Nada mais justo, por conseguinte, que se garanta aos aposentados não só a preservação dos seus ganhos como, igualmente, que se lhes possibilite o usufruto das conquistas dos que os substituíram na retaguarda de serviço. É que, Srs. Constituintes, o vínculo entre uns e outros representa para os que servem agora a própria esperança da tranquilidade e proteção no futuro.

Longe, assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cassação dos direitos pecuniários, a discriminação de assistência e do amparo de que são merecedores, não só porque contribuíram para retirar-se dignamente da atividade produtiva mas, porque, sem a garantia dessa mínima proteção, retroagimos à barbárie igualando-nos ao irracional.

Ao propor à Assembléa Nacional Constituinte, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Funcionários Públicos, disposição textual de

amparo aos aposentados por garantir a eles a extensão certa de todas as conquistas dos trabalhadores ativos da mesma categoria e ao resguardar os seus direitos diante da usurpação falaciosa com que se lhes negam os direitos por alterar as denominações dos cargos, entre outras práticas condenáveis, desejo ser, Sr. Presidente, não só o porta-voz dessa imensa mole de cidadãos desamparados mas, sobretudo, a voz ativa que, desta tribuna, alerta a Nação de hoje para o que, tristemente, poderá ser a sua angústia no amanhã.

O SR. DAVI ALVES SILVA. (PDS – MA.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho à tribuna hoje para dar ciência à Casa do teor de expediente que estou encaminhando ao Sr. Marcos Freire, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

É o seguinte:

"Brasília, 25 de junho de 1987
Consoante matéria divulgada em 20-6-87 pelo **O Progresso**, jornal do município de Imperatriz, teria o Governador maranhense, Epitácio Cafeteira, declarado o intento de envidar esforços no sentido de fazer anular os títulos de posse expedidos a fazendeiros pelo extinto GETAT, para que as terras estaduais fossem devolvidas aos verdadeiros proprietários – os trabalhadores rurais.

Tal notícia gerou grande ansiedade no meio rural e, se confirmada, me levaria a indagar a V.Ex.^a está o Governo do Maranhão investido de poderes para a anulação daqueles títulos?

Tomo ainda a liberdade de solicitar informações sobre o estágio em que se encontra atualmente a reforma agrária naquela unidade da Federação, notadamente na região tocantina, abrangendo os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Porto Franco, Estreito, Açaílândia, Amarante, Grajaú, Balsas, Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras e Montes Altos.

Na expectativa de merecer por parte do ilustre Ministro a devida atenção para as questões ora formuladas, valho-me do ensejo para manifestar antecipados agradecimentos e a expressão do melhor apreço.

Davi Alves Silva – Deputado Federal."

(MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR.)

CPT NÃO ACREDITA NAS PROMESSAS DE CAFETEIRA

O padre Raimundo Nonato, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, (CPT) na Diocese de Carolina – Imperatriz, considera como "pura cascata" as declarações que o governador Epitácio Cafeteira vem fazendo em torno da Reforma Agrária. "Ele não vai patrocinar nenhuma evolução a nível de política fundiária", afirma o religioso, também titular da Paróquia de Mucura, distrito de João Lisboa. Ele interpretou como "jogada demagógica" asserções feitas neste sentido em Açaílândia, na última quarta-feira, quando prometeu envidar todos os esforços para que as terras maranhenses sejam devolvidas aos seus verdadeiros proprietários – os trabalhadores rurais.

"Como ele vai fazer a propalada reforma, quando se sabe que a mesma foi colocada nas mãos

do vice-governador João Alberto, reconhecidamente um dos grandes latifundiários do Estado?" Interroga. "Não há dúvidas de que governo e latifundiários tornaram complô para inviabilizar a reforma, adiantou, fazendo alusão a denúncia formulada há semanas pelo ex-coordenador do Incra, Márcio Kolaric, demitido do posto pelo próprio irmão de Cafeteira, Assis, colocado na seção estadual do instituto para, segundo Márcio, desarticular a luta progressista pela política fundiária.

Padre Nonato quer "pagar para ver" a anulação dos títulos expedidos a fazendeiros pelo extinto Getat, como chegou a sugerir o governador na visita a Açaílândia. "Jamais isso seria efetuado. Questões mais simples, como a crise no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, que já se arrasta há meses, ainda não foram equacionadas. Isso revela seu descaso para com a causa campesina", acentua.

Caso estivesse realmente interessado na questão fundiária segundo o coordenador da CPT, o mandatário maranhense teria conduzido ao Iterma, responsável pela efetivação da política agrária, representantes dos lavradores. Isso "equilibria a correlação de forças envolvidas no processo, haja vista que a UDR, com todo poder de fogo que lhe é inerente, continua exercendo pressão para manter o latifúndio", raciocina.

Os deputados estaduais Petrônio Gonçalves (PTB) e Raimundo Cabeludo (PFL) foram citados pelo dirigente da Pastoral da Terra nos Municípios tocantinos como representantes da União Democrática Ruralista na Assembléia Legislativa. Acha também que os deputados Onofre Corrêa (constituínte PMDB) e Léo Franklin (estadual PFL), além do prefeito José Fiquene, presidente da Federação dos Prefeitos do Maranhão, também prestam deserviços à causa ruralista por se manterem em "cima do muro". Até o momento os três ainda não se pronunciaram a favor dos milhares de "sem terra" que ajudaram a elegê-los mediante o exercício do voto", sublinha.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de acordo com o art. 21 do Decreto – Lei nº 2.284, o gatilho é um abono a ser absorvido pelos reajustes das categorias. Entretanto, para o mês de abril o Governo esqueceu do reajuste do salário mínimo e a Previdência Social também esqueceu dos aposentados e pensionistas, o que deveria ser corrigido com a implantação do novo Plano Cruzado.

Com referência ao reajuste de reposição da defasagem salarial ocorrida principalmente no período de 1979 a 1984, torna-se indispensável que o Ministério da Previdência informe em linguagem simples e precisa o critério a ser adotado na distribuição dos percentuais de 2% a 19% reclamação esta feita pelo Presidente da Associação dos Industriários Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda; todavia, as informações deveriam ser encaminhadas a todas as associações de aposentados do Brasil.

Deve-se considerar outros pontos polêmicos que podem ser também esclarecidos a estas associações.

O Ministro da Previdência Social assinou portaria reajustando em 20%, com efeito retroativo ao dia 1º de abril as aposentadorias, pensões e demais benefícios dos segurados e ainda o paga-

mento dos serviços médicos prestados ao Inamps pelos hospitais conveniados.

Gostaria que o Sr. Ministro informasse aos aposentados e pensionistas por que razão ainda não foi cumprida a referida portaria e, obviamente, quando será pago o respectivo reajuste. Ratificando, peço esclarecimento sobre o critério a ser obedecido na aplicação dos percentuais de 2% a 19% relativos à reposição dos benefícios, com vigência desde 1º de abril. Outrossim, que fossem encaminhados esses esclarecimentos a todas as associações de aposentados do Brasil.

O SR. BOCAJUVA CUNHA (PDT-RJ.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Clube de Engenharia promoveu, nos últimos dias de abril, um Congresso de Política Tecnológica, que contou com o apoio da Petrobrás e a colaboração das seguintes entidades coordenadoras ABIPT (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica), ABCE (Associação Brasileira de Consultores de Engenharia), Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), e Coppe/UFRJ (Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação de Engenharia).

Pela importância desse Congresso, solicito, a seguir, a transcrição, em nossos Anais, das diretrizes que foram preconizadas durante este importante fórum.

2.2 –DIRETRIZES PRECONIZADAS PELO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO DE POLÍTICA

Reunido no Rio de Janeiro no mês de abril de 1987, o Congresso Brasileiro de Política Tecnológica fixou as diretrizes adiante apresentadas que servirão para nortear sua atuação junto à Assembléia Nacional Constituinte, bem como perante os órgãos oficiais e outras entidades com ingerência na questão:

Pesquisa

1. A pesquisa científica deverá concentrar-se na Universidade e nas entidades organizadas especificamente para esse fim, sendo-lhes assegurada a liberdade de fixar as linhas prioritárias, à luz da tradição existente e das possibilidades de sucesso, sem embargo de que essa preferência devesse levar em conta igualmente a obtenção de subprodutos que contribuam para o avanço tecnológico do País.

2. Ao Estado, tanto por intermédio dos órgãos diretamente ligados à União como através daqueles mantidos pelas diversas unidades da federação e empresas estatais, compete a liderança no que respeita à pesquisa tecnológica, a ser assegurada por meio destes procedimentos:

a) definição dos setores prioritários, de modo a alcançar a superação, no mais curto prazo, do atraso em que nos encontramos nos denominados setores de ponta;

b) alocação de recursos públicos à pesquisa tecnológica, em caráter prioritário, nos níveis requeridos pelos projetos considerados essenciais;

c) concessão de estímulos fiscais às empresas privadas nacionais que se disponham a patrocinar pesquisas enquadradas nas prioridades oficiais;

d) apoio a todas as iniciativas tendentes a estimular a criatividade dos técnicos brasileiros, bem como a popularizar procedimentos técnicos tendentes a aumentar produtividade do trabalho e a promover sucedâneos nacionais de materiais e produtos importados; e

e) participação nos riscos dos empreendimentos privados que se proponham aplicar inovações ou patenteadas por brasileiros, desde que respaldados em estudos de viabilidade.

3. Sem embargo da posição de liderança do Estado na pesquisa tecnológica, notadamente no que respeita à participação nos recursos a esse objetivo destinados, à empresa privada nacional está reservada posição destacada no processo, desde que terá preferência na execução de todos os projetos não conduzidos diretamente pelo Poder Público e que são a imensa maioria.

4. Na fixação dos setores prioritários, para os quais serão carreados os recursos públicos, será assegurada a audiência às entidades representativas dos técnicos e pesquisadores brasileiros.

5. As entidades representativas buscarão manter o mais amplo intercâmbio com órgãos congêneres do exterior;

6. Além da manutenção das prerrogativas legais asseguradas a inventores e patentes, às entidades ligadas à pesquisa tecnológica incumbe sistematizar, de modo permanente, a informação disponível acerca das tecnologias enriquecidas por pesquisadores brasileiros, de modo a torná-las conhecidas dos possíveis interessados.

Absorção e desenvolvimento de tecnologias

1. Absorção de tecnologias alienígenas correspondeu no passado a uma das principais alavancas do desenvolvimento brasileiro, devendo desempenhar papel significativo no futuro.

2. Presumivelmente a linha de desenvolvimento tecnológico que toma por base a aquisição de patente estrangeira continuará representando alternativa referencial naqueles setores não abrangidos pelas prioridades nacionais, podendo dar-se o caso de que o País convenha tal preferência, mesmo em projetos essenciais, para assegurar intercâmbio e a presença de produtos brasileiros no mercado externo.

3. Os incentivos destinados a promover inovações tecnológicas devem beneficiar igualmente a transferência de tecnologia, desde que tal procedimento assegure a absorção de técnicos nacionais e a criação, no País, dos órgãos incumbidos de efetivá-la.

4. Os incentivos deveriam ser diversificados e permitir que, além da dedução dos despendos diretos com tecnologia, fosse estimulada a organização de laboratórios e a compra de equipamentos especializados, mediante tratamento diferenciado na depredação do ativo fixo.

Normas técnicas e fiscalização

1. A disponibilidade de normas técnicas nacionalizadas, nos diversos setores de atividades, é essencial ao desenvolvimento da tecnologia, na medida em que permite a fixação dos padrões a serem alcançados, servindo também de referencial para a incorporação de aperfeiçoamentos.

2. A padronização, normalização e controle de qualidade de produtos industriais, para adequá-los às exigências dos mercados interno e ex-

terno, precisam ser estimuladas em todos os níveis, assegurando-se participação integrada de usuários e fabricantes.

3. Preservação das conquistas consagradas no Código da Propriedade Industrial de 1971, mantendo nas normas constitucionais, inclusive, as disposições referentes à liberdade do Estado em conceder ou não, na forma de lei ordinária, privilégios temporários de invenção em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

4. A manutenção do apoio à atuação do INPI como instituição responsável pelas Políticas de Propriedade Industrial e de Transferência de Tecnologia.

5. Ratificação das prerrogativas e das funções fiscalizadoras dos conselhos federais e regionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química.

Treinamento e integração universidade-empresa

1. Incumbe envidar esforços no sentido de organizar, em caráter permanente, sistema de treinamento profissional voltado sobretudo para os setores novos e de ponta, louvando-nos da experiência bem sucedida de grandes organizações como a Petrobrás e a Aeronáutica, como igualmente das que dispõem os países desenvolvidos.

2. Seria de todo conveniente estudar a organização de um sistema de treinamento e reciclagem de técnicos, tanto de nível superior como de nível médio, em atividades selecionadas e que não se incluem nas atribuições de entidades tradicionais, diretamente vinculado ao universo empresarial.

3. Na medida em que se estruturassem os mecanismos de aperfeiçoamento ligados à empresa, os cursos universitários, na área da Engenharia, dariam maior ênfase ao ensino geral e teórico, podendo, simultaneamente, melhor adequar-se às necessidades do mercado de trabalho.

4. Em prol da integração universidade – empresa, as universidades poderiam elaborar um cadastro de seus laboratórios e equipamentos, bem como das linhas de pesquisa que estariam aptas a desenvolver, cabendo secundar essa iniciativa com a identificação, pelas entidades empresariais, das pesquisas em que as universidades estariam interessadas em contar com a colaboração da universidade.

5. Tanto em matérias de treinamento como de integração universidade – Empresa, o ideal é que sejam encontradas formas variadas de sua efetivação, motivo pelo qual os novos passos que venham a ser desenvolvidos neste sentido não devem traduzir-se em solução de continuidade das iniciativas vitoriosas, que têm lugar em diversas universidades.

Consultoria

1. Incumbidas da engenharia básica, as empresas de consultoria correspondem a um elo essencial na cadeia da qual deve resultar a autonomia tecnológica do País, razão pela qual merecem apoio idêntico ao facultado aos demais segmentos.

2. No estabelecimento das prioridades para a pesquisa tecnológica, os órgãos responsáveis precisam avançar, apoiando-se nas empresas de consultoria, até a fixação da engenharia básica a ser desenvolvida em idêntico grau de prioridade.

3. O sistema de apoio à pesquisa tecnológica, em implantação no País e que compreende incentivos, financiamentos e outros estímulos, deve contemplar a engenharia básica, em igualdade de condições, porquanto se trata do passo decisivo na efetiva incorporação e desenvolvimento de inovações.

4. No orçamento das empresas estatais, bem como de entidades públicas incumbidas de obras e serviços, devem ser discriminados os recursos destinados a estudos e projetos.

5. Na efetivação de cortes orçamentários, que venham a tornar-se imprescindíveis, cabe evitar que incidam sobre estudos e projetos, tendo em vista que, superadas as carencias que os tenham determinado, não se repita o fato de serem empreendidas iniciativas sem que a Administração conte com os correspondentes estudos econômicos e de Engenharia.

6. Tendo em vista a capacitação alcançada pela Consultoria nacional e o caráter supletivo da intervenção do Estado na economia, as atividades relacionadas a estudos e projetos devem ser reservadas à iniciativa privada, deixando o Estado de fazê-lo como vem ocorrendo em alguns setores.

Financiamento

1. Embora o País disponha hoje de um sistema de financiamento à tecnologia, liderado pela INEPS, é essencial assegurar-se não só continuidade de fluxo de recursos como igualmente a sua adequação aos objetivos colimados.

2. Sendo crescente o contingente de empresários nacionais que adquirem consciência da necessidade de promover-se a substituição de tecnologias importadas, torna-se imprescindível estruturar-se sistema de incentivos que consolide e assegure a ulterior disseminação dessa mentalidade.

3. Na etapa presente, o passo mais importante a ser dado consiste na descentralização do sistema de financiamento à tecnologia, criando agências regionais.

A SRA. ROSA PRATA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **Correio Braziliense** de hoje, 25-6-87, publicou editorial intitulado "Burrice Social".

Trata-se de matéria relevante e atual para o tempo de Constituinte que estamos vivendo. Por esta razão, passo a ler, em plenário, a referida matéria, para que conste dos Anais da Casa.

"A crise econômica brasileira já dispõe de um precioso aliado para perpetuar-se: o relatório da Comissão da Ordem Social, da Assembléia Nacional Constituinte. Uma leitura atenta daquele documento, em exame na Comissão de Sistematização, sugere a existência de um país paralelo, sem qualquer compromisso com a chamada vida real.

Lá, crise é mera figura de retórica e as aflições da coletividade são aplacadas com o bálsamo da demagogia. Os agentes da produção – empresários e trabalhadores – são apresentados como adversários congênitos e irreconciliáveis. E busca-se convencer a opinião pública da veracidade de uma insólita equação: a de que menos trabalho é igual a mais riqueza.

O Brasil vive um dos momentos mais dramáticos de sua história. A crise econômica atinge a todos – horizontal e verticalmente. Somos um País pobre que custou a se dar conta disso. Para suprir os erros acumulados durante tantos anos, não há saída: é preciso trabalhar. Não importa o nível intelectual de cada contribuinte, em cada cabeça há uma mesma sentença: só o aumento da produção aliado a um espírito de austeridade que não nos tem sido historicamente habitual, poderá nos acenar com novos horizontes.

Para a Comissão da Ordem Social, porém, nada disso é verdade. Lá, sonha-se com um país sem patrões – mas, naturalmente, com muitos empregos e empregados. Sugere-se o milagre, mas não se revela a receita. O ponto de vista dos xiitas triunfou e, espantosamente, está aberta a temporada de caça ao bom senso.

Se o desemprego é uma epidemia, a Comissão não hesita: determina que se estabeleça a estabilidade no emprego, a partir dos 90 dias de carteira assinada do empregado. Ora, quem transmite estabilidade ao empregado é a saúde econômica do empregador. E esta certamente não se obtém por via de lei ordinária ou norma constitucional. Somente o respeito às leis do mercado (afinal, somos ou não um País que optou pela livre iniciativa?) pode conferir essa estabilidade. E o documento daquela comissão consagra o intervencionismo mais retrógrado e obtuso, que nos remete ao cartorialismo colonial.

Não é só. Para aumentar a produção – caminho que se supõe inevitável para um País mergulhado em déficit e escassez –, os xiitas prescrevem: reduza-se a Jornada de trabalho semanal de 48 horas para 40 horas. E aí vem o milagre: menos trabalho é igual mais produção.

Tem mais. Como já não bastasse o fato de que, no Brasil, o ano dos assalariados tem 13 meses, a Comissão achou pouco: Criou mais dois. Ao entrar de férias, o trabalhador do "País dos palanques" recebe nada menos que dois salários.

Seria cômico se não fosse trágico. Esse País de ficção, extraído da mente alienada de um punho de xiitas, ameaça transbordar para a vida real – cujo quadro clínico já não é dos melhores. Mais uma vez resta apelar ao bom senso dos membros da Comissão de Sistematização, em cujas mãos repousa, neste momento, o destino do País.

Cabe-lhe definir onde afinal viveremos se no país dos xiitas, se no país do bom senso."

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos cinco anos, o Brasil despendeu recursos da ordem de cento e cinquenta milhões de dólares com importações de alho.

A partir das últimas duas safras nacionais do produto, temos conseguido diminuir nossa dependência externa, haja vista que substanciais incrementos têm-se verificado.

Estes incrementos, de área cultivada e de produção, obtidas nas últimas duas safras, devem-se fundamentalmente ao apoio dado à cultura do

alho pelo Governo Federal, tais como: assistência técnica, crédito rural suficiente, novas tecnologias desenvolvidas e aplicadas no campo, uma vez que, além da economia de divisas para o nosso País, a produção do alho tem um peso social de singular importância. Para cada hectare cultivado com alho estamos proporcionando cerca de 400 jornadas de trabalho, e já nesta safra 87/88, com os 15.940 hectares cultivados com alho no Brasil, a cultura deverá gerar mais de seis milhões de jornadas de trabalho, fato relevante para fixação de nossos agricultores no campo, onde é o seu lugar, onde eles trabalham com suas famílias e têm conseguido sobreviver com um mínimo de condições humanas. Assim, esta importante cultura tem contribuído para evitar o êxodo rural e o aumento da legião de desempregados nas periferias das grandes cidades.

As estimativas dão conta de que os atuais 15.940 hectares cultivados deverão gerar um volume recorde histórico de produção de alho no Brasil. Espere-se colher nada menos que 71.226 toneladas do produto, o que nos tomará definitivamente auto-suficientes neste produto.

Srs. Constituintes, temos sido procurados nas últimas semanas por agricultores dedicados ao cultivo do alho, nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, além de lideranças de produtores, cooperativas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais, que têm vindo a Brasília solicitar ao Ministério da Fazenda garantias de que não se importe alho da Espanha, Argentina ou de qualquer outro país, a partir desta data, até, pelo menos, maio do próximo ano, pois nossa produção será suficiente para garantir o pleno abastecimento do mercado nacional até aquela data, e também para que sejam revistos todos e quaisquer acordos mantidos com aqueles países que se envolvam em importações de alho.

Srs. Constituintes, estamos convictos de que a importação de alho, pela sensibilidade dos ministros da Agricultura e da Fazenda, não ocorrerá, pois trará danos irreparáveis à agricultura nacional, não só na evasão de divisas, mas também na questão social, que é de grande importância para o Brasil, e que poderá torná-lo um mercado cativo daqueles países.

Assim sendo, Sr. Presidente, solicito que seja elaborado requerimento aos ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura, a fim de que as justas solicitações dos agricultores brasileiros sejam ouvidas e atendidas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FÉRES NADER (PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comemora-se, em Washington, Estados Unidos, cem anos de atividades do maior e mais famoso centro de pesquisas médicas do mundo, conhecido na área de saúde pela sigla NIH – National Institute of Health.

O NIH reúne pelo menos 14 institutos de saúde, centros de pesquisa de várias especialidades – como câncer, coração, diabetes, doenças infecciosas, de pele, digestivas e neurológicas, entre outras –, um hospital com 540 leitos, biblioteca médica, além de 1.420 laboratórios instalados em uma verdadeira cidade, com mais de 50 prédios, em uma área de 306 acres, no campus de Bethesda, subúrbio a 20 quilômetros do centro de Wa-

shington. Ali trabalham 14 mil pessoas, três mil delas médicos e professores.

Com uma verba de US\$ 6,18 bilhões para 87, não é à toa que o NIH, tanto nos Estados Unidos como fora dele, está associado às mais importantes descobertas científicas da atualidade. Desde outubro de 1987, quando o pequeno laboratório, instalado no sótão do serviço hospitalar da Marinha, em Statch Island, em Nova Iorque, começou a funcionar, os cientistas do NIH já ganharam quatro prêmios Nobel. A instituição colaborou, financeiramente, no trabalho de outros 90 cientistas, que também conquistaram o tão cobiçado prêmio.

Nos últimos cem anos, os pesquisadores financiados pelo NIH, ou que trabalham diretamente nos laboratórios de Dethesd, desenvolveram vários tipos de vacinas: contra a gripe, pneumonia pneumocócica, rubéola, raiva, hepatite e outras doenças infecciosas. Desde a sua primeira pesquisa para descobrir os mecanismos e a cura de doenças como a cólera e a febre amarela até hoje o NIH colabora para a diminuição do número de mortes ocasionadas por doenças cardíacas, câncer e deficiências respiratórias em recém-nascidos.

Pesquisas realizadas pelo instituto levaram ao primeiro transplante de figado bem-sucedido, à descoberta da insulina e de vários hormônios e permitem as atuais experiências com drogas para descobrir um tratamento para a tão temida Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a Aids.

"Numa era de desilusões com a burocracia governamental, o NIH é a prova concreta de que, pelo menos de vez em quando, o Governo tem a capacidade de fazer algo único, imaginativo e muito útil", diz o médico e escritor americano Lewis Thomas, em seu livro sobre os institutos que foram o NIH. Para os seus diretores, entretanto, um dos grandes méritos da instituição foi criar laços com vários países estrangeiros, indústrias e laboratórios do setor de saúde, para um trabalho conjunto.

Por isso, Sr. Presidente, esta Casa não pode omitir-se diante deste acontecimento histórico, até porque o National Institute of Health, ao completar 100 anos de atividade, representa o maior exemplo da perfeita interação entre Governo e corpo médico-científico, em todo o mundo.

Sugerimos, pois, que seja enviada mensagem de congratulações ao National Institute of Health, em Washington, Estados Unidos.

Muito obrigado.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso): –

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, a par do esforço que estamos desenvolvendo para redimensionar nossa legislação e, partir daí, a própria conduta da sociedade como um todo, existem problemas que, embora não caibam no âmbito constitucional, também não podem ser deixados de lado. É o caso dos acidentes do trabalho.

Santa Catarina é um dos Estados que tem apresentado altos índices desse tipo de acidentes. Os números isolados apresentados pelas estatísticas não expressam plenamente a questão, uma vez que se deve levar em conta a proporcionalidade entre a população economicamente ativa e os sinistros laborais ocorridos.

De acordo com levantamentos feitos pelo INPS, houve, entre 1985 e 1986, uma elevação de

23,38% de acidentes de trabalho naquele Estado, quase o dobro do crescimento da economia catarinense no mesmo período, que foi da ordem de 12,66% (dados do SINE/SC).

O ano de 1987 também não começou com aspecto muito promissor relativamente aos acidentes de trabalho; o aumento verificado apenas nos dois primeiros meses chega a ser assustador.

De acordo com dados fornecidos por diversas fontes ligadas ao assunto, pode-se afirmar que 7,93% da força de trabalho empregada em 1986 sofreu alguma espécie de acidente de trabalho, com mortes e invalidez permanente.

A prevenção de acidentes do trabalho não é, portanto, apenas uma necessidade do ponto de vista empresarial e previdenciário, mas uma imposição da própria natureza humana, que tem direito à proteção da vida e da saúde.

Cabe à empresa, mas ao Estado em primeiro lugar, a promoção de ações e programas eficazes com relação à prevenção de acidentes e segurança do trabalho, através da obediência e fiscalização das leis pertinentes, bem como de campanhas de esclarecimento, especialmente aquelas voltadas para grupos de alto risco, procurando conscientizar o trabalhador com relação à insegurança a que está sujeito e o que pode e deve ser feito para evitar acidentes.

Existem, evidentemente, diversos tipos de acidentes, de maior ou menor gravidade, que são classificados como típicos, doenças do trabalho, acidentes de trajeto e aqueles menos graves, qualificados como mera perda de tempo.

De acordo com a maior ou menor gravidade do acidente, ele pode ocasionar incapacidade temporária ou permanente, morte ou pequenos afastamentos.

No Estado de Santa Catarina, Joinville, por ser o maior centro industrial da região, também é a cidade que apresenta o maior índice de acidentes, seguida por Blumenau, Florianópolis, Chapecó e outras. Os maiores índices são os relativos a acidentes típicos, seguidos por acidentes de trajeto. Já com referência às doenças do trabalho, o maior foco de incidência é a região carbonífera, já que esse tipo de atividade é reconhecidamente insalubre.

Ao verificar as estatísticas, entretanto, é interessante notar que Florianópolis é que ocupa o 1º lugar no índice de óbitos ocasionados por acidentes do trabalho, embora seja a 3ª no total geral. Nesse aspecto, os Municípios de Itajaí e Lajes também chamam atenção pela quantidade de acidentes com óbitos.

Existem, ainda, acidentes que não são propriamente de trabalho, mas que vitimam grande número de trabalhadores: são aqueles ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho, quase sempre em função do trânsito. Desse tipo, os maiores índices são encontrados em Joinville e Blumenau.

Todas essas ocorrências têm preocupado sobremaneira as autoridades, a Associação Profissional de Técnicos de Segurança do Trabalho e, é claro, os próprios trabalhadores – vítimas e principais interessados.

Assim, além do alerta à opinião pública, as providências mais urgentes a serem tomadas referem-se à necessidade de cumprimento da legislação sobre Higiene e Segurança do Trabalho por parte das empresas, com a devida fiscalização

governamental, mas, sobretudo, há uma forma de fazer com que os profissionais ligados à área de prevenção e segurança se conscientizem de suas obrigações, procurando e exigindo melhores condições ambientais para os trabalhadores, uma vez que a maioria dos acidentes podem ser facilmente evitados, apenas com a utilização de métodos e sistemas bastante simples e baratos.

Existe a legislação, existem os meios: resta ao trabalhador fazer valer seus direitos, cuidar-se e exigir dos empregadores a segurança que lhes é devida.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois da promulgação da Carta Constitucional que estamos discutindo, deverá iniciar-se, no País, um crescente processo de descentralização, tanto de poderes como de recursos tributários, capaz de levar aos Municípios novos instrumentos e meios que os arranque da situação de quase mendicância a que foram relegados por um centralismo que cresce há vinte anos.

O Município é que produz e arrecada ou contribui, restando o Estado como uma verdadeira ficção jurídica, no campo do Direito Público, no exercício de um papel que não tem sido outro que o de sufocar as legítimas aspirações municipalistas, quando as Assembléias Legislativas impõem a Lei Orgânica dos Municípios, em detrimento da sua autonomia.

A maior provisão de recursos municipais será obtida por via da competência em matéria tributária, entregues aos municípios aqueles impostos mais rentáveis e que traduzam, mais precisamente, as peculiaridades locais da iniciativa fiscal.

Os Poderes Executivo e Legislativo locais deverão munir-se de melhores instrumentos de exercício da autonomia municipal, principalmente garantidas aos vereadores imunidades processuais e penais, no âmbito do Município, como ocorre com os parlamentares federais e estaduais.

Impõe-se, no entanto, que as Leis Orgânicas Municipais, votadas por dois terços das Câmaras de Vereadores, confiram aos cidadãos mais amplas oportunidades, no sentido tanto de opinarem como de fiscalizarem a gestão municipal, no que tange à aplicação dos recursos públicos e à arrecadação dos tributos, evitando-se a sonegação e o excessivo zelo fiscal.

Devem conscientizar-se desde logo, os futuros legisladores constituintes estaduais, no sentido de policiar os exageros da ingerência do Estado nos negócios dos Municípios principalmente no que tange ao planejamento urbano.

Nesse particular, o papel da União, por intermédio de órgãos próprios, deve ser o de suplementar os recursos municipais, para a obtenção dos resultados pretendidos, nunca, no entanto, interferindo demasiadamente no planejamento local, que deve ser liberto de regras e pressupostos emanados do poder central.

Só assim o Município gozará daquela autonomia a que aspira, desde o Ato Adicional de 1834. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, infeliz, muito infeliz, recente decisão do Governo Federal de desfalcar,

este mês, em 12%, as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o PIS/PASEP.

Nos termos do que já fora fixado anteriormente pelo mesmo Governo Federal, mas agora modificado em prejuízo dos trabalhadores e da economia popular, o rendimento relativo ao mês de junho deveria alcançar cerca de 30%. Mas, só vão creditar este mês, às cadernetas, ao Fundo de Garantia e ao PIS/PASEP, 18%.

Quem acreditou na palavra do Governo Federal, ficou decepcionado e com toda razão. Duas conotações tristemente negativas aparecem nessa decisão do Ministério da Fazenda, contrariando a expectativa geral. Em primeiro lugar, as regras do jogo foram modificadas "a posteriori", depois do jogo começado. Em segundo lugar, e isso ainda é mais importante, o prejuízo infligido a economia popular e às garantias previdenciárias do trabalhador brasileiro revela outra vez, que é um risco muito grande confiar nos atuais apelos governamentais e levar a sério a proposta dos governantes. Quem acreditou e pôs fé na caderneta de poupança não foi respeitado pelo Poder Executivo. E mesmo aqueles que, não podendo ou não querendo aplicar eventuais economias na poupança confiaram somente na atualização de suas garantias na Previdência Social, de acordo com a inflação, foram diretamente prejudicados.

A rigor, se o Governo Federal mantivesse e respeitasse as regras do jogo que ele mesmo com antecedência estabeleceu, as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia e o PIS/PASEP deveriam ser atualizados, este mês de junho, em cerca de 30%, e não em apenas 18%, como decidiu, por sua própria conta, sem pensar nos prejudicados, o Ministério da Fazenda. Para isso, o Governo Federal alterou os índices relativos a junho, prometendo melhorar a remuneração em julho próximo.

Não é a primeira vez que o Governo fixa regras e as desrespeita depois. Foi assim com a instituição do gatilho salarial que o próprio Ministério da Fazenda inventou e depois descumpriu.

Com esta recente resolução do Ministério da Fazenda, muito dinheiro, somas vultosas, avaliadas em bilhões de cruzados serão transferidos da poupança popular e da garantia previdenciária do trabalhador brasileiro para as arcas insaciáveis do Tesouro Nacional, que não se cansa de arrecadar, mas que insiste em não economizar.

Porque o Governo Federal não aperta o próprio cinto, ao invés de desfalcar o bolso do trabalhador, daquele que poupa para incerteza de amanhã, descumprindo o que foi tratado e prejudicando o povo em favor do erário, que continua insistindo em gastar, enquanto os governantes falam e mas só falam – em austeridade?

Mais um mau exemplo, sem dúvida, que vem do alto. Um mau exemplo que contribuirá ainda mais para o descrédito dos governantes. Um mau exemplo que prejudica de maneira injusta, indevidamente, a imensa maioria do povo brasileiro, só não atingindo aquele que não precisa de Fundo de Garantia, nem de PIS/PASEP e que, se tem recursos, não investe na poupança, mas em outras formas de investimento mais rendosas e mais rápidas. A aplicação na caderneta estimulada pelo Governo não pode ser fraudada pelo próprio Governo. O FGTS e o PIS/PASEP afetam diretamente os direitos, do trabalhador, não deveriam ser obje-

to da especulação oficial, como está acontecendo este mês. O Governo Federal, que não se acanha de sobrecarregar o povo brasileiro com impostos e taxas, diretos ou indiretos, sob a forma disfarçada de contribuição ou de empréstimos, recorrendo para isso a mil e uma artimanhas, perde, assim, cada dia mais, o abalado crédito de que dispunha perante a opinião pública.

Mais um episódio triste na História governamental e política do Brasil. Episódio deplorável, no qual, como prevê sempre a sabedoria popular, a corda arrebenta do lado mais fraco.

Mas, não custa perguntar, e esta pergunta nos parece muito oportuna: até quando o lado do povo, neste País, continuará a ser o lado mais fraco?

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tramita, desde ontem, no Congresso Nacional, mensagem do Presidente José Sarney, acompanhada do respectivo projeto de lei, cujo objetivo é estabelecer normas para a rolagem das dívidas dos Estados e Municípios.

Iniciando-se pela Câmara dos Deputados, o encaminhamento da matéria processa-se dentro de um rito regimental privilegiado, tendo em vista que, a 30 do corrente, se encerrará o primeiro período de trabalhos da presente Sessão Legislativa.

Há, assim, uma natural expectativa entre governadores e prefeitos desejosos de obter, no menor espaço de tempo possível, a definição de seus compromissos, com um refinanciamento a ser efetuado através do Banco do Brasil, com recursos repassados pelo Banco Central.

Ressalte-se que todas as Unidades Federativas, em maior ou menor escala, defrontam-se com débitos vultosos, que as impede de atender até a encargos essenciais, como é o caso do pagamento das folhas de pessoal.

Mostrando louvável sensibilidade para a rumorosa pendência, o Chefe da Nação e o seu Ministro da Fazenda, professor Luiz Carlos Bresser Pereira, adotaram, afinal, a providência exigida, indo ao encontro dos Chefes de Executivo, cansados de esperar por soluções sempre procrastinadas na área econômico-financeira do Governo.

O Senado, por sua vez, envia esforços no sentido de superar empecilhos decorrentes da Resolução nº 62/75, embalados na qual serão apreciados os pedidos de reescalonamento do interesse de Municípios e Estados.

O cálculo da capacidade de endividamento, nas supra-referenciadas operações, não se efetuará dentro dos padrões legislativos tradicionais, contemporizando-se, assim, com o teto de comprometimento dos beneficiários.

Adotando uma linha de austeridade nos gastos públicos é de supor-se que venha a ser normalizada a difícil situação vivida pela quase totalidade dos Estados, permitindo-se o advento de uma fase mais auspíciosa, assinalada, sobretudo, pela diminuição das despesas e a efetuação de obras voltadas exclusivamente para a comunidade.

No Ceará, o Governador Tasso Jereissati tem-se empenhado na condução dos destinos de nossa terra, implantando, ali, uma gestão marcada por mudanças estruturais que afetam os aspectos político, econômico e social.

Com o saneamento financeiro à vista, as administrações iniciadas a 15 de março poderão bus-

car o cumprimento das metas que traçaram, até aqui embargadas pela carência de dotações orçamentárias.

A Federação se fortalecerá no instante em que Estados e Municípios, bem aquinhoados por uma correta distribuição tributária, puderem levar a cabo um trabalho profícuo, voltado para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos brasileiros.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, são comuns as reestruturações e reformas administrativas no País, mais ou menos extensas, nas três esferas – federal, estadual e municipal – tanto na administração direta como na indireta.

Essas alterações implicam, muitas vezes, deixar em disponibilidade milhares de funcionários, como aconteceu no País, na década de sessenta, quando foi instituído, no DASP, um verdadeiro depósito de servidores, porque os órgãos não tinham suficiente discernimento e agilidade para empregá-los.

É vergonhoso para o servidor, que não tem culpa do excesso de lotação de pessoal, ficar numa situação dessas, quando a disponibilidade é sempre gerada pela autoridade administrativa e não pelo funcionário público.

Houve quem sustentasse que, em disponibilidade, o servidor ficasse percebendo salário correspondente aos anos de serviço, o que, para muitos, significaria a condenação às mais acerbas necessidades:

Diante disso, apresentamos uma sugestão à proposta de texto constitucional, determinando que, "extinto o cargo, o servidor público estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu obrigatório aproveitamento em outro cargo, compatível com o que ocupava anteriormente".

Essa disponibilidade remunerada, evidentemente, deverá ocorrer com as mesmas vantagens salariais atribuídas à atividade.

Nosso claro objetivo é o de proteger o servidor público estável, federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, de insuportáveis retaliações salariais.

A expressão servidor público, e não funcionário, prende-se ao fato de que, no futuro texto constitucional, através de outro dispositivo, estará explícita a concessão de estabilidade, no serviço público, para os servidores celetistas, atendidas também algumas exigências dos funcionários, como a gratificação natalina.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

V – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O Sr. Chagas Duarte: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, assunto da mais alta importância para o Território de Roraima, que tenho a honra

de representar nesta Casa, traz-me hoje a esta tribuna. Trata-se de um problema que se vem agravando no País e que, dentro do complexo sócio-econômico, já ameaça a tranquilidade de milhares de empregados, dependentes das pequenas e médias empresas existentes na Nação. Quero referir-me à situação em que se encontram os microempresários, os ruralistas e pecuaristas de Roraima, que será de total insolvência e falência, se não houver a tempo o socorro financeiro que está sendo anunciado aos quatro cantos desta Nação pelo Poder central.

A propósito, Sr. Presidente, os empresários de Roraima, através dos diretores da Associação Comercial de Roraima, Srs. Ubirajara Riz Rodrigues, Presidente, e Francisco Derval da R. Furtado, Secretário, manifesta a apreensão e a desconfiança com que receberam as novas medidas econômicas decretadas pelo Sr. Presidente da República.

Com razão, receiam eles a repetição dos erros e distorções ocorridos na execução do Plano Cruzado, dos quais decorrem, entre outras consequências, as inaceitáveis taxas de juros e de inflação que o Governo pretende agora corrigir.

Responsáveis por grande parte da produção nacional e pela manutenção de milhares de empregos, os micro, pequenos e médios empresários foram duramente atingidos, estando, os que ainda não fecharam as suas portas, à beira da concordata ou da falência.

Tendo acreditado no sucesso do Plano Cruzado, as micro, pequenas e médias empresas investiram em seus negócios, criaram novos empregos e contribuíram para reduzir problemas de abastecimento. Por falta de capital próprio, no entanto, recorreram a empréstimos e financiamentos bancários, cujos custos, à época, eram toleráveis.

Infelizmente, foram surpreendidos como súbito aumento da inflação e das taxas de juros, e pelo retorno da correção monetária em níveis insuportáveis, agravada pela diminuição do consumo e da queda do poder aquisitivo da população.

Se até nos centros economicamente mais fortes do País os efeitos de tal situação logo se fizeram sentir, imaginem V. Ex^a o que ocorreu em regiões distantes, como o Território de Roraima, que enfrenta enormes dificuldades em termos de transporte e de abastecimento e onde são pagos os fretes mais caros do País.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é comprensível e justificável a posição da Associação Comercial de Roraima em relação ao chamado Plano Bresser, que restabeleceu o congelamento de preços e salários por 90 dias. Espera-se que desta vez não se repitam erros primários, como o congelamento de preços, sem levar em conta as disparidades regionais deste imenso País, de que resultaram o desaparecimento e a sonegação de mercadorias, a cobrança de ágios e outros artifícios, para burlar o tabelamento e o congelamento decretados, com irreparáveis prejuízos para o abastecimento popular, notadamente em regiões longínquas, como é o caso de Roraima.

Para que a economia do País se normalize, e, em particular, a do Território de Roraima, onde talvez mais se fizeram sentir as consequências do insucesso do Plano Cruzado, é indispensável o imediato saneamento financeiro das micro, pequenas e médias empresas, para as quais foram

anunciadas, há mais de um mês, algumas medidas de socorro que ainda não se concretizaram.

Os empresários do Território. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, bem como os produtores rurais e agricultores, que também foram duramente penalizados, estão, como sempre, dispostos a dar sua colaboração para que o Brasil supere as atuais dificuldades, mas querem ter um mínimo de segurança e condições de sobrevivência, pois, se não receberem o auxílio prometido, serão obrigados a paralisar suas atividades, por absoluta falta de recursos.

Ontem li no **Jornal do Brasil** que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou, em caráter de urgência, o refinanciamento das dívidas das microempresas para com o sistema BNDES, através do programa de Apoio à Microempresa (Promicro), com o reescalonamento de seus débitos por 36 meses, incluindo 6 meses de carência, durante os quais serão cobrados juros de 0,5% ao mês e a correção monetária equivalente a 45% da variação da OTN. Essa oportuna decisão não pode ficar restrita ao sistema BNDES. Ao contrário, deve ser estendida a todas as micro, pequenas e médias empresas que têm dívidas bancárias em qualquer estabelecimento, assim como aos produtores rurais que se encontram em situação idêntica.

No caso específico de Roraima, espera-se que o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco de Roraima e os demais bancos da praça de Boa Vista e dos municípios do interior chamem seus devedores para refinanciar seus débitos nas condições aprovadas pelo BNDES, inclusive os pequenos produtores mais, a fim de que não caminhem para a falência, que prejudicará todas as atividades produtivas do Território, em especial na região sul, onde o problema assume maior gravidade e as atividades agrícolas são desenvolvidas primariamente.

Este, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o apelo que faço em nome dos empresários e produtores rurais de minha terra, assim como de toda sua população, que não suportarão sacrifícios além daqueles que já lhes foram impostos e das dificuldades decorrentes de sua localização geográfica, na fronteira com a República da Guiana e com a Venezuela, onde geralmente permanecem esquecidos pelas autoridades do Poder central.

A propósito, vale lembrar o que o Sr. Presidente da República prometeu na última reunião ministerial:

"Especial atenção será dada às micro e pequenas empresas. Nelas estão depositadas a esperança e a oportunidade de trabalho de milhões de brasileiros. Vamos prestar-lhes apoio nesta hora difícil. Já determinei aos órgãos envolvidos com o assunto prioridade no trato da questão e medidas efetivas que de fato cheguem ao destino e beneficiem os pequenos empresários".

O povo de Roraima, que tenho a honra de representar, suas lideranças empresariais e os produtores rurais, agricultores e governantes, esperam ansiosos o integral cumprimento dessa promessa presidencial, principalmente através da prorrogação de suas dívidas em 36 meses, com 6 meses de carência, com juros e correção monetária reduzidos, como decidiu o BNDES. Essa medida

deve ser imediatamente posta em prática por todos os bancos, sem dificuldades de ordem burocrática e sem exigências que atrasem, sua implementação, pois só assim os pequenos empresários produtores rurais e agricultores terão condições de sobreviver.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Líder do PDT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, sinto-me na obrigação de abordar, no horário da Liderança do meu partido, o pronunciamento oferecido à imprensa pelo Ministro Leônidas Pires Gonçalves, ontem, após uma reunião com vários chefes militares. E sinto-me nesta obrigação porque 72 horas antes, desta tribuna, informava, por ter tido conhecimento, que os chefes militares promoveram uma reunião – como ocorreu – para analisar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente sobre a questão da anistia para os punidos pelo golpe de 64. Sou daqueles que, diferentemente de muitos, entende que as Forças Armadas têm o dever de se posicionar sobre as questões que ocorrem no País, porque entendo que os Ministros militares – do Exército, da Aeronáutica e da Marinha – são, na verdade, Ministros políticos, Ministros civis, tais como os Ministros das Minas e Energia e da Fazenda.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, vejo com profunda tristeza que hoje – quando a Assembléia Nacional Constituinte busca reordenar todo o sistema institucional do País, em função da necessidade econômica, política e social de adequação de uma nova Carta Constitucional, porque a que existe já está superada pelo tempo e pela realidade – o Ministro Leônidas Pires Gonçalves se coloca contra a possibilidade de anistia, especialmente aos militares, alegando que essa matéria já foi decidida pela Emenda Constitucional nº 26/85.

É preciso que os Chefes militares entendam que a Assembléia Nacional Constituinte, em sendo soberana, está redigindo a nova Carta do País. Buscar-se argumentos de que a anistia, a reintegração no serviço ativo de militares produziria grandes prejuízos para a Nação é discutir a questão de forma vaga. Muito mais grave para o País é a inflação do chuchu. Sobre isto, aliás, já dizia com muita propriedade o Senador Jarbas Passarinho: "Causará mais males para o País o aumento do chuchu do que a reintegração daqueles que foram cassados em 1964 sem qualquer direito de defesa".

Relembro-me, era jovem, que vi no Rio de Janeiro muitas esposas de marinheiros, com filhos, irem buscar na prostituição o meio de sustentá-los. Digo isso – e não sou militar – porque talvez, neste País, ninguém tenha sofrido mais com a punição de 1964 do que os militares. Eles se prepararam a vida inteira para uma atividade que é diferente da civil, especialmente na Aeronáutica, e foram punidos duas vezes: proibidos de dirigir avião militar, a par de já terem sido cassados, e tiveram que ir para a atividade civil.

Se buscamos conciliar a sociedade civil, não podemos excluir aqueles que foram punidos, cas-

sados e injustiçados. Quantos foram processados pelos tribunais militares e foram absolvidos. Mas desejamos a absolvição que lhes dê direito a voltar à profissão que abraçaram.

A Assembléia Nacional Constituinte recebe a opinião do Ministro Leônidas Pires Gonçalves com a maior grandeza. É um brasileiro que deve opinar, mas acho que devemos superar o distanciamento que existe entre militares e civis no País. Enquanto não resolvemos esta questão, não poderemos pensar em processo democrático.

Aproveito para apresentar uma sugestão: Esta Casa receberá, na semana que vem, o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira. A consenso das Lideranças, acho que seria útil para esta Casa e para – os chefes militares que convidássemos o Ministro Leônidas Pires Gonçalves para conhecer a Assembléia Nacional Constituinte, trazer abertamente as idéias dos chefes militares e com ela discutir até como deve ser a nossa tarefa. Assim como recebemos representantes da nossa sociedade, por que não podemos receber os chefes militares, para discutir abertamente, sem preconceitos, sem nenhuma posição pré-determinada? Ainda mais porque o Ministro alega que a estabilidade e a jornada de quarenta horas de trabalho não podem ser aceitas pela Nação.

Por isso, acho que o Sr. Presidente Ulysses Guimarães poderia ser o intermediário entre a Assembléia Nacional Constituinte e os chefes militares e – quem sabe? – convidar o Ministro Leônidas Pires Gonçalves para discutir conosco.

Estou recebendo informações de que o Embaixador americano, na semana que passou, fez uma reunião com os diretores da IBM, da Xerox e de vários grupos multinacionais – e vou apurar isso – para alertá-los para o perigo esquerdizante que o País atravessa, em face da Assembléia Nacional Constituinte. Penso que seria aplaudido por todos os brasileiros se o Ministro Leônidas Pires Gonçalves se preocupasse com as multinacionais, com aqueles que querem acabar com o País, com o monopólio estatal do petróleo.

Os chefes militares de ontem, nos anos 50, tiveram uma atuação, que devemos reconhecer, decisiva para a defesa dos minerais estratégicos, para a defesa do petróleo. Recentemente, participei da Comissão Especial que votava a Lei de Informática. E é preciso reconhecer que, se não fossem os militares da SEI, provavelmente não teríamos reserva de mercado. Por isso penso que o País espera dos Ministros militares uma opinião sobre o monopólio estatal do petróleo, sobre a reformulação do sistema fundiário do País, sobre a intromissão do Embaixador americano nas questões de exclusiva competência da Assembléia Nacional Constituinte.

Não sou dos que pregam discórdia entre militares e civis. Por isso deixo a sugestão aos partidos políticos. Vamos convidar o Ministro Leônidas Pires Gonçalves para, discutir conosco a anistia, as 40 horas de trabalho; a defesa do monopólio estatal do petróleo, sobretudo o processo democrático, e a transição – e esta precisa acabar, porque é a mais longa do mundo. Se mais longe fôssemos, poderíamos recordar que ela começou com o discurso do Presidente Ernesto Geisel, numa convenção da Arena, quando S. Exª falava em distensão lenta e gradual, porém firme.

A mim parece que, como cidadãos, os militares devem manifestar a sua opinião, mas querer, hoje,

negar justiça a um segmento da sociedade – os militares cassados – e não dar possibilidade de a Constituinte ampará-los, não é ético, não é justo e não é moral. (Palmas).

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva (Líder do Pr): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o pronunciamento do Líder do PDT, companheiro Brandão Monteiro, retrata bem o clima em que esta Constituinte funciona.

Há quinze dias, a imprensa de Brasília e do Brasil publicou que um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho era contra a estabilidade no emprego, contra a redução da Jornada de trabalho e contra outras coisas de interesse da classe trabalhadora que tinham sido aprovadas na Comissão da Ordem Social.

Posteriormente, o Congresso Constituinte é pego de surpresa, quando estamos a quatro meses da elaboração definitiva de uma nova Constituição, com projeto de mudança na estrutura sindical feito pelo Ministro Almir Pazzianotto Pinto, que é sabedor de que esta Casa, até por uma questão de inteligência, não irá precipitar os acontecimentos e votar seu projeto na frente das discussões já realizadas na Constituinte.

O que me assusta e me preocupa é saber que a intenção do Ministro Almir Pazzianotto Pinto não é fazer com que seu projeto seja aprovado, mas fazer com que os Deputados que dão sustentação ao Governo, uma vez que o projeto é do Poder Executivo, tenham naquele seu projeto uma orientação.

E é importante, para quem ainda não estudou o projeto do Ministro Almir Pazzianotto Pinto, salientarmos aqui que, no que concerne à greve, ele é pior do que o que temos hoje. É um retrocesso no relacionamento entre o capital e o trabalho, pois tenta regulamentar a greve como um direito individual, quando na verdade deveria tratá-la como de interesse coletivo. Sabe S. Ex.^a porque conhece a matéria, que ninguém, individualmente, consegue determinar os passos de uma greve.

Se não bastassem esses acontecimentos, teima agora o Ministro Bresser Pereira, na televisão, em ser cínico, em brincar com coisa séria, em dizer que a classe trabalhadora está ganhando 10%, quando todos os economistas e as pessoas de bom senso reconhecem que a classe trabalhadora está sofrendo o maior prejuízo da história política deste País. E, também, através da televisão, chama de mentiroa uma das mais sérias entidades do País, o DIEESE, órgão criado há 30 anos pelo movimento sindical brasileiro. Percebemos que há uma ingerência do Poder Executivo na tentativa de direcionar os trabalhos desta Constituinte.

E a situação se torna mais grave quando o Ministro do Exército usa os meios de comunicação de massa para dizer à Nação que as Forças Armadas, o Exército, são contra a estabilidade do trabalhador no emprego, contra a redução da jornada de trabalho e contra a anistia. E o Ministro do Exército sequer leva em consideração que em

todos os países desenvolvidos do mundo a redução da jornada de trabalho foi a forma encontrada para minimizar o desemprego e fazer com que a jornada longa de trabalho fosse substituída pela quantidade de homens que adentraria o mercado de trabalho com essa redução. Dizer que este País está precisando de uma jornada mais longa é, no mínimo, querer submeter a classe trabalhadora a uma Jornada de escravidão. O que precisamos fazer – e outros países já o fizeram – é diminuir a jornada de trabalho, para que as empresas contratem mais trabalhadores a fim de que haja um aumento da produção, não pela escravidão, mas pela duplicação da mão-de-obra.

Quando o Ministro fala na estabilidade, seria importante que S. Ex.^a estivesse preocupado com a recessão que está havendo hoje no País, fato que a imprensa publica fartamente. Há pouco conversava com companheiros dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo, e eles diziam que as empresas multinacionais – Volkswagen, Mercedes, Ford –, as de autopartes e outras estão ameaçando dispensar grande quantidade de trabalhadores, chegando a falar em seis mil, de uma só vez, sem levar em consideração que de janeiro até agora doze mil já perderam o seu emprego.

É preciso que isso faça parte das preocupações do Ministro do Exército, que se deve portar, quanto à Constituinte, não como um ser superior, mas, independente de ser general e ministro, em igualdade de condições com os cento e quarenta milhões de brasileiros. Aliás, é importante sempre reafirmarmos que cada um de nós que foi eleito, que assumiu compromissos em praças públicas, não apenas com a própria consciência, mas com a Nação brasileira, não vimos quisquer desses senhores do Poder Executivo assumir compromissos publicamente para adentrar agora, no meio do jogo, mudar a sua regra e tentar fazer com que as teses defendidas pelo Poder Executivo sobreponham-se à liberdade e à autonomia com que os Constituintes devem trabalhar.

Gostaria de encerrar dizendo que não será o Ministro do Exército, a quem peço que participe dos debates em igualdade de condições com qualquer cidadão, nem o Presidente da República, ou o Líder do Governo que irão impingir a esta Constituinte aquilo que é a vontade do Poder Executivo. Há muita gente contente porque não percebeu ainda, por parte do povo, a mobilização necessária para pressionar esta Casa. Quem não viu, verá. Quem não viu, perceberá que, na segunda fase da Constituinte, o povo estará presente não apenas nas galerias, mas nas ruas de Brasília, para exigir que cada Constituinte cumpra sua promessa, independentemente do partido a que pertença.

Não conheço um Constituinte que tenha ido à praça dizer que era contra a reforma agrária, que era favorável ao salário mínimo baixo, que era favorável ao desemprego ou que era contra qualquer política de justiça social. Todos prometeram mundos e fundos. E quando este Plenário se reunir, ou quando estiver elaborando o projeto definitivo da Constituição, isto aqui será, na verdade, um tribunal de contas, porque cada um de nós terá de confirmar na hora do voto aquilo que disse na rua. O povo estará atento na verdade, estará olhando para aqueles que aqui traírem o seu compromisso. Não tenham dúvidas de que,

como mudos o foram em 1986, serão julgados já nas próximas eleições. (Palmas.)

O Sr. Farabulini Júnior: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, nobres Srs. Constituintes, a questão da violência urbana deverá constituir também um dos pontos altos do novo modelo jurídico-institucional brasileiro. Realmente, Srs. Constituintes, de uns tempos a esta parte, a violência urbana caminha a largos passos e os crimes da mais alta brutalidade alcançam os grandes centros deste País.

Em São Paulo, de onde venho, é inaceitável o posicionamento de uma entidade que agora faz praça, cujo nome é a impunidade. Todos quantos lá chegam sabem que, na verdade, essa situação não pode prosseguir. Estupradores que estupram e matam; seqüestradores que seqüestram e matam; latrocidas que roubam e matam; enfim trata-se de um circuito da mais alta brutalidade que nós, em São Paulo, não podemos aceitar. A sociedade paulistana está exigindo do Poder Central e, agora, da Constituinte que, afinal, tomem conhecimento dessa situação a que chegou a sociedade brasileira.

Falo de São Paulo, mas estou certo de que poderia falar do Rio de Janeiro, de Porto Alegre ou do Recife. A verdade é que os jornais noticiam e os comentaristas que tratam de matéria informam ao público sobre essa onda de violência, e a sociedade aguarda que nós, membros atuantes na Constituinte, cumpramos o nosso dever. Temos de cumprir o nosso dever e mantermo-nos, firmes, como acaba de referir-se agora o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, pelas 40 horas semanais. Deveremos também nos pronunciar quanto à estabilidade no emprego. Mais que isso, temos de fazê-lo em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Tudo o que constituiu matéria votada nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas, mais o tópico a que me refiro agora, deve ser objeto do nosso cuidado.

Apresentei sugestão constitucional para cominar pena capital para esses crimes hediondos, mas a Subcomissão do Poder Legislativo já negou guarda à pretensão deste Constituinte. Intentei caminhar um pouco menos, ao fazê-lo, sempre pretendi segregar do meio social, levando-os ao menos para a cadeia, esses criminosos macabros. Então refleti e recuei alguns passos, como sei fazer, em benefício da sociedade, contrário a minha vontade, e apresentei a emenda, pedindo a prisão perpétua. É preciso que se retire das ruas, dos espaços livres esses macabros que invadem os nossos lares, estupram as mulheres, seviciam crianças, estupram-nas com a tranquilidade de quem toma um copo d'água. É a sede de beber água? Não. É a sede de seviciar, de tripudiar, de dançar sobre uma sociedade acuada que, na verdade, precisa de protetores.

Eu me apercebi, Srs. Constituintes, de que a violência urbana praticada pelos bandidos que estão soltos por aí não sensibilizava os circunstântes das Comissões Temáticas. Parece que a violência urbana já tomou conta até das consciências

cias de representantes do povo – e esse detalhe é suasório, não tem a menor importância, e mantém o ponto de vista de enfraquecer a lei penal. Ora, Srs. Constituintes, é hora de endurecer a lei penal, a fim de afastar os criminosos macabros da sociedade, essa sociedade ingente, que que labora, que se organiza para a ascensão do proletariado e na linha produtiva, para atender ao bem-estar social. No entanto, essa sociedade vê-se a braços com um problema, o confronto com os bandidos. E o legislador? Este não pode, de forma alguma, cruzar os braços e deixar de olhar essa realidade brasileira.

Sei perfeitamente que a matéria já está cansando os ouvidos de V. Ex.^{as} Temos insistido tanto neste assunto que hão de dizer que este Deputado não fala em outra coisa senão em violência urbana. Mas continuarei falando, porque assumi perante a opinião pública paulistana, de onde vim, maciçamente votado, o compromisso de defender aquela sociedade contra os bandidos. Agora, quero ver quem defende aqui o proletariado, que em nosso Estado está acuado por causa da violência ocorrida nas favelas, nos mocambos, nos cortiços. Observa-se invasões dos lares, estupros, diante daquela pobreza dominante; a sevícia é patrocinada por bandidos.

Infelizmente, em nome da ordem social – dizem eles – não podem sacrificar esses bandidos. A culpa é da sociedade; os bandidos não têm culpa de nada. Culpados são os governantes. Quero saber como fica o povo, que aqui tem representantes e que elegeu governantes, em face dessa violência urbana. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, mais uma vez esta Assembléia Nacional Constituinte vê-se atropelada pelas gestões e iniciativas tomadas pelo Governo do Presidente José Sarney.

Estávamos, os Constituintes e o povo brasileiro, preocupados com os rumos que estão tomando os trabalhos de elaboração da nossa Carta Magna. Apreensivos estamos com o fato de os interesses da nacionalidade não estarem sendo defendidos nos termos em que são discutidos pelos Constituintes. A reforma agrária, longe de ser defendida e assegurada, está sendo prejudicada e condenada pelos Constituintes.

Todos aqueles que defendem a prevalência de liberdades democráticas mais amplas também manifestam-se preocupados com os rumos que a Constituinte vem dando à elaboração do capítulo ligado às liberdades políticas, especialmente às liberdades de organização partidária, e ao sistema eleitoral. Todos vêem com receio o sistema do voto distrital que está sendo discutido e apoiado por alguns interessados no bipartidarismo no País.

São essas as preocupações dos Constituintes identificados com os anseios populares e democráticos de todo o povo brasileiro. De repente, mais uma vez, vindas das hostes do Governo Federal, medidas tentam atropelar os Constituintes,

não no sentido de ajudá-los a encontrar o melhor caminho para o povo brasileiro mas, ao contrário, visando a prejudicá-lo mais ainda a encaminhá-lo a rumo nefasto interesses da nossa gente sofrida.

O Gen. Leônidas Pires Gonçalves resolveu, nos últimos dias, reunir-se com todos os ministros militares. De saída, algo chama a atenção: em pleno processo de elaboração de uma nova Constituição, seis ministros militares – e só não estiveram presentes os seis porque um deles encontrava-se viajando – resolvem apreciar os trabalhos da Constituinte. Vestidos com seus uniformes e ostentando suas quatro estrelas, resolvem anunciar à Nação o que acham conveniente apoiar e o que julgam inconveniente. Chamam a atenção especialmente para dois pontos que consideram completamente nefastos: a estabilidade do trabalhador e as quarenta horas semanais. Ora, Sr. Presidente, precisamente a estabilidade e as quarenta horas semanais são dois pontos que se destacam na grande quantidade de pontos negativos que estão sendo discutidos no projeto constitucional; são dois pontos que ressaltam o interesse do povo brasileiro em defesa dos trabalhadores, da gente sofrida da nossa terra. Enfim, são dois pontos que adaptam o trabalho constituinte a todos os reclamos do nosso povo e colocam o Brasil no âmbito das nações mais desenvolvidas, que já têm esses pontos estabelecidos há muito tempo.

Diz, ainda, o Gen. Leônidas Pires Gonçalves que, de forma alguma, as Forças Armadas poderiam aceitar a anistia ampla, geral e irrestrita para todas as vítimas do regime arbitrário.

Não contente com isso, o Governo do Presidente Sarney também encaminha a esta Casa o Projeto de Lei nº 164, que atropela brutal e arrogantemente os trabalhos da Constituinte.

Estamos aqui na atividade constitucional de elaboração de um sistema de trabalho no Brasil, de um regime social que regula as condições de vida e as relações dos trabalhadores. Eis que, no meio desse trabalho, mais uma vez interferindo, vem o Governo Sarney apresentar um projeto de lei que visa a tratar de questões que já não são de sua alcada, mas sim da Constituinte, e o faz de forma negativa. Longe de contribuir para o avanço das questões que estamos discutindo, delibera apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei que, mais uma vez, ameaça o sistema sindical brasileiro com o pluralismo sindical, admitindo sindicatos por categoria, emprego e estabelecimento, o que definitivamente aniquilaria a unidade sindical tão perseguida pelo movimento sindicalista brasileiro.

Diz, mais à frente, que a greve passa a ter também concepção de ilegal. Por um lado, admite que ela seria legal, mas, por outro, enumera as condições em que retornaria ao âmbito social brasileiro a já condenada greve ilegal.

Mais à frente, chama a atenção para o que considero essencial aos trabalhadores brasileiros, ou seja, as categorias que não poderiam fazer greve, porque estas seriam consideradas ilegais. Assim ele exacerba, vai além do que está previsto na atual legislação brasileira, que data do período ditatorial, quando até a compensação bancária, que a legislação atual não considera como trabalho essencial para efeito de greve, o Governo Sarney classifica como essencial.

Finalmente, Sr. Presidente, proíbe-se o direito de associação aos servidores públicos. Neste sentido, prevalece a vigência da lei atual, que vem da época da ditadura. No momento em que a Constituinte já havia aprovado, na Comissão Temática respectiva, a liberdade de organização sindical para os servidores públicos, neste preciso instante vem o Governo, arrogante e presunçoso, e se antepõe aos nossos trabalhos para dizer que essa liberdade não deve existir.

O SR. MIRO TEIXEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, durante dois anos as forças democráticas do nosso País lutaram pelo direito – que deveria ser reconhecido a todos os brasileiros – de expressar o seu ponto de vista, de participar das discussões nacionais, de manifestar, enfim, esse caráter da cidadania.

De três dias para cá, os jornais têm dado espaço a uma reunião de ministros militares, ocorrida ontem, para discutir pontos que estão em debate na Assembléia Nacional Constituinte.

No exercício da Liderança do PMDB, em plenário, na última terça-feira, tive oportunidade de ocupar esta tribuna para dizer que reconhecia a esses ministros o direito de se reunirem e de debaterem qualquer tema que esteja sendo discutido na Assembléia Nacional Constituinte.

O assunto volta à tona e a Liderança do PMDB quer reafirmar o seu pensamento.

Talvez se essa reunião fosse entre os Ministros da Educação, da Administração e da Fazenda para discutirem outros aspectos em debate na Assembléia Nacional Constituinte, não produzisse tamanha repercussão. O que estamos vivendo é uma certa síndrome remanescente das marcas deixadas pelo passado, um passado em que forças militares tomaram o poder e o exerceram arbitrariamente, até bem recentemente, quando os democratas, que tanto lutaram, ao longo de tantos anos, conseguiram afinal empregar o poder.

O que não é admissível, aí, sim, é imaginar que nesta Assembléia Nacional Constituinte haja delegados do povo subservientes; haja Constituintes capazes de se deixarem intimidar por qualquer segmento da população brasileira. Ao contrário, imaginamos que não existe na Assembléia Nacional Constituinte mandatário do povo algum que se submeta a qualquer espécie de tentativa de intimidação. Realmente, não percebemos, na análise que os jornais fazem do encontro dos ministros militares, qualquer tentativa de intimidação. Todavia, se isso existisse, estaríamos aqui, nesta tribuna, para dizer que não aceitaremos, como não aceitamos no passado, qualquer tentativa de intimidação.

Entretanto, a discussão não passa por aí. Penso que hoje está superada essa visão, segundo a qual a sociedade brasileira divide-se em civil e militar. Penso que atualmente ela se divide em nacionalistas e entreguistas, em patriotas e outros que se colocam muito mais ao sabor dos interesses do capital estrangeiro do que ao sabor do interesse do Brasil e do seu povo. Aí está o centro

da divisão hoje, o centro da nossa luta e um dos mais nobres objetivos da Assembléia Nacional Constituinte: dotar o Brasil de uma ordem jurídica, econômica e social estável, duradoura e que marque, acima de tudo, a preponderância desse que imagino ser o pensamento médio da sociedade brasileira moderna, nacionalista, que pauta seus valores muito mais para o social.

Nas edições dos jornais de hoje, percebemos a ousadia e a arrogância de um certo Sr. Caiado, representante da UDR, entidade que não representa, conforme proclama, as forças dos trabalhadores do campo, nem os pequenos agricultores, nem aqueles que fazem da terra o seu meio de vida, seu meio de sustento.

Tenho a impressão de que esse Sr. Caiado jamais viu uma enxada, pois estudou e formou-se em Paris e tem uma vida muito diferente da vida do homem do campo. Nunca foi ouvida a voz do Sr. Caiado nas lutas para que os trabalhadores do campo tivessem uma assistência mais digna. Nunca se ouviu a voz desse Sr. Caiado no sentido de que os pequenos produtores tivessem um mecanismo de crédito à sua disposição que não seja essa agiotagem oficial praticada pelos bancos. Nunca se ouviu a voz desse Sr. Caiado na defesa de uma política agrícola que pudesse ampliar as nossas possibilidades de produção. Mas ouve-se a voz do Sr. Caiado. E como se ouve! Como ele obtém espaço, porque representa, hoje, o que há de mais espúrio, neste momento glorioso de vida brasileira, que é a reunião de todas as forças políticas em Assembléia Nacional Constituinte. Ganha ele espaço porque esta aí a representar não o interesse do agricultor brasileiro, mas o interesse das multinacionais que querem continuar grandes proprietários de terra para especular às custas da força trabalhadora do campo em nosso País.

Isto, sim, me horroriza, e vejo quase como uma ameaça a cada um de nós a postura de que para lá ele trará os seus sequazes, ou, como ele os chama, as suas bases – se é possível imaginar que ele as tenha, não deve tê-las; mas trará os seus sequazes para acompanhar, para procurar intimidar os membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Conhece pouco o Sr. Caiado da história do nosso País, da história de luta de todos nós e da capacidade de resistência que temos a esse tipo de opressão. Conhece pouco, mas talvez aprenda muito rapidamente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de me congratular com o companheiro Miro Teixeira por suas palavras. Assustame, entretanto, a grande cobertura que recebe um elemento pernicioso e fascista como esse citado por V. Ex.^a, o Sr. Ronaldo Caiado. Mas os próprios editoriais da grande imprensa brasileira – e, expressamente, citaria os do **Correio Brasiliense** – condenam diariamente esta Assembléia Nacional Constituinte e os Constituintes que integraram a Comissão da Ordem Social,

com uma crítica veemente e infundada às questões dos direitos dos trabalhadores, que foram ali garantidos. Isso é muito prejudicial. Um elemento enganador como este consegue ludibriar a boa fé de uma quantidade enorme de produtores rurais porque levanta a bandeira contra os juros altos, contra o subsídio e, consequentemente, contra a reforma agrária, porque o que está por trás disso é a defesa da grande propriedade, é a defesa dos bens das empresas multinacionais, é a defesa da especulação da propriedade rural e da sua não-divisão com o povo brasileiro. Ele consegue enganar porque levanta essas bandeiras. E da mesma forma como ele consegue enganar, outros também o fazem. Quer dizer, outros setores da classe dominante procuram ludibriar pequenos produtores e comerciantes, instigando-os a essa luta contra aquilo que é para o bem do povo brasileiro, contra aquilo que estamos aqui tentando fazer agora, ou seja, dar ao trabalhador brasileiro um pouco do que ele nunca teve na nossa História.

Portanto, entendemos que essas questões são muito preocupantes, e até diria, claramente, que a grande imprensa brasileira também tem sido culpada nesta hora. Vejam que esse senhor está pretendendo trazer a esta Casa milhares de produtores rurais, que na verdade não sabem o que se quer com a reforma agrária, que têm medo de que a reforma agrária vá lhes tomar alguma coisa.

Fico até sem entender, por exemplo, a postura de um Constituinte como Jorge Vianna. S. Ex.^a é proprietário de pequena porção de terra na Bahia, área absolutamente produtiva, e mesmo assim está engajado na luta da UDR, na luta de fascistas, na luta de homens como Roberto Cardoso Alves, Rosa Prata e tantos outros. É lastimável que muitos se deixem levar nessa corrente de enganadores e fortaleçam essa luta contra a reforma agrária. E tudo isso por causa desse apego irracional à propriedade rural.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero ainda registrar, neste horário que o PMDB nos cede o encaminhamento de dois pedidos de informações que apresentamos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Um é sobre o discurso que ontem fizemos sobre a Rodovia Transamazônica. Não se tem nada oficial: uma hora o Governo diz que vai fazer uma coisa, outra hora diz que vai fazer outra. Estou agora apelando a esse instrumento da informação oficial, na expectativa de que o Governo firme uma posição em caráter definitivo e com o devido respeito que a Assembléia Nacional Constituinte deve merecer do Poder Executivo.

O outro pedido de informação trata da questão das sobras de ouro, paladium, prata e platina, originárias dos cerca de 430 lotes de minério vendidos pelo garimpo de Serra Pelada ao Banco Central, comprados através da Caixa Econômica Federal. O fato é que até hoje não temos idéia do valor exato dessas sobras desse material. E lei aprovada recentemente obriga o Governo a restituir esse dinheiro aos garimpeiros de Serra Pelada.

A propósito, quero sugerir à presidência da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte que, ao encaminhar os pedidos de informações ao Poder Executivo, anexe o artigo do nosso Regimento que trata da questão do pedido de informações.

O Regimento Interno diz que o Poder Executivo deve responder aos pedidos de informações em 20 dias, e se isso não ocorrer, a Assembléia Nacional Constituinte reitera os pedidos ou toma as providências cabíveis. Isso está escrito no nosso Regimento Interno e parece que o Poder Executivo dele não tem conhecimento, porque já encaminhamos quatro pedidos de informações sobre temas que interessam à defesa das nossas propostas, como por exemplo, a questão do ISOF, e até agora nada recebemos. A respeito do ISOF, queremos saber a quantia exata, para darmos destinação própria a esse imposto – no caso, para o atendimento da reforma agrária. Já são passados sessenta dias e não recebemos nenhuma resposta do Poder Executivo. Portanto, Sr. Presidente, espero que V. Ex.^a e a assessoria da Mesa neste momento atentem à nossa colocação e, ao enviar pedido de informações ao Poder Executivo, faça anexar o artigo do nosso Regimento que determina o prazo para que as informações venham até nós.

Finalizando, gostaria de dizer ao Constituinte Miro Teixeira que o povo, a classe trabalhadora, tem de ter muito cuidado neste momento em que, nas mínimas coisas, as classes dominantes reagem de forma violenta e ostensiva. Os grandes industriais e comerciantes, os grandes proprietários rurais, as grandes empresas mineradoras, enfim, todos reagem de maneira contundente, usando a imprensa, contra as mínimas reformas que se pretende fazer na nova Constituição brasileira. É, portanto, necessário que os trabalhadores também se conscientizem desse direito de luta e se mobilizem para combater a reação dessas efetivas minorias que querem a continuação do **status quo**. Na verdade, essas minorias são muito mais organizadas do que as grandes maioria que representam as classes trabalhadoras nesta Casa. Todos nós, neste momento, temos o dever de conscientizar os trabalhadores brasileiros da necessidade dessa mobilização contra a violência dessas pequenas minorias que querem que a Constituição continue como sempre esteve.

Esta é nossa manifestação. (Palmas.)
O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Constituintes de 1987, ocupamos a tribuna nesta tarde em nome da democracia cristã, para testemunhar mais uma vez, este sentimento generalizado de desalento que hoje abate e humilha a Nação. E não há dúvidas, Sr. Presidente, de que esse cansaço cívico, esse despovoar de esperança tem um traço fundamental, básico: a sensação, que se espalha na Nação, desde os mais esclarecidos até as imensas massas desvalidas, de que há uma impunidade absoluta em nosso País, eis que, por mais graves e severos que sejam os crimes e mesmo os desacertos governamentais, nada disso tem importância e nada acontece em represália a esse destruir nacional. É quase uma coisa que passa a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro essa sensação de impotência, essa sensação de que não há nada contra essa prática abusiva, antiética,

imoral, nojenta, repulsiva da impunidade dos governantes.

Mas há, sim, muito o que fazer. Esta Assembléia Nacional Constituinte há de escrever na Constituição a ser elaborada, nas cores mais fortes e mais firmes, a proibição categórica que dê cabo, que elimine a impunidade daqueles que, no Governo ou através do Governo, humilham a Nação brasileira e os brasileiros com seus crimes, os mais repulsivos, os mais hediondos.

Como exemplo desses crimes que vão ficar impunes podemos citar o que todos os jornais estão anunciando claramente desde ontem, através de manchetes: todos os tomadores das cadernetas de poupanças – onde aplica suas economias a grande massa dos brasileiros de pequena renda – todos esses aplicadores estão sendo lesados, estão sendo furtados com tal violência que se pode dizer que estão sendo assaltados, estão sendo roubados pelo Governo Federal. Este, através de normas espúrias, está a fazer com que, numa inflação de 30%, os que acreditaram que a poupança seguida a inflação sejam roubados em 12% de suas economias.

Sr. Presidente, não é possível. Isso não pode continuar assim. É impossível compactuar com monstruosidades dessa forma. Há que se cobrar do Presidente que honre a sua palavra. Basta de enganar os brasileiros, os mais humildes, que vêm na palavra do Presidente uma questão soberana, que acreditam quando o Presidente diz que a poupança seguirá a inflação. Coitados desses brasileiros crédulos! Acreditam no Governo e por acreditarem, por terem fé, por terem esperança são assim lesados, humilhados, roubados.

Basta de impunidades, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr.^a Benedita da Silva, suplente de Secretário.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr.^a Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

A SR.^a PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr.^a Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida alguma, um dos grandes temas, um dos pontos mais polêmicos por ocasião do debate, do novo texto constitucional neste plenário, será o da determinação de até que ponto será reconhecida a iniciativa privada neste País e de até que ponto haverá interferência consentida do Estado nas atividades de nossa sociedade.

Não fogem a essa regra, evidentemente, dois setores para nós muito importantes, o da saúde e o da educação. Sou de um partido que defende a iniciativa privada e que tem expressamente, em seu programa, essa colocação, mas reconheço, Srs. Constituintes, que existem alguns setores de atividade em que a presença do Estado se deve fazer mais forte e em outros, inclusive, ela deve ser absoluta, como no caso dos setores estratégicos como o petróleo, por exemplo.

Agora, há algumas áreas em que a presença da iniciativa privada tem demonstrado, através dos tempos, ser altamente salutar. E temos exem-

plo disso, basicamente nas áreas da saúde e da educação. Quem não sabe que a grande maioria dos hospitais neste País está nas mãos da iniciativa privada através de ordens religiosas e entidades filantrópicas, enfim, entidades sem fins lucrativos? Sempre faço uma distinção entre entidades sem fins lucrativos e aquelas que se transformam em verdadeiros balcões mercantilistas. Contra estas eu me insurjo e não as defendo, tanto no campo da saúde como no da educação. Mas as entidades filantrópicas merecem o nosso apoio, e o faço com absoluta convicção, pela realidade que conheço no meu Estado do Rio Grande do Sul, onde, de quatrocentos e cinqüenta hospitais, aproximadamente quatrocentos estão nas mãos de particulares e, destes, a maioria pertence a ordens religiosas ou a sociedades caritativas.

No setor do ensino, o quadro não é diferente, e, se não fora o ensino privado, talvez a metade dos Constituintes que hoje têm assento nesta Assembléia não tivesse chegado até aqui, porque deve a sua formação, em algum momento, ao fato de ter freqüentado uma escola particular. Se eu fizesse um levantamento sobre que escolas cursam os filhos dos Constituintes aqui presentes, tenho certeza de que a maioria está matriculada em colégios particulares, porque esses estão alinhados entre os melhores do nosso País.

Pois bem, agora há uma coisa que não consigo entender: há alguns Constituintes que vieram para cá eleitos com a simpatia de algumas alas da Igreja, e é sabido que grande parte dessas instituições particulares está sendo dirigida por setores da Igreja. Hoje, esses Constituintes que foram eleitos com a simpatia de setores da Igreja são aqueles que têm o maior cuidado em destruir essas entidades, que estão hoje sob os cuidados da mesma Igreja que os ajudou a eleger. Não consigo entender qual é o objetivo de tudo isso. Defendo a ampliação do ensino público. Primeiro, não aceito aquela balela de diferenciar ensino público e ensino estatal. Para mim é a mesma coisa, é um jogo de palavras. Acho que o ensino público deve ser ampliado no 1º grau, o ensino fundamental no 2º e no 0 graus. Acho que deve ser ampliado ao máximo, mas creio que não se pode interferir no direito que tem cada um de escolher a sua opção. Se uma pessoa quer estudar em uma escola particular, deve fazê-lo.

Todavia, o ensino particular poderá ser utilizado, através de convênios, de subsídios do Governo, dando-se, em contrapartida, ensino gratuito a todos quantos, hoje, não têm escolas neste País.

Quero fazer esse alerta. Vou voltar a esse tema, que se tornou polêmico, quando não deveria sê-lo. Apenas ele deveria ser importante. Vou voltar a ele porque chegou ao ponto, essa polêmica aqui na Assembléia Nacional Constituinte, de não se conseguir chegar a um resultado objetivo final em termos de Comissão. Não existe o relatório da Comissão de Educação.

Quero fazer esse alerta. Creio que se deve dar ao Estado poderes e instrumentos que o capacitem a um efetivo controle e a uma eficiente fiscalização tanto no setor da saúde como no da educação. Mas que não se cometa o crime, não se perpetre a violência de se liquidar com um dos setores onde melhor vem funcionando a atividade privada neste País. O resultado é conhecido de todos, e é sabido que é bom o ensino privado,

é sabido que um aluno numa escola particular custa a quinta parte do que gastaria o Estado para manter esse mesmo aluno numa escola pública. Esse dado é altamente eloquente e deve ser considerado.

Por isso, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência de V. Ex.^a, quero aqui deixar apenas a inicial colocação que faço sobre um tema que vai trazer-me de volta à tribuna. Não que eu tenha compromisso com a Igreja Católica, até porque ela não fez nada para que eu aqui chegassem. Faço-o apenas por uma questão de justiça para com as escolas que tanto a Igreja Católica como as outras ordens religiosas e entidades filantrópicas vêm mantendo e que estão sendo ameaçadas num momento em que, através de medidas inseridas no texto constitucional se procura cercar o direcionamento de recursos para essas escolas, o que determina a sua inviabilização. Será, então, a laicização do ensino, a estatização do ensino.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente. Voltarei ao assunto oportunamente. (Palmas.)

VI – A SR.^a PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

ADEMIR ANDRADE – Requerimento de informações ao Ministério dos Transportes sobre obras e recursos previstos para a BR-230, rodovia Transamazônica, nos anos de 1987 a 1989 e sobre serviços a serem realizados na BR-422, que liga Tucuruí a Vila de Rio Repartimento, na Transamazônica.

– Requerimento de informações ao Banco Central sobre a quantidade de ouro apurada no garimpo de Serra Pelada e o total pago aos garimpeiros pela Caixa Econômica Federal, o total de paládio e prata apurado e a ocorrência de outros metais nobres extraídos do minério de ouro, relativamente aos lotes n^{os} 1 a 400 e 401 em diante.

PAULO RAMOS – Projeto de decisão que veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional.

A SR.^a PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Lê o seguinte ofício:
CN/36

Em 25 de junho de 1987

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex.^a e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados que esta Presidência resolveu cancelar a sessão conjunta anteriormente convocada para as 18:30 horas de hoje, que seria destinada à apreciação dos Projetos de Lei da Câmara n^o 34, de 1981, 48, de 1981, 81, de 1981, e Projetos de Lei do Senado n^{os} 43, de 1980 – Complementar e 79, de 1984, vetados totalmente pelo Senhor Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a protestos de alta estima e distinta consideração. Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

VII – A SR.^a PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Passa-se ao horário de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Tem a palavra o Sr. Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG.

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a intervenção de um Constituinte em debates sobre a aplicabilidade ou não da pena de morte no Brasil ultrapassa a mera análise sociológica ou do direito penal, que busca sustentar sua necessidade social ou até moralidade. No momento em que se busca incorporar o princípio da pena máxima na nova Constituição, o risco que corremos é o de vermos, levando-se o debate às suas últimas consequências, que nos caberia debraçar – pensando ser possível preservar um mínimo de humanidade na tarefa do legislador – sobre a elaboração da legislação ordinária, que cuidará das condições da execução sumária. Seus instrumentos, métodos e todos os aspectos que envolvem o homicídio legal e a sangue frio, aqui definido como pena de morte. Afinal, como serão recrutados os carrascos, qual o método oficial do extermínio individual, qual o grau da inocência social e particular se exigirá de quem se dispuser, em nome do Estado, a julgar e executar o acusado?

Na certa, é tarefa de Constituintes enfrentar este tema, na medida exata em que tem sido sustentado com alarde a violência crescente e aparentemente espantosa da sociedade brasileira atual. A tarefa é também irrecusável porque impõe na lei brasileira a filosofia de polícia, claramente repressiva e autoritária, a pedir mais poderes, novas legislações penais, mais cadeia. Isto é tão evidente que a noção de liberdade e de direitos dos cidadãos não são considerados no combate ao crime. Tal obtusidade da penalística, além de refletir o hábito brasileiro da decisão vertical, é alimentada pelo secular preconceito autoritário contra a visão global dos problemas de uma sociedade.

Ao enfrentar o presente tema, não estarei tratando daqueles casos previstos nos códigos militares para tempo de guerra externa, como previa excepcionalmente a primeira Constituição Republicana, dos crimes políticos para os quais a pena de morte já existiu, incorporada à Carta outorgada de 67 pelo Ato Institucional nº 14, a pretexto de tornar o Estado mais blindado ainda contra seus opositores. Não terei em mente, ainda, as execuções públicas, brotadas de confrontamentos pessoais entre homens armados ou não. Neste aspecto, a pena de morte já existe no Brasil, com o nome de impunidade e de legítima defesa, inclusive da honra, mas, ainda assim, em nada se parece com as execuções sumárias e ignominiosas dos "Esquadrões da Morte", desmascarados pelos corajosos depoimentos de Hélio Bicudo, Octávio Ribeiro, entre outros. O que pretendo discutir é a introdução no texto constitucional da possibilidade de se acionar um ritual processual que pode decidir, racionalmente, pela pena de morte. Enfim, a violência de preferir eliminar um homem a eliminar a violência ao homem. Nestes termos, pensando na espécie de tribunais de justiça que teremos, guio-me pela observação de Sartre, no prefácio da obra "Os condenados da terra", de Frantz Fanon, sobre a violência dos dominadores e poderosos sobre os dominados "Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões. Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que conheçamos o que fizemos de nós".

A princípio, a própria discussão da pena de morte sepulta a mística do "homem cordial" brasileiro, que procurava desfigurar e reescrever de

forma macia a ferocidade da história do Brasil para as classes baixas, desde o descobrimento. Mas não será sempre necessário recorrer à historiografia para encontrar argumentos convincentes, que sustentam a defesa contrária à implantação do assassinato legal entre nós. Basta buscar obras e opiniões diversas dos autores do século XVIII, filósofos, criminalistas, Ministros do STF, advogados, homens e mulheres livres do egoísmo passional dos que buscam fundar seus argumentos na excelência do fato privado.

Em muitos casos esta discussão tem mais servido à confusão do que ao esclarecimento, principalmente quando procura dar circulação e respeitabilidade a teses e teorias "nutridas apenas pelas evidências das estatísticas produzidas pelos órgãos de controle e repressão do crime". Nestas teses, que têm servido aos argumentos mais conservadores, busca-se ligar crime e pobreza e, assim, sustentando a "associação positiva entre pobreza e criminalidade, concede-se aval não apenas às distorções de dados oficiais, mas também às perversões das práticas policiais que, muitas vezes, as produzem", como alerta Edmundo Campos, em trabalho de sua autoria publicado no nº 23 da Revista **Dados**. Não é possível considerar correto analisar a questão da criminalidade e da pena de morte por este ângulo, pois tais teorias deságumam nas teses da criminalização da pobreza, reduzindo-a ao campo da marginalidade social. (Vista aqui do ângulo de certa sociologia da marginalidade surgida após a Segunda Guerra Mundial, onde a justificação científica ou prática do conceito de marginal não passa de seu sentido impressionístico, indicando estudos sobre os extratos pobres da sociedade vistos em abordagens físico-ecológicas ou centradas em maneiras de viver e consumir. Qualquer estudo da marginalidade de um ponto de vista mais abrangente e correto é necessário que busque "verificar as formas de articulação dos grupos marginais com o sistema econômico e o papel que desempenham na criação de riquezas" e na acumulação geral do sistema capitalista, conforme atesta Lúcio Kowarick, em seus estudos sobre o fenômeno em nosso continente).

Ao lado das teorias que buscam criminalizar o conflito social, subjacente às sociedades onde a exploração do trabalho é norma comum, e tratá-lo dentro do código penal, existe outro procedimento analítico deformador da questão: aquele que busca ver o crime pelo ângulo de um certo psicologismo, gerando teorias igualmente perversas, que culminam com a psiquiatriização do conflito ou teorias genéticas, defensoras de apriorismos, sobre personalidades ou constituições delinqüentes, na linha do surrado Lombrosianismo. Neste caso, verdadeira psiquiatria penal é montada para justificar a invalidação social de milhares de indivíduos rebeldes às normas dominantes.

Na verdade, nem uma nem outra abordagem dos conflitos sociais vistos dentro do conceito de crime pode conduzir à compreensão do fenômeno da violência e da ruptura da norma social legal. No entanto, tem sido baseado nestas duas abordagens que se sustenta a legitimidade da pena de morte, ou do confinamento perpétuo, como forma de defesa social.

É mesmo falacioso sustentar a filosofia repressiva de combate ao crime em sociedades flagrantemente injustas, excludentes e violentas. Em sé-

culos passados, como hoje, quem quiser ver, vê que as causas da criminalidade estão fora do indivíduo. Beccaria, em sua clássica obra "Dos delitos e das penas" considera que o aumento da criminalidade em sua época – século XVIII – poderia ser explicado pelo fato de que "a lei é um tributo imposto à massa geral da nação, em favor de poucos senhores. Na história, elas não foram se não o instrumento das paixões da minoria, ou o produto do acaso e do momento". Via a injustiça nascer quando percebia que as vantagens da sociedade não eram igualmente repartidas entre todos os seus membros. Assim, argumentando contra a utilidade ou necessidade da pena de morte, pedia maior justiça na distribuição dos benefícios sociais e assegurava que a profusão de suplícios jamais tornou o homem melhor, antes revelam governos intransqüilos e movidos por paixões violentas, povo sem liberdade. De fato, a pedagogia do terror, que a pena de morte contém implícita, diz Nelson Hungria nos seus "Comentários ao Código Penal", é um resquício de barbárie, destinado a sustentar governos fortes e legitimar o mais desabrido e ferrenho estatismo. Representa o triunfo da filosofia da morte, contraditoriamente ao processo de valorização da vida pelos progressos da ciência médica. É, sob a veste legal, a mais requintada forma de homicídio deliberado e a sangue frio. Em Rousseau, no seu belo "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", matriz fundamental da filosofia liberal, a cada progresso da civilização corresponde, ao mesmo tempo, um novo progresso da desigualdade entre os homens. E diagnostica que, historicamente, a desigualdade sempre esteve fundada na concorrência e rivalidade, surgidas com a definição do direito de propriedade, que beneficia uns e exclui a maioria. Por isso, vê sempre imperar a lei do mais forte, já que a origem do poder, fundado na propriedade, é arbitrária.

Hoje, não há como desviar a análise do sistema penal da abordagem do Estado como poder coercitivo e organizador da violência legal e sistemática. A violência social funciona como que uma contraviolência defensiva, que busca se armar, em oposição a um poder solidamente implantado nas escolas, nos partidos, nas fábricas, nos meios de comunicação, nos tribunais. O Estado estabelece uma relação de dominação com seus súditos e busca fazer passar por mecanismos de manipulação ideológica seus interesses particulares, como se fossem interesses gerais. Assim, diante da complexidade crescente da vida social e econômica, o conflito de classes tende a parecer de maneira transformada, de tal sorte que a criminalidade pode funcionar como desestabilizadora do poder do Estado. Enfim, o crime, a princípio, atinge o cidadão, mas no limite se dirige contra o Estado, erigindo em multiplicador das injustiças sociais. Por isso, a lei se orienta para uma rigidez a crescente, particularmente quando não pode mais dar respostas civilizadas para as mazelas sociais criadas pela exploração econômica. Não se trata, pois, parafraseando Bertold Brecht, de buscar entender o que há de violento na vida econômica, mas sim o que existe de econômico na violência atual. A competitividade econômica, a luta pelo emprego, a seletividade de classe, de sexo, de idade e de raça, o darwinismo social,

a abundância não repartida, a insegurança pessoal, compõem um universo de sociedade exploradora, dificilmente favorável à formação de reflexos morais ou do mínimo ético necessário aos indivíduos para, com justiça, serem acusados de criminosos. Depois, tal situação de exploração estrutural e de violência "a frio" e "a quente", determinam o aparecimento de milhares de criminosos potenciais, cuja heterogeneidade é inacessível a qualquer individualização pelo sistema penal, preocupado, na maioria das vezes, em esmagar o indivíduo com indiferença e como se fosse vingança.

Aliado a esta situação, globalmente violenta, temos um sistema carcerário, tido e havido como fabricador de criminosos. Basta lembrar o célebre requerimento de Sobral Pinto ao juiz do Supremo Tribunal, contra o regime de prisão imposto a Harry Berger, na década de 30. Naquela época, como já é notório, Sobral Pinto instruiu seu pedido baseado na lei de proteção aos animais com que um juiz de Curitiba condenou a 17 dias de cadeia e multa a um cidadão por ter matado a pancadas seu cavalo. Quem, dentre nós, se arriscaria a proclamar a evidência de mudanças substanciais nesta situação que perdura por mais de meio século?

Não há como negar, concordando com Nelson Hungria, que a "persistente inafeiçabilidade social de alguns criminosos é apenas o atestado da insuficiência dos vigentes processos correcionais". Isto porque não há criminosos incorrigíveis ou sociedades eternamente injustas. O que há são criminosos e organizações sociais incorrigíveis não abolidas. Enquanto isso perdurar, seus cidadãos continuarão irredutíveis aos meios de correção, até agora conhecidos dentro e fora das prisões.

A criminalidade está ligada a causas mais profundas que a modalidade da punição ou intimidade desta ou daquela pena. A história revela que não há relação de causa e efeito entre a maior severidade das penas e a diminuição da criminalidade. Vários estudos de sociólogos e criminalistas norte-americanos sobre o vertiginoso aumento do crime naquela sociedade revelam a inadequação da mentalidade puramente repressiva e penal para conter tal situação. Em um deles, patrocinado pelo próprio governo americano, existe a cristalina autocrítica:

"Se Nova Iorque possui 31 vezes mais casos de assaltos a mão armada do que Londres; se Filadélfia tem 44 vezes mais homicídios dolosos do que em Viena; se Chicago tem mais roubos do que o Japão inteiro; se Los Angeles tem maior número de viciados em drogas do que toda a Europa Ocidental, então temos que concentrar nossos esforços nos males econômicos de Nova Iorque, Filadélfia, Chicago e Los Angeles". (Citado por V. Donnici, Encontros, nº 5, pág. 205).

A severidade da pena, pelo que se vê, nem sempre é a solução. E quando se trata, então, de pena de morte, ela chega a ser inútil, como argumentava Beccaria:

"O rigor do castigo causa menos efeito sobre o espírito humano do que a duração da pena, porque nossa sensibilidade é mais fácil e mais constantemente afetada por uma impressão, ligeira, mais freqüente, do que por

um abalo violento, mas passageiro... O espetáculo atroz, mas momentâneo, da morte de um celerado, é para um crime um freio menos poderoso do que o longo e contínuo exemplo de um homem privado de sua liberdade..."

Assim, penso que argumentos de ordem filosófica e ética deve, também se antepor à discussão, por parte deste Congresso Constituinte, da eficácia da pena de morte, principalmente nestes tempos em que a vida humana parece valer tão pouco. É preciso não esquecer que nossas frustrações como cidadãos tendem a gerar confusões morais e pessimismo, que nos podem conduzir a uma grande noite relativista, onde nada tem limites. Primeiro, por que, como acreditarmos numa justiça que condena o assassino invocando para isso a inviolabilidade da vida humana, se ela própria não a reconhece? Segundo, como determinar de onde vem o direito de dispor da vida humana sem ter a impressão de que se está em questão a autodefesa do privilégio pela violência legitimada na punição exemplar? Terceiro, como defender a vida, decidindo pela morte se o próprio suicídio ou a eutanásia nos coloca sempre diante de graves dilemas morais? Quarto, que super-homens de inocência máxima presumida se dispõem, sem pudor, a desempenhar o papel de jurados e juízes, proprietários do dom da infalibilidade de seu veredito para fixar o cumprimento da sentença irreparável?

Finalmente, afinal de contas, que espécie de homens pretendemos ser? (Palmas.)

O SR. VASCO ALVES (PMDB - ES)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nação brasileira vive momentos de angústia e perplexidade. O salário mínimo, que é a renda familiar de mais de 40 milhões de brasileiros, é o mais baixo da história da República, conforme anunciou recentemente o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, estando hoje em torno de 40 dólares mensais, o que o coloca talvez na condição de menor salário do mundo.

Somos a oitava economia do mundo ocidental, só superados pelas grandes nações capitalistas. Porém, o desenvolvimento de uma nação não deve ser medida através dos indicadores macroeconômicos, como o PIB ou o PNB. Entendemos que o desenvolvimento deva ser analisado através dos indicadores sociais, o que, no caso brasileiro, o retrai para a quinquagésima sexta posição.

A simples comparação primária entre esses dois dados, os indicadores econômicos e os sociais, nos leva a concluir que somos um País rico, porém somos uma Nação pobre e com o seu povo espoliado.

Por essas razões, Sr. Presidente, a propósito do novo plano econômico do Governo, temos a considerar que, apesar do Ministro da Fazenda afirmar que os trabalhadores não perderam seu poder aquisitivo, a realidade clara está nas ruas para quem quiser ver. É a perda real do poder aquisitivo, comprovada em cada loja, supermercado, restaurante ou farmácia, pois ninguém ignora a falta de estatura e o despreparo do Governo para controlar os preços e reduzir a inflação em nosso País. A verdade que eles não querem admitir, mas que salta aos olhos de qualquer leigo, é que o povo brasileiro está a cada dia mais empobrecido, mais faminto, mais miserável, impossi-

bilitado de usufruir até mesmo de alguns de seus direitos básicos, como a moradia e o transporte, para ficar apenas nesses dois exemplos.

O Ministro da Fazenda descarta inteiramente a concessão de qualquer abono para os trabalhadores que ganham salário mínimo, dizendo que ele só faria sentido se houvesse uma redução do salário médio. Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros está cumprindo sua exausta jornada de trabalho para receber em torno de 40 dólares por mês, quando no período mais negro da ditadura, na fase mais aguda do arrocho salarial que infelicitou a classe trabalhadora, o salário mínimo correspondia a 100 dólares mensais.

Outro aspecto a confirmar que o Ministro da Fazenda faltou com a verdade em recente entrevista, quando declarou que os trabalhadores não tiveram nem terão perdas salariais com a política econômica do Governo, é a proposta apresentada pelo Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Sr. Mário Amato, para a concessão de um abono salarial de emergência aos trabalhadores.

Em vez de descartar, simplesmente, a concessão do abono, caberia ao Sr. Ministro da Fazenda reconhecer a situação dramática dos trabalhadores, impossibilitados de sustentar dignamente suas famílias à custa do próprio trabalho e colocar o salário mínimo em um patamar mais condizente com a dignidade humana.

Há ainda a questão da inflação de junho, que o Ministro garante que não representará novas perdas salariais, enquanto o Dieese calcula uma perda da ordem de 25 por cento. É preciso reconhecer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que o povo brasileiro não quer ser doutor em economia para calcular de quanto será a sua perda de poder aquisitivo em função do novo plano econômico. Ele sabe que já perdeu, e muito, pois isto está demonstrado para ele na prática, na menor quantidade de alimentos na mesa, no transporte mais caro, nos aumentos de energia elétrica, dos derivados do trigo, do bujão de gás, para ficar apenas nesses exemplos.

Uma prova irrefutável da descrença do povo brasileiro com este plano econômico é a inexistência de mobilização popular para a fiscalização dos preços, a exemplo do que ocorreu no início do Plano Cruzado, quando o povo fechava supermercados em nome do Presidente José Sarney, estimulado pelo slogan "Tem que dar certo", insistentemente divulgado pelas emissoras de rádio e televisão. Desta vez, Sr. Presidente, o povo manifestou sua desconfiança e sua descrença através da apatia generalizada que demonstrou desde o primeiro momento em que as medidas foram anunciadas.

Deixe para o final algumas considerações sobre outro aspecto das recentes afirmações do Ministro da Fazenda. Ele anunciou à Nação que o Brasil deve voltar a submeter-se aos ditames do Fundo Monetário Internacional, cuja missão já se encontra entre nós examinando as nossas contas, porque, segundo o Sr. Bresser Pereira, há grandes vantagens para o Brasil entrar no FMI. Ora, Srs. Constituintes, qualquer criança deste País sabe que o que é bom para o FMI nunca será bom para o Brasil, ao contrário do que diziam na época da ditadura, quando autoridades tentaram convencer a população de que "o que é bom

para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Eu queria contrapor afirmado que um presidente da República ou ministro de Estado tem o dever moral de pensar somente em termos de o que é bom para o Brasil é bom para os brasileiros. O FMI, todos se recordam, é sinônimo de recessão, de mais sofrimento para o povo – como se isto ainda fosse possível –, de arrocho salarial, em troca de dinheiro para pagar esta monstruosidade chamada dívida externa nacional.

Lamentavelmente não deram ouvidos ao Deputado Hermes Zaneti em sua campanha pela auditoria imediata da dívida externa brasileira, pois muitos constituintes, como nós, estão convencidos de que a dívida não é deste tamanho, o dinheiro foi sugado em projetos irresponsáveis e os juros foram aumentados arbitrariamente de forma unilateral pelos credores. Sem esta auditoria preliminar, Sr. Presidente, não há o que negociar, nem com o FMI nem com ninguém, uma vez que qualquer negociação pressupõe uma aceitação de nossa parte das condições por eles impostas e no reconhecimento da exatidão dessa dívida ruinosa para a Nação brasileira.

Finalmente, Sr. Presidente, o que proponho é uma reversão imediata da situação proposta pelo Sr. Ministro da Fazenda. Ele disse ontem, ao final de sua entrevista, que seu plano permite que, com equilíbrio, ninguém saia ganhando muito nem perdendo muito. Ora, Srs. Constituintes, não é segredo para ninguém que no Brasil das últimas décadas a esmagadora maioria da população, os trabalhadores, as donas-de-casa, as crianças filhas de famílias abaixo da classe média, perderam muito e sempre. Eles são a esmagadora maioria, volto a dizer. Os banqueiros, os empresários, as multinacionais, os latifundiários, todos sabem, ao contrário, sempre ganharam – e muito. Não é justo, portanto, que o Governo mais uma vez engane a população, afirmando que está resolvendo nossos problemas econômicos, repartindo os prejuízos, quando, ao contrário, não proporciona qualquer tipo de compensação aos trabalhadores, pelo muito que perderam ao longo dos últimos anos.

Srs. Constituintes, temos uma dupla responsabilidade diante da realidade nacional: a primeira delas está contida no fato de pertencermos ao partido que foi credenciado pelo povo brasileiro como o partido das mudanças, o partido da esperança e desaguadouro dos anseios populares e que, nas últimas eleições, tornou-se o partido majoritário em todo o País.

Temos, portanto, a responsabilidade de promover as transformações almejadas pela Nação, sob o risco de nossa legenda perder o bonde da História.

Somos responsáveis, também, por sermos constituintes, e temos a obrigação moral de, seja através da redação da nova Carta constitucional, seja através da legislação complementar e ordinária subsequente à Constituição, darmos uma solução para questões básicas como saúde, educação, transporte coletivo, emprego, salário, habitação, reformas agrária e urbana, previdência e segurança, dentre muitos outros.

A necessidade de transformações estruturais no Estado, suplantando o período de transição,

inicia-se com a total democratização do Estado brasileiro. A democracia a que nos referimos, Srs. Constituintes, não é somente a democracia política, clássica, mas também a democracia social e a democracia econômica.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Vasco Alves a Sr.^a Benedita da Silva, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Almir Gabriel – PMDB; Amaury Müller – PDT; Aníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto – PDS; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campariari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim, –PC do B; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Cheide – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sa-

bóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Lael Varella – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ulduricu Pinto – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, sexta-feira, dia 26, as 9h30min.

VIII – ENCERRA-SE A SESSÃO ÀS 18 HORAS E 57 MINUTOS.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 85

SÁBADO, 27 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 91^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 26 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da
sessão anterior que é, sem
observações, assinada.

III - Leitura do Expediente
IV - Pequeno Expediente

BENEDITA DA SILVA -
Necessidade de punição para os
culpados pelo assassinato do
operário Júlio César de Mesquita
Pinto.

JOSÉ MENDONÇA DE
MORAIS - Apoio ao Ministro da
Agricultura, Iris Rezende, ante
perspectiva do anúncio de novo
pacote agrícola a vigor de 1987 a
1988. Conclusão de
improcedência pela CPI
constituída para apurar denúncias
concernentes a irregularidades na
gestão do Presidente do IBDF -
Instituto Brasileiro de
Desenvolvimento Florestal,
Marcelo Palmério. Notícia
publicada pelo jornal **Folha de São
Paulo**: "Comissão não vê
irregularidades na gestão do
IBDF"

JESUS TAJRA - Incidente,
ocorrido no Rio de Janeiro, de
violência praticada contra o
Presidente José Sarney e sua
comitiva.

SIQUEIRA CAMPOS -
Solidariedade ao Presidente José
Sarney ante atentado sofrido no Rio
de Janeiro.

BENEDICTO MONTEIRO -
Não-execução do Plano de Reforma
Agrária elaborado pelo Ministério
Extraordinário para Assuntos
Fundiaríos. Causas do episódio de
agressão ao Presidente da República
e a sua comitiva, no Rio de Janeiro.

MAURO BENEVIDES -
Acerto da decisão da Câmara dos
Deputados quanto à instalação de
nova Comissão Permanente de
Fiscalização e Controle, com atuação
junto aos órgãos do Poder Executivo.

ADROALDO STRECK - Visita
de grupo de Deputados da Frente
Nacional Cooperativista ao Prodecer
- Programa de Desenvolvimento dos
Cerrados, em Iraí de Minas, Estado
de Minas Gerais. Reforma agrária,
tema polêmico a ser debatido sem
influência de emocionalismo e de
política ideológica.

CHICO HUMBERTO -
Passado histórico da região do
Triângulo Mineiro e conveniência da
criação do Estado do Triângulo.

ALUÍZIO BEZERRA -
Retrospecto da atuação do ex-
Ministro Dílson Funaro na Pasta da
Fazenda. Apelo ao PMDB no sentido
de que assuma a administração de
crise econômico-financeira nacional.
Proposta de execução de programa
de emergência.

NELSON SEIXAS - Apelo ao
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário e ao
INCRA no sentido da destinação
de parte das terras desapropriadas a
entidades de atendimento
a deficientes mentais, visando
a integrá-los ao mercado de trabalho.

IVO MAINARDI - Pela ordem,
sobre presença nas galerias de
representantes do Centro de
Tradição Gaúcha Aldeia dos Anjos,
do Município de Gravataí, Estado do
Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE - Saudação
aos representantes do Centro de
Tradição Gaúcha Aldeia dos Anjos.

ÁTILA LIRA - Entrevista de
grupo representativo dos Secretários
de Educação do País com o
Presidente Ulysses Guimarães,
visando à exposição de
preocupações do Conselho Nacional
de Secretários de Educação e dos
dirigentes municipais com a questão
educacional.

FLORESTAM FERNANDES -
Proposições da agressão verificada
contra o Presidente Sarney e sua
comitiva, no Rio de Janeiro.

LOUREMBERG NUNES
ROCHA - Visita do Ministro da
Agricultura, Iris Resende, ao Município
de Sinop, no Estado de Mato Grosso,
com a finalidade de ouvir as
reivindicações das classes produtoras.
Concordância do orador com
dispositivos aceitos pela Comissão

de Sistematização no sentido da prioridade na destinação de verbas públicas ao ensino público ministrado por entidades filantrópicas e com a gratuidade total do ensino no País.

DAVI ALVES SILVA – Apelo das Câmaras Municipais do Estado do Maranhão no sentido da reativação de estradas vicinais do Estado, visando ao escoamento da produção agrícola.

FERES NADER – Necessidade de orientação técnica e de assistência veterinária a zootecnistas brasileiros, em particular do Estado do Rio de Janeiro.

GEOVANI BORGES – Proposta de norma constitucional relativa à destinação de percentagem da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para atender a necessidades financeiras dos Estados e Municípios.

AUGUSTO CARVALHO – Solidariedade ao Constituinte José Genoíno no protesto contra o Projeto de Lei nº 164/87, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização sindical e as relações coletivas de trabalho".

JOSÉ MARIA EYMAEL – Omissão do Governo federal ante crise que se abate sobre as indústrias automobilísticas e de autopieces.

SOTERO CUNHA – Necessidade de aperfeiçoamento de todos os estágios da política agrícola.

ADOLFO OLIVEIRA – Faixas e retratos de Presidente de partido político portados por manifestantes presentes à ocorrência de agressão ao Presidente José Sarney e a sua comitiva, no Rio de Janeiro.

BRANDÃO MONTEIRO – Protesto contra sugestão do Constituinte Adolfo Oliveira no sentido da responsabilidade de brizolistas pelo atentado contra o Presidente José Sarney e sua comitiva, no Rio de Janeiro. Omissão do Governo estadual do Rio de Janeiro no resguardo da autoridade do Presidente da República.

SIQUEIRA CAMPOS – Solidariedade ao Presidente José Sarney e aos Constituintes

que o acompanhavam, ante agressão sofrida. Satisfação do orador em virtude do registro, pelo Tribunal Superior Eleitoral do Partido Democrata Cristão.

SANDRA CAVALCANTI – Entrega pelo Presidente José Sarney, de condecoração à cantora Bidu Sayão. Agressão ao Presidente da República e a sua comitiva com ação não oriunda da presidência de qualquer partido político, mas de minoria não-democrática.

HAROLDO LIMA – Requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre a constituição de grupo de pressão patrocinado pelo Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Harry Shlaudeman, com a finalidade de atuar junto à Assembléa Nacional Constituinte.

JORGE ARBAGE – Repúdio ao atentado praticado contra o Presidente José Sarney.

PAULO MACARINI – Repulsa à agressão sofrida pelo Presidente José Sarney.

ADEMIR ANDRADE – Crítica publicada no jornal **Correio Braziliense** à possibilidade de eleições diretas para o Governo do Distrito Federal. Problemas que ocorrem na Região Amazônica: conflitos de terras; questões entre garimpeiros e empresas mineradoras; prejuízos das populações periféricas ante a implantação de grandes projetos.

NELTON FRIEDRICH – A questão da terra o mais grave problema nacional. Documentos "Relatório Final da Comissão da Ordem Econômica e retrocesso em face do ordenamento jurídico em vigor, gestado no período autoritário" e "O PMDB e a questão agrária".

DAVI ALVES SILVA – Falecimento do ex-Deputado estadual Gervásio Santos, do Maranhão.

PRESIDENTE – Solidariedade com a manifestação do Constituinte Davi Alves Silva a propósito do falecimento do ex-Deputado estadual Gervásio Santos.

ADYLSON MOTTA – Causas do episódio ocorrido no Rio de Janeiro, de agressão ao Presidente José Sarney.

VICTOR FACCIONI – Discordança do orador no que concerne à violência praticada contra o Presidente José Sarney, no episódio ocorrido no Rio de Janeiro. Apelo ao Governo no sentido da não-alteração do critério de remuneração da poupança e da não-aplicação da "tablita" aos rendimentos do FGTS, do PIS e do PASEP.

VI – Apresentação de proposições

HAROLDO LIMA.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

SÓLON BORGES DOS REIS – Repulsa da bancada do PTB a incidente ocorrido no Rio de Janeiro, de agressão ao Presidente da República e a sua comitiva. Perfil do Parlamentar Carvalho Pinto.

VIII – Encerramento

HAROLDO LIMA – Requerimento de informações sobre matéria veiculada no **Jornal de Brasília**, de autoria do jornalista Rubem de Azevedo Lima, sob o título "EUA fazem pressão sobre Constituinte".

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÕES – 085
Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(Os atos encaminhados até a presente data, serão publicados em suplemento a este Diário.)

Ata da 91ª Sessão, em 26 de junho de 1987

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário;
e Benedita da Silva, Suplente de Secretário.*

ÀS 9:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Aival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocolas Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artur das Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Aureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fábio Raunheiti – PTB; Farebulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Flórcio Paixão – PDT; França Teixeira –

PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rolleberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Manhães – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Dias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Fruet – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Vianna – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Rolemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rospide em Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Souto Queiroz – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sónon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Conta – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Waldec Omélias – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 191 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

Não há expediente a ser lido.

IV – O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra a Sr.^a Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 8 de junho ocupou esta tribuna o Constituinte Paulo Paim para denunciar o assassinato de Júlio César de Mesquita Pinto, um operário negro que trabalhava na empresa Cortase Engenharia e prestava serviço à CRT, sendo preso como suspeito.

No momento eu estava deveras ocupada com as minhas tarefas e não tive a oportunidade de ser solidária com a denúncia feita pelo nobre Colega. Porém, tenho a responsabilidade de não deixar passar esta oportunidade, na medida em que não apenas assumi um compromisso com esse segmento, como aqui estamos na defesa dos trabalhadores.

Faço-o, hoje, porque tenho em conta que a nossa missão nesta Casa tem sido no sentido da construção de uma nova sociedade, onde todos tenham os seus direitos individuais respeitados.

Enquanto mãe e avó negra, trago para esta Casa o sentimento de milhares de mulheres negras, que, em sua maioria, estão neste momento nas favelas, palafitas e periferias espalhadas pelo Brasil. Mulheres que geraram em seus ventres filhos que hoje são a força de trabalho que move este País.

Nós, negros, que tanto temos contribuído para o enriquecimento deste País, somos os primeiros excluídos dos seus dividendos, continuamos na base da pirâmide social, nós nunca nos acomodemos com esta situação, estivemos sempre direta ou indiretamente, lutando para reverter esta situação.

Os votos da coletividade negra contribuíram para a eleição de muitos Constituintes, na esperança de que as nossas bandeiras sejam também defendidas nesta Casa.

A luta do negro é a luta dos trabalhadores, porque a grande maioria dos trabalhadores é negra, estamos aqui para buscar aliados, vimos aqui para conquistar aliados, não vimos aqui somente fazer denúncias, mas procurar soluções para a situação do negro no Brasil, para que não tenhamos que denunciá-la.

A sociedade brasileira precisa encarar a questão negra com mais seriedade, não se pode continuar vendo esta questão como uma questão menor. A base da riqueza deste País e de muitas famílias se deve ao trabalho do negro escravo.

Estamos à porta do Centenário da Abolição, uma geração se completa com 25 anos, hoje todos sabemos que quem detém os meios de produção e o capital neste País, são os netos e bisnetos dos escravocratas, que fizeram fortunas com o trabalho, o sangue e a morte de negros, e legando para este negro a miséria, os alagados, favelas e periferias.

Desenvolveram durante este tempo todo um sistema de dominação em cima dessa população, esta dominação é perpetuada todos os dias através dos livros escolares, da mídia eletrônica e da mídia impressa.

Desenvolveram também o perfil da coletividade negra se for criança é menor, se for mulher é prostituta ou empregada doméstica e se for homem é vagabundo ou marginal. É dentro desta visão, que tem o racismo como ideologia de dominação, que foi assassinado, em 14 de maio 1987, o operário negro Júlio César de Mesquita Pinto, 30 anos, casado sem antecedentes criminais. Foi assassinado pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Qual o crime deste homem? Ninguém até agora provou, Júlio César teve a sua inocência provada tanto pelos assaltantes como pelos réfens.

Sr. Presidente, Srs. e Sr.^as Constituintes, o crime de Júlio César foi o de nascer negro, pobre e ser trabalhador. Todo negro é suspeito, até prova em contrário; todo pobre é visto como problema quando começa a cobrar dos seus representantes nas Câmaras Municipais, Assembleias ou no Congresso; e todo trabalhador é perseguido quando exige os seus direitos.

Para nós não basta que os culpados sejam punidos. Este fato só veio mostrar a toda sociedade como funcionam os mecanismos de dominação, e são estes mecanismos de dominação, que estamos empenhados em eliminá-los; não se pode pensar em projeto de Constituição de uma nova ordem social se estes mecanismos não forem eliminados; não se pode exigir uma maior representatividade quantitativa e qualitativa da coletividade negra brasileira nesta Casa, enquanto prevalecerem estes mecanismos; não se pode querer construir uma nação onde a sua grande maioria seja vista de fora para dentro, e não como participante inserida no processo de construção.

Vimos a esta tribuna para, lamentavelmente, denunciar esse assassinato. Temos certeza de que, enquanto aqui fazendo este pronunciamento, outros estão sendo mortos sem motivos justificados.

Não basta esta denúncia, não é suficiente a atenção dos Srs. e Sr.^as Constituintes. É preciso que tenhamos coragem de tomar atitudes que venham pôr fim a esse quadro da sociedade brasileira, onde nós, os negros, estamos há quatro séculos pagando com as nossas vidas o fato de não termos uma cidadania plena e uma dignidade respeitada.

Era o que eu tinha a dizer, esperando contar com o sentimento de colaboração, para que se faça justiça a nível dessa comunidade.

Muito obrigada. (Palmas.)

Durante o discurso da Sr^a Benedita da Silva o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes:

Estamos às vésperas do início de novo ano agrícola, 87/88, que começará no dia 1º de julho

deste ano e terminará no dia 30 de junho de 88.

Os jornais de hoje nos dão a notícia de que o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, anunciará, segunda-feira, dia 29 de junho, um novo pacote agrícola, que terá vigência de 87 a 88.

Os agricultores estão organizados para continuar o trabalho produtivo neste País. Não vamos parar, apesar das dificuldades que enfrentamos. Estamos encontrando da parte do Sr. Ministro Iris Rezende boa receptividade, uma acolhida e uma abertura para o diálogo, na tentativa de encontrarmos soluções lógicas e racionais para o monumental problema da produção agrícola brasileira.

O resultado do ano passado foi muito bom. Não faltaram recursos nem créditos, o tempo ajudou e a safra foi muito boa. Para o ano que vem, precisamos novamente contar com recursos, abertura de créditos e preços justos. Em troca, abrimos mão dos subsídios agrícolas que o Governo vem fazendo até hoje, porque entendemos que a nova política do Governo é de retirada total do subsídio, que consideramos uma medida correta.

Quero parabenizar o Sr. Ministro da Agricultura pela abertura e, principalmente, pela receptividade que teve, ontem à tarde, para com um grupo de Parlamentares que compõem a Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura aqui, no Congresso. Lá estiveram os Constituintes Jorge Vianna, Rosa Prata, José Luiz Maia, Jonas Pinheiro, José Mendonça de Moraes, Messias Góis, Nyder Barbosa, Virgílio Galassi, Paulo Roberto Cunha, Victor Fontana e Roberto Balestra. Estes Parlamentares Constituintes mantiveram contato, ontem, com o Sr. Ministro da Agricultura, tentando encontrar um ponto de convergência para a solução do problema da agricultura brasileira.

Hoje, às 11 horas e 50 minutos, estaremos com o Senhor Presidente da República, levando a Sua Excelência o apoio da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura, e solicitando de Sua Excelência que realmente tenha uma decisão coerente e forte em favor da agricultura.

O povo brasileiro só não terá mais fome na medida em que trabalharemos e produzirmos. Não é com discursos, não é com pregação demagógica em praça pública, não é com falsas reformas agrárias que vamos acabar com esse problema da fome no Brasil, mas, sim, trabalhando, plantando, cuidando das lavouras, produzindo e colhendo alimentos, com boa armazenagem, com boa distribuição nacional:

Ainda registro, Sr. Presidente, um fato que me deixa muito alegre. Em 1985, por solicitação minha, foi nomeado pelo Senhor Presidente da República, Presidente do IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – o Empresário e Advogado Dr. Marcelo Palmério, de Minas Gerais.

Por um complô interno de funcionários subalternos do IBDF, por denúncias falsas, a imprensa nacional deu notícia como sendo de escândalo o que acontecia dentro do IBDF. Destituído pelo Senhor Presidente da República a pedido, o Dr. Marcelo Palmério solicitou a abertura de um inquérito administrativo relativo à sua administração. Agora, a imprensa nacional dá notícia, conforme registra a Folha de S. Paulo do dia 17

de junho de 1987, que a comissão instalada para aquele inquérito não viu nenhuma irregularidade na gestão do Dr. Marcelo Palmério. Essa nota, que gostaria fosse transcrita nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, diz textualmente que a conclusão do inquérito, presidido pelo Procurador da República Miguel Frauzino Pereira, foi entregue pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende, a quem o IBDF está subordinado.

No relatório de 40 páginas nada se constatou contra a administração do Dr. Marcelo Palmério.

Sinto-me, hoje, aliviado e tranquilo, porque já sabia da sua seriedade, da sua honestidade e da sua competência. Sabia, também, que dentro do IBDF havia um grupo, que lá permanece, solapando as finalidades daquele órgão que está, hoje, inoperante, que permanece, até hoje, incompetente, anarquizado e immobilizado; e, enquanto isso, o setor siderúrgico nacional com falta de matéria-prima para fazer o carvão vegetal, tão necessário para a redução dos nossos minerais, para a conversão do ferro-gusa.

É necessário que dentro do IBDF haja uma limpeza na sua diretoria que aí está e que sobre ela seja instaurado um inquérito administrativo, para apurar-se porque o órgão está paralisado. De 1986 até esta data nenhum projeto foi aprovado ou implantado com recursos desse Órgão, que está com o caixa abarrotado de recursos, mais de 2,8 bilhões de cruzados.

Por isso, Sr. Presidente, é que deixo aqui hoje, entre as notícias que trouxe, esta – que não é a melhor – que haja uma depuração no IBDF, para que ele volte a ser o grande Órgão de defesa da fauna e da flora, e também da implantação de recursos florestais para a biomassa, indispensável ao fabrico do carvão vegetal.

São estas as notas que gostaria de deixar registradas, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

COMISSÃO NÃO VÊ IRREGULARIDADES NA GESTÃO DO IBDF

Da Sucursal de Brasília

Após um ano e meio de investigações, a Comissão Especial de Inquérito (CEI) constituída para apurar denúncias de irregularidades na administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), durante a gestão de Marcelo Palmério, concluiu que as acusações são "improcedentes". Marcelo Palmério foi destituído do cargo, por decreto presidencial, em dezembro de 1985. Entre as acusações, figuravam a de favorecer a empresa de reflorestamento Vale do Rio Grande, de sua propriedade, com acréscimo no custo de implantação de projetos e abertura de conta bancária irregular.

A conclusão do inquérito, presidido pelo Procurador da República Miguel Frauzino Pereira, foi entregue pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, ao Presidente Sarney e ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende, a quem o IBDF está subordinado.

Relatório

No relatório enviado ao Presidente da República, Pertence diz que em relação à abertura de uma conta bancária especial, para movimentar diretamente recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Marcelo Palmério "demonstrou com prova documental a argumentação convincente" que a conta não constitua "conta paralela" de movimentação irregular ou criminosa.

O relatório de quarenta laudas da Comissão Especial de Inquérito considera improcedentes todas as denúncias contra Marcelo Palmério, com base nas investigações realizadas dentro do órgão. Porém, a comissão faz uma ressalva às "manifestas carências organizacionais e de arquivo" do órgão.

O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As estações de rádio e televisão registraram ontem à noite e a imprensa escrita registra, hoje, o lamentável fato ocorrido ontem no Rio de Janeiro, envolvendo a comitiva de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que cumpria um programa oficial naquela cidade.

Quero dar um pequeno destaque, registrado no **DF Repórter** de hoje, quando diz que "um homem, com uma picareta na mão, avançou para o Presidente Sarney, ontem, no Rio. Quebrou o vidro da janela do ônibus em que Sarney viajava, ferindo-o na mão".

Busquei outros jornais, não foi registrada essa ocorrência de ferimento na pessoa do Senhor Presidente.

Ferido ou não, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não poderíamos deixar de lamentar esse fato, diante de uma manifestação que seria justa, natural, democrática, se não tivesse extrapolado os limites que o regime democrático autoriza, porque o regime democrático não pode tolerar os abusos que reconduzam à violência contra quem quer que seja, muito menos com a figura da autoridade máxima do País, que é o Presidente da República.

Tenho sido, em constantes oportunidades, crítico das medidas econômicas adotadas pelo Governo e, por isso mesmo, sinto-me à vontade, neste momento, para insurgir-me contra um fato desta natureza. Não sou contra manifestações pacíficas, como tantas que se têm verificado neste País, sem que haja reações por parte das autoridades. Quando houve aquele incidente em Minas Gerais em que foi envolvido o Deputado do PT Paulo Delgado, nós aqui também nos insurgimos, hipotecamos solidariedade ao Companheiro. Ninguém pode acusar o Governo Federal de estar adotando medidas arbitrárias que invistam contra o povo. O clima no País é de liberdade total, as manifestações têm-se verificado em todos os recantos deste País. Pode ser que haja aqui e acolá algumas escaramuças, mas a partir do momento em que a pessoa do Presidente da República se sente ameaçada por agressões dessa natureza, Sr. Presidente, nós, que temos responsabilidades de homem público, precisamos meditar, unir-nos para que as coisas não tomem um rumo diferente daquele que buscamos, sobretudo nesta hora em que estamos elaborando uma nova Constituição.

A conclusão do inquérito, presidido pelo Procurador da República Miguel Frauzino Pereira, foi entregue pelo Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, ao Presidente Sarney e ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende, a quem o IBDF está subordinado.

Nós, Constituintes, que aqui estamos pela livre manifestação do povo nas urnas, temos que nos unir, meditar, refletir, para que as coisas tomem o rumo que desejamos, que é o da democracia plena e duradoura em nosso País.

E é nesta ocasião que não posso deixar de louvar a atitude do Presidente do meu Partido, Senador Marco Maciel, que busca o diálogo com todos os Partidos, na tentativa de se encontrar um caminho certo que retire o País desse atoleiro em que se encontra, sobretudo nas áreas econômica e social.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, quero sugerir que os Presidentes de todos os Partidos, de todos, sem exceção, se sentem à Mesa para dialogar, trocar idéias, buscar soluções, em vez de se situarem numa posição cômoda de só criticar.

A quem pode interessar este quadro triste que o País enfrenta? Creio que a ninguém, muito menos ao povo, que é, no fundo, o grande sofredor, o grande pagador deste triste quadro em que se encontra o País. Não bastam, no meu entender, só palavras, sobretudo nesta hora difícil em que, numa tentativa de encontrar soluções, o Governo adota esse tal de Plano Bresser, que está suscitando incompreensões e indignações, dúvidas, sem que ele próprio, ao dirigir-se ao povo, através da imprensa, consiga convencer, a qualquer de nós, do êxito do seu Plano. No entanto, não é isso que podemos pretender buscar. Dessa situação de dificuldade por que passa o País, para chegarmos a manifestações de violência, de verdadeiro atentado contra a pessoa do Presidente e sua comitiva, vai uma distância muito grande, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Espero, assim, que o lamentável fato sirva, sobretudo, para a reflexão, por parte de todos nós, que nos devemos entender num diálogo democrático, para buscarmos a solução que nos conduza a um porto seguro, a um clima de tranquilidade e de prosperidade em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Lamentáveis os acontecimentos de ontem. Lamentáveis porque não podemos, de forma alguma, concordar com a violência nem com o desrespeito ao Chefe do Governo. Não é assim que vamos continuar nos avanços necessários às conquistas do povo brasileiro. Não é desta forma que manteremos a estabilidade das instituições e a nossa terra democracia. Temos que consolidar o nosso projeto democrático, só podemos fazê-lo dentro da lei e da ordem. Não há como apoiar uma ação que sabemos previamente organizada por determinados grupos, que, insatisfeitos por terem sido rejeitados, nas urnas livres de 15 de novembro pelo povo brasileiro, organizam-se em manifestações como a de ontem, buscando as manchetes do jornal, os destaque no rádio e na televisão, para impressionar o povo brasileiro.

A nossa solidariedade ao Presidente José Sarney, a solidariedade de um homem que se opõe ao seu Governo, que é a oposição ao seu Governo, de um homem que critica permanentemente o seu governo, em razão das injustiças que ainda perduram e que já deviam ter sido erradicadas.

Critica, sobremodo, no momento em que o trabalhador brasileiro tem um salário mínimo de 40 dólares, que é um salário aviltante, de miséria e de fome. Estamos sempre apelando ao Presidente José Sarney, apelo reiterado aqui e agora, para que Sua Excelência, de uma vez por todas, determine que o salário mínimo deve ser o equivalente a 150 OTN, mais ou menos equivalente a 100 dólares, para que o trabalhador possa ter uma condição de sobrevivência digna. Não é possível que isso continue. Também não vamos atrás da violência nem do desrespeito ao Presidente da República para presioná-lo, no sentido de que se ajuste a determinados grupos que querem desestabilizar este País. Não! O Presidente da República tem que ser respeitado como Chefe do Governo, deve ser pressionado democraticamente.

Temos tribuna livre, temos imprensa livre e temos o direito de livre associação. Podemos mobilizar o povo brasileiro para pressionar o Governo, pressionar até a nossa Constituinte, pressionar o Congresso, pressionar as instituições, para que os avanços não sejam comprometidos por ações de grupos radicais que querem infelicitar este País.

O bem supremo, após a vida, é a liberdade, Sr. Presidente. E nós não podemos perder a nossa liberdade.

Ao solidarizar-me com o Presidente da República, vítima de agressões de grupos organizados, de minorias que não têm e não terão o apoio do povo brasileiro, conclamo todas as forças democráticas para, num movimento organizado, de acordo com a lei, mudarmos essa situação, pois estamos num processo de transformação da sociedade brasileira, que não pode estar sob injúrias nem sob condicionamentos impostos por minorias desprezíveis que não têm o apoio do povo brasileiro. Portanto, Sr. Presidente, a nossa solidariedade a Sua Excelência e a nossa condenação a que todos os democratas se unam para não possibilitar o retrocesso, porque o que aí está, Sr. Presidente, é a montagem de um pretexto para justificar um retrocesso que muitos desejam. Neste Governo de transição vamos avançar, vamos ser uma Constituição que espelhará sem dúvida além da realidade brasileira, as aspirações do nosso povo. Não poderemos fazer concessões neste momento, e vamos estar juntos, inclusive com o Presidente José Sarney, criticando seu Governo de forma dura, determinada, firme, mas democrática para que Sua Excelência cumpra os compromissos feitos em praça pública e entregue o País para o seu sucessor, democratizado, com uma Constituição progressista que assegure os direitos do ser humano e da cidadania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Tenho vindo a esta tribuna, inúmeras vezes, pra falar em nome daquelas pessoas que não têm representação nesta Casa, portanto, sem a faculdade de emitir o seu pensamento: são os 40 milhões de brasileiros em pobreza absoluta. Hoje, mais uma vez, venho reclamar dessa diferença que existe no Brasil entre a ilha da fantasia, que é Brasília, onde vivemos – e que hoje é a ilha das ilusões – e a realidade crua da nossa Pátria.

Neste Plenário e nas Comissões, debate-se a reforma agrária da forma mais abstrata possível, fazendo-se colocações, contra e a favor, as mais incríveis. No entanto, temos um Plano de Reforma Agrária em execução, Plano esse elaborado pelo primeiro titular do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, tendo sido aprovado pelo Presidente da República e publicado após várias modificações.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esse Plano, modestíssimo, não foi executado. Das 150 mil famílias que deveriam ter sido assentadas, nenhuma sequer o foi no ano de 1986. Todo o saldo de assentamento talvez seja de umas 10 ou 15 famílias no Brasil.

Muda-se novamente o Ministro, e o atual Ministro Marcos Freire, na primeira providência, restringe o Plano Nacional de Reforma Agrária. Já não são mais 150 mil famílias, já são 170 mil, mesmo assim, nada se está fazendo neste sentido, Sr. Presidente, nada, absolutamente nada. Nem a respeito desses assentamentos do Plano Nacional da Reforma Agrária, tampouco quanto à assistência à colonização que foi feita pelo Incra, nestes anos anteriores. Nada, absolutamente nada, está se fazendo. Por quê? Porque, já disse aqui, neste plenário, não há recursos. O Ministério da Reforma Agrária é o que tem a menor verba possível, mal dá para sua gerência administrativa. Além disto, as pessoas que trabalham lá, não foram colocadas no Incra para fazerem a Reforma Agrária. Para se ter uma idéia, por exemplo, o Cadastro Rural não foi feito até hoje.

Nobres Constituintes, esta é a situação que vivemos neste País. Já da outra vez, falei e revoltei-me, porque o Presidente da República, em seu discurso, dissera que uma das grandes vitórias do seu Governo era não ter sido espalhado sangue neste País. Relembrei a Sua Excelência que há muito sangue espalhado. Os posseiros que morrem quase que semanalmente na minha Região Amazônica morrem espargindo sangue. No entanto, Sua Excelência acha que não há sangue neste País. Há muito sangue! Só que é o sangue desses 40 milhões de brasileiros que vivem em pobreza absoluta que está sendo derramado diariamente nos conflitos de terra, nos conflitos sociais.

Sr. Presidente, lamento profundamente esse episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando Sua Excelência foi agredido por uma pessoa da multidão. Agora Sua Excelência não pode mais ignorar o povo. Aquele sangue que se espalhava nas matas de minha terra, Sua Excelência podia ignorar, mas esse sangue da sua mão Sua Excelência não pode mais ignorar. Este é o sinal do tempo.

Chamo a atenção de Sua Excelência e das autoridades para o que está acontecendo neste País. Enquanto, nos debatemos em questiúnculas ideológicas, em questões até acadêmicas, nas Comissões e no plenário, o País está em sangue diante de uma crise extraordinária.

O Ministro da Fazenda vai à televisão e diz que não haverá perda na caderneta de poupança. Logo em seguida, todas as autoridades econômicas e financeiras mostram que ocorrerá perda na caderneta de poupança.

Então, estamos entre o país das palavras, dos discursos e o país da realidade.

Confesso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, que me julgo profundamente atribulado diante dessas duas realidades que enfrentamos. Es-

pero que agora, depois que Sua Excelência recebeu a ovacão do povo brasileiro, depois que Sua Excelência foi ovacionado, foi endeuado. foi quase divinizado como Presidente da República, em face do êxito inicial do plano cruzado espero que agora, quando a Nação se manifesta dessa forma, através dessas pessoas que, quem sabe, talvez não tenham nem o dinheiro para comer naquele momento, as autoridades prestem atenção e verifiquem que há duas Nações: a organizada que vive formalmente representada aqui, na "Ilha da Fantasia", e aquela outra, maltratada, de quarenta milhões de brasileiros que não têm, sequer, o direito de pensar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Benedito Monteiro, o Sr. Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Numa decisão das mais acertadas, a Câmara dos Deputados, a instâncias do Constituinte Miro Teixeira, decidiu por instalar a Comissão de Fiscalização e Controle, que se incumbirá de exercer o seu trabalho junto aos órgãos do Poder Executivo, quer integrem eles a administração direta ou indireta

Embora a lei que originou a criação de tais Comissões Técnicas – uma, na Câmara e outra, no Senado Federal – venha vigorando desde 1984, promulgada que foi pelo então Senador Lomanto Júnior, no exercício da Presidência do Senado, somente agora a Câmara dos Deputados deliberou sobre a instituição da nova Comissão Permanente, cujo raio de atribuição é, indiscutivelmente, dos mais amplos e abrangentes.

Ressalte-se que, somente no âmbito da administração indireta, assim consideradas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, existem quase quinhentas entidades, todas elas manipulando recursos vultosos, sobre os quais, lamentavelmente, não se faz sentir o crivo vigilante do Congresso Nacional.

No que tange ao Senado, embora formalmente inserida no contexto de suas Comissões Permanentes, com base em resolução aprovada ainda em 1985, a de fiscalização e Controle não ofereceu, pelo menos a presente Sessão Legislativa, qualquer demonstração de que deseja cumprir, cabalmente, os seus elevados e nobres objetivos.

Propus-me, Srs. Constituintes, a tecer estas considerações, talvez pela circunstância de ter sido o autor do projeto de lei que deu lugar à obrigatoriedade de funcionamento das duas aludidas Comissões, em ambas as Casas do nosso Parlamento.

Muito mais do que isto, porém, é o dever imperioso que nós é imposto, na condição de Representantes do povo, de impedir qualquer distorção em atos praticados pelo Poder Executivo, no âmbito da administração centralizada e da descentralizada.

O art. 45 da atual Constituição, durante quase 10 anos, permaneceu implicado, à falta de uma regulamentação que lhes pudesse dar eficácia para alcançar as suas finalidades. É de se esperar, por isto, que a Câmara dos Deputados que passou a dispor, desde ontem, de uma Comissão de Fiscalização e Controle, – e o Senado Federal, que já a possui, compenetrem-se da relevância do instrumento legal que lhes foi assegurado, para que ainda melhor busquem defender os interesses da comunidade.

A nova Carta em elaboração certamente trará em seu bojo, mesmo no lineamento sintético que, parece, servirá de parâmetro a ser utilizado pelo Relator Bernardo Cabral, não deixará de incluir dispositivo análogo, capaz de valorizar a ação parlamentar, através da utilização de uma prerrogativa até aqui subestimada por Senadores e Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estou aqui, hoje, para prestar um depoimento sobre uma visita que fizemos, um grupo de Deputados, ao PROCEDER – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, num convênio Brasil – Japão. Esse Projeto é administrado, tecnicamente, pela CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola, Empresa holding, constituída pelo capital japonês e brasileiro, para o desenvolvimento dos cerrados. Iraí de Minas fica, aproximadamente, a 60 quilômetros de Uberlândia, e contamos, para o deslocamento dos Deputados da Frente Nacional Cooperativista, com o apoio da nossa gloriosa Força Aérea Brasileira, a FAB.

Confesso aos Srs. Congressistas que venho de um Estado desenvolvido, em termos de produção agrícola, que não perde para os Estados Unidos, para o Canadá, para a Europa no aspecto de produção e de produtividade. Os nossos problemas da região Sul aparecem da porteira para fora do estabelecimento agrícola, quando é necessário transportar a produção. Em Iraí de Minas senti o que é um projeto agrícola cientificamente desenvolvido, com tecnologia, com experiência, como é o caso do projeto administrado pela COSUEL Cooperativa dos Suinocultores da cidade de Encantado, no Rio Grande do Sul.

Em Iraí de Minas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foram assentadas vinte e sete famílias, das quais 19 oriundas do meu Estado, e outras de São Paulo, Paraná e Minas Gerais – um módulo de 357 hectares, de um total de 9 mil hectares. Hoje, vivem, em função do estabelecimento desses agricultores, em Iraí de Minas, 1.200 famílias, ganhando o dobro da média dos salários da região.

O Prefeito de Iraí de Minas também não tem problemas de desemprego, a arrecadação aumentou e vimos, sentimos aí, nós, Deputados, alguma coisa extraordinária, que precisa ser difundida para todos os quadrantes do Território Nacional. Em soja, por exemplo, o meu Estado, que é pioneiro nesta cultura, tem uma média, por hectare, de 24 a 25 sacos. Em Iraí de Minas, a média está superando aos 45 sacos por hectare, chegando ao caso de até 52 sacos por hectare. Em milho, no Rio Grande do Sul estamos produzindo uma

base de 30 sacos por hectare; nesse projeto de Iraí de Minas, as médias superam 90 sacos por hectare, chegando até a 105 sacos do produto. Em trigo também é o dobro da produção. Enfim, não há o que não se produza em Iraí de Minas, dada a qualidade da tecnologia que ali é empregada.

Os agricultores assentados em Iraí de Minas tinham um prazo inicial de 8 anos para pagar a compra das terras. A maioria deles já no terceiro ano não deviam absolutamente nada, e já começavam a acumular resultados pela atividade agropastoril.

O que pretendo dizer aos Srs. Constituintes, depois de ter observado esse projeto de Iraí de Minas, é que o grande problema nacional que emociona a Assembléa Nacional Constituinte, a rigor, não existe, porque das terras agricultáveis deste País apenas 60 milhões de hectares são utilizados. Existem ainda 600 milhões de hectares próprios para a agricultura, nos dando a certeza absoluta de que o problema de reforma agrária brasileira não é de terra; terra está sobrando e ela representa o máximo de 25% de um investimento dessa natureza.

Então, Srs. Constituintes, o que precisamos, antes de imaginar uma distribuição generalizada de terras e assentar milhares de famílias brasileiras, é ver de onde que vamos tirar os recursos para colocar os nossos irmãos a produzir alimentos. E lhes dou um exemplo errado que está ocorrendo no meu Estado, onde o Incra desapropriou uma quantidade de glebas e, agora, não tem dinheiro para assentar os agricultores, que estão lá em barracas, tomando chimarrão, sentados, aguardando que o Governo lhes dêem recursos para trabalhar a terra; como o Governo não tem recursos, o Incra os está sustentando e, três vezes por semana, manda comida para esses agricultores, que não têm nenhuma expectativa de começar a trabalhar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, precisamos acabar com o emocionalismo e com a política ideológica no que se refere a reforma agrária brasileira. Devemos ser, assim, muito duros ao selecionar pessoas que serão financiadas para trabalhar a terra. A incompetência não tem vez na terra e vimos isso em Iraí de Minas. Mesmo nesses projetos com grandes recursos, quem não é do ramo termina fracassando e, então, nessa briga de direita e de esquerda, a que estamos assistindo aqui, em torno do tema polêmico reforma agrária, entendo que Constituintes de centro, preocupados com os interesses do País, deverão encontrar o seu próprio caminho, deixando que as extremas briguem como quiser, desde que essa briga não se reflita em detrimento dos interessados da população brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vou hoje contar uma história da região do Triângulo Mineiro, que já foi paulista, que já foi goiano e que hoje se pretende Estado. Por volta dos fins do Século XVI, mais precisamente depois de 1590, aquela região começou a ser habitada pela raça branca. Ali a Companhia de Jesus instalou a primeira aldeia da raça branca, às margens do hoje rio Araguari, o então rio das Velhas, a Aldeia de Santana do Rio das Velhas, na procura que os jesuítas faziam de pedras preciosas e de

ouro, e lá tentavam catequizar os silvícolas, sem escravidão.

Pois bem, uma vez que chegou ao conhecimento da Coroa portuguesa que ali se instalava um núcleo que não recolhia para o tesouro parte daquilo que encontravam em nossa própria natureza, das nossas riquezas, várias Bandeiras foram organizadas para que fosse destruída aquela aldeia e aquele incômodo de colonização.

De 1624 a 1638 aquela aldeia foi totalmente destruída, não sobrando uma só alma viva, foram todos massacrados, foram todos exterminados, por conta de uma possível organização ou por conta de uma possível instalação de domínio da Coroa portuguesa. Mais tarde, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, financiado pela Coroa espanhola, entrou pelo sertão abrindo a famosa "Picada de Goiás" ou "Estrada Real", porque o Tratado de Tordesilhas, que passa entre as cidades de Uberaba e Uberlândia, mais precisamente em cima da Cachoeira de Sucupira do rio Uberabinha, dizia que a margem esquerda deste Tratado pertencia à Espanha e a margem direita, a Portugal. Na verdade, o que eles queriam, em troca do nosso ouro e das nossas pedras preciosas, era abrir fronteiras, era instalar a colonização branca na região.

E, mais uma vez, os que ali moravam foram exterminados por esses bandeirantes, porque lá se formavam os quilombos dos negros que fugiam das senzalas e dos seus senhores, na tentativa de uma vida em liberdade. Por consequência, não recolhendo, também à Coroa portuguesa nem à Coroa espanhola aquilo que conseguiam encontrar de nossas riquezas, foram novamente massacrados, novamente exterminados. Esse Bandeirante, se é que podemos chamá-lo assim, conseguiu fazer com que a nossa população de 12 mil habitantes à época fosse reduzida a menos de 2 mil pessoas, basicamente mulheres e crianças com menos de 5 anos de idade.

Não se reverencia hoje a figura do negro Ambrósio; não se reverencia hoje a figura dos quilombos que lá existiam; não se reverenciam hoje os silvícolas das tribos dos Araxás, dos Taquios e dos Caiapós, não restou um só Silvícola para que nos pudesssem contar, pelo menos, a história. E isto sabemos porque até os nossos avós, no século passado, ainda puderam aprender a história rica, a história de lutas heróicas e sangrentas da nossa região do Triângulo.

Pois bem, uma vez não permitindo às nossas crianças que aprendam nas escutas que tivemos um passado, que também temos os nossos inconfidentes, não queremos com isto deixar de reverenciar Tiradentes, não queremos deixar de reverenciar Felipe dos Santos, mas acho que é um direito nosso reverenciar os nossos inconfidentes, aqueles que lutaram ainda no início da colonização portuguesa e que deixaram seu nome gravado na história. O que nossos avós aprenderam, nas escolas e hoje não nos ensinam esta história é porque querem tirar de nossa memória o nosso passado, porque só assim nos vão proibir de vislumbrar o nosso futuro.

Portanto, esta é uma questão política, esta é uma tese que gostaríamos de debater, nem por isso nos chamam, nem por isso aqueles que não querem hoje a emancipação do Triângulo, aceitam o debate político.

Fica, aqui, a denúncia, para que possamos debater, sim, em cima de teses, em cima de ques-

tões políticas. O povo do Triângulo quer respirar livremente.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nos podem massacrar outra vez, mas jamais vão tirar da memória da nossa gente a vontade de nos tornarmos independentes e de sermos mais uma Unidade da Federação.

Hoje, a criança que nasce do Triângulo já nasce contaminada pelo vírus da emancipação, porque este lhe é levado quando ainda no ventre de sua mãe.

Srs. Constituintes, juntem-se nesta batalha, nesta luta que o povo da minha região quer e anseia, que é a emancipação do seu Estado, do Estado do Triângulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB - AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

É necessário extrair algumas experiências sobre acontecimentos não tão recentes, como a queda do Ministro Funaro, mas de enorme significação. O Ministro Funaro representava uma tendência importante na sociedade brasileira: um setor interessado a fomentar o mercado interno, estimular o desenvolvimento econômico e resistir às pressões do sistema financeiro internacional. Vale lembrar que Funaro chegou a propor uma moeda latino-americana – proposta altamente progressista – e caiu defendendo uma posição de resistência ao FMI. Por isso sua queda foi tão saudada pelos banqueiros internacionais. Mas o PMDB não refletiu o suficiente sobre o ascenso vertiginoso da popularidade do ex-Ministro Funaro tampouco sobre a sua queda, tramada com a participação de setores do próprio PMDB, no caso servindo objetivamente a interesses alheios ao programa nacionalista de nosso Partido.

Funaro foi até aonde é possível ir numa economia tão dependente do exterior como a nossa, sem que se processsem medidas de transformações mais de fundo. Depois da moratória dos juros da dívida externa, só havia um caminho: aprofundar a moratória, fazendo-a acompanhar de um programa de aplicação dos recursos não enviados ao exterior para combater a miséria brasileira. Era a única maneira de alcançar o apoio de toda a população, fazendo-a participar de novas medidas de caráter antiimperialistas. Isso reforçaria as tendências nacionalistas dentro do Governo, abriria espaços para maior participação de setores organizados da população nas decisões políticas e teria enorme influência dentro do contexto da luta antiimperialista latino-americana. Foi perdida enorme chance histórica. O PMDB, envolvido em discursões menores, sem a atenção devida às grandes causas que empolgam hoje o povo brasileiro, viu sua própria bandeira de luta nacionalista ser ofuscada. Mas é preciso tirar conclusões de cada episódio. Junto com Funaro caiu toda uma ala de economistas progressistas, que acreditava ser possível defender o mercado interno, o poder aquisitivo da população, através de medidas funcionais, cambiais, fiscais, financeiras, sem mexer, sem transformar toda a estrutura do modelo econômico, dependente, perverso, voltado para atender à voracidade dos banqueiros, dos latifundiários, das multinacionais etc. Ou seja, a conclusão que fica é de que não é possível em-

preender o desenvolvimento de que o País necessita para sair da miséria, sem mudar a estrutura do modelo econômico e sem contar com a participação organizada do movimento de massas.

Com a queda de Funaro foi sepultado o Plano Cruzado. O Governo Sarney configura-se por um vazio. Um vazio perigoso quando vemos a crise social, financeira, econômica e política galopar sem freios. Uma crise que avança muito mais rapidamente do que a capacidade dos setores progressistas da população para dar uma saída democrática e popular à atual situação. Portanto, ao contrário de muitos que pensam que quanto pior melhor, a tarefa urgente das forças progressistas hoje é a de buscar uma saída aos grandes problemas nacionais.

E por isso pretendemos que a próxima Convenção do Partido seja no mês de julho, com oportunidade para rediscutirmos a questão e assumir o nosso Partido a sua caminhada histórica, que foi a base do seu apoio popular. Jamais nos devemos esquecer dos que industrializaram a crise a seu favor. Aqueles grupos poderosos, interessados permanentemente em fazer com que as situações de crise sejam também momentos de grande lucratividade política e econômica, mesmo às custas da miséria da população.

O Brasil tem saídas, Srs. Constituintes, desde que as busque na estrada das transformações sociais, da soberania, no leito do nacionalismo, da independência nacional. Essas são as vias para a construção de um grande País, sem que nosso povo viva mais em condições desumanas como hoje, com doenças de todo o tipo grassando pelo Território Nacional, a começar pela fome, a pior de todas as doenças, e a geradora de uma infinidade de outras enfermidades.

Para tanto, fazemos um chamado às forças nacionalistas e democráticas, aos militares patriotas, aos sindicatos de trabalhadores, aos estudantes, intelectuais, ao clero progressista, aos Partidos programaticamente comprometidos com a libertação do Brasil das algemas do capital estrangeiro, a discutirem um programa de emergência, para fazer frente a essa crise, impedindo que ela seja utilizada por forças reacionárias, comprometidas com o arbítrio, com os setores sociais que travam o desenvolvimento nacional.

Faço um chamado especial ao meu Partido, o PMDB; para que saia do imobilismo, para que dê ouvidos ao povo, como faz, por exemplo, a Igreja, para que sinta o grito de uma população camponesa que continua a viver sem terras e sem os bens da civilização humana. Pois não adianta que ganhemos propostas aqui, dentro da Constituinte, onde possa prevalecer uma correlação de forças reacionárias, para encontrar a frustração do povo brasileiro, que procurará outros meios para reformar uma Constituição que porventura contrarie os interesses de larga maioria do nosso povo.

De quê adianta ter vinte e dois Governadores, vários Ministros, maioria na Constituinte, postos importantes no Governo Federal, se a inflação continua explodindo em benefício do setor financeiro, se as taxas de juros estão simplesmente aniquilando uma parcela imensa de setores produtivos, se os índices de desnutrição continuam a crescer, juntamente com a mortalidade infantil, com a criminalidade social, se a corrupção ainda está por aí.

O PMDB tem que escolher entre administrar a crise, que é do modelo econômico pró-multinacionais, e pagar caro por isso, ou, atender à vontade nacionalista da população expressada na votação de 15 de novembro, quando os votos indicaram uma ânsia por mudanças de fundo. Esse foi o sentido do voto no PMDB. Ao PMDB cabe agora dar a resposta, tomando iniciativas, ao invés de deixar-se atropelar pela crise, em função de sua falta de propostas concretas para solucionar os problemas mais graves da população.

Para tanto, propomos a discussão de um programa de emergência, antes que os golpistas de sempre apresentem-se e digam que a saída é novamente a ditadura. Um programa de emergência para ser discutido com todos os setores da sociedade comprometidos com a causa das transformações sociais, que livrem o Brasil da condição de semi-colônia.

Portanto, Sr. Presidente, o programa de emergência que encaminho baseia-se na reforma agrária plena, baseia-se no aprofundamento da posição firme diante do sistema financeiro internacional, pagando somente a dívida naquilo que não comprometa o desenvolvimento de nosso País, estabelecendo, com a postura de controle do sistema financeiro, outras medidas, Sr. Presidente:

1º) imediata execução da Reforma Agrária, com o objetivo de trazer a tranquilidade social para o campo e produção de alimentos a preços baratos para o povo;

2º) distribuição imediata dos atuais excedentes da safra agrícola às famílias pobres e aos desempregados;

3º) o aprofundamento da moratória e da utilização dos recursos que seriam transferidos para o pagamento da dívida externa, a fim de serem aplicados na construção de mais escolas, hospitais, moradias, destinadas à população de baixa renda, estradas e geração de novos empregos, visando a absorver os desempregados;

4º) recusa à recessão da economia imposta pelo FMI;

5º) estatização dos bancos;

6º) fixação da eleição direta para Presidente e sua respectiva data;

7º) desvinculação da nossa moeda do dólar, com estabelecimento de taxas múltiplas de câmbio, segundo os valores essenciais à economia nacional;

8º) definição pelo sistema parlamentar de governo;

9º) combate à ação dos oligopólios, ou cartéis.

Tirar, enfim, o PMDB do imobilismo, para que continue a ser, efetivamente, o grande canal de luta pelas transformações sociais e econômicas do País pois de que adianta o Partido estar no Governo se não pode aplicar o seu programa de progresso social e econômico em favor do nosso povo?

Lutaremos firmemente, desde já, por esses objetivos e para que a Convenção de junho venha refletir a retomada dessa grande caminhada.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Militando há 23 anos na educação de pessoas deficientes, particularmente os deficientes mentais, entre eles os mais numerosos e os mais cer-

cados de preconceitos, temo-nos preocupado principalmente com a terminalidade do atendimento, ou seja, a sua integração sócio-familiar, a sua integração, pois, no mercado de trabalho.

Nos países mais desenvolvidos, com um bom mercado de trabalho, é certo que o mesmo supera a oferta de mão-de-obra, quando no Brasil são altos os índices de desemprego e de subemprego, e perguntaria onde ficam as pessoas deficientes, principalmente os retardados mentais, onde a menos valia, a subestima de suas capacidades são quase regra comum.

Em geral se esquece da graduação, do nível da deficiência mental, que os psicólogos dividem em leves, moderados, severos e profundos, enquanto os pedagogos, numa classificação em que se visualize a **performance**, o prognóstico os divide em educáveis, treináveis e dependentes. A sua medida é diretamente proporcional ao nível mental; assim os educáveis, passíveis de uma educação rudimentar, chegando até o 3º ano do 1º grau, são os mais numerosos, cerca de 25 num grupo de 30 deficientes mentais.

Com atendimento adequado, os educáveis poderão levar uma vida normal, integrado ao mercado de trabalho, já que o meio sócio-cultural brasileiro não é tão exigente.

Numa sociedade mais evoluída, com parque industrial bem desenvolvido, a produção rotineira feita de numerosas etapas, o deficiente mental com sua habitual resistência à repetição, pode ser excelente funcionário. Tanto que nos Estados Unidos as empresas procuram deficientes mentais para trabalhar em fábricas de montagem, lanchonetes, lavanderias, padarias, marcenarias, etc.

Alguns países adotam inclusive uma reserva do mercado para pessoas deficientes e, lamentavelmente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, não vimos pela Comissão da Ordem Social acolhida a nossa proposta, de se obrigarem as empresas, pelo menos as públicas, a terem 3% de suas vagas ocupadas pelos mesmos.

Assim vivemos uma situação difícil em que aliamos a falta de condições para habilitação e profissionalização de pessoas deficientes, a falta do conhecimento dos empresários em relação à sua capacitação e sobretudo a obrigatoriedade de emprego para os mesmos.

Verificamos que as instituições costumam-se restringir à marcenaria para rapazes e atividades do lar para moças. Precisamos, principalmente através de nossas escolas profissionalizantes, Senai, Senac, Escolas Técnicas, etc., orientar os monitores e suas oficinas, e mesmo prover o atendimento direto às pessoas deficientes.

Em meio a essa situação encontramos a atividade agropastoril como uma boa saída, pois o meio sócio-cultural rural é menos exigente, dá oportunidade a todos, não há limitação de idade, o trato com a terra e a natureza melhoram muito o comportamento, sendo uma alternativa para os deficientes mentais portadores de problemas psiquiátricos associados. Além disso, o atendimento é mais econômico, empregando menos funcionários, atividades simples, retorno mais rápido do que for aplicado, etc, lembrando que o regime da entidade deve ser o de semi-internato ou o do centro de 5 dias, quando o atendido pernoite de 2^{as} às 6^{as} feiras, passando o fim de semana com sua família e com o seu meio social,

evitando-se a acomodação, o isolamento, a segregação social.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, apelo ao Sr. Ministro da Reforma Agrária e ao Incra para que, quando da desapropriação de terras, destinem uma parcela às entidades que cuidam de deficientes mentais, que não têm condições de as adquirir com seus recursos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. IVO MAINARDI: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ivo Mainardi, pela ordem.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS):

Pela ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

Solicitaria a V. Ex.^a fosse registrada, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, a presença, neste Plenário, de representantes do Centro de Tradição Gaúcha Aldeia dos Anjos, do Município de Gravataí, Rio Grande do Sul, que se encontram em Brasília para representar o seu Estado na Festa dos Estados. (Palmas.)

Muito obrigado pelo registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa acolhe o pedido de registro de V. Ex.^a, congratulando-se, também, com a presença desse grupo de jovens nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte, saudando-os.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte recebeu uma representação de Secretários de Educação de todo o País, que colocaram para o Presidente Ulysses Guimarães as preocupações básicas do Conselho Nacional de Secretários e dos dirigentes municipais, preocupações que acompanhamos, pois temos todo um trabalho dedicado a esta questão educacional, através da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Alguns pontos mereceram e merecem o destaque nesta Assembléia, para que fiquem registrados e bem analisados ainda daqui para a frente nas decisões desta Casa.

Quanto ao financiamento da educação, foi solicitada a manutenção no texto da contribuição social do salário-educação, nos termos do art. 16 do Relatório da Subcomissão de Educação.

Com relação à manutenção da vinculação dos recursos, também foi discutida a questão apresentada pelos Constituintes João Calmon e Lourenberg Nunes Rocha, que também apresentei propostas no que diz respeito à aplicação dos recursos por parte da União, nunca menos de 18%; dos Municípios, 25%, além de uma repartição dos recursos públicos, garantido ao ensino obrigatório nunca menos de 50% do seu volume global.

Outro aspecto destacado é a questão da livre iniciativa, com a restrição do repasse de verbas públicas, o que é importante, também, que seja assinalado, bem como a questão da cooperação dos Estados em termos de apoio da União aos

programas educacionais nas suas áreas de competência.

Outro ponto ainda importante é a questão do Poder Público assistir às escolas comunitárias sem fins lucrativos. Temos lutado. Grande parte dos companheiros da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, tanto da Subcomissão como da Temática, foram unâmes em achar que o Poder Público deve privilegiar o ensino público e dar-lhe prioridade, deixar a livre iniciativa por conta do mercado, e assistir também às chamadas instituições comunitárias ou religiosas sem fins lucrativos.

Somos sabedores de que essas instituições têm o papel fundamental no desenvolvimento do nosso ensino.

Representamos essa Maioria e o que ficou bem claro nas decisões da Comissão foram as propostas nossas em termos dessa abertura para as escolas comunitárias (CNEC, Religiosas e outras).

Registro aqui uma grande contradição do Governo do Estado do Piauí, meu Estado, que, no momento em que lutamos por liberdade, por universalização do ensino, por combate à discriminação, combate à perseguição, combate a qualquer ato atentatório da liberdade, da democracia, ele assina convênios com 12 Prefeituras no nosso Estado – quando o Estado tem 116. Ele assina esses convênios dando assim uma atenção particularizada a essas Prefeituras que são ligadas a correntes políticas seus, em detrimento, portanto, de uma preocupação da atualidade, por uma sociedade democrática e livre, sem discriminações. E mais, o que nos choca mais ainda: enquanto lutamos para assegurar o mínimo de recursos para a educação, ele diz que a educação no Estado do Piauí deve ser feita de maneira diferente, com a introdução de vídeo-teipes nas salas de aula.

Ora, o Estado do Piauí é um Estado que tem a metade da população analfabeta, a população na faixa escolarizável não consegue a metade das salas de aula e o Governo do Estado se dá ao luxo de adotar programas extravagantes, programas fantasiosos, quando sabemos que não conseguimos ainda superar o que é de elementar, em termos de educação, que é, pelo menos, a alfabetização. E vem o Governador, com alguns assessores extravagantes, com essa tentativa de implantar métodos que, sabemos, não têm a menor condição de viabilidade no Centro-Sul, quanto mais numa Região que não conseguiu ainda nem descobrir os primeiros caminhos da educação.

Fica aqui, portanto, registrada a nossa preocupação com os pontos essenciais da questão educacional, ao mesmo tempo levando aqui um aspecto-critica, que é a postura de um Governador que defendeu a linha da democracia, um Governador que está justamente sintonizado com os programas da Nova República, mas que, de maneira estranha, vem a se encaminhar, do ponto de vista da sua ação educacional, por trilhas nunca vistas na nossa história educacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos, aqui, dois depoimentos a respeito das ocorrências que se verificaram, ontem, no Rio

de Janeiro: dois nobres Colegas fizeram ponderações, que traduzem uma perspectiva naturalmente construtiva a respeito do assunto. Entretanto, a Constituinte Benedita da Silva recebeu, diretamente do Rio de Janeiro, informações que suplementam aquelas que foram fornecidas pelos jornais e que não foram dadas pela televisão. As manifestações ocorridas foram manifestações de proporções muito maiores do que aquelas que têm sido divulgadas. Uma grande massa de pessoas protestou com muita veemência contra o Presidente José Sarney – e não vou fazer propaganda ao dizer isto, porque sou do PT e não sou apoiador da candidatura de Leonel Brizola à Presidência da República – e gritava: "Fora Sarney, Brizola na Presidência." Portanto, era uma manifestação espontânea, de grandes proporções, e que acabou sendo manipulada, como aconteceu aqui – os meus Companheiros, os Srs. Constituintes têm noção disto – e houve uma interferência, provavelmente, de forças parapoliciais que provocaram os atos de violência, para tirar das manifestações o significado que elas possuíam.

Deixando isso de lado, a própria Constituinte Benedita da Silva, ao me contar esses fatos, me disse: "A maior violência é a permanência de Sarney na Presidência". Até fez um pequeno verso. (Risos)

De fato, é uma violência a permanência de Sarney na Presidência. E sobre isso teríamos de refletir. E já houve muitas manifestações dentro desta Casa.

Hoje, dados os fatos que ocorreram no Rio de Janeiro, que servem de alerta a todos nós, é necessário ampliar a área de reflexão e indagar por que essa violência está eclodindo com tamanha força.

O povo já não agüenta as pressões a que está submetido. Pressões de miséria, pressões de descaso por parte do Poder Público; pressões que vêm sob a forma de várias modalidades de corrupção, de incompetência, de caos na condução da política econômica.

Maior violência que a ausência de uma reforma agrária? Maior violência que desemprego em massa?

Já temos um registro de que em São Paulo o desemprego industrial está alcançando mais de 9%. Maior violência que a inflação crescente, que a recessão?

Essas são técnicas de manipulação da violência utilizadas pelo capital para resolver seus problemas, para transferir rendas do setor pobre trabalhador para o setor rico e poderoso, e essas formas de violência não são discutidas, são mantidas ocultas.

Se algum orador, como estou fazendo agora, se refere a isso, quando ele termina de falar certamente não é aplaudido, porque a verdade dói àqueles que não estão de acordo com as manifestações de contra-violência. O que está ocorrendo por parte das massas trabalhadoras são manifestações de contra violência. Essas manifestações caem na categoria daquilo que Karl Marx chamou "a violência como parteira da História." Os de baixo não têm outro mecanismo de transformar a sociedade; os de cima dispõem do Estado, dispõem do despotismo empresarial, dispõem de vários mecanismos de repressão e de opressão e, portanto, podem usar a violência para manter a ordem; os de baixo só têm uma forma de trans-

formar a sociedade, introduzir maiores taxas de igualdade social e de liberdade. E esta forma é a guerra civil.

O Brasil está correndo um risco muito sério de ir à guerra civil, porque não estamos respondendo às necessidades fundamentais de uma grande massa da população brasileira.

As nossas classes possuidoras perderam a grande oportunidade histórica que se abriu aqui – já falei sobre isto. Esta Constituição representou, e ainda representa, uma oportunidade histórica para as classes possuidoras, para a pequena, a média e a grande burguesias.

Não adianta proclamar que o centro é neutro, que o centro apóia as soluções pacíficas; o importante é realizar as transformações que são necessárias a uma sociedade que já não agüenta mais todas essas manifestações, todas essas formas de sacrifícios impostos coletivamente à massa do povo.

Essa oportunidade histórica está sendo perdida; não se fez nada no sentido de uma reforma agrária, não se fez nada no sentido de se resolver outros problemas fundamentais, inclusive na área da educação; pretende-se pôr em primeiro plano o que vai acontecer com o mandato do Sr. José Sarney, quem vai ser o primeiro-ministro, se o regime deve ser um presidencialismo à brasileira ou um parlamentarismo mitigado – isso tudo é brincar com fogo numa situação de crise econômica, social, política e institucional.

Pretender, hoje, instituir um regime parlamentarista mitigado ou um regime presidencialista de ocasião, significa ampliar a duração dessa chamada "transição transada"; significa, portanto, permitir que aquilo sobrou da ditadura, até hoje, se mantenha indefinidamente.

Não podemos aceitar esses fatos. E o que devemos ler nas manifestações do povo nas ruas é que ele está contra isso.

Muito obrigado a V. Ex.^{as} (Muito bem!)
O SR. LOUREMBERG NUNES
ROCHA (PMDB - MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estivemos, no último dia 5 de junho, no Município de Sinop, em Mato Grosso, um dos mais prósperos daquele Estado, em companhia do Ministro Irís Rezende, e ali pudemos presenciar não só a liderança do Ministro na área agrícola como também o seu interesse e as providências objetivas que tem adotado para favorecer a tão sofrida agricultura. Lá estiveram, nesse dia, além de representantes de lideranças do Município de Sinop, lideranças dos Municípios de Colíder, de Alta Floresta, de Itaúba e Juara, regiões de alta produção do Mato Grosso e que ali foram levar ao Ministro da Agricultura, Irís Rezende, seus apelos e suas reivindicações.

Pudemos sentir, no atendimento àquelas reivindicações, como o Ministro tem se empenhado para ajudar a solucionar os graves problemas que afetam esse setor da economia.

Registro, nesta data, não apenas as reivindicações das Prefeituras desses Municípios, como, também, das associações, cooperativas, sindicatos rurais, de trabalhadores rurais, da indústria madeireira, que ali estiveram presentes à procura de soluções para os graves problemas dessa região.

Sr. Presidente, gostaria de dizer ainda, que o Município de Colíder contará com o apoio do Ministro para a assistência e incrementação na produção de café e arroz.

Alta floresta, Município populoso e também muito próximo, é um dos maiores pólos agrícolas e uma das fontes riquíssimas de minério do Território Nacional. Conta com 15.000 (quinze mil) produtores rurais, assentados através de sistema misto de colonização, e que vêm correspondendo sensivelmente às previsões de produtividade.

Conta, atualmente, com a implantação de muitos programas, *verbi gratia*, o Programa de Cabras Leiteiras, o da Cultura da Acerola (cereja das Antilhas), o de Mudas de Coco da Bahia, Introdução de Galinhas Gigantes, Incrementação das Hortas e Lavouras Comunitárias, todos esses Programas já do conhecimento do Sr. Ministro e alvo de suas melhores considerações.

A reivindicação da Prefeitura de Itaúba, com relação à montagem de um armazém para abastecimento de cereais agrícolas naquele Município, o que incidirá no aumento da arrecadação de impostos, na dinamização do comércio local, e outros benefícios que redundarão no pleno desenvolvimento da região, também receberá toda a atenção do Ministro Irís Rezende, o qual deixou bem claro que irá atender a todas as postulações.

Enfim, para valorizar as classes produtoras de Juara, Município progressista, porém carente de assistência como os demais, principalmente na área de responsabilidade do Ministério da Agricultura, o Sr. Ministro não só incrementará ali o regular trabalho que vem fazendo aquele Ministério como promete estudar a viabilidade de atender à reivindicação daquela Prefeitura de Juara, ou seja, a concessão de uma ajuda financeira ao projeto de implantação de um parque de exposição e feira agropecuária.

Assim, desta forma, fica evidenciada a nossa expectativa de que o Sr. Ministro da Agricultura tudo fará para atender aos reclamos formulados pelas classes produtoras dos referidos Municípios. Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Hoje, quando os jornais anunciam que alguns dispositivos do anteprojeto da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, foram adotados pela Comissão de Sistematização, consigno, aqui, a concordância, principalmente, com aquele dispositivo que garante a exclusividade das verbas públicas ao ensino público, entretanto, excepcionalizando para as escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, de maneira que ainda que se tenham, como prioridade, as verbas públicas para o ensino público, aquelas escolas que, no Brasil, são decorrência da iniciativa de entidades filantrópicas – Igrejas Católica, Evangélica, entidades como a Maçonaria, Lyons e Rotary – possam continuar a dar assistência e oportunidade escolar em regiões onde o Estado não chega com o seu atendimento.

Portanto, entendo que a medida adotada pela Comissão de Sistematização, oriunda, na verdade, do relatório da Comissão, é a mais adequada para a solução dos problemas brasileiros na área educacional, porque, fundamentalmente, é importante ressaltar que temos de escoimar, temos que evitar qualquer tipo de ajuda pública às escolas mercantis. Esse dispositivo, agora adotado na Comissão de Sistematização, impede que haja qual-

quer tipo de repasse público para as escolas exclusivamente mercantis.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, adotando-se, como se vai adotar, em grande parte, o trabalho do Relator Artur da Távola que veio da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, temos a certeza de que neste setor a Constituinte refletirá os melhores anseios da gente brasileira.

Com relação à educação, há um ponto que ainda devo ressaltar: fala-se muito, e consagra o texto, sobre gratuidade total do ensino no Brasil para todos os níveis. Temos 30 milhões de crianças, das quais, pelo menos, 10 milhões não têm nenhuma escola hoje, dos 7 aos 14 anos. E dos 20 milhões que têm escola, essa é apenas uma escola formal, porque não está adiantando quase nada. Em consequência, menos o Ministério da Educação dar mais de 50% dos seus recursos para o ensino superior, que tem apenas uma clientela de 500 mil e desses 500 mil estudantes 70% pertencem às famílias de classes média e média-alta e estão estudando de graça, fazendo cursos de pós-graduação na Europa e nos Estados Unidos, enquanto milhões de crianças brasileiras continuam sem nenhuma oportunidade escolar.

Apesar disso, as entidades que se dizem defensoras da Educação e dos pobres neste País continuam insistindo em dar educação gratuita também para os ricos, quando milhares de brasileiros não têm nenhuma escola.

Na Subcomissão tínhamos conseguido um dispositivo, que, infelizmente, não veio para a Comissão, que garantia ao ensino de 1º grau nunca menos de 50% das verbas públicas. Esta é a maneira de se demonstrar que, para se bancar o ensino do 3º grau gratuito, é preciso recursos, e o País reserva recursos ao ensino universitário e de pós-graduação, para os ricos, à custa da miséria dos brasileiros.

Portanto, deixo lavrado aqui o meu protesto contra esse tipo de ação, que não se coaduna com os verdadeiros problemas brasileiros. (Muito bem!)

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com bastante preocupação que ocupo hoje a tribuna, desta Casa, para comunicar a V. Ex.^{as} que, mesmo na época em que tivemos os piores governos no Estado do Maranhão, as estradas vicinais não se encontravam desativadas.

Recebi, ontem, um comunicado da Câmara dos Vereadores do Município de João Lisboa, associada às Câmaras de Amarante, Açaílândia e Imperatriz no Maranhão pedindo-me que marcasse uma audiência com o Senhor Presidente da República, porque as máquinas do Estado que anualmente, no mês de maio, fazem a reativação das estradas vicinais que dão condições ao escoamento da agricultura de nosso Estado ainda não percorreram as estradas dos municípios de Imperatriz, Açaílândia, João Lisboa e Amarante – municípios estes de maior produção do futuro Estado do Maranhão do Sul.

Essa preocupação das Câmaras de Vereadores dos citados municípios, que me pedem uma audiência com o Presidente da República, é fundamentada, no momento em que se precisa escoar os produtos já realmente colhidos.

Disse a S. Ex.^{as} de que de nada adiantava marcar uma audiência com o Presidente José Sarney, haja vista que o problema é do Governo do Estado. Se o Governo do Estado, que esteve uma semana no Município de Imperatriz, indo lá para anunciar soluções para nossa região, e nenhuma solução deixou afirmativamente assegurada àqueles que querem, pelo menos, estradas vicinais, este não é o momento adequado para levar este assunto ao Presidente José Sarney.

O meu apelo se dirige ao Governo do Estado do Maranhão, para que se lembre do compromisso assumido em sua campanha de dar condições ao homem do campo. Contudo, esquece-se, agora, de reativar as estradas vicinais dos municípios responsáveis pela maior produção agrícola do Maranhão do Sul.

Peço aos meus Companheiros de Bancada me ajudem, em atenção ao pleito das Câmaras de Vereadores desses Municípios do Estado, no sentido de chegarmos até à Presidência da República e de lá conseguirmos ajuda para as estradas vicinais desativadas.

Era esta, Sr. Presidente, a comunicação que gostaria de fazer a V. Ex.^a e aos Companheiros de Bancada. Deixo, aqui, assegurado que, se necessário for, irei à Presidência da República para pedir a sua interferência num assunto que diz respeito exclusivamente ao Governo do meu Estado. Estarei pronto a atender aos Vereadores do Maranhão do Sul naquilo que for realmente necessário e que precisar da minha presença. (Muito bem!)

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tanto os zootecnistas estaduais como os da Embrapa e os criadores mais avançados têm lutado para que o desfrute do rebanho não permaneça tão baixo; em torno de 12 por cento, quando na Argentina atinge o dobro e na França, até 40 por cento.

Há muito, tem-se acompanhado os trabalhos não só dos zootecnistas pioneiros, como Durval Garcia de Menezes, Otávio Domingues e outros, que tentam aplicar em suas fazendas os conhecimentos elaborados em vários países. Em São Pedro do Ferros, ouvindo os zootecnistas, conseguiu-se levantar recordes mundiais em produção de leite com as raças gir e guzerá.

Também na Fazenda Brasília, iniciou-se, há um quarto de século, a primeira experiência brasileira em alta escala de engorda de novilhos em confinamento – o caminho mais curto para aumentar o desfrute de um rebanho. Realmente, nos países de desfrute alto, como na França e na Alemanha, não se vê um macho solto nos pastos, salvo reprodutores. Com isto, o número de matrizes pode ser aumentado.

No Brasil, por exemplo, se se trocassem os 20 milhões de novilhos castrados, com idades de três a cinco anos poder-se-ia dobrar o desfrute, pois haveria mais de 12 milhões de cabeças para abate, a cada ano.

Mas, além do melhoramento de manejo, da defesa sanitária, e da aplicação de genética, é importante melhorar pastagens e usar o cruzamento industrial, para obter as vantagens do vigor híbrido ou heterose.

É imprescindível, Sr. Presidente, que os criadores brasileiros, além da assistência veterinária, recebam orientação mais direcionada sobre as técnicas utilizadas nos centros produtores mundiais de mais realce. E esta tarefa está perfeitamente ao alcance dos técnicos em pecuária, alguns confinados a serviços burocráticos, longe das criações.

Sugerimos, pois, que os órgãos governamentais da área mobilizem todos os seus técnicos, enviando-os para a frente de trabalho. A sua orientação técnica poderá ajudar, significativamente, a pecuária brasileira, particularmente a fluminense.

O SR. GEOVANI BORGES (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os ilustres Membros desta Assembléia Nacional Constituinte conhecem profundamente o significado da luta incessante empreendida pelos prefeitos municipais e pelos governadores dos Estados, em busca de maiores recursos junto ao Governo Federal, para atender aos reclamos de suas comodidades, em função da gravidade dos problemas que enfrentam, sobretudo no concernente ao campo social.

O íntimo conhecimento dessa situação adversa advém, como é notório, da intensa participação de Senadores e Deputados na autêntica batalha que se vem travando nos últimos anos por uma distribuição de renda mais equânime e mais consentânea com a realidade, de sorte a permitir o atendimento de inadiáveis necessidades financeiras dos Estados e Municípios.

É chegado o momento histórico para tomar decisão duradoura a respeito desse importantíssimo aspecto do problema da distribuição da receita orçamentária, e a oportunidade que se nos apresenta será, sem dúvida, bem aproveitada pelos nobres Constituintes, à luz da dolorosa experiência dos últimos anos.

Como contribuição modesta para o equacionamento da matéria, entregamos há dias à Subcomissão encarregada da distribuição da receita pública uma proposta de norma constitucional que determina a destinação de 50% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da forma seguinte:

– 23% para o Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

– 25% para o Fundo de Participação dos Municípios;

– 2% para o Fundo Especial, com aplicação regulada em lei.

O interesse geral que o assunto desperta garante os aperfeiçoamentos de que nossa proposta carece e deixa-nos tranquilos quanto a um resultado final satisfatório.

Nosso objetivo – deste que lhes fala e, certamente, de todos os Srs. Constituintes – não é o de criar um problema para a União, "despindo" mas, por assim dizer, "um santo para vestir outro", sim, o de fortalecer a Federação brasileira, o que constitui um dos pilares centrais de nossa organização político-administrativa.

São minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB

- DF. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Congresso vem de receber Projeto de Lei nº 164/87, remetido pelo Poder Executivo. Nos termos de sua emenda, o referido projeto "dispõe sobre a organização sindical e relações coletivas de trabalho".

Já aqui, desta tribuna, o Companheiro Constituinte José Genóis apontava essa proposta do Governo Federal como mais uma provocação dirigida a esta Assembléia Constituinte, cujo poder constitucional o Sr. José Sarney insiste e não querer reconhecer. Ao Sr. Sarney, antes de mais nada, uma advertência: diferentemente do que ocorre com o cargo que eventualmente ocupa, aqui estamos por delegação expressa e direta do povo brasileiro, que sufragou nossos nomes em memorável eleição democrática. E todo poder – vemo-nos obrigados a recordar ao Senhor Presidente da República – emana do povo e em seu nome, exclusivamente, deste ser exercido.

E por que acompanhamos o Companheiro José Genóis em apontar esse projeto como uma provocação, e das mais solertes, das mais daninhas à continuidade de uma convivência harmônica entre os Poderes da República?

Porque, rigorosamente medido o tempo de sua tramitação e observado que, em seu art. 64, dispõe a entrada em vigor da nova lei somente 60 dias após sua promulgação, podemos concluir que somente durante o mês de outubro, ou mesmo, nos primeiros dias de novembro, o novo diploma legal passaria a vigorar. Seja: poucos, muito poucos dias antes de que seja promulgada a Constituição que ora elaboramos.

Ora Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Poder Executivo sabe, e sabe por informações diretas ou pela simples leitura do noticiário da imprensa, que esta Assembléia examinou com acuidade a questão e apresentou modificações de fundo e de forma ao texto constitucional vigente, de modo que a organização sindical passasse a refletir a prática do movimento sindical brasileiro no seu conjunto, observadas, é fato, os avanços obtidos, para que fossem resguardadas e ampliadas essas conquistas.

Remeter a esta Assembléia Constituinte, Sr. Presidente, o já referido Projeto nº 164/87, não pode ser apenas desconhecer esses fatos já de domínio público, mas desconhecer a existência mesma desta Constituinte, numa comprovada falta de respeito e de obediência à vontade popular.

Alguém diria que, de certa forma, o projeto governamental, ainda que não discutido, ainda que não aprovado, poderia servir de subsídio aos debates e às decisões que a respeito esta Constituinte irá adotar.

Nada disso ocorre. O texto que ora temos presente contempla ao mesmo tempo o obscurantismo e a repressão e como que contesta e até mesmo reforça os dispositivos referentes à organização sindical e ao direito de greve que a ditadura fascista impôs aos trabalhadores brasileiros. Por baixo de uma linguagem democrática e libertária que permeia sua Exposição de Motivos, o Governo acaba por decidir-se pela intervenção nos sindicatos, na forma como dispõe o art. 5º do Projeto. Define, ademais disso; um **quorum** para as assembléias de decretação de greve, que seria, na prática, impossível de conseguir-se. E, mesmo que obtido, praticamente impossível, en-

tão, seria o processo de votação, de forma direta e secreta. Pior, ainda, são seus prazos. Comprovado o impasse nas negociações, o processo de greve teria duração mínima, isto é, do impasse à deflagração do movimento, de 10 dias, tempo mais que suficiente para que o patronato se vale-se de seus instrumentos de pressão e vidência, na tentativa antidemocrática de frustrar o movimento. Pretende-se, ainda, regular a repressão aos piquetes e as garantias aos fura-greves. Define-se como ilegal a greve política.

Há incríveis contradições, quando se admite a greve bancária e se proíbe a greve na compensação bancária, o que seria, de forma indireta, frustrar o movimento.

No caso específico dos funcionários públicos, as questões levantadas pelo Projeto do Executivo beiram ao absurdo, já que nada poderia ser mais retrógrado. Greve gera demissão para o servidor público e seu direito à paralisação dos serviços somente será definido por legislação especial. E tudo isso quando, aqui, na Constituinte, na Comissão da Ordem Social, Já conseguimos levar bem adiante questão de tal relevância.

Nem nos alongaríamos muito mais no exame do texto do projeto, o que no reservamos fazer quando de sua discussão efetiva nesta Casa. Mas vale frisar que a proposta governamental chega ao ponto de tornar proibidos aquelas conquistas do movimento sindical à base de livres acordos firmados entre patrões e empregados!

Mas o projeto do Governo contém coisa também muito séria, ademais da provocação – de si, também, perniciosa – a que nos referimos a princípio.

É que são difíceis os tempos de crise que vivemos. A política econômica do Governo Federal anda à deriva e já não consegue levantar a seu favor o mais mínimo índice de credibilidade.

Pior, ainda, Sr. Presidente. É que as medidas chamadas de impacto ou de choque não mexem na estrutura, nas causas estruturais dessa crise, de forma que medidas como as do novo "pacote" em nada hão de contribuir para, pelo menos, vislumbrarmos uma saída para essa grave crise.

É que, agora e mais uma vez, são os trabalhadores, os assalariados penalizados e chamados a pagar uma dívida externa e uma dívida interna pelas quais não são nem nunca foram responsáveis. Na impossibilidade, de um lado, de conseguir melhores cabeças pensantes e, de outro, de exercer em toda plenitude o poder de que dispõe, o Governo se vale da lei do menor esforço e parte para arrochar, controlar e confiscar salários, porque essas são mais facilmente controláveis, quando o interesse real não é mesmo encontrar saída para a crise.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que as planilhas de custo das empresas seguem misteriosamente sujeitas a uma secretitude que já não mais se explica, razão por que a sociedade – e não apenas os trabalhadores – fica sem tomar conhecimento da forma perversa como são repassados, ao povo, como um todo, os custos de cada produto que lhe é oferecido.

Os trabalhadores, por isso, protestam, reforçam suas organizações de classe, comprovam o arrocho e o confisco e se decidem por lutar contra isso. Pois é exatamente nesse instante em que o assalariado e o servidor público resolvem definir os rumos de suas lutas contra uma política econômica e salarial que ainda mais os reprime, é nesse

exato instante que o Executivo, depois de ocupar o Poder por mais de dois anos, decide-se por apresentar ao Congresso um documento que respalda o retrocesso e reforça a repressão.

Contra isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Comunista Brasileiro tem a obrigação de protestar. É o que estamos fazendo.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC

- SP. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

São Paulo vive, hoje, véspera de imensa tragédia social.

Dezenas de milhares de trabalhadores agoniaram, na agonia dolorida e crua, da certa perda de seus empregos.

A causa de tão desgraçada tragédia é a crise brutal que se abate sobre a indústria automobilística e a indústria de autopartes.

E o Governo Federal a tudo assiste, impassível, egoísta, indiferente...

Não assume, não reconhece que é o culpado único, direto, concreto dessa situação.

Nada faz! Apenas se omite!

Efetivamente a origem da crise está diretamente relacionada ao aumento absurdo do IPI e à criação de brutal empréstimo compulsório, ambas as medidas adotadas pelo Governo central, em passado recente, com o fim específico de reprimir a demanda e destinadas tais medidas a vigorarem tão-somente enquanto fossem necessárias.

Tudo falso, Sr. Presidente!

Tudo mentira! Tudo ilusão!

É tal o preço dos veículos de qualquer tipo, que não há mais poder de compra.

Nada se compra!

Nada se vende!

E sem produção, não há trabalho.

E sem trabalho, não há emprego.

E sem emprego as demissões são um desagradou natural.

Milhares, dezenas de milhares de demissões, com seu rastro de desespero, sofrimento, agonia e fome.

E o governo o que faz?

Nada, absolutamente nada!

Nega, hoje, o que afirmou ontem!

Não aceita diminuir sua arrecadação.

Não honra a palavra empenhada.

Não cumpre os seus compromissos.

ACEITA, admite o sofrimento dolorido e atroz do povo.

Basta, Sr. Presidente.

Não pode ser este o preço a ser pago pela sociedade para sustentar a incompetência do Governo e a impunidade criminosa dos diligentes da Nação.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil teve a felicidade de colher uma safra recorde este ano. Num momento em que tantos países se debatem com a falta de alimentos, é alvíssareiro contarmos com tal abundância de grãos estocados. O que se espera é que esses alimentos cheguem até aos lares brasileiros, principalmente às mesas das famílias mais simples, sob pena de frustrar-se o trabalho dos agricultores, e o trabalho da própria natureza, que colo-

borou para resultado tão compensador na seara do campo.

Aperfeiçoar a política agrícola, não só na hora da produção como também nos estágios subseqüentes, que vão da industrialização até a distribuição, é algo que se impõe para o Governo. Pretendo trazer minha contribuição neste sentido, através do aspecto focalizado neste pronunciamento, que certamente escapou à visão dos homens do Poder Executivo.

Faz vinte anos que o Governo instituiu dois instrumentos para a sustentação dos preços e comercialização das safras, respectivamente, a compra dos produtos aos agricultores pelo preço mínimo (AGF), ou a concessão de financiamento para estocagem (EGF) tanto aos produtores e as cooperativas como também às indústrias.

A estratégiaposta em prática foi no sentido de dar ao produtor a opção de vender a safra imediatamente no mercado, ou ao próprio Governo, caso preço caísse abaixo do mínimo oficial. O agricultor tem ainda a alternativa de recorrer ao financiamento para estocagem, caso deseje reter a produção para comercializá-la mais tarde. Esta última possibilidade foi estendida às cooperativas e às indústrias para agilizar e racionalizar o escoamento da produção, considerando o importante papel destes dois setores na comercialização e estocagem das safras.

Mas, Sr. Presidente, essa política não vem sendo cumprida de modo uniforme, e isso tem ocasionado alguns revéses na comercialização dos nossos produtos agrícolas. No caso específico da atual safra, o Governo excluiu as indústrias do Centro-Sul dos financiamentos para estocagem (EGF), enquanto beneficiava os produtores e as cooperativas. E com isso enfraqueceu um dos tripés da política agrícola.

A consequência está sendo desastrosa, pois na medida em que as indústrias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não têm recursos para estocagem, toda a soja da região está sendo deslocada para os silos e armazéns das cooperativas, para só depois tomarem o caminho das indústrias. O problema é que a soja está ocupando caminhões e depósitos que poderiam estar livres para o transporte e armazenamento da supersafra de milho, ora correndo o perigo de ficar ao relento.

Cabe lembrar que as indústrias têm uma capacidade estática de armazenamento da ordem de 12,3 milhões de toneladas, equivalendo a dois terços da safra deste ano, estimada em 18 milhões de toneladas. Por aí se vê o tamanho do erro do Governo, considerando ainda que as indústrias garantem o abastecimento interno de óleo e farelo durante o ano inteiro.

Ao término destas palavras quero alertar o Governo para a conveniência de liberar o EGF para as indústrias do Sul do País, embora tardivamente, como forma de agilizar a comercialização da soja, inclusive no que toca à moagem e exportação. A negociação desse pedido, já formulado pelos setores mais diretamente interessados, significará mais atraso no escoamento da produção, com prejuízos generalizados até para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adolfo Oliveira, de acordo com o art. 55, inciso II, para uma breve comunicação.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Estamos vivendo dias muito difíceis.

Estamos atravessando uma crise que se estende por todas as camadas e por todos os segmentos da sociedade e da administração pública.

Confesso a V. Ex.^{as} que não imaginava viver a experiência que vivi na tarde noite de ontem, na Capital do meu Estado.

Convidado pelo Presidente da República a fazer parte do grupo de Parlamentares e assessores que acompanhavam ao Rio de Janeiro, para lá nos dirigimos, sem supor, sem pensar fôssemos ser participes e assistentes de um triste espetáculo que culminou em atentado ao Presidente da República.

Quando chegamos ao Instituto Histórico e Geográfico, onde o Presidente receberia diversas horas que lhe iam ser prestadas, já se encontravam nas imediações do local alguns indivíduos portando duas ou três faixas e retratos do Presidente do seu Partido. Esses indivíduos se limitaram, nesse primeiro estágio, a vaiar o Presidente, o que não molestou sua Excelência nem os demais integrantes da Comitiva. Mais tarde, na Academia Brasileira de Letras, à porta daquele vetusto sodalício, lá se encontravam os mesmos participantes, com as mesmas faixas. A grande verdade, Sr. Presidente, é que faixa não anda, retrato de candidato também não anda, e o grupo, não muito grande, era o mesmo.

Finalmente, depois da entrega da "Ordem do Mérito do Brasil", a essa extraordinária Cantora, essa extraordinária artista que é Bidu Sayão, na saída, repetiram-se os apupos, a apresentação das mesmas faixas e dos mesmos retratos do candidato.

Este depoimento preciso dar ao Congresso Constituinte e à Nação para que não parem dúvidas sobre o que realmente ocorreu: uma falta absoluta de esquema de segurança. O Presidente da República, acompanhado de sua esposa, cerca 15 Constituintes, com ajudantes-de-ordem do Presidente, entraram no ônibus. Teve, então, início a parte de violência.

Sr. Presidente, sabemos que faz parte do jogo democrático uma manifestação hostil como o aplauso, a vaia. No entanto, o que ocorreu foi um paroxismo da agitação desse grupo, composto, no máximo, por umas duzentas ou trezentas pessoas, e começaram a atirar pedras e outros petardos no ônibus. E a polícia nada fez. Havia meia dúzia de PMs do Rio de Janeiro, uns dois ou três agentes à paisana, muitas câmaras de televisão, muitos repórteres, e esse grupo, dividido em dois ou três setores, começou a atirar os petardos no ônibus. Os vidros das janelas eram resistentes, eram inquebráveis, mas não eram inexpugnáveis, e uma das janelas foi atingida por uma dessas pedras e arrebentou, e, no que arrebentou, os estilhaços de vidro feriram o rosto do genro do Presidente da República.

O ônibus, com dificuldade, começou a deslocar-se. Aí, um desses desordeiros tentou arrebentar o vidro do lugar do motorista, naturalmente para impedir o motorista de continuar dirigindo e provocar o que seria uma tragédia ainda maior, com a entrega do Presidente e de seus acompanhantes e de sua Espousa à sanha daquele bando de celerados. Sr. Presidente, o vidro resistiu. O ônibus começou a deslocar-se a uma velocidade muito lenta. Ao lado do ônibus,

um indivíduo começou a correr, abriu o paletó – os que estavam próximos, inclusive a Constituinte Sandra Cavalcanti, que estava no banco logo atrás do Presidente, puderam verificar o fato tirou uma pequena picareta de montanhismo, dessas que são usadas para escalar montanhas, e golpeou violentamente a janela do local onde estava sentado o Presidente da República. Numa fração de segundos, e esse é um gesto que precisa ficar assinalado para a história, um ajudante-de-ordens, Oficial da Marinha, precipitou-se do banco traseiro para se colocar entre o Presidente e a janela que estava sendo estilhaçada por aquele instrumento. Não há a menor dúvida, Sr. Presidente, que se tratava de um atentado premeditado à vida do Presidente da República. Um fato desses não pode acontecer num país civilizado.

Quando, finalmente, voltávamos a Brasília, ainda pudemos comentar, e que me perdoem os companheiros aos quais quero tanto bem, que não era possível pôr a culpa nos comunistas, porque os comunistas não estavam entre aquele bando de arruaceiros. Por outro lado, as manifestações do Partido dos Trabalhadores são manifestações aguerridas, são manifestações que não deixam margem à dúvida, mas não são manifestações violentas.

Não se atenta à própria vida, à existência de ninguém, muito menos do Presidente da República e da Mulher do Presidente, que foram, ambos, e todos nós, vilipendiados e tratados da pior forma.

Lamento muito, Sr. Presidente, mas tenho que registrar o que se passou. Faltou inteligência a esses desordeiros para procurar ocultar sua origem. Ninguém está mais à vontade ou mais isento para dizer aqui que todos eles eram portadores de retratos do ex-Governador Leonel Brizola, e constituem um grupo conhecido como "Brizolândia", que costuma fazer ponto, nas suas arruaças, na Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro.

Entendo, Sr. Presidente, que não é por aí. A esse brasileiro, a que fazer justiça de não supor que ele tivesse dado ordens ou tivesse sabido sequer de uma ocorrência desse porte. Não é assim que poderá ver as suas legítimas aspirações realizadas.

Encerro este depoimento dizendo a V. Ex.^a Sr. Presidente, e à Casa que não houve o menor pânico, o menor desassossego dentro do ônibus, que não fosse o normal numa ocorrência de tal espécie. Houve tranquilidade absoluta. Rendo uma homenagem à mulher brasileira na pessoa de D. Marli Sarney. Ela comportou-se e conduziu-se como as melhores mulheres deste País se conduziram.

Sr. Presidente, para terminar, eu disse a D. Marli Sarney e ao Presidente: "depois de tantos anos passados, em nome de uma velha amizade, gostei muito de estar ao lado de vocês na noite de hoje".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao nobre Líder Brandão Monteiro, de acordo com o art. 55 inciso II, para uma breve comunicação.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não era meu propósito usar a tribuna, hoje, nesta sessão da Assembléia Nacional Constitui-

te. Em homenagem ao povo do Rio de Janeiro e ao respeito que tenho pelo Constituinte Adolfo Oliveira, decidi, em nome do meu Partido, usar da tribuna.

A política brasileira deve ter transparência. O Constituinte Adolfo Oliveira, que é uma pessoa educada, um Companheiro a quem prezo muito, precisa claramente colocar as suas questões, o que pensa, sem meramente fazer suposições, o que não faz justiça à sua biografia e à sua combatividade.

Dizer-se que foi um grupo brizolista de 200 pessoas que vaiaram e até tentaram praticar um atentado – como diz o Constituinte Adolfo Oliveira – ao Presidente José Sarney é esconder a verdade. Respeito o Constituinte Adolfo Oliveira. As câmaras de televisão mostram-nos, hoje, em qualquer ponto do País, os fatos que ocorrem na momentaneidade da ocorrência. Não vi 200 pessoas. Ao contrário, havia uma manifestação popular de líderes sindicais, de estudantes e de pessoas que levavam a fotografia do ex-Governador Leonel Brizola.

Diferente do que pensa o Constituinte Adolfo Oliveira, não suponho, mas apóio o Governador, não se pode colocar essa responsabilidade na "Brizolândia", que é um movimento pacífico de companheiros que, desde 1982, se reúnem na Cinelândia, como também fazem o mesmo os adeptos do PT, na barraca do Vereador Eliomar Coelho, de forma pacífica.

Há um responsável por isso, Constituinte Adolfo Oliveira. O povo do Rio de Janeiro elegeu o Sr. Moreira Franco e o grande responsável por isso é o Sr. Moreira Franco. O Presidente da República é, sabidamente, hoje, um Presidente impopular. E não somente no Rio de Janeiro, mas em qualquer lugar do País, ele receberá do povo, de volta, o que ele deu para o povo até hoje no seu Governo. A revolta dos líderes sindicais, dos estudantes e da população desempregada é com o Plano Cruzado, é com a falta de transparência da política brasileira, é com o engodo do Plano Cruzado e com a mentira a que o povo foi subordinado nesse processo eleitoral. O grande responsável é o Sr. Moreira Franco.

É inconcebível que o Senhor Presidente da República vá a qualquer lugar e não tenha o mínimo de cobertura do Governo Estadual. Isso nunca aconteceu no nosso Governo – e sabe V. Ex.^a que o Presidente da República, à época em que era Governador o Sr. Leonel Brizola, era o General João Figueiredo, a quem nos opúnhamos, e também era impopular, mas isso jamais ocorreu.

O que ocorre no Rio de Janeiro é um desgoverno da chamada Aliança Democrática Popular, um desgoverno que coloca 2.000 policiais na Baixada Fluminense para tentar justificar o assassinato de 579 pessoas naquele local pelos esquadrões de extermínio. Enquanto estão em Belfort Roxo, há assaltos a bancos, assaltos a hotéis, a residências, e, sobretudo, a volta do "Esquadrão da Morte".

Temos a honra de dizer que, enquanto governamos o Rio de Janeiro, se não liquidamos o "Esquadrão da Morte", pelo menos o desativamos, colocando vários militares e vários membros do grupo de extermínio na cadeia.

Agora, para o povo do Rio de Janeiro, Constituinte Adolfo Oliveira, perdoe-me, a dose era muito forte: Roberto Marinho, Moreira Franco e José

Sarney. O povo do Rio de Janeiro realmente tem limite na sua paciência. É preciso restabelecer a verdade.

Recebi telefonemas, vi na televisão, não aceito, não compactuo com atos de hostilidade, sobretudo com atos de violência. É preciso reconhecer, que é precisamente por isso que estamos aqui na Assembléia Nacional Constituinte há mais de 3 meses, nesta tribuna, convocando os Partidos, os dirigentes deste País e todos os segmentos da sociedade para repensarmos a crise brasileira, que é muito grave.

Agora, o que ocorre? Os índices demonstram que, só em São Paulo, nestes últimos 15 dias, cinqüenta mil trabalhadores foram mandados embora. Ontem, o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva me dizia que, só na Mercedes-Benz, serão despedidos quatro mil peões, e a previsão é de dez mil! A recessão é clara no País.

Estão brincando com o povo brasileiro, Porque não se faz política com transparência. O Senhor Presidente da República deve deixar de mentir para o povo e colocar-lhe claramente as dificuldades do País.

O Plano Bresser faz desaparecer o mês de junho dos cálculos da inflação. O humorista Jô Soares diz que, agora, o País tem: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto e setembro...

Enquanto a inflação bate 30%, o Ministro da Fazenda anuncia que o cálculo da correção monetária para a caderneta de poupança será feito pelos índices da LBC, furtando, assim, 10 a 12% de quem aplicou seu dinheiro e acreditou no Governo.

Enquanto se fala em congelamento, os jornais anunciam que já não há remédio nem carne. E, faltando a carne, o Governo, zarlho no seu congelamento, aumenta o preço da carne de primeira! Amanhã, faltando a carne de segunda, ela também terá o seu preço aumentado.

Não há pneu, não há peças, não há esperanças no povo brasileiro. Estou realmente preocupado. O que aconteceu no Rio de Janeiro vai acabar se reproduzindo em qualquer lugar aonde o Presidente José Sarney for, em face do descalabro do seu Governo, em face da situação grave do País, sobretudo em face do seu posicionamento, que só é autoritário em relação à Assembléia Nacional Constituinte.

Não vi nesta Casa nenhum Constituinte se levantar para defender a Assembléia Nacional Constituinte das acusações feitas pelo Presidente de que aqui só discutimos coisas menores, não estamos discutindo o que interessa ao País, como se ele fosse o supremo julgador do povo brasileiro e da Assembléia Nacional Constituinte. Usa Sua Excelência os meios de comunicação para dizer que o mandato dele já está decidido, e o que vemos, em consequência desse mau exemplo, é que os prefeitos e vereadores já querem prorrogação dos seus mandatos. O próprio Ministro do Exército vai aos meios de comunicação para dizer que nós, a Assembléia Nacional Constituinte, não podemos decidir sobre 40 horas semanais de trabalho e sobre a estabilidade.

Sou daqueles que sempre fizeram oposição transparente. Não concordo com atos de violência. Agora; o povo brasileiro e o povo do Rio de Janeiro perdeu as esperanças.

Enquanto o Constituinte Adolfo Oliveira viu 200 arruaceiros, a televisão mostrou para o País mais

de 3 mil ou 4 mil pessoas. Era o que queria colocar aqui em nome do meu Partido. Querer-se debitar ao Governador Leonel Brizola ou ao PDT a responsabilidade por esses fatos é, no mínimo, colocar a questão de forma inconsequente. É como se no Rio de Janeiro todos os segmentos da sociedade fossem só do Partido.

Não concordamos com atos de violência, mas se querer responsabilizar o PDT e o Governador Leonel Brizola pelas manifestações contra o Presidente José Sarney, além de não ser justo, não ser moral, não reflete a realidade.

Fomos Governo no Rio de Janeiro e nunca um Presidente da República, de qualquer Partido, foi ao nosso Estado sem que tivéssemos um mínimo de competência para resguardar a sua autoridade e a de sua pessoa, como merece um Chefe de Estado. A responsabilidade, indubitavelmente, é de um Governo fraco no Rio de Janeiro, que nem resguardar a autoridade do Presidente da República consegue, quando Sua Excelência vai ao nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V– Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente aos Constituintes Adolfo Oliveira, Sandra Cavalcanti e outros Parlamentares, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney, à Primeira Dama D^a Marly, aos que estavam naquele ônibus, ontem, quando da violência e da ação desrespeitosa contra o Chefe do Governo, e a todos os que compunham a Comitiva a nossa solidariedade, e a nossa condenação, nosso repúdio a esse ato de desrespeito e de violência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na memorável e histórica sessão realizada a partir das 18:30 horas de ontem, 25 de junho de 1987, sob a Presidência do eminentíssimo Ministro Oscar Correia, do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, concedeu registro ao Partido Democrata Cristão, PDC, a mais nova e democrática alternativa de poder para o povo brasileiro.

O processo de registro do Partido Democrata Cristão teve como Relator o eminentíssimo Ministro Sérgio Dutra que, após circunstanciado relatório, proferiu magistral voto deferindo o pedido de registro do PDC, no que foi acompanhado por todo o Augusto Plenário da mais Alta Corte da Justiça Eleitoral brasileira.

Grande número de populares e políticos assistiram à histórica sessão do TSE, estando também presentes os Deputados Paulo Roberto Cunha, José Maria Eymael e o orador, além dos dirigentes partidários, Professor Alberto Peres, Tesoureiro do Partido, o Dr. Osvaldo Gomes, o Dr. Rosalvo Freire de Azevedo e diversos membros do Partido.

O Partido Democrata Cristão é o Partido da mais nova e atraente proposta política para o Bra-

sil, porque o seu programa e a sua ação se assentam nos fundamentos do Cristianismo, pelo que os seus quadros e a mentalidade dos seus Membros estão sob continuada renovação, numa reciclagem constante com a realidade brasileira e mundial, razão dos grandes êxitos que vêm obtendo os governos da Democracia Cristã à frente das sociedades mais desenvolvidas, justas, pacíficas e influentes do Mundo.

A Democracia Cristã condena o imobilismo da direita, o oportunismo e o fisiologismo dos políticos de centro e o anarquismo e a violência da esquerda, porque prega a reforma transformadora da sociedade.

A vida, a liberdade, o emprego, a moradia, a saúde, a educação, o amparo e a assistência do Estado são direitos fundamentais da pessoa humana, constituindo pontos básicos inegociáveis do Programa do Partido Democrata Cristão.

Agora que está registrado no TSE, o Partido Democrata Cristão vai crescer mais do que qualquer outro partido político, fazendo renascer as esperanças e os sonhos do povo brasileiro.

O PDC, hoje, legalizado perante a Justiça Eleitoral, tem condições plenas de pleitear o poder com o objetivo de atender às legítimas aspirações do povo brasileiro, abre as suas portas a todas as lideranças políticas e classistas e aos homens e mulheres do povo que, unidos num movimento nacional de solidariedade, desejam levar à frente uma vigorosa cruzada pela moralização do Poder, democratização da vida nacional, pela justiça social, pela paz mundial e pela liberdade.

Ao anunciar a concessão de registro ao Partido Democrata Cristão, desejo enaltecer à Justiça Eleitoral do nosso País que, imune a pressões e aos condenáveis "obbies" de forças retrogradas, enseja ao povo brasileiro, com a soberana e justa decisão de ontem, a mais democrática, justa e socialmente avançada alternativa de poder.

Concluindo, Sr. Presidente e nobres Constituintes, congratulo-me com todos os Membros da Democracia Cristã brasileira pela expressiva vitória obtida, o que nos traz a imensa responsabilidade de lutar pelos ideais de Cesarino Jr. e de todos os humanistas e cristãos que decidiram modernizar e democratizar a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

A Srª Sandra Cavalcanti: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRª SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

A Casa deve estar lembrada de que há 40 dias, mais ou menos, vim a esta tribuna chamar a atenção de V. Ex.^{as} para o fato de que estaria no Brasil, por alguns dias, numa visita muito importante para nós, depois de muitos anos, uma das mais altas expressões da Cultura artística brasileira, a nossa inesquecível Bidu Sayão. Solicitei até que a Mesa entrasse uma forma de homenageá-la. Infelizmente não obtive resposta. Tentei, também, junto ao Itamarati que tomasse conhecimento da existência, da passagem pelo Brasil de Bidu Sayão, e também não fui bem sucedida. Vendo

que a cantora veio ao Brasil, que a imprensa registrou com muita importância a sua presença entre nós e sabendo que ela acabava de receber uma semana de homenagens no *Metropolitan Opera House* de Nova Iorque, que havia sido agraciada com a mais alta condecoração pela Itália, que havia recebido o mais alto prêmio artístico da Áustria, tomei a liberdade de fazer chegar, então, ao Presidente José Sarney a minha insatisfação diante da nossa omissão gravíssima, principalmente porque tive conhecimento de que a única homenagem oficial que a cantora havia recebido foi um telegrama do Ministro da Cultura, dizendo que registrava com muita satisfação a sua presença em solo brasileiro. E terminavam aí as homenagens.

O Presidente José Sarney, que é um homem de cultura, um homem de Arte, entendeu que era muito importante não perder essa oportunidade, e determinou Sua Excelência, ele próprio, o aproveitamento de assinatura de um convênio para continuar as obras de restauração do Paço Imperial no Rio de Janeiro, uma das peças históricas mais bonitas dos brasileiros, e não dos cariocas, porque ali, naquele Paço, se escrevem páginas inesquecíveis e importantíssimas da História do Brasil. Sua Excelência determinou que se acrescentasse à cerimônia a concessão a Bidu Sayão da mais alta condecoração brasileira no seu mais alto grau e que ela fosse hóspede oficial do Governo a partir do domingo, data em que regressaria aos Estados Unidos e Sua Excelência teve a delicadeza, com muita insistência, de me convidar para que não deixasse de estar presente a um evento que nascia da minha insistência.

Esta foi a razão pela qual, pela primeira vez, desde que aqui estou como Deputada Federal Constituinte, que tomei parte na chamada comitiva presidencial. Não são hábitos meus, não é o meu sistema. Gosto de trabalhar e tinha aqui, até, muita coisa para fazer, tanto que fui e voltei.

Com muita, muita melancolia, ao chegar, por volta das 18:30 horas, ao Paço Imperial, onde o Brasil iria dar uma demonstração de apreço à Cultura, à Arte e onde os brasileiros iriam poder, finalmente, homenagear a sua grande cantora com um gesto de carinho, vi a praça tomada por grupos pequenos, mas bem organizados. Não era o povo.

Quem mora no Rio de Janeiro e conhece aquela área, e mesmo quem não mora, sabe que às 18 horas começa um movimento de retorno do centro da cidade, que passa obrigatoriamente pela Rua São José, pela Rua da Assembléia, pela Rua do Rosário, em direção às barcas, de aproximadamente 650 mil pessoas que diariamente atravessam a Baía de Guanabara para ir trabalhar no Rio de Janeiro, vindas de Niterói, São Gonçalo, Magé, Maricá, e, hoje, toda aquela região da Grande Niterói.

Se houvesse, de fato, uma grande insatisfação popular com a presença do Presidente José Sarney no solo do Rio de Janeiro, esse povo teria, ali, naquela hora, a grande oportunidade de se manifestar. Não é sem utilizar esse conhecimento, não é por acaso que todos os que gostam de fazer manifestações políticas escolhem sempre à hora do retorno do trabalho os portais dos grandes centros de transporte coletivo – Central do Brasil e Praça XV – locais em que o povo obrigatoriamente chega e passa. E, se o povo estiver

interessado, ele para e, espontaneamente toma parte da manifestação.

O que se viu ontem, pelo contrário, foi o povo, percebendo que um grupo organizado, tecnicamente bem organizado, tomava parte do seu corredor normal de passagem, se deslocava e tentava passar pelas ruas laterais, para não se misturar àquele tipo de manifestação.

Erram, portanto, os que tentam dar ao que aconteceu no Rio de Janeiro o tom de uma manifestação popular de desagrado à presença do Presidente da República naquele local. O que houve, realmente, foi um movimento político organizado. É natural, isso acontece, normalmente em uma democracia, e não espanta a nenhum de nós, que estamos há muito tempo na política e que tomamos parte, há muito tempo, nesse jogo normal de pressões. Entretanto o que apavora é pensar que as pressões, que poderiam e deveriam ser sempre puramente políticas, manifestação de opinião, faixas, cartazes, vaias, palmas, porque isso é o normal e comum no sistema democrático, comecem no Brasil a incluir um ingrediente, que não é habitual da forma brasileira de se manifestar em praça pública, – a violência. E isto não está ocorrendo apenas no Rio de Janeiro, nem vai continuar ocorrendo apenas nas cidades e nas praças, porque, lamentavelmente, Sr. Presidente, no mês passado e neste mês, nós, Constituintes, aqui, nesta Casa, tivemos uma demonstração de que isto é, nesta altura, uma tática que vai ser utilizada por umas minorias que não aprendem o jogo democrático. Mesmo quando tem toda a liberdade para se manifestar, a minoria, que não é democrática, não aceita o jogo da democracia. Alexis de Tocqueville dizia, quando fazia o seu fantástico estudo sobre a democracia americana, a obra mais completa de que se tem notícia sobre a análise do que é, realmente, o regime democrático, dizia que "democracia é a expressão da vontade da maioria e o respeito à existência da minoria. O que não é democracia é a tirania da minoria".

O regime totalitário no Mundo inteiro – nazista, fascista, comunista, que nome queiram – representa sempre a tirania de uma minoria sobre uma maioria desarmada, esmagada e perseguida. São minorias que governam com mão de ferro as maiorias, que esperam apenas um momento propício para se libertar.

Querer comparar o que está acontecendo hoje, no Brasil, com o que acontece em países onde minorias tirânicas dominam a maioria silenciosa, é não querer ver a realidade dos fatos.

Os brasileiros estão livres, a imprensa escreve o que quer, divulga até o que não ocorre, premia só as figuras que seleciona, inventa, difama, calunia, quem não acha bom, recorre à Justiça, vai tentar nas barras dos Tribunais, ir, pelos meios legais, contra aquilo que lhe é assacado, mas reina neste País, de fato, uma total liberdade.

Apenas temos pessoas que ainda não se acostumaram ao jogo democrático. Temos algumas lideranças políticas que são incompatíveis com o regime democrático. Existem líderes neste País que não sabem suportar o jogo maioria-minoria. Existem lideranças – que não são políticas – que são lideranças, às vezes, de áreas específicas, que não se conformam porque seus pontos de vista não saem vitoriosos em vinte e quatro horas. A Democracia é um regime de paciência, de diálo-

go de conciliação, é um regime que exige muito respeito mútuo entre os seus participantes.

É impossível imaginar que a Assembléia Nacional Constituinte vá conseguir chegar a bom termo se esses mesmos processos que começam a acontecer aqui e ali, em praças públicas no Brasil, e que, lamentavelmente, aconteceram aqui, nesse período preliminar, transportarem-se para os debates finais da nossa elaboração constitucional.

Creio que todos nós, diante do que vem ocorrendo, temos um compromisso com este País. Não podemos repetir erros do passado, não temos o direito de repetir etapas que não deram certo; não temos o direito de jogar o País outra vez nas radicalizações de esquerda ou de direita, que resultam sempre na tirania de uma minoria. Se queremos um País democrático, legitimamente governado por quem expresse a vontade da maioria, temos o direito de ir a praça pública, temos o direito de fazer campanhas para diretas já, para diretas daqui a pouco, para diretas mais adiante, temos até que respeitar o direito de alguns não quererem eleições diretas, porque eles também existem. O povo é que vai decidir, na sua soberania, qual o caminho que quer seguir.

O que não se pode é admitir que simples presença de um Presidente da República num evento cultural, num Estado que está às voltas com problemas seriíssimos de violência e de segurança, todos os dias estampados em todos os jornais, que isto se transforme num estopim de uma grande deflagração nacional.

Aqui temos oportunidade de nos conhecermos, pelo rosto, pelo nome, pelo trabalho de cada um, pelas biografias que cada um de nós vai conseguindo levantar dos seus companheiros. Ninguém está aqui por acaso. Todo mundo que aqui chegou representa uma luta muito importante para que uma manifestação de violência, partida ou de galeria, ou de praça, ou de rua, faça cair por terra todo esse esforço.

Sr. Presidente, eu estava no ônibus das autoridades e vi, de repente, um cidadão colado junto ao vidro da janela onde estava sentado o Presidente José Sarney, meter a mão numa jaqueta escura. Imaginei até que iria puxar uma arma, tal a violência daquele pequeno grupo – era um pequeno grupo que estava junto do ônibus, não sendo mais que umas 200 pessoas. Esse pequeno grupo que tinha comandado todo o espetáculo nem entrou em choque com outro grupo que, do outro lado da praça, atrás de um cordão, representava a classe artística, os que amam a ópera, os que amam a música, que tinham ido ali para ver a Bidu Sayão passar, e que são pessoas tão fora da vida política que nem arredaram o pé de onde estavam. Não perceberam que estavam correndo risco, porque poderia sair um "barulho" estavam tão entusiasmadas com a presença de sua musa, dessa figura que marcou a história da vida artística brasileira, que não saíram de onde estavam e esse grupo ficou até o final batendo palmas, acenando, enquanto do lado direito do ônibus, numa total demonstração de incompetência por parte das pessoas encarregadas de fazer a segurança de qualquer autoridade no mundo inteiro, um homem pôde meter a mão dentro de uma jaqueta e puxar uma pequena picareta e com ela estilhaçar, completamente, o vidro ao lado, na cadeira onde estava o Presidente José Sarney, que ficou coberto de cacos de vidro, tendo que passar para o banco de trás.

Qualquer coisa de muito mais grave poderia ter acontecido e estaríamos, hoje, no País, certamente mergulhados numa crise, talvez, parecida com outras que tivemos e que não gostaríamos de ver repetidas, por causa do gesto insensato de alguém que não representa a opinião de nenhum dos Constituintes, que não representa a opinião de nenhum dos partidos, porque não faço a injustiça de imaginar que aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro tenha sido determinado pela presidência de qualquer partido, ou por qualquer dos líderes políticos que realmente atuam neste País.

Se nós, aqui, em Brasília, não dermos ao País inteiro o exemplo de que maioria é quem decide a vida de um País democrático, estaremos criando, abrindo um caminho, Sr. Presidente, para a tirania da minoria, e tirania de minoria só se consegue com golpe de Estado, e, depois, com violência que dura muito tempo.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA. Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s. Constituintes:

Na verdade, as nuvens estão sombrias no quadro brasileiro, mas a mim me parece que a sombra mais negra é aquela que atinge esta Constituinte e que atinge os interesses da nacionalidade brasileira.

Os jornais de hoje, Sr. Presidente, dão conta de que está a formar-se um grupo executivo com o fim específico de pressionar a Assembléia Nacional Constituinte, sob o patrocínio do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr. Harry Shlaudeman, e que esse grupo teria feito, nos últimos dias, uma segunda reunião com diversos representantes de grandes firmas americanas, entre as quais a General Motors, Ford, Citibank, IBM, Burroughs, Bank of Boston, Pan American, Xerox, etc, com o objetivo de examinar, especificamente, como está o trabalho desta Constituinte. E, mais do que isso, de tomar as iniciativas com vistas a impedir – como diz a nota, – que propostas esquerdistas prosperem nesta Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, primeiro que não existe nenhum risco de propostas esquerdistas estar prosperando nesta Constituinte nem de estar caminhando célebre no caminho da direita. Nós, sim, o povo brasileiro, os democratas consequentes, os socialistas, os comunistas estamos extremamente preocupados, em primeiro lugar, porque os interesses nacionais não estão sendo defendidos nesta Constituinte; em segundo lugar, porque a questão da reforma agrária está absolutamente traumatizada e esmagada nesta Constituinte; em terceiro lugar, porque as liberdades, especialmente de organizações partidárias, estão ameaçadas nesta Constituinte. Por isso não podemos deixar de considerar como total despropósito a motivação que está expressa nessa nota, de que os setores americanistas estão preocupados com o avanço esquerdista na Constituinte.

Independentemente da motivação, Sr. Presidente, nós temos, sim, que salientar que isso agrava a ameaça à soberania; é um acinte, uma afronta ao povo

brasileiro. Consideramos que, nesse nível, só existiu, na história da nossa pátria, pelo menos de forma tão deslavada, tão arrogante e tão aberta, uma única vez: foi quando o embaixador americano, o Sr. Lincoln Gordon, na época de 1963, fez gestões abertas, acintosas aqui no Brasil contra as quais o Governo de então, do Sr. João Goulart, não tomou nenhuma medida, para derrubar o Governo, e terminou acontecendo. Agora é de novo o Embaixador americano que vem fazer, da mesma forma afrontosa, arrogante, essas e ameaças à soberania nacional brasileira e ao trabalho desta Constituinte.

É diante desses fatos, Sr. Presidente, que estamos, em nome da Liderança do PC do B, encaminhando a esta Casa um requerimento de informação, que vamos ler daqui a pouco, no horário devido, pedindo que o Ministro das Relações Exteriores averigue, com urgência, o que se está passando e tome conhecimento da afronta e da grave ameaça que pesa à soberania do povo brasileiro e a esta Constituição; e, na hipótese de ser verificada a veracidade das informações hoje divulgadas, que tome as medidas necessárias, entre as quais sugerimos que seja exigida uma retratação oficial do Embaixador americano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Haroldo Lima, o Sr. Mário Maia, 2º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr^a Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

O Sr. Jorge Arbage: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, c/ líder do PDS.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr^a Presidenta. Sr^{as}s. Constituintes:

Triste e deplorável prenúncio para a estabilidade da transição democrática do nosso País acaba de ser revelado na atitude desrespeitosa de alguns poucos brasileiros à autoridade do Presidente da República.

Todos nós reconhecemos o clima de insatisfação que prepondera em relação às graves dificuldades que enfrentamos no campo político e econômico. Sabemos também que a crise na nossa economia tem raízes bastante profundas, senão na possível incompetência dos que a gerenciam, pelo menos na falta de firmeza e determinação nas decisões, a maioria das quais suscetíveis de tergiversações que evidenciam a insegurança na prática de seus resultados.

A despeito de todos esses fatores gerarem apreensões e inconformismos, não se justificam cenas de violência como as praticadas no Rio de Janeiro, quando o Presidente José Sarney quase se tornou vítima de uma tragédia que poderia ceifar-lhe a vida e colocar o País sob o signo de um impasse desnecessário e de consequências imprevisíveis para o destino da democracia.

A baderna, neste momento histórico, há de ser a última das alternativas como fonte de soluções para os problemas fundamentais da Nação. Até porque, está em pleno funcionamento a Assembléia Nacional Constituinte, onde e a quem a sociedade está no dever de procurar os meios adequados para exigir a construção de normas jurídicas

cas que recoloquem o nosso destino na trilha de rumos promissores e desejáveis.

É bom alertar aqueles que apostam na violência, como pressuposto de nos conduzirem aos braços do caos, para que reflitam sobre o desserviço que prestam ao povo brasileiro de tirar-lhe a grande oportunidade de ver consolidada a sua verdadeira aspiração democrática.

São intoleráveis, portanto, quaisquer manifestações que extrapolam os limites da ordem e do respeito às autoridades constituidas.

Lamentamos, com desabafo de repúdio, o atentado ao Presidente Sarney, pouco se nos importando qual tenha sido sua característica política ou ideológica. Somos uma sociedade civilizada e, exatamente por isto, com condições de resolver nossos problemas sem que apelemos para a força da violência que não condiz com a índole pacifista que norteia, ao longo dos séculos, a tradição histórica do povo brasileiro.

Deus permita que o vergonhoso evento de ontem Jamais volte a se repetir dentro das fronteiras do nosso estremecido País.

Estas palavras, Srª Presidenta, que são pessoais, refletem também o pensamento da Liderança do meu Partido, que logo, a seguir, será evidenciado na palavra do eminente Líder Adylson Motta.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

O SR. PAULO MACARINI: – Srª Presidenta, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador): – Srª Presidenta, Srs. Constituintes:

As agressões praticadas ontem, no Rio de Janeiro, contra a comitiva do Presidente José Sarney estão a merecer as mais severas repulsas, e a mais total indignação da classe política e da Nação brasileira.

Trata-se de um fato isolado, sobretudo de um fato premeditado por indivíduos insanos, ou por pessoas interessadas em tumultuar a vida deste País.

A autoridade do Primeiro-Magistrado da Nação deve ser respeitada, e a pessoa do Presidente José Sarney preservada, até mesmo por amor aos mais comezinhas princípios de Direito e da dignidade humana. Os fatos, em princípio, não atingiram apenas a figura do Presidente José Sarney. Atingiram também o regime democrático que vive sua fase de transição, assim como visam tumultuar os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

As manifestações aqui reveladas pelas mais diversas facções políticas dão a dimensão da repulsa e da irresignação de todos contra a indignidade praticada por uma minoria que não representa a Nação, já que a Nação está interessada na ordem Jurídica e nos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, para escrever uma Carta que reflita a realidade nacional e um marco de desenvolvimento econômico e social do País.

Por derradeiro, vale ressaltar que registramos manifestações violentas contra o Presidente da República, felizmente sem vítimas, e não violências contra o povo, o que evidenciou a moderação e a prudência da segurança presidencial.

Em outras épocas, incidências como essas resultariam em repressão, às vezes sangrenta, con-

tra manifestantes, e inúteis demonstrações de força.

Louve-se, pois, a restauração democrática e o espírito de comedimento e tolerância do Presidente da República.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta.

O Sr. Ademir Andrade: – Srª Presidenta, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador): – Srª Presidenta, Srs. Constituintes:

O Brasil sempre foi uma nação caracterizada pela mais flagrante injustiça social. Isso, naturalmente, tem que se corrigir, e isso se corrige através do processo de conscientização política do nosso povo. Duvido muito disso.

ACEITAMOS o processo democrático, estamos nele, entendemos que o povo brasileiro tem sido um povo enganado ao longo da sua História, enganado até porque as classes dominantes trabalham no sentido de que não haja o esclarecimento necessário, que o povo não receba a educação necessária para ter compreensão desse processo político, para ter compreensão dos direitos que tem na sua vida.

Quando vejo, por exemplo, nesta Assembléa Nacional Constituinte, se colocar diante da sociedade a perspectiva das mínimas transformações, dos mínimos avanços da classe trabalhadora, o que percebemos, na verdade, é uma violenta reação das classes dominantes, dos latifundiários, dos donos das escolas privadas, dos donos dos hospitais privados, dos interesses das multinacionais em nossa Pátria; enfim, é uma reação acintosa, absolutamente violenta.

Ainda ontem eu citava os editoriais da grande imprensa brasileira, embora saibamos que a maioria dos jornalistas são todos progressistas, são todos lutadores pelas transformações sociais, hoje novamente a cena se repete: o **Correio Braziliense** traz, no seu editorial, uma crítica contundente à possibilidade que a Assembléa Nacional Constituinte apresenta de termos eleições diretas para o Governo do Distrito Federal. Os grandes jornais apresentam diariamente críticas violentas de toda ordem ao mínimo avanço que dá esta Assembléa quanto à perspectiva de chegar ao seu final.

Vamos avançar. Ninguém conseguirá deter o avanço da consciência política e a melhoria do nível dos políticos, que aumenta a cada eleição, comprometidos que estão com as transformações sociais e preocupados em que esta Nação não seja apenas a oitava economia do Mundo, mas essencialmente um país em que haja justiça e igualdade sociais.

Todavia, o Brasil é caracterizado por essa injustiça, e nós, nessa luta pela participação política, buscamos acabar com essa injustiça. Não sei quanto tempo levaremos para atingir este objetivo.

Dentro desse contexto, chamaria a atenção para o caso da Amazônia, especialmente para três graves conflitos existentes na nossa região, os mais sérios que se possam imaginar, e a que

esta Constituição tem condições de dar uma solução:

O primeiro deles é o conflito agrário. Há uma luta terrível e mortífera, uma verdadeira guerra civil na Amazônia, especialmente no Estado do Pará, entre os grandes proprietários de terra e os milhares de trabalhadores rurais e homens do campo, que lutam para ter direito a um pedaço de terra. É uma luta fraticida, que tem trazido inúmeras mortes, recentemente até de lideranças expressivas, como foi o caso do assassinato do ex-Deputado Paulo Fontelles.

Estas coisas precisam ser resolvidas na nova Constituição do Brasil.

A questão da reforma agrária é essencial e importante. É preciso fundamentalmente garantir o recurso para a reforma agrária.

Esta Assembléa Nacional Constituinte, além de todas as normatizações necessárias para facilitar a implantação da reforma agrária, para trazer a paz ao campo, para aumentar a produtividade do setor agropecuário etc. precisa ter na sua Constituição a questão dos recursos para a implantação da reforma agrária. Jamais a faremos se não tivermos recursos para tal.

Houve uma proposta no Relatório do Constituinte Oswaldo Lima Filho, estabelecendo 5% do Orçamento da União para a reforma agrária. Existem outras propostas, inclusive apresentei uma, no sentido de que todo imposto sobre operações financeiras, câmbio etc, fosse exclusivamente destinado à implantação da reforma agrária neste País.

É uma questão de que os Constituintes devem ter consciência, para que a paz volte a reinar no Estado brasileiro.

Este é o mais grave conflito existente na Amazônia, é lá que isso acontece mais do que em qualquer outra parte do País, porque é a última fronteira, lá é o Eldorado para onde se deslocam milhões de trabalhadores desesperançados deste País, na esperança de encontrar um pedaço de terra, e o que eles têm encontrado, na verdade, é a bala do pistoleiro, é a violência da polícia e até da própria Justiça, mudas vezes corrupta, vendida aos interesses dos poderosos.

Outro grande conflito que existe em nossa Amazônia, e que também tem gerado inúmeras mortes, é a questão entre os garimpeiros e as grandes empresas mineradoras. É outra questão que a nova Constituição do Brasil poderá resolver. O nosso atual Código de Mineração, feito pelo regime militar em 67, privilegia ostensivamente os interesses das grandes empresas mineradoras e desconhece quase que completamente cerca de 3 milhões de trabalhadores garimpeiros que vivem na nossa região, que representam um setor importante da nossa economia, que são responsáveis pelo desenvolvimento regional em vários locais, que são responsáveis pela criação e fundação de inúmeras cidades no Estado do Pará. O garimpeiro, não só o da batéia, como o microempresário que surge em função da garimpagem, que compra uma bomba, que aperfeiçoa um processo de exploração do ouro e que hoje produz, em nosso País, 80% de todo o nosso ouro.

O terceiro e último conflito extremamente grave é o que se dá entre a implantação dos grandes projetos na Amazônia e as populações periféricas desses grandes projetos.

É terrível, de certa forma, a insensibilidade, eu diria até a irresponsabilidade do Governo Federal

quando esses projetos se implantam; se implantam e todos os impostos que deveriam ser pagos em função da execução desses projetos – como, por exemplo, o ISS, como o IGM das riquezas que são exploradas, como o Imposto sobre o Produto Industrializado – são absolutamente isentos de serem pagos àquelas populações pelo Governo Federal. É o caso da Hidrelétrica de Tucuruí, é o caso do Projeto Carajás, é o caso do Projeto Albrás, da Alunorte, é o caso da Mineração Rio-Norte Trombetas, enfim, de tantos outros grandes projetos que se implantam na Amazônia, e se esquecem completamente das populações que existem na região. Não pagam impostos, não se preocupam com a infra-estrutura dessas populações, criam vilas apenas para acomodar os engenheiros, os técnicos, os funcionários mais gabaritados, enquanto que os serventes, os operários, os pedreiros, os carpinteiros ficam na periferia dessas cidades completamente abandonados, sem água, sem luz, sem assistência médica, sem absolutamente nada que interessa a essas populações.

Então, é preciso criar formas nesta Constituição que garantam a impossibilidade de o Governo federal legislar sobre a competência dos impostos municipais e estaduais.

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças já colocou a questão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e a isenção de ICM sobre produtos manufaturados para a exportação. Ora, é um absurdo constar isso numa Constituição. Tem de ser matéria de lei ordinária.

Hoje, há uma insensatez do Governo de viver exportando e estimulando a exportação, mas não pode, jamais, constar da Constituição de nenhum país que o produto manufaturado de exportação é isento de ICM, de IPI, de todos os outros impostos.

Precisamos mudar esta realidade.

São esses três graves problemas enfrentados no Brasil, como um todo, especialmente, de maneira muito mais sensível, na Amazônia, para os quais precisamos dar solução, porque o povo espera isso de nós.

É a nossa manifestação, Srª Presidenta. (Muito bem! Palmas).

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Srª Presidenta, peço a palavra para uma comunicação como líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Sem revisão do orador): – Srª Presidenta, Sr.ºs e Srs. Constituintes:

Nos momentos que antecedem a retomada das reuniões plenárias da Comissão de Sistematização para analisar o Relatório do ilustre Constituinte Bernardo Cabral, queremos, embora até repetitivo, voltar a tratar da questão da terra, principalmente porque esta questão é fundamental, é decisiva, é o mais antigo e grave problema nacional.

O País tem uma concentração de propriedade das maiores do Mundo. A Índia e o Paquistão têm uma concentração de terra considerada muito forte – O Brasil é considerado absoluto. Os próprios países capitalistas desenvolvidos têm

uma concentração da terra no chamado padrão médio. Para se ter uma idéia, menos de 1% – 0,9% – das propriedades brasileiras detêm 31% da área agricultável, enquanto que 88,6% dos demais produtores detêm apenas 13,9%. Tomei a decisão de fazer um comparativo, Sr. Presidente, do relatório final da Comissão da Ordem Econômica, sobre a questão da terra, e verifiquei um retrocesso em face do ordenamento jurídico em vigor, gestado no período autoritário.

Quanto à função social, o Estatuto da Terra, no seu art. 2º, § 1º, é bem claro:

"A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social, quando, simultaneamente, favorece ao bem-estar dos proprietários, dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais, observa os dispositivos legais que regulam as suas justas relações de trabalho entre os que possuem e os que a cultivam."

Trata-se, portanto, de uma proposta em vigor, todavia, na Comissão da Ordem Econômica, há uma esdrúxula previsão de que a função social é composta quando o imóvel é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado.

Quanto às áreas desapropriáveis, o Estatuto da Terra, ressalvadas as isenções do § 3º do art. 19, diz:

"Todo o imóvel rural é desapropriável para fins de reforma agrária, desde que apresente um ou mais requisitos demonstrativos do descumprimento da função social do art. 2º."

Já o Relatório da Comissão da Ordem Econômica diz que a fixação dos critérios condicionadores do cumprimento da função social não tem qualquer consequência jurídica, pois no art. 34 diz:

"Compete à União promover a reforma agrária, pela desapropriação, por interesse social, da propriedade territorial rural improdutiva, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização."

Conseqüentemente, mesmo que a propriedade não seja nem esteja em curso de ser racionalmente aproveitada, mesmo que não conserve os recursos naturais, preserve o meio ambiente, mesmo que seja explorada mediante violência e contra as leis trabalhistas, desde que seja produtiva, não poderá ser desapropriada.

Quanto à justa indenização, Sr. Presidente, a legislação em vigor, do regime ditatorial, diz que a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária dá-se mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer em Títulos da Dívida Agrária, corrigidos e resgatáveis no prazo de vinte anos. E aí seguem outros aspectos que levantamos, como o do Decreto-lei nº 554/69.

O mais grave é que no Relatório da Comissão da Ordem Econômica presume-se que a justa indenização é aquela que corresponde ao valor de mercado de imóvel rural, eis que não faz qualquer ressalva ao conceito de justa indenização.

Quanto à emissão de Títulos da Dívida Agrária, o Constituinte, através desta Ordem Econômica,

limita-a à lei orçamentária anual. A liquidez dos Títulos da Dívida Agrária, pela atual legislação em vigor, dispõe que poderão ser utilizados até 50% do Imposto Territorial Rural em pagamento de preço de terras públicas, em caução para garantir quaisquer contratos, obras ou serviços, celebrados com a União e confiança em geral. Pois bem, o atraso é tão grande que, na Ordem Econômica proposta, os Constituintes que assim aprovaram pretendem ampliar a liquidez do Título da Dívida Agrária, permitindo usá-lo em pagamento em qualquer tributo federal pelo seu portador, chegando ao absurdo de estimular a sonegação, pois basta o maior sonegador adquirir terra e viabilizar a sua desapropriação que poderá pegar esses títulos, os TDA, e pagar os tributos sonegados. Chega a tal ponto, Sr. Presidente, o atraso, a visão arcaica, retrógrada, medieval da proposta, que, quanto à imissão de posse, o atual Decreto-lei nº 554, de 1960, impõe um procedimento que prevê imediata imissão da posse e transcrição do imóvel em favor da União, assinalando prazos curtos ao juiz, quer quanto ao deferimento da inicial, quer quanto à transcrição da propriedade. Prevê ainda tal decreto-lei que qualquer contestação à desapropriação poderá versar sobre o valor depositado ou sobre o vínculo do processo judicial e que qualquer ação julgada procedente resolverá em perdas e danos. Pois a proposta da Ordem Econômica diz que fica assegurada ao proprietário ampla defesa, desconsiderando, assim, tratar-se a espécie de propriedade anti-social ou reserva de valor; até quanto à área máxima, o atual Estatuto da Terra prevê, no latifúndio por dimensão, o imóvel rural que ultrapassar 600 módulos, pois o relatório aprovado derroga a figura da área máxima.

Sr. Presidente, o programa do PMDB é muito explícito, quando, nos seus Princípios Básicos, na fundação do seu programa básico, considera imprescindível uma profunda mudança na política e na estrutura do País e ainda fala da defesa da reforma agrária.

Em cima do documento "Esperança e Mudança" e em cima do Congresso do PMDB, realizado em agosto/setembro do ano passado, especialmente para a campanha eleitoral e a Assembléa Nacional Constituinte, que, inclusive, prevê módulo máximo, peço a transcrição desses documentos, incorporando-os a este pronunciamento.

Há que se esperar que o ilustre Relator da Assembléa Nacional Constituinte, o Constituinte Bernardo Cabral, possa ter uma nova dimensão sobre a questão da terra na Ordem Econômica, até porque temos que buscar, através da reforma agrária, na mudança fundiária neste País, um resultado político, que é a paz social no campo, um resultado social da dignificação à vida de milhões e milhões de pouca ou de nenhuma terra; temos de buscar resultados econômicos, que é o ingresso no mercado interno e na distribuição de rendas, até de resultados ecológicos, para evitar o envelhecimento precoce do solo brasileiro pela ampla degradação ambiental.

Este é o compromisso da Nova República, compromisso do PMDB, compromisso dos brasileiros que querem um País mais justo e mais digno.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidenta. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR. NELTON
FRIEDRICH EM SEU DISCURSO.

O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DA
ORDEM ECONÔMICA E O RETROCESSO
FACE AO ORDENAMENTO JURÍDICO
EM VIGOR, GESTÃO NO
PERÍODO AUTORITÁRIO

1) Função Social

– No Estatuto da Terra:

Art 2º.....

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Obs.: a) vide que se trata de previsão melhor estruturada; os requisitos devem coexistir simultaneamente;

b) não existe a esdrúxula previsão de que a função social é composta quando o imóvel: é, ou está em curso de ser, racionalmente aproveitado.

2) Áreas desapropriáveis

A) No atual ordenamento jurídico, ressalvadas as isenções do § 3º do artigo 19 do Estatuto da Terra (empresa rural; imóveis abaixo de três módulos rurais; imóveis com projeto aprovado pelo Incra, com prazo ainda em curso) todo imóvel rural é desapropriável para fins de Reforma Agrária desde que presente um ou mais requisitos demonstrativos do descumprimento da função social do artigo 2º antes referido.

B) No Relatório em análise, a fixação dos critérios condicionadores do cumprimento da função social não tem qualquer consequência jurídica, eis que no seu artigo 34 os Constituintes pretendem que: "Compete à União promover a reforma agrária, pela desapropriação, por interesse social, da propriedade territorial rural improdutiva, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização". Consequentemente, mesmo que a propriedade não seja e nem esteja em curso de ser racionalmente aproveitada, mesmo que não conserve os recursos naturais e preserve o meio ambiente, mesmo que seja explorada mediante violência e contra as leis trabalhistas, desde que seja produtiva, não poderá ser desapropriada.

3) Justa Indenização

A) Na legislação em vigor a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, dá-se mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos da dívida agrária, corrigidos, resgatáveis no prazo de vinte anos (conf. Constituição Federal – art. 161).

O D.L. 554, de 25-4-69, submisso ao Comando Constitucional prescreveu que considera-se justa a indenização da propriedade (art. 3º):

I – O valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II – na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural, se aceito pelo expropriante; ou

III – o valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior ou quando inexistir essa declaração.

§ 1º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente de acordo com os índices oficiais.

§ 2º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento *ex officio*, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do Imposto Territorial Rural.

Observação: O STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 11 do DL. 554, mas o artigo 3º continua íntegro.

B) No Relatório em análise presume-se que a justa indenização é aquela que corresponde ao valor de mercado de imóvel rural eis que não faz qualquer ressalva ao conceito de "justa indenização".

4) Emissão de TDA

O Constituinte limita a emissão de TDA à Lei orçamentária anual.

5) A liquidez do TDA

A) A legislação em vigor (C.F., art. 161 e Decreto nº 59.443/66 – art. 17) dispõem que "os Títulos da Dívida Agrária poderão ser utilizados:"

- a) em pagamento de até 50% do ITR;
- b) em pagamento de preço de terras públicas;
- c) em caução para garantia de quaisquer contratos, obras e serviços celebrados com a União;
- d) com fiança em geral.

B) O Constituinte pretende ampliar a liquidez do TDA permitindo usá-lo em pagamento de qualquer tributo federal, pelo seu portador.

6) A imissão de posse

A) Atualmente o D.L. 554/60 impõe um procedimento que prevê imediata imissão na posse e transcrição do imóvel em favor da União, assinalando prazos curtos ao juiz quer quanto ao deferimento da inicial quer quanto a transcrição da propriedade.

Prevê ainda tal Decreto-lei que qualquer contestação à desapropriação os poderá versar sobre o valor depositado ou sobre vínculo do processo judicial e que qualquer ação julgada procedente resolverá em perdas e danos.

B) O Relatório constituinte, desde já, assegura ao proprietário ampla defesa, desconsiderando assim tratar-se a espécie, de propriedade anti-social, ou reserva de valor.

7) Área máxima

A) O Estatuto da Terra coloca como desapropriável, independentemente de qualquer outro re-

quisito, o que denomina de latifúndio por dimensão, qual seja o imóvel rural que ultrapassar os seiscentos (600) módulos rurais. (vide art. 4º, V, a do E.T.).

Também no artigo 11 o E.T. impõe sanções a tais latifúndios.

A Constituição Federal em vigor, em seu artigo 171, parágrafo único, ostenta dispositivo semelhante.

B) O Relatório Constituinte derroga a figura da área máxima.

**O PMDB E A
QUESTÃO AGRÁRIA**

I – O Agravamento do Problema Agrário

É notável o agravamento da questão agrária nacional. Isto tem se revelado na tendência concentracionista da propriedade rural verificada na última década, em prejuízo das condições de vida da maior parte da população brasileira, que sofre direta ou indiretamente as consequências desse processo. São fatos conhecidos o aumento do subemprego, a quantidade crescente dos "bôias-frias" e dos trabalhadores volantes em geral, a favelização das periferias das cidades, para onde acorrem preferencialmente os migrantes rurais, o crescimento da violência e do desemprego.

A política de concessão de incentivos e subsídios à grande propriedade praticada pelo Governo Federal, especialmente a partir dos anos 70, teve um efeito claramente concentrador da propriedade agrária. De 1967 a 1984, as propriedades de mais de 1.000 hectares aumentaram sua área de 46,9% para 58,3%, enquanto as pequenas propriedades de extensão inferior a 100 hectares diminuíram sua área de 18,7% para 14%.

De acordo com os dados cadastrais do Incra, em 1984, os minifúndios representavam 61,5% do total de imóveis, e ocupavam apenas 7,5% da área total cadastrada. Já os latifúndios representavam 28% do total de imóveis e ocupavam 72% da área. A concentração adquire uma dimensão mais drástica se considerarmos que apenas 1% dos maiores imóveis ocupavam 40,6% da área total cadastrada.

O outro lado da concentração de terras é a concentração da renda. Entre 1970 e 1980, os 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda do setor rural de 23,7% para 44,9%, enquanto os 50% mais pobres tiveram sua participação diminuída de 22,4% para 14,9%.

Por outro lado, a injustiça verificada na estrutura fundiária brasileira tem como uma das suas consequências o aumento da tensão social no campo. Dados fornecidos pelo próprio MIRAD revelam que somente no ano de 1985 foram computadas 261 mortes em conflitos de terra. Essa situação tende a se agravar, na medida em que até o dia 12-8-86 foram registradas 170 mortes, o que significa um acréscimo de cerca de 34% com relação ao mesmo período do ano passado.

Assim, é tarefa urgente do Estado brasileiro dotar-se dos instrumentos adequados ao saneamento dessas distorções, de modo a atender aos anseios por justiça econômica e social da população brasileira.

II – Reforma Agrária, bandeira do PMDB

O PMDB tem compromisso com a Reforma Agrária desde a sua fundação. Já o seu Programa Básico afirmava: "O PMDB considera imprescindível

dível uma profunda mudança na política e na estrutura do País". E mais: "O PMDB defende a necessidade da Reforma Agrária, em especial onde coexistem o latifúndio improdutivo com o minifúndio inviável, redistribuindo-se a propriedade da terra em favor dos que a trabalham, segundo critérios simultâneos de conveniência econômica e equidade social, dando ensejo a diversidade de formas de propriedade rural: familiar, cooperativa e coletiva".

Essas posições eram um desdobramento natural das lutas pelos direitos humanos e pela democracia plena conduzidas, durante a ditadura, pelo MDB. Traduziam, também, o apoio do PMDB às lutas dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, resumida na fórmula "Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores", consagrada no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG em maio de 1979. Revelavam, igualmente, a sintonia do PMDB com os anseios pela mudança de estrutura agrária de diferentes setores de nossa sociedade, entre elas a Igreja Católica que, na 18ª Assembleia da CNBB, em fevereiro de 1980, clamava por "uma autêntica reforma agrária" e declarava seu apoio "às juntas iniciativas e organizações dos trabalhadores".

Com o avanço da luta democrática, esse compromisso com a Reforma Agrária, apenas apontado em seus princípios no Programa Básico, passou a ser exposto de forma mais ampla no Esperança e Mudança (agosto de 1982), documento que marcou época na história do Partido e da Nação.

"É fundamental – diz o Esperança e Mudança – implementar uma Reforma Agrária que assegure o uso social da água e dos recursos do solo e reordenação da estrutura rural. É necessário e urgente garantir o acesso à terra a quem nela trabalhe, utilizando o instrumento da desapropriação da terra por interesse social e implantando sistemas adequados às características regionais e aos objetivos de criar uma agricultura eficiente, com produtividade crescente e uma população rural próspera e livre. O agravamento dos conflitos pela posse da terra, que vêm levando à perseguição e até ao assassinato de trabalhadores rurais, denuncia a situação insustentável vivida em grande parte da área rural brasileira."

"O Estatuto da Terra – acrescenta o documento – embora tenha sido uma lei promulgada – pós 64 – jamais foi levado à prática no que tange à Reforma Agrária e às aspirações dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários, meeiros e posseiros.

De outro lado, as suas disposições relativas à modernização da agricultura foram aplicadas de modo distorcido e parcial. Os interesses ligados aos grandes proprietários e atacadistas, protegidos pelo regime repressivo, derrogaram, na prática, o Estatuto. O espírito desse instrumento é o da função social e econômica da propriedade da terra. Entretanto, a sua não aplicação agravou o problema agrário-fundiário. Nas próprias terras da União e dos Estados expandiu-se o latifúndio, até com apoio de financiamentos oficiais, resultando, inclusive, em imensos territórios sob domínio estrangeiro. Isto tem levado os pequenos lavradores e os trabalhadores rurais a acirrarem a luta pela Reforma Agrária imediata e ampla."

Adiante, o Esperança e Mudança afirma que "o Estatuto da Terra, se aplicado consequente-

mente poderá encaminhar solução progressiva dos principais problemas, entre os quais:

a) êxodo rural desenfreado e a consequente marginalidade social;

b) sucessivos conflitos pela posse e uso da terra; e

c) apropriação especulativa da terra como reserva de valor, impedindo o acesso a ela de quem pode produzir."

Em seguida, ao defender "um conjunto de mudanças", necessárias "para implantar uma verdadeira política de Reforma Agrária e a renovação da estrutura rural", o documento diz que "a democratização da estrutura rural deve apoiar-se, entre outras, nas seguintes transformações institucionais:

a) defesa dos parceiros e arrendatários que representam 20% da mão-de-obra permanente da agricultura brasileira, assegurando-lhes o direito de acesso à propriedade;

b) adoção de uma verdadeira reforma fundiária, ampla e rápida, generalizando o acesso à terra, por parte dos produtores sem terra ou com pouca terra, assim como legalizando a situação dos verdadeiros posseiros;

c) extensão e rigorosa aplicação da legislação trabalhista no campo".

Outros documentos históricos do PMDB – como o discurso Travessia, do presidente Ulysses Guimarães e o Projeto Emergência do saudoso Senador Teotônio Vilela – deram ênfase à necessidade da Reforma Agrária. Mas foi na "Campanha das Diretas" e, logo a seguir, na mobilização nacional pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral, movimentos em que as organizações de trabalhadores rurais tiveram ativa participação, que se tornou claro para a consciência do país que não era possível uma democracia com o imenso contingente marginalizado de camponeses sem terra ou com terra insuficiente. Assim, a defesa da Reforma Agrária como princípio foi incluída, por iniciativa do nosso Partido, como um dos pontos do "Compromisso com a Nação", que marcou a formação da Aliança Democrática. E esse compromisso foi reafirmado de forma muito clara pelo Presidente José Sarney no discurso em que anunciou o falecimento do Dr. Tancredo Neves: "Implantaremos a Reforma Agrária, para instaurar a justiça no campo".

III – A Experiência da Nova República: Avanços e Obstáculos

Com o advento da Nova República, o que até então era uma mera prescrição legal começou a tornar-se realidade. Criou-se o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Elaborou-se uma Proposta de Reforma Agrária para ser discutida com a sociedade e, quatro meses depois, o Governo assinava o Plano Nacional de Reforma Agrária, que estabelecia como meta o assentamento de 1.400.000 famílias em 4 anos. A seguir, foram elaborados Planos Regionais para todos os Estados brasileiros. Foram feitas, em um ano, mais desapropriações para resolver problemas emergenciais, do que durante os vinte anos de existência do Estatuto da Terra. Foi disciplinada a transferência de terras públicas a particulares e a concessão de incentivos fiscais a novos projetos agropecuários no Nordeste passou a ser feita com mais critério, procurando-se evitar que o Estado continuasse a criar ou sustentar latifúndios.

Os trabalhadores rurais, até então marginalizados das decisões políticas, foram chamados a participar desse processo.

Todo o esforço feito não foi, entretanto, suficiente para transformar os planos em realidade. A proposta inicial sofreu modificações importantes para transformar-se em Plano e o Plano sofreu novas modificações até consubstanciar-se em Planos Regionais. O PMDB, através de uma comissão de parlamentares, constituída de deputados e senadores, sob a presidência do Senador Martins Filho e tendo como relator, o Deputado Oswaldo Lima Filho, ao examinar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária concluiu, em 28/08/1985, pela necessidade de:

a) delimitação prévia das áreas regionais prioritárias (art. 34, I, ET);

b) fixação dos limites das dotações destinadas à execução do Plano Nacional e dos Planos Regionais;

c) modificação da lei para estabelecer a inalienabilidade das terras a serem distribuídas;

d) alteração no limite máximo da empresa rural, fixado nos arts. 46, § 1º, b, e art. 4º, V e VI do Estatuto da Terra, de modo a evitar a burla dos objetivos da lei mediante a classificação de latifúndios como empresas rurais;

e) descrever os critérios de desapropriação previstos no arts. 18 e 20 do Estatuto da Terra e, portanto, definir as áreas de latifúndios consideradas prioritárias para execução da reforma agrária, assim incluídas as grandes propriedades onde existam conflitos pela posse da terra, legalmente identificados até a data da publicação do PNRA;

f) propor ao Congresso Nacional emenda constitucional, que institua a Justiça Agrária para julgar os litígios judiciais sobre a propriedade ou a posse da terra, inclusive das terras do domínio, da União, dos Estados e dos Municípios;

g) proibição, por decreto, da concessão de incentivos fiscais com base em imóveis classificados como latifúndios por dimensão ou por exploração, de modo a evitar as distorções referidas no Plano (pág. 55);

h) fixar percentagens da área das propriedades de superfície superior a 50 módulos rurais a serem destinados à agricultura de subsistência.

i) limitar a área de pastagens e matas naturais na definição das empresas rurais (art 4º, VI, do Estatuto da Terra);

j) propor legislação que proiba às instituições financeiras participarem do condomínio de propriedades agrícolas ou de empresas rurais como meio de evitar desvios do crédito rural e dos incentivos fiscais;

k) rever os grandes programas nacionais como Proálcool, Carajás Agrícola, Projeto de Cerrado, Projeto Nordeste para articulá-los e compatibilizá-los com a Reforma Agrária.

Todavia, quase um ano depois da assinatura do PNRA, não se iniciou a sua aplicação e a meta de assentar 150.000 famílias em 1986 está irremediavelmente comprometida. O Governo, em que pese a constante reafirmação da sua intenção de fazer a Reforma Agrária, tem vacilado diante das crescentes pressões dos grandes proprietários de terras e, em alguns pontos, tem-se colocado aquém do próprio Estatuto da Terra.

É o que se verifica, por exemplo, na ressalva do parágrafo 2º, do artigo 2º do Decreto nº

91.736/85, que permite excluir da desapropriação latifúndios por dimensão, o que contraria a disposição expressa do artigo 20 do referido Estatuto.

Por outro lado, continua faltando uma definição clara a respeito dos recursos para a Reforma Agrária.

Obstáculos à concretização das medidas governamentais têm surgido também no Judiciário, onde, já de algum tempo, o Incra tem sido condenado a pagar aos expropriados indenizações com base no valor de mercado de terras.

Esse, aliás, é um dos grandes desafios que a futura Constituinte terá que enfrentar em matéria de Reforma Agrária. Por outro lado, as ambiguidades do Executivo e a própria maneira como o "direito de propriedade" está posto na Constituição têm retardado ou impedido a efetivação dos assentamentos dos trabalhadores rurais em terras desapropriadas.

Nesse contexto, o PMDB reprova e condena a atuação de entidades que objetivem a inviabilização ou a interposição de obstáculos ao PNRA e aos PRRA, a exemplo da UDR, da mesma forma que condena a participação de seus filiados nessas entidades.

IV – Tarefas Imediatas

Na atual etapa da vida política do País, o PMDB, estribado em seus princípios programáticos, em sua experiência de participação no Governo e afinado com as forças sociais que defendem a Reforma Agrária, deverá:

1 – apoiar todas as lutas dos trabalhadores rurais pela transformação da estrutura agrária e pela melhoria de suas condições de trabalho;

2 – dar respaldo político às medidas governamentais, como as desapropriações em áreas de conflito, que avancem no sentido de uma real mudança da situação fundiária do País, e exigir a multiplicação e generalização dessas medidas;

3 – lutar pela revogação dos parágrafos 2º e 3º do art. 2º do Decreto nº 91.736/85, que, ao aprovar a segunda proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, contrariando até mesmo o Estatuto da Terra, determinou ao Poder Público evitar a desapropriação dos imóveis rurais que apresentem elevada incidência de arrendatários e parceiros e, até mesmo, desapropriação dos latifúndios produtivos;

4 – exigir do Governo da União e dos Governos Estaduais medidas eficazes, no sentido de evitar as violências contra trabalhadores rurais e contra a Reforma Agrária, começando pelo desmantelamento das milícias privadas e similares e indo até a desapropriação dos latifúndios;

5 – exigir do Governo a imediata aplicação do PNRA e dos PRRA, em ritmo capaz de assegurar a recuperação, a médio prazo, da meta de 1986 e o integral cumprimento das metas previstas para os próximos 4 anos;

6 – exigir do Governo a liberação dos recursos financeiros e humanos suficientes para a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e dos Planos Regionais de Reforma Agrária;

7 – apresentar ao Congresso Nacional, Projeto de Lei, em regime de urgência, no sentido de que o Incra seja cientificado do ajuizamento de todas as ações de natureza petitória ou possessória, que versem sobre áreas rurais, permitindo ao Poder Público manifestar seu interesse nas ações. As execuções para o cumprimento das

respectivas sentenças, quando ordenarem a desocupação de áreas por trabalhadores rurais que se qualifiquem os benefícios da legislação agrária, sejam suspensas por um prazo de dois anos;

8 – propor a imediata suspensão de incentivos fiscais a projetos agropecuários ou assemelhados até a promulgação da nova Carta Constitucional;

9 – defender, na próxima Assembléia Nacional Constituinte e nos trabalhos pós-constituientes do Congresso Nacional, teses que assegurem instrumentos jurídicos e canais institucionais mais adequados à realização da Reforma Agrária no País, garantindo as conquistas do Estatuto da Terra e da atual Legislação e superando as suas limitações;

10 – exigir do Governo federal a liberação de recursos financeiros para o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em valor equivalente ao dos recursos destinados às empresas rurais;

11 – recomendar que o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário participe, efetivamente, nos estudos visando a reformulação da política fiscal para a agricultura;

12 – exigir que a pesquisa agropecuária seja modificada, de modo a permitir a criação de uma tecnologia destinada a assegurar o progresso cultural, econômico e social dos trabalhadores assentados pelo Programa de Reforma Agrária.

V – Propostas do PMDB para a Constituinte

Capítulo dos Direitos Individuais

1 – O Estado deverá assegurar a todo indivíduo e a sua família um patrimônio mínimo indispensável a uma vida digna;

2 – Aos trabalhadores rurais será garantido o acesso à terra economicamente útil, de preferência na região onde habitam, e o apoio técnico e financeiro necessário para que a utilizem adequadamente; e

3 – Essa concessão terá dimensão modular da propriedade familiar, definida em lei, e será feita, de preferência, aos nacionais.

Capítulo da Ordem Econômica e Social

1 – o Estado será organizado de forma a definir as bases de uma estrutura agrária socialmente justa, contemplando, com políticas de crédito e incentivos, prioritariamente, as unidades produtivas familiares, associativas ou mistas, que satisfaçam os requisitos legais da função social da terra;

2 – será respeitado o direito de propriedade na forma do item anterior e em consonância com os demais direitos, reais ou pessoais, que amparem o produtor rural. Não existirá direito de propriedade, quando não estiver satisfeita a existência da função social;

3 – toda a propriedade que não esteja cumprindo sua função social é passível de desapropriação, por interesse social, mediante pagamento de indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de vinte anos a partir do quinto ano, em parcelas anuais sucessivas. Esse dispositivo se aplicará tanto à terra nua quanto às benfeitorias indenizáveis;

4 – o valor da indenização a ser paga ao proprietário cujo imóvel não esteja cumprindo sua função social não poderá ultrapassar o valor declarado para efeitos de tributação;

5 – deverá ser limitada em 300 módulos fiscais a área de terras máximas total de propriedade ou posse de pessoas físicas ou jurídicas, excetuados os casos de cooperativas de produção, originárias do processo de reforma agrária;

6 – os imóveis rurais que não cumprirem sua função social não poderão beneficiar-se de crédito, subsídios, ou incentivos governamentais;

7 – será lícito ao Estado transferir a particulares que se qualifiquem para o trabalho rural o direito de superfície sobre as terras públicas destinadas à exploração agrícola, pecuária, florestal ou similar, remanescentes com o Estado o direito de reavê-las, sem qualquer indenização, daqueles que não lhes derem a destinação e o aproveitamento previsto no título de concessão. As terras transferidas pela União, Estados ou Municípios a particulares não poderão exceder individualmente 3 módulos rurais;

8 – o Poder Público poderá reconhecer a posse pacífica em imóveis rurais sob certas condições impostas ao beneficiário e em área que não excede 3 módulos rurais em terras públicas;

9 – nos casos de reversão de terras públicas ao Estado, apenas serão consideradas para efeito de indenização, sempre em TDA, as benfeitorias erigidas de boa fé;

10 – pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não poderão possuir terras no país, contíguas ou não, com área superior a 3 módulos rurais; no caso das pessoas jurídicas, em hipótese alguma poderão beneficiar-se da concessão de terras públicas. Serão declaradas caducas as concessões ou transações realizadas anteriormente à vigência desta norma.

11 – as terras públicas em geral, excetuando-se aquelas cujas posses forem reconhecidas pelo Poder Público e as que tiverem por Lei destinação especial e pública, incorporam-se ao acervo fundiário do Programa de Reforma Agrária, sem exigência do pagamento de indenização;

12 – as áreas desapropriadas para fim de Reforma Agrária, bem como as terras públicas destinadas ao mesmo fim, poderão ser organizadas para exploração econômica em forma familiar, associativa ou mista;

13 – as áreas desapropriadas, para fins de Reforma Agrária, permanecerão, inicialmente, de propriedade da União, que as cederá para as famílias que ali forem assentadas, utilizando o instituto da concessão de uso, pelo prazo inicial de cinco anos;

14 – caberá ao Poder Público pagar aos trabalhadores rurais, pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assemelhados deslocados em razão de obras ou serviço público a justa indenização e reassentá-los na mesma região e em áreas não inferiores ao módulo rural; e

15 – será criada uma justiça agrária, com a competência de dirimir litígios que envolvam o trabalhador e o empregador rural, os conflitos e as demais causas sobre a propriedade e a posse da terra.

Capítulo das Disposições Transitórias

1 – O Estado deverá estabelecer o fundamento e os mecanismos jurídicos necessários à efetivação da Reforma Agrária no País, objetivando enquadrar imediatamente todo o setor agrário nos preceitos constitucionais da ordem econômica e social, punindo o latifúndio, como tal definido em

lei, e garantindo o acesso dos trabalhadores à terra para que esta realize a sua função social; e

2 – Será constituído o Fundo Nacional de Reforma Agrária, com dotação orçamentária de, no mínimo, 5% da receita prevista no orçamento da União.

Durante o discurso do Sr. Friedrich a Sra Benedita da Silva – Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. DAVI ALVES SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Apenas para comunicar aos nobres Companheiros de Bancada que, em nome daqueles que representamos, manifestamos solidariedade à família enlutada do ex-Deputado Gervásio Santos, da Bancada do Maranhão – ex-Deputado Estadual e suplente de Deputado Federal pelo PMDB. Foi um grande companheiro na Bancada do Maranhão e ontem veio a falecer na Capital do meu Estado.

Aqui em nome de minha família, juntamo-nos à dor da família do ex-Deputado Gervásio Santos, dizendo aos nobres Companheiros que perdemos um grande amigo, um grande homem, que muito representou, quando Deputado Estadual, nosso Estado.

Como Suplente de Deputado Federal pela Bancada do Maranhão, sinto muito em não tê-lo aqui, ao nosso lado, para ajudar a defender o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa deseja, em rápidas palavras, associar-se à manifestação justa do Constituinte Davi Alves Silva pelo falecimento do homem público **Gervásio Santos**, que tive oportunidade de conhecer; dizer da sua dedicação absoluta, total, à causa pública, os serviços que prestou ao seu Estado, o Maranhão.

Não era preciso, porque S. Ex.^a falou por toda a Constituinte, por todos os homens públicos deste país, lamentando esse passamento.

Associo-me à solidariedade que S. Ex.^a trouxe, principalmente à família do ex-Deputado **Gervásio Santos**.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O episódio ocorrido no Rio de Janeiro parece-nos de extrema gravidade. Deus queira que seja apenas um episódio isolado. Seja espontâneo, provocado ou organizado, é o reflexo de uma situação por que atravessa hoje o nosso País. É sabido que estamos numa profunda crise econômica com repercussões na área social. Não vou cometer a injustiça de dizer que tudo isso se deve

ao atual Governo. Mas há um outro fator que me parece importante, Sr. Presidente: é a falta de credibilidade que existe hoje em torno do Presidente da República. A insinceridade com que se portou até agora o Presidente levou a uma quebra da sua autoridade e a impopularidade que existe hoje em torno do seu nome.

Sou de um Partido de Oposição. Achamos o Governo que aí está muito ruim. Mas nós do PDS queremos a preservação da figura do Presidente da República e somos solidários com Sua Excelência nesse episódio, porque não aceitamos atos de violência. Aceitamos, isso sim, as manifestações populares como legítimas, mas repudiamos todo e qualquer tipo de ato de violência. Acima da figura do Senhor José Sarney está a imagem do Presidente da República brasileira. Queremos deixar a Sua Excelência a nossa solidariedade nesse episódio.

Por outro lado, devemos dar um recado ao Presidente. O Presidente da República goza hoje dessa impopularidade e dessa falta de credibilidade pública porque ele impôs à Nação um dos maiores embustes que já se conhecem neste País, talvez iniciado com boas intenções, mas transformado num instrumento político-eleitoral que levou o Brasil à desgraça, que foi o Plano Cruzado.

Hoje, estamos colhendo os frutos dessa grande mentira nacional, com manifestações indesejáveis, como as que estão ocorrendo em alguns pontos do País.

Queremos fazer oposição, mas queremos continuar respeitando o Presidente da nossa Nação. Mas isso depende muito dele.

A figura que se vende hoje, no País, do nosso Presidente é a de um homem comandado, de quem não tem mais poder sobre a Nação, é a de um homem que tem sido insincero. Voltou Sua Excelência, agora, com o Plano Bresser. O que falta é transparéncia e sinceridade nas colocações. Afirma-se que não existirá recessão no País, quando diariamente temos notícia de desemprego nas nossas empresas; diz-se que o trabalhador não vai ter perda no seu salário, quando é sabido que o nosso operário tem o menor salário mínimo real da História brasileira. E, mais do que isso, agora lança-se mão da poupança popular, num verdadeiro assalto, dentro de uma inflação reconhecida de 30%, em que as poupanças vão render 18% ao pequeno depositário da caderneta de poupança.

Está faltando neste País, para se recobrar a autoridade do Presidente da República, um pouco mais de sinceridade. E acho que é o momento de o Senhor Presidente da República retomar as rédeas do Governo.

Eu, por exemplo, Sr. Presidente, defendo as atribuições das Forças Armadas como estão na Constituição. Defendo-as, mas não posso admitir que o Ministro do Exército venha dar recados à Assembléia Nacional Constituinte. Isso cabe a nós, na nossa soberania. Se afirmo isso, não o faço sob qualquer tipo de pressão, faço-o por absoluta convicção. Não aceito que um Governo mande recados e, o que é pior, através dos seus Ministros, ferindo a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. É por estas coisas que dia a dia esmaece, torna-se frágil e decompõe-se a autoridade do Presidente da República.

Sr. Presidente, é com tristeza que venho à tribuna para dizer estas coisas. Eu gostaria imensa-

mente, embora tendo as minhas restrições ao Governo na área administrativa e na área política, de ter um grande respeito por aquele que é responsável pelo destino de nosso País. Mas, para isto, a primeira condição é o Presidente fazer-se respeitado, fazer-se respeitável. Não é com expedientes dessa ordem, não é com essas constantes pressões espúrias que se exercem sobre esta Assembléia que Sua Excelência haverá de conseguir os seus propósitos.

O Presidente foi insincero quando disse estar num Governo de transição e que ficaria apenas 4 anos. O Presidente da República não foi honesto com a Nação brasileira com o Plano Cruzado. E mais uma vez está demonstrando a sua insinceridade com esse novo plano que hoje aí se coloca, quando vem publicamente dizer que não haverá prejuízo para o trabalhador, que não haverá recessão. Todos esses acontecimentos levam à quebra de sua credibilidade, à fragilidade da sua autoridade, à impopularidade e, depois, a manifestações desagradáveis e condenáveis, como essas que aconteceram no Rio de Janeiro. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte como Líder.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desta tribuna falaram os nobres Constituintes Jorge Arbage e Adylson Motta, da minha Bancada, referindo-se às manifestações ocorridas ontem no Rio de Janeiro colocando muito bem a opinião da Bancada do PDS.

Não será demais ressaltar, entretanto, que a violência sempre gera a violência e acaba levando à justificativa da própria tirania. Não é a forma de se manifestar aquela que aconteceu ontem no Rio de Janeiro. O direito de manifestação pública impõe o respeito pelos direitos de todos, e deve ser feito de uma maneira ordeira e pacífica, sem perturbar a ordem pública e agredir a quem quer que seja. O povo pode ter e tem as suas razões. Setores da opinião pública devem colocar, como colocamos aqui da tribuna, com veemência, as discordâncias contra a política do Governo, mas de forma pacífica, ordeira. Daí o nosso protesto contra esse tipo de manifestação com violência e atentado até, que, a nosso ver, acaba significando não um atentado contra o Presidente da República, mas contra a própria democracia.

Sr. Presidente, o que eu queria, neste momento, além da discordância com esse tipo de manifestação, é fazer um apelo ao governo, para que não deixe se concretizar aquilo que a imprensa está noticiando. O jornal **Zero Hora**, de ontem, diz:

"A poupança vai pagar menos que a inflação. Se a inflação do mês for de 30%, a perda real será de 9,16%. Uma alteração no critério da remuneração da poupança definida pelo Governo depois do Plano Bresser faz com que as cadernetas de poupança rendam menos que a inflação do mês."

Já a imprensa de Brasília diz que a poupança perderá 12% com a adoção da LBC.

Será, evidentemente, frustrante e um atentado ao direito líquido e certo daqueles que fizeram, confiando no Governo, depósito nas cadernetas de poupança. Outra situação que o Plano Bresser está provocando é com relação aos CDB, pois o CDB prefixado está sujeito à desvalorização pela famosa **tablita**, enquanto que o CDB pós-fixado terá o seu rendimento total. É uma situação que gera maior descrédito e desconfiança a qualquer plano de Governo, o que acaba inviabilizando qualquer tentativa governamental de ordenamento econômico e combate à inflação.

Outra situação injusta, gritante e que espero igualmente que não se concretize, é de que seria aplicada a **tablita** também nos rendimentos do FGTS, PIS, PASEP, pois constituiria um verdadeiro roubo ao patrimônio do trabalhador já espoliado pelo achatamento salarial.

A mesma coisa está acontecendo com os produtores de soja, que venderam seu produto e agora estão com o preço da soja alterado pela aplicação da **tablita**.

É o apelo que faço desta tribuna, para que o Governo não deixe que tais situações se concretizem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Victor Faccioni, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

VI – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr. Constituinte:

Haroldo Lima – Requerimento de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre matéria veiculada no jornal "Jornal de Brasília", de 26-6-87, de autoria do jornalista Rubem Azevedo Lima, intitulada "EUA fazem pressão sobre Constituinte".

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA): – Sr. Presidente, tenho a apresentar à Mesa um requerimento de informações e que, com a aquescência de V. Ex.^a, destaco os dois parágrafos seguintes:

Requerimento de Informações

Com base no inciso IV do art. 62 e seu § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, encaminho à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, o seguinte requerimento de informações:

O Jornal de Brasília em sua edição do dia 26-6-87, na página 2, publica matéria assinada pelo Jornalista Rubem Azevedo Lima, intitulada "EUA fazem pressão sobre Constituinte", onde revela a formação de um grupo executivo para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte a aprovar teses de interesse de empresas norte-americanas, coordenado pelo Embaixador dos Estados Unidos, Sr. Henry Shlaudeman.

Considerando que tal notícia, se confirmada, representa uma ingerência do Embaixador norte-americano em assuntos da política interna brasileira e uma afronta à soberania

da Assembléia Nacional Constituinte, ferindo o princípio constitucional de não-ingerência que deve nortear as relações diplomáticas internacionais, requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado um pedido de informações para que o Ministério das Relações Exteriores tomem as providências necessárias junto à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil para esclarecer tais notícias e exigir, em caso afirmativo, uma retratação oficial do embaixador americano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

VII – O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se ao horário de Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional.

Tem a palavra o Sr. Sólón Borges dos Reis.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de trazer à tribuna o assunto de que vou tratar, desejo, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, dizer que não aceitamos e não concordamos com o tipo de incidente ocorrido, ontem no Rio de Janeiro, em que um grupo de pessoas provocou e insultou a comitiva que acompanhava o Senhor Presidente da República, atingindo o próprio Presidente.

A Bancada do PTB, nesta Legislatura e na Constituinte, inteiramente descompromissada com o Governo Federal, tem tido reiterados pronunciamentos em que deixa claríssima a sua discordância com o discurso do Governo, com a postura do Governo e com a administração do Governo.

Os Deputados do PTB, no seu procedimento crítico, já mostraram à Nação que, do jeito que vai, não pode continuar. Porém, isso não implica em nenhuma solidariedade à política nem à desorientação do Governo, e, sim, um repúdio ao tipo de comportamento que um grupo de pessoas, ontem, no Rio de Janeiro, levou à prática, investindo contra o Presidente e a sua Comitiva.

Isto não aceitamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Esperamos que não se repita neste País um procedimento tão infeliz quanto indesculpável como o de ontem.

Agora, falo em meu nome pessoal, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Estamos vivendo uma época em que o povo não acredita em mais ninguém, desiludido com os homens públicos imediatistas, que preferem plantar couves a plantar carvalhos. Por isso, vou falar de um homem que deve ser apontado às novas gerações de brasileiros como exemplo de dignidade política e de espírito público.

Neste preciso instante em que voltam aos parlamentos e começam a ganhar as ruas campanhas pelas eleições diretas, atendendo a esquemas de inspiração ideológica, política, partidária, conjuntural ou até mesmo de ordem pessoal, é oportuno assomar à tribuna para lembrar às gerações maduras e apontar como exemplo raro a personalidade, a vida e a obra de um brasileiro destes nossos tempos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Ouço V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Vejo que V. Ex.^a aproveita o seu pronunciamento para tratar de assunto de grande importância, mas, como V. Ex.^a no iní-

cio, fez referência aos lamentáveis episódios ocorridos ontem, no Rio de Janeiro, e como V. Ex.^a entrou em outro assunto, não queria perder a oportunidade de fazer referência àquele episódio.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Pois não, ouço com prazer V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – Nobre Constituinte, vejo os fatos acontecidos ontem, em primeiro lugar, como alguma coisa lamentável, como alguma coisa profundamente negativa para o processo democrático e de transição que estamos construindo em nosso País. Não posso, em nenhuma hipótese, acreditar, sequer admitir, que aquilo tenha partido, minimamente que seja, de uma liderança política institucionalizada, de qualquer Partido, de qualquer facção ou de qualquer tendência ideológica.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Nem eu.

O SR. JOSÉ FOGAÇA: – ...em nosso País. Há, neste momento, parece-me setores interessados em criar situações de instabilidade, de insegurança e de incerteza política, exatamente para construir a oportunidade e o momento para o pior; trata-se de criar o caldo de cultura, o momento fértil para as soluções mais nocivas, ou seja, o retrocesso. É por isso que temos que repudiar esses gestos, condená-los e dizer que isso, absolutamente não partiu das forças democráticas, dos partidos organizados neste País. Nenhuma liderança responsável poderia cometer o desvario de determinar aos seus líderados que procedessem daquela forma. É por isso que temos que registrar com veemência, com repúdio, a condenação, a mais veemente possível, àquele tipo de procedimento e dizer que esse tipo de acontecimento político relembraria episódios como aqueles das bombas em bancas de revista, como o episódio do Riocentro, que sabemos que são, na verdade, coisas programadas e organizadas por grupos clandestinos, profundamente insatisfeitos com o processo de construção democrática que estamos vigorosamente, com muitas dificuldades, é verdade, mas vigorosamente construindo neste País. Obrigado a V. Ex.^a pelo espaço que me dá no seu belo pronunciamento.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS:

– Também acredito como V. Ex.^a, e, venha de onde vier, tenha a procedência que tiver, podemos aceitar esse tipo de procedimento, porque não leva a nada, ou melhor, pode levar ao pior, e não é o que buscamos nesta fase de transição democrática, em que todas as pressões democraticamente colocadas são legítimas e necessárias.

Nestes dias melancólicos e sombrios, em que predominam a incerteza, a insegurança, as contradições e a descrença nos homens públicos, de modo geral, nos políticos, principalmente, é tempestivo, muito tempestivo, colocar em evidência, não apenas as figuras clássicas do nosso passado político, mas, para maior efeito na juventude desiludida, as personalidades contemporâneas, deste nosso tempo mesmo, cujo crédito perante o interesse público é incontestável. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que venho, hoje, à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, à luz da nossa história, tarefa de elaboração constitucional, falar de Carvalho Pinto, o Mestre, o técnico-

co, o Político, o Parlamentar. O Estadista com "E" maiúsculo, cuja personalidade, vida e obra, sempre a serviço do bem comum, devem ser sublinhados, como exemplo e estímulo à gente brasileira que não pode esquecer aquilo que temos de melhor, porque precisa recuperar a fé nos destinos do Brasil.

Os jovens devem ficar sabendo que o Brasil não é aquele deserto de homens e idéias a que se referia Oswaldo Aranha, perplexo ante às dificuldades governamentais de meio século atrás. Este País não é pobre, nem de homens, nem de idéias. O que há é que as idéias de interesse público não são necessariamente consideradas, dificilmente encontram sua oportunidade. O que ocorre é que os melhores homens deste país, os homens certos, só excepcionalmente têm podido estar, ultimamente no lugar certo.

Na conjuntura atual, em que a inversão de valores parece uma constante, em que a mediocridade insiste em assumir o comando, e a genuína competência, aliada ao espírito público, está marginalizada, reputo oportuno ir buscar na descrição de seu recolhimento, para acordar a memória dos adultos e revelar, como exemplo, às gerações mais novas, as grandes expressões da capacidade técnica e cultural, a serviço da Política com "P" maiúsculo, de que estamos tão carentes hoje em dia nos postos e posições de evidência e decisões.

Toda a vida do Professor Carvalho Pinto é uma constante de operosidade, competência, alto senso de responsabilidade, devotamento prioridade ao interesse coletivo e postura democrática, com modelar coerência entre a conduta pessoal e a maneira de pensar e de falar.

Na cátedra universitária; na Consultoria Jurídica da Municipalidade paulistana; ao dirigir as finanças da Prefeitura de São Paulo e ao sanear, em seguida, as do próprio Estado, (como Secretário da Fazenda); no elevado desempenho do Governo, assegurando na postura e na ação o requintado sentido de dignidade à que tem direito o importante cargo; no fecundo exercício do mandato popular de Senador da República ou mesmo no Ministério da Fazenda, de que preferiu sair para não ceder a imposições estranhas, Carvalho Pinto deixou sempre por onde passou a marca inconfundível de sua personalidade de escol a serviço da causa pública e de seu procedimento limpo e responsável, fazendo escola para quantos o acompanhavam e tiveram oportunidade de receber sua influência moral edificante no acendrado desempenho das altas funções que assumiu, tanto no Executivo quanto no Congresso Nacional, perseguindo sempre os mais sérios objetivos, a partir do desenvolvimento integral do País com a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira. No que dependesse dele, os frutos do progresso teriam que estar ao alcance de todos, com igualdade de oportunidade, como pedra angular do processo democrático.

Homem de personalidade marcante, lastreada em acrisolados valores morais, sociais e cívicos, rejeitou mais de uma vez, posições, vantagens e oportunidades, para se manter fiel aos seus princípios, convicções, ideais e idéias. O seu desprendido gesto de recusar uma eleição certa para o Governo do Estado de São Paulo, pelo processo indireto, em 1966, a fim de permanecer fiel à sua pregação pelas eleições diretas, tem o mais oportuno significado para a formação política da mocidade brasileira. De nada adiantou o apelo

de amigos, correligionários, companheiros e admiradores, como de nada havia adiantado a insistência do Presidente Castello Branco, para que aceitasse sua candidatura a Governador, candidatura essa que equivalia, naquelas circunstâncias, a uma indiscutível nomeação. Carvalho Pinto, que protestara no Senado contra a implantação do regime autoritário, em 1964, e que se batia publicamente pelas eleições diretas, não se sentiria bem consigo mesmo, nem perante a opinião pública que tanto respeitava, se aceitasse a oferta que o poderia honrar, não há dúvida, mas que colidia com a sua maneira de pensar e agir e com a sua democrática pregação política. Enquanto o número de postulantes se multiplicava em toda a parte, o ínclito paulista preferiu ficar coerente com a sua tese. Deu, assim, uma lição de rara e preciosa coerência política, idealismo, vigoroso espírito cívico e incontrastável postura moral.

Onde andam agora os homens capazes de recusar posições, vantagens e honrarias, para não desmentir o discurso dos palanques e plataformas das candidaturas? Quem quer abrir mão de oportunidades desse tamanho e natureza, na paisagem política da atualidade, e manter-se conciliado com o que apregoava ainda ontem?

O Senador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto nasceu em São Paulo, na atual Avenida Barão do Rio Branco, bem defronte do Palácio dos Campos Elíseos (onde funciona hoje a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia), no dia 15 de março de 1910. Filho do Dr. Virgílio de Carvalho Pinto e de Dona Virgínia Rodrigues Alves de Carvalho Pinto, seu pai militou no velho Partido Republicano, tendo, por várias Legislaturas e até 1930, tomado assento na Assembléia Legislativa Estadual. Vários de seus antecessores exerceram as responsabilidades do Governo do Estado de São Paulo. Pelo lado paterno, o Brigadeiro Gavião Peixoto, que foi Presidente da Província, e o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme, a quem, na sua última missão em busca das esmeraldas, foram atribuídas as prerrogativas de Governador da Capitania de São Paulo. Pelo lado materno, seu avô, Cel. Virgílio Rodrigues Alves, foi Senador e Vice-Presidente do Estado, e seu tio-avô, o Conselheiro Rodrigues Alves, foi o segundo Presidente Civil da República, tendo, por três vezes, exercido também o Governo do Estado.

Sua vida escolar se processou especialmente no tradicional e conceituado Ginásio do Estado e na Faculdade de Direito de São Paulo. Em ambos os cursos, foi o primeiro aluno de sua turma, obtendo, respectivamente, os Prêmios "Antônio de Godoi" e "Rodrigues Alves". Ao bacharelar-se na Faculdade de Direito, foi orador da turma (1931), proferindo discurso de notável atualidade, em face das circunstâncias então vividas pelo País, recém-saído da Revolução de 1930.

Na Secretaria da Fazenda do seu Estado, numa gestão de três anos e meio, coube-lhe realizar a total recuperação das finanças, restituindo o crédito do Tesouro e dando condições para ampla ação administrativa do Governo estadual.

Eleito Governador de São Paulo, por maioria absoluta de votos, marcou sua gestão pela austeridade e pela repulsa a toda espécie de demagogia, assim como pela implantação e planejamento global na administração, em condições que firmaram estilo novo de governo, com ampla reper-

cussão no País e no exterior. Encampou a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, deu execução a um plano regional e pioneiro de reforma agrária, construiu o CEASA (hoje reproduzido em vários pontos do País), iniciou e deixou adiantada a usina hidrelétrica de Urubupungá (Jupiá), instituiu fundos de fomento que posteriormente seriam adotados no plano federal, colocou em prática, pela primeira vez em nossa História, o regime de orçamento plurianual e o sistema de orçamento-programa.

Sem qualquer elevação de impostos, ao contrário, reduzindo vários – a atualidade reclama exemplos dessa natureza – desenvolveu intensivo plano de ação, visando especialmente os setores de agricultura, eletrificação, educação e transportes, nos quais realizou verdadeira revolução branca. Manteve inalterado um clima de respeito democrático, de ordem e de confiança no Poder Público, a despeito de haver atravessado um dos mais agitados períodos de nossa História política e social, marcado, em São Paulo, por cerca de duas mil greves e pelos dramáticos episódios de agosto de 1961, nos quais teve atuação desambiciosa, firme e decisiva para nossa sobrevivência democrática.

No Ministério da Fazenda, em época extremamente difícil, assinalou sua presença com orientação independente de pressões políticas ou econômicas, desenvolvendo notável programa de disciplina da despesa, do incremento da arrecadação, de expansão das exportações, de seleção do crédito e de desenvolvimento econômico, assim como, no quadro das finanças internacionais, de preservação da nossa soberania e reconquista do crédito da Nação. Deixou o Ministério antes de corridos seis meses, por entender, consoante sua carta de exoneração, ser injustificável a permanência em Pata dessa relevância, "quando deixam de existir condições para o seu exercício independente, vigoroso e renovador, à altura das responsabilidades do momento".

No Senado, na Presidência da Comissão de Economia e de várias Comissões Especiais e, a seguir na Presidência da Comissão de Relações Exteriores ou integrando a Comissão de Finanças, seus pronunciamentos na tribuna, entre 1967 e 1974, primaram pela profundidade e amplitude de visão, analisando inúmeros assuntos da problemática nacional, dentre os quais a política econômico-financeira, a salarial, a institucional, a caiçaria, a do comércio exterior, a do leite, a do desenvolvimento urbano, a tributária, as disparidades regionais, os problemas internacionais. A respeito de sua atuação como Senador, disse o Ministro Mem de Sá, ex-Senador e ex-Ministro da Justiça: "como republicano, constitui uma das poucas exceções que conheço: foi tão completo e eficiente homem de governo, no sentido restrito de dirigente do Poder Executivo, quanto se revelou, depois, no Legislativo, parlamentar com viva vocação, tão viva, como se jamais outra coisa houvesse sido na vida, senão Senador".

É esse o homem a respeito de quem venho à tribuna da Constituinte, na hora da descrença generalizada, para dizer que a Nação, se não soube usufruir o quanto poderia da sua competência, operosidade e espírito público, o quanto ele ainda poderia proporcionar, reconhece e agradece no entanto, os serviços relevantes que dele recebeu. Considero seu recolhimento à vida particular um verdadeiro desperdício.

O homem que primeiro planejou a sério neste País a obra administrativa, que realizou e ultrapassou em grande parte seu memorável e fecundo plano de ação (em que Urubupungá foi apenas o símbolo de uma época de trabalho fértil num clima de desassossego e de ameaças), que teve a coragem de não criar nem aumentar impostos e que tornou realidade a letra morta da Constituição de São Paulo desde 1947, apenas simbólica, promovendo a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), com a entrega de recursos correspondentes a todo o atrasado, contribuindo extraordinariamente, com o fiel cumprimento da Constituição, para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, administrando em condições adversas, é aquele mesmo homem que viria a abrir mão do cargo de Governador que lhe foi depois oferecido pelo processo indireto, preferindo permanecer fiel à pregação e às convicções pessoais; ao compromisso consigo mesmo e com a opinião pública.

Um legítimo varão de Plutarco.

De que melhor exemplo se pode valer a perplexa juventude de hoje para voltar a acreditar no Brasil e na certeza de que o seu País não é nenhum deserto de homens e de idéias? Para que descarte a demagogia e consiga evitar que, amanhã, a Nação desperdice de novo seu patrimônio humano de legítimo valor, de competência técnica, política, social e cívica e não volte nunca mais a viver à mercê da mediocridade?

Saudo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em Carvalho Pinto a qualidade, a competência, a operosidade, a visão social, o desprendimento, o espírito público, a dignidade e o senso de responsabilidade, a maior carência do nosso tempo, que não são incompatíveis com o homem brasileiro, como se quer fazer crer.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, entre os Parlamentares com assento hoje nesta Casa, sagrados que foram pelo voto livre das urnas democráticas, e entre eles os nobres Deputados Constituintes Cardoso Alves e Plínio de Arruda Sampaio, são muitos os que poderão subscrever comigo este depoimento que trago à tribuna da Constituinte, com o maior prazer e muita honra, para proveito da formação política da juventude brasileira. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Aloisio

Teixeira – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaury Müller – PDT; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Cássio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Expedito Júnior – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Horácio Ferraz – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Richa – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana

– PMDB; Jovanni Masini – PMDB; ilegível – PDT; Júlio Campos – ilegível – PFL; Lavoister Maia – PDS; ilegível – PFL; Levy Dias – ilegível – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Frere – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albemarz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Pinto – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Encerro a sessão, convocando os Srs. Constituintes para a Ordinária de terça-feira próxima, dia 30, às 14 horas e 30 minutos.

VII – Encerra-se a sessão às 13 horas.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 86

QUARTA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 1987

BRASÍLIA-DF

SUMÁRIO

1 - ATA DA 92ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 30 DE JUNHO DE 1987.

I - Abertura da sessão.

II - Leitura da ata da sessão anterior, que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 205/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando o deslocamento do Senhor Constituinte Pedro Canedo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação para a Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, em substituição ao Senhor Constituinte José Mendonça Bezerra.

Nº 206/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, junto à Assembléia Nacional Constituinte, solicitando alterações na composição de diversas Comissões, no âmbito do PFL.

Nº 083/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando a designação do Partido, para a composição de diversas Comissões Temáticas.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Decisão nº 4, de 1987 (do Sr. Paulo Ramos) - Veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional.

Projeto de Decisão nº 5, de 1987 (do Sr. Iram Saraiva) - Torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte.

IV - Pequeno Expediente

AIRTON SANDOVAL - Sugestão de norma constitucional apresentada pelo orador, visando ao aumento do número de vereadores e à adoção do voto distrital.

VLADIMIR PALMEIRA - Violência no Estado do Rio de Janeiro. Uso de força, por parte da polícia, contra a população. Agressão sofrida pelo Presidente da República.

JONAS PINHEIRO - Documentos de protesto contra a crise na agricultura, subscritos pelos produtores rurais de Diamantino e de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

CÉSAR CALS NETO - Desagrado do povo brasileiro ante a política de arrocho salarial vigente no País e a perspectiva de insucesso do Plano Bresser. Matéria publicada pelo jornal **O Globo**: "Abastecimento - listão sem novidades para os consumidores cearenses". Requerimento de convocação do Ministro do Trabalho para prestar esclarecimentos ao Plenário da Câmara dos Deputados sobre aspectos da política trabalhista do Governo federal. Projeto de lei, de autoria do orador, que "dispõe sobre a fixação de preço máximo de venda no varejo e dá outras providências".

PAULO RAMOS - Comparecimento do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, à Câmara dos Deputados. Agressão sofrida pelo Presidente José Sarney no Rio de Janeiro e necessidade de serem responsabilizados os culpados.

NILSON GIBSON - Reunião da bancada do PMDB de Pernambuco, com a finalidade de avaliação do episódio em que se encontra envolvido o Superintendente da Sudene, Dorany Sampaio. Ausência de recursos governamentais para atendimento à "seca verde", no Nordeste. Repulsa do orador a atentado contra o Presidente José Sarney, ocorrido no Rio de Janeiro. Editorial publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**: "Autoritarismo e incoerências do PMDB".

JOSÉ GENOÍNO - Utilização política do atentado contra o Presidente José Sarney.

OCTÁVIO ELÍSIO - Crítica ao anteprojeto do Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização.

AMAURY MÜLLER - Gravidade da situação vivida pelo Estado do Rio de Janeiro. Incoerências na exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados. Prisão arbitrária do Sr. Danilo Groff, supostamente envolvido nas manifestações de desapreço ao Presidente José Sarney.

JUAREZ ANTUNES - Impropriedade da prisão do Sr. Danilo Groff por suposto envolvimento na agressão praticada contra o Presidente José Sarney. Matéria publicada pelo **Jornal do Brasil**: "Previdência dá emprego por computador a políticos". Telex do Constituinte Sarney Filho ao Ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, recomendando candidata a emprego.

OSWALDO LIMA FILHO - Alerta dos dirigentes das empresas metropolitanas de transportes coletivos, por ocasião de encontro realizado em Brasília, a propósito da grave situação dos transportes urbanos, e ausência de providências das autoridades federais. Depredação de ônibus no Rio de Janeiro.

RUY NEDEL - Crítica à exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Crítica à exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados. Manifestação do PT sobre conflitos armados no Paraná.

ADROALDO STRECK - Crítica à exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados.

GERALDO FLEMING - Participação do orador na viagem do Presidente José Sarney ao Estado do Acre e ao Peru. Morosidade nas

obras de pavimentação da BR-317, de Boca do Acre a Assis Brasil.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Questão dos limites entre os Estados de Sergipe e Bahia. Matéria publicada no jornal **Gazeta de Sergipe**: "Itapicuru: uma área da Bahia que o Estado de Sergipe está pleiteando". Artigo de Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto no periódico **Voz da Chapada**: "Trinta e nove é igual a vinte e dois?"

DAVI ALVES SILVA – Solicitação ao Governo Federal no sentido da liberação de verbas para saneamento e asfaltamento de bairros da cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

JORGE ARBAGE – Sétimo aniversário da visita do Papa João Paulo II ao Brasil e da sanção, pelo Presidente João Figueiredo, da Lei nº 6.802, de autoria do orador, que "declara feriado nacional o dia 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil".

ÁTILA LIRA – Septuagésimo sétimo aniversário de fundação da cidade de Piripiri, Estado do Piauí.

FERES NADER – Alerta às autoridades da área de saúde no sentido da necessidade de pesquisas sobre causas da moléstia de Alzheimer.

FAUSTO FERNANDES – Solicitação de providências da Mesa no que concerne a acusações de suposto envolvimento do orador no assassinato do suplente de Deputado Federal Paulo Fontelles e a ameaças à sua integridade física. Noticiário da imprensa de Belém, Estado do Pará, a propósito do assunto.

LUIZ SOYER – Disponibilidade financeira do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás para concessão de financiamentos a empresas industriais e comerciais e a projetos rurais.

JOSÉ TINOCO – Necessidade de fortalecimento e ampliação do Proálcool.

PAULO MACARINI – Trabalho de autoria do economista Nodálio R. S. Azevedo sobre a importância da política fundiária e da reforma agrária em relação à indústria dependente de matéria-prima florestal.

ANTÔNIO CÂMARA – Condições técnicas e econômicas do Estado do Rio Grande do Norte para instalação de refinaria de petróleo.

ANTÔNIO DE JESUS – Éxito do Governador Henrique Santillo na administração do Estado de Goiás.

RENATO VIANNA – Riscos da adoção de política entreguista no que concerne à atividade de mineração no território nacional.

FRANCISCO AMARAL – Isenção do Presidente do Banco do Estado de São Paulo, Otávio Ceccato, no episódio de supostas irregularidades praticadas pela corretora Banespa.

VIVALDO BARBOSA – Solidariedade do orador a serventuários da Justiça do Estado do Rio de Janeiro que se encontram em greve.

V – Comunicações das Lideranças

ÁTILA LIRA – Telex dirigido pelo orador ao Ministro da Saúde, Roberto Santos, a propósito de transferência e impedimento do exercício da profissão de médicos do Estado do Piauí.

BRANDÃO MONTEIRO – Pessimismo do orador ante teor da exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados. Situação preocupante no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de manifestações de revolta da população.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Causas da violência praticada contra o Presidente José Sarney, no Rio de Janeiro. Matéria publicada pelo **Jornal do Brasil**: "Previdência dá emprego, por computador, a políticos".

ADOLFO OLIVEIRA – Solidariedade do PL à população do Rio de Janeiro ante clima de desassossego e violência existente na cidade.

UBIRATAN AGUIAR – Análise da exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados. Otimismo do PMDB quanto à consecução da paz social.

AUGUSTO CARVALHO – Explanação do Diretor Técnico do DIEESE Valter Barelli, a propósito do achatamento do valor do salário mínimo. Omissão do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em sua exposição ao Plenário da Câmara dos Deputados, no que concerne à perda média do salário dos trabalhadores. Eleições diretas para Presidente da República.

HAROLDO LIMA – Falhas no processo de investigação relativo ao incidente de agressão ao Presidente José Sarney, no Rio de Janeiro. Clima de insatisfação popular e atuação provocativa de direita visando à adoção de medidas de emergência. Inconsistência da exposição do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao Plenário da Câmara dos Deputados.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Decepção do PDC com a exposição do Ministro Bresser Pereira ao Plenário da Câmara dos Deputados. Gravidade do clima de revolta popular no Rio de Janeiro. Premência de medidas de controle de demissões ocorrentes no Estado de São Paulo, sob pena do risco de catástrofe social.

VLADLMIR PALMEIRA – Alerta aos membros da Assembléa Nacional Constituinte sobre agravamento da situação de conflito no Rio de Janeiro.

VI – Apresentação de proposições

Não há proposições a serem apresentadas.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

ADYLSON MOTTA – Crítica ao anteprojeto da Comissão de Sistematização. Participação do PMDB na elaboração do texto, sem que fossem ouvidos os demais partidos políticos.

AFONSO ARINOS (Explicação pessoal) – Isenção de culpa do orador pela não-participação de todos os partidos políticos na elaboração do anteprojeto da Comissão de Sistematização.

ADYLSON MOTTA – Reafirmação do respeito e da ausência de qualquer intenção de descortesia do orador para com o Constituinte Afonso Arinos.

CÉSAR MAIA – Falhas e omissões no processo de elaboração constitucional e expectativa de realização, pelo Plenário, dos ajustes adequados no anteprojeto da Comissão de Sistematização. Análise da crise de ordem política, econômica e social por que passa a Nação.

VIII – Encerramento

– Discurso do Constituinte Antônio de Jesus na sessão de 10-4-87: O tema da educação na nova Constituição.

– Discurso do Constituinte Mario Lima na Sessão de 24-6-87: Inopportunidade de envio ao Congresso Nacional de projeto de lei do Executivo que dispõe sobre organização social e relações coletivas de trabalho, no momento em que a Assembléa Nacional Constituinte se encontra em processo de elaboração constitucional.

2 – MESA

– Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÕES

– Relação dos membros das Comissões Constitucionais

5 – ATAS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES

(As atas encaminhadas até a presente data serão publicadas em suplemento a este Diário.)

Ata da 92ª Sessão, em 30 de junho de 1987

*Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage,
Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário;
Sotero Cunha, Suplente de Secretário.*

**ÀS 15:13 HORAS COMPARECEM
OS SENHORES**

Aival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyña – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloisio Chaves – PFL; Aloisio Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annilbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Horácio Ferraz – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tárra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – **Ilegível** – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins –

PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Brinquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Rui Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 237 Senadores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da Ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da Ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 205/87-PFL
Brasília, 12 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Solicito a vossa Excelência o obséquio de alterar a designação referente ao Deputado Pedro Canedo, que passa de Membro Efetivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, para Membro Efetivo da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, em

vaga ora ocupada pelo Depurado José Mendonça Bezerra.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência, votos de apreço e distinta consideração.
– Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Ofício na 206/87-PFL
Brasília, 12 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência o obséquio de alterar as designações referentes aos Senhores Deputados Osvaldo Coelho e Flávio Rocha, passando o primeiro de Membro Suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação para Membro Suplente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e o segundo, de Membro Suplente desta Comissão para Membro Suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Nesta oportunidade, renovo a vossa Excelência votos de apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 83/87
Brasília, 2 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico o Constituinte Chico Humberto para fazer parte, como titular, da Comissão da Organização do Estado, em vaga existente, e suplente da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, de onde era membro efetivo.

Outrossim, indico o Constituinte Adroaldo Streck para integrar, como suplente, a Comissão de Organização do Estado, na vaga decorrente da efetivação do suplente, Constituinte Chico Humberto.

Nesta oportunidade, renovo a vossa Excelência protestos de consideração e apreço.
– Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

PROJETO DE DECISÃO Nº 4, de 1987

(Do Sr. Paulo Ramos)

Veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional.

(À Comissão de Sistematização.)

A Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do § 7º do artigo 59 do Regimento Interno, decide:

Artigo único. – Fica vedada, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional.

Justificação

A dívida externa é considerada a principal determinante de dependência do Brasil, afetando e impedindo a afirmação da sua soberania.

Enfrentando os agiotas internacionais, insensíveis e dispostos a aprofundar uma forma óbvia de colonialismo, o governo brasileiro não tem encontrado o melhor caminho para estabelecer o

equilíbrio nas negociações, posto que, a cada dia, fica comprovada a impossibilidade do pagamento, pelo menos nas bases estabelecidas pelos credores internacionais.

Além do mais, a dívida externa do Brasil foi contraída ou de forma fraudulenta ou pela variação das taxas de juros, decorrente de decisão unilateral dos credores internacionais.

As provas existentes são mais do que contundentes, atestando ser a dívida externa a maior fraude praticada contra o Brasil.

Embora vários esforços e muitas tentativas de enfrentamento dos credores internacionais tenham se esboçado, poucos resultados concretos foram conseguidos, sendo imperativo prevenir consequências que eliminem, definitivamente, as chances do Brasil afirmar a sua soberania, libertando-se do jugo capitalista selvagem.

Na última Legislatura, uma CPI efetivada na Câmara dos Deputados concluiu por indicar medidas, dentre elas uma Auditoria da Dívida Externa, que não foram cumpridas, permanecendo nas gavetas conhecidas, em flagrante desrespeito ao Poder Legislativo, ou numa demonstração injustificável de fraqueza.

O Presidente da República, falando à Nação, ao declarar uma tímida moratória, denunciou que, nos últimos 5 (cinco) anos, o Brasil remeteu para o exterior 55 (cinquenta e cinco) bilhões de dólares, em face dos compromissos excusos da dívida externa.

Disse ainda que a dívida externa não poderia ser paga com a fome do povo, sendo inevitável afirmar que a dívida vem sendo paga com a fome do povo, pois a fome é o maior problema do Brasil e decorre da nossa falta de soberania, isto é, da dívida externa e outras formas de dependência.

Os dados oficiais nos informam que morrem de fome no Brasil mais de 320 (trezentos e vinte) mil crianças por ano.

No dia 18 de março último, a Bancada do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, objetivando fortalecer a posição do governo em relação aos credores internacionais, aprovou Proposta de Resolução, encaminhando ao Presidente da República requerimento no sentido de ser nomeada uma Comissão para fazer a Auditoria da Dívida Externa, devendo a mesma também ser integrada por representantes de todos os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Na Assembléia Nacional Constituinte ainda tramita o Projeto de Decisão nº 1, de autoria do Sr. Deputado Hermes Zaneti, aguardando o posicionamento do seu Presidente, Sr. Deputado Ulysses Guimarães, tendo em vista algumas divergências ocorridas na Comissão de Sistematização.

Naturalmente que a questão da dívida externa tem sensibilizado todos os Partidos Políticos e toda a classe política, permanecendo a expectativa e a dúvida sobre o seu enfrentamento, que a cada dia se demonstre inadiável.

Entretanto, objetivando estabelecer outras formas de dominação, os credores internacionais, apoiados nos seus eternos e aliados internos, procuram assumir o controle acionário, ou pelo menos dele participar, das grandes empresas nacionais.

Acenam os credores com a alternativa de transformar parte da dívida em capital de risco.

A atitude dos credores internacionais desafia a nossa consciência e exige que tomemos provi-

dências para a preservação do que ainda resta da soberania nacional.

A afronta é demais e não podemos permitir que uma dívida, reconhecidamente espúria, possa se transformar em falso investimento, visto que não haverá a entrada de qualquer capital.

Transformar a fraude em investimento, consiste em ampliar a fraude e auferir mais lucros, o que chega a provocar a dignidade, a paciência e a razão dos brasileiros.

O § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, diz:

"Os Projetos de Decisão destinam-se a sobrestrar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte."

É claro que muitas decisões da Assembléia Nacional Constituinte poderão estar sendo previamente sobrestradas, dada a ânsia e a rapidez com que os credores internacionais estão agindo, na busca de soluções que não preenchem os interesses nacionais e comprometem o futuro do Brasil.

A imprensa, nos últimos dias, tem noticiado a velocidade com que caminham os trabalhos dos credores internacionais e a volúpia a sede com que se dirigem aos potes das nossas empresas, sendo que selecionamos apenas três notícias para corroborar o que é afirmado.

A revista **Senhor** nº 315, de 31 de março de 1987, em excelente reportagem do jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, às páginas 44 e 45, informa:

"Recentemente, em conversa com Paul Volcker, da Federal Reserve, o banco central americano, Funaro referiu-se a uma das fraudes mais notórias nos empréstimos ao Brasil: as sobrecomissões cobradas nos **relendings**. Os **relendings** são empréstimos da dívida vencida – esta é rolada em dólares, mas é paga em cruzados pelo devedor interno. Os cruzados equivalentes aos dólares rolados ficam no Banco Central do Brasil e podem ser redirecionados para dentro do País pelo credor externo, em virtude dos incríveis acordos feitos pelos negociadores da dívida brasileira na época do regime militar. Mesmo leoninos, estes acordos ainda são agravados pelos credores, que cobram taxas adicionais e ilegais, além das que são contratadas nos acordos de rolagem: são os chamados **sweeteners**, adocantes, na gíria do mercado. Segundo um dos altos assessores de Funaro, Volcker confessou que as tais sobretaxas constituem um roubo.

Relendings e manipulações de ACCs são fraudes da segunda fase de endividamento do País. Da primeira fase também podem ser colecionadas fraudes aos magotes. Dois tipos delas: as do mercado imobiliário e dos falsos projetos de investimento.

1) Uma empresa fantasma ligada a uma companhia de crédito imobiliário realizava um empréstimo externo através de uma "operação meia-tér" (da Resolução nº 63, baixada pelo governo militar em 1967 para abrir o País ao capital financeiro internacional e que permitiu aos bancos locais serem intermediários dos empréstimos). Como lastro para o empréstimo, a firma fictícia dava letras imobiliárias de sua associada. Convertido em

cruzeiros, o empréstimo em dólares ia parar na cia. imobiliária, que o empregava na especulação de imóveis, comum dos anos do milagre. Quando o esquema estourava, o governo se danava nas duas pontas: o BNH segurava o rombo das letras imobiliárias e o Tesouro segurava o da dívida externa.

2) uma empresa de desenvolvimento industrial "fria", ligada a um banco de investimento, realizava um empréstimo pela Lei nº 4.131, que permite empréstimo externo direto a projetos financiados. Com os cruzeiros obtidos do BC na conversão dos dólares, no entanto, a indústria compra CDB – certificados de depósitos bancários – dos bancos ao qual estava associada. Nessa época, os juros dentro do País eram mais altos que no exterior. E, assim, o grupo lucrava muito, pois era como se estivesse concorrendo com os outros, captando dinheiro no Brasil a juros mais baixos.

Essa primeira fase da dívida é a época em que o Brasil realiza um grande endividamento que não tem explicação visível: de uma dívida de US\$ 10 bilhões mais da metade não é internada no País, fica em reservas no Exterior. A explicação é simples: tais reservas foram o lastro da especulação."

O jornal **O Globo**, de 19 de maio de 1987, na página 21, com o título "CVM PROPÕE 3 fórmulas de conversão da dívida", diz:

"São Paulo – A Comissão de Valores Mobiliários leva amanhã ao Ministério da Fazenda três sugestões de alternativas de conversão da dívida externa em capital de risco: a compra pura e simples dos créditos dos credores, com ou sem posse do controle acionário, observadas as leis em vigor; a formação de carteiras administrativas, possibilitando que os recursos gerados pela conversão sejam aplicados em Bolsas de valores, com retenção no país do dinheiro convertido em cruzados; e constituição de sociedades de investimento para projetos específicos – **venture capital** – sem que isto implique participação no capital acionário da empresa."

O jornal **DCI – Diário do Comércio & Indústrias** – de 19 de maio de 1987, na pág. 9, com o título "Como converter dívida em risco", diz:

"Solange Vasconcelos – Os estudos feitos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a conversão da dívida em capital de risco já estão prontos e deverão ser encaminhados, amanhã, ao Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou ontem Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente da CVM, durante o almoço em sua homenagem promovido pela Associação Nacional das Distribuidoras de Valores (ADEVAL) no Nacional Club.

Trata-se de três propostas básicas a serem apresentadas: 1) a criação de um **holding**, que destinará recursos de créditos convertidos para a participação em sociedades de capitais de risco através de **joint-ventures** (neste caso, os bancos credores podem-se tornar os próprios acionistas destas **holdings**, ou empresas que compram estes cré-

ditos com deságios; 2) conversão direta em empresas; 3) criação de fundos e carteiras administrativas de créditos convertidos para as bolsas (nesta sistemática abrange tanto fundos com cotas negociadas lá fora como fundos geridos internamente).".

É claro que os credores internacionais pretendem vencer as medidas levadas a efeito pelo governo e, beneficiando-se de poderes que precisam ser imediatamente enfrentados, desejam inviabilizar o futuro do Brasil.

A desnacionalização total da nossa economia é o objetivo dos credores internacionais, que já selecionam setores específicos, naturalmente os mais rentáveis, cujo controle e participação ambicionam. (Vide anexo)

Convém registrar que a conversão pretendida determinará ainda uma pressão inflacionária sem precedentes, em face da necessária e consequente emissão de cruzados, pela expansão descontrolada da base monetária.

Outro aspecto grave que exige meditação são os reflexos negativos sobre a balança de pagamentos decorrentes da remessa progressiva de dividendos e do repatriamento de capitais, encargos mais danosos do que os extorsivos juros da dívida atual.

Não podemos permitir que o capital multinacional comprometa ainda mais a nossa economia.

Não podemos, como representantes do povo brasileiro, negar o futuro ao Brasil.

Os Membros da Assembléia Nacional Constituinte certamente terão a coragem cívica de tomar uma decisão para a preservação dos interesses nacionais.

Vamos juntos viabilizar o Brasil.

Vamos juntos estabelecer as bases para a construção de um país livre, soberano, democrático e socialmente justo.

É o nosso dever. – Paulo Ramos – Júlio Campos – Amaury Müller – Ivo Mainardi – Fausto Fernandes – Asdrúbal Bentes – Antonio Gaspar – Ismael Wanderley – Albérico Filho – José Maurício – Davi Alves Silva – Percival Muniz – Chico Humberto – Hermes Zaneti – Moema São Thiago – Nelson Seixas – Carlos Mosconi – Assis Canuto – José Elias Murad – Vicente Bogo – Cleonâncio Fonseca – Mário de Oliveira – Leite Chaves – Antônio Câmara – Denisar Arneiro – Antônio Ferreira – Vilson Souza – José Tavares – Floriceno Paixão – José Carlos Sabóia – Roberto Jefferson – Gustavo de Faria – Gidel Dantas – Lúcio Alcântara – Heráclito Fortes – Francisco Küster – Michel Temer – Anna Maria Rattes – Ziza Valadares – Iberê Ferreira – Jesus Tajra – Átila Lira – Maria Lúcia – Cássio Cunha Lima – Roberto Augusto – Aécio Neves – Jesualdo Cavalcanti – José Viana – Hilário Braun – Roberto Torres – Francisco Pinto – Pompeu de Souza – Miro Teixeira – Luiz Soyer – Aloísio Vasconcelos – Mário Assad – Tadeu França – Nestor Duarte – Orlando Bezerra – Juarez Antunes – Francisco Salles – João Lobo – Rose de Freitas – Sergio Spada – Etevaldo Nogueira – Ubiratan Spinelli – Alairico Abib – José Melo – Nilson Squarezi – Samir Achôa – Aécio de Borba – Mauro Sampaio – José Queiroz – Ivo Lech – Ibsen Pinheiro – Maurício Fruet – Roberto Balestra – Stélio

Dias – Benedita da Silva – Ézio Ferreira – Geraldo Campos – Arnaldo Martins – César Cals Neto – Eduardo Bomfim – Ruberval Pilotto – José Genófio – Adolfo Oliveira – Nelson Jobin – Sandra Cavalcanti – Raimundo Bezerra – Gerson Peres – Nilson Gibson – Plínio Arruda Sampaio – Augusto Carvalho – Walmor de Luca – Roberto Freire – Fernando Velasco – Adhemar de Barros Filho – Euclides Scalco – Florestan Fernandes – Gumercindo Milhomem – Edmilson Valentim – Nelson Aguiar – Ruy Nedel – Octávio Elísio – Darcy Deitos – Jorge Hage – Acival Gomes – Jonas Pinheiro – Bocayuva Cunha – Roberto Brant – Leopoldo Bessone – Vasco Alves – Alércio Dias – José Fogaça – Fernando Gomes – Siqueira Campos – José Freire – Adhemir Andrade – Haroldo Sabóia – Paulo Macarini – Nelton Friedrich – Lézio Sathler – Dirceu Carneiro – João Natal – Noel de Carvalho – Oscar Corrêa – Renato Viana – Mansueto de Lavor – Joaci Góes – Edésio Frias – Domingos Juvenil – Geraldo Melo – Ubiratan Aguiar – Mello Reis – Geraldo Fleming – Levy Dias – Bonifácio de Andrade – Gonzaga Patriota – Adroaldo Streck – Jorge Arbage – Benedicto Monteiro – Djenal Gonçalves – Haroldo Lima – Osmir Lima – Luiz Marques – Paulo Roberto – José Santana de Vasconcelos – Raquel Capiberibe – Maguito Vilela – Osvaldo Lima Filho – Jayme Santana – Carlos Benevides – Celso Dourado – Milton Reis – Sigmaringa Seixas – Agassiz Almeida – Milton Barbosa – Sotero Cunha – João de Deus Antunes – Ruy Bacelar – João Paulo – Waldyr Pugliesi – Luiz Salomão – Brandão Monteiro – Féres Nader – Cristina Tavares – Affonso Camargo – José Costa – Virgildálio de Sena – Domingos Leonelli – Raquel Cândido – Carlos Alberto Caó – Koyo Iha – Artur da Távola – Antonio Carlos Franco – Fernando Lyra – José Tinoco – Luis Inácio Lula da Silva – Nion Albernaz – Lúcia Braga – José Guedes – Carrel Benevides – Luiz Gushiken – César Maia – Vivaldo Barbosa – Lysâneas Maciel – Aloysio Teixeira – Orlando Pacheco – Uldurico Pinto.

SEU BOLSO

US\$ 10 bilhões compram as ações das maiores empresas

O mercado de ações está com preços tão depreciados, em função de uma queda quase contínua desde o segundo semestre de 1986, que tornou possível a compra das 50 maiores empresas – privadas, estatais ou estrangeiras – com títulos negociados em bolsas de valores, com apenas US\$ 10 bilhões e 143 milhões. Nunca as cotações estiveram tão baixas, e em relação a dezembro de 1986 representa uma desvalorização global de 60,91%, pois na ocasião, para se comprar todas as ações preferenciais e ordinárias das 50 maiores companhias, eram necessários US\$ 25 bilhões e 953 milhões.

Um levantamento realizado pelo departamento técnico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

mostra que o valor de mercado das 632 companhias abertas é hoje (valores de 27 de maio último) de US\$ 15 bilhões e 15 milhões contra US\$ 39 bilhões e 5 milhões ao final do ano passado (queda de 61,50%). A empresa que tem maior valor, das 50 maiores, é a Petrobrás: suas ações valem, no total, US\$ 1 bilhão 615 milhões, o equivalente a CZ\$ 53 bilhões e 790 milhões (dólar de 27 de maio). Em dezembro valiam bem mais: US\$ 4 bilhões e 591 milhões, ou CZ\$ 68 bilhões, 384 milhões.

Vale do rio Doce, considerada a maior companhia mineradora do mundo, avaliada em US\$ 1 bilhão, 47 milhões em 31 de dezembro passado, tem hoje um valor de mercado de US\$ 389 milhões, 864 mil (CZ\$ 13 bilhões). E já esteve pior há três meses, quando era possível adquirir, através das bolsas, todas as ações da estatal de minério de ferro por US\$ 300 milhões. Banco do Brasil, a maior instituição financeira do país, pode ter todas as suas ações arrematadas por US\$ 597 milhões 826, ou seja, CZ\$ 20 bilhões. Seu patrimônio, no entanto, é muito superior a essa cifra.

Em um momento que o Brasil estuda a abertura do mercado de capitais para investidores, através de fundos de ações (Fundo Brasil) e fundos de conversão de dívida e carteiras administradas, o baixo preço das ações motiva um outro tipo de discussão: alguns analistas questionam se o ingresso dos recursos externos nesse momento seriam um bom negócio para o país, por um temor de desnacionalização.

O presidente da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Luiz Octávio da Motta Veiga, acha tola essa preocupação, pois a maioria das ações negociadas em bolsa são preferenciais, sem direito a voto e, portanto, não dando ao acionista condições de influenciar na administração das companhias. Além do mais, disse, o investimento direto em bolsa, sem a interveniência de fundos, inclusive o Fundo Brasil, e as carteiras administradas, que poderão ser utilizados em breve pelos investidores estrangeiros, terão limites rigorosos para a compra de títulos com direito a voto (5% de capital votante de cada companhia); 20% do capital total ou 10% para cada ação do total de recursos da carteira.

Segundo Motta Veiga, o Brasil está interessado em atrair o capital externo, pois as cifras movimentadas no mercado de capitais no mundo são muito elevadas (trilhões de dólares). O mercado de ações brasileiro deprimido tira a possibilidade de captação de recursos, via bolsa. No entanto, é um meio importante para as empresas obterem recursos para investir em projetos", disse, lembrando que, do ponto de vista mercadológico, o ingresso de recursos externos para compra de ações favorecerá o setor, pois gerará um aumento nas cotações.

Luiz Octávio Motta Veiga – que embarcou no fim de semana para Nova Iorque para participar de seminário sobre mercado de capitais e se reunir com as instituições interessadas em liderar o lançamento do Fundo Brasil – acredita que a recuperação do mercado de capitais depende, não de medidas diretas, mas sim da conjuntura econômica. – Cristina Calmon.

Valor das 50 maiores empresas com ações negociadas em bolsas de valores

(Em 27-5)	Em CZ\$ (milhões)	Em US\$ (milhões)
Petrobrás.....	53.790	1.615
Banco do Brasil	19.903	597
Nemofeffer	18.562	557
Souza Cruz	17.195	516
Bradesco	15.443	463
Aracruz	14.767	443
Vale do Rio Doce	12.979	389
Camargo Correa	11.800	354
Banco Safra	11.169	335
Paranapanema	8.810	264
Eletrobrás	8.451	253
Klabin	7.860	236
Suzano	7.267	218
Alpargatas	6.902	207
Belgo Mineira	5.996	188
Santa Marina	5.594	168
Brahma	5.586	167
Gomes A. Fernandes..	5.511	165
Itaubanco	5.327	160
Copene	4.958	148
Pirelli	4.934	148
Itausa	4.857	145
Cemig	4.588	137
Moinho Santista	4.539	136
Odebrecht	4.400	132
Samitri	4.130	124
Cofap	3.783	113
Cimento Itaú	3.776	113
Mendes Júnior	3.401	102
Brasmotor	3.170	95
Lojas Americanas	2.902	87
Cônsul	2.856	85
Moinho Fluminense ...	2.819	84
Estrela	2.658	79
Guararapes	2.622	78
Duratex	2.611	78
Mannesmann	2.602	78
Antárctica	2.592	77
Telesp	2.590	77
Light	2.425	72
Metal Leve	2.310	69
Caemi	2.309	69
Embraco	2.216	66
Eletromotores Weg	2.197	66
Sadia Concordia	2.163	64
Oxiteno	2.125	63
Bradesco Inn	2.125	63
Renner Herman	2.066	62
Agroceres	2.046	61
Perdigão Agro	2.007	60

Brasília, 24 de junho de 1987

Senhor Presidente

Com base no § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, apoiado por mais de cento e noventa Constituintes, encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Decisão, anexo, para a devida tramitação, certo de estar prestando um relevante serviço ao Brasil.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de especial estima e elevada consideração. – **Paulo Ramos.**

**PROJETO DE DECISÃO
Nº 5, de 1987**

(Do Sr. Iram Saraiva)

Torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte.

(À Comissão de Sistematização.)

Art. 1º É criada a obrigatoriedade de transmissão, por emissoras de televisão e de rádio, de todas as votações nominais realizadas no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. As transmissões deverão ser efetuadas ao vivo, na sua totalidade ou em **flashes** e, no que se refere a televisão, também em vídeo-teipe.

Justificação

A medida visa a permitir uma divulgação, detalhada, da atuação dos Senhores Parlamentares, o que facilitará a fiscalização, por parte do povo, do posicionamento dos Constituintes frente aos compromissos assumidos perante seus eleitores.

É preciso também ressaltar que a exigüidade do espaço destinado ao público nas galerias do plenário da Constituinte, aliada ao grande interesse pelos temas a serem debatidos, torna indispensável a previsão de expansão dos recursos para divulgação dos eventos do dia-a-dia. De outra forma, impossível seria a manutenção da ordem no recinto dos trabalhos, dada a inevitável invasão das galerias por multidões acima de sua capacidade de acolhimento.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, de de 1987. — Iram Saraiva — José Paulo Bisol — Leite Chaves — Pompeu de Souza — José Fogaça — Mansueto de Lavor — Mauro Borges — José Genólio — Brandão Monteiro — Vítor Buaiz — Mauro Benevides — Luiz Gushiken — Moema São Thiago — Luis Inácio Lula da Silva — Rubem Branquinho — Carlos Alberto Caó — Roberto Freire — Edivaldo Motta — Brandão Monteiro — Augusto Carvalho — Meira Filho — Ervin Bonkoski — Alexandre Puzyna — Lucia Vania — Antonio Mariz — Valmir Campelo — Lúcia Braga — Átila Lira — Francisco Diógenes — Afonso Camargo — Benedita da Silva — Olavo Pires — Lúcio Maia — Miro Teixeira — Octávio Elísio — Juarez Antunes — Nyder Barbosa — Cristina Tavares — Euclides Scalco — Manoel Castro — Celso Dourado — José Tinoco — Carlos Mosconi — Arnaldo Martins — Roberto Balestra — José Maria Eymael — Paulo Roberto Cunha — Antonio de Jesus — Geraldo Fleming — Hélio Duque — Plínio Martins — Francisco Pinto — Francisco Rossi — José Guedes — Fernando Cunha — José Freire — Amaury Müller — Chico Humberto — Pimenta de Veiga — Osmundo Rebouças — Joaquim Sucena — Israel Pinheiro — Ziza Valadares — Sotero Cunha — Davi Abes Silva — Costa Ferreira — Roberto Vital — Raimundo Rezende — Jonas Pinheiro — José Melo — Renato Vianna — Nelson Aguiar — Raul Ferraz — Nilson Gibson — Agripino de Oliveira Lima — Maria Lúcia — Ubiratan Aguiar — Iberê Ferreira — Francisco Küster — Orlando Pacheco — Vivaldo Barbosa — Alécio Dias — Maria de Lourdes Abadia — Raquel Cândido — Aldo Arantes — Onofre Corrêa — Renan Calheiros — Leur

Lomanto — Mario Lima — Gonzaga Patriota — João Natal — Fernando Gomes — Arnaldo Prieto — Maurício Nasser — Vilson Souza — Carrel Benevides — Rubem Figueiró — Amaral Netto — Bezerra de Mello — João Herrmann Neto — Osredo Campos — Ronaldo Aragão — Divaldo Surugay — Naphtali Alves — Nion Albemar — Luiz Alberto Rodrigues — Luiz Salomão — Adroaldo Streck — Sergio Werneck — Érico Pegararo — Stélio Dias — César Maia — Ruy Nedel — Wilson Martins — Raimundo Bezerra — Rita Camata — Alécio Filho — Plínio Arruda Sampaio — Nelson Friedrich — José Carlos Sabóia — Domingos Leonelli — Manoel Moreira — Gumercindo Milhomem — Geraldo Campos — Haroldo Sabóia — José Carlos Grecco — Luiz Soyer — Chagas Rodrigues — Ronan Tito — João Lobo — Francisco Rollemberg — Maurício Corrêa — Rui Bacelar — Alexandre Costa — Vladimir Palmeira — João Machado Rollemberg — Maurício Campos — Silvio Abreu — José Luiz Maia — Teotônio Vilela Filho — Fábio Feldmann — Francisco Amaral — José Dutra — Narciso Mendes — Domingos Juvenil (apoiamento) — Nelson Jobim — Luiz Marques — Jovani Masini — Christovam Chiaradia — Geraldo Alckmin Filho — Aécio Neves — Basílio Villani — Gustavo de Faria — Adhemar de Barros Filho — Rodrigues Palma — Paes Landim — Jairo Azi — Antônio Ferreira — Ronaldo Cesar Coelho — Jutahy Junior — Nestor Duarte — Nabor Junior — Almir Gabriel — Mendes Canale — João Menezes — Severo Gomes — Irapuan Costa Junior — Jutahy Magalhães — Márcio Lacerda — João Castelo — Hélio Rosas — Jairo Carneiro — Darcy Deitos — Messias Soares — José Tavares — Hilário Braun — Henrique Córdova — Cid Carvalho — Vingt Rosado — Lourenberg Nunes Rocha — Hugo Napoleão — Nelson Wedekin — Jamil Haddad — Antônio Farias — Cid Sabóia de Carvalho — Aluizio Bezerra — Virgílio Guimarães — José Ulisses de Oliveira — Paulo Roberto — José Teixeira — Maguito Villela — Tadeu França — Djenal Gonçalves — Valter Pereira — Fausto Fernandes — Walmor de Luca — Maurício Fruet — Cláudio Ávila — Mauro Campos — Manoel Ribeiro — Paulo Macarini — Márcio Braga — Aécio de Borba — Etevaldo Nogueira — Eduardo Moreira — Flávio Rocha — Artur da Távola — Oswaldo Lima Filho — Vicente Bogo — Ivo Lech — Carlos De'Carli — Guilherme Palmeira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
— Esta finda a leitura do expediente.

IV — Passa-se ao Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. Airton Sandoval.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes:

Cientistas políticos, políticos e estudiosos vários vêm estudando, há algum tempo, a representatividade política nos grandes centros urbanos.

Essa preocupação levou-nos a propor perante a Assembléia Nacional Constituinte uma sugestão objetivando o aumento do número de vereadores e a adoção do voto distrital misto, com fundamento em que voto distrital é aspiração antiga da nossa população.

Tanto é assim que o voto distrital figurou em algumas constituições, inclusive na atual. O anteprojeto constitucional, elaborado pela Comissão

Provisória de Estudos Constitucionais, instituída pelo Decreto nº 91.450, de 18 de julho de 1985, sugeriu a criação do sistema eleitoral misto (art. 196), mas somente para a Câmara dos Deputados.

Nada mais justo e oportuno estender-se o critério adotado no referido anteprojeto aos Municípios com mais de cem mil habitantes, permitindo, através da criação de distritos eleitorais, a representação, na Câmara de vereadores, de todos os segmentos da população. O voto distrital permitirá que os diversos bairros, vilas, povoados e distritos elejam seus representantes, cidadãos que conheçam melhor os problemas da região.

Pela nossa sugestão, adotamos o sistema eleitoral misto, elegendo metade dos edis pelo critério majoritário e metade através de listas partidárias, assim como propomos seja alterado o número de vereadores que, na forma da Carta vigente, não pode ultrapassar de trinta e três, mesmo nos municípios com mais de um milhão de habitantes.

Procurando corrigir essas distorções e procurando dar uma maior expressividade em relação ao número de eletores, acreditamos que esse limite deve ser alterado para que a representação nas Câmaras Municipais seja proporcional ao número de habitantes, o que, além de justo, é mais lógico e consentâneo com a realidade eleitoral. Assim, nos municípios com até um milhão de habitantes, os vereadores serão em número de até vinte e oito; naqueles cuja população se situe entre um milhão e três milhões, poderão ser eleitos até quarenta edis; nos demais casos, o número é fixado em até sessenta vereadores.

Com a medida sugerida, estamos certos, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes, aumentar-se á representatividade política nos grandes centros urbanos do País, como é o caso de São Paulo, com mais de dez milhões de habitantes, possuindo apenas trinta e três vereadores, nem sempre representando todos os bairros, o que igualmente será corrigido com a adoção do voto distrital misto. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes:

O Governador Moreira Franco prometeu acabar com a violência no Estado do Rio de Janeiro. Nós, do PT, sempre colocamos que não bastam medidas de segurança para conseguir tal coisa. Em longo prazo, somente resolvendo a crise social poderemos diminuir substancialmente a violência em nossa sociedade. Mas o governador entendeu que bastava a polícia nas ruas.

Qual foi resultado? De um lado, a ridícula impotência da polícia. Sucessivas blitz, evidentemente, não eliminam os crimes. Numa delas, logo depois de assaltarem um banco, os assaltantes passaram pela polícia buzinando e dando **tchau-tchau**, enquanto o secretário de polícia do governador respondia com acenos, julgando que era uma manifestação de simpatia. Não deixava de ser.

De outro lado, a polícia do Rio de Janeiro jogou-se contra a própria população, encontrando nela seu inimigo. Dois exemplos são gritantes.

Em Nova Iguaçu, no parque São Vicente, a polícia invadiu o Colégio Estadual Alice Paccine Gélio, para aterrorizar alunos, professores e pais que lutavam pela permanência da diretora Gean de Souza Coelho.

Em Mangueira, a blitz policial levou a um tiroteio da polícia contra crianças – quatro crianças ficaram feridas em função do desmando policial, uma das quais com um tiro na boca, dado diretamente por um policial.

As duas comunidades protestaram, lideradas pelas respectivas associações de moradores. O Governo não tomou providência nenhuma.

Não podemos aceitar essa violência. Quando chegamos ao nível de tirotear crianças é que a decomposição social está chegando ao seu limite.

Neste exato momento, a polícia do governador está reprimindo protestos populares contra o aumento do preço das passagens de ônibus. A CUT está na rua denunciando a provocação da picareta e o aumento das passagens e convocando um protesto para amanhã, às cinco horas da tarde, contra o arrocho e a recessão e contra a provocação.

Sr. Presidente, o Rio de Janeiro vive momentos graves. De um lado, a violência da polícia do governador. De outro lado, a instalação ali de uma conspiração da direita que tenta colocar os progressistas como autores de um atentado contra o Presidente da República.

Está em marcha um plano de desestabilização comandado pela direita. É inconcebível que tenham deixado o Presidente da República sem proteção nenhuma como se ele fosse tão querido como a Xuxa. É inacreditável que a segurança do Presidente tenha permitido que alguém armado com uma picareta pudesse se aproximar livremente do ônibus e picaretear à vontade. Da mesma forma, é inconcebível que houvesse um atentado que consistisse simplesmente em quebrar os vidros do ônibus presidencial.

Comprovou-se que um atentado seria possível. Comprovou-se também a complacência do esquema de segurança do Presidente. Há um plano claro de desestabilização das liberdades.

Sr. Presidente, protestamos contra a violência aberta do governador. Solidarizamo-nos com as vítimas da provocação da direita. Solidarizamo-nos com os trabalhadores que hoje protestam contra os aumentos, expressão deste extraordinário controle de preços, onde todos os preços sobem menos os preços da força de trabalho.

Pego de público garantia para a manifestação de amanhã no Rio de Janeiro. Lá estarei solidário com os trabalhadores. Que o governo tome providências enquanto é tempo. Que o Governo permita que o povo se manifeste. Que o Governo, em vez de prender quem vaiá, cuide dos que conspiram e dos que armam novas provocações porque nunca puderam conviver com as liberdades. Que o Governo olhe para perto dele mesmo para saber de onde parte a violência neste País. Que reflita. Que pese. Que pondere. Enquanto é tempo. Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Com extrema preocupação acabo de receber de Mato Grosso, especificamente de produtores rurais da região do Diamantino e Tangará da Serra, documentos em que lamentam a atual situação da agricultura.

Preocupa-me ainda mais porque nesta região encontram-se fatores favoráveis para produção, tais como: clima, solo, topografia e nível de agricultores.

Entretanto Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o custo de produção pela alta inflação verificado com o fracasso do Plano Cruzado, foi tamanho que inviabilizou a agricultura, pois o seu principal produto, soja, teve seu preço mínimo fixado em torno de Cr\$ 170,00 (cento e setenta cruzados) sem reajuste pelo IPP, como aconteceu com os produtos dito preferenciais.

A mágoa maior dos produtores soma-se ao fato de que o Governo comprou 90% da soja da região pelo preço mínimo a pouco mais de 60 dias, e hoje com a reação do comércio já há cotação em torno de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinqüenta cruzados) por saca. O próprio Governo através da CFP promoveu ontem um leilão de soja em Mato Grosso, com o preço estipulado a esse nível, e cujo produto encontra-se no armazém da própria fazenda, nas cooperativas ou armazéns existentes na região.

Há de se entender que o agricultor considera um desaforo em 60 dias o próprio Governo ganhar mais de 100% sobre os produtos que ainda estão em seu poder como "fiel depositário".

O estado de ânimo do agricultor não poderá ser outro senão o desânimo e desespero.

Estamos reivindicando ao Governo que dê ao produtor uma bonificação pelo produto que comprou pelo mecanismo de AGF já que a CFP, não visa lucro nas suas operações.

Reclamam os produtores da falta de informação para a economia agrícola quanto a crédito rural, preço mínimo, etc.

Dessa forma Sr. Presidente, passo a ler os telexes, encaminhados a este Constituinte como membro da Frente Ampla da Agricultura nesta Casa, pela Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Seputuba de Tangará da Serra e outro do Sindicato Rural, encaminhado ao Dr. Roberto Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Frente Ampla Nacional.

"Prezados Senhores

Gostaríamos de que V. S.^{as} informassem para as autoridades ligadas à agricultura o seguinte:

1 – Que os produtores rurais tomados como exemplo por elas, não representam o consenso da agricultura. São menos de dois por cento (2%) de indivíduos donos de poderosos grupos econômicos que fazem da agricultura válvula de escape para a sonegação de impostos.

Esses grupos não precisam de defesa, como precisam os pequenos produtores que se unem em cooperativa, pois conseguem recursos fáceis, sem enfrentar as humilhantes filas nos Bancos.

As margens das rodovias deste Estado estão repletas de placas de incentivos fiscais da "Sudam". Tais aplicações feitas para quem não tem necessidade, resolveria o problema de algumas centenas de produtores médios e pequenos.

Os grupos econômicos possuem influência junto às autoridades e abocanham a maioria do crédito destinado à agricultura.

Pode até o Governo alegar que faz grandes aplicações à agricultura, contudo, nada resolve perante o campo social, se esses recursos caem nas mãos de dois ou três.

2 – Que os produtores não possuem dinheiro para movimentar suas máquinas agrí-

colas, ainda não sabem quanto vão ter de crédito e nem por quanto vão vender a próxima safra, isto se conseguirem plantar. No ano passado faltou dinheiro em plena época de plantio, criando problemas sérios à produção.

3 – A época do preparo e correção do solo é agora e as autoridades ainda não se manifestaram sobre o crédito.

4 – Quanto ao crédito, convém alertar as dignas e esforçadas autoridades da agricultura, que vai ficar muito difícil os agricultores conseguirem arrancá-lo dos Bancos, pois todos estão protestados e com execuções na justiça. Uns como devedores e a maioria como avalistas.

Quanto a isso, pedimos as V. S.^{as} que ajam com energia, pois o Governo perdeu muito pouco com a agricultura. Acreditamos que não perdeu nem um por cento (1%) dos rombos que teve que cobrir provocados justamente por aqueles que têm influência e conseguem as coisas fáceis.

O agricultor que quer plantar, precisa requisitar documentos de toda a espécie, hipotecar terras, arranjar avalistas e quando vende seu produto, devendo ao Banco ou não, é obrigado a receber seu preço com cheques cruzados, como se fossem velhacos.

É preciso energia contra essas aberrações. O Governo não paga os grandes escândalos financeiros sem reclamar e sem punir ninguém? Por que então não arrisca um pouco com os agricultores que são trabalhadores e honestos?

De um lado, os que roubam são protegidos e de outro os que trabalham são roubados?

5 – Que os produtores desiludidos com os desfavores do Governo estão dispensando seus empregados, e a Cidade de Tangará da Serra já está se tornando um foco de mendicância e crimes pelo acúmulo de pessoas e falta de empregos.

6 – Pedimos que V. S.^{as} insistam no fim da correção monetária para os custeos e investimentos agrícolas. O Governo que fiscalize sua aplicação e dê os recursos para quem necessita, para evitar escândalos como o da mandioca.

7 – Que os produtores querem tratar com gente séria, não precisam de delicadezas, querem verdades e não ilusões. O Governo que diga logo o que pretende, para que eles possam agir. Achamos que os descasos governamentais provém do excesso de diplomacia dos produtores.

Por fim, convidem o Senhor Ministro da Agricultura, em nosso nome, para visitar algumas fazendas de plantadores nesta Região, mas aquelas que não tem aeroporto asfaltado e nem mansões para hospedaria, como a "Camargo Corrêa" e "Itamarati Norte S.A.".

Assim, esperamos que V. S.^{as} aceitem mais estas impertinências, mas somos obrigados a ser drásticos e irônicos, pois até agora os associados destas entidades só capitalizaram desgostos pela falta de respeito das autoridades da agricultura com as suas necessidades e problemas.

Atenciosamente, Sindicato Rural – Frente Ampla de Tangará."

"Prezados Companheiros

Os agricultores associados da Cooperativa Agropecuária Mista Vale do Sepetuba Ltda, com propriedades em Tangará da Serra e Diamantino, em Assembléia, tomaram a decisão de suspender todas as atividades de preparo do solo para o próximo plantio.

Tem razão porque até hoje viveram de promessas e medidas eleitoreiras por parte do Governo. Acreditaram no Plano Cruzado e a situação anterior, já difícil voltou muito pior.

Chegou ao cúmulo de agricultores com contratos assinados nos Bancos não poderem plantar, sob a alegação de que não havia verbas. O VBC veio tarde e insuficiente para cobrir metade dos custos das lavouras.

O Governo sobre o custo das lavouras, enche os lavoreiros de fantasias para incentivá-los ao plantio e no final obriga os produtores a lhe vender a produção a preços mínimos defasados pela inflação e pela inferioridade do cálculo.

Reunidos eles decidiram aguardar as decisões da área econômica do País com relação à agricultura.

Alguns produtores independentes, donos de conglomerado de empresas, estão adquirindo insumos e conetivos para o plantio: porém não representam nem dois por cento dos produtores. Estes não precisam associar-se às Cooperativas, tem vida própria e influência, suas lavouras são altamente sofisticadas, enquanto que os associados da COOMIVALE, são pequenos e médios, empregam mão-de-obra, que já começa a sobrar, criando problemas na cidade.

Os produtores têm recebido tão pouco por seus produtos, que no fim da safra, muitos se desesperam porque nada sobrou para o sustento de sua família.

Assim pedimos aos prezados companheiros da Frente Ampliada, que nos ajude a superar as dificuldades que estamos enfrentando. Algumas dezenas de agricultores terão suas terras e máquinas leiloadas nos próximos dias, conforme os Editais expostos no Fórum de Tangará da Serra e Diamantino.

Contando com sua atenção, subscrevemo-nos mui atenciosamente, Cooperativa Agropecuária Mista Vale do Sepetuba Ltda; **Giocondo Vaccari Carmona**, Diretor Presidente".

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

O povo brasileiro está perplexo diante da política de arrocho salarial ora em curso no País, e com a expectativa de frustração do "Plano Bresser", em consequência do não cumprimento das medidas de austeridade no corte dos gastos públicos, por parte do Governo Federal.

Parece à opinião pública que setores do próprio Governo estão se encarregando de sabotar o "Plano Bresser". Anunciou-se o corte de obras que sequer foram começadas, por exemplo, a Ferrovia Norte/Sul, e o do subsídio do trigo como parte da política de contenção do déficit público, que já é o maior da História do País; no entanto, há informações de que houve somente um corte parcial do subsídio do trigo, e que outras medidas de redução do déficit público não estão sendo levadas a efeito.

Por outro lado, encontra-se forte correlação entre o maior déficit público da História do Brasil e o maior arrocho salarial já praticado em nossa terra.

Os salários foram cortados em cerca de 21% (vinte e um por cento) em termos reais, mesmo incorporando-se a eles o gatilho de 20% (vinte por cento) relativo à inflação ocorrida em maio último, conforme demonstrado no requerimento de convocação do Ministro do Trabalho, que apresentei em 25-6-87, o qual anexo a este pronunciamento.

Os assalariados perderam ainda cerca de 20% (vinte por cento), com o aumento de preços ocorrido nos primeiros doze dias do mês de junho, oficializado pelas tabelas da Sunab. O quadro comparativo de preços em anexo, publicado pelo jornal **O Povo**, em sua edição de ontem, demonstra que, para uma amostragem de alimentos de primeira necessidade, mesmo excluindo-se os produtos derivados do trigo, que teve um aumento atípico, houve um aumento médio da ordem de 19,69% (dezenove vírgula sessenta e nove por cento).

Constata-se, inegavelmente, que os assalariados tiveram o seu poder de compra reduzido em torno de 40% (quarenta por cento), com a prática de uma política que açoita o trabalhador e a classe média, exigindo sacrifícios insuportáveis da população brasileira, sem a devida contrapartida do próprio Governo.

É necessário, Srs. Constituintes, que esta Assembléia defina os padrões de uma política salarial justa que afaste, de vez por todas, a linha do arrocho salarial.

Por outro lado, peço a atenção dos nobres companheiros para o Projeto de nº 144, de 1987, de minha autoria, que "dispõe sobre a fixação do preço máximo de venda no varejo e dá outras providências", que se propõe a ser sério instrumento de controle de preços, pelas autoridades, a partir da própria fábrica, até à comercialização no varejo, aliás, a exemplo do que já acontece com o próprio cigarro, inclusive sendo prática contumaz em outros países, através do código de barras. (Muito bem! Palmas.)

Documentos a que se refere o Sr. César Cals Neto em seu pronunciamento:

REQUERIMENTO N°
(Do Sr. César Cals Neto)
(Convocação)

Solicita seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Trabalho, para discorrer sobre os aspectos da política trabalhista do Governo Federal.

Senhor Presidente:

O trabalhador brasileiro tem sofrido os efeitos de uma política de enorme achatamento salarial, como demonstram os seguintes indicadores:

Época de Referência	Salário Mínimo	Equivalente em US\$
Junho de 1984	Cr\$ 97.176,00	59,76
Junho de 1985	Cr\$ 333.120,00	59,16
Junho de 1986	Cz\$ 804,00	58,09
1987 – após o "Plano Bresser"	Cz\$ 1.969,92	46,128

Nos últimos doze meses houve uma queda de US\$ 11,96 o que representa cerca de 21% (vinte e um por cento), tendo como referência o mês de junho.

Assim, nos termos do artigo 267 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a convocação do Exmº Sr. Ministro de Estado do Trabalho, para discorrer sobre:

a) achatamento salarial, antes e durante a execução do "Plano Bresser";

b) política salarial do Governo Federal; recomposição do poder de compra e seu aumento real;

c) política sindical;

d) outros aspectos da política trabalhista do Governo Federal.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1987.
– Deputado **César Cals Neto**.

Segunda-feira, 29-6-87.

ECONOMIA – 12 – **O Povo**
Abastecimento.

LISTÃO SEM NOVIDADE

PARA OS CONSUMIDORES

CEARENSES

O consumidor cearense não deve ter encontrado muitas novidades na nova tabela de preços da Sunab, ontem divulgada neste jornal. Os preços ali fixados já são mais ou menos os praticados pelos supermercados. As variações de maior impacto se fixaram em produtos derivados do trigo, aliás já vigorantes antes mesmo da oficialização.

Por outro lado, os produtos tabelados e seus diversos itens de variação não oferecem um avaliador mais amplo das alterações. Com base na pesquisa mensal que fazemos sempre no mesmo supermercado, alinhamos abaixo os preços de alguns produtos vigentes a 31 de maio e os da tabela da Sunab.

Produto	Unidade	31/5	Sunab
Açúcar sublime	1 Kg	18,00	19,40
Arroz tipo 2	1 Kg	11,60	19,60
Café em pó	500 g	46,20	61,50
Carne de gado	1 Kg	100,00	85,00
Charque danteiro	1 Kg	82,00	92,00
Farinha de mandioca	1 Kg	7,47	7,50
Farinha de trigo	1 Kg	3,85	13,00
Feijão mulatinho	1 Kg	30,00	35,00
Feijão de corda	1 KG	22,00	25,00
Fubá de milho	1 Kg	23,85	13,00
Maisena	1 Kg	13,00	23,30
Margarina	500 g	13,80	26,10
Ovos grandes	dz	23,85	21,36
Pão francês	1 Kg	20,00	38,00
Sal refinado	1 Kg	8,00	11,00
Toucinho salgado		1 Kg	22,00
+ 45,41%			

Durante o discurso do Sr. César Cais Neto o Sr Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ilustre Ministro da Fazenda compareceu à Câmara dos Deputados para explicar o inexplicável. Como explicar ao trabalhador o arrocho salarial? Como explicar aos brasileiros o mais criminoso entreguismo? O último pacote, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes é, em todos os seus aspectos, inexplicável e inaceitável. O resultado ou a resposta é mais do que evidente, pois consiste em colocar o Presidente da República exposto e desnudo aos olhos da Nação. A impopularidade salta aos olhos, aos olhos até do mais reconhecido cego. Foi exatamente, Sr. Presidente, o que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro na semana passada. O Presidente da República, vaidoso com justiça pela população foi também agredido. Uma inominável agressão que exige o nosso mais veemente protesto. Não podemos permitir, não podemos aceitar que o primeiro mandatário da Nação, mesmo que ilegítimo e impopular, seja alvo da sanha de maus brasileiros, comprometidos com o que há de mais nocivo, exatamente no momento em que se pretende ver consolidada a democracia no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, quais são os responsáveis? Quem se atreveu a atentar contra a integridade física do Presidente da República? Sabemos todos que não foi possível saber os autores da carta-bomba que vitimou, na Ordem dos Advogados do Brasil, Dona Lyda Monteiro; não foi possível conhecer os autores da carta bomba que mutilou, na Câmara de Vereadores, o companheiro Ribamar, não foi possível, ainda, determinar os autores da bomba que destruiu o jornal **A Tribuna da Imprensa**, mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, podemos afirmar que o Deputado Rubens Paiva foi morto no DOICODI da Rua Barão de Mesquita; podemos afirmar que o Capitão Sérgio, ao denunciar o caso

PARASAR, prejudicou a sua carreira e a sua vida pessoal, impedindo que muitos desatinos fossem praticados contra alguns brasileiros.

O Brasil sabe que a bomba do Riocentro, felizmente, explodiu com aqueles que pretendiam praticar um grave atentado contra jovens que assistiam a um espetáculo artístico, deixando evidente a fonte de autoria.

Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, estando o Brasil em Assembléa Nacional Constituinte, não podemos calar diante de mais uma farsa que aparentemente foi montada no Rio de Janeiro. Os fatos, que somente ocorreram em face da inação ou da convivência da segurança do Presidente da República, precisam ser rechaçados em nome da democracia que perseguimos. A segurança inepta procura agora agir com vigor, com rigor e com a reconhecida incompetência, o que demonstra a farsa. A segurança precisa encontrar um bode expiatório e, invocando a mal-fadada Lei de Segurança Nacional, invade uma residência, revista todos os cômodos e ainda prende alguém que simplesmente é acusado por uma testemunha que tem que ser colocada sob suspeição.

Não podemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, calar diante do que acontece hoje no Brasil, em face do clamoroso episódio que quase vitimou o Presidente da República. Precisamos colocar sob suspeição a segurança de Sua Excelência e precisamos, hoje, todos os Constituintes, acima de siglas partidárias exigir, que a Lei de Segurança Nacional não seja aplicada; precisamos exigir que o povo seja respeitado e, acima de tudo, exigir que os verdadeiros responsáveis sejam responsabilizados, que os verdadeiros responsáveis pelo episódio havido no Rio de Janeiro, com os responsáveis por outros episódios já com provados acontecimentos naquele Estado, sejam responsabilizados. Não podemos nos calar, não podemos aceitar. O silêncio agora vai significar o surgimento de outros atos. Não podemos silenciar em nome da transição para a democracia, não podemos permitir que a Assembléa Nacional Constituinte, que tanta esperança despertou no povo brasileiro, sirva de canal, sirva de ponte, não para a transição, não para superar o autoritarismo, mas sirva de ponte entre uma ditadura e outra. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes:

O PMDB pernambucano deverá reunir-se esta semana a fim de avaliar e tomar uma posição em torno do episódio em que se vê envolvido o seu Presidente, advogado Dorany Sampaio, atual, Superintendente da Sudene.

O advogado Dorany Sampaio assumiu a Superintendência da Sudene indicado pelo Governador Miguel Arraes, ainda quando parlamentar, com total apoio da Bancada dos Constituintes do PMDB pernambucano, bem assim, da região nordestina.

À época da nomeação do Superintendente da Sudene, Dorany Sampaio, o ex-Governador Roberto Magalhães recusou-se a comparecer às reuniões mensais do Conselho Diretor da autarquia. Agora, após a nomeação do Ministro Joaquim Francisco, ex-Prefeito da cidade do Recife e atualmente Constituinte do PFL, bem como a designação do Dr. Romário Dias Pereira para a Superintendência-adjunta, o PMDB de Pernambuco está pensando na devolução de todos os cargos atualmente indicados pelos parlamentares peemedebistas, não só da Sudene, mas todos os cargos federais ocupados por integrantes do Partido e a adoção de uma postura de oposição ao Governo Sarney.

Realmente, um dos primeiros líderes peemedebistas a defender a tese de rompimento com o Governo José Sarney é do secretário do PMDB em Pernambuco e Líder da bancada na Assembléa Legislativa, Deputado Marcus Cunha.

A guerra que se tenta fabricar em torno da nomeação de Romário Pereira é uma manobra de setores radicais do PMDB, bem assim da imprensa, onde se destaca o **Jornal do Brasil**, que tomou uma posição de agressivas críticas ao Governo José Sarney, inclusive apontou como o causador da não indicação do Vice-Governador Carlos Wilson para o Ministério do Interior.

Os peemedebistas não desejam, na verdade, a saída de Dorany Sampaio da Sudene, quer que todos nossos companheiros, atualmente, à frente de cargos federais e impedidos de concretizar as mudanças, transformem esses cargos em tribunais de denúncia contra a política de recessão e rumos econômicos e administrativos do Governo José Sarney.

O Deputado Fernando Lyra adota, desde a sua saída do Ministério da Justiça, postura oposicionista ao Governo Federal. Recentemente, a ilustre e honrada Deputada Cristina Tavares já afirmou desta tribuna seu rompimento com o Governo José Sarney, dizendo que esse Governo fere a sua emoção e afronta a sua razão. O Ministro Joaquim Francisco, através da imprensa, absurda e irregularmente faz repreensão ao Superintendente da Sudene, inclusive, divulgada pelos jornais. O recado foi específico para o público pernambucano, embora a imprensa do Sul venha se ocupando do episódio com tanto interesse quanto a local.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, a situação do Nordeste com a atual "seca verde" vai de mal a pior. É um estado de coisas que tem sido denunciado pela totalidade dos governadores nas sucessivas reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene. Ora é Pernambuco perdendo a sua lavoura e o seu gado, ora é a Paraíba sem

um pingo d'água para abastecer a população interiorana e atender as necessidades de pecuária.

A situação, realmente, não é boa e é vista, pelo Ministro Bresser Pereira, com cautela, pelo ônus que o Governo tem enfrentado diante dos elevados gastos públicos.

O Governador Miguel Arraes denuncia, através da imprensa, a total ausência de recursos do Governo José Sarney, inclusive pedindo condições ao Governo Federal para enfrentar todos esses males que têm atacado o Estado e que o deixa em situação difícil, administrativamente, já há cem dias de Governo, infelizmente, nada ainda realizando para o povo.

Parece que a seca se instalou e deitou as suas raízes pelos outros Estados, criando toda a sorte de atropelos e dificuldades. A totalidade dos Estados não tem receita e fica com a mão estirada, pedindo o apoio do Presidente José Sarney para saldar os seus compromissos com folhas de pagamento do funcionalismo, serviços que já estão programados e outros débitos.

Sr. Presidente, Srº e Srs. Constituintes, é preciso haver moderação, compreensão e que os interesses de Pernambuco, do Nordeste se coloquem acima dos problemas partidários. O importante, agora, é a Sudene realizar um bom trabalho em favor do Nordeste, colocando de lado os interesses que somente prejuízos podem causar à instituição e ao seu corpo técnico-administrativo.

Sr. Presidente, Srºas e Srs. Constituintes, desejo fazer desta tribuna um registro de minha repulsa e aversão ao atentado à vida do Presidente José Sarney, ocorrido no Rio, na quinta-feira da semana passada. O principal suspeito de comandar o grupo é Danilo Groff, assessor do Governador Leonel Brizola, que já está preso, com base na Lei de Segurança Nacional. Groff é uma figura controvertida do Rio Grande do Sul, onde sempre acompanhou o Sr. Leonel Brizola. Defendo uma posição de apuração dos acontecimentos, inclusive lesão corporal de que foi vítima o assessor do Presidente, Jorge Murad. O inquérito policial deve ser encaminhado à Justiça para decisão, com ampla defesa dos acusados.

Realmente, foi uma manifestação selvagem, profundamente antidemocrática e bárbara. Grupos minoritários recorrem à violência e métodos rudes que, efetivamente, não são aqueles que o povo deseja demonstrar, mas o descontentamento com a crise econômica que atravessa o País. Existem meios civilizados de protestar. A violência é um método extremado de Esquerda ou de Direita que não podemos aceitar, pelo contrário, repudiamos.

Pergunta-se: quem aproveita a grave ameaça ao regime democrático? Sem qualquer dúvida, há os extremados que desejam chegar ao poder através das armas e não através da conquista do voto, convertendo o homem ao partido político de seu interesse.

Acredito que a tese, que é defendida por aqueles que procuram os culpados no próprio Governo, agora recebem uma resposta excelente com a prisão do principal acusado no atentado ao Presidente José Sarney. O fato merece, efetivamente, destaque para evitar que outros acontecimentos ocorram. O brasileiro não gosta da violência.

Não há confusão entre o atentado e uma suposta agressão. O episódio foi lamentável, configura um perigo e tem a dimensão que as autoriza-

dades policiais estão dando, inexistindo exacerbação do processo político, mas, sim, um crime em que é vítima o Presidente da República. Agora, cabe ao órgão policial formalizar o inquérito e remeter para o Judiciário, assegurando aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes e a instrução criminal contraditória.

Portanto, não cabe à classe política pretender justificar que o atentado só exclusivamente ocorreu em face do clima de descontentamento social.

A propósito, passo a ler o editorial divulgado pelo **O Estado de S. Paulo** de hoje, referente ao assunto, onde políticos criticam a aplicação da LSN e declaro que quem deve apreciar é o Judiciário quanto à competência e sua autoria:

"AUTORITARISMO E INCOERÊNCIAS DO PMDB

Posando de liberal ou progressista, o senador José Richa jogou para a platéia e manifestou-se contrariamente à decisão de aplicar a Lei de Segurança Nacional contra os manifestantes que investiram contra o presidente da República, no Rio, na semana passada: "Usar um instrumento de força como a LSN para punir os responsáveis é um grande erro que o presidente está cometendo". Poderia o ex-governador do Paraná ter pensado, antes de falar. Afinal, desde março de 1985 o governo encabeçado pelo Sr. José Sarney dispõe de ampla maioria no Congresso; e, para ser coerente, a Aliança Democrática, na qual o PMDB prepondera, dispôs de tempo de sobra para revogar o "instrumento de força" referido. Mais: desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que funciona simultaneamente com o Congresso Nacional, o PMDB nem necessitaria de seu parceiro naquela Aliança, o PFL para – de um só golpe – arquivar a LSN. Por que não o fez? E lícito esclarecer que não tomou a iniciativa, que demonstraria coerência com o PMDB que foi oposição durante tanto tempo, até mesmo quando a sigla do partido era apenas MDB, pelo simples fato de que não só esse como muito outro "instrumento de força" agrada, e muito, aos atuais donos do poder.

Integrando o MDB ou PMDB, os parlamentares que, graças ao Plano Cruzado e ao congelamento de preços do qual resultou o caos econômico em que o Brasil está naufragando, conseguiram eleger-se em 15 de novembro último têm demonstrado reiteradamente que estão muito satisfeitos em recorrer ao entulho autoritário (legislação sancionada durante os governos militares) para afirmar sua autoridade na República. MDB ou PMDB, o partido que sempre se declarou partidário da liberdade e propunha escorraçar a Arena ou o PDS para substituir a então agremiação oficial e reformar o Brasil bradavam a plenos pulmões contra o decreto-lei. E a verdade é que nunca se usou tanto o decreto-lei, nunca se abusou tanto dele quanta nesta paroxusal novíssima República, instalada para corrigir os erros do passado, desde que a – Constituição de 1946 foi submetida à violação dos atos institucionais, de 1964 em diante.

te. Chega-se ao absurdo de acumular sobre o mesmo assunto vários decretos-leis; remete-se um deles ao Congresso, que demora demais a proceder à leitura do texto recebido, a fim de que se inicie o prazo de tramitação no qual será rejeitado ou aprovado; e, antes que surja a deliberação de senadores e deputados, outro texto aparece, depois de lucrativo nos laboratórios do Executivo. De fato, é este Poder do Estado que legisla no País. Governa-se por decreto-lei no Brasil, para gáudio do PMDB – ou pelo menos com total cumplicidade dele. O povo está atento.

Pois bem, é nesse quadro surrealista em que se fala contra "instrumentos de força" mas se lança mão deles, gostosamente, que cumpre comentar a agressão de que foi alvo o presidente da República. Repetindo palavras do artigo 129 do Código Penal ("Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem"), a Lei de Segurança Nacional estabelece: "Ofender a integridade corporal ou a saúde de qualquer das autoridades mencionadas no artigo anterior" (artigo 27). Variam, sim, as penas. No Código Penal, a prevista é detenção de três meses a um ano; na LSN estipula-se reclusão, de um a três anos. Há que combinar, porém, qualquer das disposições transcritas com a do artigo 14 do Código Penal, a respeito de crime consumado (inciso I) e de tentativa (inciso II) e parágrafo único: "Diz-se crime: (...) II – tentando, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Parágrafo único. Salvo disposição em contado, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços".

A questão a resolver, então, não existe. É que, por causa da inéria ou da omissão do PMDB, atual legenda oficial, convertida em causa própria ao autoritarismo, a Lei de Segurança Nacional está em vigor – e tem de ser observada. Por que o PMDB não a revogou e incluiu no Código Penal as disposições que permitiriam punir os responsáveis por crimes contra autoridades públicas, como o vem de ser praticado no Rio? A resposta é intuitiva: porque, aboletado nos palácios, nos ministérios e nos altos escalões da República, majoritário no Legislativo, quer mandar e desmandar no País, explorando situações como se, sem descer do palanque, usando a linguagem dos comícios, lhe fosse facultado, ao mesmo tempo, prometer e agir para ilaquear a boa-fé do povo, esquecendo-se rapidamente das promessas feitas. Daí a sem-cerimônia com que o senador Richa julga adequado dar uma de bom moço e criticar a LSN, enquanto não levantou uma palha para retirá-lo do acervo do Direito Positivo. Daí também a atitude esperta do senador Mário Covas, que cansou de criticar essa mesma LSN e a aceita, passivamente, esquivando-se de condenar os incidentes do Rio. Como seria diferente, se ele está mordido pela mosca azul, sonha em ser presidente da República e, ocupando o Planalto, adoraria ter à sua disposição quantos "instrumentos de força" herdasse?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, concluo meu pronunciamento formulando um veemente apelo aos Constituintes em defesa do Nordeste. Devem ser inseridos em nossa Carta Magna, ora em elaboração, dispositivos que assegurem à região, a médio prazo, a superação do seu desnível em relação ao resto do País e garantam a seus habitantes as condições econômicas básicas indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. Além de um imperativo de justiça social, trata-se também de oferecer a eles a oportunidade de dar a sua contribuição, decerto valiosa, ao desenvolvimento da Nação. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Junto-me a todos os Constituintes que não se cansam de chamar a atenção da Assembléia Nacional Constituinte e da opinião pública, como fez agora, antes de mim, o nobre Constituinte Paulo Ramos, para um verdadeiro Plano Cohen que está sendo montado neste País, principalmente no Rio de Janeiro. O nome do "atentado" montado contra o Presidente José Sarney, a utilização política deste fato, as bombas colocadas ontem no supermercado, esta situação que está se criando no Rio de Janeiro, para justificar a utilização da Lei de Segurança Nacional, tem um nome correto, é um Plano Cohen para intimidar a opinião pública em vários sentidos. Primeiro, em relação ao mandato do Presidente da República, à campanha das diretas; segundo, intimidar o povo brasileiro em relação ao desespero social, que, como se viu aqui, através da palavra do Ministro da Fazenda, vai-se aprofundar, porque S. Ex.^a não deu segurança de resolver nenhum problema e, terceiro, isso se justifica porque há uma pressão das forças reacionárias, vinculadas, principalmente à comunidade de informações, vinculadas à ditadura militar para criar uma situação e justificar medidas repressivas através da institucionalização de um Estado autoritário, militarista e extremamente repressivo.

Assim como usaram o PT no caso de Leme, assim como usaram o badernaço aqui, em Brasília, agora estão usando o episódio do Rio de Janeiro contra o ex-Governador Leonel Brizola, contra o PDT, agindo da mesma maneira como se agia no período da ditadura militar. Entrar na casa de um cidadão que tem residência fixa e conhecida, sem mandado de prisão nem de busca, prender, manter incomunicável, criando esse clima de intimidação na opinião pública, isso já conhecemos no período mais recente da História do Brasil, já conhecemos isso, Sr. Presidente, desde quando se utilizou o Plano Cohen em 1937 para justificar o golpe militar, para justificar o Estado Novo.

Sr. Presidente, causa espanto que aqueles que hoje são maioria na Assembléia Nacional Constituinte, que tanto gritaram contra a Lei de Segurança Nacional, que chamaram a Lei de Segurança Nacional de "monstrengos", de "entulho", são os mesmos que queremos, agora, venham aqui bradar contra a sua aplicação. Não façam como o Ministro da Justiça que, em várias entrevistas como Senador, condenou a Lei de Segurança Nacional, participou de tribunais de condenação à Lei de Segurança Nacional, e agora S.

Ex.^a se toma o porta-voz e o articulador da sua aplicação. O que era entulho nas palavras do Ministro Paulo Brossard, virou fermento hoje para ajudar a sustentar um Governo ilegítimo, autoritário. Pior ainda, usando expediente da chantagem política como estão fazendo no Rio de Janeiro.

Já falei da tribuna da Câmara que causam suspeitas algumas perguntas não respondidas pelo Palácio do Planalto.

Por que o Presidente andava sem segurança?

Por que o ônibus circulava àquela hora na rua?

Por que não havia segurança externa?

Por que o cidadão saiu da multidão, bateu com a picareta no ônibus e voltou sem ser preso?

Por que não se ouve as testemunhas que estavam dentro do ônibus? Vários parlamentares desta Casa disseram publicamente, através de entrevistas, que viram o cidadão que atingiu o ônibus com a picareta.

É necessário explicar esses fatos porque, senão, cria-se a política da chantagem e a Nação e o povo brasileiro ficam suspeitos para justificar um Governo ilegítimo que, diante da repulsa popular, vai usar a repressão e a Lei de Segurança Nacional, agora bradada pelo então liberal Paulo Brossard, como remédio que na época da ditadura militar era o sustentáculo das botas no Poder. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

A imprensa brasileira divulgou, com muita ênfase, o último relatório da Assembléia Nacional Constituinte referente à Comissão de Sistematização.

Há de um modo geral, uma opinião negativa com relação a esse relatório. Hoje, pela manhã, foi à televisão um dos chamados Relatores de campo do Relator Bernardo Cabral, para dizer que este anteprojeto é pior mesmo do que a Constituição de 1967/69. S. Ex.^a demonstra que não entendeu absolutamente nada do processo político que estamos vivendo. Nada mais importante nada mais fundamental para a Constituição que estamos escrevendo do que a participação popular que vive dentro da Assembléia Nacional Constituinte, através das audiências públicas e das discussões abertas em Subcomissões e Comissões.

Este, sim, é o maior ganho do processo constitucional que estamos vivendo. De nada adiantaria termos hoje um bom documento, um documento escrito e lavrado na melhor linguagem jurídica, se não tivéssemos tido a participação popular e o reflexo dentro dele dos desejos e aspirações da sociedade brasileira. Nada entendeu o Sr. Constituinte Adolfo Oliveira da proposta inovadora estabelecida pelo Regimento Interno, ao dizer que este documento é igual ao de 1967/69, Constituição que, talvez, tenha sido repudiado pela sociedade, menos pelo seu conteúdo e muito mais por sua característica autoritária.

Este relatório de Bernardo Cabral é extremamente falho, é contraditório. Tenho estudado e colocado observações, artigo por artigo. Em alguns pontos S. Ex.^a se contradiz. Num momento exige plebiscito ou consulta popular para usinas nucleares e grandes barragens, no outro, transfere a decisão do Congresso Nacional.

Mas desconhecer, prezadas Constituintes, que este documento, pela participação popular nas Comissões e Subcomissões, incorpora ganhos importantes, é ter-se colocado à margem do processo que estamos vivendo desde fevereiro; não podemos desconhecer os avanços deste documento no que se refere aos direitos dos trabalhadores e dos funcionários públicos, valorizados pela exigência do concurso público, da profissionalização, da isonomia salarial com a iniciativa privada, que são ganhos fundamentais; não podemos desconhecer as garantias conquistadas pelos aposentados; não podemos desconhecer também que estes e outros avanços na área social, inclusive na saúde e na educação, só conhecem porque o povo esteve nas galerias e porque esta Constituinte esteve aberta à participação da sociedade. Tivemos avanços na área social e um enorme retrocesso na área econômica. O que há neste documento na área econômica, não diz absolutamente nada do compromisso que esta Constituinte tem com a ansiedade, com as aspirações e com os desejos da maioria da população brasileira. Nisso, sim, temos de avançar, mas também aí este documento é coerente com o que aconteceu em uma Subcomissão, onde, à revelia do Regimento Interno, se impôs à constituinte um relatório que nada tinha a ver com o desejo e com o compromisso desta Constituinte com a maioria do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este documento é falso, sim.

É fundamental que elaboremos uma Constituição respeitando aquilo que surgiu das aspirações e dos desejos do povo brasileiro, que esteve aqui, através da sociedade civil organizada. Não me preocupa muito se ela será enxuta ou não. O que não é possível é que tiremos daqui o essencial, que tiremos daqui aquilo que é conquista e nos preocupemos apenas com a forma, com um documento bem estruturado juridicamente, mas onde não exista nada daquilo que o povo brasileiro, aqui dentro. Reivindiquei e conquistou.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este documento é falso na sua forma; este documento é, em vários pontos, conflitante, contraditório em seu conteúdo, mas é indispensável que entendamos que estamos vivendo um processo político que não se esgotou e que, pelo contrário, assumirá a sua dimensão maior no debate que vamos ter em plenário a partir de 17 de julho, quando as emendas dos Constituintes e as emendas de iniciativa popular vão enriquecê-lo, para que a partir de agosto possamos discuti-lo e votá-lo. Aí, sim, a nossa posição será definitiva, mas aí, também a participação da sociedade tem que se fazer de forma efetiva. O documento é falso, sim, o documento tem limitações profundas, acima de tudo porque o Relator não se preocupou em acompanhar todos os trabalhos, desde as Subcomissões, para que, a partir dos debates decorrentes da participação de todos nas Subcomissões e Comissões se pudesse elaborar um documento que fosse coerente com o desejo e aspiração da sociedade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos uma enorme responsabilidade com o conteúdo deste documento, especialmente com a luta da sociedade, trazida aqui para dentro, que trouxe a cada um de nós compromissos que conseguimos colocar dentro dele. As falhas são muras e devemos

corrigi-las. No capítulo da Educação, por exemplo, não tenho dúvida, o relatório, elaborado pelo Relator Bernardo Cabral, cortou vários daqueles pontos que surgiram do debate dentro da Subcomissão no que se refere ao uso exclusivo dos recursos públicos para as escolas públicas. O nosso compromisso deve ser o de continuar lutando na Sistematização e, principalmente, em plenário, para que aperfeiçoemos este documento, pois assim ele atenderá o desejo da sociedade brasileira de ter uma Constituição, não apenas boa, na sua forma, mas também no conteúdo, que deve ser fruto da participação de todos, porque só essa sociedade é que vai fazer cumprir o documento que aqui estamos elaborando.

Muito Obrigado. (Palmas.)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Notícias não oficiais, que começam a circular pelos corredores da Assembléia Nacional Constituinte, indicam um quadro extremamente grave no Rio de Janeiro.

A partir de mais uma violência praticada pelo Governo, não importa se Federal ou Estadual, porque ambos se confundem na sua incompetência, contra os direitos da classe trabalhadora.

O aumento inaceitável e inusitado das tarifas dos ônibus urbanos levou a população do Rio de Janeiro, pelo que se sabe, a um protesto generalizado e o clima que vive aquela cidade é extremamente preocupante.

Mas, enquanto a Nação inteira é agredida nos seus direitos fundamentais, um professor sem didática, um Ministro com um plano emergencial que não contempla os aspectos fundamentais da sociedade brasileira, desfila, durante largo período, até inobservando normas regimentais, sua incompetência, sua incapacidade ao explicar o inexplicável e justificar o injustificável. Tropeço nas suas explicações, incoerente nos seus esclarecimentos, o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira não persuadiu ninguém, não foi capaz de convencer ao menos um economista esclarecido desta Casa a respeito do sucesso que pretende já antecipar ao novo Plano Cruzado.

Entre os escorregões e tropeços do Sr. Ministro, Sr. Presidente, mencionaria apenas um, para caracterizar de forma inequívoca o amontoado de heresias que fomos compelidos a ouvir durante boa parte da manhã e uma parcela da tarde de hoje, na Câmara dos Deputados. Disse S. Ex.^a que um modelo exportador, como o que foi imposto à Nação pelo regime militar, sob a égide do Fundo Monetário Internacional, não é, nem nunca foi, concentrador da renda.

Sr. Presidente percebi que durante a exposição do Sr. Ministro, ao fazer esse tipo de afirmação descabida, o Constituinte Delfim Netto, ex-mago das finanças nacionais, esfregou as mãos de satisfação, porque via um áulico da Nova República, que tem a grave responsabilidade de conduzir o processo econômico financeiro de um País à beira da bancarrota, repetir exatamente o que o Sr. Delfim Netto tantas vezes afirmou para uma Nação perplexa e estarrecida. Foi exatamente o modelo exportador que a ditadura impôs à Nação que gerou entre outras aberrações o ciclo da soja, transformando as lavouras do Sul do País, e muito especialmente as do meu Estado, o Rio Grande, a

num processos às avessas, de uma economia dependente, voltada exclusivamente para monocultura. Antigas lavouras de subsistência, que permitiam a sobrevivência digna do agricultor, foram transformadas exclusivamente em produção de soja para que o País pudesse exportar, armazenar divisas, ter saldos favoráveis na sua balança comercial e assim continuar pagando com esforço, com o sacrifício do próprio sangue do povo brasileiro, a impagável dívida externa.

De resto, Sr. Presidente, as heresias não ficaram apenas nesse tipo de afirmação esdrúxula e descabida. O Sr. Ministro Bresser Pereira, que não tem didática alguma para ser professor, não respondeu a uma indagação sequer dos que o interpelaram, tergiversou, conversou, tentou manipular dados à moda dos regimes a que S. Ex.^a sucede, mas não conseguiu convencer a ninguém nesta Casa.

Enquanto vigora um novo arrocho salarial, enquanto tabelas não são obedecidas, enquanto as tarifas dos ônibus sobem abusivamente na cidade do Rio de Janeiro, levando o povo à revolta, nós, voltamos também aos tempos obscuros e sombrios do regime militar.

O dogma do direito de que ninguém é culpado – até prova em contrário – foi substituído à moda hitlerista, à maneira dos tempos lamentáveis dos "Generais de plantão", pela antiei de que o cidadão é culpado até prova em contrário. Se não fosse assim, a Polícia Federal não teria cometido arbitrariamente, ao arreio da lei, sem um mandado de prisão ou de busca, a violência praticada ontem contra o cidadão Danilo Groff, supostamente envolvido nas manifestações de desapreço a um Presidente que não tem conceito algum na sociedade brasileira. Ninguém disse que o Sr. Danilo Groff jogou pedras contra o ônibus presidencial; ninguém afirmou que o Sr. Danilo Groff portava a machadinha ou a picareta com a qual foi destruída uma das janelas do ônibus em que se encontrava o Senhor Presidente José Sarney, apenas um cidadão, que ninguém sabe quem é, teria visto o Sr. Danilo Groff entre os manifestantes, portando, como porto agora, para orgulho meu, uma manifestação na minha lapela, que representa o sentimento mais amplo da sociedade brasileira: "Sarney não dá, diretas já."

Será que o Sr. Romeu Tuma, que serviu à ditadura e hoje serve à Nova República, não me irá incluir entre os responsáveis pelo tumulto do Rio de Janeiro, apenas porque, como o Sr. Danilo Groff, também porto o **bottom** que diz: "Sarney não dá, diretas já?"

Sr. Presidente, se estamos numa fase de transição democrática, se estamos operando transformações políticas com reflexos econômicos, sociais e culturais em uma Nação cansada de tantas violências e de tantas humilhações, o império da lei precisa ser respeitado. Como se invade uma residência de um cidadão que paga os seus impostos, que trabalha, que produz, sem um mandado de prisão ou de busca? Como se prende um cidadão brasileiro sob a suspeita – simples suspeita – de que estaria envolvido nos acontecimentos lamentáveis da última quinta-feira, na Praça Quinze, no Rio de Janeiro?

Mas, enquanto tudo isto acontece, enquanto o Ministro vem aqui dizer o que não sabe ou tentar persuadir pessoas que sabem da realidade, os preços continuam subindo em Brasília. Aqui

está a manchete de um dos jornais da capital da República revelando os abusos que estão sendo cometidos contra as tabelas de preços tardivamente elaboradas por um governo irresponsável, preços os mais dispareis e absurdos para o mesmo produto. Onde está a fiscalização? Um governo que é capaz de prender, que é capaz de montar um esquema de segurança em torno da Catedral de Brasília para proteger os militares na celebração de sua Páscoa e que não foi capaz de dar proteção ao Presidente da República, não tem condições de controlar os abusos que o poder econômico continua praticando contra o indefeso cidadão consumidor deste País. Por isso, Sr. Presidente, euporto este **bottom** aqui, que é a síntese do pensamento da sociedade brasileira: "Sarney não dá, diretas já."

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Amaury Müller, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, caros Constituintes:

O que se passa no Rio de Janeiro é coisa bem sabida: o Governo quer desviar o centro das discussões. Isto é incompetente, inoperante, desacreditado e vem agora buscar um bode expiatório na pessoa de Danilo Groff. Manifestação espontânea, nós que somos do Rio de Janeiro o sabemos. Ninguém convocou ninguém, mas é preciso saber que o Presidente José Sarney em qualquer lugar que vá neste País – a não ser que vá nas cidades pequenas, onde os Prefeitos vão contratar as diretoras de colégios para levar as crianças, com bandeirolas, para dar vivas ao Presidente – mas em qualquer cidade de porte médio para cima, onde ele vá, onde haja trabalhadores desempregados, onde haja miseráveis com salário mísero, onde haja aposentados na miséria, onde quer que ele vá, ele será vaiado.

Se foi vaiado por um grupo, muitos brasileiros tomaram também parte nessa vaia ao Presidente da República.

Nós repudiamos a violência, mas a coisa está muito confusa, entre machadinha, martelete e não sei mais o quê. A distância é muito grande. Durante o dia, com mil e poucas pessoas, o que acontece é que esse Governo não engana mais, nem a seu próprio Partido, aos seus sustentáculos: PMDB e PFL, que preferem, como o **Jornal do Brasil** de domingo anuncia e que queria ver esta Casa colocar em seus Anais: 6.200 empregos na Previdência Social, 381 já tiveram os seus afiliados, neles colocados. Inclusive aqui diz, no **Jornal do Brasil**, pelo Sr. Carlos Chiarelli, José Tomaz Nonô e mais um outro do PFL, cada um com a sua quota, mas como são 6.200 empregos, ainda falta muita coisa.

Vai também para a Imprensa o Ministro da Previdência falar sobre a violência no Rio de Janeiro, falar sobre o ocorrido na quinta-feira.

Ora, sobre o que houve no Rio de Janeiro, trata-se de um povo politizado; isso vai ocorrer também

em todas as cidades onde os trabalhadores estejam sufocados. Por exemplo, com esses empregos na Previdência Social, colocados por computador, tal é o número e a necessidade das proporções entre PFL e PMDB, de acordo com o Estado, para Estado alguém pode acreditar nesse Governo?

Depois, de uma e mais outra que peço à Mesa para entregar ao seu destinatário, esta correspondência. O filho do Presidente da República manda pedir um emprego ao Ministro do Interior para D. Helena Pires Lacerda. Este pedido foi parar no meu gabinete, logo aonde! Eu quero que a Mesa entregue ao seu destinatário porque lá no Gabinete nº 852, não reside filho de Presidente Sarney.

Então, como é que o povo vai acreditar numa coisa dessas? O povo tem que vaiar este Presidente e nós estamos tristes, por não termos podido vaiá-lo a contento, porque ele está sendo vaiado por todos os brasileiros. Interiormente, cada brasileiro que não pertença ao bando dos apaziguados, cada brasileiro está vaiando o Presidente. Mas queremos buscar, no bode expiatório Danilo Groff, manchar o nome de quem desonta neste País para até fazer o certo ou o errado, mas desonta como a esperança, que é Leonel Brizola.

Terminado o tempo, passaria à Mesa o telegrama em que o filho do Presidente Sarney pede emprego ao Ministério do Interior. Como se vai acreditar nisso? Passo também à Mesa a matéria do **Jornal do Brasil**, e queríamos que os autores de pedidos de emprego viessem a esta tribuna justificar ou explicar isso aí, e que o Ministro da Previdência também, já que não acreditamos que S. Ex.^a venha aqui, como veio hoje o Ministro Bresser Pereira, ao menos falasse sobre isso, porque do jeito que vai o Presidente da República terá que sair acompanhado, como hoje, da Catedral.

de Brasília, no meio de um aparato bélico – e sinceramente, desse jeito, Sua Excelência nem ouvirá as vrias.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JUARES ANTUNES EM SEU DISCURSO:

Câmara dos Deputados, Brasília DF, TLX NR 15922, de 28-mai-87 (Viegas)
Ministro Joaquim Francisco Cavalcanti
Ministro do Interior
Brasília – DF

Cumprimentando-o cordialmente, tomo a liberdade de recomendar o nome da Sra. Helena Pires Lacerda, cujo currículum vitae já se encontra em seu gabinete com vista ao seu aproveitamento. Certo de merecer a boa acolhida de V. Ex.^a, renovo-lhe minhas expressões de apreço e consideração. Cordialmente, Sarney Filho, Deputado Federal

Jornal do Brasil – Política

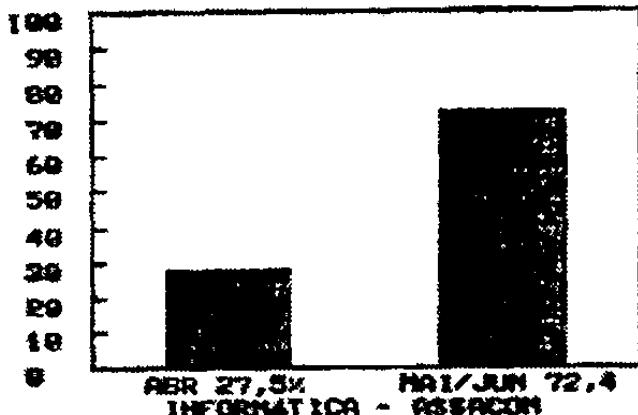
PREVIDÊNCIA DÁ EMPREGO POR COMPUTADOR A POLÍTICOS

Vanda Célia

Brasília – Decidido a permanecer cinco anos no poder, manter sua base de sustentação no Congresso e garantir seus interesses na Constituinte, o governo do presidente José Sarney começa a produzir elaborada documentação para comprovar ao PMDB e ao PFL como tem sido generoso no atendimento dos pedidos de cargos que recebe. O primeiro ministério a concluir gráficos e tabelas do lotamento da administração pública é o da Previdência Social, que dispõe de 6 mil e 200 postos para ratear em troca de apoio político.

Reprodução

A U T O R I Z A Ç Õ E S



INDICAÇÕES AUTORIZADAS

PMDB	273
PFL	108
total.....	381

Previdência: 381 nomeações em abril, maio e junho

O documento da Previdência é sofisticado. Feito por computador, exibe as nomeações feitas pelos constituintes nos meses de abril e maio e primeiros 15 dias de junho. Foram 381 nomeações, uma média de cinco por dia – e nenhuma premiou funcionários de carreira. Todas foram indicações políticas do PMDB ou do PFL. Aos peemedebistas foram dados 273 cargos e ao PFL um total de 108. Além do quadro global, a partilha, em gráficos e tabelas, está totalizada também em 16 Estados, determinando os percentuais exatos de atendimento ao PMDB e PFL.

Fisiologismo – Minucioso, o documento traz os nomes dos constituintes que mais nomearam apadrinhados. O campeão é o deputado José Thomaz Nonô (PFL – AL), que fez 29 nomeações. Em segundo lugar aparece o deputado Luiz Maranhão (PMDB – PB), que indicou 21 cargos na Previdência. O Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, nomeou dez, todos num mesmo dia, 9 de junho. Além de ter feito Odeth Diehl representante da Funabem, Chiarelli indicou sete agentes da previdência para cidades do interior do Rio Grande do Sul, seu Estado. Foram: Carlos Alberto Balejo (rio Grande); Ivan Dembougurski (Três de Maio); Nilson Bonez (Soledade); Antônio Martins (Bento Gonçalves); Luiz Felipe de Marchi (Erechim); Cacilia Santos (Rosário do Sul) e Edson Figueiredo (Veranópolis).

O líder do PFL indicou também nomes para diretorias do IAPAS. Para diretor regional de pessoal, Maria Jocely Paim Ferreira, e para diretor regional de serviços gerais, Maria Cristina Antunes da Cunha Pinheiro. As nomeações de Chiarelli já provocaram reações. Na qualidade de deputado federal mais votado em Erechim, o peemedebista Paulo Mincarone anunciou: "Vou falar com o presidente José Sarney se for preciso, porque é necessário manter no posto o agente indicado pelo PMDB, cuja nomeação foi publicada pelo **Diário Oficial** no mês de maio".

Confeccionado para provar que o governo Sarney atende sem discriminação os parceiros da Aliança Democrática, o quadro geral das nomeações revela que o PMDB ganhou 71,6% das indicações e o PFL, 28,3%. No Acre, a divisão foi de 50% para cada um dos dois partidos, mas em Alagoas, onde o governador Fernando Collor, do PMDB, vem defendendo quatro anos de mandato para Sarney, os adeptos do PFL levaram ampla vantagem: 90,6% dos cargos, contra 9,4% do PMDB. Os peemedebistas, contudo, levaram a melhor no Amazonas: 95% dos cargos da Previdência neste ano, enquanto os 5% restantes ficaram com o PFL. Na Bahia, onde também o governador Waldir Pires não tem bom trânsito com Sarney, repete-se a situação de Alagoas, em escala menor: o PMDB obteve 46% e o PFL 54%.

Rompimento – No Ceará, embora o governador Tasso Jereissati seja amigo do presidente Sarney, as nomeações do PFL (53,3%) foram maiores do que as do PMDB (46,6%). Em Goiás, o PMDB fez 100% das nomeações e o PFL está indócil. Na reunião de quarta-feira passada, na Câmara, o presidente regional do partido, Wilmar Rocha, bradou: "Queremos o rompimento". Também revoltado com o governo, o deputado Dionísio Hage, exigiu mais cargos para o PFL do Pará. Pelo gráfico, só o PMDB nomeou no Estado. Igualmente favoráveis ao rompimento estão as bases pefelistas da Paraíba, onde só os peemedebistas foram aquinhoados.

Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes, do PMDB, mas rompido com o Palácio do Planalto, só obteve 34,7% dos cargos da Previdência, enquanto o PFL ganhou 65,2%. Estados onde os governadores estão alinhados com o presidente Sarney exibem quadros diferentes: em Minas o PMDB ganhou uma fatia de 85% e no Rio de Janeiro com o bolo todo. Mas no Maranhão de Sarney há equilíbrio: 41,6% para o PFL e 58,3% para o PMDB. Em Sergipe, onde elegeu seu único governador, o PFL fez todas as nomeações.

RPS, CARGO QUE VALE UMA ELEIÇÃO

Deputado federal eleito por quatro vezes consecutivas na Bahia, o atual assessor parlamentar do PFL, Djalma Bessa, aprendeu nas últimas eleições que o preço do mandato pode ser a eterna permanência de um adepto no cargo de RPS – Representante da Previdência Social. Na moeda dos políticos, um RPS vale 5 mil votos e Bessa tinha o seu, em Candeúba, interior baiano. Em plena campanha, assistiu "exasperado" a sua demissão. Contadas as urnas, perdeu a eleição por 4 mil votos.

"Aquele cargo era vital para mim e perdê-lo foi o principal fator de minha derrota", conta Bessa. A demissão da RPS Djalma Souza, correligionária do ex-deputado, ficou na memória dos assessores do Ministério da Previdência como a mais acirrada luta entre políticos por um cargo. Bessa foi preferido por interferência direta do presidente José Sarney, que preferiu dar o posto de Candeúba ao senador Luiz Viana Filho (PMDB).

Bessa tentou reagir, alegando que o cargo era seu por direito: ele pertencia à Aliança Democrática, votara em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e tinha sido o deputado mais votado em Candeúba nas eleições de 1982. O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, mandou então readmitir a RPS.

Luiz Viana, companheiro de Sarney na Academia Brasileira de Letras, fez valer a amizade com o presidente. Bessa voltou a perder o cargo, mas não desanimou. Retornou a Raphael, foi ao presidente Sarney e pediu socorro ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Pela terceira vez, sua RPS foi readmitida. Mas Luiz Viana Filho atacou com mais firmeza e até ameaçou invadir a sede da Previdência de Candeúba com a polícia e uma ordem judicial. A moça perdeu de vez o lugar.

Com obrigação de cuidar de assuntos como aposentadorias, credenciamentos e assistência médica, os agentes municipais da Previdência são, conforme atesta o senador Guilherme Palmeira (PFL – AL), de grande importância numa eleição, embora recebam salário de apenas Cz\$ 3 mil por mês.

Bessa perdeu 2 mil votos na guerra de Candeúba, onde tivera quase 5 mil na eleição de 1982. Mas filho do senador Luiz Viana, candidato a deputado federal, Luiz Viana Neto, que nunca havia sido votado no município, teve mais de 1 mil votos na eleição do ano passado.

"O PMDB não existia em Candeúba, não tinha sequer diretório. Mas o filho do senador Luiz Viana acabou beneficiado por causa do RPS", queixa-se até hoje Bessa, enquanto Viana Neto orgulha-se de ter chegado à Constituinte com uma das maiores votações da Bahia.

Durante o discurso do Sr. Juarez Antunes, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Exatamente há cerca de um mês, ocupei a tribuna desta Casa para comunicar à Assembléa Nacional Constituinte a reunião, aqui em Brasília, de todos os dirigentes das empresas metropolitanas de transportes coletivos, desde Boa Vista, no Acre, até Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e salientei que, em documento que transcrevi para os Anais, aquelas autoridades estaduais e municipais vieram a Brasília trazer ao conhecimento dos Srs. Ministros de Estado dos Transportes, do Desenvolvimento Urbano, do Ministro-Chefe da Casa Civil e, inclusive, do Exm.^o Sr. Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações e do Sr. Ministro da Fazenda a grave situação dos transportes urbanos coletivos no Brasil, pela qual os estados e municípios não podem ser responsabilizados, pois essas pessoas jurídicas de Direito público interno não têm qualquer ingerência na gestão dos insumos de transporte, nem sobre o preço do ônibus, nem do pneu, nem do combustível e nem sobre o salário da mão-de-obra empregada.

Quando da elevação de todos esses insumos determina uma elevação de tarifa, essa incumbência cabe ao Governo estadual ou ao Governo municipal. Salientavam essas autoridades que a situação se configurava na seguinte alternativa: se elas elevassem as tarifas do transporte urbano o povo, revoltado pelos baixos salários e pelas deficiências de transporte, depredaria os ônibus. Por outro lado, se essas empresas estaduais e municipais não determinassem a elevação das tarifas, elas seriam levadas à falência pela insuficiência dos recursos advindos das tarifas. E salientavam que a única solução para o problema era a intervenção do Governo federal com a concessão de um subsídio de transporte a ser retirado do Fundo Nacional de Desenvolvimento, recolhido exatamente das populações metropolitanas.

Decorrido um mês nenhuma providência foi tomada pelas autoridades federais. Já agora, antes de vir a esta tribuna da Assembléa Nacional Constituinte, sou informado dos graves acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, e também através da Imprensa estou tendo conhecimento de que centenas de ônibus estão sendo depredados pela população enfurecida.

Sr. Presidente, é preciso que os homens do meu Partido e do Partido da Frente Liberal, que estão no poder, se conscientizem das graves responsabilidades da crise econômica, política e social que vivemos, para que não se diga amanhã, como certa vez disse um virulento adversário nosso, o brilhante Parlamentar Carlos Lacerda, que as autoridades estavam fazendo piquenique na cratera de vulcão. (Muito bem!)

O SR. RUY NEDEL (PMDB – Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Assistimos hoje ao debate, as justificativas, as explicações e pensamentos do Ministro da Fazenda, Dr. Bresser Pereira. Não é minha intenção vir à tribuna para fazer uma análise crítica dessa prolongada discussão. Contudo, duas questões me levaram a tanto, que me parecem provocativas e nos causam profunda angústia.

Entendemos que o Ministro da Fazenda pode discordar do programa do nosso Partido, o PMDB, pode inclusive estar convencido de que muitos tópicos sejam superados, e que lhe cabe o direito de aparecer na convenção nacional e defender as suas convicções para que haja modificação na plataforma e no estatuto partidário do nosso PMDB. Mas não lhe cabe o direito de aqui, neste plenário, fazer essas afirmações que fez.

Causa-me extrema angústia a preocupação no que se refere à agricultura. A insensibilidade que apresentou e a crítica feroz realizada sobre o ministro anterior, o Sr. Dilson Funaro, quanto aos gastos excessivos no subsídio agrícola, deixou-me com uma profunda preocupação porque a crise no setor da produção primária, em nosso País, principalmente no Sul, está à beira da falência. E se o Ministério da Fazenda e o Governo Federal não tiverem sensibilidade, a ruína estará próxima.

Eu responderia que se Dilson Funaro se sensibilizou e deu alguns subsídios, a crítica que poder-se-ia fazer ao ministro anterior seria a de tê-los dado com excessiva parcimônia. Se retirarmos os subsídios agora, nós que estamos enfrentando o problema dos que fizeram os contratos de venda do produto soja, que é o campeão de divisas externas para o nosso País, daqueles que fizeram os contratos de 200 a 240 cruzados o saco, e como o preço, hoje, está ultrapassando os 400 cruzados e as autoridades responsáveis estão aplicando a tablita e a deflação, e se tirarmos os subsídios o produtor realmente não terá como pagar as suas contas, as contas dos investimentos feitos e, em consequência, não terá como fazer novos investimentos.

É fundamental que o Ministro da Fazenda, neste momento, tenha profunda sensibilidade para com os problemas da produção primária da nossa Pátria.

Sabemos que o assalariado já está comendo pedras, mas pelo amor de Deus não ponha mais pedras no caminho dos agricultores, porque, aí, só restarão as pedras, e estas acabarão quebrando muito mais vidraças.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Hoje, finalmente, tivemos nesta Casa a presença do Ministro da Fazenda para discutir com os Constituintes a política econômica do Governo e, especialmente, o último pacote econômico, o plano de emergência tão esperado e agora chamado Plano Bresser Pereira.

A presença do Sr. Ministro, nesta Casa, em termos de esclarecimento, de informação, foi um fiasco, foi uma enorme decepção, nada esclareceu. O Ministro veio aqui para confundir, parece-me até que parodiando um comediante da nossa televisão. O Ministro fez lembrar, quem sabe, um poeta que já disse que acreditar que o mal é um bem e que o bem é cruel; acreditar

que nos pode vender gato por lebre: nos fazer acreditar que o fel tem um sabor de mel.

O Ministro quis demonstrar, Srs. Constituintes, que o seu Plano não leva ao rebaixamento de salários, que o seu Plano não representa o maior arrocho salarial vivido pelo País. O Ministro não conseguiu convencer a ninguém, S. Ex.^a não conseguiu fazer com que este Plenário se deixasse levar por suas demonstrações gráficas. Fico até pensando se S. Ex.^a tinha realmente a intenção de convencer alguém, se na realidade não estava aqui para cumprir um outro papel, o papel de desviar as atenções para as reais intenções do seu Plano e do que se passa hoje na conjuntura brasileira, tão absurdo foi o pronunciamento do Ministro que, naturalmente, mereceria todas as críticas desta Casa, inclusive as dos próprios correligionários do PMDB, Partido ao qual S. Ex.^a não poupa críticas contundentes, atacando o seu programa; programa ao qual os eleitores brasileiros depositaram confiança, dizendo o Ministro que o programa do PMDB era um programa ultrapassado, um programa, falso, na realidade um programa limitado, S. Ex.^a atacou exatamente aquilo que o programa do PMDB tinha de mais avançado: os 10% do gatilho da escala móvel de salário preconizado pelo programa daquele Partido.

Esse ataque do Ministro ao programa oposicionista do velho PMDB, e a sua postura de desconhecimento da capacidade de julgamento desta Casa, leva-nos a pensar sobre o que S. Ex.^a veio fazer aqui, senão desviar a atenção para o que ocorre hoje com o programa econômico entreguista, para predominância integral dos grupos econômicos, especialmente das multinacionais, na determinação do que se faz ou não se faz na política econômica do Brasil, especialmente no que se refere à presença cada vez maior dos militares, agora fazendo provocações quase que à luz do dia, para que a sua presença seja cada vez mais marcante, que possa o Brasil, quem sabe, chegar a uma espécie de Uruguai dos tempos do Presidente Juan Maria Bordaberry, e desviar também a atenção do que acontece no campo brasileiro, quando nada se resolve, em relação aos conflitos que lá estão.

Trago aqui, também, uma manifestação do PT sobre a situação dos conflitos armados no Paraná, que eu iria ler, mas dado ao esgotamento do meu tempo, solicito ao Presidente da Mesa sua inserção em meu pronunciamento. Era o que tinha a dizer. Muito bem! (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES EM SEU DISCURSO

(PARTE DO PRONUNCIAMENTO DO DEP. VIRGÍLIO GUIMARÃES – PT – MG.).

Situação do conflito armado no Paraná
No dia 22 de junho deste ano, duzentas e cinqüenta famílias de trabalhadores sem-terra do Paraná, que estavam acampados há mais de dois anos ocuparam uma área de 1.019 hectares pertencentes ao INCRA, que estavam ocupadas por seis fazendeiros, industriais e políticos.

A partir deste fato, os fazendeiros, apoiados por representantes da UDR, da Federação Paranaense da Agricultura e de políticos, passaram a pressionar o Governo do Estado para que retirasse as duzentas e cinqüenta famílias da área do INCRA.

Em documento escrito e assinado por eles, afirmou-se que se o INCRA e o Governo do Estado não retirasse as famílias de sem-terra até o dia 30 de junho, eles o fariam com suas próprias forças isto é, usando os pistoleiros, jagunços e outros expedientes. Afirmam, igualmente, que se fosse necessário iriam ao Paraguai comprar armas.

O Governo do Estado, diante dessas ameaças limitou-se a pedir aos sem-terra que saíssem da área e, de forma explícita, acabou concordando com as exigências dos fazendeiros, isto é, incentivando e incitando a luta armada na região.

O INCRA se limitou a não pedir a reintegração de posse e também não tomou nenhuma providência no sentido de resolver o problema. O superintendente do INCRA no Paraná, pediu inclusive que os sem-terra retirasse da área as crianças e as mulheres por achar que o conflito seria iminente e, como não tomou nenhuma providência acabou também concordando com os fazendeiros.

Lembramos que estas famílias e mais mil e duzentas outras estão acampadas no Paraná há mais de dois anos e o INCRA até hoje nada fez de concreto para reassentá-las.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não posso deixar passar a oportunidade de fazer uma rápida apreciação sobre a presença nesta Casa, na parte da manhã e parte da tarde, de S. Ex.^a o Ministro da Fazenda Bresser Pereira.

Conhecia o Professor emérito, suas idéias publicadas em livros e na Imprensa do País, seu pensamento social, de um homem extraordinariamente avançado; no entanto, depois de tê-lo ouvido nesta Casa, onde praticamente não disse nada que já não soubéssemos, sou obrigado a admitir que temos, no mínimo, duas pessoas numa só: primeiro, o professor que expôs o seu pensamento por livros, nas suas elucubrações acadêmicas, e agora o homem que é chamado a enfrentar uma realidade, mostrou, ao menos pelo que disse hoje, que não tem cacife para bancar este jogo.

Lamento, Srs. Constituintes, que o encontro desta manhã tenha sido de um proveito tão escasso, para não dizer de proveito nenhum, tirando-nos aquele pouco de esperança que ainda tínhamos todos, que o atual Ministro da Fazenda fosse um homem capaz de administrar as dificuldades que o País está vivendo.

Não quero, neste meu rápido pronunciamento que tem mais o sentido de um registro, fazer previsões de situações mais difíceis do que essas que já estamos vivendo no País; apenas alertar a este Plenário Constituinte que infelizmente, se o homem que conduz a política econômica brasileira é este que se apresentou hoje aqui, certamente pela rotatividade nesse cargo, que tem sido assim muito freqüente no Brasil, deve dar lugar, antes de agosto, a um novo Ministro da Fazenda.

É triste que de uma esperança que tínhamos nós, inclusive, oposicionistas, na presença de um professor na condução da política econômica brasileira, tenha nos restado apenas e só somente o que todos ouvimos nesta manhã neste Plenário Constituinte.

Estamos certamente próximos do anúncio de um novo Ministro da Fazenda, o que vai implicar

em situações de maiores dificuldades ainda, do que as que presentemente vive o País.

Por isso, sem maior profundidade, apenas para deixar registrada aqui a minha decepção; quero dizer aos Srs. Constituintes que, se já tinha as minhas dúvidas a respeito da solução dos problemas oceânicos que estamos enfrentando, nos últimos tempos, na área econômica, hoje essas dúvidas, foram confirmadas, em virtude da falta de presença, da falta de pulso firme, da falta de mensagem do Sr. Ministro da Fazenda perante esta Casa Constituinte.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. GERALDO FLEMING (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na próxima quinta-feira estaremos participando, com muita honra, da viagem que o Presidente José Sarney realizará ao Estado do Acre e ao Peru, cumprindo, aliás, nova e importante etapa neste processo de maior aproximação com os países vizinhos.

Ao Acre está reservado papel de efetiva participação no desenvolvimento das relações entre Brasil, Peru e outras nações do continente, em face da estratégica posição geográfica que ostenta, servindo de ponto avançado, no território brasileiro, para a ligação entre o Atlântico e o Pacífico, origem inclusive de acordos internacionais firmados por nosso País.

Daí o sentido de nossa luta durante tantos anos pelo afastamento da BR-317, cujo traçado, desde Boca do Acre e passando por Assis Brasil, permite viabilizarmos a desejada integração com referidas nações amigas e a abertura de outras perspectivas para ampliação de mercados aos nossos produtos.

Foram longos anos de reiteradas reivindicações, nas tribunas do Congresso Nacional e diretamente apresentadas às autoridades governamentais, até que, no Governo de Nabor Júnior, quando se planejou vigoroso programa rodoviário para o Acre e se estabeleceram adequadas condições de oferecer contrapartida financeira à obra, a justa aspiração acreana recebeu acolhida do Governo Federal, já sob a égide da Nova República.

Vivímos o ano de 1985, quando o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República configuraram sua aprovação ao empreendimento, formalidade que precede a deliberação pelo Senado Federal.

Os acreanos estão bem lembrados, Sr. Presidente, e os Anais da Câmara Alta o confirmam em detalhes, o quanto foi difícil aprovar-se o pedido de empréstimo externo para a consecução da obra. Não que houvesse restrições de ordem técnica, econômica ou financeira, tanto que, por unanimidade, o respectivo Projeto de Resolução recebera aprovação em todas as instâncias de sua tramitação. A dificuldade baseava-se na intolerância de alguns poucos Senadores, entre os quais, paradoxalmente, um acreano, insistente na obstrução da Ordem do Dia no Senado apenas para não permitir que se realizasse no Acre a história obra, tantas vezes prometida pelos governos anteriores.

Relembro esses episódios que antecederam a autorização para o empréstimo externo, concedido pelo Senado Federal, em fins do ano passa-

do, com o propósito de reiterar o quanto tem sido penoso, à brava gente acreana, por razões alheias aos seus interesses, a consecução de empreendimentos indispensáveis ao desenvolvimento regional.

Pois bem, Sr. Presidente, estamos agora assistindo a uma inexplicável morosidade nas obras de pavimentação da BR-317, sob a responsabilidade da empreiteira Constran - Construções e Comércio, a qual sequer realizou os trabalhos preparatórios de terraplanagem, mesmo já tendo recebido recursos públicos para o cumprimento dessa etapa.

Estivemos recentemente no local das obras e pudemos constatar, entristecido, que a empresa realizou tão somente a costumeira raspagem da estrada, um trabalho de mínima conservação, em vez de executar o previsto no cronograma de pavimentação da rodovia.

Este é o alerta que fazemos, em nome do sofrido povo acreano, na esperança de que, já na viagem que o Presidente José Sarney está empreendendo ao Acre e ao Peru, sejam adotadas medidas objetivas que determinem à Constran a fiel observância do compromisso, no asfaltamento da BR-317, sob pena de se estabelecer, no povo acreano, um profundo sentimento de frustração e desencanto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem.)

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG
(PMDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso.):** - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dentre os assuntos de que temos tratado nas Sessões desta Assembléia Nacional Constituinte e nos seus órgãos técnicos, um, o da redivisão territorial do País, me tem particularmente interessado. Sobretudo naquele aspecto que se relaciona com a antiga questão de limites entre o meu Estado de Sergipe e a Bahia.

Logo após assumirmos o honroso mandato de Senador Constituinte por Sergipe, em fevereiro deste ano, completamos um longo, refletido e árduo trabalho de pesquisa e estudo da matéria. Nossa intuito era, com base nesse levantamento, elaborarmos a primeira emenda referente ao tema. Foi o que fizemos, em 19 de maio, certos de que assim agindo estávamos indo ao encontro de uma já secular aspiração do povo sergipano.

Como objetivo de emprestar ao nosso trabalho um lastro documental sério e irrespondível, consultamos, por exemplo - e nessa referência bibliográfica destaco apenas as obras e as contribuições mais salientes - a História Administrativa e Econômica do Brasil, editada pelo MEC; Os Produbutantes, de Tito Lívio; a História de Sergipe, do consagrado Felisbelo Freire, na edição de 1891; a História de Sergipe, cobrindo o período de 1575 a 1930, de J. Pires Wynne; os Fragmentos da História de Sergipe, publicados em 1972, por Sebrão Sobrinho; a renomada História da Casa da Torre, do grande historiador patrício Pedro Calmon.

Especificamente sobre a questão dos limites entre os Estados de Sergipe e da Bahia, compussei atentamente, de Ivo do Prado. A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias, subtítulo Memória sobre questões de limites; a História dos Limites entre Sergipe e Bahia, publicada sob a responsabilidade de Francisco A. de Carvalho Lima Júnior; Ii, dos Doutores José de Oliveira Campos, antigo

Diretor da Biblioteca Pública, e Francisco Vicente Viana, também antigo Diretor do Arquivo Público, ambas as instituições da Bahia, o seu Estudo sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia, obra que veio a lume em 1891; de Braz Hermenegildo do Amaral estudei o seu Limite do Estado da Bahia, que é de 1916; voltei a ilustrar-me em Felisbelo Freire, desta vez em sua História Territorial do Brasil, particularmente o 1º volume dessa obra, publicado no Rio de Janeiro em 1906; e li com proveito a conferência que Elias Montalvão fez no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, intitulada "Pelo Direito e pela História de Sergipe", publicada no Volume III da Revista do mesmo Instituto, em 1915.

Também estudei com interesse os Mapas de Sergipe, da bacia do Itapicuru e da Bahia, levantados pela Comissão de Obras contra as secas, e editados em 1912.

Nesse afã de documentar-me, de comprovar a procedência histórica do pleito territorial de Sergipe em relação à Bahia, debrucei-me longamente sobre a obra "O Brazil Actual", de Arthur Dias, em edição da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1904; li o discurso que o então Deputado Felisbelo Freire proferiu na sessão da Câmara dos Deputados de 4 de agosto de 1891, defendendo o seu Projeto de Limites; e não dispensei o manuseio e a leitura de importantes obras de referência como a Encyclopedie Britannica, volume XXIV, em sua edição de 1911, publicada em Cambridge, Inglaterra; e a Encyclopédie Universal Illustrada Europeo-Americana, tomo LV, edição da Espasa-Calpe, de Madrid.

Como se isso não bastasse, como se não fossem suficientes meses de estudos e pesquisas, em muito boa hora socorri-me da erudição e da competência do meu ilustre coestaduano, o Dr. Vieira Dantas que, acompanhando suas pesquisas de preciosas notas e comentários, recomendou-me ou me fez chegar às mãos documentos como a já citada História da Casa da Torre, o Livro de Cartas Régias, 1640 - 90, editado em 1916 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o Estudo sobre a Divisão Territorial do Brazil, de Augusto Fausto de Souza, impresso pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1880; os Limites entre Sergipe e Bahia, do Dr. Josino de Menezes, opúsculo contendo peças de seu relatório de 1904 à Assembléia Provincial do Estado, como seu Presidente, e também publicado nesse mesmo ano de 1904; o Discurso do Senador José Luiz de Coelho e Campos, feito como Deputado na Assembléia Geral Legislativa, na sessão de 14 de agosto de 1882, em defesa de seu projeto de limites com a Bahia; a Coleção de Leis do Brasil, de 1808 a 1920; as Leis da Bahia, relativas aos anos de 1831 a 1889; as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; além de jornais editados na Bahia e em Sergipe nos anos de 1919 e 1920.

Felizmente a repercussão desse volumoso trabalho tem sido compensadora dos nossos esforços, todos voltados para o interesse de Sergipe. A esse respeito, é oportuno mencionar aqui, Senhor Presidente e Senhores Constituintes, que a **A Gazeta de Sergipe**, conceituado jornal de meu Estado, publicou, em sua edição de 14 a 16 do corrente mês de junho, sob o título "Itapicuru: uma área da Bahia que o Estado de Sergipe

está pleiteando", uma interessante reportagem, que temos a satisfação de, a seguir, transcrever:

ITAPICURU: UMA ÁREA DA BAHIA QUE O ESTADO DE SERGIPE ESTÁ PLEITEANDO

Este mapa é uma reprodução fotográfica da carta existente na 3º secção do Estado-Maior do Exército, o qual se encontra no livro de autoria do engenheiro, geólogo e General Ivo do Prado, intitulado: "A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias". Editado em 1º de julho de 1920. E tem como tema "Memória sobre questões de limites". Em destaque a área pleiteada por Sergipe.

Fundamentados em antecedentes históricos, alguns segmentos da sociedade sergipana incorporaram a idéia de retomar as negociações interrompidas há muitos anos sobre o aumento da área do Estado de Sergipe.

Um trabalho árduo que está envolvendo clubes de serviço, políticos, pesquisadores e estudiosos vem-se solidificando a cada dia que passa, graças ao sentimento nativista que brota dessas mentes voltadas para a Justiça, para o progresso e para a paz.

À luz dos fatos, da história, o que se pede não é muita coisa. Esta é a opinião do pesquisador Adalberto Fonseca. É um dever, pleitearmos aquilo que nos pertence. Diz o deputado estadual Rosendo Ribeiro Filho. Uma emenda foi apresentada ao anteprojeto da subcomissão dos Estados, da Constituinte, pelo Senador Francisco Rollemburg, pedindo justamente a ampliação da área de Sergipe.

E assim homens públicos se somam na luta pela conquista de mais espaço, de uma posição geográfica que outrora serviu aos seus antepassados. E mais, pretendem com essas reivindicações satisfazerem as necessidades de milhares de pessoas que vivem da exploração dessas terras, e na atualidade se sentem prejudicados devido o referido desmembramento realizado há muitos anos.

Prejuízo esse que reflete igualmente ou quiçá com maior gravidade para o próprio Estado de Sergipe, que tendo seu tamanho reduzido, consequentemente tem sua capacidade de produzir limitada e por extensão sua receita, implicando conseqüências altamente negativas.

Portanto, é mais uma bandeira que está sendo desfraldada e que deve ser empunhada por todos os sergipanos que auguram dias melhores para o Estado como um todo.

A delimitação do Estado de Sergipe com o Estado da Bahia vem sendo objeto de questionamento há aproximadamente uma centena de anos. O pesquisador largatense Adalberto Fonseca disse que a Bahia intensificou a ocupação do território sergipano a partir da fundação da cidade de São Cristóvão.

A Capitania de Sergipe foi doada a Francisco Pereira Coutinho, em 1534, compreendida da ponta da Bahia de Todos os Santos até a foz do rio São Francisco, isto obedecendo a costa. No entanto, ela avançava pelo lado sul até alcançar o rio São Francisco onde ficava todo o território, hoje, pertencente à Bahia, sendo localizadas as regiões de Massucurá, Pambu, Rodelas, Itiúba, Salitre e outras possessões dentro dessa área, cujo limite era o rio São Francisco.

Com a morte de Francisco Pereira Coutinho, o donatário, seu filho Antônio Pereira Coutinho,

não tendo condições para prosseguir na catequese de ocupação, fez voltar as ditas terras compreendidas na Carta Foral ao Rei, daí o território passar a ser chamado Sergipe Del Rei.

SESMARIAS

Com a ocupação e criação de São Cristóvão, em 1590, por Cristóvão de Barros, foram as terras distribuídas em termos de Sesmarias, ocasião em que a Bahia passou a ocupar cada vez mais o território de Sergipe, onde ficou estabelecido os novos limites pelo rio Itapicuru, que nasce nas terras onde hoje floresce a cidade de Jacobina.

Segundo o pesquisador Adalberto Fonseca, "perdemos com este novo limite cerca de 40% do território primitivo, sem que a Bahia quisesse atender aos reclamos dos sergipanos. Entretanto, ainda não satisfeita a Bahia nos empurrou até um riacho a quem deram o nome de rio Real. Atualmente nossa ligação ficou através do Município Tobias Barreto e a Lagoa Redonda no Estado da Bahia".

Com este avanço – prosseguiu – o Desembargador Dr. Gervásio de Carvalho Prata, no governo do General Maynard Gomes (1940), elaborou um trabalho para discutir junto ao governo Getúlio Vargas a questão dos limites entre o Estado da Bahia e o Estado de Sergipe.

OS LIMITES PELO POENTE

Depois de revelar que o coronel da Guarda Nacional de Sergipe, José Zacarias de Carvalho, objetivando evitar os constantes conflitos sobre questões de terras, criou uma linha imaginária, nascendo no então Município de Poço Verde, passando entre Paripiranga e Simão Dias, alcançando o rio Xingó e consequentemente o rio São Francisco, frisou que com esta nova divisória perdemos todas as terras do lado esquerdo do rio Itapicuru, inclusive a cachoeira de Paulo Afonso, que nos pertencia por direito. Tanto assim – acrescentou – que a justiça de Geremoabo era julgada em Lagarto por ser aquela cidade a mais importante do lado direito do rio Vasabarris.

Adalberto Fonseca salientou que com esta brincadeira perdemos todas as terras nos limites do rio Inhabupe e rio Itapicuru, dando-nos a rica Bahia um "taco" de terra que é menor dois quilômetros do que o Município baiano de Correntina.

EXEMPLIFICANDO

Para se ter uma idéia melhor, o nosso limite – continuou – nascia no rio Joannes, onde estão localizados o pólo petroquímico Dias D'Ávila, Alagoinhas... Tudo isso pertencia ao Estado de Sergipe, de acordo com a Carta Foral de 20 de abril de 1534, dada por D. João III.

Os limites contidos na Carta Foral eram os seguintes: ao leste e oeste partindo do rio Joannes indo até Juazeiro na Bahia; ao norte com o rio São Francisco e ao sul com o oceano.

ROTARY CLUBE

O Rotary Clube da cidade de lagarto está de posse dos documentos que comprovam ter havido ocupação do território sergipano pela Bahia, e vai desencadear um movimento no sentido de sensibilizar as autoridades para que no menor

espaço de tempo, retomem as negociações objetivando reaver parte das terras, hoje em poder do Estado da Bahia.

Foi no Município de Lagarto que surgiu a idéia de reativação das negociações entre os Estados da Bahia e de Sergipe, no que diz respeito à ampliação do território sergipano.

Assessorado pelo pesquisador Adalberto Fonseca o Deputado Estadual, Rosendo Ribeiro Filho, há aproximadamente uns 30 dias passados, apresentou um requerimento à Assembléia Legislativa, que foi aprovado por unanimidade, no qual solicita ao Governador Antônio Carlos Valadares que entre em entendimento com o governador do Estado da Bahia, Waldir Pires, no sentido de discutirem uma fórmula de se proceder a devolução das terras pertencentes ao Estado de Sergipe.

Após a aprovação do requerimento apresentado pelo Deputado Rosendo Ribeiro Filho, o problema ganhou dimensão nacional através do Senador Francisco Rollemberg que, dando continuidade ao trabalho iniciado, apresentou uma emenda ao anteprojeto da Subcomissão dos Estados, da Constituinte.

Na opinião do Deputado Rosendo Ribeiro, todos os segmentos da sociedade sergipana devem empunhar essa bandeira, que consiste na luta pelos direitos adquiridos ao longo dos anos.

No que tange ao aumento do território sergipano: "É fundamental que haja uma somação de forças para defendermos aquilo que nos pertence por direito".

O Pesquisador Adalberto Fonseca, um dos defensores da reincorporação de Itapicuru a Sergipe.

Na tentativa de buscar uma solução para um problema secular: a ampliação territorial do Estado de Sergipe. O Senador Francisco Rollemberg (PMDB/SE) apresentou uma emenda ao anteprojeto da subcomissão dos Estados, da Constituinte, que tem como objetivo promover a reintegração de terras, hoje, pertencentes ao Estado da Bahia, mas que por direito deveriam pertencer ao Estado de Sergipe.

Na justificativa o Senador por Sergipe disse que "a questão dos limites entre os Estados de Sergipe e da Bahia vem-se prolongando desde o Império, quando a respeito do assunto foi baixado Decreto datado de 8 de julho de 1820!

"Art. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe.

Parágrafo único. Os municípios localizados na área compreendida entre os rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe."

Possessendo na justificação salientou que "...há uma vocação natural das populações do vale do Itapicuru, como da economia dos respectivos municípios, no sentido de se ligarem à comunidade sergipana, ademais por uma questão de proximidade de Aracaju, muito menos afastada delas do que Salvador, de onde distam mais de cem quilômetros.

A anexação desses municípios aumentariam a área de Sergipe, hoje, de menos de vinte e dois mil quilômetros quadrados, dando-lhe uma extensão territorial, aproximadamente igual à do Estado de Alagoas."

O Senador Francisco Rollemberg frisou também que essa é uma antiga reivindicação do povo sergipano, inicialmente baseada no Decreto de

8 de julho de 1820 e na Carta Régia de 5 de dezembro de 1822, continuando a questão dos limites com a Bahia a ser objeto de persistentes e fundamentadas opiniões em favor da restauração da superfície original de Sergipe, tanto mais quanto já constava na Ata da Sessão do Conselho de Governo da Província, de 1º de junho de 1827, a decisão de que as fronteiras da Província chegavam até o rio Itapicuru.

Transcrevemos parte do texto desse importante documento: "...acerca de ser dividida esta Província da Bahia não pelo rio Real, e sim pelo do Itapicuru; fazendo-se a divisa pela barra deste rio acima até onde divide a Comarca da Bahia da de Jacobina, e seguindo sempre pela divisão destas Comarcas até encontrar no rio São Francisco; ficando desta forma pertencendo a esta Província de Sergipe as vilas de Abadias e de Itapicuru de Cima; e o Julgado de Geremoabo; cada uma das quais distam da capital da Bahia mais do dobro do que distam desta capital; porque, além de que parece ter a natureza dado para divisa das duas Províncias o rio Itapicuru..."

Mais adiante o senador por Sergipe relatou que, em agosto de 1882, o Senador José Luís de Coelho Campos profere discurso sobre a matéria e, com o apoio de Prado Pimentel (Barão de Estância) e Geminiano B. O. Goes apresenta projeto à Assembléia Geral, advogando a causa de Sergipe.

Menos de dez anos depois, o historiador Dr. Felisbelo Freire, representante de Sergipe, apresentou a 4 de agosto de 1890 projeto restabelecendo os primitivos limites do Estado de Sergipe, ou seja, até o rio Itapicuru, contestados pelo Estado da Bahia.

O autor da emenda acrescentou ainda que é de toda justiça que se realce, nessa ocasião, o trabalho realizado pelo General, Engenheiro e Geógrafo Ivo do Prado, por ter sido ele que, em sua obra "A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias", melhor estudou a questão dos limites entre Sergipe e a Bahia.

Enriquecendo ainda mais sua justificação, o Senador Constituinte Francisco Rollemberg citou o Historiador J. Pires Wyne, em sua História de Sergipe, para destacar um acordo realizado em 27 de outubro de 1920 entre os Presidentes J. J. Seabra, da Bahia, e Pereira Lôbo, de Sergipe, no sentido de que fosse constituída uma comissão para discutir o problema.

Por sua vez, *A Voz da Chapada*, periódico trimestral editado pela Associação de Promoção e Bem-estar Social da Cidade Cristinápolis, em Sergipe, inseriu em sua lição nº 13, ano III, Abril/Junho, sob o título "39 é igual a 22?", artigo assinado pelo Dr. Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto que, pela seriedade com que o assunto foi abordado, também merece ser transscrito, como passo a fazer

"39 é igual a 22?"

Leonardo Gomes de Carvalho Leite Neto.

Ainda continuam vivas as velhas questões de limites entre várias unidades da federação, como é o caso da Bahia e Sergipe que, embora já estejam consolidadas nos papéis do ensino e divulgação as marcas divisórias, as raízes históricas e as expectativas de direito ferido ou reclamados continuam a emitir o seu clamor secular nesta fase constitucional em que o país e a sociedade,

o Estado e o povo, se juntam para uma nova diagramação de seus contornos econômicos, sociais e políticos, e um novo estilo de vida nacional.

Este é um momento solene em que os velhos bairrismos, preconceitos e interesses menores do plano individual e coletivo devem ser esquecidos em benefício do fortalecimento do país, da melhor distribuição do solo, da riqueza e da ação governamental. Os retoques necessários a uma melhor redistribuição territorial na federação brasileira é uma imposição inadiável para a ocupação dos grandes espaços vazios, existentes, por exemplo no Norte do País. Os trabalhos da Constituinte, recentemente, aprovaram a criação de vários novos Estados.

Entre Sergipe e Bahia a questão além de ser uma das mais antigas, ressente-se, hoje, de explicações e definições.

Um fato que ainda me parece inexplicável, pois recentemente estive pesquisando ampla bibliografia sobre o assunto, é que nos livros de Geografia, encyclopédias e publicações oficiais do início deste século, entre 1900 e 1918, consta a área do Estado de Sergipe como sendo de 39.200 km², ou de 15.093 milhas quadradas citada na Encyclopédia Britânica e publicações estrangeiras do período, que são valores exatamente correspondentes. Por que razão, atualmente, a área de Sergipe é tida como de 22.056 km²? O que mais intriga é que não consta ter o Estado, a partir de 1915, feito doação ou abdicado desta área. Erro de cálculo cartográfico não é admissível porque estas contas os cartógrafos já eram especialistas desde o tempo das grandes navegações pelos idos de 1500.

Outra coisa incompreensível é aceitar-se, com o quase silêncio que hoje paira sobre o assunto, a fronteira oeste do Estado, definida como uma "linha imaginária" que vai da foz do Riacho Xingó, afluente do Rio São Francisco que é a divisa oficial com Alagoas, até as nascentes do Rio Real, no Sul, que divide Sergipe da Bahia, assim como essa tal linha (que deveria ser reta) o divide desse mesmo Estado a Oeste.

Em todos os livros de Geografia, Cartografia e Geometria, as linhas imaginárias são retas, e, portanto, a menor distância entre dois pontos. Exemplos: os paralelos, os meridianos, a linha do Equador, o Greenwich sobre o qual é determinado a hora de fuso horário, etc. Entretanto, quem olhar o mapa de nosso Estado, em sua fronteira a Oeste, verifica que a nossa "linha imaginária" é a mais torta possível, uma cerca sinuosa que entra em nossas terras para deixar a maior parte do lado da Bahia.

Só aí, neste caso cristalino e veemente o Estado está deixando o tempo sancionar uma perda irreparável de seu território legal.

Desde 1699 que há documentação revelando a disputa de Sergipe pela posse de regiões entre o Rio Real e o Itapicuru, em terras compreendidas nos Municípios de Jandaíra (antiga Abadia), Itapicuru e Inhambupe, cujas vilas originais já foram sergipanas, conforme atesta a Provisão de 9-2-1725. Em 2-8-1767 a povoação de Coité foi anexada a Simão Dias, bem como Geremoabo fez parte de lagarto. O hoje município de Rio Real já esteve sob jurisdição sergipana.

O grande problema é que os sergipanos aprenderam a se acomodar na abdicação em seus lití-

gios com a Bahia, e isto tem profundas razões de ordem cultural e histórica:

– A Bahia foi durante séculos a sede e Capital do Brasil-Colônia, estando lá sediados o poder econômico e político, bem como grande parte da inteligência jurídica do País;

– Da Bahia vinham grande parte dos governantes de Sergipe;

– E foi da Bahia que, em 1590, veio Cristóvão de Barros e seus Capitães, entre os quais um neto de Caramuru, para a conquista das terras que se tomaram dos índios Tupinambás, habitantes destas regiões e que negociavam com os franceses.

Vencidos os grandes caciques, Aperipé, Serigi, Siriri, Pacatuba, Japaratuba, Boipeba, e outros, muitos dos quais dominavam o vale do Vaza Barris, Rio Real e margem esquerda do Itapicuru, iniciou-se a ocupação do espaço original de Sergipe.

Na realidade os limites históricos de Sergipe deveriam chegar às margens do Itapicuru, aos confins das nascentes do Rio Real e do Rio Vaza Barris, extendendo-se até às margens do Rio São Francisco, na fronteira com Alagoas. A história tem mostrado que os povos, originalmente, se limitaram dentro de suas fronteiras naturais, e os índios que habitavam estas regiões, e eram inimigos ferozes dos portugueses e outras tribos que lhes eram aliadas, dominaram todo o curso e vale destes rios, detendo-se, apenas, em suas nascentes devido às formações montanhosas e planaltos de suas cabeceiras, e foi, naturalmente, até aí que se estendeu a conquista e colonização de Sergipe.

Assim pensa também Felisbelo Freire, quando ressuscita dos anais da história velha aspiração e conveniência para o Estado de se lhe restaurar seus limites naturais, pela coerência geográfica e humana, do solo, da raça e raízes históricas.

Em 1820 Sergipe foi independido da Bahia, com direito aos seus limites originais; em 1843, para amenizar as polêmicas entre baianos e sergipanos, o Imperador fixou os limites provisórios entre as duas províncias, no Rio Real, "enquanto pela Assembléia-Geral Legislativa (Câmara dos Deputados) outra coisa não for determinada"; e de lá para cá, vi a documentação até 1920, várias comissões, protocolos-de-intenções diversos, convênios, etc, entre o Governo da Bahia e o de Sergipe para a fixação definitiva das fronteiras e limites, cujo principal beneficiário seria o Estado de Sergipe, mas, sempre que o assunto vem à tona, a Bahia tira um documento inédito dos seus Arquivos e Bibliotecas em sua defesa, retardando a solução. Tem faltado, ao longo dos anos – e isto em 1891 já era denunciado por Felisbelo Freire – maior agressividade por parte da representação política do Estado, no tocante à fixação dos nossos limites com o Estado vizinho.

A Bahia tem 336 municípios e uma área de 559.951 km², enquanto Sergipe tem 74 municípios confinados numa área de pouco mais de 22.000 km². A recuperação de parte de seu território original não importaria para a Bahia em 1,5% do seu território, oferecendo às áreas circunvizinhas a vantagem de um governo mais próximo, pois Aracaju está a menos de 120 km de qualquer destas regiões, enquanto Salvador a mais de 250 km.

A questão está levantada, existe proposta de emenda para a Constituinte, visando acertar estes contornos do nosso mapa, e aí um bom motivo para os bate-papos, sem briga, entre baianos e sergipanos, que na realidade são uma mesma família. Não há diferença entre quem nasce de um lado do Rio Real ou Itapicuru e quem nasce do outro lado.

De um poeta desconhecido são estes versos, da crônica popular fronteiriça dos dois Estados:

Sergipano já sofreu
Com gozação de baiano,
Ora é ladrão de cavalo,
Ou orelha de abano,
Sergipano é catingueiro
E tem fala de cigano,
Mas quando ele é burro.
Nasceu do lado baiano.

O sergipano, historicamente, é uma mistura de baiano corajoso e pioneiro com preto e índio, mas índio vivo, que se aliou a franceses no comércio para não ser escravo de portugueses.

Se juntarmos a Bahia com Sergipe e dividirmos ao meio poderia ficar, certamente, duas metades-Bahia, tipo Bahia do Norte e Bahia do Sul. O melhor mesmo seria manter as duas metades a tradição: Estado da Bahia e Estado de Sergipe, porque toda família sergipana que se preza, é, ou foi, metade baiana, e com muito orgulho."

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!)

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta Tribuna para solicitar do Governo Federal liberação de verba para que seja executado serviço de saneamento e asfaltamento nos bairros de Vila Lobão, Vila Nova, Vila Davi, Bairro Bacuri, Nova Imperatriz, Santa Rita, Boca da Mata, Ipiranga, Santa Inês e São José, em Imperatriz – MA.

Senhor Presidente, Senhores Constituintes, desnecessário dizer que, saneamento é fator primordial para a saúde da população. E é baseado nas estatísticas de assuntos sanitários que solicito, ao Governo Federal, liberação de recursos para que evitemos ter que liberar mais recursos para a saúde.

Todos nós sabemos que, se todo o dinheiro arrecadado naquela região fosse aplicado em benefícios de seus habitantes, as verbas solicitadas ao Governo Federal seriam quase nada em relação ao que se pede agora.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A data de hoje tem, no Calendário religioso deste País, o marco de dois acontecimentos esplendorosos já vividos pela família católica brasileira que merecem ser lembrados, tal a relevância do ineditismo que os caracterizam.

Faz exatamente sete anos que o Brasil, descoberto que fora, sob o signo da Santa Cruz, recebeu a visita inesquecível de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Naquela manhã ensolarada de 30 de Junho de 1980 – primeiro dia da semana – Brasília se engalanava com a pompa do amor e da fé, para saudar João de Deus, como bem

o proclamou Dom Eugênio Salles, ao instante sublime de sua chegada em solo brasileiro.

Este, Sr. Presidente, foi um dos eventos que registro. O outro, ocorrido no mesmo dia 30 de junho, foi a sanção, pelo Presidente João Figueiredo, do Projeto de Lei de minha autoria, transformado na Lei nº 6.802 – "que declara feriado nacional o dia 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora da Aparecida, Padroeira do Brasil".

Não acrescentarei maiores detalhes ao segundo evento, porque desejo expor, em momento oportuno, um testemunho, que espero possa contribuir para o fortalecimento cada vez maior do nosso sentimento de Fé e de Amor, com que louvamos nas nossas orações, o nome exelso de Maria, Mãe de Jesus, e da Igreja dispersa pelo mundo inteiro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr Presidente. (Muito bem!)

O SR. ATILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero registrar nos anais da Assembléia Nacional Constituinte, os 77 anos de fundação da cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, que se dará no dia 4 de julho.

Piripiri tem hoje uma importância regional no Estado, com destaque na região Norte. A cidade dispõe de uma estrutura de serviços públicos nas áreas de Educação e Saúde que lhe condiciona a ser um centro de polarização de populações que vivem nas cidades próximas. Nos campos agrícola, comercial e industrial a perspectiva de crescimento eleva o município a apresentar bons índices de arrecadação de impostos e ocupação de mão de obra.

Por ocasião (*) da data de fundação do Piripiri; o Banco do Nordeste entregará à comunidade as novas instalações da agência local, que integrará o conjunto de serviços que dão importância e atratividade regional.

É dever assinalar o nosso compromisso como representante e filho de Piripiri, no sentido de levar nossa ação, com toda a comunidade, para um trabalho cada vez mais crescente para o desenvolvimento do município. (Muito bem!)

(*) Cidade criada pelo Pe. Freitas.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A moléstia de Alzheimer, que conta entre suas vítimas uma das mais lindas atrizes de Hollywood, Rita Hayworth, é uma doença cerebral degenerativa que tem como consequência principal a dômencia. Começa a se manifestar na idade adulta e vai progredindo, sendo a entidade patológica capaz de causar demência mais comum e melhor definida nos Estados Unidos. Calcula-se que, neste País, há perto de 2 milhões de pessoas afetadas, com possibilidade de aumento de tal número, com o passar dos anos.

Como se sabe, a moléstia de Alzheimer é progressiva e as alterações clínicas dependem da quantidade de células nervosas afetadas e a velocidade da progressão depende também da velocidade com que as alterações se implantam. Assim, a gravidade dos sintomas cognitivos depende ou está diretamente correlacionada com determinadas alterações cerebrais – presença de placas senis –. Na realidade, os distúrbios iniciais referem-se à memória, o indivíduo começo a apre-

sentar dificuldades para se lembrar de fatos recentes. O sintoma da amnésia vem acompanhado pela desorientação no tempo e no espaço, e pode permanecer durante longo tempo como único sintoma da doença. Naturalmente, a correlação não pode ser feita com pequenos distúrbios de memória provocados por cansaço físico e mental tão freqüente em nossos dias.

A doença, naturalmente, é progressiva, e, ao cabo de uns dois ou três anos, aparecem sintomas. Além da simples perda de memória, surgem, relacionados principalmente com a parte cognitiva, a dificuldade de julgamento e de compreensão, o raciocínio lento e difícil, etc. Com o desenvolvimento dos sintomas cognitivos notam-se, por acréscimo, os sintomas emocionais caracterizados por ansiedade e depressão, relacionados naturalmente com as dificuldades que o paciente vem notando em si mesmo. O quadro psicológico é igualmente evolutivo com aparecimento de alucinações em pequeno número de pacientes.

É interessante notar que uma moléstia tão bem descrita, com quadro clínico e patológico tão bem definido, não apresente ainda um fator etiológico definido. Existem hoje vários grupos de estudiosos preocupados em definir a etiologia da doença. Assim, há a forte possibilidade de um agente vírico, como também a de um distúrbio metabólico ou ainda uma alteração genética, entre os fatores que são considerados pelos cientistas.

Diante da gravidade desta enfermidade, Senhor Presidente, entendemos que as autoridades da área de saúde no nosso País deveriam iniciar pesquisas sobre as causas reais como enfrentar a moléstia de Alzheimer. A prevenção ainda é um dos fatores mais importantes para a segurança do povo.

Fica consignada, portanto, a nossa sugestão às autoridades da área da saúde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FAUSTO FERNANDES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como amplamente noticiou a Imprensa do País, o ex-Deputado Estadual Paulo Fontelles foi assassinado no dia 11 do corrente mês, nas proximidades de Belém do Pará, em circunstâncias ainda não esclarecidas pelas autoridades competentes.

Tendo meu nome sido leviana e gratuitamente apontado como "possível" suspeito de envolvimento no crime, venho à Tribuna para dar conhecimento ao Plenário de alguns fatos de suma gravidade.

Quando Deputado Estadual, em 1984, assumi, na Assembléia Legislativa do Pará, a defesa do Prefeito de Paragominas, Evandro Fernandes, e seu sogro, Inocêncio Oliveira, que, em 7 de junho daquele ano, haviam sido acusados pelo então Deputado Paulo Fontelles de que estariam planejando seu assassinato.

Agora, decorridos três anos de fato narrado, a família do ex-Deputado reuniu-se a Imprensa, conforme recortes anexados a este pronunciamento, que eu integraria o rol dos suspeitos do assassinato, pelo simples fato de, àquela época, haver a defesa de amigos e correligionários, quanto à calúnia contra eles levantada.

Cumpre esclarecer, nobres Colegas, que a íntegra do discurso em que o ex-parlamentar fez

aquela infundada denúncia não contém qualquer alusão a meu nome, ao contrário do que se pretendeu comprovar com a requisição das notas taquigráficas do pronunciamento. Além disso, o próprio denunciante afirmou, a certa altura de sua fala, que não poderia "asseverar que a denúncia é plenamente verdadeira, que os fatos se passam tal como foram levados ao conhecimento da minha família..."

Não obstante, a leviana acusação foi interesseiramente endossada pelo Deputado Estadual João Batista e os candidatos à Assembléia Legislativa do Pará, Newton Miranda e Socorro Gomes, do PC do B, que aderiram à sordida campanha contra mim desencadeada, engrossando a lista de meus caluniadores.

O mais grave, porém, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que as ameaças veladas materializariam-se, tornando-se públicas, quando, no aeroporto de Brasília, ao retornar de Belém na última terça-feira, dia 23, fui abordado por uma mulher, que se identificou como irmã do ex-Deputado Paulo Fontelles, na presença do Reitor da Universidade do Pará, Professor José Lourenço, por mim chamado para testemunhar as acusações e ameaças da dita senhora, e reafirmou as declarações já noticiadas pela Imprensa, de que eu seria suspeito da morte de seu irmão, culminando com a ameaça de que, se a Justiça não apurar minha responsabilidade, a família do morto fará justiça com as próprias mãos.

Outra falsidade que meus detratores estão divulgando, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é a de que eu seria membro da União Democrática Ruralista. Dedico-me, sim, à agropecuária, mas sou um homem público sem vínculo algum com siglas ou facções extrapartidárias.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e com base no item XVIII do Regimento Interno desta Assembléia, requeiro que V. Ex.^a adote as providências cabíveis, quanto às ofensas, calúnias e ameaças de que estou sendo vítima, inclusive para a garantia de minha Integridade física e dignidade, assegurando-me condições para o normal desempenho do mandato que o povo do Pará me confiou.

Ocorre, ainda, Senhor Presidente, que a Imprensa, notadamente a do meu Estado, vem insistindo em divulgar inverdades e repetir as calúnias já propagadas, como ocorreu com a notícia divulgada por O Liberal, do dia 28 do corrente.

Assim, requeiro também que se dé a este pronunciamento de defesa a divulgação devida, para que a opinião pública venha a ser devidamente esclarecida.

Ademais, para que a verdade dos fatos seja apurada, disponho-me a abrir mão das minhas próprias prerrogativas de Constituinte, e a Justiça venha a ser feita em toda a sua plenitude.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. FAUSTO FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.)

PARA OAB É QUESTÃO DE HONRA

A apuração completa do assassinato do advogado Paulo Fontes, ex-deputado estadual do PMDB e líder regional do PC do B, tomou-se "uma questão de honra" para a Ordem dos Advogados do Brasil, que desde ontem efetivamente passou a acompanhar rigorosamente as investigações

coordenadas pela Divisão de Crimes contra a Pessoa, da Secretaria de Segurança Pública do Estado. De manhã, na sede da OAB/PA, o presidente da entidade, Márcio Thomás Bastos, vindo especialmente de São Paulo para coordenar a atuação, anunciou que "a OAB fará do processo de Paulo Fontelles, um processo contra a atual questão agrária do Brasil" e que agirá para que "não sejam descobertos apenas os pistoleiros e mandantes desse crime, mas toda a cadeia causal que gera a violência no País".

— Não adianta nós ficarmos com a nossa indignação e eles com a impunidade. A impunidade dos mandantes, uma regra no Brasil, é que é a mãe desses crimes. No momento em que descobrirmos essas pessoas, certamente haverá um recuo dessas ações de violência — disse o presidente da OAB. Para ele, as causas dos crimes sustentam-se na injusta estrutura agrária brasileira e na constante impunidade. Discordou ele das declarações da Polícia de que o assassinato de Fontelles pode não ter sido um crime político, mas passional. "Pelos informações que dispomos não há dúvidas que ele está ligado à questão agrária. É certo que precisamos buscar pistas diversionantes, mas a possibilidade do crime passional praticamente não existe. O normal, quando não há interesse de se desvendar a verdade, é que se levantem causas diversas, inclusive a do crime passional", observou.

Márcio Bastos conversou com os familiares de Fontelles (a mãe, a mulher e oito irmãos) e com o presidente regional do PC do B, Neuton Miranda, para cientificar-se das circunstâncias em que ocorreu o assassinato, além de possíveis suspeitas e pistas. Neuton Miranda aproveitou para informar-lhe que um discurso feito em 1984 na tribuna da Assembléia Legislativa, o ex-deputado denunciou a existência de uma lista de oito nomes — elaborada por alguns deputados estaduais, prefeitos, delegados de polícia e grandes proprietários de terra no Pará e em outros Estados — para serem mortos por se constituírem empecilhos contra os seus interesses. "Dessa reunião, segundo citou Paulo Fontelles na época, teria participado também o Deputado Federal Fausto Fernandes" denunciou, solicitando que todos os que participaram na elaboração dessa lista, mesmo que não tenham participado da execução do crime, sejam intimados.

O presidente ouviu atento, também as inserções dos familiares unânimes em pedir justiça, e garantiu que o caso está tendo todo o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Alertou, ainda, para que todos tenham cuidado para não caírem em retóricas, mas na conquista de provas. Como resultado da conversa, foram assinadas duas procurações pela mãe de Paulo Fontelles, dona Cordolina, e pela mulher, Raimunda Raquel Fontes de Lima, conferindo poderes a Márcio Bastos para acompanhar o inquérito policial instalado na Delegacia de Crimes contra a Pessoa, que apura a infração penal e a autoria do homicídio. As procurações também dão poderes especiais para que Márcio possa intervir como assistente do Ministério Público na ação.

"A rigor, como presidente da OAB, eu não precisaria de procurações, mas as pedi porque vou atuar como assistente de defesa e acusação no caso, além de advogado da família", anunciou, explicando que ele e os advogados paraenses, José Carlos Castro e Américo Leal, constituirão

a comissão da OAB que acompanhará rigorosamente as investigações ao lado dos advogados Jorge Farias e Oneide Fontelles, irmã de Paulo, representantes do PC do B. Também membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, Márcio Bastos garantiu que o Ministério está empenhado na apuração da verdade "doa a quem doer". Ele não arriscou estabelecer prazos, citando que dezenas de advogados já foram mortos quando estavam no exercício da profissão, envolvidos com questões agrárias e em raríssimos casos os processos foram concluídos com a punição dos culpados. E lembrou que a tradição da demora e lentidão da Justiça tem grande parcela de culpa nesses resultados, destacando que a eficácia das investigações será fator primordial para o desfecho do caso Fontelles. "Vamos trabalhar esse caso de forma exemplar e, para isso, o Ministério da Justiça vai abrir um outro inquérito dentro dos limites do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana nos próximos dias. Os mandantes serão descobertos e os autores todos remetidos a julgamento", prometeu.

Bastos retoma hoje a São Paulo, depois de ter conversado com o governador Hélio Gueiros e com o Secretário de Segurança, Antônio Carlos Gomes. Mas, deve voltar periodicamente a Belém.

OPINIÃO O LIBERAL

Belém, quinta-feira, 28 de Junho de 1987

AUTORIA

Pode ser de Capanema e não do sul do Pará o autor intelectual do assassinato do ex-deputado estadual, Paulo Fontelles de Lima. Esta é a mais nova e, ao que parece, a mais consistente pista à disposição da polícia até agora. O próprio Fontelles teria admitido para um amigo, alguns dias antes de morrer, seu receio em relação à reação de um conhecido e temido morador de Capanema, embora seja de outro Estado. O ex-parlamentar estava advogando contra esse personagem, acusando-o de roubo de carro, e até iria pedir a prisão preventiva dele, conforme acertaria, entre outros processos, na Comarca de Capanema, para onde se dirigia quando sofreu o atentado.

— CORREIO DO BRASIL — Brasília, sexta-feira, 19 de junho de 1987.

DEPUTADO É TIDO COMO SUSPEITO DE ASSASSÍNIO

Belém — Os nomes de supostos envolvidos no assassinato do ex-deputado estadual Paulo Fontelles começaram a ser apontados ontem, em Belém. Na audiência com o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, irmão do ex-parlamentar denunciaram como suspeitos um deputado federal do PMDB, Fausto Fernandes, que é fazendeiro e membro da UDR, quatro prefeitos peemedebistas de municípios do sul do Estado, delegados de polícia, "dezenas de fazendeiros" e pistoleiros profissionais.

O deputado federal Ademir Andrade (PMDB — PA), num telex encaminhado ao governador do Estado, disse que há suspeitas do envolvimento de Janho Andrade, fazendeiro de Goiânia, que tem propriedade no sul do Pará. Filho do

fazendeiro, Tarley Andrade, foi morto num conflito ainda não totalmente esclarecido. Andrade diz que ele próprio, mais Fontelles e outras pessoas, foram "jurados de morte" pelo fazendeiro e exploradores de madeira da área. Andrade relaciona ainda outros nomes de delegados e oficiais da Polícia Militar que seriam responsáveis por violências.

POLICIA O LIBERAL Belém, sexta-feira, 19 de junho de 1987

A família de Fontelles com o presidente da OAB: arma do mandante é a demora

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos disse ontem esperar que o inquérito policial que apura o assassinato do advogado Paulo Fontelles contrarie a tradição da Justiça brasileira e seja rápido, conseguindo reunir provas e localizar tanto o mandante como o pistoleiro que matou Fontelles a tiros. Márcio Thomaz, que se reuniu ontem com os familiares de Fontelles, recebeu da viúva do advogado, Raquel, e da mãe do morto, Cordolina, uma procuração para agir no interesse da família.

A reunião dos oitos irmãos do ex-deputado morto com o presidente nacional da OAB foi marcada pelas denúncias dos familiares. A irmã de Fontelles, Adelaide, afirmou que "se não houver justiça, haverá vingança". Anita Fontelles, por sua vez, disse que partilhava com o irmão morto da descrença na ação da polícia e acha que o secretário de segurança pública, Antônio Carlos é membro da UDR. Neuton Miranda, do PC do B, revelou que a família possui uma longa lista de possíveis suspeitos como mandantes do crime, que inclui prefeitos do sul do Pará, fazendeiros e políticos, estando entre eles o deputado federal Fausto Fernandes — este por ter participado de uma reunião onde foi elaborada uma lista de pessoas marcadas para morrer. "Seis pessoas desta lista já foram mortas", lembrou ele, para depois solicitar a intervenção da Polícia Federal nas investigações do crime.

Apaziguador, Márcio Thomaz disse aos familiares que o que interessava à Ordem era desvendar o crime, conseguindo punir os culpados "Não adianta nada ficarmos com a nossa indignação e eles com a impunidade", ressaltou ele. O advogado concorda com o cuidado que a polícia vem tendo em preservar as pistas, procedimento que a família ressaltou. O presidente da Ordem afirmou que participará das investigações não só como advogado criminalista, mas como representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, e anunciou que o Conselho vai instalar um inquérito para acompanhar as investigações da polida, em Belém.

Investigação eficiente

"A grande arma do mandante é a demora", afirmou o presidente da Ordem. Para ele, o essencial é que a investigação seja rápida, profunda e consiga reunir as provas de maneira evidente. Por seis vezes, Márcio Bastos disse que é importante que o inquérito seja tecnicamente bem feito e que siga todas as pistas, mesmo as mais dispersas. Ele sabe que o mandante está interessado em lançar pistas falsas para dificultar a investigação. Mas acredita que será possível encontrar tanto o pistoleiro como o mandante do crime.

e tornar a investigação em torno da morte de Paulo Fontelles um símbolo contra a impunidade que tem marcado este tipo de crime.

Um advogado ligado ao Partido Comunista do Brasil afinava, ontem, na sede da Ordem, que já começaram a ser lançadas pistas falsas no caso. Para ele, a história de que um dos suspeitos do crime seria de Capanema não procede, assim como a versão aventada pelo delegado geral, Roberto Cohen, que havia possibilidade de crime passional. É uma tentativa de desviar a investigação, dizia ele.

A OAB acredita que as investigações devem ser acompanhadas de uma mobilização nacional, que exija a punição dos culpados. Para Márcio Bastos, o recrudescimento dos problemas de terra no Brasil demonstram a urgente necessidade que o País tem da realização de reformas de base. Além da reforma agrária, ele defendeu a retomada tributária, urbana, fiscal e sindical. O retrocesso contido dos dispositivos legais que vêm sendo discutidos na Constituinte, que, segundo o presidente da Ordem, estão aquém do Estatuto da Terra, aprovado em 1964, preocupa os advogados, que tentam influenciar na aprovação de propostas que representem avanços em relação à legislação em vigor.

A Ordem dos Advogados do Brasil montou uma comissão para acompanhar o inquérito, formada inicialmente pelos advogados José Carlos Castro, Américo Leal e a irmã de Paulo Fontelles, Oneida. Márcio Thomaz disse que, a princípio, não vê necessidade da participação da Polícia Federal no caso. Para ele, as desconfianças em relação ao secretário de segurança devem ser entregues "ao critério técnico dos advogados" que vão acompanhar o caso. Márcio Thomaz retorna hoje a São Paulo e só deve voltar a Belém para acompanhar o inquérito, participando das audiências, dos interrogatórios e do julgamento.

Um ato público de repúdio a UDR está sendo articulado pelo Partido Comunista do Brasil e outros partidos políticos, juntamente com os familiares do advogado Paulo Fontelles para o próximo sábado, quando os pecuaristas marcaram um leilão de gado a se realizar no Hilton Hotel, no centro da cidade. Os familiares consideram que o leilão no décimo dia da morte do advogado é uma comemoração da UDR e prometem protestar. A mãe de Paulo Fontelles, Cordolina, que esteve ontem na OAB conversando com Márcio Thomaz, disse ter esperanças de que os mandantes do crime e o pistoleiro serão localizados e punidos, e tanto ela como as outras pessoas; "vemos poder dormir em paz, livres deste clima de terror".

Sem pistas

Márcio Thomaz Bastos, acompanhado de uma comissão de advogados representado a OAB local estiveram ontem pela manhã conversando com o governador Hélio Gueiros e o secretário de segurança pública, Antônio Carlos. As duas audiências foram rápidas. e serviram para a OAB anunciar sua intenção de acompanhar de perto o inquérito.

O governador Hélio Gueiros considerou importante à participação da OAB no inquérito. Instado a comentar o trabalho da polícia uma semana após o crime, o governador preferiu manter o silêncio, alegando que as investigações podem

ser prejudicadas pela publicidade. "Tenham fé nas investigações", disse o governador, revelando que ficou conversando, na noite de anteontem, até as 10 horas da noite com o delegado encarregado das investigações.

Gueiros insistiu que a polícia estadual é quem deve dirigir as apurações aceitando auxílio da Polícia Federal. Mas nem o governo solicitou este apoio, nem ele foi oferecido pela direção da Polícia Federal. Gueiros informou também que o Coronel Antônio Carlos tentou ouvir os familiares de Fontelles sobre as suspeitas dos mandantes do crime, mas os familiares, segundo ele, ainda não tinham se decidido a formalizar as acusações.

O secretário de segurança pública, Antônio Carlos Gomes, afirmou que vê positivamente a entrada da Polícia Federal no caso. Ele foi sucinto ao comentar o encontro com os representantes da OAB e disse que aceita qualquer colaboração. Sobre as investigações, o coronel é enfático: ainda não existe qualquer pista e ao contrário do que chegou a ser noticiado, o motorista que acompanhava o advogado no dia do crime não está sendo considerado o principal suspeito.

Conselhos

Os 13 membros formadores do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) – órgão vinculado ao Ministério da Justiça e presidido pelo ministro Paulo Brossard virão ao Pará, na primeira quinzena de julho a fim de verificar "in loco" os problemas de recrudescimentos da violência no Estado. Dessa visita de reconhecimento devem participar os ministros Paulo Brossard, da Justiça, e da Reforma Agrária, Marcos Freire. Com os subsídios obtidos nesta viagem, o assunto será debatido em plenário do Conselho, em Brasília, na próxima reunião do CDDPH.

Assassinato de Fontelles leva Conselho ao Pará

AGÊNCIA ESTADO

O Advogado Márcio Tomaz Bastos, membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – órgão ligado ao Ministério da Justiça – e Presidente da OAB, sairá hoje de Brasília para ir a Belém onde conversará com o Governador Hélio Gueiros sobre o assassinato do ex-Deputado Paulo Fontelles. Ele discutirá também a realização de uma reunião do Conselho naquele Estado.

Oneida Fontelles, irmã do ex-Parlamentar do PC do B, morto quinta-feira passada por pistoleiros profissionais, anunciou em Belém seu rompimento com a Igreja Católica e conversão ao comunismo, em nota distribuída ontem à imprensa. Durante 21 anos ela praticou o catolicismo, tendo sido reitora de curarmos e membro de grupos de oração. Segundo Oneida, o rompimento é um protesto contra a atitude do Arcebispo de Belém, D. Alberto Ramos, que teria proibido o clero de participar de atos públicos realizados após o enterro de Paulo Fontelles. O Arcebispo negou ter dado a ordem. Oneida garantiu que ele é ligado a latifundiários, enquanto o irmão dela defendia trabalhadores rurais.

Posseiros protestam

Cerca de 400 posseiros da fazenda Bela Vista, em Conceição do Araguaia, permaneciam acampados ontem em frente à sede do Incra em Belém, protestando contra a ação da PM. De acordo com os posseiros, a polícia tem cometido arbitrariedades desde a morte de um empregado da fazenda, em abril, impedindo a circulação dos agricultores, queimando casas e roubando objetos. O superintendente do instituto, Ronaldo Barata, disse que o processo de desapropriação do imóvel já está concluído, mas ainda não foi enviado a Brasília.

Câmara suspende atividades em Memória de Paulo Fontes

Em memória do ex-Deputado Paulo Fontes, a Câmara Municipal suspendeu a parte final de seus trabalhos, ontem, logo após circular no plenário a notícia de seu assassinato. A proposta de suspensão da sessão foi levantada inicialmente pelo Vereador Humberto Cunha, pedindo ao mesmo tempo que a Câmara manifestasse solidariedade ao PC do B e exigisse punição dos responsáveis. O Líder do PT disse que "até agora nenhum fazendeiro, latifundiário ou grileiro foi para a cadeia por crimes contra trabalhadores rurais ou contra pessoas que os defendem".

Até que se confirmasse a informação sobre a morte do ex-Deputado, os vereadores prosseguiram discutindo e votando matérias em pauta. Humberto retirou-se para participar da reunião da CPI e acolhendo nova proposição, desta vez de autoria do Vereador Emanoel O. de Almeida, o Presidente Rocimar Santos declarou o encerramento dos trabalhos.

Deputado nega envolvimento na morte de Paulo Fontes

O Deputado federal, Fausto Fernandes (PMDB-PA), negou ontem qualquer envolvimento na morte do ex-Deputado estadual Paulo Fontes. O parlamentar foi acusado por irmãos da vítima, no Conselho Federal da OAB, tendo, segundo os quais, teria como cúmplices, quatro prefeitos peemedebistas de municípios do sul do Estado, delegados de polícia, "dezenas de fazendeiros" e pistoleiros profissionais.

Ontem, em Brasília, Fausto Fernandes mostrou-se perplexo diante das acusações, dizendo que não tem envolvimento com o caso como, também, nunca foi membro da UDR, conforme a denúncia feita pelos parentes do ex-Deputado. "Sempre fui pecuarista sim, mas com meus recursos, e toda a minha campanha política foi feita com ajuda de meus familiares e com meus próprios recursos", disse Fausto Fernandes esclarecendo ainda que "nunca tive envolvimento e nem nunca fui comprometido com grupos econômicos, siglas e quaisquer outra situação que viesse a me comprometer ou tolher a liberdade de que tenho do pensamento e da conduta".

"Mais adiante, o parlamentar garante que" nunca comunguei a sigla UDR, mesmo porque sempre fiz política independente e não concebo que a força do homem político está no poder do dinheiro e sim, na liberdade de expressão. Ademais

— prossegue — todos os meus companheiros sabem que sempre tive conduta cristã indo frontalmente contra medidas radicais e violentas, me posicionando sempre do lado dos humildes e dos desprotegidos".

Concluindo, Fausto Fernandes declarou que "as notícias tendenciosas que veiculam na imprensa são simplesmente para denegrir a minha imagem e com o fim de podar minha rota política, que é franca, aberta e corajosa, porém muito honesta".

Belém, domingo, 28 de junho de 1987

O LIBERAL

10) Na terça-feira, quando desembarcava em Val-de-Cães, vindo de Brasília, o Deputado Federal Fausto Fernandes passou o maior vexame. No local de recebimento da bagagem foi agredido pela advogada Oneide Fontelles, irmã do ex-Deputado Paulo Fontelles, que durante quase dez minutos o insultou, acusando-o de ser mandante da morte do irmão.

Fausto ficou mais amarelo do que cera e não disse uma palavra, para o espanto de numerosa platéia.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB- GO. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto os bancos dos diversos Estados vêm atravessando uma situação crítica, reclamando o socorro da União, como o obtido pelo Banco de Crédito Real, diante dos dispêndios demasiados, para atender à situação crítica do erário, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás anuncia que dispõe de mais de um bilhão e duzentos milhões de cruzados para a concessão de financiamentos a empresas industriais e comerciais, além de projetos na área rural, sobretudo referentes à irrigação.

Para obtenção desse favor, a entidade interessada deve procurar aquela instituição de crédito que, há três anos, se viu mergulhada em dificuldades que resultariam na sua quase total desativação.

Bastaram ao Governador Henrique Santillo três meses, para a recuperação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, partindo para a obtenção de novos recursos junto às fontes repassadoras a nível federal.

Falando a respeito, declara o Sr. Halei Garcia Rocha, presidente do Banco:

"Agora, já temos um resultado positivo do nosso trabalho, oferecendo dinheiro aos empresários numa época de crise, de retratação do crédito e de dificuldades para todos."

Recorrendo ao Banco Central, o BDE conseguiu alocar seiscentos e trinta e sete milhões de cruzados, sendo trezentos e trinta e sete milhões para a construção de armazéns gerais e trezentos milhões para projetos de irrigação.

Além disso, conseguiu a garantia da diretoria de Crédito Rural para repassar um bilhão de cruzados até novembro, aplicados à viabilização de outros projetos agroindustriais.

Como resultado, foram liberadas um milhão e novecentas mil OTN, que, ao preço de hoje, representariam quinhentos e setenta milhões de

cruzados, para atendimento a projetos de industrialização e ao Promicro, na base de vinte por cento do total dos recursos, atendendo a financiamentos individuais de até setecentos e vinte e cinco mil cruzados.

O Banco do Estado de Goiás, procura, ainda, outros recursos na EMBRATUR, para financiar a construção de hotéis em pólos turísticos, e, junto ao FINAME, para máquinas e equipamentos, encarregando o FINEP de estudos e projetos, providenciando a BNDESPAR no aumento de capital para as empresas.

Esses fatos justificam o otimismo do povo goiano, diante da atual administração estadual.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ TINOCO (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As decisões governamentais no Brasil são adotadas, quase sempre, com base mais na razão aparente e menos fundamentada na lógica consequente.

Corre-se o risco de agir desta forma com o Proálcool.

Programa que utiliza matéria-prima nativa, que ocupa mais de 1,5 milhão de empregados e contribui largamente para o equilíbrio de nossa balança de pagamentos, o Proálcool está na iminência de ser limitada sua expansão.

E por quê?

Não se trata de omissão dos produtores, que responderam rigorosamente à convocação do Governo. Nem de deficiência tecnológica, eis que o programa possibilitou inegável avanço na introdução de técnicas de redução de consumo de combustível.

Não se questiona nenhum aspecto relacionado com a produção do álcool.

Trata-se, na verdade, de problema de custo operacional da Petrobrás, encarregada de adquirir o álcool dos produtores e revendê-lo às empresas distribuidoras.

Ora, sustar todo um programa que gera emprego e cria renda num setor de atividade, com evidente benefício na balança comercial, para o resultado macroeconômico do País, é favorecer o acessório em detrimento do principal, é comprometer os fins por causa dos meios.

Basta que tomemos alguns números para atestar a economicidade do Proálcool e as reconhecidas vantagens que sua execução garante ao País, sobretudo no momento sensível que atravessa a nossa situação cambial.

No período de 1975 a 1986, foram investidos, no Proálcool, com recursos oficiais, cerca de 3 bilhões e 900 milhões de dólares.

Se o Governo, ao invés de implementar o Proálcool, tivesse optado por oferecer gasolina ao usuário, teria que ter instalado 5 refinarias de petróleo, naquele período, para oferecer a mesma quantidade de álcool atualmente produzida, ao custo de 6 bilhões e setecentos milhões de dólares.

Isto é, quase dois bilhões de dólares a mais do que o valor gasto no Proálcool com investimento industrial.

Mais importante, ainda, e mais representativo para a balança comercial do País, é o elevado montante que o Brasil deixou de gastar, entre 1975 e 1976, correspondente ao petróleo que não foi necessário importar, em face da produção

interna de álcool: 29 bilhões e setecentos milhões de dólares, ou seja, quase um terço da dívida externa do País.

Significa dizer que o Brasil, nos últimos onze anos, economizou cerca de 25 bilhões de dólares em divisas, graças ao esforço para produzir internamente o combustível que a sociedade precisa.

Estes números dispensam argumento, porque são eloquentes por si, por sua magnitude, e por sua relevância para a economia nacional.

Configuram e comprovam a importância e o êxito do Proálcool, na ampla contribuição que dá à proteção de nossas reservas cambiais, ora experimentando momento tão sensível.

A comparação entre estes números e os custos apresentados pela Petrobrás para fundamentar a limitação do Proálcool evidenciam a distância que separa a razão aparente da lógica consequente.

Ao invés de sermos apenas aparentemente razoáveis, precisamos ser consequentemente lógicos.

Porque a realidade econômica não é feita de aparências, mas é construída sobre a lógica dos fatos.

Os fatos são estes. O Proálcool é um programa que possibilita expressivos resultados para nossa economia, e antes de ser limitado, é indispensável que seja fortalecido e ampliado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A cada fase que a Assembléia Nacional Constituinte supera, torna-se evidente que alguns assuntos polêmicos, tais como: mandato do Presidente da República, sistema de governo, conceituações de crédito rural, de ordem econômica e de reforma agrária, dentre outros, terão sua decisão transferida para o plenário, na disputa de voto a voto.

Dentro da reforma agrária, a importância do uso da terra nas reservas florestais nativas, nos projetos de florestamento e de reflorestamento, está a merecer o estudo e a consideração dos membros desta Assembléia Nacional Constituinte.

Com efeito, ainda em 1950, visitando o Horto Florestal em São Paulo, tive a oportunidade de receber alguns ensinamentos e até mesmo a lição de que "competia aos jovens á missão de florestar este País".

De lá para cá, tenho sido um entusiasta deste setor e a primeira experiência ocorreu nos municípios de Capinzal e Ouro, quando o candidato Silvio Santos prometia a distribuição de cem mil mudas de essências por ano, durante o seu mandato, como primeiro passo para aumentar, a médio e ao longo prazo, o poder aquisitivo dos agricultores. Com êxito das eleições, a Prefeitura distribuiu as mudas. Quinze anos mais tarde, o Sr. Severino Baretta disse-me entusiasmado que os Municípios de Capinzal e Ouro experimentariam um extraordinário progresso com a implantação e o asfaltamento da BR 283 (Itapiranga-Mondá-São Carlos-Chapéco-Seara-Concórdia-Ouro-Capinzal, até a BR 470, em Campos Novos), tornando realidade emenda de minha autoria que incluiria esta rodovia no Plano Rodoviário Nacional. Disse-lhe, à época, que o asfalto era apenas um componente do progresso e do desenvolvimento, enriquecido pelo aumento do poder aquisitivo da classe rural, com a avicultura, suino-

cultura, gado de leite, piscicultura, fruticultura e reflorestamento. Aí, então, entrou na conversa o Sr. Antonio Biasi, para afirmar: "É, Dr. Macarini, faz quinze anos que você insiste nesta tecla e na campanha do Silvio Santos, após deixar a minha casa comercial, quando você pacientemente fazia uma explanação sobre este assunto, "nós rimos e fizemos troça (pouco caso), de você e da caravana e ainda por cima comemoramos com três garrafas de pinga", mas, lamentando, concluiu: "Aqueles que não riram de você, estão todos ricos", porque referia-se a seu vizinho que plantaria alguns milhares de eucaliptos, com êxito e sucesso. Às vezes, uma idéia leva quinze anos, para se implantar.

De lá para cá, o Governo Federal criou incentivos fiscais e grandes projetos de florestamento e de reflorestamento foram executados em todo o País, notadamente em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujo aproveitamento é responsável pela manutenção de indústrias, circulação de riquezas arrecadação de tributos e formidável mercado de mão-de-obra.

Entendo que tais projetos devam ser mantidos e ampliados, eis que a manutenção de florestas renováveis é uma salutar prática, adotada em quase todos os países, notadamente Itália, Alemanha, dentre outros.

Assim sendo, para conhecimento, avaliação e apreciação, passo a ler um trabalho realizado pelo economista Nodálio R. S. Azevedo sobre a importância da política fundiária e da reforma agrária com a indústria dependente de matéria-prima florestal:

Caracterizando-se como indústria tradicional, constituída em sua quase totalidade por empresas nacionais, talvez um dos únicos setores genuinamente brasileiros dentro da economia, a indústria madeireira da Região Sul-Sudeste, encontra-se hoje frente a uma escassez interna de matéria-prima, o que tem dificultado sua consolidação e provocado uma desaceleração na expansão quantitativa de sua produção. Em razão deste fato, as empresas vêm-se obrigadas a adotarem modificações em suas estruturas técnico-administrativas, pois percebe-se que existe uma seleção natural, onde as que não apresentam capacidade de adaptação à nova realidade tendem a desaparecer ou optar pela recolocação, como já está sendo feito por algumas, que se transferiram para o Norte do País, onde ainda há grande disponibilidade de matéria-prima.

O acelerado ritmo de exploração florestal pode ser atribuído principalmente à atividade agropecuária, ao processo de colonização, e que não possuem tradição na utilização dos recursos florestais e nem capacidade de manter programas de reflorestamento para um ciclo de rotação de 25 a 30 anos.

A importância do uso da terra pela indústria madeireira é a mesma da atividade agropecuária, entretanto com algumas diferenças bastante significativas, entre as quais:

1º Ao contrário da atividade agropecuária, a indústria madeireira utiliza racionalmente a cobertura florestal da terra, de modo a abastecer seu parque industrial instalado, valorizando sobremaneira um produto que na maioria das vezes é simplesmente dizimado pelo fogo e pela máquina.

2º Enquanto que a atividade agropecuária não tem e nem é responsabilizada pelo mau uso da floresta, inclusive sem responsabilidade alguma de reposição florestal, a indústria madeireira mantém programas pluriannual de reflorestamento, num ciclo de rotação média ao redor de 25 a 30 anos.

I – O REFLORESTAMENTO COMO FATOR SOCIAL E ECONÔMICO

A política do incentivo fiscal ao reflorestamento, implantada no Brasil em 1966, teve por objetivo fomentar um importante segmento da economia nacional, de modo a que ele viesse propiciar ao País benefícios de natureza econômica, com reflexos positivos no campo social e no equilíbrio ecológico.

Do ponto de vista econômico, o reflorestamento incentivado tem contribuído para o suprimento da matéria-prima florestal aos setores de papel e celulose, de siderurgia a carvão vegetal, de madeira processada mecanicamente (serrarias, laminadoras, compensado, aglomerado, etc.), e mais recentemente tem propiciado a substituição de energéticos importados por madeira e seus derivados.

Estima-se que as indústrias brasileiras consumidoras de matéria-prima florestal, aliadas ao programa de substituição energética, necessitarão, para seu suprimento no ano 2.000, de uma área reflorestada da ordem de 13,0 milhões de hectares, com uma exigência de plantio anual que oscilará entre 360.000 e 600.000 hectares de florestas de boa produtividade.

Atualmente existe ao redor de 5,2 milhões de hectares de florestas incentivadas, que são insuficientes para atender a atual demanda industrial que é de cerca de 100.000.000 de metros cúbicos anuais de madeira. A diferença é suprida por florestas nativas, principalmente nos setores de siderurgia a carvão vegetal, de madeira processada mecanicamente e no setor energético, que delas se utilizam para cobrir a falta de reflorestamento da ordem de 2.000.000 de hectares na atualidade.

O caráter social do reflorestamento se evidencia pela geração de grande número de empregos, principalmente no meio rural, onde se encontra a maior parcela da população de menor qualificação profissional. Tal benefício é da mais alta importância, na medida em que a atividade contribui de maneira acentuada para a fixação da força de trabalho em seu próprio meio, evitando-se, assim, o tão famigerado fenômeno do êxodo rural, que tão graves problemas sociais tem causado às grandes cidades.

Existem atualmente cerca de 500.000 empregos diretos criados na atividade de reflorestamento, distribuídos nas fases de implantação e manutenção dos povoamentos florestais: se somarmos os 200.000 empregos diretos na indústria de processamento e consumidora de matéria-prima, veremos que o reflorestamento gera benefícios diretos a cerca de 3.500.000 pessoas no Brasil, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste.

Com relação ao aspecto de equilíbrio ecológico, os reflorestamentos têm contribuído para evitar que estes mesmos setores venham a se abastecer com florestas nativas, principalmente na Região Norte do Brasil. Os reflorestamentos de áreas degradadas ou exauridas pela exploração agropastoril e em terrenos declivosos têm contribuído para a normalização das vazões de muitos caudais, evitando-se assim, a concorrência de grandes e desastrosas enchentes. A normalização das vazões dos cursos d'água e o controle da erosão são providências indispensáveis para a manutenção das condições desejáveis das bacias hidrográficas.

II – SETORES INDUSTRIAS DEPENDENTES DA UTILIZAÇÃO DA TERRA E RESERVAS FLORESTAIS

Podemos relacionar como setores dependentes diretos da matéria-prima florestal, tanto nativa como reflorestada, os seguintes grandes grupos industriais:

Setor de Processamento Mecânico

– Dentro deste setor são agrupados os seguintes subsetores que utilizam a matéria-prima florestal como insumo básico:

Indústrias de serrarias, indústrias de laminadoras, indústrias de compensados, indústria de beneficiamento e artefatos de madeiras, indústria de chapas e aglomerados, entre outras.

Setor de Silvicultura

– Inclui-se como subsetores as seguintes atividades ligadas a silvicultura: Reflorestadores, extração florestal, entre outras.

Setor de Celulose e Papel

– Dentro do Setor de Celulose e Papel incluímos os seguintes subsetores: Indústria de celulose, indústria de pasta mecânica, fabricantes de papel, entre outros.

Setor de Siderurgia a Carvão Vegetal

– Neste setor estão localizados basicamente os produtores – de carvão vegetal, independentes e integrados dos complexos de Siderurgia a carvão vegetal.

Além destes ligados diretamente à utilização da terra e florestas como principal insumo de transformação industrial, podemos citar inúmeros outros que também dependem indiretamente da matéria-prima florestal, entre eles:

Construção e reparo de embarcações

Construção civil e pesada

Artigos desportivos e de recreação

Mobiliário

Carrocerias para veículos e carretas

Pincéis, escovas e cabos de ferramentas

Implementos agrícolas

Instrumentos musicais

Indústria de hortifrutigranjeiros em geral

Somente nos quatro grandes setores mencionados acima, são mais de 20.000 estabelecimentos cadastrados e operando, em sua grande maioria proprietários de áreas de terras, com reservas florestais nativas e reflorestadas, além de manutenção de áreas livres para cumprimento de seu programa pluriannual de reflorestamentos, que veremos a seguir.

III – PROGRAMAS FLORESTAIS E NECESSIDADES DE ÁREAS

O setor produtor de madeiras processadas mecanicamente vem passando por fortes pressões nos últimos tempos, tanto com relação a alterações no perfil futuro da produção, como pelas profundas alterações da legislação florestal, e recentemente com eventuais alterações na política fundiária deste País.

A modificação do perfil da produção de florestas nativas para florestas implantadas têm sido traumático, desde a defasagem existente de plantios anualmente, até a radical mudança da política de incentivos fiscais que estimulava e motivava o setor.

A necessidade de manutenção de um programa irreversível de reflorestamento, fator fundamental para a sobrevivência do setor, passa por planejamento e programação de longo prazo, pois o ciclo de utilização das florestas artificiais varia de 25 a 30 anos para as madeiras de Pinus Spp,

e de 40 a 50 anos para os reflorestamentos de Araucária Angustifolia.

Entretanto todo este programa implantado, que representa o plantio de mais de 5 milhões de hectares com incentivos fiscais, além de outro tanto efetuado com recursos próprios dos setores, depende fundamentalmente de um programa de utilização do solo, de modo a viabilizar-se os recursos renováveis indefinidamente.

Procuramos sintetizar o que manda a legislação florestal através da Portaria Normativa nº. 302-P

do IBDF de 3-7-84, com relação à reposição florestal obrigatória em função de produção e exportação de madeiras por parte das indústrias madeireiras, conforme segue:

QUADRO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL EM FUNÇÃO DA PRODUÇÃO DE MADEIRA SERRADA – REFLORESTAMENTO COM PINUS SPP

Reposição Florestal: 4 Árvores por M³ de Tora Utilizada
Plantio. 3 X 3 = 1250 Árvores por hectare (madeira Estrutural).

MÉDIA DE PRODUÇÃO P/ ESTABELECIMENTO	Nº DE ÁRVORES A REFLORESTAR	ÁREA/PLANTIO ANUAL (1)	PROGRAMA PLURIANUAL
Mensal/M ³	Anual/M ³	(Unidade)	PLANTADA (25) TOTAL* (Plano de 25 Anos)
300	3.600	24.000	475 ha
500	6.000	40.000	800 ha
1.000	12.000	80.000	1.600 ha
2.000	24.000	160.000	3.200 ha
3.000	36.000	240.000	4.800 ha
4.000	48.000	320.000	6.400 ha
5.000	60.000	400.000	8.000 ha
6.000	72.000	480.000	9.600 ha

*ÁREA TOTAL INCLUI: Preservação, Estradas, aceiros, etc.

Como podemos observar, dependendo da faixa de produção em que se encontra cada estabelecimento industrial, as faixas de necessidade de área de terra para reposição aumentam proporcionalmente.

Entretanto, devemos ressaltar que a maioria das empresas produtoras de madeiras da Região Sul do Brasil, reflorestam volumes acima do obrigatório pela legislação florestal, sendo que a média histórica dos últimos 20 anos anda ao redor

de 24 árvores por metro cúbico produzido, o que equivale a uma necessidade 6 vezes maior do que o relacionado no quadro acima.

Se considerarmos ainda o reflorestamento da Araucária Angustifolia, ou seja a essência nativa dos Estados do Sul, cujo ciclo atinge uso período superior ao Pinus, estando por volta de 40 a 50 anos, a necessidade de área disponível para plantios aumenta ao redor de 80% sobre o necessário para o plantio do Pinus.

Com relação à mesma legislação, existe também a obrigatoriedade de plantio sobre o volume de madeira exportadora, cujo quadro de reposição colocamos abaixo:

Quadro de reposição florestal em função da exportação de madeira – reflorestamento com Pinus – 25 anos

Reposição Florestal: 8 Árvores por M³ Exportado
Plantio: 3 X 3 = 1.250 Árvores por hectares (Madeira Estrutural)

MÉDIA DE EXPORTAÇÃO P/ ESTABELECIMENTO	Nº. DE ARVORES À REFLORESTAR	ÁREA/PLANTIO ANUAL	PROGRAMA PLURIANUAL
Mensal/M ³	Anual/M ³		PLANTADA (Plano de 25 anos) TOTAL
100	1.200	9.600	200 ha
200	2.400	19.200	16 ha
300	3.600	28.800	23 há
600	7.200	57.600	46 há
1.200	14.400	115.200	92 há
2.400	28.800	230.400	184 ha

E numa terceira hipótese, se considerarmos Empresas Produtoras que exportam 30% de sua produção, teríamos em Quadro de Reposição Flo-

MÉDIA P/ESTABELECIMENTO	Nº DE ÁRVORES À Reflor.	ÁREA/PLANTIO Anual	PROGRAMA PLURIANUAL
Produção	Exportação		Soma PLANTADA (Plano de 25 anos) TOTAL
3.600	1.080	32.640	26 ha
6.000	1.800	54.400	44 ha
12.000	3.600	108.800	87 há
24.000	7.200	217.600	174 há
36.000	10.800	326.400	261 há
48.000	14.400	435.200	348 há
60.000	18.000	544.000	435 há
77.000	21.600	652.800	522 ha

Pelos números acima que enfatizamos são simplesmente o exigido pela legislação florestal; podemos concluir a importância de áreas disponíveis de terra pela indústria madeireira, sem a qual estaria inviabilizando completamente a sua manutenção, bem como condenando as florestas do futuro.

IV – ASPECTOS ECONÔMICOS DO REFLORESTAMENTO

Incentivar os Reflorestamentos é a operação mais rentável e de geração de recursos tributários para os Governos, o que se transforma em forte fator de melhoria do bem-estar social, tanto ao nível Federal, Estadual e Municipal.

Podemos exercitar alguns números aproximados quanto ao aproveitamento econômico e social de um Reflorestamento, levando em consideração seus vários aspectos.

A) O QUE PROPORCIONA DE RECEITA BRUTA 1 (HUM) HECTARE DE REFLORESTAMENTO PARA A INDÚSTRIA:

Madeira Processada	U\$
167,505 M ³ de Serrados.....	25,000.00
Desbaste e Resíduos	
60,0 Ton Celulose Mercado Interno.....	13,000.00
20,0 Ton Celulose Mercado Interno.....	10,000.00
TOTAL NO PERÍODO DE 25 ANOS.....	48,000.00

B) O QUE GERA DE IMPOSTOS E DIVISAS PARA O PAÍS:

Mercado Interno	U\$	3e
Madeira Processada 30% S/ Receita.....	7,500.00	
Celulose Processada 30% S/ Receita.....	3,900.00	
Mercado Externo		
Divisas na Exportação.....	11,400.00	
Total.....	10,000.00	

Informamos ainda que atualmente o Setor Florestal é responsável por exportações ao redor de US\$ 1,000.000.000,00 de dólares anualmente, dos seguintes produtos: madeira serrada e beneficiada, madeira laminada, madeira compensada, placa ou chapa de fibra, placa ou chapa de madeira aglomerada, pasta para fabricação de papel, papel/cartolina/cartões e suas obras, carvão vegetal de forma direta, sob pena de condenarmos todos os setores ligados às atividades florestais ao desaparecimento, bem como continuarmos sendo um País fadado ao arrependimento no futuro pela não renovação de suas florestas na Região Sul e Sudeste do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
(Muito Bem!)

O SR. ANTONIO CÂMARA (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez, venho à presença de meus ilustres pares trazer ao conhecimento desta augusta Casa e de toda a Nação brasileira, os anseios, necessidades e aspirações do meu Estado – o Rio Grande do Norte.

Demasiado será lembrar que o meu Estado é um dos mais pobres do sofrido Nordeste.

Com um reduzido número de indústrias, sua economia basicamente gira em torno do sal e da agropecuária, mesmo assim sujeita à constante instabilidade climática.

Portanto, o Estado deve procurar – urgentemente – outras alternativas econômicas que possam arrancá-lo do subdesenvolvimento, abrindo melhores perspectivas de vida para seu povo.

Aliás, Senhor Presidente, Senhores Constituintes, alternativas existem. A natureza, apesar de tudo, não é "madrasta" para com a terra potiguar.

Não faz muito tempo, desta mesma tribuna, mostrei que o Rio Grande do Norte é, indiscutivelmente, a melhor opção por possuir as melhores condições técnicas e econômicas para sediar a refinaria de petróleo programada pelo Governo Federal, através da PETROBRÁS.

Senão vejamos:

– O Rio Grande do Norte é o terceiro produtor de petróleo do Brasil, com cerca de 70 (setenta) mil barris, por dia.

– O Estado produz mais de dois terços do óleo, a ser beneficiado pela futura refinaria, levando-se em consideração a sua e a dos Estados vizinhos.

– O petróleo potiguar é de base neftânica, de excelente qualidade. Mas, por apresentar elevada viscosidade, torna-se mais difícil a operação transporte, sendo mais econômico o seu refino próximo à fonte de produção.

– Além de maior produtor de petróleo da área, o Rio Grande do Norte já dispõe de infra-estrutura indispensável a um empreendimento desse nível (energia, água, telecomunicações, estradas, porto, etc.).

– O Rio Grande do Norte fica próximo dos maiores centros consumidores da região, barateando, consequentemente, o transporte do produto acabado.

Gostaria de ressaltar que a soma desses fatos representa menores custos para o País e maior desenvolvimento para a região nordestina.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao voltar à abordagem deste tema, desejo deixar claro que o Rio Grande do Norte não pretende continuar eternamente de mão estendida, na expectativa de ajuda para soluções paliativas. O que o Rio Grande do Norte precisa – na verdade – são soluções permanentes para seus crônicos problemas de desemprego, de moradia, de educação, de saúde, enfim, Sr. Presidente, soluções que venham a oferecer um mínimo de bem-estar e de esperança para o povo.

A instalação de uma refinaria de petróleo seria uma dessas soluções.

Por esta razão, volto a apelar ao Senhor Presidente da República para que, usando do seu reconhecido bom senso e espírito público, decida-se pelo Rio Grande do Norte para sediar a refinaria programada.

Tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Constituintes que, se forem colocados de lado o bairrismo e o protecionismo político, o Rio Grande do Norte será o escolhido.

Com justiça e patriotismo. Tenho dito.
(Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Decorridos pouco mais de cem dias à frente dos seus respectivos Estados, os governadores, eleitos democraticamente nas últimas eleições, a 15 de novembro de 1986, apresentam o "balanço" das suas administrações.

É bem verdade que o período é ainda muito curto para se estabelecer os reais benefícios que cada um deles já implantou ou pretende implantar durante o governo.

Apesar disto, uma coisa já está bem patente: o povo do Estado de Goiás, que, por tradição, tem demonstrado possuir surpreendente tirocínio político na escolha dos seus representantes, já pode regozijar-se na antevista de um dos governos mais competentes da sua história.

Prova disto é a demonstração de capacidade administrativa que o Governador Santillo tem dado ao compor de forma brilhante um secretariado afinado com as aspirações do povo, no ritmo de desenvolvimento que o Estado exige.

Atendendo ao comando do seu "maestro", que mantém em pauta o compromisso inadiável de implantar definitivamente em todos os rincões do Estado o progresso e o desenvolvimento, todos, a uma só voz, fazem coro e se harmonizam num trabalho orquestrado nas prioridades estabelecidas em seu programa de governo.

O tom da seriedade não está fora do seu repertório. Ao constatar a existência de "ruídos estranhos" que poderiam comprometer a harmonia do conjunto, não hesitou em tomar as medidas cabíveis, não permitindo que o governo saísse do compasso e caísse no descrédito perante a opinião pública.

Além disso, Senhor Presidente, a voz do povo tem de ser ouvida, porque, num governo democrático, o povo não é apenas platéia, e governar não é fazer espetáculo. Fundamentado neste princípio, o Governador Henrique Santillo acaba de assinar decretos criando os Conselhos Comunitários de Segurança e de Defesa dos Cidadãos e os Conselhos de Defesa dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, de Política Criminal e Penitenciária.

Há de se ressaltar que os referidos órgãos constituem instrumentos democráticos para uma participação popular visando ao aprimoramento das políticas da segurança pública e de direitos humanos, questões indissociáveis, que merecem e requerem tratamento especial e integrado.

Há de se considerar ainda, Sr. Presidente, o espírito de luta e o salutar senso de oportunismo manifestos em relação à Ferrovia Norte Sul. Ao perceber a importância de tal empreendimento para o desenvolvimento do Brasil Central, aqueceu as caldeiras da máquina governamental, azeitando as engrenagens do seu "staff" administrativo, pôe-se a trabalhar a pleno vapor para concretizar a implantação do projeto que propiciará a incorporação de aproximadamente 1,4 milhão de quilômetros quadrados ao sistema produtivo nacional.

Tal atitude é plenamente justificável, pois o Estado de Goiás participa com 10% da produção brasileira de grãos, apesar de possuir menos de 4% da população do País. O rebanho bovino, com mais de 21 milhões de cabeças, é o maior do Brasil. Goiás é o segundo maior produtor nacional de arroz, quarto de leite e milho, quinto de soja e algodão e o sexto produtor de suínos e aves. É a oitava economia regional, com um PIB em tomo de 6,5 bilhões de dólares. Sendo ainda, Senhor Presidente, a quarta província mineral do País.

Qualquer tentativa de oposição à instalação da Ferrovia Norte Sul será interpretada como um ato impatriótico e discriminatório inaceitável. Não há por que negar ao Brasil Central a oportunidade de integrar-se ao contexto econômico nacional.

E o Governador Henrique Santillo bem sabe que a hora é essa, e nós vamos alcançar o nosso ideal.

A orquestra está afinada!

A máquina está funcionando a pleno vapor!

Vamos colocar Goiás nos trilhos agora, porque não podemos e nem vamos perder o trem da história! (Muito bem!)

O SR. RENATO VIANNA (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A movimentação da sociedade brasileira em relação aos temas que estão sendo discutidos no âmbito da Assembléa Nacional Constituinte demonstra a força participativa da comunidade nacional, sempre que lhe é dada a oportunidade de compor o quadro decisório dos destinos do País.

A atividade de mineração, por não ser um tema considerado explosivo ou de massa, tem sido antes objeto de conversas de gabinetes, das quais participam lobistas, do que de manifestações impessoais, generalizadas.

Tem-se observado nos textos que contém as decisões resultantes dos trabalhos desenvolvidos pelos Constituintes, e vindos a público, que a atividade de mineração encaminha-se para adoção de uma política altamente entreguista.

Um país pode impedir a exploração dos seus recursos minerais, porém, jamais poderá negar à sua população o consumo dos bens minerais.

A atividade lobista tem sido bem-sucedida contra os interesses nacionais, quando conseguiu ver aprovados, até agora, princípios constitucionais que consistem em impedir que recursos minerais sejam explorados em uma porção do território nacional, qual seja, a composta de terras indígenas. Não importa, no momento, buscar as origens de tão bem-sucedida atuação.

Faz-se urgente combater, vigorosamente, a tese que transita vitoriosa até este ponto da estrada, que temo ponto final na promulgação da Constituição que está se compondo.

É inadmissível que uma nação possa se curvar docilmente à argumentação de que é bom para o seu povo, bom para a sua economia e para o seu futuro, a retirada de parte do seu território do alcance de atividade econômica, como é a da mineração.

O fato de se tratar de área indígena, não legitima a tese vitoriosa até o momento, nem retira dos que a pregam nos gabinetes e ante platéias restritas, o estigma do entreguismo e do crime contra a pátria.

Nem se diga que o fato de ser permitida a exploração mineral em tais terras pela União, nas condições aprovadas, constitui causa atenuante para esses crimes.

A simples condição de subordinar a atuação da União, à não existência de reservas conhecidas e suficientes para o consumo interno, e exploráveis em outras partes do território nacional, externa a sub-repção dos fundamentos da tese, cujos artifícios com que são manipulados os fatos, conduzem a uma conclusão enganosa.

É fácil verificar e concluir que, se as atividades de mineração em terras indígenas só poderão ser desenvolvidas pela União depois que todo o resto do território nacional estiver esgotado, por extração ou por inexistência, em relação a um

determinado minério, pressuposto está que se saiba quais minérios existem naquelas terras indígenas.

Resulta, clara e inofismavelmente detectável, que a proibição das empresas da iniciativa privada em desenvolver a atividade mineral em terras indígenas e a faculdade exclusiva da União em desenvolvê-la sob as condições impostas, tem o propósito não confessado de privar tais áreas de se tornarem economicamente ativas.

Se ao Brasil não interessa ver parte de seu território sem expressão econômica, como é óbvio, a quem isso pode interessar? Certamente aos interesses alienígenas.

E isto, como é de fácil constatação, porque a cada minério que não se explorar no Brasil, ou que se deixe de explorar na quantidade compatível com a sua capacidade de produção, corresponde a determinar a dependência brasileira em relação ao subsolo alheio, quer de modo direto, quer de modo indireto; corresponde a frear o desenvolvimento nacional em benefício do desenvolvimento dos outros países produtores; corresponde a manifestar a expansão de empregos no Brasil em benefício do alargamento de empregos em outros países.

Caso, por essa limitação, tenha o Brasil que importar determinado minério, quer como minério, quer sob forma elaborada, então, a situação se agrava de modo assustador, fazer um esforço de exportação de alimentos e outros bens necessários ao consumo interno para conseguir dólares, a fim de pagar pela importação de minérios, cuja exploração é proibida aos brasileiros.

A bandeira que empunham os lobistas para conseguirem façanha de tal ordem, é o fato de naquelas áreas existirem e habitarem os índios.

O argumento resultante deste fato, embora venha sensibilizando muitos de boa fé, não deixa de ser falacioso e sub-repetitivo.

Os que lançam tal argumento chegam a ponto de defenderem a soberania restrita do Brasil sobre as terras habitadas pelos índios, o que equivale a dizer que o Brasil pode exercer tal soberania até que não contrarie princípios maiores de direito internacional, o que, na verdade, significa dizer, de interesse internacional.

É claro que não se pode pretender que a atividade de mineração em terras indígenas, se desenvolva com as mesmas características com que é exercida no restante do território nacional, ressalvado naquele necessário, à proteção das fronteiras nacionais.

Os direitos dos índios têm que ser resguardados, preservados e defendidos. São sagrados e devem ser intocados, em comunhão com os interesses da comunidade brasileira como um todo, na qual, também, se incluem as populações indígenas.

Há que se compatibilizar a preservação das raízes da cultura e dos hábitos próprios daqueles brasileiros; há que se lhes proporcionar condições mínimas de existência digna, oferecendo-lhes o conforto moral dos princípios cristãos e o suporte material das conquistas maiores da ciência.

O que não se pode, e não se deve permitir, é que, em nome deles, e sem razão, o Brasil se curve a interesses exógenos em prejuízo de toda a sociedade brasileira e, por consequência, em prejuízo deles próprios, como brasileiros que são, e os mais legítimos brasileiros de quantos existem.

Regras simples e de perfeita aplicabilidade podem, perfeitamente, adequar a atividade mineraria aos direitos e interesses das comunidades indígenas, nas áreas ocupadas por seus membros.

É preciso que fique presente e cravado na mente de cada brasileiro, índio ou não-índio, branco ou negro, cristão ou não-cristão, que, se o Brasil reconhecer no seu instrumento constitucional, a soberania restrita sobre o território ocupado pelas populações indígenas, e com isso impedir que empresas nacionais de mineração adequadamente credenciadas possam atuar economicamente naquele território, sempre tendo como ponto central a integridade dos direitos, da vontade e dos interesses indígenas, estaremos, todos, não servindo à causa indígena, mas à causa dos interesses estrangeiros, em nome dos quais e sob os mais diversos pretextos serão os nossos irmãos índios exterminados e rasgada a integridade nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como é de conhecimento geral, o Governo do Estado de São Paulo e a Assembléa Legislativa Estadual estão apurando irregularidades ocorridas no conglomerado Banespa.

Tais irregularidades, verificadas particularmente na Banespa Corretora, implicaram na realização de negócios como a aquisição de apólices do Tesouro do Município de São Paulo, obrigações do Tesouro do Rio de Janeiro, Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais e outras, que provocaram prejuízos à instituição.

Consoante esclarecimento publicado nos Jornais do País, pela Presidência do Banespa, os prejuízos efetivamente comprovados são da ordem de trezentos e trinta e seis milhões de cruzados, representando cinco vírgula um por cento do patrimônio líquido do banco, em 31 de dezembro transato, e não atingindo mais do que três vírgula sete do lucro bruto de oito bilhões e novecentos e sessenta e nove milhões de cruzados, acumulado pelo Banespa, nos cinco primeiros meses de 1987.

Constata-se, assim, que o prejuízo, quanto existe e seja volumoso, não é tão grande quanto a cifra astronômica que tem sido divulgada por alguns veículos de comunicação social do País.

A esse respeito, aliás, não podemos deixar de proclamar, desta tribuna, que o Sr. Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A, Otávio Ceccato, tem manifestado, no grave episódio, total lisura e isenção, procurando, sob todos os aspectos, apurar os fatos, com indicação dos responsáveis, a fim de leva-los às barras dos tribunais.

O Sr. Otávio Ceccato é pessoa de reputação ilibada e de notória competência, e, no evento, tem se comportado com sua costumeira probidade, merecendo nosso incondicional apoio e solidariedade.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vive o Rio de Janeiro, nestes dias, momentos delicados. Ontem, foram as manifestações contra

o Presidente da República, que as autoridades classificam em atentado e até guerrilha urbana e optam por enquadrá-la na Lei de Segurança Nacional, utilizando instrumento do entulho autoritário que esta Nação quer ver sepultado. Ontem, ainda, foi a bomba em um supermercado em Nova Iguaçu.

Hoje, são as manifestações, justas, contra o aumento escorchanter e imerecido das passagens de ônibus, que consomem boa parte dos já minguados salários dos trabalhadores. Ajusta ira dos trabalhadores, dirigida diretamente contra os ônibus aumentados, merecem a simpatia e a solidariedade de toda a população. Isto é reconfortante.

Vive, também, o Rio de Janeiro, a greve dos serventuários da Justiça. Eu, que conheço bem a sua liderança, o elevado espírito público e a grandeza de sua visão, não tenho dúvidas em afirmar que a greve é procedente e justa.

Não apenas dou este testemunho, mas quero informar aos membros constituintes que os serventuários somente entraram em greve após serem enganados e ludibriados pelo Governo do Estado.

Foi firmado um acordo, Srs. Constituintes, entre os serventuários e o Governo do Estado, por um aumento de 61,5%. A mensagem do Governo chegou, ontem, à Assembléa Legislativa. O aumento contemplava apenas 7%. A este engodo, não tiveram outra alternativa os serventuários, senão responder com a greve, a última arma que dispõem.

Srs. Constituintes, devemos expressar, como o faço, a nossa compreensão e a nossa solidariedade para com os serventuários da Justiça do Rio de Janeiro em sua luta, que não ferirá o interesse público um milímetro além do necessário a que sejam tratados com respeito e dignidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. ÁTILA LIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tem sido princípio em todas as constituições o capítulo dos Direitos e Liberdades Fundamentais. Creio que seja o ponto de maior polêmica sob o aspecto de luta política da sociedade. No que diz respeito aos Direitos Individuais, também, é temática sempre presente, porque está relacionada com a questão da liberdade.

O anteprojeto de agora, a Constituição de 1967 e as constituições anteriores, sempre asseguram que: "Ninguém será individual ou coletivamente obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de lei". É garantido o exercício de qualquer trabalho". É assegurada a livre manifestação individual de pensamento e de idéias políticas".

Isso é corriqueiro e tradicional nas constituições e me deixa mais cético ainda com relação ao

sentido desta Assembléia Nacional Constituinte, sobretudo porque esse tem sido um capítulo tradicional em todas as constituições. E a infração com relação ao direito do cidadão, à violência à cidadania, ao direito de trabalhar, tem sido uma constante em meu Estado. E hoje sou obrigado a solicitar do Ministro Roberto Santos que tome algumas providências, e registre aqui esse telegrama, que passo a ler:

Exm.º Sr.

Ministro Roberto Figueira Santos
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios
Brasília – DF

– Constrange sociedade piauiense medida Governo Estadual Piauí transferindo médicos motivação exclusivamente, política PT

– (x) Proibição acesso hospital exercício profissão médico Lincoln Matos, cidade São Miguel do Tapuio Estado do Piauí, mais um ato compromete ações saúde benefício população piauiense, como também contraria plano ações integradas saúde, além atentar direitos cidadão.

– Solicita V. Ex.ª interferência junto Governo Piauí finalidade assegurar condições trabalho profissionais saúde, sobretudo época atual luta direitos sociedade, aperfeiçoamento democracia.

Atenciosamente

Átila Lira
Deputado Federal/Constituinte
Dep. Átila Lira 2135654
Câmara dos Deputados Brasília – DF

Registro este lamentável fato e sou obrigado a trazer quando se trata das questões de perspectiva da sociedade brasileira, porque este é o único veículo que tenho hoje para falar, não tenho imprensa porque não posso pagar a imprensa; não que ela viva em função de compra de apoio, mas é porque a imprensa geralmente está atrelada ao poder, às classes dominantes, e não tenho esses meios para poder ter este acesso. E uso desta tribuna enquanto tiver direito para representar os interesses que tenho a tratar nesta Constituinte.

Era isso que tinha a constatar. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Brandão Monteiro, Líder do PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, no horário destinado à Liderança do meu Partido, para trazer informações extremamente preocupantes e graves de fatos que estão ocorrendo no Rio de Janeiro, em face da política econômica do Governo Federal.

E, hoje, assistimos nesta Casa, lamentavelmente, à exposição do Ministro Bresser Pereira. E quando a imprensa me procurava para saber as opiniões que tínhamos recolhido dessa presença, dizíamos que, quando recebemos o documento-síntese de sua exposição, o analisamos como princípios gerais e tínhamos a esperança de que

o Ministro, ao expor o seu programa nesta Casa, pudesse nos dar um direcionamento para a crise econômica e social do País.

Ao ouvir a exposição do Ministro, saímos mais pessimistas, e certos de que o Plano Bresser-Sarney se baseia em dois vetores básicos: a recessão e o arrocho salarial. Eu não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que este plano para dar certo terá que recorrer o Governo à repressão política.

Mal acabava eu de falar aqui à imprensa, recebia notícias do Rio de Janeiro. A população revoltada – e espero que não digam que foi o Governador Leonel Brizola que determinou à população que se revoltasse – com o aumento dos preços dos ônibus que, quando deixei o Governo era de Cz\$ 2,30, em menos de 4 meses chega, hoje, a Cz\$ 7,20. Quem não conhece o sistema de transporte do Rio não sabe que um trabalhador para ir trabalhar – e não paga somente Cz\$ 7,20, pois esse é o preço da passagem modal, da passagem básica – tem que pagar mais caro para vir de Campo Grande à Central do Brasil e de lá se dirigir para a Zona Sul ou Zona Norte.

Recebo notícias inquietantes do Rio de Janeiro. A população revoltada fez manifestações que se iniciaram na Avenida Rio Branco. Por volta do meio-dia, essas manifestações diminuíram e recrudesceram à tarde. O balanço que tenho, Sr. Presidente, é que já estão incendiados e quebrados 67 ônibus da Empresa Oriental, da Empresa São Silvestre, Real, Redentor, Verdun, Alfa e da Madureira Candelária.

Mais uma vez, a Polícia do Rio de Janeiro, durante os acontecimentos pela manhã, viu passivamente ocorrerem os protestos. Policiais civis jogaram bombas de gás lacrimogêneo e, hoje à tarde, virou um rastilho só, da Avenida Rio Banco, atingindo Flamengo, Botafogo, Copacabana e chegando, perigosamente, à Baixada. A passagem de ônibus de Nova Iguaçu para o centro da cidade deve estar por volta de 20 cruzados.

Sr. Presidente, muito nos preocupa tudo isso aqui, pois segundo depoimentos e o telefonema que recebi há pouco do Deputado Edésio Frias, profundamente preocupado com os acontecimentos, informava-nos ele que, em alguns dos ônibus incendiados, algumas pessoas entravam e diziam à população: "Quem não quiser morrer que se retire." O povo saía e esse agente – que espero que o Presidente José Sarney e os partidos de situação não digam que seja um agente mandado pelo Governador Leonel Brizola – jogava uma bomba no ônibus incendiado.

Sr. Presidente, esses fatos são extremamente graves. Já foram presas várias pessoas no Rio de Janeiro; e soube que a Deputada Dilza Terra, ao se dirigir à 3º DP, para acompanhar pessoas, populares, transeuntes que foram presos, inclusive funcionários da Câmara dos Vereadores, foi esbofeteada pelos policiais na 3º DP. Todos os Vereadores se reuniram e decidiram ir, em sessão permanente, para a 3º DP.

Sr. Presidente, não foram à toa os acontecimentos do Rio de Janeiro, quando da ida do Presidente da República, irresponsavelmente, às 6 horas da tarde, à Praça XV. Irresponsavelmente recebido por um Governo que está levando o Rio de Janeiro a uma situação drástica de violência, de incompetência, o que se demonstrou, claramente. Aliás, os militares disseram, num rápido

exame, que havia sido de 52 erros o esquema de segurança do Presidente da República.

Ontem, à noite, jogaram uma bomba na Casa Sendas, sendo que uma das pessoas atingidas chegou a perder a perna. Hoje, pela manhã, os fatos e, agora, à tarde, acontecem desta forma. É preciso que nós chamemos à responsabilidade os Partidos políticos; é preciso que a Assembléa Nacional Constituinte e os Partidos políticos se reúnem para examinar essa questão.

Passava, hoje, pela Catedral, onde o Presidente Sarney ia assistir à Páscoa dos Militares. Nunca vi, durante 6 anos que estou nesta Casa, tão grande aparato policial-militar, só faltava tanque. E o circunstante que estava comigo no carro dizia: "Quando o Presidente chegar, talvez, coloquem 5 navios no Lago Paranoá e uns 10 aviões militares rodeando a Catedral, até que termine a missa."

Está se criando neste País um clima que nós já conhecemos, um clima propício a se justificar a volta do autoritarismo.

Ontem mesmo eu dizia que a prisão do Sr. Danilo Groff, o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, aplaudido por alguns – inclusive pelo Presidente desta Casa e pelo Senador José Richa – eu queria não falar pela boca de um apóstolo, mas preocupa-me que seja o começo do fim da transição.

O fascismo sempre buscou encontrar inimigos para justificar seus atos contrários à liberdade, e contrários aos direitos humanos; assim foi quando se incendiou o Reichstag; assim foi na Itália; ontem era Ulysses Guimarães que era inimigo da democracia e deste País, quando liderava a resistência democrática; hoje esses fatos estão à vista de todos nós. Temos que assumir a nossa responsabilidade, ou este Governo frágil, débil, Governo que, segundo o Ministro Bresser Pereira, tem como perspectiva da solução econômica deste País dois vetores: a recessão e o arrocho salarial. E eu não tenho dúvida de que, se o I Plano Cruzado desorganizou a economia deste País – todos nós somos acordes, até o Ministro Bresser Pereira – o Plano Bresser/Sarney desorganizará socialmente o País, e para que ele dê certo é preciso a repressão política que nós conhecemos durante os 20 anos de ditadura. Não falo, aqui, fazendo um discurso de oposição, falo, aqui, chamando a atenção dos partidos políticos, a nossa responsabilidade para com este País.

Sr. Presidente, perdoe-me mas, para concluir, vejo com preocupação que, agora, já se fala nos corredores desta Casa, e algumas rádios já começam a divulgar que, talvez, se decrete o estado de emergência no Rio de Janeiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Brandão Monteiro, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, corno Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Realmente a situação é difícil. Logo após o que ocorreu 5ª-feira, no Rio de Janeiro, quando o Senhor Presidente da República sofreu uma manifestação, vem a polícia e tenta descobrir a arma do crime, que era a tal picareta, para saber de que forma ela foi usada, só que, paralelamente à picareta, o Governo devia olhar para dentro do próprio Governo e, lamentavelmente, lá encontraria os "picaretas" que estão ao redor do Presidente e que estão levando este País ao caos.

É duro sabermos que se tenta jogar sobre uma parcela da população situações de vandalismo, chamando o que ocorreu até de atentado. Mas, certamente, esquecem-se os áulicos da Presidência e da Previdência também, de entender e analisar qual é realmente a causa. A causa é que o próprio Governo tem feito atentados contra o povo, quando baixa decretos-leis sem consultar esta Casa, que é realmente a Casa do povo; decretos-leis que são mudados ao talante e ao sabor de qualquer assessor da Presidência. E talvez aí o Presidente poderia encontrar a razão e o problema de todas as dificuldades.

O *Jornal do Brasil* de domingo, dia 28-6-87, traz a seguinte manchete: "Previdência dá emprego, por computador, a políticos". Só que a manchete deveria separar alguns políticos e não abranger todos, porque certamente a maioria dos componentes desta Casa não está envolvida.

É duro entender que a Previdência, que discrimina tanto o aposentado quanto o pensionista, que os marginaliza e os leva a uma condição difícil, que deixa de pagar no mês de junho os benefícios que já foram estabelecidos e reajustados, concede, em apenas dois meses, 381 nomeações para garantir apoio político. E vejam bem um detalhe: nenhuma das nomeações contemplou funcionários de carreira; são todas pessoas alienígenas à Previdência. Daí o porqué de a Previdência não ir bem. Ela não é dirigida com honestidade e com princípios. Está na hora de a Previdência passar a tratar todos os aposentados e pensionistas de forma humana.

Preocupa-me um detalhe: a Previdência disse que o serviço de computação atrasou. Talvez tenha atrasado e aqui está a desculpa: atrasou porque o computador está sendo usado para catalogar os cargos que estão sendo distribuídos. Existe computador para catalogar os cargos, mas não existe computador para processar os carnês dos beneficiários da Previdência Social. Isso é querer brincar com o povo, e quando isso ocorre, ninguém segura a reação.

Não adianta cercar literalmente a Catedral de Brasília, como fizeram, hoje, de manhã; cercaram-na de policiais com cacetetes de mais de metro, separados, esses policiais, 5 cm um do outro, porque o Senhor Presidente da República teria que ir para lá. Na verdade, penso que o Presidente José Sarney queria ir à Catedral para encontrar Deus e certamente encontrou todos aqueles policiais, mas não desempenhando o papel de coroinhas, não estavam ali no papel de ajudantes, nem de pastores, nem de pregadores; esses policiais ali se encontravam, lamentavelmente, na condição de garantir a segurança de quem brincou com a segurança de todo o povo. V. Ex.^{as}, que vivem em Brasília, sabem da distância entre o Palácio do Planalto e a Catedral de Brasília! Lamentavelmente a situação é dura.

Tenho a certeza de que V. Ex.^{as}, eu, querer um de nós poderemos ir a todos os lugares e não seremos apedrejados, ainda. Porque, daqui a pouco, também poderemos ser apedrejados, porque o Executivo procura jogar, sobre as costas e os ombros dos parlamentares, uma responsabilidade que é apenas dele, e aí, parte da culpa cabe a nós, porque não soubemos ainda dar o grito de independência. Ainda é tempo. Vamos nos unir e exigir que o Legislativo tenha o poder e o valor que temos, mas que não estamos sabendo usar e vamos colocar o Executivo de joelhos, porque senão nós acabaremos de joelhos. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Adolfo Oliveira, Líder do PL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Venho a esta tribuna realmente contristado, por ter de falar sobre acontecimentos recentes – e de hoje – que lançam a capital do meu Estado em um clima de desassossego e de violência.

O Partido Liberal, por meu intermédio, vem se solidarizar com a população do Rio de Janeiro, com as famílias do Rio de Janeiro, com todos quantos ali trabalham e ali provam vicissitudes que, de resto, não constituem um triste privilégio nosso, parque alcançam todo o País.

Eu quero dizer também, Sr. Presidente, que não será através de medidas radicais, nem da população, nem dos Governantes, que nós chegaremos a uma solução para essa crise. A crise tem que ser olhada e tem que ser examinada por todos, para que cada um dê a sua contribuição e o Brasil possa viver em paz, trabalhar em paz e alcançar o seu crescimento que será o bem-estar de todos os brasileiros.

Aqueles radicais da violência serão, certamente, sectários de ambos os extremos do arco-íris ideológico, porque ninguém se iluda, Sr. Presidente, tão interessados no caos, no pânico e na anarquia são alguns, que padecem da doença infantil do comunismo, quanto aqueles outros pescadores de águas turvas da extrema-direita. É até possível ou provável que eles estejam unidos na prática da violência, na busca do caos.

Quero fazer aqui, como fluminense, uma declaração de fé, no futuro do meu Estado, meu Estado, que não é representado por aqueles que negam as suas tradições, o seu brio democrático de luta autêntica, verdadeira, mas luta, Sr. Presidente, no terreno das idéias, no terreno da pregação cívica, e jamais na balbúrdia dos atentados, como aqueles que se praticaram contra a pessoa do Presidente da República, ou contra a pessoa de humildes e modestos clientes de um supermercado na Baixada Fluminense.

Quero, Sr. Presidente, deixar aqui este meu protesto, contra a violência que ameaça tomar conta do meu Estado, que já perdeu até o controle do seu banco, que outrora foi motivo de orgulho para todos nós e, agora, está submetido à intervenção. Estado que é muito maior do que a pe-

quenês daqueles que apelam para a força, quando esta nunca foi capaz de construir uma sociedade estável, livre, em que o povo seja, na verdade, soberano, e não instrumento de urna meia dúzia que deseja se aproveitar da situação para "virar a mesa".

Temos que aprender, Sr. Presidente – e vou concluir –, a conviver com os contrários, a discutir as nossas idéias, para que realmente possamos ultrapassar esse difícil e árduo período de transição para a democracia plena.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. UBIRATAN AGUIAR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, esta Casa assistiu, durante cinco horas seguidas, a participação do Ministro Bresser Pereira, na sua exposição inicial e nos debates, em que as diversas Lideranças desta Casa, os representantes de todos os Partidos com assento na Câmara dos Deputados tiveram a oportunidade de, num debate, o mais democrático possível, discutir a grave crise econômica que o País atravessa no momento.

É preciso, no entanto, Sr. Presidente, que se registrem fatos que também considero importantes, como aquele em que, quando da convocação do Ministro Bresser Pereira, usualmente os artifícios que se utilizam, de deixar que o tempo passe, para chegar no último dia dos 20 dias de convocação que lhe é permitido aqui comparecer; fez questão o Ministro Bresser Pereira de vir à Câmara dos Deputados, antes do seu recesso, para, num debate aberto, transparente, mostrar a realidade dos números que, tantas vezes, têm servido de instrumento à crítica e ao combate ao Governo. Entendeu S. Ex.^a que este era o momento de somar a experiência e o talento da classe política, das Lideranças com assento na Câmara, para a construção deste País, para atravessar este momento de crise e de dificuldades. S. Ex.^a veio aqui mostrar os dados de 1970 e de 1986, quando o Produto Interno Bruto se compunha, em 1970, de uma poupança de 25%, sendo 16% da população e 9% do Governo e que, hoje, ela se constitui dos 16% da participação popular, sem haver a contribuição governamental.

Eram números que S. Ex.^a trazia, sem querer esconder fatos, mas querendo mostrar uma realidade, num jogo claro, que pedia a participação e a cooperação de todos nós.

Esta construção e este trabalho não serão o trabalho do Presidente ou do Ministro da Fazenda. Haverá de ser o trabalho de todos nós, principalmente no momento em que elaborarmos a nova Lei, a Lei Maior do País, a nova Constituição.

Se este momento da crise econômica faz com que as reações populares, a convulsão social, o desagrado, a insatisfação se tornem mais latentes, é chegado o momento de que todos os Partidos, como frisou o Líder do PDT, se unam, sentem-se à mesa, com a preocupação de construir, de ajudar, nesse momento de transição política, para que posam evitar que incidentes, os mais lamentáveis, sejam objeto dos comentários constantes,

da inquietação e da boataria, que em nada ajudam a construir a democracia que todos nós almejamos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os fatos relatados pelas Lideranças dos Partidos que tiveram oportunidade de assumir à tribuna, nesta tarde, e que mostram os incidentes acontecidos, durante a tarde de hoje, no Rio de Janeiro, refletem o estado de espírito de um povo que espera de suas Lideranças maiores soluções imediatas para problemas que não comportam divisões, que não comportam posições radicais e sectárias, mas que reclamam de todos nós o bom senso, acima de tudo.

Desejamos, Sr. Presidente, neste momento, expressar, em nome da Liderança do PMDB, a certeza de que haveremos de encontrar o caminho que leve à paz social, aos avanços reclamados pela sociedade; haveremos de examinar as posições e as propostas aqui demonstradas pelo Ministro da Fazenda, como aquela da alocação de recursos para a microempresa, que atravessa momentos da mais séria crise, são alocados 60 bilhões de cruzados, dos quais, 8 bilhões foram repassados, como afirmou o Sr. Ministro da Fazenda.

Cabe a nós reclamar o repasse dos recursos restantes, de forma a salvar a microempresa nacional, de forma a evitar que a recessão e que o desemprego tomem conta do povo brasileiro e que o caos e a fome se lastreiem nos diversos recantos do País.

Nós, do PMDB, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esperamos, neste instante, que essas inquietações, que esses momentos de desagrado da população civil sirvam para que os Partidos com assento nesta Casa, pelos seus dirigentes, possam, compreendendo a gravidade do momento, encontrar, com aqueles que fazem o Governo, o caminho que nos leve à situação reclamada pela comunidade brasileira.

Sr. Presidente, essa é a posição do meu Partido, na certeza de que haveremos de cumprir essa transição sem sairmos daqueles postulados que todos desejamos, ou seja, os postulados da democracia.

O Sr. Augusto Carvalho: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Ontem, tivemos oportunidade de acompanhar a explanação feita pelo Diretor Técnico do DIEESE, Valter Barelli, e pudemos verificar o achatamento brutal do valor do salário mínimo ao longo das últimas décadas. Assim, Sr. Presidente, o salário mínimo que chegou, no primeiro ano de sua instituição, em termos de quantia de hoje, a 4 mil e 100 cruzados, e que, no pico de seu valor atingiria, em valores de hoje, 7 mil e 100 cruzados, alcança hoje o seu nível mais baixo.

Sr. Presidente, em contraposição a esse quadro, vimos o Ministro da Fazenda querer convencer os Srs. Constituintes, os Deputados aqui presentes, de que, no seu quadro, a realidade era possível ser enquadrada, e, naquele gráfico que S. Ex.^a traçou, quis demonstrar que, com o seu novo plano,

os salários dos trabalhadores, ao invés do achatamento que nós denunciamos, ao invés do confisco que os sindicatos de trabalhadores denunciam, os seus salários seriam acrescidos em valor real de 10%.

Essa situação, Sr. Presidente, é que, na opinião do Partido Comunista Brasileiro, cria o caldo de cultura, a insatisfação que têm levado o povo brasileiro às ruas, às praças, em manifestações de protesto. Caso venha o Governo a insistir nessa política equivocada, nessa política anti-social, nessa política entreguista, antinacional e antipopular, nós teremos, não muito tardivamente, manifestações cada vez mais agudas, mais intensas do seu descontentamento.

Sr. Presidente, vimos aqui hoje, candidamente, o Ministro da Fazenda se omitir na solução do problema que, em outra Pasta do Ministério Sarney, tem sido apontado: o confisco, de março do ano passado a maio deste ano, de 37% de perda média do salário dos trabalhadores. O Ministro da Fazenda aponta apenas a hipótese de um plano que venha a ser vitorioso e que nós, de antemão, pronunciemos que, pela sabotagem dos oligopólios, das multinacionais e com o confisco salarial embutido, já está fadado ao fracasso, se não pela força das multinacionais, se não pela sabotagem dos setores oligopolizados. Este plano terá que ser corrigido pela força e unidade da classe operária que, esperamos, com o seu movimento pujante, consiga reverter essa tendência recessiva na qual entra a economia brasileira.

Sr. Presidente, queríamos registrar que, do outro lado do mundo, hoje, o candidato de um tirano, o tirano da Coréia do Sul, depois de manifestações sangrentas, depois de manifestações de rebeldia do povo heróico da Coréia na luta por eleições diretas e por democracia naquele país, esse candidato se convence da força do povo e renuncia aos planos continuistas daquele governo, assumindo a proposta de diretas para as eleições presidenciais daquele País.

Esperamos que aqui, no nosso Brasil, não tenhamos a necessidade de que movimentos da magnitude dos ocorridos na Coréia venham a impor as eleições diretas para Presidente da República, no ano que vem. É preciso que o Presidente da República e o partido que lhe dá sustentação se convençam de que os interesses do povo são mais fortes e não podem ser contrariados, tal como na tradição nacional ocorrida em 1984, quando a emenda das diretas já foi derrocada.

Esperamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que, com a força do povo, os comícios que estarão ocorrendo a partir do dia 7 de julho em Brasília, bem como em outras capitais do País, tenham a força e a expressão para mostrar que o povo brasileiro, definitivamente, não tolera ser mais esbulhado nos seus interesses, para construir aqui uma Pátria livre, democrática e soberana, sem as interferências das multinacionais, que continuam, hoje, fazendo da nossa Pátria o paraíso para a sua sanha de lucros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Haroldo Lima: Líder do PC do B – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Há poucos dias, a Liderança do PC do B transmítiu a esta Casa, o seu ponto de vista de que, no Rio de Janeiro, havia ocorrido um ato de provocação perpetrado pela extrema-direita.

Salientávamos que clima de insatisfação popular, frente à política antipopular do Governo Sarney é muito grande e que expor o Senhor Presidente da República a uma praça pública, em qualquer local do nosso País, em qualquer grande cidade, seguramente seria expô-lo a receber apupos da população. Acho que, no caso específico do Rio de Janeiro, além disso, haviam ocorrido diversos fatos que nos deixavam muito preocupados, em face da possibilidade da utilização desse ambiente de insatisfação popular, por forças de direita, com vista a criar incidentes para justificar, após os fatos, intervenções determinadas.

As coisas se passaram dessa forma; houve provocações naquele ato, alguns já mais ou menos verificados, mas as averiguações estão caminhando num rumo oposto e não são para identificar os culpados, pois pessoas que foram vistas por populares como ativas naqueles atos provocadores, com cabelos raspados à moda militar não foram presas; foram presas outras pessoas ligadas a entidades populares. Por conseguinte, o que se está fazendo no Rio de Janeiro, do ponto de vista da averiguação dos fatos anteriores ligados à visita do Presidente Sarney significa um desvirtuamento do verdadeiro processo de investigação.

Eis que, hoje à tarde, as coias se multiplicam e se desdobram. De repente há um aumento do preço de ônibus, inesperado, absurdo, que a própria Prefeitura não o queria, por conseguinte, um aumento que significa, efetivamente, uma provocação, perpetrada pelo Governo Federal, sob a inspiração não se sabe de que setor exatamente. Com base nisso, o povo se revolta mais do que já está. Ligado a esse clima de grande insatisfação e rebeldia popular, vai se notando a atuação de elementos provocadores de direita, que querem, mais uma vez, criar o pretexto para intervenções militares, para decretação de estado de emergência, de medidas de emergência, criar um clima que justificaria a pretensa entrada das forças militares para resguardar a ordem e a lei.

Ora, Sr. Presidente, essa é a ameaça das forças golpistas do País, essa é a ameaça da direita que, há muito tempo, vem ensaiando esse tipo de manobra em nossa terra. Isso se dá no momento em que o povo começa a se movimentar para pôr fim ao Governo Sarney, a exigir eleição direta, imediatamente, após a promulgação da nova Carta Constitucional. Precisamente, para se opor a esse processo que começa a crescer, essas forças de direita ensaiam já essas medidas provocativas, com vistas a justificar excepcionais intervenções. Aqui mesmo, em Brasília, está convocado um comício para o dia 7, com todas as forças populares e aproximadamente 6 a 7 partidos dele participando. Por conseguinte, essas medidas e essas provocações, que agora se fazem no Rio de Janeiro têm um alvo certo: conter o ascenso do movimento popular que começa a se levantar em nossa terra. E não só isso; nós vimos hoje, pela manhã, a exposição feita na Câmara dos Deputados, pelo Ministro Bresser Pereira. Foi uma exposição

absolutamente fraca, insatisfatória e sob certos aspectos vexatória. Mas uma coisa ficou patente; o Ministro vinha sob forma tímida, porque não tinha audácia de enfrentar diretamente a Câmara, para dizer o que queria dizer. E que, a juízo do Governo Federal, o FMI tinha mudado; ele achava isso, o Presidente José Sarney também achava isso, e se o FMI mudou, o Brasil também iria mudar. Na compreensão do Ministro iria mudar, no sentido de que iria acabar com esta história de resistir ao FMI, de conter a política entreguista que o FMI queria propor, em se opor a esta política; ia, assim, de braços abertos, abraçar o FMI e entregar definitivamente a Pátria brasileira a essa política antinacional.

Sr. Presidente, para encerrar: o povo brasileiro é sabido e não está disposto a aceitar a entrega de sua terra, de sua Pátria, aos banqueiros internacionais, e não está disposto a ver aplicar-se esta política antinacional e antipopular impunemente. E precisamente, por isso, também antevendo que, para levar à prática essa política entreguista e reacionária, o Governo não pode conviver com a liberdade, porque, através da liberdade, o povo se levanta, para impedir a consecução dessa política traidora. Esses grupos estão, agora, montando provocações para criar um clima de conturbação artificial em nossa terra, levar a uma intervenção, ou a medidas excepcionais, chamadas medidas de emergência e, através delas, o cerceamento da liberdade, eles querem levar à prática a política que aqui foi expressa pelo Ministro Bresser Pereira. É essa política antinacional; é o ascenso popular do povo, que está atemorizando o regime. São essas as motivações que estão fazendo com que as forças de direita comecem a optar por atos provocadores no Rio de Janeiro, para então justificar, eles sim, retomarem ao poder, ou lançarem mão de medidas excepcionais de emergência, pretextando a conturbação da ordem que eles estão criando, tentando jogar a culpa na esquerda. E sabemos nós, que somos da esquerda radical, que somos da esquerda histórica neste País, que esse ato, de uma pessoa entrar num ônibus e dizer. "Saiam todos ou esta bomba explodirá e matará todos", que isso a esquerda jamais fez em nossa terra nem em lugar algum do mundo. Isso é ato perpetrado, planejado pelo Serviço Nacional de Informações, pelo Estado Maior das Forças Armadas, e tem objetivos determinados.

O Presidente Sarney está a par desses objetivos, porque quando ele terminou o incidente do Rio de Janeiro, a primeira coisa que fez foi sair correndo de lá para cá e mandar reunir, de imediato, os seis ministros militares, para com eles examinar o clima criado, e as medidas que se faziam necessárias.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL. (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

Vem a Democracia Cristã, neste momento, nesta hora indiscutivelmente grave, gravíssima, em que vive a Nação, trazer, de um lado, uma mensagem de ponderação, mas, de outro lado, indiscuti-

velmente, uma mensagem de alerta e mesmo de revolta.

Hoje, pela manhã, aqui no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, convocado pela Câmara dos Deputados, esteve o Ministro Bresser Pereira.

Quando chegamos para ouvir o Ministro, não negamos que não nutríamos esperanças, mas, quando saímos, podemos confessar, não podemos deixar de registrar que saímos desalentados porque, sem nenhuma colocação, o Sr. Ministro focalizou com clareza, com objetividade os grandes fatos econômicos e sociais que hoje angustiam a Nação brasileira. Deixou sem resposta os aplicadores das cadernetas de poupança, que hoje se sentem lesados, assaltados através da sanha desonesta de um Governo que não honra o que promete, que não cumpre o que afirma.

De outro lado, Sr. Presidente, com relação às pequenas e médias empresas, o que falou o Ministro? Nada, a não ser repetir as velhas e gastas resoluções que só procrastinaram, só impulsionaram, para um pouco mais longe, a agonia final e derradeira das pequenas e médias empresas. Que disse o Ministro com relação à realidade de São Paulo, onde as empresas fornecedoras de autopartes, e até as montadoras, prevêem milhares, dezenas de milhares de demissões, atingindo centenas de milhares de pessoas? Não, Sr. Presidente, não podemos calar. Não podemos pactuar com esta tragédia social.

Vou concluir, Sr. Presidente. Hoje, neste momento, estamos recebendo notícias do Rio de Janeiro. Lá, corre hoje, a Nação, extremo risco. Instala-se, na antiga capital da República, na cidade do Rio de Janeiro, a mais absoluta inconformidade popular. Encontram outro pretexto, (palmas), mas a verdade é que no Rio de Janeiro, hoje, se espelha a revolta popular. É o povo que não se contém mais em sua agonia, em sua fome e em seu desespero.

E vejo, Sr. Presidente, olho, agora, a minha cidade, olho, neste momento, São Paulo, com sua imensa periferia desvalida; e se não forem tomadas, urgentemente, medidas energéticas como, por exemplo, baixar, imediatamente o IPI sobre os veículos, para impedir esta onda absurda de demissões em São Paulo, não há dúvida de que corremos o risco de enfrentarmos também uma catástrofe social. Não é isto, Sr. Presidente, que nem eu nem ninguém nesta Casa quer para nossa Pátria, para nosso País.

O que queremos, Sr. Presidente, é construir uma sociedade solidária, fraterna, igualitária, distributiva, baseada na justiça. E, para isto, fica aqui o apelo, ainda que dramático, da Democracia Cristã, para que o Senhor Presidente da República, para que o Governo, como um todo, tenha a coragem, a lucidez e a brasiliade de encontrar um caminho que possa impedir o desastre que se aproxima, a olhos vistos, e que só os cegos ou aqueles de má fé não querem enxergar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada polo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Nós, do PT, queríamos falar sobre os graves acontecimentos que vêm ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, em nossa cidade. Hoje, falando aqui às 14 horas e 30min, eu havia alertado para a política do Governador Moreira Franco, que é de aberta repressão ao movimento popular e denunciado que o Governo Moreira Franco, que propunha o fim da violência em 6 dias, conseguiu fazer do rio uma praça de guerra contra a população. Demos, inclusive, exemplos de como a Polícia do Governador, agora, invade favelas da forma mais desabrida para tirotear com crianças tendo, inclusive, dado um tiro na boca de uma criança de 10 anos. Alertamos, também, para a provocação organizada com o incidente do Ônibus do Presidente Sarney, onde se sabe que, evidentemente, quem estava próximo ao Presidente, foi conivente, porque jamais se viu deixar alguém chegar – como se chegou – ao lado do ônibus presidencial, sem que se dessem facilidade efetiva para a ação de quem se aproximasse. E mais ainda, que a Polícia Federal anuncia que aquela providência foi um atentado, mas nunca se viu um cidadão chegar perto de um presidente para praticar um atentado e dar uma picareta no vidro do ônibus. Alertamos, para mostrar que a direita está se articulando numa transição vinda por cima, sob o controle das Forças Armadas, onde até hoje não houve eleições diretas, e com a votação para a Assembléa Nacional Constituinte, em parte ilegítima, porque foi eleito em conjunto com o Congresso Nacional, e puxada por eleições, simplesmente, aquelas para governadores.

A situação neste País tendia a se agravar e fizemos um apelo ao Presidente Sarney, para que levasse em consideração a situação do Rio de Janeiro. Alertamos, para o fato de que desde cedo, hoje, havia manifestantes presentes, lutando contra o aumento absurdo das passagens de ônibus. Hoje, o povo do Rio de Janeiro amanheceu com a notícia de que os ônibus tinham sido majorados em 50%, uma medida escandalosa, no mesmo momento em que um Ministro chega aqui com a maior tranquilidade, para dizer que o salário real do próximo mês vai aumentar 10%; em que um Ministro vê que tudo aumenta e que o salário é congelado. É, evidentemente, uma provocação deliberada. Há, em todos os sentidos, do ponto de vista do Executivo, do ponto de vista do Legislativo e do ponto de vista do Judiciário, elementos de direita que tentam facilitar o enfrentamento imediato, a título de colocá-lo como uma insubordinação geral das forças populares.

Assim, pedimos providências e avisamos de que amanhã haverá urna manifestação da CUT e queremos garantias para que os trabalhadores se manifestem. Hoje, a Polícia do Governador Moreira Franco, orientada pelo alto comando das Forças Armadas, “desce o pau” nos trabalhadores do Rio de Janeiro. Nesse momento, o conflito se generalizou. Esse aumento abusivo provocou uma reação da população: há ônibus incendiado; há uma verdadeira disputa entre a polícia e os manifestantes. E do Rio de Janeiro exatamente agora, começam a falar não só que vai haver intervenção ou que vai ser decretado o estado

de emergência, mas que já circulam Urutus pelas ruas da cidade. Essa informação preocupante mostra uma tendência a novamente gerar fatos e conflitos para atribuir isso a movimentos populares, o que pode levar a um conflito de graves consequências.

Os trabalhadores do Rio de Janeiro não podem aceitar passivamente um aumento de 50% nas tarifas, e solidarizando-nos com o Movimento dos Trabalhadores, solidarizando-nos com a Central Única dos Trabalhadores, queremos marcar a posição de que se alguma violência for desencadeada no rio, se algum pretexto for dado para uma repressão maior compete exclusivamente às autoridades, ao Presidente da República, ao Judiciário que aumentou, agora, abusivamente o preço das passagens de ônibus e, de jeito nenhum, ao trabalhador que reclama.

Alertamos a Casa! Alertamos o Presidente Ulysses Guimarães e queremos alertar todas as pessoas responsáveis desta Constituinte, porque amanhã a situação pode piorar e os incidentes no Rio de Janeiro podem se transformar numa verdadeira batalha. Se há batalha estaremos ao lado dos trabalhadores. Mas, ao lado dos trabalhadores, queremos avançar na conquista de nossa liberdade e, por isso mesmo, denunciamos a ação provocadora da direita organizada, que sai debaixo da sociedade, mas que se ramifica sob a cobertura irresponsável do Presidente da República.

Denunciamos o Presidente José Sarney, denunciamos o Governador Moreira Franco e preparamos a todos para que saibam, com serenidade, mas com altivez e energia, reagir à provocação sem correr em debandada, apoioando as forças populares naquilo que elas têm de impedir qualquer tentativa de retrocesso e qualquer avanço da direita radical neste País! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Constituintes apresenta proposição nesta data.

VII – O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Passa-se ao horário de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

Tem a palavra o Sr. Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Há algum tempo ocupei esta tribuna no espaço destinado a debate de temas constitucionais e tive a cautela de ali inserir todos aqueles princípios e pensamentos que tenho em função da elaboração do novo texto constitucional brasileiro. Fiz uma série de alertas sobre o que poderia ser a nossa Constituição, como eu julgava que ela deveria ser. Vencemos a primeira etapa da nossa luta dentro da Assembléa Nacional Constituinte, quando as Subcomissões apresentaram seu trabalho, uma espécie de recolhimento da matéria-prima sobre a qual haveríamos de prosseguir a elaboração da Carta Magna.

Passou-se à segunda fase, que foi a de compatibilização dos textos das três Subcomissões em nível de Comissões Temáticas, o que também foi rigorosamente cumprido dentro do prazo estabelecido.

Hoje, temos o resultado da terceira fase dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte,

qual seja, a Sistematização, a compatibilização de tudo aquilo que foi decidido em nível de Comissões Temáticas, à exceção da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que, por problemas de ordem interna, por radicalismos e confrontos surgidos durante a realização dos trabalhos, tornou inviável a objetivação, através de um relatório final ou de um anteprojeto.

Sr. Presidente, era a minha intenção, hoje, fazer uma análise crítica desse trabalho apresentado pela Comissão de Sistematização. Em virtude da vinda do Sr. Ministro da Fazenda, hoje, pela manhã, trazendo aqui o seu depoimento em cima de questionamentos que seriam dirigidos a S. Ex.^a, e tendo sido eu um dos autores do requerimento que convocava S. Ex.^a, de acordo com os termos do art. 38 da Constituição Federal, não pude proceder a esse estudo e, consequentemente, à análise que pretendia em torno do tema constitucional, ou seja, a análise do texto da Comissão de Sistematização.

Porém, farei algumas colocações que continuam me preocupando. Já fiz referência à primeira delas. Quero alertar esta Casa para a enorme responsabilidade que o PMDB está assumindo na elaboração do texto constitucional. Amanhã ou depois, se os resultados não forem aqueles que espera a sociedade brasileira, não venha o PMDB fazer com a Constituição o que fez com o Plano Cruzado, quando só o apoiou nos bons momentos. Somente quando o Plano Cruzado foi repudiado, o PMDB se intitulava como não mais responsável, como de fato não o foi pela sua elaboração.

Dizia eu, quando foram escolhidos os relatores, que o PMDB teve a cautela de escolher todos, às suas fileiras. Não condono, pois, penso que o partido majoritário tem que exercer a sua força, decorrente da sua vantagem numérica, eu diria. Mas entendo que houve um “exagero na dose”, Sr. Presidente, porque os pequenos partidos praticamente foram alijados; os pequenos Partidos não participaram de uma forma mais direta. Mas essa fase, graças ao entendimento a nível de comissões, conseguiu ser superada, e chegamos, pelo menos, a um resultado.

O SR. RUY NEDEL: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Só quero dizer – antes de conceder o aparte a V. Ex.^a – que quando recebi esse documento – e isso já foi referido – estranhei, porque ele começa com um ofício assinado por dois Constituintes que tenho na mais alta conta: Senador Afonso Arinos – um homem de uma folha de serviços conhecida neste País, de tradição política, de um cabedal jurídico inegável; um dos maiores oradores parlamentares que o Congresso brasileiro conheceu; um homem, em todos os sentidos, que honra e significa qualquer instituição a que pertence; o outro, o nosso colega Deputado Fernando Cabral – um homem aberto ao diálogo, um gentleman; ex-Presidente da OAB, de uma sólida formação jurídica. Por isso mesmo, Sr. Presidente, me surpreende – e o fato foi questionado na Comissão de Sistematização – que os dois tenham assinado este ofício que vou ler, dirigido ao Presidente da Constituinte:

“Sr. Presidente, na qualidade de Presidente-Relator desta Comissão, temos o prazer

de passar às mãos de V. Ex.^a o anteprojeto, resultado da compatibilização das matérias aprovadas nas sete Comissões Temáticas, à exceção do texto da Comissão Oito, devidamente elaborado pelo Relator, e com a consulta aos líderes do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, no Senado, na Câmara e do Líder do Governo, assim como da valiosa assistência dessa Presidência."

Sr. Presidente, sei que o Constituinte Bernardo Cabral é um homem partidário, e louvo essa atitude de S. Ex.^a, de ouvir o seu partido. Entretanto, não há referências aqui ao partido do Presidente da Comissão, o Senado Afonso Arinos.

Agora, perdoe-me o Constituinte Bernardo Cabral, com todo o apreço que sabe que tenho por S. Ex.^a. Mas estas são daquelas coisas que se faz, mas não se escreve. E como bom político que é, S. Ex.^a deveria saber, porque no momento em que passa a integrar um documento oficial é o reconhecimento do facionismo, do sectarismo que preside a ação dentro da Assembléia Nacional Constituinte, pois além do PMDB, embora menores, nós temos mais dez partidos que se fazem representar aqui dentro e que também têm as suas lideranças. E vou mais longe, Sr. Presidente, até admitirmos que o Sr. Relator e o Presidente da Constituinte tenham consultado o Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Agora pergunto, dentro dessa soberania que se proclama a quatro ventos: por que consultar o Líder do PMDB na Câmara? Por que consultar o Líder do PMDB no Senado e por que consultar o Líder do Governo, se foi repudiada na Assembléia Nacional Constituinte a figura da Liderança do Governo? Então, esses questionamentos quero deixar, porque eu, como integrante de um partido, embora minoritário, sinto-me desconsiderado junto com o meu partido dentro dessa manifestação que encabeça o trabalho da Comissão de Sistematização.

O SR. RUY NEDEL: — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADYLSON MOTTA: — Com imenso prazer, concedo o aparte ao meu querido amigo e conterrâneo Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: — Nobre Constituinte Adylson Motta, nós nos conhecemos há muitos anos e sempre em partidos que eram adversários. E ia nas missões do Rio Grande do Sul, o fato de ser adversário de partido, muitas vezes, deixava marcas até de retaliação social. Divergimos uma quantidade enorme de vezes, mas um aspecto jamais pôde negar-se a V. Ex.^a: a sua dedicação ao trabalho; às vezes, abusava até pelo excesso de denodo, pois conhecia e até interpretava ações ou reações de adversários. Mas, eu agora ouvindo, logo no início da sua explanação, o seu protesto contra a eventual falta de democracia do PMDB, não quero voltar ao passado, em absoluto, não quero lembrar-lhe que jamais o então partido do Governo teve sensibilidade que chegasse ao menos à sola do sapato da sensibilidade democrática do PMDB neste momento. Mas queria lembrar-lhe que partiu do PMDB a idéia de que os pequenos partidos, aqueles partidos que não tinham tantos representantes — e não têm — quanto era o número das Subcomissões, tivessem a liberdade de escolher as suas Subcomissões para o trabalho, de acordo com os seus compromissos de uma

campanha eleitoral. E esta idéia partiu do PMDB, e este ato democrático foi, através do PMDB, solidificado no Regimento Interno.

Mas, além disso, o grau de representatividade dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, e também de espaço, seja neste Plenário, tenha sido nas Subcomissões ou nas Comissões, se há algum Partido que pudesse se queixar da falta de democracia, seria só — e tão-somente — o próprio PMDB.

Nós, Constituintes do PMDB, efetivamente, tivemos muito menos espaço do que qualquer Partido minoritário dentro desta Assembléia Nacional Constituinte. Era neste sentido que eu queria este aparte para deixar o protesto quanto a essa determinação de que o PMDB tenha sido, senão ditatorial, pelo menos, não democrático para com os pequenos Partidos, e aos quais não teria dado nada. Não! Talvez tenha sido avaro demais com grandes companheiros do seu Partido dentro dessa Assembléia Nacional Constituinte, companheiros, talvez, não com tamanha dedicação e trabalho como o de V. Ex.^a, mas, sem dúvida, do maior brilho, da maior competência, e maior dedicação. E, no entanto, tiveram um espaço extremamente reduzido quando nós vimos no dia a dia desta Assembléia Nacional Constituinte os Partidos altamente minoritários, com um gigantesco espaço e que, efetivamente, na hora decisiva do voto em plenário, eles voltarão a ser minoritários. Isto é o resultado do que o povo faz nas suas urnas com o seu voto.

O SR. ADYLSON MOTTA: — Agradeço o aparte ao nobre Constituinte Ruy Neves, e gostaria de dizer que esse apreço e essa admiração são recíprocas.

Quanto à referência ao meu Partido, quero dizer, nobre Constituinte, que sou de um Partido que foi Governo e que foi julgado no dia 15 de novembro. Nós, já pagamos todos os pecados que cometemos e que não cometemos, porque, de uma bancada de duzentos e poucos, fomos, injustamente, reduzidos a trinta e dois; exatamente porque se jogou em cima do PDS, além do desgaste de um governo — que nós tivemos, muitas vezes, a fraqueza de apoiar, mas que não dividia conosco os momentos de glória — nós tivemos esse grande engodo nacional que foi o Plano Cruzado e que terminou, praticamente, por nos liquidar nacionalmente.

Mas estamos cumprindo o nosso calvário, estamos assumindo e estamos agora aqui como Partido de Oposição e queremos cobrar do PMDB, exatamente, porque ele entrou dizendo que ia corrigir as coisas que nós não fazímos, e o exercício da democracia é uma delas, nobre Constituinte. Vou dar um exemplo: começamos a atividade aqui no Congresso cometendo um grande atropelo àquilo que seria um ponto intocável para nós que é a Constituição, começamos os nossos trabalhos aqui elegendo um homem inelegível. Apesar da grande admiração que tenho pelo Deputado Ulysses Guimarães, foi um ato de violência a sua reeleição para Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. CONSTITUINTE RUY NEDEL: — Com o voto de V. Ex.^a.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA: — Com o meu voto não, Sr. Constituinte. Inclusive encaminhei, embora voto secreto, ao Dr.

Paulo Afonso, não sei se foi cumprido o que S. Ex.^a me prometeu, acredito que sim, uma declaração de voto. Votei no Deputado Fernando Lyra.

Mudou-se o Regimento interno da Câmara dos Deputados, Constituinte Ruy Nedel, ao arreio da legislação contra todas as normas legais, por um simples ato da Mesa. O que significou isso? Significou retirar da sessão da Câmara a Ordem do Dia e o poder de iniciativa dos Deputados para apresentarem proposições. Foi um ato arbitrário, foi um ato antidemocrático cometido sob o patrocínio do PMDB.

Mas não é esse o caso que quero abordar, nobre Constituinte, o que me preocupa é que o PMDB está assumindo uma demasiada responsabilidade com essa Constituição. Deus queira que ela seja boa, e todos vamos lutar por isso, mas estou alertando para a responsabilidade que o PMDB quer assumir sozinho, quando o correto seria, através de reuniões de liderança, nesta Casa, procurar-mos encontrar pontos convergentes, porque hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, é sabido, existe um grupo com um furor mudancista, que quer alterar tudo o que existe e não aceita nada que já existe em outros países ou aqui no Brasil. Radicalizou.

De outro lado, existe um grupo que não quer mudar absolutamente nada. Pretendo, nobre Constituinte, com a maioria dos colegas desta Casa, participar do grupo que quer recolher as coisas que prestam de um lado e de outro e chegar a um termo que convenha realmente às expectativas e aos anseios da sociedade brasileira.

Acho que este é o grande momento e a palavra chave que existe hoje a nossa frente se chama negociação, se chama conciliação, se chama racionalidade.

Apavoro-me quando leio o que está contido nestes textos aqui. Se fosse executado o que está nesta Constituição, nestes termos, evidente que ela será alterada, este País seria convulsionado. Isto aqui inviabiliza empresas, provoca desemprego em massa, liquida, em muitos campos, a iniciativa privada, provoca as Forças Armadas, sufoca o nosso trabalhador. Venderam-se ilusões neste texto. A euforia e a alegria momentâneas poderão ser a lágrima e a tristeza da realidade de amanhã. Por que a empregada doméstica pediu para tirá-la do instituto da estabilidade? Não foi o Relator Almir Gabriel que a tirou, não foram os constituintes que propuseram; foi uma comissão de domésticas que ocorreu ao Parlamento e veio pedir ao Relator que tivesse a categoria da estabilidade no primeiro dia de admissão, porque, daquele momento em diante, a prevalecer esta regra, elas não teriam mais emprego, porque ninguém haveria de fazer essa espécie de contrato de adoção.

Essa sensibilidade que a empregada doméstica teve, os nossos Constituintes não tiveram, naquela ocasião.

Sou a favor de que se proteja o trabalhador, que lhe dê segurança, que se puna a empresa que, sem motivo, faça a despedida de empregados; mas, pelo amor de Deus, não vamos inviabilizar a empresa brasileira com essa camisa-de-força que lhe querem impor.

Vamos procurar um meio-termo. Esta Constituinte tem homens sensatos, homens responsáveis, de todos os Partidos. O que custa nos reunir-mos em torno de uma mesa, em torno de um objetivo que é comum à sociedade brasileira?

Creio ser o momento de pensarmos um pouco mais no Brasil e deixarmos os interesses pessoais, grupais, e até as vaidades pessoais de lado.

Outro aspecto que me preocupa, apenas para encerrar, Sr. Presidente, é que sempre defendi uma Constituição que fosse concisa, sucinta, genérica, porque se assim confeccionada ela seria flexível e adaptável em momentos futuros, seria uma Constituição fadada ao sucesso, ao passo que uma Constituição casuística, detalhista, seria superada amanhã, ou depois. Sempre digo que embora não se deva necessariamente copiar o que os outros fazem, não devemos subestimar o exemplo de outros países, a experiência de países altamente desenvolvidos.

Apenas para ilustrar – e tenho aqui a grande honra de falar na presença da extraordinária figura a que há pouco me referi, que é o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos – quando se realizou o trabalho da Comissão Afonso Arinos, fui um dos que protestaram e entre as razões do meu protesto estava o número exagerado de artigos, 436, embora fosse apenas uma proposta.

É sabido que a Comissão de Relatores Auxiliares apresentou uma sugestão de 376 artigos, sugestão que foi rejeitada; temos aqui um texto de 501 artigos. Mas quero fazer um apelo para que possamos, realmente, traduzir esta Constituição em algo que signifique a metade dos artigos que hoje tem, que ela seja enxugada e, agora, vou dar o exemplo, para concluir, Sr. Presidente:

Vamos observar os países socialistas – a República Democrática Alemã tem uma Constituição de 106 artigos; a Bulgária, 143; a Hungria, 78; a Polônia, 106; a Rumânia, 121; a Tchecoslováquia, 112.

Vamos às pequenas Repúblicas da América Central: Costa Rica, 141 e Nicarágua, 202.

Vamos a países desenvolvidos: a Itália, 139 artigos; o Japão – que é talvez a Constituição que melhor contempla a área social – 103 artigos. O México tem um texto de 136 artigos; o Paraguai, 239 artigos; o Peru, 307 artigos; Portugal, 300 artigos; a Suíça, 123 artigos mais 12 nas disposições transitórias; a Rússia, 174 artigos; Venezuela, 252 artigos; República Federal Alemã, 146 artigos; Argentina, 110 artigos; Chile 119 artigos; República Popular da China, 138 artigos; Cuba, 141 artigos; Espanha, 169 artigos; Estados Unidos, 7 artigos mais as 26 emendas, com um total de 33 – diga-se de passagem a Constituição vai completar 200 anos no dia 17 de setembro – França, 89 artigos; e Guiné-Bissau, 102 artigos.

Sr. Presidente, não é que se deva copiar, mas acho que é um exemplo eloquente de que as constituições devem ter textos genéricos, a Constituição não é panacéia, a Constituição não é carta de reivindicação, a Constituição – e tenho dito – é o mais importante documento, mas deve ser genérico, sucinto, conciso, para que seja duradouro e possamos, amanhã ou depois, ter o mesmo orgulho que os Estados Unidos, por exemplo, têm da sua Constituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante á discurso do Sr. Aeyison Motta o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretária.

O Sr. Afonso Atos – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. AFONSO ARRIOS (PFL – RJ. Para uma explicação Pessoal. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, desejo apenas fazer pequena explicação pessoal, na qual gostaria de me referir ao meu emblemático antecessor na tribuna.

S. Ex.^a – estava eu no meu gabinete, no Senado – leu uma comunicação assinada pelo atual declarante e pelo Relator Bernardo Cabral, a respeito da nossa assinatura em um documento, segundo o qual esse emblemático Relator teria preparado o documento que apresentou à nossa Assembléia, depois de consulta a Líderes do seu partido.

Pego ao nobre Deputado Constituinte que considere que a minha função foi apenas a de assinar alguma coisa que era verdadeira. Ele declara que elaborou o anteprojeto após consulta aos membros dirigentes, aos Líderes do seu próprio partido. Para mim, não havia senão que assinar, porque era um fato que ele afirmava. Não tenho nenhuma participação nem responsabilidade na circunstância de ele ter limitado a órbita das pessoas a quem se dirigiu. De maneira que era meu dever assinar aquilo que era verdade. Por consequência, estou isento de qualquer culpa, se culpa existe, no fato de não terem sido consultados outros Deputados, outros Constituintes que não pertençam a outros partidos, inclusive ao meu. Aquilo era um fato que eu tinha que confirmar.

Com esta explicação que espero satisfaça ao meu emblemático amigo, queria também agradecer esta honrosa referência que fez ao meu nome. Muito obrigado a V. Ex.^a Sr. Presidente.

O Sr. Adylson Motta – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Quero dizer ao Senador Afonso Arinos que tenho por S. Ex.^a um respeito reverencial, pessoa a quem aprendi a admirar desde a minha infância e, em toda a minha vida política, recolhi exemplos alta-mente edificantes da sua atuação parlamentar. Eu jamais cometeria a des cortesia de insinuar qualquer coisa menos airosa à participação do Senador Afonso Arinos e do Deputado Bernardo Cabral. Só acho que foi um documento infeliz, sendo possível que, inadvertidamente, se haja colhido a assinatura dos dois eminentes Líderes. Creio que o correto, ali, seria apenas fazer uma referência aos demais líderes partidários, até para um prestigamento desta Casa como um todo, porque ela vive dos seus Partidos majoritários, mas o que faz a democracia é a existência, exatamente, das minorias. Então, meu prezado – e permita que o chame de amigo – Senador Afonso Arinos, receba a minha permanente homenagem e não leve a minha manifestação como qualquer ato de irreverência ou de des cortesia para com V. Ex.^a. Eu o conheço o suficiente e não cometeria essa injustiça (Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vivemos um momento muito delicado; na verdade, só os ingênuos poderiam imaginar que nós atravessássemos, depois de mais de 20 anos de ditadura, um processo de transição à democracia sem qualquer tipo de conflito, um processo que apenas deslizasse. No entanto, Sr. Presidente, esse processo foi agravado pela ação do próprio Governo, que tinha responsabilidade de dirigir e de coordenar essa transição. Neste momento, nós vivemos a quarta fase do processo constituinte. Passamos pela fase de construção do Regimento; passamos pela fase das Subcomissões, das Comissões e, agora, estamos na fase em que a Comissão de Sistematização leva ao Plenário o ante-projeto de Constituição.

Na verdade, Sr. Presidente, nós não temos nenhum ante-projeto. O documento apresentado pela Comissão de Sistematização, apenas coordenando os documentos que foram produzidos pelas Comissões Temáticas específicas, não significa, na cabeça dos Constituintes, na cabeça da sociedade e na dos Partidos políticos, nem sequer um elemento de estímulo à reflexão constitucional. Essa situação tem origem no próprio processo constituinte, que foi definido aqui por esta Casa. Quando nos reunimos aqui, em 1º de fevereiro, observamos um clima de crise de identidade. Nenhum de nós, na verdade, se achava de fato um Constituinte. Toda aquela discussão a respeito da soberania, se nós fôssemos fazer uma análise para trás, iríamos verificar que se tratava de uma discussão sobre a nossa própria identidade. Qual é a origem disso? A origem foi um processo eleitoral em que as questões de fundo, as questões constitucionais, as questões nacionais, nem sequer foram abordadas.

O processo eleitoral de 1986, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi um processo cavalgado em cima da ilusão do Plano Cruzado, manipulado pelo Governo Federal, e cavalgado em cima de temas regionais específicos, capitaneados pelas candidaturas a Governador, logo não poderia dar em outra coisa. Nós nos constituímos sem reconhecer em nós mesmos a nossa identidade de Constituinte. O Regimento refletiu isso e procurou, através da definição de um processo novedoso, de um processo inovador, resgatar essa identidade. Ora, os processos constitucionais, normalmente, começam por um pacto político que define uma comissão básica que tem como tarefa produzir um ante-projeto legitimado por essas forças políticas que, através desse pacto político, deram consistência e representatividade a essa comissão. Aqui não. Aqui não havia representatividade nem do Partido que teve a imensa maioria de votos na eleição de 86. Não havia representatividade constituinte desse Partido. O que aconteceu? O processo procurava transformar todos os Constituintes em participes dessa comissão. O que aconteceu? Na primeira fase, as Subcomissões agruparam Constituintes sem qualquer tipo de identidade, nem partidária prévia, nem sobre temas próprios, dos próprios Partidos, colocados nesta Casa. Começaram a definir projetos que foram à Comissão, que foram modificados, para, no final, dar nesse ante-projeto que não significa coisa alguma.

Esse processo, esse método, que na verdade pode ser figurado em duas pirâmides invertidas, apoiadas no vértice, é um processo que se perdeu e vai se perder no tempo. Vamos começar tudo de novo a partir do dia 15 de julho. No dia 15 de julho, segue um anteprojeto que não significa nada para o Plenário. Aí sim, esse Plenário, através da posição dos Partidos políticos, de grupos mais organizados de Constituintes e de Constituintes isoladamente, vão produzir emendas nesse ante-projeto que retomará à Comissão de Sistematização, que votará finalmente o anteprojeto para se iniciar esse trabalho, quase 9 meses depois, de um enorme tempo perdido, que só serviu para reproduzirmos um debate que deveríamos ter realizado no ano de 1986, em pleno processo eleitoral.

A esta situação, Sr. Presidente, acrescenta-se à delicada crise de ordem política, de ordem econômica de ordem social, que enfrentamos.

Não se o que vai ser das discussões neste Plenário, dentro de dois ou três meses, quando essa crise social se aprofundar, quando toda faceta conservadora deste Governo estiver exposta. O Governo desorganizou a economia durante todo o ano de 1986. O Plano Cruzado teve como consequência o pior dos mundos: uma crise na contramão, uma crise desnecessária, produzida pelo voluntarismo das medidas do Governo Federal.

Agora, depois dessa economia desorganizada, dos preços em explosão, vem o Governo Federal com a adoção de medidas regressivas, do ponto de vista social, a um nível que nunca se viu neste País.

A inflação, Sr. Presidente, tem uma função de financiamento de alguns dos segmentos que tomam decisões de gasto. A inflação financia o Governo; a inflação financia segmentos empresariais; a inflação, certamente, não financia os assalariados.

O Brasil acompanhou, desde a década de 30, um processo de substituição de fontes de financiamento, que tiveram o impacto inflacionário reduzido. Os assalariados foram acompanhados pelo setor primário após a década de 30; houve uma distribuição do ônus do financiamento do crescimento industrial neste País, carregado pelo crescimento da produtividade no campo, ou pela redução dos seus preços relativos, a favor do setor industrial.

Este processo, na década de 50, foi quando o setor agrícola já não tinha mais como oferecer sacrifícios, a nível de seus preços, ao financiamento do setor industrial, do setor mais moderno da economia, inclusive do setor de serviços; coube aos assalariados serem pressionados para oferecer esse sacrifício.

Esse processo "cortou gordura" dos assalariados. Se, hoje, falamos que, há quarenta anos, há 35 anos, o salário mínimo equivalia a três vezes o salário mínimo atual, nós podemos, sem dúvida, afirmar que o salário real significava, talvez, cinco ou seis vezes mais, em função do gasto de transporte, da proximidade do trabalhador de seu local de trabalho, da inexistência de exigências em relação aos padrões modernos de consumo.

Nas décadas de 50 e de 60, o financiamento coube, quase que exclusivamente, aos assalariados. Mas se chegou a um ponto limite. Não há como essa economia retomar o crescimento, uma vez que o estrangulamento cambial não nos

imagina pensar que a poupança externa pode, novamente, suplementar um financiamento que o salário não é capaz mais de oferecer. Não há como imaginar que se vai substituir a inflação como fonte de financiamento pelo arrocho salarial. Esse é um erro grave do Governo Federal. É possível até que ele tenha sucesso na redução do patamar da inflação. No momento em que o objetivo não é o crescimento, é possível que essa substituição, essa troca possibilite uma queda no patamar da inflação no nível que está aí, de 25% a 30%, para nível de 6%, 7%, 8%. No entanto, necessariamente, essa troca não financiará o desenvolvimento, o crescimento, a economia não retornará o seu rumo.

A tendência do emprego é o decréscimo e que, acrescida à situação de arrocho salarial, produzirá, com toda a certeza, uma gravíssima crise social, como nunca este País observou; nem na ditadura este País observou uma crise social desta dimensão.

Quero lembrar que a aceleração do crescimento, muito rapidamente, a partir de 67, permitiu que o arrocho salarial fosse parcialmente compensado pelo número de pessoas que trabalhava por família. Se o salário individual caiu, o salário familiar não caiu tanto, e às vezes cresceu. Isto não está ocorrendo agora. Agora o que há é um decréscimo global do salário individual e do salário familiar. Numa situação dessa, devemos enfrentar discussões tão duras, tão delicadas, e tão profundas como as discussões constitucionais.

Entendo, Sr. Presidente, que, mais do que nunca, é necessário estabelecer diretrizes sobre os debates constitucionais, aqueles debates que podem produzir um consenso liderado pelos Partidos políticos; eu diria que, nessa parte, se inclui a discussão sobre a questão democrática, sobre a organização do Estado, sobre a organização dos poderes, sobre o processo político. Acho que é possível que, através de um trabalho aberto de lideranças partidárias, que representam até a heterogeneidade existente dentro dos partidos políticos, se possa chegar a um consenso que leve a plenário, em cima da questão democrática, apenas diferenças de detalhes ou diferenças de enfoques, ou uma ou duas grandes discussões, como seria o caso do presidencialismo, do parlamentarismo e do sistema e da organização eleitoral, mas duas grandes discussões apenas, deixando para o Plenário aprofundar no detalhe discussões sobre questões da ordem social e sobre questões da ordem econômica.

Se não for assim, nós corremos o sério risco de ter o trabalho de plenário encilhado. Depois do aprendizado que houve, nas discussões e nas votações nas comissões este Plenário está capacitado, no caso de um confronto, a obstruir o processo decisório. Esta é uma situação delicada, é uma situação grave.

Não acredito que seja possível à Comissão de Sistematização, da forma como ela foi selecionada e escolhida, produzir esse consenso. É fundamental que os partidos tragam a eles esta responsabilidade, entendam as suas diferenças internas, se façam representar por essa heterogeneidade e produzam um documento quase de consenso, em torno da questão democrática. Se não for assim, nós vamos levar esse processo em plenário, certamente, para prazos muito diferentes daqueles previstos no nosso Regimento.

Nas Comissões, Sr. Presidente, de que participei, por exemplo, será muito difícil imaginar, que mesmo nessas comissões, onde houve uma larga maioria, se possa evitar um conflito em plenário, que produza, que gere uma obstrução, ou que possa produzir ou gerar uma obstrução. É o caso, por exemplo, da questão tributária, onde o projeto delega à legislação ordinária, à legislação complementar, a possibilidade de ser um projeto progressista, de não ser um projeto regressivo, do ponto de vista social. É o caso da proposta de orçamento, é o caso da proposta do sistema financeiro, é o caso da proposta do sistema eleitoral e da defesa do Estado.

São, essas, Sr. Presidente, as nossas preocupações. Entendo que ainda é tempo. Entendo que os partidos políticos não podem deixar de conversar, nesse momento; essa conjuntura não se desenvolverá de forma espontânea a um bom resultado. Não há como imaginar que um governo de baixa legitimidade, que uma crise econômica dessa profundidade, que uma crise social como essa nunca vista na História do nosso País, e o confronto a nível do plenário, sobre o debate constitucional, seja resolvido espontaneamente pela ação pessoal de políticos e de Constituintes. É fundamental que essa seja uma ação ordenada, coordenada, dirigida pelos partidos políticos, para que possamos levar a bom termo, não apenas a questão da formulação de uma nova Constituição para este País, mas junto com ela e sobre ela para levar a bom termo a transição do nosso País a um regime democrático.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SRS:

Abigail Feitosa – PMDB; Aflauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Vale – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Antônio Bruto – PMDB; Antonio Copar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Benito Gama – PFL; Beth Atire – PSB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitas – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Fries – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique

Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Homem Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Irma Passai – PT; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nona – PFL; Júlio Campos – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matos Leão – PMDB; Mauricio Corrêa – PDT; Mauricio Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mendes Botelho – PTB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portela – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Sevas – PDT; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Cedin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Benardi – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Oram – PMDB; Roberto D'Avila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Tito Costa – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vinicius Cansanção – PFL; Virgí Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 1º de julho, às 14:30 horas.

VII – Encerra-se a sessão ás 18 horas e 8 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ANTONIO DE JESUS, NA SESSÃO DE 10.4-87, E QUE, ENTREGUE Á REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ANTONIO DE JESUS (PMDB – GO): – Sr. Presidente Sr.^a. e Srs. Constituintes:

Assumo à mais alta tribuna da Nação brasileira para discorrer um pouco sobre um tema de grande relevância e que merece a devida atenção de todos nós, Constituintes.

O assunto em apreço é a educação. Esta, por ser um processo de desenvolvimento da capaci-

dade física, intelectual, moral e religiosa, é de fundamental importância.

O reconhecimento da família como célula **mater** da sociedade, da escola como instituição de desenvolvimento, e da religião como berço de amparo e aperfeiçoamento da personalidade humana, é de suma importância, pois essas três instituições têm papel preponderante na formação educacional, pelo que devem estar devidamente aparelhadas e fortalecidas para que possam obter o êxito desejado.

A História da Educação:

Por volta de 3.000 a.C., os sumérios, que viviam no vale do Tigre-Eufrates, e os egípcios inventaram seus sistemas de escrita.

Nesses sistemas, os algarismos representavam números e a invenção da escrita foi o grande marco da história da educação. Ela tornou possível o aparecimento das escolas como as conhecemos hoje.

Antes do surgimento da escrita, os professores tinham de repetir oralmente aquilo que devia ser ensinado, até que os alunos o tivessem memorizado.

Assim, o aluno só poderia aprender aquilo que o professor já soubesse de cor.

A educação grega antiga floresceu de cerca de 700 até 330 a.C e nela se baseia a educação do mundo ocidental de hoje.

No Brasil, a educação começou com a chegada dos Jesuítas em 1549, que vieram com dupla missão: a catequese dos indígenas e ministrar o ensino religioso aos filhos dos colonos.

No início do império, em 1822, a Educação ainda se encontrava em situação muito precária. O assunto preocupava os Constituintes que se reuniam para elaborar a Carta Magna do Brasil.

A Constituição de 1824 instituiu o princípio da educação primária gratuita a todos os cidadãos.

O período republicano descentralizou o ensino em maior proporção.

A Constituição de 1891 colocou a educação primária e secundária sob o controle dos Estados.

Com a Revolução de 1930, houve novo enfoque ao problema educacional. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, tendo sido o seu primeiro titular Francisco Campos, que decretou nova reforma do ensino.

Em 1948, foi apresentado na Câmara Federal o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concedendo maior autonomia aos Estados em seus sistemas de ensino. Esse projeto, bastante modificado, só foi aprovado em 20 de dezembro de 1961, sob a forma da Lei nº 4.024. Essa lei foi substituída pelas leis de 1968 e pela Lei nº 5.692, que reformulou o ensino de 1º e 2º graus.

Hoje, o ensino carece de novas reformulações. É imprescindível valorizar e fortalecer as instituições educacionais, concedendo-lhes todo o apoio de que carecem para que possam suprimir o analfabetismo, a delinqüência infantil e juvenil, o desemprego, a criminalidade.

Enquanto o ensino e suas instituições forem tratados com desasco, continuará a imperar em nosso solo a miséria e a fome, a ignorância e o desespero.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MÁRIO LIMA, NA SESSÃO DE 24-6-87, E QUE, ENTREGUE Á REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA): – Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Constituintes:

O Projeto de Lei nº 164/87, do Poder Executivo, dispõe sobre organização sindical e relações coletivas de trabalho. Quer nos parecer, Sr. Presidente, que este não é o momento mais oportuno para o Governo mandar a esta Casa um projeto de lei para regulamentar esse assunto.

Estamos em pleno trabalho da Constituinte e pode parecer que essa mensagem do Governo pretenda criar regras ou condicionar a posição dos Constituintes.

Numa leitura rápida que fiz, constatei que esse projeto não é satisfatório em alguns aspectos.

Primeiro, o problema da greve. De logo, esse projeto afasta do direito de greve alguns milhões de trabalhadores; são milhões de trabalhadores que ficariam sem o direito de greve, se esse projeto fosse aprovado nesses termos.

Há outros aspectos em que nos parece ser o projeto incompleto. É o caso, por exemplo, da carência para o trabalhador ser eleitor, e poder ser votado. Isto pode permitir muitos abusos contra as organizações operárias. Um outro aspecto é que o projeto não considera as organizações sindicais como organizações de utilidade pública, que, na prática, o são.

O projeto, ao acabar com o Imposto Sindical, talvez não se dê conta do grande impacto que vai causar nas finanças dessas organizações. Na Espanha, por exemplo, quando houve modificações profundas na estrutura sindical, após alguns anos de ditadura, como aqui também no Brasil, o governo devolveu às organizações sindicais as importâncias que, indevidamente, confiscou dos trabalhadores. Seria o caso de o Governo brasileiro também pensar nisso; devolver aos trabalhadores os 20% que durante todo esse tempo lhes confiscou, a fim de capacitar as organizações sindicais a essa fase de transição.

Por isso, Sr. Presidente, quero destacar que as limitações impostas, especialmente aos trabalhadores das estatais, parte que não condizem com os novos tempos, não condizem com o Governo do PMDB, não condizem com uma Assembleia Constituinte em que a maioria dos seus membros pertence ao PMDB.

As estatais, na maioria, continuam como se não houvesse a Nova República, continuam como se as coisas neste País não tivessem mudado, pois os trabalhadores e o meu Partido, o PMDB, passam ao largo de suas administrações, passam ao largo de suas orientações. Esses trabalhadores das estatais, de maneira especial, petroleiros, bancários dos bancos oficiais, das siderurgias, continuam a enfrentar todo tipo de arbítrio, dificuldade e incompreensão.

Daí, na nossa modesta opinião, esse projeto de lei do Governo deva merecer ampla e profunda discussão dos maiores interessados, que são as organizações sindicais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)